COMO SE REESCREVE UM PAPA?
A TRADUÇÃO NO CAMPO JORNALÍSTICO DOS DISCURSOS PONTIFÍCIOS PROFERIDOS NA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU

Márcia Teresa Dias Borges de Sousa

Tese de doutoramento
Doutoramento interuniversitário em Estudos de Tradução
2020

COMO SE REESCREVE UM PAPA?
A TRADUÇÃO NO CAMPO JORNALÍSTICO DOS DISCURSOS PONTIFÍCIOS PROFERIDOS NA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU

Márcia Teresa Dias Borges de Sousa

Orientadores:
Professora Doutora Maria Alexandra Ambrósio Lopes
Professor Doutor Nelson Costa Ribeiro

Tese de doutoramento
Doutoramento interuniversitário em Estudos de Tradução
2020

RESUMO

Neste trabalho, procuramos contribuir para o conhecimento de uma área ainda pouco explorada nos Estudos de Tradução: a tradução no campo jornalístico. Propomos esta designação, assim como um modelo de análise com o intuito de representarmos graficamente a complexidade envolvida num tal fenómeno translatório. Nele apresentamos um possível aparato teórico e metodológico para um estudo sobre o campo, mostrando como pode ser entrecruzado e aplicado na observação e interpretação dos dados. A pesquisa é desenvolvida no eixo de duas disciplinas centrais – os Estudos de Tradução e os Estudos de Comunicação e *Media* –, mas o nosso trabalho vai igualmente beber aos Estudos de Religião, enquanto a esfera à qual pertence o nosso agente de partida: o Sumo Pontífice da Igreja Católica; à Análise do Discurso, por ser pela análise crítica discursiva que discutimos os textos – mais precisamente, as versões reescritas pelos jornais *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias e Diário dos Açores* a partir dos Discursos proferidos pelos Papas Paulo VI, João Paulo II, Bento XVI e Francisco na Assembleia Geral das Nações Unidas, em cinco momentos da História compreendidos entre 1965 e 2015; e aos Estudos de Cultura, visto visarmos aferir em que medida as opções dos jornalistas foram a expressão de um enraizamento de valores (i.e., uma ideologia, no sentido althusseriano do termo) quer afetos às redações, quer à sociedade portuguesa, a nível da identidade religiosa. A reescrita é por nós entendida como um ato de tradução, desenvolvido numa lógica circular: da comunicação da visão dos Papas (em nome da Igreja Católica) sobre o mundo e para os dirigentes mundiais da época à retransmissão da mesma num contexto sociocultural (não oficial), em língua portuguesa, para um conjunto de recetores heterogéneo e amplo, e respeitando as especificidades da discursividade jornalística, que passam, por exemplo, pela seleção, reorganização e destaque de alguns argumentos (e não de outros). Fazemos uma comparação sincrónica e diacrónica dos dados, com o objetivo principal de compreendermos se e como, num mesmo polissistema, vários agentes podem produzir e transmitir uma diferente reinterpretação de um texto, sobretudo quando definido como uma verdade oficial para a instituição de partida, assim dando azo a um conhecimento público diferenciado sobre os acontecimentos – no caso, sobre o papel do Papa na cena política internacional.

Palavras-chave *Tradução no campo jornalístico, comunicação, reescrita, discurso, ideologia, património cultural religioso*

ABSTRACT

In this research, our main goal is to contribute to the acknowledgement of a domain in Translation Studies in which is still lacking research: translation in the journalistic field. We propose a Portuguese concept for it, as well as a new methodology, hoping to demonstrate and attend to the complexity involved in such kind of translation acts. We present a possible theoretical and methodological apparatus, showing how both theories and methodologies can be interconnected and applied during the observation and the interpretation of the collected data. Our research is positioned in the interrelation of two main disciplines – Translation Studies and Media Studies –, but the work also relies on Religious Studies, for religion is the sphere to which belongs our source agent: the Supreme Pontiff of the Catholic Church; on Discourse Analysis, given that it is through a critical discourse analysis that we discuss the target texts, more precisely the rewritten versions produced by the Portuguese newspapers *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias* and *Diário dos Açores* from the official speeches of Popes Paul VI, John Paul II, Benedict XVI and Francis delivered at the United Nations General Assembly, in five moments in History, between 1965 and 2015; as well as on Cultural Studies, since we aim to realize whether the options taken in the reproduction of the pontifical speeches by the journalists expressed a pre-existent establishment of values (i.e., ideologies, according to Louis Althusser's definition) both in the newsroom and in the society, specifically in what regards Portugal's religious identity. We consider the process of rewriting as an act of translation, pursued in a circular logic: from the communication of the Popes' vision of mankind to the world leaders of their time and then from the retransmission of their words in a non-official sociocultural context, in Portuguese, to an heterogenous and broad group of receivers and in conformity to the peculiar traits of the journalistic discursivity, which imply, for instance, the selection, the reorganization and the highlight of some arguments (disregarding others). In our study, we present a synchronic and diachronic comparison of the data, hoping to understand whether and how, in the same polysystem, several agents can produce and transmit specific reinterpretations of a text, especially when it is defined by the source agent as an official truth. The result is a public knowledge necessarily differentiated about the historical events – in our case, about the role played by the leader of the Catholic Church in the international political scene.

Keywords *Translation in the journalistic field, communication, rewriting, discourse, ideology, cultural religious heritage*

Até agora, os símbolos e as parábolas tiveram o seu lugar de eleição nas relações entre os homens e foi-lhes possível, entre poesia e brandura, acender o pavio que alumiava, pàlidamente, o labirinto da vida. [Porém, o] fogo de que carecemos é agora para ver e não para adivinhar (…) Em vez de frases de doçura a pedirem meditação e isolamento, há que falar a linguagem forte e sonora das realidades indesmentíveis. Vai ser uma batalha de monstros. É certo. Mas de monstros iluminados por uma fúria incontível de derrubar ilusões anacrónicas e de quebrar as algemas do ódio. E será preciso que, de novo, provinda de um estábulo ou de uma torre de oiro, que tudo é o mesmo na fragilidade da vida, uma voz seja capaz de arrancar a todas as outras vozes o grito necessário ao começo de uma era nova:

– Esse, o que está a teu lado, preto, branco ou amarelo, é teu irmão!

(J. M. Boavida Portugal, «O Mundo em que Vivemos», O Século Ilustrado*, 26 dezembro 1964)*

A justiça e a paz (…) serão totalmente restabelecidas no final do caminhar terreno. Até lá, a diplomacia é a tentativa humana – «imperfeita, mas sempre preciosa» – para se alcançar esses frutos.

(PP. Francisco, «Apelo do Papa aos EUA e Irã: manter diálogo e autocontrole no respeito da legalidade», Vatican News*, 9 janeiro 2020)*

AGRADECIMENTOS

Aos meus orientadores, a Professora Doutora Alexandra Lopes e o Professor Nelson Ribeiro, pela confiança depositada desde o primeiro minuto; pela disponibilidade em me guiarem ao longo de um processo marcado por vários avanços e recuos, questões e incertezas; por não terem duvidado que seria capaz de encontrar um rumo entre os muitos trajetos possíveis e não terem desistido da minha causa, antes me incentivando a prosseguir sempre; por terem tido interesse em acompanhar, a cada etapa, o andamento do trabalho, apesar de ter sido objeto de um contínuo processo de aperfeiçoamento; por me terem permitido desenvolver e concluir este estudo nos moldes que pretendia, apesar de, inicialmente, e aos olhos de muitos, ter parecido uma tarefa irrealizável; enfim, por me terem feito sentir que podia contar com dois bons ouvintes e conselheiros, tanto a respeito do que estava bem como para o que precisava de ser corrigido, alterado ou melhorado.

Aos que foram meus docentes ao longo do curso, pois os ensinamentos que me transmitiram e que pude desenvolver no decorrer das respetivas disciplinas estão, de algum modo, incluídos neste trabalho final.

A todos os contactados para a procura de esclarecimentos em primeira mão, mas também a todos os afetos aos serviços de biblioteca e de arquivo consultados, pela amabilidade e pelo interesse em atenderem às minhas questões e aos necessários pedidos de pesquisa de materiais, muitos dos quais de enorme valor histórico.

Aos meus pais, a quem devo a garra que foi necessária para concluir esta importante etapa do percurso académico de qualquer um e a quem nunca conseguirei agradecer inteiramente todo o apoio que me têm demonstrado.

ÍNDICE

Resumo **4**
Abstract **5**
Agradecimentos **7**
Índice de gráficos **10**
Índice de quadros **11**
Índice de figuras **12**
Lista de abreviaturas **13**

Introdução **14**

1. Mapa da investigação **41**

1.1. O estado da arte: os projetos desenvolvidos na última década 42

1.2. A associação da tradução à produção de notícias: uma proposta conceptual 49

1.3. Os postulados teórico-conceptuais particulares do estudo a realizar:

1.3.1. Discurso e texto 54
1.3.2. Ideologia 58
1.3.3. Património cultural religioso 62

1.4. O enquadramento teórico geral: a tradução como comunicação e reescrita 64

1.5. O enquadramento teórico de nível intermédio: a tradução no campo jornalístico 68

1.6. Os enquadramentos metodológicos:

1.6.1. O modelo sistémico-sistemático da tradução 69
1.6.2. O circuito do estudo dos *media* 71
1.6.3. A abordagem histórica do discurso 73
1.6.4. O circuito da tradução no campo jornalístico: uma proposta metodológica 76

2. Contextualização socio-histórica

Parte I: sobre a relação entre os sistemas de partida e de chegada (em geral) e o tratamento, por meio da tradução, dos Discursos papais na AGONU pelos jornais a analisar (em particular) 84

2.1. A identidade católica, o Estado e os *media* na sociedade portuguesa em mudança 85
2.2. A relação Santa Sé-*media* na disponibilização dos textos oficiais aos jornalistas 92
2.3. O *modus operandi* do *Diário de Notícias* 97
2.4. O *modus operandi* do *Jornal de Notícias* 109
2.5. O *modus operandi* do *Diário dos Açores* 121
2.6. Balanço do subcapítulo 133

Parte II: sobre as missões pontifícias e o mundo por altura dos Discursos papais na AGONU 137

2.7. Discurso do Papa Paulo VI, em 1965 138
2.8. Primeiro Discurso do Papa João Paulo II, em 1979 153

2.9. Segundo Discurso do Papa João Paulo II, em 1995 163
2.10. Discurso do Papa Bento XVI, em 2008 173
2.11. Discurso do Papa Francisco, em 2015 182
2.12. Balanço do subcapítulo 195

3. Análise de conteúdo 199

3.1. Levantamentos preliminares: a seleção das versões de partida 200
3.2. Macroanálise: a reorganização das passagens selecionadas à chegada 220
3.3. Microanálise: o destaque de argumentos pontifícios em particular 229
3.4. Análise sistémica: comparação com agentes de partida contemporâneos 277
3.5. Balanço final: comparação diacrónica dos resultados 310

Considerações finais 317

Bibliografia

I. Primária 323
II. Secundária 331
III. Repositórios portugueses

1. Repositório *Veritati*, da Universidade Católica Portuguesa 365
2. Repositório *Run*, da Universidade Nova de Lisboa 370
3. Repositório UL, da Universidade de Lisboa 374
4. Repositório Estudo Geral, da Universidade de Coimbra 377
5. Repositório Aberto, da Universidade do Porto 379
6. Repositório Ria, da Universidade de Aveiro 384
7. Repositório *Repositorium*, da Universidade do Minho 386
8. Repositório RDPC, da Universidade de Évora 390
9. Repositório Ruac, da Universidade dos Açores 390

ÍNDICE DE GRÁFICOS

1. Circularidade: da mensagem (comunicada pelo Santo Padre) à reinterpretação (pelos *media*) 27

2. Proposta de representação do polissistema português 30

3. Total de passagens selecionadas pelos jornais a partir de cada Discurso na AGONU 202

4. Sequência da noticiabilidade do *DA* em 2008 e em 2015 216

5. Sequência da noticiabilidade do *DN* e do *JN* em 2008 217

6. Sequência da noticiabilidade do *DN* e do *JN* em 2015 218

7. Macroanálise: a reorganização dos conteúdos selecionados para reescrita nas notícias do *DN*, do *JN* e do *DA*, em 1965 224

8. Macroanálise: a reorganização dos conteúdos selecionados para reescrita nas notícias do *DN*, do *JN* e do *DA*, em 1979 224

9. Macroanálise: a reorganização dos conteúdos selecionados para reescrita nas notícias do *DN*, do *JN* e do *DA*, em 1995 225

10. Macroanálise: a reorganização dos conteúdos selecionados para reescrita nas notícias do *DN*, do *JN* e do *DA*, em 2008 225

11. Macroanálise: a reorganização dos conteúdos selecionados para reescrita nas notícias do *DN*, do *JN* e do *DA*, em 2015 226

12. Microanálise: balanço do enfoque dos jornais, ao longo do tempo 276

13. Análise sistémica: temas centrais na reescrita das intervenções na AGONU 285

14. Análise sistémica: síntese da seleção e ausência de seleção de argumentos comunicados pelo Papa João Paulo II na AGONU, em 1995 296

15. Análise sistémica: síntese da seleção e ausência de seleção de argumentos comunicados por Bill Clinton na AGONU, em 1995 297

16. Análise sistémica: síntese da seleção e ausência de seleção de argumentos comunicados pelo Papa Bento XVI na AGONU, em 2008 301

17. Análise sistémica: síntese da seleção e ausência de seleção de argumentos comunicados por George W. Bush na AGONU, em 2008 302

18. Análise sistémica: síntese da seleção e ausência de seleção de argumentos comunicados por Mahmoud Ahmadinejad na AGONU, em 2008 303

19. Análise sistémica: tendências no recurso à tradução no campo jornalístico: assuntos associados aos diferentes agentes de partida por ano e por jornal 311

ÍNDICE DE QUADROS

1. Lista dos agentes de partida, por ano de estudo 81

2. Resumo das principais características do *modus operandi* dos jornais a analisar 134

3. Evolução da carga semântica dos Discursos pontifícios: princípios a implementar e/ou a defender nas sociedades 196

4. Microanálise: comparação da tradução do excerto bíblico *Mc* 16, 15 232

5. Microanálise: comparação da tradução do excerto bíblico *Is* 2, 4 234

6. Microanálise: comparação da reescrita do *JN* nos elementos de captação com as passagens da versão de partida, em 1965 236

7. Microanálise: comparação da reescrita do *DA* nos elementos de captação com as passagens da versão de partida, em 1965 238

8. Microanálise: comparação da reescrita do *DN* nos elementos de captação com as passagens da versão de partida, em 1979 241

9. Microanálise: comparação da reescrita do *JN* nos elementos de captação com as passagens da versão de partida, em 1979 243

10. Microanálise: comparação da reescrita do *DA* nos elementos de captação com as passagens da versão de partida, em 1979 246

11. Microanálise: comparação da reescrita do *DN* e do *DA* nos elementos de captação com as passagens da versão de partida, em 1995 250

12. Microanálise: comparação da reescrita do *JN* nos elementos de captação com as passagens da versão de partida, em 1995 252

13. Microanálise: comparação da reescrita do *DN* e do *JN* nos elementos de captação com as passagens da versão de partida, em 2008 258

14. Microanálise: comparação da reescrita do *DN* nos elementos de captação com as passagens da versão de partida, em 2015 265

15. Microanálise: comparação da reescrita do *JN* nos elementos de captação com as passagens da versão de partida, em 2015 270

16. Análise sistémica: titulação geral, 1965 279

17. Análise sistémica: titulação geral, 1979 280

18. Análise sistémica: titulação geral, 1995 281

19. Análise sistémica: titulação geral, 2008 282

20. Análise sistémica: titulação geral, 2015 283

21. Análise sistémica: síntese dos assuntos destacados por jornal, ano e agente de partida 284

ÍNDICE DE FIGURAS

1. Esquema do modelo sistémico-sistemático, de Lambert e van Gorp 70

2. Esquema do circuito dos estudos dos *media*, segundo Julie D'Acci 72

3. Esquema da abordagem histórica do discurso, à luz do trabalho de Ruth Wodak 75

4. O circuito da tradução no campo jornalístico 79

5. Levantamentos preliminares: vista geral da seleção de passagens do Discurso de Paulo VI na AGONU pelos jornais 206

6. Levantamentos preliminares: vista geral da seleção de passagens do Discurso de Francisco na AGONU pelos jornais 214

7. Despacho da agência *Reuters* de 1965 239

8. Despacho da agência *AFP* de 1979 (1) 248

9. Despacho da agência *AFP* de 1979 (2) 248

10. Despacho da agência *Lusa* de 1995 (1) 255

11. Despacho da agência *Lusa* de 1995 (2) 256

12. Despacho da agência *Lusa* de 2008 264

13. Despacho da agência Lusa de 2015 (1) 274

14. Despacho da agência Lusa de 2015 (2) 274

LISTA DE ABREVIATURAS

A. Designações-chave

ONU – Organização das Nações Unidas
AGONU – Assembleia Geral das Nações Unidas
DUDH – Declaração Universal dos Direitos do Homem
ET – Estudos de Tradução
EM – Estudos dos *Media*
ER – Estudos de Religião
EC – Estudos de Cultura

B. Agentes do sistema de partida (S1)

PVI – Papa Paulo VI
JPII79 – Papa João Paulo II (Discurso na AGONU de 1979)
JPII95 – Papa João Paulo II (Discurso na AGONU de 1995)
BXVI – Papa Bento XVI
Franc. – Papa Francisco
Gold. – Arthur Goldberg
Pint. – Maria de Lurdes Pintasilgo
Cl. – Bill Clinton
GWB – George W. Bush
Ahm. – Mahmoud Ahmadinejad
Ob. – Barack Obama
Put. – Vladimir Putin

C. Agentes do sistema de chegada (S2)

DN – Diário de Notícias
JN – Jornal de Notícias
DA – Diário dos Açores

D. Línguas

EN – inglês
FR – francês
RUS – russo
ES – espanhol
PT – português

E. Parcelas das notícias

1.ª pág. – primeira página
Tít. – título
Pós-tít. – pós-título
Int. – intertítulo
Art.comp. – artigo complementar

INTRODUÇÃO

Foi no início do século XX que o Sumo Pontífice da Igreja Católica viu ser formalmente reconhecida a sua capacidade de agir e de fazer ouvir a sua voz no (e sobre o) mundo de modo autónomo relativamente a poderes governamentais – mais precisamente, a 11 de fevereiro de 1929, quando altos representantes da Igreja[1] e da República Italiana assinaram o Tratado de Latrão. Foi um acordo que pôs fim a um período de conturbação no relacionamento entre ambas as partes, que se devia sobretudo à negação do poder temporal (i.e., outro que não o espiritual) daquela instituição religiosa por parte do Governo de Itália, não obstante fosse uma confissão basilar no país (cf. Guerra, 2016). Na raiz estava a Tomada da Porta Pia, em 1870, que simbolizou o colapso do domínio da Igreja sobre os territórios pontifícios em Itália, tendo ficado determinado, entre outros aspetos, que os templos católicos pertenciam ao Estado italiano e que os Papas e a Cúria estavam sujeitos, como qualquer membro da sociedade, aos imperativos impostos pelo estatuto de cidadão do país (cf. Montini, 2019; Guerra, 2016). Isto significava que o local onde a sede do catolicismo estava situada era considerado parte de Itália e que o Santo Padre[2] era tido como um súbdito do chefe de Estado, não possuindo qualquer soberania para desenvolver ações diplomáticas autonomamente. Só em 1929, após quase seis décadas de subordinação ao poder governamental, é que a instituição religiosa católica conseguiu recuperar a sua autoridade, «acumulando a reivindicação histórica da legitimidade d[a] sua origem com a sua função indispensável» no mundo, expressa logo à partida pelo papel do Papa de «Mestre de vida» e de «testemunho do Evangelho» (Montini, 2019).

As sérias dificuldades colocadas pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918) à Europa agiram em benefício de tal mudança: segundo o Cardeal Giovanni Montini (mais tarde, Papa Paulo VI), a necessidade de uma «plena capacidade» para se resolverem os problemas de sociedades em profunda mudança demográfica, industrial e socioeconómica, desiguais e «atravessada[s] por correntes agitadas e subversivas» (*ibid.*) foi a premissa que levou o pontífice em exercício, Pio XI, a retomar «com vigor extraordinário» os seus deveres, «eleva[ndo]-se a tal altura no governo espiritual da Igreja e na irradiação moral sobre o mundo, como nunca antes» (*ibid.*). A assinatura do Tratado de Latrão veio, assim,

[1] De modo a evitarmos uma excessiva repetição das designações utilizadas ao longo deste estudo, sempre que doravante falarmos em «Igreja» estaremos a referir-nos à Igreja Católica, enquanto instituição.

[2] Pelo motivo referido na nota 1, iremos recorrer às várias designações oficiais do líder do catolicismo sempre que a ele nos referirmos: Sumo Pontífice da Igreja Católica, Santo Padre, Papa, pontífice, chefe máximo da Igreja.

representar no pós-Guerra o fim da limitação de poderes e de liberdades a que a Igreja (e o Papa) havia(m) sido submetida(os), que ficou expresso desde logo pelo reconhecimento de soberania sobre um território específico: o Estado da Cidade do Vaticano. Em causa estava a disposição no preâmbulo do Tratado lateranense segundo o qual a instituição católica «precisa[va] de um sinal visível de autonomia para realizar sua missão no campo internacional com total independência» (Baldisseri, 2011: 25) e, com efeito, o Vaticano instituiu-se como «uma realidade jurídica com todos os direitos e prerrogativas de um Estado, cuja finalidade é assegurar para a Santa Sé,[3] mediante as garantias de seus limites territoriais, o exercício livre e independente de sua missão espiritual universal» (*ibid*.).[4] Aquele foi, portanto, um acordo fundamental na constituição e na afirmação da Igreja como força política no mundo, tendo permitido ao Santo Padre, chefe máximo da mesma, reunir as condições necessárias para agir na esfera global à semelhança dos líderes dos governos nacionais – e isto apesar de não ter sido decretada a reconstituição dos territórios pontifícios. Foi um sinal de que os dirigentes das nações não viam a instituição católica como uma entidade que se definia territorialmente, mas «como uma entidade jurídica internacional» (*ibid*.). Ou seja: o mais relevante não era a natureza ou as características próprias (e específicas) do agente religioso, mas a sua capacidade de (inter)ação com base numa soberania formalmente reconhecida, como acontecia com os líderes «comuns» das nações.

A DIPLOMACIA HÍBRIDA DA IGREJA CATÓLICA: UMA CARACTERÍSTICA *SUI GENERIS*

O estatuto detido pelo Sumo Pontífice da Igreja Católica e pela instituição que ele representa é único e incomparável, porque reúne em si duas dimensões: uma marcadamente espiritual e moral (afeta aos valores que, segundo a Igreja, devem reger os comportamentos, i.e., a doutrina católica) e outra política (relativa à aplicação prática das medidas ponderadas e orientadas para circunstâncias concretas da vida humana em

[3] Com exceção das ocorrências em citações, a designação «Santa Sé» será por nós utilizada em referência ao exercício pela Igreja (em geral) e pelo Santo Padre (em particular) do seu estatuto político internacional. Servir-nos-á a este respeito a definição de Lorenzo Baldisseri da Santa Sé como «uma entidade soberana» que representa «o órgão central do governo da Igreja», logo, o «Ofício do Romano Pontífice», sendo por meio dela que a instituição religiosa expressa a sua soberania jurídica autêntica (2011: 23s).

[4] Com efeito, no Vaticano localizam-se «a residência e a Cúria do Papa, os Dicastérios ou Ministérios da Sé Apostólica, a Basílica de São Pedro e os apartamentos, museus e jardins ao redor» (Baldisseri, 2011: 25), sendo um verdadeiro Estado, no sentido em que reúne, «embora de maneira peculiar» (*ibid*.), os requisitos exigidos pelo Direito à existência de um Estado: um território, uma população, um governo, uma capacidade jurídica para se relacionar com os outros sujeitos do Direito Internacional e soberania «que lhe garanta, com plena liberdade, o exercício de sua missão» (*ibid*.).

sociedade, à luz de tais princípios). É uma natureza *sui generis,* como a define Baldisseri (cf. 2011: 23), uma vez que não é detida por nenhuma outra figura da vida internacional – nem da esfera política (ou seja: por líderes das nações), nem da esfera religiosa (por representantes de outras religiões). Comparativamente ao primeiro caso, o Santo Padre (ou o seu representante diplomático, o Núncio Apostólico)[5] goza dos mesmos atributos e prerrogativas concedidos a um chefe de Estado, nomeadamente a capacidade de, livre e autonomamente, e sob o poder de auto-organização interna e externa, «cumprir atos internacionalmente relevantes», «relacionar-se com outros sujeitos», «aderir a normas pactuantes consuetudinárias», bem como respeitar e ver respeitados os «princípios gerais das normas fundacionais de tal ordenamento» (*ibid*.: 26). Não obstante, o facto de a ação do líder do catolicismo extravasar a dimensão estritamente territorial faz com que, contrariamente aos agentes político-governamentais, ele se integre na diplomacia do mundo afastado de interesses nacionais, que estão habitualmente concentrados numa realidade e numa sociedade particulares; pelo contrário, a sua visão é global, reportando-se ao (e visando o) bem-estar da humanidade, no seu todo. No que diz respeito ao segundo caso, se o objetivo do bem comum é característico das várias confissões religiosas, nenhuma outra tem uma personalidade reconhecida jurídica e internacionalmente como a Igreja Católica. Isto mesmo sustentou Claude Bressolette na obra *La Papauté… Tout Simplement*, ao referir-se à primeira vez na História em que um Papa interveio nas Nações Unidas, em 1965:

> Invité à l'ONU, le 4 octobre 1965, Paul VI s'est présenté sans doute comme chef d'État, mais d'un État minuscule, symbolique, nécessaire à son indépendance spirituelle, et surtout comme chef d'une Église qui existe depuis deux mille ans et qui vient apporter sa caution morale à une institution internationale pour son vingtième anniversaire. Il est certain que le statut reconnu de chef d'État donne au chef de l'Église catholique des facilités que n'ont pas les autres chefs d'Église. Il peut donc être invité par les organismes internationaux comme l'ONU, l'UNESCO, etc., et par les États (Bressolette, 2002: 123)

Como o autor indicou, o facto de o Papa acumular uma função de chefe máximo da Igreja (um papel religioso) e de chefe do Estado da Cidade do Vaticano (um papel político) faz com que tenha «vantagens» («facilités») de que outros líderes religiosos não beneficiam («que n'ont pas les autres chefs d'Église»). Com efeito, embora seja um estatuto contestado por alguns – que o entendem como «un héritage triomphaliste du passé,

[5] O Núncio Apostólico é um diplomata que representa a Santa Sé e o Papa nos países e nas organizações internacionais com os quais são estabelecidas relações de diálogo e de cooperação internacional (cf. Baldisseri, 2011: 31).

et souhaiteraient que l'Église, par souci de pauvreté évangélique, y renonce ainsi qu'à tout l'appareil des nonciatures» (Bressolette, 2002: 124) –, o facto é que confere ao Santo Padre um papel bastante mais ativo e interventivo na cena mundial comparativamente com os congéneres das restantes confissões, uma vez que lhe dá a capacidade (ou vantagem) de fazer ouvir a sua voz e de manifestar a sua visão (espiritual) sobre as questões (mundanas) prementes da atualidade diretamente aos dirigentes das nações. Aliás, a presença e a participação da Santa Sé em organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), é exemplo da especificidade do catolicismo: o facto de ser a única entidade religiosa com assento naquela organização é, por si só, um aspeto distintivo da Igreja.

Não obstante «[the] international society is assumed to be a secular compound» (Troy, 2018: 521), a Santa Sé representa um dos mais antigos participantes no conjunto dos Estados mundiais, sendo que «[the] remarkable access to multiple layers of global politics» (Byrnes, 2017: 6) de que beneficia, associado ao «especially prominent moral megafone» (*ibid*.) que constitui, contribui decisivamente para o alcance da mensagem que a Igreja Católica visa comunicar à humanidade desde os primórdios da sua existência: a Boa Nova de Cristo. E podemos considerar que tem sido bem-sucedida a este nível, tendo em conta a aceitação do seu estatuto jurídico internacional inclusive por agentes não-católicos – como refere Valério de Oliveira Mazzuoli, que fala no primado do «princípio da efetividade nas relações internacionais»:

> Sob a ótica do Direito Internacional é relevante o fato de que nunca se negou à Santa Sé a capacidade jurídica de agir (isto é, de participar das relações internacionais) em pé de igualdade com as demais potências soberanas, ao que se denomina *princípio da efetividade* nas relações internacionais. É relevante também o fato de que sua personalidade internacional nunca foi posta em dúvida mesmo por Estados de população predominantemente não católica (Mazzuoli, 2015: 458)

Sobre o modo como o caráter simultaneamente espiritual e político da diplomacia católica, exercido pela pessoa do Papa (ou do Núncio, em seu nome), é aplicado em termos práticos, serve-nos o testemunho do Pe. Roberto Tucci, antigo organizador das visitas apostólicas de S. João Paulo II para fora de Itália. Segundo afirmou, a missão que a Igreja exerce no mundo pela via diplomática tem como fundamento dogmático a instrução de Jesus a Pedro e respetivos sucessores (i.e., os Papas) de apascentar («pascere») o rebanho do Senhor e de confirmar («confermare») quer os membros da Cúria, quer os fiéis na senda da fé (cf. 1998: 18). Tal fundamento é, depois, concretizado nas palavras que o Santo Padre comunica nos contextos discursivos que têm lugar durante as viagens oficiais,

procurando (e podendo) as suas mensagens ajudar sobretudo três conjuntos de destinatários: em primeiro lugar, os bispos locais, alertando-os essencialmente para a consciência das exigências da chamada «nova evangelização» («nuova evangelizzazione») e para os perigos com os quais o cristianismo se vai deparando ao longo do tempo, em virtude da evolução das sociedades e dos comportamentos humanos (cf. *ibid*.); em segundo, o cidadão comum, em especial os habitantes das regiões mais longínquas, pobres e «fora do mundo» («fuori dal mondo»), visando lembrar-lhes que também eles fazem parte da Igreja una e universal e que contam tanto como os membros dos países grandes e ricos; e, de todo não menos importante, os responsáveis governamentais, sendo acrescentada uma visão espiritual sobre os assuntos que integram no momento a agenda política local, regional e/ou global. Este último caso é particularmente relevante, na medida em que há a adição de uma perspetiva *moral* católica sobre uma (ou várias) realidade(s) que resulta(m) e/ou carece(m) de decisões *políticas*. Em concreto, e segundo explicou Tucci, nos «inevitáveis atos protocolares» («gli inevitabili atti protocollari», como definiu os encontros com os líderes dos governos – cf. *ibid*.: 20), o Sumo Pontífice da Igreja Católica toma a iniciativa de dizer aos responsáveis pelo destino dos povos «as mais puras verdades» e «fazer críticas e incitamentos que nenhum outro dos grandes da Terra ousaria exprimir numa visita de Estado» (*ibid*.; nossa tradução).[6] O resultado mais significativo de uma tal ousadia é o facto de o Papa impor à atenção do mundo as justas expetativas dos povos («le giuste attese dei popoli», *ibid*.), em especial dos menos afortunados e tendencialmente esquecidos (cf. *ibid*.), como sejam os países em (vias de) desenvolvimento e mais vulneráveis a vicissitudes. Isto significa que as mensagens pontifícias comunicadas numa sede de direito internacional, como seja a ONU, simbolizam uma expectável fonte de estímulo para os atores mundiais, sendo, por isso, de extrema importância para que questões de proporção preocupante e/ou de resolução urgente possam ser atendidas do modo e com a celeridade desejável e «para que [os] altos ideais colocados no horizonte internacional não sejam ofuscados pelos interesses económicos, estratégicos, nacionalistas» (Baldisseri, 2011: 45).

É, portanto, por meio da diplomacia híbrida que a Santa Sé se torna uma «voz universal da consciência humana» (*ibid*.: 44), ao ser capaz de comunicar o Ministério

[6] Como lemos na versão de partida: «sacrosante verità e formula critiche e incitamenti che nessun altro dei grandi della Terra oserebbe esprimere in una visita di Stato» (Tucci, 1998: 20).

Petrino em circunstâncias de diálogo multilateral com vista ao bem de toda a humanidade – e tal competência é única e incomparável a nível global.

A Santa Sé e as organizações internacionais: a relação com a ONU

Para que fosse possível retirar frutos do intuito de salvar o Homem e de edificar a sociedade humana, como ficou estabelecido no Concílio Vaticano II, no decorrer do qual aconteceu a primeira visita na História do Sumo Pontífice da Igreja Católica à sede das Nações Unidas [«Si tratta di salvare l'uomo, si tratta di edificare l'umana società» (PP. Paulo VI, 1965b: 1)], era essencial que a Igreja saísse de si mesma e fosse à procura de um diálogo com o mundo. Isso simbolizava a concretização da designada «Cúria *ad extra*»: a projeção da instituição católica para fora de si mesma (cf. Baldisseri, 2011: 22). O Papa Francisco explicou o fundamento desta faculdade da seguinte forma: «a universalidade do serviço da Cúria deriva e brota da catolicidade do Ministério Petrino», o que faz com que o clero esteja necessariamente «ao serviço da Palavra e do anúncio da Boa Nova» (2017b: 2). Quer isto dizer que, à semelhança do que fez Deus, «que não veio ao mundo para ser servido, mas para servir» e «que constituiu a Igreja para estar no mundo sem ser do mundo, e para ser instrumento de salvação e de serviço», a instituição religiosa católica tem o dever de prestar o seu contributo à comunidade humana global no decurso da sua constante evolução, procurando «colaborar com todas as pessoas e as nações de boa vontade» de modo a «reiterar incessantemente a importância de preservar a *nossa casa comum* de todo o egoísmo destrutivo» e declarar «que as guerras só trazem morte e destruição» (*ibid.*: 3). Este tem sido um trabalho feito sobretudo desde o Concílio, com base na ideia da diplomacia «da mão estendida» e da «porta aberta», como lhe chama Francisco, pois que, através dos vários contactos e relacionamentos à escala mundial, a Igreja «[se esforça] por escutar, entender, ajudar, assinalar e intervir pronta e respeitosamente em qualquer situação para colmatar distâncias e tecer confiança», exigindo como única contrapartida «permanecer livre de qualquer interesse mundano ou material» (*ibid.*), tal como estabelecido no Tratado de Latrão.

É no contexto das organizações internacionais que o diálogo *ad extra* assume a sua maior expressão em termos de ação política. Duas características essenciais marcam este tipo de atividade diplomática: é multilateral (não bilateral, como acontece na relação da Santa Sé com um determinado Estado) e é ampla, quer em termos de assuntos analisados,

quer de destinatários das mensagens. Com efeito, é em tais organismos que a globalização e a interdependência entre os povos mostram os seus verdadeiros contornos, sendo nesses palcos que a Igreja Católica toma contacto com (e intervém sobre) problemáticas realmente universais, ora porque afetas a um vasto conjunto de populações (como seja a pobreza e o subdesenvolvimento), ora porque tendo implicações no planeta, em geral (como aconteceria, por exemplo, em caso de um confronto nuclear de larga escala ou como se tem vindo a verificar um pouco por todo o mundo a nível dos efeitos do aquecimento global e da perda de biodiversidade). Entre as várias organizações internacionais existentes, a ONU ocupa um lugar privilegiado no exercício do papel diplomático híbrido da Santa Sé. Baldisseri atribui-o à partilha dos ideais, mas também de metas de ação planetária, já que as duas entidades visam, acima de tudo, atingir o bem-estar do Homem «na sua múltipla dimensão material e espiritual, que se expressa no respeito, na tutela e na promoção dos direitos humanos» (2011: 45), à luz do disposto na Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH). O interesse da instituição católica pela atividade das Nações Unidas remonta, na verdade, aos primórdios da existência daquele organismo internacional, mais precisamente a 1947, quando os dirigentes mundiais começavam a debater o conflito israelo-árabe (cf. *ibid*.: 44-45). Depois, a Igreja foi-se mantendo próxima da organização, de tal modo que, em 1964, foi instituída a Missão Permanente da Santa Sé junto da ONU, tendo-lhe sido atribuído o estatuto de observador permanente[7] – uma disposição relativa a «[n]on-member States, entities and organizations having received a standing invitation to participate as observers in the sessions and the work of the General Assembly and maintaining permanent observer missions at Headquarters» (United Nations», 2019h).

No âmbito de tal estatuto, a função da Santa Sé passa por estar atenta ao trabalho das Nações Unidas (logo, *observar*), acompanhando a evolução das questões que vão sendo objeto de discussão e de tomada de decisões e procurando, em todas as fases, contribuir para a realização dos objetivos pretendidos – os quais coincidem, em termos gerais, com aqueles que a Igreja procura ver salvaguardados e que, para além da defesa dos direitos humanos e do respeito pela dignidade de cada indivíduo, passam essencialmente pela promoção da paz e da aplicação da justiça, assim como pelo apelo à solidariedade, à cooperação e à assistência humanitária por parte dos governantes (cf. PP. Francisco, 2018b: 8). Existe, depois, um conjunto de princípios que merecem uma atenção especial,

[7] Atualmente, este estatuto é também detido pela Palestina.

dada a natureza espiritual (e primeira) da instituição católica: a liberdade religiosa, o respeito da vida como sagrada e da transcendência como uma dimensão intrínseca à pessoa. Isto mesmo consta na descrição da missão da Santa Sé na ONU:

> The Holy See Mission at the United Nations in New York follows attentively and with interest the work of the United Nations Organization. In this forum, the Holy See Mission communicates the centuries' experience of the Catholic Church to humanity, and places this experience at the disposal of the United Nations to assist it in its realization of *peace, justice, human dignity and humanitarian cooperation and assistance.* The experience and activity of the Holy See is directed towards *attaining freedom for every believer* and seeks to increase the protection of the rights of every person, rights which are grounded and shaped by *the transcendent nature of the person*, which permit men and women to pursue their journey of faith and *their search for God in this world.* In its activities at the United Nations, the Holy See Mission works to advance *freedom of religion and respect for the sanctity of all human life* – from conception to natural death – and thus all aspects of authentic human development including, for example, marriage and family, the primary role of parents, adequate employment, solidarity with the poor and suffering, ending violence against women and children, poverty eradication, food, basic healthcare and education (The Permanent Observer Mission of the Holy See to the United Nations, 2020b; ênfase nossa)

É da constância do exercício do papel da Santa Sé na promoção dos vários valores (partilhados e/ou específicos) que resulta o caráter *permanente* do estatuto. Importa notar que a participação da Santa Sé nos trabalhos tem sido apreciada pelos membros da organização, tendo sido votada por maioria dos Estados-membros, em julho de 2004, uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGONU) que estabeleceu «that it is in the interest of the United Nations that all States be invited to participate in its [the Holy See's] work», sentindo-se os representantes das nações «[d]esirous of contributing to the appropriate participation of the Holy See in the work of the General Assembly in the context of the revitalization of the work of the Assembly» (The Permanent Observer Mission of the Holy See to the United Nations, 2020g). Ficou, assim, decretado que à Santa Sé «shall be accorded the rights and privileges of participation in the sessions and work of the General Assembly and the international conferences convened under the auspices of the Assembly or other organs of the United Nations» (*ibid*.). Isto significa que, para a maioria dos líderes governamentais, o estatuto de observador (e não de membro) detido pela instituição católica, que lhe permite aconselhar (mas não agir), não a tem diminuído na cena política mundial.

A Missão da Santa Sé nas Nações Unidas é representada pelo Núncio Apostólico designado pelo Papa para o efeito (*vide* The Permanent Observer Mission of the Holy See to the United Nations, 2020c, d, f), sendo ele quem habitualmente participa nos encontros multilaterais em nome do Santo Padre e da Igreja. A presença do Papa na sede do organismo, em Nova Iorque, é, portanto, uma ocasião rara e, com efeito, até hoje, foram apenas cinco os momentos na História em que o chefe máximo da Igreja Católica esteve presente numa sessão da AGONU: a 4 de outubro de 1965, aquando da visita do Papa Paulo VI aos EUA e às Nações Unidas; a 2 de outubro de 1979 e a 5 de outubro de 1995, da realizada pelo Papa João Paulo II; a 18 de abril de 2008, pelo Papa Bento XVI; e a 25 de setembro de 2015, pelo Papa Francisco. Segundo o estipulado pela organização, caso não surjam circunstâncias que exijam o agendamento de sessões especiais ou reuniões de emergência, «[t]he General Assembly shall meet every year in a regular session commencing on the Tuesday of the third week in September» (United Nations, 2019c). No que concerne aos pontífices, apenas a quarta intervenção ocorreu numa sessão extraordinária; as restantes tiveram lugar no quadro habitual de encontros multilaterais. Todas elas resultaram de um convite feito pelo Secretário-Geral da ONU[8] ao pontífice em funções, tendo cada qual manifestado o seu apreço pelo contributo da Santa Sé para o trabalho da organização (cf. United Nations 1965a, 1979c, 1995a-c, 2008a-b, 2015a; U Thant, 1965; Ban Ki-moon, 2015).

De acordo com Tiago Moreira de Sá, a AGONU é «um momento sempre importante para se perceberem as orientações políticas dos principais protagonistas mundiais (…), bem como para se entender os assuntos que vão dominar a agenda internacional no futuro» (2019). Ora, se, ao longo do último meio século, tem sido atribuído à figura do chefe máximo do catolicismo (i) um cariz de líder mundial, idêntico a qualquer outro em termos de capacidade de falar na AGONU, mas (ii) único, tendo em conta a natureza que lhe é mais própria, que faz com que as suas palavras se revistam de uma carga simbólica incomparável à dos restantes oradores, e se (iii) esta carga tem sido vista como o maior contributo da Santa Sé para o trabalho a desenvolver pelos Estados-membros, servindo de inspiração moral às operações práticas no terreno em prol da paz e do progresso da

[8] Em 1965, U Thant; em 1979, Kurt Waldheim; em 1995, Boutros Boutros-Ghali; em 2008 e em 2015, Ban Ki-moon.

humanidade [como lemos na página do observador permanente: «[p]olitical support or material aid they will certainly not expect. What they do seek is what the Holy See, by its very nature and tradition, can offer: orientation and spiritual inspiration that should animate the life of nations and their mutual relationships» (2020d)], então consideramos justo entendermos o Santo Padre como um dos «protagonistas mundiais» das respetivas épocas e as mensagens de cada um na AGONU como um reflexo do que marcava a agenda global – mais precisamente, como manifestações da visão da Igreja Católica sobre o estado do mundo, em cada altura, e do parecer dos pontífices quanto ao que deveria ser feito pelos dirigentes mundiais em benefício do Homem.

Foi com base nesta conclusão que escolhemos ter por base para o desenvolvimento da nossa tese os Discursos proferidos pelos últimos quatro Papas naquela assembleia, nas cinco ocasiões referidas, balizadas num período de cinquenta anos. Em concreto, tencionamos analisar o modo como as mensagens comunicadas por cada um dos pontífices foram retransmitidas por órgãos de comunicação social por meio de um processo de reescrita desenvolvido nas redações – reescrita esta que iremos entender como tradução. Dois aspetos foram fundamentais na definição deste objeto de estudo: (i) estando em causa os *media*, o objeto a analisar teria de apresentar relevo noticioso no contexto mediático em questão – que, no nosso caso, se cingirá ao português, por ser aquele ao qual pertencemos e no qual a tese foi desenvolvida. Pretendendo nós abordar uma temática relacionada com a vida da Igreja Católica, e sendo o catolicismo a tradição religiosa de base em Portugal, considerámos que a presença física dos chefes máximos da Igreja na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, teria sido entendida pela comunicação social do nosso país como um acontecimento relevante a relatar aos cidadãos; (ii) ao mesmo tempo, se a AGONU é, como disse Sá, um momento «sempre importante» para o público conhecer as orientações dos vários protagonistas mundiais e os assuntos que irão fazer parte da agenda política internacional a curto e a médio-prazo, então o interesse noticioso teria sido elevado igualmente por este motivo. Tudo isto nos daria (à partida) materiais para analisar.

OS FUNDAMENTOS DA INVESTIGAÇÃO

Em entrevista desenvolvida para efeitos desta tese, o Cardeal Pietro Parolin (2020), atual Secretário de Estado de Sua Santidade, o Papa Francisco, explicou-nos que, no processo de preparação de uma visita apostólica, no decorrer da qual irão ser proferidos

discursos pelo Santo Padre (um processo que iremos abordar com maior detalhe no ponto 2.2. deste estudo), um dos pontos essenciais é fazer com que a mensagem pontifícia consiga chegar aos destinatários. Os *media* são particularmente importantes a este respeito, uma vez que prestam um contributo fundamental na veiculação do que é comunicado, tornando, assim, tanto mais possível a amplitude de recetores e o impacto junto das comunidades. Como nos disse Parolin, em rigor, os jornalistas são considerados «o último elo da cadeia de transmissão para chegar ao povo», possuindo «uma deontologia própria que a Igreja supõe e respeita nas convicções pessoais do jornalista e no seu trabalho» (apêndice A.5: p. 72). Reconheceu ser possível colocar-se a eventualidade de um jornalista não ver concedida a acreditação em futuras solicitações de tal estatuto «caso o serviço prestado pelo jornalista se tivesse revelado contraproducente», i.e., fugisse ao teor dos conteúdos e das explicações disponibilizados pela Sala da Imprensa da Santa Sé antes da publicação dos artigos; no entanto, considerou que, de um modo geral, cada jornalista se sente «um aliado natural do Santo Padre» (*ibid.*) no objetivo de que, numa qualquer viagem apostólica, seja possível atender àquele propósito fundamental, logo, fazer com que a comunicação pontifícia seja eficaz.

Notamos, aqui, uma situação paradoxal que irá ser basilar no nosso estudo e que apresenta uma raiz histórica: por um lado, desde o Concílio Vaticano II que a Igreja Católica tem reconhecido o enorme benefício dos *media* à sua perspetiva de abertura ao exterior (*ad extra*), benefício este resultante acima de tudo da inquestionável capacidade de tais meios em termos de (re)transmissão[9] das mensagens a comunicar (como foi expresso na constituição conciliar *Inter Mirifica*, cf. PP. Paulo VI, 1963a: 1), para além de permitirem que uma instituição milenar como aquela em apreço atenda e se adapte continuamente às exigências de cada novo modelo de sociedade – em particular, no que à forma de dialogar com o mundo diz respeito –, para, assim, se manter sempre influente (cf. Spadaro, 2013: 11); por outro, já antes do Concílio Vaticano II, mas sobretudo a partir dele, a Igreja começou a preocupar-se com a possibilidade de os sentidos serem desvirtuados à medida que vão sendo propagados por outros meios que não os oficiais do Vaticano (cf. De Mattei: 2012: 236). Esta preocupação tem-se intensificado com o passar

[9] Com o prefixo «(re)» pretendemos expressar, por um lado, o caráter exponencial da ação em causa, que, nos *media*, tem que ver tanto com o número de órgãos que poderão reescrever as mensagens como com o potencial de interpretações diferentes («the potential infinity of interpretation», segundo Pratt, 1981: 184); por outro, indicar o duplo sentido da palavra: sendo uma *reescrita*, não terá havido somente uma (mera) reprodução de um texto já existente, mas uma *nova* versão do mesmo, num *novo* texto, o que indicia uma (re)produção de sentidos estabelecida numa lógica circular, como iremos defender neste estudo.

dos anos, em especial à medida que a realidade mediática se tem vindo a complexificar em termos de suportes de comunicação (da imprensa em papel para a rádio, da rádio para a televisão e desta para formatos digitais e multiplataformas) e a nível da interação dos recetores com os dispositivos (marcados por uma crescente portabilidade, individualidade e multifuncionalidade). Com efeito, os Papas pós-conciliares tanto têm renovado as considerações da Igreja sobre o contributo dos *media* para a concretização da dimensão *ad extra* do papado e da Cúria (cf. PP. João Paulo II, 2005b; PP. Bento XVI, 2009; PP. Francisco, 2018c, 2017a, 2016, 2015a, 2013a, 2013c)[10] como têm mostrado consciência quanto aos perigos envolvidos. Percebemo-lo, por exemplo, no primeiro discurso do Papa Francisco aos representantes dos meios de comunicação social, em março de 2013: aludindo às circunstâncias que haviam conduzido à sua eleição, manifestou um «agradecimento particularmente sentido» a todos os que «souberam olhar e apresentar [os] acontecimentos da história da Igreja, *tendo em conta a perspetiva mais justa em que devem ser lidos: a perspetiva da fé*» (2013a: 5; ênfase nossa). Ora, é uma afirmação que deixa antever não ser sempre uma realidade. Acresce, depois, o tom de conselho (e, por isso, de orientação) que notamos na passagem em que o pontífice reconheceu o caráter indispensável dos relatos dos jornalistas sobre os acontecimentos mais marcantes da contemporaneidade:

> Quase sempre os acontecimentos da história reclamam uma leitura complexa, podendo eventualmente incluir também a dimensão da fé. Certamente os acontecimentos eclesiais não são mais complicados do que os da política ou da economia; mas possuem uma caraterística fundamental própria: seguem uma lógica que não obedece primariamente a categorias por assim dizer mundanas e, por isso mesmo, não é fácil interpretá-los e comunicá-los a um público amplo e variado. Realmente a Igreja, apesar de ser indubitavelmente uma instituição também humana e histórica, com tudo o que isso implica, não é de natureza política, mas essencialmente espiritual: é o Povo de Deus, o Povo santo de Deus, que caminha rumo ao encontro com Jesus Cristo. Somente colocando-se nesta perspetiva é que se pode justificar plenamente aquilo que a Igreja Católica realiza (PP. Francisco, 2013a: 5)

Desta mensagem do Santo Padre destacamos a comparação feita entre a complexidade dos assuntos relacionados com a Igreja e a de outras esferas da vida humana, nomeadamente a política e a económica. Como disse, os primeiros «não são mais

[10] O reconhecimento dos *media* como peças fundamentais para a ação da Igreja no mundo resulta, como refere António Spadaro, do facto de que «[a] Igreja está naturalmente presente onde o [H]omem desenvolve a sua capacidade de conhecimento e de relações», sendo que, «desde sempre, ela possui, no anúncio de uma mensagem e nas relações de comunhão, os dois pilares fundamentais da sua existência. Eis porque a Rede e a Igreja são duas realidades, 'desde sempre', destinadas a encontrar-se» (2013: 11). Não se trata, portanto, de investir num modelo de evangelização totalmente diferente do passado, mas, fundamentalmente, de se estar presente num «contexto no qual a fé é chamada a exprimir-se não por uma mera vontade de presença, mas por uma conaturalidade do Cristianismo com a vida dos homens» (*ibid*.: 25).

complicados» do que os segundos, mas confirmou a dificuldade em fazer-se chegar ao público leigo as informações da Igreja, uma vez que os assuntos «seguem uma lógica que não obedece primariamente a categorias por assim dizer mundanas», não sendo, por isso, «fácil interpretá-los e comunicá-los a um público amplo e variado». Isto significa que, se é a natureza «essencialmente espiritual» da Igreja que tem de ser transmitida, é, no entender do Papa, nesta veiculação que o trabalho jornalístico se deve concentrar, sendo em tal capacidade que reside, segundo ele, a utilidade do jornalismo para a missão *ad extra* da Cúria (como percebemos em: «Somente colocando-se nesta perspetiva [da natureza espiritual] é que se pode justificar plenamente aquilo que a Igreja Católica realiza»). Daqui compreendemos a sugestão feita por Francisco aos responsáveis da comunicação social aos quais se dirigiu: que «procura[ssem] conhecer cada vez mais a verdadeira natureza da Igreja e também o seu caminho no mundo, com as suas virtudes e os seus pecados, e conhecer as motivações espirituais que a norteiam e que são as mais verdadeiras para entendê-la» (*ibid*.). Isto porque, como lhes disse, «[o] vosso trabalho requer estudo, uma sensibilidade própria e experiência, como tantas outras profissões, mas implica um cuidado especial pela *verdade*, a bondade e a beleza; e isto torna-nos particularmente vizinhos, já que a Igreja existe para comunicar precisamente isto» (*ibid*.; ênfase nossa). Ou seja: «[d]everia resultar claramente que todos somos chamados, não a comunicar-nos a nós mesmos, mas esta tríade existencial formada pela verdade, a bondade e a beleza» (*ibid*.).

Destacámos a palavra «verdade» para clarificarmos o contraste de posições entre a Igreja Católica e os *media*: para a instituição religiosa, na figura do Santo Padre – que, no nosso estudo, irá representar o agente de partida –, existe uma verdade que deve ser salvaguardada, a qual, em termos doutrinários, corresponde à Palavra Divina, mas que também se faz manifestar nas comunicações oficiais do Papa, enquanto representante de Deus na Terra. No nosso caso, a «verdade» corresponderá à versão oficial dos cinco Discursos proferidos na AGONU. Depois, no outro lado da equação, os *media* e os jornalistas – que serão os nossos agentes de chegada – reproduzem as mensagens oficiais para os leitores. Fazem-no na prossecução da função que assumem nas sociedades em que estão inseridos: permitir ao cidadão comum o conhecimento da atualidade. E fazem-no a partir de um posicionamento no mundo, de uma visão sobre o mundo e de um papel no mundo que são necessariamente diferentes dos que caracterizam o agente de partida. A discursividade jornalística é, portanto, uma *reinterpretação* daquilo que a Igreja e o Santo

Padre consideram como *a* verdade, que ocorre num momento posterior àquela e numa lógica contínua de circulação de sentidos. No nosso entender, é pela tradução que é feita a articulação entre os dois contextos (de partida e de chegada) por meio dos respetivos textos – no caso, a reprodução do Discurso oficial de cada Papa na AGONU (a comunicação da mensagem inicial, no seu todo) em notícias publicadas sobre os mesmos (a reinterpretação feita pelos *media*). Clarificamos este nosso entendimento no seguinte gráfico:

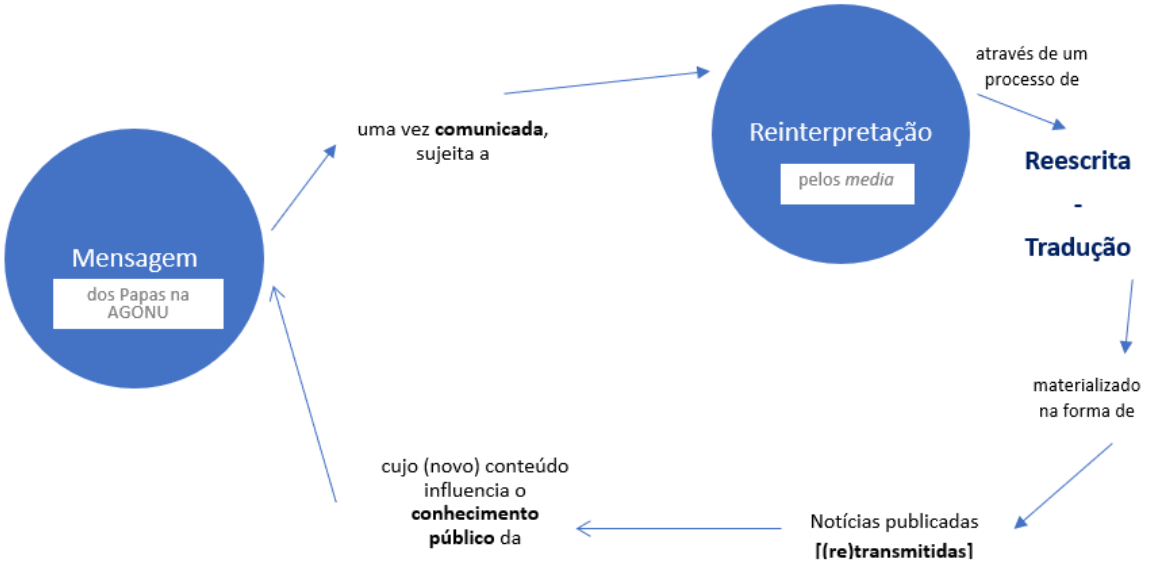


GRÁFICO 1: *Circularidade: da mensagem (comunicada pelo Santo Padre) à reinterpretação (pelos* media*).*

Entendemos, portanto, a relação entre os dois polos como sendo circular, manifestando-se (i) desde a comunicação de uma mensagem inicial (ii) até à sua reinterpretação através de um processo de reescrita, (iii) chegando, por fim, as notícias publicadas (os *novos* textos, com *novos* sentidos, porque reescritos, i.e., traduzidos) aos leitores, que assim tomam conhecimento daquela mensagem.

Sobre a articulação de textos, de agentes e de contextos por meio da reescrita, enquanto uma forma de tradução, serve-nos o seguinte argumento de André Lefevere:

> The fact that a sizeable number of often mutually antagonistic, often uneasily coexisting truths and justifications have appeared and disappeared over the centuries, has not really been able to deter interpreters. You could rationalize the fact that you were, really, choosing your own truth, your own justification, rather than the one-and-only truth, the one-and-only justification, in at least one of two ways. Either you could regard the proliferation of truths and justifications as a healthy sign of pluralism and progress (…). Or you could say that interpretation simply has not reached the truth yet, that it has fallen short of the ultimate justification because it simply isn't good enough yet (…). In both cases you would never have to face the fact that you were

> putting your talent, your time and your erudition in the service of a truth, a justification that you yourself selected, not one that is given to you, eternal, but one that was made for you, transient (Lefevere, 1985: 216-217)

Embora o autor se estivesse a referir especificamente à tradução de obras literárias, consideramos que este seu ponto de vista representa bem o que para nós está em causa na produção de notícias sobre textos oficiais da Igreja Católica: uma lógica de circularidade na qual existe traduzibilidade. Há, antes de mais, um antagonismo entre o agente religioso e o agente jornalístico, i.e., uma perspetiva discursiva diferente, desde logo no que respeita ao entendimento dos conteúdos e aos propósitos comunicativos [segundo Lefevere, «often mutually antagonistic (…) truths and justifications»]. Com efeito, se, para a Igreja, existe uma interpretação única da verdade («the one-and-only truth»), para os *media* quaisquer textos de/sobre aquela instituição religiosa (ou de qualquer outra) são reinterpretáveis, sendo tratados nas redações como qualquer outro assunto («you were, really, choosing *your own* truth, *your own* justification»). A isto acresce o facto de que, enquanto a divulgação das mensagens pontifícias segue uma lógica de comunicação oficial, formal e de um-para-todos, dada a premissa de que os conteúdos têm um cariz universal e transnacional (i.e., os valores do catolicismo dirigem-se a todos os indivíduos e povos), a retransmissão de sentidos que é feita pelos jornalistas processa-se num registo linguístico corrente, dirigido a um conjunto de recetores comuns (leigos) e heterogéneo nas suas características civis e socioeconómicas, o que implica um esforço pela maior inteligibilidade possível do que lhes é dado a ler (e a conhecer), sobretudo quando são assuntos revestidos de alguma complexidade e/ou profundidade – como, aliás, reconheceu o Papa Francisco. Além disso, o trabalho jornalístico é desenvolvido na perspetiva de alguns-para-muitos (i.e., de algumas redações para o respetivo conjunto de leitores, que é potencialmente amplo, mas que está territorial e culturalmente estabelecido). Por fim, se os Discursos na AGONU foram longos em extensão, tendo os pontífices tido tempo para comunicar os seus pontos de vista aos principais líderes político-governamentais da altura, já os *media* contam entre os seus maiores constrangimentos a limitação de tempo para a produção escrita das notícias e de espaço para a divulgação das mesmas. Por tal motivo, terão sido necessariamente estabelecidas nas redações ordens de prioridade, com algumas mensagens a merecer mais atenção do que outras, o que significa que não terá chegado ao público tudo o que foi comunicado no contexto de partida; pelo contrário, terá sido inevitável (salvo nas transcrições integrais dos Discursos) a reescrita de apenas uma parte

dos textos iniciais. E é preciso também não esquecer uma variável não menos importante: o facto de terem estado em causa diferentes línguas nos contextos de partida e de chegada. Com efeito, todos os pontífices – com exceção de Francisco – falaram na AGONU numa língua que não a sua,[11] tendo as versões criadas pelos jornalistas sido, por sua vez, publicadas na língua nacional (no nosso caso, o português). E mesmo que tenham tido acesso aos textos oficiais da Santa Sé já traduzidos, não terá deixado de existir uma transferência (prévia) de sentidos entre línguas diferentes, desta feita elaborada pelos Serviços de Imprensa da instituição. Ora, quer tenha existido nas redações uma tradução direta dos argumentos pontifícios da língua estrangeira para português, quer uma tradução indireta, baseada na versão oficial já traduzida; e quer os jornalistas tenham traduzido os textos na íntegra, quer apenas excertos, o resultado terá sido, como dissemos, um *novo* texto e, por isso, necessariamente um *novo* sentido das mensagens. É daqui que resulta a ideia de imperfeição indicada por Lefevere: quem reescreve precisa de aceitar que a sua reinterpretação «simply has not reached the truth yet» e que «it has fallen short of the ultimate justification because it simply isn't good enough yet», precisamente porque a sua versão nunca será idêntica à mensagem inicial – sobretudo se aquela for parcial e incompleta relativamente à totalidade de conteúdos existentes à partida, como entendemos ser inevitável acontecer no jornalismo.

Tudo isto nos leva a compreender melhor o que está em causa na apreensão da Igreja e dos Papas relativamente à exposição das mensagens: tal como afirmou Régis Debray ao referir-se aos primórdios da tradição cristã, da mesma forma que a Palavra Divina, uma vez acessível à generalidade da população, se tornou vulnerável a deturpações, também a reprodução de conteúdos da/ sobre a Igreja por agentes leigos da sociedade (como a comunicação social) agrava o facto de um «Deus lido e não salmodiado» poder ser interpretado pela «simples razão» (2002: 112). Ou seja: um texto proferido pelo Sumo Pontífice da Igreja Católica pode ser alvo de diversas reinterpretações, podendo algumas delas manter-se próximas das versões comunicadas à partida, ao passo que outras poderão apresentar um maior afastamento face às mesmas, mas também se as fontes utilizadas pelos jornalistas orientarem o trabalho numa determinada direção, visto que disso resultará a parcialidade dos sentidos.

[11] Na AGONU, em 1965, o Papa Paulo VI proferiu o seu Discurso em francês; em 1979, o Papa João Paulo II fê-lo em inglês e, em 1995, em inglês, em francês e em espanhol; em 2008, o Papa Bento XVI falou aos dirigentes mundiais em francês e em inglês; e, em 2015, Francisco na sua língua materna: o espanhol.

Sem dúvida que a complexidade de qualquer processo de reescrita de um texto oficial da Igreja por um órgão de comunicação social é considerável, podendo envolver diversas fontes, línguas e direções translatórias (i.e., diretas ou indiretas). Por isso, e tendo em conta o esforço de salvaguarda dos sentidos que a Santa Sé pretende comunicar à sociedade em geral, podemos considerar a tradução daquilo que a Igreja considera ser a verdade como um desafio que se coloca à instituição religiosa. No entanto, por «desafio» não queremos dizer que tenham existido necessariamente deturpações propositadas por parte dos jornalistas. Entendemos, sim, que as versões criadas à chegada das mensagens proferidas à partida nunca serão idênticas, porque serão o resultado de um processo no qual se fazem opções, que são determinadas por uma cultura (em geral) e por uma linha editorial (em particular). Daí que Lefevere diga que qualquer reescrita é sempre provisória («transient»): é feita por um agente (*aquele* e não outro) que está posicionado num dado tempo e num determinado espaço, logo, tendo uma perspetiva sobre o texto que recebe do agente inicial que é necessariamente específica e, por isso, diferente, caso a caso. É esse posicionamento que o faz olhar para o mundo e entendê-lo segundo uma visão em particular (*aquela* e não outra), sendo levado a escolher «*[his] own* truth, *[his] own* justification» quando perante o conjunto de informações que lhe cabe reescrever. De tudo isto resulta, então, um *novo* texto, simultaneamente definido num e orientado para um contexto discursivo de produtores e recetores dos conteúdos que não corresponde ao existente à partida. Assim sendo, entendemos que o desafio reside no modo *como* as diferenças são articuladas – pela tradução –, pois é o que determinará, em última instância, a forma como as palavras comunicadas se tornam conhecidas pelo público.

Importa esclarecer também a este respeito a ideia de polissistema, i.e., da sociedade, enquanto um agrupamento composto por diversos sistemas (e subsistemas), cujos agentes estão afetos a uma cultura em comum (gráfico 2).

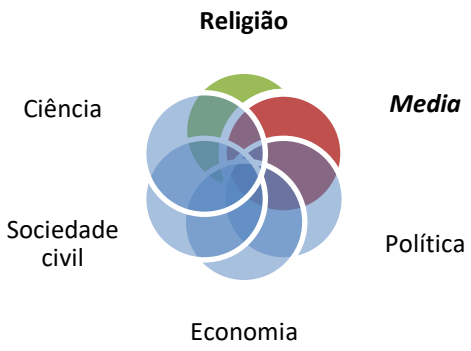


GRÁFICO 2: *Proposta de representação do polissistema português, com exemplos de alguns sistemas que o compõem*

Se a reescrita se processa consoante características específicas dos agentes retransmissores, então o facto de um mesmo texto ser reproduzido (traduzido) por vários elementos de uma mesma sociedade (polissistema) não é sinónimo de uma reinterpretação igual. Pelo contrário, são processos próprios, marcados simultaneamente por fatores de ordem cultural e editorial, que, em última instância, determinam o modo como os assuntos da atualidade são perspetivados e, portanto, a forma como as notícias sobre os mesmos são produzidas e colocadas em circulação. No que concerne às linhas editoriais, sendo um conjunto de diretrizes que estipulam o que é (e não é) notícia e que definem o comportamento dos profissionais, são um fator que está inegavelmente associado ao *modus operandi* de uma redação no que ao recurso à tradução diz respeito. Entre os fatores de índole sociocultural, que são afetos a todo o polissistema, conta-se, por exemplo, a identidade religiosa predominante entre os cidadãos. Disto resulta que o jornalista é mais do que um «mero» profissional em quem as diretrizes próprias do órgão ao qual pertence foram inculcadas e apreendidas por aprendizagem *in loco* (cf. Breed, 1955: 328). Ele não deixa de ser um membro da sociedade, pelo que, em nosso entender, será de algum modo influenciado no seu trabalho pelo sentido de identificação com o meio cultural transmitido de geração em geração e partilhado no polissistema – sentido este que é comum ao seu núcleo profissional, ao seu núcleo pessoal e também ao conjunto dos leitores, a quem o seu trabalho se dirige e que constitui o motivo do seu esforço em prol da inteligibilidade dos conteúdos aquando da reescrita (tradução) dos mesmos.

Para esta nossa convicção *a priori*, foi importante a consciência de que a religião assume uma particular relevância em matéria de identidade sociocultural por estar ligada às origens de um povo. O prolongar de uma herança religiosa ao longo de gerações é, portanto, um sinal de enraizamento da identidade de uma população, mesmo em contextos em mudança. No entender de Anthony Giddens, qualquer identificação sociocultural assenta num sentido de segurança («trust»). Trata-se de um fenómeno emocional e não cognitivo, que está relacionado com a ideia de «estar-no-mundo» («being-in-the-world»), i.e., com «the confidence most humans beings have in the continuity of their self-identity and in the constancy of the surrounding social and material environments of action» (1990: 92). Está, assim, envolvida uma dimensão inconsciente («unconscious»), pois é de modo não deliberado que a identidade se constrói e que aquele sentido de confiança pode ser verificado – como explicou Giddens: «Philosophers have shown us that on a cognitive

level there are few, if any, aspects of our personal existence about which we can be certain» (*ibid.*). E, para o autor, na existência do ser humano, as únicas certezas dizem respeito às seguintes convicções: (i) o ambiente no qual o indivíduo se move e com o qual toma contacto é constante, apesar de a sua forma poder ser alterada ao longo do tempo; (ii) a pertença a tal ambiente está englobada numa memória coletiva (cf. Halbwachs, 1990; Hervieu-Léger, 2000) na medida em que os vários membros da comunidade partilham (em termos teóricos) e manifestam (em termos práticos, em ações concretas) um conjunto específico de valores inculcados no decorrer da socialização. É da confirmação de ambas as premissas que resulta o sentido de segurança, logo, a identificação com o polissistema ao qual se pertence, que se expressa num modo de ser, de pensar e de agir «natural» (inconsciente).

Será à luz deste entendimento que iremos olhar para a persistência da religião católica na memória coletiva (e na socialização) portuguesa, partindo da suposição de que o catolicismo cultural terá influenciado o trabalho de reescrita feito pelos jornalistas, enquanto membros da sociedade, para além das linhas editoriais do seu órgão.

OS OBJETIVOS DO ESTUDO

A contínua (re)produção de sentidos no trabalho dos *media*, no qual é, muitas vezes, difícil identificar quais foram as fontes e os textos utilizados aquando da reescrita de um dado conteúdo, conduz-nos ao argumento Maxwell McCombs e Donald Shaw de que as opções assumidas por um órgão de comunicação social não apenas *espelham* os interesses do público nem procuram somente corresponder às suas expetativas, mas também *constroem* a realidade, visto que «[r]eaders learn not only about a given issue, but also how much importance to attach to that issue from the amount of information in a news story and its position» (1972: 176). Por tal facto, «the mass media may well determine the important issues – that is, the media may set the 'agenda' of the campaign» (*ibid.*). Ora, se é certo que não é possível determinar em que medida um texto jornalístico é responsável pelas atitudes dos recetores face aos assuntos noticiados, é, sim, possível extrapolar conclusões sobre o modo como os assuntos são transmitidos no seio de uma sociedade pelos *media* (cf. *ibid*.). As notícias são, muitas vezes, a única forma de acesso por parte dos recetores a conteúdos da atualidade internacional, o que faz com que haja uma relação direta entre aquilo que é divulgado pela comunicação social e o que se torna conhecido pelo público

(como indicámos no gráfico 1). Podemos, assim, considerar que os *media* podem não ser capazes de determinar *como* as pessoas devem pensar, mas exercem sem dúvida influência *sobre* o que devem pensar (cf. *ibid.*: 177, 181) – e, como tal, têm necessariamente um impacto no que se torna conhecido (ou é desconhecido) por parte dos cidadãos, como seja acerca de uma mensagem da Igreja.

Tendo tudo isto em mente, partimos para o nosso estudo com um conjunto de questões, composto por uma pergunta principal, que lhe dá título e à qual procuraremos dar resposta no final da investigação, ao fazermos um balanço de todos os dados recolhidos (número 5); e quatro particulares, que nos irão guiar no decurso da análise de conteúdo, sendo respondidas etapa a etapa (números 1 a 4):

> 1. Em que medida os argumentos comunicados pelos Papas quando na AGONU foram dados a conhecer na sociedade portuguesa por órgãos da comunicação social através de processos de reescrita (logo, de tradução)?
>
> 2. Que peso tiveram os argumentos reescritos (e, portanto, os elementos textuais traduzidos) dos Papas nos textos produzidos e transmitidos à chegada, no seu todo? E que lugar ocuparam na estrutura das notícias?
>
> 3. Que preocupações e/ou mensagens, de entre todas as comunicadas pelos Papas, foram destacadas nos textos de chegada, tendo sido definidas e colocadas em circulação na sociedade enquanto cerne daqueles Discursos?
>
> 4. Com que tipo de papel na vida política internacional e na sociedade os Papas foram retratados? E quais as principais diferenças a este respeito face a líderes políticos e governamentais contemporâneos que também discursaram naquela assembleia?
>
> 5. Como se reescreve um Papa?

O *CORPUS* DE ANÁLISE

Para o *corpus* de análise, privilegiámos os órgãos da imprensa, dada a maior riqueza de conteúdos que apresentam, para além da maior facilidade no que se refere à consulta de conteúdos – especialmente quando relativos a épocas menos próximas, como está implicado neste estudo. Entre os vários títulos da imprensa nacionais, escolhemos analisar três jornais – o *Diário de Notícias* (*DN*), o *Jornal de Notícias* (*JN*) e o *Diário dos Açores* (*DA*) –, tendo-nos munido dos seguintes critérios para a escolha:

> (i) Todos os jornais são diários e nasceram na fase inicial de profissionalização da imprensa em Portugal (século XIX), pelo que acompanharam as cinco visitas dos Sumos Pontífices da Igreja Católica à sede das Nações Unidas;
>
> (ii) Todos os jornais são de informação geral, fazendo presumir a mesma importância destas visitas para serem noticiadas enquanto temas da atualidade internacional;
>
> (iii) Nenhum dos jornais assume uma orientação político-religiosa específica, assumindo, à partida, a mesma posição no polissistema face à Igreja (e ao Estado).

A definição destes critérios resultou, sobretudo, de uma tentativa de constituirmos um *corpus* comparável – uma intenção que justifica por que motivo, no caso do contexto açoriano, termos optado pelo *DA* e não pelo *Açoriano Oriental* (*AO*): não obstante ser o jornal mais antigo do país, o *AO* apenas começou a ter uma publicação diária em 1 de janeiro de 1979, pelo que não cumpre o critério (i) (cf. *Açoriano Oriental*, 2020). Também não foi alheia à escolha dos três jornais a representatividade que permitem ter do contexto de receção português, em geral, uma vez que todos se apresentam como os títulos com maior tiragem nas regiões nas quais são produzidos: o *JN* na região norte do país, o *DA* na Região Autónoma dos Açores e o *DN* na Grande Lisboa e no Sul do país. Por fim, o valor cultural de todos eles no seio da imprensa portuguesa foi igualmente tido em consideração. Com efeito, o *DN* foi, desde sempre, um dos títulos mais reconhecidos, marcando a História da imprensa nacional pelos moldes em que foi produzido e difundido: um jornal de grande tiragem que abrangia camadas vastas da população e que se tornou um marco no jornalismo de referência – uma prática caraterizada «pela atenção que [se] dá aos temas de Política, Economia e Cultura» e pelo descuro do sensacionalismo (Figueira, 2012: 70). O *JN* veio a destacar-se como um jornal popular, dirigido «a um público menos culto e exigente» (*ibid.*), mas sem deixar de praticar um jornalismo «de qualidade» (*ibid.*: 78). O «estilo *JN*», como é designado, constitui um caso particular na imprensa diária, e não apenas em Portugal, mas também noutros países, «[representando] sem dúvida um exemplo notável de um jornalismo ao mesmo tempo acessível e popular, mas que nunca perde de vista a abordagem dos grandes temas e questões nacionais e internacionais» (*ibid*. 78-79). O *DA* marca-se por ser o quotidiano mais antigo dos Açores e por ter importado o modelo do *DN* para a realidade açoriana. Ao fazê-lo, contribuiu para uma renovação das práticas jornalísticas na região e para «lançar, num meio caracterizado pelo analfabetismo, pela dificuldade de circulação de informação, pessoas e bens e pelas limitações das artes gráficas, um órgão de informação diário [passível de levar] aos micaelenses a informação do mundo que chegava a São Miguel, mal a ela tivesse acesso» (Moscatel, 2002). Todos estes jornais foram agraciados com Ordens Honoríficas portuguesas, o que sustenta o seu valor cultural para o país.

No que concerne à análise das notícias, servirão de objeto à investigação as que considerámos principais, i.e., o artigo no qual cada um dos jornais apresentou aos respetivos leitores um primeiro relato sobre as participações pontifícias na AGONU. Nos

casos em que tais textos foram acompanhados por outros na mesma página, também dando conta de informações sobre aqueles acontecimentos (por exemplo, em caixas de texto ou em artigos complementares), também estes serão tidos em consideração e definidos como parte do mesmo todo de sentido – embora seja sobre os primeiros que a análise irá recair com maior pormenor. Isto porque iremos assumir a pirâmide invertida como a estrutura de base para a redação dos conteúdos pelos órgãos da imprensa no período considerado (entre 1965 e 2015), o que faz com que o enfoque da investigação deva ser colocado sobre as parcelas de texto de leitura mais imediata, i.e., os elementos de captação, na terminologia usada por Jean-Luc Martin-Lagardette (1998: 44) – elementos que, para efeitos deste estudo, corresponderão à primeira página, a toda a titulação da notícia principal (antetítulo, título e/ou pós-título) e ao *lead* (o parágrafo inicial daquela notícia). Consistindo a pirâmide invertida numa estrutura em que os assuntos são organizados segundo uma ordem decrescente de importância, tais parcelas serão, em nosso entender, as mais demonstrativas da reinterpretação das palavras dos pontífices por parte de cada uma das redações e em cada tempo e espaço. Além disso, sendo as mais expostas aos leitores, poderão ter tido um maior impacto em termos de conhecimento público das visitas apostólicas em apreço. Apresentam-se-nos, assim, como focos de análise passíveis de nos conduzir a um bom entendimento da circularidade (e traduzibilidade) entre os agentes de partida e de chegada – o religioso e o jornalístico – desde a mensagem pontifícia inicial até à sua reinterpretação, pela tradução.

Importa esclarecer que este estudo irá incidir somente sobre os conteúdos textuais recolhidos dos jornais, não havendo lugar a uma análise das fotografias, e que todas as edições foram consultadas nos arquivos bibliotecários de Lisboa – nomeadamente, na Biblioteca Nacional de Portugal e na Hemeroteca de Lisboa –, com exceção das do *DA* de 2008 e de 2015, que, não constando naqueles acervos, foram disponibilizadas na sua íntegra pelo atual diretor, Paulo Viveiros, em formato PDF e via *email*. Por fim, esclarecemos que, com vista a evitarmos uma repetição do emprego das siglas dos agentes de chegada – *DN*, *JN* e *DA* –, iremos, por vezes, referi-los de forma metonímica, recorrendo à palavra «jornais». Esta representará, portanto, o órgão no seu conjunto.

Para além da análise de conteúdo das edições dos jornais, o nosso estudo também terá por base o método da entrevista. Contactámos pessoalmente os responsáveis dos três jornais – o então subdiretor do *DN*, Leonídio Paulo Ferreira, a 20 de novembro de 2019, na sede do jornal, em Lisboa; a responsável pela secção de Internacional do *JN*, Ivete Carneiro, a 27 do mesmo mês, na redação sediada no Porto; e o atual diretor do *DA*, Paulo Viveiros, num primeiro momento na sede estabelecida em Ponta Delgada, a 4 de julho de 2019, e, num segundo, via videoconferência, a 16 de março de 2020.[12] O intuito foi o de conhecer, em primeira mão, como a tradução serve de recurso ao trabalho jornalístico em cada uma das redações e que importância é habitualmente atribuída à temática religiosa (em geral) e a assuntos relacionados com o Sumo Pontífice da Igreja Católica (em particular). Incluímos nesta investigação também uma conversa estabelecida numa etapa inicial do trabalho com Mário Mesquita, antigo diretor do *DN*, hoje docente na área do jornalismo e Vice-Presidente do Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social. Consideramos o seu depoimento pertinente para este estudo, sobretudo pelas explicações que concedeu relativamente ao processo habitual de recolha de informações pela imprensa portuguesa sobre assuntos externos, nomeadamente sobre a Santa Sé, durante o período da ditadura e envolvendo a tradução. Como última entrevista, apresentamos o referido contacto com o Cardeal Pietro Parolin, Secretário de Estado do Papa Francisco, realizado via *email* e, como indicado em nota, marcado nalguns casos pelo envio de materiais alusivos aos assuntos em estudo, a 18 de fevereiro de 2020.

No que respeita à estrutura desta tese, esta irá ter a seguinte organização: no primeiro capítulo, iremos apresentar um mapa da investigação, i.e., todo o conjunto de dados recolhidos antes de procedermos à análise dos jornais, que nos permitiram delinear o projeto de investigação a desenvolver. Deste capítulo constará (i) o levantamento do estado da arte afeto à tradução de notícias durante a última década, quer a nível nacional, quer a nível internacional – no primeiro caso, tendo como referência os repositórios das universidades portuguesas com cursos de Tradução; no segundo, a plataforma Translation

[12] Houve, depois, um contacto excecional: por motivos de agenda do diretor do *DA* e pelo facto de a entrevista ter sido feita antes de termos iniciado a redação da tese e contactado os responsáveis dos outros dois jornais do nosso *corpus*, foi necessário completarmos o conjunto de respostas obtidas em julho de 2019, quando nos dirigimos a Ponta Delgada, para um segundo contacto. Todavia, devido à situação de pandemia que entretanto se instaurou e à impossibilidade de efetuarmos uma nova viagem àquela cidade antes da entrega da tese, a conclusão da entrevista foi feita por videoconferência, em março de 2020.

Bibliography (2019); (ii) uma ponderação quanto ao conceito «tradução de notícias» e, a partir da mesma, a apresentação de uma proposta conceptual: «tradução no campo jornalístico»; (iii) uma referência aos autores e postulados teórico-metodológicos sobre os quais nos iremos apoiar para desenvolvermos a nossa pesquisa no âmbito dos Estudos de Tradução (ET): para além do entendimento do ato de traduzir como uma forma de comunicação e de reescrita, tal como defendido por Theo Hermans (1996, 1999) e André Lefevere (1992a, b), respetivamente, teremos igualmente por base o trabalho de Esperança Bielsa e de Susan Bassnett (2009) sobre a chamada *news translation*, pioneiro na asserção e comprovação prática da grande complexidade envolvida no emprego da tradução na produção de notícias, e defensor da inegável influência sociocultural sobre a reescrita desenvolvida nas redações. Com tais referências de base, iremos olhar para o nosso objeto de estudo à luz de um conjunto de conceitos específicos: «ideologia», segundo Louis Althusser [2004 (1970)], que a entende como uma componente própria de (e inerente a) uma comunidade, pela qual existe uma inculcação de valores geracionais próprios a um agregado maior (ou seja, a um polissistema) e aos agregados particulares que o compõem (os sistemas e subsistemas), valores esses manifestados em contexto social; «discurso» entendido por Norman Fairclough (1992, 1995, 2003) como uma prática social expressa em diversos tipos de texto, desde oficiais (como os proferidos pelos Papas na AGONU) a sociais (como sejam as notícias dos jornais); e «património cultural religioso», fundamentando-nos nas perspetivas de Alfredo Teixeira (2017, 2019) e de Régis Debray (2000, 2001, 2002) de que tal herança persiste nas comunidades graças a processos de contínua adaptação a um mundo em constante mudança e por meio de uma exteriorização dos valores (internos). Depois, em termos de metodologias de investigação, iremos associar o modelo sistémico-sistemático de José Lambert e Hendrik van Gorp (1985), criado no âmbito dos ET, ao circuito do estudo dos *media* formulado por Julie D'Acci (2004), na esfera dos Estudos dos *Media* (EM). As notícias publicadas nos jornais selecionados serão analisadas por meio de uma análise crítica discursiva, mais especificamente pela abordagem histórica do discurso, segundo os princípios definidos por Ruth Wodak [2009 (1999), 2011 (2009)], a título individual ou em parceria com outros investigadores. Com base nestas três abordagens, iremos propor um modelo de análise especificamente criado para este projeto: o circuito da tradução no campo jornalístico.

O capítulo dois será dedicado à contextualização dos contextos de partida e de chegada: na primeira parte, iremos (i) procurar descrever o trajeto que a identidade católica e os *media* têm percorrido na sociedade portuguesa, sobretudo no que se prende com a relação estabelecida com o sistema político, já que esta foi diferente entre o primeiro ano do nosso estudo (1965), quando estava vigente a ditadura do Estado Novo, e o período seguinte (até 2015), marcado já pelos princípios democráticos; (ii) descrever o modo como são habitualmente preparados e disponibilizados os textos oficiais da Santa Sé aos órgãos de comunicação social, em geral; e (iii) dar a conhecer, em particular, o *modus operandi* dos jornais que escolhemos analisar, tanto a nível de recurso à tradução no seu trabalho como de tratamento da temática religiosa, para o que nos basearemos nas entrevistas realizadas aos respetivos responsáveis. Na segunda parte do capítulo, caracterizaremos as missões pontifícias dos quatro Papas das quais nos iremos ocupar e identificaremos os assuntos por eles abordados quando na AGONU, de modo a compreendermos como transpuseram para o contexto político e secular daquele fórum o seu entendimento quanto ao mundo na altura e quanto à ação da Igreja, com vista ao bem comum.

Por fim, no capítulo três, apresentaremos os resultados obtidos através da análise de conteúdo, ao longo de quatro etapas organizadas numa lógica de complexificação e de pormenorização crescentes, tal como proposto por Lambert e van Gorp: em primeiro lugar, a etapa dos levantamentos preliminares, na qual será determinante o parâmetro da *seleção* de conteúdos para reescrita a partir das versões oficiais dos Discursos, em que visaremos acima de tudo ter uma noção do interesse noticioso atribuído às palavras dos Papas, e, portanto, do recurso à tradução por parte dos jornais, bem como do modo como tal relevo foi evoluindo ao longo dos cinquenta anos que nos irão ocupar; em segundo, a macroanálise, pela qual procuraremos analisar a *reorganização* das passagens selecionadas nas versões de chegada e, assim, compreender se a tradução teve (ou não) peso na estrutura das notícias (que será tanto maior quanto mais parcelas da notícia principal tiverem incluído passagens reescritas, ou por citação ou por paráfrase) e que lugar o ato de traduzir ocupou naquela estrutura (que terá sido privilegiado se os casos de reescrita tiverem integrado sobretudo os elementos de captação); em terceiro, a microanálise, uma etapa em que nos concentraremos exclusivamente naqueles elementos (ou seja, no topo das pirâmides invertidas de cada jornal), procurando determinar o *destaque* feito a alguns argumentos dos Papas em particular, logo, identificar o tipo de preocupações mais

associado ao papel internacional dos chefes máximos da Igreja em cada período da História. A análise terminará com uma última etapa – a análise sistémica –, que será um momento no qual iremos proceder a uma comparação dos processos de tradução no campo jornalístico desenvolvidos pelo mesmo conjunto de agentes de chegada relativamente a outros textos proferidos na AGONU por um segundo subsistema de agentes de partida – mais precisamente, aos discursos de líderes político-governamentais que participaram em sessões daquela assembleia em alturas próximas das visitas dos pontífices: a 23 de setembro de 1965, o embaixador dos EUA na ONU, Arthur Goldberg, em representação do Presidente Lyndon Johnson; a 1 de outubro de 1979, a Primeira-Ministra portuguesa, Maria de Lurdes Pintasilgo; a 22 de outubro de 1995, o Presidente dos EUA, Bill Clinton; a 23 de setembro de 2008, o Presidente dos EUA, George W. Bush, e o Presidente do Irão, Mahmoud Ahmadinejad; e, a 28 de setembro de 2015, o Presidente dos EUA, Barack Obama, e o Presidente da Rússia, Vladimir Putin.[13] Esta comparação, que será primeiro sincrónica, será crucial para que possamos compreender (i) qual foi a imagem veiculada pelos jornais quanto à influência do Sumo Pontífice da Igreja Católica no mundo; (ii) em que medida existiram (ou não) nas redações leituras ideologicamente (i.e., culturalmente) fundamentadas sobre o protagonismo dos Papas (e daqueles líderes) em cada época; e (iii) que papel terá tido a tradução na reinterpretação da mensagem católica por parte dos jornalistas, uma vez que, para além das linhas editoriais, são também membros do polissistema, tendo, por isso, inculcado um sentido de identidade cultural portuguesa – que, como argumentámos, se reveste de uma carga católica ainda significativa. No último subcapítulo da análise, caberá um olhar diacrónico sobre todos os resultados obtidos.

Resta-nos uma breve explicação quanto ao que nos leva a realizar esta investigação. Em primeiro lugar, a esfera religiosa tem sido o universo ao qual nos temos dedicado desde o mestrado, sendo a compreensão do modo como o património cultural católico tem vindo a ser reproduzido em sociedades cada vez mais seculares a problemática que nos suscita mais interesse. Em segundo, escolhemos os *media* como sistema a cruzar com o religioso, em grande parte fruto da nossa licenciatura em Comunicação Social e experiência profissional no jornalismo, que nos fazem ter um grau suficiente de conhecimentos teóricos e práticos para podermos explorar um domínio ainda com vários espaços em

[13] O critério de escolha destes líderes será explicado com maior detalhe no subcapítulo 1.6.4.

aberto, em termos de investigação, nos ET. O carinho pela imprensa, em particular, é fruto de um contacto desde a infância com os jornais regionais dos Açores, de onde somos naturais, que foi estimulado pela colaboração de ascendentes familiares diretos com alguns dos títulos de maior circulação no arquipélago. Aliás, foi a nossa origem que nos levou a eleger um órgão açoriano para o *corpus* de chegada, na esperança de que, assim, pudéssemos conhecer – e dar a conhecer – um pouco da realidade da tradução no campo jornalístico num contexto sociocultural tendencialmente pouco explorado a nível académico, sobretudo no que aos ET diz respeito. Por fim, tendo sido nosso objetivo desde que nos propusemos realizar esta tese não somente progredir em termos académicos, mas também desenvolver a nossa experiência de investigação e, acima de tudo, adquirir novos conhecimentos, quisemos delinear um projeto que não se ficasse pelo cruzamento entre os ET e os EM sobre um objeto da esfera religiosa; antes, associar também outras áreas que nos suscitam interesse, mas que não tínhamos ainda tido a oportunidade de abordar de forma mais alargada: falamos especialmente da Política Internacional e da História Mundial, mas também da Análise do Discurso e dos Estudos de Cultura (EC).

Clarificamos igualmente que, tal como considerámos para os jornalistas, também toda a idealização, pesquisa, estruturação e análise que iremos descrever neste trabalho resulta do nosso posicionamento no polissistema, o que significa que tudo resultará não de fatores estritamente pessoais, mas de um conjunto de circunstâncias de tempo e de espaço específicas: foram *aqueles* jornais que cumpriram os critérios por nós definidos, aos quais conseguimos ter acesso e os quais conseguiríamos comparar neste trabalho; foram *aqueles* chefes de Estado os outros protagonistas da História tidos como relevantes pelos órgãos da imprensa do nosso país nos anos em apreço; foram *aquelas* referências teóricas e metodológicas as que apresentaram uma correspondência com o nosso modo de entender a ideia central de reprodução (traduzibilidade) dos conteúdos religioso-políticos – *aqueles* e não outros, porque olhamos para (e interpretamos) o mundo a partir do lugar em que nos encontramos na sociedade, que se faz sentir em toda a conjuntura afeta ao desenrolar da investigação, bem como no sentido de identidade sociocultural por nós assumido.

Por último, explicamos que as obras dos autores referenciados no decorrer deste documento estão indicadas nas bibliografias primária e secundária. Excetuam-se todos os trabalhos relativos às universidades portuguesas, cujas referências apresentamos na secção III da lista bibliográfica, no final deste documento.

1. MAPA DA INVESTIGAÇÃO

Este capítulo será dedicado à apresentação do enquadramento teórico e metodológico do nosso estudo, i.e., dos autores, dos postulados e dos conceitos que irão alicerçar a nossa pesquisa. Decidimos designá-lo de «mapa», precisamente devido a esta funcionalidade: de indicação do conjunto específico de perspetivas e de procedimentos de análise que se mostraram mais pertinentes para a investigação que pretendemos desenvolver e, que, por tal motivo, nos irão nortear no desenvolvimento de todo o trabalho nos capítulos seguintes. Caso a caso, haverá lugar a uma justificação das nossas escolhas, feita pelo destaque das mais-valias que entendemos ser possível extrair de cada autor e dos respetivos pontos de vista para a compreensão do nosso objeto e para alcançarmos os objetivos traçados.

No mapeamento integrámos igualmente o estado da arte, tendo-nos concentrado, para o efeito, na última década. Ou seja: restringimo-nos ao período entre a publicação da obra de Esperança Bielsa e de Susan Bassnett (2009), *Translation in Global News* – que, como iremos argumentar, é uma referência mundial no estudo deste tipo de atividade translatória, em particular –, até aos dias que correm, de modo a percebermos o que tem sido feito recentemente e em que medida os investigadores já conseguiram (ou não) explorar mais o campo em relação à época pré-2009. Será a partir desta aferição que iremos argumentar em que medida o nosso estudo poderá ser um contributo para os ET.

Por fim, é também neste capítulo que irão caber duas propostas feitas por nós – uma conceptual e uma metodológica –, visto que também elas se reportam a um momento inicial no processo de investigação: i.e., são formulações que tinham de ser definidas antes da análise dos dados recolhidos e, até, da recolha das informações contextuais, visto (i) serem fundamentais em termos de coerência terminológica e (ii) determinantes ao entendimento quer dos elementos que iremos ter por base – agentes, textos e contextos –, quer da forma como os mesmos se terão entrecruzado no polissistema português através da tradução.

Em suma, se, na introdução, indicámos o que pretendemos estudar, neste primeiro capítulo iremos explicar como tencionamos fazê-lo.

1.1. O estado da arte: projetos desenvolvidos na última década

Na obra *Translation in Global News* – que é um marco nos ET no campo específico da chamada «news translation» por ter sido a primeira a apresentar uma investigação longa e sustentada sobre a mesma –, Esperança Bielsa e Susan Bassnett indicam que a imensa partilha de conteúdos informativos de e sobre diversas partes do mundo, quase no próprio momento da sua ocorrência, eleva exponencialmente a necessidade da tradução e, por isso, também o interesse em se compreender os moldes nos quais a atividade é desenvolvida nesta esfera, em particular (cf. 2009: 1-2). Segundo afirmam, a globalização e o predomínio da língua inglesa na generalidade dos serviços informativos não diminuem a necessidade de se fazerem convergir os conteúdos para os contextos de receção (cf. *ibid*.: 2). Pelo contrário, a localização desempenha um importante papel na descodificação das informações, uma vez que possibilita aos recetores maior clareza na apreensão das realidades exteriores (cf. *ibid*.: 66-67). Além disso, a tradução nos *media* representa apenas um momento de uma cadeia mais vasta de procedimentos, sendo frequente a recolha dos conteúdos a traduzir a partir de várias fontes, muitas vezes – embora não exclusivamente – de culturas e de línguas diferentes (sobretudo quando há um recurso a agências de notícias internacionais). A probabilidade de descontextualização dos assuntos quando são reproduzidos é, por isso, elevada: com efeito, com exceção das transcrições integrais de textos de partida (como sejam discursos oficiais), as informações são habitualmente extraídas de um todo de sentido maior e, depois, reenquadradas nas versões de chegada, podendo ser associadas a outras, que foram, por sua vez, também descontextualizadas. Disto resulta o *novo* sentido das mensagens uma vez reescritas em contextos sociais, históricos e linguísticos que não os iniciais (cf. *ibid*.: 11, 15).

Como as autoras referem, no jornalismo «[t]he end product that is read or seen has been shaped for its receivers, mediated through several sets of filters that are determined by time or space constraints, editorial policy, cultural acceptability» (*ibid*.: 117). É por tal motivo que defendem ser importante, em investigação, procurar determinar por que filtros («filters») passaram os produtos informativos e quais os efeitos do reajuste («[shape]») dos mesmos no entendimento das mensagens de partida no contexto de receção. Segundo a perspetiva de André Lefevere de que «[f]acts, objects and concepts acquire meaning only within a semiotic framework, a certain way of looking at the world, a certain ideology» (1987c: 273), tal aferição representará a compreensão de como o enquadramento

(«semiotic framework») pelo qual os agentes de partida exprimiram as suas convicções por formas específicas de uso da língua foi transposto à chegada [logo, *re*enquadrado ou «reframed», na aceção de George Lakoff, (2014)] por (e para) outros agentes, mediante outros recursos linguísticos e culturais. Tratar-se-á, portanto, de uma identificação dos fatores que terão influenciado os processos translatórios das informações *sobre* o mundo para locais específicos *do* mundo.

A tradução instituiu-se como um ato necessariamente presente nos processos de produção noticiosa e o número crescente de investigações sobre este modo específico de traduzir demonstra uma consciencialização do potencial deste domínio para os ET. Porém, o cruzamento entre esta disciplina e os EM apenas começou a mostrar alguma solidez em termos de regularidade de publicações a partir do início do século XXI (cf. Valdeón, 2015a), em particular desde 2006. Em rigor, embora sejam vários os interesses de investigação em comum (cf. Bielsa e Bassnett, 2009: 2), a intersecção de ambas está pouco desenvolvida (cf. *ibid*.: 3; Schäffner, 2012a: 869; Valdeón, 2015a: 634; Bielsa, 2016: 197) ou, pelo menos, ainda apresenta domínios e/ou problemáticas por explorar. Isto mesmo foi detetado por Roberto Valdeón num estudo recente sobre a referência (ou não) à tradução e aos ET por parte de investigadores dos EM e da comunicação, em geral, no qual deu conta de um saldo marcadamente negativo a este respeito (cf. 2017b: 265). No que concerne à comunidade académica dos ET e à última década, a constatação não foi tão negativa, mas notamos um número ainda reduzido de publicações, sobretudo de estudos que se debrucem sobre outras questões que não especificamente conceptuais ou processuais. Fizemos esta aferição na base de dados *Translation Studies Bibliography*[1] – uma plataforma que visa providenciar «descriptive, non-evaluative abstracts for almost all publications included (except reviews)» e oferecer «a major source of information to all those specialists who deal with globalization, international communication, and multi-, inter- and cross-cultural issues» (2019: «Introduction»), sendo, por isso, considerada um importante recurso para a comunidade académica. Usando como termo de pesquisa a expressão «news translation», os resultados permitiram constatar que, entre 2010 e 2019, as obras publicadas têm versado sobre os seguintes conjuntos de temas:

[1] Uma recolha desenvolvida em duas etapas: a primeira, sobre os dados relativos ao período entre os anos 80 e o final de 2016 (pesquisa realizada a 5 de abril de 2018, por altura da preparação do projeto desta tese); a segunda, afeta aos anos compreendidos entre 2017 e 2019 (desta feita, a 16 de dezembro de 2019, aquando da redação deste capítulo). Ambas foram realizadas em https://benjamins.com/online/tsb/.

1. *Questões teóricas, metodológicas ou relacionadas com a prática da tradução*, por exemplo, no trabalho de Caimotto (2010), sobre a localização de conteúdos; de Ramirez (2015), sobre a alusão como estratégia translatória; de Károly (2017), sobre a coesão e a coerência; ou de Thawabteh (2017), sobre o binómio adaptação-arabização;

2. A *promoção de representações culturais específicas*, como investigou Bugnot (2012), ao analisar a transmissão de textos sobre o Islão na imprensa francesa e na espanhola; Kim (2013), acerca da representação da Coreia do Norte em textos jornalísticos americanos e sul-coreanos; ou van Doorslaer (2012), que apresentou um estudo de caso sobre a construção de imagens culturais na televisão flamenga;

3. Abordagens sobre *a relação entre a tradução no campo jornalístico* e fatores como a *ética* (Talebinejad e Shahi, 2017), a *ideologia* (Schäffner, 2010 e 2018; Bazzi, 2015; Pan, 2015; Carbonell i Cortés, 2010) e a *cultura* (Molina, 2011; Holzer, 2012; Conway, 2015; Davier, 2015);

4. A *tradução de conteúdos específicos pelos* media, nomeadamente *discursos políticos* (Schäffner e Bassnett, 2010; Schäffner, 2018), *humor* (Maher, 2012; Tsai, 2015 e 2017) e *crítica de tradução* (Lanschützer, 2010), ou sobre a *tradução em subdomínios particulares da atividade dos* media, como seja a *legendagem* (Kang, 2012; Darwish e Orero, 2014) e a *interpretação* (Diriker, 2011; Estalayo, 2015; Baines, 2018);

5. Questões relacionadas com a *convergência da comunicação social na era digital*, logo, com novas formas de se traduzir e/ou apresentar conteúdos traduzidos ao público (por exemplo, Park, 2011; Harding, 2012; Feinauer, 2016; Sakamoto e Foedisch, 2017; Ortego Antón e Pimentel, 2019);

6. *Abordagens histórico-diacrónicas* (Boadas Llavat, 2011; McLaughlin, 2015; Valdeón, 2015a, 2020);

7. Estudos sobre a tradução desenvolvida no contexto das *agências noticiosas* (Bielsa, 2010b; Davier, 2012, 2014, 2015 e 2017) ou sobre *personalidades públicas*, direta ou indiretamente ligadas à *política* [como o estudo de Ronowicz e al-Mommani (2012), sobre a tradução para a língua inglesa de um discurso proferido por Bin Laden; o de Alves Lourenço e Martins (2012), sobre Khadafi; ou o de Filmer (2016), sobre Berlusconi];

8. *Investigações concentradas nas versões traduzidas*, nomeadamente com vista a detetar *particularidades e/ou diferenças linguísticas e terminológicas* (Rahtu, 2016;

Albukova, 2016; Kshenovskaya, 2016; Ravazzolo, 2017) ou perceber os *impactos daquelas sobre a opinião pública* (Martín Ruano e Claramonte, 2016);

9. Uma *descrição, explicação ou (re)ponderação de aspetos basilares sobre o tipo de tradução em apreço ou sobre a análise do mesmo*, como fizeram, por exemplo, Chen e Lu (2011), que reaplicaram o conceito de «transedição» face a outra realidade, já não afeta ao ato de traduzir, mas ao tipo de texto traduzido (mais especificamente, às chamadas *soft news* – um género jornalístico em que a fronteira entre a informação e o entretenimento é pouco clara); Ehrensberger-Dow e Perrin (2015), que refletiram acerca da aplicabilidade de uma abordagem de escrita jornalística à prática translatória; Gambier (2016), que se referiu às mudanças rápidas e radicais («rapid and radical changes») que se têm verificado no modo de traduzir e nos ET, nomeadamente no campo jornalístico; Navarro (2012), que se debruçou sobre a pós-edição nas publicações diárias; ou Valdeón (2017c), que tem incidido sobre a inconstância das fontes utilizadas para a tradução nesta esfera;

10. *Casos de estudo circunscritos a um contexto, língua ou pares de línguas, ou órgãos de comunicação em particular*, sendo interessante constatar o predomínio de estudos sobre áreas geográficas localizadas na *Ásia*, sobretudo a *Coreia do Sul* (Kang, 2011; Lee, 2011; Choi, 2012) e a *China* (Pan, 2014a e 2017; Valdeón, 2017a), mas também a *Coreia do Norte* (Kim, 2013), o *Japão* (Matsushita, 2019) e *Hong Kong* (Li, 2019); seguindo-se a *Europa*, com grande evidência para a *imprensa espanhola* (Hernández Guerrero, 2010a, b, 2011; Linder, 2014; Gasca, Álvarez e Fernández, 2019).[2]

A nível linguístico, a maioria dos estudos identificados sobre pares de línguas diz respeito a *um idioma europeu em conjunto com uma língua franca*, sobretudo o *inglês* [como a relação húngaro-inglês (Károly, 2013 e 2017; Polcz, 2018), polaco-francês (Plońska, 2016) ou espanhol-inglês (Molina e Godeoa, 2011)], encontrando-se também estudos relativos à língua *russa* [na relação com o finlandês (Belikova, 2010) ou individualmente (Bollaert, 2019)] e à língua *árabe* [em conjunto com o inglês (Thawabteh, 2011; Dickins e Higgins, 2017) ou individualmente (Bazzi, 2014, 2015)]. Entre outros contextos geográficos, identificámos *Itália* (Federici, 2010), *Dinamarca* (Gottlieb, 2010), *França* (Brownlie, 2010), *Canadá* (Gagnon, 2012), *Chipre* (Floros, 2012), *Flandres* (van Doorslaer, 2012) e *Guatemala* (Navarro e Poupeney Hart, 2019). No que concerne a órgãos de comunicação e/ou entidades em particular, são de referir os estudos sobre o

[2] Os casos 9 e 10 são os que parecem ter suscitado maior interesse por parte dos investigadores na última década, dado o elevado número de investigações realizadas.

jornal *The New York Times* (por Conway e Vaskivska, 2010), os diários espanhóis *El Mundo* (Hernández Guerrero, 2010a, b) e *El País* (Linder, 2014; Valdeón, 2016), a publicação de informações sobre a *Amnistia Internacional* (Tesseur, 2013), bem como a presença de temas de investigação relacionados com acontecimentos que marcaram a História mundial recente, como o *ataque às Torres Gémeas de Nova Iorque, a 11 de setembro de 2001* (Gottlieb, 2010; e Polchlopek, 2011), a crise de saúde pública que ficou conhecida por *Doença das Vacas Loucas*, que marcou o início do novo milénio (Kang, 2012); e o *massacre na escola russa de Beslan, em 2004* (Harding, 2011 e 2012).

Temos consciência de que a *Translation Studies Bibliography* apenas foi criada recentemente, estando sujeita a uma atualização constante das suas informações – daí que não contemple, por exemplo, as últimas publicações sobre o domínio em causa.[3] Além disso, também o facto de este campo dos ET ser designado por diferentes nomes e/ou expressões (*vide* ponto 1.2.) poderá ter ocultado alguns resultados, porventura categorizados com uma etiqueta diferente. Não obstante, não só esta plataforma pertence a uma das editoras mais reconhecidas na divulgação de conhecimento científico, nomeadamente daquele produzido nos ET – a John Benjamins –, como se trata de um projeto que está a ser desenvolvido em parceria com entidades também de renome na disciplina, tanto editoras como instituições ligadas à investigação e ao ensino da tradução, como o CETRA – the Centre for Translation Studies e a universidade KU Leuven (cf. 2019). Consideramos, portanto, ser uma fonte credível para um levantamento do estado da arte que não visa uma contabilização do número de trabalhos elaborados sobre a tradução no campo jornalístico, mas sim a uma compreensão (qualitativa) dos assuntos e/ou problemáticas que têm ocupado os investigadores; logo, fundamentar em que medida esta tese poderá contribuir para um maior conhecimento sobre aquele domínio, em particular. E a conclusão a que chegamos com base nos dados acima descritos é a de que, na última década, foram publicados a nível internacional sobretudo estudos (i) sobre instituições mundialmente conhecidas, mas não sobre as Nações Unidas; (ii) sobre personalidades públicas, mas não sobre o Papa; (iii) sobre questões religiosas, mas não afetas à Igreja Católica; (iv) sobre órgãos da imprensa, mas não numa perspetiva comparativa; (v) sobre contextos habitualmente considerados não hegemónicos, mas não sobre o português, nem a

[3] É o caso de obras como a de Claire Scammell (2018), intitulada *Translation strategies in global news: what Sarkozy said in the suburbs*; a de Lucile Davier e Kyle Conway (2019) (eds.), *Journalism and translation in the era of convergence*; ou a de Sabir Hasan Rasul (2019), *Journalistic translation: procedures and strategies in English-Kurdish translation of media texts*.

língua portuguesa; (vi) sobre acontecimentos históricos que marcaram a História mundial, mas não sobre aqueles que mereceram maior destaque na reescrita dos Discursos papais pela imprensa portuguesa; e (vii) sobre discursos políticos, questões ideológicas e culturais, mas não de modo interligado e complementar. Assim sendo, consideramos que o estudo que nos propomos desenvolver poderá, de facto, contribuir para os ET.

As informações recolhidas sobre o contexto nacional também conduziram a uma constatação idêntica. Os repositórios das universidades portuguesas[4] nas quais são ministrados cursos de Tradução – e em muitas das quais também existem cursos de Comunicação Social, de Ciências Religiosas e/ou de Relações Internacionais –, mostram que, apesar de a interdisciplinaridade ET-EM não ser totalmente nova [sobretudo na Universidade Nova de Lisboa (rep.2),[5] onde se tem produzido investigação sobre os *processos de tradução no jornalismo* (Ferreira, 2015); se tem refletido sobre particularidades do modo de traduzir neste campo, como seja o binómio *implicação-explicitação* (Silva, 2019), sobre conceitos como «*transedição*» (Ferreira, 2015), «*reescrita*» (Ferreira, 2013) e «*retroversão*» (Mira, 2014; Burnay, 2017), sobre *questões éticas* relacionadas com esta prática (Cruz, 2016) e sobre a *tradução do discurso político nos* media (Afonso, 2012; Silva, 2019; *vide* também rep.8: Costa, 2013)], é um cruzamento que apresenta um trabalho ainda relativamente escasso em número e em abrangência.[6] Depois, em termos de âmbito de análise, percebe-se que o enfoque tem sido sobretudo colocado em questões conceptuais e descritivas, com vista a uma tentativa de conhecer e de definir os contornos desta esfera – um facto que é, por si só, indicador da novidade de que ainda se reveste no nosso contexto. Numa perspetiva geral, encontramos, nos vários repositórios, estudos sobre alguns dos tópicos que irão ser abordados nesta tese, porém, com intuitos e/ou abordagens diferentes daquelas que pretendemos assumir. Destacamos os seguintes:

[4] A saber: Universidade Católica Portuguesa (*Veritati*), Universidade Nova de Lisboa (*Run*), Universidade de Lisboa (Repositório UL), Universidade de Coimbra (Estudo Geral), Universidade do Porto (Repositório Aberto), Universidade do Minho (*Repositorium*), Universidade de Aveiro (Ria), Universidade dos Açores (RUAc) e Universidade de Évora (RDPC). As consultas foram efetuadas a 17 de dezembro de 2019 pelo termo «tradução de notícias», tendo-se filtrado os resultados pelos assuntos «tradução», «comunicação» ou «*media*», «religião», «cultura» e «política» ou «política internacional», conforme as opções predefinidas.

[5] De modo a facilitar a consulta na secção III da bibliografia, indicamos qual o repositório a que as referências dizem respeito: «rep.1» ao *Veritati*, da Universidade Católica Portuguesa; «rep.2» ao *Run*, da Universidade Nova de Lisboa; «rep.3» ao UL, da Universidade de Lisboa; «rep.4» ao Estudo Geral, da Universidade de Coimbra; «rep.5» ao Aberto, da Universidade do Porto; «rep.6» ao Ria, da Universidade de Aveiro; «rep.7» ao *Repositorium*, da Universidade do Minho; «rep.8» ao RDPC, da Universidade de Évora; e «rep.9» ao Ruac, da Universidade dos Açores.

[6] É importante referir que o grosso dos resultados diz respeito a dissertações de mestrado e relatórios de estágio, seguidos de teses de doutoramento.

1. A *definição de valores-notícia nos* media *portugueses*, analisados numa perspetiva de comparação entre entretenimento e informação (rep.7: Antunes, 2015; Lacerda, 2015; rep.4: Nascimento, 2010) e de reflexão sobre a produção e o consumo de conteúdos nas plataformas *online* (rep.2: Pestana, 2016; rep.5: Praca, 2013; Lima, 2015; Ferreira, 2014, 2019; rep.7: Burlacu, 2017), não com o intuito de perceber a decisão de publicação ou não de um determinado acontecimento (ou de alguns dados sobre o mesmo em vez de outros);

2. A *comunicação da religião católica* (de um modo particular, na Universidade Católica Portuguesa – rep.1: Aguiar, 2012; Cardoso, 2013; Correia, 2013; Pereira, 2014; Estêvão, 2017; Martins, Ant 2017; Rodrigues, L.M. *varia*), mas não especificamente sob a forma de notícias na imprensa escrita;

3. A *referência a Papas* (também naquela instituição – rep.1: Godinho, 2010; Capucho *et al.*, 2011; Castro, 2012; Vaz, 2016; Ferreira, 2017; van Tran, 2017; Silva, 2019) *e a documentos pontifícios* (rep.1: Mendes, 2011; Fortuna, 2013; Estêvão, 2016), mas de forma individualizada e/ou sobre dois pontífices, não sobre os cinco Discursos dos Papas na AGONU, nem numa perspetiva diacrónica ampla, como pretendemos aqui;

4. A *cobertura de eventos com um cariz político*, contudo, na grande maioria relacionados com atos eleitorais em Portugal (rep.4: Nascimento, 2010) ou no Brasil (rep.3: Ribeiro, 2015; rep.5: Duarte, 2011);

5. *Acerca de agências especializadas da ONU* (rep.4: Ferreira, 2016), mas não a AGONU, nem envolvendo questões de tradução;

6. *A problematização da tradução no jornalismo,* mas ou em géneros jornalísticos particulares, como a reportagem e os artigos de opinião (rep.7: Afonso, 2017); ou num esforço de entendimento do modo como a globalização impôs o recurso à tradução nas redações e das rotinas jornalísticas na produção de notícias nacionais e internacionais (rep.7: Hilário, 2014); sobre o papel do tradutor (rep.4: Cioca, 2013); sobre uma perspetiva dos contextos atual e futuro (rep.2: Ferreira, 212); ou ainda sobre a noção de reescrita no jornalismo sobre um tema em particular, como a homossexualidade (rep.2: Gonçalves, 2012) – não acerca da imprensa generalista, da comparação entre as versões de chegada e as de partida, dos Discursos dos Papas que pretendemos estudar, nem com base numa visão histórica diacrónica;

7. *Análises de jornais portugueses*, inclusive o *DN* e o *JN*, mas ou de modo individualizado (rep.5: Rego, 2017; Nóbrega, 2019; Vieira, 2018; rep.7: Burlacu, 2017), ou

em comparação com outros órgãos da imprensa diferente do *corpus* definido para este estudo (rep.4: Valadares, 2014; rep.5: Oliveira, 2013; Dias, 2015; Cabral, 2017; rep.9: Batista, 2018).

Em geral, podemos afirmar que, na última década, houve um grande volume de trabalho produzido nas universidades portuguesas sobretudo acerca do jornalismo praticado no país, notando-se uma clara incidência nos constrangimentos e desafios resultantes da adaptação à era digital, na construção de imagens junto do público e na cobertura de circunstâncias específicas da vida política, social e cultural. O cruzamento com a tradução tem sido pouco frequente e a associação deste diálogo interdisciplinar com a religião católica, em específico, não surgiu em nenhum dos repositórios. Acima de tudo, não identificámos nenhum projeto que pretendesse demonstrar que a atividade translatória no seio da imprensa portuguesa marca presença na (re)produção noticiosa de um modo circular, fomentando uma contínua traduzibilidade de mensagens – em particular, pontifícias – no seio do polissistema sociocultural português. Desta forma, também a nível nacional antevemos que esta tese poderá resultar num estudo que ainda não foi realizado e, assim, ir ao encontro do apelo feito por Esperança Bielsa e Susan Bassnett ainda no final da primeira década do século XXI: «to have more understanding of what happens between the occurrence of an incident somewhere in the world and the time when we hear about it locally», o que irá permitir seguir em frente em termos científicos, no sentido de se providenciar «a greater understanding and awareness of how intercultural news material is created and transposed» (2009: 17).

1.2. A aplicação da tradução à produção de notícias: uma proposta conceptual

Na sua obra, Esperança Bielsa e Susan Bassnett (2009) referem-se ao emprego da tradução na atividade jornalística como «news translation» – uma expressão que, na língua portuguesa, tende a ser utilizada de modo literal («tradução de notícias»), mas que, em certas situações, não exprime corretamente o tipo de análise que é desenvolvido. Com efeito, se pode parecer óbvio considerar a prática translatória em apreço como «tradução de notícias» («news translation»), esta é uma expressão passível de gerar ambiguidade. Tal como já aludimos, Bielsa e Bassnett alertam para o facto de que, na passagem de conteúdos informativos de uma língua para outra, a maioria do trabalho feito pelos jornalistas não passa por uma tradução direta; pelo contrário, «far more common is the

restructuring of material in a form congenial to the target readership» (2009: 12). Porém, ao falar-se em «tradução *de* notícias», está-se a sugerir outra realidade: em rigor, está-se a indicar que a peça noticiosa em questão corresponde a um texto jornalístico que foi produzido por um órgão de comunicação social de outro país e/ou numa língua estrangeira, tendo sido, depois, traduzido – tal como publicado – na língua de chegada. Não é que este tipo de trabalho não seja feito nas redações; pelo contrário, é feito em jornais que têm parcerias estabelecidas com órgãos da imprensa internacional, por tradutores profissionais (como iremos compreender na primeira parte do capítulo dois). Todavia, não só a incidência deste tipo de trabalho tem vindo a diminuir, como não corresponde ao quotidiano da prática jornalística no que ao tratamento da atualidade internacional diz respeito. Além disso, em termos de modo de tradução, a diferença é clara: enquanto naqueles casos, os conteúdos são traduzidos por alguém com competências académicas e profissionais e de modo autónomo em relação à restante preparação das edições a publicar, o trabalho que é habitual desenvolver-se está integrado em todo um processo de conceção, pesquisa, reinterpretação e recontextualização dos conteúdos desenvolvido pelos jornalistas, não existindo fronteiras claras a nível de fontes, línguas ou encadeamento das informações. Assim sendo, não nos parece ser adequado utilizar a expressão «tradução de notícias» para fazer referência ao emprego da tradução no dia a dia das redações portuguesas, como pretende ser o nosso enfoque.

Um outro conceito que também tem sido utilizado pelos investigadores é o de «transediting» (em português, «transedição»), proposto por Karen Stetting, em 1989. Porém, não só não existe um consenso quanto à sua aplicabilidade ao tipo de estudos em causa, como também se tem vindo a verificar um emprego diferente do mesmo consoante os casos – duas circunstâncias que têm contribuído, por um lado, para a falta de entrosamento entre os ET e os EM, e, por outro, para a instabilidade e indefinição deste domínio particular de investigação (cf. Valdeón, 2015a: 640; 2017b: 265; 2020: 12), ao ponto de Christina Schäffner ter questionado: «do we need the term transediting?» (2012a: 875). Nos anos 80, quando os ET ainda estavam a dar os primeiros passos na sua afirmação enquanto disciplina autónoma, sobretudo face à Literatura e à Linguística aplicada, Karen Stetting considerou que, em domínios nos quais a preocupação do tradutor reside nos recetores, sendo necessário que as versões traduzidas procedam a algum tipo de adaptação de modo a que os conteúdos possam ser devidamente compreendidos (entre os quais, o

jornalismo), os processos translatórios representam uma «zona cinzenta» («grey area»), na medida em que correspondem a um intermédio entre edição e tradução. Stetting considerou, portanto, ser difícil distinguir a integração de procedimentos translatórios na produção de artigos jornalísticos e uma edição comum de conteúdos nas redações, sem recurso à tradução. Ora, à semelhança do que verificámos com o conceito anterior, esta indefinição também parece ser passível de gerar ambiguidade a nível conceptual. Tal como Schäffner refere, Stetting pretendia com este conceito chamar a atenção da comunidade académica da altura para a necessidade de se sair da visão estreita e determinística que distinguia uma boa (e má) tradução e de, em vez disso, se fomentar uma discussão quanto à possibilidade de o ato de traduzir poder criar diferenças relativamente às versões-fonte (cf. 2012a: 868). Todavia, «she [Stetting] herself seems to be influenced by equivalence-based theories that were dominant at the time», um facto notório, por exemplo, «when she speaks of straight translation or when she says that transediting is different from translation – despite her claim that there is no clear dividing line between translating and transediting.» (*ibid*.) Portanto, a definição de partida mostrava, ela própria, sinais de um entendimento estreito da tradução. Esta imprecisão parece ter-se repercutido ao longo do tempo, sendo que as gerações de investigadores que desde então se têm dedicado ao domínio do jornalismo têm ou manifestado resistência à adequabilidade do conceito (como Schäffner, 2012a; e Bielsa e Bassnett, 2009); ou, quando o aceitam, fazem-no mediante um uso diferente [como, por exemplo, Hursti (2001), que estabeleceu uma distinção entre *translation* e *transediting*, quando, para Stetting, os dois conceitos assumiam o mesmo significado; ou Cheesman e Nohl (2010), que se basearam no binómio *transediting* e *gatekeeping*, acrescentando, assim, uma nova vertente à definição inicial, desta feita com uma base profundamente ideológica e afeta a questões de poder na prática dos *media*; Frías Arnés (2005), que, referindo-se à mesma ideia de partida, recorreu a termos convencionais e em combinação: *adaptación/ traducción*; ou Valdeón (2005), que preferiu falar em *transformative acts*, para, assim, incluir numa mesma referência ambos os processos: a edição e a tradução].

Indicamos três principais motivos para a não-consideração do conceito «transedição» como o mais apropriado, identificados com base na seguinte definição proposta por Andrew Chesterman, na sua listagem de estratégias de tradução do tipo pragmático: «Transediting: This is a term suggested by Stetting (1989) to designate the sometimes

radical re-editing that translators have to do on *badly written* original texts» (1997: 112; ênfase nossa). Sem se explicar, por exemplo, que a autora referiu o jornalismo como apenas um dos campos no qual a «zona cinzenta» entre tradução e edição se verifica(va), a definição pode colocar em causa a adequabilidade do conceito para a esfera jornalística: em primeiro lugar, porque as ênfases nos tradutores («translators») e nos textos de origem («original texts») parecem deslocadas do *modus operandi* e, sobretudo, não-representativas da complexidade do trabalho translatório desenvolvido (cf. Bielsa e de Bassnett, 2009: 11; Schäffner, 2012a: 874). Em segundo, uma vez que não é possível determinar com exatidão que textos foram consultados pelos redatores das notícias, será exagerado considerar que todos os processos de tradução envolvidos na produção das peças noticiosas representam uma reedição radical («radical re-editing»), bem como que esta se deve à má qualidade dos conteúdos consultados («badly written»). Aliás, se nos ativermos ao caso em estudo e aos textos que irão ser tidos como de partida (os Discursos dos Papas na AGONU, na versão oficial da Santa Sé), uma tal apreciação não parece aplicável, dado o extremo rigor e cuidado envolvidos na redação e disponibilização dos mesmos. Além disso, em causa estão dois tipos de textos diferentes: por um lado, um discurso religioso-político escrito para ser proferido (logo, próximo de um texto de retórica), destinado a uma assembleia de membros governamentais e tendo uma intenção fundamentalmente de expressão de pontos de vista sobre temas politicamente relevantes no momento; por outro, um texto redigido para ser lido e (re)interpretado por um público massificado e heterogéneo, com vista a possibilitar um conhecimento do mundo por parte dos cidadãos (mais precisamente, as perspetivas sobre o mundo por parte de um líder com um elevado estatuto entre os recetores). Estas diferenças fazem com que não possam ser equiparados em termos de qualidade, como sugere a definição apresentada por Chesterman. Em terceiro lugar, não consideramos dever-se substituir o conceito de tradução por outro, até para que se possa destacar que, nos processos de produção de notícias, ocorrem atos translatórios. Tudo isto nos faz relembrar a referida questão colocada por Christina Schäffner (2012a: 875), indo-se até um pouco mais longe e perguntando: precisamos de outro termo que não «tradução»?

A falta de uma designação na língua portuguesa que não seja passível de um entendimento e/ou utilização impreciso(a) ou incorreto(a) pela comunidade académica sobre o domínio dos ET que pretendemos estudar leva-nos a propor uma nova expressão. Acima de tudo, consideramos ser importante, por um lado, evitar sinais de ambiguidade

quanto ao tipo de tradução em causa e, por outro, permitir que as investigações reflitam a heterogeneidade e complexidade envolvidas. Assim sendo, pareceu-nos que a designação deveria ser suficientemente ampla para incluir o estudo de problemáticas diversificadas: em especial, de questões ainda não abordadas pelos investigadores ou outras que irão certamente surgir em resultado da considerável aptidão do jornalismo para evoluir ao rápido passo do progresso tecnológico – logo, da constante atualização das circunstâncias em que se recorre à tradução para se produzirem notícias –, para além de fazer uma referência direta à tradução. Considerámos que a designação *tradução no campo jornalístico* cumpre ambos os critérios. Com efeito, a ambiguidade é evitada pela precisão quer do entendimento dos processos de redação jornalística (como um ato translatório[7] e não uma simples redação textual), quer do domínio no qual os processos translatórios irão ser analisados (no campo jornalístico).

O conceito «campo jornalístico» foi introduzido por Pierre Bourdieu no seu estudo *Sobre a Televisão* (2001), no qual se debruçou sobre os perigos colocados pela corrida desenfreada às audiências nas várias esferas da produção cultural e científica, na vida política e na democracia – uma circunstância particularmente patente no meio televisivo, mas que também pode ser extrapolada para outros *media*, como seja a imprensa (cf. *ibid.*: vii-viii). Acima de tudo, Bourdieu entende que «[o] mundo do jornalismo é um microcosmo que tem as suas leis próprias e que é definido pela sua posição no mundo global, e pelas atracções e repulsões que sofre da parte dos outros microcosmos» (*ibid.*: 39). E, como explica, «[d]izer que é autónomo, que tem a sua própria lei, é dizer que aquilo que aí se passa não pode ser compreendido de modo directo a partir de factores exteriores» (*ibid.*). Este entendimento não só corrobora a ideia que também defendemos de que o jornalismo é uma esfera com contornos particulares (um «microcosmo») e que, por isso, exige modos de agir em investigação diferentes das abordagens que têm sido adotadas noutros domínios dos ET, como seja a tradução literária (cf. Bielsa e Bassnett, 2009: 11), como também vai ao encontro da conceção marcadamente cultural do ato de traduzir, primordial nas definições desta tese, e assente na lógica de um polissistema sociocultural, no qual atores de diversa natureza, pertencentes a diferentes realidades e falantes de línguas distintas desenvolvem trocas culturais entre si, tendo em conta «[a] sua posição no mundo global» (logo, o seu «microcosmo», marcado por características que lhe são muito

[7] Ainda que o investigador deva referir qual o entendimento específico do conceito, como seja enquanto comunicação e reescrita, no caso deste estudo.

próprias, ou seja, a sua «lei» ou ideologia, na ótica de Louis Althusser, no «macrocosmo»). É, portanto, uma expressão que não só permite a articulação interdisciplinar entre os ET e os EM, como também reforça a pertinência de se considerar a reprodução de discursos iniciais pelas redações como uma forma de tradução. Com efeito, à luz do entendimento de Bourdieu, fica mais claro como a tradução é o recurso que permite estabelecer a relação entre dois (ou mais) microcosmos, um dos quais o jornalismo. Acrescentamos que, sendo as versões traduzidas sobre os atores de partida produzidas e veiculadas pelos jornalistas, também compreendemos melhor como as opções editoriais resultam de uma combinação de elementos – históricos, comerciais e ideológicos – que, no seu conjunto, são expressos no discurso dos jornalistas-redatores. Ou seja: nenhum artigo publicado num jornal por meio da tradução «pode ser compreendido de modo directo a partir de factores exteriores», sendo, pelo contrário, cada processo de (re)produção de conteúdos próprio a cada microcosmo.

Tendo tudo isto em consideração, esperamos que a designação que propomos possa suprir os constrangimentos de momento verificados na língua portuguesa a respeito do domínio de investigação que nos ocupa, bem como adequar-se, no futuro, a um maior número de fenómenos e, assim, tanto reduzir a instabilidade conceptual como contribuir para o crescimento sólido de uma área que ainda está na sua infância (cf. Valdéon, 2015a: 634).[8]

1.3. Os postulados teórico-conceptuais particulares

1.3.1. Discurso e texto

Para efeitos desta tese, a palavra «discurso» assumirá dois sentidos: por um lado, será entendida como uma «mensagem oral, [geralmente] solene e prolongada, que um orador profere perante uma assistência» (Houaiss, 2005: 3026), dizendo respeito ao ato comunicativo desempenhado por cada Sumo Pontífice da Igreja Católica aquando da sua participação na AGONU. Por outro lado, será entendido como «reprodução que alguém faz

[8] A expressão proposta poderá ser entendida como a versão correspondente na língua portuguesa a uma outra expressão utilizada na língua inglesa para designar esta esfera, embora com menor incidência do que «news translation»: «journalistic translation». No entanto, não só o seu uso é menos recorrente do que aquela (como se pode verificar na *Translation Studies Bibliography*), como também tem sido consideravelmente menos frequente nos últimos anos (cf. Valdeón, 2015a; Bazzi, 2014; Davier, 2012; Marques Santos, 2012a e b), apresentando, por vezes, algumas diferenças semânticas [cf. Talebinejad e Shahi (2017), que se referiram ao «discurso jornalístico traduzido» («journalistic translated discourse»)] ou imprecisão, com alguns autores a usarem ambas as designações como sinónimos [por exemplo, as próprias Bielsa e Bassnett, que se referem à «journalistic translation» no capítulo quinto da sua obra (cf. 2009: 74s), bem como Schäffner, que fala em «news *or* journalistic translation» (2012a: 879; ênfase nossa)].

das palavras atribuídas a outra pessoa» (*ibid*.), o que, no caso em apreço, se aplicará às notícias publicadas pelos agentes que compõem o *corpus* de chegada sobre aquele primeiro tipo de enunciação. Esta reprodução manifestar-se-á sobretudo por meio de citações ou na forma de paráfrases e pautar-se-á, em rigor, por uma passagem de um ato discursivo formal e oficialmente dirigido a um leque restrito de recetores imediatos (os representantes dos Estados-membros da AGONU) para outro social e vocacionado para um público heterogéneo e massificado (os jornais generalistas, dirigidos a um conjunto de leitores heterogéneo e amplo).

Pelo facto de esta palavra ser central à investigação que iremos desenvolver, considerámos importante estabelecer uma distinção clara entre os dois sentidos, desde logo para evitarmos dúvidas quanto ao referente indicado em cada caso. Tal será feito através de uma diferenciação gráfica: o uso de maiúscula para as referências aos atos comunicativos dos Papas na AGONU («**D**iscurso»), contrariamente aos afetos aos elementos do *corpus* de chegada, que serão indicados por expressões como «**d**iscurso jornalístico», «**d**iscursividade dos jornais/ jornalística» ou «**d**iscurso do [jornal X]».

Sendo este um estudo de tradução, o segundo tipo de ato discursivo será particularmente relevante para esta investigação. Para a análise do mesmo, teremos por base o autor Norman Fairclough e a sua consideração da língua enquanto um elemento necessariamente integrado na vida social (como diz, «language is an irreducible part of social life», 2003: 2) e, como tal, faz parte dos mais diversos contextos do quotidiano («[and it is] dialectically interconnected with other elements of social life», *ibid*.). Em nosso entender, as notícias são uma manifestação prática desta dialética, uma vez que representam uma forma de uso da língua no contexto social, por e para agentes sociais – os *media* e os cidadãos de uma dada sociedade, respetivamente. Com efeito, as notícias não se resumem a relatos escritos de factos; antes, manifestam uma «ordem de discurso» («order of discourse», segundo Fairclough – *ibid*.): i.e., «the relatively durable social structuring of language which is itself one element of the relatively durable structuring and networking of social practices» (*ibid*.). Isto porque, como explicam as autoras Sandra Oliveira e Rita Caetano, o que circula na comunicação social é informação e esta, sendo «uma narrativa de dados transmitida», «não é a realidade – é uma representação, uma mediação da realidade por alguém outro que partilha e transmite a sua visão da realidade» (2017: 57). Tal perspetiva vai ao encontro do que argumentámos antes: qualquer agente do polissistema

que retransmite uma mensagem previamente comunicada fá-lo de acordo com a *sua* perspetiva sobre o conteúdo inicial e o *seu* posicionamento cultural no mundo. Contudo, quando em causa estão os *media*, o impacto do reenquadramento dos dados é tanto maior, não só porque o conjunto dos recetores é consideravelmente mais amplo, mas também porque em causa está o cumprimento de um papel a nível de transmissão de conhecimentos – existe, aliás, uma expetativa *a priori* por parte dos recetores nesse sentido, já que esperam poder desenvolver a sua aprendizagem sobre o mundo através dos relatos a que têm acesso (cf. *ibid.*: 15, 20).

Assim sendo, faz sentido para esta tese termos em conta a consideração de Fairclough de que o discurso jornalístico é particularmente relevante para análises focadas «on contemporary processes of social and cultural change» (1995: 2), até porque a conversão de um ato discursivo oficial num relato na imprensa implica necessariamente a escolha de um conjunto específico de mensagens, a reorganização dos vários dados selecionados no corpo das notícias e o destaque de palavras ou argumentos-chave em particular (nomeadamente, nos elementos de captação), entre outras opções. Isto comprova que as notícias são, acima de tudo, uma *nova* (e, por isso, diferente) versão dos conteúdos recolhidos, que é elaborada segundo uma ordem discursiva afeta ao agente de chegada. Mostra também que tal processo de reprodução vai além de questões relacionadas com o registo de língua, as opções terminológicas ou as convenções sociais, prendendo-se, antes, com um *novo* entendimento e, portanto, com uma construção social da realidade [um conceito de Berger e Luckmann, 2011 (1966); *vide* Oliveira e Caetano, 2017: 13; Baker, 2006: 106]. Mais: a relação entre *media* e contexto por meio da discursividade é recíproca. Como afirma Fairclough, «the wider social and cultural context (…) must be attended to because it shapes discourse practices in important ways and is itself cumulatively shaped by them. This is particularly clear in the case of the media» (1995: 50). Ou seja: não só as perceções do público sobre um determinado conjunto de agentes e sobre o mundo no seu todo são moldadas pelos *media*, como também estes são vulneráveis à evolução da sociedade – uma circunstância que se torna notória no modo como os discursos jornalísticos são produzidos e apresentados ao público, sendo que, no entender daquele autor, as alterações «seem to be part of wider sociocultural changes affecting contemporary societies» (*ibid.*). Por tudo isto, a análise crítica do discurso – mais conhecida pela sigla em inglês «CDA»: critical discourse analysis – parece-nos ser pertinente para um estudo sobre

a discursividade dos *media*, na medida em que nos permite ter uma noção de como os atos discursivos se foram caracterizando e evoluindo com o decorrer do tempo, no caso, em termos de opções editoriais. Elegemos Norman Fairclough[9] como referência a este respeito, sobretudo por ter trabalhado sobre o campo jornalístico (1995), sobre o estudo do discurso enquanto prática social e fator de mudança sociocultural (1992; 2003), sobre o uso da língua como manifestação de poder (2001), sobre a relação entre o uso da língua e a globalização (2006) e sobre o discurso político (2012), para além de ser apologista de estudos diacrónicos, os quais, como diz, possibilitam entender «how different discourses combine under particular social conditions to produce a new, complex discourse» (1992: 4) – todos eles parâmetros que estarão implicados na nossa tese.

Importa ainda estabelecermos uma distinção entre «discurso» e «texto». Para Fairclough, a diferença consiste na amplitude de um e de outro, correspondendo o segundo a uma parcela (ou dimensão – «dimension») do primeiro:

> More commonly (…) 'discourse' is used in linguistics to refer to extended samples of either spoken or written language. In addition to preserving the emphasis upon higher-level organizational features, this sense of 'discourse' emphasizes interaction between speaker and addressee or between writer and reader, and therefore processes of producing and interpreting speech and writing, as well as the situational context of language use. 'Text' is regarded here as one dimension of 'discourse': the written or spoken 'product' of the process of text production (Fairclough, 1992: 3)

À luz da nossa investigação, se os «discursos» representam os atos de (re)transmissão das mensagens papais em causa, os «textos» representarão os suportes nos quais as mesmas foram dadas a conhecer. Isto significa que iremos considerar três tipos de textos: (i) *textos de partida*, que corresponderão às versões escritas dos Discursos dos Papas na AGONU, elaboradas pela Santa Sé nas línguas em que foram proferidos; (ii) *textos de chegada*, i.e., as primeiras notícias publicadas nos jornais selecionados sobre as intervenções de cada um dos pontífices naquela assembleia; e (iii) *textos mediadores*, i.e., os textos utilizados pelos agentes de chegada como forma de acesso (indireto) aos Discursos de partida, que, no nosso caso, iremos restringir aos despachos de agências noticiosas, nomeadamente da *Agence France-Presse* (*AFP)*, da *Reuters* e da *Lusa*, enquanto as mais consultadas naquelas redações, segundo nos explicaram os responsáveis, em entrevista.

[9] Aliás, Weiss e Wodak indicaram que, «[i]f one wished to chart the emergence of the term 'Critical Discourse Analysis', one could point to the work of Norman Fairclough» (2003: 35).

1.3.2. Ideologia

Referindo-se ao jornalismo praticado nos EUA em 1960, Daniel Hallin afirmou: «Politically, it seemed possible for journalism to be independent of party and state, and yet fully a part of the 'Establishment'» (Hallin, 1992: 14). A este respeito, deu o exemplo de James Reston, um jornalista que noticiou uma ameaça de guerra nuclear entre os EUA e a URSS «[in] the exact wording approved by President Kennedy but presented on Reston's own authority» (*ibid*.). Tal indicia um sentido de liberdade assumido na reapropriação de um discurso (no caso, político) por um jornalista, mesmo numa temática de tão elevada sensibilidade e interesse para os recetores como aquela em apreço. Esta abordagem não foi entendida pelos profissionais como inadequada ou inapropriada. Pelo contrário, foi assumida como uma condição inerente à sua condição privilegiada: por um lado, de acesso às informações (nomeadamente, de instituições políticas) e, por outro, de transmissão (muitas vezes, de forma exclusiva) aos recetores. Como explica Hallin:

> [J]ournalists felt they had bargaining power of their own, could criticize without losing access, and indeed could uphold the old ideal of press as a scourge of the powerful (…). But most important, they felt confident that all of it was done in the defense of the Free World, a cause that stood above politics (Hallin, 1992: 15)

A visão dos *media* como agentes «acima da política» («above politics») e comprometidos mais com as normas da profissão do que com partidarismos políticos (cf. *ibid*.: 15) constituiu um ponto de viragem na comunicação social de massas: o chamado «Novo Jornalismo» foi um paradigma pelo qual se estabeleceu «a tendência analítica do texto informativo, uma postura mais agressiva dos jornalistas perante as instituições e o assumir de uma postura mais subjectiva perante o objecto da informação» (Szymaniak, 2000: 166). Este modo de atuar encontra um paralelo naquilo que, em tradução, se considera um exercício de agência ou agenciamento – segundo Kinnunen e Koskinen (2010: 6), a «willingness and ability to act», ou seja, uma capacidade e uma vontade por parte dos tradutores de agirem (conscientemente) de determinada forma. Com efeito, no campo jornalístico, a transmissão de um conteúdo em consonância com as expetativas dos recetores e/ou os propósitos dos responsáveis editoriais expressa uma vontade («willingness») e uma capacidade («ability») de ação («to act») em prol de propósitos comunicativos específicos. Tal é particularmente relevante quando em causa estão línguas e culturas diferentes e, portanto, versões destinadas a um público-alvo com modos de entender o mundo que podem não coincidir com os dos agentes de partida (cf. Bielsa e

Bassnett, 2009: 93, 104). Trata-se, assim, de uma manifestação de poder por parte dos órgãos de comunicação social, que, no caso, é exercida por meio de procedimentos translatórios. Como diz Fairclough, «media texts do not merely 'mirror realities' as is sometimes naively assumed; they constitute versions of reality in ways which depend on the social positions and interests and objectives of those who produce them» (1995: 103-104). Entre estas construções podem estar casos de promoção de um sentido de identidade coletiva, de uma distinção entre o Eu (ou o Nós) e o Outro, ou de uma imagem das instituições, que, em última instância, podem ter efeitos nas práticas sociais (*ibid.*: 62-63).

No processo de (re)enquadramento dos sentidos de partida que tem lugar no jornalismo, a influência da tradução pauta-se não só por ser o recurso pelo qual se torna possível a passagem dos conteúdos de um contexto inicial para outro e de uma ou mais línguas estrangeiras para a língua nativa, mas igualmente enquanto aquele que permite estabelecer uma relação direta entre os conteúdos a transmitir e o panorama vigente à chegada – mais precisamente, a nível editorial e socio-histórico. De acordo com André Lefevere, «translation is the most obviously recognizable type of rewriting», bem como «it is potentially the most influential because it is able to project the image of an author and/or a (series of) work(s) in another culture, lifting that author and/or those works beyond the boundaries of their culture of origin» (1992b: 9). Isto significa que, em qualquer domínio no qual seja exercida, a tradução procura ultrapassar barreiras entre comunidades e culturas. É um processo particularmente relevante no campo jornalístico, precisamente pela necessidade de que os conteúdos sejam clara e rapidamente transmitidos, para além de «naturalmente» consumidos (cf. Oliveira e Caetano, 2017: 13; Bielsa e Bassnett, 2009: 2, 16). Contudo, do mesmo modo que os *media* não transmitem apenas um discurso que é pré-existente, mas antes uma narrativa sobre o mesmo, o que está em causa é uma tradução de *con*textos e de práticas culturais, logo, de uma ideologia, no sentido althusseriano do termo: um conjunto de valores e de crenças, de modos de viver e de pensar sobre o mundo imbuídos numa comunidade e igualmente partilhados pelos seus membros [Althusser, 2004 (1970)]. Contrariamente à tradicional definição marxista do conceito (i.e., enquanto um conjunto de postulados defendidos por um determinado agrupamento social), Louis Althusser encara a ideologia de forma positiva, não a considerando circunscrita a uma elite privilegiada, nem como um fator de divisão social; antes, «[l]'idéologie représente le rapport imaginaire des individus à leurs conditions réelles d'existence» (*ibid.*: 38). Tal

significa que o modo como os indivíduos interagem depende de um modelo mental («imaginaire») existente *a priori*. Porém, isto não quer dizer que a ideologia seja uma conceção abstrata ou um conjunto vago de conceções do mundo (cf. *ibid*.). Pelo contrário, Althusser entende-a como um elemento material de uma sociedade, uma vez que os valores (mentais) são aplicados em situações concretas da vida quotidiana (cf. *ibid*.: 42). Tal acontece, por exemplo, na produção de notícias na imprensa, enquanto um processo que resulta da conformidade dos jornalistas a um conjunto de políticas editoriais e perspetivas sobre os acontecimentos específicas, definidas por Warren Breed como «the more or less consistent orientation shown by a paper, not only in its editorial but in its news columns and headlines as well, concerning selected issues and events» (1955: 327).

Numa redação, as linhas editoriais serão, então, os moldes, ou «frames», no entender de Lakoff e Wehling: «structures of ideas that we use to understand the world» (2012: 20), pelos quais os jornalistas se regem e, portanto, as ideologias definidas e partilhadas neste subsistema social, em particular. No entanto, para além destes, existem também as perspetivas culturalmente aceites sobre o mundo. Segundo a lógica althusseriana, os indivíduos tornam-se membros da sociedade (ou de grupos dentro desta) mediante uma «interpelação», por meio da qual interiorizam os valores que norteiam as relações entre uns e outros. Tal permite-lhes aprender a (inter)agir nas comunidades mais ou menos amplas nas quais se integram – a família, a escola, a Igreja, os grupos sociais e/ou profissionais –, bem como desenvolver um sentido de identificação relativamente a elas. É em virtude deste(s) processo(s) de interpelação que se tornam sujeitos ideológicos, agindo em conformidade com os chamados «aparatos ideológicos do Estado», i.e., com as normas de conduta (não repressivas) vigentes nas instituições em questão [Althusser, 2004 (1970): 21]. Como explica o autor:

> S'il croit à Dieu, il va à l'Église pour assister à la Messe, s'agenouille, prie, se confesse, fait pénitence (jadis elle était matérielle au sens courant du terme), et naturellement se repent, et continue, etc. S'il croit au Devoir, il aura les comportements correspondants, inscrits dans des pratiques rituelles, « conformes aux bonnes mœurs ». S'il croit à la Justice, il se soumettra sans discuter aux règles du Droit, et pourra inertie protester quand elles sont violées, signer des pétitions, prendre part à une manifestation, etc. [Althusser, 2004 (1970): 43]

A esta perspetiva podemos associar a defendida por Breed para o campo jornalístico, assente na ideia de socialização dos jornalistas nas redações (1955: 328). Para este autor, as regras profissionais não são transmitidas do topo da hierarquia para a base; antes existe uma aprendizagem dos comportamentos por «osmose», o que significa que «the recruit

discovers and internalizes the rights and obligations of his status and its norms and values. He learns to anticipate what is expected of him so as to win rewards and avoid punishments» (*ibid.*). Há, portanto, uma interdependência entre os valores (mentais) e os comportamentos (práticos), ou seja, entre o crer e o agir [Althusser, 2004 (1970): 43]. Contudo, se, por um lado, o processo de constituição ideológica implica uma sujeição e, portanto, uma conformidade aos valores defendidos, por outro, o indivíduo também é um centro de iniciativas, porque dotado de consciência e de livre arbítrio (*ibid.*). Tal leva Althusser a distinguir os «bons» e os «maus» sujeitos:

> [L]es sujets « marchent », ils « marchent tout seuls » dans l'immense majorité des cas, à l'exception des « mauvais sujets » qui provoquent à l'occasion l'intervention de tel ou tel détachement de l'appareil (répressif) d'État. Mais l'immense majorité des (bons) sujets marchent bien « tout seuls », c'est-à-dire à l'idéologie (dont les formes concrètes sont réalisées dans les Appareils idéologiques d'État). Ils s'insèrent dans les pratiques, gouvernées par les rituels des AIE. Ils « reconnaissent » l'état des choses existant (das Bestehende), que « c'est bien vrai qu'il en est ainsi et pas autrement », qu'il faut obéir à Dieu, a sa conscience, au cure, à de Gaulle, au patron, à l'ingénieur, qu'il faut « aimer son prochain comme soi-même », etc. [Althusser, 2004 (1970): 56]

Os «bons» sujeitos são, então, aqueles que aceitam livremente a subordinação aos valores inculcados, demonstrando uma consonância entre a ideologia (interiorizada) e a prática (exteriorizada). Caso contrário, «s'il ne fait pas ce qu'il devrait faire en fonction de ce qu'il croit, c'est qu'il fait autre chose, [en ayant] en tête d'autres idées que celles qu'il proclame» (*ibid.*: 43). Deste modo, conhecendo-se as ideologias das instituições de uma dada comunidade, torna-se possível identificar conformidades ou discrepâncias face aos valores de base. Não obstante, Althusser lembra que a ideologia é um processo gradual e eterno, «non pas transcendant à toute histoire (temporelle), mais omniprésent, transhistorique, donc immuable en sa forme dans toute l'étendue de l'histoire» (*ibid.*: 37). Isto significa, por um lado, que a inculcação de valores vai sendo feita ao longo da vida, à medida que os indivíduos se vão integrando em (ou relacionando com) instituições sociais específicas e, por outro, que as ideologias que operam em cada um podem sofrer alterações com o passar do tempo, numa contínua adaptação à evolução da sociedade, sem com isso se perderem as características do (sub)grupo sociocultural.

Este é, então, um conceito de grande relevância para uma investigação como a nossa, que vê como inerente a qualquer membro da sociedade a influência dos valores inculcados, que são reconhecidos nos comportamentos em sede social – como sejam as notícias produzidas e publicadas pelos jornalistas.

1.3.3. Património cultural religioso

Particularmente relevante para este estudo será aferir se a ideologia afeta ao património cultural religioso dominante na sociedade portuguesa – o catolicismo (cf. Teixeira, 2019: 58) – fora de tal modo absorvida pelos jornalistas, enquanto membros da comunidade de chegada, que se manifestou no discurso jornalístico-translatório ao longo do último meio século como um modelo cultural basilar (e distinto dos modelos seculares e marcadamente políticos). Ou seja: se os jornalistas agiram a tal respeito como os «bons sujeitos» definidos por Althusser, que «marchent bien 'tout seuls'» [2004 (1970): 56], promovendo não só a linha editorial do órgão ao qual pertencem, mas igualmente a perpetuação da herança religiosa de base à comunidade, em geral.

De acordo com Alfredo Teixeira, «a tradição metamorfoseia, dando sentido ao presente, fixando a origem, assegurando o futuro» (2017: 26). De tal entendimento resulta uma definição do património cultural enquanto a representação de uma identidade coletiva, que se institui numa comunidade por meio de uma contínua transmissão de um legado simbólico: de um passado que está patente na herança da memória coletiva, cuja origem remonta a uma época distante e que é (re)transmitida ao longo de gerações; de um presente que se exprime em modos partilhados de entender e de habitar o mundo, conformes com os valores da herança recebida; e de um futuro, implícito na ideia de continuidade, que assegura a sobrevivência do património de base, mas igualmente na noção de metamorfose, que deixa antever uma flexibilidade face a eventuais mudanças nos contextos socioculturais recetores e (re)transmissores da tradição. Assim, o princípio fundamental da perpetuação do património cultural religioso é a permanência no seio da comunidade enquanto esta vai progredindo, sendo «uma expressão da cultura dos grupos humanos orientada para a recuperação, preservação e institucionalização de memórias, selecionando bens culturais e transmitindo legados» (*ibid.*: 42).

Historicamente, a Igreja, a família e a escola têm sido fundamentais no processo de ensino-aprendizagem dos valores ideológicos, assumindo um importante papel na construção de identidades individuais de acordo com as caraterísticas (coletivas) das culturas que lhes servem de base. Porém, no campo religioso, cada vez mais se assiste a uma tendência de remodelação da «comunitarização da experiência crente», passando-se de espaços de partilha da memória cristã em sede comunitária para uma individualização das práticas (cf. *ibid.*: 79-80). Os novos modos de viver e de praticar a religião têm

imposto uma «elasticidade da ordem normativa» (*ibid.*) e, em resposta, a Santa Sé tem vindo a desenvolver estratégias de adaptação ao mundo em mudança – por exemplo, estando cada vez mais presente nos *media* sociais e nas plataformas digitais, a fim de ir ao encontro do modo como os crentes (e não crentes) contemporâneos se relacionam com o mundo. Convém sublinhar que as novas formas de comunicação com os (e a partir dos) leigos não são sinónimo de uma perda da fé. Como afirma Alfredo Teixeira, «[o] que está em causa não é, portanto, Deus ou a 'alteridade absoluta'», mas a forma como Ele se faz chegar às populações – «ou seja, a mediação» (*ibid.*: 81).

A respeito da mediologia, Régis Debray afirma que não existe uma fé puramente interna, exigindo-se sempre alguma forma de exteriorização a sustentá-la e a torná-la credível (2001: 24). Esta circunstância é, na sua opinião, fundamental para o processo de transmissão dos valores culturais, sendo inerente à própria evolução da Humanidade, isto porque, no seu entender, é a capacidade do Homem de materializar a sua essência (i.e., os valores da sua comunidade) que permite a transmissão contínua de uma cultura e, com ela, a acumulação de conhecimentos. Assim sendo, podemos dizer que «[l]'outillage préhistorique est à ce titre aussi une banque de données matérialisée, un 'garde mémoire'» (2000: 1-2). É, portanto, entre a implosão das continuidades (dos princípios católicos) e a explosão das mobilidades [de pessoas, bens, capitais, serviços e dispositivos (2001: 23)] que se pode aferir como um artefacto cultural consegue perdurar no tempo («des objets qui durent plus longtemps qui lui»), transmitindo a essência de uma comunidade (com raízes no passado) ao mesmo tempo que associa novos conhecimentos (no presente, com efeitos no futuro). Trata-se, então, de um binómio: se a definição das fronteiras simbólicas de uma cultura «depende da constituição de um quadro referencial que permite aos indivíduos esse mapear da existência: saber onde estão, de onde vêm, que horizontes se abrem» (Teixeira, 2017: 34), também «[t]oute filière de transmission profane – de savoir, de valeurs, ou de mémoire – exige deux choses: des matériaux et un collectif» (Debray, 2001: 24).[10] Consideramos que os cinco Discursos proferidos na AGONU são um exemplo desta dicotomia: por um lado, cada um dos Papas evidenciou um papel de «guarda-memória» («garde mémoire»), pelo facto de ter incluído nos seus Discursos referências a princípios

[10] Temos consciência de que, para Debray, existe uma diferença entre «transmissão» e «comunicação»: transmitir significa transportar um conjunto de mensagens no *tempo* através de *veículos*, assim contribuindo para a continuidade da memória religiosa; já o ato de comunicar se exprime numa lógica *espacial*, através de *meios*, não havendo uma perdurabilidade das informações (cf. 2001: 23). Porém, uma vez que a palavra «comunicação» será basilar neste estudo, enquanto uma das perspetivas pelas quais iremos entender a tradução, não faremos tal distinção. Será um modo de evitarmos ambiguidades na exposição dos argumentos.

basilares do catolicismo; por outro, transpôs a memória coletiva para os respetivos momentos históricos, procurando dessa forma sustentar e clarificar os seus argumentos. Assim sendo, as palavras comunicadas pelos Sumos Pontífices da Igreja Católica quando na AGONU não só foram uma expressão material da tradição («des matériaux»), mas igualmente um ajustamento dos valores fundamentais aos contextos discursivos que agiu em benefício do ideal da coletividade («un collectif»), já que permitiu prolongar a herança de base ao estendê-la no tempo e no espaço.

É precisamente a consideração destes Discursos como manifestações do património cultural religioso que nos leva a julgar pertinentes as perspetivas de Alfredo Teixeira e de Régis Debray para o desenvolvimento deste projeto. De um modo particular, vemos como relevante o facto de a abordagem da transmissão cultural numa lógica de continuidade ir ao encontro do propósito diacrónico da nossa investigação, bem como o facto de a própria ideia de «legado» mostrar correspondência com o caráter circular do fenómeno translatório no campo jornalístico, i.e., à consideração das notícias como simultaneamente um produto e uma produção cultural, logo, como o resultado de uma contínua codificação e descodificação de sentidos. E, se aos olhos daqueles autores, a materialização (externa) tem como principal efeito a perdurabilidade da memória (interna), então, encontramos uma estreita ligação também com a ideia de impacto que as versões reproduzidas nos *media* terão surtido a nível do conhecimento público – no caso, acerca dos Discursos pontifícios e, portanto, do que constitui a verdade do catolicismo, segundo a Igreja.

1.4. O enquadramento teórico geral: a tradução como comunicação e reescrita

Para Theo Hermans, sendo uma forma de uso da língua, a tradução é um ato comunicativo (Hermans, 1996: 28; 1999: 80). Do seu ponto de vista, traduzir é transportar um conteúdo de um contexto para outro – um processo que resulta da interação entre dois (ou mais) agentes, que é norteado por um conjunto de estratégias, intenções e objetivos e que se estabelece por meio de um conjunto de regularidades (normas) no modo de agir dos intervenientes, graças às quais se torna possível uma interação harmoniosa e uma comunicação efetiva entre os participantes (cf. 1996: 26). Este argumento de Hermans apresenta semelhanças com algumas das definições basilares da comunicação. É o caso, por exemplo, da teoria da informação, que entende o processo comunicativo como a transmissão de uma mensagem entre um emissor e um destinatário através de um canal. A

compreensão da mensagem é possível graças à partilha de um código entre ambos (cf. Wolf, 2002: 112-117), nomeadamente uma determinada língua. Semelhante perspetiva têm investigadores dos EC, como Stuart Hall [1980 (1973)], que olham para o ato de comunicar como uma ação que está estreitamente ligada a uma cultura, desenvolvendo-se de acordo com um conjunto de significados e valores próprios de uma sociedade. Esta representa uma instituição coletiva e macroestrutural da qual fazem parte diversos sistemas, entre os quais os *media*. E estes, enquanto agentes sociais ativos no agregado social, são responsáveis pela criação de produtos culturais: conteúdos que comportam sentidos e mensagens passíveis de serem entendidos pelos recetores, porque codificados num formato discursivo que respeita as chamadas «regras da língua», conhecidas pelo emissor e pelo recetor (cf. *ibid.*: 128).

É interessante constatar não só como pontos de vista como estes, das esferas dos EM e dos EC, estão em conformidade, como também vão ao encontro de outros dos ET. É o caso da teoria dos polissistemas defendida por Itamar Even-Zohar (1990, 2010), à luz da qual definimos os contornos deste estudo: encarar a sociedade portuguesa como um agregado de vários sistemas, entre os quais o da religião e o dos *media*, destacando-se no primeiro a tradição católica (em geral) e o Santo Padre (em particular); e, no segundo, os órgãos de comunicação social (em geral) e os jornais selecionados para análise (em particular). Para a comparação entre estes últimos, iremos considerar cada jornal como um subsistema (o *DN*, o *JN* e o *DA*) e marcado por um aparato ideológico próprio (i.e., uma linha editorial), mas sem deixarem todos de estar imbuídos pela ideologia geral do polissistema, no seu todo – ou seja: pela identidade cultural portuguesa.

É no cruzamento entre cada subsistema de chegada e o sistema de partida que entendemos a convergência de perspetivas das duas esferas disciplinares: iremos considerar a tradução, primeiro, como uma forma de comunicação, entendendo as mensagens papais aos representantes das Nações Unidas como um enunciado de um sistema que é de partida e cujo «valor comunicativo» (Hermans, 1996: 40) foi perpetuado por cada Papa (o *emissor*) por meio de um discurso oficial (o *canal* de comunicação) para um conjunto de *recetores* mais ou menos imediatos (os Estados-membros da AGONU e, em segunda linha, a comunicação social), num *código* que correspondeu à(s) língua(s) em que os Discursos foram proferidos. Contudo, nos Discursos os pontífices não comunicaram simplesmente palavras; adequaram igualmente o legado cultural da Igreja (o aparato

ideológico particular da instituição católica) aos tempos em causa e para o contexto das Nações Unidas em específico, sendo por isso que entendemos tais atos de comunicação como casos de tradução. De acordo com esta lógica, a posterior reprodução dos argumentos pontifícios pela imprensa para o público português constituiu, portanto, uma *re*tradução, tendo os jornais passado do lugar de recetores no contexto de partida para o de emissores no contexto de chegada. E aqui reside a lógica da circularidade: de um ato de *comunicação como tradução* num primeiro momento passou-se a um segundo ato discursivo, desta feita iniciado (pelos jornais) e finalizado (pela receção das notícias pelo público) no seio da sociedade portuguesa, ato este que se manifestou na forma de *tradução como reescrita*, já que se pautou por uma reinterpretação e reprodução da mensagem inicialmente comunicada. Ou seja: dois circuitos, dois processos translatórios.

Nos ET, a reescrita de conteúdos é considerada uma forma de manipulação – por exemplo, por Hermans, que instituiu que «all translation implies a degree of manipulation of the source text for a certain purpose» (1985: 11), mas ainda mais significativamente por André Lefevere, no considerável trabalho desenvolvido sobre as questões de poder em tradução (cf. Lefevere, 1985, 1987a-c, 1992a-b). Numa abordagem dos fenómenos translatórios de um ponto de vista sobretudo cultural, Lefevere associou as noções de «manipulação», de «reescrita» e de «ideologia», considerando que «[t]ranslation is, of course, a rewriting of an original text. All rewritings, whatever their intention, reflect a certain ideology and a poetics and as such manipulate literature to function in a given society in a given way» (1992b: vii). Pese embora se estivesse a referir, uma vez mais, ao domínio literário, consideramos possível transpor este entendimento para a esfera noticiosa – como fizeram, aliás, Bielsa e Bassnett, afirmando na sua obra que, «[l]ike literary rewritings, journalistic rewritings are the form in which news is made available to readers worldwide, although this fact is either generally hidden or taken for granted» (2009: 57). Como Lefevere, aquelas autoras defendem que a tradução gera uma manipulação dos conteúdos de partida, atendendo a que são editados e «reembalados» («repackaged») de modo muito significativo nas redações (*ibid*.: 11). Partilham igualmente com aquele autor a consideração de que a reescrita no campo jornalístico exige uma nova abordagem por parte dos investigadores, capaz de ir além das comparações interlinguísticas «into other aspects of textual manipulation that prevail in the target culture» (*ibid*.: 118) – mais especificamente, questões de cariz ideológico, como sejam de ordem política, sociocultural

ou de mercado (*ibid.*). Não obstante, assim como o conceito de ideologia que escolhemos ter por base neste estudo não tem uma conotação negativa, considerar a tradução no campo jornalístico como um processo associado à ideia de «manipulação» não significa que a reedição (reescrita) dos conteúdos vise distorcer os enunciados iniciais. Pelo contrário, tal como defende Lefevere (e com ele Bielsa e Bassnett), significa uma consciência de que, no cumprimento do seu papel de (re)codificação de um conteúdo previamente existente, os *media* o reescreveram de acordo com as ideologias vigentes – editoriais (particulares) e socioculturais (gerais) –, sendo que, em tal processo, des/recontextualizaram o texto de partida, gerando uma leitura diferente do mesmo junto dos recetores finais quando comparada com aquela que foi dada a ler (ou a escutar) aos recetores imediatos, no contexto de partida. Ou seja: do ato de reescrita resulta uma inevitável modificação dos sentidos, que ocorre para que o conteúdo possa ser entendido à chegada. As alterações são, portanto, uma consequência *inerente* ao processo translatório, porque resultante, como vimos, de uma *nova* escrita, marcada por um posicionamento no mundo que é muito particular e, por isso, diferente – e não só entre os agentes de partida e os de chegada, mas entre os vários agentes de chegada. Isto mesmo afirmaram as autoras Sandra Oliveira e Rita Caetano no seu estudo sobre a literacia mediática: «[a] mediatização não é forçosamente manipulação nem tem de ser negativa, pois [nós, cidadãos consumidores de notícias] não podemos estar em todo o lado ou saber de tudo» (2017: 13). Deve, antes, ser entendida como um resultado «natural» do papel intermediário que a comunicação social assume no polissistema, transportando o mundo até ao cidadão comum – e isto é feito, em nosso entender, pela tradução.

De qualquer forma, a reinterpretação não deixa de ser uma manifestação de poder, uma vez que as opções editoriais exprimem uma tomada de posição por parte de quem reescreve os conteúdos tanto face a quem os comunicou à partida (os Papas e a Igreja) como relativamente a quem os irá receber no final no circuito de chegada (o público). Como diz André Lefevere, «rewriting in all its forms occupies a dominant position», posto que é pela versão de chegada – e da forma como esta é reproduzida – que os argumentos iniciais se tornam conhecidos, independentemente de como possam ter sido comunicados pelo agente de partida. Esta será, portanto, uma ideia fundamental no nosso esforço de percebermos como, nos processos de reescrita, terá sido feito o espelho e/ou a construção da realidade pelos jornais. Podemos, assim, dizer que, de um modo geral, as perspetivas de

Lefevere e de Hermans não só nos mostram a possibilidade e a pertinência de conjugarmos as duas disciplinas basilares no nosso estudo – os ET e os EM –, como também nos permitem sustentar a articulação entre (sub)sistemas com características ideológicas próprias numa lógica de circularidade, ao longo da qual as visões sobre o mundo (e as posições no mundo) foram comunicadas e reescritas (i.e., traduzidas).

1.5. O enquadramento teórico de nível intermédio: a tradução no campo jornalístico

Como pudemos constatar no levantamento do estado da arte, o estudo da tradução no campo jornalístico é ainda recente, só tendo começado a dar passos mais confiantes a partir de meados da primeira década deste século. O chamado Projeto Warwick foi particularmente relevante a este respeito: com Susan Bassnett como mentora e com o apoio do Arts and Humanities Research Council do Reino Unido, o projeto fomentou discussões entre investigadores que se começavam a dedicar a este domínio específico dos ET e membros de órgãos de comunicação social internacionais, possibilitando não só uma perspetiva ampla do fenómeno de tradução em causa, como também uma partilha de conhecimentos acerca das duas disciplinas entrecruzadas (cf. Conway e Bassnett, 2006; Valdéon, 2015: 636; Bielsa e Bassnett, 2009: acknowledgements). Foi esta iniciativa que deu origem à obra *Translation in Global News*, de Esperança Bielsa e Susan Bassnett, que se veio a estabelecer como um texto de referência entre os investigadores. A título de exemplo, Denise Filmer definiu a obra como «[a] seminal work», que permitiu reunir «strands of earlier scholarship, exploring the relationships between translation, globalization, and the international news media» (2014: 138). Christina Schäffner considerou o Projeto Warwick como o trabalho mais sustentado até ao momento sobre a tradução no campo jornalístico, mais precisamente sobre «the influence of translation on information flows, focusing on the ways in which news agencies employ translation, including the study of attitudes to translation prevalent in the world of news reporting» (2012a: 869). Por fim, para Roberto Valdeón, a obra tornou-se especialmente importante pela luz feita pelas autoras sobre «the pervading influence of news agencies in news production and dissemination» (2015a: 639).

Na nossa opinião, a *Translation in Global News* é um marco na investigação da tradução no campo jornalístico por ter não apenas ajudado a compreender os contornos da esfera (ainda que no contexto específico das agências de notícias), mas também despertado

a consciência dos investigadores quanto a questões paralelas ao ato de traduzir, em geral, que, no campo jornalístico, são exacerbadas – entre outras razões, devido ao maior imediatismo na reescrita dos conteúdos, ao menor espaço para redigir os textos de chegada e aos constrangimentos colocados pela indefinição de uma (única) versão-fonte. Com efeito, todas estas situações impõem uma menor capacidade de ponderação por parte dos jornalistas-redatores, que pode ter efeitos na qualidade das versões traduzidas (cf. Bielsa e Bassnett, 2009: 7, 8, 11, 91, 136-137). Relevante é também a sua chamada de atenção para o facto de que a negociação entre as línguas, os conteúdos e os agentes envolvidos será sempre estabelecida à luz de uma hierarquização de prioridades, enquanto fruto do exercício de agenciamento por parte dos profissionais – exercício este cada vez mais determinado pela lógica de (re)produção contínua de conteúdos, na qual jornalistas, consumidores e investidores estão ávidos da maior rapidez possível: de recolha, de (re)interpretação e de (re)transmissão (*ibid.*: 35), exponenciando a proliferação de sentidos.

Ao longo deste capítulo fomos apresentando os postulados que consideramos mais relevantes das autoras e da obra em apreço, interligando-os com os dos outros investigadores que elegemos como referências de base. Esta opção deveu-se ao facto de vermos o trabalho de Bielsa e de Bassnett como elo entre as várias definições teórico-conceptuais da nossa pesquisa, desde as mais gerais até às mais particulares. Acima de tudo, o entendimento amplo sobre a tradução no campo jornalístico que apresentam é o fator que mais sobressai aos nossos olhos e que nos faz concluir que o seu trabalho pioneiro será apropriado para um estudo que pretendemos que seja cultural e historicamente fundamentado e que resulte numa comparação diacrónica entre agentes de (sub)sistemas diferentes.

1.6. Os enquadramentos metodológicos

1.6.1. O modelo sistémico-sistemático, segundo José Lambert e Hendrik van Gorp

Este modelo, que é, sobretudo, um modelo comunicativo (Hermans, 1999), torna clara a ideia de ligações intra- ou interculturais nas relações entre diferentes agentes, como promovido na teoria dos polissistemas, de Even-Zohar. A noção de polissistema está patente, desde logo, na visão de José Lambert e Hendrik van Gorp do ato de traduzir: fundamentalmente, uma ação estabelecida por meio de cruzamentos particulares entre (sub)sistemas de diversa natureza, pertencentes a um agregado maior. Deste modo,

partilham a abordagem cultural da tradução de Even-Zohar e, não obstante a génese desta teoria residir no campo da literatura, consideramos ser possível transpô-la para o campo jornalístico, precisamente por permitir a maior amplitude exigida neste modo específico de traduzir (representada na figura 1). A organização da pesquisa de modo faseado e mediante uma definição de direções específicas entre os agentes envolvidos apresenta-se-nos também como uma mais-valia para o estudo a desenvolver: (i) pela possibilidade de terem existido influências externas no trabalho dos jornalistas; (ii) pelo facto de estarem em causa situações e intenções comunicativas distintas entre os agentes envolvidos; (iii) pelo cruzamento de ideologias particulares; e (iv) pela variabilidade dos cruzamentos intra- ou intersistémicos, quer em termos de agentes, quer de textos, quer de recetores. O esquema gráfico formulado por Lambert e van Gorp ilustra esta complexidade:

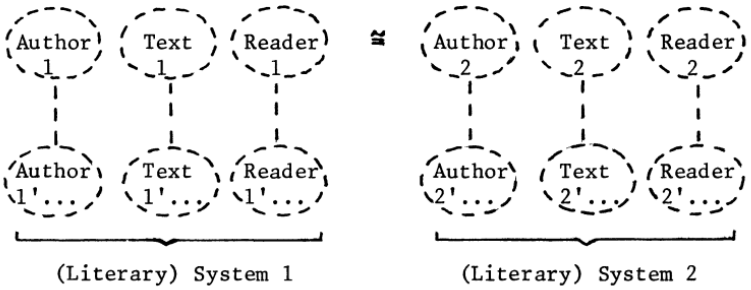


FIGURA 1: *Esquema do modelo sistémico-sistemático, de Lambert e van Gorp (1985: 43)*

Para os autores, esta esquematização permite que cada investigador tenha uma noção mais clara dos cruzamentos de maior relevância em cada caso em estudo, podendo, assim, ordená-los numa hierarquia de prioridades, conforme as interrogações que forem sendo suscitadas – por exemplo, relacionar o texto de partida («text 1») com a respetiva versão traduzida («text 2»), caso o intuito seja o de identificar diferenças entre um e outro. Possibilita, igualmente, a abordagem dos fenómenos translatórios num espectro amplo, uma vez que clarifica a consciência de poderem ter sido influentes diversos elementos no modo como o texto foi produzido, apresentado e/ou recebido – todos eles de índole contextual, porque afetos a um subsistema em especial ou a todo um sistema (de partida ou de chegada). Estes benefícios do cariz *sistémico* do modelo em apreço, tal como «herdado» dos postulados de Even-Zohar, mostram-se particularmente relevantes para um estudo sobre um fenómeno que se apresenta, à partida, complexo e heterogéneo como é a tradução no campo jornalístico.

José Lambert e Hendrick van Gorp também recolheram a influência de Gideon Toury (1980) e dos Estudos Descritivos de Tradução: sobretudo, a identificação de normas nos processos translatórios, i.e., regularidades ou tendências no comportamento dos agentes envolvidos, bem como a comprovação de hipóteses de investigação por meio de uma observação empírica dos dados e o princípio de replicabilidade do estudo para casos análogos, com vista a uma confirmação dos padrões e dos contornos identificados nos processos de produção e de receção dos textos, para, então, ser possível generalizar as conclusões (cf. Lambert e van Gorp, 1985: 51). Estes procedimentos compõem, por sua vez, a dimensão *sistemática* do modelo. A sistematização será importante para o nosso estudo, pois irá permitir que identifiquemos possíveis paralelismos e/ou conflitos entre os (sub)sistemas selecionados para análise – tanto os Papas como os representantes governamentais das Nações Unidas que discursaram na AGONU em alturas próximas – e, assim, termos uma noção mais precisa quanto ao grau de influência dos aparatos ideológicos particulares e/ou do geral nos processos de reescrita dos jornais.

1.6.2. O circuito dos estudos dos *media*, segundo Julie D'Acci

Tratando-se de um estudo cujo *corpus* de chegada é composto por textos publicados em órgãos da imprensa, consideramos pertinente associar ao modelo acima descrito, dos ET, um outro dos EM: o circuito dos estudos dos *media*, formulado por Julie D'Acci. Para esta escolha contribuiu igualmente o facto de ser uma metodologia que não se circunscreve àquele campo; antes, tem a sua génese nos EC, mais precisamente no modelo da codificação-descodificação (*encoding/ decoding model)*, de Stuart Hall [1980 (1973)], ao qual associou esquematizações formuladas por um grupo de investigadores da Open University e por Richard Johnson (cf. D'Acci, 2004: 426, 427, 429, 432).

Em traços gerais, e pese embora D'Acci se tenha pronunciado fundamentalmente sobre o meio televisivo, a sua proposta de análise encara os conteúdos mediáticos como produtos culturais que circulam num determinado contexto espácio-temporal, desde a sua conceção até à sua receção – ou, nos termos de Hall, desde que são codificados até serem descodificados e darem origem a uma nova codificação [cf. 1980 (1973): 130]. Esta lógica circular faz, portanto, jus ao entendimento da tradução que temos vindo a definir: um ato de comunicação ao qual sucede, depois, a reescrita dos conteúdos inicialmente colocados em circulação, num processo influenciado por fatores de índole cultural quer num caso,

quer noutro. É por este motivo que o entendemos como um modelo pertinente ao estudo a desenvolver. Tomá-lo como referência e em associação com o modelo de Lambert e van Gorp significa que iremos considerar tanto as mensagens pontifícias (os textos de partida) como as notícias dos jornais (os textos de chegada) como produtos culturais, que passaram por etapas de um percurso nas quais intervieram vários agentes, textos e contextos, e ao longo do qual ocorreram momentos de produção, receção e reprodução de sentidos. De um modo ainda mais claro, significa que iremos olhar, primeiro, para um conjunto de fenómenos religioso-políticos (os cinco Discursos dos Papas) de um ponto de vista comunicativo-translatório, com início na sede da ONU e fim na receção de tais textos pelos órgãos da imprensa portuguesa em apreço; segundo, para um conjunto de fenómenos sociais (a produção e divulgação de notícias) numa lógica de reescrita (logo, tradução ou *re*tradução, se quisermos ser mais precisos), que, por sua vez, começou nas redações e terminou no momento em que as edições contendo aquelas notícias foram publicadas, com vista a serem lidas pelo público em geral.[11] A linha contínua de (re)tradução num dado tempo e, com ela, a possibilidade de ocorrência de uma proliferação de sentidos ao longo do(s) circuito(s) é particularmente visível no esquema formulado pela autora:

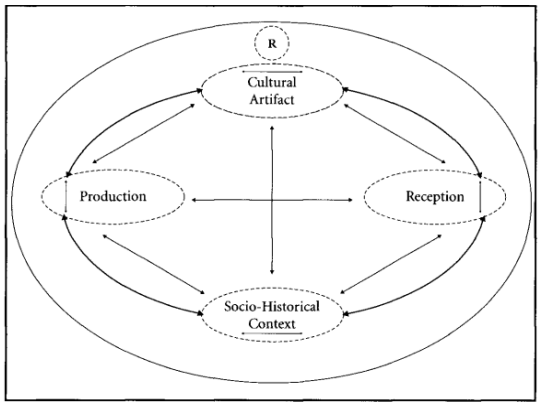


FIGURA 2: *Esquema do circuito dos estudos dos* media*, segundo Julie D'Acci (2004: 432)*

Como vemos no esquema, a autora inclui o contexto socio-histórico no conjunto dos elementos de base e, com efeito, o facto de colocar em relação três elementos fundamentais à investigação que vamos desenvolver – os *media*, enquanto agente social que possibilita o acesso a artefactos culturais; o discurso, enquanto forma pela qual tal acesso é estabelecido; e a cultura, enquanto determinante quer na produção, quer na receção dos artefactos (cf. D'Acci, 2004: 425) – é, para nós, uma clara mais-valia deste modelo. Em

[11] Pela referida dificuldade em analisar como, de facto, os sentidos transmitidos nos conteúdos jornalísticos foram descodificados pelos leitores, o segundo circuito terminará na receção das notícias pelo público.

concreto, Julie D'Acci defende que os estudos devem procurar aferir como, pelo discurso, os *media* alteram (porque *re*produzem) as realidades socioculturais por meio de uma recodificação de conteúdos existentes à partida, assim como determinar em que medida a descodificação dos artefactos culturais à chegada por parte dos recetores poderá ter gerado uma (re)interpretação das mensagens e um impacto particular das mesmas nos modos de ser, de estar, de pensar e de agir em sociedade (cf. *ibid*.). São, portanto, propósitos que mostram correspondência com o que nos propomos averiguar neste estudo.

1.6.3. A abordagem histórica do discurso, segundo Ruth Wodak

Tencionamos analisar textualmente as notícias publicadas sobre os Discursos pontifícios na AGONU (i) observando em pormenor a sua «estrutura hierárquica» («the hierarchical structure», segundo Lambert e van Gorp, 1985: 49), i.e., as prioridades assumidas pelos responsáveis editoriais no tratamento noticioso de tais visitas pontifícias; (ii) relacionando as opções apresentadas nos jornais com os respetivos contextos de tempo e de espaço, no sentido de procurarmos compreender que acontecimentos do mundo (por um lado) e preocupações dos Papas (por outro) terão sido considerados preponderantes por cada redação no momento de definirem o que (e como) reescrever para o cidadão comum; e (iii) tentando identificar indícios de um tratamento dos Papas e de uma divulgação dos seus argumentos em consonância com a ideologia católica (sociocultural geral) enraizada na sociedade portuguesa. Para tal, e como referimos, consideramos pertinente adotar a técnica de análise crítica do discurso: ora, se esta resulta de uma conjugação de postulados teóricos da linguística e de abordagens práticas do uso da língua em contexto, derivadas da pragmática, então analisar criticamente um discurso permitir-nos-á estabelecer uma relação entre os sentidos dos enunciados e a sua respetiva representação pela linguagem. E, uma vez que nos iremos concentrar sobretudo na passagem do enunciado oralmente comunicado pelos Papas (no circuito 1) para a reprodução do mesmo, após ter sido recebido e descodificado pelos jornais (do final do circuito 1 para o início do circuito 2), recolheremos como principal benefício desta técnica a perceção do reflexo quer da evolução sociocultural, quer da evolução do peso da ideologia do polissistema sobre as práticas discursivas do jornalismo português – i.e., do uso da língua em contexto social, pelo recurso à tradução. Contudo, como os Discursos dos Papas e a discursividade dos jornais estiveram associados a circunstâncias específicas da vida política e sociocultural

nacional e internacional, é importante que a análise crítica das versões reescritas das mensagens papais tenha em conta cada um dos contextos em causa. Foi, por isso, que elegemos para o nosso estudo uma abordagem específica da CDA: a abordagem histórica do discurso (em inglês, *discourse-historical approach)*, que teve origem na Escola de Viena e que conta com a linguista Ruth Wodak como uma das principais mentoras. Wodak segue os postulados de Fairclough e tem-se dedicado, particularmente, ao estudo do discurso político, bem como às práticas discursivas jornalísticas. Em conjunto com outros autores com quem tem colaborado, define esta abordagem da seguinte forma:

> In the analysis of historical and political topics and texts, the historical dimension of discursive acts is considered in two ways. Firstly, the discourse-historical approach always attempts to integrate as much available information as possible on the historical background and the original historical sources in which discursive 'events' are embedded. Secondly, a number of investigations (…) have traced the diachronic change, which particular types of discourse undergo during a specified period of time [Wodak *et al*., 2009 (1999): 7-8]

Percebemos, assim, que se trata de uma vertente de pesquisa que mantém a visão pragmática dos atos discursivos defendida pela CDA, ao mesmo tempo que atende à evolução diacrónica dos mesmos – o que é essencial ao estudo que pretendemos desenvolver. Os defensores desta perspetiva histórica procuram, fundamentalmente, compreender como um determinado agente (individual ou coletivo) fez uso da língua num dado contexto socio-histórico do passado, desencadeando um conjunto de efeitos junto dos respetivos interlocutores (cf. Weiss e Wodak, 2003: 21-22). Entendem que o investigador deverá assumir uma posição de mediador entre o discurso e a sociedade em que o mesmo foi proferido ou escrito, sendo este posicionamento tanto mais relevante por se tratar de uma análise histórica, que implica que os textos em causa serão sempre relativos a uma época anterior e não contemporâneos do investigador. Tal distanciamento exige uma consciencialização ampla quer das circunstâncias discursivas de tempo e de espaço, quer dos próprios «sintomas» afetos aos discursos (i.e., dos problemas ou questões envolvidos no uso da língua). Isto porque, do seu ponto de vista, é nos contextos que as respostas podem ser encontradas (cf. *ibid*.), pelo que as investigações devem procurar pôr a descoberto a ordem latente dos discursos [Wodak, 2011 (2009): 25] – ou seja: conhecer as realidades por detrás dos factos que são tornados públicos (cf. *ibid*.), nomeadamente o conjunto de acontecimentos mais marcantes e as perspetivas sobre os e/ou ligações aos mesmos por parte dos agentes envolvidos na sua divulgação, pois terão sido decisivos no modo como os assuntos foram transmitidos, pelo uso da língua.

Referindo-se especificamente ao campo jornalístico, Ruth Wodak vê a contextualização dos fenómenos proporcionada pela abordagem histórica do discurso como um modo de identificar tendências no tratamento dos assuntos pelos profissionais, nomeadamente naqueles mais vulneráveis a enviesamento (ou «manipulação», como expresso por Lefevere, Bielsa e Bassnett). Entre estes, Wodak destaca a política, mas entendemos ser possível considerar também a religião, tendo em conta o peso que o património cultural religioso tende a assumir junto da sociedade civil em termos identitários. Isto significa que esta perspetiva analítica nos permitirá aferir como as mensagens papais terão sido descontextualizadas e recontextualizadas aquando do respetivo tratamento noticioso, em cada um dos anos do período de meio século que nos vai ocupar. Sobressairá, assim, o modo como o trajeto circular dos dois tipos de discursos foi gerando novos sentidos, em cada tempo e por parte de cada um dos subsistemas de chegada. Uma outra vantagem da abordagem histórica diz respeito à imagem dos pontífices: Wodak considera que o modo como as personalidades políticas (a que acrescentamos a figura dos Papas) são retratadas nos *media* merece a atenção da comunidade académica, para que se possa perceber o impacto das (re)produções das suas palavras junto da opinião pública (cf. *ibid.*). E esta aferição parece-nos ser de grande pertinência para a nossa investigação.

Tal como verificámos nos modelos anteriores, também Ruth Wodak representou os seus postulados por meio de um esquema visual:

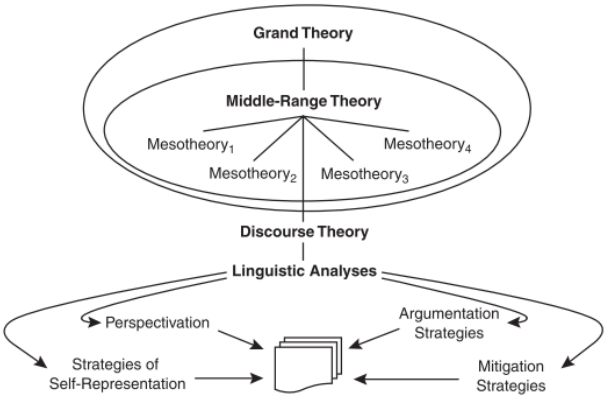


FIGURA 3: *Esquema da abordagem histórica do discurso, à luz do trabalho de Ruth Wodak (in Weiss e Wodak, 2003: 23)*

O principal propósito desta esquematização foi o de proporcionar aos investigadores uma definição do enquadramento teórico de base para a análise dos fenómenos discursivos – o qual, como defendem Lambert e van Gorp (1985: 43), deve ser flexível, adaptando-se

às exigências de cada caso particular de análise, assim como não deverá restringir-se a uma única teoria. Isto porque qualquer objeto pode ser abordado segundo várias perspetivas, dependendo do próprio entendimento do fenómeno por parte do investigador. Nesta mesma ótica, Wodak defende uma subdivisão da problemática em tópicos particulares, devendo o investigador sustentar-se nos conhecimentos existentes em cada campo. Deste enquadramento resultará, então, uma seleção de postulados metodológicos e de técnicas de análise a utilizar, como forma de atender, na prática, aos propósitos da sua pesquisa.

1.6.4. O circuito da tradução no campo jornalístico: uma proposta metodológica

As três metodologias selecionadas apresentam várias características em comum, que, como fomos notando caso a caso, estão em acordo com os propósitos desta tese, para além de reforçarem a possibilidade de serem entrecruzadas. Entre as perspetivas consonantes, destacamos as seguintes:

> (i) *A relação texto-contexto*, ou seja, a visão dos textos como profundamente associados a um contexto sociocultural e histórico, que determina todo o processo de codificação, descodificação e recodificação de sentidos;
>
> (ii) *A consciência da complexidade dos (intra-/inter-)relacionamentos entre agentes, textos e recetores*, que eleva a necessidade de se estudar os fenómenos e averiguar quais as alterações de sentido inevitavelmente resultantes dos processos de reescrita;
>
> (iii) *A perspetiva diacrónica das análises*, que permite identificar os fatores sociais e históricos que, ao longo do tempo, poderão ter influenciado a circulação de um artefacto cultural no polissistema.

Assumindo-as como base da investigação, propomos um novo modelo de análise, que designámos por *circuito da tradução no campo jornalístico* – uma designação que reúne a expressão conceptual também proposta neste estudo e a palavra «circuito», de modo a expressarmos, de imediato, a ideia de circularidade implicada nos processos translatórios naquela esfera.

No que concerne à estrutura física do modelo, apresentamos no topo a parte inicial do esquema delineado por Ruth Wodak na abordagem histórica do discurso, que, como indicado, corresponde a uma definição do aparato teórico-conceptual escolhido pelo investigador como sustento do seu estudo. Neste caso em concreto, o enquadramento geral e basilar («grand theory») corresponde à visão do ato de traduzir enquanto *comunicação* (na ótica de Theo Hermans) e *reescrita* (de acordo com André Lefevere), uma vez que é com base neste entendimento que todo o restante trabalho se irá desenvolver. Segue-se como teoria de nível intermédio («middle-range theory») a conceção da *tradução no*

campo jornalístico que iremos ter como referência, ou seja, o estudo pioneiro de Esperança Bielsa e Susan Bassnett, marcadamente cultural e bem consciente das especificidades desta área dos ET. Incluem-se, depois, como postulados mais específicos («mesotheories») os três conjuntos de conceitos tidos como fundamentais à compreensão de um objeto e fenómeno discursivo com os contornos delineados, e cuja definição foi essencial para evitarmos possíveis ambiguidades no que respeita ao entendimento e à aplicabilidade dos mesmos no âmbito desta tese: *discurso* e *texto* (com base em Norman Fairclough); *ideologia* (segundo Louis Althusser); e *património cultural religioso* (de acordo com Alfredo Teixeira e Régis Debray).

Após este quadro teórico, identificámos as linhas metodológicas a seguir: uma associação da lógica sistémico-sistemática de um estudo de tradução segundo Lambert e van Gorp à visão circular dos conteúdos dos *media* defendida por Julie D'Acci.[12] No que concerne a esta última, mantivemos os elementos-chave envolvidos no trajeto de um produto cultural, tal como indicados pela autora – produção, receção, artefacto cultural e contexto socio-histórico –, para além da presença do investigador, representado no esquema inicial pela letra «R» em correspondência a «researcher» ou «receiver» e que no nosso projeto será entendido como um «recetor-observador». Tal como a autora, e como temos vindo a argumentar, defendemos que o posicionamento do investigador face ao fenómeno que observa nunca é neutro; pelo contrário, resulta sempre de um conhecimento situado, determinado, por um lado, pela definição que faz do objeto de estudo, do *corpus*, do enquadramento teórico-metodológico e das categorias de análise prática, e, por outro, pela sua pertença (ou, pelo menos, afinidade) a um dos contextos socioculturais e históricos em questão. Foi por isso que considerámos que a sua representação deveria constar na base do esquema central (e não no topo), uma vez que, assim, conseguiríamos expressar com maior clareza a ideia de alguém que observa e age sobre todo o conjunto de elementos afetos ao fenómeno que irá estudar. Todavia, introduzimos uma diferença face ao esquema desenhado por D'Acci: entendemos ser mais correto interligar os vários elementos por meio de uma linha contínua (ao invés de setas bidirecionais), precisamente para ser possível representar com maior rigor não só a ideia de continuidade, mas também de dependência entre todos. Vemos tal reforço como particularmente relevante no referente

[12] Ainda que não estejam incluídos no gráfico, o aparato também contará com autores implicados nas referências de base: no modelo sistémico-sistemático, Itamar Even-Zohar e a teoria dos polissistemas, bem como Gideon Toury e o princípio da sistematização; e, no âmbito do circuito do estudo dos *media*, Stuart Hall e a linha contínua entre produção e receção (codificação e descodificação) de conteúdos jornalísticos.

ao contexto socio-histórico, uma vez que se trata de uma variável, para nós, primordial – e, por isso, constante – em todas as fases do processo.

No que respeita ao modelo sistémico-sistemático, procedemos a algumas adaptações do esquema formulado por Lambert e van Gorp, de modo a que as definições feitas pelos autores em 1985 pudessem corresponder às especificidades da investigação a realizar. Começando pelas designações dos elementos-chave, entendemos que, em vez de «autor» («author»), deveríamos falar em «agente». Com efeito, se, na época, Lambert e van Gorp tinham em mente sobretudo o estudo da tradução literária (e, portanto, o trabalho de um «autor», no sentido mais lato da palavra em relação ao sistema de partida, e de um tradutor, no de chegada, sendo entendido como um segundo «autor»), no campo jornalístico nem sempre se consegue identificar uma versão de partida (cf. Bielsa e Bassnett, 2009: 11), pelo que nos pareceu inapropriado utilizar tal termo. Aliás, «agente» mostra a flexibilidade necessária a uma teia de relacionamentos entre indivíduos e/ou instituições potencialmente diversificados – em número, em ideologias, em tempos e em espaços –, não colocando restrições em termos de natureza ou de papel assumido no polissistema. Na mesma linha de pensamento, consideramos que em vez de «leitor» («reader») deveríamos usar «recetor», já que é um termo que nos permite estabelecer uma relação direta com as definições do modelo circular de Julie D'Acci – mais precisamente, estabelecer uma ponte com a ideia de transmissão do artefacto cultural desde quem o produziu (ou reproduziu) até quem o rececionou (no circuito 1 ou 2). Foi, portanto, uma opção que considerámos pertinente para atendermos às necessárias adequações a fazer quando se interligam dois domínios de estudo e quando se vai além das características sobre as quais os modelos foram inicialmente pensados pelos autores – ainda assim, procurando manter o maior número possível de elementos das versões de origem, mesmo que mediante uma importação de referências de um modelo para outro (como no caso de «recetor»), para podermos salvaguardar da melhor forma a autoria dos esquemas iniciais.

Apresentamos na figura 4 o modelo por nós proposto, integrando a representação gráfica de cada uma das três metodologias que assumimos como referência.

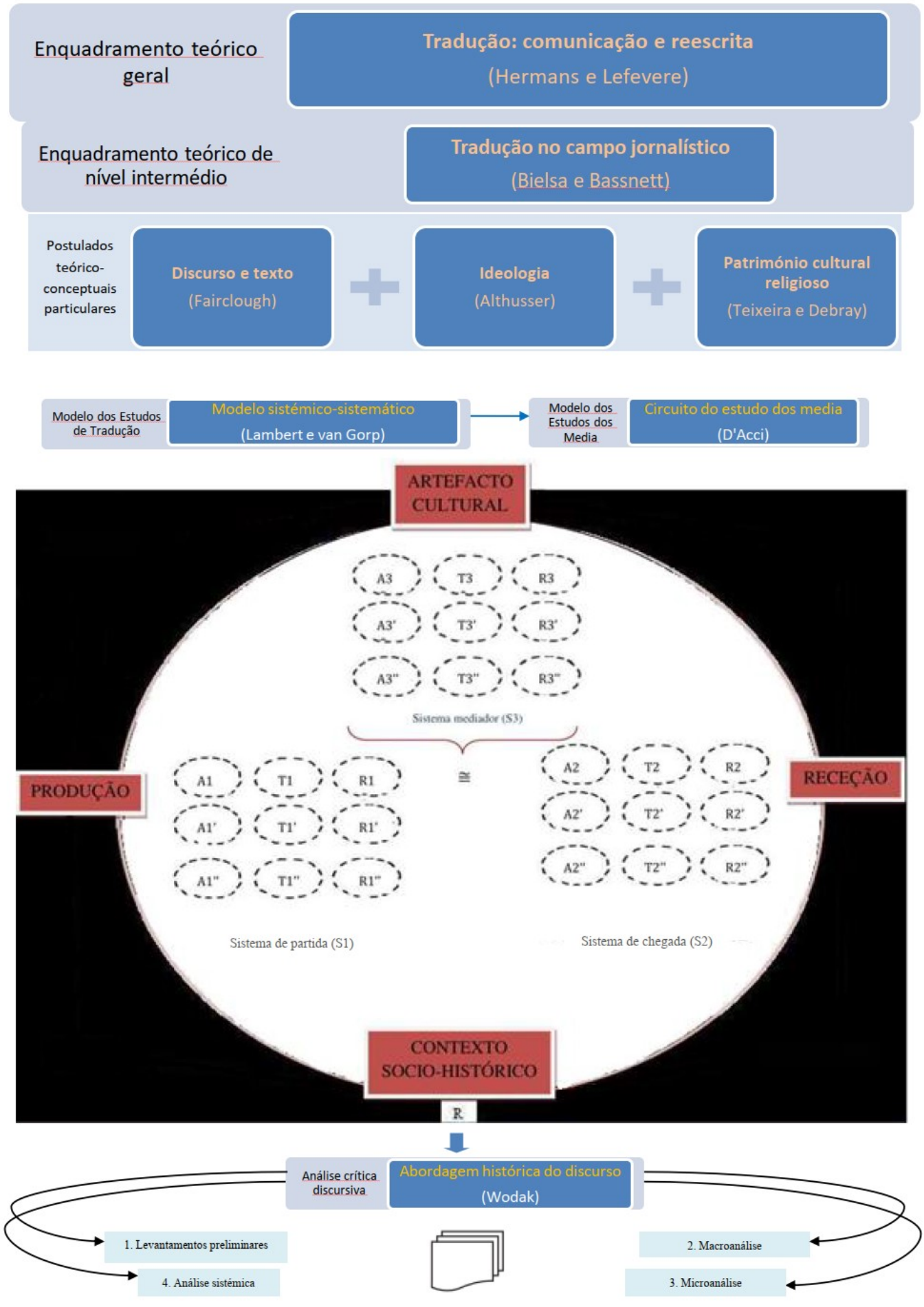
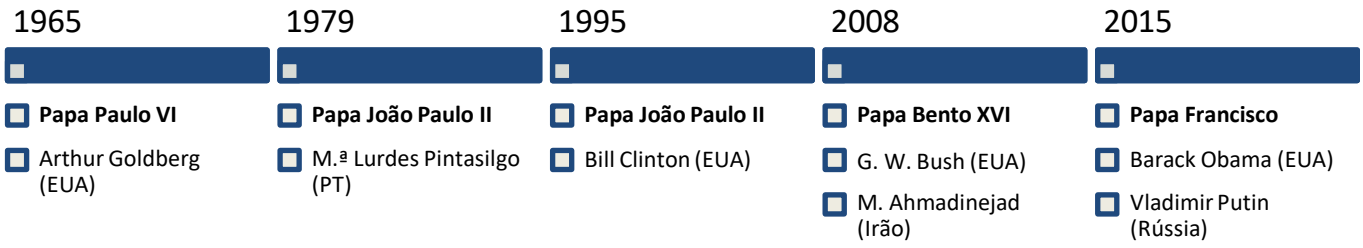


FIGURA 4: *Circuito da tradução no campo jornalístico*

Explicamos o sentido das letras e números indicados na parte central do nosso esquema: no sistema de partida (S1), cada um dos Papas representará, em cada ano, o lugar do agente (A1), o respetivo Discurso na AGONU corresponderá ao texto (T1) e os representantes dos Estados-membros presentes naquela assembleia (mas também os *media*) os recetores (R1). Importa clarificarmos que (i) o facto de os pontífices ocuparem a primeira linha do sistema significa que serão tidos como o agente de partida mais importante em termos de cruzamento com o sistema de chegada (S2), não os de segunda e terceira linha, como veremos *infra*; (ii) o facto de serem considerados *per se* significa que iremos desenvolver o nosso estudo primeiramente numa perspetiva sincrónica, sendo aquele cruzamento feito Papa a Papa, Discurso a Discurso, mas sempre na proporção de 1-3, i.e., da reescrita de um mesmo Discurso pelos três jornais, precisamente para que as diferenças e semelhanças no recurso à tradução no campo jornalístico pudessem sobressair na comparação das versões de chegada.

Em S2, elegemos o *DN* para ocupar a primeira linha, por considerarmos que, de entre os jornais selecionados, é o mais reconhecido em Portugal como símbolo do jornalismo de referência. Assim, a redação do *DN* comporá o conjunto dos agentes principais do sistema de chegada (A2), as respetivas notícias representarão o texto publicado neste subsistema (T2) e o conjunto dos seus potenciais leitores comporão os recetores (R2).

A sistematização do modelo, tal como defendida por Toury, impõe, depois, a transposição das definições para outros subsistemas dentro de S1 e S2. No primeiro, a análise será replicada, como dissemos, para representantes políticos contemporâneos de cada um dos pontífices, que discursaram na AGONU em alturas próximas e cujas palavras foram igualmente objeto de tratamento noticioso pela imprensa. A definição destes agentes de segunda (e de terceira) linha(s) teve como critério fundamental o facto de tais discursos terem sido reescritos pela maioria dos agentes de chegada (em S2): senão por todos, pelo menos por dois dos jornais. Tendo em conta os dados que conseguimos recolher nos arquivos consultados, serão estes os conjuntos de agentes de partida em cada ano:



QUADRO 1: *Lista dos agentes de partida, por ano de estudo.*

No que concerne a S2, a análise do *DN* será transposta para os restantes jornais: o *JN* ocupará a segunda linha, por surgir, em nosso entender, atrás daquele em termos de influência junto dos leitores, já que abrange toda a região Norte do país. Ocupará, por isso, o lugar de agente do subsistema de segunda linha (A2'), correspondendo o seu texto a T2' e os seus potenciais recetores a R2'. O *DA*, dada a sua menor dimensão e amplitude em termos de receção, ocupará a terceira linha (i.e., o terceiro subsistema), estando associado às referências A2'', T2'' e R2'', respetivamente.

Iremos manter no nosso modelo a maioria dos elementos gráficos contidos no esquema de Lambert e van Gorp: a disposição dos sistemas e subsistemas, bem como dos respetivos componentes; o pontilhado em redor dos mesmos, como forma de representar o dinamismo das relações entre eles; e o símbolo ≅ disposto no centro, em expressão da imprevisibilidade (logo, da multiplicidade possível) dos cruzamentos. Porém, parece-nos existir uma imprecisão naquele esquema: o facto de as linhas estarem traçadas apenas entre elementos da mesma categoria (entre autores, entre textos e entre leitores) dá a entender que não podem ser analisados cruzamentos noutras direções (por exemplo, entre um autor e um texto ou entre um texto e um leitor). Ora, tal facto compromete o princípio da heterogeneidade das relações intra- ou intersistémicas, que é, aliás, indicado pelos próprios autores (cf. Lambert e van Gorp: 1985: 47). Sugerimos, como possível solução, uma representação gráfica sem linhas entre os elementos de cada sistema, deixando-se em aberto as possibilidades de análise. Também nos pareceu necessário proceder a uma expansão do gráfico inicial, de modo a ser possível incluir a eventual influência de fontes externas na composição das notícias, como é frequente acontecer no campo jornalístico. Fizemo-lo pela introdução de um terceiro sistema (S3), de mediação entre S1 e S2. Dele poderão fazer parte, por exemplo, agências noticiosas (A3) e os respetivos despachos (T3);

outros órgãos de comunicação social e as notícias por eles publicadas (A3' e T3'); ou textos e vozes recolhidos pelos jornalistas para corroborar e/ou contrapor os argumentos citados ou parafraseados das versões de partida (A3'' e T3''). Contudo, não obstante considerarmos importante manifestar graficamente a possibilidade destas (entre outras) influências nos processos de tradução no campo jornalístico, na análise de conteúdo iremos ter em conta apenas os despachos das agências *AFP*, *Reuters* e *Lusa* aos quais conseguimos ter acesso (tal como tínhamos avançado no ponto 1.3.1.), o que significa que nos iremos cingir ao subsistema da primeira linha de S3.

Chegando à base do nosso modelo, voltámos ao esquema de Wodak para indicarmos o modo como, depois da definição de todo o aparato teórico-metodológico e da representação dos vários elementos a analisar nos respetivos contextos de tempo e de lugar, iremos proceder à análise dos dados recolhidos dos jornais. Ora, se todos serão estudados por meio de uma análise crítica do discurso, que equivalerá à «discourse analysis» indicada no esquema de Wodak, depois, na ótica da articulação das metodologias por nós selecionadas, as quatro etapas definidas por Lambert e van Gorp corresponderão à «linguistic analysis», uma vez que será em cada uma delas que iremos tomar contacto com os textos de chegada e, portanto, que iremos aferir como foi feito o uso da língua pelos jornais. Iremos manter a terminologia utilizada por aqueles autores para cada etapa, com exceção da primeira, que designaram em inglês por «preliminary data». A correspondência mais direta em português seria «dados preliminares»; porém, não entendemos ser uma designação correta para um estudo sobre o campo jornalístico. Isto porque, se, no campo literário, elementos como o título, o nome do autor e do tradutor, a existência de metatextos e a sua localização na obra (cf. *ibid*.: 52) podem ser considerados dados preliminares, porque correspondem aos mais expostos de uma obra impressa e materializada em livro, logo, aqueles com os quais o investigador estabelece um primeiríssimo contacto, já no campo jornalístico não é possível traçar-se uma separação tão nítida entre tais elementos e o restante texto: não só as duas partes estão necessária e estreitamente ligadas, como a titulação representa não dados iniciais (preliminares), mas sim principais – daí as parcelas mais imediatas na leitura de um jornal serem consideradas elementos de captação. Todavia, não pretendendo nós alterar demasiado o que foi concebido por Lambert e van Gorp, considerámos ser possível esbater esta discrepância entre a formulação inicial e a nossa, falando em *levantamentos* preliminares. Desta forma,

pudemos manter a ideia de base dos autores – i.e., serem informações recolhidas numa fase de contacto inicial com os materiais (logo, preliminar) –, mas colocando o enfoque no processo de investigação (ou seja, nos levantamentos) e não nas informações em si mesmas (nos dados), como entendemos ser mais correto para este campo dos ET, em particular.

De referir, por fim, que as três primeiras etapas – os levantamentos preliminares, a macroanálise e a microanálise – irão ser exclusivamente dedicadas ao cruzamento entre o subsistema de partida representado pelos Discursos dos Papas na AGONU (na primeira linha, a cada ano) e o sistema de chegada (no seu todo), uma vez que é esta articulação que compõe o nosso objeto de estudo. A comparação com a noticiabilidade-traduzibilidade das intervenções dos representantes governamentais naquele fórum ocorrerá somente na quarta etapa – a análise sistémica – e será apenas após a mesma que reuniremos todos os resultados sincrónicos obtidos, procedendo, então, a uma comparação diacrónica final.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIO-HISTÓRICA

PARTE I: sobre a relação entre os sistemas de partida e de chegada (em geral) e o tratamento, por meio da tradução, dos Discursos papais na AGONU pelos jornais a analisar (em particular)

A primeira parte deste capítulo visa refletir sobre o panorama social e histórico do contexto de chegada da nossa investigação: a imprensa portuguesa, especificamente no que toca ao tratamento de um conteúdo da atualidade internacional e do tipo religioso-político. Com esta finalidade, vamos começar por olhar para uma das noções que definimos como basilares: a permanência do património cultural religioso em tempos de mudança. Para o efeito, teremos em conta a continuidade do catolicismo como tradição religiosa maioritária em Portugal ao longo de um período de profunda alteração política e social: entre a última década do regime autoritário do Estado Novo (desde 1965, o ano inicial do nosso estudo, e a Revolução de 25 de abril de 1974, que pôs fim àquele sistema de governação) e os anos recentes (até 2015, quando termina a baliza temporal da nossa investigação, estando contabilizados mais de quarenta anos de democracia). Além de dados históricos e de relatos de antigos jornalistas sobre a relação Estado-*media* durante a ditadura, iremos tomar como referência primordial a obra *Religião na Sociedade Portuguesa*, de Alfredo Teixeira (2019), na qual o autor traça um retrato do nosso país a nível das crenças da população, aludindo, entre outros fatores, precisamente ao impacto da democratização política no domínio do crer.

Procuraremos, depois, particularizar a nossa contextualização, descrevendo os aspetos ideológicos (teóricos e práticos, na lógica althusseriana) que estão por detrás do cruzamento entre os dois sistemas-chave do nosso estudo. Primeiro, iremos debruçar-nos sobre o contacto da Santa Sé com os *media*, i.e., a forma como os textos comunicados pelo Sumo Pontífice da Igreja Católica em situações formais são pensados, elaborados e, então, disponibilizados à comunicação social para serem reescritos, publicados e divulgados ao público, em geral. Para o efeito, basear-nos-emos no depoimento que nos prestou o atual Secretário de Estado de Sua Santidade, o Papa Francisco: o Cardeal Pietro Parolin. Terminaremos com uma caracterização do *modus operandi* dos jornais escolhidos para o nosso estudo a respeito daquele tipo de tratamento de conteúdos, evidenciando como, a partir do momento em que recebem as informações – de modo direto ou indireto –, procedem ao tratamento dos Discursos pontifícios, pela tradução. Fá-lo-emos a partir das entrevistas a Leonídio Paulo Ferreira, subdiretor do *DN*, e Mário Mesquita, antigo diretor daquele jornal; a Ivete Carneiro, editora da secção Internacional do *JN*; e a Paulo Viveiros, diretor do *DA*.

O objetivo será o de definirmos e distinguirmos cada agente de chegada sobretudo em termos de (i) recurso à tradução no trabalho quotidiano; (ii) relevo noticioso habitualmente atribuído a atos discursivos dos Papas; e (iii) perspetiva sobre o papel do Papa na sociedade comparativamente com outros protagonistas mundiais.

2.1. A identidade católica, o Estado e os *media* na sociedade portuguesa em mudança

O nosso estudo tem como balizas temporais os anos de 1965 e de 2015, o que corresponde a um período da História portuguesa que vai desde uma época em que o regime autoritário do Estado Novo estava vigente até à contemporaneidade, marcada pela democracia. Debruça-se, portanto, sobre um período que inclui uma mudança na sociedade.

Na época da ditadura, o catolicismo assumiu um peso muito considerável no polissistema. Com efeito, um dos lemas promovidos por António de Oliveira Salazar foi «português, logo católico» – uma ideia que fez parte da propaganda do Estado Novo e que tinha essencialmente o intuito de apresentar a imagem de Portugal enquanto um império: grandioso em termos geográficos, por via das colónias em África, bem como uno, orgulhoso dos seus feitos e da sua origem (cf. Pereira, 2011: 35). E o facto é que, enquanto a Segunda Guerra Mundial devastava a Europa e gerava medo e ansiedade um pouco por todo o mundo, internamente «the political and Catholic institutions became concentric» (Teixeira, 2015: 61), i.e., dentro das nossas fronteiras o sistema político e o religioso formavam um bloco ideologicamente forte e coeso, procurando fomentar entre os cidadãos um sólido sentido de identificação com a nação (i.e., de identidade portuguesa). O Estado e a Igreja Católica eram as duas instituições que ocupavam os lugares mais elevados do poder na altura, sendo que tal sentido era sustentado em larga medida pela veiculação dos ideais do regime – logo, do catolicismo – como inquestionáveis. A frase «politicamente só existe o que o povo sabe que existe», proferida por Salazar durante a cerimónia de instituição do Secretariado de Propaganda Nacional, a 26 de setembro de 1933, isto mesmo evidencia: no seu entender, quanto menor fosse o conhecimento público acerca do que se passava no país e no mundo, maior seria a estabilidade governamental. Por exemplo, não queria que se disseminasse em Portugal o debate que se havia tornado central após a Segunda Guerra acerca da oposição autocracia-democracia ou a crescente propagação do comunismo ateísta na Europa, para que a opinião pública não fosse influenciada e viesse a colocar em causa os moldes por que a vida em Portugal se desenrolava, quer no campo político, quer no religioso e no social. Era,

portanto, necessário manter o sentimento de unidade cultural entre os diversos setores e membros da sociedade, evitando-se tudo o que pudesse prejudicar a ordem instituída. Então, «[i]n order to restrict the circulation of all sorts of ideas and political debates» (Ribeiro, 2015: 74), o controlo da informação tornou-se uma estratégia de primordial importância na ação governamental, quer durante a presidência de Salazar no Conselho de Ministros (1933-1968), quer durante a de Marcelo Caetano (1968-1974). Uma das formas de aplicar tal controlo foi por meio de uma política de censura sobre os órgãos de comunicação social, tendo em conta a capacidade de alcançar – e, por isso, de influenciar – as massas populares que apresentavam.

A par da rádio, que se constituiu como um meio privilegiado na disseminação de conteúdos durante e após a Segunda Guerra, os jornais e as revistas eram uma importante fonte de informação. Aliás, logo no início das suas funções na Presidência do Conselho de Ministros, foi sobre a imprensa que Salazar colocou a tónica da ação censória – não à rádio, que, no começo dos anos trinta, «did not represent any kind of threat for the regime» (Ribeiro, 2015: 76). Do ponto de vista das redações, a existência de um instrumento repressivo sobre o seu trabalho, numa altura em que as sociedades do dito mundo desenvolvido estavam a conhecer um considerável progresso industrial, científico, tecnológico e intelectual, fruto da reconstrução generalizada do pós-Guerra, significava uma privação dos profissionais relativamente à evolução da sua esfera – e, com efeito, as mudanças que se estavam a verificar no jornalismo mundial tiveram um impacto pouco representativo no nosso país. Como refere Jorge Pedro Sousa, «[a] ditadura corporativa do Estado Novo amarrou Portugal a um jornalismo descritivo e declaratório, censurado e, por vezes, folclórico e festivaleiro» (2001: 31), condenado a restringir-se aos moldes tradicionais da profissão: investigações que raramente ultrapassavam o período de algumas horas ou dias, caracterizações apenas superficiais dos sujeitos das notícias, descrições raras dos ambientes, narração «construída essencialmente em função da importância que os dados assumem para o jornalista», sem atenção aos detalhes e num uso da linguagem «unicamente de uma forma utilitária» (*ibid.*: 30). Por sua vez, o Novo Jornalismo fomentava nos profissionais uma ânsia pela confirmação dos dados, bastante mais aprofundada e feita pela contraposição de perspetivas, sendo que o trabalho de documentação e de investigação podia, nalguns casos, prolongar-se durante meses ou até anos – para não falar dos novos géneros que estavam a

surgir, como o jornalismo de análise ou o de criação, no qual se valorizava sobretudo a apresentação dos conteúdos, numa junção do entretenimento à informação (*ibid.*: 31).

No que se refere ao teor das notícias, o jornalista Norberto Lopes confirmou a estreita relação que existia durante a ditadura entre Igreja e Estado e entre estes e o sistema dos *media*, dando conta do dever imposto aos vários órgãos, nomeadamente à imprensa, de veicularem os valores do regime (político-religiosos) junto do povo. Como disse: «há princípios morais a que tem de se submeter o exercício da nossa profissão, princípios que a impedem de adulterar conscientemente a verdade ou de deturpar os factos e os textos para servir uma causa, boa ou má» (1959: 25). Isto significa que estava instituído na comunicação social portuguesa um sentido de cumprimento de um papel que, na raiz, estava dependente da (e submetido à) vontade governamental. E era de tal modo assim que os jornalistas sentiam medo, procurando não ir para além do quadro ideologicamente definido ao redigirem as suas peças, para que o órgão ao qual pertenciam não fosse alvo de processos disciplinares, nem visse colocado em causa o envio atempado das edições para a tipografia e destas para as bancas – o que, a acontecer, implicava constrangimentos financeiros para o jornal (cf. Roby Amorim in *ibid.*: 28). Contudo, é interessante constatar que existia, ao mesmo tempo, uma resignação da classe jornalística ao cumprimento de tal papel: segundo conta Afonso Serra, também antigo jornalista, vingava em muitas redações um sentido de autocensura, baseado na ideia de que se «[j]á sabíamos que eles [censores] iam cortar aquilo, para que é que havíamos de estar a escrever?» (in Correia e Baptista, 2006: 27). Ora, isto remete-nos para a ideia de ação «natural» e «inconsciente», segundo Giddens, uma vez que faz transparecer uma inculcação de valores de tal ordem que os profissionais os respeitavam e reproduziam de imediato («naturalmente») nas suas peças. É, portanto, um sinal de que a ideologia político-religiosa fora absorvida de modo muito significativo nas redações, fazendo parte do sentido de identidade dos jornalistas, até porque, na altura, a esfera civil e a profissional se confundiam, precisamente pela solidez ideológica (i.e., os valores do regime eram *os* da sociedade civil e dos setores profissionais, daí a unidade).

Não obstante, a partir de 1960, começaram-se a notar alterações significativas na comunicação social portuguesa, que foram acompanhando a progressiva deterioração do sistema político desde o início da década – um período a que Fernando Rosas chamou os anos «do fim» (2004: 115). Mais precisamente, verificou-se que, à medida que ia lentamente «falecendo a alma do regime para moldar as almas de quem quer que fosse» (2001: 1051),

certos projetos jornalísticos «ousaram sair da mansidão imposta pela Censura e trilhar o caminho da modernização tecnológica, da profissionalização dos seus quadros e da recuperação de uma consciência de classe», centrada em valores éticos, regras de atuação e de escrita (Correia e Baptista, 2006: 25). Naqueles anos, «o contexto económico-sociológico e a mudança na paisagem humana dos jornais», graças à «entrada em cena de uma nova geração de jornalistas mais politizada, com maior preparação académica e, sobretudo, um grande desejo e vontade de mudança, conjugam-se para sacudir (um pouco) este clima de acomodação aos ditames externos» (*ibid*.: 28). A formação (ou, pelo menos, frequência) académica foi um importante contributo para o rejuvenescimento quer dos profissionais, quer da esfera em si, sendo que à forte consciência política e social dos novos jornalistas, muitos dos quais marcados pelos movimentos estudantis das universidades portuguesas, se associou o aproveitamento de «um espaço que estava vazio nas redacções, por inércia, cansaço ou desistência da geração anterior,» que os fez ganhar maior autonomia no trabalho: por exemplo, tomando iniciativas como a realização de reportagens ou de entrevistas e experimentando formas diferentes de escrita, assim «resistindo ao uso costumeiro da retórica laudatória do regime, abrindo o jornalismo para os campos onde era possível exercer capacidade crítica e interpretativa, nomeadamente através do tratamento (ainda que moderado) das questões sociais e culturais» (*ibid*.: 32). A menor submissão aos «ditames» do regime fazia-se sentir no próprio interesse que tinham sobre o mundo e as perspetivas que mantinham abertas acerca do que se passava fora das nossas fronteiras – interesse este que fomentavam, essencialmente, pela leitura de revistas estrangeiras e de livros de circulação proibida no país, mas também do acompanhamento muito atento das notícias internacionais, que lhes davam as informações necessárias para poderem aprofundar os assuntos. Isto mesmo revela Diana Andringa, contando que passou a ser possível tratarem uma crise económica que não a portuguesa ou falarem de outra guerra que não a que Portugal travava nas ex-colónias, e isso traduzia-se numa possibilidade de os jornalistas conhecerem – e darem a conhecer aos cidadãos – muito mais do mundo quando comparado com aquilo que as imposições ideológicas governamentais queriam que fosse conhecido (cf. in *ibid*.: 34).

A proatividade dos novos profissionais era incentivada, regra geral, pelos chefes de redação – uma figura que veio a assumir uma forte relevância no conjunto editorial, sobretudo por estabelecer uma ponte entre um diretor habitualmente pouco interventivo e distante, e um coletivo de jornalistas no seio do qual poucos eram especializados (cf. *ibid*.:

30). Cabia-lhe um papel pragmático, de controlo e certificação de que as edições conseguiriam «passar» na censura, cabendo-lhes decisões de fundo, como, por exemplo, a seleção dos assuntos, a escolha dos títulos e a valorização dos temas nas edições (cf. *ibid*.: 30, 34). Passou, assim, a existir uma «condução mais agressiva» das redações e isso foi determinante na modificação da prática jornalística em Portugal. Entre outros aspetos, passou a existir uma maior competição entre os órgãos em circulação e uma atribuição de mais visibilidade ao jornalista individualmente considerado, para além de se terem tornando frequentes «as chamadas de primeira página anunciando extensas reportagens assinadas no interior» (*ibid*.: 35). Foi igualmente relevante a inversão entre o peso atribuído à censura e à defesa dos direitos humanos, como seja o direito à informação, no trabalho dos jornalistas (cf. *ibid*.: 35-36), i.e., em vez de se preocuparem com o que poderia ser cortado nos seus textos, os jornalistas começaram a escrever sobre o que entendiam ser importante tornar-se do conhecimento público e em salvaguarda da escrita em liberdade, logo, da sua dignidade enquanto cidadãos e seres humanos.

Desde então, no decurso da nossa democracia, a atividade jornalística tem continuado a prezar a defesa de tais valores fundamentais e isso mesmo tem sido defendido por quem ocupa o poder do Estado. Citamos, a este respeito, um excerto da mensagem do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, comunicada por ocasião do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa de 2020:

> Sem informação livre e plural não há democracia. A liberdade de imprensa é um dos princípios constitucionais de qualquer democracia e assim também está consagrada na nossa Constituição. Uma informação transparente e de confiança é necessária para construir instituições justas e imparciais, construir relações de confiança entre eleitos e eleitores, fiscalizar os poderes e manter uma sociedade esclarecida, plural e vigilante (Sousa, 2020)

Vemos que os princípios democráticos e os direitos humanos são, hoje, formal e publicamente anunciados pelo sistema político como valores que andam em conjunto. Mais: que, para o Presidente, é importante ressalvar que, além de aquela liberdade ser garantida pela Constituição, cabendo ao Estado assegurá-la face ao poder político e ao poder económico, também faz parte da competência dos órgãos de soberania «apoiar a sustentabilidade dos *media* de forma transparente e não discriminatória; assim como salientar que todos os que defendemos a liberdade e a democracia devemos combater o discurso anti mediático levado a cabo por tantos», nomeadamente responsáveis políticos de nível mundial, que acabam por semear confusão e por alimentar populismos (*ibid*.). Disse,

por fim, que, «[s]em órgãos de informação livres, plurais e transparentes e sem respeito por essa liberdade não há democracia inteira e completa» (*ibid*.). Acima de tudo, estes argumentos sustentam que a mudança que foi acontecendo nos *media* portugueses desde a segunda metade do século XX acompanhou a evolução dos regimes: de uma conivência, por medo, com o que era instituído como *a* ideologia da sociedade portuguesa, no seu todo, e que se fundamentava num sentido de unidade cultural inviolável alicerçado numa fusão ideológica entre a classe política, a Igreja Católica e toda a esfera social e civil, a comunicação social foi dando sinais de afastamento face a tal posicionamento que lhe era imposto, procurando o seu lugar próprio no polissistema. Isso foi sendo feito à medida que a própria força da ditadura foi desvanecendo, de tal modo que, atualmente, a situação parece quase invertida: já não está imposta, como outrora, uma contenção (ou anulação) da liberdade de imprensa; pelo contrário, o chefe de Estado pede o devido reconhecimento do papel dos *media* na perpetuação dos ideais democráticos.

A nível do sistema religioso, a mudança conheceu contornos um pouco diferentes: durante a ditadura, a ideologia católica era basilar ao projeto de construção patriótica [o «patriotism-making», como considerou Teixeira (2015: 61)]. Depois, após a Revolução dos Cravos, a 25 de abril de 1974, a estreita relação entre o Estado e a Igreja deixou de existir. Todavia, não se verificou uma rutura com os valores que tinham sido defendidos, nem a separação com o panorama anterior foi tão marcada como no caso dos *media*. Com efeito, a partir da Revolução, e sobretudo desde a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, em 1986, a sociedade começou a apresentar alterações nomeadamente a nível demográfico e socioeconómico, já que a progressiva industrialização contribuiu para a modernização do país e para o robustecimento da economia (cf. Reis, 2013: 145). Entre outros aspetos, as cidades tornaram-se focos populacionais, atraindo pela migração interna ou pela imigração pessoas que procuravam novas oportunidades de trabalho e de vida. E foi precisamente em resultado da coexistência de diferentes culturas nos grandes centros urbanos, logo, de credos e de práticas de fé, que a reconfiguração que a sociedade foi conhecendo abrangeu o sistema da religião (cf. Teixeira, 2019: 96). Contudo, neste sistema, a mudança foi-se expressando mais a nível da exteriorização dos hábitos do que da interiorização dos valores, i.e., mais pelo modo de se praticar a fé nos novos agrupamentos sociais e com base nas características do novo quotidiano do que pela transmissão dos princípios católicos às gerações mais recentes.

É verdade que, à semelhança do que aconteceu com outras instituições-pilar, como a escola e a família, foi sendo percetível com o avançar do tempo uma progressiva diminuição da importância da Igreja Católica no quotidiano das comunidades (cf. Teixeira 2017: 93). Não obstante, o catolicismo tem-se mantido como *a* religião com maior número de fiéis no nosso país: segundo explica Alfredo Teixeira, «[a]s trajetórias de mudança, por via de processos de destradicionalização e de individualização, conheceram uma aceleração com a democratização política incrementada a partir de 1974, a integração de fluxos populacionais pós-coloniais e a integração na Comunidade Europeia», mas «[e]ste itinerário histórico não conduziu, necessariamente, a uma 'exculturação' do catolicismo», na medida em que «subsist[iram] os sinais da presença de iniciativas católicas nas instâncias de socialização» (2019: 95). Os resultados dos inquéritos feitos à população no final dos anos noventa (Antunes, 2000) e em 2011-2012 (Teixeira, 2013b) mostram que, não obstante as alterações no modo de vida de muitos cidadãos, «o século XX português foi ainda marcado pelas estruturas da religiosidade tradicional», numa plasticidade do simbolismo católico enquadrada na lógica do chamado «Deus da nossa terra» (Teixeira, 2019: 93), i.e., de perpetuação da herança previamente adquirida nos novos contextos de residência e à luz das novas formas de estar em sociedade. Por exemplo, nos espaços urbanos, os católicos circulam entre diversos locais de culto, não sendo o facto de estarem longe das suas origens ou de não estarem afetos a uma paróquia em particular que impossibilita a prática religiosa [é a chamada «população crente em movimento» (*ibid*.: 34)]. Também a perda do sentido de culto religioso semanal não tem mostrado ser sinónimo de uma desvalorização generalizada dos rituais do catolicismo – especialmente não do batismo, que se continua a destacar como prática «privilegiada de transação entre a religiosidade familiar, civil e a proposta de integração cristã» (*ibid*.: 35-36), e que, no inquérito realizado por Alfredo Teixeira na década passada, foi apontada como opção por 82,5% dos inquiridos com filhos ainda bebés, sendo escolhida inclusive por pessoas que se afirmaram como «não crentes» ou «crentes sem religião» [45,6% e 51,4%, respetivamente (*ibid*.: 36)].

Acima de tudo, a nossa sociedade – à semelhança do que se tem verificado em muitas sociedades modernas – tem passado por uma «recomposição individual do crer» (*ibid*.: 33). Ou seja: tem-se assistido a uma significativa valoração das escolhas e das preferências pessoais no modo de praticar a fé, em grande parte fruto da urbanização e do cosmopolitismo, que contribuíram para uma erosão da religiosidade portuguesa nos moldes

tradicionais. Depois, «[é] certo que o processo de democratização política garantiu a possibilidade de afirmação de uma nova consciência de liberdade em matéria religiosa» (*ibid*.: 95) e isso abriu portas ao pluralismo. No entanto, como nota Teixeira, não se verificou, até agora, um «sobressalto religioso» (*ibid*.); pelo contrário, tem sido evidente uma capacidade de a tradição gerir a mudança política e social que o país tem atravessado, mantendo-se viva (ativa) na sociedade (cf. *ibid*.: 93). Ora, esta é uma constatação que entendemos ser bastante relevante, especialmente pelo contraste de comportamentos que está na sua base: se, durante o Estado Novo, não era possível distanciar a ideologia política da religiosa e se qualquer cidadão estava subordinado aos ideais católicos, hoje, em plena sociedade democrática, a escolha do catolicismo como ideologia de base pela maioria da população é o resultado de uma livre iniciativa e de um processo marcadamente individual e biograficamente motivado – o que nos leva a concordar com Teixeira quando afirma que existe no nosso país, fundamentalmente, um «catolicismo cultural» (*ibid*.: 59), que se exerce na transmissão de um legado de geração em geração, independentemente das circunstâncias de tempo e de espaço. Também o historiador Luís Filipe Pereira afirma que, se é certo que o sistema político que hoje conhecemos passou a exigir «a construção de consensos acerca do papel do Estado na regulação da liberdade religiosa» (2011: 47), em especial pela Lei da Liberdade Religiosa, de 2001, mas também pela nova Concordata, de 2004, o «mosaico» de diversidades e a liberdade a nível de crenças (e de não-crenças) não abalou o sentido de identidade católica, que permanece dominante no país – embora reconfigurado. Vai, portanto, ao encontro do que diz Teixeira no seu estudo mais recente sobre a religião em Portugal: «a afirmação de uma cultura do indivíduo produz tanto a erosão como a diversificação das práticas» (2019: 94-95). Ou seja: a memória, enquanto referência, pode sofrer moldagens diversas; contudo, isso não altera a sua relevância – no caso, do catolicismo – enquanto herança cultural da sociedade.

2.2. A relação Santa Sé-*media* na disponibilização dos textos oficiais aos jornalistas

Contactado para efeitos deste estudo, o Cardeal Pietro Parolin[1] explicou-nos como é feita a redação dos Discursos proferidos pelo Santo Padre por altura de uma viagem

[1] Todas as informações foram retiradas das respostas do Cardeal Pietro Parolin ao contacto estabelecido via *email* (cf. apêndice A.5). Devemos referir que, por indisponibilidade de agenda, não nos respondeu a todas as questões por palavras suas, tendo, nalguns casos, nos enviado um conjunto de alocuções pontifícias, excertos de obras publicadas, estudos ou testemunhos, cujos conteúdos nos poderiam elucidar e atender às nossas questões (referências discriminadas também no apêndice A.5 e incluídas na lista bibliográfica final). No que

apostólica – como seja à ONU –, bem como a respetiva disponibilização aos jornalistas. Existem, antes de mais, dois parâmetros essenciais a ter em conta: em primeiro lugar, o objetivo principal da visita, que é estabelecido quando o Papa aceita um convite formal (como seja para participar na AGONU, por parte do Secretário-Geral) e que «ecoará diversamente nas diferentes etapas da Visita ditadas pelas prioridades pastorais propostas pela Igreja local» (p. 71); em segundo, «a mensagem que o Papa pretende fazer passar e chegar ao coração da gente» que o irá acolher e escutar (*ibid.*). De acordo com aquele cardeal, entre as motivações principais para uma deslocação do Santo Padre para fora do Vaticano conta-se uma urgência local, para a qual a presença do Papa poderá servir de conforto, também «a impo[ndo] à atenção internacional» (*ibid.*). Outro motivo tende a ser uma «efeméride significativa eclesial ou nacional que o Sumo Pontífice gostaria de partilhar com o povo» (*ibid.*). Por exemplo, por altura das visitas à ONU, celebrava-se uma efeméride (no caso, afeta à organização): em 1965, o vigésimo aniversário da data da sua fundação; em 1979, o Ano Internacional da Criança decretado pelos seus membros e altos dignitários; em 1995, o seu quinquagésimo aniversário; em 2008, o sexagésimo aniversário da DUDH; e, em 2015, o seu septuagésimo aniversário. Não obstante, a visita do Santo Padre às Nações Unidas também simbolizou um momento de partilha: não com um único povo e uma realidade local ou nacional em específico, mas com um conjunto alargado de destinatários (i.e., todos os povos). Logo, também naquelas ocasiões se terá aplicado o critério de prestação de conforto, com a especificidade de se ter orientado para a salvaguarda do bem comum (universal). Mais: a participação pontifícia na AGONU, precisamente por representar o exercício de uma observação permanente do estado do mundo e de resultar de um interesse formalmente demonstrado de que o Papa pudesse (re)orientar, pela via espiritual, o trabalho da comunidade política, terá igualmente colocado na agenda internacional alguns dos problemas mais prementes na época. Ou seja: a decisão de Paulo VI, João Paulo II, Bento XVI e Francisco de participarem na maior assembleia dos povos terá respeitado um conjunto de fatores não muito diferentes dos que norteiam habitualmente as demais visitas apostólicas, sendo que o convite dos Secretários-Gerais terá «conquistado o coração do Papa para a causa», i.e., a de contribuir(em) para a missão de se trabalhar em prol da pessoa humana, agindo «cada qual – Santa Sé e ONU – segundo o serviço que tem

toca às respostas que, de facto, nos deu e que parafraseamos ou citamos nesta tese, esclarecemos que não foram por nós traduzidas, mas redigidas por Parolin em português.

para lhe oferecer [e] valendo-se da diplomacia para harmonizar mentalidades, caminhos, perspetivas em ordem ao objetivo» (p. 70).

A respeito do objetivo fundamental de que a mensagem que o Papa pretende fazer passar chegue, de facto, «ao coração» dos seus destinatários, a instituição católica considera que a língua utilizada deverá ser a local, para se poder «assegurar a audição e compreensão do pensamento do Santo Padre no idioma da comunidade que o escuta» (p. 71). Contudo, como são textos que irão ser lidos, os conhecimentos linguísticos dos pontífices também assumem uma clara influência na escolha. Por exemplo, na AGONU falaram em diversas línguas, alguns inclusive em mais do que uma no mesmo Discurso. Ora, naquela assembleia estão presentes destinatários de múltiplas nacionalidades, para além de que o próprio organismo tem um conjunto específico de idiomas oficiais – inglês, francês, espanhol, árabe, russo e chinês (cf. United Nations, 2020a). Isto significa que, entre as várias possibilidades, a fluência do Papa numa ou mais línguas acaba por ser o fator mais decisivo. É preciso não esquecermos também que um organismo como a ONU tem os seus serviços de tradução e isso acaba por facilitar a escolha, já que o pontífice pode-se preocupar fundamentalmente com a clareza da sua expressão oral, recebendo, depois, a ajuda dos profissionais da tradução para que os seus argumentos cheguem àqueles que não falam ou não compreendem a(s) língua(s) em que optou por discursar. Aliás, parece-nos que os idiomas oficiais daquele organismo foram, de facto, tidos em consideração nos casos em apreço: por um lado, este facto pode justificar por que razão nenhum dos Papas, à exceção de Francisco, discursou na respetiva língua materna, uma vez que aquelas não se incluem naquele conjunto de idiomas oficiais (o italiano, no caso de Paulo VI; o polaco, no caso de João Paulo II; e o alemão, no caso de Bento XVI); e, por outro, pode justificar o motivo pelo qual João Paulo II, em 1995, e Bento XVI, em 2008, se pronunciaram em três e em duas línguas, respetivamente (i.e., por se considerarem suficientemente fluentes em mais do que um idioma oficial das Nações Unidas, conseguindo, assim, dirigir-se de forma direta a um maior número de recetores imediatos naquela assembleia).

No que respeita à autoria dos textos a proferir, existem duas situações em que a mesma cabe exclusivamente ao Santo Padre: (i) os casos de maior fluência linguística, em que «[o] Papa pode decidir improvisar e o texto nasce ali», como explicou o Cardeal Parolin; (ii) ou aqueles em que pretende «reservar para si próprio a redação dum discurso ou homilia (sucede várias vezes quando fala aos bispos, ou quando um Santuário é ponto central da Visita)» (p.

72). Nestas situações, o Papa redige o texto, sem ser necessário o auxílio da tradução. Tomando como exemplo o Papa Francisco, cujos textos serão redigidos ou em espanhol ou em italiano (as duas línguas nas quais é fluente), Parolin indicou que, caso tais línguas não sejam maioritárias na comunidade-alvo, poder-se-á recorrer a um intérprete, que se encarregará de traduzir a intervenção do Papa para a língua local (cf. p. 71).

Existem, depois, circunstâncias em que o texto *não* é redigido pelo pontífice, mas *é* ele que aprova a versão a comunicar: «[u]m caso particular é aquele em que a especificidade do tema, a amplitude de ramificações, o nível de linguagem, etc. requeiram a mão dum perito de valor reconhecido, individuado pelo Núncio na nação a visitar ou então pela Santa Sé nas universidades de Roma» – e esse, segundo indicou, «pode ter sido o caso dos discursos na ONU» (p. 72). Mesmo assim, em tais situações, o perito «evidentemente trabalhará sob as orientações recebidas ou compartilhadas com o Santo Padre», pelo que não o podemos considerar como um trabalho autónomo (*ibid*.). Tudo começa por um pedido de colaboração ao especialista em causa, que a presta «sob a forma de descrição da problemática local que espera luz da Visita do Papa, sob a forma de tópicos possíveis para a intervenção do Santo Padre, sob a forma já elaborada de discurso/ homilia» (*ibid*.). Uma vez criada a versão prévia, cabe ao coordenador linguístico da Secretaria de Estado de Sua Santidade proceder a ajustes ou criar, a partir do esboço recebido, o texto que irá ser proposto ao Papa. É, portanto, um processo no qual intervêm vários membros da Igreja, conforme a hierarquia da instituição, «até [se] chegar ao Santo Padre. Dele é a aprovação final» (*ibid*.).

Tanto nas situações em que o texto é produzido pelo próprio pontífice como naquelas em que é solicitado o apoio de um especialista, uma vez terminado e aprovado, o texto é entregue aos membros da Secretaria de Estado, para que seja submetido a um processo de tradução para as oito línguas nas quais a Santa Sé disponibiliza os seus materiais: atualmente, em italiano, francês, inglês, alemão, espanhol, português, árabe e polaco. Sempre que existir uma dificuldade na tradução que resulte de «um original mal expresso, confuso ou equívoco», a versão de origem é corrigida, sendo a alteração comunicada aos vários subdepartamentos linguísticos, para que apliquem a correção em cada versão linguística (*ibid*.). O processo termina cerca de três ou quatro semanas antes da viagem apostólica, quando há uma reunião entre os responsáveis pelos departamentos competentes da Santa Sé. Nesse momento, é feita uma leitura e avaliação final do que vai ser lido, procedendo-se ao aperfeiçoamento «de eventuais pontos ou elementos imprecisos ou passíveis de má

interpretação», porque não suficientemente claros em termos de expressão do sentido (cf. *ibid*.).

Passa-se, então, à fase de disponibilização dos materiais aos órgãos de comunicação social. Pietro Parolin explicou que cerca de dois ou três meses antes da visita – mas sempre de acordo com a calendarização geral das viagens do Santo Padre, por ser necessário que uma viagem tenha terminado para que se possa proceder ao anúncio público da seguinte – «a Sala de Imprensa da Santa Sé promove um brífingue para apresentar aos jornalistas, acreditados, os detalhes da Visita com os vários encontros e destinatários, intervenções do Papa e etapas por ele tocadas na viagem» e delinear sumariamente as temáticas que serão abordadas (p. 71). Ao mesmo tempo, a Rádio Vaticano prepara um guião destinado à comitiva papal e ao grupo de profissionais que seguirá no avião com o Papa, contendo dados precisos sobre a visita, como sejam os locais onde os encontros irão ocorrer, as autoridades eclesiais e nacionais, aspetos relacionados com a presença da Igreja na nação em causa, entre outros, tendo aqueles acesso a uma conferência de imprensa com o Santo Padre durante os voos de ida e de regresso. Já os textos que irão ser lidos nos locais a visitar «permanecem sob embargo (segredo pontifício) até ao momento em que o Papa os pronuncia» (p. 72). Ainda assim, no final de cada dia da visita, o responsável da Sala de Imprensa da Santa Sé – que acompanha o Santo Padre e é a pessoa de referência para todos os que obtiveram a acreditação necessária para a viagem em questão – disponibiliza-lhes os textos que o Papa irá pronunciar no dia seguinte, «naturalmente respeitando o embargo de publicação. Serv[e] para eles próprios prepararem os seus serviços» (*ibid*.). É com tal propósito que a Sala de Imprensa da Santa Sé também realiza brífingues após cada dia da viagem, no hotel onde os jornalistas ficam hospedados, «com todas as explicações suplementares que o Responsável da Sala de Imprensa da Santa Sé houver por bem fornecer sobre os mesmos» (p. 73). Sempre que possível, todos os materiais são entregues nas oito línguas com as quais a instituição católica trabalha, de modo a que os profissionais possam partir para a redação dos seus artigos com base em versões linguísticas nas quais são fluentes (cf. p. 71) – um cuidado adicional com a (re)transmissão dos sentidos. E são estes materiais que os jornalistas não acreditados (i.e., a maioria)[2] haverão de consultar, no caso de procurarem realizar o seu trabalho segundo uma fonte direta: hoje em dia, facilmente consultáveis nas plataformas

[2] Em Portugal, a única jornalista a quem é habitualmente concedida a acreditação é Aura Miguel, da *Rádio Renascença*, tendo Octávio Carmo, da *Agência Ecclesia*, obtido tal estatuto apenas recentemente.

digitais da Santa Sé, em particular o *site* da instituição vatican.va; no passado, acedidos sobretudo através do jornal oficial *L'Osservatore Romano*.[3]

Tal como já tínhamos entendido na introdução deste trabalho, a instituição católica considera que os *media* podem ajudá-la a cumprir os dois objetivos essenciais de uma qualquer visita apostólica, sobretudo o de comunicação da mensagem de forma eficaz. Ao mesmo tempo, confirmamos haver uma preocupação com a verdade, cuja salvaguarda visa que os argumentos a apresentar nos diversos contextos possam ser não somente escutados com a clareza necessária – daí o cuidado com a escolha das línguas –, mas igualmente compreendidos em termos de sentido. Tudo isto para que as palavras que o Papa, em nome da Igreja, pretender transmitir sejam percebidas, em primeiro lugar, pelos recetores imediatos, mas também pelos finais (o público em geral, através dos *media*) e para que os *media* possam ser, à luz dos propósitos da relação que a Santa Sé com eles procura estabelecer e segundo a perspetiva althusseriana do termo, «bons sujeitos» nas sociedades às quais pertencem – daí o faseamento e a atenção envolvidos na preparação e na disponibilização dos materiais, bem como nos esclarecimentos acerca dos mesmos.

2.3. O *modus operandi* do *Diário de Notícias* (*DN*)[4]

Na entrevista realizada para efeitos deste estudo, o subdiretor do *DN*, Leonídio Paulo Ferreira, explicou que, quando entrou para o jornal, em 1992, havia uma tradutora profissional nos quadros, que dava sobretudo apoio à editoria Internacional. Julgamos interessante que, no entender do nosso entrevistado, foi «curiosa» a manutenção daquele tipo de função até ao início do presente milénio, até porque os jornalistas dominavam as línguas a partir das quais recebiam a maioria dos conteúdos estrangeiros – em primeiro lugar, o francês e, em segundo, o inglês (cf. p. 5). Lemos nas suas palavras um sentido de anormalidade, i.e., de não ter sido comum entre os órgãos da imprensa portuguesa (e de outros) contar com um profissional da tradução entre os vários colaboradores, o que nos leva a considerar que, até ao início do século XXI, as chefias do *DN* se terão distinguido das restantes (pelo menos, de algumas) pela valorização do ato de traduzir no processo de tratamento, de produção e de publicação de conteúdos noticiosos.

[3] Uma indicação que nos foi dada por Mário Mesquita (*vide* apêndice A.4: 55).

[4] Todas as informações constantes neste ponto foram colhidas da entrevista realizada a Leonídio Paulo Ferreira (*vide* apêndice A.1) e complementadas pelas explicações de Mário Mesquita sobre o período em que foi diretor do *DN* (*vide* apêndice A.4). Os números correspondem às páginas onde se podem encontrar os argumentos.

Explicou-nos que à tradutora do *DN* cabia essencialmente traduzir na íntegra uma notícia que havia sido publicada num órgão de comunicação social estrangeiro, da língua de origem para português (p. 5) – e, segundo nos disse Mário Mesquita, era também isso que acontecia antes dos anos noventa, embora fosse, na sua altura, uma tarefa de «tradutores exteriores ao jornal que eram pagos à peça para fazer esse trabalho» – mais precisamente, a tradução de artigos a que o *DN* tinha acesso em virtude de serviços exclusivos contratualizados com jornais estrangeiros, como o norte-americano *The New York Times*, ou revistas, como a alemã *Der Spiegel* (p. 57). Nos anos mais recentes, verifica-se um regresso a este tipo de atividade translatória: ainda que atualmente já não exista um vínculo contratual com um tradutor, Leonídio Paulo Ferreira disse-nos que continua a haver espaço para colaborações externas, desenvolvidas em moldes muito semelhantes aos descritos por Mesquita (cf. p. 5). Contudo, importa esclarecer que quer num caso, quer no outro – durante o período em que as traduções eram feitas por um elemento do jornal ou em todas as ocasiões do passado e do presente em que tal responsabilidade esteve nas mãos de colaboradores externos – tem estado em causa a produção de artigos *a lattere* do noticiário quotidiano: referindo-se aos anos em que foi diretor do *DN* (de 1975 a 1986), Mário Mesquita explicou que «os exclusivos não eram propriamente para o dia a dia», até porque eram textos «mais personalizados, assinados por algum jornalista conhecido» (p. 57); e, relativamente ao período mais recente (de 1990 ao início do século XXI), Leonídio Paulo Ferreira sublinhou que «a tradutora não [existia] para colmatar lacunas dos redatores; era, naquele momento, mais uma força de trabalho», que se ocupava especificamente dos exclusivos comprados pelo jornal ou de outros artigos mais desenvolvidos, enviados sobretudo pela *AFP*, em francês (p. 5). Hoje, como referimos, o *DN* continua a solicitar o apoio de uma tradutora externa para conteúdos *a lattere*, mas com uma diferença: trabalha num espectro linguístico mais amplo, traduzindo do francês, do inglês, do espanhol e do italiano (*ibid*.).

No que respeita às notícias comuns, que constituem o grosso das edições diárias do jornal, a tradução tem integrado o trabalho do *DN* da seguinte forma: na época pré-internet (até sensivelmente ao final de 1995),[5] as agências noticiosas eram a principal fonte de informação para o tratamento da atualidade internacional. Isto significa que o material a partir do qual o *DN* terá criado as suas notícias por ocasião das cinco visitas papais à

[5] Leonídio Paulo Ferreira indicou 29 de dezembro de 1995 como o início da era pós-internet, por ter sido nesse dia que o *DN* passou a ter a sua edição *online* (cf. apêndice A.1: p. 5).

AGONU já estaria tratado editorialmente – ou, como nos esclareceu Leonídio Paulo Ferreira, «não seria o Discurso na íntegra; seria já uma descrição do Discurso, com algum enquadramento e interpretação», que incluiria «as principais frases do Papa, mas já filtradas pelo olhar de alguém, jornalístico» (p. 6). Em matéria de agentes e de línguas desse sistema de mediação, aquele responsável referiu que «[o] *DN* teve durante muitos anos a *France-Presse* ('teve', porque neste momento não tem), teve sempre a *Lusa* (a agência portuguesa), e, depois, em momentos intervalados, teve também ou a *Reuters* ou a *Associated Press*»; porém, estas últimas duas agências nunca eram utilizadas pelos jornalistas como única fonte; antes, sempre «em acumulação com a *France-Presse* e com a *Lusa*» (p. 5). Assim, sendo agências que «dão obviamente muita atenção a uma ida do Papa à ONU», tendo em conta o peso da política internacional, o texto comunicado pelo Sumo Pontífice da Igreja Católica terá sido recebido pelo jornal, «no mínimo, nessas várias línguas»: em francês, no conjunto dos conteúdos fornecidos pela *AFP*; em português, nos da *Lusa*; e em inglês, nos da *Reuters* e da *Associated Press* (*ibid*.). Em comparação com o que se verificava no passado, o processo era sensivelmente diferente: na antepenúltima e na penúltima décadas do século XX, era sobretudo a partir de textos de agência que chegavam à redação já em português que os jornalistas redigiam as notícias sobre o que se estava a passar no mundo (como nos disse Mesquita – cf. p. 56). Ora, nos últimos vinte a trinta anos veio a instituir-se como prática habitual na redação do *DN* o trabalho a partir das línguas de origem dos conteúdos – até porque, como apontou Leonídio Paulo Ferreira, «os serviços [de agência] em português, quando há, são muito mais resumidos; não é a mesma quantidade» (p. 6), o que coloca constrangimentos ao nível do aprofundamento dos assuntos. Então, o que chega à redação a partir das agências é, hoje, tido pelos profissionais do *DN* como material em bruto, i.e., como conteúdos a complementar com outras informações e, pelo facto de estarem já filtrados (i.e., traduzidos, reescritos), como dados que devem levar os redatores à procura das versões de partida (ou seja, de fontes diretas), de modo a que o jornalista-redator evite fazer uma «tradução da tradução» (p. 10), logo, uma tradução indireta. Leonídio Paulo Ferreira deu-nos a seguinte explicação:

> [I]maginemos que nós estamos a receber da *France-Presse* ou da *Reuters* um discurso que foi feito em espanhol. Um jornalista mais cuidadoso vai procurar se há uma fonte em espanhol, exatamente para não fazer a tradução de uma tradução. Claro que, se for do russo, não tem essa capacidade… Vai ter de se restringir a uma língua que conheça. (…) Imaginemos: quando o Francisco foi ao Brasil, houve também um discurso em português. Aí, não vamos usar a tradução que está a ser feita pela *Reuters* ou pela *Associated Press*; aí, vamos procurar num jornal brasileiro o que foi dito ou na tal fonte

> direta. Ou seja: em princípio, há a preocupação de, quando há a capacidade de perceber a língua em que o Papa falou, não usar a tradução feita pela agência e na língua que estamos a trabalhar com a agência, sobretudo para não haver ali algumas opções de palavras que depois não batem certo ou porque é a tradução da tradução e, de repente, darmos uma ideia errada. Geralmente, há essa preocupação (Ferreira, 2019: 10)

O *DN* pauta-se, portanto, por um esforço para realizar sempre que possível uma tradução direta dos conteúdos, tendo como principal objetivo a salvaguarda do sentido da mensagem que vai ser retransmitida. Quando o desconhecimento da língua de origem não permite fazê-lo, a solução passa por consultar textos produzidos por outros órgãos de comunicação social afetos ao local e na língua em que o ato discursivo ocorreu (como no exemplo do ato discursivo no Brasil) ou, pelo menos, numa que o jornalista-redator domine. O texto da agência – e a língua da agência – acaba(m), assim, descurado(s) face às versões de origem ou a versões mediadoras mais próximas do acontecimento (A3') do que as de primeira linha (A3).

Sobre a recolha dos dados *in loco*, através de um jornalista enviado para acompanhar ocasiões de relevo mundial, como as intervenções na AGONU, Mário Mesquita afirmou tratar-se de uma situação pouco provável num órgão da imprensa portuguesa – e não só na altura em que foi diretor do *DN*, mas também nos dias de hoje. Como explicou: «[s]ó se o jornal decidisse que era um acontecimento suficientemente relevante para os leitores portugueses é que decidia mandar lá alguém» (p. 56). Isto porque, em rigor, a decisão não passa somente por uma ponderação de fatores de ordem económica, mas igualmente social e comercial – mais precisamente, de previsão do impacto junto do público: até que ponto a presença de um jornalista no local (no caso em apreço, na sede das Nações Unidas) conseguiria captar mais leitores? E, muitas vezes, a conclusão é a de que não se justifica o investimento. Há também um fator não menos relevante e que se prende com a componente informativa: Mesquita alertou para o facto de que «nenhum jornal tem a capacidade para só com um enviado especial suprir aquilo que as agências fornecem», sendo que a presença de um elemento da redação no local faz (apenas) acrescer um tom mais emotivo ao relato em comparação com o texto tendencialmente concreto e factual das agências (p. 56) – o qual, aliás, não deixa de ser trabalhado por quem permanece na redação. Leonídio Paulo Ferreira partilha esta visão, considerando que a mais-valia do envio de um jornalista tem sobretudo que ver com a atualidade; no entanto, era uma circunstância especialmente importante na época pré-internet, já não tanto nos dias de hoje (cf. p. 12). Como nos disse, o enviado representava para o jornal uma forma de suprimir constrangimentos com o *timing* de recolha

de conteúdos e, assim, de publicação dos artigos. Depois, inclusive após 1995, representava «uma vantagem competitiva grande» e, «para um jornal como o *Diário de Notícias*, uma questão de prestígio: o *Diário de Notícias* está onde as coisas importantes acontecem» (*ibid*.). Todavia, tratando-se de «um jornalismo muito mais caro do que o jornalismo dos jornais que vão buscar só às agências e não fazem questão de ter alguém nos sítios» (p. 13), cada vez se têm enviado menos profissionais, em especial desde a crise que se instalou na imprensa no início do presente século. Leonídio Paulo Ferreira corrobora, assim, a perspetiva de Mário Mesquita, ao considerar que «o valor noticioso da atualidade já não existe» e que «o dinheiro para se pagar o simbolismo já não é o mesmo» (p. 14) – as duas situações que faziam com que fosse mais comum a existência de um enviado. O simbolismo, i.e., a vantagem competitiva que antes resultava da presença física de um membro da redação no local, foi, então, acompanhando a *e*volução da imprensa portuguesa e dos *media* (em geral), perdendo gradualmente peso no conjunto das estratégias empresariais com vista a um lugar dianteiro na corrida às vendas diárias das edições.

Ainda assim – e sem termos em linha de conta as visitas apostólicas a Portugal, uma vez que terão, necessariamente, sido objeto de um investimento bastante mais robusto quando comparado com outras no estrangeiro –, as chefias do *DN* decidiram, de facto, financiar o envio de um jornalista aquando da visita do Papa João Paulo II a Cuba, em 1998. Na altura, foi concedida a acreditação junto da Santa Sé à antiga correspondente do jornal em Roma, Manuela Paixão, para que pudesse viajar na comitiva papal. Para Leonídio Paulo Ferreira, foi «um acesso claramente distintivo», visto que «não era ter mais um jornalista a cobrir o que toda a gente podia cobrir; era a possibilidade de ter o jornalista dentro do avião do Papa» e isso, no seu entender, «já não era só simbolismo; era mais do que isso» (p. 14). Desta avaliação percebemos que, à importância noticiosa do acontecimento em si mesmo – que terá sido elevada, uma vez terem procurado obter a necessária acreditação formal para a referida jornalista –, acresceu um outro fator de relevo: ser uma ocasião única, i.e., para além de se tratar de um acesso «claramente distintivo», que podia distinguir o *DN* de todos os concorrentes que estivessem remetidos a um trabalho restrito à redação («ter mais um jornalista a cobrir o que toda a gente podia cobrir»), estava igualmente em causa a afirmação da notoriedade do jornal («est[ar] onde as coisas *importantes* acontecem»). E desta consideração do subdiretor do jornal depreendemos a atribuição de valor ao Papa não somente em termos estritamente noticiosos (a competição pela procura do exclusivo), mas

também culturais (viajar com *o* líder da religião maioritária no país) – embora, como veremos em seguida, esta importância possa, por vezes, ser ofuscada por outros fatores.

O Papa não sobressai tão claramente como isso

Segundo explicou Leonídio Paulo Ferreira, apenas existe uma altura no ano em que um ato discursivo do Papa «não [compete] noticiosamente com nada», merecendo, por isso, um claro destaque no jornal: no Ano Novo (p. 7). Mais uma vez sem contarmos com as visitas realizadas pelos pontífices a Portugal, a comunicação da mensagem do Santo Padre no primeiro dia do ano tem sido, de modo consistente ao longo do tempo, um dos «grandes momentos em que o Papa foi notícia» no *DN* (*ibid.*). E isso, no entender do subdiretor, tem acontecido devido a duas razões primordiais: por um lado, ao vazio noticioso que existe habitualmente naquela altura; mas, por outro, pela própria importância do que é dito, pois, como afirmou, «apesar de tudo, eu acho que se dá importância àquela mensagem do Papa, naquele momento» (*ibid*.). Isto é, em nosso entender, outro sinal de que a temática religiosa católica assume peso noticioso no *DN*, valendo pelo teor das palavras em si mesmo.

Porém, quando em causa está a noticiabilidade das intervenções habituais na AGONU, o Sumo Pontífice da Igreja Católica não é considerado uma figura com maior protagonismo do que um representante dos Estados-membros da organização. Isto acontece sobretudo quando comparado com os que são tidos como *os* principais líderes políticos mundiais – sobretudo, os Presidentes dos EUA, da Rússia e, cada vez mais, da China (cf. p. 8) –, sendo igualmente necessário ter em conta «todos aqueles líderes que, no momento, são notícia», de acordo com a conjuntura internacional (p. 7). Com efeito, a época em que os Discursos na AGONU tendem a ocorrer – em setembro ou outubro de cada ano – levanta uma questão inversa à do Ano Novo: não só não é uma altura de vazio noticioso, como existe igualmente um considerável conjunto de potenciais protagonistas e de argumentos a relatar. Por isso, se as intervenções dos Papas coincidirem com a abertura dos trabalhos daquela assembleia, há, em termos de noticiabilidade, uma situação que contrasta claramente com aquela. Como nos disse o nosso entrevistado, quando a AGONU se reúne, «[p]or muito que o mundo esteja agitado naquele momento, dificilmente o Discurso do Papa será considerado *o* mais importante em termos de agenda» (*ibid.*), i.e., em termos de definição do que, aos olhos do jornal, deve ser noticiado na cobertura daquela assembleia internacional. Embora reconheça que a intervenção pontifícia poderá «surpreender por alguma razão», considera que, do ponto de vista do público, «toda a gente vai estar atenta aos discursos dos líderes das superpotências

ou dos líderes de algum país que esteja em conflito naquele momento. E, portanto, a atenção dada ao Papa, em princípio, não será a principal» (*ibid.*). O Discurso do Santo Padre na AGONU será, por isso, visto pela direção do *DN* como um texto que assume (em princípio) o mesmo grau de noticiabilidade que é atribuído aos dos oradores político-governamentais mais relevantes na época.

Em termos gerais, um assunto internacional é notícia no *DN* pela ponderação de três fatores: (i) a atualidade, i.e., o que se passa no mundo e, portanto, a pertinência dos assuntos para serem noticiados; (ii) a relevância dos agentes de partida, que é avaliada em termos de protagonismo à escala mundial; e (iii) a proximidade estabelecida entre a sociedade portuguesa e os contextos de partida (p. 8). Sobre este último, o subdiretor explicou que é um fator entendido na redação tanto numa perspetiva geográfica – que faz com que, por exemplo, os assuntos afetos a Espanha ou a França sejam considerados importantes – como numa visão cultural – e, desta feita, são relevantes os acontecimentos afetos ao Brasil, a Angola ou a Timor, bem como ao Papa e à Igreja Católica, uma vez estarem ligados à tradição religiosa da sociedade portuguesa (*ibid.*). Como disse:

> [D]entro da neutralidade que há num jornal como o *Diário de Notícias*, pela questão cultural, o Papa ou o Presidente dos EUA ou o Presidente da Rússia estão todos no mesmo patamar de importância teórico. Lá está: se for o novo líder da mesquita de al Asad, por muita importância que tenha no mundo islâmico, não está no mesmo patamar do que nós estamos a tratar. Nem o Dalai Lama, nem nada disso. Ou seja: são tratados com um critério, mas, se fizéssemos uma hierarquia de quais são as grandes figuras do mundo, o Papa, num jornal como o *DN*, entra sempre. E isso, obviamente, tem a ver com uma questão cultural (Ferreira, 2019: 10)

Daqui compreendemos que, apesar da consideração editorial *a priori* de que o Santo Padre e aquele conjunto preciso de líderes governamentais – os mais importantes e os que, no momento, são notícia – são todos tratados «a um nível de importância alto» (p. 10), estando «todos no mesmo patamar de importância teórico» (*ibid.*), para o *DN* o Papa é, indiscutivelmente, um protagonista internacional e uma figura importante à escala global [como disse na entrevista: «O Papa é uma figura importante, ninguém questiona» (*ibid.*)]. Isto significa que, perante um ato discursivo do Papa, se aplicam neste jornal quer o critério da proximidade (cultural), quer o relativo à relevância do agente de partida (o protagonismo). Depois, depreendemos estar cumprido também o critério da atualidade, uma vez que Leonídio Paulo Ferreira nos esclareceu que, «[c]laramente», o assunto a ser colocado em destaque nas notícias sobre tais comunicações oficiais terá «muito a ver com os conflitos do momento», até por ser «óbvio» que o próprio Santo Padre «irá muito centrado» no que

estiver a acontecer no mundo (p. 8). E, «mesmo que ele tente ir para outras áreas», ressalvou que o assunto que está mais ativo ou em discussão a nível internacional prevalecerá, sendo esse que «vai ser destacado editorialmente» (*ibid*.). É, portanto, no cruzamento entre o teor do texto proferido pelo Papa e a conjuntura internacional que o *DN* determina o enfoque da versão reescrita sobre o Discurso. Tomou como exemplo o ano de 1995: sem se recordar, exatamente, do que foi abordado por João Paulo II na AGONU, indicou que «quase que poderia adivinhar» que tinha refletido sobre a ex-Jugoslávia. Isto porque «95 é o ano em que, finalmente, se arranja uma solução (mais ou menos) para a Bósnia» e, portanto, seria expectável que o Papa se referisse à guerra naquela região (*ibid.*). Ou seja: independentemente de o pontífice poder ter falado sobre vários outros assuntos, para o *DN*, aquele conflito seria o tema a destacar do segundo Discurso de João Paulo II, por estar estreitamente relacionado com o panorama internacional. Contudo, Leonídio Paulo Ferreira não considera tratar-se de uma definição exclusivamente norteada por um critério jornalístico, pois, no seu entender, se a mensagem é escolhida como sendo *a* principal do Discurso é porque, provavelmente, foi um argumento-chave no próprio texto de partida. Como disse: «[o] que nós vamos destacar no Discurso dos Papas tem muito a ver com a atualidade. (…) É quase impossível que não seja isso», mas «[f]icaria surpreendido se tivéssemos apostado em algo do Discurso do Papa que não fosse também principal no Discurso do Papa. Ou seja: se nós estamos a puxar pela Jugoslávia é provavelmente porque no Discurso do Papa também foi o mais importante» (p. 9). Considerou mesmo «difícil que o Papa tivesse feito uma hierarquia muito diferente» dos assuntos a comunicar e a abordar junto dos representantes político-governamentais reunidos na assembleia das nações, ainda que possa ter falado «numa série de outras coisas que os jornais, depois, não falaram» (*ibid.*). Vemos, aqui, como a ideia de circularidade sobre a qual decidimos fundamentar o nosso estudo está presente e se expressa no trabalho das redações: no processo de reprodução do texto de partida (no circuito 2), as opções editoriais são – pelo menos, em parte – influenciadas pelo modo como o texto inicial foi colocado em circulação, recebido e reinterpretado pelos jornais (no circuito 1). Mais: percebemos que o contexto socio-histórico assume, realmente, uma importância basilar para todos os agentes (de partida e de chegada) e etapas de (re)produção e receção dos artefactos culturais, ao ponto de definir o que é (re)transmitido no polissistema (tal como recolhemos dos postulados de Julie D'Acci).

A atualidade também tem uma outra aplicabilidade no trabalho jornalístico – e esta está, por sua vez, inteiramente dependente da redação: pode determinar, por exemplo, o porquê de serem associados aos temas principais outros que são paralelos – ou seja: «além daquilo que está a ser falado pelos protagonistas, aquilo que 'vai agarrado' aos protagonistas», como clarificou o nosso entrevistado (p. 11). Explicou que não se trata de uma questão de lógica comercial, até porque, «um jornal como o *Diário de Notícias,*[6] se for pela lógica comercial, nunca existirá» (p. 12). Mais concretamente, «se o objetivo for, meramente, ter leitores, não há dúvidas nenhumas de que os temas sensacionalistas – os temas populares – são mais lidos», daí que o *Correio da Manhã* tenha sempre tido mais leitores do que o *Diário de Notícias* ou do que o *Público*; «[e], no entanto, o *Diário de Notícias* e o *Público* não têm estado a seguir a fórmula do *Correio da Manhã*» (*ibid*.). Pelo contrário, a perspetiva de jornais que procuram manter-se como exemplos do jornalismo de referência, como o *DN*, no que diz respeito ao que irá noticiar e a como irá fazê-lo, é (e tem sido), segundo o atual subdiretor, não o *número* de leitores, mas sim o *teor* da informação em si mesma – e, consequentemente, o *tipo* de leitores. Como afirmou: «não é o Papa com o Discurso na ONU que vai trazer leitores», mas sim «as questões de pedofilia relacionadas com a Igreja ou qualquer caso que haja com um padre numa aldeia isolada» (*ibid*.); porém, não tem sido esse o trajeto trilhado. O que acontece quando, por vezes, associam aos temas principais outros que poderão ser vistos como sensacionalistas é o facto de serem assuntos que estão «agarrados» ao agente de partida em causa e/ou ao contexto no qual o ato discursivo teve lugar. Isto aconteceu, por exemplo, no tratamento do Discurso de Bento XVI na AGONU, em 2008, em que foi feita uma referência na titulação da notícia do *DN* a um encontro do Papa com vítimas de pedofilia, ainda que o assunto não tenha sido sequer mencionado pelo próprio quando naquele fórum internacional (como se lê no antetítulo: «Bento XVI mantém encontro inesperado com vítimas de pedofilia»; e no intertítulo: «Vítimas de pedofilia»). Leonídio Paulo Ferreira justificou a opção por uma lógica contextual: para além de ter estado na sede das Nações Unidas, o pontífice estava a desenvolver uma viagem oficial nos EUA – país onde, em 2002, tinha vindo a público a ocorrência de abusos de menores por membros da Igreja Católica norte-americana (cf. p. 11). Aos olhos dos responsáveis do *DN*, era um tema paralelo, i.e., não basilar nas mensagens comunicadas na AGONU, mas que se prendia

[6] O mesmo acontecendo com outros jornais portugueses, como o *Expresso* e o *Público*, que Leonídio Paulo Ferreira quis mencionar especificamente por considerar que, tal como o *DN*, «tentam ser jornais de referência ou de qualidade» (apêndice A.1: p. 11).

com o contexto envolvente e que implicava a instituição católica, daí ter sido relevante mencioná-lo.

Assim sendo, percebemos que, para o *DN*, «o Papa na ONU é importante, Bill Clinton é importante e estão lá. Não é pela lógica comercial» (p. 12). Quer em termos de atribuição de importância ao texto a reescrever, quer no que se refere ao modo como irá ser reescrito, as opções são, então, acima de tudo determinadas pelo (duplo) critério da proximidade e pelo que vai marcando o mundo – e, da articulação de ambos, o Santo Padre pode não «sobressai[r] tanto» a nível noticioso face a outros protagonistas, não obstante o seu peso cultural para o país (em geral) e para o *DN* (em particular). Ainda assim, não deixa de ser interessante a existência de uma imagem pré-definida quanto à ação e ao papel que desempenha no mundo, sobretudo quando sai do Vaticano: segundo explicou o nosso entrevistado, há uma grande probabilidade de que o jornalista chame a atenção dos leitores para o modo como o Papa foi acolhido no local – mas não somente nas ruas, pelos fiéis; igualmente dentro das Nações Unidas, inclusive (e sobretudo) por algumas das entidades políticas mais conhecidas a nível mundial. Como referiu, «pode ser uma tentativa de mostrar como o discurso de um líder religioso como o Papa pode chegar a Angela Merkel, que foi criada no luteranismo e, provavelmente, é uma não-crente, até Raúl Castro, que foi criado no catolicismo, mas que depois é líder de um país comunista» (p. 15). Portanto, se as eventuais referências às ruas de Nova Iorque preenchidas por cidadãos farão transparecer a amplitude da influência do Sumo Pontífice da Igreja Católica junto da comunidade civil, sendo um indicador da sua relevância na vida social além-fronteiras, já as referências ao acolhimento cordial e reconhecido por parte de membros da comunidade política mundial evidenciarão «a abrangência do impacto que as palavras» do Papa têm, conseguindo chegar, inclusive, a agentes políticos com uma ideologia religiosa e política diferente da católica, como acontece com os dois mencionados (*ibid.*). Pelo contrário, «[n]o caso dos líderes, é normal que [o conteúdo da notícia] seja muito mais centrado na questão do que eles estão a dizer» (*ibid*.). Do nosso ponto de vista, este argumento revela uma perspetiva distinta sobre o papel dos dois tipos de protagonistas: de um lado, os líderes dos Estados como estando essencialmente associados à condução (prática) do destino do mundo; do outro, os Papas como sendo portadores de mensagens que conseguem alcançar diferentes recetores, incluindo agentes (protagonistas) mundiais com uma tradição religiosa e/ou com um percurso individual afastado do catolicismo. Ou, se quisermos, notamos um entendimento

dos primeiros numa ótica mais específica, em contraste com os segundos, afetos à ideia de universalidade, logo, de abrangência – abrangência esta que, como vimos, o jornal procurou reproduzir ao criar a sua versão do texto de partida.

Por fim, também no que se prende com a forma de tratamento dos Discursos pontifícios, temos a ressalvar a consciência na redação em apreço de que as agências noticiosas podem ter uma influência direta no processo de destaque de conteúdos pelos jornais, uma vez que são, claramente, «o primeiro filtro», como considerou o nosso entrevistado (p. 9). Foi uma situação especialmente marcante no período pré-internet, em que «a tradução da tradução» era praticamente inevitável, exceto quando as direções apostavam no trabalho de um enviado especial ou de um colaborador que estivesse no local. Contudo, mesmo hoje, e apesar de fazer parte do *modus operandi* do *DN* a consulta das versões de partida dos textos a reproduzir, tal influência não deixou inteiramente de existir, posto que as agências de notícias continuam a ser agentes fundamentais na produção de conteúdos sobre a atualidade internacional [percebemos o sentido de inevitabilidade nos argumentos de Leonídio Paulo Ferreira quando contrapôs as situações esporádicas de investimento num enviado especial aos casos mais habituais na recolha e tratamento dos dados: «O Discurso na ONU acaba por não ter essa diferenciação [de presença de um jornalista no local]; por isso, lá vamos recorrer às agências» (p. 14)]. No entanto, o responsável do *DN* não considera existir o imperativo de publicação de uma versão dos conteúdos de partida integralmente idêntica à versão mediadora; pelo contrário, entende ser possível contrariar as opções feitas pela agência, a começar pelo destaque de assuntos – até porque, como disse, «as agências também refletem muito a idiossincrasia dos países de origem» (p. 17). Isto significa que uma determinada agência pode não atribuir a mesma importância do que o *DN* aos assuntos abordados pelo Papa, sobretudo se houver diferença de nacionalidades entre ambos – i.e., se o agente mediador (a agência de notícias) for oriundo de um país que não o do agente de chegada (aquele diário português). A este respeito, Leonídio Paulo Ferreira deu o seguinte exemplo: «[i]maginemos que o Papa fala [na AGONU] sobre os problemas da África Ocidental de língua francesa ou a fome no Sahel e só em terceiro lugar é que fala na pobreza no Brasil. A *France-Presse* vai puxar pela fome no Sahel e nós temos de puxar pela pobreza no Brasil» (*ibid*.). Já quando a agência consultada for a portuguesa *Lusa*, a diferença no posicionamento geográfico dos dois agentes já não se coloca e, portanto, não se verifica aquela contradição ao aplicar-se o critério da proximidade, mas o posicionamento dentro do polissistema nunca

será idêntico; pelo contrário, como argumentámos no início deste estudo, depende de uma ideologia que é própria a cada um. Por isso, nenhuma reprodução – mediadora ou de chegada – de um dado texto de partida será igual (com exceção, porventura, das transcrições dos Discursos). Ainda assim, para o *DN*, não está em causa uma falta de confiança relativamente ao material que é enviado pela agência; antes, com a noção de ser sempre «o primeiro filtro» e, como tal, de se ter instituído como parte da ideologia editorial a preocupação de se procurar chegar, de forma direta, às fontes.

A figura dos Papas tem uma dimensão política que acresce à sua dimensão religiosa

Questionado sobre se sentiam algum peso da responsabilidade ao fazerem o tratamento noticioso de um evento ou de um assunto afeto à Igreja Católica e ao Papa, o subdiretor do *DN* respondeu negativamente: da mesma forma que o relevo noticioso do Santo Padre não sobressai quando comparado com o de outros protagonistas internacionais, sobretudo no que ao contexto da AGONU diz respeito, Leonídio Paulo Ferreira argumentou que também a abordagem de cada um é estabelecida a partir do mesmo ponto de partida. Isto porque, como disse, «[a]s redações dos jornais não são espaços propriamente religiosos» e, «[a]liás, as pessoas [i.e., os jornalistas] tendem muito a criar uma certa neutralidade em relação às figuras», sendo que «[o] que conta muito é a importância da pessoa mesmo», i.e., o grau de protagonismo internacional (p. 10). No entanto, trata-se de um fator que, no processo de produção noticiosa – e, portanto, no de tradução no campo jornalístico –, é mutável, podendo mudar consoante a própria oscilação do peso de cada protagonista na sociedade de chegada. Olhando para os anos do nosso estudo, e embora sem ter dados concretos, o subdiretor considerou fazer sentido, em termos editoriais, que a redação tenha manifestado em 1965 e em 1979 uma atitude de maior proximidade relativamente ao Papa e à religião católica do que nos anos seguintes, porque, naquela época, «a sociedade portuguesa estaria mais atenta ao catolicismo e, portanto, o próprio jornal refletiria isso» (p. 11). Ainda assim, considera que o avançar da História não fez com que o Santo Padre tenha perdido o seu relevo noticioso – muito pelo contrário; aliás, a consistente noticiabilidade da mensagem de Ano Novo do Papa é, desde logo, um sinal disso. Depois, têm constatado, sobretudo desde que se tornou possível fazer medições de consumo de informação pela via digital, que o Santo Padre «é, claramente, uma das figuras que atrai mais curiosidade das pessoas, dos leitores

portugueses» (p. 18). E é uma situação que se tem aplicado a qualquer Papa,[7] o que vê com interesse, visto serem tão diferentes entre si (p. 19). Acima de tudo, a atual direção entende que «a Igreja Católica conseguiu uma coisa fantástica, que é: manter influência ao fim de dois mil anos», influência esta «que, curiosamente, ultrapassa as fronteiras do mundo católico» e que é especialmente notória nas viagens pastorais a «regiões que não são, claramente, de influência católica» (p. 18). Leonídio Paulo Ferreira considera ser de salientar o facto de a figura dos Papas ter «uma dimensão política que acresce à sua dimensão religiosa – o que é curioso, porque se, ao longo da História, o Vaticano chegou a ser um Estado com algum peso na geopolítica, hoje, isso, na verdade, não acontece» (*ibid*.). O peso resulta, sim, do «protagonismo das personalidades dos Papas e daquilo que são capazes de fazer nos bastidores» (*ibid*.). Quer isto dizer que, para o nosso entrevistado, os líderes da Igreja Católica têm conseguido relacionar-se com a sociedade numa perspetiva que é simultaneamente religiosa e política, sendo da potencialidade que tal cariz híbrido lhes confere em termos de intervenção no destino do mundo que resulta o seu interesse social, logo, também noticioso – e tudo isto apesar da *e*volução da sociedade, já que, mesmo com o passar do tempo, nota que os Papas suscitam «sempre um fator de curiosidade enorme» junto da comunidade portuguesa (p. 19). Todavia, não concordamos com o nosso entrevistado relativamente à questão da «neutralidade» dos jornalistas – precisamente porque parece contrariar toda a lógica de proximidade cultural que nos foi evidenciando, assim como a distinção do papel do Sumo Pontífice da Igreja Católica face aos restantes líderes mundiais.

2.4. O *modus operandi* do *Jornal de Notícias* (*JN*)[8]

À semelhança do verificado no *DN*, a preocupação de transmitir o sentido comunicado pelos agentes de partida também é determinante no processo de reprodução de conteúdos da atualidade internacional no *JN* e, portanto, no recurso à tradução neste subsistema de chegada. Reportando-se ao período desde sensivelmente 2015 – mas acreditando que as suas considerações são válidas também para as últimas duas décadas (desde a implementação da internet como ferramenta de trabalho) –, a atual responsável pela secção Internacional do jornal, Ivete Carneiro, indicou que faz parte da rotina dos jornalistas confrontar as informações recebidas das agências noticiosas – hoje, apenas a *Lusa* (em português) e a

[7] Referia-se aos três Papas que trabalhou até ao momento, enquanto jornalista: João Paulo II, Bento XVI e Francisco (cf. apêndice A.1: 19).

[8] Todas as informações foram retiradas da entrevista feita a Ivete Carneiro (*vide* apêndice A.2).

Reuters (em inglês) – com dados de outras fontes (cf. p. 20). Os jornais estrangeiros com edições *online* são privilegiados a este respeito: por um lado, por «[serem], às vezes, mais rápidos do que as agências» e, por outro, por permitirem uma certificação das citações (*ibid.*), i.e., que os jornalistas possam confirmar se os argumentos citados nos *telexes* daqueles agentes mediadores correspondem aos que constam nos relatos de órgãos originários de outros países (nomeadamente, de França, do Reino Unido e de Espanha). Nesse caso, comprovam o sentido das frases em causa e só, então, as (re)reescrevem no seu texto (cf. *ibid*.). Especificamente no que diz respeito aos assuntos da Igreja Católica, também é habitual a consulta de fontes oficiais do Vaticano, mais precisamente a versão portuguesa dos Discursos (cf. *ibid*.). Porém, no entender daquela responsável, também esta versão – que é, ela própria, já uma tradução feita a partir do texto proferido pelo Santo Padre – suscita dúvidas quanto à sua correção linguística, pelo que não deixam de considerar como fundamental a consulta da imprensa estrangeira para efeitos de confirmação do sentido das mensagens comunicadas à partida (cf. *ibid.*).

Verificamos, assim, que tanto no *DN* como no *JN* o circuito de produção-receção de notícias inclui habitualmente não apenas um sistema mediador, mas vários subsistemas dentro dele: i.e., de acordo com o modelo da tradução no campo jornalístico por nós proposto, no tratamento da atualidade internacional desenvolvido nestas redações, S3 não se restringe às agências noticiosas (A3) e a textos nas línguas de origem de cada agência (T3); inclui igualmente uma consulta de *media* estrangeiros (A3') nas respetivas línguas (T3'); bem como das fontes oficiais (A3''), normalmente já na língua portuguesa (T3''). Serve a seguinte explicação de Ivete Carneiro quanto ao trabalho do *JN* a este respeito:

> Vamos a esses [órgãos oficiais] procurar a versão portuguesa. Depois, eu, no meu caso, confronto com a versão francesa, que é a língua na qual eu me sinto mais confortável. E, muitas vezes, até nos órgãos oficiais, a tradução portuguesa é mal feita. Principalmente quando se trata de frases, a gente tem de ir buscar a vários sítios. Quando quero uma frase certa, eu às vezes ando à procura: vejo num jornal francês, vejo num jornal britânico, vejo num jornal espanhol… Para tentar perceber qual será… (quando não percebo o original, naturalmente, que é o caso do italiano. É inatingível). No caso das citações, só. Porque, no resto das notícias, o texto somos nós que o construímos, não precisamos de traduzir rigorosamente nada. E nós, como lemos todos os dias, em todas as línguas, para nós, ler uma quantidade de informação enorme em três línguas diferentes e depois construir um texto, é fácil – faz parte do nosso processo de trabalho (Carneiro, 2019: 20)

Como percebemos nesta passagem da entrevista, o cruzamento entre a segunda linha de S2 (ocupada pelo *JN* e pelo seu relato) e S3 no seu todo faz parte do quotidiano da editoria em questão. Aliás, a nossa entrevistada esclareceu tratar-se de um trâmite aplicado sempre

que pretendem fazer uma citação, independentemente do agente e do texto de partida [como disse: aplica-se a «[t]udo o que é citação, até da pessoa mais inócua que possa imaginar» (p. 21)]. É também recorrente, sobretudo entre os profissionais que começaram a trabalhar antes da implementação das TIC na sociedade (em geral) e dos *media* (em particular), o uso de dicionários físicos, com vista a conseguirem «perceber exatamente o que ele [agente de partida] disse» e «qual é a melhor tradução que se pode fazer de uma frase» (*ibid*.).

Percebemos, então, que, para este jornal, as citações são uma vertente do trabalho entendida como específica nos processos de reescrita de um qualquer texto produzido numa língua que não a portuguesa, requerendo por parte dos jornalistas-redatores (e tradutores) um particular cuidado. Já no que diz respeito ao resto, i.e., aos restantes elementos a incluir no corpo da notícia, Ivete Carneiro referiu que, eventualmente, poderão integrar no início o conteúdo já elaborado por uma das agências noticiosas – isto no caso de se tratar de uma peça muito pequena (ou seja, de uma breve – cf. p. 20). Contudo, e tal como vimos no excerto *supra*, o habitual é a recolha de uma panóplia de dados consultados em diversas fontes e línguas, sendo que, em termos de tradução *stricto sensu*, esta nunca é feita de forma direta pelos jornalistas; antes, sempre indireta, porque a produção das versões de chegada parte do que é recebido das (ou visto nas) fontes mediadoras, logo, de informações já reescritas das versões de partida – e isto é uma diferença relativamente ao *DN*, que visa, sobretudo, uma tradução direta das fontes oficiais.

A este respeito, há dois aspetos a destacar: por um lado, nos casos (excecionais) em que um *telex*, por exemplo, da *Reuters*, é incluído no início da notícia do *JN*, o trabalho de tradução que é feito é-o no sentido de uma «tradu[ção] para português», i.e., de reprodução do texto mediador não com o intuito de criar uma nova versão do mesmo, mas de contornar a característica marcadamente telegráfica da discursividade daquela agência e tornar o conteúdo fluente à chegada (cf. p. 20); por outro lado, e desta feita no que se refere à *Lusa*, tal como vimos no *DN*, há também no *JN* a consciência de que o trabalho feito na redação é uma «tradução da tradução». Como disse Ivete Carneiro, «a *Lusa* é que trata de fazer as suas traduções: traduz a *AFP*, traduz a *EFE*, traduz a *Reuters*. E nós, se tivermos de usar um *take* da *Lusa*, usamos direto, não temos de fazer nada» em termos de tradução do que foi dito pelos agentes em causa – a não ser «confrontar com o noticiário dos jornais internacionais,» uma vez que, para aquela responsável, «muitas vezes, a tradução é mal feita na *Lusa*», obrigando os jornalistas a «corrigir as coisas» (*ibid*.). Há, portanto, no *JN* uma perspetiva

mais negativa quanto ao trabalho translatório das agências, em especial da *Lusa*, do a que nos foi apresentada pelo *DN*. De tudo o que foi descrito a nível da consulta de fontes – e de línguas –, somos levados a considerar que a evolução digital veio contribuir em larga escala para o trabalho da secção Internacional do *JN*: em primeiro lugar, pela possibilidade de os jornalistas realmente confrontarem os materiais recebidos das agências com as informações publicadas noutros órgãos; e, em segundo, pela possibilidade de acesso a várias perspetivas sobre os assuntos. Esta última circunstância foi evidenciada pela responsável da seguinte forma: «[n]ão temos a notícia fria da agência, temos várias perspetivas. E ter várias perspetivas é poder ir buscar um jornal mais religioso, é poder ir buscar um jornal mais leigo, é poder ir buscar um jornal de esquerda, um jornal de direita e tentar perceber como é que eles interpretam as coisas» (pp. 26-27). O resultado é um conhecimento mais aprofundado dos assuntos por parte do jornalista que faz a pesquisa e escreve o artigo – um aspeto, no seu entender, particularmente importante num país periférico, como Portugal, a começar pelo facto de que, através dos jornais internacionais, têm um acesso (indireto) a outras agências menos acessíveis ou habituais no contexto jornalístico português, como a agência espanhola *EFE* ou a norte-americana *Associated Press* (*AP*), que «nós não temos [no *JN*] e que são boas» (p. 34). Ou seja: a mais-valia está no facto de os conteúdos que tomam por base para a produção dos seus textos não se reportarem à perspetiva de uma única fonte, mas a «toda a informação que eles [órgãos estrangeiros] conseguem ir buscar e nós não. Ainda estamos em Portugal, não é?» (*ibid*.). Para tal consideração contribui em muito o facto de, hoje, estarem restringidos a duas agências – a *Lusa* e a *Reuters* –, e de ambas apresentarem constrangimentos: como disse, para o Internacional, a *Lusa* «só interessa para as comunidades portuguesas», i.e., para o tratamento noticioso de tudo o que se reporta a África, à CPLP, aos PALOP (p. 33); e a *Reuters*, como «tem uma perspetiva mais anglo-saxónica das coisas» e como está mais vocacionada para assuntos ou perspetivas da área económica, «não é tão interessante quanto isso» para a editoria (p. 34).

No respeitante ao período pré-internet, e embora tenha confessado não ter dados concretos acerca do mesmo, disse que deveria ser prática comum no *JN* a tradução direta dos *telexes* recebidos – na altura, sobretudo da *AFP*: a agência estrangeira que sempre foi a mais importante no trabalho do jornal, embora, recentemente, tenha existido uma interrupção

do contrato, por motivos que não nos foram apresentados (p. 21).[9] Poderia eventualmente acontecer também com a *Reuters* – sempre mais a nível dos temas de economia – e, no final, integrariam no seu leque de conteúdos a informação recebida das agências nacionais [em 1965, a *ANI* e, em 1979, a *ANOP*]. No que concerne à confirmação e/ou ao complemento da informação com outros dados recolhidos pelos próprios profissionais da redação, considerou que também no passado deverá ter sido prática corrente (cf. *ibid.*). Já relativamente ao envio de um profissional para cobrir um evento fora do país, à semelhança do verificado no *DN*, também no Porto a crise da imprensa instalada na primeira década deste século criou restrições a esse nível. Referindo-se especificamente ao objeto do nosso estudo, Ivete Carneiro deixou claro que os jornalistas do *JN* «não são enviados para a ONU para ouvir ninguém. Nem os políticos portugueses, quanto mais o Papa» (p. 21). Mas, no seu entender, tal constrangimento não foi o mais pesado de entre todos os que a crise da imprensa trouxe aos *media* (em geral): para o trabalho da sua editoria (em particular), o mais prejudicial foi, de facto, a perda do acesso aos materiais da *AFP*, não só pela qualidade dos mesmos, como também por terem ficado reduzidos a uma única agência estrangeira – a *Reuters* –, cujas características, como referimos, são tidas naquela editoria como pouco interessantes para a cobertura de temas internacionais num jornal português (este foi um aspeto várias vezes apontado pela nossa entrevistada, daí o reforçarmos nesta descrição). Ora, a responsável aponta como principal benefício de um enviado especial a impressão (qualitativa) do local e do acontecimento, que pode colmatar, por exemplo, uma restrição como a que acabámos de referir; contudo, a nível do que é dito ou do que acontece, considera que não faz grande diferença, «porque estar lá, no terreno, é estar longe, por exemplo, das intervenções dos políticos e dessas coisas. A gente não as ouve quando está no terreno, não é? E, aqui [na redação], temos acesso a elas» (p. 34) – ou seja: na redação podem cumprir o objetivo de recolha de perspetivas diferentes sobre os assuntos, em prol quer da compreensão dos sentidos, quer do enriquecimento do produto final. Aliás, apresenta a este respeito um argumento bastante próximo ao de Mário Mesquita: «[a]té que ponto é que os leitores querem saber o que é que eu acho da cor da camisola de uma criança que está na Síria?» (*ibid.*). Havendo dinheiro, poder-se-ia pensar nessa possibilidade; não havendo, recorre-se

[9] Na altura em que realizámos a entrevista, em novembro de 2019, Ivete Carneiro referiu que tinham deixado de usufruir dos serviços da *AFP*. No entanto, num contacto posterior via *email* para efeitos de satisfação de uma dúvida, em março de 2020, indicou terem voltado a fazê-lo, recebendo os *telexes* daquela agência em francês e em português do Brasil.

ao trabalho interno habitual (cf. *ibid*.) – e, segundo entende a nossa entrevistada, sem prejuízo da transmissão da informação.

QUANDO É RELIGIÃO, NADA; ZERO

Tal como considerado pelo subdiretor do *DN*, a responsável pela secção Internacional do *JN* entende que o filtro das agências de notícias tem necessariamente um impacto no destaque de um determinado argumento (ou conjunto de argumentos) apresentado(s) pelo agente de partida em detrimento de outros (cf. p. 22). Ainda assim, e também à semelhança do ponto de vista de Leonídio Paulo Ferreira, Ivete Carneiro considera ser possível os jornalistas manterem alguma margem de manobra a este nível – sempre por meio da consulta de informações em fontes escolhidas pelos redatores (desde a era internet). Como disse a responsável, «tudo o que é agência já resume» e diz: «o mais importante é isto» (p. 21). E é precisamente a partir do «isto» que os jornalistas desenvolvem o seu trabalho. Contudo, vão ainda mais além, na medida em que é feita uma «redu[ção] à ínfima espécie» daquilo que é apontado como importante pelas agências (p. 22) – especialmente quando em causa está uma temática como a religiosa, que, como disse a responsável do *JN*, «naturalmente, não nos interessa» (*ibid*.). Este é um aspeto bastante interessante para o nosso estudo: se, quer num jornal, quer no outro, nos foi dito que não existe nenhuma distinção entre o tratamento de um Discurso do Papa na AGONU e o de outro protagonista mundial, sendo, pelo contrário, todos eles vistos como figuras com relevo noticioso e especialmente quando intervêm naquele fórum internacional (cf. p. 21), já no que diz respeito ao peso da temática religiosa nas redações a posição de cada um é claramente divergente. Como vimos no ponto anterior, o valor noticioso do Papa existe necessariamente num jornal como o *DN*, resultando, sobretudo, da condição do Santo Padre como chefe (religioso) máximo da Igreja Católica e não especificamente de líder (político) do Estado do Vaticano. Mais: no *DN* é atribuída, de forma consistente no tempo, importância a um ato discursivo pontifício que comporta uma carga semântica religiosa e espiritual forte, como é a mensagem de Ano Novo, na Praça de S. Pedro, que não é uma comunicação especialmente dirigida a um conjunto de recetores, em particular, nem fundamentada num assunto local, nacional, regional ou internacional, em específico, tendo sempre um conteúdo moral significativo. Naquele diário, a menor noticiabilidade de um Discurso do Santo Padre advém, acima de tudo, da falta de espaço nas páginas do jornal (a competição em termos de opções editoriais), que pode levar a uma primazia da intervenção de um ou mais representantes político-governamentais (históricos

ou da época) e a uma perda de relevo das palavras do Papa. Contudo, caso tal competitividade não aconteça, o Discurso pontifício será sempre notícia no *DN*, pois é tido como um objeto com relevo informativo, logo, merecendo ser tratado e transmitido aos leitores. Tudo isto contrasta com os critérios defendidos na atual editoria Internacional do *JN*: em primeiro lugar, o facto de a população do nosso país ser ainda hoje maioritariamente católica não é relevante na atribuição de noticiabilidade a um Discurso do Santo Padre na AGONU (ou noutro contexto), não sendo tido como um fator suficientemente capaz de, por si só, levar a editoria a decidir produzir e publicar uma notícia (cf. p. 22-23); em segundo, há uma total desconsideração por alocuções do Papa de cariz marcadamente religioso – e não somente quando o Santo Padre fala aos fiéis na Praça de S. Pedro, mas igualmente em viagens pastorais (cf. *ibid.*); em terceiro, a atribuição do relevo noticioso prende-se *exclusivamente* com o teor do que é dito, não sendo tido em linha de conta o papel do Papa e o peso do catolicismo no polissistema (cf. *ibid.*). Isto significa que a decisão acerca do «que» (e do «se» se irá) fazer notícia é variável, dependendo de cada (con)texto de partida.

Esta última diferença é, para nós, particularmente interessante, na medida em que clarifica como, numa mesma comunidade, um só agente e texto de partida podem ser entendidos de modos bastante particulares e, por isso, diferentes: enquanto no *DN*, o que está a acontecer no mundo é *o* principal fator a ditar o ângulo de abordagem de um Discurso pontifício, já para o *JN*, e sobretudo em virtude de o material de trabalho ser «reduzido à ínfima espécie», as questões relacionadas com medidas políticas e sociais, que estejam afetas a circunstâncias concretas do mundo e/ou que abalem o quotidiano de uma população ou conjunto de populações é que servem de base para o tratamento dos textos em questão – e de tal modo que, caso o *JN* não encontre um paralelo entre os argumentos do Santo Padre e o local e/ou a época em causa, pode decidir não fazer nenhum artigo sobre a visita apostólica, não reescrevendo, assim, as suas palavras para os leitores portugueses (cf. p. 23). Como explicou Ivete Carneiro:

> Normalmente, eles [os Papas] têm sempre uma posição de defesa dos direitos humanos (…); no caso deste [o Papa Francisco], ele fala muito nos migrantes, a gente tem em atenção os migrantes; no caso deste, também temos em atenção aquilo que ele diz em relação aos problemas internos da Igreja (os escândalos de pedofilia e tudo o mais) e, como ele é bastante aberto nesse campo, isso, para nós, é notícia; eventualmente, quando eles falam de guerras e de alguns conflitos específicos que estejam a acontecer; (…) Por exemplo: agora, a América Latina está toda «aos tombos» e ele fala no assunto, até porque ele é latino-americano (este Papa). Isso são coisas mais políticas, mais sociais. Quando é religião, nada; zero (Carneiro, 2019: 22)

Para o *JN*, de um ato discursivo do líder da Igreja Católica é considerado noticiável o que tiver dito – implícita ou explicitamente – sobre problemas concretos da vida contemporânea mundial, como sejam situações de violação de direitos humanos, o flagelo dos migrantes, guerras e conflitos específicos (cf. pp. 22-23), para além de problemas internos da Igreja, entre os quais os escândalos de pedofilia que têm vindo a público. Referindo-se especificamente a este último tipo de assuntos, a nossa entrevistada clarificou: «[p]or exemplo, nós acompanhamos bastante, ultimamente, (…) aquela espécie de 'cisma' que houve, entre aquele arcebispo americano que escreveu uma carta… Pronto, toda essa 'guerra', nós, isso, acompanhámos muito. Porque é política dentro do Vaticano. Não é religião. Aquilo é política» (p. 22). Semelhante argumento apresentou relativamente à visita pastoral do Papa Francisco à Irlanda, em 2018: ao contrário do que fez aquando da viagem daquele pontífice ao Japão e à Tailândia, em novembro de 2019, em que decidiu «não [pôr] notícia nenhuma», por ter considerado ser um dos casos em que as mensagens não permitiam estabelecer o paralelo referido *supra*, relatou a viagem à Irlanda, «[p]orque, aí, foi um escândalo de pedofilia, foi a questão de a Irlanda fazer perceber que a Igreja já não é quem mandava no país, ao contrário do que tem acontecido durante muito tempo», logo, aquele caso, para o *JN*, «já [era] notícia» (pp. 22-23). Outro exemplo: a visita de Francisco a Moçambique, em setembro de 2019, também mereceu a atenção desta editora, graças ao facto de que, numa das alocuções, o Papa «apelou à importância da paz e do entendimento entre as pessoas – e isto não é discurso religioso, apesar de ser típico do discurso religioso» (p. 26); antes, segundo Ivete Carneiro, «tem um contexto, que é: Moçambique acabou de assinar um acordo de paz, ao fim de vinte anos ou trinta anos de conflito. E ele [o Papa] estava a apelar, especificamente, para estas pessoas. Isso é político» (*ibid.*). É, portanto, claramente no teor político dos Discursos que é colocada a tónica da reescrita neste jornal.

Esta perspetiva é determinante também na noticiabilidade dos textos comunicados por agentes político-governamentais, nomeadamente na AGONU. Colocando-se de parte os presidentes dos EUA, que são habitualmente notícia por serem líderes da nação pivô do mundo (cf. p. 24), os chefes de Estado internacionais são notícia pelo teor das questões que lhes são afetas. Isto significa que um Estado *a priori* com pouco relevo noticioso pode ser objeto de tratamento informativo caso o jornal trace, tal como faz relativamente aos Papas, uma relação entre as suas políticas internas e/ou externas e problemas político-sociais concretos. Referiu como exemplo o Irão, que, enquanto potência, não assume aos olhos do

JN grande importância (cf. *ibid*.), mas que, se, num dado momento, estiver envolvido numa situação de animosidade com algum dos quatro blocos mundiais – segundo o jornal, os EUA, a Rússia, a Europa e a China (cf. *ibid*.) –, nesse caso, «é óbvio que tem interesse», assim como quando têm conhecimento de estarem em causa situações políticas e sociais graves, que envolvam, nomeadamente, violações de direitos humanos (pp. 24-25). Como nos disse Ivete Carneiro: «[o] meu maior interesse no Irão neste momento é a repressão que eles estão a fazer às pessoas que se estão a manifestar. Nem é sequer o acordo nuclear, que está em discussão. Não. Isso é uma discussão inventada pelos EUA» (p. 24).

Com efeito, entre todas as questões político-sociais, a defesa dos direitos humanos assume no *JN* um relevo muito especial – de tal modo que a nossa entrevistada sentiu inclusive alguma surpresa quanto à possibilidade de não ser uma causa perspetivada como fundamental por todos os jornais do país (cf. p. 23). Acima de tudo, o facto de uma dada região «estar aos tombos» (pp. 22, 24) – como temos assistido, por exemplo, na América Latina ou no Médio Oriente, onde têm estado em causa reivindicações civis pelo respeito daqueles direitos – é entendido como um fator de interesse para os leitores, sendo, por isso, um aspeto determinante no processo noticioso do *JN*. Isso faz com que os conteúdos relativos aos países – e, na perspetiva dos atos discursivos oficiais, aos respetivos líderes – mereçam espaço e tenham destaque nas páginas daquele jornal, à semelhança do que faz a proximidade geográfica relativamente a Espanha ou a proximidade cultural entre o núcleo de leitores de base do *JN* e países com uma considerável comunidade emigrante do Norte do país [como França e Brasil (p. 25)]. No lado oposto, as disputas internas travadas num dado país, como seja no Irão, não assumem grande importância noticiosa no *JN* (cf. *ibid*.). A nossa entrevistada colocou a questão nos seguintes termos: «preocupamo-nos que o Ahmadinejad seja eleito, não é? É um revolucionário», mas «não é, assim, uma coisa aos nossos olhos tão importante quanto isso» (*ibid*.). Todavia, já a «trica interna» da Igreja Católica foi, como vimos, apontada por aquela responsável como noticiável. Esta circunstância poderá ter-se devido ao tipo de notícia, mas também à maior proximidade que existe entre um jornal português, como o *JN*, e o Papa do que entre este último e o líder de um país distante a nível geográfico e distinto a nível cultural, como o Irão. Isto porque o facto de aquele jornal estar integrado num polissistema onde o catolicismo é ainda dominante suscita um interesse em acompanhar tudo o que está afeto à Igreja – e embora a sua responsável não tenha mostrado ter consciência desta diferença, como vamos clarificar em seguida.

Para o *JN*, o Papa «[é] um agente político, claramente» (p. 23) e, em linha com o que temos vindo a perceber, no caso concreto da AGONU, a noticiabilidade do texto comunicado pelos pontífices dá-se «[q]uando não vão falar propriamente da religião e de cristianismo, e de Jesus Cristo, e de 'Deus, Nosso Senhor'», mas sim quando «dizem coisas que são coerentes» com o que se passa no mundo (*ibid*.). Confirmamos, portanto, existir uma visão estritamente política e não espiritual da importância do papel do Sumo Pontífice da Igreja Católica à escala global. No entanto, se a desconsideração da dimensão religiosa no tratamento noticioso poderia fazer-nos concluir que, para este jornal, a figura de líder daquela instituição religiosa não assume interesse na própria sociedade, posto ser para esta que os textos são reproduzidos, sentimos alguma indefinição (contradição, até) nos argumentos de Ivete Carneiro a tal respeito, o que nos impede de tirar tal conclusão. Com efeito, por um lado, se, na hora de tomar uma decisão quanto a produzir ou não uma notícia sobre uma intervenção do Papa e quanto ao que destacar dos Discursos, aquela responsável desvaloriza qualquer fundo marcadamente religioso, por outro, não deixam de ser notórios sinais do enraizamento cultural católico nas opções tomadas. Isto acontece sobretudo no que se prende com o acompanhamento da vida da Igreja – que é, em rigor, um critério também determinante na noticiabilidade de um assunto pela comunicação social. Referimos dois momentos específicos da entrevista em que a carga católica nos pareceu bastante mais preponderante a nível editorial do que nos foi dado a entender pela nossa entrevistada: (i) quando questionámos Ivete Carneiro quanto ao facto de a nossa sociedade ser ainda maioritariamente católica e de isso não ter um peso no trabalho, no sentido de continuarem a acompanhar e a transmitir tudo aquilo que o Papa faz. A resposta foi: «Quando achamos que sim» (p. 22) – uma resposta ambígua, mas que mostra não estar totalmente descartada a pertinência de o fazerem; (ii) de um modo ainda mais percetível, na resposta à pergunta sobre o motivo pelo qual decidiram enviar um profissional para cobrir a eleição de Bento XVI[10] no Vaticano, em 2005 – portanto, já no século XXI, ainda que antes da crise financeira mundial que explodiu na segunda metade de 2008. Apresentamos, em seguida, a passagem em apreço (conjunto das perguntas e respostas):

[10] Inicialmente, a entrevistada não tinha a certeza de ter sido Francisco, em 2013, ou Bento XVI, em 2005 (*vide* apêndice A.2: 21, 27). No entanto, uma pesquisa na internet permitiu confirmar que foi em 2005, aquando a eleição de Bento XVI.

65. E estava-me a dizer que não há capacidade para enviar ninguém, não é? E isso prende-se com questões monetárias.

Sim.

66. Mas, da última vez em que conseguiram enviar alguém, qual foi o princípio: foi a importância do momento?

Foi a mudança de um Papa. Foi a eleição de um novo Papa.

67. Mas entenderam como um assunto importante?

Sim, claro! É óbvio! É um líder político mundial!

(…)[11]

71. Então, tem sempre a ver com a importância do momento?

Claro!

(Carneiro, 2019: 27)

Foi neste momento da entrevista que percebemos que o Papa era (e é), afinal, considerado na secção Internacional do *JN* não só uma figura mundial com importância política, mas também religiosa. Isto porque, não obstante os constrangimentos financeiros e o cada vez menor investimento em enviados especiais, «a eleição de um novo Papa» foi o motivo apontado por Ivete Carneiro para a presença de um profissional da casa naquele acontecimento – tendo-o inclusive afirmado de forma exclamativa. Assim sendo, percebemos, em primeiro lugar, que o Sumo Pontífice da Igreja Católica não é visto no *JN* somente como «um líder político mundial», visto que a sua natureza espiritual também concorre para a atribuição de relevo noticioso aos atos nos quais participa; em segundo, que tal natureza não é tão irrelevante como a entrevistada nos fez crer, pois entre os últimos esforços de financiamento feitos pelos dirigentes do jornal em termos de cobertura *in loco* (cf. p. 21) – nos quais constaram acontecimentos marcadamente político-institucionais e diretamente relacionados com Portugal (como a tomada de posse dos novos eurodeputados do nosso país no Parlamento Europeu, em julho de 2019), contextos de guerra e o tsunami de 2004 (ou seja, assuntos fundamentalmente relacionados com a atualidade política internacional e envolvendo um elevado grau de devastação, dor e sofrimento das populações envolvidas) – fez parte a eleição de um novo líder da Igreja – a do Papa Bento XVI, em 2005, e não, por exemplo, a tomada de posse de um dos últimos presidentes norte-americanos, apesar de representarem a «nação pivô» do mundo, como designou Ivete Carneiro. Além disso, é de ressalvar o facto de que aquele momento da vida da Igreja, que

[11] Optámos por não incluir as perguntas e respostas intercalares, uma vez que se referem a uma referência da entrevistada ao Papa Francisco, pensando ela ter sido para cobrir a sua eleição que o jornalista do *JN* foi enviado ao Vaticano. Pretendemos, assim, evitar dúvidas na compreensão do argumento em análise.

foi considerado importante para ser coberto por um membro da redação no local, tinha um cariz doutrinal e estava conotado com um forte simbolismo no mundo católico, já que se tratou de um ritual milenar, logo, de extrema importância para ser perpetuado ao longo das gerações, sendo, por isso, uma ocasião que os fiéis tendem a acompanhar. Seria, portanto, expetável que tal interesse existisse numa sociedade maioritariamente católica como é a portuguesa. E é aqui que, em nosso entender, sobressai o impacto cultural da tradição religiosa do nosso país no trabalho do *JN* – de modo inconsciente (i.e., sem uma perceção clara quanto à sua influência) e fruto de um enraizamento dos profissionais na ideologia do polissistema, no seu todo: não se tratou de uma alocução num ambiente estrangeiro (mais ou menos formal), em que o jornalista habitualmente «pega» no texto do Papa, «espreme e sai política» (igualmente termos da nossa entrevistada – cf. p. 24); pelo contrário: apesar da explícita desvalorização de todos os atos discursivos que apresentam uma profunda presença dos princípios do catolicismo, de algum modo o momento da eleição – ritual, doutrinal[12] – foi considerado importante para ser relatado aos leitores num tom mais próximo, com mais pormenores. Foi, realmente, entendido como mais relevante que o público soubesse a opinião do jornalista sobre o que se estava a passar e tivesse acesso ao seu olhar sobre o acontecimento (mal comparando, saber o que *ele* achava «da cor da camisola de uma criança que está na Síria», para usarmos o exemplo dado pela entrevistada) do que um mero relato feito na redação com base em fontes diversas, de modo indireto e segundo os filtros já determinados por agentes mediadores. Não nos parece, portanto, ter sido um assunto tratado como qualquer outro tema da atualidade internacional e é por isso que consideramos que a carga religiosa – que distingue o Papa dos restantes protagonistas políticos mundiais – terá tido realmente influência no tratamento noticioso dos Discursos pontifícios feito pelo *JN*.

Por último, o paradoxo nas considerações sobre o relevo do Santo Padre para a sociedade portuguesa também se fez sentir na comparação que Ivete Carneiro estabeleceu com outros líderes religiosos: ainda que tenha afirmado que também devem dar voz aos representantes das restantes religiões, sobretudo quando abordam questões políticas, e embora tenha argumentado que é dada mais voz no *JN* ao líder católico, «porque ele até fala mais vezes do que os outros» (p. 28), notamos uma perda de força destas justificações no ponto em que a nossa entrevistada reconheceu o impacto que os Papas têm junto da população portuguesa – o qual, como referiu, «é fácil ver quando eles vêm cá, sejam eles quais forem», mais

[12] No subcapítulo seguinte, iremos abordar o teor da mensagem proferida por Bento XVI aquando da eleição.

precisamente em Fátima, pela «quantidade de pessoas que eles arrastam. A importância deles é essa» (p. 27). Perde força igualmente na resposta que nos deu à pergunta de se tal impacto poderia, por si só, fazer com que os pontos de vista do Santo Padre fossem sempre notícia (como acontece habitualmente no *DN*): segundo nos disse a responsável do *JN*, a voz de um pontífice é notícia «[pelo] facto de ele arrastar tanta gente, por motivos *religiosos*», o que «faz com que ele seja ouvido. E, portanto, se ele tem opiniões *políticas*, e se tem recados *políticos* e *sociais*, eles estão a ser ouvidos. Daí a importância dele» (pp. 27-28; ênfases nossas). Novamente, verificamos que a dimensão religiosa marca, de facto, presença no conjunto das características do líder do catolicismo que fazem com que tenha lugar no circuito de produção-receção do *JN*. Mais: tais características são determinadas pela comunidade civil, i.e., pelos leitores do jornal, enquanto parte daquele circuito. Aliás, a sua perspetiva quanto ao futuro foi clara a este respeito: embora tenha mantido a insistência no desprezo da espiritualidade e o enfoque no impacto político ao dizer que os Discursos continuarão a ser notícia no *JN desde que* o Papa não «vá para lá [AGONU] rezar o Pai Nosso» (p. 27), a razão da noticiabilidade (e da traduzibilidade) resulta, fundamentalmente, do facto de os seus «recados» (políticos e sociais) serem ouvidos – e essa escuta deve-se, em grande parte, ao facto de os pontífices conseguirem «arrastar» tanta gente, como têm demonstrado as suas visitas a Fátima: o centro (religioso) do catolicismo no nosso país. Não visasse o produto da secção Internacional atingir um conjunto final de destinatários, que pertencem ao mesmo polissistema dos jornalistas e que, por isso, partilham o sentido de identidade cultural.

2.5. O *modus operandi* do *Diário dos Açores* (*DA*)[13]

Num contexto insular como o açoriano, o modo como se produzem conteúdos noticiosos é necessariamente mais condicionado do que o que se verifica nos jornais do continente: (i) em termos de rapidez no acesso às informações; (ii) em termos de celeridade no tratamento das notícias e na publicação das edições, tendo em conta o imperativo da atualidade; e (iii) em termos orçamentais. Em rigor, todas estas condicionantes agem em conjunto. Com efeito, num contexto regional e local como aquele em apreço, o fluxo de informações – quer no sentido da receção dos materiais por parte do jornal (no circuito 1), quer no da receção final pelo público (no circuito 2) – é consideravelmente menor do que naqueles casos, desde logo

[13] Todo este subcapítulo teve por base a entrevista realizada a Paulo Viveiros (*vide* apêndice A.3).

porque os recursos financeiros são mais reduzidos. Tal facto faz com que o jornal não tenha, por exemplo, a capacidade de ter um correspondente no estrangeiro ou de enviar um jornalista para cobrir um determinado evento internacional (cf. p. 36). Tem, igualmente, um impacto direto na relação com agentes mediadores no processo circular de (re)produção de conteúdos noticiosos: se os jornais do continente têm vindo a evidenciar – sobretudo desde a crise financeira global – uma dificuldade em contratualizar serviços de mais do que uma agência estrangeira (vimos ter acontecido com a *AFP*), um jornal regional como o *DA* apenas consegue investir nos serviços da agência noticiosa portuguesa e, dentro deste investimento, vê-se obrigado a contratualizar um pacote de conteúdos menos dispendioso (p. 45). O facto de ser mais barato significa que o leque de informações é mais reduzido.

Tudo isto foi explicado pelo atual diretor do *DA*, Paulo Viveiros, na entrevista realizada para efeitos deste estudo. Traçando uma perspetiva diacrónica dentro da baliza temporal da nossa investigação, explicou que, numa altura em que «[a] velocidade da informação era muito lenta», o isolamento dos Açores face ao resto do país (e do mundo) colocava aos diretores dos jornais a necessidade de recorrerem a outras fontes para além das agências noticiosas (no caso, nacionais): nomeadamente, a uma «troca de informação direta com pessoas amigas que tinham no país ou até fora, no estrangeiro», por exemplo, emigrantes (p. 35). Estas enviavam cartas com informações ou até mesmo recortes da imprensa do país onde se encontravam «e, a partir daí, desenvolviam[-se] algumas notícias internacionais» (*ibid*.).[14] Era, portanto, uma forma de se contornar o peso da insularidade, numa altura em que o próprio movimento de pessoas, bens e mercadorias de e para o arquipélago era bastante mais restrito do que nos dias que correm, precisamente devido ao isolamento da população.

Viveiros explicou-nos também que «a imprensa [açoriana] evoluiu a par da evolução tecnológica» (*ibid*.): os anos oitenta foram marcados por um papel fundamental das agências de notícias na prática jornalística (em geral), o que teve um impacto bastante significativo no trabalho dos jornais da região (em particular). Como disse, a agência portuguesa «era fundamental para se ter acesso às notícias nacionais e internacionais, porque a internet… Não havia! E, portanto, o acesso era muito difícil» (*ibid*.). Contudo, para a evolução da

[14] Este tipo de colaboração pode ser verificado na notícia secundária número 1 da sequência noticiosa deste jornal (cf. apêndice B.0.4: pp. 3-6), tendo, no caso, sido feita a partir de Lisboa: foi um artigo elaborado pelo Padre Dinis da Luz, conterrâneo do *DA*, que, entre 1940 e 1970, exerceu o cargo de diretor do jornal católico *A Voz*, naquela cidade. Contudo, «não deixou de colaborar nos mais variados periódicos açorianos» (Direção Regional da Cultura – Governo dos Açores, 2015), sendo mesmo considerado como «quem introduziu na imprensa católica portuguesa [e açoriana] um maior interesse pela vida religiosa internacional» (Câmara Municipal do Nordeste, 2019).

imprensa regional nas últimas décadas do século XX foi igualmente importante o próprio desenvolvimento da sociedade açoriana: ao passo que, outrora, apenas uma pequena fatia da população do arquipélago (a classe média, média-alta) tinha a capacidade de estar informada (cf. p. 42) – quer a nível de escolaridade, quer em termos de condições económicas, quer ainda por uma questão de prática social (i.e., o hábito de compra e de leitura de órgãos impressos) –, com o passar do tempo, não só o conjunto dos que liam o jornal passou a abranger camadas mais amplas da população, como também «o padrão da classe média e média-alta mudou da década de oitenta para cá» (*ibid*.). Segundo explicou, «[à] medida que o desenvolvimento económico acontecia e que as famílias estabilizavam, conseguiam mandar os filhos estudar para fora, os filhos já vinham com outra bagagem [e] isto vai introduzindo, até no seio da própria família, alterações, visões diferentes» (*ibid*.). Mais precisamente, «[o]s filhos vêm, contam coisas; depois, os pais vão visitar os filhos» e, assim, «de uma sociedade tradicional, fechada, vai começando a haver uma abertura, uma classe média/ média-alta mais aberta, (…) com uma visão mais abrangente das coisas» (*ibid*.). Isto refletiu-se num maior interesse e gosto em ler os jornais da região para se estar minimamente informado, sendo feito de modo cada vez mais crítico, na medida em que «as pessoas reagem mais, viajam mais, falam mais, comentam mais» (*ibid*.). A leitura dos três principais jornais regionais – o *Diário dos Açores*, o *Correio dos Açores* e o *Açoriano Oriental* – tornou-se, então, um hábito social: primeiro, somente daquelas camadas da população, mas, progressivamente, também das que se lhes sucediam na hierarquia da sociedade. Foi assim que a consulta daqueles diários passou a fazer parte do conjunto dos costumes bastante característicos e típicos da família tradicional açoriana, como a ida à missa ou o almoço tradicional de domingo em casa com a família, segundo apontou Paulo Viveiros (cf. *ibid*.).

A partir da década de noventa, nova evolução da sociedade e novo reflexo na imprensa açoriana: por um lado, em termos de fontes de informação, visto que, como os jornais «começa[ram] a ter acesso, através da internet, ao mundo global, as coisas altera[ra]m-se e as próprias agências perde[ra]m algum peso na informação que tinham e nos serviços que prestavam aos jornais da região» (p. 35); por outro, a nível do consumo de notícias por parte do público, pois tanto o acesso à internet por parte de um conjunto crescente da população como a disponibilização de conteúdos televisivos variados na maioria dos lares através da televisão por cabo fizeram com que os cidadãos açorianos (à semelhança dos do continente) passassem a dispor de uma grande variedade de fontes às quais aceder para ficarem

informados (p. 37). Em resultado, se a distância relativamente ao país e ao mundo ficou indubitavelmente mais reduzida, também a necessidade de consulta dos órgãos de comunicação social locais para recolha de informações sobre o país e o mundo diminuiu de forma drástica. A imprensa dos Açores teve, por isso, de se ajustar à nova realidade, passando a focar-se essencialmente na atualidade regional – ou seja: teve de se «especializar naquilo que os outros [*media* nacionais] não conseguem fazer», por ser uma realidade que lhes é alheia (*ibid.*). Como explicou Paulo Viveiros:

> [No]s jornais regionais, a partir da altura da internet (…), [u]ma parte das suas secções passou a ter menos importância. A secção Nacional e Internacional são secções que perderam algum peso no jornal em formato papel, porque, a qualquer hora, a qualquer momento, somos bombardeados [com informação] (…) A internet mudou aqui muita coisa. A preocupação que havia antigamente de se fazer o tratamento regional – como ainda se faz – existia de alguma forma em relação ao nacional e ao internacional, embora… É difícil fazer o tratamento de coisas mais ao longe: nós tínhamos de nos basear naquilo que vinha e a que tínhamos acesso. Podíamos complementar as notícias, juntá-las e fazer um tratamento noticioso diferente, mas também não podia passar muito mais disso, porque o acontecimento é lá ao fundo, lá fora, noutro sítio; acontecimentos aqui à porta, vai lá o jornalista, fala com a pessoa diretamente, ouve declarações de A, B e C e constrói uma peça. É outra forma de trabalhar; consegue-se desta forma o que não se consegue com informações nacionais e internacionais. Portanto, logo à partida, estes factos alteram aqui as coisas (Viveiros, 2019: 37)

A viragem tecnológica veio, então, confrontar a imprensa regional com uma situação paradoxal: se, por um lado, a possibilidade de terem acesso às informações da atualidade internacional de forma direta e variada permitiu ultrapassar os condicionalismos que a insularidade colocava ao trabalho de um jornal que, desde a sua fundação, em 1870, visava ser «um órgão de informação diário que levasse aos micaelenses a informação do mundo que chegava a São Miguel, *mal a ela tivesse acesso*» (Moscatel, 2002; ênfase nossa), por outro, implicou um reajuste aos comportamentos que se foram implementando na sociedade – no caso, a nível comunicativo-informativo. Assistiu-se, assim, a uma necessidade de especialização num domínio em particular – a atualidade regional –, passando para segundo e terceiro planos a atualidade nacional e a internacional, respetivamente. Ou seja: domínios que, na era pré-internet, ocupavam um lugar tão privilegiado nas páginas dos jornais como os temas regionais, dada a forte dependência da população relativamente aos relatos da imprensa para poder saber e estar a par do que se passava fora do arquipélago.

É certo que a *e*volução trouxe benefícios em termos de prática jornalística, sobretudo no que diz respeito à diversidade dos conteúdos e à rapidez na sua recolha e reprodução. Não obstante, o modo de funcionamento de um jornal como o *DA* não permite um trabalho tão exaustivo ou completo como aquele que jornais nacionais como o *DN* e o *JN* conseguem

fazer, inclusive nos dias que correm – e esta condicionante está diretamente relacionada com o recurso à tradução. Isto mesmo fez saber Paulo Viveiros, explicando que, «[p]or vezes, temos alguma limitação na parte da tradução – não pela tradução em si, mas pelo tempo que isso ocupa» (p. 52). Segundo disse, num jornal diário de pequena dimensão e com um conjunto reduzido de profissionais, o fator tempo é particularmente determinante: «a edição tem de ser feita ao longo do dia», sendo que, «por volta das 16h e tal-17h, temos de começar a ter o interior do jornal pronto para ir para as gráficas, para ser impresso. Portanto, o nosso *timing* para notícias do dia e de acontecimentos da atualidade que estão a acontecer agora para serem reportados amanhã é limitado» (p. 53). Torna-se, por isso, difícil a um jornalista do *DA* fazer o tratamento de um conteúdo em língua estrangeira. Importa lembrar que seria um trabalho autónomo, i.e., feito pelo jornalista-redator por sua iniciativa e não com base no filtro da agência noticiosa, uma vez que o que chega à redação açoriana a partir do primeiro subsistema mediador (A3) provém da *Lusa*, logo, já está reescrito em português. Os casos a que o nosso entrevistado se estava a referir dizem respeito aos dados que o profissional da casa pode vir a consultar para criar o seu texto, a partir de fontes diversas (A3' ou A3''). Ora, o tempo que tem é limitado e não há mão de obra suficiente para distribuir o trabalho por mais redatores. A dificuldade resulta do facto de que, para além da pesquisa, o jornalista tem de fazer a tradução das passagens que pretende citar, das línguas estrangeiras para português, antes de redigir o texto, corrigi-lo e compilar as várias fontes. Já se se restringir ao material enviado pela agência *Lusa*, todo o processo é muito mais rápido, quer em termos de produção da notícia a publicar, quer de envio da edição no seu todo a tempo útil de impressão na gráfica. «Portanto,» como afirmou Paulo Viveiros, «há aqui, em termos internos e no dia a dia, certas condicionantes que acabam por não nos permitir ter o tempo e as pessoas afetas a determinadas notícias, e desenvolvê-las como gostaríamos, precisamente porque depois não conseguimos publicá-las no dia a seguir» (*ibid*.) – o que é fundamental, para que as notícias possam cumprir um dos seus requisitos máximos: transportar para o público a atualidade (no caso, internacional). Por tal motivo, «às vezes, temos de aligeirar o processo, o procedimento – nunca aligeirar a notícia em si. Aligeirar o procedimento é fazê-la mais focada, não conseguirmos investigar tanto ou ir buscar outras fontes, cingir-nos àquilo que temos» (*ibid*.).

Percebemos, assim, que contrariamente ao verificado nos jornais do continente, neste contexto de chegada a implementação da internet como ferramenta de trabalho não fez com

que o recurso às agências de notícias, enquanto agentes mediadores no circuito da tradução no campo jornalístico, fosse atenuado. Pelo contrário, se naqueles jornais a dependência relativamente à mediação tem vindo a diminuir com o passar do tempo – por um lado, pela restrição do número de agências com serviços contratualizados com os jornais e, por outro, pela procura por parte dos jornalistas de um espaço para manifestarem a sua voz e não copiarem, simplesmente, o que lhes chega das agências (sobretudo, através do complemento e/ou da confirmação dos materiais recebidos) –, no *DA* os efeitos de um mundo não somente globalizado, mas fundamentalmente interconectado fizeram-se sentir de tal forma que foram necessárias alterações de fundo na estrutura do jornal e, consequentemente, na organização do trabalho – noticioso e translatório. Em rigor, podemos dizer que o fator tempo passou a ter (ainda mais) importância: como nos disse Paulo Viveiros, «antigamente, uma notícia (…) era feita hoje para sair amanhã: tinha validade durante o dia todo»; «[h]oje em dia, não: é ao minuto. E os jornais não podem competir com essa velocidade», sobretudo não os regionais e em formato papel, cuja edição «continua a ser feita para sair no dia a seguir» de manhã (p. 37). Então, para além da especialização na atualidade regional («que os outros não conseguem fazer»), foi necessário procederem a uma gestão mais eficiente dos recursos existentes – tanto humanos como financeiros. No que se prende com os primeiros, e tal como explicou o diretor, passou a ser «mais importante nós alocarmos os nossos recursos jornalísticos para desenvolvermos notícias de âmbito regional, que são feitas por nós, são notícias aprofundadas por nós e essas têm uma procura por parte dos nossos leitores mais acentuada» (p. 48). Salvaguardam-se, assim, do risco de ficarem de tal modo sobrecarregados com trabalho (dada a atualidade ao minuto) que, no final, não conseguiriam transmitir informação atualizada e detalhada ao público sobre aqueles temas primordiais, que têm, realmente, procura e que não são encontrados em nenhum outro órgão de comunicação social que não nos sediados na Região Autónoma dos Açores. No que diz respeito ao segundo tipo de recursos, Paulo Viveiros fez saber que houve, já no século XXI, uma revisão do contrato estabelecido com a *Lusa*, tendo o pacote de informações passado a estar focado mais no Nacional e menos no Internacional, e tendo também a porção de dados sobre aquele primeiro conjunto sido reduzida relativamente ao serviço anterior (pp. 47-48). Para percebermos melhor o que está em causa, apresentamos a seguinte explicação do nosso entrevistado: «a *Lusa* tem vários serviços e custos diferentes», sendo que, «[n]ormalmente, os jornais regionais (por questões económicas) contratualizam um serviço mais acessível

enquanto que os jornais de âmbito nacional têm serviços contratualizados mais completos» (p. 45). O pacote de que usufruíam até à recente revisão consistia «[n]um serviço de carácter mais reduzido e mais económico que só disponibilizava algumas peças de notícias internacionais», selecionadas por critérios da própria *Lusa*, segundo Paulo Viveiros (*ibid*.).

Fica, então, mais claro como o recurso à tradução passou a ser, na verdade, um constrangimento para esta redação: com a redução do número de dados fornecidos pela *Lusa*, seria necessário que os profissionais pudessem colmatar a diferença com pesquisas – e traduções – autónomas; porém, o tempo limitado para a elaboração das edições em papel torna-se uma circunstância difícil de ultrapassar no dia a dia de um grupo pequeno como aquele em questão. Disto resulta uma sujeição àquilo que o jornal recebe – ou não recebe – daquele agente mediador, que é, sem dúvida, *o* mais influente no *DA* entre todos os que temos tido em consideração em S3, sendo uma fonte crucial no processo de noticiabilidade-traduzibilidade daquele jornal. O diretor tem consciência da vulnerabilidade do seu órgão a critérios editoriais que são alheios à redação e de que isso tem influência no modo como, no final do circuito de reprodução de um dado texto de partida, dão a conhecer os acontecimentos aos seus leitores (cf. p. 45, 50). Com efeito, o pouco trabalho feito a nível da atualidade nacional e internacional corresponde, inevitavelmente, à veiculação de uma visão importada e parcial dos eventos. Isto é agravado pelos limites de tempo no tratamento das informações, que fazem com que os conteúdos recebidos da agência portuguesa sejam normalmente tratados tal como chegam, não tendo o jornal grande margem para apresentar a sua perspetiva sobre os assuntos – fá-lo somente pela titulação e, eventualmente, por um «retoque» ao texto do *telex* (p. 49). Paulo Viveiros esclareceu-nos também a este respeito: as notícias «já vêm prontas, já vêm preparadas, porque é assim que funciona, e muitas delas eventualmente no dia a dia serão publicadas, na generalidade, como vêm – com pequenos retoques, alteração de título, eventualmente um parágrafo ou outro que seja menos necessário», nomeadamente por «por acomodação de paginação e de espaço, (…) sem ter impacto depois no texto» (*ibid*.). Ou seja: «a informação que nos chegava era a que era veiculada» (*ibid*.). Para esta preponderância do texto da agência em muito contribuiu uma ideia que foi sendo implementada nas várias direções do jornal, ao longo dos anos: o princípio de que «uma agência noticiosa é uma fonte credível, é feita por jornalistas, e nós, aí, como estamos distantes do acontecimento, temos de dar esse benefício noticioso à

agência» (*ibid*.) – um princípio que vai ao encontro da perspetiva de Leonídio Paulo Ferreira e de Mário Mesquita quanto aos materiais fornecidos pelo agente mediador em apreço.

Entre os três elementos de chegada, e devido à insularidade, o *DA* apresenta-se como o jornal do nosso estudo mais suscetível a ter sido condicionado pelos critérios jornalísticos da agência *Lusa* no caso específico da reescrita dos Discursos proferidos pelos líderes da Igreja Católica na AGONU – e não somente em termos de volume de dados recolhidos e a trabalhar, mas também a nível do teor dos acontecimentos: não nos podemos esquecer de que aos *media* subscritores terão sido enviadas informações sobre os vários momentos da viagem apostólica de cada Papa aos EUA, pelo que, se alguns jornais usufruíram de pacotes mais completos (e mas caros) do que outros, então, aqueles como o *DA* não terão tido acesso a dados sobre todos os eventos e atos discursivos nos quais o Santo Padre participou, como tiveram os seus congéneres. Aliás, foi quando Paulo Viveiros nos disse que «[s]ó conseguimos publicar o que nos foi disponibilizado» que nos apercebemos de que o modo como é estabelecido o cruzamento entre os agentes de chegada e os agentes mediadores pode levar a uma diferenciação ao nível do conhecimento – no caso, dos jornais, enquanto recetores do circuito intermédio da tradução no campo jornalístico: da versão produzida pela agência sobre o texto de partida à sua receção pelo jornal. Contudo, existem exceções a este panorama geral, como também indicou o nosso entrevistado: quando há tempo suficiente no trabalho diário da redação, os jornalistas podem, à semelhança do que fazem os seus congéneres do *DN* e do *JN*, procurar complementar as informações recebidas com outros dados (cf. p. 50). No que se prende especificamente com as visitas dos Papas, como seja à ONU, tal será (e poderá ter sido) feito sobretudo a partir das fontes oficiais do Vaticano e/ou do organismo internacional em apreço. A acontecer, há, então, lugar a um processo de tradução direta dos conteúdos (cf. p. 53).

O DISCURSO DO PAPA TERÁ UM IMPACTO INTERNACIONAL MAIOR DO QUE O DISCURSO DOS PRESIDENTES DOS OUTROS PAÍSES. PELO MENOS, AQUI, SERIA VISTO DESTA FORMA

No *DA*, servindo a secção Internacional (ainda mais do que a Nacional) apenas como um complemento informativo (i.e., como um conjunto de informações incluídas nas edições diárias do jornal em acréscimo ao noticiário de base, que assenta, como vimos, sobre a atualidade regional), os assuntos a destacar de um ato discursivo ocorrido no estrangeiro resultarão de um critério jornalístico fundamental: a atualidade dos acontecimentos. Não obstante, tratando-se de um órgão de uma das regiões autónomas do país, logo, que se dirige

a um público culturalmente menos heterogéneo do que a população do continente, a proximidade cultural é outro critério que não só anda a par daquele, como é aplicado de modo ainda mais preponderante do que nos jornais continentais – especialmente quando em causa estão agentes e nações ou instituições com os quais existem laços socioculturais fortemente instituídos com a comunidade de leitores, i.e., com o contexto de receção. É, desde logo, o caso da Igreja Católica e do Santo Padre, visto que «o povo açoriano é muito religioso», como ressalvou Paulo Viveiros (p. 48).

A forte religiosidade do contexto de chegada em apreço é, com efeito, uma característica que pesa no modo como um Discurso do Papa é tratado editorialmente pelo *DA*. No caso concreto da AGONU, para o diretor, «o Discurso do Papa terá um impacto internacional maior do que o discurso dos presidentes dos outros países. Pelos menos, aqui, seria visto desta forma» (*ibid*.). Tal como vimos acontecer nos outros dois jornais, também no diário açoriano notamos uma consciência da condição híbrida do chefe máximo do catolicismo – embora seja neste jornal que esta perceção tenha sido mais clara e abertamente afirmada: segundo Paulo Viveiros, o Santo Padre é «uma figura à escala mundial» e assume um claro peso espiritual nos Açores, sendo *o* líder religioso da grande maioria da população (logo, dos leitores). Por este motivo, «nós, aqui, teríamos sempre uma visão do Discurso muito mais interessada» comparativamente com o de um representante de um Estado-membro que também tivesse discursado naquela assembleia (*ibid*.). E, por uma visão «mais interessada», Paulo Viveiros quis dizer «mais dedicada», quer em termos de espaço nas páginas, quer de acompanhamento e tratamento jornalístico. Mais especificamente: por mais importante que seja a potência, o diretor indicou que o texto proferido «será noticiado, mas se calhar o interesse ou o acompanhar não será eventualmente tão intenso como se tentaria fazer com o Papa» (*ibid*.). Isto significa que «[o]s discursos dos líderes [político-governamentais] ficariam alocados à notícia internacional, à notícia da ordem do dia», sendo que, na eventualidade de darem um *feedback* de tais intervenções, seria sempre «dentro das possibilidades e dentro daquilo que nos fosse chegando à redação» (*ibid.*), ou seja, de modo condicionado, como temos vindo a perceber.

Situação diferente se verifica perante comunicações e ações do Sumo Pontífice da Igreja Católica: relativamente a estas, Paulo Viveiros afirmou que «há – e sempre houve no *Diário dos Açores* – uma especial atenção por notícias da parte religiosa, nomeadamente Discursos do Papa, viagens, deslocações dos Papas. Aliás, serão sempre acontecimentos importantes e

com espaço noticioso no *Diário dos Açores*» (*ibid*.). Depois, a nível dos argumentos a destacar dos Discursos, o ângulo de abordagem corresponderá, na maioria das vezes, ao definido em primeira instância pela agência noticiosa nacional; contudo, em todos os elementos da notícia nos quais possam apresentar uma visão própria sobre o que estão a (re)reescrever – como seja nos títulos ou nos «retoques» ao conteúdo dos *telexes* –, os temas evidenciados estarão essencialmente afetos ao que se passa no mundo, na altura (cf. *ibid*.). É, portanto, uma perspetiva comum às outras duas redações do nosso estudo, i.e., de trabalho, sempre que possível, sobre os materiais recebidos de A3, embora a margem de manobra nesse sentido seja bastante menor no *DA*.

Importa referir que, no conjunto dos líderes mundiais, e aos olhos deste diário, o Presidente dos EUA tende a ocupar uma posição privilegiada em termos de noticiabilidade, tratando-se de uma circunstância editorial que também se prende com motivos do foro cultural: mais precisamente, com o facto de existirem várias comunidades açorianas imigrantes nos EUA e fortemente enraizadas no território (cf. p. 50). É uma situação com menor amplitude e homogeneidade do que aquela que se verifica relativamente ao catolicismo na região, mas, ainda assim, é inegável a ligação cultural entre aquele país e a comunidade de chegada, o que acaba por se refletir no tratamento dos respetivos líderes por parte deste jornal (assim como dos restantes jornais do arquipélago). Paulo Viveiros explicou-nos que «[t]udo o que acontece, de certa forma, nos EUA acaba por interessar aos açorianos, porque quase todos os açorianos e açorianas têm família mais chegada ou menos chegada nos EUA», para além de que «muitos açorianos viajam com frequência para os EUA, para visitar familiares» (*ibid*.). A isto acresce o facto de «os EUA serem uma das maiores potências do mundo – o que, já por si, em termos noticiosos, é de relevância e de interesse» (*ibid*.). Somos, assim, levados a considerar que existe, no *DA*, uma hierarquização dos protagonistas mundiais um pouco diferente da verificada no *DN* e no *JN*: no diário açoriano, a maior noticiabilidade é atribuída, em primeiro lugar, ao Papa, enquanto *o* agente internacional com o qual o público de chegada tem estabelecida a maior proximidade cultural; em segundo, os líderes norte-americanos, por via de uma ligação igualmente cultural e que tem sido mantida ao longo do tempo, mas numa amplitude menor relativamente àquele (porventura – em nosso entender, por já não se reportar à dimensão espiritual e da fé, tão primordial para a comunidade em questão); e, por fim, os líderes dos

restantes Estados, por não se verificar uma relação privilegiada entre os recetores açorianos e outros contextos internacionais (*vide* excerto *infra*).

A gestão da condicionante de tempo de trabalho que se coloca ao *DA* a nível da tradução no campo jornalístico é feita em conformidade com o critério da proximidade cultural, de acordo com aquela hierarquia. Isto mesmo mostramos na seguinte passagem da entrevista feita a Paulo Viveiros, num momento em que deixou clara a atribuição de maior interesse noticioso ao Papa do que aos líderes das nações mundiais, existindo mesmo páginas do jornal dedicadas exclusivamente à temática religiosa, nas quais os assuntos relacionados com a Igreja e com a ação do Santo Padre encontram um espaço suplementar para divulgação junto do público:

> Vamos supor que, por razões de espaço, entre termos uma notícia do Papa e termos uma notícia do chefe de Estado russo, se calhar, tendo de deixar uma para trás, se calhar vai ficar a do chefe de Estado russo, não a do Papa. Aliás, pontualmente também temos páginas dedicadas à parte religiosa e, portanto… Aí, também chegam a entrar notícias específicas sobre a religião católica. Portanto, às vezes, também é uma outra secção onde se pode alocar determinadas notícias (Viveiros, 2019: 50)

A margem de tratamento de um Discurso do Papa, na AGONU ou num outro contexto, é, então, sempre maior em comparação com outros agentes da esfera global, em particular quando não existem laços culturais com o contexto açoriano – como é o caso do Presidente russo, como exemplificou Paulo Viveiros. É, portanto, um traço distintivo do *DA* relativamente ao *DN* e, sobretudo, ao *JN*, que se reflete quer no que diz respeito aos assuntos a noticiar de um ato discursivo do Santo Padre, quer na gestão do tempo e do espaço de trabalho entre os diferentes protagonistas mundiais, entre eles o Papa.

NÓS TEMOS DE FAZER O NOSSO PAPEL, QUE É PASSAR ESSA MENSAGEM [DO PAPA]. (…) E TEMOS ESSA SENSIBILIDADE TAMBÉM PORQUE PERCEBEMOS QUE A NOSSA COMUNIDADE REGIONAL É EXTREMAMENTE CATÓLICA

Olhando para o Papa enquanto chefe máximo da Igreja Católica, o diretor do *DA* vê-o como *a* entidade responsável pela orientação de todos os crentes, sendo essa a visão geral e primordial do contexto de receção final dos artefactos culturais. Perspetivando-o como uma personalidade com influência global, diz ser, «obviamente, sempre uma figura de referência internacional» e, sobretudo, «quando aborda temas importantes da atualidade internacional, é uma voz que se faz ouvir» (p. 51). Fazendo um contraponto com as considerações do subdiretor do *DN*, tal como este, Paulo Viveiros é de opinião de que a escuta da voz do Papa acontece «independentemente de quem o ouve ser católico ou não» (*ibid*.). Vai, contudo,

além daquele, ao considerar que «a própria cobertura mediática que ele [Papa] tem faz com que ele tenha esse espaço para poder tocar e chamar a atenção sobre problemas do mundo», mais precisamente, problemas da atualidade, como a fome, a pedofilia, entre outros (*ibid*.). Partilha igualmente com Leonídio Paulo Ferreira a consideração de que a figura do Santo Padre vale por si mesma. Como disse, «[é] um papel de influência no mundo que é extremamente importante», pelo que o espaço mediático que lhe é atribuído é – e, na sua opinião, deve ser – utilizado para promovê-lo como líder da Igreja Católica, mas ao mesmo tempo reconhecido por outras religiões e pelas mais diversas entidades, entre as quais as que detêm cargos governativos [daí o sentido de «chamar a atenção sobre problemas do mundo» (p. 52)]. Entende que este carisma resulta, sobretudo, da forma que o Papa tem de «orientar, tentar puxar pela parte positiva das coisas e tentar chamar os intervenientes políticos à razão para o tratamento de determinadas situações e a resolução de certos problemas» (*ibid*.). Ou seja: vê o Papa como uma entidade que, pelo peso que tem enquanto chefe máximo da religião maioritária no país, providencia uma orientação não só ao povo, mas também à comunidade política – e que o faz, num caso e noutro, de um modo positivo: dando alento.

Para Paulo Viveiros, a imprensa, ao promover uma tal amplitude do papel e da ação do Papa (igualmente mencionada pelo subdiretor do *DN*), está a assumir a função de fomento dos valores da Igreja Católica no polissistema, no seu todo – aliás, considera que faz parte do trabalho dos jornais «ir por aí, como é óbvio» (p. 52). Acredita que tal função dos órgãos da imprensa tem sido cumprida e relativamente a todos os pontífices, sem exceção (também tal como considerou Leonídio Paulo Ferreira). Com efeito, se, para o diretor do *DA*, o Papa Francisco tem manifestado uma «sensibilidade acrescida» para, em discursos oficiais, assumir uma «abordagem sempre no sentido de chamar a atenção para a resolução [dos] problemas», entende que, «na génese», todos os pontífices têm tido esta preocupação: «quando fazem uma intervenção pública à escala global, tentam tocar em aspetos que são fundamentais e que estão na ordem do dia, e fazem-no sempre com a visão dos valores católicos» (p. 52). Isto significa que, na retransmissão das mensagens pontifícias, a imprensa não tem apresentado diferenças conforme quem ocupa a chefia da Igreja; antes, tem tido como foco a figura em si: *o* líder espiritual da maioria da população, logo, dos leitores. E, para Paulo Viveiros, o catolicismo é uma ideologia de tal modo enraizada na sociedade portuguesa – e, por conseguinte, nas redações –, que não encontra diferenças no cumprimento daquela função entre órgãos regionais e nacionais (cf. *ibid*.). Segundo disse, o

que pode distinguir uns e outros é o «encaixe social» deste tipo de informações. Como explicou:

> Não: nós damos *feedback* dessas intervenções do Papa. A forma como as pessoas veem essas intervenções… Nós tentamos dá-las o mais fidedignamente possível; depois, lá está: o impacto será maior nas pessoas que são católicas, será menor nas pessoas que não são; será eventualmente maior em pessoas com uma idade mais avançada, se calhar será menor em idades menos avançadas, que não estão tão despertos nem tão preocupados com certas coisas. Portanto, isto depois tem um encaixe social que varia, não é? Agora, nós temos de fazer o nosso papel, que é passar essa mensagem. Obviamente que o nosso papel tem essa preocupação. E nós temos essa preocupação nesse papel que temos e temos essa sensibilidade também porque percebemos que a nossa comunidade regional é extremamente católica. E isso também nos faz ter aqui algum cuidado no tratamento dessas informações, porque sabemos que são informações que o nosso leitor tem interesse em ler, em consumir essa notícia (Viveiros, 2019: 52)

Não obstante, cabe-nos traçar o seguinte raciocínio: se o «encaixe social» da temática religiosa for maior numa determinada comunidade, a preocupação com o tratamento noticioso de eventos ou atos discursivos relacionados com a Igreja Católica ou com o Santo Padre será tanto maior junto dos órgãos de comunicação social que àquela comunidade se dirigem – e a consciência desta relação ficou clara no subsistema açoriano. Aliás, isto mesmo percebemos da afirmação de Paulo Viveiros acerca do papel da imprensa regional na promoção e veiculação do património cultural religioso católico: como afirmou, é marcado por uma «sensibilidade» dos profissionais (i.e., jornalistas e/ou diretores), «porque percebemos que a nossa comunidade regional é extremamente católica» (p. 52). Assim sendo, somos levados a considerar que, no diário açoriano, os processos de tradução serão sempre desenvolvidos sob a ideia de que a ideologia inculcada num dado sistema da sociedade se manifesta necessariamente no trabalho jornalístico, desde logo porque os órgãos mediáticos fazem parte do mesmo polissistema. Será, portanto, estabelecida uma relação de causa-efeito: por um lado, entre a ideologia católica e o interesse pela receção de conteúdos por parte dos leitores, e, por outro, entre este interesse e a (re)produção de notícias sobre a ideologia católica pelos jornais – logo, a visão de um contínuo circuito de (re)produção e de receção de artefactos culturais, que se processa à luz dos contextos socio-históricos, tal como defendemos neste estudo.

2.6. Balanço do subcapítulo

No quadro 2, apresentamos uma síntese do que nos foi dito pelos responsáveis de cada um dos jornais quanto aos três pontos em torno dos quais baseámos as nossas entrevistas: (i) o recurso à tradução; (ii) a atribuição de relevo noticioso aos Papas e aos seus Discursos; e

(iii) a perspetiva sobre o papel do líder do catolicismo na sociedade portuguesa e o futuro da noticiabilidade-traduzibilidade das intervenções do mesmo a nível global.

DN	*JN*	*DA*
•Valorização do ato de traduzir: anos 90-2000, tradutora nos quadros; antes (pós-25 abril) e depois (desde 2000), tradutores externos - artigos *a lattere* •Noticiário comum: tradução pelos profissionais - esforço: de modo direto (consulta das versões oficiais) •Agências: antes, em português; hoje, nas línguas de origem (*AFP*: FR; *Reuters*: EN; *Lusa*: PT)) - o primeiro filtro, mas não uma dependência total •Enviado especial: antes, uma mais-valia; no pós-internet, uma questão de prestígio - ex. visita de João Paulo II a Cuba (1998): mais do que competitividade com outros órgãos («estar onde as coisas importantes acontecem») •Discursos na AGONU: sem dúvida, importantes, mas, em caso de falta de espaço, o do Papa não sobressai face ao de outros protagonistas (históricos/ do momento) •Critérios principais: atualidade internacional, relevo do protagonista, proximidade cultural = sempre notícia (salvo na situação anterior) •Destaque: ao que o Papa referir sobre conflitos/ problemas do mundo (evidenciados, desde logo, pelo pontífice no Discurso) •Papel do Papa: líder mundial com uma dimensão política que acresce à religiosa, com uma projeção além-fronteiras e que consegue persistir ao longo da História (todos os Papas - a figura, a ação) •Futuro: continuará a ter sempre espaço nas páginas - interesse do público (não outros líderes religiosos)	•Citações: confirmação dos textos recebidos das agências (na imprensa estrangeira; também nas fontes oficiais); alguma desconfiança face às traduções do agente mediador: sentido e fluência («traduzir para português») •Amadorismo da tradução: feita pelos jornalistas, na redação, de modo indireto [base: *telexes* da *Reuters*/ *Lusa*; (recente: de novo, a *AFP*); imprensa estrangeira] •Circuito da tradução: cruzamento com vários agentes de S3 •Mais-valia da consulta de várias fontes: acesso a órgãos com os quais o jornal não tem contrato de serviços/ parcerias, logo, a diferentes perspetivas •Enviado especial: não na AGONU (nem mesmo políticos portugueses), mas sim na eleição de Bento XVI (tom exclamativo) •Agências: filtro, mas margem de manobra - de «o mais importante é isto» até à redução «à ínfima espécie» e ao complemento com outros dados (também no passado) •Papas-líderes políticos: o mesmo relevo noticioso, especialmente na AGONU •Critério preponderante: teor do que é dito - questões políticas/ sociais, contextos históricos de base; religião: «nada; zero» (logo, noticiabilidade variável) •Desvalorização total: peso da identidade católica no país •Valorização particular: defesa dos direitos humanos •Papel do Papa: «claramente» um agente político; «arrasta» multidões e recados ouvidos = a sua importância •Implícito: carga religiosa também importante (alguma contradição)	•Amadorismo das fontes: no passado, contorno da insularidade por contactos amigos •Sobretudo desde os anos 80: preponderância das agências noticiosas (em particular, a nacional) •Anos recentes: revisão do serviço contratualizado com a *Lusa* (mais conteúdos de Nacional do que de Internacional) •*E*volução da sociedade açoriana: mudanças de acordo com os novos hábitos socioculturais (abertura ao país e ao mundo por parte dos leitores = especialização na atualidade regional) •Processo habitual: integração na notícia do jornal do texto mediador tal como recebido - exceção: títulos e «retoques» (motivos: limite de tempo, redação reduzida) •Exceção: quando o redator tem disponibilidade, pesquisa autonomamente e traduz o que recolhe de fontes e línguas estrangeiras •Religiosidade elevada dos açorianos: o Papa sempre tratado, se não na secção Internacional, nas páginas de Religião (semanal/te) •Hierarquia dos protagonistas mundiais: 1.º Papa, 2.º PR EUA, 3.º outros líderes •Critério muito importante: proximidade cultural, com a fé a prevalecer face à emigração açoriana •Destaque: mensagens afetas ao que se passa no mundo •Valorização explícita: peso do Papa na sociedade (logo, junto dos leitores) • Função dos *media*: repercutir as mensagens (perduração da memória coletiva) •Papel do Papa: de orientação (cidadãos e políticos) e de alerta (o que precisa de ser corrigido)

QUADRO 2: *Resumo das principais características do* modus operandi *dos jornais a analisar.*

Do que nos foi permitido conhecer a partir dos depoimentos recolhidos, parece-nos que a comparação de maior interesse para o nosso estudo é a seguinte:

1. O *DN* e o *DA* apresentam proximidade no que diz respeito ao reconhecimento explícito da dimensão religiosa do Papa e da sua importância espiritual na sociedade portuguesa, sendo um fator determinante na atribuição de espaço nas suas páginas;

2. Ambos coincidem também na identificação do que, de entre os vários argumentos comunicados pelo Santo Padre, é destacado nas notícias: o que tiver dito em estreita relação com o que se passa no mundo, na altura;

3. Contudo, os dois diários distinguem-se na comparabilidade com outros líderes políticos e governamentais, especialmente quando em causa está o contexto da AGONU: no *DN*, se a intervenção pontifícia acontecer aquando da abertura daquela assembleia, não é dada necessariamente primazia ao Papa; pelo contrário, no *DA*, é-o sempre, assumindo os representantes dos Estados um lugar sempre secundário;

4. Em perfeito contraste, no *JN*, não só a dimensão religiosa e o teor espiritual de qualquer mensagem pontifícia foram claramente descurados entre os fatores influentes na noticiabilidade (e traduzibilidade) dos Discursos dos Papas, como os assuntos que merecem destaque são, fundamentalmente, de conotação e com uma contextualização política e social;

5. Os responsáveis de todos os jornais consideraram que o Papa se inclui entre os principais protagonistas mundiais; que vale pela figura que representa e não de quem ocupa o cargo em cada altura; que move os cidadãos portugueses e que as suas mensagens são escutadas, apesar do passar do tempo;

6. No que respeita ao processo da tradução no campo jornalístico, percebemos que as agências noticiosas têm sido um elemento importante, embora em graus diferentes em cada caso e sendo aplicados procedimentos particulares aos textos recebidos: (i) no *DN*, o que é recolhido das agências é considerado como tendo qualidade translatória, ainda que os jornalistas procurem, sempre que possível, fazer uma tradução direta, consultando as fontes oficiais da Santa Sé; (ii) perspetiva oposta tem o *JN*, uma redação em que existe uma desconfiança relativamente à correção das citações apresentadas pelas agências – nomeadamente, pela *Lusa* –, tendo sido apontadas falhas de fluência. Por tal motivo, os profissionais têm por hábito consultar outros órgãos (a imprensa estrangeira ou aquelas fontes oficiais), de modo a comprovarem os sentidos das mensagens citadas. Em qualquer caso, a tradução é, normalmente, indireta; (iii) no *DA*, a incapacidade financeira para aceder

a outras agências para além da nacional, juntamente com a falta de recursos humanos, com o imperativo de publicação atual das informações e com a mudança social que se verificou de um modo muito particular no arquipélago dos Açores desde o início da era internet, faz com que o jornal se cinja, na maioria das vezes, ao que lhe é enviado por aquele agente mediador. A sua voz fica restrita à titulação das notícias e a algum ajuste que seja feito ao texto recebido, pelo que está mais vulnerável do que os seus congéneres do continente a uma visão externa sobre os assuntos;

7. Por fim, é de salientar que é no *DA* que a temática religiosa (em geral) apresenta o maior peso, sendo considerado como um dever da comunicação social a perpetuação da herança católica, até porque o público tem muito interesse nela. No extremo oposto está o *JN*, sendo que, aos olhos da atual editoria Internacional, tal temática é desvalorizada – pese embora algumas opções tomadas na redação não nos tenham parecido ilustrar com rigor aquela consideração.

Será com base nestas diferenças e semelhanças entre os jornais que iremos desenvolver a nossa análise de conteúdo, no capítulo 3, procurando ver como (e se), na prática, cada periódico manifestou a ideologia que nos foi descrita pelos responsáveis contactados.

PARTE II: sobre as missões pontifícias e o mundo por altura dos Discursos papais na AGONU

Sendo este um estudo de tradução – e, portanto, um trabalho que tem como principal objetivo a compreensão de como um determinado (con)texto de partida foi reproduzido (reescrito) noutro, assim tendo um impacto junto dos recetores finais –, é no lado de chegada que o nosso enfoque irá ser colocado. Foi por isso que fizemos, primeiro, uma descrição do que, em nosso entender, era pertinente sabermos sobre ele antes de partirmos para a análise dos dados: sobretudo, a consciência quanto ao sentido de identidade católica no nosso país, bem como ao percurso dos textos a analisar, desde o início do circuito 1 (a produção dos Discursos pelo Papa e pela Secretaria de Estado do Vaticano) até ao início do circuito 2 (os procedimentos habitualmente envolvidos na reprodução de tal tipo de atos discursivos nas três redações a analisar). Além disso, o contexto de chegada é uma condição pré-existente do restante estudo, pois as questões que colocámos *a priori* referem-se aos fenómenos translatórios que nele tiveram lugar. Logo, é da conjuntura afeta ao polissistema português – em concreto, a nível do cruzamento que definimos como basilar: religião e *media* (e *DN*, *JN* e *DA*) – que toda a investigação se irá desenvolver.

Esta segunda parte do capítulo irá assumir uma função exploratória: irá servir para conhecermos melhor o circuito 1, de tradução como comunicação, para que, no capítulo seguinte, possamos dedicar-nos ao que será o cerne do nosso trabalho, i.e., o circuito 2, de tradução como reescrita. E dizemos «exploratória», porque a contextualização que iremos apresentar servirá, acima de tudo, para compreendermos o que existia no contexto de partida e o que passou a existir no contexto de chegada – ou seja: para percebermos, primeiro, tudo o que foi comunicado pelos Papas na AGONU, para depois, na análise de conteúdo dos jornais, conseguirmos entender em que medida e de que modo foram aplicados nas redações critérios de seleção e de destaque de determinados conteúdos (e não de outros). Dito de outro modo: para identificarmos os contornos da reinterpretação, ano a ano, dos textos oficiais. Nesta exploração, iremos fundamentalmente (i) apresentar as missões delineadas pelos quatro pontífices aquando da respetiva eleição como líderes da Igreja Católica, sobretudo no sentido de percebermos quais foram as suas expetativas quanto ao papel que iriam assumir; (ii) cruzar, tanto quanto possível, essas informações com a época histórica em questão, posto que, sendo representantes da Cúria *ad extra*, as suas perspetivas terão sido necessariamente afetadas pelo que se estava a passar no mundo e que os movia de um modo particular; e (iii)

sintetizar os assuntos abordados por cada um quando naquela assembleia, fazendo, no final, um balanço acerca das preocupações que se mantiveram constantes ao longo do período de meio século do nosso estudo e das que foram particulares a um (ou a alguns) pontífice(s) e ano(s).

2.7. Discurso do Papa Paulo VI, em 1965

Antes de descrevermos as características que nos parecem essenciais na missão pontifícia de Paulo VI e na sua ação discursiva na AGONU, consideramos importante dar alguns dados sobre o percurso das Nações Unidas, desde que foram fundadas até à primeira intervenção do Sumo Pontífice da Igreja Católica na Assembleia Geral:

WE THE PEOPLES OF THE UNITED NATIONS (…) HAVE RESOLVED TO COMBINE OUR EFFORTS
(CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945: PREÂMBULO)

Em fevereiro de 1945, os representantes das forças aliadas que procuravam derrotar Adolf Hitler e impedir o engrandecimento do nazismo no contexto europeu reuniram-se em Ialta, comprometidos na definição de um conjunto de resoluções para que a paz fosse restabelecida e não mais ameaçada em lugar algum do mundo. De entre os «três grandes» – como ficaram conhecidos o Presidente dos EUA, Franklin Roosevelt, o Primeiro-Ministro britânico, Winston Churchill, e o líder da URSS, Josef Estaline –, Roosevelt foi aquele que maior esperança depositava na reposição da ordem mundial (cf. Lançon, 2018). Porém, faleceu antes que a Segunda Guerra tivesse conhecido o seu desfecho final (a 8 de maio na Europa e a 2 de setembro no Japão), o que obrigou a que o vice-presidente norte-americano, Harry Truman, assumisse inesperadamente a liderança do país. Ora, Truman não estava ao corrente do que havia sido discutido em Ialta e a atitude que viria a assumir nas relações internacionais, em rigor, contrariava o objetivo de manutenção e de salvaguarda da paz que havia sido traçado. Isto mesmo ficou evidente no primeiro encontro dos Aliados desde que assumira a presidência, realizado em Postdam, na Alemanha, em julho daquele ano: na tentativa de provar que era capaz de liderar uma das nações mais poderosas do mundo, Truman fez saber ao seu homólogo soviético que os EUA tinham detonado com sucesso uma bomba nuclear. Tal feito tornava o país como o único no mundo a ser capaz de, por si só, destruir a humanidade. Todavia, a provocação – como foi entendida pelos soviéticos – teve um efeito perverso: fez agravar o processo de «estalinização» da Europa (cf. Rosas e Oliveira, 2006: 85; Lançon, 2018), i.e., de superimposição da ideologia comunista da URSS

sobre o território junto às fronteiras russas, recuperando áreas perdidas após a Primeira Guerra Mundial (cf. Tourbe, 2018) e ganhando, assim, a capacidade de reconstruir o seu império (cf. Lançon, 2018). Então, e com a saída de cena do Reino Unido após Churchill perder as eleições pouco tempo depois para o trabalhista Clement Atlee, que não tinha a mesma influência e intransigência política do que o seu antecessor, o mundo passou a estar bipolarizado – e não somente num sentido numérico, mas fundamentalmente a nível ideológico. Ou seja: a ação política externa deixou de se orientar para o combate de um inimigo específico por parte de uma aliança de Estados, como tinha acontecido na ação contra Hitler, tendo passado a haver uma divisão dos diversos países em dois blocos distintos, consoante as afinidades ideológicas com cada superpotência: de um lado, a URSS de Estaline e os países de orientação comunista; do outro, os EUA liderados pelo Presidente Truman e as potências ocidentais defensoras do sistema democrático e capitalista (cf. Lançon, 2018).

Estabeleceu-se, assim, um regime de identificação assente na dicotomia Nós e Eles (ou Eu e o Outro). Consequentemente, estavam lançadas as bases para um clima de ameaça constante à escala global, com cada um dos lados a procurar fazer prevalecer os seus interesses perante o adversário. A ONU, que havia sido criada em 1945 com o intuito de manter «international peace and security, and to that end: to take effective collective measures for the prevention and removal of threats to the peace, and for the suppression of acts of aggression or other breaches of the peace» (United Nations, 1945: art.º 1, n.º 1), foi particularmente vulnerável ao contexto de «paix impossible, guerre improbable» (Aron, 1948: 165) que então se instalou, mais conhecido por Guerra Fria. Com efeito, a constituição dos órgãos das Nações Unidas coincidiu com o começo deste período, o que inviabilizou, desde logo, «o pressuposto da concórdia entre os vencedores da Segunda Guerra Mundial, de que dependia o êxito do sistema de segurança colectiva» (Ribeiro e Ferro, 2016: 205). Até ao final da década de cinquenta, quer na AGONU, quer no Conselho de Segurança a balança pendeu favoravelmente para os países ocidentais, o que deu azo a contestações por parte dos países comunistas, que «[se empenharam] em contestar a legitimidade das Nações Unidas, pondo em causa as tomadas de posições dos seus órgãos e vetando sistematicamente as deliberações do Conselho de Segurança através da União Soviética» (*ibid.*: 206) – e, na verdade, os países ocidentais assumiram-se na altura «como defensores e paladinos da Organização» (*ibid.*). Houve, então, uma radicalização de posições: de um lado, por parte da

URSS, que usava o seu direito de veto indiscriminadamente, impossibilitando a adoção de medidas políticas internacionais. Fê-lo não só para proteger os seus interesses de política externa, mas também para boicotar os trabalhos das potências ocidentais; do outro, estas últimas, sob a égide dos EUA, tentaram contornar o veto soviético no Conselho de Segurança por meio de uma transposição de debates para a AGONU. Porém, ao fazerem-no, provocaram um desequilíbrio na distribuição das fações ideológicas, posto que na assembleia estava presente uma grande maioria de países afetos ao bloco ocidental. Ficava, assim, em causa o ideal de cooperação conjunta que a organização visava defender. «O grande risco (…) deste estado de coisas seria o abandono da Organização pela União Soviética» – uma situação que esta potência chegou a ensaiar em 1950, ao suspender a sua participação nos trabalhos durante seis meses (cf. *ibid*.).

Para além do jogo de interesses e da dificuldade em encontrar consensos, havia também um excesso de confiança e de otimismo nas virtudes da ONU, considerada uma resposta definitiva às ameaças de guerra no mundo (cf. *ibid*.: 238). Tal fez com que a ação propagandística e autocentrada se fizesse sentir mais do que a adoção de medidas efetivas de prevenção e de mediação de conflitos. Isto mesmo se verificou em questões diretamente relacionadas com o contexto de Guerra Fria, nas quais o envolvimento direto das duas superpotências limitou a capacidade de intervenção da ONU: aconteceu, por exemplo, na Coreia, que se tornou «noutro peão na luta mundial pelo poder entre os EUA e a URSS», tendo o veto soviético impedido que o país se instituísse como um Estado democrático, como pretendia o bloco ocidental (cf. Santos, 2018). Outro exemplo foi o Médio Oriente, que tem sido um foco de tensão permanente no mundo sobretudo desde que o antigo território da Palestina – criado após a Primeira Guerra Mundial sobre a porção de terreno que ia desde a costa ocidental do Rio Jordão até à costa do Mediterrâneo que banha a Síria (*vide* Marshall, 2016: 165) – foi dividido, em 1947, após o término do mandato britânico sobre o mesmo, divisão esta que deu origem à fundação do Estado de Israel, embora sob contestação dos palestinianos e sem que estes tivessem assistido, igualmente, à instauração do seu próprio Estado. Isto foi agravado pelo posicionamento de ambas as superpotências ao lado de cada um dos lados envolvidos: os EUA a apoiarem Israel na sua afirmação como potência regional e a URSS (mais tarde, Rússia) a manifestar o seu apoio sobretudo aos países árabes, entre os quais a Palestina – uma diferença nas estratégias de política externa dos dois blocos que, no decurso da História, tem condicionado a capacidade de se alcançarem consensos quanto aos

problemas e, por isso, de se tornar a paz uma realidade naquela região do planeta (cf. Ribeiro e Ferro, 2016: 239-240). Deste modo, o balanço que se faz da primeira década de existência das Nações Unidas (de 1945 a 1955) é o de que, apesar de ter sido bem sucedida em casos pontuais – sobretudo em ações com vista a evitar a escalada de conflitos e não tanto em situações já ativas –, falhou «na criação de uma verdadeira 'câmara de paz'», como se considerava que deveria ser o papel da organização (*ibid*.: 240). «Pelo contrário, a ONU revelou-se mais um *fórum de confronto*, que aliás, nunca mais deixaria de o ser, mesmo com as profundas alterações do jogo de forças interno nas décadas seguintes» (*ibid*.).

No que respeita à segunda década da organização (de 1955 a 1965), esta ficou marcada pela ideia de *détente*, que, aliás, passou a ser um conceito fundamental na política internacional até ao final da década de setenta. Expressava um interesse por parte das duas superpotências «em substituir uma relação baseada quase exclusivamente na tensão por outra assente na cooperação, ainda que com áreas de conflito» (Sá, 2008). Tal passava por se «conceber um modo de relacionamento entre os dois países [i.e., os EUA e a URSS] que, simultaneamente, se ajustasse às mudanças internacionais em curso e preservasse o equilíbrio bipolar» (*ibid*.). Para este fim, em muito contribuiu a descolonização: um fenómeno de tal modo determinante na conjuntura internacional da época que foi considerado como prioridade no conjunto dos trabalhos das Nações Unidas. Com efeito, a organização não só manifestou o seu apoio aos movimentos de independência nas antigas colónias europeias, em especial no continente africano, como também deu expressão àquele fenómeno na sua estrutura organizativa: mais precisamente, pela inclusão de países recém-independentes em órgãos das Nações Unidas, a começar pela AGONU. Esta circunstância contribuiu largamente para o reequilíbrio do jogo de forças interno, tendo a supremacia do bloco ocidental dado lugar à capacitação de novas vozes e, portanto, a uma tomada de decisões a partir de pontos de vista diversificados (cf. Ribeiro e Ferro, 2016: 239-241).

No entanto, no que toca aos processos de descolonização em si mesmos, verificaram-se dificuldades que merecem ser referidas: o princípio expresso na Carta das Nações Unidas de que «[n]othing contained in the present Charter shall authorize the United Nations to intervene in matters which are essentially within the domestic jurisdiction of any state or shall require the Members to submit such matters to settlement under the present Charter» (United Nations, 1945: art. 2, n. 7) tornava qualquer influência da organização nos movimentos independentistas bastante controversa. Isto porque, «[n]o plano da acção a

vocação da intervenção era manter a paz e a segurança e não alterar o *statu quo*» de qualquer circunstância vivida no contexto mundial (Ribeiro e Ferro, 2016: 243). Além disso, justificar uma intervenção num qualquer processo de independência seria afirmar que as situações coloniais ameaçavam a paz, o que gerava desconforto entre membros com processos ainda ativos a este nível – como era o caso de Portugal, que entendia que a autodeterminação poderia ser realizada, mas numa perspetiva diferente da que era defendida na comunidade internacional: por meio de uma integração dos países colonizados nas potências que os dominavam. Tal possibilitava a estas últimas a manutenção dos territórios ultramarinos num Estado unitário, favorecendo-se, assim, os intuitos de detenção de um império (como pretendia o então chefe do Conselho de Ministros português, António de Oliveira Salazar – cf. *ibid*.: 243, 270).

Em todo o caso, o período entre 1955 e 1965 foi fundamental no trabalho das Nações Unidas, por ter sido neste que a ONU se assumiu verdadeiramente como uma instituição de amplitude universal (cf. *ibid*., 275) – desde logo, graças à diversificação das delegações, sendo que, em 1965, aproximadamente dois terços dos Estados-membros pertenciam ao chamado Terceiro Mundo. Era uma circunstância de considerável relevo, uma vez que, na maioria dos casos, eram «Estados cuja debilidade económica tornava a sua participação na ONU a única forma viável de desenvolverem alguma actividade diplomática, através da qual a sua voz pudesse ser ouvida» (*ibid*.: 276). Contribuiu, igualmente, o facto de, em 1960, e pela primeira vez, terem «participa[do] na Assembleia Geral os líderes das maiores potências mundiais, *incluindo* os Estados Unidos e a União Soviética» (*ibid*.: 271; ênfase nossa), o que preconizava – pelo menos do ponto de vista teórico – uma abertura das duas nações com maior poder à escala global a propósitos de ação multilateral. Há, ainda, a ressalvar nesta época o reforço do papel do Secretário-Geral, que veio a colmatar a falta de capacidade de decisão (e, consequentemente, de atuação) por parte dos membros governamentais, tornando possível a introdução de iniciativas não previstas na Carta – e, assim, o contorno de limitações que o modelo inicial da ONU apresentava. Foi o caso, por exemplo, das intervenções em situações de crise político-humanitária, que exigiam medidas específicas, mais duradouras no tempo. A solução encontrada passou por missões de manutenção da paz, estabelecidas mediante o envio de tropas armadas para preservar a não-beligerância entre as partes envolvidas num conflito. Tais missões foram implementadas sob a direção do

Secretário-Geral Dag Hammarskjöld,[1] tendo, de um modo geral, sido bem sucedidas. A exceção aconteceu durante a crise do Congo, em 1961, em que os capacetes azuis estiveram envolvidos em confrontos armados de significativa proporção e no decorrer da qual se viria a verificar a primeira perda de um alto representante da ONU no exercício das suas funções: precisamente Hammarskjöld (cf. UNRIC, 2019).

LA PARTE PREMINENTE DEL NOSTRO PONTIFICATO SARÀ OCCUPATA DALLA CONTINUAZIONE DEL CONCILIO ECUMENICO VATICANO II
(PAPA PAULO VI, PRIMEIRA MENSAGEM DO SEU PONTIFICADO, 22.06.1963)

Quando Paulo VI inaugurou a participação dos chefes máximos da Igreja Católica na AGONU, a 4 de outubro de 1965, estava em curso um projeto de grande amplitude que viria a mudar significativamente a ação da instituição religiosa no (e para o) mundo: o Concílio Vaticano II, iniciado sob a égide do Papa João XXIII e continuado pelo Papa Paulo VI, com a primeira etapa a começar em outubro de 1962 e a última a terminar em dezembro de 1965. Tal era a importância do acontecimento, que, na sua primeira mensagem uma vez eleito, Paulo VI afirmou: sobre o Concílio «sono fissi gli occhi di tutti gli uomini di buona volontà» (1963b: 2). Como disse:

> Questa sarà l'opera principale, per cui intendiamo spendere tutte le energie che il Signore Ci ha dato, perché la Chiesa Cattolica, che brilla nel mondo come il *vessillo alzalo su tutte le nazioni lontane* (Cf *Is* 5,26), possa attrarre a sé tutti gli uomini con la maestà del suo organismo, con la giovinezza del suo spirito, col rinnovamento delle sue strutture, con la molteplicità delle sue forze, venienti *da ogni tribù, lingua, popolo e nazione* (*Ap* 5, 9) (PP. Paulo VI, 1963b: 2)

Antes da viagem daquele pontífice aos EUA, já tinham sido publicados alguns documentos conciliares: a constituição sobre a sagrada liturgia (*Sacrosanctum Concilium*, de 4 de dezembro de 1963), o decreto sobre os meios de comunicação social (*Inter Mirifica*, na mesma data), a constituição sobre a Igreja (*Lumen Gentium*), o decreto sobre as Igrejas Orientais Católicas (*Orientalium Ecclesiarum*) e o dedicado ao ecumenismo (*Unitatis Redintegratio*), todos de 21 de novembro de 1964. Sensivelmente duas semanas antes da partida, tinha-se iniciado a quarta e última etapa do Concílio, dedicada ao tema «a Igreja no mundo atual», i.e., no mundo moderno. Estava em causa um esforço da Cúria romana com vista a conservar o «gran bene della pace tra i popoli» (PP. Paulo VI, 1963b: 2), especialmente em virtude das vicissitudes por que a humanidade passava na altura [«i

[1] Este Secretário-Geral foi recordado como mártir da paz pelo Papa Francisco, no Discurso que proferiu na AGONU, a 25 de setembro de 2015.

difficili anni Sessanta», como eram considerados por alguns (cf. Cavallari, 1966: 54)]. Os resultados de tal esforço analítico viriam a ser expressos na constituição pastoral *Gaudium et Spes*, promulgada na última sessão conciliar, a 7 de dezembro de 1965.

No proémio deste documento consta que o intuito da Igreja Católica ao abordar o mundo do seu tempo era estabelecer uma união íntima com a família humana no seu todo, de modo a poder cumprir a missão histórica que lhe tinha sido confiada: a de proclamar a Boa Nova a todas as nações [como consta na seguinte passagem: a Igreja «è composta di uomini i quali, riuniti insieme nel Cristo, sono guidati dallo Spirito Santo nel loro pellegrinaggio verso il regno del Padre, ed hanno ricevuto un messaggio di salvezza da proporre a tutti» (PP. Paulo VI, 1965b: 1)]. Entre os assuntos do «mundo atual» considerados mais urgentes para serem atendidos constavam: a promoção da dignidade do matrimónio e da família (capítulo I), a conveniente promoção do progresso cultural (capítulo II), a vida económico-social (capítulo III), a vida da comunidade política (capítulo IV) e, por fim, a promoção da paz e a comunidade internacional (capítulo V) (cf. Secretariado Nacional do Apostolado da Oração, 1992: 560-561). Toda a reflexão feita pelo Concílio Vaticano II sobre o pós-Segunda Guerra Mundial e aqueles assuntos em particular tinha como base fundamental o princípio de que a humanidade, não obstante assoberbada de admiração («presa d'ammirazione») relativamente às descobertas científicas e à potência das mesmas, «agita però spesso ansiose questioni sull'attuale evoluzione del mondo, sul posto e sul compito dell'uomo nell'universo, sul senso dei propri sforzi individuali e collettivi, e infine sul destino ultimo delle cose e degli uomini» (PP. Paulo VI, 1965b: 1). Perante tal constatação, o Concílio «non potrebbe dare una dimostrazione più eloquente di solidarietà, di rispetto e d'amore verso l'intera famiglia umana, dentro la quale è inserito, che instaurando con questa un dialogo sui vari problemi», colocando à disposição «le energie di salvezza che la Chiesa, sotto la guida dello Spirito Santo, riceve dal suo Fondatore» (*ibid.*).

De tudo isto ressalvamos três aspetos que nos parecem primordiais no pensamento das altas hierarquias do catolicismo na época: (i) o objetivo da Igreja conciliar era o de salvar o Homem e edificar a (i.e., dar bases sólidas à) sociedade humana [«[s]i tratta di salvare l'uomo, si tratta di edificare l'umana società» (*ibid.*)] num período de notável *e*volução, mas que gerava incerteza e ansiedade; (ii) o modo como entendia ser capaz de atuar passava essencialmente pelo diálogo com os que se encontravam fora dos muros do Vaticano [«non potrebbe dare una dimostrazione più eloquente (…) che instaurando con questa [l'intera

famiglia umana] un dialogo sui vari problemi»]; e (iii) o objeto das suas reflexões e considerações era o Homem, oriundo de todos os quadrantes sociais, línguas e nações («da ogni tribù, lingua, popolo e nazione»), sendo para ele que dirigia, sem distinções, a obra iniciada por Cristo e que lhe cabia continuar. Uma meta era essencial no cumprimento desta missão: a promoção da paz no mundo, sendo que esta apenas poderia ser alcançada mediante um trabalho conjunto entre as nações, enérgico, assente num sentido de fraternidade e de amor para com o Outro, e com a aplicação do princípio da justiça; pelo contrário, qualquer guerra era desumana, porque contrária às aspirações e aos ideais mais elevados do Homem.

Era, portanto, necessário que a Igreja colhesse o apoio da comunidade política internacional para a visão que estava a ser definida da humanidade e da forma como o bem comum poderia ser promovido. No entanto, era uma situação que não se apresentava *a priori* fácil, pois não existiam garantias quanto aos frutos a colher. Como explicou Alberto Cavallari – que, na época, era jornalista do jornal italiano *Corriere della Sera* –, as ações da Igreja conciliar, sendo novas, geravam incerteza. Com efeito, se, por um lado, o papel de guia moral da Igreja Católica [«guida morale» (Cavallari, 1966: 106)] se sustentava nas técnicas diplomáticas tradicionais [«[le] tradizionali technique diplomatiche» (*ibid*.)], por outro, a instituição mostrava uma maior agilidade e diversificação comparativamente a outrora tanto em termos de âmbito de ação como de assuntos sobre os quais a Igreja se pronunciava. A nova forma de estar e de agir no mundo correspondia a um esforço de universalidade, i.e, de amplitude o mais global possível do impacto da missão histórica que assumia. Aliás, a Igreja conciliar teve uma posição mais política na comunidade mundial do que se tinha visto acontecer no passado, no sentido em que procurava promover soluções para os problemas que marcavam o momento presente, sobretudo com vista a que fossem lançadas as bases de um futuro melhor para as novas gerações (cf. *ibid*.). Foi, então, no âmago de um posicionamento (ideologia) que se estava a recriar que a instituição católica prosseguiu nos seus intentos, procurando dialogar com o mundo e acerca do mundo – essencialmente com aqueles que o dirigiam e que tinham a capacidade (i.e., o poder) de mudar o rumo dos acontecimentos que, no pós-Segunda Guerra, ainda ameaçavam a paz.

Tal ameaça resultava de um fator em particular: a produção de armas pelos avanços científico-tecnológicos mais recentes, que estavam a ser bastante significativos naquele tempo (cf. Myrdal, 1976: 4) e que tinham como efeito a atrocidade da guerra, havendo mesmo a possibilidade de uma catástrofe global sem precedentes. Na perspetiva da Igreja,

com as armas nucleares – «quali ormai si trovano negli arsenali delle grandi potenze» (PP. Paulo VI, 1965b: 24) –, as operações militares teriam efeitos catastróficos, mas não somente a nível do inimigo: também sobre as populações inocentes, já que os ataques nucleares poderiam gerar destruição de forma indiscriminada, impedindo a legítima defesa dos alvos. Assim sendo, o Concílio considerou que a instituição católica – e a comunidade política global – tinha(m) a obrigação de olhar para a guerra «con mentalità completamente nuova», até porque das decisões políticas do presente dependia «il corso dei tempi futuri» (*ibid.*). Então, os membros conciliares reconheceram «l'enorme peso della loro responsabilità» (*ibid*.) no esforço de que não fossem tomadas decisões pelos responsáveis das nações que pudessem colocar em causa a evolução da humanidade (i.e., a vida humana na Terra). Mais: no entender do Concílio Vaticano II, era fundamental que o pensamento e o coração das partes fossem ampliados até que cada agente da comunidade internacional fosse capaz de se projetar para lá das suas fronteiras nacionais. Só assim se poderia colocar de parte o egoísmo e as ambições de supremacia, nutrindo-se, pelo contrário, um profundo respeito pela humanidade. «Di qui la estrema, urgente necessità di una rinnovata educazione degli animi e di un nuovo orientamento nell'opinione pubblica», já que a educação, sobretudo das gerações mais jovens, e o esclarecimento e formação da opinião pública, nomeadamente pelos *media*, tinham um papel fundamental na inculcação em todos – elementos civis e políticos – de «sentimenti nuovi, ispiratori di pace» (*ibid*.: 25). Este dever importantíssimo («dovere gravissimo») era sustentado e acompanhado pela convicção da Igreja conciliar de que aquele era (ainda) o tempo favorável para mudar os corações dos homens: «ecco ora i giorni della salvezza» (*ibid.*).

PARLERAI DAVANTI AI RE E NON TI CONFONDERAI. MA CHISSÀ SE ANCHE NOI RIUSCIREMO A CAVARCELA BENE O MALE DAVANTI A TANTA GENTE IMPORTANTE
(PP. PAULO VI, ENTREVISTA AO CORRIERE DELLA SERA*, A 24.9.1965)*

O Papa Paulo VI assumiu um protagonismo de tal ordem na nova conjuntura do catolicismo que a sua liderança do Concílio após a morte de João XXIII se constitui como a principal característica do seu pontificado. Para Domenico Agasso Jr. e Andrea Tornielli, Paulo VI foi o «protagonista da história da Igreja do século XX, verdadeiro artífice da reforma pretendida pelo Concílio Ecumênico Vaticano II», pese embora tenha sido uma figura que «frequentemente pareceu distante e desconhecida das novas gerações, esmagada pelas figuras populares do predecessor 'Papa bom' e de seu segundo sucessor, o 'Papa dos recordes', de longuíssimo pontificado» (2016: 6). Os autores destacam igualmente o facto

de ter assumido a chefia da Santa Sé «em tempos de grandes convulsões não só internacionais, mas também internas», mas que, apesar de tudo, foi capaz de conservar a Igreja unida (*ibid*.). Foi apelidado de «Apóstolo das Nações», pois «deixou muitas vezes Roma a fim de ir anunciar o Evangelho aos homens e às mulheres de seu tempo, até os confins da terra» (*ibid*.: 12). Evidenciou, desse modo, a sua vocação primordial de cumprir um preceito marcadamente religioso e próprio da história do catolicismo, por meio de uma ponte com o (e uma perspetiva de abertura da Igreja ao) mundo, à luz do Concílio.

Todavia, qualquer reforma coloca riscos e, com estes, necessariamente algum receio. Naquela que foi considerada a primeira entrevista na História feita a um Papa, realizada a pouco mais de uma semana da também primeira viagem pastoral para lá do Atlântico, o Papa Paulo VI falou ao jornalista Alberto Cavallari sobre a visita à AGONU, admitindo sentir alguma apreensão quanto ao que iria suceder no encontro com os «reis» da cena política internacional da altura. Ainda assim, defendeu que não podia ter deixado de aceitar o convite para estar presente no vigésimo aniversário da organização, pois, como disse, pela primeira vez na História os chefes de Estado do mundo pretendiam escutar a palavra do líder da Igreja Católica sobre o panorama internacional. Segue o seguinte relato de Cavallari a este respeito:

> Il viaggio all'Onu del [P]apa ha infatti aperto numerose discussioni sul suo 'attivismo' e sul significato dei suoi interventi nella politica internazionale. Ma sul viaggio in America Paolo VI (primo [P]apa che ha passato l'Atlantico) s'è intrattenuto ancora con semplicità (…) [e] m'ha detto: «Già, già. Ora faremo anche questo viaggio. Ci hanno chiesto di andare per celebrare il ventesimo anno dell'Onu e noi abbiamo risposto di sí. Il [P]apa non può mica rispondere: 'Grazie tante, non ho tempo'. Fosse per noi, si potrebbe anche risparmiare fatica e quattrini. Ma per la prima volta i capi di tutto il mondo riuniti vogliono ascoltare la parola del rappresentante di Cristo, e noi non possiamo non fare questo viaggio. Cosí, mettiamo il mantello del pellegrino, che poi è il mantello di san Rocco, mi creda, e proprio come san Rocco andiamo laggiù (…) Dovremo fare come dice il salmo [«Diante dos reis falarei dos [T]eus preceitos e ninguém me há de envergonhar» (Sl 119, 46)], sa. *Loquebar in conspectu regum et non confundebar*: parlerai davanti ai re e non ti confonderai. Ma chissà se anche noi riusciremo a cavarcela bene o male davanti a tanta gente importante» (Cavallari, 1966: 49)

A aceitação do convite permitia-lhe assistir, em nome do Concílio, à desejada abertura ao mundo contemporâneo, bem como fazê-lo numa escala indubitavelmente mais ampla do que, por exemplo, por meio das habituais alocuções feitas na Praça de S. Pedro. Isto porque iria pronunciar-se não somente diante dos principais líderes governamentais, mas de toda a população mundial através dos *media* dos diferentes países. A vontade de os representantes dos Estados escutarem «la parola del rappresentante di Cristo» acrescentava também um forte sentido de dever à realização da visita – dever este, aliás, em concordância com o que

estava a ser definido nas reuniões conciliares e que viria a ser depois redigido na *Gaudium et Spes*: o princípio de que a Igreja, «in virtù della sua missione divina, predica il Vangelo e largisce i tesori della grazia a tutte le genti», logo, «[c]ontribuisce così a rafforzare la pace in ogni parte del mondo, ponendo la conoscenza della legge divina e naturale a solido fondamento della solidarietà fraterna tra gli uomini e tra le nazioni» (PP. Paulo VI, 1965b: 27). O contributo resultava, portanto, da junção da dimensão religiosa à política, da doutrina (do catolicismo) à vida na Terra (no caso concreto, à paz no mundo), sendo com base no caráter promissor de tal associação que os membros do Concílio consideravam que «la Chiesa dev'essere assolutamente presente nella stessa comunità delle nazioni, per incoraggiare e stimolare gli uomini alla cooperazione vicendevole» (*ibid*.) – uma situação que poderia ser concretizada pela participação do Sumo Pontífice da Igreja Católica nos trabalhos das Nações Unidas. Depois, e como o Secretário de Estado do Vaticano Pietro Parolin explicou acontecer habitualmente na avaliação dos motivos para a realização de uma visita pastoral, a própria conjuntura internacional terá tido influência na decisão de Paulo VI de atravessar o Atlântico e falar diante dos «reis» do seu tempo – independentemente da incerteza quanto ao acolhimento da sua mensagem por parte dos seus destinatários imediatos. Com efeito, se olharmos para os temas abordados nos vários capítulos da *Gaudium et Spes*, conseguimos identificar algumas circunstâncias que poderão ter pesado na decisão do Papa. Por exemplo, no campo da vida económico-social (abordado no capítulo III da segunda parte daquela constituição), vemos um cruzamento entre a ideia estabelecida pelo Concílio Vaticano II de que o Homem é o autor e o centro de tudo o que acontece a nível económico e social [«L'uomo infatti è l'autore, il centro e il fine di tutta la vita economico-sociale» (PP. Paulo VI, 1965b: 19)] e o período pós-Segunda Guerra Mundial em que se encontravam, caracterizado por um significativo desenvolvimento das sociedades no espírito de recuperação após aquele conflito devastador, com o predomínio cada vez mais preponderante do ser humano sobre os recursos (naturais e industriais) – ou seja: a ideia do Homem como «autor» e como «centro» da vida económica e social. Porém, era um tipo de evolução que, à semelhança da aplicação do progresso científico para fins bélicos, não estava, aos olhos da Igreja, isento de motivos de apreensão. Acima de tudo, porque o avanço que se verificava era desigual, acontecendo nas potências do dito mundo desenvolvido, ao passo que o restante mundo (pobre) permanecia afastado das novas oportunidades trazidas pelos avanços científico-tecnológicos. Isso preocupava a instituição católica, já que tal

desigualdade não permitia que se alcançasse um desenvolvimento da humanidade verdadeiramente integral e igual. E, em última instância, a paz ficava ameaçada, na medida em que o acentuar das diferenças socioeconómicas equivalia a uma acentuação também da distinção entre Nós e Eles [como lemos na *Gaudium et Spes*: «[u]na contrapposizione, che può mettere in pericolo la pace del mondo intero, [e che] si fa ogni giorno più grave tra le nazioni economicamente più progredite e le altre» (*ibid.*)]. O Concílio Vaticano II considerava não existir na sociedade leiga uma compreensão da real proporção desta disparidade, nem do efeito da mesma, em especial sobre as populações mais desfavorecidas. Na verdade, se era (e é) certo que «[g]li uomini del nostro tempo reagiscono con coscienza sempre più sensibile di fronte a tali disparità», estando «profondamente convinti che le più ampie possibilità tecniche ed economiche, proprie del mondo contemporaneo, potrebbero e dovrebbero correggere questo funesto stato di cose» (*ibid.*), não mostra(ra)m estar cientes de que são necessárias várias reformas na estrutura da vida económico-social, incluindo nas mentalidades e nos hábitos quotidianos, para que o progresso pudesse (e possa) ser, de facto, uma ferramenta ao serviço do desenvolvimento. Foi por tal razão que a Igreja, à luz dos seus conhecimentos e experiência, queria afirmar «i principi di giustizia e di equità richiesti dalla retta ragione umana e validi sia per la vita individuale o sociale che per la vita internazionale» (*ibid.*), formulando algumas orientações para os dirigentes do mundo, especialmente face às exigências (i.e., necessidades) dos países mais pobres. De um modo particular, para a instituição católica, mais do que tentar conter as elevadas taxas de natalidade destes países – nomeadamente por via das formas de controlo (artificial) dos nascimentos[2] –, a comunidade internacional deveria esforçar-se por favorecer a evolução técnica, o espírito de inovação, a criação de emprego e de meios de autossuficiência, nomeadamente pela adaptação dos métodos de atividade produtiva, entre outras melhorias, todas elas tendo em vista não a procura do lucro e/ou da supremacia das potências ricas sobre as mais pobres, mas a satisfação das necessidades elementares do Homem: a nível material, pelo incremento do número de bens produzidos com vista a mitigar a fome e, a nível moral, o tratamento e o reconhecimento da sua dignidade enquanto pessoa criada à imagem de Deus – e tudo isto relativamente a qualquer raça ou nação [«Pertanto l'attività economica deve essere condotta

[2] No meio católico, o planeamento familiar era considerado um dos três maiores problemas da altura, a par do progresso científico (sobretudo, o afeto ao armamento nuclear) e do ateísmo (essencialmente, o que prosperava nas sociedades de regime político comunista) (cf. Cavallari, 1966: 7).

secondo le leggi e i metodi propri dell'economia, ma nell'ambito dell'ordine morale, in modo che così risponda al disegno di Dio sull'uomo» (*ibid*.: 19-20)].

Este panorama, assim como outros de entre os apontados na *Gaudium et Spes* pelo Concílio Vaticano II como problemas particularmente relevantes da época e aos quais a Igreja – e a comunidade política – deveria atender, pode, portanto, ter sido influente na decisão e na organização da primeira visita pontifícia à AGONU, em 1965.

O TEOR DO DISCURSO DO PAPA PAULO VI NA AGONU, A 4.10.1965

Ao dirigir-se à AGONU, Paulo VI representou, acima de tudo, a dimensão *ad extra* da Cúria romana, que, como vimos, é uma característica muito particular no modo como a Igreja Católica atua na esfera política internacional. Após os agradecimentos formais ao convite feito pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, U Thant, para estar presente na comemoração dos vinte anos do organismo, bem como ao Presidente da AGONU, Amintore Fanfani, e aos vários delegados pela presença e pelo cordial acolhimento, o Discurso seguiu a seguinte sequência lógica argumentativa:

1. *A apresentação do Papa como um amigo e um igual (i.e., um irmão) dos representantes governamentais*, não sendo detentor de soberania temporal como eles, logo, não pretendendo rivalizar com eles em nenhum aspeto, apenas ajudá-los nas suas ações;

2. *A associação entre a missão histórica que tinha (e estava) a cumprir – a de levar a Boa Nova a todas as nações, sem exceção – e o trabalho das Nações Unidas*: (i) pela consideração da mensagem religioso-política que tinha a comunicar como uma ratificação moral solene do papel da organização no encaminhamento da civilização moderna para a paz mundial; (ii) ao assumir-se como intérprete dos mais vulneráveis e que depositavam na ONU o seu último rasgo de esperança (i.e., os que haviam morrido na defesa da paz ou sobrevivido à guerra; os que a condenavam; as jovens gerações que confiavam num futuro melhor; e todos os que ansiavam pelo respeito dos seus direitos de dignidade, liberdade, justiça, prosperidade e progresso); (iii) pelo apelo aos presentes a olharem para o futuro, de modo a que a humanidade não caísse novamente em ruína (como nas duas guerras mundiais), mas que fosse capaz de avançar e de atender a cada nova exigência do mundo; (iv) ao elogiar a organização tanto pela promoção de uma coexistência pacífica global como pelo reconhecimento de todos os povos como igualmente merecedores de assento na Assembleia Geral (sobretudo, as jovens nações criadas pelos movimentos de independência); e (v) ao

relacionar a sua mensagem com a Carta das Nações Unidas, assim como a Santa Sé com a ONU na defesa da unidade e da fraternidade entre os povos, de tal modo que Paulo VI definiu aquele organismo como a representação terrestre da missão espiritual da Igreja Católica;

3. *Pedidos aos delegados*: (i) um esforço de recuperação da confiança perdida por parte de Estados que já não eram membros da ONU e de incentivo de tal sentimento junto daqueles que ainda não pertenciam à organização, de modo a que o espírito de união não fosse traído e o bom trabalho pudesse ser continuado; (ii) um sentido de igualdade, i.e., que nenhum Estado estivesse acima dos outros, para que a fraternidade e a paz fossem uma realidade [e comparou com a situação da Igreja, que aceitava com humildade representar (simplesmente) a religião católica em nome do seu divino Fundador];

4. *O que considerou ser o ponto alto da sua mensagem*: que nunca mais se voltassem uns contra os outros, sendo a paz o caminho a seguir pela humanidade. Depois de agradecer aos Estados-membros por todos os conflitos solucionados e/ou regulados, explicou que a construção da paz só poderia acontecer pelo seu ensino e com obras realizadas: no primeiro caso, via as Nações Unidas como a grande escola para a aprendizagem sobre como instaurar um clima de convivência pacífica a nível internacional; no segundo, apontou o desarmamento como a primeira forma de se promover, na prática, a paz – e, a este respeito, congratulou-se pela adesão de vários Estados-membros ao apelo que fizera em Bombaim (em dezembro de 1964), para que fosse reservada parte das despesas com a corrida às armas nucleares para apoiar países em desenvolvimento;

5. *O enaltecimento de características fundamentais da ONU*: (i) o caráter humano do seu trabalho, nomeadamente a facilitação da coexistência entre as diferentes nações e a capacidade de agirem em conjunto (o que considerou como reflexo do desenho de Deus na Terra); e (ii) a sua posição de defesa dos direitos e deveres do Homem, nomeadamente a proteção da vida (nomeadamente, perante conflitos). Com este assunto relacionou a constrangedora questão da natalidade (cf. Cavallari, 1966: 51), apelando à comunidade internacional para que, em vez de um controlo artificial dos nascimentos, se esforçasse por assegurar uma vida digna a todos os seres humanos;

6. *Congratulações por feitos alcançados*: em particular, a nível do progresso económico e social de países em desenvolvimento, do combate ao analfabetismo, da promoção da cultura, da salvaguarda de condições médico-sanitárias modernas e da disponibilização dos avanços científico-tecnológicos a todos os povos e cidadãos;

7. *Referência ao exemplo da Igreja na construção da paz*: deveria ser dado, nomeadamente, por um novo fôlego no combate à fome e por uma atenção às necessidades do mundo;

8. *Perspetiva marcadamente espiritual sobre a civilização moderna*: primeiro, desejando que o edifício construído pela ONU não se baseasse somente em objetivos puramente materiais e terrestres, mas na consciência humana, sendo necessário parar e refletir sobre a ideia de comunhão entre os homens (i.e., haver uma «conversão» das mentalidades); segundo, indicando que o verdadeiro perigo não se encontrava na Ciência, cujos novos instrumentos poderiam vir a contribuir para elevadas conquistas, mas sim no Homem, cuja má utilização dos mesmos poderia causar uma (nova) ruína da humanidade; e, por fim, terminando com a clarificação de que o alicerce da civilização moderna sobre princípios espirituais significava um fundamento na fé em Deus: a única capaz de fortalecer, esclarecer e dar ânimo na construção da mesma.

Do teor do Discurso proferido quando visitou aquele fórum, talvez o peso da responsabilidade sentido por Paulo VI possa ter justificado a apresentação dos pontos de vista sobre a sociedade humana e sobre a atividade das Nações Unidas de uma forma genérica, não se tendo referido diretamente a países, conflitos ou circunstâncias da vida mundial, em particular. Não obstante, a sequência mostra uma muito forte proximidade entre o que foi comunicado na AGONU e as reflexões que estavam a ser debatidas, trabalhadas e estabelecidas no Concílio Vaticano II, com vista a uma Igreja mais aberta e (pro)ativa, que visava intervir no mundo de modo mais direto do que no passado, alertando os que ocupavam o poder político das nações quanto aos problemas do presente, com vista a um futuro melhor. Aliás, o facto de o Discurso do Papa Paulo VI ter sido incluído no conjunto das atas conciliares evidencia esta estreita articulação entre a ideologia conciliar e as visões comunicadas pelo pontífice naquele fórum mundial (cf. Secretariado Nacional do Apostolado da Oração, 1992: 8). Ou seja: mais do que uma incerteza, notamos, acima de tudo, uma perspetiva universal da humanidade e do Homem como um ser integral, com necessidades simultaneamente materiais e morais – como percebemos nas várias referências de Paulo VI à dimensão espiritual da existência, que acrescia à meramente física (a ideia da vida como sagrada e da fé em Deus enquanto alicerce fundamental da civilização moderna são os maiores exemplos). Assim sendo, entendemos que, para o Papa – e para a Igreja conciliar –, o importante naquele acontecimento histórico terá sido, em primeiro lugar,

afirmar o apoio e a confiança da instituição católica (pelos seus princípios morais) no trabalho (prático, por ações políticas) desenvolvido pelas Nações Unidas; em segundo, chamar a atenção para os grandes problemas da época, entre os quais se destacaram as ameaças à paz pela corrida aos armamentos e a cooperação entre as nações; as desigualdades socioeconómicas e, com elas, a pobreza e a fome; o controlo artificial dos nascimentos; e a integração dos países recém-independentes na vida política internacional, dando-lhes tanto a oportunidade de fazerem ouvir a sua voz como de verem atendidas as suas necessidades (ou seja, de verem salvaguardados os seus direitos – iguais aos restantes Estados – e protegida a sua dignidade).

2.8. Primeiro Discurso do Papa João Paulo II, em 1979

NON ABBIATE PAURA! APRITE, ANZI, SPALANCATE LE PORTE A CRISTO!
(PAPA JOÃO PAULO II, HOMILIA NO INÍCIO DO SEU PONTIFICADO, 22.10.1978)

De um modo geral, o final da década de setenta continuou a ser marcado pelo contexto de Guerra Fria entre as duas superpotências mundiais, que se iria manter por mais dez anos – mais precisamente, até à queda do Muro de Berlim, em 1989, e, com ele, da Cortina de Ferro que separava o bloco democrático ocidental do bloco soviético comunista no Leste europeu. Desde a altura do Concílio Vaticano II, o comunismo era apontado como uma das questões mais sensíveis daquele tempo (cf. Cavallari, 1966: 7), tanto em termos político-sociais como religiosos. No que à política e à sociedade dizia respeito, os problemas colocavam-se, logo à partida, pela permanência de um clima de hostilidade nas relações internacionais, notório, por exemplo, na contínua retórica da Casa Branca face à URSS como «o império maligno» («the evil empire») e enquanto *o* Outro (cf. Amanpour, 2019b). Colocavam-se, também, num sentido material, pelo muro erguido fisicamente no coração da Europa, que tornava ainda mais clara a distinção entre o Nós e o Eles. Colocavam-se igualmente na imposição da ideologia do bloco de Leste às populações de todos os países que integravam a URSS ou que estavam sob a alçada de governos comunistas subordinados ao poder central do regime soviético.

No campo da religião, prevalecia na URSS o chamado «ateísmo científico» (cf. Betts e Smith, 2016: 21), integrado na filosofia marxista-leninista: uma tradição ideológica que, entre outros aspetos, incluía o fator de classe social no modelo político e que defendia o socialismo como forma de superação do capitalismo (associado aos sistemas democráticos),

muitas vezes pela via anárquica (cf. Sousa Santos, 2018: 256, 281). Era vista como uma «pseudorreligião» [«pseudoreligione» (König in Cavallari, 1966: 186)], já que os princípios vigentes na URSS e nos países comunistas eram defendidos como incontornáveis, únicos e imutáveis, caracterizando necessariamente o modo de ser, de estar e de pensar das comunidades, ou seja, a ideologia dos polissistemas. Refletindo sobre o assunto, o Concílio Vaticano II considerou que a Igreja deveria privilegiar o diálogo, visto ser a única forma de compreender os motivos da descrença em Deus e, assim, de procurar superá-la – como afirmou Paulo VI na entrevista ao jornalista Alberto Cavallari, nas vésperas da sua visita apostólica aos EUA e à ONU: «[i]l problema vero à che la Chiesa si apre al mondo e trova un mondo che in gran parte non crede. (…) Dobbiamo affrontare chi non crede piú e chi non crede in noi dicendo: noi siamo fatti cosí, diteci perché non credete, perché ci combattete» (in *ibid.*: 45). Ao longo do tempo, foram sendo notadas nalguns países do bloco de Leste posições que começaram a contrastar com a do regime central – mais precisamente, casos que, no campo da fé, «critica[va]no la politica religiosa di coercizione finora praticata nei paesi socialisti verso i credenti» (König in *ibid.*: 186). Ainda que não fossem a regra, tais situações de distanciamento e de contraposição sinalizavam para a Igreja «certi fermenti cristiani che, decenni dopo, si fanno sentire con più forza nell'URSS», dando prova de que «la religione non è una sovrastruttura ma una esigenza spirituale dell'uomo in qualsiasi società» (*ibid.*: 185). Portanto, ainda durante o Concílio, a instituição católica entendia ser possível implementar o sentido de pluralismo ideológico no seio de uma sociedade socialista soviética, cujo ateísmo marxista, do ponto de vista fenomenológico, era visto como «il piú pericoloso che mai sia apparso sulla terra» (*ibid.*: 186). Em rigor, tratava-se de uma circunstância essencial, na medida em que iria permitir a articulação entre a dimensão mundana (guiada pelas leis políticas) e a dimensão espiritual (por sua vez, orientada pela fé). E, com efeito, vir-se-ia a constatar com o tempo que «certi marxisti 'propongono e desiderano la collaborazione coi cattolici e studiano di dimostrare che, anche secondo l'ortodossia marxista, si deve ammettere una coexistenza pacifica di ideologie'» (*ibid.*: 186).

João Paulo II assumiu a chefia da Santa Sé em 1978, numa altura em que a reforma conciliar era ainda relativamente recente. Antes de ter sido eleito Papa, Karol Wojtyla assumiu como causa particular a luta contra a subjugação dos territórios do centro e do Leste europeus ao regime comunista e soviético. A isto não terá sido alheio o facto de ser natural de um dos Estados sujeitos a tal imposição ideológica – a Polónia – e, portanto, o

conhecimento pessoal e direto do que estava em causa, sobretudo do ponto de vista humano e social. Com efeito, a Polónia foi um país que teve o infortúnio de, durante grande parte do século XX, ter ficado à mercê de correntes ideológicas externas: durante a Segunda Guerra, do nazismo; depois, durante a Guerra Fria, do comunismo. Foi, portanto, um país que viu a sua capacidade de autodeterminação ser condicionada por outros poderes durante largos anos, tendo assistido na linha da frente ao desrespeito de direitos inalienáveis do Homem e a atentados à dignidade humana. Não é, por isso, de admirar que Wojtyla tenha assumido a defesa dos direitos humanos fundamentais e a luta pela liberdade (em geral) e religiosa (em particular) como causas marcantes da sua missão: primeiro, como sacerdote; depois, como bispo; e, por fim, como Papa (cf. PP. João Paulo II, 2005a: 8).

Na obra *Memória e Identidade,*[3] João Paulo II deu o seu testemunho «de um longo e difícil período histórico da Polónia e dos países do ex-bloco de Leste (1939-1989)»:

> Os cinquenta anos de luta contra o totalitarismo formam um período com um significado providencial próprio: *foi realmente nele que se exprimiu a necessidade social de autodefesa contra a sujeição dum povo inteiro*. Tratou-se de autodefesa que não se moveu apenas numa perspetiva negativa: a sociedade não se limitou a rejeitar o nazismo, enquanto sistema que visava a destruição da Polónia, e o comunismo, como sistema opressor imposto pelo Leste; mas, na sua resistência, perseguiu também ideais de alto conteúdo *positivo*. Por outras palavras, não se tratou de uma simples rejeição daqueles sistemas hostis, mas *houve também, naqueles anos, o restabelecimento e a confirmação daqueles valores fundamentais de que o povo vivia e aos quais desejava permanecer fiel.* (…) Um tal processo foi vivido de forma plenamente consciente, ou até certo ponto foi instintivo? Pode ser que em muitos casos tenha prevalecido um carácter *instintivo*: os Polacos, com a sua oposição, mais do que uma escolha assente em motivações teóricas, *exprimiam simplesmente o facto de que não podiam deixar de opor-se.* (…) [T]udo isso estimulou também *uma tomada de consciência mais profunda dos valores religiosos e civis que estavam na base daquela rejeição*, e fê-lo numa medida tal que nunca se tinha verificado antes na história da Polónia (PP. João Paulo II, 2005a: 49; ênfase nossa)

Esta passagem mostra que, mais do que uma posição anticomunista, João Paulo II visava acima de tudo manter nas populações subjugadas o sentido de ligação «[à]queles valores fundamentais de que o povo vivia e aos quais desejava permanecer fiel» – valores estes que tanto eram civis (a salvaguarda da liberdade e da dignidade da pessoa humana, enquanto direitos inalienáveis) como religiosos (desta feita, dizendo respeito à liberdade religiosa e ao enraizamento da vida humana em Cristo) (cf. *ibid*.: 47, 51). Um exemplo paradigmático deste seu esforço e da recetividade positiva da sua mensagem foi a viagem que fez à Polónia, em junho de 1979, meses antes de se dirigir à sede das Nações Unidas e menos de um ano

[3] Uma obra baseada em colóquios ocorridos em 1993 em Castelgandolfo, nos quais João Paulo II fez uma análise crítica das duas ditaduras que marcaram o Novecentos do século XX (o nazismo e o comunismo), apresentando também reflexões sobre o período de transição da humanidade para o terceiro milénio.

depois de se ter tornado Papa. Tal como fez notar o jornalista português António Marujo (2005a), João Paulo II fez a viagem «já investido de uma nova autoridade», tendo sido notório que o regime comunista – autoproclamado como ateísta – «não consegu[ia]controlar as multidões que acorr[ia]m a ver o filho da sua terra e canta[va]m nas missas com milhares de pessoas: 'Queremos Deus'». Com efeito, como «viveu, em primeira pessoa, as dramáticas e heróicas vicissitudes do seu país natal», aquele pontífice manteve-se sempre próximo das suas origens (in PP. João Paulo II, 2005a: 8), o que era reconhecido pelo povo. Acima de tudo, ele entendia que «[o] século XX foi, por assim dizer, o 'teatro' onde entraram em cena determinados processos históricos e ideológicos que evoluíram até à grande 'erupção' do mal, mas constituiu também o cenário em que se deu a superação dos mesmos» (*ibid*.). Via a imposição do nazismo e do comunismo na Europa do século XX à luz de um significado filosófico e teológico profundo: o de ser necessário «reconstruir a 'filosofia do mal' na sua dimensão europeia (e não só!)», indo-se «para além das ideologias» e «adentra[ndo-se] no mundo da fé para analisar o mistério de Deus e da criação, particularmente o mistério do homem» (*ibid*.: 15). O «mal» daquelas ideologias (que se impunham na esfera política) era, no seu entender, o resultado do desapego de Deus (uma questão que se colocava na dimensão do crer, logo, espiritual), pois o Homem tinha passado a ficar só: «só como criador da sua própria história e civilização; só como aquele que decide o que é bom e o que é mau» (*ibid*.: 19). E, para o Papa, era precisamente isso que criava espaço para que alguém determinasse que um grupo de pessoas deveria ser aniquilado – como fez Hitler, no III Reich, aos judeus, e o Partido Comunista, na URSS, contra os que entendiam como o Outro, tanto em termos físicos como morais (cf. *ibid*.: 20). Ora, as «eliminações em sentido moral», como considerou João Paulo II (*ibid*.), tinham que ver com o impedimento mais ou menos drástico de um exercício dos direitos individuais do cidadão comum – direitos estes que eram negados civilmente, mas o motivo de tal negação era anterior: devia-se a uma desconsideração pré-existente de Cristo. As frases proclamadas no início do seu pontificado, em outubro de 1978, «[n]on abbiate paura! Aprite, anzi, spalancate le porte a Cristo!» (PP. João Paulo II, 1978: 3), eram, portanto, um apelo a que se olhasse para a pessoa humana na sua totalidade, i.e., como um ser pertencente a uma cultura, com um conjunto de valores que definem a sua identidade enquanto membro de uma pátria, mas também criado por Deus e, por isso, detentor de características espirituais a respeitar (cf. PP. João Paulo II, 2005a: 62) – ou, como diz Alfredo Teixeira, o indivíduo define-se necessariamente a partir de si próprio

e das relações que estabelece com os outros, querendo ser livre em termos políticos e responsável em termos morais (2002: 98). Assim sendo, o pedido aos seus concidadãos para «não te[rem] medo» («Non abbiate paura!») simbolizava um grito de coragem para enfrentarem o opressor (no caso, a URSS), mantendo-se impermeáveis à ideologia do regime político instituído (o comunismo) e, ao mesmo tempo, fiéis aos valores religiosos de base da comunidade polaca (o catolicismo, não o ateísmo). Para o efeito, deviam reafirmar a doutrina católica e assumi-la na sua atividade diária, livremente (logo, sem medo) – daí a exclamação: «Abri-vos, escancarai as portas a Cristo!» («Aprite, anzi, spalancate le porte a Cristo!»).

O TEOR DO PRIMEIRO DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II NA AGONU, A 2.10.1979

Foi a seguinte a ordem de assuntos inscrita no Discurso do Papa João Paulo II na AGONU, após os agradecimentos aos altos dirigentes do organismo pela possibilidade de participar na reunião dos líderes mundiais daquele ano:

1. *Indicação do motivo formal da sua intervenção*: o laço especial existente entre a Santa Sé e as Nações Unidas;

2. *Destaque de características particulares da Santa Sé, que resultavam do seu estatuto de observador permanente na ONU:* (i) o facto de não participar nos trabalhos munida de soberania governamental, como os Estados-membros, mas independente de qualquer poder político instituído (i.e., de um Estado que não o Vaticano); (ii) a estima da Igreja pelas Nações Unidas, que considerava ser um fórum supremo e de importância histórica para a vida internacional, pelo que, atendendo ao próprio cariz religioso e moral da missão do catolicismo no mundo, não deixava de apoiar e de acreditar (n)as suas ações em prol da coexistência pacífica e da colaboração entre as nações;

3. *Indicação do motivo fundamental da sua visita*: tendo em conta que a ONU fora criada com o intuito de unir e associar (tal como indicado no seu nome: Organização da Nações *Unidas*) e não de dividir ou de colocar em confronto, João Paulo II considerava que a sua participação nos debates sobre o estado da humanidade na altura poderia ser, de algum modo, útil, sendo que o próprio convite para estar presente naquele ano evidenciava uma aceitação por parte da comunidade política internacional da dimensão religiosa e moral dos problemas humanos (sobre os quais a Igreja Católica se ocupava e para os quais, segundo o Papa, tinha uma mensagem de verdade e de amor a transmitir);

4. *Referência a áreas de intervenção da ONU, que justificavam um encontro entre o líder da Igreja e os líderes dos Estados-membros «in the name of man in his wholeness»:* cultura, saúde, alimentação, trabalho e usos pacíficos da energia nuclear (alusão à sua encíclica *Redemptor Hominis*, recentemente publicada e a primeira do seu pontificado);

5. *Clarificação dos princípios de base à atividade política:* uma vez que os líderes de cada nação representam seres humanos individuais, a sua atividade não pode perder de vista que é feita *do* Homem, *pelo* Homem e *para* o Homem. Alertou que, quando os princípios mais elementares são descurados – como considerou ser frequente acontecer –, as chefias dos Estados estão a traçar o seu próprio fim, pois a atividade política apenas tem razão de existir se visar servir o Homem e providenciar o bem comum;

6. *Referência a documentos fundamentais, como a Carta das Nações Unidas e a DUDH*: desejo de que a ONU nunca deixasse de ser a elevada tribuna onde os problemas são apreciados em verdade e em justiça, e valorização da DUDH como marco no difícil caminho da raça humana, ao ter conseguido destacar os valores espirituais e o progresso da vida moral (este último ainda mais importante para a evolução da humanidade do que o científico e o tecnológico, por ser a expressão do triunfo da consciência alicerçada nos valores comuns: «Genus humanum arte et ratione vivit»);

7. *Referências históricas*: (i) a ONU surgiu quando a tecnologia estava a ser dirigida para fins de hegemonia (na Segunda Guerra Mundial); (ii) recordação das experiências vividas num dos lugares mais perturbadores na Europa em guerra: Auschwitz (Oświęcim);

8. *Apelo*: que fossem extintos quaisquer campos de concentração da contemporaneidade (por exemplo, situações de tortura e/ou de opressão com o pretexto de «segurança» interna e num clima de paz aparente), até porque a DUDH tinha sido redigida com base naquelas experiências penosas e de imenso sofrimento – um preço que não pode ter sido pago em vão;

9. *Valorização da DUDH*: deve permanecer como o valor elementar da ONU; se os princípios nela contidos forem esquecidos, a humanidade ficará novamente sob a ameaça de uma nova destruição, resultante do que designou como «interesse político» [«political interest» (1979: 5)];

10. *Recordação do Papa Paulo VI na AGONU*: a citação «'No more war, war never again! Never one against the other', or even 'one above the other', but always, on every occasion, 'with each other'» (*ibid.*) e a consideração de Paulo VI como um promotor

incansável da causa da paz, pelo que desejava seguir o seu serviço e a causa da Igreja de proclamar, em toda a Terra, a mensagem de paz, de orar pela paz e de educar para a paz;

11. *Gratidão sempre que a ONU é bem-sucedida na resolução de conflitos armados*: por exemplo, em 1978, o bom resultado das intervenções na Argentina e no Chile;

12. *Esperança fervorosa*: que encontrassem uma solução para as crises do Médio Oriente, o que corresponderia à «primeira pedra» para uma paz geral na região;

13. *O caso do Líbano*: exemplo de coexistência pacífica e mutuamente frutífera entre várias comunidades;

14. *Igualmente a alcançar naquele subcontinente*: um estatuto especial para Jerusalém, cuja natureza particular (religiosa e cultural) exige uma proteção internacional;

15. *A corrida aos armamentos*: (i) o Papa mostrou-se perturbado com relatórios publicados sobre o desenvolvimento de armas nucleares, que davam conta de um aumento excessivo dos arsenais; (ii) aplaudiu os acordos internacionais no sentido de se reduzir a corrida aos armamentos, mas reconheceu existirem sérias ameaças a tal respeito; (iii) considerou que a resistência ao desarmamento por parte de algumas potências revelava que, ao mesmo tempo que se afirmava uma vontade de paz, também se verificava o contrário (i.e., o desejo da guerra, que estava latente, mas que era real); (iv) salientou que as contínuas preparações para a guerra, através da produção de material bélico nuclear, aumentavam o risco de uma destruição geral; (v) entendia, por isso, ser necessário um esforço contínuo e mais enérgico contra a possibilidade de o mundo se defrontar com uma nova guerra global; (vi) nova citação do Papa Paulo VI, desta feita a partir da encíclica *Populorum Progressio* e em jeito de questão aos presentes na AGONU: se a paz representa o caminho para o desenvolvimento da humanidade, quem não gostaria de trabalhar para que fosse uma realidade? (cf. *ibid*.: 6); e (vii) indicou a necessidade de uma contínua reflexão sobre as raízes do ódio e da guerra, não tanto no coração das nações, mas na determinação dos sistemas que acabam por decidir o destino das restantes sociedades;

16. *Nova valorização da DUDH e clarificação da pertinência da mesma no trabalho da ONU*: mais precisamente, na função-chave daquele organismo internacional de garantir as condições necessárias a um futuro pacífico, dado que a DUDH, enquanto um recurso ao seu dispor, está revestida de uma enorme potencialidade contra as raízes profundas da guerra, no contexto da qual os direitos inalienáveis do Homem são violados;

17. *Nova perspetiva da causa da paz*: a guerra emana da injustiça, que ataca, em primeiro lugar, os direitos humanos;

18. *Referência à encíclica* Pacem in Terris*, do Papa João XXIII*: uma visão do mundo (em paz) muito próxima à ideologia de base da ONU;

19. *Importante para as metas da paz*: analisar quais as situações de tensão no mundo capazes de enfraquecer a edificação de uma comunidade internacional pacífica (nomeadamente, pela violação dos direitos humanos) – uma análise que não é fácil, mas que deve ser feita, mediante uma renúncia a interesses particulares e com base na premissa de que cada Homem é um ser dotado de dignidade, que nunca pode ser restringida ou destruída (como reconhecido na DUDH e em outros instrumentos jurídicos internacionais. Deu exemplos de alguns dos direitos para os quais aqueles documentos apelam a uma consciência global – *vide ibid*.: 7);

20. *Relação de causa-efeito*: qualquer ameaça aos direitos humanos é prejudicial à paz;

21. *Clarificação do modo como estão articuladas as dimensões mundana e espiritual no respeito pelos direitos humanos*: (i) qualquer direito fundamental segue uma visão do Homem como um todo, i.e., enquanto um ser dotado de competências afetas tanto aos valores materiais do mundo como aos espirituais, o que significa, por um lado, que as necessidades, as liberdades e os relacionamentos com outros nunca dizem respeito a uma única dimensão da existência, mas a ambas, e, por outro, que qualquer ameaça a direitos humanos, seja numa esfera ou noutra, é igualmente perigosa para a paz; (ii) no entanto, indicou que os valores espirituais prevalecem face aos materiais ou económicos em termos de obtenção de uma paz justa, por não apresentarem uma capacidade limitada de satisfação e por permitirem o usufruto ilimitado de pessoas, ao mesmo tempo (ao contrário do que se verifica com os primeiros); (iii) porém, desde a Revolução Industrial, assistiu-se a um grande desenvolvimento dos bens materiais e a uma cada vez menor sensibilidade para com a dimensão espiritual do Homem, o que levou o Papa a questionar: poderá o Homem ficar subordinado a uma única esfera da existência?; (iv) e, a este respeito, afirmou: a luta dos povos sobre bens do mundo é inevitável, pelo que a solução deveria passar por uma maior ênfase na dimensão espiritual (pelo diálogo e promovendo a união, como acreditava estar expresso nas palavras de abertura da Carta das Nações Unidas);

22. *Alerta*: no combate a guerras incipientes, considerou ser importante tratar as causas, não os sintomas;

23. *Sentido de dever do Papa e da Igreja Católica (assim como de toda a cristandade, como estabelecido pelo Concílio Vaticano II)*: promover a dimensão espiritual do Homem e evidenciar a amplitude dos bens espirituais, enquanto determinantes à paz;

24. *Indicação de duas principais injustiças no mundo*: (i) a distribuição desigual dos bens materiais (situações que referiu como exemplos de violação de direitos humanos e de atentados à dignidade: a exploração económica; o Homem enquanto escravo daqueles bens; as disparidades assustadoras entre alguns excessivamente ricos e uma maioria de pobres ou entre áreas de saciedade e outras de fome e de depressão; a indiferença dos trabalhadores relativamente ao sistema de produção; e a dependência de alguns povos em relação a outros, o que considerou ser uma expressão de neocolonialismo); (ii) limitações e discriminações a nível do espírito (como seja na forma de pensar, na visão do mundo, na fé religiosa e nas convicções políticas);

25. *De extrema importância*: que todos os cidadãos pudessem usufruir dos seus direitos sob qualquer sistema político, pois só assim se poderia assegurar a paz, desde a raiz;

26. *A liberdade religiosa*: (i) um direito relativamente ao qual o Papa assumia maior ligação; (ii) afirmou ser possível preservar o respeito pelas dimensões mundanas sem que fossem violados os direitos da consciência (citação da declaração conciliar *Dignitatis Humanae*, n.º 2, 3); (iii) considerou que, quando o exercício da liberdade religiosa estiver a ser discutido pela comunidade internacional, as instituições religiosas devem ser chamadas;

27. *A proclamação, pela ONU, de 1979 como o Ano da Criança*: considerou importante olhar para a alegria das crianças e pensar no futuro, numa lógica, por um lado, de sentido de cuidado (que passava pelo respeito total dos direitos humanos), para que o mundo pudesse ser melhor para as novas gerações, e, por outro, para que estas não recebessem como herança a corrida aos armamentos (questão do Papa, com base no ditado antigo «Si vis pacem, para bellum»: o desenvolvimento e a produção de armas estavam, de facto, ao serviço da paz, como as superpotências faziam crer?);

28. *Desejos finais*: (i) que a dimensão humana da paz não desvanecesse perante os ideais imperialistas; (ii) que todos pudessem viver e progredir na liberdade e na verdade da sua própria história e cultura; (iii) que as autoridades políticas governamentais respeitassem os direitos de cada cidadão e desfrutassem da confiança de todos para o bem comum; (iv) que todas as nações viessem a encontrar uma total igualdade na ONU; e (v) que o organismo

persistisse como o fórum supremo da paz e da justiça, simbolizando o assento autêntico da liberdade dos povos e dos indivíduos na sua esperança por um melhor advir.

Vemos, então, que no seu primeiro Discurso na assembleia das nações, o Papa João Paulo II não só comunicou um conjunto mais longo de pontos de vista comparativamente ao seu antecessor, como também já particularizou alguns problemas e contextos geopolíticos, entre os quais o Médio Oriente (os seus conflitos e questões culturais). Notamos, também, alguns assuntos novos, dos quais salientamos: (i) as consequências do desenvolvimento desequilibrado dos bens materiais no mundo, com zonas excessivamente ricas e outras excessivamente pobres, o que, no seu entender, perpetuava um sentimento de diferença nos habitantes do segundo conjunto de países que, no final, poderia levar ao conflito; (ii) de modo implícito, a subjugação dos povos do Leste europeu relativamente a um poder imposto, que notamos sobretudo no apelo do pontífice à necessidade de se procurar determinar as raízes do ódio nos sistemas que ditam o destino da humanidade; nas referências à liberdade, nomeadamente religiosa, sendo que esta, tal como vimos ter sido defendido pelo Concílio Vaticano II, foi indicada por João Paulo II como uma condição passível de ser respeitada independentemente da conjuntura política; e também na ideia de competição entre as duas superpotências no contexto da Guerra Fria, em especial, nas noções de hegemonia e de imperialismo, na referência à contínua corrida aos armamentos e à negação da vontade de paz. Vemos, portanto, que a ameaça à paz devido ao contexto de disputa ideológica que se estava a viver, já tendo estado bastante presente no texto de Paulo VI, em 1965, continuou a marcar as palavras dirigidas pelo Santo Padre na AGONU. A particularidade deste segundo Discurso parece-nos ter sido a incidência sobre os direitos humanos de forma mais clara, aprofundada e na ótica de que o desrespeito dos mesmos tinha (e tem) necessariamente um efeito na paz, posto que resulta(va) de um clima de injustiça. De tal modo foi um tema primordial nesta intervenção pontifícia, que foram várias as referências ao documento que é essencial na política internacional desde os primórdios da ONU e que tem sido uma importante norma jurídica a respeito do tema: a DUDH, elaborada com o intuito de promover universalmente uma consciência partilhada quanto ao valor do ser humano, «sem distinção alguma» (1948: art. 2.º), sendo considerada por aquele organismo como «a milestone document in the history of human rights» (United Nations, 1948). Isto porque representa, em si mesmo, a diversidade humana: a declaração foi projetada e redigida «by representatives with different legal and cultural backgrounds from all regions of the world»,

tendo sido proclamada «as a common standard of achievements for all peoples and all nations», estabelecendo, «for the first time, fundamental human rights to be universally protected and it has been translated into over 500 languages» (*ibid*.).

Notamos, assim, nas palavras de João Paulo II indícios de uma influência do seu trajeto pessoal – o facto de ter conhecido de perto a subjugação das populações a poderes imperialistas externos, com a consequência de lhes terem sido negadas as suas capacidades para pensarem e agirem livremente, ficando a sua dignidade ferida –, para além de uma influência que poderemos considerar institucional, porque afeta à ideologia da Igreja conciliar herdada pelo pontífice. Esta vemos, de um modo particular, nas suas posições de defesa do direito à liberdade religiosa e da dimensão moral do Homem como fundamental à existência humana, sendo que percebemos nas suas palavras uma crítica negativa ao ateísmo comunista, que caracterizava a URSS e o bloco de Leste.

2.9. Segundo Discurso do Papa João Paulo II, em 1995

Na sua segunda intervenção na AGONU, João Paulo II continuou a privilegiar o tema dos direitos, mas numa lógica mais ampla e geograficamente contextualizada: falou, sobretudo, nos direitos das nações e elegeu como contexto geopolítico para apresentar e sustentar a sua argumentação a Europa Central e de Leste – ou seja: novamente a região cujo passado de submissão a autoritarismos (logo, de desrespeito pelos direitos humanos fundamentais) bem conhecia. Contudo, na sua segunda participação nos debates da comunidade internacional, concentrou-se num período da História bastante recente e próximo daquele em que discursava, debruçando-se sobre um problema em particular: a crise que se verificou após a queda do Muro de Berlim, em 1989, e a dissolução da URSS, concluída em 1991, aquando da implementação do sistema democrático nos antigos países comunistas – crise esta que teve como cenário dramático a Guerra da Bósnia, ocorrida entre 1992 e 1995.

Importa, antes de mais, referir o protagonismo de João Paulo II na profunda mudança sociopolítica que marcou o final do século XX: de acordo com o historiador Timothy Garton Ash (2019), o fim da Guerra Fria não se deveu somente a Mikhail Gorbatchev e a Ronald Reagan, ainda que ambos tenham sido «absolutamente essenciais» a este respeito. Na sua opinião, o Muro de Berlim – e, por extensão, a divisão ideológica do mundo – só pôde cair graças a uma conjuntura que já vinha sendo delineada na Europa Central e de Leste e na qual

foi fundamental o papel desempenhado por aquele pontífice junto das populações. Contrariando a ideia que se tornou generalizada de que o fim da Guerra Fria apenas aconteceu graças à ação dos dois representantes dos blocos opositores, Garton Ash explicou:

> No, I don't think it was just the two of them (…). And the Berlin Wall did not come down because of that [Reagan's] speech. (…) [I]t's really important to say that there was another major historical actor in this, which was the people of the Eastern Europe. And it didn't start with Gorbachev in 1985. *If anything, it started with the Polish Pope, John Paul II, in 1979, with the Solidarity Movement in Poland*, which made the push for liberation in Eastern Europe. And please remember that in the first half of 1989, Poland had already had the round table talks, the first semi-free election in Eastern Europe for 40 years, the appointment of the first non-communist prime minister in Eastern Europe for 40 years. And Hungary had cut the Iron Curtain between Hungary and Austria (Garton Ash, 2019; ênfase nossa)

Vemos, então, que, na opinião de Garton Ash, o Movimento da Solidariedade («the Solidarity Movement») impulsionado pelo Papa João Paulo II no final da década de setenta em prol da libertação dos países-satélite da URSS e dos países comunistas cujos órgãos governamentais estavam subordinados ao poder central foi uma centelha importante para o que viria a acontecer uma década mais tarde, com a queda do Muro – logo, para a significativa mudança a nível político e sociocultural que simbolizou um profundo sinal de esperança quanto ao futuro: tanto entre os habitantes da Alemanha dividida fisicamente por aquela barreira como dos que residiam nas nações sobre as quais estava a ser imposta a ideologia (externa) da URSS. Isto mesmo foi relatado por Andrey Kortunov, Diretor-Geral do Russian Intelligence Affairs Council, que, na altura do colapso da Cortina de Ferro se encontrava em Berlim: segundo contou, a população residente um pouco por todo o bloco de Leste manifestava uma saturação generalizada relativamente ao regime comunista. Como disse: «I recall that when the [Cold W]ar went down, we felt almost triumph that we [the Soviet people], may be in a very small way, contributed to changes in Europe. And, of course, we were sure that the most difficult mission had already been accomplished», posto que se tinha conseguido promover a consciência alargada de que, daquele momento em diante, «we [would] enter this yellow brick road that [would] lead us directly to the miracle of the European reunification» (Kortunov, 2019).

Todavia, o diplomata também notou que, «clearly, people underestimated the problems of political transition» (*ibid.*), os quais iriam ofuscar todo o esforço investido e a esperança depositada no ideal de reunificação europeia. Com efeito, nalguns locais que haviam estado subordinados ao poder central, as expetativas quanto ao futuro viriam a ficar frustradas devido a dificuldades que surgiram na transição do anterior sistema político comunista (uno

e coeso) para outros democráticos (liberais e autónomos). Um caso em que tais constrangimentos se fizeram sentir com intensidade foi a região dos Balcãs, onde não se conseguiu reproduzir o modelo de revolução pacífica instaurado nos ex-satélites da Europa Central: i.e., um modo não-violento de reivindicação por parte das populações de um sistema democrático e de uma sociedade livre. O paradoxo que se verificou nos Balcãs foi explicado por Timothy Garton Ash numa entrevista concedida ao jornal português *Público*, em 1999: por um lado, «[o]s ganhos de 1989 e dos últimos dez anos são extraordinários», merecendo um especial destaque o «novo modelo de revoluções pacíficas» criado e deixado para a posteridade (Garton Ash, 1999); porém, por outro, «democracia não quer dizer ter pessoas capazes na política», mas sim ter a possibilidade de se ir mudando as chefias no poder através de eleições livres, com base na expressão da vontade do povo. Ora, «isto, em si próprio, é uma limitação dramática para os que governam» (*ibid*.) e, aliás, foi a consciência deste facto que gerou nalguns países ex-comunistas um descontentamento que se veio a traduzir, com o tempo, em ruturas com o sistema democrático estabelecido no início dos anos noventa – ou, pelo menos, numa remodelação, com o modelo de exercício governamental a afastar-se dos moldes tradicionais da democracia.[4] Quer isto dizer que a democratização dos países que, após a Segunda Guerra, estiveram ideologicamente afetos ao bloco de Leste não foi, em todos os casos, forte e coesa ao ponto de a desejada mudança ter conseguido perdurar após a queda do Muro de Berlim e o colapso da URSS.

O problema dos Balcãs, de que resultou a Guerra na Bósnia, partiu da seguinte conjuntura: na Jugoslávia coexistiam três etnias diferentes – os sérvios ortodoxos, os croatas católicos e os muçulmanos bósnios (também chamados «bosníacos»). Em março de 1992, as fações muçulmana e croata propuseram um referendo sobre a independência de cada uma das comunidades, a qual, uma vez alcançada, levaria à divisão do território entre elas. Porém, a fação sérvia opôs-se, rejeitando e boicotando tal projeto (cf. *TSF*, 2019). Este conflito de interesses acabaria por ser um importante rastilho da guerra: Sarajevo, a capital da Bósnia, viria a ser cercada pelas tropas sérvias no mesmo ano e até 1996, e, em Srebrenica, uma cidade na zona leste daquele país, viria a ocorrer um genocídio, em 1995 (cf. *ibid*.). Ou seja: do confronto entre, por um lado, a procura de afirmação das identidades nacionais através de movimentos independentistas (defendidos por duas das comunidades jugoslavas: os

[4] Serve de exemplo a Hungria, que apresenta um elevado grau de autoritarismo desde que o atual Primeiro-Ministro, Viktor Orbán, ocupou o poder, em 2010, e que o nacional-conservadorismo de direita se constituiu como a fação política com maior peso no país.

muçulmanos e os croatas) e, por outro, a defesa de uma ordem sociocultural centralizada e nacionalista (promovida por outra comunidade: os sérvios) resultou a violência. Foi, portanto, um exemplo negativo dos processos de democratização das antigas nações europeias comunistas, que Garton Ash coloca nos seguintes termos: um «divórcio» que acabou por ser «pior do que os nossos piores pesadelos» (1999).

Em rigor, o conflito deveu-se ao vazio político sentido no período imediatamente após a queda do Muro e o colapso da influência soviética e comunista em toda a zona Leste da Europa. Ora, se João Paulo II assumia a libertação das populações da área como uma causa muito própria, recorrendo ao seu estatuto religioso-político para fazer soar junto dos dirigentes do seu tempo o alerta para a necessidade de se respeitarem os direitos fundamentais de qualquer ser humano, em qualquer país, então, podemos considerar que o sucedido nos Balcãs – na Bósnia, em particular – terá merecido uma especial atenção por parte do pontífice, até porque estavam em causa valores como a liberdade, a democracia, a cultura do Outro, os direitos fundamentais que lhe eram caros e que, no caso em concreto, estavam a ser violados e da pior forma possível: pelo conflito armado. Mas também outro fator pode ter suscitado nele apreensão: embora tenha ocorrido entre pequenas potências, a Guerra na Bósnia ficou registada nas páginas da História como o «mais violento conflito europeu» desde 1945 (TSF, 2019), tendo sido despoletada por questões de natureza étnica – mais precisamente, de *limpeza* étnica – e tendo contado, entre os seus piores resultados, com crimes contra a humanidade. Depois, no que à gestão da tragédia diz respeito, «a actuação da ONU foi um redundante fracasso» (Xavier, 2007: 134), acima de tudo porque as ações definidas pelas Nações Unidas – que passaram, entre outras, pelo embargo de armas à Sérvia; pela criação de um tribunal internacional destinado a julgar crimes de guerra; e pela salvaguarda de zonas de segurança neutras que permitissem assegurar o envio de ajuda humanitária, bem como a proteção da capital da Bósnia dos ataques de que estava a ser alvo (cf. *ibid*.) – não tinham tido em consideração a necessidade de estarem reunidas as condições mínimas para a efetividade das medidas antes de serem aplicadas. Como explicou Ana Isabel Xavier, «[o] cessar-fogo ainda não tinha sido declarado, o consentimento das partes beligerantes e o apoio político dos principais intervenientes ainda não tinham sido assegurados, não estavam cumpridos o número de efectivos suficientes» (*ibid.*). O resultado foi desastroso a vários níveis – segundo Xavier, quarenta e dois meses de guerra, a perda de mais de duzentos funcionários da ONU e um genocídio em Srebrenica, considerado «o pior

massacre na Europa desde o final da Segunda Guerra Mundial» (*ibid*.): sete mil mortos numa zona supostamente neutra e segura, que acabou por ser invadida por tropas sérvias (cf. *ibid*.).

Com base neste panorama, percebemos que, já bem próximo do terceiro milénio da História, a ONU continuou a ter dificuldade em cumprir o seu papel primordial de evitar contínuas e/ou novas escaladas de conflito, como ficou estabelecido logo aquando da sua fundação (cf. United Nations, 1945: preâmbulo). Evidenciou igualmente (e sobretudo) que nem mesmo a ocorrência de um importante acontecimento, como o derrube do Muro de Berlim e, com ele, da divisão ideológica do mundo instituída desde o pós-Segunda Guerra Mundial, pode ser tido pela comunidade internacional como um sinal definitivo de progresso e de bem-estar da sociedade humana. Pelo contrário, a Guerra na Bósnia foi um dos acontecimentos da História recente que provou que a ação diplomática pode ser impotente perante situações de violência despoletadas por fatores de ordem cultural, de que são exemplo as disputas regionais e nacionais em prol da afirmação identitária dos povos – afirmação esta que passa, em muitos casos, pela defesa de direitos humanos fundamentais, tanto ao nível individual (i.e., dos cidadãos, nomeadamente no que diz respeito ao direito à paz e à salvaguarda da dignidade humana) como comunitário (das nações: do seu território e da sua cultura), mas que também pode envolver propósitos nacionalistas, que vão contra o Outro. São, portanto, questões complexas relativamente às quais a comunidade política internacional – assim como a Igreja, no exercício da sua observação permanente do que se vai passando no mundo – devem estar atentas.

O teor do segundo Discurso do Papa João Paulo II na AGONU, a 5.10.1995

Segue a sequência lógica dos argumentos de João Paulo II na sua segunda visita apostólica à sede das Nações Unidas:

1. *Gratidão pelo convite e pela disponibilidade em ser recebido e escutado, bem como renovação da estima e do apreço pela ONU*: assente na esperança da Igreja Católica da capacidade daquele organismo em providenciar um futuro melhor à humanidade;

2. *Desejo de contribuir para a reflexão sobre a história e o papel da ONU no mundo, cinquenta anos após a sua fundação*: ressalva de que o apoio da Santa Sé se deve à dimensão espiritual daquele organismo;

3. *Referências ao novo milénio à luz do tema da liberdade:* indicação de que, no presente, estavam a assistir a uma extraordinária aceleração da busca pela liberdade e que, no passado, vários povos tinham corrido o risco da liberdade;

4. *Recordação da sua visita de 1979*: a procura da liberdade relacionada com os direitos humanos fundamentais; a constatação de ofensas à dignidade da pessoa humana como mote para a criação da DUDH;

5. *Necessidade de uma lei moral universal*: (i) pelo facto de os direitos humanos serem universais; (ii) porque o Homem vive numa lógica que o transcende (assim como ao mundo físico); (iii) para se substituir um século de coerção por outro de persuasão segundo uma «gramática» inscrita no coração; (iv) porém, consciência de serem políticas particularmente difíceis de elaborar, devido à tendência de negação da universalidade dos direitos humanos;

6. *Referência às revoluções pacíficas da Europa Central e de Leste*: João Paulo II ressalvou que (i) a busca pela liberdade não pode ser suprimida, já que é feita em nome do indivíduo; (ii) o totalitarismo moderno representa(va) um assalto à dignidade da pessoa; (iii) foi a solidariedade social que possibilitou o sucesso daquelas revoluções («the 'power of the powerless'», assente na sabedoria e na virtude dos que ansiavam pela liberdade); (iv) os valores que inspiraram tais revoluções se articulavam com os compromissos morais expressos na Carta das Nações Unidas;

7. *O passado e o presente da ONU*: a luz que levou à fundação do organismo internacional ainda pode mostrar o caminho – de liberdade, de paz e de solidariedade;

8. *A Segunda Guerra Mundial*: resultou de violações dos direitos das nações, em nome de «doutrinas letais» [«lethal doctrines» (1995a: 2)] que promoviam a inferioridade de culturas e de nações (i.e., do Outro), que contradiziam a paz e iam contra o compromisso moral (depois inscrito no preâmbulo da Carta) de «salvar as futuras gerações do flagelo da guerra» (*vide ibid*.: 3);

9. *Todavia, mesmo após a Guerra e a fundação da ONU, os direitos das nações continuaram a ser violados*: foi o caso das Democracias Populares da Europa Central e do Leste, que perderam a sua soberania no contexto da Guerra Fria e só quando a liberdade foi reposta naquelas regiões é que os esforços contra a ameaça nuclear e pela paz deram frutos;

10. *Comparação com a DUDH*: salvaguardava os direitos das pessoas, mas nenhum acordo internacional se tinha ainda ocupado dos direitos das nações – via como necessário, tendo em conta as questões urgentes de justiça e liberdade que estavam a marcar o mundo;

11. *Referências históricas*: (i) o Concílio de Constança (no século XV), no qual representantes da Academia de Cracóvia liderados por Pawel Wlodkowic defenderam (corajosamente, segundo o Papa) o direito dos povos europeus à existência e à independência; (ii) a discussão na Universidade de Salamanca (no mesmo período), desta feita a respeito dos povos do chamado Novo Mundo; (iii) a consideração do Papa Bento XV (durante a Primeira Guerra Mundial) de que as nações não morrem e o seu apelo à reflexão internacional sobre os direitos e as justas aspirações dos povos;

12. *O problema das nacionalidades colocado pela era contemporânea*: grande mobilidade, que dissipou as fronteiras étnicas e culturais, mas que veio colocar um entrave à universalidade, uma vez que deu azo à (re)emergência de visões nacionalistas, sob o signo da identidade e da sobrevivência;

13. *A tensão entre as esferas universal e particular*: inerente ao Homem (natureza humana *vs*. grupos humanos);

14. *O conceito de «nação»*: define grupos étnicos e culturais [do latim «nasci», significa ter uma origem particular – em inglês (na língua em que proferiu esta passagem), «to be born»];

15. *Enriquecimento de «nação» com o conceito «pátria»*: corresponde à realidade da família humana (em inglês, «motherland»), numa lógica mais ampla; daí a tensão entre a esfera particular e a universal, que é frutífera, se vivida de modo calmo e equilibrado;

16. *Os «direitos das nações»*: (i) os direitos humanos colocados ao nível específico da vida comunitária; (ii) a necessidade de estudar tais direitos, ainda que difícil, permitirá evitar os erros do passado e assegurar uma ordem mundial justa; (iii) a pressuposição de tais direitos significa o reconhecimento do direito de uma nação à existência e a delinear o seu futuro; (iv) isso não significa necessariamente que tenha soberania enquanto Estado, mas que seja um povo com uma língua e cultura próprias, essenciais à sobrevivência em situações extremas [a este respeito, deu como exemplo a Polónia (cf. 1995a: 4)]; (v) a universalidade dos direitos de uma nação também implica o cumprimento de deveres, enquanto parte do todo que é a comunidade humana, o que corresponde a uma frutífera troca de bênçãos e ao sentido de união entre os homens;

17. *Ainda a aprender no mundo*: viver com a diversidade, de que eram exemplo os acontecimentos recentes nos Balcãs e na África Central, em que o Outro era visto como um fardo ou uma ameaça;

18. *O medo da diferença:* leva à negação da humanidade do Outro e é amplificado pelos ressentimentos históricos e pelas manipulações dos que não têm escrúpulos, o que resulta num ciclo de violência extrema (como verificado na Bósnia-Herzegovina);

19. *Todavia, todos os homens têm uma afinidade fundamental em comum*: cada cultura expressa o mistério de Deus (que é universal) e a dimensão transcendente da vida (que todos têm), podendo a diferença propiciar um entendimento mais aprofundado de tal mistério;

20. *Diferença entre nacionalismo e patriotismo*: o primeiro caracteriza-se por uma hostilidade relativamente a outras nações e/ou culturas; o segundo representa o amor (devido) ao próprio país; logo, o nacionalismo é a antítese do verdadeiro patriotismo, desejando o Papa que o nacionalismo extremo não continuasse a originar novas aberrações do totalitarismo (incluindo o fundamentalismo religioso);

21. *A liberdade*: ao ser reconhecida, representa a medida da dignidade, do crescimento espiritual e da grandeza do Homem, bem como da vitalidade moral das nações;

22. *A cultura da liberdade*: não só a ausência de tirania e de opressão, nem a permissão para fazer tudo; antes, o respeito pelo Outro e segundo a lógica interna da liberdade, que tem por base e que se manifesta na verdade (universal);

23. *O utilitarismo (i.e., a moralidade que assenta não no que é bom, mas vantajoso)*: é contrário à cultura da liberdade e inspira o nacionalismo agressivo;

24. *O utilitarismo económico*: acentua a divisão ricos-pobres ou Norte-Sul do planeta, podendo causar uma regressão no desenvolvimento dos países emergentes e, em última instância, desafiar a ideia de família humana (em unidade e em igualdade);

25. *Solução*: mudanças tanto nos países em desenvolvimento como nos desenvolvidos – os primeiros: dar provas de uma gestão adequada dos recursos e da assistência recebidos, respeitar os direitos humanos dos cidadãos, abraçar os princípios democráticos e abdicar de formas injustas, corruptas ou autoritárias de governo; os segundos: renunciar a abordagens estritamente utilitárias, incrementando, pelo contrário, novos modos de ajuda, num sentido de maior justiça e de solidariedade;

26. *A ética da solidariedade*: fundamentada na participação, na justa distribuição de bens e no crescimento económico dos povos;

27. *Relação com a Carta das Nações Unidas*: princípios da não-exploração em proveito próprio, da cooperação, da solidariedade e da criatividade;

28. *O papel da ONU no futuro da liberdade*: pelo fomento de uma cultura e ética internacionais baseadas em tais princípios;

29. *Salto qualitativo da ONU*: passar de instituição administrativa (um estatuto frio) a centro moral («família das nações»: um estatuto quente);

30. *A ideia de «família»*: uma comunidade baseada na confiança mútua e no respeito sincero entre os membros, bem como no acolhimento e no apoio aos países mais frágeis [logo, «família das nações»: da «existência *com*» à «existência *para*» outros («from simple 'existence with' others to 'existence for' others» (1995a: 6)];

31. *O caminho a seguir para as «guerras de combate» e para as «guerras frias» [«wars of combat», «cold wars»* (ibid.)*]:* respeito pela igualdade, pela participação ativa na construção de um futuro melhor, pelas identidades culturais (citação da Carta das Nações Unidas: artigos 2.1 e 1.2);

32. *Tais melhorias no sistema da ONU*: não deveriam entendê-las como uma utopia inalcançável, mas pensar ser tempo de uma nova esperança (como lembrava o cinquentenário do organismo);

33. *Recordação do significado de «Nações Unidas»:* confiança mútua, segurança e solidariedade entre os povos;

34. *Questão*: inspirados por todos os que assumiram o risco da liberdade [em 1989], não poderiam assumir o risco da solidariedade e da paz?

35. *Indicação de um paradoxo*: no final do século, o Homem parecia receoso (de si, do futuro, do que era capaz de fazer), embora a era moderna se alicerçasse sobre o signo da autonomia e da autoconfiança;

36. *Necessário aprender a vencer o medo, pois está relacionado com a cultura da liberdade*: considerou-o como fundamental à promoção de um espírito de esperança e de liberdade, segundo uma atividade responsável e alimentado no santuário interior da consciência [onde o Homem está a sós com Deus – como inscrito na *Gaudium et Spes* (cf. PP. Paulo VI, 1965b: 5)];

37. *Crucial acreditar que o Homem não está só no meio dos enigmas da existência*: antes, rodeado pelo amor do Criador;

38. *As políticas governamentais não podem desprezar ou ignorar a dimensão espiritual e transcendente da experiência humana*: é íntima à causa do Homem e à causa da liberdade;

39. *A confiança do Papa*: em Cristo, contra a intolerância, os interesses e a exclusão;

40. *O pedido da Igreja*: a capacidade de propor respeitosamente a mensagem de salvação aos dirigentes mundiais;

41. *Recordação de Paulo VI*: a convicção de que o destino das nações está nas mãos de uma Providência misericordiosa;

42. *Necessário para vencerem o medo do futuro*: agirem em conjunto, sem repressão ou coação; antes, em representação da cultura da liberdade, através de um sentido de solidariedade (dar aos outros e em responsabilidade);

43. *Cada Homem feito à imagem e semelhança do Criador*: significa que todos estão dotados de sabedoria e de virtude (logo, não é necessário ter medo do Outro) e, segundo o Papa, desse modo, as lágrimas do século XX poderiam dar origem a uma nova primavera do espírito humano no milénio que estava para começar.

Confirmamos, assim, a preponderância do contexto geopolítico da Europa Central e de Leste (em geral) e dos Balcãs e da Bósnia-Herzegovina (em particular) no Discurso do pontífice no ano em apreço (números 6, 9, 17 e 18). Os problemas existentes foram abordados na ótica da liberdade e da solidariedade – como vimos, bastante relacionadas com João Paulo II e com o papel influente que assumiu nos acontecimentos que marcaram o final do século XX. Nesta intervenção, destacou-se, em nosso entender, a proposta de um novo conceito para a política internacional, associado a um conjunto de normas jurídicas a criar: os direitos das nações, cujo respeito, à semelhança do que acontecia a nível dos direitos individuais salvaguardados pelas disposições da DUDH, era determinante à paz no mundo. Acima de tudo, percebemos a atribuição por João Paulo II de uma nova ênfase à defesa da busca da liberdade – já não segundo um ponto de vista religioso, como vimos em 1979, mas sobretudo social e num espírito de solidariedade, i.e., de partilha do espírito de busca, de alcance e de respeito pela instauração de regimes governamentais que permitissem a autodeterminação dos povos. Entendeu-o como sendo um princípio de tal modo fundamental à sociedade humana, que apelou às Nações Unidas para que se tornassem uma «família das nações»: uma comunidade onde todos seriam respeitados, independentemente das suas origens e características culturais. Não existia, por isso, motivo para que uma nação tivesse medo de outra e que, levada por interesses nacionalistas e/ou particulares, colocasse em questão a paz – de novo, uma causa basilar no pensamento do Papa, em 1995.

2.10. Discurso do Papa Bento XVI, em 2008

COM O PASSAR DOS ANOS, OS DOCUMENTOS CONCILIARES NÃO PERDERAM ACTUALIDADE; AO CONTRÁRIO, OS SEUS ENSINAMENTOS REVELAM-SE PARTICULARMENTE PERTINENTES EM RELAÇÃO ÀS NOVAS SITUAÇÕES DA IGREJA E DA ACTUAL SOCIEDADE GLOBALIZADA
(BENTO XVI, PRIMEIRA MENSAGEM DO SEU PONTIFICADO, 20.4.2005)

Pablo Blanco, autor de *Joseph Ratzinger: uma biografia*, indicou entre os traços principais do perfil do Papa Bento XVI uma estreita ligação às Escrituras e uma forte influência dos sacerdotes que, ao longo da sua vida, lhe tinham transmitido ensinamentos da fé católica – dois aspetos que marcaram o seu pensamento essencialmente histórico e dogmático, bem como o modo como entendia a tradição religiosa: como estando intimamente unida à Palavra de Deus e sendo uma contínua demonstração da mesma (cf. 2005: 63). Ou seja: o Papa Bento XVI acreditava existir uma direta relação entre, por um lado, a doutrina e os valores morais (uma dimensão teórica) e, por outro, o culto sacerdotal e crente (uma dimensão prática). Acima de tudo, e como indicou na sua encíclica *Spe Salvi*, era fundamental que se mostrasse a todos os cidadãos do mundo que «l'Évangile n'est pas uniquement une communication d'éléments que l'on peut connaître, mais une communication qui produit des faits et qui change la vie» (PP. Bento XVI, 2007: 2). Quer isto dizer que considerava ser necessário mostrar que os princípios da doutrina católica tinham um caráter não meramente informativo (uma Boa Nova que é apenas comunicada), mas também performativo, i.e., que a Palavra Divina tem espaço para se manifestar no quotidiano através de ações que respeitam os valores morais da existência humana, o que, em última instância, permitia alcançar um futuro melhor. A crença de que a fé em Deus concede aos que n'Ele acreditam a esperança num futuro melhor era o que constituía, aos olhos da Igreja liderada por Bento XVI, a visão a defender e a promover no mundo – até porque, como afirmou, «[c]elui qui a l'espérance vit différemment; une vie nouvelle lui a déjà été donnée», posto que, «[p]arvenir à la connaissance de Dieu, le vrai Dieu, cela signifie recevoir l'espérance» (*ibid*.).

Enquanto cardeal, Ratzinger participou nas sessões do Concílio Vaticano II, tendo ressalvado nas reuniões com os restantes membros da Cúria romana alguns temas que, para ele, assumiam uma importância particular: foi o caso da Igreja dos pobres, que entendia como essencial para uma comunhão entre a instituição católica e os membros da comunidade leiga; o ecumenismo, desejando que as Igrejas separadas[5] se pudessem reunir, para que fosse

[5] No seio do cristianismo, o catolicismo e o protestantismo, mas não deixando o diálogo inter-religioso global de considerar a relação entre o catolicismo e as restantes religiões, sobretudo as monoteístas.

possível a constituição de uma única comunidade visível de Cristo na Terra, sem, no entanto, serem absorvidas; o regresso às fontes (i.e., às Sagradas Escrituras), de modo a que as reformas da Igreja não desvirtuassem o verdadeiro sentido da fé (nomeadamente, a nível das traduções bíblicas, considerando que as opções terminológicas deveriam ter o cuidado de não causar alterações no sentido do Evangelho); para além da liberdade religiosa, da participação litúrgica e da descentralização da Igreja, entre outros assuntos (cf. Blanco, 2005: 63). Depois, uma vez eleito Papa, e à semelhança do que haviam feito os seus predecessores, Bento XVI prolongou a sua experiência naquele colóquio, assumindo os valores debatidos e decretados no Concílio como basilares às ações da instituição, desta feita no início do século XXI. Concordando, em particular, com a opinião de João Paulo II de que o produto dos trabalhos conciliares era uma «bússola segura» para orientação «no vasto oceano» que representa(va) o terceiro milénio (cf. PP. João Paulo II, 2001: 28-29), o novo pontífice desejou «afirmar com vigor a vontade decidida de prosseguir no compromisso de actuação do Concílio Vaticano II, no seguimento dos meus Predecessores e em fiel continuidade com a bimilenária tradição da Igreja» (PP. Bento XVI, 2005b: 3) – até porque, no ano da sua eleição, se estava a celebrar o quadragésimo aniversário da conclusão dos trabalhos conciliares (a 8 de dezembro de 1965).

Com efeito, e como consta na frase destacada no início, Bento XVI era apologista da ideia de que, «[c]om o passar dos anos, os Documentos conciliares não perderam actualidade; ao contrário, os seus ensinamentos revelam-se particularmente pertinentes em relação às novas situações da Igreja e da actual sociedade globalizada» (*ibid*.). A questão do regresso às fontes e da orientação da Igreja pelos valores fundamentais da fé foi particularmente importante para o teólogo, visto que considerava que o trabalho desenvolvido no Concílio tinha sido entendido pela população leiga como uma crise interna da Igreja Católica – mais precisamente, como um lugar de confronto entre um conjunto de sacerdotes de uma esquerda subversiva e outro de uma direita crispada (cf. De Plunkett, 2005: 62s). Segundo Patrice de Plunkett, para Ratzinger, os *media* tinham tido um papel no incorreto entendimento por parte da opinião pública sobre o trabalho conciliar, até porque, como mencionámos na introdução deste trabalho, no decorrer do Concílio Vaticano II, membros da própria Secretaria de Estado do Vaticano colaboraram discretamente na reconstituição das sessões, providenciando aos jornais da época uma informação alternativa à informação oficial – informações que eram, em rigor, relatos em primeira mão acerca do

que se passava nas comissões mais reservadas, mas de acordo com o que *eles* queriam que fosse divulgado (cf. De Mattei, 2012: 238). O então Cardeal Ratzinger constatou que se estava a fomentar na sociedade europeia a ideia de que «não havia nada estável na Igreja, de que era necessário rever tudo», sendo aquele fórum religioso visto como «um grande parlamento de Igrejas, capaz de modificar e remodelar tudo à sua maneira» (De Plunkett, 2005: 62; *vide* Ratzinger 1997: 116). O resultado tinha sido, no seu entender, o erguer de um muro de incompreensão entre a instituição católica e a comunidade civil, não se compreendendo, de um modo geral, no seio desta última que o que a Cúria tinha proposto fazer era *confirmar* a doutrina da Igreja, procedendo a alterações onde era necessário, e não modificar radicalmente o que estava instituído.

A ideia de que a Igreja Católica já não tinha uma base estável era vista por Joseph Ratzinger como uma ameaça para a instituição. Foi por isso que, logo em 1966, imediatamente após a conclusão das sessões conciliares, começou a assumir uma posição de defesa do verdadeiro propósito do evento: a renovação (e não a modificação) da Igreja (cf. De Plunkett, 2005: 62). Em causa estava a defesa de um sentido de unidade e dos princípios doutrinais, que foi uma causa proeminente nos anos iniciais do pontificado de Bento XVI. Podemos compreender melhor a sua missão através da seguinte comparação com o contexto litúrgico: do mesmo modo que a Eucaristia representa o alimento e o sustento da (verdadeira) fé, assim estimulando os católicos a tenderem «para aquela unidade plena que Cristo desejou ardentemente no Cenáculo» (PP. Bento XVI, 2005b: 4), o propósito do pontífice de «assum[ir] como compromisso primário o de trabalhar sem poupar energias na reconstituição da plena e visível unidade de todos os seguidores de Cristo» – não só por «manifestações de bons sentimentos», sempre insuficientes, mas por «gestos concretos que entrem nos corações e despertem as consciências» (*ibid*.) – visava fomentar nos crentes o sentido de conversão interior e a «purificação da memória», pois, para o pontífice, é «a única que pode predispor os ânimos ao acolhimento da plena verdade de Cristo» (*ibid*.) e, assim, de fazer com que a doutrina permaneça viva nos contextos em mudança. Contudo, para Bento XVI, o entendimento da unidade não dizia apenas respeito à religião católica, estando contida também no diálogo ecuménico. Como afirmou, na sua primeira mensagem aos cardeais eleitores: «[o] actual Sucessor de Pedro deixa-se interpelar em primeira pessoa por esta exigência e está disposto a fazer tudo o que estiver em seu poder para promover a fundamental causa do ecumenismo», seguindo, para o efeito, os passos já dados pelos seus

antecessores e estando «plenamente determinado a cultivar todas as iniciativas que possam parecer oportunas para promover os contactos e o entendimento com os representantes das diversas Igrejas e Comunidades eclesiais» (*ibid.*). O seguinte excerto da mensagem inicial do seu pontificado evidencia este seu propósito:

> Ao empreender o seu ministério o novo Papa sabe que a sua tarefa é fazer resplandecer aos olhos dos homens e das mulheres de hoje a luz de Cristo: não a sua, mas a verdadeira luz do próprio Cristo. Com esta consciência dirijo-me a todos os que seguem outras religiões ou que simplesmente procuram uma resposta para os interrogativos fundamentais da existência e ainda não a encontraram. Dirijo-me a todos com simplicidade e afecto, para garantir que a Igreja quer continuar a tecer com eles um diálogo aberto e sincero, na busca do verdadeiro bem do homem e da sociedade. Peço instantemente[6] a Deus a unidade e a paz para a família humana e declaro a disponibilidade de todos os católicos na cooperação de um autêntico desenvolvimento social, respeitador da dignidade de cada ser humano. Não pouparei esforços nem dedicação para prosseguir o prometedor diálogo iniciado pelos meus venerados Predecessores com as diversas civilizações, porque da compreensão recíproca surgem as condições de um futuro para todos (PP. Bento XVI, 2005b: 5)

Como percebemos destas palavras, a causa ecuménica tinha como objetivo último a paz no mundo, sendo um propósito – e um diálogo – que partia dos trabalhos conciliares. Em rigor, a afirmação de se estar a dirigir «a todos com simplicidade e afecto, para garantir que a Igreja quer continuar a tecer com eles *um diálogo aberto e sincero*, na busca do *verdadeiro bem* do homem e da sociedade», bem como o pedido incessante a Deus de «*unidade* e [de] *paz* para a família humana», declarando «a disponibilidade de todos os católicos na *cooperação* de um autêntico desenvolvimento social, *respeitador da dignidade de cada ser humano*», porque, como disse, «da compreensão recíproca surgem as condições de um futuro para todos», tornam bastante clara a identificação do Papa com o que foi determinado pelo Concílio Vaticano II: a abertura ao Outro, o diálogo, a cooperação, a unidade e a paz. Parece-nos, assim, que, ao referir-se à atualidade dos princípios decretados no Concílio para a sociedade global do século XXI na sua primeira mensagem uma vez eleito, Bento XVI pretendeu esclarecer os ideais sobre os quais a reforma da Igreja se tinha alicerçado e, deste modo, sustentar o seu propósito enquanto líder da instituição: continuar o processo de envolvimento da mesma na evolução da família humana, contribuindo para o bem comum com o que tinha de mais particular, i.e., os princípios da fé cristã e, dentro destes, sobretudo o sentido de comunhão (que reside na Eucaristia) com os demais: leigos e membros de outras religiões. O objetivo seria o de que a Igreja Católica pudesse, de facto, corresponder à meta

[6] Consideramos ter existido um erro de tradução desta palavra na versão de partida, devendo constar em lugar da mesma «incessantemente».

definida no Concílio de vir a ser um agente capaz de atender às necessidades humanas perante o que fosse sucedendo à escala global.

Não é, portanto, de admirar que Bento XVI tenha ido às raízes do cristianismo, mais precisamente à Eucaristia, para definir o rumo da sua missão. Como disse, a Eucaristia «torna constantemente presente Cristo ressuscitado» e é da comunhão plena com Ele que «brotam todos os outros elementos da vida da Igreja, em primeiro lugar a comunhão entre todos os fiéis, o compromisso de anúncio e testemunho do Evangelho, o fervor da caridade para com todos, especialmente para com os mais pobres e pequeninos» (2005b: 3). Portanto: a ideia de unidade (na vida quotidiana) alicerçada na Palavra de Deus (que guia e dá esperança).

O TEOR DO DISCURSO DO PAPA BENTO XVI NA AGONU, A 18.4.2008

Após manifestar-se grato e honrado pela possibilidade de se dirigir à comunidade internacional a partir da sede das Nações Unidas, e de saudar todos os Estados-membros e os cidadãos que representavam, foram estas as considerações apresentadas por Bento XVI:

1. *Indicação do que os povos esperam da ONU*: que seja um centro de coordenação de ações de paz e de desenvolvimento global, atendendo a objetivos comuns;

2. *Recordação do Discurso de João Paulo II de 1995*: apelo para que o organismo se tornasse um centro moral, com a consciência comum de representar uma «família das nações»;

3. *As metas universais a estabelecer como base das relações internacionais*: o desejo de paz em todos e entre todos os povos, o sentido de justiça, o respeito pela dignidade humana, a cooperação e a assistência humanitária;

4. *A perspetiva da Santa Sé relativamente a tais metas*: são princípios que inspiram um cuidado especial da sua parte, vendo na ONU uma instituição capaz de garantir a concretização e/ou o respeito dos mesmos a nível mundial;

5. *Referência à encíclica* Sollicitudo Rei Socialis*, de João Paulo II*: as Nações Unidas concretizam o ideal de um grau superior de organização à escala internacional, guiada pelo princípio da subsidiariedade e capaz de responder às necessidades da família humana através de regras eficientes e da implementação de estruturas capazes de assegurar uma vida quotidiana harmoniosa por parte de todos os povos;

6. *Paradoxo*: embora os problemas das sociedades atuais exijam uma ação coletiva, as decisões tendem a ser tomadas apenas por alguns;

7. *Questões que exigem uma ação coletiva*: os problemas de segurança, os objetivos de desenvolvimento, as desigualdades ao nível local e mundial, bem como a proteção do ambiente, dos recursos e do clima, sendo necessário que os Estados ajam com boa fé, em respeito pelo direito e em solidariedade para com as regiões mais frágeis (indicou, por exemplo, alguns países de África, dado o risco de permanecerem à margem de um desenvolvimento integral e de colherem apenas os efeitos negativos da globalização);

8. *Ressalvas*: (i) as regulamentações internacionais não limitam a liberdade dos Estados; antes, promovem-na, pela proibição de todas as ações contra o bem comum e a dignidade humana; (ii) em nome da liberdade, é necessária uma correlação entre os direitos e os deveres de cada indivíduo (deu o exemplo das descobertas científicas e dos avanços tecnológicos, que, por vezes, violam a ordem da Criação ao irem contra o caráter sagrado da vida e, ao mesmo tempo, ao privarem a pessoa e a família da identidade natural); (iii) para se poder preservar o ambiente e proteger as várias formas de vida na Terra considerou necessário existir um uso racional da Ciência, em concordância com imperativos éticos;

9. *O princípio da responsabilidade de proteger*: (i) instituído recentemente, deu uma nova ênfase ao reconhecimento da unidade da família humana e da dignidade inata do Homem; (ii) indicou ser um dever primário de cada Estado a proteção dos cidadãos de violações graves dos direitos humanos e das consequências de crises humanitárias, sendo que, caso não sejam capazes de o fazer, a comunidade internacional deverá intervir em seu lugar; (iii) os Estados não devem entender tais intervenções como uma imposição indesejada ou uma limitação da sua soberania, mas sim como uma forma de gestão de conflitos através da exploração de todas as vias diplomáticas possíveis; (iv) referiu que aquele princípio foi considerado pelos antigos como a base de qualquer ação e relação entre o sistema político e o povo – referiu a este respeito o frade dominicano Francisco de Vitória, que viu tal responsabilidade como uma vertente da razão natural (sendo, logo, comum a todas as nações) e como um modo de regulação das relações internacionais; (v) olhando para o presente, disse que a aplicação do princípio deveria ser capaz de invocar a ideia da pessoa como tendo sido criada à imagem do Divino Criador, desejando o absoluto e a essência da liberdade;

10. *Recordação do panorama que levou à fundação da ONU*: assim que se abandonou o sentido da transcendência e da razão natural, o que fez com que a liberdade e a dignidade humana fossem grosseiramente violadas;

11. *Visão sobre a época*: perante novos e insistentes desafios, seria um erro se a comunidade internacional apenas procurasse determinar pontos de concordância; pelo contrário, deveria aplicar medidas concretas e efetivas para solucionar os problemas;

12. *O enfoque do seu discurso, naquele que era o sexagésimo aniversário da DUDH*: a dignidade humana, enquanto simultaneamente o fundamento e a meta da responsabilidade de proteger;

13. *Sobre a DUDH*: (i) foi o fruto da convergência de diferentes tradições religiosas e culturais, todas motivadas pelo desejo comum de colocar o indivíduo no coração da sociedade (instituições, leis e ações), sendo ele um elemento essencial à esfera cultural, à científica e à religiosa; (ii) naquele documento, os direitos humanos foram definidos como a língua comum e o substrato ético das relações internacionais, sendo a universalidade, a indivisibilidade e a interdependência de tais valores garantias de proteção da dignidade humana; (iii) todos os direitos expressos na DUDH devem ser aplicados a todos os indivíduos, pois cada ser humano é fruto da Criação de Deus (uma origem comum), e todos eles se baseiam na lei natural inscrita nos corações humanos, estando presentes nas diversas culturas e civilizações (i.e., não se restringem a contextos, visões do mundo, configurações culturais, políticas, sociais ou religiosas);

14. *O respeito pelos direitos humanos*: (i) é a medida do bem comum; (ii) serve para avaliar os binómios segurança-conflito, desenvolvimento-pobreza, justiça-injustiça; (iii) é a estratégia mais eficaz para eliminar desigualdades existentes entre países ou grupos humanos e aumentar a segurança;

15. *Advertência*: o bem comum não pode ser alcançado apenas pela correta aplicação de procedimentos, nem pelo equilíbrio entre direitos concorrentes; antes, o mérito da DUDH foi o de, ao ter criado uma linguagem universal comum, ter permitido que diferentes culturas, com diferentes expressões jurídicas e modelos institucionais, pudessem convergir num conjunto de valores;

16. *Todavia, necessidade de se redobrarem os esforços*: tendência, na altura, para se reinterpretarem os fundamentos da DUDH em favor de interesses particulares;

17. *Diferença entre legalidade e justiça*: (i) a primeira existe quando os direitos são apresentados apenas como resultado de ações legislativas ou normativas, correndo o risco de se tornarem proposições fracas, já que estão distanciadas da ética e da razão; (ii) a segunda reforça o respeito pelos direitos, uma vez que ele é feito com base no princípio da justiça

imutável (i.e., um sentido de justiça defendido pela generalidade das pessoas, em espírito de solidariedade, o que significa que os direitos e os deveres são válidos para todos os tempos e povos, como definido na DUDH);

18. *Referência a Santo Agostinho de Hipona (século V)*: o princípio de «não faças aos outros o que não gostas que te façam a ti» transmite a ideia dos direitos humanos como expressão de justiça aplicada igualmente a todos e não pela vontade do legislador;

19. *Sobre o discernimento*: (i) é a capacidade de se distinguir o bem do mal, que é necessária quando se assiste à tendência de se aclamarem novos direitos em face de novas circunstâncias (como entendia estar a acontecer na época); (ii) a confiança exclusiva nos Estados nacionais (nas suas leis e instituições) pode impossibilitar uma ordem social que respeite a dignidade e os direitos de todos, à escala global; (iii) por sua vez, uma visão ancorada na dimensão religiosa da vida humana em sociedade era capaz de ajudar a atingir tal objetivo, na medida em que o reconhecimento do valor transcendente do Homem favorece a conversão dos corações e, portanto, o compromisso contra a violência, o terrorismo e a guerra, em favor da paz e da justiça;

20. *Sobre o diálogo inter-religioso*: considerou que (i) a ONU é chamada a sustentar o diálogo entre religiões, tal como faz relativamente a outros domínios da vida humana; (ii) é importante que o faça, porque permite que os diversos membros confrontem os diversos pontos de vista e, assim, cheguem a consensos; (iii) no campo específico da religião, faz parte da sua natureza que as várias confissões livremente praticadas possam dialogar sobre a vida de forma autónoma, existindo, aliás, grandes benefícios para indivíduos e comunidades sempre que a religião e a política estão separadas (i.e., pensam e agem autonomamente); (iv) não obstante, as Nações Unidas podem beneficiar do diálogo entre as religiões, colhendo frutos da vontade dos crentes para colocarem as suas experiências ao serviço do bem comum, mais precisamente pela promoção de um entendimento da fé religiosa não em termos de intolerância, de discriminação ou de conflito, mas sim de respeito absoluto da verdade, da coexistência, dos direitos humanos e da reconciliação;

21. *Sobre a liberdade religiosa*: (i) deve constar no conjunto dos direitos humanos fundamentais, sendo que se, por um lado, tal liberdade assume uma dimensão simultaneamente individual e comunitária, por outro, é clara a distinção entre o domínio do cidadão e o do crente; (ii) nos últimos anos, a ONU tem assegurado que há espaço para visões do mundo inspiradas por uma perspetiva religiosa em todas as vertentes, pelo que,

para o Papa, era inconcebível que os crentes se vissem obrigados a suprimir a sua fé de modo a poderem ser cidadãos ativos de uma sociedade; (iii) disse que os direitos associados à religião precisam especialmente de proteção nos casos em que colidem com a ideologia secular ou com as posições religiosas dominantes; e que (iv) o reconhecimento integral dos direitos religiosos não significa apenas o livre exercício da veneração, mas também a possibilidade de participação na vida social por parte dos crentes;

22. *Justificação da presença do Papa na AGONU*: um sinal de estima da Igreja pelo organismo internacional, uma expressão de esperança quanto aos frutos a colher do seu trabalho e uma demonstração da vontade da instituição católica de contribuir para um sistema de relações internacionais inclusivo-participativo (i.e., no qual todas as nações tenham um lugar e possam fazer escutar a sua voz relativamente aos problemas);

23. *O lugar da Santa Sé na ONU*: mostra o caráter específico da Igreja enquanto sujeito na esfera internacional, sendo que a ONU continua a ser o lugar privilegiado pela instituição religiosa para se comprometer a contribuir com a sua experiência de humanidade, ao serviço de todos;

24. *Sobre a ação da ONU na promoção da liberdade de cada crente*: proporciona um aumento da proteção dos direitos humanos e permite que o Homem persista na sua busca por Deus, enquanto vive neste mundo;

25. *Desejo do Papa*: que o reconhecimento da dimensão religiosa seja fortalecido, pois serve de sustento à esperança por um mundo melhor, bem como permite criar as condições para a paz, o desenvolvimento, a cooperação e a garantia dos direitos às gerações seguintes;

26. *Referência à sua recente encíclica* Spe Salvi: todas as novas gerações têm a tarefa de se envolverem na árdua procura do modo mais apropriado de lidar com as questões humanas; no caso dos cristãos, tal é feito pela fé no trabalho de salvação feito por Cristo;

27. *Reafirmação dos ideais comuns à Igreja e à ONU*: a promoção da paz e da boa vontade em toda a Terra;

28. *Novos agradecimentos, saudações e uma promessa*: o apoio do Papa às Nações Unidas, através das suas orações, para poderem prosseguir a sua nobre tarefa.

Consideramos que existe nesta sequência de assuntos uma estreita articulação entre as características de Bento XVI enquanto Papa e a efeméride política internacional da altura: o sexagésimo aniversário da DUDH, que foi, inclusive, apontado pelo pontífice como o enfoque do seu Discurso (*vide* n.º 12). Com efeito, o seu texto versou essencialmente sobre

o tema dos direitos humanos, mas já numa perspetiva diferente da apresentada por João Paulo II quer em 1979, quer em 1995: se aquele pontífice tinha chamado a atenção para o assunto numa lógica de ação, i.e., de apontar o que era necessário ser feito pelos membros da ONU – sobretudo (i) a correção de situações nas quais os direitos tinham sido (ou estavam a ser) violados, para que não fossem repetidas; e (ii) a afirmação da necessidade inequívoca de se promover a paz entre os povos, pondo-se fim à dicotomia marcadamente ideológica (cultural) Nós-Eles (ou Eu-Outro) –, já em Bento XVI notamos um tom essencialmente explicativo: quanto (i) à importância da defesa dos direitos humanos e da dignidade da pessoa humana; (ii) aos meios disponíveis à comunidade internacional para o efeito (sobretudo, a DUDH); (iii) ao significado das medidas tomadas pela ONU nos contextos nacionais; e (iv) ao sentido e ao relevo da liberdade religiosa e do diálogo inter-religioso para o próprio fim das Nações Unidas de providenciar o bem comum. É neste último conjunto de explicações em particular que notamos a influência do percurso de Bento XVI: a clara presença do valor e do peso da doutrina cristã na vida humana, para além da perpetuação de princípios definidos no Concílio Vaticano II, como sejam a perspetiva de um futuro melhor através dos esforços de paz entre todos os povos, de desenvolvimento socioeconómico, de cooperação para a solução dos problemas e da garantia dos direitos fundamentais às gerações seguintes (ou seja: a vertente performativa da Boa Nova de Cristo); e a vontade da Igreja de contribuir para o trabalho das Nações Unidas e, assim, para o bem comum, através da sua experiência em humanidade e num espírito de serviço.

Assim sendo, vemos que também neste ano o Discurso na AGONU foi influenciado por um conjunto de fatores que foram desde a experiência e a personalidade do Papa até à adequação ao panorama internacional – no caso, não especificamente um acontecimento ou um contexto geopolítico, como vimos ter acontecido em 1995, mas a uma efeméride, que era, aliás, bastante particular ao organismo no qual discursou, ao qual se dirigiu, sobre o qual refletiu e ao qual aconselhou, dando explicações acerca dos assuntos abordados.

2.11. Discurso do Papa Francisco, em 2015

Y AHORA, COMENZAMOS ESTE CAMINO: OBISPO Y PUEBLO. (…) UN CAMINO DE FRATERNIDAD, DE AMOR, DE CONFIANZA ENTRE NOSOTROS
(PP. FRANCISCO, PRIMEIRA BÊNÇÃO APOSTÓLICA URBI ET ORBI *AOS FIÉIS, 13.3.2013)*

Nos dias imediatamente após assumir o cargo de Sumo Pontífice da Igreja Católica, Francisco não somente destacou o importante contributo que o seu antecessor havia dado à

instituição religiosa – considerando que Bento XVI tinha «enriquecido y fortalecido a la Iglesia con su magisterio, su bondad, su dirección, su fe, su humildad y su mansedumbre», correspondendo os anos do respetivo pontificado a um «patrimonio espiritual para todos» (PP. Francisco, 2013d: 1) –, como também indicou que o legado dele recebido iria ser basilar na missão que lhe tinha sido confiada: segundo disse, o anterior «ministerio petrino, vivido con total dedicación, ha tenido en él un intérprete sabio y humilde, con los ojos siempre fijos en Cristo, Cristo resucitado, presente y vivo en la Eucaristía» (*ibid*.). Com efeito, desde o início, o Papa Francisco perspetivou que a chama que Bento XVI acendeu enquanto foi líder do catolicismo não se iria extinguir, porque «estará alimentada por su oración, que sustentará todavía a la Iglesia en su camino espiritual y misionero» (*ibid*.). Mais precisamente, a sabedoria, a dedicação e o enfoque em Cristo («con los ojos siempre fijos en Cristo»), sobretudo Cristo ressuscitado, presente e vivo na Eucaristia, estiveram entre as características identificadas por Francisco como primordiais da herança que não só recebia, como também se propunha continuar – embora necessariamente à luz das suas próprias personalidade, experiência e formação eclesiástica.

Na sua primeira bênção apostólica *Urbi et Orbi* aos fiéis reunidos na Basílica de S. Pedro, Francisco defendeu, entre outros aspetos, uma união sustentada entre o Papa e o povo [«Y ahora, comenzamos este camino: Obispo y Pueblo» (2013e: 1)], uma consideração da Igreja como exemplar no princípio da caridade [«Este camino de la Iglesia de Roma, que es la que preside en la caridad a todas las Iglesias» (*ibid*.)] e um desejo de que o caminho a percorrer fosse de fraternidade, de amor e de confiança entre todos, baseado na oração de uns e de outros e em prol de uns e de outros [«Un camino de fraternidad, de amor, de confianza entre nosotros. Recemos siempre por nosotros: el uno por el outro» (*ibid*.)]. Nesta sua visão para o novo capítulo da Igreja que estava a começar notamos um peso muito substancial da fraternidade universal, profundamente associada à noção de humildade e de serviço ao Outro – sentidos que se revelam muito próximos à sua formação jesuíta. O mesmo podemos dizer relativamente à noção de «auténtico afecto colegial» (i.e., no seio do Colégio Cardinalício), a partir do qual o Santo Padre expressou a sua intenção de «*servir* al Evangelio con renovado amor, ayudando a la Iglesia a ser cada vez más, en Cristo y con Cristo, la vid fecunda del Señor» (2013d; ênfase nossa). É de destacar, a este respeito, a indicação que fez aos membros da Cúria para que, sob o impulso do Ano da Fé que a Igreja estava a viver, cumprissem com fidelidade a missão primordial de «llevar a Jesucristo al hombre, y conducir

al hombre al encuentro con Jesucristo», num caminho de verdade, marcado por uma renovação espiritual do Homem e pela alegria cristã que Jesus dá a todos aqueles que escolhem (e permitem) acolhê-Lo na sua vida (*ibid*.: 2-3). E, recordando o ensinamento de Bento XVI de que a Igreja era guiada por Cristo por meio do Espírito Santo e, portanto, que o Espírito correspondia à alma da Igreja, lançou o apelo a que nunca se deixassem vencer pelo desânimo e pelo pessimismo, «esa amargura que el diablo nos ofrece cada día» (*ibid*.: 3). Antes, que tivessem a convicção firme de que a força vivificadora e unificadora do Espírito (logo, da Igreja) lhes daria sempre a capacidade de perseverarem no cumprimento do seu papel, procurando novas formas de evangelização no decorrer da História, para que a Boa Nova pudesse, de facto, chegar aos confins da Terra. Como afirmou, reportando-se à segunda década do século XXI: «[l]a verdad cristiana es atrayente y persuasiva porque responde a la necesidad profunda de la existencia humana, al anunciar de manera convincente que Cristo es el único Salvador de todo el hombre y de todos los hombres» (*ibid*.). Ou seja: para Francisco, o anúncio do Evangelho é tão válido nos dias de hoje como era nos primórdios do cristianismo, tendo somente de ser comunicado «de manera convincente», i.e., numa adequação aos tempos e às exigências do momento – daí que tenha exclamado aos cardeais, quando assumiu o cargo: «Queridos Hermanos: ¡Ánimo!» (*ibid*.).

Três anos após a sua eleição, o Papa Francisco publicou a segunda encíclica do seu pontificado: a *Laudato Si'*, dedicada à relação natural entre o Homem e a Natureza, enquanto dois frutos da (mesma) Criação divina. O texto inicia-se por uma citação do santo da Igreja escolhido pelo ainda cardeal-prestes-a-tornar-se-Papa como referência principal na sua nova missão: S. Francisco de Assis, «o homem da pobreza, o homem da paz, o homem que ama e preserva a Criação» (PP. Francisco, 2013a: 5). Este santo influenciou o atual pontífice sobretudo em dois níveis: no cuidado da Terra, que o Papa entendeu ser crucial, uma vez que, «neste tempo, a nossa relação com a Criação não é muito boa»; e no fomento de «uma Igreja pobre e para os pobres», dado o exacerbar das ambições de lucro no mundo contemporâneo (*ibid*.). Estas duas influências convergiam numa causa em particular: a defesa da obra divina, que S. Francisco de Assis expressava através do reconhecimento da grandeza dela. Na *Laudato Si'*, o Papa explicou a este respeito que aquele santo «nos recordaba que nuestra casa común es también como una hermana, con la cual compartimos la existencia, y como una madre bella que nos acoge entre sus brazos» (2015b: 3). Era, por isso, que S. Francisco de Assis louvava a Deus, cantando: «Laudato Si', mi' Signore» (em

português, «Louvado sejas, meu Senhor») (cf. *ibid*.). Foi, então, a partir da vontade de promover a defesa do bem comum que é a Terra que a encíclica nasceu.

O filósofo e ambientalista português Viriato Soromenho-Marques considerou que a *Laudato Si'* «[e]ra a encíclica que faltava para a Igreja Católica ocupar o seu espaço-tempo na contemporaneidade de forma mais interveniente e efectiva» (2015), sendo, por isso mesmo, um texto «que [iria] ser lido pelo cristão comum e pelo cidadão interessado no seu tempo, independentemente da sua convicção religiosa», bem como «nas academias, pela sua riqueza de pensamento» (*ibid*.). O motivo da amplitude expectável de recetores prendia-se (e prende-se), em primeiro lugar, com o facto de o Papa Francisco ter conseguido entrosar a tradição católico-cristã com desafios diretamente relacionados com a vida humana em sociedade: dentro do tema da proteção do ambiente, não só os problemas relacionados com o aquecimento global e as alterações climáticas, mas também a «ecologia integral», como lhe chama o Santo Padre, i.e., um entendimento da existência como uma comunhão entre os vários elementos criados por Deus: o Homem, os animais, o solo, o clima e os oceanos. Ou seja: a ideia da Terra simultaneamente como Mãe (fonte que nos sustenta e governa, graças aos seus frutos) e como irmã (enquanto elemento intimamente relacionado com a vida humana à qual esta deve o seu bem-estar e a sua continuidade). Depois, no que diz respeito às razões para a necessidade de se apelar à proteção da casa comum, estas residem sobretudo na consciência que foi sendo cada vez mais clara quanto ao modo paradoxal como os recursos da Criação são usufruídos pelo Homem de hoje: embora todos os seres humanos sejam produto da mesma obra divina, não são reconhecidos direitos idênticos aos habitantes dos diferentes países – ou dentro de uma mesma comunidade – no acesso aos (e na utilização dos) bens; antes, são múltiplas as situações de discriminação e de exploração, que despoletam muitas vezes casos de marginalização e pobreza e que, no final, representam atentados à dignidade da pessoa humana. Isto mesmo afirmou o Papa Francisco na encíclica: «hay una verdadera 'deuda ecológica', particularmente entre el Norte y el Sur, relacionada con desequilibrios comerciales con consecuencias en el ámbito ecológico, así como con el uso desproporcionado de los recursos naturales llevado a cabo históricamente por algunos países» (2015d: 40). E deu os seguintes exemplos: «[l]as exportaciones de algunas materias primas para satisfacer los mercados en el Norte industrializado han producido daños locales, como la contaminación con mercurio en la minería del oro o con dióxido de azufre en la del cobre», assim como «[e]l calentamiento originado por el enorme consumo de algunos países

ricos tiene repercusiones en los lugares más pobres de la tierra, especialmente en África, donde el aumento de la temperatura unido a la sequía hace estragos en el rendimiento de los cultivos» (*ibid*.: 40-41). São, portanto, circunstâncias que, para além dos claros danos ambientais, afetam igualmente seres humanos inocentes, que se veem privados quer do direito fundamental à vida, à liberdade e à segurança pessoal (artigo 3.º da DUDH), dada a insalubridade que marca o seu meio ambiente imediato; quer do «simples» reconhecimento político-moral de que todos os seres humanos nascem livres e iguais, que impõe que a dignidade de cada Homem seja identicamente respeitada (artigo 1.º daquela declaração).

Para o Santo Padre, a falta de acesso a água potável por parte de algumas comunidades no mundo é um exemplo flagrante das disparidades existentes a respeito da relação ambiente natural-ambiente humano: se, nuns casos, a qualidade daquele recurso se vai deteriorando ao longo do tempo (por exemplo, na Nigéria, onde não existem políticas de saneamento em todas as regiões do território, estando a população em contacto com água contaminada – cf. National Geographic, 2019; UNICEF, 2017), noutros é usada como meio de exploração dos mais desfavorecidos, inclusive no dito Primeiro Mundo (veja-se o caso da cidade norte-americana de Detroit, na qual a grande maioria da população analfabeta é confrontada frequentemente com circunstâncias contratuais das empresas de abastecimento marcadas por dolo – cf. RTP 3, 2020b). E, não obstante, a água é um recurso fundamental à vida humana. Na *Laudato Si'*, Francisco indicou que «el acceso al agua potable y segura es un derecho humano básico, fundamental y universal, porque determina la sobrevivencia de las personas, y por lo tanto es condición para el ejercicio de los demás derechos humanos» (2015b: 26). Advertindo quanto ao alarde que se verifica «no sólo en países desarrollados, sino también en aquellos menos desarrollados que poseen grandes reservas» (*ibid*.: 27), chamou a atenção para o facto de que «el problema del agua es en parte una cuestión educativa y cultural, porque no hay conciencia de la gravedad de estas conductas en un contexto de gran inequidad», contexto este que, se não for alterado, poderá, como disse, converter-se «en una de las principales fuentes de conflictos de este siglo» (*ibid*.).

O problema parte, então, de uma questão cultural e de educação («una cuestión educativa y cultural») – ou melhor: de falta dela – que coloca em causa os direitos humanos fundamentais e que, em última instância, afeta a possibilidade de paz – como temos vindo a constatar, assuntos e causa primordiais na ação da Igreja no mundo. A *Laudato Si'* veio, portanto, chamar a atenção para assuntos que já não eram novos nas comunicações dos

líderes do catolicismo, mas teve como fator distintivo o facto de ter abordado de forma clara o lado educativo, i.e., a necessária mudança de consciências relativamente à relação entre o Homem e a Mãe Natureza. E nas advertências feitas pelo Papa em tal respeito, identificamos a influência de S. Francisco de Assis: como explicou Viriato Soromenho-Marques, do mesmo modo que aquele santo foi promotor de «uma teologia da relação íntima entre os seres humanos e as outras criaturas» [mais precisamente, de «[u]m triângulo em que temos o Homem, as outras criaturas e Deus» (Soromenho-Marques, 2015)], tendo defendido a «necessidade de a Humanidade se reconhecer também na condição de criatura ao lado das outras» (*ibid*.), também o Papa Francisco evidenciou o sentido da «humildade humana» (*ibid*.), i.e., de uma existência do Homem no mundo não de modo isolado e alheado, mas, pelo contrário, como simultaneamente um produto e um (re)produtor da comunidade humana. À luz desta perspetiva, as ações tomadas individual e localmente têm, necessariamente, um impacto comunitária e globalmente – e não somente em termos ambientais, no sentido mais estreito do termo (i.e., sobre o clima, sobre os oceanos e sobre a terra fértil, sobretudo), mas inclusive – e de modo muito preponderante – a nível da existência humana em sociedade (fundamentalmente no que aos direitos e à dignidade de cada um diz respeito).

É daqui que compreendemos o sentido de «cuidado», marcante em todo o texto da *Laudato Si'* (em particular) e no pontificado de Francisco (em geral). Aliás, é por meio dele que o Santo Padre tem «lança[do] as bases de uma nova concepção de direito internacional público, de um sistema internacional, baseado não na competição mas na cooperação obrigatória entre as nações e os povos» (*ibid*.). Fá-lo, por entender que o cuidado está direta e necessariamente relacionado com a fragilidade da Criação, no seu todo (ou seja, *tanto* do Homem *como* da Natureza), daí que chame a atenção da comunidade global – civil e, em especial, política – para a necessidade de se cuidar da Mãe Terra e de, ao mesmo tempo, se fomentar uma utilização dos recursos de forma harmoniosa – precisamente para o bem da Natureza *e* do Homem. Acima de tudo, para Francisco, o principal problema do mundo de hoje reside na desarmonia em que o ser humano passou a viver, em resultado das suas próprias ações ambientais e (consequentemente ou a par delas) políticas, económicas e socioculturais, particularmente orientadas pela lógica do lucro. Entende que, se aqueles que detêm o novo poder nas sociedades contemporâneas – o poder tecnológico – tendem a explorar as comunidades que são mantidas afastadas do mesmo, quer em termos de recursos

físicos, quer humanos (cf. Rigaud, 2018), então, os que são explorados tenderão a sentir vontade de se revoltarem contra tal sistema, o que fomentará, como indicou o Papa Francisco, «el crecimiento de la violencia y el surgimiento de nuevas formas de agresividad social, el narcotráfico y el consumo creciente de drogas entre los más jóvenes, la pérdida de identidad» (2015b: 36). Todos eles são sinais que mostram como o crescimento verificado nos anos mais recentes da história da humanidade «no ha significado en todos sus aspectos un verdadero progreso integral y una mejora de la calidad de vida»; pelo contrário, alguns expressam «síntomas de una verdadera degradación social, de una silenciosa ruptura de los lazos de integración y de comunión social» (*ibid.*), precisamente devido à fragmentação social a nível global e local (os ricos *versus* os pobres, os com acesso aos recursos naturais, materiais e espirituais *versus* os sem acesso, os que veem respeitada a sua dignidade e os seus direitos *versus* os que se veem privados dos mesmos). Tal separação conduz à perda da identidade dos indivíduos e, em muitos casos, à manifestação do pior lado do ser humano: o crime, a violência, a autodestruição ou o atentado ao bem-estar dos membros da própria comunidade.

Tudo isto nos faz traçar o seguinte perfil do Papa Francisco no início do seu pontificado: um líder religioso e político para quem era preciso corrigir o desconhecimento ou a desvalorização da relação íntima entre o Homem e a Natureza, uma vez que provocava sérias perturbações a nível global – tanto nas sociedades humanas como no ambiente. Além disso, como notou Marco Politi, este pontífice mostrou-se sempre particularmente sensível às questões sociais, ao ponto de que «[n]ot a week passes that he doesn't touch on the topics of injustice, hunger, poverty» (2015: 106). Encaramos tal característica como expressão do sentido de serviço ao Outro, como instituído pela tradição jesuíta, mas também porventura desenvolvido pela sua própria personalidade, que o faz pôr em primeiro plano o bem-estar de todos os indivíduos nas comunidades e questionar tudo o que vai para além do cuidado com a Criação (Homem e Natureza) – de um modo particular, a tónica colocada na busca desenfreada pelo lucro nos dias que correm (cf. *ibid.*: 107; Coppola, 2015: 16).

O TEOR DO DISCURSO DO PAPA FRANCISCO NA AGONU, A 25.9.2015

À semelhança do que fizemos para as intervenções anteriores, apresentamos, em seguida, a sequência de assuntos inscrita no texto proferido pelo Papa Francisco aos delegados e altos dirigentes das Nações Unidas:

1. Após as saudações iniciais, e tal como os seus antecessores haviam feito, *a perspetiva da Igreja Católica quanto ao principal papel da ONU*: um organismo capaz de dar a resposta jurídico-política adequada ao momento histórico, que, no caso, se caracterizava por uma imensa superação tecnológica;

2. *O porquê de se tratar de uma resposta imprescindível*: o poder tecnológico, quando nas mãos de ideologias nacionalistas ou falsamente universalistas, pode produzir tremendas atrocidades;

3. *Reafirmação*: a importância que a Igreja atribui à ONU e as esperanças que coloca nas suas atividades;

4. *A história da comunidade organizada dos Estados na ONU*: de importantes êxitos comuns, todos eles representando luzes que contrastam com a obscuridade da desordem (segundo o Papa, devidas a ambições descontroladas e a egoísmos coletivos);

5. *Certeza de que ainda são vários os problemas por resolver*: no entanto, se a ação da ONU não tivesse existido, a humanidade não teria sobrevivido ao uso descontrolado das suas potencialidades;

6. *Os progressos políticos, jurídicos e técnicos*: são parte do caminho de concretização do ideal da fraternidade humana;

7. *Homenagem do Papa*: a todos os que serviram a humanidade em prol da paz e reconciliação dos povos (por exemplo, Dag Hammarskjöld);

8. *A experiência dos setenta anos da* ONU (que se estavam a celebrar): para além do que foi conseguido, é evidente que a reforma e a adaptação aos tempos é sempre necessária;

9. *O objetivo último do organismo*: deverá ser a concessão a todos os países (sem exceção) de uma participação e de uma incidência real e equitativa nas decisões, sendo esta especialmente importante em entidades com capacidade executiva (como o Conselho de Segurança) e nos organismos financeiros (pois ajudará a limitar casos de abuso ou de usura);

10. *Sobre os organismos financeiros internacionais*: no seu entender, devem zelar pelo desenvolvimento sustentável dos países e não promover a sua submissão asfixiante a sistemas de crédito que não podem comportar;

11. *O trabalho da ONU, segundo a Carta das Nações Unidas*: em prol do desenvolvimento e da promoção da soberania do direito, e com base na justiça, indispensável ao ideal da fraternidade universal;

12. *Sobre o conceito de «direito» (político-jurídico)*: (i) tem como ideia implícita a limitação do poder; (ii) assenta na definição clássica de justiça de dar a cada um o que lhe pertence, o que implica que ninguém pode desrespeitar a dignidade e os direitos dos outros, achando-se superior (i.e., com mais poder); (iii) a distribuição fática do poder e a criação de um sistema jurídico de regulação das pretensões e interesses são formas de limitar o poder; (iv) existem na sociedade contemporânea muitos falsos direitos e, por sua vez, grandes setores indefesos e frágeis (como o ambiente e os excluídos);

13. *O chamado «direito do ambiente»*: (i) há limites éticos que a ação humana deve reconhecer e respeitar, sendo que qualquer dano ao ambiente representa um dano à humanidade (citação da *Laudato Si'*); (ii) cada criatura tem um valor em si mesma, o que faz com que o Homem não possa abusar da Criação, muito menos destruí-la;

14. *Relação ambiente-Homem e poder-exclusão*: a ambição egoísta e ilimitada pelo poder e pelo bem-estar material conduz a um abuso dos recursos materiais e à exclusão dos débeis ou com menos capacidades;

15. *O significado da exclusão económica e social*: a negação total da fraternidade humana, bem como um gravíssimo atentado aos direitos humanos e ao ambiente;

16. *A chamada «cultura do descarte»*: os mais pobres (excluídos) são os que mais sofrem tal atentado;

17. *O Papa assumiu a sua grande responsabilidade perante tal panorama*: fá-lo, levantando a sua voz e juntando-a à dos que exigem soluções urgentes e eficazes;

18. *A adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*: (i) um importante sinal de esperança; (ii) confiança do pontífice de que a Conferência de Paris sobre as alterações climáticas a realizar em dezembro daquele ano culminasse num acordo fundamental e efetivo; (iii) insuficiência dos compromissos assumidos solenemente, exigindo-se uma vontade constante e perpétua («iustitia est constans et perpetua voluntas ius suum cuique tribuendi»);

19. *Apelo e advertência*: o mundo reclama de todos os governantes uma vontade efetiva, prática, constante, de passos concretos e medidas imediatas sobre o ambiente, pois a magnitude dos problemas, juntamente com o número de vidas inocentes que vão sendo cobradas, impõem ação;

20. *Perigo dos instrumentos técnicos de medida*: (i) limitação ao exercício burocrático ou crença de que uma única solução dará resposta a tudo; (ii) não se pode perder nunca de

vista que existem homens e mulheres muitas vezes obrigados a viver miseravelmente, privados de qualquer direito; (iii) para que possam escapar da pobreza extrema, é preciso que sejam atores do seu próprio destino (em prol do desenvolvimento humano integral);

21. *Sobre o direito à educação*: (i) também fundamental para o desenvolvimento humano integral, devendo ser reconhecido a todos (nomeadamente às meninas, privadas de tal direito nalgumas partes do mundo); (ii) a educação é a base para a realização dos objetivos da Agenda 2030 e para recuperar o ambiente;

22. *Indicação aos líderes governamentais*: que concedam a todos os cidadãos a possibilidade de terem o mínimo de condições materiais e espirituais para viverem em dignidade, formarem e manterem uma família (a célula básica de qualquer sociedade);

23. *Um mínimo absoluto*: na vertente material, corresponde à garantia de teto, trabalho e terra; na vertente espiritual, à salvaguarda da liberdade de espírito, na qual se inclui a liberdade religiosa, o direito à educação e todos os direitos cívicos; de um modo geral, o acesso efetivo, prático e imediato de todos os cidadãos a tais bens e direitos é um indicador da Agenda 2030, uma vez que são essenciais para o desenvolvimento humano integral (têm como fundamento comum: o direito à vida e à própria existência da natureza humana);

24. *Efeito da crise ecológica e da destruição de grande parte da biodiversidade*: está em perigo a própria existência da espécie humana;

25. *A causa*: são consequências nefastas de um desgoverno irresponsável da economia mundial, guiado pela ambição de lucro e de poder; o fim da Criação começa onde já não reconhecemos nenhuma instância acima de nós (citações de Bento XVI e da *Laudato Sì'*);

26. *Necessária uma lei moral inscrita na natureza humana para a defesa do ambiente e a luta contra a exclusão*: (i) tal lei passa pela distinção natural homem-mulher e pelo absoluto respeito da vida em todas as fases e dimensões (*Laudato Si'*); (ii) sem o reconhecimento de limites éticos naturais e sem os referidos elementos basilares do desenvolvimento humano integral, os ideais da Carta das Nações Unidas tornam-se palavras vazias, podendo, até, servir de desculpa para casos de abuso e de corrupção ou para promover uma colonização ideológica, através da imposição de modelos e estilos de vida anómalos (i.e., estranhos à identidade humana, conforme a ordem natural da Criação);

27. *Sobre a guerra*: é a negação de todos os direitos do Homem e uma dramática agressão ao ambiente; é, por isso, necessário evitar o império incontestado do direito e

recorrer à negociação, aos bons ofícios e à arbitragem; a Carta das Nações Unidas é uma verdadeira norma jurídica fundamental a este respeito;

28. *Os setenta anos de existência da ONU*: tanto mostram a eficácia da plena aplicação das normas internacionais como a ineficácia do seu incumprimento, i.e., quando se respeita e se aplica a Carta com transparência e sinceridade, alcançam-se resultados de paz; pelo contrário, quando se confunde a Carta com um simples instrumento normativo, abre-se uma Caixa de Pandora de forças incontroláveis, que pode causar danos graves nas populações indefesas, assim como no ambiente cultural e biológico (físico);

29. *O preâmbulo e primeiro artigo da Carta das Nações Unidas*: os alicerces da construção jurídica internacional; porém, as contrariedades às afirmações contidas em tais parcelas do texto mostram uma tendência sempre presente da proliferação das armas, especialmente de destruição massiva; uma ética e um direito baseados na ameaça de destruição mútua são um atentado ao princípio de construção das Nações Unidas;

30. *Sobre o Tratado de Não-proliferação de armas nucleares:* (i) necessária a aplicação plena do mesmo, como expressão do empenho num mundo sem tais armas; (ii) o recente acordo celebrado com uma região sensível da Ásia e do Médio Oriente é a prova das possibilidades da boa-vontade política e do direito internacional; (iii) votos de que seja um acordo duradouro e eficaz, cumprido por ambas as partes e que dê os frutos desejados;

31. *Renovação de apelos para situações de sofrimento no mundo*: (i) em todo o Médio Oriente; (ii) no Norte de África e noutros países africanos (neste caso, referência à perseguição dos cristãos, que, juntamente com outros grupos culturais e étnicos, para além de crentes da religião maioritária que não quiseram deixar-se envolver na situação de ódio e de loucura, foram obrigados a testemunhar a destruição do seu património cultural e religioso e a fugir ou a pagar com a vida ou com a escravidão a sua adesão ao bem e à paz);

32. *Um sério apelo a um exame de consciência dos que têm a seu cargo a condução dos assuntos internacionais*: não só em casos de perseguição, mas também em qualquer situação de conflito (por exemplo, na Ucrânia, na Síria, no Iraque, na Líbia, no Sudão do Sul e na Região dos Grandes Lagos) existem rostos concretos, seres humanos que são nossos irmãos e que choram, sofrem e morrem, ao tornarem-se material de descarte, enquanto a atividade internacional se concentra na enumeração de problemas, de estratégias e em discussões;

33. *Pedido do Papa ao Secretário-Geral da ONU, numa carta de 9 de agosto de.2014*: que as Nações Unidas detivessem e prevenissem futuras violências contra minorias étnicas e religiosas, e que protegessem populações inocentes;

34. *Outro tipo de conflito pouco falado, mas que, silenciosamente, causa a morte a milhões de pessoas*: o narcotráfico – uma guerra assumida, mas pobremente combatida, que envolve vários setores das sociedades e que está de tal modo imersa em corrupção que, no final, coloca em causa a credibilidade das mais diversas instituições;

35. *Recordação das palavras finais do Discurso de PVI na AGONU, com valor perene*: é tempo de uma pausa para reflexão; o perigo não está na Ciência, mas no Homem;

36. *Perspetiva sobre o futuro da casa comum*: deve continuar a erguer-se sobre a correta compreensão da fraternidade universal, o respeito pela sacralidade de cada vida humana e do ambiente;

37. *Para isso, é necessário um grau superior de sabedoria*: que aceite a transcendência do Homem, que renuncie à edificação de uma elite omnipotente, que compreenda que o sentido pleno da vida é o serviço ao próximo e que o bem comum depende de um uso prudente e respeitador da Criação (citação de Paulo VI);

38. *Referência ao clássico da literatura argentina,* Martín Fierro: a primeira lei é a de que os irmãos permaneçam unidos, qualquer que seja a época; caso contrário, serão devorados pelos demais;

39. *Sobre o mundo contemporâneo*: está aparentemente interligado, mas experimenta uma crescente, consistente e contínua fragmentação social, que, em última instância, nos levará a enfrentarmo-nos uns aos outros, com base nos nossos interesses (*Laudato Si'*);

40. *O convite que nos faz o tempo presente*: privilegiar ações que gerem novos dinamismos na sociedade e que deem fruto a acontecimentos históricos importantes e positivos (indicação da exortação *Evangelii Gaudium*);

41. *Não se pode continuar a permitir*: o adiamento de «algumas agendas» [«algunas agendas» (2015c: 8)] para o futuro; este pede decisões críticas e globais relativamente aos conflitos que têm causado um aumento do número de excluídos e de necessitados;

42. *A louvável construção jurídica internacional da ONU*: melhorável como qualquer outra obra humana, mas necessária, para se poder alcançar um futuro seguro e feliz para as gerações seguintes – o que, segundo o Papa, poderá ser conseguido, se os representantes dos

Estados souberem deixar de lado interesses sectoriais e ideologias particulares, e procurarem com sinceridade servir o bem comum;

43. *Finalização*: o Papa pediu a Deus que assim fosse, assegurando aos presentes o seu apoio e oração para que a ONU conseguisse sempre prestar um serviço eficaz à humanidade, respeitando a diversidade e potenciando o melhor de cada povo e de cada cidadão.

Deste Discurso sobressai o facto de ter sido mais diversificado em termos de assuntos abordados do que os anteriores, embora seja clara a predominância de um tema central: a promoção de uma consciência global quanto aos efeitos nefastos da degradação da obra divina, tal como patente na encíclica *Laudato Si'* – que, aliás, foi várias vezes citada pelo Papa Francisco no decorrer da sua intervenção. O que nos parece distinguir este seu texto comparativamente aos outros quatro Discursos na AGONU é, em primeiro lugar, a forma como Francisco abordou temas que foram sendo referidos pelos seus antecessores naquele fórum, mas olhando para os mesmos segundo uma perspetiva diferente. A este respeito, parecem-nos particularmente relevantes, por um lado, a preocupação com os mais frágeis e os sentidos de fraternidade universal e de serviço, que foram bastante mais explicitados, repetidos e problematizados por este pontífice; e, por outro, a defesa dos direitos humanos, bem como a noção de justiça e a prossecução da paz, que foram por ele referidos segundo outras abordagens: (i) em associação ao tema principal (i.e., a relação de causa-efeito entre a proteção do ambiente e a salvaguarda da dignidade de cada membro de uma sociedade, em particular dos «descartáveis»); (ii) a respeito da luta contra a exclusão social numa comunidade globalizada onde o lucro e os interesses particulares muitas vezes falam mais alto do que os princípios éticos, sendo desvalorizado o tratamento humanizador do Outro, nosso irmão e igual a nós; e (iii) na lógica da chamada de atenção de Francisco quanto ao facto de que, por detrás de quaisquer conflitos, existem rostos concretos, que não podem ser descartados, sob pena de se pôr em causa o bem comum. Em segundo lugar, consideramos ter sido dada neste Discurso também uma atenção maior ao trabalho da ONU, com o Papa a apresentar um tom conselheiro, mas incisivo e crítico. Isto foi notório sobretudo nos vários momentos em que se pronunciou quanto ao que devia e não devia ser feito, tendo insistido na importância de serem tomadas pelas Nações Unidas decisões concretas e eficazes, passíveis de gerar frutos positivos. De um modo geral, foi, portanto, uma mensagem bastante preocupada com os efeitos das ações da comunidade internacional, tendo talvez por isso se concentrado de um modo especial no alerta à consciência global para o sério problema da

Criação – até porque, como vimos, a educação é tida por Francisco como fundamental à mudança dos comportamentos.

2.12. Balanço do subcapítulo

Olhando para os Discursos com mais pormenor, conseguimos perceber, por um lado, semelhanças e, por outro, particularidades. Para além das referências em todos os Discursos à relação entre a Santa Sé e a ONU, à importância do organismo para a vida internacional, à justificação das visitas apostólicas à sede do mesmo e aos sentidos de homenagem, reconhecimento e apreço pelo trabalho desenvolvido, verificamos uma linha de pensamento dos pontífices que incidiu sobretudo em quatro grandes temáticas: (i) os princípios religiosos e espirituais; (ii) o Homem e a vida humana; (iii) os princípios a implementar e/ou a defender nas sociedades; e (iv) circunstâncias negativas da vida internacional – categorias cujos assuntos foram relacionados pelos Papas com a ação das Nações Unidas, tendo-os enunciado na forma de apelo, de advertência ou de conselho aos Estados-membros e aos altos dirigentes daquele organismo. Para que pudéssemos perceber exatamente como a carga semântica das mensagens foi evoluindo diacronicamente, correlacionámos os assuntos de cada categoria com os cinco atos discursivos papais na AGONU, assinalando os resultados em tabelas. Nestas, preenchemos com uma tonalidade mais clara as células relativas aos casos em que um determinado assunto foi abordado pelo Santo Padre naquela assembleia e com uma tonalidade mais escura as afetas àqueles em que os assuntos, tendo sido referidos em mais do que um Discurso, mostraram uma prevalência num (ou em alguns) em particular, i.e., ocuparam um maior espaço no texto pontifício em questão comparativamente aos restantes. Por fim, assinalámos com o símbolo «o», na lateral das tabelas, os assuntos que foram objeto de reflexão por todos os Papas.[7] Para o balanço desta segunda parte do nosso capítulo, consideramos que a comparação mais relevante a fazer se prende com a terceira temática: se, tal como percebemos até este ponto do nosso estudo, o Sumo Pontífice da Igreja Católica se pronunciou na AGONU sobre o estado da humanidade numa lógica de cumprimento tanto da missão histórica assumida pela instituição religiosa como do seu estatuto político formal e globalmente reconhecido, e visando, acima de tudo, prestar um serviço a uma organização internacional com a qual mantém até hoje uma relação privilegiada e partilha propósitos comuns, então, entendemos que as considerações que melhor poderiam ilustrar a articulação

[7] Os resultados constam na íntegra no apêndice B.0.2 deste trabalho.

entre o ponto de vista (moral) dos Papas sobre a ação (política) das Nações Unidas estariam contidas naquele conjunto, ou seja, nas medidas apontadas em cada época como urgentes em termos de implementação e/ou de defesa.

Com base nos resultados (quadro 3), conseguimos, com efeito, traçar uma correlação com o que analisámos sobre os pontificados e os contextos históricos em que cada Discurso foi proferido. Por exemplo, não nos surpreende que o tema do respeito pelos direitos humanos e da dignidade tenha sido mais salientado por João Paulo II, nas duas intervenções, e por Bento XVI, uma vez que percebemos quão particular foi aquela causa para o primeiro pontífice e, no caso do segundo, vimos ter sido o tema central da sua intervenção, desde logo por se ter realizado no âmbito da celebração dos sessenta anos da DUDH.

	Princípios a implementar e/ou a defender nas sociedades	Paulo VI (1965)	João Paulo II (1979)	João Paulo II (1995)	Bento XVI (2008)	Francisco (2015)	
1	Direitos humanos/ do Homem						o
2	Direitos das nações/ direitos dos povos						
3	Direito à existência (humana, das nações) = respeito pela diversidade cultural						
4	Direitos morais						
5	Direito do ambiente						
6	Direitos económicos, sociais e culturais; civis e políticos						
7	Direito à participação na vida social, cidadania internacional						o
8	Direito internacional/ humanitário						o
9	Dignidade						o
10	Liberdade						o
11	Liberdade religiosa e de espírito						o
12	Fraternidade, ideia de irmão						
13	Solidariedade						
14	Verdade, justiça						o
15	Paz, concórdia, consenso						o
16	Respeito, tolerância (o Outro)						
17	Renovação do Homem						o
18	Sistemas económicos flexíveis, respeito pelo ritmo de crescimento de cada comunidade						
19	Limitação do poder político, distribuição do poder (em geral), dar a cada um o que lhe pertence, garantir os bens essenciais (espirituais/ materiais)						
20	Pausa, reflexão, exame de consciência pelos Estados/ comunidade internacional; estudo de soluções/ ponderação						o
21	Independência/ autodeterminação dos povos; Estados recém-formados; autonomia						
22	Integridade territorial/ controlo do território, direito à pátria						
23	Responsabilidade (do ser humano/ líderes): responder pelas suas opções, comprometer-se com uma causa						
24	Responsabilidade de proteger (por parte dos Estados); ideia de salvaguarda - das populações, do ambiente						
25	Discernimento/ bom senso, boa vontade/ boa fé, vontade constante e perpétua						
26	Imperativos/ limites éticos, respeito pela lei, aplicação igualitária da lei						

QUADRO 3: Evolução da carga semântica dos Discursos pontifícios: princípios a implementar e/ou a defender nas sociedades

O mesmo podemos dizer relativamente à paz e à concórdia, que foram assuntos mais evidenciados nos Discursos de Paulo VI, em 1965, e de João Paulo II, em 1979, ou seja, durante a Guerra Fria e, portanto, num período da História marcado por um clima de constante incerteza quanto a um confronto nuclear entre as duas superpotências mundiais. Do lado oposto da baliza temporal do nosso estudo, o destaque maior ao direito internacional e humanitário nas intervenções mais recentes – de Bento XVI, em 2008, e de Francisco, em 2015 – poderá ter uma justificação processual, na medida em que, com o passar dos anos, foi sendo possível ter-se uma perceção mais clara comparativamente com o passado sobre a atividade da ONU, conseguindo-se traçar um balanço mais rico em termos de dados e de experiências entre as medidas adotadas e os resultados obtidos – e disto terá resultado uma melhor compreensão dos aspetos a melhorar na proteção da vida humana por parte daquele organismo, como evidenciaram na AGONU os dois últimos Papas. Em estreita ligação às experiências pessoais e às missões delineadas por cada pontífice, identificamos também a maior prevalência de mensagens sobre: (i) a liberdade, a autodeterminação, a solidariedade e o direito das nações nos Discursos de João Paulo II (de um modo especial, no de 1995); (ii) o direito do ambiente no de Francisco, e a responsabilidade de proteger em prol do bem comum, a ação por bom senso e em boa fé (à luz dos princípios católicos), para além dos limites éticos na atividade política mundial, no de Bento XVI; (iii) a ideia de fraternidade, manifestada por Paulo VI em pleno desenrolar do Concílio Vaticano II, e por Francisco, enquanto um sentido ao qual tem uma afinidade particular; (iv) as necessidades, por um lado, de limitação do poder político, causador de profundas desigualdades sociais e económicas, e, por outro, de respeito das características culturais de cada país, que aumenta(va)m o desrespeito e a distância face ao Outro, bem presentes nas preocupações de João Paulo II e de Francisco; (v) a salvaguarda da liberdade religiosa, sobretudo evidenciada nos Discursos de João Paulo II (em especial, no de 1995) e no de Bento XVI, o que nos parece resultar da experiência pessoal do primeiro e da teológico-pastoral do segundo; e (vi) o apelo à renovação do Homem, com vista a que o mundo caminhasse para uma nova História, que foi mais notório na comunicação de Paulo VI e na de João Paulo II de 1995, e que, no primeiro caso, interpretamos como uma expressão do espírito reformador do Concílio (logo, de renovação) e, no segundo, da ansiedade quanto ao novo milénio que estava para começar e, portanto, a um período de mudança, que exigia não somente uma evolução a nível físico e material (tecnológico, sobretudo), mas igualmente a nível das consciências.

Já no que diz respeito ao alerta de todos os Papas (i) ao direito de todos os cidadãos (e representantes das nações) a terem uma voz ativa nas comunidades e na sociedade global; (ii) ao imperativo de a política internacional assentar nos princípios da verdade e da justiça; e (iii) de os dirigentes mundiais pararem para refletir, procurando encontrar soluções para os problemas com base nos dados ao seu dispor, não encontramos uma relação específica com os pontífices individualmente considerados, mas com o papel por eles desempenhado na ONU. Contudo, não deixa de ser interessante que tais mensagens reflitam, fundamentalmente, sobre duas circunstâncias: por um lado, a eficácia da atividade das Nações Unidas no cumprimento da sua meta de salvaguardar o Homem do flagelo da guerra e de o proteger quanto a ameaças ao seu bem-estar (como disposto nos documentos basilares do organismo: a Carta e a DUDH); e, por outro, de garantir a equidade de todos os indivíduos e de todos os povos, com vista a tornar a paz uma realidade. O facto de se terem mantido constantes nas comunicações dos Papas no decurso do último meio século significa que são metas que ainda não foram alcançadas – logo, que existem aspetos na ação da ONU que exigem, aos olhos da Igreja Católica, um contributo em nome do Homem e do bem comum, contributo esse que é estabelecido pela abordagem dos fenómenos mundanos à luz dos valores morais católico-cristãos.

Podemos, assim, afirmar que, quando na AGONU, os líderes da Igreja adequaram o legado religioso de que são portadores ao contexto político discursivo e que tal adequação terá tido por base o intuito de fazerem chegar as mensagens aos seus destinatários, sobretudo os imediatos – e não só no que se refere a serem por eles recebidas, mas essencialmente descodificadas (a ideia de compreensão da mensagem a transmitir numa visita apostólica, como nos disse ser primordial o Secretário de Estado do Vaticano, o Cardeal Pietro Parolin). É neste sentido que consideramos ter existido uma traduzibilidade do património cultural religioso nas palavras dirigidas por Paulo VI, João Paulo II, Bento XVI e Francisco aos líderes das nações: sobretudo, desenvolvida numa lógica de atualização dos princípios do catolicismo para época histórica em questão e de adequação (e não modificação) dos mesmos à missão das Nações Unidas no mundo, mais precisamente ao modo como, perante os problemas existentes, os detentores do poder político mundial poderiam agir de modo eficaz e, assim, promover o bem da humanidade e da Terra, no seu todo.

3. ANÁLISE DE CONTEÚDO

Neste capítulo, iremos concentrar-nos nos processos de reescrita do *DN*, do *JN* e do *DA*. O objetivo primordial será o de determinarmos de que forma a comunicação do património cultural religioso feita inicialmente por cada Santo Padre foi reproduzida e dada a conhecer em três subsistemas particulares da nossa sociedade. Iremos desenvolver a análise das notícias principais seguindo as definições do modelo sistémico-sistemático. Primeiro, apresentaremos o resultado dos levantamentos preliminares, seguindo-se os afetos à macroanálise e, por fim, os da microanálise – tudo isto numa lógica de complexificação e particularização crescentes: partindo de um enfoque na seleção dos conteúdos de partida, passando à sua reorganização nas versões de chegada e terminando no destaque feito pelos jornais de certos argumentos dos pontífices, em particular. Contudo, para compreendermos devidamente os contornos dos circuitos da tradução no campo jornalístico e o modo como foi feita a articulação entre o sistema religioso e o sistema dos *media*, iremos replicar o cruzamento S2-T1, segundo o definido no modelo de investigação por nós proposto: i.e., proceder a uma comparação com processos de reescrita levados a cabo pelos três jornais do nosso estudo, desta feita sobre intervenções de líderes governamentais contemporâneos de cada Papa, pois será do confronto entre as opções assumidas para uns e para outros que transparecerão diferenças ou semelhanças no tratamento, pela tradução, das palavras comunicadas à partida. Então, da compreensão de como os mesmos jornais reproduziram as mensagens de outros protagonistas influentes na época histórica de cada pontífice e proferidas a partir do mesmo fórum, conseguiremos entender se foi veiculada (ou não) para o público uma imagem do líder do catolicismo diferente da difundida sobre os dirigentes das nações – ou seja: determinar qual o papel que, aos olhos de cada um dos órgãos da imprensa portuguesa em apreço, o Santo Padre desempenha no mundo, especialmente quando recorre à diplomacia.

Este capítulo irá ter por base os materiais dos arquivos consultados. Para a etapa da microanálise, iremos incluir uma observação de despachos de agências aos quais pudemos ter acesso, não para efeitos de uma análise exaustiva, mas para sustentarmos as nossas constatações quanto ao objeto de estudo, i.e., às notícias principais produzidas e publicadas pelo *DN*, pelo *JN* e pelo *DA* sobre a participação do Sumo Pontífice da Igreja Católica naquela assembleia, num espaço de tempo de meio século.

3.1. Levantamentos preliminares: a seleção das versões de partida

De acordo com Norman Fairclough, «[m]aking news is a heavily interpretative and constructive process, not simply a report of 'the facts'» (2003: 84-85). Para além de existir uma intenção referencial no trabalho jornalístico – que, segundo o autor (*ibid*.), justifica a tendência dos jornalistas para selecionarem da atualidade um determinado conjunto de factos em vez de outros, tendo em conta o tipo de informações que entendem dar a conhecer ao público –, existe igualmente uma intenção explanatória, que está, por sua vez, relacionada com o ângulo de abordagem escolhido para o relato dos factos, pelo qual relatam ao público a versão que pretendem transmitir dos acontecimentos em causa. Reportando-se à época em que foi diretor do *DN*, Mário Mesquita confirmou esta ordem de ideias, afirmando que, «muitas vezes, o tom ou a tendência do jornal ou a interpretação do jornal é mais marcada por esse trabalho de enquadramento» (apêndice A.4: p. 56). Isto acontece sobretudo quando são assuntos, instituições ou protagonistas sobre os quais existe um elevado número de conteúdos disponíveis e, no seu entender, é o caso da Igreja Católica na sociedade portuguesa. Como vimos no capítulo anterior, sempre que o objeto a noticiar apresente um âmbito de ação amplo – como seja a Igreja Católica, quer em termos do que se passa no Vaticano, quer fora de portas –, os jornais têm de «selecionar temas e o critério irá ser, certamente, o critério do interesse regional e nacional» (*ibid*.: p. 63), i.e., aquilo que os responsáveis entenderem ser mais relevante para o respetivo público, de acordo com as respetivas linhas editoriais. Além disso, qualquer opção tomada nas redações é necessariamente influenciada pelas próprias características da discursividade jornalística, nomeadamente a concisão, tendo em conta a dimensão mais reduzida dos artigos nas páginas dos jornais comparativamente, por exemplo, com uma obra de literatura, e a clareza, uma vez que uma notícia de um órgão de comunicação social generalista é um texto dirigido a um público amplo e heterogéneo. Exige-se, por isso, uma escrita em língua-padrão, fluente e com um cariz funcional, i.e., que permita ao recetor uma leitura rápida, pois é esse o tipo de leitura que está em causa. Isto significa que o texto tem de ser sucinto e claro nas mensagens (re)transmitidas – como diz Jean-Luc Martin-Lagardette: «[f]azer compreender com uma grande economia de meios, esta é a grande arte do jornalismo» (1998: 36).

A *seleção* dos conteúdos de partida parece-nos ser, assim, um parâmetro relevante para um primeiro contacto com os materiais a analisar, quer em termos jornalísticos, quer translatórios: jornalísticos, porque é um procedimento inicial no trabalho da redação, sendo

nele que se começa a delinear o ângulo de abordagem sobre o acontecimento (que será, como dissemos, o foco do nosso estudo, na microanálise); translatórios, porque, numa reflexão como a nossa, que assume como referência de base o modelo sistémico-sistemático de José Lambert e Hendrik van Gorp, mostra fazer jus ao objetivo de se caracterizar em traços gerais as versões traduzidas que compõem o objeto de estudo (cf. Lambert e van Gorp, 1985: 52). Com efeito, a aferição do que foi selecionado pelos jornais a partir dos Discursos na AGONU far-nos-á perceber (i) a medida em que as mensagens comunicadas por cada Papa naquele fórum internacional foram mais ou menos tidas em conta pelos jornais no momento de elaboração de um relato sobre a ocasião (logo, mais ou menos submetidas a tradução); (ii) a amplitude maior ou menor da reprodução dos argumentos iniciais (várias passagens dos textos de partida ou, pelo contrário, um enfoque num assunto ou num pequeno conjunto de assuntos em particular?); e (iii) a maior ou menor proximidade entre os jornais em termos de conteúdos selecionados (poder-se-á dizer que existiu uma forte influência de agentes mediadores ou uma ação individual das redações sobre os materiais recebidos e/ou consultados?). E isto dar-nos-á a capacidade de traçarmos um retrato geral (e inicial) dos processos de tradução no campo jornalístico.

Passamos a explicar como levámos a cabo os levantamentos preliminares: nas versões oficiais dos Discursos (T1, de 1 a 5),[1] disponíveis em http://www.vatican.va/, assinalámos os argumentos dos Papas citados e/ou parafraseados nas notícias principais publicadas por cada um dos agentes de chegada (T2, T2' e T2''). Para o efeito, definimos um código de cores: três de base, cada qual correspondendo a um jornal (laranja para o *DN*, azul para o *JN* e verde para o *DA*), e uma cor simbolizando os casos de seleção por todos os jornais (vermelho). Nos casos selecionados por dois jornais, mantivemos a cor de ambos, mas, na sinalização das passagens, tivemos em conta a hierarquia definida no modelo por nós proposto: a cor de fundo é a relativa ao jornal hierarquicamente superior em S2 e a cor de contorno corresponde ao segundo jornal (a título de exemplo, uma passagem incluída tanto na notícia do *DN* como na do *JN* constará destacada a laranja e com um contorno azul; já uma incluída no *JN* e no *DA* apresentará o fundo azul e o contorno verde). Recordamos que, se em **1965**, **1979** e **2015** os pontífices se pronunciaram na AGONU numa única língua, em

[1] Como analisaremos a tradução nos jornais de forma sincrónica, isso significa que existirá uma sobreposição dos elementos da primeira linha do circuito da tradução no campo jornalístico. Por isso, por «T1 (de 1 a 5)» queremos dizer que T1 corresponderá sempre ao texto pontifício em causa, sendo que se se tratar do de Paulo VI, em 1965, estaremos a referir-nos a T1.1; do de João Paulo II, em 1979, a T1.2; do também deste Papa, em 1995, a T1.3; do de Bento XVI, em 2008, a T1.4; e do de Francisco, em 2015, a T1.5..

1995 e **2008** fizeram-no em várias. Por isso, nestes dois anos, as marcações constam em mais do que uma versão de partida, segundo a ordem linguística definida pelos pontífices.[2]

CRUZAMENTO T1-S2: A AMPLITUDE DA REESCRITA

Apresentamos no gráfico 3 o número total de passagens selecionadas no sistema de chegada, ao longo do tempo:

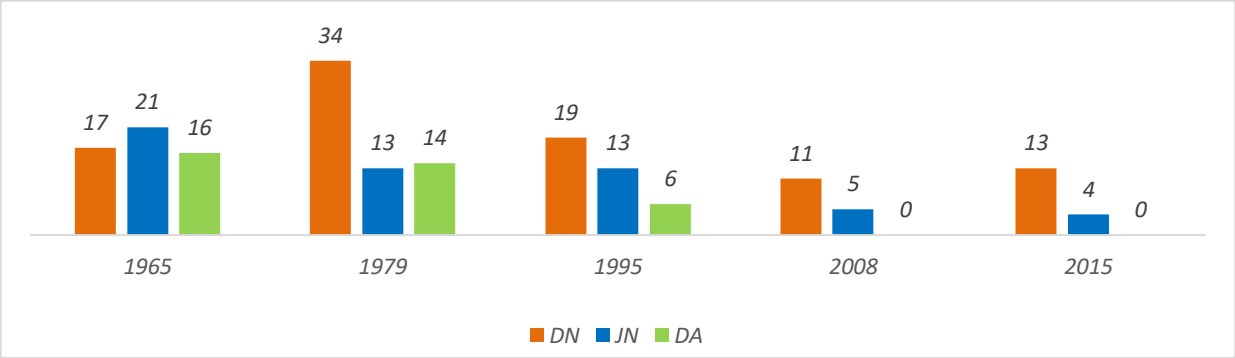


GRÁFICO 3: Total de passagens selecionadas pelos jornais a partir de cada Discurso na AGONU

Passando em perspetiva o resultado das marcações em todos os anos em estudo, percebemos que foi aquando da primeira visita de um Sumo Pontífice da Igreja Católica à sede das Nações Unidas, em **1965**, que a imprensa portuguesa mais deu a conhecer à população o teor das mensagens comunicadas pelo Santo Padre aos membros e dirigentes daquele organismo, sendo claro o contraste com os anos de **2008** e de **2015**. Com efeito – e como podemos confirmar na figura 5, que mostra o levantamento afeto ao primeiro ano em análise[3] –, todas as páginas do texto que Paulo VI leu na AGONU contêm marcações a cores, o que quer dizer que de todas elas foram retirados argumentos para serem reescritos nos jornais e, assim, tornados públicos. Entendemos esta circunstância como um indício de atribuição por parte das redações portuguesas em apreço de um elevado relevo noticioso ao que o Papa tinha a dizer acerca da humanidade, na altura. Comparando os jornais entre si, o predomínio do azul indica-nos que o *JN* foi o que incluiu no seu texto um maior número de conteúdos de T1.1., pelo que terão sido os seus leitores, de entre os três contextos de receção, a ter uma perspetiva mais rica em termos de número de pontos de vista comunicados por

[2] No ano de **1995**, a versão indicada como 3.1. corresponde aos trechos proferidos por João Paulo II em inglês, que foi a primeira língua na qual falou, mas também àqueles em russo, apesar de ter sido a terceira língua utilizada pelo pontífice, por não termos competências na mesma. Assim, a versão 3.2. diz respeito às passagens em francês e a 3.3. às comunicadas em espanhol. Pelo mesmo critério da ordem pela qual as versões foram lidas, em **2008**, 4.1. corresponde à versão francesa e 4.2. à inglesa.

[3] Para uma visualização em maior detalhe, *vide* apêndices B.1.1.1.

aquele pontífice na AGONU. A este respeito, cabe-nos traçar o seguinte raciocínio: por um lado, o facto de a notícia do *DN* neste ano ter consistido numa transcrição integral do Discurso é, em nosso entender, um sinal de atribuição por parte dos responsáveis daquele diário de um relevo noticioso elevado a tal texto de partida; por outro, compreendemos que, por ter sido integral, a capacidade de apresentação de opções editoriais próprias terá ficado necessariamente condicionada e restringida à titulação, sendo que isso poderá justificar o menor número de passagens selecionadas para reescrita quando comparado com o *JN*. Não obstante, verificamos que, à semelhança do que fizeram os restantes jornais, o *DN* publicou um artigo complementar à notícia principal, tendo, aliás, sido o único a incluir citações e paráfrases do Discurso de Paulo VI (cf. apêndice B.0.4: pp. 21-35); porém, não o fez de um modo tão proeminente como o *JN* no relato principal, i.e., não apresentou tantos casos de seleção como aquele. A seguinte conjuntura histórica dá-nos algumas informações acerca da relação entre cada um dos jornais em apreço com o regime do Estado Novo, podendo-nos ajudar a compreender a diferença identificada em termos de retransmissão da mensagem do Santo Padre para os cidadãos:

Durante o Estado Novo, existiram sobretudo três tipos de posicionamento das redações relativamente ao sistema político: jornais contra o regime ou ideologicamente não-alinhados, que manifestavam uma maior ousadia no que apresentavam nas suas páginas ou, pelo menos, menor receio da intervenção da censura; outros que assumiam uma certa «neutralidade», não compactuando com a ideologia definida, mas também não mostrando ir contra ela; e outros que se apresentavam coniventes com as decisões tomadas pelo Conselho de Ministros, daí serem tidos como órgãos alinhados com o regime. O *DN* pertencia a este último conjunto. Ora, «[d]urante todo o período da ditadura, o *Diário de Notícias* e *O Século* seriam os dois matutinos de referência com maior impacto junto da opinião pública» (Ribeiro, 2019: 127), mas o primeiro distinguia-se por ser «o título de maior tiragem» (*ibid*.), para além de apresentar, comparativamente com o segundo, «um posicionamento político mais conservador e situacionista» (Correia e Batista, 2006: 12). Nelson Ribeiro refere também que, «[e]ntre 1939 e 1971, o *Diário de Notícias* foi dirigido por Augusto de Castro, exceto durante um curto período de tempo (1945-1947), durante o qual este ocupou o cargo de Embaixador de Portugal em França» (Ribeiro, 2019: 127). A ligação daquele diretor ao sistema político «era, aliás, conhecida», tendo sido inclusivamente Comissário da Exposição do Mundo Português «realizada a pretexto da comemoração dos centenários da fundação da

nacionalidade e da reconquista da independência», em 1940 (*ibid*.) – um «evento de exaltação da grandiosidade do génio e do Império portugueses sob o comando de Salazar», que veio a representar «o maior ato de propaganda do regime» e no qual o responsável pelo diário de maior circulação no país na altura teve uma forte participação (*ibid*.). «Não estávamos, portanto, perante um título que pudesse sequer tentar dar dores de cabeça ao regime, na medida em que os interesses económicos da empresa proprietária garantiram sempre o alinhamento da direção do jornal com a ideologia» de Salazar, como indica Ribeiro (*ibid*.). Assim sendo, se, por um lado, verificamos que, no período em análise, o *DN* apresentava uma linha editorial conservadora, não sendo um órgão passível de dar «dores de cabeça ao regime»; e se, por outro lado, não encontrámos indícios da intervenção da censura neste jornal (nem nenhum dos que iremos estudar)[4] no que respeita aos relatos produzidos sobre a presença de Paulo VI na sede das Nações Unidas, então as opções editoriais do *DN* parecem-nos ter agido em benefício do projeto de «patriotism-making» do Estado Novo, como designado por Alfredo Teixeira: um esquema ideológico no qual a moralidade católica era tida como um forte alicerce do poder autoritário de Salazar e, portanto, do sentido de identidade nacional que o mesmo pretendia manter (cf. 2015: 61). Isto porque o número de passagens reescritas do Discurso de Paulo VI, por um lado, não deixou de ser elevado, o que ia ao encontro da importância do património cultural religioso católico para o polissistema, mas, por outro, não foi excessivo, o que nos parece atender à ideia basilar da política de censura: a de que «[o] jornal é o alimento espiritual do povo» [Ferro, 2003 (1932): 33], não devendo ser demasiado saciante, sobretudo quanto ao que provinha de outras fontes que não as oficiais do Estado ou quando em causa estavam assuntos revestidos de maior sensibilidade, por poderem gerar algum desconforto junto do poder político nacional.[5] Aliás, era precisamente o que se passava na altura relativamente ao Papa Paulo VI: apesar da estreita relação com a Igreja Católica portuguesa, o relacionamento com a sede em Roma estava tenso em resultado da viagem que Paulo VI havia feito a Bombaim, em dezembro de

[4] Uma consulta realizada em janeiro de 2019 nos arquivos da Torre do Tombo, em Lisboa.

[5] Vimos nos artigos disponíveis na Torre do Tombo que as intervenções da censura prévia se aplicavam, muitas vezes, aos textos que poderiam, de algum modo, perturbar a imagem de poder e de grandiosidade do Estado português, por exemplo, se o chefe do Governo, a Pátria ou potências aliadas fossem referidos numa posição inferior à de ideologias opostas, como os regimes comunistas. Serve de exemplo o seguinte telegrama do subdiretor dos Serviços de Censura, o Capitão José da Silva Dias, dirigido ao Presidente da Comissão de Censura do Porto, o Coronel Arnaldo Alfredo Fontes: «Solicito a V. Ex.ª que se digne a chamar a atenção do Director do jornal 'O PRIMEIRO DE JANEIRO', para o título da terceira coluna referente à atitude da Rússia na O.N.U., publicado no mesmo diário a 19 do corrente mês. O destaque que deu em todo o título aos russos, colocou estes numa posição de superioridade perante os anglo-americanos e acusam os mesmos povos de propagandistas da guerra, o que não só é menos verdade, como só tem inconvenientes políticos» (Dias, 1947).

1964. Ainda que a mesma tenha tido na sua génese um propósito religioso – a participação do Papa num encontro ecuménico –, foi entendida por Salazar como tendo uma finalidade política: uma vontade do pontífice em prestar auxílio ao governo indiano, para que pudesse ultrapassar a delicada situação em que se encontrava no conflito indo-paquistanês. O acontecimento foi, por isso, considerado «um agravo gratuito, no duplo sentido de que é inútil e injusto para com um país católico», como disse o então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, visto que a União Indiana havia invadido a colónia portuguesa Goa, em 1961 (cf. D'Avillez, 2017). O amplo conhecimento público das mensagens do Santo Padre na AGONU numa altura «fosfórica» como aquela poderia, portanto, não ser bem-visto pelo regime, e isso pode justificar a opção do *DN* de ter tido como texto principal a transcrição integral do Discurso do chefe máximo da Igreja, que veiculava a fé católica – tão primordial ao Estado Novo –, mas sem dar azo a reinterpretações por parte dos jornalistas que pudessem pôr, de algum modo, em causa a estabilidade do poder político, assim como do religioso. Não queremos, com isto, dizer que o *JN* era um jornal «desalinhado» com o regime; antes, mostrar que o posicionamento diferente desta redação relativamente ao poder político na altura, quando comparado com o *DN*, o tornava mais disponível para ir bebendo o sentimento de «autonomia» que, nos «anos do fim», se ia fazendo sentir na classe jornalística, em geral [*vide* Correia e Batista, 2006: 236; Lopes, 1975 (1959): 43]. Com efeito, antigos jornalistas definem o *JN* durante o Estado Novo como um jornal «mais aguerrido, mais para a luta», especialmente quando comparado com os concorrentes regionais (o *Primeiro de Janeiro* e o *Comércio do Porto*)»; também «mais popularucho» e voltado para os *fait-divers* («nada a ver com o *Notícias* de hoje, muito mais respeitado»); e que, «[e]m termos de 'cachas'» (i.e., a ideia de «[n]ós é que trazemos, os outros falharam»), «ganhava a todos», pois «tinha, de facto, redes de informação muito melhores do que nós» – como contou Abílio Marques Pinto, ex-jornalista do *Janeiro* (in Correia e Batista, 2006: 38, 40). Por este perfil editorial, somos levados a considerar que o *JN* teria maior capacidade para tomar opções de livre vontade do que o seu congénere, logo, de «alimentar» espiritualmente o povo, inclusive sobre temas sensíveis para o regime.

Le Saint-Siège

VOYAGE APOSTOLIQUE
AU SIÈGE DE L'ORGANISATION DES NATIONS UNIES
(NEW YORK, 4-5 OCTOBRE 1965)

DISCOURS DU PAPE PAUL VI
À L'ORGANISATION DES NATIONS UNIES
À L'OCCASION DU 20ème ANNIVERSAIRE DE L'ORGANISATION[1]

Lundi 4 octobre 1965

PVL1 Au moment de prendre la parole devant cet auditoire unique au monde, Nous tenons à exprimer d'abord Notre profonde gratitude à Monsieur Thant, votre Secrétaire Général, qui a bien voulu Nous inviter à rendre visite aux Nations-Unies, à l'occasion du vingtième anniversaire de cette institution mondiale pour la paix et la collaboration entre les peuples de toute la terre.

Merci également à Monsieur le Président de l'Assemblée, Monsieur Amintore Fanfani, qui, dès le jour de son entrée en charge, a eu pour Nous des paroles si aimables.

PVL2 Merci à vous tous, ici présents, pour votre bienveillant accueil. A chacun d'entre vous, Nous présentons Notre salut cordial et déférent. Votre amitié Nous a convié et Nous admet à cette réunion: c'est en ami que Nous Nous présentons à vous.

PVL3 En plus de Notre hommage personnel, Nous vous apportons celui du Second Concile Œcuménique du Vatican, actuellement réuni à Rome, et dont les Cardinaux qui Nous accompagnent sont les éminents représentants.

En leur nom, comme au Nôtre, à vous tous, honneur et salut! Cette rencontre, vous en êtes tous
PVL4 bien conscients, revêt un double caractère: elle est empreinte à la fois de simplicité et de grandeur. De simplicité car celui qui vous parle est un homme comme vous. Il est votre frère, et même un des plus petits parmi vous, qui représentez des Etats Souverains, puisqu'il n'est investi –

s'il vous plaît de Nous considérer à ce point de vue – que d'une minuscule et quasi symbolique souveraineté temporelle: le minimum nécessaire pour être libre d'exercer sa mission spirituelle et assurer ceux qui traitent avec lui qu'il est indépendant de toute souveraineté de ce monde. Il n'a aucune puissance temporelle, aucune ambition d'entrer avec vous en compétition. De fait, Nous n'avons rien à demander, aucune question à soulever; tout au plus un désir à formuler, une permission à solliciter: celle de pouvoir vous servir dans ce qui est de Notre compétence, avec désintéressement, humilité et amour.

PVL5 Telle est la première déclaration que Nous avons à faire. Comme vous le voyez, elle est si simple qu'elle peut paraître insignifiante pour cette assemblée, habituée à traiter d'affaires extrêmement importantes et difficiles.

PVL6 Et pourtant, Nous vous le disions, et vous le sentez tous, ce moment est empreint d'une singulière grandeur: il est grand pour Nous, il est grand pour vous.

Pour Nous d'abord. Oh! Vous savez bien qui Nous sommes.

Et quelle que soit votre opinion sur le Pontife de Rome, vous connaissez Notre mission: Nous sommes porteur d'un message pour toute l'humanité. Et Nous le sommes non seulement en Notre Nom personnel et au nom de la grande famille catholique: mais aussi au nom des Frères chrétiens qui partagent les sentiments que Nous exprimons ici, et spécialement de ceux qui ont bien voulu Nous charger explicitement d'être leur interprète. Et tel le messager qui, au terme d'un
PVL7 long voyage, remet la lettre qui lui a été confiée: ainsi Nous avons conscience de vivre l'instant privilégié, – si bref soit-il – où s'accomplit un vœu que Nous portons dans le cœur depuis près de vingt siècles. Oui, vous vous en souvenez. C'est depuis longtemps que Nous sommes en route, et Nous portons avec Nous une longue histoire, Nous célébrons ici l'épilogue d'un laborieux
PVL8 pèlerinage à la recherche d'un colloque avec le monde entier, depuis le jour où il Nous fut commandé: « allez, portez la bonne nouvelle à toutes les nations! » Or c'est vous qui représentez toutes les nations.

PVL9 Laissez-Nous vous dire que Nous avons pour vous tous un message, oui, un heureux message, à remettre à chacun d'entre vous.

1. Notre message veut être tout d'abord une ratification morale et solennelle de cette haute institution. Ce message vient de Notre expérience historique. C'est comme « expert en humanité » que Nous apportons à cette Organisation le suffrage de Nos derniers prédécesseurs, celui de tout l'Episcopat Catholique et le Nôtre, convaincu comme Nous le sommes que cette Organisation représente le chemin obligé de la civilisation moderne et de la paix mondiale.

PVL10 En disant cela, Nous avons conscience de faire Nôtre aussi bien la voix des morts que celle des vivants: des morts tombés dans les terribles guerres du passé en rêvant à la concorde et à la paix

du monde; des vivants qui y ont survécu, et qui condamnent d'avance dans leurs cœurs ceux qui tenteraient de les renouveler; d'autres vivants encore: les jeunes générations d'aujourd'hui, qui s'avancent confiantes, attendant à bon droit une humanité meilleure. Nous faisons Nôtre aussi la voix des pauvres, des déshérités, des malheureux, de ceux qui aspirent à la justice, à la dignité de vivre, à la liberté, au bien-être et au progrès. Les peuples se tournent vers les Nations-Unies
PVL11 comme vers l'ultime espoir de la concorde et de la paix. Nous osons apporter ici, avec le Nôtre,
PVL12 leur tribut d'honneur et d'espérance. Et voilà pourquoi pour vous aussi ce moment est grand.

PVL13 2. Nous le savons, vous en êtes pleinement conscients. Ecoutez maintenant la suite de Notre Message. Il est tout entier tourné vers l'avenir. L'édifice que vous avez construit ne doit plus jamais tomber en ruines; il doit être perfectionné et adapté aux exigences que l'histoire du monde présentera. Vous marquez une étape dans le développement de l'humanité: désormais, impossible de reculer, il faut avancer.

PVL14 A la pluralité des Etats? qui ne peuvent plus s'ignorer les uns les autres, vous proposez une forme de coexistence extrêmement simple et féconde. La voici: d'abord vous reconnaissez et vous distinguez *les uns et les autres*. Vous ne conférez certes pas l'existence aux Etats: mais vous qualifiez comme digne de siéger dans l'assemblée ordonnée des peuples chacune des nations; vous donnez une reconnaissance d'une haute valeur morale et juridique à chaque communauté nationale souveraine, et vous lui garantissez une honorable citoyenneté internationale. C'est déjà un grand service rendu à la cause de l'humanité: bien définir et honorer les sujets nationaux de la communauté mondiale; les établir dans une condition juridique qui leur vaut la reconnaissance et le respect de tous, et d'où peut dériver un système ordonné et stable de vie internationale.

PVL 15 Vous sanctionnez le grand principe que les rapports entre les peuples doivent être réglés par la raison, par la justice, le droit, et la négociation, et non par la force, ni par la violence, ni par la guerre, non plus que par la peur et par la tromperie.

C'est ainsi que cela doit être. Et permettez que Nous vous félicitions d'avoir eu la sagesse d'ouvrir
PVL16 l'accès de cette assemblée aux peuples jeunes, aux Etats parvenus depuis peu à l'indépendance et à la liberté nationales; leur présence ici est la preuve de l'universalité et de la magnanimité qui inspirent les principes de cette institution. C'est ainsi que cela doit être. Tel est Notre éloge et Notre souhait, et comme vous le voyez Nous ne les attribuons pas du dehors: Nous les tirons du dedans, du génie même de votre institution.

PVL17 3. Votre départ va plus loin encore: et Notre message s'avance avec lui. Vous existez et vous travaillez pour unir les nations, pour associer les Etats. Adoptons la formule: pour mettre ensemble *les uns avec les autres*. Vous êtes une Association. Vous êtes un pont entre les
PVL18 peuples. Vous êtes un réseau de rapports entre les Etats. Nous serions tenté de dire que votre caractéristique reflète en quelque sorte dans l'ordre temporel ce que notre Eglise Catholique veut être dans l'ordre spirituel: unique et universelle. On ne peut rien concevoir de plus élevé, sur le

plan naturel, dans la construction idéologique de l'humanité. Votre vocation est de faire fraterniser,
PVL19 non pas quelques-uns des peuples, mais tous les peuples. Entreprise difficile?

PVL20 Sans nul doute. Mais telle est l'entreprise, telle est votre très noble entreprise. Qui ne voit la nécessité d'arriver ainsi progressivement à instaurer une autorité mondiale en mesure d'agir efficacement sur le plan juridique et politique?

PVL21 Ici encore Nous répétons Notre souhait: allez de l'avant! Nous dirons davantage: faites en sorte de ramener parmi vous ceux qui se seraient détachés de vous; étudiez le moyen d'appeler à votre pacte de fraternité, dans l'honneur et avec loyauté, ceux qui ne le partagent pas encore. Faites en sorte que ceux qui sont encore au dehors désirent et méritent la confiance commune, et soyez alors généreux à l'accorder. Et vous, qui avez la chance et l'honneur de siéger dans cette
PVL22 assemblée de la communauté pacifique, écoutez-Nous: cette confiance mutuelle qui vous unit et vous permet d'opérer de bonnes et grandes choses, faites en sorte qu'il n'y soit jamais porté atteinte, qu'elle ne soit jamais trahie.

PVL23 4. La logique de ce souhait qui appartient, peut-on dire, à la structure de votre Organisation, Nous porte à le compléter par d'autres formules. Les voici: que personne, en tant que membre de votre union, ne soit supérieur aux autres: *Pas l'un au-dessus de l'autre*. C'est la formule de l'égalité. Nous savons, certes, que d'autres facteurs sont à considérer outre la simple appartenance à votre organisme. Mais l'égalité aussi fait partie de sa constitution: non pas que vous soyez égaux, mais ici vous vous faites égaux. Et il se peut que, pour plusieurs d'entre vous, ce soit un acte de grande vertu: permettez que Nous vous le disions, Nous, le représentant d'une religion qui opère le salut par l'humilité de son divin Fondateur.

PVL24 Impossible d'être frère si l'on n'est humble. Car c'est l'orgueil, si inévitable qu'il puisse paraître, qui provoque les tensions et les luttes du prestige, de la prédominance, du colonialisme, de l'égoïsme: c'est lui qui brise la fraternité.

PVL25 5. Et ici Notre Message atteint son sommet. Négativement d'abord: c'est la parole que vous attendez de Nous et que Nous ne pouvons prononcer sans être conscient de sa gravité et de sa solennité: *Jamais plus les uns contre les autres, jamais, plus jamais!* N'est-ce pas surtout dans ce
PVL26 but qu'est née l'Organisation des Nations-Unies: contre la guerre et pour la paix? Ecoutez les
PVL27 paroles lucides d'un grand disparu, John Kennedy, qui proclamait, il y a quatre ans: « L'humanité devra mettre fin à la guerre, ou c'est la guerre qui mettra fin à l'humanité ». Il n'est pas besoin de
PVL28 longs discours pour proclamer la finalité suprême de votre Institution. Il suffit de rappeler que le sang de millions d'hommes, que des souffrances inouïes et innombrables, que d'inutiles massacres et d'épouvantables ruines sanctionnent le pacte qui vous unit, en un serment qui doit
PVL29 changer l'histoire future du monde: jamais plus la guerre, jamais plus la guerre! C'est la paix, la paix, qui doit guider le destin des peuples et de toute l'humanité.

PVL30 Merci à vous, gloire à vous, qui depuis vingt ans travaillez pour la paix, et qui avez même donné à cette sainte cause d'illustres victimes!

Merci à vous et gloire à vous pour les conflits que vous avez empêchés et pour ceux que vous avez réglés. Les résultats de vos efforts en faveur de la paix, jusqu'à ces tout derniers jours, méritent, même s'ils ne sont pas encore décisifs, que Nous osions Nous faire l'interprète du monde entier et que Nous vous exprimions en son nom félicitation et gratitude.

PVL31 Vous avez, Messieurs, accompli, et vous accomplissez une grande œuvre: vous enseignez aux hommes la paix. L'ONU est la grande école où l'on reçoit cette éducation, et nous sommes ici dans l'*Aula Magna* de cette école. Quiconque prend place ici devient élève et devient maître dans l'art de construire la paix. Et quand vous sortez de cette salle, le monde regarde vers vous comme vers les architectes, les constructeurs de la paix.

PVL 32 La paix: vous le savez, ne se construit pas seulement au moyen de la politique et de l'équilibre des forces et des intérêts. Elle se construit avec l'esprit, les idées, les œuvres de la paix. Vous travaillez à cette grande œuvre. Mais vous n'êtes encore qu'au début de vos peines. Le monde
PVL33 arrivera-t-il jamais à changer la mentalité particulariste et belliqueuse qui a tissé jusqu'ici une si grande partie de son histoire? Il est difficile de le prévoir; mais il est facile d'affirmer qu'il faut se
PVL34 mettre résolument en route vers la nouvelle histoire, l'histoire pacifique, celle qui sera vraiment et pleinement humaine, celle-là même que Dieu a promise aux hommes de bonne volonté.

PVL35 Les voies en sont tracées devant vous: la première est celle du désarmement.

PVL36 Si vous voulez être frères, laissez tomber les armes de vos mains.

PVL37 On ne peut pas aimer avec des armes offensives dans les mains. Les armes, surtout les terribles armes que la science moderne vous a données, avant même de causer des victimes et des ruines, engendrent de mauvais rêves, alimentent de mauvais sentiments, créent des cauchemars, des défiances, de sombres résolutions; elles exigent d'énormes dépenses; elles arrêtent les projets de solidarité et d'utile travail; elles faussent la psychologie des peuples. Tant que l'homme
PVL38 restera l'être faible, changeant, et même méchant qu'il se montre souvent, les armes défensives seront, hélas!, nécessaires. Mais vous, votre courage et votre valeur vous poussent à étudier les moyens de garantir la sécurité de la vie internationale sans recourir aux armes: voilà un but digne de vos efforts, voilà ce que les peuples attendent de vous. Voilà ce qu'il faut obtenir! Et pour cela,
PVL 39 il faut que grandisse la confiance unanime en cette Institution, que grandisse son autorité, et le but alors – on peut l'espérer – sera atteint. Vous y gagnerez la reconnaissance des peuples, soulagés des pesantes dépenses des armements, et délivrés du cauchemar de la guerre toujours imminente.

PVL40 Nous savons – et comment ne pas Nous en réjouir? – que beaucoup d'entre vous ont considéré

avec faveur l'invitation que Nous avons lancée pour la cause de la paix, de Bombay, à tous les Etats, en décembre dernier, consacrer au bénéfice des Pays en voie de développement une partie au moins des économies qui peuvent être réalisées grâce à la réduction des armements. Nous renouvelons ici cette invitation, avec la confiance que Nous inspirent vos sentiments d'humanité et de générosité.

PVL41 6. Parler d'humanité, de générosité, c'est faire écho à un autre principe constitutif des Nations-Unies, son sommet positif: ce n'est pas seulement pour conjurer les conflits entre les Etats que l'on œuvre ici; c'est pour rendre les Etats capables de travailler *les uns pour les autres*. Vous ne vous contentez pas de faciliter la coexistence entre les nations: vous faites un bien plus grand pas en avant, digne de Notre éloge et de Notre appui: vous organisez la collaboration fraternelle des Peuples. Ici s'instaure un système de solidarité, qui fait que de hautes finalités, dans l'ordre de la civilisation, reçoivent l'appui unanime et ordonné de toute la famille des Peuples, pour le bien de tous et de chacun. C'est ce qu'il y a de plus beau dans l'Organisation des Nations Unies, c'est son
PVL42 visage humain le plus authentique; c'est l'idéal dont rêve l'humanité dans son pèlerinage à travers le temps; c'est le plus grand espoir du monde; Nous oserons dire: c'est le reflet du dessein de Dieu – dessein transcendant et plein d'amour – pour le progrès de la société humaine sur la terre, reflet où Nous voyons le message évangélique, de céleste, se faire terrestre. Ici, en effet, il Nous semble entendre l'écho de la voix de Nos Prédécesseurs, et de celle, en particulier, du Pape *Jean XXIII*, dont le Message de *Pacem in Terris* a trouvé parmi vous une résonance si honorable et si significative.

PVL43 Ce que vous proclamez ici, ce sont les droits et les devoirs fondamentaux de l'homme, sa dignité, sa liberté, et avant tout la liberté religieuse. Nous sentons que vous êtes les interprètes de ce qu'il
PVL44 y a de plus haut dans la sagesse humaine. Nous dirions presque: son caractère sacré. Car c'est, avant tout, de la vie de l'homme qu'il s'agit, et la vie de l'homme est sacrée: personne ne peut oser y attenter. C'est dans votre Assemblée que le respect de la vie, même en ce qui concerne le
PVL45 grand problème de la natalité, doit trouver sa plus haute profession et sa plus raisonnable défense. Votre tâche est de faire en sorte que le pain soit suffisamment abondant à la table de l'humanité, et non pas de favoriser un contrôle artificiel des naissances, qui serait irrationnel, en vue de diminuer le nombre des convives au banquet de la vie.

PVL46 Mais il ne suffit pas de nourrir les affamés; encore faut-il assurer à chaque homme une vie conforme à sa dignité. Et c'est ce que vous vous efforcez de faire. N'est-ce pas
PVL47 l'accomplissement, sous Nos yeux, et grâce à vous, de l'annonce prophétique qui s'applique si bien à votre Institution: « Ils fondront leurs épées pour en faire des charrues et leurs lances pour en faire des faux » (*Is*, 2, 4)? N'employez-vous pas les prodigieuses énergies de la terre et les magnifiques inventions de la science non plus en instruments de mort, mais en instruments de vie pour la nouvelle ère de l'humanité?

PVL48 Nous savons avec quelle intensité et quelle efficacité croissantes l'Organisation des Nations-Unies

et les organismes mondiaux qui en dépendent travaillent pour aider les Gouvernements qui en ont besoin à hâter leur progrès économique et social.

PVL49 Nous savons avec quelle ardeur, vous vous employez à vaincre l'analphabétisme et à répandre la culture dans le monde; à donner aux hommes une assistance sanitaire appropriée et moderne; à mettre au service de l'homme les merveilleuses ressources de la science, de la technique, de l'organisation: tout cela est magnifique et mérite l'éloge et l'appui de tous, y compris le Nôtre.

PVL50 Nous voudrions Nous aussi donner l'exemple, même si la petitesse de Nos moyens empêche d'en apprécier la portée pratique et quantitative: Nous voulons donner à Nos institutions caritatives un nouveau développement contre la faim du monde et en faveur de ses principaux besoins: c'est ainsi, et pas autrement, qu'on construit la paix.

PVL51 7. Un mot encore, Messieurs, un dernier mot: cet édifice que vous construisez ne repose pas sur des bases purement matérielles et terrestres, car ce serait alors un édifice construit sur le sable. Il repose avant tout sur nos consciences. Oui, le moment est venu de la « conversion », de la
PVL52 transformation personnelle, du renouvellement intérieur. Nous devons nous habituer à penser d'une manière nouvelle l'homme; d'une manière nouvelle aussi la vie en commun des hommes; d'une manière nouvelle enfin les chemins de l'histoire et les destins du monde, selon la parole de saint Paul: « revêtir l'homme nouveau créé selon Dieu dans la justice et la sainteté de la vérité » (*Eph.* 4, 23). Voici arrivée l'heure où s'impose une halte, un moment de recueillement, de
PVL 53 réflexion, quasi de prière: repenser à notre commune origine, à notre histoire, à notre destin commun. Jamais comme aujourd'hui, dans une époque marquée par un tel progrès humain, n'a été aussi nécessaire l'appel à la conscience morale de l'homme. Car le péril ne vient, ni du
PVL 54 progrès, ni de la science, qui, bien utilisés, pourront au contraire résoudre un grand nombre des graves problèmes qui assaillent l'humanité. Le vrai péril se tient dans l'homme, qui dispose d'instruments toujours plus puissants, aptes aussi bien à la ruine qu'aux plus hautes conquêtes.

PVL55 En un mot, l'édifice de la civilisation moderne doit se construire sur des principes spirituels, les seuls capables non seulement de le soutenir, mais aussi de l'éclairer et de l'animer. Et ces
PVL56 indispensables principes de sagesse supérieure ne peuvent reposer – c'est Notre conviction, vous le savez – que sur la foi en Dieu. Le Dieu inconnu dont parlait Saint Paul aux Athéniens sur l'aréopage? Inconnu de ceux, qui pourtant, sans s'en douter, le cherchaient et l'avaient près d'eux, comme il arrive à tant d'hommes de notre siècle? . . . Pour nous, en tout cas, et pour tous ceux qui accueillent l'ineffable révélation que le Christ nous a faite de lui, c'est le Dieu vivant, le Père de tous les hommes.

[1] *AAS* 57 (1965), p.877-885.

Insegnamenti di Paolo VI, vol. III, p.507-516.

L'Osservatore Romano, 6.10.1965 p.3, 4.

L'Osservatore Romano. Edition hebdomadaire en langue française n.41 p.1.

La Documentation catholique n. 1457 col.1730-1738.

© Copyright - Libreria Editrice Vaticana

FIGURA 5: Levantamentos preliminares: vista geral da seleção de passagens do Discurso de Paulo VI na AGONU pelos jornais

Quanto ao *DA*, a menor preponderância a nível de marcações individuais no Discurso de Paulo VI espelha, acima de tudo, a sua menor dimensão – não só em termos de espaço nas páginas, mas também de capacidade de trabalho: a nível de tempo, de recursos humanos e de capacidade de recolha de informações, como nos referiu o atual diretor. Ainda assim, vemos no gráfico 3 que não ficou, em **1965**, tão atrás dos dois congéneres do continente como se poderia pensar – e também não em **1979**, quando o seu total de passagens selecionadas e reescritas ultrapassou inclusive o do *JN*. Ou seja: curiosamente, os dois anos em que o diário açoriano apresentou totais mais elevados de passagens reescritas dos Discursos na AGONU corresponderam à era pré-internet e, portanto, ao período em que os condicionalismos colocados à recolha de informações sobre a atualidade internacional mais se fizeram sentir neste jornal. Entendemos a reprodução daqueles textos numa lógica de «fôlego», i.e., como fruto de um esforço redatorial para dar a conhecer aos leitores um acontecimento sobre o qual tinham interesse e que, de outra forma, provavelmente não chegariam a conhecer, já que, como vimos, no passado a imprensa regional tinha um papel determinante na apreensão do mundo exterior por parte da grande maioria da população. E, em rigor, o esforço faz-se notar desde logo nas fontes utilizadas, sobretudo em **1965**: tal como indicado na página 279 deste trabalho, o jornal baseou-se em dados de estações de rádio para elaborar a sua notícia sobre a viagem histórica do Santo Padre ao chamado Novo Mundo e às Nações Unidas – a *Emissora Nacional (E.N.)* e o *Rádio Clube de Angra (R.C.A.)*. A primeira, estava localizada na proximidade da sede do *DA*, em Ponta Delgada, e, a segunda na Ilha Terceira – e, neste caso, parece-nos elevada a possibilidade de ter sido uma das situações de contorno da insularidade em matéria de acesso a informações de que nos falou Paulo Viveiros, feita mediante uma parceria entre os diversos órgãos espalhados pelas ilhas e um contacto com pessoas conhecidas. Até porque na Terceira está instalada uma base militar dos EUA, desde a Segunda Guerra Mundial, existindo até hoje uma forte ligação e comunicação entre a população daquela ilha e o contexto norte-americano. Ora, estando o Papa nos EUA, poderia ter existido uma troca de informações entre contactos próximos e, assim, ter o diário micaelense tido um acesso rápido a informações sobre o acontecimento. Mais: o próprio facto de o meio radiofónico ter sido privilegiado em detrimento de um meio escrito (a correspondência ou a imprensa estrangeira ou nacional, como também fazia parte do *modus operandi* na altura) terá facilitado a necessária rapidez na recolha dos dados, logo, o tratamento dos mesmos e a publicação dos relatos dentro da atualidade.

No que respeita a **1979**, os levantamentos realizados mostram uma inversão de posições entre o *DN* e o *JN*, e uma significativa demarcação do primeiro no conjunto dos jornais e em todo o período em estudo. Estando o país no período pós-Estado Novo, podemos entender o pico identificado como um «suspiro de alívio» ou, numa outra perspetiva, um «soltar de amarras» por parte de um dos órgãos da imprensa portuguesa que, como vimos, não pôde fazê-lo durante o regime devido ao alinhamento marcado com a ideologia do regime. Além disso, e como nos informou Mário Mesquita – que ocupava o cargo de diretor do *DN* precisamente nesta altura (1975-1986) –, numa sociedade de tradição católica como a nossa, quaisquer acontecimentos relacionados com a vida da Igreja tendiam a ser entendidos como importantes a nível editorial, uma vez que estão integrados «numa cosmovisão, que é a visão do catolicismo e do cristianismo» (apêndice A.4: p. 66). Então, por transportarem uma carga semântica com a qual a população se identifica, não só tais conteúdos se mostram de interesse público, sendo, por isso, incluídos na agenda jornalística, como também, no entender daquele antigo diretor, não serão tratados como um tema qualquer – uma perspetiva diferente da que nos foi comunicada pelos atuais responsáveis do *DN* e do *JN*. Assim sendo, no pós-25 de abril de 1974, podemos entender o aumento do interesse noticioso (e translatório) em relação à presença do Papa no maior fórum internacional pelo diário sediado em Lisboa como um reflexo daquela «cosmovisão» e, portanto, de fatores de índole sociocultural – e já não política –, até porque não deverá ter sido indiferente à redação a urgência de acompanhar a evolução que já se estava a fazer sentir na imprensa há quase duas décadas e, portanto, apresentar relatos mais alargados sobre os temas selecionados.

Ainda assim, não podemos encarar o decréscimo do *JN* para um total inclusive inferior ao do diário açoriano, constrangido pela insularidade, como sinal de perda de relevo noticioso da temática religiosa naquela redação – aliás, o número de passagens reescritas foi ainda dos mais elevados durante todo o período em estudo. Podemos estabelecer, sim, uma comparação com o resultado de **1965** e considerar que, se, na época, o *JN* era um jornal «mais aguerrido», voltado «para a luta», com boas redes de informação e «mais popularucho», então a aposta num relato amplo sobre os argumentos apresentados por Paulo VI na assembleia das nações terá sido entendida pelos responsáveis editoriais na altura como uma opção que ia ao encontro do interesse dos leitores; por sua vez, em **1979**, poderão ter considerado não existir o mesmo nível de expetativas ou, então, poderá ter sido o resultado da perda de amarras a que aludíamos, embora num sentido diferente ao do *DN*: desta feita,

relativa ao facto de o jornal se ter deparado com um conjunto bastante mais alargado de conteúdos a noticiar nas suas edições diárias do que no passado, obrigando-o a gerir melhor o espaço disponível. Com efeito, como contou o jornalista Norberto Lopes, «Portugal era um país onde não acontecia nada» e «[d]e um dia para o outro, passou a acontecer tudo» (1974: 294), tendo os jornalistas notado que «o tempo não chega[va] para ler tudo o que se publica[va], para acompanhar com atenção o momento político e social que o País est[ava] a viver» (*ibid*.: 297).

No *DA*, o esforço mantido em **1979** em termos de noticiabilidade e traduzibilidade do Discurso de João Paulo II na AGONU parece-nos espelhar, para além da religiosidade de chegada, características próprias da imprensa regional: nomeadamente, a função de prolongamento de formas de sociabilidade, por meio das quais se promove uma noção de vizinhança entre os cidadãos, se assegura e se reflete a continuidade do modo de ser, de pensar e de agir (cf. Manuel, 2013: 143). Ou seja: a função dos jornais de prolongarem a ideologia implementada no polissistema, no caso, a religiosa, como ainda é defendido no *DA*, segundo nos disse o atual diretor. Tudo se prende com o seguinte panorama indicado por Alexandre Manuel: «a comunicação social regional jamais poderá ignorar, até por razões económicas, o que é da sua essência: privilegiar uma área de difusão que (…) deve permitir a *continuidade cultural* que constitui condição de identificação dos seus leitores a uma determinada comunidade», assumindo-se, assim, como veículo de reforço identitário (*ibid*.: 31). Podemos, então, considerar que a cosmovisão apontada por Mário Mesquita enquanto fator determinante na atribuição de relevo e na produção de notícias sobre a presença dos Papas na AGONU terá sido particularmente sentida neste contexto sociocultural, o que justificará o esforço logístico feito pelo *DA* também neste ano. Assim, terá sido da relação entre a forte religiosidade do público-alvo e a sua dependência da imprensa para a recolha de informações que terá resultado o recurso à tradução no campo jornalístico pelo jornal.

Avançando no tempo, salientamos, em **1995**, a quebra no número de seleções de T1.3 especialmente por parte do *DN* e do *DA*. Com efeito, enquanto o *JN* apresentou o mesmo total da visita papal anterior – o que nos parece refletir a atribuição aos Discursos na AGONU, em geral, de uma importância cultural enraizada e prolongada no tempo –, aqueles dois diários reescreveram cerca de metade do total de argumentos identificados no período anterior. É certo que não podemos traçar uma relação rigorosa de causa-efeito entre a quantidade de passagens selecionadas dos textos de partida e o peso do património cultural

religioso nas comunidades de chegada, pois poderão ser devidas à economia de meios que referimos no início deste subcapítulo. Não obstante, tanto a economia dos meios linguísticos como a compreensão dos sentidos que os mesmos transportam estão sempre ligados a um dado contexto socio-histórico – que, como definimos no modelo proposto para esta tese, representa o denominador comum da produção e da receção dos artefactos culturais. Isto significa que a escolha de um conjunto de informações a noticiar em detrimento de outros vai necessariamente além de condicionantes de tempo de trabalho e de espaço nas páginas dos jornais, bem como da necessidade de concisão e de clareza na discursividade jornalística (cf. Bielsa e Bassnett, 2009: 11, 13). Por tal motivo, entendemos que a conjuntura da época poderá ter tido uma influência na transmissão de um menor número de mensagens pontifícias a partir deste ano, já que a década de noventa marcou um ponto de viragem no modo de atuação das redações, assim como do resto da sociedade: foi quando se deu o advento das novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) e a implementação da internet tanto na produção de artefactos culturais jornalísticos como na receção dos mesmos por parte do público (como, aliás, percebemos daquilo que nos foi explicado pelos responsáveis das três redações em estudo). Todavia, vimos também no capítulo anterior que esta viragem apresenta um paradoxo: pese embora as TIC tenham proporcionado aos jornalistas uma capacidade exponencial de consulta de fontes externas, logo, de meios a partir dos quais realizarem um trabalho mais próprio (i.e., menos restringido a fontes mediadoras, como sejam as agências de notícias), tal não se tem refletido em todos os casos numa maior facilidade em produzir relatos completos e aprofundados (especialmente não no *DA*). Além disso, o imediatismo que passou a ser imposto à produção noticiosa trouxe um aumento da competição a nível editorial entre os vários temas a serem tratados. Isto significa que, aumentando o número de potenciais assuntos a relatar, mas sem se aumentar necessariamente o espaço nas páginas e não certamente o tempo de trabalho, as redações tiveram de passar a gerir cada vez melhor os processos de reprodução de conteúdos – sobretudo quando em causa está uma tradução interlinguística de textos que é feita nas redações (como nos disseram os diretores do *DN* e do *DA*). Ou seja: desde que a era internet se instaurou, o que é selecionado pelos jornais é fruto de uma opção entre muitas possíveis, havendo, por isso, *realmente* interesse em noticiar os assuntos. Acresce o ponto de vista da receção: também nesta altura o público passou a ter a possibilidade de aceder aos conteúdos a partir de outras (ou de várias) fontes – e isto, na nossa opinião, é por si só um fator influente

na decisão do que tratar e não tratar editorialmente, visto que veio agravar o sentido de competitividade entre os vários jornais (e entre estes e outros órgãos); logo, cada edição terá de veicular aquilo que, *de facto*, representa a ideologia de cada redação, i.e., aquilo que, de entre tudo o que se passa no mundo e de entre tudo o que é dito por aqueles que são considerados como protagonistas mundiais, é tornado notícia. Partindo desta perspetiva, olhamos para a redução do número de passagens reescritas de T1.2 pelos dois diários da seguinte forma: como o reflexo do início da *e*volução social e jornalística, que fez com que as redações passassem a ser mais específicas nas suas escolhas. Ou seja: tendo em conta todas as condicionantes, em vez de procurarem dar a conhecer o mais possível o teor do Discurso do Papa às Nações Unidas – como vimos terem feito em **1965** e em **1979** –, concentraram-se num conjunto específico de argumentos. É preciso não esquecer que, na entrevista realizada a Leonídio Paulo Ferreira, foi por este afirmado ter sido bastante provável que o Papa João Paulo II se tivesse concentrado no conflito nos Balcãs que marcava a altura, o que nos leva a reforçar a ideia de que o contexto socio-histórico terá passado a ser decisivo nas opções editoriais.

Esta visão aplica-se ainda melhor aos anos de **2008** e **2015** (este último demonstrado na figura 6),[6] nos quais verificamos um claro contraste sobretudo com os dois anos iniciais em estudo. Historicamente, é digno de nota que, na passagem do século XX para o XXI, a imprensa portuguesa conheceu o advento da chamada «nova economia», que fez com que a concentração dos *media*, iniciada no final dos anos oitenta, ganhasse novos contornos a partir da década seguinte, contornos esses que se associaram aos que se faziam sentir com a progressiva passagem para o digital. A este respeito, Alexandre Manuel indica ter existido uma diferença entre as redações de âmbito nacional e regional: enquanto as primeiras se mostraram mais vulneráveis a objetivos de rentabilidade e à lógica mercantil e de massificação das audiências, o mesmo não se verificou nas segundas – sobretudo não no início do século XXI, em que o trabalho da imprensa regional se apresentou marcado «por formas mais subtis de actuação», nomeadamente pelo «controlo de uma agenda que consegue colocar em evidência o tema (político, económico ou social) que mais convém a cada momento» (2013: 31). É com base neste argumento que olhamos para o ano de **2008** e, sobretudo, para o de **2015**, mas para refutarmos o impacto da «nova economia» sobre a

[6] Para consultar a figura em maior detalhe, *vide* apêndices B.1.1.5.

reprodução dos Discursos pontifícios. Começando pelo comportamento dos jornais nacionais, a maior primazia em termos de total de passagens selecionadas por parte do *DN* naqueles dois anos face ao *JN* (e ao *DA*, que não publicou nenhuma notícia principal) parece-nos ser um sinal do jornalismo de referência que o diário procura praticar. Isto porque, como referiu Leonídio Paulo Ferreira, do esforço para manter tal prestígio resulta uma aplicação dos critérios jornalísticos considerados basilares – a proximidade, a relevância do assunto e do protagonista – talvez «de uma forma mais forte» quando comparado com órgãos que não seguem o mesmo rumo (apêndice A.1: p. 8). Foi por isso que defendeu que o *DN* não está submetido à lógica comercial, visto não estar interessado em chegar a um grande número de leitores (a ideia da massificação, indicada por Alexandre Manuel), mas a um conjunto de pessoas com um nível socioeducativo e económico mais elevado. E, referindo-se especificamente à publicação de relatos sobre a presença dos Papas nas Nações Unidas, afirmou tratar-se de uma situação em que «a questão comercial não está minimamente a ser pensada» (*ibid*.: p. 12). Pelo contrário, as opções são habitualmente norteadas por aqueles critérios editoriais, que, não sendo universais, resultam de uma ideologia inculcada e perpetuada na redação do jornal e na sociedade à qual pertencem. Ou seja: (i) se os Discursos pontifícios continuam a ser notícia, (ii) se há um interesse expresso por parte da atual direção na publicação de tais conteúdos, exceto quando em situações de competitividade entre vários assuntos e (iii) se as opções são tomadas por fazer parte do *modus operandi* e não necessariamente por intenções comerciais, então parece-nos ainda mais sustentada a noção de que o património cultural religioso católico tem um peso editorial no *DN*. Quanto ao estreitamento dos assuntos, este mostra que a reescrita das mensagens de partida tem sido cada vez mais focada em processos de reinterpretação à luz do contexto histórico.

No que concerne ao *JN*, a grande diminuição do número de passagens selecionadas (logo, reproduzidas) dos últimos dois Discursos na AGONU, em **2008** e em **2015**, pode ser entendida na linha do que nos foi dito pela atual responsável pela editoria Internacional, Ivete Carneiro – mais precisamente, que os momentos em que o Papa profere um discurso só têm relevo noticioso se apresentarem uma carga política na sua base e se for possível traçar uma relação com o contexto social no qual ocorrem. No entanto, parece-nos ser um caso em que fica clara a impossibilidade de uma correspondência direta entre o total de passagens selecionadas e o grau de transmissibilidade das mensagens pontifícias – e a este respeito, devemos acrescentar um dado já afeto às etapas de análise seguintes, mas que é

pertinente para este momento da nossa observação: apesar do menor total em termos de seleção, em **2008**, verificamos que o jornal apresentou uma chamada de primeira página (*vide* gráfico 5) – um destaque que o *DN* deixou de fazer em **1995**, o *DA* em **1979** e o próprio *JN* apenas tinha feito em **1965** e em **1979**. Isto parece-nos ser um indício de que as palavras de Bento XVI na assembleia das nações terão sido entendidas como importantes naquele ano, apesar da «nova economia» e da crise da imprensa que se começava a agravar, e de tal modo que o jornal reservou um espaço (privilegiado) na sua primeira página para chamar a atenção dos leitores para a presença do Santo Padre no prestigiado fórum internacional. Somos, assim, levados a considerar que as opções do *JN* também não terão resultado de objetivos estritamente comerciais. Em **2015**, não foi feito tal destaque, mas o número de passagens selecionadas manteve-se próximo ao do ano anterior: cinco em **2008** e quatro em **2015**. No *JN* o enfoque num conjunto de argumentos dos Papas Bento XVI e Francisco foi, portanto, ainda mais preciso do que no *DN* (*vide* figura 6).

A ausência de uma notícia principal no *DA* nos dois últimos anos causa-nos alguma perplexidade, tendo em conta a elevada religiosidade da população e o facto de ser um diário que visa manter ao longo do tempo uma linha editorial mais conservadora, que se faz notar ainda hoje numa secção exclusivamente dedicada à temática religiosa, todos os domingos – um comportamento que parece representar o que Alexandre Manuel considerou como o «controlo de uma agenda (…) que mais convém a cada momento», posto que vai ao encontro de uma característica basilar do público-alvo. A nível da prática jornalística, o ponto de viragem estabelecido em **1995** no *DA* parece confirmar, por um lado, a ideia vigente no período pré-internet de que «[u]m jornal de pequena tiragem pode exercer, com efeito, maior influência na opinião pública do que um jornal de maior expansão» (Lopes, 1959: 45), daí o esforço no tratamento dos dois primeiros Discursos papais; por outro, que a partir do momento em que a internet passou a integrar o quotidiano, o modo de se produzir notícias sobre a atualidade internacional num contexto regional se alterou de forma drástica, tornando-se possível ultrapassar condicionalismos relativos à receção dos materiais em tempo útil, mas tendo conduzido a uma perda do estatuto privilegiado de fonte de informação pública sobre acontecimentos passados fora do arquipélago. Contudo, se estas mudanças poderão justificar o menor número de passagens reescritas em **1995**, não as vemos como explicação para a ausência de notícias principais em **2008** e em **2015**.

La Santa Sede

VIAJE APOSTÓLICO DEL SANTO PADRE FRANCISCO
A CUBA, ESTADOS UNIDOS DE AMÉRICA
Y VISITA A LA SEDE DE LA ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS
(19-28 DE SEPTIEMBRE DE 2015)

VISITA A LA ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDASDISCURSO DEL SANTO PADRE*Nueva York*

Viernes 25 de septiembre de 2015[Multimedia]

Señor Presidente,
Señoras y Señores: Buenos días,

Franc. 1 Una vez más, siguiendo una tradición de la que me siento honrado, el Secretario General de las Naciones Unidas ha invitado al Papa a dirigirse a esta honorable Asamblea de las Naciones. En nombre propio y en el de toda la comunidad católica, Señor Ban Ki-moon, quiero expresarle el
Franc. 2 más sincero y cordial agradecimiento. Agradezco también sus amables palabras. Saludo asimismo a los Jefes de Estado y de Gobierno aquí presentes, a los Embajadores, diplomáticos y funcionarios políticos y técnicos que los acompañan, al personal de las Naciones Unidas empeñado en esta 70ª Sesión de la Asamblea General, al personal de todos los programas y agencias de la familia de la ONU, y a todos los que de un modo u otro participan de esta reunión.
Franc. 3 Por medio de ustedes saludo también a los ciudadanos de todas las naciones representadas en este encuentro. Gracias por los esfuerzos de todos y de cada uno en bien de la humanidad.

Franc. 4 Esta es la quinta vez que un Papa visita las Naciones Unidas. Lo hicieron mis predecesores Pablo VI en 1965, Juan Pablo II en 1979 y 1995 y, mi más reciente predecesor, hoy el Papa emérito Benedicto XVI, en 2008. Todos ellos no ahorraron expresiones de reconocimiento para la Organización, considerándola la respuesta jurídica y política adecuada al momento histórico, caracterizado por la superación tecnológica de las distancias y fronteras y, aparentemente, de cualquier límite natural a la afirmación del poder. Una respuesta imprescindible ya que el poder
Franc. 5 tecnológico, en manos de ideologías nacionalistas o falsamente universalistas, es capaz de
Franc. 6 producir tremendas atrocidades. No puedo menos que asociarme al aprecio de mis predecesores,

reafirmando la importancia que la Iglesia Católica concede a esta institución y las esperanzas que pone en sus actividades.

Franc. 7 La historia de la comunidad organizada de los Estados, representada por las Naciones Unidas, que festeja en estos días su 70 aniversario, es una historia de importantes éxitos comunes, en un período de inusitada aceleración de los acontecimientos. Sin pretensión de exhaustividad, se puede mencionar la codificación y el desarrollo del derecho internacional, la construcción de la normativa internacional de derechos humanos, el perfeccionamiento del derecho humanitario, la solución de muchos conflictos y operaciones de paz y reconciliación, y tantos otros logros en todos los campos de la proyección internacional del quehacer humano. Todas estas realizaciones son luces que contrastan la oscuridad del desorden causado por las ambiciones descontroladas y
Franc. 8 por los egoísmos colectivos. Es cierto que aún son muchos los graves problemas no resueltos,
Franc. 9 pero también es evidente que, si hubiera faltado toda esta actividad internacional, la humanidad podría no haber sobrevivido al uso descontrolado de sus propias potencialidades. Cada uno de estos progresos políticos, jurídicos y técnicos son un camino de concreción del ideal de la
Franc. 10 fraternidad humana y un medio para su mayor realización.

Franc. 11 Rindo pues homenaje a todos los hombres y mujeres que han servido leal y sacrificadamente a toda la humanidad en estos 70 años. En particular, quiero recordar hoy a los que han dado su vida por la paz y la reconciliación de los pueblos, desde Dag Hammarskjöld hasta los muchísimos funcionarios de todos los niveles, fallecidos en las misiones humanitarias, de paz y reconciliación.

Franc. 12 La experiencia de estos 70 años, más allá de todo lo conseguido, muestra que la reforma y la
Franc. 13 adaptación a los tiempos siempre es necesaria, progresando hacia el objetivo último de conceder a todos los países, sin excepción, una participación y una incidencia real y equitativa en las decisiones. Esta necesidad de una mayor equidad, vale especialmente para los cuerpos con
Franc. 14 efectiva capacidad ejecutiva, como es el caso del Consejo de Seguridad, los organismos financieros y los grupos o mecanismos especialmente creados para afrontar las crisis económicas. Esto ayudará a limitar todo tipo de abuso o usura sobre todo con los países en vías de desarrollo. Los organismos financieros internacionales han de velar por el desarrollo sostenible
Franc. 15 de los países y la no sumisión asfixiante de éstos a sistemas crediticios que, lejos de promover el progreso, someten a las poblaciones a mecanismos de mayor pobreza, exclusión y dependencia.

Franc. 16 La labor de las Naciones Unidas, a partir de los postulados del Preámbulo y de los primeros artículos de su Carta Constitucional, puede ser vista como el desarrollo y la promoción de la soberanía del derecho, sabiendo que la justicia es requisito indispensable para obtener el ideal de la fraternidad universal. En este contexto, cabe recordar que la limitación del poder es una idea
Franc. 17 implícita en el concepto de derecho. Dar a cada uno lo suyo, siguiendo la definición clásica de
Franc. 18 justicia, significa que ningún individuo o grupo humano se puede considerar omnipotente,
Franc. 19 autorizado a pasar por encima de la dignidad y de los derechos de las otras personas singulares o de sus agrupaciones sociales. La distribución fáctica del poder (político, económico, de defensa,

Franc. 26 también que la *Conferencia de París sobre el cambio climático* logre acuerdos fundamentales y eficaces.

Franc. 20 No bastan, sin embargo, los compromisos asumidos solemnemente, aunque constituyen ciertamente un paso necesario para las soluciones. La definición clásica de justicia a que aludí anteriormente contiene como elemento esencial una voluntad constante y perpetua: *iustitia est constans et perpetua voluntas ius suum cuique tribuendi*. El mundo reclama de todos los
Franc. 30 gobernantes una voluntad efectiva, práctica, constante, de pasos concretos y medidas inmediatas, para preservar y mejorar el ambiente natural y vencer cuanto antes el fenómeno de la exclusión social y económica, con sus tristes consecuencias de trata de seres humanos, comercio de órganos y tejidos humanos, explotación sexual de niños y niñas, trabajo esclavo, incluyendo la
Franc. 31 prostitución, tráfico de drogas y de armas, terrorismo y crimen internacional organizado. Es tal la magnitud de estas situaciones y el grado de vidas inocentes que va cobrando, que hemos de evitar toda tentación de caer en un nominalismo declaracionista con efecto tranquilizador en las conciencias. Debemos cuidar que nuestras instituciones sean realmente efectivas en la lucha contra todos estos flagelos.

Franc. 32 La multiplicidad y complejidad de los problemas exige contar con instrumentos técnicos de medida. Esto, empero, comporta un doble peligro: limitarse al ejercicio burocrático de redactar largas enumeraciones de buenos propósitos –metas, objetivos e indicaciones estadísticas–, o creer que una única solución teórica y aprioristica dará respuesta a todos los desafíos. Hay que perder de vista, en ningún momento, que la acción política y económica, solo es eficaz
Franc. 33 cuando se la entiende como una actividad prudencial, guiada por un concepto perenne de justicia y que no pierde de vista en ningún momento que, antes y más allá de los planes y programas, hay mujeres y hombres concretos, iguales a los gobernantes, que viven, luchan y sufren, y que muchas veces se ven obligados a vivir miserablemente, privados de cualquier derecho.

Franc. 34 Para que estos hombres y mujeres concretos puedan escapar de la pobreza extrema, hay que permitirles ser dignos actores de su propio destino. El desarrollo humano integral y el pleno ejercicio de la dignidad humana no pueden ser impuestos. Deben ser edificados y desplegados por cada uno, por cada familia, en comunión con los demás hombres y en una justa relación con todos los círculos en los que se desarrolla la sociabilidad humana –amigos, comunidades, aldeas municipios, escuelas, empresas y sindicatos, provincias, naciones–. Esto supone y exige el
Franc. 35 derecho a la educación –también para las niñas, excluidas en algunas partes– que se asegura en primer lugar respetando y reforzando el derecho primario de las familias a educar, y el derecho de las Iglesias y de las agrupaciones sociales a sostener y colaborar con las familias en la formación de sus hijas e hijos. La educación, así concebida, es la base para la realización de la *Agenda 2030* y para recuperar el ambiente.

Franc. 36
Franc. 37 Al mismo tiempo, los gobernantes han de hacer todo lo posible a fin de qu tener la mínima base material y espiritual para ejercer su dignidad y para formar y mantener una familia.

que es la célula primaria de cualquier desarrollo social. Este mínimo absoluto tiene en lo material tres nombres: techo, trabajo y tierra; y un nombre en lo espiritual: libertad de espíritu, que
Franc. 38 comprende la libertad religiosa, el derecho a la educación y todos los otros derechos cívicos.

Franc. 39 Por todo esto, la medida y el indicador más simple y adecuado del cumplimiento de la nueva *Agenda* para el desarrollo será el acceso efectivo, práctico e inmediato, para todos, a los bienes materiales y espirituales indispensables: vivienda propia, trabajo digno y debidamente remunerado, alimentación adecuada y agua potable; libertad religiosa, y más en general libertad de espíritu y educación. Al mismo tiempo, estos pilares del desarrollo humano integral tienen un
Franc. 40 fundamento común, que es el derecho a la vida y, más en general, lo que podríamos llamar el derecho a la existencia de la misma naturaleza humana.

Franc. 41 La crisis ecológica, junto con la destrucción de buena parte de la biodiversidad, puede poner en peligro la existencia misma de la especie humana. Las nefastas consecuencias de un
Franc. 42 irresponsable desgobierno de la economía mundial, guiado solo por la ambición de lucro y de poder, deben ser un llamado a una severa reflexión sobre el hombre: «El hombre no es solamente una libertad que él se crea por sí solo. El hombre no se crea a sí mismo. Es espíritu y voluntad, pero también naturaleza» (Benedicto XVI, *Discurso al Parlamento Federal de Alemania*, 22 septiembre 2011; citado en *Laudato si'*, 6). La creación se ve perjudicada «donde nosotros
Franc. 43 mismos somos las últimas instancias [...] El derroche de la creación comienza donde no reconocemos ya ninguna instancia por encima de nosotros, sino que solo nos vemos a nosotros mismos» (*Id.*, *Discurso al Clero de la Diócesis de Bolzano-Bressanone*, 6 agosto 2008; citado *ibid.*). Por eso, la defensa del ambiente y la lucha contra la exclusión exigen el reconocimiento de
Franc. 44 una ley moral inscrita en la propia naturaleza humana, que comprende la distinción natural entre hombre y mujer (*Laudato si'*, 155), y el absoluto respeto de la vida en todas sus etapas y dimensiones (cf. *ibid.*, 123; 136).

Franc. 45 Sin el reconocimiento de unos límites éticos naturales insalvables y sin la actuación inmediata de aquellos pilares del desarrollo humano integral, el ideal de «salvar las futuras generaciones del flagelo de la guerra» (*Carta de las Naciones Unidas*, Preámbulo) y de «promover el progreso social y un más elevado nivel de vida en una más amplia libertad» (*ibid.*) corre el riesgo de convertirse en un espejismo inalcanzable o, peor aún, en palabras vacías que sirven de excusa
Franc. 46 para cualquier abuso y corrupción, o para promover una colonización ideológica a través de la imposición de modelos y estilos de vida anómalos, extraños a la identidad de los pueblos y, en último término, irresponsables.

Franc. 47 La guerra es la negación de todos los derechos y una dramática agresión al ambiente. Si se quiere un verdadero desarrollo humano integral para todos, se debe continuar incansablemente con la tarea de evitar la guerra entre las naciones y los pueblos.

Franc. 48 Para tal fin hay que asegurar el imperio incontestado del derecho y el infatigable recurso a la

negociación, a los buenos oficios y al arbitraje, como propone la *Carta de las Naciones Unidas*, verdadera norma jurídica fundamental. La experiencia de los 70 años de existencia de las
Franc. 49 Naciones Unidas, en general, y en particular la experiencia de los primeros 15 años del tercer milenio, muestran tanto la eficacia de la plena aplicación de las normas internacionales como la ineficacia de su incumplimiento. Si se respeta y aplica la *Carta de las Naciones Unidas* con
Franc. 50 transparencia y sinceridad, sin segundas intenciones, como un punto de referencia obligatorio de justicia y no como un instrumento para disfrazar intenciones espurias, se alcanzan resultados de
Franc. 51 paz. Cuando, en cambio, se confunde la norma con un simple instrumento, para utilizar cuando resulta favorable y para eludir cuando no lo es, se abre una verdadera caja de Pandora de fuerzas incontrolables, que dañan gravemente las poblaciones inermes, el ambiente cultural e incluso el ambiente biológico.

Franc. 52 El Preámbulo y el primer artículo de la *Carta de las Naciones Unidas* indican los cimientos de la construcción jurídica internacional: la paz, la solución pacífica de las controversias y el desarrollo de relaciones de amistad entre las naciones. Contrasta fuertemente con estas afirmaciones, y las niega en la práctica, la tendencia siempre presente a la proliferación de las armas, especialmente
Franc. 53 las de destrucción masiva como pueden ser las nucleares. Una ética y un derecho basados en la
Franc. 54 amenaza de destrucción mutua –y posiblemente de toda la humanidad– son contradictorios y constituyen un fraude a toda la construcción de las Naciones Unidas, que pasarían a ser
Franc. 55 «Naciones unidas por el miedo y la desconfianza». Hay que emplear bien por un mundo sin armas nucleares, aplicando plenamente el Tratado de no proliferación, en la letra y en el espíritu, hacia una total prohibición de estos instrumentos.

Franc. 56 El reciente acuerdo sobre la cuestión nuclear en una región sensible de Asia y Oriente Medio es
Franc. 57 una prueba de las posibilidades de la buena voluntad política y del derecho, ejercitados con sinceridad, paciencia y constancia. Hago votos para que este acuerdo sea duradero y eficaz y dé los frutos deseados con la colaboración de todas las partes implicadas.

Franc. 58 En ese sentido, no faltan duras pruebas de las consecuencias negativas de las intervenciones políticas y militares no coordinadas entre los miembros de la comunidad internacional. Por eso, aun deseando no tener la necesidad de hacerlo, no puedo dejar de reiterar mis repetidos llamamientos en relación con la dolorosa situación de todo el Oriente Medio, del norte de África y de otros países africanos, donde los cristianos, junto con otros grupos culturales o étnicos e incluso junto con aquella parte de los miembros de la religión mayoritaria que no quiere dejarse envolver por el odio y la locura, han sido obligados a ser testigos de la destrucción de sus lugares de culto, de su patrimonio cultural y religioso, de sus casas y haberes y han sido puestos en la disyuntiva de huir o de pagar su adhesión al bien y a la paz con la propia vida o con la esclavitud.

Franc. 59 Estas realidades deben constituir un serio llamado a un examen de conciencia de los que están a cargo de la conducción de los asuntos internacionales. No solo en los casos de persecución religiosa o cultural, sino en cada situación de conflicto, como Ucrania, Siria, Irak, en Libia, en

Sudán del Sur y en la región de los Grandes Lagos, hay rostros concretos antes que intereses de parte, por legítimos que sean. En las guerras y conflictos hay seres humanos singulares, hermanos y hermanas nuestros, hombres y mujeres, jóvenes y ancianos, niños y niñas, que lloran, sufren y mueren. Seres humanos que se convierten en material de descarte cuando la actividad consiste sólo en enumerar problemas, estrategias y discusiones.

Franc. 60 Como pedía el Secretario General de las Naciones Unidas en mi carta del 9 de agosto de 2014, «la más elemental comprensión de la dignidad humana [obliga] a la comunidad internacional, en particular a través de las normas y los mecanismos del derecho internacional, a hacer todo lo posible para detener y prevenir ulteriores violencias sistemáticas contra las minorías étnicas y religiosas» y para proteger a las poblaciones inocentes.

Franc. 61 En esta misma línea quisiera hacer mención a otro tipo de conflictividad no siempre tan explicitada pero que silenciosamente viene cobrando la muerte de millones de personas. Otra clase de guerra que viven muchas de nuestras sociedades con el fenómeno del narcotráfico. Una guerra «asumida y poderosamente combatida. El narcotráfico por su propia dinámica va acompañado de la trata de personas, del lavado de activos, del tráfico de armas, de la explotación infantil y de otras formas de corrupción. Corrupción que ha penetrado los distintos niveles de la vida social, política, militar, artística y religiosa, generando, en muchos casos, una estructura paralela que pone en riesgo la credibilidad de nuestras instituciones.

Franc. 62 Comencé esta intervención recordando las visitas de mis predecesores. Quisiera ahora que mis palabras fueran especialmente como una continuación de las palabras finales del discurso de Pablo VI, pronunciado hace casi exactamente 50 años, pero de valor perenne, cito: «Ha llegado la hora en que se impone una pausa, un momento de recogimiento, de reflexión, casi de oración: volver a pensar en nuestro común origen, en nuestra historia, en nuestro destino común. Nunca, como hoy, [...] ha sido tan necesaria la conciencia moral del hombre, porque el peligro no viene ni del progreso ni de la ciencia, que, bien utilizados, podrán [...] resolver muchos de los graves problemas que afligen a la humanidad» (*Discurso a los Representantes de las Estados*, 4 de octubre de 1965). Entre otras cosas, sin duda, la genialidad humana, bien aplicada, ayudará a resolver los graves desafíos de la degradación ecológica y de la exclusión. Continúo con Pablo VI: «El verdadero peligro está en el hombre, que dispone de instrumentos cada vez más poderosos, capaces de llevar tanto a la ruina como a las más altas conquistas» (*Ibid.*). Hasta aquí Pablo VI.

Franc. 63 La casa común de todos los hombres debe continuar levantándose sobre una recta comprensión de la fraternidad universal y sobre el respeto de la sacralidad de cada vida humana, de cada hombre y cada mujer; de los pobres, de los ancianos, de los niños, de los enfermos, de los no nacidos, de los desocupados, de los abandonados, de los que se juzgan descartables porque no se los considera más que números de una u otra estadística. La casa común de todos los hombres debe también edificarse sobre la comprensión de una cierta sacralidad de la naturaleza

creada.

Franc. 64 Tal comprensión y respeto exigen un grado superior de sabiduría, que acepte la trascendencia, la de uno mismo, renuncie a la construcción de una elite omnipotente, y comprenda que el sentido pleno de la vida singular y colectiva se da en el servicio abnegado de los demás y en el uso prudente y respetuoso de la creación para el bien común. Repitiendo las palabras de Pablo VI, «el edificio de la civilización moderna debe levantarse sobre principios espirituales, los únicos capaces no sólo de sostenerlo, sino también de iluminarlo» (*Ibid.*).

Franc. 65 El gaucho Martín Fierro, un clásico de la literatura de mi tierra natal, canta: «Los hermanos sean unidos porque esa es la ley primera. Tengan unión verdadera en cualquier tiempo que sea, porque si entre ellos pelean, los devoran los de afuera».

Franc. 66 El mundo contemporáneo, aparentemente cerrado, experimenta una creciente y sostenida fragmentación social que pone en riesgo «todo fundamento de la vida social» y por lo tanto «termina por enfrentarnos unos con otros para preservar los propios intereses» (*Laudato si'*, 229).

Franc. 67 El tiempo presente nos invita a privilegiar acciones que generen dinamismos nuevos en la sociedad hasta que fructifiquen en importantes y positivos acontecimientos históricos (cf. *Evangelii gaudium*, 223). No podemos permitirnos postergar «algunas agendas» para el futuro. El
Franc. 68 futuro nos pide decisiones críticas y globales de cara a los conflictos mundiales que aumentan el número de excluidos y necesitados.

Franc. 69 La loable construcción jurídica internacional de la Organización de las Naciones Unidas y de todas sus realizaciones, perfeccionable como cualquier otra obra humana y, al mismo tiempo, necesaria, puede ser prenda de un futuro seguro y feliz para las generaciones futuras. Y lo será si los representantes de los Estados sabrán dejar de lado intereses sectoriales e ideologías, y buscar sinceramente el servicio del bien común. Pido a Dios Todopoderoso que así sea, y les
Franc. 70 aseguro mi apoyo, mi oración y el apoyo y las oraciones de todos los fieles de la Iglesia Católica, para que esta Institución, todos sus Estados miembros y cada uno de sus funcionarios, rinda siempre un servicio eficaz a la humanidad, un servicio respetuoso de la diversidad y que sepa potenciar, para el bien común, lo mejor de cada pueblo y de cada ciudadano. Que Dios los bendiga a todos.

© Copyright - Libreria Editrice Vaticana

Devemos lembrar que foi a partir dos anos noventa que o trabalho de tratamento da atualidade nacional e internacional por parte do *DA* começou a ter por base sobretudo despachos da agência *Lusa*, e que, no decorrer do tempo, o pacote de serviços contratualizados – que, por norma, já era reduzido em número de conteúdos comparativamente com os dos jornais nacionais – sofreu alterações: sobretudo a secção Internacional passou a contar com uma pequena porção de conteúdos enviados por aquela agência. Assim sendo, colocamos a possibilidade de a falta de noticiabilidade (logo, de reescrita) dos Discursos de Bento XVI e de Francisco ter resultado de uma influência do agente mediador no processo de tradução no campo jornalístico do *DA*. Ou seja: o facto de (i) se tratar de uma comunidade do país onde a tradição católica está profundamente enraizada ainda nos dias de hoje; (ii) de o *DA* manter como objetivo editorial a divulgação de conteúdos religiosos; e (iii) de o serviço contratualizado com a *Lusa* ser, à partida, reduzido no que concerne aos acontecimentos mundiais, leva-nos a colocar como possível motivo da não-reescrita daqueles dois Discursos a não-receção de materiais acerca dos mesmos, tendo, por isso, sido uma opção *indireta* do diário açoriano.

A comparação com as sequências de noticiabilidade do *DN* e do *JN* em **2008** e em **2015** (gráficos 5 e 6) evidenciam as diferenças existentes em termos de número de dados transmitidos – e, por isso, recolhidos pelos jornais, sobretudo por um que está extremamente dependente da *Lusa* para o tratamento da atualidade internacional, como o *DA* – e também a nível dos assuntos (Discursos na AGONU e outras etapas das viagens).

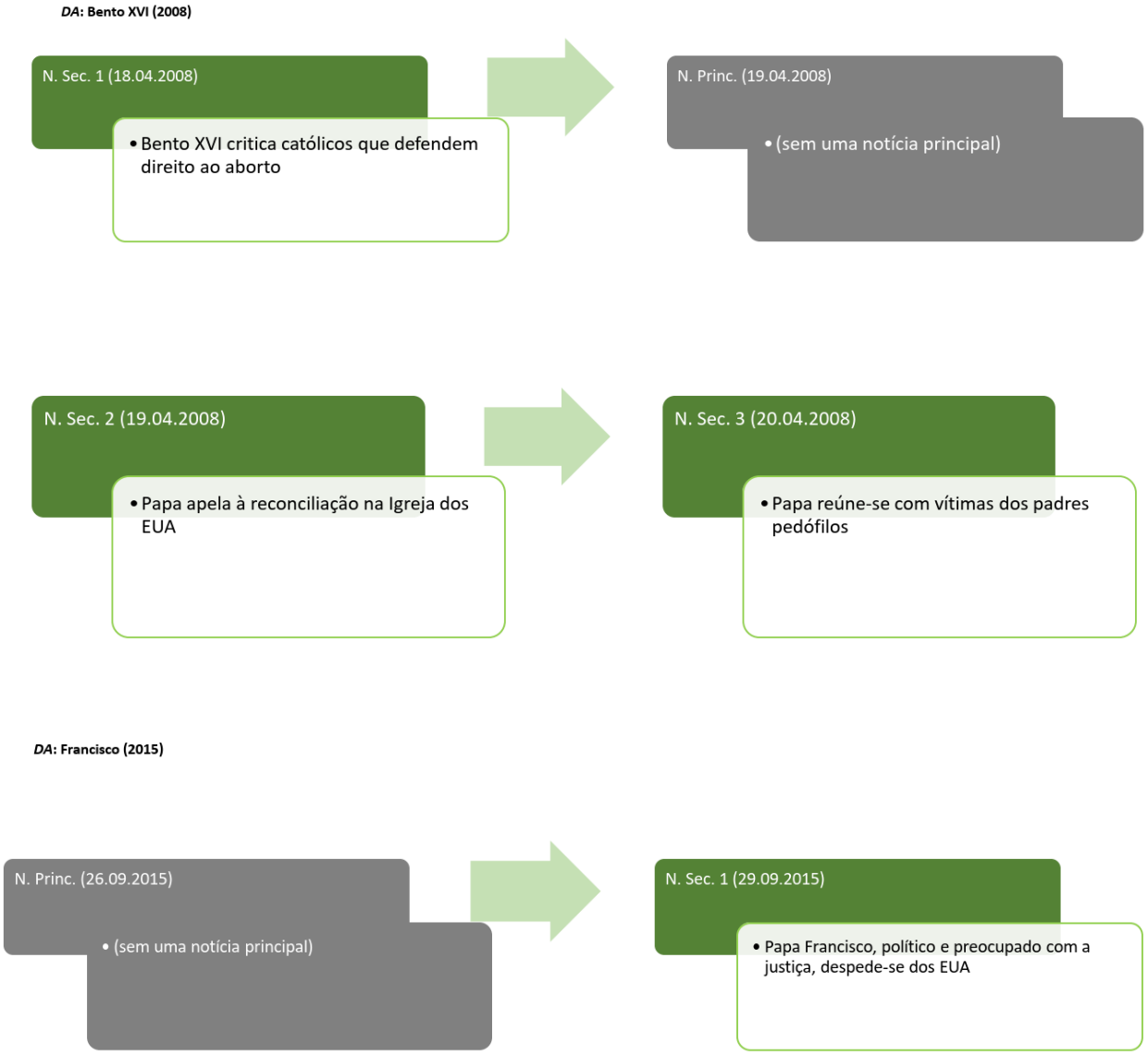
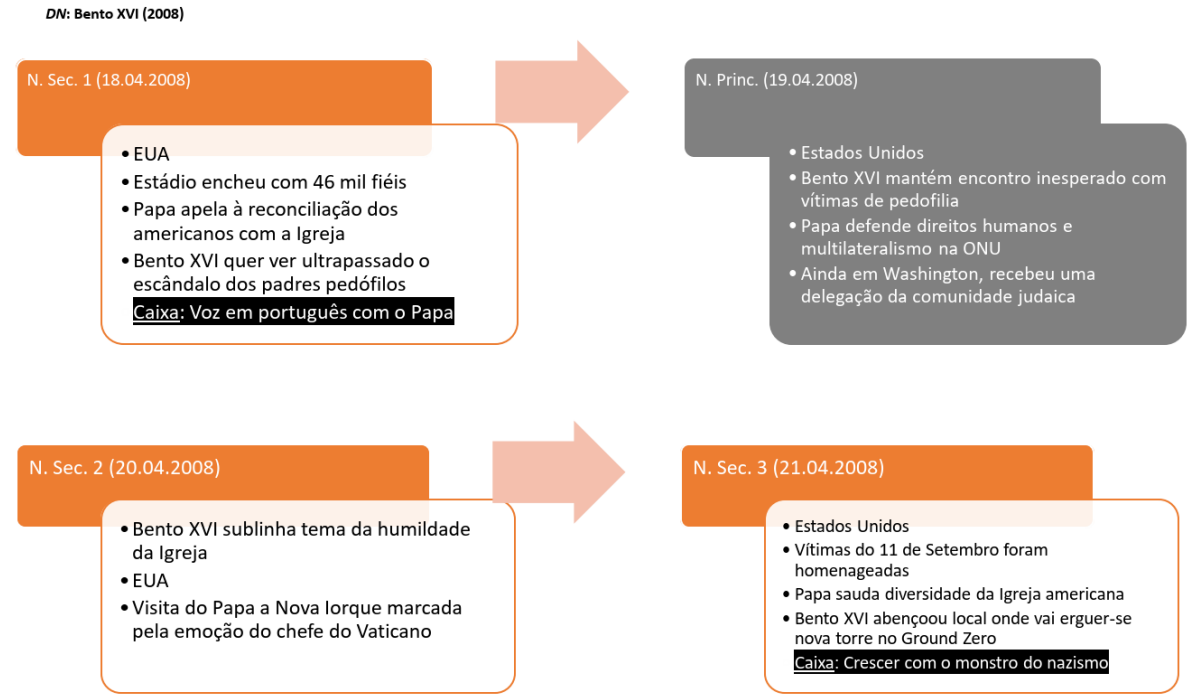


GRÁFICO 4: Sequência da noticiabilidade do *DA* em 2008 e em 2015



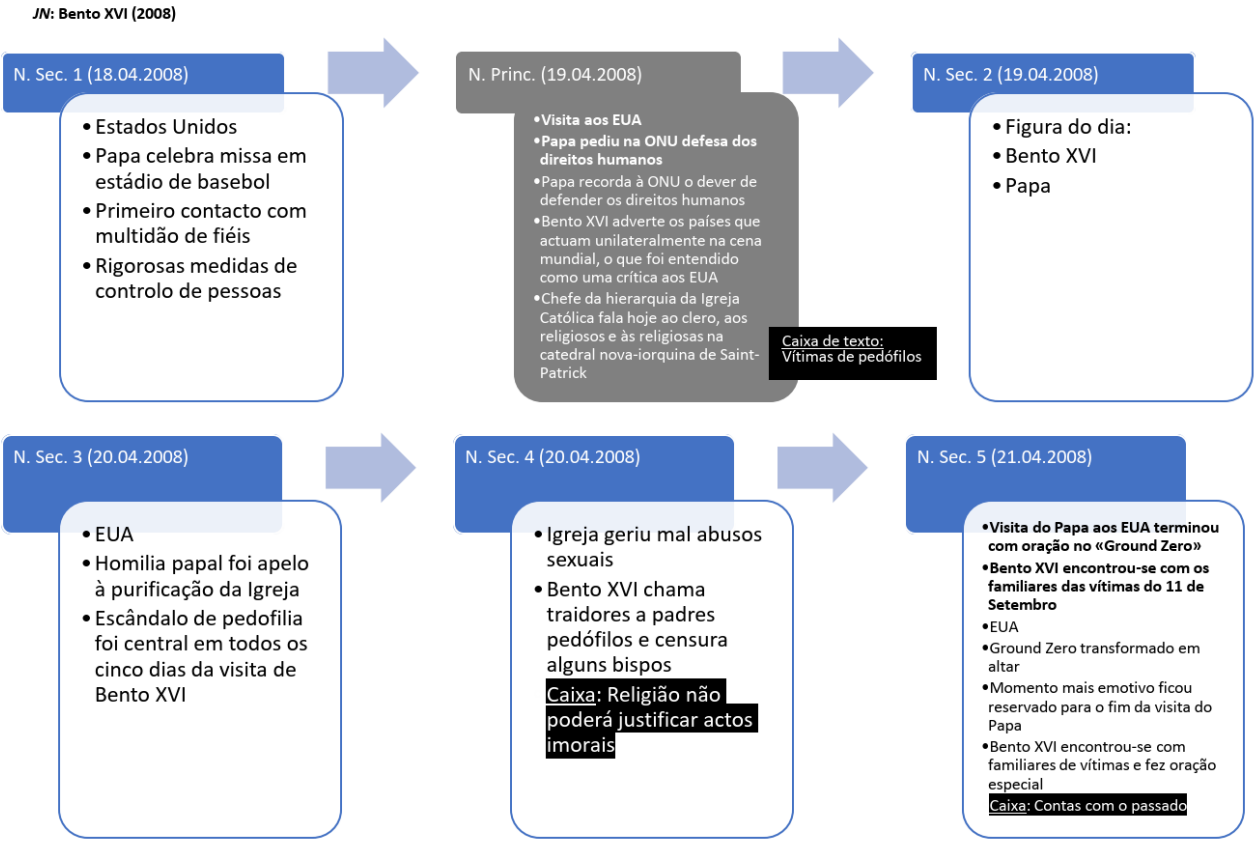


GRÁFICO 5: Sequência da noticiabilidade do *DN* e do *JN* em 2008

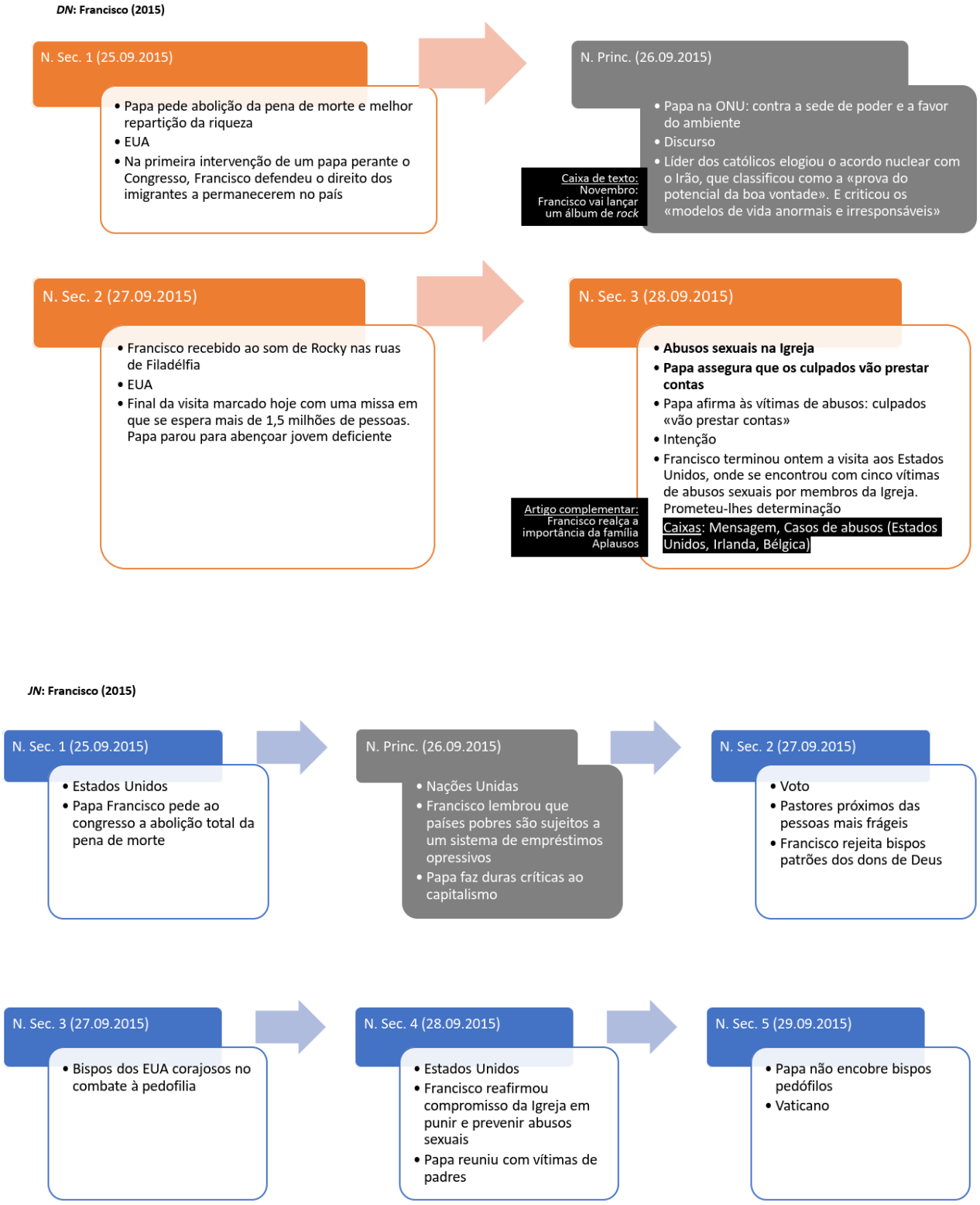


GRÁFICO 6: Sequência da noticiabilidade do *DN* e do *JN* em 2015

Já numa aproximação às etapas seguintes, devemos explicar que as tabelas incluídas no apêndice B.0.1, sobre a codificação das parcelas de análise, representam uma junção dos cruzamentos estabelecidos entre as versões de partida e as de chegada a nível do parâmetro da seleção: partindo dos documentos oficiais da Santa Sé, dispusemos o texto de cada um dos Discursos em colunas ordenadas por ordem cronológica. Dividimos cada um em parcelas, independentemente de se tratar de um novo parágrafo ou não: sempre que possível, a divisão foi feita assunto a assunto ou, no caso de os temas terem sido abordados em bloco no texto de partida (i.e., em parágrafos longos ou em mais do que um parágrafo), em frases ou pequenas partes com mensagens claras dos pontífices sobre os mesmos. O intuito foi o de podermos ter porções com uma carga semântica suficiente para podermos compreender quais os assuntos em questão e os pontos de vista dos pontífices, mas, ao mesmo tempo, que não fossem demasiado extensas, sob pena de não conseguirmos depois cruzar com a seleção dos jornais e determinar que argumentos foram reescritos. Identificámos as passagens dos Discursos com um código formado pela abreviatura do nome de cada Papa seguido de uma numeração por ordem crescente (por exemplo, «PVI.1» e «PVI.2» correspondem às primeiras duas passagens do Discurso de Paulo VI). Seguiu-se a marcação dos resultados obtidos nos levantamentos descritos *supra*, com recurso ao mesmo sistema de cores e pela identificação também das partes das notícias em que as passagens traduzidas foram apresentadas: um código formado, desta feita, pela sigla de cada jornal, a abreviatura da parte do texto e o número do parágrafo do corpo da notícia. Nos casos em que foram reescritos vários argumentos numa mesma parte do texto jornalístico, acrescentámos a tal código uma numeração sequencial entre parêntesis [(1), (2), (3), e assim sucessivamente]. A título de exemplo, o código «DN.tít.1.ª» indica que a reescrita da passagem assinalada foi feita no título de primeira página do *DN*, sendo que a referência «DN.tít.1.ª(2)» significa que aquele título incluiu elementos reescritos de mais do que uma passagem de partida (duas, no caso), e dizendo respeito aquela em particular à segunda passagem. De referir, igualmente, que nas duas viagens em que os pontífices discursaram em mais do que uma língua, assinalámos a mudança de versão linguística com um tracejado no limite superior da respetiva quadrícula e com a indicação da sigla correspondente à língua em questão. Por último, cabe-nos explicar o sentido das passagens de partida indicadas como «corte»: nos anos de **1979** e **1995**, tivemos em conta não só as passagens que foram, de facto, lidas por João Paulo II na AGONU, mas também aquelas que acabou por não pronunciar quando naquela assembleia, apesar de

constarem nas versões oficiais escritas. E chegámos à conclusão de ter existido um conjunto de passagens que não foi lido por aquele pontífice quando na AGONU (foram, portanto, passagens cortadas) por duas indicações patentes no texto elaborado pelos serviços de tradução das Nações Unidas no Discurso de 1979: (i) nas palavras dirigidas pelo Papa ao Presidente da AGONU na altura, Salim Ahmed Salim, antes de começar a discursar, em que afirmou «Mr. President, my address today will be published in its entirety just as I wrote it. *Because of its length, however, I shall now read it out in a shortened form*» (United Nations, 1979c; ênfase nossa);[7] e (ii) na nota apresentada por aqueles serviços no final da última página, indicando «*For the full text*, see Address of His Holiness Pope John Paul II to the XXXIV General Assembly of the United Nations Organization, 2 October 1979» (ênfase nossa). Embora não tenhamos encontrado indicações idênticas na versão do Discurso de 1995 elaborada por aqueles serviços, entendemos que poderá ter acontecido uma situação idêntica (i.e., de corte feito pelo Papa João Paulo II) nas três passagens que constam no texto da Santa Sé, mas não naquela versão. Decidimos manter os cortes no nosso estudo, por termos verificado que alguns deles foram objeto de reescrita por parte dos jornais, o que significa que estes tiveram acesso ao texto de origem dos Discursos pontifícios – de forma direta ou indireta.

3.2. Macroanálise: a reorganização das passagens selecionadas à chegada

Na formulação do modelo sistémico-sistemático, José Lambert e Hendrik van Gorp indicaram como possível parâmetro de nível macroanalítico a determinação da «internal narrative structure» e da «dramatic intrigue (prologue, exposition, climax, conclusion, epilogue)» na versão traduzida de uma obra literária (1985: 52). Consideramos ser uma aferição passível de ser transposta para o domínio da imprensa (em geral) e para este estudo (em particular), posto que, em rigor, o objetivo é caracterizar o modo de *reorganização* dos conteúdos de uma versão de partida aquando da reescrita dos mesmos à chegada. Assim sendo, uma vez identificadas nos levantamentos preliminares as passagens de T1 (de 1 a 5) selecionadas por cada um dos jornais para serem reproduzidas e colocadas em circulação nos respetivos subsistemas, iremos determinar de que modo foram reorganizadas nas

[7] As traduções elaboradas pelos serviços de tradução da ONU foram-nos disponibilizadas após pedido, por *email* e especificamente para efeitos deste estudo. Serviram-nos para percebermos as diferenças entre o que foi redigido no contexto da Santa Sé e o que foi, de facto, comunicado pelos pontífices quando na AGONU.

notícias – desde a titulação e o texto de primeira página, passando pela titulação, pelo *lead* e por todo o texto principal no interior da edição, e terminando nos restantes textos que possam ter sido publicados na mesma página (i.e., artigos complementares e/ou caixas de texto). É, no nosso entender, uma forma de identificarmos a estrutura interna narrativa («internal narrative structure») das versões de chegada – e utilizamos o conceito de «narrativa» na esfera jornalística no sentido proposto por Sandra Oliveira e Rita Caetano, que argumentam que «dados, informação e conhecimento não são a mesma coisa: o que os média transmitem e produzem são sons, imagens, textos, dispositivos digitais complexos ou simples, construídos por um emissor» (2017: 20); logo, «os média transmitem *narrativas de dados* e o processo de comunicação e conhecimento só se completa quando essas *narrativas* são apreendidas e descodificadas pelo recetor» (*ibid*.; ênfase nossa).

Esta etapa servirá de ponte entre a que a antecedeu e a que virá a seguir: por um lado, tem por base os dados apurados nos levantamentos preliminares e, por outro, determinará já aqueles sobre os quais nos iremos debruçar na microanálise. Como dissemos na introdução deste trabalho, iremos assumir a pirâmide invertida como a estrutura pela qual as notícias terão sido produzidas pelos jornais. Como tal, recorremos à forma dessa estrutura para dispormos as passagens selecionadas dos Discursos pela ordem por que foram reescritas: no topo, indicámos os códigos correspondentes às que constaram na titulação (de primeira página e/ou no interior da edição); no corpo da pirâmide, os das que foram sendo integradas no texto principal das notícias; e, numa estrutura à parte e de menor dimensão, os contidos em artigos complementares,[8] quando aplicável. Destacámos, depois, com a cor definida para cada jornal, os momentos em que existiu tradução das palavras dos Papas, ficando em branco todas as porções de texto com dados contextuais e sem relação com os textos de partida. O resultado (gráficos 7 a 11) foi uma perceção, ano a ano, do peso e do lugar da tradução: do *peso*, na medida em que a marcação das cores faz transparecer um maior ou menor volume de passagens das versões de partida reescritas ao longo das notícias; e do *lugar*, visto que a ordenação descendente em termos de importância indica a medida em que os elementos de captação foram mais ou menos compostos por palavras reescritas dos Papas.

A ordem descendente de importância é fundamental para o nosso estudo, uma vez que será sobre os casos de reescrita que constaram no início das notícias principais que nos iremos concentrar na microanálise (nos assinalados com o símbolo «o»). Ou seja: nas

[8] Não incluímos as caixas de texto, por terem contido, na maioria dos casos, dados paralelos aos Discursos.

parcelas que são de leitura mais imediata por parte do público, por serem o que lê em primeiro lugar ao folhear o jornal, e que são, ao mesmo tempo (e em virtude de tal circunstância) os locais do texto jornalístico em que são apresentados os conteúdos que a redação pretende destacar aos leitores – o que, no caso dos Discursos pontifícios, equivalerá aos argumentos dos Papas que foram entendidos por cada jornal português como *o* cerne das intervenções naquela assembleia. É por isso que a estas parcelas se atribui a designação de *elementos de captação* (Martin-Lagardette, 1998: 44). Recordamos aquelas que iremos ter em conta no nosso estudo: a *primeira página*, enquanto «uma espécie de montra onde se expõem os assuntos suscetíveis de atrair a atenção dos leitores» (Lopes, 1959: 44); a *titulação principal*, seguindo a ideia de que «[o] título de um artigo é também o seu rosto», na medida em que «resume o artigo» e «[d]á a percepção imediata da mensagem essencial» (Martin-Lagardette, 1998: 106-107); e o *lead*, enquanto o «parágrafo inicial de uma peça jornalística, com a função de indicar o tema e a forma de abordagem desse tema» e de estabelecer uma ponte entre o título e o resto da notícia (Szymaniak, 2000: 143).

A definição destas parcelas como enfoque analítico principal da nossa investigação resultou, em primeiro lugar, do objeto de estudo: notícias da imprensa (escrita) sobre um acontecimento da atualidade internacional. Sendo um tipo de texto particular, era necessário que o nosso estudo de tradução tivesse em conta que a principal finalidade da leitura por parte do público é ficar informado sobre o que marca a atualidade, pois «[q]uando uma pessoa abre um jornal, é para saber notícias», especialmente desde que se tornou hábito «quer[er]-se saber tudo, imediatamente» (Martin-Lagardette, 1998: 13). Em segundo lugar, foi fruto da consciência de que, na imprensa, a relação entre quem produz e quem recebe as versões traduzidas é diferente, por exemplo, da que se verifica na literatura, uma vez que o leitor de um jornal procura compreender um conteúdo denso e pormenorizado – como seja um Discurso formal de um Papa – por meio de um texto mais escorreito e sucinto, até porque «a mensagem é eficaz precisamente quando pode ser lida e compreendida» (*ibid.*: 15). O estilo jornalístico passa, portanto, por um esforço de «tornar acessível – rapidamente e para o maior número de pessoas – o sentido de uma informação, fazendo ressaltar imediatamente o essencial, dando logo tudo» (*ibid.*: 26), ou seja, «[i]r direito ao assunto!» (*ibid.*) – e isto será aplicável também quando há um recurso à tradução no campo jornalístico. Ou seja: consideramos que as particularidades do uso da língua no jornalismo têm um reflexo direto no modo como os conteúdos são redigidos (e reescritos) nas páginas dos jornais. Portanto,

se, na composição de um qualquer artigo, os jornalistas-redatores apresentam habitualmente no início das notícias os dados principais sobre os acontecimentos – um procedimento que, em rigor, responde a questões-chave da discursividade editorial, como sejam «quem?», «o quê?», «onde?», «quando?», «como?» e «porquê?» (*ibid*: 26-27) –, então, nos casos de reescrita de um dado texto de partida, os jornalistas-tradutores partirão dessa mesma estrutura, porque é basilar («natural») à discursividade em causa, i.e., ao tipo de narrativa que se pretende produzir e que os leitores pretendem receber.

É certo que os responsáveis pelo *DN* e pelo *JN* (sobretudo a editora deste segundo jornal) nos disseram que a pirâmide invertida já não faz parte do seu modo de trabalho, tendo perdido a importância que tinha outrora. No entanto, não nos podemos esquecer que o nosso estudo tem início em 1965, percorrendo uma linha temporal bastante longa e no decorrer da qual aquela estrutura foi, realmente, predominante no trabalho feito nas redações; apenas na última década, com a conversão dos *media* ao digital e com a solidificação do jornalismo multiplataforma é que começámos a notar um afastamento mais acentuado em relação aos moldes tradicionais. Por tal motivo, e em prol de uma coerência nos critérios de análise, considerámos ser devido ter ainda em conta aqueles moldes. Para isto contribuíram também as explicações de Mário Mesquita no contacto com ele estabelecido: segundo disse, as redações tendem a reproduzir o modelo proveniente do jornalismo americano de reorganização dos conteúdos numa ordem decrescente de importância, que é um «padrão relativamente rígido da narrativa noticiosa» (apêndice A.4: p. 57). De um modo geral, esta estrutura tanto é eficaz do ponto de vista da produção, posto que, se for necessário cortar parte da notícia, nomeadamente por motivos relacionados com a paginação, será possível fazê-lo sem prejuízo da informação principal (cf. *ibid*.: p. 60), como também o é do ponto de vista da receção, visto que, como indicou Martin-Lagardette, «permite ao leitor apressado conhecer com uma rápida vista de olhos o essencial da informação» (1998: 28). É por todos estes motivos que nos parece adequado desenvolvermos a macroanálise tendo por base a estrutura da pirâmide invertida.

GRÁFICO 7: Macroanálise: a reorganização dos conteúdos selecionados para reescrita nas notícias do *DN*, do *JN* e do *DA*, em 1965

GRÁFICO 9: M cionados para reescrita r

GRÁFICO 10: Macroanálise: a reorganização dos conteúdos selecionados para reesc

teúdos selecionados para reescrita nas notícias do *DN*, do *JN* e do *DA*

Temos consciência de que as representações gráficas tal como apresentadas não apresentam uma legibilidade do que está escrito nas células; no entanto, o mais importante nesta etapa da análise é a perceção de como as cores estão distribuídas nas pirâmides, já que o texto indica somente os códigos das passagens reescritas e, no caso de informações contextuais (sem reescrita), os temas gerais que foram abordados pelo jornalista. Foi, por isso, que preferimos privilegiar a comparabilidade entre os jornais pelo critério visual, podendo as pirâmides ser consultadas por ano e por jornal nos apêndices B.2.1.

De um modo geral, os resultados obtidos foram os seguintes:

1. As citações e as paráfrases dos Discursos papais proferidos na AGONU ocuparam sempre grande parte das notícias publicadas nos três jornais – inclusivamente de modo integral no *DA*, em **1965** e em **1995**, e no *JN* naquele primeiro ano, tanto no corpo do texto como nas titulações;

2. Com exceção de **2015**, a participação do Santo Padre naquela assembleia mereceu sempre uma referência na primeira página e passagens reescritas dos Discursos: em **1965**, na titulação de todos os jornais e no texto do *JN* e do *DA* (de modo integral); em **1979**, na titulação do *JN* e do *DA* e no texto do *DN* e do *DA*; em **1995**, na legenda da fotografia da capa do *DN*; e, por fim, em **2008** na chamada do *JN*, como avançámos nos levantamentos preliminares;

3. Também em todos os anos e em todos os jornais identificamos argumentos papais traduzidos na titulação principal, desta feita no interior das edições: em **1965**, no *JN* (neste ano, o *DA* apenas publicou conteúdos sobre a visita apostólica à ONU na primeira página); em **1979**, no *DN* e no *JN*; e, de **1995** a **2015**, em todos os agentes de chegada;

4. Salvo duas exceções (em **1965** e em **2015**, no *DN*) – e sem contarmos com o texto publicado na primeira página, pois o facto de ter constado em tal parcela da edição indica ter sido, necessariamente, destacado –, percebemos que as porções do texto principal que *não* foram compostas por palavras citadas ou parafraseadas dos Discursos nunca se localizaram no topo das pirâmides, sobretudo não no primeiro parágrafo (o *lead*).

Podemos, assim, extrair as seguintes conclusões:

(i) Com base nos resultados indicados no número 1, confirmamos que a tradução teve *peso* na estrutura narrativa das notícias produzidas sobre os textos oficiais da Santa Sé, visto ter ocupado grande parte dos relatos. E é relevante ter sido uma situação que se manteve de

modo relativamente constante durante o período de cinquenta anos em estudo, o que significa que a *e*volução social e dos *media* não fez perder o interesse pela reprodução das palavras do líder religioso, não tendo também a mudança de sistema político, em 1974, mostrado um impacto a este nível – nem pela positiva, nem pela negativa;

(ii) Pelos resultados indicados em 2, percebemos que o destaque de primeira página foi uma circunstância que apresentou variações ao longo do tempo, mas não só foi feita por todos os jornais em estudo, como também aconteceu de uma forma longitudinal, inclusive no início do século XXI (em **2008**). Tal constatação vem, portanto, reforçar o que dissemos no ponto anterior: tanto houve uma tendência dos jornais, em geral, para divulgarem os conteúdos dos Discursos pontifícios, concentrando neles os seus relatos, como para destacarem nas edições as notícias produzidas sobre as intervenções em apreço – ou seja: uma tendência para chamarem a atenção dos leitores para a reprodução feita por cada jornal das palavras dos Papas em português e num registo fluente e coloquial;

(iii) A partir dos resultados indicados entre os números 2 e 4, compreendemos que a tradução ocupou um *lugar* de destaque em todas as versões de chegada, estando disseminada um pouco pelos três elementos de captação das notícias que definimos como base para a nossa investigação – e mesmo nos casos em que não constou no *lead*, marcou presença na titulação (como é exemplo a estrutura do *DN* de **2015**) e/ou na primeira página (como exemplificam os casos do *DN* e do *DA* em **1979**). Estes dados sugerem uma perduração do relevo noticioso atribuído aos atos discursivos do Sumo Pontífice da Igreja Católica nas Nações Unidas, logo, uma continuidade do património cultural católico no polissistema português proporcionada pelo trabalho dos três jornais em estudo – e, no âmbito do mesmo, um papel importante dos processos de reescrita no destaque das mensagens papais, logo, no seu conhecimento público.

Cabe-nos, agora, procurar perceber de que modo as mensagens foram, de facto, reescritas por cada jornal e que assuntos foram evidenciados como as maiores preocupações do Santo Padre sobre o mundo, em cada época e jornal.

3.3. Microanálise: o destaque de argumentos em particular

Estudos recentes da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) levam-nos a confirmar a pertinência de alicerçarmos a etapa principal da nossa análise sobre os elementos de captação de uma notícia. De acordo com a ERC, a leitura de jornais no contexto português apresenta uma tendência por parte do público em ficar-se pelo essencial (usando a expressão de Martin-Lagardette). Isto é apresentado, por exemplo, no trabalho de 2015 daquele organismo sobre públicos e consumos de *media*, segundo o qual o tempo mais frequente de consulta de notícias em jornais impressos se situa entre os dez e os vinte minutos (cf. 2015: 29), ou no estudo de receção de 2008, que indica que, entre aqueles que declaram ler frequentemente jornais diários portugueses, «muitos [se ficam] pela primeira página ou limitam-se a passar um olhar pelos títulos» – os primeiros, compondo 30% dos inquiridos e os segundos mais de 44% (cf. 2008: 107). Ora, estas duas investigações apresentam uma correspondência com dados recolhidos por Martin-Lagardette sobre o contexto francês na segunda metade do século XX, o que nos leva a considerar que a forma como o público normalmente lê o jornal e o modo como as redações redigem os artigos para os seus leitores obedecem a rotinas habituais de produção e de receção de conteúdos jornalísticos, que transpõem barreiras de tempo e de espaço geográfico:

> Sabe quanto tempo em média consagramos por dia, em França, à leitura de um jornal ou de uma revista de informação? Vinte a vinte e cinco minutos. Quanto tempo é necessário ao leitor médio para ler o *Le Monde* inteiro? Cerca de cinco horas, o mesmo tempo que é necessário para ler um livrinho de 250 páginas… Conclusão: não se lê a fundo mais do que cerca de um décimo do jornal. Daí esta obsessão do redactor de imprensa: captar a atenção do leitor enquanto folheia as páginas e passa a vista pelos títulos. Só temos alguns segundos para o convencer a ler-nos (Martin-Lagardette, 1998: 28-29)

De acordo com estes dados, existe uma relação de causa e efeito entre, por um lado, a leitura do público concentrada nalguns artigos em particular, pois, como afirmou Jean-Luc Martin-Lagardette, «não se lê a fundo mais do que cerca de um décimo do jornal», e, por outro, a «obsessão do redactor de imprensa» em captar a atenção do leitor enquanto vai folheando as páginas e, sobretudo, enquanto «passa a vista pelos títulos», para além de pelos restantes elementos de captação, porquanto «o bom artigo é aquele que já deu 80% da informação antes da leitura do corpo do texto, pela titulação, o *lead* e o primeiro parágrafo (80%! É imenso […])» (1998: 44). Iremos, assim, considerar para esta etapa de análise que o que os jornais decidiram reescrever no topo das estruturas em pirâmide invertida expressou o que consideraram ser o cerne de cada um dos cinco Discursos pontifícios proferidos na

sede das Nações Unidas e que, de entre todos os casos de reescrita das versões de partida, foi este o conjunto de mensagens papais que maior impacto teve junto dos recetores finais. Ou seja: partiremos para a microanálise com a ideia de base de que os conteúdos reescritos nos elementos de captação serão os mais representativos das reinterpretações feitas por cada jornal sobre a mensagem inicialmente comunicada por cada Papa na AGONU.

O parâmetro desta etapa será, portanto, o *destaque* atribuído a um (ou um conjunto de) argumento(s) dos pontífices por cada redação e, tal como aconteceu nos dois subcapítulos anteriores, transpomos do campo literário para o jornalístico o definido por José Lambert e Hendrik van Gorp para esta etapa: segundo os autores, o investigador de uma obra traduzida poderá concentrar o seu estudo em diversos detalhes das versões traduzidas, sendo que os que nos parecem mais aproximados do que pretendemos apurar dizem respeito sobretudo à «perspective and point of view» (1985: 52), que, no jornalismo, corresponderá ao ângulo de abordagem, i.e., à perspetiva pela qual as passagens selecionadas de T1 tiverem sido reescritas, não num sentido estrito [de (mera) tradução da língua de partida para a de chegada], mas amplo: (re)enquadradas num todo de sentido, no qual se inclui um verbo introdutor do discurso, em particular, um enfoque num conjunto de referências em detrimento de outras e eventualmente uma associação a certos assuntos da atualidade. Não nos interessará tanto procurar identificar estratégias específicas de tradução; antes, seguir a formulação de Lambert e de van Gorp de que a análise microanalítica «should lead to a renewed confrontation with macro-structural strategies, and hence to their consideration in terms of the broader systemic context» (*ibid.*: 53) – ou seja: tendo em conta o que aferimos nas etapas anteriores, iremos procurar compreender com maior profundidade o nosso objeto de estudo, quer em termos de detalhe [o que será conseguido pela introdução de um novo confronto («a renewed confrontation») com os textos de partida, passando da identificação e da sinalização do que foi selecionado e apresentado no topo das pirâmides para a perceção do modo como foram reescritos], quer em termos de alargamento da nossa observação [já que iremos cruzar os resultados com o contexto socio-histórico para percebermos de que forma as versões reescritas se articularam com todo o contexto sistémico («the broader systemic context»), i.e., com a atualidade (inter)nacional, em cada época e por cada redação].

Explicamos, em seguida, como procedemos ao levantamento dos dados desta etapa: dispusemos na coluna de uma tabela as parcelas dos textos publicados nos jornais desde o início da estrutura em pirâmide invertida até ao final da mesma (i.e., desde a titulação de

primeira página até ao último parágrafo do corpo da notícia, no interior da edição), apresentando na coluna ao lado a passagem de T1 a partir da qual a citação e/ou paráfrase foi feita. Identificámos cada parcela – de partida (no lado direito da tabela) e de chegada (no lado esquerdo) pelos códigos definidos no início do estudo, bem como assinalámos com o símbolo «o» os casos de análise, seguindo a determinação realizada na macroanálise. O resultado desta nossa determinação consta nos apêndices B.3.2. Importa frisar, em primeiro lugar, que transcrevemos as notícias tal como constantes nas edições consultadas, o que significa que mantivemos erros de ortografia, de sintaxe ou semânticos;[1] em segundo, que destacámos a negrito nos segmentos de partida o que foi reescrito pelos jornalistas, para que pudéssemos distingui-los do que não o foi; e, por fim, que nas situações em que existiram vários argumentos reescritos numa mesma parcela de texto, apresentámos as passagens de partida em causa pela mesma ordem por que foram surgindo no texto de chegada, cada uma identificada por uma numeração ascendente.

CRUZAMENTO T2,T2',T2''-A1/T1: O CERNE DOS DISCURSOS À CHEGADA

Em **1965**, e como podemos ver em maior detalhe nos apêndices B.3.2 (pp. 3-11), verificamos que todos os jornais começaram por aludir, nos seus elementos de captação, ao cariz histórico da primeira visita apostólica à ONU: o *DN* pela referência à «missão» de Paulo VI e ao cumprimento de «um voto de 20 séculos»; o *JN* pela chamada de primeira página para o «histórico apelo» do Papa, destacando o acolhimento do mesmo por multidões concentradas em Nova Iorque («Cinco milhões de pessoas aclamaram o Papa em Nova Iorque»); e o *DA* pela caracterização da viagem como «histórica», associando-a especificamente ao contexto das Nações Unidas («A viagem histórica de Paulo VI em prol da paz mundial – O discurso do Papa na O.N.U.»). Podemos, depois, dizer que o *DN* se distinguiu dos congéneres pela expressão direta da doutrina católica, graças ao destaque na manchete da sua edição de dois excertos da *Bíblia*: «Ide, levai a boa nova a todas as nações!» (*Mc* 16, 15) e «Transformai as espadas em charruas» (parte inicial de *Is* 2,4). Contudo, uma comparação entre a forma como o primeiro excerto foi apresentado no *DN* e o que lemos na chamada «Bíblia dos Capuchinhos» – que, para além de ser uma versão autorizada em Portugal, é uma das mais utilizadas no país nas celebrações litúrgicas e nos contextos de

[1] Nos apêndices B.0.4 constam as transcrições de todos os textos noticiados nos jornais desde o dia em que os pontífices falaram na AGONU até ao regresso de cada um ao Vaticano. Todas as notícias – principais e secundárias – foram organizadas por data de publicação e transcritas tal como publicadas.

oração pessoal e comunitária (Alves *et al.*, 2005) – faz-nos constatar algumas particularidades, que estão patentes, desde logo, no Discurso de Paulo VI. Serve a seguinte disposição das versões textuais bíblicas em português e em francês, enquanto a língua na qual o pontífice discursou:

Bíblia Sagrada [2005 (1965)]	*La Bible de Jerusalem* [1973 (1954)]	PP. Paulo VI (AGONU, 4.10.1965)	*DN* (5.10.1965)
E disse-lhes: '**Ide pelo mundo inteiro, proclamai o Evangelho a toda a criatura**['] (*Mc* 16,15)	Et il leur dit: '**Allez dans le monde entier. Proclamez l'Évangile à toute la création**['] (*Mc* 16,15)	Et tel le messager qui, au terme d'un long voyage, remet la lettre qui lui a été confiée: ainsi Nous avons conscience de vivre l'instant privilégié, – si bref soit-il – **où s'accomplit un vœu que Nous portons dans le cœur depuis près de vingt siècles**. Oui, vous vous en souvenez. C'est depuis longtemps que Nous sommes en route, et Nous portons avec Nous une longue histoire (PVI.7) Nous célébrons ici l'épilogue d'un laborieux pèlerinage à la recherche d'un colloque avec le monde entier, depuis le jour où il Nous fut commandé: **'allez, portez la bonne nouvelle à toutes les nations!'** Or c'est vous qui représentez toutes les nations. (PVI.8)	Cumpre-se um voto de 20 séculos/ '**Ide, levai a boa nova a todas as nações!**' (DN.tít.1.ª.2)

QUADRO 4: Comparação da tradução do excerto bíblico Mc *16, 15*

Como podemos verificar, o excerto patente no Discurso do Santo Padre na AGONU não corresponde inteiramente ao da *Bíblia de Jerusalém,*[2] considerada uma referência nas traduções bíblicas na língua francesa e que apresenta uma relativa contemporaneidade relativamente à versão portuguesa em apreço. As principais diferenças são:

(i) A vírgula após o verbo principal, que consideramos acrescentar um cariz pragmático ao que o Papa estava a comunicar aos membros das Nações Unidas – i.e., acrescentou um sentido de urgência ao apelo do Santo Padre à comunidade internacional, para que, por meio de ações (políticas) práticas, fosse possível atender às necessidades das várias populações, sem exceção, logo, transmitir a Boa Nova de que a Igreja era portadora. Este sentido não seria reproduzido sem a vírgula: a frase seria declarativa, não imperativa (a urgência);

(ii) A preferência por «Boa Nova» em vez de «Evangelho» também nos parece ter ido ao encontro do que o pontífice pretendia comunicar, à luz do que estava a ser feito no Concílio Vaticano II: não se tratando a AGONU de um contexto litúrgico ou votado exclusivamente à transmissão da doutrina católica, a preferência por aquela expressão permitia aludir diretamente à paz – um conceito que está, aliás, associado a «Boa Nova», segundo os valores do catolicismo (cf. Tavares *et al.*, 1999: 1579; *Viver em Cristo*, 2014: 8-

[2] Consultada *online* em https://www.levangile.com/Bible-JER-41-16-15-complet-Contexte-non.htm.

9). Isto porque o facto de o Papa, em nome da Igreja, estar a levar a *Boa* Nova a todos os povos indicava que as suas palavras tinham um cariz positivo: i.e., aquele era um momento no qual, pela primeira vez na História, o Sumo Pontífice da Igreja Católica falava pessoalmente aos líderes governamentais e lhes transmitia *boas* mensagens, com vista a auxiliá-los numa *boa* condução do destino da humanidade. Além disso, a expressão Boa *Nova* também se enquadrava na linha da urgência do apelo do pontífice, no sentido em que fazia transparecer um sentido de inexistência – no caso, da paz, consistindo o seu apelo numa mensagem *nova*;

(iii) Encaramos, depois, a preferência por «todas as nações» em vez de «toda a criatura» ou «Criação» (como patente nas versões bíblicas indicadas) como uma opção que permitia estabelecer uma ponte com o contexto discursivo em questão – a Assembleia Geral das *Nações* Unidas. Parece-nos ter sido uma forma de, pelo uso da língua (no caso, de modo formal e num texto oficial), o Papa conseguir transportar a herança cultural para o presente do discurso, ao mesmo tempo que promovia uma causa política: a de que a ação da ONU pudesse providenciar a paz a *todas as nações*;

(iv) Por último, o ponto de exclamação parece-nos completar este quadro: para além da reorientação do texto bíblico do passado para o presente e da apresentação do Papa naquele fórum como especificamente vocacionado para a entrega urgente de uma mensagem de paz a toda a humanidade, houve também um reforço do caráter veemente do apelo através daquele sinal de pontuação – o que não seria conseguido pelo ponto final.

Entendemos todas estas diferenças como adequações em benefício da compreensão das palavras de Paulo VI por parte dos destinatários imediatos (a eficácia que preside às comunicações no âmbito das visitas apostólicas, como nos disse o Cardeal Parolin). É interessante que o *DN* as tenha reproduzido na sua reescrita, inclusive na sua titulação de primeira página, pois significa que terá considerado a versão de partida suficientemente clara para ser reproduzida para os seus leitores. O facto de aquele jornal ter sido, na altura, um órgão alinhado com o regime do Estado Novo terá, por si só, suscitado na redação uma consciência quanto à importância da ideologia católica na sociedade (civil e política). Contudo, não entendemos ter sido o único fator influente na opção do jornal: os responsáveis editoriais terão considerado que a apresentação do excerto bíblico daquela forma – e não como consta numa das versões bíblicas mais utilizadas e, por isso, conhecidas pelo público – tanto conseguia manter o dever de veiculação dos valores do catolicismo como representar

com clareza o tempo e o espaço em questão (o Papa a apelar à paz durante o contexto da Guerra Fria). Parece-nos, portanto, ter existido um peso da conjuntura histórica, bem como um respeito pelo que foi comunicado na versão de partida, sem ter havido lugar a um confronto com a fonte bíblica habitual no polissistema de chegada (em geral).

No segundo excerto bíblico reescrito pelo *DN* também na capa da edição verificamos já uma reprodução particular das palavras do Papa:

Bíblia Sagrada [2005 (1965)]	*La Bible de Jerusalem* [1973 (1954)]	PP. Paulo VI (AGONU, 4.10.1965)	*DN* (5.10.1965)
Ele julgará as nações e dará as suas leis a muitos povos, os quais **transformarão as suas espadas em relhas de arados, e as suas lanças, em foices.** Uma nação não levantará a espada contra outra, e não se adestrarão mais para a guerra. (*Is* 2,4)	Il jugera entre les nations, il sera l'arbitre de peuples nombreux. **Ils briseront leurs épées pour en faire des socs et leurs lances pour en faire des serpes.** On ne lèvera plus l'épée nation contre nation, on n'apprendra plus à faire la guerre. (*Es* 2,4)	N'est-ce pas l'accomplissement, sous Nos yeux, et grâce à vous, de l'annonce prophétique qui s'applique si bien à votre Institution: '**Ils fondront leurs épées pour en faire des charrues et leurs lances pour en faire des faux' (*Is*. 2, 4)**? N'employez-vous pas les prodigieuses énergies de la terre et les magnifiques inventions de la science non plus en instruments de mort, mais en instruments de vie pour la nouvelle ère de l'humanité? (PVI.47) Si vous voulez être frères, laissez tomber les armes de vos mains. (PVI.36)	'**Transformai as espadas em charruas**/ Se quereis ser irmãos deixai cair as armas das mãos' (DN.pós-tít.1.ª)

QUADRO 5: Comparação da tradução do excerto bíblico Is *2,4*

Vemos que as duas edições bíblicas consultadas – a versão portuguesa dos Capuchinhos e a versão francesa *La Bible de Jerusalem*[3] – apresentam semelhanças nos respetivos textos e que as diferenças entre o que destacámos a negrito no texto do Papa e no da *Bíblia de Jerusalém*, ambos em língua francesa, são a nível lexical: em vez de «socs» (na *Bíblia*), «charrues» (no Discurso papal); e no lugar de «serpes», «faux» (respetivamente). No entanto, não existiram mudanças significativas no sentido da mensagem, uma vez que as opções patentes no Discurso de Paulo VI correspondem a designações mais comuns do que as constantes no texto bíblico francês para fazer referência aos objetos em causa.[4] Sem termos espaço para desenvolvermos neste trabalho um estudo mais aprofundado sobre qual terá sido, de facto, a versão da Bíblia consultada na redação do documento lido na AGONU, entendemos que as opções lexicais tomadas pelo Papa e pela Secretaria de Estado manifestaram, também neste caso, um esforço de clareza dos sentidos – o que corrobora as explicações que nos foram dadas pelo Cardeal Pietro Parolin sobre o processo de redação

[3] A versão francesa foi consultada *online* em https://www.levangile.com/Bible-JER-23-2-1-complet-Contexte-oui.htm.

[4] Servem as definições do dicionário *Le Petit Robert de la Langue Française*: *soc* - «Pièce de charrue composée d'une lame métallique triangulaire qui tranche horizontalement la terre»; *serpe* - «Outil (de bûcheron, de jardinier) formé d'une large lame tranchante recourbée en croissant, montée sur un manche, et servant à tailler le bois, à élaguer, à émonder (…)» (Rey-Debove *et al.,* 2015: 2383 e 2358, respetivamente).

das comunicações oficiais do Vaticano. Olhando para o *DN*, verificamos novamente uma maior proximidade do relato do jornal com o Discurso do Papa e não com a «Bíblia dos Capuchinhos» – ainda assim, com uma diferença face ao exemplo anterior: desta vez, o *DN* apenas apresentou a primeira parte do excerto bíblico, embora Paulo VI o tenha comunicado na íntegra. Em rigor, a segunda parte foi substituída por uma frase do Discurso do Papa na AGONU – e, não por acaso, uma que aludia diretamente à paz entre os povos. O resultado foi o seguinte: «Transformai as espadas em charruas/ Se quereis ser irmãos deixai cair as armas das mãos» [diferente do que está escrito na *Bíblia* portuguesa: «transformarão as suas espadas em relhas de arados, e as suas lanças, em foices»; diferente também do que seria lido, caso o *DN* tivesse reescrito todo excerto de T1.1 – por exemplo: «Eles transformarão as suas espadas em charruas e as suas lanças em foices» (nossa proposta de tradução de: «Ils fondront leurs épées pour en faire des charrues et leurs lances pour en faire des faux'», em PVI.47)]. Parece-nos, assim, que a opção do *DN* (i) complementou o sentido-chave da manchete, formada pelo excerto bíblico anterior (a missão histórica de paz); (ii) foi coerente na alusão espácio-temporal ao referir de forma explícita a corrida aos armamentos («as armas nas mãos») e, de modo implícito, a guerra [na ideia de *não* haver um sentido de fraternidade entre os dirigentes mundiais (i.e., de não estarem em paz), colocada em jeito de possibilidade pelo Papa: «se quereis ser irmãos»]; (iii) foi uma opção própria de reenquadramento das palavras do Santo Padre (e da *Bíblia*) que agiu de novo em benefício da clareza dos sentidos, pois a junção da frase do Discurso à primeira parte de *Is* 2,4 permitiu-lhe ser bastante mais preciso e direto no que estava a veicular para os leitores.

O desarmamento esteve patente também nos destaques do *JN* e do *DA*, embora com perspetivas distintas: no *JN*, através do enfoque no argumento de Paulo VI quanto ao uso indevido do progresso científico pelo Homem, destacando o facto de ser a ação humana – e não o progresso em si mesmo – a principal responsável pelo clima de ameaça à paz que se fazia sentir. Isto mesmo lemos no título principal e no *lead*: «A verdadeira ameaça contra a paz não vem do progresso mas do próprio homem»/ «A verdadeira ameaça contra a paz não vem do progresso ou da ciência, mas do próprio homem que maneja instrumentos cada vez mais potentes, e que podem servir tanto para a destruição, como para as mais elevadas conquistas, declarou Paulo VI no seu discurso perante a Assembleia Geral da O.N.U.» (*vide* apêndice B.3.2: 5-8; quadro 6).

<table>
<tr><th>PP. Paulo VI
(AGONU, 4.10.1965)</th><th colspan="2">*JN* (5.10.1965)
Título da primeira página</th></tr>
<tr><td>Il n'est pas besoin de longs discours pour proclamer la finalité suprême de votre Institution. Il suffit de rappeler que le sang de millions d'hommes, que des souffrances inouïes et innombrables, que d'inutiles massacres et d'épouvantables ruines sanctionnent le pacte qui vous unit, en un serment qui doit changer l'histoire future du monde: jamais plus la guerre, jamais plus la guerre! C'est la paix, la paix, qui doit guider le destin des peuples et de toute l'humanité! (PVI.29)</td><td colspan="2" rowspan="2">Paz: histórico apelo de Paulo VI na Assembleia Geral da O.N.U.</td></tr>
<tr><td>Et tel le messager qui, au terme d'un long voyage, remet la lettre qui lui a été confiée: ainsi Nous avons conscience de vivre l'instant privilégié, – si bref soit-il – où s'accomplit un vœu que Nous portons dans le cœur depuis près de vingt siècles. Oui, vous vous en souvenez. C'est depuis longtemps que Nous sommes en route, et Nous portons avec Nous une longue histoire (PVI.7)</td></tr>
<tr><td></td><td>Título principal</td><td>Lead</td></tr>
<tr><td>Car le péril ne vient, ni du progrès, ni de la science, qui, bien utilisés, pourront au contraire résoudre un grand nombre des graves problèmes qui assaillent l'humanité. Le vrai péril se tient dans l'homme, qui dispose d'instruments toujours plus puissants, aptes aussi bien à la ruine qu'aux plus hautes conquêtes.
(PVI.54)</td><td>A verdadeira ameaça contra a paz não vem do progresso mas do próprio homem
(JN.tít)</td><td>A verdadeira ameaça contra a paz não vem do progresso ou da ciência, mas do próprio homem que maneja instrumentos cada vez mais potentes, e que podem servir tanto para a destruição, como para as mais elevadas conquistas, declarou Paulo VI no seu discurso perante a Assembleia Geral da O.N.U.
(JN.1)</td></tr>
</table>

QUADRO 6: Comparação da reescrita do JN *nos elementos de captação com as passagens da versão de partida, em 1965*

Comparando com a passagem de partida (quadro 6), percebemos que houve, por um lado, uma enfatização da ideia de «perigo» («péril»), tendo esta sido traduzida por «ameaça»; por outro, que foi a ideia de «*verdadeira* ameaça» e a atribuição da mesma a um culpado em concreto (o «homem») que foi apresentada no início do texto de chegada, pese embora tal referência tenha sido comunicada pelo Papa apenas na segunda parte da passagem em causa: «Car le péril ne vient, ni du progrès, ni de la science, qui, bien utilisés, pourront au contraire résoudre un grand nombre des graves problèmes qui assaillent l'humanité. Le vrai péril se tient dans l'homme, qui dispose d'instruments toujours plus puissants, aptes aussi bien à la ruine qu'aux plus hautes conquêtes» (PVI.54). Houve, portanto, um reenquadramento particular da versão de partida. Notamos, aliás, uma coesão muito clara neste jornal, pois a causalidade entre o progresso e o seu uso indevido pelo ser humano foi destacada num bloco semântico, i.e., em mais do que um elemento de captação: teve início numa chamada de primeira página que referiu o caráter histórico da viagem e a paz como o assunto central da mensagem pontifícia («Paz: histórico apelo de Paulo VI na Assembleia Geral da O.N.U.»), sendo a veiculação deste assunto depois continuada no interior da edição, pela reescrita daquela passagem (PVI.54) na titulação e no *lead*. Ou seja: se, no *DN*, a paz foi associada à ideia de fraternidade entre os líderes das nações, no *JN* foi-o sobretudo ao mau uso das potencialidades que a Ciência e a tecnologia estavam a proporcionar, sobretudo em termos

de armamento nuclear. Dito de outro modo: segundo o *DN*, *o* principal apelo que o Papa tinha feito na AGONU era para que terminassem as divergências político-ideológicas que assombravam a época (uma perspetiva que podemos considerar primeiro teórica e só depois prática), ao passo que para o *JN* o cerne do Discurso de Paulo VI foi a indicação de que o recurso ao armamento (na prática) poderia causar sérios perigos à humanidade.

No *DA*, o leitor percebe o destaque ao tema do desarmamento somente de modo indireto – mais precisamente, pela alusão «à incerteza e aos perigos de uma nova guerra total» no final do *lead*, que veicula a noção de ameaça à paz (quadro 7; *vide* apêndices B.3.2: 9-11). O tema da paz foi destacado em todos os jornais nos respetivos relatos e sempre na primeira página, mas assumiu um peso especial no *DA* ao ter constituído o único enfoque da titulação: para além de histórica, o jornal promoveu a viagem como tendo sido realizada *especificamente* em prol da paz mundial (como lemos na titulação de primeira página: «A viagem histórica de Paulo VI *em prol da paz mundial*»). Depois, no *lead*, o diário acrescentou àquele tema-chave a opinião de Paulo VI quanto a ser chegado o momento da conversão, i.e., da transformação e da renovação interior, que deveriam ocorrer por meio de uma *reflexão* – como consta na versão de partida:

> Oui, le moment est venu de la 'conversion', de la transformation personnelle, du renouvellement intérieur. Nous devons nous habituer à penser d'une manière nouvelle l'homme; d'une manière nouvelle aussi la vie en commun des hommes, d'une manière nouvelle enfin les chemins de l'histoire et les destins du monde, selon la parole de saint Paul: 'revêtir l'homme nouveau créé selon Dieu dans la justice et la sainteté de la vérité' (*Eph*. 4, 23) (PVI.52)

O diário açoriano reescreveu esta passagem como: «Ao falar hoje na Assembleia Geral das Nações Unidas, Paulo VI disse que o mundo deverá habituar-se a pensar maduramente sempre que esteja em causa a condição humana» (DA.1). Notamos na versão do *DA* um acréscimo de sentido: o de «maturidade». Em rigor, trata-se de uma reinterpretação particular das referências do Papa à visão nova do Homem e do mundo (uma ideia introduzida por «Nous devons nous habituer à penser d'une manière nouvelle»), à comunhão entre todos os seres humanos («la vie en commun des hommes»), à transformação pessoal («la transformation personnelle») e à necessidade de renovação interior («renouvellement intérieur») – aquilo que, segundo o pontífice, fazia parte da «conversão» («'conversion'») dos indivíduos e que o jornalista reinterpretou numa lógica de amadurecimento, i.e., de uma circunstância não somente nova («nouvelle») mas madura. Isto sugere uma leitura fundamentalmente espiritual das palavras do Papa, já que tal crescimento era moral, interior,

afeto à consciência de cada indivíduo. E, tendo sido apresentado após a indicação da missão pela paz como o teor principal do Discurso, notamos neste jornal uma representação do papel do pontífice em que a componente religiosa sobressaiu perante a política. E se é certo (i) que, ao contrário do *DN*, o *DA* não reescreveu o excerto bíblico patente na passagem de partida em questão (da Epístola de S. Paulo aos Efésios, como indicado no final de PVI.52), e (ii) que também é percetível na passagem do *lead* para o segundo parágrafo do seu texto uma alusão ao contexto histórico da Guerra Fria [«Referindo-se à incerteza e aos perigos de uma nova guerra total, Sua Santidade afirmou: (DA.1)-«'Chegou a hora para uma paragem, para um momento de recolhimento, de reflexão, quase de prece, em que todos temos de pensar de novo acerca da nossa origem comum, da nossa história e do nosso destino'» (DA.2)], verificamos uma continuidade da carga religiosa e espiritual da narrativa também após os elementos de captação. Desta forma, comparando os três jornais, consideramos que o *DA* se pautou pela atribuição de maior relevo à dimensão religiosa da função exercida pelo Sumo Pontífice da Igreja Católica no mundo, que o *JN* se concentrou mais na dimensão política, e que o *DN* apresentou uma perspetiva híbrida – constatações que confirmam o posicionamento ideológico de cada jornal, segundo o que nos foi dito pelos atuais responsáveis.

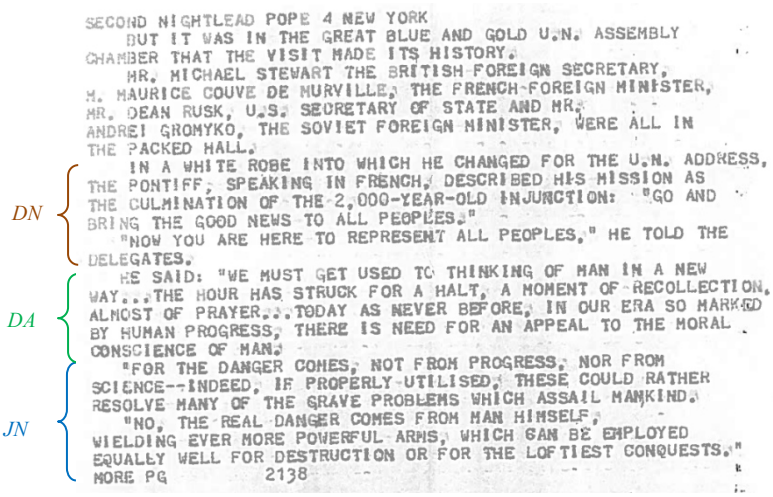
PP. Paulo VI (AGONU, 4.10.1965)	*DA* (6.10.1965) Título de primeira página
Et tel le messager qui, au terme **d'un long voyage**, remet **la lettre qui lui a été confiée**: ainsi Nous avons conscience de vivre l'instant privilégié, – si bref soit-il – où s'accomplit un vœu que Nous portons dans le cœur depuis près de vingt siècles. Oui, vous vous en souvenez. C'est depuis longtemps que Nous sommes en route, et Nous portons avec Nous une **longue histoire** (PVI.7)	A viagem histórica de Paulo VI **em prol da paz mundial**
Il n'est pas besoin de longs discours pour proclamer la finalité suprême de votre Institution. Il suffit de rappeler que le sang de millions d'hommes, que des souffrances inouïes et innombrables, que d'inutiles massacres et d'épouvantables ruines sanctionnent le pacte qui vous unit, en un serment qui doit changer l'histoire future du monde: jamais plus la guerre, jamais plus la guerre! C'est **la paix, la paix,** qui doit guider le destin des peuples et **de toute l'humanité**! (PVI.29)	
Oui, le moment est venu de la « conversion », de la transformation personnelle, du renouvellement intérieur. Nous devons nous habituer à penser d'une manière nouvelle l'homme; d'une manière nouvelle aussi la vie en commun des hommes, d'une manière nouvelle enfin les chemins de l'histoire et les destins du monde, selon la parole de saint Paul: «revêtir l'homme nouveau créé selon Dieu dans la justice et la sainteté de la vérité» (Eph. 4, 23). (PVI.52)	*Lead*
Et pour cela,il faut que grandisse la confiance unanime en cette Institution, que grandisse son autorité; et le but alors – on peut l'espérer – sera atteint. Vous y gagnerez la reconnaissance des peuples, soulagés des pesantes dépenses des armements, et délivrés **du cauchemar de la guerre toujours imminente**. (PVI.39)	Ao falar hoje na Assembleia Geral das Nações Unidas, Paulo VI disse que o mundo deverá habituar-se a pensar maduramente sempre que esteja em causa a condição humana./ **Referindo-se à incerteza e aos perigos de uma nova guerra total**, Sua Santidade afirmou: (DA.1)

QUADRO 7: Comparação da reescrita do DA *nos elementos de captação com as passagens da versão de partida, em 1965*

Ainda que fosse necessário desenvolver um estudo mais pormenorizado sobre o sistema mediador no nosso modelo para podermos determinar com precisão quais os dados

recolhidos por cada jornal a partir das fontes externas – estudo este que não coube nos limites desta investigação –, consideramos pertinente olharmos para o despacho de uma das agências noticiosas ao qual pudemos ter acesso, pois acreditamos que evidencia um aspeto da maior importância na tradução no campo jornalístico: o facto de as informações poderem ser recebidas de uma mesma fonte, mas existir uma leitura muito específica dos materiais por parte de cada agente de chegada – o que, em última instância, faz com que os assuntos sejam *re*transmitidos segundo ângulos de abordagem diferentes. Damos o exemplo do seguinte despacho da *Reuters*, no qual identificámos as informações que foram destacadas pelos jornais neste ano:

FIGURA 7: Despacho da agência *Reuters* de 1965


SECOND NIGHTLEAD POPE 4 NEW YORK
BUT IT WAS IN THE GREAT BLUE AND GOLD U.N. ASSEMBLY
CHAMBER THAT THE VISIT MADE ITS HISTORY.
MR. MICHAEL STEWART THE BRITISH FOREIGN SECRETARY,
M. MAURICE COUVE DE MURVILLE, THE FRENCH FOREIGN MINISTER,
MR. DEAN RUSK, U.S. SECRETARY OF STATE AND MR.
ANDREI GROMYKO, THE SOVIET FOREIGN MINISTER, WERE ALL IN
THE PACKED HALL.
IN A WHITE ROBE INTO WHICH HE CHANGED FOR THE U.N. ADDRESS,
THE PONTIFF, SPEAKING IN FRENCH, DESCRIBED HIS MISSION AS
THE CULMINATION OF THE 2,000-YEAR-OLD INJUNCTION: "GO AND
BRING THE GOOD NEWS TO ALL PEOPLES."
"NOW YOU ARE HERE TO REPRESENT ALL PEOPLES," HE TOLD THE
DELEGATES.
HE SAID: "WE MUST GET USED TO THINKING OF MAN IN A NEW
WAY...THE HOUR HAS STRUCK FOR A HALT, A MOMENT OF RECOLLECTION,
ALMOST OF PRAYER...TODAY AS NEVER BEFORE, IN OUR ERA SO MARKED
BY HUMAN PROGRESS, THERE IS NEED FOR AN APPEAL TO THE MORAL
CONSCIENCE OF MAN.
"FOR THE DANGER COMES, NOT FROM PROGRESS, NOR FROM
SCIENCE--INDEED, IF PROPERLY UTILISED, THESE COULD RATHER
RESOLVE MANY OF THE GRAVE PROBLEMS WHICH ASSAIL MANKIND.
"NO, THE REAL DANGER COMES FROM MAN HIMSELF,
WIELDING EVER MORE POWERFUL ARMS, WHICH CAN BE EMPLOYED
EQUALLY WELL FOR DESTRUCTION OR FOR THE LOFTIEST CONQUESTS."
MORE PG 2138
DN
DA
JN

Este exemplo mostra que, a ter sido utilizado este texto mediador – de forma direta pelo *DN* e pelo *JN*, que indicaram a *Reuters* como uma das fontes consultadas neste ano (cf. apêndices B.3.1), e indireta pelo *DA*, podendo as estações de rádio estabelecidas nos Açores ter tido acesso a tal agência –, o que foi entendido (descodificado), reproduzido e feito circular como assunto principal do Discurso de Paulo VI na AGONU não coincidiu nos três jornais. E, se compararmos os textos do agente mediador com os dos agentes de chegada, percebemos ter havido um trabalho sobre os materiais recolhidos, tendo estes sido, de facto, entendidos como «materiais em bruto». Referimos o caso do *DN*, que nos parece bastante claro a este respeito: a passagem destacada na manchete da sua edição, a ter sido produzida com base no que o jornalista teve acesso a partir daquele despacho – e reforçamos «a ter sido», pois foi uma circunstância que não coube na nossa investigação confirmar –, foi retirada do parágrafo onde se lê: «the pontiff, speaking in French, described his mission as

the culmination of the 2,000-year-old injunction: 'Go and bring the good news to all peoples'». Notamos como principal diferença relativamente ao texto do *DN* o facto de que, no texto da *Reuters*, o excerto bíblico consta sem algumas das adequações espácio-temporais patentes na versão comunicada por Paulo VI na AGONU em francês e que, como vimos, também foram reproduzidas na manchete do jornal português: apesar de no texto da agência constar uma opção correspondente a «Boa Nova» («good news») em vez de «Evangelho» (que seria «Gospel»), verificamos a ausência da vírgula e do ponto de exclamação, bem como a palavra «peoples» e não «nations». Não houve, portanto, no texto mediador em apreço a reprodução do sentido de urgência do apelo, para além de que a referência «peoples», se, em rigor, não causa uma alteração profunda do sentido comunicado em T1.1 (continua a representar a humanidade: todos os «povos»), não faz uma referência direta aos destinatários imediatos de Paulo VI: os Estados-membros das *Nações* Unidas. Entendemos estas diferenças, desde logo, como uma confirmação do que Mário Mesquita nos havia explicado aquando da entrevista realizada: que «[u]m jornal que seja de qualidade procurará sempre acrescentar, pelo menos, qualquer coisa à agência ou confirmar aquilo que a agência diz», sendo um exemplo de «boa prática jornalística» (apêndice A.4: 63). Mais: a maior proximidade do *DN* às palavras de Paulo VI, não obstante ter indicado a *Reuters* como fonte, mostra, à partida, que podem ser vários os agentes e os textos a influir nos processos de tradução no campo jornalístico – neste caso, somos levados a considerar que o redator poderá ter tido também acesso à versão oficial do Discurso produzida na Santa Sé. Mostra, depois, que o produto final será o resultado de preferências dos redatores, feitas a partir do conjunto de dados nos quais se baseiam, sendo que não só acabam por optar por uns em detrimento de outros, como também por assumir um ângulo de abordagem específico sobre os assuntos (a «perspective and point of view», apontada por Lambert e van Gorp) – na situação em apreço, o *DN* preferiu a adequabilidade do património cultural religioso feita pelo pontífice ao contexto discursivo face à mera tradução do texto da agência.

É com base nesta constatação que iremos replicar a análise microanalítica para os anos seguintes, procurando aferir se, no decorrer do tempo, a reinterpretação própria dos assuntos nas redações terá sido (ou não) uma tendência nos três jornais:

Em **1979**, podemos verificar no quadro 8 que a paz foi o tema que maior destaque assumiu no *DN*, tendo sido abordado segundo duas perspetivas: por um lado, em associação a um princípio que já tinha sido preponderante nas opções do jornal em **1965** – o da

fraternidade, que percebemos no título principal, no qual o jornalista se serviu da parte inicial da citação feita por João Paulo II a partir do Discurso de Paulo VI na AGONU, proferido catorze anos antes: «*Nunca mais uns contra os outros, mas sempre uns com os outros*» [«Fourteen years ago my great predecessor Pope Paul VI spoke from this podium. He spoke memorable words, which I desire to repeat today: 'No more war, war never again! *Never one against the other'*, or even 'one above the other', *but always,* on every occasion, *'with each other'*» (JPII79.16)]. Contudo, enquanto houve um prolongamento da mensagem quando reescrita por João Paulo II do texto inicial em francês para inglês («jamais plus les uns contre les autres, jamais, plus jamais!», em PVI.25), notamos uma simplificação na tradução apresentada no *DN* de inglês para português: apenas os elementos assinalados a itálico foram reescritos pelo jornal. Isto poderá ter resultado, antes de mais, do facto de se ter tratado do título e, portanto, de uma parcela necessariamente curta da narrativa de um órgão da imprensa publicado nos moldes tradicionais. Ainda assim, não deixa de ser interessante que, perante tal imperativo de concisão, optou por manter o contraste de ideias apresentado por João Paulo II – «não» à oposição, «sim» à união entre os Estados –, descurando a indicação «one above the other», ou seja, o apelo ao fim da afirmação de supremacia de uns em relação aos outros, mais precisamente entre as duas superpotências, visto estarmos ainda no período da Guerra Fria.

PP. João Paulo II (AGONU, 2.10.1979)	*DN* (3.10.1979)	
	Texto na primeira página	Título principal
Every analysis must necessarily start from the premise that—although each person lives in a particular concrete social and historical context—**every human being is endowed with a dignity that must never be lessened, impaired or destroyed but must instead be respected and safeguarded**, if **peace** is really to be built up. (JPII79.corte 15) [W]hat you represent above all are individual human beings; you are all representatives of men and women, of practically all the people of the world, (…) each of them a subject **endowed with dignity as a human person, with his or her own culture, experiences and aspirations, tensions and sufferings, and legitimate expectations**. This relationship is what provides the reason for all political activity, whether national or international, for in the final analysis this activity comes from man, is exercised by man and is for man. (JPII79.8) Fourteen years ago my great predecessor Pope Paul VI spoke from this podium. He spoke memorable words, which I desire to repeat today: «No more war, war never again! **Never one against the other**», or even «one above the other», **but always**, on every occasion, «**with each other**». (JPII79.16)	A audiência de João Paulo II á primeiro-ministro portuguesa ocorreu momentos depois de o Santo Padre ter usado da palavra perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, facto a que nos referimos desenvolvidamente na página 8. O discurso do Sumo Pontífice, conforme sublinha a nossa enviada especial Helena Marques, caracterizou-se por duas linhas de força: **a salvaguarda da paz e a defesa da dignidade e dos direitos do homem**. (DN.2)	«Nunca mais uns contra os outros mas sempre uns com os outros»

QUADRO 8: Comparação da reescrita do DN *nos elementos de captação com as passagens da versão de partida, em 1979*

Por outro lado, o sentido da paz foi igualmente veiculado pelo *DN* por meio de uma associação da ideia de salvaguarda da mesma à defesa da dignidade e dos direitos humanos, apresentada pela redatora do artigo como uma segunda «linha de força» do Discurso (como

lemos no texto de primeira página: «O discurso do Sumo Pontífice, conforme sublinha a nossa enviada especial Helena Marques, caracterizou-se por duas linhas de força: a salvaguarda da paz e a defesa da dignidade e dos direitos do homem»). A respeito desta segunda causa de João Paulo II, encontramos as seguintes correspondências com a versão de partida: na menção de que «every human being is endowed with a *dignity* that must never be lessened, impaired or destroyed but must instead *be respected and safeguarded*» (JPII79.corte 15), bem como na observação do Papa aos dirigentes do mundo:

> Each one of you, distinguished ladies and gentlemen, represents a particular State, system and political structure, but what you represent above all are individual human beings (…) each of them a subject endowed with *dignity* as a human person, with his or her own culture, experiences and aspirations, tensions and sufferings, and legitimate expectations» (JPII79.8)

Mais do que procurarmos diferenças detalhadas entre a versão de partida e a de chegada, o que mais nos interessa é procurar perceber possíveis razões contextuais para a escolha, i.e., o que terá motivado a redatora do *DN* a indicar a defesa dos direitos e da dignidade do Homem como uma linha de força do Discurso.

O que se estava a passar no país tem alguma relevância a este respeito, visto que, como já dissemos, se tinham passado somente cinco anos após a Revolução dos Cravos. Não obstante o desenvolvimento que se começava a traçar em setores básicos nos quais o país mostrava um considerável atraso face aos congéneres europeus, o final da década de setenta pautava-se ainda por uma ânsia de reconhecimento do que tinha sido privado aos cidadãos portugueses durante o Estado Novo. O hoje Cardeal D. Manuel Clemente explicou que, em **1979**, os portugueses pretendiam uma sociedade democrática pluralista, na qual o regime ideológico deixasse de se suplantar às escolhas dos cidadãos (cf. Clemente, 2005: 124). Tal seria possível mediante o fim à perseguição por questões de raça, de crença religiosa ou de convicções, bem como a garantia de que todos os cidadãos pudessem adquirir conhecimento político, agir na esfera política (por exemplo, por meio do voto individual), desenvolver e manifestar as suas convicções básicas e, sobretudo, construir o seu caráter – quatro tipos de aquisições expectáveis numa democracia, que iam ao encontro dos valores católico-cristãos. Como disse: «'[c]arácter, principalmente carácter': também uma nota cristã, se quisermos, por não haver transformação social sem consistência pessoal» (*ibid*.). Além disso, a Revolução tinha tido como mote fundamental a reivindicação da liberdade a todos os níveis – e esta, como vimos, era uma causa muito cara a João Paulo II. Percebemos, assim, uma relação muito próxima entre o que se vivia no contexto nacional neste segundo ano do nosso

estudo, a personalidade e a experiência do Santo Padre em exercício e a ideologia católica, basilar para o povo português. Isto faz-nos perspetivar da parte do *DN* um prolongamento do sentido de divulgação da religiosidade do polissistema, em estreita articulação à atualidade – nacional (o pós-25 de abril de 1974) e internacional (a Guerra Fria).

No que concerne ao *JN* (quadro 9), novamente verificamos um enfoque numa passagem específica do Discurso do Papa, tendo esta sido reescrita em vários elementos de captação, ou seja, também num bloco semântico, como vimos em **1965**, mas de modo ainda mais saliente: a passagem JPII79.19 foi veiculada na titulação de primeira página, no título principal no interior da edição e no *lead*, tendo o assunto sido igualmente prolongado no segundo parágrafo do corpo da notícia, pela tradução da passagem seguinte em T1.2 (i.e., JPII79.20 – cf. apêndices B.3.2: 20).

PP. João Paulo II (AGONU, 2.10.1979)	*JN* (3.10.1979)		
	Pós-título na primeira página	Título principal	*Lead*
It is my fervent hope that **a solution** also **to the Middle East crises** may draw nearer. While being prepared to recognize the value of any concrete step or attempt made to settle the conflict, I want to recall that it would have no value if it did not truly represent **the «first stone» of a general overall peace in the area**, a peace that, **being necessarily based on equitable recognition of the rights of all, cannot fail to include the consideration and just settlement of the Palestinian question**. (JPII79.19)	Defesa de uma solução justa do problema palestiniano	Justa solução do problema palestiniano é caminho para a paz no Médio Oriente	O Papa João Paulo II declarou na Assembleia Geral das Nações Unidas que uma paz geral e global no Médio Oriente deve assentar «no justo reconhecimento dos direitos de todos» e «não pode deixar de incluir a consideração e a justa solução do problema palestiniano». (JN.1)

QUADRO 9: Comparação da reescrita do JN *nos elementos de captação com as passagens da versão de partida, em 1979*

Partindo do topo da estrutura em pirâmide invertida, é bastante percetível a consistência do assunto no texto do jornal, sendo claro que aquele argumento foi *o* cerne do Discurso, do ponto de vista desta redação: «Defesa de uma solução justa do problema palestiniano», «Justa solução do problema palestiniano é caminho para a paz no Médio Oriente» e «O Papa João Paulo II declarou na Assembleia Geral das Nações Unidas que uma paz geral e global no Médio Oriente deve assentar 'no justo reconhecimento dos direitos de todos' e 'não pode deixar de incluir a consideração e a justa solução do problema palestiniano'» (pela ordem indicada *supra*). Contudo, olhando para a versão de partida, percebemos que houve uma reinterpretação precisa das palavras do pontífice: «It is my fervent hope that a *solution* also to *the Middle East* crises may draw nearer. While being prepared to recognize the value of any concrete step or attempt made to settle the conflict, I want to recall that it would have no value if it did not truly represent the 'first stone' of *a general overall peace in the area*,

a peace that, being necessarily *based on equitable recognition of the rights of all*, *cannot fail to include the consideration and just settlement of the Palestinian question*» (JPII79.19). As partes assinaladas a itálico foram as que se mantiveram constantes ao longo do bloco semântico do *JN*: a paz («a general overall peace in the area»), o Médio Oriente («the Middle East») e a solução justa/ justa solução («just settlement») para o problema palestiniano – e «problema» enquanto sinónimo de «questão» («the Palestinian *question*»), mas não deixando de se perceber na palavra escolhida pelo jornal um acréscimo de carga negativa à realidade em causa e, por conseguinte, uma leitura das crises vividas naquela região («the Middle East crisis») como uma circunstância *nefasta* e que *urgia resolver* no mundo (por ser um *problema*). Pelo contrário, outras ideias comunicadas por João Paulo II naquela passagem foram descuradas: o reconhecimento pelo Papa de estarem a ser dados passos e ensaiadas medidas com vista à solução do conflito («While being prepared to recognize the value of any concrete step or attempt made to settle the conflict») e o reparo de que quaisquer esforços apenas seriam válidos se fossem, de facto, aplicados de modo efetivo, sustentado e numa perspetiva duradoura (patente na ideia de «*primeira* pedra», em «I want to recall that it would have no value if it did not truly represent the *'first stone'* of a general overall peace in the area»). O facto de o jornal ter dado preferência ao primeiro conjunto de elementos em detrimento destes últimos indica, logo à partida, que mais importante do que espelhar o que se vivia no país na altura (como fez o *DN*) terá sido atender aos pontos de vista do Papa sobre o mundo – em concreto, sobre o conflito israelo-palestiniano, que se prolongava e que continuava a preocupar a comunidade internacional: quer a ONU, quer a Santa Sé (cf. Irani, 1986). Com efeito, até meados dos anos setenta, a política internacional teve como uma das características mais salientes o «virar da página da descolonização, que chegará ao seu termo com a independência dos territórios ultramarinos portugueses» (Ribeiro e Ferro, 2016: 279), tendo sido dada uma atenção muito particular à relação de causa e efeito entre o desrespeito de valores fundamentais e o sofrimento humano (cf. *ibid.*). Entre as várias situações que ameaçavam a estabilidade mundial devido à violação de direitos humanos estava aquele conflito (em particular) e a instabilidade no Médio Oriente (em geral): Israel viu ser reconhecido o seu Estado, mas à custa da ocupação de territórios palestinianos, sendo que, apesar de várias tentativas ao longo da História para que também a Palestina visse o seu direito a uma pátria ser formal e internacionalmente instituído, ainda não se conseguiu que tal acontecesse (*vide* Xavier, 2007: 122; Marshall, 2016: 165s; United Nations, 2020d).

Contudo, recordando o que nos foi comunicado pela responsável editorial do *JN*, faz parte da ideologia do jornal perspetivar os assuntos numa linha mais ampla – sobretudo a nível da conjuntura que está por detrás (as causas) e das implicações dos acontecimentos (as consequências), a nível político e social. Ora, João Paulo II não se insurgiu somente quanto ao que se passava na Europa; também o fez acerca do conflito israelo-palestiniano e em prol de uma mesma causa: a defesa da justiça e da salvaguarda da dignidade humana. Tornou clara esta sua apreensão em 1980, um ano depois de se ter pronunciado perante as Nações Unidas, aquando da sua visita a Otranto. Numa homilia, referiu-se ao desequilíbrio da realidade no «dramma medio-orientale», considerando que, enquanto «il popolo ebraico, dopo esperienze tragiche, legate allo sterminio di tanti figli e figlie, spinto dall'ansia di sicurezza, ha dato vita allo stato di Israele; nello stesso tempo si è creata la condizione dolorosa del popolo palestinese, in cospicua parte escluso dalla sua terra» (PP. João Paulo II, 1980: 5-6). Mais: disse terem sido factos aos quais o mundo inteiro assistiu («Sono fatti che stanno sotto gli occhi di tutti», *ibid*.) e, por isso, uma realidade que não se podia negar. As suas palavras foram consideradas «espantosas pela sua franqueza», visto que «[n]enhum Papa anterior se atrevera a ir tão longe, vincando publicamente a responsabilidade de Israel no drama dos Palestinianos» (Irani, 1986: 48). Foi, portanto, um conflito ao qual João Paulo II não foi indiferente; pelo contrário, tomou uma posição firme relativamente ao mesmo, em nome da Santa Sé, evidenciando que a instituição católica se iria manifestar contra «as políticas cada vez mais militantes e expansionistas do Governo israelista no que diz respeito aos Territórios Ocupados depois de 1967» (*ibid*.; *sic*.). Em rigor, aquele pontífice assumiu a coragem para declarar abertamente o apoio à (e a preocupação com a) causa da Palestina, mas a posição já vinha sendo preparada: Émile Irani explica que, em novembro de 1977, no final do pontificado de Paulo VI, o jornal oficial do Vaticano *L'Osservatore Romano* fazia saber que «a implantação de população judaica [nos territórios ocupados] subverte radicalmente os planos que preparavam que aí se criasse uma 'Pátria Palestiniana', qualquer que fosse a forma dessa 'pátria'» (Irani, 1986: 49), sendo o problema palestiniano considerado pela Igreja como «a dificuldade mais complexa e ao mesmo tempo mais importante em todo o emaranhado da crise do Médio Oriente» (*ibid*.).

Assim sendo, a reescrita em bloco das palavras de João Paulo II proferidas sobre aquela questão leva-nos a depreender a atribuição naquela redação de um papel muito preciso ao pontífice: o de defesa de um povo que estava a ser sujeito à violação de direitos fundamentais

(o palestiniano). Isto mostra uma diferença muito significativa relativamente ao *DN*, cujas opções nos parecem espelhar, pelo menos em parte, o panorama nacional. Vemos, assim, e novamente, como um mesmo texto pode ser reinterpretado de modo muito particular (logo, diferente) em duas redações.

No que se refere ao *DA*, os dados recolhidos levam-nos a traçar um paralelismo com as opções identificadas em **1965** neste jornal: mais concretamente, com o destaque feito ao apelo do Santo Padre ao fim das ameaças de guerra, logo, em prol da paz mundial, como vimos ter salientado na definição que fez da missão cumprida por Paulo VI. Contudo, em **1979**, a referência ao desarmamento já foi explícita, tendo sido apresentada logo na titulação da primeira página: «Dramático apelo para que se acabe com as ameaças de guerra por meio de desarmamento nuclear». E o reforço desta mensagem no texto publicado na capa da edição (no início de DA.5: «Já na sede da ONU, João Paulo II pediu a todas as nações para terminarem com as ameaças da guerra por meio do desarmamento nuclear») faz transparecer uma intenção comunicativa relativamente a este argumento do Papa, i.e., de ser salientado entre todos os que compuseram o Discurso em questão, definindo-o e apresentando-o ao público como *o* principal. Depois, para além deste tema central, o *DA* também fez referência nos seus elementos de captação – desta feita, no final daquele parágrafo da primeira página – ao apelo de João Paulo II a «'uma solução justa' à questão palestiniana» (quadro 10).

PP. João Paulo II (AGONU, 2.10.1979)	*DA* (4.10.1979)	
	Pós-título de primeira página	Texto da primeira página
It is therefore necessary to make a continuing and even more energetic effort to do away with the very possibility of provoking war, and to make such catastrophes impossible by influencing the attitudes and convictions, the very intentions and aspirations of governments and peoples. (JPII79.25) **In this field also we applaud the decisions and agreements aimed at reducing the arms race**. Nevertheless, the life of humanity today is seriously endangered **by the threat of destruction** and by the risk arising even from accepting certain «tranquillizing» reports. (JPII79.23) It is my fervent hope that a **solution** also to the Middle East crises may draw nearer. While being prepared to recognize the value of any concrete step or attempt made to settle the conflict, I want to recall that it would have no value if it did not truly represent the "first stone" of a general overall peace in the area, a peace that, being necessarily based on equitable recognition of the rights of all, cannot fail to include the consideration and **just settlement of the Palestinian question**. (JPII79.19)	Dramático apelo para que se acabe com as ameaças de guerra por meio de desarmamento nuclear	Já na sede da ONU, João Paulo II pediu a todas as nações para terminarem com as ameaças da guerra por meio do desarmamento nuclear e apelou para que seja dada «uma solução justa» à questão palestiniana. (DA.5)

QUADRO 10: Comparação da reescrita do DA *nos elementos de captação com as passagens da versão de partida, em 1979*

Temos aqui uma outra circunstância dos processos de tradução no campo jornalístico que ainda não tínhamos detetado: a reescrita de uma mesma passagem de partida nos elementos de captação dos jornais, mas que num assume o maior relevo noticioso face a

todas as restantes seleções do texto inicial, ao passo que noutro lhe é atribuído uma importância secundária – o que fez o diário açoriano, que colocou tal argumento do Santo Padre em segunda linha, considerando mais relevante o seu apelo ao fim da corrida às armas nucleares. Isto leva-nos a considerar que, para o *DA*, o peso da Guerra Fria terá sido maior na reinterpretação do Discurso, enquanto para o *JN* foi sobretudo importante fazer uma leitura «nas entrelinhas» das palavras do Santo Padre, concentrando-se num tema que estabelecia uma ponte direta entre o sistema religioso e, no caso, o da política internacional. Aliás, a secundarização da passagem JPII79.19 no *DA* comparativamente à centralização da mesma no *JN* faz-se sentir nas preferências lexicais: ao contrário do que fez o seu congénere, o *DA* referiu a situação vivida pela Palestina como uma «questão» e não como um «problema», o que evidencia não só uma maior proximidade à versão de partida («question»), como também uma menor carga negativa. Assim sendo, os leitores de cada um dos jornais, para além de terem ficado com uma noção diferente do teor principal do Discurso de João Paulo II de 1979, também no que diz respeito à situação vivida pelo povo palestiniano não terão entendido a posição do Papa da mesma forma: para os recetores do *DA*, não terá transparecido a noção de se tratar *do* problema mais preocupante no mundo, mas sim de ser uma entre várias circunstâncias que marcavam a vida internacional na altura, sendo a mais urgente a resolver, segundo o Papa e a Igreja, o perigo de um confronto nuclear – logo, de ameaça à paz a nível global, como fora destacado em **1965** neste diário regional.

Também neste ano identificamos semelhanças com os despachos das agências noticiosas estrangeiras às quais tivemos acesso, no caso com a *AFP* (figura 8) – uma agência identificada no *JN* como fonte e com a qual verificamos opções editoriais que correspondem às do *DN*, apesar de este jornal ter indicado como autora da sua notícia uma enviada especial à ONU. Por exemplo, verificamos semelhanças entre o veiculado no texto de primeira página do *DN* e o despacho da *AFP* intitulado «Le Pape Jean Paul II a placé son allocution à l'Assemblée Générale sous *le double signe du respect des droits de l'homme et de la necessité de la paix dans le monde*» («O discurso do Sumo Pontífice, *conforme sublinha a nossa enviada especial Helena Marques*, caracterizou-se por *duas linhas de força: a salvaguarda da paz e a defesa da dignidade e dos direitos humanos*»). Colocamos, assim, a possibilidade de que tal sublinhado feito pela repórter tenha sido recolhido a partir de informações externas – como seja um agente mediador, como a *AFP* –, não tendo sido uma referência feita pela própria. O mesmo podemos afirmar relativamente ao *JN*, cuja

preferência por «problema» ao invés de «questão» poderá ter sido importada daquela agência, uma vez que, num outro despacho (figura 9), encontramos precisamente a passagem destacada em bloco naquele jornal português: «Le Pape Jean Paul II a declaré Mardi devant l'Assemblée Générale des Nations Unies qu'une paix générale et globale au Proche-Orient devait être fondée 'sur la juste reconnaissance des droits de tous' et 'ne peut pas ne pas inclure la considération et la juste solution du *problème* palestinien'» – bastante semelhante ao texto que vimos publicado no *lead* do *JN*, incluindo a nível de citações. Por sua vez, no *DA*, este foi um ano em que os constrangimentos de acesso à informação sobre a atualidade internacional ainda eram particularmente elevados no arquipélago, o que significa que terá sido pouco provável um acesso direto do jornal à versão oficial do Discurso de João Paulo II, bem como a uma agência estrangeira – salvo se de forma indireta, como conjeturámos em **1965**. Contudo, a não-consulta do despacho da *AFP* em causa poderá explicar, por exemplo, o porquê de ter constado no *DA* «questão» e não «problema», logo, a diferença com o *JN*.

FIGURA 8: Despacho da agência *AFP* de 1979 (1)

AFP EZ53

PAR0224 3
T/
PAPE NATIONS-UNIES: DISCOURS (DEVELOPPEMENT)..UN.

NATIONS UNIES, N.Y. 2 OCT (AFP) - LE PAPE JEAN PAUL II A PLACE SON ALLOCUTION A L'ASSEMBLEE GENERALE SOUS LE DOUBLE SIGNE DU RESPECT DES DROITS DE L'HOMME ET DE LA NECESSITE DE LA PAIX DANS LE MONDE.
IL A PROCLAME L'INTERDEPENDANCE DE CES CONCEPTS ESSENTIELS, ET A CONVIE L'ORGANISATION INTERNATIONALE A OEUVRER A LEUR REALISATION.
JEAN PAUL II A RETRACE L'HISTOIRE CONTEMPORAINE DEPUIS L'INVASION IL YA QUARANTE ANS DE LA POLOGNE, ''PAYS SUR LE CORPS VIVANT DUQUEL AUSCHWITZ A ETE CONSTRUIT AUTREFOIS'', POUR ABOUTIR A LA DECLARATION UNIVERSELLE DES DROITS DE L'HOMME ''PIERRE ANGULAIRE DE L'ORGANISATION DES NATIONS UNIES QUI DOIT RESTER POUR ELLE LA VALEUR FONDAMENTALE''.
IL A ENUMERE LES DROITS ENONCES PAR CETTE DECLARATION, DEFINISSANT LE DROIT POLITIQUE COMME CELUI DE ''PARTICIPER AU LIBRE CHOIX DU SYSTEME POLITIQUE DU PEUPLE AUQUEL ON APPARTIENT''.
''L'ENSEMBLE DES DROITS DE L'HOMME CORRESPOND A LA SUBSTANCE DE LA DIGNITE DE L'ETRE HUMAIN, COMPRIS DANS SON INTEGRALITE, ET NON PAS REDUIT A UNE SEULE DIMENSION'', A DIT JEAN PAUL II.
SUIVRA AWT/BB
AFP 021734

FIGURA 9: Despacho da agência *AFP* de 1979 (2)

AFP EP11

PAR0194 3
T/
PUBLIABLE A 16H00 GMT.
LE PAPE AUX NATIONS-UNIES: PRINCIPAUX POINTS DU DISCOURS.

NATIONS UNIES (N.Y), 2 OCT (AFP) - LE PAPE JEAN PAUL II A DECLARE MARDI DEVANT L'ASSEMBLEE GENERALE DES NATIONS UNIES QU'UNE PAIX GENERALE ET GLOBALE AU PROCHE-ORIENT DEVAIT ETRE FONDEE ''SUR LA JUSTE RECONNAISSANCE DES DROITS DE TOUS'' ET ''NE PEUT PAS NE PAS INCLURE LA CONSIDERATION ET LA JUSTE SOLUTION DU PROBLEME PALESTINIEN'',
IL A AJOUTE QUE LA TRANQUILLITE, L'INDEPENDANCE ET L'INTEGRITE TERRITORIALE DU LIBAN ETAIENT LIEES A CE PROBLEME. LE SOUVERAIN PONTIFE, DANS SON DISCOURS DEVANT L'ASSEMBLEE GENERALE DES NATIONS UNIES A TRAITE PAR AILLEURS LES POINTS SUIVANTS:
- LE SOUVENIR DU CAMP D'EXTERMINATION D'AUSCHWITZ --QUE LE PAPE A VISITE EN JUIN DERNIER, A-T-IL RAPPELE-- DOIT CONSTITUER ''UN SIGNAL D'AVERTISSEMENT SUR LES CHEMINS DE L'HUMANITE CONTEMPORAINE, AFIN QU'UNE FOIS POUR TOUTES, ELLE FASSE DISPARAITRE TOUTE FORME DE CAMP DE CONCENTRATION PARTOUT SUR LA TERRE''. (SUIVRA) GW/BB
AFP 021607

Relativamente a **1995**, sobressai das versões do *DN* e do *DA* (quadro 11) o destaque comum ao pedido de João Paulo II para a elaboração de um documento de direito internacional capaz de salvaguardar os direitos das nações, de forma a ser possível responder «sem demora» (DN.pós-título e DA.1) «aos desafios do nacionalismo nascidos sobre os

escombros do Muro de Berlim» (*ibid*.), i.e., no pós-Guerra Fria. Os títulos principais de ambos os jornais são, aliás, bastante semelhantes: «Defesa dos direitos das nações» (no *DN*) e «Papa apela aos 'Direitos das Nações'» (no *DA*).[5] Contudo, podemos considerar que a proporção do destaque foi superior no *DN*, por ter promovido o tema em mais parcelas do seu texto – desde logo, na legenda da única fotografia de capa da edição, seguindo-se um reforço na titulação principal e no *lead*, para além de um desenvolvimento do assunto até ao sétimo parágrafo do corpo da notícia (cf. apêndices B.3.2: 27-28).

O *DA* não o fez na primeira página; no entanto, fê-lo nos elementos de captação – mais concretamente, no título principal e no *lead* –, tendo prolongado o tema no segundo parágrafo. É, portanto, também significativa a atribuição de relevo nesta redação àquele apelo do Papa, em específico. Aliás, importa referir que, neste ano, o *DA* apresentou uma configuração diferente da sua notícia comparativamente com os anos anteriores: já não iniciou o artigo na primeira página e, de um modo geral, o seu texto foi bastante mais reduzido em termos de dimensão (apenas quatro parágrafos – cf. anexos B.1: 28). Isto parece-nos sinalizar o ponto de viragem de que nos falou o diretor, Paulo Viveiros: por um lado, o facto de a recolha de informações das agências noticiosas ter passado a marcar o *modus operandi* do jornal, assim suavizando os constrangimentos até então sentidos na recolha de informações, mas também implicando uma maior dependência dos jornalistas relativamente ao número de materiais recebidos de tal agente mediador; por outro, a ocorrência de uma reestruturação das edições em resultado da implementação da era internet, com a secção Internacional a perder peso face às restantes, sobretudo à Regional. Contudo, vimos na macroanálise que a pirâmide invertida do *DA* neste ano foi totalmente composta por reescrita. Quer isto dizer que aquele argumento do Papa terá assumido, realmente, em T2'' *o* maior relevo, ocupando quer as parcelas de leitura mais imediata, quer metade do corpo da notícia. Podemos, assim, considerar que, à luz da sua dimensão, o diário açoriano também se pautou pela atribuição de uma elevada importância àquela mensagem.

[5] Não considerámos nesta comparação diferenças menores, como a referência ao sujeito de quem se fala (explícita no *DA*: o «Papa»; implícita no *DN*); o verbo *dicendi* (no *DN*, «defender»; no *DA*, «apelar»); e a apresentação da expressão-chave («direitos das nações») entre aspas no *DA*, o que terá acrescentado credibilidade à mesma, por indicar aos leitores ter sido dita pelo pontífice. Consideramo-las «menores», por não vermos nelas um impacto significativo em termos de definição do que foi veiculado pelos dois diários como tema central do Discurso em apreço, não sendo notória também uma diferença relevante entre ambos.

<table>
<tr><th rowspan="2">PP. João Paulo II (AGONU, 5.10.1995)</th><th colspan="4">DN (6.10.1995)</th></tr>
<tr><th>Texto na primeira página</th><th>Título principal</th><th>Pós-título</th><th>Lead (DN.1)</th></tr>
<tr><td>Unfortunately, even after the end of the Second World War, the rights of nations continued to be violated. To take but one set of examples, the Baltic States and extensive territories in Ukraine and Belarus were absorbed into the Soviet Union, as had already happened to Armenia, Azerbaijan, and Georgia in the Caucasus. At the same time the so-called ‘People's Democracies’ of Central and Eastern Europe effectively lost their sovereignty and were required to submit to the will dominating the entire bloc. (JPII95.15)</td><td>João Paulo II apelou ontem na Assembleia Geral da ONU (onde foi recebido pelo presidente, Freitas do Amaral) à elaboração de uma carta dos direitos das nações que responda aos desafios dos tempos modernos</td><td>Defesa dos direitos das nações</td><td>O Papa João Paulo II apelou ontem em Nova Iorque para as Nações Unidas, no sentido de ser elaborado sem demora um documento sobre «os direitos das nações» com a finalidade de responder aos desafios do nacionalismo, nascidos dos escombros do Muro de Berlim</td><td>«A Declaração Universal dos Direitos do Homem, adoptada em 1948, tratou de uma forma eloquente os direitos das pessoas, mas ainda não existe direito internacional análogo que trate dos direitos das nações no seu conjunto», declarou o Papa na tribuna da Assembleia Geral da ONU.</td></tr>
<tr><td rowspan="2">The result of this artificial division of Europe was the "cold war", a situation of international tension in which the threat of a nuclear holocaust hung over humanity. It was only when freedom was restored to the nations of Central and Eastern Europe that the promise of the peace which should have come with the end of the war began to be realized for many of the victims of that conflict. (JPII95.16)</td><td colspan="4">DA (6.10.1995)</td></tr>
<tr><td>Título principal</td><td colspan="3">Lead (DA.1)</td></tr>
<tr><td>The Universal Declaration of Human Rights, adopted in 1948, spoke eloquently of the rights of persons; but no similar international agreement has yet adequately addressed the rights of nations. This situation must be carefully pondered, for it raises urgent questions about justice and freedom in the world today. (JPII95.17)</td><td>Papa apela aos ‘Direitos das Nações’</td><td colspan="3">João Paulo II apelou em Nova Iorque para que as Nações Unidas elaborem sem demora um documento sobre os ‘direitos das nações’, de modo a responder aos desafios do nacionalismo nascidos sobre os escombros do Muro de Berlim.</td></tr>
<tr><td colspan="4">DA.2</td></tr>
<tr><td colspan="4">«A Declaração Universal dos Direitos do Homem, adoptada em 1948, tratou de uma forma eloquente os direitos das pessoas, mas ainda não existe direito internacional análogo que trate dos direitos das nações no seu conjunto», declarou o Papa na tribuna da Assembleia Geral da ONU.</td></tr>
</table>

QUADRO 11: Comparação da reescrita do DN *e do* DA *nos elementos de captação com as passagens da versão de partida, em 1995*

Em termos de sentido, a comparação entre a versão de partida e as duas de chegada mostra-nos que os dois diários tomaram opções editoriais próximas. Identificamos em ambos uma implicação das palavras de João Paulo II nos respetivos elementos de captação, visto não terem sido transpostas nem em T2, nem em T2’’ referências feitas pelo Papa de modo explícito à submissão de um conjunto de países e de áreas que, até poucos anos antes, tinham estado sujeitas à soberania de um bloco dominante («the so-called ‘*People's Democracies’ of Central and Eastern Europe* effectively lost their sovereignty and were required to submit to the will dominating the entire bloc»), i.e., a URSS («Soviet Union»), e ao facto de que o propósito de reposição da liberdade às nações que haviam sido subjugadas durante a Segunda Guerra Mundial ao nazismo – propósito este que tinha sido precisamente um dos motes da

criação da ONU –, infelizmente («[u]nfortunately»), não se tinha tornado uma realidade se não com o fim da ameaça de um holocausto nuclear (como consta em JPII95.16). Antes, parece-nos clara a preponderância em ambos os textos de chegada de um conjunto específico de conceitos-chave e, por isso, de uma reinterpretação muito precisa do texto de partida: (i) os direitos das nações («the rights of nations»); (ii) a queda do Muro de Berlim (que apenas se depreende das palavras do Papa: «The result of this artificial division of Europe was the 'cold war'» e «It was only when freedom was restored to the nations of Central and Eastern Europe»); (iii) o sentido de urgência perante os desafios colocados ao mundo contemporâneo [notório em «urgent questions (…) in the world today», mas também compreendido pela indicação do pontífice de que o documento a elaborar em defesa daqueles direitos era uma situação que «must be carefully pondered»]; (iv) o nacionalismo como o principal desafio que se colocava a nível internacional na época [uma clarificação feita pelos jornais, que situa os argumentos de João Paulo II no tempo, já que os associa diretamente a uma conjuntura internacional marcante na altura: os problemas vividos nos Balcãs (em geral) e na Bósnia (em particular) após a extinção da URSS]; e (v) a referência à DUDH (enquanto meio de comparação com o documento que João Paulo II sugeria que fosse elaborado pelas Nações Unidas para a esfera das nações). Assim sendo, no *DN* e no *DA*, a reinterpretação do segundo Discurso de João Paulo II na AGONU parece-nos ter sido sustentada num conjunto de conteúdos estreitamente relacionados com a atualidade internacional e que seriam conhecidos pela generalidade da população – a queda do Muro, o que estava a acontecer naquela região do globo, o teor da DUDH. Em nosso entender, este conhecimento geral prévio terá sido determinante nas opções tomadas, uma vez que notamos que quer a ausência nas versões de chegada de algumas referências, quer a clarificação da realidade à qual o Papa se estava a referir agiram em conjunto, no sentido de orientarem a leitura do Discurso pelos recetores para a História recente (e presente). Foram, então, dois casos de reescrita marcadamente relacionados com o contexto socio-histórico, tanto do ponto de vista da produção como da receção.

No caso do *JN*, o ano de **1995** evidencia com ainda maior clareza como este jornal tende a olhar para os acontecimentos e atos discursivos pontifícios de um ângulo particular, distinguindo-se dos dois congéneres em questão. Com efeito, o que escolheu destacar na sua notícia foi outro assunto que não aquela circunstância histórica e o facto de o ter salientado novamente num bloco de sentido ao longo das várias parcelas iniciais do seu texto sustenta

ter sido aquela a sua leitura (e não outra) do Discurso em apreço: a consideração do pontífice de que a organização deveria passar por um processo de reforma ou transformação, com vista a tornar-se uma família de nações (quadro 12). Esta ideia foi veiculada, primeiro, no título principal, no qual apresentou a expressão entre aspas, distinguindo-a, assim, do restante texto («João Paulo II apelou em Nova Iorque à transformação da ONU na *'família das nações'*»); segundo, no pós-título, mais desenvolvido do que nos anos anteriores, no qual é notória quer a repetição da citação (e, portanto, um novo destaque daquela expressão), quer um acréscimo de sentido à mesma – mais precisamente, a necessidade de uma reflexão moral à escala internacional para que tal transformação pudesse acontecer [«Discursando na sede das Nações Unidas no segundo dia da sua visita aos EUA, João Paulo II apelou a uma reflexão moral internacional e à transformação da organização numa *'família das nações'* (…)»]; por último, no *lead*, no qual o redator completou a ideia – embora sem a esgotar, já que a prolongou depois nos dois parágrafos seguintes (JN.2 e JN.3 – cf. apêndices B.3.2: 31) –, através de uma citação mais longa, mas sempre com um destaque de «família das nações» relativamente ao restante texto [«"A Organização das Nações Unidas precisa cada vez mais de ultrapassar o seu estatuto de instituição administrativa para se transformar num centro moral onde todas as nações do Mundo se sintam em casa, como se ela fosse *'uma família das nações'*»].

PP. João Paulo II (AGONU, 5.10.1995)	*JN* (6.10.1995)		
	Título principal	Pós-título principal	*Lead*
Es necesario que la Organización de las Naciones Unidas se eleve cada vez más de la fría condición de institución de tipo administrativo a la de centro moral, en el que todas las naciones del mundo se sientan como en su casa, desarrollando la conciencia común de ser, por así decir, una «familia de naciones». (JPII95.47) Ante estos enormes desafíos, **¿cómo no reconocer el papel que corresponde a la Organización de las Naciones Unidas? A cincuenta años de su institución**, se ve aún más su necesidad, pero se ve aún mejor, conforme a la experiencia realizada, que la eficacia de **este máximo instrumento de síntesis y coordinación de la vida internacional** depende de la cultura y de la ética internacional en la que se basa y que expresa. (JPII95.46)	João Paulo II apelou em Nova Iorque à transformação da ONU na «família das nações»	Discursando na sede das Nações Unidas no segundo dia da sua visita aos EUA, João Paulo II apelou a uma reflexão moral internacional e à transformação da organização numa «família das nações». Na véspera, elogiara os EUA pela sua abertura ao mundo e dirigira palavras particularmente gratas a Bill Clinton ao pedir-lhe protecção aos mais desfavorecidos.	Dirigindo-se da tribuna à Assembleia-Geral das Nações Unidas, que este ano assinalam os 50 anos de existência, o Papa começou por salientar a importância da ONU para deixar um apelo aos países membros: «A Organização das Nações Unidas precisa cada vez mais de ultrapassar o seu estatuto de instituição administrativa para se transformar num centro moral onde todas as nações do Mundo se sintam em casa, como se ela fosse 'uma família das nações'». (JN.1)

QUADRO 12: Comparação da reescrita do JN *nos elementos de captação com as passagens da versão de partida, em 1995*

Todos os casos de reescrita foram produzidos a partir da seguinte passagem inicial: «Es necesario que la Organización de las Naciones Unidas se eleve cada vez más de la fría

condición de institución de tipo administrativo a la de centro moral, en el que todas las naciones del mundo se sientan como en su casa, desarrollando la conciencia común de ser, por así decir, una *'familia de naciones'*» (JPII95.47). Da comparação entre esta e a versão do jornal, verificamos que a citação patente no *lead* apresenta uma forte proximidade com o texto que lhe deu origem, sendo que, apesar da omissão da ideia de «consciência comum» (patente em «desarrollando la conciencia común»), não são notórias diferenças relevantes em termos de sentido entre a veiculação das palavras do Papa quando na AGONU e, depois, na notícia do *JN* – e vemos também que a ênfase daquela expressão constou, desde logo, na versão escrita do Discurso, tendo sido reproduzida pelo jornalista. Na nossa opinião, o interesse está na opção editorial, i.e., no enfoque naquele argumento de João Paulo II, posto que mostra uma perspetiva muito própria da redação do *JN* sobre o que mais preocupava o líder da Igreja Católica na altura: enquanto para o *DN* e o *DA* a comunicação do Santo Padre na sede das Nações Unidas tinha sido fundamentalmente orientada para uma situação mundial que marcava a atualidade e para a qual urgia ser tomada uma ação política – no caso, jurídica –, para o *JN*, mais importantes do que os pareceres do Papa quanto ao trabalho *externo* da ONU foram as considerações do mesmo quanto ao sistema *interno* da organização. Mais: ao passo que os dois diários aludiram a uma realidade que era conhecida do público, em geral, o *JN* preferiu concentrar-se noutra mais restrita. Além disso, não consideramos ter sido irrelevante para este jornal a carga metafórica da expressão em causa, uma vez que, segundo nos disse Ivete Carneiro, muitas vezes optam por criar títulos na forma de um trocadilho ou brincadeira (cf. apêndice A.2: 25). Ora, o apelo de João Paulo II à transformação das Nações Unidas numa «família das nações» significava, metaforicamente, que, para o pontífice, a ONU deveria ser capaz de se constituir como um porto de abrigo para os Estados sempre que se deparassem com problemas nos seus próprios contextos ou no decurso das relações que estabeleciam com outros Estados. Tal como o núcleo familiar de cada indivíduo, deveria representar um centro moral, no sentido em que aos dirigentes mundiais seria dada a capacidade de contornarem as dificuldades e, dessa forma, fazerem jus aos princípios basilares da organização – sobretudo, o de evitarem internamente motivos que despoletassem a guerra e/ou a fragilidade das populações, e externamente razões para um confronto com outros países. Ou seja: que fossem uma *família* de nações e, assim, Nações (realmente) *Unidas* (ao que já tinha apelado Paulo VI, em **1965**). Um outro possível motivo, que também vai ao encontro do que nos foi explicado por aquela responsável, prende-se com

o contexto de fundo – quer afeto à personalidade e à ação de João Paulo II, quer ao sistema da ONU. No primeiro caso, a unidade entre os Estados-membros representava, aos olhos da Igreja Católica, uma manifestação da fé em Cristo, pois a ideia de família estava intimamente associada ao amor e ao cuidado com o Outro – ideia esta que foi um traço característico daquele pontífice, que considerava que nenhuma vicissitude deveria ser encarada como «um obstáculo no caminho da santidade e da felicidade», mas antes como «uma prova de maturidade e fé», vendo a família como «um ponto de referência seguro para encontrar soluções concretas para as dificuldades e desafios» (PP. Francisco in Jaguraba, 2020). No segundo caso, o sentido de família parece-nos estar associado a duas questões bastante controversas e que têm marcado negativamente o percurso da ONU desde a sua fundação até aos dias de hoje: o direito de veto e a composição do Conselho de Segurança. O direito de veto aumenta a probabilidade de as divergências ideológicas e/ou as afirmações de poder político de uns Estados em relação a outros virem a impossibilitar a tomada de decisões e a adoção de medidas para solucionar os problemas. É, portanto, uma circunstância que fomenta mais a discórdia e a incapacidade interventiva (daí o sentido de «fría condición de institución de tipo administrativo» apontado por João Paulo II) do que a união e a ação efetiva (que a família procura favorecer). Depois, o Conselho de Segurança corresponde à «área da reforma [da ONU] que mais polémicas tem suscitado» (Xavier, 2007: 148), visto que «não refle[te] de forma democrática uma Organização que quase quadruplicou os seus membros», quer em termos de número, quer de nacionalidade (por exemplo, é escassa a representação de países em desenvolvimento, apesar de grande parte dos assuntos tratados dizerem respeito às suas realidades), quer ainda a nível da divisão entre os permanentes e não permanentes naquele Conselho e, portanto, entre os que têm papéis principais na manutenção da paz e da segurança internacional e os que são secundários a este nível. É, assim, outra situação que coloca em causa a ideia de igualdade entre os povos, logo, de os Estados serem tidos como irmãos (membros da mesma família).

Tudo isto nos parece passível de ter sido tido em consideração pela redação do *JN*, tendo em conta o *modus operandi* da mesma. Acima de tudo, entendemos como interessante a perspetiva histórico-atual do *DN* e do *DA*, por um lado, e a visão moral (ou amoral, já que estava em falta, segundo o Papa) do *JN* sobre a atividade das Nações Unidas – mais ainda ao percebermos que tais posicionamentos perante o mesmo Discurso foram individualmente definidos. A esta conclusão chegámos pela observação de um agente mediador: para este

ano, tivemos por base um despacho da agência portuguesa *Lusa*, por sabermos ter sido a única utilizada pelo diário açoriano e por considerarmos poder ter sido também uma fonte do *DN* e do *JN*, tendo em conta ter-nos sido dito pelos respetivos responsáveis ser uma fonte recorrente, ainda que em associação a outras. No despacho que apresentamos na figura 10, não só são várias as semelhanças encontradas entre os textos dos dois jornais e o da agência, o que nos leva a crer que o despacho poderá ter sido, realmente, consultado, como também sustentamos o que temos vindo a perceber relativamente à reinterpretação de um mesmo texto (de partida ou mediador): é um processo próprio de cada redação, pois o que foi entendido como importante numa redação não o foi na outra.

FIGURA 10:
Despacho da agência *Lusa* de 1995 (1)

Papa exorta ONU a elaborar um documento sobre +direitos das nações+

DN (e DA)

Nova Iorque, 05 Out (Lusa) - O papa João Paulo II apelou hoje às Nações Unidas no sentido de elaborarem sem demora um documento sobre +os direitos das nações+ como resposta aos desafios do nacionalismo emergentes dos escombros do muro de Berlim.

JN

Discursando na tribuna da Assembleia geral das Nações Unidas, o soberano pontífice desenvolveu uma longa reflexão à volta da ideia de nação, +que não morre+, exortando os 185 paises membros da organização internacional a restituir à ONU, 50 anos após a sua criação, toda a sua força para que se afirme como uma +família de nações+.

DN (e DA)

+A declaração universal dos Direitos do Homem, aprovada em 1948, aborda de maneira eloquente os direitos das pessoas mas não surgiu ainda um acordo internacional análogo que trate dos direitos das nações no seu conjunto+, sublinhou o papa.

+Eis uma realidade que convém tomar atentamente em conta face às questões urgentes suscitadas no mundo contemporâneo por tal lacuna no que respeita à justiça e à liberdade+, acrescentou no seu discurso lido em quatro das seis línguas de trabalho das Nações Unidas (inglês, francês, russo, espanhol), algumas passagens do qual foram no final retomadas pelo Santo Padre em árabe e em chinês.

Defendendo o conceito de nação, João Paulo II não deixou de denunciar as devastações do nacionalismo exacerbado, evocando a propósito as +populações mártires+ da Bósnia-Herzegovina.

Sem mencionar explicitamente a conturbada região balcânica, o papa fez notar que +o direito fundamental à existência não pressupõe necessariamente uma soberania de estado+.

É +indispensável+ reflectir na noção de nação +se se quiser evitar os erros do passado e estabelecer uma ordem mundial justa+, frisou.

O direito de uma nação à existência é +certamente anterior aos seus outros direitos: ninguém - nem um estado, nem uma outra nação, nem uma organização internacional - p"de alguma vez considerar com justiça que uma determinada nação não seria digna de existir+.

Mas esse +direito fundamental à existência não pressupõe necessariamente uma soberania de estado+, salientou o papa sem referir expressamente os diferentes povos radicados, por exemplo, na Bósnia.

Neste contexto - prosseguiu - as nações têm certamente direitos mas cabem-lhes igualmente deveres. +E o primeiro de todos é indubitavelmente o dever de viverem com disposição pacífica, respeitosa e solidária em relação às outras nações+.

João Paulo II lamentou a este respeito os malefícios do +utilitarismo, doutrina que não define a moralidade a partir do que é bom, mas a partir do que é proveitoso+.

O utilitarismo económico +leva os paises mais poderosos a condicionarem e a explorarem os paises mais fracos+, afirmou o soberano pontífice.

JN

Perante todos estes desafios, o papa exortou a ONU a empenhar-se +cada vez mais em passar da fase de insensível instituição de tipo administrativo para a condição de centro moral em que todas as nações do mundo se sintam como em sua casa, desenvolvendo a consciência comum de serem, por assim dizer, uma +família de nações+.

+A ONU tem o dever histórico de favorecer este salto qualitativo da vida internacional+, se necessário com alterações oportunas no seu modo de funcionamento, recordou o soberano pontífice.

Quanto ao *DA*, uma consulta dos diversos textos disponibilizados pela agência portuguesa sobre o Discurso em apreço fez-nos compreender como, na prática, os materiais disponibilizados aos órgãos subscritores podem apresentar diferenças consoante o tipo de serviço contratualizado. Com efeito, a proximidade determinada entre os textos do *DN* e do *DA* poderia fazer-nos pensar que o despacho apresentado *supra* teria sido recebido e tratado também pelo diário açoriano. No entanto, a presença entre o conjunto de materiais de um outro texto igualmente sobre aquele argumento do Papa, mas mais restrito em termos de informações leva-nos a desconsiderar tal hipótese e, em vez dela, a colocar a possibilidade de o *DA* não ter tido acesso aos mesmos conteúdos que os dois congéneres nacionais. Como podemos ver na figura 11, o despacho é bastante mais curto (cerca de metade da dimensão do anterior) e corresponde na íntegra à notícia publicada.

FIGURA 11:
Despacho da agência *Lusa* de 1995 (2)

ONU: Papa apela para elaboração de carta sobre "Direitos das Nações"

DA (elementos de captação)

Nova Iorque, ONU, 05 Out (Lusa) - João Paulo II apelou hoje em Nova Iorque para que as Nações Unidas elaborem sem demora um documento sobre os "direitos das Nações", de modo a responder aos desafios do nacionalismo nascidos sobre os escombros do muro de Berlim.

"A declaração universal dos Direitos do Homem, adoptada em 1948, tratou de modo eloquente os direitos das pessoas, mas não existe até agora um acordo internacional análogo que trate os direitos humanos no seu conjunto", declarou o papa, perante a Assembleia Geral da ONU.

DA (restante corpo da notícia)

Apelando ainda para a "consciência da humanidade", durante um discurso proferido parcialmente nos idiomas inglês e francês, João Paulo II exortou os países ricos a oferecerem uma maior ajuda às nações mais pobres, às quais aconselhou, por seu lado, o respeito pelos valores democráticos.

"Quando milhões de pessoas sofrem as consequências de uma pobreza que significa fome, má-nutrição, doença, analfabetismo e degradação, nós temos de ter em mente que ninguém tem o direito de explorar o outro para seu proveito próprio", frisou o papa.

Lusa/fim

Daqui retiramos três principais conclusões: (i) comprovamos quão provável é que os materiais disponibilizados por uma agência sobre um determinado assunto variem consoante o tipo de subscritores, o que poderá resultar, em primeiro lugar, numa receção de informações diferentes pelos jornalistas (em quantidade e em teor dos conteúdos) e, em segundo, num conhecimento público menos amplo quanto aos assuntos, em resultado do menor aprofundamento dos mesmos nas notícias produzidas; (ii) comprovamos, igualmente que as restrições de um órgão regional em termos de tempo de trabalho, de espaço nas páginas e de recursos humanos se podem refletir numa importação dos dados recebidos da agência noticiosa (daí a correspondência integral do texto do *DA* com o da *Lusa*), não havendo outro local para o jornal fazer sentir a sua voz a não ser na titulação do artigo («Papa

apela aos 'Direitos das Nações'», no *DA*; «ONU: Papa apela para elaboração de carta sobre 'Direitos das Nações'»); (iii) por fim, confirmamos quão complexa pode ser a produção de um conteúdo noticioso, logo, o recurso à tradução no campo jornalístico, sendo exigido ao investigador um olhar amplo sobre o fenómeno translatório, especialmente em termos dos agentes envolvidos, do percurso percorrido pelos conteúdos iniciais e dos motivos contextuais (históricos, culturais, institucionais) que possam ter motivado as opções de reescrita, bem como a consciência da dificuldade em determinar-se com certeza quais as fontes consultadas e, dentro destas, de quais versões, em particular. Em todo o caso, é relevante notar que, não obstante os materiais da *Lusa* que poderão ter servido de base ao *DN* e ao *DA* não terem sido aparentemente os mesmos, os dois jornais forneceram ao respetivo conjunto de recetores uma leitura muito semelhante sobre a segunda intervenção de João Paulo II na AGONU. Isto revela uma proximidade em termos ideológicos entre as redações e as direções em exercício em **1995**, que, em última instância, expressou na prática a génese do diário açoriano: a de ser uma réplica do *DN* no contexto açoriano.

Avançando até **2008**, ano já reduzido a dois agentes de chegada, a defesa dos direitos humanos e do multilateralismo foram as ideias veiculadas como centrais do Discurso de Bento XVI na AGONU quer no *DN*, quer no *JN*, sendo, no entanto, notórias algumas particularidades nas respetivas versões que nos cabe ressalvar: no *DN*, o facto de aqueles terem sido os únicos assuntos referidos na titulação principal da notícia e de terem sido apresentados também no *lead* é demonstrativo do peso que assumiram para este jornal em termos de reprodução da versão de partida. Já no *JN* não podemos traçar uma relação tão linear. Com efeito, não só não é possível afirmarmos ter existido neste jornal uma extensão da leitura apresentada na titulação sobre a que consta no *lead*, como também não podemos dizer que aqueles dois temas tenham sido igualmente destacados na sua edição. Pelo contrário, verificamos no *JN um* enfoque central, que sobressai sobre os restantes conteúdos apresentados nos elementos de captação da sua notícia: a defesa dos direitos humanos. Foi este o tema evidenciado logo na chamada de capa – que, como vimos na macroanálise, foi a única feita nos últimos dois anos do nosso estudo –, tendo sido depois repetido no título principal, bem como no *lead*. Já o multilateralismo – ou, mais precisamente, a advertência de Bento XVI contra o unilateralismo na política internacional – apenas foi mencionado num dos pós-títulos e o desenvolvimento deste assunto no corpo da notícia apenas aconteceu num patamar da pirâmide já descendente, logo, de leitura menos imediata (em JN.5).

De modo a ilustrarmos as diferenças verificadas na reescrita das passagens de T1.4 pelos dois jornais, reunimos no quadro 13 o cruzamento entre as versões de partida e de chegada:

<table>
<tr><th rowspan="2">PP. Bento XVI
(AGONU, 18.4.2008)</th><th colspan="3">*DN* (19.4.2008)</th></tr>
<tr><th colspan="2">Título principal</th><th>*Lead*</th></tr>
<tr><td>Il n'a été défini que récemment, mais *il était déjà implicitement présent dès les origines des Nations unies* et, actuellement, il caractérise toujours davantage son activité. *Tout État a le **devoir** primordial de **protéger** sa population contre les violations graves et répétées des **droits de l'homme,** de même que des conséquences de crises humanitaires* liées à des causes naturelles ou provoquées par l'action de l'homme. S'il arrive que les États ne soient pas en mesure d'assurer une telle **protection**, il revient à la communauté internationale d'intervenir avec les moyens juridiques prévus par la Charte des Nations unies et par d'autres instruments internationaux. (BXVI.14)</td><td colspan="2">Papa defende **direitos humanos** e **multilateralismo** na ONU</td><td>O Papa Bento XVI defendeu ontem nas Nações Unidas, em Nova Iorque, a importância do **'consenso multilateral'** nas relações internacionais e o **valor dos direitos humanos** como *'expressão intrínseca de justiça e não apenas como produto da vontade do legislador'*.

(DN.1)</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Cela est d'autant plus nécessaire dans le contexte actuel où l'on fait l'expérience du paradoxe évident d'un **consensus multilatéral** qui continue à être en crise parce *qu'il est encore subordonné aux décisions d'un petit nombre*, alors que les problèmes du monde exigent, de la part de la communauté internationale, des interventions sous forme d'actions communes. (BXVI.8)</td><td colspan="3">*JN* (19.4.2008)</td></tr>
<tr><td>Chamada de primeira página
Papa pediu na ONU **defesa dos direitos humanos**</td><td>Título principal
Papa recorda à ONU o dever de **defender os direitos humanos**</td><td>Pós-título
Bento XVI adverte os países que actuam **unilateralmente** na cena mundial, o que foi entendido como uma crítica aos EUA</td></tr>
<tr><td>This intuition was expressed as early as the fifth century by Augustine of Hippo, one of the masters of our intellectual heritage. He taught that the saying: Do not do to others what you would not want done to you "cannot in any way vary according to the different understandings that have arisen in the world" (*De Doctrina Christiana*, III, 14). **Human rights**, then, must be respected *as an expression of justice, and not merely because they are enforceable through the will of the legislators*. (BXVI.35)</td><td colspan="3">*Lead*

Bento XVI declarou ontem, perante os representantes dos 192 estados membros da ONU, que é *'dever elementar' de todo Estado 'proteger a sua população'* de qualquer tipo de **violação de direitos humanos** ou crises humanitárias.

(JN.1)</td></tr>
</table>

QUADRO 13: Comparação da reescrita do DN *e do* JN *nos elementos de captação com as passagens da versão de partida, em 2008*

Comprovamos o predomínio dos dois temas nos textos dos jornais. Contudo, chamamos a atenção para o facto de as passagens de partida (BXVI.8 e BXVI.14) terem sido reproduzidas de um modo particular em cada caso e, por isso, diferente em termos de reinterpretação das palavras do Papa Bento XVI: vemos a associação no *DN* do valor dos direitos humanos ao sentido de ética na aplicação da lei internacional (expresso em BXVI.35), havendo, assim, o acréscimo do sentido de justiça à questão dos direitos – sentido este patente nas considerações do Papa de que, (i) em qualquer circunstância, os direitos fundamentais têm de ser respeitados e salvaguardados para todos os indivíduos, sem exceção (o princípio da igualdade perante a lei); e (ii) um tal respeito deve ser feito a partir da lógica do «não faças aos outros o que não gostas que te façam a ti» («Do not do to others what you would not want done to you»). Isto porque, como afirmou Bento XVI, citando Santo Agostinho, a lei «'cannot in any way vary according to the different understandings that have

arisen in the world'» (em BXVI.35). E, no que se refere especificamente à salvaguarda daqueles valores fundamentais, deveria ser aplicada em «expressão intrínseca de justiça e não apenas como produto da vontade do legislador», como reescreveu o *DN* aquela passagem. Em termos históricos, esta foi a altura em que os atentados às Torres Gémeas em Nova Iorque, em 2001, e a «guerra ao terror» que teve início com a invasão do Afeganistão e do Iraque, em 2003, e que só viria a ter um «fim» (i.e., a retirada das tropas invasoras) em 2011, estavam na ordem do dia a nível internacional. Ora, a decisão de envio de contingentes militares para aqueles países sob o pretexto de se pôr cobro a novas ameaças ao Ocidente (em particular, aos EUA) e, em tal processo, derrubar a ditadura de Saddam Hussein para que a democracia pudesse ser cada vez mais o principal regime político à escala mundial foi, em nosso entender, um exemplo de unilateralismo na política internacional – para além de que qualquer conflito representa sempre um atentado à vida humana, colocando em causa o respeito integral pelos direitos humanos. E, na situação em causa, este fez-se sentir logo desde o sucedido em Nova Iorque, já que expôs questões que já existiam, mas que não dominavam a agenda internacional, como o fundamentalismo religioso e o ódio entre grupos muçulmanos e ocidentais – situações que, no limite, violam os direitos humanos ao colocarem em perigo a vida de pessoas inocentes. Esta conjuntura poderá, por si só, ter elevado a consideração dos jornais pelo tema, que poderá ter sido associado à celebração dos sessenta anos da DUDH, em **2008**. Depois, no que respeita ao multilateralismo, em causa parece-nos ter estado a mudança de perspetiva que se começou a instaurar no mundo quanto à supremacia norte-americana. Segundo Manuel Ribeiro e Mónica Ferro, o final da Guerra Fria e «o estabelecimento inequívoco da hegemonia económica e militar norte-americana alteraram substancialmente o jogo de forças interno da Organização» das Nações Unidas (2016: 282), com o lado pró-Ocidente a aumentar consideravelmente o seu peso. Acresce que a invasão do Iraque no início do novo milénio veio confirmar a unipolaridade do mundo e o facto de que os EUA se assumiam como *os* líderes da política e das relações internacionais, constatando-se que, no momento de tomar decisões, o unilateralismo prevalecia face aos ideais da negociação e do diálogo multilateral, instituídos na Carta das Nações Unidas (cf. Xavier, 2007: 124). É, realmente, um exemplo que nos parece paradigmático da supremacia e do unilateralismo dos EUA, pois os argumentos apresentados pelo Presidente George W. Bush – o de que estavam a ser desenvolvidas armas de destruição maciça no Iraque e no Afeganistão que visavam atingir outros alvos do mundo ocidental, e

o de ser necessário proceder ao derrube do regime autoritário de Saddam Hussein, no Iraque, por ter sido cúmplice no ataque às Torres Gémeas – contrariavam as visões e opiniões de outros importantes protagonistas mundiais, a começar pelo então Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, que, no primeiro aniversário do atentado às Torres Gémeas, considerou que «terrorism is a widespread and complex phenomenon, with many deep roots and exacerbating facts», sendo uma causa global que exigia respostas globais, e que a resposta «can only succeed if we make full use of *multilateral* institutions», nomeadamente a ONU (2002a: 1; ênfase nossa). No final, Bush levou avante a invasão com o apoio apenas dos governos britânico e espanhol, e este facto foi considerado um falhanço da ONU: logo à partida, por não ter conseguido evitar uma guerra; depois, por não ter cumprido o princípio inscrito na sua Carta de que a comunidade internacional deve cooperar com vista a resolver qualquer problema no mundo (cf. United Nations, 1945: art. 1.º, n.º 3); por não ter conseguido repor a ordem no Iraque, apesar de se ter provado que as armas de destruição maciça não existiam e de o ditador Saddam Hussein ter sido deposto e capturado; e, acima de tudo, por se ter aberto «um precedente perverso no que a Carta estatui, ao testemunhar-se claramente que não só a ONU é única e exclusivamente o que os Estados-membros querem que ela seja (…), como a redacção da Carta e das Resoluções aprovadas são sujeitas a múltiplas interpretações por parte dos Estados-membros» (Xavier, 2007: 130-131).[6]

Tudo isto nos parece estar enquadrado na reinterpretação feita pelo *DN* das palavras de Bento XVI aos dirigentes mundiais e divulgada aos leitores com um sentido de alerta – em concreto, para que a justiça fosse elaborada e aplicada de forma igual para todos, não à custa de argumentos de apenas alguns e de acordo com a vontade de cada um. O *JN* clarificou que os EUA eram responsáveis por políticas unilaterais, tendo sido uma opção de entre várias que nos parecem espelhar a ideologia deste jornal, segundo o que nos foi explicado por Ivete Carneiro: (i) o claro enfoque sobre os direitos humanos manifesta, na prática, o entendimento nesta redação daquele tema como sendo de enorme relevância noticiosa, em qualquer circunstância da atualidade; e (ii) as referências diretas são uma forma habitual de apresentação dos assuntos aos leitores nos elementos de captação – como vimos acontecer

[6] Como explica Ana Isabel Xavier, «segundo o art. 2.4.º [da Carta da ONU], 'os membros deverão abster-se nas suas relações internacionais de recorrer à ameaça ou ao uso da força, quer seja contra a integridade territorial ou a independência política de um Estado, quer seja de qualquer outro modo incompatível com os objectivos das Nações Unidas'. Para que a guerra seja, de facto, o último recurso, a Carta das NU é categórica ao conferir ao Conselho de Segurança a responsabilidade pela manutenção da paz e da segurança internacionais através do desenvolvimento de procedimentos políticos e judiciais conducentes à resolução pacífica das controvérsias (capítulo VI)» (2007: 130).

em todos os anos analisados até agora: vimo-lo em **1965** no destaque do parecer de Paulo VI sobre o binómio Ciência-Homem; em **1979** na circunscrição do apelo de João Paulo II à paz no Médio Oriente (em geral) e ao problema da Palestina (em particular); em **1995**, na ênfase colocada na desarmonia e desigualdade interna das Nações Unidas; e, em **2008**, na crítica aos EUA por falta de espírito de cooperação internacional (um sentido que sobressai nesta versão de chegada também pelo verbo introdutor do discurso escolhido pelo jornalista: «Bento XVI *adverte* os países que actuam unilateralmente na cena mundial, o que foi entendido como uma *crítica aos EUA*»). Outro fator distintivo deste jornal face ao *DN* no ano em apreço tem que ver com o modo como reescreveu a passagem BXVI.14: se o seu congénere recolheu dela o sentido de defesa dos direitos fundamentais e o associou às ideias de multilateralismo e de justiça, já o *JN* se concentrou no princípio da responsabilidade de proteger, i.e., no dever dos Estados de salvaguardarem os seus cidadãos de crises humanitárias (*vide* Bellamy, 2008: 618s). Trata-se também de uma circunstância diretamente relacionada com as Nações Unidas: como o pontífice afirmou, «[s]'il arrive que les États ne soient pas en mesure d'assurer une telle protection, il revient à la communauté internationale d'intervenir avec les moyens juridiques prévus par la Charte des Nations unies et par d'autres instruments internationaux» (BXVI.14). Ou seja: o Papa alertou para o facto de que, na política internacional, o mais importante deveria ser a proteção dos seres humanos, sendo que, em caso de incapacidade de um Estado em providenciá-la, a comunidade internacional (a ONU) tinha o dever de intervir e ajudá-lo nesse sentido. A opção do *JN* faz, assim, transparecer, desde **1995**, o prolongamento de uma linha reinterpretativa dos Discursos na AGONU focada no sistema *interno* das Nações Unidas – desta feita, no que respeitava a uma disposição normativa internacional que todos os Estados-membros deveriam respeitar. E daqui percebemos com maior clareza a distinção entre os dois jornais: enquanto no *DN* foi a ética na aplicação da lei (relativamente a ações *externas*) que fez a ponte entre os dois temas centrais da reescrita neste ano (direitos humanos e multilateralismo), no *JN* foi sobre a responsabilidade de proteger detida (*internamente*) pelos destinatários imediatos do Papa que o sentido da mensagem à chegada acabou por se compor. Além disso, embora os dois jornais se tenham debruçado principalmente sobre duas passagens de partida, o modo como as associaram a determinados argumentos específicos fez com que, no *DN*, a perspetiva final tivesse sido a de um ato discursivo no qual o Santo Padre apresentou perspetivas quanto ao que *deveria* ser feito, apenas se subentendendo o panorama político por detrás das suas

declarações, ao passo que, no *JN*, foi sobretudo transmitido aos leitores um tom crítico negativo do Papa em duas frentes: face à posição de supremacia dos EUA no mundo (em particular) e acerca da existência de situações de violação de direitos humanos (em geral). Este tom sobressai, novamente, pelo verbo introdutor do discurso que foi escolhido pelo redator, bem como pelo sentido de dever, que remete para uma noção de incumprimento: ao indicar no título principal que o «Papa *recorda* à ONU *o dever* de defender os direitos humanos», vemos que o jornalista sintetizou a indicação patente no início da passagem em causa, sobre o princípio da responsabilidade de proteger: «Il n'a été défini que récemment, *mais il était déjà implicitement présent dès les origines des Nations unies* et, actuellement, il caractérise toujours davantage son activité» (BXVI.14). A explicação dada em seguida por Bento XVI de que «[t]out État a *le devoir primordial* de protéger sa population contre les violations graves et répétées des droits de l'homme, de même que des conséquences de crises humanitaires» (*ibid*.) foi, por sua vez, apresentada no *lead* do *JN* como «Bento XVI declarou (…) que é '*dever elementar'* de todo Estado 'proteger a sua população' de qualquer tipo de violação de direitos humanos ou crises humanitárias». E, se olharmos para os vários elementos de captação, percebemos que, em rigor, foi existindo uma particularização da perspetiva do Papa relativamente ao assunto, acompanhada por um agravamento da crítica (negativa): de «[o] Papa *pediu* na ONU defesa dos direitos humanos» na primeira página, para «[o] Papa *recorda* à ONU o dever de defender os direitos humanos» no título do interior da edição, seguido no pós-título de «*adverte* os países que actuam unilateralmente» e terminando no *lead* com aquela declaração, que, em nosso entender, completa o quadro de uma assertividade por parte de Bento XVI quando perante as – e relativamente à ação das – Nações Unidas.

Em suma, verificamos também neste ano a existência de uma leitura específica dos jornais diante de um mesmo texto, mas, contrariamente ao que vimos nos anteriores, em **2008** ambos partiram das mesmas passagens de partida. A diferença esteve no *como* as reescreveram. Sendo **2008** um dos anos em que houve a ausência de um relato no diário açoriano, olhamos novamente para os despachos da agência *Lusa*, no sentido de tentarmos perceber em que medida os materiais disponibilizados pela mesma sobre o Discurso de Bento XVI podem ter sido alvo de uma diferenciação estabelecida pela agência consoante o tipo de contrato estabelecido, como vimos em **1995**. Para o efeito, iremos ter em conta as notícias secundárias publicadas pelo *DA*, como forma de comparabilidade com os despachos

da agência e com os jornais do continente: a primeira breve publicada naquele jornal a 18 de abril – dia em que o pontífice falou na AGONU – relata um tema que a agência *Lusa* apenas divulgou no dia 20 (a crítica aos católicos que defendem o direito ao aborto), não existindo também uma relação a nível de conteúdo entre os dois textos (cf. apêndice B.0.4: 120; anexo C.3: 44). Isto sugere que o *DA* terá recolhido as informações noutra fonte, beneficiando, para o efeito, das mais-valias trazidas pela internet e da possibilidade de ultrapassar os seus constrangimentos a este nível. Por sua vez, o artigo que publicou no dia 19 mostrou, de facto, informações constantes no despacho da *Lusa* de 17 de abril (sobre o apelo do Papa à reconciliação no seio da Igreja norte-americana – cf. anexo C.3: 39); porém, as citações não coincidem com as inscritas naquele texto mediador, nem encontramos uma correspondência com nenhum outro despacho da agência. Encontramos, sim, algumas semelhanças entre aquele último texto da *Lusa* e as primeiras notícias secundárias do *DN* e do *JN*, publicadas no dia 18 (cf. apêndice B.0.4: 120-122). Por fim, na última notícia secundária do *DA*, publicada no dia 20, vemos que as primeiras duas colunas e meia correspondem a informações consultadas num comunicado do porta-voz do Vaticano (identificado no final do primeiro parágrafo), seguindo-se uma porção de texto com dados sobre o início do escândalo de pedofilia nos EUA (informações contextuais passíveis de consulta na internet), terminando, depois, com um aprofundamento de informações que o jornal havia transmitido na sua breve do dia 18 (que, como vimos, não mostrou semelhanças com os despachos daquela agência). Tendo tudo isto em consideração, concluímos que: (i), neste ano, o tratamento da visita de Bento XVI aos EUA que o *DA* apresentou aos seus leitores ao longo de três edições terá sido feito sem recurso a dados da *Lusa*; (ii) que o «desacerto» nas datas de publicação entre o *DA* e a *Lusa* (por um lado) e o *DA* e os dois jornais do continente (por outro), a par de não haver correspondência entre nenhum dos textos, podem ser indícios de uma disponibilização diferenciada de dados por parte da *Lusa* aos jornais nacionais e aos regionais; e (iii) que a não-noticiabilidade do Discurso deste pontífice na AGONU por parte do diário açoriano poderá, de facto, ter-se devido a uma *não*-informação do jornal, i.e., à falta de receção de materiais por parte da agência noticiosa nacional sobre a visita de Bento XVI não só à ONU, mas também aos EUA – o que terá tido um impacto no jornal, já que, como vimos, a *Lusa* assume um papel fundamental no *modus operandi* do *DA* no que respeita ao tratamento da atualidade exterior. Neste caso, terá acrescido, por algum motivo, uma

indisponibilidade da redação para uma pesquisa própria de materiais via *online* e para o trabalho de tradução.

Relativamente ao *DN* e ao *JN*, evidenciamos na figura 12 a diferença no que foi destacado nos elementos de captação de ambos, com base no despacho da *Lusa* produzido sobre a intervenção de Bento XVI na AGONU. É de ressalvar que não consta neste texto a ideia de justiça divulgada no *DN*, não tendo esta sido encontrada em nenhum dos despachos da *AFP* e da *Reuters* que nos foi possível consultar. Ter-se-á tratado, portanto, de uma consulta feita pelo redator pelos seus próprios meios, em fontes diversas e/ou na própria versão de partida, através dos canais de comunicação digital da Santa Sé.

FIGURA 12:
Despacho da agência *Lusa* de 2008

EUA/Papa: Bento XVI defende dever da ONU de intervir contra crises e violações direitos humanos

JN

Nações Unidas, Nova Iorque, 18 Abr (Lusa) - O Papa Bento XVI afirmou hoje na ONU que a comunidade internacional deve intervir para proteger populações de crises humanitárias ou de violações dos direitos humanos quando os Estados, os primeiros responsáveis, não o fazem.
"Todo o Estado tem o dever primordial de proteger a sua população contra violações graves e repetidas dos direitos humanos, assim como das consequências de crises humanitárias provocadas por causas naturais ou pela acção do Homem", declarou o Papa perante a Assembleia Geral da ONU.
"Se em determinadas circunstâncias os Estados não estiverem em condições de assegurar essa protecção, cabe à comunidade internacional intervir através dos meios jurídicos previstos na Carta das Nações Unidas e através de outros instrumentos internacionais", acrescentou.

DN e *JN*

Na sua intervenção, o Papa defendeu acções colectivas face aos problemas do mundo, lamentando todavia que o multilateralismo esteja "subordinado às decisões de um pequeno número" de países.
Evocando "o paradoxo evidente de um consenso multilateral que continua em crise porque ainda está subordinado às decisões de um pequeno número", Bento XVI afirmou que "os problemas do mundo exigem, da parte da comunidade internacional, intervenções sob a forma de acções comuns".
O Papa, em visita aos Estados Unidos desde terça-feira, chegou hoje a Nova Iorque, onde foi recebido pelo governador do Estado e pelo presidente da câmara, Michael Bloomberg, visitando em seguida a sede das Nações Unidas.
Após um encontro com o secretário-geral da organização, Ban Ki-moon, o Papa discursou na Assembleia-Geral, perante os representantes dos 192 países membros da organização.
Na sua mensagem de boas-vindas ao Papa, Ban Ki-moon falou do vínculo que existe entre a missão da ONU e a mensagem do Papa em favor da paz, do desenvolvimento e do diálogo entre culturas.
"Sua Santidade, de muitas formas, a sua missão é a nossa", disse o secretário-geral.

MDR.
Lusa/Fim

De acordo com o que apurámos nos levantamentos preliminares, **2015** foi o ano em que menos passagens foram reproduzidas à chegada, sendo que, dentro das que foram reescritas, notámos no *DN* uma maior diversidade de conteúdos traduzidos do que no *JN*, cujo relato se concentrou num conjunto restrito de argumentos do Papa Francisco. Vimos, depois, na macroanálise uma diferença na estrutura da notícia do *DN* que nos parece espelhar uma mudança editorial motivada pela (e cada vez mais orientada para a) *e*volução: a perda do lugar da tradução no *lead*, em resultado da nova visão sobre o papel deste elemento de captação. Olhando agora com maior detalhe para o texto, entendemos ter sido provavelmente

esse o motivo para aquela perda e não uma desconsideração por parte dos responsáveis do jornal pelo Discurso pontifício enquanto objeto noticioso. Isto porque, como podemos ver no quadro 14, a riqueza da titulação principal (título e pós-título) em termos de reescrita (i.e., de total de informações recolhidas e reproduzidas a partir da versão de partida) foi bastante significativa, não nos parecendo que a ausência de casos de tradução no primeiro parágrafo da notícia tenha tido um impacto no conhecimento público sobre a intervenção de Francisco naquele fórum internacional:

PP. Francisco (AGONU, 25.9.2015)	*DN* (26.9.2015) Título principal
El abuso y la destrucción del ambiente, al mismo tiempo, van acompañados por un imparable proceso de exclusión. En efecto, **un afán egoísta e ilimitado de poder** y de bienestar material lleva tanto a abusar de los recursos materiales disponibles como a excluir a los débiles y con menos habilidades, ya sea por tener capacidades diferentes (discapacitados) o porque están privados de los conocimientos e instrumentos técnicos adecuados o poseen insuficiente capacidad de decisión política. (Franc.23) La adopción de **la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible en la Cumbre mundial** que iniciará hoy mismo, es **una importante señal de esperanza**./ **Confío** también que **la Conferencia de París sobre el cambio climático** logre acuerdos fundamentales y eficaces. (Franc.27-28) Ante todo, hay que afirmar que **existe un verdadero «derecho del ambiente»** por un doble motivo. Primero, porque los seres humanos somos parte del ambiente. Vivimos en comunión con él, porque **el mismo ambiente comporta límites éticos que la acción humana debe reconocer y respetar**. El hombre, aun cuando está dotado de «capacidades inéditas» que «muestran una singularidad que trasciende el ámbito físico y biológico» (Laudato si', 81), es al mismo tiempo una porción de ese ambiente. Tiene un cuerpo formado por elementos físicos, químicos y biológicos, y solo puede sobrevivir y desarrollarse si el ambiente ecológico le es favorable. Cualquier daño al ambiente, por tanto, es un daño a la humanidad. (Franc.21)	Papa na ONU: contra a sede de poder e a favor do ambiente
	Pós-título
El reciente **acuerdo sobre la cuestión nuclear en una región sensible de Asia y Oriente Medio es una prueba de las posibilidades de la buena voluntad política y del derecho, ejercitados con sinceridad, paciencia y constancia**. (Franc.56)	Líder dos católicos elogiou o acordo nuclear com o Irão, que classificou como a «prova do potencial da boa vontade». E criticou os «modelos de vida anormais e irresponsáveis»
	DN.8
Sin el reconocimiento de unos limites éticos naturales insalvables y sin la actuación inmediata de aquellos pilares del desarrollo humano integral, el ideal de «salvar las futuras generaciones del flagelo de la guerra» (Carta de las Naciones Unidas, Preámbulo) y de «promover el progreso social y un más elevado nivel de vida en una más amplia libertad» (*ibíd*.) corre el riesgo de convertirse en un espejismo inalcanzable o, peor aún, en palabras vacías que sirven de excusa para cualquier abuso y corrupción, o para promover una **colonización ideológica a través de la imposición de modelos y estilos de vida anómalos**, extraños a la identidad de los pueblos **y**, en último término, **irresponsables**. (Franc.46) La crisis ecológica, junto con la destrucción de buena parte de la biodiversidad, puede poner en peligro la existencia misma de la especie humana./ Las nefastas consecuencias de un irresponsable desgobierno de la economía mundial, guiado solo por la ambición de lucro y de poder, deben ser un llamado a una severa reflexión sobre el hombre:«El hombre no es solamente una libertad que él se crea por sí solo. El hombre no se crea a sí mismo. Es espíritu y voluntad, pero también naturaleza» (Benedicto XVI, *Discurso al Parlamento Federal de Alemania*, 22 septiembre 2011; citado en *Laudato si*', 6)./ La creación se ve perjudicada «donde nosotros mismos somos las últimas instancias [...] El derroche de la creación comienza donde no reconocemos ya ninguna instancia por encima de nosotros, sino que solo nos vemos a nosotros mismos» (*Id*., *Discurso al Clero de la Diócesis de Bolzano-Bressanone*, 6 agosto 2008; citado *ibíd*.). Por eso, la defensa del ambiente y la lucha contra la exclusión exigen **el reconocimiento de una ley moral inscrita en la propia naturaleza humana, que comprende la distinción natural entre hombre y mujer** (*Laudato si'*, 155), **y el absoluto respeto de la vida en todas sus etapas y dimensiones** (cf. *ibíd*., 123; 136). (Franc.44)	O Papa Francisco deixou ainda uma crítica à **"colonização ideológica"** que impõe **"aos povos modelos de vida anormais e irresponsáveis",** numa referência à *teoria dos géneros e ao casamento entre pessoas do mesmo sexo.* E pediu às Nações Unidas para que reconheçam **"uma lei moral inscrita na própria natureza humana, que inclui a distinção natural entre homem e mulher e o absoluto respeito pela vida em todas as suas fases e dimensões".**

QUADRO 14: Comparação da reescrita do DN *com as passagens da versão de partida, em 2015*

Verificamos que o *DN* destacou vários temas abordados por Francisco na AGONU: a sede de poder e a defesa do ambiente (no título da notícia: «Papa na ONU: contra a sede de poder e a favor do ambiente»); o acordo nuclear celebrado com o Irão, que estava ligado a uma valorização pelo Papa do potencial da negociação à escala internacional (duas ideias veiculadas na primeira parte do pós-título: «Líder dos católicos elogiou o acordo nuclear com o Irão, que classificou como a 'prova do potencial da boa vontade'»); e a ordem da Criação, ou mais precisamente os modelos de comportamento contrários a ela (na segunda parte daquela parcela: «E criticou os 'modelos de vida anormais e irresponsáveis'»). Quer isto dizer que só nos dois elementos iniciais do texto o jornal fez chegar aos seus leitores um conjunto alargado de pontos de vista do pontífice sobre o estado do mundo e da humanidade na altura – e é por isso que a alteração editorial em causa não nos parece estar associada ao recurso à tradução, em si mesmo.

Contudo, identificamos duas situações de diferença de sentido entre a versão de partida e a versão do *DN*. Constatamo-lo na explicitação do Irão como um dos envolvidos no acordo nuclear, que não está patente no texto lido pelo Papa na AGONU. Como podemos confirmar no quadro *supra*, em Franc.56 o pontífice apenas se referiu ao «reciente acuerdo sobre la cuestión nuclear *en una región sensible de Asia y Oriente Medio*». É certo que, na repetição desta passagem já num degrau médio da pirâmide (em DN.6), o jornal indicou que aquela declaração do Papa foi feita «*sem nomear diretamente o Irão*»; todavia, se, como temos defendido neste capítulo, a titulação é um elemento-chave das notícias, sendo no topo das pirâmides que tanto se percebe o ângulo de abordagem dos jornais sobre o que foi dito pelos agentes de partida como aquilo que foi recolhido e entendido pelo público como *o* cerne das intervenções, logo, a posição dos protagonistas mundiais sobre os assuntos que marcam a atualidade, então, aquela explicitação terá tido um impacto quer do ponto de vista da produção, quer da redação – i.e., terá expresso a intenção do *DN* de identificar o Irão como o Outro (aquele com o qual as potências ocidentais estabeleceram o acordo – *vide* UN News 2015a, 2015c) e, ao mesmo tempo, terá esclarecido os leitores quanto ao jogo de forças políticas e ideológicas em causa. Sobre o assunto em si, vemos com interesse o facto de, para a redação do *DN*, a preocupação do Sumo Pontífice da Igreja Católica relativamente ao armamento nuclear se ter manifestado nos dois anos extremos da baliza temporal do nosso estudo – em **1965** e em **2015** –, o que mostra uma continuidade na reinterpretação do papel do líder religioso da maioria da população portuguesa: o de uma entidade que se preocupa,

entre outros assuntos, com uma possível catástrofe de dimensão global, apelando e incentivando os chefes dos Estados a seguirem o caminho da cooperação com vista a reduzir a probabilidade de tal acontecimento.

O outro caso de alteração de sentido na versão de chegada que verificamos diz respeito ao tema porventura menos consensual de entre os incluídos na titulação do *DN*: os «modelos de vida anormais e irresponsáveis», sendo que entendemos a noção de «anormalidade» como algo contrário à ideologia da Igreja Católica. Tanto esta perceção como a alteração do ponto de vista do Santo Padre no texto do jornal sobressaem ao estabelecermos uma relação entre o que consta no pós-título e o desenvolvimento do assunto no corpo da notícia (em DN.8), também apresentado no quadro 14. No texto do *DN* nestas duas parcelas, vemos que a perspetiva do Papa Francisco quanto a tais modelos foi associada pelo jornalista à questão do género; porém, a passagem de T1.5 a partir da qual a citação foi feita (Franc.44) fez parte de um todo argumentativo que, no seu conjunto, não mostra tal relação. Acima de tudo, parece-nos que o facto de não ter sido reproduzida na íntegra causou uma perda de informações cruciais na transmissão do ponto de vista do pontífice – que, como verificamos no início da passagem, se prendia com a crise ecológica e com a intrínseca relação entre o meio ambiente e a vida humana, estando, por isso, aquele vulnerável à (má) ação dos homens. Com efeito, lendo aquela parcela do Discurso na sua totalidade, percebemos que os «modelos de vida anormais e irresponsáveis» estavam relacionados com a consideração do Papa quanto à necessária existência de limites éticos no uso do ambiente e à salvaguarda dos pilares do desenvolvimento humano integral – consideração esta que ia ao encontro do que consta no preâmbulo da Carta das Nações Unidas (como indicou em Franc.46) e que estava profundamente ligada a todo o pensamento de Francisco apresentado na *Laudato Si'*. Acresce o tom crítico negativo que o jornalista atribuiu a tal argumento do Papa, como vemos no pós-título, no verbo introdutor do discurso: «E *criticou* os 'modelos de vida anormais e irresponsáveis'». Ora, tal como referimos para o caso anterior, esta indicação logo no topo da notícia terá predeterminado a leitura do parágrafo oito numa perspetiva muito afastada do apelo urgente de Francisco à ação internacional sobre o ambiente, reorientando-a, pelo contrário, para um tema controverso e sensível, de caráter marcadamente humano e social. Neste parágrafo houve, então, para além de uma descontextualização, uma recontextualização das palavras iniciais, notória na referência à «colonização ideológica», na associação direta da mesma aos «modelos de vida anormais e irresponsáveis», na

explicitação de que o pontífice se estava a referir «à teoria dos géneros e ao casamento entre pessoas do mesmo sexo» e, por fim, à interligação daquela passagem de partida a outra – Franc.44, da qual o redator recolheu o pedido de Francisco aos seus destinatários imediatos «para que reconhe[cessem] 'uma lei moral inscrita na própria natureza humana, que inclu[ísse] a distinção natural entre homem e mulher e o absoluto respeito pela vida em todas as suas fases e dimensões'» (DN.8) – e este último assunto, lido nesta sequência narrativa, sugere o aborto; todavia, não entendemos ter sido este o sentido comunicado pelo Papa, mas sim o de proteção da vida humana – tal como do ambiente – em qualquer circunstância.

Para este nosso entendimento servem as seguintes constatações: (i) da comparação entre o texto do *DN* e o Discurso na AGONU, percebemos que, de entre as três características apontadas pelo Papa aos modelos impostos pela «colonização» das ideias e dos comportamentos (i.e., pela promoção de ideologias, na ótica althusseriana) – «*anómalos*, *extraños a la identidad de los pueblos* y, en último término, *irresponsables*» –, o *DN* incluiu no seu texto apenas os dois primeiros («anormais» e «irresponsáveis»). No entanto, quer a segunda característica («extraños a la identidad de los pueblos»), quer a referência expressa aos estilos de vida («y estilos de vida»), ambas omitidas na versão de chegada, são fundamentais para a compreensão do sentido comunicado por Francisco. Vejamos a este respeito o seguinte excerto de uma entrevista concedida pelo pontífice à jornalista da Rádio Renascença, Aura Miguel, pouco tempo antes de ter discursado na AGONU:

> [Aura Miguel] Esta entrevista acontece em plena crise dos refugiados. Santo Padre, como está a viver esta situação?
>
> [Papa Francisco] É a ponta de um icebergue. Vemos estes refugiados, esta pobre gente que escapa da guerra, que escapa da fome, mas essa é a ponta do icebergue. Porque debaixo dele está a causa; e a causa é um sistema socioeconómico mau e injusto, porque dentro de um sistema económico, dentro de tudo, dentro do mundo – falando do problema ecológico –, dentro da sociedade socioeconómica, dentro da política, o centro tem de ser sempre a pessoa. E o sistema económico dominante, atualmente, descentrou a pessoa, colocando no centro o deus dinheiro, que é o ídolo da moda. Ou seja, há estatísticas, não me recordo bem (isto não é exato e posso equivocar-me), mas 17% da população mundial detém 80% das riquezas (Miguel, 2017: 95-96)

Embora se estivesse a referir a uma situação concreta da vida internacional da altura – a crise de migrantes, que marcou precisamente o ano de 2015 –, Francisco falou na existência de um novo «ídolo da moda». Ora, esta expressão parece-nos próxima à ideia de «colonização ideológica», que referiu quando na assembleia das nações, uma vez que em ambos os casos se reportavam a uma nova e recente forma de pensar e de agir no/ sobre o mundo. Depois, daquele excerto da entrevista, percebemos que, para o Papa, o «ídolo» da

contemporaneidade é o «deus dinheiro», cuja popularidade resultou do consumo exacerbado das sociedades pós-industriais, com claras e graves consequências para o ambiente, logo, também para a humanidade. Isto porque, como vimos no capítulo dois, para Francisco tudo está interligado: a Natureza e o Homem e, portanto, quaisquer políticas e disposições de cariz político-económico terão necessariamente um impacto a nível ambiental e, assim, também a nível social e humano. Portanto, a colocação no centro da vida contemporânea dos objetivos do lucro e do poder e não no cuidado com as pessoas individualmente consideradas cria um sistema injusto: enquanto um conduz um conjunto reduzido de países e de indivíduos à riqueza, impõe a uma maioria de outros uma vida de pobreza – para além de causar, ao mesmo tempo, sérios danos ao ambiente (pela extração intensa de recursos naturais, pela poluição, entre outras situações). Esta correlação binomial parece ter sido compreendida pelo *DN*, ao ponto de ter sido destacada no título principal da notícia: «Papa: *contra a sede de poder* e *a favor do ambiente*». Todavia, a reinterpretação do Discurso mostra, depois, ter seguido uma direção muito específica, que acabou por resultar num distanciamento da visão do Santo Padre comunicada no contexto de partida.

(ii) Percebemos que os limites éticos aos quais Francisco se referia tinham que ver com a sua causa maior – o ambiente, logo, a vida na Terra amplamente considerada. Isto porque, como disse, «[e]l derroche de la creación comienza donde no reconocemos ya ninguna instancia por encima de nosotros, sino que solo nos vemos a nosotros mismos» (Franc.44) – daí ser necessária uma lei moral (i.e., uma consciência internacional) e inscrita na própria natureza humana (ou seja: *baseada* na defesa da vida enquanto o resultado da Criação e, por isso, marcada por um único todo: Homem e Natureza): como afirmou, referindo que «la defensa del ambiente y la lucha contra la exclusión exigen el reconocimiento de una ley moral inscrita en la propia naturaleza humana, que comprende la distinción natural entre hombre y mujer (*Laudato si'*, 155), y el absoluto respeto de la vida en todas sus etapas y dimensiones» (*ibid*.). Vemos, então, ter existido uma linha semântica bastante coesa no Discurso de partida, que não nos parece ter apresentado uma ligação nem à questão do género, nem ao aborto; antes, com um argumento central no pontificado do Papa Francisco, sobretudo naquele ano de publicação da sua encíclica em prol da casa comum.

Quanto ao *JN*, os dados recolhidos mostram, uma vez mais, uma abordagem distinta deste jornal face ao seu congénere – e novamente de forma bastante clara, já que o tema destacado na notícia principal foi repetido num total de quatro vezes desde o título até ao

final do quinto parágrafo (com exceção de JN.2, que, como aferimos na macroanálise, foi a única exceção de casos de reescrita de T1.5 em todo o artigo): o *sistema de empréstimos internacional* de matriz capitalista. Nos elementos de captação, o jornal veiculou-o da seguinte forma: no antetítulo, como «Francisco lembrou que *países pobres* são sujeitos a um *sistema de empréstimos opressivos*»; no título, como «Papa faz duras críticas ao capitalismo»; e no *lead*, como «O *sistema financeiro mundial* tem contornos '*opressivos'*, designadamente nos *empréstimos* das instituições financeiras internacionais aos *países mais pobres*, gerando, por isso mesmo, 'mais *pobreza*, *exclusão e dependência'*, disse o Papa Francisco, ontem, nas Nações Unidas».

PP. Francisco (AGONU, 25.9.2015)	*JN* (26.9.2015)	
	Antetítulo principal	*Lead*
Los organismos financieros internacionales han de velar por el desarrollo sostenible de los países [en vías de desarrollo] y la no sumisión asfixiante de éstos a **sistemas crediticios** que, lejos de promover el progreso, **someten a las poblaciones a mecanismos de mayor pobreza, exclusión y dependencia**. (Franc.15)	Francisco lembrou que **países pobres** são sujeitos a um **sistema de empréstimos opressivos**	O **sistema financeiro mundial** tem contornos «**opressivos**», designadamente nos empréstimos das instituições financeiras internacionais aos **países mais pobres**, gerando, por isso mesmo, «**mais pobreza, exclusão e dependência**», disse o Papa Francisco, ontem, nas Nações Unidas. (JN.1)

QUADRO 15: Comparação da reescrita do JN *nos elementos de captação com as passagens da versão de partida, em 2015*

As opções lexicais e semânticas indicadas a itálico *supra* apresentam-se-nos como cruciais na leitura marcada do jornal sobre o Discurso de Francisco. Com efeito, não só foram apresentadas pelo jornal nos três patamares superiores do seu texto, mas também nos imediatamente a seguir, em JN.3, 4 e 5, o que nos parece ser um sinal de intenção comunicativa (no caso, de reescrita), i.e., de ter sido *aquele* – e não outro – o ponto de vista a transmitir aos leitores acerca daquela intervenção religioso-política. Aliás, confrontando a versão de partida com o texto publicado pelo *JN*, verificamos que esta leitura foi enfatizada no relato do jornal: de uma passagem em que o Papa Francisco afirmou aos seus interlocutores que «*Los organismos financieros internacionales* han de velar por el desarrollo sostenible de *los países [en vías de desarrollo]*[7] y la no *sumisión asfixiante* de éstos a *sistemas crediticios* que, lejos de promover el progreso, someten a las poblaciones a mecanismos de mayor *pobreza, exclusión y dependencia*» (Franc.15), o jornal não somente se concentrou naquelas palavras e expressões assinaladas, como nem sempre as traduziu pelo

[7] A indicação «los países en vías de desarrollo» consta no final da passagem imediatamente anterior (cf. Franc.14).

correspondente direto na língua portuguesa. Foi o caso de «los países [en vías de desarrollo]», traduzida por «países (mais) pobres» (em vez de «países em desenvolvimento»), sendo a condição de «pobre» reforçada depois pela sequência «pobreza, exclusão e dependência», todas elas relacionadas com o desequilíbrio global entre quem tem recursos para o seu auto(super-)sustento (i.e., os incluídos) e os que não os têm (os excluídos e dependentes daqueles para a sua sobrevivência). Depois, a palavra «opressivo» foi repetida várias vezes, apesar de não ter constado na versão de partida (como vemos no excerto *supra*), estando o seu sentido apenas implícito na ideia de «sumisión *asfixiante*». E é interessante que, não obstante ser uma expressão com um correspondente na língua de chegada («submissão asfixiante»), não foi assim traduzida pelo jornal. A preferência por «opressivo» em vez de «asfixiante» parece-nos espelhar uma reorientação do enfoque discursivo na versão de chegada para os responsáveis pela atribuição dos apoios financeiros (que pertencem ao mundo capitalista, como indicado no título da notícia, e, portanto, ao conjunto dos países desenvolvidos do mundo), retirando a atenção dos destinatários do mesmo (i.e., os países pobres). Mais: o verbo introdutório do discurso – «lembrar» – alude, em primeiro lugar, a uma circunstância *já existente* (no caso, a ajuda financeira aos países em desenvolvimento) e, em segundo, a uma necessidade de *recuperação*, porventura por ter sido descurada face a outras prioridades ou interesses dos financiadores. O ângulo de abordagem definido e veiculado apresenta-se-nos, portanto, como bastante coeso e específico.

Conseguimos traçar o seguinte paralelo entre esta reinterpretação e a seguinte conjuntura mundial da altura: os documentos da ONU em que tem sido discutido o processo de reforma do Conselho de Segurança – como vimos, uma questão que tem sido avaliada ao longo dos anos – indicam que, «although most states have seen considerable economic improvement during the last two decades, wealth distribution remains unequal and the disparity of wealth between rich and poor countries has increased» (Wolf, 2010: 176). Segundo Joachim Wolf, o mais perverso desta situação é que o incremento do progresso científico e tecnológico não tem feito diminuir os riscos colocados à segurança coletiva, mas apenas alterado a sua tipologia: atualmente, os riscos já não são marcadamente militares, como no passado; antes, são fundamentalmente económicos. Como afirmou, «[t]he great success of the UN is not its system of collective security. Rather, (…) the principle that the state is determined by a negotiated system of economies of scale» (*ibid*.: 188). E, com efeito, quase todos os Estados, incluindo os que se encontram em desenvolvimento, reconhecem hoje que o comércio livre

«is in the interest of economies of scale» (*ibid*.), ao ponto de ser determinante para assegurar o crescimento e a riqueza, de que aqueles Estados tanto necessitam. «However,» como diz o autor, «these states have paid a price for free trade: reductions in state security and control mechanisms in order to facilitate open borders for trade purposes», para não falar da proliferação daquilo que designa por «risky technologies», tendo em conta a falta de comprovação de que os instrumentos resultantes do progresso científico-tecnológico sejam adequados às condições de vida existentes, nomeadamente no que concerne à exploração de recursos naturais. Isto porque as medidas implementadas têm tido como único intuito o crescimento dos países em termos económicos (i.e., de riqueza e de prosperidade), descurando eventuais danos colaterais, como seja no ambiente, que correspondem a ameaças não-militares («nonmilitary threats», *ibid*.). Porém, tais danos tendem a não fazer parte dos debates da comunidade política internacional, não sendo trazidos à discussão nem mesmo por parte dos líderes dos países beneficiadores dos apoios, precisamente porque «[t]hey are afraid of economic losses and a loss of wealth and prosperity» (*ibid*.). É, portanto, um ciclo vicioso, comandado por um único denominador, comum tanto a quem financia como a quem é financiado: ganhos económicos. Além disso, Wolf chama a atenção para o facto de que «dependence on international NGOs and other outsider agents in seeking to overcome poverty and other threats to human security has long bedevilled sustainable political and economic development» (*ibid*.: 378-379). Entre as causas, enunciou a natureza efémera da ajuda, muita da qual atribuída a projetos individuais com prazos exíguos, com objetivos a alcançar que são definidos pelos doadores e sob um controlo dos fundos por parte de uma entidade externa – como seja uma agência especializada da ONU (cf. *ibid*.: 379). Mais: os próprios financiadores necessitam de uma parte dos apoios concedidos para o seu próprio sustento. Em resultado, por mais bem-vindas que as agências sejam, arriscam-se a instituir um nível de dependência dos países beneficiários de tal ordem que a eficácia do trabalho feito localmente tende a diminuir assim que a ajuda externa termina (cf. *ibid*.).

Este panorama pode bem ter estado na base dos argumentos do Papa Francisco sobre o sistema financeiro mundial, assim como também poderá ter motivado a opção do *JN* de o destacar entre todas as outras considerações comunicadas pelo pontífice naquele fórum internacional. Contudo, comparando a passagem na qual o Papa se referiu ao assunto e a versão reescrita pelo *JN*, verificamos que não é idêntica: no texto de partida, entendemos os argumentos sobretudo numa lógica (positiva) de conselho do Santo Padre aos representantes

governamentais para que apoiassem os países menos desenvolvidos e, assim, para que o bem comum fosse uma realidade universal; já a indicação no *JN* de que Francisco «fez duras críticas» ao sistema capitalista (como consta no título da notícia) leva-nos a entender um tom depreciativo nas palavras do Papa relativamente àquele sistema. Tudo isto nos faz concluir que houve, uma vez mais, uma reinterpretação muito própria deste jornal do Discurso do líder do catolicismo na AGONU, sendo percetível uma preferência ao longo do tempo pelo destaque de pareceres do Santo Padre quanto a aspetos institucionais da ONU, relacionados, de forma mais ou menos direta, com a necessidade de salvaguarda dos direitos humanos.

Em **2015**, para além da ausência de um relato no *DA* sobre a intervenção de Francisco na assembleia das nações, também nos parece desenquadrado do *modus operandi* descrito pelo diretor deste jornal o facto de apenas ter publicado uma notícia secundária sobre toda a viagem apostólica em apreço. Olhando para o conteúdo da mesma e para os despachos da *Lusa* publicados acerca da viagem daquele pontífice aos EUA, constatamos que as citações apresentadas no texto do diário açoriano não coincidem com nenhuma das contidas nos materiais daquela agência (cf. anexo C.3: 47-63). Assim sendo, colocamos a mesma hipótese avançada para **2008**: que, devido à alteração do tipo de serviço contratualizado, a *Lusa* não terá incluído nos poucos materiais sobre a atualidade internacional informações acerca da visita apostólica, no seu todo, tendo o jornal recorrido a outras fontes. Logo, a ausência de mais artigos secundários e, sobretudo, de uma notícia principal ter-se-ão devido a uma indisponibilidade dos profissionais da redação para pesquisarem, traduzirem e tratarem por si próprios o assunto.

No que se refere aos jornais nacionais, identificamos dois despachos da *Lusa* que salientam, de novo, uma preferência de cada um por uma determinada perspetiva em detrimento de outra(s). No caso do *DN*, de entre os vários textos da agência (cf. *ibid.*), foi sobre o despacho intitulado «Casamento homossexual: Papa critica na ONU imposição de 'modelos de vida anormais'» que o redator se terá concentrado (figura 13), ao passo que o *JN* apresentou indícios de proximidade com o despacho «Papa Francisco critica empréstimos 'opressivos' das instituições financeiras» (figura 14). Vemos que todas as diferenças de sentido que identificámos na comparação entre o Discurso proferido na AGONU e o que constou nos elementos de captação dos dois jornais estão patentes nos textos da *Lusa*, podendo os redatores ter sido influenciados pelo reenquadramento feito pela agência – nesse caso, terá existido uma reinterpretação indireta da mensagem do Santo Padre.

FIGURA 13: Despacho da agência *Lusa* de 2015 (1)

Casamento homossexual: Papa critica na ONU imposição de "modelos de vida anormais"

O papa condenou na ONU "a colonização ideológica" que impõe "aos povos modelos de vida anormais e irresponsáveis", numa referência implícita à teoria dos géneros e ao casamento homossexual.

Nações Unidas, Nova Iorque, 25 set (Lusa) - O papa condenou na ONU "a colonização ideológica" que impõe "aos povos modelos de vida anormais e irresponsáveis", numa referência implícita à teoria dos géneros e ao casamento homossexual.
"Algumas pessoas procuram promover uma colonização ideológica através da imposição de modelos e estilos de vida anormais, estranhos à identidade dos povos e, em última instância, irresponsáveis", sustentou.
Na sua primeira visita aos Estados Unidos, Francisco pediu às Nações Unidas para reconhecerem "uma lei moral inscrita na própria natureza humana, que inclui a distinção natural entre homem e mulher e o absoluto respeito pela vida em todas as suas fases e dimensões".
Estas afirmações do papa argentino sobre um tema muito sensível, que divide na ONU os países ocidentais e os países do sul, poderão ter um particular eco nos encontros mundiais de famílias católicas que Francisco vai encerrar no sábado e no domingo em Filadélfia.

ANC // PJA
Lusa/fim

FIGURA 14: Despacho da agência *Lusa* de 2015 (2)

Papa Francisco critica empréstimos "opressivos" das instituições financeiras

Washington, 25 set (Lusa) - O papa Francisco considerou hoje num discurso nas Nações Unidas que o sistema financeiro mundial tem contornos "opressivos", nomeadamente nos empréstimos das instituições financeiras internacionais aos países mais pobres, que geram "mais pobreza, exclusão e dependência".
Num discurso muito antecipado, o papa Francisco disse que "as agências financeiras internacionais devem preocupar-se com o desenvolvimento sustentável dos países e devem garantir que não são sujeitos a um sistema de empréstimos opressivo".
Para o líder dos cerca de mil milhões de católicos espalhados pelo mundo, este sistema de empréstimos aos países mais pobres, "longe de promover o progresso, sujeita os povos a mecanismos que geram maior pobreza, exclusão e dependência".
O papa defendeu que as instituições, incluindo o Conselho de Segurança das Nações Unidas e as grandes instituições financeiras, precisam de "limitar todos os tipos de abuso e usura".

MBA // JMR
Lusa/Fim

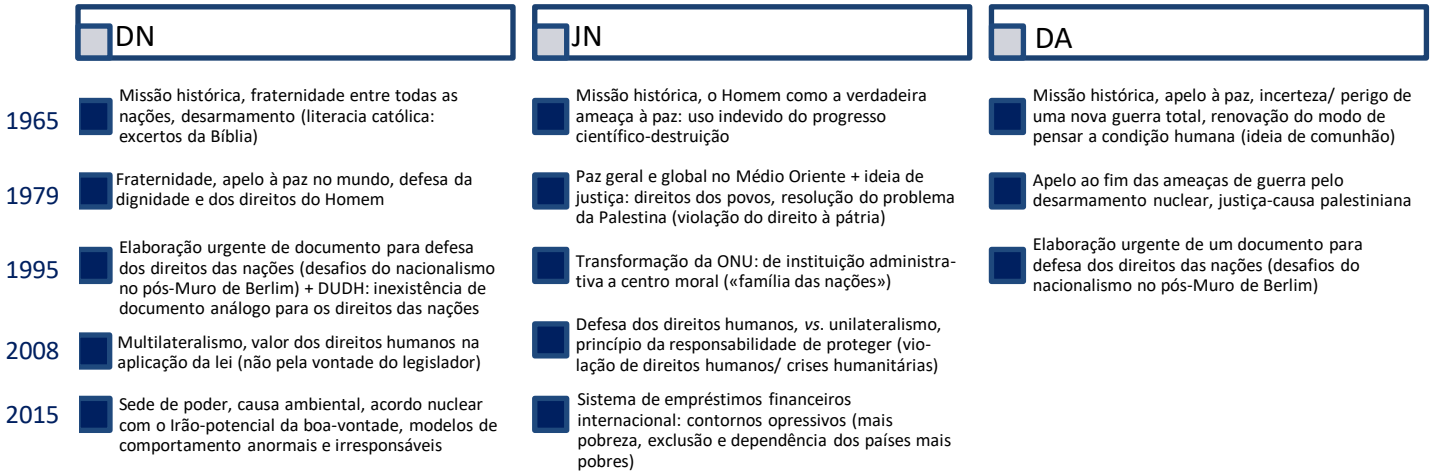
Não só com base no que nos foi transmitido pelos responsáveis das duas redações quanto ao papel atribuído habitualmente às agências – o de fornecer fundamentalmente material em bruto –, mas também pelo que conseguimos apurar ao longo desta análise, o que é publicado é sempre fruto de opções particulares de cada jornal. Aliás, foi sendo claro ao longo deste capítulo como (i) de um mesmo despacho podem ser preferidas certas informações e não outras; ou (ii) de um conjunto de materiais que, no caso dos jornais do continente terão sido, em princípio, idênticos, alguns podem ser tidos em consideração no momento da reescrita

dos Discursos de partida e não outros. Tudo depende da identificação do jornalista com as informações, para o que concorre, desde logo, a ideologia editorial do seu órgão de comunicação. No ano em apreço, isto quer dizer que o facto de os redatores terem mantido as expressões e os sentidos patentes no texto mediador (no caso do *JN*, a ênfase sobre «empréstimos», «opressivos» e «países mais pobres»; e, no do *DN*, a alusão à «colonização ideológica», aos «modelos de vida anormais e irresponsáveis» e à «teoria dos géneros e ao casamento homossexual»), mesmo apesar de nos ter sido dito que os profissionais têm por hábito confrontar as informações da *Lusa* (no *JN*) e aprofundar os assuntos (no *DN*), significa, na nossa opinião, que concordaram com os pontos de vista produzidos e recebidos do agente mediador, veiculando-os para os leitores finais (i.e., para a comunidade portuguesa).[8]

No cruzamento S2-S1 percebemos ter existido, mais do que diferenças de sentido quanto ao comunicado pelos Papas na AGONU, um reenquadramento feito por cada um dos agentes de chegada de certos argumentos (ou de breves conjuntos de argumentos), em particular, em estreita relação com o contexto socio-histórico e, no caso do *JN*, também com aspetos internos daquele organismo internacional. Em termos de assuntos, vimos que o enfoque de cada jornal evoluiu do seguinte modo nos cinco anos em estudo:

[8] No que diz respeito às agências estrangeiras, comprovamos a perda de proximidade à *AFP* por parte do *JN*, como nos disse ter acontecido no passado recente Ivete Carneiro, não se tendo encontrado as opções semânticas destacadas neste jornal nos materiais elaborados por aquela agência sobre o Discurso de Francisco (cf. anexos C.1: 148-170; C.2: 107-140); no *DN*, encontrámos algumas semelhanças quer com a *Reuters*, quer com a *AFP*, mas um estudo por nós desenvolvido sobre a comparação entre o texto deste jornal e o daquelas agências (cf. Dias Sousa, 2018b) fez-nos concluir que a maior proximidade aconteceu com a *Lusa.*

GRÁFICO 12: Balanço do enfoque dos jornais, ao longo do tempo



De um modo geral, identificamos sete temas centrais nos destaques feitos pelos agentes de chegada sobre os Discursos dos Papas: (i) a paz, relacionada com apelos à fraternidade, ao desarmamento e à justa resolução dos problemas; (ii) o Médio Oriente, em particular a Palestina e o Irão; (iii) os direitos humanos, individuais e dos povos; (iv) acontecimentos históricos, como o pós-Guerra Fria; (v) a nível das relações internacionais, o multilateralismo e o apoio aos países pobres; (vi) no âmbito do sistema da ONU, a sua transformação, a reflexão moral dos seus membros e o sistema de financiamento capitalista; (vii) no domínio da ação política internacional, temas como o progresso científico, a responsabilidade de proteger e a aplicação da lei, a sede de poder, a causa ambiental e os modelos de comportamento anormais e irresponsáveis.

Na etapa seguinte deste capítulo, a nossa análise será orientada no sentido de identificarmos que leitura foi feita pelos jornais das intervenções dos representantes governamentais contemporâneos que selecionámos e que comparação podemos estabelecer a respeito daqueles temas – terão sido também preponderantes nos conteúdos reescritos nos elementos de captação das notícias? Terão sido aos agentes de segunda e de terceira linha do nosso modelo associados outros assuntos? O que as opções nos dizem em termos de retrato do papel desempenhado no mundo por cada conjunto de agentes de partida?

3.4. Análise sistémica

José Lambert e Hendrik van Gorp consideram que uma análise microscópica («microscopic analysis») dos dados permite ao investigador observar «the consistency and the hierarchical structure of the translational strategy» (1985: 50) e foi precisamente o que conseguimos alcançar até este ponto da nossa investigação: de uma identificação genérica do que foi selecionado dos textos de partida para ser reescrito à chegada, passámos a um apuramento da hierarquização dos conteúdos uma vez traduzidos em ordem decrescente de importância (a «hierarchical structure») e, por fim, a uma atenção pormenorizada ao que foi destacado nos elementos de captação das notícias, com o intuito de percebermos o ângulo de abordagem definido por cada um dos jornais – e, a partir de tal aferição, foi-nos possível apontar algumas opções e procedimentos translatórios consistentes no decorrer do tempo, («the consistency (…) of the translational strategy»). Nesta quarta etapa, procuraremos determiná-lo também em processos de reescrita que tiveram lugar nas mesmas redações e épocas históricas, mas já relativamente a outros agentes de partida.

Em larga medida devido aos limites colocados a esta tese em termos de dimensão, que foram agravados pela proporção do nosso objeto de estudo – a tradução de cinco Discursos pontifícios em três jornais, acrescendo a tradução de sete discursos político-governamentais pelo mesmo número de agentes de chegada –, mais do que replicarmos rigorosamente as três etapas[1] percorridas até este momento, considerámos que a melhor opção seria apresentar uma perspetiva mais ampla em termos analíticos. E, com feito, pareceu-nos ser uma opção que iria ao encontro dos postulados de Lambert e van Gorp: mais precisamente, da ideia de que, a partir dos resultados da microanálise, o investigador pode ir mais além na sua pesquisa e procurar obter «a more general and panoramic view of the translational method» (*ibid.*: 49) e a de que, pela sistematização, «we can bring in fragments in which new difficulties appear, in order to check our hypothesis or so as to reconstruct in more detail the exact priorities which govern the translator's activity» (*ibid.*). Decidimos, assim, concentrar a nossa atenção nesta etapa em dois momentos: (i) um primeiro, em que, olhando para os elementos de captação das notícias publicadas, determinaremos que assuntos foram associados a cada tipo de líderes (os Papas e os representantes dos Estados em questão) e que conclusões podemos extrair da variação e/ou continuidade das opções tomadas ao longo dos anos em estudo. Será, portanto, uma perspetiva mais ampla («a more general and

[1] Em todo o caso, todas as etapas foram percorridas, constando os dados nos apêndices B.4.

panoramic view») sobre o circuito da tradução no campo jornalístico, não apenas porque estaremos a expandir o número de casos de análise, mas também a incidir sobre textos inicialmente comunicados por agentes com naturezas diferentes, logo, com mensagens *a priori* específicas a transmitir aos recetores imediatos, de acordo com as respetivas ideologias; (ii) um segundo momento, no qual iremos incluir um novo parâmetro de análise (fazendo jus a «we can bring in fragments»), que será a ausência de casos de tradução a partir das versões de partida. Apesar de acrescentar complexidade ao estudo («new difficulties»), acreditamos que nos irá sobretudo beneficiar, uma vez que nos permitirá perceber com maior clareza em que medida os argumentos dos vários agentes de partida terão (ou não) sido reproduzidos segundo perspetivas particulares por parte dos jornais – e, portanto, se terá existido um retrato diferente de cada um. Desta perceção dependerá a resposta à nossa quarta pergunta de investigação («in order to check our hypothesis») e, em termos gerais, a análise sistémica formulada nesta sequência possibilitar-nos-á, no balanço final, «to reconstruct in more detail the exact priorities which govern the translator's activity», i.e., identificar tendências nas opções dos jornais e, assim, perceber de que modo a tradução foi sendo utilizada como um recurso nas três redações – uma conclusão à qual chegaremos por contraponto com a reescrita de textos de segunda e de terceira linhas, segundo o nosso modelo de investigação.

CRUZAMENTO S2 – T1, T1'/ T1'': OS ARGUMENTOS SELECIONADOS E DESTACADOS

A análise sistémica começou por ser feita em três passos, pelos quais pudemos ir estreitando a observação dos dados recolhidos. Começámos por comparar os textos de chegada publicados sobre os Discursos dos Papas na AGONU e sobre os proferidos pelos representantes governamentais selecionados, especificamente no que aos elementos de captação diz respeito. O resultado consta nos quadros 16 a 20, apresentados nas páginas seguintes,[2] em que constam a negrito as parcelas que contêm argumentos traduzidos. Sintetizámos, depois, todos os resultados numa única tabela, para que nos fosse mais fácil estabelecermos o contraponto entre as reinterpretações feitas por cada jornal, em cada ano da nossa análise, sobre o que foi comunicado, por um lado, pelo agente religioso-político e, por outro, pelo agente político-governamental (quadro 21).

[2] No conjunto dos apêndices B.4.3, é possível ver todos os elementos da titulação dos jornais, incluindo os relativos a intertítulos, artigos complementares e caixas de texto (ou seja: a titulação secundária).

1965		*DN*		*JN*		*DA*	
		Papa Paulo VI (4.10 - 5.10)	**Arthur Goldberg (23.9 - 24.9)**	**Papa Paulo VI (4.10 - 5.10)**	**Arthur Goldberg (23.9 - 24.9)**	**Papa Paulo VI (4.10 - 6.10)**	**Arthur Goldberg (23.9 - 23.9)**
Redatores/ fontes indicadas		*ANI*, *AFP* e *Reuters*	*Reuters*	*ANI*, *AFP* e *Reuters*	*Reuters* e *AFP*	*Emissora Nacional (E.N.)* e *Rádio Clube de Angra (R.C.A.)*	(n.i.)
Primeira página	Antetítulo	Paulo VI resumiu assim a sua missão à O.N.U.	Proposta sensacional na O.N.U.	Cinco milhões de pessoas aclamaram o Papa em Nova Iorque			
	Título	**Cumpre-se um voto de 20 séculos/ «Ide, levai a boa nova a todas as nações!»**	**E.U. contra U.R.S.S./ Destruição pública de material atómico**	**Paz: histórico apelo de Paulo VI na Assembleia Geral da O.N.U.**	**Desafio americano aos russos na Assembleia Geral da O.N.U.**	**A viagem histórica de Paulo VI em prol da paz mundial**	Figuras da actualidade
	Pós-título	**«Transformai as espadas em charruas/ Se quereis ser irmãos deixai cair as armas das mãos»**	**Desafio lançado pelo delegado norte-americano**	Encontro de 50 minutos com o presidente Johnson	**Proposta destruição pública de grande número de bombas 'A'**	O discurso do Papa na O.N.U.	
	Pós-título (2)	Cinco milhões de pessoas saudaram o Papa nas ruas de Nova Iorque					
	Lead / texto inicial	*(sem casos de reescrita)*	**Os Estados Unidos desafiaram hoje a Rússia a juntar-se á destruição pública de um «número substancial» das suas bombas atómicas.** (DN.1)	*(apenas no interior da edição* - vide infra)	*(apenas no interior da edição* - vide infra)	**Ao falar hoje na Assembleia Geral das Nações Unidas, Paulo VI disse que o mundo deverá habituar-se a pensar maduramente sempre que esteja em causa a condição humana./ Referindo-se à incerteza e aos perigos de uma nova guerra total, Sua Santidade afirmou:** (DA.1)	ARTHUR J. GOLDBERG, membro do supremo tribunal dos Estados Unidos, que foi nomeado pelo Presidente Johnson para embaixador junto da O.N.U.
						«Chegou a hora para uma paragem, para um momento de recolhimento, de reflexão, quase de prece, em que todos temos de pensar de novo acerca da nossa origem comum, da nossa história e do nosso destino.» (DA.2)	
Interior da edição: notícia principal	Antetítulo			Paulo VI falou na Assembleia Geral da O.N.U.	Na Assembleia Geral da O.N.U.	*(NOTA: o artigo foi integralmente publicado na primeira página)*	
	Título principal	O Sumo Pontífice nas Nações Unidas	Proposta sensacional dos Estados Unidos na O.N.U.	**A verdadeira ameaça contra a paz não vem do progresso mas do próprio homem**	**Desafio americano aos russos para uma «corrida para a paz»**		
	Lead	*(sem casos de reescrita)*	*(na primeira página* - vide supra)	**A verdadeira ameaça contra a paz não vem do progresso ou da ciência, mas do próprio homem que maneja instrumentos cada vez mais potentes, e que podem servir tanto para a destruição, como para as mais elevadas conquistas, declarou Paulo VI no seu discurso perante a Assembleia Geral da O.N.U.** (JN.1)	**Os Estados Unidos desafiaram hoje a Rússia a juntar-se à destruição pública de «um número substancial» das suas bombas atómicas.** (JN.1)		

1979		*DN*		*JN*		*DA*	
		Papa João Paulo II (2.10 - 3.10)	**M.ª Lurdes Pintasilgo (1.10 - 2.10)**	**Papa João Paulo II (2.10 - 3.10)**	**M.ª Lurdes Pintasilgo (1.10 - 2.10)**	**Papa João Paulo II (2.10 - 4.10)**	**M.ª Lurdes Pintasilgo (1.10 - 2.10)**
Redatores/ fontes indicadas		Helena Marques (enviada especial)	Helena Marques (enviada especial)	Claude Moisy (jornalista da *AFP*)	José Saraiva (enviado especial)	(n.i.)	(n.i.)
Primeira página	Antetítulo		Lurdes Pintasilgo nas Nações Unidas	João Paulo II na Assembleia da ONU - Mensagem de elevado nível moral	Lurdes Pintasilgo deu na ONU a nova dimensão de Portugal		
	Título	Bênção especial do Papa para o povo português	**Liberdade de cada homem é um problema mundial**		**Política e economia não podem ser as únicas metas da «década de 80»**	Papa nas Nações Unidas	Lurdes Pintassilgo na ONU:
	Pós-título	A primeira-ministro, que também foi recebida por Vance, regressa esta manhã a Lisboa		**Defesa de uma solução justa do problema palestiniano**		**Dramático apelo para que se acabe com as ameaças de guerra por meio de desarmamento nuclear**	**«Não é possível falar em termos mundiais quando se não afirma, explicitamente, o homem singular»**
	Lead / texto inicial	A audiência de João Paulo II á primeiro-ministro portuguesa ocorreu momentos depois de o Santo Padre ter usado da palavra perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, facto a que nos referimos desenvolvidamente na página 8. **O discurso do Sumo Pontífice, conforme sublinha a nossa enviada especial Helena Marques, caracterizou-se por duas linhas de força: a salvaguarda da paz e a defesa da dignidade e dos direitos do homem.** (DN.2)	**«A garantia das liberdades de cada homem deixa de ser o problema restrito para ser um problema mundial», afirmou Maria de Lurdes Pintasilgo, ontem, perante a Assembleia Geral das Nações Unidas.** (DN.1)	(apenas no interior da edição - *vide infra*)	**A primeira-ministro de Portugal (na gravura com o secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim), sublinhou, na sua intervenção, que «a contribuição específica dos países ricos e altamente industrializados é indispensável para a evolução da humanidade», mas que, para lá das descobertas da ciência e da técnica, precisavam de pôr em relevo «as da natureza humana e social e procurar deliberadamente objectivos sociais e culturais».** Na página dois, a reportagem do enviado JN, José Saraiva (legenda da fotografia)	**Já na sede da ONU, João Paulo II pediu a todas as nações para terminarem com as ameaças da guerra por meio do desarmamento nuclear e apelou para que seja dada «uma solução justa» à questão palestiniana.** (DA.5)	**Centrando a sua intervenção nos grandes problemas que afectam a humanidade, a primeiro-ministro português apelou ontem, na Assembleia Geral da ONU, para a consciência internacional, com vista a que se encontrem «condições para uma progressiva normalidade de vida das populações de Timor Leste».** (DA.1)
Interior da edição: notícia principal	Antetítulo	A viagem do Papa aos EUA	O discurso de Lurdes Pintasilgo nas Nações Unidas	João Paulo II perante a Assembleia Geral das Nações Unidas	**Lurdes Pintasilgo: solidariedade foi a palavra de Portugal na ONU**		
	Título principal	**«Nunca mais uns contra os outros mas sempre uns com os outros»**	**Ciência e tecnologia são muitas vezes o «cavalo de Tróia» da dominação**	**Justa solução do problema palestiniano é caminho para a paz no Médio Oriente**	**Temos que depender menos dos «ricos» do que das nossas próprias conquistas**	Papa	Lurdes Pintassilgo
	Pós-título	exortação dirigida ao mundo por João Paulo II quando ontem discursou na ONU			Eanes nos Estados Unidos a convite de James Carter?		
	Lead	(na primeira página - *vide supra*)	(na primeira página - *vide supra*)	**O Papa João Paulo II declarou na Assembleia Geral das Nações Unidas que uma paz geral e global no Médio Oriente deve assentar «no justo reconhecimento dos direitos de todos» e «não pode deixar de incluir a consideração e a justa solução do problema palestiniano».** (JN.1)	(na primeira página - *vide supra*)	(na primeira página - *vide supra*)	(na primeira página - *vide supra*)

1995		*DN*		*JN*		*DA*	
		Papa João Paulo II (5.10 - 6.10)	**Bill Clinton (22.10 - 23.10)**	**Papa João Paulo II (5.10 - 6.10)**	**Bill Clinton (22.10 - 23.10)**	**Papa João Paulo II (5.10 - 6.10)**	**Bill Clinton (22.10 - 24.10)**
Redatores/ fontes indicadas		António Alfaiate (enviado especial)	(n.i. neste artigo, mas indicação na véspera, num artigo introdutório ao tema das comemorações dos 50 anos da ONU, de «António Alfaiate-especial DN»)	(n.i.)	(n.i.)	(n.i.)	(n.i.)
Primeira página	Antetítulo						
	Título		**Nova Iorque capital do mundo**				
	Pós-título						
	Lead / texto		Os chefes de Estado do mundo inteiro estão em Nova Iorque para celebrar os 50 anos das Nações Unidas. Mário Soares lembrou ontem aos representantes dos 185 países presentes a «situação escandalosa que se vive em Timor-Leste[»]. Freitas do Amaral, presidente da Assembleia Geral da ONU, apelou para que não se deixe morrer a organização.				
	Legenda da fotografia	**João Paulo II apelou ontem na Assembleia Geral da ONU (onde foi recebido pelo presidente, Freitas do Amaral), à elaboração de uma carta dos direitos das nações que responda aos desafios dos tempos modernos**	Os «SENHORES DO MUNDO» reúnem-se na ONU, vendo-se, a partir da esquerda, Clinton, Butros Ghali, Freitas do Amaral, Ieltsin e Chirac				
Interior da edição: notícia principal	Antetítulo	João Paulo II perante a Assembleia Geral da ONU	Cerimónias do 50.º aniversário da ONU fazem esquecer conflitos		Os 50 anos da ONU	Na ONU	Criminalidade
	Título	**Defesa dos direitos das nações**	Todos os «grandes» em Nova Iorque	**João Paulo II apelou em Nova Iorque à transformação da ONU na «família das nações»**	Nações Unidas festejam bodas de ouro/ … a um passo da falência	**Papa apela aos «Direitos das Nações»**	**Clinton propõe medidas de combate**
	Pós-título	**O Papa João Paulo II apelou ontem em Nova Iorque para as Nações Unidas, no sentido de ser elaborado sem demora um documento sobre «os direitos das nações» com a finalidade de responder aos desafios do nacionalismo, nascidos dos escombros do Muro de Berlim**		**Discursando na sede das Nações Unidas no segundo dia da sua visita aos EUA, João Paulo II apelou a uma reflexão moral internacional e à transformação da organização numa «família das nações». Na véspera, elogiara os EUA pela sua abertura ao mundo e dirigira palavras particularmente gratas a Bill Clinton ao pedir-lhe protecção aos mais desfavorecidos.**			
	Lead / texto inicial	**«A Declaração Universal dos Direitos do Homem, adoptada em 1948, tratou de uma forma eloquente os direitos das pessoas, mas ainda não existe direito internacional análogo que trate dos direitos das nações no seu conjunto», declarou o Papa na tribuna da Assembleia Geral da ONU.** (DN.1)	**Um dos principais visados, o Presidente americano Bill Clinton, cujo país, só pela sua parte, deve mil milhões de dólares à organização internacional, declarou simplesmente, numa breve alusão a esse problema, que as Nações Unidas devem reformar-se e «fazer mais com menos» dinheiro.** (DN.8)	**Dirigindo-se da tribuna à Assembleia-Geral das Nações Unidas, que este ano assinalam os 50 anos de existência, o Papa começou por salientar a importância da ONU para deixar um apelo aos países membros: «A Organização das Nações Unidas precisa cada vez mais de ultrapassar o seu estatuto de instituição administrativa para se transformar num centro moral onde todas as nações do Mundo se sintam em casa, como se ela fosse 'uma família das nações'».** (JN.1)	**Entretanto, o primeiro chefe de Estado a discursar, o presidente norte-americano, Bill Clinton, propôs cinco iniciativas para combater a delinquência internacional, designadamente o tráfico de droga e o terrorismo.** (JN.18)	**João Paulo II apelou em Nova Iorque para que as Nações Unidas elaborem sem demora um documento sobre os «direitos das nações», de modo a responder aos desafios do nacionalismo nascidos sobre os escombros do Muro de Berlim./ «A declaração universal dos Direitos do Homem, adoptada em 1948, tratou de modo eloquente os direitos das pessoas, mas não existe até agora um acordo internacional análogo que trate os direitos humanos no seu conjunto», declarou o Papa, perante a Assembleia Geral da ONU.** (DA.1-2)	**O presidente norte-americano, Bill Clinton, propôs cinco iniciativas para combater a delinquência internacional, designadamente o tráfico de droga e o terrorismo.** (DA.1)

QUADRO 18: Titulação geral: 1995

2008		*DN*		*JN*		*DA*	
		Papa Bento XVI (18.4 - 19.4)	G. W. Bush e M. Ahmadinejad (23.9-24.9)	Papa Bento XVI (18.4 - 19.4)	G. W. Bush e M. Ahmadinejad (23.9-25.9)	Papa Bento XVI (18.4)	G. W. Bush e M. Ahmadinejad (23.9-25.9)
Redatores/ fontes indicadas		Abel Coelho de Morais (redator do *DN*), «com agências» (*AFP*), e, indiretamente, *CNN*	*LUSA*	Carlos Gomes (redator do *JN*), Virginie Montet (jornalista da *AFP*), *CNN* (fonte indireta)	(n.i.)	(n.i.)	(n.i.)
Primeira página	Antetítulo			Visita aos EUA		(sem uma notícia principal)	
	Título			**Papa pediu na ONU defesa dos direitos humanos**			
	Pós-título						
	Lead						
	Legenda da fotografia			(sem fotografias)			
Interior da edição	Antetítulo	Estados Unidos. Bento XVI mantém encontro inesperado com vítimas de pedofilia		Estados Unidos	Washington		
	Título	**Papa defende direitos humanos e multilateralismo na ONU**	**Bush anuncia megaplano na ONU**	**Papa recorda à ONU o dever de defender os direitos humanos**	**«O império americano está a chegar ao fim»**		**Ahmadinejad rejeita acusações de Bush na Assembleia Geral da ONU**
	Pós-títulos	Ainda em Washington, recebeu uma delegação da comunidade judaica	**Crise. No último discurso naquele fórum, o Presidente dos EUA elogiou a organização**	*** Bento XVI adverte os países que actuam unilateralmente na cena mundial, o que foi entendido como uma crítica aos EUA**	**O presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, reagiu com os polegares para baixo à denúncia feita por George W. Bush, na Assembleia Geral das Nações Unidas, de que o Irão é o principal patrocinador do terrorismo.**		**George W. Bush acusou o Irão de ser, a par da Síria, um dos patrocinadores do terrorismo internacional. À denúncia do líder norte-americano na Assembleia Geral da ONU, o Presidente iraniano, Mahmud Ahmadinejad, mostrou o desagrado voltando os polegares para baixo.**
				* Chefe da hierarquia da Igreja Católica fala hoje ao clero, aos religiosos e às religiosas na catedral nova-iorquina de Saint-Patrick			
	Lead	**O Papa Bento XVI defendeu ontem nas Nações Unidas, em Nova Iorque, a importância do «consenso multilateral» nas relações internacionais e o valor dos direitos humanos como «expressão intrínseca de justiça e não apenas como produto da vontade do legislador».** (DN.1)	**Um mega plano para salvar o sector financeiro norte-americano vai receber «luz verde« do governo e do Congresso com carácter de urgência, garantiu ontem o Presidente George W. Bush na 63ª Assembleia-Geral das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque. «Posso assegurar que a administração e o Congresso estão a cooperar plenamente», insistiu, frisando: «Estou convencido de que actuaremos com a celeridade necessária».** (DN.1)	**Bento XVI declarou ontem, perante os representantes dos 192 estados membros da ONU, que é «dever elementar» de todo Estado «proteger a sua população» de qualquer tipo de violação de direitos humanos ou crises humanitárias.** (JN.1)	**O líder iraniano ainda concedeu 10 segundos de aplauso de cortesia ao discurso de despedida internacional do presidente norte-americano, onde este pediu aos líderes mundiais «uma inequívoca posição moral» contra os atentados suicidas, a tomada de reféns e outras tácticas de terror.** Diferentemente de Ahmadinejad, os representantes norte-americanos e israelitas abandonaram a sala quando o líder iraniano usou da palavra. (JN.1)		**George W. Bush acusou o Irão de ser, a par da Síria, um dos patrocinadores do terrorismo internacional. À denúncia do líder norte-americano na Assembleia Geral das Nações Unidas, o Presidente iraniano, Mahmud Ahmadinejad, mostrou o desagrado voltando os polegares para baixo.** (DA.1)

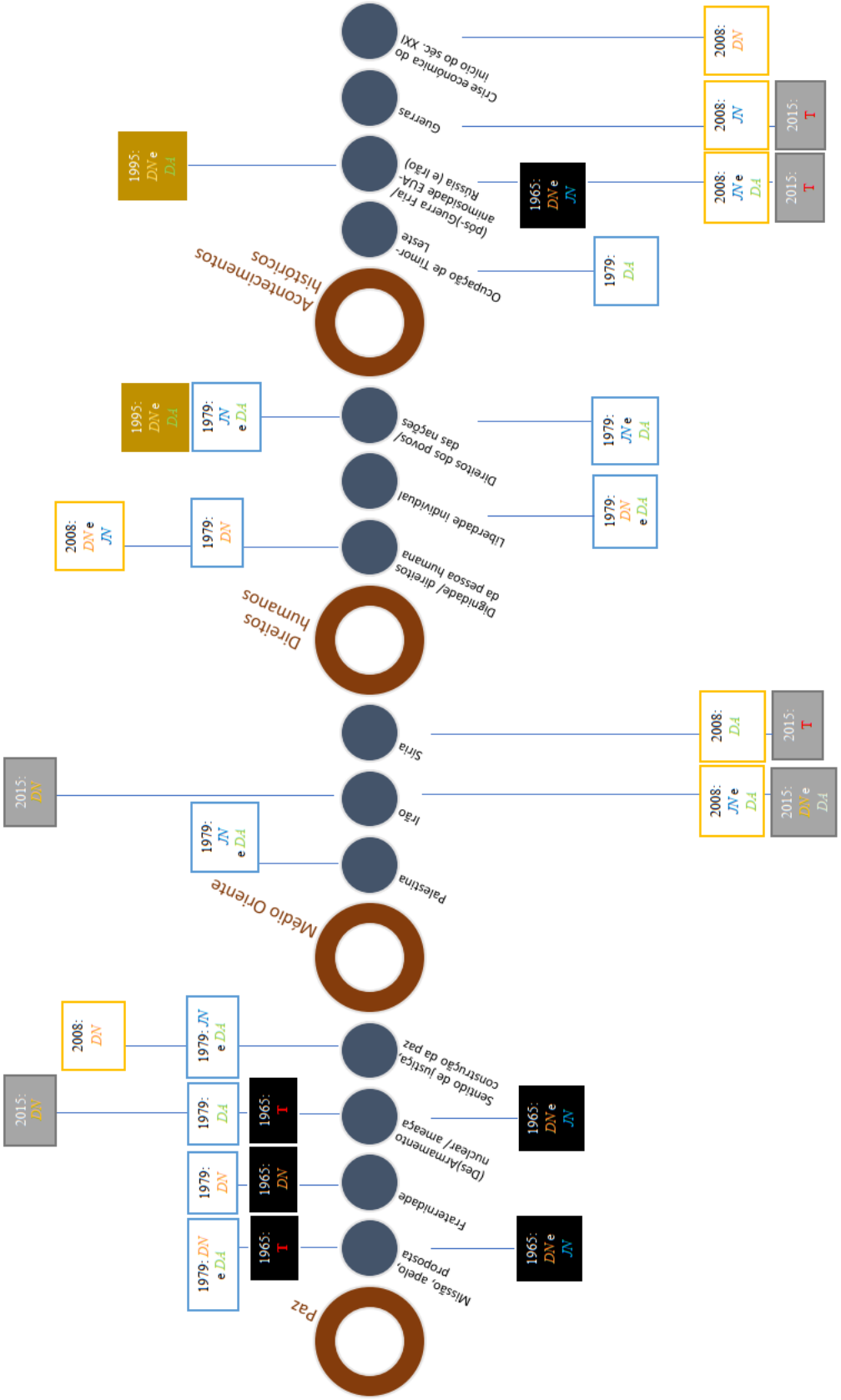
QUADRO 19: Titulação geral: 2008

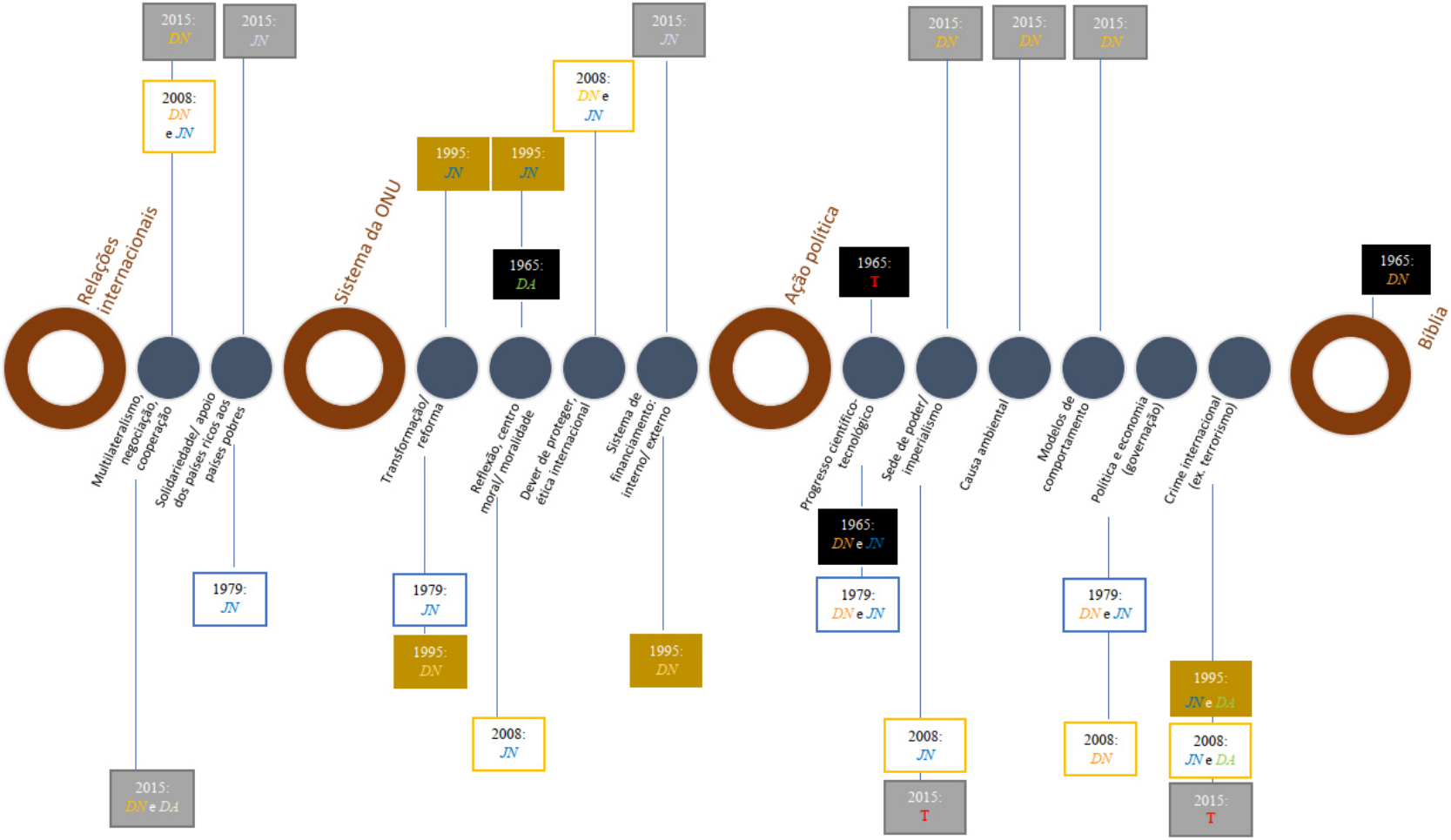
2015		*DN*		*JN*		*DA*	
		Papa Francisco (25.9 - 26.9)	B. Obama e V. Putin (28.9 - 29.9)	Papa Francisco (25.9 - 26.9)	B. Obama e V. Putin (28.9 - 29.9)	Papa Francisco (25.9)	B. Obama e V. Putin (28.9 - 30.9)
Redatores/ fontes indicadas		Ana Meireles (redatora), revista Rolling Stone	Helena Tecedeiro	Leonor Paiva Watson (redatora)	(n.i.)	(sem uma notícia principal)	(n.i.)
Primeira página	Antetítulo		Nações Unidas				
	Título		**Obama aceita diálogo com Putin e Teerão para acabar com guerra na Síria**				
Interior da edição	Antetítulo			**Nações Unidas. Francisco lembrou que países pobres são sujeitos a um sistema de empréstimos opressivos**			
	Título	**Papa na ONU: contra a sede de poder e a favor do ambiente**	**EUA aceitam trabalhar com Rússia e Irão para resolver guerra na Síria**	Papa faz duras críticas ao capitalismo	EUA e Rússia em colisão		**Obama preparado para ser realista na Síria e negociar com Rússia e Irão**
	Pós-título	**Discurso. Líder dos católicos elogiou o acordo nuclear com o Irão, que classificou como a «prova do potencial da boa vontade». E criticou os «modelos de vida anormais e irresponsáveis»**	**ONU. Obama recusou manter no poder o «tirano» Assad. Putin garantiu que presidente sírio é única solução para derrotar o Estado Islâmico**				
	Lead	*(sem casos de reescrita)*	Falaram ao mundo com duas horas de intervalo e antes do primeiro frente-a-frente entre ambos em quase um ano, e se Barack Obama e Vladimir Putin mandaram recados um ao outro, a verdade é que evitaram a retórica de confronto. **O presidente americano, que discursou na Assembleia Geral da ONU pouco depois das 10.00 (mais cinco em Lisboa), admitiu que os EUA «não conseguem resolver os problemas sozinhos» e disse-se disposto a trabalhar com qualquer nação «incluindo Rússia e Irão para resolver o conflito» na Síria. Já Putin defendeu a criação de uma coligação contra o terrorismo semelhante à formada para derrotar Hitler na Segunda Guerra Mundial.** (DN.1)	**O sistema financeiro mundial tem contornos «opressivos», designadamente nos empréstimos das instituições financeiras internacionais aos países mais pobres, gerando, por isso mesmo, «mais pobreza, exclusão e dependência», disse o Papa Francisco, ontem, nas Nações Unidas.** (JN.1)	A guerra na Síria e a crise humanitária que desencadeou estiveram ontem no centro da 70.ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, com os Estados Unidos e a Rússia a assumirem posições fortes e diametralmente opostas e com a ONU a pedir à Europa que faça mais pelos refugiados./ **Para Barack Obama, o presidente sírio é «um tirano» que «massacra crianças inocentes», pelo que recusa a ideia de que o Mundo o deve apoiar, só porque os radicais do Estado Islâmico são alguns dos combatentes contra Bashar al-Assad.** (JN.1-2)		Pouco do que foi dito por Barack Obama e Vladimir Putin na abertura da Assembleia-Geral das Nações Unidas deu a entender que os dois países estão hoje mais próximos de cooperarem para o fim da guerra na Síria do que nos últimos quatro anos e meio de conflito. Os dois presidentes atacaram com intensidade a estratégia de um e de outro para a Síria, sinalizando não só as suas visões opostas sobre as prioridades e razões de ser da guerra, como o facto de nenhum dos dois ter uma ideia clara de como resolvê-la. Acabaram por ser as palavras de Obama as mais decisivas da manhã desta segunda-feira, em Nova Iorque./ **«O realismo exige uma transição planeada de Assad para um novo líder», disse, deixando em aberto a possibilidade de o Presidente sírio ter lugar numa eventual administração provisória – algo não completamente inesperado, visto que Washington tem gradualmente deixado de exigir a partida imediata de Assad. Mas Obama foi mais longe: «Os Estados Unidos estão preparados para cooperarem com qualquer país, incluindo a Rússia e Irão, para resolver o conflito.»** (DA.1-2)

QUADRO 21: Síntese dos assuntos destacados por jornal, ano e agente de partida

	DN		*JN*		*DA*	
	A1	**A1'/A1''**	**A1**	**A1'/A1''**	**A1**	**A1'/A1''**
1965	Missão histórica, fraternidade entre as nações, desarmamento, excertos bíblicos	Proposta de paz, desarmamento, progresso científico e tecnológico, disputa ideológica EUA-Rússia	Missão histórica, o Homem como a verdadeira ameaça à paz: uso indevido do progresso científico-destruição	Proposta de paz, desarmamento, progresso científico e tecnológico, disputa ideológica EUA-Rússia	Missão histórica, apelo à paz, incerteza/ perigo de uma nova guerra total, renovação do modo de pensar a condição humana (comunhão)	(não aplicável)
1979	Fraternidade, apelo à paz no mundo, defesa da dignidade e dos direitos do Homem	Garantia da liberdade de cada pessoa: um problema mundial; progresso científico e tecnológico como potencial ilusão na dominação (política)	Paz geral e global no Médio Oriente, justiça: resolução do problema da Palestina (direitos dos povos: à pátria); alto nível moral do Discurso pontifício	Metas década de 80: não só políticas e económicas (ciência e técnica), mas também humanas (objetivos sociais e culturais); evolução: contributo dos países ricos e industrializados, mas mantendo a autodeterminação; Portugal: nova dimensão na ONU	Apelo ao fim das ameaças de guerra pelo desarmamento nuclear, justiça: causa palestiniana (direitos dos povos: à pátria)	Garantia da liberdade de cada pessoa: um problema mundial; necessária antes das questões globais; apelo à normalidade em Timor-Leste (autodetermina-ção)
1995	Elaboração urgente de documento para defesa dos direitos das nações (análogo à DUDH, face aos desafios do nacionalismo após queda Muro de Berlim)	Reforma da ONU: fazer mais com menos dinheiro	Transformação da ONU: de instituição administrativa a centro moral («família das nações»)	Proposta: medidas de combate à delinquência internacional (ex. tráfico de droga e terrorismo); perigos do pós-Guerra Fria	Elaboração urgente de um documento para defesa dos direitos das nações (análogo à DUDH, face aos desafios do nacionalismo após queda Muro de Berlim)	Proposta: medidas de combate à criminalidade internacional (ex. tráfico de droga e terrorismo)
2008	Multilateralismo, valor dos direitos humanos na aplicação da lei (não pela vontade do legislador)	*Bush*: anúncio de «megaplano» para salvar o sistema financeiro dos EUA e combater a crise financeira (urgência, audácia)	Defesa dos direitos humanos, *vs.* unilateralismo, responsabilidade de proteger	*Ahmadinejad*: império dos EUA a chegar ao fim, *vs.* acusação de Bush: Irão como principal patrocinador do terrorismo;/ *Bush*: apelo a uma posição moral internacional *vs.* atos terroristas	(não aplicável)	*Ahmadinejad*: *vs.* acusações de Bush;/ *Bush*: a par da Síria, Irão é um dos patrocinadores do terrorismo internacional
2015	Sede de poder, causa ambiental, acordo nuclear com o Irão-potencial da boa-vontade política (negociação/ cooperação internacional), modelos de comportamento anormais e irresponsáveis	*Obama*: aceita dialogar/ trabalhar com Rússia e Irão para a Guerra na Síria, recusa manter o «tirano» Assad no poder, EUA não conseguem resolver todos os problemas do mundo sozinhos;/ *Putin*: Assad é a única solução *vs.* Estado Islâmico, proposta: coligação internacional vs. terrorismo (ex. Hitler-2GM)	Sistema de empréstimos financeiros internacional: contornos opressivos (mais pobreza, exclusão e dependência dos países mais pobres)	Colisão entre EUA e Rússia (Guerra na Síria e crise humanitária) – *Obama*: presidente sírio como um «tirano» (massacra crianças inocentes), logo, recusa que a comunidade internacional lhe preste apoio face aos seus opositores (membros do Estado Islâmico)	(não aplicável)	*Obama*: perspetiva realista sobre a Guerra na Síria: transição planeada de Assad para outro líder; EUA preparados para cooperar com qualquer nação, incluindo Rússia e Irão, para resolverem aquele conflito

GRÁFICO 13: Temas centrais na reescrita das intervenções na AGONU associados, ao longo do tempo, ao subsistema de partida representado pelos Papas (parte superior) e ao representado pelos representantes governamentais (parte inferior)




Relações internacionais
Multilateralismo, negociação, cooperação
2015: DN
2015: DN e DA
Solidariedade/ apoio dos países ricos aos países pobres
2015: JN
1979: JN
Sistema da ONU
Transformação/ reforma
1995: JN
1979: JN
1995: DN
Reflexão, centro moral/ moralidade
1995: JN
2008: JN
Dever de proteger, ética internacional
1965: DA
2008: DN e JN
Sistema de financiamento: interno/ externo
2015: JN
1995: DN
Ação política
Progresso científico-tecnológico
1965: T
1965: DN e JN
1979: DN e JN
Sede de poder/ imperialismo
2015: DN
2008: JN
2015: T
Causa ambiental
2015: DN
Modelos de comportamento
2015: DN
Política e economia (governação)
1979: DN e JN
2008: DN
Crime internacional (ex. terrorismo)
1995: JN e DA
2008: JN e DA
2015: T
Bíblia
1965: DN

O disposto no quadro 21 resulta de uma associação ao que especificámos no final da microanálise: aos conteúdos que vimos terem sido destacados no topo das pirâmides das notícias sobre as intervenções dos Papas na AGONU acrescentámos uma coluna para indicar os que foram evidenciados na reprodução das comunicações dos líderes dos Estados naquela assembleia, estabelecendo nós, assim, uma comparação sincrónica. A partir dela, transpusemos as informações para um gráfico (n.º 13), começando por sinalizar os temas centrais identificados no final daquela etapa. Depois, assinalámos subtemas dentro de cada um, de modo a podermos detetar com maior pormenor diferenças e semelhanças na reinterpretação feita pelos três jornais sobre os textos dos dois conjuntos de agentes de partida – e, desta feita, o nosso intuito foi estabelecer uma comparação diacrónica, através de uma perceção do modo como as opções de destaque de assuntos foram evoluindo ao longo do tempo. Assinalámos esta distribuição em duas linhas: na parte superior do gráfico marcámos os tópicos que foram associados a cada pontífice aquando da reescrita dos seus Discursos, fazendo o mesmo na parte inferior no relativo aos outros protagonistas.

Desta configuração gráfica,[3] podemos extrair as seguintes conclusões:

1. O tema da *paz* – que se fez sentir nas versões produzidas pelos jornais nas referências a apelos à paz, à fraternidade como princípio essencial à coexistência pacífica, à justiça como forma de construção da paz e ao desarmamento nuclear – foi claramente associado ao subsistema de primeira linha, ocupado pelos pontífices: com uma maior abrangência de assuntos nos anos de **1965** e de **1979**, mas também tendo constado nos destaques de **2008** e de **2015**. As únicas duas marcas na porção inferior do gráfico dizem respeito a **1965** e estão posicionadas debaixo do sentido de proposta para a paz e para o desarmamento e, por terem sido destacados naquele ano quer na reescrita da comunicação de Paulo VI, quer na do representante norte-americano, somos levados a entender que a ameaça à paz mundial devido ao desenvolvimento daquele tipo de armas marcava a atualidade de tal forma que, para os jornais, foi importante mostrar aos leitores os pontos de vista tanto do chefe máximo da Igreja como da superpotência ocidental sobre a questão;

2. O facto de nenhum dos outros tópicos incluídos naquele tema terem sido associados aos líderes dos Estados faz sobressair que a imagem que deles foi transmitida para o público português não foi a de protagonistas preocupados com o respeito de princípios e de valores,

[3] Considerámos a *Bíblia* como um tema autónomo, por ter sido uma referência bastante particular no circuito de partida (apenas o Papa Paulo VI incluiu excertos bíblicos na sua comunicação) e no de chegada (só o *DN* os reescreveu no seu texto, também em 1965). Contudo, entendemos que devia constar naquela representação.

mas sim com as ações em si mesmas (como veremos no número 9). Com efeito, as questões de cariz moral e espiritual foram essencialmente associadas aos Papas – sobretudo a João Paulo II, em **1979**, porventura devido ao acentuar do clima de Guerra Fria;

3. Notamos a ausência de marcações sobre o tema da paz inclusive no subsistema dos Papas, em **1995**. Na verdade, este ano parece-nos sinalizar uma mudança de perspetiva quanto ao papel do Santo Padre a nível internacional: é visível no gráfico que o enfoque dos jornais neste ano foi colocado essencialmente nas considerações de João Paulo II sobre os direitos das nações e um acontecimento histórico específico – o sucedido na Europa com o fim da Guerra Fria –, sendo também notória uma maior enfatização da dimensão política do papel do Sumo Pontífice da Igreja Católica na cena mundial. Já o tínhamos percecionado na microanálise, mas vemos agora com maior clareza que foi a partir do final do século passado que a visão dos Papas sobre circunstâncias afetas *às relações internacionais*, ao *sistema da ONU* e à *ação política* passou a ser evidenciada;

4. Para além da paz, de um modo geral, o tema dos *direitos humanos* sobressaiu nos destaques feitos aos conteúdos dos Discursos pontifícios – e quer em termos individuais (i.e., os direitos do Homem individualmente considerado: em **1979** e em **2008**), quer comunitários (os direitos dos povos ou nações: em **1979**, no que se prendia com a situação vivida na Palestina e, em **1995**, com o contexto europeu após a queda do Muro de Berlim);

5. Dentro daquele tema central, apesar de a *liberdade* ter sido uma causa muito própria a João Paulo II, constatamos não ter sido relacionada ao pontífice em nenhuma das duas visitas apostólicas à sede das Nações Unidas, tendo, aliás, sido um assunto associado apenas a um líder governamental – e, não por acaso, a Maria de Lurdes Pintasilgo, em **1979**. Pintasilgo falou na AGONU apenas um dia antes de João Paulo II naquele ano, o que significa que ambos se pronunciaram sobre a mesma conjuntura socio-histórica. Todavia, vemos ter existido na reescrita das palavras de Pintasilgo a influência de uma leitura mais interna do que externa, i.e., mais baseada na realidade nacional do que numa perspetiva da responsável portuguesa acerca do mundo – o que não nos surpreende, até porque não nos podemos esquecer que o nosso país estava em pleno período pós-revolucionário. A reivindicação da liberdade estava ainda bem presente na sociedade, desde logo nas redações da imprensa, cujos profissionais ainda não viam um reconhecimento pleno da faculdade fundamental de se expressarem livremente. O motivo estava, segundo Norberto Lopes, nos objetivos de lucro dos grupos empresariais proprietários dos órgãos impressos, pois o uso

que faziam dos jornais como instrumento ao serviço dos seus interesses não se tinha extinguido totalmente com a Revolução de abril (cf. Lopes, 1975: 96-99). Continuava a existir uma censura interna: para que um jornal se mantivesse ativo, tinha de conseguir vender e isso tinha de passar, muitas vezes, por uma submissão a vontades alheias aos jornalistas (cf. *ibid.*: 97). Ou seja: a liberdade de expressão não era integral, pelo que os nossos agentes de chegada poderão ter estado mais atentos e sensíveis àquele tema. O interesse para nós está no facto de o terem associado somente à Primeira-Ministra do país e não a um pontífice que ficou conhecido por assumir a causa da liberdade como muito própria, na mesma época. Entendemo-lo como um sinal de uma reinterpretação específica – e, por isso, distinta – dos dois textos de partida, logo, do perfil dos agentes em questão;

6. A respeito das *relações internacionais* e do *sistema da ONU*, é de ressalvar o ano de **1995**: percebemos que a conjuntura interna da AGONU devia estar, de facto, a dar motivos de preocupação, já que os jornais evidenciaram nos seus textos tanto os argumentos de João Paulo II como os de Bill Clinton sobre o assunto (*vide* quadro 18). O mesmo podemos dizer quanto ao apelo à cooperação multilateral e às referências sobre a sede de poder, em **2015**: foram destacadas de entre as várias mensagens do Papa Francisco, assim como das de Barack Obama (*vide* quadro 20), o que sugere terem sido marcantes naquela altura (pela negativa, i.e., pela falta de cooperação e, portanto, da necessidade de ser invocada);

7. Notamos uma *continuidade* em certos destaques feitos pelos jornais ao longo do tempo, sendo dignos de nota aqueles que se têm mantido até aos anos recentes, visto fazerem transparecer uma persistência das questões e, por isso, serem situações que ainda não foram resolvidas, continuando a preocupar ou, pelo menos, a levar os protagonistas mundiais a abordá-las naquele fórum mundial: a *ameaça colocada pelo armamento nuclear* (**1965**, **1979** e **2015**); a *solidariedade para com os mais pobres* (**1979** e **2015**); o *sistema de financiamento da ONU*, interno ou externo (**1995** e **2015**); o sentido de *moralidade nas decisões políticas* (**1965**, **1995** e **2008**); e a ideia de um *antagonismo ideológico no mundo* (**1965**, **1995**, **2008** e **2015**);

8. Entre os assuntos que, por apenas terem sido destacados nos anos mais recentes (**2008** e **2015**), nos parecem fazer transparecer, pelo contrário, preocupações introduzidas pela contemporaneidade constam: o apelo ao *multilateralismo e à cooperação entre os Estados*, os assuntos relacionados com o *Irão* e a *sede de poder ou a ideia de imperialismo* no mundo – e todos estes assuntos nos parecem poder ser situados num grande acontecimento da

História recente: o ataque às Torres Gémeas, em 2001, e a posterior invasão do Afeganistão e do Iraque, em 2003, que foi quando a oposição Ocidente-Médio Oriente e Islão ganhou robustez e começou a preocupar a população mundial, em geral;

9. Do que foi sendo atribuído ao conjunto dos agentes governamentais de forma *explícita* – embora nalguns casos as mensagens dos Papas tivessem na raiz também realidades da mesma natureza, mas não tendo sido esse o enfoque dos relatos dos jornais, daí a ausência de marcação no gráfico 13 –, contam-se: a articulação dos seus pontos de vista a *acontecimentos históricos*, desde a ocupação de territórios, como aconteceu em Timor-Leste (**1979**), até crises financeiras globais (**2008**), passando por guerras (a do Iraque e a da Síria, **2008** e **2015**); a ênfase nas questões afetas à *política e à economia* (**1979** e **2008**), bem como no *crime internacional*, nomeadamente no *terrorismo* (**1995**, **2008** e **2015**) – e o facto de verificarmos uma continuidade no destaque dado a estes temas, em muitos casos até aos anos recentes, leva-nos não só a concluir que continuam a ser necessárias ações a respeito dos problemas, mas igualmente a reforçar a nossa opinião de que existe uma consistência no retrato destes agentes mundiais comparativamente com os Papas. Por exemplo, vimos que o Papa Francisco em **2015**, antes de se dirigir à AGONU, já se tinha pronunciado na *Laudato Si'* sobre as questões relativas à ambição pelo lucro, mas não foi uma mensagem a ele associada pelos jornais do nosso estudo. Por seu turno, os *modelos de comportamento* e a *causa ambiental* (em **2015**), a salvaguarda da *dignidade humana* e a *justiça* como fator determinante para a paz (em **1979** e em **2008**), bem como a indicação de a *proteção dos cidadãos* ser um *dever* de qualquer Estado e, em última instância, da comunidade das nações (**2008**) apenas constaram nas traduções das palavras dos pontífices – e isto percecionamos, igualmente, como um sinal de representação específica do estatuto dos Papas na cena política global: mais associados aos princípios morais que devem nortear os comportamentos dos dirigentes governamentais, ao passo que estes foram vistos, acima de tudo, como detentores de um papel prático, i.e., de ação legislativa e no terreno, e envolvidos nos principais acontecimentos de cada época.

CRUZAMENTO S2 – T1, T1'/ T1'': ARGUMENTOS NÃO SELECIONADOS

A leitura particular, por um lado, dos Discursos dos Papas e, por outro, dos discursos dos representantes dos Estados só consegue ser devidamente entendida pela relação entre tudo o que foi comunicado nos contextos de partida e o que foi selecionado à chegada, pois

disso resulta o que *não* foi tido em consideração para ser reproduzido pelos jornais para o público. Os gráficos no conjunto dos apêndices B.4.4 procuram representar precisamente o cruzamento entre (i) a comunicação feita na AGONU, que sintetizámos em cada célula; (ii) a seleção de conteúdos pelos jornais, que assinalámos com o código de cores definido no início deste capítulo; (iii) o destaque de argumentos em particular, que distinguimos com o símbolo «o» ao lado da célula em questão; e (iv) os casos de ausência de seleção, que, por exclusão de partes, correspondem às passagens em branco. Procuraremos descrever em seguida a nossa interpretação do resultado das marcações:

Nos anos de **1965** e de **1979**, verificamos que, no que à tradução dos Discursos pontifícios diz respeito, tanto foram transpostos para as versões de chegada argumentos com uma carga espiritual como outros relativos à atividade das Nações Unidas e à adoção de medidas concretas para a resolução dos problemas. Consideramos, por isso, que da relação entre o que foi e não foi selecionado dos textos dos Papas pelos jornais portugueses não terá resultado um impacto significativo em termos de conhecimento público – até porque muitos dos argumentos de Paulo VI e de João Paulo II sobre os princípios a implementar e/ou a defender nas sociedades que vimos no capítulo dois terem assumido um forte peso nas comunicações de ambos foram reescritos pelos agentes de chegada – alguns dos quais tendo sido, inclusivamente, destacados [foi, por exemplo, o caso, em **1965**, do apelo à paz no mundo inscrito em PVI.29 e que fez parte do conjunto das várias mensagens em prol da concórdia que marcaram o Discurso; e, em **1979**, de JPII79.corte 15, na qual o Papa sustentou que a dignidade do Homem nunca pode ser destruída ou restringida e que foi evidenciada na titulação do *DN*]. No que toca às intervenções dos agentes de partida de segunda linha nestes dois anos, não nos surpreende que, em **1979**, muito do que foi dito por Maria de Lurdes Pintasilgo, enquanto Primeira-Ministra portuguesa na altura, tenha sido reproduzido pelos jornais, desde logo por estarmos ainda numa época em que os *media* tradicionais – a rádio, a imprensa e a televisão – eram as principais fontes de informação dos cidadãos e, portanto, o acompanhamento e o tratamento de visitas oficiais (que ainda hoje assumem um grande relevo noticioso) seriam significativos. Neste caso, o que é digno de nota é o que foi escolhido para ser destacado de entre tudo o que a chefe do Governo comunicou num importante fórum internacional como a AGONU: tanto o *DN* como o *JN* indicaram na titulação dos seus textos a consideração negativa de Pintasilgo quanto ao avanço científico e tecnológico, com o primeiro a escolher a expressão por ela usada de que

«são muitas vezes o 'cavalo de Tróia' da dominação» e o *JN* a reproduzir a afirmação de que a «[p]olítica e [a] economia não pod[ia]m ser as únicas metas da 'década de 80'», devendo a comunidade internacional delinear igualmente objetivos «no plano social, cultural e da informação» (*vide* quadro 17). O *DA* concentrou-se na causa da liberdade, apresentando no título uma frase da Primeira-Ministra em que definiu a defesa de tal direito fundamental como basilar a qualquer ação política [«Não é possível falar em termos mundiais quando se não afirma, explicitamente, o homem singular» (*ibid.*)]. A liberdade foi igualmente destacada pelo *DN* [anunciada na capa como «Liberdade de cada homem é um problema mundial», constando no texto uma citação muito semelhante à do diário açoriano (cf. *ibid.*)]. Depois, sempre dentro do grande tema dos direitos humanos, o *DA* destacou também o apelo de Pintasilgo à procura de soluções para Timor-Leste. Por fim, identificamos no *JN* a evidência de um assunto afeto às relações internacionais: o sentido de solidariedade entre os povos, para que a autossuficiência fosse preferida à dependência dos países pobres face aos ricos (cf. *ibid.*). Estas foram as preferências – não outras, como, por exemplo, os argumentos de Pintasilgo quanto ao Médio Oriente e à situação vivida pela Palestina, que constaram no seu discurso nas passagens Pint.61-63 e que foram objeto de reescrita por todos os jornais (daí constarem a vermelho – cf. apêndice B.4.1.2: 4), mas não foram destacados como os referidos *supra*; contudo, já o foram nas notícias elaboradas sobre a visita de João Paulo II à AGONU, um dia depois (pelo *JN* e pelo *DA*). As opções editoriais parecem-nos ser, acima de tudo, o reflexo de um país saído há muito pouco tempo de um longo período de ditadura, estando marcado por uma ainda considerável ânsia do povo pelo alcance pleno da liberdade, bem como por poder acompanhar o progresso científico, mas sem descurar o social.

Esta constatação é importante para a observação dos restantes textos governamentais: em nosso entender, a sua reescrita coloca a descoberto opções também culturalmente motivadas, mas numa perspetiva externa, i.e., se as palavras de Maria de Lurdes Pintasilgo foram reproduzidas na linha do que se passava no contexto nacional (uma lógica interna), nos restantes anos em estudo as opções dos jornais sugerem uma visão sobre os líderes das potências em causa que entendemos ter resultado do posicionamento das redações no polissistema português e, portanto, de um modo particular de entender o Eu, o Nós e o Outro – ou seja: de um sentido identitário (logo, cultural). Começando por **1965**, as palavras do delegado dos EUA, Arthur Goldberg, transmitidas em nome do Presidente Lyndon Johnson, mostram uma seleção específica de argumentos em detrimento de outros, que nos suscita a

seguinte leitura: a de uma imagem da superpotência norte-americana como tendo a capacidade de definir e de comandar o destino do mundo, sobretudo no que se prendia com a questão que, segundo percebemos na aferição anterior, era a que mais preocupava a humanidade na época – uma possível guerra nuclear. Pelo contrário, o que ficou por reescrever do discurso de Goldberg fez, por exemplo, com que não fosse transposta a ideia de que os EUA também estavam comprometidos a agir em prol da resolução de outros problemas mundiais, como seja o conflito indo-paquistanês (em Gold.9), ou que reconheciam e elogiavam um conjunto de mais-valias das Nações Unidas (em Gold.13-17), as quais foram, curiosamente, apontadas também por Paulo VI na mesma época (em PVI.15), tendo sido reproduzidas pelos jornais nas versões sobre a intervenção pontifícia, mas não nas versões sobre a intervenção norte-americana (cf. apêndice B.5.2.2: 2). O mesmo podemos dizer relativamente a outros elogios e considerações da Administração Johnson quanto ao valor da ONU para o bem da humanidade (como os inscritos em Gold.23, 69-70). Em rigor, este tipo de perspetiva foi fundamentalmente associado ao Papa, ficando a representação dos EUA circunscrita à imagem de supremacia política: uma nação que propôs ações determinantes para mudar o rumo dos acontecimentos. É relevante também que o seu poder político tenha sido transmitido numa posição de superioridade relativamente ao rival soviético – como percebemos nos elementos de captação dos dois jornais que noticiaram esta intervenção: «*Proposta sensacional* na O.N.U./ E.U. *contra* U.R.S.S./ Destruição pública de material atómico/ *Desafio lançado* pelo delegado norte-americano» (no *DN*); «*Desafio* americano aos russos na Assembleia Geral da O.N.U./ *Proposta* destruição pública de grande número de bombas 'A'» (no *JN*); e no *lead* (idêntico nos dois jornais) «Os Estados Unidos *desafiaram* hoje a Rússia a juntar-se à destruição pública de um 'número substancial' das suas bombas atómicas» (*vide* quadro 16).

O ano de **1995** é ainda mais expressivo a respeito da relação seleção-ausência de seleção das versões de partida, de tal modo que é um dos que considerámos dever ser exemplificado neste documento. Das marcações no discurso de Clinton (gráfico 14), vemos que o *JN* e o *DA* reescreveram exatamente as mesmas passagens do texto lido na AGONU, tendo coincidido igualmente no que respeita ao que foi destacado nas respetivas notícias. No entanto, foi o modo como produziram as respetivas versões no seu todo que pôs a descoberto pontos de vista específicos (logo, diferentes) de um e de outro: o *JN*, assim como o *DN*, integraram os excertos da intervenção de Clinton em artigos mais amplos, sobre as

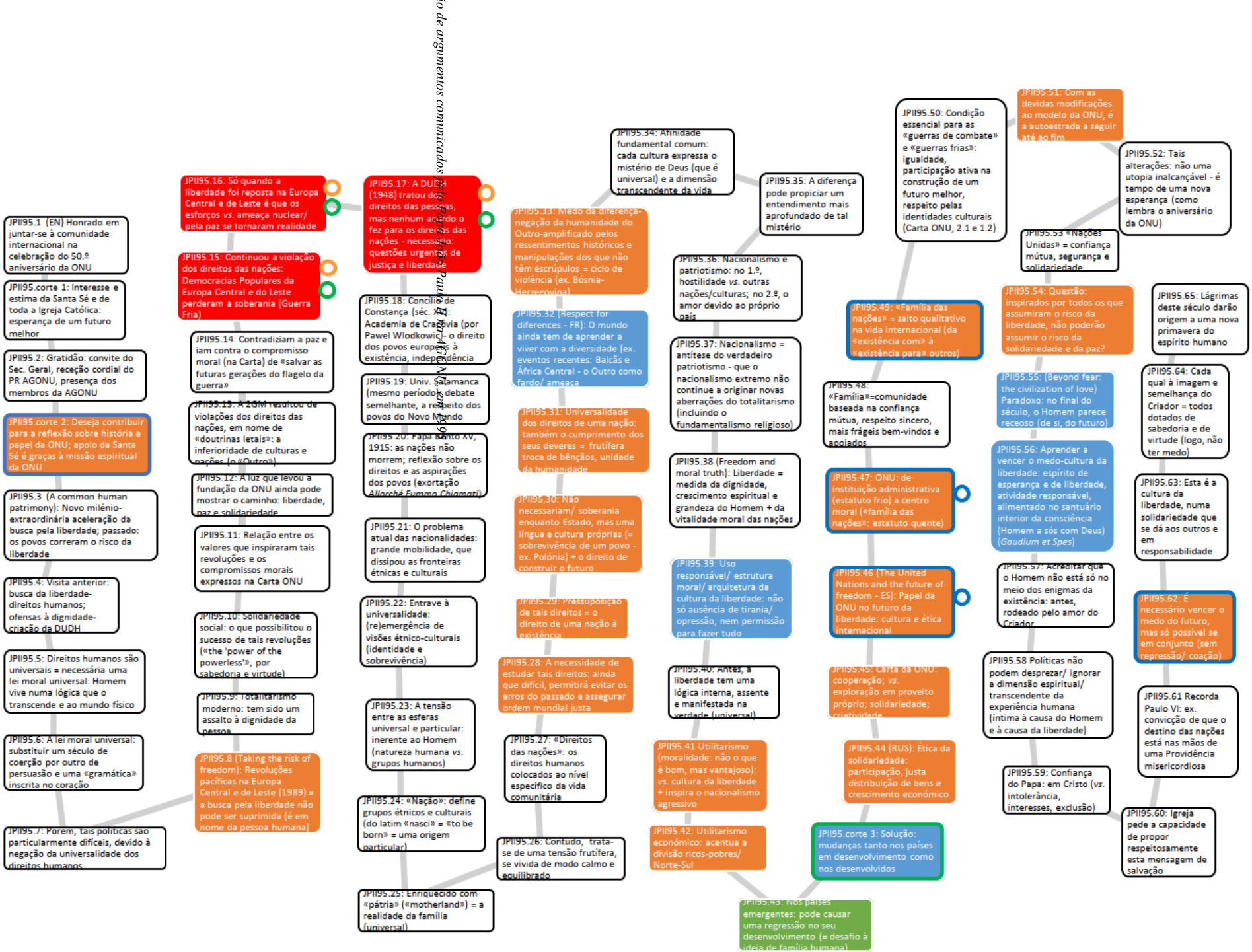
comemorações do cinquentenário das Nações Unidas; já o *DA* dedicou todo o artigo ao discurso daquele presidente (*vide* apêndice B.4.0: 19-21) – uma opção que talvez possamos explicar pelas relações culturais entre a população açoriana e os EUA, posto que, como nos disse Paulo Viveiros, são esses laços que fazem com que, na imprensa dos Açores, seja habitualmente atribuído um maior relevo noticioso ao líder norte-americano do que a qualquer outro chefe de Estado. Contudo, o menor espaço disponível nas páginas dos jornais do continente não significou uma presença parca de casos de reescrita a partir do texto em apreço: pelo contrário, e como podemos verificar na titulação completa dos jornais (cf. apêndice B.4.3: 5), foi precisamente a Clinton que o *DN* e o *JN* atribuíram maior relevo, ao tratarem os seus argumentos em mais parágrafos comparativamente com os restantes oradores naquela sessão comemorativa (cf. apêndice B.4.0: 19-25).

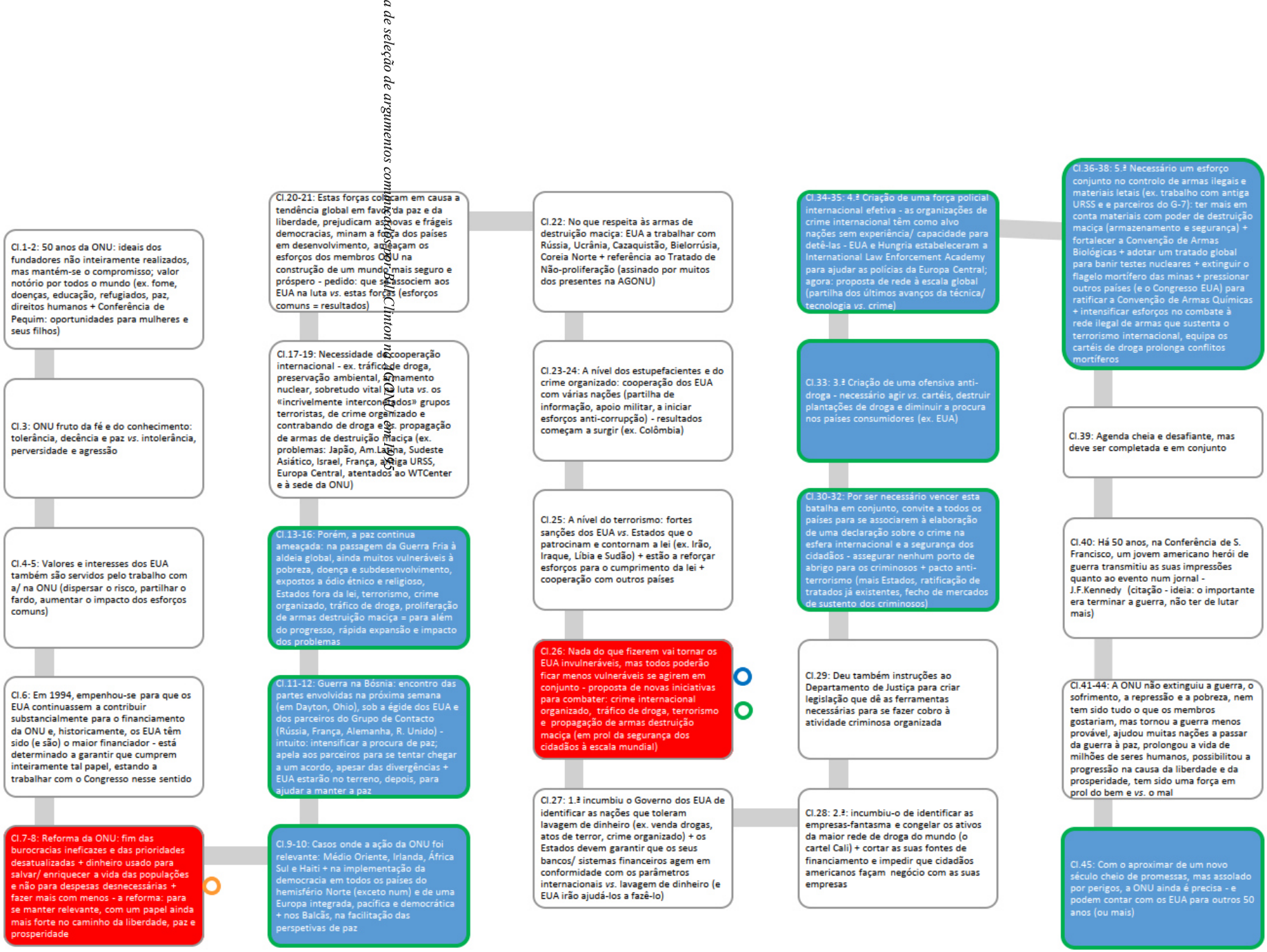
A distribuição de cores no gráfico 15 indica que o *DN* teve uma leitura bastante precisa (logo, diferente) relativamente aos seus congéneres: ainda que a passagem Cl.7-8 tenha sido reescrita por todos os jornais (a vermelho), apenas foi considerada por este como *a* mais importante, dizendo respeito à opinião do presidente norte-americano quanto à reforma da ONU. E notamos, de novo, um tom de supremacia dos EUA – inclusive de desprezo relativamente a vozes discordantes ou incriminatórias da sua conduta –, desta feita no campo financeiro (já não militar, como vimos em **1965**): a primeira reprodução das palavras de Clinton no *DN* foi feita no seguimento das considerações do então Secretário-Geral, Boutros Boutros-Ghali, de que «[a]s Nações Unidas não poderão desempenhar o seu papel se a actual tendência prosseguir», «evocando implicitamente os três mil milhões de dólares devidos pelos Estados membros». O jornalista escreveu, de seguida, que «[u]m dos principais visados [por tal referência], o Presidente americano Bill Clinton, cujo país, só pela sua parte, deve mil milhões de dólares à organização internacional, *declarou simplesmente, numa breve alusão a esse problema*, que as Nações Unidas devem reformar-se e 'fazer mais com menos' dinheiro» – e, aliás, «dinheiro» resultou de uma explicitação do jornalista, tendo Clinton falado em «doing more with less» (cf. apêndice B.4.4: 24) .

Por seu turno, o *JN* e o *DA* consideraram como mais importante as medidas apresentadas por Bill Clinton para o combate ao crime internacional – uma perspetiva mais em linha com o que vimos em **1965** e que transmite igualmente a ideia dos EUA como superpotência global, mesmo já após a Guerra Fria: percebemo-lo no título do *DA*, «Clinton *propõe* medidas de combate»; e no texto de ambos, em «o presidente norte-americano, Bill Clinton,

propôs cinco iniciativas para combater a delinquência internacional, designadamente o tráfico de droga e o terrorismo», tendo o verbo introdutor do discurso (a itálico) sido importante para tal leitura (*vide* apêndice B.4.4: 25, 27).

No que diz respeito à não-seleção, verificamos uma ausência em todas as versões de chegada de uma reprodução das considerações do presidente norte-americano quanto: (i) ao papel da ONU no mundo, à importância de os EUA fazerem parte do organismo e às perspetivas otimistas quanto ao futuro (Cl.1-5, 39, 41-44); (ii) à necessidade de cooperação internacional e à proposta para que os restantes membros das Nações Unidas se unissem aos EUA para fazer face às ameaças que assolavam o mundo (Cl.17-25); (iii) ao empenho da Administração Clinton em continuar a contribuir financeiramente para o trabalho do mesmo e aos esforços desenvolvidos para mitigar tais problemas, por meio dos seus próprios recursos e a nível interno (em Cl.6, 27-29); (iv) a referências específicas, como seja à Coreia do Norte, à Rússia e a ex-potências soviéticas a nível das armas de destruição maciça (referiu, inclusive, o Tratado de Não-proliferação deste tipo de armas, que já tinha sido assinado na altura por vários Estados-membros, em Cl.22); ao cartel Cali e à Colômbia a nível do tráfico de droga, e à corrupção envolvida neste flagelo (Cl.23-24); ao Irão, Iraque, Líbia e Sudão quanto ao terrorismo (Cl.25); e também ao antigo Presidente John F. Kennedy, citando um parecer dele ainda enquanto jovem herói da Segunda Guerra Mundial sobre a Conferência de S. Francisco na qual a ONU tinha sido criada – mais precisamente, sobre a importância do organismo no mundo, para que se extinguisse a guerra e não fosse necessário lutar mais (em Cl.40, tendo sido uma mensagem muito semelhante à que Paulo VI havia citado em **1965**, também daquele presidente). Ora, o descuro de todas estas passagens parece-nos corresponder, novamente, à noção de supremacia norte-americana a nível global, pois, para além da predisposição do Presidente dos EUA para solucionar os problemas *mais* importantes do mundo – na altura, o tráfico de droga e o terrorismo –, também se verifica um predomínio da ideia de poder unilateral. Esta ideia não teria sido transmitida caso algumas daquelas passagens em branco tivessem sido reproduzidas – sobretudo, no que se refere à cooperação com outros Estados e à preocupação e predisposição de solucionar outras questões mundiais.


Mapa de argumentos comunicados por João Paulo II na ONU em 1995
JPII95.1 (EN) Honrado em juntar-se à comunidade internacional na celebração do 50.º aniversário da ONU
JPII95.corte 1: Interesse e estima da Santa Sé e de toda a Igreja Católica: esperança de um futuro melhor
JPII95.2: Gratidão: convite do Sec. Geral, receção cordial do PR AGONU, presença dos membros da AGONU
JPII95.corte 2: Deseja contribuir para a reflexão sobre história e papel da ONU; apoio da Santa Sé é graças à missão espiritual da ONU
JPII95.3 (A common human patrimony): Novo milénio-extraordinária aceleração da busca pela liberdade; passado: os povos correram o risco da liberdade
JPII95.4: Visita anterior: busca da liberdade-direitos humanos; ofensas à dignidade-criação da DUDH
JPII95.5: Direitos humanos são universais = necessária uma lei moral universal: Homem vive numa lógica que o transcende e ao mundo físico
JPII95.6: A lei moral universal: substituir um século de coerção por outro de persuasão e uma «gramática» inscrita no coração
JPII95.7: Porem, tais políticas são particularmente difíceis, devido à negação da universalidade dos direitos humanos
JPII95.8 (Taking the risk of freedom): Revoluções pacíficas na Europa Central e de Leste (1989) = a busca pela liberdade não pode ser suprimida (é em nome da pessoa humana)
JPII95.9: Totalitarismo moderno: tem sido um assalto à dignidade da pessoa
JPII95.10: Solidariedade social: o que possibilitou o sucesso de tais revoluções («the 'power of the powerless'», por sabedoria e virtude)
JPII95.11: Relação entre os valores que inspiraram tais revoluções e os compromissos morais expressos na Carta ONU
JPII95.12: A luz que levou à fundação da ONU ainda pode mostrar o caminho: liberdade, paz e solidariedade
JPII95.13: A 2GM resultou de violações dos direitos das nações, em nome de «doutrinas letais»: a inferioridade de culturas e nações (o «Outro»)
JPII95.14: Contradiziam a paz e iam contra o compromisso moral (na Carta) de «salvar as futuras gerações do flagelo da guerra»
JPII95.15: Continuou a violação dos direitos das nações: Democracias Populares da Europa Central e do Leste perderam a soberania (Guerra Fria)
JPII95.16: Só quando a liberdade foi reposta na Europa Central e de Leste é que os esforços vs. ameaça nuclear/ pela paz se tornaram realidade
JPII95.17: A DUDH (1948) tratou dos direitos das pessoas, mas nenhum acordo o fez para os direitos das nações - necessário: questões urgentes de justiça e liberdade
JPII95.18: Concílio de Constança (séc. XV): Academia de Cracóvia (por Pawel Wlodkowic) - o direito dos povos europeus à existência, independência
JPII95.19: Univ. Salamanca (mesmo período, debate semelhante, a respeito dos povos do Novo Mundo
JPII95.20: Papa Santo XV, 1915: as nações não morrem; reflexão sobre os direitos e as aspirações dos povos (exortação Allorché Fummo Chiamati)
JPII95.21: O problema atual das nacionalidades: grande mobilidade, que dissipou as fronteiras étnicas e culturais
JPII95.22: Entrave à universalidade: (re)emergência de visões étnico-culturais (identidade e sobrevivência)
JPII95.23: A tensão entre as esferas universal e particular: inerente ao Homem (natureza humana vs. grupos humanos)
JPII95.24: «Nação»: define grupos étnicos e culturais (do latim «nasci» = «to be born» = uma origem particular)
JPII95.25: Enriquecido com «pátria» («motherland») = a realidade da família (universal)
JPII95.26: Contudo, trata-se de uma tensão frutífera, se vivida de modo calmo e equilibrado
JPII95.27: «Direitos das nações»: os direitos humanos colocados ao nível específico da vida comunitária
JPII95.28: A necessidade de estudar tais direitos: ainda que difícil, permitirá evitar os erros do passado e assegurar ordem mundial justa
JPII95.29: Pressuposição de tais direitos = o direito de uma nação à existência
JPII95.30: Não necessariam/ soberania enquanto Estado, mas uma língua e cultura próprias (= sobrevivência de um povo - ex. Polónia) + o direito de construir o futuro
JPII95.31: Universalidade dos direitos de uma nação: também o cumprimento dos seus deveres = frutífera troca de bênçãos, unidade da humanidade
JPII95.32 (Respect for diferences - FR): O mundo ainda tem de aprender a viver com a diversidade (ex. eventos recentes: Balcãs e África Central - o Outro como fardo/ ameaça
JPII95.33: Medo da diferença-negação da humanidade do Outro-amplificado pelos ressentimentos históricos e manipulações dos que não têm escrúpulos = ciclo de violência (ex. Bósnia-Herzegovina)
JPII95.34: Afinidade fundamental comum: cada cultura expressa o mistério de Deus (que é universal) e a dimensão transcendente da vida
JPII95.35: A diferença pode propiciar um entendimento mais aprofundado de tal mistério
JPII95.36: Nacionalismo e patriotismo: no 1.º, hostilidade vs. outras nações/culturas; no 2.º, o amor devido ao próprio país
JPII95.37: Nacionalismo = antítese do verdadeiro patriotismo - que o nacionalismo extremo não continue a originar novas aberrações do totalitarismo (incluindo o fundamentalismo religioso)
JPII95.38 (Freedom and moral truth): Liberdade = medida da dignidade, crescimento espiritual e grandeza do Homem + da vitalidade moral das nações
JPII95.39: Uso responsável/ estrutura moral/ arquitetura da cultura da liberdade: não só ausência de tirania/ opressão, nem permissão para fazer tudo
JPII95.40: Antes, a liberdade tem uma lógica interna, assente e manifestada na verdade (universal)
JPII95.41 Utilitarismo (moralidade: não o que é bom, mas vantajoso): vs. cultura da liberdade + inspira o nacionalismo agressivo
JPII95.42: Utilitarismo económico: acentua a divisão ricos-pobres/ Norte-Sul
JPII95.43: Nos países emergentes: pode causar uma regressão no seu desenvolvimento (= desafio à ideia de família humana)
JPII95.corte 3: Solução: mudanças tanto nos países em desenvolvimento como nos desenvolvidos
JPII95.44 (RUS): Ética da solidariedade: participação, justa distribuição de bens e crescimento económico
JPII95.45: Carta da ONU: cooperação; vs. exploração em proveito próprio; solidariedade; criatividade
JPII95.46 (The United Nations and the future of freedom - ES): Papel da ONU no futuro da liberdade: cultura e ética internacional
JPII95.47: ONU: de instituição administrativa (estatuto frio) a centro moral («família das nações»: estatuto quente)
JPII95.48: «Família»=comunidade baseada na confiança mútua, respeito sincero, mais frágeis bem-vindos e apoiados
JPII95.49: «Família das nações» = salto qualitativo na vida internacional (da «existência com» à «existência para» outros)
JPII95.50: Condição essencial para as «guerras de combate» e «guerras frias»: igualdade, participação ativa na construção de um futuro melhor, respeito pelas identidades culturais (Carta ONU, 2.1 e 1.2)
JPII95.51: Com as devidas modificações ao modelo da ONU, é a autoestrada a seguir até ao fim
JPII95.52: Tais alterações: não uma utopia inalcançável - é tempo de uma nova esperança (como lembra o aniversário da ONU)
JPII95.53 «Nações Unidas» = confiança mútua, segurança e solidariedade
JPII95.54: Questão: inspirados por todos os que assumiram o risco da liberdade, não poderão assumir o risco da solidariedade e da paz?
JPII95.55: (Beyond fear: the civilization of love) Paradoxo: no final do século, o Homem parece receoso (de si, do futuro)
JPII95.56: Aprender a vencer o medo-cultura da liberdade: espírito de esperança e de liberdade, atividade responsável, alimentado no santuário interior da consciência (Homem a sós com Deus) (Gaudium et Spes)
JPII95.57: Acreditar que o Homem não está só no meio dos enigmas da existência: antes, rodeado pelo amor do Criador
JPII95.58 Políticas não podem desprezar/ ignorar a dimensão espiritual/ transcendente da experiência humana (íntima à causa do Homem e à causa da liberdade)
JPII95.59: Confiança do Papa: em Cristo (vs. intolerância, interesses, exclusão)
JPII95.60: Igreja pede a capacidade de propor respeitosamente esta mensagem de salvação
JPII95.61 Recorda Paulo VI: ex. convicção de que o destino das nações está nas mãos de uma Providência misericordiosa
JPII95.62: É necessário vencer o medo do futuro, mas só possível se em conjunto (sem repressão/ coação)
JPII95.63: Esta é a cultura da liberdade, numa solidariedade que se dá aos outros e em responsabilidade
JPII95.64: Cada qual à imagem e semelhança do Criador = todos dotados de sabedoria e de virtude (logo, não ter medo)
JPII95.65: Lágrimas deste século darão origem a uma nova primavera do espírito humano


Cl.1-2: 50 anos da ONU: ideais dos fundadores não inteiramente realizados, mas mantém-se o compromisso; valor notório por todos o mundo (ex. fome, doenças, educação, refugiados, paz, direitos humanos + Conferência de Pequim: oportunidades para mulheres e seus filhos)
Cl.3: ONU fruto da fé e do conhecimento: tolerância, decência e paz vs. intolerância, perversidade e agressão
Cl.4-5: Valores e interesses dos EUA também são servidos pelo trabalho com a/ na ONU (dispersar o risco, partilhar o fardo, aumentar o impacto dos esforços comuns)
Cl.6: Em 1994, empenhou-se para que os EUA continuassem a contribuir substancialmente para o financiamento da ONU e, historicamente, os EUA têm sido (e são) o maior financiador - está determinado a garantir que cumprem inteiramente tal papel, estando a trabalhar com o Congresso nesse sentido
Cl.7-8: Reforma da ONU: fim das burocracias ineficazes e das prioridades desatualizadas + dinheiro usado para salvar/ enriquecer a vida das populações e não para despesas desnecessárias + fazer mais com menos - a reforma: para se manter relevante, com um papel ainda mais forte no caminho da liberdade, paz e prosperidade
Cl.9-10: Casos onde a ação da ONU foi relevante: Médio Oriente, Irlanda, África Sul e Haiti + na implementação da democracia em todos os países do hemisfério Norte (exceto num) e de uma Europa integrada, pacífica e democrática + nos Balcãs, na facilitação das perspetivas de paz
Cl.11-12: Guerra na Bósnia: encontro das partes envolvidas na próxima semana (em Dayton, Ohio), sob a égide dos EUA e dos parceiros do Grupo de Contacto (Rússia, França, Alemanha, R. Unido) - intuito: intensificar a procura de paz; apela aos parceiros para se tentar chegar a um acordo, apesar das divergências + EUA estarão no terreno, depois, para ajudar a manter a paz
Cl.13-16: Porém, a paz continua ameaçada: na passagem da Guerra Fria à aldeia global, ainda muitos vulneráveis à pobreza, doença e subdesenvolvimento, expostos a ódio étnico e religioso, Estados fora da lei, terrorismo, crime organizado, tráfico de droga, proliferação de armas destruição maciça = para além do progresso, rápida expansão e impacto dos problemas
Cl.17-19: Necessidade de cooperação internacional - ex. tráfico de droga, preservação ambiental, armamento nuclear, sobretudo vital na luta vs. os «incrivelmente interconectados» grupos terroristas, de crime organizado e contrabando de droga e vs. propagação de armas de destruição maciça (ex. problemas: Japão, Am.Latina, Sudeste Asiático, Israel, França, antiga URSS, Europa Central, atentados ao WTCenter e à sede da ONU)
Cl.20-21: Estas forças colocam em causa a tendência global em favor da paz e da liberdade, prejudicam as novas e frágeis democracias, minam a força dos países em desenvolvimento, ameaçam os esforços dos membros ONU na construção de um mundo mais seguro e próspero - pedido: que se associem aos EUA na luta vs. estas forças (esforços comuns = resultados)
Cl.22: No que respeita às armas de destruição maciça: EUA a trabalhar com Rússia, Ucrânia, Cazaquistão, Bielorrúsia, Coreia Norte + referência ao Tratado de Não-proliferação (assinado por muitos dos presentes na AGONU)
Cl.23-24: A nível dos estupefacientes e do crime organizado: cooperação dos EUA com várias nações (partilha de informação, apoio militar, a iniciar esforços anti-corrupção) - resultados começam a surgir (ex. Colômbia)
Cl.25: A nível do terrorismo: fortes sanções dos EUA vs. Estados que o patrocinam e contornam a lei (ex. Irão, Iraque, Líbia e Sudão) + estão a reforçar esforços para o cumprimento da lei + cooperação com outros países
Cl.26: Nada do que fizerem vai tornar os EUA invulneráveis, mas todos poderão ficar menos vulneráveis se agirem em conjunto - proposta de novas iniciativas para combater: crime internacional organizado, tráfico de droga, terrorismo e propagação de armas destruição maciça (em prol da segurança dos cidadãos à escala mundial)
Cl.27: 1.ª incumbiu o Governo dos EUA de identificar as nações que toleram lavagem de dinheiro (ex. venda drogas, atos de terror, crime organizado) + os Estados devem garantir que os seus bancos/ sistemas financeiros agem em conformidade com os parâmetros internacionais vs. lavagem de dinheiro (e EUA irão ajudá-los a fazê-lo)
Cl.28: 2.ª: incumbiu-o de identificar as empresas-fantasma e congelar os ativos da maior rede de droga do mundo (o cartel Cali) + cortar as suas fontes de financiamento e impedir que cidadãos americanos façam negócio com as suas empresas
Cl.29: Deu também instruções ao Departamento de Justiça para criar legislação que dê as ferramentas necessárias para se fazer cobro à atividade criminosa organizada
Cl.30-32: Por ser necessário vencer esta batalha em conjunto, convite a todos os países para se associarem à elaboração de uma declaração sobre o crime na esfera internacional e a segurança dos cidadãos - assegurar nenhum porto de abrigo para os criminosos + pacto anti-terrorismo (mais Estados, ratificação de tratados já existentes, fecho de mercados de sustento dos criminosos)
Cl.33: 3.ª Criação de uma ofensiva anti-droga - necessário agir vs. cartéis, destruir plantações de droga e diminuir a procura nos países consumidores (ex. EUA)
Cl.34-35: 4.ª Criação de uma força policial internacional efetiva - as organizações de crime internacional têm como alvo nações sem experiência/ capacidade para detê-las - EUA e Hungria estabeleceram a International Law Enforcement Academy para ajudar as polícias da Europa Central; agora: proposta de rede à escala global (partilha dos últimos avanços da técnica/ tecnologia vs. crime)
Cl.36-38: 5.ª Necessário um esforço conjunto no controlo de armas ilegais e materiais letais (ex. trabalho com antiga URSS e e parceiros do G-7): ter mais em conta materiais com poder de destruição maciça (armazenamento e segurança) + fortalecer a Convenção de Armas Biológicas + adotar um tratado global para banir testes nucleares + extinguir o flagelo mortífero das minas + pressionar outros países (e o Congresso EUA) para ratificar a Convenção de Armas Químicas + intensificar esforços no combate à rede ilegal de armas que sustenta o terrorismo internacional, equipa os cartéis de droga prolonga conflitos mortíferos
Cl.39: Agenda cheia e desafiante, mas deve ser completada e em conjunto
Cl.40: Há 50 anos, na Conferência de S. Francisco, um jovem americano herói de guerra transmitiu as suas impressões quanto ao evento num jornal - J.F.Kennedy (citação - ideia: o importante era terminar a guerra, não ter de lutar mais)
Cl.41-44: A ONU não extinguiu a guerra, o sofrimento, a repressão e a pobreza, nem tem sido tudo o que os membros gostariam, mas tornou a guerra menos provável, ajudou muitas nações a passar da guerra à paz, prolongou a vida de milhões de seres humanos, possibilitou a progressão na causa da liberdade e da prosperidade, tem sido uma força em prol do bem e vs. o mal
Cl.45: Com o aproximar de um novo século cheio de promessas, mas assolado por perigos, a ONU ainda é precisa - e podem contar com os EUA para outros 50 anos (ou mais)

No que concerne à importância da ONU e ao apoio à mesma, embora não tenham sido considerados na reescrita da intervenção de Bill Clinton, foram assuntos selecionados e destacados na versão elaborada sobre o Papa (expressa, por exemplo, em JPII95.corte 2). O mesmo relativamente aos apelos à cooperação internacional, que foram associados ao líder da Igreja Católica, mas não ao Presidente dos EUA (entre outros, patentes em JPII95.62, 45).

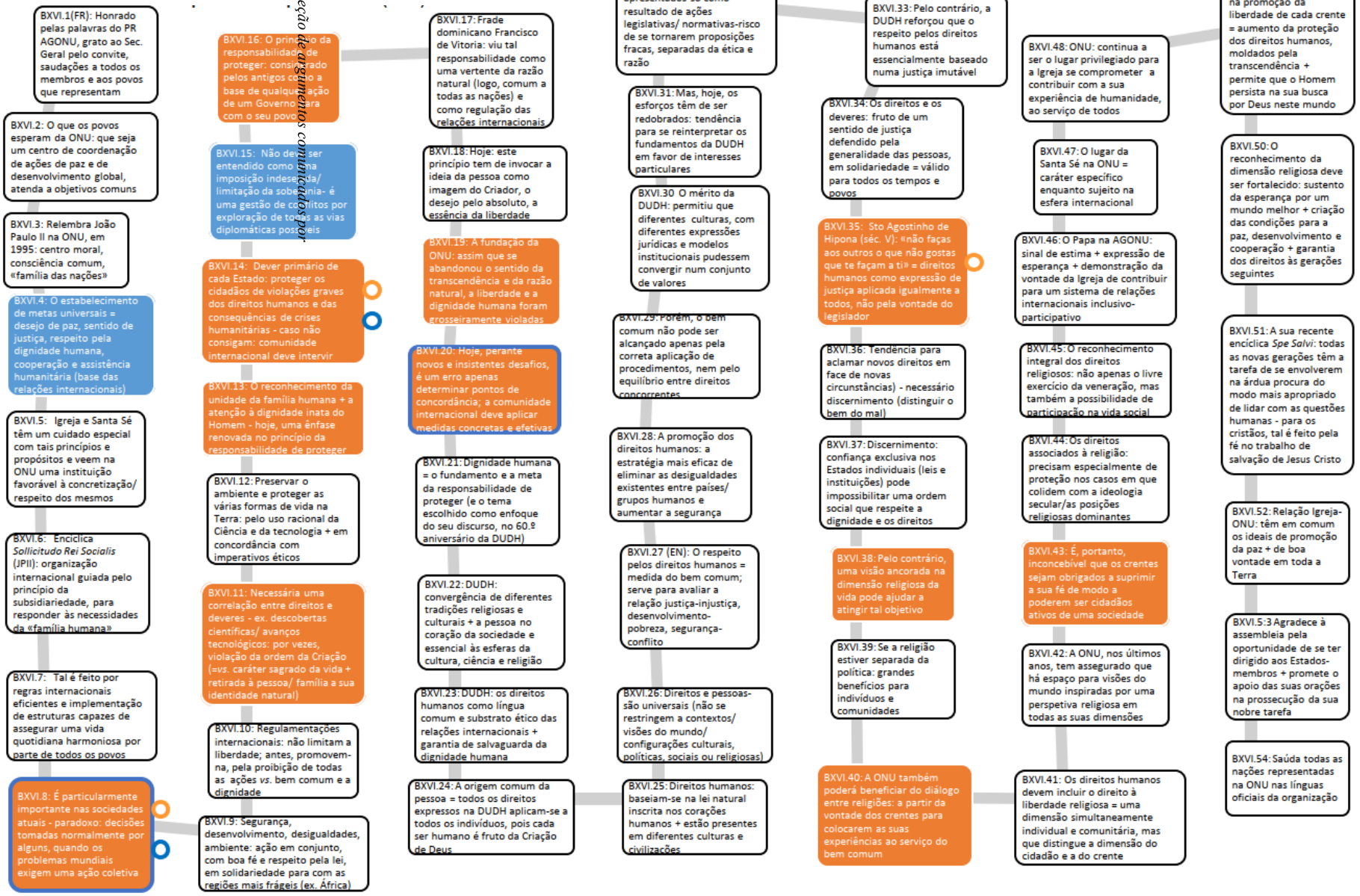
Contudo, também a relação entre as passagens selecionadas e as que não foram tidas em consideração no Discurso de João Paulo II em **1995** (gráfico 14), assim como no de Bento XVI, em **2008** (gráfico 16), nos convidam a constatar uma concentração dos jornais num conjunto específico de mensagens: por exemplo, vemos que na sua maioria não foram selecionadas para tradução passagens nas quais os Papas fizeram referências a acontecimentos, documentos ou personalidades em particular (JPII95.14, 18-20; BXVI.3, 6, 17, 51), definiram ou explicaram conceitos (JPII95.24-25, 36-37, 53; BXVI.24, 32, 36-37), apresentaram argumentos menos aplicáveis a situações concretas do que se vivia na época [como seja a ideia do Homem como estando rodeado do amor do Criador e feito à Sua imagem (JPII95.57; BXVI.18) ou pontos de vista especificamente relacionados com a relação Santa Sé-ONU (JPII95.60-61; BXVI.5, 52, entre outras passagens)]. Pelo contrário, o que foi selecionado e destacado destes Discursos parece-nos ter estado bastante relacionado com a atualidade internacional em cada uma das épocas, daí resultando a imagem do Santo Padre como um líder que se esforçava por atender aos maiores flagelos da humanidade, procurando aconselhar – e não intervir – os atores políticos mundiais na melhor forma de agir. Comparando com o que apurámos no capítulo dois quanto ao teor destes Discursos, notamos que as mensagens do Papa João Paulo II foram reinterpretadas em consonância com as cargas semânticas preponderantes no texto inicial, como os direitos do Homem e das nações, a liberdade (desta feita, já bastante presente nas versões de chegada, ao contrário do que tínhamos visto em **1979**), a verdade e a justiça, e a procura de soluções para os problemas com base em estudos ou ponderações – todos eles incluídos nas passagens assinaladas no gráfico 14 (*vide* marcas «o»). No caso de Bento XVI, vemos tal transposição também a nível dos direitos humanos fundamentais, do direito internacional e humanitário, da verdade e da justiça, e do dever ou responsabilidade dos Estados e da comunidade internacional em proteger os cidadãos – assuntos que marcaram a comunicação do pontífice e que foram veiculados pelos jornais portugueses nos elementos de captação (como indicam as marcações no gráfico 16). Todavia, vemos que outros temas que ocuparam um espaço

maior nas versões de partida não estiveram tão presentes nas de chegada: em **1995**, notamo-lo nas referências ao direito de participação na vida social em/ por todos os povos e no sentido de respeito e de tolerância relativamente ao Outro – que, como percebemos, foram particularmente caros a João Paulo II –, bem como no de renovação do Homem (que os jornais destacaram sobretudo em **1965**, aquando da reescrita da intervenção de Paulo VI) e no de compromisso para com uma causa. Em **2008**, vemos com alguma curiosidade o facto de as considerações comunicadas pelo Papa Bento XVI quando na AGONU acerca da liberdade religiosa e de espírito (uma causa particular ao pontífice) terem sido menos relevantes nas versões de chegada de **2008** do que nas de **1995**: em **2008**, apenas identificamos a reescrita de uma das várias passagens do Discurso de Bento XVI sobre o assunto (BXVI.38). Também os seus pareceres quanto aos limites éticos na ação internacional não mostram uma presença tão marcada nos textos jornalísticos como a que notamos na comunicação de partida. Notamos, assim, uma preferência por parte dos jornalistas por um conjunto de mensagens pontifícias em particular, que terá sido acima de tudo fruto de uma articulação entre a reinterpretação dos argumentos papais e os contextos históricos do momento. Dela terá resultado a menor ênfase colocada nas reflexões mais aprofundadas dos pontífices, bem como nos argumentos que não permitiam traçar um paralelo com a conjuntura internacional.

O ano de **2008** parece-nos também bastante representativo em termos de reinterpretação específica no que se refere às intervenções dos líderes de segunda linha, a começar por George W. Bush (gráfico 17). Da comparação entre o que foi afirmado por Bush e selecionado pelos órgãos da imprensa portuguesa em análise, vemos claramente como o *DN*, por um lado, e o *JN* e o *DA*, por outro, entenderam a posição do Presidente dos EUA perante a conjuntura internacional naquela época de modo diferente: não só o *DN* concentrou o seu relato apenas no que Bush afirmou na AGONU sobre a resolução da crise económica e financeira que abalou o mundo na altura [«Bush anuncia megaplano na ONU» (no título), «para salvar o sector financeiro» (no *lead*), a partir de informações inscritas em GWB.50-51], como também as mensagens selecionadas não tiveram qualquer relação com as escolhidas pelo *JN* e pelo *DA*. Aliás, verificamos que os conteúdos reescritos foram extraídos de partes distintas da versão de partida, logo, de pontos diferentes da sequência argumentativa inicial. E até entre o *JN* e o *DA* vemos que o que foi objeto de destaque não coincidiu inteiramente, apesar de ambos terem reescrito as mesmas duas passagens. Se

ambos evidenciaram a acusação de Bush de que ainda existiam países no Médio Oriente que continuavam a apoiar o terrorismo (em GWB.12-13), no *JN* foi incluída também a indicação do Presidente dos EUA quanto ao facto de ser necessário tomar uma posição moral contra tais atos (como lemos no *lead*: «onde este [o presidente norte-americano] pediu aos líderes mundiais 'uma inequívoca posição moral' contra os atentados suicidas, a tomada de reféns e outras tácticas de terror»). Pelo contrário, o *DA* manteve um enfoque muito claro (porque repetido da titulação para o *lead*) na afirmação de Bush de que o Irão era, «a par da Síria, um dos patrocinadores do terrorismo internacional» (a partir de GWB.17).

Comprovamos, então, que as redações podem reinterpretar não somente os mesmos textos, mas inclusive as mesmas passagens de forma particular e, por isso, sugerir leituras diferentes aos leitores. Sobre o que desta intervenção não foi traduzido por nenhum dos jornais, vemos terem sido informações sobre estratégias políticas norte-americanas específicas (como o Millennium Challenge Account, o Emergency Plan for Aids Relief e medidas de combate a doenças como a malária, a tuberculose e HIV/Sida, em GWB.40-45), que indicavam que os EUA estavam a apoiar países em desenvolvimento a nível económico e médico-sanitário; em linha com o que fomos vendo nos anos anteriores, de reescrita de discursos dos EUA na AGONU, vemos terem sido também descuradas as considerações sobre aquele organismo internacional, em especial o reconhecimento da importância do trabalho em prol da paz e do bem-estar do mundo, na implementação da democracia e da liberdade, no investimento e desenvolvimento de lógicas de comércio livre (em GWB.1-5, 25-27, 46-47); e, por fim, a (auto-)defesa das ações desenvolvidas pelos norte-americanos em nome da democratização do mundo, como acontecia no Afeganistão e no Iraque, *embora reconhecendo as dificuldades encontradas* (GWB.28-32) e salientando como bons exemplos alguns povos que inspiravam a luta pela liberdade (um pouco à semelhança do que o Papa João Paulo II havia feito em **1995**): a Ucrânia, a Geórgia e o Quirguistão (GWB.25); para além de mostrar preocupação com outros que estavam a conhecer vicissitudes – curiosamente, o Líbano e a Palestina (GWB.25, 33-35), que haviam sido mencionados também por aquele pontífice em **1979**.



Bento XVI e a seleção e ausência e seleção de argumentos comunicados por

J. em 2008

Síntese da seleção e ausência de seleção de argumentos por George W. Bush na AGONU, em 2008

GWB.1-2: Há 63 anos: representantes de todo o mundo concluíram em S. Francisco a Carta ONU -compromisso histórico: reafirmação da fé nos direitos humanos fundamentais, união para manter a paz e a segurança internacionais (persistiu a problemas e continua a guiar os trabalhos)

GWB.3-4: Todavia, os ideais da Carta estão a ser desafiados como nunca antes - ex. movimento global de extremistas violentos: *vs.* ordem internacional, vida/ dignidade humana, modelos de consciência/ moralidade = em risco a justiça e os direitos humanos (pilares da ONU)

GWB.5: Responsabilidade de todas as nações na AGONU: defender a Carta, governar responsavelmente, resolver problemas antes que se propaguem, prevenir que o território seja usado como santuário de crimes, respeitar os direitos e responder às necessidades dos cidadãos

GWB.6-11: Ao longo de oito anos, os membros da AGONU trabalharam em conjunto *vs.* ameaça terrorista - sucessos e contrapontos; lição: ONU e outras organizações multilaterais são mais necessárias do que nunca = devem cooperar de modo mais próximo (clarividência: ver os terroristas por aquilo que são e proteger a população)

GWB.12-13: Necessário: uma posição moral inequívoca *vs.* terrorismo (bombardeamentos suicidas, a tomada de reféns e raptos nunca são legítimos; Cons. Segurança: o terrorismo como ilegal e todas as nações devem controlar o financiamento terrorista + Sec.Geral (no início mês): o terrorismo nunca tem justificação

GWB.14: Outras organizações multilaterais: G-8 declarou que todos os atos terroristas são criminosos e devem ser universalmente condenados + Sec. Geral da Organização da Conf.ª Islâmica: bombardeamentos suicidas vão contra os ensinamentos do Islão

GWB.15-16: A mensagem: o terrorismo não tem lugar no mundo moderno - a natureza brutal dos extremistas é cada vez mais evidente e a coligação de nações que confronta os terroristas está a tornar-se mais forte

GWB.17: Nos últimos 7 anos: Afeganistão e Iraque transformados de regimes que patrocinam ativamente o terror para democracias que combatem o terror + Líbia renunciou apoio que recebia e intuito de ter armas nucleares + Arábia Saudita e Paquistão ativamente no encalço de terroristas + algumas (poucas) nações (ex. Síria e Irão) continuam a apoiar o terror, (mas cada vez mais isoladas)

GWB.18-19: À medida que o séc. XXI progride, alguns poderão ser tentados a pensar que esta ameaça diminuiu - erro: o tempo faz parte da estratégia terrorista + não se pode permitir que sejam bem-sucedidos: devem manter-se unidos na luta *vs.* terror, negando que encontrem abrigo nalguma parte do mundo + vigilantes (resolução 1540, de 2004) + forçar sanções *vs.* Coreia Norte e Irão = EUA não vão descansar enquanto a população não estiver livre desta ameaça

GWB.20-24: Para fazer jus à promessa de paz/ segurança da Carta no séc. XXI: necessário confrontar a ideologia dos terroristas + permitir que pessoas falem, venerem como pretenderem, persigam os seus sonhos em liberdade = serve os ideais mais altos da ONU (ex. dignidade e valor da pessoa) e os objetivos de segurança

GWB.25: Alguns questionam se as populações de certas partes do mundo desejam, de facto, a liberdade = egoísmo/ interesses próprios - desaprovação EUA; povos têm exigido a sua liberdade (ex. urnas votação no Afeganistão, Iraque e Libéria; Revolução Cor-de-Laranja na Ucrânia, Cor-de-Rosa na Geórgia, dos Cedros no Líbano, das Tulipas no Quirguistão)

GWB.26-27: Sempre que é dado a escolher, as pessoas optam pela liberdade + ONU: apoio dos esforços de dissidentes, reformadores e ativistas civis em sociedades com uma liberdade recente pelo novo fundo para a democracia - EUA agradecem tais esforços + organizações multilaterais devem continuar ao lado das jovens democracias na causa pela liberdade

GWB.28-29: No Afeganistão: população determinada a superar décadas de tirania e proteger a sua sociedade recém-liberta (forte apoio das 26 nações da NATO) + louva a decisão da ONU nesta semana de renovar o mandato da International Security Assistance Force no país + também uma presença significativa da ONU a nível civil - necessário continuar ajudar o povo afegão, para que os Talibãs não regressem ao poder e o país não torne a ser um refúgio sagrado para o terror

GWB.30-32: No Iraque: a luta tem sido dura, mas a vida quotidiana melhorou significativamente nos últimos 20 meses (coligação determinada de nações e um contingente de tropas americanas) + ONU: mandato para forças multinacionais no terreno até dezembro + quaisquer que tenham sido as discórdias, o progresso em prol da estabilidade e da paz deve ser reconhecido + devem manter-se unidos para ajudar a democracia iraquiana a ser bem-sucedida

GWB.33-35: Devem manter-se unidos no apoio de outras democracias jovens/ países (ex. Líbano, Palestina, Geórgia): EUA admiram a coragem, honram os sacrifícios, agradecem o exemplo inspirador destas populações + irão continuar ao lado de todos os que defendem a liberdade (merece o apoio de todos)

GWB.36-39: Estender a abrangência da liberdade política é essencial, mas não suficiente: necessário ultrapassar o desânimo (onde o radicalismo prospera), olhando para as causas (pobreza, doença, ignorância) - juntos: direcionar recursos e esforços para fomentar a educação, a saúde e a prosperidade (ex. EUA: insistência nos resultados dos seus programas de assistência externa)

GWB.40-42: Nova iniciativa dos EUA: o Millennium Challenge Account - direciona ajuda para países que apresentam uma governação justa, luta *vs.* corrupção, implementação de políticas económicas de mercado, investimento na sua população - maior eficácia se tiverem fé nas populações do mundo em desenvolvimento + insistirem em resultados práticos em troca de ajuda (modelo de parceria, não de paternalismo)

GWB.43-44: Ex. com resultados inspiradores: Emergency Plan for AIDS Relief - cada nação que recebe apoio dos EUA desenvolve os seus próprios planos de combate, por exemplo, do HIV/SIDA (na África Subsariana) ou da malária (também em África)

GWB.45: Organizações multilaterais têm feito compromissos arrojados (ex. G-8, que tentou equiparar-se aos EUA face àquelas duas doenças e à tuberculose): a vida no mundo em desenvolvimento depende de tais programas, mas necessário cumprir os compromissos

GWB.46-47: Um dos mais poderosos motores do desenvolvimento e prosperidade: comércio livre e investimento - o passo mais eficaz de todos: acordo que remova barreiras comerciais à escala global (porém, impasse recente no acordo de Doha: desilusão - apela a que se consiga um consenso o mais depressa possível)

GWB.48: Para além de Doha, devem renovar o compromisso de abertura das economias e permanecer firmes *vs.* isolacionismo económico - objetivos que estão a ser colocados à prova nos mercados financeiros mundiais

GWB.49: As economias dos Estados-membros estão mais próximas do que alguma vez + sabe que estão a ver como o Governo dos EUA irá lidar com os problemas do seu sistema financeiro - recentemente: passos decisivos para prevenir uma disrupção grave da economia americana, que teria um efeito devastador noutras economias do mundo

GWB.50-51: Reserva Federal: injetou liquidez no sistema (era urgente) - na semana passada: anunciou uma ação decisiva pelo Governo sobre a raiz da instabilidade dos mercados financeiros dos EUA + assegura que a sua administração e o Congresso estão a trabalhar em conjunto para aprovar o mais rapidamente possível legislação que aprove esta estratégia + confiante de que vão conseguir agir com celeridade

GWB.52-53: Objetivos que traçou para que as organizações multilaterais possam confrontar o terror e promover um desenvolvimento efetivo: difíceis, mas necessárias (manter compromissos e responsabilidade)

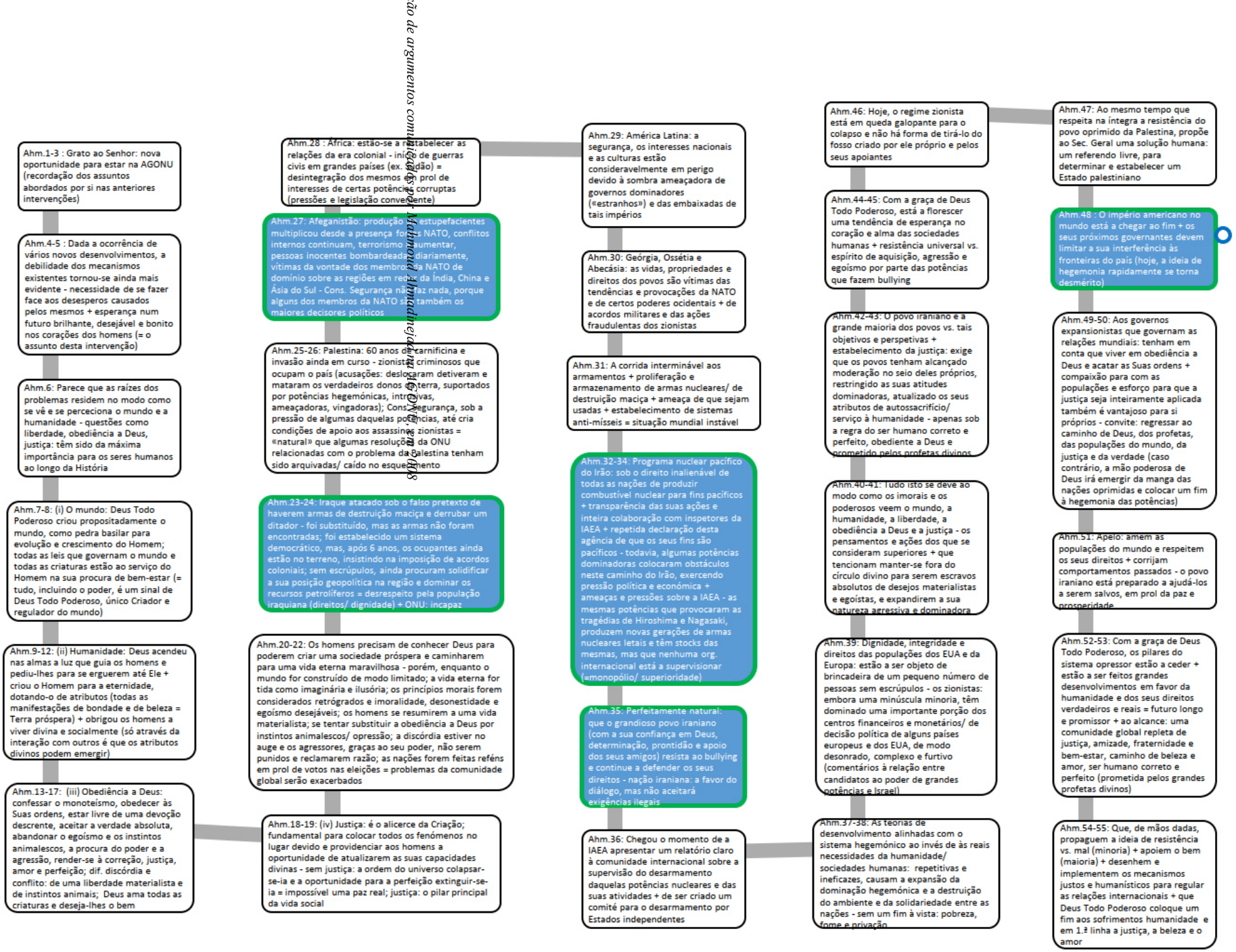
GWB.54: No séc. XXI, o mundo precisa de uma ONU competente e eficaz - esta instituição única deve trabalhar com base nos seus sucessos e melhorar a sua performance (ineficiência e corrupção: corrigir; excessivas burocracias: simplificar; incumprimentos: mão forte)

GWB.55: Ex. necessária uma revisão imediata do Cons. para os Direitos Humanos, que tem protegido violadores dos mesmos + esforço maior para ajudar a população da Birmânia a viver livre de repressão + especialm/ membros do Conselho Segurança devem assegurar que Governo do Sudão mantém o compromisso quanto à violência no Darfur

GWB.56: ONU é uma organização com um potencial extraordinário - deve abrir-se a uma nova era de transparência, responsabilização e seriedade + com determinação e propósitos claros, poderá ser uma poderosa força para o bem e afirmar a grande promessa estabelecida na sua fundação

GWB.57: Nos últimos dias da Conf.ª S. Francisco, os delegados que estavam a negociar a Carta da ONU receberam a visita do Pres. Harry Truman: reconheceu os enormes desafios que tinham pela frente e disse que o sucesso só era possível graças ao que designou de «unshakable unity of determination»

GWB.58: Hoje, o mundo está num outro período de desafio e, continuando a trabalhar em conjunto, a «unidade inabalável da determinação» será também uma realidade - juntos, podem confrontar e derrotar o mal do terrorismo, assegurar o dom da liberdade e da justiça concedido pelo Senhor aos milhões que ainda não o conhecem, construir um mundo mais livre, seguro e melhor para as gerações vindouras


Ahm.1-3 : Grato ao Senhor: nova oportunidade para estar na AGONU (recordação dos assuntos abordados por si nas anteriores intervenções)
Ahm.4-5 : Dada a ocorrência de vários novos desenvolvimentos, a debilidade dos mecanismos existentes tornou-se ainda mais evidente - necessidade de se fazer face aos desesperos causados pelos mesmos + esperança num futuro brilhante, desejável e bonito nos corações dos homens (= o assunto desta intervenção)
Ahm.6: Parece que as raízes dos problemas residem no modo como se vê e se perceciona o mundo e a humanidade - questões como liberdade, obediência a Deus, justiça: têm sido da máxima importância para os seres humanos ao longo da História
Ahm.7-8: (i) O mundo: Deus Todo Poderoso criou propositadamente o mundo, como pedra basilar para evolução e crescimento do Homem; todas as leis que governam o mundo e todas as criaturas estão ao serviço do Homem na sua procura de bem-estar (= tudo, incluindo o poder, é um sinal de Deus Todo Poderoso, único Criador e regulador do mundo)
Ahm.9-12: (ii) Humanidade: Deus acendeu nas almas a luz que guia os homens e pediu-lhes para se erguerem até Ele + criou o Homem para a eternidade, dotando-o de atributos (todas as manifestações de bondade e de beleza = Terra próspera) + obrigou os homens a viver divina e socialmente (só através da interação com outros é que os atributos divinos podem emergir)
Ahm.13-17: (iii) Obediência a Deus: confessar o monoteísmo, obedecer às Suas ordens, estar livre de uma devoção descrente, aceitar a verdade absoluta, abandonar o egoísmo e os instintos animalescos, a procura do poder e a agressão, render-se à correção, justiça, amor e perfeição; dif. discórdia e conflito: de uma liberdade materialista e de instintos animais; Deus ama todas as criaturas e deseja-lhes o bem
Ahm.18-19: (iv) Justiça: é o alicerce da Criação; fundamental para colocar todos os fenómenos no lugar devido e providenciar aos homens a oportunidade de atualizarem as suas capacidades divinas - sem justiça: a ordem do universo colapsar-se-ia e a oportunidade para a perfeição extinguir-se-ia = impossível uma paz real; justiça: o pilar principal da vida social
Ahm.20-22: Os homens precisam de conhecer Deus para poderem criar uma sociedade próspera e caminharem para uma vida eterna maravilhosa - porém, enquanto o mundo for construído de modo limitado; a vida eterna for tida como imaginária e ilusória; os princípios morais forem considerados retrógrados e imoralidade, desonestidade e egoísmo desejáveis; os homens se resumirem a uma vida materialista; se tentar substituir a obediência a Deus por instintos animalescos/ opressão; a discórdia estiver no auge e os agressores, graças ao seu poder, não serem punidos e reclamarem razão; as nações forem feitas reféns em prol de votos nas eleições = problemas da comunidade global serão exacerbados
Ahm.23-24: Iraque atacado sob o falso pretexto de haverem armas de destruição maciça e derrubar um ditador - foi substituído, mas as armas não foram encontradas; foi estabelecido um sistema democrático, mas, após 6 anos, os ocupantes ainda estão no terreno, insistindo na imposição de acordos coloniais; sem escrúpulos, ainda procuram solidificar a sua posição geopolítica na região e dominar os recursos petrolíferos = desrespeito pela população iraquiana (direitos/ dignidade) + ONU: incapaz
Ahm.25-26: Palestina: 60 anos de carnificina e invasão ainda em curso - sionistas criminosos que ocupam o país (acusações: deslocaram detiveram e mataram os verdadeiros donos da terra, suportados por potências hegemónicas, intrusivas, ameaçadoras, vingadoras); Cons. segurança, sob a pressão de algumas daquelas potências, até cria condições de apoio aos assassinos sionistas = «natural» que algumas resoluções da ONU relacionadas com o problema da Palestina tenham sido arquivadas/ caído no esquecimento
Ahm.27: Afeganistão: produção de estupefacientes multiplicou desde a presença forças NATO, conflitos internos continuam, terrorismo a aumentar, pessoas inocentes bombardeadas diariamente, vítimas da vontade dos membros da NATO de domínio sobre as regiões em redor da Índia, China e Ásia do Sul - Cons. Segurança não faz nada, porque alguns dos membros da NATO são também os maiores decisores políticos
Ahm.28 : África: estão-se a restabelecer as relações da era colonial - início de guerras civis em grandes países (ex. Sudão) = desintegração dos mesmos em prol de interesses de certas potências corruptas (pressões e legislação conveniente)
Ahm.29: América Latina: a segurança, os interesses nacionais e as culturas estão consideravelmente em perigo devido à sombra ameaçadora de governos dominadores («estranhos») e das embaixadas de tais impérios
Ahm.30: Geórgia, Ossétia e Abecásia: as vidas, propriedades e direitos dos povos são vítimas das tendências e provocações da NATO e de certos poderes ocidentais + de acordos militares e das ações fraudulentas dos sionistas
Ahm.31: A corrida interminável aos armamentos + proliferação e armazenamento de armas nucleares/ de destruição maciça + ameaça de que sejam usadas + estabelecimento de sistemas anti-mísseis = situação mundial instável
Ahm.32-34: Programa nuclear pacífico do Irão: sob o direito inalienável de todas as nações de produzir combustível nuclear para fins pacíficos + transparência das suas ações e inteira colaboração com inspetores da IAEA + repetida declaração desta agência de que os seus fins são pacíficos - todavia, algumas potências dominadoras colocaram obstáculos neste caminho do Irão, exercendo pressão política e económica + ameaças e pressões sobre a IAEA - as mesmas potências que provocaram as tragédias de Hiroshima e Nagasaki, produzem novas gerações de armas nucleares letais e têm stocks das mesmas, mas que nenhuma org. internacional está a supervisionar (=monopólio/ superioridade)
Ahm.35: Perfeitamente natural: que o grandioso povo iraniano (com a sua confiança em Deus, determinação, prontidão e apoio dos seus amigos) resista ao bullying e continue a defender os seus direitos - nação iraniana: a favor do diálogo, mas não aceitará exigências ilegais
Ahm.36: Chegou o momento de a IAEA apresentar um relatório claro à comunidade internacional sobre a supervisão do desarmamento daquelas potências nucleares e das suas atividades + de ser criado um comité para o desarmamento por Estados independentes
Ahm.37-38: As teorias de desenvolvimento alinhadas com o sistema hegemónico ao invés de às reais necessidades da humanidade/ sociedades humanas: repetitivas e ineficazes, causam a expansão da dominação hegemónica e a destruição do ambiente e da solidariedade entre as nações - sem um fim à vista: pobreza, fome e privação
Ahm.39: Dignidade, integridade e direitos das populações dos EUA e da Europa: estão a ser objeto de brincadeira de um pequeno número de pessoas sem escrúpulos - os sionistas: embora uma minúscula minoria, têm dominado uma importante porção dos centros financeiros e monetários/ de decisão política de alguns países europeus e dos EUA, de modo desonrado, complexo e furtivo (comentários à relação entre candidatos ao poder de grandes potências e Israel)
Ahm.40-41: Tudo isto se deve ao modo como os imorais e os poderosos veem o mundo, a humanidade, a liberdade, a obediência a Deus e a justiça - os pensamentos e ações dos que se consideram superiores + que tencionam manter-se fora do círculo divino para serem escravos absolutos de desejos materialistas e egoístas, e expandirem a sua natureza agressiva e dominadora
Ahm.42-43: O povo iraniano e a grande maioria dos povos vs. tais objetivos e perspetivas + estabelecimento da justiça: exige que os povos tenham alcançado moderação no seio deles próprios, restringido as suas atitudes dominadoras, atualizado os seus atributos de autossacrifício/ serviço à humanidade - apenas sob a regra do ser humano correto e perfeito, obediente a Deus e prometido pelos profetas divinos
Ahm.44-45: Com a graça de Deus Todo Poderoso, está a florescer uma tendência de esperança no coração e alma das sociedades humanas + resistência universal vs. espírito de aquisição, agressão e egoísmo por parte das potências que fazem bullying
Ahm.46: Hoje, o regime zionista está em queda galopante para o colapso e não há forma de tirá-lo do fosso criado por ele próprio e pelos seus apoiantes
Ahm.47: Ao mesmo tempo que respeita na íntegra a resistência do povo oprimido da Palestina, propõe ao Sec. Geral uma solução humana: um referendo livre, para determinar e estabelecer um Estado palestiniano
Ahm.48 : O império americano no mundo está a chegar ao fim + os seus próximos governantes devem limitar a sua interferência às fronteiras do país (hoje, a ideia de hegemonia rapidamente se torna desmérito)
Ahm.49-50: Aos governos expansionistas que governam as relações mundiais: tenham em conta que viver em obediência a Deus e acatar as Suas ordens + compaixão para com as populações e esforço para que a justiça seja inteiramente aplicada também é vantajoso para si próprios - convite: regressar ao caminho de Deus, dos profetas, das populações do mundo, da justiça e da verdade (caso contrário, a mão poderosa de Deus irá emergir da manga das nações oprimidas e colocar um fim à hegemonia das potências)
Ahm.51: Apelo: amem as populações do mundo e respeitem os seus direitos + corrijam comportamentos passados - o povo iraniano está preparado a ajudá-los a serem salvos, em prol da paz e prosperidade
Ahm.52-53: Com a graça de Deus Todo Poderoso, os pilares do sistema opressor estão a ceder + estão a ser feitos grandes desenvolvimentos em favor da humanidade e dos seus direitos verdadeiros e reais = futuro longo e promissor + ao alcance: uma comunidade global repleta de justiça, amizade, fraternidade e bem-estar, caminho de beleza e amor, ser humano correto e perfeito (prometida pelos grandes profetas divinos)
Ahm.54-55: Que, de mãos dadas, propaguem a ideia de resistência vs. mal (minoria) + apoiem o bem (maioria) + desenhem e implementem os mecanismos justos e humanísticos para regular as relações internacionais + que Deus Todo Poderoso coloque um fim aos sofrimentos humanidade e em 1.ª linha a justiça, a beleza e o amor

Todavia, enquanto foram considerações entendidas pelos jornais como relevantes a reproduzir nas suas versões sobre os Discursos de João Paulo II, não o foram no processo de tradução dos pontos de vista de George W. Bush sobre o panorama internacional – e verificamo-lo também relativamente a outros assuntos que vimos terem sido preponderantes na reinterpretação das palavras pontifícias, como a necessidade de cooperação internacional (em GWB.54, 58) ou a necessária revisão do Conselho para os Direitos Humanos (em GWB.55). É certo que muito do que foi comunicado por Bush se concentrou no tema do terrorismo e na defesa da controversa intervenção militar dos EUA no Iraque e no Afeganistão; porém, não deixou de referir outros assuntos igualmente presentes no Discurso de Bento XVI (e nos de João Paulo II); porém, tal comunhão de pontos de vista não foi transposta em nenhum dos jornais em estudo.

Precisamos acrescentar a reescrita do texto proferido por Mahmoud Ahmadinejad também em **2008** na AGONU para percebermos com maior precisão a representação específica dos vários atores mundiais neste ano (gráfico 18). Primeiro, é, para nós, muito curioso que o líder iraniano tenha sido o único agente político-governamental do nosso estudo a ter feito referências a Deus e aos livros sagrados quando na AGONU (Ahm.6-14, 17, 20-21, 40, 44, 49-50, 52-55), tendo sido igualmente o que mais aludiu à dimensão espiritual da existência. Mais precisamente, Mahmoud Ahmadinejad afirmou que todas as leis que governam o mundo deveriam ter por base (e, simultaneamente, servir) o propósito da Criação, até porque, como disse, o poder (assim como a existência, o conhecimento e o bem-estar) deriva de Deus (Ahm.7-8); que é a obediência a Deus que permite uma vida reta, marcada pela justiça, pela verdade, pelo amor e pela correção (um argumento semelhante ao de Paulo VI, em **1965**, e que foi reescrito na titulação secundária do *DN*) sendo, portanto, a religião um domínio fundamental para evitar o conflito e a discórdia, logo, para conduzir a humanidade à paz (Ahm.13-17); ou que os governantes das nações deveriam amar todas as populações do mundo, corrigir comportamentos nefastos do passado e progredir na senda da paz e da prosperidade, para o que o regime iraniano estava disposto a contribuir (Ahm.51). Ou seja: argumentos com uma carga moral vincada que não foi de nenhum modo reproduzida nos jornais portugueses; antes, foi preterida a favor de um enfoque no cariz reacionário de Ahmadinejad face às acusações do congénere norte-americano quanto à promoção do terrorismo – e isto pese embora ter sido um assunto que abordou numa pequena parcela do seu discurso (Ahm.48-50). Em rigor, o que foi selecionado pelos jornais portugueses – pelo

JN e pelo *DA*, já que o *DN*, como dissemos, cingiu o seu texto à crise económica mundial – parece-nos ter na sua base uma imagem do Outro, que, quando na assembleia das nações, se insurgiu contra as acusações daquela que foi sendo ao longo dos anos apresentada nos relatos como uma superpotência, durante e após a Guerra Fria: os EUA. Como podemos ver no quadro 19, os jornais não só escolheram tratar quer o discurso de Bush, quer o de Ahmadinejad num mesmo texto, como também o fizeram numa lógica de antagonismo ideológico. Isto percebemos pelo que consta nos elementos de captação: no *JN*, no destaque feito no título à citação do líder iraniano «O império americano está a chegar ao fim» (tendo depois o jornalista repetido esta afirmação no intertítulo, na legenda da fotografia e em JN.2, nestes dois últimos casos de modo implícito: na indicação de que «os EUA deveriam pôr termo ao seu envolvimento militar noutros países») e na indicação no pós-título de que «O presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, reagiu com os polegares para baixo à denúncia feita por George W. Bush (…) de que o Irão é o principal patrocinador do terrorismo». Também encontramos todas estas referências no *DA*: no título «Ahmadinejad rejeita acusações de Bush na Assembleia Geral da ONU»; no pós-título e *lead* «George W. Bush acusou o Irão de ser, a par da Síria, um dos patrocinadores do terrorismo internacional. À denúncia do líder norte-americano na Assembleia Geral da ONU, o Presidente iraniano mostrou o desagrado voltando os polegares para baixo»; e na legenda da fotografia, com a citação de Ahmadinejad: «'Império americano está a chegar ao fim'». No entanto, comparando com a versão de partida do discurso de Bush, percebemos que a acusação não foi especificamente feita ao Irão: Bush disse que «*few nations, regimes like Syria and Iran*, continue to sponsor terror» (cf. apêndice B.4.4: 32, 34). Ora, se o *DA* mostrou uma versão de chegada próxima desta afirmação, uma vez que indicou que «George W. Bush acusou o *Irão* de ser, *a par da Síria*, *um dos* patrocinadores do terrorismo internacional», já o *JN* apenas referiu o Irão, tendo-o indicado como «*o* principal patrocinador do terrorismo».

Tudo isto nos parece confirmar que as reinterpretações foram feitas sobretudo à luz do contexto socio-histórico da época: no *DN*, a crise económico-financeira tinha tido início precisamente no mês em que estes líderes governamentais discursaram na AGONU (*vide Público*, 2008) e, no caso dos outros dois jornais, a invasão dos EUA ao Afeganistão e ao Iraque era bastante recente. Destes enfoques retiramos duas representações culturais: no *DN*, sobressaiu de novo a ideia do Presidente dos EUA como detentor da capacidade e do poder de solucionar os maiores problemas mundiais – no caso, do foro económico; e no *JN* e no

DA vemos a ideia daquele líder como o mais próximo em termos ideológicos ao contexto de chegada – logo, associado ao Nós, por ser a potência que, na cena política internacional, age em benefício do bem comum (incluindo do nosso). Pelo contrário, o Irão foi percecionado como o Outro, já que do que foi selecionado das suas palavras e da perda de toda a carga espiritual contida nas mesmas, como descrevemos *supra*, a imagem que dele transpareceu foi a de um protagonista que pertence à fação contrária e que (apenas) reage ao que é dito e proposto pelo Nós, aparecendo (i.e., sendo construído na imprensa) como potencialmente perigoso – em rigor, como um inimigo do Ocidente.

Consideramos que tal representação do líder iraniano como um Outro terá resultado de uma imagem predefinida, i.e., da noção de confiança que Anthony Giddens (1990) aponta como basilar na identidade. Isto porque não só o retrato foi bastante preciso, como também continuado no tempo (neste caso, em **2008** e em **2015**, como vimos no gráfico 13) e de modo independente ao agente de partida em causa (em **2015**, o Irão já tinha outro líder: Rouhani). Parece-nos, por isso, resultar da ideologia da potência governamental em si mesma (i.e., do regime iraniano), que terá sido entendida como diferente à do polissistema de chegada, no seu todo. Semelhante constatação fazemos no que se refere a Vladimir Putin (*vide* apêndice B.5.2.2: 8): tal como se sucedeu com Ahmadinejad, foi descurado pelos jornais o apelo feito por aquele presidente em **2015** na AGONU à inclusão da religião em quaisquer decisões políticas que fossem tomadas relativamente ao mundo muçulmano – e isto porque, segundo disse, muitos dos atos terroristas tinham por base uma distorção do Islão (Put.25-26). Também consideramos relevante em termos analíticos terem ficado fora das opções de tradução argumentos de Putin que foram parecidos com os apresentados pelos representantes norte-americanos ao longo do tempo, nomeadamente por Obama naquele mesmo ano. Foi o caso da consideração do presidente russo de que os migrantes de África e do Médio Oriente mereciam o apoio e a compaixão da ONU, o que também foi afirmado pelo líder dos EUA (Put.29-30; Ob.50-51); da afirmação da sua disponibilidade, enquanto representante de um Estado-membro, para corresponder aos desafios a lançar meses depois em Paris quanto à questão ambiental (Put.40-43; Ob.52-57); ou da defesa de que a ação internacional deveria assentar em cooperações estratégicas, estando pronto para trabalhar consistentemente com outros países de modo a fortalecer o papel da ONU no mundo e confiando que, juntos, poderiam torná-lo mais seguro e estável, bem como promover o desenvolvimento de todos os Estados e nações (Put.44-46). Este último ponto é particularmente interessante, uma vez

que foi essa uma das considerações destacadas do texto de Barack Obama pelos jornais portugueses em estudo (Ob.46-47). Além disso, a opinião de Vladimir Putin de que a ONU deveria criar formas para que a segurança fosse uma realidade para todos os povos, e não somente para alguns (Put.31-32), e a sua afirmação de que acreditava no potencial das Nações Unidas para evitar um novo conflito global, evidenciaram uma proatividade e predisposição de trabalhar em prol do bem comum, muito diferentes da visão veiculada nos textos de chegada – que, como aconteceu em **2008**, também foram produzidos (no *DN* e no *JN*) numa lógica de confronto das posições entre os dois rivais históricos: Rússia e EUA. Acima de tudo, o que foi traduzido das intervenções de um e de outro promoveu uma imagem de Putin como um líder que, à semelhança de Ahmadinejad, apenas reagiu aos argumentos de Obama, contrariando a opinião do presidente norte-americano quanto ao (melhor) modo de solucionar o conflito na Síria – um tema que foi central em todos os jornais (também no *DA*) e que se terá devido ao facto de aquela guerra e da crise de refugiados desencadeada pela mesma estarem a marcar a atualidade na altura (e ainda hoje – cf. UNRIC, 2020). Contudo, o que consta nos elementos de captação parece-nos veicular uma diferente representação dos dois líderes a respeito de tal conflito: no *DN*, o enfoque foi colocado (i) na disponibilidade de Obama para negociar inclusive com os seus rivais histórico-ideológicos (indicada no título de primeira página, como «Obama aceita diálogo com Putin e Teerão para acabar com guerra na Síria», e no título principal, como «EUA aceitam trabalhar com Rússia e Irão para resolver guerra na Síria») e (ii) na divergência de posições dos presidentes norte-americano e russo quanto à resolução daquela guerra (como lemos no pós-título: «Obama recusou manter no poder o 'tirano' Assad. Putin garantiu que presidente sírio é única solução para derrotar o Estado Islâmico», tendo esta diferença sido promovida também no *lead – vide* quadro 20). De notar que o primeiro protagonista a ser referido nestes elementos do texto do *DN* foi o líder dos EUA – mais uma vez, o retrato do presidente daquele país como *o* agente político que assume as rédeas do destino do mundo, ao passo que o presidente cujos argumentos foram contrapostos deram a ideia de alguém que difere da ideologia do primeiro. Aliás, o verbo «aceitar» («EUA *aceitam* trabalhar com Rússia e Irão», ou seja, com os seus rivais, nomeadamente no que se prendia com a questão da Síria, já que eram os dois países que apoiavam a governação de Bashar al-Assad – cf. Marshall, 2016: 157) sugere um esforço por parte de um agente politicamente superior relativamente a um conjunto de adversários ideológicos, como se lhes fosse concedida uma espécie de

«benesse» pelos EUA em matéria de política e de relações internacionais. Podemos acrescentar também o verbo «recusar»: a indicação de que Obama «recusou» manter no poder o chefe máximo da Síria reforça a ideia de afirmação do seu poder político, até porque tal recusa contrariava o argumento de Vladimir Putin de que Assad era a «única solução para derrotar o Estado Islâmico», como somos levados a entender no relato daquele jornal. No *JN*, a rivalidade EUA-Rússia também sobressai: as referências iniciais do texto deste jornal fazem transparecer uma tensão entre ambos os países, ainda que não tenha sido percetível, como no *DN*, uma noção de superioridade de um face ao outro – como notamos no título «EUA e Rússia em colisão» e no *lead*, quando o jornalista refere que «os Estados Unidos e a Rússia [assumiram] posições fortes e diametralmente opostas». Em JN.2 (em que consta o primeiro caso de tradução) e na legenda da fotografia, a ideia de rivalidade e de animosidade entre os EUA e a Rússia é explorada, ainda que de forma implícita: no segundo parágrafo, na indicação de que, «[p]ara Barack Obama, o presidente sírio é 'um tirano' que 'massacra crianças inocentes', pelo que recusa a ideia de que o Mundo o deve apoiar, só porque os radicais do Estado Islâmico são alguns dos combatentes contra Bashar al-Assad»; e, na legenda, ao ter sido veiculado que «Vladimir Putin quer apoiar al-Assad, a que Barack Obama chama de 'tirano'». No que se refere ao *DA*, o seu relato mostra-se mais próximo ao do *DN* do que ao do *JN*, sobretudo no que se refere à ênfase na disponibilidade de Barack Obama para colaborar quer com a Rússia, quer com o Irão com vista a uma solução para a Síria (como lemos no título: «Obama preparado para ser realista na Síria e negociar com Rússia e Irão»); ainda assim, de um modo geral, a ideia com que ficamos é a de que houve uma promoção em todos os jornais da disputa e rivalidade entre EUA e Rússia. Há, sim, um aspeto no qual o diário açoriano se distinguiu dos dois congéneres: no enfoque bastante mais claro nas palavras de Barack Obama, reduzindo-se as referências a Putin à lógica de confronto de posições (como lemos no *lead*, «*Acabaram por ser as palavras de Obama as mais decisivas da manhã desta segunda-feira*, em Nova Iorque»). E foi desta afirmação do jornalista que foi apresentado o primeiro caso de reescrita – ou seja: a partir de tal leitura pré-formulada e pré-veiculada aos recetores finais do presidente norte-americano como o protagonista mundial que, da «disputa» na AGONU, tinha saído vencedor, assim detendo maior poder político à escala global face a todos os grandes protagonistas governamentais.

Em todos os jornais, notamos, portanto, que ao longo dos anos foi sendo fomentada uma imagem do líder dos EUA como «herói» mundial, especialmente por ter sido evidenciado

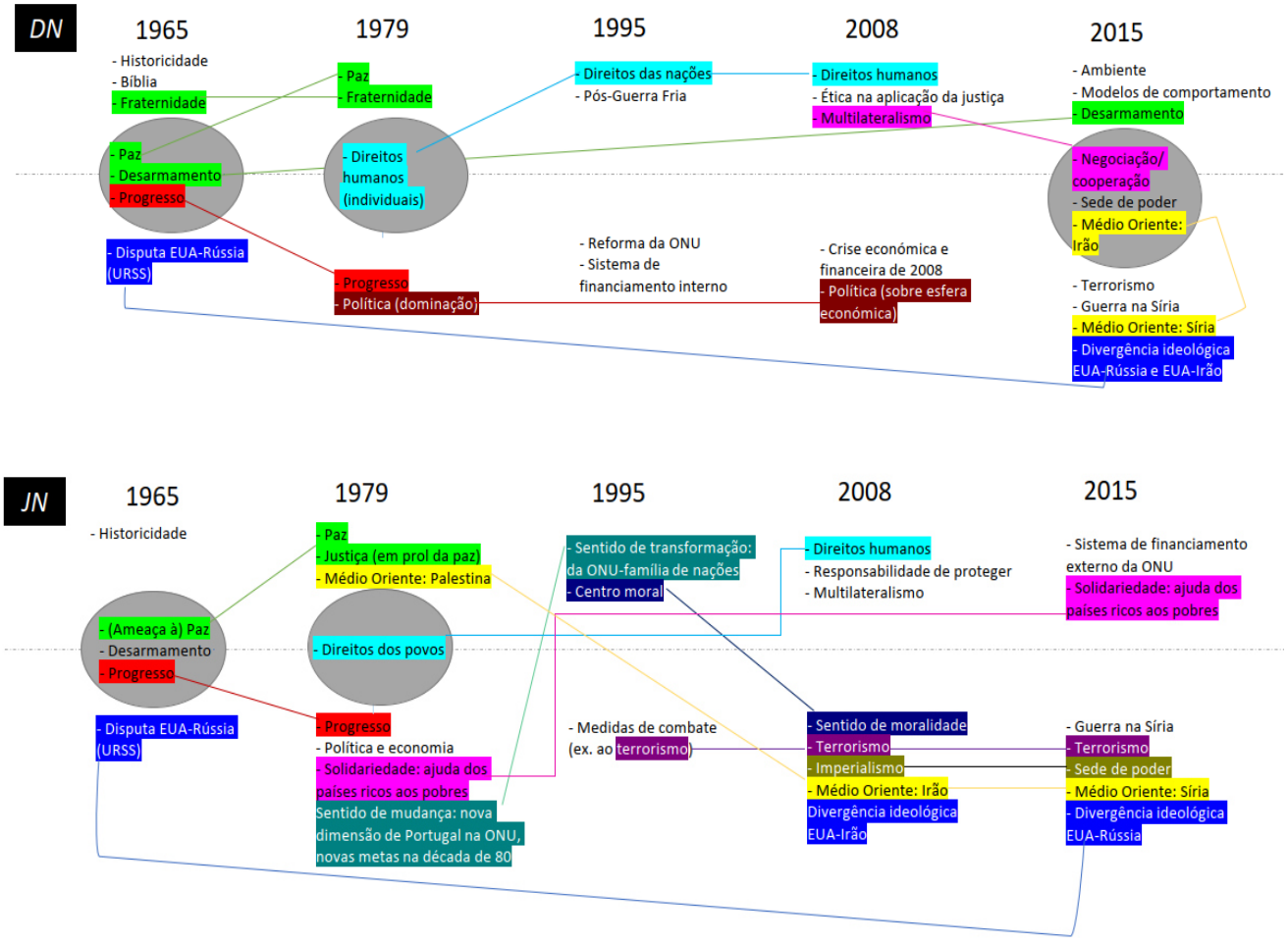
de forma consistente o seu esforço para fazer tudo o que fosse necessário – no caso em apreço, sentar-se à mesa com os seus principais opositores – para encontrar um modo de pôr cobro aos problemas mais preocupantes e ativos na época. Comparativamente com a reescrita do Discurso de Francisco, vemos que também em **2015** houve uma continuação do retrato do Santo Padre como uma entidade preocupada com uma amplitude de assuntos relacionados com o estado do mundo na altura, muitos dos quais com uma carga espiritual na sua base e sobre situações diretamente afetas ao bem comum – diferente do que determinámos para os dois representantes dos Estados-membros, na mesma altura, cujas considerações se circunscreveram a acontecimentos precisos e marcantes no momento, e na diferente posição assumida por cada um quanto às medidas a adotar. Embora tenhamos determinado que o Discurso de Francisco foi o mais contido em termos de seleção de passagens para reescrita (o que se torna mais claro na representação gráfica que apresentamos no apêndice B.5.2.1: 7), comparando com a carga mais profunda do texto inicial, vemos terem sido reproduzidos à chegada os seus pareceres quanto a alguns dos princípios a implementar e/ou a desenvolver nas sociedades: sobretudo, a salvaguarda do direito à existência, tão primordial na sua missão pontifícia à luz da *Laudato Si'* (pela reescrita de Franc.41); as suas referências ao direito internacional e humanitário (com o destaque de Franc.56 e da reprodução de argumentos inscritos em Franc.16); e a sua condenação do abuso do poder (Franc.37-38). Vemos com interesse o reforço de outros temas que, na comparação da evolução do teor dos Discursos, no capítulo dois, não foram determinantes neste Papa, mas que foram considerados relevantes pelos jornais para serem reescritos: a sua posição quanto aos sistemas económicos flexíveis e não opressivos (em Franc.15, destacada no *JN*) e quanto à necessidade de limites éticos, que, como vimos, tinha sido mais marcante no Discurso de partida de Bento XVI, mas apenas mereceu relevo noticioso na reprodução do texto de Francisco, em **2015** (falamos sobretudo da passagem 46, evidenciada no *DN*). Será um sinal de uma maior consciência quanto ao assunto na sociedade contemporânea, suscitando, por isso, maior atenção por parte da imprensa portuguesa?

3.5. Balanço final: comparação diacrónica dos resultados

Para efeitos deste balanço final, iremos particularizar os resultados obtidos por jornal, no sentido de procurarmos identificar tendências nos circuitos de tradução como reescrita, i.e., preferências editoriais que apresentaram uma continuidade no tempo e que, por isso, indiciam uma articulação entre os assuntos destacados, o entendimento do papel desempenhado pelo agente de partida a nível internacional e a ideologia do jornal em questão. Para o efeito, reunimos no gráfico 19 os assuntos afetos aos sete temas centrais identificados que foram destacados nas parcelas de leitura imediata do *DN*, do *JN* e do *DA*, ao longo do tempo. Dispusemo-los da seguinte forma: à semelhança do que definimos para o gráfico 13, na parte superior apresentámos os dados relativos às notícias sobre os Discursos pontifícios e na inferior os afetos às intervenções dos representantes dos Estados-membros. Os assuntos que foram destacados num mesmo ano para os dois tipos de protagonistas foram colocados no centro, dentro de círculos. Por fim, colorimos com a mesma cor e unimos com uma seta os que foram destacados de forma contínua no tempo. Retiramos as seguintes conclusões:

1. No *DN*, notamos que alguns dos assuntos veiculados como causas mais particulares na linha superior marcaram presença nas versões produzidas também sobre o da linha inferior, o que indicia um entendimento dos Papas como agentes influentes na cena política internacional, ao ponto de partilharem pontos de vista com os representantes governamentais quanto ao que marcava a humanidade na época – a paz, o desenvolvimento e o progresso, em **1965**; o sentido de cooperação, a sede de poder e a referência ao Irão, em **2015** –, sendo que esta perceção vai ao encontro do que nos foi explicado por Leonídio Paulo Ferreira: que os pontífices são, realmente, tidos como agentes religioso-políticos. Não obstante, verificamos que o modo como o destaque de tais preocupações foi evoluindo não foi idêntico em ambos os subsistemas, sendo essa diferença que nos leva a considerar ter existido uma perspetiva semelhante, mas, ao mesmo tempo, precisa quanto à posição ocupada por cada um dos protagonistas na comunidade global. Em concreto, vemos que a continuidade dos subtemas da paz e dos direitos humanos apenas aconteceu na reescrita dos Discursos pontifícios (no primeiro caso, entre **1965** e **2015**; no segundo, entre **1979** e **2008**), assim como o multilateralismo ou apelo à cooperação internacional apenas teve continuidade na versão do *DN* sobre os Discursos papais (**2008** e **2015**), tendo surgido apenas num dos anos na reescrita das intervenções de segunda linha (**2015**). Depois, se o progresso científico

foi crucial em **1965** e, por isso, destacado entre os vários argumentos dos dois agentes de partida, como vimos, apenas continuou a ser associado aos líderes governamentais (em **1979**), não aos pontífices. O mesmo aconteceu com as questões afetas ao Médio Oriente, que mostraram maior proximidade com o agente de segunda linha (**2015**). Por último, a política e a economia fizeram parte das representações mais sólidas apenas deste segundo subsistema (**1979** e **2008**), como também aconteceu com a discórdia e a rivalidade histórica entre nações (**1965** e **2015**). Isto significa que, enquanto ao Papa foram associados assuntos habitualmente afetos a agentes políticos, sobretudo nos anos mais recentes, a caracterização dos representantes dos Estados manteve-se relativamente estável, notando-se no *DN* uma associação a questões com uma carga moral mais marcada durante o contexto da Guerra Fria e no pós-25 de abril de 1974;



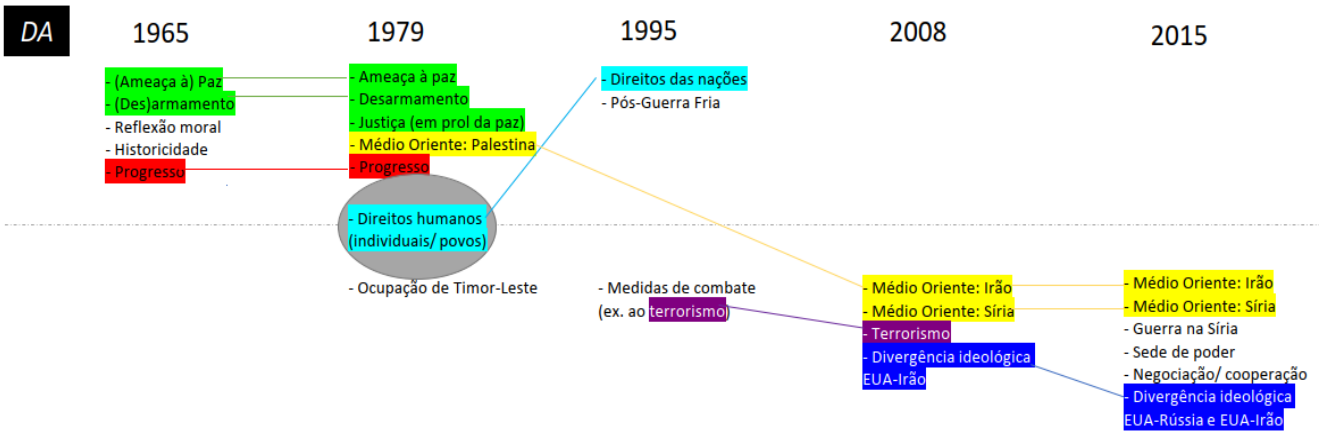


GRÁFICO 19: Tendências no recurso à tradução no campo jornalístico: assuntos associados aos diferentes agentes de partida por ano e por jornal

2. Comparando as tendências identificadas no *DN* com o que apurámos para o *JN*, verificamos algumas especificidades. Por exemplo, foi, afinal, no *DN* que o tema dos direitos humanos (em geral) teve mais eco no tempo: se é certo que, numa perspetiva sincrónica, o *JN* deu bastante mais destaque ao assunto do que o seu congénere em **2008**, na reprodução do Discurso de Bento XVI, tendo inclusive feito uma chamada de primeira página, já numa perspetiva diacrónica vemos que foi o *DN* que o prolongou por mais tempo. O *DA* também apresentou uma continuidade nos últimos dois anos em que publicou uma notícia sobre as visitas apostólicas à sede das Nações Unidas, mas a ausência de uma notícia principal em **2008** e em **2015** impede-nos de traçar uma comparação tão linear. No *JN*, o que sobressai a nível de tendências nas suas versões sobre os Discursos é sobretudo a reinterpretação diferente das mensagens em relação aos seus congéneres – e isto percebemos pela diferença de cores: vemos que nos anos de **1965** e de **1979** foram várias as semelhanças entre todos os jornais na reescrita dos Discursos de Paulo VI e de João Paulo II e na da intervenção de Arthur Goldberg, apesar de algumas particularidades nos dois primeiros casos; todavia, no que se refere à de Maria de Lurdes Pintasilgo, em **1979**, e, de uma forma geral, aos vários textos de partida a partir de **1995**, notamos que os assuntos que foram mais tidos em consideração pelo *JN* ou não corresponderam aos destacados pelos outros dois jornais, ou não foram associados aos dois conjuntos de oradores numa linha contínua no tempo. Foi o caso do apelo à solidariedade, que o *JN* evidenciou de entre todas as mensagens do Papa

Francisco, em **2015**, sendo que já tinha dado destaque ao assunto aquando da intervenção de Pintasilgo, em **1979**, o que mostra que a relevância do assunto para aquela redação (e não para as outras) se prendeu com fatores editoriais, i.e., com a ideologia do jornal, que o fez olhar para as duas comunicações em questão pela sua própria lupa (daí o diferente destaque). Semelhante constatação fazemos relativamente ao apelo à transformação e à reforma da ONU, que, como vimos, foi o enfoque definido pelo *JN* na versão criada sobre o Discurso de João Paulo II de **1995**, e que, em rigor, vinha detrás, já tendo sido destacado de entre as várias considerações da Primeira-Ministra portuguesa, também em **1979**. Por último, vemo-lo no que concerne à moralidade nas decisões políticas: foi evidenciado na reescrita daquele Discurso de João Paulo II, bem como na que foi desenvolvida em **2008**, a partir das palavras de George W. Bush. Ou seja: entendemos que a perduração destes sentidos ao longo de gerações de jornalistas que se foram sucedendo é um sinal de um entendimento (ideologia) enraizado(a) quanto ao papel dos Papas e dos líderes políticos mundiais – papel este que, dada a associação de tais referências quer a uns, quer a outros, faz perder neste jornal a noção dos limites de ação de ambos. Ora, esta é uma distinção que nos parece clara do *JN* em comparação com o *DN*: neste, ainda que o Santo Padre tenha sido representado como uma entidade que, num determinado tempo, partilhou com alguns dos principais dirigentes internacionais as apreensões acerca do mundo, conseguimos perceber um maior relevo da carga espiritual nas palavras traduzidas dos Discursos pontifícios relativamente ao que lemos nos textos sobre os representantes políticos, bastante mais afetos a problemas e a circunstâncias mundanas do que aos valores de base à ação legislativa e no terreno; por sua vez, no *JN* a definição não é tão nítida e isto parece-nos resultar do facto de as versões de chegada deste jornal terem passado a destacar sobretudo pontos de vista do Papa sobre questões mais específicas, afetas a circunstâncias do foro interno das Nações Unidas e muitas vezes com um tom crítico negativo quanto à atuação daquele organismo, como vimos na microanálise. Entendemos agora melhor o que Ivete Carneiro nos quis dizer, quando insistiu no peso político dos atos discursivos dos pontífices: com efeito, notamos nos relatos do *JN* que houve uma enfatização da dimensão política do estatuto diplomático híbrido do Sumo Pontífice da Igreja Católica a partir de 1995 – *enfatização* e não introdução, pois já tinha sido notada nos anos anteriores, no destaque da crítica de Paulo VI, em **1965**, ao uso indevido do progresso científico e, sobretudo, na evidência feita ao apelo de João Paulo em **1979** à solução da delicada questão da Palestina; e também não significando tal ênfase uma

eliminação da componente espiritual, que se foi mantendo nos textos do *JN* (de um modo especial, em **2008**, graças à composição do artigo de forma bastante consistente sobre a mensagem de Bento XVI acerca da defesa dos direitos humanos, bem como em **2015**, desta feita pela saliência do apelo de Francisco à defesa dos países mais pobres);

3. No que se refere ao *DA*, os dados que possuímos sobre as três notícias principais publicadas sobre os Discursos pontifícios são suficientes para tiramos as seguintes conclusões: em primeiro lugar, sobressai o maior número de marcações a verde, o que significa que foi neste jornal que a imagem do Papa mais foi veiculada no sentido de uma entidade que se preocupa, fundamentalmente, com a coexistência pacífica e, portanto, com o bem comum – uma dimensão que, sendo manifestada em ações práticas, tem um forte fundo espiritual. Foi também só nesta redação que o progresso se manteve como argumento central do Santo Padre em **1979** – e não da Primeira-Ministra portuguesa, como definiram o *DN* e o *JN* –, o que significa que, no diário açoriano, o líder do catolicismo foi entendido como *o* protagonista cujos pareceres sobre o mundo da Guerra Fria eram importantes para serem escutados e, por isso, tornados públicos; pelo contrário, as considerações de Pintasilgo foram relocadas para os assuntos de algum modo afetos à realidade nacional – o direito à autodeterminação do povo timorense e a liberdade individual, no pós-Estado Novo; portanto, uma perspetiva bastante diferente comparativamente com os seus congéneres. Vemos, depois, uma maior proximidade do jornal, por um lado, com o *JN* no tratamento das intervenções político-governamentais e, por outro, com o *DN* nas comunicações pontifícias: foi próximo ao *JN* no contínuo destaque ao Médio Oriente (em geral), desde **1979** (no Discurso de João Paulo II) até **2015** (nos dos líderes governamentais), o que significa que, em ambos, aquela região do globo tem uma presença clara em termos de circunstâncias mundiais preocupantes e, por isso, a merecer lugar nas edições (não nos podemos esquecer que o *DA* veio a restringir o espaço para os temas internacionais); também no destaque dado ao terrorismo (em **1995** e em **2008**, mas já não em **2015**, tendo o assunto merecido uma ênfase maior no *JN*); e à divergência ideológica entre os EUA e um Outro – o Irão (em **2008** e **2015**) e a Rússia (em **2015**). Já com o *DN* partilhou a continuidade no destaque aos direitos humanos na reescrita dos Discursos de João Paulo II, de **1979** a **1995**. Esta diferença é, para nós, um indício de que existirá, de facto, nos jornais sempre uma margem para que a reinterpretação seja feita segundo o posicionamento de cada um relativamente aos textos e agentes de partida – nem que apenas nos elementos de captação, como nos disse acontecer

com frequência Paulo Viveiros. Isto porque, também como nos explicou este diretor, os jornais nacionais podem servir de fonte à imprensa regional (cf. apêndice A.3: 50). Tudo se prende – desde a seleção de conteúdos, à sua reorganização na estrutura das notícias e ao destaque de argumentos em particular, e independentemente da existência (ou não) de um ou mais agentes mediadores nos processos de tradução no campo jornalístico – com aquilo que, aos olhos da redação, é o mais representativo a noticiar.

Importa fazermos também o balanço da representação identitária. A análise sistémica permitiu-nos perceber três tipos de retrato dos agentes de partida, por parte dos jornais portugueses que estudámos: por meio da reprodução das mensagens comunicadas na AGONU, percebemos que aos Papas e à Primeira-Ministra portuguesa foi associado o sentido do *Nós*, aos representantes dos EUA a ideia de entidades próximas ao *Nós* e aos presidentes das restantes nações (a Rússia e o Irão) o lugar do *Outro*.

No que toca ao *Nós*, das versões de chegada dos cinco Discursos do Sumo Pontífice da Igreja Católica naquela assembleia retiramos, acima de tudo, a noção de uma entidade que correspondia aos ideais que se desejava que fossem concretizados, na maioria dos casos afetos a valores fundamentais e da máxima importância ao bem-estar do Homem e do mundo – sobretudo, a paz e os direitos humanos. E, uma vez que o estatuto internacional dos Papas não lhes confere a capacidade de agirem diretamente sobre os problemas que ocupam a agenda das Nações Unidas, tem sido pela diplomacia que tentam chamar a atenção daqueles que, de facto, possuem tal competência, para que tenham em consideração o imperativo de aqueles valores serem respeitados – se necessário for, trazendo os assuntos para a ordem do dia, como nos disse acontecer o Cardeal Pietro Parolin. Constatámos na nossa análise que os jornais têm veiculado esse sentido de alerta e de despertar de consciências dos decisores políticos mundiais, visto que foi sobretudo pelo sentido de defesa de princípios, de pedido para a elaboração de medidas ou para a reavaliação das ações, de recordação de deveres, de crítica negativa e de indicação do caminho a seguir que os Discursos foram promovidos na sociedade portuguesa, pela tradução no campo jornalístico. Ou seja: recolhemos dos textos publicados fundamentalmente a imagem de um líder religioso-político (no *DN*), mais político do que religioso (no *JN*), e mais religioso do que político (no *DA*), mas, em todos, *o* líder espiritual, cujos pareceres sobre o estado do mundo no decorrer do último meio século

foram tidos como importantes para serem comunicados aos dirigentes das nações, bem como conhecidos pelo público português.

No que respeita aos líderes político-governamentais, Maria de Lurdes Pintasilgo foi naturalmente retratada também na categoria do *Nós*, tendo a reprodução das suas palavras espelhado, acima de tudo, o que se passava no contexto nacional. No entanto, e apesar de também ter sido associada àqueles princípios marcantes nas versões reescritas dos Discursos papais – a paz e os direitos humanos –, não deixou de ser uma representação diferente comparativamente à dos Papas, na medida em que se concentrou nas questões de política interna e no ponto de vista dos indivíduos enquanto cidadãos, ao passo que o teor dos textos de chegada acerca das intervenções dos líderes do catolicismo na AGONU assentou na ideia dos indivíduos enquanto seres humanos. Por sua vez, os EUA foram retratados como *a* nação mais poderosa do mundo, detendo os seus líderes a capacidade de propor medidas para a resolução dos principais flagelos de cada época – sobrepondo-se, inclusivamente, aos seus rivais mais robustos e fazendo prevalecer a sua ideologia (em termos de valores e de atuação prática, segundo o entendimento althusseriano) face à dos demais – estes, vistos como o *Outro*, ao passo que os líderes norte-americanos se apresentaram como «amigos» do *Nós*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se reescreve um Papa? Foi a pergunta de partida que nos propusemos responder ao realizar esta investigação – e, na verdade, no decorrer do estudo, fomos tomando consciência de que comportava duas componentes. Em primeiro lugar, dizia respeito a uma descoberta de como a tradução é utilizada como recurso no trabalho desenvolvido nas redações. Segundo esta ótica, devemos entender a questão como «de que modo os jornalistas reescrevem, habitualmente, textos comunicados numa língua estrangeira com vista à produção de notícias sobre a atualidade internacional, como sejam alocuções oficiais do Sumo Pontífice da Igreja Católica?». Esta foi uma aferição essencialmente exploratória e processual. Em segundo lugar, a nossa análise também teve que ver com as preferências que são definidas no contexto jornalístico relativamente aos textos de partida. Neste caso, esteve em causa perceber «de que forma o Papa é visto e retratado numa redação por meio da tradução, em particular pela reescrita da mensagem por ele proferida no exercício da diplomacia pontifícia, que é híbrida?» As opções tomadas na reinterpretação e na retransmissão dos textos pelos jornalistas exprimem tal visão e isso, em nosso entender, resulta de ideologias – dos jornais e do polissistema, que, no caso português, tem enraizado o catolicismo como religião maioritária.

Em rigor, as duas perspetivas mostraram-se convergentes: pela exploração dos contornos do ato de traduzir em três redações do país, percebemos que o fator cultural assume um forte peso nas opções editoriais, já que é ele que determina a seleção, o destaque e a ausência de alguns pontos de vista nas versões de chegada, mesmo estando os órgãos de informação integrados no mesmo contexto socio-histórico. De que outro modo poderíamos justificar que três jornais pudessem olhar para os mesmos textos e reinterpretá-los de forma tão específica, como vimos ter acontecido num período de cinquenta anos? Com efeito, concluímos que, no campo jornalístico, a tradução é habitualmente utilizada como um recurso discursivo influenciado tanto pela conjuntura nacional e/ou internacional como pelo posicionamento de cada redação no país e no mundo. Ou seja: por um lado, pelos assuntos que marcam a atualidade e que, por isso, estão na agenda dos *media* no momento em questão, mas, por outro, também pela forma como os jornalistas os reinterpretam à luz do que é, para eles, mais característico e/ou urgente resolver na época, fazendo-o de acordo com os valores morais partilhados na redação, para além dos princípios vigentes na sociedade. Neste sentido, podemos afirmar que se trata de um tipo de tradução que é, acima de tudo, um

fenómeno ideológico no sentido althusseriano do termo: no momento da *receção* dos materiais em bruto pelos profissionais (no circuito 1), a descodificação é feita por um entendimento específico dos acontecimentos e do papel dos agentes de partida, sendo tal especificidade notória desde o momento da *seleção* quanto ao que noticiar dos textos oficiais (no circuito 2, aquando da *reprodução* dos artigos); transparecendo, depois, na *reorganização* do conjunto já restringido das informações numa estrutura que, no período que analisámos e com base ainda nos jornais em papel, considerámos apresentar uma ordem decrescente de importância dos assuntos (logo, dos casos de tradução); e, por fim, no *destaque* de perspetivas e de argumentos (mensagens), em particular, muitas vezes de modo coeso e prolongado nos vários elementos de captação dos textos de chegada – como sejam a primeira página, a titulação no interior do jornal e o *lead* –, assim sustentando o ponto de vista da redação sobre o que foi comunicado.

De acordo com a investigação por nós desenvolvida, salientamos os seguintes aspetos dos processos de reescrita dos Discursos pontifícios na AGONU pelos jornais:

Em primeiro lugar, que mesmo quando foram percetíveis fortes semelhanças com textos mediadores, sobretudo com despachos das agências noticiosas, inclusivamente já recebidos pelos profissionais na língua de chegada (i.e., traduzidos da versão oficial), *houve sempre margem para que os redatores afirmassem a sua voz quanto aos assuntos* – se não noutros elementos de leitura imediata, pelo menos na titulação. Assim sendo, ficou claro que, na reescrita de textos previamente existentes, as opções são normalmente próprias de cada agente de chegada, tendo sido *aquela* – e não outra – a reinterpretação da mensagem. A (re)interpretação dos textos é, então, e desde logo, um ato translatório, porque é simultaneamente um espelho e uma (re)construção de sentidos.

Em segundo, a nossa análise mostrou que *a tradução no campo jornalístico se pauta por um conjunto de atributos*: (i) é *circular*, existindo uma relação estreita entre a produção e a receção dos conteúdos, ocupando os *media*, num primeiro momento, o lugar de recetores de um dado texto de partida, descodificando-o e só então passando a uma posição de *re*produtores do mesmo, recodificando-o – e, ao longo do trajeto, podem intervir, como vimos, agentes mediadores, nomeadamente agências noticiosas; (ii) é *individual*, tendo sido evidente que, não obstante o tipo e o número de intervenientes no circuito, o resultado de qualquer ato de tradução (de comunicação, no sistema de partida, ou de reescrita, no de chegada) é um artefacto cujo conteúdo simboliza pontos de vista intersubjetivos e

institucionais; (iii) estes, por estarem enraizados num tempo e num espaço, em especial, fazem com que seja *histórica*, sendo que (iv) é também *ideológica*, dada a influência dos valores partilhados no subsistema informativo em questão e na sociedade à qual este pertence, ao que acresce o facto de a discursividade jornalística ser a expressão de um uso da língua em contexto: primeiro, pelos Papas numa circunstância formal e em línguas estrangeiras (como aconteceu na AGONU); depois, pelas redações num contexto social (a imprensa nacional e a regional) e na língua nativa (no caso, a portuguesa). (v) No que ao catolicismo diz respeito, a tradução no campo jornalístico é *facilitadora da materialização e da exteriorização* do património cultural religioso, visto que possibilita que mensagens do Sumo Pontífice da Igreja Católica sobre o estado da humanidade e à luz da doutrina se tornem conhecidas por uma população que, na sua generalidade, segue tal herança, (vi) o que *contribui para a permanência* deste património nos contextos em mudança. E (vii) é de tal modo *complexa*, que não só não permite que o investigador aprofunde numa única reflexão todos os cruzamentos, especialmente no que se refere à relação entre os jornais e as agências noticiosas, como também exige que ele adote uma perspetiva sobre o ato de traduzir mais ampla e menos dicotómica do que tende a acontecer, por exemplo, no domínio da literatura. Além disso, implica (desejavelmente) um conhecimento prévio sobre o trabalho jornalístico, para que o investigador possa ter consciência de como a reescrita de um texto inicial se pode processar nas redações. Por último, consideramos que este tipo de tradução carece de um contínuo desbravamento do terreno no seio dos ET, porventura através de uma replicação deste género de estudos para outros objetos e jornais, de modo a que se possa compreender como, pela discursividade dos *media*, a reescrita é um recurso ao serviço do conhecimento público sobre o mundo que nos rodeia – uma constatação que nos leva a concluir ser ainda válido o que Bielsa e Bassnett apontaram em 2009.

Em terceiro, *o retrato feito dos Papas e dos líderes dos Estados não mostrou ser feito segundo perspetivas idênticas* – uma ideia com a qual tínhamos ficado após as entrevistas feitas aos atuais responsáveis dos periódicos do nosso estudo, sobretudo aos dos dois diários nacionais e, em especial, à editora do *JN*. A questão poderá colocar-se somente em termos de atribuição de relevo noticioso – a competitividade noticiosa, de que nos falou Leonídio Paulo Ferreira. A esta conclusão chegámos não apenas pelas preocupações que foram associadas a cada um dos agentes de partida e pelo papel que lhes foi atribuído na cena internacional, mas também pelo que *não* foi selecionado para dar a conhecer aos leitores de

entre tudo o que aqueles comunicaram na AGONU. Com efeito, foi percetível nas notícias analisadas uma ideia clara e precisa, culturalmente motivada e translatoriamente expressa quanto ao tipo de protagonista em questão: os pontífices como tendo uma dimensão espiritual no seu modo de observar a realidade, cabendo-lhes aconselhar as Nações Unidas, orientar o seu trabalho e apontar os domínios de intervenção mais urgente, assim como falhas na ação internacional; os chefes dos Estados essencialmente como agentes envolvidos nas situações marcantes do tempo histórico e como atores de um cenário político global caracterizado por disputas e por uma afirmação de poder de cada um.

Em quarto, e somente com base na comparação entre as versões oficiais da Santa Sé e as notícias publicadas nos jornais, os dados por nós recolhidos não nos dão, de um modo geral, motivos para não confirmarmos o que nos foi dito pelo Cardeal Pietro Parolin quanto ao facto de *a comunicação social tender a respeitar o princípio de salvaguarda do que é considerado como uma verdade do catolicismo*, já que não foram identificadas nas versões de chegada alterações significativas na retransmissão dos Discursos. Apesar de não termos tido espaço nesta tese para uma reflexão mais demorada sobre o assunto, verificamos nos apêndices B.4.4 terem existido várias incorreções na reescrita das palavras comunicadas pelos representantes dos Estados, inclusivamente em termos de atribuição de argumentos que não foram por eles proferidos na AGONU [no caso de Goldberg, *vide* p.5 (DN.7) e p.8 (JN.5); no de Pintasilgo, *vide* p.11 (DN.4); no de Bush, *vide* p.30 (DN.3 e 4); e, no de Ahmadinejad, *vide* p.33 (JN.4) e p.35 (DA.8 e 9)]. Embora sejam apenas alguns indícios, poderíamos com base neles considerar ter existido um maior cuidado na reescrita das intervenções pontifícias por parte dos jornais portugueses e, assim, confirmarmos que o jornalista age como um «aliado natural do Santo Padre» no objetivo de transmissão da mensagem a anunciar. Não obstante, a nossa investigação fez-nos perceber que não pode ser uma confirmação absoluta, até porque, como temos vindo a argumentar, o produto de uma reescrita é sempre um *novo* texto e, como tal, um *novo* conjunto de sentidos.

Em quinto lugar, foi no *JN* que essa perceção foi mais evidente. Aliás, verificámos que *o trabalho jornalístico feito no período de cinquenta anos correspondeu, de um modo geral, aos critérios que os atuais responsáveis dos jornais analisados indicaram como preponderantes no tratamento de um ato discursivo do chefe máximo da Igreja Católica quando na assembleia dos povos* – e tais critérios, como percebemos na primeira parte do capítulo dois deste estudo, não são inteiramente coincidentes. No *DN*, confirmámos existir

habitualmente uma associação entre o papel do Santo Padre de líder espiritual da maioria da população e o de protagonista internacional, ao ter sido veiculada uma imagem de um agente que, com base na sua dimensão primeira (a espiritual), se pronuncia relativamente ao que se vai passando no mundo, em cada época, apelando a medidas políticas concretas e sendo reconhecido como importante até por chefes de Estado e de Governo que não partilham da tradição religiosa católica – e isto independentemente do Papa em questão, como nos disse Leonídio Paulo Ferreira. Podemos, assim, considerar que, neste diário, o Papa tem sido retratado pelo seu estatuto híbrido: *religioso e político*. Por sua vez, no *DA*, a consideração de qualquer ato discursivo dos Papas como importante para ser dado a conhecer a um público com uma religiosidade marcada, como o açoriano, e apesar dos constrangimentos impostos pela insularidade, tanto antes como após a implementação da era internet, foi notória na atribuição por parte deste jornal regional de uma maior importância à dimensão *religiosa* do Sumo Pontífice da Igreja Católica enquanto ator internacional – o que vai ao encontro do que nos foi explicado por Paulo Viveiros. Já o *JN* mostrou estar situado no espectro oposto. Mais precisamente, comprovámos o que Ivete Carneiro nos disse acontecer nos processos de reescrita das intervenções pontifícias: são fruto de uma ponderação quanto ao contexto discursivo em causa, ao teor dos assuntos abordados, ao impacto e aos motivos políticos e sociais por detrás dos Discursos – e, com efeito, foi notória uma clara enfatização da carga *política* do estatuto dos Papas. Não é, então, possível afirmar que os jornalistas são sempre e necessariamente «aliados» na comunicação das mensagens oficiais da Igreja, uma vez que a reinterpretação dos sentidos é bastante própria de cada redação. Comparando-se os três jornais, esta foi mais precisa no *JN* do que nos outros dois periódicos analisados.

Em sexto, vemos ter sido influente *na tradução no campo jornalístico um sentido de identidade cultural*: o Papa como parte do Nós, assim como a chefe do Governo português em **1979**, Maria de Lurdes Pintasilgo, embora não deixando de ser notada uma diferença entre o papel religioso-político do Santo Padre e o político-governamental de Pintasilgo; os presidentes do Irão e, sobretudo, da Rússia (ou URSS) como o Outro; e os presidentes dos EUA como entidades culturalmente próximas do Nós – três retratos que foram constantes ao longo do tempo e, por isso, por nós considerados como fruto de uma visão enraizada no polissistema português relativamente a cada um dos agentes.

Em sétimo, confirmámos que a mudança de sistema político em Portugal não provocou um «sobressalto religioso», como disse Alfredo Teixeira, uma vez que os jornalistas

mostraram sinais de não terem sido indiferentes ao peso do catolicismo na nossa sociedade. Vimo-lo não só pelo facto de a presença dos Papas na AGONU ter continuado a ser noticiada e de as considerações por eles comunicadas naquele fórum terem sido traduzidas para os cidadãos portugueses, com um forte peso e um lugar de destaque na estrutura das notícias, mas também pelo confronto com o tipo de assuntos mais associados aos pontífices por contraste com os líderes dos Estados. E o facto de terem sido representações que se foram mantendo no tempo e já não em resultado de uma imposição política (como acontecia durante o Estado Novo) mostra, em nossa opinião, uma permanência do património cultural religioso: quer do ponto de vista da produção, já que os jornalistas, enquanto membros da sociedade, estão direta ou indiretamente afetos à herança transmitida de geração em geração; quer do ponto de vista da receção, uma vez que, pela continuidade dada ao acompanhamento e ao tratamento dos atos discursivos dos Papas através da tradução, permitiram que a mensagem por eles comunicada pudesse ser apreendida pelos cidadãos.

Por último, consideramos que *o modelo do circuito da tradução no campo jornalístico, assim como o conceito que propusemos e que lhe dá o nome, é apropriado para uma investigação como a que desenvolvemos*, uma vez que nos permitiu organizar e articular todas as referências teórico-conceptuais e metodológicas segundo o nosso entendimento do objeto de estudo e, assim, seguir uma linha que acreditamos ter sido coerente – quer na definição do que analisar, quer na observação dos dados e na sua interpretação.

Em suma, o recurso à tradução no campo jornalístico representa (i) uma forma de discurso, enquanto uso da língua em contexto social, (ii) por meio da qual são veiculados textos e mensagens oficiais, (iii) cuja reinterpretação resulta de uma articulação de ideologias, tanto editoriais como comunitárias. (iv) É, assim, percetível nas versões reescritas um sentido de identidade dos jornalistas-redatores-tradutores e dos Papas como parte do Nós, (v) o que culmina na perduração do património católico num contexto em contínua mudança. Os redatores-tradutores dos jornais são, portanto, além de parte de um subsistema editorial, membros de uma comunidade e, como tal, porta-vozes da exteriorização da herança religiosa maioritária, por meio da tradução – ainda que o façam de acordo com um posicionamento específico no polissistema.

BIBLIOGRAFIA

I. Primária

AELF: Association Episcopale Liturgique pour les pays Francophones (2013), *La Bible: traduction officielle liturgique*, https://www.aelf.org/bible (acedido em: 19 novembro 2018).

Anuário Pontifício (2019), «Note historiche sul 'Dicastero per la Comunicazione'», Vaticano.

Alves, Herculano *et al*. (2005), *Bíblia Sagrada: para o terceiro milénio da encarnação*, Fátima: Difusora Bíblica.

Carneiro, Ivete (2019), Sobre o *modus operandi* do *Jornal de Notícias*, entrevista concedida a Márcia Dias Sousa, Porto: sede do *Jornal de Notícias*, 27 novembro.

Catecismo da Igreja Católica (2000), Coimbra: Gráfica de Coimbra.

Congregação para os Bispos (2005), «O bispo e os meios de comunicação», *Directório para o ministério pastoral dos bispos,* Vaticano, 137-140, pp. 16-18.

The Dag Hammarskjöld Library (2018a), «What is the difference between membership and participation in the UN?», https://ask.un.org/faq/243657 (acedido em 20 dezembro 2019).

– (2018b) «What states were founding members of the UN?», https://ask.un.org/faq/243656 (acedido em 20 dezembro 2019).

Diário de Notícias (2020), https://www.dn.pt

– (2018-2020), edições de 1965, 1979, 1995, 2008 e 2015 disponíveis para consulta nos arquivos da Biblioteca Nacional de Portugal e na Hemeroteca Municipal de Lisboa.

Diário dos Açores (2020), http://www.diariodosacores.pt

– (2018-2020), edições de 1965, 1979 e 1995 disponíveis para consulta nos arquivos da Biblioteca Nacional de Portugal e na Hemeroteca Municipal de Lisboa.

Ferreira, Leonídio Paulo (2019), Sobre o *modus operandi* do *Diário de Notícias*, entrevista concedida a Márcia Dias Sousa, Lisboa: sede do Group Media, 20 novembro.

The Holy See (2014), *The Documents of Vatican II*, Vatican: Vatican Publishing House, http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/ (acedido em: 25 julho 2018).

Jornal de Notícias (2020), https://www.jn.pt.

– (2018-2020), edições de 1965, 1979, 1995, 2008 e 2015 disponíveis para consulta nos arquivos da Biblioteca Nacional de Portugal e na Hemeroteca Municipal de Lisboa.

L'Osservatore Romano (2015), «A colloquio con il mondo», http://www.osservatoreromano.va/it/news/colloquio-con-il-mondo (acedido em 16 outubro 2019).

Mesquita, Mário (2018), Sobre o recurso à tradução no campo jornalístico (em geral) e no *Diário de Notícias* entre 1975 e 1986 (em particular), entrevista concedida a Márcia Dias Sousa, Lisboa: sede da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, 23 fevereiro.

ONU News (2020), «Guterres apresenta prioridades para 2020 dizendo que ONU deve ouvir ainda mais», 22 janeiro, https://news.un.org/pt/story/2020/01/1701501 (acedido em 19 fevereiro).

Parolin, Pietro (2020), Sobre a redação dos Discursos pontifícios e a distribuição dos textos oficiais aos *media*, entrevista concedida a Márcia Dias Sousa, 18 fevereiro.

P.P., Bento XVI (2012), *A alegria da fé*, Prior Velho: Paulinas.

– (2010) «Extrato da conferência de imprensa do Papa Bento XVI com os jornalistas acreditados para a sua visita a Chipre, no voo rumo a Nicósia», *L'Osservatore Romano*, edição portuguesa de 16 junho.

– (2009), «Carta encíclica *Caritas in Veritate*: sobre o desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade», Vaticano, 29 junho.

– (2008a), «Apostolic journey to the United States of America and visit to the United Nations Organization headquarters. Meeting with the members of the General Assembly of the United Nations Organization. Address of His Holiness Benedict XVI», New York, April 18th.

– (2008b), «Voyage apostolique aux États-Unis d'Amérique et visite à l'Organisation des Nations Unies. Rencontre avec les membres de l'Assemblée Générale des Nations Unies. Discours du Pape Benoît XVI», New York, 18 Avril.

– (2007), «Lettre encyclique *Spe Salvi* du Souverain Pontife Benoît XVI sur l'espérance chrétienne», Vaticano, 30 novembro.

– (2005a), «Carta encíclica *Deus Caritas Est*: sobre o amor cristão», Vaticano, 25 dezembro.

– (2005b), «'Santa Missa pela Igreja universal' – primeira mensagem de Sua Santidade Bento XVI no final da concelebração eucarística com os cardeais eleitores na Capela Sistina», Vaticano, 20 abril.

P.P., Francisco (2020), «Carta encíclica *Fratelli Tutti* del Santo Padre Frnacisco sobre la fraternidad y la amistad social», Vaticano, 3 de octubre.

– (2020), «Discurso do Santo Padre ao corpo diplomático acreditado junto da Santa Sé», *L'Osservatore Romano*, edição portuguesa de 14 janeiro.

– (2018a), «Audiência do Papa Francisco à Universidade Católica Portuguesa – discurso do Santo Padre à Universidade Católica Portuguesa na comemoração do seu 50.º aniversário», 26 outubro 2017, António Brás (ed.), *A verdade no concreto*, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, pp. 23-30.

– (2018b), «Discurso do Santo Padre ao corpo diplomático», *L'Osservatore Romano*, edição portuguesa de 11 janeiro.

– (2018c), «Mensagem do Papa Francisco para o LII Dia Mundial das Comunicações Sociais: 'A verdade vos tornará livres' (*Jo* 8, 32). *Fake news* e jornalismo de paz», Vaticano, 13 maio.

– (2017a), «Conferência de imprensa do Santo Padre com os jornalistas acreditados para a visita papal ao Egito, no voo de regresso a Roma», *L'Osservatore Romano*, edição portuguesa de 29 abril.

– (2017b), «Discurso do Santo Padre à Cúria Romana, na apresentação de votos natalícios», *L'Osservatore Romano*, edição portuguesa de 28 dezembro.

– (2016), «Mensagem do Papa Francisco para o XLIX Dia Mundial das Comunicações Sociais», *L'Osservatore Romano*, edição portuguesa de 28 maio.

– (2015a), «Carta apostólica em forma de *Motu Proprio*: instituição da Secretaria para a Comunicação», Vaticano, 27 junho.

– (2015b), «Carta encíclica *Laudato Si'* del Santo Padre Francisco sobre el cuidado de la casa común», Vaticano, 27 junho.

– (2015c), «Viaje apostólico del Santo Padre Francisco a Cuba, Estados Unidos de América y visita a la sede de la Organización de las Naciones Unidas. Discurso del Santo Padre», Nueva York, 25 Septiembre.

– (2015d) «Visita do Santo Padre à América Latina (Equador, Bolívia e Paraguai): Encontro com as autoridades civis (Bolívia, La Paz – catedral, 8 de julho de 2015)», *L'Osservatore Romano*, edição portuguesa de 16 julho.

– (2013a), «Discurso do Santo Padre aos representantes dos meios de comunicação social», *L'Osservatore Romano*, edição portuguesa de 24 março.

– (2013b), «Discurso do Santo Padre aos participantes na Assembleia Plenária do Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais», *L'Osservatore Romano*, edição portuguesa de 29 setembro.

– (2013c), «Exortação apostólica *Evangelii Gaudium* do Santo Padre Francisco: sobre o anúncio do Evangelho no mundo actual», Vaticano, 24 novembro.

– (2013d), «Audiencia a todos los cardenales – Discurso del Santo Padre Francisco», Sala Clementina, Vaticano, 15 de marzo.

– (2013e), «Bendición apostólica 'Urbi et Orbi' – premier saludo del Santo Padre Francisco», Balcón central de la Basílica Vaticana, 13 de marzo.

P.P. João Paulo II (2005a), *Memória e identidade*, Lisboa: Bertrand Editora.

– (2005b), «Carta apostólica *O Rápido Desenvolvimento* do Sumo Pontífice João Paulo II aos responsáveis pelas comunicações sociais», Vaticano, 24 janeiro.

– (2001), «Carta apostólica *Novo Millennio Ineunte* do Sumo Pontífice João Paulo II no termo do Grande Jubileu do ano 2000», Vaticano, 6 janeiro.

– (1995a), «Apostolic journey of His Holiness John Paul II to the United States of America, the fiftieth General Assembly of the United Nations Organization. Address of His Holiness John Paul II», New York, October 5th.

– (1995b), «Discours de sa Sainteté le Pape Jean-Paul II à la cinquantième Assemblée Générale de l'Organization des Nations Unies», New York, 5 Octobre.

– (1995c), «Discurso de su Santidad el Papa Juan Pablo II a la quincuagésima Asamblea General de las Naciones Unidas», Nueva York, 5 Octubre.

– (1980), «Visita pastorale ad Otranto – omelia di Giovanni Paolo II», Otranto, 5 ottobre.

– (1979), «Address of His Holiness John Paul II to the 34th General Assembly of the United Nations», New York, October 2nd.

– (1978), «Omelia di Giovanni Paolo II per l'inizio del pontificato», Vaticano, 22 ottobre.

P.P. Paulo VI (1965a), «Chiusura del Concilio Vaticano II – messaggio del Santo Padre Paolo VI ai governanti», Vaticano, 8 dicembre.

– (1965b), «Costituzione pastorale sulla Chiesa nel mondo contemporaneo: *Gaudium et Spes*», Vaticano, 7 dicembre.

– (1965c), «Voyage apostolique au Siège de l'Organisation des Nations Unies. Discours du Pape Paul VI à L'Organisation des Nations Unies à l'occasion du 20ème anniversaire de l'Organisation», New York, 4 octobre.

– (1964), «Carta encíclica *Ecclesiam Suam*: sobre os caminhos da Igreja», Vaticano, 6 agosto.

– (1963a), «Decreto sugli strumenti di comunicazione sociale: *Inter Mirifica*», Vaticano, 4 dicembre.

– (1963b), «Messaggio di Paolo VI all'intera famiglia umana: *Qui Fausto Die*», Vaticano, 22 giugno.

The Permanent Observer Mission of the Holy See to the United Nations (2020a), «Diplomatic relations of the Holy See», https://holyseemission.org/contents//mission/diplomatic-relations-of-the-holy-see.php (acedido em 29 maio 2020).

– (2020b), «Discover the mission», https://holyseemission.org/contents/mission/discover-the-mission.php (acedido em 29 maio 2020).

– (2020c), «Former observers», https://holyseemission.org/contents//mission/former-observers.php (acedido em 29 maio 2020).

– (2020d), «Our history», https://holyseemission.org/contents//mission/our-history.php (acedido em 29 maio 2020).

– (2020e), «Participation of the Holy See in the work of the United Nations», https://holyseemission.org/contents//mission/mission-55e373817eecc8.37288214.php (acedido em 29 maio 2020).

– (2020f), «The permanent observer», https://holyseemission.org/contents//mission/the-permanent-observer.php (acedido em 29 maio 2020).

– (2020g), «The status of the Holy See at the United Nations», 92nd plenary meeting, July 1st 2004, https://holyseemission.org/contents//mission/mission-55e37172a07413.52517830.php (acedido em 29 maio 2020).

Pintasilgo, Maria de Lurdes (1979a), «Discurso de Sua Excelência a Senhora Primeiro Ministro de Portugal, D. Maria de Lourdes Pintasilgo, perante a XXXIV sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas», Permanent Mission of Portugal to the United Nations, 1 outubro, Fundação Cuidar o Futuro https://www.arquivopintasilgo.pt/arquivopintasilgo/Documentos/0047.002.pdf (acedido em 10 outubro 2018).

– (1979b), «Discurso na XXXIV sessão da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas», 1 outubro, Eduardo Pereira Correia e Maria Luísa Aldim (eds.) (2012), *Grandes discursos do século XX: a política portuguesa em 100 anos de História nos melhores discursos à nação*, Lisboa: Fonte da Palavra, pp. 565-577.

Ratzinger, Joseph (1997), *Ma vie – souvenirs (1927-1977)*, Paris: Fayard.

Secretariado Nacional do Apostolado da Oração (1992), *Concílio Ecuménico Vaticano II: documentos conciliares e pontifícios*, 11 ed., Braga: Editorial A.O.

Tavares, António Augusto *et al.* (1999), *Bíblia Sagrada: a Boa Nova*, 1. ed., trad. interconfessional do hebraico, do aramaico e do grego em português corrente, Fátima: Difusora Bíblica.

United Nations (2020a), «Official languages», https://www.un.org/en/sections/about-un/official-languages/index.html (acedido em: 15 novembro 2018).

– (2020b), «Permanent observers: non-member States», http://www.un.org/en/sections/member-states/non-member-states/index.html (acedido em: 15 novembro 2018).

– (2020c), «UNIFIL fact sheet: United Nations interim force in Lebanon», https://peacekeeping.un.org/en/mission/unifil (acedido em 15 março 2020).

– (2020d), «Fourth Committee approves 12 draft resolutions on Israeli practices in Occupied Arab Lands, Palestine Refugees, as it continues joint General Debate», November 4th, https://www.un.org/press/en/2020/gaspd724.doc.htm (acedido em 12 novembro 2020).

– (2019a), «Countries in arrears in the payment of their financial contributions under the terms of article 19 of the UN Charter», https://www.un.org/en/ga/about/art19.shtml (acedido em 20 dezembro 2019).

– (2019b), «Functions and powers of the General Assembly», https://www.un.org/en/ga/about/background.shtml (acedido em 20 dezembro 2019).

– (2019c), «General Assembly of the United Nations: rules of procedure», https://www.un.org/en/ga/about/ropga/sessions.shtml (acedido em 11 outubro 2019).

– (2019d), «Growth in United Nations membership, 1945-present», https://www.un.org/en/sections/member-states/growth-united-nations-membership-1945-present/index.html (acedido em 20 dezembro 2019).

– (2019e), «List of non-member States, entities and organizations having received a standing invitation to participate as observers in the sessions and the work of the General Assembly», General Assembly, August 15th.

– (2019f), «Main organs: General Assembly», https://www.un.org/en/sections/about-un/main-organs/index.html (acedido em 13 novembro 2019).

– (2019g), «Membership of principal UN organs», https://www.un.org/en/sections/member-states/membership-principal-un-organs/index.html (acedido em 20 dezembro 2019).

– (2019h), «Non-member States», https://www.un.org/en/sections/member-states/non-member-states/index.html (acedido em 20 dezembro 2019).

– (2019i), «Presidents of the United Nations General Assembly», www.un.org/en/ga/68 (acedido em 20 dezembro 2019).

– (2019j), «Revitalization of the work of the General Assembly», https://www.un.org/en/ga/revitalization/index.shtml (acedido em 20 dezembro 2019).

– (2019k), «United Nations Secretary-General: U Thant», https://www.un.org/sg/en/content/u-thant (acedido em 15 fevereiro 2020).

– (2019l), «Voting system», https://www.un.org/securitycouncil/content/voting-system (acedido em 20 dezembro 2019).

– (2018), «Assessment of Member States' contributions to the United Nations regular budget for the year 2019 », Secretariat, December 24th.

– (2015a), «Discurso de Su Santidad el Papa Francisco», Documentos oficiales: Naciones Unidas – Asamblea General, 70.º período de sesiones, 3.ª sesión plenaria, Nueva York, 25 septiembre, pp. 2-7.

– (2015b), «Address by Mr. Barack Obama, President of the United States of America», Official records: United Nations General Assembly, 70th session, 13th plenary meeting, New York, September 28th, pp. 9-15.

– (2015c), «Address by Mr. Vladimir Putin, President of the Russian Federation», Official records: United Nations General Assembly, 70th session, 13th plenary meeting, New York, September 28th, pp. 23-27.

– (2012), *The Yearbook of the United Nations: 2008*, vol. 62, New York: Department of Public Information – United Nations, https://www.unmultimedia.org/searchers/yearbook/page.jsp?volume=2008&page=3&searchType=advanced (acedido em 29 outubro 2019).

– (2008a), «Allocution de S. S. le pape Benoît XVI», Documents officiels: Nations Unies – Assemblée Générale, 62ème session, 95e séance plénière, New York, 18 avril, pp. 3-5.

– (2008b), «Address by His Holiness Pope Benedict XVI», Official records: United Nations General Assembly, 62rd session, 95th plenary meeting», New York, April 18th, pp. 4-6.

– (2008c), «Address by Mr. George W. Bush, President of the United States of America», Official records: United Nations General Assembly, 63rd session, 5th plenary meeting, New York, September 23rd, pp. 8-12.

– (2008d), «Address by Mr. Mahmoud Ahmadinejad, President of the Islamic Republic of Iran», Official records: United Nations General Assembly, 63rd session, 6th plenary meeting, New York, September 23rd, pp. 8-12.

– (1997), *The Yearbook of the United Nations: 1995*, vol. 49, New York: Department of Public Information – United Nations, https://www.unmultimedia.org/searchers/yearbook/page.jsp?volume=1995&page=1 (acedido em 29 outubro 2019).

– (1995a), «Discurso de Su Santidad el Papa Juan Pablo II», Documentos oficiales: Naciones Unidas – Asamblea General, 50.º período de sesiones, 20.ª sesión plenaria, Nueva York, 5 octubre, pp. 5-7.

– (1995b), «Allocution de Sa Sainteté le Pape Jean-Paul II», Documents officiels: Nations Unies – Assemblée Générale, 50ème session, 20e séance plénière, New York, 5 octobre, pp. 4-5.

– (1995c), «Address by His Holiness Pope John Paul II», Official records: United Nations General Assembly, 50th session, 20th plenary meeting, New York, October 5th, pp. 2-3.

– (1995d), «Address by His Excellency Mr. William J. Clinton, President of the United States of America», Official records: United Nations General Assembly, 50th session, 35th plenary meeting, New York, September 23rd, pp. 3-6.

– (1982), *The Yearbook of the United Nations: 1979*, vol. 33, New York: Department of Public Information – United Nations, https://www.unmultimedia.org/searchers/yearbook/page.jsp?volume=1979&page=2 (acedido em 29 outubro 2019).

– (1979a), «Allocution de Mlle Maria de Lurdes Pintasilgo, premier ministre du Portugal», Documents officiels: Nations Unies – Assemblée Générale, 34ème session, 16e séance plénière, New York, 1 octobre, pp. 319-324.

– (1979b), «Israeli settlements/ Fourth Geneva Convention – SecCo resolution – Question of Palestine», July 20th, https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-180965/ (acedido em 15 março 2020).

– (1979c), «Address by His Holiness Pope John Paul II», Official records: United Nations General Assembly, 34th session, 17th plenary meeting, New York, October 2nd, pp. 349-353.

– (1978a), «UNIFIL – SecCo resolution – Question of Palestine», May 3rd, https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-184024/ (acedido em 15 março 2020).

– (1978b), «Mideast situation/Lebanon – Establishment of UNIFIL – SecCo resolution – Question of Palestine», March 19th, https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-189331/ (acedido em 15 março 2020).

– (1967), *The Yearbook of the United Nations: 1965*, New York: Office of Public Information – United Nations, https://www.unmultimedia.org/searchers/yearbook/page.jsp?volume=1965&page=3&searchType=advanced (acedido em 29 outubro 2019).

– (1965a), «Allocution de Sa Sainteté le pape Paul VI», Documents officiels: Nations Unies – Assemblée Générale, 20ème session, 1347e séance plénière, New York, 4 octobre, pp. 2-5.

– (1965b), «Speech by Mr. Goldberg (United States of America)», Official records: United Nations General Assembly, 20th session, 1334th plenary meeting, New York, September 23rd, pp. 5-11.

– (1964), «Communications between Secretary-General and Pope Paul VI», Press Release SG/SM/1, January 7th, New York: United Nations Press Services – Office of Public Information.

– (1948), «Universal Declaration of Human Rights», https://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/index.html (acedido em 5 março 2020).

– (1945), «Charter of the United Nations and Statute of the International Court of Justice», San Francisco, https://treaties.un.org/doc/publication/ctc/uncharter.pdf (acedido em 13 outubro 2019).

UN News (2020), «In Pakistan, Guterres urges world to step up climate action, praises support to Afghan refugees», February 16th, https://news.un.org/en/story/2020/02/1057491 (acedido em 19 fevereiro 2020).

– (2019), «UN chief laments ending of Cold War-era disarmament treaty», August 2nd, https://news.un.org/en/story/2019/08/1043691 (acedido em 13 outubro 2019).

– (2017), «Feature: diplomacy of the conscience – the Holy See at the United Nations», http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=56121#.WnMf7dSLTDc (acedido em 1 fevereiro 2018).

– (2015a), «Security Council adopts resolution endorsing Iran nuclear deal», July 20th, https://news.un.org/en/story/2015/07/504662-security-council-adopts-resolution-endorsing-iran-nuclear-deal (acedido em 8 março 2020).

– (2015b), «UN officials recall 'horror' of Srebrenica as Security Council fails to adopt measure condemning massacre», July 8th, https://news.un.org/en/story/2015/07/503712-un-officials-recall-horror-srebrenica-security-council-fails-adopt-measure (acedido em 23 fevereiro 2020).

– (2015c), «UN chief welcomes accord on Iran's nuclear programme», April 2nd, https://news.un.org/en/story/2015/04/495082-un-chief-welcomes-accord-irans-nuclear-programme (acedido em 8 março 2020).

– (2009), «Former US President Clinton appointed UN special envoy for Haiti», May 19th, https://news.un.org/en/story/2009/05/300442-former-us-president-clinton-appointed-un-special-envoy-haiti (acedido em 4 novembro 2019).

– (2004), «Lessons of Iraq war underscore importance of UN Charter – Annan», September 16th, https://news.un.org/en/story/2004/09/115352-lessons-iraq-war-underscore-importance-un-charter-annan (acedido em 3 março 2020).

UNODC: United Nations Office on Drugs and Crime (2020), https://www.unodc.org/unodc/index.html.

UNRIC: Centro Regional de Informação das Nações Unidas (2020), «Conflitos da Atualidade – Síria: um conflito trágico sem fim à vista», https://unric.org/pt/conflitos-da-atualidade/ (acedido em 19 dezembro 2019).

– (2019), «Biografia – Dag Hammarskjöld», https://www.unric.org/pt/informacao-sobre-a-onu/secretario-geral/32439-biografia-dag-hammarskjoeld (acedido em 16 outubro 2019).

– (2014), «E-Factos essenciais sobre as Nações Unidas», https://archive.unric.org/pt/publicacao/31695-e-factos-essenciais-sobre-as-nacoes-unidas (acedido em 19 dezembro 2019).

– (n.d.), «Missão da ONU», https://unric.org/pt/missao-da-onu/ (acedido em 19 dezembro 2019).

– (n.d.), «Órgãos da ONU», https://unric.org/pt/orgaos-da-onu/ (acedido em 19 dezembro 2019).

Vatican News (2019), «Jesus e fariseus: nova compreensão da Igreja católica sobre o judaísmo», 3 abril, https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2019-04/jesus-fariseus-nova-compreensao-igreja-judaismo-cardeal-bea.html (acedido em 9 novembro 2019).

Viveiros, Paulo (2019, 2020), sobre o *modus operandi* do *Diário dos Açores*, entrevista concedida a Márcia Dias Sousa, Ponta Delgada: sede do *Diário* e do *Correio dos Açores*, 4 julho 2019; finalização por videoconferência, 16 março 2020.

Viver em Cristo: manual de catequese e oração (2014), Lisboa: Paulus.

II. Secundária

Abend-David, Dror (2014), *Media and translation: an interdisciplinary approach*, London: Bloomsbury.

Açoriano Oriental, https://www.acorianooriental.pt/.

Adão, Áurea (2012), *A Educação nos artigos de jornal durante o Estado Novo (1945-1969): um repertório cronológico, temático e onomástico*, Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

AFL-CIO: The American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations (2019), «Key People in Labor History: Arthur Goldberg», https://aflcio.org/about/history/labor-history-people/arthur-goldberg (acedido em 2 novembro 2019).

Agasso Jr., Domenico e Andrea Tornielli (2016), *Paulo VI: o santo da modernidade*, trad. Paulo Ferreira Valério, S. Paulo: Paulus.

Agência Ecclesia (2017), «Fátima: o que mudou até chegar ao Papa 'peregrino que caminha com os crentes'?», 23 junho, sites.ecclesia.pt/arquivo/noticias/nacional/fatima-o-que-mudou-ate-chegar-ao-papa-peregrino-que-caminha-com-os-crentes/ (acedido em 29 fevereiro 2020).

Agensky, Jonathan C. (2019), «Recognizing religion: politics, history, and the 'long 19th century'», *European Journal of International Relations*, 23: 4, pp. 729-755.

Albukova, O.V. (2016), «Functional and stylistic characteristics and translation of terms in English newspaper articles», *Language and Literature*, 9:2. pp. 85-98.

Almeida, Isaura (2019), «Holanda teve 'responsabilidade limitada' no massacre de Srebrenica», *Diário de Notícias*, 19 julho, https://www.dn.pt/mundo/holanda-teve-responsabilidade-limitada-no-massacre-de-srebrenica-11128813.html (acedido em 29 fevereiro 2020).

Althusser, Louis [2004 (1970)], *Idéologie et appareils idéologiques d'État: notes pour une recherche*, Chicoutimi: Cégep.

– (1997), *Écrits philosophiques et politiques*, vol. 2, Paris: Éditions Stock/IMEC.

Alves Lourenço, Fernanda e Tahne Bohrer Martins (2012), «A tradução da morte de Khadafi», *Belas Infiéis*, 1:1, pp. 129-141.

Amanpour, Christiane (2019a), «Expert: this is Arab Spring 2.0», *RTP 3: Amanpour Shows*, ep. 3, 9 dezembro (visualizado em 10 dezembro 2019).

– (2019b), «Witnesses to the fall of the Berlin Wall», *RTP 3: Amanpour Shows*, ep. 1, 25 novembro (visualizado em 30 novembro 2019).

Anderson, Malcolm (2000), *States and nationalism in Europe since 1945*, London & New York: Routledge.

Andrade, Luís (2015), «Os Açores entre a Europa e os Estados Unidos da América: uma perspetiva geoestratégica», Nação e Defesa, 141, pp. 96-106.

Angermuller, Johannes *et al.* (eds.) (2014), *The discourse studies reader: main currents in theory and analysis*, Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.

Annan, Kofi (2002a), «The Secretary-General address to the General Assembly», New York, September 12th, https://www.un.org/webcast/ga/57/statements/sgE.htm (acedido em 3 março 2020).

– (2002b), «Transcript of press conference by Secretary-General Kofi Annan at the UN headquarters», November 12th, https://www.un.org/press/en/2002/sgsm8486.doc.htm (acedido em 3 março 2020).

Antunes, Manuel (2000), «Catolicismo e cultura na sociedade portuguesa contemporânea», Manuel Braga da Cruz e Natália Correia Guedes (eds.), *A Igreja e a cultura contemporânea em Portugal, 1950-2000*, Lisboa: Universidade Católica Editora, pp. 437-456.

Applebaum, Anne (2020), «What happens when we take democracy for granted?», entrevista concedida a Fareed Zakaria, *CNN: GPS – Global Public Square*, 2 agosto (visualizado a 8 agosto 2020).

Aron, Raimond (1948), *Le grand schisme*, Paris : Gallimard.

Austin, John (1962), *How to do things with words*, Oxford: Oxford University Press.

Azeredo, M. Olga *et al*. (2010), *Da comunicação à expressão: gramática prática de português*, Lisboa: Lisboa Editora.

Baines, Roger (2018), «Translation and interpreting for the media in the English Premier League», Stefan Baumgarten e Jordi Cornellà-Detrell, *Translation and global spaces of power,* Bristol: Multilingual Matters, pp. 179-193.

Banjo, Adewale (2010), «U.S. development diplomacy in Africa: from Bill Clinton to George W. Bush», *African Journal of Political Science and International Relations*, 4:4, pp. 140-149.

Baker, Mona (2011), *In other words: a coursebook on translation*, London & New York: Routledge.

– (2006), *Translation and conflict: a narrative account*, London & New York: Routledge.

Baker, Mona e Kirsten Malmkjær (eds.) (1998), *Routledge encyclopedia of Translation Studies*, London & New York: Routledge.

Baldisseri, Lorenzo (2011), *Diplomacia pontifícia*: *acordo Brasil-Santa Sé. Intervenções*, S. Paulo: LTR Editora.

Ban Ki-moon (2015), «Remarks to the General Assembly on the occasion of the visit by His Holiness Pope Francis», https://www.un.org/sg/en/content/sg/speeches/2015-09-25/remarks-general-assembly-occasion-visit-his-holiness-pope-francis (acedido em 16 fevereiro 2020).

– (2010), «Secretary-General's message to ICID+18 on the launch of the UN Decade for Deserts and the Fight against Desertification», Fortaleza (Brazil), August 17th, United Nations – Office of the Spokesperson of the Secretary-General, http://appablog.wordpress.com/2010/08/17/secretary-generals-message-to-second-international-conference-on-climate-sustainability-and-development-in-semi-arid-regions-on-the-launch-of-the-un-decade-for-deserts-and-the-fight-against-deserti/ (acedido em 3 março 2020).

Barthe, Sébastien e Charles-Philippe David (2004), «Foreign policy-making in the Clinton administration: reassessing Bosnia and the 'turning point' of 1995», Québec: Center for United States Studies-Raoul Dandurand Chair of Strategic and Diplomatic Studies, 2, pp. 3-20.

Bassnett, Susan (2014), *Translation: the new critical idiom*, London & New York: Routledge.

– (2011), «The translator as a cross-cultural mediator», Kirsten Malmkjær e Kevin Windle (eds.), *The Oxford handbook of Translation Studies*, Oxford: Oxford University Press.

– (1993-1994), «Taking the cultural turn in Translation Studies», *Dedalus*, 3-4, Lisboa: Edições Cosmos, pp. 171-179.

Batista, Carla e Jorge Pedro Sousa (eds.) (2020), *Para uma história do jornalismo em Portugal*, Lisboa: ICNOVA – Instituto de Comunicação da Nova.

Bazzi, Samia (2015), «Ideology and Arabic translations of news texts», *Translation and Translanguaging in Multilingual Contexts*, 1:2, pp. 135-161.

– (2014), «Foreign metaphors and Arabic translation. An empirical study in journalistic translation practice», *Journal of Language and Politics*, 13:1, pp. 120-151.

Belikova, Alexandra (2010), «The political metaphor in Finnish-Russian translation: a cognitive approach», *MikaEL*: electronic proceedings of the KäTu symposium on translation and interpreting studies.

Bellamy, Alex (2008), «The responsibility to protect and the problem of military intervention», *International Affairs*, 84:4, pp. 615–639.

Berger, Peter e Thomas Luckmann [2011 (1966)], *The social construction of reality: a treatise in the sociology of knowledge*, Middlesex: Penguin Books.

Berlo, David K. (1999), *O processo da comunicação: introdução à teoria e à prática*, 9 ed., trad. Jorge Arnaldo Fontes, S. Paulo: Martins Fontes Editora.

Betts, Paul e Stephen A. Smith (eds.), (2016), *Science, religion and Communism in Cold War Europe*, London: Palgrave.

Bielsa, Esperança (2016), «News translation: global or cosmopolitan connections?», *Media, Culture & Society*, 38:2, pp. 196–211, DOI: 10.1177/0163443715613635.

– (2010a), «The sociology of translation: outline of an emerging field», Esther Monzó e Oscar Diaz Fouces, *Applied sociology in Translation Studies / Sociologia aplicade a la traducció*, 2, pp. 153-172.

– (2010b), «Translating news: a comparison of practices in news agencies», Roberto Valdeón (ed.), *Translating information*, Oviedo: Ediciones de la Universidad de Oviedo, pp. 31-50.

Bielsa, Esperança e Susan Bassnett (2009), *Translation in Global News*, London & New York: Routledge.

Blanchfield, Luisa (2019), «United Nations issues: U.S. funding to the U.N. system», *Congressional Research Service*, September 11th, https://fas.org/sgp/crs/row/IF10354.pdf (acedido em 4 novembro 2019).

Blanco, Pablo (2005), *Joseph Ratzinger: uma biografia*, S. Paulo: Quadrante.

Boadas Llavat, Agustín (2011), «Trovadores, filósofos y traductores: franciscanos catalanes a través de los siglos», Antonio Bueno García e Miguel Angel Vega Cernuda (eds.), *Lingua, cultura e discorso nella traduzione dei francescani*, Perugia: Università per Stranieri di Perugia, pp. 197-216.

Bollaert, Charlotte (2019), «The Russian thick journal as a discursive space of negotiation: Jean-Paul Sartre's reception in the Soviet Union during the Thaw Era», María Constanza Guzmán, *Translation and/in periodical publications*, Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, pp. 198-217.

Borger, Julian (2015), «Bosnia's bitter, flawed peace deal, 20 years on», https://www.theguardian.com/global/2015/nov/10/bosnia-bitter-flawed-peace-deal-dayton-agreement-20-years-on (acedido em 22 fevereiro 2020).

Bourdieu, Pierre (2001), *Sobre a Televisão*, Oeiras: Celta Editora.

Brands, Hal (2008), *From Berlin to Baghdad: America's search for purpose in the post-Cold War World,* Kentucky: The University Press of Kentucky.

Breed, Warren (1955), «Social control in the newsroom: a functional analysis», *Social Forces*, 33:4, pp. 326-335.

Bressolette, Claude (2002), *La papauté...Tout simplement,* Paris: Les Édtitions de l'Atelier.

Brito, Wladimir (2016), *Responsabilidade de proteger (no direito internacional)*, Coimbra: Almedina.

Brown, Chris e Kirsten Ainley (2009), *Understanding international relations*, New York: Palgrave.

Brownlie, Siobhan (2010), «Representing news from France», Christina Schäffner e Susan Bassnett, *Political discourse, media and translation*, Newcastle: Cambridge Scholars, pp. 32-54.

Bugnot, Marie Ange (2012), «Traduction des discours sur l'islam dans la presse de France et d'Espagne», *Meta*, 57:4, pp. 977-996.

Byrnes, Timothy A. (2017), «Sovereignty, supranationalism, and soft power: the Holy See in international relations», *The Review of Faith & International Affairs*, 15:4, pp. 6-20.

Caimotto, M. Cristina (2016), «Images of turmoil: Italy portrayed in Britain and re-mirrored in Italy», Luc van Doorslaer, Peter Flynn e Joep Leerssen, *Interconnecting Translation Studies and imagology*, Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, pp. 239-256.

– (2010), «Translating foreign articles with local implications: a case study», Christina Schäffner e Susan Bassnett, *Political discourse, media and translation*, Newcastle: Cambridge Scholars, pp. 76-93.

Câmara Municipal de Nordeste (2019), «Eventos: centenário de Dinis da Luz», https://cmnordeste.pt/cultura/nordeste_evento/centenario-de-dinis-da-luz/ (acedido em 4 agosto 2019).

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão (2003), *A Igreja e o Estado em Portugal: da Primeira República ao limiar do século XXI*, Atas dos Encontros de Outono, 21-22 novembro, Vila Nova de Gaia: Editora Ausência.

Canavilhas, João (2014), «Hipertextualidade: novas arquiteturas noticiosas», *Webjornalismo*, 7, pp. 3-24.

– (2006), «Webjornalismo: da pirâmide invertida à pirâmide deitada», *BOCC: Biblioteca online de Ciências da Comunicação*, http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-webjornalismo-piramide-invertida.pdf (acedido em 19 outubro 2019).

Candeias, António e Eduarda Simões (1999), «Alfabetização e escola em Portugal no século XX: censos Nacionais e estudos de caso», *Análise Psicológica*, 1:17, pp. 163-194.

Carbonell i Cortés, Ovidi (2010), «Análisis de pautas de traducción ideológica en el discurso periodístico», Roberto Valdeón (ed.), *Translating information*, Oviedo: Ediciones de la Universidad de Oviedo, pp. 87-124.

Cavallari, Alberto (1966), *Il Vaticano che cambia*, Milano: Mondadori.

Centro de Documentação e de Publicações Fundação Cuidar o Futuro (2020), «Sobre MLP [Maria de Lurdes Pintasilgo]», https://www.arquivopintasilgo.pt/arquivopintasilgo/Site/Categoria2.aspx?cat=32&id=6 (acedido em 20 fevereiro 2020).

Chari, Chandra (2010), *Superpower rivalry and conflict: the long shadow of the Cold War on the twenty-first century*, Oxon & New York: Routledge.

Cheesman, Tom e Arnd-Michael Nohl (2010), «Many voices, one BBC World Service? The 2008 US elections, gatekeeping and trans-editing», *Journalism*, 12:2, pp. 217-233.

Chen, Yamei (2011), «The translator's subjectivity and its constraints in news transediting: a perspective of reception aesthetics», *Meta*, vol. 56, n. 1, pp. 119-144.

Chen, Yamei e Guang-hui Lu (2011), «The mediation of reader involvement in soft news transediting », *Translation & Interpreting*, 3:2, pp. 48-66.

Chesterman, Andrew (2017), *Reflections on translation theory: selected papers 1993–2014*, Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.

– (2000) «What constitutes 'progress' in Translation Studies?», Birgitta Englund Dimitrova (ed.), *Översättning och tolkning. Rapport från ASLA Höstsymposium*, Stockholm, 5-6 november 1998, Uppsala: ASLA, pp. 33-49.

– (1997), *Memes of translation*, Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.

Chilton, Paul e Christina Schäffner (2002), *Politics as text and talk: analytic approaches to political discourse*, Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.

Choi, Hee-kyung (2012), «The influence of English on English-Korean IT news translation», *Journal of Interpretation & Translation Research Institute*, 16:2, pp. 261-291.

Clemente, Manuel (2005), «Catolicismo e identidade portuguesa», Hermenegildo Fernandes *et al.* (eds.) (2009), *Nação e identidade:* Portugal, os portugueses e os outros, Lisboa: Universidade de Lisboa, pp. 119-132.

Clinton, William (2019), «'Days like this': President Clinton's public diplomacy in Northern Ireland», Clinton Digital Library, https://clinton.presidentiallibraries.us/exhibits/show/northern-ireland (acedido em 4 novembro 2019).

– (2004), *My Life*, London: Hutchinson.

– (1992), «Letter to Bruce Morrison», 23 outubro, Clinton Digital Library, https://clinton.presidentiallibraries.us/items/show/57299 (acedido em 4 novembro 2019).

CNN (2019), «1993 World Trade Center bombing fast facts», https://edition.cnn.com/2013/11/05/us/1993-world-trade-center-bombing-fast-facts/index.html (acedido em 9 janeiro 2020).

– (2018), «Pope: the most powerful man in History», https://edition.cnn.com/shows/pope (acedido em 5 janeiro 2019).

Cohen, Roberta (2006), «Developing an international system for internally displaced persons», *International Studies Perspectives*, 7:1, pp. 87–101.

– (2004), «The guiding principles on internal displacement: an innovation in international standard setting», *Global Governance*, vol. 10, n. 3, pp. 459–80.

Comastri, Angelo (2011), *Giovanni Paolo II: nel cuore del mondo*, Torino: Edizioni San Paolo.

Conway, Kyle (2015), «What is the role of culture in news translation? A materialist approach», *Culture and News Translation*, 23:4, pp. 521-535.

– (2012), «Cultural translation, long-form journalism, and readers' responses to the Muslim veil», *Meta*, 57:4, pp. 997-1012.

– (2008), «A Cultural Studies approach to semantic instability: the case of news translation», *Linguistica Antverpiensia*, 7, pp. 29-43.

Conway, Kyle e Susan Bassnett (eds.) (2006), *Translation in Global News*: *proceedings of the conference held at the University of Warwick*, Warwick, 23 june.

Conway, Kyle e Tetiana Vaskivska (2010), «Consuming news translation: *The New York Times* online and the 'Kremlin Rules' experiment», Roberto Valdeón, *Translating information in the post-industrial society*, 11:2, pp. 233-253.

Coppola, Raffaele (2015), «Etica cattolica, debito e giustizia sociale in vista di un nuovo assetto internazionale», *Stato, Chiese e pluralismo confessionale*, 25, pp. 1-18.

Cordeiro, Carlos e Susana Serpa Silva (eds.) (2009), *A história da imprensa e a imprensa na História: o contributo dos Açores*, Ponta Delgada: Centro de Estudos Gaspar Frutuoso.

Cordeiro, Vasco Alves (2015), «Açores: um valor estratégico para o país», *Nação e Defesa*, 141, pp. 14-20.

Correia, Fernando e Carla Baptista (2010), *Memórias vivas do jornalismo*, Alfragide: Editorial Caminho.

– (2006), «Anos 60: um período de viragem no jornalismo português», *Media & Jornalismo*, 9, pp. 23-39.

Costa, João Bénard da (2003), *Nós, os vencidos do catolicismo*, Coimbra: Edições Tenacitas.

Craig, Campbell e Sergey Radchenko (2008), *The atomic bomb and the origins of the Cold War*, New Haven & London: Yale University Press.

Cronin, Michael (2013), «Translation and globalisation», Carmen Millán e Francesca Bartrina (eds.), *The Routledge handbook of Translation Studies*, London & New York: Routledge.

– (2006), *Translation and identity*, London & New York, Routledge.

– (2003), *Translation and globalisation*, London & New York, Routledge.

Cruz, João Cardoso da (2002), *Introdução ao estudo da comunicação*: *imprensa, cinema, rádio, televisão, redes Multimédia*, Lisboa: ISCSP.

Cunha, Alice (2015), «Underwriting democracy: Portugal and European Economic Community's accession», *Cahiers de la Méditerranée*, 90, pp. 47-58.

D'Acci, Julie (2004), «Cultural studies, television studies, and the crisis in the humanities», Lynn Spiegel e Jan Olsson (eds.), *Television after TV: essays on a medium in transition*, Durham & London: Duke University Press, pp. 418-446.

D'Avillez, Filipe (2017), «Paulo VI: o Papa que tratou Salazar por 'Sua eternidade'», *Rádio Renascença*, 8 maio, https://rr.sapo.pt/2017/05/10/fatima-100-anos/paulo-vi-o-papa-que-tratou-salazar-por-sua-eternidade/noticia/83055/ (acedido em 25 fevereiro 2019).

Danchin, Paul e Horst Fischer (eds.) (2010), *United Nations reform and the new collective security*, Cambridge: Cambridge University Press.

Daniels, Joseph (1999), «Supervising the international financial system», Michael R. Hodges, John J. Kirton e Joseph P. Daniels (eds.), *The G8's role in the new millennium*, Aldershot: Ashgate, pp. 107-118.

Darwish, Ali e Pilar Orero (2014), «Rhetorical dissonance of unsynchronized voices: issues of voice-over in news broadcasts», *Babel*, 60:2, pp. 129-144.

Davier, Lucile (2017), *Les enjeux de la traduction dans les agences de presse*, Lille: Presses universitaires du Septentrion.

– (2015), «Cultural translation in news agencies? A plea to broaden the definition of translation», *Culture and News Translation*, 23:4, pp. 536-551.

– (2014), «The paradoxical invisibility of translation in the highly multilingual context of news agencies», *Global Media and Communication*, 10:1, pp. 53-72.

– (2012), «Légitimé ou illégitimité de la traduction dans les agences de presse?», *FORUM: Revue internationale d'interprétation et de traduction/ International Journal of Interpretation and Translation*, 10:1, pp. 79-114.

Davier, Lucile e Kyle Conway (2019) (eds.), *Journalism and translation in the era of convergence*, Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.

Davier L., Schäffner C., Van Doorslaer L. (2018a), *Methods in news translation*, Budapest: Akadémiai Kiadó.

– (2018b), «The methodological remainder in news translation research: outlining the background», *Across Languages and Cultures*, 19:2, pp. 155-164.

Debray, Régis (2002), *Deus, um Itinerário*, Porto: Âmbar.

– (2001), «Malaise dans la Transmission», *Les Cahiers de Médiologie: Communiquer/ Transmettre*, 11, pp. 17-33.

– (2000), *Introduction à la Médiologie*, Paris: Presses Universitaires de France.

Delabastita, Dirk, Lieven D'hulst e Reine Meylaerts (eds.) (2006), *Functional approaches to culture and translation: selected papers by José Lambert*, Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.

De Mattei, Roberto (2012), *O Concílio Vaticano II*: *uma história nunca escrita*, Porto: Caminhos Romanos.

Demont-Henrich, Christof (2011), «Translation in Global News [review]», *Journal of Sociolinguistics*, 15:3, pp. 402-405.

Deng, Francis M. (2006), «Divided nations: the paradox of national protection», *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 603, pp. 217-225.

De Plunkett, Patrice (2005), *Bento XVI e o plano de Deus*, Mem Martins: Publicações Europa-América.

Deuze, Mark e Tamara Witschge (2018), «Beyond journalism: theorizing the transformation of journalism», *Sage,* 19:2, pp. 165-181.

D'Hulst, Lieven (2010), «Translation History», Yves Gambier e Luc van Doorslaer (eds.), *Handbook of Translation Studies,* Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, vol. 1, pp. 397-405.

– (2001), «Why and how to write translation histories?», *Crop: Emerging Voices on Translation History in Brazil,* 6, pp. 21-32.

Diário de Notícias (2018), «Advogado de Slobodan Milosevic assassinado», https://www.dn.pt/mundo/advogado-de-slobodan-milosevic-assassinado-9652372.html (acedido em 22 fevereiro 2020).

– (2017a), «Jerusalém: Rússia, China e Índia apelam ao respeito dos acordos da ONU sobre Palestina», 11 dezembro, https://www.dn.pt/lusa/jerusalem-russia-china-e-india-apelam-ao-respeito-dos-acordos-da-onu-sobre-palestina-8977024.html (acedido em 11 março 2020).

– (2017b), «Papa: Paulo VI, o Papa que falou de paz num país em guerra em 1967», https://www.dn.pt/lusa/interior/papa-paulo-vi-o-papa-que-falou-de-paz-num-pais-em-guerra-em-1967-6259607.html (acedido em 25 fevereiro 2019).

Dias, Capitão José da Silva (1947), telegrama dirigido ao Coronel Arnaldo Alfredo Fontes sobre uma notícia publicada no jornal *O Primeiro de Janeiro*, a 23 de setembro, no processo de censura à imprensa periódica durante o Estado Novo, Arquivos da Torre do Tombo (consulta em 27 janeiro 2019).

Dias Sousa, Márcia (2020), «The Catholic, the capitalist and the post-communist: three leaders rewritten in the Portuguese newspaper *Diário de Notícias*», *II Lisbon Winter School for the Study of Communication*, conferência realizada na Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 7-11 janeiro.

– (2019a), «One text, two readings: cases of reframing the Popes' words in the Portuguese press», *Translation as Reframing*, conferência realizada na Universidade dos Açores Ponta Delgada, 27-28 junho.

– (2019b), «Global revolutions in the words expressed by Paul VI to the UN General Assembly», *European Academy of Religion*, conferência realizada pela FSCIRE-Fondazione per le Scienze Religiose Giovanni XXIII, Bologna, 4-7 março.

– (2019c), «The influence of memory and life experiences in the rewriting of the Bible», *Translation Matters*, 1:1, pp. 48-66.

– (2018a), «A retradução do património religioso num pequeno ponto do mundo: o caso do *Diário dos Açores*», *REVER – Revista de Estudos da Religião*, 18:3, pp. 75-100.

– (2018b), «Tracing back the process of (re)translation: when, in successive rewritings, change of meaning occurs», *IX Simposi Internacional de Joves Investigadors en Traducció, Interpretació, Estudis Interculturals i Estudis de l'Àsia Oriental*, conferência realizada na Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 29 junho.

– (2018c), «Agency in (re)translating the Bible: the 'hows' and 'whys' of taking the 'liberty' of (re)creating the 'untouchable' sacred texts», *1st Graduate Symposium in Translation New Voices in Portuguese Translation Studies,* conferência realizada na NOVA FCSH, Lisboa, 25 janeiro.

Díaz, Gustavo (2007), «Intelligence at the United Nations for peace operations», *UNISCI Discussion Papers*, 13, January, pp. 25-41.

Dickins, James, Sándor Hervey e Ian Higgins (2017), *Thinking Arabic translation – A course in translation method: Arabic to English*, London & New York: Routledge.

Dimitrova, Birgitta Englund (2005), *Expertise and explicitation in the translation process*, Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.

Direção Regional da Cultura – Governo dos Açores (2015), «Luz, Dinis da (D. da L. de Medeiros)», *Enciclopédia Açoriana*, http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=8290 (acedido em 20 janeiro 2018).

Diriker, Ebru (2011), «Agency in conference interpreting: still a myth?», Fotini Apostolou e Ebru Diriker (eds.), *Challenging boundaries in Interpreting Studies: interdisciplinary approaches*, Department of English, Aristotle University of Thessaloniki, pp. 27-36.

Domingo, Rafael (2010), *The new global law*, New York: Cambridge University Press.

Duarte, Felipe Pathé (2017), «Os objectivos estratégicos do DAESH na Europa», *Janus*, pp. 18-19.

– (2015), «O islamismo como ideologia política de carácter secular», *Relações Internacionais*, 45, pp. 97-110.

– (2013), «A criatividade estratégica da al-Qaeda», *Nação e Defesa*, 136:5, pp. 158-179.

Duque, Eduardo (2014), *Mudanças culturais, mudanças religiosas: perfis e tendências da religiosidade em Portugal numa perspetiva comparada*, Vila Nova de Famalicão: Húmus.

Ehrensberger-Dow, Maureen e Daniel Perrin (2015), «Applying a newswriting research approach to translation», *Interdisciplinarity in translation and interpreting process research*, Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, pp. 79-94.

Entidade Reguladora para a Comunicação Social (2018), «Os *media* em mudança em Portugal: implicações da digitalização no jornalismo», Carla Martins (coord.), Lisboa: ERC.

– (2016), «As novas dinâmicas do consumo audiovisual em Portugal», Carla Martins (coord.), Lisboa: ERC.

– (2015), «Digital media Portugal», Telmo Gonçalves (coord.), Lisboa: ERC.

– (2014), «Públicos e consumos de média: o consumo de notícias e as plataformas digitais em Portugal e em mais dez países», Telmo Gonçalves (coord.), Lisboa: ERC.

– (2008), «Estudo de recepção dos meios de comunicação social: os públicos dos meios de comunicação social portugueses», José Rebelo (coord.), Lisboa: ERC.

Estalayo, María (2015), «Translating live for international sport events: the case of the Dakar Rally», *Parallèles*, 27:1, pp. 149-162.

Estoril Conferences (2019), *Empowering humanity: from local to global justice*, 6 ed., Carcavelos: Nova Business School of Economics, 27-29 maio.

Even-Zohar, Itamar (2010), *Papers in culture research*. Tel Aviv University: Unit of Culture Research, http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.477.787&rep=rep1&type=pdf (acedido em: 19 novembro 2018).

– (1990), «Polysystem studies», *Poetics Today*, 11:1, pp. 1-252.

Fairclough, Norman (2013), *Language and power*, 2.ed., London & New York: Routledge.

– (2006), *Language and globalization*, London & New York: Routledge.

– (2003), *Analysing discourse*, London & New York: Routledge.

– (1995), *Media discourse*, London: Hodder Headline.

– (1992), *Discourse and social change*, Cambridge: Polity Press.

Fairclough, Norman e Isabella (2012), *Political discourse analysis: a method for advanced students*, London & New York: Routledge.

Fairclough, Norman e Lillie Chouliaraki (2001), *Discourse in late modernity*, Edinburgh: Edinburgh University Press.

Fassin, Didier e Mariella Pandolfi (2013), *Contemporary states of emergency: the politics of military and humanitarian interventions*, New Haven: MIT Press.

Federici, Federico M. (2010), «Translations in Italian media: the Calipari case and legitimized texts», Christina Schäffner e Susan Bassnett, *Political discourse, media and translation*, pp. 116-141.

Feinauer, Ilse (2016), «Are South African print newspaper narratives reframed for Internet news portals or not?», *Stellenbosch Papers in Linguistics Plus*, 49, pp. 167-197.

Fernandes, Hermenegildo *et al.* (eds.) (2009), *Nação e identidade:* Portugal, os portugueses e os outros, Lisboa: Universidade de Lisboa.

Ferreira, António Gomes (2007), «Uma compreensão sobre a afirmação da Identidade Nacional: narrativa sobre Portugal entre a História e a Educação», *Revista Portuguesa de História*, 39, pp. 273-312.

Ferreira, João (2016), «Os nossos homens em Nova Iorque», *Diário de Notícias*, 22 agosto, https://www.dn.pt/portugal/os-nossos-homens--em-nova-iorque-5350077.html (acedido em 29 outubro 2019).

Ferro, António [2003 (1932)], *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Lisboa: Parceria A.M.Pereira.

Figueira, João (2012), *O essencial sobre a imprensa portuguesa (1974-2010),* Coimbra: Angelus Novus.

Filmer, Denise (2016), «Images of Italy? The words Berlusconi never (officially) said», Luc van Doorslaer, Peter Flynn e Joep Leerssen, *Interconnecting Translation Studies and imagology*, Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, pp. 257-275.

– (2014), «Journalators? An ethnographic study of British journalists who translate», *Cultus: the Journal of Intercultural Mediation and Communication*, 7, pp. 135-157.

Floros, Georgios (2012), «News translation and translation ethics in the Cypriot context», *Meta*, 57:4, pp. 924-942.

Foglia, Cecilia (2013), «Political discourse, media and translation», *TranscUlturAl*, 5:1-2, pp. 219-226, http://ejournals.library.ualberta.ca/index.php/TC

Franck, Maarten Charles J. (2012), «From press release to news report: what does translation have to do with it? A pilot study», *Artesis VT working papers in Translation Studies,* pp. 1-21.

Frías Arnés, José Francisco (2005), «Traducción y periodismo: *El País* English edition», *Puentes*, 5, pp. 39-46.

Frost, Brian-Paul e Daniel J. Mahoney (eds.) [2017 (2007)], *Political reason in the age of ideology: essays in honor of Raymond Aron*, London & New York: Routledge.

Fukuyama, Francis (2018), *Identity: the demand for dignity and the politics of resentment*, New York: Farrar, Strauss and Giroux.

– (2014), *Political order and political decay: from the Industrial Revolution to the globalization of democracy*, New York: Farrar, Straus & Giroux.

– (2004), *State-building, governance and world order in the 21st century*, Ithaca: Cornell University Press.

– (1997) «Social capital», *The Tanner Lectures on human values*, Oxford: Brasenose College, May 12, 14-15.

Gagnon, Chantal (2012), «La visibilité de la traduction au Canada en journalisme politique: mythe ou réalité?», *Meta*, 57 :4, pp. 943-959.

Gallie, W. B. (1955-56), «Essentially contested concepts», *New Series*, 56, pp. 167-198.

Galrão, Márcia (2016), «Guterres promete 'diplomacia criativa' e pede 'mudanças' na ONU», *Visão*, 12 dezembro, visao.sapo.pt/actualidade/portugal/2016-12-12-Guterres-

promete-diplomacia-criativa-e-pede-mudancas-na-ONU (acedido em 29 outubro 2019).

Gambier, Yves (2016), «Rapid and radical changes in translation and Translation Studies», *International Journal of Communication*, 10, pp. 887-906.

– (2010a), «Media, information et traduction à l'ère de la globalisation», Roberto Valdeón (ed.), *Translating information*, Oviedo: Ediciones de la Universidad de Oviedo, pp. 13-31.

– (2010b), «Public communications: beyond boundaries», Christina Schäffner e Susan Bassnett, *Political discourse, media and translation*, Newcastle: Cambridge Scholars, pp. 233-242.

– (2006a), «Pour une socio-traduction», João Ferreira Duarte, Alexandra Assis Rosa e Teresa Seruya (eds.), *Translation Studies at the interface of the discipline*, Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, pp. 29-42.

– (2006b), «Transformation in international news», Kyle Conway e Susan Bassnett (eds.), *Translation in Global News: proceedings of the conference held at the University of Warwick*, Warwick: Centre for Translation and Comparative Cultural Studies, 23 june, pp. 9-22.

Garton Ash, Timothy (2019), «Witnesses to the fall of the Berlin Wall», entrevista concedida a Christiane Amanpour, *RTP 3: Amanpour Shows*, ep. 1, 25 novembro (visualizado em 30 novembro 2019).

– (1999), «1989 deixou-nos um novo modelo de revoluções pacíficas», entrevista concedida a Teresa de Sousa, *Público*, 11 dezembro.

– (1993), *The magic lantern: the revolution of '89 witnessed in Warsaw, Budapest, Berlin and Prague*, New York: Vintage Books.

Gasca Jiménez, Laura, Maira E. Álvarez e Sylvia Fernández (2019), «Language and translation practices of Spanish-language newspapers published in the U.S. borderlands between 1808 and 1930», María Constanza Guzmán, *Translation and/ in periodical publications*, Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, pp. 218-242.

Genette, Gérard (1982), *Palimpsestes*: *la littérature au second degré*, Paris: Éditions Seuil.

Gibson, Megan (2015), «The long, strange history of birth control», *Time*, February 2nd, https://time.com/3692001/birth-control-history-djerassi/ (acedido em 10 março 2020).

Giddens, Anthony (1990), *The consequences of modernity*, Cambridge: Polity Press.

Gil, Isabel Capeloa e Christoph Wulf (2015), *Hazardous future: disaster, representation and the assessment of risk*, Berlin: De Gruyter.

Goldberg, Arthur (1983), «Arthur J. Goldberg oral history interview», Ted Gittinger, Washington, 23 março, LBJ Presidential Library, http://www.lbjlibrary.net/assets/documents/archives/oral_histories/goldberg_a/Goldberg.PDF (acedido em 2 novembro 2019).

Gomes, Bernardino e Tiago Moreira de Sá (2008), *Carlucci vs. Kissinger: os EUA e a revolução portuguesa*, 2 ed., Alfragide: D. Quixote.

Gomes, Hélder (2020), «'Sem informação livre e plural não há democracia.' Marcelo assinala Dia Mundial da Liberdade de Imprensa», *Expresso*, 3 maio, https://expresso.pt/sociedade/2020-05-03-Sem-informacao-livre-e-plural-nao-ha-democracia.-Marcelo-assinala-Dia-Mundial-da-Liberdade-de-Imprensa (acedido em 20 maio 2020).

Gordon, Stuart (2013), «The protection of civilians: an evolving paradigm?», *Stability: International Journal of Security & Development*, 2(2): 40, pp. 1-16.

Gorman, Robert F. (ed.) (2016), *What's wrong with global governance?*, Michigan: Acton Institute for the Study of Religion and Liberty.

– (2008), *Great events from History: the 20th century,* 6 vols., California & New Jersey: Salem Press.

– (2001), *Great debates at the United Nations: an encyclopedia of fifty key issues, 1945-2000*, Westport: Greenwood Press.

Gottlieb, Henrik (2010), «English-inspired post-9/11 terms in Danish media», Roberto Valdeón (ed.), *Translating information*, Oviedo: Ediciones de la Universidad de Oviedo, pp. 125-150.

Gouadec, Daniel (2009), *Guide des métiers de la traduction-localisation et de la communication multilingue et multimedia*, Bonchamp-lès-Laval: Barnéoud.

Governo da República Portuguesa (2019), «Governos anteriores», https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/governo/governos-anteriores (acedido em 29 maio 2020).

Grice, Paul (1989), *Studies in the way of words*, Harvard: Harvard University Press.

The Guardian (2006), «Al Qaida – Bin Laden: 'I will never be taken alive'», https://www.theguardian.com/world/2006/feb/20/alqaida.terrorism (acedido em 14 março 2020).

Guerra, Sidney (2016), *Curso de direito internacional público*, S. Paulo: Editora Saraiva.

Guillermet-Fernández, Christian e David Fernández Puyana (2017), «Past and present of the peace agenda within the United Nations: the influence of the Socialist notion of peaceful co-existence», *Brics Law Journal*, 4:3, pp. 81-109.

– (2015), «The 70th anniversary of the creation of the United Nations: giving peace a chance», *Cadmus*, 2:4, pp. 20-35.

Gurçağlar, Şehnaz Tahir (2013), «Translation History», Carmen Millán e Francesca Bartrina (eds.), *The Routledge handbook of Translation Studies*, London & New York: Routledge, pp. 131-143.

Gurçağlar, Şehnaz Tahir e Paul Chilton (eds.) (2005), *A new agenda in (critical) discourse analysis: theory, methodology and interdisciplinarity*, Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.

Guterres, António (2020), «Remarks to the General Assembly on the Secretary-General's priorities for 2020», General Assembly, January 22nd, https://www.un.org/sg/en/content/sg/speeches/2020-01-22/remarks-general-assembly-priorities-for-2020 (acedido em 19 fevereiro 2020).

– (2019a), Entrevista concedida a Fareed Zakaria, *CNN: GPS – Global Public Square*, 22 setembro (visualizado a 30 setembro 2019).

– (2019b), «Entrevista exclusiva a António Guterres», entrevista concedida a Hélder Silva, *RTP*: *Linha da Frente*, 18 julho (visualizado a 28 julho 2019).

Halbwachs, Maurice [1990 (1950)], *A Memória Coletiva*, São Paulo: Edições Vértice.

Hall, Stuart [1980 (1973)], «Encoding/ decoding», Centre for Contemporary Cultural Studies (ed.), *Culture, media, language: working papers in Cultural Studies, 1972-79*, London: Hutchinson, pp. 128-138.

Halliday, Michael (2002), *On grammar*, London & New York: Continuum.

Hallin, Daniel C. (1992), «The Passing of the 'High Modernism' of American Journalism», *Journal of Communication*, 42:3, 14-25.

Harding, Sue-Ann (2012), «Making a difference? Independent online media translations of the 2004 Beslan hostage disaster», *The Translator*, 18:2, pp. 339-361.

– (2011), «Translation and the circulation of competing narratives from the wars in Chechnya: a case study from the 2004 Beslan hostage disaster», *Meta*, 56:1, pp. 42-62.

Hatim, Basil e Ian Mason (1997), *The translator as communicator*, London & New York: Routledge.

Heller, Agnes (2019), «Por que a Hungria se rendeu ao extremista Orbán e como controlar o ensino é essencial para seu projeto», *El País Brasil*, 23 maio, https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/18/actualidad/1555585620_542476.html (acedido em 3 março 2020).

Hermans, Theo (2018), «Languages and translation in the Low Countries: 1550-1700», *'A host of tongues…' Multilingualism, lingua franca and translation in the early Modern period*, conferência realizada na Nova FCSH, Lisboa, 13-15 dezembro.

– (2009), «Translation, ethics, politics», Jeremy Munday (ed.), *The Routledge companion to Translation Studies*, London & New York: Routledge, pp. 93-105.

– (1999), *Translation in systems: descriptive and system-oriented approaches explained*, Brooklands: St. Jerome Publishing.

– (1996), «Norms and the determination of translation. A theoretical framework», Alvarez, Román e M. Carmen-Africa Vidal (eds.), *Translation, power, subversion*, Clevedon: Multilingual Matters, pp. 25-51.

– (1985), *The manipulation of literature: studies in literary translation*, London & New York: Routledge.

Hermans, Theo e Ubaldo Stecconi (2002), «Translators as hostages of History», http://web.letras.up.pt/mtt/tt/hermans.pdf (acedido em: 7 novembro 2018).

Hernández Guerrero, María José (2011), «Presencia y utilización de la traducción en la prensa española», *Meta*, 56:1, pp. 101-118.

– (2010a), «Las noticias traducidas en el diario *El Mundo*: el trasvase transcultural de la información», Roberto Valdeón (ed.), *Translating information*, Oviedo: Ediciones de la Universidad de Oviedo, pp. 51-86.

– (2010b), «Translated interviews in printed media. A case study of the Spanish daily *El Mundo*», Roberto Valdeón (ed.), *Translating information in the post-industrial society*, 11:2, pp. 217-232.

Hervieu-Léger, Danièle [2000 (1993)], *Religion as a chain of memory*, trad. Simon Lee, Cambridge: Polity Press.

Hilhorst, Dorothea (2018), «Classical humanitarianism and resilience humanitarianism: making sense of two brands of humanitarian action», *Hilhorst Journal of International Humanitarian Action*, 3:15, pp. 1-12.

The History Channel (2019), «Bosnian genocide», https://www.history.com/topics/1990s/bosnian-genocide (acedido em 8 janeiro 2020).

– (2014), «Francis: the Pope from the end of the world – full documentary, www.youtube.com/watch?v=YRCQD1tnEhE (acedido em 15 abril 2015).

– (2012), «The Vatican secret archives», https://www.youtube.com/watch?v=urLxLj_UU8w (acedido em 15 abril 2015).

Hobsbawm, E.J. (1990), *Nations and nationalism since 1780: programme, myth, reality*, Cambridge: Cambridge University Press.

Holland, Robert (2013), «News translation», Carmen Millán e Francesca Bartrina (eds.), *The Routledge handbook of Translation Studies*, London & New York: Routledge, pp. 332-346.

Holzer, Peter (2012), «Theories of cultural studies – basis of a cultural transfer competence which is relevant for translation», *La CIUTI, chef de file pour la promotion de l'employabilité et de la recherche/ CIUTI: leader in advocating employability and research*, 57:1, pp. 35-47.

Houaiss, Antônio e Mauro de Salles Villar (2005), *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, Lisboa: Temas e Debates.

Hrynkow, Christopher (2019), «'Nothing but a false sense of security': mapping and critically assessing papal support for a world free from nuclear weapons», *Journal for Peace and Nuclear Disarmament*, 2:1, pp. 51-81.

Hursti, Kristian (2001), «An insider's view on transformation and transfer in international news communication: an English-Finnish perspective», *The Electronic Journal of the Department of English at the University of Helsinki*, 1, https://blogs.helsinki.fi/hes-eng/volumes/volume-1-special-issue-on-translation-studies/an-insiders-view-on-transformation-and-transfer-in-international-news-communication-an-english-finnish-perspective-kristian-hursti/ (acedido em 29 maio 2020).

Irani, George Émile (1986), *A Santa Sé no Médio Oriente: o papel da Santa Sé no conflito árabo-israelita (1962-1990)*, Lisboa: Rei dos Livros.

Jakobson, Roman (1959), «On Linguistic Aspects of Translation», Lawrence Venuti (ed.), *The Translation Studies reader*, London & New York: Routledge, pp. 113-118.

Jakubiak, Katarzyna (2011), «Translations deceit: Czesław Miłosz and negro spirituals», *Przekładaniec*, 25, pp. 203-222.

John F. Kennedy Presidential Library and Museum (2019a), «The Bay of Pigs», https://www.jfklibrary.org/learn/about-jfk/jfk-in-history/the-bay-of-pigs (acedido em 18 outubro 2019).

– (2019b), «Civil rights movements», https://www.jfklibrary.org/learn/about-jfk/jfk-in-history/civil-rights-movement (acedido em 18 outubro 2019).

– (2019c), «Space program», https://www.jfklibrary.org/learn/about-jfk/jfk-in-history/space-program (acedido em 5 novembro 2019).

– (2019d), «Vietnam», https://www.jfklibrary.org/learn/about-jfk/jfk-in-history/vietnam (acedido em 18 outubro 2019).

Johnson, Lyndon (1967), «The President's address on Vietnam before the National Legislative Conference», 29 setembro, LBJ Presidential Library, http://www.lbjlibrary.org/exhibits/the-presidents-address-on-vietnam-before-the-national-legislative-conferenc (acedido em 2 novembro 2019).

Jornal de Negócios (2017), «2003: das Lajes saiu o rastilho de uma guerra que nunca terminou», https://www.jornaldenegocios.pt/economia/mundo/detalhe/2003-das-lages-saiu-o-rastilho-de-uma-guerra-que-nunca-terminou (acedido em 3 março 2020).

Kang, Ji-Hae (ed.) (2014), *Translation in institutions*, *Perspectives*, 22:4.

– (2012), «Translating mad cow disease: a case study of subtitling for a television newsmagazine», Jorge Díaz Cintas (ed.), *La manipulation de la traduction audiovisuelle/ The manipulation of audiovisual translation*, 57: 2, pp. 439-463.

Kang, Su-jung (2011), «Study on the edited translation of Korean news by Chinese news media», *Journal of Interpretation & Translation Research Institute*, 15:1, pp. 1-27.

Károly, Krisztina (2017), *Aspects of cohesion and coherence in translation: the case of Hungarian-English news translation*, Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.

– (2013), «Translating rhetoric: relational propositional shifts in Hungarian-English translations of news stories», *The Translator*, 19:2, pp. 245-273.

– (2012), «News discourse in translation: topical structure and news content in the analytical news article», *Meta*, 57:4, pp. 884-908.

– (2010), «Shifts in repetition *vs*. shifts in text meaning: a study of the textual role of lexical repetition in non-literary translation», *Target*, 22:1, pp. 40-70.

Kengor, Paul (2006), *The crusader: Ronald Reagan and the fall of Communism*, Pymble: Harper Collins Publishers.

Kennedy, John Fitzgerald (1963), «Interview of the President by Mr. David Brinkley and Mr. Chet Huntley for the Huntley-Brinkley Report», Washington, 9 setembro, John F. Kennedy Presidential Library and Museum, «Kennedy and Vietnam: The September 1963 Interviews», https://www.jfklibrary.org/sites/default/files/2018-07/JFKandVietnamLessonPlan.pdf (acedido em 11 outubro 2019).

Kim, Kyung Hye (2013), *Mediating American and South Korean news discourses about North Korea through translation: a corpus-based critical discourse analysis*, Manchester: University of Manchester.

Kinnunen, Tuija e Kaisa Koskinen (2010), *Translators' agency*, Tampere University Press.

Kortunov, Andrey (2019), «Witnesses to the fall of the Berlin Wall», entrevista concedida a Christiane Amanpour, *RTP 3: Amanpour Shows*, ep. 1, 25 novembro (visualizado em 30 novembro 2019).

Koskinen, Kaisa e Outi Paloposki (2010), «Retranslation», Yves Gambier e Luc van Doorslaer (eds.), *Handbook of Translation Studies,* 1, pp. 294-298.

Kristeva, Julia (1986), *The Kristeva reader*, Columbia University Press.

Kshenovskaya, U. L. (2016), «Language lacunae in journalistic text and ways of eliminating them in translation», *Novosibirsk State Pedagogical University Bulletin*, 6:4, pp. 154-166.

Lakoff, George [2014 (2004)], *Don't think of an elephant! Know Your Values and Frame the Debate,* Vermont: Chelsea Green Publishing.

Lakoff, George e Elisabeth Wehling (2012), *The little blue book*: *the essential guide to thinking and talking democratic*, New York: Free Press.

Lambert, José e Hendrik van Gorp (1985), «On Describing Translations», Theo Hermans (ed.), *The manipulation of literature: studies in literary translation*, London & New York: Routledge, pp. 42-53.

Lançon, Émile (2018), «Da Segunda Guerra à Guerra Fria: o amanhecer da Guerra Fria» («From World War to Cold War: the dawn of the Cold War»), ep. 2, *Canal História* (visualizado em 13 outubro 2019).

Lanschützer, Claudia (2010), «Between 'congenial' and 'bumpy': translation criticism in the feuilleton», Michaela Wolf, *Streifzüge im translatorischen feld: zur Soziologie der literarischen Übersetzung im deutschsprachigen Raum*, Wien: LIT, pp. 159-175.

Lara, Eliziane (2014), «Quem faz a agenda?», Bruno Souza Leal, Elton Antunes e Paulo Bernardo Vaz (eds.), *Para entender o jornalismo*, Belo Horizonte e S. Paulo: Editora Autêntica, pp. 21-29.

Lasswell, Harold (1948), «The structure and function of communication in society», L. Bryson (ed.), *The communication of ideas,* New York: Harper and Row, pp. 37-51.

LBJ Presidential Library (2019a), «The Great Society», http://www.lbjlibrary.org/lyndon-baines-johnson/speeches-films/#!prettyPhoto/7/ (acedido em 5 novembro 2019).

– (2019b), «The Vietnam conflict», http://www.lbjlibrary.org/exhibits/the-vietnam-conflict/ (acedido em 2 novembro 2019).

Lee, Chang-Soo (2011), «N-gram analysis of phrasal differences between translational and original Korean news texts», *Journal of Interpretation & Translation Research Institute*, 15:1, pp. 317-340.

Lefer, Marie-Aude (2012), «Word-formation in translated language: the impact of language-pair specific features and genre variation», *Across Languages and Cultures*, 13:2, pp. 145-172.

Lefevere, André (1992a), *Translation, History, Culture*: *a sourcebook*, London & New York: Routledge.

– (1992b) (ed.), *Translation, rewriting, and the manipulation of literary fame*, London & New York: Routledge.

– (1987a), «'Beyond interpretation' or the business of (re)writing», *Comparative Literature Studies*, 24:1, pp. 17-39.

– (1987b), «Systems thinking and cultural relativism», *Journal of Literary Studies*, 3:4, pp. 23-34.

– (1987c), «Two black plays on white power: some observations on the semiotics of ideology», *Dispositio*, 12:30-32, pp. 273-282.

– (1985), «Why waste our time on rewrites? The trouble with interpretation and the role of rewriting in an alternative paradigm», Theo Hermans (ed.), *The manipulation of literature: studies in literary translation*, London & New York: Routledge, pp. 215-243.

– (1981), «Programmatic second thoughts on 'literary' and 'translation' or: where do we go from here», *Poetics Today*, 2:4, pp. 39-50.

Lennon, Brian (2010), *In Babel's shadow: multilingual literatures, monolingual states*, Minneapolis: University of Minnesota Press.

Leppihalme, Ritva (2011), «Realia», Yves Gambier e Luc van Doorslaer, *Handbook of Translation Studies*, vol. 2, pp. 126-130.

Li, Bo (2019), «Serialized literary translation in Hong Kong Chinese newspapers: a case study of The Chinese Mail (1904–1908)», María Constanza Guzmán, *Translation and/in Periodical Publications*, Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, pp. 306-324.

Lima, Bernardo Pires de (2016), «Recensão: Uma defesa da dupla hegemonia benigna», *Relações Internacionais*, 49, pp. 129-132.

Linder, Daniel (2014), «La Generación Atrapada: Spain's economic hardships in *El País* in English and PressEurop EN», *Perspectives*, 22:3, pp. 388-403.

Liu, Lisheng (2011), «Translation in Global News [Review]», *The Translator*, 17:1, pp. 172-175.

Long, Lynne (2007), «History and Translation», Piotr Kuhiwczak e Karin Littau (eds.), *A companion to Translation Studies*, Clevedon: Multilingual Matters, pp. 63-75.

Lopes, Norberto (1975), *Visado pela censura,* Lisboa: Ed. Aster.

– (1974), «A informação», *Visado pela censura* (1975), Lisboa: Ed. Aster, pp. 294-298.

– (1959), «A imprensa e a sua missão», *Visado pela censura* (1975), Lisboa: Ed. Aster, pp. 15-47.

Loupaki, Elpida (2010), «Investigating translators' strategies in rendering ideological conflict: the case of news translation», Christina Schäffner e Susan Bassnett, *Political discourse, media and translation*, Newcastle: Cambridge Scholars, pp. 55-75.

Lowe, Elizabeth (2014), «Revisiting re-translation: re-creation and historical revision», Sandra Bermann e Catherine Porter (eds.), *A companion to Translation Studies*, Chichester: Wiley Blackwell, pp. 413-424.

Luhmann, Niklas (2013), *Cultural memory in the present*: *a systems theory of religion*, California: Stanford University Press.

Macqueen, Norrie (2019), «Os 70 anos da manutenção da paz das Nações Unidas», *Relações Internacionais*, 61, pp. 123-137.

Maitland, Sarah (2015), «Culture in translation: the case of British Pathé News», *Culture and news translation*, 23:4, pp. 570-585.

Maher, Brigid (2012), «Drawing blood: translation, mediation and conflict in Joe Sacco's comics journalism», Brigid Maher e Rita Wilson, *Words, images and performances in translation*, London & New York: Continuum International, pp. 119-138.

Malin, Martin B. (2017), «Nuclear energy in the Middle East? Regional security cooperation needed», Harvard Kennedy School: Belfer Center for Science and International Affairs, *Afkar/Ideas*, https://www.belfercenter.org/publication/nuclear-energy-middle-east-regional-security-cooperation-needed (acedido em 11 março 2020).

Maltez, José Adelino (2005), *Tradição e revolução: uma biografia do Portugal político do século XIX ao XXI*, Lisboa: Tribuna.

Mandela, Nelson (1997), «Address by President Nelson Mandela at International Day of Solidarity with Palestinian People», Pretoria, December 4th, www.mandela.gov.za/mandela_speeches/1997/971204_palestinian.htm (acedido em 11 março 2020).

Manuel, Alexandre (2013), *Da imprensa regional da Igreja Católica: o que é, quem a faz e quem a lê*, Coimbra: Minerva.

Marcelino, António Baltasar (2012), *Vaticano II ao alcance de todos*, Prior Velho: Paulinas.

Marchetto, Agostino (2002), *Chiesa e papato nella Storia e nel diritto: 25 anni di studi critici*, Vaticano: Libreria Editrice Vaticana.

Mariana, Valerie, Troy Cox e Alan K. Melby (2015), «The Multidimensional Quality Metric (MQM) framework: a new framework for translation quality assessment», *JoSTrans*, 23, pp. 137-161.

Marques Santos, Maria Teresa (2012a), «Normas em tradução: algumas considerações sobre os fatores extralinguísticos incidentes sobre a tradução jornalística», *Traduções*, 4:6, pp. 29-41.

– (2012b), «A tradução jornalística sob uma abordagem crítica: análise da tradução de uma reportagem da *National Geographic* para o contexto brasileiro», *Belas Infiéis*, 1:1. pp. 113-127.

Marshall, Tim (2016), *Prisoners of geography: ten maps that tell you everything you need to know about global politics*, London: Elliott and Thompson.

Martin, J.R. e Ruth Wodak (eds.) (2003), *Re/reading the past: critical and functional perspectives on time and value*, Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.

Martin-Lagardette, Jean-Luc [1998 (1987)], *Manual da escrita jornalística: escrevo, informo, convenço*, trad. Helena Moura, Lisboa: Pergaminho.

Martín Ruano, María del Rosario e María del Carmen Vidal Claramonte (eds.) (2016), *Traducción, medios de comunicación y opinion pública*, Granada: Editorial Comares.

Marujo, António (2005a), «Karol Wojtyla: João Paulo II – Papa por uma vida», *Público*, Suplemento especial, abril, pp. 1-40.

– (2005b), *Um Papa (in)esperado*, Lisboa: Paulus.

Matsushita, Kayo (2019), *When news travels East: translation practices by Japanese newspapers*, Leuven: Leuven University Press.

Mazzuoli, Valério de Oliveira (2015), *Curso de direito internacional público*, S. Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.

M'Balla-Ndi, Marie (2015), «On being a contemporary taasila: Navigating kastom and ol ting blong waet man», *Culture and News Translation*, 23:4, pp. 599-614.

McCombs, Maxwell e Donald Shaw (1972), «The agenda-setting function of mass media», *The Public Opinion Quarterly*, 36:2, pp. 176-187.

McCombs, Maxwell e Valenzuela, Sebastián (2007), «The agenda-setting theory», *Cuadernos de Información*, 20, pp. 44-50.

McCool, Daniel (2019), *Three frames of modern politics: self, others, and institutions*, Cham: Palgrave Macmillan.

McDonough Dolmaya, Julie (2012), «Translation in Global News [Review]», *Méthodologie de la Recherche en Traductologie: Applications/ Applied Research Methods in Translation Studies*, 25:1, pp. 267-271.

McLaughlin, Mairi Louise (2015), «News translation past and present: silent witness and invisible intruder», *Culture and News Translation*, 23:4, pp. 552-569.

Metello, Margarida (1999), «Da ditadura militar ao Estado Novo, 1926-1936», *RTP: Crónica do século*, https://www.rtp.pt/programa/tv/p3933/e4 (acedido em 24 fevereiro 2019).

Mendonça, José Tolentino (2020), «'A Igreja não tem medo da história', reitera cardeal Tolentino, ao comentar a abertura dos arquivos do Pontificado de Pio XII», Jackson Erpen, *Vatican News*, 20 fevereiro, https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2020-02/pio-xii-abertura-arquivo-vaticano.html (acedido em 20 fevereiro 2020).

– (2019), «Sobre o estudo como meio de cultivar o Amor de Deus», *Dia da Faculdade de Teologia*, conferência realizada pela Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 17 maio.

Mendonça, José Tolentino, Alfredo Teixeira e Alexandre Palma (eds.) (2015), *Religion and Culture in the process of global change: Portuguese perspectives*, Washington: The Council for Research in Values and Philosophy.

Miguel, Aura (2017), *Conversas em altos voos: encontros e entrevista com o Papa Francisco*, Lisboa: Paulus.

– (2005), *Porque viajas tanto?* S. João do Estoril: Lucerna.

Möckli, Elisabeth (2012), «Danzig ist deutsch! – Goebbels in translation», Isis Herrero e Todd Klaiman (eds.), *Versatility in Translation Studies* – selected papers of the CETRA research seminar in Translation Studies 2011.

Molina, Lucía (2011), «La traducción de noticias con soporte icónico: la imagen como referente cultural», *Sendebar*, 22, pp. 73-86.

Molina, Silvia e Eduardo de Gregorio Godeoa (2011), «Collocations and the translation of news: an English–Spanish electronic dictionary of multi-word combinations as a translation tool», *Perspectives*, 19:2, pp. 135-152.

Montini, Giovanni (2019), Andrea Tornielli, «Tratado de Latrão: 'composição satisfatória'», *Vatican News*, https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2019-02/tratado-latrao-editorial-andrea-tornielli.html (acedido em 20 maio 2020).

Morais, Ricardo e João Carlos Sousa (2013), «As práticas jornalísticas na imprensa regional: a selecção das fontes e a promoção de desigualdades sociais», *Observatorio (OBS) Journal*, 7:1, pp. 187-204.

Morgan, David (2008), *Key words in media, religion and culture*, New York & Oxon: Routledge.

Morss, John R. (2015), «The international legal status of the Vatican/ Holy See complex», *The European Journal of International Law*, 26:4, pp. 927–946.

Moscatel, Ana Cristina (2002), *Diário dos Açores*: *uma retrospectiva histórica*, Ribeira Grande: Mnesis 9.

Munday, Jeremy (2001), *Introducing Translation Studies: theories and applications*, London & New York: Routledge.

Museu da Presidência da República (2020), «Presidentes», http://www.museu.presidencia.pt/presidentes.php (acedido em 29 maio 2020).

Myrdal, Alva (1976), *The game of disarmament: how the United States and Russia run the arms race*, New York: Pantheon Books.

Nardelli, Alberto, Denis Dzidic e Elvira Jukic (2014), «Bosnia and Herzegovina: the world's most complicated system of government?», *The Guardian*, https://www.theguardian.com/news/datablog/2014/oct/08/bosnia-herzegovina-elections-the-worlds-most-complicated-system-of-government (acedido em 22 fevereiro 2020).

National Geographic (2019), «Clean water», October 10th (visualizado a 15 janeiro 2020).

The National Security Archives (2019), «The freedom of information act», https://nsarchive2.gwu.edu/nsa/foia/aboutfoia-summary.html (acedido em 3 novembro 2019).

Navarro, Aura e Catherine Poupeney Hart (2019), «Translating from/for the margins of empire: the *Gaceta de Guatemala* (1797–1807) and the enlightened elites», Roberto Valdeón (ed.), *Language, translation and empire in the Americas*, 31:2, pp. 207-227.

Navarro, Ignasi (2012), «La postedició de continguts en publicacions diàries», Rubén de la Fuente, *Postedició, canvi de paradigma?*, *Revista Tradumàtica: Tecnologies de la Traducción*, 10, pp. 185-191.

Newman, Nic *et al.* (2017), *Digital news report 2017*, Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism and University of Oxford.

Observador (2020), «Guterres diz que a crise climática é o maior obstáculo para a paz mundial», 16 fevereiro, https://observador.pt/2020/02/16/guterres-diz-que-a-crise-climatica-e-o-maior-obstaculo-para-a-paz-mundial/ (acedido em 19 fevereiro 2020).

Observatório da Comunicação (2018), «Jornais regionais. A análise de perfis de utilização. Actividade, desafios e políticas públicas para o sector», Gustavo Cardoso e Sandro Mendonça (coord.), Lisboa: Obercom.

– (2017), «A Imprensa em Portugal: desempenho e indicadores de gestão (2008-2016)», Gustavo Cardoso e Sandro Mendonça (coord.), Lisboa: Obercom.

– (2016), «A Imprensa em Portugal. Performances e indicadores de gestão: consumo, procura e distribuição», Gustavo Cardoso e Sandro Mendonça (coord.), Lisboa: Obercom.

Oliveira, Sandra e Rita Caetano (2017), *Literacia para os média e cidadania global: caixa de ferramentas*, Lisboa: CIDAC e Par.

Olohan, Maeve (2016), *Scientific and technical translation*, Abingdon & New York: Routledge.

Ortego Antón, María Teresa e Janine Pimentel (2019), «Interlingual transfer of social media terminology: a case study based on a corpus of English, Spanish and Brazilian newspaper articles», *Babel*, 65:1, pp. 114-130.

Pan, Li (2017), «Investigating institutional practice in news translation: an empirical study of a Chinese agency translating discourse on China», Roberto Valdeón, *Chinese Translation Studies in the 21st century: current trends and emerging perspectives*, London & New York: Routledge, pp. 151-169.

– (2015), «Ideological positioning in news translation: a case study of evaluative resources in reports on China», *Target*, 27:2, pp. 215-237.

– (2014a), «Investigating institutional practice in news translation: an empirical study of a Chinese agency translating discourse on China», Ji-Hae Kang, *Translation in institutions*, *Perspectives*, 22:4, pp. 547-565.

– (2014b), «Mediation in news translation: a critical analytical framework», Dror Abend-David (ed.), *Media and translation: an interdisciplinary approach*, London: Bloomsbury, pp. 247-265.

Park, Mi-Jung (2011), «A semiotic analysis of the Korean to Japanese translation of international articles in online newspapers», *Journal of Interpretation & Translation Research Institute*, 14: 2, pp. 107-130.

Parks, Lisa (2005), *Cultures in orbit: satellites and the televisual*, Durham: Duke University Press.

Pereira, Luís Filipe (2011), «Portugal na 1.ª metade do século XX», *Cadernos de Sociomuseologia*, 39, pp. 23-76.

Pérez Gonzalez, Luís (2010), «Ad-hocracies' of translation activism in the blogosphere: a genealogical case study», Mona Baker, María Calzada Pérez e Maeve Olohan, *Text and context. Essays on translation and interpreting in honour of Ian Mason*, Manchester: St. Jerome Publishing, pp. 259-287.

Pimenta, Fernando Tavares (2011), «Descolonização portuguesa: estado da arte, problemáticas e fontes», *Impactum – Coimbra University Press: Estudos do Século XX*, 11, pp. 153-166.

Pires, Fernando (2014), *O nosso* DN*: memória do tempo*, Lisboa: JM Edições.

Płońska, Dagmara (2016), «Problems of literality in French-Polish translations of a newspaper article», Michael Carl, Srinivas Bangalore e Moritz Schaeffer, *New directions in empirical translation process research*: *exploring the CRITT TPR-DB*, Dordrecht: Springer, pp. 279-291.

Polchlopek, Silvana Ayub (2011), «Tradução e narratividade: o mundo pós '11 de setembro' retraduzido por títulos jornalísticos», *Tradução e Comunicação*, n. 22, pp. 133-147.

Polcz, Károly (2018), «Aspects of cohesion and coherence in translation: the case of Hungarian-English news translation [review]», *Babel*, 64:2, pp. 334-338.

Politi, Marco (2015), *Pope Francis among the wolves: the inside story of a revolution*, New York: Columbia University Press.

Portugal, J.M. Boavida (1964), «O mundo em que vivemos», *O Século Ilustrado,* edição de Ano Novo, 26 dezembro.

Pratt, Mary (1981), «Art without critics and critics without readers», P. Hernadi (ed.), *What is criticism?*, Bloomington: Indiana University Press, pp. 177-188.

Prós e Contras (2013), «A revolução do Papa Francisco», 9 dezembro, www.rtp.pt/play/p1099/pros-e-contras (acedido em 19 abril 2015).

Pruitt, Sarah (2019), «How are Socialism and Communism different?», *Canal História*, «History Stories», https://www.history.com/news/socialism-communism-differences (visualizado a 26 novembro 2019).

Público (2019), «Karadzic condenado a prisão perpétua pelo massacre de Srebrenica», 20 março, https://www.publico.pt/2019/03/20/mundo/noticia/tribunal-internacional-vai-proferir-sentenca-definitiva-karadzic-1866090 (acedido em 22 fevereiro 2020).

– (2018), «Criação do Estado de Israel», 13 maio, https://www.publico.pt/2018/05/13/infografia/criacao-do-estado-de-israel-261 (acedido em 22 fevereiro 2020).

– (2008), «Lehman Brothers, um dos maiores bancos dos EUA, declara falência», https://www.publico.pt/2008/09/15/economia/noticia/lehman-brothers-um-dos-maiores-bancos-dos-eua-declara-falencia-1342751 (acedido em 22 fevereiro 2020).

Pym, Anthony (1998), *Method in Translation History*, Manchester: St. Jerome Publishing.

Rahtu, Toini (2016), «On the use of dialect in characterising interviewees in magazine articles», *Intralinea Online Translation Journal*, 18, *Special issue: The Translation of Dialects in Multimedia III*.

Ramirez Parquet Rolón, Verónica (2015), «As alusões na tradução funcionalista de um fato noticioso», *Mutatis Mutandis*, 8:2, pp. 378-393.

Rasul, Sabir Hasan (2019), *Journalistic translation: procedures and strategies in English-Kurdish translation of media texts,* Newcastle: Cambridge Scholars.

Ravazzolo, Elisa (2017), «La langue de la presse économique française et italienne: spécificités linguistiques et stratégies rhétorico-pragmatiques», Reichmann *et al.* (eds.), *Translation und Ökonomie*, Berlin: Frank and Timme, pp. 139-162.

Re, Giovanni Battista (2014), «Tra i banchi della chiesa al salmodiare dei monaci: nell'anniversario della morte di Giovanni Battista Montini», http://www.osservatoreromano.va/it/news/tra-i-banchi-della-chiesa-al-salmodiare-dei-monaci (acedido em 16 outubro 2019).

Rebelo, José Manuel (1995), «A imprensa escrita e o poder político: algumas reflexões», Álvaro Costa de Matos (org.) (2004), Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, pp. 29-33.

Reis, Ricardo (2013), «The Portuguese slump and crash and the Euro crisis», *Brookings Papers on Economic Activity*, pp. 143-210.

Reiss, Katharina (2000), «Text, kind and individuality of text: decision making in translation», Lawrence Venuti (ed.), *The Translation Studies reader*, London & New York: Routledge, pp. 160-171.

Rego, António (2012), «A religião nos açorianos», *Agência Ecclesia*, 29 maio, https://agencia.ecclesia.pt/portal/a-religiao-nos-acorianos/ (acedido em 20 fevereiro 2019).

Rey-Debove, Josette *et al.* (2015), *Le Petit Robert: dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française*, Paris : Le Robert.

Ribeiro, João Ruela (2017), «Ratko Mladic: há punição suficiente para o mal absoluto?», *Público*, 22 novembro, https://www.publico.pt/2017/11/22/mundo/noticia/ha-punicao-suficiente-para-o-mal-absoluto-1793565 (acedido em 22 fevereiro 2020).

Ribeiro, Manuel e Mónica Ferro (2016), *A Organização das Nações Unidas*, 2.ed., Coimbra: Ed. Almedina.

Ribeiro, Nelson (2019), «As elites económicas e políticas e os meios de comunicação: uma resenha história sobre os grupos de media em Portugal no século XX», Ana Cabrera, Clara Almeida Santos e Rita Figueiras (eds.), *Media: poder, representação, Epistemologias*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 123-140.

– (2015), «Censorship and scarcity: controlling new and old media in Portugal, 1936-1945», *Media History*, 21:1, pp. 74–88.

Rigaud, Sandrine (2018), «As promessas de plástico da Coca-Cola» («A plastic surgery: Coca-Cola's hidden secrets»), *RTP 3* (visualizado a 20 fevereiro 2020).

Riley, Carlos Guilherme (2015), «Os Açores e os Estados Unidos da América no 'longo século XIX'», *Nação e Defesa*, 141, pp. 107-126.

Risso, Linda (2014), *Propaganda and intelligence in the Cold War: the NATO Information service*, London and New York: Routledge.

Robinson, Neil (2002), *Russia: a State of uncertainty*, London & New York: Routledge.

Robinson, Peter (2007), «'Tear down this wall'. How top advisers opposed Reagan's challenge to Gorbachev – but lost», *The National Archives*, 39:2, https://www.archives.gov/publications/prologue/2007/summer/berlin.html (acedido em 11 março 2020).

Rodrigues, Júlia (2010), «20 anos da invasão do Kuwait pelo Iraque», *Veja*, https://veja.abril.com.br/mundo/20-anos-da-invasao-do-kuwait-pelo-iraque/ (acedido em 3 março 2020).

Ronowicz, Eddie e Obaida al-Mommani (2012), «An English translation of Osama bin Laden's 2004 speech: a case of manipulation», *Babel*, 58:1, pp. 31-49.

Rooyen, Marlie van (2013), «Structure and agency in news translation: an application of Anthony Giddens' structuration theory», *Southern African Linguistics and Applied Language Studies*, 31:4, pp. 495-506.

– (2011), «A mediation model for the translation of radio news in multicultural newsroom», *Southern African Linguistics and Applied Language Studies*, 29:1, pp. 17-29.

Rosas, Fernando (2004), *Pensamento e acção política: Portugal século XX (1890-1976)*, Lisboa: Editorial Notícias.

– (2001), «O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo», *Análise Social*, 35:157, pp. 1031-1054.

Rosas, Fernando e Pedro Aires Oliveira (2006), *As ditaduras contemporâneas*, Lisboa: Edições Colibri.

Rodrigues, Luís M. Figueiredo (2016), *O digital no serviço da fé: formar para uma oportunidade*, Lisboa: Universidade Católica Editora.

RTP (2020), «A descolonização portuguesa: uma cronologia», https://media.rtp.pt/descolonizacaoportuguesa/pecas/a-descolonizacao-portuguesa-uma-cronologia/ (acedido em 25 fevereiro).

– (2011), «Grandes portugueses: entender Salazar e o Estado Novo», ep. 4, www.ensina.rtp.pt/artigo/o-estado-novo/ (acedido em 24 fevereiro 2019).

– (1990), «História da PIDE/DGS», *Ensina RTP*, https://ensina.rtp.pt/artigo/historia-da-pidedgs/ (acedido em 24 fevereiro 2019).

RTP 3 (2020a), «As guerras do chocolate» (visualizado a 15 maio).

– (2020b), «Às portas do inferno: A (des)construção» (visualizado a 15 maio).

– (2019a), «A segurança das nações», *Linha da Frente*, n. 1913, jun 2019, https://www.rtp.pt/play/p5280/e412695/linha-da-frente (acedido em 3 agosto).

– (2019b), «Porto de destino: a paz» (visualizado a 16 setembro).

– (2019c), «2º C: ameaças ao Acordo de Paris» (visualizado a 7 dezembro).

– (2018) «Às portas do inferno – ameaçados: Amazónia, Brasil» (visualizado a 20 maio).

Russell, Alec (2018) «Kofi Annan: a look back at his frankest interview ever», The Financial Times, August 20th, https://www.ft.com/content/9a5eb946-a487-11e8-8ecf-a7ae1beff35b (acedido em 4 março 2020).

Sá, Tiago Moreira de (2019), *Olhar o Mundo*, ep. 32, 14 setembro 2019, https://www.rtp.pt/play/p5782/e427687/olhar-o-mundo (acedido em 11 outubro 2019).

– (2016), «Tiago Moreira de Sá: 'A geografia está do nosso lado'», entrevista concedida a José Bastos, *Rádio Renascença*, 30 maio, https://rr.sapo.pt/2016/05/30/mundo/tiago-moreira-de-sa-a-geografia-esta-do-nosso-lado/noticia/55343/ (acedido em 26 novembro 2019).

– (2008), «O contexto internacional: a *détente* Leste-Oeste», https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/679/8/Cap%C3%ADtulo%202.pdf (acedido em 14 outubro 2019).

Sábado (2017), «A história das cinco visitas papais a Portugal – visita do Papa a Fátima», 12 maio, https://www.sabado.pt/vida/visita-do-papa-a-fatima/detalhe/as-historias-das-cinco-visitas-papais-a-portugal (acedido em 29 fevereiro 2020).

Sakamoto, Akiko e Melanie Foedisch (2017), «'No news is good news?': the role of feedback in the virtual-team-style translation production network», *Translation Spaces*, 6:2, pp. 333-352.

Salles, Fernanda Cimini (2015), «O papel da ONU e do Banco Mundial na consolidação do campo internacional de desenvolvimento, *Contexto Internacional*, 37:2, pp. 347-373.

Santarelli, Daniele (2011), «La papauté de Paul IV à travers les sources diplomatiques romaines et vénitiennes», *Chrétiens et sociétés: XVIe-XXIe siècles*, 18, pp. 9-18.

Santos, Catarina (2015), «Na Bósnia, 20 anos são dois dias», *Rádio Renascença*, https://rr.sapo.pt/bosnia-20-anos/capitulo1.html (acedido em 19 dezembro 2019).

Santos, Eduardo dos (2018), «A 'guerra esquecida' – Coreia 1950-1953», *Revista Militar*, n. 2599-2600, https://www.revistamilitar.pt/artigo/1339 (acedido em 16 outubro 2019).

Sanz, J.C. e M.R. Sahuquillo (2019), «EUA e Rússia revivem a Guerra Fria no Oriente Médio com duas cúpulas», *El País Brasil*, 15 fevereiro, https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/14/internacional/1550170674_276095.html (acedido em 11 março 2020).

Scammel, Claire (2018), *Translation strategies in global news*: *what Sarkozy said in the suburbs*, London: Palgrave.

Schäffner, Christina (2018), «Bridging the ideological abyss? Politically sensitive texts in translation», Valérie Bada *et al.*, *Impliciter, expliciter: l'intervention du traducteur*, Liège: Presses Universitaires de Liège, pp. 199-221.

– (2012a), «Rethinking transediting», *Meta*, 57:4, pp. 866-883.

– (2012b), «Unknown agents in translated political discourse», Stefan Baumgarten e Chantal Gagnon, *Translating the European house: discourse, ideology and politics – selected papers by Christina Schäffner*, Newcastle: Cambridge Scholars, pp. 315-339.

– (2010), «Crosscultural translation and conflicting ideologies», Carmina Buesa Gómez e Micaela Muñoz-Calvo, *Translation and cultural identity: selected essays on translation and cross-cultural communication*, Newcastle: Cambridge Scholars, pp. 107-128.

Schäffner, Christina e Susan Bassnett (eds.) (2010), *Political discourse, media and translation*, Newcastle: Cambridge Scholars.

Schmitz, Dieter H. (2010), «Die kirche im Dorf oder die Regierung im Wald lassen: zum Übersetzungsproblem der Namen von Ämtern und Ähnlichem für Nachrichtenzwecke im Medium Radio», Gyde Hansen, Daniel Gile e Nike P. Pokorn, *Why Translation Studies matters,* Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, pp. 153-164.

Schudson, Michael (1981), *Discovering the news: a social history of American newspapers*, New York: Basic Books.

Schwenk, Holger e Sadaf Abdul Rauf (2011), «Parallel sentence generation from comparable corpora for improved SMT», *Machine Translation*, 25:4, pp. 341-375.

Searle, John (1979), *Expression and meaning*: *studies in the theory of speech acts*, Cambridge University Press.

Segal, Robert e Kocku von Stuckrad (eds.) (2015), *Vocabulary for the study of religions*, Aylesbury: Brill.

Serra, Filomena e Paula André, «Fotografia impressa e propaganda visual em Portugal (1934-1974)», Exposição na Biblioteca Nacional de Portugal, 20 maio-13 setembro 2019 (consulta a 20 junho 2019).

Seruya, Teresa (2018), *Misérias e esplendores da tradução no Portugal do Estado Novo*, Lisboa: Universidade Católica Editora.

– (2010), «História da Tradução: o objecto incomensurável», Alda Correia *et al*. (eds.), *A arte da cultura: homenagem a Yvette Centeno*, Lisboa: Ed. Colibri, pp. 599-610.

Shahi, Mohammad e Mohammad Reza Talebinejad (2017), «The ideological role of selective translation in reconfiguration of news frames», *Forum*, 15:1, pp. 85-105.

Shaw, Malcolm N. (2008), *International law*, 6. ed., Cambridge University Press.

Shea, Alison (2012), «Researching the law of the Vatican City State», http://www.nyulawglobal.org/globalex/Vatican1.html (acedido em: 5 janeiro 2019).

Shils, Edward B. (1997), «Arthur Goldberg: proof of the American dream», *Monthly Labor Review*, January, pp. 56-71, https://www.bls.gov/opub/mlr/1997/01/art5full.pdf (acedido em 2 novembro 2019).

Silva, António (2006), «António de Oliveira Salazar, o criador do Estado Novo», *Ensina RTP*, https://ensina.rtp.pt/artigo/salazar/ (acedido em 24 fevereiro 2019).

Silva, Susana Serpa (2011), *Açoriano Oriental: 1835-2000*, Ponta Delgada: Açormédia.

Silva, Vítor de Aguiar e (1967), *Teoria da literatura*, Coimbra: Livraria Almedina.

Sindicato dos Trabalhadores da Produção de Cinema e Televisão (1975), «As armas e o povo», *RTP* (visualizado a 29 abril 2020).

Snell-Hornby, Mary (2006), *The turns of Translation Studies: new paradigms or shifting viewpoints?* Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.

Sobreira, Rosa Maria (2003), *Os jornalistas portugueses 1933-1974: uma profissão em construção*, Lisboa: Livros Horizonte.

Soromenho-Marques, Viriato (2015), «Viriato Soromenho-Marques olha para a encíclica da ecologia. Em nove pontos», *Rádio Renascença*, 24 junho, https://rr.sapo.pt/2015/06/26/religiao/viriato-soromenho-marques-olha-para-a-enciclica-da-ecologia-em-nove-pontos/noticia/21079/ (acedido em 6 março 2020).

Sousa, João Pedro (2012), «Eduardo Coelho, um inovador no jornalismo português oitocentista – o caso do *Diário de Notícias*», http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/artigos12_c.htm e http://teoriadojornalismo.ufp.edu.pt/11-outros-textos/eduardo-coelho (acedidos em 8 novembro 2020).

– (2008), «Uma história breve do jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974», http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-do-jornalismo-1974.pdf (acedido em 8 novembro 2020).

– (2001), *Elementos de jornalismo impresso*, Porto: BOCC-UBI.

Sousa, Marcelo Rebelo (2020), «Presidente da República assinala Dia Mundial da Liberdade de Imprensa», *Presidência da República Portuguesa*, 3 maio, http://www.presidencia.pt/?idc=18&idi=177102 (acedido em 3 maio 2020).

Sousa Santos, Boaventura de (2018), *Construindo as Epistemologias do Sul: Antologia essencial: Para um pensamento alternativo de alternativas*, vol. II, Buenos Aires: CLACSO.

Spadaro, Antonio (2013), *Ciberteologi@: pensar o cristianismo na era da Internet*, Prior Velho: Paulinas.

Spencer, Chris (2019), «Presidents at War», *Canal História* (visualizado a 24 abril 2019).

Starr, Paul (2007), «Why liberalism works?», *The American Prospect*, pp. 34-40.

Stetting, Karen (1989), «Transediting – a new term for coping with the grey area between editing and translating», Graham Caie, Kirsten Haastrup e Arnt Lykke Jakobsen (eds.) *Proceedings from the Fourth Nordic Conference for English Studies*, University of Copenhagen, pp. 371–382.

Stoffer, Howard (2013), «The need for a United Nations global counter-terrorism coordinator», *ICCT – The Hague Policy Brief*, pp. 1-10.

Stout, Daniel A. (2006), *Encyclopedia of religion, communication, and media*, London & New York: Routledge.

Streeck, Wolfgang (2011), «The crises of democratic capitalism», *New Left Review*, 71, pp. 5-29.

Sutter, Gert De *et al.* (2017), «Towards a corpus-based, statistical approach to translation quality: measuring and visualizing linguistic deviance in student translations», *Linguistica Antverpiensia: New Series*, 16, pp. 25-39.

Szarkowska, Agnieszka, Łukasz Dutka, Anna Szychowska e Olga Pilipczuk (2018), «Visual attention distribution in intralingual respeaking: an eye-tracking study», Callum Walker e Federico M. Federici, *Eye tracking and multidisciplinary studies on translation*, Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, pp. 185-201.

Szymaniak, Wlodzimierz Jozef (ed.) (2000), *Dicionário de Ciências da Comunicação*, Porto: Porto Editora.

Talebinejad, Mohammad Reza e Mohammad Shahi (2017), «The labyrinth of ethics in journalistic translated discourse», *Babel*, 63:1, pp. 89-108.

Taylor, Charles (ed.) (2007), *A secular age*, Harvard: Belknap Press of Harvard University Press.

– (1999), *A Catholic modernity? Charles Taylor's Marianist Award Lecture*, New York & Oxford: Oxford University Press.

Teixeira, Alfredo (2019), *Religião na sociedade portuguesa*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

– (2017), *Património religioso e transmissão cultural: guia para o estudo*, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.

– (2015), «Reconfigurations of Portuguese Catholicism: detraditionalization and decompaction of identities», José Tolentino Mendonça, Alfredo Teixeira e Alexandre Palma (eds.), *Religion and Culture in the process of global change: Portuguese perspectives*, Washington: The Council for Research in Values and Philosophy, pp. 59-86.

– (2013a), «A eclesiosfera católica: pertença diferenciada», *Didaskalia*, 43: 1-2, pp. 115-205.

– (2013b), «Catolicismo – entre o território e a rede», Alfredo Teixeira (ed.), *Identidades religiosas em Portugal: ensaio interdisciplinar*, Lisboa: Paulinas, pp. 147-253.

– (2002), «As montagens mediáticas da sacralidade: notas antropológicas», *Revista Portuguesa de Ciência das Religiões*, 2, pp. 93-103.

The Telegraph, «Archive: Kofi Annan's 2003 statement on Iraq», https://www.youtube.com/watch?v=OCgGU2_48Rk (acedido em 3 março 2020).

Tengarrinha, José [2004 (1995)], «A imprensa, partidos e a opinião pública em Portugal no século XIX», Álvaro Costa de Matos (ed.), *O jornalismo português: passado, presente e futuro,* Atas e colóquios da Hemeroteca, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, pp. 9-15.

– (1989), *História da imprensa periódica portuguesa,* 2. ed. revista e ampliada, Lisboa: Caminho.

Tesseur, Wine (2013), «Amnesty International's language strategy put into practice: a case study of the translation of press releases», González Núñez, G., Khaled, Y. e Voinova,

T. (eds.), *Emerging research in Translation Studies:* selected papers of the CETRA research Summer School 2012.

Thawabteh, Mohammad Ahmad (2017), «The nomenclature of storms in Arabic: from arabicisation to adaptation», *Translation Spaces*, 6:2, pp. 251-269.

– (2011), «Linguistic, cultural and technical problems in English-Arabic subtitling», *SKASE Journal of Translation and Interpretation*, 5, pp. 24-44.

Titsher, Stefan *et al.* (eds.) (2000), *Methods of text and discourse analysis*, London: Sage.

Tomé, Luís (2015), «'Estado Islâmico' percurso e alcance um ano depois da auto-proclamação do 'Califado'», *Janus*, 6:1, pp. 125-149.

– (2010), «Segurança e complexo de segurança: conceitos operacionais», *Janus*, 1:1, pp. 33-49.

Tossati, Marco [2010 (2006)], *Dicionário do Papa Ratzinger: guia para o pontificado*, Lisboa: Paulus.

Tourbe, Cédric (2018), «O Pacto Nazi-soviético: o fiasco da diplomacia europeia» («The Nazi-Soviet Pact: the fiasco of the European Diplomacy»), *RTP* (visualizado a 20 fevereiro 2019).

Toury, Gideon (2006), «Conducting research on a 'wish-to-understand' basis», João Ferreira Duarte, Alexandra Assis Rosa e Teresa Seruya (eds.), *Translation Studies at the interface of the discipline,* Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, pp. 55-66.

– (1995), *Descriptive Translation Studies and beyond*, Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.

– (1980), *In search of a theory of translation*, Tel Aviv: Porter Institute for Poetics and Semiotics.

Translation Studies Bibliography (2019), https://benjamins.com/online/tsb (acedido em 16 dezembro 2019).

Triandafyllidou, Anna *et al.* (2009), *The European public sphere and the media: Europe in crisis*, New York: Palgrave.

Troy, Jodok (2018), «'The Pope's own hand outstretched': Holy See diplomacy as a hybrid mode of diplomatic agency», *The British Journal of Politics and International Relations*, 20: 3, pp. 521 –539.

Tsai, Claire (2017), «Reframing humor in TV news translation», Roberto Valdeón, *Chinese Translation Studies in the 21st century: current trends and emerging perspectives*, London & New York: Routledge, pp. 132-150.

– (2015), «Reframing humor in TV news translation», *Culture and News Translation*, 23:4, pp. 615-633.

– (2012), «Television news translation in the era of market-driven journalism», *Meta*, 57:4, pp. 1060-1080.

– (2010), «News translator as reporter», Christina Schäffner e Susan Bassnett, *Political discourse, media and translation*, Newcastle: Cambridge Scholars, pp. 178-197.

TSF (2019), «Radovan Karadzic, 'o carniceiro dos Balcãs' que é um homem de 'mil caras'», 20 março, https://www.tsf.pt/internacional/perfil-radovan-karadzic-o-homem-das-mil-caras-10704073.html (acedido em 20 fevereiro 2020).

Tucci, Roberto (1998), «Pellegrino apostolico ai 'santuari' del popolo di Dio», Suplemento especial «16 ottobre 1978 – 16 ottobre 1998: ventesimo anniversario di pontificato», *L'Osservatore Romano*, 16 outubro.

Tuchman, Gaye (1972), «Objectivity as strategic ritual: an examination of Newsmen's notions of objectivity», *American Journal of Sociology*, 77:2, pp. 660-679.

Tyler, Patrick (2009), *A world of trouble: the White House and the Middle East – from the Cold War to the War on Terror*, New York: Farrar, Straus and Giroux.

UNICEF (2017), «27 milhões de pessoas não têm acesso a água potável em países que já enfrentam ou estão em risco de vir a enfrentar uma situação de fome», 29 março, https://unicef.pt/actualidade/noticias/27-milhoes-de-pessoas-nao-tem-acesso-a-agua-potavel-em-paises-que-ja-enfrentam-ou-estao-em-risco-de-vir-a-enfrentar-uma-situacao-de-fome/ (acedido em 29 maio 2020).

Urquhart, Brian (2008), «Character sketches: U Thant», *UN News Center*, http://www.un.org/apps/news/infocus/u-thant.asp#.WjotMNSLTDc (acedido em 20 dezembro 2018).

Usher, Graham (2000), «O sucesso e o fracasso de João Paulo II», *Público*, 27 março, https://www.publico.pt/2000/03/27/jornal/o-sucesso-e-o-fracasso-de-joao-paulo-ii-141839 (acedido em 29 fevereiro 2020).

U Thant (1965), Carta ao Papa Paulo VI, UN Secretariat, «Items-in-Pope Paul VI, welcome, 4 October 1965 – Operational Files of the Secretary-General: U Thant: speeches, messages, statements, and addresses», https://search.archives.un.org/pope-paul-vi-welcome-4-october-1965 (acedido em 10 outubro 2018).

Valdeón, Roberto (ed.) (2020), «On the interface between Journalism and Translation Studies: a historical overview and suggestions for collaborative research», *Journalism Studies*, pp. 1-18.

– (2017a), *Chinese Translation Studies in the 21st century: current trends and emerging perspectives*, London & New York: Routledge.

– (2017b), «On the use of the term 'translation' in journalism studies», *Journalism*, 19:2, pp. 252-269.

– (2017c), «(Un)stable sources, translation and news production», Jeremy Munday e Meifang Zhang, *Discourse analysis in Translation Studies*, Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, pp. 117-130.

– (2016), «The construction of national images through news translation: self-framing in *El País* English Edition», Luc van Doorslaer, Peter Flynn e Joep Leerssen, *Interconnecting Translation Studies and imagology*, Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, pp. 219-237.

– (2015a), «Fifteen years of journalistic translation research and more», *Perspectives*, 23:4, pp. 634-662.

– (2015b), «(Un)stable sources, translation and news production», *Target*, 27:3, pp. 440-453.

– (2012a), «Information, communication, translation», Yves Gambier e Luc van Doorslaer (eds.), *Handbook of Translation Studies*, Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 3, pp. 66-72.

– (2012b), «From the Dutch Corantos to convergence journalism: the role of translation in news production», *Meta*, 57:4, pp. 850-865.

– (2011), «Embedding anglocentric perceptions of the world: the Falklands-Malvinas binomial in the news», *Meta*, 56:1, pp. 63-80.

– (ed.) (2010a), *Translating information*, Oviedo: Ediciones de la Universidad de Oviedo.

– (ed). (2010b), *Translating information in the post-industrial society*, 11:2.

– (2010c), «Translation in the informational society», Roberto Valdeón, *Translating information in the post-industrial society*, 11:2, pp. 149-160.

– (2005), «The *CNN* en Español News», *Perspectives*, 13:4, pp. 255-267.

Valenzuela, César Martínez (2013), «The 'war on drugs' and the 'new strategy': identity constructions of the United States, U.S. drug users and Mexico», *Mexican Law Review*, 5:2, pp. 245-275.

Van Dijk, Teun (2009), *Society and discourse: how social contexts influence text and talk*, Cambridge University Press.

– (1988a), *News analysis: case studies of international and national news in the press*, Hillsdale, Hove & London: Lawrence Erlbaum Associates.

– (1988b), *News as discourse*, Hillsdale, Hove & London: Lawrence Erlbaum Associates.

Van Doorslaer, Luc (2019), «Translating the North-South frame: a spatial-imagological case study», *Translation as Reframing*, conferência realizada na Universidade dos Açores, Ponta Delgada, S. Miguel – Açores, 27-28 junho.

– (2012), «Translating, narrating and constructing images in journalism with a test case on representation in Flemish TV News», *Meta*, 57:4, pp. 1046-1059.

– (2010a), «The double extension of translation in the journalistic field», Roberto Valdeón, *Translating information in the post-industrial society,* 11:2, pp. 175-188.

– (2010b), «Journalism and translation», Gambier Y., van Doorslaer L. (eds.), *Handbook of Translation Studies,* Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, pp. 180-184.

– (2009), «How language and (non-)translation impact on media newsrooms: the case of newspapers in Belgium», *Perspectives*, 17:2, pp. 83-92.

Walter Kalin (2000), «Guiding principles on internal displacement: annotations», *Studies in Transnational Legal Policy*, 32, The American Society of International Law and The Brookings Institution Project on Internal Displacement.

Weiss, Gilbert e Ruth Wodak (eds.) (2003), *Critical discourse analysis: theory and interdisciplinarity*, New York: Palgrave.

Welchman, Alistair (ed.) (2015), *Politics of religion/ Religions of politics*, Dordrecht: Springer.

White, P. R. R. (2003), «News as History: your daily gossip», J. R. Martin e Ruth Wodak (eds.), *Re/reading the past: critical and functional perspectives on time and value*, Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, pp. 61-89.

Williams, Jenny (2013), *Theories of translation*, London: Palgrave.

Williams, Jenny e Andrew Chesterman (eds.) (2011), *The map: a beginner's guide to doing research in Translation Studies*, Manchester & Kinderhook: St. Jerome Publishing.

Wodak, Ruth (2019), «Analyzing the populist far right – ideology and discourse», *I Lisbon Winter School for the Study of Communication*, conferência realizada na Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 15-19 janeiro.

– [2011 (2009)], *The discourse of politics in action*: *politics as usual*, New York: Palgrave.

Wodak, Ruth *et al.* [2009 (1999)], *The discursive construction of national identity*, Edinburgh University Press.

– e Michal Krzyianowski (eds.) (2008a), *Qualitative discourse analysis in the social sciences*, New York: Palgrave.

– e Veronika Koller (eds.) (2008b), *Handbook of communication in the public sphere,* Berlin & New York: Mouton de Gruyter.

– e Paul Chilton (eds.) (2005), *A new agenda in (critical) discourse analysis: theory, methodology and interdisciplinarity*, Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.

Wolf, Joachim (2010), «Responses to nonmilitary threats: environment, disease and technology», Paul Danchin e Horst Fischer (eds.) (2010), *United Nations reform and the new collective security*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 173-192.

Wolf, Mauro (2002), *Teorias da comunicação*, 7 ed., Barcarena: Editorial Presença.

Wolf, Michaela (2010), «Sociology of translation», Yves Gambier e Luc van Doorslaer (eds.), *Handbook of Translation Studies*, Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, vol. 1, pp. 337-343.

Woodsworth, Judith (1998), «History of translation», Mona Baker (ed.), *Routledge encyclopedia of Translation Studies*, London & New York: Routledge, pp. 100-105.

Woodward, Peter (2006), *US foreign policy and the horn of Africa*, London & New York: Routledge.

Wulf, Christoph (2016), *Exploring alterity in a globalized world*, New York: Routledge.

– (2014), *Images of the human being. Imaginary and performative basics of culture* (*Bilder des Menschen. Imaginäre und performative Grundlagen der Kultur*), Bielefeld: Transcript Verlag.

Xavier, Ana Isabel (2018), «'A expectativa de uma solução entre Israel e Palestina fica inquinada'», Entrevista concedida a César Avó, *Diário de Notícias*, 15 maio, https://www.dn.pt/mundo/ana-isabel-xavier-a-expectativa-de-uma-solucao-entre-israel-e-palestina-fica-inquinada-9341124.html (acedido em 1 dezembro 2019).

– (2007), «ONU: A Organização das Nações Unidas», Ana Isabel Xavier *et al*., *A Organização das Nações Unidas*, Coimbra: Humana Global – Associação para a Promoção dos Direitos Humanos, da Cultura e do Desenvolvimento, pp. 9-174.

Zakaria, Fareed (2019b), «A Fareed Zakaria GPS special: how to lead», *RTP 3*: *GPS – Global Public Square*, n. 31, 14 julho 2019 (visualizado a 28 julho 2019).

– (2018), «Iran has the ingredients for revolution», *CNN*, 6 janeiro (visualizado a 8 janeiro 2018).

III. Repositórios portugueses[1]

1. Repositório *Veritati*, da Universidade Católica Portuguesa (https://repositorio.ucp.pt/)

Termo-chave: tradução de notícias

Aguiar, Américo (2012), *Um padre na aldeia global: nova evangelização e novas tecnologias de informação e comunicação*, Tese de Mestrado.

Capucho, Carlos *et al.* (2011), *A construção da festa electrónica na visita de Bento XVI a Portugal*, Artigo científico.

Castro, Nuno (2012), *Comunicação social e evangelização: leitura das mensagens do Papa João Paulo II e do Papa Bento*, Tese de Mestrado.

Correia, Ricardo (2013), *A Igreja na era da comunicação*, Tese de Mestrado.

Cunha, Jorge (2012), *A nova evangelização e a moral*, Artigo científico.

Emídio, Filipe (2012), *Nova era e nova evangelização: um olhar a partir da EMRC*, Tese de Mestrado.

Estêvão, António (2017), *A produção noticiosa na rádio* Ecclesia*: a evangelização através da notícia*, Tese de Mestrado.

– (2016), *A evangelização através dos* media *à luz da* Communio et Progressio*: fundamentação bíblico-teológica e implicações pastorais*, Tese de Mestrado.

[1] Todos os repositórios das instituições com cursos superiores de Tradução em Portugal foram acedidos a 4 de junho de 2018, tendo a pesquisa sido atualizada a 17 de dezembro de 2019. Apresentamos nas listagens os primeiros cem resultados obtidos para a última década, pelos termos e filtros indicados, por ordem alfabética e de forma simplificada: o nome do autor, o ano da investigação, o título e o tipo de trabalho. De notar que os resultados relativos à «tradução de notícias», por dizerem respeito ao campo específico do nosso estudo, mereceram uma maior atenção, tendo sido incluídos para além dos projetos desenvolvidos para efeitos de atribuição de grau (os relatórios de estágio, as teses de mestrado e de doutoramento) também artigos científicos realizados por investigadores das instituições em questão. Considerámos importante fazê-lo, para que pudéssemos ter uma perceção geral e sustentada sobre o que tem sido feito no país sobre aquele domínio e, assim, aferirmos com maior rigor se o nosso projeto viria (ou não) preencher um espaço ainda em aberto.

Fortuna, João (2013), *Política e religião: na óptica da constituição pastoral sobre a Igreja no mundo:* Gaudium et Spes*,* Tese de Mestrado.

Machado, Margarida (2014), *O poder da comunicação social: uma análise das mensagens para o dia mundial da comunicação social*, Tese de Mestrado.

Pereira, Pedro (2014), *Gestão e comunicação de crise na Igreja Católica: uma reflexão no contexto da sociedade de informação*, Tese de Mestrado.

Quejigo, Francisco (2015), *Lenguajes culturales de la evangelización: presentación*, Artigo científico.

Reis, Bruno (2011), *República e religião, ou a procura de uma separação,* Artigo científico.

Rodrigues, L. M. Figueiredo (2017), *Evangelizar as redes, em rede*, Artigo científico.

– (2012a), *Catequese para nativos digitais*, Artigo científico.

– (2012b), *Proponer el Evangelio en una cultura digital,* Artigo científico.

– (2011), *Evangelização e novas tecnologias,* Artigo científico.

Santos, Rogério (2013), *O estudo «Identidades religiosas em Portugal»: a mediação jornalística*, Artigo científico.

Filtro: tradução

Caresia, Marina (2019), *Lost in translation: translating culture into public policies a case study of the Porto Maravilha project*, Tese de Mestrado.

Monteiro, Ana Rita (2018), *Uma polifonia de vozes: análise comparativa de duas traduções portuguesas de Uncle Tom's Cabin*, Tese de Mestrado.

Ramiréz Cabrera, Beatriz (2017), *A importância da tradução no setor do turismo: tradução do relatório global sobre o turismo gastronómico*, Tese de Mestrado.

Filtro: comunicação[2]

Andrade Júnior, José Gabriel (2015), *O espaço global da língua portuguesa: uma investigação interpretativa sobre comunicação e mobilidade no panorama mediático luso-brasileiro*, Tese de Doutoramento.

Fonseca, Paulo (2019), *Pensar a homilia: discurso, testemunho e contexto*, Tese de Mestrado.

Miranda, Joana (2014), *Inovação e marketing na imprensa portuguesa:* case study Jornal I, Tese de Mestrado.

Oliveira, Maria do Castelo (2019), *A palavra de Deus num horizonte de comunicação e relação no salmo 139(138) e em* 1Jo *4: uma reflexão no contexto da UL1 do 6º ano de Educação Moral e Religiosa Católica*, Tese de Mestrado.

[2] Nos conjuntos de resultados de todas as instituições, restringimos a listagem dos trabalhos desenvolvidos nos domínios da «comunicação», da «informação» e da «cultura» aos que apresentaram uma relação com os contextos dos *media*, da religião e/ou da política.

Filtro: Igreja

Almeida, António (2019), *Práticas turísticas e comunidades cristãs: para uma criteriologia teológico-prática,* Tese de Mestrado.

Apambila, Edward (2016), *The Church: the community and the feminine question: a case study on women's dignity among the Gurusi of Northern Ghana*, Tese de Mestrado.

Bardaje, Charlie (2019), *A fé cristã como o coração da Igreja intercultural*, Tese de Mestrado.

Costa, José (2019), *A Igreja e os jovens no cantão de Zurique: orientações para uma pastoral juvenil*, Tese de Mestrado.

Dantas, Maria de Nazaré (2017), *Maria: de Nazaré a Fátima: contributos para a lecionação da unidade letiva 2: A Mãe de Jesus: do 2º ano do 1º ciclo do ensino básico*, Tese de Mestrado.

Fermin Calderon, Misael (2018), *Creio na Santa Igreja!?: reflexões sobre uma afirmação que gera interrogação*, Tese de Mestrado.

Lekaj, Arta (2019), *Testemunhar e narrar o martírio: os mártires e confessores da Albânia: 1944-1991*, Tese de Mestrado.

Martins, Alberto (2017), *O verdadeiro sacrifício em Santo Agostinho: uma leitura do livro X do* De civitate Dei, Tese de Mestrado.

Martins, António (2017), *O uso da rede social Facebook na comunicação da fé cristã,* Tese de Mestrado.

Oliveira, Pedro (2018), *A família, comunidade de amor: perspetivas sociológicas, teológicas e pastorais*, Tese de Mestrado.

Pereira, Marta (2018), *Famílias e idosos: vivências e novas oportunidades: contributos para a lecionação da unidade letiva 3: família, comunidade de amor: do programa de Educação Moral e Religiosa Católica do 5º ano do 2º ciclo do ensino básico*, Tese de Mestrado.

Pierre, Maibwe (2013), *A Escola Salesiana: a especificidade evangelizadora e os conflitos resultantes*, Tese de Mestrado.

Pimenta, José Manuel (2015), *Diocese de Elvas: 1570-1636: criação, organização e recepção tridentina,* Tese de Mestrado.

Rodrigues, Diogo (2017), *Ritos de comunhão do* Ordo missae*: horizontes de teologia prática da celebração segundo a reforma promovida pelo Concílio Vaticano II*, Tese de Mestrado.

Rodrigues, José Alberto (2018), *O órgão ibérico em Braga: instrumentos e características*, Tese de Mestrado.

Rodrigues, Marcelo (2019), *Vós sois o Corpo de Cristo: uma reflexão bíblico-eclesiológica de* 1Cor 12 *sobre a Igreja como Corpo de Cristo*, Tese de Mestrado.

Rodrigues, Rogério (2017), *D. Francisco Maria da Silva: Arcebispo de Braga: 1963-1977*, Tese de Mestrado.

Silva, José Manuel (2019), *A pobreza como desafio pastoral da Igreja: de São João Crisóstomo ao Papa Francisco*, Tese de Mestrado.

Silva, Teresa (2018), *A Igreja, reflexos de si mesma: contributo para a lecionação da unidade letiva 4: A Igreja: para o 3º ano do 1º ciclo do ensino básico de Educação Moral Religiosa Católica*, Tese de Mestrado.

Sousa, Pedro (2017), *O teatro do mundo e o teatro de Deus: uma perspetiva histórica e teológica da arte teatral*, Tese de Mestrado.

Filtro: religião

Andrade, José Cristóvão (2019), *Como falar hoje do grande Mistério de Deus?: reflexões sobre a unidade Letiva II do 9º ano: Deus o grande mistério*, Tese de Mestrado.

Araújo, Rui (2017), *O cristão e o esotero-ocultismo: reflexão pastoral sobre a magia, bruxaria e práticas supersticiosas*, Tese de Mestrado.

Carvalho, Carlos (2018), *Jesus um homem para os outros: a salvação como libertação: uma reflexão no contexto da UL 2 do 6º ano de escolaridade*, Tese de Mestrado.

Correia, Rui (2018), *A pessoa humana e o sentido da vida: reflexão sobre a unidade letiva 1, do 6º ano do programa da disciplina de EMRC*, Tese de Mestrado.

Oliveira, Calisto (2017), *Ciência e religião: duas perspetivas complementares no estudo das origens*, Tese de Mestrado.

Silva, Maria do Rosário (2017), *A vida como projeto: problemática na adolescência: uma abordagem centrada na unidade letiva 3 do 9º ano «Projeto de vida» do programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, Tese de Mestrado.

Xavier, Ilda (2017), *O papel das escolas católicas na educação em Cabo Verde*,Tese de Mestrado.

Filtro: política

Abreu, Nuno (2012), *Os limites e o valor da democracia em Raul Proença*, Tese de Mestrado.

Luís, João Baptista (2015), *A teoria política do Estado em Robert Nozick: o Estado mínimo e a justiça*, Tese de Mestrado.

Nicolau, Lídia (2013), *As fontes de informação políticas no jornalismo televisivo: o caso da* SIC, Tese de Mestrado.

Tumbo Júnior, Alfredo (2018), *A família: uma maneira de ser Igreja em Moçambique: o papel da Igreja moçambicana na promoção da paz e da justiça*, Tese de Mestrado.

Filtro: comunicação política

Trapani, Gaspare (2017), *Silvio Berlusconi e o berlusconismo: uma proposta de leitura,* Tese de Doutoramento.

Vieira, Joana (2014), *Cobertura jornalística da política: o «caso TSU» no jornal da noite da* SIC, Tese de Mestrado.

Filtros: religião/ Vaticano, *media*

Braz, Ana Catarina (2015), *Estádios de exploração organizacional dos* media *sociais*, Tese de Mestrado.

Cardoso, Vítor (2013), *O diálogo respeitoso entre a Igreja e a sociedade como um caminho para a nova evangelização nos escritos de Chiara Lubich*, Tese de Mestrado.

Conde, Nuno (2012), *O papel do Estado no sistema de media*, Tese de Mestrado.

Fernandes, Luís (2014), *A fé cristã no contexto do individualismo contemporâneo*, Tese de Mestrado.

Ferreira, Rui (2017), *O papado e Fátima: 1917–2005: pensamento e ação dos Papas Pio XII, Paulo VI e João Paulo II*, Tese de Mestrado.

Giroto, António (2017), *O diálogo e a conversão, caminho de uma ecologia integral: análise crítica e lecionação de «Ecologia e valores»,* Tese de Mestrado.

Godinho, Maria da Conceição (2010), *«A Missão» no Concílio Vaticano II, em Paulo VI e João Paulo II*, Tese de Mestrado.

Leal, Sérgio (2012), *O Espírito Santo como força vital da Igreja: alguns sinais da Sua presença hoje*, Tese de Mestrado.

Leitão, Ana Teresa (2013), *A Igreja Católica e os partidos democratas-cristãos em contextos de transição para a democracia: os casos de Portugal e Espanha: 1974-1982*, Tese de Doutoramento.

Mendes, Fernando (2011), *Homens novos para um mundo novo: a força transformadora da escatologia cristã na constituição pastoral* Gaudium et Spes, Tese de Doutoramento.

Moreira, Fernando (2016), *Francisco Sá Carneiro: um católico na política: ensaio de teologia moral social narrativa*, Tese de Mestrado.

Santiago, Michael (2012), *A fenomenologia da experiência crente: uma síntese doutrinal*, Tese de Mestrado.

Simões, Inês (2014), *Impacto dos* media *sociais em Portugal: and this is reality*, Tese de Mestrado.

Van Tran, Huong (2017), *Pope Saint John Paul II on social justice in human work*, Tese de Mestrado.

Vaz, Francisco (2016), *João Paulo II e o compromisso pela paz: estudo das mensagens do dia mundial da paz*, Tese de Mestrado.

Vinagre, Catarina (2018), *As novas celebridades contemporâneas e as redes sociais*, Tese de Mestrado.

2. Repositório *Run*, da Universidade Nova de Lisboa (https://run.unl.pt/)

Termo-chave: tradução de notícias

Afonso, Dulce (2012), *A tradução do discurso político: contextos de poder na imprensa portuguesa do século XX*, Tese de Mestrado.

Burnay, Maria Margarida (2017), *A fronteira entre a escrita, reescrita e retroversão: o caso do texto jornalístico económico-financeiro*, Tese de Mestrado.

Cruz, Xénon (2016), *A ética tradutória em contexto jornalístico: um estudo de caso no* Observador, Tese de Mestrado.

Ferreira, Francisco (2015), *O processo tradutório em contexto jornalístico: a tradução e a transedição na redação*, Tese de Mestrado.

Ferreira, Joana (2013), *Tradução e jornalismo: uma concepção da prática tradutória como reescrita do texto de partida*, Tese de Mestrado.

Filtro: tradução

Afonso, Bruno (2019), *A problemática da acessibilidade na legendagem na* RTP*: uma proposta de actualização das* guidelines*,* Tese de Mestrado.

Albuquerque, Ricardo (2011), *Tradução, videojogos e racismo*, Tese de Mestrado.

Almeida, Carla (2010), *Tradução e análise do humor em «Jeeves Takes Charge» de P.G. Wodehouse*, Tese de Mestrado.

Alves, Armando (2012), *Habitar a Casa das Letras*, Tese de Mestrado.

Azenha, Ana Salomé (2014), *Formação em gestão, tradução, localização e testes de projetos de* software, Tese de Mestrado.

Branco, Isabel (2014), *A recepção das literaturas hispano-americanas na literatura portuguesa contemporânea: edição, tradução e criação literária*, Tese de Doutoramento.

Bravo Cabezas, Valentina (2018), *Weaving a narrative of translation, activism, and knowledge*, Tese de Mestrado.

Calhanas, António (2017), *A informática para a tradução: as competências tecnológicas do tradutor no contexto do mercado português*, Tese de Mestrado.

Cardoso, Ricardo (2017), *Localização de* software *e prática da tradução: uma aprendizagem em contexto de empresa*, Tese de Mestrado.

Carvalho, Diana (2015), A Conquista da Felicidade – *relatório de estágio na Relógio d'Água*, Relatório de estágio.

Carvalho, Marcos (2015), *Alinhamento de textos e memórias de tradução em ambiente de empresa*, Tese de Mestrado.

Carvalho, Miguel (2014), *O estatuto do intérprete na era da globalização: reflexões sobre uma experiência profissional em contexto de trabalho*, Tese de Mestrado.

Casimiro, Teresa (2010), *A problemática da tradução de um conto de Hawthorne*, Tese de Mestrado.

Castanheira, Rita (2016), *Podemos dizer asneiras? Uma análise da problemática da tradução de calão para legendagem*, Tese de Mestrado.

Costa, Jorge (2010), *Estruturas de dados para representação de um léxico bilingue*, Tese de Mestrado.

Courinha, Joana (2019), *Para uma metodologia da tradução do texto jurídico – proposta interdisciplinar*, Tese de Mestrado.

Cruz, Mário (2017), *Mary McCarthy e Portugal (1942-2017): (não)tradução, estudos de género e censura*, Tese de Mestrado.

Dias, Maria Manuela (2012), *A problemática da tradução do humor e da sonoridade das palavras em «A vida em surdina»/ deaf sentence*, Tese de Mestrado.

Dias, Miguel (2017), *Sobre a (não-)tradução de John Keats em Portugal: séculos XIX a XXI*, Tese de Mestrado.

Dias, Vera (2014), *Tradução e validação para Portugal do Patient Activation Measure 13 em pessoas com Diabetes Mellitus tipo 2*, Tese de Mestrado.

Difelice, Moira (2014), *Anne Blonstein: poesia como tradução?,* Tese de Mestrado.

Ferreira, Pedro (2017), *Experiência de tradução no Institut für Angewandte Linguistik und Translatologie: o manual «Varietätenlinguistik»,* Tese de Mestrado.

Fidalgo, Marta (2014), *Guia para revisores de texto. Uma proposta para o exercício de uma profissão pouco (re)conhecida*, Tese de Mestrado.

Fresta, Maria José (2013), *Dificuldades de tradução do texto jurídico inglês-português*, Tese de Mestrado.

Gavinho, Cláudia (2018), *Política de tradução e internacionalização da língua portuguesa*, Tese de Mestrado.

Godinho, Ana Raquel (2019), *Criação de um gabinete de tradução de banda desenhada japonesa*, Tese de Mestrado.

Gonçalves, Ana Rita (2015), *Entre a tradução e a reescrita: a temática da homossexualidade em contexto intercultural*, Tese de Mestrado.

Matos, Maria Teresa (2013), *Interpretação, tradução e serviço público: a directiva 2010/64/UE na União Europeia e em Portugal*, Tese de Mestrado.

Maurício, Mariana (2018), *Pensar sobre a Tradução de texto a partir de* The Night of Iguana*, Tennesse Williams e o Teatro Artistas Unidos*, Tese de Mestrado.

Mira, David (2014), *Problemas e questões na retroversão do texto desportivo*, Tese de Mestrado.

Morais, Ana Carina (2013), *Revista* ELLE*. Estágio e análise sobre tradução e edição de texto*, Relatório de estágio.

Nunes, Ana Luísa (2014), *A atividade comercial em ambiente de empresa de tradução*, Tese de Mestrado.

Nunes, Rute (2012), *A* Bíblia *em português corrente e seus paratextos*, Tese de Mestrado.

Pais, Anabela (2015), *Legendagem profissional* vs. fansubbing*: descobertas no percurso de uma estagiária*, Tese de Mestrado.

Paiva, Ana Brígida (2014), *O estatuto do(a) tradutor(a) de literatura infantil: o caso das traduções portuguesas de Roald Dahl*, Tese de Mestrado.

Patatas, Priscila (2018), *Disabled translators' use of technology: present reality and future possibilities*, Tese de Mestrado.

Pereira, Ana Carina (2018), *Âmbitos e desafios da revisão hoje*, Tese de Mestrado.

Pires, António (2012), *Edward Said e os Estudos de Tradução: reflexões críticas*, Tese de Mestrado.

Ribeiro, Carina (2010), *O texto técnico na sua diversidade em ambiente de empresa*, Tese de Mestrado.

Rodrigues, Bernardo (2013), *Prática de legendagem: um manual de sobrevivência*, Tese de Mestrado.

Rodrigues, Marta (2015), *Estágio na* ELLE Portugal*: a edição de texto nas publicações periódicas femininas*, Tese de Mestrado.

Rodrigues, Jorge (2013), *Friedrich A. Kittler, filósofo da tecnologia. Uma tradução comentada*, Tese de Mestrado.

Schneider, Simone (2018), *Tradução e censura: análise comparativa das traduções brasileira e portuguesa de* Lady Chatterley´s Lover, Tese de Mestrado.

Serra, Ana Catarina (2019), *De AF a ZUP: uma análise da linguagem da internet num contexto de tradução para legendagem*, Tese de Mestrado.

Silva, Ana Cláudia (2019), *O texto jornalístico de cariz político: implicitação e explicitação em tradução e edição*, Tese de Mestrado.

Vieira, Elsa (2018), *From inércia to inertia: drawing on the travel experience,* Tese de Mestrado.

Yum, Catarina (2018), *Tradução e localização de videojogos: uma experiência em contexto profissional (BlueLab – Produções Audiovisuais)*, Tese de Mestrado.

Xiyang, Wang (2018), *Translating a Chinese bestseller into English under the guidance of Skopos theory*, Tese de Mestrado.

Williams, Thomas (2013), *Contribuições para a criação e implementação de um sistema de controlo de qualidade das traduções na Assembleia da República*, Tese de Mestrado.

Filtro: ciências da comunicação

Borges, Susana (2014), *Comunicação,* media *e deliberação: o* Público *e a crise iraquiana*, Tese de Doutoramento.

Filtro: informação

Cabral, Sara (2013), *A expansão de conteúdos informativos* online *e a crescente necessidade da sua regulação*, Tese de Mestrado.

Cardoso, Carolina (2018), *Jornal da Tarde: do alinhamento à realidade*, Tese de Mestrado.

Carvalho, Paula (2012), *A agenda da* TVI*: o início ou o fim das notícias*, Tese de Mestrado.

Ceia, Marta (2012), *Conquistando mentes e corações. A luta contra o terrorismo e a comunicação estratégica no contexto da NATO*, Tese de Mestrado.

Ferreira, Paula (2012), *O percurso da informação. Da agenda à redação*, Tese de Mestrado.

Gonçalves, Mariana (2015), *A cobertura jornalística do caso Operação Marquês no serviço público de televisão*, Tese de Mestrado.

Jesus, Inês (2013), *A importância do* online *na revista* Sábado, Tese de Mestrado.

Magalhães, Maria Isabel (2016), *Colocação terminológica nos documentos utilizados pelo Centro de Formação de Jornalistas «CEFOJOR» – Angola*, Tese de Mestrado.

Néo, Sofia (2019), *Comunicação, informação e audiências: o caso da Fundação Portuguesa das Comunicações*, Tese de Mestrado.

Oliveira, Ana Catarina (2012), *O jornal* Expresso *e o processo de convergência dos* media*: das plataformas aos conteúdos*, Tese de Mestrado.

Oliveira, Daniela (2012), *O poder da informação na política internacional: a Wikileaks e a revolução na Tunísia*, Tese de Mestrado.

Palma, Isabel (2011), *O papel da informação na promoção de comportamentos de reciclagem*, Tese de Mestrado.

Pestana, Joana (2016), *Os desafios na produção de conteúdos no jornalismo* online*: a* newsmagazine Sábado, Tese de Mestrado.

Tavares, Pedro (2011), *O contexto da mobilidade na utilização da* web *– as redes sociais Facebook, Twitter. Estudo de caso*, Tese de Mestrado.

<u>Filtro: religião</u>

Almeida, Isabel (2015) *A construção da figura da INANNA/IŠTAR na Mesopotâmia: IV-II milénios A.C.*, Tese de Doutoramento.

Alves, Paulo (2015), *O mercado editorial de Lisboa: opinião pública e componente religiosa (1890-1910)*, Tese de Mestrado.

Brandão, Inês (2016), *Deuses em movimento: o caso dos muçulmanos guineenses em Lisboa*, Tese de Mestrado.

Lisboa, Sofia (2017), *Socialismo, nação e religião. movimentos anticoloniais no contexto imperial português e francês (1945-1975)*, Tese de Mestrado.

Moniz, Jorge (2019), *As teorias da secularização na Europa: novas perspetivas qualificativas e quantitativas sobre os fenómenos religiosos contemporâneos*, Tese de Doutoramento.

Pereira, Maria Fernanda (2011), *Maria Madalena e o feminino na construção da Igreja Católica*, Tese de Mestrado.

Rafael, Inês (2018), *Género, trabalho e religião: dinâmicas quotidianas de mulheres hindus na gestão do equilíbrio trabalho-família*, Tese de Mestrado.

Silva, Francisca (2018), *Representações da religiosidade portuguesa num relato de viagem de oitocentos:* Narrative of a spring tour in Portugal *(1870), de Alfred Charles Smith*, Tese de Mestrado.

Souza, Fernando (2016), *Joga o coco na gira de mestre: religião, ação humana e identidades no litoral de Pernambuco*, Tese de Doutoramento.

Valencia Castrillón, Andrea (2018), *Las Brujas. Manual para la deconstrucción de un sujeto político*, Tese de Mestrado.

Filtro: política internacional

Cardoso, Maria Cristina (2018), *As Cimeiras Ibéricas 1942/1963 na Política Externa Portuguesa*, Tese de Mestrado.

Pinhel, Midana (2012), *Cooperação UE-ACP – agricultura e desenvolvimento. A importância do sector agrícola no desenvolvimento dos países ACP*, Tese de Mestrado.

3. Repositório UL, da Universidade de Lisboa (https://repositorio.ul.pt/)

Termo-chave: tradução de notícias

Adão, Áurea (2012), *A Educação nos artigos de jornal durante o Estado Novo (1945-1969): Um repertório cronológico, temático e onomástico*, Obra.

Antunes, Mafalda (2012), *Neologia de imprensa do português*, Tese de Doutoramento.

Araújo, António (2015), *Desordem em progresso: a recepção do conflito de canudos na imprensa portuguesa oitocentista*, Artigo científico.

Baptista, Cláudia (2012), *Jornalismo e alternativas mediáticas na era da Internet: a profissão perante o novo paradigma do acesso livre do cidadão à divulgação de informação na Internet*, Tese de Mestrado.

Fernandes, Adalberto (2014), *O discurso sobre o estado vegetativo nas notícias* online *em Portugal,* Tese de Mestrado.

Fonseca, Ana (2015), *Localização: da tradução às tecnologias de informação linguística*, Tese de Mestrado.

Martinho, Teresa (2015), *Cultura e digital em Portugal: alguns dilemas e ainda a língua portuguesa*, Artigo científico.

Oliveira, João (2015), *Análise de corpora jornalístico através das ocorrências de N-gramas,* Tese de Mestrado.

Pinto, Filomena (2015), *Cultura, arte e* media *na identidade timorense*, Tese de Doutoramento.

Soares, Elisianne (2012), *Regulação do ciberespaço, controlo dos fluxos informacionais e direitos de autor: os casos de Portugal e do Brasil*, Tese de Mestrado.

Filtros: tradução

António, Mbengui (2019), *Questões de tradução relevantes na obra* Medicinal plants in conservation and development: case studies and lessons learnt, Tese de Mestrado.

Araújo, Ana Filipa (2017), *A metáfora conceptual na tradução de comics: análise e tradução de excertos de* Welcome back, Frank*, de Garth Ennis, Steve Dillon e Jimmy Plamiotti* , Tese de Mestrado.

Barbero, Chiara (2016), *Terminologia da arte urbana: para uma* wordnet *bilingue italiano-português*, Tese de Mestrado.

Bogdan, Irina (2015), *A fear of dark water: das profundezas à tradução*, Tese de Mestrado.

Cadete, Diana (2016), *A linguagem das ciências médicas: traduzir para caracterizar*, Tese de Mestrado.

Cardoso, Ana Isabel (2016), *Cegueira falada – imagens metafóricas em tradução do alemão para o português europeu*, Tese de Mestrado.

Carmo, Cláudia (2016), *Tradução de manuais de instruções sobre equipamentos para pessoas com deficiência visual*, Tese de Mestrado.

Ciosmak, Rafal (2019), *El trabajo del traductor en la construcción de las páginas web multilingües*, Tese de Mestrado.

Cruz, Nuno (2018), *Neal Cassady – tradução epistolar: contexto, perspectivas e questões de tradução*, Tese de Mestrado.

Diaz Ortega, Maria Teresa (2016), *Representações do vinho em ambiente de tradução: abordagem cognitiva*, Tese de Mestrado.

Espada, Raquel (2018), *Tradução e acessibilidade: relatório de estágio curricular na Electrosertec*, Relatório de estágio.

Ferreira, Pedro (2018), *Da tradução à representação: reflexão sobre problemas e estratégias para a tradução do texto dramático*, Tese de Mestrado.

Gonçalves, Leonor (2016), *Terminologia científica e técnica em tradução literária*, Tese de Mestrado.

Geraldo, Baptista (2019), *Reflexões sobre questões de tradução relevantes no relatório Shell energy transition report*, Tese de Mestrado.

Handley, Rebecca (2018), *Tradução da criatividade nas obras de Harry Potter*, Tese de Mestrado.

Henriques, Gonçalo (2017), *Traduções e adaptações: diálogos francês-português no Clube Intercultural Europeu*, Tese de Mestrado.

Jesus, Nuno (2016), *Relatório de estágio no Camões, I.P.: discussão sobre opções linguísticas relevantes para a tradução*, Relatório de estágio.

Knupfer, Marlene (2017), *Um modelo de crítica de tradução: estratégias de tradução a partir de* The Kite Runner, *de Khaled Hosseini*, Tese de Mestrado.

Kong, Ian (2018), *Especificidades da interpretação entre chinês-cantonense e português*, Tese de Mestrado.

Machado, Júlio (2019), *Proposta de glossário de expressões metafóricas dos relatórios do setor energético (francês-português)*, Tese de Mestrado.

Matušin, Kalina (2015), *Training process of student interpreters*, Tese de Mestrado.

Neves, Guilherme (2017), *Questões de tradução relevantes na obra* Report into the Loss of the SS Titanic – *a centennial reappraisal*, Tese de Mestrado.

Ribeiro, José (2017), *Os manuais de segurança e antiterrorismo para empresas e forças de segurança: tradução e análise*, Tese de Mestrado.

Rodrigues, Lisete (2016), *Interpretação de conferência e estética do performativo: intersecções*, Tese de Mestrado.

Silva, Ana Isa (2018), *Proposta de tradução de três obras de Mac Barnett:* Brixton Brothers – The Case of the Case of Mistaken Identity*,* Telephone *e* Extra Yarn, Tese de Mestrado.

Silva, Justino da (2016), *O contributo da pedagogia de género para a formação de professores PLE/L2 no contexto timorense*, Tese de Mestrado.

Silveira, Helena (2018), *Reflexão sobre questões de tradução da obra* Feminist theory from margin to center*, de Bell Hooks*, Tese de Mestrado.

Swiatkiewicz, Maria Teresa (2017), *Normas, estratégias e técnicas na tradução literária direta do polaco para o português europeu (1990-2010)*, Tese de Doutoramento.

Vaz, Rebeca (2018), *Relatório de estágio: uma reflexão sobre questões de tradução jurídica e sobre a postura do tradutor*, Tese de Mestrado.

Vilhena, Adriana (2016), *A tradução de contos literários abordando relações entre o mundo anglófono e lusófono*, Tese de Mestrado.

Xavier, Catarina (2019), *Tabu e tradução audiovisual: um estudo descritivo das normas de tradução para legendagem de linguagem tabu em contexto televisivo*, Tese de Doutoramento.

Yeke, Zhang (2017), *Problemáticas de tradução de textos de economia e ambiente de chinês e de inglês para português europeu: relatório de estágio na Kennistranslations*, Relatório de estágio.

Filtro: ciências da comunicação

Cabete, Fernanda (2019), *Construção da imagem da mulher atleta pela mídia nos jogos olímpicos-Rio 2016: abordagem cognitivo-cultural*, Tese de Mestrado.

Ferreira, Stephanie (2017), *Moda e cultura: análise cultural da narrativa publicitária associada à marca Chanel*, Tese de Mestrado.

Maganlal, Kimi (2018), *Lifestyle e contos de fadas: o papel das narrativas na comunicação*, Tese de Mestrado.

Oliveira, Rui (2018), *O projeto Portugal e a relação Estado-Religião à luz da metáfora conjugal*, Tese de Doutoramento.

Yueyue, Huang (2018), *A representação da cultura chinesa no cinema de Hollywood*, Tese de Mestrado.

Filtros: comunicação e cultura, comunicação em política

Moreira, Cátia (2015), *O papel da cultura e a cultura no papel: um olhar sobre o jornalismo cultural português através das páginas do* Jornal de Letras Artes & Ideias, Tese de Mestrado.

Ribeiro, Camila (2015), *Gêneros discursivos e atos de fala no Facebook: uma análise de* posts *e memes relacionados às eleições para a presidência do Brasil em 2014*, Tese de Mestrado.

Filtro: estudos comparatistas

Görne, Nora-Vanessa (2016), *Narrating the eurozone crisis: representations of Germany in Portuguese media and on the streets*, Tese de Mestrado.

Martins, Sérgio (2016), *Cantar alto, dizer maior: heroicidade épica n'*Os Lusíadas *e na* Bhagavad-Guitá, Tese de Mestrado.

Oliveira, Catarina (2014), *Fronteira da lei: violência e poder em* The man who shot Liberty Valance *de John Ford e* Fatalidade *de João Guimarães Rosa*, Tese de Mestrado.

Robalo, Maria Inês (2016), *Memória traumática e limiares da representação em* Die Ringe des Saturn *e* Austerlitz *de W. G. Sebald*, Tese de Mestrado.

4. Repositório Estudo Geral, da Universidade de Coimbra
(https://estudogeral.sib.uc.pt/)

Termo-chave: tradução de notícias

Baptista, Ema (2013), *As Rotinas Produtivas da Imprensa e as Fontes de Informação - A interinfluência entre as fontes de rotina e os processos produtivos da redação*, Tese de Mestrado.

Cioca, Doina (2013), *Jornalista ou Tradutor? Um estudo das marcas culturais no caso dos ataques terroristas de 22 de Julho de 2011 na Noruega*, Tese de Mestrado.

Figueira, João (2014), *O acontecimento que quer ser notícia: A construção de sentido das Organizações através dos* media *– O caso* A Vida é Bela, Tese de Doutoramento.

Melo, Marta (2013), *O papel do intérprete-tradutor na construção da notíciosa - Reflexões sobre o exercício do jornalismo de língua portuguesa em Macau*, Tese de Mestrado.

Paixão, Bruno (2015), *A Mediatização do Escândalo Político em Portugal no Período Democrático: padrões de cobertura jornalística nos semanários de referência*, Tese de Doutoramento.

Valadares, Marcelo (2014), *A democracia na imprensa popular portuguesa: o caso dos jornais diários* Correio da Manhã *e* Jornal de Notícias*,* Tese de Doutoramento.

Filtro: tradução

Bárbara, Maria Elisabete (2014), *Os contos de Perrault em Portugal no Estado Novo,* Tese de Doutoramento.

Canteiro, Ana Rita (2013), *Relatório de estágio tradução técnica: a tradução de instruções,* Relatório de estágio.

Duarte, Nilza (2017), *SPARK – CLIQUE. Problemas de tradução de textos de divulgação científica na área das Ciências do Desporto em Portugal: John Ratey – um estudo de caso*, Tese de Mestrado.

Duarte, Rui (2017), *Tradução turística*, Tese de Mestrado.

Ferreira, Maria do Céu (2016), *A encomenda de tradução e o «fator humano»: traduzir da OMS para a Ordem dos Enfermeiros*, Tese de Mestrado.

Kyslytska, Oksana (2016), *O lugar do «estrangeiro» na tradução de uma obra de literatura infanto-juvenil:* Maroussia, Tese de Mestrado.

Medeiros, Filipa (2012), Interpretatio *e* Imitatio *no* De Amore *de Marsilio Ficino*, Tese de Mestrado.

Oliveira, David (2011), *Tecnologias de tradução: uma proposta curricular*, Tese de Mestrado.

Relvão, Ângela (2010), *Do outro lado, do lado do outro: tradução comentada de três capitulos da obra* Textos literarios y contextos escolares: la escuela en la literatura y la literatura en la escuela*, de Carlos Lomas (org.)*, Tese de Mestrado.

Rodrigues, Elisabeth (2011), *De* A Streetcar Named Desire *a* Um Bonde Chamado Desejo*: o percurso discursivo de apresentação da personagem Stanley Kowalski em duas traduções brasileiras,* Tese de Mestrado.

Santos, Pedro (2016), *Sobre o direito de guerra*, Tese de Mestrado.

Santos Cabrita, Ricardo (2015), *Quem dá menos? Preços e orçamentos na tradução* freelance, Tese de Mestrado.

Valença, Marcos (2015), *Ecologia de saberes e justiça cognitiva. O movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) e a universidade pública brasileira: um caso de tradução?,* Tese de Doutoramento.

Filtro: comunicação

Antunes, Inês (2014), *A importância da análise dos* media *na comunicação: o caso L'Oréal*, Tese de Mestrado.

Baumann, Isabella (2018), *Responsabilidade civil na Internet: liberdade de expressão e o conteúdo ilícito difundido na rede*, Tese de Mestrado.

Carvalho, Gisela (2012), *O modelo de comunicação do INMLCF na relação com os* media*: estudo de caso para uma análise da compreensão pública das ciências forenses em Portugal*, Tese de Mestrado.

Grilo, Helena (2015), Notícias UC*: estudo de um canal noticioso universitário*, Tese de Mestrado.

Jacinto, Vânia (2016), *Desafios do jornalismo económico: o caso da* SIC, Tese de Mestrado.

Pastoria, Ana Maria (2011), *Periodismo digital: intersecção e desmaterialização*, Tese de Mestrado.

Pedro, Rita (2014), *Negociação internacional e sua complexidade*, Tese de Mestrado.

Santos, Raquel (2015), *Impacto dos* media *na reputação do Novo Banco*, Tese de Mestrado.

Tarrafa, Cristiana (2018), *Ideias concertadas: redes sociais como estratégia de comunicação: Facebook*, Tese de Mestrado.

Filtro: informação

Gomes, Liliana (2016), *Gestão da informação, holística e sistémica, no campo da Ciência da Informação: estudo de aplicação para a construção do conhecimento na Universidade de Coimbra*, Tese de Doutoramento.

Lagoa, Carlos (2013), Timeline *do Jornal Televisivo*, Tese de Mestrado.

Nascimento, Vanderson (2010), *Entretenalismo: quando o humor se torna notícia: o caso Gato Fedorento esmiuça os sufrágios nas eleições legislativas de 2009*, Tese de Mestrado.

Filtro: religião

Almeida, João Paulo (2015), *O Divino nos Sofistas e em Eurípides*, Tese de Doutoramento.

Consani, Débora (2016), *O contrato de trabalho e a liberdade religiosa*, Tese de Mestrado.

Firpo, Rafael (2013), *O crime de proselitismo religioso (ensaio critico)*, Tese de Mestrado.

Gomes, Ana Carolina (2014), *Medicina e religião no Hospital-colónia Rovisco Pais*, Tese de Mestrado.

Lima, Soelma (2019), *Representações da mulher no Cristianismo Antigo: para uma tipologia do feminino na Antiguidade numa perspectiva comparada*, Tese de Doutoramento.

Matos, Joana (2016), *A influência da espiritualidade nas doenças oncológicas*, Tese de Mestrado.

Nascimento, Ana Luiza (2017), *«Cultura do estupro» e a culpabilização da vítima ou o Arquétipo da Condessa Szemioth*, Tese de Mestrado.

Filtro: política internacional

Rodrigues, Mariana (2015), *O poder institucional da FIFA como ator não estatal na política internacional*, Tese de Mestrado.

5. Repositório Aberto, da Universidade do Porto (https://repositorio-aberto.up.pt/)

Termo-chave: tradução de notícias

Dias, Jaime (2012), *Relatório de Estágio realizado no* Porto Canal *– a orientação editorial do jornalismo de proximidade*, Relatório de estágio.

Feitor, Gabriel (2018), *Comemoracionismo republicano durante o Estado Novo (1955-1974),* Tese de Mestrado.

Lopes, Filipa (2017), *As vozes da oposição ao Estado Novo e a questão de Goa*, Tese de Doutoramento.

Santos, Diana (2012), *Tradução jornalística em Portugal: contexto atual e perspetivas de futuro*, Tese de Mestrado.

Silva, Daniela (2016), *Relatório de estágio: Serviço de Relações Internacionais da Universidade do Porto*, Relatório de estágio.

Rosa, António (2011), *O progresso da indiferenciação nos* media *modernos*, Artigo científico.

Vilas-Boas, Cristina (2015), *Expressão de temporalidade em crónicas desportivas: um modelo de tradução em contexto*, Tese de Mestrado.

Filtro: tradução

Azeredo, Ana Patrícia (2013), *A tradução de banda desenhada em Portugal*, Tese de Mestrado.

Barros, Cristina (2011), *Politique linguistique du français relevé des sites de promotion enjeux traductifs*, Tese de Mestrado.

Costa, Maria Luiza (2012), *Tradução do discurso sobre ciência:* science writing *e divulgação científica*, Tese de Mestrado.

Forbes, Joana (2012), *A tradução jurídica no contexto da certificação: requisitos, estratégias e legitimidade do tradutor*, Tese de Mestrado.

Filtro: *media and communications*

Alcântara, Sílvia (2016), *As faces do arquivo distrital na internet: análise do conteúdo e da funcionalidade dos* websites, Tese de Mestrado.

Alves, Patrícia (2016), *Jornalismo nos* media *sociais: o caso do projeto* instant articles *no Facebook*, Tese de Mestrado.

Araújo, Marta (2017), *As características do jornalismo* Lifestyle*: o caso da revista* Time Out Porto, Tese de Mestrado.

Azevedo, Andrea (2018), *O escândalo enquanto comunicação política: a acusação a José Sócrates, um estudo de caso*, Tese de Mestrado.

Barreiro, Alexandre (2019), Rádio Nova*: o uso de registos sonoros numa rádio local*, Tese de Mestrado.

Bertoncello, Marina (2011), *Brasil e Portugal: a comunicação política através do acordo ortográfico*, Tese de Mestrado.

Botelho, Manuel, *A televisão em Angola no pós-guerra*, Tese de Mestrado.

Brun, Eliamara (2012), *A teoria dos usos e gratificações no estudo da audiência dos webdocumentários*, Tese de Mestrado.

Cabral, Marta (2017), *A secção Nacional nas manchetes dos jornais diários portugueses: os casos do* Jornal de Notícias *e do* Correio da Manhã, Relatório de estágio.

Camboa, Ana Sofia (2011), *A cobertura televisiva da campanha eleitoral para a eleição do Presidente da República em Portugal – o destaque dado pela* TVI *à campanha eleitoral para as eleições presidenciais de 2011*, Tese de Mestrado.

Cantergi, Gabriela (2019), *A evolução do processo de consumo no mercado editorial: uma análise do comportamento de compra em Portugal e no Brasil*, Tese de Mestrado.

Campello, Cristina (2017), *O tratamento das fontes de informação jornalística em campanha eleitoral – estudo da relação entre fontes políticas e jornalistas de* La Voz de Galicia *na cobertura das eleições ao parlamento galego de 2016*, Tese de Mestrado.

Cazetta, Jhonny (2018), *O* fact-checking *luso-brasileiro: uma análise dos* fact-checkings *credenciados no Brasil e em Portugal pelo International Fact-Checking Network*, Tese de Mestrado.

Cerqueira, Rita (2019), *O caso do Universo Porto – Jornal: Jornalismo ou Promoção de Marca?,* Relatório de estágio.

Cunha, Andreia (2017), *O modelo de negócio do* P3*: uma perspetiva interna*, Relatório de estágio.

Dias, Bianca (2013), *A comunicação política na intervenção cultural autárquica*, Tese de Mestrado.

Dias, Cátia (2015), *O sensacionalimo na imprensa em Portugal – estudo de caso dos jornais* Correio da Manhã, Jornal de Notícias *e* Público, Tese de Mestrado.

Domingues, Cristiana (2013), *Relatório de estágio no* Porto Canal*. A orientação editorial antes e depois do Futebol Clube do Porto - análise do principal bloco noticioso*, Relatório de estágio.

Duarte, Carolina (2011), *O olhar português sobre as eleições presidenciais brasileiras: política, mídia e* framing, Tese de Mestrado.

Farias, Dayane (2018), *Mediação da informação através de plataformas digitais: práticas nas bibliotecas, arquivos e museus da área metropolitana do Porto*, Tese de Mestrado.

Ferreira, Carolina (2019), *A construção da notícia internacional no jornalismo* online *português: os 100 dias de Jair Bolsonaro no* Público *e* Correio da Manhã, Tese de Mestrado.

Ferreira, José (2014), *Ciberjornalismo na sociedade hiperurbana do séc. XXI: da convergência ao conteúdo*, Tese de Mestrado.

Ferreira, Ricardo (2019), *Usos e práticas da Agência* Lusa *nas redes sociais*, Relatório de estágio.

Fonseca, Inês (2016), *As notícias do Porto nos noticiários da* TSF, Relatório de estágio.

Fontes, Luca (2016), *Propaganda e* spin doctoring *– a relação com as técnicas de manipulação de informação*, Tese de Mestrado.

Gonçalves, Selena (2015), *Uma análise de enquadramentos no escândalo político: o caso de Strauss-Kahn*, Tese de Mestrado.

Guimarães, Carla (2016), *Comunicação e cooperação territorial europeia: o caso da estratégia de comunicação para o Programa Interreg Espaço Atlântico*, Tese de Mestrado.

Henriques, Ana Maria (2011), *A sequenciação do genoma humano na imprensa portuguesa*, Tese de Mestrado.

Jacinto, Maria Anabela (2016), Correio da Manhã *e* CMTV *– jornal impresso e jornal televisivo: diferenças, riscos e vantagens de trabalhar os dois* medias, Relatório de estágio.

Lamoso, Joana (2015), *Os média sociais como fator de mudança no jornalismo: análise quantitativa entre os jornais ibéricos e latino-americanos*, Tese de Mestrado.

Leal, Andreia (2018), *Relação entre tecnologias de informação/ comunicação e participação cultural: o caso do «Dias do Património a Norte»,* Relatório de Estágio.

Leite, Júlia (2013), *Jornalismo social em Portugal – estudo de caso da revista* CAIS, Tese de Mestrado.

Lima, Nataly (2015), *O que os jovens consomem nos jornais* online, Tese de Mestrado.

Lima, Renata (2011), *O jornalismo especializado em música extrema em Portugal – revistas e fanzines*, Tese de Mestrado.

Lopes, Marlene (2014), Storytelling *nas agências de comunicação*, Tese de Mestrado.

Montanini, Rita (2014), Mutatis Mutandi *– da matriz cultural ao jornalismo cultural digital*, Tese de Mestrado.

Mendes, Marina (2010), *A pluralidade das fontes de informação no ciberjornalismo português: contribuição para a definição de parâmetros específicos de qualidade*, Tese de Mestrado.

Nascimento, Ana Sofia (2018), *A gamificação em contexto turístico: o caso «Dias do Património a Norte»*, Relatório de Estágio.

Negreiros, Karina (2018), *Factual* vs. *investigação: a pauta do ciberjornalismo no contexto Brasil e Portugal,* Tese de Mestrado.

Nóbrega, Bruna (2019), *A presença de assuntos não desportivos na secção de desporto: O caso do* Jornal de Notícias, Relatório de estágio.

Nogueira, Diogo (2015), *Relatório de estágio na instituição Berlinda – uma análise de conteúdo de três artigos da imprensa alemã nos 25 anos da queda do Muro de Berlim*, Relatório de estágio.

Nogueira, Fernanda (2019), *«As marcas da tortura sou eu». Uma análise sobre o peso e o protagonismo das diferentes fontes de informação na cobertura jornalística da Comissão Nacional da Verdade no Brasil*, Tese de Mestrado.

Oliveira, Fábio (2015), *O jornalismo português no Luxemburgo – o perfil, as rotinas produtivas e a perceção profissional do jornalista da rádio latina*, Tese de Mestrado.

Oliveira, Nisa (2013), *O papel deliberativo dos* media *e do jornalismo nos assuntos políticos. A queda do segundo Governo de Sócrates: análise comparativa no* Diário de Notícias *e no* Público, Tese de Mestrado.

Oliveira, Sara (2017), *Disseminação de conteúdos audiovisuais na* web*: uso de um perfil de aplicação para a gestão e agregação dos recursos da* TVU, Tese de Mestrado.

Pedreiro, Vanessa (2011), *A internet como ferramenta de marketing político – análise comparativa entre dois candidatos*, Tese de Mestrado.

Praca, Ana (2013), *As agências de notícias e a forma como influenciam o jornalismo* online *português*, Tese de Mestrado.

Prado e Castro, Rita (2013), *Agências de notícias: o caso da Lusa*, Tese de Mestrado.

Ramalho, Mara (2011), *O marketing político e a sua importância em campanhas políticas*, Tese de Mestrado.

Rebibout, Lara (2017), *A experiência com marketing digital em um estágio internacional*, Tese de Mestrado.

Rego, Liana (2017), *A cobertura jornalística dos eventos da Casa da Música: o caso do* Jornal de Notícias, Tese de Mestrado.

Reis, Joana dos (2019), *Atentados terroristas na Europa em 2017 nas primeiras páginas dos jornais portugueses*, Tese de Mestrado.

Rodrigues, Ana Catarina (2017), *O impacto das notícias de crime na população portuguesa*, Tese de Mestrado.

Rodrigues, Joana (2017), *O controlo de autoridade por assuntos do acervo fotográfico do jornal* Público, Tese de Mestrado.

Rosa, Jordana (2019), *A cultura visual das notícias: fotojornalismo e Instagram*, Tese de Mestrado.

Ruike, Wang (2018), *A imagem da China mostrada na agenda mediática das versões chinesa e inglesa do jornal* Global Times, Tese de Mestrado.

Sabença, Ana Cláudia (2015), *Os* media *como mediadores culturais: o caso das Correntes D'Escritas*, Tese de Mestrado.

Sampaio, Maria Catarino (2015), *O* crowdsourcing *aplicado ao jornalismo. O caso do* P3*,* Tese de Mestrado.

Santos, Ana Luiza (2016), *Parcerias entre instituições culturais e órgãos de comunicação social: jornalismo de cultura ou promoção de eventos culturais?,* Tese de Mestrado.

Santos, Rafaela (2017), *Análise dos processos de* framing *na cobertura jornalística de escândalos bancários – o caso do BES, Lehman Brothers, HSBC*, Tese de Mestrado.

Sena, Cláudio (2011), *A representação das tribos urbanas pelo cinema ficcional. Uma análise da recepção do filme Red Belt pelo grupo de praticantes de Jiu-Jitsu*, Tese de Mestrado.

Serrão, Adolfo (2019), *A violência doméstica na imprensa diária portuguesa*, Tese de Mestrado.

Silva, Juliana (2018), *O feminismo para as mulheres: uma análise discursiva das revistas femininas brasileiras* online, Tese de Mestrado.

Silva e Sá, Sónia (2011), *Análise de conteúdo e estudo do enquadramento nas eleições presidenciais portuguesas de 2011 – estudo da imprensa portuguesa*, Tese de Mestrado.

Sousa, Diana (2013), *A receção de ciência e tecnologia: estratégias para uma comunicação eficaz em televisão*, Tese de Mestrado.

Shigueoka, Jéssica (2017), *O* webjornalismo *e a adaptação de conteúdos – uma análise sobre a edição irlandesa do jornal britânico* The Times, Tese de Mestrado.

Tavares, Marta (2015), *A comunicação na cultura. A internet como ferramenta da comunicação cultural na capitação de públicos nas companhias profissionais de teatro independente*, Tese de Mestrado.

Vieira, Ana Filipa (2018), *O destaque das notícias de acidentes na secção Porto do* Jornal de Notícias, Relatório de estágio.

Vigário, Luís (2016), *O jornalismo de proximidade nos programas «Territórios» e «Mundo Local»*, Relatório de estágio.

Vilhena, Andreia (2013), *Tratamento da informação política na* Rádio Renascença, Tese de Mestrado.

Filtro: política internacional

Oliveira, Rui (2010), *Dois estágios, um propósito – a cooperação internacional*, Tese de Mestrado.

6. Repositório Ria, da Universidade de Aveiro (https://ria.ua.pt/)

Filtro: tradução[3]

Alves, Andreia (2018), *Tradução técnica e científica: relatório de estágio na KVALITEXT*, Tese de Mestrado.

Araújo, Daniela (2017), *As estratégias de marketing da Nauta Áudio: estágio curricular*, Relatório de estágio.

Barreto, Mafalda (2018), *Patologia do ângulo ponto-cerebeloso: tradução e terminologia*, Tese de Mestrado.

Barros, Sílvia (2017), *Competência tradutória e formação de tradutores no contexto amazônico*, Tese de Doutoramento.

Campos, Ricardo (2017), *A tradução de habilitações de herdeiros e de testamentos: levantamento terminológico-discursivo e estudo comparativo PT-EN*, Tese de Mestrado.

Costa, Isabel (2018), *Edição e comunicação cultural no Bairro dos Livros*, Relatório de estágio.

Cunha, Andreia (2018), *Relatório de estágio na Alêtheia Editores*, Relatório de estágio.

Fernandes, Andrea (2010), *O vírus Influenza - A (H1N1): tradução e glossário*, Tese de Mestrado.

Ferreira, Alexandra (2012), *Os documentos de produto: uma mais-valia comercial*, Tese de Mestrado.

[3] Não encontrámos neste repositório diferenças entre os resultados da pesquisa por «tradução» e por «tradução de notícias».

Ferreira, Katty (2014), *O processo tradutivo: enfoque na aprendizagem e na documentação*, Tese de Doutoramento.

Jardim, Beatriz (2017), *Tradução e estudo comparado dos textos envolvidos em processos de divórcio no Reino Unido e em Portugal*, Tese de Mestrado.

Martins, Cláudia (2015), *Longe da vista, perto da imaginação: análise de audioguias em museus portugueses*, Tese de Doutoramento.

Moura, Ana Filipa (2016), *Tradução nos serviços de saúde: o caso do Hospital de Aveiro*, Tese de Mestrado.

Pinto, Anabela (2014), *Tradução e adaptação cultural de escalas*, Tese de Mestrado.

Queirós, Tiago (2015), *Estágio na HM Consultores: as línguas, as culturas e os negócios*, Tese de Mestrado.

Sacadura, Susana (2011), *Tradução pedagógica e aprendizagem da língua estrangeira*, Tese de Mestrado.

Shahabi, Mitra (2015), *The nature of personification and strategies for translating it: a comparative study*, Tese de Doutoramento.

Silva, Marisa (2012), *Tradução de vocabulário técnico na indústria de moldes*, Tese de Mestrado.

Soares, Sandra (2017), *Estágio de tradução na ABC Traduções: tradução jurídica*, Tese de Mestrado.

Sousa, Helena (2015), *Desafios da transcrição e tradução de audiências jurídicas*, Tese de Mestrado.

Tomé, Vânia (2015), *Relatório de estágio na TEKA Portugal: mercados B2B e a comunicação na relação com o cliente*, Tese de Mestrado.

Tribuzi, Pedro (2017), *O enfoque da AEVA no multiculturalismo e na inclusão social*, Tese de Mestrado.

Zhang, Peilu (2016), *O negócio de aplicações móveis: relatório de estágio na Intelectiva*, Relatório de estágio.

Filtro: *media*

Pereira, Pedro (2016), *O* design *no desenvolvimento de conteúdos valorativos jornalísticos*, Tese de Mestrado.

Filtro: comunicação

Nogueira, José (2016), *Novas dimensões para o cartaz*, Tese de Mestrado.

Pereira, Pedro (2016), *O* design *no desenvolvimento de conteúdos valorativos jornalísticos*, Tese de Mestrado.

Pinto, Ana Isabel (2018), *Relatório de estágio na Editora Media XXI*, Relatório de estágio.

Pinto, Lara (2013), *Relatório de estágio na empresa Translate Media*, Relatório de estágio.

Roque, Vítor (2014), *A integração de* media *sociais nas organizações de gestão de destinos: proposta de um modelo orientador para a utilização de media sociais nas atividades de comunicação com os turistas*, Tese de Doutoramento.

Seabra, Carolina (2015), *Comunicação e dinâmicas de trabalho em equipa no desenvolvimento de projetos multimédia: estudo realizado no contexto de desenvolvimento de uma aplicação digital móvel interativa*, Tese de Mestrado.

Filtro: religião

Jesus, Jorge (2013), *Ignorando Deus ou uma visão ateísta na literatura de ficção científica*, Tese de Mestrado.

Zhongpu, Fan (2016), *Arquiteturas cristã e budista no período Gótico: estudo comparativo*, Tese de Mestrado.

7. Repositório *Repositorium*, da Universidade do Minho
(https://repositorium.sdum.uminho.pt/m)

Termo-chave: tradução de notícias

Afonso, Mariana (2017), *A tradução jornalística na reportagem e nos géneros de opinião*, Tese de Mestrado.

Araújo, Rita e Felisbela Lopes (2013), *A construção da significação através da emoção*, Artigo científico.

Burlacu, Silvia (2017), *O mundo nas notícias: comparação das notícias publicadas na secção Mundo na versão impressa e no* online *do* Jornal de Notícias, Tese de Mestrado.

Coelho, Zara Pinto *et al.* (2012), *A interacção entre jornalistas, fontes e públicos: uma perspectiva discursiva*, Artigo científico.

Cruz, Cláudia (2011), *Crises humanitárias, os* media *e a política externa*, Tese de Mestrado.

Hilário, Ana Catarina (2014), *Jornalismo e tradução: quando a notícia é produto de dois mundos*, Tese de Mestrado.

Zhang Gong (2013), *Análise breve de imagens recíprocas nos* media *China e Portugal*, Tese de Mestrado.

Pereira, Lurdes (2012), *Informação pura, culturas múltiplas*, Tese de Mestrado.

Soares, Filipa (2012), *«Jornalismo de secretária»: reproduzir as notícias dos outros: o caso dos* media *internacionais*, Tese de Mestrado.

Filtro: tradução

Abreu, Ana Patrícia (2015), *Localização de conteúdos: experiência de estágio na Bloomidea*, Relatório de estágio.

Alicka, Weronika (2017), *Multilinguismo no mundo digital: experiência profissional na empresa Light Speck*, Relatório de estágio.

Alves, Fernando (2012), *As faces de Jano: contributos para uma cartografia identitária e socioprofissional dos tradutores da região norte de Portugal*, Tese de Mestrado.

Casanova, Flávia (2015), *Práticas de tradução e comunicação multilingue em contexto empresarial: experiência profissional no Grupo OSIT*, Relatório de estágio.

Castro, Ana Patrícia (2014), *Consulado de Itália e Associação Sociocultural Italiana de Portugal: comunicação e tradução*, Tese de Mestrado.

Codeço, Sara (2017), *Turismo e tradução na Transnational Consulting: uma experiência profissional Erasmus*, Relatório de estágio.

Correia, Adriana (2017), *Tradução e validação para a população portuguesa da Escala de Satisfação Sexual para Mulheres*, Tese de Mestrado.

Espinoza Condori, Rudy (2012), *Análisis de errores en traducciones de hablantes no nativos del español*, Tese de Mestrado.

Faria, Ana Rita (2018), *Como contribuir para otimização do processo de tradução no âmbito da Diplomacia Cultural por via da gestão terminológica?*, Tese de Mestrado.

Freitas, Elsa (2013), *Tradução e validação das escalas do parceiro e do relacionamento ideal para a língua portuguesa*, Tese de Mestrado.

Gachak, Khrystyna (2016), *Internship report of blog translation at the company Menina Design Group*, Relatório de estágio.

Lima, Ana Patrícia (2018), *Prática de tradução Chinês-Português na empresa Portal Martim Moniz*, Tese de Mestrado.

Maciel, Liliana (2015), *Projeto de estágio desenvolvido na empresa Painel 2000, no domínio da tradução técnica*, Relatório de estágio.

Magro, Eva (2015), *Tradução, legendagem e línguas no* Canal 180, Tese de Mestrado.

Marques, Liliana (2018), *Estágio na Fundação Eça de Queiroz: a tradução no contexto turístico-literário*, Relatório de estágio.

Marques, Cristiana (2018), *Estágio na empresa Ling Gan Shoe Material, Lda: o papel da tradução na comunicação empresarial*, Relatório de estágio.

Martins, Carol (2013), *Communication and marketing for tourism: São Martinho de Tibães Monastery*, Tese de Mestrado.

Martins, João (2019), *Apoio a jovens futebolistas chineses: contexto e soluções*, Tese de Mestrado.

Oliveira, Tiago (2012), *Verificação de* software *criptográfico de elevado desempenho*, Tese de Mestrado.

Pinheiro, Débora (2016), *A tradução em contexto empresarial: uma experiência profissional na Visual Mo*, Relatório de estágio.

Ribeiro, Rui (2019), *Da caneta ao servidor: a modernização da tradução em contexto*, Tese de Mestrado.

Rijo, Melanie (2013), *A evolução da terminologia: um olhar sobre o trabalho terminológico*, Tese de Mestrado.

Ruas, Luciana (2017), *A study of the translation of poetry and culture: translating poetry from São Tomé and Príncipe*, Tese de Mestrado.

Sakamoto, Mamiko (2013), *As máscaras do teatro tradicional Japonês Nô: a tradução em contexto de intercâmbio cultural e patrimonial*, Tese de Mestrado.

Silva, Ana Carolina (2014), *Experiência de tradução na empresa Sintagma-Traduções*, Relatório de estágio.

Soares, Cristóvão (2012), *O mercado da tradução em Portugal e a contratação deste serviço pelas grandes empresas*, Tese de Mestrado.

Sousa, Paulo (2012), *Tradução e terminologia informática: para uma descrição trilingue da criação neológica*, Tese de Mestrado.

Yankovich, Tatsiana (2017), *Translation of tourist materials: Braga Tourism Office*, Tese de Mestrado.

Yarotskaya, Ekaterina (2017), *O tempo linguístico em russo e português: a tradução dos valores temporo – aspetuais do passado*, Tese de Mestrado.

Filtro: *media*

Cardoso, Berta (2011), *A importância do programa «Nativos Digitais» na sociedade contemporânea*, Tese de Mestrado.

Carvalho, Amália (2015), *Avaliação dos níveis de literacia mediática: estudo exploratório com adultos no mercado de trabalho*, Tese de Mestrado.

Castro, Ana Isabel (2017), *Telerealidade e indústria cultural: contributos da teoria crítica para o estudo de um fenómeno pós-moderno*, Tese de Mestrado.

Correia, Maria Laura (2014), *Literacia para o cinema: projeto exploratório com crianças do 1º ciclo do ensino básico*, Tese de Mestrado.

Costa, Catouplin (2018), *100 anos das aparições de Fátima: estudo da mediatização dos jornais generalistas portugueses*, Tese de Mestrado.

Cruz, Cláudia (2011), *Crises humanitárias, os* media *e a política externa*, Tese de Mestrado.

Leite, Marta (2013), *Exercício da* China Central Television *na América Latina*, Tese de Mestrado.

Marques, António (2012), *Os direitos do Homem: um estudo sobre as ideias «históricas» dos alunos do Curso EFA*, Tese de Mestrado.

Nakatembo, Bernardo (2012), *Relação entre fontes políticas e jornalismo: o caso dos semanários moçambicanos* Domingo *e* Savana Mariano, Tese de Mestrado.

Peixoto, Ana Rita (2014), *A comunicação na cultura: assessoria de imprensa em Serralves*, Tese de Mestrado.

Peixoto, Fernando (2013), *A utopia tecnológica na promessa publicitária*, Tese de Doutoramento.

Pessôa, Clarisse (2017), *Educação para os* media *em contexto escolar: investigação-ação com crianças do ensino básico*, Tese de Doutoramento.

Ribeiro, Daniela (2018), *A presença e a importância dos* media *nos tempos livres das crianças*, Tese de Mestrado.

Ribeiro, Catarina (2019), *A assessoria de imprensa nas instituições culturais: o caso da Fundação de Serralves*, Tese de Mestrado.

Ribeiro, Raquel (2012), *A representação dos idosos na publicidade televisiva dos canais generalistas portugueses: verdades, estereótipos e ideologias*, Tese de Mestrado.

Silva, Marta (2018), *Práticas mediáticas de crianças e jovens em instituições de acolhimento*, Tese de Mestrado.

Silva, Ana Margarida (2015), *Entre os campos de guerra e os campos de férias: prisões masculinas e femininas nos meios de comunicação social*, Tese de Mestrado.

Tavares, Tatiana (2018), *A importância dos* media *na projeção do terrorismo islâmico*, Tese de Mestrado.

Filtro: religião

Borcioni, Gustavo (2018), *A César o que é de César, A Deus o que é de Deus: para um estudo sobre a influência religiosa no agendamento político do moderno Estado Brasileiro*, Tese de Mestrado.

Ferreira, Carolina (2017), *Comparação entre os valores morais e éticos da religião cristã e da corrente filosófica confucionista*, Tese de Mestrado.

Monteiro, Ana Catarina (2017), *Melancholy and the poetic self in early modern women's poetry*, Tese de Mestrado.

Ribeiro, Vítor (2015), *A contabilidade no Convento de Nossa Senhora dos Remédios em Braga nos séculos XVIII e XIX*, Tese de Mestrado.

Filtros: comunicação, política

Cunha, Ângelo (2019), *A política em rede: o caso de Manuel Pizarro,* Tese de Mestrado.

Oliveira, Ana Rafaela (2016), *Comunicação autárquica: influência do gabinete de comunicação da Câmara Municipal de Felgueiras na imprensa regional*, Tese de Mestrado.

Filtro: informação

Antunes, Vânia (2015), *O* infotainment *em tempo de férias: um novo paradigma do jornalismo televisivo?: análise do jornal da noite de sábado da* SIC, Tese de Mestrado.

Coelho, Ângela (2013), *A participação do cidadão na informação da* TVI, Tese de Mestrado.

Espojeira, Inês (2012), *Tudo o que se passa, passa na* TSF*?: uma reflexão sobre a aplicação dos valores emitidos nos* jingles *ao trabalho no quotidiano da* TSF, Tese de Mestrado.

Lacerda, João (2015), *Jornalismo desportivo: entretenimento ou informação*, Tese de Mestrado.

Neto, Ivo (2018), *As multiplataformas informativas: os desafios que as redes de* media *social e os periféricos móveis colocam no campo do jornalismo*, Tese de Doutoramento.

Rego, Ana Luísa (2010), *Linguagem médica e linguagem televisiva: uma guerra aberta ou uma convivência pacífica?,* Tese de Mestrado.

Teixeira, Rui (2015), *Informação e serviço público: um retrato do* Jornal 2, Tese de Mestrado.

8. Repositório RDPC, da Universidade de Évora (http://dspace.uevora.pt/)

Termo-chave: tradução de notícias

Águia, Ana Luísa (2017), *Questões de tradução de documentos institucionais*, Tese de Mestrado.

Costa, Carlos Eduardo (2013), *Contra todos os tiranos: a tradução de discursos do radicalismo político inglês do século XVII*, Tese de Mestrado.

Faria, Manuel (2018), *Relatório de estágio na empresa Wordzilla: a tradução e legendagem audiovisual*, Relatório de estágio.

Lebre, Maria Helena (2013), *A comunicação como paradigma instaurador da humanidade: uma leitura de Vilém Flusser*, Tese de Mestrado.

Quitério, Isabel (2012), The path to power, *de Margaret Thatcher: estratégias de tradução*, Tese de Mestrado.

Silva, Diogo (2017), *Relatório de estágio decorrido na Wordzilla. tradução audiovisual e tradução técnica: conceitos, características e a função do tradutor*, Relatório de estágio.

Undolo, Márcio (2013), *As terminologias e a tradução como ferramentas de trabalho nos organismos (inter)nacionais: o caso da terminologia técnica da Segurança Social*, Tese de Mestrado.

Vaz, Milena (2011), *Questões de tradução em* The Path to Power, *de Margaret Thatcher,* Tese de Mestrado.

9. Repositório Ruac, da Universidade dos Açores (https://repositorio.uac.pt/)

Termo-chave: tradução de notícias

Batista, Raquel (2018), *A abordagem da cultura na imprensa generalista em Portugal: o caso do* Correio da Manhã*,* Jornal I *e* Diário de Notícias, Tese de Mestrado.

Carvalho, Fernanda (2014), *Domingos Rebelo e a ilustração de imprensa: reflexão sobre a iconografia regionalista*, Tese de Mestrado.

Cordeiro, Nuno (2014), Social media *nas organizações açorianas: políticas, estratégias e perceções*, Tese de Mestrado.

Faria, Dominique (2013), *La revue* Colóquio Letras *et la mise en valeur de la traduction au Portugal*, Artigo científico.

Faria, Lisandra (2015), *As crónicas jornalísticas de Horácio Bento de Gouveia e afirmação da identidade madeirense*, Tese de Mestrado.

Gil, Ana Cristina e Dominique Faria (2014), *Representações da mulher na imprensa regional açoriana: o caso do* Açoriano Oriental *e do* Correio dos Açores, Artigo científico.

Martelo, Maria Helena (2013), *As regiões na política de informação e comunicação europeia: a política de informação e divulgação dos fundos estruturais,* Tese de Mestrado.

Meireles, Suellen (2013), *Infografia jornalística em Portugal: estudo de caso de dois diários e um semanário*, Tese de Mestrado.

Resendes, Rita (2013), *O serviço público de televisão nos Açores: legitimação e condicionalismos*, Tese de Mestrado.

Filtro: tradução

Canto, Ana Rita (2018), *Tradução comentada da obra* The Giggler Treatment, *de Roddy Doyle*, Tese de Mestrado.

Dias Sousa, Márcia (2016), *My Sisters the Saints: a Spiritual Memoir. Uma tradução comentada*, Tese de Mestrado.

Medeiros, Andreia (2015), *A tradução de textos para crianças*, Tese de Mestrado.

Melo, Andreia (2015), Big Enclosed Island, *de Daniel de Sá: uma proposta de tradução comentada*, Tese de Mestrado.

Moura, Margarida (2016), *Contributos para o estudo da biblioteca particular de José do Canto*, Tese de Mestrado.

Oliveira, Maria Cristina (2016), *Tradução parcial comentada do estudo «Emigrantes Deportados nos Açores»*, Tese de Mestrado.

Vaz, Rosa (2017), *As funções das notas do tradutor em textos ficcionais: análise de casos extraídos do Compara*, Tese de Mestrado.

Filtro: comunicação social

Marta, Fernando (2015), *Encontro de culturas no* Açoriano Oriental *entre 1933 e 1974*, Tese de Mestrado.

ÍNDICE

II. Apêndices[i]

A. Entrevistas

0. Intro. Fichas dos jornais[ii] 1
1. Leonídio Paulo Ferreira (*DN*) 5
2. Ivete Carneiro (*JN*) 20
3. Paulo Viveiros (*DA*) 35
4. Mário Mesquita (Entidade Reguladora para a Comunicação Social) 54
5. Cardeal Pietro Parolin (Secretário de Estado de Sua Santidade, o Papa Francisco) 67

B. Análise de conteúdo

0. Materiais de base
0.1. Codificação das parcelas de análise 3
0.2. Perspetiva diacrónica sobre os assuntos abordados pelos Papas na AGONU 2
0.3. Sequência da noticiabilidade dos jornais
0.3.1. 1965
DN 3
JN 4
DA 5
0.3.2. 1979
DN 7
JN 8
DA 9
0.3.3. 1995
DN 11
JN 12
DA 13
0.3.4. 2008
DN 15
JN 16
DA 17
0.3.5. 2015
DN 19
JN 20
DA 21

[i] Devido ao elevado número de ficheiros e à dimensão dos mesmos, optámos por facultar a consulta dos materiais em formato digital, sendo que as páginas indicadas neste índice correspondem à paginação do PDF.

[ii] Antes das respostas dos responsáveis dos jornais que foram por nós entrevistados, apresentamos uma pequena ficha sobre os três periódicos, para conhecimento dos corpos diretivos em funções por altura de cada uma das visitas apostólicas à sede das Nações Unidas, bem como das linhas editoriais definidas e publicamente comunicadas.

0.4. Transcrição das notícias publicadas
1. 1965 3
2. 1979 50
3. 1995 99
4. 2008 120
5. 2015 136

1. Materiais afetos aos levantamentos preliminares
1.1. Seleção de conteúdos a partir das versões de partida[iii]
1. 1965 1
2. 1979 1
3. 1995
A. Versão inglesa 1
B. Versão francesa 4
C. Versão espanhola 9
4. 2008
A. Versão francesa 1
B. Versão inglesa 4
5. 2015 1

1.2. Organização da seleção por semelhança 2

2. Materiais afetos à macroanálise
2.1. Reorganização dos conteúdos selecionados nas versões de chegada
2.1.1. 1965
DN 3
JN 4
DA 5
2.1.2. 1979
DN 7
JN 8
DA 9
2.1.3. 1995
DN 11
JN 12
DA 13
2.1.4. 2008
DN 15
JN 16
2.1.5. 2015
DN 18
JN 19

[iii] Por imperativos técnicos relacionados com a consulta da versão digital disponibilizada, apresentamos estes materiais, assim como os afetos ao ponto 4.1. deste índice, ano a ano, versão a versão.

3. Materiais afetos à microanálise
3.1. Titulação dos jornais
1965 2
1979 2
1995 3
2008 3
2015 3
3.2. Comparação entre as versões de chegada e as versões de partida
3.2.1. 1965
DN 3
JN 5
DA 9
3.2.2. 1979
DN 13
JN 20
DA 23
3.2.3. 1995
DN 27
JN 31
DA 35
3.2.4. 2008
DN 38
JN 40
3.2.5. 2015
DN 43
JN 45

4. Materiais afetos à análise sistémica
4.0. Transcrição das notícias sobre os discursos dos líderes governamentais na AGONU
1. 1965 3
2. 1979 7
3. 1995 19
4. 2008 27
5. 2015 31
4.1. Seleção de conteúdos a partir das versões de partida
1. 1965 – Arthur Goldberg 5
2. 1979 – Maria de Lurdes Pintasilgo[iv] 1
3. 1995 – Bill Clinton 3
4.1. 2008 – George W. Bush 8
4.2. 2008 – Mahmoud Ahmadinejad 8
5.1. 2015 – Barack Obama 9
5.2. 2015 – Vladimir Putin[v] 23

[iv] Uma vez que a versão deste discurso em língua portuguesa se encontrava protegida, assinalámos as marcações na versão da ONU em francês, por ter sido apontada pelos serviços de tradução deste organismo como a que fora facultada pela delegação de Pintasilgo.

4.2. Reorganização dos conteúdos selecionados nas versões de chegada
4.2.1. 1965
DN 3
JN 4
4.2.2. 1979
DN 6
JN 7
DA 8
4.2.3. 1995
DN 10
JN 11
DA 12
4.2.4. 2008
DN 14
JN 15
DA 16
4.2.5. 2015
DN 18
JN 19
DA 20
4.3. Titulação geral dos jornais
1965 2
1979 4
1995 5
2008 6
2015 7
4.4. Comparação entre as versões de chegada e as versões de partida
4.4.1. 1965
DN 3
JN 7
4.4.2. 1979
DN 11
JN 15
DA 20
4.4.3. 1995
DN 24
JN 25
DA 27
4.4.4. 2008
DN 30
JN 32
DA 34

[v] As marcações foram feitas num único documento, já que os dois textos em causa constam na mesma versão da ONU (contrariamente ao verificado em 2008).

4.4.5. 2015
DN 37
JN 40
DA 41

5. Materiais afetos ao balanço final
5.1.1. Síntese dos assuntos destacados por jornal, para cada agente de partida (perspetiva sincrónica) 1
5.1.2. Temas centrais nos destaques dos jornais (perspetiva diacrónica) 1

5.2. Balanço da seleção, destaque e ausência de seleção a partir das versões de partida
5.2.1. Discursos dos Papas na AGONU
1965 – Papa Paulo VI 3
1979 – Papa João Paulo II 4
1995 – Papa João Paulo II 5
2008 – Papa Bento XVI 6
2015 – Papa Francisco 7
5.2.2. Discursos dos líderes governamentais contemporâneos na AGONU
1965 – Arthur Goldberg 2
1979 – Maria de Lurdes Pintasilgo 3
1995 – Bill Clinton 4
2008 – George W. Bush 5
2008 – Mahmoud Ahmadinejad 6
2015 – Barack Obama 7
2015 – Vladimir Putin 8
5.3. Tendências dos jornais na reinterpretação dos textos de partida
DN 2
JN 3
DA 4

A. Fichas dos jornais

Diário de Notícias	
Ano de fundação e fundador	1865: Eduardo Coelho
Diretores nos períodos a analisar	- 1965: Augusto de Castro; - 1979: Mário Mesquita; - 1995: Mário Bettencourt Resendes; - 2008: João Marcelino; - 2015: André Macedo.
Linha editorial	- «[J]ornal centenário, ao serviço do País, que tem como principal objetivo assegurar ao leitor o direito a ser informado com verdade, rigor e isenção»; - «[C]oncilia a sua vocação de órgão de grande informação com o seu papel tradicional de jornal de referência com responsabilidades na formação da opinião pública dirigente»; - «[R]espeita o normativo da Constituição da República segundo o qual o exercício dos direitos de liberdade de expressão e informação 'não pode ser impedido ou limitado por qualquer tipo ou forma de censura', entendendo-se por censura a sonegação ilícita de informações, por razões políticas ou outras, e não a necessária e legítima seleção de notícias e artigos de opinião»; - «[A]ssegura, nas suas páginas, a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião existentes no País, mas não esquece que o bom jornalismo se faz com o trabalho dos jornalistas e dos colaboradores dos jornais»; - «[V]erifica, escrupulosamente, as fontes noticiosas utilizadas e procura identificá-las com precisão, reservando-se o direito de analisar, caso a caso, as circunstâncias excepcionais que possam justificar o recurso, nos termos da lei, à respetiva confidencialidade, constituindo-se o jornal em garante da sua autenticidade»; - «[E]stabelece, rigorosamente, a distinção entre notícias e comentários, na base do princípio de que 'os factos são sagrados, os comentários são livres', sem prejuízo da necessidade de ordenar, relacionar e explicar os acontecimentos relatados»; - «[A]ssume a responsabilidade de emitir opinião própria, através de editoriais assinados pela Direcção, sempre de acordo com [a sua] linha editorial»; - «[H]ierarquiza o seu noticiário segundo critérios de natureza jornalística, procurando avaliar a sua importância relativa, com a objetividade possível, e não consoante apriorismos ideológicos»; - «[P]reza um conceito de seriedade jornalística e não cede ao apelo fácil do sensacionalismo, que procede através do empolamento do escândalo político, do crime e do sexo, apesar de ter perfeito conhecimento dos benefícios possíveis em termos de mercado de leitura»; - «[R]ejeita o jornalismo de tipo confidencial, que não hesita perante a devassa à intimidade da vida privada dos cidadãos, do mesmo modo que se recusa a conduzir campanhas com o objetivo de denegrir a reputação de pessoas ou instituições»;

	- «[C]onsagra particular atenção, na linha que lhe é tradicional, ao noticiário e à divulgação cultural, e procura manter as suas colunas abertas à colaboração das personalidades de maior relevo da cultura portuguesa»; - «[G]arante aos seus profissionais de jornalismo o pleno respeito pelos princípios éticos da Imprensa, consagrados no Estatuto do Jornalista e no Código Deontológico da profissão, e reconhece a importância da ação do Conselho de Redacção para a respetiva salvaguarda»; - «[S]egue a orientação definida, nos termos da Lei de Imprensa, pelo seu diretor e por este Estatuto Editorial, tendo como limites os princípios consagrados na Constituição.»
Orientação política e religiosa	«O *DN* constitui, sem prejuízo da sua vivacidade jornalística, um traço de união entre todos os portugueses, independentemente das suas opiniões políticas ou crenças religiosas, desempenhando um papel moderador dos conflitos que se manifestam na sociedade portuguesa.»

(Fonte: *Diário de Notícias*, «Estatuto Editorial», https://www.dn.pt/estatuto-editorial.html, acedido em 20 setembro 2020)

Jornal de Notícias	
Ano de fundação	1888
Diretores nos períodos em análise	- 1965: M. Pacheco de Miranda; - 1979: Manuel Ramos; - 1995: Frederico Martins Mendes; - 2008: José Leite Pereira; - 2015: Afonso Camões.
Linha editorial	- «[D]efine-se como publicação periódica informativa e não doutrinária, predominantemente consagrada à informação geral, sem excluir, em limites adequados de extensão e profundidade, a informação especializada»; - «[A]dota como propósito uma informação rigorosa e competente (no sentido do mais completo possível apuramento dos factos), equilibrada (na audição dos interesses envolvidos) e objetiva (ainda quando interprete os acontecimentos)»; - «[R]espeita e prossegue a sua honrosa tradição de porta-voz dos interesses e dos direitos das camadas menos favorecidas da sociedade portuguesa, sem que tal orientação signifique transigência com práticas demagógicas ou sensacionalistas»; - «[P]or intermédio dos seus jornalistas e sob a responsabilidade do seu diretor, compromete-se a respeitar a legislação aplicável à atividade jornalística, designadamente a Lei da Imprensa, bem como os princípios éticos e deontológicos da profissão.»
Orientação política e religiosa	«[I]ndependente do poder político, designadamente do Governo e da Administração Pública, bem como de grupos económicos, sociais e religiosos, regendo-se por critérios de pluralismo, isenção e apartidarismo, o que implica estilo e forma distanciados na abordagem de quaisquer temas».

(Fonte: *Jornal de Notícias*, «Estatuto Editorial», https://www.jn.pt/estatuto-editorial.html, acedido em 20 setembro 2020)

Diário dos Açores	
Ano de fundação e fundador	1870: Manuel Augusto Tavares de Resende
Diretores nos períodos em análise	- 1965: Carlos Carreiro e Manuel Carreiro; - 1979: M.ª Isabel Carreiro M. Costa; - 1995: M.ª Isabel Carreiro M. Costa; - 2008: Paulo Hugo Viveiros; - 2015: Paulo Hugo Viveiros.
Linha editorial	- «[J]ornal centenário de edição diária, de informação regional»; - «[A]ssume os princípios fundadores da Civilização Ocidental, perseguindo o ideal europeu»; - «[O]rienta-se pelos valores da democracia, da liberdade e do pluralismo»; - Visa «contribuir para uma opinião pública informada e interveniente»; - «Valoriza a discussão franca, considerando que a existência de uma opinião pública informada é a base essencial para o exercício dinâmico da democracia»; - «[D]irige-se a um público de todos os meios sociais e de todas as profissões»; - «[P]rocurará fórmulas atrativas e pertinentes de apresentação da informação, mas dispensando o sensacionalismo»; - «[A]companha o processo de mudanças tecnológicas e está atento à inovação, promovendo a interação com os seus leitores»; - «[A]ssume o compromisso de dar cumprimento rigoroso aos princípios deontológicos e éticos respeitantes à actividade jornalística, fazendo valer os Direitos inerentes ao livre exercício da prática informativa num Estado de Direito Democrático, sendo veículo de transmissão de opinião, desde que tal expressão não viole o cumprimento rigoroso de normas legais aplicáveis à comunicação social.»
Orientação política e religiosa	«[I]ndependente, livre e regido por critérios de rigor».

(Fonte: *Diário dos Açores*, «Estatuto Editorial», http://www.diariodosacores.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=6722&Itemid=210, acedido em 20 setembro 2020)

Entrevista ao subdiretor do *Diário de Notícias*, Leonídio Paulo Ferreira – sede do Group Media, Lisboa, 20 novembro 2019

1. De um modo geral, como é que a tradução faz parte do trabalho do *Diário de Notícias* no tratamento de um tema da atualidade internacional?

Há vários momentos. Eu vou-lhe falar pela experiência da secção Internacional. A secção Internacional, durante muitos anos, além de ter as pessoas que geralmente sabiam duas ou três línguas – geralmente as pessoas estavam à-vontade muito no francês (estamos a falar de uma geração mais velha. Eu entrei em 92 e, nessa altura, a secção Internacional tinha, para aí, dez ou doze pessoas e a língua claramente melhor dominada era o francês. Também havia várias pessoas que sabiam inglês, mas, se eu tivesse de dizer a língua que era mais falada, era claramente o francês). Havia, nessa altura, uma tradutora no Internacional – o que é uma coisa curiosa, porque várias pessoas no Internacional estavam, ao nível de capacidade de tradução, no mínimo igual à da própria tradutora. Mas havia uma tradutora. E essa tradutora, pelo menos mais dez anos, continuou a existir no Internacional. Eu presumo que talvez essa tradutora, num determinado momento, fizesse um trabalho mais geral, para outras secções. Mas, quando eu a encontrei, ela estava já enquadrada só na secção Internacional. Ela era usada muito para fazer a tradução de exclusivos que nós comprávamos, de algumas peças maiores da *France-Presse*, que era – lá está, o francês – a principal agência que nós usávamos. Durante um período da minha vivência no *DN* e no Internacional, chegou a haver uma tradutora, sendo que qualquer uma das pessoas que trabalhavam no Internacional tinham capacidade para traduzir do francês ou do inglês, pelo menos. Mas havia a tradutora. Ou seja: a tradutora não era para colmatar lacunas dos redatores; era, naquele momento, mais uma força de trabalho. Antes, não sei qual era a capacidade, qual era a função dessa pessoa. E quando digo que havia uma tradutora, era mesmo dos quadros, que se sentava na secção Internacional juntamente com os jornalistas, mas que não era jornalista, era tradutora. Que eu me recorde, é a única pessoa com a função de tradutor que se sentou na redação até hoje. Nós temos uma colaboradora há muitos anos também, que nos traduz os artigos de opinião que nós compramos, estrangeiros, e que traduz alguns artigos especiais também. Geralmente, traduz do francês, do inglês, do espanhol e do italiano. E essa pessoa continua a colaborar connosco, mas não é dos quadros do *DN*. Portanto, tradutoras, oficialmente, são essas duas que eu tenho na memória do *DN* e, às vezes, alguém, especialmente, por uma questão de férias da nossa colaboradora.

2. Presumo que, no dia a dia, quando são temas «comuns» – como, por exemplo, a visita do Papa à ONU, ou qualquer outra, ou de um chefe de Estado que fale na ONU –, recebem essencialmente o material por agências? Já vem traduzido ou não, o jornalista é que o trabalha…?

Há aqui vários momentos também: vamos falar de uma época pré-internet e uma época pós-internet. Vamos considerar a época pós-internet como dezembro de 1995 – estou a fazer uma simplificação, porque é o momento em que o *Diário de Notícias* passa a ter edição na internet. É 29 de dezembro de 1995 (o dia 29 de dezembro é a data de fundação do jornal). E obviamente que já havia internet algum tempo antes, mas vamos considerar 1995, porque, se o *DN* entrou na internet, também é porque a maior parte dos *media* já estavam a entrar na internet. Antes dessa data, a principal fonte de informação é obviamente… São as agências noticiosas internacionais. O *DN* teve durante muitos anos a *France-Presse* («teve», porque neste momento não tem), teve sempre a *Lusa* (a agência portuguesa) e, depois, em momentos intervalados, teve também ou a *Reuters* ou a *Associated Press* – mas, neste caso, em acumulação com a *France-Presse* e com a *Lusa*. Qualquer uma dessas agências internacionais, e mesmo a *Lusa*, dão obviamente muita atenção a uma ida do Papa à ONU e, portanto, receberíamos o Discurso do Papa, no mínimo, nessas várias línguas. Muito provavelmente,

receberíamos dessas agências [conteúdo] já tratado editorialmente. O que isto significa? Significa que não seria o Discurso na íntegra; seria já uma descrição do Discurso, com algum enquadramento e interpretação.

3. Uma seleção….

Mas com as principais frases do Papa, mas já filtradas pelo olhar de alguém, jornalístico.

4. Mas na *Agence France-Presse* – desculpe interromper –, e mesmo se fosse na *Reuters*, sempre na língua-nativa ou já em português?

Não, não: na língua-nativa – em francês ou em inglês. Na altura, não sei sequer se tinham serviço em português, mas nós não tínhamos. Nós tínhamos os serviços nas línguas originais. Até porque os serviços em português, quando há, são muito mais resumidos; não é a mesma quantidade. Mas, de qualquer forma, nós trabalhamos com as línguas originais.

5. E o jornalista trabalhava a partir daí? Tinha os despachos das agências...

Sim, o normal era partir dos despachos das agências. As visitas papais podem ter tido uma situação no *DN* de, em determinadas alturas, terem sido tratados na secção Internacional, noutras na secção Sociedade. Isto tem a ver com divisões internas, que às vezes flutuam consoante as direções.

6. Em 95, foi em Sociedade.

Pronto. Porque houve uma altura em que tudo o que era religião, incluindo o Papa, enquanto chefe de Estado do Vaticano, era Sociedade. Depois, houve uma altura em que se achou que o Papa, enquanto chefe de Estado do Vaticano, ou seja, quando fizesse visitas oficiais, era Internacional, mas, se fossem questões de doutrina da Igreja – se os padres devem casar ou não… –, voltava a ser Sociedade. Isto, para o leitor, se calhar não é tão visível, mas, em termos das valências dos jornalistas, às vezes, faz sentido. Porque uma coisa é um jornalista que esteja a acompanhar questões da Igreja em termos doutrinais; outra coisa é o jornalista perceber a importância de o Papa ir a Cuba, por exemplo, ou ir à Coreia do Sul, que já tem a ver com outras questões de ordem política. Nem sempre é fácil conciliar isto e, portanto, ao longo dos anos, houve esta flutuação: ou na Sociedade ou na secção Internacional (a que já se chamou Mundo ou Globo) ou então nas duas, consoante a abordagem. Nessa altura, era na Sociedade?

7. Sim. Não sabe precisar… Por exemplo, em 2008 seria mais Mundo?

… Eu diria que sim.

8. Da minha análise, surgiu em Mundo; portanto, acha que isso tem a ver com a mudança editorial ou da direção?

Sim, porque há uma mudança de direção em 2007… Aliás, é quando… Por acaso, até é fácil, aí, dizer, porque a secção chamava-se Internacional e acho que foi com essa direção que se passou a chamar ou Mundo ou Globo – já não me recordo bem.

9. Mundo.

E passou a incorporar os temas – muitos temas – que anteriormente estavam na Sociedade. Como lhe disse, eu entrei em 92 e até 2003 foi o mesmo diretor, o que significa aí uma grande continuidade em termos das opções. Depois, tivemos um período em que houve várias oscilações de direção – direções a durarem mais ou menos dois anos – e é normal que, quando há essas mudanças de direção, haja, às vezes, mudança no nome das secções ou até temas que passam de uma secção para outra.

10. E em termos de jornalistas: ia variando ou, normalmente, os mesmos jornalistas trabalham um certo tipo de temas? Por exemplo, o Papa: tudo o que é cobertura do Papa seria sempre o mesmo conjunto de jornalistas ou…?

Eu não lhe consigo dizer as datas certas, mas é assim: nós tivemos ao longo dos anos, várias pessoas atentas à religião – o que não quer dizer que trabalhassem especificamente sobre o Papa ou que trabalhassem sobre o Papa em todos os momentos. E, portanto, é normal que, numa análise sobre o Papa (ou os Papas) ao longo dos anos, apareça alguns nomes mais do que outros. Não significa que, no momento desses Discursos na ONU, sejam essas pessoas. Lá está: porque, se fosse uma visita do Papa cá, essas pessoas entrariam obrigatoriamente, porque é um trabalho mais específico, mais de acompanhamento do Papa, da relação do Papa com Portugal. O Papa na ONU entrará no noticiário normal, o que significa que, se a pessoa especializada em religião estivesse de férias ou nas suas folgas, em princípio não iríamos promover essa pessoa para cobrir exclusivamente aquela visita. Seria respondido por quem estivesse no jornal a trabalhar, nesse momento, no Internacional ou na Sociedade. Quando muito, se houvesse alguma sensibilidade especial, poderia haver um artigo mais de análise, prévio ou *a posteriori*. Mas, em termos de cobertura, não era obrigatório que fosse feito pela pessoa da religião. As pessoas que escreveriam isso, então, seriam do Internacional ou da Sociedade e, em princípio, sobretudo no caso do Internacional, qualquer pessoa estaria habilitada, porque acompanharia a questão do Papa regularmente e sobretudo os tempos em que o Papa iria falar, no quadro da ONU, que tem a ver com os conflitos da época. Aliás, há um outro momento em que o Papa é sempre notícia no *DN* – e isso eu acho que não falha em nenhum ano – que é no Ano Novo. Por duas razões: uma, porque é uma época em que há muito pouco noticiário e, portanto, o Papa garante logo espaço; e, depois, porque, apesar de tudo, eu acho que se dá importância àquela mensagem do Papa, naquele momento. É como a mensagem do Primeiro-Ministro e do Presidente da República nessa altura. Ou seja, por questões de vazio noticioso, mas também por relevância dessas mensagens, que, naquele momento, acabam por ter mais protagonismo do que teriam noutra altura. Ou seja: se for procurar no *DN* os grandes momentos em que o Papa foi notícia, foi claramente nas visitas a Portugal, claramente algumas visitas ao estrangeiro e claramente nos discursos de Ano Novo. Por esta razão: não estão a competir noticiosamente com nada. Portanto, além de serem considerados importantes, não há outras coisas a competir. O da ONU tem o problema contrário: os Discursos na ONU, se coincidirem com a abertura da Assembleia Geral… Esses Discursos foram todos em setembro?

11. Outubro. Com exceção de Bento XVI, que foi em abril; Francisco foi em setembro, sim.

Abril foi alguma situação extraordinária. Não foi o habitual…

12. Não. Eu creio que tinha a ver com a visita aos EUA em si…[1]

Okay. Pronto. Se coincidir, ali em setembro/ outubro, que é quando há os discursos, aí, há uma grande competição noticiosa. Porque, além do que vai dizer o Presidente dos EUA, o Presidente da China, o Presidente da Rússia, há também depois todos aqueles líderes que, no momento, são notícia. Pode ser o Hugo Chávez, na Venezuela; pode ser o Assad, na Síria… Ou seja (pode ser o Lula, no Brasil…): aí, há também uma grande competição em termos de protagonismo e o Papa não sobressai tão claramente como isso. Ou seja: não é considerado… Não será… Por muito que o mundo esteja agitado naquele momento, dificilmente o Discurso do Papa será considerado *o* mais importante em termos de agenda. Depois, pode surpreender por alguma razão. Mas, se estivermos a olhar, toda a gente vai estar atenta aos discursos dos líderes das

[1] Viria a compreender, mais tarde, ter-se tratado de uma coadunação entre a visita apostólica de Bento XVI à ONU e as comemorações do sexagésimo aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

superpotências ou dos líderes de algum país que esteja em conflito naquele momento. E, portanto, a atenção dada ao Papa, em princípio, não será a principal nesse momento.

13. E isso poderá influenciar também a escolha daquilo que é destacado do Discurso do Papa? Por exemplo, o Papa quando vai à ONU – e creio, daquilo que já me disse, que pensa da mesma forma – tem um estatuto quer religioso, quer político…

Sim.

14. O que será destacado da sua mensagem…

Tem muito a ver com os conflitos do momento. Claramente. É óbvio que ele próprio irá muito centrado nisso, mas mesmo que ele tente ir para outras áreas… Disse-me… Diga-me lá as datas outra vez: a de João Paulo II quando é que foi?

15. A primeira, em 79; a segunda, em 95.

Pronto. 95, é assim: eu quase que poderia adivinhar que ele falou sobre a Jugoslávia.

16. Sim: sobre a Europa Central e de Leste e o *Diário de Notícias*, depois, fez uma explicitação da Bósnia.

Pronto. Porque o conflito na Bósnia tinha a ver com os Acordos de Dayton um pouco antes e, portanto… (um pouco antes ou depois; não sei se não foi em dezembro…) Bem, mas 95 é o ano em que, finalmente, se arranja uma solução (mais ou menos) para a Bósnia e, portanto, é normal que o Papa vá falar da Jugoslávia. O Papa até pode ter falado em muitos outros assuntos, mas aquele vai ser destacado editorialmente.

17. Exato.

Ou seja: estou-lhe a dizer sem me lembrar daquele momento, mas a lógica era essa.

18. Exato. E é, e é: confirmo claramente. E depois, quando passa… – porque estou a comparar com líderes políticos também.

Sim.

19. Noto que o Presidente dos EUA é sempre notícia. Acha que há uma relação cultural também?

É assim: há vários critérios jornalísticos que, num jornal com as características do *DN*, são aplicados de uma forma mais forte, se calhar. Há um que é óbvio, que é a proximidade. E quando estamos a falar no caso do *Diário de Notícias*, a proximidade pode ter duas questões: a proximidade geográfica – portanto, o que se passa aqui ao lado (em Espanha ou em França); e a proximidade cultural – o que se passa no Brasil, o que se passa em Angola, o que se passa em Timor. Há um outro conceito depois, que é: a relevância dos acontecimentos no momento. A Jugoslávia é muito importante em 95; hoje, nós não damos tanta atenção assim. A Síria é hoje muito importante, em 95 não dávamos tanta atenção à Síria. E, depois, há os grandes protagonistas internacionais: EUA, União Soviética (hoje, Rússia), China. E obviamente que, desses grandes protagonistas, aquele que se mantém mais regular é os EUA: não só pela sua preponderância em termos da política internacional, como pelas próprias características do país, os líderes são figuras sempre muito mediáticas. Ou seja: estamos a falar de uma altura em que temos o Clinton; depois temos uma figura como o George W. Bush mais polémica, mas também por isso muito notória; o Obama; e, agora, também o Trump, pelas razões que conhecemos. Ou seja: são líderes que geram uma expectativa muito grande sobre o que eles vão dizer, que se soma ainda à importância do país. Depois, há uns protagonistas mais pequenos, que também… Lá está: Israel é um país pequeno, que, independentemente da força da atualidade, é muito seguido. Mas, destes grandes líderes internacionais, obviamente os EUA

sobressaem. Isso acho que é uma constante também ao longo dos anos. Não terá sido diferente nesta última sequência de discursos deste ano.

20. Não sei se é correto dizer, porque, ao analisar os últimos cinquenta anos (meio-século), o facto de a Rússia e os EUA terem sido maioritariamente notícia, dá a entender sempre a ideia da Guerra Fria: da divisão do mundo entre um bloco ocidental e um bloco de Leste. Isso, de alguma forma, pode ainda estar enraizado quando se parte para se fazer uma notícia?

Não. Acho que a questão da Guerra Fria já não está tão presente. Aliás, se pensarmos, a maior parte dos jornalistas começou depois da Guerra Fria. Eu comecei em 92. A União Soviética já tinha acabado e o Muro de Berlim já tinha caído há três anos.

21. Sim, mas digo uma ideologia que foi passando ao longo do tempo e as pessoas, hoje, continuam a manifestar essa divisão.

Nos anos 90, quando Boris Ieltsin era o Presidente da Rússia, ainda estava muito presente a importância da Rússia, porque o Muro tinha caído há relativamente pouco tempo. E, portanto, há ali: «o que é que vai ser desta Rússia, que não se percebe muito bem ainda o que é que vai ser?» Dos anos 2000 até hoje, com a ida de Vladimir Putin para presidente ou para primeiro-ministro, dá-se um certo retorno da Rússia com a ideia de grande potência e começa a usar-se muito, outra vez, «o regresso à Guerra Fria». Não é verdade, no sentido em que não são as mesmas condições, mas é óbvio que a Rússia é muito preponderante. Mas (mas!) eu acho que, se fizéssemos uma análise de conteúdo dos jornais, eu acho que, nos últimos anos, a China ia ultrapassar a Rússia em termos de notícias no Internacional.

22. Sim, nos anos mais recentes, sim. Em 2015, a Rússia ainda era [protagonista]. Em 2008, foi o Irão (e em 2015 também).

Mas, hoje, se olhar as notícias, não só no Internacional, mas também na Economia…

23. Ah, sim, claro.

Também até no Nacional, por causa dos investimentos cá. A China já há muito que ultrapassou a Rússia. Porque a Rússia, geralmente, entra nesse contexto mais político. E a China entra num contexto mais diversificado, nomeadamente o económico. Eu, hoje em dia, não tenho dúvidas de que há mais notícias sobre a China do que sobre a Rússia. Mas a Rússia, durante muito tempo… Claro que o estatuto de superpotência se manteve também nesse aspeto noticioso. Voltando aos Papas…

24. Sim.

O que nós vamos destacar no Discurso dos Papas tem muito a ver com a atualidade. Isso é… É quase impossível que não seja isso. Se bem que eu também diria que não acho que… Ficaria surpreendido se tivéssemos apostado em algo do Discurso do Papa que não fosse também principal no Discurso do Papa. Ou seja: se nós estamos a puxar pela Jugoslávia é provavelmente porque no Discurso do Papa também foi o mais importante. Acho difícil que o Papa tivesse feito uma hierarquia muito diferente. Pode é ter falado numa série de outras coisas que os jornais, depois, não falaram.

25. E as agências poderão ter influenciado essa escolha?

Ah, claro. Sim. Lá está: é o primeiro filtro.

26. Exato.

É o primeiro filtro. A partir de uma certa altura, nós passámos a ter – lá está, com a internet – o acesso a algumas fontes diretamente. Ou seja: se o jornalista quiser saber o Discurso na

íntegra do Papa, ele provavelmente está disponível no *site* do Vaticano. Isso, em alguns casos, é utilizado até na questão de tradução. Imaginemos que o Papa… Tem ideia da língua em que o Papa, em que língua é que o Papa geralmente discursa?

27. Depende, foi variando: Paulo VI falou em francês; João Paulo II, em 79, falou em inglês; em 95 falou em quatro línguas – inglês, francês, espanhol e russo; Bento XVI em francês e em inglês; Francisco em espanhol.

Pronto: imaginemos que nós estamos a receber da *France-Presse* ou da *Reuters* um discurso que foi feito em espanhol. Um jornalista mais cuidadoso vai procurar se há uma fonte em espanhol, exatamente para não fazer a tradução de uma tradução. Claro que, se for do russo, não tem essa capacidade.

28. Tem de ir ao inglês, provavelmente…

… Vai ter de se restringir a uma língua que conheça. Mas, se a tradução foi feita… Imaginemos: quando o Francisco foi ao Brasil, houve também um discurso em português. Aí, não vamos usar a tradução que está a ser feita pela *Reuters* ou pela *Associated Press*; aí, vamos procurar num jornal brasileiro o que foi dito ou na tal fonte direta. Ou seja: em princípio, há a preocupação de, quando há a capacidade de perceber a língua em que o Papa falou, não usar a tradução feita pela agência e na língua que estamos a trabalhar com a agência, sobretudo para não haver ali algumas opções de palavras que depois não batem certo ou porque é a tradução da tradução e, de repente, darmos uma ideia errada. Geralmente, há essa preocupação. Não estou a dizer que foi seguida sempre, mas geralmente havia essa preocupação.

29. Sentem algum peso da responsabilidade? Pelo que dizia no início, há uma proximidade que é mais cultural, não é? Tendo em conta a tradição religiosa maioritária ainda em Portugal, e comparativamente aos líderes políticos, sente que o Discurso do Papa pode ter suscitado um maior cuidado ao elaborar o artigo?

Não, não.

30. Sempre igual?

Aí, será… É um protagonista importante internacional. Lá está, se calhar noutro ambiente… As redações dos jornais não são espaços propriamente religiosos. Aliás, as pessoas tendem muito a criar uma certa neutralidade em relação às figuras. E, portanto, escrevam sobre o Presidente da Rússia, o Presidente da China, o Presidente dos EUA ou o Papa, na maior parte das vezes há uma certa neutralidade na abordagem. O que conta muito é a importância da pessoa mesmo.

31. E isso pode ter diminuído ao longo do tempo?

Ah, não, não. O Papa é uma figura importante, ninguém questiona. Como é que hei de dizer… O Papa é tratado a um nível de importância alto, porque, lá está: dentro da neutralidade que há num jornal como o *Diário de Notícias*, pela questão cultural, o Papa ou o Presidente dos EUA ou o Presidente da Rússia estão todos no mesmo patamar de importância teórico. Lá está: se for o novo líder da mesquita de al Asad, por muita importância que tenha no mundo islâmico, não está no mesmo patamar do que nós estamos a tratar. Nem o Dalai Lama, nem nada disso. Ou seja: são tratados com um critério, mas, se fizéssemos uma hierarquia de quais são as grandes figuras do mundo, o Papa, num jornal como o *DN*, entra sempre. E isso, obviamente, tem a ver com uma questão cultural.

32. Estava a pensar que, em 1965 (e em 1979 também) houve um grande destaque [do Discurso dos Papas na ONU]: de primeira página, com várias páginas no interior do jornal… Se nós compararmos com líderes políticos na altura, o destaque a nível físico,

nas páginas, era muito diferente – era menor. Hoje em dia, realmente, já é bastante mais equilibrado.

Se calhar… (eu agora só posso fazer uma análise retrospetiva) É óbvio que, nessa época, a sociedade portuguesa estaria mais atenta ao catolicismo e, portanto, o próprio jornal refletiria isso. Ou seja: a própria redação provavelmente teria uma atitude perante o Papa e a religião se calhar mais próxima do que nos anos 90 e nos anos 2000. Mas é meramente olhar para os números das estatísticas do catolicismo praticante em Portugal e tentar aplicar ao mundo do jornalismo ou ao mundo dos leitores dos jornais. Faz-me sentido, mas não posso ser testemunha.

33. Dizia há pouco que a atualidade internacional certamente terá ditado as escolhas feitas e aquilo que foi destacado. Há um caso, em 2008, com Bento XVI, que tinha a ver com o escândalo de pedofilia nos EUA e isso foi destacado. E não foi nada que o Papa tivesse falado na ONU. Foi um tema paralelo (acabou por ter um encontro inesperado com vítimas de pedofilia e…)

Talvez porque… O escândalo era nos EUA, certo?

34. Sim.

Pronto. Lá está: aí, pode os temas paralelos da atualidade do Vaticano terem vindo somar-se. Isso também é muito normal quando se faz a cobertura dos assuntos. É: além daquilo que está a ser falado pelos protagonistas, aquilo que «vai agarrado» aos protagonistas. Portanto, não me surpreende. Imaginemos que… Vou-lhe dar um exemplo: quando se estava no auge daquele escândalo com a Monica Lewinsky e com o Bill Clinton, Bill Clinton fazia uma decisão de ataque ao Iraque. Houve análises a relacionar uma decisão geopolítica com uma eventual necessidade de distrair as atenções do processo de *impeachement* que estava em curso. Ou seja: há temas associados que podem vir… Que depois, posteriormente, pode-se achar que nem sequer têm nada a ver (ou não), mas que, naquele momento… E, portanto, esse caso, se não me engano, era sobretudo da diocese de Boston…

35. Isso não sei precisar…

Que depois vai dar azo ao filme «Spotlight» e tudo mais. Sim, é normal que, estando Papa nos EUA, e claramente não sendo esse tema dele, que isso aparecesse. Em termos de lógica editorial, faz todo o sentido.

36. O fator comercial pesa muito?

Em termos de opção da escrita?

37. Sim. Para tentar vender. Ou isso é um mito?

Num jornal como o *Diário de Notícias* é um mito. E eu vou-lhe explicar porquê: é um mito claramente no período antes da internet, porque as audiências não eram medidas instantaneamente, não se sabe que conteúdos é que cada leitor lia e, portanto, fazer uma relação direta, não batia certo. Mas sobretudo por uma outra questão: se num jornal como o *Diário de Notícias* – e eu aqui acrescento alguns outros jornais, para as pessoas terem uma ideia, como o *Expresso* ou o *Público*, que são jornais que tentam ser jornais de referência ou de qualidade. Isto é um conceito difuso, mas basta olhar para as capas dos jornais de hoje e ver a importância que deram ao José Mário Branco [que havia falecido nas vésperas desta entrevista] e vai perceber que há dois tipos de jornais – e isso acontece muito regularmente: geralmente (e apesar de nós hoje estarmos *online* seis dias por semana e só estarmos um dia em papel), se for olhar para as capas que nós fazemos para a edição digital, há muita… Sobretudo quando há grandes assuntos de Internacional ou quando há mortes importantes, percebe-se que o *Público* e o *DN*

fazem capas muito parecidas e os outros fazem diferentes. Não é uma coincidência: tem a ver com opções editoriais que vêm muito detrás e que os dois jornais ainda partilham em parte. No tempo só da edição em papel, como não havia o *online*, isso ainda era mais evidente. Estou-lhe a dizer isso porquê: um jornal como o *Diário de Notícias*, se for pela lógica comercial, nunca existirá. Será sempre um *Correio da Manhã*. Porque, se o objetivo for, meramente, ter leitores, não há dúvidas nenhumas de que os temas sensacionalistas – os temas populares – são mais lidos. Aliás, ao longo dos anos – vamos excluir o… [período do Estado Novo], vamos olhar para o período mais recente da democracia, quando já começou a haver muitos jornais –, o *Correio da Manhã* sempre teve muito mais leitores do que o *Diário de Notícias* ou do que o *Público*. E, no entanto, o *Diário de Notícias* e o *Público* não têm estado a seguir a fórmula do *Correio da Manhã*. Portanto, a questão comercial, no sentido de um número de leitores, pura e simplesmente, não. Numa perspetiva mais profunda, se for uma administração do jornal deste género e uma direção do jornal, como o *DN*, vai ter uma preocupação comercial num outro sentido, que é: nós queremos ter leitores com um determinado nível educacional, queremos ter leitores com um determinado nível económico, porque esses leitores, ao lerem o nosso jornal e o nosso tipo de jornalismo, também nos trazem publicidade mais qualificada. E, portanto, nesse sentido, sim. Ou seja: o jornal que trata de assuntos mais sérios, que tem leitores mais educados e com maior poder de compra, quando há uma campanha de carros, vai ter esses anúncios e um jornal popular não vai ter. Se for no sentido de número de leitores, a reação imediata é: não é o Papa com o Discurso na ONU que vai trazer leitores. Vai trazer mais leitores as questões de pedofilia relacionadas com a Igreja ou qualquer caso que haja com um padre numa aldeia isolada. E, portanto, quando se faz este tipo de jornalismo – nomeadamente, ao nível do redator ou do editor –, a questão comercial não está minimamente a ser pensada. São critérios editoriais que não são universais, mas que estão na cabeça das pessoas e, portanto, o Papa na ONU é importante, Bill Clinton é importante e estão lá. Não é pela lógica comercial.

38. O que é que pode decidir enviar alguém para fazer a cobertura no local, ter um enviado especial?

Bem, mais uma vez estamos a falar de dois mundos diferentes: o mundo da internet e o mundo pré-internet. Antes do mundo da internet, o estar no local significava, primeiro de tudo, a atualidade da informação. Vou-lhe dar este exemplo: enquanto hoje em dia podemos ler os jornais estrangeiros no momento, na altura – aí há vinte anos – só os podíamos ver um dia depois, na melhor das hipóteses, que é quando chegavam cá a Portugal. O que significa que um jornal como o *Diário de Notícias*, que tivesse um jornalista enviado ou um correspondente no sítio, conseguia escrever e, às sete da manhã do dia seguinte, estava lá a informação. Posso falar, por exemplo, de um jornal que era muito popular em Portugal, estrangeiro, que vendia bastante: o *Le Monde*. Vendia bastante (era um jornal de qualidade estrangeiro). O *Le Monde* é um vespertino: portanto, o *Le Monde* sai em França por volta do meio-dia e está atualizado até esse momento. Esse *Le Monde* chegava a Portugal por volta das dez da manhã/ meio-dia do dia seguinte, com informação até ao meio-dia [do dia anterior], mesmo no Internacional, em que eles são muito bons. O *Diário de Notícias* se tivesse um enviado nas eleições francesas ou um correspondente em França podia ter informação às sete ou oito ou nove da noite e era lida às sete da manhã em Portugal. Portanto, antes do período da internet, o ter alguém no sítio – seja permanentemente ou seja como enviado – era uma vantagem competitiva grande. Havia também outra componente, que era, lá está, para um jornal como o *Diário de Notícias*, uma questão de prestígio: o *Diário de Notícias* está onde as coisas importantes acontecem. O *Diário de Notícias* está nas eleições francesas, está nas eleições americanas, está na Guerra do Golfo, está no 11 de setembro, está na Guerra no Afeganistão… Isto era muito relevante, ao ponto, inclusive, de haver uma referência na primeira página, geralmente, quando havia um enviado. No caso dos Papas na ONU, penso que muitas vezes terá coincidido com quando nós tivemos

um correspondente em Nova Iorque. E, portanto, presumo que seriam notícias dadas pelo correspondente.

39. Sim, houve correspondente em 79 e em 95.

95, Manuel Cravo Ferreira – pode ser?

40. Não. Não é o António Alfaiate? Ou estou a confundir?

Esse nome, a mim, não me diz nada…

41. Posso estar a confundir com o *JN*… [Tiro um momento para procurar em anotações no meu caderno de rascunhos].

Mas, de qualquer forma, nós tínhamos lá um correspondente. Mas ele, provavelmente, o que faria mais até seria o discurso do nosso Presidente ou do Primeiro-Ministro.

42. [Confirmo os nomes de quem assinou as notícias principais do *DN* naqueles dois anos] Helena Marques, em 79, e, em 95, António Alfaiate.

Ah, pronto. A Helena Marques, por exemplo, é uma jornalista do *DN* que depois, mais tarde, foi diretora-adjunta. Portanto, aí, é claramente uma enviada especial. António Alfaiate, eu não me recordo do nome. Portanto, não creio que tenha sido correspondente muito tempo.

43. Dizia «enviado especial». Havia mesmo essa indicação.

Em que ano?

44. 95.

No *Diário de Notícias*?

45. Sim, no *Diário de Notícias*. Fez Internacional, porque foi na mesma altura dos cinquenta anos das Nações Unidas. Portanto, houve uma cobertura bastante extensa dos vários discursos das Nações Unidas.

Em 95, eu estava cá e não me consigo recordar desse nome. Pode ser um trabalho extra para o *DN*, não me parece ter sido alguém da redação. Isso também pode acontecer: pode ser um jornalista que se oferece para colaborar nessa altura, ou que está lá por alguma razão, ou… Mas pronto. Pode, de memória, estar-me a falhar, mas não me recordo desse nome nos quadros do *DN* nessa altura.

46. *Okay*.

Pode ser uma situação especial. Não lhe garanto; a memória pode-me estar a falhar. Mas isso também pode acontecer, que é: um jornalista português que está ou que vive nos EUA, ou um jornalista português que é especializado em religião… Por exemplo, há um caso, que é o António Marujo, que foi durante muitos anos jornalista do *Público*: quando ele saiu do *Público*, fez vários trabalhos para nós, em alguns momentos. Portanto, pode ser uma situação dessas, para o *Diário de Notícias*, mas não era uma pessoa que pertencia aos nossos quadros. Nesse caso, tenho quase a certeza disso, porque não me recordo desse nome no *DN*, nessa altura. Lá está: a Helena Marques, eu não cheguei a trabalhar com ela, mas sei que foi mais tarde diretora-adjunta e, portanto… Era uma jornalista da área da Sociedade e não sabia que ela tinha feito… Por exemplo, sei que ela fez umas eleições americanas, talvez em 88 (a cobertura). Mas, portanto, estávamos a dizer: os enviados especiais, ou os correspondentes, tinham essa grande vantagem – ponto um, a atualidade da notícia; ponto dois, o valor simbólico de ter alguém no sítio. Mais uma vez, um jornalismo muito mais caro do que o jornalismo dos jornais que vão buscar só às agências e não fazem questão de ter alguém nos sítios. Hoje em dia…

47. Já não é tanto assim…

… Cada vez mais, é restritivo o número de enviados especiais, por causa da crise da imprensa. Porque, lá está: o valor noticioso da atualidade já não existe. E o dinheiro para se pagar o simbolismo já não é o mesmo. Mas eram essas duas coisas que faziam com que fosse mais comum. Às vezes, também havia relações privilegiadas nas coisas... Por exemplo, a Manuela Paixão, que foi nossa correspondente em Roma durante muitos anos – uma jornalista veterana que trabalhava para um jornal italiano e era nossa correspondente –, estava acreditada junto do Vaticano e, portanto, tinha um acesso aos Papas muito especial. Quando o Papa foi a Cuba, ela tinha a possibilidade de ir no avião papal e o *DN* decidiu financiar a viagem. Porquê? Porque era um acesso claramente distintivo. Ou seja: não era ter mais um jornalista a cobrir o que toda a gente podia cobrir; era a possibilidade de ter o jornalista dentro do avião do Papa. E, portanto, aí, já não era só simbolismo; era mais do que isso.

48. E, depois, não poderá ter acompanhado até à ONU? Porque Cuba foi imediatamente antes… [estava-me a referir à viagem do Papa Francisco, em setembro de 2015, antes de seguir para os EUA e de participar na AGONU]

A viagem em seguida?

49. Sim.

Então pode. Não há o nome dela nisso?

50. Não: é a Ana Meireles quem fez o artigo sobre o Papa [Francisco].

Não é essa visita, então. É o João Paulo II.

51. Ah, *okay*!

Talvez em 98. Portanto, não foi essa visita [a do Papa Francisco]. A Ana Meireles era uma jornalista da secção Internacional na altura [2015]. Foi a outra visita. Essa é de Bento XVI?

52. Não: Ana Meireles foi Francisco.

Francisco…

53. Bento XVI foi Abel Coelho de Morais – que ainda é vosso colaborador, certo?

É nosso jornalista, sim.

54. Porque já vi recentemente o nome [num artigo]…

A visita papal a Cuba de João Paulo II deve ser em 98. E foi histórica, porque foi a primeira vez que o Papa foi lá. Depois, é uma nação comunista e tudo o mais. E, lá está: aí, nós tivemos a jornalista lá numa lógica também, de repente, diferente, de acesso diferente. Também pode haver situações em que a entidade convida o jornal, por alguma razão. E, portanto, aí, a questão financeira já não se coloca. Mas, no caso das visitas papais… Ah, nós tivemos um caso recente: quando foi a visita do… Francisco a Portugal, nós conseguimos ter uma jornalista a viajar com o Papa de Roma para cá (uma jornalista da redação do *DN*). Lá está: há a questão de ser Portugal. O Discurso na ONU acaba por não ter essa diferenciação; por isso, lá vamos recorrer às agências.

55. Mas, depois, há sempre a preocupação – daquilo que percebo – de ir, por um lado, tentar ir à fonte direta, para não fazer um tradução indireta (ou uma reescrita indireta)…

Essa preocupação, supostamente, tem de existir – sobretudo se ele está a falar numa língua que não é a língua que está a ser usada no *telex*.

56. E, depois, noto também que existe… Comparando a reescrita dos Discursos dos Papas com os dos líderes governamentais, nos Papas há muito uma tentativa de contextualização, de dar dados relativamente – mais em 65 e em 79 – às pessoas na rua à

espera de ver o Papa, ao entusiasmo, ao caráter histórico da visita; mais recentemente, tem a ver com a receção pelos líderes políticos. Por exemplo, o *Diário de Notícias* falou – e eu achei muito curioso, porque entre todos os líderes políticos, mencionaram Angela Merkel e Raúl Castro, que são nomes, para nós [cidadãos portugueses], conhecidos; não foram buscar outros líderes que, para nós, não nos dizem muito – que o Papa foi recebido em pé e com aplausos dos líderes políticos. Há muito esse caráter que vem desde 65, que é fazer uma espécie de contextualização (digo eu, isto é a minha leitura), para se perceber…

Eu diria que…

57. E nos líderes não há nada disso. Tem a ver com o papel de cada um? O Papa, de certa forma, está a sair de um papel mais religioso e…

Pode ter a ver com isso. Repare: no caso do Papa… Eu penso que, aí, há duas situações: se em 75 [79] nós tínhamos uma enviada especial, ela está a fazer mais reportagem e, estando a fazer reportagem, é normal que ela chame a atenção para como é que a população também acolhe o Papa; quando, em relação a um líder político, a população será mais indiferente. No caso de um artigo de simplesmente relato do que se passou na Assembleia Geral da ONU, aí, pode ser uma tentativa de mostrar como o Discurso de um líder religioso como o Papa pode chegar a Angela Merkel, que foi criada no luteranismo e, provavelmente, é uma não-crente, até Raúl Castro, que foi criado no catolicismo, mas que depois é líder de um país comunista. Aí, pode ser um bocadinho para dar a abrangência do impacto que as palavras dele têm. No caso dos líderes, é normal que seja muito mais centrado na questão do que eles estão a dizer.

58. E um bocadinho as trocas de acusações mútuas.

Sim. Claro.

59. Mas tem tudo a ver com a atualidade internacional.

Sim.

60. A estrutura em pirâmide invertida ainda é a mais usada?

Ah… Depende. A pirâmide invertida tem uma razão de ser que é histórica – e que as pessoas às vezes se esquecem – que é: o jornalismo, quando surge de uma forma mais ou menos moderna, no século XIX, coincide com o telégrafo e, muitas vezes, a comunicação caía. E, portanto, havia a necessidade de pensar: «já foi dito o essencial». Tornou-se prático para os jornais, quando usavam as agências noticiosas também. Porquê: as agências noticiosas, por tradição, seguem muito a pirâmide invertida e, muitas vezes, os jornais, quando vão buscar os *telexes* ou os despachos das agências noticiosas, não têm o espaço todo [na página do jornal] que o *telex* utiliza e, portanto, se for uma breve, é ótimo poder ir buscar o primeiro parágrafo e, se for uma coluna, é ótimo poder ir buscar os cinco primeiros parágrafos. Portanto, aí, sim: ainda há muito a pirâmide invertida. Hoje em dia, há uma tentação para que os artigos sejam mais dinâmicos. Porquê: porque, na verdade, enquanto há uns anos, as pessoas, quando muito, liam um jornal diário, e depois podiam ouvir as notícias à noite, num telejornal televisivo, as pessoas hoje estão expostas à mesma informação de várias fontes. E, se pensarmos que, na informação, o primeiro parágrafo da pirâmide invertida é, no fundo, o *lead*, as pessoas já ouviram isso na rádio, já viram isso num *push* da internet, e por aí fora. E, portanto, quando os jornais querem ser distintivos, há quase a obrigação de acrescentar em relação àquela primeira notícia [do *telex*] e, aí, a pirâmide invertida já não é a solução. Aí, tem de ser um texto muito mais analítico. Tem de ser um texto… Vamos dar um exemplo: a notícia, no outro dia, da demissão do líder do Ciudadanos, o Albert Rivera. O *lead* seria sempre: «Albert Rivera, líder do Ciudadanos, demitiu-se depois da derrota estrondosa nas eleições espanholas». Ora, quem

vai ler notícias às sete da tarde, já ouviu isto quinhentas vezes. Mas, se estiver lá no artigo a dizer «a eterna escudeira de Albert Rivera, Inés Arrimadas, já está na linha da frente para ser a sucessora» e haver o perfil dela, vai ser muito mais lido. Isto é um caso, até, real. Ou seja: a notícia da demissão do líder do Ciudadanos teve sucesso, porque é a história da possível sucessora. Porquê? Porque a outra está em todo o lado; nós não temos vantagem competitiva em relação a ninguém. As pessoas estão a ler o *DN*, estão habituadas a ler o *DN*, em casa ou noutros sítios. Aquele tipo de pessoas que já está à procura de uma segunda leitura ou interpretação, de repente, valorizou a outra notícia. A outra notícia já tem moldes diferentes. Já aparece mais como forma de uma análise de personagens… Esse é um dos fatores distintivos.

61. Em 2015, a notícia… O título principal é «Papa: contra a sede de poder e a favor do ambiente», que são duas questões muito…

Sim.

62. … Em que Francisco se destaca. Depois tem um *lead* destacado e estes temas do *lead* estão… Um deles, por exemplo, só vem no último parágrafo. Isso é, de certa forma, para prender a atenção do leitor?

Está a chamar *lead* a uma coisa que não deve ser o *lead*. Está a falar de um pós-título.

63. Sim, mas que é mais desenvolvido… (porque estou a tentar fazer uma distinção entre os pós-títulos mais reduzidos, que só têm uma informação, e outros mais completos).

Houve, ao longo dos anos, várias modificações do ponto de vista gráfico. Mas é assim: o título e o pós-título – ou o antetítulo, que às vezes existia – têm de ser vistos como um elemento gráfico. O que tem a considerar sempre como *lead* é o primeiro parágrafo.

64. Sim, sim, sim.

O que não significa que não tenha havido ordens editoriais para, em determinadas alturas, a partir do momento em que o pós-título já funcionava como uma espécie de *lead*…

65. Exato: é isso.

… Haver mais liberdade sobre como começar. Mas, geralmente, eu acho que em nenhuma das épocas mais recentes… No passado, havia: o texto é a continuação do pós-título. Há muitos casos de jornais dos anos 30 e 40 em que eu vejo isso – é quase «título–pós-título». Então, parece que é tudo uma sequência.

66. Exato.

Não são elementos diferentes.

67. Pois não.

Mas, nos anos mais recentes, são diferentes. Aliás, uma das batalhas que nós depois temos muitas vezes em termos de edição é também não serem uma continuidade, mas depois não serem também a repetição sempre da mesma ideia. Ou seja: o título dizer uma coisa, o pós-título explicar um bocadinho e o início [o *lead*] contar a história, sem repetir tudo o que já está no título e no pós-título.

68. E isso pode justificar porque é que, depois, há um desfasamento… Não é «desfasamento» – o que estou a dizer é: as duas ideias que estão no topo…

Pode.

69. … Uma vem no meio [do texto] e outra vem no fim.

Pode, pode! Pode. Ou seja: no fundo, é o título e o subtítulo [pós-título] que está a tentar resumir a peça e chama para aquilo que é mais importante, mas também chama para aquilo que é um segundo ou terceiro tema, que hierarquicamente já está mais abaixo.

70. E essa identificação, ou definição, da ordem de importância – independentemente do texto da agência e da pirâmide invertida, e de ser fácil ir ao texto da agência e perceber o que é mais importante: tentam que isso seja determinado aqui ou haverá sempre uma grande influência da agência? (Não sei se me expliquei bem…)

A agência tem influência, claro. Claro. É assim: em alguns momentos, nós contrariamos a agência. Porque achamos que a agência está, ou por… Lá está: as agências também refletem muito a idiossincrasia dos países de origem. Imaginemos que o Papa fala sobre os problemas da África Ocidental de língua francesa ou a fome no Sahel e só em terceiro lugar é que fala na pobreza no Brasil. A *France-Presse* vai puxar pela fome no Sahel e nós temos de puxar pela pobreza no Brasil. Ou seja: se estivermos a falar de coisas em que a tal proximidade não compete entre a nacionalidade da agência e a nossa, é o critério jornalístico. Não seria muito diferente entre quem está a fazer lá e, sobretudo, nós temos de ter confiança em quem está lá. Se houver essa contradição ou concorrência entre coisas de proximidade diferente, sim: provavelmente, vamos contrariar aquilo que a agência destacou.

71. Quem é que decide o título: é sempre o editor?

Não: o título é sempre da responsabilidade inicial do jornalista. O editor – depois há uma escalabilidade: o editor e até a direção, se for preciso – tem competência para mudar os títulos. Aliás, tem a obrigação de mudar os títulos e mudar os títulos por três razões: um, para melhorá-lo; dois, porque pode haver repetições de palavras em relação a outros títulos na mesma página ou na página ao lado e o jornalista já não tem perceção disso; terceiro, porque pode haver a necessidade de uma atualização num título e já não passa pelo jornalista, porque até pode já não ser a pessoa que estava a fazer [aquela notícia] e ter de ser outro a fazer a atualização. Mas, sobretudo, é assim: no mundo ideal, o título feito pelo jornalista é respeitado. E, numa dose muito razoável, o título que está lá é do jornalista.

72. E o que é que define, por um lado, a primeira página – o que é que decide o que vai para a primeira página; e, por outro lado, no interior da edição – o ter ou não caixa de texto, o ter fotografia ou não, o ter um artigo complementar…?

É uma questão editorial, às vezes atropelada por outras questões como… Vamos lá ver uma situação óbvia: na capa, é mais ou menos imediato, é a importância editorial. É a importância editorial e a importância editorial não é uma pessoa só: é uma equipa que a define mais ou menos. E quando eu digo «define mais ou menos», não é naquele dia específico; há critérios que já estão mais ou menos afinados e, portanto, seja o diretor A ou B (é a direção que faz a capa), ele vai aplicá-los. A personalidade da pessoa também conta aqui para os critérios estarem afinados. Lá está: eu posso, como diretor do Internacional, e um colega meu, tendo sido sempre do Desporto… Quando Portugal é qualificado para o Europeu, nenhum de nós tem dúvidas de que deve ser uma foto de capa, a não ser que tenha caído um avião em Lisboa. Ou seja: há critérios que estão afinados e, portanto, não depende da pessoa que está cá. Depois, há uma parte da sensibilidade da pessoa. Mas, lá está: a questão editorial – aquilo que, claramente, um jornal, pela sua filosofia, considera mais importante. As eleições britânicas, claro que vai ter um destaque na capa. Um resultado de futebol *relevante*, vai ter; mais um jogo, não vai ter. Uma entrevista a alguém da Cultura, vai lá estar. Tenho uma segunda da Cultura, já não vou pôr, porque, se calhar, preciso de fazer um equilíbrio entre as temáticas – mesmo que esse artigo de Cultura talvez merecesse estar na capa, mas depois não tenho uma capa que seja suficientemente um reflexo do que está lá dentro. Portanto, a capa é claramente um reflexo

daquilo que é mais importante, o mais relevante e também uma certa diversidade dos nossos conteúdos. Lá dentro, pode haver outras questões. O critério editorial também é o primeiro: abrimos o Internacional com o que é o mais importante. Se o Papa está a falar na ONU, provavelmente é o tema de abertura da secção. Mas imaginemos que, por qualquer razão, há um tema forte também – um atentado em Israel – que tem uma foto extraordinária. E a segunda página da secção onde eu vou pôr o Papa até tem um anúncio. Eu, se calhar, até vou fazer uma alteração ao critério editorial para favorecer a foto muito boa. E, portanto, abro com Israel, onde houve um atentado – muito relevante, também; não é uma coisa que merecesse menos – e, depois, o Papa, numa situação em que brilha menos a fotografia dele, porque não é tão relevante em termos noticiosos. Mas isso são as exceções, porque o critério, mesmo, é aquilo que achamos ter mais importância, em termos de atualidade. E, portanto, um atentado de sete, oito ou dez pessoas perante o Papa a apelar à paz no mundo, eu diria que, claramente, o Papa vai estar primeiro. Um atentado com cinquenta mortes, o atentado vai estar primeiro. Mas não há aqui nenhuma bitola científica. Há muitas outras coisas que ajudam a decidir no momento. Mas, lá está: estamos a falar de ser a primeira página ou a segunda página da secção; não estamos a falar de ser a primeira página [i.e., a capa do jornal] ou uma breve. Essa discrepância não existe.

73. E ter, por exemplo, uma caixa de texto ou um artigo complementar…?

Isso, ao longo dos anos… Há momentos em que faz parte do grafismo o artigo ter outros elementos gráficos e, portanto, em vez de se fazer um artigo muito grande, destacar uma parte do assunto para uma caixa. Houve outras alturas em que, em termos de orientação editorial, se faziam artigos maiores, sem necessidade da caixa. Portanto, há estas duas possibilidades.

74. Portanto, em 2015, quando a caixa tinha a ver com um álbum de *rock* que o Papa ia lançar, de certa forma, acaba por «aligeirar» um bocadinho…

Aí, está como elemento gráfico, sobretudo. Para ter um segundo elemento de leitura. Não é que seja um assunto de grande importância. Não digo «aligeirar»: é para haver um segundo foco de leitura. Lá está: também dá a diversidade do Papa, mas é, sobretudo, para haver um elemento gráfico que quebra em relação ao resto. Lá está: se fosse um dos temas que o Papa falou no Discurso, não era verdadeiramente um destaque; era quase como se tivéssemos feito um último parágrafo disfarçado ali – o que também, às vezes, se faz (por uma questão de espaço, etc.) Mas, essa opção, é a opção mais natural: qualquer coisa que acrescente, que não seja mais do mesmo, mas que faça sentido ali, editorialmente.

75. Só uma última pergunta: para si, como caracteriza o papel do Papa?

Isso é complicado… Não. Acho que o Papa… Acho que a Igreja Católica conseguiu uma coisa fantástica, que é: manter influência ao fim de dois mil anos. Mantém uma influência que, curiosamente, ultrapassa as fronteiras do mundo católico. Nota-se isso quando o Papa visita regiões que não são, claramente, de influência católica. E como a figura dos Papas tem uma dimensão política que acresce à sua dimensão religiosa – o que é curioso, porque se, ao longo da História, o Vaticano chegou a ser um Estado com algum peso na geopolítica, hoje, isso, na verdade, não acontece. Acontece muito pelo protagonismo das personalidades dos Papas e daquilo que são capazes de fazer nos bastidores. Mas sim: os Papas conseguiram manter uma ligação política à sociedade sobre a sua ligação religiosa, que é muito superior à dimensão da parte política da Igreja (que é o Estado do Vaticano). E há outra coisa que também sentimos (sobretudo desde o ponto em que conseguimos medir as coisas todas com o *online*): é, claramente, uma das figuras que atrai mais curiosidade das pessoas, dos leitores portugueses. E isto aplica-se a qualquer Papa, o que é curioso.

76. Portanto, a imprensa também vai puxar muito por aí, não é? Percebendo essa relevância…

Sim. Ou seja: sendo figuras tão diferentes – estes três Papas que eu tive de trabalhar como jornalista –, sendo figuras tão diferentes, é curioso como todas elas trazem mesmo muito, muito interesse. Mal comparando, tal como os líderes dos EUA, seja qual for o que está lá, eles têm sempre um fator de curiosidade enorme. Porquê: porque, tal como é preciso ser alguém muito especial para se chegar a Papa, é preciso ser alguém muito especial para chegar a líder de uma superpotência. Isto não quer dizer que seja sempre positivo. E há pessoas que gostam mais e outras que gostam menos. Mas são sempre personalidades que atraem, que fascinam as pessoas. Uns que gostam muito, outros que gostam menos, mas que fascinam. Dá-me a sensação que, no dia em que tivermos um Papa que não gera curiosidade nas pessoas, qualquer coisa ali não bateu certo.

77. Exato.

Há qualquer coisa… Pode ter o cargo, pode ter a importância toda simbólica que tem, mas, aí, estaria… Enfim, haveria alguma coisa a falhar. E, lá está: estamos a falar de Papas super diferentes uns dos outros, mas que conseguiram sempre atrair esse fascínio das pessoas. E não só no mundo católico, o que é muito curioso.

<u>Entrevista à editora da secção Internacional do *Jornal de Notícias* (*JN*), Ivete Carneiro – sede do *Jornal de Notícias*, Porto, 27 novembro 2019</u>

1. Se calhar, começava por lhe perguntar: no tratamento de temas da atualidade internacional, como é que a tradução faz parte do vosso trabalho? Se normalmente recebem despachos de agências, se são as agências ou se são os jornalistas que traduzem a informação… Como é que tudo é feito?

Nós baseamo-nos muito… Hoje, em dia, com a internet, a informação é muito mais imediata, portanto, a gente baseia-se muito nos jornais internacionais, nos *sites* dos jornais internacionais, que são, às vezes, mais rápidos do que as agências. Principalmente do que a agência *Lusa*, que dá as notícias com um atraso medonho (excetuando algumas áreas, mas que não interessa aqui para o caso, uma vez que é [relacionado com o] Vaticano). E, nós aqui, também de momento temos a *Reuters*. Normalmente, nós não fazemos tradução direta. Nunca fazemos. Nós lemos – e lemos em várias línguas – e depois construímos o nosso texto. Não fazemos tradução direta.[1] Eventualmente, se for uma coisa muito curta, vamos à *Reuters* e pomos no início do texto. Até porque a *Reuters* é muito telegráfica. E, portanto, se traduzisse aquilo, ficava uma notícia horrível. Não é uma notícia sequer, aquilo é telegráfico. Portanto, tem de se «traduzir para português», vá. Quando usamos a *Lusa*, a *Lusa* é que trata de fazer as suas traduções: traduz a *AFP* [*Agence France-Presse*], traduz a *EFE* [a agência de notícias espanhola], traduz a *Reuters*. E nós, se tivermos de usar um *take* da *Lusa*, usamos direto, não temos de fazer nada. Só temos é o trabalho de ir confrontar com o noticiário dos jornais internacionais, porque, muitas vezes, a tradução é mal feita na *Lusa* e nós temos de corrigir as coisas.

2. Depois, há um grande trabalho de aperfeiçoamento, pelo que percebo, e «mistura» de fontes.

Sim.

3. E isso é feito caso a caso? Por exemplo, se é o Papa… Ou se é um discurso na ONU, em primeiro lugar, independentemente de ser o Papa: essa informação vem de onde? Vão buscar aos jornais…?

Vamos buscar… (eu não sei como é que se chama, esqueço-me sempre do órgão oficial do Vaticano, que, normalmente, tem, em todas as línguas…)

4. O *L'Osservatore Romano*?

Esse.

5. E o *site* também tem: o vatican.va.

Eu não sei. São esses órgãos oficiais do Vaticano. Eu não sei: na altura, eu procuro e aquilo aparece. Vamos a esses [órgãos] procurar a versão portuguesa. Depois, eu, no meu caso, confronto com a versão francesa, que é a língua na qual eu me sinto mais confortável. E, muitas vezes, até nos órgãos oficiais, a tradução portuguesa é mal feita. Principalmente quando se trata de frases, a gente tem de ir buscar a vários sítios. Quando quero uma frase certa, eu às vezes ando à procura: vejo num jornal francês, vejo num jornal britânico, vejo num jornal espanhol… Para tentar perceber qual será… (quando não percebo o original, naturalmente, que é o caso do italiano. É inatingível). No caso das citações, só. Porque, no resto das notícias, o texto somos nós que o construímos, não precisamos de traduzir rigorosamente nada. E nós, como lemos todos os dias, em todas as línguas, para nós, ler uma quantidade de informação enorme em três línguas diferentes e depois construir um texto, é fácil – faz parte do nosso processo de trabalho.

[1] Por «tradução direta», a entrevistada estava a referir-se a uma transcrição feita diretamente pelo *JN* a partir das versões de partida dos Discursos na AGONU.

E eu tenho ideia de que isto é feito assim há muitos anos. Eu só estou nesta secção há três ou quatro, mas já é feito assim, pelo menos, desde o início deste século, desde que a internet se transformou numa coisa muito mais generalizada. Antigamente, era feito através da tradução de *telexes*. Nós, antes, tínhamos a *Agence France-Presse* e era essencialmente através daí que se fazia. A *Reuters* é mais económica… Portanto… Eram as duas, pronto. E a *Lusa*, naturalmente. Aí, sim, haveria mais um trabalho de tradução (não faço ideia, não é do meu tempo, não tenho a mais pequena ideia).

6. Sim, mas essas ideias que me vai dizendo já me vão ajudando. E ter um correspondente ou enviar alguém (um enviado especial): isso acontece?

Já não. É muito, muito, muito raro. Posso-lhe dizer que a última vez que saí desta redação para fazer uma coisa dessas foi para ir ao Parlamento Europeu à tomada de posse dos novos eurodeputados, em julho. Não é propriamente uma coisa… extraordinária.

7. No caso dos Papas…

No caso dos Papas, foi enviado quando, acho, quando este [Papa] foi escolhido (não sei se foi quando foi este ou quando foi o Bento XVI…) Aquela coisa do fumo branco e não-sei-quê. Isso foi feito. Agora, não são enviados para a ONU para ouvir ninguém. Nem os políticos portugueses, quanto mais o Papa.

8. Sim, isso aconteceu em 79.

Ah, não faço ideia.

9. Sim, estou-lhe só a dizer que consegui identificar. Vou fazer também uma comparação com líderes políticos que também discursaram na ONU. Portanto, o processo de tratamento é igual – entre o Discurso dos Papas e o discurso dos…

Ah, sim, sim. Todo o discurso. Tudo o que é citação, até da pessoa mais inócua que possa imaginar. E eu, pelo menos – e acho que os meus colegas… Espero que eles façam o mesmo, não é? Que é: ver em várias línguas para tentar perceber a melhor… Quando é uma língua que a gente… Por exemplo, o espanhol: é muito difícil a gente não conseguir traduzir uma frase do espanhol, não é? Mas temos os nossos dicionariozinhos… Ainda… Eu ainda sou do velho tempo, ainda me viro para trás e vou buscar o dicionário em papel e procuro. Mas sim: a gente tenta comparar. Eu, pelo menos, tento comparar várias línguas para tentar perceber exatamente o que ele disse, para perceber qual é a melhor tradução que se pode fazer de uma frase. O resto, nada. E isso é para toda a gente.

10. E não sente o peso da responsabilidade por ser o Papa ou por ser um agente político?

Não.

11. É tratado da mesma forma?

[Acena afirmativamente com a cabeça].

12. E qual é o critério: por exemplo, se o Papa fosse, se tivesse ido ontem discursar na ONU, qual seria o critério para ir buscar citações? Como diz que procura ver o texto de partida, mesmo que não…

A gente já sabe que tudo o que é agência já resume. Já diz: «o mais importante é isto». E a gente aí vai procurar…

13. Ah, a partir desse filtro…

… o mais importante. Sim.

14. *Okay*.

Para o noticiário comum, em geral, a maior parte do discurso de um Papa, seja lá onde for, é reduzida à ínfima espécie, porque muita coisa é religião – que, naturalmente, não nos interessa. Ainda para mais quando ele… Eu não sei: por exemplo, nas alocuções que ele faz na Praça de S. Pedro, ele está lá a falar durante um bom pedaço de tempo. A gente se tirar três frases, é muito.

15. Estava a dizer, pelo que percebo, que não é tanto a religião que vai ser importante, porque quando ele está na ONU…

Não, é mais as suas…

16. O que é que iriam buscar? Que tipo de temas?

As posições deles sobre temas, sobre temas… Normalmente, eles têm sempre uma posição de defesa dos direitos humanos e eu presumo que eles… (confesso que sou uma leiga e, portanto, para mim… [manifesta uma expressão facial de atribuição de desinteresse ou atribuição de pouca relevância]) Normalmente, é: posições sobre os direitos humanos; no caso deste [o Papa Francisco], ele fala muito nos migrantes, a gente tem em atenção os migrantes; no caso deste, também temos em atenção aquilo que ele diz em relação aos problemas internos da Igreja (os escândalos de pedofilia e tudo o mais) e, como ele é bastante aberto nesse campo, isso, para nós, é notícia; eventualmente, quando eles falam de guerras e de alguns conflitos específicos que estejam a acontecer; da necessidade de as pessoas… Essas coisas assim. A intervenção… Por exemplo: agora, a América Latina está toda «aos tombos» e ele, fala no assunto, até porque ele é latino-americano (este Papa). Isso são coisas mais políticas, mais sociais. Quando é religião, nada; zero. Não…

17. Portanto, tudo o que tem a ver com o que está a acontecer no mundo naquele momento.

Sim.

18. Estava-me a falar dos escândalos de pedofilia, que era notícia. Se me pudesse explicar um bocadinho [melhor]…

É uma notícia… Quer dizer: escândalos de pedofilia na Igreja é notícia; não é religião!

19. *Okay*. Ah, sim, não estava a perceber a…[2]

«Notícia». Todos os esquemas dentro da Igreja… Por exemplo, nós acompanhamos bastante, ultimamente, aquela… Aquela espécie de «cisma» que houve, entre aquele arcebispo americano que escreveu uma carta… Pronto, toda essa «guerra», nós, isso, acompanhámos muito. Porque é política dentro do Vaticano. Não é religião. Aquilo é política.

20. E pensam muito no leitor, não é? O que vai gerar interesse na leitura?

Sim.

21. E não têm… Pelo que percebo, como a parte da religião… Como diz, está um bocadinho mais desligada, mas, por exemplo: o facto de a nossa sociedade ser ainda maioritariamente católica, isso não tem um peso? Em continuar a transmitir tudo aquilo que o Papa faz, neste caso, a nível político?

Quando achamos que sim. Por exemplo, ele [o Papa Francisco] agora esteve…

22. Na Tailândia e no Japão.

[2] Só neste momento é que percebi tratar-se de uma distinção conceptual (i.e., se fosse um tema marcadamente religioso, não seria tratado; já sendo um tema político, sê-lo-ia, daí ser *notícia*) e não de um valor-*notícia* (i.e., do motivo do interesse/ relevo noticioso).

Na Tailândia e no Japão. E eu não pus notícia nenhuma. Porque acho que é importante, se calhar, para lá é, mas, para aqui… Não.

23. Mas isso é…

Mas quando ele foi à Irlanda já fiz! Porque, aí, foi um escândalo de pedofilia, foi a questão de a Irlanda fazer perceber que a Igreja já não é quem mandava no país, ao contrário do que tem acontecido durante muito tempo, e aquela… Aí, já é notícia.

24. Ao longo do tempo, nota-se (e isto nos jornais, em geral) que a ida do Papa à ONU, antes, era primeira página, com fotografias, era manchete…

E agora não.

25. Foi diminuindo ao longo do tempo, principalmente a partir de 95 (que deve ter tido a ver com a mudança para a era digital, pelo menos, com o início). Mas o *Jornal de Notícias* recupera essa tendência e, em 2008, quando Bento XVI foi à ONU, fez o destaque – precisamente, dizia «Papa apela aos direitos humanos», como me estava a dizer há bocado. Portanto, é uma causa que é importante editorialmente?

Sim, claro. [Mostrou alguma surpresa com a minha pergunta]

26. Não sei, estou só a perguntar…

Espero que seja para todos os jornais do país!

27. Mas entenderam esse tema como importante…

Sim.

28. … para ser primeira página?

Sim. Eu não sei qual era o texto que vinha dentro…

29. O título também era muito semelhante.

Pronto.

30. Por acaso, foi primeira página (e não sei como é que se chama: temos o jornal [desenho na minha folha a primeira página] e é só um quadradinho…)

É um destaque de primeira página, só.

31. Ah, destaque de primeira página (eu vou anotar, porque...)

Nós chamamos assim (não sei como é que chamam nos outros jornais). Quer dizer: temos a manchete, temos a falsa manchete, que é um título mais pequeno; temos a foto de capa, que, às vezes, também é uma falsa manchete; e, depois, temos os destaques.

32. Foi um destaque. Depois, foi figura do dia (Bento XVI, logo no início, quando abrimos o jornal, foi figura do dia) e depois, então, é que teve um artigo – e sempre os direitos humanos em destaque.

Pronto. Porque é importante quando eles [Papas] vão para lá [AGONU] dizer que… Quando não vão falar propriamente da religião e de cristianismo, e de Jesus Cristo, e de «Deus, Nosso Senhor». Não. Quando dizem coisas que são coerentes, não é?

33. Então, para si, como é que define o papel do Papa quando está num contexto mais religioso, como na Praça de S. Pedro, e quando está na ONU: [nesta última] é um agente simultaneamente religioso-político?

É um agente político, claramente.

34. Na ONU, é político; na Praça de S. Pedro, é religioso?

Depende: às vezes também é político.

35. Depende do assunto em si? Então, não é a pessoa, é o assunto em si?

A gente quando pega num discurso dele, espreme e sai política.

36. Sim. Sim, sim, sim. Às vezes, está implícito.

Sim.

37. Portanto, essa é a preocupação. Nos líderes políticos: por exemplo, o Presidente dos EUA também noto que, normalmente, é o mais escolhido. E quando fazem o tratamento…

É o mais escolhido: neste momento?

38. Ao longo do tempo.

Ah. Neste momento, é, porque é parvo!

39. Sim, mas, ao longo do tempo, tem sido – até porque o meu estudo acaba em Barack Obama.

Barack Obama era bom; este é parvo. São duas justificações plausíveis para serem muito citados.

40. Mas não tem a ver com nenhuma ligação cultural do nosso país, nem…?

Não, não, não, não, não. Tem a ver com a importância dos EUA enquanto pivô do mundo. Mais nada.

41. E a Rússia e o Irão?

A Rússia é mais. O Irão não. O Irão depende daquilo que lhe dá, mas… Nós, claramente, temos três blocos, não é? Temos os EUA, temos a Europa e temos a Rússia. E a China, cada vez mais.

42. Já começa a ser.

Cada vez mais. O resto… Tem altos e baixos. Não, o Irão não é assim tão importante. Acho que só aos olhos dos EUA é que o Irão é importante, porque está ali uma guerra de petróleo, não é?

43. Mas, se calhar, tem a ver com… Por exemplo, em 2008, foi notícia Ahmadinejad, mas porque foram acusações mútuas com George W. Bush. Portanto, aí, o vosso interesse era em George W. Bush e por «arrasto»…

O outro. Quer dizer: a partir do momento em que as coisas estão envolvidas, é óbvio que tem interesse. Nós agora temos interesse no Irão… O meu maior interesse no Irão neste momento é a repressão que eles estão a fazer às pessoas que se estão a manifestar. Nem é sequer o acordo nuclear que está em discussão. Não. Isso é uma discussão inventada pelos EUA. Aí, sim: eles agora são notícia. Mas são notícia eles e são notícia não-sei-quantos países da América Latina, e não-sei-quantos países do Médio Oriente: está tudo «aos tombos».

44. Portanto, preocupa-se mais com questões sociais – políticas, mas que têm a ver com pessoas – do que…

Ah, com tudo! Temos de nos preocupar com tudo!

45. Mas estava a perceber que tem mais a ver com… Não é tanto entre disputas entre países, é mais entre ações dos governos relativamente à… [população]?

Não, também é a disputa entre os países. A gente tem que dar tudo. Aquilo que damos menos importância até é nos países que estão mais afastados de nós – e, quando eu digo «afastados», não é geograficamente; é em termos de interesse. Aquilo que se dá menos é a trica política interna. Mas, por exemplo: Espanha damos muito destaque, porque são os nossos vizinhos; EUA damos muito destaque, porque são os EUA; damos muito destaque ao Brasil, porque é um país irmão; damos muito destaque a países onde haja muitos portugueses a viver – França, e não-sei-quê; mas, se calhar, não damos destaque às tricas internas no Irão. Quer dizer, preocupamo-nos que o Ahmadinejad seja eleito, não é? É um revolucionário (e ainda bem que já não é [o líder]). Mas não é, assim, uma coisa aos nossos olhos tão importante quanto isso.

46. A nível da titulação: têm algum critério para criar os títulos? Dentro daquilo que é o mais importante do discurso é que…

Ou isso, ou fazemos uma chalaça, uma brincadeira. Às vezes, dá para fazer brincadeiras. E tem muito a ver também com o espaço que temos para o título.

47. Pois, mas esse aspeto eu não consigo, não consigo entrar muito, porque… (bom, eu já fico aflita com o material que tenho…). Depois, gostava de tentar perceber: a estrutura em pirâmide invertida ainda é a principal?

Não.

48. Já não é?

[Acena negativamente com a cabeça] Nas minhas notícias, então é que não é mesmo. Eu escrevo muito: para além de ser editora, escrevo todos os dias. Não. Eu conto uma história. E uma história… Quem conta uma história não diz: «era não-sei-quê; está a chover hoje, porque são…» Não. Não, não me preocupo nada.

49. Mas já não tem, então, a preocupação de o *lead* ter a ideia-chave?

Não.

50. E isso é relativamente recente?

Não. Acho que se foi transformando nisso. Eu acho que essa história de o *lead* ter a ideia-chave é um bocado aquela notícia fria de agência – e nós não somos uma agência, somos um jornal. E é uma notícia… O meu primeiro diretor aqui, que era meu professor na escola, dizia… Ensinou-me uma coisa (entre outras coisas, não é? Mas eu retive essencialmente uma): a objetividade não existe.

51. Sim, é verdade.

Portanto, como não existe, a gente… Não vou escrever o «onde, quem, como, não-sei-quê, porquê» (os cinco não-sei-quantos…), porque isso é chato e a notícia fica, às vezes, esgotada no *lead*, quando podemos contar uma história bem contada. Mas isso sou eu e é uma perspetiva minha; há quem ainda seja um bocadinho mais frio e não-sei-quê. Depende das pessoas. Não há, não é uma regra (dos cinco «quês» e não-sei-quê).

52. Até nem me estava a referir bem a isso, mas ao preocuparem-se em ter o principal da informação no início da notícia e, depois, irem…

Não é necessário, porque temos o título, que já diz coisas, e temos o pós-título, que diz outras coisas. O principal da informação está aí. Pronto.

53. *Okay*.

Depois, é contar a história. A meu ver. Até porque, se a história for uma seca, ninguém a vai ler.

54. Os jornalistas que tratam a ida dos Papas à ONU… Ah, para já: é tratado como Religião ou como Internacional?

É Internacional.

55. Sim, ao longo do tempo, creio que tem sido. E os jornalistas: costumam ser, normalmente, os mesmos ou é variável?

Não, é quem está. Não tem nada a ver. Na medida em que isto é política, a gente trata política como qualquer político!

56. Uma tendência para incluir informações contextuais: fazendo uma comparação entre os Papas e os líderes [governamentais] – e isto desde 65 até 2015 –, noto que existe (e isto é a minha interpretação; queria era que me dissesse se estou correta ou não), que há uma tendência para se dar informações contextuais. Por exemplo, pessoas que se manifestaram (nos [casos dos] Papas mais recentes) contra os casos de pedofilia, por exemplo; ou (no início acontecia muito) a quantidade de pessoas na rua, entusiasmadas por ver o Papa. Isso existe muito. Nos líderes governamentais não. Isso pode ter a ver com o facto de…

Porque o Papa anda na rua e os outros não.

57. Eu estava a pensar que o Papa estava a sair de um ambiente… Ou melhor: que estava a ir para um ambiente que, para ele, era relativamente «estranho», enquanto os líderes têm mais familiaridade. Pode ser [isso] ou não?

É isso que eu lhe estou a dizer: ele anda na rua e os outros não! Os outros são… Quer dizer, não há grande nota de reportagem sobre um fato e uma gravata cinzentas. Agora, quando o Papa sai, como é um líder religioso, tem sempre aquelas pessoas todas à volta – até dá fotografias maravilhosas. A última vez que ele foi a África – foi a Moçambique – tinha fotos fantásticas. Até vai mais pela fotografia do que pela notícia…

58. Pois…

Por exemplo – bom exemplo –, Moçambique: eu escrevi uma notícia sobre ele (ou duas), porque ele, num dos discursos que ele fez, apelou à importância da paz e do entendimento entre as pessoas – e isto *não* é discurso religioso, apesar de ser típico do discurso religioso. Isto tem um contexto, que é: Moçambique acabou de assinar um acordo de paz, ao fim de vinte anos ou trinta anos de conflito. E ele estava a apelar, especificamente, para estas pessoas. Isso é político.

59. E essa contextualização…

A gente dá, claro. Tem que ser. Nós não podemos partir do princípio que o leitor sabe o que nós sabemos.

60. Exato. Daí que às vezes acrescentem, por exemplo, uma caixa de texto a fazer uma contextualização.

Sim.

61. E a *Agence France-Presse* continua a ser bastante usada: pelo menos, em 2008…

Mas, agora não, nós já não a temos, infelizmente, porque é bem melhor do que a outra [a *Reuters*].

62. Mas acha que, com a evolução digital, o acesso a várias fontes de informação veio facilitar, de facto, o modo como se faz jornalismo?

Ah, claro! Até porque temos várias perspetivas. Não temos a notícia fria da agência, temos várias perspetivas. E ter várias perspetivas é poder ir buscar um jornal mais religioso, é poder

ir buscar um jornal mais leigo, é poder ir buscar um jornal de esquerda, um jornal de direita e tentar perceber como é que eles interpretam as coisas.

63. Normalmente, quanto tempo é que demora a fazer uma notícia de Internacional?

Ah, depende do tamanho da notícia.

64. Pois.

Se for uma notícia de uma página, pode demorar um dia inteiro. Porque nós temos de ler muito, muito, muito, muito. É óbvio que não temos contacto direto com as nossas fontes, mas temos que ler muito, muito, muito, muito, para podermos depois saber do que estamos a falar.

65. E estava-me a dizer que não há capacidade para enviar ninguém, não é? E isso prende-se com questões monetárias.

Sim.

66. Mas, da última vez em que conseguiram enviar alguém, qual foi o princípio: foi a importância do momento?

Foi a mudança de um Papa. Foi a eleição de um novo Papa.

67. Mas entenderam como um assunto importante?

Sim, claro! É óbvio! É um líder político mundial!

68. Pronto!

E é importante saber que este, por exemplo, é um Papa de esquerda, que vem da América Latina (o que é absolutamente inédito), que vem de uma corrente franciscana (e já não jesuíta) e isso tudo tem a ver com a forma como ele assume as posições dele e com as opiniões que ele tem. Com as defesas que ele tem – embora, às vezes, lhe «fuja o pé para a chinela», mas ele não deixa de ser Papa. Quer dizer…

69. E com Bento XVI isso não aconteceu?

Bento XVI era um Papa de direita, alemão. Radical [gesticula com a mão a ideia de rigidez].

70. Aí, não foi ninguém?

Não me lembro. Já foi há muito tempo. Não sei.

71. Então, tem sempre a ver com a importância do momento?

Claro!

72. O papel da transmissão dos [Discursos dos] Papas (que tem a ver com o que estávamos a dizer) à população: acha que o papel do Papa para os leitores portugueses, para a sociedade portuguesa, tem mudado ao longo do tempo? Tem-se vindo a perder? Ou não – mantém-se sempre como uma figura importante? Todas as vezes que o Papa continue a ir à ONU, vai ser sempre notícia?

Em princípio, sim. A não ser que ele vá para lá rezar o Pai Nosso – é notícia na mesma: seria ridículo. A importância que ele tem aos olhos das pessoas: é fácil ver quando eles vêm cá, sejam eles quais forem. Em Fátima, a quantidade de pessoas que eles arrastam. A importância deles é essa.

73. Portanto, só isso já fará com que seja notícia?

A voz deles… Portanto, é notícia… (é claro que é notícia quando ele vem cá, como é óbvio, não é?) É notícia… O facto de ele arrastar tanta gente, por motivos religiosos, faz com que ele seja ouvido. E, portanto, se ele tem opiniões políticas, e se tem recados políticos e sociais a dar,

eles estão a ser ouvidos. Daí a importância dele. Mas sem exageros. Até porque também teríamos de dar o Dalai Lama (que damos, quando ele fala, que é muito raro agora, cada vez mais, não é?); também teríamos de dar os ortodoxos…

74. Quando diz «têm de dar» é por causa da atualidade?

Da atualidade, sim. Porque razão é que havemos só de dar o Papa e não o Papa [Patriarca] ortodoxo? Porquê? Não deixa de ser um líder.

75. Sim, é verdade, mas estava a pensar… Por causa da nossa tradição maioritária… Isso não tem peso, então?

Não, os outros também são… chefes de Igrejas, não é?

76. Então, é sempre a importância do líder mais… Mais importante…?

Sim. É óbvio que a gente fala mais nesse [o Papa católico], porque ele até fala mais vezes do que os outros, não é? Mas também acontece falar dos ortodoxos, também acontece muito falar do Dalai Lama, que é uma religião muito específica. O islamismo não tem um líder, mas a gente tem o cuidado também de saber quais são os que estão mais em cima e dar também as posições deles quando elas são políticas. Sim.

77. No pós-25 de abril – porque um dos anos do Discurso (o primeiro de João Paulo II) foi em 79, portanto, a Revolução tinha sido há muito pouco tempo. A nível do jornalismo do *Jornal de Notícias* (não sei se me sabe responder a isso, mas…), pode ter havido alguma mudança?

Não faço a mais pequena ideia. Eu nem estava cá no país nessa altura. Portanto, não sei. É uma coisa que me ultrapassa completamente. Não sei. E nunca tive curiosidade de ir procurar esse tipo de coisas.

78. E em 95, como é que se pode caracterizar… Mesmo a profissão do jornalismo em Portugal? (Que é para eu perceber como é que tem…)

«Caracterizar», como assim?

79. Este tal acesso mais facilitado às fontes: isso mudou foi quando se deixou as agências e se começou a fazer um jornalismo mais próprio, da casa, ou sempre houve esse cuidado?

Sim, acho que sempre houve o cuidado de – pelo menos, desde que eu me lembre! – de trabalhar a informação. Acho que só houve uma fase aqui neste jornal (mas isso não conta para nada): foi uma fase em que houve aí uma reestruturação, muito estranha, em que mudou a direção, mudou tudo, e houve uma fase em que o Mundo deixou de ter gente a trabalhar e era feito pelas outras secções. E, aí, era mesmo só a *Lusa*. Mas foi uma fase muito curta. Depois, isto foi reorganizado e voltou a ser feito como deve ser.

80. E lembra-se, mais ou menos, qual foi o período?

Não é muito antigo. É, para aí, de há cinco ou seis anos para trás. Uma coisa assim. Mas foi uma fase de reestruturação, de convulsão, aqui, interna, que não tem nada a ver com nada, mas foi a secção que foi mais [sacrificada], na medida em que os nossos leitores leem, essencialmente, coisas locais e coisas daqui. Foi a secção que perdeu importância, por uma questão óbvia. Quando as coisas voltaram ao sítio, ela voltou a ser uma secção normal.

81. Ainda bem que me diz isso, que tinha uma pergunta importante para fazer: o *Jornal de Notícias* tem… (daquilo que eu consigo perceber em obras que existem já disponíveis), Tem uma característica diferente, não é? Porque o *Jornal de Notícias*, ao mesmo tempo que é um jornal regional, também é um jornal nacional.

Sim.

82. Sabe-me definir o *Jornal de Notícias*? É porque eu já vi em algumas obras que é um «jornalismo popular de qualidade». Já vi essa expressão.

Isso é o que dizem os nossos diretores. Eu, por acaso, não acho que seja um jornalismo popular. Mas pronto.

83. Como é que o caracterizaria?

É um jornal nacional que sabe que está implantado no Norte e que sabe que tem mais leitores no Norte, por oposição aos de Lisboa, que estão mais implantados em Lisboa. Tão simples quanto isso. Mas é um jornal nacional. Aliás, as nossas secções regionais abarcam o país todo. É óbvio que temos uma aqui, na edição do Porto, que é só notícias daqui da zona (do Grande Porto, não é?), e temos uma em Lisboa, que é só Lisboa. E depois temos sobre o país todo. Nós temos é muito noticiário local, porque é a única forma, muitas vezes, que as pessoas têm de ter notícias próximas – coisas que os outros jornais não têm («os outros»: também já não há muitos, também é verdade).

84. Mas a nível de conteúdo – porque esta expressão do «popular de qualidade» vem muito por aí: *o Jornal de Notícias* não é…

Não é um jornal para elites – é isso que me quer dizer?

85. Sim, de certa forma. Não é um *Correio da Manhã*, mas também não é um *DN*. Está um bocadinho no meio, certo? (Ou não? Ou eu estou a perceber mal?)

Eu só admito que se diga que é um jornal popular de qualidade se «popular» significar o alvo: o alvo popular significa que é para toda a gente.

86. Sim, sim. Eu entendo esta expressão dessa forma. E «de qualidade», depois, vem dizer que não é como o *Correio da Manhã*.

Não é bem por comparação. É «de qualidade», porque a gente faz as coisas como deve ser. Não é por comparação com ninguém. Se nós formos medir as páginas que são dedicadas a cada tipo de informação, vamos perceber que, se calhar, a maioria da informação é de âmbito nacional.

87. Sim. E depois tem o desporto.

Futebol (não é deporto).

88. E quando têm jornalistas jovens? Não sei: vêm muitos estagiários?

Vêm muitos estagiários, sim, mas, para o Mundo, são poucos. Normalmente, eles dizem as preferências deles, não é? A maior parte deles, vai para o noticiário local – e, a meu ver, é onde estão melhor, porque, assim, aprendem mesmo a fazer jornalismo. Vão para a rua, vão ter de telefonar aos bombeiros e aos polícias e fazer jornalismo sério. Dali, para cima, é que se passa para outras coisas.

89. Porque eu estava a pensar no que me estava a dizer na questão de fazer a contextualização…

É preciso saber.

90. Exato. Um jornalista jovem tem mais dificuldade.

Tem. Mas também, se perder duas ou três horas a ler sobre o assunto, vai ter a contextualização.

91. Ah, sim, é verdade. Mas diz-me que não é muito normal, não é?

Não: foram, para aí, cinco ou seis estagiários em três anos. O que é muito pouco: há secções que têm três de cada vez.

92. A nível do papel do *JN*: independentemente de se dirigir mais aos leitores aqui do… Não é só Porto, é Grande Porto – certo? E o Norte em si?

Não, é o Norte, todo o Norte. Toda a região Norte até Coimbra, sim.

93. No conhecimento da atualidade internacional – estas notícias sobre a presença do Papa na ONU e sobre a presença de outros líderes na ONU: quando faz uma notícia pensa, alguma vez, na importância que esse relato pode ter para o público? Acha que é a única forma… Agora, hoje em dia, temos a internet e temos a televisão, mas como é que caracterizaria esse papel da notícia sobre esses eventos?

Quer eu lhe diga? Nem é dos mais importantes. São sempre discursos de circunstância.

94. Sim, mas há um acompanhamento da atualidade internacional.

Sim, é só isso. Não podemos passar ao lado de uma Assembleia Geral da ONU. É impossível, não é?

95. Portanto, a Assembleia também tem o seu…

Sim, e tenho dúvidas de que a maior parte dos nossos leitores tenham algum interesse nisso. É uma coisa assim tão específica.

96. E não têm uma secção de Religião? Especificamente?

Não. Já tivemos: tínhamos uma página de Religião, que era do Rui Osório – que já morreu (por isso é que deixámos de ter) –, que era… Foi jornalista, chefe de redação desta casa, trabalhou sempre aqui. E, quando se reformou, manteve sempre a página dele da Religião. Era ele que a fazia, nós nem sequer tínhamos nada a ver com aquilo. E aí, sim: já tinha perspetivas mais religiosas. Ainda que ele também pegasse muito nas partes políticas dos discursos, ele também tinha mais uma perspetiva religiosa (e, realmente, ele era padre. Aliás, ele não era padre: ele era cónego).

97. E era uma vez por semana?

Era, ao domingo.

98. E não sabe dizer quando é que [terminou]… (confesso que não sei quando é que faleceu…)

Já foi há uns anos. Para aí, três anos.

99. Eu não vou jurar, mas eu acho que uma das notícias sobre o Papa Francisco à ONU, ou pelo menos naquela visita aos EUA, foi feita por ele.

[Procura a informação no *smartphone*] Está aqui: morreu há um ano (pensei que tivesse sido há mais tempo), em 2018, maio de 2018. Era d'*A Voz Portucalense* também, que era um jornal local.

100. A pressa na atividade pode prejudicar o trabalho de tradução – como têm de ir buscar informação a várias fontes?

Ah, prejudica claramente. Aliás, se vir a informação nos *sites* (que, muitas vezes, é feita, assim, em cima do joelho), tem muitas asneiras. E nós, às vezes, temos de dizer aos colegas do *online*: «não é bem assim…»

101. Porque aqui, no Internacional, estão divididos em *online* e em… Ou todos fazem tudo?

Não, nós temos uma secção de *online*, que tem pessoas específicas, e depois temos as outras secções, que, na medida em que podem, contribuem para o *online*. Mas, muitas vezes, como nós estamos a fazer trabalhos mais de fundo, não temos disponibilidade para estar a dar as notícias imediatas. Isso, aí, são eles, em geral. E, às vezes, há erros. Mas é a pressa, é: é tudo por uma questão de pressa. E o imediatismo. As notificações e as redes estragaram o jornalismo. Acabou.

102. Mas na edição em papel: ainda conseguem fazer tudo com relativa calma ou a pressa também… (porque o jornalismo é um bocadinho uma atividade com pressa, com stresse, não é?)

Mas faz-se com calma, consegue-se, sim. Quer dizer: depende da quantidade de trabalho. Se eu tiver de escrever três páginas, tenho de dar à perna, não é? Mas, apesar de tudo, ainda temos calma o suficiente.

103. Com quanto tempo é que começam a preparar? Por exemplo, o Papa vai à ONU amanhã – e é uma coisa que já está agendada – e vão noticiar o Discurso no dia a seguir (certo?)

Depois de ele falar. É só isso.

104. Pronto. Mas a informação no *site* do Vaticano fica disponível com que antecedência, sabe?

Eu nem sei se ela fica com antecedência: a gente faz as coisas *a posteriori*, neste caso.

105. No próprio dia.

Sim.

106. Então, tem aquele dia todo a trabalhar e sai de manhã.

Depois de ele falar. Se ele falar à noite, temos meia dúzia de minutos, não é?

107. Pois, mas era essa a minha questão… Ah, pois, mas, se vai aos jornais, tem de esperar que os jornais publiquem…

Pois.

108. Estava a pensar (mas isto é não ter conhecimento de causa…) que, como já era agendado, se calhar no *site* do Vaticano estaria disponível com alguma antecedência.[3]

Acho que não. Acho que não, não sei.

109. Sim: trabalham naquele dia e…

Sim.

110. E, muitas vezes, saem à hora que saírem? Tem de ser assim?

Às vezes, tem, mas não é por causa do Papa. Não há de ser por causa do Papa. Se ele não falar, não falou. Paciência, faz-se amanhã. Mas, sim, normalmente em casos de desastres e coisas assim. E de eleições.

111. Ah… As americanas – deve acontecer muito.

Qualquer uma. As espanholas, também. Estivemos aqui até à meia-noite.

[3] Mais tarde é que viríamos a receber os esclarecimentos do Cardeal Pietro Parolin quanto à disponibilização dos textos oficiais à comunicação social, em geral.

112. E os leitores nunca se manifestaram relativamente aos temas de religião? Como é um jornal mais pequeno…

A mim, diretamente, não. Não sei, não faço ideia. Mas isto também não é um jornal religioso, portanto…

113. Sim, sim. Não, digo é… Por exemplo, na minha terra, eu, como tenho o *Diário dos Açores* (que vou incluir também na tese, porque queria ter um jornal da minha ilha)… Bem, é um meio mais pequeno ainda, mas também é um jornal regional. E achei curioso que… O diretor disse que ainda hoje mantêm a página dominical sobre Religião – com a leitura do dia, com o Evangelho, etc. – e que, quando não vem, há pessoas que ligam para lá a refilar!

Porque estão habituadas a isso.

114. Pois! Aqui não…?

Aqui não.

115. Já se perdeu…

[Acena afirmativamente com a cabeça] Ainda bem. Para religião, leem a *Ecclesia*, não leem o *Jornal de Notícias*!

116. Ah, a *Agência Ecclesia* também é uma fonte?

Também é uma fonte. Até porque, às vezes, têm uma outra noção das coisas do Vaticano, que ajuda também.

117. E já confia mais nessa tradução?

Tenho de confirmar na mesma. Vou ver o que os jornais dizem, porque, às vezes, é…

118. Não transmite aquilo que quer.

Transmite, mas mal dito. Às vezes, parece…

119. Explique-me um bocadinho melhor, se faz favor…

Às vezes, parece traduzido pelos estudantes do secundário.

120. Ah… Está literal, é isso? Soa mal?

Sim.

121. *Okay*. Não está fluente.

[Acena afirmativamente com a cabeça] Agora, não sei quem é que faz aquilo. Não sei. Portanto… E, também… (quer dizer: fazem muito melhor do que eu, que não percebo italiano).

122. Para mim, eu estou a achar muito difícil fazer esta junção das várias fontes e criar o artigo em tão pouco tempo, mas deve estar *hiper* habituada…

Estamos habituados. Pois. Estamos muito habituados.

123. Faz parte do dia a dia.

[Acena afirmativamente com a cabeça].

124. Se fizesse uma perspetiva do futuro: por exemplo, se pudesse adivinhar o que é que o Papa falaria em breve se fosse amanhã à ONU (ou na próxima semana à ONU), de que é que iria falar? Tendo em conta estado do mundo, as suas apostas seriam…

Iria dizer umas coisas quaisquer sobre a América Latina, porque ele tem aquilo muito a peito; falaria do que falou agora no Japão, não, na Tailândia, do clima; e… Do clima, portanto, dos conflitos sociais e das guerras. Basicamente iria ser isso. Ele, agora, tem dado mais destaque ao clima, como é óbvio (está tudo a arder e está tudo…). Mas, sim: provavelmente, falaria essencialmente do clima.

125. E o *JN* também iria pegar nestes temas?

Sim.

126. Se o Donald Trump fosse agora outra vez [à ONU], para si…

O problema dele é que ele é tão estúpido que não falta matéria: a gente podia escrever um dicionário de cinco volumes sobre cada discurso dele, não é? Porque ele fala de tudo e não fala de nada, e depois diz asneiras, e depois contradiz-se, depois mente… Tudo isto dá uma análise gigantesca. O Papa não: o Papa é concreto. Isso, toda a gente sabe. Alerta para o perigo.

127. Então, deve ser mais difícil fazer um artigo sobre o Trump. Para definir… Se ele se baralha, para definir qual é o ângulo?

Não! Consegue-se. E é mais divertido.

128. Vão buscar o ridículo, não é?

Muitas vezes, sim.

129. Pois. Porque o ridículo é notícia.

É sempre. Principalmente vindo do Presidente dos EUA.

130. Pois é. Mas Vladimir Putin já é mais específico?

Mas esse não faz asneiras.

131. Pois não.

Esse nunca foi ridículo. É provavelmente o líder mais inteligente nesta altura no mundo. Brilhante, aquele homem! Goste-se ou não se goste dele. Ele não faz asneiras, não diz asneiras. E o que ele diz, sim, tem a sua importância, mas não é muito difícil de interpretar. É fácil.

132. A informação de Putin, a que fontes é que vai (se não é indiscrição…)?

As agências russas têm versões inglesas.

133. Ai é?

É. Mas, se não, em qualquer parte.

134. Têm sempre um filtro, não é?

Sim.

135. Aquilo que vão buscar já está filtrado: seja por um jornal, seja por uma agência.

Sim, como é óbvio. A Rússia até nem é dos mais difíceis – a China é mais complicado. Tudo o que sai da China sai dos órgãos oficiais do Partido Comunista.

136. Realmente, nunca tinha pensado nessa perspetiva. E, por acaso, tinha a sensação de que se baseavam muito mais nas agências do que me está a dizer. Quer dizer: não deixa de se basear, mas faz sempre um…

Nós só temos uma: a *Reuters* (além da *Lusa*, mas não interessa para o caso. No Internacional, só interessa para as comunidades portuguesas. Tudo o que é África, CPLP, PALOPs – isso, sim. Fora disso, não). Só temos uma, que é a *Reuters*, que tem uma perspetiva mais anglo-

saxónica das coisas e mais económica. Portanto, para nós, não é tão interessante quanto isso. E, se nós formos aos outros jornais (jornais internacionais), nós vamos conseguir (e eles, às vezes, limitam-se também a pegar em agências), temos como fonte, através deles, a *AFP*, a *EFE*, a *AP* (a *AP* é uma agência que ainda uso: é via internet, aqueles…). Essas agências mais… Que nós não temos e que são boas. São perspetivas sempre… diferentes. Não é propriamente a perspetiva de um jornal só, é de toda a informação que eles conseguem ir buscar e nós não. Ainda estamos em Portugal, não é?

137. Pois. Sim. E a crise da imprensa também veio fazer, obrigar a isso, não é?

Cortou-nos agências. Nós tínhamos duas, pelo menos, e agora só temos uma.

138. E, depois, a tal [in]capacidade de saírem e de irem…

Ah, sim. Tenho colegas que chegaram a ir para guerras e para coisas assim. Eu estive no tsunami, nos bons tempos áureos. Agora, não.

139. Mas acha que isso piorou a qualidade ou… Em termos de qualidade, isso teve reflexo?

Depende daquilo que se pretende: em termos de qualidade de reportagem, sim, de impressão do local. Em termos de reportar aquilo que é dito ou que acontece, acho que não faz grande diferença, porque estar lá, no terreno, é estar longe, por exemplo, das intervenções dos políticos e dessas coisas. A gente não as ouve quando está no terreno, não é? E, aqui [na redação], temos acesso a elas. É diferente, é uma forma diferente de ver as coisas.

140. O estar no sítio é dar um olhar mais pessoal sobre aquilo que acontece.

Sim.

141. Mas isso, também… Seria necessário que o jornal em si… Que tivessem mais espaço para escrever…

E que se justificasse, não é? Até que ponto é que os leitores querem saber o que é que *eu* acho da cor da camisola de uma criança que está na Síria?

142. Pois…

Havendo dinheiro, sim. Não há, não há. E eu acho que… É o que se pode arranjar.

Entrevista ao diretor do *Diário dos Açores* (*DA*), Paulo Viveiros – sede dos jornais *Diário dos Açores* e *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 4 julho 2019

1. Como tinha avançado no contacto por *email* que mantivemos, o propósito desta entrevista prende-se com o modo como o *Diário dos Açores* tem feito, ao longo dos tempos, a cobertura de assuntos da atualidade internacional (em geral) e relacionados com a Santa Sé (em particular).

Do que lhe posso dizer em relação à evolução da forma de se fazer coberturas jornalísticas, a imprensa evoluiu a par da evolução tecnológica também. A década de oitenta, por exemplo, foi muito marcada pelas agências noticiosas – no caso de Portugal, a *Lusa* era fundamental para se ter acesso às notícias nacionais e internacionais, porque a internet… Não havia! E, portanto, o acesso era muito difícil. A partir do momento em que começamos a ter acesso, através da internet, ao mundo global, as coisas alteram-se e as próprias agências perdem algum peso na informação que tinham e nos serviços que prestavam aos jornais da região. Passámos a ir diretamente às fontes. Todas as grandes instituições passam a disponibilizar *sites* com informações atualizadas; o próprio Vaticano, a Igreja em Portugal tem *site*s próprios com muita informação – isto no caso da religião –; as instituições europeias – a União Europeia tem muita informação, nas várias línguas, incluindo o português. E, portanto, na parte da informação internacional, passa-se a ter um acesso variado diretamente na fonte. Recuando, a impressão que tenho em relação ao que se passava anteriormente é a de que: por exemplo, no caso do *Diário dos Açores*, os diretores naquela altura baseavam-se muito numa troca de informação direta com pessoas amigas que tinham no país ou até fora, no estrangeiro. Havia muita correspondência. A velocidade da informação era muito lenta, mas havia essa necessidade, porque não se sabia nada. Quer dizer: estávamos aqui isolados e a ideia que tenho é que havia muita correspondência: uma rede de amizades, de amigos, de conhecidos… Trocavam informação, recortes de revistas estrangeiras (que vinham nas cartas) e, a partir daí, desenvolviam algumas notícias internacionais.

2. Um dos meus parâmetros de estudo é a parte mais cultural: a viagem dos Papas é aos EUA, portanto, quero tentar ver se a nossa [i.e., dos açorianos] afinidade com os EUA – dada a carga histórica da emigração – pode ter tido alguma influência (ou não) na importância que foi dada à cobertura jornalística do evento. Tendo em conta que tínhamos muita gente nos EUA (e ainda temos), acha que terá sido um fator facilitador, para nós [i.e., para a imprensa açoriana] recebermos a informação?

É provável que sim. Lá está: através desses contactos diretos muita coisa acontecia. É difícil saber, no nosso caso concreto, historicamente, como é que as coisas funcionavam, mas temos essa noção de que muito se baseava nesse contacto. E, portanto… Mesmo depois o processo de… Esta evolução toda acontece tanto ao nível da informação como ao nível tecnológico, na forma como se faziam os jornais: passou-se dos chumbos e das máquinas com as letras a chumbo por diversas etapas. Nós temos aí em arquivo – depois posso-lhe mostrar – as peças antigas. A forma como vinham: eram fotografias, de recortes, que eram passadas para chapas. Eles tinham o seu arquivo jornalístico com aquelas imagens que mais se usavam, em termos de referência, e que eram publicadas, porque não havia acesso a fotografias como há hoje. E a informação não era idêntica: o acesso seria sempre condicionado. Isto, de uma forma geral, passava-se em todos os jornais da região. As características e as condições de trabalho e de acesso à informação eram idênticas para todos.

3. E em termos de correspondentes: como é que…

Digamos que, correspondente com ligação direta ao jornal, eu acho que… «Correspondente» tem o sentido de pessoa que trabalha para o jornal. A nossa dimensão do *Diário dos Açores* em termos de imprensa nunca permitiu que financeiramente pudéssemos ter uma rede de colaboradores ou correspondentes noutros sítios. O que houve sempre foi pessoas que faziam artigos de opinião e que eram colaboradoras do jornal de forma gratuita, mas que não passavam de artigos de opinião. Em muitas dessas pessoas, e nalguns artigos de opinião, vê-se que havia uma preocupação de alguns deles – mas isso inerente a eles – em dar um tipo de informação o mais baseado possível em factos e em coisas que pudessem comprovar, etc.; noutros, era apenas uma opinião vaga sobre determinados assuntos. Correspondente não havia; havia era estes colaboradores e estes colaboradores também passavam, naquela altura, por esta rede de amizades, com cartas de um lado para o outro, em que às vezes vinha o artigo de opinião, mas também, de repente, vinha um recorte: «olha, se quiseres ter em atenção este aspeto», «tive aqui acesso a um catálogo ou a uma brochura disto ou a uma revista que trazia isto»…

4. E eram jornalistas ou escritores….?

Não, eram pessoas ligadas normalmente às Letras: quem gostava de escrever naquela altura. Até porque, naquela altura, quem tinha estudos era uma pequena minoria da população. Portanto, normalmente eram pessoas que tinham já alguma formação e que se «mexiam» mais no meio da escrita.

5. E que tinham conhecimentos linguísticos.

Exatamente, exatamente. E, aí, forma-se essa rede de amizades. Não sei como é que elas aconteciam: se era por intermédio de outras pessoas que, provavelmente, diziam: «olha, nos Açores, em S. Miguel, tenho um primo, tenho um amigo…»

6. Então, sempre que num artigo do *Diário dos Açores* mais antigo não estiver indicada a agência [de notícias], posso partir do princípio de que poderá ter havido…?

Não, porque a agência não obriga… A agência noticiosa, como é um serviço pago pelo jornal, nós, a partir do momento que temos o licenciamento para utilização da notícia, podemos fazê-lo de forma livre. Portanto, é um serviço pago mensalmente e, a partir daí, podemos cortá-la, podemos até complementá-la com outra notícia. E não é necessário fazer referência – nem era feito; de uma maneira geral, não era feita essa referência. Hoje em dia, é que já existe um bocado essa referência, talvez porque também existem muitas fontes e, às vezes, para se situar que aquela fonte é de uma agência noticiosa, que poderá ser mais credível do que outra fonte qualquer. Provavelmente. Mas isso, aí, são evoluções da própria comunicação e do facto de, hoje, haver um acesso a muita informação – e muita dela não é credível.

7. Corrija-me se estiver errada, mas, pela análise que já fiz – e, inicialmente, ia incluir o *Açoriano Oriental*, mas depois desisti: para já, porque eram muitos jornais; depois, porque o *Açoriano Oriental,* em 1965, era semanário; portanto, não iria conseguir… Não fazia sentido, pois interessa-me o conceito de «agência», que é: tem a ver com as opções que os jornais fazem. E o que noto é que existe uma grande diferença entre o *Diário dos Açores* e o *Açoriano Oriental*: o *Açoriano Oriental*, nos últimos anos, basicamente tem apresentado o texto da *Lusa* (aliás, indica «LUSA/AO»). Portanto, ali, em termos de opções jornalísticas do jornal, não existem. E, aqui, no *Diário*, já noto que há essa preocupação. Isso sempre foi uma

preocupação do jornal: tratar os assuntos? Receber as informações, mas tratar os assuntos?

Sim, sempre foi e eu julgo que, em relação aos outros jornais, sempre houve essa preocupação. O problema é que, hoje em dia, é difícil fazer o tratamento, porque a velocidade da informação é de tal ordem que ela chega e tem de sair rápido: tem de ir para os *sites*, tem de ir para os «facebooks»… Se não, ela perde validade.

8. Pois é…

O problema é que, antigamente, uma notícia tinha validade, no mínimo… Portanto, era feita hoje para sair amanhã: tinha validade durante o dia todo. O seu final de validade era no final do dia. Hoje em dia, não: é ao minuto. E os jornais não podem competir com essa velocidade: os jornais são feitos, pelo menos, a edição em papel continua a ser feita para sair no dia a seguir. Os jornais regionais, a partir da altura da internet e disso tudo, deixaram de ter… Uma parte das suas secções passou a ter menos importância. A secção Nacional e Internacional são secções que perderam algum peso no jornal em formato papel, porque, a qualquer hora, a qualquer momento, somos bombardeados… As rádios… Antigamente, havia muito poucas rádios, havia poucos canais televisivos; hoje em dia, são imensos. A pessoa liga, a todo o momento, qualquer canal, qualquer televisão, está a ser bombardeado, minuto a minuto. Entra na internet, consulta os *sites* que quer em qualquer parte do mundo e tem lá a informação toda. Nós, aqui, tivemos de nos especializar naquilo que os outros não conseguem fazer, que é a parte regional. Os jornais do continente só fazem coisas de âmbito regional se for um acontecimento de grande importância. Mas, aí, às vezes utilizam jornais regionais, porque existe um conjunto de parcerias estabelecidas e, nessas alturas, «epá, vocês acompanham aí essa matéria, por favor mandem-nos coisas que a gente precisa e tal.» E nós, nessas colaborações, também usamos coisas de lá. Agora, este facto fez com que essa evolução acontecesse. A internet mudou aqui muita coisa. A preocupação que havia antigamente de se fazer o tratamento regional – como ainda se faz – existia de alguma forma em relação ao nacional e ao internacional, embora… É difícil fazer o tratamento de coisas mais ao longe: nós tínhamos de nos basear naquilo que vinha e a que tínhamos acesso. Podíamos complementar as notícias, juntá-las e fazer um tratamento noticioso diferente, mas também não podia passar muito mais disso, porque o acontecimento é lá ao fundo, lá fora, noutro sítio; acontecimentos aqui à porta, vai lá o jornalista, fala com a pessoa diretamente, ouve declarações de A, B e C e constrói uma peça. É outra forma de trabalhar; consegue-se desta forma o que não se consegue com informações nacionais e internacionais. Portanto, logo à partida, estes factos alteram aqui as coisas. E em relação às vindas dos Papas, o tratamento também teria de ser baseado naquilo que… Ou nas parecerias que havia com outras entidades ou colaboradores, porque estávamos ao longe. Quer dizer… A não ser quando o Papa veio cá!

9. Sim, pois é.

Quando veio cá, aí, foi diferente: fizeram a notícia como um acontecimento local.

10. Os padres também eram uns dos principais colaboradores, quando eram assuntos religiosos.

Sim, sim. E ainda hoje há muitos padres que continuam a escrever, embora… Isso também tem a ver com a linha editorial dos jornais. Por exemplo, o *Diário dos Açores* sempre teve uma abordagem que abrange muito as questões religiosas, nomeadamente do catolicismo, que é a que existe maioritariamente em Portugal. E, portanto, consegue-se

ver bem no *Diário dos Açores* essa abertura que às vezes não se vê tanto noutros jornais aqui de S. Miguel. Continuamos a ter… O *Diário dos Açores* atualmente continua a ter, ou continua a publicar de há uns tempos para cá um suplemento ao domingo, de duas páginas, coordenado por um padre, com acontecimentos da Igreja localmente, a nível de cá. E, portanto, tem esse cariz e mantém-no. Antes, tinha páginas dedicadas… Normalmente ao domingo, havia sempre uma página de informação religiosa.

11. E a leitura do dia…

A leitura do dia… Pronto. E porquê? O *Diário dos Açores* caracteriza-se pelo facto de ter no seu leque de assinantes pessoas de idade mais avançada e que gostam de determinadas rubricas e, portanto, sempre se foi mantendo. Ainda hoje em dia, mantém-se, mas talvez porque já faz parte da essência do jornal.

12. É uma questão cultural e ideológica.

É! É, é. E…

13. E essas pessoas alguma vez manifestaram a sua opinião ou mostraram agrado por esses conteúdos?

Sim, sim, sim! Mostram! E alguns até fazem um reparo pontual ou outro: se veem alguma coisa que não está assim correta ou… Reagem! Há reações. E, às vezes, se por alguma falha de uma informação que não chegava não se publicava num determinado domingo uma determinada informação que era habitual, reagiam: «ah, porque é que no domingo não saiu? A gente não viu, não-sei-quê…» E lá se explicava. Telefonavam para aqui a perguntar.

14. Que engraçado.

É, existe essa relação. Hoje em dia, os leitores mudaram também. Com esta evolução tecnológica, isto muda tudo. E a própria imprensa passa, nos dias de hoje, desde a última década, por uma crise tremenda em vários países. A crise é generalizada, desde os EUA, passando pela Europa e, eventualmente, por outros países. Os conteúdos e a forma… Lá está: a imprensa vive ou subsiste à conta da publicidade, que complementa a parte informativa. Portanto, o cliente compra o jornal para se informar e, depois, na parte comercial, os comerciantes utilizam esse veículo para promover os seus conteúdos. O conceito que existia mudou também: hoje em dia, com a internet, as empresas têm os seus *sites*; ao longo das décadas foram aparecendo formas de se publicitar os produtos das empresas de forma alternativa – *outdoors*, etc. E isto deslocou um conjunto de publicidade que estava afeta à comunicação social, nomeadamente à imprensa, para outros meios. Isto faz com que a subsistência destes jornais seja posta em causa de certa forma, que fique mais débil. As redações foram obrigadas a ser reduzidas, etc. Os equipamentos também fizeram com que… – e sem ser só na parte das redações, pois isto era uma atividade que, antes da evolução tecnológica que existe atualmente, exigia muito mais mão de obra em montagens de jornais, nas paginações, etc., e depois na parte da impressão. Isto foi tudo alterado e a mão de obra reduziu nessas áreas. Mas, na parte jornalística, na parte da redação, [a mão de obra] é reduzida, não por haver esta evolução tecnológica, mas por necessidade, pela falta de sustentabilidade quando há quebras nas publicidades. Pronto. E isto mete em risco várias coisas: o tipo de informação que se faz; depois, as empresas que detêm os jornais têm também de ocupar os outros espaços de informação laterais, utilizando a internet e as redes sociais para captar a publicidade que existe nessas plataformas, porque, se foram buscar ao papel uma parte dessa publicidade e ela agora se encontra espalhada na internet, esses órgãos de informação montam os seus «facebooks»

e outras redes sociais e tentam ir buscá-la. Mas há aqui um problema: é que toda a informação que, hoje em dia, se vê… O tipo de informação que existe *online* é uma informação muito diferente da informação que existe no papel. Uma notícia do tamanho desta meia-folha de A4 num jornal a pessoa lê; na internet já não lê. Isto é muito texto para a internet.

15. Pois é.

Um tema mais «cinzento», mais pesado, que possa ter o seu interesse, mas que não seja apelativo logo assim à leitura, que seja uma coisa… Se for posto *online*, passa ao lado, ninguém lê. Isto faz com que, por exemplo, no caso das empresas de comunicação social, tenham dois tipos de linhas editoriais: a linha editorial do papel e a linha editorial *online*. A linha editorial *online* são dois parágrafos e um título muito chamativo. E a triagem das informações: as informações mais «cinzentas» ficam para o papel, nem vão para [o *online*]; as informações de menor qualidade – que, muitas vezes, são intituladas de «lixo», porque, na realidade, aquilo quase que não é informação – têm muito sucesso nas redes sociais e no *online*. E, como as empresas precisam dos «likes» e não-sei-quê para terem os relatórios e irem ter com os clientes e venderem espaços publicitários, há dois tipos de informação. Isto cria problemas para o futuro, porque, se as novas gerações só veem informação *online* e cada vez menos veem em papel, significa que a informação de melhor qualidade, que está no papel, eles não a leem; a informação que é considerada «lixo» ou de menor importância é a que está no *online* e é a que é consumida. E a que é consumida com maior incidência ainda é a pior delas todas! Um título «maluco» em determinadas situações faz com que aquilo… Comentários negativos ou positivos, isso não interessa, porque, para o editor, o que interessa é a reação: seja positiva ou negativa, para ele… O conjunto de reações, de cliques, é que faz a estatística e a estatística não vem dizer se é mau ou se é bom. Só diz: «duzentas mil pessoas viram isto». *Okay*. E o comerciante diz: «eh, eu quero estar aí com um quadrado – duzentas mil pessoas vão ver depois o meu produto!» Portanto, se é bom, se é mau, isso…

16. Não interessa.

Já não interessa. E, portanto, isto terá o seu efeito e o seu impacto daqui a dez, quinze, vinte anos nos jovens de hoje em dia, que depois serão pessoas que terão cargos de coordenação, de chefia e não só. Mas pronto. E depois há um problema: hoje em dia, um jovem vê essas coisas de forma muito instantânea. Eles olham para um texto: se for grande, já não têm paciência para ler. A ginástica mental nas notícias e nas informações *online* é curta e, como a atenção das pessoas hoje em dia é muito ligeira, isto vai ter o seu impacto negativo. Um jovem que hoje em dia não consegue ler um texto um bocadinho maior não tem grau de concentração suficiente e, se treina a sua mente só com coisas pequenas, amanhã, quando tiver um trabalho que lhe deem um relatório para ler, não lê. Não consegue. Ou, se lê, não percebe aquilo, porque a ginástica mental e o tipo de leitura que ele faz hoje em dia é uma leitura do piorio. Mas já nos estamos aqui a afastar um bocadinho da sua…

17. Mas, vindo nesta linha: a pirâmide invertida, então, ainda é a principal?

Sim, sim, sim.

18. Se bem que, em 2015, o *Diário de Notícias* fez… (eu tenho três jornais: o *Diário de Notícias*, o *Jornal de Notícias* e o *Diário dos Açores*) Acho que é um bocadinho para prender a atenção: indica um tópico no *lead* e depois só fala no tópico no final de texto.

Pois, lá está.

19. Para prender a atenção, para ver se a pessoa lê tudo.

Exatamente.

20. São estratégias!

São, mas às vezes nem sempre resultam. Porque a pessoa está à procura de uma coisa, lê as primeiras três linhas, quatro linhas: se não está lá, às vezes nem lê o resto.

21. Mas nunca se consegue saber, não é?

Pois não, não se consegue. O *Diário de Notícias* é um bocado esta situação: agora, mantém a edição em papel só aos fins de semana à conta desta questão toda que eu estive aqui a referir.

22. Exatamente, exatamente.

Lá está. E…

23. Desculpe interromper: costuma a ser uma referência ainda [para o *Diário dos Açores*]? Porque, historicamente, o *Diário dos Açores* tentou transportar o modelo do *Diário de Notícias* para a região.

Tentou, sim, tentou.

24. E ainda hoje isso acontece: seguem, veem o que publica?

Nós vemos os jornais todos de uma forma geral, acompanhamos de forma geral. Agora, no caso do *Diário de Notícias*, o *Diário de Notícias* tem uma parceria com – aliás, é mais do que uma parceria: o *Açoriano Oriental* pertence ao grupo do *Diário de Notícias*. E eles partilham informações de forma muito acentuada. Nós acompanhamos, mas acompanhamos com a distância relativa de… Essencialmente, o que nos interessa atualmente aqui no meio dos jornais regionais passa a ser um enfoque na atualidade regional. A notícia nacional, sim senhor, é importante, nós damos as notícias do dia mais importantes, mas sabemos que o impacto… Ninguém que quer saber sobre uma notícia importante do dia vai ficar à espera do *Diário dos Açores* para ler essa notícia. De âmbito nacional, não vai. E em termos internacionais a mesma coisa.

25. É pior ainda, se calhar…

[Acena afirmativamente com a cabeça] Então, o que é que eles [leitores] vão ler? Vão ler a parte regional, que é o que lhes interessa. Depois leem, não quer dizer que não leiam as outras, vêm por acréscimo – estão ali. «Ah, e tal, já li as notícias principais; já agora, deixa cá dar uma vista de olhos…» Mas é um subproduto; já não é a parte do produto em si, a parte principal. A parte principal do produto é a notícia regional. E os jornais regionais, a importância que eles têm atualmente é virada essencialmente para o facto de eles trabalharem a parte regional. Claro que a parte regional também tem os seus problemas: hoje em dia, existem acessos *online* e as notícias do dia saem todos os dias, a toda a hora no *online*, antes de saírem no jornal… Claro que aí há uns anos atrás era mais confortável. Chegava-nos, por exemplo, uma informação que era distribuída pelos jornais todos e pelos órgãos de comunicação social, de uma forma geral, mas, como não havia essa velocidade de informação tão rápida, nós quando saíamos com ela no dia a seguir estávamos dentro do prazo. A televisão, se calhar… À noite, o *Telejornal*, se calhar, já avançava com alguma coisa e os jornais no dia a seguir avançavam. As rádios também

eventualmente avançavam. Pronto. Mas agora, os noticiários de rádio: antigamente, as rádios tinham um noticiário de manhã e outro ao almoço; agora, de hora a hora ou de meia em meia-hora fazem um *take* noticioso de atualizações. Portanto, a informação corre muito depressa.

26. Mas, em 65, a informação dada pelos nossos jornais sobre a atualidade internacional era privilegiada, não é?

Sim, sim, sim.

27. Provavelmente, seria a única fonte [de recolha de informações sobre tais acontecimentos]…

Sim, sim! E, naquela altura, mesmo a regional também era. Era tudo, porque a televisão tinha… Quer dizer: quando chegou, tinha a sua importância, mas a televisão regional, quando arranca… Para já, abria às seis da tarde e a emissão era de poucas horas – até às dez e tal, onze horas. E depois, nesse leque de informações – e durante anos foi curto – havia um ponto de informação regional, que era o *Telejornal*, a que as pessoas religiosamente assistiam. Mas a produção de notícias televisivas, naquela altura, para ir para o ar era complexa. Tecnicamente era complexa: tinham as câmaras de filmar, depois tinham processos para passar para não-sei-quê e… Hoje em dia é que é tudo muito rápido, com as tecnologias, e, na hora, eles rapidamente... Mas eles tinham de editar aquilo e depois passar para vários planos… As entrevistas eram feitas, muitas delas, não saíam no mesmo dia à noite no *Telejornal* ou no dia a seguir; muitas vezes levavam três, quatro dias até sair, porque aquilo tinha os seus procedimentos internos. Por isso, os jornais também estavam ali na atualidade, taco-a-taco com as notícias do dia. Hoje em dia, os jornais têm é notícias que são só suas. E essas são notícias que foram feitas com trabalho de casa: entrevistas a pessoas, investigações feitas sobre determinado tema, que depois saem. Hoje em dia, se virmos, a pessoa para estar informada em relação às notícias regionais tem de acompanhar a televisão, a rádio (essencialmente a rádio pública, porque as outras têm redações mais pequenas e, às vezes, estão mais viradas para questões lúdicas do que para questões informativas) e os jornais – pelo menos, os três jornais, e estou a falar aqui de S. Miguel [ou seja: o *Diário dos Açores*, o *Açoriano Oriental* e o *Correio dos Açores*]. Tem de acompanhar, pelo menos, a leitura dos três jornais diários. Porque cada um deles traz as suas coisas diferentes em termos regionais. Traz aquilo que é comum a todos – por exemplo, um comunicado do Governo sai em todos; as câmaras municipais mandam informação para as redações, sai em todos; uma associação que desempenha um papel social importante manda, também sai em todos. Agora, há outro trabalho que não sai em todos: há trabalho próprio, de casa. E esse trabalho de casa sai todos os dias: uma peça ou outra (ou duas ou três) e que são o trabalho de casa. E sai cada um com o seu trabalho. Portanto, se a pessoa quiser ter uma abrangência, tem de consultar os três. Pronto. No fundo…

28. Eu tenho cinco pontificados – ou melhor: quatro pontificados, cinco viagens [dos Papas] à ONU. Se nós quiséssemos caracterizar a forma de existir do *Diário dos Açores* em cada uma delas, em 65 era um trabalho primordial, muito importante para a sociedade e na transmissão dos conhecimentos [acena afirmativamente com a cabeça na indicação de cada uma destas características]. **No pós-25 de abril, em 1979, como é que nós podemos caracterizar? Continua a ser importante…?**

Sim, para os Açores e para os açorianos, qualquer questão religiosa era muito importante – ainda hoje em dia é. Ainda para mais ligada à ida do Papa para qualquer lado. A forma

de acompanhar isso é que mudou muito. Se nós chegarmos aí a partir de oitentas, a forma de acompanhar tornou-se mais fácil.

29. Em 95 já se nota uma grande diferença?

Em 95 então, aí, o acesso é instantâneo. Para trás, houve sempre a preocupação de acompanhar. Quem tinha acesso, aí, a notícias vindas do continente eram pessoas que compravam jornais do continente: o *Expresso*, o *Diário de Notícias*… Já na década de, em finais de oitentas. Eram enviados, e era uma ou duas tabacarias aí que os tinham, e havia sempre uma parte da população, por mínima que fosse, que tinha um acesso mais facilitado a essa informação. O resto da população acabava por ir acompanhando nos jornais regionais, porque depois diluía-se nos jornais regionais o que vinha de fora. Agora, à medida que as questões foram sendo abrangentes e a globalização foi acontecendo, o acesso tornou-se mais facilitado.

30. A partir de 95, então, já há esse ponto de viragem.

Sim, sim, sim.

31. E a nível de perfil do público: é possível traçar um perfil ao longo deste tempo? Os vossos leitores: em 65 e 79, eu deduzo que terão sido as pessoas que tinham maior escolaridade.

Sim.

32. E ao longo do tempo? Como foi evoluindo?

Ao longo do tempo, evoluiu da seguinte forma: naquilo que se consegue perceber, há uma classe média e média-alta da sociedade que acompanha, que está bem informada. Mas mesmo o padrão da classe média e média-alta mudou da década de oitenta para cá: em meados da década de oitenta, as coisas mudaram. Mudaram no sentido… (deixe ver se eu consigo explicar…) À medida que o desenvolvimento económico acontecia e que as famílias estabilizavam, conseguiam mandar os filhos estudar para fora, os filhos já vinham com outra bagagem, portanto, isto vai introduzindo, até mesmo no seio da própria família, alterações, visões diferentes, etc. Os filhos vêm, contam coisas; depois, os pais vão visitar os filhos… Quer dizer, há aqui um padrão que depois muda: de uma sociedade tradicional, fechada, vai começando a haver uma abertura, uma classe média/ média-alta mais aberta, mais informada – informada, não é que eles não fossem informados; é com uma visão mais abrangente das coisas. À medida que vão podendo sair, vão vendo, vão… E fazem pontos de comparação. Antes dessa fase, era aquele cliente tradicional: o não falhar à igreja aos domingos, o almoço tradicional de domingo em casa (quer dizer: é essa a perceção que temos), o gostar de ler os jornais todos, estar minimamente informado. Depois, daí para a frente, julgo que o padrão se mantém, mas mantém-se com uma abertura mais crítica: as pessoas reagem mais, viajam mais, falam mais, comentam mais. Sente-se isso. De 85 para a frente, provavelmente, por aí… Mas é uma evolução da sociedade. E depois, de 90s para a frente, isso aí, com a introdução dos telemóveis e das «internets», a coisa, radicalmente, mudou completamente. E aí, lá está, a importância dos jornais também muda. Vai para aquele patamar que eu referi há bocadinho: o regional, aquilo é específico e que é feito por cada um, a pessoa está ali, há de ler; o que é geral, «epá, eu posso ler ali [noutro órgão], porque eu sou assinante e vem para casa» ou «por acaso, vou acompanhar o *site* [do jornal regional] e puseram agora [uma notícia geral] e vou ver», mas, caso contrário, «se não é naquele que eu vou ver, vou ver naquele ou no outro».

33. E a nível do discurso escrito, houve essa necessidade de adaptar [à evolução da sociedade]?

Sim, houve, houve. Houve e há uma situação que é… É terrível, no sentido em que a velocidade e a pressão que existe para se pôr informação o mais rapidamente cá fora faz com que a qualidade da escrita e da informação piore. Pronto. E os jornais, nisso, acabaram por sofrer bastante. Depois, acontece uma outra coisa que é interessante verificar: à medida que, nas últimas duas décadas, foi havendo uma renovação nas redações – pessoas que saíram, pessoas que se reformaram, outras que faleceram, etc. – por gerações mais novas, em muitos casos, as pessoas que entravam eram [jornalistas] licenciados. Não necessariamente em Comunicação Social (embora a maioria até venha da Comunicação Social, mas havia licenciados em outras áreas). Mas não se nota que haja uma evolução qualitativa na escrita, muito pelo contrário. O que é grave também. São recém-licenciados muitos deles, mas a escrita é complicada. E, depois, claro que eu percebo que também a pressão que é colocada para que se despachem com as notícias, porque a velocidade – tem de ser posta *online*, tem de ser posta… Tem de sair, tem de… – também não ajuda. Agora, antigamente também havia pressão. Percebo que o *timing* era um bocadinho diferente, mas esta atividade é uma atividade de pressão, porque no dia a seguir tem de estar cá fora. E, portanto, de uma maneira ou de outra… Antigamente, a pressão era outra, porque os procedimentos para se compor uma notícia antigamente eram terríveis: tinha de ser as letras chumbo a chumbo; depois, aquilo era num papelinho, ia-se dar ao indivíduo da oficina – e a redação até ficava no mesmo edifício antigamente –; o tipo vinha, pegava, compunha as letras na máquina – era composto de trás para a frente (as letras eram metidas ao contrário); depois, o chefe de redação, que já tinha uma grande capacidade mental, conseguia ler os textos ao contrário, para ver se havia algum erro… (enfim, era em espelho: tínhamos de virar para imprimir direito, mas a composição era feita ao contrário). E, portanto, aqueles procedimentos que levavam muito tempo a fazer também punham pressão na redação. Está bem que eles não tinham computadores, era tudo à máquina de escrever naquela altura, mas…

34. Era uma pressão diferente. Por outros motivos.

Por outros motivos, mas também existia. A pressão – é uma atividade que sempre teve pressão, digamos assim. Agora, a qualidade de escrita: se calhar decaiu, mas também se calhar o ensino proporcionou que decaísse. Se formos a ver, se calhar entre as pessoas que não tiveram um curso superior, mas que tiveram alguma escolaridade, há pessoas que escrevem muito bem; e, hoje em dia, se virmos, muitos miúdos com licenciatura escrevem muito mal. Quer dizer: isto tem a ver com a tal evolução da sociedade; que o ensino também caminhou e fez a sua caminhada não necessariamente no melhor sentido.

35. E havia uma maior preocupação com a parte religiosa ou era tratado por igual?

Eu julgo que a preocupação havia; hoje em dia é que, provavelmente, existe uma menor preocupação. Quer dizer: hoje em dia, com esta tal globalização, com a chamada «liberalização generalista» que se instalou nas sociedades, isto tudo tem de estar em pé de igualdade, os tratamentos têm de ser… E, provavelmente, alguns órgãos de comunicação social vão adaptando as suas informações ao público que têm e ao perfil do leitor atual. E, se o leitor atual acha que as questões religiosas são menos importantes, se calhar muitos dos jornais optam por dar menos destaque a estas questões. Nós aqui, nos Açores, ainda temos muito, algum peso tradicional nestas questões – embora a nossa sociedade também… Mudou muito. Mas nós não podemos tomar Ponta Delgada e as freguesias em redor de Ponta Delgada como o todo, porque, se sairmos daqui do centro

da cidade, o resto da ilha ainda tem um peso tradicional muito grande e o resto das ilhas igual. Aqui [em Ponta Delgada] é se nota um urbanismo um bocado diferente. Mas os Açores ainda são uma região tradicional, em termos de costumes, de hábitos, etc. Portanto, essa importância acaba por existir ainda.

36. Não sei se existe uma pessoa que trate especificamente a atualidade internacional e a religião?

Não.

37. É variável?

É. A redação, no fundo, os jornalistas fazem essa triagem. Eles até dividem parte a parte: um dia, um trata o Nacional, o outro trata o Internacional e depois trocam. Não há necessariamente essa especialização.

38. Quais as principais diferenças entre o *Diário dos Açores* e o *Correio dos Açores?*

O *Diário dos Açores* é um jornal, na minha opinião, mais tradicional, mais… Tem uma linha editorial mais nesse sentido. O *Correio* faz um percurso diferente. Para já, são jornais que aparecem em épocas distintas. Necessariamente, o objetivo na fundação de cada um deles também é diferente: enquanto um foi naquele modelo do *Diário de Notícias*, numa forma mais despreocupada com o projeto mais pessoal, etc., já o *Correio dos Açores* não. O *Correio dos Açores* aparece numa situação política diferente. O *Correio dos Açores* é um jornal que na própria evolução do jornal tem uma história muito diferente do *Diário dos Açores*: enquanto o *Diário dos Açores* se manteve na família durante muitas décadas, o *Correio dos Açores* passou por perturbações grandes, sócios diferentes, chegou a estar após o 25 e Abril nas mãos de uma comissão de trabalhadores; depois, novamente em sócios privados. Portanto, tem uma evolução diferente. É preciso não esquecer que o *Diário dos Açores* era um jornal vespertino, saía à tarde. Portanto, o *Diário dos Açores*, por si só, ia-se focar nas notícias do dia até à hora de fecho de edição durante a manhã, para ter notícias mais frescas do que todos os outros jornais, que traziam as notícias da véspera. Isto funcionou durante muito tempo, mas isso foi alterado – e nós é que fizemos essa alteração, já connosco no jornal, porque, lá está, com a tal evolução tecnológica, já não se justificava. E, aliás, veio-se a comprovar que todos os vespertinos desapareceram do mercado. Nós achamos, temos essa consciência de que, em boa hora, tomámos essa opção de o tornar num jornal matutino. E, aí, alteraram-se alguns procedimentos, porque, naquela altura, ainda enquanto vespertino, procurava-se que aquelas primeiras notícias da manhã fossem as principais da saída do jornal. Mas lá está: a rádio já tinha dado. A gente punha a notícia no jornal na rua, ao final do dia – às quatro e tal, cinco horas – já toda a gente tinha lido notícias e tinha ouvido na rádio e já não queriam saber daquelas notícias. Por mais frescas que fossem, já…

39. Sim, sim.

Nesse aspeto, são jornais que… E mesmo em termos de linhas editoriais, são jornais que têm alguma diferença. Atualmente, o facto de estarem no mesmo grupo, na mesma empresa, uma das coisas que foi sempre tentado preservar foi a identidade de cada jornal e mesmo linhas editoriais diferentes – até é por esse facto que temos redações diferentes, separadas. E, por vezes, acontece, é fácil verificar-se que o que vem num, no outro tem uma visão diferente. O mesmo facto é pegado às vezes de formas diferentes nos dois jornais. Isto deve-se precisamente ao facto de as linhas editoriais estarem separadas.

40. Como estava a dizer: o *Diário* mais orientado para um público mais velho e mais conservador, digamos, e o *Correio* para um público mais jovem…

Sim, sim. Não sei se conhece um livro que é: *Na senda da identidade açoriana*, uma compilação de artigos aqui do *Correio dos Açores*. Foi coordenado pelo Professor Carlos Cordeiro. Ele, no prefácio, faz uma abordagem à história e ao cenário em que o *Correio dos Açores* surge. Isso pode-lhe dar uns elementos interessantes sobre esse enquadramento. E isso distingue o *Correio* do *Diário dos Açores*.

41. Agradeço. Tendo em conta as informações que me enviou há já alguns meses relativamente ao que publicaram sobre as visitas de Bento XVI e de Francisco aos EUA, noto que deram conta de cada uma das viagens, mas não se referiram especificamente à presença dos Papas na ONU. Disse-me que qualquer assunto sobre a vida da Igreja tem ainda relevo para ser noticiado nos Açores, uma vez que a tradição religiosa continua bem vincada na comunidade. Será que me pode ajudar a perceber o que poderá ter motivado a vossa opção?

Creio que as notícias publicadas possam ter sido feitas com base nos serviços das agências noticiosas ou com base nas notícias de jornais nacionais com os quais temos acordos de cooperação, que nos permitem republicar algumas das notícias desses jornais. Caso tenha sido esta a forma de acompanhar e noticiar as viagens dos Papas, ficámos condicionados pela visão informativa do jornalista da agência noticiosa ou do jornalista do jornal nacional nosso parceiro que acompanhou a visita. O critério jornalístico e editorial deles terá condicionado o nosso. Só conseguimos publicar o que nos foi disponibilizado por eles.

42. A minha questão também tem a ver com os temas ou tópicos particulares que selecionaram das fontes consultadas (quaisquer que tenham sido). Tomemos como exemplo a agência *Lusa*: tenho os vários despachos que publicou sobre a visita de Bento XVI e de Francisco aos EUA e à ONU. De todos eles, o *Diário dos Açores* selecionou apenas alguns em detrimento de outros – e é essa escolha particular que me interessa tentar compreender. Não terão tido acesso aos despachos específicos sobre a ONU? Ou, tendo tido acesso a todos os despachos, terão optado por alguns (e não por outros)? Mesmo que não se lembre ao certo, o que é que tende a pesar mais nas vossas opções, de entre todas as informações que vos chegam?

Isso tem a ver com o tipo de serviço contratualizado com a *Lusa*. Tínhamos um serviço de carácter mais reduzido e mais económico que só disponibilizava algumas peças de notícias internacionais. Ou seja: a *Lusa* tem vários serviços e custos diferentes; nós tínhamos um serviço mais barato onde só nos disponibilizavam algumas notícias, cujo critério era deles (determinado de acordo com o serviço contratualizado). Normalmente, os jornais regionais (por questões económicas) contratualizam um serviço mais acessível enquanto que os jornais de âmbito nacional têm serviços contratualizados mais completos. Julgo que a explicação poderá ser esta.[1]

[1] De notar que o *Açoriano Oriental* também não publicou nenhuma notícia sobre as duas últimas visitas pontifícias à ONU, mas fê-lo acerca de outros momentos das respetivas viagens apostólicas – e, como exposto na pergunta número 7, é um jornal que tende a publicar na íntegra os despachos da agência *Lusa*. Consideramos, assim, ser válido considerar a possibilidade de os jornais regionais (em geral) terem sido condicionados pela (não-)disponibilização de informações por parte da agência portuguesa.

Finalização da entrevista por videoconferência, 16 março 2020

43. Na altura [da entrevista realizada presencialmente], tinha-me dito que, em 65, a ideia que tinha era a de que muitas informações vinham de amigos, contactos com pessoas amigas…

Exato.

44. Portanto, essas informações, eram de pessoas conhecidas, mas vinham sempre em português?

Sim. Suponho que sim.

45. Depois, o trabalho das agências: também me falou que era essencialmente a *Lusa*, portanto, já em português…

Exatamente.

46. Mas a nível de conteúdos estrangeiros, em língua estrangeira, não é/ era normal?

Naquela altura, até seria normal de certa forma, porque… Hoje em dia, o fluxo de informação é muito maior; naquela altura, era menor. Naquela altura, os diretores tinham um conjunto de pessoas conhecidas e amigas com quem correspondiam, com quem trocavam cartas, informações, para obterem informações que pudessem, depois, servir de base para notícias. E calculo que, eventualmente, nesse leque de pessoas amigas e conhecidas com quem os diretores, naquela altura, trocavam correspondência pudessem haver artigos estrangeiros. Certamente, no caso do *Diário dos Açores*, os diretores teriam uma rede de amigos e é bem provável que houvesse correspondência também em língua estrangeiras, nomeadamente em inglês e em francês. Provavelmente sim. Como digo: isto são informações que eu tenho só de noções do que possa ter existido e não de confirmações concretas (obviamente, nessa altura, eu não…)

47. Sim, claro. E hoje em dia: o trabalho de tradução… Por exemplo, recebem as informações (no caso concreto, o Discurso do Papa nas Nações Unidas, mas mesmo o de outro líder): recebem as informações da *Lusa* e depois há um trabalho de complemento dessas informações?

Sim, em muitas das matérias mais importantes sim. A informação da *Lusa* serviria, naquela altura, para… De base. Muitas vezes, era usada só aquela informação; outras vezes, era complementada com outras informações que vinham cá ter também. No caso concreto das Nações Unidas, provavelmente haveria informação a circular de várias proveniências. Eventualmente, até as próprias Nações Unidas poderiam pôr a circular informações que também, depois, pudessem cá vir parar, por intermédio das pessoas, nessas correspondências. E, depois, serviriam eventualmente para complementar a notícia.

48. Portanto, os jornalistas recolhiam essas informações oficiais; depois, havia um trabalho de complemento com outras pesquisas (suas); e a tradução desses conteúdos…

A tradução ficaria, com certeza, a cabo ou do diretor – no caso, se dominasse línguas –, ou de algum jornalista com uma formação mais específica ou que, até, já tivesse vivido no estrangeiro, que tivesse sido imigrante – o que acontecia muito, naquela altura, porque, como sabemos, a formação de jornalistas é uma coisa muito mais recente e antigamente muitos dos jornalistas eram pessoas que tinham uma sensibilidade para a área das Letras

e para a escrita maior, mas que não possuíam uma formação universitária na área, necessariamente. E muitos deles dominavam línguas. Seria, certamente, um número muito reduzido, mas haveria sempre alguém, na redação, que pudesse fazer esse trabalho.

49. Então, na atribuição do trabalho para fazer a cobertura desses eventos internacionais já se pensava nisso: tinha de ser um jornalista que, em princípio, dominasse…

Eu acho é que, naquela altura – aliás, como hoje em dia: as redações dos jornais regionais são muito pequeninas. Portanto, são redações com poucas pessoas, muito do trabalho é um trabalho esforçado e, portanto, o próprio diretor, juntamente com dois ou três jornalistas que tivesse na sua redação fariam esse trabalho: ou de forma conjunta (com uma achega de um e uma achega de outro), ou então isoladamente (o diretor ou um jornalista que dominasse a língua seria quem faria a parte da tradução e a peça). Quer dizer: eu, aí, acho que, no fundo, eles procuravam era alcançar a notícia. Depois, se era uma coisa muito organizada ou não, julgo que não seria; seria: quem tivesse mais preparação para isso, faria.

50. E ainda hoje é assim?

Ainda hoje é assim. Quer dizer: agora, hoje em dia, as coisas estão um bocadinho diferentes. Embora as redações e os meios de pessoal sejam curtos – continuam a ser: são jornais locais; portanto, de pequena dimensão –, hoje em dia, há uma diferença: é que muitos dos jornalistas já são licenciados. Aliás, as comunidades evoluem, o acesso à informação também evoluiu e, nesse sentido, já temos muitos jornalistas licenciados em Comunicação Social e, aí, alguns deles dominam bem o inglês, principalmente; o francês, eventualmente um ou outro (também tem a ver com a «queda» de cada um para a parte das línguas: há uns que dominam mais umas línguas do que outras). E dentro daquilo que depois, em termos de redação, nós temos… Hoje em dia, também já existem ferramentas que auxiliam nas traduções e, portanto, isso também ajuda muito. E vamos fazendo as notícias, quando são necessárias traduções, desta forma.

51. E preocupa-o o facto de: na atualidade internacional, como disse, as agências são muito importantes – principalmente a partir do final dos anos oitenta.

Exato.

52. Preocupa-o o facto de ser sempre uma *tradução da tradução* aquilo que o jornal acaba por fazer?

Sim… Quer dizer… Lá está: preocupa, mas o nosso foco é a notícia regional. Portanto, nós não conseguimos substituir… Estamos longe do epicentro dos acontecimentos, aí para fora. Nós acabamos por ter noção que o que nos chega é filtrado pelo caminho, mas…

53. Mas tem de ser…

É: é um complemento de informação. Era [e é] dado com esse sentido. Tentamos focar-nos nas notícias regionais e o que vem de fora, seja nacional ou internacional, é um complemento. Naquela altura, era um complemento com mais peso, porque o acesso à informação nacional e internacional era mais difícil. Por exemplo, estamos a falar aqui dos Açores, em que tínhamos a *RTP Açores*, nem tínhamos canais nacionais. Hoje em dia, temos canais nacionais… Portanto, o acesso à informação (isso em termos televisivos): o acesso à informação, visto por qualquer açoriano em casa, abrange canais

nacionais, internacionais, através da TV cabo, etc. A globalização permitiu as «internets» e tudo isso. Ou seja: hoje em dia, é muito diferente. Naquela altura, ter uma secção que pudesse ter informação nacional e internacional era importante, porque, para o leitor, era um complemento informativo. Hoje em dia, essa parte nacional e internacional continua a ser importante, mas perdeu algum peso, porque as pessoas têm um acesso direto e imediato, a toda a hora, a essas informações. Portanto, será mais importante nós alocarmos os nossos recursos jornalísticos para desenvolvermos notícias de âmbito regional, que são feitas por nós, são notícias aprofundadas por nós. E essas têm uma procura por parte dos nossos leitores mais acentuada, porque, quando precisam de outro tipo de informação (nacional ou internacional) têm outros meios para a obter.

54. Mas quando fazem uma notícia de Internacional, independentemente de agora ter um lugar mais restrito nas páginas do jornal, o que é que decide o que é que vai destacar, o que vai ser destacado? É a atualidade internacional, é o papel do Papa…?

É a atualidade internacional, é. No caso, se estivermos a falar em questões de notícias relacionadas com o Papa, será sempre a atualidade internacional.

55. Deixe-me acrescentar aqui um elemento que, se calhar, é importante para a sua resposta: eu vou fazer uma comparação com outros líderes políticos que também discursaram na ONU em alturas próximas aos Papas. Portanto, o que eu pretendo ver é o que é que foi destacado para os Papas e o que é que foi destacado para os líderes políticos (falo do Presidente dos EUA, do Presidente da Rússia, o Presidente do Irão…), para tentar perceber se existiu, ao longo do tempo, um retrato do Papa diferente dos líderes governamentais. Isso pesa quando destaca alguma coisa [dos discursos de uns e de outros]?

Pesa. Eu creio que pesa, até porque eventualmente o Discurso do Papa terá um impacto internacional maior do que o discurso dos presidentes dos outros países. Pelos menos, aqui, seria visto desta forma. O Papa, pelo peso que tem e por ser uma figura à escala mundial, nós, aqui, teríamos sempre uma visão do Discurso muito mais interessada. O presidente de um país, por mais importante que seja a potência, será noticiado, mas se calhar o interesse ou o acompanhar não será eventualmente tão intenso como se tentaria fazer com o Papa. Aliás, até porque o povo açoriano é muito religioso. Os discursos dos líderes ficariam alocados à notícia internacional, à notícia da ordem do dia, e eventualmente far-se-ia um *feedback* desses discursos – dentro das possibilidades e dentro daquilo que nos fosse chegando à redação.

56. E o Papa?

O Papa: noto que há – e sempre houve no *Diário dos Açores* – uma especial atenção por notícias da parte religiosa, nomeadamente Discursos do Papa, viagens, deslocações dos Papas. Aliás, serão sempre acontecimentos importantes e com espaço noticioso no *Diário dos Açores*.

57. Mas do Discurso por inteiro… Portanto, o que eu quero tentar perceber é: recebem os *telexes* das agências, mas não vão copiar exatamente… Daquele *telex*, há de haver alguma coisa que, para o *Diário dos Açores*, terá sido mais importante (e *é* mais importante – falo no passado, mas é também no presente, porque [o meu estudo] é ao longo de cinquenta anos). Como é que é feita essa escolha? Desde a seleção ao destaque pelo título principal, o que é que é importante? É porque aquele acontecimento que o Papa referiu está a acontecer, está ainda ativo na sociedade

internacional e é importante? É porque foi um recado para a comunidade internacional?

Eu acho que há duas questões diferentes aí: uma eram as notícias que nos chegavam e creio que, nessas notícias que nos chegavam das agências de comunicação, muitas das vezes, as notícias seriam… Elas já vêm prontas, já vêm preparadas, porque é assim que funciona, e muitas delas eventualmente no dia a dia serão publicadas, na generalidade, como vêm – com pequenos retoques, alteração de título, eventualmente um parágrafo ou outro que seja menos necessário, até por acomodação de paginação e de espaço, podem ser retirados sem ter impacto depois no texto. E a informação que nos chegava era a que era veiculada. Parte-se do princípio, aí, que uma agência noticiosa é uma fonte credível, é feita por jornalistas, e nós, aí, como estamos distantes do acontecimento, temos de dar esse benefício noticioso à agência. Depois, havia, provavelmente, ao longo dos anos, nas páginas do *Diário dos Açores*, uma ou outra análise que podia ser mais personalizada e que era feita pelos diretores. Não sei se no caso concreto se o fizeram, mas seriam eventualmente editoriais ou textos de opinião sobre determinados acontecimentos. E, aí, já seriam um tipo de… Eram opinião, mas seriam um tipo de abordagem diferente: uma análise mais crítica, possivelmente. Mas, no dia a dia, naquelas notícias da ordem do dia, usava-se muito – e baseávamo-nos muito nas – notícias que nos chegavam das agências. E, portanto, aí, não deveria haver grandes alterações à notícia [i.e., ao *telex* de agência].

58. Depois, a questão que lhe tinha colocado (não sei se se recorda) por causa de não terem noticiado em 2008 e em 2015 [a participação do Papa na AGONU]: disse-me que, pelo facto de receberem ou de terem um serviço com a agência *Lusa* que é mais reduzido, pode ter sido o não fornecimento dessas informações o motivo de não terem essa notícia também. Nota que é normal isso acontecer com a agência *Lusa*? Sente essa falta de… Notícias que, se calhar, poderiam ter feito, mas que não receberam informação?

Eventualmente, o caso poderia ser esse. Poderia também ter a ver com… A empresa, ao longo das décadas, foi sofrendo percalços diversos. E houve alturas em que saíram diretores, entraram outros; houve alturas em que, com uma equipa tão pequenina, determinados jornalistas de baixa, outros que saem, outros que entram… Basta haver, numa determinada altura, uma saída de um diretor, um período em que se está ali a tentar encontrar outro diretor e a administração da empresa estivesse a passar por um período mais conturbado, em termos de empresa, que pudesse gerar uma desestabilização interna na redação e que alguns dos acontecimentos importantes ficassem por cobrir. Ou por falta da pessoa que dominava aqueles assuntos ou que tratava aqueles assuntos… Isto também pode ser uma razão que possa explicar isso. E o *Diário dos Açores* teve alguns momentos críticos ao longo da sua história, tanto mais recente como passada, altos e baixos. E poderá ter passado por um período desses.

59. Em 2008, custa-me a crer que… Quer dizer: percebo o seu argumento, mas não me parece que… Pois, fiz uma sequência daquilo que foi noticiado e vários momentos da visita de Bento XVI [aos EUA, de um modo geral,] foram noticiados; não a ida em específico à ONU.

Okay.

60. Em Francisco, já não houve tanto: só houve uma notícia e foi no final da visita.

Pois.

61. Portanto, aí, se calhar essa possibilidade… Até pode ter acontecido. Mas, como foi em 2015 (foi recente), tem noção disso?

Pois, aí, é provável que tenha sido uma altura em que as coisas tenham tido alguma conturbação. Mas, como lhe digo: os nossos serviços com a *Lusa* também tiveram… Foram alterados, portanto, passaram a pacotes diferenciados e isso também pode ter contribuído: focou-se mais no nacional, de forma ligeira também; o internacional ficou eventualmente mais reduzido, menos… Poderá ter passado por aí.

62. E a nível dos líderes, como dizia há pouco: noto uma importância noticiosa muito maior – sempre – do Presidente dos EUA. Eu levo um pouco pela proximidade cultural. Não sei se estou certa…

Eu acho que, aí, terá a ver com a proximidade, pelo facto de termos comunidades de imigrantes muito grandes nos EUA e no Canadá. Portanto, será mais por aí. Tudo o que acontece, de certa forma, nos EUA acaba por interessar aos açorianos, porque quase todos os açorianos e açorianas têm família mais chegada ou menos chegada nos EUA. Quer dizer… Eu acho que é por aí. Aliás, muitos açorianos viajam com frequência para os EUA, para visitar familiares. Acaba por haver uma ligação. E eu acho que o interesse irá sempre por aí. Independentemente de os EUA serem uma das maiores potências do mundo – o que, já por si, em termos noticiosos, é de relevância e de interesse –, eu acho que ainda há mais essa questão da proximidade pela parte da emigração e por termos uma comunidade muito forte lá.

63. O *Jornal de Notícias* costuma ser uma fonte de informação vossa ou não?

Qualquer jornal… Para nós, qualquer jornal acaba por ser uma fonte de informação, desde que seja alguma coisa que nos interesse. Nós, se pudermos dar a notícia (uma notícia que seja de outro jornal), citando a fonte (citando o outro jornal: «o jornal tal noticiou isto assim e assim»). Nós fazemos isso, às vezes, quando são notícias de relevo para a região, notícias que tenham a ver com a parte regional e, se foi uma notícia exclusiva daquele jornal, portanto, se é uma matéria que seria importante nós abordarmos, nós fazemos referência à notícia que foi publicada num determinado jornal e damos *feedback* disso também.

64. Sentem algum peso da responsabilidade quando tratam de um assunto relativo ao Papa comparativamente a um líder político? Por exemplo, um maior cuidado em verificar as informações, em fazer a tradução… Ou não, é indiferente?

Eu acho que, aí, o tratamento é o mesmo. Porque tentamos sempre ser o mais fidedignos possível nessas traduções, nessa pesquisa de informação. Obviamente que estamos limitados aqui pela pressão do tempo – para podermos trabalhar a edição do dia seguinte ao longo do dia de hoje –, mas os jornalistas, quando têm matéria entre mãos, tentam – dentro daquilo que podem e com a matéria disponível que têm – fazer a notícia o mais completa possível. Mas o tratamento, aí, seria idêntico. Agora, o destaque é que poderia ser… Ou seja, o destaque no sentido de: o interesse em noticiar notícias relativas ao Papa é que pode ser maior da nossa parte. A notícia em si será sempre uma notícia com um tratamento idêntico aos outros. Vamos supor que, por razões de espaço, entre termos uma notícia do Papa e termos uma notícia do chefe de Estado russo, se calhar, tendo de deixar uma para trás, se calhar vai ficar a do chefe de Estado russo, não a do Papa. Aliás, pontualmente também temos páginas dedicadas à parte religiosa e, portanto… Aí, também chegam a entrar notícias específicas sobre a religião católica. Portanto, às vezes, também é uma outra secção onde se pode alocar determinadas notícias.

65. O ano de 2015, por acaso, é um bocadinho curioso, porque a ida do Papa Francisco à ONU não foi noticiada, mas o discurso de Barack Obama foi, dois dias depois. E é curioso, porque, quer o *Diário de Notícias*, quer o *Jornal de Notícias*, aquilo que noticiaram foi a acusação mútua entre Obama e Putin, mas o *Diário dos Açores* concentrou-se só em Obama. Por isso é que eu falava nessa proximidade e também pensei na nossa comunidade emigrante…

Pois. Exato.

66. Relativamente a temas acessórios – por exemplo, em Bento XVI era o escândalo de pedofilia na Igreja norte-americana. Existe algum critério para se colocar esses temas, por exemplo, em caixas de texto, ou numa subsecção…

Não. Isso segue o tratamento regular. Não há… Desde que esteja na ordem do dia, é tratado como matéria da ordem do dia.

67. E os títulos são normalmente feitos pelo jornalista ou é sempre a direção?

Não, os títulos são feitos pelos jornalistas e a direção vê os textos e aprova. Pontualmente… Eu julgo que na parte das notícias nacionais e internacionais não há grandes alterações àquilo que os jornalistas…

68. Fazem…

… fazem em termos de títulos. Agora, poderá haver, por uma questão de precisão ou de clarificação de algum termo que é usado. Mais nesse aspeto do que no de alterar o conteúdo do título. No geral, o que acontece é: os títulos de capa, normalmente, a direção é que faz o fecho da edição e aí é que faz mesmo os títulos em si e faz a capa. Por exemplo, muitas vezes as matérias têm um determinado título dentro e depois fora [na capa] têm outro, porque o jornal (a direção) achou que o título de capa devia ser diferente do de dentro. Mas não significa que o título feito pelo jornalista… Pode-se manter. Varia um bocadinho de jornal para jornal. Mas, hoje em dia, julgo que, na maior parte dos casos, será feito assim: os jornalistas são responsáveis pelos títulos, fazem a matéria publicada nas páginas interiores e, depois, a direção dos jornais faz a capa.

69. Mas, na capa, os assuntos são normalmente da atualidade regional, certo?

Sim, sim.

70. A atualidade internacional, normalmente, não…

Raramente são. A não ser que se justificasse, mas raramente acontece. São coisas regionais, de âmbito regional.

71. Tinha uma pergunta que é mais a sua opinião: como é que vê o papel do Papa no mundo – desde que se recorda e se nota alguma diferença. Ou, então, pode só pensar no mundo de hoje…

O Papa, para já, dentro da Igreja Católica, tem o papel máximo, portanto, de orientação espiritual dos católicos. Depois, em termos exteriores e para o mundo em geral, é, obviamente, sempre uma figura de referência internacional e, quando aborda temas importantes da atualidade internacional, é uma voz que se faz ouvir, independentemente de quem o ouve ser católico ou não. Até porque a própria cobertura mediática que ele tem faz com que ele tenha esse espaço para poder tocar e chamar a atenção sobre problemas do mundo, problemas da atualidade – desde a fome, passando por casos relacionados até com a pedofilia, etc. E ele tem essa… Normalmente, todos os Papas – e nomeadamente

o atual Papa tem essa sensibilidade acrescida e tem feito: tem feito esses discursos e tem feito essa abordagem sempre no sentido de chamar a atenção para a resolução desses problemas. É um papel de influência no mundo que é extremamente importante: pela figura que é. É preciso não se esquecer, nomeadamente, o peso da Igreja Católica: dá-lhe este… Mas, para além disso, ele é reconhecido mesmo por outras religiões. E, portanto, tem um espaço mediático que é usado desta forma: acho que a forma de orientar, tentar puxar pela parte positiva das coisas e tentar chamar os intervenientes políticos à razão para o tratamento de determinadas situações e a resolução de certos problemas.

72. Daquilo que percebo, vê esse papel mediático (da imprensa, nomeadamente) de mostrar… São duas facetas, não é: de orientação, como estava a dizer, e uma orientação não só do povo, mas também da comunidade política…

Sim. Sim, sim.

73. … e também falou em ser positivo…

Sim, precisamente para seguir os valores da Igreja Católica terá de ir por aí, como é óbvio. Eu acho que esse papel [da imprensa] é feito e é feito consoante os Papas. Cada Papa é um Papa, são pessoas diferentes, obviamente, mas acho que, na génese, eles têm sempre essa preocupação: quando fazem uma intervenção pública à escala global, tentam tocar em aspetos que são fundamentais e que estão na ordem do dia, e fazem-no sempre com a visão dos valores católicos. Portanto, parece-me…

74. Acha que esse papel da imprensa acaba por ser mais respeitado a nível regional do que nacional?

Não: nós damos *feedback* dessas intervenções do Papa. A forma como as pessoas veem essas intervenções… Nós tentamos dá-las o mais fidedignamente possível; depois, lá está: o impacto será maior nas pessoas que são católicas, será menor nas pessoas que não são; será eventualmente maior em pessoas com uma idade mais avançada, se calhar será menor em idades menos avançadas, que não estão tão despertos nem tão preocupados com certas coisas. Portanto, isto depois tem um encaixe social que varia, não é? Agora, nós temos de fazer o nosso papel, que é passar essa mensagem. Obviamente que o nosso papel tem essa preocupação. E nós temos essa preocupação nesse papel que temos e temos essa sensibilidade também porque percebemos que a nossa comunidade regional é extremamente católica. E isso também nos faz ter aqui algum cuidado no tratamento dessas informações, porque sabemos que são informações que o nosso leitor tem interesse em ler, em consumir essa notícia.

75. Imaginemos que o Papa Francisco iria, em setembro, à próxima Assembleia Geral das Nações Unidas, outra vez. Consegue fazer alguma previsão daquilo que ele iria falar, tendo em conta o que tem acontecido no mundo? E o que é que o *Diário dos Açores*, por sua vez, iria destacar?

Olhe, eu acho que ele iria tratar o que tem vindo a tratar; portanto, seria igual a si próprio. Em termos de tratamento noticioso, lá está: isso iria variar, porque iria ficar dependente daquilo que nos fosse… Que nos chegasse: via agências, via… Hoje em dia, também o próprio Vaticano tem os seus meios comunicacionais bastante desenvolvidos; é uma boa fonte, que nós, também usamos. A própria ONU também veicula muita informação… Portanto, seria por aí. Por vezes, temos alguma limitação na parte da tradução – não pela tradução em si, mas pelo tempo que isso ocupa. Porque a edição tem de ser feita ao longo do dia: nós chegamos ali, por volta das 16h e tal-17h, e temos de começar a ter o interior do jornal pronto para ir para as gráficas, para ser impresso. Portanto, o nosso *timing* para

notícias do dia e de acontecimentos da atualidade que estão a acontecer agora para serem reportados amanhã é limitado. O tratamento de uma notícia, por exemplo, em inglês, demora mais tempo ao jornalista tratar, porque tem de fazer traduções, tem depois de fazer a preparação do texto, tem de corrigir, tem de compilar as fontes diversas também para fazer a notícia… Vamos supor que, se vier um texto em português de uma agência ou de duas agências é muito mais fácil para o jornalista, em meia hora, fazer uma notícia. Se vier em inglês, eventualmente vai gastar uma hora, uma hora e pouco, consoante… Portanto, há aqui, em termos internos e no dia a dia, certas condicionantes que acabam por não nos permitir ter o tempo e as pessoas afetas a determinadas notícias, e desenvolvê-las como gostaríamos, precisamente porque depois não conseguimos publicá-las no dia a seguir – e é importante, para estarmos a dar notícias da atualidade, que se consiga publicá-las no dia seguinte. Portanto, às vezes, temos de aligeirar o processo, o procedimento – nunca aligeirar a notícia em si. Aligeirar o procedimento é fazê-la mais focada, não conseguirmos investigar tanto ou ir buscar outras fontes, cingir-nos àquilo que temos. E isso, às vezes, também pode limitar a notícia em si, não é? A publicação. Mas pronto. É feito dessa forma. No caso concreto, na questão que me coloca, iríamos certamente utilizar as fontes de agências, as fontes do próprio Vaticano e as fontes da ONU. Nesse trabalho de recolha, depois daquilo que fosse para fazer de traduções, é que nos poderíamos focar mais ou menos consoante os assuntos, mas isso teria de ser visto caso a caso.

Entrevista ao antigo diretor do *Diário de Notícias*, docente e Vice-Presidente do Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), Mário Mesquita – sede da ERC, Lisboa, 23 fevereiro 2018

1. Não sei se o Professor Nelson Ribeiro lhe explicou em que consiste o meu trabalho de tese…

Eu li um textozinho que me chegou por *email*, onde diz que a sua perspetiva é estudar a tradução de notícias.

2. Exato, é o campo específico [de estudo].

É o campo específico. E creio que queria colocar algumas questões relativamente à cobertura da vinda do Papa no *Diário de Notícias*, o relato no *Diário de Notícias*. Eu creio que, quando eu era diretor do *Diário de Notícias*, só houve a primeira viagem do Papa – creio eu.

3. Do Papa Paulo VI?

Não, não: isso eu estava no liceu, quando cá veio o Papa Paulo VI, em 67.

4. Devo completar: o meu objeto de estudo é, especificamente, as visitas dos Papas à ONU – portanto, desde o Papa Paulo VI até ao Papa Francisco. E o meu interesse é perceber como é que os meios de comunicação, em determinadas comunidades – entre as quais a nossa [portuguesa], porque é o contexto onde vou realizar o estudo –, as noticiaram e que influência é que teve o peso religioso da comunidade de chegada, para além das características ideológicas dos próprios meios de comunicação social. Que influência é que isso teve no modo como cada visita foi retratada. A tradução, aqui, tem um sentido mais amplo: de reapropriação.[1]

Reapropriação. Bem, eu, em relação à ida de Paulo VI à ONU, penso que… Paulo VI na ONU foi em 1967…

5. Cinco [1965].

Cinco, cinco. Então, cinco, eu estava no quinto ano do liceu, na [Escola] Antero de Quental [em Ponta Delgada]. E lembro-me bem, porque, enfim, circulou nos meios da oposição – eu tinha 15 anos na escola do liceu – o texto de um artigo de um católico, que se chamava na época (esta terminologia caiu em desuso) «católico-progressista»: um católico que tinha uma posição pós-Vaticano II, portanto, aberta, que se chamava Jean-Marie Domenach. Ele era também diretor de uma revista famosa, católica, chamada *Esprit*, e publicou no jornal *Le Monde* – que era e ainda é um dos principais jornais de França – um artigo onde punha reticências à vinda do Papa Paulo VI a Portugal, por considerar, enfim, que o regime salazarista era um regime ditatorial e que tinha, portanto… Que se servia de figuras da Igreja e da própria Igreja para se sustentar. Eu até fiz uma intervenção na aula de Moral, que era, então, com um padre chamado Padre Manuel Pereira, que depois saiu – pediu aquilo que se chamava «redução ao Estado laical» e veio a ser livreiro aqui em Setúbal (faleceu há uns anos atrás – quatro, cinco anos). Passou a adotar o nome Manuel Medeiros (porque ele era Manuel Medeiros Pereira), e transformou-se em livreiro; mas, na altura, era o padre de Moral. Ele foi simpático comigo, porque não era… Quer dizer: eu era um miúdo, mas criei na aula uma

[1] É importante esclarecer que, quando esta entrevista foi realizada, estávamos ainda numa fase inicial da nossa pesquisa, bastante longe dos parâmetros que, entretanto, foram definidos e à luz dos quais a nossa tese acabou por ser desenvolvida.

situação um pouco… «Heterodoxa», digamos assim. Levantei «aquela questão e tal». Ele foi simpático, não fez nada contra mim, mas também não me estimou. Acho que também não podia, se não a coisa daria… Poderia correr tudo mal. Mas isto é algo pessoal, não tem grande importância, grande interesse. O que queria dizer é que eu, nessa altura, estava muito afastado do jornalismo e dos jornais.

6. Mas quando passou a estar mais ligado ao jornalismo e aos jornais, terá vivido a ida de João Paulo II [à ONU], que foi o segundo…?

Sim, a vinda cá a Lisboa, penso que estava lá [no *Diário de Notícias*] na primeira. Houve três vindas, se não estou em erro…

7. Pronto. Mas o que me interessa é especificamente a ida à ONU.

Na ONU – isto são mais hipóteses do que outra coisa…

8. Porque, quando estava no *Diário de Notícias*, não se lembra do relato da ida de algum Papa à ONU? Portanto, João Paulo II foi em 79 e foi em 95; e, depois, Bento XVI foi em 2008 e em 2015 foi… (aí, creio que já estaria afastado do *Diário de Notícias,* não é?)

Já. Disse quais foram os anos da ida à ONU?

9. 79 e 95.

Em 79, eu estava no *Diário de Notícias*; em 95 já não estava. Eu estive dez anos no *Diário de Notícias*, portanto, entre 76 (75, mais precisamente 75) e 86.

10. E lembra-se dessa visita [à ONU]?

Francamente, não. Lembro-me muito bem da visita de João Paulo [a Portugal], o que é normal, porque era feito cá: eram os nossos jornalistas que faziam esse trabalho, ao passo que, nessas outras situações (a ONU, etc.), normalmente funcionávamos com base nas agências noticiosas.

11. A sigla A.N.I….

A ANI, sim…

12. Era a «Agência Nacional de Informação» – é assim?

Acabou de sair… Aliás, acabaram de sair três livros sobre as agências noticiosas, sob o título conjunto *Os Heróis Anónimos*. Um deles foi lançado ontem, o autor chama-se Wilton Fonseca. São três autores, o Wilton Fonseca é o principal. É um antigo diretor das agências ANOP e de outras. Essa ANI era a agência que vinha de antes do 25 de abril e, não sei, mas será sobretudo o primeiro volume que contém informação relativa à ANI. Era uma agência muito colada ao regime. Nessa altura, não havia nada comparado à *Agência Ecclesia*, pois eles têm, enfim, informação do Vaticano e também algo que é importante do ponto de vista da autoridade do texto e da forma como tudo isso é dado, que é, portanto, a tradução oficial. O *L'Osservatore Romano* publica uma tradução dos discursos, das encíclicas, dos documentos, etc., autorizada pelo Vaticano. Portanto, para um jornalista, é sempre fundamental consultá-la.

13. Como é que tudo funcionava no *Diário de Notícias*: recebiam sempre a partir das agências de notícias?

Sim, recebíamos sempre das agências de notícias. Só se o jornal decidisse que era um acontecimento suficientemente relevante para os leitores portugueses é que decidia mandar lá alguém, ter um enviado especial. E os jornais portugueses até à privatização, mas já depois do 25 de abril, raramente mandariam um enviado especial à ONU para cobrir a visita de um Papa. Mandariam, ou melhor, fariam uma cobertura interna.

14. Por motivos económicos?

Por motivos económicos e também de juízo sobre a relevância para os leitores portugueses e também os leitores… Se conseguiriam captar o acréscimo de leitores que essa viagem significaria. Mas eu gostava de lhe dizer que os orçamentos do *Diário de Notícias* até ao fim da privatização eram orçamentos muito pequenos. O máximo de dois mil contos (na época) por ano.

15. E aquilo que recebiam das agências era suficiente para fazerem as notícias?

Bem, digamos que nenhum jornal tem a capacidade para só com um enviado especial suprir aquilo que as agências fornecem. As agências, normalmente, fornecem um noticiário bastante exaustivo em termos factuais e o objetivo de um jornal ao enviar um jornalista – um enviado especial, como se diz – é permitir que haja um olhar mais próximo do seu leitor (em teoria) daquele acontecimento. Portanto… Eu lembro-me que quando estava a começar a carreira jornalística, ainda antes do 25 de abril, no jornal *República*, houve os Jogos Olímpicos de Munique, em 1972. E o *República* mandou um enviado especial – que era o escritor Fernando Assis Pacheco, que era jornalista também – para fazer uma crónica diária. Essa crónica não era estar… Quer dizer: o fundamental da informação propriamente dita – os recordes que tinham sido batidos, as competições, as várias modalidades desportivas envolvidas – isso, vinha por… Isso vinha das agências. Portanto, a redação assegurava essa informação que vinha das agências. E, depois, o enviado especial era mais uma tonalidade mais subjetiva, mais uma ligação…

16. Depois com o leitor.

[Acena afirmativamente com a cabeça] … à terra portuguesa. Portanto, enquanto na agência era mais um discurso «impessoal» (se me é permitido dizer), o enviado especial funcionava como uma «ligação à terra» (para usar uma metáfora eletrónica).

17. E a partir de que línguas é que trabalhavam, normalmente?

Normalmente, as agências em Portugal tinham um serviço que chegava às redações dos jornais já traduzido e, antes do 25 de abril, muitas vezes já com intervenções da censura. Nem sempre: muitas vezes ainda vinham sem censura e depois o jornal é que enviava à censura. Mas, basicamente, o serviço chegava já traduzido à redação. Havia um *telex* que debitava os sucessivos *takes* e o jornalista trabalhava ali, de forma a eliminar as repetições – desde logo, porque as agências noticiam com uma certa periodicidade e atualizam progressivamente a informação, e há uma altura em que o jornal tem de fazer o seu ponto de situação e eliminar coisas que sejam repetidas, etc. E titular e fazer esse enquadramento. E, muitas vezes, o tom ou a tendência do jornal ou a interpretação do jornal é mais marcada por esse trabalho de enquadramento: a titulação, as aberturas, os *leads*…

18. Então, o trabalho com línguas estrangeiras era raro?

Direto, era raro. No meu tempo, havia algum: por exemplo, com serviços exclusivos de jornais. O *Diário de Notícias* teve do *New York Times*, não é? E, aí… Como teve de uma

revista alemã, a *Der Spiegel*. E, aí, sim: havia que traduzir, havia que recorrer ao tradutor. Havia, normalmente, que fazer uma escolha antes da tradução; depois, esperar pela tradução; e, depois, fazer o enquadramento disso.

19. Quem é que fazia essa tradução: eram jornalistas, tradutores?

Normalmente, eram tradutores exteriores ao jornal que eram pagos à peça para fazer esse trabalho. Eu lembro-me, no meu tempo, no caso da *Der Spiegel*, de nós termos uma pessoa que tinha vivido na Alemanha, que tinha rompido com a Companhia de Jesus: José Sousa Monteiro. Tinha sido, tinha pertencido à Companhia de Jesus, tinha estado na Alemanha a estudar Teologia, depois voltou para cá e ele fazia para nós esse… Ele fazia mais do que tradução: também ajudava a fazer a seleção. Falava comigo, que era diretor nessa altura, e propunha-me, dizia-me o que é que ele achava: «isto ou aquilo»; «este é maior, este é mais…» Enfim, consoante também a disponibilidade do jornal. Mas esses exclusivos não eram propriamente para o dia a dia: eram algo que vinha *a lattere* do noticiário quotidiano. E também tinha uma diferença: enquanto o noticiário de agência normalmente é um noticiário escrito com um padrão relativamente rígido da narrativa noticiosa – portanto, aquele modelo proveniente do jornalismo americano: o *lead*, a ordem decrescente de importância dos parágrafos, tudo isso –, já os artigos do *Der Spiegel* ou os artigos do *New York Times* eram artigos que tinham… Eram mais personalizados, assinados por algum jornalista conhecido... Portanto, eram coisas diferentes.

20. Eu já comecei a fazer alguma análise de conteúdo, nomeadamente do *New York Times*, que é o periódico que vou analisar como representante do contexto norte-americano (para além do *Diário de Notícias,* do *La Vanguardia* espanhol, …) e tenho notado…

Não sei se domina o francês…

21. Sim, mas não vamos incluir, porque, a bem dizer, isto dá para uma tese de doutoramento e de pós-doutoramento… É muito material…

Há um jornal francês, que é o *Le Monde*… É um jornal cuja origem… Aliás, está ligado a meios católicos, etc. E, por exemplo, no Vaticano II, tinha um grande comentarista e especialista do Vaticano (e, até, foram publicados em português para aí uns três livros dele, que são uma reunião das crónicas do *Le Monde*). Durante o período do Vaticano II – e posterior ao Vaticano II – teve uma importância muito grande. E eles têm tido sempre essa tradição (creio que se mantém até hoje…) de terem alguém especializado nessa área.

22. Aspetos interessantes que notei no *Diário de Notícias*, e ainda só no pontificado de Paulo VI: por exemplo, estava-me a falar da censura. Isso pode justificar o facto de, por vezes, nós encontrarmos a mesma informação repetida no mesmo artigo? Segundo percebi, por vezes, poderia haver um artigo mais pequeno censurado e tinham de encher aquele espaço na página do jornal… Portanto, o que acontece é que um mesmo parágrafo não está exatamente, exatamente igual, mas está muito semelhante a um outro parágrafo que vem mais acima. Isso poderia acontecer, era normal acontecer?

Eu não acho isso muito normal. O que seria normal seria, se houvesse cortes… Os jornais, a seguir ao… Isto é uma referência histórica: a seguir ao golpe de 28 de maio [de 1926], os jornais foram proibidos de deixar espaços em branco. Porque, no tempo da Primeira República, houve censura, nomeadamente quando Portugal interveio na Primeira Guerra Mundial. E essa censura… Em Portugal, como também em França e noutros países, a comissão de censura proibia e os parágrafos que tinham sido cortados os jornais punham

em branco (espaços em branco). E, portanto, aquilo funcionava como uma sinalética para o leitor, querendo dizer: «houve intervenção da censura». E a censura só punha isso nessa época. A seguir ao 28 de maio e ao início do Estado Novo, aí, há uma proibição de assinalar a existência de censura. E, portanto, isso, primeiro, não era permitido; segundo, não estou a ver. O que, por vezes, os jornais fazem é, sei lá… Digamos: há um texto que tem na primeira página, que é publicado na primeira página e depois continua dentro, e na primeira página o que vem é um resumo do que está dentro. E, depois, recomeça com a mesma coisa. Portanto, pode haver esta ideia de repetição.

24. Sim, sim. Isso…

Mas isso é outra coisa.

25. É.

Não tem nada a ver com censura, acho eu.

26. Pois. Noto, em certos casos, e achei estranho…

Agora, é sempre possível ir aos arquivos da censura ver o que é que efetivamente foi cortado. Deve ser na Torre do Tombo ou na Biblioteca Nacional que poderá ver isso.

27. São situações diferentes, porque se não tivesse sido esse o caso [de corte da censura], daria a ideia oposta, que é: o jornalista, ao repetir aquela informação, é porque a considerou importante. Portanto, é outra interpretação do artigo que se faz…

Pois.

28. Portanto…

Isso é o que eu estou a dizer. Porque uma coisa é ter um caso concreto à minha frente. Assim à distância, o que eu posso dizer é isto. Não acho muito normal que isso fosse uma repetição causada pela censura. Claro que, nessa época de Paulo VI, houve – eu acho que foi mais tarde: foi em 70 que o Papa recebeu os líderes dos movimentos nacionalistas da Guiné, Angola e Moçambique.

29. Creio que sim…

E claro que – ou foi antes da visita… Não tenho a certeza absoluta. Isso era preciso ver. Alguma *História de Portugal* talvez tenha isso. O facto é que a vinda cá de Paulo VI foi num contexto em que as relações entre o regime salazarista – embora curiosamente posições como essa, como eu referi há pouco do Jean-Marie Domenach, partissem do princípio que a vinda do Papa Paulo VI cá poderia significar querer que a Igreja… Dar a ideia de um apoio, pelo menos do lado do regime português, de que havia um apoio da Igreja ao regime. A realidade é que o regime… Salazar foi apenas ao aeroporto de Monte-Real e, no fundo, Paulo VI não visitou Portugal, visitou apenas Fátima. Portanto, por aí, poderia haver alguma intervenção censória em relação às próprias afirmações do Papa ou dos círculos religiosos à volta do Papa.

30. Uma outra questão tem a ver com as citações – e isso eu noto nos vários jornais: os jornais, todos eles nas várias línguas, apresentam muitas citações quer em títulos, quer em subtítulos, mas, se nós compararmos com as versões de partida, não correspondem…

Com as versões?

31. … com as versões oficiais do Vaticano. Portanto, nós partimos princípio que, se está entre aspas (i.e., uma citação), deveria ser exatamente como o Papa proferiu. E não. Na maioria das vezes não acontece. Isso era normal fazer-se? E ainda hoje é normal fazer-se?

Não, o que eu posso dizer é que há sempre a possibilidade de haver uma situação que é: o Papa profere o discurso, o jornalista está em direto e faz ali uma tradução em cima da hora e, portanto, não nas melhores condições.

32. Porque a versão escrita foi disponibilizada…

[Hesita e procura, por momentos, uma resposta] Eu estou a atentar hipóteses, não tenho uma resposta fechada e única para tudo isso. Não sei ao certo.

33. Digo, na prática jornalística: normalmente…

Não, na prática, se o jornalista tem uma versão oficial de um discurso, seja de quem for, vai aproveitá-lo. Tem toda a vantagem nisso – acho eu! Ou sou muito ingénuo, ou acho que sim. Porque é que ele se há de afastar dessa versão? Não sei. Pode haver uma questão de velocidade na produção da notícia: querer e não ter, naquele momento, disponibilizada a versão oficial… Não sei, só vendo o contexto.

34. Acha que, a nível ideológico, terá havido uma influência: por exemplo, o jornal querer transmitir uma determinada ideia? Porque o método que estou a usar é uma análise crítica discursiva. Portanto, trocar uma palavra na ordem da frase altera o enfoque que nós damos ao assunto, não é?

Claro.

35. O enfoque numa determinada realidade. E isso é que é interessante para os Estudos de Tradução, o interesse está exatamente aí: como é que o *media* fez a reapropriação através da linguagem (logo, através da tradução, até porque estamos a falar de línguas diferentes). Só que aqui, como diz que, normalmente, partiam de versões já traduzidas, a alteração pode ter sido feita na agência de notícias – não é? Eu, aqui, estava a tentar perceber se realmente…

Mas as agências de notícias têm uma cultura, que é uma cultura oficiosa – seja em relação ao Estado inglês, francês, espanhol, português, o que for; democracia, ditadura, o que for. A sua cultura é ligada a difundir aquilo que é oficioso. Não estou a ver por que motivo iam produzir uma distorção dessa natureza. Não estou a ver.

36. A própria ONU também tem as versões oficiais do discurso de cada um dos Papas e também não correspondem exatamente: também existem algumas diferenças. Mas, aí, porque, provavelmente poderá ter havido a influência de um intérprete, poderá haver alguma diferença.

Pois, um enviesamento ideológico por parte do jornalista, do repórter ou do que for não é impossível. Agora, não estou a ver bem no caso da Igreja Católica e de Portugal – e o mesmo na maior parte dos países europeus; os americanos são uma outra cultura, mais influenciada pelo cristianismo protestante do que pelo católico. Não poderia isso provocar algum enviesamento, porventura? Por exemplo, há estudos sobre as agências noticiosas em Portugal em 74 e 75 e o que se vê é que as agências americanas e a inglesa – a *Reuters*, a *United Press* e a *Associated Press*: as três grandes, duas americanas e uma inglesa – colocavam as questões muito «preto no branco». Quer dizer: a opção entre o regime comunista (ou a democracia popular) e o regime democrático. Já a agência francesa

apresenta uma realidade com mais nuances: não é um mundo tanto numa oposição «preto no branco». Isto é a tese de doutoramento do Professor Nelson Traquina, que foi professor na Universidade Nova. E, portanto, acaba por se estabelecer bastante uma dicotomia entre a agência francesa e as agências anglo-americanas. Em que medida é que se pode discutir algo dessa natureza na interpretação das posições do Papa? É a minha amiga que terá de provar.

37. Sim, sou eu que vou investigar…

Assim *a priori*, não me sinto capaz de estar a formular hipóteses sobre isso.

37. Estava aqui a pensar, de acordo com o que acabou de me dizer: então, se um jornal tivesse como fonte de informação principal a *Associated Press*, nós podemos partir do pressuposto que o enviesamento seria menor do que se fosse a agência francesa [*Agence France-Presse*]?

O jornalismo francês sempre teve características diferentes do americano: normalmente, é um jornalismo um pouco mais comentado, menos… É menos um discurso em que o enunciador se apaga por completo. O discurso de agência, como sabe, como linguista ou com a sua formação linguística, é um onde o enunciador se apaga: o jornalista não enuncia na primeira pessoa os textos relativos aos acontecimentos que ele apresenta. E, portanto, estamos… Mas o jornalismo francês, tradicionalmente, é diferente na própria estrutura externa do texto. Normalmente, por exemplo, uma notícia anglo-americana clássica é uma notícia que é orientada por uma ordem decrescente de importância, seja lá o que for. Há sempre margem de subjetividade nessa, no estabelecimento dessa hierarquia de importâncias, mas costuma-se dizer que o texto é feito de maneira a que, se for necessário, por razões de paginação e pelo aparecimento de notícias inesperadas, se pode deixar cair a parte final da notícia. Estamos a pensar sempre em relação a um contexto em que a tipografia tradicional ainda era dominante. Contudo, as coisas mudam de figura no jornalismo francófono, porque é um jornalismo mais comentado e onde é tão importante o primeiro como o último parágrafo. O último parágrafo – que eles chamam «la chutte»: i.e., a conclusão, o remate – tem esse caráter de fecho da notícia, um caráter conclusivo, sintético e conclusivo. Portanto, não se pode dizer que há uma estrutura decrescente. Não. Há uma estrutura que vai, talvez, do mais importante, depois escreve por ali abaixo e depois tem uma conclusão. E essa conclusão é importante. O que eu quero dizer é: são duas formas de jornalismo distintas. Toda a estrutura do jornalismo anglo-americano é sempre uma estrutura favorável a modelos binários, a modelos de dicotomia; e os modelos franceses (e outros, em países latinos, etc.) comportam uma estrutura que não seja binária, onde haja lugar a uma terceira via, a um terceiro tema, que, normalmente, costuma ser o início da complexidade (se se pode dizer assim).

38. Estava a falar no contexto latino, que também interessa ao meu estudo: o que é que me sabe dizer sobre os *media* nesse contexto, por exemplo no México e no Brasil?

Quer dizer: nunca fiz nenhuma análise, mas… Por exemplo, o Brasil: o Brasil tem uma forte influência cultural, naturalmente, da tradição latina (portuguesa, em primeiro lugar); a grande presença de escritores como jornalistas (escritores/jornalistas); uma grande presença do folhetim no século XIX, numa escrita para-literária; mas depois teve uma enorme influência do jornalismo americano – e isso, aí, já é uma influência do jornalismo formatado naquela lógica de que a agência noticiosa é o expoente mais elevado. É o tal jornalismo incolor, inodoro e insonso, como a água mineral, que nunca é completamente incolor, inodora, nem insonsa, mas, tendencialmente, seria isso que se procurava. Era um jornalismo da neutralidade total, que não existe, obviamente, em parte nenhuma. Mas,

voltando à sua pergunta: o jornalismo mexicano, eu não conheço de uma forma aprofundada. Já me aconteceu ler jornais mexicanos, mas… Sobre o Brasil o que posso dizer é isto: se pegar nos grandes jornais do Brasil ainda hoje – a *Folha de S. Paulo*, o *Estado de S. Paulo*, o *Globo* e outros – vai encontrar uma estrutura mesmo… Na forma como é apresentada a página editorial e na forma como o jornal é estruturado do princípio até ao fim vai encontrar uma estrutura que é muito a estrutura americana. Do ponto de vista da escrita, existem fenómenos que não são nada americanos: por exemplo, a presença da crónica nos jornais. Carlos Drummond de Andrade, escritor e grande cronista, escrevia todos os dias a sua crónica, com uma reflexão aprofundada, com tudo isso. E eu penso que, em toda a América Latina existe… Enfim, no resto da América Latina a língua dominante é o espanhol, mas existe – existirá (eu aqui prefiro pôr como hipótese, para os investigadores irem demonstrar) – uma grande força da crónica. Todos os grandes escritores – Gabriel García Márquez foi um cronista famoso, Octavio Paz e muitos outros –, em toda a América Latina há um grande peso da escrita para-literária e alguns deles foram – no caso do García Márquez – foram também repórteres, outros foram criativos, outros… Não se moldaram às estruturas pré-concebidas. E dentro do próprio jornalismo anglo-americano também houve rebeliões contra essa estrutura, que alguns chamam «a retórica da objetividade». Não sei se está familiarizada com esse conceito, mas há uma autora chamada Gaye Tuchman. Há uma antologia do Professor Nelson Traquina chamada *Jornalismo*, da Editorial-Veja, e é uma antologia de textos de investigação do jornalismo americano e tem um dessa senhora, que se chama «O ritual estratégico da objetividade». Vale a pena ler. Ela diz que a objetividade para o jornalista é como um colar de alhos para o camponês mediterrâneo, i.e., é a defesa do jornalista perante ataques que venham do exterior. Ele responde: «não, eu cumpri as regras; eu usei as aspas; eu fiz a citação de tal maneira, que não fui eu que disse, foi outrem que disse; o que está transpassado não é a minha opinião, é de fulano». Há um texto meu também sobre isso, mais do que um até, um deles publicado pela Universidade dos Açores. Se quiser, depois posso enviar-lhos por *email*.

39. Agradeço. É possível afirmar – e isto é só uma impressão, não tenho conhecimento de causa… Noto que, cada vez mais, grandes meios de comunicação do dito mundo ocidental estão a investir no dito terceiro mundo – por exemplo, a BBC e a CNN começam a ter delegações na América Latina e em língua espanhola. Mas o inverso não se passa, não é? Por exemplo, desde 1965 – que é a altura que me interessa, aquando da ida de Paulo VI à ONU –, podemos afirmar que, na América Latina, seria muito difícil terem um correspondente em Nova Iorque para assistir à visita do Papa? Que dependiam ainda mais do que nós, em Portugal, das agências noticiosas? É possível afirmar isso?

Há todo um conjunto de estudos sobre os fluxos internacionais de difusão de notícias, que começam a ser feitos nos anos 50, 60 e que se prolongam e vão dar num grande documento feito pela UNESCO (e pela ONU) intitulado *Relatório McBride*. McBride é um senhor irlandês (creio eu) que faz esse relatório – que não é feito apenas por ele, é feito… É uma síntese de múltiplos estudos, que demonstram coisas, como, por exemplo: cinco capitais do mundo difundem mais informação do que o resto do mundo todo, o que quer dizer que não há um equilíbrio na circulação de notícias Norte-Sul, nem mesmo Leste-Oeste, etc. Portanto, há um certo número de centros difusores, nomeadamente Nova Iorque, Londres, Paris, enfim, as grandes capitais ocidentais e, nessa época, Moscovo também tem um importante papel de difusão de notícias (estamos a falar antes da queda do Muro de Berlim e do fim da era Gorbatchev e da União Soviética). E, portanto, todos esses estudos, do que é conhecido como a «geopolítica da informação», o que mostram

é, claramente, que há um desequilíbrio nos fluxos noticiosos mundiais. Como é que isso se adapta à realidade atual? Pois, isso já me parece um pouco fora do âmbito do seu trabalho. Isso tornou-se muito mais complexo com as redes sociais e esse tipo de circulação das informações. Agora, esse livro, chamado *Relatório McBride*, é de 1980, foi traduzido em quase todo o mundo e acho que não há uma tradução portuguesa (coisa espantosa…), mas é... Eu tenho a versão francesa, mas encontra-o na *net*, no *site* da UNESCO.

40. Sim.

E essa polémica, chamada «polémica da Nova Ordem da Informação e da Comunicação», deu lugar a uma parte enorme de um debate, debate esse que esteve, depois, associado à saída dos EUA e da Grã-Bretanha da própria UNESCO. Ainda hoje, a UNESCO é uma instituição mal-amada por esses países.

41. Mas acha que, provavelmente, muita da informação de um evento desta envergadura internacional chegaria por agências noticiosas?

Por agências noticiosas. Não sei qual era o papel que tinha nessa altura a agência do próprio Vaticano – isso seria interessante de verificar.

42. Acha que, em traços gerais, quando é preciso traduzir alguma coisa num meio de comunicação são os próprios jornalistas que fazem esse trabalho?

Quer dizer: eu lembro-me, até, de haver discussões, num certo tempo, de se dizer que não fazia parte do trabalho deles. Mas era difícil que o jornalista não fizesse uma tradução ou, pelo menos, aquilo que se veio a chamar uma «adaptação»: adaptar um texto numa língua estrangeira ao português, ou resumir, ou qualquer coisa nesse género.

43. Mas, tirando esses casos, regra geral são os jornalistas que acabam por ser «jornalistas/tradutores», não é? Por uma questão económica?

Sim, mas em Portugal, muitas vezes, a tradução vem já feita das agências noticiosas, que essas têm tradutores. E, aí, pode falar com muitas pessoas – pessoas que ainda hoje estão na *Lusa*, por exemplo, que lhe podem dar uma panorâmica retrospetiva.

44. Estava-me a falar do papel da agência do Vaticano, mas, naquela altura [1965, 1979]…

O que devia haver era o *L'Osservatore Romano*.

45. Exato. E como é que se tinha acesso?

Bem, não havia internet; o acesso seria pelo próprio jornal. Agora, poderia haver alguma agência ao lado do *Osservatore Romano* ou algo desse tipo, mas é melhor falar com alguém mais especializado nisso do que eu.

46. Porque, em termos gerais, tudo o que era de teor religioso, do Vaticano mesmo, como é que era tratado: era sempre por agência?

Poderia, eventualmente, haver lá algum correspondente, mas não tenho ideia de haver um correspondente específico.

47. Em termos gerais, um tema do Vaticano suscitava algum cuidado para ser tratado ou não: era tratado como um tema qualquer?

Ah, não acredito que fosse tratado como um tema qualquer. Parece-me que não, parece-me que não.

48. Então, sempre que tinham de fazer uma notícia…

Para já, era um tema que, seguramente, importava à própria censura. Por não ser um tema qualquer, começa logo por aí: a censura, certamente, dedicaria uma atenção especial àquilo que era noticiado sobre o Vaticano. Mas, depois, há também os jornais católicos: nessa altura, havia dois jornais católicos, em Lisboa, de informação – o *Novidades* e *A Voz*. Dois jornais católicos, ligados à Igreja, também próximos do regime. Depois do 25 de abril, a decisão da Igreja foi acabar com esses jornais (pelo menos, é a ideia que eu tenho, mas também pode informar-se melhor sobre esse aspeto).

49. E serviam de informação? De fonte de informação?

Eram a fonte de informação. Eram jornais de noticiário geral, para além de serem… De expressarem opiniões de certas correntes da Igreja – não vou dizer que era de todas as correntes da Igreja, porque não era. Aquelas que contestavam o regime, por exemplo, não tinham aí expressão. Num desses jornais, que era o jornal *A Voz*, escrevia um articulista, um escritor muito conhecido nos Açores – açoriano, micaelense, nosso conterrâneo – que era o Padre Dinis da Luz, não sei se já ouviu falar. Era natural do Nordeste e escrevia muito na própria imprensa açoriana dessa época.

50. Sim, sim. Mas estava-me a dizer que este tema, logo à partida, seria um alvo da censura. Portanto, o jornalista teria, logo à partida, um maior cuidado? Mesmo que inconscientemente?

Bem, teria cuidado também em pôr lá coisas que fossem falsas, que não fossem exatas. Não era o jornalista que iria censurar, por ele próprio, coisas que fossem afirmadas pelo Vaticano, pelo Papa, pelo… Por esses meios católicos. Acho que não.

51. Tudo aquilo que chega da agência, há sempre a ideia de que é verdadeiro? Tende-se a acreditar nisso? Ou tende a haver uma investigação complementar, uma investigação ou uma procura noutras fontes para tentar, então, criar a notícia?

Há um certo preconceito favorável à agência – se é que faz sentido essa expressão, «preconceito favorável à agência». Um jornal que seja de qualidade procurará sempre acrescentar, pelo menos, qualquer coisa à agência ou confirmar aquilo que a agência diz. Isso penso que é uma boa prática jornalística: fazer uma confirmação. Portanto, em princípio, o jornalista tenderá a acreditar que aquilo que a agência diz tem algum fundamento. Pode é querer aprofundar isso, verificar junto de outras fontes. Acrescentar, comentar e outras coisas.

52. E, à partida, tudo aquilo que se passava no Vaticano seria de interesse para ser noticiado…

Evidentemente que o que se passa no Vaticano é sempre enorme e também, geograficamente, abrange toda essa enorme diáspora da Igreja. Portanto, não se está a ver um jornal português difundir tudo isso. Vai certamente selecionar temas e o critério irá ser, certamente, o critério do interesse regional e nacional.

53. Mas, por exemplo, notei que nos pontificados de Bento XVI e do Papa Francisco – 2008 e 2015, respetivamente – o número de notícias foi muito menor (o número de notícias sobre a visita de cada um dos Papas à ONU) comparativamente a Paulo VI e a João Paulo II. No entanto, naqueles dois casos, na altura que os Papas foram à

ONU também existiram outros eventos que foram importantes para serem noticiados, nomeadamente eleições legislativas que nós [portugueses] tivemos…

Bem, estudou alguma coisa sobre aquilo que se chamam «valores-notícia», ou seja critérios de seleção de notícias?

54. Sim.

Cada caso noticioso é uma situação diferente. A configuração dos eventos que estão à volta – isso que acabou de dizer, da eleição. Por exemplo, o caso do Watergate em Portugal – passou-se entre 72 e 74 (o desfecho foi, mais ou menos no verão de 74, quer dizer: naquela altura, em que tinha acabado de haver o 25 de abril) – o relevo na imprensa portuguesa foi muito pequeno, nessa altura. Mais tarde…

55. Porque a realidade nacional…

A realidade nacional estava a ocupar tudo.

56. Exato.

E, portanto, isso acontece. Tem sempre de se ver qual é aquela altura, quais são os acontecimentos que são, digamos assim, concorrenciais, e tentar perceber qual é a lógica que ali está.

57. E mais recentemente, com as novas tecnologias e com a presença dos jornais na internet e nas redes sociais: isso teve influência também no destaque que se dá no jornal impresso ou não? Ou aquilo que está no impresso está no digital e vice-versa? O digital é mais a nível de atualização – é assim? Ou eu não estou a pensar bem…

Isso é um capítulo completamente diferente do assunto que nós estivemos a falar.

58. Sim, mas eu vou… Tendo em conta que estamos em 2018, eu não posso descurar completamente as novas tecnologias…

Não, não estou a dizer que descure. Eu próprio é que tenho de refletir um bocadinho antes de responder a isso.

59. Ah, desculpe.

O que posso dizer é, em primeiro lugar, que acho que o grande distribuidor de notícias continua ainda a ser a televisão. A televisão é… Não obstante aparecer o digital – e o digital produz novas características do circuito noticioso –, eu acho, no entanto, que… Nós próprios fizemos agora um estudo sobre jornalismo mediatizado na era digital e a impressão que eu tenho é que continua a haver alguns centros difusores que passam pelos media clássicos. Por exemplo, agora houve uma decisão tomada pelo Facebook no sentido de alterar o funcionamento lá do algoritmo e de se fazer com que aquilo que são adoções no Facebook de artigos, de notícias de jornais ou de televisões, etc., eles resolveram que isso iria ser secundarizado face à comunicação interpessoal. O objetivo para eles, do Facebook, é mais, estaria mais nesse contacto pessoa a pessoa e grupo a grupo do que propriamente numa retransmissão daquilo que vem na imprensa. O que eu quero dizer é: efetivamente, se, sei lá, se a declaração do Papa, por exemplo, sobre as *fake news*, se ela vier… Virá naturalmente nos meios da Igreja, não é preciso… Soube que ela existia e fui procurá-la na *Agência Ecclesia*. Lá está: em janeiro, 25 (salvo erro). Eu peguei nela e pu-la no meu Facebook. Mas aquilo não teve grande repercussão no Facebook. Eu pu-la, porque me pareceu algo interessante, para provocar o debate, e vinda do Vaticano, com esse selo de credibilidade.

60. Estava-lhe a perguntar a diferença entre a parte impressa do jornal (que ainda é a principal, não é?) e depois aquilo que o *Diário de Notícias* (neste caso) publica na vertente digital. É exatamente igual?

Eu não estou em condições de responder. Se quer falar com alguém do *Diário de Notícias*, eu posso também, aqui dentro, encontrar alguém que faz análise dos *media* e que lhe pode dizer.

61. Eu também tenho de desenvolver mais esta análise…

Penso que a tendência será bastante para, na parte digital, dar o documento na íntegra ou através de um *link* mesmo.

62. Tem mais possibilidade…

Tem mais possibilidade. Mas isto é uma dedução, não é um exame meu, o resultado de uma análise. Acho que é natural que seja assim e, às vezes, há órgãos que põem isso: «Para ler integralmente…» (no *Expresso online* e nesse tipo de jornais).

63. Só recapitulando a parte das agências, pois já percebi que era a fonte primordial de todos os meios: estávamos a falar do tal estudo que tinha dito, da diferença de postura entre as várias agências. Sem ser nesse estudo, a nível genérico, nós podemos… O que eu quero dizer é: se um jornal usa, normalmente, sempre a mesma agência de notícias, isso faz com que esse jornal também adquira, de certa forma, uma postura, ou uma visão muito conforme a essa agência? Ou não: tende a haver sempre a tal diversificação de fontes, como estava a falar?

Acho que, de qualquer maneira, a agência exercerá algum peso. Não quer dizer que o jornal tenha de se subordinar estritamente àquilo que vem da agência. Mas, em matéria noticiosa, as agências existem porque têm a possibilidade económica de fornecer informação sobre uma quantidade de lugares na Terra que um comum jornal não está – um jornal de Lisboa, um jornal do México, um jornal não sei de onde. Ele assegura a informação na sua área e, depois, conta com a agência para trazer informação de fora. Isso não deixa de marcar o jornal. Se o jornal puder ter duas, três agências… Mas as agências são, por assim dizer, um pouco monopolistas para certos territórios – e também para certas zonas de difusão. Eu vou-lhe mandar também um texto meu que tenho no computador. Sobretudo, abordo o relatório McBride e tudo isso. As agências eram muito atacadas por estarem ao serviço dos Estados ocidentais, nomeadamente pelos países não-alinhados pela União Soviética e pelo Terceiro Mundo. Agora, a crítica do relatório McBride tinha fundamento: as soluções alternativas eram frágeis, o mundo mudou muito e havia que repensar – por exemplo, verificar qual é a atual atitude das agências neste quadro da comunicação digital e tudo isso.

64. Uma última questão e é uma questão que não é delicada, mas difícil de explicar ou de saber responder, que é: de que forma é que a reapropriação que cada um dos meios fez da ida dos Papas à ONU – que passa por uma retradução (não é?), porque vem da agência e depois há o trabalho do jornalista –, de que forma é que isso influenciou a perspetiva das comunidades de chegada? Porque, à partida… Eu vou analisar comunidades que estão entre as principais comunidades católicas no mundo. Mas é claro que isto é tudo muito relativo, porque os próprios dados estatísticos não são cem por cento objetivos: uma pessoa pode contar na estatística como católica e não ser praticante…

Sim, mas o facto de não ser praticante ou, mesmo, de ter deixado de acreditar, não quer dizer que a pessoa não participe numa cosmovisão, que é a visão do catolicismo e do cristianismo.

65. Exato. Tenho de partir desse princípio…

Eu tinha um grande amigo, que era uma pessoa que não era católica, era agnóstica, mas que me dizia sempre: o que quer que nós façamos ou digamos, nós pertencemos sempre à comunidade e cultura cristã.

66. Exato. Portanto, o que eu quero saber é: a forma como os *media* transmitiram aquele evento, cada uma das intervenções dos Papas na ONU, de que forma é que pode ter afetado a postura perante os princípios que são difundidos pela Igreja, perante o próprio Vaticano e o Papa em si? Isso é possível medir de outra forma que não seja por uma suposição, quando nós estamos a analisar a mensagem que acaba por ser transmitida?

Há muitos estudos, chamados «estudos de receção». Vou dar-lhe o exemplo dos investigadores israelitas: um deles é Elhi Katz e Tamar Liebes. Fizeram estudos sobre a receção da série *Dallas* – não se já ouvi falar nela, viu algum episódio, talvez…

67. Sim. Era novinha, mas…

Sim. Fizeram estudos sobre a receção dessa série entre os palestinianos e os israelitas. E as interpretações deles sobre a ação das personagens era radicalmente diferente.

Agradeço.

Entrevista ao Secretário de Estado de Sua Santidade, o Papa Francisco, Cardeal Pietro Parolin – guião enviado por *email*, 2 dezembro 2019

1. Si Lei potesse scegliere un mottivo principale della partecipazione di ogni Sommo Pontefici della Chiesa Cattolica all'Assamblea Generale delle Nazioni Unite, quale sarebbe? E sarebbe lo stesso per tutti i Papi e/o per le cinque occazioni [1965, Papa Paolo VI; 1979, Papa Giovanni Paolo II (primo discorso); 1995, Papa Giovanni Paolo II (secondo discorso); 2008, Papa Benedetto XVI; 2015, Papa Francesco]?

2. Tutti i pontefici hanno espresso gratitudine per l'invito del Secretario Generale della ONU alla sua partecipazione nell'Assamblea Generale. Nonostante, ci è stato algo in particolare che abbia motivato l'invito (ad esempio, una perspettiva commune sul mondo, una reunione previa, un evento) o solamente si è trovato un momento opportuno per che il Papa parlasse a tutto il mondo da quella sede?

3. In quanto riguarda la preparazione del viaggio:

3.1. Ci è stata una raggione particolare per visitare alcune città e luoghi negli Stati Uniti (ad esempio, communità mentre le più cattoliche)?

3.2. Come hanno fatto la gestione mentre i momenti religiosi e quelli sociali e/o politichi?

3.3. Che importanza la Santa Sede ha attribuito alla presenza del Papa nella ONU, in specifico?

3.4. Ci sono state modificazione nella Storia? (cioè: in alcuno momento, la presenza nella ONU è stato considerata più importante che in altro/ altre? È possibile sapere quale il mottivo?)

3.5. Mentre la maggioranza dei Papi ne hanno partecipato nell'ambito dell'Assamblea Generale che si reunisce (in situazioni normali) ogni anno in Settembre/ Ottobre, il Papa Benedetto XVI l'ha fatto in Aprile. Di quello che capisco, si celebrava in quell'anno (2008) i sessenta anni della Dichiarazzione Universale dei Diritti dell'Uomo. È stato il mottivo per che la visita fosse in un momento diverso degli altri o ci è successo algo in particolare?

4. In quanto riguarda il testo dei discorsi:

4.1. C'è stato un motivo per che i Papi parlassero in una lingua in particolare (Paolo VI in francese; Giovanni Paolo II, in 1979, in inglese e, in 1995, in inglese, francese, russo e spagnolo; Benedetto XVI in francese e inglese; Francesco in spagnolo)? O è stata una decisione esclusivamente basata nel principio di una communicazione efficace, fluente, sia perchè era la lingua franca all'epoca o la lingua nativa/ più connosciutta dei pontefici?

4.2. Che ruolo hanno avuto i pontefici nella scritta: ogni testo è stato scritto per ogni Papa o per un'altra personna (ad esempio, alcuno con la risponsabilità di scrivere discorsi ufficiali)? In quest'ultimo caso, i pontefici hanno trasmesso alcuni argomenti che volevono che fossero inclusi?

4.3. Con quanta antecipazione i discorsi hanno stati scritti?

4.4. E come e quando siano stati disponibilizzate? All'epoca prima della internet (ex. in 1965 e 1979), chi aveva accesso al testo del discorso: solo i giornalisti? E solo i Vaticanisti, più le agenzie di notizie? Cosa è cambiato dalla fine del secolo XX? E quale il ruolo di *L'Osservatore Romano* nel processo di trasmissione di questi discorsi?

4.5. Come si può caratterizzare il contenuto dei discorsi mentre (i) l'attualità internazionale, (ii) la persona di ogni Papa (la sua origine di un contesto geopolitico in particolare, la sua missione sacerdotale e poi pontificia, le sue cause specifiche...) e (iii) la relazione Santa Sede-Nazioni Unite: si può dire che, nel testo, hanno presentato un sguardo profondamente cattolico sul chello che stava succedendo nel mondo, sia in quello che riguardava i popoli più sofferenti e i problemi più gravi nel momento, sia in quello riferente ai problemi della ONU e la sua attuazione all'epoca?

4.6. Ai tre fattori sottolineati, si può aggiungere il contesto di arrivo: gli Stati Uniti?

4.7. Nelle mie ricerche ho visto che la stampa portoghese continua a ritratare il mondo diviso mentre Ocidente e Oriente. Questa divisione ha sempre preocupato la Chiesa? E, quando alla ONU, i Papi hanno cercato una forma di dimostralo, stesso in un modo implicito?

4.8. Quando scrivendo i discorsi, hanno avuto mai la consapevolezza di che i media fossero riscriverli e che, in quel processo, certi messagi fossero più enfatizzate che altri o che il senso potesse cambiare? In caso affirmativo, si hanno premunito di qualche modo?

4.9. L'incluzione di informazione sui i predecessori dei Papi e documenti pontifici come encicliche (che considero come referenze *intra*testuali) ha avuto come obiettivo contribuire per una *literacia cattolica*?

4.10. E le referenze ai documenti di diritto internazionale, come la Carta delle Nazione Unite e la Dichiarazzione dei Diritti del Uomo: si può dire che sono riferiti perché sono documenti che dimostrano nel campo politico i principi spirituali della Chiesa?

5. In quanto guarda la voce del Papa nel mondo:

5.1. Si può dire che, in certe situazioni di ambito internazionale, la «neutralità ideologica» è una buona strategia di un Sommo Pontefici della Chiesa Catolica o, al contrario, i Papi sentono di più in più la necessità di fare ascoltare la sua voce e la voce della Chiesa, seguendo prima di tutto quello che Gesù ha detto: portare la Buona Nuova a tutta Creatura (che, alla ONU, significa «tutte le nazione»)? E è stato un momento in cui questo è stato più sentito?

5.2. Una principale caratteristica del cattolicismo è avere fede. I Papi si hanno dimostrato sempre fieri che i suoi messagi hanno stato bene capite per i capi di stato alla ONU e che sarebbero applicati in situazioni concrete nel mondo, o, al contrario, hanno dimostrato in qualche momento la necessità di fare qualcosa in più (ad esempio, di ripetere i messagi in altre occasioni ufficiali o di trasmetterli anche nei suoi organi di communicazioni)?

5.3. La mia ricerca mi è condotto a verificare che, in cinquanta anni, cinque temi sui cui i Papi hanno parlato alla ONU hanno stati i più riscritti per la stampa portoghese: (i) il disarmamento nucleare, (ii) il Medio Oriente, (iii) le disparità socioeconomiche nel mondo (pochi molti richi e molti molto poveri), (iv) la difesa dei diritti umani e (v)

l'azione della ONU (sopratutto la responsabilità di protegere e il multilateralismo). Sono, in realtà, temi che la Chiesa si ha sforzato di rinforzare? Sono temi per cui la voce dei Papi è importante, sopratutto alla ONU?

5.4. Perchè c'è bisogno di una entità spirituale per che i capi di stato hanno consapevolezza di questi (ed altri) temi? Possiamo dire che il potere (terrestre) è il grande male del mondo e comunque è importante un sguardo spirituale?

5.5. E, in quanto riguarda l'influenza dell'azione politica internazionale, si crede che il Papa riesce ad avere una voce più «alta» che i leader di altre religioni, come sia il Patriarca Ortodosso o il Dalai Lama?

5.6. Molti situazione continuono a condizionare la soluzione di quelli cinque problemi (*vide* 5.3.): ad esempio, ancora il uso del progreso scientifico per il armamento nucleare, per cui alertava già Paolo VI; la continua disputa religiosa e culturale nel Medio Oriente, come ne ha parlato Giovanni Paolo II, in cui dobbiamo includere i interessi delle superpotenze mondiale (sempre l'ottica del bipolarismo mentre gli Stati Uniti e la Russia/ il mondo Occidentale e l'Est); anche Giovanni Paolo II si è riferito al mondo diviso in un Nord rico ed un Sud povero, dove i richi scaricano le materie-prime e fanno male al ambiente (come continua a dire il Papa Francesco); e moltissimi casi di situazioni di violazzione dei diritti umani (un tema sul cui Benedetto XVI si è concentrato), come in Siria o in Hong-Kong. Questo vuole dire che, nella prossima volta che il pontefice torna alla ONU, sarà necessario cambiare il discorso, essere più duro, più concreto? Cioè: cosa il pontefice, mentre capo di una delle istituzione più importanti del mondo, può fare per che la luce di Cristo che la Chiesa trasporta dai secoli possa essere non appena ascoltata, ma davvero posta in pratica?

6. Sul rapporto Chiesa-media e traduzzione:

6.1. Secondo capisco, il statuto di osservatore permanente alla ONU è importante per la Santa Sede, visto che le permette di osservare «di fuori» al stesso tempo che, «al interno», tenta guidare le azione politiche. I media possono aiutarla a prelevare la voce della Chiesa sul mondo?

6.2. Sopratutto dal Concilio Vaticano II che la Chiesa ha riconosciuto il ruolo dei media a la sua esistenzia nel e per il mondo. Nonostante, il mondo ha cambiato moltíssimo dal Concilio. Che bilancio Lei fa del ruolo dei media nella promozione dei Papi come agenti nel panorama internazionale?

6.3. E come riguarda il ruolo della traduzione sia nella trasmissione della Santa Sede dei discorsi ufficiali, sia in un secondo circuito, nei media dei diversi paesi per i cittadini?

6.4. Secondo Lei, c'è bisogno di fare una attenzione più particolare nel momento di riscrivere discorsi come tutti quelli proferiti alla ONU e in altre organizazzioni internazionali?

6.5. Lei come considera il sviluppo del ruolo dei Papi nel mondo?

6.6. E come la stampa – sopratutto la traduzione utilizzata nella stampa – ha contribuito per quello ruolo, dal Secondo Concilio Vaticano fino ad oggi?

Grazie mille per il suo aiuto

Respostas enviadas pelo Secretário de Estado de Sua Santidade, o Papa Francisco, Cardeal Parolin, 18 fevereiro 2020[1]

I. ONU motivos visita (Questões 1 e 2): Motivos da visita do Santo Padre à ONU quer para o convidar quer para ele aceitar o convite

Os motivos concretos podem ser procurados em cada um dos cinco discursos em estudo.

A motivação geral é servir a pessoa humana, cada qual – Santa Sé e ONU – segundo o serviço que tem para lhe oferecer valendo-se da diplomacia para harmonizar mentalidades, caminhos, perspetivas em ordem ao objetivo.

Sem possibilidades de tempo para especificar a ação diplomática, proponho sem seguida:

A) Discurso do Santo Padre à Cúria Romana, na Apresentação de Votos Natalícios (21 de dezembro de 2017): *L'Osservatore Romano* (ed. portuguesa de 28/XII/2017), páginas 2-3.4.5. (*file* pp. 2-9).

B) Discurso do Santo Padre ao Corpo Diplomático (8 de janeiro de 2018): *L'Osservatore Romano* (ed. portuguesa de 11/I/2018), páginas 8-11 (*file* pp. 10-18).

C) Conferência de imprensa do Santo Padre com os jornalistas acreditados para a Visita Papal ao Egito, no voo de regresso a Roma, 29 de abril de 2017: *L'Osservatore Romano* (ed. portuguesa de 04/V/2017), páginas 10-11 (*file* pp. 19-25).

D) Mensagem do Papa Francisco para o XLIX Dia Mundial das Comunicações Sociais (8 de maio de 2016): *L'Osservatore Romano* (ed. portuguesa de 28/I/2016), página 5 (*file* pp. 26-27).

E) Visita do Santo Padre à América Latina (Equador, Bolívia e Paraguai): Encontro com as Autoridades Civis (Bolívia, La Paz – Catedral, 8 de julho de 2015): *L'Osservatore Romano* (ed. portuguesa de 16/VII/2015), página 6 (*file* pp. 28-30).

F) Extrato da Conferência de imprensa do Papa Bento XVI com os jornalistas acreditados para a sua Visita a Chipre, no voo rumo a Nicósia, em 4 de junho de 2010: *L'Osservatore Romano* (ed. portuguesa de 12/VI/2010), página 2 (*file* p. 31).

G) Em maio de 2011, o Cardeal Lorenzo Baldisseri (na época, Arcebispo Núncio Apostólico no Brasil e, hoje, Secretário Geral do [dicastério romano] Sínodo dos Bispos), publicou o livro *Diplomacia Pontifícia: Acordo Brasil-Santa Sé. Intervenções* (São Paulo, 2011). De lá se extraiu a Parte I, intitulada «Diplomacia Pontifícia» (pp. 32-51).

[1] Todas as respostas foram redigidas em português pelo próprio, tendo sido também por ele estipulada a ordem das referências bibliográficas apresentadas em todo o documento.

II. Aspetos logísticos e temáticos duma Visita do Papa (Questões 3 a 5) – Preparação, textos e sua difusão aos jornalistas

Excetuando as Jornadas Mundiais com cadência fixa e presidência pessoal do Santo Padre, as demais Visitas Apostólicas a uma Nação nascem geralmente de repetidos convites dirigidos a Sua Santidade quer pelo episcopado local quer pelas autoridades nacionais. Entre as motivações principais, conta-se uma urgência local a que a presença do Papa serviria de conforto para além de a impor à atenção internacional, ou então uma efeméride significativa eclesial ou nacional que o Sumo Pontífice gostaria de partilhar com o povo.

Uma vez conquistado o coração do Papa para a causa, põe-se em campo a máquina organizadora sediada na Santa Sé que contacta diretamente os competentes serviços políticos (encontrar-se-ão dois Chefes de Estado, e o visitante precisa que o deixem entrar, mover-se e contactar quem lhe interessa) e os competentes serviços da Igreja local (o objetivo da visita do Papa é de ordem pastoral: quer encontrar o povo de Deus; não precisa de autorização e, menos ainda, de delegação do Bispo local para o efeito – é Pastor universal da Igreja –, mas precisa do concurso de todos para o efeito de graça que a visita si propõe nos corações da gente). Entre os passos iniciais, conta-se a formação de Comissões específicas quer da parte da Igreja quer da parte do Estado, para gerir as respetivas mansões no âmbito da Visita em questão, já com objetivos circunscritos pela Santa Sé depois de ouvir a Conferência Episcopal do país.

Dois pontos essenciais presidem a tudo: 1º, o objetivo principal da visita já estabelecido com o Papa e que ecoará diversamente nas diferentes etapas da Visita ditadas pelas prioridades pastorais propostas pela Igreja local; 2º, a mensagem que o Papa pretende fazer passar e chegar ao coração da gente. Por isso, a língua usada deverá ser a local, lançando-se mão dos necessários instrumentos, humanos e tecnológicos, capazes de assegurar a audição e compreensão do pensamento do Santo Padre no idioma da comunidade que o escuta: o Papa Francisco domina o espanhol e o italiano, conseguindo mesmo improvisar; para outras línguas, requer-se a tradução simultânea, se o encontro tem lugar num ambiente fechado e apetrechado para o efeito (assim terá sucedido na ONU…), ou o recurso ao intérprete com a proclamação no idioma pretendido do texto preparado e lido (aos bocados) pelo Papa em espanhol ou italiano seguidos pela tradução do intérprete na língua local.

O calendário de preparação da Visita é muito variável, decorrendo sob embargo (segredo pontifício) até ao momento concordado pela Santa Sé e a respetiva Nação para o anúncio daquela, que será feito em simultâneo nos dois lados. Em linhas gerais, são apresentadas datas, etapas e motivação da visita com o respetivo tema geral e logotipo. Dois ou três meses antes da Visita – depende da calendarização geral das viagens do Santo Padre; por exemplo, não seria belo apresentar uma nova viagem do Santo Padre enquanto não realizar a anterior –, a Sala de Imprensa da Santa Sé promove um brífingue para apresentar aos jornalistas, acreditados, os detalhes da Visita com os vários encontros e destinatários, intervenções do Papa e etapas por ele tocadas na viagem. Brevemente podem-se delinear as temáticas que serão abordadas. Entretanto a Rádio Vaticana prepara um guião/roteiro (será fornecido à comitiva papal e ao grupo de jornalistas acreditados que viajam com o Papa no avião) com uma série de elementos relativos aos monumentos que hospedam os encontros, às autoridades eclesiais e nacionais, à presença da Igreja na Nação, etc.

Os textos do Santo Padre permanecem sob embargo (segredo pontifício) até ao momento em que o Papa os pronuncia. Mas o Responsável da Sala de Imprensa da Santa Sé (que acompanha o Santo Padre e é a pessoa de referência para os jornalistas que pediram e obtiveram o acreditamento necessário para aquela viagem), no final de cada dia da visita, reúne-se com estes jornalistas disponibilizando-lhes os textos que o Papa pronunciará no dia seguinte, naturalmente respeitando o embargo de publicação. Servem para eles próprios prepararem os seus serviços…

Discursos, homilias, alocuções, mensagens… 1º) O Papa pode decidir improvisar e o texto nasce ali e, naturalmente, é todo dele. 2º) O Papa pode querer reservar para si próprio a redação dum discurso ou homilia (sucede várias vezes quando fala aos bispos, ou quando um Santuário é ponto central da Visita); quando chega o texto preparado, falta apenas traduzi-lo na língua local. Um caso particular é aquele em que a especificidade do tema, a amplitude de ramificações, o nível de linguagem, etc. requeiram a mão dum perito de valor reconhecido, individuado pelo Núncio na nação a visitar ou então pela Santa Sé nas universidades de Roma (pode ter sido o caso dos discursos na ONU); evidentemente trabalhará sob as orientações recebidas ou compartilhadas com o Santo Padre. 3º) Mas, em geral, o caminho duma intervenção do Papa é muito mais longo: solicita-se ajuda aos Bispos locais porque podem melhor do que ninguém calcular a mensagem mais conveniente do Papa para a sua comunidade eclesial. A ajuda chega sob a forma da «Saudação» que no dia alguém dirigirá ao Santo Padre, sob a forma de descrição da problemática local que espera luz da Visita do Papa, sob a forma de tópicos possíveis para a intervenção do Santo Padre, sob a forma já elaborada de discurso/homilia. Caberá ao coordenador linguístico na Secretaria de Estado de Sua Santidade ajustar no contexto global das intervenções, desenvolver ou criar o pronunciamento que será proposto a quem de direito nos sucessivos degraus até chegar ao Santo Padre. Dele é a aprovação final.

Obtida esta, passa-se à tradução nas oito línguas habituais: italiano, francês, inglês, alemão, espanhol, português, árabe e polaco (sempre que possível, os textos estão à disposição dos jornalistas nestas línguas). Sucede por vezes uma dificuldade na tradução: por trás desta dificuldade pode haver um original mal expresso, confuso ou equívoco; então o original é corrigido e a mudança é comunicada às diversas línguas para ajustamento igual. Por último, três ou quatro semanas antes da Viagem há uma reunião colegial dos responsáveis pelos departamentos da Santa Sé mais estreitamente ligados aos discursos do Papa na Visita para uma leitura dos mesmos com avaliação, correção e aperfeiçoamento de eventuais pontos ou elementos imprecisos ou passíveis de má interpretação.

Como ficou dito, dois parâmetros presidem à elaboração dos textos: a mensagem geral a anunciar e a comunidade humana que a recebe. O jornalista é o último elo da cadeia de transmissão para chegar ao povo; ele possui uma deontologia própria que a Igreja supõe e respeita nas convicções pessoais do jornalista e no seu trabalho (pode-se hipotizar a possibilidade de não concessão do acreditamento em futuras solicitações do mesmo, caso o serviço prestado pelo jornalista se tivesse revelado contraproducente…). Mas, em geral, o jornalista sente-se um aliado natural do Santo Padre para o ajudar a conseguir os dois parâmetros referidos; para isso concorrem o brífingue de apresentação da viagem na Sala de Imprensa da Santa Sé, os brífingues no final dos diversos dias no Hotel onde os jornalista ficam hospedados, o conhecimento prévio dos discurso do Santo Padre com todas as explicações suplementares que o Responsável da Sala de Imprensa da

Santa Sé houver por bem fornecer sobre os mesmos, e a conferência de imprensa que o Santo Padre tem com os jornalistas no avião.

Capítulo aparte é a conservação e arquivo dos textos do Santo Padre. A gazeta oficial da Santa Sé que faz fé quanto à autenticidade dos pronunciamentos pontifícios é o boletim *Acta Apostolicae Sedis* onde, para além do registo dos Atos oficiais, aparecem as intervenções principais nos mesmos. Como nem todo o Magistério diário do Papa encontra espaço no referido Boletim, dever-se-á procurar o restante no jornal *L'Osservatore Romano*, quer na sua edição quotidiana em língua italiana (mais completa) quer na edição semanal para outras línguas (francês, inglês, alemão, espanhol, português e polaco). *L'Osservatore Romano* nasce por vontade do Papa Pio IX em 1861, saindo o primeiro número com data de 1 de julho desse ano. Está ao serviço do pensamento do Papa, movendo-se em estreita colaboração com os vários Dicastérios da Cúria Romana.

***

Esperando que possam servir para melhor compreender e completar quanto fica dito, proponho sem seguida:

A) Discurso do Santo Padre ao Corpo Diplomático acreditado junto da Santa Sé (Vaticano, 9 de janeiro de 2020): *L'Osservatore Romano* (ed. portuguesa de 14/I/2020), páginas 6-9 (file pp. 4 a 13).

B) [Tradução (não oficial) portuguesa do] Artigo do Padre (jesuíta) Roberto Tucci, Presidente da Direção da Rádio Vaticana e Organizador das Visitas Apostólicas do Santo Padre João Paulo II fora da Itália, intitulado «Peregrino apostólico aos 'Santuários' do povo de Deus» e publicado no diário italiano *L'Osservatore Romano*, 16 de outubro de 1998, com um suplemento especial «VIGÉSIMO ANIVERSÁRIO DE PONTIFICADO: 16 de outubro de 1978 – 16 de outubro de 1998», página 20 (file pp. 14 a 17).

B') O original italiano de Roberto Tucci «Pellegrino apostolico ai 'santuari' del popolo di Dio», na página 20 do Suplemento especial «16 ottobre 1978 – 16 ottobre 1998: VENTESIMO ANNIVERSARIO DI PONTIFICATO», in *L'Osservatore Romano*, 16 ottobre 1918, (pagina 18 a 21).

C) [Tradução (não oficial) para português do texto] «Notícias históricas sobre o 'Dicastério para a Comunicação'», nas páginas 1791-1795 do *Anuário Pontifício do ano 2019*, Cidade do Vaticano 2019 (pp. 22 a 26).

C') «Note historiche sul 'Dicastero per la Comunicazione'», nas páginas 1791 a 1795 do *Annuario Pontificio per l'anno 2019*, Cidade do Vaticano 2019 (pp. 27 a 31).

D) ROBERTO DE MATTEI, *O Concílio Vaticano II: Uma História nunca escrita* (ed. Caminhos Romanos Unipessoal Lda. – Porto 2012), capítulo III (1962: A Primeira Sessão), aparecendo nas pp 234-238 o ponto 12. «O papel dos meios de comunicação social» (pp. 32 a 35).

III. Solicitude e esperanças da Igreja a respeito dos mass-média (Questão 6) - A contribuição destes na elaboração e difusão da palavra do Papa

A Igreja «considera seu dever pregar a mensagem da salvação, servindo-se dos meios de comunicação social, e ensina aos homens a usar retamente estes meios» (CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Decreto sobre os meios de comunicação social *Inter mirifica*, 04/XII/1963, n.º 3).

Dando cumprimento a quanto prescrevera o Concílio Ecuménico Vaticano II, em 23 de março de 1971, o CONSELHO PONTIFÍCIO PARA OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL publicou a Instrução pastoral *Communio et progressio* sobre os instrumentos da Comunicação Social. No n.º 55, cita esta passagem do discurso de Paulo VI aos produtores de comunicação social: «O facto é que vós, escritores e artistas, quando conseguis extrair da condição humana, por humilde e triste que seja, um aspeto de bondade, imediatamente um vislumbre de beleza ilumina a vossa obra. Não vos pedimos que façais o moralista; mas temos confiança na vossa mágica habilidade de fazer vislumbrar o campo de luz que se encontra por detrás do mistério da vida humana» (6 de abril de 1967).

A solicitude da Igreja pelos profissionais dos mass-média deu vida a diversas formas de aproximação confiante, atendimento direto, esclarecimento possível e disponibilidade paciente para responder às mesmas perguntas e interpelações sobre assuntos e perspetivas eclesiais em contracorrente: as conferências de imprensa do Papa a bordo do avião, os brífingues semanais ao longo dum Sínodo, apresentação pública dos documentos principais da Santa Sé, resumos dos mesmos preparados para a imprensa, etc.

Sem possibilidades de tempo para especificar este "namoro" entre Igreja e mass-média, proponho em seguida:

A) Discurso do Santo Padre aos representantes dos meios de comunicação social (Vaticano - Aula Paulo VI, 16 de março de 2013): *L'Osservatore Romano* (ed. portuguesa de 24/III/2013), página 5 (file pp. 3-4);

B) Discurso do Santo Padre aos participantes na Assembleia Plenária do Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais (Vaticano, 21 de setembro de 2013): *L'Osservatore Romano* (ed. portuguesa de 29/IX/2013), página 11 (pp. 5-6);

C) *Catecismo da Igreja Católica* [Gráfica de Coimbra 22000, pag. 601-602]: III Parte, Segunda Secção, Capítulo II, Artigo 8, § V. O uso dos meios de comunicação social (pp. 7-8).

D) Carta apostólica *O Rápido Desenvolvimento* do Papa João Paulo II aos Responsáveis pelas Comunicações Sociais (23/I/2015) (pp. 9-15).

E) CONGREGAÇÃO PARA OS BISPOS, *Directório para o Ministério Pastoral dos Bispos* (Cidade do Vaticano 2005, páginas 147-151) Capítulo V n.º 4: O Bispo e os Meios de Comunicação Social. (Nn. 137-140) (pp. 16-18).

F) Carta encíclica *Ecclesiam suam* do Sumo Pontífice Papa Paulo VI sobre os caminhos da Igreja (6/VIII/1964) (pp. 19 a 44).

G) ANTÓNIO BALTASAR MARCELINO (Bispo de Aveiro 1988-2006), o capítulo «Marco orientador de uma Igreja dialogante» (pp.147-149), do seu livro *Vaticano II ao alcance de todos* (ed. Paulinas – Prior Velho 2012) (pp. 45- 46).

B. ANÁLISE DE CONTEÚDO

0. Materiais de base

0.1. Codificação das parcelas de análise

Subdivisão das versões de partida dos Discursos papais na AGONU em parcelas de análise: codificação

	Paulo VI (1965)		João Paulo II (1979)		João Paulo II (1995)		Bento XVI (2008)		Francisco (2015)
PVI.1	Au moment de prendre la parole devant cet auditoire unique au monde, Nous tenons à exprimer d'abord Notre profonde gratitude à Monsieur Thant, votre Secrétaire Général, qui a bien voulu Nous inviter à rendre visite aux Nations-Unies, à l'occasion du vingtième anniversaire de cette institution mondiale pour la paix et la collaboration entre les peuples de toute la terre./ Merci également à Monsieur le Président de l'Assemblée, Monsieur Amintore Fanfani, qui, dès le jour de son entrée en charge, a eu pour Nous des paroles si aimables.	JPII79.1	1. I desire to express my gratitude to the General Assembly of the United Nations, which I am permitted today to participate in and to address. My thanks go in the first place to the Secretary-General of the United Nations Organization, Dr. Kurt Waldheim. Last autumn, soon after my election to the Chair of Saint Peter, he invited me to make this visit, and he renewed his invitation in the course of our meeting in Rome last May. From the first moment I felt greatly honoured and deeply obliged. And today, before this distinguished Assembly, I also thank you, Mr. President, who have so kindly welcomed me and invited me to speak.	JPII95.1	1. It is an honour for me to have the opportunity to address this international Assembly and to join the men and women of every country, race, language and culture in celebrating the fiftieth anniversary of the founding of the United Nations Organization	BXVI.1	En m'adressant à cette Assemblée, j'aimerais avant tout vous exprimer, Monsieur le Président, ma vive reconnaissance pour vos aimables paroles. Ma gratitude va aussi au Secrétaire général, Monsieur Ban Ki-moon, qui m'a invité à venir visiter le Siège central de l'Organisation, et pour l'accueil qu'il m'a réservé. Je salue les Ambassadeurs et les diplomates des Pays membres et toutes les personnes présentes.	Franc. 1	Una vez más, siguiendo una tradición de la que me siento honrado, el Secretario General de las Naciones Unidas ha invitado al Papa a dirigirse a esta honorable Asamblea de las Naciones. En nombre propio y en el de toda la comunidad católica, Señor Ban Ki-moon, quiero expresarle el más sincero y cordial agradecimiento.
PVI.2	Merci à vous tous, ici présents, pour votre bienveillant accueil. A chacun d'entre vous, Nous présentons Notre salut cordial et déférent. Votre amitié Nous a convié et Nous admet à cette réunion: c'est en ami que Nous Nous présentons à vous.	JPII79.2	2. The formal reason for my intervention today is, without any question, the special bond of cooperation that links the Apostolic See with the United Nations Organization, as is shown by the presence of the Holy See's Permanent Observer to this Organization.	JPII95. corte 1	In coming before this distinguished Assembly, I am vividly aware that through you I am in some way addressing the whole family of peoples living on the face of the earth. My words are meant as a sign of the interest and esteem of the Apostolic See and of the Catholic Church for this Institution. They echo the voices of all those who see in the United Nations the hope of a better future for human society.	BXVI.2	À travers vous, je salue les peuples que vous représentez ici. Ils attendent de cette institution qu'elle mette en œuvre son inspiration fondatrice, à savoir constituer un « centre pour la coordination de l'activité des Nations unies en vue de parvenir à la réalisation des fins communes » de paix et de développement (cf. Charte des Nations unies, art. 1.2-1.4).	Franc. 2	Agradezco también sus amables palabras. Saludo asimismo a los Jefes de Estado y de Gobierno aquí presentes, a los Embajadores, diplomáticos y funcionarios políticos y técnicos que los acompañan, al personal de las Naciones Unidas empeñado en esta 70ª Sesión de la Asamblea General, al personal de todos los programas y agencias de la familia de la ONU, y a todos los que de un modo u otro participan de esta reunión.
PVI.3	En plus de Notre hommage personnel, Nous vous apportons celui du Second Concile Œcuménique du Vatican, actuellement réuni à Rome, et dont les Cardinaux qui Nous accompagnent sont les éminents représentants./ En leur nom, comme au Nôtre, à vous tous, honneur et salut!	JPII79. corte 1	The existence of this bond, which is held in high esteem by the Holy See, rests on the sovereignty with which the Apostolic See has been endowed for many centuries. The territorial extent of that sovereignty is limited to the small State of Vatican City, but the sovereignty itself is warranted by the need of the papacy to exercise its mission in full freedom, and to be able to deal with any interlocutor, whether a government or an international organization, without dependence on other sovereignties. Of course the nature and aims of the spiritual mission of the Apostolic See and the Church make their participation in the tasks and activities of the United Nations Organization very different from that of the States, which are communities in the political and temporal sense.	JPII95.2	I wish to express my heartfelt gratitude in the first place to the Secretary General, Dr. Boutros Boutros-Ghali, for having warmly encouraged this visit. And I thank you, Mr. President, for your cordial welcome. I greet all of you, the members of this General Assembly: I am grateful for your presence and for your kind attention	BXVI.3	Comme le Pape Jean-Paul II l'exprimait en 1995, l'Organisation devrait être un «centre moral, où toutes les nations du monde se sentent chez elles, développant la conscience commune d'être, pour ainsi dire, une famille de nations» (Message à l'Assemblée générale des Nations unies pour le 50e anniversaire de la fondation, New York, 5 octobre 1995).	Franc. 3	Por medio de ustedes saludo también a los ciudadanos de todas las naciones representadas en este encuentro. Gracias por los esfuerzos de todos y de cada uno en bien de la humanidad.

PVI.4	Cette rencontre, vous en êtes tous bien conscients, revêt un double caractère: elle est empreinte à la fois de simplicité et de grandeur. De simplicité car celui qui vous parle est un homme comme vous; il est votre frère, et même un des plus petits parmi vous, qui représentez des Etats Souverains, puisqu'il n'est investi –s'il vous plaît de Nous considérer à ce point de vue – que d'une minuscule et quasi symbolique souveraineté temporelle: le minimum nécessaire pour être libre d'exercer sa mission spirituelle et assurer ceux qui traitent avec lui qu'il est indépendant de toute souveraineté de ce monde. Il n'a aucune puissance temporelle, aucune ambition d'entrer avec vous en compétition. De fait, Nous n'avons rien à demander, aucune question à soulever; tout au plus un désir à formuler, une permission à solliciter: celle de pouvoir vous servir dans ce qui est de Notre compétence, avec désintéressement, humilité et amour.	JPII79.3	3. Besides attaching great importance to its collaboration with the United Nations Organization, the Apostolic See has always, since the foundation of your Organization, expressed its esteem and its agreement with the historic significance of this supreme forum for the international life of humanity today. It also never ceases to support your Organization's functions and initiatives, which are aimed at peaceful coexistence and collaboration between nations.	JPII95. corte 2	I come before you today with the desire to be able to contribute to that thoughtful meditation on the history and role of this Organization which should accompany and give substance to the anniversary celebrations. The Holy See, in virtue of its specifically spiritual mission, which makes it concerned for the integral good of every human being, has supported the ideals and goals of the United Nations Organization from the very beginning. Although their respective purposes and operative approaches are obviously different, the Church and the United Nations constantly find wide areas of cooperation on the basis of their common concern for the human family. It is this awareness which inspires my thoughts today; they will not dwell on any particular social, political, or economic question; rather, I would like to reflect with you on what the extraordinary changes of the last few years imply, not simply for the present, but for the future of the whole human family.	BXVI.4	À travers les Nations unies, les États ont établi des objectifs universels qui, même s'ils ne coïncident pas avec la totalité du bien commun de la famille humaine, n'en représentent pas moins une part fondamentale. Les principes fondateurs de l'Organisation – le désir de paix, le sens de la justice, le respect de la dignité de la personne, la coopération et l'assistance humanitaires – sont l'expression des justes aspirations de l'esprit humain et constituent les idéaux qui devraient sous-tendre les relations internationales.	Franc. 4	Esta es la quinta vez que un Papa visita las Naciones Unidas. Lo hicieron mis predecesores Pablo VI en 1965, Juan Pablo II en 1979 y 1995 y, mi más reciente predecesor, hoy el Papa emérito Benedicto XVI, en 2008. Todos ellos no ahorraron expresiones de reconocimiento para la Organización, considerándola la respuesta jurídica y política adecuada al momento histórico, caracterizado por la superación tecnológica de las distancias y fronteras y, aparentemente, de cualquier límite natural a la afirmación del poder.
PVI.5	Telle est la première déclaration que Nous avons à faire. Comme vous le voyez, elle est si simple qu'elle peut paraître insignifiante pour cette assemblée, habituée à traiter d'affaires extrêmement importantes et difficiles.	JPII79. corte 2	There are many proofs of this. In the more than thirty years of the existence of the United Nations Organization, it has received much attention in papal messages and encyclicals, in documents of the Catholic episcopate, and likewise in the Second Vatican Council. Pope John XXIII and Pope Paul VI looked with confidence on your important institution as an eloquent and promising sign of our times. He who is now addressing you has, since the first months of his pontificate, several times expressed the same confidence and conviction as his predecessors.	JPII95.3	**A Common Human Patrimony** 2. Ladies and Gentlemen! On the threshold of a new millennium we are witnessing an extraordinary global acceleration of that quest for freedom which is one of the great dynamics of human history. This phenomenon is not limited to any one part of the world; nor is it the expression of any single culture. Men and women throughout the world, even when threatened by violence, have taken the risk of freedom, asking to be given a place in social, political, and economic life which is commensurate with their dignity as free human beings. This universal longing for freedom is truly one of the distinguishing marks of our time.	BXVI.5	Comme mes prédécesseurs Paul VI et Jean-Paul II l'ont affirmé depuis cette même tribune, tout cela fait partie de réalités que l'Église catholique et le Saint-Siège considèrent avec attention et intérêt, voyant dans votre activité un exemple de la manière dont les problèmes et les conflits qui concernent la communauté mondiale peuvent bénéficier d'une régulation commune.	Franc. 5	Una respuesta imprescindible ya que el poder tecnológico, en manos de ideologías nacionalistas o falsamente universalistas, es capaz de producir tremendas atrocidades.
PVI.6	Et pourtant, Nous vous le disions, et vous le sentez tous, ce moment est empreint d'une singulière grandeur: il est grand pour Nous, il est grand pour vous./ Pour Nous d'abord. Oh! Vous savez bien qui Nous sommes./ Et quelle que soit votre opinion sur le Pontife de Rome, vous connaissez Notre mission: Nous sommes porteur d'un message pour toute l'humanité. Et Nous le sommes non seulement en Notre Nom personnel et au nom de la grande famille catholique: mais aussi au nom des Frères chrétiens qui partagent les sentiments que Nous exprimons ici, et spécialement de ceux qui ont bien voulu Nous charger explicitement d'être leur interprète.	JPII79.4	4. This confidence and conviction on the part of the Apostolic See is the result, as I have said, not of merely political reasons but of the religious and moral character of the mission of the Roman Catholic Church.	JPII95.4	During my previous Visit to the United Nations on 2 October 1979, I noted that the quest for freedom in our time has its basis in those universal rights which human beings enjoy by the very fact of their humanity. It was precisely outrages against human dignity which led the United Nations Organization to formulate, barely three years after its establishment, that Universal Declaration of Human Rights which remains one of the highest expressions of the human conscience of our time. In Asia and Africa, in the Americas, in Oceania and Europe, men and women of conviction and courage have appealed to this Declaration in support of their claims for a fuller share in the life of society.	BXVI.6	Les Nations unies concrétisent l'aspiration à « un degré supérieur d'organisation à l'échelle internationale » (Jean-Paul II, Encycl. *Sollicitudo rei socialis* , n. 43), qui doit être inspiré et guidé par le principe de subsidiarité et donc être capable de répondre aux exigences de la famille humaine,	Franc. 6	No puedo menos que asociarme al aprecio de mis predecesores, reafirmando la importancia que la Iglesia Católica concede a esta institución y las esperanzas que pone en sus actividades.

PVL7	Et tel le messager qui, au terme d'un long voyage, remet la lettre qui lui a été confiée: ainsi Nous avons conscience de vivre l'instant privilégié, – si bref soit-il – où s'accomplit un vœu que Nous portons dans le cœur depuis près de vingt siècles. Oui, vous vous en souvenez. C'est depuis longtemps que Nous sommes en route, et Nous portons avec Nous une longue histoire;	JPII79. corte 3	As a universal community embracing faithful belonging to almost all countries and continents, nations, peoples, races, languages and cultures, the Church is deeply interested in the existence and activity of the Organization whose very name tells us that it unites and associates nations and States. It unites and associates: it does not divide and oppose. It seeks out the ways for understanding and peaceful collaboration, and endeavours with the means at its disposal and the methods in its power to exclude war, division and mutual destruction within the great family of humanity today.	JPII95.5	3. It is important for us to grasp what might be called the inner structure of this worldwide movement. It is precisely its global character which offers us its first and fundamental «key» and confirms that there are indeed universal human rights, rooted in the nature of the person, rights which reflect the objective and inviolable demands of a universal moral law. These are not abstract points; rather, these rights tell us something important about the actual life of every individual and of every social group. They also remind us that we do not live in an irrational or meaningless world. On the contrary, there is a moral logic which is built into human life and which makes possible dialogue between individuals and peoples.	BXVL7	grâce à des règles internationales efficaces et à la mise en place de structures aptes à assurer le déroulement harmonieux de la vie quotidienne des peuples.	Franc. 7	La historia de la comunidad organizada de los Estados, representada por las Naciones Unidas, que festeja en estos días su 70 aniversario, es una historia de importantes éxitos comunes, en un período de inusitada aceleración de los acontecimientos. Sin pretensión de exhaustividad, se puede mencionar la codificación y el desarrollo del derecho internacional, la construcción de la normativa internacional de derechos humanos, el perfeccionamiento del derecho humanitario, la solución de muchos conflictos y operaciones de paz y reconciliación, y tantos otros logros en todos los campos de la proyección internacional del quehacer humano.
PVL8	Nous célébrons ici l'épilogue d'un laborieux pèlerinage à la recherche d'un colloque avec le monde entier, depuis le jour où il Nous fut commandé: « allez, portez la bonne nouvelle à toutes les nations! ». Or c'est vous qui représentez toutes les nations.	JPII79.5	5. This is the real reason, the essential reason, for my presence among you, and I wish to thank this distinguished Assembly for giving consideration to this reason, which can make my presence among you in some way useful.	JPII95.6	If we want a century of violent coercion to be succeeded by a century of persuasion, we must find a way to discuss the human future intelligibly. The universal moral law written on the human heart is precisely that kind of «grammar» which is needed if the world is to engage this discussion of its future.In this sense, it is a matter for serious concern that some people today deny the universality of human rights, just as they deny that there is a human nature shared by everyone. To be sure, there is no single model for organizing the politics and economics of human freedom; different cultures and different historical experiences give rise to different institutional forms of public life in a free and responsible society. But it is one thing to affirm a legitimate pluralism of «forms of freedom», and another to deny any universality or intelligibility to the nature of man or to the human experience.	BXVL8	Cela est d'autant plus nécessaire dans le contexte actuel où l'on fait l'expérience du paradoxe évident d'un consensus multilatéral qui continue à être en crise parce qu'il est encore subordonné aux décisions d'un petit nombre, alors que les problèmes du monde exigent, de la part de la communauté internationale, des interventions sous forme d'actions communes.	Franc. 8	Todas estas realizaciones son luces que contrastan la oscuridad del desorden causado por las ambiciones descontroladas y por los egoísmos colectivos.
PVL9	Laissez-Nous vous dire que Nous avons pour vous tous un message, oui, un heureux message, à remettre à chacun d'entre vous./ 1. Notre message veut être tout d'abord une ratification morale et solennelle de cette haute Institution. Ce message vient de Notre expérience historique. C'est comme « expert en humanité » que Nous apportons à cette Organisation le suffrage de Nos derniers prédécesseurs, celui de tout l'Episcopat Catholique et le Nôtre, convaincu comme Nous le sommes que cette Organisation représente le chemin obligé de la civilisation moderne et de la paix mondiale.	JPII79. corte 4	It is certainly a highly significant fact that among the representatives of the States, whose raison d'être is the sovereignty of powers linked with territory and people, there is also today the representative of the Apostolic See and the Catholic Church. This Church is the Church of Jesus Christ, who declared before the tribunal of the Roman judge Pilate that he was a king, but with a kingdom not of this world (cf. Jn 18 :36-37). When he was then asked about the reason for the existence of his kingdom among men, he explained : «For this I was born, and for this I have come into the world, to witness to the truth» (*Jn* 18 :37)	JPII95.7	The latter makes the international politics of persuasion extremely difficult, if not impossible.	BXVL9	En effet, les questions de sécurité, les objectifs de développement, la réduction des inégalités au niveau local et mondial, la protection de l'environnement, des ressources et du climat, requièrent que tous les responsables de la vie internationale agissent de concert et soient prêts à travailler en toute bonne foi, dans le respect du droit, pour promouvoir la solidarité dans les zones les plus fragiles de la planète. Je pense en particulier à certains pays d'Afrique et d'autres continents qui restent encore en marge d'un authentique développement intégral, et qui risquent ainsi de ne faire l'expérience que des effets négatifs de la mondialisation.	Franc. 9	Es cierto que aún son muchos los graves problemas no resueltos, pero también es evidente que, si hubiera faltado toda esta actividad internacional, la humanidad podría no haber sobrevivido al uso descontrolado de sus propias potencialidades.

PVI.10	En disant cela, Nous avons conscience de faire Nôtre aussi bien la voix des morts que celle des vivants: des morts tombés dans les terribles guerres du passé en rêvant à la concorde et à la paix du monde; des vivants qui y ont survécu, et qui condamnent d'avance dans leurs cœurs ceux qui tenteraient de les renouveler; d'autres vivants encore: les jeunes générations d'aujourd'hui, qui s'avancent confiantes, attendant à bon droit une humanité meilleure. Nous faisons Nôtre aussi la voix des pauvres, des déshérités, des malheureux, de ceux qui aspirent à la justice, à la dignité de vivre, à la liberté, au bien-être et au progrès.	JPII79.6	Here, before the representatives of the States, I wish not only to thank you but also to offer my special congratulations, since the invitation extended to the Pope to speak in your Assembly shows that the United Nations Organization accepts and respects the religious and moral dimension of those human problems that the Church attends to, in view of the message of truth and love that it is her duty to bring to the world.	JPII95.8	**Taking the Risk of Freedom** 4. The moral dynamics of this universal quest for freedom clearly appeared in Central and Eastern Europe during the non-violent revolutions of 1989. Unfolding in specific times and places, those historical events nonetheless taught a lesson which goes far beyond a specific geographical location. For the non-violent revolutions of 1989 demonstrated that the quest for freedom cannot be suppressed. It arises from a recognition of the inestimable dignity and value of the human person, and it cannot fail to be accompanied by a commitment on behalf of the human person.	BXVI.10	Dans le contexte des relations internationales, il faut reconnaître le rôle primordial des règles et des structures qui, par nature, sont ordonnées à la promotion du bien commun et donc à la sauvegarde de la liberté humaine. Ces régulations ne limitent pas la liberté. Au contraire, elles la promeuvent quand elles interdisent des comportements et des actions qui vont à l'encontre du bien commun, qui entravent son exercice effectif et qui compromettent donc la dignité de toute personne humaine	Franc. 10	Cada uno de estos progresos políticos, jurídicos y técnicos son un camino de concreción del ideal de la fraternidad humana y un medio para su mayor realización.
PVI.11	Les peuples se tournent vers les Nations-Unies comme vers l'ultime espoir de la concorde et de la paix:	JPII79.7	The questions that concern your functions and receive your attention—as is indicated by the vast organic complex of institutions and activities that are part of or collaborate with the United Nations, especially in the fields of culture, health, food, labour, and the peaceful uses of nuclear energy—certainly make it essential for us to meet in the name of man in his wholeness, in all the fullness and manifold riches of his spiritual and material existence, as I have stated in my encyclical *Redemptor Hominis* , the first of my pontificate.	JPII95.9	Modern totalitarianism has been, first and foremost, an assault on the dignity of the person, an assault which has gone even to the point of denying the inalienable value of the individual's life. The revolutions of 1989 were made possible by the commitment of brave men and women inspired by a different, and ultimately more profound and powerful, vision: the vision of man as a creature of intelligence and free will, immersed in a mystery which transcends his own being and endowed with the ability to reflect and the ability to choose — and thus capable of wisdom and virtue.	BXVI.11	Au nom de la liberté, il doit y avoir une corrélation entre droits et devoirs, en fonction desquels toute personne est appelée à prendre ses responsabilités dans les choix qu'elle opère, en tenant compte des relations tissées avec les autres. Nous pensons ici à la manière dont les résultats de la recherche scientifique et des avancées technologiques ont parfois été utilisés. Tout en reconnaissant les immenses bénéfices que l'humanité peut en tirer, certaines de leurs applications représentent une violation évidente de l'ordre de la création, au point non seulement d'être en contradiction avec le caractère sacré de la vie, mais d'arriver à priver la personne humaine et la famille de leur identité naturelle.	Franc. 11	Rindo pues homenaje a todos los hombres y mujeres que han servido leal y sacrificadamente a toda la humanidad en estos 70 años. En particular, quiero recordar hoy a los que han dado su vida por la paz y la reconciliación de los pueblos, desde Dag Hammarskjöld hasta los muchísimos funcionarios de todos los niveles, fallecidos en las misiones humanitarias, de paz y reconciliación.
PVI.12	Nous osons apporter ici, avec le Nôtre, leur tribut d'honneur et d'espérance. Et voilà pourquoi pour vous aussi ce moment est grand.	JPII79.8	6. Now, availing myself of the solemn occasion of my meeting with the representatives of the nations of the earth, I wish above all to send my greetings to all the men and women living on this planet. To every man and every woman, without any exception whatever. Every human being living on earth is a member of a civil society, of a nation, many of them represented here. Each one of you, distinguished ladies and gentlemen, represents a particular State, system and political structure, but what you represent above all are individual human beings; you are all representatives of men and women, of practically all the people of the world, individual men and women, communities and peoples who are living the present phase of their own history and who are also part of the history of humanity as a whole, each of them a subject endowed with dignity as a human person, with his or her own culture, experiences and aspirations, tensions and sufferings, and legitimate expectations. This relationship is what provides the reason for all political activity, whether national or international, for in the final analysis this activity comes from man, is exercised by man and is for man.	JPII95.10	A decisive factor in the success of those non-violent revolutions was the experience of social solidarity: in the face of regimes backed by the power of propaganda and terror, that solidarity was the moral core of the «power of the powerless», a beacon of hope and an enduring reminder that it is possible for man's historical journey to follow a path which is true to the finest aspirations of the human spirit.	BXVI.12	De la même manière, l'action internationale visant à préserver l'environnement et à protéger les différentes formes de vie sur la terre doit non seulement garantir un usage rationnel de la technologie et de la science, mais doit aussi redécouvrir l'authentique image de la création. Il ne s'agira jamais de devoir choisir entre science et éthique, mais bien plutôt d'adopter une méthode scientifique qui soit véritablement respectueuse des impératifs éthiques.	Franc. 12	La experiencia de estos 70 años, más allá de todo lo conseguido, muestra que la reforma y la adaptación a los tiempos siempre es necesaria

PVI.13	2. Nous le savons, vous en êtes pleinement conscients. Ecoutez maintenant la suite de Notre Message. Il est tout entier tourné vers l'avenir. L'édifice que vous avez construit ne doit plus jamais tomber en ruines: il doit être perfectionné et adapté aux exigences que l'histoire du monde présentera. Vous marquez une étape dans le développement de l'humanité: désormais, impossible de reculer, il faut avancer.	JPII79. corte 5	And if political activity is cut off from this fundamental relationship and finality, if it becomes in a way its own end, it loses much of its reason to exist. Even more, it can also give rise to a specific alienation ; it can become extraneous to man ; it can come to contradict humanity itself. In reality, what justifies the existence of any political activity is service to man, concerned and responsible attention to the essential problems and duties of his earthly existence in its social dimension and significance, on which also the good of each person depends.	JPII95.11	Viewing those events from this privileged international forum, one cannot fail to grasp the connection between the values which inspired those people's liberation movements and many of the moral commitments inscribed in the United Nations Charter: I am thinking for example of the commitment to «reaffirm faith in fundamental human rights (and) in the dignity and worth of the human person»; and also the commitment «to promote social progress and better standards of life in larger freedom» (Preamble).	BXVI.13	La reconnaissance de l'unité de la famille humaine et l'attention portée à la dignité innée de toute femme et de tout homme reçoivent aujourd'hui un nouvel élan dans le principe de la responsabilité de protéger.	Franc. 13	progresando hacia el objetivo último de conceder a todos los países, sin excepción, una participación y una incidencia real y equitativa en las decisiones.
PVI.14	A la pluralité des Etats? qui ne peuvent plus s'ignorer les uns les autres, vous proposez une forme de coexistence extrêmement simple et féconde. La voici: d'abord vous reconnaissez et vous distinguez les uns et les autres. Vous ne conférez certes pas l'existence aux Etats: mais vous qualifiez comme digne de siéger dans l'assemblée ordonnée des peuples chacune des nations; vous donnez une reconnaissance d'une haute valeur morale et juridique à chaque communauté nationale souveraine, et vous lui garantissez une honorable citoyenneté internationale. C'est déjà un grand service rendu à la cause de l'humanité: bien définir et honorer les sujets nationaux de la communauté mondiale; les établir dans une condition juridique qui leur vaut la reconnaissance et le respect de tous, et d'où peut dériver un système ordonné et stable de vie internationale.	JPII79. corte 6	7. I ask you, ladies and gentlemen, to excuse me for speaking of questions that are certainly self-evident for you. But it does not seem pointless to speak of them, since the most frequent pitfall for human activities is the possibility of losing sight, while performing them, of the clearest truths, the most elementary principles.	JPII95.12	The fifty-one States which founded this Organization in 1945 truly lit a lamp whose light can scatter the darkness caused by tyranny — a light which can show the way to freedom, peace, and solidarity.	BXVI.14	Il n'a été défini que récemment, mais il était déjà implicitement présent dès les origines des Nations unies et, actuellement, il caractérise toujours davantage son activité. Tout État a le devoir primordial de protéger sa population contre les violations graves et répétées des droits de l'homme, de même que des conséquences de crises humanitaires liées à des causes naturelles ou provoquées par l'action de l'homme. S'il arrive que les États ne soient pas en mesure d'assurer une telle protection, il revient à la communauté internationale d'intervenir avec les moyens juridiques prévus par la Charte des Nations unies et par d'autres instruments internationaux.	Franc. 14	Esta necesidad de una mayor equidad, vale especialmente para los cuerpos con efectiva capacidad ejecutiva, como es el caso del Consejo de Seguridad, los organismos financieros y los grupos o mecanismos especialmente creados para afrontar las crisis económicas. Esto ayudará a limitar todo tipo de abuso o usura sobre todo con los países en vías de desarrollo.
PVI.15	Vous sanctionnez le grand principe que les rapports entre les peuples doivent être réglés par la raison, par la justice, le droit, et la négociation, et non par la force, ni par la violence, ni par la guerre, non plus que par la peur et par la tromperie./ C'est ainsi que cela doit être	JPII79.9	I would like to express the wish that, in view of its universal character, the United Nations Organization will never cease to be the forum, the high tribune from which all man's problems are appraised in truth and justice. It was in the name of this inspiration, it was through this historic stimulus, that on 26 June 1945, towards the end of the terrible Second World War, the Charter of the United Nations was signed and on the following 24 October your Organization began its life. Soon after, on 10 December 1948, came its fundamental document, the Universal Declaration of Human Rights, the rights of the human being as a concrete individual and of the human being in his universal value.	JPII95.13	**The Rights of Nations** 5. The quest for freedom in the second half of the twentieth century has engaged not only individuals but nations as well. Fifty years after the end of the Second World War, it is important to remember that that war was fought because of violations of the rights of nations. Many of those nations suffered grievously for no other reason than that they were deemed «other». Terrible crimes were committed in the name of lethal doctrines which taught the «inferiority» of some nations and cultures.	BXVI.15	L'action de la communauté internationale et de ses institutions, dans la mesure où elle est respectueuse des principes qui fondent l'ordre international, ne devrait jamais être interprétée comme une coercition injustifiée ou comme une limitation de la souveraineté. À l'inverse, c'est l'indifférence ou la non-intervention qui causent de réels dommages. Il faut réaliser une étude approfondie des modalités pour prévenir et gérer les conflits, en utilisant tous les moyens dont dispose l'action diplomatique et en accordant attention et soutien même au plus léger signe de dialogue et de volonté de réconciliation.	Franc. 15	Los organismos financieros internacionales han de velar por el desarrollo sostenible de los países y la no sumisión asfixiante de éstos a sistemas crediticios que, lejos de promover el progreso, someten a las poblaciones a mecanismos de mayor pobreza, exclusión y dependencia.

PVI.16	Et permettez que Nous vous félicitions d'avoir eu la sagesse d'ouvrir l'accès de cette assemblée aux peuples jeunes, aux Etats parvenus depuis peu à l'indépendance et à la liberté nationales; leur présence ici est la preuve de l'universalité et de la magnanimité qui inspirent les principes de cette institution. C'est ainsi que cela doit être. Tel est Notre éloge et Notre souhait, et comme vous le voyez Nous ne les attribuons pas du dehors: Nous les tirons du dedans, du génie même de votre Institution.	JPII79. 10	This document is a milestone on the long and difficult path of the human race. The progress of humanity must be measured not only by the progress of science and technology, which shows man's uniqueness with regard to nature, but also and chiefly by the primacy given to spiritual values and by the progress of moral life	JPII95.14	In a certain sense, the United Nations Organization was born from a conviction that such doctrines were antithetical to peace; and the Charter's commitment to «save future generations from the scourge of war» (Preamble) surely implied a moral commitment to defend every nation and culture from unjust and violent aggression.	BXVI.16	Le principe de la « responsabilité de protéger» était considéré par l'antique *ius gentium* comme le fondement de toute action entreprise par l'autorité envers ceux qui sont gouvernés par elle:	Franc. 16	La labor de las Naciones Unidas, a partir de los postulados del Preámbulo y de los primeros artículos de su Carta Constitucional, puede ser vista como el desarrollo y la promoción de la soberanía del derecho, sabiendo que la justicia es requisito indispensable para obtener el ideal de la fraternidad universal.
PVI.17	3. Votre Statut va plus loin encore: et Notre message s'avance avec lui. Vous existez et vous travaillez pour unir les nations, pour associer les Etats. Adoptons la formule: pour mettre ensemble les uns avec les autres.	JPII79. corte 7	In this field is manifested the full dominion of reason, through truth, in the behaviour of the individual and of society, and also the control of reason over nature ; and thus human conscience quietly triumphs, as was expressed in the ancient saying: Genus humanum arte et ratione vivit.	JPII95.15	Unfortunately, even after the end of the Second World War, the rights of nations continued to be violated. To take but one set of examples, the Baltic States and extensive territories in Ukraine and Belarus were absorbed into the Soviet Union, as had already happened to Armenia, Azerbaijan, and Georgia in the Caucasus. At the same time the so-called «People's Democracies» of Central and Eastern Europe effectively lost their sovereignty and were required to submit to the will dominating the entire bloc.	BXVI.17	à l'époque où le concept d'État national souverain commençait à se développer, le religieux dominicain Francisco De Vitoria, considéré à juste titre comme un précurseur de l'idée des Nations unies, décrivait cette responsabilité comme un aspect de la raison naturelle partagé par toutes les nations, et le fruit d'un droit international dont la tâche était de réguler les relations entre les peuples.	Franc. 17	En este contexto, cabe recordar que la limitación del poder es una idea implícita en el concepto de derecho.
PVI.18	Vous êtes une Association. Vous êtes un pont entre les peuples. Vous êtes un réseau de rapports entre les Etats. Nous serions tenté de dire que votre caractéristique reflète en quelque sorte dans l'ordre temporel ce que notre Eglise Catholique veut être dans l'ordre spirituel: unique et universelle. On ne peut rien concevoir de plus élevé, sur le plan naturel, dans la construction idéologique de l'humanité.	JPII79. corte 8	It was when technology was being directed in its one-sided progress towards goals of war, hegemony and conquest, so that man might kill man and nation destroy nation by depriving it of its liberty and the right to exist—and I still have before my mind the image of the Second World War in Europe, which began forty years ago on 1 September 1939 with the invasion of Poland and ended on 9 May 1945—it was precisely then that the United Nations Organization arose. And three years later the document appeared which, as I have said, must be considered a real milestone on the path of the moral progress of humanity—the Universal Declaration of Human Rights. The governments and States of the world have understood that, it they are not to attack and destroy each other, they must unite. The real way, the fundamental way to this is through each human being, through the definition and recognition of and respect for the inalienable rights of individuals and of the communities of peoples.	JPII95.16	The result of this artificial division of Europe was the «cold war», a situation of international tension in which the threat of a nuclear holocaust hung over humanity. It was only when freedom was restored to the nations of Central and Eastern Europe that the promise of the peace which should have come with the end of the war began to be realized for many of the victims of that conflict.	BXVI.18	Aujourd'hui comme alors, un tel principe doit faire apparaître l'idée de personne comme image du Créateur, ainsi que le désir d'absolu et l'essence de la liberté.	Franc. 18	Dar a cada uno lo suyo, siguiendo la definición clásica de justicia, significa que ningún individuo o grupo humano se puede considerar omnipotente, autorizado a pasar por encima de la dignidad y de los derechos de las otras personas singulares o de sus agrupaciones sociales.

PVI.19	Votre vocation est de faire fraterniser, non pas quelques-uns des peuples, mais tous les peuples. Entreprise difficile?	JPII79. 11	8. Today, forty years after the outbreak of the Second World War, I wish to recall the whole of the experiences by individuals and nations that were sustained by a generation that is largely still alive. I had occasion not long ago to reflect again on some of those experiences, in one of the places that are most distressing and overflowing with contempt for man and his fundamental rights—the extermination camp of Oświęcim (Auschwitz), which I visited during my pilgrimage to Poland last June.	JPII95.17	6. The Universal Declaration of Human Rights, adopted in 1948, spoke eloquently of the rights of persons; but no similar international agreement has yet adequately addressed the rights of nations. This situation must be carefully pondered, for it raises urgent questions about justice and freedom in the world today.	BXVI.19	Le fondement des Nations unies, nous le savons bien, a coïncidé avec les profonds bouleversements dont a souffert l'humanité lorsque la référence au sens de la transcendance et à la raison naturelle a été abandonnée et que par conséquent la liberté et la dignité humaine furent massivement violées.	Franc. 19	La distribución fáctica del poder (político, económico, de defensa, tecnológico, etc.) entre una pluralidad de sujetos y la creación de un sistema jurídico de regulación de las pretensiones e intereses, concreta la limitación del poder.
PVI.20	Sans nul doute. Mais telle est l'entreprise, telle est votre très noble entreprise. Qui ne voit la nécessité d'arriver ainsi progressivement à instaurer une autorité mondiale en mesure d'agir efficacement sur le plan juridique et politique?	JPII79. 12	This infamous place is unfortunately only one of the many scattered over the continent of Europe. But the memory of even one should be a warning sign on the path of humanity today, in order that every kind of concentration camp anywhere on earth may once and for all be done away with. And everything that recalls those horrible experiences should also disappear for ever from the lives of nations and States, everything that is a continuation of those experiences under different forms, namely the various kinds of torture and oppression, either physical or moral, carried out under any system, in any land; this phenomenon is all the more distressing if it occurs under the pretext of internal «security» or the need to preserve an apparent peace.	JPII95.18	In reality the problem of the full recognition of the rights of peoples and nations has presented itself repeatedly to the conscience of humanity, and has also given rise to considerable ethical and juridical reflection. I am reminded of the debate which took place at the Council of Constance in the fifteenth century, when the representatives of the Academy of Krakow, headed by Pawel Wlodkowic, courageously defended the right of certain European peoples to existence and independence	BXVI.20	Dans de telles circonstances, cela menace les fondements objectifs des valeurs qui inspirent et régulent l'ordre international et cela mine les principes intangibles et coercitifs formulés et consolidés par les Nations unies. Face à des défis nouveaux répétés, c'est une erreur de se retrancher derrière une approche pragmatique, limitée à mettre en place des « bases communes », dont le contenu est minimal et dont l'efficacité est faible.	Franc. 20	El panorama mundial hoy nos presenta, sin embargo, muchos falsos derechos, y –a la vez– grandes sectores indefensos, víctimas más bien de un mal ejercicio del poder: el ambiente natural y el vasto mundo de mujeres y hombres excluidos. Dos sectores íntimamente unidos entre sí, que las relaciones políticas y económicas preponderantes han convertido en partes frágiles de la realidad. Por eso hay que afirmar con fuerza sus derechos, consolidando la protección del ambiente y acabando con la exclusión.
PVI.21	Ici encore Nous répétons Notre souhait: allez de l'avant! Nous dirons davantage: faites en sorte de ramener parmi vous ceux qui se seraient détachés de vous; étudiez le moyen d'appeler à votre pacte de fraternité, dans l'honneur et avec loyauté, ceux qui ne le partagent pas encore. Faites en sorte que ceux qui sont encore au dehors désirent et méritent la confiance commune, et soyez alors généreux à l'accorder.	JPII79. 13	9. You will forgive me, ladies and gentlemen, for evoking this memory. But I would be untrue to the history of this century, I would be dishonest with regard to the great cause of man, which we all wish to serve, if I should keep silent, I who come from the country on whose living body Oświęcim was at one time constructed.	JPII95.19	Still better known is the discussion which went on in that same period at the University of Salamanca with regard to the peoples of the New World.	BXVI.21	La référence à la dignité humaine, fondement et fin de la responsabilité de protéger, nous introduit dans la note spécifique de cette année, qui marque le soixantième anniversaire de la Déclaration universelle des Droits de l'homme.	Franc. 21	Ante todo, hay que afirmar que existe un verdadero «derecho del ambiente» por un doble motivo. Primero, porque los seres humanos somos parte del ambiente. Vivimos en comunión con él, porque el mismo ambiente comporta límites éticos que la acción humana debe reconocer y respetar. El hombre, aun cuando está dotado de «capacidades inéditas» que «muestran una singularidad que trasciende el ámbito físico y biológico» (Laudato si', 81), es al mismo tiempo una porción de ese ambiente. Tiene un cuerpo formado por elementos físicos, químicos y biológicos, y solo puede sobrevivir y desarrollarse si el ambiente ecológico le es favorable. Cualquier daño al ambiente, por tanto, es un daño a la humanidad.

PVI.22	Et vous, qui avez la chance et l'honneur de siéger dans cette assemblée de la communauté pacifique, écoutez-Nous: cette confiance mutuelle qui vous unit et vous permet d'opérer de bonnes et grandes choses, faites en sorte qu'il n'y soit jamais porté atteinte, qu'elle ne soit jamais trahie.	JPII79. 14	But my purpose in evoking this memory is above all to show what painful experiences and sufferings by millions of people gave rise to the Universal Declaration of Human Rights, which has been placed as the basic inspiration and cornerstone of the United Nations Organization. This Declaration was paid for by millions of our brothers and sisters at the cost of their suffering and sacrifice, brought about by the brutalization that darkened and made insensitive the human consciences of their oppressors and of those who carried out a real genocide. This price cannot have been paid in vain!	JPII95.20	And in our own century, how can I fail to mention the prophetic words of my predecessor, Pope Benedict XV, who in the midst of the First World War reminded everyone that «nations do not die», and invited them «to ponder with serene conscience the rights and the just aspirations of peoples» (Benedict XV, *To the Peoples at War and their Leaders* , 28 July 1915)?	BXVI.22	Ce document était le fruit d'une convergence de différentes traditions culturelles et religieuses, toutes motivées par le désir commun de mettre la personne humaine au centre des institutions, des lois et de l'action des sociétés, et de la considérer comme essentielle pour le monde de la culture, de la religion et de la science.	Franc. 22	Segundo, porque cada una de las creaturas, especialmente las vivientes, tiene un valor en sí misma, de existencia, de vida, de belleza y de interdependencia con las demás creaturas. Los cristianos, junto con las otras religiones monoteístas, creemos que el universo proviene de una decisión de amor del Creador, que permite al hombre servirse respetuosamente de la creación para el bien de sus semejantes y para gloria del Creador, pero que no puede abusar de ella y mucho menos está autorizado a destruirla. Para todas las creencias religiosas, el ambiente es un bien fundamental (cf. *ibíd* ., 81).
PVI.23	4 La logique de ce souhait qui appartient, peut-on dire, à la structure de votre Organisation, Nous porte à le compléter par d'autres formules. Les voici: que personne, en tant que membre de votre union, ne soit supérieur aux autres: Pas l'un au-dessus de l'autre. C'est la formule de l'égalité. Nous savons, certes, que d'autres facteurs sont à considérer outre la simple appartenance à votre organisme. Mais l'égalité aussi fait partie de sa constitution: non pas que vous soyez égaux, mais ici vous vous faites égaux. Et il se peut que, pour plusieurs d'entre vous, ce soit un acte de grande vertu: permettez que Nous vous le disions, Nous, le représentant d'une religion qui opère le salut par l'humilité de son divin Fondateur.	JPII79. corte 9	The Universal Declaration of Human Rights — with its train of many declarations and conventions on highly important aspects of human rights, in favour of children, of women, of equality between races, and especially the two international covenants on economic, social and cultural rights and on civil and political rights—must remain the basic value in the United Nations Organization with which the consciences of its members must be confronted and from which they must draw continual inspiration.	JPII95.21	7. Today the problem of nationalities forms part of a new world horizon marked by a great «mobility» which has blurred the ethnic and cultural frontiers of the different peoples, as a result of a variety of processes such as migrations, mass-media and the globalization of the economy.	BXVI.23	Les droits de l'homme sont toujours plus présentés comme le langage commun et le substrat éthique des relations internationales. Tout comme leur universalité, leur indivisibilité et leur interdépendance sont autant de garanties de protection de la dignité humaine.	Franc. 23	El abuso y la destrucción del ambiente, al mismo tiempo, van acompañados por un imparable proceso de exclusión. En efecto, un afán egoísta e ilimitado de poder y de bienestar material lleva tanto a abusar de los recursos materiales disponibles como a excluir a los débiles y con menos habilidades, ya sea por tener capacidades diferentes (discapacitados) o porque están privados de los conocimientos e instrumentos técnicos adecuados o poseen insuficiente capacidad de decisión política.
PVI.24	Impossible d'être frère si l'on n'est humble. Car c'est l'orgueil, si inévitable qu'il puisse paraître, qui provoque les tensions et les luttes du prestige, de la prédominance, du colonialisme, de l'égoïsme: c'est lui qui brise la fraternité.	JPII79. 15	If the truths and principles contained in this document were to be forgotten or ignored and were thus to lose the genuine self-evidence that distinguished them at the time they were brought painfully to birth, then the noble purpose of the United Nations Organization could be faced with the threat of a new destruction. This is what would happen if the simple yet powerful eloquence of the Universal Declaration of Human Rights were decisively subjugated by what is wrongly called political interest, but often really means no more than one-sided gain and advantage to the detriment of others, or a thirst for power regardless of the needs of others—everything which by its nature is opposed to the spirit of the Declaration. «Political interest» understood in this sense, if you will pardon me, ladies and gentlemen, dishonours the noble and difficult mission of your service for the good of your countries and of all humanity.	JPII95.22	And yet, precisely against this horizon of universality we see the powerful re-emergence of a certain ethnic and cultural consciousness, as it were an explosive need for identity and survival, a sort of counterweight to the tendency toward uniformity. This is a phenomenon which must not be underestimated or regarded as a simple left-over of the past. It demands serious interpretation, and a closer examination on the levels of anthropology, ethics and law.	BXVI.24	Mais il est évident que les droits reconnus et exposés dans la Déclaration s'appliquent à tout homme, cela en vertu de l'origine commune des personnes, qui demeure le point central du dessein créateur de Dieu pour le monde et pour l'histoire.	Franc. 24	La exclusión económica y social es una negación total de la fraternidad humana y un gravísimo atentado a los derechos humanos y al ambiente.
PVI.25	5. Et ici Notre Message atteint son sommet. Négativement d'abord: c'est la parole que vous attendez de Nous et que Nous ne pouvons prononcer sans être conscient de sa gravité et de sa solennité: jamais plus les uns contre les autres, jamais, plus jamais!	JPII79. 16	10. Fourteen years ago my great predecessor Pope Paul VI spoke from this podium. He spoke memorable words, which I desire to repeat today: «No more war, war never again ! Never one against the other», or even «one above the other», but always, on every occasion, «with each other».	JPII95.23	This tension between the particular and the universal can be considered immanent in human beings. By virtue of sharing in the same human nature, people automatically feel that they are members of one great family, as is in fact the case.	BXVI.25	Ces droits trouvent leur fondement dans la loi naturelle inscrite au cœur de l'homme et présente dans les diverses cultures et civilisations.	Franc. 25	Los más pobres son los que más sufren estos atentados por un triple grave motivo: son descartados por la sociedad, son al mismo tiempo obligados a vivir del descarte y deben injustamente sufrir las consecuencias del abuso del ambiente. Estos fenómenos conforman la hoy tan difundida e inconscientemente consolidada «cultura del descarte».

PVI.26	N'est-ce pas surtout dans ce but qu'est née l'Organisation des Nations-Unies: contre la guerre et pour la paix?	JPII79. 17	Paul VI was a tireless servant of the cause of peace. I wish to follow him with all my strength and continue his service. The Catholic Church in every place on earth proclaims a message of peace, prays for peace, educates for peace. This purpose is also shared by the representatives and followers of other Churches and Communities and of other religions of the world, and they have pledged themselves to it. In union with efforts by all people of good will, this work is certainly bearing fruit.	JPII95.24	But as a result of the concrete historical conditioning of this same nature, they are necessarily bound in a more intense way to particular human groups, beginning with the family and going on to the various groups to which they belong and up to the whole of their ethnic and cultural group, which is called, not by accident, a «nation», from the Latin word «nasci»: «to be born».	BXVI.26	Détacher les droits humains de ce contexte signifierait restreindre leur portée et céder à une conception relativiste, pour laquelle le sens et l'interprétation des droits pourraient varier et leur universalité pourrait être niée au nom des différentes conceptions culturelles, politiques, sociales et même religieuses. La grande variété des points de vue ne peut pas être un motif pour oublier que ce ne sont pas les droits seulement qui sont universels, mais également la personne humaine, sujet de ces droits.	Franc. 26	Lo dramático de toda esta situación de exclusión e inequidad, con sus claras consecuencias, me lleva junto a todo el pueblo cristiano y a tantos otros a tomar conciencia también de mi grave responsabilidad al respecto, por lo cual alzo mi voz, junto a la de todos aquellos que anhelan soluciones urgentes y efectivas.
PVI.27	Ecoutez les paroles lucides d'un grand disparu, John Kennedy, qui proclamait, il y a quatre ans:« L'humanité devra mettre fin à la guerre, ou c'est la guerre qui mettra fin à l'humanité ».	JPII79. 18	Nevertheless we are continually troubled by the armed conflicts that break out from time to time. How grateful we are to the Lord when a direct intervention succeeds in avoiding such a conflict, as in the case of the tension that last year threatened Argentina and Chile.	JPII95.25	This term, enriched with another one, «patria» (fatherland/motherland), evokes the reality of the family.	BXVI.27	The life of the community, both domestically and internationally, clearly demonstrates that respect for rights, and the guarantees that follow from them, are measures of the common good that serve to evaluate the relationship between justice and injustice, development and poverty, security and conflict.	Franc. 27	La adopción de la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible en la Cumbre mundial que iniciará hoy mismo, es una importante señal de esperanza.
PVI.28	Il n'est pas besoin de longs discours pour proclamer la finalité suprême de votre Institution. Il suffit de rappeler que le sang de millions d'hommes, que des souffrances inouïes et innombrables, que d'inutiles massacres et d'épouvantables ruines sanctionnent le pacte qui vous unit,	JPII79. 19	It is my fervent hope that a solution also to the Middle East crises may draw nearer. While being prepared to recognize the value of any concrete step or attempt made to settle the conflict, I want to recall that it would have no value if it did not truly represent the «first stone» of a general overall peace in the area, a peace that, being necessarily based on equitable recognition of the rights of all, cannot fail to include the consideration and just settlement of the Palestinian question.	JPII95.26	The human condition thus finds itself between these two poles — universality and particularity — with a vital tension between them; an inevitable tension, but singularly fruitful if they are lived in a calm and balanced way.	BXVI.28	The promotion of human rights remains the most effective strategy for eliminating inequalities between countries and social groups, and for increasing security.	Franc. 28	Confío también que la Conferencia de París sobre el cambio climático logre acuerdos fundamentales y eficaces.
PVI.29	en un serment qui doit changer l'histoire future du monde: jamais plus la guerre, jamais plus la guerre! C'est la paix, la paix, qui doit guider le destin des peuples et de toute l'humanité!	JPII79. 20	Connected with this question is that of the tranquillity, independence and territorial integrity of Lebanon within the formula that has made it an example of peaceful and mutually fruitful coexistence between distinct communities, a formula that I hope will, in the common interest, be maintained, with the adjustments required by the developments of the situation	JPII95.27	8. Upon this anthropological foundation there also rest the «rights of nations», which are nothing but «human rights» fostered at the specific level of community life.	BXVI.29	Indeed, the victims of hardship and despair, whose human dignity is violated with impunity, become easy prey to the call to violence, and they can then become violators of peace. The common good that human rights help to accomplish cannot, however, be attained merely by applying correct procedures, nor even less by achieving a balance between competing rights.	Franc. 29	No bastan, sin embargo, los compromisos asumidos solemnemente, aunque constituyen ciertamente un paso necesario para las soluciones. La definición clásica de justicia a que aludí anteriormente contiene como elemento esencial una voluntad constante y perpetua: *Iustitia est constans et perpetua voluntas ius suum cuique tribuendi* .
PVI.30	Merci à vous, gloire à vous, qui depuis vingt ans travaillez pour la paix, et qui avez même donné à cette sainte cause d'illustres victimes!/ Merci à vous et gloire à vous pour les conflits que vous avez empêchés et pour ceux que vous avez réglés. Les résultats de vos efforts en faveur de la paix, jusqu'à ces tout derniers jours, méritent, même s'ils ne sont pas encore décisifs, que Nous osions Nous faire l'interprète du monde entier et que Nous vous exprimions en son nom félicitation et gratitude.	JPII79. 21	I also hope for a special statute that, under international guarantees—as my predecessor Paul VI indicated—would respect the particular nature of Jerusalem, a heritage sacred to the veneration of millions of believers of the three great monotheistic religions, Judaism, Christianity and Islam.	JPII95.28	A study of these rights is certainly not easy, if we consider the difficulty of defining the very concept of «nation», which cannot be identified a priori and necessarily with the State. Such a study must nonetheless be made, if we wish to avoid the errors of the past and ensure a just world order.	BXVI.30	The merit of the Universal Declaration is that it has enabled different cultures, juridical expressions and institutional models to converge around a fundamental nucleus of values, and hence of rights.	Franc. 30	El mundo reclama de todos los gobernantes una voluntad efectiva, práctica, constante, de pasos concretos y medidas inmediatas, para preservar y mejorar el ambiente natural y vencer cuanto antes el fenómeno de la exclusión social y económica, con sus tristes consecuencias de trata de seres humanos, comercio de órganos y tejidos humanos, explotación sexual de niños y niñas, trabajo esclavo, incluyendo la prostitución, tráfico de drogas y de armas, terrorismo y crimen internacional organizado.

PVI.31	Vous avez, Messieurs, accompli, et vous accomplissez une grande œuvre: vous enseignez aux hommes la paix. L'ONU est la grande écalé où l'on reçoit cette éducation, et nous sommes ici dans l'Aula Magna de cette école. Quiconque prend place ici devient élève et devient maître dans l'art de construire la paix. Et quand vous sortez de cette salle, le monde regarde vers vous comme vers les architectes, les constructeurs de la paix.	JPII79. 22	We are troubled also by reports of the development of weaponry exceeding in quality and size the means of war and destruction ever known before	JPII95.29	A presupposition of a nation's rights is certainly its right to exist: therefore no one — neither a State nor another nation, nor an international organization — is ever justified in asserting that an individual nation is not worthy of existence.	BXVI.31	Today, though, efforts need to be redoubled in the face of pressure to reinterpret the foundations of the Declaration and to compromise its inner unity so as to facilitate a move away from the protection of human dignity towards the satisfaction of simple interests, often particular interests. The Declaration was adopted as a “common standard of achievement” (Preamble) and cannot be applied piecemeal, according to trends or selective choices that merely run the risk of contradicting the unity of the human person and thus the indivisibility of human rights.	Franc. 31	Es tal la magnitud de estas situaciones y el grado de vidas inocentes que va cobrando, que hemos de evitar toda tentación de caer en un nominalismo declaracionista con efecto tranquilizador en las conciencias. Debemos cuidar que nuestras instituciones sean realmente efectivas en la lucha contra todos estos flagelos.
PVI.32	La paix, vous le savez, ne se construit pas seulement au moyen de la politique et de l'équilibre des forces et des intérêts. Elle se construit avec l'esprit, les idées, les œuvres de la paix. Vous travaillez à cette grande œuvre. Mais vous n'êtes encore qu'au début de vos peines.	JPII79. 23	In this field also we applaud the decisions and agreements aimed at reducing the arms race. Nevertheless, the life of humanity today is seriously endangered by the threat of destruction and by the risk arising even from accepting certain «tranquillizing» reports.	JPII95.30	This fundamental right to existence does not necessarily call for sovereignty as a state, since various forms of juridical aggregation between different nations are possible, as for example occurs in Federal States, in Confederations or in States characterized by broad regional autonomies. There can be historical circumstances in which aggregations different from single state sovereignty can even prove advisable, but only on condition that this takes place in a climate of true freedom, guaranteed by the exercise of the self-determination of the peoples concerned. Its right to exist naturally implies that every nation also enjoys the right to its own language and culture, through which a people expresses and promotes that which I would call its fundamental spiritual «sovereignty». History shows that in extreme circumstances (such as those which occurred in the land where I was born) it is precisely its culture that enables a nation to survive the loss of political and economic independence. Every nation therefore has also the right to shape its life according to its own traditions, excluding, of course, every abuse of basic human rights and in particular the oppression of minorities. Every nation has the right to build its future by providing an appropriate education for the younger generation.	BXVI.32	Experience shows that legality often prevails over justice when the insistence upon rights makes them appear as the exclusive result of legislative enactments or normative decisions taken by the various agencies of those in power. When presented purely in terms of legality, rights risk becoming weak propositions divorced from the ethical and rational dimension which is their foundation and their goal.	Franc. 32	La multiplicidad y complejidad de los problemas exige contar con instrumentos técnicos de medida. Esto, empero, comporta un doble peligro: limitarse al ejercicio burocrático de redactar largas enumeraciones de buenos propósitos –metas, objetivos e indicaciones estadísticas–, o creer que una única solución teórica y apriorística dará respuesta a todos los desafíos.
PVI.33	Le monde arrivera-t-il jamais à changer la mentalité particulariste et belliqueuse qui a tissé jusqu'ici une si grande partie de son histoire?	JPII79. corte 10	And the resistance to actual concrete proposals of real disarmament, such as those called for by this Assembly in a special session last year, shows that together with the will for peace that all profess and that most desire there is also in existence—perhaps in latent or conditional form but nonetheless real—the contrary and the negation of this will.	JPII95.31	But while the «rights of the nation» express the vital requirements of «particularity», it is no less important to emphasize the requirements of universality, expressed through a clear awareness of the duties which nations have vis-à-vis other nations and humanity as a whole. Foremost among these duties is certainly that of living in a spirit of peace, respect and solidarity with other nations. Thus the exercise of the rights of nations, balanced by the acknowledgement and the practice of duties, promotes a fruitful «exchange of gifts», which strengthens the unity of all mankind.	BXVI.33	The Universal Declaration, rather, has reinforced the conviction that respect for human rights is principally rooted in unchanging justice, on which the binding force of international proclamations is also based. This aspect is often overlooked when the attempt is made to deprive rights of their true function in the name of a narrowly utilitarian perspective.	Franc. 33	No hay que perder de vista, en ningún momento, que la acción política y económica, solo es eficaz cuando se la entiende como una actividad prudencial, guiada por un concepto perenne de justicia y que no pierde de vista en ningún momento que, antes y más allá de los planes y programas, hay mujeres y hombres concretos, iguales a los gobernantes, que viven, luchan y sufren, y que muchas veces se ven obligados a vivir miserablemente, privados de cualquier derecho.

PVI.34	Il est difficile de le prévoir; mais il est facile d'affirmer qu'il faut se mettre résolument en route vers la nouvelle histoire, l'histoire pacifique, celle qui sera vraiment et pleinement humaine, celle-là même que Dieu a promise aux hommes de bonne volonté.	JPII79. 24	The continual preparations for war demonstrated by the production of ever more numerous, powerful and sophisticated weapons in various countries show that there is a desire to be ready for war, and being ready means being able to start it; it also means taking the risk that sometime, somewhere, somehow, someone can set in motion the terrible mechanism of general destruction.	JPII95.32	**Le respect des différences** 9. Au cours des dix-sept années écoulées, pendant mes pèlerinages pastoraux auprès des communautés de l'Église catholique, j'ai pu entrer en dialogue avec les nations et les cultures de toutes les parties du monde, dans leur riche diversité. Malheureusement, il faut encore que le monde apprenne à vivre dans la diversité, ainsi que l'ont douloureusement rappelé les événements récents des Balkans et d'Afrique centrale. La réalité de la «différence» et la particularité de l' «autre» peuvent parfois être ressenties comme un poids, ou même comme une menace.	BXVI.34	Since rights and the resulting duties follow naturally from human interaction, it is easy to forget that they are the fruit of a commonly held sense of justice built primarily upon solidarity among the members of society, and hence valid at all times and for all peoples.	Franc. 34	Para que estos hombres y mujeres concretos puedan escapar de la pobreza extrema, hay que permitirles ser dignos actores de su propio destino. El desarrollo humano integral y el pleno ejercicio de la dignidad humana no pueden ser impuestos. Deben ser edificados y desplegados por cada uno, por cada familia, en comunión con los demás hombres y en una justa relación con todos los círculos en los que se desarrolla la socialidad humana –amigos, comunidades, aldeas municipios, escuelas, empresas y sindicatos, provincias, naciones–.
PVI.35	Les voies en sont tracées devant vous: la première est celle du désarmement.	JPII79. 25	11. It is therefore necessary to make a continuing and even more energetic effort to do away with the very possibility of provoking war, and to make such catastrophes impossible by influencing the attitudes and convictions, the very intentions and aspirations of governments and peoples.	JPII95.33	Amplifiée par des ressentiments d'origine historique et exacerbée par les manipulations de personnages sans scrupules, la peur de la «différence» peut conduire à nier l'humanité même de l' «autre»; le résultat est alors que les personnes entrent dans une spirale de violence qui n'épargne personne, pas même les enfants. Des situations de cette nature sont bien connues aujourd'hui, et, en ce moment, mon cœur et ma prière se portent spécialement vers les souffrances des populations martyrisées de Bosnie Herzégovine.Par d'amères expériences, nous savons donc que la peur de la «différence», surtout quand elle s'exprime dans un nationalisme étroit et exclusif qui nie tout droit à l' «autre», peut conduire véritablement à l'horreur de la violence et de la terreur.	BXVI.35	This intuition was expressed as early as the fifth century by Augustine of Hippo, one of the masters of our intellectual heritage. He taught that the saying: Do not do to others what you would not want done to you “cannot in any way vary according to the different understandings that have arisen in the world” (*De Doctrina Christiana* , III, 14). Human rights, then, must be respected as an expression of justice, and not merely because they are enforceable through the will of the legislators.	Franc. 35	Esto supone y exige el derecho a la educación –también para las niñas, excluidas en algunas partes–, que se asegura en primer lugar respetando y reforzando el derecho primario de las familias a educar, y el derecho de las Iglesias y de las agrupaciones sociales a sostener y colaborar con las familias en la formación de sus hijas e hijos.
PVI.36	Si vous voulez être frères, laissez tomber les armes de vos mains.	JPII79. corte 11	This duty, kept constantly in mind by the United Nations Organization and each of its institutions, must also be a duty for every society, every regime, every government.	JPII95.34	Et pourtant, si nous nous efforçons d'apprécier objectivement la réalité, nous sommes en mesure de constater que, au delà de toutes les différences qui caractérisent les individus et les peuples, il y a entre eux une affinité fondamentale, étant donné que les diverses cultures ne sont en réalité que des manières différentes d'aborder la question du sens de l'existence personnelle. C'est justement là que nous pouvons mettre en évidence une source du respect qui est dû à toute culture et à toute nation: n'importe quelle culture est un effort de réflexion sur le mystère du monde et, en particulier, de l'homme: elle est une manière d'exprimer la dimension transcendante de la vie humaine. Le cœur de toute culture est constitué par son approche du plus grand des mystères, le mystère de Dieu.	BXVI.36	Ladies and Gentlemen,/ As history proceeds, new situations arise, and the attempt is made to link them to new rights. Discernment, that is, the capacity to distinguish good from evil, becomes even more essential in the context of demands that concern the very lives and conduct of persons, communities and peoples. In tackling the theme of rights, since important situations and profound realities are involved, discernment is both an indispensable and a fruitful virtue.	Franc. 36	La educación, así concebida, es la base para la realización de la Agenda 2030 y para recuperar el ambiente.

PVI.37	On ne peut pas aimer avec des armes offensives dans les mains. Les armes, surtout les terribles armes que la science moderne vous a données, avant même de causer des victimes et des ruines, engendrent de mauvais rêves, alimentent de mauvais sentiments, créent des cauchemars, des défiances, de sombres résolutions; elles exigent d'énormes dépenses; elles arrêtent les projets de solidarité et d'utile travail; elles faussent la psychologie des peuples.	JPII79. 26	This task is certainly served by initiatives aimed at international cooperation for the fostering of development. As Paul VI said at the end of his encyclical *Populorum Progressio* , «if the new name for peace is development, who would not wish to labour for it with all his powers?»	JPII95.35	10. Notre respect pour la culture des autres est ainsi fondé par notre respect des recherches que font toutes les communautés pour répondre au problème de la vie humaine. Dans cette perspective, il nous est possible de reconnaître l'importance de préserver le droit fondamental à la liberté de religion et à la liberté de conscience, colonnes essentielles sur lesquelles repose la structure des droits humains et fondement de toute société réellement libre. Il n'est permis à personne d'annihiler ces droits en faisant usage de coercition pour imposer une réponse au mystère de l'homme. Faire abstraction des diversités réelles - ou, pire encore, tenter d'abolir ces diversités -, cela revient à se priver de la possibilité de sonder la profondeur du mystère de la vie humaine. La vérité sur l'homme est le critère immuable de jugement qui s'applique aux cultures; mais toute culture a quelque chose à enseigner sur l'une ou l'autre dimension de cette vérité complexe. C'est pourquoi la «différence», que certains trouvent si menaçante, peut devenir, grâce à un dialogue respectueux, la source d'une compréhension plus profonde du mystère de l'existence humaine	BXVI.37	Discernment, then, shows that entrusting exclusively to individual States, with their laws and institutions, the final responsibility to meet the aspirations of persons, communities and entire peoples, can sometimes have consequences that exclude the possibility of a social order respectful of the dignity and rights of the person.	Franc. 37	Al mismo tiempo, los gobernantes han de hacer todo lo posible a fin de que todos puedan tener la mínima base material y espiritual para ejercer su dignidad y para formar y mantener una familia, ue es la célula primaria de cualquier desarrollo social.
PVI.38	Tant que l'homme restera l'être faible, changeant, et même méchant qu'il se montre souvent, les armes défensives seront, hélas!, nécessaires. Mais vous, votre courage et votre valeur vous poussent à étudier les moyens de garantir la sécurité de la vie internationale sans recourir aux armes: voilà un but digne de vos efforts, voilà ce que les peuples attendent de vous. Voilà ce qu'il faut obtenir!	JPII79. 27	However, this task must also be served by constant reflection and activity aimed at discovering the very roots of hatred, destructiveness and contempt—the roots of everything that produces the temptation to war, not so much in the hearts of the nations as in the inner determination of the systems that decide the history of whole societies.	JPII95.36	11. Dans cette perspective, il faut clarifier la différence essentielle qui existe entre une forme insensée de nationalisme, qui prône le mépris des autres nations ou des autres cultures, et le patriotisme, qui est au contraire l'amour légitime du pays dont on est originaire. Un véritable patriotisme ne cherche jamais à promouvoir le bien de la nation aux dépens d'autres nations. De fait, cela finirait par nuire aussi à sa propre nation, avec des effets néfastes autant pour l'agresseur que pour la victime.	BXVI.38	n the other hand, a vision of life firmly anchored in the religious dimension can help to achieve this, since recognition of the transcendent value of every man and woman favours conversion of heart, which then leads to a commitment to resist violence, terrorism and war, and to promote justice and peace. This also provides the proper context for the inter-religious dialogue that the United Nations is called to support, just as it supports dialogue in other areas of human activity. Dialogue should be recognized as the means by which the various components of society can articulate their point of view and build consensus around the truth concerning particular values or goals. It pertains to the nature of religions, freely practised, that they can autonomously conduct a dialogue of thought and life.	Franc. 38	Este mínimo absoluto tiene en lo material tres nombres: techo, trabajo y tierra; y un nombre en lo espiritual: libertad de espíritu, que comprende la libertad religiosa, el derecho a la educación y todos los otros derechos cívicos.
PVI.39	Et pour cela, il faut que grandisse la confiance unanime en cette Institution, que grandisse son autorité; et le but alors – on peut l'espérer – sera atteint. Vous y gagnerez la reconnaissance des peuples, soulagés des pesantes dépenses des armements, et délivrés du cauchemar de la guerre toujours imminente.	JPII79. corte 12	In this titanic labour of building up the peaceful future of our planet the United Nations Organization has undoubtedly a key function and guiding role, for which it must refer to the just ideals contained in the Universal Declaration of Human Rights	JPII95.37	Le nationalisme, en particulier dans ses expressions les plus radicales, est donc contraire au patriotisme véritable, et nous devons nous efforcer aujourd'hui de faire en sorte que le nationalisme exacerbé ne continue pas à reprendre sous de nouvelles formes les aberrations du totalitarisme. Cela vaut aussi, évidemment, dans le cas où l'on prendrait comme fondement du nationalisme le principe religieux lui-même, comme malheureusement cela se produit dans certaines manifestations de ce qu'on appelle le «fondamentalisme».	BXVI.39	If at this level, too, the religious sphere is kept separate from political action, then great benefits ensue for individuals and communities.	Franc. 39	Por todo esto, la medida y el indicador más simple y adecuado del cumplimiento de la nueva Agenda para el desarrollo será el acceso efectivo, práctico e inmediato, para todos, a los bienes materiales y espirituales indispensables: vivienda propia, trabajo digno y debidamente remunerado, alimentación adecuada y agua potable; libertad religiosa, y más en general libertad de espíritu y educación.

PVI.40	Nous savons – et comment ne pas Nous en réjouir? – que beaucoup d'entre vous ont considéré avec faveur l'invitation que Nous avons lancée pour la cause de la paix, de Bombay, à tous les Etats, en décembre dernier: consacrer au bénéfice des Pays en voie de développement une partie au moins des économies qui peuvent être réalisées grâce à la réduction des armements. Nous renouvelons ici cette invitation, avec la confiance que Nous inspirent vos sentiments d'humanité et de générosité.	JPII79. 28	For this Declaration has struck a real blow against the many deep roots of war, since the spirit of war, in its basic primordial meaning, springs up and grows to maturity where the inalienable rights of man are violated.	JPII95.38	**Liberté et vérité morale** 12. Mesdames, Messieurs, la liberté est la mesure de la dignité et de la grandeur de l'homme. Pour les individus et les peuples, vivre libre est un grand défi pour le progrès spirituel de l'homme et pour la vigueur morale des nations.	BXVI.40	On the other hand, the United Nations can count on the results of dialogue between religions, and can draw fruit from the willingness of believers to place their experiences at the service of the common good. Their task is to propose a vision of faith not in terms of intolerance, discrimination and conflict, but in terms of complete respect for truth, coexistence, rights, and reconciliation.	Franc. 40	Al mismo tiempo, estos pilares del desarrollo humano integral tienen un fundamento común, que es el derecho a la vida y, más en general, lo que podríamos llamar el derecho a la existencia de la misma naturaleza humana.
PVI.41	6. Parler d'humanité, de générosité, c'est faire écho à un autre principe constitutif des Nations-Unies, son sommet positif: ce n'est pas seulement pour conjurer les conflits entre les Etats que l'on œuvre ici; c'est pour rendre les Etats capables de travailler les uns pour les autres. Vous ne vous contentez pas de faciliter la coexistence entre les nations: vous faites un bien plus grand pas en avant, digne de Notre éloge et de Notre appui: vous organisez la collaboration fraternelle des Peuples. Ici s'instaure un système de solidarité, qui fait que de hautes finalités, dans l'ordre de la civilisation, reçoivent l'appui unanime et ordonné de toute la famille des Peuples, pour le bien de tous et de chacun.	JPII79. 29	This is a new and deeply relevant vision of the cause of peace, one that goes deeper and is more radical. It is a vision that sees the genesis, and in a sense the substance, of war in the more complex forms emanating from injustice viewed in all its various aspects : this injustice first attacks human rights and thereby destroys the organic unity of the social order and it then affects the whole system of international relations	JPII95.39	La question fondamentale à laquelle nous devons tous faire face aujourd'hui est celle de l'usage responsable de la liberté, tant dans sa dimension personnelle que dans sa dimension sociale. Il convient donc que notre réflexion se porte sur la question de la structure morale de la liberté, qui est l'armature intérieure de la culture de la liberté. La liberté n'est pas seulement l'absence de tyrannie ou d'oppression, ni la licence de faire tout ce que l'on veut.	BXVI.41	Human rights, of course, must include the right to religious freedom, understood as the expression of a dimension that is at once individual and communitarian – a vision that brings out the unity of the person while clearly distinguishing between the dimension of the citizen and that of the believer.	Franc. 41	La crisis ecológica, junto con la destrucción de buena parte de la biodiversidad, puede poner en peligro la existencia misma de la especie humana.
PVI.42	C'est ce qu'il y a de plus beau dans l'Organisation des Nations Unies, c'est son visage humain le plus authentique; c'est l'idéal dont rêve l'humanité dans son pèlerinage à travers le temps; c'est le plus grand espoir du monde; Nous oserons dire: c'est le reflet du dessein de Dieu – dessein transcendant et plein d'amour – pour le progrès de la société humaine sur la terre, reflet où Nous voyons le message évangélique, de céleste, se faire terrestre. Ici, en effet, il Nous semble entendre l'écho de la voix de Nos Prédécesseurs, et de celle, en particulier, du Pape Jean XXIII, dont le Message de *Pacem in Terris* a trouvé parmi vous une résonance si honorable et si significative.	JPII79. corte 13	Within the Church's doctrine, the encyclical *Pacem in Terris* by John XXIII provides in synthetic form a view of this matter that is very close to the ideological foundation of the United Nations Organization. This must therefore form the basis to which one must loyally and perseveringly adhere in order to establish true «peace on earth».	JPII95.40	La liberté possède une «logique» interne qui la qualifie et l'ennoblit: elle est ordonnée à la vérité et elle se réalise dans la recherche et la mise en œuvre de la vérité. Séparée de la vérité de la personne humaine, elle se dégrade en licence dans la vie individuelle et, dans la vie politique, en arbitraire des plus forts ou en arrogance du pouvoir. C'est pourquoi, loin d'être une limitation ou une menace pour la liberté, la référence à la vérité de l'homme - vérité universellement connaissable par la loi morale inscrite dans le cœur de chacun - est réellement la garantie de l'avenir de la liberté.	BXVI.42	The activity of the United Nations in recent years has ensured that public debate gives space to viewpoints inspired by a religious vision in all its dimensions, including ritual, worship, education, dissemination of information and the freedom to profess and choose religion.	Franc. 42	Las nefastas consecuencias de un irresponsable desgobierno de la economía mundial, guiado solo por la ambición de lucro y de poder, deben ser un llamado a una severa reflexión sobre el hombre:«El hombre no es solamente una libertad que él se crea por sí solo. El hombre no se crea a sí mismo. Es espíritu y voluntad, pero también naturaleza» (Benedicto XVI, *Discurso al Parlamento Federal de Alemania* , 22 septiembre 2011; citado en Laudato si', 6).
PVI.43	Ce que vous proclamez ici, ce sont les droits et les devoirs fondamentaux de l'homme, sa dignité, sa liberté, et avant tout la liberté religieuse.	JPII79. 30	12. By applying this criterion we must diligently examine which principal tensions in connection with the inalienable rights of man can weaken the construction of this peace which we all desire so ardently and which is the essential goal of the efforts of the United Nations Organization.	JPII95.41	13. Sous cet éclairage, on comprend que l'utilitarisme, doctrine qui ne définit pas la moralité à partir de ce qui est bon mais à partir de ce qui est profitable, soit une menace pour la liberté des individus et des nations, et qu'il empêche la construction d'une véritable culture de la liberté. Il a des conséquences politiques souvent dévastatrices, parce qu'il inspire un nationalisme agressif, qui, par un détournement de sens, peut considérer comme un bien de soumettre une nation plus petite ou plus faible, par exemple, au seul motif que cela répond aux intérêts nationaux.	BXVI.43	It is inconceivable, then, that believers should have to suppress a part of themselves – their faith – in order to be active citizens. It should never be necessary to deny God in order to enjoy one's rights.	Franc. 43	La creación se ve perjudicada «donde nosotros mismos somos las últimas instancias [...] El derroche de la creación comienza donde no reconocemos ya ninguna instancia por encima de nosotros, sino que solo nos vemos a nosotros mismos» (*Id., Discurso al Clero de la Diócesis de Bolzano-Bressanone* , 6 agosto 2008; citado *ibid* .).

PVI.44	Nous sentons que vous êtes les interprètes de ce qu'il y a de plus haut dans la sagesse humaine, Nous dirions presque: son caractère sacré. Car c'est, avant tout, de la vie de l'homme qu'il s'agit, et la vie de l'homme est sacrée: personne ne peut oser y attenter.	JPII79. corte 14	It is not easy, but it must be done. Anyone who undertakes it must take up a totally objective position and be guided by sincerity, readiness to acknowledge one's prejudices and mistakes and readiness even to renounce one's own particular interests, including political interests. Peace is something greater and more important than any of these interests. It is by sacrificing these interests for the sake of peace that we serve them best. After all, in whose «political interest» can it ever be to have another war?	JPII95.42	Les retombées de l'utilitarisme économique ne sont pas moins graves, car il pousse les pays les plus puissants à conditionner et à exploiter les plus faibles. Ces deux formes d'utilitarisme vont souvent de pair, et c'est un phénomène qui a largement marqué les relations entre le «Nord» et le «Sud» du monde.	BXVI.44	The rights associated with religion are all the more in need of protection if they are considered to clash with a prevailing secular ideology or with majority religious positions of an exclusive nature.	Franc. 44	Por eso, la defensa del ambiente y la lucha contra la exclusión exigen el reconocimiento de una ley moral inscrita en la propia naturaleza humana, que comprende la distinción natural entre hombre y mujer (*Laudato si'*, 155), y el absoluto respeto de la vida en todas sus etapas y dimensiones (cf. *ibíd*., 123; 136).
PVI.45	C'est dans votre Assemblée que le respect de la vie, même en ce qui concerne le grand problème de la natalité, doit trouver sa plus haute profession et sa plus raisonnable défense. Votre tâche est de faire en sorte que le pain soit suffisamment abondant à la table de l'humanité, et non pas de favoriser un contrôle artificiel des naissances, qui serait irrationnel, en vue de diminuer le nombre des convives au banquet de la vie.	JPII79. corte 15	Every analysis must necessarily start from the premise that—although each person lives in a particular concrete social and historical context—every human being is endowed with a dignity that must never be lessened, impaired or destroyed but must instead be respected and safeguarded, if peace is really to be built up.	JPII95.43	Pour les nations en voie de développement, la conquête de l'indépendance politique a trop fréquemment été accompagnée, en fait, d'une situation de dépendance économique par rapport à d'autres pays. On doit souligner que, dans certains cas, les régions en voie de développement ont même souffert d'une régression telle que certains États sont dépourvus des moyens de subvenir aux besoins élémentaires de leurs peuples. De telles situations offensent la conscience de l'humanité et constituent un défi moral formidable à la famille humaine.	BXVI.45	The full guarantee of religious liberty cannot be limited to the free exercise of worship, but has to give due consideration to the public dimension of religion, and hence to the possibility of believers playing their part in building the social order. Indeed, they actually do so, for example through their influential and generous involvement in a vast network of initiatives which extend from Universities, scientific institutions and schools to health care agencies and charitable organizations in the service of the poorest and most marginalized. Refusal to recognize the contribution to society that is rooted in the religious dimension and in the quest for the Absolute – by its nature, expressing communion between persons – would effectively privilege an individualistic approach, and would fragment the unity of the person.	Franc. 45	Sin el reconocimiento de unos límites éticos naturales insalvables y sin la actuación inmediata de aquellos pilares del desarrollo humano integral, el ideal de «salvar las futuras generaciones del flagelo de la guerra» (Carta de las Naciones Unidas, Preámbulo) y de «promover el progreso social y un más elevado nivel de vida en una más amplia libertad» (ibíd.) corre el riesgo de convertirse en un espejismo inalcanzable o, peor aún, en palabras vacías

PVI.46	Mais il ne suffit pas de nourrir les affamés: encore faut-il assurer à chaque homme une vie conforme à sa dignité. Et c'est ce que vous vous efforcez de faire.	JPII79. corte 16	13. In a movement that one hopes will be progressive and continuous, the Universal Declaration of Human Rights and the other international and national juridical instruments are endeavouring to create general awareness of the dignity of the human being, and to define at least some of the inalienable rights of man. Permit me to enumerate some of the most important human rights that are universally recognized : the right to life, liberty and security of person; the right to food, clothing, housing, sufficient health care, rest and leisure; the right to freedom of expression, education and culture; the right to freedom of thought, conscience and religion, and the right to manifest one's religion either individually or in community, in public or in private; the right to choose a state of life, to found a family and to enjoy all conditions necessary for family life; the right to property and work, to adequate working conditions and a just wage; the right of assembly and association ; the right to freedom of movement, to internal and external migration; the right to nationality and residence; the right to political participation and the right to participate in the free choice of the political system of the people to which one belongs. All these human rights taken together are in keeping with the substance of the dignity of the human being, understood in his entirety, not as reduced to one dimension only. These rights concern the satisfaction of man's essential needs, the exercise of his freedoms, and his relationship with others; but always and everywhere they concern man, they concern man's full human dimension.	JPII95. corte 3	Relever ce défi suppose évidemment des changements autant dans les nations en voie de développement que dans celles qui sont économiquement plus avancées. Si les premières savent offrir des garanties réelles de gestion correcte des ressources et des aides, et aussi de respect des droits humains, en remplaçant au besoin des régimes de gouvernement injustes, corrompus ou autoritaires par d'autres de type participatif et démocratique, n'est-il pas vrai qu'elles libéreront ainsi les meilleures énergies civiles et économiques de leurs peuples? Et les pays déjà développés, pour leur part, ne devront-ils pas parvenir, dans cette perspective, à des attitudes affranchies des logiques purement utilitaires et inspirées par plus de justice et de solidarité?	BXVI.46	My presence at this Assembly is a sign of esteem for the United Nations, and it is intended to express the hope that the Organization will increasingly serve as a sign of unity between States and an instrument of service to the entire human family. It also demonstrates the willingness of the Catholic Church to offer her proper contribution to building international relations in a way that allows every person and every people to feel they can make a difference. In a manner that is consistent with her contribution in the ethical and moral sphere and the free activity of her faithful, the Church also works for the realization of these goals through the international activity of the Holy See.	Franc. 46	que sirven de excusa para cualquier abuso y corrupción, o para promover una colonización ideológica a través de la imposición de modelos y estilos de vida anómalos, extraños a la identidad de los pueblos y, en último término, irresponsables.
PVI.47	N'est-ce pas l'accomplissement, sous Nos yeux, et grâce à vous, de l'annonce prophétique qui s'applique si bien à votre Institution: « Ils fondront leurs épées pour en faire des charrues et leurs lances pour en faire des faux » (Is. 2, 4)? N'employez-vous pas les prodigieuses énergies de la terre et les magnifiques inventions de la science non plus en instruments de mort, mais en instruments de vie pour la nouvelle ère de l'humanité?	JPII79. 31	14. Man lives at the same time both in the world of material values and in that of spiritual values. For the individual living and hoping man, his needs, freedoms and relationships with others never concern one sphere of values alone, but belong to both. Material and spiritual realities may be viewed separately in order to understand better that in the concrete human being they are inseparable, and to see that any threat to human rights, whether in the field of material realities or in that of spiritual realities, is equally dangerous for peace, since in every instance it concerns man in his entirety.	JPII95.44	Yes, distinguished Ladies and Gentlemen! The international economic scene needs an ethic of solidarity, if participation, economic growth, and a just distribution of goods are to characterize the future of humanity.	BXVI.47	Indeed, the Holy See has always had a place at the assemblies of the Nations, thereby manifesting its specific character as a subject in the international domain. As the United Nations recently confirmed, the Holy See thereby makes its contribution according to the dispositions of international law, helps to define that law, and makes appeal to it.	Franc. 47	La guerra es la negación de todos los derechos y una dramática agresión al ambiente. Si se quiere un verdadero desarrollo humano integral para todos, se debe continuar incansablemente con la tarea de evitar la guerra entre las naciones y los pueblos.

PVI.48	Nous savons avec quelle intensité et quelle efficacité croissantes l'Organisation des Nations-Unies et les organismes mondiaux qui en dépendent travaillent pour aider les Gouvernements qui en ont besoin à hâter leur progrès économique et social.	JPII79. 32	Permit me, distinguished ladies and gentlemen, to recall a constant rule of the history of humanity, a rule that is implicitly contained in all that I have already stated with regard to integral development and human rights. The rule is based on the relationship between spiritual values and material or economic values. In this relationship, it is the spiritual values that are pre-eminent, both on account of the nature of these values and also for reasons concerning the good of man.	JPII95.45	The international cooperation called for by the Charter of the United Nations for «solving international problems of an economic, social, cultural, or humanitarian character» (art. 1.3) cannot be conceived exclusively in terms of help and assistance, or even by considering the eventual returns on the resources provided. When millions of people are suffering from a poverty which means hunger, malnutrition, sickness, illiteracy, and degradation, we must not only remind ourselves that no one has a right to exploit another for his own advantage, but also and above all we must recommit ourselves to that solidarity which enables others to live out, in the actual circumstances of their economic and political lives, the creativity which is a distinguishing mark of the human person and the true source of the wealth of nations in today's world.	BXVI.48	The United Nations remains a privileged setting in which the Church is committed to contributing her experience «of humanity», developed over the centuries among peoples of every race and culture, and placing it at the disposal of all members of the international community.	Franc. 48	Para tal fin hay que asegurar el imperio incontestado del derecho y el infatigable recurso a la verdadera norma jurídica fundamental.
PVI.49	Nous savons avec quelle ardeur, vous vous employez à vaincre l'analphabétisme et à répandre la culture dans le monde; à donner aux hommes une assistance sanitaire appropriée et moderne; à mettre au service de l'homme les merveilleuses ressources de la science, de la technique, de l'organisation: tout cela est magnifique et mérite l'éloge et l'appui de tous, y compris le Nôtre.	JPII79. corte 17	The pre-eminence of the values of the spirit defines the proper sense of earthly material goods and the way to use them. This pre-eminence is therefore at the basis of a just peace. It is also a contributing factor to ensuring that material development, technical development and the development of civilization are at the service of what constitutes man. This means enabling man to have full access to truth, to moral development, and to the complete possibility of enjoying the goods of culture which he has inherited, and of increasing them by his own creativity.	JPII95.46	**Las Naciones Unidas y el futuro de la libertad** 4. Ante estos enormes desafíos, ¿cómo no reconocer el papel que corresponde a la Organización de las Naciones Unidas? A cincuenta años de su institución, se ve aún más su necesidad, pero se ve aún mejor, conforme a la experiencia realizada, que la eficacia de este máximo instrumento de síntesis y coordinación de la vida internacional depende de la cultura y de la ética internacional en la que se basa y que expresa.	BXVI.49	This experience and activity, directed towards attaining freedom for every believer, seeks also to increase the protection given to the rights of the person. Those rights are grounded and shaped by the transcendent nature of the person, which permits men and women to pursue their journey of faith and their search for God in this world.	Franc. 49	La experiencia de los 70 años de existencia de las Naciones Unidas, en general, y en particular la experiencia de los primeros 15 años del tercer milenio, muestran tanto la eficacia de la plena aplicación de las normas internacionales como la ineficacia de su incumplimiento.
PVI.50	Nous voudrions Nous aussi donner l'exemple, même si la petitesse de Nos moyens empêche d'en apprécier la portée pratique et quantitative: Nous voulons donner à Nos institutions caritatives un nouveau développement contre la faim du monde et en faveur de ses principaux besoins: c'est ainsi, et pas autrement, qu'on construit la paix.	JPII79. 33	It is easy to see that material goods do not have unlimited capacity for satisfying the needs of man : they are not in themselves easily distributed and, in the relationship between those who possess and enjoy them and those who are without them, they give rise to tension, dissension and division that will often even turn into open conflict. Spiritual goods, on the other hand, are open to unlimited enjoyment by many at the same time, without diminution of the goods themselves.	JPII95.47	Es necesario que la Organización de las Naciones Unidas se eleve cada vez más de la fría condición de institución de tipo administrativo a la de centro moral, en el que todas las naciones del mundo se sientan como en su casa, desarrollando la conciencia común de ser, por así decir, una «familia de naciones».	BXVI.50	Recognition of this dimension must be strengthened if we are to sustain humanity's hope for a better world and if we are to create the conditions for peace, development, cooperation, and guarantee of rights for future generations.	Franc. 50	Si se respeta y aplica la Carta de las Naciones Unidas con transparencia y sinceridad, sin segundas intenciones, como un punto de referencia obligatorio de justicia y no como un instrumento para disfrazar intenciones espurias, se alcanzan resultados de paz.
PVI.51	7. Un mot encore, Messieurs, un dernier mot: cet édifice que vous construisez ne repose pas sur des bases purement matérielles et terrestres, car ce serait alors un édifice construit sur le sable; il repose avant tout sur nos consciences.	JPII79. corte 18	Indeed, the more people share in such goods, the more they are enjoyed and drawn upon, the more then do those goods show their indestructible and immortal worth. This truth is confirmed, for example, by the works of creativity—I mean by the works of thought, poetry, music, and the figurative arts, fruits of man's spirit.	JPII95.48	El concepto de «familia» evoca inmediatamente algo que va más allá de las simples relaciones funcionales o de la mera convergencia de intereses. La familia es, por su naturaleza, una comunidad fundada en la confianza recíproca, en el apoyo mutuo y en el respeto sincero. En una auténtica familia no existe el dominio de los fuertes; al contrario, los miembros más débiles son, precisamente por su debilidad, doblemente acogidos y ayudados.	BXVI.51	In my recent Encyclical, *Spe Salvi,* I indicated that «every generation has the task of engaging anew in the arduous search for the right way to order human affairs» (n. 25). For Christians, this task is motivated by the hope drawn from the saving work of Jesus Christ.	Franc. 51	Cuando, en cambio, se confunde la norma con un simple instrumento, para utilizar cuando resulta favorable y para eludir cuando no lo es, se abre una verdadera caja de Pandora de fuerzas incontrolables, que dañan gravemente las poblaciones inermes, el ambiente cultural e incluso el ambiente biológico.

PVI.52	Oui, le moment est venu de la « conversion », de la transformation personnelle, du renouvellement intérieur. Nous devons nous habituer à penser d'une manière nouvelle l'homme; d'une manière nouvelle aussi la vie en commun des hommes, d'une manière nouvelle enfin les chemins de l'histoire et les destins du monde, selon la parole de saint Paul: « revêtir l'homme nouveau créé selon Dieu dans la justice et la sainteté de la vérité » (Eph. 4, 23).	JPII79. 34	15. A critical analysis of our modern civilization shows that in the last hundred years it has contributed as never before to the development of material goods, but that it has also given rise, both in theory and still more in practice, to a series of attitudes in which sensitivity to the spiritual dimension of human existence is diminished to a greater or less extent, as a result of certain premises which reduce the meaning of human life chiefly to the many different material and economic factors—I mean to the demands of production, the market, consumption, the accumulation of riches or of the growing bureaucracy with which an attempt is made to regulate these very processes.	JPII95.49	Son éstos, trasladados al nivel de la «familia de las naciones», los sentimientos que deben construir, antes aún del mero derecho, las relaciones entre los pueblos. La ONU tiene el cometido histórico, quizás epocal, de favorecer este salto de cualidad de la vida internacional, no sólo actuando como centro de mediación eficaz para la solución de los conflictos, sino también promoviendo aquellas actitudes, valores e iniciativas concretas de solidaridad que sean capaces de elevar las relaciones entre las naciones desde el nivel «organizativo» al, por así decir, «orgánico»; desde la simple «existencia con» a la «existencia para» los otros, en un fecundo intercambio de dones, ventajoso sobre todo para las naciones más débiles, pero en definitiva favorecedor de bienestar para todos.	BXVI.52	That is why the Church is happy to be associated with the activity of this distinguished Organization, charged with the responsibility of promoting peace and good will throughout the earth.	Franc. 52	El Preámbulo y el primer artículo de la Carta de las Naciones Unidas indican los cimientos de la construcción jurídica internacional: la paz, la solución pacífica de las controversias y el desarrollo de relaciones de amistad entre las naciones.
PVI.53	Voici arrivée l'heure où s'impose une halte, un moment de recueillement, de réflexion, quasi de prière: repenser à notre commune origine, à notre histoire, à notre destin commun. Jamais comme aujourd'hui, dans une époque marquée par un tel progrès humain, n'a été aussi nécessaire l'appel à la conscience morale de l'homme.	JPII79. 35	Is this not the result of having subordinated man to one single conception and sphere of values?	JPII95.50	15. Sólo con esta condición se superarán no únicamente las «guerras combatidas», sino también las «guerras frías»; no sólo la igualdad de derecho entre todos los pueblos, sino también su activa participación en la construcción de un futuro mejor; no sólo el respeto de cada una de las identidades culturales, sino su plena valorización, como riqueza común del patrimonio cultural de la humanidad. ¿No es quizás éste el ideal propuesto por la Carta de las Naciones Unidas, cuando pone como fundamento de la Organización «el principio de la igualdad soberana de todos sus Miembros» (art. 2,1), o cuando la compromete a «fomentar entre las naciones relaciones de amistad basadas en el respeto al principio de la igualdad de derechos y al de la libre determinación de los pueblos» (art. 1,2)?	BXVI.53	Dear Friends, I thank you for this opportunity to address you today, and I promise you of the support of my prayers as you pursue your noble task.	Franc. 53	Contrasta fuertemente con estas afirmaciones, y las niega en la práctica, la tendencia siempre presente a la proliferación de las armas, especialmente las de destrucción masiva como pueden ser las nucleares.
PVI.54	Car le péril ne vient, ni du progrès, ni de la science, qui, bien utilisés, pourront au contraire résoudre un grand nombre des graves problèmes qui assaillent l'humanité. Le vrai péril se tient dans l'homme, qui dispose d'instruments toujours plus puissants, aptes aussi bien à la ruine qu'aux plus hautes conquêtes.	JPII79. 36	16. What is the link between these reflections and the cause of peace and war? Since, as I have already stated, material goods by their very nature provoke conditionings and divisions, the struggle to obtain these goods becomes inevitable in the history of humanity. If we cultivate this onesided subordination of man to material goods alone, we shall be incapable of overcoming this state of need. We shall be able to attenuate it and avoid it in particular cases, but we shall not succeed in eliminating it systematically and radically, unless we emphasize more and pay greater honour, before everyone's eyes, in the sight of every society, to the second dimension of the goods of man: the dimension that does not divide people but puts them into communication with each other, associates them and unites them.	JPII95.51	Es ésta la vía maestra que debe ser recorrida hasta el fondo, incluso con oportunas modificaciones si fuera necesario, del modelo operativo de las Naciones Unidas, para tener en cuenta todo lo que ha sucedido en este medio siglo, con el asomarse de tantos nuevos pueblos a la experiencia de la libertad en la legítima aspiración a «ser» y a «contar» más.	BXVI.54	Before I take my leave from this distinguished Assembly, I should like to offer my greetings, in the official languages, to all the Nations here represented./ Peace and Prosperity with God's help!/ Paix et prospérité, avec l'aide de Dieu!/ Paz y prosperidad con la ayuda de Dios!/ هللا ِ ُنوعب ُرأهِنزَاو ِ ُّمهتَاس/ 因著天主的幫助願大家 得享平安和繁榮 !/ Мира и благоденствия с помощью Божией! Thank you very much.	Franc. 54	Una ética y un derecho basados en la amenaza de destrucción mutua –y posiblemente de toda la humanidad– son contradictorios y constituyen un fraude a toda la construcción de las Naciones Unidas, que pasarían a ser «Naciones unidas por el miedo y la desconfianza».

PVI.55	En un mot, l'édifice de la civilisation moderne doit se construire sur des principes spirituels, les seuls capables non seulement de le soutenir, mais aussi de l'éclairer et de l'animer.	JPII79. 37	I consider that the famous opening words of the Charter of the United Nations, in which «the peoples of the United Nations, determined to save succeeding generations from the scourge of war», solemnly reaffirmed «faith in fundamental human rights, in the dignity and worth of the human person, in the equal rights of men and women and of nations large and small», are meant to stress this dimension.	JPII95.52	Que todo esto no parezca una utopía irrealizable. Es la hora de una nueva esperanza, que nos exige quitar del futuro de la política y de la vida de los hombres la hipoteca paralizante del cinismo.			Franc. 55	Hay que empeñarse por un mundo sin armas nucleares, aplicando plenamente el Tratado de no proliferación, en la letra y en el espíritu, hacia una total prohibición de estos instrumentos.
PVI.56	Et ces indispensables principes de sagesse supérieure ne peuvent reposer – c'est Notre conviction, vous le savez – que sur la foi en Dieu. Le Dieu inconnu dont parlait Saint Paul aux Athéniens sur l'aréopage? Inconnu de ceux, qui pourtant, sans s'en douter, le cherchaient et l'avaient près d'eux, comme il arrive à tant d'hommes de notre siècle? . . . Pour nous, en tout cas, et pour tous ceux qui accueillent l'ineffable révélation que le Christ nous a faite de lui, c'est le Dieu vivant, le Père de tous les hommes.	JPII79, corte 19	Indeed, the fight against incipient wars cannot be carried out on a merely superficial level, by treating the symptoms. It must be done in a radical way, by attacking the causes. The reason I have called attention to the dimension constituted by spiritual realities is my concern for the cause of peace, peace which is built up by men and women uniting around what is most fully and profoundly human, around what raises them above the world about them and determines their indestructible grandeur—indestructible in spite of the death to which everyone on earth is subject. I would like to add that the Catholic Church and, I think I can say, the whole of Christianity sees in this very domain its own particular task. The Second Vatican Council helped to establish what the Christian faith has in common with the various non-Christian religions in this aspiration. The Church is therefore grateful to all who show respect and good will with regard to this mission of hers and do not impede it or make it difficult.	JPII95.53	Nos invita a esto precisamente el aniversario que estamos celebrando, proponiéndonos de nuevo, con la idea de las «naciones unidas», una idea que habla elocuentemente de mutua confianza, de seguridad y solidaridad.			Franc. 56	El reciente acuerdo sobre la cuestión nuclear en una región sensible de Asia y Oriente Medio es una prueba de las posibilidades de la buena voluntad política y del derecho, ejercitados con sinceridad, paciencia y constancia.
		JPII79. 38	An analysis of the history of mankind, especially at its present stage, shows how important is the duty of revealing more fully the range of the goods that are linked with the spiritual dimension of human existence. It shows how important this task is for building peace and how serious is any threat to human rights. Any violation of them, even in a «peace situation», is a form of warfare against humanity.	JPII95.54	Inspirados por el ejemplo de cuantos han asumido el riesgo de la libertad, ¿podríamos nosotros no acoger también el riesgo de la solidaridad, y por tanto el riesgo de la paz?			Franc. 57	Hago votos para que este acuerdo sea duradero y eficaz y dé los frutos deseados con la colaboración de todas las partes implicadas.

JPII79. 39	It seems that in the modern world there are two main threats. Both concern human rights in the field of international relations and human rights within the individual States or societies./ 17. The first of these systematic threats against human rights is linked in an overall sense with the distribution of material goods. This distribution is frequently unjust both within individual societies and on the planet as a whole.	JPII95.55	**Más allá del miedo: la civilización del amor** 16. Una de las mayores paradojas de nuestro tiempo es que el hombre, que ha iniciado el período que llamamos la «modernidad» con una segura afirmación de la propia «madurez» y «autonomía», se aproxima al final del siglo veinte con miedo de sí mismo, asustado por lo que él mismo es capaz de hacer, asustado ante el futuro. En realidad, la segunda mitad del siglo XX ha visto el fenómeno sin precedentes de una humanidad incierta respecto a la posibilidad misma de que haya un futuro, debido a la amenaza de una guerra nuclear. Aquel peligro, gracias a Dios, parece haberse alejado -y es necesario alejar con firmeza, a nivel universal, todo lo que lo pueda volver a acercar, si no reactivar-, pero permanece sin embargo el miedo por el futuro y del futuro.
JPII79. 40	Everyone knows that these goods are given to man not only as nature's bounty : they are enjoyed by him chiefly as the fruit of his many activities, ranging from the simplest manual and physical labour to the most complicated forms of industrial production, and to the highly qualified and specialized research and study	JPII95.56	Para que el milenio que está ya a las puertas pueda ser testigo de un nuevo auge del espíritu humano, favorecido por una auténtica cultura de la libertad, la humanidad debe aprender a vencer el miedo. Debemos aprender a no tener miedo, recuperando un espíritu de esperanza y confianza. La esperanza no es un vano optimismo, dictado por la confianza ingenua de que el futuro es necesariamente mejor que el pasado. Esperanza y confianza son la premisa de una actuación responsable y tienen su apoyo en el íntimo santuario de la conciencia, donde «el hombre está solo con Dios» (Cons. past. *Gaudium et spes* , 16),
JPII79. 41	Various forms of inequality in the possession of material goods, and in the enjoyment of them, can often be explained by different historical and cultural causes and circumstances. But, while these circumstances can diminish the moral responsibility of people today, they do not prevent the situations of inequality from being marked by injustice and social injury.	JPII95.57	y por eso mismo intuye que ¡no está solo entre los enigmas de la existencia, porque está acompañado por el amor del Creador!

Franc. 58	En ese sentido, no faltan duras pruebas de las consecuencias negativas de las intervenciones políticas y militares no coordinadas entre los miembros de la comunidad internacional. Por eso, aun deseando no tener la necesidad de hacerlo, no puedo dejar de reiterar mis repetidos llamamientos en relación con la dolorosa situación de todo el Oriente Medio, del norte de África y de otros países africanos, donde los cristianos, junto con otros grupos culturales o étnicos e incluso junto con aquella parte de los miembros de la religión mayoritaria que no quiere dejarse envolver por el odio y la locura, han sido obligados a ser testigos de la destrucción de sus lugares de culto, de su patrimonio cultural y religioso, de sus casas y haberes y han sido puestos en la disyuntiva de huir o de pagar su adhesión al bien y a la paz con la propia vida o con la esclavitud.
Franc. 59	Estas realidades deben constituir un serio llamado a un examen de conciencia de los que están a cargo de la conducción de los asuntos internacionales. No solo en los casos de persecución religiosa o cultural, sino en cada situación de conflicto, como Ucrania, Siria, Irak, en Libia, en Sudán del Sur y en la región de los Grandes Lagos, hay rostros concretos antes que intereses de parte, por legítimos que sean. En las guerras y conflictos hay seres humanos singulares, hermanos y hermanas nuestros, hombres y mujeres, jóvenes y ancianos, niños y niñas, que lloran, sufren y mueren. Seres humanos que se convierten en material de descarte cuando la actividad consiste sólo en enumerar problemas, estrategias y discusiones.
Franc. 60	Como pedía al Secretario General de las Naciones Unidas en mi carta del 9 de agosto de 2014, «la más elemental comprensión de la dignidad humana [obliga] a la comunidad internacional, en particular a través de las normas y los mecanismos del derecho internacional, a hacer todo lo posible para detener y prevenir ulteriores violencias sistemáticas contra las minorías étnicas y religiosas» y para proteger a las poblaciones inocentes.

JPII79. 42	People must become aware that economic tensions within countries and in the relationship between States and even between entire continents contain within themselves substantial elements that restrict or violate human rights. Such elements are the exploitation of labour and many other abuses that affect the dignity of the human person.	JPII95.58	Esperanza y confianza podrían parecer argumentos que van más allá de los fines de las Naciones Unidas. En realidad no es así, porque las acciones políticas de las naciones, argumento principal de las preocupaciones de vuestra Organización, siempre tienen que ver también con la dimensión trascendente y espiritual de la experiencia humana, y no podrían ignorarla sin perjudicar a la causa del hombre y de la libertad humana. Todo lo que empequeñece al hombre daña la causa de la libertad. Para recuperar nuestra esperanza y confianza al final de este siglo de sufrimientos, debemos recuperar la visión del horizonte trascendente de posibilidades al cual tiende el espíritu humano.
JPII79. 43	It follows that the fundamental criterion for comparing social, economic and political systems is not, and cannot be, the criterion of hegemony and imperialism; it can be, and indeed it must be, the humanistic criterion, namely the measure in which each system is really capable of reducing, restraining and eliminating as far as possible the various forms of exploitation of man and of ensuring for him, through work, not only the just distribution of the indispensable material goods, but also a participation, in keeping with his dignity, in the whole process of production and in the social life that grows up around that process.	JPII95.59	17. Como cristiano, además, no puedo no testimoniar que mi esperanza y mi confianza se fundan en Jesucristo, de cuyo nacimiento se celebrarán los dos mil años al alba del nuevo milenio. Nosotros, los cristianos, creemos que en su Muerte y Resurrección han sido plenamente revelados el amor de Dios y su solicitud por toda la creación. Jesucristo es para nosotros Dios hecho hombre, que ha entrado en la historia de la humanidad. Precisamente por esto la esperanza cristiana respecto al mundo y su futuro se extiende a cada persona humana. No hay nada auténticamente humano que no tenga eco en el corazón de los cristianos. La fe en Cristo no nos empuja a la intolerancia, al contrario, nos obliga a mantener con los demás hombres un diálogo respetuoso. El amor por Cristo no nos aparta del interés por los demás, sino más bien nos invita a preocuparnos por ellos, sin excluir a nadie y privilegiando si acaso a los más débiles y los que sufren.
JPII79. corte 20	Let us not forget that, although man depends on the resources of the material world for his life, he cannot be their slave, but he must be their master. The words of the book of Genesis, «Fill the earth and subdue it» (*Gen* 1 :28), are in a sense a primary and essential directive in the field of economy and of labour policy.	JPII95.60	Por tanto, mientras nos acercamos al bimilenario del nacimiento de Cristo, la Iglesia no pide mas que poder proponer respetuosamente este mensaje de la salvación, y promover com espíritu de caridad y servicio, la solidaridad de toda la familia humana.

Franc. 61	En esta misma línea quisiera hacer mención a otro tipo de conflictividad no siempre tan explicitada pero que silenciosamente viene cobrando la muerte de millones de personas. Otra clase de guerra que viven muchas de nuestras sociedades con el fenómeno del narcotráfico. Una guerra «asumida» y pobremente combatida. El narcotráfico por su propia dinámica va acompañado de la trata de personas, del lavado de activos, del tráfico de armas, de la explotación infantil y de otras formas de corrupción. Corrupción que ha penetrado los distintos niveles de la vida social, política, militar, artística y religiosa, generando, en muchos casos, una estructura paralela que pone en riesgo la credibilidad de nuestras instituciones.
Franc. 62	Comencé esta intervención recordando las visitas de mis predecesores. Quisiera ahora que mis palabras fueran especialmente como una continuación de las palabras finales del discurso de Pablo VI, pronunciado hace casi exactamente 50 años, pero de valor perenne, cito: «Ha llegado la hora en que se impone una pausa, un momento de recogimiento, de reflexión, casi de oración: volver a pensar en nuestro común origen, en nuestra historia, en nuestro destino común. Nunca, como hoy, [...] ha sido tan necesaria la conciencia moral del hombre, porque el peligro no viene ni del progreso ni de la ciencia, que, bien utilizados, podrán [...] resolver muchos de los graves problemas que afligen a la humanidad» (Discurso a los Representantes de los Estados, 4 de octubre de 1965). Entre otras cosas, sin duda, la genialidad humana, bien aplicada, ayudará a resolver los graves desafíos de la degradación ecológica y de la exclusión. Continúo con Pablo VI: «El verdadero peligro está en el hombre, que dispone de instrumentos cada vez más poderosos, capaces de llevar tanto a la ruina como a las más altas conquistas» (ibíd.). Hasta aquí Pablo VI.
Franc. 63	La casa común de todos los hombres debe continuar levantándose sobre una recta comprensión de la fraternidad universal y sobre el respeto de la sacralidad de cada vida humana, de cada hombre y cada mujer; de los pobres, de los ancianos, de los niños, de los enfermos, de los no nacidos, de los desocupados, de los abandonados, de los que se juzgan descartables porque no se los considera más que números de una u otra estadística. La casa común de todos los hombres debe también edificarse sobre la comprensión de una cierta sacralidad de la naturaleza creada.

JPII79. corte 21	18. Humanity as a whole, and the individual nations, have certainly made remarkable progress in this field during the last hundred years. But it is a field in which there is never any lack of systematic threats and violations of human rights	JPII95.61	Señoras y Señores: Estoy ante Ustedes, al igual que mi predecesor el Papa Pablo VI hace exactamente treinta años, no como uno que tiene poder temporal - son palabras suyas- ni como un líder religioso que invoca especiales privilegios para su comunidad. Estoy aquí ante Ustedes como un testigo: testigo de la dignidad del hombre, testigo de esperanza, testigo de la convicción de que el destino de cada nación está en las manos de la Providencia misericordiosa.
JPII79. 44	Disturbing factors are frequently present in the form of the frightful disparities between excessively rich individuals and groups on the one hand, and on the other hand the majority made up of the poor or indeed of the destitute, who lack food and opportunities for work and education and are in great numbers condemned to hunger and disease.	JPII95.62	18. Debemos vencer nuestro miedo del futuro. Pero no podremos vencerlo del todo si no es juntos. La «respuesta» a aquel miedo no es la coacción, ni la represión o la imposición de un único «modelo» social al mundo entero. La respuesta al miedo que ofusca la existencia humana al final del siglo es el esfuerzo común por construir la civilización del amor, fundada en los valores universales de la paz, de la solidaridad, de la justicia y de la libertad.
JPII79. 45	And concern is also caused at times by the radical separation of work from property, by man's indifference to the production enterprise to which he is linked only by a work obligation, without feeling that he is working for a good that will be his or for himself.	JPII95.63	Y el «alma» de la civilización del amor es la cultura de la libertad: la libertad de los individuos y de las naciones, vivida en una solidaridad y responsabilidad oblativas.
JPII79. 46	It is no secret that the abyss separating the minority of the excessively rich from the multitude of the destitute is a very grave symptom in the life of any society. This must also be said with even greater insistence with regard to the abyss separating countries and regions of the earth.	JPII95.64	No debemos tener miedo del futuro. No debemos tener miedo del hombre. No es casualidad que nos encontremos aquí. Cada persona ha sido creada a «imagen y semejanza» de Aquél que es el origen de todo lo que existe. Tenemos en nosotros la capacidad de sabiduría y de virtud.
JPII79. 47	Surely the only way to overcome this serious disparity between areas of satiety and areas of hunger and depression is through coordinated cooperation by all countries. This requires above all else a unity inspired by an authentic perspective of peace.	JPII95.65	Con estos dones, y con la ayuda de la gracia de Dios, podemos construir en el siglo que está por llegar y para el próximo milenio una civilización digna de la persona humana, una verdadera cultura de la libertad. ¡Podemos y debemos hacerlo! Y, haciéndolo, podremos darnos cuenta de que las lágrimas de este siglo han preparado el terreno para una nueva primavera del espíritu humano.

Franc. 64	Tal comprensión y respeto exigen un grado superior de sabiduría, que acepte la trascendencia, la de uno mismo, renuncie a la construcción de una elite omnipotente, y comprenda que el sentido pleno de la vida singular y colectiva se da en el servicio abnegado de los demás y en el uso prudente y respetuoso de la creación para el bien común. Repitiendo las palabras de Pablo VI, «el edificio de la civilización moderna debe levantarse sobre principios espirituales, los únicos capaces no sólo de sostenerlo, sino también de iluminarlo» (*ibid* .).
Franc. 65	El gaucho Martín Fierro, un clásico de la literatura de mi tierra natal, canta: «Los hermanos sean unidos porque esa es la ley primera. Tengan unión verdadera en cualquier tiempo que sea, porque si entre ellos pelean, los devoran los de afuera».
Franc. 66	El mundo contemporáneo, aparentemente conexo, experimenta una creciente y sostenida fragmentación social que pone en riesgo «todo fundamento de la vida social» y por lo tanto «termina por enfrentarnos unos con otros para preservar los propios intereses» (*Laudato si'* , 229).
Franc. 67	El tiempo presente nos invita a privilegiar acciones que generen dinamismos nuevos en la sociedad hasta que fructifiquen en importantes y positivos acontecimientos históricos (cf. *Evangelii gaudium* , 223).
Franc. 68	No podemos permitirnos postergar «algunas agendas» para el futuro. El futuro nos pide decisiones críticas y globales de cara a los conflictos mundiales que aumentan el número de excluidos y necesitados.

JPII79. 48	Everything will depend on whether these differences and contrasts in the sphere of the «possession» of goods will be systematically reduced through truly effective means, on whether the belts of hunger, malnutrition, destitution, underdevelopment, disease and illiteracy will disappear from the economic map of the earth, and on whether peaceful cooperation will avoid imposing conditions of exploitation and economic or political dependence, which would only be a form of neocolonialism.
JPII79. 49	19. I would now like to draw attention to a second systematic threat to man in his inalienable rights in the modern world, a threat which constitutes no less a danger than the first to the cause of peace. I refer to the various forms of injustice in the field of the spirit.
JPII79. 50	Man can indeed be wounded in his inner relationship with truth, in his conscience, in his most personal belief, in his view of the world, in his religious faith, and in the sphere of what are known as civil liberties. Decisive for these last is equality of rights without discrimination on grounds of origin, race, sex, nationality, religion, political convictions and the like.
JPII79. corte 22	Equality of rights means the exclusion of the various forms of privilege for some and discrimination against others, whether they are people born in the same country or people from different backgrounds of history, nationality, race and ideology.
JPII79. 51	For centuries the thrust of civilization has been in one direction: that of giving the life of individual political societies a form in which there can be fully safeguarded the objective rights of the spirit, of human conscience and of human creativity, including man's relationship with God. Yet in spite of this we still see in this field recurring threats and violations, often with no possibility of appealing to a higher authority or of obtaining an effective remedy.

Franc. 69	La loable construcción jurídica internacional de la Organización de las Naciones Unidas y de todas sus realizaciones, perfeccionable como cualquier otra obra humana y, al mismo tiempo, necesaria, puede ser prenda de un futuro seguro y feliz para las generaciones futuras. Y lo será si los representantes de los Estados sabrán dejar de lado intereses sectoriales e ideologías, y buscar sinceramente el servicio del bien común.
Franc. 70	Pido a Dios Todopoderoso que así sea, y les aseguro mi apoyo, mi oración y el apoyo y las oraciones de todos los fieles de la Iglesia Católica, para que esta Institución, todos sus Estados miembros y cada uno de sus funcionarios, rinda siempre un servicio eficaz a la humanidad, un servicio respetuoso de la diversidad y que sepa potenciar, para el bien común, lo mejor de cada pueblo y de cada ciudadano. Que Dios los bendiga a todos.

JPII79. 52	Besides the acceptance of legal formulas safeguarding the principle of the freedom of the human spirit, such as freedom of thought and expression, religious freedom, and freedom of conscience, structures of social life often exist in which the practical exercise of these freedoms condemns man, in fact if not formally, to become a second-class or third-class citizen
JPII79. corte 23	to see compromised his chances of social advancement, his professional career or his access to certain posts of responsibility, and to lose even the possibility of educating his children freely.
JPII79. 53	It is a question of the highest importance that in internal social life, as well as in international life, all human beings in every nation and country should be able to enjoy effectively their full rights under any political regime or system.
JPII79. 54	Only the safeguarding of this real completeness of rights for every human being without discrimination can ensure peace at its very roots.
JPII79. 55	20. With regard to religious freedom, which I, as Pope, am bound to have particularly at heart, precisely with a view to safeguarding peace, I would like to repeat here, as a contribution to respect for man's spiritual dimension, some principles contained in the Second Vatican Council's Declaration *Dignitatis Humanae* : «In accordance with their dignity, all human beings, because they are persons, that is, beings endowed with reason and free will and therefore bearing personal responsibility, are both impelled by their nature and bound by a moral obligation to seek the truth, especially religious truth. They are also bound to adhere to the truth once they come to know it and to direct their whole lives in accordance with its demands» (*Dignitatis Humanae* , 2)./ «The practice of religion of its very nature consists primarily of those voluntary and free internal acts by which a human being directly sets his course towards God. No merely human power can either command or prohibit acts of this kind. But man's social nature itself requires that he give external expression to his internal acts of religion, that he communicate with others in religious matters and that he profess his religion in community» (*Dignitatis Humanae* , 3).

JPII79. 56	These words touch the very substance of the question. They also show how even the confrontation between the religious view of the world and the agnostic or even atheistic view, which is one of the «signs of the times» of the present age, could preserve honest and respectful human dimensions without violating the essential rights of conscience of any man or woman living on earth.
JPII79. 57	Respect for the dignity of the human person would seem to demand that, when the exact tenor of the exercise of religious freedom is being discussed or determined with a view to national laws or international conventions, the institutions that are by their nature at the service of religion should also be brought in. If this participation is omitted, there is a danger of imposing, in so intimate a field of man's life, rules or restrictions that are opposed to his true religious needs.
JPII79. 58	21. The United Nations Organization has proclaimed 1979 the Year of the Child.
JPII79. corte 24	In the presence of the representatives of so many nations of the world gathered here, I wish to express the joy that we all find in children, the springtime of life, the anticipation of the future history of each of our present earthly homelands. No country on earth, no political system can think of its own future otherwise than through the image of these new generations that will receive from their parents the manifold heritage of values, duties and aspirations of the nation to which they belong and of the whole human family. Concern for the child, even before birth, from the first moment of conception and then throughout the years of infancy and youth, is the primary and fundamental test of the relationship of one human being to another.
JPII79. corte 25	And so, what better wish can I express for every nation and the whole of mankind, and for all the children of the world than a better future in which respect for human rights will become a complete reality throughout the third millennium, which is drawing near.

JPII79. 59	22. But in this perspective we must ask ourselves whether there will continue to accumulate over the heads of this new generation of children the threat of common extermination for which the means are in the hands of the modern States, especially the major world powers. Are the children to receive the arms race from us as a necessary inheritance? How are we to explain this unbridled race?
JPII79. 60	The ancients said: *Si vis pacem, para bellum* . But can our age still really believe that the breathtaking spiral of armaments is at the service of world peace? In alleging the threat of a potential enemy, is it really not rather the intention to keep for oneself a means of threat, in order to get the upper hand with the aid of one's own arsenal of destruction?
JPII79. 61	Here too it is the human dimension of peace that tends to vanish in favour of ever new possible forms of imperialism.
JPII79. 62	It must be our solemn wish here for our children, for the children of all the nations on earth, that this point will never be reached. And for that reason I do not cease to pray to God each day so that in his mercy he may save us from so terrible a day.
JPII79. 63	23. At the close of this address, I wish to express once more before all the high representatives of the States who are present a word of esteem and deep love for all the peoples, all the nations of the earth, for all human communities. Each one has its own history and culture. I hope that they will live and grow in the freedom and truth of their own history. For that is the measure of the common good of each one of them.
JPII79. 64	I hope that each person will live and grow strong with the moral force of the community that forms its members as citizens. I hope that the State authorities, while respecting the just rights of each citizen, will enjoy the confidence of all for the common good.
JPII79. 65	I hope that all the nations, even the smallest, even those that do not yet enjoy full sovereignty, and those that have been forcibly robbed of it, will meet in full equality with the others in the United Nations Organization.
JPII79. 66	I hope that the United Nations will ever remain the supreme forum of peace and justice, the authentic seat of freedom of peoples and individuals in their longing for a better future.

0. Materiais de base

0.2. Perspetiva diacrónica sobre os assuntos abordados pelos Papas na AGONU

Princípios religiosos e espirituais	Paulo VI (1965)	João Paulo II (1979)	João Paulo II (1995)	Bento XVI (2008)	Francisco (2015)
Missão da Igreja Católica e do Papa no mundo	4, 6, 7, 8, 9, 42	4, (cortes 1, 3, 4), 6, 17, (corte 19), 55	(corte 2), 60	48	
Experiência em humanidade, testemunha de valores morais	9		61	48	
O Papa como um intérprete de uma comunidade, que dá voz a muitas outras, com responsabilidade perante os factos mundiais	3, 6, 9, 10, 30 (ONU como intérprete: 44)	(corte 19)	(corte 1)		26
Gratidão, oração, pedido ao Senhor, confiança Nele		18, (corte 19), 62	33	53	70
Fé em Deus/ em Cristo, o Homem como reflexo/ desenho de Deus na Terra, importância da dimensão do crente	42, 47, 56 (a ONU como reflexo: 18)	51	11, 59	24, 41, 42, 43, 44, 45, 49, 51	
Mistério (de Deus, do mundo, do Homem), Providência, misericórdia, dom, origem comum, ordem da Criação, à imagem e semelhança do Criador, mensagem de salvação, anúncio profético	23, 47, 53, 56	55	6, 9, 20, 23, 34, 35, 60, 61, 64	11, 12, 18, 24	22, 42, 43, 62, 63, 64
Amor de Deus (para com os homens/ para a construção da civilização); amor por Deus (interiorização; o Homem a sós com Deus = rodeado do Seu amor)			56, 57, 59		22
Caráter sagrado da vida humana, proteção em todas as etapas/dimensões	44, 45, 47	(corte 24)		11, 12	22, 44, 63, 64
Lei moral universal, gramática inscrita no coração, princípios morais nobres e universais, distinção natural homem-mulher	7, 10, 14	55	5, 6, 8, 34, 38, 40, 59	25, 30, 38, 51	44
Veneração, obediência a Deus, desejo pelo absoluto				18, 42, 45	
Em caridade e em serviço (com desinteresse); com a ajuda de Deus	4		60, 65	45	64
Ideia de peregrinação, colóquio com o mundo	6, 7, 8, 42	11			
Ideia de pequenez, simplicidade do Papa/ da Igreja	4, 50				
Dupla dimensão do Homem (logo, dos problemas humanos): material (política e económica) e espiritual (moral e religiosa) + pessoal e universal/ pessoal e ambiental; o Homem como um todo, ligado ao ambiente (natural) e à comunidade (cultural); ideia de unidade da pessoa humana		7, (cortes 5, 16), 31, 32, (corte 17), 35, 36, 56	4, 5, 10, 11, 23, 26, 38, 58, 61, 64, 65	31, 41, 42, 45, 46, 49	21, 37, 38, 42
Transcendência humana, proeminência da dimensão espiritual (únicos princípios capazes de guiar, animar), crescimento espiritual, florescimento do espírito humano, progresso moral/ força vital das sociedades, grandeza do Homem (inteligência, vontade, sabedoria, virtude)	32, 42, 44, 51, 55, 56	(corte 6), 10, (cortes 8, 12), 32, (corte 17), 33, (corte 18), 36, 37, (corte 19), 38, 43, (corte 20), 55, 61, 63	5, 9, 10, 11, 23, 24, 30, 32, 34, 35, 38, 49, 50, 58, 64	19, 38, 49, 50	21, 62, 64
Atividade política: separada da religião, ligada ao Homem (causa e fim); necessidade de intervenção das entidades religiosas; as causas políticas associadas a compromissos morais	32	8, (corte 5), 57	11, 14, 58	22, 39	
Diálogo inter-religioso/ importância da união entre religiões (nomeadamente, cristãs); referência a outras comunidades religiosas/ diversidade religiosa	6	17, (corte 19), 21		22, 38, 40	22, 26

Sobre o Homem e a vida humana	Paulo VI (1965)	João Paulo II (1979)	João Paulo II (1995)	Bento XVI (2008)	Francisco (2015)
Consciência (humana, dos Estados-membros, da humanidade)	51, 53	(corte 7), (corte 9), 51, 52, 56	4, 18, 35, 43, 56		62
Progresso/ desenvolvimento (integral, das sociedades/ da ONU): social, económico, político, jurídico	10, 42, 48, 49	10, 26, 32, (cortes 17, 23)	(corte 3), 11, 44	2, 9, 27, 50	7, 10, 15, 16, 34, 37, 38, 39, 40, 45, 47
Poderio económico/ militar de um país (medida de força)		59			
Prosperidade				59	
Progresso/ poder científico e tecnológico	47, 49, 53, 54	10, (corte 8), (corte 17)	11, 43, 44	11, 12, 22	4, 5, 62
Homens e mulheres corajosos, confiantes, concretos, a pessoa humana/ o indivíduo	10	(corte 3), 8, 9, (cortes 13, 15, 16, 17), 37, 52, 55	4, 5, 8, 9, 10, 11, 45, 58, 65	11, 13, 18, 22, 24, 26, 31, 41, 45	20, 21, 33, 34, 59
Diversidade cultural dos povos (história e cultura/ língua); convergência de tradições e culturas diferentes = riqueza	41	8, 19, (corte 22), 63	20, 30, 32, 34, 35, 50	22, 25, 26, 30	70
Aldeia global, superação de fronteiras, mundo integrado, contágio/ impacto global			5, 20	9	4, 66
Democracia			(corte 3)		
Países em desenvolvimento/ emergentes, mais pobres	16, 40	65	(corte 3), 41, 43, 49	9	14, 15
Educação e cultura, analfabetismo	49	7, 8,(corte 16), 44, 48, (corte 23)	30, 45	22, 42	35, 36, 38, 39
Trabalho e remuneração digna, separação trabalho-propriedade, progressão na carreira, recolher o fruto do trabalho próprio, direitos dos trabalhadores		7, (corte 16), 40, 43, 44, 45, (corte 23)	30		38, 39
Casa própria e terra		(corte 16)			38, 39
Cuidados de saúde e doença	49	(corte 16), 7, 44, 48	45, 48		
Alimentação e fome	45, 46, 50	(corte 16), 7, 44, 48	45		39
Oportunidades		44, (corte 23)	21, 22, 32, 33, 36, 59		
Família (núcleo)		(corte 16)	24, 48	11	34, 35, 37
Família das nações/ dos povos	41		14, 24, 25, 30, 47, 49	3	
Família humana/ da humanidade/ cristã/ católica	6	(corte 3), (corte 24)	(corte 2), 23, 43, 47, 49, 60	6, 13, 46	
Desfavorecidos, indefesos, populações inocentes, mulheres e crianças, membros de religiões minoritárias; ideia de fragilidade e de grande amplitude dos que sofrem	10, 28	(corte 9), 44, 46, (cortes 23, 24, 25), 58, 59, 62	10, 14, 33, 38, 48, 59	9	20, 23, 25, 35 (meninas), 51, 59, 60, 61, 63, 68
Novas gerações/ gerações futuras	10	(corte 24), 59	14, 30, 49	50, 51	45, 69
Assistência humanitária				4	
Ambiente, crise ecológica, destruição da biodiversidade, alterações climáticas				9, 12	20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 30, 36, 41, 44, 47, 51, 62
Soberania	4, 14	(cortes 1, 4), 65	15, 30, 50	15	
Controlo da natalidade, as vidas por nascer	45				63

Princípios a implementar e/ou a defender nas sociedades	Paulo VI (1965)	João Paulo II (1979)	João Paulo II (1995)	Bento XVI (2008)	Francisco (2015)
Direitos humanos/ do Homem	43	(corte 8), 11, (corte 9), 28, 29, 30, (corte 16), 31, 37, 38, 39, 42, 49, 53, 54, 55, (corte 25)	4, 5, 6, 7, 11, 17, 18, 27, 29, 30, 33, 35, (corte 3), 44, 50	14, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 43, 49, 50	7, 18, 20, 24, 33, 47
Direitos das nações/ direitos dos povos		19, 20	(corte 2), 13, 15, 17, 18, 19, 20, 25, 27, 29, 30, 31, 43, 60		
Direito à existência (humana, das nações) = respeito pela diversidade cultural		(cortes 8, 16)	13, 15, 17, 18, 19, 20, 27, 29, 30	24, 40	40, 41, 58, 60, 70
Direitos morais		51	13, 18, 19, 20, 29, 30, 32, 33, 59, 65		
Direito do ambiente					21
Direitos económicos, sociais e culturais + civis e políticos		(corte 9), 50, (corte 22)			35, 38
Direito à participação na vida social/ direitos do cidadão, cidadania internacional	14	(corte 16), 43, 52, 63, 64	3, 4, (corte 3), 44, 50	41, 43, 45	34, 70
Direito internacional/ humanitário	15	57	46	5, 7, 9, 10, 14, 15, 17, 32, 47	7, 16, 17, 19, 48, 52, 54, 56, 60, 69
Dignidade	10, 43, 46	8, (cortes 15, 16), 37, 42, 43, 55, 57	3, 4, 8, 9, 11, 38, 61, 65	4, 10, 13, 19, 21, 23, 29, 37	18, 34, 37, 60
Liberdade	10, 43	(cortes 8, 16), 52, 63, 66	3, 4, 6, 8, 11, 12, 16, 17, 30, 35, 38, 39, 40, 41, 46, 50, 51, 52, 54, 56, 58, 62, 63, 65	10, 11, 18, 19	42, 45
Liberdade religiosa e de espírito	43	(corte 16), 50, 52, 55, 57	35, 39, 40, 41, 56, 63, 65	38, 41, 42, 44, 45, 46, 49	38, 39
Liberdades civis		50	33, 48, 49, 59		
Cultura da liberdade			39, 41, 56, 63, 65		
Universalidade: direitos e deveres de e para todos (sem exceção); aplicação igualitária	16, 18, 43	9, (cortes 11, 15, 16), 37	3, 4, 5, 6, 8, 14, 20, 23, 31, 40, (corte 3), 50, 59	4, 11, 23, 25, 26, 34	
Fraternidade, ideia de irmão, igualdade	4, 19, 21, 23, 24, 36, 41				10, 16, 24, 59, 63, 65

Solidariedade	37, 41		10, 12, 31, (corte 3), 44, 45, 49, 53, 54, 60, 62, 63	9, 34	
Verdade, justiça	10, 15, 52	(corte 4), 6, (corte 6), 9, (corte 7), 19 , (cortes 12, 17, 18), 43, 47, 50, 55, 63, 64, 66	17, 20, 28, 35, 40, (corte 3), 44, 45, 62	4, 27, 32, 33, 34, 35, 38, 40	16, 18, 33, 50
Paz, concórdia, tranquilidade, consenso, estabilidade, bem-estar	1, 9, 10, 11, 26, 29, 30, 31, 32, 50	17, 19, (corte 10), 26, (corte 13), 29, 30, (corte 14), (corte 15), 31, (corte 17), 36, 38, (corte 19), 47, 54, 55, 60, 61	12, 14, 16, 31, 54, 62	2, 4, 38, 50, 52, 59	7, 11, 50, 52, 58
Respeito, tolerância		19, 20, (cortes 15, 19, 25)	31, 34, 35, 48, 50, 59	27, 33	21, 64
Renovação do Homem, futuro melhor, nova História	10, 28, 29, 33, 34, 47, 52	13, (cortes 12, 25), 66	(corte 1), 6, 11, 30, 44, 50, 52, 58	50, 51	62, 67, 69
Sistemas económicos flexíveis, comércio livre, redução das oscilações financeiras, respeito pelo ritmo de crescimento de cada comunidade			45		15
Limitação do poder político, distribuição do poder (em geral), dar a cada um o que lhe pertence, garantir os bens essenciais (espirituais/ materiais)		(corte 17), 31, 33, 57, 63	43		17, 18, 19, 37, 38
Pausa, reflexão, exame de consciência pelos Estados/ comunidade internacional; estudo de soluções/ ponderação	52, 53	(cortes 9, 11), 27, 30, (corte 15)	(corte 2), 3, 4, 5, 6, 9, 17, 18, 22, 28, 34, 35, 39	15	42, 59, 62
Independência/ autodeterminação dos povos; Estados recém-formados; autonomia	16	20	18, 19, 43		
Integridade territorial/ controlo território, exploração matérias-primas/ marítima, direito à pátria		20	18, 30		
Responsabilidade (do ser humano/ líderes): responder pelas suas opções, comprometer-se com uma causa		41, 55	6, 8, 9, 11, 56, 63	11	
Responsabilidade de proteger/ princípio da proteção (por parte dos Estados); ideia de salvaguarda - das populações, do ambiente		(corte 15), 51, 52, 54, 55	8, 14, 35, 56, 59	10, 13, 14, 16, 17, 21, 23, 44, 45, 49	7, 20, 44, 60
Criatividade, arte, trabalhos do espírito, novas ideias		(cortes 17, 18), 51	17, 22, 45	24	

Discernimento/ bom senso, boa vontade/ boa fé, vontade constante e perpétua	34	17, (corte 19)		9, 36, 37, 52	48, 56
Imperativos/ limites éticos, respeito pela lei, aplicação igualitária da lei	15		14, 18, 22, 39, 40, 44, 45	9, 10, 12, 23, 27, 29, 32, 35, 46	4, 21, 45, 50, 54, 56

Circunstâncias negativas	Paulo VI	João Paulo II (1.ª)	João Paulo II (2.ª)	Bento XVI	Francisco
Fosso/ disparidades socioeconómicas ricos-pobres, distribuição injusta/ usufruto desigual dos recursos		(corte 17), 33, 34, 39, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, (corte 22)	42, 44	9, 28	20, 23, 42, 45
Desigualdade (direitos/ reconhecimento), injustiça (social/ espiritual), exclusão (social/ económica), cultura do descarte, fragmentação social		19, 20 , 29, 41, 49	14, (corte 3), 59	27, 28	15, 20, 23, 24, 25, 26, 30, 33, 44, 59, 62, 63, 66, 68
Discriminação (origem, raça, sexo, religião, convicção política), perseguição/ ódio étnico-religioso, inferiorização, egocentrismo, intolerância (afirmação da identidade própria *vs* . o Outro)		50, (corte 22), 52, 54	13, 32, 37, 42, 59	40	23, 58, 59
Violação da ordem da Criação, negação de Deus/ valores, princípios, textos sagrados			35, 55, 56, 62, 64	11, 43, 45	22, 24, 43, 58
Pobreza	10	44	45	27	15, 34
Perigo das ações do Homem, inevitabilidade de tensões/ recurso às armas	38, 54	(corte 6), 12, 22, 23, 24, 36, (corte 19), 59, 60	55, 64	14	41, 62
Sede de poder, falsidade, segundas intenções/ intenções espúrias, egoísmo, individualismo, unilateralismo, cinismo	23, 24, 33	(corte 8), 15, 36, 48	40, 52	8, 45	4, 5, 8, 20, 21, 23, 42, 50, 51, 69
Corrupção, lavagem de dinheiro, comércio ilícito, financiamento e apoio a terroristas/ traficantes/ outros opressores			(corte 3)		46, 61
Ideias de atrocidade, crimes letais, genocídio, ruína, destruição maciça	10, 27, 28, 37, 54	(corte 8), 11, 12, 13, 14, 24, 25, 38, 59, 62	4, 9, 10, 13, 14, 16, 33, 37	19	5, 31, 51, 53, 54, 61, 62
Colonização ideológica, promoção de valores/ perspetivas contrários à identidade natural da família/ dos povos, «modas», doutrinas letais		34	13,14, 62	11, 31	46
Terrorismo, extremistas, bombardeamentos suicidas, tomada de reféns					30
Tráfico de armas					30, 61
Crime internacional organizado					30
Tráfico de seres humanos, comércio de órgãos, exploração sexual, prostituição, trabalho escravo					30, 61
Tráfico de droga e flagelos causados pelo mesmo (em geral)			7, 13, 15		30, 61
Violação/ privação dos direitos humanos (em geral ou algum em específico); violação dos direitos das nações		(corte 8), 15, 28, (corte 15), 38, 42, (corte 21), 51, 56	4, 6, 8, 9, 13, 33	14, 19, 29	33, 60
Colocação em causa da credibilidade das instituições			41, 42		61
Utilitarismo (em geral), utilitarismo económico			41, 42, (corte 3)	33	25
Nacionalismo, totalitarismo, hegemonia, imperialismo, interferência externa, «bullying», invasão/ ocupação, ditadores, imposição da vontade, fundamentalismo		(corte 8), 12, 15, 43, 60, 61	(corte 3), 6, 9, 15, 33, 34, 35, 36, 37, 41, 48, 62	32, 35, 44	5
Ações com base em Interesses nacionais, em proveito próprio/ quando favorável		12, 15, (corte 14), 60	9, 15, 36, 37, 40, 41, 45	31, 35	18, 19, 50, 51, 59, 66, 69
Dependência política e económica [(neo)colonialismo], mais poderosos *vs* . mais fracos (minoria *vs* . maioria), imposição de um modelo único, omnipotência, exploração, manipulação, abuso, tortura, tirania, opressão	24	12, 14, 42, 43, 48	10, 12, 14, 15, 30, 39, 41, 42, 43, 45, 48, 62	15, 35, 36, 37	14, 15, 18, 23, 46, 64
Condicionamento do progresso dos povos em vias de desenvolvimento/ jovens democracias/ países mais fracos, «asfixia»			43, 45		15
Efeito/ relatórios «tranquilizador(es)», situações latentes/ disfarçadas		23, (corte 10), 38	50		31

Corrida aos armamentos (em geral); (des)armamento/ não-proliferação de armas nucleares, uso pacífico da energia nuclear; holocausto/ guerra nuclear; chantagem nuclear, *vs* . poderio nuclear elevado	33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 54	7, 18, 22, 23, (corte 10), 24, 25, 59, 60	16, 55		53, 55, 56, 57
Efeitos nefastos das más opções políticas/ das intervenções político-militares não coordenadas			41	15	58
Guerra, conflitos, violência, tensões, sofrimento, crises, discórdias, caos, desespero, intenções bélicas, recurso à força	10, 15, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 39, 41	(corte 3), 8, (corte 8), 11, 14, 16, 18, 19, 22, 23, (corte 10), 24, 25, 27, 28, 29, 30, (corte 14), (corte 15), 33, 36, (corte 19), 42	9, 14, 16, 33, 35, 41, 49, 50, 58, 62, 65	5, 15, 27, 29, 38, 40	7, 33, 45, 47, 59, 61, 66, 68
Risco/ ameaça: de destruição, degradação, ruína, conflito; perturbação contínua; de violação de direitos (ex. liberdade, dignidade); «guerras frias»	37, 39, 54	15, 18, 23, (corte 10), 24, 31, 38, 39, (corte 21), 51, 57, 59, 60, 62	14, 16, 32, 35, 40, 41, 55	37	5, 24, 41, 51, 54, 58, 62, 66
Uso indevido/ descontrolado das potencialidades: científico-tecnológicas (ruína/ morte), político-económicas (desgoverno/ desordem/ abuso do poder), ambientais (degradação/ abuso), financeiras (sistemas de crédito asfixiantes)	37, 39	22, 24, (corte 17), 34	39, 41, (corte 3)	11	4, 8, 9, 15, 17, 20, 22, 23, 25, 42
Medo, desconfiança	15, 39		32, 33, 55, 56, 62, 64		54
Ressentimentos/ rivalidades históricos			33		
Efeitos nefastos do capitalismo: consumo, acumulação de riqueza, crescente/ excessiva burocracia, exigências de produção/ mercado; subordinação à esfera material (*vs* . espiritual)	51	34, 35, 36, (corte 20)			
Raízes, causas dos problemas		27, 28, 29, 30, (corte 19), 41			

Santa Sé, ONU, relações internacionais	Paulo VI	João Paulo II (1.ª)	João Paulo II (2.ª)	Bento XVI	Francisco
Laços de amizade/ estima pela ONU	2	2, (corte 1), 3	(corte 1)	46	6
Relação Igreja Católica-ONU	4, 9, 18, 23, 30, 42	(corte 2), 4, (corte 4), 6, (corte 13)	1, (corte 2)	5, 46, 47, 52, 53	6
Diferença entre o papel da Santa Sé e o dos governos; binómio soberania terrena-espiritual; autonomia face aos Estados	4, 18	(corte 1), (corte 4)	(corte 2), 61		
Importância da visita do Papa à ONU; justificação da visita	4, 6, 7, 8, 12	5, 6	61	46	
História, fundação, princípios-base da ONU	13, 26, 38	15, (corte 13)	(corte 2), 4, 12, 14, 49, 52	14, 17, 19, 20, 49	7, 49, 54
Designações: fórum supremo, aula magna, elevada tribuna, de nível superior	1, 31	3, 9, 66		6	
Homenagem, reconhecimento, agradecimento, apoio ao trabalho e valores da ONU	3, 12, 16, 30, 40, 41, 48, 49	3, 6, 23, (corte 19)	2, (corte 2), 48	53	1, 3, 4, 6, 42, 70
Concordância com os princípios/ ações da ONU		3		5	
Esperança/ confiança no trabalho da ONU, expetativas, justas aspirações dos povos	10, 11, 12, 38, 40, 42	(corte 2), 4, (corte 3), 8, 19, (corte 10), 25, 30, (corte 24), 64, 66	(corte 1), 4, 10, 11, 20, 30, 44, 51, 52, 56, 58, 59, 61, 65	2, 4, 5, 6, 46, 48, 50, 52	6, 27, 28
Tarefas difíceis/ sempre testadas, mas necessárias	passagem 19-20	(cortes 2, 14, 21)	28, 46	15	69
Importância da ONU para o mundo, papel e missão: garantias internacionais, solução pacífica dos problemas, assistência humanitária, sistema jurídico de regulação; compromisso, negociação, diálogo político/ diplomacia, união, interdependência, respeito e confiança mútua, cooperação, metas universais, abertura a novos Estados/ recuperação da confiança dos ex-membros; *vs* . traições	1, 5, 9, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 28, 26, 29, 31, 32, 38, 39, 41, 46	3, (corte 3), (corte 8), 15, 16, 17, 20, 21, 26, (corte 12), 30, (cortes 15, 16), 36, 47, 48, 65, 66	(corte 2), 26, 31, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 53, 59, 62	2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 14, 15, 17, 30, 38, 40, 46, 48, 50, 52	4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 16, 19, 48, 50, 52, 57, 60, 65, 69
Ideia de comunhão: bem comum, origem e destino comum, consciência comum, objetivos comuns, direitos comuns, casa comum, êxitos comuns	41, 53	(corte 5), 15, 32, 63, 64	(corte 2), 43, (corte 3), 47, 49, 62	2, 3, 10, 20, 22, 23, 24, 27, 29, 30, 40, 45	3, 7, 20, 21, 22, 34, 62, 63, 64, 69, 70
Dimensão espiritual, moral e humana da ONU (centro moral, caráter humanista na resolução dos problemas)	14, 18, 40, 41, 42, 51, 55, 56	6, 43	11, 15, 47	3, 22, 38, 42, 49, 50	
Soluções urgentes, efetivas/ eficazes, com cariz de prevenção; *vs* . medidas provisórias/ temporárias, não apenas na teoria (acordos), mera enumeração de problemas/ estatística	25, 28, 29	(corte 14), 25, 26, 36, 38, 48, 51	39, 45, 46, 49, 50, 52	7, 8, 9, 20, 28, 29, 32, 35	10, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 39, 45, 49, 51, 57, 59, 60, 63, 68, 70
Um olhar para o futuro: apelos aos Estados-membros, vias traçadas, seguir em frente, aprender e superar os erros do passado, manter-se relevante, vontade constante e perpétua	13, 15, 16, 21, 25, 27, 29, 32, 34, 35, 38, 39, 51, 55	(corte 2), 9,19, 20, 21, 25, (corte 11), 27, (cortes 13, 14, 16), 36, (corte 20), 62, 63, 64, 65, 66	(corte 2), 6, 17, 22, 28, (corte 3), 46, 47, 51, 56, 58	28, 29, 38, 50	20, 29, 30, 33, 47, 60, 64, 67, 68, 70
Direito de veto, capacidade equitativa nas decisões	14, 23	65	50	8, 46	13, 14
Referência a missões da ONU bem-sucedidas	30	18, 37			7, 12, 49
Referência a missões fracassadas/ aspetos menos conseguidos	13		28		49
Referência/ homenagem aos que deram a vida pela causa da paz e do bem comum/ que sobreviveram a ameaças à paz	10, 30	11	54		11, 58
Ideias de contínuo ajuste, adaptação, mudança (da ONU/ dos Estados); necessidade de melhoria, salto qualitativo, reforma da ONU	13	20	(cortes 2, 3), 47, 49, 51, 52		12, 67, 69

0. Materiais de base

0.3. Sequência da noticiabilidade dos jornais

1965

***DN*: Paulo VI (1965)**

N. Sec. 1 (4.10.1965)

- Viagem grande e sem igual – assim falou Paulo VI, ontem, aos peregrinos

N. Sec. 2 (4.10.1965)

- Ponham etiquetas nos vossos filhos - um conselho do chefe da Polícia de Nova Iorque

N. Sec. 3 (4.10.1965)

- A constituição da comitiva de Sua Santidade

N. Sec. 4 (4.10.1965)

- A ideia da viagem
- pertenceu ao Papa João XXIII

N. Sec. 5 (4.10.1965)

- **Rompendo séculos de tradição…**
- **O Papa Paulo VI concedeu uma entrevista à imprensa**
- **«Falarei perante reis e não os confundirei…»**
- A entrevista do Papa ao 'Corriere del la Sera'

N. Sec. 6 (4.10.1965)

- Às 4.40
- Paulo VI
- partiu para Nova Iorque

N. Sec. 7 (4.10.1965)

- **O soberano mais antigo da Terra chega hoje ao Novo Mundo**
- **O PRIMEIRO PAPA a transpor o Atlântico leva a mensagem de Belém à nova «Torre de Babel»: A Paz que o mundo não pode dar. Paulo VI está a sobrevoar o oceano**
- **E chega a Nova Iorque às 13.30 (T. M. G.)**
- A viagem de Paulo VI

N. Princ. (5.10.1965)

- **Paulo VI resumiu assim a sua missão à O.N.U.**
- **Cumpre-se um voto de 20 séculos/ «Ide, levai a boa nova a todas as nações!»**
- **«Transformai as espadas em charruas/ Se quereis ser irmãos deixai cair as armas das mãos»**
- **Cinco milhões de pessoas saudaram o Papa nas ruas de Nova Iorque**
- O Sumo Pontífice nas Nações Unidas

Art. compl.:
* Pela primeira vez na história
* O Papa pisou terra americana
* 13 horas e meia em Nova Iorque
* 25 mil crianças no Aeroporto Kennedy

N. Sec. 8 (5.10.1965)

- **Paulo VI e Johnson**
- **Entrevista de 50 minutos num 35.º andar**
- A entrevista com o presidente Johnson

N. Sec. 9 (5.10.1965)

- Na viagem para Nova Iorque
- o Papa pediu autógrafos a todos os ocupantes do avião
- e ofereceu-lhes medalhas

N. Sec. 10 (5.10.1965)

- Um caldo, fruta e queijo - a única refeição a bordo entre Roma e Nova Iorque

N. Sec. 11 (5.10.1965)

- 150 quilos de bagagem do Papa

N. Sec. 12 (5.10.1965)

- O Papa ofereceu a U Thant obras de arte modernas

N. Sec. 13 (5.10.1965)

- A primeira a chegar à Catedral de São Patrício: uma criada negra

N. Sec. 14 (5.10.1965)

- Paulo VI
- partiu de Nova Iorque em viagem directa para Roma

N. Sec. 15 (5.10.1965)

- **Vozes do mundo**
- As reacções mundiais
- Louvores e algumas dúvidas levantou nas capitais do mundo
- A visita do Sumo Pontífice às Nações Unidas

***JN*: Paulo VI (1965)**

N. Sec. 1 (4.10.1965)

- **Paulo VI**
- **Todas as atenções convergem hoje para Nova Iorque**
- **Vou à O.N.U. para servir a paz mundial**
- Paulo VI hoje em Nova Iorque
- Onze discursos em treze horas
- «É uma viagem para servir a paz mundial»

N. Sec. 2 (4.10.1965)

- Etiquetas nas crianças

N. Sec. 3 (4.10.1965)

- Análise aos problemas da Igreja

N. Sec. 4 (4.10.1965)

- Três aspectos do acontecimento

N. Princ. (5.10.1965)

- **Cinco milhões de pessoas aclamaram o Papa em Nova Iorque**
- **Paz: histórico apelo de Paulo VI na Assembleia Geral da O.N.U.**
- [*]
- Paulo VI falou na Assembleia Geral da O.N.U.
- A verdadeira ameaça contra a paz não vem do progresso mas do próprio homem

Artigos complementares:
1. Milhões de pessoas encheram as ruas de Nova Iorque/ Duas horas de marcha triunfal
2. Descerrada uma placa na residência do cardeal Spellman
3. U Thant: Foi a causa da paz que trouxe o Papa até nós/ Gromyko conversou (e sorriu) com Paulo VI

Caixas de texto:
1. Ausente só a Albânia
2. Se isso for útil irei a Pequim
3. Alocução na catedral de S. Patrício
4. Bagagem – dez malas pesando 150 quilos
5. Toda a gente queria comprar selos

N. Sec. 5 (5.10.1965)

- **[*] Encontro de 50 minutos com o presidente Johnson**
- A visita de Paulo VI a Nova Iorque
- Encontro no 35º andar do Hotel Waldorf Astória
- Durou 50 minutos a reunião com Johnson
- Foram abordados os grandes problemas mundiais
- Apenas cinco jornalistas convidados
- A polícia espreitava nos telhados
- Um aperto de mão à despedida

N. Sec. 6 (5.10.1965)

- Dormiu só uma hora na viagem

N. Sec. 7 (5.10.1965)

- Mensagens a vários chefes de Estado

N. Sec. 8 (5.10.1965)

- Duas bombas que não existiam

N. Sec. 9 (5.10.1965)

- Presentes trocados

N. Sec. 10 (5.10.1965)

- Catedral passada a pente fino

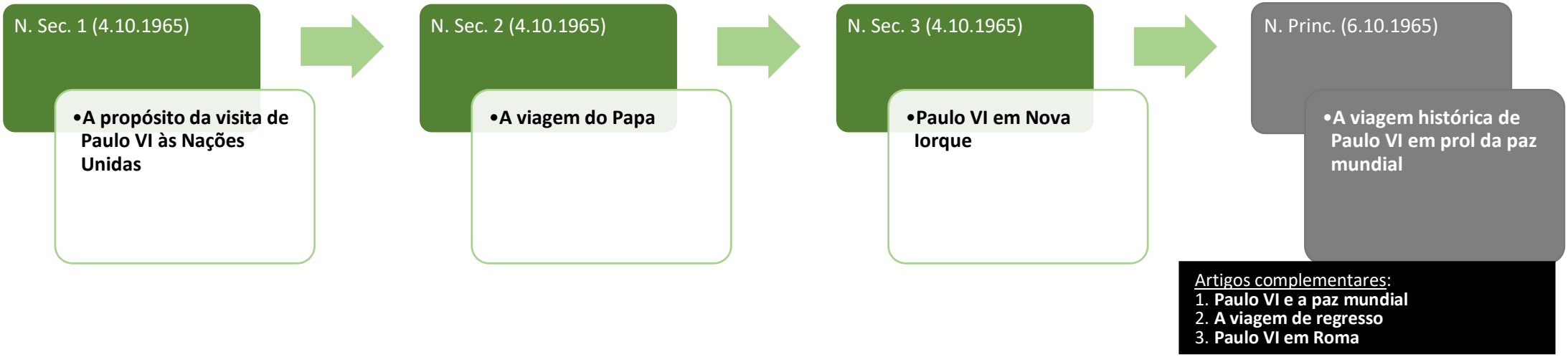
N. Sec. 11 (5.10.1965)

- De madrugada
- Paulo VI
- de regresso a Roma

N. Sec. 12 (5.10.1965)

- Reacções de louvor e dúvida

***DA*: Paulo VI (1965)**



1979

***DN*: João Paulo II (1979)**

N. Sec. 1 (2.10.1979)

- A viagem do Papa à Irlanda e aos E.U.A.
- João Paulo II ao deixar Dublin apelou para «uma nova visão de esperança»

Caixas: Extrema-unção, Amigo de cativeiro, Alguns números, «Cocktail», Telegrama de Margaret Thatcher, Comitiva numerosa, Arcebispo de Cantuária, Próximas deslocações

N. Sec. 2 (2.10.1979)

- **«Os céus lavaram Boston para receber o Papa»**
- **O cardeal arcebispo Humberto de Medeiros apresentou as boas-vindas a João Paulo II**
- Hoje em Nova Iorque, às 16 horas
- Falar da paz ao Mundo

N. Princ. (3.10.1979)

- **Bênção especial do Papa para o povo português**
- **A primeira-ministro, que também foi recebida por Vance, regressa esta manhã a Lisboa**
- A viagem do Papa aos EUA
- «Nunca mais uns contra os outros mas sempre uns com os outros»
- - exortação dirigida ao mundo por João Paulo II quando ontem discursou na ONU

N. Sec. 3 (4.10.1979)

- A viagem do Papa aos E.U.A.
- A festa dos jovens comoveu a América

Artigo complementar:
1. Salvaguardar a paz e os direitos do homem

Caixas de texto:
1. Sinal de ecumenismo
2. A filosofia de João Paulo II
3. 14 mil jornalistas
4. Confronto Carter-Kennedy
5. Católicos americanos

N. Sec. 4 (4.10.1979)

- Substituir pobreza e ignorância pela liberdade e justiça

Caixas: O Papa com os jornalistas, Imprensa polaca, Nova Iorque «conquistada», Convites, Troca de presentes, Ausência chinesa e albanesa, Resposta do IRA

N. Sec. 5 (5.10.1979)

- A viagem do Papa aos E.U.A.
- João Paulo II retomou em Filadélfia o tema da Liberdade do Homem

Caixas: Indeferida acção contra missa papal, Patriarca de Antioquia, 4.º lugar no «palmarés» dos «confetis», Apelo a favor de jovem polaco, O vigor do apelo

N. Sec. 6 (8.10.1979)

- A viagem do Papa aos EUA
- Após a sua histórica peregrinação João Paulo II é hoje esperado em Roma

N. Sec. 7 (9.10.1979)

- Gratidão, alegria e emoção no regresso do Papa a Roma

***JN*: João Paulo II (1979)**

N. Sec. 1 (2.10.1979)

- **Visita aos Estados Unidos iniciada em Boston**
- **Rosalynn Carter saudou o Papa João Paulo II**
- João Paulo II à chegada a Boston: «A América abriu-me o seu coração»
- O Papa era aguardado por Rosalynn Carter

Caixa: O oposto de fuga

N. Princ. (3.10.1979)

- **João Paulo II na Assembleia Geral das Nações Unidas**
- **Mensagem de elevado nível moral**
- **Defesa de uma solução justa do problema palestiniano**
- João Paulo II perante a Assembleia Geral das Nações Unidas
- Justa solução do problema palestiniano é caminho para a paz no Médio Oriente

N. Sec. 2 (4.10.1979)

- Papa já está em Filadélfia
- Despedida de Nova Iorque virada para a juventude

Artigo complementar:
1. Entre Carter e Kennedy

Caixas de texto:
1. IRA diz «Não» ao Papa
2. Cobertura jornalística invulgar

N. Sec. 3 (5.10.1979)

- Papa rediz com vigor posições do Vaticano
- João Paulo II fala do celibato e da ordenação das mulheres

N. Sec. 4 (7.10.1979)

- Primeira visita de um Papa à capital americana
- Carter considera João Paulo II «campeão da dignidade humana»

Caixa: Três pontos do comunicado

N. Sec. 5 (8.10.1979)

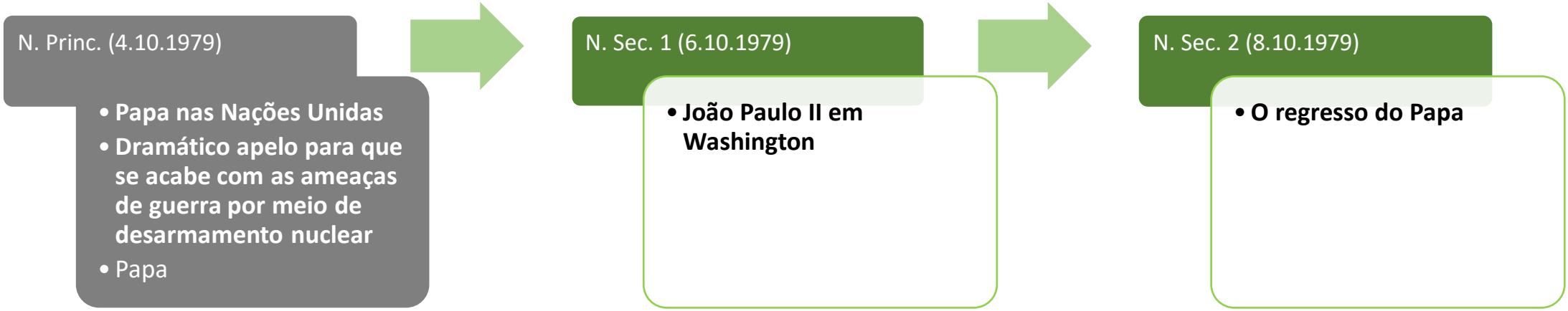
- Contra a «discriminação» na Igreja Católica
- Freiras pediram ao Papa igualdade para a mulher

Caixa: Uma dimensão universal

N. Sec. 6 (9.10.1979)

- O Papa regressou a Roma
- Discursou 75 vezes na visita aos EUA

***DA*: João Paulo II (1979)**



1995

***DN*: João Paulo II (1995)**

N. Sec. 1 (5.10.1995)

- Papa papa-quilómetros

N. Princ. (6.10.1995)

- João Paulo II perante a Assembleia Geral da ONU
- Defesa dos direitos das nações

Artigo complementar: Freitas do Amaral deu conta de problemas

N. Sec. 2 (7.10.1995)

- João Paulo II no terceiro dia da sua visita aos Estados Unidos
- Por uma «Igreja doméstica»

N. Sec. 3 (8.10.1995)

- *João Paulo II nos EUA*
- *Missa campal juntou 200 mil pessoas*
- Grande espetáculo no Central Park
- Papa nos EUA contra aborto

N. Sec. 4 (9.10.1979)

- *João Paulo II nos EUA*
- *Papa reforça credo na família*
- Papa deixa Nova Iorque com manifestações de protesto
- Novo elogio à família

N. Sec. 5 (10.10.1979)

- Papa regressou a Roma

***JN*: João Paulo II (1995)**

N. Sec. 1 (5.10.1995)

- Negócios nos EUA com a imagem do Papa

N. Princ. (6.10.1995)

- João Paulo II apelou em Nova Iorque à transformação da ONU na «família das nações»

N. Sec. 2 (7.10.1995)

- Papa denuncia a pobreza nos EUA

N. Sec. 3 (8.10.1995)

- Papa alerta em Nova Iorque para os riscos da «cultura da morte»

N. Sec. 4 (9.10.1979)

- Papa condena racismo na América

***DA*: João Paulo II (1995)**

N. Sec. 1 (5.10.1995)

- João Paulo II em terras da América

N. Princ. (6.10.1995)

- Na ONU
- Papa apela aos «Direitos das Nações»

N. Sec. 2 (6.10.1995)

- Papa na ONU

N. Sec. 3 (7.10.1995)

- Com 75.000 fiéis
- Papa celebra missa nos EUA

N. Sec. 4 (9.10.1995)

- No Central Park
- Nova-iorquinos aclamam o Papa

N. Sec. 5 (9.10.1979)

- Papa regressa a Roma

2008

***DN*: Bento XVI (2008)**

N. Sec. 1 (18.04.2008)

- EUA
- Estádio encheu com 46 mil fiéis
- Papa apela à reconciliação dos americanos com a Igreja
- Bento XVI quer ver ultrapassado o escândalo dos padres pedófilos

Caixa: Voz em português com o Papa

N. Princ. (19.04.2008)

- Estados Unidos
- Bento XVI mantém encontro inesperado com vítimas de pedofilia
- Papa defende direitos humanos e multilateralismo na ONU
- Ainda em Washington, recebeu uma delegação da comunidade judaica

N. Sec. 2 (20.04.2008)

- Bento XVI sublinha tema da humildade da Igreja
- EUA
- Visita do Papa a Nova Iorque marcada pela emoção do chefe do Vaticano

N. Sec. 3 (21.04.2008)

- Estados Unidos
- Vítimas do 11 de Setembro foram homenageadas
- Papa sauda diversidade da Igreja americana
- Bento XVI abençoou local onde vai erguer-se nova torre no Ground Zero

Caixa: Crescer com o monstro do nazismo

***JN*: Bento XVI (2008)**

N. Sec. 1 (18.04.2008)

- Estados Unidos
- Papa celebra missa em estádio de basebol
- Primeiro contacto com multidão de fiéis
- Rigorosas medidas de controlo de pessoas

N. Princ. (19.04.2008)

- **Visita aos EUA**
- **Papa pediu na ONU defesa dos direitos humanos**
- Papa recorda à ONU o dever de defender os direitos humanos
- Bento XVI adverte os países que actuam unilateralmente na cena mundial, o que foi entendido como uma crítica aos EUA
- Chefe da hierarquia da Igreja Católica fala hoje ao clero, aos religiosos e às religiosas na catedral nova-iorquina de Saint-Patrick

Caixa de texto:
Vítimas de pedófilos

N. Sec. 2 (19.04.2008)

- Figura do dia:
- Bento XVI
- Papa

N. Sec. 3 (20.04.2008)

- EUA
- Homilia papal foi apelo à purificação da Igreja
- Escândalo de pedofilia foi central em todos os cinco dias da visita de Bento XVI

N. Sec. 4 (20.04.2008)

- Igreja geriu mal abusos sexuais
- Bento XVI chama traidores a padres pedófilos e censura alguns bispos

Caixa: Religião não poderá justificar actos imorais

N. Sec. 5 (21.04.2008)

- **Visita do Papa aos EUA terminou com oração no «Ground Zero»**
- **Bento XVI encontrou-se com os familiares das vítimas do 11 de Setembro**
- EUA
- Ground Zero transformado em altar
- Momento mais emotivo ficou reservado para o fim da visita do Papa
- Bento XVI encontrou-se com familiares de vítimas e fez oração especial

Caixa: Contas com o passado

***DA*: Bento XVI (2008)**

N. Sec. 1 (18.04.2008)

- Bento XVI critica católicos que defendem direito ao aborto

N. Princ. (19.04.2008)

- (sem uma notícia principal)

N. Sec. 2 (19.04.2008)

- Papa apela à reconciliação na Igreja dos EUA

N. Sec. 3 (20.04.2008)

- Papa reúne-se com vítimas dos padres pedófilos

2015

***DN*: Francisco (2015)**

N. Sec. 1 (25.09.2015)

- Papa pede abolição da pena de morte e melhor repartição da riqueza
- EUA
- Na primeira intervenção de um papa perante o Congresso, Francisco defendeu o direito dos imigrantes a permanecerem no país

N. Princ. (26.09.2015)

- Papa na ONU: contra a sede de poder e a favor do ambiente
- Discurso
- Líder dos católicos elogiou o acordo nuclear com o Irão, que classificou como a «prova do potencial da boa vontade». E criticou os «modelos de vida anormais e irresponsáveis»

Caixa de texto:
Novembro: Francisco vai lançar um álbum de *rock*

N. Sec. 2 (27.09.2015)

- Francisco recebido ao som de Rocky nas ruas de Filadélfia
- EUA
- Final da visita marcado hoje com uma missa em que se espera mais de 1,5 milhões de pessoas. Papa parou para abençoar jovem deficiente

N. Sec. 3 (28.09.2015)

- **Abusos sexuais na Igreja**
- **Papa assegura que os culpados vão prestar contas**
- Papa afirma às vítimas de abusos: culpados «vão prestar contas»
- Intenção
- Francisco terminou ontem a visita aos Estados Unidos, onde se encontrou com cinco vítimas de abusos sexuais por membros da Igreja. Prometeu-lhes determinação

Caixas: Mensagem, Casos de abusos (Estados Unidos, Irlanda, Bélgica)

Artigo complementar:
Francisco realça a importância da família
Aplausos

***JN*: Francisco (2015)**

N. Sec. 1 (25.09.2015)

- Estados Unidos
- Papa Francisco pede ao congresso a abolição total da pena de morte

N. Princ. (26.09.2015)

- Nações Unidas
- Francisco lembrou que países pobres são sujeitos a um sistema de empréstimos opressivos
- Papa faz duras críticas ao capitalismo

N. Sec. 2 (27.09.2015)

- Voto
- Pastores próximos das pessoas mais frágeis
- Francisco rejeita bispos patrões dos dons de Deus

N. Sec. 3 (27.09.2015)

- Bispos dos EUA corajosos no combate à pedofilia

N. Sec. 4 (28.09.2015)

- Estados Unidos
- Francisco reafirmou compromisso da Igreja em punir e prevenir abusos sexuais
- Papa reuniu com vítimas de padres

N. Sec. 5 (29.09.2015)

- Papa não encobre bispos pedófilos
- Vaticano

***DA*: Francisco (2015)**

N. Princ. (26.09.2015)

- (sem uma notícia principal)

N. Sec. 1 (29.09.2015)

- Papa Francisco, político e preocupado com a justiça, despede-se dos EUA

0. Materiais de base

0.4. Transcrição das notícias publicadas

1965

Papa Paulo VI (1965) - I

Notícias secundárias	Not. sec.1	DN	Not. sec.1	JN	Not. sec.1	DA
Edição		4 de outubro de 1965		4 de outubro de 1965		4 de outubro de 1965
Dados contextuais/ outras informações		Cidade do Vaticano, 3		Cidade do Vaticano, 3		Setembro de 1965, compilado pelo Pe. Dinis da Luz
Primeira página: antetítulo				**Todas as atenções convergem hoje para Nova Iorque**		**Sinais dos tempos**
Primeira página: título				**Paulo VI**		**A propósito da visita de Paulo VI às Nações Unidas**
Primeira página: pós-título				**Vou à O.N.U. para servir a paz mundial**		
Conteúdo no interior da edição						
Antetítulo				**Paulo VI hoje em Nova Iorque**		*(NOTA: texto integralmente publicado na primeira página)*
Título		**Viagem grande e sem igual**		**Onze discursos em treze horas**		
Pós-título		**Assim falou Paulo VI, ontem, aos peregrinos**		**«É uma viagem para servir a paz mundial»**		
Texto	DN.1	O Papa Paulo VI designou a sua viagem, amanhã, ás Nações Unidas como uma «viagem grande e sem igual» pela causa da «paz mundial». Uma multidão entusiástica de 30 000 peregrinos aplaudiu-o, na Praça de S. Pedro, durante a sua habitual alocução do meio-dia, de domingo, da janela dos seus aposentos.	JN.1	Paulo VI falando hoje a uma multidão de 30 000 pessoas que se encontravam na Praça de S. Pedro, disse que ia fazer a sua «singular e grande» jornada às Nações Unidas, em Nova Iorque, para servir a paz mundial «a paz de Cristo».	DA.1	A 8 do corrente, festa da Natividade de Nossa Senhora - Mãe da Igreja, e como tal proclamada pelo actual Papa - o Vaticano confirmou que Paulo VI sempre visitaria as Nações Unidas; e a data da visita foi marcada para 4 de Outubro próximo, festa de S. Francisco de Assis, o santo que, como observou o diário do Vaticano «L'Osservatore Romano», deu o nome à cidade norte-americana, onde foi fundada aquela organização internacional, e que avulta ainda hoje como o pacífico imitador, discípulo do Príncipe da Paz, Jesus Cristo.
	DN.2	A multidão interrompeu-o por duas vezes, com grandes aplausos, quando o Sumo Pontífice fez uma breve referência á viagem de amanhã, antes de dar a sua tradicional bênção dominical.	JN.2	O Santo Padre disse rezar para que todos compreendessem e encorajassem este propósito.	DA.2	O boato de tal visita corria desde há muito e só por isso não teve foros de sensacional a notícia oficial. Em todo o caso, esta notícia desperta o maior interesse por toda a parte. Ninguém duvida de que a visita será um êxito para o Papa e um bom serviço à causa da Paz.
	DN.3	«Não estamos enganados quando interpretamos a vossa presença nesta assembleia de domingo como um desejo de feliz viagem no nosso voo transatlantico de amanhã» - afirmou o Sumo Pontífice. «Agradecemos cordialmente. Hoje, as nossas orações são para vós».	JN.3	A multidão tinha-se reunido para o costumado aparecimento dominical do Pontífice ao meio-dia à janela do seu gabinete no andar superior do Vaticano. O Papa agradeceu a todos aqueles que estão a «rezar e estão espiritualmente unidos a nós nesta viagem singular».	DA.3	Pela primeira vez um Papa visita o Novo Mundo, onde fica a segunda metade da Cristandade (Antes da sua eleição em 21 de Junho de 1963, Paulo VI esteve por duas vezes nos Estados Unidos: em 1951, como Secretário de Estado substituto, e em 1960, sendo Cardeal Arcebispo de Milão.)

	DN.4	Nesta altura, a multidão interrompeu o Papa com grandes e demorados aplausos.	JN.4	Paulo VI invocou a protecção da Virgem Maria para a primeira viagem jamais realizada por um Papa ao Novo Mundo. Na sua histórica missão, o Supremo Potífice será acompanhado de sete cardeais, a que se juntarão, em Nova Iorque, o cardeal Spellman e outros três príncipes da igreja americanos. *[sic.]*	DA.4	A João XXIII coube a divisa de «Pastor et Nauta» (Pastor e Navegador), segundo a célebre «profecia» de S. Malaquias, que não é autêntica. Mas a verdade é que, se aquele Papa foi eminentemente «Pastor» - e «Pastor de todo o rebanho», como disse querer ser, logo após a sua eleição - Paulo VI é que está a ser o «Navegador», o «Navegador» de Cristo e da Boa Esperança para o género humano. Com efeito, no final da segunda sessão do Concílio, anunciou que visitaria a «terra de Jesus», a Palestina, o que fez nos primeiros dias de Janeiro de 1964. Pela primeira vez, desde S. Pedro, um Papa ia em peregrinação à Terra Santa. Foi essa, como se escreveu na altura, a maior efeméride do século. Tal visita constituíu um êxito completo. Verdadeiramente triunfal a entrada de Paulo VI em Jerusalém, onde o sucessor de Pedro trocou o ósculo da Paz com o sucessor de André, o Patriarca ecuménico de Constantinopla, Atenágoras I, gesto de alcance histórico nos anais das porfias pela união dos cristãos. Depois, Paulo VI, após o encerramento da terceira sessão do Concílio, naquele mesmo ano, em Novembro, esteve presente no Congresso Eucarístico Internacional de Bombaim. Pela segunda vez, visitava um país da Ásia, e pela primeira vez, um país do Extremo Oriente, pode dizer-se. Agora toma o rumo do Ocidente. São estas, na verdade, três peregrinações de Paz. Três peregrinações que bem exemplificam os intuitos pontifícios do actual Papa, empenhado em fazer chegar a presença da Igreja a toda a parte, entre os «irmãos separados» e onde quer que possa haver homens de boa vontade.
	DN.5	«Agradecemos a todos os que manifestaram este desejo, e foram muitos os que o fizeram» - disse o Papa. «E agradecemos a todos aqueles que estão espiritualmente junto de nós nas suas orações por esta viagem sem igual».	JN.5	Num compartimento especial do aparelho em que Sua Santidade fará a viagem, todo decorado a verde e adornado com um crucifixo e uma estatueta de Nossa Senhora do Loreto, foi instalada uma cama, cadeiras de braços e uma mesa.	DA.5	O nosso tempo tem tido uma bênção admirável e fecunda, a dos três «Papas da Paz». O primeiro foi Pio XII, que a 24 de Agosto de 1939, oito dias antes da II Grande Guerra, num apelo célebre, avisou: «Hoje que a tensão dos espíritos parece chegada a tal limite que faz crer iminente o desencadeamento do torvelinho da guerra, dirigimos com ânimo paterno um novo e ainda mais caloroso apelo aos governantes e aos povos. É com a força da razão, não com a das armas que a justiça abre o seu caminho. E os impérios que não são fundados sobre a justiça não são abençoados por Deus. A política emancipada da moral atraiçoa aos mesmos que assim a querem. Imi- [...] completa, das condições para a concórdia e a Paz.
	DN.6	O Sumo Pontífice parecia não estar cansado e o seu aspecto era grave. Falou com solenidade da viagem.	JN.6	Sua Santidade, que conta 68 anos, pode assim descansar, se sentir necessidade disso, antes da sua exaustiva missão, no decurso da qual passará 13 horas em Nova Iorque e fará 11 discursos.	DA.6	Depois, foi João XXIII, que conseguiu até a simpatia dos comunistas, que, pode dizer-se, quase o «canonizaram». E agora aí está Paulo VI, no mesmo rumo, com o mesmo empenho e com gestos dramáticos, que não passam despercebidos em parte alguma. Há pouco, até a agência soviética de notícias, «Tass», publicava um comentário, assinado por Anatoli Krassikov, acerca do último grande apelo de Paulo VI a favor da paz.
	DN.7	«O objectivo – acentuou – é o mesmo e repetido nos nossos pensamentos e nas nossas orações: a paz mundial, a paz de Cristo».	JN.7	O ponto culminante da sua visita deve ser a mensagem que, em francês, proferirá nas Nações Unidas. Igualmente se revestirão de grande importância a reunião particular com o presidente Johnson.	DA.7	Dizia o comentarista: «Um nobre apelo a favor da paz e da proibição das armas nucleares e do seu fabrico e armazenagem, foi lançado por Paulo VI, em Castelgandolfo». Acrescenta: «Falando do vigésimo aniversário do bombardeamento atómico de Hiroxima (a 6 de Agosto de 1945), o Papa acentuou que tal destruição maciça das populações constitui uma ofensiva à civilização e não deve repetir-se jamais».

	DN.8	A multidão sublinhou estas palavras com uma onda de aplausos.	JN.8	Ao regressar, na manhã de terça-feira, Sua Santidade seguirá imediatamente do aeroporto para o Vaticano, dirigindo a palavra ao Concílio Ecuménico, que o estará aguardando.	DA.8	A concluir: «Estas palavras não podem deixar de encontrar a compreensão de todos os homens de boa vontade e constituem uma continuação directa do testamento político do Papa da Paz, João XXIII».
	DN.9	«Por isso oraremos para que este objectivo de interesse comum, e podemos dizer de interesse imediato e urgente, seja servido por nós e compreendido e favorecido por todos e para o bem de todos». - (ANI)	JN.9	Esta é a terceira visita que Paulo VI faz ao estrangeiro. As outras duas foram à Terra Santa, em Janeiro de 1964, e ao congresso eucarístico internacional, reunido em Bombaim, em Dezembro do ano passado.	DA.9	Oxalá outros apelos do Papa tivessem o mesmo eco favorável no Kremlin, e sobretudo no que a este diz respeito…
			JN.10	A visita do Papa tem lugar numa altura em que a Igreja Católica passa por profundas modificações pois, por intermédio do Concílio, convocado e iniciado ainda em vida do Papa João XXIII, a Igreja tem procurado renovar-se dentro do mundo actual.	DA.10	Infelizmente, a causa da paz não se afigura nada segura. E Paulo VI, a meados de Julho último, falava assim à multidão reunida na Praça de S. Pedro, para a bênção habitual dos domingos:
			JN.11	Poucos esperam que a visita de Paulo VI às Nações Unidas - e, tècnicamente falando, não aos Estados Unidos - seja a última jornada do Papa no estrangeiro.	DA.11	«Afigura-se-nos que o próprio desejo de paz está em declínio no Mundo. Podia supor-se, terminada a última Guerra Mundial, que o Mundo teria finalmente aprendido a fixar como objectivo, a manutenção da paz. Parecia que, depois da terrível lição da guerra, todos os homens estariam finalmente inclinados à fraternidade, à solidariedade, ao perdão e à concórdia, virtudes que só, por si, podem tornar possível o desarmamento e a colaboração entre todos os povos. Ora o declínio no desejo de paz constitui um grande perigo, que pode conduzir a provações e a sofrimentos inauditos, sofrimentos que excedem o alcance da imaginação. Em vez de se avançar no caminho da paz, tem-se a impressão de que se avança em sentido contrário: no caminho da guerra. Porque vemos o perigo, é que tantas vezes aludimos a ele, com o fim de despertarmos o desejo da paz nos corações dos homens e particularmente nos corações em cujos ombros estão suspensos os destinos da Humanidade.»
			JN.12	Fala-se já, em círculos não oficiais, duma visita do Papa à Polónia em Maio próximo, duma jornada às américas do Norte e do Sul e provàvelmente às Filipinas, à Inglaterra em Maio de 1967, para assistir à inauguração da catedral católica de Liverpool. Mas nenhuma destas notícias tem ainda confirmação nos círculos oficiais ou oficiosos do Vaticano.	DA.12	E na audiência geral da quarta-feira 8 do corrente - o dia em que se confirmou a notícia da sua ida a Nova Iorque - lastimou-se nestes termos, falando na sua residência estival em Castelgandolfo, acerca da agressão da União Indiana ao Paquistão:
			JN.13	O Santo Padre leva consigo modernas obras de arte sobre temas sacros, para oferecer a personalidades de destaque com quem se encontrará.	DA.13	«É extremamente penoso verificar que a humanidade cai de tempos a tempos em acções armadas, e em actos de guerra, como no momento presente. Agora o conflito parece assumir aspectos de particular gravidade. E Nós também estamos particularmente aflitos e preocupados. Embora completamente fora da disputa, não podemos, no entanto, abster-Nos de fazer o que está ao Nosso alcance e é da Nossa competência, para que o uso das armas cesse imediatamente e oportunas negociações se iniciem para solucionar o diferendo, satisfazendo equitativamente os interesses em conflito.»

			JN.14	Os presenteados serão U Thant, secretário-geral das Nações Unidas, professor Amintore Fanfani, presidente da Assembleia Geral da O.N.U., presidente Johnson, Dean Rusk, secretário de Estado americano e cardeal Spellman, como representante da diocese de Nova Iorque. - (R., F.P. e ANI)	DA.14	Aguarda-se com ansiedade o apelo de Sua Santidade a favor da paz, na própria sede das Nações Unidas. Esse apelo será lançado durante as primeiras semanas da última sessão do Concílio, na qual será aprovado e promulgado o esquema «A Igreja no Mundo Moderno», o esquema em cujos anexos figura o problema da paz. Pode ser que o Santo Padre faça então da sua voz, a tal respeito, a voz do Concílio, a voz de toda a Igreja - na altura em que as Nações Unidas se aproximam da maior idade e já deviam ter juízo...
				Caixa de texto (sem título)			
				Desde o Aeroporto Kennedy até à Catedral de St. Patrick, o Papa percorrerá de automóvel cerca de 40 quilómetros atravessando os bairros pobres de negros e porto-riquenhos, o Harlem Central Park e a Quinta Avenida, a fim de que o maior numero possível de pessoas tenha oportunidade de o ver. - (R., F.P. e ANI).		

Papa Paulo VI (1965) - II

Notícias secundárias	Not. sec.2	DN	Not. sec.2	JN	DA
Edição		4 de outubro de 1965		4 de outubro de 1965	*(NOTA: as restantes notícias secundárias do* DA *serão apresentadas* infra*, nos conjuntos VI e VII, de modo a corresponderem aos assuntos abordados no* DN*)*
Dados contextuais/ outras informações		Nova Iorque, 3		Nova Iorque, 3	
Primeira página: antetítulo					
Primeira página: título					
Primeira página: pós-título					
Conteúdo no interior da edição					
Antetítulo					
Título		**Ponham etiquetas nos vossos filhos**		**Etiquetas nas crianças**	
Pós-título		**Um conselho do chefe da Polícia de Nova Iorque**			
Texto	DN.1	«Ponham etiquetas nos vossos filhos», é esta a recomendação que o chefe da Polícia de Nova Iorque, Vincent Broderick, dá aos pais, nas vésperas da visita do Papa às Nações Unidas.	JN.1	«Ponham etiquetas nos vossos filhos». É esta a recomendação que o chefe da polícia de Nova Iorque dá aos pais, nas vésperas da visita do Papa às Nações Unidas. Acrescenta que só seria autorizada a presença das crianças ao longo do percurso desde que fossem acompanhadas por adultos e explica que as etiquetas contendo os nomes e as moradas das crianças, bem como o número do telefone dos pais, deveriam ser cosidas aos vestuários. - (F.P.)	
	DN.2	Broderick, acrescentando que só seria autorizada a presença das crianças ao longo do percurso desde que fossem acompanhadas por adultos, explicou que as etiquetas, contendo os nomes e as moradas das crianças, bem como o numero do telefone dos pais, deveriam ser cosidas nos vestuários. - (F.P.).			

Papa Paulo VI (1965) - III

Notícias secundárias	Not. sec.3	**DN**	**JN**	**DA**
Edição		4 de outubro de 1965	*(NOTA: as restantes notícias secundárias do* JN *serão apresentadas* infra*, nos conjuntos V e VII, de modo a corresponderem aos assuntos abordados no* DN*)*	*(NOTA: as restantes notícias secundárias do* DA *serão apresentadas* infra*, nos conjuntos VI e VII, de modo a corresponderem aos assuntos abordados no* DN*)*
Dados contextuais/ outras informações		Cidade do Vaticano, 3		
Primeira página: antetítulo				
Primeira página: título				
Primeira página: pós-título				
Conteúdo no interior da edição				
Antetítulo				
Título		**A constituição da comitiva de Sua Santidade**		
Pós-título				
Texto	DN.1	Neste fim de semana Paulo VI deu os ultimos retoques aos nove discursos que, durante um período de treze horas tenciona proferir em Nova Iorque.		
	DN.2	Todos esses discursos serão em inglês, excepto o principal, que será em francês, e através do qual o Papa dirigirá ás Nações Unidas a sua mensagem de paz, que se baseia num programa constituído por três pontos: negociações, desarmamento nuclear e auxílio aos países em vias de desenvolvimento.		
	DN.3	A comitiva que acompanha a Nova Iorque o Papa é constituída por 17 prelados e outros membros da corte pontifícia. Entre eles contam-se sete cardeais, que representam os catolicos de todo o mundo. São eles: Eugène Tisserand, de nacionalidade francesa e deão do Sacro Colégio; Peter Agagianian, arménio e responsável pela Congregação para a Propagação da Fé; Norman Thomas Gilroy, arcebispo de Sidney; António Gaggiano, arcebispo de Buenos Aires; Peter Tatsue Doi, arcebispo de Tóquio; Laureano Rugambwa, arcebispo de Bukoba, Tanzania; e o arcebispo de Nova Iorque, cardeal Spellman, que já se encontra naquela cidade, onde se juntará á comitiva.		

	DN.4	Outros membros da comitiva papal são: o secretário particular de Paulo VI, mons. Pasquale Macchi; o seu médico assistente, prof. Mário Fontana; o seu fotógrafo privativo, Luigi Felici, e sete outros colaboradores do Vaticano e que são: mons. António Samore, secretário da Congregação dos Negócios Extraordinários da Secretaria do Estado; mons. Angelo Dell'Acqua, secretário do Estado substituto; mons. Pericle Felici, secretário-geral do Concílio Ecuménico; mons. Mário Nasalli Rocca, camareiro do Papa; Raimon Manzini, director de «L'Osservatore Romano»; padre António Stefanizzi, director da Rádio do Vaticano, e Franco Ghezzi, assistente pessoal do Sumo Pontífice.				
	DN.5	Na sessão de amanhã do Concílio Ecuménico, os padres conciliares celebram uma missa pelo bom êxito da missão de paz do Papa.				
	DN.6	A respeito da viagem do Papa, os padres conciliares prosseguem as suas sessões de trabalhos amanhã e na terça-feira, as quais, no entanto, serão dominadas pela missão de paz de Paulo VI ás Nações Unidas.				
	DN.7	Na terça-feira, depois de ter regressado de Nova Iorque, o Santo Padre dirigir-se-á directamente do aeroporto para a Basílica de S. Pedro, onde apresentará aos padres conciliares o seu primeiro relato sobre a viagem.				
	DN.8	Entretanto, o Concilio Ecuménico continuará os seus debates sobre os problemas relativos á Igreja no mundo moderno. - (ANI, F.P. e R.)				

Papa Paulo VI (1965) - IV

Notícias secundárias	Not. sec.4	DN	JN	DA
Edição		4 de outubro de 1965	*(NOTA: a última notícia secundária do* JN *antes da notícia principal consta na tabela seguinte, na qual estão dispostos lado a lado os conteúdos publicados por este jornal e pelo* DN *sobre um mesmo assunto)*	*[NOTA: o* DA *publicou uma notícia com um título semelhante à do* DN *(«A ideia da viagem do Papa aos Estados Unidos pertenceu a João XXIII»), com os mesmos dados contextuais e um texto idêntico, a 8 de outubro. Porém, extravasando já a baliza temporal definida para o estudo, não foi incluída neste levantamento]*
Dados contextuais/ outras informações		Cidade do Vaticano, 3		
Conteúdo no interior da edição				
Antetítulo				
Título		**A ideia da viagem**		
Pós-título		**pertenceu ao Papa João XXIII**		
Texto	DN.1	A viagem do Papa às Nações Unidas é Paulo VI quem vai efectuar, mas foi João XXIII quem primeiro a pensou.		
	DN.2	Durante uma recepção a sacerdotes norte-americanos, em 1962, João XXIII previu a viagem do seu sucessor, ao afirmar:		
	DN.3	«Sou já muito idoso para tentar tal viagem. Caso contrário, não hesitaria em tomar um avião, a fim de vos ir visitar no vosso país. O meu sucessor o fará.»		
	DN.4	Outra recordação de João XXIII estará presente em Nova Iorque quando Paulo VI ali chegar: no edifício das Nações Unidas, em grandes letras e por cima do dístico em que se lê: «Bem-vindo o Papa Paulo», encontram-se as palavras «Pacem in Terris» (Paz na Terra), título da famosa Encíclica de João XXIII. - (ANI)		

Papa Paulo VI (1965) - V

Notícias secundárias	Not. sec.5	DN	Not. sec.3	JN	DA
Edição		4 de outubro de 1965		4 de outubro de 1965	*(NOTA: o* DA *não publicou uma notícia sobre a entrevista do jornalista Alberto Cavallari ao Papa Paulo VI)*
Dados contextuais/ outras informações		Cidade do Vaticano, 3		Milão, 3	
Primeira página: antetítulo		**Rompendo séculos de tradição…**			
Primeira página: título		**O Papa Paulo VI concedeu uma entrevista à imprensa**			
Primeira página: pós-título		**"Falarei perante reis e não os confundirei…"**			
Primeira página: texto	DN.1	Rompendo com séculos de tradição, o Papa Paulo VI concedeu uma entrevisa à imprensa, durante a qual exprimiu os seus temores e esperanças sobre o bom resultado da sua visita ás Nações Unidas.			
	DN.2	A entrevista foi concedida ontem á noite ao jornalista Alberto Cavallari, correspondente do jornal «Corriere della Sera» no Concílio Ecuménico, e teve lugar na biblioteca particular do palácio do Vaticano.			
	DN.3	O Santo Padre abordou o tema da sua viagem a Nova Iorque com as seguintes palavras:			
	DN.4	(-) Sim, sim, faremos essa viagem. Pediram-nos para participarmos na celebração do vigé- (Continua na 5.ª página)			
Conteúdo no interior da edição					
Antetítulo					
Título		**A entrevista do Papa ao 'Corriere del la Sera'**		**Análise aos problemas da Igreja**	
Pós-título					
Texto	DN.1	(Continuado da 1.ª página) simo aniversário das Nações Unidas e acedemos, pois o Papa não poderia responder: «Obrigado pelo convite, mas não tenho tempo». Se se tratasse apenas de nós, podiamos perfeitamente poupar esse tempo e dinheiro. Acontece, porém, que pela primeira vez os chefes de todo o Mundo reunidos pretendem ouvir a palavra do representante de Cristo. Não nos é possível, portanto, recusar.	JN.1	Em entrevista concedida ao «Corriere Della Sera», o Papa analisou os problemas da Igreja de hoje: relações com o Mundo, reforma da Cúria, ecumenismo, regulação de nascimentos.	

	DN.2	O Santo Padre declarou que colocaria «o manto de peregrino» para fazer essa viagem e, citando o Livro dos Salmos da Bíblia, disse:	JN.2	Paulo VI lembrou, bem humorado, que quando era arcebispo de Milão, consultando arquivos, tinha verificado que os problemas da Igreja na época de Carlos Borromeu eram «a compra dum confessionário, uma igreja a reparar a presença de três bêbados numa paróquia e a questão duma bruxa». «Hoje - declarou Paulo VI - já não é uma bruxa que engana a minha gente. Trata-se de milhões de pessoas que perderam a fé e daí vem a necessidade de a Igreja se abrir. Devemos enfrentar os que deixaram de acreditar e os que não acreditam para lhes dizer: Contem-nos porque não acreditam, porque nos combateis».	
	DN.3	(-) Falarei perante reis e não os confundirei, mas quem sabe se serei bem sucedido perante assistencia tão importante.	JN.3	No que se refere ao ecumenismo, o Papa sublinhou a presença de observadores de outras confissões no Concílio. «Não há nada de decisivo. Nada de ilusões, mas a atmosfera mudou». A propósito, o Papa contou, sorrindo, que um observador lhe estendeu a mão dizendo: «Bom dia. Há quinhentos anos que não nos viamos». (F.P.).	
	DN.4	**Intertítulo 1: A Igreja decidiu «enterrar o arado e trazer à superfície o que se encontra no fundo»**			
	DN.5	Rompendo com outra tradição, o Papa, nesta entrevista, algumas vezes falou na primeira pessoa do singular.			
	DN.6	Salientou que a Igreja, ao tentar acompanhar o mundo moderno, «decidiu enterrar o arado bem fundo, a fim de trazer á superfície o que se encontra enterrado».			
	DN.7	(-) Há milhões de pessoas que não têm religião - prosseguiu. - Daqui resulta que a Igreja necessita abrir-se. Temos que enfrentar os que já não têm fé ou os que não acreditam em nós e dizer-lhes: «Nós somos assim. Expliquem-nos porque não acreditam em nós e lutam contra nós».			
	DN.8	Negou, em seguida, que a Igreja se encontre ameaçada pela divisão existente no Concílio Ecuménico entre liberais e conservadores, os quais denominou de «progressistas» e «não-progressistas».			
	DN.9	(-) O próprio Concílio prova que para além da crise de fé no Mundo, não existe, felizmente, crise na Igreja - declarou. - A formação de dois grupos, os chamados progressistas e não-progressistas, nada tem a ver com o problema da fé.			
	DN.10	**Intertítulo 2: O Mundo pede-nos que pensemos sobre o problema do «contrôle» da natalidade e que demos uma resposta. Que Deus nos ilumine!**			

DN.11	Sob o título «Uma conversa com o Papa Paulo VI», a entrevista ocupa a primeira página do «Corriere della Sera».
DN.12	Cavallari inicia a reportagem com as palavras: «O Papa Paulo VI falou comigo sobre assuntos do Vaticano».
DN.13	Embora não tivesse sido autorizado a tirar notas durante a entrevista, o jornalista cita longos períodos da conversação com o Sumo Pontífice.
DN.14	Além da visita ás Nações Unidas, Paulo VI falou noutros assuntos, como o problema do «contrôle» da natalidade e o Conselho Ecuménico e em outros problemas internos da Igreja e, ainda, no problema do ateísmo.
DN.15	No que respeita ao problema do «contrôle» da natalidade, Paulo VI disse, na versão do «Corriere»:
DN.16	(-) O Mundo pede-nos que pensemos e demos uma resposta. Mas que resposta havemos de dar? Também não podemos manter-nos em silencio. Mas falar é um tremendo problema. Durante séculos, a Igreja não teve que enfrentar problemas deste género. Trata-se de um assunto estranho ao clero e até mesmo humanamente embaraçoso. Deste modo, a comissão reune-se e amontoam-se em série os relatórios e estudos sobre o assunto. Estuda-se bastante, mas somos nós que temos de decidir. Temos que tomar uma decisão sozinhos, e decidir não é tão fácil como estudar. É forçoso que demos uma resposta. Mas qual? Que Deus nos ilumine!
DN.17	**Intertítulo 3: Temos consciência que não é fácil compreender o que se está a passar e está a ser discutido no seio da Igreja**
DN.18	Em seguida, o Santo Padre referiu-se ás modificações que a Igreja está a sofrer nos tempos modernos, acrescentando: Temos consciência, no entanto, de que não é fácil compreender o que se está a passar e está a ser discutido no seio da Igreja. Como sabe, até mesmo o Papa por vezes tem dificudalde em compreender o mundo actual.
DN.19	Ao falar da Curia Romana, que há ano e meio prometeu reformar, declarou não existir nela um verdadeiro problema.
DN.20	Muitos assuntos são deturpados por quem se encontra longe. A Curia tem sido acusada de centralização e romanismo, mas agora o problema está a ser considerado nas suas verdadeiras dimensões. Basta vir a Roma para se poder verificar que a Igreja é muito mais sã do que foi no passado e que alguns dos seus defeitos não são dramáticos.

	DN.21	Admitindo ter a Curia cometido alguns erros no passado, disse: Antigamente, a Igreja era dominada pelos reis e Imperadores, enquanto agora é livre e o Papa tem liberdade de expressão. Antigamente existia o nepotismo, o que não se regista agora. No passado verificaram-se casos de simonia, mas isso já não sucede hoje. Como se sabe, até mesmo alguns membros da Curia cometeram faltas, nesse aspecto. E porquê? A Curia tinha que obter recursos para se manter e pedia uma recompensa monetária pelos documentos que lhe eram pedidos. Actualmente, a Curia recebe uma paga regular, como qualquer órgão administratrivo em todo o Mundo. São necessárias, é claro, algumas reformas de ordem técnica, para que o seu funcionamento melhore. Mas não há problemas sérios. Se isso acontecesse, a nossa missão seria remediá-los.				
	DN.22	O Sumo Pontífice falou também acerca de problemas da Itália, onde os comunistas conseguem obter a quarta parte dos votos dos eleitores.				
	DN.23	Sob a superfície existe algo de inquietante, que corroi e divide. Prefiro, no entanto, não acrescentar mais nada sobre este assunto. É tão fácil interpretar erradamentre as palavras do Papa a propósito da Itália… - concluiu. - (ANI).				

Papa Paulo VI (1965) - VI

Notícias secundárias	Not. sec.6	DN	JN	Not. sec.2	DA
Edição		4 de outubro de 1965	*(NOTA: a última notícia secundária do* JN *antes da notícia principal consta na tabela* infra, *dadas as semelhanças de conteúdo encontradas com o texto do* DN*)*		4 de outubro de 1965
Dados contextuais/ outras informações		Roma, 4			
Primeira página: antetítulo					
Primeira página: título					**A viagem do Papa**
Primeira página: pós-título					
Conteúdo no interior da edição					
Antetítulo		**Às 4.40**			*(NOTA: texto integralmente publicado na primeira página)*
Título		**Paulo VI**			
Pós-título		**partiu para Nova Iorque**			
Texto	DN.1	Partiu de Roma, esta madrugada, o «DC-7» ostentando as armas pontifícias, a bordo do qual Sua Santidade Paulo VI iniciou a sua viagem de treze horas para Nova Iorque - viagem cujo objectivo é «a paz do Mundo, a paz de Cristo», conforme ele próprio declarou ontem aos fiéis, reunidos na Praça de S. Pedro.		DA.1	À última hora foi introduzida, no programa da viagem papal à O.N.U., uma visita ao Pavilhão do Vaticano na Feira Mundial de Nova Iorque.
	DN.2	Era ainda noite - 4 horas e 45 locais (3.45 em Lisboa) - quando Paulo VI saiu do Vaticano, no automóvel que o levou ao aeroporto Fiumicino, onde, a seu pedido, o cerimonial da partida foi reduzido ao mínimo. Antes de sair do Vaticano, Paulo VI recitou as orações da manhã. Não dirá missa senão esta tarde, em Nova Iorque.		DA.2	Paulo VI chegará à Feira pelas 20 horas, sendo recebido pelo seu presidente, Robert Moses e por mons. John Gorman, director do Pavilhão. A seguir, visita a galeria onde está exposta a célebre «Pietá» e sobe ao piso superior, onde, na Capela do Bom Pastor, dará a bênção, cerimónia esta a transmitir pela TV.
	DN.3	O avião levantou ás 5.40 - 4.40 em Lisboa. - (ANI e F.P.).		DA.3	Por fim, S. Santidade aparacerá à varanda do Pavilhão para saudar os visitantes da Feira. *[sic.]*
				DA.4	Hoje é feriado nas escolas paroquiais de Nova Iorque e arredores, possibilitando 700 mil crianças a saudarem o Papa.
				DA.5	Para comemorar a visita de Paulo VI à O.N.U., vai ser cunhada uma medalha, feita pelo escultor americano, filho de italianos, Albino Manca e que representa, dum lado, o Papa e a marca das Nações Unidas, e no outro, tem a inscrição «Senhor faz de mim o instrumento de Tua paz».
				DA.6	O cardeal Spellman oferecerá a Paulo VI um exemplar em ouro.

				DA.7	Na missa», o Sumo Pontífice dará a comunhão a 6 rapazes e a 6 raparigas, representando todos os continentes. As preces do ofertório são recitadas nas cinco línguas oficiais da O.N.U.: Chinês, espanhol, francês, inglês e russo. *[sic.]*

Papa Paulo VI (1965) - VII

Notícias secundárias	Not. sec.7	DN	Not. sec.4	JN	Not. sec.3	DA
Edição		4 de outubro de 1965		4 de outubro de 1965		4 de outubro de 1965
Dados contextuais/ outras informações		Cidade do Vaticano, 3		Nova Iorque, 3		Lisboa, 4
Primeira página: antetítulo		**O soberano mais antigo da Terra chega hoje ao Novo Mundo**				
Primeira página: título		**O PRIMEIRO PAPA a transpor o Atlântico leva a mensagem de Belém à nova «Torre de Babel»: A Paz que o mundo não pode dar. Paulo VI está a sobrevoar o oceano**				**Paulo VI em Nova Iorque**
Primeira página: pós-títulos		**E chega a Nova Iorque às 13.30 (T. M. G.)**				
		***40 km de automóvel através dos bairros pobres dos negros e porto-riquenhos**				
		***26 000 polícias mobilizados para vigiar a multidão**				
		***Em treze horas, Paulo VI pronunciará nove discursos**				
		***** Na Assembleia Geral da O.N.U. estarão presentes sete chefes de governo e mais de cem ministros dos Negócios Estrangeiros**				
Primeira página: texto	DN.1	Antes de nascer o dia de amanhã, Paulo VI partirá do aeroporto de Leonardi da Vinci, em Roma, com destino a Nova Iorque, aonde chegará às 13.30 t.m.G. (9.30 locais).			DA.1	O Sumo Pontífice chegou ao aeroporto internacional «John Kennedy» em Nova Iorque.
	DN.2	A sua câmara de primeira classe, a bordo de um avião a jacto das linhas comerciais italianas, foi toda forrada de veludo verde e nela instalado um leito, dado que o Santo Padre terá de passar 16 horas no ar. Nas paredes da cabina foram colocados um crucifixo e uma imagem de Nossa Senhora do Loreto.			DA.2	Calcula-se que atinja cerca de 5 milhões o número de pessoas que assistirão à passagem do Sumo Pontífice, que atravessará East River, um dos bairros pobres, onde residem os porto-riquenhos, a zona negra de Harlem, e o Central Park, até atingir a catedral de Saint Patrick.
	DN.3	Três aspectos principais fazem parte desta visita um acontecimento de uma envergadura excepcional e de significado histórico: 1) - É a primeira vez que um Pontífice reinante vai à América; 2) - É a maior viagem que um Papa efectuou - num total de 13 757 quilómetros; 3) - É a primeira visita que um Papa faz, em 151 anos, a um país de densa população católica (exceptuando a Itália).			DA.3	O Sumo Pontífice receberá o Presidente Johnson pouco depois da sua chegada.
	DN.4	Informadores autorizados declaram que a missão do Santo Padre é apenas «fazer despertar a consciência da Humanidade para a imperativa necessidade de evitar a guerra nesta era atómica».			DA.4	Às 15.30 irá à Assembleia Geral das Nações Unidas, onde pronunciará um discurso.

	DN.5	O Sumo Pontífice, aliás, deu uma ideia dos objectivos desta sua visita, no mês passado, ao declarar aos padres conciliares que com ela pretendia exprimir o «Fervoroso desejo de que a paz, actualmente tão precária, regresse ao Mundo». (Continua na 5.ª página)			DA.5	Mais tarde, Paulo VI celebrará missa no «Yankee Stadium» perante 90.000 pessoas, e visitará o pavilhão do Vaticano na Feira Internacional de Nova Iorque.
					DA.6	De bordo do avião pontifício o Santo Padre dirigiu mensagens aos povos das Américas do Norte, Central e do Sul, da Europa, da África, da Ásia, da Austrália e aos fiéis das egrejas orientais. - (E.N.)
Conteúdo no interior da edição						
Antetítulo						
Título		**A viagem de Paulo VI**		**Três aspectos do acontecimento**		*(NOTA: texto integralmente publicado na primeira página)*
Pós-título						
Texto	DN.6	**Intertítulo 1: Um apelo à população nova-iorquina para que mantenha a ordem e a compostura**	JN.1	Três aspectos principais fazem da visita que o Papa efectua a Nova Iorque, a convite das Nações Unidas, um acontecimento de uma envergadura excepcional e de significado histórico. Trata-se dos aspectos seguintes:		
	DN.7	(Continuado da primeira página) Enquanto se intensificam os preparativos para a recepção ao Papa Paulo VI, o chefe da polícia de Nova Iorque, Vincent Broderick, pediu à população da cidade que mantenha a ordem e a compostura.	JN.2	1.ª - É a primeira vez que um pontífice reinante vai à América.		
	DN.8	Insistiu que todos evitem sair nos seus carros e, se possível, permaneçam em casa, assistindo pela televisão à chegada e à passagem do Santo Padre pela cidade. Quanto aos que sairem de casa, que obedeçam às ordens da polícia, facilitando a manutenção da ordem.	JN.3	2.º - É a maior viagem que um Papa efectuou - num total de 13.757 quilómetros.		
	DN.9	Barragens desmontáveis, algumas ainda por pintar, já estão colocadas perto de alguns cruzamentos, aguardando a altura de serem utilizadas.	JN.4	3.º - É a primeira visita que um Papa faz, em 151 anos, a um país de densa população católica (exceptuando a Itália). - (F.P.)		
	DN.10	Broderick cancelou todas as licenças do seu pessoal, mobilizando os 26 000 homens da polícia para o servirem amanhã. Pelo menos, 18 000 polícias terão a seu cargo vigiar a multidão, para que, no seu entusiasmo, não moleste o Santo Padre.				
	DN.11	Para os sete milhões de católicos que vivem na área de Nova Iorque a oportunidade é única para receberem a bênção pessoal do Santo Padre.				

DN.12	O Presidente Johnson chegou esta tarde a Nova Iorque, para amanhã ser recebido pelo Papa.	
DN.13	Depois da audiência ao presidente dos Estados Unidos, o Santo Padre regressará à Catedral de S. Patrício, onde descansará, nos alojamentos particulares do Cardeal Spellman, até à hora de partir para a sede da O.N.U.	
DN.14	**Intertítulo 2: Cerca de 7 000 pessoas autorizadas a entrar no edifício da O.N.U.**	
DN.15	Embora o publico, considerado na generalidade, não possa entrar amanhã no edifício das Nações Unidas, calcula-se que, durante as três horas em que o Santo Padre deve permanecer, cerca de 7000 pessoas sejam autorizadas a entrar no edifício.	
DN.16	O Papa estará presente por duas vezes na vasta sala da assembleia geral. Da primeira, proferirá o seu principal discurso perante cerca de 2200 delegados, correspondentes e alguns convidados seleccionados; mais tarde, na mesma sala, o Santo Padre concederá audiência a cerca de 3000 funcionários do Secretariado-Geral e de outros departamentos da Organização.	
DN.17	De acordo com um informador da O.N.U., outros 1278 delegados e correspondentes terão oportunidade de ver o Papa, quando ele visitar as salas onde funcionam os Conselhos de Segurança, Económico, Social e de Administração.	
DN.18	Os funcionários do Governo americano não se têm poupado a esforços para fazerem desta visita um grande acontecimento nacional, mas os dirigentes católicos salientam que Paulo VI vem a Nova Iorque apenas porque é aqui a sede da organização mundial.	
DN.19	Os funcionários da O.N.U. esperam que estejam presentes, amanhã, na Assembleia Geral, sete chefes de Governo e mais de uma centena de ministros dos Negócios Estrangeiros.	
DN.20	Desde o Aeroporto Kennedy até à Catedral de St. Patrick, o Papa percorrerá de automóvel cerca de 40 quilómetros atravessando os bairros pobres de negros e porto-riquenhos, o Harlem Central Park e a Quinta Avenida, a fim de que o maior numero possível de pessoas tenha oportunidade de o ver. - (R., F.P. e ANI).	

Papa Paulo VI (1965) - VIII

Notícias principais		DN	JN		DA
Edição		5 de outubro de 1965	5 de outubro de 1965		6 de outubro de 1965
		(NOTA: a notícia consiste na transcrição integral do Discurso, havendo um destaque de certas frases do Papa na forma de intertítulos e uma apresentação de outras informações sobre a presença do mesmo na AGONU, antes e após a transcrição)			*(NOTA: o* DA *também publicou uma transcrição do discurso, mas fê-lo apenas no dia 7 de outubro, após a baliza temporal definida para este estudo)*
Dados contextuais/ outras informações		Nova Iorque, 4	Nações Unidas, 4		Lisboa, 4, n.
Primeira página: antetítulo		**Paulo VI resumiu assim a sua missão à O.N.U.**	**Cinco milhões de pessoas aclamaram o Papa em Nova Iorque**		
Primeira página: título		**Cumpre-se um voto de 20 séculos/ «Ide, levai a boa nova a todas as nações!»**	**Paz: histórico apelo de Paulo VI na Assembleia Geral da O.N.U.**		**A viagem histórica de Paulo VI**
Primeira página: pós-títulos		**«Transformai as espadas em charruas/ Se quereis ser irmãos deixai cair as armas das mãos»**	**Encontro de 50 minutos com o presidente Johnson**		**em prol da paz mundial**
		Cinco milhões de pessoas saudaram o Papa nas ruas de Nova Iorque			
Primeira página: texto	DN.1	O Papa deixou a residência do cardeal Francis Spellman ás 15.06 (horas locais) para se dirigir ás Nações Unidas, aonde chegou ás 15.21 horas.		DA.1	Ao falar hoje na Assembleia Geral das Nações Unidas, Paulo VI disse que o mundo deverá habituar-se a pensar maduramente sempre que esteja em causa a condição humana. Referindo-se à incerteza e aos perigos de uma nova guerra total, Sua Santidade afirmou:
	DN.2	O Papa entrou primeiramente, na companhia de U Thant, na sela das meditações onde se recolheu durante alguns instantes, em frente da placa à memória de Hammarskjoeld.		DA.2	«Chegou a hora para uma paragem, para um momento de recolhimento, de reflexão, quase de prece, em que todos temos de pensar de novo acerca da nossa origem comum, da nossa história e do nosso destino.»
	DN.3	Conduzido por U Thant, e seguido pelos cardeais e os outros membros do cortejo, o Papa subiu a escadaria principal que o conduziu á sala da Assembleia Geral.		DA.3	Aludindo ao progresso científico verificado em todos os sectores da vida nos últimos anos, o Papa afirmou seguidamente:
	DN.4	Ali, Paulo VI foi recebido á entrada da sala pelo respectivo presidente, Amintore Fanfani. Conduzido através da sala por U Thant, sob os aplausos de todos os delegados de pé, tomou lugar no pódio que lhe fora reservado. Fanfani usou, seguidamente, da palavra, em francês.		DA.4	«Hoje, como nunca, na nossa era tão marcada pelo progresso humano, há a necessidade de um apelo à consciência moral dos homens».
	DN.5	O anfiteatro estava arquicompleto. Paulo VI tomou lugar na tribuna, enquanto os delegados, de pé, aplaudiam.		DA.5	Mais adiante, e numa clara referência ao perigo que representa a existência das armas nucleares, Sua Santidade disse:
	DN.6	Sentado numa poltrona levemente abaixo da tribuna, o Papa seguiu atentamente a declaração de Fanfani.		DA.6	«O verdadeiro perigo vem do homem, brandindo armas cada vez mais potentes, as quais podem igualmente ser utilizadas para a destruição das civilizações, como para se conseguirem as mais elevadas conquistas».

	DN.7	Depois, foi U Thant que usou da palavra.			DA.7	Por último o Papa, depois de lançar um veemente apelo ao desarmamento, pediu a todos os países para desviarem parte das suas economias em proveito dos países subdesenvolvidos, a fim de ser mitigada a fome e o baixo nível de vida dos seus habitantes. - (E.N.)
	DN.8	Terminado o discurso de U Thant, o Papa tomou lugar na tribuna e começou imediatamente a sua alocução.				
	DN.9	Todos os delegados ouviram atentamente o discurso que o Santo Padre pronunciou num francês fluente.				
	DN.10	Paulo VI, de pé, com a sua frágil silhueta envolta num hábito branco, era uma mancha clara no fundo sombrio da sala, sobrepujada pelo emblema das Nações Unidas.				
	DN.11	Ao receber o Papa na tribuna da Assembleia Geral, o presidente desta Assembleia, (Continua na 7.ª página)				
Conteúdo no interior da edição						
Antetítulo				**Paulo VI falou na Assembleia Geral da O.N.U.**		
Título		**O Sumo Pontífice nas Nações Unidas**		**A verdadeira ameaça contra a paz não vem do progresso mas do próprio homem**		*(NOTA: texto integralmente publicado na primeira página)*
Pós-título						
Texto	DN.12	(Continuado da 1.ª página) Amintore Fanfani, ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália, fez votos «por que a mensagem de Sua Santidade Paulo VI exorte os povos, todos estabelecidos na liberdade e na independência, a dar um apoio crescente aos esforços dos Governos a favor da justiça e do progresso; que disponha todos os Estados a fazer desta organização um instrumento verdadeiramente universal de paz, e que encoraje as instituições das Nações Unidas a procurar tomar sempre decisões justas, oportunas e eficazes».	JN.1	A verdadeira ameaça contra a paz não vem do progresso ou da ciência, mas do próprio homem que maneja instrumentos cada vez mais potentes, e que podem servir tanto para a destruição, como para as mais elevadas conquistas, declarou Paulo VI no seu discurso perante a Assembleia Geral da O.N.U.		
	DN.13	U Thant, no seu discurso de boas-vindas disse: - É a causa da paz que traz Sua Santidade a nós. É também a causa da paz - a paz universal para todos os homens da Terra, sem distinção de raça, religião, nacionalidade ou crença política - que me conduziu, há muitos meses já, a estudar com sua Santidade a possibilidade do assistir a uma sessão da Assembleia Geral como esta para permitir-lhe associar os seus esforços a favor da paz aos dois representantes dos Estados membros da organização das Nações Unidas.	JN.2	Entre os ensinamentos aos delegados à Assembleia Geral o Papa enunciou: o pluralismo: «reconhecer e distinguir uns e outros», a harmonia: «aproximar uns e outros», a igualdade: «que um nunca esteja acima do outro», a solidariedade: «uns pelos outros».		
	DN.14	Mais adiante, U Thant acrescentou: «Este momento histórico chegou. Situa-se numa hora em que a organização goza de uma renovação de confiança. Chega também numa hora em que graves perigos ameaçam a Paz do Mundo.	JN.3	O Papa declarou que veio trazer a sua «ratificação moral solene» da Organização das Nações Unidas que sanciona o grande princípio que as relações humanas devem ser solucionadas pela razão, a justiça, o direito, a negociação, e não pela força, a violência, a guerra, o medo ou a manha.		

DN.15	Acrescentando as minhas palavras de boas-vindas ás do presidente da Assembleia Geral e manifestando a minha profunda gratidão a Sua Santidade, tenho a convicção que todos os de entre nós que actuam para atingir os objectivos das Nações Unidas encontrarão na sua presença, hoje e por muito tempo, a inspiração que lhes permitirá prosseguir a luta e atingir os seus fins de paz e de bem-estar para os homens, que são igualmente os que Sua Santidade crê tão apaixonadamente estarem em nosso alcance.	JN.4	As Nações Unidas, disse o Papa, são de certo modo no domínio temporal o que a Igreja quer ser na ordem espiritual: querem fazer fraternizar não sòmente alguns dos povos mas sim todos os povos.	
DN.16	**Intertítulo 1: Aquele que vos fala é um homem como vós – é vosso irmão**	JN.5	O Papa classificou as Nações Unidas como sendo «uma ponte entre povos».	
DN.17	Sua Santidade ergueu-se, então, e dirigiu-se á tribuna, de onde falou.	JN.6	«Na construção ideológica da Humanidade nada há, em nível natural superior a isto. A vossa vocação é a de tornar irmãos não apenas alguns todos os povos», disse.	
	(parágrafos transcritos do Discurso: desde PVI.1 até metade de PVI.6)	JN.7	Pediu aos delegados que se esforcem «por trazer para o meio de vós quaisquer que se tenham separado e estudem o devido método de unificar o vosso pacto de fraternidade, em honra e lealdade, aqueles que não comparticipam ainda nela.»	
DN.18	**Intertítulo 2: O epílogo de uma laboriosa peregrinação em busca de um colóquio com o Mundo inteiro**	JN.8	O Papa disse, fosse qual fosse as suas opiniões a seu respeito os delegados sabiam qual era a sua missão: «Somos portadores de uma mensagem para toda a Humanidade», disse.	
	(parágrafos transcritos do Discurso: desde metade de PVI.6 até metade de PVI.12)	JN.9	O Papa afirmou que estava a celebrar «um epílogo de uma fatigante peregrinação em busca de uma conversão de todo o Mundo desde que nos foi dada a ordem: «Ide, levai a boa nova a todos os povos. Ora, vós representais aqui todos os povos. O edifício que vós construístes jamais deve cair em ruínas: deve ser aperfeiçoado e adaptado às exigências que a História do Mundo apresentará. Vós marcais uma etapa no desenvolvimento da Humanidade: de agora em diante, é impossível recuar, é preciso avançar.»	
DN.19	**Intertítulo 3: O edifício que construístes deve ser aperfeiçoado e adaptado às exigências que a história do Mundo apresentará**	JN.10	Paulo VI apelou a todos os membros das Nações Unidas para que prestassem juramento que alteraria o futuro da história mundial: «Basta com a guerra, nunca mais guerra».	
	(parágrafos transcritos do Discurso: desde metade de PVI.12 até metade de PVI.14)	JN.11	A paz deve guiar o destino dos povos e de todas as humanidades.	
DN.20	**Intertítulo 4: As relações entre os povos devem ser reguladas pela razão, pela justiça, pelo direito e pela negociação, e não pela violência, pela guerra, ou pelo medo e pelo logro**	JN.12	«Se desejais ser irmãos deixai cair as armas das vossas mãos», declarou o Sumo Pontífice.	
	(parágrafos transcritos do Discurso: desde metade de PVI.14 até metade de PVI.19)	JN.13	«Não se pode amar tendo-se ao mesmo tempo nas mãos armas ofensivas».	

DN.21	**Intertítulo 5: É o orgulho que provoca as tensões, é ele que quebra a fraternidade**	JN.14	Paulo VI lançou um apelo ao desarmamento, principalmente «dessas armas terríveis que a ciência moderna vos deu, antes que façam vítimas e ruínas, alimentam maus sentimentos, suscitem pesadelos, desconfiança e resoluções sombrias, e exijam enormes despesas».	
	(parágrafos transcritos do Discurso: desde metade de PVI.19 até ao final de PVI.21)	JN.15	O Papa renovou o convite dirigido de Bombaim em Dezembro do ano passado a todos os Estados para desviarem em proveito dos países em desenvolvimento parte das economias que poderiam ser feitas, reduzindo os armamentos.	
DN.22	**Intertítulo 6: Jamais uns contra os outros – nunca, nunca mais!**	JN.16	«Fazei de modo que os que ainda estão fora da Organização das Nações Unidas desejem e mereçam a confiança comum. Sede generosos em conceder e trazei a vós os que se tenham afastado», prosseguiu Paulo VI.	
	(parágrafos transcritos do Discurso: desde PVI.22 até ao final de PVI.25)	JN.17	A missão da O.N.U., acrescentou o Papa, é fazer de modo que o pão seja suficientemente abundante na mesa da Humanidade e não favorecer uma fiscalização artificial dos nascimentos.	
DN.23	**Intertítulo 7: A paz não se constrói apenas por meio da política e do equilíbrio de forças e de interesses**	JN.18	Não basta alimentar os que têm fome, é preciso também assegurar a todos os homens uma vida conforme à sua dignidade.	
	(parágrafos transcritos do Discurso: desde PVI.26 até metade de PVI.29)	JN.19	Para isso, é preciso que aumente a confiança unânime da Organização das Nações Unidas, que cresça a sua autoridade e «então merecereis o reconhecimento dos povos» concluiu Paulo VI. - (F.P. e R.).	
DN.24	**Intertítulo 8: Consagrai ao benefício dos países em desenvolvimento ao menos uma parte das economias que podem realizar-se com a redução dos armamentos**		Caixa de texto 1: **Ausente só a Albânia** (Nova Iorque, 4)	
	(parágrafos transcritos do Discurso: desde metade de PVI.29 até ao final de PVI.30)	JN.20	A Albânia, em geral considerada como reflectindo os pontos de vista da China comunista, boicotou hoje o aparecimento do Papa Paulo VI na Assembleia Geral das Nações Unidas, não comparecendo à sessão.	
DN.25	**Intertítulo 9: Quando a mensagem evangélica, de celeste, se torna terrestre**	JN.21	Todos os outros Estados membros estavam representados. Estados Unidos, Rússia, Grã-Bretanha e França estavam representados pelos seus ministros dos Negócios Estrangeiros. - (R.).	
	(parágrafos transcritos do Discurso: PVI.31, com exceção da última frase)			
DN.26	**Intertítulo 10: Não basta alimentar os esfomeados**			

	(parágrafos transcritos do Discurso: desde a última frase de PVI.31 até metade de PVI.33)
DN.27	**Intertítulo 11: É assim, e não de outro modo, que se constrói a Paz…**
	(parágrafos transcritos do Discurso: desde metade de PVI.33 até ao final de PVI.36 - três parágrafos)
DN.28	**Intertítulo 12: O edifício da civilização moderna deve construir-se sobre princípios espirituais – únicos capazes de o sustentar, iluminar e animar**
	(parágrafos transcritos do Discurso: desde PVI.37 até ao final do texto - dois parágrafos)
DN.29	**Intertítulo 13: De pé, todos os delegados aplaudiram o Santo Padre no final do seu discurso**
DN.30	Pronunciadas estas últimas palavras, o Papa foi longamente aplaudido por todos os delegados de pé. Agradeceu com vasto gesto das suas mãos e depois desceu do estrado, conduzido pelo secretário-geral que o levou a visitar o edifício e a apresentar-lhe as diversas delegações.
DN.31	Só a delegação da Albania não estava presente na sala da assembleia geral durante o discurso do Papa
DN.32	De novo envolto na sua capa escarlate, que abandonara para pronunciar o discurso, Paulo VI deixou em seguida a sala da assembleia geral acompanhado por U Thant, á sua esquerda, e por Amintore Fanfani, á sua direita, dirigindo-se pelo corredor dos delegados para a sala do Conselho de Segurança.
DN.33	**Intertítulo 14: Jaqueline Kennedy – a primeira pessoa a beijar a mão de Paulo VI na O.N.U.**
DN.34	Depois, sempre acompanhado por U Thant e Fanfani, entrou no salão dos delegados, comprida sala de altos vitrais onde está exposta a «Crucificação», de Rouault, que o Papa ofereceu ás Nações Unidas.
DN.35	A primeira pessoa que o Papa recebeu foi Jacqueline Kennedy, vestida de preto. Reteve-a muito mais que os 15 segundos previstos pelo protocolo. Seguiram-se as senhoras de Robert Kennedy e de Edward Kennedy.
DN.36	Depois, foi a longa série de delegações sucessivamente apresentadas ao Papa. Andrei Gromiko, ministro dos Negócios Estrangeiros soviético, apertou a mão do Papa. Os dois homens conversaram alguns instantes, sorrindo, e depois chegou a vez de Nicolas Fedorenko, representante permanente da U.R.S.S., que apertou igualmente a mão do Papa.

	DN.37	Finalmente, ás 18 horas, abandonou o palácio da O.N.U. - (F.P., ANI e R.).				
Outros elementos textuais		Artigo complementar 1		Artigo complementar 1		Artigo complementar 1
Antetítulo		**Pela primeira vez na História**		**Milhões de pessoas encheram as ruas de Nova Iorque**		
Título		**O Papa pisou terra americana**		**Duas horas de marcha triunfal**		**Paulo VI e a paz mundial**
Pós-títulos		***13 horas e meia em Nova Iorque**				
		***25 mil crianças no Aeroporto Kennedy**				
Dados contextuais		Nova Iorque, 4		Nova Iorque, 4		Angra do Heroísmo, 5
Texto	DN.38	Paulo VI, o primeiro Papa que visita o Novo Mundo, chegou hoje a esta cidade, convidado pelas Nações Unidas para exortar o Mundo á paz.	JN.22	Paulo VI, o primeiro Papa que visita o Novo Mundo, chegou hoje a Nova Iorque, convidado pelas Nações Unidas para exortar o Mundo à paz.	DA.8	Mais de 2.000 pessoas escutaram o discurso do Papa nas Nações Unidas.
	DN.39	O avião pontifício, um DC-8 a reacção da Alitalia, poisou no Aeródromo John F. Kennedy, decorado com as cores da Santa Sé - amarelo e branco- eram 9 h 27 locais, ou sejam 13 h 27 t.m.G. A cerimónia da recepção, neste acontecimento histórico, decorreu com ordem perfeita. O avião, com as cores nacionais italianas e trazendo na vanguarda as insígnias do Vaticano e uma bandeira dos Estados Unidos, rodou devagar até á passadeira vermelha, onde era esperado pelas personalidades oficiais.	JN.23	O avião pontifício, um «DC-8» a reacção da Alitália, poisou no Aeródromo Kennedy, decorado com as cores da Santa Sé - amarelo e branco - eram 9.27 locais ou sejam 13.27 horas (T. M. G.). A cerimónia da recepção, neste acontecimento histórico, decorreu com ordem perfeita. O avião, com as cores nacionais italianas e trazendo na vanguarda as insígnias do Vaticano e uma bandeira dos Estados Unidos, rodou devagar até à passadeira vermelha, onde era esperado pelas personalidades oficiais.	DA.9	O discurso durou 35 minutos e foi ouvido com ávida atenção.
	DN.40	A aterragem do avião que transportou o Pontífice foi acompanhada por musica executada pela banda da Igreja de St.ª Camilla, em Rockaway, em Queens. O aparelho poisou suavemente e acabou por estacionar na área de recepção.	JN.24	**Intertítulo 1: Primeiras fotos**	DA.10	Enquanto o Presidente da Assembleia Geral e o secretário-geral da O.N.U. proferiram pequenos discursos de boas vindas, o Papa manteve-se sentado num cadeirão de costas muito altas, colocado num dos lados da tribuna dos oradores.
	DN.41	Paulo VI foi então saudado por 25 mil crianças de escolas paroquiais, que haviam sido transportadas para o Aeroporto Internacional de Nova Iorque, numa frota de 300 autocarros, e que prestaram ao Pontífice uma manifestação análoga ás que lhe são prestadas em Roma, quando percorre as ruas da Cidade Eterna.	JN.25	Dois agentes dos Serviços de Saúde e de Imigração entraram a bordo, desembarcando logo a seguir perto de cinquenta jornalistas que fizeram a viagem com Paulo VI. Depois, Alberto Giovanetti, observador permanente da Santa Sé na O.N.U., transpôs a porta dianteira do aparelho, a fim de anunciar o Sumo Pontífice que U Thant, secretário-geral das Nações Unidas, estava pronto para o cumprimento, a bordo. U Thant seguiu mons. Giovanetti, e o Papa veio à porta para o receber. Sorridente, com largos gestos das mãos para agradecer a massa popular que o aclamava e gritava «Vila il Papa», Paulo VI, vestindo uma sotaina branca coberta com a capa purpura, «saiu para o alto da escada onde se demorou uns minutos, para que os fotógrafos cumprissem a sua missão.	DA.11	O mesmo cadeirão já o Presidente Johnson, Kennedy, Eisenhower e outros Chefes de Estado o ocuparam durante a sua visita àquela Assembleia.
	DN.42	Antes de Sua Santidade descer do avião, subiu a bordo o chefe de Protocolo das Nações Unidas, Pierre de Meulemeester, que apresentou a Paulo VI o secretário-geral Thant. O Papa, da porta, saudou a assistência.	JN.26	**Intertítulo 2: Mensagem em inglês**	DA.12	Durante o discurso o Papa por diversas vezes elevou ambas as mãos, com a bênção apostólica.

	DN.43	No aeroporto, aguardando o Santo Padre, encontravam-se, além do secretário-geral das Nações Unidas, U Thant, o presidente da assembleia-geral da O.N.U., Fanfani, o secretário de Estado norte-americano, Dean Rusk, o governador do Estado de Nova Iorque, Nelson Rockefeller, o presidente da Camara, Robert Wagner, o Cardeal Francis Spellman, arcebispo da arquidiocese e, ainda, mais de um milhar de outros dignitarios da Igreja e do Estado.	JN.27	Desceu a seguir a escada, ao fundo da qual o chefe do protocolo da O.N.U., lhe deu as boas-vindas e apresentou aos numerosos dignitários	DA.13	O final do seu discurso foi sublinhado com prolongados aplausos, enquanto que, acompanhado por Fanfani e U Thant, sala da sala, dirigindo-se ao gabinete presidencial.
	DN.44	**Intertítulo 1: A justiça e a paz beijam-se uma à outra - declarou Sua Santidade no aeroporto de Nova Iorque**	JN.28	Paulo VI, sempre sorridente, tendo na mão o seu chapéu cor de purpura, e na cabeça a barretina branca, percorreu sobre o tapete vermelho os metros que o conduziam ao estrado, onde leu uma breve mensagem em inglês.	DA.14	Dos 117 membros das Nações Unidas, só a Albânia não se apresentou.
	DN.45	Ao desembarcar, Paulo VI proferiu o seguinte discurso:	JN.29	O Papa trocou o chapéu que envergava por outro preto e iniciou a viagem no automóvel aberto, que tinha o assento traseiro propositadamente alteado. O automóvel levava bandeiras com as cores dos Estados Unidos e do Vaticano.	DA.15	Ao meio-dia de ontem o Presidente Johnson avistou-se com o Papa Paulo VI, durante 50 minutos.
	DN.46	«Respondemos sem detença ás saudações que nos foram apresentadas pelos dignos representantes das Nações Unidas e exprimimos os nossos sinceros agradecimentos pelo convite que nos foi dirigido para falarmos à grande assembleia. Foi-nos dada a honra e a felicidade de visitar a maior de todas as organizações internacionais. Constitui para nós prazer particular celebrar neste dia o vigésimo aniversário da fundação das Nações Unidas e exprimir os nossos melhores votos pela sua permanência e desenvolvimento.			DA.16	O encontro deu-se nos aposentos presidenciais dum hotel de Nova Iorque.
	DN.47	O nosso encorajamento e apoio tem, assim o acreditamos, um significado especial. Isto porque viemos de Roma, aquela cidade que, sendo a primeira de todas na história da nossa civilização, promoveu e representou a união política dos povos sob a lei do amor e, consequentemente, a liberdade na cultura e na paz. Viemos de Roma, onde está situada a sede daquela sociedade religiosa, fundada não no poder temporal, e que é a Igreja católica. Sentimo-nos felizes por verificar a simpatia natural que existe entre estas duas universalidades e trazer á vossa cidade terrena da paz as saudações e votos de felicidade da nossa cidade espiritual da paz.	JN.30	Poucos minutos depois de iniciada a marcha, o cortejo parou de forma a que o Pontífice mudasse para um automóvel com tejadilho em plástico transparente. A Polícia de Segurança, não tendo compreendido imediatamente ra- compreendido imediatamente a ra-o Papa como medida de precaução. *[sic.]*	DA.17	Na ocasião, o Presidente apresentou a Sua Santidade, suas esposa e filha mais nova, além de membros da sua comitiva.
	DN.48	Uma é a paz criada na Terra, a outra é a paz que vem dos Céus, e o seu encontro é maravilhoso: a justiça e a paz beijam-se uma á outra. Que Deus faça com que este encontro seja para bem de toda a humanidade.	JN.31	**Intertítulo 3: Estava frio**	DA.18	Soube-se, entretanto, que o Papa afirmou que empreenderia uma missão de paz na China Popular, se se apresentasse ocasião para isso.
	DN.49	Queremos agradecer, também, a recepção que nos foi dispensada, na pessoa do representante do seu presidente, por este grande país - um pais tão livre, tão forte, tão industrioso, tão cheio de preocupações, este país da América, a América dos Estados, onde temos tantos dos nossos irmãos, filhos e amigos na fé e onde uma populosa nação fundou a sua moderníssima civilização na fraternidade dos seus cidadãos.	JN.32	A despeito do céu se apresentar sem nuvens e de o sol brilhar, o tempo estava frio e soprava um vento fresco.	DA.19	O Papa fez esta declaração em resposta a uma pergunta dum correspondente duma estação emissora norte-americana.

	DN.50	Eu vos saúdo, América. O primeiro Papa a pisar a vossa terra abençoa-vos de todo o meu coração. Renova o gesto do vosso descobridor, Cristóvão Colombo, quando plantou a Cruz de Cristo neste abençoado solo. Que a cruz da benção que lançamos sobre o vosso céu e a vossa terra vos conserve os bens que Cristo lhes deu e vos garanta paz, concórdia, liberdade, justiça - e, acima de tudo, a visão da vida, na esperança da imortalidade. Que Deus abençe esta vossa terra».	JN.33	Na estrada até Nova Iorque encontravam-se milhares de crianças das escolas e bandas escolares. Entre a multidão predominava um ambiente de alegria.	DA.20	O Papa igualmente declarou, em resposta a uma pergunta dum outro jornalista, que iria ao Vietname, se esta viagem pudesse terminar com a guerra nesse país.
	DN.51	**Intertítulo 2: Milhares de pessoas esperaram o Papa durante toda a noite, invadindo as ruas do percurso**	JN.34	O cortejo era precedido por helicópteros.	DA.21	Em dramático apelo em prol da paz, o Papa Paulo VI declarou nas Nações Unidas que as armas, o jogo político e os interesses especiais, não construíram uma paz duradoira.
	DN.52	Cinco milhões de pessoas nas ruas, 26 000 polícias, dezenas de quilómetros de barreiras de madeira para conter a multidão, proibição de circular ou estacionar os carros em quase toda a península de Manhattan, torres erguidas em lugares estratégicos para as camaras de televisão - tais são alguns dos aspectos que apresenta Nova Iorque poucas horas antes da chegada de Sua Santidade. Não poucos foram os que, munidos de cobertores e garrafas térmicas, preferiram instalar-se desde ontem á noite ao longo do percurso para não perder o grandioso espectáculo.	JN.35	Quando o cortejo emergiu dos bairros periféricos, com os seus blocos de apartamentos e pequenas fábricas, o Papa teve a primeira visão dos arranha-céus de Manhattan. Ao atingir o coração de Nova Iorque, o cortejo reduziu a marcha, quase parando ao passar junto do Hospital Foundling, que o Pontífice conheceu quando das suas anteriores visitas a Nova Iorque, antes de ser coroado.	DA.22	Sòmente a fraternidade, o amor e a confiança conseguirão fazê-lo.
	DN.53	Para os 45 milhões de católicos dos Estados Unidos, a expectativa era intensa. A maior parte, entretanto, veria tudo quanto se relaciona com a chegada e estada de Sua Santidade pela Televisão. Poucos foram os privilegiados das 28 arquidioceses e 120 dioceses norte-americanas que vieram a Nova Iorque. Em cada diocese somente 200 pessoas convidadas. Assim elas estarão presentes entre as 90 000 pessoas que encherão o Yankee Stadium para ver e ouvir Sua Santidade.	JN.36	Foram depois atravessando as zonas pobres de Harlem e do bairro espanhol, habitado por porto-riquenhos, na maioria católicos. Em todo o percurso a polícia formava cordões à berma dos passeios, com guardas de 6 em 6 metros.	DA.23	O Sumo Pontífice falou durante mais de meia hora para os representantes de todos aqueles países que formam a Assembleia Geral da O.N.U., num discurso sem paralelos, em que frisou a necessidade de que haja desarmamento.
	DN.54	Durante as 13 horas e meia da visita di Papa ás estações de televisão estarão no ar sem um segundo de interrupção.	JN.37	**Intertítulo 4: Lágrimas de comoção**	DA.24	A O.N.U., afirmou o Papa, constitui a última esperança de harmonia para o mundo.
	DN.55	Quatrocentos guardas assegurarão a ordem e a circulação dentro da O.N.U.	JN.38	A multidão era mais densa na zona de Manhattan. As pessoas acenavam alegremente, mas algumas estavam tão comovidas que enxugavam lágrimas à passagem do cortejo.	DA.25	Os delegados presentes, inclusive o secretário de Estado, Dean Rusk, o ministro dos Estrangeiros soviético, André Gromiko, e a senhora Jaqueline Kennedy, esposa do falecido Presidente, aplaudiram, de pé, o Chefe da Igreja Católica.
	DN.56	**Intertítulo 3: O cortejo pontifício: uma parada «fantástica» de trinta automóveis com o Papa num grande carro preto, descapotável**	JN.39	Numa questão de minutos, o Papa tinha passado do centro da pobreza na extremidade norte do parque central em Harlem, para uma das mais prósperas áreas de Nova Iorque na ponta meridional do parque.	DA.26	Após o seu discurso, na O.N.U., o Sumo Pontífice recebeu os delegados das nações representadas junto da organização mundial.

	DN.57	Para Paulo VI, que escolheu o dia em que os católicos celebram a festa do suave Francisco de Assis para cumprir a sua missão junto das Nações Unidas, o dia mais longo começou: cerca de vinte e quatro horas devem mediar entre a sua partida de Roma e a de Nova Iorque.	JN.40	O Papa viu as mais densas multidões no momento em que o cortejo de automóveis se aproximava da catedral de S. Patrício, na Quinta Avenida, passando em frente de estabelecimentos tão famosos como a Tiffany's, joalharia conhecida em todo o Mundo.	DA.27	À noite o Papa celebrou missa no Yankee Stadium, de Nova Iorque, ante 90.000 pessoas.
	DN.58	Vindo pelos caminhos do Céu que já o levaram á India e á Terra Santa, o Papa, na comprida «limousine» negra que quarenta operários de Chicago construíram num tempo «record», saíu às 13.55 horas (t. m. G.) do Aeroporto Kennedy à frente do cortejo de automóveis que, em duas horas, lhe vai permitir descobrir o que até agora nenhum outro pontífice conhecia: o novo mundo.	JN.41	A multidão acumulava-se em linha de vinte pessoas de profundidade nos largos passeios.	DA.28	Esta cerimónia constituiu, um dos pontos altos desta visita de 14 horas, do Sumo Pontífice, à sede das Nações Unidas. - (R.C.A.)
	DN.59	O cortejo que os organizadores tinham em princípio limitado a alguns automóveis, transformou-se numa «parada» fantástica de trinta veículos que se alinharam sobre as pistas do aeroporto antes de se dirigirem a Van Wyck Expressway, a auto-estrada que vai dar ao bairro periférico de Queens.	JN.42	A longa deslocação de automóvel, desde o aeroporto à catedral de S. Patrício terminou às 11 e 45 da manhã, duas horas depois de ter começado.		Artigo complementar 2:**A viagem de regresso** (Lisboa, 5, m.)
	DN.60	O tejadilho transparente foi retirado do carro especial em que o Papa tomou lugar. A seu lado, sentou-se o cardeal Spellman. No carro de Paulo VI, o sexto automóvel no cortejo de 25 veículos, tremulavam as bandeiras do Vaticano, no lado esquerdo, e dos Estados Unidos, no lado direito.	JN.43	**Intertítulo 5: Chegada a S. Patrício**	DA.29	O avião em que viaja o Papa Paulo VI, no seu regresso de Nova Iorque, atravessou o Atlântico em boas condições de voo e desloca-se já para território do continente europeu.
	DN.61	Foi a pouca velocidade - vinte quilómetros por hora - que o cortejo pontifício avançou pela Avenida Queens e atravessou a ponte Queensborough, que liga Long Island a Manhattan.	JN.44	Os acordes do grandioso órgão dos sinos da catedral de S. Patrício confundiam-se com os gritos da multidão quando o Papa entrava na catedral.	DA.30	A chegada à capital italiana está prevista para dentro de momentos.
	DN.62	O cortejo papal atravessou o bairro de Queens, essencialmente habitado por israelitas, onde nem por isso a multidão era menos densa. As crianças agitavam bandeiras e lenços à passagem.	JN.45	O Papa caminhou ao longo da larga nave abençoando os fiéis quando se aproximava do altar-mor.	DA.31	Os padres conciliares tomam já os seus lugares, na Praça de S. Pedro, a fim de receberem Sua Santidade.
	DN.63	**Intertítulo 4: Saudações à maneira romana e à maneira do Far-West**	JN.46	Os neofitos retiraram os vestuários exteriores e o Papa preparou-se para dar a sua bênção.	DA.32	Informam de Nova Iorque que, na missa que celebrou ontem à noite, no Yankee Stadium, desta cidade, o Santo Padre afirmou, em certo passo: «Devemos servir a causa da paz, servi-la e não utilizá-la com outro objectivo que não seja a causa da paz». - (E.N.)
	DN.64	De quando em quando, um grupo de assistentes saudava o Papa á maneira romana, gritando «Viva il Papa», e só muito raramente se ouvia uma voz menos respeitosa proferir «Hey, Paul» («Eh! Paulo»).	JN.47	O cardeal Spellman disse ter um curto discurso de boas-vindas.		Artigo complementar 3:**Paulo VI em Roma**(Lisboa, 5, t.)

	DN.65	Nos numerosos cruzamentos, ao longo do percurso, bandas, cujos elementos envergavam vistosos uniformes, atroavam os ares com musica marcial, em profundo contraste com a missão de paz de Paulo VI, que vem dizer aos dirigentes das nações que a Humanidade já sofreu demasiadamente devido às guerras, neste século turbulento, pelo que pede, agora, uma paz duradoira e verdadeira.	JN.48	O Papa caminhou desembaraçadamente em volta das três naves da catedral abençoando a multidão à medida que passava.	DA.33	No regresso da sua visita à sede das Nações Unidas, o Santo Padre chegou esta manhã a Roma, tendo desembarcado pouco depois das 11 horas.
	DN.66	Na Quinta Avenida, a multidão concentrava-se a vinte filas de fundo, apertando-se contra as montras dos estabelecimentos, que haviam sido convenientemente protegidas. Grandes bandeiras pendiam de alguns edifícios próximos, e montes de flores rodeavam a grande estátua de Alias, erguida no Centro Rockefeller, em frente da catedral. Ao longo de toda a avenida os polícias alinhavam-se, ombro com ombro, a fim de conter a multidão.	JN.49	Mais tarde caminhou ao longo do terraço da catedral, no sul do edifício, em direcção à residência do cardeal Spellman, onde mudou as suas vestimentar e repoucou adurante alguns momentos antes de seguir de automóvel para o Hotel Waldorf Astória para se avistar com o presidente Johnson.	DA.34	À saída do avião, o Pontífice foi saudado pelos presidente e vice-presidente do Governo italiano, e por diplomatas estrangeiros acreditados em Roma.
	DN.67	**Intertítulo 5: Os dois irmãos do presidente Kennedy na Catedral de São Patrício**	JN.50	Cinco milhões de pessoas nas ruas, 26 000 polícias, dezenas de quilómetros de barreiras de madeira para conter a multidão, proibição de circular ou estacionar carros em quase toda a península de Manhattan, torres erguidas em lugares estratégicos para as câmaras de televisão - tais são alguns dos aspectos que apresenta Nova Iorque durante as poucas horas da presença de Paulo VI. - (R., F.P. e ANI).	DA.35	Após a chegada, Paulo VI proferiu uma breve alocução, na qual, referindo-se ao significado da sua viagem, disse: «Fomos romeiro da paz e deve-se fazer ao mundo, idealmente representado em tão solene Assembleia, convite para a paz, anunciada pelos anjos, sobre o berço humilde do Verbo Encarnado.»
	DN.68	Paulo VI chegou á Catedral de S. Patrício, sua primeira paragem, 15 minutos antes da hora prevista. Quando desceu do automóvel, em frente do templo, que se ergue na famosa Quinta avenida, o Santo Padre foi aplaudido por uma enorme multidão. Os sinos da catedral começaram a repicar, e o seu grande órgão fez ouvir os acordes do «Te-Deum».		Caixa de texto 2: **Se isso for útil, irei a Pequim**(Nova Iorque, 4)	DA.36	O Sumo Pontífice dirigiu-se, depois, para o Vaticano, onde chegou pouco depois do meio-dia.
	DN.69	O Papa tirou, então, o chapéu vermelho e branco, de largas abas, que usou durante todo o trajecto, e de batina e solideu inteiramente brancos foi ajoelhar-se em frente do altar de S. Patrício, dando graças a Deus pela forma como decorrera a sua viagem, a mais longa até agora feita por um Papa, e a primeira ao hemisfério ocidental.	JN.51	O Papa Paulo VI afirmou que empreenderia uma missão de paz na China Popular se se lhe apresentasse ocasião para isso.	DA.37	Na Praça de S. Pedro foi recebido por todos os padres conciliares, que haviam suspendido o seu trabalho.
	DN.70	Os dois irmãos de John Kennedy, primeiro presidente católico dos Estados Unidos, Robert, senador de Nova Iorque, e Eduardo, senador do Massachusetts, vieram receber a bênção do Soberano Pontífice na Catedral de S. Patrício.	JN.52	O Papa fez a declaração em resposta a uma pergunta de George Armstrong, correspondente da rede de rádio «Westinghouse Broadcasting Corp» em Roma, que o acompanha na sua viagem a Nova Iorque.	DA.38	Antes da aterragem, o Papa dirigiu, do avião, uma mensagem ao Presidente Johnson, agradecendo-lhe a cordialidade da recepção dos serviços oficiais dos Estados Unidos, a entusiástica hospitalidade do povo americano e o seu interesse pela mensagem da paz que levou ao novo mundo.

DN.71	Na multidão piedosa que enchia a nave decorada com ramos de cinsantemos brancos e amarelos (as cores do Vaticano), misturavam-se religiosas de coifas pretas, homens de negócios por um momento fugidos de Wall Street, alguns negros, porto-riquenhas de mantilhas, e mulheres da sociedade agitando os binóculos de teatro.	JN.53	O Papa igualmente declarou, em resposta a uma pergunta de outro jornalista, que se dirigiria ao Vietnão se esta viagem pudesse terminar a guerra naquele país. - (F.P.)	DA.39	O «mayor» da cidade de Nova Iorque designou o Papa Paulo VI cidadão honorário novaiorquino.
DN.72	O Papa peregrino das multidões miseráveis de Bombaim estava num dos terrenos mais caros do Mundo. Mas nesta catedral cercada por arranha-céus, orava, grave, de mãos juntas, de lábios cerrados. E quando se aproximou do microfone junto do cardeal Spellmann, pediu, num inglês onde se percebia a pronuncia italiana, aos cristãos que orassem pelo sucesso da mensagem de paz que ia lançar dentro em breve nas Nações Unidas.		Caixa de texto 3: **Alocução na catedral de S. Patrício**(Nova Iorque, 4)	DA.40	No pergaminho que foi oferecido ao Sumo Pontífice declara que a distinção é atribuída em profundo reconhecimento da histórica visita dedicada à paz eterna entre a humanidade.
DN.73	**Intertítulo 6: Um agradecimento especial para o cardeal Spellman pelo entusiasmo da recepção**	JN.54	Numa alocução em inglês aos fiéis, na catedral de S. Patrício, o Papa disse: «Agradecimento ao nosso dilecto filho, cardeal Spellman, vosso venerável arcebispo, o acolhimento caloroso que nos dispensou. Vimos de Roma com as bençãos dos grandes S. Pedro e S. Paulo, que santificaram o seu sangue, e com as bençãos de Jesus Cristo, de que somos o vigário na Terra».	DA.41	Referindo-se à visita feita pelo Papa Paulo VI à Organização das Nações Unidas, o ministro francês dos Negócios Estrangeiros, Couve de Murville, afirmou que ela foi uma jornada cuja importância tocara os povos de todos os países.
DN.74	Disse: «Agradecemos ao nosso amado filho, cardeal Spellman, nosso estimado arcebispo, esta calorosa recepção. Viemos para vós, vindos de Roma, trazendo connosco as bênçãos dos grandes S. Pedro e S. Paulo, cujo sangue as santificaram, e as bençãos de Cristo, de quem somos vigário na Terra.	JN.55	Depois de dirigir uma «saudação particular» ao clero e aos fiéis, Paulo VI declarou que se sentia concidadão do cardeal: «Somos verdadeiramente uma só coisa na ordem dos sentimentos». Terminou por dar aos presentes a benção apostólica. - (F.P.)	DA.42	Ao desembarcar no aeroporto de Orly, no seu regresso de Nova Iorque, o ministro salientou que a importância do discurso residiu, principalmente, no apelo à paz mundial e à necessidade de todos contribuirmos para a edificação desta paz. - (E.N.)
DN.75	Para vós, querido irmão, pastor deste magnífico e glorioso edifício, para os bispos, clero, religiosos e fiéis reunidos em vosso redor, juntamos uma palavra de especial saudação.		Caixa de texto 4: **Bagagem - dez malas pesando 150 quilos**(Cidade do Vaticano, 4)		
DN.76	Hoje, sentimo-nos um comum cidadão convosco, porque estamos aqui, na vossa cidade e no vosso país, e porque vós sois membros da Igreja de Roma. Verdadeiramente, em sentimento, somos uma unidade. O patrono desta grande catedral, S. Patrício, disse um dia: «sede romanos como sois cristãos». Sentimos isto de maneira muito especial, pois somos cidadãos de Roma.	JN.56	As dez malas de mão do Papa, com as etiquetas já tradicionais - o emblema pontifício em plástico - foram transportadas ontem para o aeródromo de Fiumicino. Com o peso aproximado de 150 quilos, foram as únicas aceites a bordo do «D.C.8» que levou Paulo VI e os membros da sua comitiva. - (F.P.).		
DN.77	Pedindo o vosso fervoroso apoio á nossa mensagem de paz, concedemos a todos vós e aos vossos entes queridos, aos anciãos, aos doentes e de modo especial ás crianças, a nossa paternal bênção apostólica».		Caixa de texto 5: **Toda a gente queria comprar selos**(Cidade do Vaticano, 4)		
DN.78	Em redor da área onde se ergue a Catedral, estavam concentrados mais de mil polícias, o maior número até agora enviado para uma área tão pequena desde que existe a cidade de Nova Iorque.	JN.57	Teve de ser chamada a polícia para evacuar um estabelecimento de família dirigido por freiras, ao concentrar-se ali uma multidão tumultuosa que pretendia comprar uma emissão especial de selos do Vaticano comemorativa da missão do Papa à O.N.U.		

DN.79	Após breve repouso na residência do cardeal Spellman, o Papa dirigiu-se para o hotel Waldorf-Astoria, onde, nos aposentos do embaixador dos Estados Unidos junto das Nações Unidas, Arthur Goldberg, recebeu em audiência o presidente Johnson. Um inspector da Polícia que esteve no local a fim de tomar as ultimas disposições antes da audiência, descreveu a entrevista entre o Papa e o presidente como o encontro de «Sua Santidade com o outro sujeito».	JN.58	Nos correios do Vaticano formaram-se extensas bichas para a compra dos selos. - (R.)	
DN.80	O Santo Padre, sem aspecto severo mas com um ar bastante grave, percorreu no seu automóvel a curta distancia que separa a residência do cardeal Spellman do edificio do hotel, no qual entrou pela porta da Rua 50.		Artigo complementar 2:**Descerrada uma placa na residência do cardeal Spellman**(Nova Iorque, 4)	
DN.81	Atravessou em rápidas passadas o pequeno átrio e subiu no elevador até ao trigésimo quinto piso, onde já se encontrava o presidente dos Estados Unidos. O Sumo Pontífice e Johnson conversaram numa sala de estar relativamente pequena, cuja janela dá sobre a Park Avenue, sentados em duas poltronas de talha dourada e estofos de seda cor de limão. Estavam presentes dois intérpretes.	JN.59	Depois da sua conversação com o presidente Johnson, o Papa chegou à residência do cardeal Spellman, onde descerrou uma placa de bronze comemorando a sua visita a Nova Iorque, colocada numa das paredes da residência do cardeal.	
DN.82	Entre o seu encontro com Johnson, que durou das 12.40 ás 13.20 horas, e a sua apresentação perante a Assembleia das Nações Unidas, ás 15.30 horas (19.30 horas t. m. G.), o Papa tomou um frugal almoço e descansou durante breves momentos na residência do cardeal Francis Spellman.	JN.60	Em todo o percurso do Waldorf Astória à residência, uma multidão de considerável densidade aclamou o Pontífice, gritando «viva o Papa», «hurra», aplaudindo com entusiasmo.	
DN.83	**Intertítulo 7: Uma placa descerrada na residência do cardeal-arcebispo de Nova Iorque**	JN.61	Paulo VI parece ter consciência deste entusiasmo dos noviorquinos. Decidiu mesmo modificar o seu itinerário para se mostrar mais. O seu automóvel deu a volta ao hotel Waldorf Astória antes de se meter pela luxuosa «Park Avenue» e «Madison Avenue», mais comercial. Milhares de pessoas estavam às janelas e nas varandas, aclamando o Santo Padre. A limusina pontifícia, precedida por vários automóveis da polícia pela 54.ª avenida dirigiu-se então para a residência do cardeal Spellman. O soberano pontífice estava com cerca de vinte minutos de atraso em relação ao horário previsto.	
DN.84	Paulo VI descerrou uma placa de bronze, comemorando a sua visita a Nova Iorque, colocada numa das paredes da residência do cardeal.	JN.62	A inscrição na placa descerrada pelo Papa é a seguinte: «Em comemoração da visita histórica do Papa Paulo VI vindo às Nações Unidas para pronunciar uma mensagem de paz. Foi convidado de alta categoria neste edifício, residência do arcebispo de Nova Iorque, 4 de Outubro de 1965».	

DN.85	Em todo o percurso do Waldorf Astória á residência uma multidão de considerável densidade aclamou o pontífice, gritando «Viva o Papa», «Hurrah» e aplaudindo com entusiasmo. A recepção que Paulo VI recebia era cada vez mais calorosa. Em muitos locais do percurso a Polícia teve dificuldade em conter a multidão. No entanto, tudo se passou sem incidentes.	JN.63	Em frente do arcebispado, onde só demorou uma hora, a multidão - as pessoas idosas eram tão entusiastas como os jovens de «Blue Jeans» - gritava: «Queremos o Papa. Só o veriam, porém, quando, deixando novamente o arcebispado, se dirigiu às Nações Unidas. - (F.P.).	
DN.86	O Santo Padre, parecendo ter consciência do entusiasmo dos nova-iorquinos, decidiu modificar o itinerário para se mostrar mais. O seu automóvel deu a volta ao Hotel Waldorf Astória antes de se meter pela luxuosa Park Avenue e Madison Avenue, mais comercial. Milhares de pessoas estavam às janelas e nas varandas, aclamando. A «limousine» pontifícia, precedida por vários automóveis da Polícia, pela 54.ª Avenida, dirigiu-se para a residência do cardeal Spellman. O soberano pontífice estava já com cerca de vinte minutos de atraso em relação ao horário previsto.		Artigo complementar 3 -**U Thant: Foi a causa da paz que trouxe o Papa até nós** Pós-título: **Gromyko conversou (e sorriu) com Paulo VI**(Nações Unidas, 4)	
DN.87	A inscrição na placa inaugurada pelo Papa é a seguinte: «Em comemoração da visita histórica do Papa Paulo VI, vindo ás Nações Unidas para pronunciar uma mensagem de paz. Foi convidado de alta categoria neste edifício, residência do arcebispo de Nova Iorque, 4 de Outubro de 1965».	JN.64	O Papa entrou na companhia de U Thant na sala das meditações da O.N.U., onde se recolheu durante alguns instantes, em frente da placa à memória de Hammarskjoeld.	
DN.88	Paulo VI só passou uma hora no pequeno apartamento do 2.º andar da residência do cardeal Spellman (um salão, um quarto e casa de banho), que foi preparado em sua intenção e onde tomou a sua única refeição em território americano.	JN.65	Conduzido por U Thant, e seguido pelos cardeais e os outros membros do cortejo, o Papa subiu a escadaria principal que conduz à sala da Assembleia Geral.	
DN.89	Em frente do arcebispado, a multidão - onde as pessoas idosas eram tão entusiastas como os jovens de «blue jeans» - ritmava: «Queremos o Papa» (We want the Pope). Só o veriam dentro em pouco quando, deixando novamente o arcebispado, Paulo VI se dirigiu às Nações Unidas.	JN.66	O Papa foi recebido à entrada da sala pelo respectivo presidente, Amintore Fanfani. O Santo Padre, conduzido através da sala por U Thant sob os aplausos de todos os delegados de pé, tomou lugar no pódio que lhe foi reservado. Fanfani tomou seguidamente a palavra, em francês, para saudar Paulo VI.	
DN.90	O Papa deixou o edifício das Nações Unidas ás 18.20 locais para se dirigir á igreja da Sagrada Família, situada na proximidade, e ali receber representantes protestantes e judeus.	JN.67	O anfiteatro estava arquicompleto. Paulo VI tomou lugar na tribuna, enquanto os delegados de pé aplaudiam.	
DN.91	**Intertítulo 8: No Yankee Stadium, «três coisas» a dizer aos Americanos: deveis amar a paz, deveis servir a paz, deveis fundamentar a paz nos princípios morais e religiosos**	JN.68	Seguidamente, U Thant usou da palavra:	

DN.92	Mais tarde, Paulo VI, no Yankee Stadium e perante 90 000 pessoas, afirmou que deviam amar e servir a paz com base «em princípios morais e religiosos»	JN.69	«É a causa da paz que traz Sua Santidade a nós. É também a causa da paz - a paz universal para todos os homens da Terra, sem distinção de raça, religião, nacionalidade ou crença política - que me conduziu, há muitos meses já, a estudar com sua Santidade a possibilidade de assistir a uma sessão da Assembleia Geral como esta para permitir-lhe associar os seus esforços a favor da paz aos dois representantes dos Estados membros da Organização das Nações Unidas.	
DN.93	Numa homília proferida durante uma missa realizada no estádio, que se encontrava pejado, o Sumo Pontífice disse aos fiéis: «A paz deve viver e reinar na consciência dos homens tal como a Sagrada Escritura nos ensina».	JN.70	«Permiti-me recordar brevemente a génese desta viagem que chega neste momento à sua culminancia feliz. Em 4 de Dezembro ultimo, e Bombaim, Sua Santidade lançou um apelo a terminar com a corrida aos armamentos e a aliviar os sofrimentos humanos, um apelo dirigido a todos os governos para que travem, segundo as próprias palavras de Sua Santidade, um combate pacífico contra os sofrimentos dos seus irmãos menos afortunados».	
DN.94	Dirigindo-se á enorme multidão, de uma plataforma colocada no centro do campo de «baseball», o Papa saudou os católicos americanos e afirmou que tinha «três coisas» a dizer-lhes: «Em primeiro lugar, deveis amar a paz; em segundo lugar, deveis servir a causa da paz; servi-la e não fazer uso dela para outros fins que não os verdadeiros fins da paz; em terceiro lugar, lembrai-vos de que a paz deve ser fundamentada nos principios morais e religiosos, que a devem tornar sincera e estável».	JN.71	«Pouco tempo depois, em 15 de Janeiro, Sua Santidade confiou-me, na minha qualidade de secretário-geral da O.N.U., o texto do seu apelo. Aceitei-o, como disse então, como uma fonte preciosa de inspiração para mim e para a organização que sirvo. Este apelo e o desejo de Sua Santidade de o colocar ao serviço das Nações Unidas incitaram-me, com o pleno apoio do presidente da Assembleia Geral da época, a perguntar se Sua Santidade se consentiria em vir dirigir-se à Assembleia Geral das Nações Unidas.	
DN.95	«A política não é suficiente para manter uma paz duradoura» - afirmou o Papa Paulo VI - (F.P., R. e ANI).	JN.72	«Este momento histórico chegou. Situa-se numa hora em que a organização goza de uma renovação de confiança. Chega também numa hora em que graves perigos ameaçam a paz do Mundo».	
		JN.73	Depois de U Thant, o Papa tomou lugar na tribuna e começou imediatamente a sua alocução. Todos os delegados ouviram atentamente o discurso que o Santo Padre pronunciou num francês corrente.	
		JN.74	O Papa, de pé, com a sua frágil silhueta branca fazia mancha clara no fundo sombrio da sala sobrepujada pelo emblema das Nações Unidas.	
		JN.75	O Papa foi longamente aplaudido por todos os delegados de pé. Agradeceu com vasto gesto das suas mãos e depois desceu do estrado, conduzido pelo secretário-geral que o levou a visitar o edificio e apresentou-lhe as diversas delegações.	

JN.76	A primeira pessoa que o Papa recebeu, de pé, foi Jacqueline Kennedy vestida com um «tailleur» preto. Reteve-a muito mais que os 15 segundos previstos pelo protocolo. Paulo VI conversou alguns minutos com Couve de Murville, ministro dos Negócios Estrangeiros francês, que ajoelhou para lhe beijar o anel.
JN.77	Andrei Gromyko, ministro dos Estrangeiros soviético, apertou a mão do Papa. Os dois homens conversaram alguns instantes sorrindo e depois chegou a vez de Nicolas Fedorenko, representante permanente da U.R.S.S. que apertou igualmente a mão do Papa.
JN.78	Depois de Dean Rusk, secretário de Estado americano, o desfile dos chefes de delegações prosseguiu rápidamente. Os delegados que já não respeitavam a ordem protocolar, inclinaram-se perante Paulo VI apertando-lhe a mão. Alguns ajoelhavam e o Papa levantou-os então com um gesto das duas mãos.
JN.79	À saída do «palácio de vidro», o Soberano Pontífice foi acompanhado até ao automóvel por U Thant e por Fanfani, presidente da Assembleia Geral da O.N.U.
JN.80	Durante a sua visita às Nações Unidas, o Papa terá visto umas 6.779 pessoas. - (F.P., R., ANI).

Papa Paulo VI (1965) - IX

Notícias secundárias	Not. sec.8	DN	Not. sec.5	JN	DA
Edição		5 de outubro de 1965		5 de outubro de 1965	
Dados contextuais/ outras informações				*(NOTA: notícia publicada na mesma edição da notícia principal. Desta feita, trata-se do texto produzido sobre o assunto indicado no pós-título da primeira página)*	*(NOTA: o* DA *não publicou notícias secundárias após a notícia principal, dentro da baliza temporal definida para este estudo)*
Primeira página: antetítulo		**Paulo VI e Johnson**		[Cinco milhões de pessoas aclamaram o Papa em Nova Iorque	
Primeira página: título		**Entrevista de 50 minutos num 35.º andar**		Paz: histórico apelo de Paulo VI na Assembleia Geral da O.N.U.]	
Primeira página: pós-título				**Encontro de 50 minutos com o presidente Johnson**	
Primeira página: texto	DN.1	Foi num 35.º andar, no Hotel Waldorf Astória, que se efectuou o histórico encontro do Papa Paulo VI e do presidente Johnson. A conversação durou 50 minutos.			
	DN.2	Johnson revelou que a conferência com o Soberano Pontífice incidira sobre o conflito vietnamiano, a situação na Republica Dominicana, o diferendo indo-paquistanês e outros grandes problemas internacionais.			
	DN.3	Depois da entrevista, Paulo VI e o presidente fizeram um e outro uma declaração ao pequeno grupo de cinco jornalistas que tinham sido convocados pela Casa Branca num salão próximo da sala onde a entrevista se realizou.			
	DN.4	Exprimindo-se em italiano, o Papa declarou que viera aos Estados Unidos «para saudar o presidente dos Estados Unidos e igualmente para pagar a visita que o antecessor de Johnson fizera ao Papa João XXIII, em 1962».			
	DN.5	O intérprete retorquiu: «Sua Santidade quer igualmente agradecer ao presidente dos Estados Unidos por se ter deslocado de Washington a Nova Iorque para com ele se encontrar». «Sua Santidade sente-se muito satisfeito por ter por pano de fundo um desejo mutuo de actuar pela paz».			
	DN.6	O presidente dos Estados Unidos tomou por seu turno a palavra. «O Mundo inteiro, declarou, está reconhecido a Sua Santidade, como tive ocasião de lhe dizer na nossa conver- (Continua na 5.ª página)			
Conteúdo no interior da edição				Título da página: «**A visita de Paulo VI a Nova Iorque**»	
Antetítulo				**Encontro no 35º andar do Hotel Waldorf Astória**	
Título		**A entrevista com o presidente Johnson**		**Durou 50 minutos a reunião com Johnson**	
Pós-títulos				***Foram abordados os grandes problemas mundiais**	

				*** Apenas cinco jornalistas convidados**		
				*** A polícia espreitava nos telhados**		
				*** Um aperto de mão à despedida**		
Texto	DN.7	(Continuado da 1.ª página) sação privada, pelos sacrifícios em que consentiu para efectuar esta viagem além dos mares para dar o «leadership» necessário na procura da paz do Mundo. Sua Santidade e eu discutimos acerca dos meios para lutar por esta causa. Igualmente trocámos opiniões em pormenor acerca das iniciativas que conviria tomar para dar uma educação aos 800 milhões de pessoas que, no Mundo, não sabem ler nem escrever. Desejamos, igualmente, contribuir para a procura dos meios capazes de aumentar a longevidade de milhões de seres humanos, longevidade que é menos de metade da dos americanos».	JN.1	Foram evocados por Paulo VI e o presidente Johnson todos os grandes problemas. A conversação durou 50 minutos. O soberano pontífice e o chefe do Executivo americano estavam acompanhados unicamente por dois intérpretes e por Bill Moyeres, chefe dos serviços de Imprensa da Presidência.		
	DN.8	**Intertítulo 1: Esta conversação foi muito valiosa – declarou o presidente americano**	JN.2	O encontro do soberano pontífice com o presidente Johnson decorreu no 35.º andar do Hotel Waldorf Astória, na suite chamada «presidencial», que é composta por um pequeno salão, uma ante-câmara e um salão grande.		
	DN.9	O presidente prosseguiu: «Discutimos acerca de diversas crises no Mundo e dos progressos significativos efectuados pelas Nações Unidas contribuindo para resolver estes problemas. Discutimos acerca da India e do Paquistão, do Vietname, da Republica Dominicana e de todos os continentes em geral. Isto foi para mim uma conversação particularmente estimulante. Penso, por meu lado, que a História demonstrará que esta viagem de Sua Santidade é precisamente aquilo de que o Mundo tinha necessidade. Ao efectuar esta viagem, ajuda-nos a reflectir acerca da paz e dos meios de fazer progressos para a sua realização. Paulo VI manifestou o seu prazer não só em discutir questões de educação e de saude, como também em melhor compreender como nos comportamos neste país para enfrentar estes dois problemas. Em conjunto, esta conversação foi muito valiosa.»	JN.3	Depois da entrevista, Paulo VI e o presidente fizeram um e outro uma declaração ao pequeno grupo de cinco jornalistas que tinham sido convocados pela Casa Branca num salão próximo da sala onde a entrevista teve lugar.		
	DN.10	**Intertítulo 2: O Papa quis abordar a questão racial**	JN.4	Exprimindo-se em italiano, o Papa declarou que viera aos Estados Unidos «para saudar o presidente dos Estados Unidos e igualmente para pagar a visita que o antecessor de Johnson fizera ao Papa João XXIII em 1962».		
	DN.11	Johnson fez notar, particularmente, por outro lado, que esta visita pontifícia constituia para ele um estimulante e uma inspiração. O Papa e o Presidente, cada um por sua vez, fizeram notar a importância da paz e daquilo que a Igreja e o Estado podem paralelamente fazer para a garantir.	JN.5	Um intérprete retorquiu: «Sua Santidade quer igualmente agradecer ao presidente dos Estados Unidos por se ter deslocado de Washington a Nova Iorque para com ele se encontrar». «Sua Santidade sente-se muito satisfeito por ter por pano de fundo um desejo mútuo de actuar pela paz».		

DN.12	Johnson agradeceu a Paulo VI a sua visita, enquanto o Papa manifestou o seu reconhecimento ao chefe do Executivo americano por ter tornado possível esta vinda a Nova Iorque. Paulo VI manifestou a esperança de que Johnson prossiga com toda a energia que o caracteriza nos esforços pela paz.	JN.6	O presidente dos Estados Unidos tomou por seu turno a palavra. «O Mundo inteiro, declarou, está reconhecido a Sua Santidade, como tive ocasião de lhe dizer na nossa conversação privada, pelos sacrifícios em que consentiu para efectuar esta viagem além dos mares para dar o «leadership» necessário na procura da paz do Mundo. Sua Santidade e eu discutímos acerca dos meios para lutar por esta causa. Igualmente trocamos opiniões em pormenor acerca das iniciativas que conviria tomar para dar uma educação aos 800 milhões de pessoas que, no Mundo, não sabem ler nem escrever. Desejamos, igualmente, contribuir para a procura dos meios capazes de aumentar a longevidade de milhões de seres humanos, longevidade que é menos de metade da dos americanos».	
DN.13	Quando a Humanidade procura a sua inspiração nos homens, é para pessoas como o presidente que se volta. Por seu lado, Johnson afirmou que quando a humanidade busca a inspiração moral, é para homens como o Papa que se volta. O presidente dos Estados Unidos exprimiu então a sua profunda gratidão pessoal e a do seu país pelos esforços que o Papa faz a favor da paz.	JN.7	O presidente prosseguiu: «Discutimos acerca de diversas crises no Mundo e dos progressos significativos efectuados pelas Nações Unidas para contribuir a resolver estes problemas. Discutimos acerca da India e do Paquistão, do Vietenão, da Dominica e de todos os continentes em geral. Isto foi para mim uma conversação particularmente estimulante. Penso por meu lado que a história demonstrará que esta viagem de Sua Santidade é precisamente aquilo de que o Mundo tinha necessidade. Ao efectuar esta viagem, ajuda-nos a reflectir acerca da paz e dos meios de fazer progressos para a sua realização. Sua Santidade manifestou o seu prazer não só em discutir questões de educação e de saúde, como também em melhor compreender como nos comportamos neste país para enfrentar estes dois problemas».	
DN.14	A conversação entre o soberano pontífice e o presidente decorreu a sós na unica presença de dois intérpretes, mons. Paul Marcinkus, do Secretariado do Vaticano, e Hise de Deabra, do Departamento de Estado americano. No começo da visita, foi levantado o problema racial. O Papa manifestou a sua gratidão pessoal pelos progressos realizados nos Estados Unidos no domínio dos direitos cívicos. Johnson fez então notar que todos os americanos amantes da justiça social foram encorajados pela recente designação de um bispo de raça negra em Nova Orleans.	JN.8	«Em conjunto, esta conversação foi muito valiosa».	
DN.15	Referindo-se a outros problemas internacionais e nomeadamente ao Vietname, o Papa exprimiu a sua esperança de ver a paz intervir nesse país. Por seu lado, Johnson manifestou a sua gratidão pelos esforços feitos em S. Domingos pelo Nuncio Apostólico a favor do restabelecimento duma situação normal.	JN.9	As palavras pronunciadas pelo soberano pontífice e o presidente dos Estados Unidos não foram registadas pela Televisão que estava cortada no momento em que começaram a falar, a pedido dos que rodeiam o Papa.	
DN.16	**Intertítulo 3: Johnson apresentou ao Santo Padre a esposa e a filha recentemente convertida ao catolicismo**	JN.10	Depois das suas alocuções, o pontífice e o presidente dos Estados Unidos conversaram brevemente com os jornalistas a quem Sua Santidade deu a bênção. Desceu com ele até à entrada da 50.ª rua. Os dois homens apertaram-se a mão. Johnson esperou que a comprida limusina preta se pusesse a caminho, em direcção ao arcebispado. - (F.P. e R.).	

	DN.17	No final da entrevista e da tirada de fotografias num salão vizinho - em que o Papa e Johnson conversaram durante alguns instantes com o grupo de jornalistas -, o presidente apresentou ao Sumo Pontífice vários membros da sua comitiva oficial.		Caixa de texto (sem título; dados contextuais: Nova Iorque, 4)		
	DN.18	Entre as pessoas apresentadas, encontravam-se o vice-presidente, e a sr.ª de Hubert Humphrey, o presidente da Camara dos Representantes e sr.ª de John McCormack, o secretário de Estado Dean Ruskn, o embaixador dos Estados Unidos na O.N.U. e a sr.ª de Arthur Goldberg, o «leader» da maioria no Senado e a sr.ª Mike Mansfield, assim como muitos membros do seu gabinete particular na Casa Branca. *[sic.]*	JN.11	Mais de 1.000 polícias encontravam-se na área do hotel Waldorf Astória, tendo sido a maior concentração de forças de segurança até agora vista na cidade de Nova Iorque. Uma numerosa força de agentes dos Serviços Secretos e do F.B.I. juntou-se à força da polícia de Nova Iorque. Atiradores da polícia, com espingardas de alta potência foram colocados nos telhados dos edifícios próximos da igreja protestante de São Bartolomeu, em frente do Waldorf Astória. - (R.)		
	DN.19	O Papa, por sua vez, apresentou ao presidente dos Estados Unidos o secretário de Estado do Vaticano, cardeal Amleto Cicognani, o secretário das Congregações Exteriores, mons. António Samore, o substituto do secretário de Estado, mons. Angello Della'Acqua, o legado apostólico em Washington, mons. Egidio Vagnozzi, assim como o seu intérprete mons. Paul Marcinkus e o seu secretário particular, mons. Pasquale Macchi. Antes disso, o presidente tinha apresentado ao Santo Padre a sua mulher e filha mais nova, Luci, que acaba de converter-se ao catolicismo. - (F.P., ANI e R.).				

Papa Paulo VI (1965) - X

Notícias secundárias	Not. sec.9	DN	Not. sec.6	JN		DA
Edição		5 de outubro de 1965		5 de outubro de 1965		*(NOTA: o* DA *não publicou notícias secundárias após a notícia principal, dentro da baliza temporal definida para este estudo)*
Dados contextuais/ outras informações		Nova Iorque, 4		Nova Iorque, 4		
Conteúdo no interior da edição						
Antetítulo		**Na viagem para Nova Iorque**				
Título		**o Papa pediu autógrafos a todos os ocupantes do avião**		**Dormiu só uma hora na viagem**		
Pós-título		**e ofereceu-lhes medalhas**				
Texto	DN.1	Durante a viagem Roma-Nova Iorque, Paulo VI dormitou uma breve hora.	JN.1	Sua Santidade dormitou na sua cadeira perto de uma hora, durante a sua viagem de avião de Roma a Nova Iorque – revelou o piloto do aparelho.		
	DN.2	A surpresa foi tanto maior quanto é certo que, momentos antes, tinha monsenhor Macchi afirmado aos jornalistas que o Papa repousara.	JN.2	«O Pontífice nunca se aproximou do leito, especialmente instalado para si» - acrescentou o capitão Gian Mário Zuccherini – (ANI)		
	DN.3	A partida verificou-se sem alterações. Mário Donora, o Stewart originário da mesma região que o Papa e que tem feito mais de uma viagem com Paulo VI, tinha-nos afirmado: «Com Paulo VI não há problemas, é um veterano do voo. Prende sozinho o cinto. Só tive de lhe lembrar as instruções que se referem ao emprego da máscara de oxigénio e do cinto de salvação».				
	DN.4	O Papa estava fatigado? Respondeu a esta pergunta o cardeal António Caggiano, arcebispo de Buenos Aires: «O Papa está muito bem. Tem uma resistência extraordinária».				
	DN.5	Os que acompanhavam o Papa mostravam-se serenos e não acusavam sinais de fadiga. O cardeal Amletto Cicognani, secretário de Estado, com perto de 84 anos, há três anos que não vinha aos Estados Unidos, onde foi núncio durante 25 anos. Distinguiu-se dos outros prelados por uma espessa écharpe branca à roda do pescoço.				
	DN.6	Monsenhor Felici, secretério do Concílio, com o rosto iluminado pelo seu habitual sorriso irónico, disse-nos: «O Concílio? Isso é com o Papa». Monsenhor Machi, que preparou a viagem, confiou-nos que esteve nos Estados Unidos «mais vezes do que os jornalistas podem imaginar».				
	DN.7	Mons. Angelo Dell'Acqua, substituto do secretário de Estado, afirmou que nunca veio aos Estados Unidos de avião mas tão-somente de barco.				

	DN.8	O Sol nunca nos deixou desde que o vimos nascer, vermelho, sobre o maciço dos Apeninos. Mas andámos durante horas por entre nuvens brancas. Foi assim que não vimos nem Paris, nem Londres, com o avião a grande altitude, visto as condições atmosféricas terem imposto uma rota diferente da anteriormente fixada.				
	DN.9	Uma mensagem de mons. Jean Rodhain foi captada a bordo. O presidente da assistência francesa exprimiu ao Papa, no momento em que este voava sobre a França, a gratidão dos deserdados assistidos no mundo por esta organização de caridade.				
	DN.10	Os jornalistas tiveram um pequeno álbum forrado de castanho claro, ornamentado com uma gravura representando o Sermão da Montanha. Na primeira página tem um autógrafo de Paulo VI e a data. O Papa quer guardar nele as assinaturas de todos os que, grandes ou pequenos, o acompanham. «Tenho de ir mesmo falar com o cozinheiro», disse-nos a pessoa encarregada de recolher os autógrafos.				
	DN.11	Reina a agitação na cabina dos jornalistas. E torna-se bejamente ansiosa quando o Papa, acedendo aos pedidos dos fotógrafos, anuncia que vai voltar. É novamente o assalto ao Santo Padre, que, imperturbável, distribui medalhas. Dirigindo-se ao nosso correspondente, disse: «Diga a verdade. No seu serviço do Vaticano, é a primeira vez que tem de fazer tanta coisa.»				
	DN.12	Momentos depois, quando se servia o almoço, avistou-se a América, e olhando-a, o Papa repetiu a sua invocação angélica: «Paz sobre a Terra, aos homens de boa-vontade». - (F.P.)				

Papa Paulo VI (1965) - XI

Notícias secundárias	Not. sec.10	DN	Not. sec.7	JN	DA
Edição		5 de outubro de 1965		5 de outubro de 1965	*(NOTA: o* DA *não publicou notícias secundárias após a notícia principal, dentro da baliza temporal definida para este estudo)*
Dados contextuais/ outras informações		Nova Iorque, 4		Cidade do Vaticano, 4	
Conteúdo no interior da edição					
Antetítulo					
Título		**Um caldo, fruta e queijo - a única refeição a bordo entre Roma e Nova Iorque**		**Mensagens a vários chefes de Estado**	
Pós-título					
Texto	DN.1	Sete assistentes de bordo serviram Paulo VI e a comitiva pontifícia, durante a viagem aérea de Roma a Nova Iorque. Não havia no aparelho hospedeiras de bordo.	JN.1	Paulo VI enviou mensagens aos chefes de todas as nações que sobrevoou. Logo a seguir á partida dirigiu uma mensagem ao presidente Giuseppe Saragat e á nação italiana. A mensagem seguinte foi dirigida ao presidente da Suíça. Depois coube a vez á rainha Isabel, ao general De Gaulle e a Johnson.	
	DN.2	Uma das obrigações dos assistentes foi servir refeições especialmente preparadas - um caldo, fruta e queijo.	JN.2	Na mensagem á rainha Isabel Paulo VI desejava á Inglaterra e a Sua Majestade «os maiores votos de propriedade e concórdia». A De Gaulle realçou o que a França fez «no decurso da história para disseminar o ideal da fraternidade entre os homens». Ao presidente dos Estados Unidos afirmou: «Ao aproximar-nos do território americano e da sede das Nações Unidas donde dirigiremos o nosso apelo premente a favor da paz, asseveramos a V. Ex.ª o nosso respeito deferente e a nossa estima cordial».	
	DN.3	Além da camara pontifícia, foi reservado outro compartimento de primeira classe para a comitiva do Papa, e os 66 lugares da classe turística foram ocupados, na maioria, pela equipa de reportagem.	JN.3	Tanto a rainha Isabel como De Gaulle enviaram, mais tarde, a Paulo VI mensagens de agradecimento. - (F.P., R. e ANI).	
	DN.4	A tripulação do aparelho foi comandada por Gianmario Zuccarini, chefe de operações de voo da companhia aérea italiana, proprietária do avião, e pelo capitão Aldo Tait.			
	DN.5	O avião em que o Santo Padre efectuou a viagem entre Roma e Nova Iorque é o «Emanuele Peesagno», que tem o nome de um navegador genovês. - (A.N.I.)			

Papa Paulo VI (1965) - XII

Notícias secundárias	Not. sec.11	DN	Not. sec.8	JN	DA
Edição		5 de outubro de 1965		5 de outubro de 1965	*(NOTA: o* DA *não publicou notícias secundárias após a notícia principal, dentro da baliza temporal definida para este estudo)*
Dados contextuais/ outras informações		Cidade do Vaticano, 4		Nova Iorque, 4	
Conteúdo no interior da edição					
Antetítulo					
Título		**150 quilos de bagagem do Papa**		**Duas bombas que não existiam**	
Pós-título					
Texto	DN.1	As dez malas de mão do Papa, com as etiquetas já tradicionais - o emblema pontifício em plástico - foram transportadas ontem para o aerodromo de Fiumicino. Com o peso aproximado de 150 quilos, foram as unicas aceites a bordo do C.C.8 que levou S. S. Paulo VI e os membros da sua comitiva - (F. P.).	JN.1	A ameaça de uma bomba e a notícia da existência de outra levou a Polícia a acorrer a duas zonas diferentes da cidade a fim de se assegurar que o Papa Paulo não correria perigo durante esta sua histórica visita.	
			JN.2	Não foi encontrada qualquer bomba e a Polícia, posteriormente, atribuíu as ameaças e brincadeiras de mau gosto.	
			JN.3	Uma primeira chamada telefónica avisava de que uma bomba seria encontrada num local ao longo do trajeto que o cortejo automóvel do Sumo Pontífice seguiria do aeroporto Kennedy até a Manhattan.	
			JN.4	Uma segunda chamada informava que três homens não identificados tinham sido ouvidos a discutir um engenho explosivo que seria colocado no Yankee Stadium, onde o Papa devia celebrar missa esta noite perante 90.000 pessoas. – (R.)	

Papa Paulo VI (1965) - XIII

Notícias secundárias	Not. sec.12	DN	Not. sec.9	JN	DA
Edição		5 de outubro de 1965		5 de outubro de 1965	*(NOTA: o* DA *não publicou notícias secundárias após a notícia principal, dentro da baliza temporal definida para este estudo)*
Dados contextuais/ outras informações		Cidade do Vaticano, 4		Nações Unidas (Nova Iorque), 4	
Conteúdo no interior da edição					
Antetítulo					
Título		**O Papa ofereceu a U Thant obras de arte modernas**		**Presentes trocados**	
Pós-título					
Texto	DN.1	A visita de Paulo VI á O.N.U. deu ocasião, como de costume, nas visitas oficiais de chefes de Estado a troca de presentes.	JN.1	Paulo VI presenteou as Nações Unidas com um crucifixo clavejado de diamantes e um anel de diamantes, no valor de cerca de 4 300 contos, e sugeriu que os mesmos fossem vendidos para auxílio à campanha contra a fome.	
	DN.2	Na sede da O.N.U., o Santo Padre ofereceu obras de arte de autores modernos - quadros e bronzes - a U Thant secretário geral da organização internacional, a Amintore Fanfani, presidente da Assembleia, ao presidente Johnson e ao secretário de Estado Dean Rusk.	JN.2	O pontífice fez a dádiva durante a sua visita ao secretário-geral, U Thant, numa cerimónia realizada no 38.º andar do edifício das Nações Unidas.	
	DN.3	Por outro lado, presenteou o cardeal Spellman, arcebispo de Nova Iorque com paramentos e objectos de culto.	JN.3	Em retribuição, o secretário-geral deu ao Papa uma medalha comemorativa do Ano da Cooperação Internacional e uma tijela de prata birmanesa numa caixa de madeira com a inscrição: «Aquele que se conquista a si próprio é o maior de todos os conquistadores».	
	DN.4	Nos círculos do Vaticano notou-se que Paulo VI escolheu intencionalmente obras de arte com temas sachos *[sic.]* , de autores modernos, a fim de salientar a predilecção pela arte contemporânea e patentear o empenho, como fez num discurso, num restabelecimento do diálogo entre a Igreja e os artistas. - (F.P.)	JN.4	Como presente pessoal a U Thant, o Papa ofereceu uma escultura em bronze, que descreveu como um «símbolo de amor e de paz».	
		(NOTA: a 7 de outubro, o DN *publicou uma notícia sob o título «Valiosos presentes trocados em Nova Iorque», que apresenta uma maior correspondência ao texto do* JN *na coluna ao lado do que a transcrita supra. Todavia, extravasando a baliza temporal definida, não foi considerada para este levantamento)*	JN.5	Numa recepção anterior a diplomatas, o Papa presenteou as Nações Unidas com uma pintura da crucifixação do pintor francês Georges Roualt. - (R.)	

Papa Paulo VI (1965) - XIV

Notícias secundárias	Not. sec.13	DN	Not. sec.10	JN	DA
Edição		5 de outubro de 1965		5 de outubro de 1965	*(NOTA: o* DA *não publicou notícias secundárias após a notícia principal, dentro da baliza temporal definida para este estudo)*
Dados contextuais/ outras informações		Nova Iorque, 4		Nova Iorque, 4	
Conteúdo no interior da edição					
Antetítulo					
Título		**A primeira a chegar à Catedral de São Patrício: uma criada negra**		**Catedral**	
Pós-título				**passada a pente fino**	
Texto	DN.1	Uma empregada doméstica negra, de 23 anos, foi a primeira a chegar á Catedral de S. Patrício, nesta cidade, para começar uma vigília de toda a noite, a fim de ver o Papa.	JN.1	Uma empregada doméstica negra, de 23 anos, foi a primeira mulher a chegar à catedral de St. Patrick, nesta cidade, para começar uma vigília durante toda a noite, a fim de ver Paulo VI.	
	DN.2	Sherry Felden, que estava embrulhada em cobertores por causa do vento frio que soprava ao longo da Quinta Avenida, declarou que era católica romana.	JN.2	A jovem, Sherry Felden, que estava embrulhada em cobertores por causa do vento frio que soprava ao longo da Quinta Avenida, declarou que era católica romana.	
	DN.3	O templo foi cercado pela Polícia, armada com bastões. As autoridades declararam que homens dos serviços secretos e técnicos em bombas tinham passado a pente fino a catedral. - (R.)	JN.3	O templo foi cercado pela polícia, armada com bastões. As autoridades declararam que homens dos Serviços Secretos e técnicos em bombas tinham passado a pente fino a catedral. - (R.)	

Papa Paulo VI (1965) - XV

Notícias secundárias	Not. sec.14	DN	Not. sec.11	JN	DA
Edição		5 de outubro de 1965		5 de outubro de 1965	*(NOTA: o* DA *não publicou notícias secundárias após a notícia principal, dentro da baliza temporal definida para este estudo)*
Dados contextuais/ outras informações		Nova Iorque, 5		Nova Iorque, 5	
Conteúdo no interior da edição					
Antetítulo				**De madrugada**	
Título		**Paulo VI**		**Paulo VI**	
Pós-título		**partiu de Nova Iorque em viagem directa para Roma**		**de regresso a Roma**	
Texto	DN.1	Terminada a sua histórica viagem, o Papa Paulo VI partiu de regresso á Europa. O avião pontifício descolou do aeroporto Kennedy ás 23 horas e 30 (3 e 30, em Lisboa) a caminho de Roma.	JN.1	Terminada a sua histórica viagem, o Papa Paulo VI partiu de regresso à Europa. O avião pontifício descolou do Aeroporto Kennedy às 23 horas e 30 (3 e 30 em Lisboa) a caminho de Roma. - (ANI)	
	DN.2	**Intertítulo 1: As gratas palavras do Papa**			
	DN.3	Momentos antes de embarcar, o Papa proferiu o seguinte discurso:			
	DN.4	«Estamos sinceramente gratos a todos vós, pelas saudações com que distinguiram a nossa presença aqui. Agradecemos ao presidente, ao secretário-geral e a todos os membros das Nações Unidas, ao presidente dos Estados Unidos da América do Norte e ás autoridades federais, ao governador do Estado de Nova Iorque, ás entidades estaduais, ao «mayor» da cidade e Nova Iorque e ás entidades municipais. A nossa gratidão vai também para o cardeal-arcebispo e para os seus padres, religiosos e povo crente, e estamos gratos a todos os cidadãos desta grande metrópole e a todos os Estados Unidos da América do Norte pelas suas entusiásticas e afectuosas boas-vindas.			
	DN.5	(-) A nossa muito breve visita deu-nos uma grande honra: a de proclamarmos a paz ao Mundo inteiro da sede das Nações Unidas. Nunca esqueceremos esta hora extraordinaria, nem chegaremos á conclusão mais ajustada do que manifestar o desejo de que o lugar central das relações humanas para a paz civil no Mundo possa sempre estar conscio e digno do seu alto privilégio.			
	DN.6	À América, os nossos piedosos desejos de prosperidade e de paz, sob o governo da lei, em concordia com as outras nações do Mundo. E a nossa benção mais sincera para o seu povo, as suas famílias, o seu Governo, os seus lares e escolas e igrejas, uma nação, sob Deus, livre e indivisível.			
	DN.7	Deus abençoe a América. Deus vos abençoe a todos vós». - (ANI)			

Papa Paulo VI (1965) - XVI

Notícias secundárias	Not. sec.15	DN	Not. sec.12	JN	DA
Edição		5 de outubro de 1965		5 de outubro de 1965	*(NOTA: o* DA *não publicou notícias secundárias após a notícia principal, dentro da baliza temporal definida para este estudo)*
Dados contextuais/ outras informações		Londres, 4		Londres, 4	
Primeira página: título		**Vozes do mundo**			
Primeira página: texto	DN.1	ALEMANHA - Os que não escutaram o apelo à paz em Belém não precisavam de o escutar em Nova Iorque.			
	DN.2	FRANÇA - O Papa apoiou a mais alta mas também a mais frágil instituição internacional.			
	DN.3	BRASIL - Um acto de humildade e um desafio. (Ler na 5.ª página)			
Conteúdo no interior da edição					
Antetítulo		**As reacções mundiais**			
Título		**Louvores e algumas dúvidas levantou nas capitais do mundo**		**Reacções de louvor e dúvida**	
Pós-título		**a visita do Sumo Pontífice às Nações Unidas**			
Texto	DN.4	A jornada de paz do Papa Paulo VI a Nova Iorque conquistou louvores – e levantou algumas duvidas – hoje nas capitais do Mundo.	JN.1	A jornada de paz do Papa Paulo VI a Nova Iorque conquistou louvores – e levantou algumas dúvidas – nas capitais do Mundo. Vejamos algumas reacções:	
	DN.5	Os correspondentes da «Reuter» comunicaram as seguintes reacções:	JN.2	MOSCOVO – o jornal governamental soviético «Izvéstia» dá a notícia da visita numa curta frase, na página interior, mencionado meramente que o Papa iria discursar na Assembleia Geral da O.N.U.	
	DN.6	Moscovo – o jornal governamental soviético «Izvestia» dá a notícia da visita numa curta frase, na página interior, mencionando meramente que o Papa iria discursar na assembleia geral das Nações Unidas.	JN.3	HAMBURGO – O jornal «Die Welt» pergunta se as Nações Unidas (o lugar onde Kruschev tinha batido com o seu sapato sobre uma secretária) seria o lugar apropriado para o apelo do Papa a favor da paz.	
	DN.7	Hamburgo – o jornal «Die Weít» pergunta se as Nações Unidas - o lugar onde o dirigente soviético Nikita Kruschef tinha batido com o seu sapato sobre uma secretária - seria o lugar apropriado para o apelo do Papa a favor da paz. Os que não escutaram o seu apelo á paz em Belém não precisavam de escutar o seu em Nova Iorque. *[sic.]*	JN.4	COPENHAGA – O jornal independente «Information» diz que a visita constituía mais um passo no quebrar do encarceramento voluntário do Vaticano.	

	DN.8	Copenhaga - o jornal independente «Information» diz que a visita constituía mais um passo no quebrar do encarceramento voluntário do Vaticano. Alguns poderão dizer que a cruzada de paz do Papa fora lenta a vir, mas não era tarde de mais nas relações quanto ás ameaças e perigos da época.	JN.5	RIO DE JANEIRO – O jornal «O Globo» classifica a decisão do Papa como sendo «simultaneamente um acto de humildade e um desafio».		
	DN.9	Rio de Janeiro – o jornal «O Globo» classifica a decisão do Papa, de visitar as Nações Unidas, como sendo «simultaneamente um acto de humildade e um desafio». Com a liberdade, a justiça e a paz destruídas ou dificultadas em muitas partes do Mundo, o Papa dirigia-se aos homens que poderiam fazer alguma coisa acerca desta situação, e apelar para acção antes de ser tarde de mais.	JN.6	BUENOS AIRES – O jornal de língua inglesa «Buenos Aires Herald» diz: «Nenhum homem do Mundo poderia, com um simples acto, fazer tanto pelas Nações Unidas».		
	DN.10	Buenos Aires – o jornal em língua inglesa «Buenos Aires Herald» diz: «Nenhum homem no Mundo poderia, com um simples acto, fazer tanto pelas Nações Unidas».	JN.7	PARIS – O jornal independente «Le Monde» diz que o Papa levava a sua autoridade espiritual para apoio da «mais alta mas também a mais frágil instituição internacional – as Nações Unidas». O esquerdista «L'Express» diz que o Papa tinha assumido o risco de envolver a Igreja numa batalha básicamente política. - (R.)		
	DN.11	Paris – o jornal independente «Le Monde» diz que o Papa levava a sua autoridade espiritual para apoio da «mais alta mas também a mais frágil instituição internacional – as Nações Unidas».				
	DN.12	O jornal da esquerda «L'Express» diz que o Papa tinha assumido o risco de envolver a Igreja numa batalha basicamente política «porque julga que o planeta está a tomar riscos muito mais assustadores». - (R.)				

1979

Papa João Paulo II (1979) - I

Notícias secundárias	Not. sec.1	**DN**	Not. sec. 1	**JN**		**DA**
Edição		2 de outubro de 1979		2 de outubro de 1979		*(NOTA: a primeira notícia secundária do* DA *apenas foi publicada no dia 6 de outubro -* vide infra*)*
Dados contextuais/ outras informações						
Primeira página: antetítulo						
Primeira página: título				**Visita aos Estados Unidos iniciada em Boston**		
Primeira página: pós-título				**Rosalynn Carter saudou o Papa João Paulo II**		
Conteúdo no interior da edição						
Antetítulo		**A viagem do Papa à Irlanda e aos E.U.A.**		**João Paulo II à chegada a Boston**		
Título		**João Paulo II ao deixar Dublin apelou para «uma nova visão de esperança»**		**«A América abriu-me o seu coração»**		
Pós-título				**O Papa era aguardado por Rosalynn Carter**		
Texto	DN.1	«Vim aqui para proclamar a paz e o amor, para vos falar do Filho de Deus feito homem da vossa vida em Cristo. Sim, como sucessor do apóstolo Pedro, vim confirmar a minha fraternidade nata e pedir a toda a Irlanda que eleve o seu coração para uma nova visão da esperança - como o disse S. Paulo - em Cristo Jesus reside a nossa esperança.» Com estas palavras João Paulo II despediu-se do povo irlandês, quando, na tarde de ontem, pôs termo à sua histórica visita áquele país, embarcando no aeroporto de Shannon, em Dublin, em direcção aos Estados Unidos da América. Respondendo ao breve discurso do Presidente da República, o Papa afirmou: «estou muito grato por todas as bondades que me manifestaram as autoridades civis e religiosas deste país. Com o apóstolo Paulo imploro-vos agora e para sempre de levarem «uma vida digna do apelo que recebestes».	JN.1	Foi sob uma cacimba ligeira, tomando dum céu cinzento e baixo, que o Papa iniciou, ontem, a sua visita oficial aos EUA.		

DN.2	Depois dos seus veementes apelos ao termo da violência na Irlanda do Norte, a paz e ao amor baseados na igualdade e na justiça, João Paulo II dedicou a sua homilia, proferida ontem de manhã, terceiro dia da sua visita á Irlanda, em Limerick, á condenação do aborto e do divórcio bem como a uma nova chamada de atenção contra os perigos da sociedade de consumo. Na sua última missa em terras irlandesas o Papa disse nomeadamente: «A Irlanda está num ponto decisivo da sua história e os irlandeses devem escolher bem o seu futuro. Escolhereis como tantos países, o crescimento económico e os bens materiais em vez das coisas do Espírito?»	JN.2	Beijando o solo americano, o Papa foi imediatamente acolhido por Rosalyinn Carter, mulher do presidente americano, totalmente vestid de preto.	
DN.3	**Intertítulo 1: Condenação do aborto**	JN.3	Em seguida, foi saudado pelo porta-voz da Câmara americana dos Representantes, Thomas O'Neill, pelo senador Edward Kennedy e por todos os cardeais americanos.	
DN.4	Falando perante mais de 205 mil pessoas, em Limerick, na zona tradicionalmente conservadora do sudoeste da ilha, João Paulo II considerou o aborto como um dos «crimes mais abomináveis» pois que «atacar a vida no momento da sua concepção é minar toda a ordem moral que defende o bem-estar do homem», afirmando, a propósito do divórcio, «a estabilidade e a santidade do casamento estão a ser ameaçadas pelas novas ideias; o divórcio depois de aprovado num país torna-se cada vez mais fácil de obter e transforma-se num acontecimento normal da vida».	JN.4	Monsenhor Humberto Medeiros, cardeal-arcebispo de Boston, por seu turno, tinha ido saudar o Sumo Pontífice a bordo do avião.	
DN.5	O Papa exortou, na ocasião, os irlandeses a manterem a sua «tradicional atitude perante a santidade e indissolubilidade do casamento», não fazendo, no entanto, qualquer alusão nem á lei já aprovada no Parlamento irlandês que visa facultar a venda limitada de contraceptivos aos casais legalmente constituídos, nem aos milhares de mulheres que se deslocam anualmente á Grã-Bretanha para fazerem abortos legais, que a lei irlandesa proíbe.	JN.5	Acompanhado pela sr.ª Carter e pelo cardeal Medeiros, o Papa subiu em seguida ao pódio decorado com as cores da Santa Sé e foi longamente aplaudido.	
DN.6	A multidão, na sua maioria constituída por camponeses da região, ovacionou durante largos minutos João Paulo II, quando este desceu do helicóptero para se dirigir ao altar muito simples, coberto com as cores do Vaticano, que o esperava em Limerick, para a sua última missa campal na Irlanda e, voltou a interrompê-lo, quando, na sua homilia, afirmou «Amem a terra, o trabalho dos campos, pois ele mantém as pessoas próximas do Deus criador dum modo muito especial», acrescentando que «se sentia particularmente á vontade entre pessoas de origem rural».	JN.6	«É com amor que lhes desejamos as boas-vindas» - disse Rosalynn Carter, visivelmente emocionada. «Para nós não sois um estrangeiro acrescentou - porque conhecemos a vossa compaixão para com os pobres deste Mundo e o vosso interesse pelos valores da vida». «A nossa nação - concluiu - sempre procurou a justiça e a paz e, nesse sentido, sois um dos nossos».	
DN.7	**Intertítulo 2: Oração à virgem no Santuário de Knock**	JN.7		

DN.8	No dia anterior, o Papa tinha vivido outro momento alto da sua «peregrinação á Irlanda», como ele próprio classificou a sua visita, desta feita ao visitar o santuário Mariano de Knock, no interior rural da ilha, lugar onde vêm em peregrinação mais de um milhão de católicos, cada ano. Ao celebrar missa no santuário, na noite de domingo, o Santo Padre não deixou de implorar a intercessão da Virgem Maria no conflito de Ulster. «Ensina-nos que os meios do ma nunca podem levar a um bom fim, que toda a vida humana é sagrada que o assassínio é assassínio, seja qual for o seu motivo ou fim.»	JN.8	«É uma grande alegria para mim - respondeu o Papa - encontrar-me aqui e iniciar a minha viagem pastoral pelos Estados Unidos em Boston, símbolo da hospitalidade americana». «Quero - acrescentou saudar cada americano, sejam quais forem a sua raça e sua religião». «Espero com impaciência - salientou - o momento em que poderei encontrar-me com o vosso presidente».
DN.9	Antes de se retirar para orar silenciosamente no interior da velha igreja de pedra, João Paulo II afirmou: «Eis-me aqui na meta da minha viagem á Irlanda: venho hoje aqui ao santuário de Nossa Senhora em Knock, porque quero que todos saibam que a minha devoção a Maria me une, de modo muito especial, ao povo da Irlanda» e acrescentou «a vossa veneração está tão profundamente ligada á vossa fé que as suas origens se perdem nos primeiros séculos da evangelização do vosso país».	JN.9	Depois de ter agradecido ao Episcopado americano, lamentou não poder encontrar-se com todos os americanos, que tinham mostrado desejo de o receber pessoalmente. «A América - disse - abriu-me o seu coração».
DN.10	Igualmente a juventude esteve presente na oração que o Papa elevou á Virgem em Knock: «grande é a nossa apreensão pelas almas jovens que são apanhadas nos actos sangrentos da vingança e do ódio» e para eles pediu a especial protecção de Maria.	JN.10	Em Nova Iorque, na véspera da visita do Papa João Paulo II à sede da Organização das Nações Unidas, o secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, manifestou a sua gratidão ao sumo pontífice, classificando a visita como «acontecimento de profundo significado e encorajamento para toda a família humana».
DN.11	Ainda ontem de manhã, antes da deslocação a Limerick, João Paulo II estivera presente numa confraternização com mais de mil padres e seminaristas do seminário de Maynooth, com os quais viveu momentos de descontracção e demonstrou, uma vez mais, o seu bom humor ao afirmar em relação ao seu inglês, «creio que só cometi dois erros».	JN.11	Em mensagem publicada na ONU, Waldheim afirma que «a busca da paz, da justiça, da equidade e do respeito pelos direitos de toda a Humanidade transcede a esfera temporal» e que «a visita de Sua Santidade o Papa João Paulo II dá grande impulso aos esforços desenvolvidos nesse sentido, conferindo-lhes todo o seu significado».
DN.12	Comovido com a recepção que o esperava em Maynooth e com os canticos da sua juventude que os seminaristas entoavam, o Papa Wojtyla prestou homenagem aos missionários irlandeses declarando: «nos séculos IX e X, os monges irlandeses reacenderam a chama da fé, em regiões onde esta estava baixa, ou mesmo extinta, pelo colapso do império romano e, evangelizaram novas nações ainda não evangelizadas, incluindo áreas da minha Polónia. Como posso esquecer que existe um mosteiro irlandês em Kiev, tão a leste, desde o século XIII, e que houve mesmo um colégio irlandês, durante algum tempo, na minha própria cidade de Cracóvia, durante a peregrinação de Cromwell».	JN.12	Depois de salientar que a ONU «procura a unidade na diversidade, unindo povos de fé e culturas extremamente diversas, em busca do bem comum», Waldheim acrescenta que a visita do Santo Padre «sublinha a unidade essencial da Humanidade, resolvida a construir um futuro melhor».

DN.13	Finalmente, muitos foram os aplausos que sublinharam a passagem em que o Papa pediu a sacerdotes e freiras que se vestissem de forma a poderem ser facilmente identificadas nas ruas, em vez de se disfarçarem com vestes e comportamentos vulgares.	JN.13	A jornada de hoje, na ONU, será exclusivamente dedicada à visita do Papa João Paulo II, sendo suspensos os trabalhos regulares da Assembleia Geral.
DN.14	**Intertítulo 3: Mensagem do Papa aos bispos irlandeses**		Caixa de texto: **O oposto de fuga**
DN.15	Reunido com os bispos irlandeses na noite de domingo, o Papa não deixou de os exortar a «reflectirem de antemão sobre como impedir o derramamento de sangue, o ódio e o terror, em como fortalecer a paz e em como poupar o povo a esses terríveis sofrimentos», apelando para «actos individuais de mediação, persuasão, influência moral e solicitações firmes».	JN.14	No início da sua visita aos EUA, o Papa exortou os jovens americanos a não procurarem fugir das responsabilidades através do seu egoísmo, sexo, drogas, violência ou indiferença.
DN.16	E continuou: «O de dever dos pastores da Igreja é guiar e apoiar o seu rebanho, o povo de Deus. Mas só podem cumprir esse dever sofrendo com aqueles que sofrem e chorando com aqueles que choram», acrescentando: «precisamente porque não temos defesa, possuímos um direito e um dever muito especiais de influenciar aqueles que empunham a espada da autoridade. Porque é sabido de todos que, no domínio da acção política tal como noutros, não é a espada que vai obter tudo. Há razões mais profundas e leis mais fortes que aquela a que os homens, as nações e os povos estão submetidos. Cabe-nos a nós discernir essas razões e, á sua luz, transformarmo-nos nos porta-vozes da ordem moral perante aqueles que possuem a autoridade». *[sic.]*	JN.15	O Sumo Pontífice declarou a uma grande multidão reunida em Boston: «É parte da vossa tarefa no Mundo, e da Igeja, revelar o verdadeiro significado da vida, quando o ódio, a negligência ou o egoísmo ameaçam apoderar-se do Mundo.
DN.17	**Intertítulo 4: Críticas de protestantes**	JN.16	«Face a problemas e desapontamentos, muitas pessoas tentarão fugir à sua responsabilidade, por meio de egoísmo, prazer sexual, drogas, violência, indiferença e atitudes cínicas.
DN.18	Entretanto, a reacção aos apelos de paz de João Paulo II começa a tomar contornos mais precisos. Desta forma, os meios nacionalistas protestantes do Ulster criticaram vivamente o Papa, acusando-o de justificar indirectamente a violência.	JN.17	«Mas, hoje, proponho-vos a opção do amor, que é o oposto de fuga.»
DN.19	Enoch Powell, deputado unionista, disse à BBC que, no pedir aos políticos que «não causem as condições que provocam a violência», o Papa tinha «colocado os homens da violência no Poder». Também o reverendo Ian Paisley, igualmente deputado unionista, acusou o Papa de ter falado «dos remédios para combater a injustiça e a descriminação social», mas dando-lhes prioridade em relação «à lei e à ordem».		

DN.20	Por seu lado, o Sinn Fein «Provisório», ala política do Exército Republicano Irlandês (IRA) exporá, hoje, de forma oficial, a sua reacção às palavras de João Paulo II sobre a violência no Ulster, não estando afastada a hipótese de um cessar-fogo, que teria como contrapartida o reconhecimento do direito à liberdade política e cultural que o Papa mencionou em Drogheda e, ainda, a abertura de uma conferência com a participação de representantes do IRA.
DN.21	Deixando atrás de si uma mensagem de paz, João Paulo II dirige-se agora aos Estados Unidos, onde celebrará a sua primeira missa cerca das 18 horas de Boston (meia-noite de Portugal). Hoje, o Santo Padre é recebido na ONU pelo secretário-geral das Nações Unidas, Kurt Waldheim e, de seguida, pronunciará um discurso sobre a paz no Mundo. À noite, celebrará missa no estádio de basebol Yankee, em Nova Iorque.
Rubrica «À margem»	Caixa de texto 1: **Extrema-unção**
DN.22	Pela primeira vez na história um Papa administrou em público o sacramento da unção dos enfermos, vulgarmente conhecido por «extrema-unção». O facto decorreu em Knock, tendo João Paulo II seguido a linha traçada pelo Vaticano II que restaurou este sacramento no seu sentido primitivo de purificação do corpo e da alma.
	Caixa de texto 2: **Amigo de cativeiro**
DN.23	Com muita emoção, o Papa João Paulo II reviu, ontem, em Dublin, um padre que conheceu no campo de concentração. O padre Marian, de 75 anos, hoje cego e paralisado, foi a Inglaterra para assistir a uma recepção organizada pelos 350 membros da comunidade polaca da Irlanda. O padre Marian, sobreviveu, em dois anos e meio, aos campos da Auschwitz, Birkenau, Buchenwald e Dachau.
	Caixa de texto 3: **Alguns números**
DN.24	A Igreja da Irlanda despendeu, com a visita do Papa ao seu país, aproximadamente 4,3 milhões de dólares, qualquer coisa como 172 mil contos. As colectas especiais realizadas nas 1289 paróquias do país e as ofertas dos sacerdotes católicos totalizaram cerca de 3,2 milhões de dólares, pelo que a Igreja irlandesa terá que buscar cerca de 45 mil contos noutras fontes.
DN.25	Entretanto, segundo a Junta de Turismo Irlandês, calcula-se que se tenham deslocado à Irlanda mais de 140 mil estrangeiros, na sua grande maioria vindos da Grã-Bretanha.

DN.26	Cerca de dois milhares e meio de jornalistas foram credenciados para esta visita papal, mais mil do que os que efectuaram a cobertura da visita de João Paulo II à Polónia.
	Caixa de texto 4: **«Cocktail»**
DN.27	Os habitantes de Dublin vão poder beber, à saúde do Papa, um novo «cocktail» criado agora e naturalmente baptizado de «JP.II».
DN.28	Creme de mental, licor de «Whisky» e natas compõem esta nova bebida, cuja dosagem foi contudo mantida secreta pelo seu inventor, um «barman» de um dos grandes hotéis da capital*[sic.]*
DN.29	O inventor considerou, com grande simplicidade, que o seu novo «cocktail» era simplesmente «divino».
	Caixa de texto 5: **Telegrama de Margaret Thatcher**
DN.30	«Temos esperança que as palavras do Papa contribuam para criar um novo espírito de cooperação e entendimento entre o povo da República da Irlanda e o ajude a libertar do terrorismo e do medo», afirma a primeiro-ministro Margaret Thatcher em mensagem enviada a João Paulo II.
	Caixa de texto 6: **Comitiva numerosa**
DN.31	O Papa é acompanhado pelo seu «Governo», de que fazem parte o cardeal Agostinho Casaroli, secretário de Estado, e mons. Eduardo Somaio, substituto da Secretaria de Estado.
DN.32	A comitiva inclui ainda mais uma dezena de pessoas, entre as quais o seu médico particular, prof. Renato Buzzonetti, e o seu «gorila» e tesoureiro, o imponente mons. Paul Marcinkus, arcebispo americano de origem lituana.
DN.33	Um secretário ocupa-se especialmente da pasta que guarda os discursos, sermões e alocuções que o Papa irá proferir durante esta jornada de 11 dias.
DN.34	Para esta deslocação foram preparadas umas 60 alocuções. Nas anteriores viagens à Polónia e ao México, João Paulo II usou da palavra 37 e 35 vezes, respectivamente.
	Caixa de texto 7: **Arcebispo de Cantuária**

	DN.35	O arcebispo de Cantuária, dr. Donald Coggan, chefe espiritual da Igreja Anglicana, afirmou que a visita papal emocionou todos os cristãos: «estamos profundamente gratos, em particular, pela muito enérgica condenação dada inequivocamente à violência». «Esperamos que haja uma forte resposta a este apelo pela construção de novas oportunidades para a reconciliação que a visita papal proporcionou.»				
		Caixa de texto 8: **Próximas deslocações**				
	DN.36	Depois de ter vindo a lume a informação de que o Papa João Paulo II se deslocaria ao Japão e à URSS, a este último país provavelmente aquando dos Jogos Olímpicos, ontem foi a vez de fontes da Santa Sé terem declarado que é francamente possível que o Santo Padre se desloque às Filipinas, a fim de assistir ao Congresso Missionário Internacional, que terá lugar de 2 a 6 de Dezembro, em Manila. A decisão definitiva sobre esta matéria será tomada logo que o Papa regresse dos Estados Unidos.				

Papa João Paulo II (1979) - II

Notícias secundárias	Not. sec.2	DN	JN	DA
Edição		2 de outubro de 1979	*(NOTA: o* JN *não publicou outras notícias secundárias antes da notícia principal, como fez o* DN*)*	*(NOTA: a primeira notícia secundária do* DA *apenas foi publicada no dia 6 de outubro -* vide infra*)*
Dados contextuais/ outras informações				
Primeira página: antetítulo		**«Os céus lavaram Boston para receber o Papa»**		
Primeira página: título		**O cardeal arcebispo Humberto de Medeiros apresentou as boas-vindas a João Paulo II**		
Primeira página: pós-título				
Primeira página: texto	DN.1	Dizer que uma onda de emoção varreu os Estados Unidos quando o avião especial do Papa desceu em Boston poderá parecer exagero, mas não é. Com efeito, desde as primeiras páginas dos jornais ao homeme da rua, religioso ou não, desde o presidente da Câmara de Nova Iorque, que é judeu ortodoxo, até aos bispos católicos e protestantes da cidade que se juntaram numa mensagem comum de saudação ao mais respeitado e ecuménico chefe religioso do Mundo, todo o país aparece sintonizado para o grande acontecimento que é a viagem oficial de um Papa aos Estados Unidos e que, curiosamente, não ocorreu durante o mandato de John Fitzgerald Kennedy, o único presidente católico da nação americana. *[sic.]*		
	DN.2	«Os céus lavaram Boston para receber João Paulo II», escrevia ontem, em primeira página, o «Daily News», o jornal nova-iorquino que tem dedicado mais espaço e mais força à viagem papal. Com efeito, o tempo tem estado carregado de humidade, quente e chuvoso, não conseguindo quebrar, porém, o entusiasmo como que em Boston, Nova Iorque, Filadélfia, Des Moines, Chicago e Washington, estão a ser feitos os preparativos para a viagem do Papa.		
	DN.3	Por uma coincidência que muito alegrou a colónia portuguesa residente, foi um descendente de portugueses a primeira pessoa a cumprimentar o Sumo Pontífice à sua chegada aos Estados Unidos. (Continua na 10.ª página)		
Conteúdo no interior da edição				
Antetítulo		**Hoje em Nova Iorque, às 16 horas**		
Título		**Falar da paz ao Mundo**		
Pós-título				
Texto	DN.4	(Continuado da 1.ª página) Foi efectivamente ao cardeal-arcebispo de Boston, o açoriano Humberto de Medeiros, que coube a honra de dirigir ao Papa as primeiras palavras de boas-vindas.		
	DN.5	**Intertítulo 1: Nunca mais a guerra**		

DN.6	A presença de João Paulo II nas Nações Unidas, esta manhã, tem feito recordar a visita de Paulo VI em 1965, a convite de U Thant. Aliás, num manuscrito inédito, escrito pouco tempo antes da sua morte, o predecessor de Kurt Waldheim deixou esta frase: «Terei deixado alguma coisa com significado histórico durante a década em que fui secretário-geral das Nações Unidas? Sim, devo mencionar a histórica visita de Sua Santidade o Papa Paulo VI ás Nações Unidas, a 4 de outubro de 1965».
DN.7	Esse sentimento de intervenção histórica, de solidariedade internacional ao mais alto nível, de reconhecimento de que o Papa se encontra junto dos povos, uma receptividade incomparável e inacessível a qualquer outro «leader», volta a ser tangível nesta manhã de Outubro, aqui, nas Nações Unidas, de onde João Paulo II vai falar ao Mundo, sabendo - com a certeza que mais nenhum estadista no Mundo poderá ter - que será scutado por milhões e milhões de homens em todo o planeta.
DN.8	Ninguém duvida de que a tónica do discurso papal (que será proferido ás 12 horas de Nova Iorque (16 horas de Lisboa) versará a paz no Mundo e retomará o pensamento de Paulo VI, deixado na mensagem aqui proferida há 14 anos, sob o título «Nunca mais a guerra». E ninguém duvida também de que hoje, mais ainda do que ontem e oxalá que muito menos do que amanhã, a consciência do Mundo precisa de ser despertada para os trágicos limites do seu tempo de esperança e de recuperação.
DN.9	**Intertítulo 2: A ofensiva da imprensa**
DN.10	Mais de dois mil correspondentes avançaram sobre Manhattan e procuram afanosamente um cartão de acesso á sala da Assembleia Geral, onde apenas terão entrada 200 jornalistas. Outros 400 poderão instalar-se na sala de Imprensa equipada com circuitos internos de televisão. Os restantes 1400, para além daqueles que deixaram a sua credencial junto das Nações Unidas para a última hora e que não contam, portanto, em termos de estatística, terão de procurar outro qualquer processo de fazer a cobertura da histórica visita.
DN.11	Ontem de manhã, no sector de Imprensa das Nações Unidas, tivemos ocasião de observar que todos os grandes jornais do Mundo (incluindo os nossos «hermanos» «El País», «Pueblo», «Informaciones» e «Ya») e ainda jornais de que nunca ouvimos falar e que se publicam no Ghana, no Gabão ou em qualquer outro país do Terceiro Mundo, têm os seus correspondentes permanentes nas Nações Unidas com gabinetes próprios. Quando dará a Imprensa portuguesa um passo decisivo para fora do seu círculo de giz?

	DN.12	Além da Imprensa escrita, os repórteres da rádio e da televisão também se encontram aqui maciçamente para enviarem, em som e em imagem, via satélite, todos os passos desta peregrinação papal. Nada terá naturalmente o impacte e a emoção da imagem colorida. Por isso, aqui em Nova Iorque, como de resto em todo o imenso território americano, largos milhões de pessoas se preparam para passar o dia de hoje em casa, frente aos receptores de televisão. Até porque circular hoje em Nova Iorque, particularmente em Manhattan, não vai ser nada fácil. A rede de segurança é de se lhe tirar o chapéu, respeitosamente...			

Papa João Paulo II (1979) - III

Notícias principais		DN	JN		DA
Edição		3 de outubro de 1979	3 de outubro de 1979		4 de outubro de 1979
Dados contextuais/ outras informações		Redator: Helena Marques (enviada especial)	*(Possível redator: José Saraiva, enviado especial que assinou o artigo sobre o discurso de Maria de Lurdes Pintasilgo na AGONU, na véspera)*		
Primeira página: antetítulc			**João Paulo II na Assembleia Geral das Nações Unidas**		
Primeira página: título		**Bênção especial do Papa para o povo português**	**Mensagem de elevado nível moral**		**Papa nas Nações Unidas**
Primeira página: pós-título		**A primeira-ministro, que também foi recebida por Vance, regressa esta manhã a Lisboa**	**Defesa de uma solução justa do problema palestiniano**		**Dramático apelo para que se acabe com as ameaças de guerra por meio de desarmamento nuclear**
Primeira página: texto	DN.1	O Papa enviou uma bênção «muito especial» para o povo português durante a audiência ontem concedida a Maria de Lurdes Pintasilgo, que também foi recebida por Cyrus Vance.		DA.1	João Paulo II chegou anteontem ao aeroporto de La Guardia, em Nova Iorque, onde foi recebido por várias centenas de pessoas e diversas personalidades, à frente das quais se encontrava o secretário geral das Nações Unidas, Kurt Waldheim.
	DN.2	A audiência de João Paulo II á primeiro-ministro portuguesa ocorreu momentos depois de o Santo Padre ter usado da palavra perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, facto a que nos referimos desenvolvidamente na página 8. O discurso do Sumo Pontífice, conforme sublinha a nossa enviada especial Helena Marques, caracterizou-se por duas linhas de força: a salvaguarda da paz e a defesa da dignidade e dos direitos do homem.		DA.2	Hospedeiro oficial do Papa na maior parte da sua estadia em Nova Iorque, Waldheim escoltou João Paulo II ao longo da passadeira vermelha, enquanto este recebia os cumprimentos dos dignitários e homens da Igreja.
	DN.3	Quanto ao encontro com o secretário de Estado americano, que durou mais de uma hora, incidiu sobre aspectos fundamentais da política externa portuguesa e das relações luso-americanas, segundo indicou a própria Lurdes Pintasilgo, em declarações que prestou aos jornalistas em Nova Iorque, antes de tomar o avião de regresso a Lisboa, onde a sua chegada estava prevista para o princípio desta manhã.		DA.3	Sorrindo e obviamente satisfeito com a recepção, João Paulo II conversou com Waldheim enquanto se formava o cortejo de viaturas, precedido por 32 motos da Polícia.
	DN.4	Dessas declarações oferecemos uma súmula mais completa na página 3, num texto em que também se fala das reacções á intervenção da primeiro-ministro na ONU.		DA.4	Dezenas de milhar de pessoas começaram-se a juntar desde esta madrugada ao longo do percurso seguido pelo Papa e junto da sede da ONU, e a imprensa local calcula em que cinco milhões de novaiorquinos verão João Paulo II no dia e meio que este permanecerá em Nova Iorque.
	DN.5	Destas, que foram, de uma forma geral, bastante favoráveis, sobressai a proposta para a elaboração de um projecto de resolução, contendo as linhas mestras do seu discurso, para ser votado ainda no decurso da 31.ª sessão da Assembleia Geral.		DA.5	Já na sede da ONU, João Paulo II pediu a todas as nações para terminarem com as ameaças da guerra por meio do desarmamento nuclear e apelou para que seja dada «uma solução justa» à questão palestiniana.

					DA.6	A contínua preparação de guerra, pela produção de cada vez mais numerosas, poderosas e sofisticadas armas em vários países demonstra que existe um desejo de se estar pronto para a guerra» - disse João Paulo II às 152 nações representadas na ONU.
					DA.7	«E estar pronto para a guerra - acrescentou o Pontífice - significa ser-se capaz de a começar e correr o risco de que alguém algures e em qualquer sítio, desencadeie o terrível mecanismo da destruição geral».
					DA.8	«Embora reconheça o valor licitou uma paz geral para o Médio Oriente que inclua a solução do problema palestiniano.*[sic. - vide* DA.10]
					DA.9	Sobre a situação no Médio Oriente, João Paulo II observou:
					DA.10	«Embora reconheça o valor de qualquer avanço concreto ou tentativa de solução do conflito, não quero deixar de sublinhar a necessidade de que tais pessoas abram caminho a um acordo geral de paz para a área, que - baseada necessariamente no reconhecimento igualitário dos direitos de todos - considere de uma solução justa à questão palestiniana». (Conclui na 2.ª página)*[sic.]*
Conteúdo no interior da edição						
Antetítulo				**João Paulo II perante a Assembleia Geral das Nações Unidas**		
Título		**«Nunca mais uns contra os outros mas sempre uns com os outros**		**Justa solução do problema palestiniano é caminho para a paz no Médio Oriente**		**Papa**
Pós-título		**(-) exortação dirigida ao mundo por João Paulo II quando ontem discursou na ONU**				
Texto	DN.6	Discursando ontem na Assembleia Geral das Nações Unidas, o Papa João Paulo II apelou á paz no mundo, recordando o campo de extermínio de Auschwitz como advertência contra a guerra; afirmou necessidade de um acordo para o Médio Oriente, que inclua a justa solução do problema palestiniano; salientou a importância da Declaração Universal dos Direitos do Homem e sublinhou a dimensão espiritual do homem como fundamento a que tudo se deve subordinar, tendo, neste campo, o cristianismo algo de específico a dar às nações do Mundo. Aclamado de pé pelos representantes das 152 nações membros da ONU, durante uma ovação que durou mais de três minutos, João Paulo II falou durante uma hora, no seu mais universal discurso desde que deixou Roma no passado dia 29 de Setembro.	JN.1	O Papa João Paulo II declarou na Assembleia Geral das Nações Unidas que uma paz geral e global no Médio Oriente deve assentar «no justo reconhecimento dos direitos de todos» e «não pode deixar de incluir a consideração e a justa solução do problema palestiniano».	DA.11	(Conclusão da 1.ª página) Em ligação com este problema, o Papa falou na questão da «tranquilidade, independência e integridade territorial do Líbano dentro de uma fórmula que o torne um exemplo de coexistência pacífica e produtiva entre comunidades distintas.»

	DN.7	«Nunca mais uns contra os outros, através de um contra o outro, mas sempre, e em todas as ocasiões, uns com os outros», assim definiu João Paulo II a paz e o necessário termo á guerra que a corrida aos armamentos adia.	JN.2	Acrescentou que a tranquilidade, a independência e a integridade territorial do Líbano estão ligadas àquele problema.	DA.12	Ainda sobre o Médio Oriente, o chefe da Igreja Católica apelou para a concessão de garantias internacionais que respeitem os direitos dos judeus, muçulmanos e cristãos de Jerusalém.
	DN.8	A guerra «surge e amadurece onde quer que os direitos inadiáveis do homem sejam violados», direitos que o Papa enunciou, citando o direito á vida, o direito á liberdade de expressão e consciência e de religião, direito á educação e á cultura, o direito á propriedade e ao trabalho, ao justo salário, o direito á reunião e á associação, á liberdade de movimentos e o direito a participar na livre escolha do sistema político do povo a que se pertence.	JN.3	No seu discurso, o Soberano Pontífice abordou ainda os seguintes pontos, segundo o resumo feito pela AFP:	DA.13	Na primeira parte do seu discurso, pronunciado em inglês, João Paulo II recordou que a Igreja Católica tem apreciado e apoiado, desde o princípio, o papel da Organização das Nações Unidas, e fez um dramático apelo ao respeito pelos direitos humanos.
	DN.9	Sobre o Médio Oriente, João Paulo II afirmou que «embora reconheça o valor de qualquer avanço concreto ou tentativa de solução do conflito, não quero deixar de sublinhar a necessidade de que tais passos abram caminho a um acordo geral de paz para a área, que, baseado necessariamente no reconhecimento igualitário dos direitos de todos, considere e dê uma solução justa á questão palestiniana».	JN.4	A recordação do campo de extermínio de Auschwitz - que o Papa visitou em Junho último - deve constituir «uma advertência nos caminhos da Humanidade contemporânea a fim de que possa fazer desaparecer de uma vez para sempre qualquer forma de campo de concentração em todo o Globo».	DA.14	A relação entre os diversos sistemas sociais, económicos e políticos - afirmou o Papa - não pode estabelecer-se segundo «um critério de natureza hegemónica imperialista», mas sim de «natureza humanista».
	DN.10	Neste sentido, o Papa fez ainda votos para que seja conferido a Jerusalém «um estatuto especial completado por garantias internacionais», capaz de assegurar o respeito pela natureza particular da cidade, património sagrado, venerado por milhões de crentes de três grandes religiões: o judeísmo, o cristianismo e o Islão.	JN.5	A Declaração Universal dos Direitos do Homem é a «pedra angular» das Nações Unidas e foi paga pelos sofrimentos e sacrifícios de «milhões dos nossos irmãos e irmãs» provocados pelo «embrutecimento que tornou cega e surda a consciência dos seus opressores e dos autores de um verdadeiro genocídio».	DA.15	Discursando com voz calma na sala repleta de diplomatas e jornalistas, o Pontífice recordou que as Nações Unidas nasceram precisamente quando a tecnologia estava a ser dirigida unilateralmente «para os objetivos da guerra, a hegemonia e a conquista».
	DN.11	Referindo-se ainda á guerra, o Santo Padre frisou a necessidade de serem irradiadas as causas dos conflitos: o materialismo exacerbado, a desigualdade económica e social, os abusos do poder político e os atentados á dignidade humana, chamando a atenção para a grave disparidade que opõe as «zonas de sociedade» ás «zonas de fome e crise», a qual, segundo o Papa, não pode ser ultrapassada senão através de uma cooperação organizada de todas as nações, que terá de se abster de «pôr condições de exploração, de dependência económica ou política». *[sic.]*	JN.6	O Papa fez votos para que seja conferido a Jerusalém «um estatuto especial completado por garantias internacionais», capaz de assegurar o respeito pela natureza particular de Jerusalém, «património sagrado, venerado por milhões de crentes das três grandes religiões monoteístas, o Judaísmo, o Cristianismo e o Islão».	DA.16	«Depois da Segunda Guerra Mundial, iniciada em 1939 com a invasão nazi da Polónia - lembrou o antigo arcebispo de Cracóvia - os governos do mundo reconheceram que para não se atacarem e destruírem tinham de se unir».
	DN.12	**Intertítulo 1: Recebido em Boston por Rosalynn Carter**	JN.7	Ao lado do desejo de paz «coexistem o seu contrário e a sua negação». «Os contínuos preparativos de guerra» que a corrida aos armamentos sofisticados representa, «mostram que há quem queira estar preparado para a guerra - e estar preparado significa estar em posição de provocar o conflito.» O espírito de guerra, no seu significado primordial, «surge e amadurece onde quer que os direitos inalienáveis do Homem sejam violados».	DA.17	Mas a única forma de o conseguir - sublinhou- «é através de cada ser humano, pela definição, o reconhecimento e o respeito dos direitos inalienáveis dos indivíduos e das comunidades dos povos».

	DN.13	«É uma grande alegria para mim encontrar-me aqui e iniciar a minha visita pastoral aos Estados Unidos em Boston, símbolo da hospitalidade americana. Possa a paz do Senhor estar sempre convosco», foram as palavras com que João Paulo II respondeu á saudação de boas-vindas que a esposa do presidente Carter lhe dedicou quando, na segunda-feira, o Papa pisou solo americano pela primeira vez.	JN.8	Entre os «direitos inalienáveis do Homem», de que fez uma longa lista, o Papa citou o direito à vida, o direito à liberdade de expressão, à educação e à cultura, o direito à liberdade de consciência e de religião, o direito a manifestar a sua religião individual ou colectivamente, o direito à propriedade e ao trabalho, o direito às condições de trabalho com equidade e a um justo salário, o direito à reunião e à associação, o direito à liberdade de movimentos, o direito à nacionalidade e à residência «e o direito a participar na livre escolha do sistema político do povo a que se pertence».	DA.18	Finalmente, o Papa referiu-se à necessidade de suprimir progressivamente as diferenças entre países «ricos» e «pobres», tendo concluído que o Ano Internacional da Criança deve recordar a todos os países que «não temos o direito de deixar a corrida aos armamentos como herança aos vindouros».
	DN.14	Nessa mesma noite, o Santo Padre celebraria missa, durante a qual se referiu aos problemas próprios da juventude e aos perigos do materialismo da sociedade moderna.	JN.9	A grave disparidade que opõe as «zonas de saciedade» às zonas de fome e de crise não pode ser ultrapassada senão através de uma cooperação organizada de todas as nações, a qual se absterá de «pôr condições de exploração, de dependência económica ou política».	DA.19	**Intertítulo: Papa-ameaça de morte**
	DN.15	Celebrando num altar improvisado no Parque Boston Common, para uma multidão de várias centenas de milhares de pessoas e ladeado por 70 cardeais, arcebispos e bispos da América do Norte, entre os quais se salientava a presença do cardeal Maurice Roy (Quebeque), grande amigo de Paulo VI, João Paulo II afirmou a dado passo da sua homilia:	JN.10	Desde há séculos que a civilização tem um fim essencial: «Dar vida a todas as sociedades políticas uma forma na qual possam ser plenamente garantidos os direitos objectivos do espírito, da consciência humana, da criatividade humana, incluída a relação entre o Homem e Deus». «Somos testemunhas de ameaças e violações que reaparecem neste domínio» - afirmou.	DA.20	As autoridades norte-americanas estão à procura dum motorista de camiões de origem salvadorenha, no seguimento duma ameaça de morte contra o Papa.
	DN.16	«As interrogações que em todo o Mundo, a juventude se põe a si mesma sobre o sentido da vida encontram resposta no Evangelho de S. Marcos, quando cita as palavras de Jesus: «Segue-Me, vem atrás de Mim, fica a meu lado, permanece no Meu amor.»	JN.11	O Papa proferiu o seu discurso em língua inglesa. O discurso durou uma hora e dez minutos, segundo revelaram os Serviços de Informação da O.N.U.	DA.21	O FBI procurou no apartamento de Alberto Roberto Gustave, em Elizabeth, Nova Jérsia, uma pistola metralhadora e quatro caixas de munições, depois de receber uma carta contendo ameaças contra João Paulo II.
	DN.17	E o Santo Padre prosseguiu: «Enganar-me-ei se vos disser que isso pode fazer parte da vossa tarefa, como da da Igreja, revelar o verdadeiro sentido da vida, numa altura em que o ódio, o desinteresse, o egoísmo ameaçam submergir o Mundo?»	JN.12	Entretanto, o Vaticano preparou traduções escritas do discurso em português, francês, espanhol, italiano e alemão.	DA.22	Embora tenha sido dado um alerta geral, não foi passado um mandato de captura, disse um porta-voz do FBI, pois não foi ainda provado que existia uma violação da lei federal.
	DN.18	E acrescentou: «Proponho-vos, hoje, a solução do amor que é o oposto das evasivas. Se verdadeiramente aceitais o amor de Cristo, ele vos conduzirá a Deus.»	JN.13	**Intertítulo 1: Kurt Waldheim: «Para chegar à paz há que ensinar a paz»**	DA.23	A carta mencionava a organização extremista portoriquenha «Frente Armada de Libertação Nacional» (FALN), que tem reivindicado a responsabilidade de vários atentados nos Estados Unidos nos últimos anos.
	DN.19	Entretanto uma manifestação de mil jovens negros e brancos havia percorrido o trajecto que o Papa seguiu do aeroporto até ao lugar onde celebrou missa.	JN.14	Foi a bordo do «Shepard One», o «Boeing-727» especial, onde embarcara 40 minutos antes em Boston, que João Paulo II chegou, às 13,06 horas de ontem, a Nova Iorque.	DA.24	A Polícia de Nova Iorque revelou, por seu turno, que a carta indica que o Papa seria morto terça-feira, e era datada de domingo passado.
	DN.20	A manifestação destinava-se, segundo um dos organizadores, «a indicar que o Papa não deve vir aqui sem ajudar o seu rebanho a derrubar o racismo e a reunir os membros desta cidade envolvidos nele, numa forma de diálogo que ponha termo á violência moral e espiritual que aqui existem».	JN.15	Ao descer do aparelho o Papa recebeu cumprimentos de boas-vindas do secretário-geral das Nações Unidas, Kurt Waldheim, seu anfitrião oficial.	DA.25	A mulher de Gustave, que está a ser interrogada pelas autoridades, afirmou que o seu marido se escondeu há dois meses em El Savador e que não pertence às FALN.

	DN.21	O programa do Papa prosseguia ontem á noite, em Nova York, depois do discurso na ONU, com visita á Catedral de St. Patrick, seguida de celebração campal no Estádio Yankee.	JN.16	João Paulo II recebeu igualmente cumprimentos do «mayor» de Nova Iorque, Edward Koch, do governador do Estado, Hugh Varey, dos senadores Jacob Javits e Daniel Moynihan e de numerosas individualidades que o aguardavam na pista.	DA.26	Um porta-voz declarou que a delegação do FBI em Newark (New Jersey), recebera uma carta com data de 30 de Setembro, segundo a qual o Papa seria ontem morto a tiro.
	DN.22	Hoje, João Paulo II começa o dia com encontros com padres, freiras e estudantes, voando durante a tarde, para Filadélfia, onde celebrará missa no Círculo Logan.	JN.17	Crianças duma escola polaca de Nova Iorque saudaram o Soberano Pontífice com cânticos religiosos.	DA.27	Entretanto, a Polícia de Chicago, cidade que o Papa visitou na terça-feira, informou que colocou sob detenção preventiva numa instituição mental dois homens que fizeram repetidas ameaças contra o Sumo Pontífice.
			JN.18	Na sua alocução de boas-vindas, Waldheim salientou o papel mundial já desempenhado por João Paulo II em apenas um ano de pontificado.	DA.28	Os dois indivíduos, que fizeram ameaças publicamente antes da visita de João Paulo II, não sofrerão acusações judiciais - acrescentou a Polícia.
			JN.19	Evocando as palavras proferidas há 14 anos por Paulo VI, o secretário-geral pôs em relevo o interesse comum que João Paulo II e as Nações Unidas manifestam pela paz, pelo progresso e pela justiça.	DA.29	Não é, porém, de excluir que se trata de uma falsa carta e de uma falsa ameaça.
			JN.20	«Desde o início do vosso pontificado - acrescentou - não haveis poupado esforços para trazer a paz ao Mundo. Haveis compreendido - concluiu - que para chegar à paz há que ensinar a paz».		
			JN.21	Na sua resposta, João Paulo II referiu-se às Nações Unidas como «fórum internacional supremo». Salientando que a sua visita à ONU estava na base desta sua viagem à Irlanda e aos Estados Unidos, evocou os esforços e a determinação dos homens e das mulheres que integram a organização internacional.		
			JN.22	«As Nações Unidas - afirmou o Santo Padre - têm um especial significado para mim, já que unem as necessidades e as aspirações de todos os povos». Reportando-se seguidamente ao artigo primeiro da Carta da ONU fez notar que qualquer progresso humano não pode concretizar-se sem «a cooperação leal e corajosa entre os povos». «A base de todas as coisas - precisou João Paulo II - é a dignidade da pessoa humana: qualquer resolução das Nações Unidas nada é sem merecer a aceitação dos povos».		
			JN.23	Minutos depois o Papa subiu para um automóvel descapotável a caminho de Nova Iorque, ao mesmo tempo que, de maneira algo inesperada, o céu então encoberto se desanuviou deixando brilhar o sol.		
			JN.24	**Intertítulo 2: Polícia fala de ameaças**		

			JN.25	A Polícia de Nova Iorque anunciou estar a procurar um indivíduo de 37 anos que aparentemente ameaçou matar o Papa João Paulo II durante a sua visita à grande cidade norte-americana.	
			JN.26	Um porta-voz declarou que a delegação do FBI em Newark (New Jersey), recebera uma carta com data de 30 de Setembro, segundo a qual o Papa seria ontem morto a tiro.	
			JN.27	A carta afirmava que o FBI encontraria um grande depósito de armas numa morada de Elizabeth (New Jersey). Quando o FBI ali se deslocou, encontrou uma metralhadora e várias caixas vazias de munições - segundo a Polícia.	
			JN.28	A carta seria proveniente das FALN (Fuerzas Armadas de Liberación Nacional), um grupo nacionalista porto-riquenho que reivindicou a responsabilidade de vários ataques à bomba nos Estados Unidos.	
			JN.29	Não é, porém, de excluir que se trata de uma falsa carta e de uma falsa ameaça.	
Outros elementos textuais		Artigo complementar		Artigo complementar	
Antetítulo		**A viagem do Papa aos EUA**			
Título		**Salvaguardar a paz e os direitos dos homens**		**Entre Carter e Kennedy**	
Pós-título					
Dados contextuais/ outras informações		Redator: Helena Marques			
Texto	DN.23	«Faço votos para que todos os povos e nações da Terra, para que todas as comunidades humanas vivam e cresçam em liberdade e na verdade da sua história nacional. (…) Faço votos para que as Nações Unidas permaneçam para sempre o «forum» supremo da paz e da justiça, a autêntica sede da liberdade dos povos e dos indivíduos no seu desejo de um futuro melhor».	JN.30	João Paulo II está a participar, sem querer, no confronto que existe entre o presidente Carter e o senador Edward Kennedy e que domina já a vida política americana a um ano das eleições presidenciais de 1980 - assinala Claude Moisy, da AFP.	
	DN.24	Foi com estas palavras que o Papa João Paulo II terminou a sua mensagem à Assembleia Geral das Nações Unidas, ontem ao meio-dia. Quando a voz do Papa se deixou de ouvir, os representantes da nações e os convidados especiais, que enchiam completamente o vasto recinto, levantaram-se num mesmo movimento espontâneo e aplaudiram longa e calorosamente.	JN.31	O presidente Carter está firmemente decidido a utilizar a visita do Soberano Pontífice para levar os cerca de 25 milhões de eleitores católicos, que votam na maioria democrática, a não apoiarem automaticamente a candidatura do senador Kennedy.	

DN.25	A lição de João Paulo II caracterizou-se por duas linhas de força paralelas: a salvaguarda da paz e a defesa da dignidade e dos direitos dos homens.	JN.32	«A prori», parece que Edward Kennedy, chefe da mais prestigiosa família católica americana de origem irlandesa, está destinado a recolher os maiores benefícios do entusiasmo provocado pela primeira viagem do Papa aos Estados Unidos e do impulso que tal facto não deixará de dar à Igreja Católica nos EUA.	
DN.26	Em relação ao primeiro aspecto, o Sumo Pontífice evocou os conflitos que ameaçam neste momento a paz do Mundo, particularmente a crise do Médio Oriente.	JN.33	Esta vantagem natural do senador do Massachussets é reforçada pelo facto do Soberano Pontífice ter decidido começar o seu périplo americano em Boston, bastião da família Kennedy, onde muitos católicos irlandeses mantêm altos postos políticos.	
DN.27	E denunciou, também, com muita energia, a corrida ao desarmament e as maneiras capciosas como se procura explicar e justificar essa mal disfarçada preparação para a guerra.	JN.34	Edward Kennedy esteve entre as primeiras pessoas que acolheram João Paulo II no aeroporto. Para reduzir esta desvantagem, Jimmy Carter decidiu enviar sua mulher Rosalynn e o seu conselheiro para os assuntos de segurança, Brzezinski, católico de origem polaca tal como o Papa, que o representaram na cerimónia.	
DN.28	O segundo aspecto começou por ser abordado através de uma dramática e comovida evocação do campo de concentração de Auschwitz, que o Papa visitou por ocasião da sua viagem à Polónia.	JN.35	João Paulo II passará três horas na Casa Branca e o programa que lhe foi preparado dá bem a impressão que destina a dar «um pequeno empurrão» à campanha do presidente Carter junto da população católica. Duas recepções terão lugar nos jardins da Casa Branca antes e depois de o Papa se avistar com o chefe do Executivo americano. A primeira é reservada aos membros do Governo do Congresso, do Supremo Tribunal e das grandes instituições do Estado. Depois, à saída do Papa, a segunda recepção terá todo o aspecto de um comício eleitoral. Vários milhares de católicos de todas as regiões dos Estados Unidos foram convidados em função da ajuda que poderão dispensar posteriormente ao presidente Carter na sua campanha. Para muito destes convida- relho político do Partido De- dos, sem graduação no apa- mocrático, é a única ocasião que têm de encontrar o chefe supremo da sua Igreja. Tal facto constitui um previlégio extraordinário e terão certamente uma dívida de gratidão para com o presidente que reverterá em dividendos políticos na sua campanha eleitoral. *[sic.]*	
DN.29	Ao recordar as torturas e os sofrimentos de quantos passaram pelos campos de concentração, João Paulo II comentou que esse alto preço não pode ter sido inutil e considerou que foram justamente as penosas e terríveis experiências aí vividas que haviam de conduzir, logo a seguir á guerra, á elaboração da Declaração dos Direitos do Homem.	JN.36	Além de fervorosos «banhos de multidão» e de bênçãos papais, estas duas recepções serão marcadas por duas trocas de alocuções sucessivas durante as quais Jimmy Carter, pregador nas suas horas vagas na Igreja Baptista, manifestará certamente o seu profundo respeito por todas as religiões e em especial pela Igreja Católica.	
DN.30	Toda a mensagem do Papa vem carregada desta dupla intenção que, por vezes se desdobra em vectores convergentes.		Caixa de texto 1: **IRA diz «Não» ao Papa**	

DN.31	Acontece assim, por exemplo, quando João Paulo evoca a exortação de Paulo VI contra a guerra, a dimensão espiritual da existência humana, a igualdade de direitos entre os homens e as mulheres e entre os países ricos e os países pobres, a necessidade de uma justa redistribuição das riquezas do Mundo, o respeito pela liberdade religiosa ou a construção de uma sociedade digna do futuro neste Ano Internacional da Criança.	JN.37	O IRA Provisório rejeitou o apelo do Papa no sentido de ser posto cobro à violência na Irlanda do Norte.	
DN.32	A força moral do discurso do Papa, levada através do planeta pelos «mass media», coexistiu, durante todo o dia de ontem, com uma atmosfera de autêntica festa colectiva, desdobrada pelas ruas de Nova Iorque, desde o Palácio das Nações Unidas até á catedral de Saint Patric, na Quinta Avenida, e ao Estádio Yankee, onde o Papa celebrou missa campal perante uma gigantesca assistência.	JN.38	«A força continua a ser o único meio de se pôr termo à presença maléfica da Grã-Bretanha na Irlanda» - afirma o IRA Provisório num comunicado distribuído em Belfast.	
DN.33	**Intertítulo 1: «Viva il Papa long livre the Pope»***[sic.]*	JN.39	Esta declaração, que pode ser considerada como traduzindo a atitude do conjunto do movimento, foi feita independentemente da posição tomada em Dublin pelo Sinn Fein Provisório, o qual não está oficialmente ligado ao IRA Provisório, embora seja geralmente considerado seu aliado político. O Sinn Fein manifestou o desejo de se avistar com o Papa.	
DN.34	O Papa chegou a Nova Iorque, e uma multidão avaliada em cinco milhões de pessoas saudou-o ao longo do percurso, desde o aeroporto de La Guardia até ao Palácio das Nações Unidas, na Primeira Avenida.		Caixa de texto 2: **Cobertura jornalística invulgar**	
DN.35	Mas não só as pessoas eram aos milhões, também as flores, amarelas e brancas (as cores papais) eram aos milhões; também as bandeiras; também os dísticos de boas-vindas; e também (quase) as forças de segurança concentradas nas zonas da cidade por onde o Papa iria passar.	JN.40	Catorze mil jornalistas e técnicos da Imprensa de todos os países do Mundo pediram a sua acreditação para a viagem do Papa João Paulo II aos Estados Unidos.	
DN.36	«Benedictus qui venit in nomine domini» foi o hino religioso com que abriu um (pelo menos um) dos canais da televisão.	JN.41	O Departamento do Estado americano nunca teve tantos pedidos de autorizações de permanência. Em 1969, o vôo lunar «Apolo 11», durante o qual o Homem pela primeira vez pisou um corpo celeste diferente da Terra, «só» foi coberto por 3000 jornalistas vindos de 54 países. Cerca de 6500 jornalistas e técnicos asseguram geralmente a cobertura dos Jogos Olímpicos desde 1968.	
DN.37	E se não foi precisamente aquele que «Vem em Nome do Senhor» quem os novaiorquinos saudaram tão calorosamente ontem, de manhã, foi, certamente, aquele que, na sua sensibilidade de nação jovem e permanentemente ávida de um passado que ainda quase não tem, olham como a representação viva da mais antiga instituição política e religiosa do Mundo.	JN.42	Um total de 270 jornalistas segue o Santo Padre no seu périplo americano, quer seja a bordo do seu avião particular, quer seja em diferentes aparelhos fretados para esta ocasião.	

	DN.38	Um vasto leque de minorias vibrou, com particular intensidade e emoção, quando assistiu pela televisão (ou teve o raro privilégio de fazê-lo directamente) à chegada do Papa a La Guardia.			
	DN.39	Essas minorias são, nomeadamente, os católicos: os portugueses, que viram o cardeal Humberto de Medeiros ser a primeira personalidade a saudar o Papa em Boston, quando da sua chegada aos EUA; os irlandeses, que puderam admirar todo o vigor e toda a dimensão da recente visita de João Paulo II à terra dos seus antepassados; e, finalmente, os polacos, que ultrapassam todas as outras minorias em alegria e ingénuio orgulho.			
	DN.40	Mas, obviamente, não foram só as minorias que prestaram ao Papa a extraordinária recepção que o Mundo viu.			
	DN.41	Foi toda a cidade de Nova Iorque, desde os seus cidadãos mais prestigiosos até aos mais anónimos.			
	DN.42	Porque, para todos eles, o Papa situa-se num lugar único no Mundo, quer no plano político, quer no plano religioso.			
	DN.43	Com efeito, o homem que Nova Iorque saudou com gritos calorosos de «Viva il Papa» e «Long live the Pope» significa muito mais do que o chefe de Estado do Vaticano ou o líder religioso de centenas de milhões de pessoas em todo o Mundo.			
	DN.44	Ele consubstancia a única voz que dispõe efectivamente de uma audiência internacional, a única presença para a qual não existem fronteiras, a única afirmação de que a solidariedade entre os homens pode, em termos muito realistas e muito concretos, ultrapassar todas as barreiras da raça, da cor, do sexo e da cultura.			
	DN.45	E se, em termos de dimensão humana e moral, o Papa ocupa um lugar único no Mundo, paralelamente e em termos de situação política e geográfica, Nova Iorque, ou, mais exactamente, as Nações Unidas, constituem uma tribuna única no Mundo.			

DN.46	Daí o imenso interesse com que este povo e os povos de todo o planeta ouviram as palavra do Papa, ontem, a tarde, na Assembleia Geral das Nações Unidas.
DN.47	Palavras que convidam à reflexão, elas serão, sobretudo, e na sequência do apelo de paz lançado há catorze anos, por Paulo VI, um grave alerta lançado à consciência das nações.
Rubrica «**À margem**»	Caixa de texto 1: **Sinal de ecumenismo**
DN.48	Os sinos das diferentes Igrejas Protestantes dos Estados Unidos [t]ocaram, quando João Paulo II pisou, pela primeira vez, solo americano, em sinal de comunhão ecuménica com a visita do Papa. Da mesma forma, os nove chefes das Igrejas Protestantes da Nova Inglaterra enviaram uma carta colectiva ao cardeal Humberto Medeiros, de Boston, oferecendo a sua «completa e cordial» cooperação para a visita de João Paulo II, a quem têm intenção de oferecer uma cruz peitoral onde se encontram gravadas em latim as palavras «que sejamos apenas um».
	Caixa de texto 2: **A filosofia de João Paulo II**
DN.49	Conservador ou progressista? Uma vez mais, a pergunta acerca de João Paulo II e da sua filosofia está posta, a propósito da sua visita à Irlanda e aos Estados Unidos. Segundo o enviado especial da France Press, Antoine Merlino, o Papa surge como conservador em alguns domínios teológicos, tais como o culto da Virgem Maria, o respeito do celibato sacerdotal e a rejeição do aborto, mas resolutamente progressista nas suas mensagens sobre a justiça social. De qualquer modo, para o cardeal de Boston, Humberto Medeiros, a personalidade do Santo Padre e o papel da Igreja Católica no mundo impedem de classificar de maneira tão simplista (conservador ou progressista) a filosofia do Papa que, advogando o espírito ecuménico, a paz, a justiça social e os direitos do ser humano, pretende colocar-se acima de considerações partidárias.
DN.50	Nesta óptica, prossegue Antoine Merlino, João Paulo II aspira, sem dúvida nenhuma, à liderança moral de um mundo em crise, no momento em que não existe nenhuma grande figura carismática.
	Caixa de texto 3: **14 mil jornalistas**

DN.51	O interesse que o Papa tem suscitado na Imprensa atinge níveis sem precedentes, calculando-se que 14 mil jornalistas efectuem a cobertura jornalística da visita papal aos Estados Unidos, transformando-a no maior acontecimento jornalístico da história. Recorde-se que o voo lunar da Apolo-11 só foi coberto por três mil jornalistas e que os últimos Jogos Olímpicos foram acompanhados por cerca de seis mil jornalistas e técnicos de informação.
	Caixa de texto 4: **Confronto Carter-Kennedy**
DN.52	Sem querer, João Paulo II está a participar do confronto, que domina já a cena política americana, entre Carter e o senador Edward Kennedy, potenciais concorrentes á presidência dos EUA. À partida, nota a enviada especial da AFP, a vantagem pertence a Kennedy, dado que este faz parte da mais prestigiada família católica americana e está, assim, bem colocado para recolher os benefícios do entusiasmo provocado pela visita papal, e do impulso que tal facto não deixará de causar na Igreja Católica dos EUA.
DN.53	Mas o presidente Carter tem também a sua palavra a dizer. Para começar, enviou a sua mulher a Boston, acompanhada de um católico de origem polaca, Brzezinsky. Por outro lado, estão previstas duas recepções, aquando da passagem de João Paulo II na Casa Branca, numa das quais estarão presentes vários milhares de católicos de todas as regiões do EUA, que foram convidados em função da ajuda que poderão oferecer ao presidente Carter nas próximas eleições presidenciais de 1980. Ao oferecer-lhes esta oportunidade antes do encontro com o chefe supremo da sua Igreja, Carter espera que o ajudem a conquistar os votos dos 25 milhões de eleitores católicos.
	Caixa de texto 5: **Católicos americanos**
DN.54	O controlo da natalidade, o divórcio, o celibato dos padres e o aborto são os «pontos quentes» de discórdia entre os católicos norte-americanos e o Papa. Segundo uma sondagem efectuada pela Associated Press e pela NBC News, 65 por cento dos católicos dos EUA pensam que a Igreja devia aprovar os métodos artificiais de controlo dos nascimentos, 50 por cento a favor do aborto, aprovando a larga maioria o divórcio, ao mesmo tempo que 53 contra 40 por cento consideram que os sacerdotes deveriam ser autorizados a casar.
DN.55	Mas a mesma sondagem mostra que João Paulo II é muito popular nos Estados Unidos e que os católicos americanos aprovam na generalidade, exceptuando as referidas posições sobre questões sociais e morais, a maneira como o actual Papa conduz os assuntos da Igreja. Concretamente, 74 por cento dos católicos daquele país consideram que a visita de João Paulo II terá um impacte positivo sobre a religião nos Estados Unidos.

Papa João Paulo II (1979) - IV

Notícias secundárias	Not. sec.3	DN	Not. sec. 2	JN	DA
Edição		4 de outubro de 1979		4 de outubro de 1979	*(NOTA: a primeira notícia secundária do* DA *apenas foi publicada apenas no dia 6 de outubro -* vide infra*)*
Dados contextuais/ outras informações					
Primeira página: antetítulo					
Primeira página: título					
Primeira página: pós-título					
Conteúdo no interior da edição					
Antetítulo		**A viagem do Papa aos E.U.A.**		**Papa já está em Filadélfia**	
Título		**A festa dos jovens comoveu a América**		**Despedida de Nova Iorque virada para a juventude**	
Pós-título					
Texto	DN.1	«Nós, os jovens americanos, saudamos o Papa. Viva João Paulo II» Foi esta frase, proclamada por um rapaz e uma rapariga e logo secundada por 50 mil vozes jovens, que assinalou a entrada do Papa em Madison Square Garden, ontem de manhã, no início de uma cerimónia que se veio a afirmar como a mais apoteótica e, muito possivelmente, a de mais duradouros efeitos, de todas quantas aconteceream em Nova Iorque, durante esta viagem do «peregrino da paz».	JN.1	Foi em inglês e em polaco que 700 crianças católicas acolheram, ontem, ao princípio da tarde, o Papa João Paulo II, no aeroporto de Filadélfia.	
	DN.2	«Benvindo seja o Papa. Os jovens da América saudam-te. Estamos aqui e temos muitas coisas para dizer-te.»	JN.2	Nos seus cartazes podia ler-se: «Filadélfia deseja com amor boas-vindas ao Papa João Paulo II».	
	DN.3	E disseram-no. E o Papa ouviu-os, manifestamente interessado, obviamente comovido, claramente feliz. Sentado entre dois jovens - uma rapariga negra e um rapaz louro - o Papa ouviu as mensagens de Maureen e John, os porta-vozes, que lhe falaram das suas esperanças e da sua fé, dos seus gostos e dos seus hábitos, do seu empenhamento cristão e do seu amor «pelo nosso Pai que está nos céus e pala Santa Virgem Maria, sua Mãe».	JN.3	O governador da Pensilvânia, Dick Thornburgh, lembrou que o fundador do seu Estado, Williamm Penn, tinha sonhado com uma fraternidade baseada no amor e na liberdade de consciência para todos.	
	DN.4	E depois, entregaram ao Papa, em oferta simples e expressiva, aquilo que consideram o símbolo da sua maneira específica de estar no mundo: uma guitarra, uma «cassette» com as suas músicas preferidas, umas «blue jeans» e uma «tee-shirt».	JN.4	Em Nova Iorque, falando perante uma floresta de guarda-chuvas e impermeáveis junto aos edifícios de Wall Street, símbolo do poder financeiro americano, João Paulo II lançou um novo apelo à paz, à cooperação entre as nações e aos povos, ao respeito da liberdade, de todas as liberdades.	

DN.5	João Paulo II, mais comovido do que em qualquer momento desta viagem, agradeceu e abençoou. Os jovens aplaudiram e cantaram música «pop». Esta era bem, aqui em Madison Square Garden, a sua resposta à imagem propalada, e infelizmente também autêntica, da delinquência juvenil. Todo este cerimonial, como é imaginável, foi acompanhado dos constantes aplausos dos cerca de 50 mil jovens (e não só) que levaram a festa da sua presença e do seu testemunho a Madison Square Garden.	JN.5	«Que Deus abençôe Nova Iorque». Esta pequena frase pronunciada no final da sua alocução era esperada pela assistência, onde se notava a presença de todo o Conselho Municipal, chefiado por Edward Koch, «mayor» da cidade, e de representantes de todas as comunidades católicas de Nova Iorque: italianos, irlandeses, porto-riquenhos, polacos, etc..
DN.6	Mas depois veio o silêncio. O Papa falava e os jovens ouviram-no, no mais completo, no mais atento, no mais receptivo dos silêncios. O Papa falou da educação, da comunicação de Cristo aos outros, da presença interveniente dos cristãos no mundo, do momento próximo em que cada um dos presentes teria de tomar as suas próprias decisões quanto ao futuro.	JN.6	A famosa «Ticker Tape Parade», que Nova Iorque raramente concede a um estrangeiro, atraiu à Broadway uma verdadeira maré humana. Mas perdeu muito do seu carácter devido a uma chuva persistente.
DN.7	Outro ponto bem alto da visita de João Paulo II a Nova Iorque foi a sua anunciada visita aos bairros desfavorecidos de Harlem e Bronx. Viajando em carro aberto, apertando as mãos que se lhe estendiam, acarinhando as crianças e ouvindo os que se lhe dirigiam, o Papa levantou ondas de entusiasmo, particularmente quando, erguendo os braços, abençoou e saudou «toda a América negra».	JN.7	No Madison Square Garden, cerca de20 000 jovens nova-iorquinos tinham reservado um acolhimento delirante ao Papa. A sua chegada a este estádio causou uma ovação «monstro».
DN.8	Na véspera à noite, acontecera a missa campal no Yankee stadium: 80 000 pessoas numa celebração litúrgica que, para além de todo o seu enorme peso religioso e moral, foi também um espectáculo inesquecível de cor, dimensão e música. Música sacra cantada por magníficos coros e executada por uma grande orquestra; um enorme estrado, revestido de alcatifa vermelha, erguendo-se no centro do relvado, faixas de flores amarelas e brancas um pouco por toda a parte e a multidão, colorida e perfeitamente distribuída, participante e emocionada.	JN.8	Vedeta de um espectáculo como só a América pode criar, o Papa parecia extremamente emocionado, benzendo e saudando a juventude com um gesto caloroso.
DN.9	Helen Hayes, a grande senhora do cinema e do teatro, procedeu à primeira leitura da celebração eucarística. Era uma página do Livro do Genesis e Helen Hayes leu-a com a força e a vibração de uma declamadora e com a convicção de uma cristã. Toda a missa registou uma participação notável, nomeadamente na partilha da comunhão.	JN.9	A última etapa das suas 29 horas em Nova Iorque seria o «Shea Stadium».
DN.10	João Paulo II esteve também, pela segunda vez, na catedral de Saint Patrick, na Quinta Avenida, onde celebrou missa e teve um pequeno e muito significativo encontro com mons. Fulton Sheen, o famoso bispo progressista americano.	JN.10	«Good bye New York» - exclamou o Papa no final do seu discurso no «Shea Stadium», templo do futebol americano.
DN.11	Temos de refazer a nossa leitura de parábolas de Cristo, temos de dar-lhes uma interpretação contemporânea, disse João Paulo II numa das várias intervenções que teve, junto das multidões, aqui em Nova Iorque.	JN.11	«Deixo-vos uma mensagem de fé e de amor» - disse às 70 000 pessoas que o esperavam há várias horas sob uma chuva teimosa. «Se amais a paz, amareis a Humanidade sem distinção de raças ou crenças» - acrescentou.

	DN.12	E é esta, creio, a lição a retirar da viagem deste moderno peregrino da paz, que utiliza aviões a jacto, «jeeps» abertos; que celebra missas em estádios, que não pede aos homens para rezarem mas, antes, para procederem de acordo com a mensagem sempre actual de Jesus Cristo, que apela para a paz e para a felicidade dos homens, aqui e agora, neste mundo em que fomos criados e em que somos chamados intervir para aqui construirmos o Reino de Deus. Tudo isto está nos evangelhos e, por isso, o Papa convida os homens de boa vontade, aqueles a quem «Deus deixou a sua paz», a «fazerem uma leitura contemporânea das parábolas», transpondo para situações muito concretas da sociedade de hoje as imagens utilizadas por Jesus de acordo com as necessidades do seu povo há dois mil anos.	JN.12	Para chegar ao estádio, o Papa atravessou, sempre de pé na sua viatura, apesar do vento e da chuva, a diocese de Brooklyn, a mais importante dos EUA, com quase um milhão e meio de fiéis, na sua maior parte hispano-americanos e italianos.		
	DN.13	No momento em que escrevo esta crónica, o Papa acabou de ter o seu apoteótico encontro com os jovens em Madison Square Garden, atravessou a cidade de Nova Ioque entre multidões que a chuva não conseguia arredar e que o aclamavam calorosamente, e encontra-se agora em Battery Park, para apreciar esse «ex líbris» da cidade que é a Estátua da Liberdade.	JN.13	João Paulo II evocou também os problemas da vida numa grande cidade. «Uma cidade como Nova Iorque precisa de uma alma e vós, todos juntos, podeis dar-lhe uma» - afirmou.		
	DN.14	Dentro de poucos minutos, o Santo Padre celebrará missa campal no Shea Stadium, partindo depois para Filadélfia.				
	DN.15	A visita do peregrino da paz a Nova Iorque estará assim completada. Mas, como ontem alguém me dizia, «Nova Iorque não voltará a ser a mesma».				

Papa João Paulo II (1979) - V

Notícias secundárias	Not. sec.4	DN	JN	DA
Edição		4 de outubro de 1979	*(NOTA: o* DN *foi o único jornal a publicar duas notícias secundárias no dia 4 de outubro)*	
Dados contextuais/ outras informações				
Primeira página: antetítulo				
Primeira página: título				
Primeira página: pós-título				
Conteúdo no interior da edição				
Antetítulo				
Título		**Substituir pobreza e ignorância pela liberdade e justiça**		
Pós-título		**(-) exortação de João Paulo II na despedida de Nova Iorque**		
Texto	DN.1	Tendo como pano de fundo a estátua da liberdade, João Paulo II incitou, ontem, na sua despedida á população de Nova Iorque, os Norte-Americanos a porem termo aos «ciclos sem esperança da probreza e da ignorancia» e aos «ciclos desumanos da guerra». «A liberdade e a justiça", disse, perante uma multidão de cerca de 30 mil jovens, «trarão uma nova alvorada de esperança para a atual geração, como já aconteceu anteriormente».*[sic.]*		
	DN.2	Falando em Battery Park, no sul de Manhattan, para jovens nova-iorquinos, na sua maior parte estudantes, que anteriormente lhe haviam oferecido vários pressentes simbolizando a sua vida quotidiana, o Papa referiu-se à estátua da Liberdade «que foi a primeira visão dos Estados Unidos para milhões de imigrantes» e prestou homenagem a «este nobre traço dos EUA, o desejo do seu povo em ser livre, a sua determinação em preservar a liberdade e a sua vontade em partilhar essa liberdade com outros».		
	DN.3	Sua Santidade acrescentou: «A liberdade que foi conquistada deve ser ratificada em cada dia que passa pela firma rejeição do que quer que possa enfraquecer ou desonrar a vida humana.» Sublinhou ainda, perante os aplausos dos que o escutavam: «O que se obteve no passado não pode ser um substituto aceitável para as responsabilidades actuais.» *[sic.]*		
	DN.4	Seguidamente, prestou homenagem aos dirigentes judeus de Nova Iorque, afirmando que o judeísmo e o cristianismo estão extremament relacionados e afirmou a determinação comum em rejeitar todas as formas de anti-semitismo e de discriminação.		

DN.5	Antes de chegar a Battery Park o Papa tinha estado hora e meia com dezenas de milhares de crianças em Madison Square, donde saíu para percorrer o famoso bairro da Wall Strett-onde foi alvo da tradicional «ticker tape parade» (desfile sob um dilúvio de bocadinhos de papel) atirados pelos empregados de escritório da zona financeira de Nova Iorque.
DN.6	Despedindo-se das autoridades da cidade, antes de se dirigir para o aeroporto de La Guardia, em direcção a Filadélfia, João Paulo II disse ter ficado «grandemente impressionado por esta cidade de arranha-céus e acentuados contrastes entre ricos e pobres» acrescentando: «uma cidade precisa de alma, vós, o povo, tendes de lhe dar essa alma, e como o fareis? Amando-vos uns aos outros. O amor mútuo tem de ser o marco das vossas vidas..
DN.7	**Intertítulo 1: Mensagem aos pobres**
DN.8	Após o seu discurso nas Nações Unidas, João Paulo II dirigiu-se á Catedral st. Patrick, onde permaneceu alguns momentos tendo posteriormente visitado os bairros pobres de Nova Iorque, Harlem e South Bronx e celebrado missa para mais de 70 mil pessoas no Estádio Yankee durante a noite de terça-feira (manhã de ontem para Portugal).
DN.9	Recebido por uma multidão em delírio, que enchia por completo a praça vizinha à Catedral e os terraços do Rockfeller Center, João Paulo II abençoou a multidão dirigindo «saudações a toda a população de Nova Iorque, aos pobres e áqueles que sofrem».
DN.10	Nos bairros pobres de Harlem e South Bronx o Papa incitou os habitantes com as seguintes palavras: «irmãos, irmãs, e amigos, não caiam no desespero, trabalhem em conjunto, dêem os não caiam no desepero, traba- passos que vos sejam possíveis na missão de aumentardes a vossa dignidade. Lembrai-vos que sois os mensageiros da esperança». *[sic.]*
DN.11	Mas a mais forte mensagem aos pobres da América foi pronunciada pelo Santo Padre no Estádio Yankee, onde João Paulo II falou, não como diplomata, mas como autêntico pastor que é, ao comentar a parábola de Lázaro.
DN.12	Incitando a «um modo de vida simples» João Paulo II afirmou: «não está certo que o nível de vida dos países ricos procure manter-se açambarcando uma grande parte das reservas de energia e de matéria-prima destinadas a a servir toda a Humanidade» e acrescentou: «não podemos ficar parados, quando milhares de seres humanos morrem de fome. Não deveis nunca abandonar os pobres, nem deveis deixar-lhes apenas os restos do festim».

DN.13	Sublinhando a «reputação de generosidade» aos norte-americanos exortou-os a «manterem-se fiéis a essa tradição de acordo com as vastas possibilidades e actuais responsabilidades do vosso país».
DN.14	«Partilhem» foi a palavra-chave da homilia do Santo Padre que se dirigia, não só aos fiéis que o escutavam, mas também a todos os povos do Mundo e, em especial, aos grandes do mundo dos ricos, quer se trate do mundo Ocidental, quer do mundo do Leste. Provavelmente nunca um homem, um estrangeiro tinha falado aos Americanos de uma maneira tão forte, com uma franqueza tão directa como o fez João Paulo II no «Yankee Stadium» de Nova Iorque.
DN.15	«Americanos, sois ricos e só deixais as migalhas da vossa opulência aos pobres do Mundo inteiro. Abandonem o vosso frenesim de consumo. Regressem á vida simples onde encontrarão o remédio para as dúvidas que vos paralisam e para a vossa tentação de fazer dinheiro. Saibam partilhar com as outras nações os recursos do Mundo, saibam restringir-se, saibam economizar para vós e para os outros», disse, em ubstancia, o Papa João Paulo II.*[sic.]*
DN.16	Hoje, o Papa dedicará o seu dia a Filadélfia, onde celebra duas missas, seguindo depois para Des Moines, no Estado do Iowa, partindo ao fim da tarde para Chicago, onde pernoitará.
DN.17	**Intertítulo 2: Reacções ao discurso nas Nações Unidas**
DN.18	Entre as múltiplas reacções que se seguiram ao importante discurso pronunciado por João Paulo II na Assembleia Geral das Nações Unidas, destaca-se a intervenção do secretário-geral Kurt Waldheim, que no mesmo local afirmou: «foi um discurso extraordinário. Sua Santidade exaltou especialmente os grandes valores humanos e espirituais que são mais importantes nos nossos tempos, dominados pelos interesses materiais e acrescentou «era algo de que a jovem geração especialmente necessitava».
DN.19	Kurt Waldheim disse também que a ênfase dada pelo Santo Padre aos direitos humanos, estava «inteiramente de acordo com a tarefa das Nações Unidas e com os objectivos que tentamos atinngir». Posteriormente, aos ser-lhe perguntado como fora o seu contacto com o Papa, o secretário-geral da ONU afirmou: «é uma personalidade muito cordial. Estou muito impressionado pelo seu calor pesssoal e simplicidade, sempre interessado em fazer qualquer coisa boa e criar confiança», «foi o dia mais belo da minha vida», acrescentou.
DN.20	Por seu turno, os representantes dos partidos socialistas retiveram do discurso de João Paulo II o seu apelo a favor do desarmamento e a sua denuncia da sociedade de consumo.

DN.21	Certos delegados africanos, ainda que a olhando com agrado o discurso do Papa, lamentaram, no entanto, a ausência de referências aos problemas da África Austral, tendo os representantes dos países árabes felicitado João Paulo II pela sua defesa dos direitos do povo palestiniano.
DN.22	A delegação israelita fez questão de sublinhar que Jerusalém é, para os judeus a «capital definitiva do Estado hebreu». O chefe da delegação de Israel, Yehuda e jurisdicação israelitas aos membros de todos os credos de uma forma sem precedentes na história da cidade».
DN.23	Zehdi Terzi, chefe da missão de observadores da Organização de Libertação da Palestina (OLP) na ONU, disse: «estou satisfeito por Sua Santidade ter acentuado que o primeiro passo é na direcção da resolução do problema palestiniano. Penso que isso tem um grande significado». Terzi considerou também que o apelo do Papa «terá um impacto muito importante, embora muitos delegados já apoiassem o ponto de vista palestiniano, existem alguns que precisam de maior persuasão, especialmente os Estados Unidos».
Rubrica «À margem»	Caixa de texto 1: **O Papa com os jornalistas**
DN.24	Depois de se ter dirigido à Assembleia Geral das Nações Unidas, João Paulo II reuniu-se com os jornalistas presentes na ONU, a quem chamou «queridos amigos dos meios de comunicação social» e a quem reafirmou o seu agradecimento pelo trabalho realizado «como instrumento da paz e mensageiros da verdade, partilhando a verdade com todos os povos do mundo».
DN.25	«Sois instrumentos do entendimento entre os povos e de paz entre as nações», disse, ainda, o Papa, que exortou os jornalistas a uma fidelidade activa ao serviço da verdade e da sua transmissão, pois esse serviço é digno do talento e do compromisso daqueles que a ele esforçadamente se dedicam.
	Caixa de texto 2: **Imprensa polaca**
DN.26	«A visita do Papa á Irlanda exercerá, sem dúvida, uma influência moral sobre os sentimentos e aliviará os conflitos existentes, mas nem mesmo os cronistas mais optimistas crêem que poderá removê-lo», escreve o enviado especial do diário «Zycie Warszawy», de Varsóvia. A Imprensa Polaca referiu largamente a visita do Papa destacando, entre outros, dois aspectos que rodeiam a visita papal: as medidas de segurança e as somas de dinheiro pagas pelos jornalistas para obterem facilidades, dois factos que foram muito criticados aquando da visita de João Paulo II á Polónia.

DN.27	Quase todos os jornais fazem referência às excepcionais medidas policiais que foram tomadas pelos responsáveis irlandeses, numa clara alusão ás críticas que os correspondentes estrangeiros teceram face ás medidas de segurança a que recorreu o Governo polaco quando recebeu o Santo Padre, em Junho passado.
DN.28	A Imprensa polaca destaca igualmente que os 270 jornalistas que, nos EUA, seguem no avião da Imprensa, tiveram que pagar mais de seiscentos dólares, facto que faz referência ao pagamento de 350 dólares que o Governo polaco pediu aos jornalistas estrangeiros por várias facilidades concedidas, montante que acabou por ser abolido face aos protestos dos órgãos de comunicação.
	Caixa de texto 3: **Nova Iorque «conquistada»**
DN.29	«O Papa da alegria e do amor», «João Paulo II - a esperança para a juventude inquieta», «Um impulso novo para a América», assim se referem, nas suas primeiras páginas, os jornais do Leste dos Estados Unidos á visita papal. Igualmente bem acolhido pela Imprensa novaiorquina, foi o discurso proferido nas Nações Unidas por João Paulo II. O «New York Times», que lhe dedica oito páginas e muitas fotografias, estima que, para os que o ouviram, «foi ele quem trouxe uma graça muito especial e libertou um vibrante sentido de fé». Por sua vez, o «Daily News» felicita o Papa por ter realçado com clareza e precisão «as raízes históricas da ONU: a Declaração Universal dos Direitos do Homem» e espera que as palavras do Santo Padre possam «despertar as consciências dos dirigentes do mundo.»
	Caixa de texto 4: **Convites**
DN.30	Durante a recepção que o secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, ofereceu em honra do Papa, este foi convidado a visitar o Brasil e o Médio Oriente. O primeiro convite já tinha sido formulado anteriormente pela Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB) e foi retomado pelo ministro brasileiro dos Negócios Estrangeiros, a quem João Paulo II retorquiu: «sim, estou a preparar-me espiritualmente para isso».
DN.31	Da mesma forma, enviados da Organização de Libertação da Palestina (OLP) convidaram o Papa a visitar a Terra Santa. Embora o Papa não tivesse respondido directamente ao convite, a televisão estatal israelita anunciou igualmente que o Santo Padre visitaria o Médio Oriente no próximo Natal.
	Caixa de texto 5: **Troca de presentes**

DN.32	A visita do Papa às Nações Unidas constituiu uma oportunidade para uma troca de presentes com o secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim. Este último ofereceu ao Papa uma série de nove «medalhas da paz» em prata, cunhadas pela ONU e agrupadas sobre uma placa de prata com a sua assinatura. O Papa, por seu turno, ofereceu um mosaico, «a pomba da paz», reproduzindo um fragmento de uma obra original que se encontrava na abside da basílica Constantino.	
DN.33	A título pessoal, Waldheim, ofereceu a João Paulo II uma gravura do início do século XIX, representando a catedral Saint Etienne de Viena. Em troca, recebeu das mãos do Papa uma placa de prata do artista italiano Lello Scorzelli representando a crucificação.	
	Caixa de texto 6: **Ausência chinesa e albanesa**	
DN.34	A delegação chinesa esteve notavelmente ausente da recepção dada pelo secretário-geral, Kurt Waldheim, ao Papa João Paulo II, e os albaneses boicotaram todos os programas. Não foi apresentada explicação para a ausência albanesa, mas afirma-se que também não compareceram quando o Papa Paulo VI discursou na ONU há 14 anos	
DN.35	A China esteve representada na audiência da Assembleia Geral quando o Papa ali discursou, mas nenhum chinês compareceu na recepção que Waldheim deu para apresentar ao Pontífice os delegados das missões permanentes, cerimónia que foi transmitida pela televisão. A notícia de que os chineses também estiveram ausentes da recepção de Waldheim a membros do Conselho de Segurança não pode de imediato ser confirmada, visto que esta foi privada..	
	Caixa de texto 7: **Resposta do IRA**	
DN.36	«A força é, de longe, o único meio de remover os males da presença britânica na Irlanda», afirma o comunicado do IRA ontem divulgado e que se segue ao pedido de audiência com o Papa do ramo político do IRA, como resposta ao apelo à paz lançado por João Paulo II em Drogheda.	

Papa João Paulo II (1979) - VI

Notícias secundárias	Not. sec.5	DN	Not. sec. 3	JN	DA
Edição		5 de outubro de 1979		5 de outubro de 1979	*(NOTA: a primeira notícia secundária do* DA *apenas foi publicada apenas no dia 6 de outubro* - vide infra*)*
Dados contextuais/ outras informações					
Primeira página: antetítulo					
Primeira página: título					
Primeira página: pós-título					
Conteúdo no interior da edição					
Antetítulo		**A viagem do Papa aos E.U.A.**			
Título		**João Paulo II retomou em Filadélfia o tema da Liberdade do Homem**		**Papa rediz com vigor posições do Vaticano**	
Pós-título				**João Paulo II fala do celibato e da ordenação das mulheres**	
Texto	DN.1	«Não existe liberdade quando esta vai contra o homem no que ele é, ou contra o homem nas suas relações com os outros e com Deus», afirmou ontem João Paulo II no «Logan Circle», em Filadélfia, durante a celebração de uma missa campal que reuniu a maior multidão desde que o Papa chegou aos Estados Unidos, fazendo lembrar a celebração litúrgica do parque «Phoenix», em Dublin. O Santo Padre, que reafirmou a posição da Igreja sobre os problemas sexuais, o divórcio e o celibato dos padres, afirmou, a propósito da liberdade: «Isto é particularmente relevante no domínio da sexualidade humana. Aqui, como em qualquer outro campo, não pode haver liberdade autêntica sem respeito pela verdade da natureza da sexualidade humana e do casamento».	JN.1	O Papa João Paulo II chegou ontem a Des Moines, no coração do Middle West, para visitar uma quinta e uma pequena igreja durante o único interlúdio rural na sua digressão por seis cidades dos Estados Unidos. O calor do acolhimento reservado pelos americanos ao Papa não diminuiu neste quarto dia da sua visita.	
	DN.2	Filadélfia, a cidade americana onde foi proclamada a indepenepipa dos Estados Unidos e que conserva como símbolo o sino da liberdade onde está gravada a frase do Levítico «Proclamai a liberdade á vossa volta», reservou uma recepção especialmente calorosa ao Papa. No aeroporto, 700 crianças receberam o Santo Padre com cartazes escritos em inglês e polaco em que se lia «Filadélfia deseja, com amor, boas-vindas ao Papa João Paulo II». O Santo Padre, que não discursou á sua chegada, confraternizou com as crianças, com o maior á vontade, chegando a sobressaltar o seu serviço de segurança. *[sic.]*	JN.2	Des Moines, quarta escala da sua viagem, é uma cidade de cerca de 630 mil habitantes, mas é provável que o Papa pouco a veja porque a maior parte das suas quatro horas na área serão passadas no campo - os vastos campos de milho do «cabaz do pão» da América.	
	DN.3	Desde o aeroporto até ao «Logan Circle», o Papa apenas parou por breves momentos na catedral de S. Pedro e S. Paulo, enquanto multidões formavam uma linha quase contínua ao longo dos 15 quilómetros do percurso papal e o aclamavam delirantemente.	JN.3	Do aeroporto de Des Moines o pontífice tomou um helicópetro para a pequena comunidade agrícola de Cumming para uma curta visita à pequena igreja de St. Patrick. Visitou também um agricultor, que, após a notícia oficial da viagem do Papa aos Estados Unidos, lhe tinha escrito pedindo-lhe que fizesse um desvio. Perante os monstros mecânicos usados nos campos, o Papa ergueu os braços ao céu em sinal de admiração e temor.	

DN.4	João Paulo II, falando a uma multidão calculada em mais de um milhão de pessoas, escolheu para tema da sua homilia no «Logan Circle» a liberdade na sua relação com os ensinamentos da Igreja Católica, tendo afirmado: «as normas morais não actuam contra a liberdade pessoal ou do casal; pelo contrário, elas existem precisamente para garantir o uso certo dessa liberdade».	JN.4	Milhares de famílias vindas dos estados vizinhos e também do Canadá saudaram longamente o Papa que, sempre sorridente, respondia de mãos levantadas. Numa homilia, pediu aos agricultores, particularmente privilegiados pela fecundidade das suas terras, que tenham em atenção que existe miséria e que dêem provas de generosidade em relação aos países pobres, a fim de que o mundo seja desembaraçado da fome.	
DN.5	«Apenas é livre, efectivamente, aquele ou aquela que se conduzem de modo responsável, de acordo com as exigências do bem objectivo. O que aqui afirmo relaciona-se com a moralidade conjugal, mas aplica-se também ao celibato sacerdotal. A relação entre a liberdade e ética é igualmente aplicável na procura do bem comum na sociedade, da independência nacional, que o sino da liberdade da vossa cidade anunciava há dois sénulo.»*[sic.]*	JN.5	Seguidamente, João Paulo II segue para Chicago, onde cerca de um quinto dos habitantes são católicos e um milhão de ascendência polaca. Antes visitara Filadélfia, onde esteve na igreja de S. Pedro. Na sua homilia aos padres e às freiras de Filadélfia, o Papa reafirmou com vigor a tradicional posição do Vaticano contra a ordenação das mulheres, o casamento dos padres que renunciam aos seus votos.	
DN.6	Recordando a declaração americana dos direitos e referindo-se aos seus valores humanos, o Papa exortou os fiéis a esforçarem-se «por melhor os compreenderem e deles retirarem as consequências para bem da comunidade e do mundo inteiro», salientando «na vossa qualidade de cristãos esses valores devem ser apoiados, submetendo as considerações políticas e económicas á dignidade humana, ao serviço da causa do homem, de cada pessoa criada por Deus, de cada irmão ou irmã resgatados por Cristo».	JN.6	A sua afirmação de que o sacerdócio é um sacramento permanente foi entusiasticamente aplaudido mas as suas referências ao celibato e ao papel das mulheres na Igreja obteve aplausos menos calorosos. O Papa bloqueou assim mais de mil pedidos de padres que desejam deixar o sacerdócio.	
DN.7	**Intertítulo 1: O celibato sacerdotal**			
DN.8	Voltando ao tema do celibato sacerdotal, João Paulo II recordou, mais tarde, a jovens seminaristas, com quem celebrou missa no centro cívico de Filadélfia, a importância da fidelidade. «Antes de serem ordenados, sois chamados a Jesus Cristo para prestar um juramento livre e irrevogável de lhe serdes fiéis, bem como á Igreja. Tendo em conta que Jesus Cristo vos pede para permanecerem solteiros toda a vida, apenas podereis tomar uma decisão responsável quanto ao celibato, após terdes chegado á convicção firme de que Deus está, na verdade, a oferecer-vos esse dom, que visa ao bem da Igreja e ao serviço dos outros».			
DN.9	Aludindo á eventualidade de mulheres poderem aceder ao sacerdócio, o Santo Padre afirmou: «Deveis compreender que a decisão tradicional da Igreja de só chamar homens para o sacerdócio e não mulheres, não é uma declaração sobre os direitos humanos, nem uma exclusão das mulheres da sua missão na Igreja. É uma decisão que exprime a convicção da Igreja sobre a dimensão particular do dom feito por Deus aos padres que escolheu para guardar o seu rebanho».			

DN.10	O Papa convidou depois os padres a manterem-se unidos, a demonstrar um maior zelo ao serviço dos fiéis e a entregarem-se totalmente ao sacerdócio, tal como o próprio Cristo o fez: «rezem pelos padres, de maneira que cada um de vós responda sim ao apelo que recebeu e continue fiel, pregando a mensagem evangélica e se mantenha, mais do que nunca, ligado a Cristo».
DN.11	Com estas palavras e com a sua homilia do «Logan Circle» João Paulo II dissipou as esperanças dos católicos liberais dos Estados Unidos, ao assumir uma linha ortodoxa quanto ao celibato dos padres e á moralidade sexual. De resto, outra coisa não seria de esperar de um Papa que congelou, até agora, mais de mil pedidos de redução ao estado local, vindos de sacerdotes de todo o mundo.
DN.12	**Intertítulo 2: A rota de João Paulo II nos EUA**
DN.13	Deixando, ontem á tarde, Filadélfia, João Paulo II dirigiu-se a Des Moines, no Estado do Iowa, onde fez uma «visita relâmpago» a uma paróquia rural, para a qual tinham convergido numerosos fiéis vindos de todo o Estado. O Papa visitou, também, uma pequena herdade modelo, perto da cidade, na região que é conhecida como o «celeiro dos EUA».
DN.14	Ontem á noite, João Paulo II chegou a Chicago, onde visitará a Catedral de Santo Nome, jantando na residência do cardeal Cody, um dos mais contestados bispos de toda a América, pela sua arbitrariedade e autocratismo, conforme afirmam alguns padres da sua diocese. Hoje, sexta-feira, o Papa Wojtyla celebrará missa para a comunidade polaca de Chicago, a maior no exterior da sua terra natal. Será ainda em Chicago que João Paulo II presidirá a uma sessão especial da Conferência dos Bispos dos Estados Unidos, a qual proporcionará ao Papa a ocasião de retomar problemas de fundo da Igreja daquele país.
DN.15	No sábado, terá lugar o encontro com o presidente Carter, que será o anfitrião de Sua Santidade durante quase todo o penultimo dia da «histórica semana americana» de João Paulo II.
Rubrica «À margem»	Caixa de texto 1: **Indeferida acção contra missa papal**

DN.16	Olivier Gash, juiz federal de Washington, indeferiu ontem uma acção apresentada por uma americana que considerava que a utilização de um terreno pertencente ao Estado (o Mall, a grande esplanada situada no centro de Washington) para celebrar uma missa, constituía infracção à regra de separação da Igreja e do Estado. Na sua decisão escrita, o juiz considera que o direito à liberdade também está inscrito na constituição americana e que, portanto, o Papa João Paulo II poderá celebrar a sua missa campal no Mall. O Governo Federal, salienta o juiz, não forneceu nenhum outro apoio nem subsídio para a organização da cerimónia, pelo que a lei de separação da Igreja e do Estado foi respeitada.
	Caixa de texto 2: **Patriarca de Antioquia**
DN.17	Em mensagem enviada ontem a João Paulo II, o Patriarca Greco-Católico de Antioquia e de todo o Oriente, Máximos V Hakim, manifesta o seu apreço pelo interesse do Papa pela causa do Líbano e pelos problemas da região árabe. O Patriarca pede, também, que o Santo Padre «defenda a cidade de Jerusalém e assegure o respeito e a segurança dos seus habitantes, a fim de lhes permitir que ali vivam livremente e de impedir que os lugares santos se transformem em museus».
	Caixa de texto 3: **4.º lugar no «palmarés» dos «confetis»**
DN.18	Depois do desfile triunfal de João Paulo II pelo bairro de Wall Street, o município de Nova Iorque, anunciou ontem, só ter recolhido quatro toneladas de cartões de computadores e papéis rasgados, atirados para a rua pelos funcionários das finanças da cidade, facto que coloca o Papa no quarto lugar do palmarés dos confetis de Nova Iorque.
DN.19	O recorde absoluto continua, assim, a ser pertença do astronauta John Glenn, com 3400 toneladas, seguido do aviador Charles Lindbergh (1750 toneladas em 1927).
	Caixa de texto 4: **Apelo a favor de jovem polaco**
DN.20	Pessoal das Nações Unidas apelou para o Papa João Paulo II interceder junto das autoridades polacas a favor de uma jovem polaca membro do secretariado actualmente presa em Varsóvia por alegada espionagem.
DN.21	Numa mensagem ao Pontífice, afirmam que a mulher, Alioja Wesolowska, está detida há 52 dias sem julgamento e que o Governo polaco até agora não respondeu ao pedido do secretário-geral, Kurt Waldheim, de que funcionários da ONU sejam autorizados a vê-la.
	Caixa de texto 5: **O vigor do apelo**

	DN.22	De dedo no ar e de cabelo revolto pelo vento, João Paulo II dirige-se aos jovens, em Nova Iorque, exortando-os a lutar pela liberdade e pela justiça, na esperança de uma nova alvorada para a geração actual.			

Papa João Paulo II (1979) - VII

Notícias secundárias	DN	Not. sec. 4	JN	Not. sec. 1	DA
Edição	*(NOTA: o* DN *apenas voltou a publicar uma notícia secundária a 8 de outubro -* vide infra*)*		7 de outubro de 1979		6 de outubro de 1979
Dados contextuais/ outras informações					Chicago, 6
Primeira página: antetítulo					
Primeira página: título					
Primeira página: pós-título					
Conteúdo no interior da edição					
Antetítulo			**Primeira visita de um Papa à capital americana**		
Título			**Carter considera João Paulo II «campeão da dignidade humana»**		**João Paulo II em Washington**
Pós-título					
Texto		JN.1	«Que Deus seja louvado» - exclamou, ontem, em polaco, o presidente Carter ao saudar João Paulo II, primeiro Papa a ser recebido em Washington por um chefe do Executivo americano.	DA.1	O Papa João Paulo II deixou esta manhã Chicago com destino a Washington, capital federal dos Estados Unidos da América, terminando amanhã a sua visita pastoral de sete dias a este país.
		JN.2	O presidente louvou o seu visitante, «campeão da dignidade e do respeito de toda a pessoa humana e peregrino da paz entre as nações».	DA.2	Mais de um milhão de pessoas assistiu ontem à missa ao ar livre celebrada pelo Papa no grande parque de Chicago.
		JN.3	Carter realçou depois as quatro «ocasiões únicas» oferecidas por esta estadia do Soberano Pontífice nos Estados Unidos: «A paz, a renovação da nossa força espiritual, a compreensão de que a nossa fé e as nossas crenças se traduzem nos nossos actos e a recordação de que a defesa dos Direitos do Homem é incontestavelmente a ideia e o objectivo da nossa época».	DA.3	João Paulo II avistar-se-á em Washington com o presidente Carter e membros dos três poderes constitucionais e dirigir-se-á em espanhol a todas as nações americanas, na sede da Organização dos Estados Unidos (OEA). - (ANOP-EFE)
		JN.4	«Esta visita histórica marca uma nova data decisiva na longa história do nosso país e da sua fé em Deus» - disse Carter.		
		JN.5	«Com o vosso exemplo, haveis mostrado ao Mundo que o poder espiritual não pode ser dominado pelo poder do Estado. A vossa coragem inspirou o vosso país natal, e inspira agora o Mundo» - declarou o presidente americano.		
		JN.6	Ao chegar à Casa Branca, o Papa manifestou a esperança de que o seu encontro com o presidente Carter «sirva a causa da paz mundial, a compreensão internacional e tenha como efeito a promoção em toda a parte dos Direitos do Homem».		
		JN.7	O Soberano Pontífice constatou ser ele o primeiro chefe da Igreja Católica recebido na Casa Branca, e declarou-se «muito honrado por se encontrar com o presidente dos Estados Unidos por ocasião duma visita de objectivos espirituais e religiosos».		

JN.8	O Papa lembrou que é originário dum país «que venera o amor da liberdade, a criatividade cultural e que está convencido de que a atitude comum para o bem da sociedade deve ser guiada por um verdadeiro sentido moral».
JN.9	«Saúdo - disse - um povo (o povo americano) que baseia a sua concepção da vida nos valores morais e espirituais, num profundo sentido religioso e no respeito do dever e a generosidade ao serviço da Humanidade.»
JN.10	João Paulo II chegou a Washington, ido de Chicago, onde foi aclamado pela maior multidão da história da cidade. O Soberano Pontífice foi recebido pouco depois das 10,30 (14,30 TMG), na base aérea de Andrews, por vários milhares de pessoas. O governo americano estava representado pelo vice-presidente Walter Mondale.
JN.11	Numa alocução na Casa Branca, após a sua entrevista com o Papa, Carter salientou que partilhava as suas preocupações em relação ao respeito dos Direitos do Homem no Mundo.
JN.12	João Paulo II, antes de deixar a residência presidencial, afirmou, por seu turno, que «conhece e aprecia os esforços (dos Estados Unidos) a favor da limitação dos armamentos, em particular das armas nucleares».
JN.13	«Do fundo do meu coração - disse o Papa - espero que (os Estados Unidos) não abrandem os seus esforços tendo em vista reduzir o risco de uma conflagração mundial fatal e desastrosa e conseguir uma redução prudente e progressiva dos arsenais militares.»
JN.14	«A América, que demonstrou (…) a sua bondade e generosidade, fornecendo produtos alimentares àqueles que passam fome, será - disso estou certo - capaz de dar um contributo igualmente convincente para o estabelecimento de uma ordem mundial que instaurará as condições económicas e comerciais necessárias para relações mais justas entre as nações do Mundo, embora respeitando a sua dignidade e as suas próprias características» - acrescentou o Papa.
JN.15	Carter indicou que, durante a sua entrevista com o Papa, tinha ficado acordado um trabalho conjunto para «renovar a força espiritual que pode permitir-nos ir mais além do materialismo cego».
JN.16	«Lançamos também um apelo a todos os homens e a todas as nações para que ultrapassem os seus antigos ódios, as diferenças de raças, costumes, tradições e crenças - disse Carter.
JN.17	O presidente americano concluiu reafirmando que «a luta comum pela paz continua» e salientando que os Estados Unidos «devem conseguir concluir os seus acordos de limitação dos armamentos e encontrar assim um meio para pôr termo para sempre à ameaça do aniquilamento nuclear».

JN.18	**Intertítulo: «Papa Super Star»**
JN.19	Segundo um dos enviados especiais da AFP, Antoine Merlins, João Paulo II impôs a sua imagem na televisão - rainha e senhora de uma ponta à outra dos Estados Unidos - como teria feito o mais experiente dos actores.
JN.20	Todos os observadores são unânimes: poucas personalidades tiveram tal impacto no pequeno «écran», de tal forma que os profissionais americanos do audiovisual perguntam se o Papa não terá recebido lições sobre a presença na televisão.
JN.21	Contudo, não há dúvida que as aulas que o estudante de teatro Karol Wojtyla teve na sua adolescência, na Polónia, deram os seus frutos. O Papa, aliás, não esconde o seu prazer de desempenhar o papel de chefe da Igreja, com um talento que lhe é perfeitamente natural.
JN.22	É assim que, quando se ajoelha, o Papa surge como a imagem da própria oração. De pé, com a capa ao vento, segurando na cruz pastoral, ele é uma escultura simbólica da santidade. O sorriso é sempre um sinal de emoção, de bondade ou de serenidade: para tal está sempre presente. Por vezes o Papa acrescenta um pequeno movimento dos lábios, que parece ser um sinal íntimo e amistoso em direcção de cada um.
JN.23	A criança acariciada com uma mão protectora, a mulher cujo rosto é ternamente benzido - trata-se de gestos que o Papa faz com tal perfeição que a televisão (que amplia o efeito) dá a impressão de um fenómeno único da arte teatral.
JN.24	O certo é que a presença do Papa na televisão, longe de se tornar banal com a rotina, ganha, pelo contrário, um carácter quase mágico.
JN.25	Numa mesa-redonda sobre a visita do Papa, na televisão de Filadélfia, um prelado católico, salientando o carácter fotogénico e televisual do Papa, concluiu que este último se parecia estranhamente no «écran»… com o actor Gary Grant.
JN.26	Enfim, nos Estados Unidos, já não se está longe do «Papa super star»…
	Caixa de texto: **Três pontos do comunicado**
JN.27	Eis os principais pontos do comunicado difundido na Casa Branca, após a reunião de uma hora, entre o presidente Carter e o Papa João Paulo II:

JN.28	Direitos do Homem: o Papa e o presidente americano salientaram o seu apoio às convenções intermacionais sobre os Direitos do Homem e às organizações que lutam pelo respeito da dignidade humana. Concluíram que a comunidade internacional deve mobilizar os seus recursos para enfrentar os problemas dos refugiados, da fome, e proteger os Direitos do Homem. Lançam um apelo a todos os estados para que ajudem as vítimas da fome e as pessoas deslocadas.
JN.29	O Papa e Carter chegaram a acordo para concluírem que a causa da paz é servida pelos esforços internacionais, tendo em vista deter a proliferação das armas e eliminar as armas de guerra.
JN.30	Médio Oriente: Carter pôs em destaque a determinação dos Estados Unidos em chegarem a um acordo global, incluindo a solução das questões dos palestinianos e de Jerusalém, o estabelecimento da paz e a estabilidade no Líbano e uma segurança real para todos os países do Médio Oriente. O Papa reiterou o interesse particular que a Santa Sé atribui ao processo de paz no Médio Oriente e a necessidade de se chegar a uma solução aceitável internacionalmente.

Papa João Paulo II (1979) - VIII

Notícias secundárias	Not. sec.6	DN	Not. sec. 5	JN	Not. sec. 2	DA
Edição		8 de outubro de 1979		8 de outubro de 1979		8 de outubro de 1979
Dados contextuais/ outras informações						Roma, 8
Primeira página: antetítulo						
Primeira página: título						
Primeira página: pós-título						
Conteúdo no interior da edição						
Antetítulo		**A viagem do Papa aos EUA**		**Contra a «discriminação» na Igreja Católica**		
Título		**Após a sua histórica peregrinação João Paulo II é hoje esperado em Roma**		**Freiras pediram ao Papa igualdade para a mulher**		**O regresso do Papa**
Pós-título						
Texto	DN.1	João Paulo II é hoje esperado em Roma, no final da mais movimentada visita papal de que há memória, deixando atrás de si uma população norte-americana maravilhada com a capacidade de comunicação de um Papa que se tornou vedeta de televisão. Certamente impressionada com o vigor das suas declarações a favor de uma maior justiça social e algo dividida após a firme reafirmação dos princípios católicos sobre a sexualidade e outras questões morais, tais como o divórcio, o aborto e a contracepção, que João Paulo II reiterou, nomeadamente em Filadélfia, Chicago, e de novo, ontem, em Washington.	JN.1	Cerca de 50 freiras permaneceram de pé durante o discurso pronunciado pelo Papa na Universidade Católica de Washington, como protesto contra o impedimento da Igreja em torná-las sacerdotes.	DA.1	O Papa João Paulo II chegou hoje a Roma, no final da sua histórica visita de nove dias aos Estados Unidos e à Irlanda.
	DN.2	O último fim-de-semana de João Paulo II em terras americanas foi dedicado á capital federal dos Estados Unidos e foi dominado pelo seu encontro, no sábado, com o presidente Carter e pela missa celebrada no maior parque de Washington, o Mall, no domingo, ao fim da tarde.	JN.2	Ao terminar a cerimónia, algumas delas declararam à Imprensa que, com esta atitude, quiseram demonstrar o seu desacordo perante a «discriminação da mulher na Igreja Católica».	DA.2	Falando à multidão, o Papa disse que «neste momento, depois de inesquecíveis emoções em mais de uma semana de celebrações litúrgicas e conversações, piso novamente o solo querido de Itália e um sentimento de profunda gratidão, alegria e emoção eleva o meu espírito até ao Senhor».
	DN.3	Tal como em Chicago, onde, perante uma multidão de cerca de dois milhões de pessoas, o Papa havia afirmado a necessidade de manter os ensinamentos da Igreja Católica sobre os sacramentos, nomeadamente a propósito da penitência, da eucaristia e do matrimónio, também em Washington o Papa não deixou de exortar os Americanos a manterem-se fiéis ás recomendações da hierarquia católica sobre o celibato sacerdotal e a vida religiosa.	JN.3	Por outro lado, manifestaram o seu desacordo quanto a vestir o hábito religioso tradicional, tal como João Paulo II lhes pediu.	DA.3	No seu discurso em italiano, João Paulo II considerou os Estados Unidos como «um grande país que tem um grande papel e responsabilidade - devido ao seu grande nivel de bem-estar e progresso técnico - na construção de um mundo justo e digno de homens».
	DN.4	**Intertítulo 1: Encontro com Carter**	JN.4	O Papa foi recebido na Universidade pela Irmã Teresa Kane, presidente da Conferência de Religiosas Norte-Americanas, que lhe pediu que se preocupasse com a igualdade da mulher dentro da Igreja.	DA.4	Numa referência à visita à Irlanda, o Papa disse que enquanto lá esteve «invocamos Nossa Senhora, acima de tudo, a paz e a reconciliação naquela querida ilha».

	DN.5	«Espero que o nosso encontro para a causa da paz mundial, da cooperação internacional e da promoção do respeito total pelos direitos humanos em todo o mundo», afirmou João Paulo II, ao responder, na Casa Branca, à saudação de boas-vindas que lhe havia sido dirigida pelo presidente Carter.	JN.5	«Peço ao Santo Padre que tenha em conta o intenso sofrimento e dor que fazem parte da vida de muitas mulheres dos Estados Unidos» - disse a Irmã Teresa, repetidamente aplaudida por outras religiosas.	DA.5	O primeiro-ministro italiano Francesco Cossiga, o presidente da Câmara Luigi Petroselli e várias autoridades do Vaticano aguardavam também o Papa.
	DN.6	O Papa foi recebido da maneira mais grandiosa e do modo mais caloroso como jamais algum dos anteriores convidados da Casa Branca havia sido. Mais de nove mil pessoas, convidadas ou dos serviços da Presidência americana, puderam estar com o Santo Padre, aquando da sua chegada á Casa Branca e durante o intervalo da sua reunião privada com Carter.	JN.6	Entretanto, feministas católicas norte-americanas continuaram a manifestar-se em todos os actos do Sumo Pontífice.	DA.6	João Paulo II embarcou depois num helicóptero militar italiano com destino à cidade do Vaticano, onde mais de 5.000 pessoas aguardavam na Praça de S. Pedro a sua bênção.
	DN.7	Na sua despedida, João Paulo II pediu aos Estados Unidos para ajudarem a estabelecer uma ordem mundial que crie as necessárias condições económicas e comerciais para uma relação mais justa entre todas as nações do Mundo». A Casa Branca divulgou, posteriormente um comunicado em que são dados a conhecer os principais temas abordados por Carter e pelo Papa na sua reunião de sábado. Assim, e sobre os direitos do homem, o Papa e o presidente americano salientaram o seu apoio ás convenções internacionais sobre a matéria e ás organizações que lutam pelo respeito da dignidade humana. Concluíram que a comunidade internacional deve mobilizar os seus recursos para enfrentar os problemas dos refugiados, da fome, e proteger os direitos do homem, e lançaram um apelo a todos os Estados para que ajudem as vítimas da fome e as pessoas desalojadas.	JN.7	Cerca de uma centena delas - entre as quais se encontravam algumas freiras - permaneceram toda a noite em frente à residência onde dormia o Papa, com cartazes exigindo «igualdade para as mulheres na Igreja Católica».	DA.7	O Pontífice terminou assim a sua viagem transatlântica durante a qual foi visto por mais de 10 milhões de pessoas com a despedida de «Deus abençoe a América». - (ANOP-UPI)
	DN.8	De igual modo, os dois estadistas chegaram a acordo para concluirem que a causa da paz é servida pelos esforços internacionais, tendo em vista deter a proliferação dos armamentos e a eliminação das armas de guerra, tendo, neste capítulo, sido abordados o estatuto do tratado Salt II e a aplicação da acta final da conferência de Helsínquia sobre a segurança na Europa, a qual foi assinada pelos Estados Unidos e pelo Vaticano.	JN.8	Três pessoas, um homem e duas mulheres, foram detidos por tentarem deter a comitiva papal, atirando-se sobre o carro em que viajava João Paulo II.		
	DN.9	Por seu lado, João Paulo II fez uma exposição sobre as suas viagens ao México e á Polónia, salientando o desejo universal de dignidade humana e de liberdade com que deparou por ocasião destas duas visitas. Como não podia deixar de ser, a situação na Irlanda do Norte e no Próximo Oriente foi também analisada, referindo o comunicado final que sobre a primeira foi unanime a «condenação do recurso á violência por todas as partes e por qualquer motivo, seja ele qual for». *[sic.]*	JN.9	**Intertítulo 1: João Paulo II condenou o aborto e o divórcio**		

DN.10	Sobre o Médio Oriente, o presidente Carter pôs em destaque a determinação dos Estados Unidos em chegarem a um acordo global d paz, incluindo a solução das questões dos palestinianos e de Jerusalém, o estabelecimento da paz em todo o Líbano e uma segurança real para o conjunto dos países da região. O Papa reiterou o interesse particular que a Santa Sé atribui ao processo de paz no Médio Oriente e a necessidade de se chegar a uma solução aceitável internacionalmente.	JN.10	Com novo e vigoroso apelo contra o aborto e o divórcio, o Papa João Paulo II terminou a sua visita de uma semana aos Estados Unidos.	
DN.11	Finalmente, o comunicado refere ainda que sobre a África Austral, Ásia e América Latina, o presidente Carter sublinhou o empenhamento dos EUA na procura das condições para a estabilidade, a prosperidade e a paz nestas regiões, na esperança de promover o respeito pelos direitos humanos.	JN.11	Falando durante a homilia da missa celebrada em Washington, perante milhares de fiéis e as televisões de todo o Mundo, o Papa referiu-se à família, ao casamento e ao aborto, três problemas que o Pontífice considera indissoluvelmente ligados, afirmando:	
DN.12	Deixando a Casa Branca, onde foi o primeiro Papa a ser recebido, João Paulo II exortou os Estados Unidos a não abrandarem os seus esforços para reduzir o risco de uma «conflagração mundial fatal e desastrosa e conseguirem uma redução prudente e progressiva dos arsenais militares».	JN.12	«Quando o carácter sagrado da vida, antes do nascimento, é atacado, protestamos e proclamamos que ninguém tem o direito de destruir a vida pré-natal».	
DN.13	O mesmo apelo ao desarmamento foi reiterado por João Paulo II, quando, ainda durante o sábado, visitou a Organização dos Estados Americanos (OEA), á qual se dirigiu em inglês, espanhol e português, sublinhando a necessidade da «preservação do rico património humano e cultural dos povos americanos» bem como da defesa inalienável das «legítimas aspirações do povo latino-americano», condenando, ao mesmo tempo, «os atentados aos direitos humanos» cometidos em certos países latino-americanos «em nome da segurança nacional».	JN.13	«Quando a instituição do casamento é abandonada ao egoísmo humano e é reduzida a um acordo condicional e temporário a que facilmente se pode pôr fim, protestamos e afirmamos a indissolubilidade dos laços do matrimónio».	
DN.14	**Intertítulo 2: Regresso a Roma**	JN.14	«Quando os doentes, os velhos e os moribundos são abandonados à solidão, protestamos e reclamamos que merecem amor, cuidados e respeito».	
DN.15	O Papa João Paulo II despede-se hoje de madrugada do povo norte-americano, ao celebrar uma missa campal em Washington, donde segue para o aeroporto, devendo chegar hoje, ao fim da manhã, a Roma. Durante o domingo, o Santo Padre oficiou na Catedral da Imaculada Conceição, falando depois a teólogos e professores da Universidade Católica de Washington, a quem recomendou, á semelhança do que já fizera na sua reunião com os bispos norte-americanos, que se inspirassem «na Bíblia e na tradição da Igreja, tal como é interpretada pela hierarquia, principalmente o papado».	JN.15	Todas estas afirmações foram proferidas pelo Papa com força, como com força foi afirmado, pelo Sumo Pontífice, que a Igreja se opõe ao abuso da liberdade, quando esta é utilizada para «oprimir os fracos, desperdiçar a energia e os recursos naturais, privar as populações de bens de primeira necessidade».	

DN.16	Durante o discurso papal foi notada a insistência com que mais de 50 freiras permaneceram de pé, em sinal de protesto contra aquilo que declararam ser uma forma de «discriminação da mulher na Igreja Católica», referindo-se obviamente ás declarações de João Paulo II no tocante ao sacerdócio feminino e ás questões sexuais focadas no trabalho «Sexualidade Humana» publicado pela Sociedade Teológica Católica dos Estados Unidos.	JN.16	João Paulo II disse ainda que não hesitava em proclamar solenemente, diante dos fiéis presentes e do Mundo inteiro, que, a partir do momento em que uma criança é concebida, «a vida humana sagrada começa», acrescentando que isso não pode ser simplesmente «uma ideia ou uma abstracção», antes significa «a realização concreta do amor ao serviço da Humanidade».	
		JN.17	A partir desta vida «dom de Deus», que não pode desenvolver-se senão através da família, João Paulo II acentuou que a criança tem direito ao amor, o qual apenas lhe pode ser assegurado por pais unidos, que afastem da sua existência «os ídolos do prazer, do conforto e do egoísmo».	
		JN.18	No que respeita ao número de crianças e aos sacrifícios a que levam, o Papa disse que a decisão não pode levar em linha de conta unicamente critérios materialistas tais como «o conforto e a vida tranquila».	
		JN.19	**Intertítulo 2: «O mais político dos discursos»**	
		JN.20	A intervenção de João Paulo II, no sábado, na Organização dos Estados Americanos (OEA), foi qualificada em meios diplomáticos latino-americanos e norte-americanos de Washington como «o mais político e directo dos seus discursos».	
		JN.21	O discurso, lido em castelhano, foi considerado em meios religiosos como importante, já que - afirmam - representa «um interessante desvio à rigidez expressa na visita ao México, durante a Conferência de Puebla».	
		JN.22	O Papa criticou os governos que invocam a «segurança do Estado» para violar os direitos humanos e indicou «uma certa via de actuação» aos sacerdotes católicos na América Latina para que «defendam activamente» esses mesmos direitos.	
		JN.23	Durante os cinco dias em que visitou o México, em Janeiro, João Paulo II mostrou-se mais conservador, aconselhando os clérigos a não participarem na política e a dedicarem-se somente à evangelização.	
		JN.24	Agora, o Papa dedicou quase todo o seu discurso ao tema dos direitos humanos.	
		JN.25	Ao referir-se aos problemas que muitos povos e governos encontram na luta para a defesa da independência e da soberania nacional, o Papa criticou os que mantêm constantemente «medidas de excepção» e violam os direitos humanos.	
		JN.26	«Essas medidas nunca justificam um ataque à dignidade inviolável da pessoa humana e aos direitos autênticos que protegem essa dignidade» - acrescentou.	

JN.27	Mais adiante, o Papa disse que, «se algumas ideologias e algumas formas de interpretar esta legítima preocupação pela segurança nacional resultam na subjugação do Homem, dos seus direitos e da sua dignidade pelo Estado, elas deixam de ser humanas e não podem aspirar a ser consideradas como cristãs».
JN.28	Em Puebla, o Papa pediu o desenvolvimento dos valores cristãos como única forma de resolver os problemas e conflitos da América Latina.
JN.29	Em Washington, parece ter mudado de doutrina, ao pedir aos governos que respeitem os direitos dos seus cidadãos e ao recomendar à Igreja que colabore nessa missão.
	Caixa de texto: **Uma dimensão universal**
JN.30	A movimentada semana que o Papa João Paulo II acaba de passar na América confirmou, de modo nítido, que o papel internacional deste «Papa vindo de Leste» ultrapassa os limites religiosos da Igreja Católica.
JN.31	O discurso nas Nações Unidas, o da Organização dos Estados Americanos e, principalmente, o encontro de Sábado com o presidente Carter, na Casa Branca, deram a esta visita de João Paulo II aos Estados Unidos uma dimensão e projecção resolutamente universal.
JN.32	O respeito pelos Direitos do Homem, sobretudo na América Latina, o auxílio aos deserdados e aos refugiados do Sudeste Asiático, o desarmamento e a limitação das armas nucleares, a paz no Médio Oriente assente na justiça para com o povo palestiniano, o fim da violência na Irlanda do Norte - eis alguns dos grandes problemas mundiais sobre os quais o Papa fez ouvir a sua voz.

Papa João Paulo II (1979) - IX

Notícias secundárias	Not. sec.7	DN	Not. sec. 6	JN		DA
Edição		9 de outubro de 1979		9 de outubro de 1979		*(NOTA: sem outras notícias secundárias)*
Dados contextuais/ outras informações						
Primeira página: antetítulo						
Primeira página: título						
Primeira página: pós-título						
Conteúdo no interior da edição						
Antetítulo						
Título		**Gratidão, alegria e emoção no regresso do Papa a Roma**		**O Papa regressou a Roma**		
Pós-título				**Discursou 75 vezes na visita aos EUA**		
Texto	DN.1	«Neste momento, depois de inesquecíveis emoções, em mais de uma semana de celebrações litúrgicas e conversações, piso novamente o solo querido da Itália e um sentimento de profunda gratidão, alegria e emoção eleva o meu espírito até ao Senhor». Foram as primeiras palavras de João Paulo II á sua chegada, ontem, no aeroporto de Roma, depois da sua visita aos Estados Unidos e á Irlanda, que se prolongou por nove dias e durante o qual o Papa contactou com milhões de pessoas e pronunciou mais de setenta discursos e homilias. Falando, posteriormente, da varanda dos seus aposentos para os fiéis concentrados na Praça de S. Pedro, o Papa disse «vocês vieram aqui para ver se o Papa já está em Roma. Sim, já voltou e está muito agradecido por a Providência, que nos guiou durante estes dias, nos ter trazido até Roma».	JN.1	Uma pessoa pode ser «papista» sem necessariamente ser católica. Vários milhões de americanos acabam de provar esta asserção, desde o presidente Carter, baptista fervoroso, até àquele motorista de táxis hebraico, de Nova Iorque, que dizia a quem o queria ouvir, falando de João Paulo II: «Aqui está o homem que nos faz falta na gaiola de vidro da ONU».		
	DN.2	No seu discurso em italiano, dirigido á multidão que o aguardava no aeroporto, e entre a qual se destacava o primeiro-ministro italiano, Francesco Cossiga, o presidente da Câmara Luigi Peiroselli e numerosos membros da Curia Romana, João Paulo II referiu-se aos Estados Unidos como «um grande país que tem um grande papel e responsabilidade, devido ao seu grande nível de bem-estar e progresso técnico, na construção de um mundo justo e digno de homens», e á sua visita á Irlanda onde «invocámos, acima de tudo, Nossa Senhora, pela paz e a reconciliação naquela querida ilha».	JN.2	O Papa já regressou a Roma e repousa até amanhã, em Castelgandofo.		

DN.3	Ao despedir-se do povo norte-americano, na Base da Força Aérea de Andrews, perto de Washington, e respondendo ao vice-presidente dos Estados Unidos, Walter Mondale, que lhe prestara os cumprimentos oficiais de despedida, designando-o por «um grande poeta que canta um hino á vida», João Paulo II afirmou «a minha ultima oração é esta que Deus abençoe a América de modo a que esta seja verdadeiramente e se possa tornar cada vez mais numa nação indivisível com Deus, com liberdade e justiça para todos».	JN.3	Nalgumas cidades americanas, designadamente em Chicago, as manifestações de entusiasmo para com este Papa que se apresenta como «páraco do Mundo», sempre pronto a pregar a boa palavra (proferiu 75 discursos, homilias e alocuções no espaço de uma semana e só no Domingo usou 17 vezes da palavra em Washington) «viraram» em adulação. E isto sem que João Paulo II tenha feito a menor concessão quanto ao fundo do seu pensamento, continuamente reiterado e repisado na fidelidade à tradição da Igreja renovada e actualizada pelos seus imediatos antecessores no Concílio Vaticano II.	
DN.4	Acentuando que o seu derradeiro pensamento ia para «todos os católicos, protestantes e judeus e para todos os homens e mulheres de boa-vontade» o Santo Padre dedicou a sua mensagem aos americanos de todas as origens étnicas «e, em particular, aos descendentes dos primeiros habitantes desta terra, os índios da América».	JN.4	Quer se dirigisse a diplomatas, a políticos, a prelados, a mulheres ou a enfermos, João Paulo II teve sempre uma palavra de referência a Paulo VI, seu pai espiritual. Até mesmo nas breves palavras de agradecimento ao maestro Georg Solti, terminado o concerto a que assistiu em Washington, não deixou de evocar Paulo VI a propósito do papel espiritual do artista.	
DN.5	**Intertítulo 1: A vida, a criança e a família, temas da última homili**	JN.5	Em contrapartida, nem uma só vez em todos os seus discursos o Soberano Pontífice utilizou a expressão «civilização cristã» e muito menos se apresentou como defensor de tal civilização, parecendo deixar esse papel àqueles que denunciou na tribuna da ONU como iniciadores de regimes de opressão «a pretexto da segurança interna ou da necessidade de conservar uma paz aparente».	
DN.6	«Não hesito em proclamar perante vós e perante todo o mundo que toda a vida humana, desde o momento da concepção e através de todas as fases subsequentes, é sagrada. A Igreja defende o direito á vida». João Paulo II, no «Mall» de Washington não se afastou da proclamação dos ensinamentos da Igreja Católica sobre as questões morais que ja tinham sido objecto de homilias do Santo Padre durante a sua visita aos Estados Unidos.	JN.6	Defensor dos Direitos do Homem e do pluralismo político, em nome duma liberdade responsável, no plano civil, João Paulo II defendeu, no plano religioso, em nome da mesma responsabilidade, a doutrina tradicional da Igreja no que respeita ao celibato sacerdotal, à admissão das mulheres ao sacerdócio, à indissolubilidade do matrimónio, à contracepção e ao aborto.	
DN.7	Voltando a falar sobre o divórcio o Papa disse «quando a instituição do casamento é abandonada ao egoísmo humano e é reduzida a um acordo condicional e temporário a que facilmente se pode pôr fim, protestamos e afirmamos a indissolubilidade dos laços do matrimónio» e acrescentou «o grande perigo para a vida familiar, no meio de uma sociedade cujos ídolos são o prazer, o conforto e a independência, encontra-se no facto de que as pessoas fecham o coração e se tornam egoístas».	JN.7	A este respeito, admite-se em Roma que o Papa vai ter de enfrentar uma onda de descontentamento entre os «progressistas» da Igreja, causado pela «linha ortodoxa» que defendeu com firmeza durante a sua digressão.	
DN.8	Na mesma linha de ideias o Papa afirmou que a Igreja se opõe a todos os abusos da liberdade, nomeadamente quando esta é utilizada para «oprimir os fracos, desperdiçar a energia e os recursos naturais, privar as populações de bens de primeira necessidade».			

DN.9	**Intertítulo 2: Reacções às mensagens papais**
DN.10	O Vaticano louvou, ontem, a visita do Papa aos Estados Unidos qualificando-a de «um grande triunfo das esperanças da humanidade» e referindo-se a João Paulo II como «o guia, um grande Papa, cuja fé é forte. Ele percebe os deveres da fé e do seu cargo, e, sem nenhuma hesitação, nos transportará ao terceiro milénio.» Já anteriormente a Rádio Vaticano havia afirmado: «o Papa apresentou-se como um verdadeiro líder a todo o mundo e não somos nós que o dizemos, mas a opinião publica e os meios de comunicação social».
DN.11	Também o IV Congresso Pan-Americano Arabe, reunido em Caracas (Venezuela), acolheu com agrado as afirmações de João Paulo II sobre o Médio Oriente, tendo o presidente da reunião declarado, ontem, que «o líder máximo de 700 milhões de católicos deu já mostras de que Jerusalém não será sionista e que a Igreja Católica entende que a autodeterminação dos povos é o único caminho para uma paz permanente e real».
DN.12	Por seu turno, meios diplomáticos latino-americanos e norte-americanos classificaram o discurso que João Paulo II pronunciou na sede da Organização dos Estados Americanos (OEA) como «o mais político e directo dos seus discursos». De facto, o Papa ultrapassou o conteúdo das suas alocuções, aquando da sua visita ao México, onde aconselhara os padres a não participarem na política, para criticar, perante os representantes de todos os Estados americanos, os governos que em nome da «segurança nacional» não respeitam os direitos dos seus cidadãos.
DN.13	Concretamente, o Santo Padre advertiu que «se algumas ideologias e algumas formas de interpretar a legítima preocupação pela segurança nacional resultam na subjugação do homem, dos seus direitos e da sua dignidade pelo Estado, elas deixam de ser humanas e não podem aspirar a ser consideradas como cristãs».
DN.14	Mas as reacções mais contundentes e inconformadas surgem de sectores católicos americanos tidos por mais liberais e que expressam, de várias formas, o seu desagrado pela ortodoxia de João Paulo II perante questões como o divórcio, a moral sexual, o celibato dos padres, a impossibilidade de ordenação sacerdotal de mulheres e sobre o direito á vida.

	DN.15	O bispo Joan Roach, por exemplo, após ter escutado a forte ratificação do Papa, em Chicago, da proibição da Igreja ao controlo artificial dos nascimentos, reconheceu que havia problemas pela frente. Igualmente a Coligação Nacional de Freiras Americanas se afirma desapontada «pois o argumento da tradição como barreira á ordenação das mulheres, sobrepõe-se e ultrapassa os próprios princípios da justiça e da igualdade e as necessidades pastorais do povo de Deus.»				

1995

Papa João Paulo II (1995) - I

Notícias secundárias	Not. sec.1	DN	Not. sec.1	JN	Not. sec.1	DA
Edição		5 de outubro de 1995		5 de outubro de 1995		5 de outubro de 1995
Dados contextuais/ outras informações		Carla Aguiar (autora da rubrica)				
Primeira página: antetítulo						
Primeira página: título						
Primeira página: pós-título						
Conteúdo no interior da edição		Identificação do conteúdo: como «Insólito»				
Antetítulo						
Título		**Papa papa-quilómetros**		**Negócios nos EUA com a imagem do Papa**		**João Paulo II em terras da América**
Pós-título						
Texto	DN.1	E para continuarmos nas medidas, embora de dimensões diferentes, refira-se que o Papa João Paulo II pode ser considerado o maior papador de quilómetros do mundo. Com a viagem que ontem iniciou a Nova Iorque, João Paulo II perfaz um milhão de quilómetros percorridos à volta do mundo desde o início do seu pontificado.	JN.1	Robert Villani possui uma fé excepcional. No ano passado, perdeu milhares de dólares imprimindo T-shirts, botões e outros tipos de lembranças para comemorar a visita do Papa João Paulo II a Nova Iorque… e o Sumo Pontífice acabou por cancelar a visita.	DA.1	O Papa inicia hoje a sua quarta visita pastoral aos Estados Unidos, numa altura de alguma tensão entre a Santa Sé e Washington, bem como um certo distanciamento entre a Igreja de Roma e os seus clérigos norte-americanos.
			JN.2	Este ano, Villani está a fazer uma nova tentativa. Numa bênção que já se viu que se pode transformar rapidamente numa maldição, a empresa de Villani, a "Publicidade Promocional Robbi", tem o direito exclusivo, concedido pelas arquidioceses de Nova Iorque e de Nova Jersey, para comercializar as recordações oficiais da visita do Papa.	DA.2	A Igreja norte-americana, com os seus 50 milhões de fiéis, é uma das cinco maiores no mundo, sendo o seu número de bispos só ultrapassado pelo do Brasil, com mais de 250 bispos.
			JN.3	A empresa "Robbi" tinha ganho o contrato relativo à visita papal de 1994, que foi cancelada devido ao precário estado de saúde do Papa. Embora a empresa não possua qualquer tipo de seguro para o caso de se repetir o sucedido nalgumas escalas do Papa, Villani diz ter aprendido algumas lições.	DA.3	Contudo, a sua influência no Vaticano é reduzida e entre os prelados norte-americanos, apenas o cardeal de Nova Iorque John O'Connor tem acesso directo a João Paulo II, afirmam fontes próximas do Vaticano.
			JN.4	Em primeiro lugar, esperou até ao último momento para imprimir o logotipo da visita do Papa nos vários artigos, o que significa que terá de imprimir incessantemente milhares de T-shirts, sweatshirts e bonés até domingo, data em que o Papa se deslocará ao Maryland.	DA.4	«A Igreja nos Estados Unidos tem uma vida pastoral próspera numa sociedade altamente secularizada e há um sentimento de frustração quando os aspectos positivos da Igreja norte-americana não são reconhecidos», afirma monsenhor William Murphy, vigário-geral da Arquidiocese de Boston, que há 13 anos trabalha no Vaticano.

JN.5	"Numa situação normal, já teríamos tudo pronto", declarou recentemente Villani, lutando desesperadamente para atender os sucessivos telefonemas, ao mesmo tempo que dava ordens aos incomodativos assistentes do velho armazém da empresa "Robbi" em Newark, Nova Jérsia.	DA.5	Nos últimos 12 meses, a Santa Sé criticou frontalmente as posições pró-abortivas do vice-presidente Al Gore, e as posições de Geraldine Ferraro, na recente Conferência da ONU sobre a Mulher em Pequim.
JN.6	"Desta vez, não quero arriscar. Tenho de me certificar de que, venha o que vier, o que aconteceu no ano passado não se volta a repetir. Por causa disso, estou completamente paranóico", disse Villani.	DA.6	O Vaticano nunca aceitou as posições de Ferraro em prol da livre opção da interrupção voluntária da gravidez, desde a altura em que se candidatou à vice-presidência do país pelos Democratas.
JN.7	As T-shirts deste ano não têm uma data específica: dizem apenas Outubro de 1995, "pelo sim e pelo não", explica Villani.	DA.7	Ainda na sua última visita a Denver, em 1993, João Paulo II criticou publicamente a posição de Bill Clinton quanto ao aborto.
JN.8	"No ano passado, perdemos muito dinheiro", confessa o empresário, acrescentando que os advogados só o deixam revelar que perdeu entre 100 mil a 500 mil dólares. Limitado pelos contratos, Villani não foi autorizado a vender os artigos do ano passado com a palavra "cancelado" impressa.	DA.8	Por outro lado, nem sempre os bispos norte-americanos têm sido solidários com a Cúria de Roma.
JN.9	"Nós lidámos com dignidade com o cancelamento da visita", afirma Villani. Este ano, além dos usuais bonés, calendários e medalhas comemorativas, existem CDs com o rosário do Papa, mochilas com a fotografia de João Paulo II e garrafas de água mineral decoradas com um rótulo alusivo à visita.	DA.9	Durante a Guerra do Golfo, os bispos optaram por apoiar as determinações do seu Governo e não as do Vaticano.
JN.10	Para além destes, existe também uma série de outros artigos que Villani orgulhosamente qualifica de "últimas novidades": cartões telefónicos de 20 dólares para chamadas de longa distância, marcadores para livros com hologramas a três dimensões, a dois dólares e meio cada um, e relógios que se iluminam com a fotografia do Papa, a 30 dólares cada.	DA.10	Mais recentemente, os bispos norte-americanos opuseram-se à utilização exclusiva dos termos «homens» e «homem» no «Manual d Catecismo», preferindo a de «homens e mulheres» como propunham os tradutores norte-americanos, mas a versão de Roma acabou por vencer.
JN.11	A T-shirt oficial de Nova Iorque tem agora uma imagem do Papa, à volta da qual se podem ver o Empire State Buiding, a Catedral de São Patrício, a ponte de Brooklyn e a Estátua da Liberdade.	DA.11	Mas outras questões dividem a Santa Sé dos bispos norte-americanos, nomeadamente a ordenação pastoral das mulheres.
JN.12	Alguns membros oficiais da Igreja disseram como queriam a T-shirt e a empresa esforçou-se por lhes agradar.	DA.12	O Papa, nesta sua quarta visita pastoral, fará um périplo pelas dioceses mais conservadoras, de forma a evitar quaisquer desacordos doutrinários com alguns dos seus bispos.
JN.13	"Nós ouvimos sempre os nossos clientes", diz Villani, acrescentando que houve duas T-shirts que não foram aprovadas pela Igreja porque "não tinham força suficiente".	DA.13	Na anterior visita, João Paulo II transferiu monsenhor William Levada de Portland (Oregon) para São Francisco, de molde a evitar um encontro com o arcebispo John Quinn, desta última diocese, que perfilha uma tendência mais liberal.

JN.14	Villani está a apostar na típica família que irá ver o Papa e comprará de certeza algumas recodações. Ele conta vender um total de cinco milhões de dólares de mercadoria nas aparições públicas do Papa em Nova Jersey e Nova Iorque, que se pensa que irão atrair milhões de pessoas.	
JN.15	"Sem querer fazer nenhum jogo de palavras, eu diria que temos uma missão a cumprir", declarou Villani. Registe-se que uma percentagem dos lucros da venda dos artigos será destinada a custear a viagem do Papa, cujo preço se estima em milhões de dólares.	
JN.16	Villani admite que não estará descansado nem depois da chegada do Papa, que saiu ontem de Roma.	
JN.17	E acrescenta: "Só espero que não chova". Mas, mesmo preocupado, ainda afirma que "o importante é a vinda do Papa João Paulo II, em si. Temos de ter em mente aquilo que realmente conta".	

Papa João Paulo II (1995) - II

Notícias principais		**DN**		**JN**		**DA**
Edição		6 de outubro de 1995		6 de outubro de 1995		6 de outubro de 1995
Dados contextuais/ outras informações		Redator: António Alfaiate (enviado especial)				
Primeira página: legenda de fotografia		João Paulo II apelou ontem na Assembleia Geral da ONU (onde foi recebido pelo presidente, Freitas do Amaral), à elaboração de uma carta dos direitos das nações que responda aos desafios dos tempos modernos				
Conteúdo no interior da edição						
Antetítulo		**João Paulo II perante a Assembleia Geral da ONU**				**Na ONU**
Título		**Defesa dos direitos das nações**		**João Paulo II apelou em Nova Iorque à transformação da ONU na «família das nações»**		**Papa apela aos «Direitos das Nações»**
Pós-título		**O Papa João Paulo II apelou ontem em Nova Iorque para as Nações Unidas, no sentido de ser elaborado sem demora um documento sobre «os direitos das nações» com a finalidade de responder aos desafios do nacionalismo, nascidos dos escombros do Muro de Berlim**		**Discursando na sede das Nações Unidas no segundo dia da sua visita aos EUA, João Paulo II apelou a uma reflexão moral internacional e à transformação da organização numa «família das nações». Na véspera, elogiara os EUA pela sua abertura ao mundo e dirigira palavras particularmente gratas a Bill Clinton a pedir-lhe protecção aos mais desfavorecidos.**		
Texto	DN.1	«A Declaração Universal dos Direitos do Homem, adoptada em 1948, tratou de uma forma eloquente os direitos das pessoas, mas ainda não existe direito internacional análogo que trate dos direitos das nações no seu conjunto», declarou o Papa na tribuna da Assembleia Geral da ONU.	JN.1	Dirigindo-se da tribuna à Assembleia-Geral das Nações Unidas, que este ano assinalam os 50 anos de existência, o Papa começou por salientar a importância da ONU para deixar um apelo aos países membros: «A Organização das Nações Unidas precisa cada vez mais de ultrapassar o seu estatuto de instituição administrativa para se transformar num centro moral onde todas as nações do Mundo se sintam em casa, como se ela fosse «uma família das nações».	DA.1	João Paulo II apelou em Nova Iorque para que as Nações Unidas elaborem sem demora um documento sobre os «direitos das nações», de modo a responder aos desafios do nacionalismo nascidos sobre os escombros do Muro de Berlim.
	DN.2	«É este facto que convém tomar atentamente em consideração, dadas as questões urgentes que ele suscita no mundo contemporâneo em relação à justiça e à liberdade», acrescentou João Paulo II.	JN.2	No seu discurso de 40 minutos que inaugurou formalmente as celebrações do 50º aniversário das Nações Unidas, João Paulo II insistiu repetidamente em que a ONU tinha hoje pela frente uma oportunidade «histórica» para dar «um salto qualitativo» na sua acção na cena internacional.	DA.2	«A declaração universal dos Direitos do Homem, adoptada em 1948, tratou de modo eloquente os direitos das pessoas, mas não existe até agora um acordo internacional análogo que trate os direitos humanos no seu conjunto», declarou o Papa, perante a Assembleia Geral da ONU.
	DN.3	É «indispensável» reflectir acerca do conceito de nação «no caso de se pretender evitar os erros do passado e instaurar uma ordem mundial justa», declarou o Sumo Pontífice.	JN.3	Em abono desta sua tese, o Sumo Pontífice especificou que as Nações Unidas não deviam ser apenas uma instância mediadora de conflitos, mas também promotora de valores e iniciativas que estreitem as relações entre os diferentes países. Ou seja, passar «da simples existência com outros à existência para outros».	DA.3	Apelando ainda para a «consciência da humanidade», durante um discurso proferido parcialmente nos idiomas inglês e francês, João Paulo II exortou os países ricos a oferecerem uma maior ajuda às nações mais pobres, às quais aconselhou, por seu lado, o respeito pelos valores democráticos.

	DN.4	O direito de uma nação à existência é «certamente anterior aos seus outros direitos: ninguém - nem um Estado, nem qualquer outra nação nem uma organização internacional - se atreveu nunca a considerar que uma determinada nação não seria digna de existir», afirmou.	JN.4	Em suma, João Paulo II considera que só será possível «vencermos o medo do futuro» se «estivermos todos juntos».	DA.4	«Quando milhões de pessoas sofrem as consequências de uma pobreza que significa fome, má-nutrição, doença, analfabetismo e degradação, nós temos de ter em mente que ninguém tem o direito de explorar o outro para seu proveito próprio», frisou o Papa.
	DN.5	Mas «este direito fundamental à existência não significa necessariamente uma autoridade estatal», sublinhou o Papa,sem mencionar explicitamente os diferentes povos que compõem, nomeadamente, a Bósnia-Herzegovina.	JN.5	A reforma das Nações Unidas, acrescentou, facilitaria as tarefas humanitárias numa era em que esses mesmos valores de entreajuda «estão ameaçados».		
	DN.6	Evocou, no entanto, as «populações martirizadas» da Bósnia, ao denunciar com vigor a «espiral de violência» quando a realidade do outro é negada, nomeadamente devido a «manipulações de personagens sem escrúpulos».	JN.6	Com esta sua expressão, o Papa sintetizou, sem a explicitar com a sua habitual veemência, a condenação do espírito consumista nos países capitalistas.		
	DN.7	Neste contexto, as nações têm certos direitos, e também deveres. «O primeiro de todos é certamente o dever de viver numa disposição pacífica, respeitosa e solidária em relação às outras nações», acrescentou o Sumo Pontífice.	JN.7	Segundo o fio condutor da sua intervenção e defendendo o conceito de nação, João Paulo II instou as Nações Unidas a elaborarem desde já um documento sobre «os direitos das Nações», de modo a responder aos desafios do nacionalismo nascidos sobre os escombros do Muro de Berlim.		
	DN.8	O Papa deplorou, a este respeito, os malefícios do «utilitarismo, doutrina que não define a moralidade a partir daquilo que é bom, mas a partir daquilo que é rendoso».	JN.8	«A declaração universal dos Direitos do Homem, adoptada em 1948, tratou de modo eloquente os direitos das pessoas, mas não existe até agora um acordo internacional análogo que trate os direitos humanos no seu conjunto», declarou o Papa, exortando também os países ricos a oferecerem uma maior ajuda aos países mais pobres.		
	DN.9	O utilitarismo económico «conduz os países mais poderosos a condicionar e a explorar os mais fracos», afirmou também João Paulo II.	JN.9	«Quando milhões de pessoas sofrem as consequências de uma pobreza que significa fome, má nutrição, doença, analfabetismo e degradação, nós temos de ter em mente que ninguém tem o direito de explorar o outro para seu proveito próprio».		
	DN.10	«É necessário que na cena económica internacional se imponha uma ética da solidariedade, caso se pretenda que a participação, o crescimento económico e uma justa distribuição dos bens possam marcar o futuro da Humanidade», sublinhou o Papa.	JN.10	Aos representantes dos países pobres, aconselhou-os a respeitarem os valores democráticos.		
	DN.11	Perante todos estes desafios, João Paulo II apelou para a ONU no sentido de se elevar «cada vez mais do estádio de uma fria instituição de tipo administrativo até ao de um centro moral, onde todas as nações do mundo se sintam em sua casa, desenvolvendo a consciência comum de serem, por assim dizer, uma família das nações», explicou.	JN.11	**Intertítulo 1: O elogio da família**		

	DN.12	«A ONU tem o dever histórico de favorecer este salto qualitativo da vida internacional», se necessário for adoptando modificações oportunas do seu modo de funcionamento.	JN.12	Lembrou, por outro lado, que «o Mundo ainda não aprendeu, infelizmente, a conviver com a diversidade, como o exemplificam os recentes acontecimentos nos Balcãs e na África Central».	
	DN.13	«Inspirados por aqueles que assumiram o risco da liberdade» - João Paulo II citou, a este respeito, os países da Europa central e as «revoluções pacíficas de 1989 -, será que não poderemos também aceitar o risco da solidariedade e, em consequência, o risco da paz?», perguntou o Papa.	JN.13	Foi a segunda vez que João Paulo II discursou na sede da ONU em Nova Iorque (a primeira remonta a 1979). Ontem, à entrada no edifício das Nações Unidas, onde foi recebido pelo secretário-geral, Boutros Ghali, o Sumo Pontífice foi acolhido com entusiásticos aplausos de uma multidão de delegados.	
	DN.14	«Devemos vencer o nosso medo do futuro. Mas não poderemos vencê-lo inteiramente senão em conjunto», concluiu João Paulo II, cujo discurso assinalou o início das comemorações do 50.º aniversário da ONU.	JN.14	As relações entre a Santa Sé e a ONU são estreitas mas conturbadas: o Vaticano critica sistematicamente a organização por esta preconizar o controlo da natalidade.	
	DN.15	O Papa exprimiu por diversas vezes o seu apoio à ONU desde a sua chegada, na quarta-feira, ao aeroporto de Newark, nos Estados Unidos. O discurso do Papa, ontem, foi calorosamente aplaudido por centenas de delegados de todo o mundo, presentes na Assembleia Geral da ONU.	JN.15	O Vaticano tem estatuto de observador na ONU e não de estado-membro. Assim, não dispõe de direito de voto na Assembleia Geral - actualmente presidida por Freitas do Amaral - mas pode usar da palavra e pronunciar-se em todas as conferências realizadas em todo o mundo pelas Nações Unidas.	
	DN.16	Cerca de 150 chefes de Estado e de Governo são esperados até ao fim deste mês em Nova Iorque para participarem numa sessão comemorativa do cinquentenário, de 22 a 24 de Outubro.	JN.16	Apesar das divergências, o Vaticano é um dos grandes defensores da ONU, que considera mais necessária do que nunca.	
			JN.17	João Paulo II está nos Estados Unidos para uma visita de cinco dias. A primeira cidade do seu programa foi Newark (estado de New Jersey).	
			JN.18	Na curta alocução perante o presidente Bill Clinton, a sua mulher, Hillary, e mais de duas mil pessoas, entre fiéis e dignitários civis e religiosos que foram recebê-lo ao aeroporto, o Papa alertou a América contra a tentação do egoísmo: «Rezo para que os Estados Unidos perseverem na sua melhor tradição de abertura e de oportunidade».	
			JN.19	Por seu turno, Bill Clinton, que foi o primeiro a responder, exaltou os valores familiares, felicitando, inclusive, João Paulo II pela sua acção neste domínio.	
			JN.20	**Intertítulo 2: Palavras de apoio a Clinton**	

JN.21	Após a cerimónia protocolar, João Paulo II e Bill Clinton dirigiram-se para a residência do arcebispo de Newark para um encontro a dois que, segundo a Casa Branca, Clinton queria consagrar ao tema da família.
JN.22	Neste caso, a principal preocupação de Clinton era evitar falar-se do aborto, a que João Paulo II se opõe firmemente.
JN.23	Um outro assunto em agenda, para além da guerra na Bósnia, foi a projetada visita do Sumo Pontífice a Cuba, a convite dos bispos cubanos. A questão cubana é outro ponto de discórdia entre a Santa Sé e Washington e, ainda na viagem de avião para os Estados Unidos, o Papa reiterou abertamente a sua discordância com o embargo comercial imposto por Washington ao país de Fidel Castro.
JN.24	O Papa argumenta que o embargo provoca o sofrimento do povo e também o desespero, que é sempre mau conselheiro.
JN.25	Numa espécie de compensação por este amargo de boca para Bill Clinton, João Paulo II reservou-lhe palavras particularmente caras, ao apelar aos Estados Unidos para que prestem especial assistência à população pobre e desfavorecida norte-americana.
JN.26	Trata-se de uma mensagem grata ao presidente Clinton numa altura em que trava uma dura batalha com a maioria republicana do Congresso, que pretende reduzir o orçamento para a Saúde e a Segurança Social.
JN.27	Horas antes, ainda no aeroporto de Newark, o Papa pedia aos EUA que mantivessem «abertas as suas portas aos imigrantes» elogiando a «tradição» do país em proporcionar «oportunidades» a outros povos.
JN.28	Este tema é também controverso nos Estados Unidos, onde a tendência actual é para colocar entraves ao constante afluxo de imigrantes clandestinos, na sua maioria provenientes do México.
JN.29	Entretanto, na conversa de 30 minutos que manteve com o Papa em Newark, o presidente norte-americano aproveitou para lhe agradecer, em seu nome e no da mulher, o apoio da Santa Sé ao discurso que Hillary proferiu na conferência das mulheres organizada pela ONU em Pequim no mês passado.

			JN.30	De Nova Iorque, o Sumo Pontífice segue para a cidade de Baltimore regressando no próximo domingo a Roma.		
Outros elementos textuais		Artigo complementar				
Antetítulo						
Título		**Freitas do Amaral deu conta de problemas**				
Pós-título						
Dados contextuais/ outras informações		Redator: António Alfaiate (enviado especial em Nova Iorque)				
Texto	DN.17	Na sequência das celebrações do 50.º aniversário da ONU, Diogo Freitas do Amaral, na qualidade de presidente da Assembleia Geral, proferiu ontem em Nova Iorque o discurso de boas-vindas ao Papa João Paulo II.				
	DN.18	Perante uma Assembleia repleta, que aplaudiu de pé a entrada de Sua Santidade, Freitas do Amaral começou por agradecer a sua presença, que considerou corresponder a uma marca de distinção para a organização. Acrescentou reconhecer também, na figura de João Paulo II, a de um mensageiro da paz e da confiança e na sua deslocação um sinal de encorajamento para as Nações Unidas.				
	DN.19	O discurso de Freitas do Amaral referiu-se também às preocupações com que a organização se debate. «É ocasião de celebrar, mas também tempo de reflexão. Nós estamos aqui a enfrentar muitas críticas à forma e ao desempenho da organização.»				
	DN.20	O comentário, que ultrapassou claramente o que poderia ter sido um discurso meramente formal, deu conta dos enormes problemas que a organização enfrenta. A sua solução é um desafio à iniciativa do novo presidente da Assembleia Geral.				
	DN.21	De facto, têm sido as Nações Unidas que, depois do desaparecimento do equilíbrio bipolar (Estados Unidos e União Soviética), têm tentado preencher o papel de policiamento internacional.				
	DN.22	Embora revestida de alguns sucessos, a acção da Organização das Nações Unidas tem vindo a ser sucessivamente limitada, conduzindo a insucessos como no recente caso da Bósnia-Herzegovina.				

	DN.23	O desequilíbrio financeiro, a burocracia, as pressões dos interesses nacionais têm vindo a colocar a organização numa posição difícil. O espírito da reforma lançado na última reunião, em Viena, parece ter chegado. Freitas do Amaral deixou bem clara, no seu discurso, a intenção de levar por diante um projecto que permita a sobrevivência da organização.				
	DN.24	Partindo da ideia de que a ONU justifica plenamente a sua existência pelo trabalho feito em nome da humanidade, o recém-eleito presidente da Assembleia Geral sublinhou a esperança de que as Nações Unidas continuem a ser o «fórum supremo para a paz e a justiça».				

Papa João Paulo II (1995) - III

Notícias secundárias	**DN**	**JN**	**Not. sec.2**	**DA**
Edição	*(NOTA: o* DA *foi o único jornal a publicar uma notícia secundária no mesmo dia da notícia principal)*			6 de outubro de 1995
Dados contextuais/ outras informações				
Primeira página: antetítulo				
Primeira página: título				
Primeira página: pós-título				
Conteúdo no interior da edição				
Antetítulo				
Título				**Papa na ONU**
Pós-título				
Texto			DA.1	O Papa João Paulo II sugeriu quarta-feira em Newark, Estados Unidos, a necessidade de reformas na ONU para a tornar mais credível na sua função de garante da paz e da justiça no mundo.
			DA.2	De acordo com o Papa, as reformas nas Nações Unidas ajudariam a organização internacional no seu empenho humanitário quanto a estes valores "estão ameaçados".
			DA.3	O Papa presidiu na Catedral do Sagrado Coração, um templo de estilo gótico francês aberto em 1954, um século depois da colocação da sua primeira pedra, ao primeiro acto religioso da sua visita aos Estados Unidos.
			DA.4	Perante duas mil pessoas, entre elas o presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, e sua mulher Hillary, o pontífice rezou após escutar uma saudação do bispo, Theodore Mccarrick.
			DA.5	"Está sempre em sua casa quando estiver nos Estados Unidos", disse Mccarrick, quando saudou o Papa João Paulo II.
			DA.6	Durante o acto religioso, o Papa falou da nova evangelização da sociedade, das Nações Unidas, que considerou como "serviço ao bem comum da família humana" e "instrumento de paz e diálogo", cujo critério de acção "deveria ser sempre o bem integral das pessoas".
			DA.7	**Intertítulo 1: Homem armado detido**
			DA.8	Um homem armado foi detido na quinta-feira quando tentava entrar num estádio de Nova Jérsia em que o Papa João Paulo II efectuou uma missa, informou a polícia local.

DA.9	Fontes policiais indicaram que o homem foi detido após os guardas de segurança terem descoberto que ele transportava uma arma.
DA.10	Posteriormente, os investigadores verificavam que o indivíduo, cuja identidade não foi revelada, tinha autorização para transportar armas, apesar de não pertencer a qualquer serviço de segurança.
DA.11	O homem foi libertado, mas não foi autorizado a entrar no estádio, onde o Sumo Pontífice rezou uma missa para mais de 80 mil fiéis.
DA.12	João Paulo II, que iniciou na quarta-feira uma visita aos Estados Unidos, pronunciou na quinta-feira um discurso na Assembleia Geral da ONU e rezará hoje uma outra missa no hipódromo de Acueduct, no bairro nova-iorquino de Queens.

Papa João Paulo II (1995) - IV

Notícias secundárias	Not. sec.2	**DN**	Not. sec.2	**JN**	Not. sec.3	**DA**
Edição		7 de outubro de 1995		7 de outubro de 1995		7 de outubro de 1995
Dados contextuais/ outras informações						
Primeira página: antetítulo						
Primeira página: título						
Primeira página: pós-título						
Conteúdo no interior da edição						
Antetítulo		**João Paulo II no terceiro dia da sua visita aos Estados Unidos**				**Com 75.000 fiéis**
Título		**Por uma «Igreja doméstica»**		**Papa denuncia a pobreza nos EUA**		**Papa celebra missa nos EUA**
Pós-título		**Os banhos de multidão sucedem-se na quarta visita do Papa aos EUA. Ontem, João Paulo II lançou mais um apelo à vida, perant a comunidade católica de Nova Iorque.**				
Texto	DN.1	Cerca de 75 mil pessoas concentradas no hipódromo de Queens, em Nova Iorque, receberam entusiasticamente o Papa João Paulo II, que, no terceiro dia da sua visita aos Estados Unidos, ali celebrou missa. A mensagem papal incidiu sobre o «progresso dos povos».	JN.1	Retomando nos Estados Unidos a sua cruzada contra o aborto, o divórcio, a homossexualidade, o Papa centrou ontem o seu discurso no tema da família. E a sociedade norte-americana saíu bastante "maltratrada" na sua homilia. Grassa o desemprego e a pobreza, acusou João Paulo II.	DA.1	Cerca de 75.000 pessoas concentradas no hipódromo de Queens, em Nova Iorque, dispensaram ontem entusiástica recepção ao Papa João Paulo II, que no terceiro dia da sua visita aos Estados Unidos ali celebrou missa.
	DN.2	A massa de católicos americanos, composta sobretudo por brancos anglo-saxónicos ou de origem latino-americana, rompeu em calorosos aplausos, à chegada do helicóptero que transportava João Paulo II, para a segunda missa desde a sua chegada ao país.	JN.2	No seu terceiro dia de visita aos Estados Unidos, João Paulo II lançou um virulento ataque à sociedade norte-americana e dedicou largo espaço na sua homilia - a que assistiram mais de 80 mil pessoas - ao tema da família e ao fosso entre ricos e pobres.	DA.2	A multidão de fiéis, integrando essencialmente brancos anglo-saxões e de origem latino-americana, rompeu em calorosos aplausos quando o soberano pontífice desceu de um helicóptero para presidir à sua segunda missa campal desde que chegou quarta-feira a Nova Iorque.
	DN.3	O hipódromo esteve repleto de fiéis, vindos aos milhares dos quatro cantos do Estado de Nova Iorque. "Eu ainda não acredito que estou aqui na presença do vigário de Cristo", confessa, emocionada, Florence Hensel, apesar de estar a marcar lugar desde as 6 horas da manhã. Hensel, de 67 anos, que trazia consigo um cartaz contra o aborto, apanhou o autocarro ainda de madrugada ainda em Ustica, Norte do estado de Nova Iorque, para ver o Papa.	JN.3	Mas a multidão que o foi ouvir comprova a sua grande popularidade, apesar da impopularidade do seu conservadorismo nos meios católicos norte-americanos.	DA.3	A totalidade das bancadas do hipódromo e metade da pista estavam repletas de milhares de católicos que ocorreram dos quatro cantos do Estado de Nova Iorque para tentarem lobrigar o Papa.

	DN.4	«A Igreja americana atravessa muitas dificuldades, porque há quem não queira seguir o Papa», considerou esta mulher, obtendo a aprovação da sua vizinha, uma militante «pró-vida».	JN.4	Os fiéis que ontem compareceram à homilia em Nova Iorque, realizada no hipódromo de Queens, eram essencialmente brancos anglo-saxónicos e de origem latino-americana, tendo dispensado uma entusiástica recepção a João Paulo II. Romperam em calorosos aplausos quando o Sumo Pontífice desceu de um helicóptero para presidir à sua segunda missa campal em Nova Iorque.	DA.4	"Custa-me ainda a crer que estou aqui na presença do vigário de Cristo", disse com voz embargada pela emoção Florence Hensel, 67 anos, que aguardava desde as 6 horas da manhã (12:00 de Lisboa) a celebração da missa marcada para as 9:00 (15:00).
	DN.5	Na homilia de hoje, João Paulo II não retomou a candente questão do aborto, objecto, na véspera, de veemente condenação na missa celebrada para 80 mil fiéis no Estádio dos Giants, o estádio de futebol americano de East Rutherford, próximo da metrópole nova-iorquina.	JN.5	João Paulo II não retomou a candente questão do aborto, objecto na véspera de veemente condenação na missa celebrada para 80 mil fiéis no Giants Stadium, o estádio de futebol americano de East Rutherford. No hipódromo de Queens, defendeu fervorosamente a família: a sobrevivência da sociedade norte-americana depende da sobrevivência da família e, por isso, a integridade da família deverá ser protegida legalmente. Uma mensagem lançada num país em que mais de 40% dos casamentos terminam em divórcio e as famílias em que os filhos vivem só com um dos pais ronda a percentagem dos 28%.	DA.5	A idosa senhora, com um dístico anti-aborto bem visível no peito, viajou de madrugada desde a localidade de Ustica, no norte do Estado de Nova Iorque, para ficar mais perto do Santo Padre que mesmo assim tinha dificuldade em avistar por entre os toldos amarelos e brancos sobrepostos ao imenso altar montado no centro da pista de corridas.
	DN.6	«Quando a criança por nascer é considerada um "estranho no ventre" e a sociedade lhe nega protecção, não apenas as tradições mais arreigadas da América ficam profundamente abaladas mas também a sociedade entra em decadência moral», afirmou na altura o Santo Padre.	JN.6	Falou no "terrível fardo do desemprego" e alertando para os perigos do materialismo, evocou a cidade de Nova Iorque, como símbolo da civilização moderna e da qualidade de vida americana, mas para denunciar: "Nem todos são poderosos, nem todos são ricos. Na verdade, a exuberante riqueza da América esconde muitas vezes dificuldades e pobreza".		
	DN.7	Ontem, em Queens, João Paulo II defendeu fervorosamente a família, convidando os fiéis a constituírem no seio do seu núcleo familiar uma «Igreja doméstica».	JN.7	No seu périplo de cinco dias pelos EUA que terminará amanhã em Baltimore, João Paulo II apostou em lembrar aos americanos que têm obrigação de ajudar a enorme massa de gente sem recursos - um tema particularmente escaldante numa altura em que o Congresso, dominado pelos republicanos, exige a Bill Clinton que corte nas verbas para a segurança social e assistência médica.		
	DN.8	«A verdade diz-nos que, para um ser humano, não há vida que valha sem uma cultura - e um sistema legal - que enobreça e defenda o matrimónio e a família», declarou o Papa por entre as aclamações dos fiéis. «Ali está um homem de paz, o único líder mundial que luta por essa meta e pelo direito à vida», explicou, emocionado, um dos fiéis, Jim Gaiso, de Long Island, com o rosto protegido por um capacete de basebol decorado com a efígie do Papa.	JN.8	Tal como nos dias anteriores, o primeiro dos quais na cidade de Newark, onde reuniu com o presidente Clinton - que o foi esperar ao aeroporto -, João Paulo II referiu-se por mais de uma vez ao problema dos pobres e da exclusão social, dois fenómenos que, em sua opinião, "minam a sociedade norte-americana".		
	DN.9	Tal como na quarta e na quinta-feira, João Paulo II voltou a denunciar ontem o fosso entre ricos e pobres e o fenómeno da exclusão que minam - disse - a sociedade norte-americana.	JN.9	O recado que quis deixar nos EUA e ao mundo foi este: "A América tem uma reputação de prestígio e de riqueza. Mas nem todos são ricos".		

	DN.10	«A América tem uma reputação de poder, de prestígio e de riqueza. Mas nem todos são poderosos, nem todos são ricos. Na realidade, a riqueza por vezes extravagante da América esconde frequentemente a mais dura das pobrezas», salientou o soberano pontífice.				
	DN.11	Entretanto soube-se ontem que, enquanto decorria a missa no Estádio dos Giants, um homem armado foi detido quando tentava entrar no recinto. Os investigadores verificaram que o indivíduo tinha autorização para transportar armas. O homem foi libertado, mas não foi autorizado a entrar no estádio.				

Papa João Paulo II (1995) - V

Notícias secundárias	Not. sec.3	**DN**	Not. sec.3	**JN**		**DA**
Edição		8 de outubro de 1995		8 de outubro de 1995		*(NOTA: sem uma notícia secundária publicada a 8 de outubro)*
Dados contextuais/ outras informações						
Primeira página: antetítulo						
Primeira página: título						
Primeira página: pós-título						
Início de secção: antetítulo		**João Paulo II nos EUA**				
Início de secção: título		**Missa campal juntou 200 mil pessoas**				
Conteúdo no interior da edição						
Antetítulo		**Grande espectáculo no Central Park**				
Título		**Papa nos EUA contra o aborto**		**Papa alerta em Nova Iorque para os riscos da «cultura da morte**		
Pós-título		**O Papa apelou à luta contra o aborto e à violência na missa campal que reuniu ontem, no Central Park de Nova Iorque, cerc de 200 mil pessoas**		**João Paulo II transformou ontem o Central Park numa imensa catedral ao ar livre, atraindo mais de 100 mil pessoas para ouvir sua mensagem dirigida sobretudo aos infectados pelo vírus da Sida, aos pobres e aos milhares de pessoas que nos EUA nem cas têm para se abrigar**		
Texto	DN.1	João Paulo II apelou ontem às cerca de 200 mil pessoas presentes no Central Park de Nova Iorque, para lutarem contra o aborto, a eutanásia e a violência sob todas as formas, incluindo a pornografia, que agride especialmente as mulheres.	JN.1	Na missa no Central Park, o coração verde de Nova Iorque, o Papa retomou a sua cruzada contra o aborto, um tema que nos últimos tempos tem criado fortes tensões nos Estados Unidos, pedindo aos católicos que trabalhem e rezem contra essa prática. Censurou também a pornografia - "a violência de toda a ordem contra a dignidade das mulheres e crianças através da pornografia" - e o chamado suicídio assistido (eutanásia).		
	DN.2	«Levantai-vos em prol do casamento e da vida de família! Levantai-vos pela pureza! Resisti às tentações de um mundo que ignora demasiado uma verdade fundamental: cada vida é um dom de Deus, nosso criador», lançou o Papa à multidão.	JN.2	Falando no seu quarto dia de visita aos Estados Unidos a uma entusiástica multidão - algumas agências chegaram a contabilizar 20 mil pessoas - João Paulo II referiu-se à América como uma nação de gente corajosa, para incitar o povo norte-americano a seguir a fé cristã. "Não receiem procurar Deus, pois, dessa forma o vosso país será a verdadeira terra da liberdade e dos bravos".		
	DN.3	Na homilia da missa, celebrada na «grande maçã», João Paulo II apelou também aos Nova-Iorquinos para que fossem ao encontro dos fracos, dos sem-abrigo, dos que têm fome e dos doentes, «daqueles que, por exemplo, são doentes de sida».	JN.3	O Papa foi acolhido no Central Park ao som das palavras de ordem "João Paulo II, nós amamos-te", enquanto inúmeros crucifixos eram erguidos, elevando-se por sobre as cabeças da multidão de participantes.		

DN.4	Calorosos aplausos acolheram as palavras do chefe da Igreja Católica, mas a emoção subiu quando o Papa saudou a «grande cidade de Nova Iorque» e o entusiasmo extravasou sem restrições quando João Paulo II entoou aos microfones uma canção polaca da sua infância.	JN.4	Num país em que destacou o contraste entre uma "exuberante riqueza" e uma legião de gente totalmente desprotegida, apelou à solidariedade com "os pobres, os sem abrigo, os doentes, os que vivem sós, os que sofrem de Sida".	
DN.5	Apesar das relações entre a comunidade católica dos Estados Unidos e o Vaticano não serem as melhores, devido à diferença de posições sobre, precisamente, temas como o aborto, o divórcio e a ordenação das mulheres como sacerdotes, os fiéis de Nova Iorque não quiseram deixar de participar neste grandioso encontro com o Sumo Pontífice.	JN.5	A missa no Central Park foi a que congregou mais fiéis desde que o Sumo Pontífice chegou aos Estados Unidos para uma visita de cinco dias que termina hoje em Baltimore. Também foi nesta celebração que o sagrado e o profano se misturaram: antes da missa actuaram cantores como Natalie Cole, Roberta Flack e os Boys Choir, grupo do bairro negro de Harlem.	
DN.6	Muitos chegaram de madrugada ao Central Park, sob um céu cinzento e ameaçador. Cerca de 120 mil pessoas conseguiram lugar sobre o imenso relvado, enquanto 80 mil seguiram a missa através de ecrãs gigantes dispostos em vários pontos do parque.	JN.6	Na véspera à noite, João Paulo II rejeitara acusações considerando a sua visita muito negativa, por só falar em valores tradicionais, a que alguns chamaram "cultura da morte".	
DN.7	Orquestra sinfónica, carrilhões a tocar, um imenso pódio com as cores do Vaticano - amarelo e branco - e um impressionante serviço de segurança, constituído por milhares de polícias, exclusivamente afecto à protecção do Santo Padre, nada foi descurado nesta missa gigantesca, com o seu quê de espectáculo, muito ao gosto dos Americanos.	JN.7	O Papa acha que grassa uma "cultura da morte" e justificou esta sua posição evocando os milhares de pobres nos EUA, os milhares de "homeless" (gente sem casa), e sobretudo o perigo de "o desrespeito pela vida dos recém-nascidos" (referência implícita ao aborto) vir a "alargar-se aos fracos e aos idosos".	
DN.8	Na mesma linha da homilia de ontem, João Paulo II alertou, na sexta-feira, dezenas de jovens seminaristas americanos, ao visitar o seminário de Yonkers, para não se deixarem cair na tentação fácil. Segundo o *Anuário Católico* oficial americano, não há, actualmente nos Estados Unidos, mais de 50 mil padres, quando, em 1970, o seu número ultrapassava os 59 mil.	JN.8	A defesa dos valores tradicionais originou uma acção de protesto em Nova Iorque, onde ontem cerca de 500 pessoas, na sua maioria mulheres, se manifestaram contra as tomadas de posição do Papa em matéria de aborto e contracepção. Os manifestantes ostentavam fotografias do Papa com a legenda "Porque é que uma mulher não pode fazê-lo?", e cartazes reclamando: "Os direitos das mulheres contra a Direita". Cerca de 50 organizações aderiram ao apelo da Liga Nacional para os Direitos ao Aborto e à Reprodução, entre as quais figura a Associação da Luta contra a Sida.	
DN.9	Sessenta milhões de fiéis e 250 bispos constituem esta comunidade católica, uma das mais importantes do mundo.	JN.9	As forças de segurança, muito mais numerosas do que os manifestantes, não deixavam margem de manobra para uma intervenção de surpresa próxima do local onde o Papa falava.	
DN.10	Hoje, o Papa sai para Maryland, donde regressará da viagem aos Estados Unidos.	JN.10	A chuva constante que tem acompanhado a visita do Papa aos EUA demoveu os fiéis. Anteontem, no serviço religioso no hipódromo de Queens, em Nova Iorque, estiveram presentes cerca de 80 mil pessoas.	

			JN.11	Na sua passagem por Nova Iorque, a maior cidade norte-americana com os seus 18 milhões de habitantes, e centro comercial e financeiro do país, o Papa encontrou-se com o cardeal John O'Connor, o único elemento da Conferência Episcopal dos Estados Unidos com acesso directo ao chefe da Igreja Católica. O encontro decorreu na Catedral de São Patrício, em Manhattam. Em seguida, o Papa rezou o terço nesta catedral.		
			JN.12	Da parte de tarde recebia em audiência os diferentes dirigentes de outras confissões cristãs, bispos católicos de várias partes dos Estados Unidos e representantes de organizações judaicas.		
			JN.13	Hoje, quinto e último dia da sua visita, João Paulo II desloca-se à cidade de Baltimore, no estado de Maryland.		

Papa João Paulo II (1995) - VI

Notícias secundárias	Not. sec.4	**DN**	Not. sec.4	**JN**	Not. sec.4	**DA**
Edição		9 de outubro de 1995		9 de outubro de 1995		9 de outubro de 1995
Dados contextuais/ outras informações						
Primeira página: antetítulo						
Primeira página: título						
Primeira página: pós-título						
Início de secção: antetítulo		**João Paulo II nos EUA**				
Início de secção: título		**Papa reforça credo na família**				
Conteúdo no interior da edição						
Antetítulo		**Papa deixa Nova Iorque com manifestações de protesto**				**No Central Park**
Título		**Novo elogio à família**		**Papa condena racismo na América**		**Nova-iorquinos aclamam o Papa**
Pós-título		**João Paulo II celebrou, em Baltimore, a última missa da visita aos Estados Unidos. Renovou a crença na família e condenou o aborto, o que foi criticado pelos manifestantes**				
Texto	DN.1	O Papa passou o seu último dia da visita aos Estados Unidos com a população de Baltimore, perto de Washington, onde celebrou missa. Esta é uma das dioceses norte-americanas mais conservadoras.	JN.1	João Paulo II dedicou o seu último dia de visita aos Estados Unidos ao tema do racismo. E, antes de regressar ao Vaticano, disse aos católicos norte-americanos, na sua maioria avessos às suas pregações sobre a moral sexual, que devem obedecer à doutrina da Igreja.	DA.1	Cerca de 200.000 pessoas concentraram-se em Nova Iorque para assistirem à missa celebrada pelo Papa João Paulo II no relvado de Central Park.
	DN.2	Cerca de 55 mil pessoas esperavam, há várias horas, o Sumo Pontífice no estádio da equipa local de basebol, os Orioles, situado no centro de Baltimore, no Maryland. Coros e grupos de danças folclóricas faziam parte da multidão, que agitava pequenas bandeiras amarelas do Vaticano.	JN.2	João Paulo II reservou para a cidade de Baltimore, estado de Maryland, o último dia do seu programa de cinco dias nos EUA. Nesta sua viagem abordou temas controversos nos EUA, como o aborto, o divórcio, a eutanásia, mas ontem foi a primeira vez que se referiu ao racismo, enaltecendo a igualdade racial. "A questão básica que se coloca a uma sociedade democrática é como devemos nós viver juntos".	DA.2	Com as áleas cruzadas do vasto parque a formarem uma gigantesca cruz e os arranha-céus de Manhattan, em fundo, a sugerirem os pináculos de uma catedral, 120.000 fiéis munidos de bilhetes distribuídos pela arquidiocese foram admitidos no recinto principal em volta do altar, calculando-se em mais 50.000 os que acompanharam a missa pelo circuito fechado de televisão, através de ecrãs gigantes montados noutras áreas do parque.
	DN.3	Baltimore é a maior cidade do estado norte-americano de Maryland, a 60 quilómetros de Washington. A cidade, nas margens da baía de Chesapeake, foi reconstruída no início deste século, depois de um incêndio, em 1904, que praticamente a destruiu, tendo escapado poucos edifícios, nomeadamente a universidade (fundada en 1876) e a catedral.	JN.3	Na homilia que proferiu no estádio de baseball de Camden Yards, e à qual assistiram 50 mil pessoas, o Sumo Pontífice lembrou que negros e brancos devem viver em harmonia, cumprindo os ideais dos fundadores da América, sob pena de desagregação do país. O Papa socorreu-se, a propósito, de um discurso do presidente Abraham Lincoln defendendo que "todos os homens nasceram iguais", proferido em 1863 durante a guerra civil que se seguiu à secessão do Sul da América, que se opusera à abolição da escravatura.	DA.3	Manhã cedo um concerto com a participação dos pequenos cantores de Harlem e do coro dos cadetes da Academia Militar de West Point ajudou a multidão já numerosa de fiéis a aguardar pacientemente o início da cerimónia.

	DN.4	João Paulo II vinha de Nova Iorque, onde, no sábado, celebrou uma missa no Central Park, no coração de Manhattan, perante uma multidão estimada em mais de 120 mil pessoas. Na homilia, renovou a crença na família.	JN.4	O Papa escolheu também Baltimore, onde surgiu a primeira diocese católica dos Estados Unidos (depois de se tornarem, em 1776, independentes da Grã-Bretanha), para lembrar aos católicos que devem cumprir os preceitos da Igreja. "Todas as gerações de americanos têm de saber que a liberdade consiste, não em fazermos aquilo de que gostamos, mas no direito de fazermos o que devemos".	DA.4	Na sua alocução, de boas-vindas, o mayor de Nova Iorque, Rudolph Giuliani, recordou que a grande metrópole é uma cidade de imigrantes.
	DN.5	De seguida, o Papa reservou uma surpresa aos nova-iorquinos: baralhando o protocolo, percorreu a pé a Quinta Avenida, indo ao encontro da multidão. Ao deixar a Catedral de São Patrício, após ter rezado o terço, o Pontífice preferiu deslocar-se a pé até à residência do arcebispo de Nova Iorque, John O'Connor, saudando a multidão, encantada por ver tão de perto o Santo Padre.			DA.5	«Abramos o nosso coração e o nosso espírito aos cidadãos do mundo inteiro - disse. Nova Iorque é uma cidade de imigrantes, a diversidade e a imigração representam no fim de contas uma grande força. Somos um só aos olhos de Deus».
	DN.6	Dezenas de agentes deslocados para a sua segurança cercaram rapidamente o Papa, que não deixou, contudo, de prosseguir o caminho, levantando por vezes o olhar para admirar os arranha-céus, cujas extremidades desapareciam nas nuvens baixas do céu. Apesar da fractura no fémur direito que fez em Abril de 1994, João Paulo II percorreu esta pequena distância de 200 metros sem bengala.			DA.6	No espectacular cenário do Central Park, pulmão da metrópole nova-iorquina, João Paulo II defendeu veementemente, na altura da homilia, os valores da vida.
	DN.7	O Sumo Pontífice é «apaixonado pela América», onde efectuou várias estadas antes de ser eleito, lembrou, no sábado, a propósito do passeio, o seu porta-voz Joachin Navarro-Walls.			DA.7	Milhares e milhares de fiéis ouviram o soberano pontífice pedir-lhes que se entregassem denodadamente à luta pela defesa da vida, incluindo a das crianças por nascer, batendo-se contra o aborto, a eutanásia e a violência sob todas as formas, entre as quais a que é exercida sobre a mulher através da pornografia.
	DN.8	Em Nova Iorque, o Papa registou as primeiras manifestações significativas contra o Vaticano nesta visita aos Estados Unidos, iniciada na quarta-feira. Dez pessoas foram detidas, no sábado, nas imediações da Catedral de São Patrício. Num edifício em frente à catedral, centenas de manifestantes colocaram um gigantesco cartaz em que se lia: «Preservativos salvam vidas».				
	DN.9	A polícia retirou o cartaz e afastou os manifestantes.				
	DN.10	Numa outra manifestação, homossexuais e lésbicas denunciaram a atitude do Vaticano em relação à homossexualidade e ao uso de preservativos.				
	DN.11	Ainda outra manifestação, liderada por feministas, entre as quais a actriz Olympia Dukakis e a editora da revista *Ms.* Glória Steinem, defendeu o direito ao aborto e a ordenação sacerdotal de mulheres, a que o Vaticano se opõe.				

Papa João Paulo II (1995) - VII

Notícias secundárias	Not. sec.5	**DN**	**JN**	Not. sec.5	**DA**
Edição		10 de outubro de 1995	*(NOTA: o* JN *não publicou outras notícias secundárias)*		9 de outubro de 1995
Dados contextuais/ outras informações					*(NOTA: notícia publicada no mesmo dia da notícia anterior, em forma de antevisão do assunto em causa)*
Primeira página: antetítulo					
Primeira página: título					
Primeira página: pós-título					
Conteúdo no interior da edição					
Antetítulo					
Título		**Papa regressou a Roma**			**Papa regressa a Roma**
Pós-título					
Texto	DN.1	João Paulo II chegou ontem a Roma, vindo de Baltimore, nos EUA, onde, antes de embarcar, foi saudado pelo vice-presidente Al Gore, com quem teve uma breve conversa sobre a Bósnia.		DA.1	O Papa João Paulo II concluiu ontem à noite em Baltimore (Maryland) uma visita pastoral de cinco dias aos Estados Unidos, partindo para Roma.
				DA.2	O Sumo Pontífice despediu-se dos norte-americanos recordando-lhes uma expressão contida no Hino Nacional dos Estados Unidos: «Em Deus confiamos».
				DA.3	«América, que a vossa confiança esteja sempre em Deus e em mais ninguém», sublinhou o Papa.
				DA.4	O vice-Presidente norte-americano, Albert Gore, e sua mulher (Tipper) foram os encarregados de apresentar as despedidas oficiais a João Paulo II, que partiu para Itália do aeroporto internacional de Washington a bordo de um avião da transportadora aérea inglesa «TWA».
				DA.5	Albert Gore e João Paulo II conversaram brevemente, tendo abordado nomeadamente o processo de paz na Bósnia e o problema dos direitos humanos na China.
				DA.6	O voo do Papa partiu com um atraso de cerca de 45 minutos.
				DA.7	Durante esta visita pastoral aos Estados Unidos, João Paulo II deslocou-se às Nações Unidas e a quatro dioceses (Nova Jérsia, Brooklyn, Nova Iorque e Baltimore).

2008

Papa Bento XVI (2008) - I

Notícias secundárias	Not. sec.1	DN	Not. sec.1	JN	Not. sec.1	DA
Edição		18 de abril de 2008		18 de abril de 2008		18 de abril de 2008
Dados contextuais/ outras informações		Redator: Helena Tecedeiro		Redator: Carlos Gomes		
Primeira página: antetítulo						
Primeira página: título						
Primeira página: pós-título						
Conteúdo no interior da edição						
Antetítulo		**EUA. Estádio encheu com 46 mil fiéis**		**Estados Unidos**		
Título		**Papa apela à reconciliação dos americanos com a Igreja**		**Papa celebra missa em estádio de basebol**		**Bento XVI critica católicos que defendem direito ao aborto**
Pós-títulos		**Bento XVI quer ver ultrapassado o escândalo dos padres pedófilos**		*** Primeiro contacto com multidão de fiéis**		
				*** Rigorosas medidas de controlo de pessoas**		
Texto	DN.1	Foi um estádio cheio que ontem recebeu Bento XVI para a primeira de duas mega-missas que o Papa irá celebrar durante a sua visita aos Estados Unidos. Os gritos dos 46 mil fiéis calaram-se para ouvir Joseph Ratzinger apelar aos americanos para se reconciliarem com a Igreja Católica.	JN.1	O Papa Bento XVI iniciou ontem o dia com a celebração de uma missa campal no Estádio de Nationals Park (sede da equipa de basebol, os «Nacionais»), em Washington, perante 48.000 fiéis, e durante a qual voltou a evocar o escândalo dos padres pedófilos, denunciados a partir de 2002.	DA.1	O Papa Bento XVI condenou quarta-feira o escândalo da pedofilia eclesiática nos Estados Unidos, que reconheceu ter sido «por vezes um assunto mal gerido» e criticou os católicos que defendem o direito ao aborto. Contudo, considerou os «costumes sexuais» da sociedade norte-americana como o «contexto» deste escândalo.
	DN.2	«É preciso promover a recuperação e reconciliação e ajudar os que sofrem», sublinhou Bento XVI que pediu aos americanos para «estimarem os sacerdotes» e «reafirmarem o seu excelente trabalho».	JN.2	Para esta visita do chefe da hierarquia da Igreja Católica aos Estados Unidos da América (EUA), as autoridades norte-americanas adoptam rigorosas medidas de segurança para controlo dos fiéis. Ontem, eles deviam ser portadores de convites nominais, intransmissíveis, e, antes de acederem ao estádio, eram obrigados a passar por portas de detecção vigiadas por agentes de segurança.	DA.2	Criticou também o carácter por vezes superficial da religiosidade norte-americana quando não se traduz em actos e denunciou «o escândalo dado pelos católicos que fazem a promoção de um pretenso direito ao aborto».
	DN.3	*Texto destacado:* **Religiosos, fiéis ou simples curiosos assistiram à missa**	JN.3	Crianças acompanhadas pelas famílias, seminaristas e outros fiéis procedentes de todo o país começaram a chegar ao estádio pela madrugada. As bancadas foram-se enchendo e, já de dia, vários coros, orquestras e grupos musicais foram preenchendo a longa espera pelo Papa com trechos religiosos do repertório dos «espirituais» dos negros norte-americanos, ou de inspiração mais clássica. Quatro coros acompanharam a missa, cantando em Alemão, Coreano, Espanhol, Filipino, Francês, Grego, Hebraico, Inglês, Latim, Português, Vietnamita e Zulú.		

	DN.4	Uma manifestação de apoio à Igreja Católica americana, abalada desde 2002 pela revelação de um escândalo de pedofília que envolve mais de quatro mil padres. As indemnizações, no valor de dois mil milhões de dólares, às mais de cinco mil vítimas identificadas deixaram algumas dioceses na falência e afastaram muitos fiéis. Os católicos, que representam um quarto da população dos EUA são o grupo que mais muda de religião, segundo um estudo do instituto Pew.	JN.4	*Texto destacado:* **Vaticano atribui grande importância ao discurs que Bento XVI proferirá hoje na sede da ONU**	
	DN.5	Num encontro com bispos americanos na quarta-feira à noite, Bento XVI criticara o comportamento sexual dos americanos que, segundo ele, constitui o contexto do escândalo de pedofilia. «O que significa falar em protecção de crianças quando a pornografia e a violência podem ser vistas em muitos lares através dos media de massas», disse.	JN.5	Na sua homilia, Bento XVI voltou a aludir ao escândalo dos padres pedófilos norte-americanos (questão que abordara no dia em que chegou aos EUA para iniciar esta visita de cinco dias), e declarou: «Não encontro palavras para descrever a dor e o mal causados por tais abusos (...) Já foram desenvolvidos grandes esforços para resolver, honesta e lealmente, essa trágica situação. Os esforços para proteção das crianças devem prosseguir», disse. Joseph Ratzinger falou também dos «sinais» de um desmoronamento dos próprios alicerces da sociedade: aumento da violência, «diminuição do sentido moral», degradação das relações sociais e «crescente esquecimento de Deus». O Papa terminou a prédica em Espanhol, língua de muitos católicos norte-americanos de ascendência hispânica.	
	DN.6	No terceiro dia de uma visita que termina domingo em Nova Iorque, Bento XVI voltou a abordar o assunto dos padres pedófilos. O Papa, que já se manifestou «envergonhado» com este escândalo, afirmou: «Não há palavras para descrever a dor causada por estes abusos.»	JN.6	Depois de amanhã, Bento XVI celebrará outra missa, no Estádio Yankee, em Nova Iorque, para 60.000 pessoas. Em Outubro de 1995 na mesma cidade, o seu antecessor, João Paulo II, atraiu a Central Park mais de 200.000 pessoas.	
	DN.7	A assistência, onde crianças ensonadas se misturavam com grupos de freiras, fiéis idos de todo o país, simples curiosos e até um sikh que se destacava na multidão graças ao seu turbante, começou a chegar ao Nationals Park de madrugada. Grupos, corais e orquestras animaram os presentes enquanto esperavam pelo Papa que chegou pelas 09.30 (mais cinco horas em Lisboa) e deu a volta ao relvado no Papamóvel.	JN.7	O Papa faz hoje um discurso na ONU, intervenção a que o Vaticano atribui grande importância.	
	DN.8	Meia hora mais tarde, a missa começou, animada por quatro grupos corais que cantaram em inglês, francês, alemão, português, grego, hebraico, coreano, latim, filipino, vietnamita e zulu.			
	DN.9	Sentado num palco especialmente construído para o efeito no estádio da equipa de basebol de Washington, o Papa saudou a assistência: «Irmãos e irmãs, estou feliz por estar aqui hoje.» Entre os que o ouviam, o entusiasmo era dominante. «Estou muito ansioso por ver o Papa. E nem sequer sou católico», disse ao Washington Post Anthony Christian, um dos milhares de polícias encarregues de garantir a segurança no estádio.			

	DN.10	Bento XVI terminou a homilia com algumas frases em espanhol, a pensar nos milhões de latinos que representam 29% dos católicos americanos. Hoje, o Papa viaja para Nova Iorque onde irá discursar na ONU.				
		Caixa de texto: **Voz em português com o Papa**				
		O padre angolano Osvaldo Franklin da igreja católica portugues de Westchester estará com Bento XVI na mega-missa em Nova Iorque				
	DN.11	Quando no domingo celebrar uma segunda mega-missa, desta vez em Nova Iorque, o Papa terá ao seu lado Osvaldo Franklin, o padre angolano da igreja católica portuguesa de Westchester, a norte da Big Apple. Franklin será um dos 530 padres escolhidos para ajudar Bento XVI a celebrar a missa prevista para 57 mil fiéis. «É a primeira vez que vejo este Papa. Estou ansioso. Pareço um miúdo pequeno», disse o padre à Lusa. Nascido há 43 anos em Gabela, na província do Quanza Sul, em Angola, Franklin mudou-se para Portugal onde frequentou o seminário de Viana do Castelo. Ordenado em 1993, chegou a Nova Iorque há nove anos e instalou-se junto dos portugueses. Hoje, é administrador do Centro da Comunidade Portuguesa do seu condado. De Bento XVI, Franklin espera uma condenação da pedofilia na Igreja Católica dos EUA e sublinhou ser necessário «apostar na formação dos padres para protegermos as crianças».				

Papa Bento XVI (2008) - II

Notícias principais		**DN**		**JN**		**DA**
Edição		19 de abril de 2008		19 de abril de 2008		*(NOTA: sem uma notícia principal)*
Dados contextuais/ outras informações		Redator: Abel Coelho de Morais (com agências)		Redator: Carlos Gomes		
Primeira página: antetítulo				**Visita aos EUA**		
Primeira página: título				**Papa pediu na ONU defesa dos direitos humanos**		
Conteúdo no interior da edição						
Antetítulo		**Estados Unidos. Bento XVI mantém encontro inesperado com vítimas de pedofilia**		**Estados Unidos**		
Título		**Papa defende direitos humanos e multilateralismo na ONU**		**Papa recorda à ONU o dever de defender os direitos humanos**		
Pós-títulos		**Ainda em Washington, recebeu uma delegação da comunidade judaica**		***Bento XVI adverte os países que actuam unilateralmente na cena mundial, o que foi entendido como uma crítica aos EUA**		
				***Chefe da hierarquia da Igreja Católica fala hoje ao clero, aos religiosos e às religiosas na catedral nova-iorquina de Saint-Patrick**		
Texto	DN.1	O Papa Bento XVI defendeu ontem nas Nações Unidas, em Nova Iorque, a importância do «consenso multilateral» nas relações internacionais e o valor dos direitos humanos como «expressão intrínseca de justiça e não apenas como produto da vontade do legislador».	JN.1	Bento XVI declarou ontem, perante os representantes dos 192 estados membros da ONU, que é «dever elementar» de todo Estado «proteger a sua população» de qualquer tipo de violação de direitos humanos ou crises humanitárias.		
	DN.2	Para Bento XVI, «o reconhecimento da unidade da família humana e a atenção dada à dignidade inata de cada mulher e de cada homem adquire novo impulso com o princípio da responsabilidade de protecção», a ser prosseguido pelos Estados e pela comunidade internacional.	JN.2	Após três dias de presença nos Estados Unidos da América (EUA), durante os quais a agenda de Bento XVI nunca relegou para plano secundário o escândalo dos padres pedófilos norte-americanos, o chefe do Estado do Vaticano, desde ontem em Nova Iorque, correspondeu finalmente às expectativas da comunidade internacional, visitando a sede da Organização das Nações Unidas (ONU).		
	DN.3	Na intervenção perante a Assembleia Geral da ONU, feita em francês e inglês, o Papa criticou o conceito de relações internacionais dependentes das «decisões de um pequeno número» de Estados, ao mesmo tempo que defendeu o dever da comunidade internacional em velar pela vida de todos, para impedir a repetição de genocídios como o do Ruanda. Foi após o sucedido em 1994 neste país que foi adoptado, em 2005, o princípio da responsabilidade de protecção.	JN.3	Recorda-se que o escândalo dos padres pedófilos nos EUA (ver texto ao lado), que começou a ser conhecido em Boston em 2002, veio a revelar o envolvimento de 4.000 a 5.000 padres que, ao longo de décadas, abusaram sexualmente de 14.000 crianças e adolescentes.		

DN.4	Na sua intervenção, Bento XVI referiu a importância do «diálogo entre religiões» e a forma como a ONU pode aproveitar «a disponibilidade dos crentes para colocarem as suas experiências ao serviço do bem comum».	JN.4	A Igreja Católica pagou mais de três mil milhões de euros de indemnizações. A maior parte desse dinheiro foi pago nos últimos seis anos.
DN.5	O Papa expressou ainda a sua preocupação com a aplicação prática de avanços científico-tecnológicos que «violam a ordem da criação», como a manipulação genética e as restrições à liberdade religiosa, que impõem «a amputação de uma parte dos crentes - a sua fé - para poderem ser cidadãos activos».	JN.5	No seu discurso de ontem, Bento XVI - que foi o terceiro Papa, depois de Paulo VI (1965) e João Paulo II (1975 e 1999), a discursar perante a Assembleia Geral da ONU - criticou vivamente as consequências do multilateralismo, que disse estar «subordinado» às decisões de um pequeno número», enquanto os problemas do Mundo exigem intervenções sob a forma de acções colectivas por parte da comunidade internacional.*[sic.]*
DN.6	**Intertítulo 1: Vítimas de pedofilia**	JN.6	O chefe da hierarquia da Igreja Católica advertiu os países que actuam unilateralmente na cena mundial, por minarem a autoridade das Nações Unidas e debilitarem o consenso amplo e necessário para enfrentar os problemas mundiais.
DN.7	O dia de ontem foi também marcado, de forma imprevista, pelo encontro de Bento XVI com algumas das vítimas de casos de pedofilia, que abalaram a Igreja americana no passado.	JN.7	Alguns analistas interpretam esta passagem do discurso como uma crítica velada aos EUA e à sua campanha bélica no Iraque.
DN.8	O encontro decorreu ainda em Washington, na capela da nunciatura apostólica, tendo o Papa recebido cinco das vítimas, hoje com idades entre 40 e os 50 anos, a quem reconheceu a «vergonha« da Igreja pelo facto de alguns dos seus elementos terem abusado de forma repetida menores de ambos os sexos.	JN.8	Teólogo de formação, Joseph Ratzinger (ex-professor em Freising, Bona, Münster e Tübingen) imprimiu ao discurso de ontem um tom académico para enunciar os princípios gerais que, segundo ele, devem orientar a acção internacional.
DN.9	Um dos presentes no encontro, que se prolongou por 25 minutos, Bernie McDaid, ouvido pela CNN, explicou ter dito ao Papa que o sucedido com todas as vítimas «não foi apenas abuso sexual, foi também um abuso espiritual».	JN.9	Bento XVI, que completou 81 anos na quarta-feira passada, apelou a «um aprofundamento da busca de caminhos para solucionar os conflitos, explorando todas as vias diplomáticas possíveis, e dando atenção e encorajando até o mais pequeno sinal de diálogo ou desejo de reconciliação».
DN.10	O Sumo Pontífice rezou em conjunto com as vítimas depois de ouvir os seus casos, indicou o Vaticano em comunicado.	JN.10	O Papa presidiu ontem a uma reunião ecuménica, na Igreja de S. José, em Manhattan, e esteve cerca de 20 minutos na Sinagoga de Park East. Hoje, celebrará missa e falará ao clero e religiosos católicos na catedral de Saint-Patrick. Bento XVI deixa os EUA amanhã, ao fim do dia.
DN.11	O encontro foi precedido de um outro com representantes da comunidade judaica. Aqui, Bento XVI procurou desfazer equívocos sobre a recente controvérsia com a inclusão na liturgia de Sexta-feira Santa de uma oração pela conversão dos judeus.		Caixa de texto: **Vítimas de pedófilos**

	DN.12	Já em Nova Iorque, o Papa visitou também uma sinagoga judaica, em que postulou a importância de um diálogo entre as duas religiões.	JN.11	Virginie Montet, jornalista da agência noticiosa France-Presse, referia ontem, a partir de Washington, que o Papa Bento XVI tem falado todos os dias sobre o escândalo dos padres pedófilos, que eclodiu nos Estados Unidos da América há seis anos. Anteontem, surpreendeu até muita gente ao receber, na Nunciatura Apostólica, na capital norte-americana, durante 25 minutos, cinco vítimas desses padres católicos.		
			JN.12	Três dessas pessoas - Bernie McDaid, de 52 anos, Olan Horne, de 48 (antigos meninos de coro na região de Boston) e Faith Johnston, mulher que foi vítima de abusos num colégio quando tinha 14 anos - foram entrevistados pela cadeia de televisão CNN. Este encontro com o Papa não constava da agenda preparada para a sua viagem aos EUA, mas as famílias e as associações de apoio às vítimas (muitas das quais sustentam que nem todos os culpados foram arguidos) pediram com insistência para serem recebidas por Bento XVI.		

Papa Bento XVI (2008) - III

Notícias secundárias	DN	Not. sec.2	JN	Not. sec.2	DA
Edição	*(NOTA: o* DN *não publicou outra notícia a 19 de outubro para além da principal)*		19 de abril de 2008		19 de abril de 2008
Dados contextuais/ outras informações					
Primeira página: antetítulo					
Primeira página: título					
Primeira página: pós-título					
Conteúdo no interior da edição			Identificação do agente de partida: como «Figura do dia»		
Antetítulo			**Bento XVI**		
Título			**Papa**		**Papa apela à reconciliação na Igreja dos EUA**
Pós-título					
Texto		JN.1	O Papa Bento XVI foi ontem à Organização das Nações Unidas (ONU) pedir que a comunidade internacional intervenha mais no sentido de proteger populações de crises humanitárias ou de violações dos direitos humanos quando os estados, os primeiros responsáveis, não o fazem. «Todo o Estado tem o dever primordial de proteger a sua população contra violações graves e repetidas dos direitos humanos, assim como das consequências de crises humanitárias provocadas por causas naturais ou pela acção do Homem», declarou o Papa perante a Assembleia-Geral da ONU. «Se em determinadas circunstâncias os estados não estiverem em condições de assegurar essa protecção, cabe à comunidade internacional intervir através dos meios jurídicos previstos na Carta das Nações Unidas e através de outros instrumentos internacionais», acrescentou. O alerta do Papa, feito na primeira vez que se dirigiu aos representantes dos países de todo o Mundo representados na ONU, tem toda a actualidade. A incapacidade de os estados se organizarem, nesta ou noutras assembleias para proteger os mais indefesos, é um dos maiores flagelos do anterior e deste século.	DA.1	Bento XVI deixou um apelo em favor da reconciliação no seio da Igreja Católica nos EUA, duramente afectada pela crise dos abusos sexuais despoletada nos últimos anos, que classificou como uma «situação trágica».
				DA.2	«Tenho consciência da dor que a Igreja nos EUA provocou, como consequência do abuso sexual de menores», disse o Papa na homilia da Missa celebrada no Nationals Park de Washington.
				DA.3	Na terceira vez que se referiu a este tema desde que saiu de Roma, no passado dia 15, Bento XVI disse aos norte-americanos que «nenhuma palavra minha poderia descrever a dor e os danos causados por esse abuso», «nem posso descrever de forma adequada o dano verificado no seio da comunidade da Igreja».
				DA.4	«É importante que todos os que sofreram tenham uma amorosa atenção pastoral», rematou o Papa, que desafiou os católicos no país a serem uma Igreja «a olhar para o futuro», preparando-se para novos desafios.
				DA.5	«Foram já feitos grandes esforços para enfrentar, de modo justo e honesto, esta situação trágica e para assegurar que as crianças possam crescer num ambiente seguro. Este anseio de proteger as crianças deve continuar. Encorajo cada um de vós a promover a cura e a reconciliação, ajudando aqueles que foram feridos», prosseguiu.

DA.6	Bento XVI falou da importância de todos os católicos apresentarem um «testemunho convincente da esperança» num mundo que «precisa deste testemunho», que anseia «por uma liberdade genuína» e pela realização das suas «aspirações» mais profundas.
DA.7	O Papa pediu que os fiéis confiem no «excelente trabalho» desenvolvido pelos sacerdotes, rezando para que a Igreja siga um caminho de «conversão, perdão e crescimento na santidade».

Papa Bento XVI (2008) - IV

Notícias secundárias	Not. sec.2	DN	Not. sec.3	JN	Not. sec.3	DA
Edição		20 de abril de 2008		20 de abril de 2008		20 de abril de 2008
Dados contextuais/ outras informações		Redator: Luís Naves		Redator: Pedro Olavo Simões		
Primeira página: antetítulo						
Primeira página: título						
Primeira página: pós-título						
Conteúdo no interior da edição						
Antetítulo				**EUA**		
Título		**Bento XVI sublinha tema da humildade da Igreja**		**Homilia papal foi apelo à purificação da Igreja**		**Papa reúne-se com vítimas dos padres pedófilos**
Pós-título		**EUA: Visita do Papa a Nova Iorque marcada pela emoção do chefe do Vaticano**		**Escândalo de pedofilia foi central em todos os cinco dias da visita de Bento XVI**		
Texto	DN.1	O Papa Bento XVI celebrou ontem uma missa considerada histórica na catedral de St-Patrick, em Nova Iorque. O líder da Igreja Católica fez uma homilia dedicada ao clero americano, fragilizado por escândalos de pedofilia que envolveram padres.	JN.1	Purificação é a meta que Bento XVI traça para a Igreja norte-americana, minada desde 2002 pelos escândalos de pedofilia envolvendo sacerdotes. No ambiente neogótico da catedral de S. Patrício, em Manhattan, consagrada em 1879 e tida como uma espécie de coração do Catolicismo nos Estados Unidos, o Papa cumpriu, perante uma plateia carregada de clérigos, a única abordagem programada a um tema que, afinal, esteve no cerne de toda a visita ao país.	DA.1	O Papa Bento XVI encontrou-se em Washington «um pequeno grupo de pessoas que foram abusadas sexualmente por membros do clero», anunciou o porta-voz do Vaticano, em comunicado.
	DN.2	O Papa, de 81 anos, parecia cansado, no quinto dia da esgotante viagem pelos Estados Unidos. Na missa de Nova Iorque, Bento XVI falou da sua própria «pobreza espiritual» e enviou uma mensagem de renovação da igreja. «Farei todos os meus possíveis para ser um verdadeiro sucessor do grande São Pedro», disse.	JN.2	Na homilia que proferiu, Bento XVI convidou todos os presentes a unirem-se nas preces pela purificação e pela cura, voltando a assumir de forma clara os profundos danos sofridos pela Igreja nos EUA, cuja crise se estende da perda de crentes ao pagamento de cerca de dois mil milhões de dólares em indemnizações às vítimas de abusos sexuais. «Encorajo-vos, também, a colaborarem com os bispos, que continuam a trabalhar para resolver este assunto de forma eficaz», disse o pontífice romano.	DA.2	Este encontro teve lugar sexta-feira ao início da tarde na capela da nunciatura apostólica em Washington, onde reside o Papa durante a sua estada na capital federal.
	DN.3	Foi a primeira vez que um Papa celebrou missa na catedral de Nova Iorque. Bento XVI foi recebido pelo presidente da câmara, Michael Bloomberg (de religião judaica), que não escondia a sua satisfação. «Nova Iorque é um farol de tolerância, onde um miúdo da classe média, chamado Bloomberg, pode afinal ser solicitado para receber um Papa», disse o autarca, antes da chegada de Bento XVI.	JN.3	O Papa, que preferiria não ter de abordar estas questões na celebração eucarística com que assinalou três anos de pontificado, centrou também nesse aspecto o discurso, optando por uma retórica humilde: «Farei todos os possíveis por ser um bom sucessor de Pedro, apesar de toda a minha pobreza espiritual».	DA.3	O grupo, acompanhado pelo arcebispo de Boston, o cardeal Sean O`Malley, orou com o Papa «que escutou depois os seus relatos pessoais e lhes ofereceu palavras de encorajamento e de esperança», indica o comunicado.

	DN.4	Na celebração religiosa, o ponto mais importante foi a referência, pela quinta vez nesta viagem, aos escândalos que abalaram a igreja católica nos Estados Unidos, em 2002, mas que se referiram a abusos que duraram décadas e que a hierarquia religiosa teve dificuldade em reconhecer.	JN.4	Não pode Bento XVI esperar - nem tal pretendeu, reconheça-se - que a solenidade calendarizada (acrescente-se a celebração do 81.º aniversário natalício de Joseph Ratzinger) se sobreponha à missão específica do chefe da Igreja, nesta viagem, face ao sinais de desagregração que vêm sendo notados na terceira maior comunidade católica do Mundo. Deplorando «a divisão entre diferentes grupos, diferentes gerações e diferentes membros da mesma família religiosa», disse rezar por um «sentido renovado de unidade e de rumo» na Igreja norte-americana, para que se possa avançar «em direcção da esperança, do amor à verdade e ao próximo».	DA.4	Bento XVI «garantiu-lhes que rezaria por eles, pelas suas famílias e por todas as vítimas de abusos sexuais», acrescenta o texto que não precisa a identidade dos membros da delegação.
	DN.5	Bento XVI tivera um gesto inédito, na quinta-feira à noite, ao receber um grupo de vítimas de abusos sexuais de padres. Também de forma rara, o Papa teve um pequeno banho de multidão na sexta-feira. Esta parece, assim, ser uma viagem dedicada ao tema da humildade. Anteontem, Bento XVI visitou uma sinagoga, poucas horas antes da celebração da páscoa judia.	JN.5	Do programa nova-iorquino do Papa (que pôs termo a cinco dias de permanência nos Estados Unidos) constava, também, uma rápida visita à sinagoga de Park East, que, além de constituir um incentivo à prossecução do diálogo inter-religioso, simboliza o respeito por uma das comunidades judaicas mais ricas e poderosas do planeta. Um encontro com seminaristas, por outro lado, representou a batalha contra a queda das vocações.	DA.5	O encontro durou 20 a 25 minutos, precisou depois o padre Lombardi. O arcebispo de Boston entregou ao Papa um livro contendo a lista de mil vítimas da sua diocese. Cinco pessoas, homens e mulheres adultas, faziam parte da delegação.
					DA.6	O Papa dera conta da sua «vergonha» face ao enorme escândalo dos padres pedófilos nos Estados Unidos ao iniciar terça-feira a sua primeira viagem a este país.
					DA.7	A Igreja católica norte-americana foi abalada por este escândalo depois da confissão em 2002 do arcebispo de Boston na época, o cardeal Bernard Law, que admitiu ter protegido um padre que agredira sexualmente jovens católicos, o que desencadeou uma série de revelações embaraçosas e um afluxo de queixas.
					DA.8	O cardeal Law foi substituído pelo arcebispo de Boston em 2003 por ordem de João Paulo II. Nesta altura, é o único alto prelado norte-americano que foi afastado das suas funções.
					DA.9	Quarta-feira, dirigindo-se aos bispos norte-americanos no terceiro dia da sua viagem aos Estados Unidos, Bento XVI reconheceu que o caso havia sido «por vezes muito mal gerido» e defendeu «a compaixão e a atenção às vítimas».
					DA.10	Mas ele denunciou também os «costumes sexuais» da sociedade americana que constituem, segundo ele, o «contexto» deste escândalo.

Papa Bento XVI (2008) - V

Notícias secundárias	DN	Not. sec.4	JN	DA
Edição	*(NOTA: o* JN *foi o único jornal a publicar duas notícias secundárias a 20 de abril)*		20 de abril de 2008	
Dados contextuais/ outras informações			Redator: Rui Osório	
Primeira página: antetítulo				
Primeira página: título				
Primeira página: pós-título				
Conteúdo no interior da edição				
Antetítulo				
Título			**Igreja geriu mal abusos sexuais**	
Pós-título			**Bento XVI chama traidores a padres pedófilos e censura alguns bispos**	
Texto		JN.1	Bento XVI encontrou-se, em Washington, com um grupo de vítimas de abuso sexual por parte de membros do clero. O encontro foi uma surpresa e não estava previsto na programação oficial da viagem do Papa aos Estados Unidos da América, que hoje termina em Nova Iorque. Participou também o arcebispo de Boston, cardeal Sean O'Malley, líder de uma diocese particularmente afectada pelo escândalo dos abusos sexuais.	
		JN.2	«O grupo rezou com o Santo Padre, o qual depois ouviu os seus relatos pessoais e disse-lhes palavras de encorajamento e de esperança», indica a Santa Sé. Já antes, desde a sua viagem de Roma e ainda a bordo, o Papa tinha falado dos abusos sexuais e voltou a fazê-lo, em Washington, mais duas vezes. A mensagem de fundo foi sempre a necessidade e reconciliação e de esperança, para um novo futuro da Igreja Católica nos EUA.	
		JN.3	O Papa afirmou estar envergonhado pelos casos de abusos sexuais verificados no interior da Igreja Católica, garantindo que se está a fazer o possível para evitar que o fenómeno se repita no futuro. «É difícil perceber como os sacerdotes podem trair assim a sua missão».	
		JN.4	Para combater o problema da pedofilia e dos abusos sexuais, existem três frentes de acção. Em primeiro lugar, e no plano jurídico, deve-se aplicar a justiça, excluindo os pedófilos do exercício do sacerdócio. Em segundo lugar, a acção pastoral deveria concentrar-se no apoio às vítimas com o objectivo de ajudar à reconciliação. Em terceiro lugar, é necessário trabalhar a nível dos seminários para reforçar os critérios de selecção e formação.	

			JN.5	O Papa considerou que a escandalosa questão dos abusos sexuais foi «muito mal gerida» por alguns bispos. Num encontro em Washington lembrou-lhes «a dor que muitas comunidades experimentaram quando os clérigos traíram as suas obrigações sacerdotais e os seus deveres, com este comportamento tão gravemente imoral». Frisou, no entanto, que «a maioria do clero e dos religiosos dos EUA fazem um trabalho notável na transmissão da mensagem libertadora do Evangelho às pessoas confiadas ao seu cuidado».	
				Caixa de texto: **Religião não poderá justificar actos imorais**		
			JN.6	Bento XVI e o presidente norte-americano, George W. Bush, condenaram em conjunto o «terrorismo e a manipulação da religião para justificar actos imorais contra inocentes». Ambos concordaram na necessidade de «enfrentar o terrorismo com meios adequados que respeitem a pessoa humana e os seus direitos». Em cima da mesa estiveram temas como «o respeito pela dignidade da pessoa humana, a defesa e a promoção da vida, o matrimónio e a família, a educação das futuras gerações, os direitos humanos e a liberdade religiosa, o desenvolvimento sustentável e a luta contra a pobreza e as pandemias, sobretudo em África».	

Papa Bento XVI (2008) - VI

Notícias secundárias	Not. sec.3	DN	Not. sec.5	JN	DA
Edição		21 de abril de 2008		21 de abril de 2008	*(NOTA: o* DA *não publicou outras notícias secundárias)*
Dados contextuais/ outras informações		Redator: Helena Tecedeiro		Redator: Pedro Olavo Simões	
Primeira página: antetítulo					
Primeira página: título				**Visita do Papa aos EUA terminou com oração no «Ground Zero**	
Primeira página: pós-título				**Bento XVI encontrou-se com os familiares das vítimas do 11 de Setembro**	
Conteúdo no interior da edição				Identificação do acontecimento: como «Primeiro Plano»	
Antetítulo		**Estados Unidos: Vítimas do 11 de Setembro foram homenageada**		**EUA**	
Título		**Papa saúda diversidade da Igreja americana**		**Ground Zero transformado em altar**	
Pós-títulos		**Bento XVI abençoou local onde vai erguer-se nova torre no Ground Zero**		*** Momento mais emotivo ficou reservado para o fim da visita do Papa**	
				*** Bento XVI encontrou-se com familiares de vítimas e fez oração especial**	
Texto	DN.1	«Nunca vi o estádio [dos Yankees] tão bonito. E tenho bilhetes anuais», disse à ABC News Philip Giordano, um adepto da equipa de basebol de Nova Iorque. Giordano foi uma das 55 mil pessoas que não quiseram perder a oportunidade de ver o Papa na última missa da sua primeira visita aos EUA. Saudado por lenços brancos, Bento XVI apelou à união dos americanos e pediu para ultrapassaren as divergências entre comunidades.	JN.1	Nunca uma visita às obras, pois é isso que agora existe onde antes se erguiam as torres gémeas do World Trade Center, foi tão emocionante para os americanos. O «Ground Zero», ferida rasgada em Manhattan pelos atentados de 11 de setembro de 2001, tarda em cicatrizar, e a cerimónia ali protagonizada ontem por Bento XVI, na derradeira etapa da visita aos Estados Unidos, tem um duplo valor: conforto para as famílias das mais de 2600 vítimas, em grande parte católicas, e associação da Igreja de Roma a algo que toca os corações de todos os americanos. Numa viagem feita para reforçar os abalados alicerces do Catolicismo, o remate não poderia ser mais eficaz.	
	DN.2	Terceiro Papa a celebrar missa no estádio dos Yankees (após Paulo VI em 1965 e João Paulo II em 1979), Bento XVI garantiu que «o rosto da comunidade católica americana mudou» e referiu-se às «vagas contínuas de imigrantes, cujas tradições enriqueceram a Igreja na América».	JN.2	Recebido pelo governador, David A. Paterson, e pelo «mayor» de Nova Iorque, Michael R. Bloomberg, o Papa, visto de longe pela multidão, acendeu uma vela, rezou em silêncio e proferiu uma oração concebida especificamente para o momento, lembrando os que ali morreram, mas também os que seguiam a bordo dos dois outros aviões desviados naquele dia. A única referência ao terrorismo foi o pedido à Providência para que «mostre o caminho do amor àqueles que têm os corações e os espíritos consumidos pelo ódio».	

DN.3	Depois de ter admitido estar envergonhado com o escândalo de pedofilia que atingiu a Igreja Católica nos EUA em 2002, Bento XVI deixou, no seu último dia de visita, uma mensagem de optimismo aos católicos americanos. Na quinta-feira, o Papa reuniu-se com algumas vítimas de abusos sexuais praticados por religiosos. E se alguns aceitaram as suas desculpas, outros criticaram o facto de não ter agido para evitar que se repetissem os abusos.	JN.3	À distância, alguns manifestantes antipapistas empunhavam cartazes, associando o pontífice ao escândalo de pedofilia no seio da Igreja Católica norte-americana, mas não interferiram no programa, particularmente emotivo quando Bento XVI foi apresentado, individualmente, a vários familiares de vítimas, com quem trocou, em privado, várias impressões.	
DN.4	O momento mais emocionante do dia de ontem teve lugar no Ground Zero, o lugar onde se erguiam as Torres Gémeas do World Trade Center destruída nos atentados de 11 de Setembro. Bento XVI chegou de Papamóvel ao local, mas percorreu os últimos metros a pé. Depois de se recolher durante alguns minutos numa oração em memória das quase três mil vítimas dos ataques de 2001.	JN.4	A jornada encerrou, em termos de acontecimentos públicos, com uma missa no estádio dos Yankees, a equipa de basebol representativa da cidade. No recinto, que será proximamente demolido e onde Paulo VI e João Paulo II também celebraram a eucaristia, o altar estava colocado de forma a que as bancadas não fossem totalmente utilizadas. Nesta viagem, o Papa não tem tido grandes banhos de multidão, como é habitual ver noutros países. Embora a comunidade católica seja das maiores do Mundo (65 milhões), representa apenas um quarto da população.	
DN.5	«Deus traga paz ao nosso mundo violento», pediu o Papa numa manhã fria de Nova Iorque em que abençoou o local do Ground Zero. Bento XVI convidou 24 pessoas ligadas de alguma forma aos atentados de 2001 - sobreviventes, familiares das vítimas e membros das equipas de socorro - a acompanhá-lo na sua oração. Para James Riches, cujo filho bombeiro morreu nos ataques, as palavras do Papa foram «um pequeno consolo», disse ao Washington Times.	JN.5	Os migrantes ditos «hispânicos» ou «latinos» têm contribuído para um crescimento da população católica. Ao referir-se, há dias, à necessidade de proteger os imigrantes e manter a unidade das famílias, Bento XVI pôs, cautelosamente, o dedo na ferida: historicamente fundados em preceitos religiosos de clivagem com o Catolicismo, os EUA tentam ainda perceber como lidar com os novos fluxos migratórios.	
DN.6	O local onde decorreu a cerimónia está habitualmente cheio de trabalhadores que estão a construir uma torre de 102 andares e um memorial às vítimas do 11 de Setembro.		Caixa de texto: **Contas com o passado**	
DN.7	De Nova Iorque, o Papa segue para o Vaticano, depois de seis dias em que tentou reconciliar os católicos americanos com a sua Igreja.	JN.6	Por mais que se tente lembrar o discurso nas Nações Unidas ou o encontro com George W. Bush, no qual o problema da guerra terá sido central, a viagem do Papa aos EUA fica na memória devido à forma como foi abordado o escândalo da pedofilia no seio da Igreja. Cautelosamente programadas e preparadas, mesmo quando tiveram um toque de inesperado, as intervenções de Bento XVI, da assunção de «vergonha» à necessidade de «purificação», foram passos importantes na tentativa de regeneração da própria Igreja e da imagem que dela é dada.	
	Caixa de texto: **Crescer com o «monstro» do nazismo**			

	DN.8	Recebido ao estilo das estrelas *rock* pelos 25 mil jovens reunidos no seminário St. Joseph, em Yonkers, que não lhe pouparam gritos e uma longa ovação, o Papa fez a apologia da democracia e recordou a sua infância e juventude sob o regime nazi na Alemanha. «Os meus anos de adolescente foram marcados por um regime que pensava ter todas as respostas», recordou. Membro da Juventude Hitleriana (como todos os alemães tinham de ser), Joseph Ratzinger desertou do exército nazi no final da II Guerra Mundial. O Papa recordou como o regime de Adolf Hitler «se infiltrou nas escolas, nas instituições públicas, bem como na política e religião, antes de ser identificado como o monstro que era».				

2015

Papa Francisco (2015) - I

Notícias secundárias	Not. sec.1	DN	Not. sec.1	JN		DA
Edição		25 de setembro de 2015		25 de setembro de 2015		*(NOTA: desde o dia do Discurso do Papa Francisco na AGONU, a 25 de setembro, o* DA *apenas publicou uma notícia secundária, no dia 29 daquele mês -* vide infra*)*
Dados contextuais/ outras informações		Redator: Abel Coelho de Morais				
Primeira página: antetítulo						
Primeira página: título						
Primeira página: pós-título						
Conteúdo no interior da edição						
Antetítulo				**Estados Unidos**		
Título		**Papa pede abolição da pena de morte e melhor repartição da riqueza**		**Papa Francisco pede ao Congresso a abolição total da pena de morte**		
Pós-título		**EUA. Na primeira intervenção de um Papa perante o Congresso Francisco defendeu o direito dos imigrantes a permanecerem no país**				
Texto	DN.1	O Papa Francisco exortou ontem os Estados Unidos a não esquecerem os princípios sobre os quais foram fundados, devendo, por isso, acolher com dignidade os imigrantes indocumentados, as vítimas de conflitos religiosos e de grupos étnicos perseguidos. Exortou ainda os EUA a combaterem as desigualdades no país e no mundo e a atuarem de forma mais eficaz no combate às alterações climáticas. Pediu ainda que fosse abolida na América e em todo o mundo a pena de morte.	JN.1	O Papa Francisco pediu ontem ao Congresso norte-americano a abolição total da pena de morte. «Uma pena justa e necessária nunca deve excluir a dimensão da esperança e o objectivo da reabilitação», disse o sumo pontífice às duas câmaras (Representantes e Senado), onde a maioria dos representantes eleitos é favorável à pena capital. Esta foi a primeira vez que um papa discursou na assembleia legislativa dos EUA. Dirigindo-se aos parlamentares «como filho de imigrantes», Francisco pediu-lhes para «nunca virarem as costas aos vizinhos». Francisco falou ainda de refugiados, mudanças climáticas e respeito pelas liberdades individuais no combate ao extremismo.		
	DN.2	As palavras de Francisco foram proferidas numa sessão conjunta do Congresso dos EUA, sendo o Papa argentino o primeiro sumo pontífice a falar perante a Câmara dos Representantes e os membros do Senado. A intervenção de Francisco, que está a realizar uma visita de seis dias aos EUA, foi seguida também fora do Capitólio por milhares de pessoas reunidas junto de grandes ecrãs para ouvirem o Papa.				
	DN.3	Recordando que ele próprio é «filho de imigrantes» naturais de Itália que se fixaram na Argentina, Francisco defendeu que os EUA devem abandonar a «mentalidade de hostilidade» para com «os estranhos que estão entre nós».				

	DN.4	Perante uma audiência de maioria republicana - este partido domina quer a Câmara dos Representantes quer o Senado -, o pontífice argentino sublinhou que a «construção de uma nação exige de nós qu reconheçamos a necessidade de nos relacionarmos com os outros». Citando o apóstolo Mateus, o Papa afirmou que «os outros» devem ser tratados «com a mesma paixão e compaixão com que desejamos ser tratados. Procuremos para os outros as mesmas possibilidades que buscamos para nós mesmos. Ajudemos os outros a crescer, como quereríamos ser ajudados nós mesmos». E citou ainda uma frase da Declaração da Independência de 1776 - «todos os homens são criados iguais» - para sustentar a afirmação.		
	DN.5	Lendo com forte sotaque latino um dos quatro discursos em inglês a pronunciar durante a sua visita aos EUA, Francisco recordou que desde o início do seu pontificado sustentou «a abolição global da pena de morte», voltou a exigir o fim desta não só na América como no resto do mundo.		
	DN.6	A pena de morte aplica-se nos EUA, ainda que seja em países como a China e países muçulmanos como Irão e a Arábia Saudita onde mais pessoas são executadas. Neste ano, 20 detidos já foram sujeitos à pena capital. Na China foram executadas mais de mil pessoas no ano transato e, para o mesmo período de tempo, 369 no Irão, de acordo com a Amnistia Internacional. É ainda esta entidade a indicar que, no ano passado, foram alvo da pena capital 607 pessoas, total que não inclui a China, onde o número de execuções é secreto.		
	DN.7	O Papa recordou que, «recentemente, os meus irmãos bispos aqui no Estados Unidos renovaram o seu apelo pela abolição da pena de morte. Não só os apoio, mas encorajo também todos aqueles que estão convencidos de que uma punição justa e necessária nunca deve excluir a dimensão da esperança e o objectivo da reabilitação».		
	DN.8	No capítulo das preocupações ambientais e económicas, cuja interdependência o Papa deixou explícita na encíclica Laudato si', na intervenção perante o Congresso abordou o tema, com amplas citações do documento que provocou grande irritação entre alguns setores dos republicanos e no tecido empresarial e político dos EUA. E colocou particular na ideia de que se «a política deve estar verdadeiramente ao serviço da pessoa humana«, então «não pode estar submetida à economia e às finanças. É que a política é expressão da nossa insuprível necessidade de vivermos juntos em unidade, para podermos construir unidos o bem comum maior: uma comunidade que sacrifique os interesses particulares». Para, uma vez mais, acentuar que «parte essencial» da «nobre vocação da empresa» é o seu «serviço ao bem comum».*[sic.]*		

	DN.9	No discurso, o Papa citou o «exemplo» e a «inspiração» de quatro americanos: Abraham Lincoln, Martin Luther King, Dorothy Day (fundadora do Catholic Worker Movement, o Movimento dos Trabalhadores Católicos) e Thomas Merton (monge, defensor do diálogo inter-religioso e estudioso das religiões). A partir destes «quatro representantes do povo americano», Francisco destacou a importância e valor da «liberdade», da «pluralidade e não exclusão», da «justiça social e os direitos das pessoas», a «capacidade de diálogo e abertura a Deus».				
	DN.10	Ao longo daquela que foi até agora a sua intervenção mais importante, Francisco foi frequentes vezes interrompido por aplausos. O Papa partiu depois para Nova Iorque, onde hoje fala perante a Assembleia Geral da ONU.				

Papa Francisco (2015) - II

Notícias principais		DN		JN		DA
Edição		26 de setembro de 2015		26 de setembro de 2015		*(NOTA: sem uma notícia principal)*
Dados contextuais/ outras informações		Redator: Ana Meireles		Redator: Leonor Paiva Watson		
Primeira página: antetítulo						
Primeira página: título						
Primeira página: pós-título						
Conteúdo no interior da edição						
Antetítulo				**Nações Unidas. Francisco lembrou que países pobres são sujeitos a um sistema de empréstimos opressivos**		
Título		**Papa na ONU: contra a sede de poder e a favor do ambiente**		**Papa faz duras críticas ao capitalismo**		
Pós-título		**Discurso. Líder dos católicos elogiou o acordo nuclear com o Irão que classificou como a «prova do potencial da boa vontade». E criticou os «modelos de vida anormais e irresponsáveis»**				
Texto	DN.1	Francisco é o quarto papa a visitar as Nações Unidas, mas em muitos aspetos foi uma estreia: ontem foi a primeira vez que a bandeira do Vaticano esteve hasteada na sede da ONU (após uma resolução apresentada pela Palestina) e que um sumo pontífice esteve na abertura de uma assembleia geral da organização.	JN.1	O sistema financeiro mundial tem contornos «opressivos», designadamente nos empréstimos das instituições financeiras internacionais aos países mais pobres, gerando, por isso mesmo, «mais pobreza, exclusão e dependência», disse o Papa Francisco, ontem, nas Nações Unidas.		
	DN.2	Como uma verdadeira estrela *rock,* Jorge Bergoglio foi fotografado por centenas de funcionários e dignitários e no final do seu discurso recebeu uma ovação de pé de líderes mundiais como a chanceler alemã, Angela Merkel, e o presidente cubano, Raúl Castro.	JN.2	Já anteontem, no Congresso norte-americano, Jorge Bergoglio teceu duras críticas ao sistema capitalista e à cobiça.		
	DN.3	Falando antes da sessão de abertura da assembleia geral das Nações Unidas, Francisco condenou a «ofensa grave» da exclusão económica e social: «A sede egoísta e sem limites pelo poder e prosperidade material levam à má utilização dos recursos naturais e à exclusão dos fracos e desfavorecidos».	JN.3	Ontem, Francisco afirmou que «as agências financeiras internacionais devem pensar no desenvolvimento sustentável dos países e devem garantir que aqueles não são sujeitos a um sistema de empréstimos opressivo».		

	DN.4	O argentino pediu também aos líderes mundiais para que garantam aos seus povos o mínimo de meios materiais para viver. «Em termos práticos, este mínimo absoluto tem três nomes: alojamento, trabalho e terra», disse, entre aplausos.	JN.4	Basicamente, o chefe da Igreja Católica criticou um sistema que promove a «submissão asfixiante dos países» mais pobres.	
	DN.5	Outro dos recados para a plateia prendeu-se com o futuro do planeta. «A crise ecológica e a destruição em larga escala da biodiversidade podem ameaçar a existência da raça humana», avisou Francisco, a quem já chamaram de «Papa Verde» devido às suas preocupações ambientais e que neste ano publicou uma encíclica sobre o tema. «[É preciso que] a conferência de Paris sobre as alterações climáticas obtenha acordos fundamentais e eficazes», sublinhou.	JN.5	Para o líder de cerca de mil milhões de católicos, o sistema de empréstimos aos países mais pobres que temos atualmente não promove o progresso, antes «sujeita os povos a mecanismos que geram maior pobreza, exclusão e dependência».	
	DN.6	Já o acordo nuclear com o Irão foi classificado por Francisco como a «prova do potencial da boa vontade política e do direito, exercidos com sinceridade, paciência e constância.» «Faço votos de que este acordo seja duradouro e eficaz e que dê os frutos desejados, com a colaboração de todas as partes envolvidas», declarou, sem nomear diretamente o Irão.	JN.6	O Papa defendeu com veemência que as instituições mundiais - incluindo o Conselho de Segurança das Nações Unidas e as grandes instituições financeiras - precisam de «limitar todos os tipos de abuso e usura».	
	DN.7	Condenando «a guerra assumida e debilmente combatida» do tráfico de droga, Francisco salientou também que se trata de «um conflito que, em silêncio, provoca a morte de milhões de pessoas». «O narcotráfico é acompanhado de tráfico de pessoas, branqueamento de capitais, tráfico de armas, exploração de crianças e outras formas de corrupção. Uma corrupção que se infiltrou nos diversos níveis da vida social, política, militar, artística e religiosa, gerando, em muitos casos, uma estrutura paralela que põe em perigo a credibilidade das nossas instituições», denunciou.	JN.7	**Intertítulo: Felicitação pelo acordo nuclear**	
	DN.8	O Papa Francisco deixou ainda uma crítica à «colonização ideológica» que impõe «aos povos modelos de vida anormais e irresponsáveis», numa referência à teoria dos géneros e ao casamento entre pessoas do mesmo sexo. E pediu às Nações Unidas para que reconheçam «uma lei moral inscrita na própria natureza humana, que inclui a distinção natural entre homem e mulher e o absoluto respeito pela vida em todas as suas fases e dimensões».	JN.8	No seu discurso, o Papa Francisco manifestou depois o apoio ao acordo alcançado entre o Irão e as grandes potências sobre o seu programa nuclear.	
		Caixa de texto: **Novembro. Francisco vai lançar um álbum de *rock***	JN.9	O Papa classificou-o como «prova do potencial da boa vontade política e do direito, exercidos com sinceridade, paciência e constância».	

	DN.9	O Papa Francisco edita em novembro um álbum com «mensagens de esperança, fé e união» interpretadas com música *rock* , revelou ontem a *Rolling Stone* .	JN.10	«Faço votos de que seja duradouro e eficaz e que dê os frutos desejados, com a colaboração de todas as partes envolvidas», afirmou Jorge Bergoglio.		
	DN.10	O álbum chama-se *Wake Up!* , tem a aprovação do Vaticano e sairá a 27 de novembro. Ontem a revista norte-americana disponibilizou um tema para escuta online, intitulado *Wake Up! Go! Go! Forward!* , composto pelo músico Tony Pagliucca e com uma «sonoridade rock progressivo». O alinhamento do disco conta com 11 canções, com o Papa a falar em inglês, italiano, espanhol e português, e com uma mensagem que dialoga com a melodia, contou o padre Giullio Neroni, produtor.				

Papa Francisco (2015) - III

Notícias secundárias	Not. sec.2	DN	Not. sec.2	JN	DA
Edição		27 de setembro de 2015		27 de setembro de 2015	*(NOTA: desde o dia do Discurso do Papa Francisco na AGONU, a 25 de setembro, o* DA *apenas publicou uma notícia secundária, no dia 29 daquele mês -* vide infra*)*
Dados contextuais/ outras informações		Redator: Abel Coelho de Morais		Redator: Rui Osório	
Primeira página: antetítulo					
Primeira página: título					
Primeira página: pós-título					
Conteúdo no interior da edição					
Antetítulo				**Voto. Pastores próximos das pessoas mais frágeis**	
Título		**Francisco recebido ao som de*Rocky* nas ruas de Filadélfia**		**Francisco rejeita bispos patrões dos dons de Deus**	
Pós-título		**EUA. Final da visita marcado hoje com uma missa em que se espera mais de 1,5 milhões de pessoas. Papa parou para abençoa jovem deficiente**			
Texto	DN.1	O Papa Francisco desembarcou ontem em Filadélfia, sendo recebido na pista do aeroporto ao som do tema do primeiro filme da série *Rocky,* ao mesmo tempo que se ouvia uma ovação ininterrupta e gritos de entusiasmo da multidão. A seguir, no primeiro de muitos gestos de carinho do dia, acariciou os cabelos de uma criança de 8 anos, Gabrielle Bowes, que lhe entregava um ramo de flores.	JN.1	O Papa Francisco termina hoje a sua viagem a Cuba e aos Estados Unidos da América. Das suas mensagens, destaco o perfil que traçou para os bispos norte-americanos e, por extensão, para qualquer bispo onde quer que seja pastor.	
	DN.2	O gesto que Francisco teve com a pequena Gabrielle - cujo pai, um polícia, foi gravemente ferido em serviço, em 2008 - iria repeti-lo à saída do aeroporto quando viu uma outra criança, Michael Keating, de 10 anos, sentado numa cadeira de rodas atrás de uma barreira de segurança. O Fiat branco do Papa parou e Francisco saiu do veículo para se dirigir ao jovem, deficiente profundo, para o abençoar e beijar. A mãe, que não conseguiu conter as lágrimas, descreveu mais tarde ao The Washington Post como viveu o gesto do Papa com uma só palavra: «amor». O pai, maestro da banda que saudou o Papa com o tema de Rocky, explicou ao mesmo diário que teve de «desviar o olhar. Foi demasiado comovente.» A mãe de Michael explica ter vivido um momento de «enorme felicidade».	JN.2	«Encorajo-vos a enfrentar os problemas desafiadores do nosso tempo. No fundo de cada um deles, está sempre a vida como dom e responsabilidade. O futuro da liberdade e da dignidade da nossa sociedade depende da forma como soubermos responder a tais desafios».	

	DN.3	A escolha da composição de Bill Conti deve-se ao facto de o primeiro *Rocky* (1976) decorrer na cidade, acabando o tema por se transformar num símbolo de Filadélfia e da sua cultura popular. Centro mais populoso do estado da Pensilvânia, Filadélfia é conhecida como a Cidade do Amor Fraternal (pela etimologia grega do seu nome) e alberga um dos grandes símbolos da independência dos Estados Unidos, o Sino da Liberdade. Foi nela, aliás, que esteve reunida a assembleia que aprovou a Declaração de Independência e a Constituição dos EUA. O edifício onde foram votados os documentos foi ontem visitado pelo Papa. A cidade é ainda um dos grandes centros do catolicismo na América.	JN.3	Apontou os desafios que esperam uma resposta corajosa dos bispos católicos: «A vítima inocente do aborto, as crianças que morrem de fome ou debaixo das bombas, os imigrantes que acabam afogados em busca de um amanhã, as pessoas idosas ou os doentes que olhamos sem interesse, as vítimas do terrorismo, das guerras, da violência e do narcotráfico, o meio ambiente devastado por uma relação predatória do Homem com a Natureza».	
	DN.4	A seguir ao comovente momento com Michael, o cortejo automóvel seguiu para a Basílica de Filadélfia, onde o Papa proferiu uma homília, em espanhol com tradução simultânea em inglês. No exterior, eram visíveis alguns cartazes com denúncias de abusos sexuais, exigindo que a Igreja seja «responsabilizada». Especulava-se ontem se Francisco iria ou não encontrar-se com algumas vítimas de abusos.	JN.4	«Em tudo isto - sublinhou - está sempre em jogo o dom de Deus, do qual somos administradores nobres, mas não patrões. Por conseguinte, não é lícito iludir ou silenciar».	
	DN.5	Após a missa, o Papa dirigiu-se para o seminário de São Carlos Borromeu, onde fica alojado, tendo surpreendido todos ao começar a entoar o *Parabéns a Você*, no que foi seguido pelos mais de 140 seminaristas que o aguardavam. O aniversariante, o arcebispo Joseph Chaput, que ontem completou 71 anos.	JN.5	«Estes aspectos irrenunciáveis da missão da Igreja - concluiu - pertencem ao núcleo daquilo que nos foi transmitido pelo Senhor. Por isso, temos o dever de os guardar e comunicar, mesmo quando o sentimento do tempo se torna impermeável e hostil a tal mensagem».	
	DN.6	Ao final do dia (noite de sábado para domingo em Portugal), o Papa proferiu uma alocução no Encontro Mundial das Famílias. Hoje, visita um centro de detenção e celebra uma missa campal para a qual se prevê a presença de 1,5 a dois milhões de pessoas.	JN.6	*Texto destacado:* **Novos desafios interpelam a sociedade e a Igreja Católica**	
	DN.7	À partida para Filadélfia, o Papa viveu um momento pessoal tocante, ao sobrevoar Ellis Island, onde se situa a Estátua da Liberdade e que foi local de acolhimento de imigrantes no início do século XX. Segundo o cardeal de Nova Iorque, Timothy Michael Dolan, «via-se que estava muito, muito emocionado».	JN.7	Boa mensagem, inclusive para alguns bispos norte-americanos que não escondem o seu desdém pelo Papa Francisco e pelo seu estilo desassombrado. O Papa não mandou recados a frio e à distância. Foi ao terreno para deixar, com coragem e clareza, a sua mensagem profética de pastor que preza a colegialidade episcopal.	

Papa Francisco (2015) - IV

Notícias secundárias	**DN**	**Not. sec.3**	**JN**	**DA**
Edição	*(NOTA: apenas o* JN *publicou duas notícias secundárias no dia 27 de setembro)*		27 de setembro de 2015	*(NOTA: desde o dia do Discurso do Papa Francisco na AGONU, a 25 de setembro, o* DA *apenas publicou uma notícia secundária, no dia 29 daquele mês -* vide infra*)*
Dados contextuais/ outras informações			Redator: Rui Osório	
Primeira página: antetítulo			*(NOTA: quer esta notícia secundária, quer a anterior foram publicadas na rubrica «Religião», da responsabilidade do redator indicado. Foram consideradas como autónomas pelo facto de se apresentarem* per se *como um todo de sentido, cada qual complementado por fotografias e legendas particulares)*	
Primeira página: título				
Primeira página: pós-título				
Conteúdo no interior da edição				
Antetítulo				
Título			**Bispos dos EUA corajosos no combate à pedofilia**	
Pós-título				
Texto		JN.1	A pedofilia foi uma mancha pecaminosa e criminosa que enegreceu a vida de padres e outro pessoal da Igreja Católica nos Estados Unidos.	
		JN.2	O Papa Francisco, que tem declarado com firmeza tolerância zero a tais crimes na Igreja, ao recomendar aos bispos norte-americanos que sejam «próximos e servidores» das pessoas e com atenção à vida e ministério dos seus sacerdotes, louvou o modo corajoso como tentaram reabilitar a credibilidade da Igreja.	
		JN.3	«Estou consciente - afirmou no encontro com cerca de 400 bispos norte-americanos - da coragem com que enfrentastes momentos obscuros do vosso percurso eclesial, sem temer autocríticas nem vos poupardes a humilhações e sacrifícios, sem ceder ao temor de vos despojardes de quanto é secundário, contanto que se recuperasse a credibilidade e a confiança requerida aos ministros de Cristo, como o espera a alma do vosso povo singular. Sei quanto vos pesou a ferida dos últimos anos e acompanhei o vosso generoso esforço para curar as vítimas - conscientes de que, curando, também nós ficamos curados - e para continuar a agir a fim de que tais crimes nunca mais se repitam».	
		JN.4	O Papa Francisco não se cansa de exigir da Igreja Católica, em particular dos bispos e padres transparência na verdade e na caridade. E todo o respeito pelas vítimas de tão graves desmandos.	

Papa Francisco (2015) - V

Notícias secundárias	Not. sec.3	DN	Not. sec.4	JN		DA
Edição		28 de setembro de 2015		28 de setembro de 2015		*(NOTA: desde o dia do Discurso do Papa Francisco na AGONU, a 25 de setembro, o* DA *apenas publicou uma notícia secundária, no dia 29 daquele mês -* vide infra*)*
Dados contextuais/ outras informações		Redator: Filomena Naves				
Primeira página: antetítulo		**Abusos sexuais na Igreja**				
Primeira página: título		**Papa assegura que culpados vão prestar contas**				
Primeira página: pós-título						
Conteúdo no interior da edição						
Antetítulo				**Estados Unidos. Francisco reafirmou compromisso da Igreja em punir e prevenir abusos sexuais**		
Título		**Papa afirma às vítimas de abusos: culpados «vão prestar contas»**		**Papa reuniu com vítimas de padres**		
Pós-título		**Intenção. Francisco terminou ontem a visita aos Estados Unidos onde se encontrou com cinco vítimas de abusos sexuais por membros da Igreja. Prometeu-lhes determinação**				
Texto	DN.1	O Papa Francisco reuniu-se ontem em Filadélfia, nos Estados Unidos, com cinco pessoas vítimas de abusos sexuais por membros da Igreja, três mulheres e dois homens, e prometeu-lhes que todos os responsáveis por esses crimes «vão prestar contas», reafirmando, assim, uma das preocupações do seu papado desde a primeira hora.	JN.1	O Papa Francisco reuniu-se ontem com cinco norte-americanos vítimas de padres católicos quando eram crianças e prometeu responsabilizar todos os envolvidos, quer nos crimes, quer no seu encobrimento.		
	DN.2	«Os crimes, os pecados dos abusos sexuais a menores não podem ser mantidos em segredo durante mais tempo», repetiu depois o Papa no início de um encontro que teve com vários bispos em Filadélfia e no qual falou de outra questão que lhe é querida: a das mudanças na família e a necessidade, segundo Francisco, de haver também uma mudança do discurso da Igreja sobre ela. A família será, de resto, o tema central do próximo Sínodo dos Bispos, que vai decorrer no Vaticano, de 4 e 25 de outubro e, a uma semana desse encontro, o Papa reafirmou que a instituição civil do matrimónio e o sacramento cristão já «não coincidem substancialmente», e que esta mudança com consequências culturais, sociais e jurídicas, que envolve «crentes e não crentes», não pode ser ignorada.	JN.2	Apesar de já ter reunido no Vaticano com vítimas de abusos sexuais de padres, esta é a primeira vez que um desses encontros se realiza durante uma viagem ao estrangeiro. E precisamente em Filadélfia, a cidade mais marcada pelo escândalo dos abusos entre todas as incluídas na visita de seis dias que o Papa Francisco fez aos Estados Unidos e que terminou ontem.		

DN.3	Quanto ao problema dos abusos sexuais por parte de membros do clero, ele tem sido um dos cavalos de batalha deste Papa, que o abordou mal foi eleito, em março de 2013. Aconteceu logo em abril desse ano, quando Francisco, citado num comunicado do Vaticano, evocou de forma clara o problema da pedofilia. «O Santo Padre pediu que a Congregação, continuando a linha de Bento XVI, agisse com determinação no que diz respeito aos casos de abusos sexuais», lia-se no documento.	JN.3	«Tenho no meu coração estas histórias de sofrimento de jovens que foram abusados sexualmente», afirmou o Papa Francisco num encontro com bispos norte-americanos. «As pessoas que tinham a responsabilidade de cuidar dos mais frágeis violaram essa confiança e causaram uma grande dor. Deus chora pelo abuso sexual de crianças».
DN.4	No mês seguinte, em maio, o Papa exprimiu-se então pela primeira vez de viva voz sobre os casos de abusos cometidos durante décadas contra dezenas de milhares de crianças, pedindo «a promoção de medidas de proteção dos menores e ajuda aos que passaram por tais violências».	JN.4	O porta-voz do Vaticano, Padre Federico Lombardi, afirmou ontem, durante um encontro no seminário de Filadélfia que o Papa «expressou a sua partilha do sofrimento, dor e vergonha» e «renovou o compromisso da Igreja em ouvir as vítimas e tratá-las com justiça para punir os culpados e que os crimes de abuso serão combatidos com um programa efectivo de prevenção na Igreja e na sociedade».
DN.5	Foi nessa ocasião que se referiu à necessidade de haver «procedimentos para encontrar os culpados e comprometimento em conferências episcopais para pôr em prática as diretivas necessárias neste domínio».	JN.5	Os relatos de abusos sexuais por parte de padres católicos e o encobrimento dos bispos emergiu em 2002, dando origem a um escândalo que abalou a Igreja Católica.
DN.6	Já no ano passado, seguindo o exemplo do seu antecessor Bento XVI Francisco pediu perdão, em nome da Igreja, pelos «danos causados» às crianças pelos padres pedófilos. «A Igreja está consciente dos danos, pessoais e morais, cometidos pelos homens da Igreja e não vamos dar um passo atrás em relação à forma como lidamos com este problema, e sanções devem ser impostas. Temos de ser ainda mais fortes», afirmou na ocasião.	JN.6	Os grupos representantes das vítimas consideram que a Igreja pouco fez face a um número possível de 100 mil crianças norte-americanas abusadas por padres e que já obrigou ao pagamento de mais de três mil milhões de dólares em indemnizações.
DN.7	Foi essa determinação que levou à abertura, em setembro de 2014, de um processo penal por pedofilia contra o bispo polaco Jozef Wesolowski, antigo núncio apostólico (embaixador) do Vaticano na República Dominicana, que ficou em prisão domiciliária e deveria ter sido o primeiro prelado a ser julgado no Vaticano por pedofilia. Não foi. Problemas de saúde levaram ao adiamento do julgamento e o bispo acabou por morrer no mês passado, sem ter sido julgado.	JN.7	A visita de Francisco aos EUA terminou ontem, em Filadélfia, com a visita à prisão de Curran-Fromhold e uma missa ao ar livre com a presença de um milhão e meio de pessoas.
	Caixa de texto 1: **Mensagem**		
DN.8	«Os crimes, os pecados dos abusos sexuais a menores não podem ser mantidos em segredo durante mais tempo»		
DN.9	«Não podemos pensar numa sociedade saudável que não dá espaço concreto à vida familiar»		
	Caixa de texto 2: **Casos de abusos**		
	Estados Unidos		

	DN.10	**Segundo o site** BishopAccountability.org há pelo menos três mil processos contra a Igreja Católica nos EUA, alguns dos quais resultaram no pagamento de indemnizações milionárias às vítimas de abusos sexuais por parte de membros dessa mesma igreja. Em 2008, a título de exemplo, a arquidiocese de Denver pagou 5,5 milhões de dólares a 18 pessoas que disseram ter sido vítimas de abusos.				
	DN.11	**Irlanda** **Durante muito tempo** a Igreja Católica teve uma influência inegável na sociedade da República da Irlanda, que muitas vezes calava casos de abusos, mesmo se tivesse deles conhecimento. A situação começou a mudar há alguns anos, quando relatórios pedidos pelo governo irlandês revelaram que pelo menos 30 mil crianças foram abusadas física e sexualmente em instituições católicas da Irlanda. Em 2014, o Papa Francisco aceitou a renúncia do cardeal irlandês Sean Brady, pressionado a demitir-se por encobrir casos de pedofilia.				
	DN.12	**Bélgica** **Em 2013 a** Igreja Católica da Bélgica comunicou ter recebido em 2012 mais de três centenas de queixas de abusos sexuais de menores que foram cometidos por padres.				
Outros elementos textuais		Artigo complementar				
Antetítulo						
Título		**Francisco realça importância da família**				
Pós-título		**Aplausos**				
Texto	DN.13	O Papa Francisco é ovacionado pelos noviços do seminário de São Carlos Borromeu, onde ficou alojado durante a sua permanência em Filadélfia. Ontem, naquele que foi o seu último dia na cidade e também o último da visita aos Estados Unidos, Francisco esteve reunido com os bispos americanos, visitou um centro de detenção, onde passou algum tempo com os presos, e participou numa iniciativa, a Festa das Famílias, que decorreu no Parque Histórico Nacional da Independência, na cidade, onde atuaram Aretha Franklin e Andrea Bocelli. Aqui, surpreendeu tudo e todos ao pôr de parte o discurso que tinha preparado, ainda que o texto tenha sido publicado pelo Vaticano, e decidiu improvisar perante o público, realçando que «não podemos pensar numa sociedade saudável que não dá espaço concreto à vida familiar». *(NOTA: o texto corresponde à legenda da única fotografia publicada na página, não sendo composto por outros elementos textuais. Não foi, por isso, considerado uma notícia secundária autónoma)*				

Papa Francisco (2015) - VI

Notícias secundárias	**DN**	**Not. sec.5**	**JN**	**Not. sec.1**	**DA**
Edição	*(NOTA: o* DN *não publicou outras notícias secundárias para além das indicadas* supra*)*		29 de setembro de 2015		29 de setembro de 2015
Dados contextuais/ outras informações					
Primeira página: antetítulo					
Primeira página: título					
Primeira página: pós-título					
Conteúdo no interior da edição					
Antetítulo					
Título			**Papa não encobre bispos pedófilos**		**Papa Francisco, político e preocupado com a justiça, despede-se dos EUA**
Pós-título			**Vaticano**		
Texto		JN.1	Por ação ou por omissão, há bispos culpados do crime de pedofilia e o Papa Francisco promete-lhes punição. Ontem, após uma visita de uma semana aos Estados Unidos, um dos países onde a hierarquia da Igreja mais compactuou com a pedofilia, Francisco voltou a denunciar o crime: «Nós não podemos encobrir» atos de padres pedófilos e «daqueles que são culpados, incluindo alguns bispos».	DA.1	O tempo da justiça foi o tema que marcou o último dia do Papa Francisco nos Estados Unidos, passado em Filadélfia. Encontrou-se com cinco vítimas de abusos sexuais praticados por membros do clero e prometeu que «todos os responsáveis terão de responder pelo que fizeram». Mas guardou tempo para visitar a maior cadeia de Filadélfia, onde disse aos 71 prisioneiros escolhidos para o ouvirem que «a prisão não é a mesma coisa que a exclusão.»
		JN.2	Sem fugir ao tema, lembrou que «o abuso sexual está em toda parte» e não só na Igreja, mas disse que o crime é particularmente grave se cometido por um padre, «porque o seu objectivo é fazer crescer a criança, a rapariga, para o amor de Deus em direção à maturidade emocional, para o Bem». O Papa recebeu representantes de vítimas, no domingo, e já antes tinha criado um tribunal eclesiástico para punir bispos que se limitaram a transferir de paróquia padres pedófilos.	DA.2	No Centro Correccional Curran-Fromhold, havia muitos rostos hispânicos entre os prisioneiros – e negros – a quem foi permitido ouvir o Papa. Muitos participaram no projecto que foi a construção do cadeirão almofadado onde Francisco se sentou durante a sua estadia ali, e que seria usado na missa campal com que concluirá a sua viagem nos EUA. Para eles, Francisco, reservou um discurso de esperança. Falou de Jesus, e do episódio em que lava os pés dos apóstolos. «A vida significa sujar os pés. Todos precisam de ser purificados», sublinhou Francisco.
		JN.3	Na viagem de regresso dos Estados Unidos, Francisco clarificou ainda que a recente reforma do processo de anulação do casamento «não é um divórcio», «porque o matrimónio é indissolúvel».		

Le Saint-Siège

VOYAGE APOSTOLIQUE
AU SIÈGE DE L'ORGANISATION DES NATIONS UNIES
(NEW YORK, 4-5 OCTOBRE 1965)

*DISCOURS DU PAPE PAUL VI À L'ORGANISATION DES NATIONS UNIES À L'OCCASION DU 20ème ANNIVERSAIRE DE L'ORGANISATION**

Lundi 4 octobre 1965

PVI.1 Au moment de prendre la parole devant cet auditoire unique au monde, Nous tenons à exprimer d'abord Notre profonde gratitude à Monsieur Thant, votre Secrétaire Général, qui a bien voulu Nous inviter à rendre visite aux Nations-Unies, à l'occasion du vingtième anniversaire de cette institution mondiale pour la paix et la collaboration entre les peuples de toute la terre.

Merci également à Monsieur le Président de l'Assemblée, Monsieur Amintore Fanfani, qui, dès le jour de son entrée en charge, a eu pour Nous des paroles si aimables.

PVI.2 Merci à vous tous, ici présents, pour votre bienveillant accueil. A chacun d'entre vous, Nous présentons Notre salut cordial et déférent. Votre amitié Nous a convié et Nous admet à cette réunion: c'est en ami que Nous Nous présentons à vous.

PVI.3 En plus de Notre hommage personnel, Nous vous apportons celui du Second Concile Œcuménique du Vatican, actuellement réuni à Rome, et dont les Cardinaux qui Nous accompagnent sont les éminents représentants.

PVI.4 En leur nom, comme au Nôtre, à vous tous, honneur et salut! Cette rencontre, vous en êtes tous bien conscients, revêt un double caractère: elle est empreinte à la fois de simplicité et de grandeur. De simplicité car celui qui vous parle est un homme comme vous; il est votre frère, et même un des plus petits parmi vous, qui représentez des Etats Souverains, puisqu'il n'est investi –

s'il vous plaît de Nous considérer à ce point de vue – que d'une minuscule et quasi symbolique souveraineté temporelle: le minimum nécessaire pour être libre d'exercer sa mission spirituelle et assurer ceux qui traitent avec lui qu'il est indépendant de toute souveraineté de ce monde. Il n'a aucune puissance temporelle, aucune ambition d'entrer avec vous en compétition. De fait, Nous n'avons rien à demander, aucune question à soulever; tout au plus un désir à formuler, une permission à solliciter: celle de pouvoir vous servir dans ce qui est de Notre compétence, avec désintéressement, humilité et amour.

PVI.5 Telle est la première déclaration que Nous avons à faire. Comme vous le voyez, elle est si simple qu'elle peut paraître insignifiante pour cette assemblée, habituée à traiter d'affaires extrêmement importantes et difficiles.

PVI.6 Et pourtant, Nous vous le disions, et vous le sentez tous, ce moment est empreint d'une singulière grandeur: il est grand pour Nous, il est grand pour vous.

Pour Nous d'abord. Oh! Vous savez bien qui Nous sommes.

Et quelle que soit votre opinion sur le Pontife de Rome, vous connaissez Notre mission: Nous sommes porteur d'un message pour toute l'humanité. Et Nous le sommes non seulement en Notre Nom personnel et au nom de la grande famille catholique: mais aussi au nom des Frères chrétiens qui partagent les sentiments que Nous exprimons ici, et spécialement de ceux qui ont bien voulu Nous charger explicitement d'être leur interprète. Et tel le messager qui, au terme d'un
PVI.7 long voyage, remet la lettre qui lui a été confiée: ainsi Nous avons conscience de vivre l'instant privilégié, – si bref soit-il – où s'accomplit un vœu que Nous portons dans le cœur depuis près de vingt siècles. Oui, vous vous en souvenez. C'est depuis longtemps que Nous sommes en route, et Nous portons avec Nous une longue histoire; Nous célébrons ici l'épilogue d'un laborieux
PVI.8 pèlerinage à la recherche d'un colloque avec le monde entier, depuis le jour où il Nous fut commandé: « allez, portez la bonne nouvelle à toutes les nations! ». Or c'est vous qui représentez toutes les nations.

PVI.9 Laissez-Nous vous dire que Nous avons pour vous tous un message, oui, un heureux message, à remettre à chacun d'entre vous.

1. Notre message veut être tout d'abord une ratification morale et solennelle de cette haute Institution. Ce message vient de Notre expérience historique. C'est comme « expert en humanité » que Nous apportons à cette Organisation le suffrage de Nos derniers prédécesseurs, celui de tout l'Episcopat Catholique et le Nôtre, convaincu comme Nous le sommes que cette Organisation représente le chemin obligé de la civilisation moderne et de la paix mondiale.

PVI.10 En disant cela, Nous avons conscience de faire Nôtre aussi bien la voix des morts que celle des vivants: des morts tombés dans les terribles guerres du passé en rêvant à la concorde et à la paix

du monde; des vivants qui y ont survécu, et qui condamnent d'avance dans leurs cœurs ceux qui tenteraient de les renouveler; d'autres vivants encore: les jeunes générations d'aujourd'hui, qui s'avancent confiantes, attendant à bon droit une humanité meilleure. Nous faisons Nôtre aussi la voix des pauvres, des déshérités, des malheureux, de ceux qui aspirent à la justice, à la dignité de vivre, à la liberté, au bien-être et au progrès. Les peuples se tournent vers les Nations-Unies

PVI.11 comme vers l'ultime espoir de la concorde et de la paix: Nous osons apporter ici, avec le Nôtre,

PVI.12 leur tribut d'honneur et d'espérance. Et voilà pourquoi pour vous aussi ce moment est grand.

PVI.13 2. Nous le savons, vous en êtes pleinement conscients. Ecoutez maintenant la suite de Notre Message. Il est tout entier tourné vers l'avenir. L'édifice que vous avez construit ne doit plus jamais tomber en ruines: il doit être perfectionné et adapté aux exigences que l'histoire du monde présentera. Vous marquez une étape dans le développement de l'humanité: désormais, impossible de reculer, il faut avancer.

PVI.14 A la pluralité des Etats? qui ne peuvent plus s'ignorer les uns les autres, vous proposez une forme de coexistence extrêmement simple et féconde. La voici: d'abord vous reconnaissez et vous distinguez *les uns et les autres.* Vous ne conférez certes pas l'existence aux Etats: mais vous qualifiez comme digne de siéger dans l'assemblée ordonnée des peuples chacune des nations; vous donnez une reconnaissance d'une haute valeur morale et juridique à chaque communauté nationale souveraine, et vous lui garantissez une honorable citoyenneté internationale. C'est déjà un grand service rendu à la cause de l'humanité: bien définir et honorer les sujets nationaux de la communauté mondiale; les établir dans une condition juridique qui leur vaut la reconnaissance et le respect de tous, et d'où peut dériver un système ordonné et stable de vie internationale.

PVI. 15 Vous sanctionnez le grand principe que les rapports entre les peuples doivent être réglés par la raison, par la justice, le droit, et la négociation, et non par la force, ni par la violence, ni par la guerre, non plus que par la peur et par la tromperie.

C'est ainsi que cela doit être. Et permettez que Nous vous félicitions d'avoir eu la sagesse d'ouvrir

PVI.16 l'accès de cette assemblée aux peuples jeunes, aux Etats parvenus depuis peu à l'indépendance et à la liberté nationales; leur présence ici est la preuve de l'universalité et de la magnanimité qui inspirent les principes de cette institution. C'est ainsi que cela doit être. Tel est Notre éloge et Notre souhait, et comme vous le voyez Nous ne les attribuons pas du dehors: Nous les tirons du dedans, du génie même de votre Institution.

PVI.17 3. Votre Statut va plus loin encore: et Notre message s'avance avec lui. Vous existez et vous travaillez pour unir les nations, pour associer les Etats. Adoptons la formule: pour mettre ensemble *les uns avec les autres.* Vous êtes une Association. Vous êtes un pont entre les

PVI.18 peuples. Vous êtes un réseau de rapports entre les Etats. Nous serions tenté de dire que votre caractéristique reflète en quelque sorte dans l'ordre temporel ce que notre Eglise Catholique veut être dans l'ordre spirituel: unique et universelle. On ne peut rien concevoir de plus élevé, sur le

plan naturel, dans la construction idéologique de l'humanité. Votre vocation est de faire fraterniser,
PVI.19 non pas quelques-uns des peuples, mais tous les peuples. Entreprise difficile?

PVI.20 Sans nul doute. Mais telle est l'entreprise, telle est votre très noble entreprise. Qui ne voit la nécessité d'arriver ainsi progressivement à instaurer une autorité mondiale en mesure d'agir efficacement sur le plan juridique et politique?

PVI.21 Ici encore Nous répétons Notre souhait: allez de l'avant! Nous dirons davantage: faites en sorte de ramener parmi vous ceux qui se seraient détachés de vous; étudiez le moyen d'appeler à votre pacte de fraternité, dans l'honneur et avec loyauté, ceux qui ne le partagent pas encore. Faites en sorte que ceux qui sont encore au dehors désirent et méritent la confiance commune, et soyez alors généreux à l'accorder. Et vous, qui avez la chance et l'honneur de siéger dans cette
PVI.22 assemblée de la communauté pacifique, écoutez-Nous: cette confiance mutuelle qui vous unit et vous permet d'opérer de bonnes et grandes choses, faites en sorte qu'il n'y soit jamais porté atteinte, qu'elle ne soit jamais trahie.

PVI.23 4 La logique de ce souhait qui appartient, peut-on dire, à la structure de votre Organisation, Nous porte à le compléter par d'autres formules. Les voici: que personne, en tant que membre de votre union, ne soit supérieur aux autres: *Pas l'un au-dessus de l'autre.* C'est la formule de l'égalité. Nous savons, certes, que d'autres facteurs sont à considérer outre la simple appartenance à votre organisme. Mais l'égalité aussi fait partie de sa constitution: non pas que vous soyez égaux, mais ici vous vous faites égaux. Et il se peut que, pour plusieurs d'entre vous, ce soit un acte de grande vertu: permettez que Nous vous le disions, Nous, le représentant d'une religion qui opère le salut par l'humilité de son divin Fondateur.

PVI.24 Impossible d'être frère si l'on n'est humble. Car c'est l'orgueil, si inévitable qu'il puisse paraître, qui provoque les tensions et les luttes du prestige, de la prédominance, du colonialisme, de l'égoïsme: c'est lui qui brise la fraternité.

PVI.25 5. Et ici Notre Message atteint son sommet. Négativement d'abord: c'est la parole que vous attendez de Nous et que Nous ne pouvons prononcer sans être conscient de sa gravité et de sa solennité: *jamais plus les uns contre les autres*, jamais, plus jamais! N'est-ce pas surtout dans ce
PVI.26 but qu'est née l'Organisation des Nations-Unies: contre la guerre et pour la paix? Ecoutez les
PVI.27 paroles lucides d'un grand disparu, John Kennedy, qui proclamait, il y a quatre ans:« L'humanité devra mettre fin à la guerre, ou c'est la guerre qui mettra fin à l'humanité ». Il n'est pas besoin de
PVI.28 longs discours pour proclamer la finalité suprême de votre Institution. Il suffit de rappeler que le sang de millions d'hommes, que des souffrances inouïes et innombrables, que d'inutiles massacres et d'épouvantables ruines sanctionnent le pacte qui vous unit, en un serment qui doit
PVI.29 changer l'histoire future du monde: jamais plus la guerre, jamais plus la guerre! C'est la paix, la paix, qui doit guider le destin des peuples et de toute l'humanité!

PVI.30 Merci à vous, gloire à vous, qui depuis vingt ans travaillez pour la paix, et qui avez même donné à cette sainte cause d'illustres victimes!

Merci à vous et gloire à vous pour les conflits que vous avez empêchés et pour ceux que vous avez réglés. Les résultats de vos efforts en faveur de la paix, jusqu'à ces tout derniers jours, méritent, même s'ils ne sont pas encore décisifs, que Nous osions Nous faire l'interprète du monde entier et que Nous vous exprimions en son nom félicitation et gratitude.

PVI.31 Vous avez, Messieurs, accompli, et vous accomplissez une grande œuvre: vous enseignez aux hommes la paix. L'ONU est la grande écalé où l'on reçoit cette éducation, et nous sommes ici dans l'*Aula Magna* de cette école. Quiconque prend place ici devient élève et devient maître dans l'art de construire la paix. Et quand vous sortez de cette salle, le monde regarde vers vous comme vers les architectes, les constructeurs de la paix.

PVI. 32 La paix, vous le savez, ne se construit pas seulement au moyen de la politique et de l'équilibre des forces et des intérêts. Elle se construit avec l'esprit, les idées, les œuvres de la paix. Vous travaillez à cette grande œuvre. Mais vous n'êtes encore qu'au début de vos peines. Le monde PVI.33 arrivera-t-il jamais à changer la mentalité particulariste et belliqueuse qui a tissé jusqu'ici une si grande partie de son histoire? Il est difficile de le prévoir; mais il est facile d'affirmer qu'il faut se PVI.34 mettre résolument en route vers la nouvelle histoire, l'histoire pacifique, celle qui sera vraiment et pleinement humaine, celle-là même que Dieu a promise aux hommes de bonne volonté.

PVI.35 Les voies en sont tracées devant vous: la première est celle du désarmement.

PVI.36 Si vous voulez être frères, laissez tomber les armes de vos mains.

PVI.37 On ne peut pas aimer avec des armes offensives dans les mains. Les armes, surtout les terribles armes que la science moderne vous a données avant même de causer des victimes et des ruines, engendrent de mauvais rêves, alimentent de mauvais sentiments, créent des cauchemars, des défiances, de sombres résolutions; elles exigent d'énormes dépenses; elles arrêtent les projets de solidarité et d'utile travail; elles faussent la psychologie des peuples. Tant que l'homme PVI.38 restera l'être faible, changeant, et même méchant qu'il se montre souvent, les armes défensives seront, hélas!, nécessaires. Mais vous, votre courage et votre valeur vous poussent à étudier les moyens de garantir la sécurité de la vie internationale sans recourir aux armes: voilà un but digne de vos efforts, voilà ce que les peuples attendent de vous. Voilà ce qu'il faut obtenir! Et pour cela, PVI. 39 il faut que grandisse la confiance unanime en cette Institution, que grandisse son autorité; et le but alors – on peut l'espérer – sera atteint. Vous y gagnerez la reconnaissance des peuples, soulagés des pesantes dépenses des armements, et délivrés du cauchemar de la guerre toujours imminente.

PVI.40 Nous savons – et comment ne pas Nous en réjouir? – que beaucoup d'entre vous ont considéré

avec faveur l'invitation que Nous avons lancée pour la cause de la paix, de Bombay, à tous les Etats, en décembre dernier: consacrer au bénéfice des Pays en voie de développement une partie au moins des économies qui peuvent être réalisées grâce à la réduction des armements. Nous renouvelons ici cette invitation, avec la confiance que Nous inspirent vos sentiments d'humanité et de générosité.

PVI.41 6. Parler d'humanité, de générosité, c'est faire écho à un autre principe constitutif des Nations-Unies, son sommet positif: ce n'est pas seulement pour conjurer les conflits entre les Etats que l'on œuvre ici; c'est pour rendre les Etats capables de travailler *les uns pour les autres*. Vous ne vous contentez pas de faciliter la coexistence entre les nations: vous faites un bien plus grand pas en avant, digne de Notre éloge et de Notre appui: vous organisez la collaboration fraternelle des Peuples. Ici s'instaure un système de solidarité, qui fait que de hautes finalités, dans l'ordre de la civilisation, reçoivent l'appui unanime et ordonné de toute la famille des Peuples, pour le bien de tous et de chacun. C'est ce qu'il y a de plus beau dans l'Organisation des Nations Unies, c'est son
PVI.42 visage humain le plus authentique; c'est l'idéal dont rêve l'humanité dans son pèlerinage à travers le temps; c'est le plus grand espoir du monde; Nous oserons dire: c'est le reflet du dessein de Dieu – dessein transcendant et plein d'amour – pour le progrès de la société humaine sur la terre, reflet où Nous voyons le message évangélique, de céleste, se faire terrestre. Ici, en effet, il Nous semble entendre l'écho de la voix de Nos Prédécesseurs, et de celle, en particulier, du Pape Jean XXIII, dont le Message de *Pacem in Terris* a trouvé parmi vous une résonance si honorable et si significative.

PVI.43 Ce que vous proclamez ici, ce sont les droits et les devoirs fondamentaux de l'homme, sa dignité, sa liberté, et avant tout la liberté religieuse. Nous sentons que vous êtes les interprètes de ce qu'il
PVI.44 y a de plus haut dans la sagesse humaine, Nous dirions presque: son caractère sacré. Car c'est, avant tout, de la vie de l'homme qu'il s'agit, et la vie de l'homme est sacrée: personne ne peut oser y attenter. C'est dans votre Assemblée que le respect de la vie, même en ce qui concerne le
PVI.45 grand problème de la natalité, doit trouver sa plus haute profession et sa plus raisonnable défense. Votre tâche est de faire en sorte que le pain soit suffisamment abondant à la table de l'humanité, et non pas de favoriser un contrôle artificiel des naissances, qui serait irrationnel, en vue de diminuer le nombre des convives au banquet de la vie.

PVI.46 Mais il ne suffit pas de nourrir les affamés: encore faut-il assurer à chaque homme une vie conforme à sa dignité. Et c'est ce que vous vous efforcez de faire. N'est-ce pas
PVI.47 l'accomplissement, sous Nos yeux, et grâce à vous, de l'annonce prophétique qui s'applique si bien à votre Institution: « Ils fondront leurs épées pour en faire des charrues et leurs lances pour en faire des faux » (*Is.* 2, 4)? N'employez-vous pas les prodigieuses énergies de la terre et les magnifiques inventions de la science non plus en instruments de mort, mais en instruments de vie pour la nouvelle ère de l'humanité?

PVI.48 Nous savons avec quelle intensité et quelle efficacité croissantes l'Organisation des Nations-Unies

et les organismes mondiaux qui en dépendent travaillent pour aider les Gouvernements qui en ont besoin à hâter leur progrès économique et social.

PVI.49 Nous savons avec quelle ardeur, vous vous employez à vaincre l'analphabétisme et à répandre la culture dans le monde; à donner aux hommes une assistance sanitaire appropriée et moderne; à mettre au service de l'homme les merveilleuses ressources de la science, de la technique, de l'organisation: tout cela est magnifique et mérite l'éloge et l'appui de tous, y compris le Nôtre.

PVI.50 Nous voudrions Nous aussi donner l'exemple, même si la petitesse de Nos moyens empêche d'en apprécier la portée pratique et quantitative: Nous voulons donner à Nos institutions caritatives un nouveau développement contre la faim du monde et en faveur de ses principaux besoins: c'est ainsi, et pas autrement, qu'on construit la paix.

PVI.51 7. Un mot encore, Messieurs, un dernier mot: cet édifice que vous construisez ne repose pas sur des bases purement matérielles et terrestres, car ce serait alors un édifice construit sur le sable; il repose avant tout sur nos consciences. Oui, le moment est venu de la « conversion », de la
PVI.52 transformation personnelle, du renouvellement intérieur. Nous devons nous habituer à penser d'une manière nouvelle l'homme; d'une manière nouvelle aussi la vie en commun des hommes, d'une manière nouvelle enfin les chemins de l'histoire et les destins du monde, selon la parole de saint Paul: « revêtir l'homme nouveau créé selon Dieu dans la justice et la sainteté de la vérité »
PVI.53 (*Eph.* 4, 23). Voici arrivée l'heure où s'impose une halte, un moment de recueillement, de réflexion, quasi de prière: repenser à notre commune origine, à notre histoire, à notre destin commun. Jamais comme aujourd'hui, dans une époque marquée par un tel progrès humain, n'a été aussi nécessaire l'appel à la conscience morale de l'homme. Car le péril ne vient, ni du
PVI. 54 progrès, ni de la science, qui, bien utilisés, pourront au contraire résoudre un grand nombre des graves problèmes qui assaillent l'humanité. Le vrai péril se tient dans l'homme, qui dispose d'instruments toujours plus puissants, aptes aussi bien à la ruine qu'aux plus hautes conquêtes.

PVI.55 En un mot, l'édifice de la civilisation moderne doit se construire sur des principes spirituels, les seuls capables non seulement de le soutenir, mais aussi de l'éclairer et de l'animer. Et ces
PVI.56 indispensables principes de sagesse supérieure ne peuvent reposer – c'est Notre conviction, vous le savez – que sur la foi en Dieu. Le Dieu inconnu dont parlait Saint Paul aux Athéniens sur l'aréopage? Inconnu de ceux, qui pourtant, sans s'en douter, le cherchaient et l'avaient près d'eux, comme il arrive à tant d'hommes de notre siècle? . . . Pour nous, en tout cas, et pour tous ceux qui accueillent l'ineffable révélation que le Christ nous a faite de lui, c'est le Dieu vivant, le Père de tous les hommes.

---

*AAS 57 (1965), p.877-885.

Insegnamenti di Paolo VI, vol. III, p.507-516.

L'Osservatore Romano, 6.10.1965 p.3, 4.

L'Osservatore Romano. Edition hebdomadaire en langue française n.41 p.1.

La Documentation catholique n. 1457 col.1730-1738.

© Copyright - Libreria Editrice Vaticana

APOSTOLIC JOURNEY TO THE UNITED STATES OF AMERICA

*ADDRESS OF HIS HOLINESS JOHN PAUL II TO THE 34th GENERAL ASSEMBLY OF THE UNITED NATIONS**

New York
Tuesday, 2 October 1979

Mr. President,

JPII79.1 1. I desire to express my gratitude to the General Assembly of the United Nations, which I am permitted today to participate in and to address. My thanks go in the first place to the Secretary-General of the United Nations Organization, Dr. Kurt Waldheim. Last autumn, soon after my election to the Chair of Saint Peter, he invited me to make this visit, and he renewed his invitation in the course of our meeting in Rome last May. From the first moment I felt greatly honoured and deeply obliged. And today, before this distinguished Assembly, I also thank you, Mr. President, who have so kindly welcomed me and invited me to speak.

JPII79.2 2. *The formal reason for my intervention today* is, without any question, the special bond of cooperation that links the Apostolic See with the United Nations Organization, as is shown by the presence of the Holy See's Permanent Observer to this Organization. The existence of this bond, JPII79.corte1 which is held in high esteem by the Holy See, rests on the sovereignty with which the Apostolic See has been endowed for many centuries. The territorial extent of that sovereignty is limited to the small State of Vatican City, but the sovereignty itself is warranted by the need of the papacy to exercise its mission in full freedom, and to be able to deal with any interlocutor, whether a government or an international organization, without dependence on other sovereignties. Of course the nature and aims of the spiritual mission of the Apostolic See and the Church make their participation in the tasks and activities of the United Nations Organization very different from that of the States, which are communities in the political and temporal sense.

JPII79.3 3. Besides attaching great importance to its collaboration with the United Nations Organization, *the Apostolic See has always, since the foundation of your Organization, expressed its esteem and its agreement* with the historic significance of this supreme forum for the international life of humanity today. It also never ceases to support your Organization's functions and initiatives, which are aimed at peaceful coexistence and collaboration between nations. There are many proofs of this.

JPII79.corte2 In the more than thirty years of the existence of the United Nations Organization, it has received much attention in papal messages and encyclicals, in documents of the Catholic episcopate, and likewise in the Second Vatican Council. Pope John XXIII and Pope Paul VI looked with confidence on your important institution as an eloquent and promising sign of our times. He who is now addressing you has, since the first months of his pontificate, several times expressed the same confidence and conviction as his predecessors.

JPII79.4 4. This confidence and conviction on the part of the Apostolic See is the result, as I have said, not of merely political reasons but of the religious and moral character of *the mission of the Roman Catholic Church.* As a universal community embracing faithful belonging to almost all countries and continents, nations, peoples, races, languages and cultures, the Church is deeply interested

JPII79.corte3 in the existence and activity of *the Organization* whose very name tells us that it *unites and associates* nations and States. It unites and associates: it does not divide and oppose. It seeks out the ways for understanding and peaceful collaboration, and endeavours with the means at its disposal and the methods in its power to exclude war, division and mutual destruction within the great family of humanity today.

JPII79.5 5. This is the real reason, *the essential reason*, for my presence among you, and I wish to thank this distinguished Assembly for giving consideration to this reason, which can make my presence among you in some way useful. It is certainly a highly significant fact that among the

JPII79.corte4 representatives of the States, whose raison d'être is the sovereignty of powers linked with territory and people, there is also today the representative of the Apostolic See and the Catholic Church. This Church is the Church of Jesus Christ, who declared before the tribunal of the Roman judge Pilate that he was a king, but with a kingdom not of this world (cf. *Jn* 18 :36-37). When he was then asked about the reason for the existence of his kingdom among men, he explained : "For this I was born, and for this I have come into the world, to witness to the truth" (*Jn* 18 :37). Here,

JPII79.6 *before the representatives of the States*, I wish not only to thank you but also to offer my special congratulations, since the invitation extended to the Pope to speak in your Assembly shows that *the United Nations Organization accepts and respects* the religious and moral dimension of those human problems that the Church attends to, in view of the message of truth and love that it is her duty to bring to the world. The questions that concern your functions and receive your

JPII79.7 attention—as is indicated by the vast organic complex of institutions and activities that are part of or collaborate with the United Nations, especially in the fields of culture, health, food, labour, and the peaceful uses of nuclear energy—certainly make it essential for us *to meet in the name of man in his wholeness*, in all the fullness and manifold riches of his spiritual and material existence, as I have stated in my encyclical *Redemptor Hominis*, the first of my pontificate.

JPII79.8 6. Now, availing myself of the solemn occasion of my meeting with the representatives of the nations of the earth, I wish above all to send my greetings to all the men and women living on this planet. To every man and every woman, without any exception whatever. Every human being living on earth is a member of a civil society, of a nation, many of them represented here. Each one of you, distinguished ladies and gentlemen, represents a particular State, system and political structure, but what you represent above all are *individual human beings*; you are all *representatives of men and women, of practically all the people of the world*, individual men and women, communities and peoples who are living the present phase of their own history and who are also part of the history of humanity as a whole, each of them a subject endowed with dignity as a human person, with his or her own culture, experiences and aspirations, tensions and sufferings, and legitimate expectations. This relationship is what provides the reason for *all political activity*, whether national or international, for in the final analysis this activity comes *from man*, is exercised *by man* and is *for man*. And if political activity is cut off from this fundamental relationship and finality, if it becomes in a way its own end, it loses much of its reason to exist. Even more, it can also give rise to a specific alienation ; it can become extraneous to man ; it can come to contradict humanity itself. In reality, what justifies the existence of any political activity is service to man, concerned and responsible attention to the essential problems and duties of his earthly existence in its social dimension and significance, on which also the good of each person depends.

JPII79.corte5

JPII79.corte6 7. I ask you, ladies and gentlemen, to excuse me for speaking of questions that are certainly self-evident for you. But it does not seem pointless to speak of them, since the most frequent pitfall for human activities is the possibility of losing sight, while performing them, of *the clearest truths, the most elementary principles.*

JPII79.9 I would like to express the wish that, in view of its universal character, the United Nations Organization will never cease to be the forum, *the high tribune from which all man's problems are appraised in truth and justice.* It was in the name of this inspiration, it was through this historic stimulus, that on 26 June 1945, towards the end of the terrible Second World War, the Charter of the United Nations was signed and on the following 24 October your Organization began its life. Soon after, on 10 December 1948, came its fundamental document, the *Universal Declaration of Human Rights*, the rights of the human being as a concrete individual and of the human being in his universal value. This document is a milestone on the long and difficult path of the human race.

JPII79.10 The progress of humanity must be measured not only by *the progress of science and technology*, which shows man's uniqueness with regard to nature, but also and chiefly by *the primacy given to spiritual values* and by *the progress of moral life*. In this field is manifested the full dominion of reason, through truth, in the behaviour of the individual and of society, and also the control of reason over nature ; and thus human conscience quietly triumphs, as was expressed in the ancient saying: *Genus humanum arte et ratione vivit.*

JPII79.corte7

JPII79.corte8 It was when technology was being directed in its one-sided progress towards goals of war, hegemony and conquest, so that man might kill man and nation destroy nation by depriving it of its

liberty and the right to exist—and I still have before my mind the image of the Second World War in Europe, which began forty years ago on 1 September 1939 with the invasion of Poland and ended on 9 May 1945—it was precisely then that the United Nations Organization arose. And three years later the document appeared which, as I have said, must be considered a real milestone on the path of the moral progress of humanity—the *Universal Declaration of Human Rights.* The governments and States of the world have understood that, it they are not to attack and destroy each other, *they must unite.* The real way, the fundamental *way to this is through each human being*, through the definition and recognition of and respect for the inalienable rights of individuals and of the communities of peoples.

JPII79.11 8. Today, forty years after the outbreak of the Second World War, I wish to recall the whole of the experiences by individuals and nations that were sustained by a generation that is largely still alive. I had occasion not long ago to reflect again on some of those experiences, in one of the places that are most distressing and overflowing with contempt for man and his fundamental rights—the extermination camp of Oświęcim (Auschwitz), which I visited during my pilgrimage to Poland last June. This infamous place is unfortunately only one of the many scattered over the continent of Europe. But the memory of even one should be *a warning sign* on the path of humanity today, in order that *every kind of concentration camp* anywhere on earth may once and for all *be done away with.* And everything that recalls those horrible experiences should also disappear for ever from the lives of nations and States, everything that is a continuation of those experiences under different forms, namely the various kinds of torture and oppression, either physical or moral, carried out under any system, in any land; this phenomenon is all the more distressing if it occurs under the pretext of internal "security" or the need to preserve an apparent peace.

JPII79.12

JPII79.13 9. You will forgive me, ladies and gentlemen, for evoking this memory. But I would be untrue to the history of this century, I would be dishonest with regard to the great cause of man, which we all wish to serve, if I should keep silent, I who come from the country on whose living body Oświęcim was at one time constructed. But my purpose in evoking this memory is above all to show what

JPII79.14 painful experiences and sufferings by millions of people gave rise to the Universal Declaration of Human Rights, which has been placed as the basic inspiration and *cornerstone* of the United Nations Organization. This Declaration was paid for by millions of our brothers and sisters at the cost of their suffering and sacrifice, brought about by the brutalization that darkened and made insensitive the human consciences of their oppressors and of those who carried out a real genocide. This price cannot have been paid in vain! The Universal Declaration of Human

JPII79.corte9 Rights—with its train of many declarations and conventions on highly important aspects of human rights, in favour of children, of women, of equality between races, and especially the two international covenants on economic, social and cultural rights and on civil and political rights—must remain the basic value in the United Nations Organization with which the consciences of its members must be confronted and from which they must draw continual

JPII79.15 inspiration. If the truths and principles contained in this document were to be forgotten or ignored

and were thus to lose the genuine self-evidence that distinguished them at the time they were brought painfully to birth, then the noble purpose of the United Nations Organization could be faced with the threat of a new destruction. This is what would happen if the simple yet powerful eloquence of the Universal Declaration of Human Rights were decisively subjugated by what is wrongly called political interest, but often really means no more than one-sided gain and advantage to the detriment of others, or a thirst for power regardless of the needs of others—everything which by its nature is opposed to the spirit of the Declaration. "Political interest" understood in this sense, if you will pardon me, ladies and gentlemen, dishonours the noble and difficult mission of your service for the good of your countries and of all humanity.

JPII79. 16 10. Fourteen years ago my great predecessor *Pope Paul VI* spoke from this podium. He spoke memorable words, which I desire to repeat today: "No more war, war never again ! Never one against the other", or even "one above the other", but always, on every occasion, "with each other".

JPII79. 17 Paul VI was a tireless servant of the cause of peace. I wish to follow him with all my strength and continue his service. The Catholic Church in every place on earth proclaims a message of peace, prays for peace, educates for peace. This purpose is also shared by the representatives and followers of other Churches and Communities and of other religions of the world, and they have pledged themselves to it. In union with efforts by all people of good will, this work is certainly bearing fruit. Nevertheless we are continually troubled by the armed conflicts that break out from

JPII79. 18 time to time. How grateful we are to the Lord when a direct intervention succeeds in avoiding such a conflict, as in the case of the tension that last year threatened Argentina and Chile.

JPII79. 19 It is my fervent hope that a solution also to the Middle East crises may draw nearer. While being prepared to recognize the value of any concrete step or attempt made to settle the conflict, I want to recall that it would have no value if it did not truly represent the "first stone" of a general overall peace in the area, a peace that, being necessarily based on equitable recognition of the rights of all, cannot fail to include the consideration and just settlement of the Palestinian question.

JPII79. 20 Connected with this question is that of the tranquillity, independence and territorial integrity of Lebanon within the formula that has made it an example of peaceful and mutually fruitful coexistence between distinct communities, a formula that I hope will, in the common interest, be maintained, with the adjustments required by the developments of the situation. I also hope for a

JPII79. 21 special statute that, under international guarantees—as my predecessor Paul VI indicated—would respect the particular nature of Jerusalem, a heritage sacred to the veneration of millions of believers of the three great monotheistic religions, Judaism, Christianity and Islam.

JPII79. 22 We are troubled also by reports of the development of weaponry exceeding in quality and size the means of war and destruction ever known before. In this field also we applaud the decisions and

JPII79. 23 agreements aimed at reducing the arms race. Nevertheless, the life of humanity today is seriously endangered by the threat of destruction and by the risk arising even from accepting certain

"tranquillizing" reports. And the resistance to actual concrete proposals of real disarmament, such
JPII79. corte10 as those called for by this Assembly in a special session last year, shows that together with the will for peace that all profess and that most desire there is also in existence—perhaps in latent or conditional form but nonetheless real—the contrary and the negation of this will. The continual
JPII79. 24 *preparations for war* demonstrated by the production of ever more numerous, powerful and sophisticated weapons in various countries show that there is a desire to be ready for war, and *being ready* means *being able to start it*; it also means taking the risk that sometime, somewhere, somehow, someone can set in motion the terrible mechanism of general destruction.

JPII79. 25 11 It is therefore necessary to make a continuing and even more energetic effort to do away with the very possibility of provoking war and to make such catastrophes impossible by influencing the attitudes and convictions, the very intentions and aspirations of governments and peoples. This
JPII79. corte11 duty, kept constantly in mind by the United Nations Organization and each of its institutions, must also be a duty for every society, every regime, every government. This task is certainly served by
JPII79. 26 initiatives aimed at international cooperation for the fostering of development. As Paul VI said at the end of his encyclical *Populorum Progressio*, "If the new name for peace is development, who would not wish to labour for it with all his powers?" However, this task must also be served by
JPII79. 27 constant reflection and activity aimed at discovering the very roots of hatred, destructiveness and contempt—the roots of everything that produces the temptation to war, not so much in the hearts of the nations as in the inner determination of the systems that decide the history of whole societies. In this titanic labour of building up the peaceful future of our planet the United Nations
JPII79. corte12 Organization has undoubtedly a key function and guiding role, for which it must refer to the just ideals contained in the Universal Declaration of Human Rights. For this Declaration has struck a
JPII79. 28 real blow against the many deep roots of war, since the spirit of war, in its basic primordial meaning, *springs up and grows to maturity where the inalienable rights of man are violated*

JPII79. 29 This is a new and deeply relevant vision of the cause of peace, one that goes deeper and is more radical. It is a vision that sees the genesis, and in a sense the substance, of war in the more complex forms emanating from injustice viewed in all its various aspects : this injustice first attacks human rights and thereby destroys the organic unity of the social order and it then affects the whole system of international relations. Within the Church's doctrine, the encyclical *Pacem in*
JPII79. corte13 *Terris* by John XXIII provides in synthetic form a view of this matter that is very close to the ideological foundation of the United Nations Organization. This must therefore form the basis to which one must loyally and perseveringly adhere in order to establish true "peace on earth".

JPII79. 30 12. By applying this criterion we must diligently examine *which principal tensions* in connection with the inalienable rights of man can weaken the construction of this peace which we all desire so ardently and which is the essential goal of the efforts of the United Nations Organization. It is not
JPII79. corte14 easy, but it must be done. Anyone who undertakes it must take up a totally objective position and be guided by sincerity, readiness to acknowledge one's prejudices and mistakes and readiness even to renounce one's own particular interests, including political interests. Peace is something

greater and more important than any of these interests. It is by sacrificing these interests for the sake of peace that we serve them best. After all, in whose "political interest" can it ever be to have another war?

JPII79. corte15 Every analysis must necessarily start from the premise that—although each person lives in a particular concrete social and historical context—every human being is endowed with a dignity that must never be lessened, impaired or destroyed but must instead be respected and safeguarded, if peace is really to be built up.

JPII79. corte16 13. In a movement that one hopes will be progressive and continuous, the Universal Declaration of Human Rights and the other international and national juridical instruments are endeavouring to create general awareness of the dignity of the human being, and to define at least some of the inalienable rights of man. Permit me to enumerate some of the most important human rights that are universally recognized : the right to life, liberty and security of person; the right to food, clothing, housing, sufficient health care, rest and leisure; the right to freedom of expression education and culture the right to freedom of thought, conscience and religion and the right to manifest one's religion either individually or in community, in public or in private; the right to choose a state of life, to found a family and to enjoy all conditions necessary for family life; the right to property and work to adequate working conditions and a just wage; the right of assembly and association; the right to freedom of movement to internal and external migration; the right to nationality and residence; the right to political participation and the right to participate in the free choice of the political system of the people to which one belongs. All these human rights taken together are in keeping with the substance of the dignity of the human being, understood in his entirety, not as reduced to one dimension only. These rights concern the satisfaction of man's essential needs, the exercise of his freedoms, and his relationship with others; but always and everywhere they concern man, they concern man's full human dimension.

JPII79. 31 14. Man lives at the same time both in the world of material values and in that of spiritual values. For the individual living and hoping man, his needs, freedoms and relationships with others never concern one sphere of values alone, but belong to both. Material and spiritual realities may be viewed separately in order to understand better that in the concrete human being they are inseparable, and to see that any threat to human rights, whether in the field of material realities or in that of spiritual realities, is equally dangerous for peace, since in every instance it concerns man in his entirety. Permit me, distinguished ladies and gentlemen, to recall a constant rule of the

JPII79. 32 history of humanity, a rule that is implicitly contained in all that I have already stated with regard to integral development and human rights. The rule is based on the relationship between spiritual values and material or economic values. In this relationship, it is the spiritual values that are pre-eminent, both on account of the nature of these values and also for reasons concerning the good

JPII79. corte17 of man. The pre-eminence of the values of the spirit defines the proper sense of earthly material goods and the way to use them. This pre-eminence is therefore at the basis of a just peace. It is also a contributing factor to ensuring that material development, technical development and the

development of civilization are at the service of what constitutes man. This means enabling man to have full access to truth, to moral development, and to the complete possibility of enjoying the goods of culture which he has inherited, and of increasing them by his own creativity. It is easy to see that material goods do not have unlimited capacity for satisfying the needs of man : they are not in themselves easily distributed and, in the relationship between those who possess and enjoy them and those who are without them, they give rise to tension, dissension and division that will often even turn into open conflict. Spiritual goods, on the other hand, are open to unlimited enjoyment by many at the same time, without diminution of the goods themselves. Indeed, the more people share in such goods, the more they are enjoyed and drawn upon, the more then do those goods show their indestructible and immortal worth. This truth is confirmed, for example, by the works of creativity—I mean by the works of thought, poetry, music, and the figurative arts, fruits of man's spirit.

JPII79.33

JPII79.corte18

15. A critical analysis of our modern civilization shows that in the last hundred years it has contributed as never before to the development of material goods, but that it has also given rise, both in theory and still more in practice, to a series of attitudes in which *sensitivity to the spiritual dimension of human existence is diminished* to a greater or less extent, as a result of certain premises which reduce the meaning of human life chiefly to the many different material and economic factors—I mean to the demands of production, the market, consumption, the accumulation of riches or of the growing bureaucracy with which an attempt is made to regulate these very processes. Is this not the result of having subordinated man to one single conception and sphere of values?

JPII79.34

JPII79.35

16. What is the link between these reflections and the cause of peace and war? Since, as I have already stated, material goods by their very nature provoke conditionings and divisions, the struggle to obtain these goods becomes *inevitable in the history of humanity.* If we cultivate this onesided subordination of man to material goods alone, we shall be incapable of *overcoming this state of need.* We shall be able to attenuate it and avoid it in particular cases, but we shall not succeed in eliminating it systematically and radically, unless we emphasize more and pay greater honour, before everyone's eyes, in the sight of every society, to *the second dimension of the goods of man*: the dimension that does not divide people but puts them into communication with each other, associates them and unites them.

JPII79.36

JPII79.37

I consider that the famous opening words of the Charter of the United Nations, in which "the peoples of the United Nations, determined to save succeeding generations from the scourge of war", solemnly reaffirmed "faith in fundamental human rights, in the dignity and worth of the human person, in the equal rights of men and women and of nations large and small", are meant to stress this dimension.

JPII79.corte19

Indeed, the fight against incipient wars cannot be carried out on a merely superficial level, by treating the symptoms. It must be done in a radical way, by attacking the causes. The reason I

have called attention to the dimension constituted by spiritual realities is my concern for the cause of peace, peace which is built up by men and women uniting around what is most fully and profoundly human, around what raises them above the world about them and determines their indestructible grandeur—indestructible in spite of the death to which everyone on earth is subject. I would like to add that *the Catholic Church* and, I think I can say, the whole of Christianity sees in this very domain *its own particular task.* The Second Vatican Council helped to establish what the Christian faith has in common with the various non-Christian religions in this aspiration. The Church is therefore grateful to all who show respect and good will with regard to this mission of hers and do not impede it or make it difficult. An analysis of the history of mankind, especially at its present stage, shows how important is the duty of revealing more fully the range of the goods that are linked with the spiritual dimension of human existence. It shows how important this task is for building peace and how serious is any threat to human rights. Any violation of them, even in a "peace situation", is a form of warfare against humanity.

JPII79.38

It seems that in the modern world there are two main threats. Both concern human rights in the field of international relations and human rights within the individual States or societies.

JPII79.39

17. The first of these systematic threats against human rights is linked in an overall sense with the distribution of material goods. This distribution is frequently unjust both within individual societies and on the planet as a whole. Everyone knows that these goods are given to man not only as nature's bounty : they are enjoyed by him chiefly as the fruit of his many activities, ranging from the simplest manual and physical labour to the most complicated forms of industrial production, and to the highly qualified and specialized research and study. Various forms of *inequality in the possession of material goods*, and in the enjoyment of them, can often be explained by different historical and cultural causes and circumstances. But, while these circumstances can diminish the moral responsibility of people today, they do not prevent the situations of inequality from being marked by injustice and social injury.

JPII79.40

JPII79.41

People must become aware that economic tensions within countries and in the relationship between States and even between entire continents contain within themselves substantial elements that restrict or violate human rights. Such elements are the exploitation of labour and many other abuses that affect the dignity of the human person. It follows that the fundamental criterion for comparing social, economic and political systems is not, *and cannot be*, the criterion of hegemony and imperialism; it can be, and indeed it must be, *the humanistic criterion*, namely the measure in which each system is really capable of reducing, restraining and eliminating as far as possible the various forms of exploitation of man and of ensuring for him, through work, not only the just distribution of the indispensable material goods, but also a participation, in keeping with his dignity, in the whole process of production and in the social life that grows up around that process. Let us not forget that, although man depends on the resources of the material world for his life, he cannot be their slave, but he must be their master. The words of the book of Genesis, "Fill the earth and subdue it" (*Gen* 1 :28), are in a sense a primary and essential directive in the

JPII79.42

JPII79.43

JPII79.corte20

field of economy and of labour policy.

JPII79. corte21 18. Humanity as a whole, and the individual nations, have certainly made remarkable progress in this field during the last hundred years. But it is a field in which there is never any lack of systematic threats and violations of human rights. Disturbing factors are frequently present in the JPII79. 44 form of the *frightful disparities* between excessively rich individuals and groups on the one hand, and on the other hand *the majority* made up of the poor or indeed of *the destitute*, who lack food and opportunities for work and education and are in great numbers condemned to hunger and disease. And concern is also caused at times by the radical separation of work from property, by JPII79. 45 man's indifference to the production enterprise to which he is linked only by a work obligation, without feeling that he is working for a good that will be his or for himself.

JPII79. 46 It is no secret that the abyss separating the minority of the excessively rich from the multitude of the destitute is a very grave symptom in the life of any society. This must also be said with even greater insistence with regard to the abyss separating countries and regions of the earth. Surely JPII79. 47 the only way to overcome this serious disparity between areas of satiety and areas of hunger and depression is through coordinated cooperation by all countries. This requires above all else a unity inspired by an authentic perspective of peace. Everything will depend on whether these JPII79. 48 differences and contrasts in the sphere of the "possession" of goods will be systematically reduced through truly effective means, on whether the belts of hunger, malnutrition, destitution, underdevelopment, disease and illiteracy will disappear from the economic map of the earth, and on whether peaceful cooperation will avoid imposing conditions of exploitation and economic or political dependence, which would only be a form of neocolonialism.

JPII79. 49 19. I would now like to draw attention to *a second systematic threat* to man in his inalienable rights in the modern world, a threat which constitutes no less a danger than the first to the cause of peace. I refer to the various forms of injustice in the field of the spirit.

JPII79. 50 Man can indeed be wounded in his inner relationship with truth, in his conscience, in his most personal belief, in his view of the world, in his religious faith, and in the sphere of what are known as civil liberties. Decisive for these last is equality of rights without discrimination on grounds of origin, race, sex, nationality, religion, political convictions and the like. Equality of rights means the JPII79. corte22 exclusion of the various forms of privilege for some and discrimination against others, whether they are people born in the same country or people from different backgrounds of history, nationality, race and ideology. For centuries the thrust of civilization has been in one direction: that JPII79. 51 of giving the life of individual political societies a form in which there can be *fully safeguarded the objective rights of the spirit, of human conscience and of human creativity, including man's relationship with God.* Yet in spite of this we still see in this field recurring threats and violations, often with no possibility of appealing to a higher authority or of obtaining an effective remedy.

JPII79. 52 Besides the acceptance of legal formulas safeguarding the principle of the freedom of the human

spirit, such as freedom of thought and expression, religious freedom, and freedom of conscience, structures of social life often exist in which the practical exercise of these freedoms condemns man, in fact if not formally, to become a second-class or third-class citizen, to see compromised
JPII79. corte23 his chances of social advancement, his professional career or his access to certain posts of responsibility, and to lose even the possibility of educating his children freely. It is a question of the
JPII79. 53 highest importance that in internal social life, as well as in international life, *all human beings* in every nation and country s*hould be able to enjoy effectively their full rights under any political regime or system.*

JPII79. 54 Only the safeguarding of this real completeness of rights for every human being without discrimination can ensure peace at its very roots.

JPII79. 55 20. With regard to religious freedom, which I, as Pope, am bound to have particularly at heart, precisely with a view to safeguarding peace, I would like to repeat here, as a contribution to respect for man's spiritual dimension, some principles contained in the Second Vatican Council's Declaration *Dignitatis Humanae*: "In accordance with their dignity, all human beings, because they are persons, that is, beings endowed with reason and free will and therefore bearing personal responsibility, are both impelled by their nature and bound by a moral obligation to seek the truth, especially religious truth. They are also bound to adhere to the truth once they come to know it and to direct their whole lives in accordance with its demands" (*Dignitatis Humanae*, 2).

"The practice of religion of its very nature consists primarily of those voluntary and free internal acts by which a human being directly sets his course towards God. No merely human power can either command or prohibit acts of this kind. But man's social nature itself requires that he give external expression to his internal acts of religion, that he communicate with others in religious matters and that he profess his religion in community" (*Dignitatis Humanae*, 3).

JPII79. 56 These words touch the very substance of the question. They also show how even the confrontation between *the religious view of the world and the agnostic or even atheistic view*, which is one of the "signs of the times" of the present age, could preserve honest and respectful human dimensions without violating the essential rights of conscience of any man or woman living on earth.

JPII79. 57 Respect for the dignity of the human person would seem to demand that, when the exact tenor of the exercise of religious freedom is being discussed or determined with a view to national laws or international conventions, the institutions that are by their nature at the service of religion should also be brought in. If this participation is omitted, there is a danger of imposing, in so intimate a field of man's life, rules or restrictions that are opposed to his true religious needs.

JPII79. 58 21. The United Nations Organization has proclaimed *1979 the Year of the Child*. In the presence
JPII79. corte24 of the representatives of so many nations of the world gathered here, I wish to express the joy that

we all find in children, the springtime of life, the anticipation of the future history of each of our present earthly homelands. No country on earth, no political system can think of its own future otherwise than through the image of these new generations that will receive from their parents the manifold heritage of values, duties and aspirations of the nation to which they belong and of the whole human family. Concern for the child, even before birth, from the first moment of conception and then throughout the years of infancy and youth, is the primary and fundamental test of the relationship of one human being to another.

And so, what better wish can I express for every nation and the whole of mankind, and for all the children of the world than *a better future* in which respect for human rights will become a complete reality throughout the third millennium, which is drawing near.

JPII79.59 22. But in this perspective we must ask ourselves whether there will continue to accumulate over the heads of this new generation of children the threat of common extermination for which the means are in the hands of the modern States, especially the major world powers. *Are the children to receive the arms race from us* as a necessary inheritance? How are we to explain this unbridled race?

JPII79.60 The ancients said: *Si vis pacem, para bellum.* But can our age still really believe that the breathtaking spiral of armaments is at the service of world peace? In alleging the threat of a potential enemy, is it really not rather the intention to keep for oneself a means of threat, in order to get the upper hand with the aid of one's own arsenal of destruction? Here too it is the human
JPII79.61 dimension of peace that tends to vanish *in favour of ever new possible forms of imperialism.*

JPII79.62 It must be our solemn wish here for our children, for the children of all the nations on earth, that this point will never be reached. And for that reason I do not cease to pray to God each day so that in his mercy he may save us from so terrible a day.

JPII79.63 23. At the close of this address, I wish to express once more before all the high representatives of the States who are present a word of esteem and deep love for all the peoples, all the nations of the earth, for all human communities. Each one has its own history and culture. I hope that they will live and grow in the freedom and truth of their own history. For that is the measure of the common good of each one of them. I hope that each person will *live and grow strong with the*
JPII79.64 *moral force of the community* that forms its members as citizens. I hope that the State authorities, while respecting the just rights of each citizen, will enjoy the confidence of all for the common good. I hope that all the nations, even the smallest, even those that do not yet enjoy full
JPII79.65 sovereignty, and those that have been forcibly robbed of it, will meet in full equality with the others in the United Nations Organization. I hope that the United Nations will ever remain the supreme
JPII79.66 forum of peace and justice, the authentic seat of freedom of peoples and individuals in their longing for a better future.

*AAS 71 (1979), p.1144-1160.

L'Osservatore Romano 4.10.1979 p.1, 2, 3.

L'Osservatore Romano. Weekly Edition in English n. 42 p. 1, 8-12.

Paths to Peace p. 16-24.

© Copyright 1979 - Libreria Editrice Vaticana

© Copyright - Libreria Editrice Vaticana

The Holy See

APOSTOLIC JOURNEY
OF HIS HOLINESS JOHN PAUL II
TO THE UNITED STATES OF AMERICA**THE FIFTIETH GENERAL ASSEMBLY OF THE UNITED NATIONS ORGANIZATION*****ADDRESS OF HIS HOLINESS JOHN PAUL II****

United Nations Headquarters (New York)

Thursday, 5 October 1995

Mr. President,

JPII95.1 *Ladies and Gentlemen,*1. It is an honour for me to have the opportunity to address this international Assembly and to join the men and women of every country, race, language and culture in celebrating the fiftieth anniversary of the founding of the United Nations Organization. In coming before this distinguished Assembly, I am vividly aware that through you I am JPII95.corte1 in some way addressing *the whole family of peoples living on the face of the earth*. My words are meant as a sign of the interest and esteem of the Apostolic See and of the Catholic Church for this Institution. They echo the voices of all those who see in the United Nations the hope of a better future for human society.I wish to express my heartfelt gratitude in the JPII95.2 first place to the Secretary General, Dr. Boutros Boutros-Ghali, for having warmly encouraged this visit. And I thank you, Mr. President, for your cordial welcome. I greet all of you, the members of this General Assembly: I am grateful for your presence and for your kind attention.I come before you today with the desire to be able to contribute to that thoughtful JPII95.corte2 meditation on the history and role of this Organization which should accompany and give substance to the anniversary celebrations. The Holy See, in virtue of its specifically spiritual mission, which makes it concerned for the integral good of every human being, has supported the ideals and goals of the United Nations Organization from the very beginning. Although their respective purposes and operative approaches are obviously different, the Church and the United Nations constantly find wide areas of cooperation on the basis of their common concern for the human family. It is this awareness which inspires my thoughts today; they will not dwell on any particular social, political, or economic question; rather, I would like to reflect with you on what the extraordinary changes of the last few years imply, not simply for the present, but for the future of the whole human family.***A Common Human Patrimony***2. Ladies and Gentlemen! On the threshold of a JPII95.3 new millennium we are witnessing an extraordinary global acceleration of that quest for freedom which is one of the great dynamics of human history. This phenomenon is not limited to any one part of the world; nor is it the expression of any single culture. Men and women throughout the world, even when threatened by violence, *have taken the risk of freedom*, asking to be given a place in social, political, and economic life which is commensurate with their dignity as free human beings. This universal longing for freedom is truly one of the distinguishing marks of our time.During my previous Visit to JPII95.4 the United Nations on 2 October 1979, I noted that the quest for freedom in our time has its basis in those *universal rights* which human beings enjoy by the very fact of their humanity. It was precisely outrages against human dignity which led

the United Nations Organization to formulate, barely three years after its establishment, that Universal Declaration of Human Rights which remains one of the highest expressions of the human conscience of our time. In Asia and Africa, in the Americas, in Oceania and Europe, men and women of conviction and courage have appealed to this Declaration in support of their claims for a fuller share in the life of society.3. It is important for us to grasp what might be called the

JPII95.5 *inner structure* of this worldwide movement. It is precisely its global character which offers us its first and fundamental "key" and confirms that there are indeed universal human rights, rooted in the nature of the person, rights which reflect the objective and inviolable demands of a *universal moral law*. These are not abstract points; rather, these rights tell us something important about the actual life of every individual and of every social group. *They also remind us that we do not live in an irrational or meaningless world*. On the contrary, there is a *moral logic* which is built into human life and which makes possible dialogue between individuals and peoples. If we want a *century of violent coercion* to be

JPII95.6 succeeded by a *century of persuasion*, we must find a way to discuss the human future intelligibly. The universal moral law written on the human heart is precisely that kind of "grammar" which is needed if the world is to engage this discussion of its future.In this sense, it is a matter for serious concern that some people today deny the universality of human rights, just as they deny that there is a human nature shared by everyone. To be sure, there is no single model for organizing the politics and economics of human freedom; different cultures and different historical experiences give rise to different institutional forms of public life in a free and responsible society. But it is one thing to affirm a legitimate pluralism of "forms of freedom", and another to deny any universality or intelligibility to the nature of man or to the human

JPII95.7 experience. The latter makes the international politics of persuasion extremely difficult, if not impossible.***Taking the Risk of Freedom***4. The moral dynamics of this universal quest for freedom clearly appeared in Central and Eastern Europe

JPII95.8 during the non-violent revolutions of 1989. Unfolding in specific times and places, those historical events nonetheless taught a lesson which goes far beyond a specific geographical location. For the non-violent revolutions of 1989 demonstrated that *the quest for freedom cannot be suppressed. It arises from a recognition of the inestimable dignity and value of the human person*, and it cannot fail to be accompanied by a commitment on behalf of the human person.

JPII95.9 Modern totalitarianism has been, first and foremost, an assault on the dignity of the person, an assault which has gone even to the point of denying the inalienable value of the individual's life. The revolutions of 1989 were made possible by the commitment of brave men and women inspired by a different, and ultimately more profound and powerful, vision: the vision of man as a creature of intelligence and free will, immersed in a mystery which transcends his own being and endowed with the ability to reflect and the ability to choose — and thus capable of wisdom and virtue. A decisive factor in

JPII95.10 the success of those non-violent revolutions was the experience of *social solidarity*: in the face of regimes backed by the power of propaganda and terror, that solidarity was the moral core of the "power of the powerless", a beacon of hope and an enduring reminder that it is possible for man's historical journey to follow a path which is true to the finest aspirations of the human spirit.Viewing those events from this privileged international forum, one cannot fail to grasp the connection

JPII95.11 between the values which inspired those people's liberation movements and many of the moral commitments inscribed in the United Nations Charter: I am thinking for example of the commitment to "reaffirm faith in fundamental human rights (and) in the dignity and worth of the human person"; and also the commitment "to promote social progress and better standards of life in larger freedom" (Preamble). The fifty-one States which founded this Organization in 1945 truly lit a

JPII95.12 lamp whose light can scatter the darkness caused by tyranny — a light which can show the way to freedom, peace, and solidarity.***The Rights of Nations***5. The quest for freedom in the second half of the twentieth century has engaged not only

JPII95.13 individuals but nations as well. Fifty years after the end of the Second World War, it is important to remember that *that war was fought because of violations of the rights of nations*. Many of those nations suffered grievously for no other reason than that they were deemed "other". Terrible crimes were committed in the name of lethal doctrines which taught

the "inferiority" of some nations and cultures. In a certain sense, the United Nations Organization was born from a conviction that such doctrines were antithetical to peace; and the *Charter's* commitment to "save future generations from the scourge of war" (Preamble) surely implied a moral commitment to defend every nation and culture from unjust and violent aggression.Unfortunately, even after the end of the Second World War, the rights of nations continued to be violated. To take but one set of examples, the Baltic States and extensive territories in Ukraine and Belarus were absorbed into the Soviet Union, as had already happened to Armenia, Azerbaijan, and Georgia in the Caucasus. At the same time the so-called "People's Democracies" of Central and Eastern Europe effectively lost their sovereignty and were required to submit to the will dominating the entire bloc. The result of this artificial division of Europe was the "cold war", a situation of international tension in which the threat of a nuclear holocaust hung over humanity. It was only when freedom was restored to the nations of Central and Eastern Europe that the promise of the peace which should have come with the end of the war began to be realized for many of the victims of that conflict!6. The Universal Declaration of Human Rights, adopted in 1948, spoke eloquently of the rights of persons; but *no similar international agreement has yet adequately addressed the rights of nations*.This situation must be carefully pondered, for it raises urgent questions about justice and freedom in the world today.In reality the problem of the full recognition of the rights of peoples and nations has presented itself repeatedly to the conscience of humanity, and has also given rise to considerable ethical and juridical reflection. I am reminded of the debate which took place at the Council of Constance in the fifteenth century, when the representatives of the Academy of Krakow, headed by Pawel Wlodkowic, courageously defended the right of certain European peoples to existence and independence. Still better known is the discussion which went on in that same period at the University of Salamanca with regard to the peoples of the New World. And in our own century, how can I fail to mention the prophetic words of my predecessor, Pope Benedict XV, who in the midst of the First World War reminded everyone that "*nations do not die*", and invited them "to ponder with serene conscience the rights and the just aspirations of peoples" (Benedict XV, *To the Peoples at War and their Leaders*, 28 July 1915)?7. Today the problem of nationalities forms part of a new world horizon marked by a great "mobility" which has blurred the ethnic and cultural frontiers of the different peoples, as a result of a variety of processes such as migrations, mass-media and the globalization of the economy. And yet, precisely against this horizon of universality we see the powerful re-emergence of a certain ethnic and cultural consciousness, as it were an explosive need for identity and survival, a sort of counterweight to the tendency toward uniformity. This is a phenomenon which must not be underestimated or regarded as a simple left-over of the past. It demands serious interpretation, and a closer examination on the levels of anthropology, ethics and law.This tension between the particular and the universal can be considered immanent in human beings. By virtue of sharing in the same human nature, people automatically feel that they are members of one great family, as is in fact the case. But as a result of the concrete historical conditioning of this same nature, they are necessarily bound in a *more intense* way to particular human groups, beginning with the family and going on to the various groups to which they belong and up to the whole of their ethnic and cultural group, which is called, not by accident, a "nation", from the Latin word "nasci": "to be born". This term, enriched with another one, "patria" (fatherland/motherland), evokes the reality of the family. The human condition thus finds itself between these two poles — universality and particularity — with a vital tension between them; an inevitable tension, but singularly fruitful if they are lived in a calm and balanced way.8. Upon this anthropological foundation there also rest the "rights of nations", which are nothing but "human rights" fostered at the specific level of community life. A study of these rights is certainly not easy, if we consider the difficulty of defining the very concept of "nation", which cannot be identified a priori and necessarily with the State. Such a study must nonetheless be made, if we wish to avoid the errors of the past and ensure a just world order.A presupposition of a nation's rights is certainly its right to exist: therefore no one — neither a State nor another nation, nor an international organization — is ever justified in

JPII95.14 JPII95.15 JPII95.16 JPII95.17 JPII95.18 JPII95.19 JPII95.20 JPII95.21 JPII95.22 JPII95.23 JPII95.24 JPII95.25 JPII95.26 JPII95.27 JPII95.28 JPII95.29

asserting that *an individual nation is not worthy of existence.* This fundamental right to existence does not necessarily call for sovereignty as a state, since various forms of juridical aggregation between different nations are possible, as for example occurs in Federal States, in Confederations or in States characterized by broad regional autonomies. There can be historical circumstances in which aggregations different from single state sovereignty can even prove advisable, but only on condition that this takes place in a climate of true freedom, guaranteed by the exercise of the self-determination of the peoples concerned. Its right to exist naturally implies that every nation also enjoys the right to its own language and culture, through which a people expresses and promotes that which I would call its fundamental spiritual "sovereignty". History shows that in extreme circumstances (such as those which occurred in the land where I was born) it is precisely its culture that enables a nation to survive the loss of political and economic independence. Every nation therefore has also the right to shape its life according to its own traditions, excluding, of course, every abuse of basic human rights and in particular the oppression of minorities. Every nation has the right to build its future by providing an appropriate education for the younger generation.But while the "rights of the nation" express the vital requirements of "particularity", it is no less important to emphasize the requirements of universality, expressed through a clear awareness of the *duties* which nations have vis-à-vis other nations and humanity as a whole. Foremost among these duties is certainly that of living in *a spirit of peace, respect and solidarity* with other nations. Thus the exercise of the rights of nations, balanced by the acknowledgement and the practice of duties, promotes a fruitful "exchange of gifts", which strengthens the unity of all mankind.

JPII95.30

JPII95.31

Respect for Differences9. During my pastoral pilgrimages to the communities of the Catholic Church over the past seventeen years, I have been able to enter into dialogue with the rich diversity of nations and cultures in every part of the world. Unhappily, the world has yet to learn how to live with diversity, as recent events in the Balkans and Central Africa have painfully reminded us. The fact of "difference", and the reality of "the other", can sometimes be felt as a burden, or even as a threat. Amplified by historic grievances and exacerbated by the manipulations of the unscrupulous, the fear of "difference" can lead to a denial of the very humanity of "the other": with the result that people fall into a cycle of violence in which no one is spared, not even the children. We are all very familiar today with such situations; at this moment my heart and my prayers turn in a special way to the sufferings of the sorely tried peoples of Bosnia-Hercegovina.From bitter experience, then, we know that the fear of "difference", especially when it expresses itself in a narrow and exclusive nationalism which denies any rights to "the other", can lead to a true nightmare of violence and terror. And yet if we make the effort to look at matters objectively, we can see that, transcending all the differences which distinguish individuals and peoples, there is a *fundamental commonality*. For different cultures are but different ways of facing the question of the meaning of personal existence. And it is precisely here that we find one source of the respect which is due to every culture and every nation: *every culture is an effort to ponder the mystery of the world and in particular of the human person: it is a way of giving expression to the transcendent dimension of human life*. The heart of every culture is its approach to the greatest of all mysteries: the mystery of God.10. Our respect for the culture of others is therefore rooted in our respect for each community's attempt to answer the question of human life. And here we can see how important it is to safeguard *the fundamental right to freedom of religion and freedom of conscience*, as the cornerstones of the structure of human rights and the foundation of every truly free society. No one is permitted to suppress those rights by using coercive power to *impose an answer* to the mystery of man.To cut oneself off from the reality of difference — or, worse, to attempt to stamp out that difference — is to cut oneself off from the possibility of sounding the depths of the mystery of human life. *The truth about man* is the unchangeable standard by which all cultures are judged; but every culture has something to teach us about one or other dimension of that complex truth. Thus the "difference" which some find so threatening can, through respectful dialogue, become the source of a deeper understanding of the mystery of human existence.11. In this context, we need to clarify the essential difference between

vide 3.2 (FR)

an unhealthy form of *nationalism*, which teaches contempt for other nations or cultures, and *patriotism*, which is a proper love of one's country. True patriotism never seeks to advance the well-being of one's own nation at the expense of others. For in the end this would harm one's own nation as well: doing wrong damages both aggressor and victim. Nationalism, particularly in its most radical forms, is thus the antithesis of true patriotism, and today we must ensure that extreme nationalism does not continue to give rise to new forms of the aberrations of totalitarianism. This is a commitment which also holds true, obviously, in cases where religion itself is made the basis of nationalism, as unfortunately happens in certain manifestations of so-called "fundamentalism".***Freedom and Moral Truth***12. Ladies and Gentlemen! Freedom is *the measure of man's dignity and greatness*. Living the freedom sought by individuals and peoples is a great challenge to man's spiritual growth and to the moral vitality of nations. The basic question which we must all face today is the *responsible use of freedom*, in both its personal and social dimensions. Our reflection must turn then to the question of the *moral structure of freedom*, which is the inner architecture of the *culture of freedom*.Freedom is not simply the absence of tyranny or oppression. Nor is freedom a licence to do whatever we like. Freedom has an inner "logic" which distinguishes it and ennobles it: *freedom is ordered to the truth*, and is fulfilled in man's quest for truth and in man's living in the truth. Detached from the truth about the human person, freedom deteriorates into license in the lives of individuals, and, in political life, it becomes the caprice of the most powerful and the arrogance of power. Far from being a limitation upon freedom or a threat to it, reference to the truth about the human person — a truth universally knowable through the moral law written on the hearts of all — is, in fact, the guarantor of freedom's future.13. In the light of what has been said we understand how *utilitarianism*, the doctrine which defines morality not in terms of what is good but of what is advantageous, threatens the freedom of individuals and nations and obstructs the building of a true culture of freedom. Utilitarianism often has devastating *political* consequences, because it inspires an aggressive nationalism on the basis of which the subjugation, for example, of a smaller or weaker nation is claimed to be a good thing solely because it corresponds to the national interest. No less grave are the results of *economic* utilitarianism, which drives more powerful countries to manipulate and exploit weaker ones.Nationalistic and economic utilitarianism are sometimes combined, a phenomenon which has too often characterized relations between the "North" and the "South". For the emerging countries, the achievement of political independence has too frequently been accompanied by a situation of de facto economic dependence on other countries; indeed, in some cases, the developing world has suffered a regression, such that some countries lack the means of satisfying the essential needs of their people. Such situations offend the conscience of humanity and pose a formidable moral challenge to the human family. Meeting this challenge will obviously require changes in both developing and developed countries. If developing countries are able to offer sure guarantees of the proper management of resources and of assistance received, as well as respect for human rights, by replacing where necessary unjust, corrupt, or authoritarian forms of government with participatory and democratic ones, will they not in this way unleash the best civil and economic energies of their people? And must not the developed countries, for their part, come to renounce strictly utilitarian approaches and develop new approaches inspired by greater justice and solidarity? Yes, distinguished Ladies and Gentlemen! The international economic scene needs an *ethic of solidarity*, if participation, economic growth, and a just distribution of goods are to characterize the future of humanity. The international cooperation called for by the Charter of the United Nations for "solving international problems of an economic, social, cultural, or humanitarian character" (art. 1.3) cannot be conceived exclusively in terms of help and assistance, or even by considering the eventual returns on the resources provided. When millions of people are suffering from a poverty which means hunger, malnutrition, sickness, illiteracy, and degradation, we must not only remind ourselves that no one has a right to exploit another for his own advantage, but also and above all we must recommit ourselves to that solidarity which enables others to live out, in the actual circumstances of their economic and political

RUS JPII95. 44

JPII95. 45

lives, the creativity which is a distinguishing mark of the human person and the true source of the wealth of nations in today's world.***The United Nations and the Future of Freedom***14. As we face these enormous challenges, how can we fail to acknowledge the role of the United Nations Organization? Fifty years after its founding, the need for such an Organization is even more obvious, but we also have a better understanding, on the basis of experience, that the effectiveness of this great instrument for harmonizing and coordinating international life depends on the international culture and ethic which it supports and expresses. The United Nations Organization needs to rise more and more above the cold status of an administrative institution and to become a moral centre where all the nations of the world feel at home and develop a shared awareness of being, as it were, a "family of nations". The idea of "family" immediately evokes something more than simple functional relations or a mere convergence of interests. The family is by nature a community based on mutual trust, mutual support and sincere respect. In an authentic family the strong do not dominate; instead, the weaker members, because of their very weakness, are all the more welcomed and served.Raised to the level of the "*family of nations*", these sentiments ought to be, even before law itself, the very fabric of relations between peoples. The United Nations has the historic, even momentous, task of promoting this *qualitative leap* in international life, not only by serving as a centre of effective mediation for the resolution of conflicts but also by fostering values, attitudes and concrete initiatives of solidarity which prove capable of raising the level of relations between nations from the "organizational" to a more "organic" level, from simple "existence with" others to "existence for" others, in a fruitful exchange of gifts, primarily for the good of the weaker nations but even so, a clear harbinger of greater good for everyone.15. Only on this condition shall we attain an end not only to "wars of combat" but also to "cold wars". It will ensure not only the legal equality of all peoples but also their active participation in the building of a better future, and not only respect for individual cultural identities, but full esteem for them as a *common treasure belonging to the cultural patrimony of mankind*. Is this not the ideal held up by the Charter of the United Nations when it sets as the basis of the Organization "the principle of the sovereign equality of all its Members" (art. 2.1), or when it commits it to "develop friendly relations between nations based on respect for the principle of equal rights and of self-determination" (art. 1.2)? This is the *high road* which must be followed to the end, even if this involves, when necessary, appropriate modifications in the operating model of the United Nations, so as to take into account everything that has happened in this half century, with so many new peoples experiencing freedom and legitimately aspiring to "be" and to "count for" more.None of this should appear an unattainable utopia. Now is the time for *new hope*, which calls us to expel the paralyzing burden of cynicism from the future of politics and of human life. The anniversary which we are celebrating invites us to do this by reminding us of the *idea* of "united nations", an idea which bespeaks mutual trust, security and solidarity. Inspired by the example of all those who have taken the *risk of freedom*, can we not recommit ourselves also to taking the *risk of solidarity* — and thus the *risk of peace*?***Beyond Fear: the Civilization of Love***16. It is one of the great paradoxes of our time that man, who began the period we call "modernity" with a self-confident assertion of his "coming of age" and "autonomy", approaches the end of the twentieth century fearful of himself, fearful of what he might be capable of, fearful for the future. Indeed, the second half of the twentieth century has seen the unprecedented phenomenon of a humanity uncertain about the *very likelihood of a future*, given the threat of nuclear war. That danger, mercifully, appears to have receded — and everything that might make it return needs to be rejected firmly and universally; all the same, fear *for* the future and *of* the future remains.In order to ensure that the new millennium now approaching will witness a new flourishing of the human spirit, mediated through an authentic culture of freedom, men and women must learn to conquer fear. *We must learn not to be afraid*, we must rediscover a spirit of hope and a spirit of trust. Hope is not empty optimism springing from a naive confidence that the future will necessarily be better than the past. Hope and trust are the premise of responsible activity and are nurtured in that inner sanctuary of conscience where "man is alone with God" (*Gaudium et*

vide 3.3 (ES)

Spes, 16) and he thus perceives that he *is not alone* amid the enigmas of existence, for he is surrounded by the love of the Creator!Hope and trust: these may seem matters beyond the purview of the United Nations. But they are not. The politics of nations, with which your Organization is principally concerned, can never ignore the transcendent, spiritual dimension of the human experience, and could never ignore it without harming the cause of man and the cause of human freedom. Whatever diminishes man — whatever shortens the horizon of man's aspiration to goodness — harms the cause of freedom. In order to recover our hope and our trust at the end of this century of sorrows, we must regain sight of that transcendent horizon of possibility to which the soul of man aspires.17. As a Christian, my hope and trust are centered on Jesus Christ, the two thousandth anniversary of whose birth will be celebrated at the coming of the new millennium. We Christians believe that in his Death and Resurrection were fully revealed God's love and his care for all creation. *Jesus Christ is for us God made man, and made a part of the history of humanity. Precisely for this reason, Christian hope for the world and its future extends to every human person*. Because of the radiant humanity of Christ, nothing genuinely human fails to touch the hearts of Christians. Faith in Christ does not impel us to intolerance. On the contrary, it obliges us to engage others in a respectful dialogue. Love of Christ does not distract us from interest in others, but rather invites us to responsibility for them, to the exclusion of no one and indeed, if anything, with a special concern for the weakest and the suffering. Thus, as we approach the two thousandth anniversary of the birth of Christ, the Church asks only to be able to propose respectfully this message of salvation, and to be able to promote, in charity and service, the solidarity of the entire human family.Ladies and Gentlemen! I come before you, as did my predecessor Pope Paul VI exactly thirty years ago, not as one who exercises temporal power — these are his words — nor as a religious leader seeking special privileges for his community. I come before you as a witness: a witness to human dignity, a witness to hope, a witness to the conviction that the destiny of all nations lies in the hands of a merciful Providence.18. We must *overcome our fear of the future. But we will not be able to overcome it completely unless we do so together*. The "answer" to that fear is neither coercion nor repression, nor the imposition of one social "model" on the entire world. The answer to the fear which darkens human existence at the end of the twentieth century is the common effort *to build the civilization of love*, founded on the universal values of peace, solidarity, justice, and liberty. And the "soul" of the civilization of love is the culture of freedom: the freedom of individuals and the freedom of nations, lived in self-giving solidarity and responsibility.*We must not be afraid of the future. We must not be afraid of man*. It is no accident that we are here. Each and every human person has been created in the "image and likeness" of the One who is the origin of all that is. We have within us the capacities for wisdom and virtue. With these gifts, and with the help of God's grace, we can build in the next century and the next millennium a civilization worthy of the human person, a true culture of freedom. *We can and must do so!* And in doing so, we shall see that the tears of this century have prepared the ground for a new springtime of the human

---

spirit.

**L'Osservatore Romano. Weekly Edition in English* n. 41 p. 8-10.

© Copyright - Libreria Editrice Vaticana

Le Saint-Siège

VOYAGE APOSTOLIQUE AUX ÉTATS-UNIS D'AMÉRIQUE

DISCOURS DE SA SAINTETÉ

LE PAPE JEAN-PAUL II
À LA CINQUANTIÈME ASSEMBLÉE GÉNÉRALE
*DE L'ORGANISATION DES NATIONS UNIES**

New York

Jeudi 5 octobre 1995

Monsieur le Président,

*Mesdames, Messieurs,*1. C'est pour moi un honneur de prendre la parole dans cette Assemblée des peuples pour célébrer avec les hommes et les femmes de tous les pays, de toute race, de toute langue et de toute culture, le cinquantième anniversaire de la fondation de l'Organisation des Nations Unies. J'ai pleinement conscience qu'en parlant devant cette Assemblée distinguée, l'occasion m'est offerte de m'adresser, en quelque sorte, *à toute la famille des peuples qui vivent sur la terre*. Ma parole, qui veut être un signe de l'estime et de l'intérêt que portent le Siège apostolique et l'Église catholique à cette Institution, se joint volontiers à la voix de tous ceux qui trouvent dans l'ONU l'espérance d'un avenir meilleur pour la société des hommes.En premier lieu, j'adresse mes vifs remerciements au Secrétaire général, Monsieur Boutros Boutros-Ghali, qui a chaleureusement encouragé ma visite. À vous, Monsieur le Président, j'exprime aussi ma gratitude pour les paroles cordiales de bienvenue par lesquelles vous m'avez accueilli dans cette haute Assemblée. Je vous salue également tous, vous les membres de l'Assemblée générale et je vous suis reconnaissant pour votre présence et pour votre aimable attention.Je suis venu parmi vous aujourd'hui avec le désir d'apporter ma contribution à l'importante réflexion sur l'histoire et sur le rôle de votre Organisation qui ne peut manquer d'accompagner la célébration de son anniversaire et lui donner tout son sens. Le Saint-Siège, en raison de la mission spécifiquement spirituelle qui l'amène à se préoccuper du bien intégral de tout être humain, a soutenu avec conviction les idéaux et les objectifs de l'Organisation des Nations Unies dès sa fondation. Évidemment, les finalités respectives et le mode d'action sont différents, mais un intérêt commun pour la famille humaine ouvre constamment à l'Église et à l'ONU de vastes domaines de collaboration. La conscience de ce fait oriente et inspire ma réflexion d'aujourd'hui: je ne traiterai pas de questions sociales, politiques ou économiques particulières, mais des conséquences que les changements extraordinaires intervenus ces dernières années ont pour le présent et pour l'avenir de toute l'humanité.***Le patrimoine commun de l'humanité***2. Mesdames, Messieurs, au seuil d'un nouveau millénaire, nous sommes témoins d'une accélération globale extraordinaire de la recherche de la liberté qui est l'un des grands dynamismes dans l'histoire de l'homme. Ce phénomène ne se limite pas à une partie du monde; il n'est pas non plus l'expression d'une seule culture.

Au contraire, dans toutes les régions de la terre, malgré les menaces de violence, des hommes et des femmes *ont pris le risque de la liberté*, demandant que leur soit reconnue une place dans la vie sociale, politique et économique à la mesure de leur dignité de personnes libres. En vérité, cette recherche universelle de la liberté est l'une des caractéristiques de notre époque.Lors de ma précédente visite aux Nations Unies, le 2 octobre 1979, j'ai eu l'occasion de souligner que la recherche de la liberté en notre temps est fondée sur les *droits universels* dont jouit l'homme du seul fait qu'il est homme. En effet, les atteintes barbares portées à la dignité humaine conduisirent l'Organisation des Nations Unies à formuler, trois ans à peine après sa fondation, la *Déclaration universelle des Droits de l'Homme*, qui demeure l'une des expressions les plus hautes de la conscience humaine en notre temps. En Asie et en Afrique, en Amérique, en Océanie et en Europe, c'est à cette Déclaration que des hommes et des femmes déterminés et courageux se sont référés pour donner sa force à leur revendication d'une participation plus intense à la vie de la société.3. Il est important pour nous de comprendre ce que nous pourrions appeler la *structure intérieure* de ce mouvement mondial. De fait, son caractère planétaire nous en présente une première "clé" fondamentale, confirmant qu'il y a réellement des droits humains universels, enracinés dans la nature de la personne, qui reflètent les exigences objectives et inaliénables d'une *loi morale universelle*. Loin d'être des affirmations abstraites, ces droits nous disent au contraire quelque chose d'important pour la vie concrète de tout homme et de tout groupe social. *Ils nous rappellent aussi que nous ne vivons pas dans un monde irrationnel ou privé de sens*, mais que, au contraire, il y a une *logique morale* qui éclaire l'existence humaine et qui rend possible le dialogue entre les hommes et entre les peuples. Si nous voulons qu'un *siècle des contraintes* fasse place à un *siècle de la persuasion*, il nous faut trouver le moyen de débattre sur l'avenir de l'homme dans un langage compréhensible et commun. La loi morale universelle, écrite dans le cœur de l'homme, est, en quelque sorte, la "grammaire" qui sert au monde pour aborder le débat sur son avenir même.De ce point de vue, il est sérieusement inquiétant que certains nient l'universalité des droits humains, de même qu'ils nient l'existence d'une nature humaine commune à tous. Certes, il n'y a pas de modèle unique d'organisation politique et économique de la liberté humaine, puisque les différentes cultures et la diversité des expériences historiques sont à l'origine de différentes formes d'institutions dans une société libre et responsable. Mais une chose est d'affirmer un pluralisme légitime des "formes de la liberté", une autre est de nier toute universalité et toute intelligibilité de la nature de l'homme ou de l'expérience humaine. Cette dernière perspective rend extrêmement difficile, sinon même impossible, une politique internationale fondée sur la persuasion.***Prendre le risque de la liberté***4. Dans la recherche universelle de la liberté, la dynamique morale est clairement apparue en Europe centrale et orientale, lors des révolutions non violentes de 1989. Ces événements historiques, qui se sont déroulés dans des temps et des lieux déterminés, ont cependant donné une leçon qui va bien au-delà d'une aire géographique précise: les révolutions non violentes de 1989 ont prouvé que *la recherche de la liberté est inaliénable et qu'elle découle de la reconnaissance de la dignité et de la valeur inestimables de la personne humaine*, et qu'elle doit aller de pair avec l'engagement de la défendre. Le totalitarisme moderne a été, avant tout, une agression contre la dignité de la personne, une agression qui en est arrivée à la négation même de la valeur inviolable de sa vie. Les révolutions de 1989 ont été rendues possibles par l'engagement d'hommes et de femmes courageux, qui avaient une conception différente et, en dernière analyse, profonde et plus vigoureuse: la conception de l'homme comme personne intelligente et libre, porteuse d'un mystère qui la transcende, douée de la capacité de réfléchir et de choisir, et donc capable de sagesse et de vertu. L'expérience de la *solidarité sociale* fut décisive pour la réussite de ces révolutions non violentes: devant des régimes s'appuyant sur la puissance de la propagande et sur la terreur, cette solidarité a constitué le cœur moral du "pouvoir des sans pouvoir"; elle fut une source d'espérance et elle reste un signe de la possibilité pour l'homme de suivre, sur son chemin historique, la voie des aspirations les plus nobles de l'esprit humain.Considérant aujourd'hui ces événements depuis cet observatoire mondial privilégié, il est impossible de ne pas

saisir la convergence entre les valeurs qui ont inspiré les mouvements populaires de libération et maints engagements moraux inscrits dans la Charte des Nations Unies: je pense notamment à l'engagement de "proclamer à nouveau notre foi dans les droits humains fondamentaux, dans la dignité et la valeur de la personne humaine", de même que l'engagement de "favoriser le progrès social et d'instaurer de meilleures conditions de vie dans une liberté plus grande" (*Préambule*). Les cinquante et un États qui ont créé cette Organisation en 1945 ont véritablement allumé un flambeau dont la lumière peut dissiper les ténèbres provoquées par la tyrannie, une lumière qui peut montrer la voie de la liberté, de la paix et de la solidarité.***Les droits des nations***5. Dans la seconde moitié du vingtième siècle, la recherche de la liberté a été le fait des nations autant que des individus. Cinquante ans après la fin de la deuxième guerre mondiale, il importe de rappeler que *ce conflit a eu lieu à cause de violations des droits des nations*. Beaucoup d'entre elles ont terriblement souffert pour la seule raison qu'elles étaient considérées comme "différentes". Des crimes terribles furent commis au nom de doctrines néfastes qui prêchaient l' "infériorité" de certaines nations ou de certaines cultures. En un sens, on peut dire que l'Organisation des Nations Unies est née de la conviction que de telles doctrines étaient incompatibles avec la paix; et l'engagement de la Charte de "préserver les générations futures du fléau de la guerre" (*Préambule*) comprenait assurément l'engagement moral de défendre toute nation et toute culture d'agressions injustes et violentes.Malheureusement, même après la fin de la deuxième guerre mondiale, les droits des nations ont continué à être violés. Pour ne prendre que quelques exemples, les États baltes et de larges territoires de l'Ukraine et de la Biélorussie furent absorbés par l'Union soviétique, ainsi que cela s'était déjà produit dans le Caucase pour l'Arménie, l'Azerbaïdjan et la Géorgie. Simultanément, les "démocraties populaires" d'Europe centrale et orientale, comme on les appelait, perdaient en fait leur souveraineté et il leur était demandé de se soumettre à la volonté qui dominait tout le bloc. Le résultat de cette division artificielle de l'Europe fut la "guerre froide", c'est-à-dire une situation de tension internationale où la menace de l'holocauste nucléaire restait suspendue au-dessus de la tête de l'humanité. Ce n'est qu'avec le rétablissement de la liberté dans les nations d'Europe centrale et orientale que la promesse de paix, qui aurait dû advenir avec la fin de la guerre, commença à devenir une réalité pour de nombreuses victimes de ce conflit.6. La Déclaration universelle des Droits de l'Homme, adoptée en 1948, a traité de manière éloquente des droits des personnes; mais *il n'existe pas encore d'accord international analogue qui traite des droits des nations dans leur ensemble*. C'est là un fait qu'il convient de prendre attentivement en considération, étant donné les questions urgentes qu'il suscite dans le monde contemporain au sujet de la justice et de la liberté.En réalité, le problème de la pleine reconnaissance des droits des peuples et des nations s'est posé à maintes reprises à la conscience de l'humanité, provoquant une ample réflexion d'ordre éthique et juridique. Je pense au débat qui s'est déroulé au Concile de Constance, au XVe siècle, lorsque les représentants de l'Académie de Cracovie, animés par Pawel Wlodkowic, défendirent courageusement le droit à l'existence et à l'autonomie de certaines populations européennes. Plus connue, la réflexion entreprise, à la même époque, par l'Université de Salamanque au sujet des peuples du Nouveau Monde. En notre siècle, comment ne pas faire mémoire de la parole prophétique de mon prédécesseur Benoît XV qui, au cours de la première guerre mondiale, rappelait à tous que "*les nations ne meurent pas*" et qui invitait "à examiner avec une conscience sereine les droits et les justes aspirations des peuples" (*Aux peuples belligérants et à leurs dirigeants*, 28 juillet 1915)?7. Actuellement, le problème des nationalités se situe dans une perspective mondiale nouvelle, caractérisée par une forte "mobilité" qui rend les frontières ethniques et culturelles des différents peuples toujours moins nettement tracées, sous l'influence de nombreux facteurs comme les migrations, les moyens de communication sociale et la mondialisation de l'économie. Et pourtant, dans cette perspective d'universalité, nous voyons ressurgir avec force les requêtes des particularismes ethniques et culturels, presque comme une exigence impérieuse d'identité et de survie, comme une sorte de contrepoids aux tendances à l'uniformisation. C'est un fait qu'il ne faut pas sous-estimer, comme s'il ne s'agissait que d'une

survivance du passé; cela demande plutôt à être analysé, dans une réflexion approfondie d'ordre anthropologique, éthique et juridique.Cette tension entre le particulier et l'universel, en effet, peut être considérée comme immanente à l'être humain. En raison de leur communauté de nature, les hommes sont poussés à se sentir membres d'une seule grande famille, et ils le sont. Mais, à cause du caractère historique concret de cette même nature, ils sont nécessairement attachés de manière *plus intense* à des groupes humains particuliers, avant tout à la famille, puis aux divers groupes d'appartenance, jusqu'à l'ensemble du groupe ethnique et culturel désigné, non sans motif, par le terme de "nation" qui évoque la "naissance", tandis que, si on l'appelle "patrie" ("fatherland"), il évoque la réalité même de la famille. La condition humaine est ainsi placée entre ces deux pôles - l'universel et le particulier -, en tension vitale entre eux, tension inévitable, mais singulièrement féconde si elle est vécue dans un équilibre paisible.8. C'est aussi sur ce fondement anthropologique que reposent les "droits des nations", qui ne sont rien d'autre que les "droits humains" considérés à ce niveau spécifique de la vie communautaire. La réflexion au sujet de ces droits n'est certes pas facile, compte tenu de la difficulté de définir le concept même de "nation", qui ne s'identifie pas nécessairement a priori avec celui de l'État. Cette réflexion est toutefois indispensable, si l'on veut éviter les erreurs du passé et mettre en place un ordre mondial juste.Le droit d'une nation à l'existence est certainement antérieur à tous ses autres droits: personne - ni un État, ni une autre nation, ni une organisation internationale - n'est jamais fondé à considérer qu'*une nation déterminée ne serait pas digne d'exister*. Ce droit fondamental à l'existence ne suppose pas nécessairement une souveraineté étatique, car diverses formes de rattachement juridique entre différentes nations sont possibles, comme c'est le cas, par exemple, dans les États fédéraux, dans les confédérations, ou dans les États comportant de larges autonomies régionales. Certaines circonstances historiques peuvent se présenter dans lesquelles diverses formes de rattachement à l'unique souveraineté d'un État peuvent paraître souhaitables, mais à condition que cela advienne dans un climat de vraie liberté, garantie par l'exercice de l'autodétermination des peuples. Le droit à l'existence implique naturellement, pour toute nation, le droit à garder sa propre langue et sa culture, par lesquelles un peuple exprime et défend ce que j'appellerai sa "souveraineté" spirituelle originelle. L'histoire montre que dans des circonstances extrêmes (comme celles qu'a connues la terre où je suis né), c'est précisément sa culture qui permet à une nation de survivre à la perte de son indépendance politique et économique. Par conséquent, toute nation a également le droit de mener sa vie suivant ses traditions propres, en excluant naturellement toute violation des droits humains fondamentaux et, en particulier, l'oppression des minorités. Toute nation a le droit de construire son avenir en donnant une éducation appropriée à ses jeunes générations.Mais, si les "droits de la nation" traduisent les exigences vitales de la "particularité", il n'est pas moins important de souligner les exigences de l'universalité, exprimées par une conscience forte des devoirs que les nations ont à l'égard des autres et de toute l'humanité. Le premier de tous est certainement le devoir de vivre *dans une disposition pacifique, respectueuse* et *solidaire* à l'égard des autres nations. Ainsi l'exercice des droits des nations, équilibré par l'affirmation et la pratique des devoirs, entraîne un "échange de dons" fécond, qui renforce l'unité entre tous les hommes.***Le respect des différences***9. Au cours des dix-sept années écoulées, pendant mes pèlerinages pastoraux auprès des communautés de l'Église catholique, j'ai pu entrer en dialogue avec les nations et les cultures de toutes les parties du monde, dans leur riche diversité. Malheureusement, il faut encore que le monde apprenne à vivre dans la diversité, ainsi que l'ont douloureusement rappelé les événements récents des Balkans et d'Afrique centrale. La réalité de la "différence" et la particularité de l' "autre" peuvent parfois être ressenties comme un poids, ou même comme une menace. Amplifiée par des ressentiments d'origine historique et exacerbée par les manipulations de personnages sans scrupules, la peur de la "différence" peut conduire à nier l'humanité même de l' "autre"; le résultat est alors que les personnes entrent dans une spirale de violence qui n'épargne personne, pas même les enfants. Des situations de cette nature sont bien connues aujourd'hui, et, en ce moment, mon cœur et ma prière se portent spécialement vers les

JPII95.32

JPII95.33

souffrances des populations martyrisées de Bosnie-Herzégovine.Par d'amères expériences, nous savons donc que la peur de la "différence", surtout quand elle s'exprime dans un nationalisme étroit et exclusif qui nie tout droit à l' "autre", peut conduire véritablement à l'horreur de la violence et de la terreur. Et pourtant, si nous nous efforçons d'apprécier
JPII95.34 objectivement la réalité, nous sommes en mesure de constater que, au delà de toutes les différences qui caractérisent les individus et les peuples, il y a entre eux une *affinité fondamentale*, étant donné que les diverses cultures ne sont en réalité que des manières différentes d'aborder la question du sens de l'existence personnelle. C'est justement là que nous pouvons mettre en évidence une source du respect qui est dû à toute culture et à toute nation: *n'importe quelle culture est un effort de réflexion sur le mystère du monde et, en particulier, de l'homme: elle est une manière d'exprimer la dimension transcendante de la vie humaine*. Le cœur de toute culture est constitué par son approche du plus grand des mystères, le mystère de Dieu.10. Notre respect pour la culture des autres est ainsi fondé par notre respect des
JPII95.35 recherches que font toutes les communautés pour répondre au problème de la vie humaine. Dans cette perspective, il nous est possible de reconnaître l'importance de préserver *le droit fondamental à la liberté de religion et à la liberté de conscience*, colonnes essentielles sur lesquelles repose la structure des droits humains et fondement de toute société réellement libre. Il n'est permis à personne d'annihiler ces droits en faisant usage de coercition pour imposer une réponse au mystère de l'homme.Faire abstraction des diversités réelles - ou, pire encore, tenter d'abolir ces diversités -, cela revient à se priver de la possibilité de sonder la profondeur du mystère de la vie humaine. *La vérité sur l'homme* est le critère immuable de jugement qui s'applique aux cultures; mais toute culture a quelque chose à enseigner sur l'une ou l'autre dimension de cette vérité complexe. C'est pourquoi la "différence", que certains trouvent si menaçante, peut devenir, grâce à un dialogue respectueux, la source d'une compréhension plus profonde du mystère de l'existence humaine.11. Dans cette perspective, il faut clarifier la différence essentielle qui existe entre une forme insensée de
JPII95.36 *nationalisme*, qui prône le mépris des autres nations ou des autres cultures, et le *patriotisme*, qui est au contraire l'amour légitime du pays dont on est originaire. Un véritable patriotisme ne cherche jamais à promouvoir le bien de la nation aux dépens d'autres nations. De fait, cela finirait par nuire aussi à sa propre nation, avec des effets néfastes autant pour l'agresseur que pour la victime. Le nationalisme, en particulier dans ses expressions les plus radicales, est donc
JPII95.37 contraire au patriotisme véritable, et nous devons nous efforcer aujourd'hui de faire en sorte que le nationalisme exacerbé ne continue pas à reprendre sous de nouvelles formes les aberrations du totalitarisme. Cela vaut aussi, évidemment, dans le cas où l'on prendrait comme fondement du nationalisme le principe religieux lui-même, comme malheureusement cela se produit dans certaines manifestations de ce qu'on appelle le "fondamentalisme".***Liberté et***
JPII95.38 ***vérité morale***12. Mesdames, Messieurs, la liberté est *la mesure de la dignité et de la grandeur de l'homme*. Pour les individus et les peuples, vivre libre est un grand défi pour le progrès spirituel de l'homme et pour la vigueur morale des
JPII95.39 nations. La question fondamentale à laquelle nous devons tous faire face aujourd'hui est celle de l'usage responsable de la liberté, tant dans sa dimension personnelle que dans sa dimension sociale. Il convient donc que notre réflexion se porte sur la question de la *structure morale de la liberté*, qui est l'armature intérieure de la culture de la liberté.La liberté n'est pas seulement l'absence de tyrannie ou d'oppression, ni la licence de faire tout ce que l'on veut. La liberté possède
JPII95.40 une "logique" interne qui la qualifie et l'ennoblit: *elle est ordonnée à la vérité* et elle se réalise dans la recherche et la mise en œuvre de la vérité. Séparée de la vérité de la personne humaine, elle se dégrade en licence dans la vie individuelle et, dans la vie politique, en arbitraire des plus forts ou en arrogance du pouvoir. C'est pourquoi, loin d'être une limitation ou une menace pour la liberté, la référence à la vérité de l'homme - vérité universellement connaissable par la loi morale inscrite dans le cœur de chacun - est réellement la garantie de l'avenir de la liberté.13. Sous cet
JPII95.41 éclairage, on comprend que l'*utilitarisme*, doctrine qui ne définit pas la moralité à partir de ce qui est bon mais à partir de ce qui est profitable, soit une menace pour la liberté des individus et des nations, et qu'il empêche la construction d'une

véritable culture de la liberté. Il a des conséquences *politiques* souvent dévastatrices, parce qu'il inspire un nationalisme agressif, qui, par un détournement de sens, peut considérer comme un bien de soumettre une nation plus petite ou plus faible, par exemple, au seul motif que cela répond aux intérêts nationaux. Les retombées de l'utilitarisme *économique* ne sont pas moins graves, car il pousse les pays les plus puissants à conditionner et à exploiter les plus faibles.Ces deux formes d'utilitarisme vont souvent de pair, et c'est un phénomène qui a largement marqué les relations entre le "Nord" et le "Sud" du monde. Pour les nations en voie de développement, la conquête de l'indépendance politique a trop fréquemment été accompagnée, en fait, d'une situation de dépendance économique par rapport à d'autres pays. On doit souligner que, dans certains cas, les régions en voie de développement ont même souffert d'une régression telle que certains États sont dépourvus des moyens de subvenir aux besoins élémentaires de leurs peuples. De telles situations offensent la conscience de l'humanité et constituent un défi moral formidable à la famille humaine. Relever ce défi suppose évidemment des changements autant dans les nations en voie de développement que dans celles qui sont économiquement plus avancées. Si les premières savent offrir des garanties réelles de gestion correcte des ressources et des aides, et aussi de respect des droits humains, en remplaçant au besoin des régimes de gouvernement injustes, corrompus ou autoritaires par d'autres de type participatif et démocratique, n'est-il pas vrai qu'elles libéreront ainsi les meilleures énergies civiles et économiques de leurs peuples? Et les pays déjà développés, pour leur part, ne devront-ils pas parvenir, dans cette perspective, à des attitudes affranchies des logiques purement utilitaires et inspirées par plus de justice et de solidarité?Oui, Mesdames, Messieurs, il est nécessaire que, sur la scène économique internationale, s'impose une *éthique de la solidarité*, si l'on veut que la participation, la croissance économique et une juste distribution des biens puissent marquer l'avenir de l'humanité. La coopération internationale, demandée par la Charte des Nations Unies pour résoudre "les problèmes internationaux d'ordre économique, social, intellectuel ou humanitaire" (*art.* 1, 3), ne peut être pensée exclusivement en termes d'aide ou d'assistance, ni non plus de recherche des avantages en compensation des ressources affectées à cette coopération. Lorsque des millions de personnes souffrent de la pauvreté - ce qui signifie la faim, la malnutrition, la maladie, l'analphabétisme et l'avilissement -, nous devons nous-mêmes nous rappeler que personne n'a le droit d'exploiter l'autre à son propre profit et nous devons surtout réaffirmer notre engagement à la solidarité qui permet aux autres de vivre, dans les conditions économiques et politiques concrètes où ils sont placés, et notre engagement à la créativité qui est une marque distinctive de la personne humaine et qui rend possible le développement de la richesse des nations.***Les Nations Unies et l'avenir de la liberté***14. Devant des défis aussi considérables, comment ne pas reconnaître le rôle qui revient à l'Organisation des Nations Unies? Cinquante ans après sa fondation, on en voit encore plus clairement la nécessité, mais on voit mieux aussi, à partir de l'expérience acquise, que l'efficacité de ce plus grand des instruments de synthèse et de coordination de la vie internationale dépend de la culture et de l'éthique internationale qu'il anime et qu'il exprime. Il convient que l'Organisation des Nations Unies s'élève toujours plus du stade d'une froide institution de type administratif à celui de centre moral, où toutes les nations du monde se sentent chez elles, développant la conscience commune d'être, pour ainsi dire, une "*famille des nations*". Le concept de "famille" évoque immédiatement quelque chose qui va au delà des seuls rapports fonctionnels et de la seule convergence des intérêts. Par sa nature, la famille est une communauté fondée sur la confiance réciproque, sur le soutien mutuel, sur le respect sincère. Dans une famille authentique, il n'y a pas de domination des forts; au contraire, les membres les plus faibles sont, précisément en raison de leur faiblesse, doublement accueillis et servis.Transposés au niveau de la "famille des nations", ce sont là les sentiments qui doivent animer les relations entre les nations, plus encore que leurs simples droits. L'ONU a le devoir historique, qui devrait marquer notre époque, de favoriser ce *saut qualitatif* de la vie internationale, non seulement par sa fonction de centre efficace de médiation pour la solution des conflits, mais encore par la promotion des valeurs, des attitudes et des initiatives concrètes de solidarité qui soient capables d'élever

JPII95.42

JPII95.43

JPII95.corte3

vide 3.1(EN: RUS)

les rapports entre les nations du niveau de leur "organisation" au niveau, pour ainsi dire "organique", de la simple "coexistence" à l' "existence pour" les autres, dans un échange fécond de dons, d'abord à l'avantage des nations les plus faibles, mais finalement positif pour le bien-être de tous.15. À ces conditions seulement, on arrivera à surmonter les "guerres réelles", mais aussi les "guerres froides"; on arrivera à l'égalité de droits de tous les peuples, et aussi à leur participation active à l'édification d'un avenir meilleur; on parviendra au respect des différentes identités culturelles, et aussi à leur pleine mise en valeur comme *richesse commune du patrimoine culturel de l'humanité*. N'est-ce pas là l'idéal proposé par la Charte des Nations Unies, lorsqu'elle place à la base de l'Organisation "le principe de l'égalité souveraine de tous ses membres" (*art*. 2,1), ou lorsqu'elle l'engage à "développer entre les nations des relations amicales, fondées sur le respect du principe de l'égalité de droits des peuples et de leur droit de disposer d'eux-mêmes" (*art*. 1,2)? C'est la *voie royale* du modèle d'action des Nations Unies, qu'il faut parcourir jusqu'au bout, si besoin est avec des modifications opportunes, pour tenir compte de ce qui est advenu au cours de ce demi-siècle, avec l'accès de tant de nouveaux peuples à l'expérience de la liberté dans leur aspiration légitime à "être" et à "compter" davantage.Tout cela ne doit pas sembler être une utopie irréalisable. L'heure est venue d'une *espérance nouvelle*, qui nous demande de lever l'hypothèque paralysante du cynisme pour l'avenir de la politique et de la vie des hommes. L'anniversaire que nous sommes en train de célébrer nous y invite précisément, en nous ramenant, avec l'*idée* des "nations unies", à une idée qui parle avec éloquence de confiance mutuelle, de sécurité et de solidarité. Inspirés par l'exemple de ceux qui ont pris le *risque de la liberté*, ne pourrions-nous pas accepter aussi le *risque de la solidarité*, et, par conséquent, le *risque de la paix*?**Au delà de la peur, la civilisation de l'amour**16. L'un des plus grands paradoxes de notre temps est que l'homme, qui est entré dans la période que nous appelons celle de la "modernité" par une affirmation confiante de sa "maturité" et de son "autonomie", approche de la fin du vingtième siècle avec une crainte de lui-même, avec la peur de ce qu'il est lui-même capable de faire, la peur de l'avenir. En réalité, la seconde moitié du vingtième siècle a connu le phénomène sans précédent de l'incertitude de l'humanité face à la *possibilité même d'un avenir*, en raison de la menace d'une guerre nucléaire. Ce danger, grâce à Dieu, semble s'être éloigné - et il faut fermement écarter, à l'échelle universelle, tout ce qui pourrait le rapprocher ou même le réactiver -, toutefois la peur *pour* l'avenir et *de* l'avenir demeure.Pour que le millénaire désormais imminent puisse voir un nouvel épanouissement de l'esprit humain, grâce à la culture de la liberté, l'humanité doit apprendre à vaincre la peur. *Nous devons apprendre à ne pas avoir peur* et retrouver un esprit d'espérance et de confiance. L'espérance n'est pas un optimisme vain, dicté par la confiance naïve en un avenir nécessairement meilleur que le passé. L'espérance et la confiance sont les prémisses d'une activité responsable et trouvent leur source dans le sanctuaire intime de la conscience, où l'homme "est seul avec Dieu" (Const. past. *Gaudium et spes*, n. 16) et pour cette raison même a l'intuition qu'il *n'est pas seul* au cœur des énigmes de l'existence, parce que l'amour du Créateur l'accompagne!L'espérance et la confiance pourraient sembler des thèmes qui vont au delà des objectifs des Nations Unies. Il n'en est pas ainsi en réalité, parce que les actions politiques des nations, sujet principal des préoccupations de votre Organisation, impliquent toujours la dimension transcendante et spirituelle de l'expérience humaine, et elles ne pourraient l'ignorer sans porter préjudice à la cause de l'homme et de la liberté humaine. Tout ce qui diminue l'homme porte préjudice à la cause de la liberté. Pour retrouver notre espérance et notre confiance au terme de ce siècle de souffrances, il nous faut rentrer à nouveau dans la perspective transcendante des possibilités ouvertes à l'esprit humain.17. En tant que chrétien, je ne puis manquer de témoigner que mon espérance et ma confiance sont fondées en Jésus Christ, lui dont on célébrera le deux millième anniversaire de la naissance à l'aube du nouveau millénaire. Chrétiens, nous croyons que, dans la Mort et la Résurrection du Seigneur, l'amour de Dieu et sa sollicitude pour toute la création ont été révélés pleinement. *Jésus Christ est pour nous Dieu fait homme, descendu dans l'histoire de l'humanité. C'est pourquoi l'espérance chrétienne à l'égard du monde et de son avenir concerne toute personne humaine*: il n'est

rien d'authentiquement humain qui ne trouve un écho dans le cœur des chrétiens. La foi au Christ ne nous pousse pas à l'intolérance; au contraire, elle nous oblige à entretenir avec les autres hommes un dialogue respectueux. L'amour pour le Christ ne nous empêche pas de nous intéresser aux autres; il nous invite plutôt à nous préoccuper des autres, sans exclure personne et en privilégiant les plus faibles et ceux qui souffrent. C'est pourquoi, alors que nous nous approchons du bimillénaire de la naissance du Christ, l'Église ne demande rien d'autre que de pouvoir proposer avec respect ce message du salut et promouvoir la solidarité de toute la famille humaine dans un esprit de charité et de service.Mesdames, Messieurs, je suis devant vous, comme mon prédécesseur le Pape Paul VI voici juste trente ans, non comme quelqu'un qui a une puissance temporelle - ce sont ses propres termes -, ni comme un chef religieux qui demande des privilèges particuliers pour sa communauté. Je suis ici devant vous en témoin, témoin de la dignité de l'homme, témoin de l'espérance, témoin de la conviction que le destin de toutes les nations se trouve dans les mains d'une Providence miséricordieuse.18. Nous devons *vaincre notre peur de l'avenir. Mais nous ne pourrons la vaincre entièrement qu'ensemble.* La "réponse" à cette peur, ce n'est pas la coercition ni la répression, ni un "modèle" social unique imposé au monde entier. La réponse à la peur qui obscurcit l'existence humaine au terme du vingtième siècle, c'est l'effort commun pour *édifier la civilisation de l'amour*, fondée sur les valeurs universelles de la paix, de la solidarité, de la justice et de la liberté. Et l' "âme" de la civilisation de l'amour, c'est la culture de la liberté: la liberté des individus et des nations, vécue dans un esprit oblatif de solidarité et de responsabilité.*Nous ne devons pas avoir peur de l'avenir. Nous ne devons pas avoir peur de l'homme.* Ce n'est pas par hasard que nous nous trouvons ici. Toute personne a été créée à "l'image et à la ressemblance" de Celui qui est à l'origine de tout ce qui existe. Nous sommes capables de sagesse et de vertu. Avec ces dons et avec l'aide de la grâce de Dieu, nous pouvons construire dans le siècle qui est sur le point d'arriver et pour le prochain millénaire une civilisation digne de la personne humaine, une vraie culture de la liberté. *Nous pouvons et nous devons le faire!* Et, en le faisant, nous pourrons nous rendre compte que les larmes de ce siècle ont préparé la voie d'un nouveau printemps de l'esprit humain.

**L'Osservatore Romano. Edition hebdomadaire en langue française* n.41 p. 5-7.

La Documentation Catholique n.2125 p.917-923.

© Copyright - Libreria Editrice Vaticana

La Santa Sede

*DISCURSO DE SU SANTIDAD EL PAPA JUAN PABLO II A LA QUINCUAGÉSIMA ASAMBLEA GENERAL DE LAS NACIONES UNIDAS**

Nueva York, 5 de octubre de 1995

Señor Presidente,
Ilustres Señoras y Señores:

1. Es un honor para mí tomar la palabra en esta Asamblea de los pueblos, para celebrar con los hombres y mujeres de todos los países, razas, lenguas y culturas, los cincuenta años de la fundación de la Organización de las Naciones Unidas. Soy plenamente consciente de que, hablando a esta respetable Asamblea, tengo la oportunidad de dirigirme, en cierto sentido, a toda la familia de los pueblos de la tierra. Mi palabra, que quiere ser signo de la estima y del interés de la Sede Apostólica y de la Iglesia Católica por esta Institución, se une de buen grado a la voz de quienes ven en la ONU la esperanza de un futuro mejor para la sociedad de los hombres.

Expreso un profundo agradecimiento, en primer lugar, al Secretario General, Doctor Boutros Boutros-Ghali, por haber alentado vivamente mi visita. Estoy también agradecido a Usted, Señor Presidente, por la cordial bienvenida con la que me ha acogido en esta eminente Reunión. Saludo asimismo a todos Ustedes y les expreso mi reconocimiento por su presencia y por su amable atención.

He venido hoy entre Ustedes con el deseo de ofrecer mi contribución a la significativa profundización sobre la historia y el papel de esta Organización, que acompaña y enriquece la celebración de este aniversario. La Santa Sede, en virtud de la misión específicamente espiritual que la hace mirar solícitamente al bien integral de cada ser humano, ha sostenido decididamente, desde el principio, los ideales y objetivos de la Organización de las Naciones Unidas. La finalidad y modo de actuación, obviamente, son diversos, pero la común preocupación por la familia

humana, abre constantemente a la Iglesia y a la ONU vastas áreas de colaboración. Es este convencimiento el que orienta y anima mi reflexión de hoy. Ésta no se detendrá en cuestiones específicas sociales, políticas o económicas, sino más bien en las consecuencias que los cambios extraordinarios acaecidos en los años recientes tienen para el presente y el futuro de toda la humanidad.

Un patrimonio común de la humanidad

2. Señoras y Señores: En el umbral de un nuevo milenio somos testigos de cómo aumenta de manera extraordinaria y global la búsqueda de libertad, que es una de las grandes dinámicas de la historia del hombre. Este fenómeno no se limita a una sola parte del mundo, ni es expresión de una única cultura. Al contrario, en cada rincón de la tierra hombres y mujeres, aunque amenazados por la violencia, han afrontado el riesgo de la libertad, pidiendo que les fuera reconocido el espacio en la vida social, política y económica que les corresponde por su dignidad de personas libres. Esta búsqueda universal de libertad es verdaderamente una de las características que distinguen nuestro tiempo.

En mi anterior visita a las Naciones Unidas, el 2 de octubre de 1979, tuve ocasión de poner de relieve cómo la búsqueda de libertad en nuestro tiempo tiene su fundamento en aquellos derechos universales de los que el hombre goza por el simple hecho de serlo. Fue precisamente la barbarie cometida contra la dignidad humana lo que llevó a la Organización de las Naciones Unidas a formular, apenas tres años después de su constitución, la Declaración Universal de los Derechos del Hombre que continúa siendo en nuestro tiempo una de las más altas expresiones de la conciencia humana. En Asia y en África, en América, en Oceanía y en Europa, hombres y mujeres decididos y valientes han apelado a esta Declaración para dar fuerza a las reivindicaciones de una mayor participación en la vida de la sociedad.

3. Es importante para nosotros comprender lo que podríamos llamar la estructura interior de este movimiento mundial. Una primera y fundamental "clave" de la misma nos la ofrece precisamente su carácter planetario, confirmando que existen realmente unos derechos humanos universales, enraizados en la naturaleza de la persona, en los cuales se reflejan las exigencias objetivas e imprescindibles de una ley moral universal. Lejos de ser afirmaciones abstractas, estos derechos nos dicen más bien algo importante sobre la vida concreta de cada hombre y de cada grupo social. Nos recuerdan también que no vivimos en un mundo irracional o sin sentido, sino que, por el contrario, hay una lógica moral que ilumina la existencia humana y hace posible el diálogo entre los hombres y entre los pueblos. Si queremos que un siglo de constricción deje paso a un siglo de persuasión, debemos encontrar el camino para discutir, con un lenguaje comprensible y común, acerca del futuro del hombre. La ley moral universal, escrita en el corazón del hombre, es una especie de "gramática" que sirve al mundo para afrontar esta discusión sobre su mismo futuro.

En este sentido, es motivo de seria preocupación el hecho de que hoy algunos nieguen la

universalidad de los derechos humanos, así como niegan que haya una naturaleza humana común a todos. Ciertamente, no hay un único modelo de organización política y económica de la libertad humana, ya que culturas diferentes y experiencias históricas diversas dan origen, en una sociedad libre y responsable, a diferentes formas institucionales. Pero una cosa es afirmar un legítimo pluralismo de "formas de libertad", y otra cosa es negar el carácter universal o inteligible de la naturaleza del hombre o de la experiencia humana. Esta segunda perspectiva hace muy difícil, o incluso imposible, una política internacional de persuasión.

Asumir el riesgo de la libertad

4. Las dinámicas morales de la búsqueda universal de la libertad han aparecido claramente en Europa central y oriental con las revoluciones no violentas de 1989. Aquellos históricos acontecimientos, acaecidos en tiempos y lugares determinados, han ofrecido, no obstante, una lección que va más allá de los confines de un área geográfica específica. Las revoluciones no violentas de 1989 han demostrado que la búsqueda de la libertad es una exigencia ineludible que brota del reconocimiento de la inestimable dignidad y valor de la persona humana, y acompaña siempre el compromiso en su favor. El totalitarismo moderno ha sido, antes que nada, una agresión a la dignidad de la persona, una agresión que ha llegado incluso a la negación del valor inviolable de su vida. Las revoluciones de 1989 han sido posibles por el esfuerzo de hombres y mujeres valientes, que se inspiraban en una visión diversa y, en última instancia, más profunda y vigorosa: la visión del hombre como persona inteligente y libre, depositaria de un misterio que la transciende, dotada de la capacidad de reflexionar y de elegir y, por tanto, capaz de sabiduría y de virtud. Decisiva, para el éxito de aquellas revoluciones no violentas, fue la experiencia de la solidaridad social: Ante regímenes sostenidos por la fuerza de la propaganda y del terror, aquella solidaridad constituyó el núcleo moral del "poder de los no poderosos", fue una primicia de esperanza y es un aviso sobre la posibilidad que el hombre tiene de seguir, en su camino a lo largo de la historia, la vía de las más nobles aspiraciones del espíritu humano.

Mirando hoy aquellos acontecimientos desde este privilegiado observatorio mundial, es imposible no ver la coincidencia entre los valores que han inspirado aquellos movimientos populares de liberación y muchas de los obligaciones morales escritas en la Carta de las Naciones Unidas. Pienso, por ejemplo, en la obligación de "reafirmar la fe en los derechos fundamentales del hombre, en la dignidad y el valor de la persona humana"; como también en el deber de "promover el progreso social y elevar el nivel de vida dentro de un concepto más amplio de libertad" (Preámbulo). Los cincuenta y un Estados que fundaron esta Organización en 1945 encendieron verdaderamente una antorcha, cuya luz puede dispersar las tinieblas causadas por la tiranía, luz que puede indicar la vía de la libertad, de la paz y de la solidaridad.

Los derechos de las Naciones

5. La búsqueda de la libertad en la segunda mitad del Siglo XX ha comprometido no sólo a los

individuos, sino también a las naciones. A cincuenta años del final de la Segunda Guerra mundial es importante recordar que aquel conflicto tuvo su origen en violaciones de los derechos de las naciones. Muchas de ellas sufrieron tremendamente por la única razón de ser consideradas "otras". Crímenes terribles fueron cometidos en nombre de doctrinas nefastas, que predicaban la "inferioridad" de algunas naciones y culturas. En un cierto sentido se puede decir que la Organización de las Naciones Unidas nació de la convicción de que semejantes doctrinas eran incompatibles con la paz; y el esfuerzo de la Carta por "preservar a las generaciones venideras del flagelo de la guerra" (Preámbulo) implicaba seguramente el compromiso moral de defender a cada nación y cultura de agresiones injustas y violentas.

Por desgracia, incluso después del final de la Segunda Guerra mundial los derechos de las naciones han continuado siendo violados. Por poner sólo algunos ejemplos, los Estados Bálticos y amplios territorios de Ucrania y Bielorrusia fueron absorbidos por la Unión Soviética, como había sucedido ya con Armenia, Azerbaiyán y Georgia en el Cáucaso. Contemporáneamente, las llamadas "democracias populares" de Europa central y oriental perdieron de hecho su soberanía y se les exigió someterse a la voluntad que dominaba el bloque entero. El resultado de esta división artificial de Europa fue la "guerra fría", es decir, una situación de tensión internacional en la que la amenaza del holocausto nuclear estaba suspendida sobre la cabeza de la humanidad. Sólo cuando se restableció la libertad para las naciones de Europa central y oriental, la promesa de paz, que debería haber llegado con el final de la guerra, comenzó a concretarse para muchas de las víctimas de aquel conflicto.

6. La Declaración Universal de los Derechos del Hombre, adoptada en 1948, ha tratado de manera elocuente de los derechos de las personas, pero todavía no hay un análogo acuerdo internacional que afronte de modo adecuado los derechos de las naciones. Se trata de una situación que debe ser considerada atentamente, por las urgentes cuestiones que conlleva acerca de la justicia y la libertad en el mundo contemporáneo.

En realidad el problema del pleno reconocimiento de los derechos de los pueblos y de las naciones se ha presentado repetidamente a la conciencia de la humanidad, suscitando también una notable reflexión ético-jurídica. Pienso en el debate desarrollado durante el Concilio de Constanza en el siglo XV, cuando los representantes de la Academia de Cracovia, encabezados por Pawel Wlodkowic, defendieron con tesón el derecho a la existencia y a la autonomía de ciertas poblaciones europeas. Muy conocida es también la reflexión llevada a cabo, en aquella misma época, por la Universidad de Salamanca en relación con los pueblos del Nuevo Mundo. En nuestro siglo, además, ¿cómo no recordar la palabra profética de mi predecesor Benedicto XV, que en el trascurso de la Primera Guerra mundial recordaba a todos que "las naciones no mueren", e invitaba a "ponderar con conciencia serena los derechos y las justas aspiraciones de los pueblos"? (A los pueblos beligerantes y a sus jefes, 28 de julio de 1915)

7. El problema de las nacionalidades se sitúa hoy en un nuevo horizonte mundial, caracterizado

por una fuerte "movilidad", que hace los mismos confines étnico-culturales de los diversos pueblos cada vez menos definidos, debido al impulso de múltiples dinamismos como las migraciones, los medios de comunicación social y la mundialización de la economía. Sin embargo, en este horizonte de universalidad vemos precisamente surgir con fuerza la acción de los particularismos étnico-culturales, casi como una necesidad impetuosa de identidad y de supervivencia, una especie de contrapeso a las tendencias homologadoras. Es un dato que no se debe infravalorar, como si fuera un simple residuo del pasado, éste requiere más bien ser analizado, para una reflexión profunda a nivel antropológico y ético-jurídico.

Esta tensión entre particular y universal se puede considerar inmanente al ser humano. La naturaleza común mueve a los hombres a sentirse, tal como son, miembros de una única gran familia. Pero por la concreta historicidad de esta misma naturaleza, están necesariamente ligados de un modo más intenso a grupos humanos concretos; ante todo la familia, después los varios grupos de pertenencia, hasta el conjunto del respectivo grupo étnico-cultural, que, no por casualidad, indicado con el término "nación" evoca el "nacer", mientras que indicado con el término "patria" ("fatherland"), evoca la realidad de la misma familia. La condición humana se sitúa así entre estos dos polos - la universalidad y la particularidad - en tensión vital entre ellos; tensión inevitable, pero especialmente fecunda si se vive con sereno equilibrio.

8. Sobre este fundamento antropológico se apoyan también los "derechos de las naciones", que no son sino los "derechos humanos" considerados a este específico nivel de la vida comunitaria. Una reflexión sobre estos derechos ciertamente no es fácil, teniendo en cuenta la dificultad de definir el concepto mismo de "nación", que no se identifica a priori y necesariamente con el de Estado. Es, sin embargo, una reflexión improrrogable, si se quieren evitar los errores del pasado y tender a un orden mundial justo.

Presupuesto de los demás derechos de una nación es ciertamente su derecho a la existencia: nadie, pues, - un Estado, otra nación, o una organización internacional - puede pensar legítimamente que una nación no sea digna de existir. Este derecho fundamental a la existencia no exige necesariamente una soberanía estatal, siendo posibles diversas formas de agregación jurídica entre diferentes naciones, como sucede por ejemplo en los Estados federales, en las Confederaciones, o en Estados caracterizados por amplias autonomías regionales. Puede haber circunstancias históricas en las que agregaciones distintas de una soberanía estatal sean incluso aconsejables, pero con la condición de que eso suceda en un clima de verdadera libertad, garantizada por el ejercicio de la autodeterminación de los pueblos. El derecho a la existencia implica naturalmente para cada nación, también el derecho a la propia lengua y cultura, mediante las cuales un pueblo expresa y promueve lo que llamaría su originaria "soberanía" espiritual. La historia demuestra que en circunstancias extremas (como aquellas que se han visto en la tierra donde he nacido), es precisamente su misma cultura lo que permite a una nación sobrevivir a la pérdida de la propia independencia política y económica. Toda nación tiene también consiguientemente derecho a modelar su vida según las propias tradiciones, excluyendo,

naturalmente, toda violación de los derechos humanos fundamentales y, en particular, la opresión de las minorías. Cada nación tiene el derecho de construir el propio futuro proporcionando a las generaciones más jóvenes una educación adecuada.

Pero si los "derechos de la nación" expresan las exigencias vitales de la "particularidad", no es menos importante subrayar las exigencias de la universalidad, expresadas a través de una fuerte conciencia de los deberes que unas naciones tienen con otras y con la humanidad entera. El primero de todos es, ciertamente, el deber de vivir con una actitud de paz, de respeto y de solidaridad con las otras naciones. De este modo el ejercicio de los derechos de las naciones, equilibrado por la afirmación y la práctica de los deberes, promueve un fecundo "intercambio de dones", que refuerza la unidad entre todos los hombres.

El respeto por las diferencias

9. En los diecisiete años pasados, durante mis peregrinaciones pastorales entre las comunidades de la Iglesia católica, he podido entrar en diálogo con la rica diversidad de naciones y culturas de todas las partes del mundo. Desgraciadamente, el mundo debe aprender todavía a convivir con la diversidad, como nos han recordado dolorosamente los recientes acontecimientos en los Balcanes y en África central. La realidad de la "diferencia" y la peculiaridad del "otro" pueden sentirse a veces como un peso, o incluso como una amenaza. El miedo a la "diferencia", alimentado por resentimientos de carácter histórico y exacerbado por las manipulaciones de personajes sin escrúpulos, puede llevar a la negación de la humanidad misma del "otro", con el resultado de que las personas entran en una espiral de violencia de la que nadie -ni siquiera los niños- se libra. Tales situaciones nos son hoy bien conocidas, y en mi corazón y en mis oraciones están presentes en este instante de modo especial los sufrimientos de las martirizadas poblaciones de Bosnia Herzegovina.

Por amarga experiencia, por tanto, sabemos que el miedo a la "diferencia", especialmente cuando se expresa mediante un reductivo y excluyente nacionalismo que niega cualquier derecho al "otro", puede conducir a una verdadera pesadilla de violencia y de terror. Y sin embargo, si nos esforzamos en valorar las cosas con objetividad, podemos ver que, más allá de todas las diferencias que caracterizan a los individuos y los pueblos, hay una fundamental dimensión común, ya que las varias culturas no son en realidad sino modos diversos de afrontar la cuestión del significado de la existencia personal. Precisamente aquí podemos identificar una fuente del respeto que es debido a cada cultura y a cada nación: toda cultura es un esfuerzo de reflexión sobre el misterio del mundo y, en particular, del hombre: es un modo de expresar la dimensión trascendente de la vida humana. El corazón de cada cultura está constituido por su acercamiento al más grande de los misterios: el misterio de Dios.

10. Por tanto, nuestro respeto por la cultura de los otros está basado en nuestro respeto por el esfuerzo que cada comunidad realiza para dar respuesta al problema de la vida humana. En este

contexto nos es posible constatar lo importante que es preservar el derecho fundamental a la libertad de religión y a la libertad de conciencia, como pilares esenciales de la estructura de los derechos humanos y fundamento de toda sociedad realmente libre. A nadie le está permitido conculcar estos derechos usando el poder coactivo para imponer una respuesta al misterio del hombre.

Querer ignorar la realidad de la diversidad -o, peor aún, tratar de anularla- significa excluir la posibilidad de sondear las profundidades del misterio de la vida humana. La verdad sobre el hombre es el criterio inmutable con el que todas las culturas son juzgadas, pero cada cultura tiene algo que enseñar acerca de una u otra dimensión de aquella compleja verdad. Por tanto la "diferencia", que algunos consideran tan amenazadora, puede llegar a ser, mediante un diálogo respetuoso, la fuente de una comprensión más profunda del misterio de la existencia humana.

11. En este contexto es necesario aclarar la divergencia esencial entre una forma peligrosa de nacionalismo, que predica el desprecio por las otras naciones o culturas, y el patriotismo, que es, en cambio, el justo amor por el propio país de origen. Un verdadero patriotismo nunca trata de promover el bien de la propia nación en perjuicio de otras. En efecto, esto terminaría por acarrear daño también a la propia nación, produciendo efectos perniciosos tanto para el agresor como para la víctima. El nacionalismo, especialmente en sus expresiones más radicales, se opone por tanto al verdadero patriotismo, y hoy debemos empeñarnos en hacer que el nacionalismo exacerbado no continúe proponiendo con formas nuevas las aberraciones del totalitarismo. Es un compromiso que vale, obviamente, incluso cuando se asume, como fundamento del nacionalismo, el mismo principio religioso, como por desgracia sucede en ciertas manifestaciones del llamado "fundamentalismo".

Libertad y verdad moral

12. Señoras y Señores: La libertad es la medida de la dignidad y de la grandeza del hombre. Vivir la libertad que los individuos y los pueblos buscan es un gran desafío para el crecimiento espiritual del hombre y para la vitalidad moral de las naciones. La cuestión fundamental, que hoy todos debemos afrontar, es la del uso responsable de la libertad, tanto en su dimensión personal, como social. Es necesario, por tanto, que nuestra reflexión se centre sobre la cuestión de la estructura moral de la libertad, que es la arquitectura interior de la cultura de la libertad.

La libertad no es simplemente ausencia de tiranía o de opresión, ni es licencia para hacer todo lo que se quiera. La libertad posee una "lógica" interna que la cualifica y la ennoblece: está ordenada a la verdad y se realiza en la búsqueda y en el cumplimiento de la verdad. Separada de la verdad de la persona humana, la libertad decae en la vida individual en libertinaje y en la vida política, en la arbitrariedad de los más fuertes y en la arrogancia del poder. Por eso, lejos de ser una limitación o amenaza a la libertad, la referencia a la verdad sobre el hombre, -verdad que puede ser conocida universalmente gracias a la ley moral inscrita en el corazón de cada uno- es,

en realidad, la garantía del futuro de la libertad.

13. Bajo esta perspectiva se entiende que el utilitarismo, doctrina que define la moralidad no en base a lo que es bueno sino en base a lo que aporta una ventaja, sea una amenaza a la libertad de los individuos y de las naciones, e impida la construcción de una verdadera cultura de la libertad. El utilitarismo tiene consecuencias políticas a menudo negativas, porque inspira un nacionalismo agresivo, en base al cual el someter una nación más pequeña o más débil es considerado como un bien simplemente porque responde a los intereses nacionales. No menos graves son las consecuencias del utilitarismo económico, que lleva a los países más fuertes a condicionar y aprovecharse de los más débiles.

Frecuentemente estas dos formas de utilitarismo van juntas, y es un fenómeno que ha caracterizado notoriamente las relaciones entre el "Norte" y el "Sur" del mundo. Para las naciones en vías de desarrollo el alcanzar la independencia política a menudo ha comportado de hecho una dependencia económica de otros Países. Se debe subrayar que, en algunos casos, las áreas en vías de desarrollo han sufrido incluso tal retroceso que algunos Estados carecen de medios para hacer frente a las necesidades esenciales de sus pueblos. Semejantes situaciones ofenden la conciencia de la humanidad y plantean un formidable desafío moral a la familia humana. Afrontar este desafío requiere obviamente cambios tanto en las naciones en vías de desarrollo como en las económicamente más avanzadas. Si las primeras saben ofrecer garantías seguras de gestión correcta de los recursos y ayudas, así como de respeto de los derechos humanos, pasando, donde sea necesario, de formas de gobierno injustas, corruptas o autoritarias a otras de tipo participativo y democrático, ¿no es acaso verdad que de este modo se dará vía libre a los mejores recursos civiles y económicos de la propia gente? Y los países ya desarrollados, ¿no deben acaso madurar, por su parte, en esta perspectiva, actitudes no sujetas a lógicas puramente utilitaristas sino caracterizadas por sentimientos de mayor justicia y solidaridad?

Ciertamente, ilustres Señoras y Señores: Es necesario que en el panorama económico internacional se imponga un ética de la solidaridad, si se quiere que la participación, el crecimiento económico, y una justa distribución de los bienes caractericen el futuro de la humanidad. La cooperación internacional, auspiciada por la Carta de las Naciones Unidas "para la solución de problemas internacionales de carácter económico, social, cultural o humanitario" (art. 1,3), no puede ser concebida exclusivamente como ayuda o asistencia, o incluso mirando a las ventajas de contrapartida por los recursos puestos a disposición. Cuando millones de personas sufren la pobreza - que significa hambre, desnutrición, enfermedad, analfabetismo y miseria - debemos no sólo recordar que nadie tiene derecho a explotar al otro en beneficio propio, sino también y sobre todo reafirmar nuestro compromiso con la solidaridad que permite a los otros vivir en las concretas circunstancias económicas y políticas; nuestro compromiso con la creatividad, que es una característica de la persona humana y que hace posible la riqueza de las naciones.

Las Naciones Unidas y el futuro de la libertad

JPII95.46 14. Ante estos enormes desafíos, ¿cómo no reconocer el papel que corresponde a la Organización de las Naciones Unidas? A cincuenta años de su institución, se ve aún más su necesidad, pero se ve aún mejor, conforme a la experiencia realizada, que la eficacia de este máximo instrumento de síntesis y coordinación de la vida internacional depende de la cultura y de la ética internacional en la que se basa y que expresa.

JPII95.47 Es necesario que la Organización de las Naciones Unidas se eleve cada vez más de la fría condición de institución de tipo administrativo a la de centro moral, en el que todas las naciones del mundo se sientan como en su casa, desarrollando la conciencia común de ser, por así decir, una "familia de naciones". El concepto de

JPII95.48 "familia" evoca inmediatamente algo que va más allá de las simples relaciones funcionales o de la mera convergencia de intereses. La familia es, por su naturaleza, una comunidad fundada en la confianza recíproca, en el apoyo mutuo y en el respeto sincero. En una auténtica familia no existe el dominio de los fuertes; al contrario, los miembros más débiles son, precisamente por su debilidad, doblemente acogidos y ayudados.

JPII95.49 Son éstos, trasladados al nivel de la "familia de las naciones", los sentimientos que deben construir, antes aún del mero derecho, las relaciones entre los pueblos. La ONU tiene el cometido histórico, quizás epocal, de favorecer este salto de cualidad de la vida internacional, no sólo actuando como centro de mediación eficaz para la solución de los conflictos, sino también promoviendo aquellas actitudes, valores e iniciativas concretas de solidaridad que sean capaces de elevar las relaciones entre las naciones desde el nivel "organizativo" al, por así decir, "orgánico"; desde la simple "existencia con" a la "existencia para" los otros, en un fecundo intercambio de dones, ventajoso sobre todo para las naciones más débiles, pero en definitiva favorecedor de bienestar para todos.

JPII95.50 15. Sólo con esta condición se superarán no únicamente las "guerras combatidas", sino también las "guerras frías"; no sólo la igualdad de derecho entre todos los pueblos, sino también su activa participación en la construcción de un futuro mejor; no sólo el respeto de cada una de las identidades culturales, sino su plena valorización, como riqueza común del patrimonio cultural de la humanidad. ¿No es quizás éste el ideal propuesto por la Carta de las Naciones Unidas, cuando pone como fundamento de la Organización "el principio de la igualdad soberana de todos sus Miembros" (art. 2,1), o cuando la compromete a "fomentar entre las naciones relaciones de amistad basadas en el respeto al principio de la igualdad de derechos y al de la libre determinación de los pueblos" (art. 1,2)? Es ésta la vía maestra que debe ser recorrida hasta el

JPII95.51 fondo, incluso con oportunas modificaciones si fuera necesario, del modelo operativo de las Naciones Unidas, para tener en cuenta todo lo que ha sucedido en este medio siglo, con el asomarse de tantos nuevos pueblos a la experiencia de la libertad en la legítima aspiración a "ser" y a "contar" más.

JPII95.52 Que todo esto no parezca una utopía irrealizable. Es la hora de una nueva esperanza, que nos exige quitar del futuro de la política y de la vida de los hombres la hipoteca paralizante del

JPII95.53 cinismo. Nos invita a esto precisamente el aniversario que estamos celebrando, proponiéndonos

de nuevo, con la idea de las "naciones unidas", una idea que habla elocuentemente de mutua confianza, de seguridad y solidaridad. Inspirados por el ejemplo de cuantos han asumido el riesgo
JPII95.54 de la libertad, ¿podríamos nosotros no acoger también el riesgo de la solidaridad, y por tanto el riesgo de la paz?

Más allá del miedo: la civilización del amor

JPII95.55 16. Una de las mayores paradojas de nuestro tiempo es que el hombre, que ha iniciado el período que llamamos la "modernidad" con una segura afirmación de la propia "madurez" y "autonomía", se aproxima al final del siglo veinte con miedo de sí mismo, asustado por lo que él mismo es capaz de hacer, asustado ante el futuro. En realidad, la segunda mitad del siglo XX ha visto el fenómeno sin precedentes de una humanidad incierta respecto a la posibilidad misma de que haya un futuro, debido a la amenaza de una guerra nuclear. Aquel peligro, gracias a Dios, parece haberse alejado -y es necesario alejar con firmeza, a nivel universal, todo lo que lo pueda volver a acercar, si no reactivar-, pero permanece sin embargo el miedo por el futuro y del futuro.

JPII95.56 Para que el milenio que está ya a las puertas pueda ser testigo de un nuevo auge del espíritu humano, favorecido por una auténtica cultura de la libertad, la humanidad debe aprender a vencer el miedo. Debemos aprender a no tener miedo, recuperando un espíritu de esperanza y confianza. La esperanza no es un vano optimismo, dictado por la confianza ingenua de que el futuro es necesariamente mejor que el pasado. Esperanza y confianza son la premisa de una actuación responsable y tienen su apoyo en el íntimo santuario de la conciencia, donde "el hombre está solo con Dios" (Cons. past. *Gaudium et spes*, 16), y por eso mismo intuye que ¡no
JPII95.57 está solo entre los enigmas de la existencia, porque está acompañado por el amor del Creador!

JPII95.58 Esperanza y confianza podrían parecer argumentos que van más allá de los fines de las Naciones Unidas. En realidad no es así, porque las acciones políticas de las naciones, argumento principal de las preocupaciones de vuestra Organización, siempre tienen que ver también con la dimensión trascendente y espiritual de la experiencia humana, y no podrían ignorarla sin perjudicar a la causa del hombre y de la libertad humana. Todo lo que empequeñece al hombre daña la causa de la libertad. Para recuperar nuestra esperanza y confianza al final de este siglo de sufrimientos, debemos recuperar la visión del horizonte trascendente de posibilidades al cual tiende el espíritu humano.

JPII95.59 17. Como cristiano, además, no puedo no testimoniar que mi esperanza y mi confianza se fundan en Jesucristo, de cuyo nacimiento se celebrarán los dos mil años al alba del nuevo milenio. Nosotros, los cristianos, creemos que en su Muerte y Resurrección han sido plenamente revelados el amor de Dios y su solicitud por toda la creación. Jesucristo es para nosotros Dios hecho hombre, que ha entrado en la historia de la humanidad. Precisamente por esto la esperanza cristiana respecto al mundo y su futuro se extiende a cada persona humana. No hay nada auténticamente humano que no tenga eco en el corazón de los cristianos. La fe en Cristo no

nos empuja a la intolerancia, al contrario, nos obliga a mantener con los demás hombres un diálogo respetuoso. El amor por Cristo no nos aparta del interés por los demás, sino más bien nos invita a preocuparnos por ellos, sin excluir a nadie y privilegiando si acaso a los más débiles y los que sufren. Por tanto, mientras nos acercamos al bimilenario del nacimiento de Cristo, la Iglesia
JPII95. 60 no pide mas que poder proponer respetuosamente este mensaje de la salvación, y promover con espíritu de caridad y servicio, la solidaridad de toda la familia humana.

JPII95. 61 Señoras y Señores: Estoy ante Ustedes, al igual que mi predecesor el Papa Pablo VI hace exactamente treinta años, no como uno que tiene poder temporal -son palabras suyas- ni como un líder religioso que invoca especiales privilegios para su comunidad. Estoy aquí ante Ustedes como un testigo: testigo de la dignidad del hombre, testigo de esperanza, testigo de la convicción de que el destino de cada nación está en las manos de la Providencia misericordiosa.

JPII95. 62 18. Debemos vencer nuestro miedo del futuro. Pero no podremos vencerlo del todo si no es juntos. La "respuesta" a aquel miedo no es la coacción, ni la represión o la imposición de un único "modelo" social al mundo entero. La respuesta al miedo que ofusca la existencia humana al final del siglo es el esfuerzo común por construir la civilización del amor, fundada en los valores universales de la paz, de la solidaridad, de la justicia y de la libertad. Y el "alma" de la civilización
JPII95. 63 del amor es la cultura de la libertad: la libertad de los individuos y de las naciones, vivida en una solidaridad y responsabilidad oblativas.

JPII95. 64 No debemos tener miedo del futuro. No debemos tener miedo del hombre. No es casualidad que nos encontremos aquí. Cada persona ha sido creada a "imagen y semejanza" de Aquél que es el origen de todo lo que existe. Tenemos en nosotros la capacidad de sabiduría y de virtud. Con
JPII95. 65 estos dones, y con la ayuda de la gracia de Dios, podemos construir en el siglo que está por llegar y para el próximo milenio una civilización digna de la persona humana, una verdadera cultura de la libertad. ¡Podemos y debemos hacerlo! Y, haciéndolo, podremos darnos cuenta de que las lágrimas de este siglo han preparado el terreno para una nueva primavera del espíritu humano.

**L'Osservatore Romano.* Edición semanal en lengua española n. 41, p. 7-9.

© Copyright - Libreria Editrice Vaticana

Le Saint-Siège

VOYAGE APOSTOLIQUE
AUX ÉTATS-UNIS D'AMÉRIQUE ET VISITE
À L'ORGANISATION DES NATIONS UNIES

RENCONTRE AVEC LES MEMBRES DE L'ASSEMBLÉE GÉNÉRALE DES NATIONS UNIES

*DISCOURS DU PAPE BENOÎT XVI**

New York
Vendredi 18 avril 2008

Monsieur le Président,
Mesdames et Messieurs,

BXVI.1 En m'adressant à cette Assemblée, j'aimerais avant tout vous exprimer, Monsieur le Président, ma vive reconnaissance pour vos aimables paroles. Ma gratitude va aussi au Secrétaire général, Monsieur Ban Ki-moon, qui m'a invité à venir visiter le Siège central de l'Organisation, et pour l'accueil qu'il m'a réservé. Je salue les Ambassadeurs et les diplomates des Pays membres et toutes les personnes présentes. À travers vous, je salue les peuples que vous représentez ici. Ils

BXVI.2 attendent de cette institution qu'elle mette en œuvre son inspiration fondatrice, à savoir constituer un « centre pour la coordination de l'activité des Nations unies en vue de parvenir à la réalisation des fins communes » de paix et de développement (cf. Charte des Nations unies, art. 1.2-1.4).

BXVI.3 Comme le Pape Jean-Paul II l'exprimait en 1995, l'Organisation devrait être un « centre moral, où toutes les nations du monde se sentent chez elles, développant la conscience commune d'être, pour ainsi dire, une famille de nations » (Message à l'Assemblée générale des Nations unies pour le 50e anniversaire de la fondation, New York, 5 octobre 1995).

BXVI.4 À travers les Nations unies, les États ont établi des objectifs universels qui, même s'ils ne coïncident pas avec la totalité du bien commun de la famille humaine, n'en représentent pas

moins une part fondamentale. Les principes fondateurs de l'Organisation – le désir de paix, le sens de la justice, le respect de la dignité de la personne, la coopération et l'assistance humanitaires – sont l'expression des justes aspirations de l'esprit humain et constituent les idéaux qui devraient sous-tendre les relations internationales. Comme mes prédécesseurs Paul VI et

BXVI.5 Jean-Paul II l'ont affirmé depuis cette même tribune, tout cela fait partie de réalités que l'Église catholique et le Saint-Siège considèrent avec attention et intérêt, voyant dans votre activité un exemple de la manière dont les problèmes et les conflits qui concernent la communauté mondiale peuvent bénéficier d'une régulation commune. Les Nations unies concrétisent l'aspiration à « un

BXVI.6 degré supérieur d'organisation à l'échelle internationale » (Jean-Paul II, Encycl. *Sollicitudo rei socialis*, n. 43), qui doit être inspiré et guidé par le principe de subsidiarité et donc être capable de répondre aux exigences de la famille humaine, grâce à des règles internationales efficaces et à la

BXVI.7 mise en place de structures aptes à assurer le déroulement harmonieux de la vie quotidienne des peuples. Cela est d'autant plus nécessaire dans le contexte actuel où l'on fait l'expérience du

BXVI.8 paradoxe évident d'un consensus multilatéral qui continue à être en crise parce qu'il est encore subordonné aux décisions d'un petit nombre, alors que les problèmes du monde exigent, de la part de la communauté internationale, des interventions sous forme d'actions communes.

BXVI.9 En effet, les questions de sécurité, les objectifs de développement, la réduction des inégalités au niveau local et mondial, la protection de l'environnement, des ressources et du climat, requièrent que tous les responsables de la vie internationale agissent de concert et soient prêts à travailler en toute bonne foi, dans le respect du droit, pour promouvoir la solidarité dans les zones les plus fragiles de la planète. Je pense en particulier à certains pays d'Afrique et d'autres continents qui restent encore en marge d'un authentique développement intégral, et qui risquent ainsi de ne faire l'expérience que des effets négatifs de la mondialisation. Dans le contexte des relations

BXVI.10 internationales, il faut reconnaître le rôle primordial des règles et des structures qui, par nature, sont ordonnées à la promotion du bien commun et donc à la sauvegarde de la liberté humaine. Ces régulations ne limitent pas la liberté. Au contraire, elles la promeuvent quand elles interdisent des comportements et des actions qui vont à l'encontre du bien commun, qui entravent son exercice effectif et qui compromettent donc la dignité de toute personne humaine. Au nom de la

BXVI.11 liberté, il doit y avoir une corrélation entre droits et devoirs, en fonction desquels toute personne est appelée à prendre ses responsabilités dans les choix qu'elle opère, en tenant compte des relations tissées avec les autres. Nous pensons ici à la manière dont les résultats de la recherche scientifique et des avancées technologiques ont parfois été utilisés. Tout en reconnaissant les immenses bénéfices que l'humanité peut en tirer, certaines de leurs applications représentent une violation évidente de l'ordre de la création, au point non seulement d'être en contradiction avec le caractère sacré de la vie, mais d'arriver à priver la personne humaine et la famille de leur identité naturelle. De la même manière, l'action internationale visant à préserver l'environnement et à

BXVI.12 protéger les différentes formes de vie sur la terre doit non seulement garantir un usage rationnel de la technologie et de la science, mais doit aussi redécouvrir l'authentique image de la création. Il ne s'agira jamais de devoir choisir entre science et éthique, mais bien plutôt d'adopter une méthode scientifique qui soit véritablement respectueuse des impératifs éthiques.

BXVI. 13 La reconnaissance de l'unité de la famille humaine et l'attention portée à la dignité innée de toute femme et de tout homme reçoivent aujourd'hui un nouvel élan dans le principe de la responsabilité de protéger. Il n'a été défini que récemment, mais il était déjà implicitement présent dès les

BXVI. 14 origines des Nations unies et, actuellement, il caractérise toujours davantage son activité. Tout État a le devoir primordial de protéger sa population contre les violations graves et répétées des droits de l'homme, de même que des conséquences de crises humanitaires liées à des causes naturelles ou provoquées par l'action de l'homme. S'il arrive que les Etats ne soient pas en mesure d'assurer une telle protection, il revient à la communauté internationale d'intervenir avec les moyens juridiques prévus par la Charte des Nations unies et par d'autres instruments internationaux. L'action de la communauté internationale et de ses institutions, dans la mesure où

BXVI. 15 elle est respectueuse des principes qui fondent l'ordre international, ne devrait jamais être interprétée comme une coercition injustifiée ou comme une limitation de la souveraineté. À l'inverse, c'est l'indifférence ou la non-intervention qui causent de réels dommages. Il faut réaliser une étude approfondie des modalités pour prévenir et gérer les conflits, en utilisant tous les moyens dont dispose l'action diplomatique et en accordant attention et soutien même au plus léger signe de dialogue et de volonté de réconciliation.

BXVI. 16 Le principe de la « responsabilité de protéger » était considéré par l'antique *ius gentium* comme le fondement de toute action entreprise par l'autorité envers ceux qui sont gouvernés par elle : à

BXVI. 17 l'époque où le concept d'État national souverain commençait à se développer, le religieux dominicain Francisco De Vitoria, considéré à juste titre comme un précurseur de l'idée des Nations unies, décrivait cette responsabilité comme un aspect de la raison naturelle partagé par toutes les nations, et le fruit d'un droit international dont la tâche était de réguler les relations entre les peuples. Aujourd'hui comme alors, un tel principe doit faire apparaître l'idée de personne

BXVI. 18 comme image du Créateur, ainsi que le désir d'absolu et l'essence de la liberté. Le fondement

BXVI. 19 des Nations unies, nous le savons bien, a coïncidé avec les profonds bouleversements dont a souffert l'humanité lorsque la référence au sens de la transcendance et à la raison naturelle a été abandonnée et que par conséquent la liberté et la dignité humaine furent massivement violées.

BXVI. 20 Dans de telles circonstances, cela menace les fondements objectifs des valeurs qui inspirent et régulent l'ordre international et cela mine les principes intangibles et coercitifs formulés et consolidés par les Nations unies. Face à des défis nouveaux répétés, c'est une erreur de se retrancher derrière une approche pragmatique, limitée à mettre en place des « bases communes », dont le contenu est minimal et dont l'efficacité est faible.

BXVI. 21 La référence à la dignité humaine, fondement et fin de la responsabilité de protéger, nous introduit dans la note spécifique de cette année, qui marque le soixantième anniversaire de la *Déclaration universelle des Droits de l'homme*. Ce document était le fruit d'une convergence de différentes

BXVI. 22 traditions culturelles et religieuses, toutes motivées par le désir commun de mettre la personne humaine au centre des institutions, des lois et de l'action des sociétés, et de la considérer comme essentielle pour le monde de la culture, de la religion et de la science. Les droits de l'homme sont

BXVI. 23 toujours plus présentés comme le langage commun et le substrat éthique des relations

internationales. Tout comme leur universalité, leur indivisibilité et leur interdépendance sont autant de garanties de protection de la dignité humaine. Mais il est évident que les droits reconnus et exposés dans *la Déclaration* s'appliquent à tout homme, cela en vertu de l'origine commune des personnes, qui demeure le point central du dessein créateur de Dieu pour le monde et pour l'histoire. Ces droits trouvent leur fondement dans la loi naturelle inscrite au cœur de l'homme et présente dans les diverses cultures et civilisations. Détacher les droits humains de ce contexte signifierait restreindre leur portée et céder à une conception relativiste, pour laquelle le sens et l'interprétation des droits pourraient varier et leur universalité pourrait être niée au nom des différentes conceptions culturelles, politiques, sociales et même religieuses. La grande variété des points de vue ne peut pas être un motif pour oublier que ce ne sont pas les droits seulement qui sont universels, mais également la personne humaine, sujet de ces droits.

BXVI. 24

BXVI. 25

BXVI. 26

---

vide 4.2 (EN)

A la fois nationale et internationale, la vie de la communauté met clairement en évidence que le respect pour les droits et pour les garanties qui leur sont attachées sont la mesure du bien commun, utilisée pour apprécier le rapport entre justice et injustice, développement et pauvreté, sécurité et conflits. La promotion des droits de l'homme demeure la stratégie la plus efficace quand il s'agit de combler les inégalités entre des pays et des groupes sociaux, quand il s'agit aussi de renforcer la sécurité. En effet les victimes de la misère et du désespoir dont la dignité humaine est impunément violée, deviennent des proies faciles pour les tenants du recours à la violence et deviennent à leur tour des destructeurs de paix. Pourtant le bien commun que les droits de l'homme aident à réaliser ne peut pas être atteint en se contentant d'appliquer des procédures correctes ni même en pondérant des droits en opposition. Le mérite de la Déclaration universelle a été d'ouvrir à des cultures, à des expressions juridiques et à des modèles institutionnels divers la possibilité de converger autour d'un noyau fondamental de valeurs et donc de droits: mais c'est un effort qui, de nos jours, doit être encore plus soutenu face à des instances qui cherchent à réinterpréter les fondements de la Déclaration et à compromettre son unité interne pour favoriser le passage de la protection de la dignité humaine à la satisfaction de simples intérêts, souvent particuliers. La Déclaration a été adoptée comme "un idéal commun qui est à atteindre" (Préambule) et elle ne peut pas être utilisée de manière partielle, en suivant des tendances ou en opérant des choix sélectifs qui risquent de contredire l'unité de la personne humaine et donc l'indivisibilité de ses droits.

Nous constatons souvent dans les faits une prédominance de la légalité par rapport à la justice quand se manifeste une attention à la revendication des droits qui va jusqu'à les faire apparaître comme le résultat exclusif de dispositions législatives ou de décisions normatives prises par les diverses instances des autorités en charge. Quand ils sont présentés sous une forme de pure légalité, les droits risquent de devenir des propositions de faible portée, séparés de la dimension éthique et rationnelle qui constitue leur fondement et leur fin. La Déclaration universelle a en effet réaffirmé avec force la conviction que le respect des droits de l'homme s'enracine avant tout sur une justice immuable, sur laquelle la force contraignante des proclamations internationales est aussi fondée. C'est un aspect qui est souvent négligé quand on prétend priver les droits de leur

vraie fonction au nom d'une perspective utilitariste étroite. Parce que les droits et les devoirs qui leur sont liés découlent naturellement de l'interaction entre les hommes, il est facile d'oublier qu'ils sont le fruit du sens commun de la justice, fondé avant tout sur la solidarité entre les membres du corps social et donc valable dans tous les temps et pour tous les peuples. C'était une intuition exprimée, dès le V siècle après Jésus Christ, par l'un des maîtres de notre héritage intellectuel, Augustin d'Hippone. Il enseignait que "le précepte: "Ce que tu ne veux pas qu'on te fasse, ne le fais pas à autrui" ne peut en aucune façon varier en fonction de la diversité des peuples" (*De Doctrina Christiana III*, 14). Les droits de l'homme exigent alors d'être respectés parce qu'ils sont l'expression de la justice et non simplement en raison de la force coercitive liée à la volonté des législateurs.

Mesdames et Messieurs, à mesure que l'on avance dans l'histoire, de nouvelles situations surgissent et l'on cherche à y attacher de nouveaux droits. Le discernement, c'est-à-dire la capacité de distinguer le bien du mal, est encore plus nécessaire quand sont en jeu des exigences qui appartiennent à la vie et à l'action de personnes, de communautés et de peuples. Quand on affronte le thème des droits, qui mettent en jeu des situations importantes et des réalités profondes, le discernement est une vertu à la fois indispensable et féconde.

Le discernement nous amène alors à souligner que laisser aux seuls Etats, avec leurs lois et leurs institutions, la responsabilité ultime de répondre aux aspirations des personnes, des communautés et de peuples tout entier peut parfois entraîner des conséquences rendant impossible un ordre social respectueux de la dignité de la personne et de ses droits. Par ailleurs, une vision de la vie solidement ancrée dans la dimension religieuse peut permettre d'y parvenir, car la reconnaissance de la valeur transcendante de tout homme et de toute femme favorise la conversion du cœur, ce qui conduit alors à un engagement contre la violence, le terrorisme ou la guerre, et à la promotion de la justice et de la paix. Cela favorise aussi un milieu propice au dialogue interreligieux que les Nations unies sont appelées à soutenir comme elles soutiennent le dialogue dans d'autres domaines de l'activité humaine. Le dialogue doit être reconnu comme le moyen par lequel les diverses composantes de la société peuvent confronter leurs points de vue et réaliser un consensus autour de la vérité concernant des valeurs ou des fins particulières. Il est de la nature des religions librement pratiquées de pouvoir mener de manière autonome un dialogue de la pensée et de la vie. Si, à ce niveau là aussi, la sphère religieuse est séparée de l'action politique, il en ressort également de grands bénéfices pour les personnes individuelles et pour les communautés. D'autre part, les Nations unies peuvent compter sur les fruits du dialogue entre les religions et tirer des bénéfices de la volonté des croyants de mettre leur expérience au service du bien commun. Leur tâche est de proposer une vision de la foi non pas en termes d'intolérance, de discrimination ou de conflit, mais en terme de respect absolu de la vérité, de la coexistence, des droits et de la réconciliation.

Les droits de l'homme doivent évidemment inclure le droit à la liberté religieuse, comprise comme l'expression d'une dimension à la fois individuelle et communautaire, perspective qui fait ressortir

l'unité de la personne tout en distinguant clairement entre la dimension du citoyen et celle du croyant. Au cours des dernières années, l'action des Nations unies a permis que le débat public offre des points de vue inspirés par une vision religieuse dans toutes ses dimensions y compris le rite, le culte, l'éducation, la diffusion d'information et la liberté de professer et de choisir sa religion. Il n'est donc pas imaginable que des croyants doivent se priver d'une partie d'eux-mêmes - de leur foi - afin d'être des citoyens actifs. Il ne devrait jamais être nécessaire de nier Dieu pour jouir de ses droits. Il est d'autant plus nécessaire de protéger les droits liés à la religion s'ils sont considérés comme opposés à une idéologie séculière dominante ou à des positions religieuses majoritaires, de nature exclusive. La pleine garantie de la liberté religieuse ne peut pas être limitée au libre exercice du culte, mais doit prendre en considération la dimension publique de la religion et donc la possibilité pour les croyants de participer à la construction de l'ordre social. Ils le font effectivement à l'heure actuelle par exemple à travers leur engagement efficace et généreux dans un vaste réseau d'initiatives qui va des Universités, des Instituts scientifiques et des écoles, jusqu'aux structures qui promeuvent la santé et aux organisations caritatives au service des plus pauvres et des laissés-pour-compte. Refuser de reconnaître l'apport à la société qui s'enracine dans la dimension religieuse et dans la recherche de l'Absolu - qui par nature exprime une communion entre les personnes - reviendrait à privilégier dans les faits une approche individualiste et, ce faisant, à fragmenter l'unité de la personne.

Ma présence au sein de cette Assemblée est le signe de mon estime pour les Nations unies et elle veut aussi manifester le souhait que l'Organisation puisse être toujours davantage un signe d'unité entre les Etats et un instrument au service de toute la famille humaine. Elle manifeste aussi la volonté de l'Eglise catholique d'apporter sa contribution aux relations internationales d'une manière qui permette à toute personne et à tout peuple de sentir qu'ils ont leur importance. D'une manière qui est en harmonie avec sa contribution au domaine éthique et moral et à la libre activité de sa foi, l'Eglise travaille aussi à la réalisation de ces objectifs à travers l'activité internationale du Saint-Siège. Le Saint-Siège a en effet toujours eu sa place dans les assemblées des Nations tout en manifestant son caractère spécifique comme sujet dans le domaine international. Comme les Nations unies l'ont récemment confirmé, le Saint-Siège apporte aussi sa contribution selon les dispositions du droit international, aidant à la définition de ce droit et y recourant.

Les Nations unies demeurent un lieu privilégié où l'Eglise s'efforce de partager son expérience "en humanité", qui a mûri tout au long des siècles parmi les peuples de toute race et de toute culture, et de la mettre à la disposition de tous les membres de la Communauté internationale. Cette expérience et cette activité, qui visent à obtenir la liberté pour tout croyant, cherchent aussi à assurer une protection plus grande aux droits de la personne. Ces droits trouvent leur fondement et leur forme dans la nature transcendante de la personne, qui permet aux hommes et aux femmes d'avancer sur le chemin de la foi et de la recherche de Dieu dans ce monde. Il faut renforcer la reconnaissance de cette dimension si nous voulons soutenir l'espérance de l'humanité en un monde meilleur et si nous voulons créer les conditions pour la paix, le développement, la coopération et la garantie des droits pour les générations à venir.

Dans ma récente encyclique *Spe salvi*, je rappelais que "la recherche pénible et toujours nouvelle d'ordonnancements droits pour les choses humaines est le devoir de chaque génération" (n. 25). Pour les chrétiens, cette tâche trouve sa justification dans l'espérance qui jaillit de l'œuvre salvifique de Jésus Christ. C'est pourquoi l'Eglise est heureuse d'être associée aux activités de cette honorable Organisation qui a la responsabilité de promouvoir la paix et la bonne volonté sur toute la terre. Chers Amis, je vous remercie de m'avoir permis de m'adresser à vous aujourd'hui et je vous promets le soutien de mes prières pour que vous poursuiviez votre noble tâche.

Avant de prendre congé de cette illustre Assemblée, je voudrais adresser mes souhaits dans les langues officielles à toutes les nations qui y sont représentées.

Peace and Prosperity with God's help!

Paix et prospérité, avec l'aide de Dieu!

Paz y prosperidad con la ayuda de Dios!

السَلام ٌ وازدِهار ٌ بعون الله !

因著天主的幫助願大家 得享平安和繁榮！

Мира и благоденствия с помощью Божией!

Thank you very much.

L'Osservatore Romano. Edition hebdomadaire en langue française n.16, p.6-7.

La Documentation Catholique n°2403, p.533-537.

© Copyright - Libreria Editrice Vaticana

The Holy See

APOSTOLIC JOURNEY
TO THE UNITED STATES OF AMERICA
AND VISIT TO THE UNITED NATIONS
ORGANIZATION HEADQUARTERS

MEETING WITH THE MEMBERS OF THE GENERAL ASSEMBLY OF THE UNITED NATIONS ORGANIZATION

*ADDRESS OF HIS HOLINESS BENEDICT XVI**

New York
Friday, 18 April 2008

Mr President,
Ladies and Gentlemen,

As I begin my address to this Assembly, I would like first of all to express to you, Mr President, my sincere gratitude for your kind words. My thanks go also to the Secretary-General, Mr Ban Ki-moon, for inviting me to visit the headquarters of this Organization and for the welcome that he has extended to me. I greet the Ambassadors and Diplomats from the Member States, and all those present. Through you, I greet the peoples who are represented here. They look to this institution to carry forward the founding inspiration to establish a “centre for harmonizing the actions of nations in the attainment of these common ends” of peace and development (cf. *Charter of the United Nations*, article 1.2-1.4). As Pope John Paul II expressed it in 1995, the Organization should be “a moral centre where all the nations of the world feel at home and develop a shared awareness of being, as it were, a ‘family of nations’” (*Address to the General Assembly of the United Nations on the 50th Anniversary of its Foundation*, New York, 5 October 1995, 14).

Through the United Nations, States have established universal objectives which, even if they do not coincide with the total common good of the human family, undoubtedly represent a

fundamental part of that good. The founding principles of the Organization – the desire for peace, the quest for justice, respect for the dignity of the person, humanitarian cooperation and assistance – express the just aspirations of the human spirit, and constitute the ideals which should underpin international relations. As my predecessors Paul VI and John Paul II have observed from this very podium, all this is something that the Catholic Church and the Holy See follow attentively and with interest, seeing in your activity an example of how issues and conflicts concerning the world community can be subject to common regulation. The United Nations embodies the aspiration for a "greater degree of international ordering" (John Paul II, *Sollicitudo Rei Socialis*, 43), inspired and governed by the principle of subsidiarity, and therefore capable of responding to the demands of the human family through binding international rules and through structures capable of harmonizing the day-to-day unfolding of the lives of peoples. This is all the more necessary at a time when we experience the obvious paradox of a multilateral consensus that continues to be in crisis because it is still subordinated to the decisions of a few, whereas the world's problems call for interventions in the form of collective action by the international community.

Indeed, questions of security, development goals, reduction of local and global inequalities, protection of the environment, of resources and of the climate, require all international leaders to act jointly and to show a readiness to work in good faith, respecting the law, and promoting solidarity with the weakest regions of the planet. I am thinking especially of those countries in Africa and other parts of the world which remain on the margins of authentic integral development, and are therefore at risk of experiencing only the negative effects of globalization. In the context of international relations, it is necessary to recognize the higher role played by rules and structures that are intrinsically ordered to promote the common good, and therefore to safeguard human freedom. These regulations do not limit freedom. On the contrary, they promote it when they prohibit behaviour and actions which work against the common good, curb its effective exercise and hence compromise the dignity of every human person. In the name of freedom, there has to be a correlation between rights and duties, by which every person is called to assume responsibility for his or her choices, made as a consequence of entering into relations with others. Here our thoughts turn also to the way the results of scientific research and technological advances have sometimes been applied. Notwithstanding the enormous benefits that humanity can gain, some instances of this represent a clear violation of the order of creation, to the point where not only is the sacred character of life contradicted, but the human person and the family are robbed of their natural identity. Likewise, international action to preserve the environment and to protect various forms of life on earth must not only guarantee a rational use of technology and science, but must also rediscover the authentic image of creation. This never requires a choice to be made between science and ethics: rather it is a question of adopting a scientific method that is truly respectful of ethical imperatives.

Recognition of the unity of the human family, and attention to the innate dignity of every man and woman, today find renewed emphasis in the principle of the responsibility to protect. This has only

recently been defined, but it was already present implicitly at the origins of the United Nations, and is now increasingly characteristic of its activity. Every State has the primary duty to protect its own population from grave and sustained violations of human rights, as well as from the consequences of humanitarian crises, whether natural or man-made. If States are unable to guarantee such protection, the international community must intervene with the juridical means provided in the United Nations Charter and in other international instruments. The action of the international community and its institutions, provided that it respects the principles undergirding the international order, should never be interpreted as an unwarranted imposition or a limitation of sovereignty. On the contrary, it is indifference or failure to intervene that do the real damage. What is needed is a deeper search for ways of pre-empting and managing conflicts by exploring every possible diplomatic avenue, and giving attention and encouragement to even the faintest sign of dialogue or desire for reconciliation.

The principle of “responsibility to protect” was considered by the ancient *ius gentium* as the foundation of every action taken by those in government with regard to the governed: at the time when the concept of national sovereign States was first developing, the Dominican Friar Francisco de Vitoria, rightly considered as a precursor of the idea of the United Nations, described this responsibility as an aspect of natural reason shared by all nations, and the result of an international order whose task it was to regulate relations between peoples. Now, as then, this principle has to invoke the idea of the person as image of the Creator, the desire for the absolute and the essence of freedom. The founding of the United Nations, as we know, coincided with the profound upheavals that humanity experienced when reference to the meaning of transcendence and natural reason was abandoned, and in consequence, freedom and human dignity were grossly violated. When this happens, it threatens the objective foundations of the values inspiring and governing the international order and it undermines the cogent and inviolable principles formulated and consolidated by the United Nations. When faced with new and insistent challenges, it is a mistake to fall back on a pragmatic approach, limited to determining “common ground”, minimal in content and weak in its effect.

This reference to human dignity, which is the foundation and goal of the responsibility to protect, leads us to the theme we are specifically focusing upon this year, which marks the sixtieth anniversary of the *Universal Declaration of Human Rights*. This document was the outcome of a convergence of different religious and cultural traditions, all of them motivated by the common desire to place the human person at the heart of institutions, laws and the workings of society, and to consider the human person essential for the world of culture, religion and science. Human rights are increasingly being presented as the common language and the ethical substratum of international relations. At the same time, the universality, indivisibility and interdependence of human rights all serve as guarantees safeguarding human dignity. It is evident, though, that the rights recognized and expounded in the *Declaration* apply to everyone by virtue of the common origin of the person, who remains the high-point of God’s creative design for the world and for history. They are based on the natural law inscribed on human hearts and present in different

cultures and civilizations. Removing human rights from this context would mean restricting their range and yielding to a relativistic conception, according to which the meaning and interpretation of rights could vary and their universality would be denied in the name of different cultural, political, social and even religious outlooks. This great variety of viewpoints must not be allowed to obscure the fact that not only rights are universal, but so too is the human person, the subject of those rights.

BXVI. 27 The life of the community, both domestically and internationally, clearly demonstrates that respect for rights, and the guarantees that follow from them, are measures of the common good that serve to evaluate the relationship between justice and injustice, development and poverty, security and conflict. The promotion of human rights remains the most effective strategy for eliminating

BXVI. 28 inequalities between countries and social groups, and for increasing security. Indeed, the victims

BXVI. 29 of hardship and despair, whose human dignity is violated with impunity, become easy prey to the call to violence, and they can then become violators of peace. The common good that human rights help to accomplish cannot, however, be attained merely by applying correct procedures, nor even less by achieving a balance between competing rights. The merit of the *Universal*

BXVI. 30 *Declaration* is that it has enabled different cultures, juridical expressions and institutional models to converge around a fundamental nucleus of values, and hence of rights. Today, though, efforts

BXVI. 31 need to be redoubled in the face of pressure to reinterpret the foundations of the *Declaration* and to compromise its inner unity so as to facilitate a move away from the protection of human dignity towards the satisfaction of simple interests, often particular interests. The *Declaration* was adopted as a “common standard of achievement” (*Preamble*) and cannot be applied piecemeal, according to trends or selective choices that merely run the risk of contradicting the unity of the human person and thus the indivisibility of human rights.

BXVI. 32 Experience shows that legality often prevails over justice when the insistence upon rights makes them appear as the exclusive result of legislative enactments or normative decisions taken by the various agencies of those in power. When presented purely in terms of legality, rights risk becoming weak propositions divorced from the ethical and rational dimension which is their foundation and their goal. The *Universal Declaration*, rather, has reinforced the conviction that

BXVI. 33 respect for human rights is principally rooted in unchanging justice, on which the binding force of international proclamations is also based. This aspect is often overlooked when the attempt is made to deprive rights of their true function in the name of a narrowly utilitarian perspective. Since

BXVI. 34 rights and the resulting duties follow naturally from human interaction, it is easy to forget that they are the fruit of a commonly held sense of justice built primarily upon solidarity among the members of society, and hence valid at all times and for all peoples. This intuition was expressed as early as

BXVI. 35 the fifth century by Augustine of Hippo, one of the masters of our intellectual heritage. He taught that the saying: *Do not do to others what you would not want done to you* “cannot in any way vary according to the different understandings that have arisen in the world” (*De Doctrina Christiana*, III, 14). Human rights, then, must be respected as an expression of justice, and not merely because they are enforceable through the will of the legislators.

Ladies and Gentlemen,

BXVI. 36 As history proceeds, new situations arise, and the attempt is made to link them to new rights. Discernment, that is, the capacity to distinguish good from evil, becomes even more essential in the context of demands that concern the very lives and conduct of persons, communities and peoples. In tackling the theme of rights, since important situations and profound realities are involved, discernment is both an indispensable and a fruitful virtue.

BXVI. 37 Discernment, then, shows that entrusting exclusively to individual States, with their laws and institutions, the final responsibility to meet the aspirations of persons, communities and entire peoples, can sometimes have consequences that exclude the possibility of a social order respectful of the dignity and rights of the person. On the other hand, a vision of life firmly anchored

BXVI. 38 in the religious dimension can help to achieve this, since recognition of the transcendent value of every man and woman favours conversion of heart, which then leads to a commitment to resist violence, terrorism and war, and to promote justice and peace. This also provides the proper context for the inter-religious dialogue that the United Nations is called to support, just as it supports dialogue in other areas of human activity. Dialogue should be recognized as the means by which the various components of society can articulate their point of view and build consensus around the truth concerning particular values or goals. It pertains to the nature of religions, freely practised, that they can autonomously conduct a dialogue of thought and life. If at this level, too,

BXVI. 39 the religious sphere is kept separate from political action, then great benefits ensue for individuals and communities. On the other hand, the United Nations can count on the results of dialogue

BXVI. 40 between religions, and can draw fruit from the willingness of believers to place their experiences at the service of the common good. Their task is to propose a vision of faith not in terms of intolerance, discrimination and conflict, but in terms of complete respect for truth, coexistence, rights, and reconciliation.

BXVI. 41 Human rights, of course, must include the right to religious freedom, understood as the expression of a dimension that is at once individual and communitarian – a vision that brings out the unity of the person while clearly distinguishing between the dimension of the citizen and that of the believer. The activity of the United Nations in recent years has ensured that public debate gives

BXVI. 42 space to viewpoints inspired by a religious vision in all its dimensions, including ritual, worship, education, dissemination of information and the freedom to profess and choose religion. It is

BXVI. 43 inconceivable, then, that believers should have to suppress a part of themselves – their faith – in order to be active citizens. It should never be necessary to deny God in order to enjoy one's rights.

BXVI. 44 The rights associated with religion are all the more in need of protection if they are considered to clash with a prevailing secular ideology or with majority religious positions of an exclusive nature.

BXVI. 45 The full guarantee of religious liberty cannot be limited to the free exercise of worship, but has to give due consideration to the public dimension of religion, and hence to the possibility of believers playing their part in building the social order. Indeed, they actually do so, for example through their influential and generous involvement in a vast network of initiatives which extend from

Universities, scientific institutions and schools to health care agencies and charitable organizations in the service of the poorest and most marginalized. Refusal to recognize the contribution to society that is rooted in the religious dimension and in the quest for the Absolute – by its nature, expressing communion between persons – would effectively privilege an individualistic approach, and would fragment the unity of the person.

BXVI. 46 My presence at this Assembly is a sign of esteem for the United Nations, and it is intended to express the hope that the Organization will increasingly serve as a sign of unity between States and an instrument of service to the entire human family. It also demonstrates the willingness of the Catholic Church to offer her proper contribution to building international relations in a way that allows every person and every people to feel they can make a difference. In a manner that is consistent with her contribution in the ethical and moral sphere and the free activity of her faithful, the Church also works for the realization of these goals through the international activity of the Holy See. Indeed, the Holy See has always had a place at the assemblies of the Nations, thereby
BXVI. 47 manifesting its specific character as a subject in the international domain. As the United Nations recently confirmed, the Holy See thereby makes its contribution according to the dispositions of international law, helps to define that law, and makes appeal to it.

BXVI. 48 The United Nations remains a privileged setting in which the Church is committed to contributing her experience “of humanity”, developed over the centuries among peoples of every race and culture, and placing it at the disposal of all members of the international community. This
BXVI. 49 experience and activity, directed towards attaining freedom for every believer, seeks also to increase the protection given to the rights of the person. Those rights are grounded and shaped by the transcendent nature of the person, which permits men and women to pursue their journey of faith and their search for God in this world. Recognition of this dimension must be strengthened if
BXVI. 50 we are to sustain humanity’s hope for a better world and if we are to create the conditions for peace, development, cooperation, and guarantee of rights for future generations.

BXVI. 51 In my recent Encyclical, *Spe Salvi*, I indicated that “every generation has the task of engaging anew in the arduous search for the right way to order human affairs” (no. 25). For Christians, this task is motivated by the hope drawn from the saving work of Jesus Christ. That is why the Church
BXVI. 52 is happy to be associated with the activity of this distinguished Organization, charged with the responsibility of promoting peace and good will throughout the earth. Dear Friends, I thank you for
BXVI. 53 this opportunity to address you today, and I promise you of the support of my prayers as you pursue your noble task.

BXVI. 54 Before I take my leave from this distinguished Assembly, I should like to offer my greetings, in the official languages, to all the Nations here represented.

Peace and Prosperity with God’s help!

Paix et prospérité, avec l'aide de Dieu!

Paz y prosperidad con la ayuda de Dios!

السَلامٌ وَازدِهَارٌ بِعَونِ اللهِ !

因著天主的幫助願大家 得享平安和繁榮！

Мира и благоденствия с помощью Божией!

Thank you very much.

L'Osservatore Romano. Weekly Edition in English n°17 p. 12, 13.

© Copyright - Libreria Editrice Vaticana

VIAJE APOSTÓLICO DEL SANTO PADRE FRANCISCO
A CUBA, ESTADOS UNIDOS DE AMÉRICA
Y VISITA A LA SEDE DE LA ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS
(19-28 DE SEPTIEMBRE DE 2015)

VISITA A LA ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS*DISCURSO DEL SANTO PADRE*

Nueva York
Viernes 25 de septiembre de 2015[Multimedia]

Señor Presidente,
Señoras y Señores: Buenos días.

Franc. 1 Una vez más, siguiendo una tradición de la que me siento honrado, el Secretario General de las Naciones Unidas ha invitado al Papa a dirigirse a esta honorable Asamblea de las Naciones. En nombre propio y en el de toda la comunidad católica, Señor Ban Ki-moon, quiero expresarle el

Franc. 2 más sincero y cordial agradecimiento. Agradezco también sus amables palabras. Saludo asimismo a los Jefes de Estado y de Gobierno aquí presentes, a los Embajadores, diplomáticos y funcionarios políticos y técnicos que los acompañan, al personal de las Naciones Unidas empeñado en esta 70ª Sesión de la Asamblea General, al personal de todos los programas y agencias de la familia de la ONU, y a todos los que de un modo u otro participan de esta reunión.

Franc. 3 Por medio de ustedes saludo también a los ciudadanos de todas las naciones representadas en este encuentro. Gracias por los esfuerzos de todos y de cada uno en bien de la humanidad.

Franc. 4 Esta es la quinta vez que un Papa visita las Naciones Unidas. Lo hicieron mis predecesores Pablo VI en 1965, Juan Pablo II en 1979 y 1995 y, mi más reciente predecesor, hoy el Papa emérito Benedicto XVI, en 2008. Todos ellos no ahorraron expresiones de reconocimiento para la Organización, considerándola la respuesta jurídica y política adecuada al momento histórico, caracterizado por la superación tecnológica de las distancias y fronteras y, aparentemente, de cualquier límite natural a la afirmación del poder. Una respuesta imprescindible ya que el poder

Franc. 5 tecnológico, en manos de ideologías nacionalistas o falsamente universalistas, es capaz de

Franc. 6 producir tremendas atrocidades. No puedo menos que asociarme al aprecio de mis predecesores,

reafirmando la importancia que la Iglesia Católica concede a esta institución y las esperanzas que pone en sus actividades.

Franc. 7 La historia de la comunidad organizada de los Estados, representada por las Naciones Unidas, que festeja en estos días su 70 aniversario, es una historia de importantes éxitos comunes, en un período de inusitada aceleración de los acontecimientos. Sin pretensión de exhaustividad, se puede mencionar la codificación y el desarrollo del derecho internacional, la construcción de la normativa internacional de derechos humanos, el perfeccionamiento del derecho humanitario, la solución de muchos conflictos y operaciones de paz y reconciliación, y tantos otros logros en todos los campos de la proyección internacional del quehacer humano. Todas estas realizaciones

Franc. 8 son luces que contrastan la oscuridad del desorden causado por las ambiciones descontroladas y por los egoísmos colectivos. Es cierto que aún son muchos los graves problemas no resueltos,

Franc. 9 pero también es evidente que, si hubiera faltado toda esta actividad internacional, la humanidad podría no haber sobrevivido al uso descontrolado de sus propias potencialidades. Cada uno de

Franc. 10 estos progresos políticos, jurídicos y técnicos son un camino de concreción del ideal de la fraternidad humana y un medio para su mayor realización.

Franc. 11 Rindo pues homenaje a todos los hombres y mujeres que han servido leal y sacrificadamente a toda la humanidad en estos 70 años. En particular, quiero recordar hoy a los que han dado su vida por la paz y la reconciliación de los pueblos, desde Dag Hammarskjöld hasta los muchísimos funcionarios de todos los niveles, fallecidos en las misiones humanitarias, de paz y reconciliación.

Franc. 12 La experiencia de estos 70 años, más allá de todo lo conseguido, muestra que la reforma y la adaptación a los tiempos siempre es necesaria, progresando hacia el objetivo último de conceder

Franc. 13 a todos los países, sin excepción, una participación y una incidencia real y equitativa en las decisiones. Esta necesidad de una mayor equidad, vale especialmente para los cuerpos con

Franc. 14 efectiva capacidad ejecutiva, como es el caso del Consejo de Seguridad, los organismos financieros y los grupos o mecanismos especialmente creados para afrontar las crisis económicas. Esto ayudará a limitar todo tipo de abuso o usura sobre todo con los países en vías de desarrollo. Los organismos financieros internacionales han de velar por el desarrollo sostenible

Franc. 15 de los países y la no sumisión asfixiante de éstos a sistemas crediticios que, lejos de promover el progreso, someten a las poblaciones a mecanismos de mayor pobreza, exclusión y dependencia.

Franc. 16 La labor de las Naciones Unidas, a partir de los postulados del Preámbulo y de los primeros artículos de su Carta Constitucional, puede ser vista como el desarrollo y la promoción de la soberanía del derecho, sabiendo que la justicia es requisito indispensable para obtener el ideal de la fraternidad universal. En este contexto, cabe recordar que la limitación del poder es una idea

Franc. 17 implícita en el concepto de derecho. Dar a cada uno lo suyo, siguiendo la definición clásica de

Franc. 18 justicia, significa que ningún individuo o grupo humano se puede considerar omnipotente, autorizado a pasar por encima de la dignidad y de los derechos de las otras personas singulares

Franc. 19 o de sus agrupaciones sociales. La distribución fáctica del poder (político, económico, de defensa,

tecnológico, etc.) entre una pluralidad de sujetos y la creación de un sistema jurídico de regulación de las pretensiones e intereses, concreta la limitación del poder. El panorama mundial hoy nos presenta, sin embargo, muchos falsos derechos, y –a la vez– grandes sectores indefensos, víctimas más bien de un mal ejercicio del poder: el ambiente natural y el vasto mundo de mujeres y hombres excluidos. Dos sectores íntimamente unidos entre sí, que las relaciones políticas y económicas preponderantes han convertido en partes frágiles de la realidad. Por eso hay que afirmar con fuerza sus derechos, consolidando la protección del ambiente y acabando con la exclusión.

Franc. 20

Franc. 21 Ante todo, hay que afirmar que existe un verdadero «derecho del ambiente» por un doble motivo. Primero, porque los seres humanos somos parte del ambiente. Vivimos en comunión con él, porque el mismo ambiente comporta límites éticos que la acción humana debe reconocer y respetar. El hombre, aun cuando está dotado de «capacidades inéditas» que «muestran una singularidad que trasciende el ámbito físico y biológico» (*Laudato si'*, 81), es al mismo tiempo una porción de ese ambiente. Tiene un cuerpo formado por elementos físicos, químicos y biológicos, y solo puede sobrevivir y desarrollarse si el ambiente ecológico le es favorable. Cualquier daño al ambiente, por tanto, es un daño a la humanidad. Segundo, porque cada una de las creaturas,

Franc. 22 especialmente las vivientes, tiene un valor en sí misma, de existencia, de vida, de belleza y de interdependencia con las demás creaturas. Los cristianos, junto con las otras religiones monoteístas, creemos que el universo proviene de una decisión de amor del Creador, que permite al hombre servirse respetuosamente de la creación para el bien de sus semejantes y para gloria del Creador, pero que no puede abusar de ella y mucho menos está autorizado a destruirla. Para todas las creencias religiosas, el ambiente es un bien fundamental (cf. *ibíd.*, 81).

Franc. 23 El abuso y la destrucción del ambiente, al mismo tiempo, van acompañados por un imparable proceso de exclusión. En efecto, un afán egoísta e ilimitado de poder y de bienestar material lleva tanto a abusar de los recursos materiales disponibles como a excluir a los débiles y con menos habilidades, ya sea por tener capacidades diferentes (discapacitados) o porque están privados de los conocimientos e instrumentos técnicos adecuados o poseen insuficiente capacidad de decisión política. La exclusión económica y social es una negación total de la fraternidad humana

Franc. 24 y un gravísimo atentado a los derechos humanos y al ambiente. Los más pobres son los que más

Franc. 25 sufren estos atentados por un triple grave motivo: son descartados por la sociedad, son al mismo tiempo obligados a vivir del descarte y deben injustamente sufrir las consecuencias del abuso del ambiente. Estos fenómenos conforman la hoy tan difundida e inconscientemente consolidada «cultura del descarte».

Franc. 26 Lo dramático de toda esta situación de exclusión e inequidad, con sus claras consecuencias, me lleva junto a todo el pueblo cristiano y a tantos otros a tomar conciencia también de mi grave responsabilidad al respecto, por lo cual alzo mi voz, junto a la de todos aquellos que anhelan soluciones urgentes y efectivas. La adopción de la *Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible* en

Franc. 27 la Cumbre mundial que iniciará hoy mismo, es una importante señal de esperanza. Confío

Franc. 28 también que la *Conferencia de París sobre el cambio climático* logre acuerdos fundamentales y eficaces.

Franc. 29 No bastan, sin embargo, los compromisos asumidos solemnemente, aunque constituyen ciertamente un paso necesario para las soluciones. La definición clásica de justicia a que aludí anteriormente contiene como elemento esencial una voluntad constante y perpetua: *Iustitia est constans et perpetua voluntas ius suum cuique tribuendi*. El mundo reclama de todos los

Franc. 30 gobernantes una voluntad efectiva, práctica, constante, de pasos concretos y medidas inmediatas, para preservar y mejorar el ambiente natural y vencer cuanto antes el fenómeno de la exclusión social y económica, con sus tristes consecuencias de trata de seres humanos, comercio de órganos y tejidos humanos, explotación sexual de niños y niñas, trabajo esclavo, incluyendo la prostitución, tráfico de drogas y de armas, terrorismo y crimen internacional organizado. Es tal la

Franc. 31 magnitud de estas situaciones y el grado de vidas inocentes que va cobrando, que hemos de evitar toda tentación de caer en un nominalismo declaracionista con efecto tranquilizador en las conciencias. Debemos cuidar que nuestras instituciones sean realmente efectivas en la lucha contra todos estos flagelos.

Franc. 32 La multiplicidad y complejidad de los problemas exige contar con instrumentos técnicos de medida. Esto, empero, comporta un doble peligro: limitarse al ejercicio burocrático de redactar largas enumeraciones de buenos propósitos –metas, objetivos e indicaciones estadísticas–, o creer que una única solución teórica y apriorística dará respuesta a todos los desafíos. No hay

Franc. 33 que perder de vista, en ningún momento, que la acción política y económica, solo es eficaz cuando se la entiende como una actividad prudencial, guiada por un concepto perenne de justicia y que no pierde de vista en ningún momento que, antes y más allá de los planes y programas, hay mujeres y hombres concretos, iguales a los gobernantes, que viven, luchan y sufren, y que muchas veces se ven obligados a vivir miserablemente, privados de cualquier derecho.

Franc. 34 Para que estos hombres y mujeres concretos puedan escapar de la pobreza extrema, hay que permitirles ser dignos actores de su propio destino. El desarrollo humano integral y el pleno ejercicio de la dignidad humana no pueden ser impuestos. Deben ser edificados y desplegados por cada uno, por cada familia, en comunión con los demás hombres y en una justa relación con todos los círculos en los que se desarrolla la socialidad humana –amigos, comunidades, aldeas municipios, escuelas, empresas y sindicatos, provincias, naciones–. Esto supone y exige el

Franc. 35 derecho a la educación –también para las niñas, excluidas en algunas partes–, que se asegura en primer lugar respetando y reforzando el derecho primario de las familias a educar, y el derecho de las Iglesias y de las agrupaciones sociales a sostener y colaborar con las familias en la formación de sus hijas e hijos. La educación, así concebida, es la base para la realización de la *Agenda*

Franc. 36 *2030* y para recuperar el ambiente.

Franc. 37 Al mismo tiempo, los gobernantes han de hacer todo lo posible a fin de que todos puedan tener la mínima base material y espiritual para ejercer su dignidad y para formar y mantener una familia,

que es la célula primaria de cualquier desarrollo social. Este mínimo absoluto tiene en lo material
Franc. 38 tres nombres: techo, trabajo y tierra; y un nombre en lo espiritual: libertad de espíritu, que comprende la libertad religiosa, el derecho a la educación y todos los otros derechos cívicos.

Franc. 39 Por todo esto, la medida y el indicador más simple y adecuado del cumplimiento de la nueva *Agenda* para el desarrollo será el acceso efectivo, práctico e inmediato, para todos, a los bienes materiales y espirituales indispensables: vivienda propia, trabajo digno y debidamente remunerado, alimentación adecuada y agua potable; libertad religiosa, y más en general libertad de espíritu y educación. Al mismo tiempo, estos pilares del desarrollo humano integral tienen un
Franc. 40 fundamento común, que es el derecho a la vida y, más en general, lo que podríamos llamar el derecho a la existencia de la misma naturaleza humana.

Franc. 41 La crisis ecológica, junto con la destrucción de buena parte de la biodiversidad, puede poner en peligro la existencia misma de la especie humana. Las nefastas consecuencias de un
Franc. 42 irresponsable desgobierno de la economía mundial, guiado solo por la ambición de lucro y de poder, deben ser un llamado a una severa reflexión sobre el hombre:«El hombre no es solamente una libertad que él se crea por sí solo. El hombre no se crea a sí mismo. Es espíritu y voluntad, pero también naturaleza» (Benedicto XVI, *Discurso al Parlamento Federal de Alemania*, 22 septiembre 2011; citado en *Laudato si'*, 6). La creación se ve perjudicada «donde nosotros
Franc. 43 mismos somos las últimas instancias [...] El derroche de la creación comienza donde no reconocemos ya ninguna instancia por encima de nosotros, sino que solo nos vemos a nosotros mismos» (*Id.*, *Discurso al Clero de la Diócesis de Bolzano-Bressanone*, 6 agosto 2008; citado *ibíd.*). Por eso, la defensa del ambiente y la lucha contra la exclusión exigen el reconocimiento de
Franc. 44 una ley moral inscrita en la propia naturaleza humana, que comprende la distinción natural entre hombre y mujer (*Laudato si'*, 155), y el absoluto respeto de la vida en todas sus etapas y dimensiones (cf. *ibíd.*, 123; 136).

Franc. 45 Sin el reconocimiento de unos límites éticos naturales insalvables y sin la actuación inmediata de aquellos pilares del desarrollo humano integral, el ideal de «salvar las futuras generaciones del flagelo de la guerra» (*Carta de las Naciones Unidas*, Preámbulo) y de «promover el progreso social y un más elevado nivel de vida en una más amplia libertad» (*ibíd.*) corre el riesgo de convertirse en un espejismo inalcanzable o, peor aún, en palabras vacías que sirven de excusa
Franc. 46 para cualquier abuso y corrupción, o para promover una colonización ideológica a través de la imposición de modelos y estilos de vida anómalos, extraños a la identidad de los pueblos y, en último término, irresponsables.

Franc. 47 La guerra es la negación de todos los derechos y una dramática agresión al ambiente. Si se quiere un verdadero desarrollo humano integral para todos, se debe continuar incansablemente con la tarea de evitar la guerra entre las naciones y los pueblos.

Franc. 48 Para tal fin hay que asegurar el imperio incontestado del derecho y el infatigable recurso a la

negociación, a los buenos oficios y al arbitraje, como propone la *Carta de las Naciones Unidas*, verdadera norma jurídica fundamental. La experiencia de los 70 años de existencia de las

Franc. 49 Naciones Unidas, en general, y en particular la experiencia de los primeros 15 años del tercer milenio, muestran tanto la eficacia de la plena aplicación de las normas internacionales como la ineficacia de su incumplimiento. Si se respeta y aplica la *Carta de las Naciones Unidas* con

Franc. 50 transparencia y sinceridad, sin segundas intenciones, como un punto de referencia obligatorio de justicia y no como un instrumento para disfrazar intenciones espurias, se alcanzan resultados de paz. Cuando, en cambio, se confunde la norma con un simple instrumento, para utilizar cuando

Franc. 51 resulta favorable y para eludir cuando no lo es, se abre una verdadera caja de Pandora de fuerzas incontrolables, que dañan gravemente las poblaciones inermes, el ambiente cultural e incluso el ambiente biológico.

Franc. 52 El Preámbulo y el primer artículo de la *Carta de las Naciones Unidas* indican los cimientos de la construcción jurídica internacional: la paz, la solución pacífica de las controversias y el desarrollo de relaciones de amistad entre las naciones. Contrasta fuertemente con estas afirmaciones, y las

Franc. 53 niega en la práctica, la tendencia siempre presente a la proliferación de las armas, especialmente las de destrucción masiva como pueden ser las nucleares. Una ética y un derecho basados en la

Franc. 54 amenaza de destrucción mutua –y posiblemente de toda la humanidad– son contradictorios y constituyen un fraude a toda la construcción de las Naciones Unidas, que pasarían a ser «Naciones unidas por el miedo y la desconfianza». Hay que empeñarse por un mundo sin armas

Franc. 55 nucleares, aplicando plenamente el Tratado de no proliferación, en la letra y en el espíritu, hacia una total prohibición de estos instrumentos.

Franc. 56 El reciente acuerdo sobre la cuestión nuclear en una región sensible de Asia y Oriente Medio es una prueba de las posibilidades de la buena voluntad política y del derecho, ejercitados con sinceridad, paciencia y constancia. Hago votos para que este acuerdo sea duradero y eficaz y dé

Franc. 57 los frutos deseados con la colaboración de todas las partes implicadas.

Franc. 58 En ese sentido, no faltan duras pruebas de las consecuencias negativas de las intervenciones políticas y militares no coordinadas entre los miembros de la comunidad internacional. Por eso, aun deseando no tener la necesidad de hacerlo, no puedo dejar de reiterar mis repetidos llamamientos en relación con la dolorosa situación de todo el Oriente Medio, del norte de África y de otros países africanos, donde los cristianos, junto con otros grupos culturales o étnicos e incluso junto con aquella parte de los miembros de la religión mayoritaria que no quiere dejarse envolver por el odio y la locura, han sido obligados a ser testigos de la destrucción de sus lugares de culto, de su patrimonio cultural y religioso, de sus casas y haberes y han sido puestos en la disyuntiva de huir o de pagar su adhesión al bien y a la paz con la propia vida o con la esclavitud.

Franc. 59 Estas realidades deben constituir un serio llamado a un examen de conciencia de los que están a cargo de la conducción de los asuntos internacionales. No solo en los casos de persecución religiosa o cultural, sino en cada situación de conflicto, como Ucrania, Siria, Irak, en Libia, en

Sudán del Sur y en la región de los Grandes Lagos, hay rostros concretos antes que intereses de parte, por legítimos que sean. En las guerras y conflictos hay seres humanos singulares, hermanos y hermanas nuestros, hombres y mujeres, jóvenes y ancianos, niños y niñas, que lloran, sufren y mueren. Seres humanos que se convierten en material de descarte cuando la actividad consiste sólo en enumerar problemas, estrategias y discusiones.

Franc. 60 Como pedía al Secretario General de las Naciones Unidas en mi carta del 9 de agosto de 2014, «la más elemental comprensión de la dignidad humana [obliga] a la comunidad internacional, en particular a través de las normas y los mecanismos del derecho internacional, a hacer todo lo posible para detener y prevenir ulteriores violencias sistemáticas contra las minorías étnicas y religiosas» y para proteger a las poblaciones inocentes.

Franc. 61 En esta misma línea quisiera hacer mención a otro tipo de conflictividad no siempre tan explicitada pero que silenciosamente viene cobrando la muerte de millones de personas. Otra clase de guerra que viven muchas de nuestras sociedades con el fenómeno del narcotráfico. Una guerra «asumida» y pobremente combatida. El narcotráfico por su propia dinámica va acompañado de la trata de personas, del lavado de activos, del tráfico de armas, de la explotación infantil y de otras formas de corrupción. Corrupción que ha penetrado los distintos niveles de la vida social, política, militar, artística y religiosa, generando, en muchos casos, una estructura paralela que pone en riesgo la credibilidad de nuestras instituciones.

Franc. 62 Comencé esta intervención recordando las visitas de mis predecesores. Quisiera ahora que mis palabras fueran especialmente como una continuación de las palabras finales del discurso de Pablo VI, pronunciado hace casi exactamente 50 años, pero de valor perenne, cito: «Ha llegado la hora en que se impone una pausa, un momento de recogimiento, de reflexión, casi de oración: volver a pensar en nuestro común origen, en nuestra historia, en nuestro destino común. Nunca, como hoy, [...] ha sido tan necesaria la conciencia moral del hombre, porque el peligro no viene ni del progreso ni de la ciencia, que, bien utilizados, podrán [...] resolver muchos de los graves problemas que afligen a la humanidad» (*Discurso a los Representantes de los Estados*, 4 de octubre de 1965). Entre otras cosas, sin duda, la genialidad humana, bien aplicada, ayudará a resolver los graves desafíos de la degradación ecológica y de la exclusión. Continúo con Pablo VI: «El verdadero peligro está en el hombre, que dispone de instrumentos cada vez más poderosos, capaces de llevar tanto a la ruina como a las más altas conquistas» (*ibíd*.). Hasta aquí Pablo VI.

Franc. 63 La casa común de todos los hombres debe continuar levantándose sobre una recta comprensión de la fraternidad universal y sobre el respeto de la sacralidad de cada vida humana, de cada hombre y cada mujer; de los pobres, de los ancianos, de los niños, de los enfermos, de los no nacidos, de los desocupados, de los abandonados, de los que se juzgan descartables porque no se los considera más que números de una u otra estadística. La casa común de todos los hombres debe también edificarse sobre la comprensión de una cierta sacralidad de la naturaleza

creada.

Franc. 64 Tal comprensión y respeto exigen un grado superior de sabiduría, que acepte la trascendencia, la de uno mismo, renuncie a la construcción de una elite omnipotente, y comprenda que el sentido pleno de la vida singular y colectiva se da en el servicio abnegado de los demás y en el uso prudente y respetuoso de la creación para el bien común. Repitiendo las palabras de Pablo VI, «el edificio de la civilización moderna debe levantarse sobre principios espirituales, los únicos capaces no sólo de sostenerlo, sino también de iluminarlo» (*ibíd*.).

Franc. 65 El gaucho Martín Fierro, un clásico de la literatura de mi tierra natal, canta: «Los hermanos sean unidos porque esa es la ley primera. Tengan unión verdadera en cualquier tiempo que sea, porque si entre ellos pelean, los devoran los de afuera».

Franc. 66 El mundo contemporáneo, aparentemente conexo, experimenta una creciente y sostenida fragmentación social que pone en riesgo «todo fundamento de la vida social» y por lo tanto «termina por enfrentarnos unos con otros para preservar los propios intereses» (*Laudato si'*, 229).

Franc. 67 El tiempo presente nos invita a privilegiar acciones que generen dinamismos nuevos en la sociedad hasta que fructifiquen en importantes y positivos acontecimientos históricos (cf. *Evangelii gaudium*, 223). No podemos permitirnos postergar «algunas agendas» para el futuro. El Franc. 68 futuro nos pide decisiones críticas y globales de cara a los conflictos mundiales que aumentan el número de excluidos y necesitados.

Franc. 69 La loable construcción jurídica internacional de la Organización de las Naciones Unidas y de todas sus realizaciones, perfeccionable como cualquier otra obra humana y, al mismo tiempo, necesaria, puede ser prenda de un futuro seguro y feliz para las generaciones futuras. Y lo será si los representantes de los Estados sabrán dejar de lado intereses sectoriales e ideologías, y buscar sinceramente el servicio del bien común. Pido a Dios Todopoderoso que así sea, y les Franc. 70 aseguro mi apoyo, mi oración y el apoyo y las oraciones de todos los fieles de la Iglesia Católica, para que esta Institución, todos sus Estados miembros y cada uno de sus funcionarios, rinda siempre un servicio eficaz a la humanidad, un servicio respetuoso de la diversidad y que sepa potenciar, para el bien común, lo mejor de cada pueblo y de cada ciudadano. Que Dios los bendiga a todos.

© Copyright - Libreria Editrice Vaticana

1. Materiais afetos aos levantamentos preliminares

1.2. Organização da seleção por semelhança

	Papa Paulo VI (1965)			Papa João Paulo II (1979)			Papa João Paulo II (1995)			Papa Bento XVI (2008)			Papa Francisco (2015)		
Tipo de seleção	**Passagens de T1.1**	**Jornais que selecionaram as passagens**	**Assuntos abordados por A1.1 nas passagens**	**Passagens de T1.2**	**Jornais que selecionaram as passagens**	**Assuntos abordados por A1.2 nas passagens**	**Passagens de T1.3**	**Jornais que selecionaram as passagens**	**Assuntos abordados por A1.3 nas passagens**	**Passagens de T1.4**	**Jornais que selecionaram as passagens**	**Assuntos abordados por A1.4 nas passagens**	**Passagens de T1.5**	**Jornais que selecionaram as passagens**	**Assuntos abordados por A1.5 nas passagens**
Por todos os jornais	PVI.7	**DN, JN, DA (total: 5)**	Instante privilegiado: entrega de voto inscrito no coração há vinte sécilos	JPII79.19	**DN, JN, DA (total: 4)**	Esperança: solução para crises no Médio Oriente (1.ª pedra para paz geral na área) - pelo reconhecimento igualitário dos direitos de todos + resolução justa da questão palestiniana	JPII95.15	**DN, JN, DA (total: 3)**	Mesmo após a Segunda GM: direitos das nações continuaram a ser violados (ex. Guerra Fria-submissão das Democracias Populares da Europa Central e do Leste ao bloco dominante)	(devido à ausência de uma notícia principal no DA, este parâmetro não se aplica para efeitos desta análise)			(devido à ausência de uma notícia principal no DA, este parâmetro não se aplica para efeitos desta análise)		
	PVI.29		Apelo (que irá mudar a História): «jamais plus la guerre, jamais plus la guerre! C'est la paix, la paix qui doit guider le destin des peuples et de toute l'humanité»	JPII79.21		Jerusalém: estatuto especial + garantias internacionais de respeito pela sua natureza particular (herança sagrada das 3 religiões monoteístas)	JPII95.16		Ameaça de um holocausto nuclear-só quando a liberdade foi reposta na Europa Central e de Leste é que os esforços pela paz se tornaram realidade						
	PVI.36		«Si vous voulez être frères, laissez tomber les armes de vos mains»	JPII79.24		Contínuas preparações para a guerra (armas mais numerosas, poderosas e sofisticadas) = estar pronto + risco de destruição geral	JPII95.17		DUDH (1948): tratou de forma eloquente os direitos das pessoas, mas não existe um documento análogo para os direitos das nações (necessária uma séria ponderação)						
	PVI.40		Congratulação/ renovação: convite em Bombaim (dez.1964) -parte das despesas com armamentos para ajuda a países em desenvolvimento	JPII79.47		Única forma de ultrapassar a séria disparidade entre áreas de saciedade-áreas de fome/ depressão: por uma cooperação ordenada entre todos os países (unidade, paz autêntica)									
	PVI.46		Porém, não é suficiente alimentar quem tem fome: também necessário um respeito por uma vida condigna												

	Papa Paulo VI (1965)			Papa João Paulo II (1979)			Papa João Paulo II (1995)			Papa Bento XVI (2008)			Papa Francisco (2015)		
Tipo de seleção	**Passagens de T1.1**	**Jornais que selecionaram as passagens**	**Assuntos abordados por A1.1 nas passagens**	**Passagens de T1.2**	**Jornais que selecionaram as passagens**	**Assuntos abordados por A1.2 nas passagens**	**Passagens de T1.3**	**Jornais que selecionaram as passagens**	**Assuntos abordados por A1.3 nas passagens**	**Passagens de T1.4**	**Jornais que selecionaram as passagens**	**Assuntos abordados por A1.4 nas passagens**	**Passagens de T1.5**	**Jornais que selecionaram as passagens**	**Assuntos abordados por A1.5 nas passagens**
	PVI.8	**DN e JN (total: 3)**	Epílogo de uma laboriosa peregrinação (*Mc* 16,15)	JPII79.11		Recordação de Auschwitz (um dos lugares mais perturbadores da Segunda GM)	JPII95.corte 2		Desejo do Papa: contribuir para a reflexão sobre a história e o papel da ONU + Santa Sé tem apoiado os seus ideais e objetivos desde o início (missão espiritual da ONU =cooperação/ preocupação comum com a família humana)	BXVI.8	**DN e JN (total: 3)**	Particularmente importante nas sociedades atuais a implementação de regras/ estruturas internacionais eficientes - paradoxo: decisões tomadas por um pequeno número, quando os problemas exigem uma ação coletiva	Franc.56	**DN e JN (total: 2)**	Recente acordo sobre a questão nuclear numa região sensível da Ásia e do Médio Oriente = prova das potencialidades da boa-vontade política e do direito (com sinceridade, paciência e constância)
	PVI.13		Mensagem voltada para o futuro: o edifício da ONU deve ser aperfeiçoado e adaptado às exigências (*vs* . cair novamente em ruínas)	JPII79.12		Memória destes acontecimentos = sinal de aviso: eliminar qualquer campo de concentração (tortura, opressão, «segurança» interna, paz aparente)	JPII95.46		Papel da ONU no futuro da liberdade: melhor entendimento 50 anos após a sua fundação (experiência): harmonia e coordenação da vida internacional dependem de uma cultura e ética à escala global	BXVI.14		O princípio da «responsabilidade de proteger» (apenas recentemente criado) = dever primário de cada Estado de proteger os cidadãos *vs* . violações graves dos direitos humanos e de crises humanitárias - caso não consigam: comunidade internacional deve intervir (por meios jurídicos: Carta da ONU e outros de direito internacional)	Franc.57		Votos: que seja um acordo duradouro e eficaz + que dê os frutos desejados (colaboração de todas as partes)

Por dois jornais	PVI.15		Regulação das relações internacionais: razão, justiça, direito, negociação (*vs* . força, violência, guerra, medo, engano)	JPII79.14	DN e JN (total: 7)	DUDH : elaborada e estabelecida como pedra basilar da ONU devido a situações de sofrimento humano (alto preço: não em vão)	JPII95.47	DN e JN (total: 5)	ONU: passar de instituição administrativa (conceito frio) a centro moral [nações: em casa, consciência comum, «família de nações» (conceito quente)]	BXVI.20		Hoje, perante novos e insistentes desafios: um erro cingir a ação internacional à determinação de pontos de concordância (antes, necessário aplicar medidas concretas e efetivas)	(sem ocorrências)	DN e DA (total: 0)	(não aplicável)
	PVI.24	DN e DA (total: 3)	Impossível ser-se irmão se não se for humilde	JPII79.corte 10		Resistência a propostas para um desarmamento real =a par da vontade de paz, também o seu contrário e negação (de forma latente, condicional, mas real)	JPII95.49		«Família das nações» = salto qualitativo na vida internacional (dever da ONU): da mera «existência com» à «existência para» outros (= frutífera troca de bens + benéfico aos mais fracos + benefício maior para todos)	(sem ocorrências)	DN e DA (total: 0)	(não aplicável)	(sem ocorrências)	JN e DA (total: 0)	(não aplicável)
	PVI.32		Construção da paz: não só pela política/balanço poder-interesses; antes, ideias/obras de paz (ONU ainda no início)	JPII79.28		DUDH: forte arma *vs* . raízes da guerra + espírito de guerra: nasce e amadurece onde os direitos humanos são violados	JPII95.62		Necessário vencer o medo do futuro: só possível se em conjunto (não pela coação/ repressão/ imposição de um modelo social para todos, mas pela construção de uma sociedade baseada no amor)	(sem ocorrências)	JN e DA (total: 0)	(não aplicável)			
	PVI.50		Igreja Católica como exemplo (ex. instituições caritativas): nova perspetiva no combate à fome e atenção às necessidadesdo mundo (= único modo de se construir a paz)	JPII79.corte 16		DUDH + instrumentos jurídicos nacionais e internacionais = reconhecimento generalizado da dignidade do ser humano + definição de direitos inalienáveis do Homem (o ser humano como um todo)	(sem ocorrências)	DN e DA (total: 0)	(não aplicável)						
	PVI.37	JN e DA (total: 3)	Não se pode amar com armas ofensivas nas mãos (em especial: as da ciência moderna)	JPII79.48		Resultados [*vs* . disparidades no mundo]: dependerão da efetividade dos meios para reduzir/ eliminar «possessão», problemas humanitários, exploração, dependência política e económica (neocolonialismo)	JPII95.corte 3	JN e DA (total: 2)	Solução *vs* . utilitarismo económico: mudanças tanto nos países em desenvolvimento (correta gestão dos recursos + respeito pelos direitos humanos), como nos países desenvolvidos (não a prática do utilitarismo, mas um sentido de justiça e de solidariedade)						
	PVI.39		ONU: precisa reunir a confiança dos povos (= aumento da sua autoridade) + reduzir despesas com armamentos e libertar o mundo do pesadelo de uma guerra iminente	JPII79.corte 8	DN e DA (total: 5)	ONU (1945): surgiu quando a tecnologia se direcionava para um progresso unilateral (objetivos de guerra, hegemonia, conquista) + DUDH (1948): para não se destruírem, os Estados perceberam que tinham de se unir, o que passava por um respeito pelo ser humano	JPII95.45		Carta da ONU: cooperação internacional (*vs* . exploração de outros em proveito próprio) + solidariedade + criatividade (marca distintiva da pessoa humana e verdadeira fonte de riqueza nos tempos que correm: marcados por fome, doença, analfabetismo, má-nutrição, degradação)						
	PVI.54		Verdadeiro perigo: não no progresso, mas no Homem	JPII79.25		Necessário: esforço contínuo e mais enérgico *vs* . possibilidade de se provocar a guerra (pela influência de atitudes, convicções, intenções de governos/ povos)									
				JPII79.corte 15		Premissa:cada ser humano está dotado de dignidade (apesar de viver num contexto diferente), logo necessário o respeito e a salvaguarda da mesma (para a construção da paz)									

JPII79.43		Critério fundamental para se comparar sistemas sociais, económicos, políticos: não a hegemonia e o imperialismo, mas o critério humanista (reduzir/ eliminar a exploração + assegurar a justa distribuição dos bens, a participação social, o respeito pela dignidade)
JPII79.58		Proclamação pela ONU: 1979 como Ano Internacional da Criança
JPII79.20	**JN e DA (total: 1)**	Líbano - exemplo de coexistência pacífica e frutífera entre comunidades distintas (tranquilidade, independência, integridade territorial)

	Papa Paulo VI (1965)			Papa João Paulo II (1979)			Papa João Paulo II (1995)			Papa Bento XVI (2008)			Papa Francisco (2015)		
Tipo de seleção	**Passagens de T1.1**	**Jornais que selecionaram as passagens**	**Assuntos abordados por A1.1 nas passagens**	**Passagens de T1.2**	**Jornais que selecionaram as passagens**	**Assuntos abordados por A1.2 nas passagens**	**Passagens de T1.3**	**Jornais que selecionaram as passagens**	**Assuntos abordados por A1.3 nas passagens**	**Passagens de T1.4**	**Jornais que selecionaram as passagens**	**Assuntos abordados por A1.4 nas passagens**	**Passagens de T1.5**	**Jornais que selecionaram as passagens**	**Assuntos abordados por A1.5 nas passagens**
	PVI.4	**DN (total: 6)**	Simplicidade: o Papa como irmão (mais novo) dos Estados-membros, sem soberania temporal, independente, ao serviço da ONU	JPII79.8		Todos os homens e mulheres no planeta: a razão da atividade política (do/ pelo/ para o Homem)	JPII95.8		Lição das revoluções pacíficas Europa Central e de Leste (1989): a busca pela liberdade não pode ser suprimida (emerge do reconhecimento da dignidade + de um compromisso em nome da pessoa humana)	BXVI.11		Em nome da liberdade: necessária uma correlação entre direitos e deveres (= cada qual chamado a responder pelas escolhas, também aplicável às descobertas científicas: por vezes, violação da ordem da Criação + *vs* . caráter sagrado da vida + famílias privadas da sua identidade natural)	Franc.21		Existência de um «direito do ambiente»: em 1.º lugar, porque os seres humanos são parte do ambiente (= limites éticos que a ação humana deve respeitar + qualquer dano ao ambiente é um dado à humanidade
	PVI.25		«Jamais plus les uns contre les autres, jamais, plus jamais!»	JPII79.9		ONU: que nunca deixe de ser a elevada tribuna de onde os problemas mundiais são apreciados em verdade e em justiça	JPII95.28		O estudo necessário dos direitos das nações: difícil (conceito de «nação» diferente de «Estado»), mas permitirá evitar erros do passado + assegurar uma ordem mundial justa	BXVI.13		Ênfase renovada à unidade da família humana + dignidade inata de cada homem/ mulher: pelo princípio da responsabilidade de proteger (implícito na origem da ONU)	Franc.23		Abuso e destruição do ambiente são acompanhados por um processo imparável de exclusão - causa: sede egoísta e ilimitada pelo poder e bem-estar material (= abuso dos recursos disponíveis + exclusão dos débeis e com menos capacidades, a vários níveis)
	PVI.28		Conflitos e sofrimentos da humanidade: colocam em causa o acordo que une os Estados na ONU	JPII79.10		DUDH: marco no caminho da raça humana + evolução da humanidade: também pelo progresso moral/ espiritual	JPII95.29		Pressuposto: direito de uma nação à existência	BXVI.16		O princípio da «responsabilidade de proteger»: considerado pelos antigos como a base de qualquer ação de um Governo para com o seu povo	Franc.24		Exclusão económica e social = negação total da fraternidade humana + gravíssimo atentado aos direitos humanos e ao ambiente
	PVI.42		O que ONU tem de melhor: o rosto humano mais autêntico [a promoção de fraternidade/ solidariedade entre os Estados] =a mensagem de Deus passando de celeste a terrestre	JPII79.15		Se as verdades contidas na DUDH forem esquecidas = ameaça de nova destruição (em benefício de um «interesse político», ganho unilateral, sede de poder - vai contra a missão da ONU)	JPII95.30		Porém, tal direito não implica necessariamente soberania enquanto Estado, mas uma língua e uma cultura próprias: permitem a sobrevivência de uma nação em condições extremas (ex. Polónia) + assegurar o futuro (educação condigna às novas gerações)	BXVI.19		Assim que se abandonou o sentido da transcendência e da razão natural sobre a vida humana = liberdade e dignidade humanas grosseiramente violadas	Franc.27		Adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável [início naquele dia]: importante sinal de esperança
	PVI.47		[Em prol da dignidade humana]: aplicação prática do anúncio profético *Is* 2,4 (o progresso científico ao serviço da vida, não da morte)	JPII79.16		Papa Paulo VI (14 anos antes, na AG ONU): «No more war, war never again! Never one against the other» + «or even, 'one above the other', but always, on every occasion, 'with each other'»	JPII95.31		Universalidade dos direitos de uma nação: também implica deveres (espírito de paz com outras nações, respeito e solidariedade) = frutífera troca de bênçãos + a humanidade como um todo (unidade)	BXVI.35	**DN (total: 8)**	Sto Agostinho de Hipona (séc. V): «não faças aos outros o que não gostas que te façam a ti» = o respeito dos direitos humanos enquanto uma manifestação da justiça, aplicada a todos por igual (não pela vontade do legislador)	Franc.28		Também confiança na Conferência de Paris sobre as alterações climáticas [em dezembro]: acordos fundamentais e eficazes

Por um jornal	PVI.55		Edifício da civilização moderna: base em princípios espirituais (sustentar, iluminar, animar)	JPII79.17	DN (total: 18)	Paulo VI: promotor incansável da paz - JPII: deseja continuar o seu serviço e a causa da Igreja (orar, educar, proclamar a paz em toda a Terra)	JPII95.33	DN (total: 11)	Medo da diferença: pode levar a uma negação da humanidade do Outro - tal é amplificado por ressentimentos históricos + manipulações de quem não tem escrúpulos (= ciclo de violência: ninguém poupado, nem mesmo as crianças)	BXVI.38		Uma visão da vida ancorada na dimensão religiosa: pode ajudar a atingir o objetivo de uma ordem social que respeite a dignidade e os direitos da pessoa humana (reconhecimento da transcendência_ conversão do coração = compromisso *vs*. violência e conflito) + diálogo: capacidade de criar consensos + na religião: permite a importante autonomia de pensamento e de existência e o diálogo inter-religioso	Franc.37	DN (total: 11)	Governantes: devem fazer tudo ao seu alcance para providenciar à população o mínimo de condições materiais e espirituais para uma vida condigna + para formação e manutenção de uma família (a célula primária de qualquer desenvolvimento social)
	PVI.6		Grandeza do momento: mensagem para toda a humanidade	JPII79.22		Relatórios sobre o desenvolvimento de armas: excedem em qualidade e tamanho os meios de guerra/ destruição conhecidos até à data	JPII95.41		Utilitarismo: ameaça a liberdade dos indivíduos e das nações + entraves à construção da cultura da liberdade + consequências políticas devastadoras (nacionalismo agressivo)	BXVI.40		ONU: pode beneficiar do diálogo entre religiões - vontade dos crentes em que as suas experiências sejam colocadas ao serviço do bem comum (verdade, coexistência, direitos, reconciliação *vs* . intolerância, discriminação, conflito)	Franc.38		Este mínimo absoluto - 3 nomes na dimensão material: tecto, trabalho e terra; 1 nome na dimensão espiritual: liberdade de espírito (= liberdade religiosa + direito à educação + todos os restantes direitos cívicos)
	PVI.9		A mensagem: uma ratificação moral e solene dos princípios da ONU + resultado da experiência histórica da Santa Sé	JPII79.34		Sociedade moderna: grande desenvolvimento de bens materiais/ redução da sensibilidade para com a dimensão espiritual (causa: premissas que reduzem o sentido da vida em prol de fatores materiais/ económicos)	JPII95.42		Utilitarismo económico: países mais poderosos exploram outros mais fracos (= acentuar da divisão entre «Norte» e «Sul» do planeta)	BXVI.43		Inconcebível que os crentes sejam obrigados a suprimir a sua fé de modo a poderem ser cidadãos ativos de uma sociedade - nunca deveria ser necessário negar Deus para usufruir dos próprios direitos	Franc.41		Crise ecológica (juntamente com a destruição de grande parte da biodiversidade): pode pôr em perigo a própria existência da espécie humana
	PVI.14		ONU: promoção de um sistema de vida internacional organizado e estável	JPII79.37		Carta da ONU: reforça a importância da dimensão espiritual	JPII95.44		Ética da solidariedade: para que participação, crescimento económico e justa distribuição dos bens venham a caracterizar o futuro da humanidade	BXVI.4	JN (total: 2)	Metas universais/ princípios que devem sustentar as relações internacionais: desejo de paz, sentido de justiça, respeito pela dignidade humana, cooperação e assistência humanitária	Franc.44		Defesa do ambiente e luta *vs* . exclusão: exigem o reconhecimento de uma lei moral inscrita na natureza humana (= distinção natural homem-mulher + absoluto respeito pela vida em todas as suas fases e dimensões)
	PVI.17		ONU: existe e trabalha para promover a união entre nações	JPII79.corte 19		Luta *vs* . guerras incipientes: não a um nível meramente superficial (sintomas), mas de modo radical (causas) + dimensão espiritual: essencial à causa da paz + função particular da Igreja a este nível (não só a Igreja católica, mas toda a cristandade - Concílio Vaticano II)	JPII95.51		[Salto qualitativo da ONU]: autoestrada a seguir até ao fim, mesmo se necessário atender a modificações ao modelo inicial da ONU (conforme a evolução da humanidade)	BXVI.15		Intervenção da comunidade internacional [quando os Estados não conseguem cumprir com a sua responsabilidade de proteção]: não deve ser entendida como uma imposição indesejada ou uma limitação de soberania (antes, é uma exploração das vias diplomáticas possíveis para a solução dos conflitos - em especial: possibilidades de diálogo, reconciliação)	Franc.46		Palavras vazias [se não existirem limites éticos naturais + atuação dos pilares do desenvolvimento humano integral]: podem servir de desculpa para abuso e corrupção + para promoção de uma colonização ideológica (imposição de modelos e estilos de vida anómalos: estranhos à identidade dos povos, irresponsáveis)
	PVI.18	JN (total: 10)	ONU: representa uma ponte entre as nações (= representação na Terra da missão espiritual da Igreja)	JPII79.38		História contemporânea: um dever de revelar com mais pormenor a amplitude dos bens ligados à dimensão espiritual (construção da paz, *vs* . violações dos direitos humanos/ lutas *vs* . humanidade)	JPII95.54		Inspirados por todos os que assumiram o risco da liberdade, não poderão assumir também o risco da solidariedade e da paz?	(sem ocorrências)	DA (total: 0)	(não aplicável)	Franc.61		Outro tipo de conflito (não tão explicitado, mas que silenciosamente causa a morte a milhões de pessoas; uma guerra assumida, mas pobremente combatida): narcotráfico - acompanhado por vários flagelos e que coloca em causa a credibilidade das instituições

	PVI.19		Missão da ONU: fraternizar todos os povos (não só alguns)	JPII79.39		Primeira ameaça aos direitos humanos: distribuição injusta dos bens materiais (no país/ no mundo)	JPII95.32		O mundo ainda tem de aprender a conviver com a diversidade cultural (o Outro: um fardo, uma ameaça)			Franc.14		Necessidade de maior equidade nas decisões entre os países-membros da ONU: especialmente válido para entidades com capacidade executiva (ex, Conselho de Segurança) e organismos financeiros/ criados para enfrentar crises económicas)= ajudará a limitar casos de abuso ou usura, sobretudo a países em desenvolvimento
	PVI.21		Necessário seguir em frente: trazer os que se afastaram, dar confiança aos que ainda não pertencem (e ser generosos em conceder o assento na ONU)	JPII79.41		Desigualdade na possessão/ usufruto dos bens materiais: também pautadas por injustiça e dano social	JPII95.39	**JN (total: 3)**	Uso responsável da liberdade, estrutura moral da liberdade, arquitetura da cultura da liberdade: não apenas ausência de tirania/ opressão, nem permissão para fazer tudo			Franc.15	**JN (total: 2)**	Organismos financeiros internacionais: dever de velar pelo desenvolvimento sustentável dos países, não provocar uma submissão asfixiante dos mesmos a sistemas de crédito que os sujeitam a maior pobreza, exclusão e dependência (em vez de fomentar o seu progresso)
	PVI.23		Fórmula da igualdade entre os povos (semelhança com a Santa Sé: representação do Divino Criador na Terra com humildade)	JPII79.42		Tensões económicas: por circunstâncias que restringem/ violam os direitos humanos (ex. exploração do trabalho/ outros abusos à dignidade humana)	JPII95.55		Um dos maiores paradoxos: hoje, no final do século, o Homem está receoso e a humanidade está incerta - medo sobre o futuro (ameaça de guerra nuclear) e medo do futuro (do que o Homem é capaz de vir a fazer)			(sem ocorrências)	**DA (total: 0)**	(não aplicável)
	PVI.41		ONU: não só mediar conflitos entre Estados, mas também torná-los capazes de trabalhar em conjunto (em fraternidade, solidariedade)	JPII79.55		Liberdade religiosa-princípios Concílio Vaticano II: 1. obrigação moral de procurar e viver em concordância com a fé religiosa; 2. prática da religião = atos internos voluntários e livres, em comunidade	JPII95.43	**DA (total: 1)**	Utilitarismo económico nos países emergentes = regressão no seu desenvolvimento + ofensa à consciência da humanidade + desafio moral à ideia de família humana					
	PVI.45		Respeito pela vida (problema da natalidade): pão suficientemente abundante na mesa da humanidade (*vs* . controlo artificial dos nascimentos/ n.º de bocas)	JPII79.corte 25		Maior desejo: que o respeito pelos direitos humanos se torne uma realidade para todos								
	PVI.11		ONU: última esperança de paz e harmonia para os povos	JPII79.63		Que todos os povos/ nações possam viver e progredir na liberdade e na verdade da sua própria história e cultura + que cada pessoa viva e cresça com a força moral da sua comunidade								
	PVI.35		1.ª via para a paz (traçada diante de todos): o desarmamento	JPII79.66		Que a ONU continue a ser o fórum supremo da paz e da justiça + o assento autêntico da liberdade dos povos/ indivíduos (na sua esperança por um futuro melhor)								

	PVI.38	**DA (total: 5)**	Paradoxo: armas necessárias (fragilidade, inconstância do Homem), mas necessidade de segurança internacional sem recurso às armas (pelos meios da ONU)	JPII79.51	**JN (total: 1)**	Ameaças e violações recorrentes aos direitos objetivos do espírito, da consciência e da criatividade humana (incluindo relação com Deus): frequentemente, sem possibilidade de apelo a uma autoridade superior/ de obter uma solução efetiva
	PVI.52		Momento da conversão: renovação do Homem (*Ef*. 4,24)	JPII79.3	**DA (total: 4)**	A Santa Sé relativamente à ONU: estima, concordância, apoio (coexistência pacífica, colaboração entre as nações)
	PVI.53		Pausa para refletir: origem e destino comum (jamais como hoje, necessário apelar à consciência moral do Homem)	JPII79.23		Aplaude: acordos para a redução da corrida aos armamentos (porém, a humanidade seriamente ameaçada, apesar dos relatórios «tranquilizadores»)
				JPII79.44		Disparidades assustadoras: excessivamente ricos *vs*. maioria de pobres e desfavorecidos
				JPII79.59		Irão as crianças receber a corrida aos armamentos como herança inevitável? Como explicar tal corrida desenfreada?

Totais	**Papa Paulo VI (1965)**			**Papa João Paulo II (1979)**			**Papa João Paulo II (1995)**			**Papa Bento XVI (2008)**			**Papa Francisco (2015)**		
	DN	**JN**	**DA**	**DN**	**JN**	**DA**	**DN**	**JN**	**DA**	**DN**	**JN**	**DA**	**DN**	**JN**	**DA**
Todos	5	5	5	4	4	4	3	3	3	0	0	0	0	0	0
Dois jornais	6	6	6	12	8	6	5	7	2	3	3	0	2	2	0
Um jornal	6	10	5	18	1	4	11	3	1	8	2	0	11	2	0
Total	17	21	16	34	13	14	19	13	6	11	5	0	13	4	0

2. Materiais afetos à macroanálise

2.1. Reorganização dos conteúdos selecionados nas versões de chegada

1965

DN – Paulo VI (1965)

Tít. 1.ª página (PVI.7, 8)
Pós-tít. 1.ª página (PVI.47, 36)

(1.ª pág) DN.1-11: Dados contextuais (percurso, primeiros momentos, entidades, a AGONU, contrastes)

(1.ª pág.-início desenvolvimento) DN.12-15: Intervenções do PR AGONU e do Sec. Geral ONU

(interior da edição) DN.16: Intertítulo 1 (PVI.4)

DN.17: Breve introdução ao Discurso transcrito + seis parágrafos de transcrição

DN. 18: Intertítulo 2 (PVI.8)

(oito parágrafos de transcrição)

DN. 19: Intertítulo 3 (PVI.13)

(três parágrafos de transcrição)

DN. 20: Intertítulo 4 (PVI.15)

(seis parágrafos de transcrição)

DN. 21: Intertítulo 5 (PVI.24)

(três parágrafos de transcrição)

DN. 22: Intertítulo 6 (PVI.25)

(três parágrafos de transcrição)

DN. 23: Intertítulo 7 (PVI.32)

(dois parágrafos de transcrição)

DN. 24: Intertítulo 8 (PVI.40)

(dois parágrafos de transcrição)

DN. 25: Intertítulo 9 (PVI.42)

(um parágrafo)

DN. 26: Intertítulo 10 (PVI.46)

(três parágrafos)

DN.27: Intertítulo 11 (PVI.50)

(três parágrafos)

DN.28: Intertítulo 12 – (PVI.55)

(dois parágrafos de transcrição)

DN.29-37: dados contextuais (entidades e relação c/Papa, sede da ONU)

+ <u>Artigo complementar</u>:
DN.38-43: Dados sobre a chegada do Papa a N. Iorque, historicidade
DN.44-50: Alocução do Papa à chegada (Aeroporto J.F. Kennedy)
DN.51-55: Dados sobre a receção pela população, segurança
DN.56-64: Dados sobre as viagens de Paulo VI, incluindo a ida à ONU + limusina preta c/ tejadilho (sentido: visão)
DN.65: Contraste entre o aparato nas ruas de N. I. e a mensagem aos dirigentes das nações **(PVI.28-29)**
DN.66-72: Sobre etapa Catedral St. Patrick
DN.73-89: Etapas e momentos antes de Papa Paulo VI discursar na AG ONU
DN.90-95: Etapas após Discurso do Papa na sede da ONU em N. Iorque

_JN_ – Paulo VI (1965)

Tít. 1.ª página (PVI.29, 7)
Tít. principal (PVI.54)

JN.1 (PVI.54)

JN.2 (PVI.14, 17, 23, 41)

JN.3 (PVI.9, 15)

JN.4 (PVI.18, 19)

JN.5 (PVI.18)

JN.6 (PVI.18, 19)

JN.7 (PVI.21)

JN.8 (PVI.6)

JN.9 (PVI.8, 13)

JN.10 (PVI.29)

JN11 (PVI.29)

JN.12 (PVI.36)

JN.13 (PVI.37)

JN.14 (PVI.37)

JN.15 (PVI.40)

JN.16 (PVI.21)

JN.17 (PVI.45)

JN.18
(PVI.46)

JN.19
(PVI.39)

_DA_ – Paulo VI (1965)

Tít. 1.ª página (PVI.7, 29)

DA.1 (PVI.52, 39)

DA.2 (PVI.53)

DA.3-4 (PVI.53-54)

DA.5 (PVI.37)

DA.6 (PVI.54)

DA.7 (PVI.35, 36, 40, 46)

<u>+ Artigo complementar 1:</u>

DA.8-9: Discurso na ONU: escutado por um elevado n.º de pessoas, e com atenção

DA.10-11: O Papa no cadeirão da AG, tal como fizeram outros Chefes de Estado

DA.12-14: Dados sobre momento do Discurso na ONU: gestos do Papa com as mãos (bênção apostólica), aplausos, ausência da delegação da Albânia

DA.15-17: Encontro de Paulo VI com o Presidente dos EUA, L. Johnson

DA.18-20: Possíveis missões de paz: China Popular e no Vietname

DA.21: Paz: não c/ armas, jogo político e interesses **(PVI.32)**

DA.22: Só a fraternidade, o amor e a confiança poderão providenciar uma paz duradoira **(PVI.32, 24, 50, 38-39)**

DA.23: Discurso sem paralelos, em que Papa Paulo VI frisou necessidade de desarmamento **(PVI.35, 36)**

DA.24: A ONU constitui a última esperança de harmonia para todo o mundo **(PVI.11)**

DA.25-26: Aplausos de pé, entidades, receção dos delegados pelo Papa

DA.27-28: Mais tarde, missa no Yankee Stadium

1979

DN – João Paulo II (1979)

(*) Tít. principal (JPII79.16)

(1.ª pág.) DN.1: Bênção especial do Papa para o povo português (na audiência a Pintasilgo)

DN.2 (JPII79.corte 15, 8)

DN.3: Encontro de Pintasilgo com o Sec. Estado EUA, Cyrus Vance

DN.4-5: Indicações quanto ao desenvolvimento dos artigos no interior do jornal (sobre Pintasilgo e sobre o Papa)

(*) (interior da edição) DN.6 (JPII79.11, 12, 19, 9, 10, corte 19)

DN.7 (JPII79.16)

DN.8 (JPII79.28, corte 16)

DN.9 (JPII79.19)

DN.10 (JPII79.21)

DN.11 (JPII79.34, 41, 15, 42, 47, 48)

DN.12-18: Início da visita aos EUA em Boston

DN.19-20: Manifestação de jovens (apelo ao Papa *vs*. racismo)

DN.21-22: Programa da viagem após ONU

+ Artigo complementar

Tít. artigo (JPII79.corte 15, 8)

DN.23 (JPII79.63, 66)

DN.24: Reação espontânea dos delegados (que enchiam o local): aplausos de pé, longa e calorosamente

DN.25 (JPII79.corte 15, 8)

DN.26 (JPII79.19)

DN.27 (JPII79.22, corte 10, 24, 25)

DN.28 (JPII79.11)

DN.29 (JPII79.12, 14, corte 8)

DN.30: Mensagem do Papa com dupla intenção

DN.31 (JPII79.16, corte 19, 38, 37, 39, 43, 55, corte 25, 58)

DN.32-46: Receção em N. Iorque, *media*, papel Papa e ONU

DN.47 (JPII79.16, 17)

_JN_ – João Paulo II (1979)

Pós-tít. 1.ª pág. (JPII79.19)

Tít. principal (JPII79.19)

JN.1 (JPII79.19)

JN.2 (JPII79.20)

JN.3: referência à fonte utilizada: resumo do Discurso do Papa feito pela *AFP*

JN.4 (JPII79.11, 12)

JN.5 (JPII79.14)

JN.6 (JPII79.21)

JN.7 (JPII79.corte 10, 24, 28)

JN.8 (JPII79.corte 16)

JN.9 (JPII79.47,48)

JN.10 (JPII79.51)

JN.11-12: Características formais do discurso

JN.13-23: Receção do Papa em Boston

JN.24-29: Ameaças ao Papa

_DA_ – João Paulo II (1979)

Pós-tít. 1.ª pág. (JPII79.25, 23)

(1.ª pág.) DA.1-3: Chegada a N. Iorque: entidades presentes (dignitários dos EUA e figuras da Igreja), passadeira vermelha, cumprimentos

DA.4: Multidão ao longo do percurso (números, previsões da imprensa local)

DA.5 (JPII79.23, 25, 19)

DA.6 (JPII79.24)

DA.7 (JPII79.24)

[DA.8 – erro tipográfico na citação] DA.9-10 (JPII79.19)

(interior da edição) DA.11 (JPII79.20)

DA.12 (JPII79.21)

DA.13 (JPII79.3, corte 15)

DA.14 (JPII79.43)

DA.15 (JPII79.corte 8)

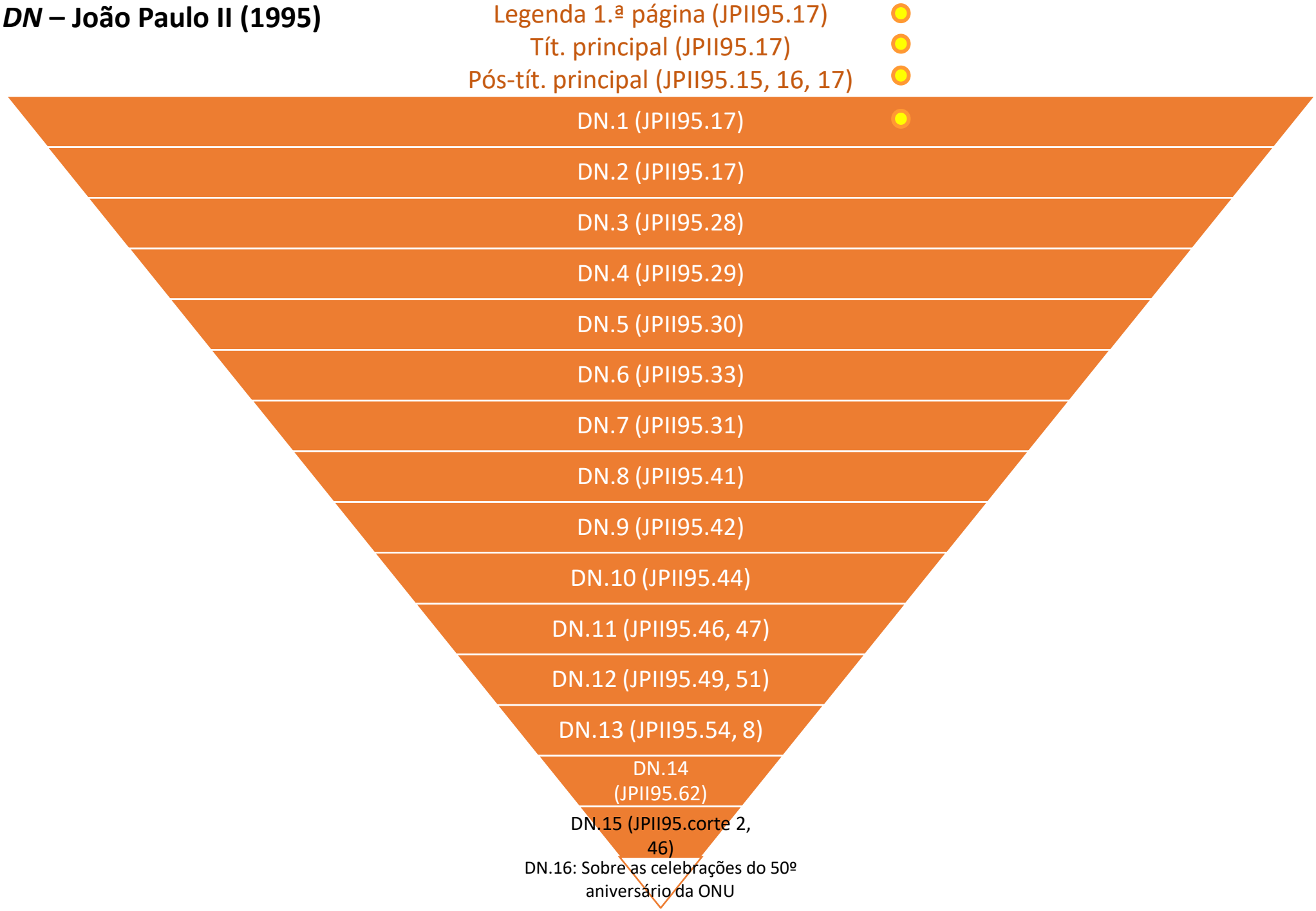
DA.16 (JPII79.corte 8)

DA.17 (JPII79.corte 8)

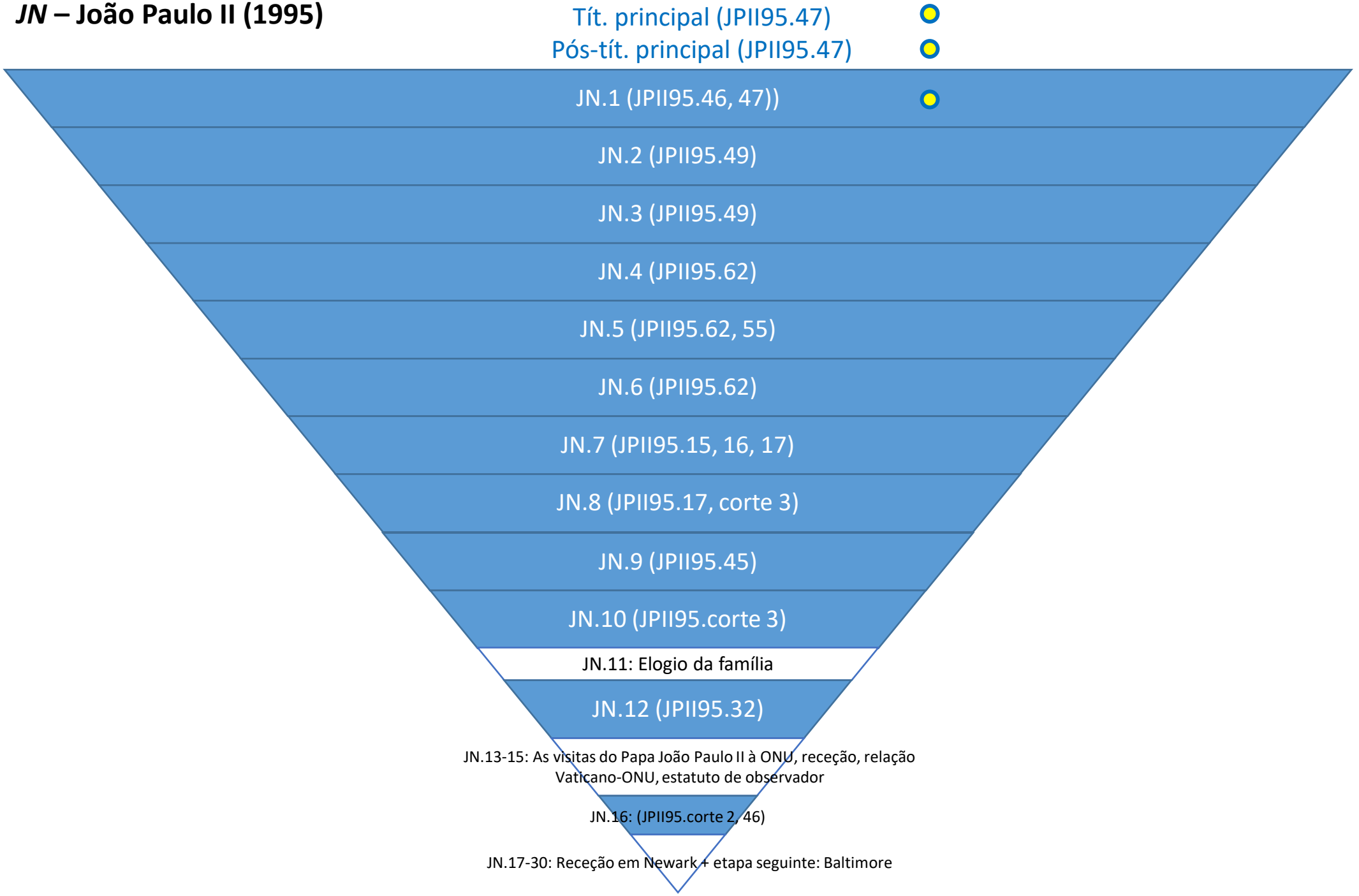
DA.18 (JPII79.44, 47, 58, 59)

1995

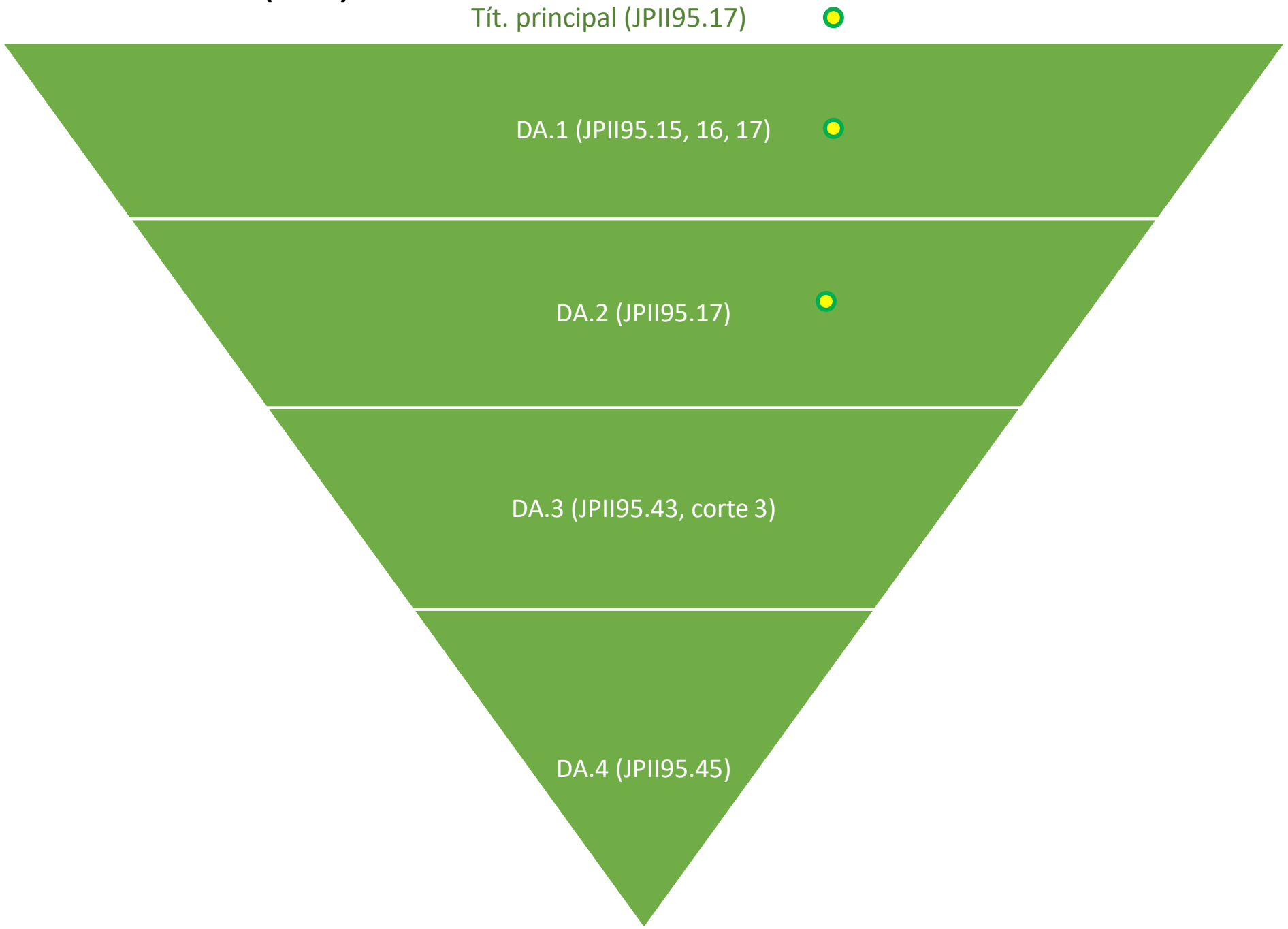
_DN_ – João Paulo II (1995)



JN – João Paulo II (1995)

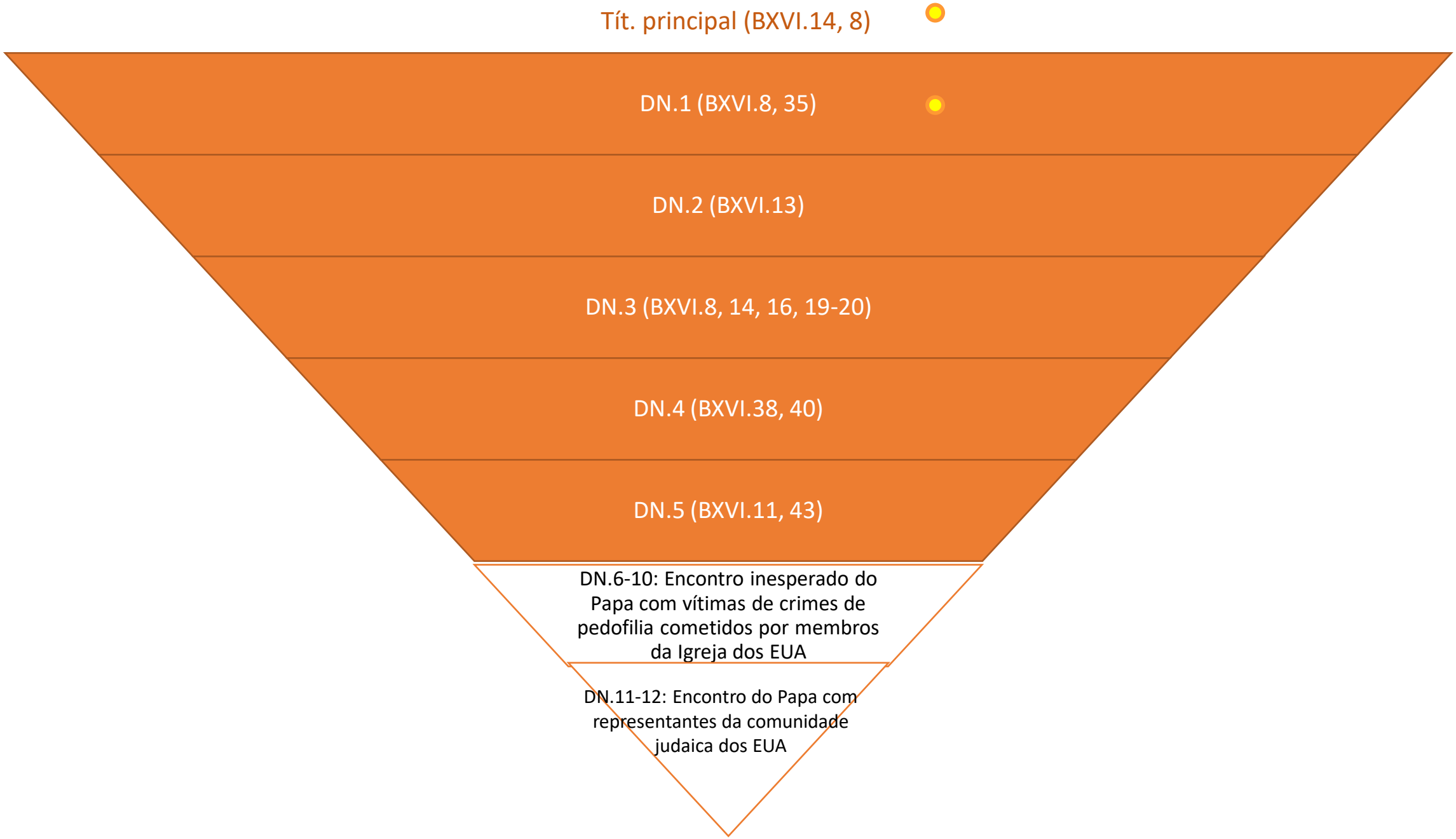


_DA_ – João Paulo II (1995)

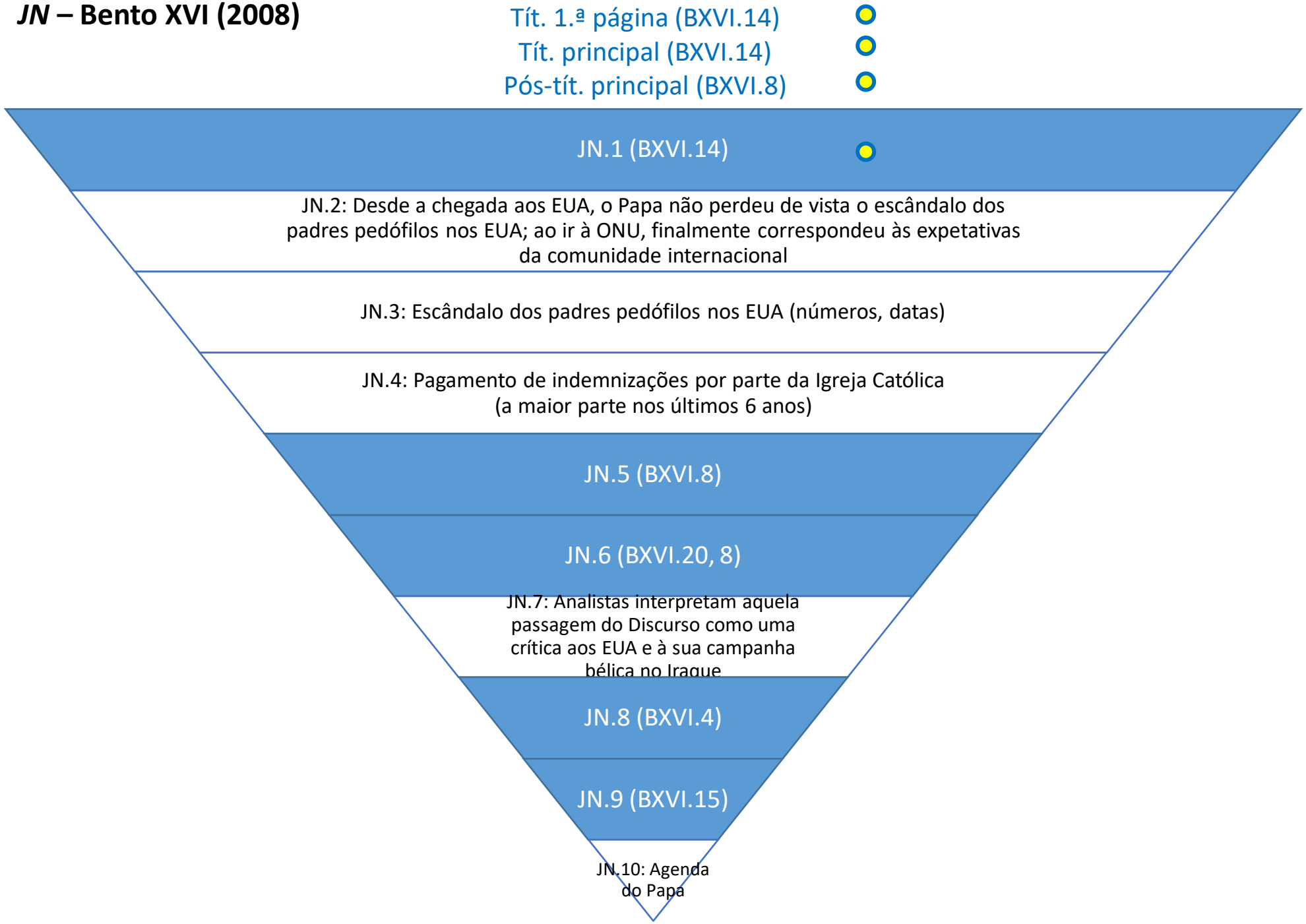


2008

DN – Bento XVI (2008)



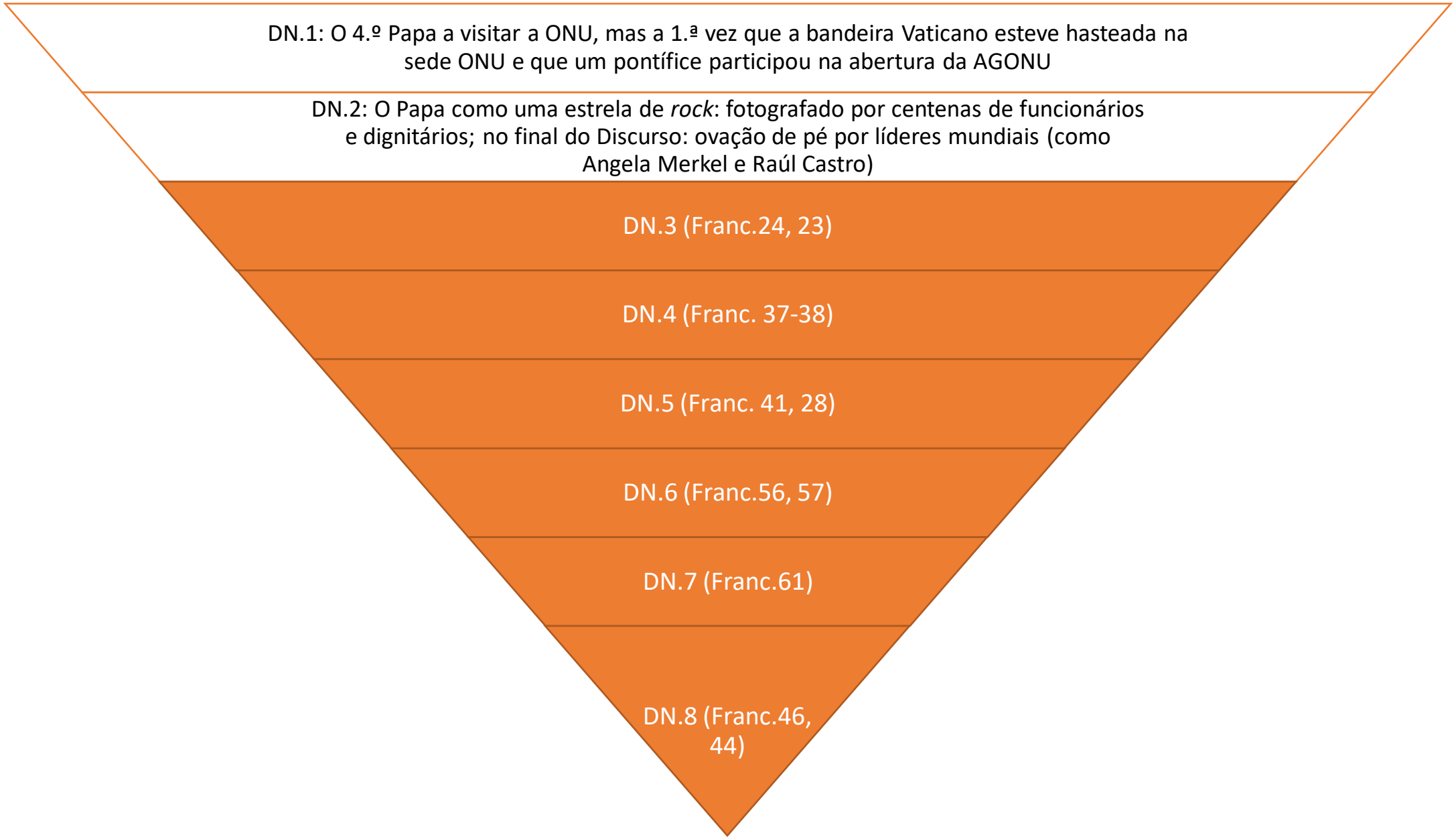
_JN_ – Bento XVI (2008)



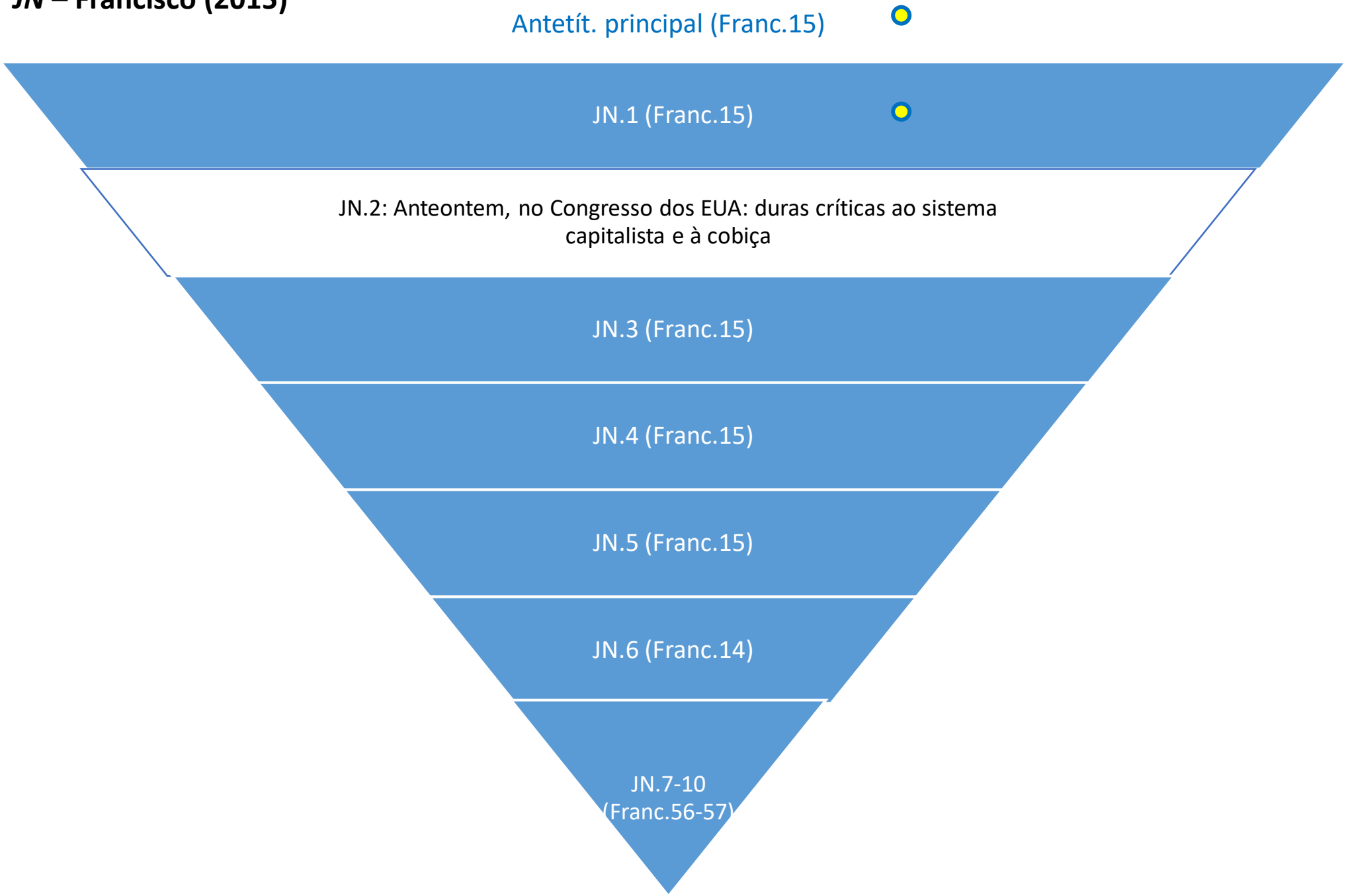
2015

DN – Francisco (2015)

Tít. principal (Franc.23, 27-28, 21)
Pós-tít. principal (Franc.56, 46)



_JN_ – Francisco (2015)



3. Materiais afetos à microanálise

3.1. Titulação dos jornais

1965		DN	JN	DA
		Papa Paulo VI (4.10 - 5.10)	Papa Paulo VI (4.10 - 5.10)	Papa Paulo VI (4.10 - 6.10)
Redatores/ fontes indicadas		*ANI, AFP* e *Reuters*	*ANI, AFP* e *Reuters*	*Emissora Nacional (E.N.)* e *Rádio Clube de Angra (R.C.A.)*
Primeira página	Antetítulo	Paulo VI resumiu assim a sua missão à O.N.U.	Cinco milhões de pessoas aclamaram o Papa em Nova Iorque	
	Título	**Cumpre-se um voto de 20 séculos/ «Ide, levai a boa nova a todas as nações!»**	**Paz: histórico apelo de Paulo VI na Assembleia Geral da O.N.U.**	**A viagem histórica de Paulo VI em prol da paz mundial**
	Pós-títulos	**«Transformai as espadas em charruas/ Se quereis ser irmãos deixai cair as armas das mãos»**	Encontro de 50 minutos com o presidente Johnson	O discurso do Papa na O.N.U.
		Cinco milhões de pessoas saudaram o Papa nas ruas de Nova Iorque		
	Lead	*(sem casos de reescrita)*	*(texto apenas no interior da edição)*	**Ao falar hoje na Assembleia Geral das Nações Unidas, Paulo VI disse que o mundo deverá habituar-se a pensar maduramente sempre que esteja em causa a condição humana. Referindo-se à incerteza e aos perigos de uma nova guerra total, Sua Santidade afirmou:** (DA.1) **«Chegou a hora para uma paragem, para um momento de recolhimento, de reflexão, quase de prece, em que todos temos de pensar de novo acerca da nossa origem comum, da nossa história e do nosso destino.»** (DA.2)
Interior da edição	Antetítulo		Paulo VI falou na Assembleia Geral da O.N.U.	*(NOTA: o artigo publicado na íntegra na primeira página)*
	Título principal	O Sumo Pontífice nas Nações Unidas	**A verdadeira ameaça contra a paz não vem do progresso mas do próprio homem**	
	Lead	*(sem casos de reescrita)*	**A verdadeira ameaça contra a paz não vem do progresso ou da ciência, mas do próprio homem que maneja instrumentos cada vez mais potentes, e que podem servir tanto para a destruição, como para as mais elevadas conquistas, declarou Paulo VI no seu discurso perante a Assembleia Geral da O.N.U.** (JN.1)	

1979		DN	JN	DA
		Papa João Paulo II (2.10 - 3.10)	Papa João Paulo II (2.10 - 3.10)	Papa João Paulo II (2.10 - 4.10)
Redatores/ fontes indicadas		Helena Marques (enviada especial)	Claude Moisy (jornalista da *AFP*)	(n.i.)
Primeira página	Antetítulo		João Paulo II na Assembleia da ONU - Mensagem de elevado nível moral	
	Título	Bênção especial do Papa para o povo português		Papa nas Nações Unidas
	Pós-título	A primeira-ministro, que também foi recebida por Vance, regressa esta manhã a Lisboa	**Defesa de uma solução justa do problema palestiniano**	**Dramático apelo para que se acabe com as ameaças de guerra por meio de desarmamento nuclear**
	Lead / texto inicial	A audiência de João Paulo II á primeiro-ministro portuguesa ocorreu momentos depois de o Santo Padre ter usado da palavra perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, facto a que nos referimos desenvolvidamente na página 8. **O discurso do Sumo Pontífice, conforme sublinha a nossa enviada especial Helena Marques, caracterizou-se por duas linhas de força: a salvaguarda da paz e a defesa da dignidade e dos direitos do homem.** (DN.2)	*(texto apenas no interior da edição)*	**Já na sede da ONU, João Paulo II pediu a todas as nações para terminarem com as ameaças da guerra por meio do desarmamento nuclear e apelou para que seja dada «uma solução justa» à questão palestiniana.** (DA.5)
Interior da edição	Antetítulo	A viagem do Papa aos EUA	João Paulo II perante a Assembleia Geral das Nações Unidas	
	Título principal	**«Nunca mais uns contra os outros mas sempre uns com os outros»**	**Justa solução do problema palestiniano é caminho para a paz no Médio Oriente**	Papa
	Pós-título	exortação dirigida ao mundo por João Paulo II quando ontem discursou na ONU		
	Lead	*(na primeira página -* vide supra*)*	**O Papa João Paulo II declarou na Assembleia Geral das Nações Unidas que uma paz geral e global no Médio Oriente deve assentar «no justo reconhecimento dos direitos de todos» e «não pode deixar de incluir a consideração e a justa solução do problema palestiniano».** (JN.1)	*(na primeira página -* vide supra*)*

1995		DN	JN	DA
		Papa João Paulo II (5.10 - 6.10)	Papa João Paulo II (5.10 - 6.10)	Papa João Paulo II (5.10 - 6.10)
Redatores/ fontes indicadas		António Alfaiate (enviado especial)	(n.i.)	(n.i.)
Primeira página	Antetítulo			
	Título			
	Pós-título			
	Lead / texto inicial	**João Paulo II apelou ontem na Assembleia Geral da ONU (onde foi recebido pelo presidente, Freitas do Amaral), à elaboração de uma carta dos direitos das nações que responda aos desafios dos tempos modernos** (legenda)		
Interior da edição	Antetítulo	João Paulo II perante a Assembleia Geral da ONU		Na ONU
	Título	**Defesa dos direitos das nações**	**João Paulo II apelou em Nova Iorque à transformação da ONU na «família das nações»**	**Papa apela aos «Direitos das Nações»**
	Pós-título	**O Papa João Paulo II apelou ontem em Nova Iorque para as Nações Unidas, no sentido de ser elaborado sem demora um documento sobre «os direitos das nações» com a finalidade de responder aos desafios do nacionalismo, nascidos dos escombros do Muro de Berlim**	**Discursando na sede das Nações Unidas no segundo dia da sua visita aos EUA, João Paulo II apelou a uma reflexão moral internacional e à transformação da organização numa «família das nações». Na véspera, elogiara os EUA pela sua abertura ao mundo e dirigira palavras particularmente gratas a Bill Clinton ao pedir-lhe protecção aos mais desfavorecidos.**	
	Lead/ texto inicial	**«A Declaração Universal dos Direitos do Homem, adoptada em 1948, tratou de uma forma eloquente os direitos das pessoas, mas ainda não existe direito internacional análogo que trate dos direitos das nações no seu conjunto», declarou o Papa na tribuna da Assembleia Geral da ONU.** (DN.1)	**Dirigindo-se da tribuna à Assembleia-Geral das Nações Unidas, que este ano assinalam os 50 anos de existência, o Papa começou por salientar a importância da ONU para deixar um apelo aos países membros: «A Organização das Nações Unidas precisa cada vez mais de ultrapassar o seu estatuto de instituição administrativa para se transformar num centro moral onde todas as nações do Mundo se sintam em casa, como se ela fosse 'uma família das nações'».**(JN.1)	**João Paulo II apelou em Nova Iorque para que as Nações Unidas elaborem sem demora um documento sobre os «direitos das nações», de modo a responder aos desafios do nacionalismo nascidos sobre os escombros do Muro de Berlim./ «A declaração universal dos Direitos do Homem, adoptada em 1948, tratou de modo eloquente os direitos das pessoas, mas não existe até agora um acordo internacional análogo que trate os direitos humanos no seu conjunto», declarou o Papa, perante a Assembleia Geral da ONU.** (DA.1-2)

2008		DN	JN	DA
		Papa Bento XVI (18.4 - 19.4)	Papa Bento XVI (18.4 - 19.4)	Papa Bento XVI (18.4)
Redatores/ fontes indicadas		Abel Coelho de Morais (redator do *DN*), «com agências» (*AFP*), e, indiretamente, *CNN*	Carlos Gomes (redator do *JN*), Virginie Montet (jornalista da *AFP*), *CNN* (fonte indireta)	*(sem publicação de uma notícia principal)*
Primeira página	Antetítulo		Visita aos EUA	
	Título		**Papa pediu na ONU defesa dos direitos humanos**	
	Pós-título			
Interior da edição	Antetítulo	Estados Unidos. Bento XVI mantém encontro inesperado com vítimas de pedofilia	Estados Unidos	
	Título	**Papa defende direitos humanos e multilateralismo na ONU**	**Papa recorda à ONU o dever de defender os direitos humanos**	
	Pós-títulos	Ainda em Washington, recebeu uma delegação da comunidade judaica	* **Bento XVI adverte os países que actuam unilateralmente na cena mundial, o que foi entendido como uma crítica aos EUA**	
			* Chefe da hierarquia da Igreja Católica fala hoje ao clero, aos religiosos e às religiosas na catedral nova-iorquina de Saint-Patrick	
	Lead	**O Papa Bento XVI defendeu ontem nas Nações Unidas, em Nova Iorque, a importância do «consenso multilateral» nas relações internacionais e o valor dos direitos humanos como «expressão intrínseca de justiça e não apenas como produto da vontade do legislador».** (DN.1)	**Bento XVI declarou ontem, perante os representantes dos 192 estados membros da ONU, que é «dever elementar» de todo Estado «proteger a sua população» de qualquer tipo de violação de direitos humanos ou crises humanitárias.** (JN.1)	

2015		DN	JN	DA
		Papa Francisco (25.9 - 26.9)	Papa Francisco (25.9 - 26.9)	Papa Francisco (25.9)
Redatores/ fontes indicadas		Ana Meireles (redatora), revista *Rolling Stone*	Leonor Paiva Watson (redatora)	*(sem publicação de uma notícia principal)*
Primeira página	Antetítulo			
	Título			
	Pós-título			
Interior da edição	Antetítulo		**Nações Unidas. Francisco lembrou que países pobres são sujeitos a um sistema de empréstimos opressivos**	
	Título	**Papa na ONU: contra a sede de poder e a favor do ambiente**	Papa faz duras críticas ao capitalismo	
	Pós-título	**Discurso. Líder dos católicos elogiou o acordo nuclear com o Irão, que classificou como a «prova do potencial da boa vontade». E criticou os «modelos de vida anormais e irresponsáveis»**		
	Lead	*(sem casos de reescrita)*	**O sistema financeiro mundial tem contornos «opressivos», designadamente nos empréstimos das instituições financeiras internacionais aos países mais pobres, gerando, por isso mesmo, «mais pobreza, exclusão e dependência», disse o Papa Francisco, ontem, nas Nações Unidas.** (JN.1)	

3. Materiais afetos à microanálise

3.2. Comparação entre as versões de chegada e as versões de partida

1965

Reescrita do *DN* : notícia principal - Papa Paulo VI (1965)

	DN (T2)	Paulo VI (T1.1)	Ref.ª versão de partida	
Título 1.ª página	Cumpre-se um voto de 20 séculos/ «Ide, levai a boa nova a todas as nações!»	(1) Et tel le messager qui, au terme d'un long voyage, remet la lettre qui lui a été confiée: ainsi Nous avons conscience de vivre l'instant privilégié, – si bref soit-il – **où s'accomplit un vœu que Nous portons dans le cœur depuis près de vingt siècles**. Oui, vous vous en souvenez. C'est depuis longtemps que Nous sommes en route, et Nous portons avec Nous une longue histoire;	PVI.7	o
		(2) Nous célébrons ici l'épilogue d'un laborieux pèlerinage à la recherche d'un colloque avec le monde entier, depuis le jour où il Nous fut commandé: **« allez, portez la bonne nouvelle à toutes les nations! »**. Or c'est vous qui représentez toutes les nations.	PVI.8	o
Pós-título 1.ª página	«Transformai as espadas em charruas/ Se quereis ser irmãos deixai cair as armas das mãos»	(1) N'est-ce pas l'accomplissement, sous Nos yeux, et grâce à vous, de l'annonce prophétique qui s'applique si bien à votre Institution: **« Ils fondront leurs épées pour en faire des charrues** et leurs lances pour en faire des faux » (*Is* . 2, 4)? N'employez-vous pas les prodigieuses énergies de la terre et les magnifiques inventions de la science non plus en instruments de mort, mais en instruments de vie pour la nouvelle ère de l'humanité?	PVI.47	o
		(2) **Si vous voulez être frères, laissez tomber les armes de vos mains** .	PVI.36	o
DN.16 (intertítulo 1)	Aquele que vos fala é um homem como vós – é vosso irmão	Cette rencontre, vous en êtes tous bien conscients, revêt un double caractère: elle est empreinte à la fois de simplicité et de grandeur. De simplicité car **celui qui vous parle est un homme comme vous; il est votre frère** , et même un des plus petits parmi vous, qui représentez des Etats Souverains, puisqu'il n'est investi – s'il vous plaît de Nous considérer à ce point de vue – que d'une minuscule et quasi symbolique souveraineté temporelle: le minimum nécessaire pour être libre d'exercer sa mission spirituelle et assurer ceux qui traitent avec lui qu'il est indépendant de toute souveraineté de ce monde. Il n'a aucune puissance temporelle, aucune ambition d'entrer avec vous en compétition. De fait, Nous n'avons rien à demander, aucune question à soulever; tout au plus un désir à formuler, une permission à solliciter: celle de pouvoir vous servir dans ce qui est de Notre compétence, avec désintéressement, humilité et amour.	PVI.4	
DN.18 (intertítulo 2)	O epílogo de uma laboriosa peregrinação em busca de um colóquio com o Mundo inteiro	**Nous célébrons ici l'épilogue d'un laborieux pèlerinage à la recherche d'un colloque avec le monde entier** , depuis le jour où il Nous fut commandé: « allez, portez la bonne nouvelle à toutes les nations! ». Or c'est vous qui représentez toutes les nations.	PVI.8	
DN.19 (intertítulo 3)	O edifício que construístes deve ser aperfeiçoado e adaptado às exigências que a história do Mundo apresentará	Nous le savons, vous en êtes pleinement conscients. Ecoutez maintenant la suite de Notre Message. Il est tout entier tourné vers l'avenir. **L'édifice que vous avez construit** ne doit plus jamais tomber en ruines: **il doit être perfectionné et adapté aux exigences que l'histoire du monde présentera**. Vous marquez une étape dans le développement de l'humanité: désormais, impossible de reculer, il faut avancer.	PVI.13	
DN.20 (intertítulo 4)	As relações entre os povos devem ser reguladas pela razão, pela justiça, pelo direito e pela negociação, e não pela violência, pela guerra, ou pelo medo e pelo logro	Vous sanctionnez le grand principe que **les rapports entre les peuples doivent être réglés par la raison, par la justice, le droit, et la négociation, et non par la force, ni par la violence, ni par la guerre, non plus que par la peur et par la tromperie**.	PVI.15	
DN.21 (intertítulo 5)	É o orgulho que provoca as tensões, é ele que quebra a fraternidade	Impossible d'être frère si l'on n'est humble. **Car c'est l'orgueil**, si inévitable qu'il puisse paraître, **qui provoque les tensions** et les luttes du prestige, de la prédominance, du colonialisme, de l'égoïsme: **c'est lui qui brise la fraternité**.	PVI.24	
DN.22 (intertítulo 6)	Jamais uns contra os outros – nunca, nunca mais!	Et ici Notre Message atteint son sommet. Négativement d'abord: c'est la parole que vous attendez de Nous et que Nous ne pouvons prononcer sans être conscient de sa gravité et de sa solennité: **jamais plus les uns contre les autres, jamais, plus jamais!**	PVI.25	

DN.23 (intertítulo 7)	A paz não se constrói apenas por meio da política e do equilíbrio de forças e de interesses	**La paix**, vous le savez, **ne se construit pas seulement au moyen de la politique et de l'équilibre des forces et des intérêts**. Elle se construit avec l'esprit, les idées, les œuvres de la paix. Vous travaillez à cette grande œuvre. Mais vous n'êtes encore qu'au début de vos peines.	PVI.32
DN.24 (intertítulo 8)	Consagrai ao benefício dos países em desenvolvimento ao menos uma parte das economias que podem realizar-se com a redução dos armamentos	Nous savons – et comment ne pas Nous en réjouir? – que beaucoup d'entre vous ont considéré avec faveur l'invitation que Nous avons lancée pour la cause de la paix, de Bombay, à tous les Etats, en décembre dernier: **consacrer au bénéfice des Pays en voie de développement une partie au moins des économies qui peuvent être réalisées grâce à la réduction des armements**. Nous renouvelons ici cette invitation, avec la confiance que Nous inspirent vos sentiments d'humanité et de générosité.	PVI.40
DN.25 (intertítulo 9)	Quando a mensagem evangélica, de celeste, se torna terrestre	C'est ce qu'il y a de plus beau dans l'Organisation des Nations Unies, c'est son visage humain le plus authentique; c'est l'idéal dont rêve l'humanité dans son pèlerinage à travers le temps; c'est le plus grand espoir du monde; Nous oserons dire: c'est le reflet du dessein de Dieu – dessein transcendant et plein d'amour – pour le progrès de la société humaine sur la terre, reflet où Nous voyons **le message évangélique, de céleste, se faire terrestre** . Ici, en effet, il Nous semble entendre l'écho de la voix de Nos Prédécesseurs, et de celle, en particulier, du Pape Jean XXIII, dont le Message de Pacem in Terris a trouvé parmi vous une résonance si honorable et si significative.	PVI.42
DN.26 (intertítulo 10)	Não basta alimentar os esfomeados	Mais **il ne suffit pas de nourrir les affamés**: encore faut-il assurer à chaque homme une vie conforme à sa dignité. Et c'est ce que vous vous efforcez de faire.	PVI.46
DN.27 (intertítulo 11)	É assim, e não de outro modo, que se constrói a Paz…	Nous voudrions Nous aussi donner l'exemple, même si la petitesse de Nos moyens empêche d'en apprécier la portée pratique et quantitative: Nous voulons donner à Nos institutions caritatives un nouveau développement contre la faim du monde et en faveur de ses principaux besoins: **c'est ainsi, et pas autrement, qu'on construit la paix**.	PVI.50
DN.28 (intertítulo 12)	O edifício da civilização moderna deve construir-se sobre princípios espirituais – únicos capazes de o sustentar, iluminar e animar	En un mot, **l'édifice de la civilisation moderne doit se construire sur des principes spirituels, les seuls capables non seulement de le soutenir, mais aussi de l'éclairer et de l'animer** .	PVI.55
Artigo complementar			
DN.65	Nos numerosos cruzamentos, ao longo do percurso, bandas, cujos elementos envergavam vistosos uniformes, atroavam os ares com musica marcial, em profundo contraste com a missão de paz de Paulo VI, que vem dizer aos dirigentes das nações que a Humanidade já sofreu demasiadamente devido às guerras, neste século turbulento, pelo que pede, agora, uma paz duradoira e verdadeira.	(1) Il n'est pas besoin de longs discours pour proclamer la finalité suprême de votre Institution. Il suffit de rappeler que **le sang de millions d'hommes, que des souffrances inouïes et innombrables, que d'inutiles massacres et d'épouvantables ruines** sanctionnent le pacte qui vous unit, en un serment qui doit changer l'histoire future du monde: (2) **jamais plus la guerre, jamais plus la guerre! C'est la paix, la paix, qui doit guider le destin des peuples et de toute l'humanité!**	PVI.28-29

(o) Casos de análise, no topo da pirâmide invertida

Reescrita do *JN*: notícia principal - Papa Paulo VI (1965)

	JN (T2')	Paulo VI (T1.1)	Ref.ª versão de partida	
Título 1.ª página	Paz: histórico apelo de Paulo VI na Assembleia Geral da O.N.U.	(1) [Il n'est pas besoin de longs discours pour proclamer la finalité suprême de votre Institution. Il suffit de rappeler que le sang de millions d'hommes, que des souffrances inouïes et innombrables, que d'inutiles massacres et d'épouvantables ruines sanctionnent le pacte qui vous unit,] en un serment qui doit changer **l'histoire** future du monde: jamais plus la guerre, jamais plus la guerre! C'est la **paix**, la **paix**, qui doit guider le destin des peuples et de toute l'humanité!	PVI.29	o
		(2) Et tel le messager qui, au terme d'un **long voyage**, remet **la lettre qui lui a été confiée**: ainsi Nous avons conscience de vivre l'instant privilégié, – si bref soit-il – où s'accomplit un vœu que Nous portons dans le cœur depuis près de **vingt siècles**. Oui, vous vous en souvenez. C'est depuis longtemps que Nous sommes en route, et Nous portons avec Nous une **longue histoire**;	PVI.7	o
Título no interior do jornal	A verdadeira ameaça contra a paz não vem do progresso mas do próprio homem	Car **le péril ne vient, ni du progrès**, ni de la science, qui, bien utilisés, pourront au contraire résoudre un grand nombre des graves problèmes qui assaillent l'humanité. **Le vrai péril se tient dans l'homme**, qui dispose d'instruments toujours plus puissants, aptes aussi bien à la ruine qu'aux plus hautes conquêtes.	PVI.54	o
JN.1	A verdadeira ameaça contra a paz não vem do progresso ou da ciência, mas do próprio homem que maneja instrumentos cada vez mais potentes, e que podem servir tanto para a destruição, como para as mais elevadas conquistas, declarou Paulo VI no seu discurso perante a Assembleia Geral da O.N.U.	Car **le péril ne vient, ni du progrès, ni de la science** , qui, bien utilisés, pourront au contraire résoudre un grand nombre des graves problèmes qui assaillent l'humanité. **Le vrai péril se tient dans l'homme, qui dispose d'instruments toujours plus puissants, aptes aussi bien à la ruine qu'aux plus hautes conquêtes**.	PVI.54 (rep.)	o
JN.2	Entre os ensinamentos aos delegados à Assembleia Geral o Papa enunciou: o pluralismo: «reconhecer e distinguir uns e outros», a harmonia: «aproximar uns e outros», a igualdade: «que um nunca esteja acima do outro», a solidariedade: «uns pelos outros».	(1) A la **pluralité** des Etats? qui ne peuvent plus s'ignorer les uns les autres, vous proposez une forme de **coexistence** extrêmement simple et féconde. La voici: d'abord **vous reconnaissez et vous distinguez *les uns et les autres*** . Vous ne conférez certes pas l'existence aux Etats: mais vous qualifiez comme digne de siéger dans l'assemblée ordonnée des peuples chacune des nations; vous donnez une reconnaissance d'une haute valeur morale et juridique à chaque communauté nationale souveraine, et vous lui garantissez une honorable citoyenneté internationale. C'est déjà un grand service rendu à la cause de l'humanité: bien définir et honorer les sujets nationaux de la communauté mondiale; les établir dans une condition juridique qui leur vaut la reconnaissance et le respect de tous, et d'où peut dériver un système ordonné et stable de vie internationale.	PVI.14	
		(2) Votre Statut va plus loin encore: et Notre message s'avance avec lui. Vous existez et vous travaillez pour unir les nations, pour associer les Etats. Adoptons la formule: **pour mettre ensemble *les uns avec les autres*** .	PVI.17	
		(3) La logique de ce souhait qui appartient, peut-on dire, à la structure de votre Organisation, Nous porte à le compléter par d'autres formules. Les voici: que personne, en tant que membre de votre union, ne soit supérieur aux autres: ***Pas l'un au-dessus de l'autre*** . C'est la formule de **l'égalité**. Nous savons, certes, que d'autres facteurs sont à considérer outre la simple appartenance à votre organisme. Mais l'égalité aussi fait partie de sa constitution: non pas que vous soyez égaux, mais ici vous vous faites égaux. Et il se peut que, pour plusieurs d'entre vous, ce soit un acte de grande vertu: permettez que Nous vous le disions, Nous, le représentant d'une religion qui opère le salut par l'humilité de son divin Fondateur.	PVI.23	

		(4) Parler d'humanité, de générosité, c'est faire écho à un autre principe constitutif des Nations-Unies, son sommet positif: ce n'est pas seulement pour conjurer les conflits entre les Etats que l'on œuvre ici; c'est pour rendre les Etats capables de travailler ***les uns pour les autres*** . Vous ne vous contentez pas de faciliter la coexistence entre les nations: vous faites un bien plus grand pas en avant, digne de Notre éloge et de Notre appui: vous organisez la collaboration fraternelle des Peuples. Ici s'instaure un système de **solidarité**, qui fait que de hautes finalités, dans l'ordre de la civilisation, reçoivent l'appui unanime et ordonné de toute la famille des Peuples, pour le bien de tous et de chacun.	PVI.41
JN.3	O Papa declarou que veio trazer a sua «ratificação moral solene» da Organização das Nações Unidas que sanciona o grande princípio que as relações humanas devem ser solucionadas pela razão, a justiça, o direito, a negociação, e não pela força, a violência, a guerra, o medo ou a manha.	(1) Laissez-Nous vous dire que Nous avons pour vous tous un message, oui, un heureux message, à remettre à chacun d'entre vous./ Notre message veut être tout d'abord une **ratification morale et solennelle de cette haute Institution**. Ce message vient de Notre expérience historique. C'est comme « expert en humanité » que Nous apportons à cette Organisation le suffrage de Nos derniers prédécesseurs, celui de tout l'Episcopat Catholique et le Nôtre, convaincu comme Nous le sommes que cette Organisation représente le chemin obligé de la civilisation moderne et de la paix mondiale.	PVI.9
		(2) **Vous sanctionnez le grand principe que les rapports entre les peuples doivent être réglés par la raison, par la justice, le droit, et la négociation, et non par la force, ni par la violence, ni par la guerre, non plus que par la peur et par la tromperie.**	PVI.15
JN.4	As Nações Unidas, disse o Papa, são de certo modo no domínio temporal o que a Igreja quer ser na ordem espiritual: querem fazer fraternizar não sòmente alguns dos povos mas sim todos os povos.	(1) Vous êtes une Association. Vous êtes un pont entre les peuples. Vous êtes un réseau de rapports entre les Etats. **Nous serions tenté de dire que votre caractéristique reflète en quelque sorte dans l'ordre temporel ce que notre Eglise Catholique veut être dans l'ordre spirituel: unique et universelle**. On ne peut rien concevoir de plus élevé, sur le plan naturel, dans la construction idéologique de l'humanité.	PVI.18
		(2) **Votre vocation est de faire fraterniser, non pas quelques-uns des peuples, mais tous les peuples.** Entreprise difficile?	PVI.19
JN.5	O Papa classificou as Nações Unidas como sendo «uma ponte entre povos».	Vous êtes une Association. **Vous êtes un pont entre les peuples**. Vous êtes un réseau de rapports entre les Etats. Nous serions tenté de dire que votre caractéristique reflète en quelque sorte dans l'ordre temporel ce que notre Eglise Catholique veut être dans l'ordre spirituel: unique et universelle. On ne peut rien concevoir de plus élevé, sur le plan naturel, dans la construction idéologique de l'humanité.	PVI.18
JN.6	«Na construção ideológica da Humanidade nada há, em nível natural, superior a isto. A vossa vocação é a de tornar irmãos não apenas alguns todos os povos», disse.	(1) Vous êtes une Association. Vous êtes un pont entre les peuples. Vous êtes un réseau de rapports entre les Etats. Nous serions tenté de dire que votre caractéristique reflète en quelque sorte dans l'ordre temporel ce que notre Eglise Catholique veut être dans l'ordre spirituel: unique et universelle. **On ne peut rien concevoir de plus élevé, sur le plan naturel, dans la construction idéologique de l'humanité.**	PVI.18
		(2) **Votre vocation est de faire fraterniser, non pas quelques-uns des peuples, mais tous les peuples.** Entreprise difficile?	PVI.19 (rep.)
JN.7	Pediu aos delegados que se esforcem «por trazer para o meio de vós quaisquer que se tenham separado e estudem o devido método de unificar o vosso pacto de fraternidade, em honra e lealdade, aqueles que não comparticipam ainda nela.»	Ici encore Nous répétons Notre souhait: allez de l'avant! Nous dirons davantage: **faites en sorte de ramener parmi vous ceux qui se seraient détachés de vous; étudiez le moyen d'appeler à votre pacte de fraternité, dans l'honneur et avec loyauté, ceux qui ne le partagent pas encore.** Faites en sorte que ceux qui sont encore au dehors désirent et méritent la confiance commune, et soyez alors généreux à l'accorder.	PVI.21

JN.8	O Papa disse, fosse qual fosse as suas opiniões a seu respeito os delegados sabiam qual era a sua missão: «Somos portadores de uma mensagem para toda a Humanidade», disse.	Et pourtant, Nous vous le disions, et vous le sentez tous, ce moment est empreint d'une singulière grandeur: il est grand pour Nous, il est grand pour vous./ Pour Nous d'abord. Oh! Vous savez bien qui Nous sommes./ Et **quelle que soit votre opinion sur le Pontife de Rome, vous connaissez Notre mission: Nous sommes porteur d'un message pour toute l'humanité.** Et Nous le sommes non seulement en Notre Nom personnel et au nom de la grande famille catholique: mais aussi au nom des Frères chrétiens qui partagent les sentiments que Nous exprimons ici, et spécialement de ceux qui ont bien voulu Nous charger explicitement d'être leur interprète.	PVI.6
JN.9	O Papa afirmou que estava a celebrar «um epílogo de uma fatigante peregrinação em busca de uma conversão de todo o Mundo desde que nos foi dada a ordem: «Ide, levai a boa nova a todos os povos. Ora, vós representais aqui todos os povos. O edifício que vós construístes jamais deve cair em ruínas: deve ser aperfeiçoado e adaptado às exigências que a História do Mundo apresentará. Vós marcais uma etapa no desenvolvimento da Humanidade: de agora em diante, é impossível recuar, é preciso avançar.»	(1) **Nous célébrons ici l'épilogue d'un laborieux pèlerinage à la recherche d'un colloque avec le monde entier, depuis le jour où il Nous fut commandé: « allez, portez la bonne nouvelle à toutes les nations! ». Or c'est vous qui représentez toutes les nations.**	PVI.8
		(2) Nous le savons, vous en êtes pleinement conscients. Ecoutez maintenant la suite de Notre Message. Il est tout entier tourné vers l'avenir. **L'édifice que vous avez construit ne doit plus jamais tomber en ruines: il doit être perfectionné et adapté aux exigences que l'histoire du monde présentera**. **Vous marquez une étape dans le développement de l'humanité: désormais, impossible de reculer, il faut avancer.**	PVI.13
JN.10	Paulo VI apelou a todos os membros das Nações Unidas para que prestassem juramento que alteraria o futuro da história mundial: «Basta com a guerra, nunca mais guerra».	[Il n'est pas besoin de longs discours pour proclamer la finalité suprême de votre Institution. Il suffit de rappeler que le sang de millions d'hommes, que des souffrances inouïes et innombrables, que d'inutiles massacres et d'épouvantables ruines sanctionnent le pacte qui vous unit,] **en un serment qui doit changer l'histoire future du monde: jamais plus la guerre, jamais plus la guerre!** C'est la paix, la paix, qui doit guider le destin des peuples et de toute l'humanité!	PVI.29
JN.11	A paz deve guiar o destino dos povos e de todas as humanidades.	[…] en un serment qui doit changer l'histoire future du monde: jamais plus la guerre, jamais plus la guerre! **C'est la paix, la paix, qui doit guider le destin des peuples et de toute l'humanité!**	PVI.29
JN.12	«Se desejais ser irmãos deixai cair as armas das vossas mãos», declarou o Sumo Pontífice.	**Si vous voulez être frères, laissez tomber les armes de vos mains.**	PVI.36
JN.13	«Não se pode amar tendo-se ao mesmo tempo nas mãos armas ofensivas».	**On ne peut pas aimer avec des armes offensives dans les mains** . Les armes, surtout les terribles armes que la science moderne vous a données, avant même de causer des victimes et des ruines, engendrent de mauvais rêves, alimentent de mauvais sentiments, créent des cauchemars, des défiances, de sombres résolutions; elles exigent d'énormes dépenses; elles arrêtent les projets de solidarité et d'utile travail; elles faussent la psychologie des peuples.	PVI.37
JN.14	Paulo VI lançou um apelo ao desarmamento, principalmente «dessas armas terríveis que a ciência moderna vos deu, antes que façam vítimas e ruínas, alimentam maus sentimentos, suscitem pesadelos, desconfiança e resoluções sombrias, e exijam enormes despesas».	On ne peut pas aimer avec des armes offensives dans les mains. Les armes, **surtout les terribles armes que la science moderne vous a données, avant même de causer des victimes et des ruines, engendrent de mauvais rêves, alimentent de mauvais sentiments, créent des cauchemars, des défiances, de sombres résolutions; elles exigent d'énormes dépenses**; elles arrêtent les projets de solidarité et d'utile travail; elles faussent la psychologie des peuples.	PVI.37
JN.15	O Papa renovou o convite dirigido de Bombaim em Dezembro do ano passado a todos os Estados para desviarem em proveito dos países em desenvolvimento parte das economias que poderiam ser feitas, reduzindo os armamentos.	Nous savons – et comment ne pas Nous en réjouir? – que beaucoup d'entre vous ont considéré avec faveur **l'invitation que Nous avons lancée pour la cause de la paix, de Bombay, à tous les Etats, en décembre dernier: consacrer au bénéfice des Pays en voie de développement une partie au moins des économies qui peuvent être réalisées grâce à la réduction des armements**. **Nous renouvelons ici cette invitation** , avec la confiance que Nous inspirent vos sentiments d'humanité et de générosité.	PVI.40

JN.16	«Fazei de modo que os que ainda estão fora da Organização das Nações Unidas desejem e mereçam a confiança comum. Sede generosos em conceder e trazei a vós os que se tenham afastado», prosseguiu Paulo VI.	Ici encore Nous répétons Notre souhait: allez de l'avant! Nous dirons davantage: faites en sorte de **ramener parmi vous ceux qui se seraient détachés de vous** ; étudiez le moyen d'appeler à votre pacte de fraternité, dans l'honneur et avec loyauté, ceux qui ne le partagent pas encore. **Faites en sorte que ceux qui sont encore au dehors désirent et méritent la confiance commune, et soyez alors généreux à l'accorder.**	PVI.21 (rep. da oração final)
JN.17	A missão da O.N.U., acresentou o Papa, é fazer de modo que o pão seja suficientemente abundante na mesa da Humanidade e não favorecer uma fiscalização artificial dos nascimentos.	C'est dans votre Assemblée que le respect de la vie, même en ce qui concerne le grand problème de la natalité, doit trouver sa plus haute profession et sa plus raisonnable défense. **Votre tâche est de faire en sorte que le pain soit suffisamment abondant à la table de l'humanité, et non pas de favoriser un contrôle artificiel des naissances** , qui serait irrationnel, en vue de diminuer le nombre des convives au banquet de la vie.	PVI.45
JN.18	Não basta alimentar os que têm fome, é preciso também assegurar a todos os homens uma vida conforme à sua dignidade.	Mais **il ne suffit pas de nourrir les affamés**: **encore faut-il assurer à chaque homme une vie conforme à sa dignité.** Et c'est ce que vous vous efforcez de faire.	PVI.46
JN.19	Para isso, é preciso que aumente a confiança unânime da Organização das Nações Unidas, que cresça a sua autoridade e «então merecereis o reconhecimento dos povos» concluiu Paulo VI.	**Et pour cela,il faut que grandisse la confiance unanime en cette Institution, que grandisse son autorité; et** le but **alors** – on peut l'espérer – sera atteint. **Vous y gagnerez la reconnaissance des peuples**, soulagés des pesantes dépenses des armements, et délivrés du cauchemar de la guerre toujours imminente.	PVI.39

** Casos de análise: topo da pirâmide invertida*

Rep. - repetição

Reescrita do *DA* : notícia principal - Papa Paulo VI (1965)

	DA (T2'')	Paulo VI (T1.1)	Ref.ª versão de partida	
Título (1.ª página)	A viagem histórica de Paulo VI	(1) Et tel le messager qui, au terme d'un **long voyage**, remet la lettre qui lui **a été confiée**: ainsi Nous avons conscience de vivre l'instant privilégié, – si bref soit-il – où s'accomplit un vœu que Nous portons dans le cœur depuis près de **vingt siècles**. Oui, vous vous en souvenez. C'est depuis longtemps que Nous sommes en route, et Nous portons avec Nous une **longue histoire**;	PVI.7	o
	em prol da paz mundial	(2) [Il n'est pas besoin de longs discours pour proclamer la finalité suprême de votre Institution. Il suffit de rappeler que le sang de millions d'hommes, que des souffrances inouïes et innombrables, que d'inutiles massacres et d'épouvantables ruines sanctionnent le pacte qui vous unit,] en un serment qui doit changer**l'histoire future du monde**: jamais plus la guerre, jamais plus la guerre! C'est la **paix**, la **paix**, qui doit guider le destin **des peuples et de toute l'humanité**!	PVI.29	o
DA.1	Ao falar hoje na Assembleia Geral das Nações Unidas, Paulo VI disse que o mundo deverá habituar-se a pensar maduramente sempre que esteja em causa a condição humana. Referindo-se à incerteza e aos perigos de uma nova guerra total, Sua Santidade afirmou:	(1) Oui, le moment est venu de la « conversion », de la transformation personnelle, du renouvellement intérieur.**Nous devons nous habituer à penser d'une manière nouvelle l'homme; d'une manière nouvelle aussi la vie en commun des hommes, d'une manière nouvelle enfin les chemins de l'histoire et les destins du monde** , selon la parole de saint Paul: « revêtir l'homme nouveau créé selon Dieu dans la justice et la sainteté de la vérité » (*Eph* . 4, 23).	PVI.52	o
		(2) Et pour cela,il faut que grandisse la confiance unanime en cette Institution, que grandisse son autorité; et le but alors – on peut l'espérer – sera atteint. Vous y gagnerez la reconnaissance des peuples, soulagés des pesantes dépenses des armements, et délivrés du **cauchemar de la guerre toujours imminente**.	PVI.39	o
DA.2	«Chegou a hora para uma paragem, para um momento de recolhimento, de reflexão, quase de prece, em que todos temos de pensar de novo acerca da nossa origem comum, da nossa história e do nosso destino.»	**Voici arrivée l'heure où s'impose une halte, un moment de recueillement, de réflexion, quasi de prière: repenser à notre commune origine, à notre histoire, à notre destin commun**. Jamais comme aujourd'hui, dans une époque marquée par un tel progrès humain, n'a été aussi nécessaire l'appel à la conscience morale de l'homme.	PVI.53	
DA.3	Aludindo ao progresso científico verificado em todos os sectores da vida nos últimos anos, o Papa afirmou seguidamente:	Car le péril ne vient, ni du **progrès**, ni de la **science**, qui, bien utilisés, pourront au contraire résoudre un grand nombre des graves problèmes qui assaillent l'humanité. Le vrai péril se tient dans l'homme, qui dispose d'instruments toujours plus puissants, aptes aussi bien à la ruine qu'aux plus hautes conquêtes.	PVI.54	
DA.4	«Hoje, como nunca, na nossa era tão marcada pelo progresso humano, há a necessidade de um apelo à consciência moral dos homens».	Voici arrivée l'heure où s'impose une halte, un moment de recueillement, de réflexion, quasi de prière: repenser à notre commune origine, à notre histoire, à notre destin commun.**Jamais comme aujourd'hui, dans une époque marquée par un tel progrès humain, n'a été aussi nécessaire l'appel à la conscience morale de l'homme.**	PVI.53	
DA.5	Mais adiante, e numa clara referência ao perigo que representa a existência das armas nucleares, Sua Santidade disse:	On ne peut pas aimer avec des armes offensives dans les mains. **Les armes, surtout les terribles armes que la science moderne vous a données** , avant même de causer des victimes et des ruines, engendrent de mauvais rêves, alimentent de mauvais sentiments, créent des cauchemars, des défiances, de sombres résolutions; elles exigent d'énormes dépenses; elles arrêtent les projets de solidarité et d'utile travail; elles faussent la psychologie des peuples.	PVI.37	

DA.6	«O verdadeiro perigo vem do homem, brandindo armas cada vez mais potentes, as quais podem igualmente ser utilizadas para a destruição das civilizações, como para se conseguirem as mais elevadas conquistas».	Car le péril ne vient, ni du progrès, ni de la science, qui, bien utilisés, pourront au contraire résoudre un grand nombre des graves problèmes qui assaillent l'humanité. **Le vrai péril se tient dans l'homme, qui dispose d'instruments toujours plus puissants, aptes aussi bien à la ruine qu'aux plus hautes conquêtes.**	PVI.54
DA.7	Por último o Papa, depois de lançar um veemente apelo ao desarmamento, pediu a todos os países para desviarem parte das suas economias em proveito dos países subdesenvolvidos, a fim de ser mitigada a fome e o baixo nível de vida dos seus habitantes.	(1) Les voies en sont tracées devant vous: la première est celle du **désarmement**.	PVI.35
		(2) Si vous voulez être frères, **laissez tomber les armes de vos mains** .	PVI.36
		(3) Nous savons – et comment ne pas Nous en réjouir? – que beaucoup d'entre vous ont considéré avec faveur l'invitation que Nous avons lancée pour la cause de la paix, de Bombay, à tous les Etats, en décembre dernier: **consacrer au bénéfice des Pays en voie de développement une partie au moins des économies** qui peuvent être réalisées grâce à la réduction des armements. Nous renouvelons ici cette invitation, avec la confiance que Nous inspirent vos sentiments d'humanité et de générosité.	PVI.40
		(4) Mais il ne suffit pas de **nourrir les affamés**: encore faut-il assurer à chaque homme une vie conforme à sa dignité. Et c'est ce que vous vous efforcez de faire.	PVI.46
Artigo complementar 1			
DA.21	Em dramático apelo em prol da paz, o Papa Paulo VI declarou nas Nações Unidas que as armas, o jogo político e os interesses especiais, não construíram uma paz duradoira.	**La paix**, vous le savez, **ne se construit pas seulement au moyen de la politique et de l'équilibre des forces et des intérêts**. Elle se construit avec l'esprit, les idées, les œuvres de la paix. Vous travaillez à cette grande œuvre. Mais vous n'êtes encore qu'au début de vos peines.	PVI.32
DA.22	Sòmente a fraternidade, o amor e a confiança conseguirão fazê-lo.	(1) La paix, vous le savez, ne se construit pas seulement au moyen de la politique et de l'équilibre des forces et des intérêts. **Elle se construit avec l'esprit, les idées, les œuvres de la paix** . Vous travaillez à cette grande œuvre. Mais vous n'êtes encore qu'au début de vos peines.	PVI.32
		(2) Impossible d'être frère si l'on n'est humble. Car c'est l'orgueil, si inévitable qu'il puisse paraître, qui provoque les tensions et les luttes du prestige, de la prédominance, du colonialisme, de l'égoïsme: **c'est lui qui brise la fraternité**.	PVI.24
		(3) Nous voudrions Nous aussi donner l'exemple, même si la petitesse de Nos moyens empêche d'en apprécier la portée pratique et quantitative: Nous voulons donner à Nos institutions caritatives un nouveau développement contre la faim du monde et en faveur de ses principaux besoins: **c'est ainsi, et pas autrement, qu'on construit la paix**.	PVI.50
		(4) Tant que l'homme restera l'être faible, changeant, et même méchant qu'il se montre souvent, les armes défensives seront, hélas!, nécessaires. Mais vous, votre courage et votre valeur vous poussent à étudier les moyens de garantir la sécurité de la vie internationale sans recourir aux armes: voilà un but digne de vos efforts, voilà ce que les peuples attendent de vous. **Voilà ce qu'il faut obtenir!**/ Et pour cela,il faut que grandisse la **confiance** unanime en cette Institution, que grandisse son autorité; et le but alors – on peut l'espérer – sera atteint. Vous y gagnerez la reconnaissance des peuples, soulagés des pesantes dépenses des armements, et délivrés du cauchemar de la guerre toujours imminente.	PVI.38-39

DA.23	O Sumo Pontífice falou durante mais de meia hora para os representantes de todos aqueles países que formam a Assembleia Geral da O.N.U., num discurso sem paralelos, em que frisou a necessidade de que haja desarmamento.	(1) Les voies en sont tracées devant vous: la première est celle du **désarmement**.	PVI.35 (rep.)
		(2) Si vous voulez être frères, **laissez tomber les armes de vos mains** .	PVI.36 (rep.)
DA.24	A O.N.U., afirmou o Papa, constitui a última esperança de harmonia para o mundo.	Les peuples se tournent vers les Nations-Unies comme vers **l'ultime espoir de la concorde et de la paix**	PVI.11

** Casos de análise: topo da pirâmide invertida*

Rep. - repetição

1979

Reescrita do *DN*: notícia principal - Papa João Paulo II (1979)

	DN (T2)	João Paulo II (T1.2)	Ref.ª versão de partida	
DN.2 (texto na 1.ª página)	A audiência de João Paulo II á primeiro-ministro portuguesa ocorreu momentos depois de o Santo Padre ter usado da palavra perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, facto a que nos referimos desenvolvidamente na página 8. O discurso do Sumo Pontífice, conforme sublinha a nossa enviada especial Helena Marques, caracterizou-se por duas linhas de força: a salvaguarda da paz e a defesa da dignidade e dos direitos do homem.	(1) Every analysis must necessarily start from the premise that—although each person lives in a particular concrete social and historical context—**every human being is endowed with a dignity that must never be lessened, impaired or destroyed but must instead be respected and safeguarded,** if **peace** is really to be built up.	JPII79.corte 15	o
		(2) Now, availing myself of the solemn occasion of my meeting with the representatives of the nations of the earth, I wish above all to send my greetings to all the men and women living on this planet. To every man and every woman, without any exception whatever. Every human being living on earth is a member of a civil society, of a nation, many of them represented here. Each one of you, distinguished ladies and gentlemen, represents a particular State, system and political structure, but what you represent above all are individual human beings; you are all representatives of men and women, of practically all the people of the world, individual men and women, communities and peoples who are living the present phase of their own history and who are also part of the history of humanity as a whole, each of them a subject **endowed with dignity as a human person**, **with his or her own culture, experiences and aspirations, tensions and sufferings, and legitimate expectations**. This relationship is what provides the reason for all political activity, whether national or international, for in the final analysis this activity comes *from* man, is exercised *by* man and is *for* man.	JPII79.8	o
Título (no interior do jornal)	«Nunca mais uns contra os outros mas sempre uns com os outros»	Fourteen years ago my great predecessor Pope Paul VI spoke from this podium. He spoke memorable words, which I desire to repeat today: «No more war, war never again! **Never one against the other»**, or even «one above the other», **but always**, on every occasion, «**with each other»**.	JPII79.16	o
DN.6	Discursando ontem na Assembleia Geral das Nações Unidas, o Papa João Paulo II apelou á paz no mundo, recordando o campo de extermínio de Auschwitz como advertência contra a guerra; afirmou a necessidade de um acordo para o Médio Oriente, que inclua a justa solução do problema palestiniano; salientou a importância da Declaração Universal dos Direitos do Homem e sublinhou a dimensão espiritual do homem como fundamento a que tudo se deve subordinar, tendo, neste campo, o cristianismo algo de específico a dar às nações do Mundo. Aclamado de pé pelos representantes das 152 nações membros da ONU, durante uma ovação que durou mais de três minutos, João Paulo II falou durante uma hora, no seu mais universal discurso desde que deixou Roma no passado dia 29 de Setembro.	(1.1) Today, forty years after the outbreak of the Second World War, I wish to **recall** the whole of the experiences by individuals and nations that were sustained by a generation that is largely still alive. I had occasion not long ago to reflect again on some of those experiences, in one of the places that are most distressing and overflowing with contempt for man and his fundamental rights—**the extermination camp of Oświęcim (Auschwitz)**, which I visited during my pilgrimage to Poland last June.	JPII79.11	
		(1.2) This infamous place is unfortunately only one of the many scattered over the continent of Europe. But the memory of even one should be **a warning sign** on the path of humanity today, in order that **every kind of concentration camp anywhere on earth may once and for all be done away with**. **And everything that recalls those horrible experiences should also disappear for ever from the lives of nations and States,** everything that is a continuation of those experiences under different forms, namely the various kinds of **torture and oppression**, either physical or moral, carried out under any system, in any land; this phenomenon is all the more distressing if it occurs under the pretext of internal «security» or the need to preserve an apparent peace.	JPII79.12	
		(2) It is my fervent hope that **a solution also to the Middle East crises** may draw nearer. While being prepared to recognize the value of any concrete step or attempt made to settle the conflict, I want to recall that it would have no value if it did not truly represent the «first stone» of a general overall peace in the area, a peace that, being necessarily based on equitable recognition of the rights of all, **cannot fail to include the consideration and just settlement of the Palestinian question**.	JPII79.19	

DN.6 (continuação)		(3.1) I would like to express the wish that, in view of its universal character, the United Nations Organization will never cease to be the forum, the high tribune from which all man's problems are appraised in truth and justice. It was in the name of this inspiration, it was through this historic stimulus, that on 26 June 1945, towards the end of the terrible Second World War, the Charter of the United Nations was signed and on the following 24 October your Organization began its life. Soon after, on 10 December 1948, came **its fundamental document, the Universal Declaration of Human Rights**, the rights of the human being as a concrete individual and of the human being in his universal value.	JPII79.9
		(3.2) **This document is a milestone** on the long and difficult path of the human race. The progress of humanity must be measured not only by the progress of science and technology, which shows man's uniqueness with regard to nature, but also and chiefly by the primacy given to spiritual values and by the progress of moral life.	JPII79.10
		(4) Indeed, the fight against incipient wars cannot be carried out on a merely superficial level, by treating the symptoms. It must be done in a radical way, by attacking the causes. The reason I have called attention to **the dimension constituted by spiritual realities** is my concern for the cause of peace, peace which is built up by men and women uniting **around what is most fully and profoundly human**, **around what raises them above the world about them and determines their indestructible grandeur**—indestructible in spite of the death to which everyone on earth is subject. I would like to add that the Catholic Church and, I think I can say, **the whole of Christianity sees in this very domain its own particular task**. The Second Vatican Council helped to establish what the Christian faith has in common with the various non-Christian religions in this aspiration. The Church is therefore grateful to all who show respect and good will with regard to this mission of hers and do not impede it or make it difficult.	JPII79.corte 19
DN.7	«Nunca mais uns contra os outros, através de um contra o outro, mas sempre, e em todas as ocasiões, uns com os outros», assim definiu João Paulo II a paz e o necessário termo á guerra que a corrida aos armamentos adia.	Fourteen years ago my great predecessor Pope Paul VI spoke from this podium. He spoke memorable words, which I desire to repeat today: **«No more war, war never again! Never one against the other», or even «one above the other», but always, on every occasion, «with each other»**.	JPII79.16 (rep.)
DN.8	A guerra «surge e amadurece onde quer que os direitos inadiáveis do homem sejam violados», direitos que o Papa enunciou, citando o direito á vida, o direito á liberdade de expressão e consciência e de religião, direito á educação e á cultura, o direito á propriedade e ao trabalho, ao justo salário, o direito á reunião e á associação, á liberdade de movimentos e o direito a participar na livre escolha do sistema político do povo a que se pertence.	(1) In this titanic labour of building up the peaceful future of our planet the United Nations Organization has undoubtedly a key function and guiding role, for which it must refer to the just ideals contained in the Universal Declaration of Human Rights. For this Declaration has struck a real blow against the many deep roots of war, since **the spirit of war,** in its basic primordial meaning, **springs up and grows to maturity where the inalienable rights of man are violated**.	JPII79.28
		(2) In a movement that one hopes will be progressive and continuous, the Universal Declaration of Human Rights and the other international and national juridical instruments are endeavouring to create general awareness of the dignity of the human being, and to define at least some of the inalienable rights of man. Permit me to **enumerate** some of the most important human rights that are universally recognized : **the right to life**, liberty and security of person; the right to food, clothing, housing, sufficient health care, rest and leisure; **the right to freedom of expression, education and culture**; the right to freedom of thought, **conscience and religion**, and the right to manifest one's religion either individually or in community, in public or in private; the right to choose a state of life, to found a family and to enjoy all conditions necessary for family life; **the right to property and work**, to adequate working conditions and **a just wage**; **the right of assembly and association ; the right to freedom of movement**, to internal and external migration; the right to nationality and residence; the right to political participation and **the right to participate in the free choice of the political system of the people to which one belongs**. All these human rights taken together are in keeping with the substance of the dignity of the human being, understood in his entirety, not as reduced to one dimension only. These rights concern the satisfaction of man's essential needs, the exercise of his freedoms, and his relationship with others; but always and everywhere they concern man, they concern man's full human dimension.	JPII79.corte 16

DN.9	Sobre o Médio Oriente, João Paulo II afirmou que «embora reconheça o valor de qualquer avanço concreto ou tentativa de solução do conflito, não quero deixar de sublinhar a necessidade de que tais passos abram caminho a um acordo geral de paz para a área, que, baseado necessariamente no reconhecimento igualitário dos direitos de todos, considere e dê uma solução justa á questão palestiniana».	It is my fervent hope that a solution also to **the Middle East** crises may draw nearer. **While being prepared to recognize the value of any concrete step or attempt made to settle the conflict, I want to recall that it would have no value if it did not truly represent the «first stone» of a general overall peace in the area, a peace that, being necessarily based on equitable recognition of the rights of all, cannot fail to include the consideration and just settlement of the Palestinian question.**	JPII79.19 (rep.)
DN.10	Neste sentido, o Papa fez ainda votos para que seja conferido a Jerusalém «um estatuto especial completado por garantias internacionais», capaz de assegurar o respeito pela natureza particular da cidade, património sagrado, venerado por milhões de crentes de três grandes religiões: o judeísmo, o cristianismo e o Islão.	I also hope for **a special statute that, under international guarantees**—as my predecessor Paul VI indicated—would **respect the particular nature of Jerusalem, a heritage sacred to the veneration of millions of believers of the three great monotheistic religions, Judaism, Christianity and Islam.**	JPII79.21
DN.11	Referindo-se ainda á guerra, o Santo Padre frisou a necessidade de serem irradiadas as causas dos conflitos: o materialismo exacerbado, a desigualdade económica e social, os abusos do poder político e os atentados á dignidade humana, chamando a atenção para a grave disparidade que opõe as «zonas de sociedade» ás «zonas de fome e crise», a qual, segundo o Papa, não pode ser ultrapassada senão através de uma cooperação organizada de todas as nações, que terá de se abster de «pôr condições de exploração, de dependência económica ou política».	(1) A critical analysis of our modern civilization shows that in the last hundred years **it has contributed as never before to the development of material goods**, but that it has also given rise, both in theory and still more in practice, to a series of attitudes in which sensitivity to the *spiritual dimension of human existence is diminished* to a greater or less extent, as **a result of certain premises which reduce the meaning of human life chiefly to the many different material and economic factors—**I mean to **the demands of production, the market, consumption, the accumulation of riches or of the growing bureaucracy** with which an attempt is made to regulate these very processes.	JPII79.34
		(2) **Various forms of inequality in the possession of material goods, and in the enjoyment of them**, can often be explained by different historical and cultural causes and circumstances. But, while these circumstances can diminish the moral responsibility of people today, they do not prevent **the situations of inequality from being marked by injustice and social injury**.	JPII79.41
		(3.1) If the truths and principles contained in this document were to be forgotten or ignored and were thus to lose the genuine self-evidence that distinguished them at the time they were brought painfully to birth, then the noble purpose of the United Nations Organization could be faced with the threat of a new destruction. This is what would happen if the simple yet powerful eloquence of the Universal Declaration of Human Rights were **decisively subjugated by what is wrongly called political interest**, but often really means no more than **one-sided gain and advantage to the detriment of others**, or **a thirst for power regardless of the needs of others**—everything which by its nature is opposed to the spirit of the Declaration. «Political interest» understood in this sense, if you will pardon me, ladies and gentlemen, dishonours the noble and difficult mission of your service for the good of your countries and of all humanity.	JPII79.15
		(3.2) People must become aware that economic tensions within countries and in the relationship between States and even between entire continents contain within themselves **substantial elements that restrict or violate human rights. Such elements are the exploitation of labour and many other abuses that affect the dignity of the human person**.	JPII79.42
		(4) Surely **the only way to overcome this serious disparity between areas of satiety and areas of hunger and depression is through coordinated cooperation by all countries.** This requires above all else a unity inspired by an authentic perspective of peace.	JPII79.47

		(5) Everything will depend on whether these differences and contrasts in the sphere of the "possession" of goods will be systematically reduced through truly effective means, on whether the belts of hunger, malnutrition, destitution, underdevelopment, disease and illiteracy will disappear from the economic map of the earth, and on whether **peaceful cooperation will avoid imposing conditions of exploitation and economic or political dependence**, which would only be a form of neocolonialism.	JPII79.48
Artigo complementar			
Título (interior do jornal)	Salvaguardar a paz e os direitos dos homens	(1) Every analysis must necessarily start from the premise that—although each person lives in a particular concrete social and historical context—**every human being is endowed with a dignity that must never be lessened, impaired or destroyed but must instead be respected and safeguarded,** if **peace** is really to be built up.	JPII79.corte 15 (rep.)
		(2) Now, availing myself of the solemn occasion of my meeting with the representatives of the nations of the earth, I wish above all to send my greetings to all the men and women living on this planet. To every man and every woman, without any exception whatever. Every human being living on earth is a member of a civil society, of a nation, many of them represented here. Each one of you, distinguished ladies and gentlemen, represents a particular State, system and political structure, but what you represent above all are individual human beings; you are all representatives of men and women, of practically all the people of the world, individual men and women, communities and peoples who are living the present phase of their own history and who are also part of the history of humanity as a whole, each of them a subject **endowed with dignity as a human person**, **with his or her own culture, experiences and aspirations, tensions and sufferings, and legitimate expectations**. This relationship is what provides the reason for all political activity, whether national or international, for in the final analysis this activity comes *from* man, is exercised *by* man and is *for* man.	JPII79.8 (rep.)
DN.23	«Faço votos para que todos os povos e nações da Terra, para que todas as comunidades humanas vivam e cresçam em liberdade e na verdade da sua história nacional. (…) Faço votos para que as Nações Unidas permaneçam para sempre o 'forum' supremo da paz e da justiça, a autêntica sede da liberdade dos povos e dos indivíduos no seu desejo de um futuro melhor».	(1) At the close of this address, I wish to express once more before all the high representatives of the States who are present a word of esteem and deep love for **all the peoples, all the nations of the earth, for all human communities**. Each one has its own history and culture. **I hope that they will live and grow in the freedom and truth of their own history**. For that is the measure of the common good of each one of them.	JPII79.63
		(2) [I hope that each person will live and grow strong with the moral force of the community that forms its members as citizens. I hope that the State authorities, while respecting the just rights of each citizen, will enjoy the confidence of all for the common good./ I hope that all the nations, even the smallest, even those that do not yet enjoy full sovereignty, and those that have been forcibly robbed of it, will meet in full equality with the others in the United Nations Organization.] **I hope that the United Nations will ever remain the supreme forum of peace and justice, the authentic seat of freedom of peoples and individuals in their longing for a better future.**	JPII79.66

DN.25	A lição de João Paulo II caracterizou-se por duas linhas de força paralelas: a salvaguarda da paz e a defesa da dignidade e dos direitos dos homens.	(1) Every analysis must necessarily start from the premise that—although each person lives in a particular concrete social and historical context—**every human being is endowed with a dignity that must never be lessened, impaired or destroyed but must instead be respected and safeguarded,** if **peace** is really to be built up.	JPII79.corte 15 (rep.2)
		(2) Now, availing myself of the solemn occasion of my meeting with the representatives of the nations of the earth, I wish above all to send my greetings to all the men and women living on this planet. To every man and every woman, without any exception whatever. Every human being living on earth is a member of a civil society, of a nation, many of them represented here. Each one of you, distinguished ladies and gentlemen, represents a particular State, system and political structure, but what you represent above all are individual human beings; you are all representatives of men and women, of practically all the people of the world, individual men and women, communities and peoples who are living the present phase of their own history and who are also part of the history of humanity as a whole, each of them a subject **endowed with dignity as a human person**, **with his or her own culture, experiences and aspirations, tensions and sufferings, and legitimate expectations**. This relationship is what provides the reason for all political activity, whether national or international, for in the final analysis this activity comes *from* man, is exercised *by* man and is *for* man.	JPII79.8 (rep.2)
DN.26	Em relação ao primeiro aspecto, o Sumo Pontífice evocou os conflitos que ameaçam neste momento a paz do Mundo, particularmente a crise do Médio Oriente.	It is my fervent hope that a solution also to **the Middle East crises** may draw nearer. While being prepared to recognize the value of any concrete step or attempt made to settle the **conflict**, I want to recall that it would have no value if it did not truly represent the «first stone» of a general overall peace in the area, a peace that, being necessarily based on equitable recognition of the rights of all, cannot fail to include the consideration and just settlement of the Palestinian question.	JPII79.19 (rep.2)
DN.27	E denunciou, também, com muita energia, a corrida ao desarmamento e as maneiras capciosas como se procura explicar e justificar essa mal disfarçada preparação para a guerra.	(1) **We are troubled also by reports of the development of weaponry** exceeding in quality and size the means of war and destruction ever known before.	JPII79.22
		(2) And **the resistance to actual concrete proposals of real disarmament**, such as those called for by this Assembly in a special session last year, shows that together with the will for peace that all profess and that most desire there is also in existence—**perhaps in latent or conditional form but nonetheless real**—the contrary and the negation of this will.	JPII79.corte 10
		(3) **The continual preparations for war** demonstrated by the production of ever more numerous, powerful and sophisticated weapons in various countries show that there is a desire to be ready for war, and being ready means being able to start it; it also means taking the risk that sometime, somewhere, somehow, someone can set in motion the terrible mechanism of general destruction.	JPII79.24
		(4) **It is therefore necessary to make a continuing and even more energetic effort to do away with the very possibility of provoking war**, and to make such catastrophes impossible by influencing the attitudes and convictions, the very intentions and aspirations of governments and peoples.	JPII79.25
DN.28	O segundo aspecto começou por ser abordado através de uma dramática e comovida evocação do campo de concentração de Auschwitz, que o Papa visitou por ocasião da sua viagem à Polónia.	Today, forty years after the outbreak of the Second World War, I wish to recall the whole of the experiences by individuals and nations that were sustained by a generation that is largely still alive. I had occasion not long ago to reflect again on some of those experiences, **in one of the places that are most distressing and overflowing with contempt for man and his fundamental rights—the extermination camp of Oświęcim (Auschwitz), which I visited during my pilgrimage to Poland last June.**	JPII79.11 (rep.)

DN.29	Ao recordar as torturas e os sofrimentos de quantos passaram pelos campos de concentração, João Paulo II comentou que esse alto preço não pode ter sido inutil e considerou que foram justamente as penosas e terríveis experiências aí vividas que haviam de conduzir, logo a seguir á guerra, á elaboração da Declaração dos Direitos do Homem.	(1) This infamous place is unfortunately only one of the many scattered over the continent of Europe. But the memory of even one should be a warning sign on the path of humanity today, in order that every kind of concentration camp anywhere on earth may once and for all be done away with. And **everything that recalls those horrible experiences** should also disappear for ever from the lives of nations and States, everything that is a continuation of those experiences under different forms, namely t**he various kinds of torture and oppression**, either physical or moral, carried out under any system, in any land; this phenomenon is all the more distressing if it occurs under the pretext of internal «security» or the need to preserve an apparent peace.	JPII79.12 (rep.)
		(2) But my purpose in evoking this memory is above all to show what **painful experiences and sufferings by millions of people gave rise to the Universal Declaration of Human Rights,** which has been placed as the basic inspiration and cornerstone of the United Nations Organization. This Declaration was paid for by millions of our brothers and sisters at the cost of their suffering and sacrifice, brought about by the brutalization that darkened and made insensitive the human consciences of their oppressors and of those who carried out a real genocide. **This price cannot have been paid in vain!**	JPII79.14
		(3) It was when technology was being directed in its one-sided progress towards goals of war, hegemony and conquest, so that man might kill man and nation destroy nation by depriving it of itsliberty and the right to exist—and I still have before my mind the image of **the Second World War** in Europe, which began forty years ago on 1 September 1939 with the invasion of Poland and **ended on 9 May 1945—it was precisely then that the United Nations Organization arose. And three years later the document appeared which, as I have said, must be considered a real milestone on the path of the moral progress of humanity—the Universal Declaration of Human Rights.** The governments and States of the world have understood that, it they are not to attack and destroy each other, they must unite. The real way, the fundamental way to this is through each human being, through the definition and recognition of and respect for the inalienable rights of individuals and of the communities of peoples.	JPII79.corte 8
DN.31	Acontece assim, por exemplo, quando João Paulo evoca a exortação de Paulo VI contra a guerra, a dimensão espiritual da existência humana, a igualdade de direitos entre os homens e as mulheres e entre os países ricos e os países pobres, a necessidade de uma justa redistribuição das riquezas do Mundo, o respeito pela liberdade religiosa ou a construção de uma sociedade digna do futuro neste Ano Internacional da Criança.	(1) Fourteen years ago my great predecessor **Pope Paul VI** spoke from this podium. He spoke memorable words, which I desire to repeat today: «**No more war, war never again! Never one against the other»,** or even «one above the other», but always, on every occasion, «with each other».	JPII79.16 (rep.2)
		(2.1) Indeed, the fight against incipient wars cannot be carried out on a merely superficial level, by treating the symptoms. It must be done in a radical way, by attacking the causes. The reason I have called attention to **the dimension constituted by spiritual realities** is my concern for the cause of peace, peace which is built up by men and women uniting around what is most fully and profoundly human, around what raises them above the world about them and determines their indestructible grandeur— indestructible in spite of the death to which everyone on earth is subject. I would like to add that the Catholic Church and, I think I can say, the whole of Christianity sees in this very domain its own particular task. The Second Vatican Council helped to establish what the Christian faith has in common with the various non-Christian religions in this aspiration. The Church is therefore grateful to all who show respect and good will with regard to this mission of hers and do not impede it or make it difficult.	JPII79.corte 19 (rep.)
		(2.2) An analysis of the history of mankind, especially at its present stage, shows how important is the duty of revealing more fully the range of the goods that are linked with **the spiritual dimension of human existence**. It shows how important this task is for building peace and how serious is any threat to human rights. Any violation of them, even in a «peace situation», is a form of warfare against humanity.	JPII79.38
		(3) I consider that the famous opening words of the Charter of the United Nations, in which «the peoples of the United Nations, determined to save succeeding generations from the scourge of war», solemnly reaffirmed «faith in fundamental human rights, in the dignity and worth of the human person, in **the equal rights of men and women and of nations large and small»**, are meant to stress this dimension.	JPII79.37

DN.31 (continuação)		(4.1) It seems that in the modern world there are two main threats. Both concern human rights in the field of international relations and human rights within the individual States or societies. The first of these systematic threats against human rights is linked in an overall sense with **the distribution of material goods. This distribution is frequently unjust both within individual societies and on the planet as a whole.**	JPII79.39
		(4.2) It follows that the fundamental criterion for comparing social, economic and political systems is not, and cannot be, the criterion of hegemony and imperialism; it can be, and indeed it must be, the humanistic criterion, namely the measure in which each system is really capable of reducing, restraining and eliminating as far as possible the various forms of exploitation of man and of ensuring for him, through work, not only **the just distribution of the indispensable material goods**, but also a participation, in keeping with his dignity, in the whole process of production and in the social life that grows up around that process.	JPII79.43
		(5) With regard to **religious freedom**, which I, as Pope, am bound to have particularly at heart, precisely with a view to safeguarding peace, I would like to repeat here, as a contribution to respect for **man's spiritual dimension**, some principles contained in the Second Vatican Council's Declaration *Dignitatis Humanae*: «In accordance with their dignity, all human beings, because they are persons, that is, beings endowed with reason and free will and therefore bearing personal responsibility, are both impelled by their nature and bound by a moral obligation to seek the truth, especially religious truth. They are also bound to adhere to the truth once they come to know it and to direct their whole lives in accordance with its demands» (*Dignitatis Humanae*, 2)./ «The practice of religion of its very nature consists primarily of those voluntary and free internal acts by which a human being directly sets his course towards God. **No merely human power can either command or prohibit acts of this kind**. But man's social nature itself **requires that he give external expression to his internal acts of religion, that he communicate with others in religious matters and that he profess his religion in community»** (*Dignitatis Humanae*, 3).	JPII79.55
		(6.1) And so, what better **wish** can I express for every nation and the whole of mankind, and for all the children of the world than **a better future** in which respect for human rights **will become a complete reality** throughout the third millennium, which is drawing near.	JPII79.corte 25
		(6.2) The United Nations Organization has proclaimed ***1979 the Year of the Child*.**	JPII79.58
DN.47	Palavras que convidam à reflexão, elas serão, sobretudo, e na sequência do apelo de paz lançado há catorze anos, por Paulo VI, um grave alerta lançado à consciência das nações.	(1) **Fourteen years ago** my great predecessor **Pope Paul VI spoke from this podium**. He spoke memorable words, which I desire to repeat today: «**No more war, war never again! Never one against the other»,** or even «one above the other», but always, on every occasion, «with each other».	JPII79.16 (rep.3)
		(2) **Paul VI was a tireless servant of the cause of peace**. I wish **to follow him with all my strength and continue his service**. The Catholic Church in every place on earth proclaims a message of peace, prays for peace, educates for peace. This purpose is also shared by the representatives and followers of other Churches and Communities and of other religions of the world, and they have pledged themselves to it. In union with efforts by all people of good will, this work is certainly bearing fruit.	JPII79.17

** Casos de análise: topo da pirâmide invertida*

Rep. - repetição

Reescrita do *JN*: notícia principal - Papa João Paulo II (1979)

	JN (T2')	João Paulo II (T1.2)	Ref.ª versão de partida	
Pós-título (1.ª página)	Defesa de uma solução justa do problema palestiniano	It is my fervent hope that a **solution** also to the Middle East crises may draw nearer. While being prepared to recognize the value of any concrete step or attempt made to settle the conflict, I want to recall that it would have no value if it did not truly represent the "first stone" of a general overall peace in the area, a peace that, being necessarily based on equitable recognition of the rights of all, cannot fail to include the consideration and **just settlement of the Palestinian question.**	JPII79.19	o
Título (no interior do jornal)	Justa solução do problema palestiniano é caminho para a paz no Médio Oriente	It is my fervent hope that a solution also to **the Middle East** crises may draw nearer. While being prepared to recognize the value of any concrete step or attempt made to settle the conflict, I want to recall that it would have no value if it did not truly represent **the «first stone» of a general overall peace in the area**, a peace that, being necessarily based on equitable recognition of the rights of all, cannot fail to include the consideration and **just settlement of the Palestinian question**.	JPII79.19 (rep.)	o
JN.1	O Papa João Paulo II declarou na Assembleia Geral das Nações Unidas que uma paz geral e global no Médio Oriente deve assentar «no justo reconhecimento dos direitos de todos» e «não pode deixar de incluir a consideração e a justa solução do problema palestiniano».	It is my fervent hope that a solution also to **the Middle East** crises may draw nearer. While being prepared to recognize the value of any concrete step or attempt made to settle the conflict, I want to recall that it would have no value if it did not truly represent the «first stone» of **a general overall peace in the area**, a peace that, **being necessarily based on equitable recognition of the rights of all, cannot fail to include the consideration and just settlement of the Palestinian question**.	JPII79.19 (rep.2)	o
JN.2	Acrescentou que a tranquilidade, a independência e a integridade territorial do Líbano estão ligadas àquele problema.	**Connected with this question is that of the tranquillity, independence and territorial integrity of Lebanon** within the formula that has made it an example of peaceful and mutually fruitful coexistence between distinct communities, a formula that I hope will, in the common interest, be maintained, with the adjustments required by the developments of the situation.	JPII79.20	
JN.4	A recordação do campo de extermínio de Auschwitz - que o Papa visitou em Junho último - deve constituir «uma advertência nos caminhos da Humanidade contemporânea a fim de que possa fazer desaparecer de uma vez para sempre qualquer forma de campo de concentração em todo o Globo».	(1) Today, forty years after the outbreak of the Second World War, I wish to **recall** the whole of the experiences by individuals and nations that were sustained by a generation that is largely still alive. I had occasion not long ago to reflect again on some of those experiences, in one of the places that are most distressing and overflowing with contempt for man and his fundamental rights—**the extermination camp of Oświęcim (Auschwitz)**, **which I visited** during my pilgrimage to Poland **last June**.	JPII79.11	
		(2) This infamous place is unfortunately only one of the many scattered over the continent of Europe. But **the memory of even one should be a warning sign on the path of humanity today, in order that every kind of concentration camp anywhere on earth may once and for all be done away with.** And everything that recalls those horrible experiences should also disappear for ever from the lives of nations and States, everything that is a continuation of those experiences under different forms, namely the various kinds of torture and oppression, either physical or moral, carried out under any system, in any land; this phenomenon is all the more distressing if it occurs under the pretext of internal «security» or the need to preserve an apparent peace.	JPII79.12	
JN.5	A Declaração Universal dos Direitos do Homem é a «pedra angular» das Nações Unidas e foi paga pelos sofrimentos e sacrifícios de «milhões dos nossos irmãos e irmãs» provocados pelo «embrutecimento que tornou cega e surda a consciência dos seus opressores e dos autores de um verdadeiro genocídio».	But my purpose in evoking this memory is above all to show what painful experiences and sufferings by millions of people gave rise to **the Universal Declaration of Human Rights**, which has been placed as the basic inspiration and **cornerstone of the United Nations Organization. This Declaration was paid for by millions of our brothers and sisters at the cost of their suffering and sacrifice, brought about by the brutalization that darkened and made insensitive the human consciences of their oppressors and of those who carried out a real genocide.** This price cannot have been paid in vain!	JPII79.14	

JN.6	O Papa fez votos para que seja conferido a Jerusalém «um estatuto especial completado por garantias internacionais», capaz de assegurar o respeito pela natureza particular de Jerusalém, «património sagrado, venerado por milhões de crentes das três grandes religiões monoteístas, o Judaísmo, o Cristianismo e o Islão».	I also hope for **a special statute that, under international guarantees**—as my predecessor Paul VI indicated—**would respect the particular nature of Jerusalem, a heritage sacred to the veneration of millions of believers of the three great monotheistic religions, Judaism, Christianity and Islam.**	JPII79.21
JN.7	Ao lado do desejo de paz «coexistem o seu contrário e a sua negação». «Os contínuos preparativos de guerra» que a corrida aos armamentos sofisticados representa, «mostram que há quem queira estar preparado para a guerra - e estar preparado significa estar em posição de provocar o conflito.» O espírito de guerra, no seu significado primordial, «surge e amadurece onde quer que os direitos inalienáveis do Homem sejam violados».	(1) And the resistance to actual concrete proposals of real disarmament, such as those called for by this Assembly in a special session last year, shows that **together with the will for peace** that all profess and that most desire **there is also in existence**—perhaps in latent or conditional form but nonetheless real—**the contrary and the negation of this will.**	JPII79.corte 10
		(2) **The continual preparations for war demonstrated by the production of ever more numerous, powerful and sophisticated weapons** in various countries **show that there is a desire to be ready for war, and being ready means being able to start it**; it also means taking the risk that sometime, somewhere, somehow, someone can set in motion the terrible mechanism of general destruction.	JPII79.24
		(3) In this titanic labour of building up the peaceful future of our planet the United Nations Organization has undoubtedly a key function and guiding role, for which it must refer to the just ideals contained in the Universal Declaration of Human Rights. For this Declaration has struck a real blow against the many deep roots of war, since **the spirit of war, in its basic primordial meaning, springs up and grows to maturity where the inalienable rights of man are violated.**	JPII79.28
JN.8	Entre os «direitos inalienáveis do Homem», de que fez uma longa lista, o Papa citou o direito à vida, o direito à liberdade de expressão, à educação e à cultura, o direito à liberdade de consciência e de religião, o direito a manifestar a sua religião individual ou colectivamente, o direito à propriedade e ao trabalho, o direito às condições de trabalho com equidade e a um justo salário, o direito à reunião e à associação, o direito à liberdade de movimentos, o direito à nacionalidade e à residência «e o direito a participar na livre escolha do sistema político do povo a que se pertence».	In a movement that one hopes will be progressive and continuous, the Universal Declaration of Human Rights and the other international and national juridical instruments are endeavouring to create general awareness of the dignity of the human being, and to define at least **some of the inalienable rights of man**. Permit me to enumerate some of the most important human rights that are universally recognized :**the right to life**, liberty and security of person; the right to food, clothing, housing, sufficient health care, rest and leisure;**the right to freedom of expression, education and culture**; the right to freedom of thought,**conscience and religion, and the right to manifest one's religion either individually or in community,** in public or in private; the right to choose a state of life, to found a family and to enjoy all conditions necessary for family life; **the right to property and work, to adequate working conditions and a just wage; the right of assembly and association ; the right to freedom of movement,** to internal and external migration; **the right to nationality and residence**; the right to political participation and **the right to participate in the free choice of the political system of the people to which one belongs** . All these human rights taken together are in keeping with the substance of the dignity of the human being, understood in his entirety, not as reduced to one dimension only. These rights concern the satisfaction of man's essential needs, the exercise of his freedoms, and his relationship with others; but always and everywhere they concern man, they concern man's full human dimension.	JPII79.corte 16
JN.9	A grave disparidade que opõe as «zonas de saciedade» às zonas de fome e de crise não pode ser ultrapassada senão através de uma cooperação organizada de todas as nações, a qual se absterá de «pôr condições de exploração, de dependência económica ou política».	(1) Surely **the only way to overcome this serious disparity between areas of satiety and areas of hunger and depression is through coordinated cooperation by all countries.** This requires above all else a unity inspired by an authentic perspective of peace.	JPII79.47
		(2) Everything will depend on whether these differences and contrasts in the sphere of the "possession" of goods will be systematically reduced through truly effective means, on whether the belts of hunger, malnutrition, destitution, underdevelopment, disease and illiteracy will disappear from the economic map of the earth, and on whether **peaceful cooperation will avoid imposing conditions of exploitation and economic or political dependence**, which would only be a form of neocolonialism.	JPII79.48

JN.10	Desde há séculos que a civilização tem um fim essencial: «Dar vida a todas as sociedades políticas uma forma na qual possam ser plenamente garantidos os direitos objectivos do espírito, da consciência humana, da criatividade humana, incluída a relação entre o Homem e Deus». «Somos testemunhas de ameaças e violações que reaparecem neste domínio» - afirmou.	For centuries the thrust of civilization has been in one direction: that of**giving the life of individual political societies a form in which there can be fully safeguarded the objective rights of the spirit, of human conscience and of human creativity, including man's relationship with God.** Yet in spite of this **we still see in this field recurring threats and violations**, often with no possibility of appealing to a higher authority or of obtaining an effective remedy.	JPII79.51

** Casos de análise: topo da pirâmide invertida*

Rep. - repetição

Reescrita do *DA* : notícia principal - Papa João Paulo II (1979)

	DA (T2'')	João Paulo II (T1.2)	Ref.ª versão de partida	
Pós-título (1.ª página)	Dramático apelo para que se acabe com as ameaças de guerra por meio de desarmamento nuclear	(1) **It is therefore necessary to make a continuing and even more energetic effort to do away with the very possibility of provoking war**, and to make such catastrophes impossible by influencing the attitudes and convictions, the very intentions and aspirations of governments and peoples.	JPII79.25	o
		(2) **In this field also we applaud the decisions and agreements aimed at reducing the arms race.** Nevertheless, the life of humanity today is seriously endangered by **the threat of destruction** and by the risk arising even from accepting certain «tranquillizing» reports.	JPII79.23	o
DA.5 (1.ª página)	Já na sede da ONU, João Paulo II pediu a todas as nações para terminarem com as ameaças da guerra por meio do desarmamento nuclear e apelou para que seja dada «uma solução justa» à questão palestiniana.	(1.1) **It is therefore necessary to make a continuing and even more energetic effort to do away with the very possibility of provoking war**, and to make such catastrophes impossible by influencing the attitudes and convictions, the very intentions and aspirations of governments and peoples.	JPII79.25 (rep.)	o
		(1.2) In this field also **we applaud the decisions and agreements aimed at reducing the arms race.** Nevertheless, the life of humanity today is seriously endangered by **the threat of destruction** and by the risk arising even from accepting certain «tranquillizing» reports.	JPII79.23 (rep.)	o
		(2) It is my fervent hope that a **solution** also to the Middle East crises may draw nearer. While being prepared to recognize the value of any concrete step or attempt made to settle the conflict, I want to recall that it would have no value if it did not truly represent the "first stone" of a general overall peace in the area, a peace that, being necessarily based on equitable recognition of the rights of all, cannot fail to include the consideration and**just settlement of the Palestinian question.**	JPII79.19	o
DA.6 (1.ª página)	[«]A contínua preparação de guerra, pela produção de cada vez mais numerosas, poderosas e sofisticadas armas em vários países demonstra que existe um desejo de se estar pronto para a guerra» - disse João Paulo II às 152 nações representadas na ONU.	**The continual preparations for war demonstrated by the production of ever more numerous, powerful and sophisticated weapons in various countries show that there is a desire to be ready for war,** and being ready means being able to start it; it also means taking the risk that sometime, somewhere, somehow, someone can set in motion the terrible mechanism of general destruction.	JPII79.24	
DA.7 (1.ª página)	«E estar pronto para a guerra - acrescentou o Pontífice - significa ser-se capaz de a começar e correr o risco de que alguém algures e em qualquer sítio, desencadeie o terrível mecanismo da destruição geral».	The continual preparations for war demonstrated by the production of ever more numerous, powerful and sophisticated weapons in various countries show that there is a desire to be ready for war, **and being ready means being able to start it; it also means taking the risk that sometime, somewhere, somehow, someone can set in motion the terrible mechanism of general destruction.**	JPII79.24	
DA.9 (1.ª página)	Sobre a situação no Médio Oriente, João Paulo II observou:	It is my fervent hope that a solution also to the **Middle East** crises may draw nearer. **While being prepared to recognize the value of any concrete step or attempt made to settle the conflict, I want to recall that it would have no value if it did not truly represent the «first stone» of a general overall peace in the area, a peace that, being necessarily based on equitable recognition of the rights of all, cannot fail to include the consideration and just settlement of the Palestinian question.**	JPII79.19 (rep.)	
DA.10 (1.ª página)	«Embora reconheça o valor de qualquer avanço concreto ou tentativa de solução do conflito, não quero deixar de sublinhar a necessidade de que tais pessoas abram caminho a um acordo geral de paz para a área, que - baseada necessariamente no reconhecimento igualitário dos direitos de todos - considere de uma solução justa à questão palestiniana».			

DA.11 (interior do jornal)	Em ligação com este problema, o Papa falou na questão da «tranquilidade, independência e integridade territorial do Líbano dentro de uma fórmula que o torne um exemplo de coexistência pacífica e produtiva entre comunidades distintas.»	Connected with this question is that of **the tranquillity, independence and territorial integrity of Lebanon within the formula that has made it an example of peaceful and mutually fruitful coexistence between distinct communities**, a formula that I hope will, in the common interest, be maintained, with the adjustments required by the developments of the situation.	JPII79.20
DA.12	Ainda sobre o Médio Oriente, o chefe da Igreja Católica apelou para a concessão de garantias internacionais que respeitem os direitos dos judeus, muçulmanos e cristãos de Jerusalém.	I also hope for a special statute that, under **international guarantees**—as my predecessor Paul VI indicated—**would respect** the particular nature of **Jerusalem**, a heritage sacred to the veneration of millions of **believers of** the three great monotheistic religions,**Judaism, Christianity and Islam.**	JPII79.21
DA.13	Na primeira parte do seu discurso, pronunciado em inglês, João Paulo II recordou que a Igreja Católica tem apreciado e apoiado, desde o princípio, o papel da Organização das Nações Unidas, e fez um dramático apelo ao respeito pelos direitos humanos.	(1) Besides attaching great importance to its collaboration with the United Nations Organization,**the Apostolic See has always, since the foundation of your Organization, expressed its esteem and its agreement with the historic significance of this supreme forum for the international life of humanity today. It also never ceases to support your Organization's functions and initiatives,** which are aimed at peaceful coexistence and collaboration between nations.	JPII79.3
		(2) Every analysis must necessarily start from the premise that—although each person lives in a particular concrete social and historical context—**every human being is endowed with a dignity that must never be lessened, impaired or destroyed but must instead be respected and safeguarded,** if peace is really to be built up.	JPII79.corte 15
DA.14	A relação entre os diversos sistemas sociais, económicos e políticos - afirmou o Papa - não pode estabelecer-se segundo «um critério de natureza hegemónica imperialista», mas sim de «natureza humanista».	It follows that the fundamental**criterion for comparing social, economic and political systems is not, and cannot be, the criterion of hegemony and imperialism; it can be, and indeed it must be, the humanistic criterion**, namely the measure in which each system is really capable of reducing, restraining and eliminating as far as possible the various forms of exploitation of man and of ensuring for him, through work, not only the just distribution of the indispensable material goods, but also a participation, in keeping with his dignity, in the whole process of production and in the social life that grows up around that process.	JPII79.43
DA.15	Discursando com voz calma na sala repleta de diplomatas e jornalistas, o Pontífice recordou que as Nações Unidas nasceram precisamente quando a tecnologia estava a ser dirigida unilateralmente «para os objetivos da guerra, a hegemonia e a conquista».	**It was when technology was being directed in its one-sided progress towards goals of war, hegemony and conquest,** so that man might kill man and nation destroy nation by depriving it of itsliberty and the right to exist—and I still have before my mind the image of the Second World War in Europe, which began forty years ago on 1 September 1939 with the invasion of Poland and ended on 9 May 1945—**it was precisely then that the United Nations Organization arose**. And three years later the document appeared which, as I have said, must be considered a real milestone on the path of the moral progress of humanity—the Universal Declaration of Human Rights. The governments and States of the world have understood that, it they are not to attack and destroy each other, they must unite. The real way, the fundamental way to this is through each human being, through the definition and recognition of and respect for the inalienable rights of individuals and of the communities of peoples.	JPII79.corte 8

DA.16	«Depois da Segunda Guerra Mundial, iniciada em 1939 com a invasão nazi da Polónia - lembrou o antigo arcebispo de Cracóvia - os governos do mundo reconheceram que para não se atacarem e destruírem tinham de se unir».	It was when technology was being directed in its one-sided progress towards goals of war, hegemony and conquest, so that man might kill man and nation destroy nation by depriving it of itsliberty and the right to exist—and I still have before my mind the image of**the Second World War in Europe, which began forty years ago on 1 September 1939 with the invasion of Poland** and ended on 9 May 1945—it was precisely then that the United Nations Organization arose. And three years later the document appeared which, as I have said, must be considered a real milestone on the path of the moral progress of humanity—the Universal Declaration of Human Rights.**The governments and States of the world have understood that, it they are not to attack and destroy each other, they must unite**. The real way, the fundamental way to this is through each human being, through the definition and recognition of and respect for the inalienable rights of individuals and of the communities of peoples.	JPII79.corte 8
DA.17	Mas a única forma de o conseguir - sublinhou - «é através de cada ser humano, pela definição, o reconhecimento e o respeito dos direitos inalienáveis dos indivíduos e das comunidades dos povos ».	It was when technology was being directed in its one-sided progress towards goals of war, hegemony and conquest, so that man might kill man and nation destroy nation by depriving it of itsliberty and the right to exist—and I still have before my mind the image of the Second World War in Europe, which began forty years ago on 1 September 1939 with the invasion of Poland and ended on 9 May 1945—it was precisely then that the United Nations Organization arose. And three years later the document appeared which, as I have said, must be considered a real milestone on the path of the moral progress of humanity—the Universal Declaration of Human Rights. The governments and States of the world have understood that, it they are not to attack and destroy each other, they must unite. **The real way, the fundamental way to this is through each human being, through the definition and recognition of and respect for the inalienable rights of individuals and of the communities of peoples.**	JPII79.corte 8
DA.18	Finalmente, o Papa referiu-se à necessidade de suprimir progressivamente as diferenças entre países «ricos» e «pobres», tendo concluído que o Ano Internacional da Criança deve recordar a todos os países que «não temos o direito de deixar a corrida aos armamentos como herança aos vindouros».	(1.1) Disturbing factors are frequently present in the form of the frightful**disparities between excessively rich individuals and groups on the one hand, and on the other hand the majority made up of the poor or indeed of the destitute**, who lack food and opportunities for work and education and are in great numbers condemned to hunger and disease.	JPII79.44
		(1.2) Surely the only way **to overcome this serious disparity** between areas of satiety and areas of hunger and depression is through coordinated cooperation by all countries. This requires above all else a unity inspired by an authentic perspective of peace.	JPII79.47
		(2) The United Nations Organization has proclaimed*1979* ***the Year of the Child*** **.**	JPII79.58
		(3) But in this perspective we must ask ourselves whether there will continue to accumulate over the heads of this **new generation of children** the threat of common extermination for which the means are in the hands of the modern States, especially the major world powers. **Are the children to receive the arms race from us as a necessary inheritance?** How are we to explain this unbridled race?	JPII79.59

** Casos de análise: topo da pirâmide invertida*
Rep. - repetição

1995

Reescrita do *DN*: notícia principal - Papa João Paulo II (1995)

	DN (T2)	João Paulo II (T1.3)	Ref.ª versão de partida	
Legenda da fotografia (1.ª página)	João Paulo II apelou ontem na Assembleia Geral da ONU (onde foi recebido pelo presidente, Freitas do Amaral) à elaboração de uma carta dos direitos das nações que responda aos desafios dos tempos modernos	The Universal Declaration of Human Rights, adopted in 1948, spoke eloquently of the rights of persons; but no similar **international agreement** has yet adequately addressed **the rights of nations**. This situation **must be carefully pondered**, for it raises **urgent questions about justice and freedom in the world today.**	EN: JPII95.17	o
Título (interior do jornal)	Defesa dos direitos das nações	The Universal Declaration of Human Rights, adopted in 1948, spoke eloquently of the rights of persons; but no similar international agreement has yet adequately addressed **the rights of nations**. This situation **must be carefully pondered,** for it raises urgent questions about justice and freedom in the world today.	EN: JPII95.17 (rep.)	o
Pós-título	O Papa João Paulo II apelou ontem em Nova Iorque para as Nações Unidas, no sentido de ser elaborado sem demora um documento sobre «os direitos das nações» com a finalidade de responder aos desafios do nacionalismo, nascidos dos escombros do Muro de Berlim	(1) Unfortunately, even after the end of the Second World War, **the rights of nations** continued to be violated. To take but one set of examples, the Baltic States and extensive territories in Ukraine and Belarus were absorbed into the Soviet Union, as had already happened to Armenia, Azerbaijan, and Georgia in the Caucasus. At the same time the so-called «People's Democracies» of Central and Eastern Europe effectively lost their sovereignty and were required to submit to the will dominating the entire bloc.	EN: JPII95.15	o
		(2) The result of this artificial division of Europe was **the «cold war»**, a situation of international tension in which the threat of a nuclear holocaust hung over humanity. **It was only when freedom was restored to the nations of Central and Eastern Europe that the promise of the peace which should have come with the end of the war began to be realized for many of the victims of that conflict.**	EN: JPII95.16	o
		(3) The Universal Declaration of Human Rights, adopted in 1948, spoke eloquently of the rights of persons; but no similar **international agreement** has yet adequately addressed **the rights of nations**. This situation **must be carefully pondered**, for it raises **urgent questions about justice and freedom in the world today.**	EN: JPII95.17 (rep.2)	o
DN.1	«A Declaração Universal dos Direitos do Homem, adoptada em 1948, tratou de uma forma eloquente os direitos das pessoas, mas ainda não existe direito internacional análogo que trate dos direitos das nações no seu conjunto», declarou o Papa na tribuna da Assembleia Geral da ONU.	**The Universal Declaration of Human Rights, adopted in 1948, spoke eloquently of the rights of persons; but no similar international agreement has yet adequately addressed the rights of nations.** This situation must be carefully pondered, for it raises urgent questions about justice and freedom in the world today.	EN: JPII95.17 (rep.3)	o
DN.2	«É este facto que convém tomar atentamente em consideração, dadas as questões urgentes que ele suscita no mundo contemporâneo em relação à justiça e à liberdade», acrescentou João Paulo II.	The Universal Declaration of Human Rights, adopted in 1948, spoke eloquently of the rights of persons; but no similar international agreement has yet adequately addressed the rights of nations. **This situation must be carefully pondered, for it raises urgent questions about justice and freedom in the world today.**	EN: JPII95.17 (rep.4)	
DN.3	É «indispensável» reflectir acerca do conceito de nação «no caso de se pretender evitar os erros do passado e instaurar uma ordem mundial justa», declarou o Sumo Pontífice.	A study of these rights is certainly not easy, if we consider the difficulty of defining the very **concept of «nation»**, which cannot be identified a priori and necessarily with the State. **Such a study must nonetheless be made, if we wish to avoid the errors of the past and ensure a just world order**	EN: JPII95.28	

DN.4	O direito de uma nação à existência é «certamente anterior aos seus outros direitos: ninguém - nem um Estado, nem qualquer outra nação, nem uma organização internacional - se atreveu nunca a considerar que uma determinada nação não seria digna de existir», afirmou.	**A presupposition of a nation's rights is certainly its right to exist: therefore no one — neither a State nor another nation, nor an international organization — is ever justified in asserting that *an individual nation is not worthy of existence*.**	EN: JPII95.29
DN.5	Mas «este direito fundamental à existência não significa necessariamente uma autoridade estatal», sublinhou o Papa, sem mencionar explicitamente os diferentes povos que compõem, nomeadamente, a Bósnia-Herzegovina.	**This fundamental right to existence does not necessarily call for sovereignty as a state**, since various forms of juridical aggregation between different nations are possible, as for example occurs in Federal States, in Confederations or in States characterized by broad regional autonomies. There can be historical circumstances in which aggregations different from single state sovereignty can even prove advisable, but only on condition that this takes place in a climate of true freedom, guaranteed by the exercise of the self determination of the peoples concerned. Its right to exist naturally implies that every nation also enjoys the right to its own language and culture, through which a people expresses and promotes that which I would call its fundamental spiritual «sovereignty». History shows that in extreme circumstances (such as those which occurred in the land where I was born) it is precisely its culture that enables a nation to survive the loss of political and economic independence. Every nation therefore has also the right to shape its life according to its own traditions, excluding, of course, every abuse of basic human rights and in particular the oppression of minorities. Every nation has the right to build its future by providing an appropriate education for the younger generation.	EN: JPII95.30
DN.6	Evocou, no entanto, as «populações martirizadas» da Bósnia, ao denunciar com vigor a «espiral de violência» quando a realidade do outro é negada, nomeadamente devido a «manipulações de personagens sem escrúpulos».	Amplifiée par des ressentiments d'origine historique et exacerbée par **les manipulations de personnages sans scrupules**, la peur de la «différence» peut conduire à nier l'humanité même de l' «autre»; le résultat est alors que les personnes entrent dans une **spirale de violence** qui n'épargne personne, pas même les enfants. Des situations de cette nature sont bien connues aujourd'hui, et, en ce moment, mon cœur et ma prière se portent spécialement vers les souffrances des **populations martyrisées de Bosnie-Herzégovine**. Par d'amères expériences, nous savons donc que la peur de la «différence», surtout quand elle s'exprime dans un nationalisme étroit et exclusif **qui nie tout droit à l' «autre»**, peut conduire véritablement à l'horreur de la violence et de la terreur.	FR: JPII95.33
DN.7	Neste contexto, as nações têm certos direitos, e também deveres. «O primeiro de todos é certamente o dever de viver numa disposição pacífica, respeitosa e solidária em relação às outras nações», acrescentou o Sumo Pontífice.	But while the «**rights of the nation**» express the vital requirements of «particularity», it is no less important to emphasize the requirements of universality, expressed through a clear awareness of **the duties which nations have** vis-à-vis other nations and humanity as a whole. **Foremost among these duties is certainly that of living in a spirit of peace, respect and solidarity with other nations.** Thus the exercise of the rights of nations, balanced by the acknowledgement and the practice of duties, promotes a fruitful «exchange of gifts», which strengthens the unity of all mankind.	EN: JPII95.31
DN.8	O Papa deplorou, a este respeito, os malefícios do «utilitarismo, doutrina que não define a moralidade a partir daquilo que é bom, mas a partir daquilo que é rendoso».	Sous cet éclairage, on comprend que **l'utilitarisme, doctrine qui ne définit pas la moralité à partir de ce qui est bon mais à partir de ce qui est profitable**, soit une **menace** pour la liberté des individus et des nations, et qu'il empêche la construction d'une véritable culture de la liberté. Il a des conséquences politiques souvent dévastatrices, parce qu'il inspire un nationalisme agressif, qui, par un détournement de sens, peut considérer comme un bien de soumettre une nation plus petite ou plus faible, par exemple, au seul motif que cela répond aux intérêts nationaux.	FR: JPII95.41
DN.9	O utilitarismo económico «conduz os países mais poderosos a condicionar e a explorar os mais fracos», afirmou também João Paulo II.	Les retombées de **l'utilitarisme économique** ne sont pas moins graves, car **il pousse les pays les plus puissants à conditionner et à exploiter les plus faibles**. Ces deux formes d'utilitarisme vont souvent de pair, et c'est un phénomène qui a largement marqué les relations entre le «Nord» et le «Sud» du monde.	FR: JPII95.42

DN.10	«É necessário que na cena económica internacional se imponha uma ética da solidariedade, caso se pretenda que a participação, o crescimento económico e uma justa distribuição dos bens possam marcar futuro da Humanidade», sublinhou o Papa.	Yes, distinguished Ladies and Gentlemen!**The international economic scene needs an ethic of solidarity, if participation, economic growth, and a just distribution of goods are to characterize the future of humanity.**	RUS: JPII95.44
DN.11	Perante todos estes desafios, João Paulo II apelou para a ONU no sentido de se elevar «cada vez mais do estádio de uma fria instituição de tipo administrativo até ao de um centro moral, onde todas as nações do mundo se sintam em sua casa, desenvolvendo a consciência comum de serem, por assim dizer, uma família das nações», explicou.	(1) **Ante estos enormes desafíos**, ¿cómo no reconocer el papel que corresponde a la Organización de las Naciones Unidas? A cincuenta años de su institución, se ve aún más su necesidad, pero se ve aún mejor, conforme a la experiencia realizada, que la eficacia de este máximo instrumento de síntesis y coordinación de la vida internacional depende de la cultura y de la ética internacional en la que se basa y que expresa.	ES: JPII95.46
		(2) **Es necesario que la Organización de las Naciones Unidas se eleve cada vez más de la fría condición de institución de tipo administrativo a la de centro moral, en el que todas las naciones del mundo se sientan como en su casa, desarrollando la conciencia común de ser, por así decir, una «familia de naciones».**	ES: JPII95.47
DN.12	«A ONU tem o dever histórico de favorecer este salto qualitativo da vida internacional», se necessário for adoptando modificações oportunas do seu modo de funcionamento.	(1) Son éstos, trasladados al nivel de la «familia de las naciones», los sentimientos que deben construir, antes aún del mero derecho, las relaciones entre los pueblos.**La ONU tiene el cometido histórico**, quizás epocal, **de favorecer este salto de cualidad de la vida internacional**, no sólo actuando como centro de mediación eficaz para la solución de los conflictos, sino también promoviendo aquellas actitudes, valores e iniciativas concretas de solidaridad que sean capaces de elevar las relaciones entre las naciones desde el nivel «organizativo» al, por así decir, «orgánico»; desde la simple «existencia con» a la «existencia para» los otros, en un fecund intercambi de dones, ventajoso sobre todo para las naciones más débiles, pero en definitiva favorecedor de bienestar para todos.	ES: JPII95.49
		(2) Es ésta la vía maestra que debe ser recorrida hasta el fondo**incluso con oportunas modificaciones si fuera necesario**, **del modelo operativo de las Naciones Unidas,**para tener en cuenta todo lo que ha sucedido en este medio siglo, con el asomarse de tantos nuevos pueblos a la experiencia de la libertad en la legítima aspiración a «ser» y a «contar» más.	ES: JPII95.51
DN.13	«Inspirados por aqueles que assumiram o risco da liberdade» - João Paulo II citou, a este respeito, os países da Europa central e as «revoluções pacíficas de 1989 -, será que não poderemos também aceitar o risco da solidariedade e, em consequência, o risco da paz?», perguntou o Papa.	(1) **Inspirados por el ejemplo de cuantos han asumido el riesgo de la libertad, ¿podríamos nosotros no acoger también el riesgo de la solidaridad, y por tanto el riesgo de la paz?**	ES: JPII95.54
		(2) The moral dynamics of this universal quest for freedom clearly appeared in **Central** and Eastern **Europe** during **the non-violent revolutions of 1989**. Unfolding in specific times and places, those historical events nonetheless taught a lesson which goes far beyond a specific geographical location. For the non-violent revolutions of 1989 demonstrated that the quest for freedom cannot be suppressed. It arises from a recognition of the inestimable dignity and value of the human person, and it cannot fail to be accompanied by a commitment on behalf of the human person.	EN: JPII95.8
DN.14	«Devemos vencer o nosso medo do futuro. Mas não poderemos vencê-lo inteiramente senão em conjunto», concluiu João Paulo II, cujo discurso assinalou o início das comemorações do 50.º aniversário da ONU.	**Debemos vencer nuestro miedo del futuro. Pero no podremos vencerlo del todo si no es juntos**La «respuesta» a aquel miedo no es la coacción, ni la represión o la imposición de un único «modelo» social al mundo entero. La respuesta al miedo que ofusca la existencia humana al final del siglo es el esfuerzo común po construir la civilización del amor, fundada en los valores universales de la paz, de la solidaridad, de la justicia y de la libertad.	ES: JPII95.62

DN.15	O Papa exprimiu por diversas vezes o seu apoio à ONU desde a sua chegada, na quarta-feira, ao aeroporto de Newark, nos Estados Unidos. O discurso do Papa, ontem, foi calorosamente aplaudido por centenas de delegados de todo o mundo, presentes na Assembleia Geral da ONU.	(1) I come before you today with the desire to be able to contribute to that thoughtful meditation **on the history and role of this Organization which should accompany and give substance to the anniversary celebration**. The Holy See, in virtue of its specifically spiritual mission, which makes it concerned for the integral good of every human being, **has supported the ideals and goals of the United Nations Organization from the very beginning. Although their respective purposes and operative approaches are obviously different, the Church and the United Nations constantly find wide areas of cooperation on the basis of their common concern for the human family. It is this awareness which inspires my thoughts today;** they will not dwell on any particular social, political, or economic question; rather, I would like to reflect with you on what the extraordinary changes of the last few years imply, not simply for the present, but for the future of the whole human family.	EN: JPII95.corte 2
		(2) Ante estos enormes desafíos, **¿cómo no reconocer el papel que corresponde a la Organización de las Naciones Unidas?** A cincuenta años de su institución, se ve aún más su necesidad, pero se ve aún mejor, conforme a la experiencia realizada, que la eficacia de este máximo instrumento de síntesis y coordinación de la vida internacional depende de la cultura y de la ética internacional en la que se basa y que expresa.	ES: JPII95.46

** Casos de análise: topo da pirâmide invertida*

Rep. - repetição

EN: passagem lida pelo Papa em inglês; FR: passagem lida pelo Papa em francês; ES: passagem lida pelo Papa em espanhol (castelhano); RUS: passagem lida pelo Papa em russo

Reescrita do *JN*: notícia principal - Papa João Paulo II (1995)

	JN (T2')	João Paulo II (T1.3)	Ref.ª versão de partida	
Título (interior do jornal)	João Paulo II apelou em Nova Iorque à transformação da ONU na «família das nações»	**Es necesario que la Organización de las Naciones Unidas se eleve cada vez más** de la fría condición de institución de tipo administrativo a la de centro moral, en el que todas las naciones del mundo se sientan como en su casa, desarrollando la conciencia común de ser, por así decir, una **«familia de naciones».**	ES: JPII95.47	o
Pós-título	Discursando na sede das Nações Unidas no segundo dia da sua visita aos EUA, João Paulo II apelou a uma reflexão moral internacional e à transformação da organização numa «família das nações». Na véspera, elogiara os EUA pela sua abertura ao mundo e dirigira palavras particularmente gratas a Bill Clinton ao pedir-lhe protecção aos mais desfavorecidos.	**Es necesario que la Organización de las Naciones Unidas se eleve cada vez más** de la fría condición de institución de tipo administrativo a la de centro moral, en el que todas las naciones del mundo se sientan como en su casa, desarrollando la conciencia común de ser, por así decir, una **«familia de naciones».**	ES: JPII95.47 (rep.)	o
JN.1	Dirigindo-se da tribuna à Assembleia-Geral das Nações Unidas, que este ano assinalam os 50 anos de existência, o Papa começou por salientar a importância da ONU para deixar um apelo aos países membros: «A Organização das Nações Unidas precisa cada vez mais de ultrapassar o seu estatuto de instituição administrativa para se transformar num centro moral onde todas as nações do Mundo se sintam em casa, como se ela fosse 'uma família das nações'».	(1) Ante estos enormes desafíos, **¿cómo no reconocer el papel que corresponde a la Organización de las Naciones Unidas? A cincuenta años de su institución**, se ve aún más su necesidad, pero se ve aún mejor, conforme a la experiencia realizada, que la eficacia de **este máximo instrumento de síntesis y coordinación de la vida internacional** depende de la cultura y de la ética internacional en la que se basa y que expresa.	ES: JPII95.46	o
		(2) **Es necesario que la Organización de las Naciones Unidas se eleve cada vez más de la fría condición de institución de tipo administrativo a la de centro moral, en el que todas las naciones del mundo se sientan como en su casa, desarrollando la conciencia común de ser, por así decir, una «familia de naciones».**	ES: JPII95.47 (rep.2)	o
JN.2	No seu discurso de 40 minutos que inaugurou formalmente as celebrações do 50º aniversário das Nações Unidas, João Paulo II insistiu repetidamente em que a ONU tinha hoje pela frente uma oportunidade «histórica» para dar «um salto qualitativo» na sua ação na cena internacional.	Son éstos, trasladados al nivel de la «familia de las naciones», los sentimientos que deben construir, antes aún del mero derecho, las relaciones entre los pueblos. **La ONU tiene el cometido histórico**, quizás epocal, **de favorecer este salto de cualidad de la vida internacional**, no sólo actuando como centro de mediación eficaz para la solución de los conflictos, sino también promoviendo aquellas actitudes, valores e iniciativas concretas de solidaridad que sean capaces de elevar las relaciones entre las naciones desde el nivel «organizativo» al, por así decir, «orgánico»; desde la simple «existencia con» a la «existencia para» los otros, en un fecund intercambio de dones, ventajoso sobre todo para las naciones más débiles, pero en definitiva favorecedor de bienestar para todos.	ES: JPII95.49	
JN.3	Em abono desta sua tese, o Sumo Pontífice especificou que as Nações Unidas não deviam ser apenas uma instância mediadora de conflitos, mas também promotora de valores e iniciativas que estreitem as relações entre os diferentes países. Ou seja, passar «da simples existência com outros à existência para outros».	Son éstos, trasladados al nivel de la «familia de las naciones», los sentimientos que deben construir, antes aún del mero derecho, las relaciones entre los pueblos. La ONU tiene el cometido histórico, quizás epocal, de favorecer este salto de cualidad de la vida internacional, **no sólo actuando como centro de mediación eficaz** para la solución **de los conflictos, sino también promoviendo** aquellas actitudes, **valores e iniciativas** concretas de solidaridad **que sean capaces de elevar las relaciones entre las naciones** desde el nivel «organizativo» al, por así decir, «orgánico»; **desde la simple «existencia con» a la «existencia para» los otros** , en un fecund intercambio de dones, ventajoso sobre todo para las naciones más débiles, pero en definitiva favorecedor de bienestar para todos.	ES: JPII95.49	

JN.4	Em suma, João Paulo II considera que só será possível «vencermos o medo do futuro» se «estivermos todos juntos».	Debemos vencer nuestro **miedo del futuro. Pero no podremos vencerlo del todo si no es juntos.** La «respuesta» a aquel miedo no es la coacción, ni la represión o la imposición de un único «modelo» social al mundo entero. La respuesta al miedo que ofusca la existencia humana al final del siglo es el esfuerzo común por construir la civilización del amor, fundada en los valores universales de la paz, de la solidaridad, de la justicia y de la libertad.	ES: JPII95.62
JN.5	A reforma das Nações Unidas, acrescentou, facilitaria as tarefas humanitárias numa era em que esses mesmos valores de entreajuda «estão ameaçados».	(1) Debemos vencer nuestro miedo del futuro. Pero no podremos vencerlo del todo si no es juntos. La «respuesta» a aquel miedo no es la coacción, ni la represión o la imposición de un único «modelo» social al mundo entero. La respuesta al miedo que ofusca la existencia humana al final del siglo es **el esfuerzo común por construir la civilización del amor, fundada en los valores universales de la paz, de la solidaridad, de la justicia y de la libertad.**	ES: JPII95.62
		(2) Una de las mayores paradojas de nuestro tiempo es que el hombre, que ha iniciado el período que llamamos la «modernidad» con una segura afirmación de la propia «madurez» y «autonomía», se aproxima al final del siglo veinte con miedo de sí mismo, asustado por lo que él mismo es capaz de hacer, asustado ante el futuro. En realidad, la segunda mitad del siglo XX ha visto el fenómeno sin precedentes de una humanidad incierta respecto a la posibilidad misma de que haya un futuro, debido a la **amenaza** de una guerra nuclear. Aquel peligro, gracias a Dios, parece haberse alejado -y es necesario alejar con firmeza, a nivel universal, todo lo que lo pueda volver a acercar, si no reactivar-, pero permanece sin embargo el miedo por el futuro y del futuro.	ES: JPII95.55
JN.6	Com esta sua expressão, o Papa sintetizou, sem a explicitar com a sua habitual veemência, a condenação do espírito consumista nos países capitalistas.	Debemos vencer nuestro miedo del futuro. Pero no podremos vencerlo del todo si no es juntos. **La «respuesta» a aquel miedo no es** la coacción, ni la represión o **la imposición de un único «modelo» social al mundo entero**. La respuesta al miedo que ofusca la existencia humana al final del siglo es el esfuerzo común por construir la civilización del amor, fundada en los valores universales de la paz, de la solidaridad, de la justicia y de la libertad.	ES: JPII95.62
JN.7	Segundo o fio condutor da sua intervenção e defendendo o conceito de nação, João Paulo II instou as Nações Unidas a elaborarem desde já um documento sobre «os direitos das Nações», de modo a responder aos desafios do nacionalismo nascidos sobre os escombros do Muro de Berlim.	(1) Unfortunately, even after the end of the Second World War,**the rights of nations** continued to be violated. To take but one set of examples, the Baltic States and extensive territories in Ukraine and Belarus were absorbed into the Soviet Union, as had already happened to Armenia, Azerbaijan, and Georgia in the Caucasus. At the same time the so-called «People's Democracies» of Central and Eastern Europe effectively lost their sovereignty and were required to submit to the will dominating the entire bloc.	EN: JPII95.15
		(2) The result of this artificial division of Europe was **the «cold war»**, a situation of international tension in which the threat of a nuclear holocaust hung over humanity.**It was only when freedom was restored to the nations of Central and Eastern Europe that the promise of the peace which should have come with the end of the war began to be realized for many of the victims of that conflict.**	EN: JPII95.16
		(3) The Universal Declaration of Human Rights, adopted in 1948, spoke eloquently of the rights of persons; but**no similar international agreement has yet adequately addressed the rights of nations**. This situation **must be carefully pondered**, for it raises **urgent questions about justice and freedom in the world today.**	EN: JPII95.17

JN.8	«A declaração universal dos Direitos do Homem, adoptada em 1948, tratou de modo eloquente os direitos das pessoas, mas não existe até agora um acordo internacional análogo que trate os direitos humanos no seu conjunto», declarou o Papa, exortando também os países ricos a oferecerem uma maior ajuda aos países mais pobres.	(1) **The Universal Declaration of Human Rights, adopted in 1948, spoke eloquently of the rights of persons; but no similar international agreement has yet adequately addressed the rights of nations.** This situation must be carefully pondered, for it raises urgent questions about justice and freedom in the world today.	EN: JPII95.17 (rep.)
		(2) Relever ce défi suppose évidemment des changements autant dans les nations en voie de développement que dans celles qui sont économiquement plus avancées. Si les premières savent offrir des garanties réelles de gestion correcte des ressources et des aides, et aussi de respect des droits humains, en remplaçant au besoin des régimes de gouvernement injustes, corrompus ou autoritaires par d'autres de type participatif et démocratique, n'est-il pas vrai qu'elles libéreront ainsi les meilleures énergies civiles et économiques de leurs peuples? **Et les pays déjà développés, pour leur part, ne devront-ils pas parvenir, dans cette perspective, à des attitudes affranchies des logiques purement utilitaires et inspirées par plus de justice et de solidarité?**	FR: JPII95.corte 3
JN.9	«Quando milhões de pessoas sofrem as consequências de uma pobreza que significa fome, má nutrição, doença, analfabetismo e degradação, nós temos de ter em mente que ninguém tem o direito de explorar o outro para seu proveito próprio».	The international cooperation called for by the Charter of the United Nations for «solving international problems of an economic, social, cultural, or humanitarian character» (art. 1.3) cannot be conceived exclusively in terms of help and assistance, or even by considering the eventual returns on the resources provided. **When millions of people are suffering from a poverty which means hunger, malnutrition, sickness, illiteracy, and degradation, we must** not only **remind ourselves that no one has a right to exploit another for his own advantage**, but also and above all we must recommit ourselves to that solidarity which enables others to live out, in the actual circumstances of their economic and political lives, the creativity which is a distinguishing mark of the human person and the true source of the wealth of nations in today's world.	RUS: JPII95.45
JN.10	Aos representantes dos países pobres, aconselhou-os a respeitarem os valores democráticos.	Relever ce défi suppose évidemment des changements autant dans **les nations en voie de développement** que dans celles qui sont économiquement plus avancées. Si les premières **savent offrir des garanties réelles de gestion correcte des ressources et des aides, et aussi de respect des droits humains, en remplaçant au besoin des régimes de gouvernement injustes, corrompus ou autoritaires par d'autres de type participatif et démocratique**, n'est-il pas vrai qu'elles libéreront ainsi les meilleures énergies civiles et économiques de leurs peuples? Et les pays déjà développés, pour leur part, ne devront-ils pas parvenir, dans cette perspective, à des attitudes affranchies des logiques purement utilitaires et inspirées par plus de justice et de solidarité?	FR: JPII95.corte 3
JN.12	Lembrou, por outro lado, que «o Mundo ainda não aprendeu, infelizmente, a conviver com a diversidade, como o exemplificam os recentes acontecimentos nos Balcãs e na África Central».	Au cours des dix-sept années écoulées, pendant mes pèlerinages pastoraux auprès des communautés de l'Église catholique, j'ai pu entrer en dialogue avec les nations et les cultures de toutes les parties du monde, dans leur riche diversité. **Malheureusement, il faut encore que le monde apprenne à vivre dans la diversité, ainsi que l'ont douloureusement rappelé les événements récents des Balkans et d'Afrique centrale.** La réalité de la «différence» et la particularité de l' «autre» peuvent parfois être ressenties comme un poids, ou même comme une menace.	FR: JPII95.32

JN.16	Apesar das divergências, o Vaticano é um dos grandes defensores da ONU, que considera mais necessária do que nunca.	(1) I come before you today with the desire to be able to contribute to that thoughtful meditation on the history and role of this Organization which should accompany and give substance to the anniversary celebrations.**The Holy See**, in virtue of its specifically spiritual mission, which makes it concerned for the integral good of every human being,**has supported the ideals and goals of the United Nations Organization from the very beginning**. Although their respective purposes and operative approaches are obviously different, the Church and the United Nations constantly find wide areas of cooperation on the basis of their common concern for the human family. It is this awareness which inspires my thoughts today; they will not dwell on any particular social, political, or economic question; rather, I would like to reflect with you on what the extraordinary changes of the last few years imply, not simply for the present, but for the future of the whole human family.	EN: JPII95.corte 2
		(2) Ante estos enormes desafíos, **¿cómo no reconocer el papel que corresponde a la Organización de las Naciones Unidas?** A cincuenta años de su institución, **se ve aún más su necesidad** , pero se ve aún mejor, conforme a la experiencia realizada, que la eficacia de este máximo instrumento de síntesis y coordinación de la vida internacional depende de la cultura y de la ética internacional en la que se basa y que expresa.	ES: JPII95.46

** Casos de análise: topo da pirâmide invertida*

Rep. - repetição

EN: passagem lida pelo Papa em inglês; FR: passagem lida pelo Papa em francês; ES: passagem lida pelo Papa em espanhol (castelhano); RUS: passagem lida pelo Papa em russo

Reescrita do *DA* : notícia principal - Papa João Paulo II (1995)

	DA (T2'')	João Paulo II (T1.3)	Ref.ª versão de partida	
Título (interior do jornal)	Papa apela aos «Direitos das Nações»	The Universal Declaration of Human Rights, adopted in 1948, spoke eloquently of the rights of persons; but no similar international agreement has yet adequately addressed **the rights of nations**. This situation **must be carefully pondered,** for it raises urgent questions about justice and freedom in the world today.	EN: JPII95.17	o
DA.1	João Paulo II apelou em Nova Iorque para que as Nações Unidas elaborem sem demora um documento sobre os «direitos das nações», de modo a responder aos desafios do nacionalismo nascidos sobre os escombros do Muro de Berlim.	(1) Unfortunately, even after the end of the Second World War,**the rights of nations** continued to be violated. To take but one set of examples, the Baltic States and extensive territories in Ukraine and Belarus were absorbed into the Soviet Union, as had already happened to Armenia, Azerbaijan, and Georgia in the Caucasus. At the same time the so-called «People's Democracies» of Central and Eastern Europe effectively lost their sovereignty and were required to submit to the will dominating the entire bloc.	EN: JPII95.15	o
		(2) The result of this artificial division of Europe was **the «cold war»**, a situation of international tension in which the threat of a nuclear holocaust hung over humanity.**It was only when freedom was restored to the nations of Central and Eastern Europe that the promise of the peace which should have come with the end of the war began to be realized for many of the victims of that conflict.**	EN: JPII95.16	o
		(3) The Universal Declaration of Human Rights, adopted in 1948, spoke eloquently of the rights of persons; but no similar **international agreement** has yet adequately addressed **the rights of nations**. This situation **must be carefully pondered**, for it raises **urgent questions about justice and freedom in the world today.**	EN: JPII95.17 (rep.)	o
DA.2	«A declaração universal dos Direitos do Homem, adoptada em 1948, tratou de modo eloquente os direitos das pessoas, mas não existe até agora um acordo internacional análogo que trate os direitos humanos no seu conjunto», declarou o Papa, perante a Assembleia Geral da ONU.	**The Universal Declaration of Human Rights, adopted in 1948, spoke eloquently of the rights of persons; but no similar international agreement has yet adequately addressed the rights of nations.** This situation must be carefully pondered, for it raises urgent questions about justice and freedom in the world today.	EN: JPII95.17 (rep.2)	o

DA.3	Apelando ainda para a «consciência da humanidade», durante um discurso proferido parcialmente nos idiomas inglês e francês, João Paulo II exortou os países ricos a oferecerem uma maior ajuda às nações mais pobres, às quais aconselhou, por seu lado, o respeito pelos valores democráticos.	(1) Pour les nations en voie de développement, la conquête de l'indépendance politique a trop fréquemment été accompagnée, en fait, d'une situation de dépendance économique par rapport à d'autres pays. On doit souligner que, dans certains cas, les régions en voie de développement ont même souffert d'une régression telle que certains États sont dépourvus des moyens de subvenir aux besoins élémentaires de leurs peuples. De telles situations offensent **la conscience de l'humanité** et constituent un défi moral formidable à la famille humaine.	FR: JPII95.43
		(2) Relever ce défi suppose évidemment des changements autant dans **les nations en voie de développement** que dans celles qui sont économiquement plus avancées. **Si les premières savent offrir des garanties réelles de gestion correcte des ressources et des aides, et aussi de respect des droits humains, en remplaçant au besoin des régimes de gouvernement injustes, corrompus ou autoritaires par d'autres de type participatif et démocratique**, n'est-il pas vrai qu'elles libéreront ainsi les meilleures énergies civiles et économiques de leurs peuples? **Et les pays déjà développés, pour leur part, ne devront-ils pas parvenir, dans cette perspective, à des attitudes affranchies des logiques purement utilitaires et inspirées par plus de justice et de solidarité?**	FR: JPII95.corte 3
DA.4	«Quando milhões de pessoas sofrem as consequências de uma pobreza que significa fome, má-nutrição, doença, analfabetismo e degradação, nós temos de ter em mente que ninguém tem o direito de explorar o outro para seu proveito próprio», frisou o Papa.	The international cooperation called for by the Charter of the United Nations for «solving international problems of an economic, social, cultural, or humanitarian character» (art. 1.3) cannot be conceived exclusively in terms of help and assistance, or even by considering the eventual returns on the resources provided. **When millions of people are suffering from a poverty which means hunger, malnutrition, sickness, illiteracy, and degradation, we must** not only **remind ourselves that no one has a right to exploit another for his own advantage**, but also and above all we must recommit ourselves to that solidarity which enables others to live out, in the actual circumstances of their economic and political lives, the creativity which is a distinguishing mark of the human person and the true source of the wealth of nations in today's world.	RUS: JPII95.45

** Casos de análise: topo da pirâmide invertida*

Rep. - repetição

EN: passagem lida pelo Papa em inglês; FR: passagem lida pelo Papa em francês; ES: passagem lida pelo Papa em espanhol (castelhano); RUS: passagem lida pelo Papa em russo

2008

Reescrita do *DN* : notícia principal - Papa Bento XVI (2008)

	DN (T2)	Bento XVI (T1.4)	Ref.ª versão de partida	
Título (interior do jornal)	Papa defende direitos humanos e multilateralismo na ONU	(1) Il n'a été défini que récemment, mais il était déjà implicitement présent dès les origines des Nations unies et, actuellement, il caractérise toujours davantage son activité. Tout État a le devoir primordial de protéger sa population **contre les violations graves et répétées des droits de l'homme** , de même que des conséquences de crises humanitaires liées à des causes naturelles ou provoquées par l'action de l'homme. S'il arrive que les États ne soient pas en mesure d'assurer une telle protection, il revient à la communauté internationale d'intervenir avec les moyens juridiques prévus par la Charte des Nations unies et par d'autres instruments internationaux.	FR: BXVI.14	o
		(2) Cela est d'autant plus nécessaire dans le contexte actuel où l'on fait l'expérience du paradoxe évident d'un **consensus multilatéral** qui continue à être en crise parce qu'il est encore subordonné aux décisions d'un petit nombre, alors que les problèmes du monde exigent, de la part de la communauté internationale, des interventions sous forme d'actions communes.	FR: BXVI.8	o
DN.1	O Papa Bento XVI defendeu ontem nas Nações Unidas, em Nova Iorque, a importância do «consenso multilateral» nas relações internacionais e o valor dos direitos humanos como «expressão intrínseca de justiça e não apenas como produto da vontade do legislador».	(1) Cela est d'autant plus nécessaire dans le contexte actuel où l'on fait l'expérience du paradoxe évident d'un **consensus multilatéral** qui continue à être en crise parce qu'il est encore subordonné aux décisions d'un petit nombre, alors que les problèmes du monde exigent, **de la part de la communauté internationale**, des interventions sous forme d'actions communes.	FR: BXVI.8 (rep.)	o
		(2) This intuition was expressed as early as the fifth century by Augustine of Hippo, one of the masters of our intellectual heritage. He taught that the saying: Do not do to others what you would not want done to you "cannot in any way vary according to the different understandings that have arisen in the world" (*De Doctrina Christiana* , III, 14). **Human rights, then, must be respected as an expression of justice, and not merely because they are enforceable through the will of the legislators**.	EN: BXVI.35	o
DN.2	Para Bento XVI, «o reconhecimento da unidade da família humana e a atenção dada à dignidade inata de cada mulher e de cada homem adquire novo impulso com o princípio da responsabilidade de protecção», a ser prosseguido pelos Estados e pela comunidade internacional.	**La reconnaissance de l'unité de la famille humaine et l'attention portée à la dignité innée de toute femme et de tout homme reçoivent aujourd'hui un nouvel élan dans le principe de la responsabilité de protéger.**	FR: BXVI.13	
DN.3	Na intervenção perante a Assembleia Geral da ONU, feita em francês e inglês, o Papa criticou o conceito de relações internacionais dependentes das «decisões de um pequeno número» de Estados, ao mesmo tempo que defendeu o dever da comunidade internacional em velar pela vida de todos, para impedir a repetição de genocídios como o do Ruanda. Foi após o sucedido em 1994 neste país que foi adoptado, em 2005, o princípio da responsabilidade de protecção.	(1) Cela est d'autant plus nécessaire dans le contexte actuel où l'on fait l'expérience du paradoxe évident d'un consensus multilatéral qui continue à être en crise parce qu'il est encore **subordonné aux décisions d'un petit nombre**, alors que les problèmes du monde exigent, de la part de la communauté internationale, des interventions sous forme d'actions communes.	FR: BXVI.8 (rep.2)	
		(2) Il n'a été défini que récemment, mais il était déjà implicitement présent dès les origines des Nations unies et, actuellement, il caractérise toujours davantage son activité. Tout État a **le devoir primordial de protéger sa population contre les violations graves et répétées des droits de l'homme** , de même que des conséquences de crises humanitaires liées à des causes naturelles ou provoquées par l'action de l'homme. **S'il arrive que les États ne soient pas en mesure d'assurer une telle protection, il revient à la communauté internationale d'intervenir** avec les moyens juridiques prévus par la Charte des Nations unies et par d'autres instruments internationaux.	FR: BXVI.14 (rep.)	
		(3) **Le principe de la « responsabilité de protéger »** était considéré par l'antique *ius gentium* comme **le fondement de toute action entreprise par l'autorité** envers ceux qui sont gouvernés par elle.	FR: BXVI.16	

		(4.1) Le fondement des Nations unies, nous le savons bien, a coïncidé avec les profonds bouleversements dont a souffert l'humanité lorsque la référence au sens de la transcendance et à la raison naturelle a été abandonnée et que par conséquent **la liberté et la dignité humaine furent massivement violées**./ (4.2) Dans de telles circonstances, cela menace les fondements objectifs des valeurs qui inspirent et régulent l'ordre international et cela mine les principes intangibles et coercitifs formulés et consolidés par les Nations unies. Face à des défis nouveaux répétés, **c'est une erreur de se retrancher derrière une approche pragmatique, limitée à mettre en place des « bases communes »**, dont le contenu est minimal et dont l'efficacité est faible.	FR: BXVI.19-20
DN.4	Na sua intervenção, Bento XVI referiu a importância do «diálogo entre religiões» e a forma como a ONU pode aproveitar «a disponibilidade dos crentes para colocarem as suas experiências ao serviço do bem comum».	(1) On the other hand, a vision of life firmly anchored in the religious dimension can help to achieve this, since recognition of the transcendent value of every man and woman favours conversion of heart, which then leads to a commitment to resist violence, terrorism and war, and to promote justice and peace. This also provides the proper context for **the inter-religious dialogue that the United Nations is called to support**, just as it supports dialogue in other areas of human activity. Dialogue should be recognized as the means by which the various components of society can articulate their point of view and build consensus around the truth concerning particular values or goals. It pertains to the nature of religions, freely practised, that they can autonomously conduct a dialogue of thought and life.	EN: BXVI.38
		(2) On the other hand, **the United Nations** can count on the results of **dialogue between religions,** and **can draw fruit from the willingness of believers to place their experiences at the service of the common good.** Their task is to propose a vision of faith not in terms of intolerance, discrimination and conflict, but in terms of complete respect for truth, coexistence, rights, and reconciliation.	EN: BXVI.40
DN.5	O Papa expressou ainda a sua preocupação com a aplicação prática de avanços científico-tecnológicos que «violam a ordem da criação», como a manipulação genética e as restrições à liberdade religiosa, que impõem «a amputação de uma parte dos crentes - a sua fé - para poderem ser cidadãos activos».	(1) Au nom de la liberté, il doit y avoir une corrélation entre droits et devoirs, en fonction desquels toute personne est appelée à prendre ses responsabilités dans les choix qu'elle opère, en tenant compte des relations tissées avec les autres. Nous pensons ici **à la manière dont les résultats de la recherche scientifique et des avancées technologiques ont parfois été utilisés**. Tout en reconnaissant les immenses bénéfices que l'humanité peut en tirer, certaines de leurs applications représentent **une violation** évidente **de l'ordre de la création**, au point non seulement d'être en contradiction avec le caractère sacré de la vie, mais d'arriver à priver la personne humaine et la famille de leur identité naturelle.	FR: BXVI.11
		(2) It is inconceivable, then, **that believers should have to suppress a part of themselves – their faith – in order to be active citizens**. It should never be necessary to deny God in order to enjoy one's rights.	EN: BXVI.43

** Casos de análise: topo da pirâmide invertida*

Rep. - repetição

EN: passagem lida pelo Papa em inglês; FR: passagem lida pelo Papa em francês

Reescrita do *JN*: notícia principal - Papa Bento XVI (2008)

	JN (T2')	Bento XVI (T1.4)	Ref.ª versão de partida	
Título (1.ª página)	Papa pediu na ONU defesa dos direitos humanos	Il n'a été défini que récemment, mais il était déjà implicitement présent dès les origines des Nations unies et, actuellement, il caractérise toujours davantage son activité. Tout État a le devoir primordial de protéger sa population **contre les violations graves et répétées des droits de l'homme** , de même que des conséquences de crises humanitaires liées à des causes naturelles ou provoquées par l'action de l'homme. S'il arrive que les États ne soient pas en mesure d'assurer une telle protection, il revient à la communauté internationale d'intervenir avec les moyens juridiques prévus par la Charte des Nations unies et par d'autres instruments internationaux.	FR: BXVI.14	o
Título (interior do jornal)	Papa recorda à ONU o dever de defender os direitos humanos	Il n'a été défini que récemment, mais il était déjà implicitement présent dès les origines des Nations unies et, actuellement, il caractérise toujours davantage son activité. Tout État a **le devoir primordial** de protéger sa population **contre les violations graves et répétées des droits de l'homme** , de même que des conséquences de crises humanitaires liées à des causes naturelles ou provoquées par l'action de l'homme. **S'il arrive que les États ne soient pas en mesure d'assurer une telle protection, il revient à la communauté internationale d'intervenir** avec les moyens juridiques prévus par la Charte des Nations unies et par d'autres instruments internationaux.	FR: BXVI.14 (rep.)	o
Pós-título (interior do jornal)	Bento XVI adverte os países que actuam unilateralmente na cena mundial, o que foi entendido como uma crítica aos EUA	Cela est d'autant plus nécessaire dans le contexte actuel où l'on fait l'expérience du **paradoxe évident d'un consensus multilatéral qui continue à être en crise parce qu'il est encore subordonné aux décisions d'un petit nombre**, alors que les problèmes du monde exigent, de la part de la communauté internationale, des interventions sous forme d'actions communes.	FR: BXVI.8	o
JN.1	Bento XVI declarou ontem, perante os representantes dos 192 estados membros da ONU, que é «dever elementar» de todo Estado «proteger a sua população» de qualquer tipo de violação de direitos humanos ou crises humanitárias.	Il n'a été défini que récemment, mais il était déjà implicitement présent dès les origines des Nations unies et, actuellement, il caractérise toujours davantage son activité. **Tout État a le devoir primordial de protéger sa population contre les violations graves et répétées des droits de l'homme, de même que des conséquences de crises humanitaires** liées à des causes naturelles ou provoquées par l'action de l'homme. S'il arrive que les États ne soient pas en mesure d'assurer une telle protection, il revient à la communauté internationale d'intervenir avec les moyens juridiques prévus par la Charte des Nations unies et par d'autres instruments internationaux.	FR: BXVI.14 (rep.2)	o
JN.5	No seu discurso de ontem, Bento XVI - que foi o terceiro Papa, depois de Paulo VI (1965) e João Paulo II (1975 e 1999), a discursar perante a Assembleia Geral da ONU - criticou vivamente as consequências do multilateralismo, que disse estar «'subordinado' às decisões de um pequeno número», enquanto os problemas do Mundo exigem intervenções sob a forma de acções colectivas por parte da comunidade internacional.	Cela est d'autant plus nécessaire dans le contexte actuel où l'on fait l'expérience du paradoxe évident d'un consensus multilatéral **qui continue à être en crise parce qu'il est encore subordonné aux décisions d'un petit nombre, alors que les problèmes du monde exigent, de la part de la communauté internationale, des interventions sous forme d'actions communes.**	FR: BXVI.8 (rep.)	
JN.6	O chefe da hierarquia da Igreja Católica advertiu os países que actuam unilateralmente na cena mundial, por minarem a autoridade das Nações Unidas e debilitarem o consenso amplo e necessário para enfrentar os problemas mundiais.	(1) Dans de telles circonstances, cela menace les fondements objectifs des valeurs qui inspirent et régulent l'ordre international et **cela mine les principes intangibles et coercitifs formulés et consolidés par les Nations unies.** Face à des défis nouveaux répétés, c'est une erreur de se retrancher derrière une approche pragmatique, limitée à mettre en place des « bases communes », dont le contenu est minimal et dont l'efficacité est faible.	FR: BXVI.20	
		(2) Cela est d'autant plus nécessaire dans le contexte actuel où l'on fait l'expérience du paradoxe évident d'un **consensus multilatéral qui continue à être en crise parce qu'il est encore subordonné aux décisions d'un petit nombre, alors que les problèmes du monde exigent, de la part de la communauté internationale, des interventions sous forme d'actions communes.**	FR: BXVI.8 (rep.2)	

JN.8	Teólogo de formação, Joseph Ratzinger (ex-professor em Freising, Bona, Münster e Tübingen) imprimiu ao discurso de ontem um tom académico para enunciar os princípios gerais que, segundo ele, devem orientar a acção internacional.	À travers les Nations unies, les États ont établi des objectifs universels qui, même s'ils ne coïncident pas avec la totalité du bien commun de la famille humaine, n'en représentent pas moins une part fondamentale. Les **principes fondateurs de l'Organisation** – le désir de paix, le sens de la justice, le respect de la dignité de la personne, la coopération et l'assistance humanitaires – sont l'expression des justes aspirations de l'esprit humain et **constituent les idéaux qui devraient sous-tendre les relations internationales.**	FR: BXVI.4
JN.9	Bento XVI, que completou 81 anos na quarta-feira passada, apelou a «um aprofundamento da busca de caminhos para solucionar os conflitos, explorando todas as vias diplomáticas possíveis, e dando atenção e encorajando até o mais pequeno sinal de diálogo ou desejo de reconciliação».	L'action de la communauté internationale et de ses institutions, dans la mesure où elle est respectueuse des principes qui fondent l'ordre international, ne devrait jamais être interprétée comme une coercition injustifiée ou comme une limitation de la souveraineté. À l'inverse, c'est l'indifférence ou la non-intervention qui causent de réels dommages. Il faut réaliser **une étude approfondie des modalités pour prévenir et gérer les conflits, en utilisant tous les moyens dont dispose l'action diplomatique et en accordant attention et soutien même au plus léger signe de dialogue et de volonté de réconciliation.**	FR: BXVI.15

** Casos de análise: topo da pirâmide invertida*

Rep. - repetição

EN: passagem lida pelo Papa em inglês; FR: passagem lida pelo Papa em francês

2015

Reescrita do *DN*: notícia principal - Papa Francisco (2015)

	DN (T2)	Francisco (T1.5)	Ref.ª versão de partida	
Título (interior do jornal)	Papa na ONU: contra a sede de poder e a favor do ambiente	(1) El abuso y la destrucción del ambiente, al mismo tiempo, van acompañados por un imparable proceso de exclusión. En efecto, **un afán egoísta e ilimitado de poder** y de bienestar material lleva tanto a abusar de los recursos materiales disponibles como a excluir a los débiles y con menos habilidades, ya sea por tener capacidades diferentes (discapacitados) o porque están privados de los conocimientos e instrumentos técnicos adecuados o poseen insuficiente capacidad de decisión política.	FRANC.23	o
		(2.1) La adopción de la **Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible en la Cumbre mundial** que iniciará hoy mismo, es **una importante señal de esperanza**./ (2.2) **Confío** también que **la Conferencia de París sobre el cambio climático** logre acuerdos fundamentales y eficaces.	FRANC.27-28	o
		(3) Ante todo, hay que afirmar que **existe un verdadero «derecho del ambiente»** por un doble motivo. Primero, porque los seres humanos somos parte del ambiente. Vivimos en comunión con él, porque **el mismo ambiente comporta límites éticos que la acción humana debe reconocer y respetar**. El hombre, aun cuando está dotado de «capacidades inéditas» que «muestran una singularidad que trasciende el ámbito físico y biológico» (*Laudato si'* , 81), es al mismo tiempo una porción de ese ambiente. Tiene un cuerpo formado por elementos físicos, químicos y biológicos, y solo puede sobrevivir y desarrollarse si el ambiente ecológico le es favorable. Cualquier daño al ambiente, por tanto, es un daño a la humanidad.	FRANC.21	o
Pós-título	Líder dos católicos elogiou o acordo nuclear com o Irão, que classificou como a «prova do potencial da boa vontade». E criticou os «modelos de vida anormais e irresponsáveis»	(1) El reciente **acuerdo sobre la cuestión nuclear en una región sensible de Asia y Oriente Medio es una prueba de las posibilidades de la buena voluntad política** y del derecho, ejercitados com sinceridad, paciencia y constancia.	FRANC.56	o
		(2) [Sin el reconocimiento de unos límites éticos naturales insalvables y sin la actuación inmediata de aquellos pilares de desarrollo humano integral, el ideal de «salvar las futuras generaciones del flagelo de la guerra» (*Carta de las Naciones Unidas* , Preámbulo) y de «promover el progreso social y un más elevado nivel de vida en una más amplia libertad» (*ibíd* .) corre el riesgo de convertirse en un espejismo inalcanzable o, peor aún, en palabras vacías] que sirven de excusa para cualquier abuso y corrupción, o para promover una colonización ideológica a través de la imposición de **modelos y estilos de vida anómalos**, extraños a la identidad de los pueblos **y**, en último término, **irresponsables**	FRANC.46	o
DN.3	Falando antes da sessão de abertura da assembleia geral das Nações Unidas, Francisco condenou a «ofensa grave» da exclusão económica e social: «A sede egoísta e sem limites pelo poder e prosperidade material levam à má utilização dos recursos naturais e à exclusão dos fracos e desfavorecidos».	(1) **La exclusión económica y social** es una negación total de la fraternidad humana y un **gravísimo atentado** a los derechos humanos y al ambiente.	FRANC.24	
		(2) El abuso y la destrucción del ambiente, al mismo tiempo, van acompañados por un imparable proceso de exclusión. En efecto, **un afán egoísta e ilimitado de poder y de bienestar material lleva tanto a abusar de los recursos materiales disponibles como a excluir a los débiles y con menos habilidades**, ya sea por tener capacidades diferentes (discapacitados) o porque están privados de los conocimientos e instrumentos técnicos adecuados o poseen insuficiente capacidad de decisión política.	FRANC.23 (rep.)	
DN.4	O argentino pediu também aos líderes mundiais para que garantam aos seus povos o mínimo de meios materiais para viver. «Em termos práticos, este mínimo absoluto tem três nomes: alojamento, trabalho e terra», disse, entre aplausos.	(1.1.) Al mismo tiempo, **los gobernantes han de hacer todo lo posible a fin de que todos puedan tener la mínima base material** y espiritual **para ejercer su dignidad y para formar y mantener una familia**, que es la célula primaria de cualquier desarrollo social./ (1.2.) **Este mínimo absoluto tiene en lo material tres nombres: techo, trabajo y tierra**; y un nombre en lo espiritual: libertad de espíritu, que comprende la libertad religiosa, el derecho a la educación y todos los otros derechos cívicos.	FRANC.37-38	

DN.5	Outro dos recados para a plateia prendeu-se com o futuro do planeta. «A crise ecológica e a destruição em larga escala da biodiversidade podem ameaçar a existência da raça humana», avisou Francisco, a quem já chamaram de «Papa Verde» devido às suas preocupações ambientais e que neste ano publicou uma encíclica sobre o tema. «[É preciso que] a conferência de Paris sobre as alterações climáticas obtenha acordos fundamentais e eficazes», sublinhou.	(1) **La crisis ecológica, junto con la destrucción de buena parte de la biodiversidad, puede poner en peligro la existencia** misma **de la especie humana.**	FRANC.41
		(2) **Confío también que la Conferencia de París sobre el cambio climático logre acuerdos fundamentales y eficaces**	FRANC. 28 (rep.)
DN.6	Já o acordo nuclear com o Irão foi classificado por Francisco como a «prova do potencial da boa vontade política e do direito, exercidos com sinceridade, paciência e constância.» «Faço votos de que este acordo seja duradouro e eficaz e que dê os frutos desejados, com a colaboração de todas as partes envolvidas», declarou, sem nomear diretamente o Irão.	(1.1.) **El reciente acuerdo sobre la cuestión nuclear en una región sensible de Asia y Oriente Medio es una prueba de las posibilidades de la buena voluntad política y del derecho, ejercitados con sinceridad, paciencia y constancia.** (1.2.) **Hago votos para que este acuerdo sea duradero y eficaz y dé los frutos deseados con la colaboración de todas las partes implicadas.**	FRANC.56 (rep.)-57
DN.7	Condenando «a guerra assumida e debilmente combatida» do tráfico de droga, Francisco salientou também que se trata de «um conflito que, em silêncio, provoca a morte de milhões de pessoas». «O narcotráfico é acompanhado de tráfico de pessoas, branqueamento de capitais, tráfico de armas, exploração de crianças e outras formas de corrupção. Uma corrupção que se infiltrou nos diversos níveis da vida social, política, militar, artística e religiosa, gerando, em muitos casos, uma estrutura paralela que põe em perigo a credibilidade das nossas instituições», denunciou.	En esta misma línea quisiera hacer mención a otro tipo de **conflictividad** no siempre tan explicitada pero **que silenciosamente viene cobrando la muerte de millones de personas**. Otra clase de guerra que viven muchas de nuestras sociedades con el fenómeno del **narcotráfico**. Una **guerra 'asumida' y pobremente combatida**. **El narcotráfico** por su propia dinámica **va acompañado de la trata de personas, del lavado de activos, del tráfico de armas, de la explotación infantil y de otras formas de corrupción. Corrupción que ha penetrado los distintos niveles de la vida social, política, militar, artística y religiosa, generando, en muchos casos, una estructura paralela que pone en ries la credibilidad de nuestras instituciones.**	FRANC.61
DN.8	O Papa Francisco deixou ainda uma crítica à «colonização ideológica» que impõe «aos povos modelos de vida anormais e irresponsáveis», numa referência à teoria dos géneros e ao casamento entre pessoas do mesmo sexo. E pediu às Nações Unidas para que reconheçam «uma lei moral inscrita na própria natureza humana, que inclui a distinção natural entre homem e mulher e o absoluto respeito pela vida em todas as suas fases e dimensões».	(1) [Sin el reconocimiento de unos límites éticos naturales insalvables y sin la actuación inmediata de aquellos pilares de desarrollo humano integral, el ideal de «salvar las futuras generaciones del flagelo de la guerra» (Carta de las Naciones Unidas, Preámbulo) y de «promover el progreso social y un más elevado nivel de vida en una más amplia libertad» (ibíd.) corre el riesgo de convertirse en un espejismo inalcanzable o, peor aún, en palabras vacías] que sirven de excusa para cualquier abuso y corrupción, o para promover una **colonización ideológica a través de la imposición de modelos y estilos de vida anómalos**, extraños a la identidad de los pueblos **y**, en último término, **irresponsables**	FRANC.46 (rep.)
		(2) [La crisis ecológica, junto con la destrucción de buena parte de la biodiversidad, puede poner en peligro la existencia misma de la especie humana./ Las nefastas consecuencias de un irresponsable desgobierno de la economía mundial, guiado solo por la ambición de lucro y de poder, deben ser un llamado a una severa reflexión sobre el hombre:«El hombre no es solamente una libertad que él se crea por sí solo. El hombre no se crea a sí mismo. Es espíritu y voluntad, pero también naturaleza» (Benedicto XVI, *Discurso al Parlamento Federal de Alemania* , 22 septiembre 2011; citado en *Laudato si'* , 6)./ La creación se ve perjudicada «donde nosotros mismos somos las últimas instancias [...] El derroche de la creación comienza donde no reconocemos ya ninguna instancia por encima de nosotros, sino que solo nos vemos a nosotros mismos» (*Id* ., *Discurso al Clero de la Diócesis de Bolzano-Bressanone* , 6 agosto 2008; citado *ibíd* .).] Por eso, la defensa del ambiente y la lucha contra la exclusión exigen **el reconocimiento de una ley moral inscrita en la propia naturaleza humana, que comprende la distinción natural entre hombre y mujer** (*Laudato si'* , 155), **y el absoluto respeto de la vida en todas sus etapas y dimensiones** (cf. *ibíd* ., 123; 136).	FRANC.44

** Casos de análise: topo da pirâmide invertida*

Rep. - repetição

Reescrita do *JN*: notícia principal - Papa Francisco (2015)

	JN (T2')	Francisco (T1.5)	Ref.ª versão de partida	
Antetítulo (interior do jornal)	Francisco lembrou que países pobres são sujeitos a um sistema de empréstimos opressivos	[final da passagem anterior: los países en vías de desarrollo - cf. JN.6-FRANC.14] **Los organismos financieros internacionales** han de velar por el desarrollo sostenible **de los países** y la no sumisión **asfixiante** de éstos a sistemas **crediticios** que, lejos de promover el progreso, someten a las poblaciones a mecanismos de **mayor pobreza, exclusión y dependencia.**	FRANC.15	o
JN.1	O sistema financeiro mundial tem contornos «opressivos», designadamente nos empréstimos das instituições financeiras internacionais aos países mais pobres, gerando, por isso mesmo, «mais pobreza, exclusão e dependência», disse o Papa Francisco, ontem, nas Nações Unidas.	**Los organismos financieros internacionales** han de velar por el desarrollo sostenible **de los países** [en vías de desarrollo] y la no sumisión **asfixiante** de éstos a sistemas **crediticios** que, lejos de promover el progreso, someten a las poblaciones a mecanismos de **mayor pobreza, exclusión y dependencia.**	FRANC.15 (rep.)	o
JN.3	Ontem, Francisco afirmou que «as agências financeiras internacionais devem pensar no desenvolvimento sustentável dos países e devem garantir que aqueles não são sujeitos a um sistema de empréstimos opressivo».	**Los organismos financieros internacionales han de velar por el desarrollo sostenible de los países** [en vías de desarrollo] **y la no sumisión asfixiante de éstos a sistemas crediticios** que, lejos de promover el progreso, someten a las poblaciones a mecanismos de mayor pobreza, exclusión y dependencia.	FRANC.15 (rep.2)	
JN.4	Basicamente, o chefe da Igreja Católica criticou um sistema que promove a «submissão asfixiante dos países» mais pobres.	Los organismos financieros internacionales han de velar por el desarrollo sostenible **de los países** [en vías de desarrollo] y **la no sumisión asfixiante de éstos a sistemas crediticios** que, lejos de promover el progreso, someten a las poblaciones a mecanismos de mayor pobreza, exclusión y dependencia.	FRANC.15 (rep.3)	
JN.5	Para o líder de cerca de mil milhões de católicos, o sistema de empréstimos aos países mais pobres que temos atualmente não promove o progresso, antes «sujeita os povos a mecanismos que geram maior pobreza, exclusão e dependência».	Los organismos financieros internacionales han de velar por el desarrollo sostenible **de los países** [en vías de desarrollo] y la no sumisión asfixiante de éstos a **sistemas crediticios** que, **lejos de promover el progreso, someten a las poblaciones a mecanismos de mayor pobreza, exclusión y dependencia.**	FRANC.15 (rep.4)	
JN.6	O Papa defendeu com veemência que as instituições mundiais - incluindo o Conselho de Segurança das Nações Unidas e as grandes instituições financeiras - precisam de «limitar todos os tipos de abuso e usura».	Esta necesidad de una mayor equidad, vale especialmente para **los cuerpos con efectiva capacidad ejecutiva, como es el caso del Consejo de Seguridad, los organismos financieros y los grupos o mecanismos especialmente creados para afrontar las crisis económicas.** Esto ayudará a **limitar todo tipo de abuso o usura** sobre todo con los países en vías de desarrollo **.**	FRANC.14	
JN.7	**Intertítulo: Felicitação pelo acordo nuclear**	**El reciente acuerdo sobre la cuestión nuclear en una región sensible de Asia y Oriente Medio** es una prueba de las posibilidades de la buena voluntad política y del derecho, ejercitados con sinceridad, paciencia y constancia./ **Hago votos** para que este acuerdo sea duradero y eficaz y dé los frutos deseados con la colaboración de todas las partes implicadas.	FRANC.56-57	
JN.8	No seu discurso, o Papa Francisco manifestou depois o apoio ao acordo alcançado entre o Irão e as grandes potências sobre o seu programa nuclear.	**El reciente acuerdo sobre la cuestión nuclear en una región sensible de Asia y Oriente Medio** es una prueba de las posibilidades de la buena voluntad política y del derecho, ejercitados con sinceridad, paciencia y constancia.	FRANC.56 (rep.)	
JN.9	O Papa classificou-o como «prova do potencial da boa vontade política e do direito, exercidos com sinceridade, paciência e constância».	El reciente acuerdo sobre la cuestión nuclear en una región sensible de Asia y Oriente Medio es una **prueba de las posibilidades de la buena voluntad política y del derecho, ejercitados con sinceridad, paciencia y constancia.**	FRANC.56	

JN.10	«Faço votos de que seja duradouro e eficaz e que dê os frutos desejados, com a colaboração de todas as partes envolvidas», afirmou Jorge Bergoglio.	**Hago votos para que este acuerdo sea duradero y eficaz y dé los frutos deseados con la colaboración de todas las partes implicadas.**	FRANC.57 (rep.)

** Casos de análise: topo da pirâmide invertida*

Rep. - repetição

4. Materiais afetos à análise sistémica

4.0. Transcrição das notícias sobre os discursos dos líderes governamentais na AGONU

1965

Arthur Goldberg (1965)

Notícias principais		DN	JN	DA
Edição		24 de setembro de 1965	24 de setembro de 1965	23 de setembro de 1965
Dados contextuais/ outras informações		Nova Iorque, 23	Nova Iorque, 23	
Primeira página: antetítulo		**Proposta sensacional na O.N.U.**		
Primeira página: título		**E.U. contra U.R.S.S./ Destruição pública de material atómico**	**Desafio americano aos russos na Assembleia Geral da O.N.U.**	**Figuras da actualidade**
Primeira página: pós-título		**Desafio lançado pelo delegado norte-americano**	**Proposta destruição pública de grande número de bombas 'A'**	
Primeira página: texto	DN.1	Os Estados Unidos desafiaram hoje a Rússia a juntar-se á destruição pública de um «número substancial» das suas bombas atómicas.		ARTHUR J. GOLDBERG, membro do supremo tribunal dos Estados Unidos, que foi nomeado pelo Presidente Johnson para embaixador junto da O.N.U.
	DN.2	O delegado norte-americano, Arthur J. Goldberg, propôs também que, se a Rússia quisesse transferir 40 000 quilos de urânio destinado a armas para utilização pacífica, os Estados Unidos transfeririam 60 000 quilos.		
	DN.3	Num importante discurso sobre política americana, pronunciada na Assembleia Geral, Goldberg indicou que a mesma percentagem de 60-40 poderia ser aplicada ás reservas norte-americanas e soviéticas de plutónio, o elemento da bomba de hidrogénio. Este poderia ser mergulhado no mar ou colocado sob outra salvaguarda, afirmou.		
	DN.4	O ministro dos Negócios Estrangeiros soviético, André Gromiko, não se encontrava presente na Assembleia quando Goldberg fez a sua declaração. No entanto, deverá amanhã discursar por sua vez perante a Organização Mundial. Não se espera, (Continua na 5.ª página)		
Conteúdo no interior da edição				
Antetítulo			**Na Assembleia Geral da O.N.U.**	*(NOTA: o conteúdo foi inteiramente publicado na primeira página)*
Título		**Proposta sensacional dos Estados Unidos na O.N.U.**	**Desafio americano aos russos para uma «corrida para a paz»**	
Pós-título				

Texto					
	(cont. DN.4)	(Continuado da 1.ª página) antes de então, qualquer reacção autorizada soviética ás propostas americanas.	JN.1	Os Estados Unidos desafiaram hoje a Rússia a juntar-se à destruição pública de «um número substancial» das suas bombas atómicas.	
		Intertítulo 1: Um apelo para novos esforços no sentido de se inverter a «espiral» da corrida aos armamentos	JN.2	O delegado norte-americano, Arthur Goldberg, propôs também que se a Rússia quisesse transferir 40 mil quilos de urânio destinado a armas para utilização pacífica, os Estados Unidos transfeririam 60 quilos.	
	DN.5	No seu discurso, que teve a duração de uma hora, Goldberg referiu-se a todos os principais pontos de tensão no Mundo, tendo enaltecido o acordo de cessar-fogo indo-paquistanês como um triunfo para as Nações Unidas. Goldberg renovou ainda o apelo americano para que as Nações Unidas auxiliem o encontrar uma solução para o conflito vietnamês, insistiu em que a China comunista tinha de ser mantida fora do organismo mundial e instou para que o plano da «grande sociedade», da autoria do presidente Johnson, seja traduzido em termos económicos e sociais para todas as terras.	JN.3	Num importante discurso sobre política americana, pronunciado na Assembleia Geral da O.N.U., Goldberg indicou que a mesma percentagem de 60-40 poderia ser aplicada às reservas norte americanas e soviéticas de plutónio, o elemento da bomba de hidrogénio. Este poderia ser mergulhado no mar ou colocado sob outra salvaguarda - afirmou.	
	DN.6	Apelando para que sejam feitos novos esforços no sentido de inverter a espiral da corrida aos armamentos, Goldberg disse que a primeira prioridade tem de ser dada á conclusão de um tratado para impedir a proliferação das armas nucleares, com cláusulas protegendo aqueles Estados que se empenharam no fabrico das suas próprias bombas atómicas contra a «chantagem» nuclear.	JN.4	O ministro dos Negócios Estrangeiros soviético, Gromyko, não se encontrava presente na Assembleia. No entanto, deverá amanhã discursar perante a organização mundial. Não se espera antes de então qualquer reacção autorizada soviética às propostas americanas.	
	DN.7	Goldberg apelou igualmente para que o Tratado de Proibição das Experiências Nucleares assinado em Moscovo no ano de 1963 seja alargado de modo a abranger também as experiências nucleares subterrâneas. O delegado norte-americano convidou «um grande número de membros das Nações Unidas» a visitar, nos dias 12 e 13 de Outubro, o perímetro americano de detecção, no Estado de Montana.	JN.5	No seu discurso, que teve a duração de uma hora e foi pronunciado depois de o delegado do Brasil, Vasco Leitão da Cunha, ter tomado a palavra, Goldberg referiu-se a todos os principais pontos de tensão no Mundo tendo enaltecido o acordo de cessar-fogo indo-paquistanês como um triunfo para as Nações Unidas. Goldberg renovou ainda o apelo americano para que as Nações Unidas auxiliem a encontrar uma solução para o conflito vietenamita. e insistiu em que a China comunista tinha de ser mantida fora da O.N.U. Apelando para que sejam feitos novos esforços no sentido de inverter a espiral da corrida aos armamentos, Goldberg apelou igualmente para que o tratado de proibição das experiências nucleares assinado em Moscovo em 1963 seja alargado de modo a abranger também as experiências nucleares subterrâneas. O delegado norte-americano convidou «um grande número de membros das Nações Unidas» a visitar nos dias 12 e 13 de Outubro o perímetro americano de detecção no Estado de Montana, a fim de verificarem aquilo que se está a fazer para precaver a América contra as experiências militares ilícitas. *[sic.]*	

	DN.8	Embora fazendo pressão para que se ande para a frente com o esforço no sentido de se concluir o tratado contra a proliferação nuclear - continuou - os Estados Unidos estão preparados para suspender «agora mesmo» a acumulação dos meios de lançamento estratégico.	JN.6	Goldberg também propôs que as Nações Unidas passem a trabalhar num tratado para a exploração dos corpos celestes.		
	DN.9	Uma «redução significativa» no número total de tais veículos transportadores nucleares poderia constituir um progresso neste campo - acrescentou.	JN.7	O delegado americano elogiou por fim a iniciativa britânica ao propôr à Assembleia que se realize um debate sobre novos métodos mais aperfeiçoados para a solução das disputas internacionais.		
		Intertítulo 2: Proposto um tratado sobre a exploração dos corpos celestes	JN.8	Depois de uma intervenção do Senegal, foi encerrada a sessão.		
	DN.10	Goldberg atacou depois a recente declaração do ministro da Defesa da China comunista, marechal Lim Pao, favorecendo as guerras revolucionárias, e reafirmou a determinação da América de salvar o Vietname do Sul do ataque comunista. Mas disse que Washington continuava preparado para entrar em discussões incondicionais e que as Nações Unidas deviam auxiliar a conseguir que se atinja tal objetivo.	JN.9	Entretanto, a comissão de orientação da Assembleia Geral recomendou que as Nações Unidas discutam a questão da representação chinesa durante a corrente sessão. - (R. e F.P.)		
	DN.11	Goldberg também propôs que as Nações Unidas começassem a trabalhar num tratado sobre a exploração dos corpos celestes.				
	DN.12	O delegado americano elogiou, por fim, a iniciativa britânica, ao propôr á Assembleia que se realize um debate sobre novos métodos mais aperfeiçoados para a solução das disputas internacionais. - (R.)				

1979

Maria de Lurdes Pintasilgo (1979)

Notícias principais		DN	Legenda	JN		DA
Edição		2 de outubro de 1979		2 de outubro de 1979		2 de outubro de 1979
Dados contextuais/ outras informações		Redator: Helena Marques (enviada especial)		Redator: José Saraiva (enviado JN)		
Primeira página: antetítulo		**Lurdes Pintasilgo nas Nações Unidas**		**Lurdes Pintasilgo deu na ONU a nova dimensão de Portugal**		**Lurdes Pintassilgo na ONU:**
Primeira página: título		**Liberdade de cada homem é um problema mundial**		**Política e economia não podem ser as únicas metas da «década d 80»**		**«Não é possível falar em termos mundiais quando se não afirma, explicitamente, o homem singular»**
Primeira página: pós-título						
Primeira página: texto	DN.1	«A garantia das liberdades de cada homem deixa de ser o problema restrito para ser um problema mundial», afirmou Maria de Lurdes Pintasilgo, ontem, perante a Assembleia Geral das Nações Unidas.		A primeira-ministro de Portugal (na gravura com o secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim), sublinhou, na sua intervenção, que «a contribuição específica dos países ricos e altamente industrializados é indispensável para a evolução da humanidade», mas que, para lá das descobertas da ciência e da técnica, precisavam de pôr em relevo «as da natureza humana e social e procurar deliberadamente objectivos sociais e culturais». Na página dois, a reportagem do enviado JN, José Saraiva.	DA.1	Centrando a sua intervenção nos grandes problemas que afectam a humanidade, a primeiro-ministro português apelou ontem, na Assembleia Geral da ONU, para a consciência internacional, com vista a que se encontrem «condições para uma progressiva normalidade de vida das populações de Timor Leste».
	DN.2	Num discurso com a duração aproximada de 45 minutos, a primeiro-ministro sublinhou que «não é possível falar em termos mundiais quando se não afirma explicitamente o homem singular». E acrescentou: «É ele que é o princípio e o fim de todo o desenvolvimento, de todo o acto cultural, de toda a concepção política».			DA.2	No ponto em que se ocupava do direito à auto-determinação, Lurdes Pintasilgo referiu ainda os casos da Namíbia e do Zimbabwe formulando votos para que se encontre uma fórmula, na conferência de Londres, «que restaure a legalidade, defenda com equidade os diversos interesses legítimos envolvidos e restitua ao povo do Zimbabwe a liberdade efectiva da sua voz e vontade, sem tutelas de minoria interna».
	DN.3	Lurdes Pintasilgo, cujo discurso publicamos, na íntegra, na página 3, disse, igualmente, que a Assembleia Geral da ONU está em condições de funcionar como manifestação de uma nova expressão de solidariedade mundial.			DA.3	O chefe do executivo português reiterou, em nome de Portugal, a «condenação da prática política e social do apartheid, que ofende gravemente a consciência moral das nações e constitui negra barreira para um integral progresso humano».
	DN.4	Analisando o papel importante daquela Organização «para a construção de uma nova sociedade e um efectivo conceito de respeito mútuo entre os povos», a primeiro-ministro referiu os anos 70, prestes a findar, e afirmou que «esta década confirmou que a independência económica e a independência política estão intimamente ligadas». E, prosseguindo, lembrou que «os povos terão de emergir dessa complexa teia, afirmando cada vez mais firmemente a sua própria identidade socio-cultural».			DA.4	Referindo-se ao direito à paz, a estadista portuguesa afirmou que «não há estratégia de desenvolvimento para a década de 80 que não seja compatível com a continuação da actual política de corrida aos armamentos».

DN.5	Outros pontos particularmente incisivos e concretos do discurso de Lurdes Pintasilgo foram os constituídos pelo seu apelo à autodeterminação e independência dos povos da Namíbia e do Zimbawe; a condenação do «apartheid» na África Austral; a resolução da situação no Timor-Leste; e o direito do povo palestiniano «a uma pátria», apontando para a retirada de Israel dos territórios ocupados, com o consequente desmantelamento dos colonatos nesses territórios ilegalmente construídos.
DN.6	A terminar, lembrou que «o povo português é um povo desde o 25 de Abril ligado, pela sua liberdade, à liberdade de todos os povos.»

DA.5	Assim, acrescentou, «ou a maior parte dos recursos financeiros científicos e tecnológicos são desviados para a solução dos problemas de desenvolvimento, ou o equilíbrio e a nova Ordem Mundial não passarão de mitos».
DA.6	Reconhecendo a complexidade e «o melindre» das negociações de desarmamento, congratulou-se, em nome de Portugal, com as negociações Salt e atribuíu «significativa importância» às iniciativas no sentido de serem estabelecidos «esquemas regionais de segurança», conforme ocorre com a conferência sobre a segurança e cooperação na Europa.
DA.7	Referindo-se ao direito à pátria, deixou «o claro testemunho de Portugal» acerca das expectativas da gente palestiniana «para que lhe seja reconhecido o inalienável direito humano de possuir uma pátria, a que livremente se acolha, e seja posto termo a uma situação que afecta a consciência moral das nações».
DA.8	Lurdes Pintasilgo considerou imperativo, paralelamente ao reconhecimento dos direitos fundamentais dos povos nas suas diversas manifestações, «criar e consolidar» um direito ao património comum da humanidade.
DA.9	Para encontrar «novos modelos» de sociedade, a primeiro-ministro português propôs «o abandono do egoísmo institucionalizado e a procura deliberada de metas sociais e culturais, que se situem num registo diferente do mero crescimento económico», para os países industrializados.
DA.10	Quanto aos países pobres, apontou o cultivo do diálogo e a redescoberta de que «uma Ordem mais justa não depende somente da tolerância, da compreensão e das concessões dos ricos, que cada país pobre pretende, à sua maneira, ganhar para si, mas da clareza dos nossos propósitos, das irrefutáveis conquistas que tivemos na ordem interna».
DA.11	Para uma nova sociedade mundial, Lurdes Pintasilgo atribuíu às Nações Unidas a responsabilidade de «assumir o desafio», pois que «a linha de consenso, apesar de difícil, não é irrealizável»
DA.12	Para Lurdes Pintasilgo, «o que está em jogo não é somente uma mudança de forma de vida, nem apenas um novo pragmatismo nas relações entre povos e países, nem sequer uma mera estratégia respeitável de sobrevivência internacional.

					DA.13	A primeiro-ministro português não se esqueceu de sublinhar perante a Assembleia Geral da ONU, como indispensável, o reforço dos valores culturais na defesa de «uma comunidade mundial mais rica na sua diversidade», dentro da linha que propôs de «desenvolvimento endógeno» dos povos.
					DA.14	Especificando, nele engloba-se «o respeito pelo ritmo de crescimento de cada região», o «melhor aproveitamento das suas matérias-primas» e a «capacidade de uma dada sociedade fazer face de forma dinâmica à sua própria evolução histórica com a cultura que é a sua e os materiais que são os seus.»
					DA.15	Para Pintasilgo, por tudo quanto disse, «não é possível falar em termos mundiais quando se não afirma, explicitamente o homem singular».
					DA.16	Por isso, rematou o seu dis- (conclui na 4.ª página)
Conteúdo no interior da edição						
Antetítulo		**O discurso de Lurdes Pintasilgo nas Nações Unidas**		**Lurdes Pintasilgo: solidariedade foi a palavra de Portugal na ONU**		
Título		**Ciência e tecnologia são muitas vezes o «cavalo de Tróia» da dominação**		**Temos que depender menos dos «ricos» do que das nossas próprias conquistas**		**Lurdes Pintassilgo**
Pós-título				**Eanes nos Estados Unidos a convite de James Carter?**		
Texto	DN.7	«A ciência e a tecnologia são muitas vezes o 'cavalo de Tróia' da dominação. Se podem veicular uma certa racionalidade que permite uma linguagem comum, podem também provocar a desintegração do tecido social. Para que se tornem instrumentos do desenvolvimento é necessário desalienar o trabalho científico e técnico que, por uma concepção irrealista de 'pureza' científica se subtrai muitas vezes aos movimentos sociais do mundo em que se insere», afirmou a primeiro ministro, durante o discurso que, ontem, proferiu perante a Assembleia Geral das Nações Unidas.	JN.1	«A minha aldeia é todo o mundo (…) que a todo o mundo pertenço». Era praticamente inevitável nesta mulher corajosa e decidida. Lurdes Pintasilgo teria que citar um poeta, e agora o escolhido foi o dr. Rómulo de Carvalho, autor da «Pedra Filosofal». Não terá sido por acaso. É que as palavras da primeiro-ministro de Portugal revelam a tecitura de uma filosofia política cujos contornos são facilmente detectáveis e claramente inequívocos.	(cont. DA.16)	(Conclusão da 1.ª página) curso lendo uns versos dum poeta português contemporâneo que metaforicamente liga o povo português à humanidade inteira.
	DN.8	A intervenção de Maria de Lurdes Pintasilgo, que teve a duração aproximada de 45 minutos, foi do seguinte teor:	JN.2	«São um convite a conceder alternativas viáveis e optar corajosamente por aqueles que servem todos os homens e o homem de todas as dimensões» - dirigiu-se assim Maria de Lurdes Pintasilgo àqueles para quem «o sonho é uma constante da vida» e que «o Mundo pula e avança». Foi, enfim, um discurso de uma mulher de Estado. De um Estado moderno, que conhece «por anterior e dolorosa experiência própria, o dramático e negativo ciclo da intransigência política».	DA.17	Ainda no programa da primeiro-ministro português e após ter sido recebida pelo secretário geral da ONU, Lurdes Pintasilgo concedeu uma conferência, tendo participado num jantar oferecido pela recém-criada Câmara do Comércio Luso-Americana, no qual participaram cerca de 300 convidados, incluindo altas personalidades dos meios político e financeiros norte-americanos e portugueses.

		(transcrição do discurso de M.ª de Lurdes Pintasilgo: da passagem n.º 5 à n.º 11, de acordo com a codificação estabelecida para este texto de partida -	JN.3	Lurdes Pintasilgo não fez - não era o local próprio - afirmações retumbantes, catalizadoras do acto entusiástico ou de incompreensão tantas vezes mesquinha dos políticos «de trazer por casa». Mas sendo a personalizada afirmação de uma política externa de um pequeno país, não deixa este discurso nas Nações Unidas de delinear as arestas de uma atitude moral perante as sociedades em crise, à procura já de um tempo perdido. «É que esta década de 70 confirmou - disse-o Lurdes Pintasilgo - de forma inequívoca que a independência económica e a independência política estão íntima e profundamente ligadas». A tal ponto se ligam os dois vectores que nós podemos perguntar que critérios fundamentam hoje a verdadeira independência. Estaremos já numa fase de troca económica que transcende o Estado-Nação, diminuindo porventura a sua força política? E se assim é, que salvaguarda pode encontrar-se no Estado-Nação para garantia da sua própria autonomia, das liberdades, das suas escolhas e opções?		
		Intertítulo 1: Mudança qualitativa da Assembleia Geral		**Intertítulo 1: «Direitos de todos a não serem meros subalternos»**			
		(transcrição do discurso de M.ª de Lurdes Pintasilgo: da passagem n.º 12 à n.º 15)	JN.4	Logicamente, não caberia a Lurdes Pintasilgo dar respostas definitivas, mas tão-somente equacionar nalgumas hipóteses de saída. Foi isso que deixou com charme e simpatia no edifício das Nações Unidas. E um desses vectores é fundamentalmente o Homem, o Homem unidimensiona de que fala Marcuse. Porque - frisou a primeiro-ministro português - «Os direitos individuais alicerçam toda a ordem interna dos Estados». Há a liberdade e as garantias fundamentais da pessoa humana; há a informaçã objectiva e a capacidade de usufruir dos bens culturais e de participar no seu aprofundamento e feitura. Diz respeito sobretudo à possibilidade de cada homem escolher o seu destino, criar a sua história, dizer a sua palavra, acrescentar ao Mundo natural e organizado que não fez o gesto pessoal que é a própria cultura em movimento - direito de ser diferente e de exprimir essa diferença. Direito à vida como bem fundamental e direi à satisfação das necessidades básicas que a preservam. E como quem fala do homem fala dos povos, Lurdes Pintasilgo aludiu não apenas ao direito de soberania, mas igualmente e sobretudo ao direito sobre os recursos naturais e sobre o património cultural que dá às populações a fisionomia natural. De resto «direito de todos a não serem meros subalternos que as circunstâncias vinculam a potências mais fortes, mas serem considerados como parceiros de pleno direito no plano internacional». Isto advertiu em gestos largos, expressivos, tal como a conhecemos aí em Portugal, a primeiro-ministro português. Isto porque, repito, «parece inútil o esforço dos que no interior de cada sociedade trabalham e lutam por um futuro melhor, por eles desenhado e querido, e que se vêem objecto de um jogo de xadrez, cujas regras desconhecem e não podem influenciar».		

	Intertítulo 2: O sedimento da década de 70 na ONU		**Intertítulo 2: Garantia das liberdades de cada homem**	
	(transcrição do discurso de M.ª de Lurdes Pintasilgo: da passagem n.º 16 à n.º 18)	JN.5	Por tudo isto, Lurdes Pintasilgo vincou as opções de Portugal: o apoio ao desenvolvimento, à luta contra o armamentismo, à autodeterminação dos povos, à nova ordem económica mundial e de informação. E é nessa perspectiva que se anteolham os anos 80. «A grande tarefa dessa década é, em nosso entender, a criação de uma nova ordem internacional que transcende os planos exclusivamente económico e político para se situar também no plano social, cultural e da informação. Não se trata de uma reorganização mais ou menos tecnocrática, do sistema de trocas económicas e comerciais entre as nações. A este nível urge descobrir atitudes mentais, arriscadas e imaginativas e transformações estruturais capazes de integrarem factores que a época do domínio da ideologia industrialista deixou do acto».	
	Intertítulo 3: A Carta da ONU, código de conduta	JN.6	Enfim, «tal matriz incorpora o abandono do egoísmo institucionalizado e procura deliberada de métodos sociais e culturais que se situam num registo diferente do mero crescimento económico». Tudo isto é muito claro. Encerra-se aqui, enfim, aquilo que é para Maria de Lurdes Pintasilgo, o «rosto moral do relacionamento entre as nações». Está em jogo - sublinhou a primeiro ministro de Portugal - «não somente a mudança de forma de vida de todos nós, nem apenas um novo pragmatismo nas relações entre os povos e os países. Trata-se sobretudo da necessidade imperativa de juntos - pacientemente - sonharmos com fraternidade e à luz da nossa medida, o gosto moral que vem faltando ao relacionamento entre as nações. Deus definirá o perfil do Homem nos tempos novos capazes de justificar a esperança na construção de um novo assento na civilização humana. Não é por isso possível falar em termos mundiais quando só afirma explicitamente o homem singular. É ele que é o princípio e o fim de todo o desenvolvimento, de todo o acto cultural, de toda a concepção política. A garantia das liberdades de cada homem deixa de ser problema restrito para ser um problema mundial».	

		(transcrição do discurso de M.ª de Lurdes Pintasilgo: da passagem n.º 19 à n.º 23)	JN.7	O discurso histórico que Maria de Lurdes Pintasilgo proferiu na ONU foi ainda o discurso de uma mulher combativa, que não se queda e luta perante os problemas: «Que me seja permitido afirmar, em relação às mulheres, que o inegável progresso verificado no mundo quanto à participação de algumas delas em postos-chaves de tomada de decisão política não nos deve fazer esquecer que a imensa maioria das mulheres está ainda longe de poder contribuir, em plena igualdade de direitos e de oportunidades, para a criação de novos modelos de vida e sociedade de que toda a humanidade tanto carece». Tudo isto é claro, e é reconfortante saber que a primeiro-ministo de Portugal foi aplaudida demoradamente por grande parte da Assembleia Geral das Nações Unidas. Lurdes Pintasilgo que, hoje, é recebida pelo chefe político da Santa Sé - o Papa João Paulo II.	
		Intertítulo 4: A ONU e as questões políticas	JN.10	**Intertítulo 3: Solidariedade - a palavra-chave**	
		[transcrição do discurso de M.ª de Lurdes Pintasilgo: da passagem n.º 24 à n.º 40 (NOTA: em falta a passagem 28 e o intertítulo 5 da versão de partida, «A ONU e os caminhos do desenvolvimento»)]	JN.8	Resta-nos, em suma, vincar que Portugal trouxe ao umbigo do Mundo, que é o Palácio de Vidro de Nova Iorque, a palavra-chave do nosso quotidiano: a solidariedade. Não será portanto de admirar que Lurdes Pintasilgo tenha utilizado António Gedeão para dizer que «os homens da minha aldeia são centenas de milhões». Nós não estamos sós. Maria de Lurdes Pintasilgo provou que Portugal, esse pequeno rectângulo europeu tem um papel no Mundo de hoje, já que aceita a «via original de cada caminho» mas fundamentalmente porque exerce uma atitude sem dúvida moral perante o consenso das nações. Consenso esse que Maria de Lurdes Pintasilgo chamou como a nova saída perante a ditadura do voto. Tudo se conjuga em si para que a jornada de Nova Iorque de Maria de Lurdes Pintasilgo se transforme num momento alto da vida política portuguesa, já que hoje, Maria de Lurdes Pintasilgo será recebida por João Paulo II, mas mais tarde terá a oportunidade de trocar impressões com o secretário de Estado norte-americano, Cyrus Vance, então aí tudo poderá ser diferente. Tanto mais que pelos corredores da Embaixada de Portugal em Washington sabe-se que há, da parte da Casa Branca, a probabilidade de Jimmy Carter convidar o general Eanes a visitar os Estados Unidos. Isso nunca aconteceu a um chefe de Estado de Portugal. Seria sem dúvida ouro sobre azul para Ramalho Eanes poder deslocar-se ao país que domina praticamente o Ocidente. Quer uma quer outra faceta desta viagem de Maria de Lurdes Pintasilgo constituem afina todo um leque de um comportamente vasto que é resultado inequívoco do «25 de Abril».	
		Intertítulo 5: Direitos dos homens, direitos dos povos		**Intertítulo 4: Apelo à normalidade de vida das populações de Timor Leste**	

(transcrição do discurso de M.ª de Lurdes Pintasilgo: da passagem n.º 41 à n.º 45)	JN.9	Lurdes Pintasilgo apelou, ainda, no seu discurso para «a consciência internacional» com vista a que se encontrem condições para uma progressiva normalidade da vida das populações de Timor Leste».
Intertítulo 6: Direito à paz	JN.10	No ponto em que se ocupava do direito à autodeterminação, Lurdes Pintasilgo referiu ainda os casos da Namíbia e do Zimbabwe formulando votos para que se encontre uma fórmula, na conferência de Londres, «que restaure a legalidade, defenda com equidade os diversos interesses legítimos envolvidos e restitua ao povo do Zimbabwe a liberdade efectiva da sua voz e vontade, sem tutelas da minoria interna.»
(transcrição do discurso de M.ª de Lurdes Pintasilgo: da passagem n.º 46 à n.º 50)	JN.11	A chefe do Executivo português reiterou, em nome de Portugal, a «condenação da prática política e social do «apartheid», que ofende gravemente a consciência moral das nações e constitui negra barreira para um integral progresso humano».
Intertítulo 7: Direito à pátria	JN.12	Referindo-se ao direito à paz, a estadista portuguesa afirmou que «não há estratégia de desenvolvimento, para a década de 80 que seja compatível com a continuação da actual política de corrida aos armamentos».
(transcrição do discurso de M.ª de Lurdes Pintasilgo: da passagem n.º 51 à n.º 53)	JN.13	Reconhecendo a complexidade e «o melindre» das negociações de desarmamento, congratulou-se, em nome de Portugal, com as negociações SALT e atribuiu «significativa importância» às inicatvas no sentido de serem estabelecidos «esquemas regionais de segurança», conforme ocorre com a conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa. *[sic.]*
Intertítulo 8: Direito à autodeterminação	JN.14	Referindo-se ao direito à pátria, deixou «o claro testemunho de Portugal» acerca das expectativas da gente palestiniana «para que lhe seja reconhecido o inalienável direito humano de possuir uma pátria, a que livremente se acolha, e seja posto termo a uma situação que afecta a consciência moral das nações».
(transcrição do discurso de M.ª de Lurdes Pintasilgo: da passagem n.º 54 à n.º 60)		**Intertítulo 5: Freitas Cruz convidado a visitar a Líbia e o Bahrei**
Intertítulo 9: Direito ao Património Comum da Humanidade	JN.15	Entretanto, o ministro português dos Negócios Estrangeiros foi convidado pelos seus homólogos do Bahrein e da Líbia a visitar oficialmente aqueles países árabes - revelou a missão permanente de Portugal nas Nações Unidas.
(transcrição do discurso de M.ª de Lurdes Pintasilgo: da passagem n.º 61 à n.º 62)	JN.16	As entrevistas mantidas em Nova Iorque entre Freitas Cruz e os seus colegas daqueles países decorreram «numa atmosfera de grande cordialidade».

Intertítulo 10: No limiar da década de 80	JN.17	Aos seus homólogos dos países árabes Freitas Cruz exprimiu o interesse do Governo português na intensificação dos contactos entre Portugal e esses países, no prosseguimento de uma política baseada em laços culturais e históricos que os aproximam.
(transcrição do discurso de M.ª de Lurdes Pintasilgo: a partir da passagem n.º 63, mas com uma troca da ordem lógica do texto de partida)	JN.18	Por outro lado, o ministro português também conferenciou nas Nações Unidas com Kaddouni e Terzi, da Organização para a Libertação da Palestina sobre a realização, em Lisboa, da Conferência Mundial de Solidariedade com o Povo Árabe e a Causa Palestiniana.
Intertítulo 11: Nova solidariedade mundial	JN.19	Embora se tivesse constatado o carácter não governamental da conferência, ficou no entanto assente por ambas as partes que dirigentes mais representativos do mundo árabe ou palestinianos que visitassem Lisboa nessa ocasião teriam oportunidade de estabelecer contactos com autoridades portuguesas.
(transcrição do discurso de M.ª de Lurdes Pintasilgo: da passagem n.º 70 à n.º 74, mas com uma numeração diferente do intertítulo face à que consta no texto de partida)		**Intertítulo 6: Encontros diplomáticos em série**
Intertítulo 12: O rosto moral do relacionamento entre as nações	JN.20	Por outro lado, Freitas Cruz conferenciou com o seu homólogo francês, Jen François-Poncet, durante cerca de uma hora.
(transcrição do discurso de M.ª de Lurdes Pintasilgo: da passagem n.º 75 à n.º 77, mas com uma numeração diferente do intertítulo e uma reorganização particular do conteúdo comparativamente à versão de partida)	JN.21	O assunto principal das conversações dos dois ministros foi a próxima visita a França do presidente da República, general Ramalho Eanes.
Intertítulo 13: Novos modelos para as sociedades industrializadas	JN.22	Jean François-Poncet reafirmou a grande importância que o presidente Giscard d'Estaing atribui à visita e o interesse com que aguarda a oportunidade para trocar impressões com o chefe de Estado português.
(transcrição do discurso de M.ª de Lurdes Pintasilgo: da passagem n.º 65 à n.º 67, com exceção da frase final e tendo sido atribuída ao intertítulo uma numeração diferente face à que consta na versão de partida)	JN.23	As conversações entre os dois ministros, além de abranger assuntos bilaterais, permitiram abordar também outros temas de interesse comum, nomeadamente a situação em África.
Intertítulo 14: Maior pragmatismo para os países pobres	JN.24	Freitas Cruz avistou-se também com o minsitro romeno dos Negócio Estrangeiros, Stefan Andrei, com quem debateu várias questões no contexto das relações luso-romenas e problemas ligados à Conferência de Segurança e Cooperação Europeia, que se realiza em Madrid no final do próximo ano.

	DN.76	*[transcrição do discurso de M.ª de Lurdes Pintasilgo: da passagem n.º 68 à n.º 69, associada depois à passagem n.º 79 (cujo final foi apresentado no último parágrafo da notícia - DN.76), com omissão de algumas parcelas da versão de partida e uma reorganização particular do texto da mesma]*	JN.25	As conversações de Freitas Cruz com o ministro tanzaniano dos Negócios Estrangeiros incidiram sobre as relações de Portugal com os países de expressão portuguesa e a evolução do problema rodesiano.		
		A minha aldeia: Minha aldeia é todo o Mundo/ Todo o Mundo me pertence/ Aqui me encontro e confundo/ Com gente de todo o Mundo/ Que a todo o Mundo pertenço/ Bate o Sol na minha aldeia/ Com várias inclinações/ ângulo novo, nova ideia/ Outros graus, outra razões/ que os homens da minha aldeia/ São centenas de milhões *[sic.]*	JN.26	Freitas Cruz teve igualmente contactos com o seu homólogo da Jugoslávia.		
Outros elementos textuais		Artigo complementar				
Antetítulo						
Título		**Primeiro-ministro defendeu nova ordem internacional**				
Pós-título						
Texto	DN.77	Perante uma Assembleia Geral medianamente representada, Maria de Lurdes Pintasilgo proferiu o seu Discruso ás Nações Unidas, que eu classificaria de extremamente claro em termos de política externa portuguesa e de ousadamente utópico, em termos da nova ordem internacional, que parece ser uma das mais constantes preocupações da primeiro-ministro.				
	DN.78	Na verdade, terá sido esta a primeira vez que, num Forum internacional ou, talvez mesmo, em declarações ao País, um chefe do Governo português traçou, de forma tão esquematizada e ordenada, um plano de política externa. Desde os conflitos sul-africanos ás tensões no sudeste Asiático, desde o Chipre ao Médio Oriente, todas as linhas mestras de uma actuação internacional foram linearmente apresentadas, sem uma ambiguidade - o que não deixa de ser agradavelmente surpreendente para quem, como nós todos, estava tão frustrantemente habituado a uma certa ambiguidade e a um certo jogo de palavras e conceitos.				
	DN.79	Surpreendente poderá ser, igualmente, este rigor, esta clareza e esta definição da parte de um Governo que, constitucionalmente, se encontra condenado a uma vida demasiado curta, para tão longos projectos de actuação. Um juízo deste tipo, porém, exige uma leitura mais detalhada e mais atenta do que aquela que me é permitido fazer nesta sala de imprensa das Nações Unidas, onde as máquinas de escrever batem incessantemente, e onde um circuito interno de televisão deixa cair a intervenção do ministro dos Negócios Estrangeiros do Chile.				

DN.80	A consciência da necessidade de um novo ordenamento internacional - do político ao económico, do social ao cultural - está a ganhar amplitude, considerou Maria de Lurdes Pontasilgo que, reconhecendo embora tratar-se de um objectivo muito a longo prazo, evocou as outras batalhas travadas por esta organização, como a descolonização, que pareciam no início impossíveis ou insensatas, pouco mais que meras apostas no futuro.
DN.81	É essa aposta no futuro, mais exacatamente na década de 80, que a primeira-ministro declara ser imprescindível conduzir a bom termo, utilizando «atitudes mentais arriscadas e imaginativas».
DN.82	Maria de Lurdes Pintasilgo lançou, também, um repto aos países pobres, o que foi, muito possivelmente, a nota mais original do seu discurso. Pediu-lhes menos radicalismo de atitudes, maior capacidade de diálogo e um mais são pragmatismo. E pediu ás sociedades pós-industrializadas a descoberta de novos modelos de actualização e intervenção.
DN.83	A propósito de uma futura convenção relativa ao direito do mar, foi declarado que o Governo português havia proposto Lisboa para sede de uma das instituições que venham a ser criadas. Creio que esta será, para os leitores do «DN», a única verdadeira novidade possível de enviar da sessão de ontem desta 34.ª Assembleia Geral das Nações Unidas.
	Intertítulo: Agenda social
DN.84	Os encontros da sr.ª primeiro-ministro com o secretário-geral das Nações Unidas e com o presidente da Assembleia Geral cumpriram-se com a formalidade protocolar e sem declarações para a Imprensa. Seguiu-se um almoço oferecido pela chefe do Executivo português aos dois dignitários da ONU, em que participaram, também, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Freitas Cruz, e os embaixadores junto das Nações Unidas e Washington, respectivamente Futscher Pereira e Hall Themido.
DN.85	Depois da sua intervenção no plenário das Nações Unidas, Maria de Lurdes Pintasilgo recebeu o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Ramiro Saraiva Guerreiro, mas á hora que escrevo esta crónica não foi ainda possível obter qualquer informação sobre o encontro.

	DN.86	Da sobrecarregada agenda da primeiro-ministro para o dia de ontem, referimos, ainda, um breve encontro com os jornalistas que se deslocaram a Nova Iorque para fazer a reportagem da visita, e as recepções oferecidas pelos ministros dos Negócios Estrangeiros da Republica Democrática Alemã, da Zâmbia e da China, pelas quais Maria de Lurdes Pintasilgo passou fugazmente.				
	DN.87	À noite, a primeiro-ministro foi convidada de honra de um jantar oferecido pela Camara de Comércio Luso-Americana, que reuniu cerca de 300 individualidades dos meios político, financeiro e económico.				
	DN.88	Hoje, depois de assistir á intervenção do Papa na Assembleia Geral da ONU e de apresentar cumprimentos a Sua Santidade, a primeiro-ministro terá conversações com o secretário de Estado norte-americano, Cyrus Vance. O regresso a Lisboa está previsto pelo voo TP 311 da companhia transportadora aérea nacional, que chegará a Lisboa ás primeiras horas de amanhã.				

1995

Bill Clinton (1995)

Notícias principais		**DN**		**JN**		**DA**
Edição		23 de outubro de 1995		23 de outubro de 1995		24 de outubro de 1995
Dados contextuais/ outras informações						
Primeira página: antetítulo						
Primeira página: título		**Nova Iorque capital do mundo**				
Primeira página: pós-título						
Primeira página: texto	Legenda	Os chefes de Estado do mundo inteiro estão em Nova Iorque para celebrar os 50 anos das Nações Unidas. Mário Soares lembrou ontem aos representantes dos 185 países presentes a «situação escandalosa que se vive em Timor-Leste. Freitas do Amaral, presidente da Assembleia Geral da ONU, apelou para que não se deixe morrer a organização.				
Conteúdo no interior da edição						
Antetítulo		**Cerimónias do 50.º aniversário da ONU fazem esquecer conflitos**		**Os 50 anos da ONU**		**Criminalidade**
Título		**Todos os «grandes» em Nova Iorque**		**Nações Unidas festejam bodas de ouro/ …a um passo da falência**		**Clinton propõe medidas de combate**
Pós-título						
Texto	DN.1	Os dirigentes do mundo inteiro, desde as maiores potências aos mais minúsculos principados, encontraram-se ontem em Nova Iorque para celebrar os 50 anos da Organização das Nações Unidas e esquecer por algum tempo os conflitos que os dividem.	JN.1	Perante 140 primeiros-ministros, príncipes, presidentes e reis - reunidos em Nova Iorque para assinalarem as bodas de ouro das Nações Unidas - o secretário-geral da ONU, Boutros Ghali, aproveitou a ocasião para pedir aos estados-membros, nomeadamente aos EUA, que paguem as dívidas que têm para com a organização, de forma a que esta possa continuar a funcionar.	DA.1	O presidente norte-americano, Bill Clinton, propôs cinco iniciativas para combater a delinquência internacional, designadamente o tráfico de droga e o terrorismo.
	DN.2	Uma excepcional «foto de família» simbolizou o acontecimento: alinhados em oito filas, os representantes dos 185 países membros da ONU esperaram, numa atmosfera ordeira, que um fotógrafo texano escolhido para a ocasião imortalizasse o cinquentenário para a posteridade.	JN.2	Boutros Ghali apelou solenemente para que os dirigentes dos estados-membros da ONU superem a crise financeira da organização, privada - disse ele - dos recursos indispensáveis ao cumprimento das suas tarefas.	DA.2	Discursando na sessão especial comemorativa do 50.º aniversário da ONU, o chefe da Casa Branca reiterou, por outro lado, o propósito de integrar tropas norte-americanas numa força de paz na Bósnia, no âmbito da aplicação no terreno de um eventual acordo de paz.

	DN.3	Todos ou quase todos os grandes dirigentes do mundo estavam presentes: o americano Bill Clinton, o russo Boris Ieltsin, o palestiniano Yasser Arafat, o israelita Yitzhak Rabin, o francês Jacques Chirac, o chinês Jiang Zemin, o cubano Fidel Castro. Símbolos da universalidade da ONU, também «os pequenos» fizeram a viagem, como o regente de São Marinho, Pier Natalino Mularoni, ou o príncipe Rainier do Mónaco.	JN.3	No discurso inaugural das cerimónias do cinquentenário das Nações Unidas, Ghali convidou os estados membros a encararem seriamente a hipótese da convocação de uma sessão especial da Assembleia Geral para se encontrar uma saída para a crise financeira que assoberba a organização, caso este problema não seja resolvido até ao fim do ano.	DA.3	«Os Estados Unidos estarão lá (…) com os países amigos e os nossos aliados, contribuindo com a sua quota-parte para garantir a paz, disse, lembrando que as negociações de paz tripartidárias terão início em 31 de Outubro numa base militar do Ohio (EUA).
	DN.4	As cerimónias do cinquentenário devem prolongar-se até amanhã, dia do aniversário da entrada em vigor, a 24 de Outubro de 1945, da Carta de São Francisco, que, logo após o termo da Segunda Guerra Mundial, criou as Nações Unidas.	JN.4	A ONU vê-se confrontada com uma situação sem precedentes, com 450 milhões de contos de contribuições dos estados-membros por pagar, correspondendo um terço desse débito aos EUA.	DA.4	Bill Clinton apelou ainda a uma reformulação da ONU no sentido de a organização internacional «fazer mais com menos» meios.
	DN.5	As medidas de segurança adoptadas eram excepcionais. A ilha de Manhattan estava cercada pelas forças de segurança, os navios-patrulhas vigiavam East River e, na Primeira Avenida, onde se encontra situada a sede da ONU, circulavam sem descanso os carros da polícia nova-iorquina.	JN.5	O secretário-geral disse mesmo no início do mês que, se os fundos não forem rapidamente repostos, a ONU corre o risco de ter de fechar as portas.	DA.5	«A reforma da ONU é condição para não perder actualidade», disse, reiterando, assim, o apoio de Washington à organização.
	DN.6	No interior do «palácio de vidro» da ONU, sucederam-se os oradores: 22 usaram da palavra de manhã, 28 sucederam-lhes durante a parte da tarde.	JN.6	Esta crise financeira - afirmou ontem Boutros Ghali - é «o sintoma de um problema mais profundo: pura e simplesmente alguns estados-membros não vêem as Nações Unidas como uma prioridade».	DA.6	«Continuamos a precisar da ONU», disse, sem se alargar, porém, sobre a questão da dívida do seu país às Nações Unidas, superior a mil milhões de dólares, a que fez apenas uma breve alusão.
	DN.7	No seu discurso inaugural, o secretário-geral das Nações Unidas, Butros Butros-Ghali, não escondeu a grave crise financeira que a ONU está a atravessar. «As Nações Unidas não poderão desempenhar o seu papel se a actual tendência prosseguir», disse Butros-Ghali, evocando implicitamente os três mil milhões de dólares devidos pelos Estados membros.	JN.7	«Tristes notícias as que eu trago a esta sessão comemorativa», lamentou o secretário-geral. Ghali declarou noutro ponto do seu discurso que o mundo do século XXI vai assistir à confrontação de duas forças opostas: a «globalização» e a «fragmentação».	DA.7	Clinton dedicou sobretudo o seu discurso de menos de 15 minutos aos novos perigos que se deparam à comunidade internacional na era do pós-guerra fria.
	DN.8	Um dos principais visados, o Presidente americano Bill Clinton, cujo país, só pela sua parte, deve mil milhões de dólares à organização internacional, declarou simplesmente, numa breve alusão a esse problema, que as Nações Unidas devem reformar-se e «fazer mais com menos» dinheiro.	JN.8	«A globalização - frisou - vai criar uma série de problemas, com destaque para fluxos financeiros de grande amplitude através do Mundo, danos causados ao meio ambiente e criminalidade transnacional», enquanto a fragmentação - explicou «poderá ser de molde a alimentar o fanatismo, o isolacionismo, o separatismo e a proliferação da guerra civil».	DA.8	Começou por exortar a comunidade a negociar e a aceitar «uma declaração conjunta sobre o crime internacional e a segurança do cidadão», comportando uma cláusula a proibir qualquer país de dar abrigo a um delinquente.
	DN.9	No seu discurso, Clinton propôs à comunidade internacional cinco iniciativas a fim de lutar contra a delinquência internacional, nomeadamente o tráfico de droga e o terrorismo.	JN.9	Por seu turno, o presidente da Assembleia Geral da ONU, Diogo Freitas do Amaral, saudou os representantes máximos de todas as partes do Mundo que participam na celebração do 50ho aniversário da organização e apelou para que «não a deixem morrer». *[sic.]*	DA.9	A segunda iniciativa diz respeito a um «pacto terrorista», levando todos os Estados a «ratificar os tratados anti-terroristas existentes.»
	DN.10	O seu homólogo russo, Boris Ieltsin, alertou para o perigo de «confronto» que seria suscitado por um alargamento da Aliança Atlântica e apelou para um reforço do papel da ONU. O Presidente russo afirmou também que o seu país está pronto a participar numa força multinacional de paz na Bósnia, «mas somente sob um rigoroso mandato do Conselho de Segurança das Nações Unidas».	JN.10	«Esta é a vossa casa e o futuro das Nações Unidas será o que decidirem ser», disse Freitas do Amaral concluindo: «o destino da ONU está nas vossas mãos». O presidente da Assembleia Geral apelou para o empenhamento de todos no sentido da reforma da organização, mas «preservando-a e revitalizando-a na perspectiva do futuro».	DA.10	Clinton propôs igualmente «uma ofensiva antidroga». «Devemos intensificar a luta contra os cartéis, promovendo ao mesmo tempo a destruição das colheitas, e quanto aos países consumidores, como os Estados Unidos, há que reduzir a procura», acrescentou.

	DN.11	Mesmo o Chefe do Estado cubano, Fidel Castro, que durante as suas duas precedentes intervenções na ONU tinha vivamente condenado o imperalismo, adoptou ontem um tom conciliador, contentando-se, entre duas frases, em reclamar «um mundo sem embargo brutal», aludindo ao embargo económico imposto pelos Estados Unidos a Cuba há 33 anos.	JN.11	Freitas do Amaral, que tomou posse do cargo na ONU em Setembro último, referiu que ao longo dos cinquenta anos da sua história as Nações Unidas não conseguiram realizar todos os seus ideais, os quais, acentuou, «não são os instrumentos estéreis, ineficazes ou nocivos que os seus inimigos acusam de ser».	DA.11	A quarta iniciativa do presidente norte-americano tem a ver com a criação de uma «rede de centros operacionais no mundo inteiro» para reforçar a cooperação entre as forças de polícia.
	DN.12	O dirigente da OLP Yasser Arafat, evocando a sua primeira visita à ONU, durante a qual se apresentava com um coldre e uma pistola à cintura, declarou: «Vim aqui há 21 anos como um combatente da liberdade (…). Hoje chego até vós com um coração cheio de amor e de paz.»	JN.12	Declarou que é necessário «reconhecer os erros, omissões e faltas, mas é preciso também não esquecer os êxitos, as vitórias e os feitos de que tem aproveitado toda a Humanidade. Devemos arrepender-nos de ter fundado uma organização universal que se esforça por manter a paz entre as nações e o respeito pela primazia do Direito e da Justiça?», sublinhou o presidente da Assembleia Geral.	DA.12	A completar a série, Clinton apelou uma vez mais a um «reforço» da convenção sobre as armas bacteriológicas e à «eliminação do flagelo mortal das minas», na sequência da conclusão, no próximo ano, do tratado global de proibição das experiências nucleares.
	DN.13	As cerimónias do cinquentenário proporcionaram a possibilidade de se realizarem diversos encontros bilaterais. Clinton e Ieltsin devem encontrar-se hoje. Amanhã, o Presidente norte-americano encontrar-se-á com o seu homólogo chinês, Jiang Zemin, que ontem dialogou com o primeiro-ministro japonês, Tomiichi Murayama.	JN.13	Freitas do Amaral afirmou que não existe qualquer equívoco: «Os nossos princípios, valores e ideais continuam politicamente válidos, eticamente dignos e humanamente justos». Admitiu que há motivos para corrigir muitas coisas, mas seria um «grave erro para a Humanidade deixar morrer as Nações Unidas».		
	DN.14	O primeiro-ministro israelita, Yitzhak Rabin, dialogou com o rei Hussein da Jordânia, prevendo-se que amanhã, pela primeira vez desde a Guerra das Malvinas, um primeiro-ministro da Grã-Bretanha, John Major, tenha conversações com um Presidente argentino, Carlos Menem.	JN.14	Reformular a ONU deve ser, disse, um objectivo colectivo nesta sessão especial ao longo de três dias. Apelou para que não se deixe morrer a ONU às mãos daqueles que a criticam e não se dêem motivos que desapontem os seus apoiantes.		
	DN.15	Pormenor curioso: o Presidente russo, Boris Ieltsin, e o Chefe do Estado cubano, Fidel Castro, trocaram um caloroso abraço durante um encontro imprevisto, antes de um almoço integrado nas comemorações do 50.º aniversário da ONU.	JN.15	Freitas do Amaral exortou a que todos os representantes ali presentes digam ao Mundo que a liberdade, justiça, desenvolvimento e solidariedade humana são valores universais vivos e para os quais temos de trabalhar.		
	DN.16	Os dois chefes de Estado apertaram a mão por longos momentos e falaram durante vários minutos. Boris Ieltsin, muito sorridente, despediu-se do líder cubano com uma amistosa palmada nas costas.	JN.16	«As Nações Unidas precisam de dinheiro para funcionar, o apoio de todos os membros e a nossa generosidade para ajudar e salvar os seres humanos mais necessitados», afirmou.		
		Caixa de texto - antetítulo: **Discurso de Freitas do Amaral apela aos líderes mundiais**	JN.17	O professor português concluiu a sua intervenção nesta sessão histórica com uma evocação dos fundadores da ONU, um incentivo à luta contra as críticas destrutivas e o desejo para que todos os membros contribuam para enobrecer a ONU, começando desde já a trabalhar para as reformas necessárias.		
		Título: **«Não deixem morrer esta organização»**	JN.18	Entretanto, o primeiro chefe de Estado a discursar, o presidente norte-americano, Bill Clinton, propôs cinco iniciativas para combater a delinquência internacional, designadamente o tráfico de droga e o terrorismo.		

	DN.17	O presidente da Assembleia Geral da ONU, Diogo Freitas do Amaral, dirigindo-se aos chefes de Estado e de Governo que participavam na cerimónia de celebração do 50.º aniversário das Nações Unidas, apelou para que estes «não deixem morrer» a organização. «O destino da ONU está nas vossas mãos», disse Freitas do Amaral na sua intervenção perante a maior assembleia de líderes mundiais jamais reunida.	JN.19	O chefe da Casa Branca reiterou, por outro lado, o propósito de integrar tropas norte-americanas numa força de paz na Bósnia, no âmbito da aplicação no terreno de um eventual acordo de paz.	
	DN.18	A reforma da organização foi um dos tópicos abordados no discurso. Freitas admitiu que, ao longo do seu meio século de história, a ONU não foi capaz de realizar todos os seus ideais. O presidente da Assembleia Geral disse ainda ser necessário reconhecer os erros e omissões na actividade da organização, mas que, apesar de haver motivos para corrigir muitas coisas, seria «um grave erro deixar morrer as Nações Unidas».	JN.20	Bill Clinton apelou ainda a uma reformulação da ONU no sentido de a organização internacional «fazer mais com menos meios. A reforma da ONU é condição para não perder actualidade», disse, reiterando, assim, o apoio de Washington à organização.	
	DN.19	«Devemos arrepender-nos de ter fundado uma organização universal que se esforça por manter a paz entre as nações e o respeito pela primazia do direito e da justiça?», perguntou Freitas do Amaral, para concluir que «os nossos princípios, valores e ideais continuam politicamente válidos, eticamente dignos e humanamente justos».	JN.21	«Continuamos a precisar da ONU», disse, sem se alargar, porém, sobre a questão da dívida do seu país às Nações Unidas, superior a 150 milhões de contos, a que fez apenas uma breve alusão.	
	DN.20	Antes de fazer uma evocação dos fundadores da ONU e defender a luta contra as críticas destrutivas, Freitas do Amaral fez uma referência aos problemas financeiros da organização. O presidente da Assembleia Geral afirmou que «as Nações Unidas precisam de dinheiro para funcionar, o apoio de todos os membros e a nossa generosidade para ajudar e salvar os seres humanos mais necessitados». Na sua opinião, é fundamental não esquecer os êxitos da ONU, que têm aproveitado a toda a humanidade.	JN.22	Clinton dedicou sobretudo o seu discurso de 15 minutos (o triplo do tempo que lhe fora concedido) aos novos perigos que se deparam à comunidade internacional na era do pós-Guerra Fria.	
	DN.21	Segundo Freitas do Amaral, a reforma da ONU deve ser um objectivo colectivo nesta sessão especial, que dura três dias. «Liberdade, justiça, desenvolvimento e solidariedade humana são valores universais vivos e para os quais temos de trabalhar», disse ainda o antigo ministro português, que desde Setembro ocupa o cargo protocolarmente mais alto da organização mundial.	JN.23	Começou por exortar a comunidade internacional a negociar e a aceitar uma declaração conjunta sobre o crime internacional e a segurança do cidadão, comportando uma cláusula a proibir qualquer país de dar abrigo a um delinquente.	
			JN.24	A segunda iniciativa diz respeito a um pacto terrorista levando todos os estados a ratificar os tratados antiterroristas existentes. Clinton propôs igualmente uma ofensiva anti-droga. «Devemos intensificar a luta contra os cartéis, promovendo ao mesmo tempo a destruição das colheitas, e quanto aos países consumidores, como os Estados Unidos, há que reduzir a procura», acrescentou.	

	JN.25	A quarta iniciativa do presidente norte-americano tem a ver com a criação de uma rede de centros operacionais no Mundo inteiro para reforçar a cooperação entre as forças de polícia. A completar a série, Clinton apelou uma vez mais a um reforço da convenção sobre as armas bacteriológicas e à eliminação do flagelo mortal das minas, na sequência da conclusão, no próximo ano, do tratado global de proibição das experiências nucleares.
	JN.26	Por seu turno, o presidente cubano, Fidel Castro, no primeiro discurso que fez na ONU nos últimos 16 anos, aproveitou a ocasião para criticar o «neocolonialismo» das Nações Unidas, o qual «permite que seja imposto um embargo que mata à fome todo um povo», numa clara alusão ao bloqueio imposto por Washington a Havana.
	JN.27	Quanto ao presidente russo, Boris Ieltsine, salientou que o seu país apenas enviará soldados para a Bósnia caso estes fiquem sujeitos a um mandato da ONU e não da OTAN, o que é contrariado pelos Estados Unidos.
Outros elementos textuais		Artigo complementar
Antetítulo		
Título		**Situação em Timor persiste à revelia das resoluções aprovadas**
Pós-título		**A denúncia do presidente Mário Soares**
Texto	JN.28	O presidente da República, Mário Soares, alertou à Assembleia Geral da ONU para a situação escandalosa que persiste em Timor-Leste que ainda aguarda a conclusão de um processo de descolonização brutalmente interrompido pela ocupação indonésia. No seu discurso no hemiciclo do Palácio de Vidro, Soares salientou que a situação em Timor-Leste persiste à revelia das resoluções pertinentes da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança.
	JN.29	«A força dos princípios inscritos na Carta das Nações Unidas e a legitimidade das resoluções que delas emanam, representam um fortíssimo estímulo em favor da democracia, dos direitos do Homem e da paz», referiu o chefe de Estado.
	JN.30	Para Mário Soares, que considerou uma honra participar na sessão histórica da ONU, presidida pelo seu compatriota Diogo Freitas do Amaral, «num mundo em acelerada transformação, face a processos imparáveis de globalização, as Nações Unidas devem fazer tudo para que as mudanças em curso se desenvolvam sem graves rupturas e ao serviço de todos os homens».
	JN.31	«Devemos, contudo, ter a coragem de reconhecer que o fosso que separa os países pobres dos países ricos é cada vez maior, estando a tornar-se verdadeiramente explosivo», sublinhou.

JN.32	Mário Soares considerou que a noção-chave de uma nova actuação é a prevenção. «A incapacidade do sistema actual para responder, em termos físicos, materiais e financeiros, de modo atempado e eficaz, às necessidades de intervenção em conflitos, armados ou não, tem tornado claro que a melhor estratégia - e, no fundo, curiosamente, a que tem menores custos financeiros - é a prevenção das crises e conflitos», acrescentou o presidente.
JN.33	À margem da Assembleia Geral, o presidente da República manteve, entretanto, uma série de contactos com diversas personalidades. Mário Soares reuniu-se com o presidente da Roménia, com o primeiro-ministro de Malta, com o seu homólogo da Bielorússia, com o príncipe Rainier do Mónaco, com o presidente de Andorra e, ainda, com o ministro dos Negócios Estrangeiros do Irão.
JN.34	Ao princípio da noite, Mário Soares participou numa recepção oferecida pelo presidente Bill Clinton aos chefes de estado presentes no aniversário da ONU, que teve lugar na New York Public Library.
JN.35	Nos dois primeiros encontros, o primeiro-mministro de Malta, Edward Adami, manifestou o apoio do seu país à candidatura de Portugal a membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU no biénio 97/98, enquanto o presidente da Roménia, Ion Iliescu, convidou Soares a visitar o seu país.
JN.36	Mário Soares agradeceu, mas respondeu que está em final de mandato, com uma agenda cheia, pelo que deverá ser o seu sucessor a visitar a Roménia.
JN.37	Durante o encontro bilateral, à margem das comemorações dos 50 anos da ONU, Soares também pediu o apoio da Roménia à candidatura de Portugal a membro não-permanente do Conselho de Segurança.
JN.38	Ainda antes destes encontros, o presidente português manifestar-se-ia surpreendido ao deparar, em Nova Iorque, com um português a liderar uma manifestação pela preservação das gravuras rupestres de Foz Côa.
JN.39	Mário Soares comentava a realização de uma concentração do Movimento para Salvar o Vale e as Gravuras de Foz Côa, que ontem teve lugar em Nova Iorque.
JN.40	O movimento, liderado por João Crisóstomo, um português radicado nos EUA, que protesta contra a eventual submersão das gravuras, aproveitou a presença do presidente português e da maioria dos chefes de Estado de todo o Mundo para alertar para esta questão.

			JN.41	Crisóstomo disse à Agencia Lusa que esta manifestação contava com apoio e presença das associações de professores de português no Canadá e nos EUA, do grupo de estudantes Lusíadas da Universidade de Rutgers e de muitos portugueses residentes nos Estados Unidos.		
			JN.42	«Ainda bem que há quem chame a atenção do Mundo para a riqueza arqueológica de Portugal», comentou o presidente Mário Soares, acrescentando ser bom «mostrar à Humanidade que Portugal possui um riquíssimo património arqueológico».		

2008

George W. Bush e Mahmoud Ahmadinejad (2008)

Notícias principais		DN		JN		DA
Edição		24 de setembro de 2008		25 de setembro de 2008		25 de setembro de 2008
Dados contextuais/ outras informações		Fontes indicadas: Lusa				
Primeira página: antetítulo						
Primeira página: título						
Primeira página: pós-título						
Conteúdo no interior da edição						
Antetítulo				**Washington**		
Título		**Bush anuncia megaplano na ONU**		**«O império americano está a chegar ao fim»**		**Ahmadinejad rejeita acusações de Bush na Assembleia Geral da ONU**
Pós-título		**Crise. No último discurso naquele fórum, o Presidente dos EUA elogiou a organização**		**O presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, reagiu com os polegares para baixo à denúncia feita por George W. Bush, na Assembleia Geral das Nações Unidas, de que o Irão é o principal patrocinador do terrorismo.**		**George W. Bush acusou o Irão de ser, a par da Síria, um dos patrocinadores do terrorismo internacional. À denúncia do líder norte-americano na Assembleia Geral da ONU, o Presidente iraniano mostrou o desagrado voltando os polegares para baixo.**
Texto	DN.1	Um mega plano para salvar o sector financeiro norte-americano vai receber «luz verde« do governo e do Congresso com carácter de urgência, garantiu ontem o Presidente George W. Bush na 63ª Assembleia-Geral das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque. «Posso assegurar que a administração e o Congresso estão a cooperar plenamente», insistiu, frisando: «Estou convencido de que actuaremos com a celeridade necessária».	JN.1	O líder iraniano ainda concedeu 10 segundos de aplauso de cortesia ao discurso de despedida internacional do presidente norte-americano, onde este pediu aos líderes mundiais «uma inequívoca posição moral» contra os atentados suicidas, a tomada de reféns e outras tácticas de terror. Diferentemente de Ahmadinejad, os representantes norte-americanos e israelitas abandonaram a sala quando o líder iraniano usou da palavra.	DA.1	George W. Bush acusou o Irão de ser, a par da Síria, um dos patrocinadores do terrorismo internacional. À denúncia do líder norte-americano na Assembleia Geral das Nações Unidas, o Presidente iraniano, Mahmud Ahmadinejad, mostrou o desagrado voltando os polegares para baixo.
	DN.2	O mega plano em causa proposto pelo Tesouro dos Estados Unidos deverá avançar esta semana, sob o risco de, havendo dilações, ser depois demasiado tarde. «As economias estão mais entrelaçadas do que nunca», admitiu, justificando as apreensões dos líderes mundiais face à gravidade da crise financeira nos Estados Unidos.	JN.2	Tirando partido das circunstâncias difíceis em que George W. Bush se viu obrigado a enfrentar aquele fórum mundial, onde produziu um discurso defensivo e autojustificativo, segundo os observadores, Ahmadinejad disse à Assembleia Geral da ONU que «o império americano» está à beira do colapso, pelo que deve pôr termo ao seu envolvimento militar noutros países.	DA.2	Naquele que terá sido o seu último discurso perante os representantes da comunidade internacional, George W. Bush falou num regime de Teerão que fomenta o terrorismo à escala mundial.

	DN.3	Neste sentido, Bush quis deixar na sua última mensagem na ONU, de serenidade, insistindo na «adopção de medidas audazes» para enfrentar a situação. O planos, o maior de sempre, ascendendo a 700.000 milhões de dólares (acima de 475.000 milhões de euros), receberá «luz verde» do Congresso o mais brevemente possível, reafirmou Bush, ciente de que o Capitólio suspenderá as suas funções na proximidade das eleições presidenciais de 4 de Novembro. «Tanto republicanos, como democratas, estão unidos no propósito de dar seguimento a esta legislação», explicou Bush, invocando anteriores contactos políticos com dirigentes dos dois partidos norte-americanos. *[sic.]*		**Intertítulo 1: O fim do império**		DA.3	O Presidente norte-americano instou por isso a comunidade internacional a envidar por uma «posição moral» contra os atentados suicidas, a tomada de reféns e outras tácticas de terror.
	DN.4	Relativamente às negociações em curso entre a Casa Branca e o Congresso, Bush reconheceu haver «boas ideias sobre as quais é preciso trabalhar para conseguir um plano à altura de enfrentar a crise».	JN.3	O presidente iraniano declarou que o terrorismo está a alastrar-se rapidamente no Afeganistão enquanto «os ocupantes» ainda se mantêm no Iraque, seis anos depois de Saddam Hussein ter sido derrubado. «O império americano no mundo está a chegar ao fim da estrada e os seus próximos líderes devem confinar a sua intervenção às suas fronteiras», disse.	DA.4	Ao tomar a palavra, Mahmud Ahmadinejad preferiu lembrar à 63ª Assembleia das Nações Unidas que o império americano está a chegar ao fim.
	DN.5	A Câmara dos Representantes (baixa) poderá votar já na quarta-feira ou, o mais tardar na quinta-feira o «pacote» legislativo de urgência, para que o Senado (câmara alta do Congresso) o faça na sexta-feira.	JN.4	Por outro lado, Ahmadinejad rejeitou as acusações de organizações internacionais de que no seu país se respeitam menos os direitos desde que há três anos chegou à presidência, garantindo que, no Irão, «as pessoas podem dizer o que quiserem», porque se respeita a liberdade e é o povo quem tem o poder. «Nunca me disseram que alguém foi preso por criticar o presidente», disse.	DA.5	O recado já não foi ouvido pelos representantes norte-americanos e israelitas, que abandonaram a sala quando Ahmadinejad iniciou o seu discurso, o que não coibiu o líder iraniano de instar os Estados Unidos a colocarem um ponto final ao envolvimento militar noutros países.
	DN.6	Relativamente à ONU, Bush frisou que esta organização e outras, multilaterais, «são presentemente mais necessárias do que nunca». (LUSA)		*Texto destacado:* **Ao contrário Ahmadinejad líderes norte-americanos e israelitas não ouviram homólogo iraniano**	DA.6	«O império americano no Mundo está a chegar ao fim da estrada e os seus próximos líderes devem confinar a sua intervenção às suas fronteiras», afirmou Ahmadinejad, lembrando as recentes participações da Casa Branca no campo militar, com o terrorismo a espalhar-se no Afeganistão e a situação no Iraque a não mostrar sinais de evolução seis anos depois da deposição de Saddam Hussein.
			JN.5	No que diz respeito à energia nuclear, Ahmadinejad reafirmou que o Irão «resistirá à intimidação e continuará a defender os seus direitos» de acesso ao nuclear civil.	DA.7	Dessa forma, o líder iraniano mostrou-se firme face às pressões que Teerão tem sofrido a propósito do programa nuclear do país e voltou a afirmar que «vai resistir à intimidação e continuará a defender o direito» de acesso ao nuclear com fins não-militares.
				Intertítulo 2: «Escandaloso»	DA.8	Por outro lado, Ahmadinejad rejeitou as acusações de organizações internacionais de que no seu país se respeitam menos os direitos desde que há três anos chegou à presidência, garantindo que, no Irão, «as pessoas podem dizer o que quiserem», porque se respeita a liberdade e é o povo quem tem o poder.

			JN.6	Quem não gostou destas palavras foi Barack Obama, candidato democrata à Casa Branca, que considerou «escandaloso» o discurso proferido por Ahmadinejad. «Condeno firmemente os comentários escandalosos do presidente Ahmadinejad nas Nações Unidas e estou decepcionado que tenha beneficiado de uma tribuna para exprimir o seu ódio e as suas posições anti-semitas», afirmou Obama em comunicado.	DA.9	«Nunca me disseram que alguém foi preso por criticar o Presidente», disse.
			JN.7	«A ameaça colocada pelo programa nuclear iraniano é grave», acrescentou Obama. «É já tempo de os americanos se unirem em torno da convicção de que são necessárias fortes sanções para aumentar a pressão sobre o regime iraniano».		**Intertítulo: Obama reage**
					DA.10	Numa reacção firme ao discurso do Presidente iraniano, Barack Obama considerou «escandalosa» a mensagem deixada por Mahmud Ahmadinejad à assembleia.
					DA.11	«Condeno firmemente os comentários escandalosos do Presidente Ahmadinejad nas Nações Unidas e estou decepcionado que tenha beneficiado de uma tribuna para exprimir o seu ódio e as suas posições anti-semitas», declarou Obama em comunicado.
					DA.12	Ainda sob o signo do Irão, a mensagem do candidato democrata à Casa Branca alerta para a «ameaça colocada pelo programa nuclear iraniano», alertando por isso os norte-americanos para a necessidade de «sanções fortes que aumentem a pressão sobre o regime iraniano»
					DA.13	Avançando numa iniciativa bipartidária, Obama propôs ao rival na corrida para a Casa Branca, o republicano John McCain, para que pusessem de lado diferenças de entendimento e entregassem no Senado um texto forçando essa pressão sobre Teerão.
					DA.14	Lembrando que a segurança de Israel «é demasiado importante para permitir jogos partidários», o candidato democrata defende para os Estados Unidos a capacidade de «romper com as empresas que façam negócios com o Irão».

2015

Barack Obama e Vladimir Putin (2015)

Notícias principais		DN		JN		DA
Edição		29 de setembro de 2015		29 de setembro de 2015		30 de setembro de 2015
Dados contextuais/ outras informações		Redator: Helena Tecedeiro				
Primeira página: antetítulo		**Nações Unidas**				
Primeira página: título		**Obama aceita diálogo com Putin e Teerão para acabar com guerra na Síria**				
Primeira página: pós-título						
Conteúdo no interior da edição						
Antetítulo						
Título		**EUA aceitam trabalhar com Rússia e Irão para resolver guerra na Síria**		**EUA e Rússia em colisão**		**Obama preparado para ser realista na Síria e negociar com Rússia e Irão**
Pós-título		**ONU. Obama recusou manter no poder o «tirano» Assad. Putin garantiu que presidente sírio é única solução para derrotar o Estado Islâmico**				
Texto	DN.1	Falaram ao mundo com duas horas de intervalo e antes do primeiro frente-a-frente entre ambos em quase um ano, e se Barack Obama e Vladimir Putin mandaram recados um ao outro, a verdade é que evitaram a retórica de confronto. O presidente americano, que discursou na Assembleia Geral da ONU pouco depois das 10.00 (mais cinco em Lisboa), admitiu que os EUA «não conseguem resolver os problemas sozinhos» e disse-se disposto a trabalhar com qualquer nação «incluindo Rússia e Irão para resolver o conflito» na Síria. Já Putin defendeu a criação de uma coligação contra o terrorismo semelhante à formada para derrotar Hitler na Segunda Guerra Mundial	JN.1	A guerra na Síria e a crise humanitária que desencadeou estiveram ontem no centro da 70.ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, com os Estados Unidos e a Rússia a assumirem posições fortes e diametralmente opostas e com a ONU a pedir à Europa que faça mais pelos refugiados.	DA.1	Pouco do que foi dito por Barack Obama e Vladimir Putin na abertura da Assembleia-Geral das Nações Unidas deu a entender que os dois países estão hoje mais próximos de cooperarem para o fim da guerra na Síria do que nos últimos quatro anos e meio de conflito. Os dois presidentes atacaram com intensidade a estratégia de um e de outro para a Síria, sinalizando não só as suas visões opostas sobre as prioridades e razões de ser da guerra, como o facto de nenhum dos dois ter uma ideia clara de como resolvê-la. Acabaram por ser as palavras de Obama as mais decisivas da manhã desta segunda-feira, em Nova Iorque.
	DN.2	Já sobre o destino do presidente Bashar al-Assad, Putin sublinhou que «temos de reconhecer que ninguém, a não ser Assad e as suas forças, é capaz de lutar contra o Estado Islâmico na Síria». Enquanto Obama, se não exigiu a saída imediata de Assad, garantiu que um «regresso ao '*statu quo* pré-guerra' é impensável, recusando manter no poder um «tirano que lançou bombas para cima de crianças inocentes».	JN.2	Para Barack Obama, o presidente sírio é «um tirano» que «massacra crianças inocentes», pelo que recusa a ideia de que o Mundo o deve apoiar, só porque os radicais do Estado Islâmico são alguns dos combatentes contra Bashar al-Assad.	DA.2	«O realismo exige uma transição planeada de Assad para um novo líder», disse, deixando em aberto a possibilidade de o Presidente sírio ter lugar numa eventual administração provisória – algo não completamente inesperado, visto que Washington tem gradualmente deixado de exigir a partida imediata de Assad. Mas Obama foi mais longe: «Os Estados Unidos estão preparados para cooperarem com qualquer país, incluindo a Rússia e Irão, para resolver o conflito.»

	DN.3	Sem se referir diretamente à América, Putin - que discursava na ONU pela primeira vez em dez anos - lembrou que o Estado Islâmico ganhou força após a invasão do Iraque, em 2003, e continua a expandir-se. O líder russo defendeu maior coordenação na luta contra os jihadistas. E garantiu que se esta existisse, não eram necessários campos de refugiados, denunciando a «grande e trágica migração de povos» com que a Europa está a lidar. Num discurso visto como mais moderado do que aquilo a que já nos habituou, Putin criticou que desde a Guerra Fria «apenas um centro de domínio tenha emergido no mundo».	JN.3	É por esta razão que, em choque frontal com o presidente norte-americano, Vladimir Putin sugeriu a criação de «uma ampla coligação antiterrorista». Seria «semelhante à aliança contra Hitler» na Segunda Grande Guerra e incluiria al-Assad, o único «realmente a combater o Estado Islâmico e outras organizações terroristas na Síria» e a quem prometeu mais apoio militar, disse.	DA.3	Obama reconhecia que uma solução negociada para a Síria tem de passar pelos dois maiores aliados de Bashar al Assad – o Irão, como sustentáculo militar, e a Rússia, que entrou de surpresa no país com centenas de soldados, dezenas de caças, tanques e outro armamento na sua base síria junto ao Mediterrâneo. O envolvimento reforçado dos aliados de Assad obrigou o Ocidente a olhar para o ditador sírio no mínimo como uma inevitabilidade temporária.
	DN.4	O presidente russo não deixou o palanque sem falar da Ucrânia. Queixando-se da expansão da NATO para Leste, Putin criticou a «lógica de confronto» que, segundo ele, levou à crise na Ucrânia e ao que definiu como o «golpe militar» coordenado a partir do estrangeiro que resultou numa guerra civil. Já sem a presença da delegação ucraniana - que saiu da sala em protesto contra a anexação da Crimeia pela Rússia e contra o que diz ser o apoio russo aos rebeldes separatistas do Leste -, o presidente russo sublinhou: «Sanções unilaterais vão contra os princípios das Nações Unidas.»	JN.4	No plenário de ontem, outros países defenderam soluções mais moderadas. A Turquia - um dos países que mais refugiados sírios e iraquianos tem acolhido - quer uma maior cooperação com a Rússia, mas admite que al-Assad terá de sair. A Alemanha e a França falaram de um Governo de transição que poderia enquadrar o presidente sírio nas negociações de paz, de forma provisória.	DA.4	Os contactos diplomáticos aceleram-se. Na manhã de Segunda-feira, Moscovo afirmou que está preparado para construir um «grupo de contacto» para negociar um fim para a guerra na Síria e que esse grupo pode reunir-se já em Outubro. Segundo o Ministro-Adjunto russo dos Negócios Estrangeiros, o painel seria composto pelos Estados Unidos, Rússia, Irão, Arábia Saudita, Turquia e Egipto. Em Nova Iorque, apesar das críticas mútuas da manhã, Obama e Putin tinham agendado o seu primeiro encontro formal em mais de um ano.
	DN.5	Pouco antes, Obama garantira que os EUA não podiam ficar quietos quando «a soberania e integridade territorial de uma nação é violada de forma flagrante». E explicou que se não houver consequências para a Rússia depois da anexação da Crimeia, então pode acontecer o mesmo a qualquer outro país da ONU. Palavras duras que Putin não ouviu na sala, uma vez que o presidente russo não estava presente durante o discurso de Obama. Tal como estava ausente o presidente iraniano Hassan Rouhani.	JN.5	Qualquer que seja a solução, o destino dos refugiados exige resposta imediata. «Peço à Europa que faça mais», disse Ban ki-moon, secretário-geral da ONU, lembrando que, em 1945, os europeus «procuravam a ajuda do mundo». Apesar disso, Ban mostrou «gratidão» pela «generosidade» recente.		
	DN.6	Quando chegou a sua vez de falar, o líder iraniano começou por recordar as vítimas iranianas da debandada da semana passada na peregrinação a Meca. Rouhani alertou depois para o perigo de grupos terroristas se tornarem Estados terroristas, sublinhando o empenho do Irão na paz na região. E criticou as invasões militares no Afeganistão e Iraque, ambas lideradas pelos EUA, que, segundo ele, vieram dar uma «justificação para os crimes» dos jihadistas.				
	DN.7	Quanto ao acordo sobre o nuclear de Teerão, assinado em julho, Rouhani sublinhou que deve ser implementado por todas as partes e que «o regime sionista [Israel]» não pode ser o único impedimento.				
	DN.8	*Texto destacado no centro:* **Hollande defendeu limitar direito de veto em casos de «atrocidades em massa»**				

DN.9	Num dia em que se sucederam os discursos dos líderes mundiais - além de Obama, Putin e Rouhani, também os presidentes do Brasil, Dilma Rousseff, da China, Xi Jinping, ou de França, François Hollande. Entre muitos outros.
DN.10	O rei Abdullah da Jordânia, que falou entre Xi Jinping e Putin, lembrou que os refugiados sírios constituem 20% da população do seu país. O monarca sublinhou ser mais do que tempo que a comunidade internacional apoie os países vizinhos da Síria, como a Jordânia ou o Líbano, que têm feito o trabalho difícil nos últimos quatro anos.
DN.11	A sessão inaugural da Assembleia Geral da ONU surge num momento em que a guerra na Síria se encontra num ponto de viragem com a Rússia a aumentar o apoio militar a Assad e o Irão a insistir, tal como Moscovo, que a luta contra o Estado Islâmico é a prioridade agora - e não o derrube do regime.
DN.12	Apanhados de surpresa no domingo pelo acordo entre Rússia, Iraque, Irão e Síria para a partilha de informações dos respetivos serviços secretos sobre os jihadistas que controlam grande parte do território sírio e algumas zonas do Iraque, os americanos admitiram ser essencial coordenar os esforços militares com o Kremlin para derrotar o EI.
DN.13	Além do aparente fracasso dos ataques aéreos da coligação - a que agora se juntaram os franceses - para travar o avanço dos jihadistas na Síria, o Ocidente tem-se mostrado incapaz de controlar o fluxo de combatentes estrangeiros que se juntaram ao EI nos últimos meses. Desde 2011, a guerra na Síria já fez mais de 250 mil mortos e mais de três milhões de refugiados, concentrados nos países vizinhos, como Turquia, Líbano ou Jordânia. Nas últimas semanas muitos deixaram os campos onde viviam para tentar chegar à Europa.
DN.14	Apesar de a Síria ter dominado a sessão inaugural da Assembleia Geral da ONU, as alterações climáticas não foram esquecidas. Se Dilma Rousseff lembrou que o Brasil reduziu a desflorestação em 82%, François Hollande, que em dezembro recebe a cimeira do clima em Paris, referiu a necessidade de os países participantes chegarem a um «acordo universal e obrigatório» com todos a fazerem a sua parte. E depois de lembrar que na Síria, Assad «é a origem do problema, logo não pode ser a solução», terminou a intervenção com um apelo à reforma do Conselho de Segurança da ONU, onde, como disse, o direito de veto devia ser limitado em caso de «atrocidades em massa».
Rubrica «No palanque»	Caixas de texto

	DN.15	«O Brasil está a fazer um esforço para reduzir as emissões de gases poluentes sem pôr em causa o desenvolvimento» - Dilma Rousseff, Presidente do Brasil				
	DN.16	«Nós, os Estados Unidos, não conseguimos resolver todos os problemas do mundo sozinhos» - Barack Obama, Presidente dos EUA				
	DN.17	«O mundo é simplesmente mais colorido graças à diversidade cultural» - Xi Jinping, Presidente chinês				
	DN.18	«Temos de reconhecer que ninguém, a não ser Assad e as suas forças, é capaz de lutar contra o Estado Islâmico na Síria» - Vladimir Putin, Presidente russo				
	DN.19	«Não vamos esquecer a guerra e as sanções que nos foram impostas mas queremos paz e desenvolvimento» - Hassan Rouhani, Presidente do Irão				
	DN.20	«Assad é a origem do problema, por isso não pode ser a solução» - François Hollande, Presidente francês				
Outros elementos textuais		Artigo complementar 1				
Antetítulo		**Cavaco Silva**				
Título		**Luta ao terrorismo e elogio a Guterres**				
Pós-título						
Texto	DN.21	Cavaco Silva defendeu ontem nas ONU uma «resposta firme e concertada e um combate determinado» ao terrorismo e sublinhou a necessidade de se agir de forma «solidária e responsável» em situações de tragédia humanitária. «Nenhum conflito, por mais complexo que seja, permite justificar a barbárie, seja por parte de estados seja por atores não estatais. Os direitos humanos são património comum da humanidade que todos temos obrigação de defender, independentemente da geografia», referiu. O Presidente da República louvou ainda o Alto-Comissário para os Refugiados, António Guterres, sublinhando a forma como tem projetado os valores humanitários consagrados na Carta da ONU.				
Outros elementos textuais		Artigo complementar 2				
Antetítulo						
Título		**Raúl exige fim do embargo. Hoje reúne-se com Obama**				
Pós-título		**Cuba. No seu primeiro discurso na Assembleia Geral da ONU em Nova Iorque, o líder cubano falou de ambiente e da guerra na Síria**				

Texto	DN.22	Para hoje, Raúl Castro tem na agenda um encontro com Barack Obama - mais um passo no longo caminho da normalização das relações entre Cuba e os Estados Unidos. Mas ontem, o líder cubano aproveitou a estreia a discursar na Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque, para exigir o fim do embargo americano à ilha. «O complexo processo de normalização das relações Cuba-EUA só pode resultar com o fim do embargo», afirmou.				
	DN.23	Num discurso relativamente curto - afinal o seu irmão Fidel, a quem sucedeu no poder em 2006 devido a doença, ainda detém o recorde na ONU: 269 minutos, em 1960 -, Raúl Castro mostrou-se convencido de que «o povo sírio consegue resolver os seus conflitos sozinho», saudou o acordo sobre o nuclear iraniano, criticou as sanções «unilaterais e injustas» contra a Rússia e alertou que as alterações climáticas «ameaçam a própria existência da espécie humana».				
	DN.24	Depois do primeiro aperto de mão oficial (já tinha havido um «não oficial» na África do Sul nas cerimónias fúnebres de Nelson Mandela) a Obama, em abril na Cimeira das Américas no Panamá, Raúl Castro volta hoje a reunir-se com o presidente americano, num ambiente bem diferente. Nos últimos meses, os dois países trocaram prisioneiros, reabriram as respetivas embaixadas e levantaram muitas das restrições às viagens.				
	DN.25	Com a ida de Raúl Castro a Nova Iorque é a primeira vez que um presidente cubano entra nos Estados Unidos desde que Fidel Castro também esteve na ONU em 2000.				

United Nations
GENERAL ASSEMBLY
TWENTIETH SESSION
Official Records

1334th PLENARY MEETING

Thursday, 23 September 1965, at 10.30 a.m.

NEW YORK

CONTENTS

	Page
Agenda item 9:	
Opening of the general debate	
Speech by Mr. Leitao da Cunha (Brazil) . . .	1
Speech by Mr. Goldberg (United States of America.	5
Speech by Mr. Thiam (Senegal).	11

President: Mr. Amintore FANFANI (Italy).

AGENDA ITEM 9

Opening of the general debate

1. The PRESIDENT (translated from French): We shall now begin the general debate. I give the floor to the first speaker on my list, Mr. Leitao da Cunha, Minister for Foreign Affairs of Brazil.

2. Mr. LEITAO DA CUNHA (Brazil): On behalf of my delegation and the people of my country, may I extend to you, Mr. President, my congratulations upon the distinction bestowed upon you. In our world, to earn the honour of being chosen President of the General Assembly of the United Nations is perhaps the highest recognition that can be conferred upon a statesman in acknowledgement of his endeavours on behalf of international peace and security. You more than merit this distinction, Mr. President. As a parliamentarian, as a Cabinet Minister and as Prime Minister, you have fought for peace untiringly, with tenacity and talent. In your person there is represented the great nation of Italy, cradle of Latin culture, heir and herald of the Mediterranean civilization. We, the people of Brazil, treasure the memory of your recent visit with President Saragat to our land, on which occasion you were able to observe the interweaving of our two nations, as several million Iralians form part of the Brazilian people.

3. May I also pay tribute from this rostrum to our three new Members—Gambia, the Maldive Islands and Singapore—as they join the family of the United Nations. I should like to express my warmest wishes for their prosperity and complete success in their life as independent States.

4. Once again the delegation of Brazil opens the general debate. This practice represents a tradition of interest in the great debate engaged in each year by the nations of the entire world—a debate in which they seek, in the divergency of their points of view, some common ground and some fruitful understanding as a basis for the hope of harmony and accord which inspired the United Nations Charter but which, unfortunately, has so frequently been frustrated by international events. It is with the same faith we have always held in the future of the United Nations that Brazil appears today before this universal forum. We are aware of the special significance of the work we now embark upon as our Organization completes its twentieth year and is seeking to overcome perhaps the gravest crisis in its history.

5. After twenty years of activity, the United Nations finds itself confronted by a world which is perhaps as disturbed and uncertain as it was during the days of San Francisco, when the Charter was drawn up. Throughout the world, thinkers, philosophers, statesmen and scientists proclaim that civilization is in danger, that moral, spiritual and material values fashioned throughout history are menaced, and that the very survival of mankind is in jeopardy. Perhpas for the first time in history mankind really feels mortally wounded. There are those who, even more pessimistic, believe we are currently witnessing the twilight of our civilization, not by virtue of some historical process or some natural catastrophe, but by the political frustration of man, overwhelmed by the technology he himself has created. In a world in a state of trauma as the result of an ideological conflict without equal, in a world dubfounded by unprecedented economic and social problems, could it be possible that the scientific revolution, applied to the art of war, may have endowed human beings with a power greater than man's ethical structure can bear? Could it be possible that the alleged imbalance between technological and moral progress has divested man of his spiritual substance and transformed him into the fragile instrument of his own destruction?

6. Technological progress, which created thermonuclear weapons and which is pulling outer space into our world, has increased the feeling of insecurity among people and yet has not improved the living conditions of the large majority of mankind. The scientific revolution is contributing dramatically to multiplying the threats to peace and the threats to the very survival of our species. What is it that prevents nations from making the proper use of science? In my country, where the ethical and spiritual values are deeply rooted in our culture and in our history, we reject as an explanation that it is a feeling of disenchantment with, or lack of faith in, the ethical principles of life and of man, as created and consecrated by Christian and Western traditions we received through our Portuguese heritage. In our view, a political crisis is involved, a constitutional crisis of mammoth proportions: man would seem to be incapable of meeting the problems of international organization at a crucial moment in history. This

seems the fundamental problem of our times, the great challenge to the statesmen of the era.

7. Unless we create a community of nations working effectively for the political and economic equality of States, for their freedom, and for the supremacy of law in their mutual relations; unless there is an international community able to assure at one and the same time fundamental liberties to the citizens of each State and equal opportunity for economic and social development to each nation; unless we proceed with the task of decolonization begun in San Francisco by democratic, and hence by exclusively peaceful means; unless we forge instruments for the prevention and punishment of international aggressions; unless we place armaments under effective international control; in a word, unless we solve the basic problem of international organization—we shall have built this House on sand. And we, this House, our people and even our future as a civilization will be inviting total destruction.

8. We should constantly bear in mind the fact that the United Nations Charter, however flexible, represents a style of political architecture that, as in the case of certain modern weapons, has been superseded by reality just when the blueprint is completed. The Charter in fact preceded the cold war and even preceded the eruption onto the political scene of a recent scientific revolution, with its important repercussions on world politics and from which fundamental phenomena of our times derive: the thermonuclear era, the space age and the full development of the industrialized nations. The picture of the crisis is further complicated by two additional elements: first, the implementation of the Charter which accelerated the peaceful process of decolonization to a surprising tempo; secondly, the scientific revolution which multiplies wealth, and the population explosion which in a large number of non-industrialized countries multiplies poverty. On the one hand, man transforms outer space into humanity's youngest province, while on the other, he becomes aware of his earthly poverty and realizes with anguish the uncertainties of a better future for his offspring.

9. In the context of these already grave problems, still other serious attritions and conflicts are emerging, luckily not yet so widespread as to render the threats to world peace even more ominous. Two great nations, outstanding Members of this Organization, are today still plunged in a struggle of unforeseeable consequences. On the same long-suffering and troubled continent, the Viet-Namese situation continues to represent one of the greatest dangers to the preservation of world peace. Brazil trusts that India and Pakistan will be able to find a peaceful formula for the final settlement of their controversies. And may I say that we congratulate both countries and the United Nations for the cease-fire which has already been obtained. In like manner, we dare hope that the Government of Hanoi will accept the constructive proposals made by the United States of America, as well as by the United Kingdom, the non-aligned countries and the Secretary-General, U Thant, to discuss the problems of Viet-Nam at the negotiating table, in search of a solution which would make it possible to free South-East Asia of the war which has for so many years been inflicting bitter suffering on the people of that region.

10. It is not the intention of the Brazilian delegation to sketch here the outlines for a revision of the Charter which would endow the United Nations with the instruments it needs to create the international community to which we have alluded. The task is not for one country alone, but for all of us. However, we could try to analyse, in the light of the foregoing ideas, the more important problems which face us and point out approaches that might perhaps contribute to the reformulation of our political structure.

11. One of the most serious signs of the need for a revision of the Charter is to be found in the crisis that virtually prevented the nineteenth session of the General Assembly from being held. In my view, the crisis has yet to be conclusively settled. The United Nations did not touch upon the core of the problem. The strained consensus which was arrived at constituted merely an interim plan of action; you might call it a truce. The problem is a constitutional one. The problem of the payment of the assessments for peace-keeping operations arises out of diametrically opposed interpretations of the Charter, and in matters of principle any compromise is precarious for it does not alter the substance of the divergent positions. At the last session of the General Assembly the Brazilian delegation suggested [1289th meeting], as an adequate solution for the crisis, a revision of the Charter which would take the form of a new chapter on peace-keeping operations. The efforts and discussions of the Committee on Thirty-three,[1] as well as the provisional solution agreed upon, served but to strengthen our conviction of the urgent need for such a revision.

12. Brazil considers it essential to maintain the United Nations peace-keeping operations as one of the most useful and effective remedies for the settlement of conflicts which threaten world tranquillity. My country gave its enthusiastic support to the Suez Force, in which we have participated from the very outset with a battalion of soldiers and which is currently under the command of a Brazilian soldier. It has likewise contributed to the operations of the United Nations in the Congo and bent every effort to gain approval for the Security Council resolution [186 (1964)] which gave origin to the Cyprus operation. It never hesitated to meet the ensuing financial obligations.

13. In the regional sphere, my country made an effective contribution to the establishment of another peace-keeping operation through the Inter-American Armed Force in Santo Domingo—a subject of much controversy. The facts have proven, however, that it was a sound measure which helped to enable the Dominican people, safeguarded from civil strife, to set up a provisional Government and guide the country toward democratic normalcy and social progress. I would like to point out, apropos, that the regional systems, within the structure of the United Nations, should be understood as a deliberate effort of their members to show their firm belief in the solidarity of their common interests and in the

---

[1] Special Committee on Peace-keeping Operations.

benefits of recourse to consultation whenever controversy threatens. By their access to collaboration and consultation during international emergencies, the regional organizations represent, within the framework of the United Nations, an imperative of our era.

14. Returning to peace-keeping operations, we are rather at a loss to understand why the United Nations should neglect to write into its Charter one of its most efficient political tools. What indeed could be more apt to stabilize situations that could degenerate into conflicts and to establish conditions leading to the halting of already declared conflicts? The delay in the spelling out of the constitutional pattern to be given peace-keeping operations causes us serious apprehensions.

15. We see another motive for concern in the stalemate in the negotiations conducted by the Eighteen-Nation Committee on Disarmament in Geneva. The constant harping on problems completely unrelated to the recommendations addressed to the Eighteen-Nation Committee on Disarmament by the Disarmament Commission—actually a sad survival of cold-war issues—precluded in the course of the recent Geneva talks any further agreement leading to the reduction of international tensions. No headway was made toward extending the Moscow Treaty 2/ to underground nuclear weapon experiments, as the mediating countries—of which Brazil is one—proposed time and again in Geneva and in the Disarmament Commission. Nor has anything yet been done to solve the problem of the proliferation of nuclear weapons. The nuclear club gained a new member—I might say: what a member!—and may dangerously increase in the near future with the acceleration in various countries in carrying out research programmes and programmes for nuclear production for military purposes. In spite of some suggestions and proposals that have been submitted—and your proposal, 3/ Mr. President, was very noteworthy—nothing was accomplished in Geneva to prevent this proliferation. This task requires the best efforts of all those who, without losing sight of the ultimate goal of general and complete disarmament under effective international control, fear the risks run by an international community whose survival will depend upon the fragile correlation of forces based exclusively on the nuclear balance. May the extensive exchanges of views in the debates of the Eighteen-Nation Committee on Disarmament assist all Powers concerned in narrowing their differences when they again take up negotiations on disarmament.

16. In the regional sphere, however, note should be taken of the efforts of the Latin American countries to transform the area into a nuclear-free zone. General Assembly resolution 1911 (XVIII) served as a point of departure for the study of a programme for the denuclearization of Latin America. At the meetings of the Preparatory Commission for the Denuclearization of Latin America, the Latin American countries have worked hard to overcome certain difficulties which, by their nature, slow down the drafting of a treaty of such great scientific, military and political importance, a treaty without precedent.

17. The geographic demarcation of the area subject to the future statute, as well as the obtention of formal guarantees on the part of the nuclear Powers that the statute will be respected, constitute, in the opinion of my Government, essential requisites for the preparation of an instrument which will prevent the spread of nuclear weapons and yet not imply any present or future risk to the security and to the scientific advancement of the countries signing the treaty.

18. It is worthwhile noting today that the inclusion in the United Nations Charter of what now constitutes its Chapter XI was not altogether a peaceful and simple matter at San Francisco. Some colonial Powers were opposed to Chapter XI at that time and proposed that its principles merely form an appendix to the Charter. Time has shown that the decision adopted was a wise one, for the problem of decolonization was soon to emerge and it would have been a blunder for the United Nations not to have foreseen it in the Charter. We would now have been confronted with one more constitutional crisis. Unfortunately, however, the fact that it was foreseen in the Charter did not prevent the occurrence in these last two decades of many serious conflicts involving the process of decolonization. I might point out here that the only form of decolonization envisaged in the Charter is that accomplished by peaceful and democratic means. Recourse to violence, to armed fighting, and, above all, the interference of a State or group of States in the process of decolonization being carried out under the responsibility of another State, not only flouts the principles of the Charter, but could retard that process. If military in nature, this outside interference not only produces the retarding mentioned, but also engenders tensions and conflicts which can spread, to the detriment of international peace and security.

19. Brazil, true to the commitments assumed when it signed the San Francisco Charter—and, furthermore, true to its own history and destiny—firmly supports the principle of self-determination for all peoples, provided the desire for self-determination represents their will, freely expressed and free of outside interference. It is in keeping with this principle, moreover, that we wish to see the German people granted the right to express their will, through freely held elections, on the question of being reunited as one nation.

20. In order to understand the roots of the political crisis which rocks a large part of the under-developed world, it might perhaps be useful to seek a parallel in history. The principle of the equality of the individual before the law revealed its limitations during the eighteenth and nineteenth centuries. It was found that merely acknowledging a man's rights as a citizen was not enough. Only in the twentieth century, through the extension of the same principle to the economic and social plane, did the ideals of political equality begin to be satisfied in full. Without economic and social equality, the Western industrialized societies would inevitably have been the prey, for a long time, of totalitarian régimes which, in

---

2/ Treaty banning nuclear weapon tests in the atmosphere, in outer space and under water, signed on 5 August 1963.

3/ See Official Records of the Disarmament Commission, Supplement for January to December 1965, document DC/227, annex I, sect.D.

the final analysis, would render impossible that equality longed for by the masses.

21. At the present time, owing to the new communications systems, it would be impossible to convince the countries in process of development that their poverty and their backwardness cannot be speedily eradicated. A machinery must be created on the international plane to facilitate the transfer to the developing countries of the instruments and techniques created by the scientific revolution, as well as of the necessary capital for their full development.

22. The foregoing considerations stem from the observation of the economic picture of a large part of the under-developed world. Indeed, if we examine the current world economic situation objectively, we note that concrete progress, although considerable in absolute terms, has been relatively slight. Despite the goals of the United Nations Development Decade, the truth is that the difference between the per capita income of the industrialized countries and that of the poor countries continues to rise. Relatively speaking, the poor countries are even poorer today.

23. We all realize that the process of development is first and foremost the internal responsibility of each country, the result of a national decision to affirm and fulfil itself, even through sacrifices. Whatever international contribution might be possible, there is no substitute for the desire to attain the objectives dictated by the special needs of each nation. The developing countries are fully aware that this truth is valid, not only on the political plane, wherein they achieved independence through the process of enforcing their legitimate claims, but also on the economic level, wherein prosperity is the result of persistent courage and hard work. As an example I can cite the efforts made by the Brazilians, which are being carried forward with unwavering tenacity by our Government: efforts to curb inflation, to foster development by promoting reforms in the agricultural, fiscal, banking and housing sectors, as well as in others; in sum, retrieving the country from the brink of chaos and resuming, in an orderly fashion, the road to progress. My country is firmly striving to prepare the basic conditions demanded for the continuation of our march towards economic development, in the persuasion that this is the only way to guarantee prosperity and fair distribution of wealth and social benefits.

24. Yet, problems remain whose solution continues to escape the internal sphere of the developing countries. Among those problems one could mention the large degree of instability affecting raw materials and basic commodities on the international market.

25. As for the international efforts being made to solve these problems, we cannot fail to refer with satisfaction to the establishment on a permanent basis of the United Nations Conference on Trade and Development, with its own governing Board and secretariat—indeed, a proof of the political foresight of the last session of the General Assembly.

26. Within the framework of the institutions of the United Nations, a specialized organ of great importance awaits international action for its establishment. I refer to the agency for industrial development. The approval, at the last session of the Economic and Social Council, of the resolution [1081 F (XXXIX)] proposed during the fifth session of the Committee for Industrial Development, indicates that the idea has developed sufficiently and has the firm support of those who have the greatest interest in it, that is, the less industrialized countries. The fact that the percentage of technical assistance expenditures for industrial development has decreased in the last three years—they represent today only 11 per cent of total assistance expenditures—is an undeniable indication that, under the present set-up, it is not possible to provide for the growth of the industrial sector of the developing countries.

27. Still within the context of multilateral co-operation for economic development, particular mention is due to special assistance activities sponsored by the United Nations, notably in connexion with the pre-investment programmes of the Special Fund. According to the data submitted to the twentieth session of the General Assembly, after six years of technical assistance operations, 485 projects are in progress, benefiting about 130 developing countries and territories. These projects, some of which have already been completed, made possible the specialized training of more than 70,000 nationals of developing countries and, on the other hand, contributed to attracting investments in different sectors of the economy mounting to over $1,000 million.

28. The above data present modest but encouraging dimensions and results in the area of technical-economic co-operation which serve to strengthen our conviction that we should redouble our efforts to meet the needs of the under-developed countries and help them to surmount the problem of the under-utilization of their natural resources. However, for these initiatives of the United Nations to produce the desired effect on the economy and technology of the under-developed countries, multilateral co-operation must not be limited to pre-investment activities.

29. Within this context, two other complementary initiatives of the United Nations which are already in progress merit the attention of the General Assembly for speedy implementation, with resulting general benefits. The first of these has to do with the formation of the United Nations Development Programme, stemming from the merging of the two principal organs of technical co-operation, including the Special Fund. Following this train of thought, the second initiative relates to the gradual participation of the new programme in the area of direct investment in accordance with the proposal for the creation of a capital development fund, thereby rounding out the role of the United Nations in the area of economic co-operation through the mobilization of capital for development projects.

30. As regards the efforts of the regional organizations in this sphere, Brazil places well-founded hopes in the success of the task being pursued by the Latin American Free-Trade Association. In its first years of activity, it already presents very encouraging results, not only towards strengthening interregional trade, but also in the preparation of other bases of the move towards the economic integration of Latin America. This ideal has for some

time been claiming the attention of those Governments, and particularly that of the Chilean Government, which has brought it up again, to general applause.

31. These are the observations of the Brazilian delegation at this opening of the general debate. They arise from our desire to seek to contribute to the solution of the problems which trouble the international scene. To accomplish the task before us, we cannot remain wavering between "fear and trembling hope". We need great courage and steadfast hope.

32. This courage and this hope are now to receive renewed vigour from the forthcoming visit of the Sovereign Roman Pontiff, who adopted the name of the Apostle of the Gentiles, and whose words of wisdom and peace will inspire us to bring our task to a successful conclusion. The Brazilian nation, the largest Catholic nation in the world, hails this unprecedented and most significant gesture of the Common Father of Christendom—a pledge on behalf of the establishment of a climate of peaceful brotherhood, so vital to the building of a better world.

33. The PRESIDENT (translated from French): I thank Mr. Keitao da Cunha for following tradition by opening the general debate on behalf of Brazil.

Gold.1 34. Mr. GOLDBERG (United States of America): We meet this morning in a mood of accomplishment and gratification. Just twenty-four hours ago a great milestone in the life of the United Nations was passed. The cease-fire between India and Pakistan, first requested and then demanded by the Security Council, has happily taken effect in both countries.

Gold.2 35. I hope that it will not be amiss if I take a moment to pay tribute to the untiring work and the great contribution made by all members of the Security Council, permanent and non-permanent, in bringing about this result. Providence and the rules of the Security Council placed me in the Chair, but it was the efforts of my colleagues, patiently pursued, which resulted in the united resolution which had such a great impact in achieving this necessary result. I have, in my public and private life, had much to do with conflicts of another sort, but I have never experienced such a common dedication as that to the Charter commitment which I experienced during the past weeks by the members and the nations that they represent.

36. It is, I believe, a happy omen for the future of this great Organization that such a grave conflict—the gravest in the history of the Organization—could, in its initial step at least, be contained by this type of common action. And for that, I wish to record a personal note of thanks and appreciation to the men who laboured so hard and long to bring about this beneficial result.

Gold.3 37. I should like also to record the significant contribution made by our distinguished Secretary-General, who took upon himself, pursuant to authorization by the Security Council, the difficult and arduous role of going to the sub-continent in times of travail, storm and tribulation so as to carry the message of peace to the contending nations.

Gold.4 38. Once again, in rebuttal of the sceptics and the cynics, the United Nations proved to be the decisive peacemaker. Once again, the United Nations provided the indispensable and vital element, the only acceptable catalyst to help end the needless bloodshed between the two great countries—two neighbours, whose bonds of kinship and friendship, so commonly shared by all Members of the United Nations, must swiftly be restored to them.

Gold.5 39. Once again—not for the first time, I should like to emphasize—the voice of the United Nations has been heeded and respected. These are welcome and immensely significant developments.

40. I am confident that I reflect the profound feelings of this great Assembly when I express deep gratification that the Security Council's call for a cease-fire has been respected. In addition to the role of the Security Council, it has been of the utmost and greatest value that the voice of the States Members of the United Nations has also, unitedly, been heard in support of the Security Council's efforts.

Gold.6 41. But our task is not over: it is now the task of the two parties to exercise restraint and to make earnest efforts to establish conditions of permanent—and I emphasize permanent—peace in the sub-continent. And it is now the task of the United Nations to seize this great opportunity—this breathing spell, this great and inescapable responsibility—to help reinforce and solidify this gain so that the cease-fire will not be transitory and ephemeral.

Gold.7 42. It is a simple fact of history and a simple fact of life that the differences which gave rise to the recent conflict are deeply rooted. The cease-fire, as the Security Council resolution of 20 September 1965 [211 (1965)], expressly stated, is only the first step; next comes the more difficult task of finding solutions to the underlying sources of conflict and arriving at an honourable settlement and conditions for lasting peace in the sub-continent.

Gold.8 43. I reflect the deep conviction of my own country when I say that it is in the common interest of both India and Pakistan that there be such an honourable settlement and that conditions be restored for a lasting peace between those two great nations, with which we have enjoyed—and hope and expect to continue to enjoy—the most cordial and friendly relations. We applaud the statesmanship of the great leaders of those two countries in responding to the Security Council's appeal. We now appeal to their statesmanship to go forward with the task of building a permanent peace in the sub-continent.

Gold.9 44. In the spirit of operative paragraph 4 of the Security Council resolution of 20 September 1965, the United States will co-operate fully with other members of the Security Council to assist towards a settlement of the political problem underlying the present conflict; we will co-operate fully with the Secretary-General in the steps that he is taking to implement the Security Council's resolution. We stand ready to provide all appropriate assistance to the United Nations and the Secretary-General in strengthening the Organization's machinery for supervising the cease-fire.

Gold.10 45. It is in this mood of vigour and achievement that I wish again to congratulate you, Mr. President,

and your country as you assume the office of the Presidency of the General Assembly. As a distinguished Prime Minister, and now Foreign Minister, of a great country, you have amply demonstrated your talent, experience, understanding and skill in directing the fortunes of this great world parliament. Partly through your own labours, Italy as earned for itself a high place in the councils of this Organization and wherever there is work to be done to improve the life of man and to help bring him peace. I am confident that under your leadership this Assembly and this Organization will benefit.

Gold.11 46. I should also like to pay tribute to our outgoing President, Mr. Alex Quaison-Sackey. He has won for himself an outstanding place in the company of men who serve in these halls. In the short period of my personal acquaintance with him I have come to value extremely the fact that I can call him a friend; and I admire the capacity which he has demonstrated in probably the most difficult General Assembly session in the history of the Organization. We continue in the hope that we will have the benefit of his counsels here, and we wish him well in the important post of Foreign Minister of Ghana, a great country on the African continent.

Gold.12 47. I hope, Mr. President, you will forgive me also if, once again, I sadly record the loss of Adlai Stevenson. Adlai Stevenson was a great voice of America—not only to his own country but to the world. However, the voice of America must go on. I cannot hope that mine can be so eloquent as to capture, as his voice did, the hearts and minds of men everywhere. I can only offer to this Organization the assurance that I share his dedication to the great cause of world peace and security, which are the aims of the Charter.

Gold.13 48. On coming to this parliament from the highest court of the United States, I said that the work of bringing the rule of law to the relations between sovereign States was the greatest adventure in man's history. All of us in this hall are embarked on this adventure together. It is an adventure we dare not fail to conclude successfully. There is no alternative except the excluded one of doom for all mankind.

Gold.14 49. One of my country's most distinguished jurists, who never reached our highest court and whose career demonstrates that distinction does not coincide with appointment to the highest office, once said that freedom could not be preserved in constitutions if it had vanished from the hearts of its citizens. We Gold.15 are charged with the daily task of keeping burning in the hearts of the people of this earth the fires of freedom promised all men by the Charter of this Organization twenty years ago; freedom from fear, freedom from want, freedom from indignity and freedom from war. We are charged, as a beloved Gold.16 participant in the deliberations of the United Nations once said—and you will recognize the words and the person—we are charged with the responsibility of keeping the candle of peace glowing. It sometimes appears to be a fragile candle, and its light sometimes appears to be dim, but it has the strength to light the world, if we really believe in it.

Gold.17 50. In this twentieth year of the United Nations we grope for the full meaning of a world changing rapidly under the headlong impact of science and technology. We ask ourselves, I am sure, every day—every person here and millions throughout the world: "Are we heading towards world order or world chaos?". This Assembly should help—this Assembly must help—to provide the answer.

Gold.18 51. In my own country, we are embarked, under the leadership of President Johnson, in a search for a Great Society. This vision of a just domestic order is based on consent of the governed, on due process of law, on individual dignity, on diversity and on the just satisfaction of political, economic Gold.19 and social aspirations. We in the United States reject reactionary philosophies of all extremes. We seek to build instead on what we regard as the most enlightened and progressive philosophy in human history: that the aim of government is the maximum self-fulfilment of its citizens and that the good life should be within the reach of all rather than a monopoly of the few. Both domestically and in international affairs, there can be no islands of poverty in seas of affluence.

Gold.20 52. We espouse equality not only as a principle. We seek equal opportunity for all as an accomplished reality. We are resolved to enrich the life of our society by developing human as well as natural resources. We are determined not merely to increase material production but to ensure such equality, to guarantee genuine social and economic justice, to eliminate poverty and to realize qualitative improvements in the life of our citizens—in more attractive and functional cities, in a more beautiful countryside and through learning and the arts. This is not the programme of any one group or one class or one political party in our country. Nor is the vision it proclaims exclusively American. It is a vision common to all mankind.

Gold.21 53. It fell to my lot for twenty-five years to represent the great labour movement of our country. One o the great labour leaders with whom I was long associated, Philip Murray, when asked what was the aim of the labour movement to which he dedicated his life, paused and thought and then said: "The aim of the labour movement is a society in which each man shall have a rug on the floor, a picture on the wall and music in the home". I think that is a Gold.22 good goal for all mankind. What we seek for our own people in the great society at home we seek for all mankind. President Johnson, I think, has expressed this very well:

> "We seek not fidelity to an iron faith but a diversity of belief as varied as man himself. We seek not to extend the power of America but the progress of humanity. We seek not to dominate others but to strengthen the freedom of all people."

Gold.23 54. The diversity of which President Johnson speaks is the diversity represented in the membership of the United Nations—diverse in its needs, in its philosophies, in its races and in its institutions, yet united by a common bond of commitment to the obligations of the Charter and dedicated to justice and social progress and the peaceful settlement of conflict.

Gold.24

55. However, there is, regretfully, a contrasting doctrine of world order which was put before us earlier this month by the Defence Minister of Communist China in a manifesto published in all Communist China's newspapers and republished broadly throughout the world. The doctrine laid bare by Marshal Lin Piao starts from the premise that "political power grows out of the barrel of a gun". It rests, he said, on a foundation of war and violent revolution.

56. I quote him again: "The seizure of power by armed force, the settlement of the issues by war is", according to the Marshal and his party and the leaders of his country, "the central task and the highest form of revolution". Again I quote: "War can temper the people and push history forward . . . war is a great school".

Gold.25

57. The principle of revolutionary wars, the Marshal says, is not just for China. It, according to him, and I quote him again, "holds good . . . for all . . . countries". The nations of the world are not free, according to this theory, to develop their own choice in accordance with their own needs and experience. The nations of the world are not free, according to this theory, to fly their own flags in their own way. Whether they like it or not, the Marshal and the leaders of Communist China say, they must accept the Chinese model.

Gold.26

58. Nor does newly achieved independence provide immunity from this modern imperialism. Quite the contrary. Chinese spokesmen again and again have emphasized that they do not believe that the revolutions which have taken place and that have led to the national independence of many countries are acceptable revolutions. They do not believe that those countries have the right, as was the great privilege of my country after it made its revolution, to develop their social and economic institutions in their own way. The Marshal said: "... the Socialist revolution is the inevitable sequel to the national democratic revolution". In fact—and I quote him further—"The more thorough the national democratic revolution, the better the conditions for the Socialist revolution". But it should be clear that Marshal Lin is misusing the word "Socialist", that he means "Communist" and he means Communist with the label "Made in Peking".

Gold.27

59. This incredible manifesto is the antithesis of everything this Organization stands for. It is a call to change world order by force and violence in a period when force and violence can lead to most disastrous consequences for the entire world. It leaves no room for difference of tradition, of culture or of national aspiration, or for the legitimate right of every people, large and small, to choose its own social and economic order in its own way. It leaves no room for genuine self-determination. It seeks to squeeze every nation and every people into the grip of Chinese Communist conformity. It should be read—I know it has been read—and pondered by everyone in the General Assembly.

Gold.28

60. The apostles of this philosophy are today attempting to transform the country of South Viet-Nam into a proving ground for their theories. This challenge must be met, not in the interest of any single nation but in the interest of each Member of this Organization. It must be met, in particular, in the interests of the smaller nations that cherish their right to choose and follow their own path of national development.

Gold.29

61. We are helping to meet this threat because we believe it must be met. Our goals in South Viet-Nam are plain and simple. We seek only to ensure the independence of South Viet-Nam, its freedom from attack, and the opportunity for its people to determine their own future. We seek no territory for ourselves, no preferential position, no permanent military presence. We stand ready to withdraw our forces when Communist aggression has ended and South Viet-Nam is left alone to determine its own destiny in its own way through the principle of self-determination.

Gold.30

62. Above all, we seek a peaceful solution. We have repeatedly stated our willingness to enter into unconditional discussions. I reaffirm that willingness here today. We have asked the Members of the United Nations, individually and collectively, to use their influence to help bring about such discussions. We have asked the members of the Security Council and the Secretary-General to help get negotiations started. We have had no reply. We have offered to join in a massive programme of co-operation for the economic development of South-East Asia.

Gold.31

63. The Members of the United Nations, under the Charter, share a common responsibility to demonstrate to those who use violence that violence does not pay. We can meet that responsibility by using every means to persuade the régimes of Hanoi and Peking to leave their neighbours alone and to begin serious discussions for a resolution of this conflict. We must also meet that obligation by denying United Nations representation to a régime that denies in word and in deed the fundamental restraint on the use of force laid down in our Charter, and hurls insults upon the peaceful efforts of Members of the United Nations to compose this and other disputes.

Gold.32

64. Most of us, fortunately, have already made our choice between a philosophy of violence and the philosophy of world order which underlies our Charter. Yet our search for world order is gravely threatened by a continuing arms race, a race which adds nothing to the world except insecurity and a drain of valuable resources. Progress has, of course, been made. We have already agreed to cease nuclear testing in the atmosphere, under water and in outer space. We have established a direct communications link to help prevent war by accident or miscalculation. We have resolved not to place weapons of mass destruction in outer space, and today I reaffirm the commitment of the United States to that agreement.

Gold.33

65. Unfortunately, the goal of general and complete disarmament to which we are all committed remains elusive. But it is a necessary and indispensable goal, and we must work towards it vigorously, thoughtfully, and with goodwill, and not be deterred by what must be momentary setbacks. Most of all, we should concentrate on immediate practical steps to reverse the arms spiral.

Gold.34

66. The first priority—and I repeat, the first priority—in this effort must be given to halting the spread of nuclear weapons. If we do not face this problem squarely, now, the opportunity may disappear forever.

That is why the United States has submitted to the Eighteen-Nation Committee on Disarmament the full draft of a treaty 4/ binding its signers from taking any action to increase the number of States and other organizations having the power to unleash nuclear weapons. My Government has fully committed
Gold.35 itself to that underlying policy and urges that this draft become an actual treaty as soon as possible. We hope that other nuclear Powers will accept the same commitment as an international agreement. Nuclear proliferation can be stopped, but we must act now. Agreement on this issue clearly is of overriding importance to world peace and security.

Gold.36 67. We recognize, moreover, that as more and more nations face frankly up to this issue, they must make momentous decisions about their own security. And we understand their concern. As President Johnson has indicated, we believe assurances of support against threats of nuclear blackmail should be available to nations which have forsworn a nuclear capability of their own. Action by the General Assembly may be a useful part of such assurances. The United States is prepared to work towards this end: action by this Assembly. Also of great aid in deterring the continuous proliferation of nuclear weapons will be agreement on a comprehensive test-ban treaty.

Gold.37 68. Scientists cannot distinguish between all quakes and underground nuclear tests. But the science of detection is not static and our vigorous research programme indicates the possibility of a substantial improvement in seismic detection capabilities. Furthermore, the United States is now also establishing in the State of Montana a large-aperture seismic array which we hope will hasten major advances in the science of detection.

Gold.38 69. We stand ready to make the results of our experimental study available to scientists everywhere and to assist in the construction of similar facilities in other countries.

70. The United States will shortly issue invitations to a large number of Members of the United Nations to send qualified observers to visit our Montana detection site on 12 and 13 October 1965. We want to let each of them see this installation for himself, and we hope that this invitation will be accepted.

Gold.39 71. Let me say clearly that we do not want inspection for the sake of inspection or for any ulterior motive. Let me also say that we are not inflexible. We do insist on the minimum amount of inspection necessary in the present state of science to give confidence to all that a comprehensive test-ban treaty is actually being observed. But we will insist only on a number and type of inspection which are essential to the attainment of this objective.

Gold.40 72. While pressing ahead, then, on non-proliferation as our very first priority, we must also take steps to reduce the dangers stemming from the high level of nuclear capabilities. There is no reason to wait. We are prepared to take practical steps here and now.

Gold.41 73. First, we should take steps to halt the accumulation of strategic nuclear delivery vehicles. We should continue to explore a freeze on the number and characteristics of strategic nuclear offensive and defensive vehicles. If progress is made in this field, the United States would also be willing to explore the possibility of significant reductions in the number of these carriers of mass destruction.

Gold.42 74. Secondly, the United States proposes a verified halt in production of fissionable material for weapons use and the transfer of fissionable materials to peaceful purposes. In connexion with such a halt in fissionable material production, we now propose the demonstrated destruction by the United States and the Soviet Union of a substantial number of nuclear weapons from their respective stocks.

Gold.43 75. The United States is ready to transfer 60,000 kilogrammes of weapons grade U-235 to non-weapon uses if the Soviet Union would be willing to transfer 40,000 kilogrammes. If the USSR accepts this proposal, each of us would destroy nuclear weapons of our own choice so as to make available for peaceful purposes such amount of fissionable material.

Gold.44 76. Moreover, the United States Government stands ready, if the Soviet Union will do likewise, to add to this transfer associated plutonium obtained from the destroyed weapons, in an agreed quantity or ratio, and to place the material thus transferred under the International Atomic Energy Agency or equivalent safeguards.

Gold.45 77. We make these proposals in the interest of rapid and equitable progress in reducing the nuclear threat and as a practical demonstration of our dedication to this end.

Gold.46 78. A more rapid movement toward disarmament would unquestionably decrease anxiety throughout the world. But if we are to progress towards a just world community, we must also constantly improve our international machinery for curbing conflict and resolving disputes.

Gold.47 79. The experience in Cyprus, the continuing aggression in South-East Asia, the shock of violence erupting in Kashmir, all lead to an inescapable conclusion: there is an urgent need to strengthen the United Nations capacity to keep the peace.

Gold.48 80. We urge as one such step the continued development of a flexible United Nations call-up system along the lines proposed by the Secretary-General. We hope that Member States in all regions of the world will earmark and train units for such purposes.
Gold.49 We believe also that the military staff—now inadequate—supporting the Secretary-General needs to be strengthened. The added experience and burdens of Kashmir and Cyprus in particular have conclusively demonstrated that the military staff available to the Secretary-General at Headquarters is overburdened, and we must provide him with an enlarged staff whose size is commensurate with the tasks we entrust to him.

81. The peace-keeping capacity of the United Nations is too basic to its purposes and to its very existence to allow it to be frustrated by any one Member. For this reason, we continue to believe—and in this we are joined by the overwhelming majority of United Nations Members—that the General Assembly must

4/ Ibid., sect. A.

retain its residual authority to initiate peace-keeping operations when the Security Council is unable to act. Means must therefore be found to pay for future peace-keeping operations—means which allocate the burden fairly. In cases where this cannot be done by assessment of every Member, we must find some other means, including assessment of those willing to be assessed, non-obligatory apportionment, or voluntary contributions.

Gold.50

82. Less dramatic but equally important is machinery to promote peaceful change and to allow the satisfaction of just claims. Without a strong international institution able to help in doing this, nations, like individuals, are tempted to take matters into their own hands. We consequently believe it is time to breathe new life into Article 33 of the Charter, a provision of the Charter referred to specifically in the Security Council resolution [211 (1965)] adopted just the other day in the Kashmir dispute. It had atrophied too long. We must develop workable methods to resolve disputes before they reach the point of potential or actual conflict. If the United Nations is to serve its primary purpose, it must be an instrument for the reconcilation of differences and not merely a forum in which they manifest themselves. Too often has the United Nations had to demonstrate its capacity for quenching fires when it might better have helped to prevent them in the first place.

Gold.51

83. For this reason we welcome the initiative of the United Kingdom in introducing an agenda item on the peaceful settlement of disputes [A/5964]. The United States will eagerly participate in exploring the many paths it may open.

84. It is, if I may say so, an item in which I take a keen personal interest, for the greater part of my adult life has been spent in intimate association with the process of third-party settlement of the differences and disputes which arise between a free labour movement and free employers. I have often seen disagreements become aggravated or prolonged not because they were irreconcilable, but simply because the parties involved could not agree upon the go-between. And we in our own country have now developed machinery, such as the Federal Mediation and Conciliation Service, which has filled this gap and in so doing has greatly advanced the pacific settlement of labour disputes in our own country.

Gold.52

85. I know also that machinery which is successful on the national level cannot always be transposed to the international level. Nevertheless, I am firmly convinced that the United Nations might also develop additional mechanisms which would allow the parties to a stubborn dispute to use a United Nations body of mediation or concilation.

Gold.53

86. Above all, our basic charge of peace-keeping under the Charter is to join together to assure peace and security. We must continue this quest for collective security and we must renounce collective futility if we are to perform our Charter functions.

Gold.54

87. There is one area in which we have been seeking to promote co-operation well before any dispute arises. That is in the peaceful uses of outer space. Over seven years ago, the United States inscribed the first item to appear on this Assembly's agenda concerning the peaceful uses of outher space, and introduced a draft resolution, co-sponsored by twenty States, which became the first space action this body had ever taken. That draft resolution was introduced in the First Committee (986th meeting) by the then Majority Leader of the United States Senate, Senator Lyndon B. Johnson of Texas, and as President he continues his interest, dedication and devotion to that principle. By adopting that resolution [1348 (XIII)] the General Assembly went on record as recognizing that—and I quote from the first preambular paragraph—"it is the common aim that outer space should be used for peaceful purposes only". That principle is one to which we fully subscribed then and to which we fully subscribe now.

Gold.55

88. Since then the General Assembly has laid down valuable ground rules for activities in space and on celestial bodies. In accordance with these rules, our space activities have been, and will continue to be, non-aggressive, and peaceful and beneficial in character.

89. But these rules are not enough. Instruments from earth have already reached the moon and photographed Mars. And man will soon follow. Accordingly, we suggest that the United Nations begin work on a comprehensive treaty on the exploration of celestial bodies.

Gold.56

90. But while we aim for the stars, we must also explore maximum resources to promote economic and social well-being here at home. While the possibility of creating a just world society may be contingent on success or failure in such fields as disarmament and peace-keeping, our capability of creating it will depend on the efforts we spend not just to prevent disaster but to build healthy economic conditions everywhere.

Gold.57

91. We are near the midpoint of the United Nations Development Decade. Progress has been made, and this has to be acknowledged, but we all need to do more and to do it better. Much more has to be done, in particular, to increase food production in the developing countries. If current population trends continue, food production will have to be tripled by the end of the century to provide an adequate diet for all. We thus fully support the proposal for an expanded World Food Programme and are prepared to examine further with other developed countries ways of adapting our domestic agricultural abundance, to meet the world's food deficit while it exists.

Gold.58

Gold.59

92. More action is required to limit excessive population growth. We support the programme now under way whereby United Nations agencies provide advisory services and training in familly planning to any country asking for such assistance.

Gold.60

93. We must all do more to help accelerate industrial growth in the developing countries, a question to which the General Assembly will, I am sure, give special attention.

Gold.61

94. We must also speed up and intensify our efforts to enlarge the export earnings of the developing countries, and to counteract excessive fluctuations in those earnings. The United States will continue to make special efforts under the General Agreement on Tariffs

and Trade to reduce tariffs on items of special interest to those countries. We shall also participate actively and constructively in the work of the New United Nations trade machinery. It is our hope that in dealing with the hard and difficult problems of trade, developed and developing countries will proceed in a spirit of partnership. There must be a free and sustained dialogue and a common search for ways and means by which we can develop mutually beneficial trade patterns.

Gold.62

95. Of course, experience shows that we need a much greater investment in the development of that most important resource of all—trained people—and must provide more assistance to the educational efforts of the developing countries. To help get on with these jobs, we support the increased target of $200 million for the new United Nations Development Programme, on the understanding that the arrangements worked out will be satisfactory to both the developed and developing countries.

Gold.63

96. We are ready to join, in practical and concrete ways, in a further expansion of multilateral efforts to supply capital for development through regional development banks and international institutions such as the International Bank for Reconstruction and Development and the International Development Association, on the assurance that there will be sound administration, as well as appropriate contributions from others. We would be prepared to increase the amount of capital flowing through multilateral channels.

Gold.64

97. I recognize that we are not alone in acknowledging the need for action in these areas. I have singled them out because the United States plans to take or join in specific action on each of them—not in the vague future, but in the months ahead. Faster progress in the Development Decade is a central aim in our foreign policy.

Gold.65

98. I come now, in conclusion of these thoughts, to the source from which they derive: our determination to enrich the lives of human beings—domestically in our drive to create a great society, internationally in our support for fundamental freedoms and human rights for peoples everywhere. The ultimate object of United Nations activities, the ultimate object of any organized society—domestically or internationally—is man, the individual. The effect upon his lot, his fate, his well-being, will remain the final measure of our successes and our failures. And if we talk about the competition between States, we mean the only worthwhile competition, as to which system, which society best improves the lot of man and upgrades human dignity.

Gold.66

99. We are well past the midpoint—indeed, in sight of the end—of what history may record as the most exciting and predominantly peaceful revolution in human affairs; and this is a movement vitally linked to the dignity of human beings—the movement of self-determination. This movement has seen people in the past few decades assert and gain their right to be free from colonialism, their right to self-government and independence, and their right to be free from control by other peoples. We applaud this historical development and we are deeply committed to its success.

100. Of course, among the dependent peoples now remaining in the world, whose aspirations for self-determination command our fullest sympathy, are some very small areas with very limited resources. Whether they will be able to meet the requirements of the Charter that Members be not only willing but also able to carry out their obligations, may require early consideration, as the Secretary-General has indicated. But I repeat, we support the historical development of all people being able to gain their self-government or independence, when they desire it, by the principle of self-determination.

Gold.67

101. In our concern for the rights and freedoms of nations, we must not neglect the rights and freedoms of individuals, those who, after all, are the basic unit of any nation. The test of any country's dedication to human rights is, if I may respectfully suggest, not what that country says in the General Assembly for all the world to hear, but what it does at home for all the world to see.

Gold.68

102. Our record, like that of other countries, is far from perfect. But with the decision of the United States Supreme Court in 1954, and with the subsequent decisions—in which I hope you will not deem it amiss if I take great personal pride and satisfaction since I participated in some of them—and the passage of the Civil Rights Acts of 1964 and 1965, the United States Government has put into concrete form and terms its full and complete commitment to the principle of full human rights, of freedom and equality for all our people.

Gold.69

103. The United Nations also has a significant role in promoting, in the words of the Charter, human rights and fundamental freedoms for all. Much has already been done, but the United Nations has not done enough in this area, and we believe much more will be necessary. We are therefore very pleased that the Government of Costa Rica has proposed the creation of the post of high commissioner for human rights [A/5963]. We think this is an important first step in implementing the Universal Declaration of Human Rights, and we shall give this proposal our enthusiastic support.

Gold.70

Gold.71

104. We can, out of this debate, out of the divergent views expressed here, distil a consensus. As long as we strive for such a consensus and accept the methods of reason and understanding on which consensus is built, we will strengthen the fabric of this great community of the United Nations. By its very nature, this must always be a community whose doors are open to those who would turn their backs on chaos, threat and violence and seek legitimate ends through peaceful means.

Gold.72

105. I said the other day that I am optimistic about the fate of this Organization, and I am optimistic because if we had not created this great Organization twenty years ago, we would be creating it out of necessity today.

Gold.73

106. The road to world order, the road to a rule of law in the world, is not an easy one. It will continue to be arduous and beset by agonizing hurdles, painful decisions, difficult compromises and, at times, disheartening setbacks. Travelling the road will demand

the most from each of us. I pray that we shall be equal to the task.

Gold.74

107. I hope also that twenty years from now, when the General Assembly convenes in plenary meeting, it can look back on a generation of achievement that we are beginning today.

Gold.75

108. President Johnson said:

> "We seek to establish a harmony between man and society which will allow each of us to enlarge the meaning of his life and all of us to elevate the quality of our civilization."

Gold.76

109. Out of our diversity, the welcome diversity of nations and peoples, let us be one in our determination to elevate the quality of all our lives and to build a great society of and for all men.

110. The PRESIDENT (translated from French): I thank Mr. Goldberg for his contribution to the general debate on behalf of the United States. I can assure him that we were all moved by his tribute to the memory of Adlai Stevenson, who was dear to us all.

111. Mr. THIAM (Senegal) (translated from French): Mr. President, may I first of all offer you the congratulations of the Senegalese delegation on your election to the office of President of our Assembly. At a time when so many complex problems confront the United Nations, we hope that your authority and ability will enable us to consider them with all the necessary wisdom and clear-sightedness.

112. I am the first representative of a developing country to speak in this debate and this is no accident. We feel that the developing world must, from the very beginning of the debate, make its voice heard, even if that voice is not perhaps in complete agreement with those we have heard so far.

113. Less than three monts ago, we solemnly celebrated the twentieth anniversary of the United Nations. But, as may well be imagined, that celebration barely concealed our distress at the wars and tension flaring up here and there throughout the world. And we meditated on our Organization, its raison d'être, its successes and its failures. We asked ourselves what progress had been achieved by mankind in the twenty years since the signing of the Charter at San Francisco. And we thought: has this noble ideal now vanished? Is humanity now irrevocably doomed to the inevitability of war? We might be somewhat discouraged if we were to draw up a balance-sheet of these twenty years of experience. Once the joy at the return of peace had passed, mankind continued its stumbling progress in the midst of innumerable difficulties. The struggle between hegemonies resumed. Europe was the first scene of the struggle between spheres of influence. Then the Asian continent blazed up in its turn. Africa itself, which had barely emerged from its wars of national independence, was the object of many covetous glances.

114. As a result, we saw the emergence of a fantastic military arsenal which swallowed up our material resources and recruited the best brains for destructive purposes. Finally, and this was only to be expected, wretched mankind paid for that insane adventure and everyone now agrees that what should have been done for mankind was not done.

115. This session, which coincides with the twentieth anniversary of the United Nations, should give us an opportunity to meditate once more on the problems which mankind must face.

116. The problem of peace seems to be as difficult as squaring the circle. The Covenant of the League of Nations was unable to solve it and the world was engulfed in the most terrible war ever known. Twenty years ago a system of collective security was worked out. But it has not taken long for that system, as we see today, to show alarming signs of failure. Last year the nineteenth session of the General Assembly was cut short. Delegations dispersed without having had an opportunity to consider the items on the agenda. They prudently postponed consideration of them to this year's session, hoping to find by this time a magic formula which would offer a way out of the impasse. But even though the financial deadlock seems today to have been broken, it would be an illusion to think that the problem of peace has been solved as well. The difficulties experienced by the United Nations in recent months are neither financial difficulties nor legal difficulties connected with the interpretation of the Charter. To consider them as such would be to look at them from the wrong angle. It is , to be very precise, a political problem. Because that was not understood, other remedies were sought: complicated machinery and procedures were set up. First of all, the General Assembly established an Interim Committee to watch over the maintenance of peace between sessions [see resolutions 111 (II), 196 (III) and 295 (IV)]. Then, in 1950, it adopted its famous resolution entitled "Uniting for peace", which was an attempt to reassign responsibilities between the General Assembly and the Security Council [resolution 377 (V)]. Finally, when the clouds continued to gather on the horizon and the difficulties were mounting, Articles 17 and 19 of the Charter were invoked; the International Court of Justice was brought into the picture and the debate was thus turned into a legal and financial one. Yet it was easy to understand that the question, as I have just said, was essentially a political one.

117. Over the past twenty years the world situation has developed: circumstances in Europe have changed considerably; on the Asian continent, a new regime has been installed in China. Certain Asian countries, moreover, have found themselves divided on the north and the south by the 17th and 38th parallels. Decolonization has made impressive progress which was doubtless not foreseen at the time the Charter was drawn up. It is precisely because of a stubborn refusal to recognize this new situation that the difficulties have increased. Actually the crisis in the United Nations is linked to deep-seated causes connected with the development of the international situation and with the emergence, day by day, of new facts which give it a completely different aspect from that known to the authors of the Charter. The Charter was based on the theory that the situation which existed in 1945 would be perpetuated but it is obvious that, since international life is in a constant state of flux, the hypothesis is untendable. Where, then, does the remedy lie?

118. Some believe that salvation lies in a revision of the Charter. That has just been said. Of course,

it is not we who represent small Powers who would oppose a revision of the Charter, particularly if that revision took into account the fact of this century, namely, the appearance on the international scene of many African and Asian countries. It would be only just to grant these countries a more important place in the various international forums. But, once again, the guarantee of peace does not lie in a legal instrument, however perfect it might be.

119. Legal reforms alone are incapable of solving the political problems of the moment. After all, whatever the imperfections of the Charter, it must be admitted that it contains in many of its provisions, and particularly in Chapters VI and VII, all the elements for preventing or putting an end to an armed conflict, if only the parties concerned were prepared to invoke it. But the clash of interests, the conflict of hegemonies, and the de facto division of our planet into spheres of influence controlled by the great Powers, all make the system of collective security almost unworkable. A State may invoke a given provision of the Charter when it considers that it may derive some advantage therefrom but rejects it as soon as the application of the provision is prejudicial to its friends of the moment.

120. Apart from Chapters VI and VII of the Charter, the Preamble enunciates principles and moral precepts compliance with which would, in every case, guarantee an era of stability and peace: principles of tolerance, human solidarity, fundamental rights of men and nations, self-determination, sovereignty of peoples, etc.

121. The fault, of course, lies in ourselves—in our distrust, in our intolerance, in our dogmatism, in our belief in dangerous myths such as that of racial superiority and in our dreams of hegemony, but decisive progress can be achieved, we feel, especially through our efforts to create a new outlook, to restore confidence and to develop a sense of human solidarity. Unless we do this, legal formulas are all in vain. Just as the League of Nations collapsed through impotence, so too the United Nations might become impotent and discredited.

122. Let us therefore have the courage to face up to the real problems before us so that we may find the solutions that common sense demands, namely, recognition of the People's Republic of China and its admission to membership of the United Nations; application of the principle of self-determination to all divided countries which desire reunification, and as regards the Viet-Namese question, a request addressed to all outside forces confronting each other there to withdraw. The opposing sides should be asked to heed the proposals of men of goodwill who wish to help the Viet-Namese people to decide their future in liberty. Territorial disputes should be settled by peaceful means and having regard to the will of the peoples concerned. For that reason while welcoming the recent cease-fire, we deplore the conflict embroiling India and Pakistan.

123. Much has been said about the growing influence and even about the weight of the non-aligned countries in international affairs. Personally, I have always held, and so declared here, that the weight which the non-aligned countries are generally thought to possess could only be of a moral kind. In a world where man endures rather than controls the destructive forces unleashed every day, and as the threat of annihilation looms terrifyingly over our planet, wisdom urges us to rededicate ourselves to the ennobling moral values. People are only too inclined in the world today to believe that force alone brings salvation. But of what value is force uncontrolled by human conscience? We must rekindle within ourselves the dying embers of values without which the world may well become more and more demented and inhuman. We must return to those sources which replenish the human spirit and we must harness the forces at man's disposal in the service of a noble ideal. This is a contribution which the non-aligned countries can and must make. Indeed, I would say that their primary role is to place all the moral capital which they abundantly possess in the service of this lofty cause. That is why India and Pakistan should be invited to show greater wisdom, and we can derive some satisfaction from the restraint they have shown. We would ask them to set an example of wise conduct by remaining faithful to the fundamental values and principles of the United Nations.

124. India, which is the homeland of the apostles of non-violence, a country that has become one of the champions of non-alignment, a country that has always advocated peace and made it one of the cardinal points of its international policy, must find in the principles which it has always defended and in the age-old wisdom of its people the sources of a solution worthy of India to a dispute in which India itself is involved. In any case, we earnestly beseech India and Pakistan not to fritter away the non-aligned countries' moral capital which we all share in common and which none has the right to waste to our common detriment. The way to a peaceful solution of the dispute between the two countries lies in negotiations. It is of course the duty of all men of goodwill to help bring this about but it is our duty also, I believe, to find a method of settling territorial disputes in future. My Government gave its support to a USSR proposal for the signing of an international agreement for the peaceful settlement of territorial disputes.5/ We think that now is the time to revive this idea and to embody it in an international treaty binding on all States.

125. Senegal, for its part, will continue to make its contribution to the maintenance of peace in the following ways: firstly, by trying to set a good example. We are not engaged in a dispute with any country in the world. We maintain good relations with our neighbours, however different our political opinions are or may appear to be. We make no territorial claim. Yet we could have, like others, entertained dreams of restoring Senegal's ancient frontiers or laying claim to a certain territory that forms an enclave within our own. On the contrary, as you have seen, we warmly applauded the Gambia's independence. Secondly, Senegal wishes to make its

5/ See Official Records of the General Assembly, Nineteenth Session, Annexes, annex No. 2, document A/5751.

contribution by unreservedly supporting the principle of peaceful co-existence. Thirdly, by contributing to the consolidation of peace through the policy of non-alignment, which limits the disastrous consequences of the policy of rival blocs. Finally, by advocating negotiation as a method of approach to international problems. We sincerely believe that there is no other way to peace.

126. Coming back to the twentieth anniversary of the United Nations, which I mentioned just now, I contend that, if the horizon is overcast, it is not to be blamed on the Charter or on the United Nations, nor is it a reason to feel discouraged. On the contrary, we must embark on moral rearmament to steel ourselves to the problems and difficulties. Above all, we must become the champions of a new international order born of twenty years of change and transformation in the world. We can no longer look at the world of today with the same eyes as twenty years ago. Immobility is mankind's greatest enemy.

127. I would like very briefly to refer now to two questions which are among those of major concern to the United Nations and to sum up our position on them: decolonization and economic development.

128. My delegation has often stated its views on decolonization. Therefore we shall not repeat everything that has been said already. Decolonization has made progress and that is a fact we acclaim every day. Nevertheless, centres of tension still remain, notably in Africa, due to the stubbornness of Salazar and the recklessness of Ian Smith. My delegation, with the support of almost all the Afro-Asian countries, earlier asked for Portugal's expulsion from the United Nations. Need I repeat our reasons for so doing? A country cannot remain a member of an organization and deliberately violate its principles. Portugal's attitude is not only an insult to Africa; it is an insult to the United Nations and a blatant defiance of all human conscience. Portugal has already been expelled from a number of international bodies, including those of a technical character. As decolonization is a political problem and a fundamental objective of the United Nations, we can only express our astonishment at the hesitation of certain Members to apply a penalty duly provided for in the Charter of the United Nations. Nevertheless, we hope that this session will provide an opportunity to resume the debate and bring it to a conclusion.

129. I would like particularly to draw the General Assembly's attention to certain aspects of Portugal's action in Africa. Portugal constantly provokes all the African countries neighbouring on the territories which it administers. Senegal is a neighbour of so-called Portuguese Guinea. Senegal's independence is obviously an embarrassment to Portugal which does everything to provoke its neighbour and tries to foment insecurity and instability in Senegal to prevent the latter from serving as an example. We have on several occasions informed the Security Council of the violation of our territory by the Portuguese Government. In the last two years, seventeen clear violations of our territory have been established and reported to the Security Council.6/ Sometimes, the Portuguese, not content with infringing the integrity of our territory, have commited acts of violence on our people. Such a situation is likely to endanger international peace and security, for Senegal certainly cannot continue to let such deliberate violations of the Charter, of international law and of its own legitimate rights go unpunished. African solidarity could undoubtedly assert itself in such an eventuality and such a conflict might assume proportions far exceeding the limits of bilateral relations between Portugal and Senegal. That is why we are asking the General Assembly categorically to condemn the incursions by Portuguese military forces into Senegalese territory, to prohibit any such incursions in the future, and to recommend that the Security Council should take appropriate action to that end.

130. Portugal not only refuses to decolonize in Africa; it even encourages Ian Smith to persevere in the adventurous policy which he has chosen to pursue in Southern Rhodesia. The trade agreements signed between Portugal and Rhodesia and the proposed exchange of diplomatic representatives between the two Governments are rather significant.

131. I had occasion, when instructed to do so by the Organization of African Unity and jointly with my Algerian colleague, to bring this problem to the notice of the Security Council.7/ Ian Smith wishes Rhodesia to re-enact what happened in South Africa. He is threatening a unilateral declaration of independence which, in that country's legal and political context, would undoubtedly place its 3 million Negroes in the bondage of a white minority. We said in the Security Council and we solemnly repeat here in the Assembly: the responsibility for such a situation, if it were to arise, would rest squarely upon the United Kingdom which is internationally responsible for Southern Rhodesia. In Southern Rhodesia, democracy is a mockery and public liberties and political rights are trampled underfoot and buried. I shall spare you a recital of the impressive list of all the discriminatory legislation that has been passed by the settler régime under a Constitution granted by the United Kingdom. It is time for Her Majesty's Government to act before it is too late.

132. What we find so disturbing, however, is the United Kingdom's failure to consider taking any preventive action. It merely says to Ian Smith: "If you proclaim independence unilaterally, not only shall we not recognize you and not only will you be banned from the Commonwealth, but the economic consequences of your action will be disastrous for Rhodesia." But is Ian Smith, who has assuredly weighed all the consequences of his action, asking to be recognized by the United Kingdom? Is he asking to be a member of the Commonwealth for which, by his own admission, he apparently does not—pardon the expression—give a damn? Will he apply for

6/ See Security Council, Official Records, Eighteenth Year, Supplement for April, May and June 1963, document S/5279; ibid., Nineteenth Year, Supplement for October, November and December 1964, document S/6012; ibid., Twentieth Year, Supplement for January, February and March 1965, documents S/6177 and S/6196; and ibid., Supplement for April, May and June 1965, document S/6338.

7/ Ibid., Supplement for April, May and June 1965, document S/6294 and Add.1.

membership in the United Nations knowing beforehand that he will be exposing himself to a rebuff?

133. Ian Smith has published a White Paper in which he shows that he has weighed all the consequences of his action and in which he concludes that the results of a unilateral declaration of independence will not be as disastrous as some people suppose. In the circumstances it is the inescapable duty of the United Kingdom to consider forthwith what preventive action is called for in the foreseeable event of a break-down in the negotiations with the Salisbury Government. In our opinion, the following preventive action is required: firstly, suspension of the Constitution granted to Southern Rhodesia in 1961 and under which all discriminatory laws are passed and promulgated; secondly, the release of all persons arbitrarily held in detention; and thirdly, a constitutional conference to be attended by all parties in Rhodesia.

134. If such measures were not taken and if the Government of Rhodesia, or rather Ian Smith, decided to proclaim independence unilaterally, that would amount to outright secession, justifying the use of force—and I mean the use of force, because the United Kingdom seems reluctant to use force in spite of the French example and the fact that the Algerian pieds noirs were obliged to yield. If the United Kingdom declined to resort to force, it would bear a heavy responsibility. We have carefully read the statements made by Mr. H. Wilson, the Prime Minister of the United Kingdom. We have heard the statements made by Mr. Bottomley, the Secretary of State for Commonwealth relations, during a recent visit he paid to Africa. Allow me to voice our legitimate apprehensions.

135. Once again, as I had occasion to say in the Security Council, the United Kingdom must realize that the problem of Southern Rhodesia is a vital concern to us. It is also a test of the prestige and sincerity of a great nation like the United Kingdom, whose efforts to decolonize need no further stressing, but whose past attitude may well stand in strange contrast to the one it is adopting in the particular case of Rhodesia. At our request, the Security Council decided to retain the question as an item on its agenda. We urge the General Assembly to give strong support to the Security Council in this matter, not only by condemning the inhuman racialist régime of Ian Smith, but also by asking the United Kingdom to consider, as soon as possible, taking suitable action to prevent, by every possible means,—I repeat, by every possible means—a unilateral declaration of independence. If the Assembly did this, it would show that, in spite of the difficulties it is encountering or may have encountered in the past, it intends to live up to its principles and strive unremittingly to accomplish a task that has been entrusted to it and which, in so far as decolonization is concerned, has been carried out with considerable success so far.

136. For these vestigial problems of decolonization must not become a fixation which causes us to forget the essential—the crucial problem of the moment. They must not become the tree that prevents us from seeing the wood.

137. Now the real problem, the only problem that warrants mobilizing all our strength is, as we can never repeat too often, that of mankind's economic and social progress. For years the United Nations has been doing commendable pioneer work and has gone to the root of the problem, assembling material and making a systematic theoretical study of the phenomenon of under-development. The net result has been to bring about an international awareness of this problem. Two years ago it entered on the operational phase, organizing a widely publicized conference on trade and development. Our Assembly will have to pronounce on the recommendations of that conference. Some of the institutions recommended by it are already in existence and have set about seeking the best machinery for a world trade organization. But in order to eradicate under-development no stone must be left unturned and our efforts must be pursued in three different directions.

138. First of all, as the representative of Brazil pointed our a moment ago, the will and the effort for development must come primarily from the parties concerned themselves. We believe that the under-developed countries have fully grasped this fact. A general effort—perhaps uneven but certainly growing—is being made to find within our own boundaries the necessary resources for our development.

139. But who can fail to appreciate the fact that the efforts of the developing countries alone are not enough to solve the problem? We are living in a world in which economic relations pit the strong against the weak, the rich against the poor, the great against the small, sound economies against shaky economies. Consequently, if the principle of freedom in international economic relations is allowed free play, there is no doubt that this token freedom will turn into a mounting burden of servitude for the developing countries. Our efforts will be wasted within a context of free international economic relations. And here we come to the second key factor for our development: the reorganization of international trade.

140. For half a century we have been witnessing a gradual decline in the prices of raw materials and a corresponding rise in the prices of manufacture of goods. A continent like Africa, to take only one example, sells practically all the raw materials it produces and imports practically all the finished products which it consumes. We are in no position to put an immediate end to this situation for the simple reason that our home consumer market is not sufficiently large for us to escape the arbitrary laws of world prices. We are drained by international trade. If trade is to be a factor in development, it should be organized, henceforth, in accordance with the following principles.

141. First of all, naturally, the market for raw materials must be properly organized. Indeed, if any action is to be taken, it must be taken in connexion with raw materials, which make up 90 per cent of the developing countries' exports. Next, remunerative prices must be guaranteed so as to increase the resources of the countries exporting raw materials. Lastly, the industrial development of the poor countries must be promoted by devising a system of preferences to help them to market their industrial products abroad, at least during the take-off stage of their economies. At the same time, the developing

countries must be allowed to institute a system for the protection of their infant industries by preventing unfair competition locally from the production machines of the highly developed countries.

142. These are what I feel should be the guidelines for a new trade organization, having due regard to the interests of the developing countries, and I believe that within the group of seventy-seven countries we shall emphasize these principles and do our utmost to see that they prevail. Only if these two conditions are fulfilled: first, that an effort should be made by the developing countries themselves, and, second, that there should be a change in the world trade laws—only then will it be possible to introduce the third element, which is aid, and which we feel should be subject to two conditions.

143. The first, as we have said, is that the rich countries should undertake to contribute 1 per cent of their national income towards aiding the developing countries. This has not yet been done in spite of a proposal adopted by the General Assembly [see resolution 1522 (XV)]. The second condition is the adoption of a maximum interest rate of 3 per cent for development loans.

144. The various proposals that we have just made can hardly be considered unreasonable demands. They would simply help to ensure justice and equality in international economic relations. They would also reflect a solidarity for which the need is becoming increasingly apparent.

145. If the main theme of the Algiers conference [8] has been economic development, we would have gone to it. But there is still time, and Senegal, for its part, would like to meet the under-developed countries—not only the Afro-Asian countries but all the under-developed countries, including those of Latin-America—at an economic Bandung. We in Senegal believe that Afro-Asian solidarity is a good thing. It is simply an aspect of universal solidarity, but it does not provide a sufficiently large platform for joint action by all the countries affected by underdevelopment. It is the campaign against underdevelopment which should be our chief concern, and I am afraid that the Afro-Asian framework is ill suited for such a purpose.

146. In Asia, there are some developed countries. The Soviet Union has every right to attend the conference of African and Asian countries—in fact we feel that it should attend it—but the USSR is not an under-developed country. The People's Republic of China has no claim—and I have made this quite clear—to belong to the under-developed world. A country which manufactures, or which is in a position to manufacture atomic bombs is not, to our mind, an under-developed country; the atomic industry is a luxury industry. The Algiers conference, which we wish every success, would have done well to concentrate more on the problems of the under-developed countries, not only by making underdevelopment the central theme of this important gathering, but also by allowing the under-developed countries—and them alone—to attend: not only the under-developed countries of Africa and Asia but those of Europe and Latin America as well. However, all hopes of such a meeting have not vanished and Senegal, for its part, is ready to attend any conference, wherever it is held, provided that it is organized on the lines I have just indicated. What we need is a resurgence of confidence among all the peoples of the under-developed world, not in order to wage a systematic campaign against the developed world—for that would be against our philosophy—but because we know that the goal of world peace must be reached by way of economic justice.

147. I should like to conclude at the point where I began. However meagre the results achieved by the United Nations during the past wenty years, and however distressing the problems which we face today, we must remain staunchly optimistic. The chances of success depend on ourselves. Everything depends on the will to take them. In spite of everything, that will is there. It is simply a matter of galvanizing it, of giving it greater strength and determination. It is already no mean achievement that, in spite of the difficulties experienced and the failures recorded in certain spheres, mankind has managed, for the first time in ages, to live for twenty years without a world war to jeopardize all the progress that has been made. Let us hope that the next twenty-year period will be less fraught with difficulties than the first. Then we shall be able to say that, with the continuing growth of international solidarity, mankind will certainly be saved.

148. The PRESIDENT (translated from French): I thank the Minister for Foreign Affairs of Senegal for his contribution to the general debate. His statement concludes this morning's meeting.

The meeting rose at 1.15 p.m.

[8] Second Conference of African and Asian Countries, which was to have met at Algiers on 29 June 1965.

Nations Unies

ASSEMBLÉE GÉNÉRALE

TRENTE-QUATRIÈME SESSION

Documents officiels

16e SÉANCE PLÉNIÈRE

Lundi 1er octobre 1979 à 15 h 25

NEW YORK

SOMMAIRE

	Pages
Allocution de Mlle Maria de Lurdes Pintasilgo, premier ministre du Portugal	319
Point 9 de l'ordre du jour :	
Débat général *(suite)*	
Déclaration de M. Fischer (République démocratique allemande)	324
Déclaration de M. Cubillos (Chili)	328
Déclaration de M. Nogués (Paraguay)	331
Déclaration de M. Peacock (Australie)	333
Déclaration de M. Al-Sabah (Koweït)	338
Déclaration de M. Tsering (Bhoutan)	341
Déclaration de M. Chakulya (Zambie)	344
Déclaration de M. Dorcely (Haïti)	348

Président : M. Salim Ahmed SALIM (République-Unie de Tanzanie).

Allocution de Mlle Maria de Lurdes Pintasilgo, premier ministre du Portugal

1. Le PRÉSIDENT *(interprétation de l'anglais)* : L'Assemblée générale va entendre cet après-midi une déclaration du Premier Ministre du Portugal. J'ai l'honneur de souhaiter la bienvenu à Mlle Maria de Lurdes Pintasilgo, et je l'invite à prendre la parole.

Pint.1

2. Mlle PINTASILGO (Portugal)[1] : Permettez-moi tout d'abord, Monsieur le Président, de vous féliciter pour votre élection à la présidence de cette assemblée générale. Nous connaissons bien votre prestigieuse carrière, votre expérience et votre sagesse, car mon pays a eu, ces dernières années, l'honneur et le plaisir de travailler et de collaborer avec vous. Nous sommes donc particulièrement heureux de pouvoir compter, pendant l'exercice de vos nouvelles fonctions, sur vos conseils judicieux et sur votre haute compétence. Votre élection représente aussi l'expression du respect et de la considération de la communauté internationale à l'égard de votre pays, auquel le Portugal est lié par des rapports d'amitié et de solidarité que je suis heureuse de réaffirmer ici aujourd'hui.

Pint.2

3. Notre reconnaissance et notre hommage s'adressent aussi à votre prédécesseur, M. Indalecio Liévano, qui a témoigné une fois de plus, dans l'exercice de ses fonctions, de ses qualités de diplomate et d'homme d'Etat.

Pint.3

4. Je souhaiterais aussi évoquer à présent la mémoire du Président de l'Angola, M. Agostinho Neto, dont le décès prématuré survenu récemment, a rendu plus pauvres l'Afrique et la famille des nations qui s'expriment en portugais. En lui rendant aujourd'hui un hommage sincère, je m'associe au deuil du peuple angolais qui saura, j'en suis certaine, poursuivre l'œuvre de consolidation nationale que le président Neto était en train d'accomplir avec lucidité et détermination.

Pint.4

5. Je m'adresse à cette assemblée avec la conscience très nette que cette session se déroule au seuil des années 80 et que cela est lourd de sens.

6. Les calendriers peuvent être considérés comme de simples conventions inscrivant des dates dans la routine de la continuité. Ils peuvent être aussi la rupture de cette même continuité. Mais ils peuvent être des jalons qui nous interpellent, face à la nouveauté des instants, à l'irruption de l'histoire inédite, au devenir que l'action des hommes et des peuples façonne et crée.

7. Ils nous incitent à envisager de nouvelles frontières, à utiliser de nouvelles méthodes et à nous libérer du poids des sédiments accumulés.

Pint.5

8. Ils sont ainsi une invitation à concevoir des alternatives viables et à choisir courageusement celles qui servent tous les hommes et l'être humain dans toutes ses dimensions.

Pint.6

9. Ils sont un défi au non-conformisme et à l'imagination, une fois épuisées les lignes découlant de la projection d'un passé déjà vécu où prennent corps des interrogations et des perplexités, face à l'inconnu.

10. Avec l'approche des années 80, le futur nous envahit. Il secoue le présent dans lequel nous sommes installés, il nous pose des questions sur les pas laissés dans l'histoire et il nous demande sans complaisance qu'elle est la destinée que nous prévoyons et que nous préparons.

Pint.7

11. La rencontre avec les années 80 est ainsi la rencontre décisive avec la possibilité de façonner un projet commun à toute l'humanité.

(intertítulo 1)

Pint.8

12. Nous envisageons l'ordre du jour de la présente session de l'Assemblée générale sous cet angle. L'ordre du jour couvre, il est vrai, des questions qui sont discutées depuis longtemps. Si nous n'avions pas devant nous la gravité des situations auxquelles elles ont trait, nous pourrions presque dire que l'Assemblée générale se complaît dans la satisfaction de soi et dans un cérémonial de répétition d'intentions et de préoccupations. Mais nous savons qu'il n'en est pas ainsi : d'un côté, l'apparente froideur des points de l'ordre du jour reflète la pudeur de la communauté que nous formons face à la tragédie de notre propre condition humaine et à l'immense difficulté d'y faire face d'une façon créatrice. Sous chaque point de l'ordre du jour se cachent des réalités humaines — des personnes, des groupes, des nations du monde entier — qui dépassent l'épaisseur de l'appareil bureaucratique qui, dans tous les systèmes, tend à neutraliser ce qui est vivant et vital. D'autre part, l'Assemblée générale est aujourd'hui en mesure de poser d'une façon radicalement nouvelle de vieilles questions et aussi de soulever des problèmes que le temps a oubliés.

Pint.9

Pint.10

13. Ces dernières années, des faits et des événements se sont accumulés; l'Assemblée générale les a analysés cons-

[1] Mlle Pintasilgo s'est exprimée en portugais. La version française de sa déclaration a été communiquée par la délégation.

tamment, en façonnant des résolutions qu'elle a ensuite adoptées. La question que nous pouvons nous poser, aujourd'hui, est celle de savoir si l'impact de l'Organisation comme libre association d'Etats souverains, comme instance politique ultime sur le plan international, se fait sentir uniquement dans les termes exponentiels de la croissance des déclarations, des résolutions, des conventions et des mécanismes institutionnels d'exécution.

Pint. 11 14. Nous sommes profondément convaincus que les efforts cumulatifs des différentes actions passées des Nations Unies se traduisent aujourd'hui par un progrès qualitatif du fonctionnement du système et, ce qui est plus important encore, de la conscience solidaire de la communauté mondiale.

Pint. 12 15. L'Assemblée générale, croyons-nous, est en mesure de fonctionner à la fois comme point de cristallisation de ce qui est acquis et comme manifestation, encore tâtonnante mais déjà visible, d'une nouvelle expression de la solidarité mondiale. Pint. 13 Pour que cela apparaisse dans toute sa clarté, il est indispensable qu'y puissent converger les aspirations des masses populaires du monde entier, la conscience rigoureuse de la solidarité qui unit les hommes et les peuples, et la décision qui doit inspirer les dirigeants politiques dans leur tâche au service des peuples et de la paix entre les nations.

(intertítulo 2)

Pint. 14 16. A l'aube des années 80, il me semble important d'énoncer sommairement ce qui apparaît comme le sédiment des années 70 dans le cadre du système des Nations Unies. Ce faisant, je laisserai délibérément de côté de nombreux points de l'ordre du jour qui mériteraient, à eux seuls, une intervention en séance plénière. La délégation de mon pays ne manquera pas de s'y reporter dans les commissions appropriées.

17. Et je dégage, entre autres : la situation à Chypre et en Asie du Sud-Est; les propositions de création de zones dénucléarisées en Afrique, au Moyen-Orient et en Asie du Sud; les premiers pas en vue de l'établissement d'un nouvel ordre international dans le domaine de l'information; la convocation d'une conférence mondiale du désarmement; ainsi Pint. 15 que toutes les questions concernant la condition de la femme, notamment la préparation d'une conférence mondiale en 1980, dans le cadre de la Décennie des Nations Unies pour la femme, et l'élaboration d'une convention sur l'élimination de la discrimination à l'égard des femmes.

Pint. 16 18. A propos de ce dernier point, qu'il me soit permis de rappeler que l'indéniable progrès réalisé dans le monde en ce qui concerne l'accès de quelques femmes à des postes politiques clefs ne doit pas nous faire oublier que l'immense majorité des femmes est encore très loin de pouvoir contribuer, en pleine égalité de droits et de possibilités, à la création des nouveaux modèles de vie et de société dont le monde a tant besoin.

(intertítulo 3)

Pint. 17 19. A la fin de cette décennie, nous sommes amenés à envisager notre adhésion à la Charte des Nations Unies non pas tant comme une affirmation de principe rigide et immuable — et, par là, abstraite et sans prise sur le réel — mais plutôt comme un code de conduite enrichi, dans son interprétation, par les éléments de l'expérience vécue et par les leçons des années 70.

Pint. 18 20. Nous estimons qu'à chaque étape de l'histoire des relations internationales, de nouveaux droits et les devoirs qui les accompagnent, de même que des normes de comportement toujours plus nettes, prennent corps, pour donner une vigueur renouvelée et une interprétation plus large aux principes affirmés dans la Charte.

Pint. 19 21. Dans les années 70, les profondes transformations intervenues dans l'ordre social et économique existant entre les peuples ainsi que le caractère insolite de beaucoup de conflits ont montré que le code de conduite contenu dans la Charte lie indissolublement toutes les nations, grandes ou petites, puissantes ou faibles, amenant les unes à reconsidérer la faiblesse de leur force et les autres à mesurer la force de leur faiblesse.

Pint. 20 22. Dans ce contexte, la Déclaration relative aux principes du droit international touchant les relations amicales et la coopération entre les Etats conformément à la Charte des Nations Unies [*résolution 2625 (XXV)*] et la Charte des droits et devoirs économiques des Etats [*résolution 3281 (XXIX)*] sont des exemples clairs de l'enrichissement du code de conduite que la Charte permet.

Pint. 21 23. La préoccupation croissante dans tout le système et l'expérience des dernières années en vue de transformer les positions antagoniques en plates-formes de concertation permettant la négociation par le dialogue et les éclaircissements respectifs ont permis, graduellement, de remplacer ce que l'on peut appeler la tyrannie du vote par la pratique, pleine de sagesse, du consensus. Il s'agit, dans cette évolution, du passage graduel de l'empire de la théorie juridique à la pratique de la solidarité.

(intertítulo 4)

Pint. 22 24. Grâce aux efforts déployés en vue de la concertation, les années 70 nous ont laissé, dans le cadre des Nations Unies, un profil plus net de ce que l'on peut appeler les questions politiques. En effet, deux organes fondamentaux du système sont étroitement liés à l'Assemblée générale et s'occupent tous les deux de questions politiques : le Conseil de sécurité et le Conseil économique et social.

Pint. 23 25. Le Conseil de sécurité est le siège statutaire de l'évaluation des rapports de force dans le monde et des efforts, toujours renouvelés, pour trouver des solutions pacifiques Pint. 24 aux grands conflits. Il est facile de vérifier que les grandes questions soulevées au Conseil de sécurité, dont mon pays a l'honneur de faire partie, concernent non seulement la dimension purement politique des événements, mais aussi des problèmes qui se posent à l'échelle mondiale, tels que l'injustice sociale et les conditions de vie sous-humaines que connaît une grande partie de l'humanité.

Pint. 25 26. Parallèlement, si le Conseil économique et social s'occupe d'une façon précise de questions relatives à l'économie, à la science, à la culture et à l'information — bref, de questions sociales au sens le plus large —, ces questions ne peuvent être considérées comme non politiques.

Pint. 26 27. La résolution 32/197 de l'Assemblée générale demande sans ambiguïté aux institutions spécialisées du système des Nations Unies de mettre immédiatement en œuvre les résolutions de l'Assemblée générale.

Pint. 27 28. Les problèmes d'ordre économique, social et culturel ont une dimension politique que seule l'Assemblée générale a compétence pour juger.

Pint. 28 29. Ces affirmations ne sont pas le résultat d'une interprétation politique du système des Nations ni d'une politisation inadéquate de tout le système. En effet, la décennie qui se Pint. 29 termine a confirmé sans équivoque que l'indépendance économique et l'indépendance politique sont liées d'une façon extrêmement intime et profonde.

Pint. 30 30. Dès que les pays producteurs de matières premières ont pris conscience de façon dramatique du fait que leur

indépendance économique était le seul garant de leur indépendance politique — jusqu'à l'affirmation de l'indépendance économique de pays que l'industrialisation semblait rendre invulnérables du point de vue politique — une évolution très profonde a eu lieu.

Pint. 31. Le lien entre ces deux vecteurs est si grand que nous pouvons légitimement nous demander sur quel critère se fonde aujourd'hui la véritable indépendance. Nous trouvons-nous déjà à une étape d'échanges économiques qui transcendent l'Etat-nation et en diminuent peut-être la force politique ? Le cas échéant, quelle garantie l'Etat-nation peut-il trouver pour assurer sa propre autonomie, la liberté de ses choix et de ses options ?

Pint. 32. Confrontés à des situations toujours plus difficiles, nous sommes envahis par des modèles qui ne nous sont pas familiers et par des aspirations qui nous viennent d'autres latitudes. Le grand défi auquel nous devons faire face est celui de sortir du réseau de relations toujours plus complexes, voire contradictoires, qu'implique le marché mondial et qui lient politiquement les Etats les uns aux autres, tout en affirmant l'autonomie de chaque peuple.

Pint. 33. Ce que je viens d'affirmer a un rapport étroit avec un autre legs important de la décennie des années 70 : le vide politique de la science et de la technologie devient évident lorsque ces dernières ne sont pas mises au service du développement et ne contribuent pas à la bonne entente entre les hommes et à leur bonheur.

(intertítulo 5)

Pint. 34. Le véritable potentiel des transformations réside dans la relation de l'homme avec son environnement naturel et culturel et avec son espace et son histoire. C'est à ce niveau-là que l'on peut faire obstacle à l'imposition d'un modèle unique et que l'on peut surtout créer les expressions de la culture — c'est-à-dire des façons de vivre et d'être, avec la force nécessaire pour stimuler des technologies plus adéquates —, des systèmes économiques plus flexibles, et affirmer une souveraineté à la fois plus rigoureuse et plus tolérante.

Pint. 35. Un tel processus de développement n'est cependant pas toujours compatible avec les contraintes économiques imposées souvent de l'extérieur et qui vont parfois même jusqu'à fixer des taux d'inflation et de chômage, voire le degré de l'augmentation de la richesse nationale d'un pays.

Pint. 36. De telles contraintes entraînent, au sein de vastes régions du monde ou dans la vie des peuples, la fixation irréversible, à moyen ou à long terme, de types bien définis d'activités scientifiques, techniques et commerciales empêchant que ces activités ne soient mises au service d'un peuple ou d'une culture. Cela revient à une négation du développement lui-même. C'est pour cela que l'on peut dire aujourd'hui que la science et la technique sont souvent le cheval de Troie d'une domination déguisée.

Pint. 37. La science et la technique peuvent en effet servir de véhicule à une certaine rationalité et à un langage commun; mais elles peuvent aussi provoquer la désintégration du tissu social. Pour qu'elles deviennent des outils d'un véritable développement, il faut procéder à la désaliénation du travail scientifique et technique qui, par une conception peu réaliste de ''pureté'' scientifique, se soustrait souvent aux mouvements sociaux du monde dans lequel il s'insère.

Pint. 38. Le renforcement des valeurs culturelles est aujourd'hui la ligne par où passe nécessairement toute stratégie d'une véritable indépendance nationale, non seulement pour sauvegarder la souveraineté légitime de chaque peuple, mais surtout pour défendre une communauté mondiale plus riche dans sa diversité et plus capable de faire face aux problèmes, grâce à la contribution apportée par chaque culture et chaque peuple.

Pint. 39. C'est à ce niveau-là qu'il faut situer, à l'intérieur du système des Nations Unies, l'œuvre systématique des institutions spécialisées et, d'une façon toute particulière, de l'UNESCO, à laquelle je me trouve personnellement associée en tant que membre du Conseil exécutif.

Pint. 40. Le développement que nous cherchons pour tous les peuples est en effet un développement endogène; il ne s'agit pas d'un développement en vase clos, de la recherche d'une racine mythique qui, soudain, ferait naître une science nouvelle et une technique nouvelle. Loins de là ! Il s'agit de respecter le rythme de croissance de chaque région, d'assurer le rendement optimal des matières premières, de percevoir la corrélation entre l'homme et la nature, entre le présent et l'histoire faite ou à faire. Il s'agit aussi, pour une société, de s'efforcer de façon dynamique de contribuer à sa propre évolution historique par le biais de sa culture, de ses techniques et de ses propres matériaux. Bref, il s'agit de la voie originale de tout développement historique.

(intertítulo 6)

Pint. 41. Un rapport plus net se dégage, en cette fin de décennie, entre les droits des individus et les droits des peuples. Les droits des individus constituent le fondement de l'ordre interne des Etats. Ils ont trait à la liberté et aux garanties fondamentales de la personne humaine, à l'information objective et à la capacité de bénéficier des liens culturels et de participer à leur création. Ils ont trait surtout à la possibilité pour chaque individu de choisir son destin, d'écrire sa propre histoire, d'exprimer sa pensée, d'ajouter au monde qu'il a trouvé en naissant une contribution personnelle qui constitue la culture dynamique, le droit d'être différent et d'exprimer cette différence; le droit à la vie en tant que bien fondamental et à la satisfaction des nécessités de base.

Pint. 42. Ces droits ne sont pas toujours satisfaits en tous lieux et en tous temps. Ils sont liés aux droits des peuples.

Pint. 43. Le droit inaliénable à la souveraineté — tel qu'il a toujours été compris — s'exerce sur le territoire, mais aussi, et surtout, sur les ressources naturelles et le patrimoine culturel qui les caractérisent. Le droit d'établir une stratégie de développement, de définir ses choix politiques et les limites de leur portée en est un autre. Chacun a le droit de ne pas être un simple élément subalterne que les circonstances lient à des puissances plus fortes, mais à être considéré comme partenaire à part entière sur le plan international.

(intertítulo 7)

Pint. 44. Car, sinon, combien inutile est l'effort de ceux qui, au sein de chaque société, travaillent et luttent pour un avenir meilleur dont ils rêvent et qu'ils chérissent et qui se voient les pièces d'un jeu d'échecs dont ils ignorent les règles ou sur lesquelles ils n'ont pas de prise.

Pint. 45. Et c'est dans ce contexte que surgit, avec tout son illogisme, la course aux armements. Dans un monde désordonné, ce sont des questions de simple survie plus encore que des questions d'ordre moral que le désarmement pose.

Pint. 46. Soyons clairs. Il n'y a pas de stratégie du développement pour les années 80 qui soit compatible avec la politique actuelle de la course aux armements. Dans ces conditions, ou bien la plus grande partie des ressources financières, scientifiques et techniques sont ''déviées'' vers la solution qu'elles pourraient apporter au problème du développement ou alors l'équilibre et le nouvel ordre mondial resteront des mythes. Le désarmement ne peut pas être envi-

sagé comme un vœu pieux empêchant le déclenchement d'une guerre mondiale.

Pint. 56 47. La course aux armements, de nos jours, provoque la guerre elle-même. Depuis la seconde guerre mondiale jusqu'à ce jour, plus de 125 guerres ont éclaté dans le monde et affecté directement plus de 60 pays et, de façon indirecte, plus de 80. Il faut dire que ces guerres localisées n'ont fait que perpétuer un système où le recours à la violence est une donnée permanente.

Pint. 57 48. C'est pourquoi le Portugal, tout en respectant scrupuleusement ses alliances, souhaite et défend tous les efforts ayant en vue un désarmement général et contrôlé.

Pint. 58 49. Bien sûr, nous reconnaissons la complexité et la difficulté des négociations sur le désarmement; nous n'oublions pas non plus le droit légitime des Etats à assurer leur sécurité. Nous proclamons toutefois l'impératif moral — et pragmatique — selon lequel il faut instaurer un esprit et les mécanismes susceptibles de remplacer l'hostilité latente qui règne aujourd'hui dans de vastes régions du monde par une atmosphère de confiance et de respect mutuels. Ce n'est qu'ainsi que l'on pourra mettre au service du progrès humain la large part des moyens techniques et financiers qui sont mobilisés actuellement par l'industrie des armements.

Pint. 59 Pint. 60 50. Dans cette perspective, mon pays se réjouit des négociations tenues entre les Etats-Unis et l'Union soviétique dans le cadre des pourparlers sur la limitation des armements stratégiques, dont la continuité et l'élargissement pourront constituer un pas important vers une véritable détente internationale. De même, le Portugal accorde une importance particulière aux initiatives ayant pour but d'établir des systèmes régionaux de sécurité, comme la Conférence sur la sécurité et la coopération en Europe, que l'Organisation des Nations Unies a encouragées.

Pint. 61 51. La conscience toujours croissante de la complexité accrue de la lutte pour les droits des peuples — de tous les peuples — nous oblige à mentionner avec une inquiétude particulière la situation au Moyen-Orient.

(intertítulo 8)

52. Lié par l'histoire et par la culture aux peuples de cette région, mon pays a, à plusieurs reprises, souligné la nécessité de trouver une solution globale, juste et durable, qui garantisse à tous les Etats de ladite région le droit d'exister et de vivre en paix à l'intérieur de frontières reconnues et respectées, qui conduise au retrait d'Israël des territoires Pint. 62 occupés depuis 1967 et au démantèlement des colonies de peuplement qu'Israël a créées et qui assure enfin la concrétisation effective des droits nationaux légitimes du peuple palestinien injustement déchiré par une diaspora si souvent accompagnée d'effusions de sang, de persécutions et de désespoir.

Pint. 63 53. Le Portugal, qui préside la Commission créée par le Conseil de sécurité pour étudier la situation concernant les colonies dans les territoires arabes occupés[2], voudrait laisser ici un clair témoignage de la croissante anxiété du peuple palestinien et de la détermination avec laquelle il se bat pour faire reconnaître son droit inaliénable à créer une patrie dans laquelle il puisse vivre librement, et de façon à ce que prenne fin sa condition actuelle, inacceptable pour la conscience de la communauté internationale.

(intertítulo 9)

Pint. 64 54. Parmi les différentes tâches que l'Organisation des Nations Unies s'est assignée pour assurer l'exercice effectif des droits fondamentaux des peuples, la décolonisation et la défense du droit à l'autodétermination ont occupé une place de la plus grande importance, mettant à jour leur potentiel d'intervention morale. Certaines situations coloniales persistent quand même, qui mettent en jeu la stabilité internationale et constituent un défi à la conscience des nations.

55. Telle est la situation en Afrique australe où, en Namibie et au Zimbabwe, l'on voit persister des systèmes politiques illégaux qui, non seulement empêchent les populations de ces deux pays d'exercer librement leur droit à l'autodétermination, mais sont aussi à l'origine d'attaques condamnables contre des pays voisins auxquels nous attachent d'étroits liens de solidarité.

Pint. 65 56. Le Gouvernement portugais espère que les efforts diplomatiques entrepris dans le cadre des Nations Unies en vue de mettre fin à l'occupation illégale de la Namibie pourront, dans un proche avenir, mener le Territoire à l'indépendance, dans le respect intégral de son unité et de son intégrité territoriale et de la volonté librement exprimée de toutes ses forces politiques.

Pint. 66 57. Nous avons fait l'expérience douloureuse de circonstances comparables et du cycle dramatique et négatif de l'intransigeance politique, et nous espérons que l'actuelle Pint. 67 Conférence constitutionnelle sur la Rhodésie, tenue à Londres, trouvera une formule capable de restaurer la légalité, de défendre équitablement les divers intérêts légitimes en jeu et de restituer au peuple du Zimbabwe le droit d'exprimer librement sa volonté sans d'injustes tutelles de la part de minorités internes.

Pint. 68 58. Un autre aspect négatif de la situation existant dans la région est mis en évidence par le système d'*apartheid* dont la persistance vient de nous être prouvée une fois de plus par l'établissement d'un nouveau bantoustan qui, d'ailleurs, n'a été reconnu — et cela est significatif — que par ses créateurs.

59. Le Portugal, dont le peuple a toujours rejeté toute forme de discrimination fondée sur la race, réitère fermement sa condamnation de cette pratique politique et sociale qui constitue une offense à la conscience universelle et un obstacle au progrès de l'humanité.

Pint. 69 60. Un autre peuple — celui du Timor oriental — lié directement à mon pays par l'histoire, continue de se voir refuser le droit légitime à l'autodétermination. Malgré plusieurs condamnations par l'Organisation des Nations Unies, malgré les résolutions adoptées par cette assemblée et par le Conseil de sécurité, le peuple du Timor oriental n'a pu, jusqu'à présent, exercer effectivement ce droit, et le Portugal, en tant que Puissance administrante, n'a pas pu, à lui seul, renverser la situation injuste créée dans le territoire. Nous lançons donc un appel à la conscience internationale pour que soient rapidement réunies les conditions qui permettront la normalisation progressive de la vie des populations du Timor oriental.

(intertítulo 10)

Pint. 70 61. Parallèlement à la reconnaissance des droits fondamentaux des peuples, sous leurs différentes formes, un impératif se dégage clairement : celui de créer et de consolider le droit capable d'exprimer, en des termes équitables et légaux, l'actuelle interdépendance des nations en ce qui concerne l'utilisation et la défense des facteurs écologiques et des ressources physiques de l'humanité.

Pint. 71 62. L'inclusion dans une future convention relative au droit de la mer de principes comme celui du "patrimoine commun de l'humanité" et d'un système d'exploitation

[2] Commission du Conseil de sécurité créée en application de la résolution 446 (1979).

d'une zone maritime importante sur la base de ce principe, et la recherche de solutions juridiques visant à une plus juste redistribution, à l'échelle mondiale ou régionale, des ressources naturelles biologiques ou non, constituent des précédents significatifs pour l'avenir des normes régissant les relations internationales et un pas positif dans la voie de l'établissement d'un nouvel ordre mondial. C'est dans cet esprit que le Gouvernement portugais, décidé à contribuer par tous les moyens à sa disposition à l'établissement d'un ordre maritime plus juste, a proposé que Lisbonne devienne le siège d'une des institutions prévues par la future convention, car mon gouvernement veut faire tout son possible pour établir un ordre maritime plus juste.

(intertítulo 11)

63. Les réflexions que nous ont inspirées les années 70 nous permettent d'envisager avec espoir la prochaine décennie. La grande tâche de ces prochaines années est, à notre avis, l'instauration d'un nouvel ordre international qui transcende une dimension exclusivement économique et politique pour toucher aussi les plans social, culturel et de l'information. Il ne s'agit pas d'une réorganisation plus ou moins technocratique des systèmes d'échanges économiques et commerciaux entre les nations. A ce niveau, il serait urgent d'adopter des attitudes mentales hardies et pleines d'imagination et de transformer les structures de façon à intégrer les facteurs que l'époque de la domination de l'idéologie de l'industrialisme a laissés de côté.

64. De telles attitudes et de telles transformations semblent être nécessaires sur deux fronts.

(intertítulo 12)

65. Il s'agit, en premier lieu, de découvrir de nouveaux modèles pour les sociétés postindustrialisées. Contrairement à certaines idées, généreuses à court terme, mais malthusiennes à moyen terme, nous croyons que la contribution spécifique des pays riches et hautement industrialisés est aujourd'hui indispensable à l'évolution de l'humanité. De même que la machine à vapeur a été à l'origine d'une nouvelle compréhension des phénomènes de l'énergie et du travail, de même, aujourd'hui, il nous faudrait non pas nécessairement découvrir quelque chose de nouveau, mais percevoir le concept d'un modèle de rapports socio-culturels, et décanter les acquisitions les plus significatives de l'ère de l'industrialisation.

66. Un tel modèle suppose l'abandon de l'égoïsme institutionnalisé et la recherche délibérée d'objectifs sociaux et culturels susceptibles de se placer sur un plan différent de celui de la seule croissance économique.

67. Nous sommes profondément convaincus que c'est là que se situe la contribution vitale que les pays riches peuvent apporter au monde, à la présente phase de civilisation. Certains mouvements, bien que relativement marginaux, que ce soit dans le domaine technique — en particulier dans celui de l'énergie — ou dans le domaine des rapports humains — surtout les mouvements féministes — nous montrent déjà la voie à suivre. Il faut mettre l'accent sur les découvertes de nature humaine et sociale, outre celles de la science et de la technique.

(intertítulo 13)

68. Le changement d'attitudes que le nouvel ordre économique international suppose de la part des pays pauvres sera tout aussi radical et exigeant. Nous devrons rechercher une plus grande possibilité de dialogue, sans manquer de fermeté dans la défense de positions justes, et choisir un pragmatisme sain qui ne soit pas limité, au départ, par un radicalisme verbal dans lequel notre impuissance nous conduit si souvent. Nous devrons surtout redécouvrir qu'un ordre plus juste ne dépend pas seulement de la tolérance, de la compréhension et des "concessions" des riches vis-à-vis des pauvres — que chaque pays pauvre prétend, à sa façon, obtenir pour lui-même —, mais qu'il doit reposer aussi sur la clarté de nos intentions, sur les conquêtes et les réalisations auxquelles nous serons parvenus dans nos propres pays.

69. Nous perdrions toute possibilité de dialogue au sein de la communauté des nations si, en parlant d'un nouvel ordre international plus juste, nous étions en train en même temps de bâtir un ordre intérieur plus injuste

(intertítulo 14)

70. Nous pouvons affirmer dès maintenant que l'expression si fréquemment utilisée de solidarité mondiale traduit une nouvelle sensibilité vis-à-vis de la coopération internationale et implique un nouveau type de liens entre les peuples et les nations.

71. Il est grand temps de mettre un terme à l'injustice qui consiste à faire fi des vastes capacités créatrices de tant de peuples qui, végétant à la limite de la survie, sont encore loin de pouvoir profiter du patrimoine des connaissances intellectuelles, scientifiques et technologiques de l'humanité.

72. Pour progresser dans la voie du développement humain, de la paix, de la sécurité et de l'équité économique, il ne faut pas oublier la difficile réalité objective qui, dans ses différentes manifestations, constitue le monde divisé actuel. Il faut reconnaître aussi que la communauté des nations se trouve encore éloignée, dans l'esprit, la pratique et même les intentions, d'une bonne volonté véritable. Et bien que les idéalismes excessifs n'aient pas leur place ici, nous considérons cependant qu'il existe un large champ de convergence d'intérêts et de profits, qui pourrait permettre, dans un climat de souplesse et de transactions, de commencer à donner corps aux aspirations légitimes d'une vie internationale plus juste et plus structurée. C'est précisément cette tâche décisive que la présente période semble imposer aux Nations Unies. Evitant l'isolement ou la radicalisation, il leur faudra créer les mécanismes de rencontre et de discussion, perfectionner les systèmes et les principes qui peuvent les structurer et leur donner une force concrète, mettre d'accord et rendre dynamiques les volontés politiques qui rendent possibles leur progrès et procéder à l'examen critique des modèles de développement présents ou proposés.

73. L'Organisation des Nations Unies a donc pour tâche d'accepter le défi de cette ère nouvelle, sous peine de ne plus jouer qu'un rôle secondaire et de devenir incapable de s'acquitter de la tâche historique qui, aujourd'hui, exige toute la lucidité et la sagesse des nations.

74. La ligne du consensus, bien que difficile, n'est pas irréalisable, car — tout le monde le sait très bien — l'autre solution est inquiétante et n'a pas de clarté morale. C'est pour cela que la prise de conscience de la nécessité d'un nouvel ordre international — politique, économique, social et culturel —, bien qu'à ces débuts, gagne de l'ampleur. Et bien qu'il s'agisse d'un objectif lointain, proche de l'utopie, nous ne devons ni l'abandonner ni y renoncer; en effet, d'autres batailles entreprises par notre organisation — comme celle de la décolonisation — semblaient au début impossibles ou insensées et ne représentaient qu'un pari sur l'avenir.

(intertítulo 15)

75. Il ne s'agit pas seulement d'un changement de notre mode de vie, ni d'un nouveau pragmatisme dans les rapports entre peuples et pays, ni même d'une simple stratégie de survie internationale. Il s'agit surtout d'un besoin impératif

pour tous de façonner, avec patience, dans la fraternité et à la lumière de notre condition humaine le visage moral qui manque tellement dans les rapports entre nations.

Pint. 94 76. Dans ce visage, l'on pourra alors retrouver le profil de l'homme des temps nouveaux, capable de justifier l'espoir de voir la civilisation humaine s'engager dans une ère nouvelle.

Pint. 95 77. On ne peut donc pas parler en termes mondiaux sans affirmer explicitement l'homme au singulier. Car c'est l'homme qui est l'alpha et l'omega de tout développement, de tout acte culturel, de toute conception politique. La caution des libertés de chaque homme n'est plus un problème limité, c'est un problème mondial.

Pint. 96 78. J'appartiens à un pays pauvre et petit, un pays qui, depuis le 25 avril 1974 a indissolublement lié la liberté de chaque Portugais à la solidarité active avec tous les peuples du monde.

Pint. 97 79. Le Portugal a vécu, pendant des siècles, cette solidarité par-delà les mers et les continents. Aujourd'hui, les ambiguïtés de l'histoire sont dépassées et, dans sa vie quotidienne, dans l'espace et dans la place qui est la sienne, mon pays vit, expérimente et construit sa part de la nouvelle solidarité mondiale qui se dégage. Il n'est donc pas étonnant que l'un de ses poètes contemporains exprime métaphoriquement les liens qui unissent le peuple portugais à l'humanité tout entière. Je voudrais, en conclusion, le citer comme un témoignage de nos sentiments :

Pint. 99
Le soleil illumine mon village
De plusieurs angles.
Nouvel angle, nouvelle idée,
D'autres degrés, d'autres raisons.
Car les hommes de mon village
Se comptent par centaines de millions.
Mon village est tout un monde.
Le monde entier m'appartient.
C'est là où je me rencontre et me confonds
Avec des gens de partout
Car j'appartiens à tout le monde.

80. Le PRÉSIDENT *(interprétation de l'anglais)* : Au nom de l'Assemblée générale, je remercie le Premier Ministre du Portugal, de l'importante déclaration qu'il vient de faire.

POINT 9 DE L'ORDRE DU JOUR

Débat général *(suite)*

81. M. FISCHER (République démocratique allemande) [*interprétation de l'anglais*[3]] : Je vous prie, Monsieur le Président, d'accepter mes félicitations à l'occasion de votre élection à ces hautes fonctions. Nous sommes particulièrement heureux, étant représentant d'un pays avec lequel nous avons des liens amicaux, de vous voir assumer la présidence de la trente-quatrième session de l'Assemblée générale. Je vous souhaite, ainsi qu'au Secrétaire général, M. Kurt Waldheim, plein succès dans vos tâches lourdes de responsabilités.

82. Nous saluons le nouveau Membre de l'Organisation des Nations Unies, Sainte-Lucie.

83. Je tiens également à adresser à la délégation de la République populaire d'Angola nos sincères condoléances à l'occasion du décès du président Antonio Agostinho Neto, grand révolutionnaire et homme d'Etat éminent de l'Afrique.

84. A la présente session, tout comme aux sessions précédentes, l'Assemblée générale des Nations Unies est particulièrement appelée à s'occuper de la lutte pour la paix et la sécurité. Certes la situation à cet égard se présente de façon plus favorable, mais beaucoup reste encore à faire pour permettre à tous les peuples de se développer dans la paix. Les agressions, les menaces de recours à la force, les conflits qui couvent, l'oppression coloniale persistante et, bien sûr, la course aux armements accélérée vont à l'encontre de la volonté de l'humanité et des buts des Nations Unies.

85. Que personne n'oublie qu'il y a 40 ans, la fascisme allemand a mis le monde à feu et à sang, créant un holocauste de 50 millions de vies humaines ! La victoire de la coalition anti-hitlérienne sur cette barbarie, victoire à laquelle le peuple soviétique a apporté une contribution décisive, a permis d'entrer dans une ère nouvelle. La lutte pour la paix, à laquelle la République démocratique allemande participe de toutes ses forces, a pour but de préserver le droit fondamental de l'homme à la vie et, en même temps, de promouvoir son droit de vivre dans un milieu social sûr. La Charte des Nations Unies érige la paix en devoir suprême des Etats.

86. L'Année internationale de l'enfant a, en fait, permis à tous les peuples de mieux comprendre la responsabilité de notre génération à l'égard d'un avenir pacifique pour l'humanité.

M. Illueca (Panama), vice-président, prend la présidence.

87. La préservation de la paix demeure la tâche principale de l'Organisation des Nations Unies. A cet égard, elle peut certainement compter sur les Etats socialistes. La Déclaration des Etats parties au Traité de Varsovie, publiée à Moscou en novembre dernier[4], précisément lors de la réunion des ministres des affaires étrangères tenue à Budapest les 14 et 15 mai 1979, témoigne des efforts persévérants qu'ils déploient pour adopter des mesures efficaces en vue de promouvoir la coexistence pacifique.

88. L'Organisation des Nations Unies trouve une force sans cesse croissante auprès du Mouvement des Etats non alignés, qui, à la sixième Conférence des chefs d'Etat ou de gouvernement des pays non alignés, à La Havane, a souligné de façon remarquable son rôle constructif dans les affaires internationales.

89. La sécurité internationale exige l'engagement sans équivoque de tous les Etats de respecter mutuellement leurs droits fondamentaux et leurs intérêts légitimes et de travailler de concert afin que la paix puisse régner à jamais. C'est là, en essence, l'impératif catégorique de notre temps.

90. Les mesures en résultant, qui sont interdépendantes, peuvent être définies clairement.

91. Premièrement, la course aux armements doit prendre fin et le désarmement doit être favorisé par des mesures concrètes afin que la détente politique puisse être appuyée sur le plan matériel.

92. Deuxièmement, les piliers politiques et juridiques de la coexistence pacifique doivent être renforcés, la confiance entre les Etats doit également être raffermie et les diffé-

[3] M. Fischer s'est exprimé en allemand. La version anglaise de sa déclaration a été communiquée par la délégation.

[4] Voir *Documents officiels du Conseil de sécurité, trente-troisième année, Supplément d'octobre, novembre et décembre 1978*, document S/12939.

rends entre Etats doivent être réglés conformément à la Charte des Nations Unies, c'est-à-dire pacifiquement.

93. Troisièmement, l'oppression colonialiste et raciste doit être éliminée et le droit des peuples à disposer d'eux-mêmes assuré.

94. Quatrièmement, la coopération internationale dans l'intérêt de tous doit être développée d'une manière aussi étendue que possible, ce qui comporte l'établissement de relations économiques sur une base d'égalité. Décider tout cela ne saurait être la prérogative de quelques-uns; c'est bien plutôt l'Organisation des Nations Unies, cette organisation mondiale, qui doit redoubler d'effort dans ce sens.

95. De même, l'Organisation doit veiller rigoureusement à ce que nul ne puisse recourir à la force armée, ni même à la menace de recourir à la force armée pour satisfaire ses besoins en énergie ou en matières premières.

96. En tant qu'Etat socialiste, la République démocratique allemande, qui n'a pas oublié le passé et qui est bien consciente du présent, envisage ces tâches sans aucun parti pris. Les principes du droit international, inscrits dans sa constitution, déterminent sa politique pratique quotidienne. Lorsqu'elle a été fondée, il y a bien près de 30 ans, le premier Président de notre pays, Wilhelm Pieck, a pris l'engagement suivant :

> "Nous nous acquitterons scrupuleusement de toutes les obligations découlant de l'Accord de Potsdam. C'est ainsi que nous voulons recouvrer la confiance du monde et nous associer à la communauté des Etats démocratiques épris de paix."

97. A la veille du trentième anniversaire de la fondation de notre Etat, je dois dire que le peuple de la République démocratique allemande a fait honneur à cet engagement. Aux côtés de tous les Etats épris de paix, il ne cesse de poursuivre une politique visant à rechercher la sécurité internationale et à coexister pacifiquement avec tous les autres Etats. Comme tous les autres peuples, nous avons besoin de la paix, non seulement pour préserver ce que nous avons réalisé, mais encore pour accroître ce que nous avons acquis.

98. La sécurité internationale exige avant tout la limitation des armes et le désarmement. La dixième session extraordinaire de l'Assemblée générale des Nations Unies a élevé au rang de maxime cette conclusion reconnue par tous les Etats. Nous ne voulons pas, nous ne devons pas tolérer qu'un énorme potentiel créateur et d'immenses ressources matérielles soient utilisés pour mettre au point et fabriquer des instruments de guerre toujours plus cruels. La course aux armements n'est pas une loi de nature. Il appartient à l'homme et à l'homme seul de décider s'il entend fabriquer des armes ou produire des biens répondant aux besoins quotidiens.

99. Les Etats socialistes font tout ce qui est en leur pouvoir pour parvenir au désarmement. Ils travaillent durement et systématiquement en vue de l'adoption de mesures pratiques.

100. Nous avons constaté avec satisfaction que les Etats non alignés ont réaffirmé à La Havane leur intention d'user de leur influence croissante sur le plan international pour parvenir à cette fin [*voir A/34/542, annexe, sect. I, par. 217 à 226*]. Et comme l'ont montré les activités du Conseil mondial de la paix, par exemple, aux Nations Unies à New York en 1978, les forces civiques, elles aussi, ont un mot important à dire pour défendre les intérêts vitaux des peuples. C'est ainsi qu'il sera possible de donner vie, peu à peu, à l'antique idée humaniste consistant à remplacer la guerre et les armements par une paix éternelle.

101. Certains se demandent encore si une paix et une sécurité stables peuvent être obtenues grâce au désarmement ou si elles seraient mieux favorisées par les armements. La réponse découle à l'évidence de l'histoire de deux guerres mondiales qui, chacun le sait, ont été précédées de programmes d'armement. En fait, nul ne peut vivre aujourd'hui en sécurité alors que les arsenaux d'armes nucléaires et autres armes de destruction massive ne cessent de s'accroître. La thèse défendue dans certains milieux selon laquelle l'escalade aux armements assure une possibilité de chantage politique s'est toujours révélée fausse. C'est pourquoi la morale et la raison exigent la cessation de la course aux armements et une sécurité accrue grâce au désarmement.

102. Il faudra naturellement tenir compte à toutes les étapes des négociations de désarmement des intérêts légitimes de la sécurité nationale des parties intéressées. Cependant, ces intérêts ne devront pas servir de prétexte pour s'opposer à des mesures efficaces de désarmement et l'affirmation proclamée d'une limitation des armes et d'une volonté de désarmement ne doit pas être mise en doute par une conduite quotidienne qui viendrait la contredire. Ainsi, comme on le sait, un programme d'armement à long terme a été adopté non loin d'ici au moment où précisément les Nations Unies tenaient leur dixième session extraordinaire, consacrée au désarmement.

103. Le désarmement exige un constant et persistant mouvement en avant. La volonté politique d'une action résolue est indispensable si l'on veut répondre aux exigences exprimées dans le Document final de la dixième session extraordinaire de l'Assemblée générale [*résolution S-10/2*]. Dans le passé, des événements prometteurs ont vu leur évolution très fréquemment retardée, sinon interrompue, pendant de longues périodes. C'est pourquoi nous avons tout lieu de nous réjouir particulièrement des résultats de la réunion tenue à Vienne entre Leonid Brejnev, président du Présidium du Soviet suprême de l'Union soviétique, et Jimmy Carter, président des Etats-Unis. Cette rencontre a reçu l'appui chaleureux de tous les peuples de bonne volonté et a trouvé dans mon pays un écho très positif. La réaction mondiale provoquée par le traité résultant de la deuxième série de pourparlers sur la limitation des armements stratégiques[5] montre de manière éclatante que des mesures authentiques visant à la limitation des armements ont pour effet d'améliorer le climat et la confiance entre les Etats. Il faut donc espérer que ce traité sera ratifié.

104. Le nouveau traité qui tend à limiter, tant quantitativement que qualitativement, les plus dangereuses des armes offensives stratégiques constitue le jalon le plus important connu jusqu'ici dans le domaine de la recherche de la limitation de la course aux armements; il s'agit là également d'une mesure importante qui permettra d'améliorer les relations soviéto-américaines et d'assainir le climat politique international. Avec sa ratification, la trame des accords bilatéraux et multilatéraux sur la limitation des armes et des armements deviendra plus serrée encore et la menace d'une guerre thermonucléaire s'estompera. La voie du progrès dans les autres négociations s'en trouvera facilitée. Ce que nous avons ainsi réalisé doit nous encourager à

[5] Traité entre les Etats-Unis d'Amérique et l'Union des Républiques socialistes soviétiques sur la limitation des armes stratégiques offensives, signé à Vienne le 18 juin 1979.

prendre d'autres mesures concrètes dans la voie du désarmement. Dans cet esprit, il faut également interdire les armes radiologiques et à neutrons, ainsi que les autres moyens de destruction massive, et conclure dès que possible un traité sur la cessation des essais nucléaires et le renforcement du régime de non-prolifération des armes nucléaires. Enfin, il devrait être possible aussi de faire avancer les pourparlers de Vienne sur la réduction des forces armées et des armements en Europe centrale.

105. Depuis six ans maintenant, les Etats socialistes, dont la République démocratique allemande, partie directe aux négociations, ont attendu que toutes les parties aux pourparlers présentent des propositions constructives. Nos propositions, qui ne portent atteinte à la sécurité d'aucun pays mais au contraire la renforcent, sont compréhensibles pour quiconque veut les examiner et, depuis longtemps, elles sont sur la table des négociations.

106. La nécessité de mettre un terme à la course aux armes nucléaires acquiert une urgence toujours plus grande. Nous invitons tous les Etats dotés d'armes nucléaires à entreprendre sans délai des consultations et des négociations sur la cessation de la fabrication des armes nucléaires et sur la réduction des stocks de ces armes.

107. A la suite de la réunion de Vienne susmentionnée entre l'Union soviétique et les Etats-Unis d'Amérique, nous espérons que le travail de préparation pour une conférence mondiale du désarmement donnera des résultats tangibles. Le traité résultant de la deuxième série de négociations a fourni la preuve que les problèmes les plus complexes peuvent être résolus si le réalisme et la bonne volonté triomphent.

108. La République démocratique allemande appuie entièrement l'initiative de la République socialiste tchécoslovaque qui propose l'adoption d'une déclaration sur la coopération internationale pour le désarmement [*voir A/34/141*]. Cela semble d'autant plus urgent que les forces qui capitalisent sur la production des armes et cherchent à mener une politique de puissance qui appartient à des temps définitivement révolus continuent à faire preuve d'une résistance opiniâtre. Les plans visant à déployer de nouveaux systèmes d'armes nucléaires en Europe occidentale en sont un exemple. En répandant la légende d'une prétendue menace venant de l'Est, ces forces cherchent à faire naître des craintes et à justifier leur campagne d'armement qu'elles présentent comme une nécessité absolue de façon à induire tout le monde en erreur.

109. Le peuple de la République démocratique allemande sait par expérience que de l'Est, de l'Union soviétique, viennent la paix et la notion et la réalité de la coexistence pacifique. C'est dans les pays socialistes que sont nées et naissent encore les grandes initiatives visant à renforcer la sécurité internationale et à assurer le désarmement. Ce n'est que logique, car le socialisme est le plus puissant contrefort de la paix.

110. Le désarmement est le moyen le plus direct et le plus sûr d'arriver à une sécurité internationale stable. Il doit être accompagné de traités et d'accords. C'est ce principe qui a inspiré les Etats membres de l'Organisation du Traité de Varsovie lorsqu'ils ont présenté leur programme de paix. Leurs propositions visent à exclure l'usage de la force dans les relations internationales, à assurer la souveraineté des Etats dans tous les domaines et à interdire toute ingérence dans leurs affaires intérieures. Grâce aux efforts des Etats parties au Traité de Varsovie, les relations entre les Etats en Europe n'ont cessé de s'améliorer, malgré certains obstacles. Cela devrait nous encourager à obtenir encore plus; le *statu quo* serait un pas en arrière. Voilà pourquoi les Etats socialistes proposent de renforcer le renoncement à l'usage de la force par un traité qui engagerait toutes les parties à ne pas utiliser en premier les armes atomiques ou classiques.

111. En conséquence, le principe juridique international interdisant le recours à la force, énoncé au paragraphe 4 de l'Article 2 de la Charte des Nations Unies, serait renforcé et mis en rapport avec les dangers principaux de notre temps. Lorsqu'il s'agit d'une question ayant une importance aussi vitale pour l'humanité, il ne faut épargner aucun effort, aucune possibilité, pour exclure la force des affaires internationales. En outre, il est nécessaire de renforcer la confiance entre les nations grâce à des accords rédigés de façon très précise. A cette fin, les Etats socialistes ont proposé de convoquer une conférence spéciale à laquelle participeraient les Etats signataires de l'Acte final d'Helsinki[6]. Les Etats socialistes cherchent à faire en sorte que la deuxième session d'évaluation de la Conférence sur la sécurité et la coopération en Europe, qui sera tenue à Madrid en 1980, se déroule de façon constructive. Cette réunion doit favoriser les progrès de la détente.

112. La région européenne, où a été déclenchée la seconde guerre mondiale, où après 1945 la guerre froide empoisonnait le climat international et où les capacités militaires les plus grandes sont concentrées aujourd'hui, éprouve un besoin tout particulier de limitation des armements, de désarmement et de relations stables de bon voisinage entre tous les Etats. Depuis 30 ans, il y a en Europe deux Etats allemands souverains, dotés de régimes sociaux diamétralement opposés. L'existence de ces deux Etats et la reconnaissance de l'inviolabilité de la frontière entre ces deux Etats sont devenus un élément à la fois important et indispensable de l'équilibre politique en Europe. Cet élément est l'un des fondements d'une sécurité et d'une paix durables sur notre continent. Quiconque, sous quelque prétexte que ce soit, chercherait à modifier ces résultats de l'histoire de l'après-guerre ou chercherait à remplacer la réalité par une illusion, desservirait, délibérément ou non, les intérêts de la sécurité européenne et de la paix mondiale, parce qu'il encouragerait les forces du revanchisme. Il est certainement approprié de rappeler ce fait, étant donné que c'est l'attaque de l'Allemagne fasciste contre les frontières de sa voisine orientale, la Pologne, le 1er septembre 1939, qui a précipité la guerre la plus dévastatrice de l'histoire de l'humanité.

113. Pour sa part, la République démocratique allemande n'épargnera aucun effort pour développer des relations mutuellement avantageuses, conformément à l'Acte final d'Helsinki, avec les Etats voisins de l'Ouest, y compris la République fédérale d'Allemagne. Non seulement cela constitue une politique réaliste, mais c'est également une politique qui fait preuve d'un grand sens des responsabilités puisqu'elle tient compte de l'intérêt des peuples européens dans une détente durable et qu'elle repose sur des traités européens bien connus dont les effets favorables sur la réduction des tensions ont été constatés par tous les peuples du monde. D'ailleurs, je voudrais ajouter que la sécurité et la coopération en Europe supposent également une situation stable et pacifique à Berlin-Ouest et dans les alentours. Le critère qui permettrait de mesurer la volonté de détente est le respect strict du statut de Berlin-Ouest,

[6] Acte final de la Conférence sur la sécurité et la coopération en Europe, signé à Helsinki le 1er août 1975.

tel qu'il a été défini dans des dispositions engageant toutes les parties dans l'Accord quadripartite[7]. Toute intention de modifier ou de circonvenir l'équilibre des intérêts qui a été réalisé, ne peut que faire naître la tension.

114. La République démocratique allemande sait que l'établissement de la stabilité et d'un climat de confiance constitue une préoccupation non seulement régionale mais aussi mondiale. Pour cette raison, il faudrait accorder une très haute priorité à la conclusion d'un traité mondial sur le non-recours à la force. Si l'on pouvait rédiger un tel traité, la menace d'agression et de conflit militaire diminuerait. Une interdiction générale de l'usage des armes nucléaires pourrait également être concevable dans ce cadre. Le droit à la légitime défense en cas d'agression, qui est garanti par la Charte des Nations Unies, ne serait pas affecté puisque le traité devrait, de toute évidence, promouvoir et créer une situation dans laquelle il ne serait plus nécessaire de recourir à ce droit. La conclusion d'un accord sur le non-recours aux armes nucléaires contre des Etats non dotés d'armes nucléaires et l'interdiction du placement de telles armes dans les territoires où il n'y en a pas à l'heure actuelle, constitueraient sans aucun doute des pas dans cette direction.

115. Certains moyens d'information de masse font de la publicité en faveur de la guerre, de la haine entre les peuples et de la course aux armements, et cela va à l'encontre du renforcement de la sécurité internationale. La déclaration de l'UNESCO de l'année dernière à ce sujet[8] cherche à empêcher de telles actions. Il serait utile que le Secrétariat des Nations Unies fournisse des renseignements sur le genre de publicité accordé dans le monde entier aux efforts faits pour limiter les armements.

116. La même attention doit être accordée aux activités fascistes et néo-fascistes croissantes, fait que M. Erich Honecker, secrétaire général du Comité central du parti de l'unité socialiste de l'Allemagne et président du Conseil d'Etat de la République démocratique allemande, a souligné au cours des entretiens qu'il a eus, en avril dernier, avec M. Kurt Waldheim, secrétaire général des Nations Unies.

117. Ceux qui cherchent à terroriser l'opinion publique, à se livrer à des campagnes de calomnies et à prêcher la haine entre les peuples et les races peuvent facilement être qualifiés de pires ennemis de la paix, de la compréhension entre les peuples et des droits de l'homme. Il faut les combattre résolument afin que les peuples n'en supportent pas les conséquences. Toute tolérance, ou même toute indulgence, serait dangereuse. La naissance de l'Organisation des Nations Unies et son mandat sont indissolublement liés à la victoire remportée sur la barbarie fasciste. La répulsion que nous inspirent ces fléaux doit susciter une surveillance attentive et la détermination d'étouffer dans l'œuf toute nouvelle tentative de ce genre. Il faut que l'Organisation des Nations Unies réagisse vigoureusement et adéquatement aux activités des forces néo-fascistes.

118. Décidés à empêcher le déclenchement d'une troisième guerre mondiale, nous nous félicitons aussi de la proposition présentée par l'Union soviétique visant à condamner, de cette tribune, la politique d'hégémonie sous toutes ses formes [*voir A/34/243*]. A notre sens, c'est là un moyen approprié de renforcer les principes de la Charte des Nations Unies et d'encourager leur mise en œuvre. Le respect sans réserve de l'égalité souveraine de tous les Etats et la protection de leur indépendance sont essentiels pour que l'Organisation des Nations Unies puisse s'acquitter de ses nobles tâches. Nous appuyons la proposition soviétique, conscients de l'engagement envers la paix que notre Etat de travailleurs et de cultivateurs a solennellement pris après que le fascisme hitlérien, l'épitomé de la pire hégémonie, eut été écrasé.

119. Les conflits internationaux non résolus et les violations flagrantes de la Charte des Nations Unies mettent en danger la sécurité internationale. En outre, certains milieux ont l'arrogance de s'arroger "le droit d'entreprendre des actions punitives". Une agression a été lancée contre la République socialiste du Viet Nam, pays ami de la République démocratique allemande. Seule une défense résolue des victimes de cette attaque et une solidarité internationale déployée à leur égard sur le plan mondial ont mis fin à cet acte arbitraire.

120. Nous sommes également préoccupés par les tentatives constantes qui sont faites pour tirer parti du problème des réfugiés en Asie du Sud-Est, qui a été créé à la suite de la politique d'agression impérialiste visant à déséquilibrer la situation dans la région. Il est évident que quelqu'un tire les ficelles, et il s'agit de ces mêmes forces qui cherchent à s'opposer à la construction pacifique au Viet Nam, au Laos, au Kampuchea et dans d'autres Etats. Nous sommes solidaires des peuples de l'Indochine, qui défendent résolument leur droit à l'autodétermination et à la paix dans la région. Le siège, ici, dans cette organisation, appartient à la République populaire du Kampuchea.

121. Il a été prouvé à maintes reprises que les principes de la Charte des Nations Unies constituent la base appropriée permettant de résoudre les problèmes entre Etats. Si l'on abandonne cette base, aucune solution durable n'est possible. Ainsi, comme chacun peut le voir, l'accord séparé au Moyen-Orient n'a fait qu'aggraver la situation. La zone de conflit devient un arsenal immense doté des armements les plus perfectionnés. De nouveaux actes d'agression contre les Etats arabes constituent des menaces. La souveraineté du Liban est foulée aux pieds. Le retrait d'Israël de tous les territoires occupés depuis 1967 et la garantie au peuple palestinien du droit à l'autodétermination, y compris le droit de former son propre Etat, demeurent les conditions préalables fondamentales de la paix et de la sécurité de tous les Etats au Moyen-Orient. Les décisions adoptées par l'Organisation mondiale ne permettent pas qu'elle soit mêlée à des manœuvres séparatrices qui, comme l'ont déjà compris ceux qui les préconisent, ont mené à une impasse, parce que ces manœuvres ignorent les droits du peuple palestinien. Nous éprouvons une solidarité particulière envers la juste lutte de l'Organisation de libération de Palestine [*OLP*], seul représentant légitime du peuple palestinien.

122. En ce qui concerne Chypre, il est nécessaire également de mettre en œuvre les décisions des Nations Unies, conformément à la Charte, afin de permettre au peuple chypriote de vivre en paix.

123. La République démocratique allemande appuie le peuple d'Afghanistan dans les efforts qu'il déploie pour édifier une vie nouvelle, à l'abri de toute exploitation coloniale et ingérence étrangère.

---

[7] Accord quadripartite sur Berlin, signé à Berlin le 3 septembre 1971.

[8] Déclaration sur les principes fondamentaux concernant la contribution des organes d'information au renforcement de la paix et de la compréhension internationale, à la promotion des droits de l'homme et à la lutte contre le racisme, l'*apartheid* et l'incitation à la guerre. Pour le texte, voir Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture, *Actes de la Conférence générale, vingtième session*, vol. I, *Résolutions*, p. 105 à 108.

124. C'est avec la même sympathie et la même solidarité que nous avons suivi les événements révolutionnaires du Nicaragua, dont le représentant a fait, à cette tribune, une déclaration impressionnante [*13e séance*].

125. La situation de conflit qui existe en Afrique australe constitue une menace permanente à la paix et la sécurité en dehors même de cette région. Ce qu'il faut, c'est viser à éliminer cette source de conflit, mettre en œuvre le droit à l'autodétermination des peuples de l'Afrique australe et libérer complètement ce continent du racisme, du colonialisme et du néo-colonialisme.

126. Aucune solution durable de ce problème ne verra le jour tant que les peuples du Zimbabwe et de la Namibie n'auront pas acquis une indépendance véritable et que le pouvoir n'aura pas été transféré à leurs représentants légitimes, le Front patriotique et la South West Africa People's Organization [*SWAPO*], respectivement.

127. La République démocratique allemande dénonce constamment toutes les tentatives visant à installer des régimes illégaux dans ces pays et elle demande instamment que soient mises en œuvre les sanctions imposées par l'Organisation des Nations Unies contre la Rhodésie, et que le Conseil de sécurité adopte des sanctions efficaces contre l'Afrique du Sud. La République démocratique allemande condamne énergiquement les actes d'agression que ne cessent de commettre les régimes racistes contre l'Angola, le Mozambique, la Zambie et les autres nations.

128. Les peuples d'Afrique, comme l'a souligné M. Honecker au cours du voyage qu'il a effectué dans certains Etats africains au début de cette année, peuvent fermement compter, dans la lutte ardue qu'ils mènent, sur la République démocratique allemande et les autres Etats de la communauté socialiste.

129. La solution des problèmes mondiaux qui touchent l'humanité exige une plus grande coopération dans le cadre du système des Nations Unies en vue d'éliminer la faim et les épidémies, de régler les problèmes de l'énergie et de la protection de l'environnement et d'ouvrir à l'humanité de nouvelles sphères d'activités. Cela est étroitement lié aux efforts visant à renforcer la sécurité internationale. N'est-ce pas exactement le même problème que nous examinons lorsque nous voulons restructurer les relations économiques internationales sur une base démocratique ? La continuation de la division néo-colonialiste du travail dans les intérêts des sociétés internationales est une source de conflit. C'est en grande partie en raison de cette considération fondamentale que la République démocratique allemande appuie, comme elle l'a réaffirmé à la cinquième session de la CNUCED, les pays en développement lorsqu'ils demandent avec insistance qu'il soit mis un terme à ces vieilles situations de dépendance impérialiste. Dans ce contexte, tous les Etats et tous les peuples ont le droit inaliénable d'exercer le contrôle sur leurs propres ressources naturelles.

130. La Charte des Nations Unies engage notre organisation à redoubler d'efforts pour le maintien et le renforcement de la sécurité internationale. Le Conseil de sécurité assume une responsabilité particulière. La composition et les fonctions de cet organe principal sont conformes aux exigences de la situation actuelle et rendent la coopération possible, et même nécessaire, entre les membres permanents du Conseil de sécurité, qui sont aussi des Etats dotés d'armes nucléaires.

131. A une époque où l'affrontement est de plus en plus âpre quant au cours que devront prendre à l'avenir les événements internationaux, de nombreux peuples ont placé leurs espoirs dans l'Organisation des Nations Unies. Cette organisation devra user de son influence pour faciliter l'établissement de bonnes relations interétatiques. La République démocratique allemande, pour sa part, fera tout son possible dans ce sens.

132. Le PRÉSIDENT *(interprétation de l'espagnol)* : Avant de donner la parole à l'orateur suivant, je veux exprimer la reconnaissance de mon pays envers le président Salim qui a invité le Panama, en sa qualité de vice-président, à assurer la présidence de la séance de cet après-midi. Ce geste est d'autant plus courtois qu'il coïncide avec la date d'entrée en vigueur des nouveaux Traité du canal de Panama et Traité concernant la neutralité permanente et le fonctionnement du canal de Panama[9], basés sur la reconnaissance de la souveraineté du Panama sur tout son territoire national, ce qui met fin à l'enclave étrangère connue sous le nom de zone du Canal, et ouvre un ère d'entente, d'amitié et de franche coopération entre Panama et les Etats-Unis.

133. Depuis aujourd'hui, le drapeau panaméen flotte orgueilleusement sur le mont Ancón, sanctuaire de la lutte nationaliste de plusieurs générations, ce qui provoque chez tous les peuples d'Amérique latine une joie compréhensible.

134. C'est donc une heureuse coïncidence qui est en harmonie avec les sentiments du peuple panaméen, sentiments que je voudrais partager avec tous les Etats membres de cette assemblée mondiale ainsi qu'avec le Secrétaire général de notre organisation, auquel la cause de la restauration de l'intégrité territoriale et du respect des attributs souverains de ma patrie doit tant.

135. M. CUBILLOS (Chili) [*interprétation de l'espagnol*] : Je voudrais vous féliciter pour l'heureuse circonstance que vous venez de rappeler, c'est-à-dire que vous présidiez la séance de cet après-midi de l'Assemblée générale. Mon pays s'associe au bonheur du peuple panaméen en vous saluant tout particulièrement.

136. Par votre truchement, je voudrais exprimer également au Président de l'Assemblée générale les félicitations les plus cordiales de la délégation du Chili à l'occasion de son élection à la présidence de cette assemblée. Nous voyons dans sa nomination la juste reconnaissance de ses mérites et de ses capacités personnels que nous avons eu l'occasion d'apprécier en voyant la façon dont il a dirigé le Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux, dont mon pays fait partie. Nous considérons que c'est aussi un hommage mérité rendu à son pays et cela témoigne de la façon dont les nations d'Afrique s'intègrent dans la communauté internationale pour apporter un élan vital et une énergie accrue à la mise en œuvre des principes qui nous régissent.

137. Je voudrais associer à cet hommage un éminent Latino-Américain, ancien ministre des affaires étrangères de la Colombie, M. Indalecio Liévano, pour la façon dont il a dirigé les débats de la précédente session de l'Assemblée générale.

138. Je voudrais également saluer avec reconnaissance le Secrétaire général pour son activité.

[9] Signés à Washington le 7 septembre 1977.

139. Je suis aussi très heureux de souhaiter la bienvenue à une nation des Antilles, une de nos sœurs d'Amérique, Sainte-Lucie, qui est maintenant Membre de notre organisation.

140. Un spécialiste des questions politiques, qui enseigne dans les universités d'Allemagne et des Etats-Unis, a déclaré que la source intellectuelle et, dans certains cas, même la source littérale de la Charte des Nations Unies, peut se retrouver dans un bref ouvrage de Kant[10], le grand penseur allemand de l'Europe moderne. Le titre de cette œuvre kantienne énonce un des principaux idéaux que notre organisation professe : "la paix perpétuelle". Il résume une tradition spirituelle, vieille de plusieurs siècles, de culture et de civilisation. Ce texte du philosophe Kant, écrit au XVIIIe siècle, constitue plutôt un manifeste moral. Mais, en notre siècle, il est devenu inspiration pour la Charte politique et juridique qui rassemble autour de ses idéaux les nations du monde.

141. A l'aube d'un nouveau siècle, dont nous approchons, il paraît opportun de se remémorer les sources intellectuelles et morales qui sont à l'origine de notre organisation, parce que ce sont les principes qu'elle incarne qui doivent façonner son destin. L'Organisation des Nations Unies, au cours de son existence, a eu une expérience concrète de la valeur réelle des idéaux qui ont été consacrés par les principes et buts de sa Charte fondamentale.

142. Ces principes, qui constituent la base de notre organisation et dont la valeur a été confirmée par l'expérience, qui font l'unanimité de nos volontés et auxquels mon gouvernement adhère fermement, sont les suivants : l'égalité souveraine de tous les Etats; la libre détermination des peuples et la non-intervention dans les affaires intérieures des autres Etats; le respect de l'intégrité territoriale et de l'indépendance politique de tous les Etats; l'interdiction et la condamnation de la menace ou de l'usage de la force; le règlement pacifique des différends et l'accomplissement de bonne foi des obligations contractées; et, pour couronner tout cela, afin que nous puissions nous rapprocher de la paix perpétuelle de Kant, la volonté politique de faire de la coopération internationale une réalité.

143. L'analyse réaliste de l'action de notre organisation nous permet de constater qu'à côté des valeurs que j'ai citées et qui constituent le véritable patrimoine de notre organisation, on trouve des éléments corrosifs, des principes dissolvants qui nuisent à son efficacité, qui brisent son élan moral, sapent sa force politique légitime et déforment, parfois radicalement, le sens de sa mission.

144. Nous n'avons pas l'intention de nous lancer dans la critique, pas plus que nous ne pensons que ce soit le moment approprié pour le faire, mais de même que j'ai souligné les principes ayant un profond contenu moral et juridique, qui sont le legs, consacré dans la pratique, de cette institution, je voudrais aussi donner un aperçu de certaines de ses valeurs négatives.

145. Nous pensons que la première menace qui pèse sur la mission confiée à l'Organisation des Nations Unies et qui nuit fondamentalement à l'autorité naturelle qu'elle devrait avoir sur les nations, est celle de l'utilisation de cette instance pour promouvoir des fins purement idéologiques, pour favoriser le jeu des blocs de puissance et, parfois même, pour libérer des pressions politiques qui s'exercent à l'intérieur même des pays. Chaque fois que cela se produit, l'autorité de l'Organisation en est moralement diminuée car, aux yeux de l'opinion publique mondiale, elle semble s'écarter de sa véritable voie et servir des forces ou des blocs qu'elle était elle-même appelée à modérer, à réglementer, voire à équilibrer.

146. L'opinion publique internationale voit clairement à ces moments-là, que les intérêts mesquins ont le pas sur le bien commun de l'humanité et que sur l'effigie vénérable des principes réglementant la paix, on a posé le masque éphémère et déformé de l'idéologie et de la politisation.

147. Une autre menace certaine et grave pour notre institution est la course aux armements. Il est difficile aux nations de discuter et de s'entretenir avec confiance et loyauté en cette instance, tandis que la possibilité devient de plus en plus réelle de voir la course folle aux armements compromettre leurs intérêts fondamentaux. Et au lieu d'alléger les tensions internationales par le recours aux moyens de règlement pacifique des différends, au respect des traités et à l'adhésion aux règles du droit international, il semble que le monde veuille s'engager sur la voie irrationnelle et tragique de la guerre, qui est le but fatal de la course aux armements. Et cela est encore plus grave pour les nations qui sont faibles sur le plan économique, parce que cette consommation sinistre d'armements asphyxie les conditions mêmes de la paix dans la mesure où elle détourne des ressources qui sont nécessaires au bien-être et au développement des peuples. J'en veux pour preuve le fait qu'une somme inférieure au prix d'un navire de guerre de tonnage moyen a suffi à l'OMS pour éliminer le fléau de la variole de par le monde.

148. Un autre facteur qui menace l'efficacité de l'Organisation des Nations Unies, c'est la crise économique internationale — crise telle qu'elle va jusqu'à compromettre les principes mêmes de l'égalité juridique des Etats, de la coopération internationale, et parfois même de l'autodétermination des peuples.

149. Les différentes manifestations internationales et les paroles alarmantes de la majorité des chefs d'Etat ou de gouvernement ou des ministres qui m'ont précédé à cette tribune prouvent sans aucun doute possible que l'économie mondiale se trouve dans une situation précaire.

150. L'impact de cette crise, cependant, se fait sentir davantage sur les économies des pays en développement, plus faibles et vulnérables aux conditions extérieures. A cela vient s'ajouter, bien entendu, l'attention particulière qu'il faut accorder à l'élément énergétique — et là encore, les pays en développement sont ceux qui ont les plus grandes difficultés pour faire face à la lourde charge que représente l'augmentation constante du prix du combustible, qui vient aggraver les problèmes de balance des paiements et accroître leur dette extérieure, avec les répercussions sociales que cela entraîne.

151. Tout cela n'est pas le fait des changements cycliques, mais est dû, à notre avis, à un déséquilibre structurel de l'ordre économique international actuel — un ordre qui semble satisfaire aussi peu les pays industrialisés du Nord que les masses des pays en développement, concentrés au Sud. En effet, bien que censément bénéficiaires de la structure actuelle, les pays industrialisés se voient en proie à des taux d'inflation élevés, à une stagnation ou à une récession économique et au chômage, avec toutes les séquelles sociales que cela comporte, autant de problèmes que l'on croyait typiques des pays en développement où l'on pensait même qu'ils étaient endémiques. Il est donc évident qu'une modification de la structure économique actuelle

[10] Emmanuel Kant, *Perpetual Peace : A Philosophical Essay*, traduit par M. Campbell Smith, New York, The Macmillan Company, 1903.

serait à l'avantage des deux parties. Il est aussi évident que cela ne peut se faire que grâce à une coopération internationale vigoureuse.

152. D'autre part, contrairement aux principes fondamentaux de la coopération internationale, les nations industrialisées, pour résoudre leurs propres problèmes économiques internes, persistent à ériger des barrières protectionnistes, abandonnant ainsi la liberté du commerce, qui est le système sur lequel leur propre prospérité a été bâtie. Les pays en développement, qui pour la plupart ont un marché interne réduit, voient leurs possibilités de croissance limitées, puisque les possibilités réelles de commercialisation de leurs matières premières et de leurs produits sont soumises à des conditions. Et tant que les nations industrialisées n'auront pas vraiment compris la situation, les idéaux des Nations Unies seront menacés par cette absence de coopération.

153. Dans cette conjoncture, le Chili est enclin à aborder les problèmes de l'économie mondiale non pas par la voie de l'affrontement, mais par celle de la coopération et de la poursuite du dialogue, car la restructuration de l'économie mondiale est une tâche immense à laquelle les efforts de tous doivent contribuer. C'est pourquoi nous souscrivons sans réserve à la proposition du Groupe des Soixante-Dix-Sept tendant à entamer des négociations à l'échelle mondiale pour examiner les principaux problèmes dans les domaines des matières premières, de l'énergie, du commerce, du développement, du financement et de la monnaie.

154. Mon pays accorde, d'autre part, une importance particulière à la notion de la coopération entre pays en développement dans les limites d'une confiance en soi nationale et collective. Nous avons déjà fourni, dans la mesure de nos possibilités, une aide et des crédits à d'autres pays. Pour le Chili, cette forme de coopération a sa propre dynamique indépendante et ne peut pas remplacer la coopération traditionnelle Nord-Sud.

155. L'application des principes de la Charte des Nations Unies et des dispositions qu'elle comporte peut donc se situer au-delà des stratégies de groupes antagoniques ou de blocs de puissance. Elle ne doit pas dépendre des caprices de l'opportunisme politique et doit être à l'abri des menaces constantes que présentent la course aux armements et la crise économique, dont les nations industrialisées sont en grande partie responsables.

156. Les principes de la Charte doivent être appliqués loyalement, sans peur et sans partialité, tant par l'Organisation que par les Etats Membres. La tolérance face aux atteintes à ces principes et l'impunité de ceux qui portent ces atteintes sapent les bases mêmes de l'ordre international et privent la communauté des nations de ses fondements moral et juridique. Il ne faut donc pas, ensuite, demander "pour qui sonne le glas" lorsqu'un pays est victime d'une atteinte à ses droits essentiels. Il sonne pour chacun des Membres de l'Organisation et pour l'Organisation même.

157. Mon pays est conscient de la nécessité d'établir avec toutes les nations du monde des liens étroits fondés sur la coopération et le respect réciproques. Nous avons déployé des efforts constructifs fondés sur une conscience claire de la solidarité de nos intérêts et de la communauté de nos objectifs.

158. Les liens que nous entretenons avec les pays d'Amérique latine ont leur source dans notre action émancipatrice et dans une culture commune, ancienne et universelle. Nous essayons d'intensifier les échanges avec ces pays frères et de collaborer à la recherche de la paix et de l'harmonie sur notre continent pour renforcer le système interaméricain. Nous sommes animés par la conviction que les pays de notre continent doivent renoncer, dans l'intérêt de l'avenir, aux anciennes querelles et unir leurs efforts pour relever le défi historique de notre époque. Il faut oublier le passé et ne pas le faire revivre. C'est ainsi que les pays d'Amérique latine pourront se trouver au rendez-vous que leur a donné le destin.

159. Nos liens avec les pays d'Europe sont profondément enracinés dans notre histoire et dans notre culture et nous souhaitons les entretenir. Je viens de rentrer d'un voyage qui m'a conduit dans plusieurs pays d'Europe; qu'il me soit permis de saluer mes collègues éminents qui assistent à la présente session et qui ont récemment accueilli avec bienveillance nos déclarations à ce sujet.

160. Mon pays a continué de développer les liens existants avec les pays d'Afrique, en ajoutant la Côte d'Ivoire, le Gabon et le Swaziland au nombre des pays de ce continent avec lesquels elle entretenait déjà des relations. Nous comprenons d'autant mieux les problèmes qui affectent les Etats d'Afrique que nous avons dû dans le passé faire face à certains d'entre eux; nous estimons que ces problèmes doivent être réglés par les Africains sans ingérence étrangère. Nous rejetons toute intervention armée sur ce continent et nous proclamons le droit inaliénable des peuples d'Afrique à choisir leur destin. Nous ne pouvons donc rester silencieux devant la situation de conflit qui existe en Afrique australe. Nous constatons avec intérêt que certaines initiatives sont en cours, notamment en ce qui concerne la Rhodésie et la Namibie; nous renouvelons notre appui à la décolonisation et au droit à l'autodétermination des peuples et rejetons toute forme de discrimination.

161. De nombreux liens nous unissent au peuple du Moyen-Orient. Des fils de cette région se sont intégrés à la nation chilienne à laquelle ils ont apporté leurs valeurs et leur culture millénaire. Nous sommes donc profondément inquiets au sujet de la situation qui règne dans cette partie du monde, tout en nous félicitant des résultats auxquels ont abouti des efforts tenaces pour établir la paix dans cette région. Ces initiatives devraient s'étendre aux divers aspects de cette question délicate, si on ne veut pas tourner le dos à la réalité et maintenir un foyer de tension qui met en danger la paix mondiale. Nous avons conscience de la tragédie que connaît le Liban et nous nous préoccupons vivement de la façon dont un pays qui renferme tant de possibilités est déchiré. Nous appuyons l'action pacificatrice de l'Organisation des Nations Unies dans ce pays.

162. La vocation maritime profonde du Chili dont le littoral est très étendu l'a conduit à établir par-delà l'océan Pacifique des courants d'échanges avec les pays d'Asie et d'Océanie. L'année dernière, à notre grande satisfaction, nous avons établi des relations diplomatiques avec Singapour et la Malaisie, qui s'ajoutent à celles que nous avions déjà avec d'autres pays de cette partie du monde. A ce propos, je voudrais mentionner le voyage que nous avons fait l'année dernière en République populaire de Chine ainsi que la récente visite au Chili du Ministre des affaires étrangères du Japon.

163. Le Chili est persuadé de la nécessité d'enrichir son patrimoine culturel grâce à l'apport des connaissances de cultures et de civilisations anciennes qui se sont épanouies dans cette région du monde et dont les positions internationales sont toujours plus proches de la nôtre.

164. Je viens d'énoncer certains des principes qui sont à l'origine de la Charte des Nations Unies. Mon pays les a toujours respectés. C'est dans cet esprit que le Gouvernement chilien exprime sa respectueuse gratitude à Sa Sainteté le pape Jean Paul II qui a consenti à servir de médiateur dans le différend qui a surgi entre le Chili et l'Argentine dans la zone australe. De graves tensions se sont produites entre ces deux pays frères; mais étant liés depuis leur indépendance par des instruments prévoyant le règlement pacifique des différends internationaux, cette grave menace à la paix s'est détendue grâce à l'intervention du Saint Père et aux efforts de son représentant spécial, Son Eminence le cardinal Antonio Samore, dont les efforts ont abouti à la conclusion à Montevideo, au début de l'année, de deux accords solennels[11] : l'un, conclu à la suite de la médiation de Sa Sainteté, concerne le différend sur la zone australe; avec le second, les deux gouvernements, sur la demande du représentant spécial du Pape, se sont engagés à ne pas recourir à la force dans leurs relations mutuelles, à favoriser le retour à la normale sur le plan militaire et à s'abstenir de prendre toute mesure qui, dans une région quelconque, pourrait affecter l'harmonie entre les deux pays. Dans ce climat de détente, notre vénérable médiateur pourra s'acquitter de sa noble tâche et conduire les parties aux négociations en les aidant à rechercher une solution.

165. Le 27 septembre dernier, Sa Sainteté Jean Paul II s'est adressé aux représentants des deux Etats dans ce processus de médiation et, par leur intermédiaire, à leur peuple et à leur gouvernement. Les idées contenues dans l'allocution de Sa Sainteté constituent un apport précieux au processus de médiation.

166. Mon pays dont la tradition honorable consiste à résoudre ses différends par des moyens juridiques et pacifiques voit avec satisfaction l'inscription à notre ordre du jour, sur la proposition du Gouvernement roumain [*voir A/34/143*], d'une question relative au règlement pacifique des différends entre Etats [*point 22 de l'ordre du jour*]. Nous ne ménagerons pas nos efforts pour que l'on obtienne des résultats constructifs dans ce domaine. A cet égard, le fait d'établir des systèmes obligatoires pour le règlement de conflits contribuera à éliminer la violence et à favoriser le recours au droit dans les relations internationales.

167. Nous nous félicitons de pouvoir mettre l'accent sur les résultats de la troisième Conférence des Nations Unies sur le droit de la mer, qui a établi la zone économique exclusive de 200 milles dont l'origine se trouve dans la déclaration de Santiago, de 1952, concernant la zone maritime[12]. Mon pays a joué un rôle important dans la mise au point de cet instrument et a toujours été un ferme partisan de cette doctrine.

168. Le Chili continue donc de participer avec un intérêt particulier à la troisième Conférence des Nations Unies sur le droit de la mer, notamment en ce qui concerne l'élaboration d'un code de conduite pour la mise en valeur des fonds marins et océaniques situés au-delà de la limite de la juridiction nationale. La mise en valeur de ces fonds, qui constituent le patrimoine commun de l'humanité, doit se faire conformément à des critères rationnels et justes et au profit de tous les pays, en particulier des pays en développement. Il ne faut en aucun cas que ces fonds et les ressources qu'ils renferment fassent l'objet de revendications individuelles de souveraineté ou donnent lieu à une rivalité entre les Etats. En ouvrant les océans à l'utilisation par l'homme, il faut faire preuve d'imagination et s'efforcer d'établir un régime juridique qui, tout en stimulant les initiatives privées, puisse être intégré dans les activités d'organes communs.

169. A cet égard, je voudrais faire part de notre préoccupation, que partagent de nombreux pays, à l'égard de la déclaration des Etats-Unis à l'effet qu'ils ne reconnaîtraient les juridictions maritimes d'autres Etats au-delà de la limite de trois milles. Cette attitude est une atteinte aux droits des Etats côtiers et fait obstacle aux négociations menées au cours de cette conférence. A ce propos, il faut rappeler la déclaration catégorique des pays du système du Pacifique Sud : la Colombie, l'Equateur, le Chili et le Pérou, qui a été publiée le 18 août dernier[13].

170. Mon pays a traversé ces dernières années de dures expériences qui étaient celles d'un monde confus et en convulsions par ceux qui les ont vécues. Notre démocratie était une démocratie ancienne et équilibrée où l'on avait donné accueil et expression à toutes les formes d'ordre politique et de vie sociale forgées par la liberté de l'homme. Mais la virulence nihiliste qui s'est attaquée aux structures élémentaires de notre vie civilisée dans toutes les régions du monde a gravement blessé notre société menacée de voir se dilapider ainsi un patrimoine de cultures et d'institutions historiques, de formes juridiques et sociales qui avaient été soigneusement façonnées, de même que le capital de richesses qui constituaient notre dignité même de nation.

171. Il s'est donc avéré indispensable qu'un nouveau gouvernement assume avec une volonté héroïque la responsabilité de diriger ce pays dans cette grave crise. Après plusieurs années de sacrifices et d'incompréhension, ce gouvernement peut déclarer ici, avec une fierté tranquille, qu'il a, entre autres, réussi à surmonter la crise de l'économie, qu'il a ranimé, dans l'ordre, la vie sociale, assuré la sécurité de ses citoyens et mis en train un plan de travail et établi des programmes de culture et d'éducation correspondant aux besoins de notre temps en élaborant un projet de nouvelle constitution, toutes choses qui permettront au Chili de faire face à l'avenir avec optimisme. Dans ces circonstances, nous souhaitons promouvoir un large échange d'idées, d'expériences, de biens et de richesses avec toutes les nations, sur la base du respect mutuel et réitérer devant cette assemblée notre désir de participer activement à ses travaux et notre volonté d'honorer et d'appuyer la mission élevée que lui a confié sa Charte.

172. M. NOGUÉS (Paraguay) [*interprétation de l'espagnol*] : Cette trente-quatrième session de l'Assemblée générale aura, demain, l'insigne honneur d'accueillir Sa Sainteté Jean Paul II et d'entendre ses augustes paroles dans cette enceinte vouée à la recherche de la paix, à son maintien et à son renforcement entre tous les peuples de la Terre, quelle que soit la dimension politique, ethnique ou religieuse des nations qui composent notre organisation.

173. Et, à la veille d'un événement aussi solennel et exceptionnel, la délégation du Paraguay souhaite s'associer à la levée des espérances que provoque la venue du Souverain Pontife. Au nom du peuple et du Gouvernement de ma patrie, j'offre au Saint Père l'hommage respectueux du Paraguay qui est resté fidèle à la tradition chrétienne et à la doctrine de l'Eglise comme l'expression d'un style de vie correspondant aux exigences profondes de notre nation.

[11] Voir *Documents officiels du Conseil de sécurité, trente-quatrième année, Supplément de janvier, février et mars 1979*, documents S/12015 et S/13016.

[12] Déclaration sur la zone maritime. Voir *Annuaire de la Commission du droit international, 1956*, vol. I (publication des Nations Unies, numéro de vente : 1956.V.3, vol.I), 362e séance, par. 35.

[13] Voir document A/CONF.62/85.

174. Certes, les tableaux que nous offre le monde actuel n'est pas encourageant. Il y a des affrontements de tous ordres et d'intensité différente, à l'intérieur et à l'extérieur des frontières nationales. Cependant, notre mission est de maintenir la paix et de la faire descendre de sa valeur morale intangible et pure jusqu'au dialogue nécessaire pour assurer le minimum de coexistence civilisée. Nous voulons une paix qui repose sur la dignité de l'homme. C'est la raison pour laquelle nous répudions énergiquement tout système qui porte atteinte à la liberté.

175. Voilà pourquoi le Paraguay n'admet pas la philosophie communiste de l'existence et ne donne pas son accord à ce qu'elle soit préconisée sur son territoire. Nous luttons contre la doctrine marxiste en utilisant le droit à la conservation nationale et nous rejetons sa conception athée et matérialiste de la vie humaine.

176. A ce propos, ma patrie a une ligne de conduite unique et inflexible. Après de nombreuses décennies d'anarchie politique, de destruction de l'économie publique et privée et d'abaissement des valeurs civiques et démocratiques, le Paraguay a réussi à s'engager, sous la direction sereine et patriotique du président Alfredo Stroessner et avec l'appui de la force puissante du parti Colorado, dans la voie de la stabilité et de la prospérité.

177. Nous avons une forme de gouvernement conforme au tempérament, à la vocation et à la nature propre du peuple paraguayen, et nous pensons que chaque collectivité politique a non seulement le droit, mais le devoir de se doter des institutions qui conviennent à sa personnalité propre.

178. Dans cet ordre d'idées, nous voyons avec inquiétude l'attitude de certains gouvernements qui se livrent à l'ingérence dans les affaires intérieures relevant exclusivement de la responsabilité d'autres Etats. Poser et régler les problèmes nationaux sont des questions qui relèvent de la souveraineté propre des Etats. Mais c'est en évoquant le principe de la défense des droits de l'homme que l'on prétend, de l'extérieur, dicter à d'autres gouvernements des normes de conduite dans certains cas concrets et spécifiques, en allant même jusqu'à envahir les domaines de l'ordre public et de la sécurité intérieure. On va même jusqu'à porter des jugements et manifester des opinions sur des mesures ou des solutions qui ne peuvent être assumées que par ceux qui ont été investis de l'autorité populaire pour le faire, car eux ont l'expérience nécessaire pour faire face aux situations sur le terrain et parce qu'ils se sont donné la responsabilité de sauvegarder les principes et les valeurs profondes de chaque nation.

179. Le Paraguay n'admet pas et n'admettra pas ce type d'ingérence qui place le niveau des relations bilatérales sur un plan qui n'est pas conforme au respect que les membres de la grande famille internationale se doivent mutuellement.

180. Le régime politique pluraliste du Paraguay est une réalité vivante et permanente. Aussi bien au Parlement national, constitué par la Chambre des sénateurs et la Chambre des députés, que dans les conseils municipaux de toutes les communes du pays, l'opposition est représentée par les partis politiques.

181. Nous restons absolument fidèles au principe de la non-intervention dans les affaires intérieures des Etats et nous respectons strictement le principe de l'autodétermination des peuples. Ces sentiments ne datent pas d'hier et ne sont pas occasionnels. Ils viennent de loin et sont inébranlablement attachés à l'histoire même du Paraguay qui, au siècle dernier, a héroïquement lutté durant cinq années d'une guerre exténuante pour garder intact le principe de ce que l'on appelait alors la "politique de l'équilibre" et qui, dans la terminologie moderne est exactement ce que l'on appelle la libre détermination des peuples.

182. Le Gouvernement du Paraguay ne juge pas, publiquement ou par les voies diplomatiques, la politique intérieure d'autres Etats, et ne se permet pas d'exprimer son opinion, par les mêmes moyens, sur des questions ou des événements qui concernent la souveraineté ou la conduite politique d'autres gouvernements.

183. Nous ne reconnaissons pas non plus le fait que certains gouvernements — ou ceux qui s'arrogent le droit de les représenter — nous dictent des normes pour l'exercice de l'autorité publique. On doit savoir qu'en ce qui nous concerne le seul souverain en la matière est le peuple du Paraguay qui, par le seul et unique instrument valide — le recours aux urnes — et à une majorité écrasante, a chargé ceux qui sont actuellement ses représentants légitimes de définir son destin. Je suis fier de dire que le Paraguay s'enorgueillit d'avoir un peuple digne et altier qui, depuis les premières heures de son existence, a donné des preuves exceptionnelles de sa valeur, comme de son courage, dans la défense des valeurs pour lesquelles continue de lutter courageusement ce que l'on appelle la "civilisation occidentale".

184. Compte tenu du fait qu'il est impossible, dans le temps qui m'est imparti, d'aborder d'autres questions qui sont aussi matière à réflexion et qui figurent à l'ordre du jour de cette session, je voudrais vous faire connaître la position de mon pays dans un domaine qui préoccupe le monde entier.

185. Il ne fait aucun doute que l'avenir du monde sera assombri par une difficulté croissante à se procurer deux éléments indispensables au bien-être et au progrès de l'humanité : l'énergie et les aliments. Cette difficulté provoquera, cela est pratiquement certain, une modification radicale de l'économie de nombreux pays, renversant des relations qui paraissent aujourd'hui logiques et même immuables. Je suis heureux de pouvoir dire que, dans cette perspective qui affectera l'immense majorité de la communauté des nations d'une façon ou d'une autre, le Paraguay constituera certainement une exception.

186. Pour le moment, le Paraguay manque de sources connues d'hydrocarbures ou de charbon, mais il dispose par contre d'une source abondante d'énergie hydraulique aux caractéristiques particulières, comme son ampleur considérable et le fait que nous partageons cette source avec deux de nos voisins, l'Argentine et le Brésil. Cette conjoncture particulière, loin d'être un inconvénient, constitue au contraire un facteur avantageux, étant donné que la différence de volume entre l'économie de mon pays et celles des pays que je viens de nommer se traduira, pour quelque temps, en un bénéfice d'exportation d'énergie, jusqu'à ce que le Paraguay, qui est actuellement dans un processus accéléré de développement, puisse, à son tour, réaliser des investissements de capital pour utiliser le potentiel énergétique qui lui revient.

187. Je crois qu'il serait intéressant pour l'Assemblée de connaître les idées directrices qui ont stimulé la construction des installations hydro-électiques que mon pays a entreprise avec la République fédérative du Brésil et la République argentine sur le fleuve Paraná, sur la base d'entités mixtes ou binationales, pleinement paritaires dans la

copropriété de ces installations. Nous construisons avec le Brésil l'usine hydro-électrique de Itaipú, dont la production de 70 milliards de kWh la placera à la tête des plus grandes usines de ce type du monde et, de la même manière et en collaboration avec l'Argentine, nous sommes déjà dans la phase initiale de la construction d'une autre usine hydro-électrique, à Yacyretá, qui produira 18 milliards de kWh par an, et qui placera également cette usine aux premiers rangs des grandes exploitations mondiales d'énergie hydro-électrique. D'autre part, un accord qui vient d'être conclu entre mon pays, l'Argentine et le Brésil, permettra la construction, sur le même fleuve Paraná, d'une autre centrale hydro-électrique, avec une production annuelle du même ordre que celle de l'usine de Yacyretá dont je viens de parler.

188. La philosophie politique et économique qui soutient ces entreprises part de l'hypothèse que l'énergie produite sera répartie de façon égale entre les deux associés — le Paraguay et le Brésil ou le Paraguay et l'Argentine dans l'autre cas — et que, en échange de la différence majeure de consommation sur la moitié de la production, qui correspond initialement à chacun des associés, mon pays recevra une compensation appropriée tant qu'il lui sera nécessaire de conjuguer cette différence.

189. Je dois souligner, en hommage à l'esprit de compréhension et de parfaite égalité qui a présidé aux négociations techniques et diplomatiques entre mon pays, l'Argentine et le Brésil, que les entreprises paraguayennes qui ont participé à la réalisation de ces ouvrages monumentaux ont fait preuve de beaucoup d'efficacité, ce qui a permis à des pays aux dimensions économiques différentes de s'associer à des entreprises mutuellement avantageuses dans des conditions équitablement raisonnables et dans un sentiment d'équilibre qui reflète parfaitement le climat de paix et d'amitié qui prévaut dans la région où nous vivons : la vaste superficie du Bassin du rio de la Plata, l'une des premières du monde pour ce qui est de sa conformation sociopolitique de source inépuisable de possibilités d'ordre économique.

190. Je tiens à souligner que l'immense volume d'énergie tirée des ressources renouvelables, comme l'énergie hydro-électrique, qui n'a pas les problèmes connexes de la production minérale ou atomique, et dont disposera très prochainement le Paraguay, viendra s'ajouter à la condition privilégiée d'un territoire fertile, capable de produire des aliments sur l'ensemble du territoire.

191. La possibilité également d'utiliser l'énergie électrique pour fabriquer des engrais élèvera dans une grande mesure la capacité de production d'aliments du Paraguay, qui se transformera en un centre très important d'intérêt mondial pour résoudre le problème aigu et angoissant de l'alimentation mondiale.

192. Conscient de sa responsabilité historique et de son engagement à l'égard de la génération actuelle, le gouvernement du président Stroessner déploie tous ses efforts pour mettre le Paraguay à la place privilégiée qui était la sienne au début de son histoire et à laquelle il a droit en raison de la dignité de son peuple et de son histoire brillante.

193. Nous avons souffert de nombreuses infortunes, provoquées surtout par des guerres internationales et par des tentatives de porter atteinte à notre souveraineté et à notre indépendance. La dure leçon du passé nous a confirmés dans notre décision de rester fermes devant toute tentative d'ingérence étrangère quelle qu'elle soit, quelle que soit sa méthode, d'où qu'elle provienne et quels que soient les arguments par lesquels on prétend la justifier.

194. Mon pays est ouvert à tous les hommes de bonne volonté qui voudront voir par eux-mêmes et en toute honnêteté le climat de paix, de démocratie et de liberté dans lequel se développent les institutions républicaines qui sont le fondement de notre confiance dans un avenir lumineux que nous souhaitons partager avec les nations sœurs d'Amérique et avec les autres nations qui, comme nous, ont foi en des jours meilleurs pour l'humanité.

195. Je voudrais terminer en rappelant combien le Paraguay, son peuple et son gouvernement sont heureux, en cette date, le 1er octobre, de célébrer un heureux événement, à savoir l'entrée en vigueur du Traité du canal de Panama. Je tiens, Monsieur le Président, à féliciter votre noble patrie et son gouvernement, qui, avec tant de ténacité et de dignité ont su défendre les droits du Panama.

196. C'est là un signe évident et heureux d'une meilleure compréhension entre les Amériques, celle du Nord et celle du Sud, qui sont appelées à s'entendre sur le plan du respect absolu et total, sans ignorances coupables.

197. Le Paraguay ne veut pas que l'Amérique succombe dans une confusion suicidaire d'idées; il veut qu'avec l'aide de Dieu, "le gouvernement du peuple, par le peuple et pour le peuple ne disparaisse pas de la terre".

198. M. PEACOCK (Australie) [*interprétation de l'anglais*] : J'éprouve un plaisir tout particulier à prendre la parole devant la trente-quatrième session de l'Assemblée générale, qui se réunit sous la présidence de M. Salim. Le Gouvernement australien et les représentants de l'Australie qui se sont succédé aux Nations Unies connaissent sa compétence, son énergie et la vitalité de ses idées, avantages que, nous en sommes certains, il mettra à profit dans l'année à venir au service de l'Organisation dans son ensemble. La participation de l'Australie au Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux, en particulier, nous a donné le privilège de coopérer étroitement avec lui dans l'importante tâche des Nations Unies en matière de décolonisation. Par ces travaux, l'Australie et la République-Unie de Tanzanie continuent de montrer leur souci mutuel de promouvoir les droits fondamentaux de l'homme pour tous les peuples. Ma délégation l'assure de sa pleine coopération dans l'exercice de ses nombreuses responsabilités en tant que président de l'Assemblée générale.

199. C'est toujours un plaisir d'accueillir de nouveaux Membres dans notre organisation et, au nom du Gouvernement australien, j'ai été heureux de parrainer l'admission de Sainte-Lucie, pays frère du Commonwealth.

200. La fin d'une décennie est l'occasion de réflexion et le moment de faire un bilan. A bien des égards, ls années 70 ont marqué un tournant dans les affaires internationales. C'est une décennie au cours de laquelle bon nombre des hypothèses du passé se sont révélées inadéquates. L'ordre du jour international a été radicalement modifié et de nouveaux problèmes ont surgi au premier plan.

201. Les problèmes de l'énergie se sont révélés l'un de nos soucis les plus graves. Les exigences d'instauration d'un ordre économique international plus efficace et plus équitable ont été parmi les pressions les plus contraignantes en vue d'un changement. Le souci international de limiter le potentiel catastrophique de la course aux armements n'a pas diminué. Un accent spécial a été mis sur les droits de l'homme et les problèmes de la justice sociale.

202. Ces problèmes domineront également l'ordre du jour des années 80. Mais, si pendant les années 70 nous avons commencé à comprendre les réalités changeantes qui se faisaient jour et à nous y adapter, dans les années 80 nous devrons nous attaquer à la recherche de solutions.

203. En entrant dans les années 80, il serait imprudent de méconnaître les difficultés qui embrument actuellement les perspectives d'une croissance économique mondiale. Il serait téméraire et inhumain de négliger le fait que quelque 800 millions de personnes dans le monde en développement vivent encore dans la pauvreté absolue.

204. Le défi que nous devons relever maintenant est qu'après quelque 25 années de croissance sans précédent — processus auquel ont participé de nombreux pays en développement —, les économies de la plupart des pays chancellent. Les taux de croissance stables ont été brisés et les gouvernements ont beaucoup de mal à les rétablir aux niveaux antérieurs. La croissance du commerce, qui était de 8 p. 100 dans les années 50 et 60, a diminué de moitié. L'inflation, le chômage et les mesures de protectionnisme sont devenus des problèmes majeurs pour les pays développés à économie de marché. Cela a eu de graves conséquences pour les pays en développement. L'Australie a partagé ces problèmes; elle comprend leur effet sur les pays en développement et elle est décidée à les résoudre.

205. La communauté internationale doit faire face résolument à ces problèmes. Nous ne devons pas nous dérober aux responsabilités que nous partageons tous. La session extraordinaire que tiendra l'Assemblée générale l'année prochaine nous fournira l'occasion de nous attaquer aux obstacles à la croissance dont j'ai parlé. Il ne faut pas manquer cette occasion.

206. Nous nous attendons à ce que la session extraordinaire procède à une évaluation approfondie des leçons des années 70 et réagisse d'une manière hardie et pleine d'imagination aux défis des années 80. Cette réaction suppose un intérêt renouvelé à l'égard d'un ordre économique international plus efficace et plus équitable.

207. La stratégie internationale du développement pour la troisième décennie du développement sera une question d'une importance toute particulière pour la session extraordinaire. Nous devons à nos peuples d'assurer que la session extraordinaire mette au point une stratégie pratique et orientée vers l'action. Il faut trouver les moyens d'encourager les facteurs véritables de croissance. La stratégie doit identifier les efforts et les engagements nationaux et déterminer pleinement les objectifs en rapport avec le développement économique et social. Par dessus tout, elle doit mettre au point les moyens réalistes sur la base desquels tous les pays pourront travailler pour atteindre ces objectifs.

208. L'Australie, pour sa part, a étudié la façon dont ces relations, et en particulier le dialogue Nord-Sud, pourraient être rendues plus fructueuses. C'est la raison principale qui a inspiré, sur le plan pratique, nos interventions à la cinquième session de la CNUCED, ainsi que notre initiative à la réunion des chefs de gouvernement des pays du Commonwealth à Lusaka, en vue de procéder à une étude sur les obstacles à la croissance [*voir A/34/439-S/13515, annexe, par. 42*]. L'impasse qui existe dans le présent dialogue doit être rompue.

209. L'Australie a étudié avec soin les propositions émises tendant à ouvrir des négociations globales aux Nations Unies, ouvertes à tous les Membres, dans certains domaines importants et cruciaux pour le dialogue Nord-Sud. Nous sommes disposés à accepter en principe les propositions de négociations globales, étant entendu que le Comité plénier créé en application de la résolution 32/174 de l'Assemblée générale pourra établir un programme pour les négociations définissant, sous une forme acceptable, les priorités et modalités des négociations et leurs relations avec les pourparlers qui se déroulent en d'autres instances sur ces questions. Nous voudrions être certains que les négociations projetées, qui sont globales et liées entre elles, feront l'objet d'une approche attentive pour assurer, dans toute la mesure possible, que des progrès pratiques seront accomplis sur les problèmes complexes en cause. De tels progrès, nous semble-t-il, se produiront inévitablement par étapes et pas nécessairement d'une façon intégrée. Nous devons chercher à avancer partout où nous le pouvons et certains domaines seront susceptibles d'un progrès plus sensible que d'autres. Nous sommes naturellement soucieux, en particulier, que l'ouverture de négociations globales sur une vaste gamme de problèmes liés entre eux ne retarde pas les négociations en cours sur ces mêmes questions en d'autres instances plus spécialisées, par exemple à la CNUCED, sur le Fonds commun et sur des accords internationaux relatifs aux produits de base.

210. En étudiant les obstacles à la croissance, mon gouvernement a accordé une attention toute spéciale aux hauts niveaux actuels d'inflation, avec leurs effets dommageables sur le développement, l'emploi, les taux de change et les courants commerciaux. A moins qu'elle ne soit contrôlée, l'inflation entraîne dans son sillage la rupture de l'économie et la désintégration sociale. Le poids de ses effets les plus néfastes s'abat le plus lourdement sur les pays les plus pauvres de nos communautés.

211. La carence de nombreux pays développés à contrôler leur inflation intérieure a, sans aucun doute, eu des conséquences néfastes sévères sur les pays en développement. Ces derniers recherchent dans le monde développé un marché pour 70 p. 100 de leurs exportations, en même temps que la source principale de capitaux et d'assistance au développement. Une saine politique anti-inflationniste, qui est nécessaire si nous entendons soutenir la croissance économique, doit être adoptée par tous les pays.

212. Il y a, à mon sens, un lien fondamental entre l'inflation, le protectionnisme et le manque relatif de progrès dans l'ajustement structurel de nombre de nos économies. Des taux d'inflation élevés ont conduit à des politiques protectionnistes de défense. De telles politiques comportent avec elles des déformations du fait de l'utilisation erronée et inefficace du capital et du travail. Elles entraînent fréquemment une aide salariale et des soutiens à l'exportation au lieu de constituer des mesures positives d'ajustement. Elles entraînent des efforts dans les domaines des secteurs manufacturés et agricoles en vue de maintenir des opérations inefficaces et non productives en même temps que des industries périmées.

213. Le démantèlement de ces mesures protectionnistes représente une tâche formidable. L'ajustement ne saurait être instantané, mais il ne faut pas nous laisser détourner de cette tâche par des intérêts sectoriels étroits. Nous devons reconnaître aussi que les mesures d'ajustement doivent offrir de nouvelles perspectives.

214. De l'avis de l'Australie, les pays en développement doivent bénéficier d'un accès plus grand aux marchés mondiaux pour leur exportation. La semaine dernière encore, mon gouvernement a annoncé une série nouvelle d'initiatives visant à améliorer la part des pays en développement

dans le commerce australien. Ces mesures supposent l'expansion nouvelle du système australien de tarifs préférentiels.

215. Un certain nombre de pays en développement — plusieurs d'entre eux appartenant à la région de l'Australie — se sont maintenant révélés des exportateurs importants de produits manufacturés et de services. La diversification accrue de l'économie de ces pays et le fait qu'ils s'éloignent davantage des stratégies de substitution aux importations ont servi de base à une expansion à grande échelle de la production et ont augmenté la spécialisation commerciale. Cette évolution soulève des problèmes de concurrence pour les industries de nombreux pays développés, mais elle ouvre aussi de nouvelles et importantes possibilités. Nous devons tous chercher à nous associer à leur croissance et nous efforcer de partager avec eux les avantages des courants commerciaux qui en résultent.

216. Un système de commerce mondial ouvert exige la dynamique de courants commerciaux accrus fondés sur des avantages comparés, courants qui se sont trouvés sensiblement stimulés au cours de ces dernières années par les pays devenus nouvellement industrialisés. Si le système international commercial doit réaliser tout son potentiel et profiter à la communauté internationale dans son ensemble, il faut empêcher que de nouveaux obstacles ne s'élèvent au commerce. Par ailleurs, nous devons accomplir des progrès dans le démantèlement des barrières protectionnistes existantes.

217. L'Australie continuera de développer ces thèmes dans les instances internationales pertinentes. Nous voyons dans ces questions des éléments essentiels de l'établissement d'un ordre économique international meilleur et plus juste. C'est pourquoi l'Australie demandera au Conseil du commerce et du développement de la CNUCED d'examiner un projet de résolution semblable à celui que nous avons présenté à la cinquième session de la CNUCED, sur les questions, liées entre elles, de l'inflation, du protectionnisme et de l'ajustement structurel.

218. Les problèmes de l'énergie sont également reconnus aujourd'hui comme cruciaux pour la croissance économique. De manière significative, les prix grandement accrus de certaines sources d'énergie et les doutes concernant leur approvisionnement ont gêné le développement économique et empêché les efforts de rétablissement économique de porter leurs fruits. C'est là une question qui alarme particulièrement tous les pays pauvres en sources d'énergie, en particulier les pays en développement non producteurs de pétrole.

219. Des événements récents ont fait ressortir davantage encore le besoin urgent de mettre en œuvre des politiques visant à préserver le pétrole et à adapter les économies à la nécessité d'utiliser des ressources de remplacement. Cette transition sera forcément prolongée et, en de nombreux pays, péniblement ressentie. Mais il est nécessaire de s'y engager.

220. Je suis convaincu que nous manquerions à notre tâche si les producteurs et les consommateurs d'énergie adoptaient des attitudes d'affrontement. L'interdépendance est un élément fondamental et inévitable de la scène mondiale dans le domaine de l'énergie. En fait, si la crise de l'énergie, comme on l'appelle, nous a donné une leçon, c'est que nous devons établir une base réaliste sur laquelle nous pourrons édifier un consensus.

221. Aucun pays ne peut ignorer les conséquences mondiales de ce qui s'est produit. Il y a maintenant, comme les ministres de l'Organisation de coopération et de développement économiques nous en ont récemment avertis, un réel danger si des politiques responsables ne sont pas appliquées tant par les pays consommateurs que par les pays producteurs de pétrole, et la situation de l'énergie mettra gravement en péril l'économie mondiale.

222. L'Australie est prête à envisager ces problèmes dans un esprit constructif et réaliste. Nous nous reconnaissons une responsabilité particulière. L'Australie est bien placée en ce qui concerne les ressources énergétiques internes et nous sommes nettement exportateurs d'énergie. Nous disposons de réserves abondantes de charbon et de gaz naturels et nos dépôts d'uranium, fort vastes, sont en cours d'extraction. Tout en développant ces ressources, nous avons augmenté notre appui dans le domaine de la recherche et du développement en matière d'énergie et avons favorisé la conservation de l'énergie et le développement de combustibles de substitution. Nous n'avons pas manqué d'encourager aussi la coopération internationale dans toute une série d'accords bilatéraux, régionaux et internationaux.

223. L'Australie a accordé une attention particulière aux besoins des pays en développement de notre région. Nous travaillons activement au sein de la Commission économique et sociale pour l'Asie et le Pacifique et du Groupe consultatif régional du Commonwealth sur l'énergie. Nous coopérons aussi étroitement avec les autres pays de la région sur une base bilatérale. L'accent a été mis sur la possibilité d'établir des systèmes d'énergie convenant aux besoins particuliers de ces pays. Cela entraîne le développement de ressources classiques disponibles et de techniques appropriées de remplacement.

224. Lorsque j'ai parlé il y a quelques minutes de l'uranium, je me plaçais dans le contexte de son utilisation en tant que source précieuse d'énergie. Mais l'Australie est profondément consciente des autres possibilités redoutables de l'uranium. Avec des ressources substantielles en uranium, l'Australie a la responsabilité spéciale de veiller à ce qu'il soit utilisé pour l'amélioration du sort de l'humanité et non pour son annihilation.

225. Les impératifs continus qu'exige le maintien de la paix et de la sécurité doivent toujours être au premier plan des défis auxquels devra faire face la communauté mondiale au cours de la prochaine décennie. Il est particulièrement important de créer des conditions qui renforceront la sécurité internationale et donneront au monde l'assurance qu'il peut vivre en paix.

226. La poursuite du processus de limitation des armements stratégiques entre les Etats-Unis et l'Union soviétique est essentielle pour le maintien de l'équilibre global et la prévention d'une guerre nucléaire. La signature du traité résultant de la deuxième série de négociations sur la limitation des armements stratégiques a été le progrès le plus important dans le contrôle des armements au cours de l'année écoulée. Nous espérons qu'il sera bientôt ratifié et mis en œuvre. Nous espérons qu'il sera la base de nouvelles limitations quantitatives et qualitatives des arsenaux nucléaires des superpuissances dans le cadre d'une troisième série de négociations.

227. L'Australie attache également une grande importance à la conclusion prochaine de négociations entre les Etats-Unis, l'Union soviétique et le Royaume-Uni sur les termes d'un traité d'interdiction complète des essais nucléaires. La soumission du texte d'un traité au Comité du désarme-

ment avant la deuxième Conférence des parties chargée de l'examen du Traité sur la non-prolifération des armes nucléaires en 1980 favoriserait l'examen de ces questions et contribuerait grandement au succès de cette conférence. Nous invitons instamment les trois puissances à œuvrer dans ce sens.

228. Un traité d'interdiction des essais empêcherait le développement des arsenaux nucléaires existants. Ce serait un nouveau contrefort du régime international de non-prolifération, car cela ouvrirait une voie nouvelle grâce à laquelle les pays pourraient renoncer aux armes nucléaires. Cela donnerait aussi une nouvelle assurance que les programmes nucléaires des pays non dotés d'armes nucléaires sont exclusivement destinés à des fins pacifiques.

229. La deuxième Conférence des parties chargée de l'examen du Traité de non-prolifération offrira l'occasion de donner plus de poids aux objectifs du Traité, de revoir ses activités et de tenir compte des préoccupations des nouveaux Etats parties. L'Australie, fermement attachée aux principes de non-prolifération, continuera à jouer un rôle actif dans la préparation de la Conférence.

230. L'Australie est encouragée par le fait que le Traité de non-prolifération continue de manifester son actualité et sa valeur puisqu'il attire de nouveaux Etats parties. L'adhésion de l'Indonésie et du Bangladesh a été accueillie avec plaisir. L'augmentation des membres parties au Traité contribue aux avantages que le Traité apporte à la sécurité régionale et internationale et à la coopération et au commerce international stable dans les utilisations pacifiques de l'énergie nucléaire.

231. L'arène mondiale dans le domaine de la non-prolifération et la coopération nucléaire internationale ont souffert grandement de l'apparition dans le sous-continent indien d'une situation qui a pulvérisé les remparts fragiles qui existaient dans cette région contre la prolifération. L'Australie considère cet événement avec beaucoup d'inquiétude. Les risques de prolifération en Afrique australe et au Moyen-Orient sont également une source de préoccupations. Nous espérons que les pays qui sont restés à l'écart du Traité de non-prolifération rassureront la communauté internationale en affirmant qu'ils acceptent soit des garanties complètes sur leurs industries nucléaires soit toute autre obligation contraignante et d'application vérifiable.

232. Les objectifs de la non-prolifération ont été rehaussés par l'évaluation internationale du cycle du combustible qui prendra fin au début de l'année prochaine. On est généralement d'accord sur un certain nombre de problèmes qui faisaient autrefois l'objet de controverses. Des idées utiles sont apparues, qui pourraient entraîner de nouvelles et importantes barrières institutionnelles à la prolifération, à savoir par exemple des plans pour le stockage international du plutonium et pour la gestion internationale du combustible usé. Nous croyons aussi que l'évaluation internationale du cycle du combustible, qui examinait les assurances concernant l'approvisionnement, a présenté des idées utiles sur la façon d'envisager les conditions de non-prolifération qui pourraient être appliquées dans le commerce nucléaire.

233. Au cours de sa première année d'activité, le Comité du désarmement à Genève a consacré des efforts considérables à l'élaboration de nouveaux instruments éventuels visant à contrôler les armements. L'Australie, en tant que membre de cet organisme depuis le début de cette année, s'est félicitée de l'occasion qui lui était offerte de contribuer ainsi à la recherche de nouvelles perspectives dans les travaux du Comité. Nous espérons pouvoir aider le Comité à présenter des résultats positifs. En particulier, nous espérons parvenir à un accord en 1980 sur des mesures de contrôle sur les armes nucléaires et sur les armes chimiques et radiologiques.

M. Salim (République-Unie de Tanzanie) reprend la présidence.

234. Nous espérons que lorsque le travail du Comité sur le traité d'interdiction complète des essais nucléaires sera achevé, les puissances nucléaires envisageront sérieusement des propositions visant à arrêter la production de matières fissiles pour les armes nucléaires. Ce serait une mesure importante qui contribuerait grandement à faire cesser la course aux armements et à renforcer la non-prolifération et ce serait un réel progrès dans la recherche de conditions permettant à l'humanité d'être à l'abri de la dévastation et de la destruction.

235. En examinant les conditions pour le maintien de la paix et de la sécurité internationales, nous devons attacher une attention particulière aux zones de conflit et de tension. Grâce à son mécanisme de maintien de la paix, l'Organisation des Nations Unies a joué un rôle important pour contenir des situations dangereusement explosives. Le mécanisme de maintien de la paix non seulement protège les générations futures des horreurs de la guerre mais il protège aussi la génération actuelle de la menace de conflits causés par les rivalités et les craintes du passé.

236. L'Australie, fidèle à sa tradition, continue d'appuyer les opérations de maintien de la paix des Nations Unies. Nous voyons nos contributions au maintien de la paix à Chypre, au Moyen-Orient et au Cachemire comme des contributions directes à la cause de la paix. Notre offre de contribuer au Groupe d'assistance des Nations Unies pour la période de transition en Namibie a été inspirée par les mêmes convictions. Mais les forces de maintien de la paix ne peuvent pas engendrer une paix durable. Les parties aux conflits doivent être persuadées de négocier, comme elles le font à Londres en ce moment à propos du Zimbabwe, comme certaines le font au Moyen-Orient et comme elles doivent continuer à le faire à Chypre.

237. Je voudrais maintenant examiner certains de ces problèmes de façon plus détaillée. Nous connaissons tous la longue histoire du conflit du Moyen-Orient et les déceptions qui l'ont caractérisée. L'Australie a appuyé le traité de paix entre l'Egypte et Israël[14]. Nous y voyons un premier pas vers un règlement de paix juste, durable et global au Moyen-Orient. Nous comprenons les craintes et les soucis d'autres et nous comprenons aussi qu'une solution des problèmes de cette région dépendra de facteurs qui ne sont pas encore résolus ou qui n'ont pas encore été traités dans les négociations actuelles. Dans ce contexte, l'Australie regrette la politique actuelle du Gouvernement israélien à propos de l'établissement de colonies de peuplement dans les territoires occupés.

238. Il est essentiel de mettre au point des conditions de paix qui puissent satisfaire toutes les parties intéressées et mettre fin au terrorisme. Nous fondons donc notre politique sur la nécessité d'entamer des négociations en s'inspirant des principes énoncés dans les résolutions 242 (1967) et 338 (1973) du Conseil de sécurité. Le droit d'Israël d'exister dans des frontières sûres et reconnues doit être accepté. Les droits légitimes du peuple palestinien à un foyer aux côtés

[14] Traité de paix entre la République arabe d'Egypte et l'Etat d'Israël, signé à Washington le 26 mars 1979.

d'Israël, et la responsabilité correspondante de vivre en paix avec ses voisins, doivent également être reconnus.

239. Dans cet esprit, le Gouvernement australien continue à offrir son appui à tout effort tendant à arriver à un règlement acceptable pour toutes les parties intéressées. Nous espérons que tous les intéressés s'abstiendront de déclarations, d'actions et de politique qui nuiraient à la recherche d'une paix globale.

240. En parlant du Moyen-Orient, nous ne devons pas ignorer les souffrances des populations sur cette terre ravagée et divisée du Liban. La communauté australienne a été enrichie par l'arrivée d'un grand nombre d'immigrants et de réfugiés du Liban et d'autres parties de la région, et nous partageons leur désir qu'aucun effort ne soit épargné pour faire régner la paix dans cette région.

241. Les souffrances du peuple de Chypre préoccupent également beaucoup la communauté australienne. Nous appuyons très sincèrement le rôle continu des Nations Unies et du Secrétaire général en particulier dans les efforts visant à apporter la paix à tous les habitants de Chypre. Si l'Australie s'est réjouie de la reprise des pourparlers intercommunautaires en juin 1979, à la suite de l'accord intervenu entre le président Kyprianou et M. Denktaş[15], accord fondé lui-même sur les directives Makarios-Denktaş[16], elle regrette cependant profondément que ces pourparlers n'aient pas progressé. Nous espérons que le débat sur la question de Chypre à la présente session favorisera de nouveaux progrès.

242. L'Australie est profondément préoccupée devant les pertes de vies tragiques qui résultent du conflit au Zimbabwe. Trop d'occasions et trop d'années sont perdues. L'accord intervenu à la réunion des chefs de gouvernement des pays du Commonwealth, à Lusaka en août [*voir A/34/439-S/13515, annexe, par. 15*], offre une nouvelle occasion qu'il ne faut pas laisser passer. L'Australie appuie pleinement cet accord qui, espérons-le, amènera toutes les parties à un règlement.

243. La présence des principales parties au différend à la conférence constitutionnelle sur la Rhodésie, tenue à Londres, que le Gouvernement britannique a récemment convoquée est encourageante. Nous invitons instamment les parties à mener leurs négociations à bonne fin et à mettre un terme à la situation tragique actuelle qui a plongé toute l'Afrique australe au bord de la ruine et de la guerre.

244. En tant que membre du Conseil des Nations Unies pour la Namibie, l'Australie cherche activement une solution pacifique et durable à la question de Namibie. Le Gouvernement australien appuie entièrement les consultations qui se déroulent actuellement entre les représentants des cinq pays occidentaux et le Gouvernement sud-africain et espère ardemment que ces consultations mettront fin à l'impasse actuelle. Il est vital pour la stabilité en Afrique australe qu'un accord soit conclu sur la base des propositions du Secrétaire général[17].

245. La problème de la politique du Gouvernement sud-africain demeure encore. L'Australie continuera à œuvrer en vue de faire cesser la politique déplorable de l'*apartheid*. Nous approchons du point où la patience prendra fin en Afrique du Sud même et où un recours croissant à la violence sera considéré par beaucoup comme la seule option possible. Espérons que ce point ne sera pas atteint. Espérons que la raison et le sens des responsabilités prévaudront.

246. L'Australie est profondément préoccupée par le problème des réfugiés dans le monde entier — en Afrique, au Moyen-Orient et en Asie du Sud-Est. Nous appuyons pleinement les efforts déployés par le Haut Commissaire des Nations Unies pour les réfugiés en vue d'alléger la détresse des populations concernées et d'assurer la réinstallation des personnes expropriées. Mon propre pays est fier de la tradition qui a toujours été la sienne et qui consiste à accueillir des réfugiés venant de nombreux pays et continents.

247. En Asie du Sud-Est, les souffrances des "réfugiés de la mer" en provenance du Viet Nam et des réfugiés en provenance du Kampuchea ont pris des proportions tragiques. Des hommes, des femmes et des enfants innocents ont été déplacés et privés de leurs foyers sur une vaste échelle. Ils ont été forcés de fuir la guerre, la famine, la maladie et la pression détestable de la coercition politique. Une crise humanitaire de grande envergure existe. Cela a précipité des problèmes politiques et économiques graves ainsi que des tensions dans la région. L'exode a atteint des proportions telles qu'il compromet la stabilité de la région.

248. Les fardeaux financiers, politiques et sociaux que cette situation entraîne pèsent particulièrement sur les pays de premier asile, les Etats de l'Association des nations de l'Asie du Sud-Est. La communauté internationale doit reconnaître les limites très réelles de la capacité de ces pays à faire face à une crise de cette envergure. Des mesures importantes nouvelles en vue de surmonter cette crise ont été prises à la réunion convoquée par le Secrétaire général à Genève, en juillet[18]. En Australie, dès le début, nous avons accueilli un nombre important de réfugiés et nous fournissons aussi une assistance financière substantielle.

249. En même temps, l'Australie estime qu'il est essentiel de reconnaître que les causes sous-jacentes de l'exode des réfugiés n'ont pas encore été étudiées. Nous avons noté que depuis la réunion de Genève le nombre de réfugiés quittant le Viet Nam a nettement diminué. Nous espérons que le Gouvernement du Viet Nam honorera les engagements qu'il a pris à Genève et fera des efforts soutenus et sérieux pour résoudre le problème sous tous ses aspects.

250. La tragédie entraînée par la famine et la maladie répandues sur le territoire du Kampuchea ravagé par la guerre exige également notre attention immédiate. Quelle que soit notre opinion politique, quelles que soient nos vues concernant les causes du chaos qui existe actuellement au Kampuchea, on ne peut ignorer la détresse immense de plusieurs millions de Kampuchéens. Il est vital qu'un secours international massif parvienne immédiatement à la population khmère. Il faut la sauver. Il est essentiel que les problèmes pratiques que suppose l'organisation de mesures nécessaires de secours soient surmontés rapidement. Au nom de l'humanité, il est impérieux que toutes les parties coopèrent pleinement dans cette situation d'urgence. Les agences de secours internationaux et les organisations bénévoles doivent pouvoir s'acquitter de cette tâche de toute urgence.

251. L'Australie pour sa part est prête à faire tout ce qui est en son pouvoir pour aider les efforts de secours internationaux. Nous avons déjà décidé de fournir, dans le cadre du Programme alimentaire mondial 3 500 tonnes de riz au

[15] Voir *Documents officiels du Conseil de sécurité, trente-quatrième année, Supplément d'avril, mai et juin 1979*, document S/13369, par. 51.

[16] *Ibid., trente-deuxième année, Supplément de janvier, février et mars 1977*, document S/12323, par. 4 et 5.

[17] *Ibid., trente-troisième année, Supplément de juillet, août et septembre 1978*, document S/12827.

[18] Réunion sur les réfugiés et les personnes déplacées en Asie du Sud-Est, tenue à Genève les 20 et 21 juillet 1979.

Kampuchea dans un but humanitaire. Nous organisons également des vols spéciaux destinés à transporter des fournitures médicales et des produits alimentaires à la population du Kampuchea. L'Australie appuie sans réserve l'appel lancé à la communauté internationale par le Secrétaire général, le 27 septembre, en vue d'accorder des fonds et des fournitures au Kampuchea.

252. Dans ce contexte, mon gouvernement est aussi profondément préoccupé par les hostilités qui s'intensifient au Kampuchea. L'escalade du combat ne peut qu'ajouter aux souffrances intolérables de la population, augmenter le flot des réfugiés et compliquer davantage encore les difficultés que rencontrent les opérations de secours organisé. Le conflit qui s'élargit à l'intérieur du Kampuchea entraîne également des risques d'escalade et menace ainsi la sécurité de la région de l'Asie du Sud-Est dans son ensemble. Nous devons immédiatement faire tout ce que nous pouvons pour soulager la misère et la pauvreté dont sont victimes des millions d'être humains. Mais nous devons aussi reconnaître qu'il n'existera pas de solution durable aux problèmes du Kampuchea tant que la paix n'aura pas été rétablie, que toutes les forces externes n'auront pas été retirées et que des conditions permettant au peuple du Kampuchea de décider de son propre sort, à l'abri de toute ingérence extérieure, n'auront pas été créées.

253. Un thème qui revient continuellement dans les nombreux conflits dont j'ai parlé est celui du mépris des valeurs humaines fondamentales et des droits de l'homme. Il est donc particulièrement approprié qu'à cette époque Sa Sainteté le pape Jean Paul II — ce grand humanitaire, ce grand défenseur de la liberté, de la foi et de l'esprit de l'homme — participe à la présente session de l'Assemblée générale. Sa présence parmi nous demain nous rappellera à tous les engagements que nous avons pris en appuyant la Charte des Nations Unies — engagements concernant l'amélioration réelle des conditions de vie des hommes, des femmes et des enfants pris individuellement.

254. L'Organisation des Nations Unies s'est lancé dans de nombreux programmes orientés vers l'action. L'Année internationale de l'enfant, la Décennie des Nations Unies pour la femme, les deux Décennies des Nations Unies pour le développement, la Décennie du désarmement et la Décennie de la lutte contre le racisme et la discrimination raciale ont visé à améliorer le sort des hommes et des femmes pris individuellement.

255. Beaucoup a été fait pour apporter espoir et soulagement aux populations dépossédées et déshéritées de ce monde. Des instruments très importants dans le domaine des droits de l'homme sont entrés en vigueur et de nouveaux instruments sont en cours de préparation. La validité des revendications des nations et des peuples qui souffrent des difficultés économiques et sociales est de plus en plus reconnue. Des efforts énergiques ont été déployés pour faire face au problème du terrorisme et des réfugiés. Mais cela dit, de graves problèmes existent encore dans le domaine des droits de l'homme et des besoins sociaux.

256. Rien n'est plus pernicieux, à cet égard, que le racisme et les préjugés raciaux. Lors de la dernière réunion des chefs de gouvernement des pays du Commonwealth, tenue à Lusaka, l'Australie s'est associée à tous les autres pays du Commonwealth pour publier la Déclaration de Lusaka des pays du Commonwealth sur le racisme et les préjugés raciaux [*voir A/34/439-S/13515, annexe*] — document qui traite du problème du racisme sous toutes ses formes, dans tous les pays. Le racisme est l'un des nombreux problèmes humains qu'il faudra aborder pendant les années 80. Les peuples n'accepteront pas, et on ne peut pas s'attendre qu'ils acceptent, que la peur, la misère et la violation systématique de leurs droits soient leur pain quotidien. Les Nations Unies doivent s'organiser pour aborder avec efficacité les problèmes urgents devant lesquels se trouvent chaque jour tant de populations.

257. Nous reconnaissons avec le Secrétaire général qu'il faut obtenir un appui renouvelé de l'opinion publique dans tous les pays en faveur des Nations Unies et de leur œuvre pour réaliser les objectifs de toute l'humanité.

258. L'Australie entre dans les années 80 animée du désir ardent de trouver des solutions aux nombreux problèmes auxquels nous sommes confrontés. Nous le faisons sur la base d'une évaluation réfléchie de la place qu'occupe l'Australie dans le monde d'aujourd'hui. Dès le 18 septembre, j'ai présenté au Parlement australien un rapport sur les relations de l'Australie avec le tiers monde. A ma connaissance, aucun autre pays développé n'a entrepris une analyse aussi détaillée de la question de ses relations avec le tiers monde, et pourtant c'est une question qui offre des perspectives de déboucher sur la paix, la prospérité et le progrès pour l'humanité tout entière.

259. L'Australie reconnaît qu'elle a de graves responsabilités. Nous ne sommes pas disposés à rester les bras croisés alors que nous nous trouvons devant une impasse et que le laisser-aller croît dans des secteurs-clefs des relations internationales. Ce laisser-aller doit être arrêté et cette impasse ouverte.

260. Nous ne nous berçons pas d'illusions en pensant que la prochaine décennie présentera moins de difficultés que celle-ci. La communauté internationale doit aborder les années 80 avec une vigueur accrue et la résolution de mettre en œuvre des solutions pratiques et réalistes aux problèmes que nous connaissons. Surtout, nous devons éviter les situations génératrices de préjugés, d'attitudes périmées ou de rigidité idéologique. Avec de la bonne volonté, aucun problème n'est insoluble.

261. M. Al-SABAH (Koweït) [*interprétation de l'arabe*] : Monsieur le Président, c'est un grand plaisir pour moi que de vous exprimer au nom du Gouvernement et du peuple du Koweït nos félicitations sincères à l'occasion de votre élection à la présidence de la trente-quatrième session de l'Assemblée générale. Votre élection unanime est un hommage rendu au prestige dont vous jouissez dans les milieux internationaux en tant que diplomate chevronné, en même temps qu'elle constitue une reconnaissance du rôle de votre pays dans les affaires internationales et en particulier en Afrique.

262. Je voudrais également rendre hommage à votre prédécesseur, M. Indalecio Liévano, pour la façon dont il a dirigé les travaux de la trente-troisième session de l'Assemblée générale.

263. Le Koweït loue les efforts déployés par le Secrétaire général, M. Kurt Waldheim, pour le renforcement du rôle des Nations Unies dans le maintien de la paix et de la sécurité internationales et pour l'intérêt que l'Organisation attache à l'examen des problèmes des pays en développement.

264. Le Koweït a toujours préconisé l'attachement au principe de l'universalité de l'Organisation, susceptible de faire de celle-ci un microcosme de la société internationale. Dans cet ordre d'idées, je voudrais féliciter Sainte-Lucie

de son admission à l'Organisation des Nations Unies. Nous sommes persuadés que ce pays est prêt à prendre ses responsabilités en tant qu'Etat et à participer activement dans les travaux des organisations internationales.

265. L'évolution de la situation internationale, au cours de l'année écoulée, n'a pas été encourageante, et dans bien des cas elle suscite le pessimisme. La rivalité s'est intensifiée entre les grandes puissances qui cherchent à étendre leurs sphères d'influence et à renforcer leur emprise sur les régions qui leur sont subordonnées. L'ingérence flagrante dans les affaires des autres Etats s'est intensifiée. Cette période a également été caractérisée par le recours à la force pour régler des différends entre Etats, ou par la menace de recourir à l'invasion armée pour faire pression sur les gouvernements légitimes, en vue de leur faire adopter des politiques contraires à leurs intérêts.

266. Dans le monde d'aujourd'hui, il est absolument nécessaire de mettre un terme aux derniers vestiges de la domination coloniale et étrangère et de consolider la liberté et l'indépendance des Etats qui ont accédé nouvellement à l'indépendance. La disparité entre les pays développés et les pays en développement, qui ne fait que s'accroître, conduit à une augmentation des tensions sociales, économiques et politiques. Les pays non alignés et en développement font face avant tout à la tâche consistant à développer leurs économies et à élever le niveau de vie de leurs peuples, ce qui exige la réalisation de progrès scientifiques et techniques.

267. La plupart d'entre nous ont participé, le mois dernier, à la sixième Conférence des chefs d'Etat ou de gouvernement des pays non alignés, à Cuba. Bien que nous vivions dans un monde en évolution rapide, la nécessité du non-alignement est plus grande aujourd'hui que jamais. Un objet essentiel de la politique de non-alignement est de réduire les tensions et de créer l'accord et l'harmonie entre les Etats.

268. Le non-alignement aide les pays en développement à s'écarter des alliances militaires et à consacrer leur énergie et leurs ressources en premier lieu à l'élévation du niveau de vie de leurs peuples. Il est regrettable que pareille politique attire l'hostilité ouverte de certaines grandes puissances. Bien des pays non alignés ont été l'objet de pressions politiques de la part de pays puissants qui souhaitaient établir leur hégémonie sur d'autres peuples. C'est pourquoi la part des pays non alignés dans l'aide extérieure a été de loin inférieure à celle des pays affiliés à des alliances militaires.

269. Bien que la voie du non-alignement ne soit pas aisée, elle a résisté à l'épreuve du temps pendant les deux dernières décennies. Les pays non alignés n'ont guère adopté une attitude passive ou neutre face aux injustices criantes et aux violations de la Charte des Nations Unies. En dépit des insuffisances et des lacunes d'une telle politique, celle-ci garde son essence et son identité, ce qui m'encourage à dire que les pays non alignés maintiendront leur rôle et leur potentiel pour ce qui est du renforcement de la sécurité et de la paix internationales.

270. Dans quelques mois, le Koweït aura cessé d'être membre du Conseil de sécurité. Je voudrais donc, dans cet ordre d'idées, faire quelques observations sur les travaux du Conseil au cours des deux années passées où les problèmes internationaux ont été légion. Certains de ces problèmes ont été un défi lancé au Conseil. Il aurait été possible de régler nombre d'entre eux si le Conseil avait fait preuve de détermination et de fermeté. Malheureusement, tel ne fut pas le cas. Si le Conseil n'a pas fait face à ses responsabilités, ce n'est pas qu'il n'était pas désireux de le faire, mais bien parce que les intérêts des grandes puissances y prévalaient, appuyés par le droit de veto.

271. A titre indicatif, le Conseil n'a pas été en mesure de régler les problèmes de l'Asie du Sud-Est et n'a pas pu adopter une résolution reconnaissant le droit du peuple palestinien à l'autodétermination et à établir son propre Etat indépendant. Le Conseil n'a pas pu non plus régler le problème du Sud-Liban ni celui des colonies israéliennes de peuplement dans les territoires arabes occupés. Toutes ces déficiences du Conseil ont encouragé de nombreux pays tels que l'Afrique du Sud et Israël à persister dans leurs politiques agressives. Nous espérons que les grandes puissances laisseront leurs responsabilités internationales l'emporter sur leurs intérêts immédiats en Afrique australe et au Moyen-Orient, où des problèmes importants de paix et de sécurité internationales sont en cause.

272. Le facteur prédominant en Afrique est le sentiment de nationalisme et la détermination de tous les peuples africains de libérer l'ensemble du continent africain des maux du racisme blanc. En Rhodésie, en Namibie et en Afrique du Sud, et dans les pays voisins, l'attachement à la lutte contre le gouvernement de la minorité blanche est l'axe et le lieu commun de tous les efforts déployés et du but poursuivi.

273. Les maux dus au colonialisme sont bien connus. Les maux dus au racisme sont plus graves encore. En Afrique du Sud, en Namibie et en Rhodésie du Sud, tout l'appareil de l'Etat vise à organiser et à maintenir la domination d'une petite minorité blanche sur la population autochtone. Il n'est pas étonnant que les régimes minoritaires aient fait fi de l'autorité des Nations Unies et eu recours à des mesures législatives et à des simulacres d'élections pour dénier à la majorité noire ses droits politiques, économiques et sociaux élémentaires.

274. La situation en Afrique australe constitue une menace pour la paix et la sécurité internationales. L'Afrique du Sud a rejeté la résolution 435 (1978) du Conseil de sécurité, en date du 29 septembre 1978, défiant ainsi la volonté de la communauté internationale alors que la SWAPO avait accepté cette résolution.

275. La politique de l'Afrique du Sud vise à transformer l'Afrique australe en une enclave géographique qui lui serait soumise, de façon à exploiter ses ressources naturelles, à l'utiliser comme zone tampon pour se délimiter des Etats africains indépendants, et à utiliser son peuple en tant que main-d'œuvre à bon marché à exploiter dans ses plans de développement.

276. Au Zimbabwe, un simulacre d'élections illégales auquel la majorité n'a pas participé a été organisé; il s'agissait de dissimuler la minorité blanche derrière un masque africain. Nous rendons hommage à la lutte du Front patriotique et réaffirmons notre appui à cette lutte. Le Koweït se félicite également des sacrifices consentis par les Etats de première ligne qui ont subi de grandes pertes, sont victimes de l'agression et acceptent volontiers cette situation étant donné leur foi en l'autodétermination et en l'indivisibilité de la liberté.

277. Certains pays occidentaux, qui sont bienveillants aux régimes minoritaires, ont prôné des négociations en tant que moyen de régler le conflit par des moyens pacifiques. Nous n'avons pas d'objections à ces négociations si elles ne compromettent pas le gouvernement par la majorité ou l'indépendance et sont utilisées comme moyen

d'organiser un transfert ordonné des pouvoirs de la minorité blanche à la majorité noire. L'Afrique du Sud et la Rhodésie doivent être isolées sur les plans économique, politique et social jusqu'à ce qu'elles respectent les résolutions des Nations Unies et la volonté de la communauté internationale.

278. Les Etats du littoral et de l'arrière-pays de l'océan Indien ont tenu leur première réunion en juillet dernier [*voir A/34/45*]. Notre principal objectif devrait être d'élaborer un projet de traité visant à transformer l'océan Indien en une zone de paix. Nous aimerions voir les Etats du littoral et de l'arrière-pays adhérer à ce traité et convaincre les grands utilisateurs maritimes de l'océan de la nécessité de respecter les dispositions du traité par la ratification d'un protocole séparé. Bien sûr, la bonne volonté et la coopération des utilisateurs maritimes de l'océan Indien seront déterminantes.

279. La rivalité entre les puissances militaires dans l'océan Indien ne s'est pas encore apaisée. Une nouvelle manifestation dangereuse de cette rivalité est la tentative visant à empêcher les Etats intéressés d'utiliser librement leurs richesses et leurs ressources naturelles. Le besoin de matières premières est si énorme qu'il conduit certaines grandes puissances à imposer des contraintes sur la liberté des pays en développement à disposer de leurs ressources naturelles à des conditions rémunératrices et à utiliser les bénéfices qui en découlent pour accélérer le développement économique et social de leurs peuples. Mon gouvernement est fermement convaincu que tous les pays du littoral et de l'arrière-pays ont le droit de disposer librement de leurs richesses et de leurs ressources naturelles sans aucune menace ou sans aucune pression visant à limiter leur liberté ou à entraver leur croissance autonome.

280. Nous nous félicitons de l'élaboration d'un programme complet de désarmement et espérons que les négociations au sein du Comité du désarmement à Genève serviront cette fin à laquelle le monde entier aspire. Cependant, nous devons noter que vu les réalités politiques existantes, les grandes puissances militaires ont peut-être accepté le principe du contrôle des armements, mais sont loin d'accepter l'objectif du désarmement général et complet prôné par les petits pays. Leurs efforts actuels visant, au mieux, à stabiliser et à préserver leur machine de guerre à un moindre coût, et cela uniquement pour diminuer leur fardeau économique. Nous pensons que cet objectif limité ne conduira ni à la paix ni à la sécurité à long terme. Seul un désarmement complet peut mettre un terme à la menace d'un anéantissement nucléaire et permettre de consacrer le temps, l'argent et les ressources actuellement gaspillés pour maintenir le système de guerre à l'amélioration de la qualité de la vie sur notre planète.

281. La situation à Chypre fait l'objet d'une inquiétude mondiale. Nous avons affirmé à maintes reprises que la politique du Koweït consiste à appuyer l'unité de Chypre, son intégrité territoriale et son non-alignement. Nous appuyons également les 10 points qui ont fait l'objet d'un accord entre les communautés turque et grecque[19] et qui visent à trouver une solution sous l'égide du Secrétaire général des Nations Unies.

282. La troisième Conférence des Nations Unies sur le droit de la mer a été décrite, à juste titre, comme la conférence la plus importante du siècle. Elle est également celle qui a duré le plus longtemps et qui met en cause les problèmes les plus complexes. Pendant près d'une décennie, les nations ont eu l'occasion de définir leurs intérêts nationaux. Pour concilier la divergence d'intérêts entre Etats, il faut faire preuve de qualités d'homme d'Etat et d'un degré extraordinaire de coopération internationale. L'impasse tient avant tout au comportement d'Etats côtiers qui revendiquent à titre exclusif les ressources de vastes zones marines à proximité de leurs côtes, ce qui est contraire à la liberté traditionnelle de la mer, lié à la volonté des Etats avancés sur le plan technique de s'assurer le contrôle exclusif sur les minéraux des océans dans la zone située au-delà des limites de la juridiction nationale.

283. Les Etats avancés sur le plan industriel sont déterminés à avoir accès à de nouvelles sources de matières premières et à mettre leurs sociétés en mesure de faire concurrence aux fournisseurs terrestres des mêmes minéraux. La Conférence a réussi à organiser ses futures sessions d'une façon qui laisse entrevoir que les problèmes seront réglés. Nous espérons que la Conférence reconnaîtra que l'équité doit l'emporter si une convention future doit pouvoir survivre.

284. Des faits graves ont eu lieu au Moyen-Orient, qui ont aggravé la tension et compromis la paix et la sécurité internationales. Parmi eux, se trouve le traité de paix bilatéral entre l'Egypte et Israël qui ignore les droits nationaux et légitimes du peuple palestinien. Le traité a été rejeté par tous les pays arabes ainsi que par le peuple de Palestine. Les décisions de la neuvième Conférence au sommet des Etats arabes, tenue à Bagdad en 1978[20], reflètent ce rejet. Ce traité a également été rejeté par la dixième Conférence islamique des ministres des affaires étrangères, tenue à Fez, au Maroc [*voir A/34/389*], et a été condamné ouvertement par la sixième Conférence des chefs d'Etat ou de gouvernement des pays non alignés, tenue à La Havane, et qui a invité les pays non alignés à ne reconnaître ni les accords de Camp David ni le traité de paix conclu le 26 mars 1979 [*voir A/34/542, annexe I, par. 108*].

285. Le peuple de Palestine ne renoncera pas à son droit sacré à l'autodétermination, à l'indépendance politique et à la souveraineté. Il est certain que, sans l'exercice du droit à l'autodétermination par le peuple de Palestine et de son droit à la souveraineté et au retour dans ses foyers, il n'y aura jamais de paix au Moyen-Orient.

286. Plusieurs dizaines de pays ont déjà obtenu l'indépendance et quelques territoires y parviendront prochainement. Seul le peuple de Palestine parmi tous les peuples du monde a été victime de l'expulsion, de l'occupation étrangère et a souffert d'une vie sans dignité dans les camps de réfugiés. L'on ne saurait se taire sur cette tragédie qui s'est produite au moment où la Charte des Nations Unies a été promulguée et où la Déclaration universelle des droits de l'homme a été adoptée. Le Moyen-Orient restera aussi explosif que jamais à moins qu'Israël ne retire ses forces de tous les territoires arabes occupés et que le peuple de Palestine soit en mesure d'exercer son droit à l'autodétermination.

287. Dans cet ordre d'idées, je voudrais souligner que les colonies juives de peuplement qui sont construites presque chaque jour sur des terres palestiniennes et syriennes occupées font partie intégrante de l'idée sioniste de colonisation et d'expansion qu'Israël a poursuivie depuis sa création, malgré les condamnations de la communauté internationale

[19] Voir *Documents officiels du Conseil de sécurité, trente-quatrième année, Supplément d'avril, mai et juin 1979*, document S/12369, par. 51.

[20] Voir document A/33/400.

dont la dernière se trouve dans la résolution 452 (1979) du Conseil de sécurité, en date du 20 juillet 1979.

288. Le comportement d'Israël dans les territoires arabes occupés reflète la colonisation sioniste grâce à l'acquisition de terres, à l'installation de colonies, à l'expulsion de ressortissants arabes, à la limitation des possibilités de gagner sa vie, à la saisie des ressources en eau et au sanctionnement de l'achat de terres de ressortissants arabes. Tous ces exemples prouvent qu'Israël est déterminé à annexer les territoires arabes en invoquant de faibles prétextes qui sont contraires à la Charte des Nations Unies, au droit international et aux droits de l'homme.

M. Al-Haddad (Yémen), vice-président, prend la présidence.

289. Il est du devoir de l'Organisation des Nations Unies d'appuyer l'OLP, seul représentant légitime du peuple palestinien, sa lutte visant à réaliser les droits inaliénables du peuple palestinien et de rejeter toute solution partielle visant à liquider le problème de Palestine.

290. Il est du devoir du Conseil de sécurité de prendre des mesures en vertu du Chapitre VII de la Charte contre Israël étant donné que cet Etat continue de faire fi des principes de la Charte et des résolutions de l'Organisation mondiale et qu'il continue également ses attaques contre les pays arabes et le peuple de Palestine.

291. Israël mène une politique de génocide contre le peuple palestinien, ainsi qu'il ressort de ses agressions quotidiennes contre la souveraineté du Liban. Cette politique qui s'est intensifiée à la suite des accords de Camp David a pour objet de créer le chaos au Liban du Sud et de détruire l'esprit de résistance du peuple palestinien. Elle représente aussi une guerre de destruction et de génocide contre le peuple frère du Liban et vise à créer une scission entre le peuple du Liban et le peuple palestinien. Nous rendons hommage au courage du peuple libanais et à l'endurance du peuple palestinien face aux attaques quotidiennes pour lesquelles Israël utilise les armes les plus modernes qu'il reçoit des Etats-Unis. Il est donc de notre devoir d'appuyer les efforts du peuple du Liban visant à protéger sa souveraineté. Le peuple palestinien victime de cette campagne de génocide est en droit de recevoir notre appui politique et matériel.

292. Le dialogue Nord-Sud progresse à un rythme fort lent, alors que des changements s'imposent pour faire face aux problèmes économiques mondiaux. Les disparités de revenus et de niveaux de vie qui séparent les pays développés et les pays en développement ne font que s'accroître. L'anarchie du système économique mondial, la dislocation des sytèmes financier et commercial contrôlés par les puissances occidentales depuis la deuxième guerre mondiale est quasi complète. Ce chaos dont nous sommes les témoins a des répercussions avant tout sur la vie des pays en développement et sur leurs peuples. Les dégâts subis par l'ancien ordre économique sont irréparables et toute tentative visant à le colmater ne fera que prolonger la souffrance des peuples des pays en développement. L'interdépendance pour tous les aspects de la vie est un réalité et la résistance préméditée à l'acceptation de cette situation ne fait que nourrir les flammes et empêche l'établissement d'un nouvel ordre économique international fondé sur la justice pour tous.

293. Le déséquilibre de la balance des paiements des pays en développement a son origine dans les problèmes structurels, la récession et la forte inflation dans les pays développés. Des mesures protectionnistes, toujours plus fortes, prises par les pays développés ces dernières années contre les pays en développement entravent la croissance industrielle de ces derniers et ont des répercussions graves sur leur balance des paiements. L'inflation dans les pays développés a dépassé l'expression en deux chiffres et s'est infiltrée dans les pays en développement. Le prix des produits manufacturés importés par les pays en développement augmentent automatiquement en fonction des taux d'inflation monétaire des pays exportateurs alors que le prix des matières premières n'augmente que lentement ou reste stagnant. Les pays en développement ont besoin d'une assistance économique urgente pour sortir de la stagnation et pour résoudre leurs problèmes économiques.

294. La sixième Conférence des non-alignés, tenue à La Havane, qui a établi des indicatifs politiques pour le renforcement de la coopération mutuelle entre pays en développement et pour entamer des négociations internationales dans le cadre des Nations Unies en vue de faire face à tous les problèmes économiques, représente une étape majeure. Les pays développés devraient faire preuve d'une souplesse et d'une coopération suffisante pour faire aboutir cette initiative. Comme cela représente une issue à notre situation difficile, nous aimerions que les négociations entre pays développés et pays en développement se concentrent désormais sur cette initiative. Cependant, si celle-ci restait sans suite, les intérêts de beaucoup de pays en développement en souffriraient étant donné la pénurie de leurs ressources. Il est de l'intérêt de tous d'alléger leur fardeau et d'aider les pays en développement avant qu'ils ne s'effondrent. Si nous parlons d'interdépendance et de nouvel ordre économique international, alors il faut être sérieux et faire suivre nos paroles par des actes.

295. Le Koweït fait tout ce qu'il peut, seul ou en collaboration avec d'autres pays en développement exportateurs de pétrole, pour aider les pays en développement et s'efforce d'accroître sa coopération et ses investissements dans ces pays. Les autres pays en développement devraient créer un meilleur climat d'investissement dans le cadre de politiques nationales. Ces investissements doivent pouvoir reposer sur des garanties satisfaisantes et un traitement préférentiel de façon à encourager l'autosuffisance des pays en développement.

296. Le défi auquel nous faisons face est d'éliminer les obstacles à une utilisation ordonnée des ressources mondiales dans l'intérêt des générations présentes et futures. Cela ne peut se faire que dans le cadre du nouvel ordre économique international. Le nouvel ordre vise à inaugurer une ère nouvelle dans le système international où la souveraineté des pays en développement signifie enfin plus que la seule indépendance politique. Le nouvel ordre donne pour la première fois aux pays en développement une meilleure chance d'accroître leur part de la richesse mondiale. Le but ultime est de permettre au commun des mortels de sortir de sa misère, de jouir des droits fondamentaux de l'homme et, en fin de compte, d'entrer dans le courant principal des civilisations humaines. Le nouvel ordre sera caractérisé par des relations plus équitables au sein du système international, contribuant ainsi à la paix, à la sécurité et à la justice pour l'humanité tout entière. Chercher à arrêter cette évolution importante imposée par le cours de l'histoire serait une tentative impossible.

297. M. TSERING (Bhoutan) [*interprétation de l'anglais*] : Monsieur le Président, j'ai l'honneur de présenter

par votre intermédiaire à tous les représentants les meilleurs vœux de Sa Majesté Jigme Singye Wangchuck, roi du Bhoutan, pour le succès de la trente-quatrième session de l'Assemblée générale dans ses efforts tendant à promouvoir la paix et la stabilité internationales et le bien-être économique de tous les peuples.

298. Au nom de la délégation du Royaume du Bhoutan, je tiens à féliciter cordialement M. Salim à l'occasion de son élection unanime à la présidence de la trente-quatrième session de l'Assemblée générale. Cette élection est non seulement un hommage bien mérité qui lui est rendu, mais également un hommage rendu à la République-Unie de Tanzanie et au continent africain.

299. Je voudrais exprimer également l'appréciation de ma délégation au Président sortant, M. Liévano, de la Colombie, pour la compétence avec laquelle il a guidé nos travaux au cours de la trente-troisième session.

300. Lors de cette trente-quatrième session, nous sommes heureux de souhaiter la bienvenue à Sainte-Lucie, le dernier Membre, venu des Caraïbes et de la région de l'Amérique latine. La venue de Sainte-Lucie accroît l'universalité de notre organisation. Nous croyons que c'est la validité des principes et des objectifs consacrés par la Charte des Nations Unies qui a fait que le nombre de nos Membres augmente d'année en année et qui a mis fin à l'ère du colonialisme. Parmi les nombreux succès tangibles de l'Organisation des Nations Unies, les efforts du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux constitueront un chapitre important.

301. Nous voulons exprimer notre appréciation à M. Waldheim, secrétaire général, pour le dynamisme et la fidélité avec lesquels il dirige notre organisation et pour les initiatives utiles qu'il a prises pour rendre l'Organisation des Nations Unies plus efficace. Nous appuyons les suggestions du Secrétaire général tendant à l'amélioration du travail de l'Organisation [*A/34/320*] et sommes d'accord avec lui pour reconnaître qu'un système parfaitement logique et fonctionnel sur le plan institutionnel n'est probablement pas à notre portée et que nous devons faire en sorte que celui qui existe fonctionne mieux.

302. Le Royaume du Bhoutan souscrit aux principes et objectifs de la Charte des Nations Unies et à ceux du mouvement non aligné. Nous sommes totalement attachés à l'élimination du colonialisme, du néo-colonialisme, de l'impérialisme, du racisme, de l'*apartheid*, des politiques de puissance et de toutes les manifestations de l'occupation, de la domination et de l'hégémonie étrangères. Nous croyons que la quintessence de l'Organisation des Nations Unies et du mouvement non aligné consiste à sauvegarder le droit de chaque pays à l'indépendance et à l'autodétermination, de façon à permettre à chaque pays et peuple de choisir librement son propre destin, sans ingérence extérieure, sans pressions et sans menaces d'aucune sorte. Nous cherchons la possibilité, en tant que peuple libre, de construire un ordre mondial basé sur la justice, l'égalité souveraine, la coexistence pacifique et la coopération mutuellement avantageuse.

303. Dans cet esprit, le Bhoutan contribue à la promotion de conditions pacifiques dans chaque région ou sous-région du monde. Dans notre propre région, les pays de l'Asie du Sud, et notamment l'Inde, ont pris l'initiative encourageante d'établir la coopération et la compréhension sur la base des principes de la coexistence pacifique et de l'égalité souveraine. Cela a permis aux pays de notre sous-région de résoudre certains des grands problèmes qui s'opposaient à l'établissement de relations plus étroites dans un climat de confiance.

304. La communauté internationale, une fois encore, voit son attention retenue par la menace sérieuse à la paix et à la stabilité en Asie du Sud-Est. Les événements dans cette région remettent en cause les principes fondamentaux de la Charte des Nations Unies. Ils ont également entraîné des souffrances humaines tragiques. Au Bhoutan, pays bouddhiste, nous observons ces problèmes humanitaires avec tristesse et compassion. Nous louons les efforts du Secrétaire général et du Haut Commissaire des Nations Unies pour les réfugiés visant à soulager les souffrances de ce peuple désespéré.

305. Récemment, à La Havane, Sa Majesté Jigme Singye Wangchuck, roi du Bhoutan, prenant la parole devant les chefs d'Etat ou de gouvernement des pays non alignés, a déclaré :

> "Nous sommes préoccupés par les tensions et les conflits croissants en Asie du Sud-Est qui mettent en danger la paix et la stabilité de la région. Nous sommes fermement convaincus que l'intervention dans les affaires intérieures des Etats ne peut se justifier en aucune circonstance, car elle va à l'encontre du droit inaliénable et souverain de tout Etat de déterminer son propre système social, économique et politique, et de gérer ses propres affaires.
>
> "De plus, étant donné que le principe de non-ingérence dans les affaires intérieures des Etats est au cœur même du non-alignement, toute ingérence de cette sorte serait d'autant plus répréhensible si elle était commise par un membre de notre mouvement. Nous espérons que les aspirations des pays de la région à la paix et à la stabilité seront réalisées sur la base des principes du non-alignement, du respect de la souveraineté, de l'indépendance, de l'intégrité territoriale, de la non-ingérence dans les affaires intérieures, du non-recours à la force et de la non-agression."

306. La situation politique et économique mondiale actuelle montre clairement qu'aucun effort de relâchement des tensions ne peut aboutir au succès si l'on poursuit une politique d'équilibre de la puissance et des sphères d'influence. Une telle politique n'a fait qu'instaurer la course aux armements entre les blocs de puissance et accru la menace actuelle à la paix et à la sécurité internationales. Il est urgent de trouver les voies et moyens d'établir une sécurité durable pour tous les Etats sans exception. Dans cette perspective nous accueillons favorablement la signature entre les Etats-Unis et l'Union soviétique de l'accord résultant de la deuxième série de négociations sur la limitation des armements stratégiques . Nous espérons qu'il conduira à une troisième série de négociations et qu'il encouragera aussi d'autres mesures de désarmement véritable.

307. Les événements de la région du Moyen-Orient continuent de représenter une menace sérieuse à la paix et à la sécurité internationales. Une solution complète et durable menant à la paix continue d'échapper aux parties concernées. Les résolutions de l'Assemblée générale et du Conseil de sécurité ne sont toujours pas mises en œuvre. Le Liban continue de souffrir de la violation fréquente de son intégrité territoriale. Nous avons appuyé toutes les résolutions pertinentes des Nations Unies sur les problèmes du Moyen-Orient dans l'espoir qu'il en serait tenu compte dans toute négociation sérieuse.

308. Tout en respectant le droit de tous les Etats de conclure des accords dans l'exercice de leurs droits souverains inaliénables, nous pensons que les droits et les aspirations d'autres peuples ou Etats ne doivent pas être mis en danger dans ce processus. A notre avis, le problème de Palestine demeure au cœur même de la situation au Moyen-Orient. Si l'on veut parvenir à une solution globale et permanente du problème, toutes les parties concernées doivent participer aux négociations. Nous appuyons pleinement les droits du peuple palestinien, y compris son droit à l'autodétermination et à créer un Etat indépendant. En même temps, nous respectons le droit de tous les Etats de la région de vivre à l'intérieur de frontières sûres et reconnues.

309. La Charte des Nations Unies proclame la "foi dans les droits fondamentaux de l'homme, dans la dignité et la valeur de la personne humaine", mais le régime d'*apartheid* de Pretoria continue de se moquer de toutes les résolutions des Nations Unies qui encouragent cet engagement. L'Organisation des Nations Unies doit faire des efforts consistants et concertés pour éliminer les pratiques odieuses de l'*apartheid*. Les programmes définis dans la résolution 33/183 adoptée par l'Assemblée générale doivent être mis en œuvre par tous, y compris les sociétés transnationales.

310. En Namibie, les droits de la population à l'autodétermination lui sont encore refusés en dépit des efforts de tous les intéressés. Dans ces circonstances, nous devons empêcher que la bantoustanisation ne se poursuive dans la région et respecter les résolutions de l'Assemblée générale en reconnaissant la SWAPO comme seul représentant légitime du peuple de Namibie.

311. La situation au Zimbabwe n'est guère meilleure, mais nous espérons que les négociations de paix actuelles aboutiront à la création d'un gouvernement par la majorité acceptable, ainsi qu'à l'instauration de la paix pour le peuple du Zimbabwe dans un avenir proche.

312. Je partage le point de vue de plusieurs délégations qui estiment que l'économie mondiale continue de connaître des crises sérieuses. Ces crises sont les symptômes de déséquilibres structurels sous-jacents inhérents à nos relations économiques globales.

313. Les développements économiques qui ont suivi la seconde guerre mondiale ont été marqués par un progrès rapide des économies des pays développés. Privés de capitaux et de connaissances techniques et souffrant des héritages coloniaux du passé, les pays en développement ont à peine réussi à sortir des problèmes sérieux du sous-développement. Le résultat en a été une polarisation accrue entre les pays riches développés et les pays pauvres en développement. Ces déséquilibres fondamentaux ne peuvent être éliminés sans une profonde restructuration du système économique global. Il semble encore plus vrai aujourd'hui qu'il ne peut y avoir de paix réelle ou durable à moins qu'un développement global de tous les pays ne crée les conditions nécessaires au bien-être de tous les peuples.

314. Les négociations entre le Nord et le Sud ont apporté des résultats limités. Nous réalisons à présent que les efforts visant à l'instauration d'un nouvel ordre économique international ne se font pas aussi rapidement que prévu. Le manque de volonté, en particulier des pays riches, de faire face ensemble au problème ressort clairement des résultats de la cinquième session de la CNUCED, tenue à Manille, et des récentes réunions du Comité plénier créé en application de la résolution 32/174 de l'Assemblée générale et de celles du Comité préparatoire pour la nouvelle stratégie internationale du développement.

315. Actuellement, l'économie des pays tant développés qu'en développement est marquée par une inflation croissante, l'accélération du chômage et une réduction marquée de la croissance économique. Nous croyons que le progrès économique partout dans le monde exige davantage de ressources et une répartition plus équitable de ces ressources aux niveaux national et international. Nous savons tous que les disparités croissantes entre pays riches et pays pauvres ne peuvent pas être réduites, et que la justice, l'égalité, et l'indépendance authentique de tous les pays ne peuvent pas être assurées sans une restructuration fondamentale des relations économiques internationales. Si des mesures appropriées ne sont pas prises immédiatement, les économies des pays en développement continueront de s'affaiblir à un rythme encore plus rapide que par le passé.

316. Cette situation déjà complexe est aggravée encore par les problèmes énergétiques actuels. L'ombre qui menace l'économie des pays en développement non producteurs de pétrole est le signe avant-coureur d'un avenir encore plus sombre.

317. La situation est au pire pour les pays les moins développés et les pays en développement sans littoral qui doivent faire face à des coûts de transport accrus ainsi qu'à l'inflation qui frappe leurs importations. Le problème est d'autant plus difficile que l'inflation et l'instabilité des taux de change ont d'ores et déjà érodé la valeur de l'assistance multilatérale et bilatérale qu'ils reçoivent. Il y a cependant une lueur d'espoir dans la décision prise à la cinquième session de la CNUCED, tenue à Manille[21], de lancer un programme d'action immédiate complet et considérablement étendu en faveur des pays les moins développés. La communauté internationale devra trouver les voies et moyens permettant d'appliquer le programme d'action de façon à aider les pays en développement les plus désavantagés géographiquement et les plus sérieusement touchés.

318. Le Royaume du Bhoutan est un pays sans littoral. Dans nos efforts de développement économique, les facilités de commerce et de transit sont vitales pour le bien-être de notre peuple et le succès de nos programmes de développement. Heureusement, nous avons reçu jusqu'à présent une grande assistance à cet égard de la part de notre voisin, l'Inde, qui a fait preuve de beaucoup de compréhension. L'importance de ces facilités de transit pour nous ne saurait être surestimée cependant. Nous espérons que ce problème propre à tous les pays sans littoral sera examiné avec sympathie par la communauté internationale tout entière.

M. Salim (République-Unie de Tanzanie) reprend la présidence.

319. Au Bhoutan, comme ailleurs durant cette année internationale de l'enfant, le bien-être des jeunes retient particulièrement notre attention. Notre espoir pour l'avenir repose sur notre engagement à améliorer le sort de nos enfants. Sous la direction de Sa Majesté le Roi, la commission nationale du Bhoutan a dressé un plan d'action. En appliquant ce programme hautement prioritaire, nous espérons faire en sorte que les jeunes générations soient en mesure de concrétiser leur potentiel de vie riche et bien remplie.

---

[21] Voir *Actes de la Conférence des Nations Unies sur le commerce et le développement, cinquième session*, vol. I : *Rapport et annexes* (publication des Nations Unies, numéro de vente : F.79.II.D.14), première partie, sect. A, résolution 122 (V).

320. Notre objectif est de nous suffire à nous-mêmes, tout en assumant nos responsabilités pour le bien-être de notre peuple. En traitant des questions nationales et internationales, nous fondons nos relations avec tous les pays sur le respect mutuel, quelles que soient nos divergences de vues. Nous croyons à la coexistence pacifique, à la promotion d'une coopération bénéfique renforcée fondée sur les principes de l'égalité souveraine, du respect de l'intégrité territoriale et de la non-ingérence dans les affaires intérieures. Nous nous écartons de la concurrence destructrice en faveur de la coopération productive. Enfin, nous nous opposons à l'injustice en faveur de la création d'un ordre mondial nouveau, plus juste et plus équitable, afin que les peuples du monde puissent vivre ensemble dans la paix et la prospérité.

321. M. CHAKULYA (Zambie) [*interprétation de l'anglais*] : Monsieur le Président, je voudrais en tout premier lieu rendre hommage à la mémoire du président Agostinho Neto, de la République populaire de l'Angola, dont le décès prématuré a privé l'Afrique et le monde d'un homme d'Etat éminent et d'un valeureux combattant pour la liberté. Le défunt président Agostinho Neto, et le parti des travailleurs MPLA[22] qu'il a conduit, ont travaillé étroitement avec notre parti, le *United National Independence Party*, au cours de la longue lutte pour l'indépendance de l'Angola. La coopération étroite entre les deux partis et les gouvernements de l'Angola et de la Zambie s'est poursuivie jusqu'à ce jour. Le défunt dirigeant angolais était un révolutionnaire inlassable et désintéressé, qui avait lutté côte à côte avec les combattants du MPLA. Son action devrait être une source d'inspiration pour nous tous. En fait, le président Neto était un homme de principes, qui mettait en pratique ce qu'il prêchait. Le parti, le gouvernement et le peuple de la Zambie, qui étaient représentés à ses funérailles par le président Kaunda, s'associent à nos frères et à nos sœurs pour pleurer la perte de ce grand homme.

322. Au nom de la délégation zambienne, je voudrais, Monsieur le Président, vous féliciter pour votre élection combien méritée à la haute fonction de président de l'Assemblée générale. L'Afrique est fière de vous. Vous êtes un fils éminent de ce continent. Vous avez gagné la place que vous occupez dans les instances internationales grâce à votre habileté diplomatique, à votre humilité, à votre sincérité politique et à votre intelligence. Point n'est besoin d'évoquer ici les relations fraternelles bien connues qui existent entre votre pays, la République-Unie de Tanzanie, et le mien, la Zambie, ni, en vérité, nos efforts communs aux côtés des autres Etats de la ligne de front dans la lutte pour la libération de nos frères et sœurs opprimés de l'Afrique australe.

323. Je tiens également à saisir cette occasion pour rendre un hommage mérité à votre prédécesseur, M. Indalecio Liévano, qui a présidé avec dévouement et compétence la trente-troisième session de l'Assemblée générale.

324. Le Secrétaire général de notre organisation, M. Kurt Waldheim, a continué d'exercer ses fonctions avec une détermination et une habileté diplomatique caractéristiques. Ma délégation lui adresse ses meilleurs vœux pour le succès de ses efforts visant à faire régner l'entente et la paix parmi les nations du monde.

325. Permettez-moi également, par la même occasion, de féliciter Sainte-Lucie, ce pays frère du Commonwealth, pour son admission à l'Organisation des Nations Unies. Avec l'admission du cent cinquante-deuxième Membre, l'organisation des Nations Unies s'est encore plus rapprochée de l'objectif de l'universalité.

326. Votre présidence, Monsieur le Président, se situe au seuil d'une ère nouvelle, à l'aube de la décennie des années 80. Au cours de la décennie qui prend fin cette année, l'Organisation des Nations Unies a continué de s'attaquer aux problèmes aux multiples aspects en vue de la solution desquels elle a été fondée. L'Organisation a hérité de quelques-uns d'entre eux dès sa fondation, tandis que d'autres ont été portés devant elle au cours des années récentes.

327. Il n'est pas douteux que des progrès significatifs ont été accomplis dans un certain nombre de domaines, mais bien des problèmes vont passer encore à l'ordre du jour de la prochaine décennie. Le défi de la prochaine décennie pour l'Organisation des Nations Unies est de régler avec succès les problèmes aux multiples aspects que nous retrouvons régulièrement dans notre ordre du jour.

328. En faisant face à ces problèmes anciens, il est nécessaire d'innover et de faire preuve d'un esprit nouveau, que ce soit dans les secteurs politique, économique, social, culturel ou humanitaire. En l'absence de la volonté nécessaire d'agir, seul le pessimisme l'emportera. Décidons donc de faire de la prochaine décennie une ère de plus grande coopération et d'entente dans la recherche de solutions aux problèmes qui affligent l'humanité.

329. Cette session de l'Assemblée générale se déroule trois semaines après la sixième Conférence historique des pays non alignés, tenue à La Havane. Nous pouvons à juste titre être inspirés par la détermination manifeste des pays non alignés de continuer à apporter une contribution positive et décisive à la recherche d'un nouvel ordre mondial fondé sur les principes de l'équité et de la justice. Les déclarations finales adoptées par la Conférence des pays non alignés [*A/34/542, annexes I et II*] reflètent avec précision la situation contemporaine dans son ensemble. La Zambie s'enorgueillit d'appartenir au mouvement non aligné qui, nous en sommes certains, demeurera une force dynamique et indispensable des relations internationales. L'accroissement rapide des membres du mouvement reflète la reconnaissance universelle de la validité de ses principes et de ses objectifs.

330. Monsieur le Président, dans votre déclaration liminaire [1re séance], vous avez brossé un tableau fort clair de la situation économique à laquelle le monde fait face actuellement. La situation économique mondiale continue d'être caractérisée par la prédominance de la pauvreté, de la faim, de la maladie et de l'analphabétisme dans la plupart des pays en développement, d'une part, et par un sentiment d'incertitude dans le monde développé, d'autre part. En outre, on constate une tendance vers une inégalité croissante qui continue de caractériser les relations économiques internationales. Ma délégation partage pleinement le sentiment de déception causé par la détérioration continue de la situation économique internationale. Un nouveau chapitre doit être ouvert pour envisager sous l'angle de la réalité les principaux problèmes non résolus qui figurent à l'ordre du jour du nouvel ordre économique international.

331. La communauté internationale se trouve à la croisée des chemins dans les domaines du développement et des relations économiques internationales. Il est manifeste qu'en dépit des efforts passés presque chaque question de notre ordre du jour touchant aux relations économiques constitue un problème particulier. Ces questions comprennent notamment les termes de l'échange, les prix des matières pre-

[22] Movimiento Popular de Libertação de Angola.

mières ou des produits de base, l'afflux des ressources et le service de la dette, le transfert des techniques, l'industrialisation des pays en développement, l'alimentation et l'énergie, le code de conduite des sociétés transnationales, ainsi que le problème de l'autosuffisance collective. En outre, une inflation croissante, le chômage, le coût élevé de l'énergie continuent de menacer nos économies et d'en retarder ainsi le développement.

332. Le dialogue Nord-Sud, lancé il y a quelque cinq ans, n'a guère abouti à des résultats tangibles. Jusqu'à présent, plusieurs grandes conférences mondiales se sont tenues dont le seul objectif était d'élaborer un mécanisme plus approprié sur lequel seraient fondées les relations internationales. Malheureusement, les progrès à cet égard ont été décevants.

333. Nous, en Zambie, nous rendons bien compte que les objectifs du développement de la coopération économique exigent un effort collectif. Toutes les nations doivent faire une contribution utile à cet effort commun. L'élimination de la pauvreté et des autres injustices économiques constitue un problème moral qui concerne toutes les nations, indépendamment de la cause profonde des maux en question.

334. Certains Etats, tels que les pays industrialisés, jouissent d'une position prédominante dans le commerce international, la finance et la production industrielle. Ces pays ont l'obligation de se montrer plus généreux lors des négociations à venir sur les problèmes spécifiques relatifs au nouvel ordre économique.

335. Ce que je viens de dire devrait être à la base des négociations, qu'elles aient lieu au Comité plénier, à la CNUCED, à la Conférence des Nations Unies sur la science et la technique au service du développement ou au Comité préparatoire pour la nouvelle stratégie internationale du développement. Si quelques progrès ont été enregistrés sur des questions telles que le Fonds commun et la transformation de l'ONUDI en institution spécialisée, il est regrettable que diverses questions à l'ordre du jour des négociations Nord-Sud demeurent dans l'impasse.

336. Pour notre part, nous accordons une priorité élevée à ces programmes et projets visant à parvenir à une condition d'autosuffisance et à créer une coopération mutuelle avec les autres pays en développement dans les divers domaines d'intérêt commun, y compris les zones critiques du commerce, des transports et des communications.

337. Je voudrais signaler que nos efforts visant à réaliser notre potentiel économique sont entravés, entre autres, par des forces extérieures défavorables, notamment la guerre et les conflits en Afrique australe, notre situation géographique en tant que pays sans littoral et le déclin relatif des prix des produits de base, en plus de la situation économique mondiale précaire. Le rapport du Secrétaire général sur l'assistance à la Zambie [*A/34/556*], qui doit être examiné à la présente session, est un catalogue des formidables défis que nous affrontons.

338. La question des droits de l'homme a toujours été considérée comme très importante en Zambie. Nous n'avons pas hésité à nous faire entendre chaque fois qu'il y a eu des preuves de violations des droits de l'homme. Cela est conforme à notre philosophie nationale d'humanisme qui proclame le respect de l'homme et de la vie humaine. A cet égard, nous nous félicitons de la préoccupation universelle croissante pour les droits de l'homme.

339. La Zambie continue à s'inquiéter sérieusement de la situation au Moyen-Orient. La situation dans cette région explosive est extrêmement grave. Il a été prouvé sans l'ombre d'un doute que la politique néfaste de colonisation des territoires arabes occupés est synonyme de colonisation, d'agrandissement impérialiste et d'expansionnisme. Israël n'a pas le droit d'occuper les terres arabes sur la rive occidentale, à Gaza et sur les hauteurs de Golan.

340. Comme nous l'avons toujours déclaré, le cœur du conflit du Moyen-Orient est le refus des droits inaliénables au peuple palestinien. Il est indiscutable que les Palestiniens ont droit à un Etat propre et à la réalisation complète de leur autodétermination et de leur indépendance. En fait, il est ironique que les Juifs, victimes de l'holocauste en Europe au cours de la seconde guerre mondiale, déchaînent aujourd'hui un holocauste contre les Palestiniens. En outre, Israël s'est allié aux régimes des minorités racistes d'Afrique australe et est devenu une source principale d'armements pour ces régimes, qui les utilisent dans leur répression de la majorité noire et pour commettre des actes d'agression contre les Etats de première ligne, y compris mon propre pays, la Zambie.

341. Dans l'intérêt de la paix au Moyen-Orient, Israël devrait se retirer immédiatement de tous les territoires arabes occupés par la force depuis 1967. Il est inadmissible, en droit international, de s'emparer par la force de territoires étrangers. Israël doit coopérer avec l'Organisation des Nations Unies dans la mise en œuvre des résolutions pertinentes de cette assemblée et du Conseil de sécurité qui fournissent un cadre réaliste pour établir une paix juste et durable au Moyen-Orient. Israël devrait également démanteler de toute urgence les colonies juives qu'il a établies sur les terres arabes.

342. En outre, la situation au Moyen-Orient ne saurait être réglée si le peuple de Palestine, par l'intermédiaire de l'OLP, son seul représentant légitime, est exclu du processus de paix. En faisant cela, on irait au-devant d'une nouvelle déception.

343. En mai dernier, tous les pays épris de paix ont été heureux de constater une tendance positive vers la paix à Chypre. On a beaucoup espéré lorsqu'on a appris que les pourparlers intercommunautaires, présidés par le Secrétaire général des Nations Unies, avaient abouti à un plan de règlement. Cependant, l'absence de progrès sur les questions non encore réglées indique un recul. Dans une situation de conflit, l'absence de progrès mène à la détérioration. Dans le cas de Chypre, la détérioration d'une situation déjà tendue pourrait avoir des conséquences graves pour l'indépendance, la souveraineté et l'intégrité territoriale de l'île.

344. La Zambie demande instamment aux parties au différend de redoubler d'efforts pour régler le problème de Chypre. L'indépendance de Chypre et son non-alignement ne sauraient être compromis. En outre, le problème de Chypre a des incidences qui vont au-delà des frontières de cette île. Je voudrais lancer un appel en faveur d'une adhésion stricte aux principes de la non-ingérence dans les affaires intérieures de Chypre.

345. Mon gouvernement s'inquiète également de la situation en Asie du Sud-Est. Les peuples de cette région ont été victimes de guerres d'agression pendant trop longtemps déjà. Nous avons exprimé notre désir de voir les nations et les peuples de l'Asie du Sud-Est vivre en paix après des décennies de guerre. A la suite de combats dans la région, les pertes en vies humaines et les souffrances sont énormes

et se poursuivent sans répit. La communauté internationale a le devoir de s'occuper du sort des être humains qui ont été déplacés à la suite des conflits dans cette région et ailleurs.

346. Nous exprimons l'espoir que les pays de la région pourront consacrer leurs efforts à la recherche d'une solution juste et durable du problème. Nous lançons également un appel à tous les Etats pour qu'ils s'abstiennent d'exaspérer le conflit et pour qu'ils respectent le principe de la souveraineté et de l'intégrité territoriale des autres Etats, dans l'intérêt de la paix et de la sécurité dans la région.

347. En ce qui concerne la Corée, je voudrais réaffirmer le ferme appui de mon gouvernement aux efforts visant à aboutir à la réunification pacifique de cette péninsule. La Zambie estime que toutes les troupes étrangères doivent être retirées de la Corée du Sud, leur présence n'étant pas favorable à la recherche d'un règlement juste et durable.

348. Mon gouvernement continue à suivre de très près les événements au Sahara occidental. Nous avons fait de notre mieux pour encourager les efforts de l'Organisation de l'unité africaine en vue de trouver un règlement juste. Nous félicitons chaleureusement le Gouvernement de la Mauritanie pour sa sage décision de renoncer à toute revendication au Sahara occidental et de retirer ses forces armées du territoire. Nous estimons que le peuple du Sahara occidental a droit à l'autodétermination et à l'indépendance véritable.

349. Ces dernières années, la communauté internationale a dirigé ses efforts vers la lutte contre le racisme et d'autres formes de préjudice à l'encontre des peuples opprimés et pour l'établissement de relations harmonieuses entre eux. C'est pour cette raison que toutes les formes de racisme institutionnalisé et d'oppression qui se manifestent dans la politique sud-africaine d'*apartheid* doivent être considérées comme des crimes contre l'humanité.

350. Tous les principes de conduite civilisée énoncés dans la Charte des Nations Unies et dans les normes du droit international sont violés chaque jour en Afrique du Sud, en Namibie et en Rhodésie. La majorité dans ces pays se voit refuser ses droits fondamentaux. La cause profonde du problème est l'existence continue des régimes racistes minoritaires blancs.

351. Les ancêtres de la minorité raciste se sont établis par la force des armes et la tromperie. La minorité gouverne une majorité d'Africains par la terreur et la violence. Elle continue à maintenir par la force son règne de terreur en Afrique du Sud, en Namibie et en Rhodésie. Tout en maintenant le peuple africain en servitude, les racistes, leurs partenaires et leurs partisans pillent et exploitent les ressources naturelles et humaines abondantes des pays qu'ils occupent.

352. Comme résultat de cette situation, les peuples autochtones se trouvent dans une pauvreté et une dégradation des plus cruelles. Les Africains sont utilisés en Afrique australe comme source de main-d'œuvre à bon marché. Les régimes minoritaires racistes mettent au point de prétendus règlements internes dans l'espoir d'utiliser les Africains en tant que façade au service des racistes blancs. Cela montre l'entêtement des régimes racistes qui essaient de perpétuer leur pouvoir au détriment de la majorité noire. Cela est répugnant et inacceptable. C'est pour cette raison que les peuples opprimés luttent pour renverser le système d'oppression et pour recouvrer leur dignité et leurs droits inaliénables.

353. Les dirigeants racistes, outre les actes d'oppression auxquels ils soumettent les Africains dans les pays qu'ils occupent, cherchent également à faire de l'Afrique du Sud un bastion sûr de l'exploitation et de l'oppression racistes en commettant des actes éhontés et meurtriers d'agression contre les Etats de première ligne de l'Angola, du Mozambique, du Botswana et de la Zambie.

354. Dans ces attaques haïssables, les forces rhodésiennes et sud-africaines assassinent des ressortissants innocents de nos pays. Elles ont également tué des milliers de réfugiés qui avaient fui la tyrannie, et auxquels nous avions permis de vivre dans nos pays pour des raisons humanitaires. Des enfants, des femmes, des vieillards et des malades dans les centres de réfugiés sont les victimes de ces soldats racistes sadiques et impitoyables. Il est encore plus tragique de voir que ces réfugiés sont poursuivis sous le prétexte de légitime défense ou d'attaques préventives de la part des racistes.

355. En attaquant les Etats de première ligne, les régimes racistes en fait violent notre souveraineté et notre intégrité territoriale. Leurs attaques sont des actes prémédités d'agression délibérée. Nous savons que leur objectif vise à déclencher une guerre internationale qui déferlerait sur toute la région.

356. Nous avons toujours déclaré — et je me permets de le répéter ici — que l'Afrique du Sud de l'*apartheid* est au cœur des problèmes de la décolonisation de la Namibie et de la Rhodésie. Il est hors de doute que la survie du système d'*apartheid* constitue un défi pour les Nations Unies et pour la civilisation. Tant que la clique au pouvoir en Afrique du Sud n'acceptera pas de vivre le présent plutôt que le passé, les victimes de l'oppression continueront à lutter pour leurs droits inaliénables. Mais l'Afrique du Sud continue d'être intransigeante et agressive. Le régime de Pretoria s'arme à un rythme sans précédent dans l'histoire.

357. Malheureusement, certains Etats Membres de notre organisation continuent de fournir au régime de Pretoria des armes et des munitions et de collaborer avec lui dans le domaine nucléaire. Ma délégation condamne vigoureusement cette collaboration, qui n'est pas seulement immorale mais qui est aussi contraire aux nombreuses résolutions des Nations Unies. Nous invitons tous les Etats à mettre fin immédiatement à toute forme de collaboration avec le régime de Pretoria, étant donné que cette collaboration est hostile au bien-être du peuple opprimé, et encourage en fait l'Afrique du Sud dans sa politique agressive contre les Etats africains souverains et indépendants.

358. A l'intérieur de l'Afrique du Sud elle-même, le régime de Pretoria élargit et nourrit même des plans haïssables de consolidation de l'*apartheid*. Au mépris de la communauté internationale, l'Afrique du Sud, le mois dernier encore, a accordé une indépendance fictive au bantoustan du Venda. Cela suit le modèle des prétendus Bophuthatswana et Transkei. L'indépendance des bantoustans n'existe que dans l'imagination des dirigeants afrikaners de Pretoria. Pour tout homme doué de raison, ces bantoustans constituent une partie intégrale du territoire sud-africain, car l'Afrique du Sud est une et indivisible. Comme si la répression exercée sur les Africains n'était pas suffisamment haïssable, les racistes de Pretoria intensifient également leurs plans visant à déplacer les Africains des terres que l'on désigne sous le nom de "zones blanches". Il y a une nouvelle guerre d'éviction en Afrique du Sud. Sur le plan interne, l'Afrique du Sud excelle également en tant qu'Etat policier où le règne du droit n'existe pas.

359. A l'aube des années 80, la communauté internationale doit élaborer de nouvelles stratégies pour mettre fin à l'*apartheid*. Tous les efforts concertés doivent être déployés pour

mettre fin à toute forme de collaboration avec le régime d'*apartheid*, dans l'intérêt de la paix. Je tiens à réaffirmer que la Zambie appuie la lutte des peuples opprimés de l'Afrique du Sud, sous la direction de son mouvement de libération nationale. J'invite instamment cette assemblée et la communauté internationale dans son ensemble à exprimer l'indignation qu'elles éprouvent pour le système d'*apartheid* de l'Afrique du Sud en apportant un appui concret à la lutte de libération. A cet égard, il est urgent que nous donnions effet aux nombreuses résolutions des Nations Unies sur l'*apartheid*. La situation en Afrique du Sud exige une action concrète plutôt que de vaines paroles.

360. Comme nous le savons, le régime de Pretoria ne se contente pas seulement de maintenir sa politique d'*apartheid* en Afrique du Sud; il est également responsable de la crise qui découle de son occupation et de la militarisation de la Namibie au mépris total des Nations Unies.

361. La question de l'indépendance de la Namibie est une question urgente. Depuis deux ans et demi, des consultations et négociations intensives et complètes ont lieu en vue d'arriver à un règlement en Namibie par des élections libres et justes sous la supervision et le contrôle des Nations Unies. A ce propos, les efforts ont émané du Conseil de sécurité qui, par sa résolution 385 (1976), a débouché sur une proposition concrète pour le règlement de la question namibienne[23]. A la fois la proposition et le rapport du Secrétaire général des Nations Unies sur sa mise en œuvre[24] ont été appuyés par le Conseil de sécurité dans sa résolution 435 (1978). La Namibie aujourd'hui serait au seuil de l'indépendance si la proposition présentée sur la base du Secrétaire général avait été appliquée. N'eût été l'intransigeance de l'Afrique du Sud, le Groupe d'assistance des Nations Unies pendant la période de transition serait, aujourd'hui, au travail en Namibie.

362. La paralysie qui existe maintenant dans ce domaine est due au refus du régime sud-africain d'accepter le rapport du Secrétaire général et de coopérer à son application. Une fois de plus, l'Afrique du Sud se montre intransigeante et cherche à défier les Nations Unies sur la question de la Namibie, comme elle l'a fait pendant plusieurs dizaines d'années. En fait, l'Afrique du Sud agit sournoisement.

363. Ce qui est également préoccupant c'est que l'Afrique du Sud cherche à placer la communauté internationale devant un fait accompli en imposant ses fantoches de la prétendue Alliance démocratique de Turnhalle à la Namibie. A cet égard, l'Afrique du Sud a établi une assemblée nationale illégale.

364. En essayant frénétiquement d'imposer ce prétendu règlement interne en Namibie, l'Afrique du Sud intensifie sa répression brutale contre les membres de la SWAPO, qui sont harcelés, détenus, emprisonnés et torturés tous les jours. Des vingtaines de dirigeants de la SWAPO ont été emprisonnés dans l'idée de détruire l'organisation en raison de son opposition permanente aux machinations de l'Afrique du Sud.

365. L'importance de l'initiative diplomatique de ces deux dernières années et demie réside dans le fait que cette initiative a fait intervenir les cinq grandes puissances occidentales qui traditionnellement collaboraient avec l'Afrique du Sud. Ceux d'entre nous qui ont toujours demandé aux pays occidentaux de s'abstenir de collaborer avec l'Afrique du Sud et de cesser de l'appuyer se sont félicités de cette initiative qui est un événement positif et encourageant. Nous avons pleinement coopéré avec les cinq pays occidentaux et avec le Secrétaire général pour assurer le succès de cette initiative. La SWAPO, qui est universellement reconnue comme le seul représentant légitime du peuple namibien, a été exemplaire dans sa conduite au cours des longues négociations qui ont eu lieu. La SWAPO a poursuivi les négociations et consenti des concessions importantes en dépit des provocations répétées de l'Afrique du Sud, telles que le massacre de Kassinga en Angola et plusieurs actions unilatérales du régime de Pretoria, comme la désignation du prétendu Administrateur général, l'enregistrement des électeurs et la tenue d'élections fictives en décembre de l'an dernier.

366. A notre sens, la phase des négociations est révolue. Ce qu'il faut faire maintenant c'est mettre en œuvre le rapport du Secrétaire général. Ceux qui ont lancé le plan d'indépendance de la Namibie ont, au premier chef, la responsabilité d'en assurer l'application. Ils ont le devoir d'assurer l'obéissance de l'Afrique du Sud. Ils ont la responsabilité de délivrer l'Afrique du Sud. Ils ont toujours prôné les négociations pour résoudre les problèmes de l'Afrique australe. Qu'ils prouvent maintenant l'efficacité des négociations. Ils doivent obtenir que leur méthode produise l'effet souhaité.

367. Nous ne nous sommes jamais opposés aux négociations. Les régimes minoritaires racistes de l'Afrique australe ont toujours sapé les négociations. La gageure de l'Ouest consiste maintenant, ou bien à obtenir de l'Afrique du Sud qu'elle coopère à l'application de sa proposition, ou bien à s'associer aux autres membres de la communauté internationale pour bannir le régime de Pretoria et l'obliger à se conformer aux résolutions pertinentes des Nations Unies.

368. Je saisis aussi cette occasion pour mettre l'accent sur la nécessité, pour la communauté internationale, d'augmenter son appui matériel à la SWAPO, qui est le seul mouvement de libération de Namibie. L'intransigeance du régime de Pretoria, à l'évidence, laisse le peuple de Namibie entre les mains de la SWAPO sans autre option que d'intensifier sa lutte armée pour sa libération nationale. L'Afrique du Sud ne doit pas être autorisée à détruire le peuple de Namibie et la SWAPO. Le système haïssable de l'occupation illégale de la Namibie par l'Afrique du Sud doit être déraciné. Je veux, à cette occasion, réaffirmer que la Zambie appuie pleinement la résolution 33/206 de l'Assemblée générale, qui a été adoptée à la reprise de la session, en mai cette année. Si la Namibie ne peut pas accéder à la liberté par des moyens pacifiques, elle y parviendra par la lutte armée de son peuple, appuyée par la communauté internationale dans des conditions matérielles concrètes et généreuses.

369. Le problème fondamental de la décolonisation de la Rhodésie et de sa transformation en Zimbabwe demeure toujours. A mesure que le temps passe, la situation qui va se détériorant en Rhodésie devient de plus en plus préoccupante. Le taux des pertes occasionnées par la guerre d'indépendance s'accroît d'heure en heure. Ceci vient s'ajouter aux centaines de ressortissants du Zimbabwe qui ont été assassinés par les forces rhodésiennes dans les centres de réfugiés des pays voisins de première ligne : Angola, Botswana, Mozambique et mon propre pays, la Zambie. A n'en pas douter, si la vie humaine demeure sacro-sainte, si l'on veut soulager et alléger la souffrance humaine, l'heure est venue de résoudre le problème rhodésien.

[23] Voir *Documents officiels du Conseil de sécurité, trente-troisième année, Supplément d'avril, mai et juin 1978*, document S/12636.

[24] *Ibid., Supplément de juillet, août et septembre 1978*, document S/12827.

370. La Rhodésie est le Zimbabwe de demain. Les détracteurs de la cause du Zimbabwe ont eu l'audace de donner un sobriquet ou un surnom au Zimbabwe, mais ce n'est pas la question. Ce qui est en jeu, c'est la façon d'apporter au Zimbabwe une indépendance légale avec un véritable gouvernement élu à la majorité. Le Rhodésie d'aujourd'hui reste une colonie britannique dirigée par des colons qui sont des jusqu'au-boutistes du racisme.

371. Les événements de Rhodésie depuis la dernière session de l'Assemblée générale n'ont fait qu'aggraver la situation. Il en est ainsi parce qu'aucune tentative sérieuse n'a été faite pour prendre le problème de la décolonisation en Rhodésie à la racine. Les débats des instances internationales se sont surtout attachés à des expériences sans signification, telles que les prétendues élections d'avril qui ont fait qu'un homme noir est devenu l'homme de paille des racistes de Salisbury. La structure fondamentale de l'oppression raciste demeure intacte.

372. En dépit des procédés politiques du régime Muzorewa-Smith, aucun gouvernement au monde ne l'a reconnu. Il est certain que Muzorewa et Smith ont flatté les groupes d'oppression conservateurs du monde. Mais la raison et la sagesse l'ont emporté.

373. Des efforts concertés ont également été entrepris pour obtenir la levée unilatérale des sanctions prises contre la Rhodésie par certains pays occidentaux. Cette manigance, elle aussi, a échoué. Là encore, nous espérons que la raison l'emportera pour faire en sorte que les sanctions décrétées par le Conseil de sécurité contre la Rhodésie soient maintenues en attendant la réalisation de l'indépendance véritable.

374. Ainsi que l'Assemblée le sait peut-être, le régime rhodésien a continué de commettre des actes d'agression contre les Etats de première ligne. Les Rhodésiens ont lancé des attaques répétées et préméditées ainsi que des raids contre nous dont on résulté de lourdes pertes. Leurs tactiques grossières sont des actes de provocation pure et simple contre nous. Ce sont des actes de désespoir, car les racistes savent qu'ils ne peuvent et ne pourront gagner la guerre, en dépit de l'appui visible et occulte que leur apportent les forces impérialistes. J'en veux pour preuve l'enrôlement, dans l'armée rhodésienne, de milliers de mercenaires et la poursuite des achats, par les forces rebelles, de grandes quantités d'équipement militaire sophistiqué.

375. Le peuple du Zimbabwe n'est pas ébranlé dans sa détermination de renverser le régime d'oppression qui prévaut dans le pays. Des milliers et des milliers d'entre eux sont venus gonfler les rangs du mouvement de libération du Front patriotique. Ils portent, tous les jours, de grands coups aux forces militaires rhodésiennes démoralisées. L'impact de la guerre de libération a fait fuir des milliers de Blancs de Rhodésie.

376. Les chefs du gouvernement du Commonwealth ont retenu la gravité de la situation rhodésienne lors de leur réunion récente à Lusaka. Confrontés aux réalités de la situation, ils se sont sentis poussés à faire de leur mieux pour chercher, de toute urgence, un règlement négocié au problème du Zimbabwe, dont la base ne peut être que le transfert du pouvoir au peuple du Zimbabwe par le gouvernement réel de la majorité des Noirs et l'indépendance. Ceux qui ont prôné la levée des sanctions contre la Rhodésie du Sud et la reconnaissance du régime fantoche ont compris qu'ils marchaient sur des sables mouvants et qu'une telle méthode ne pourrait pas contribuer à la solution du problème rhodésien. Au contraire, cela aggraverait la situation, entraînant des conséquences sérieuses pour la paix et la sécurité internationales.

377. Le Royaume-Uni, qui est la puissance coloniale en Rhodésie du Sud, a reconnu à la Conférence de Lusaka la nécessité d'exercer sa responsabilité constitutionnelle. Conformément à l'accord du Commonwealth sur le Zimbabwe, une conférence constitutionnelle réunissant toutes les parties au conflit rhodésien, y compris le Front patriotique, se déroule actuellement à Londres sous la présidence du Ministre des affaires étrangères britannique. Tous les gouvernements du Commonwealth espèrent que la conférence sera couronnée de succès. Si c'est le cas, la Rhodésie du Sud entrera dans une ère nouvelle à l'issue de laquelle elle deviendra l'Etat réellement indépendant du Zimbabwe, Etat reconnu par la communauté internationale.

378. La Conférence constitutionnelle sur la Rhodésie, tenue à Londres, n'aurait pas été possible sans la lutte armée effective menée par le peuple du Zimbabwe sous la conduite du Front patriotique. Cette conférence est sans aucun doute le résultat direct des sacrifices consentis par les forces du Front patriotique sur le champ de bataille. La lutte armée a engendré et créé les conditions nécessaires pour que la Conférence puisse avoir lieu. Ce qui se passe maintenant prouve que la lutte armée et les négociations ne sont pas incompatibles. Si la Conférence échouait, la guerre de libération du Zimbabwe serait intensifiée par le Front patriotique. J'invite la communauté internationale à ne pas relâcher le soutien qu'elle apporte au Front patriotique.

379. Pour terminer, je tiens à répéter que la Zambie est attachée aux nobles objectifs pour la réalisation desquels l'Organisation a été créée. Nous croyons que l'Organisation des Nations Unies constitue un cadre unique permettant d'étudier les multiples défis de notre temps, ainsi que de créer des possibilités pour l'avenir.

380. Entrons dans la prochaine décennie avec confiance. Engageons-nous dans un monde qui soit sûr et prospère pour tous. Notre génération ne peut pas décevoir les générations à venir.

381. M. DORCELY (Haïti) : Monsieur le Président, la délégation de la République d'Haïti est heureuse et fière de saluer votre élection à la présidencede la trente-quatrième session de l'Assemblée générale. Votre brillante intelligence, votre sens politique et votre longue expérience de l'Organisation vous ont valu l'accession à ces importantes fonctions où, sans aucun doute, vous continuerez à faire honneur non seulement à la République-Unie de Tanzanie, mais encore à l'Afrique et à la diaspora africaine.

382. Je rends hommage à M. Indalecio Liévano Aguirre, qui, à la direction des travaux de la trente-troisième session de l'Assemblée générale, s'est révélé un diplomate plein de tact et dévoué à la cause de l'humanité.

383. La République d'Haïti souhaite la bienvenue à Sainte-Lucie au sein de la famille des Nations Unies. Le peuple et le Gouvernement haïtiens se réjouissent de l'admission de ce nouvel Etat et espèrent qu'il apportera sa contribution à l'idéal de solidarité et de fraternité qui forme la substance de la Charte de l'Organisation.

384. La délégation de la République d'Haïti transmet au noble et vaillant peuple du Panama, ainsi qu'à ses dirigeants, les félicitations du peuple et du Gouvernement haïtiens à l'occasion du rétablissement de la souveraineté de l'Etat de Panama sur la zone du Canal. Ce 1er octobre 1979

marque un tournant réaliste dans les relations entre les Etats-Unis et les autres pays du continent latino-américain.

385. Le Gouvernement de la République d'Haïti tient, en tout premier lieu, à réaffirmer son attachement aux idéaux et principes de la Charte des Nations Unies et à renouveler sa volonté de collaborer à la solution des problèmes qui sollicitent l'intelligence, la compréhension et le dévouement des hommes responsables du devenir de l'humanité.

386. La délégation haïtienne se félicite de participer aux travaux de cette trente-quatrième session car, quelle que soit la conclusion de nos débats, il est réconfortant que des représentants qualifiés et légitimes des peuples du monde entier, en dépit de la diversité de leurs situations et malgré leurs divergences d'opinions, recourent à ce forum pour exposer leurs points de vue et soumettre, dans un esprit de conciliation, des projets de solution aux problèmes qui menacent la paix et la sécurité internationales.

387. C'est l'occasion pour nous de féliciter vivement le Secrétaire général, M. Kurt Waldheim, et ses éminents collaborateurs, ainsi que tous ceux-là qui, à des titres divers, ont contribué à maintenir vivantes l'Organisation et ses institutions spécialisées et à préparer les travaux de cette trente-quatrième session de l'Assemblée générale.

388. Avant que l'Année internationale de l'enfant ne s'achève, la délégation de la République d'Haïti voudrait attirer l'attention de l'Assemblée sur le sort des enfants du tiers monde : 60 p. 100 d'entre eux souffrent de la faim et deux sur trois en meurent, tandis que bon nombre des survivants restent diminués toute leur vie.

389. Les statistiques révèlent en outre que 25 000 enfants des pays en développement deviennent aveugles en raison des carences en vitamine A; que, faute de vaccins, 5 millions d'enfants meurent de la diphtérie, du tétanos, de la poliomyélite, de la tuberculose et d'autres maladies; que 350 millions d'enfants ne disposent d'aucun service en matière d'éducation.

390. Si l'on ajoute à ce tableau déjà sombre le nombre des enfants victimes de l'*apartheid* et du trafic d'adoptions, la situation de l'enfance nécessiteuse des pays du tiers monde est tout simplement dramatique.

391. Certes, le FISE a fait des efforts louables en vulgarisant les techniques de planning familial, de surveillance prénatale, de nutrition, de vaccination et de prévention, d'hygiène et d'amélioration de l'environnement. Mais la tâche des responsables gouvernementaux à l'égard des enfants reste à accomplir. La préparation de l'avenir est fonction de la protection et de l'éducation des enfants d'aujourd'hui qui deviendront les hommes et les femmes de demain.

392. Il n'est pas nécessaire d'insister sur l'importance des soins à accorder à l'enfant; il suffit de rappeler que le comportement des adultes est la conséquence directe des phénomènes biologiques, psychologiques et sociaux qui ont marqué les premières étapes de leur existence. L'Assemblée générale, en cette trente-quatrième session, aura-t-elle la sagesse de recommander que soient renforcées l'action du FISE et celle des organisations privées qui se consacrent au sort de l'enfance nécessiteuse dans le noble souci de préserver l'avenir ?

393. La République d'Haïti est préoccupée par la grave crise qui affecte sérieusement l'économie mondiale. Les taux d'inflation et de chômage enregistrés çà et là à travers le monde menacent la stabilité des institutions qui, de 1955 à 1970, ont assuré une expansion inespérée de l'économie occidentale.

394. Mais s'est-on donné la peine de rechercher les causes profondes de cette crise dont on attribue la responsabilité intégrale aux pays membres de l'Organisation des pays exportateurs de pétrole ? A-t-on pensé au mode de vie et de production des pays occidentaux, basé sur la libre exploitation des richesses du tiers monde sans prévoir que ce dernier revendiquerait un jour la souveraineté et le contrôle effectif sur ses ressources naturelles ? Aurait-on oublié l'entêtement à maintenir le système financier international mis en place par les accords de Bretton Woods[25], alors qu'il fallait y introduire au moment voulu des changements pour l'adapter à l'évolution économique mondiale ?

395. L'une des grandes tâches de notre temps consiste à surmonter cette crise économique en rendant plus conscientes la solidarité des hommes et l'interdépendance des nations dans le cadre de la justice sociale internationale que doit instaurer le nouvel ordre économique mondial.

396. La République d'Haïti, fondée sur la liberté et la dignité de l'homme, à partir d'une révolution d'esclaves noirs, a toujours été à l'avant-garde des droits fondamentaux de la personne humaine. Son existence même est l'expression de ces droits, dont les diverses composantes sont tour à tour privilégiées suivant les étapes de l'évolution nationale.

397. Aujourd'hui, la République d'Haïti accorde la priorité aux droits économiques et sociaux, tels que définis par Son Excellence Jean-Claude Duvalier, président à vie de la République :

> "Ce qui constitue les droits de l'homme haïtien, ses privilèges essentiels et légitimes, est le droit de se nourrir, le droit de se vêtir, le droit de se loger, le droit de s'éduquer, bref, le droit de vivre décemment".

398. Dans le cadre des contraintes actuelles des relations économiques internationales, le président Jean-Claude Duvalier a entrepris un vaste programme de réformes portant sur la fiscalité, l'administration, l'organisation des communautés rurales, l'éducation et la santé, en vue d'élever le niveau de vie des masses rurales et urbaines.

399. Au lendemain de la seconde guerre mondiale, les relations internationales étaient réduites à un duel entre l'Ouest et l'Est. La conscience de l'humanité était ramenée à un manichéisme simpliste et sans nuance. L'étincelle qui jaillit en avril 1955 à la Conférence des pays d'Afrique et d'Asie, à Bandoung, ne fut pas assez puissante pour éclairer la voie des peuples nouvellement indépendants, qui furent vite embrigadés dans l'un ou l'autre camp.

M. Al-Haddad (Yémen), vice-président, prend la présidence.

400. Déchirés et faibles, dépendants technologiquement et économiquement, les Etats du tiers monde se contentaient d'être les objets de l'histoire, dans le cadre d'un conflit qui n'était pas étranger à la volonté hégémonique des puissances qui croyaient représenter la conscience universelle. Mais peu à peu renaissait l'esprit de Bandoung, qui finit par s'affirmer dans la formation du Groupe des Soixante-Dix-Sept, annonciateur du dialogue Nord-Sud, lequel se substitua à l'affrontement idéologique.

[25] Adoptés à la Conférence financière et monétaire des Nations Unies, tenue à Bretton Woods, New Hampshire, du 1er au 22 juillet 1944. Pour le texte des accords, voir Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 2, p. 39.

401. Le nouvel axe des relations internationales consacré par les constellations politiques — pays industrialisés et pays économiquement en retard — représente une conquête historique des peuples du tiers monde qui ont découvert enfin l'identité de leurs intérêts et de leurs problèmes. Cependant, à l'occasion de certaines assises internationales récentes, une tendance à un retour à l'ancien schéma s'est manifestée. Il importe que les peuples qui ont connu la domination coloniale se souviennent de la tactique "diviser pour régner", qu'ils se rappellent les guerres localisées par peuples interposés.

402. Certes, la diversité des situations peut entraîner des brèches dans la solidarité du tiers monde — telle celle observée à l'occasion des discussions sur les problèmes énergétiques. Cependant, la référence à ce bien commun qui consiste à devenir et rester sujet de l'histoire doit permettre de distinguer l'essentiel de l'accessoire pour transcender de tels incidents de parcours. Même si le déficit des pays pauvres, en raison de la hausse du prix du pétrole, atteindra 40 milliards de dollars à la fin de 1979 et même si les pétrodollars ne sont pas investis dans les pays en développement, les nations du tiers monde doivent veiller à ce que leurs intérêts financiers ne l'emportent pas sur leur solidarité. D'ailleurs, il suffit que les pays exportateurs de pétrole adoptent une politique de prix sélectif selon les destinataires pour colmater la brèche par où veulent passer les tenants du néo-colonialisme pour jeter la confusion et engendrer la désunion dans les rangs du tiers monde.

403. En tout état de cause, le Gouvernement de la République d'Haïti lance un pressant appel à tous les gouvernements des Etats du tiers monde pour renforcer leur solidarité autour d'une idéologie comme qui soit l'expression originale des aspirations de nos peuples, tendus vers la conquête du contrôle effectif de leurs ressources naturelles et du droit de choisir librement et souverainement leurs institutions politiques, économiques et sociales. S'il devait en être autrement, le tiers monde ne cessera jamais d'être un terrain d'affrontement, sans valeur propre, sans force créatrice, destiné à subir passivement les influences contradictoires qui l'ont "balkanisé" culturellement, politiquement et économiquement.

404. Si la diversité des peuples est un fait indéniable, découlant de l'évolution historique et de la civilisation particulière de chaque communauté nationale, l'unité des hommes n'en est pas moins certaine que leurs aspirations à la liberté, à la paix, à la justice et au bien-être.

405. Pour des esprits libérés, il existe donc des valeurs sur lesquelles toutes les civilisations peuvent se mettre d'accord. Si nous voulons amputer l'histoire de sa dimension tragique, nous devons rechercher des points d'appui pour de nouvelles espérances, faire la distinction entre ce que nous avons le droit de souhaiter et ce que nous avons des raisons de croire réalisable.

406. Dans cette perspective, la République d'Haïti est prête à apporter sa contribution à l'instauration d'un monde meilleur, comme l'a affirmé Son Excellence Jean-Claude Duvalier, président à vie de la République, dans un message à la nation, le 2 janvier 1979 :

> "L'objectif essentiel de mon gouvernement est la recherche de voies originales pour la conciliation des revendications fondamentales du tiers monde et des intérêts légitimes des pays industrialisés afin de conférer une tonalité culturelle et humaine à la coopération internationale."

407. Telles sont les remarques que la délégation de la République d'Haïti voulaient soumettre à la considération de l'Assemblée à sa trente-quatrième session, tout en souhaitant que ses travaux soient couronnés de succès.

408. Le PRÉSIDENT *(interprétation de l'arabe)* : Nous venons d'entendre le dernier des orateurs inscrits pour intervenir dans le débat général cet après-midi. Le représentant de l'Afghanistan a demandé la parole dans l'exercice de son droit de réponse. Je me permets de vous rappeler que l'Assemblée générale a décidé, à sa 4e séance plénière, que les interventions dans l'exercice du droit de réponse sont limitées à 10 minutes et que le droit de réponse est exercé à partir de la place de la délégation intéressée. Afin que nos travaux se poursuivent dans l'ordre prévu, j'ai l'intention d'appliquer strictement cette décision.

409. M. GHAFOORZAI (Afghanistan) [*interprétation de l'anglais*] : J'ai demandé la parole pour dire quelques mots à la suite de la référence faite ce matin par le représentant du Pakistan [*15e séance*]. Cette référence a été quelque peu inattendue étant donné la déclaration chaleureuse et amicale à l'égard du Pakistan faite par le représentant de notre délégation dans sa déclaration de politique générale.

410. Permettez-moi de citer une fois de plus ce qu'a déclaré le chef de ma délégation :

> "La politique étrangère de la République démocratique d'Afghanistan, qui est le reflet de sa politique interne, est une politique de paix, de coexistence pacifique et de coopération avec tous les pays et les nations épris de paix, notamment avec ses voisins." [*14e séance, par. 67.*]

Il a déclaré en outre :

> "Pour ce qui est de nos rapports avec le Pakistan, notre gouvernement et notre peuple souhaitent sincèrement entretenir des relations amicales avec ce pays sur la base de la coexistence pacifique et de la non-ingérence dans les affaires intérieures des deux pays. Nous espérons que les sentiments d'amitié de notre peuple laborieux envers le noble peuple travailleur du Pakistan seront pris en considération et qu'ils trouveront un écho auprès du Gouvernement du Pakistan dans son attitude à l'égard de la République démocratique d'Afghanistan et de la révolution d'avril. Cela contribuera, à notre avis, à ouvrir la voie à la normalisation des rapports et à la promotion de la coopération mutuelle entre nos pays dans l'intérêt de la paix dans cette région et dans le monde." [*Ibid., par. 70.*]

Le chef de notre délégation a ajouté :

> "Nous espérons, de plus, que notre seul problème politique en suspens avec le Pakistan sera résolu par des moyens pacifiques et par voie de négociations sincères et amicales." [*Ibid., par. 71.*]

411. Voilà notre attitude fondamentale — attitude qui est la pierre angulaire de notre politique étrangère — envers le Pakistan et son noble et laborieux peuple avec lequel notre propre peuple travailleur est uni par des liens de croyance commune, culturels, géographiques et historiques. Nous tirons l'eau de la même rivière, nous chantons les mêmes chansons et vivons dans les mêmes vallées majestueuses et sur les mêmes montagnes.

412. Je regrette de prolonger la séance de l'Assemblée générale à cette heure tardive, mais je voudrais obtenir quelques éclaircissements sur les prétendus réfugiés afghans au Pakistan, dont a parlé le représentant du Pakistan.

413. Il faut se rappeler que depuis des siècles, les populations nomades et tribales de l'Afghanistan, en raison de la géographie et des conditions climatiques ainsi que par droit historique, conservent l'habitude de se déplacer selon la saison entre l'Oxus et l'Indus par caravanes groupant des centaines de milliers, vers les pays du sous-continent indien. Ils utilisent les pâturages du sous-continent pour leur bétail et se livrent au commerce et aux affaires non seulement au Pakistan mais également en Inde et au Bangladesh.

414. Qu'il me soit permis de dire que ces mouvements saisonniers exercés sur la base de droits historiques se produisent non seulement en Asie, mais également dans d'autres continents et ne devraient pas être confondus avec la notion des Nations Unies relative aux réfugiés. En outre, certains éléments ont pu quitter l'Afghanistan à la suite de crimes commis à l'égard de notre peuple laborieux ou de la perte de leur situation privilégiée de propriétaires fonciers résultant du Décret nº 8 entré en vigueur à la suite de notre révolution. Je voudrais ajouter que la révolution afghane d'avril est une victoire du peuple laborieux sur la minorité d'exploiteurs et sur la classe féodale.

415. Grâce au Décret historique nº 8 du Conseil révolutionnaire, qui est unique en son genre dans notre région, et avec la coopération complète du peuple afghan, plus de 3 millions de *jeribs* de terre, qui étaient détenus par les féodaux et par les grands propriétaires terriens ainsi que par les hauts fonctionnaires du régime précédent — qui dans bien des cas étaient des propriétaires absentéistes — ont été distribués gratuitement à des milliers de paysans sans terre et à de petits propriétaires, en une période record de six mois.

416. C'est à cause de ce décret que ceux qui ont perdu leurs terres et ceux qui exploitent les masses laborieuses en Afghanistan ont quitté le pays — pas comme des réfugiés, mais comme des criminels fuyant les poursuites — faisant le jeu des ennemis de la révolution et des milieux réactionnaires. C'est avant tout ces propriétaires, exploiteurs et criminels qui ont traversé la frontière. Même pour ces gens là notre peuple a proclamé l'amnistie et ils seront les bienvenus s'ils retournent dans leur pays, bénéficiant de la sécurité et de l'immunité, à moins qu'ils ne se livrent à des activités contre-révolutionnaires. Je dois dire qu'un grand nombre d'entre eux sont déjà rentrés en Afghanistan.

417. J'ai tenu à dire cela pour clarifier la question des prétendus réfugiés et je déclare une fois de plus que si le Pakistan souhaite que notre problème politique bien connu soit discuté, n'importe où, à n'importe quel moment et à n'importe quel niveau, nous sommes disposés à rencontrer ses représentants afin de trouver une solution pacifique par des négociations sincères et amicales.

418. Le PRÉSIDENT *(interprétation de l'anglais)* : Je donne maintenant la parole au représentant du Pakistan, dans l'exercice de son droit de réponse.

419. M. NAIK (Pakistan) [*interprétation de l'anglais*] : Je voudrais saisir cette occasion pour réaffirmer ce que le chef de notre délégation a déclaré ce matin concernant notre désir sincère d'instaurer, de promouvoir et de renforcer des relations amicales et de bon voisinage avec l'Afghanistan. La même politique a été affirmée à plusieurs occasions au niveau le plus élevé par les dirigeants du Pakistan, et dernièrement par le Président de notre pays, le général Muhammad Zia-ul-Haq, qui a proclamé, à la récente sixième Conférence des pays non alignés, à La Havane, cette politique d'amitié et de coexistence pacifique avec notre pays voisin frère, l'Afghanistan.

420. Tout en réciproquant les sentiments exprimés par le représentant de l'Afghanistan à notre égard, je voudrais préciser que, pour notre part, nous ne demandons pas mieux que d'avoir des relations amicales et de bon voisinage avec l'Afghanistan sur la base des principes de la coexistence pacifique, du respect de la souveraineté et de l'intégrité territoriale, de la non-agression, de l'égalité, de l'avantage mutuel, de la non-ingérence dans les affaires intérieures d'autrui et du respect des frontières internationalement reconnues de chaque Etat Membre.

421. Le représentant de l'Afghanistan a évoqué la question des réfugiés soulevée par le chef de ma délégation dans sa déclaration de ce matin. Comme le sait fort bien l'Assemblée générale, il y a plus de 190 000 réfugiés afghans au Pakistan. Nous leur avons donné asile pour des raisons humanitaires. Il est de notre devoir de leur fournir un abri, des vivres et des moyens de protection. Le représentant de l'Afghanistan a fait référence au peuple nomade qui se déplace en hiver, passant des grandes altitudes des montagnes aux pâturages du Pakistan. C'est un sujet totalement différent. Les réfugiés qui entrent actuellement au Pakistan — il s'agit, je le répète, de près de 190 000 personnes — ne tombent pas dans cette catégorie de nomades qui, traditionnellement, descendent des montagnes vers les plaines chaudes du Pakistan, et peut-être aussi vers d'autres régions voisines. C'est un sujet totalement différent.

422. Mais, comme je l'ai déjà dit, nous leur avons procuré un abri pour des raisons purement humanitaires et, comme le chef de ma délégation l'a déclaré ce matin, la Conférence d'Arusha sur les réfugiés[26] a réaffirmé le principe que l'asile aux réfugiés est un acte de paix et d'humanité et que cela ne doit être considéré par aucun Etat comme un acte inamical. Cela a imposé un lourd fardeau à nos ressources déjà limitées, mais nous continuerons à supporter ce fardeau, nous ne devons ni nous y soustraire ni le refuser. Nous espérons sincèrement que seront créées très prochainement en Afghanistan les conditions qui encourageront ce grand nombre de citoyens afghans qui se sont réfugiés au Pakistan à retourner dans leurs foyers afin que les deux pays puissent reprendre le dialogue amical et renforcer leurs relations de bon voisinage.

423. Pour ce qui est du différend politique mentionné par le représentant de l'Afghanistan, nous avons déclaré à maintes reprises que nous n'avions aucun différend politique avec l'Afghanistan. Mais si l'Afghanistan estime avoir un différend avec mon pays, nous sommes disposés, comme l'a dit le chef de ma délégation, à ouvrir un dialogue avec ce pays. Et nous espérons que notre volonté d'ouvrir ce dialogue trouvera un écho favorable auprès de nos frères afghans.

La séance est levée à 20 h 20.

[26] Conférence sur la situation des réfugiés en Afrique, tenue à Arusha du 7 au 17 mai 1979.

United Nations A/50/PV.35

General Assembly
Fiftieth Session

Official Records

35th plenary meeting
Sunday, 22 October 1995, 10 a.m.
New York

President: Mr. Freitas do Amaral . . . . . (Portugal)

The meeting was called to order at 10.15 a.m.

Agenda item 29

Commemoration of the fiftieth anniversary of the United Nations

Special Commemorative Meeting of the General Assembly on the occasion of the fiftieth anniversary of the United Nations

The President: I have the honour this morning to open the Special Commemorative Meeting on the occasion of the fiftieth anniversary of the United Nations, pursuant to General Assembly resolutions 48/215 B of 26 May 1994 and 49/12 B of 24 May 1995.

Distinguished Heads of State, Heads of Government and other High Dignitaries of State, Excellencies:

It is my privilege to thank each one of you for coming from all parts of the world to the Headquarters of the United Nations in order to participate in the Special Commemorative Meeting of its fiftieth anniversary and, by doing so, to give public testimony of your praise for the achievements of the last 50 years and of your strong commitment to preserve and reform this commendable Organization.

This is your home, and the future of the United Nations will be what you, Excellencies, decide it to be. The destiny of the United Nations is in your hands.

But what is to be done? Is this an Organization worth preserving in view of its past? And what shall we do with it in view of its future?

(spoke in French)

During the first 50 years of its history, the United Nations has not been able to achieve all of its ideals but it has not been the sterile, ineffective, not-to-say harmful, instrument which its detractors accuse it of being. We humbly acknowledge the mistakes, omissions and faults, but let us not forget the successes, the victories, the good that has been done for the benefit of all mankind.

Should we regret having founded a universal Organization to attempt to maintain peace among nations and to affirm the primacy of law and justice? Do we consider it a mistake to have adopted the Universal Declaration of Human Rights to ensure that these rights are respected by all and to contribute to the democratization of an increasing number of countries?

Do we deny the principle of self-determination of peoples, decolonization, the end of apartheid?

Do we not recognize that development aid to the poorest countries on the planet is essential?

Do we admit to being wrong when we set the most recent priority to protect nature and the environment?

(spoke in Spanish)

95-86389 (E)

This record contains the original text of speeches delivered in English and interpretations of speeches delivered in the other languages. Corrections should be submitted to original speeches only. They should be incorporated in a copy of the record and be sent under the signature of a member of the delegation concerned, *within one month of the date of the meeting*, to the Chief of the Verbatim Reporting Service, Room C-178. Corrections will be issued after the end of the session in a consolidated corrigendum.

Excellencies, no. We have not been wrong — neither in 1945 nor during the last 50 years. Our principles, our values, our ideals were then and are now politically valid, morally worthy and humanely just. We should be proud of them.

Does this mean that everything is perfect at the United Nations? Obviously not.

But let us not be misled by criticism. There is, of course, reason to rectify many things, but it would be a serious mistake for mankind to allow the United Nations to die.

If the goals and purposes of the United Nations are positive and welcome, and if the Organization has been and continues to be able to realize them even though with limitations and shortcomings, we should not be ashamed of our support to the United Nations. We must simply reform it.

(spoke in English)

Supporting the United Nations — that should be our collective pledge in this Special Commemorative Meeting. Reforming the United Nations — that should be our political commitment during these three days.

We must not allow this Organization to die at the hands of its critics, nor to perish for lack of commitment of its supporters. Therefore I ask you: Please tell the world that freedom, justice, development and human solidarity are magnificent values worth living and working for. Please tell your peoples that we must all help each other for the survival and benefit of humanity. Please tell your Governments and Parliaments that, with the necessary reforms and changes, the United Nations needs money to function, support from Member countries to function well, and wisdom and generosity from us all to save and help those human beings most in need.

Excellencies, at the very beginning of these unique and historic meetings, may I share with you these three wishes:

Let us praise the United Nations and its "founding fathers".

Let us fight the destructive critics of the Organization and not allow them to be the United Nations "liquidating fathers".

Let us take upon ourselves the noble and necessary task of becoming, from today, the "reforming fathers" of the United Nations.

If we do so, we will deserve the respect of future generations, especially when they celebrate — surely in this same Hall — the hundredth anniversary of the United Nations.

I now call upon the Secretary-General.

The Secretary-General (*interpretation from Arabic*)**:** May I welcome you all, Kings, heads of State and Government of the world. Welcome to your home, the home of the world's peoples. Welcome to the forum of the United Nations, the forum of peace, concord and development. Welcome to you all, and heartfelt greetings for your leadership.

(spoke in English)

We meet to commemorate 50 years of the United Nations. How can we shape the next 50 years to serve people's needs? The world of the twenty-first century will confront two great opposing forces: globalization and fragmentation. A new dialectic has already begun.

Globalization will generate a number of problems. Financial flows of vast magnitude sweep across the world. Alarming environmental events will expose the planet to permanent damage. Transnational crime will grow. The global communications revolution will generate pressures which our national institutions were not designed to address.

Fragmentation also will characterize the future. The remote and impersonal forces of globalization will cause people to seek security in smaller groups. Fragmentation can breed fanaticism, isolationism, separatism and the proliferation of civil war.

The United Nations can help deal with the dialectic of globalization and fragmentation and help solve the problems it will create. It can do so because the United Nations was designed to be both the world Organization and the Organization of its Member States — designed, therefore, to respond both to global concerns and to the needs of Member States and their peoples. As if in training for precisely this moment, the United Nations in 50 years has gained experience in dealing with both globalization and fragmentation.

In response to globalization, the United Nations defined human rights for the global community. It fostered the progress of international law. It transformed the law of the sea. Through a continuum of global conferences it is promoting international consensus on new global issues of disarmament, environment, population, social development and migration.

In response to fragmentation, the United Nations has been called upon to respond to civil wars: Katanga, Cambodia, El Salvador, Angola and Mozambique. To prevent fragmentation, the United Nations is promoting democratization both within and among States. Within States, issues of identity and ethnic separatism will be decided by the ballot box, not by the gun. Among States, democratization will promote the full participation of all States in world affairs.

But the United Nations cannot play this role if the present trend continues. The United Nations is trapped by a second dialectic. The problems of globalization and fragmentation have caused vast responsibilities to be given to the United Nations, but the United Nations has not been given the resources required to accomplish the tasks imposed.

The financial crisis is a symptom of a deeper problem: Member States simply do not regard the United Nations as a priority. This is sad news to report to this Meeting. I appeal to you to give the United Nations a firm financial base. If steps towards this cannot be set in motion by the end of this year, I urge you to give serious consideration to calling a special session of the General Assembly to deal with the financial crisis of the Organization.

This historic Meeting is a time for you, the leaders of the world, to consider what you want from the United Nations. I respectfully ask you to do this.

The President: I thank the Secretary-General for his statement.

Before I call upon the first speaker this morning, may I again remind all delegations of the five-minute time limit. I hope that if there are exceptions they will be as limited as possible.

Address by His Excellency Mr. William J. Clinton, President of the United States of America

The President: The Assembly will next hear an address by His Excellency Mr. William Clinton, President of the United States of America.

His Excellency Mr. William J. Clinton, President of the United States of America, was escorted to the rostrum.

President Clinton: This week the United Nations is 50 years old. The dreams of its founders have not been fully realized. But its promise endures. Cl.1

The value of the United Nations can be seen the world over: in the nourished bodies of once-starving children; in the full lives of those immunized against disease; in the eyes of students eager to learn; in the environment sustained; in the refugees saved; in the peace kept; and, most recently, in standing up for the human rights and human possibilities of women and their children, at the Beijing Conference. Cl.2

The United Nations is the product of faith and knowledge: faith that different peoples can work together for tolerance, decency and peace; knowledge that this faith will be forever tested by the forces of intolerance, depravity and aggression. Now we must summon that faith — and act on that knowledge — to meet the challenges of a new era. Cl.3

In the United States, some people ask: Why should we bother with the United Nations? America is strong. We can go it alone. Well we will act if we have to, alone. But my fellow Americans should not forget that our values and our interests are also served by working with the United Nations. The United Nations helps the peacemakers, the care-providers, the defenders of freedom and human rights, the architects of economic prosperity and the protectors of our planet to spread the risk, share the burden and increase the impact of our common efforts. Cl.4 Cl.5

Last year I pledged that the United States would continue to contribute substantially to the finances of the United Nations. Historically the United States has been — and today it remains — the largest contributor to the United Nations. But I am determined that we must fully meet our obligations and I am working with our Congress on a plan to do so. All who contribute to the work of the United Nations and care about its future must also be committed to reform, to ending bureaucratic inefficiencies and outdated priorities. The United Nations must be able Cl.6 Cl.7

to show that the money it receives supports saving and enriching peoples' lives — not unneeded overhead.

Cl.8 Reform requires breaking up bureaucratic fiefdoms; eliminating obsolete agencies; and doing more with less. The United Nations must reform to remain relevant, and to play a still stronger role in the march of freedom, peace and
Cl.9 prosperity. We see it around the world. In the Middle East and Northern Ireland, people are turning from a violent past to a future of peace. In South Africa and Haiti, long nights of fear have given way to new days of freedom. Throughout this hemisphere every nation — except one — has chosen democracy. And the goal of an integrated, peaceful and democratic Europe is now within our reach for the first time.

Cl.10 In the Balkans, the international community's determination and the resolve of the North Atlantic Treaty Organization (NATO) have made prospects for peace brighter than they have been for four long years. Let me salute the efforts of the United Nations on behalf of the people of Bosnia. The nations that took part in the United Nations Protection Force (UNPROFOR) kept the toll of this terrible war — in lives lost; wounds left unhealed; children left unfed — from being far graver still. Next week, the
Cl.11 parties to the war in Bosnia will meet in Dayton, Ohio, under the auspices of the United States and our Contact Group partners — Russia, the United Kingdom, France and Germany — to intensify the search for peace. Many
Cl.12 fundamental differences remain. But I urge the parties to seize this chance for a settlement. If they achieve peace the United States will be there with our friends and allies to help secure it.

Cl.13 All over the world people yearn to live in peace and that dream is becoming a reality.

Cl.14 But our time is not free of peril. As the cold war gives way to the global village, too many people remain vulnerable to poverty, disease and underdevelopment. All of us are exposed to ethnic and religious hatred, the reckless aggression of rogue States, terrorism, organized crime, drug trafficking, and the proliferation of weapons of mass destruction.

Cl.15 The emergence of the information-and-technology age has brought us all closer together and given us extraordinary opportunities to build a better future. But in
Cl.16 our global village progress can spread quickly, but trouble can too. Trouble at the far end of town soon becomes a plague on everyone's house. We cannot free our own
Cl.17 neighbourhoods from drug-related crime without the help of countries where the drugs are produced. We cannot track down terrorists without assistance from other Governments. We cannot prosper or preserve our environment unless sustainable development is a reality for all nations. And our vigilance alone cannot keep nuclear weapons stored half a world away from falling into the wrong hands.

Cl.18 Nowhere is cooperation more vital than in fighting the increasingly interconnected groups that traffic in terror, organized crime, drug smuggling and the spread of
Cl.19 weapons of mass destruction. No one is immune: not the people of Japan, where terrorists unleashed nerve gas in the subway and poisoned thousands; not the people of Latin America or South-East Asia, where drug traffickers wielding imported weapons have murdered judges, journalists, police officers and innocent passers-by; not the people of Israel and France, where hatemongers have blown up buses and trains full of children with suitcase bombs made from smuggled explosives; not the people of the former Soviet Union and Central Europe, where organized criminals seek to weaken new democracies and prey on decent, hard-working men and women; and not the people of the United States, where home-grown terrorists blew up a federal building in the heart of America, and where foreign terrorists tried to topple the World Trade Center and plotted to destroy the very Hall we gather in today.

Cl.20 These forces jeopardize the global trend towards peace and freedom, undermine fragile new democracies, sap the strength from developing countries and threaten
Cl.21 our efforts to build a safer, more prosperous world. So today I call upon all nations to join us in the fight against
Cl.22 them. Our common efforts can produce results. To reduce the threat of weapons of mass destruction, we are working with Russia to reduce our nuclear arsenals by two thirds. We supported Ukraine, Kazakhstan and Belarus in removing nuclear weapons from their soil. We work with the states of the former Soviet Union to safeguard nuclear materials and to convert them to peaceful use. North Korea has agreed to freeze its nuclear programme under international monitoring. Many of the nations in this Hall succeeded in getting the indefinite extension of the Non-Proliferation Treaty.

Cl.23 To stem the flow of narcotics and stop the spread of organized crime, we are cooperating with many nations, sharing information, providing military support and
Cl.24 initiating anti-corruption efforts. Results are coming. With Colombian authorities we have cracked down on the cartels that control the world's cocaine market. Two years

ago they lived as billionaires beyond the law; now many are living as prisoners behind bars.

Cl.25 To take on terrorists we maintain strong sanctions against States that sponsor terrorism and defy the rule of law, States such as Iran, Iraq, Libya and Sudan. We ask them today again to turn from that path. Meanwhile we increase our own law enforcement efforts and our cooperation with other nations.

Cl.26 Nothing we do will make us invulnerable. But we can all become less vulnerable if we work together. That is why today I am announcing new initiatives to fight international organized crime, drug trafficking, terrorism and the spread of weapons of mass destruction — initiatives we can take on our own and others we hope we will take together — in the form of an international declaration to promote the safety of the world's citizens.

Cl.27 First, the steps we will take: Yesterday I directed our Government to identify and put on notice nations that tolerate money-laundering. Criminal enterprises are moving vast sums of ill-gotten gains through the international financial system with absolute impunity. We must not allow them to wash the blood off profits from the sale of drugs, from terror or organized crime. Nations should bring their banks and financial systems into conformity with international anti-money-laundering standards. We will work to help them do so. If they refuse we will consider appropriate sanctions. Next I directed our Government to
Cl.28 identity the front companies and to freeze the assets of the largest drug ring in the world, the Cali Cartel, to cut off its economic lifelines and stop our own people from dealing unknowingly with its companies. Finally, I have instructed
Cl.29 the Justice Department to prepare legislation to provide our other agencies with the tools they need to respond to organized criminal activity.

Cl.30 But because we must win this battle together, I now invite every country to join in negotiating and endorsing a declaration on international crime and citizen safety.

Cl.31 That declaration should include, first, a no-sanctuary pledge so that we could say together to organized criminals, terrorists, drug traffickers and smugglers, "You have nowhere to run and nowhere to hide".

Cl.32 It should include, secondly, a counter-terrorism pact so that together we would urge more States to ratify existing anti-terrorism treaties and work with us to shut down the grey markets that outfit terrorists and criminals with firearms and false documents.

Cl.33 Thirdly, there should be an anti-narcotics offensive. The international drug trade poisons people, breeds violence and tears at the moral fabric of our societies. We must intensify action against the drug cartels and the destruction of drug crops, and we in consumer nations such as the United States must decrease demand for drugs.

Cl.34 Fourthly, we should have an effective police-force partnership. International criminal organizations target nations whose law-enforcement agencies lack the experience and capacity to stop them. To help police in Cl.35 the new democracies of Central Europe, Hungary and the United States established an International Law Enforcement Academy in Budapest. Now we should consider a network of centres around the world to share the latest crime-fighting techniques and technology.

Cl.36 Fifthly, we need an illegal-arms and deadly-materials control effort that we all participate in. A package the size of a child's lunch bag held the poison gas used to terrorize Tokyo. A lump of plutonium no bigger than a soda can is enough to make an atomic bomb.

Cl.37 Building on efforts already under way with the States of the former Soviet Union and with our G-7 partners, we will seek to better account for, store and safeguard materials with massive destructive power. We should strengthen the Biological Weapons Convention, adopt a comprehensive test-ban treaty next year and ultimately eliminate the deadly scourge of land-mines. We Cl.38 must press other countries, and our own Congress, to ratify the Chemical Weapons Convention and to intensify our efforts to combat the global illegal arms network that fuels terrorism, equips drug cartels and prolongs deadly conflicts.

Cl.39 This is a full and challenging agenda, but we must complete it, and we must do so together.

Cl.40 Fifty years ago, as the conference that gave birth to the United Nations got under way in San Francisco, a young American war hero recorded his impressions of that event for a newspaper:

> "The average G.I. in the street doesn't seem to have a very clear-cut conception of what this meeting is about",

wrote the young John F. Kennedy.

"But one bemedalled marine sergeant gave the general reaction when he said: 'I don't know much about what's going on, but if they just fix it so that we don't have to fight any more, they can count me in.'"

Cl.41 The United Nations has not ended war, but it has made it less likely and helped many nations turn from war to peace. The United Nations has not stopped human
Cl.42 suffering, but it has healed the wounds and lengthened the lives of millions of human beings. The United Nations has
Cl.43 not banished repression or poverty from the Earth, but it has advanced the cause of freedom and prosperity on every
Cl.44 continent. The United Nations has not been all that we wished it would be, but it has been a force for good and a bulwark against evil. So at the dawn of a new century so
Cl.45 full of promise yet plagued by peril, we still need the United Nations. And so, for another 50 years and beyond, you can count the United States in.

The President: I thank the President of the United States of America for his statement.

His Excellency Mr. William J. Clinton, President of the United States of America, was escorted from the rostrum.

Address by His Excellency Mr. Leonid D. Kuchma, President of Ukraine

The President: The Assembly will next hear an address by His Excellency Mr. Leonid D. Kuchma, President of Ukraine.

His Excellency Mr. Leonid D. Kuchma, President of Ukraine, was escorted to the rostrum.

President Kuchma (*interpretation from Ukrainian; English text furnished by the delegation*)**:** Speaking from this loftiest rostrum on the planet, I feel pride, gratitude and hope. My pride is for the wisdom and far-sightedness of the founders of the United Nations, who actually laid the foundation of a new world order. Challenging history itself, they attempted to establish peaceableness and mutual assistance as forces to oppose hostility and intolerance, and for the first time this was done successfully. Thus, the peoples of the Earth received a unique instrument for consolidating mankind as a single universal organism in its efforts to survive and build a better world.

I am doubly proud of all that because representatives of my people were among the founders of the United Nations. The United Nations might have been the only universal forum in which Ukraine could proclaim its existence as a country. The support of the United Nations promoted the realization of our age-old aspiration to have a State of our own.

Finally, I place great hopes in the future of the United Nations, which brings us closer to the moment when we shall be able to say, "The United Nations means a united world."

With the era of great ideological confrontation behind us, mankind has managed to decrease the threat of self-destruction by nuclear conflagration and to establish sufficiently reliable mechanisms of international security.

I am pleased to point out that Ukraine has made a special contribution to the cause of disarmament. Ours, the third largest nuclear State, was the first in the world voluntarily to renounce nuclear status and nuclear weapons. However, this has entailed enormous economic and ecological losses for us.

I am certain that the establishment of a special status, with international security guarantees, consolidated financial and technical assistance and moral incentives, for countries that renounce nuclear weapons would provide a tremendous impetus for expediting the process of nuclear disarmament. This could be implemented through a new United Nations programme for a twenty-first-century world without nuclear weapons.

United Nations peace-keeping activities require constant improvement and increased efficiency. First and foremost, this would entail reorientation of conflicts towards preventive diplomacy. This would also be promoted by establishing United Nations trusteeship over new States in the process of formation, in order to make the use of force inadmissible and ensure adherence to established norms of international law.

At the same time, the international community should adapt its attitude to separatism — which is frequently the initial cause of local conflicts and which could become the severest challenge to the world of the twenty-first century — to present-day realities.

The disappearance of a world divided into antagonistic systems is related to profound internal transformations in post-socialist countries. I am convinced of the need to establish the most favourable regime possible for those countries' integration into the international community. The establishment of a new

United Nations council for economic security — on a level with the Security Council, equal to it in weight and influence — would promote the drafting of specific proposals for international support for those countries' development. Such a body could be used to identify strategic prospects for mankind's development and for preventive efforts in the decades ahead.

The United Nations was established by people who realized that nations, peoples and States are interdependent and complementary components of a single entity called humanity. The presence of an unprecedented number of world leaders here today is convincing evidence of their support for the United Nations at this crucial stage of its development. The most important task for the United Nations today is to define itself under these new conditions and to follow the road indicated by the real circumstances of our existence. To do this would constitute a source of strength, longevity and moral health for the United Nations.

The President: I thank the President of Ukraine for his statement.

His Excellency Mr. Leonid D. Kuchma, President of Ukraine, was escorted from the rostrum.

Address by His Majesty King Hussein Ibn Talal, King of the Hashemite Kingdom of Jordan

The President: The Assembly will next hear an address by His Majesty King Hussein Ibn Talal, King of the Hashemite Kingdom of Jordan.

His Majesty King Hussein Ibn Talal, King of the Hashemite Kingdom of Jordan, was escorted to the rostrum.

His Majesty King Hussein Ibn Talal (*interpretation from Arabic*)**:** It is with pleasure that I greet you all, and express my great pride to be among you today, to represent my country, Jordan, as we celebrate the fiftieth anniversary of the creation of the United Nations Organization. As I extend my sincere congratulations to you, I recall with esteem and reverence the founders who worked with diligence and sincerity to ingrain the principles of international legality to enhance the role of this Organization, and to safeguard its noble message.

I may not be the eldest head of State among you, but God has willed that I should be the longest serving, and the one who has dealt with the United Nations for the longest period. This has allowed me to follow its development over decades. I recall at an early age, witnessing the endeavours of men like Trygve Lie, Count Bernadotte, Ralph Bunche, Ambassador Pierre Spinelli, the outstanding man, Dag Hammerskjold, as well as Gunnar Jarring and many others who have served the cause of peace and stability in our region.

As we acknowledge our debt to the men and women of the United Nations who have worked over the years to preserve peace in our region, we Jordanians feel proud to have contributed to serve the same lofty ideals in other parts of the world. The number of Jordanians who participated in United Nations peace-keeping missions over the past years has reached almost 15,000 servicemen. Jordan, in point of fact, ranked fifth among the countries of the world in terms of troop contributions to those noble missions.

My country has suffered enormously from successive wars in the Middle East region which resulted in the tragedy of the Palestinian people. We absorbed the human consequences of their plight in an honourable, unparalleled way in the region. Jordan became the sanctuary and the homeland of all, regardless of their origins. When the cold war ended and we had the opportunity to end the Middle East conflict, we were fully aware that the comprehensive peace which we sought called for wisdom and courage on the part of all leaders. It required confidence in the rule of international legality to settle the differences amongst peoples. We have taken this path with confidence, and we have achieved a great deal.

Today we celebrate the first anniversary of the Jordanian-Israeli peace treaty, which we hope will be a principal underpinning of the process of comprehensive, just and lasting peace in the region; that peace which will enable all the region's peoples to resume their quest for development and to build a better life for future generations.

Over the past year, we have been able to address comprehensively all the terms of the treaty governing future relations between Jordan and Israel. I am glad to announce from this platform that young pilots from the Royal Jordanian Air Force and the Israeli Air Force flew the skies of their two countries today in joint formations to honour their comrades who have fallen, to salute their peoples and to embody peace and the commitment to safeguard it.

Peace, poverty, and underdevelopment cannot co-exist in the same region. Hence, the Amman economic summit, which, in a few days, will herald a new drive for the comprehensive development of the region and underscore the concept of cooperation amongst the peoples of the region with a view to improving their standards of living, and in consolidating peace and regional cooperation amongst them.

Permit me, on this occasion, to thank this Organization for announcing last Friday the establishment of the United Nations University International Leadership Academy in Jordan. This academy will be the first of its kind for the promising leaderships in the world and the first branch of the United Nations University in the Middle East.

Fifty years have passed since the United Nations was founded. During this time, some of its Member States have undergone fundamental changes. This is a good moment to review the structure and systems of the international organizations and institutions. Of prime importance is a review of the Security Council and the nature of membership in it so that the Organization may reflect today's world. This is essential for the United Nations to rejuvenate itself and meet its new challenges.

Many regions of the world today continue to suffer from tensions and conflicts. Others dwell in the shadow of war and the resultant poverty, backwardness and abuses of human rights. It is high time that the international community moved to alleviate their suffering and help them to overcome their difficulties and their plight. In this respect, Jordan will continue to strive, propelled by its faith and convictions, to be a living example of harmonious pluralism in democracy, freedom and respect for human rights. Once again, I greet you all and I wish this Organization every success and progress. God bless you all.

The President: I thank the King of the Hashemite Kingdom of Jordan for his statement.

His Majesty King Hussein Ibn Talal, King of the Hashemite Kingdom of Jordan, was escorted from the rostrum.

Address by Her Excellency Mrs. Chandrika Bandaranaike Kumaratunga, President of the Democratic Socialist Republic of Sri Lanka.

The President: The Assembly will next hear an address by Her Excellency The Honourable Chandrika Bandaranaike Kumaratunga, President of the Democratic Socialist Republic of Sri Lanka.

Her Excellency The Honourable Chandrika Bandaranaike Kumaratunga, President of the Democratic Socialist Republic of Sri Lanka, was escorted to the rostrum.

President Chandrika Bandaranaike Kumaratunga: Your Excellency, permit me to express my good wishes on your election as President. I am deeply honoured to represent the people of Sri Lanka on this historic occasion.

Sri Lanka has always reposed great hopes in the United Nations for effective collective action to achieve our central aim of socio-economic development and thereby ensure social stability and peace for our people.

The transition from the cold-war era to a new world order has shifted the arena of conflict from the international to the national. Whatever the overlay of such conflicts, whether they take on religious, racial or other forms, they stem from poverty and social inequality. We believe, therefore, that the foundations of peace must be built on economic and social stability.

The new agenda of the United Nations, with its heavy emphasis on peace-keeping operations, has impacted adversely on the development process.

As a developing country, Sri Lanka attaches great importance to the role that the United Nations can and must perform in advancing the development process. Unless the principles of the Declaration on the Right to Development, adopted in 1986, are applied positively, with the full commitment of both developed and developing countries, the development process will not be sufficiently advanced.

We believe that effective strengthening of the United Nations system is an essential requisite for advancing its goals. The Organization has, regrettably, sometimes come to be seen by the more vulnerable States as primarily serving the interests of the more powerful States. We welcome the timely initiative of the President of the General Assembly at last year's session to strengthen and empower the United Nations system.

Effective empowerment, in our view, requires: first, that development priorities should not be sacrificed in the pursuit of politico-military operations, which must be set

at realistic — even modest — levels; secondly, that decision-making by the United Nations in all areas must be based on the full engagement of all Members, and the Security Council in particular must become more representative of and more responsive to the general membership of the United Nations; thirdly, that commitments made for multilateral action in all fields must be honoured and diligently pursued. In short, the revitalizing process must enhance the capacity of the United Nations, rather than merely effect economies and scale down its scope.

In the index of human development Sri Lanka rates high among developing countries, but we have been traumatized by ethnic tensions kept unnaturally high by the forces of terrorism and chauvinism. Nonetheless, my Government is resolved to fulfil its mandate by seeking, through political negotiations, solutions to our problems that would enable our people to live in peace, security and freedom.

There are, however, obstacles in our way. An armed group which claims to represent an ethnic minority has been engaged in violent acts against successive popularly elected Governments, preventing them from ensuring peace and justice for all in our land. This group, which also operates on foreign soil, maintains an international network for fund-raising based on coercion and blackmail. That network has a close nexus with powerful commercial interests engaged in narcotic trafficking, trade in illicit arms and smuggling of illegal immigrants. Concerted international action is essential to combat terrorism and to compel the terrorists to renounce violence and enter the democratic process. Unfortunately, effective action to that end has been frustrated through sterile philosophical debate about the nature of terrorism.

However, in the South Asian Association for Regional Cooperation (SAARC) we have overcome that difficulty by focusing our attention on manifestations of terrorism. The SAARC Convention on the Suppression of Terrorism provides for a collective response. This centres on a comprehensive legal regime and practical measures to combat terrorism.

I urge similar action by the United Nations to give legal effect to the obligations arising from the Declaration on the Elimination of Terrorism, adopted last year. I was happy to hear President Clinton's statement in this regard. I hope that our common realization of the terrible consequences of terrorism, drug trafficking and other such antisocial activities will usher in a new era of international cooperation to combat these problems.

My Government is committed to providing full opportunities in Sri Lanka for the development of the total human person. While promoting rapid economic growth, we seek to distribute its benefits equitably. This involves the maintenance of democratic institutions and the preservation of human rights. It makes of politics the discharge of a public trust, where decision-making is transparent and free of corruption and everyone in public life is accountable for their actions.

In the end, the United Nations will essentially be what we the Member States make of it — not what individual States seek to make from it.

On behalf of the Government and people of Sri Lanka, I take this opportunity to wish the United Nations success in its endeavours to transform the separate dreams of all the nations into a multifaceted, yet harmonious, reality.

The President: I thank the President of the Democratic Socialist Republic of Sri Lanka for her statement.

Her Excellency The Honourable Chandrika Bandaranaike Kumaratunga, President of the Democratic Socialist Republic of Sri Lanka, was escorted from the rostrum.

Address by His Excellency Mr. Sam Nujoma, President of the Republic of Namibia

The President: The Assembly will now hear an address by His Excellency Mr. Sam Nujoma, President of the Republic of Namibia.

His Excellency Mr. Sam Nujoma, President of the Republic of Namibia, was escorted to the rostrum.

President Nujoma: We are gathered here on this historic occasion to praise the United Nations for its outstanding achievements and, at the same time, to pay a well-deserved tribute to its founders.

Celebration of the birth, longevity and performance of the United Nations is proper and fitting indeed. The world has been a safer place because of the United Nations, and its continued relevance is beyond question.

Yet our thoughts focus beyond the celebration, on the future.

During the past 50 years, this Organization has served humanity as a universal market-place of great ideas and collective action. From its founding, the United Nations has had its critics — among them, some prophets of doom. But the truth is that after 50 years the Organization is alive and well. Its misfortunes are exaggerated. Failures are those of the Member States, and not of the United Nations.

The 50 years of the existence of the United Nations have brought the peoples of the world closer together than ever before. Indeed, today's world is truly a global village. During this period we have also witnessed tremendous breakthroughs in the fields of science and technology and information, as well as in respect for the worth of the human person and in consciousness of the environment.

We are now more than ever aware that this is our one world, belonging to all of us, rich and poor, developed and developing, big and small. Let us, therefore, together commit ourselves to keeping our planet, oceans and space safe and to developing the common heritage of humankind which they offer on a sustainable basis for all.

We in Namibia waged one of the last major battles in Africa against colonial tyranny and brutality. Decolonization is the most monumental accomplishment of the United Nations and humankind. Namibia stands out as a brilliant example of the decisive role played by the United Nations in this field.

The United Nations, it can be said, has used the Namibian experience to develop international norms of peace-keeping and modalities for political transformation. Let me, however, point out that the key to this success was the readiness of the Namibians themselves to cooperate with the United Nations Transition Assistance Group. This is a success story our Organization should be proud of.

In Namibia, we have fully incorporated democratic ideals, fundamental human rights, basic freedoms and the protection of the environment into our Constitution. We are now striving to imprint the ideals of the Constitution on the minds and hearts of our people. Happily, today, the rights of women, children, migrant workers and indeed all human beings are respected and defended worldwide in the constitutions and laws of many nations.

As we start the second jubilee of the United Nations, we must abandon past misconceptions as well as the way we conduct inter-State relations. Cold-war legacies must be replaced by cooperation in the emerging world order. A restructuring of the Security Council, which is long overdue, should be carried out in a manner that upholds the principles of democracy, the sovereign equality of States, equitable geographical representation and transparency. Only then can the legitimacy and effectiveness of the Council be enhanced. There is no shortage of workable ideas to bring about the necessary reform that will accommodate the vital interests of Africa, Asia and Latin America as permanent and non-permanent members of the Security Council. Needless to say, the authority and importance of the General Assembly should not be compromised in the reform exercise.

Granted, the United Nations is far from perfect, but for us, it is the only truly viable forum in which developing and small nations like Namibia can raise their voices on the basis of equality. This Assembly stands at the centre of multilateral diplomacy and cooperation as originally envisioned by the Charter of the United Nations. Rededication, therefore, must start here.

During the next 50 years and beyond, the United Nations should stress interdependence, equity and fair play among nations and peoples in order to remove the ever-widening gap between the rich North and the poor South. The future belongs to the youth and children. Our collective duty must be to reinforce their vision for a peaceful, harmonious and prosperous future in the spirit of brotherhood and cooperation.

The President: I wish to thank the President of the Republic of Namibia for the statement he has just made.

His Excellency Mr. Sam Nujoma, President of the Republic of Namibia, was escorted from the rostrum.

Address by His Excellency Mr. Frederick J. T. Chiluba, President of the Republic of Zambia

The President: The Assembly will now hear an address by His Excellency Mr. Frederick J. T. Chiluba, President of the Republic of Zambia.

His Excellency Mr. Frederick J. T. Chiluba, President of the Republic of Zambia, was escorted to the rostrum.

President Chiluba: Let me happily congratulate you, Sir, and pay tribute to you on your deserved election to the high office of President of the General Assembly

at its fiftieth session. We are sure of the successful proceedings of the session under your able leadership.

I wish to reaffirm Zambia's abiding faith in the United Nations. I further wish to reiterate my country and Government's commitment to the articles of faith of the United Nations, to which we fully subscribe.

In a world of growing tensions and challenges, the United Nations has performed well since its inception in 1945 and deserves a word of appreciation and thanks. Some of its officers and personnel have made supreme sacrifices in the execution of their selfless tasks. Among them was the second Secretary-General, His Excellency Mr. Dag Hammarskjöld, who died in a plane crash on 17 September 1961 on Zambia's soil. We must always remember all of them for their valour.

Zambia is fully convinced that the United Nations can and must do even better. Its efficiency must be augmented and fortified. Zambia therefore joins those countries which have called for a restructuring of the United Nations to enable it to cope with increased demands and challenges.

The United Nations today faces a crisis of confidence and expectations. The structures of 1945, designed and meant to service an almost homogeneous membership of 50 countries that has since increased almost fourfold, are no longer capable of serving and servicing the bigger and wider globe. Membership has increased in numbers as well as in regional diversity, which calls for equitable, broader representation. In the spirit of genuine representative democracy and good governance which the United Nations embodies and personifies, in the spirit of the equality of nations and in the search for genuine peace and security, the United Nations has to reform to embrace broader geographical representation.

The Security Council especially, we believe, can no longer be maintained as a sanctuary of the holy of holies, with only the original members acting as high priests and deciding on issues for the rest of the world, which cannot be admitted. Broader and geographical representation is the answer.

We believe that a restructured and more representative United Nations will be better equipped to respond to growing demands and challenges which have become multifarious in character.

Zambia also believes that efficiency may be a far cry until and unless all Member States honour their obligations and pay their financial subscriptions to the world body to enable it to meet increased demands and challenges.

The President: I thank the President of the Republic of Zambia for his statement.

His Excellency Mr. Frederick J. T. Chiluba, President of the Republic of Zambia, was escorted from the rostrum.

Address by His Excellency Mr. Süleyman Demirel, President of the Republic of Turkey

The President: The Assembly will next hear an address by His Excellency Mr. Süleyman Demirel, President of the Republic of Turkey.

His Excellency Mr. Süleyman Demirel, President of the Republic of Turkey, was escorted to the rostrum.

President Demirel: It is an honour for me to address this historic meeting, and on this solemn occasion to renew our pledge to the global contract of humanity.

Fifty years ago, the United Nations was created to be a centre for harmonizing the actions of nations in achieving a better world for all. The Charter of the United Nations was to provide the road map to a new international order. However, the initial hopes and aspirations of the founders turned into disillusionment during the dark days of the cold war. Now, there is a widespread revival of the positive spirit that prevailed half a century ago.

Some moments in history stand out as defining ones. At times they can be new beginnings, in which courses are set that shape decades, even centuries. Such should be the fiftieth anniversary. We should seize this moment to adapt the United Nations to the new challenges and demands of our times, and in this we must not fail.

This Organization was established to be a meeting point of men and women who believe in shared dreams. It is intended to be a forum in search of a collective conscience.

Expectations from the United Nations are rising. So are disappointments. We must improve our ability to address problems globally.

No nation can be fully at peace while its neighbour is not. With this awareness, we must base our actions on

the interlocking concepts of democratic interdependence, market rationale, economic cooperation, international and constitutional legality, shared prosperity and solidarity. Together we must resolutely resist those who try to undermine our renewed hope and vision, those who openly defy our common values and international law.

Let us have faith in our strength. Let us not forget that to go forward at all is to go forward together. Let us be aware that the peoples of the world are strongly demanding the helping hand of the United Nations. Let us not disappoint them. Let us fashion a new plan of action to create a United Nations which will remain true to the ideals of its founders.

To this end, we must place preventive diplomacy at the top of our agenda; show resolve to thwart aggression in all its forms; renew our commitments to peacemaking and peace enforcement; redouble our efforts for a comprehensive and genuine reform process of the Organization; create a Security Council which is more representative, responsive, democratic and accountable; revisit the idea of collective security; increase the cooperation between the United Nations and the regional organizations; address the problems arising from United Nations-imposed sanctions and set up a mechanism for the effective implementation of Article 50 of the Charter; find creative ways and means to secure new financial resources; and maintain people-centred development at the core of our agenda for development.

With regard to the last point, I would like to invite all Heads of State and Government to Istanbul in June 1996 to take part in the City Summit, HABITAT II Conference, to discuss how sufficient housing, a healthy environment and social services can be provided for the billions of people living in the cities, as well as other human settlements of the world.

The future offers hope. Let us seize the opportunity and be firm in our commitment to our common destiny. Turkey has incurred the second highest loss of human life in peace operations under the United Nations flag. I solemnly reiterate Turkey's determination to continue to shoulder its share of global responsibility.

With these remarks, I would like to quote a great Turkish humanist and poet-philosopher, Yunus Emre who, seven centuries ago, made the following call to all the peoples of the world:

(spoke in Turkish)

"Gelin tanis olalim,
Isi kolay kilalim.
Sevelim, sevilelim,
Dünya kimseye kalmaz."

(spoke in English)

That means

"Come, let us get to know each other,
and make it easier for all of us.
Let us love and be loved,
For, this world is no one's to own forever"

This is the message I have brought to this historic meeting from the people of a country standing at the crossroads of continents and cultures and a country that stands dedicated to the noble principles enshrined in the United Nations Charter.

The President: I thank the President of the Republic of Turkey for his statement.

His Excellency Mr. Süleyman Demirel, President of the Republic of Turkey, was escorted from the rostrum.

Address by His Excellency Mr. Piero Natalino Mularoni, Captain Regent of the Republic of San Marino

The President: The Assembly will next hear an address by His Excellency Mr. Piero Natalino Mularoni on behalf of the Captains Regent of the Republic of San Marino.

His Excellency Mr. Piero Natalino Mularoni, Captain Regent of the Republic of San Marino, was escorted to the rostrum.

Captain Regent Mularoni *(spoke in Italian; English text furnished by the delegation)***:** In the space of 50 years, a man and a woman come into the world, grow up, obtain a diploma or learn a trade, get married and have children. Sometimes they live long enough to see and love their grandchildren.

Thus, three new generations have followed the first 50 years of the United Nations. A further one has to be added, then, if one considers the generation which witnessed the establishment of the Organization after

having experienced the tragic and painful reality of the World War.

War can be avoided by resorting to peaceful means, to negotiations and through the good will of those holding power or armed force. Despite this message, however, wars are still dramatic recurring events in every part of the world.

Although the arrogant and ambitious desire for supremacy remains the manifest, or concealed, cause of all wars, it is evident that — at least to a certain extent — the determining factors have changed.

No more wars! This is the strong and resolute appeal that the Captains Regent of the Republic of San Marino wish to reiterate to this Assembly. Over the years, this very Hall has witnessed the celebration of many achievements, the real sharing and resolution of peoples' problems, the condemnation of unfair treatment and dictatorships, as well as the admission of many peoples once exploited by colonial regimes and oppressed by intolerant systems. Now, this Assembly is looking forward to the admission of more peoples, whose right to a homeland and to a territory must be finally recognized.

No more wars! This is the appeal of a small country which is also one of the newest United Nations Member States. San Marino regards this condition as a privilege to be proud of, and on this occasion it reaffirms its formal commitment to contribute its own share, to the extent made possible by its territorial dimensions and real possibilities.

The United Nations has also been able to elaborate and to teach a second fundamental concept: a new law of nations and a code of conduct for States.

Thanks to the true nature and to the consequences of this new law of States, the international community has started to reject the idea of a dangerous return to a division into military, economic and political blocs and, at the same time, to a new fragmentation. The contribution of all and the setting of common goals are, in fact, the indispensable foundations for the resolution of today’s problems.

The capacity and strength of the United Nations in consolidating a third fundamental concept — a higher recognition of all human rights — must be generally acknowledged. In the achievement of this ambitious goal, the United Nations has been assisted by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), in its sphere of competence, and by the Organization for Security and Cooperation in Europe and the Council of Europe, in the European area.

This last concept entails, *inter alia*, respect for the human person and human dignity; the principle of tolerance towards those who, despite all appearances, are equal to us; and respect for life, which is constantly endangered by wars, armaments, nuclear power, the death penalty and hunger. It includes respect for, and the conservation and restoration of, the environment, as an essential and primary component of life; the struggle against poverty, underdevelopment and the exploitation of peoples and of poverty-stricken areas; and, as a consequence, the commitment to social justice and solidarity.

Today, solidarity must take new and more humane forms. It can no longer be expressed through charitable acts determined by exceptional circumstances. On the contrary, solidarity has to be translated into a concerted plan of assistance and be considered a common duty of the entire international community. This assumption leads to the consequent sharing of the problems of all and to participation in their resolution.

Moreover, this concept asserts respect for the fundamental freedoms of all individuals and citizens and the observance of their effective and full enjoyment, as well as the participation of all citizens in the sharing of power, through the democratic rules of representation, transparency, control and alternation.

In particular, the Captains Regent wish to stress the right of all peoples to land and to its natural and inalienable use, and recommend the total elimination of the aberrant practices of slavery, torture and the death penalty. We encourage respect for, and the safeguarding of, the rights of minorities and the possibility for any people or minority to maintain and promote their cultural identity. Finally, the Captains Regent wish to advocate peace, the fundamental basis of which is the peaceful and democratic coexistence of all citizens within States, with full respect for the rights of every human person and of all.

On behalf of the people and the Government of the Republic of San Marino, the Captains Regent, through this universal Assembly, express the wish that the United Nations may continue its work for many, many years, and wish it even greater success in accepting, meeting and resolving the difficult challenges of the third millennium.

It is our sincere hope that here, through the universality of this Organization, the participation of all, and the equal rights and opportunities granted to all Members, the States may formulate with impartiality the policies that will determine the future of each human being, ensuring freedom, health, well-being and equality for all.

The President: I thank the Captain Regent of the Republic of San Marino for his statement.

His Excellency Mr. Piero Natalino Mularoni, Captain Regent of the Republic of San Marino, was escorted from the rostrum.

The President: The last few speakers have strictly respected the five-minute time limit. I wish to express my appreciation to them. I wish also to appeal to the remaining speakers to exercise the same restraint. I thank them in advance for their cooperation.

Address by His Excellency Mr. Lennart Meri, President of the Republic of Estonia

The President: The Assembly will next hear an address by His Excellency Mr. Lennart Meri, President of the Republic of Estonia.

His Excellency Mr. Lennart Meri, President of the Republic of Estonia, was escorted to the rostrum.

President Meri: Our fathers, who fought in the First World War and in the wars of freedom from colonialism that followed, which in turn inspired United States President Wilson's Fourteen Points on the rights of self-determination, created the League of Nations.

The League of Nations embodied much idealism and little realism. It was not able to halt the game of division played by Hitler and Stalin, nor was it able to stop the agonized agitation of colonial dinosaurs or to break the chain of anti-colonial wars that followed and cost between 60 million and 100 million human lives.

President Roosevelt hoped to secure stability in the world by a combination of realism and idealism. Idealism reigned in this world parliament, where each State, whether 1 million or 1,000 million strong, was equal to the others. Realism, on the other hand, was the dominant force in the Security Council, in which the Allies of the Second World War exercised the right of veto.

This is how, 50 years ago, the United Nations was called into life.

Let us consider for a moment the numbers. When the United Nations was conceived, there were 50 Member States. Today, there are 185. The Republic of Estonia has followed this development with great attention, for three reasons.

First, the occupation of the independent Republic of Estonia by the Red Army pushed us for 50 years into the ranks of colonized peoples. We are sympathetic to their concerns, because we value the right to self-determination, independence and democracy. At the same time, we are an old democracy. We are a State that was born out of the decomposition of an empire, as was Poland, the Czech Republic, Hungary and many other States.

This is a unique state of affairs. We belong at the same time to the first and the third worlds. We hold the same values, principles and goals as the first world, and experience the disappointments and concerns of the third world.

Secondly, one result of the end of colonial empires was the birth of new States. Most of those States, called "new democracies", are comparable with Estonia from the standpoint of population and land mass. Today, and in this Hall, this is less a geographic than a political attribute. Small States are, by definition, more easily wounded, which means that in a security vacuum small States are more sensitive to barometric changes than large ones. Besides common ideals, we also have common concerns.

Thirdly, as I have noted, those States that have risen from the end of colonialism and neocolonialism form a majority in our world community. Unfortunately, this is a silent majority. Its voice is weak and ineffectual in this global forum; its voice is not present in the Security Council.

I speak of this here and now because hope springs eternal. For this reason, I have two proposals: first, we should consider the idea of a rotating member in the Security Council chosen from among the world's small States. Secondly, I call upon the small States of the world to gather in Tallinn, the capital of Estonia, to draft a declaration: the Tallinn Declaration of Small States.

I make these proposals based on the hope that lies in the silent majority of this world Organization. We, the small nations, are easily wounded; thus we are more sensitive. Because we are more sensitive, we are able to react more quickly. Because we are able to react more quickly, we are consequently more idealistic. Small States are more idealistic, so it follows that a more active hope and a desire to remain true to our principles lives in our midst. It was this hope, it was this dedication to principles upon which, under other circumstances, this Organization was founded 50 years ago.

By next December, you, all the States Members of the United Nations, will receive a draft of the Tallinn Declaration of Small States. This will allow us enough time to consider it and, next September in Tallinn, to gather together in order to work out a mechanism that will turn this silent majority into a constructive majority, whose decisions will help us to fulfil, in a constructive manner, the purposes and principles upon which this Organization is based.

Be well aware of the protocol of this historic meeting. I await your reactions here and now to my proposals, and I look forward to seeing you next September in Tallinn, the capital town of Estonia.

The President: I thank the President of the Republic of Estonia for his statement.

His Excellency Mr. Lennart Meri, President of the Republic of Estonia, was escorted from the rostrum.

Address by His Excellency Mr. Kim Young Sam, President of the Republic of Korea

The President: The Assembly will next hear an address by His Excellency Mr. Kim Young Sam, President of the Republic of Korea.

His Excellency Mr. Kim Young Sam, President of the Republic of Korea, was escorted to the rostrum.

President Kim (*spoke in Korean; interpretation provided by the delegation*)**:** First of all, I would like to pay tribute to the leaders who founded this world body half a century ago and to the courage and the hope for the future they shared after overcoming the despair and frustration born of two world wars. Their dreams of a better world have already changed our planet tremendously, and have affected each one of us. I would like to take this opportunity to express my heartfelt respect for all those who have spearheaded the effort to fulfil the provisions of the United Nations Charter.

The world is undergoing drastic change. Riding the crest of the information age and globalization, not only is the international order undergoing an epochal change, but human civilization itself is being radically transformed.

Change and reform in the United Nations are necessary if the Organization is to create and maintain the new world order. While welcoming a series of discussions which have been held on reform of the United Nations, I would like to express my views on this issue.

First, the United Nations has to be democratized and made more efficient; and every region of the world must be more equitably represented on the Security Council. In particular, I agree with many other Member nations that the number of Council members with veto power — a power that has crippled the United Nations for a long time — should not be raised.

Secondly, the United Nations function of preventing conflict should be strengthened.

Thirdly, the United Nations must respond more actively to demands for economic, social and environmental development. In order to attain true world peace and security, economic and social conflicts in the international community have to be resolved at all costs.

Fourthly, the United Nations has to actively undertake activities that give priority to human beings and families. The ideas of human security and family values put forward at the United Nations World Summit for Development last March will be the most important goal for people around the world in the twenty-first century.

Fifthly, new plans must be established for burden-sharing and for the administration of the additional budget arising from the strengthening of United Nations functions. I believe that the sooner the United Nations undergoes change and reform, the better it will be for our world. To that end, I hereby propose that a special session of the General Assembly on United Nations reform be held.

The Republic of Korea was established in accordance with a United Nations resolution in 1948. At that time it was one of the poorest countries in the world. Today, it is the eleventh-largest economy in the world and

a truly democratic nation. Our success has been a great manifestation of the ideals of the United Nations.

We are now one of the Member nations most active in United Nations activities around the globe. We are already participating in United Nations peace-keeping operations in Western Sahara, the Republic of Georgia, Angola and elsewhere. The Republic of Korea will also actively take part in various United Nations development and environmental projects, and will increase its monetary contributions. In order to help eradicate diseases among children around the world, the Republic of Korea is building an International Vaccine Institute in Korea with help from the United Nations Development Programme.

I am convinced that the Korean peninsula will surely be unified in a democratic way in the not too distant future. I humbly and sincerely ask you all to become solid supporters of the peaceful unification of Korea.

I sincerely hope that this special United Nations summit meeting will be recorded as a bright milestone in world history. We share the cherished desire to turn the twenty-first century into an age of a true global community in which we can coexist and prosper together. Only through our political will and participation in the United Nations can we turn our hopes and dreams into reality.

I hereby respectfully propose that a United Nations summit meeting be held regularly, every five years, and that its first meeting be held in the year 2000.

The President: I thank the President of the Republic of Korea for his statement.

His Excellency Mr. Kim Young Sam, President of the Republic of Korea, was escorted from the rostrum.

Address by His Excellency Mr. Franjo Tudjman, President of the Republic of Croatia

The President: The Assembly will next hear an address by His Excellency Mr. Franjo Tudjman, President of the Republic of Croatia.

His Excellency Mr. Franjo Tudjman, President of the Republic of Croatia, was escorted to the rostrum.

President Tudjman *(spoke in Croatian; English text furnished by the delegation):* On the threshold of a new millennium, it is my privilege to address the greatest Summit of world leaders, by which we mark the fiftieth anniversary of the founding of the United Nations Organization.

So much power has convened today under the roof of the General Assembly Hall, and yet, so little power to provide the necessary solutions leading to a better common future for our peoples and for our entire planet. We are faced with a long and arduous road, but we can look back with pride on the 50 years of our common history.

The disintegration of colonial and ideological empires has given rise to new, modern States, and the number of United Nations Members has increased almost fourfold since the founding of the Organization.

The historical process of democratization could not stop at mere reform of political systems, but, rather, it called for a comprehensive transformation. The totalitarian Iron Curtain that cut across Europe was brought down not only by the determined policy of the Western democratic alliance, but also by the freedom-loving aspirations of nations having small populations and a great historical heritage.

Destiny has allotted to small nations the role of promoters of great ideas. They are the leaders of positive changes in the evolution of humankind that turn the force of a struggle for national survival into a creative vision of tomorrow's world — no longer a world of the large and small, the powerful and weak, but only a world of equal nations and States committed to coexistence.

The boundaries of our freedoms are set by boundaries of the freedom of others. The affirmation of human dignity and the universal rights of the individual upheld by the Charter of the United Nations can be achieved only through respect for different ethnic, religious, cultural and political identities, through an efficient system of collective security, and through respect for a law-governed State and international law. We have to turn negative energy into positive momentum. Reform of global relations and mechanisms must provide for greater respect for civilizational differences, for their creative blending and dialogue on an equal footing. A multipolar world is more stable than a bipolar world and it is the future of humankind.

The global order can no longer be based solely on the special position of the anti-fascist coalition or the nuclear club, or on economic or military power; rather, first and foremost, it should be based on the real

contribution of individual countries to the prevention of every form of totalitarianism and to the non-proliferation of weapons of mass destruction; on their role within global socio-economic development; on their democratic achievement; and on their regional importance. Thus, for example, we must take into account the present democratic and economic resources of Germany and Japan — countries deserving a permanent seat on the Security Council on the basis of all criteria.

The United Nations must also be a garden of ideas related to general human values, international solidarity and an equitable international order. Our responsibility for narrowing the gap in economic development and for promoting coordinated development of all parts of our planet is equal to our responsibility for global peace.

As one of five successor States of the former Yugoslavia, Croatia also considers itself a founder of the United Nations, a part of the heritage entered into the Charter 50 years ago. Having followed a long tradition of great humanistic visions — from pan-Slavic, pan-European, non-aligned, ecumenical to universal — the people of Croatia have also incorporated the noble ideals of the Charter into their culture.

The citizens of Croatia appreciate the values of multilateral United Nations mechanisms, through which emancipation of the Croatian State and the establishment of full sovereignty throughout its territory have been internationalized and achieved. On this occasion, Croatia expresses its gratitude to the United Nations, in particular for the enormous humanitarian effort that alleviated the suffering of hundreds of thousands of displaced persons within Croatia and of refugees from neighbouring Bosnia and Herzegovina.

We are entering into the new round of negotiations with the hope that they will bring about the end of the crisis in the former Yugoslavia and find a formula for a just and lasting peace. To the citizens of Croatia and its democratically elected Government, a just peace means establishing Croatia's full sovereignty throughout its territory within its internationally recognized borders. Croatia sincerely hopes that an agreement will soon be reached on the peaceful reintegration of 4.6 per cent of still-occupied Croatian land. At the same time, we remain prepared to take other necessary steps as well, if timely reintegration of Eastern Slavonia, Baranya and Western Sreeyem is not incorporated into the final plan for the region.

We have shown that we have courage in war, but be assured that we have even more courage for peace.

Excellencies, because of our responsibility for peace, freedom and the well-being of our peoples, we, as leaders, must rise above all our other interests and differences. We, the leaders of the modern world, are faced with a great responsibility: we must be united and rise above our distinct personal, party and national interests, and seek the vision of a new world which will hold a future for every individual, every nation and State, for the universality of spirit and for the tolerance of the different. Let the noble visions of the new millennium rest on peace and prosperity of all nations, on harmony in the global family of sovereign States whose common beacon is the United Nations.

The President: I thank the President of the Republic of Croatia for his statement.

His Excellency Mr. Franjo Tudjman, President of the Republic of Croatia, was escorted from the rostrum.

Address by His Excellency Mr. Boris N. Yeltsin, President of the Russian Federation

The President: The Assembly will next hear an address by His Excellency Mr. Boris Yeltsin, President of the Russian Federation.

His Excellency Mr. Boris Yeltsin, President of the Russian Federation, was escorted to the rostrum.

President Yeltsin (*interpretation from Russian*)**:** Half a century ago an event occurred that paved the way for a new period in the history of mankind. Divided and bleeding, the world understood that its only future was the path of mutual understanding and interaction.

Only the United Nations will be able to realize the perennial dream of a world without wars and violence; of a world where controversial issues are settled through negotiation; of a world worthy of the human being and mankind.

But, while having won a world war, we have not yet managed to win peace. The creative capabilities of the world community were for decades hampered by the cold war. It neither benefited any people nor made any people any happier. The end of the cold war has become our

common victory. Democratic Russia has made an unquestionable contribution to its achievement.

Nuclear missiles are no longer targeted at each other. But such threats as terrorism, aggressive nationalism, crime and drug abuse are now aimed at each and every one of us. Along with integration, the rifts of estrangement and distrust among States and peoples are emerging.

There is a dangerous tendency to play down the role of the United Nations, to circumvent its Charter and the collective will of the Security Council.

Today, the world more than ever before needs not only equality and tolerance, but also respect for the identity of each State and an understanding of the peculiarities of its history. Each of them is able and willing to make its contribution to the development of the world community and to find an adequate place therein. We should not allow the revival of the atmosphere of animosity and prejudice against countries and peoples.

Does the United Nations have the ability to achieve these goals? In the opinion of Russia, it does. The United Nations can and should become the main instrument for building new international relations. It has all the necessary powers to do so. To carry out this mission it should be provided with appropriate means, including financial resources. Russia meets, and will continue to meet, its obligations to the United Nations.

Certainly, the United Nations has not been able to achieve success in all areas, but the roots of its failure lie, first and foremost, in ourselves, in the behaviour of States and organizations.

Russia is concerned at the situation in which, as has recently been the case in Bosnia, the Security Council was relegated to the sidelines of events. It represents an obvious and clear-cut violation of the basic principles of the world Organization, laid down by its founders. It is inadmissible for a regional organization to take decisions on the massive use of force, bypassing the Security Council.

DN10
JN31

Russia has worked hard to bring peace closer in Bosnia and Herzegovina. We are ready to support the operation on the implementation of a peace agreement with the participation of multinational forces, including Russian forces, but only under a clear-cut mandate of the United Nations Security Council. Military force should never be used in those cases where diplomacy has not been given enough time to succeed. The effects of that would be tragic.

Recently there has been much discussion about the difficult task of revitalizing the United Nations. A lively debate is under way on the issue of the enlargement of the Security Council. We advocate such a reorganization provided only, of course, that the responsibility of the Security Council is increased and the interests of different regions of the world are taken into account.

The main concern of Russia is to achieve stability in Europe and Asia. We are in favour of establishing a security system based on compromises rather than on pressure. European security is indivisible: there is no alternative to that. It is precisely for this reason that Russia supports the idea of the earliest possible establishment of a new system of all-European security wherein all European States would be represented. And this is precisely the reason why we are against the eastward expansion of the North Atlantic Treaty Organization. It will put a barrier in the way of the establishment of a unified Europe.

DN9

The question is an extremely acute one: either such a system would be established for all of Europe or, as in the past, only for a select few. The strengthening of one bloc today means new confrontation tomorrow. This is not the way to build a just world order. It should be based on different principles.

Russia is in favour of a world order in which priority is given to international law and international cooperation.

Russia is in favour of a world order in which a comprehensive security system is put into effect. Russia is in favour of a world order in which steady advance is ensured towards a world free of weapons of mass destruction, a world in which the reduction of conventional weapons is under way.

We are in favour of a world order in which the role of the United Nations as an instrument for achieving peace, settling conflicts and providing development assistance is increasing.

Russia proposes the holding in 1999 of a third Peace Conference. The first one took place in 1899 at the initiative of our country. The third one may be devoted solely to developing the bases for the settlement of conflicts emerging after the cold war.

It is also necessary to find a solution to long-standing issues, especially issues such as nuclear

disarmament, the complete cessation of nuclear-weapon tests and control over conventional weapons.

Today, as 50 years ago, we should unite once again to eliminate the legacy of the cold war and to find worthy answers to the challenges of our times.

The United Nations represents the common will of the States of the world. Let us act in accordance with its norms and principles. And then, peace, justice and international law will prevail on Earth. Russia believes in the United Nations, which was born in the middle of the twentieth century and is making its way firmly into the twenty-first century.

The President: I thank the President of the Russian Federation for his statement.

His Excellency Mr. Boris Yeltsin, President of the Russian Federation, was escorted from the rostrum.

Address by His Excellency Mr. Fidel Castro Ruz, President of the Council of State and the Council of Ministers of the Republic of Cuba

The President: The Assembly will next hear an address by His Excellency Mr. Fidel Castro Ruz, President of the Council of State and the Council of Ministers of the Republic of Cuba.

His Excellency Mr. Fidel Castro Ruz, President of the Council of State and the Council of Ministers of the Republic of Cuba, was escorted to the rostrum.

President Castro Ruz *(interpretation from Spanish)***:** Half a century ago the United Nations was born after the conclusion of a monstrous war, at the peak of which an average of 10 million lives were lost. At present, 20 million men, women and children are dying of hunger and curable diseases every year. In some wealthy nations there is a life expectancy of up to 80 years while in other nations there is an expectancy of hardly 40, so there are billions whose lives are cut off. How long shall we wait for this carnage to end?

The cold war is over but the arms race goes on, and nuclear and military hegemonism perpetuate themselves. How long shall we wait for the complete removal of all weapons of mass extermination, for universal disarmament and for the elimination of the use of force, arrogance and pressure in international relations?

The obsolete veto privilege and the ill-use of the Security Council by the powerful are exalting a new colonialism within the very United Nations.

Latin America and Africa do not have a single permanent member in the Security Council. In Asia, India has a population of almost one billion but it does not enjoy that responsibility.

How long, how long shall we wait for the democratization of the United Nations and for the independence and sovereign equality of States to become a reality? How long before non-intervention in the internal affairs of States and true international cooperation take their rightful places?

Breakthroughs in science and technology are increasing daily in number but their benefits do not reach the majority of mankind and they continue essentially to be at the service of a reckless consumerism which is wasting limited resources and seriously threatening life on Earth. How long shall we have to wait before rationality, equity and justice prevail in the world?

Mr. Zeroual (President of Algeria), Vice-President of the General Assembly, took the Chair.

The forests are decreasing, the air is being poisoned, the rivers are being contaminated. Countless species of plants and animals are perishing. The soils are impoverished. Old and new epidemics are expanding, while the population grows and the legions of the dispossessed continue to multiply.

Will the next generations reach the promised land pledged half a century ago? How many hundreds of millions have already died without ever seeing it? How many have fallen victim to oppression, plunder, poverty, hunger and unhealthy living conditions? How many more will still die?

We lay claim to a world without hegemonism, without nuclear weapons, without interventionism. without racism, without national or religious hatred, without outrageous acts against the sovereignty of any country, a world with respect for the independence and self-determination of peoples, a world without universal models that totally disregard the traditions and culture of all the components of mankind.

DN11

We lay claim to a world without ruthless blockades that cause the death of men, women and children, young and old, like noiseless atom bombs.

We lay claim to a world of peace, justice and dignity where everyone, without exception, has the right to well-being and to life.

The Acting President (*interpretation from Arabic*)**:** I thank the President of the Council of State and the Council of Ministers of the Republic of Cuba for his statement.

His Excellency Mr. Fidel Castro Ruz, President of the Council of State and the Council of Ministers of the Republic of Cuba, was escorted from the rostrum.

Address by His Majesty Sultan Hassanal Bolkiah Mu'izzaddin Waddaulah, Sultan and Yang Di-Pertuan of Brunei Darussalam

The Acting President (*interpretation from Arabic*)**:** The Assembly will next hear an address by His Majesty Sultan Hassanal Bolkiah Mu'izzaddin Waddaulah, Sultan and Yang Di-Pertuan of Brunei Darussalam.

His Majesty Sultan Hassanal Bolkiah Mu'izzaddin Waddaulah, Sultan and Yang Di-Pertuan of Brunei Darussalam, was escorted to the rostrum.

His Majesty Sultan Hassanal Bolkiah Mu'izzaddin Waddaulah: I am delighted to join you in celebrating the fiftieth anniversary of the United Nations. In doing so, I convey the best wishes of my Government and the people of Brunei Darussalam. We greet you in the spirit of peace and international friendship.

We are commemorating a unique historic event. No international organization has endured for five decades. The League of Nations failed after less than three. That the United Nations has survived the long and dangerous years of the cold war is no small achievement. Among its many other achievements is the way it eased the path from colonization to independence for more than 100 countries.

It is fashionable to criticize the United Nations. Some of the criticisms are valid. Bosnia and Rwanda represent failures of will and policy that will haunt all Members for a long time. We should also have more rigorous financial controls over spending, and Members must honour their dues so that the United Nations can have the resources to carry out its mandates.

But let us not forget: it is we ourselves as Members who must take the ultimate responsibility for its failures, because as an Organization of sovereign States the United Nations can do no more than its Members empower it to do.

The shortcomings of some peace-keeping operations should not obscure the honour due those who have sacrificed their lives in many successful peace-keeping and humanitarian operations. We owe much to them.

We must also give credit to the United Nations for the sterling service rendered by its specialized agencies. Health, education, agriculture and the work of other specialized agencies may not have captured the headlines, but they have contributed much to the making of a better world. Many dedicated professionals and volunteers have given valuable, if unpublicized, service.

The international environment today is vastly different from that of 1945. We face new global issues, even while several old ones still remain to be solved. Economics is high on the international agenda. Free markets and open competition have become a basis for economic cooperation. That most countries in the world are now concentrating on economic issues is an advance over a world preoccupied with ideological conflicts.

The United Nations is still the best Organization to uphold a world order based on international law and the principles of sovereignty and territorial integrity. Interdependence between nations has increased but has not displaced the sovereignty of nations as the basic principle in international relations.

The United Nations gives all Members, large and small, an equal voice. This is important for small States like Brunei Darussalam. The United Nations must change to meet new challenges, but I hope it will continue to give small nations an adequate voice in its deliberations.

It is in this spirit that Brunei Darussalam pledges to work with fellow Members to ensure that the United Nations remains a force for peace and progress.

The Acting President *(interpretation from Arabic)***:** I thank His Majesty Sultan Hassanal Bolkiah Mu'izzaddin Waddaulah, Sultan and Yang Di-Pertuan of Brunei Darussalam, for his statement.

His Majesty Sultan Hassanal Bolkiah Mu'izzaddin Waddaulah, Sultan and Yang Di-Pertuan of Brunei Darussalam, was escorted from the rostrum.

Address by His Excellency Mr. Hugo Batalla, Vice-President of the Eastern Republic of Uruguay

The Acting President (*interpretation from Arabic*)**:** The Assembly will next hear a statement by His Excellency Mr. Hugo Batalla, Vice-President of the Eastern Republic of Uruguay.

His Excellency Mr. Hugo Batalla, Vice-President of the Eastern Republic of Uruguay, was escorted to the rostrum.

Mr. Batalla (*interpretation from Spanish*)**:** As the representative of Uruguay, a nation with a deep-seated democratic tradition and a founding Member of the United Nations, I would not wish to make use of this lofty and universal podium merely to engage in rhetoric celebrating the first half-century of the San Francisco Charter.

It would be pointless for us to come here today to run through the political successes the United Nations has achieved over these 50 years, though successes it has had indeed, on the basis of the universalization of the idea of freedom and democracy, to which it made a decisive contribution. Nor shall we emphasize the aspects relating to the sustainable development of mankind which over the same period not only have remained unresolved but in large areas of the world have become considerably worse.

Uruguay has for many years been actively and increasingly involved in the maintenance of peace, a fundamental task of the United Nations in which major successes have been achieved.

Currently, in terms of our population and the size of our armed forces, we are the world's major contributor of personnel to peace-keeping operations.

Nevertheless, these operations cannot be transformed into the Organization's priority objective; rather, the essential part of the activities of the United Nations must focus on preventing conflicts that affect international peace and security, and to this end its role as a forum for ongoing dialogue where disputes are discussed and resolved by peaceful means needs to be strengthened.

Fundamental as it is, silencing weapons does not put an end to the most serious scourge of mankind, namely the hunger and abject poverty which hundreds of millions of human beings are suffering.

Hunger, poverty and subhuman living conditions have claimed more victims in the world than all wars taken together. They have decimated and continue to decimate entire peoples in various regions. At this very moment, millions of children are dying of hunger, at a time when hundreds of millions of square kilometres of fertile land lie unexploited or underexploited as a result, among other things, of the prevailing economic conditions, inequitable international trading relations and the crushing debt burden.

Freedom and democracy are tender plants and their stability is constantly threatened if nations do not at the same time achieve an appropriate and just economic and social environment. The persistence of acute manifestations of underdevelopment, apart from forcing millions of people to live degrading lives — something which the moral conscience of mankind cannot tolerate — also constitutes a latent and persistent threat to the security of all. The success in silencing the guns in various conflicts and the contribution to the elimination of apartheid and to the tearing down of the solid edifice of colonialism that had lasted almost five centuries are undoubtedly — among others — great achievements of the international community, and the United Nations can justly feel proud of them. But the Organization now needs to rethink itself in order to devote all its resources — human, financial, institutional and technical — to the great undertaking of redressing the unjust economic and social imbalances and the related problems of the environment, in the conviction that this is not only a moral imperative but the ideal way of strengthening peace.

The so-called underdeveloped world is not calling on the international community for hand-outs or privileged positions in trade; all it is asking for is fair, transparent and egalitarian treatment, with terms of trade that are not distorted by political pricing, hidden subsidies and dumping — practices whose persistence in international trade causes real havoc in the economies of a large number of nations.

The demands of the new international situation also make it desirable for the United Nations to establish closer links of cooperation and coordination — especially in the field of human rights — with the Inter-Parliamentary Union, whose membership covers the broadest political, ideological and philosophical spectrum

of nations, thus ensuring the pluralism from which democracy draws its strength.

Unless the Organization effectively demonstrates its ability to guarantee the international legal order over and above "international policies" dominated by the most powerful nations, under which economic and trade embargoes are imposed and the principles of non-intervention are violated, the international system will without doubt soon be in its painful and prolonged death throes.

Today, as we commemorate the fiftieth anniversary of the Organization we are, for all the foregoing reasons, living through an anxious and uncertain present in which even human values themselves are called in question. It is our responsibility to look ahead and, all of us working together, to build on today's anxiety a brighter tomorrow in which all people, whatever their colour, their gender, their religious creed or the place where they live, will have the right, recognized as theirs by the international community, to a life of dignity with access to all the benefits that civilization affords.

The eyes of the world are on us today; we are being called on to take up this challenge, to which Uruguay pledges its best efforts. Time will tell if we have been able to fulfil this hope which we must awaken in all our fellow human beings.

The Acting President (*interpretation from Arabic*)**:** I thank the Vice-President of the Eastern Republic of Uruguay for his statement.

His Excellency Mr. Hugo Batalla, Vice-President of the Eastern Republic of Uruguay, was escorted from the rostrum.

Address by His Excellency The Right Honourable James Brendan Bolger, Prime Minister of New Zealand

The Acting President (*interpretation from Arabic*)**:** The Assembly will now hear a statement by His Excellency The Right Honourable James Brendan Bolger, Prime Minister of New Zealand.

His Excellency The Right Honourable James Brendan Bolger, Prime Minister of New Zealand, was escorted to the rostrum.

Mr. Bolger (New Zealand)**:** Fifty years ago a vision was bravely stated of a world with equal rights for all, free from poverty and the scourge of war. Today we claim not victory, but progress.

Fifty years on the world is very different. The family of nations is larger and more diverse. Communications technology means that we live in a world without walls. That brings a profound change in the way our global neighbourhood operates. It is changing the dynamics of politics and business. Small countries, as well as large, can play a full part in a true global economy.

While aid is important in meeting immediate needs, true independence and prosperity will only come through genuine free trade, which enables each country to use its resources to the best advantage. The new World Trade Organization has much to do to achieve that goal. The nations of the Asia-Pacific Economic Cooperation Council (APEC) agreed in Bogor last year to free trade by 2010 for the industrial nations of this important Asia-Pacific group, and by 2020 for the developing members. We now need this sort of political courage on a global scale. Global free trade is an idea whose time has come.

Equally, the time has come for a new commitment to a world free of nuclear weapons. This Assembly, in its very first session, grappled with the nuclear problem and asked for proposals for the elimination of atomic weapons. New Zealand believed then, as now, that nuclear weapons should be eliminated. Some progress has already been achieved. Several States have abandoned their nuclear capability and some nuclear-weapon States are making significant reductions to their nuclear arsenals — an action which New Zealand applauds.

Against this background New Zealand finds it inexplicable and unacceptable that China and France are still testing nuclear weapons. Continued nuclear explosions send all the wrong signals. What we need is a strategy to achieve the goal of eliminating nuclear weapons. It is not an impossible goal. All member nations which are parties to the Non-Proliferation Treaty are already committed to a world without nuclear weapons. It is only a question of how we achieve it.

The welcome announcement that the United States, Britain and France will support the South Pacific Nuclear-Free Zone Treaty is a positive step forward. Next year we must complete the comprehensive test-ban treaty. Then we must ban the production of uranium and plutonium for nuclear weapons. And there must be further substantial reductions in the nuclear arsenals of all five nuclear Powers. Then the hope of the first session of this

Assembly, of a future without nuclear weapons, will be within our grasp.

In arguing for a world without nuclear weapons, I wish to state with equal firmness that global security cannot be separated from global prosperity and human rights. Economic development and good governance will help to eliminate those sources of tension which tempt States to invest in arms, the infrastructure of death, rather than health and education, which are the infrastructure of life.

Those who founded this Organization had a vision of a better world. Some of that vision has been achieved. The United Nations decolonization efforts are an important example. The spread of human rights and democracy and United Nations support for the role of women, for a fair trading system, for the protection of the environment — all these achievements must be recognized and celebrated.

Today the generation raised in the shadow of the cold war has the opportunity to direct its energy to the protection and enhancement of the planet, not its destruction, and to use technology to share information, provide education and enhance the wonders of medical science.

Let us put religious and other differences to one side and learn to live with diversity. There is so much we can accomplish by working together.

To achieve these goals, and more, we will have to renew our Organization. The Security Council must be reformed, and waste and duplication eliminated. Members of the United Nations must break the bad habit of expecting something for nothing. To make our Organization work, all must pay their dues.

The United Nations is a bold concept. It brings the nations of the world together in a grand coalition to share the burden of building a better and more peaceful world. Let each of us, in this fiftieth-anniversary year, renew our commitment to achieving that goal, and in doing so pay tribute to those who have pursued the work of the United Nations these last 50 years.

The Acting President (*interpretation from Arabic*)**:** I thank the Prime Minister of New Zealand for his statement.

His Excellency Mr. James Brendan Bolger, Prime Minister of New Zealand, was escorted from the rostrum.

Address by His Excellency Mr. Jozef Oleksy, Prime Minister of the Republic of Poland

The Acting President (*interpretation from Arabic*)**:** The Assembly will next hear an address by His Excellency Mr. Jozef Oleksy, Prime Minister of the Republic of Poland.

His Excellency Mr. Jozef Oleksy, Prime Minister of the Republic of Poland, was escorted to the rostrum.

Mr. Oleksy: The present jubilee of the United Nations is conducive to joint reflection on the state of the world today, a reflection focused on concern for the fate of what is only one Earth.

For several years now, the world order imposed by the cold war, founded upon a confrontational, bipolar power arrangement, a balance of terror and military might, has passed into history. We must therefore participate soberly and imaginatively in a forward-looking manner, refusing to be swayed by stereotypes, complexes and old resentments, in the process of shaping our mutual relations.

Let the evolution of my country's relations with Germany serve as an example. It was Poland which a year ago proposed to the General Assembly that the archaic enemy-States clause be removed from the United Nations Charter. "Cold peace" is not an acceptable option as a prescription for our post-cold-war times. We must not allow new Berlin Walls, this time of an economic nature, or Iron Curtains, cutting across the continent and separating nations, to re-emerge in Europe. We need more Channel Tunnels.

The message behind these observations reaches beyond the old continent. Overcoming the development gap between North and South, along with its grave social implications, must become the overriding goal of this Organization. It must at last spur us to action, not merely provoke lamentations over supposedly inexorable trends.

Every State can and should take a critical and creative view of its geopolitical situation. Let us seek friends near and far and enemies nowhere. Let me again refer to my own country. We have traditionally — and, for that matter, not unreasonably — regarded Poland's geopolitical situation to be unfavourable, even disastrous. More than once it was Poland's lot to be caught in a vice. Now we now have learned the lesson, and we know how to make the most of our situation. Poland has a chance of

acting as a keystone between Atlantic Europe and the east of Europe. After all, it borders countries of both the North Atlantic Treaty Organization (NATO) and the Commonwealth of Independent States. We seek to contribute to uniting Europe. We have succeeded in concluding treaties of friendship and good-neighbourly relations with each and every one of our neighbours. After all, not one of them is exactly the same neighbour that we had only a few years ago.

The President returned to the Chair.

The cornerstone of the foreign policy pursued by the successive Governments of Poland after 1989 has been a determined "drive to Europe", an orientation towards integration with the European Union and entry into the Euro-Atlantic structures. In no way does this mean turning our back on others, whether in the East — especially Russia, Ukraine, Belarus and the Baltic States — or the South — the regions and nations of the third world, including China, which is the largest and, in the last few years, the fastest growing of them all. Despite the burden of the radical reforms under way, we do not intend to shut ourselves within our borders or those of the subregion.

Our rank among the nations committing Blue Helmets to the various trouble spots around the globe is conclusive evidence that we are capable of looking beyond our own back yard. It is with this intent that we have resolved to seek election to the Security Council, a supreme body responsible for maintaining peace on a global scale.

Of a similar stamp is Poland's active role in the Organization for Security and Cooperation in Europe (OSCE) and the Council of Europe, as well as our guest status in the Non-Aligned Movement. All this is in tune with and complements our striving to enter the European Union, NATO, the Western European Union and, hopefully, before very long, the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD). That is how we understand active sovereignty. Everyone should ask himself the question, "What can I do to help others, to build a better world?"

We often try to fend off charges levelled — fairly or otherwise — at the United Nations, as if they had nothing to do with us. Yet the credit or blame for its effectiveness or inefficiency falls on us. That depends on the degree of consensus in our midst and our readiness to contribute to the Organization's budget and support its activities in various fields. Both are crucial also to the fate of reforms in the United Nations system, improved coordination of its actions and a better harmonization of its objectives, as the developing countries urge, not without justification.

The world needs devoted leadership, commitment and far-sighted vision as much as it needs oxygen. It needs perseverance in the promotion of trust between States and their organizations, between nations and between people. In developing these values and providing enlightened guidelines, a reinforced United Nations can and should play a special role with a view to transcending global zero-sum games.

If we, the United Nations — united not, as 50 years ago, against someone, but driven by the desire for peaceful cooperation — show sufficient determination to give effect to our own proposals at this Meeting and at major conferences such as those held under United Nations auspices in recent years, the world stands a chance of ensuring a better and safer life in the twenty-first century. It stands a chance of ensuring lasting peace and sustained development for all and ensuring respect for the rights of the citizens of this globe. It stands a chance of realizing the lofty purposes of the Charter, which remains the Organization's signpost in the service of the United Nations.

The President: I thank the Prime Minister of the Republic of Poland for his statement.

His Excellency Mr. Jozef Oleksy, Prime Minister of the Republic of Poland, was escorted from the rostrum.

Address by Her Excellency Ms. Gro Harlem Brundtland, Prime Minister of the Kingdom of Norway

The President: The Assembly will next hear a statement by Her Excellency Ms. Gro Harlem Brundtland, Prime Minister of the Kingdom of Norway.

Her Excellency Ms. Gro Harlem Brundtland, Prime Minister of the Kingdom of Norway, was escorted to the rostrum.

Ms. Gro Harlem Brundtland: To millions of people, the United Nations has meant food where there was none, vaccination where epidemics raged, a school to attend, a new well in the village, and Blue Helmets who kept belligerents apart, shielding civil life.

To scores of new nations, access to this rostrum meant sovereignty and self-determination. From this rostrum, for 50 years, all countries have been able to call for world attention.

To the hundreds of thousands of good and dedicated people who have served the United Nations, let us pay our tribute. To the peace-keepers and field-workers who did not return, among them our second Secretary-General, let us pay our respect.

But let us not only commemorate the past. Let us also chart a new beginning. Though the United Nations today faces great difficulties, we, the Member States, are responsible.

The ploughshare that worked for five decades is worn. Let us forge a new one.

DN8(1)
JN20
DA1

Today I will address five pressing issues.

First, there is the issue of finance. Some dozen parliaments hold this Organization hostage by withholding their membership fees. How unworthy. We must all pay our fees in full and on time. We require some countries to pay more than their fair share. Other countries voluntarily pay more than their fair share. Many countries pay too little or hardly anything at all.

Secondly, we must reform. Change and renewal is a must for every effective organization. Reform of the Security Council is needed, where the issue of a regionally balanced enlargement now must be addressed — the most obvious candidates being, of course, Japan and Germany — while the Council's decision-making efficiency must be retained and its implementation ability greatly enhanced.

Responsibility for sustainable development, poverty, population, education and the environment is spread out. Mandates overlap. Let us draw up a schedule for implementing what we have decided in Rio, Cairo, Copenhagen and Beijing. We meant what we said. Now, let us do it.

Thirdly, we must coordinate our humanitarian assistance activities better, allowing us to react more quickly and more effectively. Funds, people and resources often prove to be available only when human suffering has worsened enough to dominate the evening news, while other tragedies of famine, environmental degradation and underdevelopment remain unnoticed.

Fourthly, we must improve our peace-keeping and conflict-prevention capacity to save more lives and to save expenses. Delayed action is costly in terms of human suffering and resources, and more countries must contribute. We need better stand-by arrangements; we need sharing of experience and training.

Fifthly, we must build the civilized world on law and contract, an international society where the strong are just and the weak secure, as President Kennedy of the United States phrased it right here in this Hall. We need affirmative action in the interest of our poorest members. We need an international public or civic sector and a conscientious human rights watch here in the United Nations. We must bring justice where the limits are overstepped and support the new international courts, including an international criminal court, to make a civilized world.

A new step towards this civilized world will be taken when the Middle East peace process is successfully completed. A new step towards this civilized world will be taken when anti-personnel mines are prohibited, so that the children of war-torn areas can walk safely in the fields. A new step towards this civilized world will be taken when the new test-ban takes effect.

There can be no civilized world unless we unite to strengthen multilateralism. In this endeavour, the United Nations is our repository of hope.

The President: I thank the Prime Minister of the Kingdom of Norway for her statement.

Her Excellency Ms. Gro Harlem Brundtland, Prime Minister of the Kingdom of Norway, was escorted from the rostrum.

Address by His Excellency Mr. Felipe González, President of the Government of the Kingdom of Spain

The President: The Assembly will next hear a statement by His Excellency Mr. Felipe González, President of the Government of the Kingdom of Spain.

His Excellency Mr. Felipe González, President of the Government of the Kingdom of Spain, was escorted to the rostrum.

Mr. González (*interpretation from Spanish*)**:** As President of the Government of Spain and on behalf of the European Union, I have particular satisfaction in

addressing the General Assembly in this solemn Special Commemorative Meeting on the occasion of the fiftieth anniversary of the United Nations, presided over by such an eminent personality as Professor Freitas do Amaral and with the presence of the Secretary-General, whose work deserves our recognition.

The birth of our Organization, so closely linked to the end of a tragic war, enshrined certain principles that formed the basis of the common effort to fulfil mankind's aspirations: peace, freedom, human dignity and economic and social progress.

The great suffering caused in Europe by the wars that during this century pitted our peoples against each other made us look upon the purposes and principles of the Charter of San Francisco for the inspiration required to bring together our wills.

The European Union is a common project for living together in peace, for shared political, economic and social values, which has enabled Europe to re-emerge from its ashes and to establish itself as a focal point of stability and progress in the international arena.

This project is driven by our solidarity in the task of building an international community which is freer, more just and safer.

The European Union salutes the achievements of the Organization and reiterates its commitment to the purposes and principles of the Charter. The universality of the United Nations reinforces its role as a centre for harmonizing the efforts to advance on this path. One cannot conceive of today's world without considering the contribution of the United Nations to the process of decolonization, to environment and development issues, and to the consecration of innovative concepts, such as the common heritage of mankind. The fundamental contribution of our Organization to the maintenance of international peace and security, to disarmament and the prevention of the proliferation of weapons of mass destruction, to the codification of international law and to the protection and promotion of human rights attests to the universality of the United Nations and constitutes its legitimizing force.

These achievements do not conceal the setbacks suffered by the United Nations, nor its structural and management problems. Its shortcomings, which we all share with the Organization, must be surmounted through honest and profound reflection, if it is to successfully confront the challenges facing us at the close of this century.

The European Union has been able to express in concrete terms its commitment to the United Nations. The 15 States members of the Union represent, collectively and by far, the main contributor to the budgets of this Organization, as well as the main contributor of personnel to peace-keeping operations. The European Union is also the principal donor of funds for humanitarian assistance and for development cooperation.

Furthermore, the States members of the European Union have submitted initiatives with a view to promoting the ideals of the Organization in areas such as disarmament, human rights and humanitarian assistance.

The political commitment of the Member States to the Organization and the contribution of adequate resources represent for the European Union two inseparable aspects of the support that the United Nations needs. Only the existence of a viable financial basis will allow for the success of the efforts towards the revitalization of the United Nations system, to which the European Union attaches great importance. Hence, the Union hopes that all States, large and small, will contribute to this task through the full, punctual and unconditional fulfilment of their financial obligations.

We need an effective Organization — one that responds to the conflicts with an enhanced capacity for preventive diplomacy and humanitarian assistance, for peace-keeping and peacemaking and for rehabilitation and reconstruction once conflicts have been overcome.

There is a need for the United Nations system to intensify its work with a view to eradicating hunger and poverty, unemployment and social marginalization; to protecting human rights; and to promoting education, health, and the equality of men and women. There is also a need for the United Nations to coordinate the efforts towards sustainable development that reaches everyone and allows for the preservation of our environment and the welfare of future generations. In this endeavour, we need, finally, to commit and arouse the enthusiasm of all sectors of our respective societies, especially the young, so that their concerns may inspire our efforts.

Only thus shall we be able to secure the foundations of peace for the better and more just world that we want. This is the demanding task that continues to give a profound meaning to our Organization. In the pursuit of this collective task the United Nations can rely on the active commitment of the European Union.

The President: I thank the President of the Government of the Kingdom of Spain for his statement.

His Excellency Mr. Felipe González, President of the Government of the Kingdom of Spain, was escorted from the rostrum.

Address by His Excellency Mr. Tomiichi Murayama, Prime Minister of Japan

The President: The Assembly will next hear a statement by His Excellency Mr. Tomiichi Murayama, Prime Minister of Japan.

His Excellency Mr. Tomiichi Murayama, Prime Minister of Japan, was escorted to the rostrum.

Mr. Murayama (Japan) (*spoke in Japanese; interpretation provided by the delegation*)**:** It gives me great pleasure to join this gathering on the occasion of the fiftieth anniversary of the United Nations.

At the outset, I should like to convey two messages.

First, I wish to express the gratitude of the people of Japan to the international community. At the time the United Nations was founded Japan was striving to recover from the devastation of the war and to engage in national reconstruction. Firmly resolved that the scourge of war must never be repeated, Japan adopted its Peace Constitution. Since then, in accordance with its basic philosophy as a peace-loving nation — including non-resort to the use of force prohibited by its Constitution — Japan has made cooperation with the United Nations an important pillar of its foreign policy and has thus been contributing actively to the peace and prosperity of the international community. Japan has never forgotten the support it received from many members of the international community in building the economic prosperity it enjoys today.

Secondly, I should like to stress that the role of the United Nations is growing and diversifying. As we approach the next century, how humankind will deal with the population explosion is becoming a serious issue. As a result, securing a stable food supply and environmental protection are becoming greater challenges. It is also of increasing importance that we deal effectively with other global issues, such as those of refugees and AIDS. Moreover, we are witnessing with profound concern the grave conflicts arising from religious and ethnic rivalries that transcend national boundaries. In many instances poverty and social instability lie at the root of these difficult problems. The United Nations has an increasingly important role to play in addressing these issues more effectively and in building world peace and prosperity.

What is required of us if the United Nations is to play such a role is that we not limit our concern to the nation State level, but also that we focus our efforts on the well-being of each and every one of "Earth's citizens". The part to be played by women and non-governmental organizations continues to grow. Hence a new concept — human security — in addition to that of national security, has emerged as a major challenge for the United Nations. This concept, which embraces respect for the human rights of every citizen on Earth and the protection of each of us from poverty, disease, ignorance, oppression and violence, is consonant with my own political principles. Since I became Prime Minister, the creation of a human-centred society, in which all citizens are treated equally and are able to realize their full potential, has been pivotal to my administration's policy. At the World Summit for Social Development last March I emphasized people-centred social development as an area of priority.

As a leading donor country, Japan has been supporting the concept of sustainable development, has been providing assistance for the promotion of democracy and economic reform and has been striving to extend a broad range of economic cooperation, including cooperation to meet global challenges. Japan is also advocating a new development strategy that focuses on combining various policy measures in a comprehensive manner. It intends to play an even more expanded role in these areas. Japan also stands ready to cooperate more actively for peace in such areas as humanitarian assistance; preventive diplomacy and peace-keeping operations; and arms control and disarmament, in respect of nuclear weapons as well as conventional weapons such as anti-personnel land-mines and small arms.

The fiftieth anniversary of the United Nations is also the fiftieth year since the tragedies of Hiroshima and Nagasaki. It is time for us to accelerate our efforts towards the ultimate elimination of nuclear weapons. I thus find it all the more deplorable that nuclear testing continues at this juncture. I strongly call for the immediate cessation of nuclear testing. To this end, it is extremely important that a resolution calling for cessation be adopted during this session of the General Assembly, with the support of as many Member States as possible. I also believe that it is a most urgent task, as a major step

towards nuclear disarmament, to complete the negotiations on a comprehensive test-ban treaty by next spring and to sign it by next autumn.

In our statement during the general debate we outlined Japan's position on the reforms that are necessary if the United Nations is to be able to fulfil its mission.

First, Japan, which has been playing a major role as the second largest contributor, earnestly calls upon all Member States to face up to the financial crisis of the United Nations, to honour their financial obligations and to urgently and seriously address the question of United Nations financial reform.

Secondly, it is increasingly necessary to reform the United Nations system in the economic and social fields. Improving the efficiency and reviewing the mandates of the Economic and Social Council and other related organs are pressing tasks. From this perspective, Japan will continue actively to participate in the discussions on an Agenda for Development so that it can make its distinctive contribution.

Thirdly, with regard to the reform of the Security Council, its functions must be strengthened by enhancing its effectiveness and its legitimacy. This will necessitate an expansion of the Council that includes an increase in its permanent membership and improvement in its working methods, for example through enhanced transparency. I should like to urge that Member States work expeditiously to reach an agreement on a broad framework of reform that includes these elements by the time this General Assembly session concludes next September.

We have only five years left to the twenty-first century. Humankind has reached the stage at which we should all join hands and advance together so that the coming century will be one of hope in which we can look forward to the creation and development of a new global civilization. On this occasion, I should like to reaffirm the determination that the people of Japan made 50 years ago to live in peace, trusting in the justice and faith of the peace-loving peoples of the world.

I should like to conclude my statement today with the assurance that, as the exploration of a new vision for the United Nations continues, Japan will attach ever-greater importance to and enhance its support for the Organization. In order to bring about world peace and eradicate poverty and inequality, Japan will do its utmost to contribute to the international community on the basis of the universal ideals of freedom and democracy.

The President: I thank the Prime Minister of Japan for his statement.

His Excellency Mr. Tomiichi Murayama, Prime Minister of Japan, was escorted from the rostrum.

Address by His Excellency Mr. Jakob Kellenberger, Secretary of State of Switzerland

The President: In accordance with General Assembly resolution 48/215 B, I now call on His Excellency Mr. Jakob Kellenberger, Secretary of State of Switzerland.

His Excellency Mr. Jakob Kellenberger, Secretary of State of Switzerland, was escorted to the rostrum.

Mr. Kellenberger *(interpretation from French):* To the United Nations, celebrating its fiftieth anniversary today, I have the honour of addressing the congratulations of the Swiss Government. Notwithstanding its observer status, Switzerland feels very directly involved in this event. Fifty years ago, the founding Members of the United Nations decided to be the joint guarantors of international peace and security and to promote human rights and social and economic development in the world. In the United Nations, we have today a sound tool for global policy-making that enables us, day by day and year by year, to build our future.

The expectations in this respect are as great as the means and the instruments are modest. In spite of all this, the United Nations stands at the heart of the international order and will in the years ahead play a decisive role in the establishment of a global system of human security.

Since the end of the cold war, the United Nations has been called upon as never before to play its role of guarding and promoting international peace and security. This resurgence of activity has impelled the Organization to seek new ways of optimizing the implementation of the concept of collective security and of further developing the underlying philosophy of peace-keeping operations.

Together with protection for the weakest in the event of a disaster or conflict, respect for human rights has become one of the basic principles of the United Nations. Indeed, peace and security can be guaranteed within the community of States only if citizens enjoy their fundamental rights and freedoms. This is possible only if the law stands above political power. Thus, by means of numerous treaties, covenants and conferences, the United

Nations has moved the international community to make major strides in identifying shared priorities and principles.

The United Nations is deeply involved in managing the socio-economic upheavals that characterize the end of the twentieth century. The challenges affecting all mankind have been or will be the focus of major United Nations conferences that will have to help us identify solutions in a certain number of areas, all relating to global human security.

The objectives of the United Nations converge with the priorities of Switzerland's foreign policy. An active commitment to the promotion of international law in general and to the peaceful settlement of disputes in particular is a constant of that policy. The strengthening, implementation and verification of norms relating to human rights, as well as the promotion of democracy and the concept of a State based upon the rule of law, are all priority areas of Switzerland's international commitment.

In the same vein, Switzerland has been supporting United Nations peace-keeping operations to the extent of its capabilities. Just like the United Nations, Switzerland realizes that strengthened international cooperation is the only way to meet the technological, economic, social and environmental challenges facing mankind as the third millennium draws near. Switzerland will in future seek to enhance its cooperation with the United Nations and make every effort to provide the Organization with the intellectual, operational and financial support one is entitled to expect from our country.

This convergence of views prompts the Swiss Government's desire to pursue membership in the United Nations as an objective of its foreign policy. Our Government is thus striving to maintain an ongoing dialogue with the Swiss people to enable them to become aware of the changing face of international cooperation and of United Nations activities.

In Geneva, Switzerland is the host country to the United Nations and numerous other intergovernmental and non-governmental organizations. Switzerland deems the presence on its soil of international organizations to be highly important and is determined to spare no effort to ensure that Geneva remains a special venue for international organizations and conferences. To this end, it will endeavour to contribute to enhancing the working conditions of the bodies of the United Nations and of the other international organizations established in Geneva.

On the occasion of these fiftieth anniversary festivities, Switzerland wishes not only to extend to the United Nations its warmest congratulations, but also to thank the Organization for having created the conditions for constructive international cooperation. The future that the Swiss Government hopes to share with the United Nations cannot but be built on intensive and fruitful cooperation.

The President: I thank the Secretary State of Switzerland for his statement.

His Excellency Mr. Jakob Kellenberger, Secretary of State of Switzerland, was escorted from the rostrum.

Address by His Excellency Mr. Yasser Arafat, Chairman of the Executive Committee of the Palestine Liberation Organization

The President: In accordance with General Assembly resolution 49/12 A, I now call on His Excellency Mr. Yasser Arafat, Chairman of the Executive Committee of the Palestine Liberation Organization.

His Excellency Mr. Yasser Arafat, Chairman of the Executive Committee of the Palestine Liberation Organization, was escorted to the rostrum.

Mr. Arafat *(interpretation from Arabic):* It gives me great pleasure, Sir, on behalf of the Palestinian people and its leadership in the Palestine Liberation Organization and the Palestinian National Authority, to express to you and to your friendly country our congratulations as you preside over this historic meeting, which crowns 50 years of international action.

I also wish to salute the Kings, Presidents and Heads of delegations of the countries participating in this meeting. I also salute Mr. Boutros-Ghali for his principled positions and tireless efforts. I salute the United Nations.

Our meeting today affords us an important opportunity to take stock of the United Nations experience and to reaffirm our commitment to its Charter for a world of peace and security and a better future for mankind.

The history of the United Nations is intertwined with that of the question of Palestine. It was the United Nations that adopted the resolution on the partition of Palestine into two States: one Jewish and one Arab. Since

then, the United Nations has not ceased to deal with the question of Palestine in all its ramifications and developments.

The history of the United Nations and its resolutions constitute an expression of its permanent legal, political and moral responsibility, which makes the United Nations a witness to the immense suffering of our people and their sacrifices, their displacement and scattering to all parts of the world, as well as the wars and massacres which have been inflicted upon them. Nevertheless, they persisted in their struggle and their *intifadah* for survival and for the affirmation of their national identity.

Hence the importance of the United Nations continuing role. It should continue to sponsor our Palestinian cause, alongside the Israeli-Palestinian agreements, until the implementation of our inalienable national rights, including the right of our people to return, self-determination and national independence.

The initiative of President Bush for the peace process and the Madrid Conference, and later the meetings in Washington, was made on the basis of United Nations resolutions, and the Palestinian-Israeli agreements in Oslo, Cairo, Taba, Washington and others, were based on United Nations resolutions, particularly Security Council resolutions 242 (1967) and 338 (1973), as well as on the principle of land-for-peace.

This means that the United Nations has an abiding responsibility towards the cause of our people, particularly because such fundamental issues as the questions of Al-Quds, of refugees, of the settlements and of the final borders, have been left to the final stage.

Our people have continued to affirm their support for the peace process. When we embarked upon the peace process, which was approved by our National Council, Central Council and all other organizational units, the peace option became an irreversible Palestinian decision. It springs from our people's desire to turn over the leaf of killing and destruction once and for all, so that the Palestinian people and the Israeli people may live side by side, in two independent States on the basis of mutual respect.

This historic Palestinian-Israeli reconciliation must be carried through as envisaged. It must be completed on all the other Arab-Israeli tracks, particularly the Lebanese and Syrian tracks, so that peace may be just and comprehensive and include also the Iraqi and the Libyan peoples.

In spite of all the difficulties we are determined to press forward to complete the transitional stage and enter into negotiations on the final status. I should like to seize this opportunity to express our appreciation to the sponsors of the peace process, the United States and the Russian Federation, especially for the support of President Clinton and his good efforts and that of his assistants, and for the efforts of President Yeltsin. I should also like to express appreciation for the efforts made by President Mubarak of Egypt, in particular to give the process a push forward, and the efforts of Their Majesties King Fahd, King Hassan II and King Hussein, as well as those of President Zine El Abidine Ben Ali, President Zeroual and President Ali Abdullah Saleh, the permanent members of the Security Council, the member States of the European Union and Japan and the efforts of Mr. Boutros-Ghali, Norway and the Arab, Islamic, African and Non-Aligned States.

We emphasize our need for their support in order for our people to succeed in its endeavour, to rebuild its infrastructure which has been destroyed by the occupation, to end its dispersal and to build its political system on the foundations of democratic pluralism and freedom.

The winds of change are blowing in our world. A new world order is emerging. It is our responsibility in the United Nations and in the international community to make it a good order for the stability, security and peace of the world, with the wider participation of the States and peoples of the world. We therefore support the trend towards the expansion of the membership of the Security Council, which will give it new vigour and will ensure justice and equality for all.

I came to this Assembly 21 years ago as a fighter for freedom, liberation and independence, carrying with me the torments of my struggling people. Today, however, I come to you with a heart filled with love and peace, now that the olive branch has been raised over the peace of the brave.

DN12

Our people yearns for peace. The prophecy of good tidings has been heralded. Help us bring it to fulfilment, help us bring it to fulfilment.

The President: I thank the Chairman of the Executive Committee of the Palestine Liberation Organization for his statement.

His Excellency Mr. Yasser Arafat, Chairman of the Executive Committee of the Palestine Liberation Organization, was escorted from the rostrum.

The President: Before adjourning the meeting, I should like to inform Your Excellencies that, owing to the lateness of the hour, it will not be possible to hear all the speakers scheduled for the meeting this morning. The remaining speakers will therefore be moved to this afternoon's meeting at 3 p.m. as first speakers in their respective categories.

The meeting rose at 1.20 p.m.

United Nations A/63/PV.5

General Assembly

Sixty-third session

Official Records

5th plenary meeting
Tuesday, 23 September 2008, 9 a.m.
New York

President: Mr. Miguel d'Escoto Brockmann . . . . . (Nicaragua)

The meeting was called to order at 9.10 a.m.

Agenda item 100

Report of the Secretary-General on the work of the Organization (A/63/1)

The President (*spoke in Spanish*): In accordance with the decision taken at its 2nd plenary meeting, on 19 September 2008, the General Assembly will hear a presentation by the Secretary-General of his annual report on the work of the Organization (A/63/1), under agenda item 100. I give the floor to the Secretary-General.

The Secretary-General: I welcome all participants to the opening of the general debate of the sixty-third session of the General Assembly. It is customary for the Secretary-General, on this occasion, to assess the state of the world and to present our vision for the coming year.

We all recognize the perils of our current moment time. We face a global financial crisis, a global energy crisis and a global food crisis. Trade talks have collapsed yet again. We have seen new outbreaks of war and violence and a new rhetoric of confrontation. Clearly, climate change threatens our planet ever more. We often say that global problems demand global solutions. And yet, today we also face a crisis of a different sort. Like those others, it knows no borders. It affects all nations. It complicates all other problems. I refer, here, to the challenge of global leadership.

We are on the eve of a great transition. Our world has changed more than we may realize. We see new centres of power and leadership in Asia, Latin America and across the newly developed world. The problems we face have grown much more complex. In that new world, our challenges are increasingly those of collaboration, rather than confrontation. Nations can no longer protect their interests or advance the well-being of their peoples without the partnership of other nations.

Yet, I worry. There is, today, a danger of losing sight of that new reality. I see a danger of nations looking more inward, rather than towards a shared future. I see a danger of retreating from the progress we have made, particularly in the realm of development and a more equitably sharing of the fruits of global growth. That is tragic, for at this time one thing is clear: we must do more, not less. We must do more to help our fellow human beings weather the gathering storm. Yes, global growth has raised billions of people out of poverty. However, if you are among the world's poor, you have never felt poverty so sharply. Yes, international law and justice have never been so widely embraced as on this sixtieth anniversary of the Universal Declaration of Human Rights.

However, those living in nations where human rights are abused have never been so vulnerable. Yes, most of us live in peace and security. However, we see deepening violence in many nations that can least afford it: Afghanistan, Somalia, the Democratic Republic of Congo, Iraq and Sudan, to name but a few. We can do something about it, and with strong global leadership, we will.

This record contains the text of speeches delivered in English and of the interpretation of speeches delivered in the other languages. Corrections should be submitted to the original languages only. They should be incorporated in a copy of the record and sent under the signature of a member of the delegation concerned to the Chief of the Verbatim Reporting Service, room C-154A. Corrections will be issued after the end of the session in a consolidated corrigendum.

08-51570 (E)

(*spoke in French*)

I would like to speak to you, members of the Assembly, about the three pillars of development: human rights, peace and security. I say this candidly: the situation in the area of development is serious. In the course of last year, we watched, with the greatest concern, the skyrocketing of fuel prices, foodstuffs and commodities. The rich countries fear a recession, while the poorest ones no longer have anything to eat. That is why in two days, we shall hold a high-level event on the Millennium Development Goals (MDGs). We must raise awareness throughout the world and harness global action, with a particular focus on Africa. As you know, progress has been uneven. Not all promises have been kept, but we have made enough progress to know that achieving the MDGs is within our reach.

At the high-level event, I shall bring together a new coalition, made up of Governments, non-governmental organizations, and leaders of the private sector and religious and philanthropic groups.

We know that this is an effective formula. It has already worked for malaria, a scourge which kills one child every 30 seconds. Last year, I set up a new type of public-private partnership, which operates on the basis of a scientific strategy, marshals funds and is managed centrally at the global level. On Thursday, I will announce the results of new research which show that this partnership is a resounding success. The moment is drawing near when we can declare that malaria, one of the last scourges besetting humanity, has been eliminated.

At the present time, we are going to apply this new global partnership model to other MDGs. I will ask you, the members of the Assembly, to be both ambitious and specific. I will ask you to indicate what you intend to do and how you will do it to help us achieve our goals by 2015. And I propose that we hold, in 2010, a summit meeting on the Millennium Development Goals in order to review the follow-up on these new commitments. We have to take things in hand, starting today. We have to respond to this appeal, wherever we may be. We owe it to the poor of the Earth.

(*spoke in English*)

The United Nations is the champion of the most vulnerable. When disaster strikes, we act. We did so this year in Haiti and other Caribbean nations hit by hurricanes. We did so in Myanmar after Cyclone Nargis; there, the challenge now is to push for political progress, including credible steps on human rights and democracy. We did so in South-East Asia, affected by severe flooding, and in the Horn of Africa, afflicted by drought, where 17 million need emergency help.

Since taking office, I have called for more strenuous action in Somalia. Must we wait and see more children die in the sand? We at the United Nations are leaders. We at the United Nations are duty-bound to do what compassion and human decency demand of us.

The global food crisis has not gone away. It may have faded from the daily headlines, but note this fact: last year, at this time, rice cost $330 a ton. Today, the price is $730. In a single year, the food staple that feeds half the world's population has more than doubled in price. People who used to buy rice by the bag now do so by the handful. Those who ate two meals a day now get by on one. The United Nations has led the world's response. Our United Nations High-Level Task Force on the Global Food Security Crisis set forth solutions. We focused on getting seeds and fertilizer into the hands of small farmers. We aim to create a new green revolution in Africa. But the truth is that we lack new resources. The international community has not matched words with deeds.

(*spoke in French*)

We know that peace and security are under attack from all quarters. In countries such as Burundi, Sierra Leone, Liberia and Timor-Leste, members of peacekeeping operations, who number more than 100,000, are helping the local population overcome conflicts and restore peace. We cannot underestimate what the United Nations can accomplish thanks to its good offices, especially in the area of preventive diplomacy. The results are clear in Nepal and in Kenya, as well as, I hope, in Zimbabwe. In Cyprus, an island which has been long divided, the chances for reunification are genuine. In Georgia, the United Nations can help to defuse tension related to the recent conflict. In Côte d'Ivoire, we will help organize elections before the end of the year; these will represent an enormous step towards the renewal of democracy.

In Darfur, it remains difficult to meet deployment timelines. Crucial equipment and personnel are still not in place. I would be failing in my obligations if I did

not stress how dangerous it is to act as if the United Nations can settle all of the complex problems of our time without enjoying the full support of its Member States. Without the necessary resources, mandates are meaningless.

(*spoke in English*)

The global financial crisis endangers all our work: in financing for development, social spending in rich nations and poor, the Millennium Development Goals. If ever there were a call to collective action — a call for global leadership — it is now.

At the Doha Review Conference later this year, we will have an opportunity to address the critical issues of international economic cooperation and development.

I urge all members to engage at the highest level.

We need to restore order to the international financial markets. We need a new understanding on business ethics and governance, with more compassion and less uncritical faith in the magic of markets. And we must think about how the world economic system should evolve to more fully reflect the changing realities of our time.

(*spoke in French*)

Other problems call for a firm hand on a global scale. I am thinking in particular of the fight against malaria and AIDS, and of reducing maternal and child mortality. I am thinking of terrorism as well as disarmament and non-proliferation, which are just as important as ever.

I note the progress that has been achieved in the Six-Party Talks regarding the Korean peninsula, and I urge that the agreements be implemented.

I ask Iran once again to comply with Security Council resolutions and to cooperate fully with the International Atomic Energy Agency.

I am thinking, above all, of human rights. We must absolutely bring to life the principle that justice is a pillar of peace, security and development. We have to give effect to the responsibility to protect.

We understand that, in these areas, everything is not black and white. We admit that politics can be very complex and that it requires unending compromises. But crimes against humanity cannot remain unpunished. We have the means to combat impunity and must therefore do so.

Finally, I am thinking about the crucial problem of our time: climate change. Last December, in Bali, world leaders agreed on a road map for the period up to 2012, when the Kyoto Protocol will cease to guide us. We must regain our momentum. The first test will be in three months, in Poznan, in Poland. By then, we must arrive at a common idea of the form that a new global agreement on climate change might take. There are only 14 months before Copenhagen. I urge the Polish and Danish Governments, together with all the States Members of the United Nations, to deploy all their persuasive powers at the global level to help us to make progress on this literally existential question.

(*spoke in English*)

In closing, let me briefly return to the theme of my address to the General Assembly last year — a stronger United Nations for a better world.

The foundation of all our work is accountability. The United Nations Secretariat, including myself, is accountable to you, the Member States. And that is why I push so hard and so strongly for United Nations reform. We need to change the United Nations culture. We need to become faster, more flexible, more effective and more modern.

In the coming weeks, I will ask the Member States to support my proposals for a new human resources framework. We need to replace our current system of contracts and conditions of service. It is dysfunctional. It is demoralizing. It discourages mobility between United Nations departments and the field. It promotes stagnation, rather than creativity. It undercuts our most precious resource — the global, dedicated corps of international civil servants that is the backbone of the United Nations.

Whenever I travel, I go out of my way to meet these brave and committed men and women. They work in the most difficult circumstances, often at great personal sacrifice. I cannot fully express my admiration for them.

The time has come to invest more in our staff. And that is why I am promoting mobility matched with proper career training as a way to create new professional opportunities, in order to inject new flexibility and dynamism into the Organization.

Finally, let us also remember: you, the Member States, are accountable to each other, and to the Organization as well. You cannot continue to pass resolutions mandating ambitious peace operations without the necessary troops, money and materiel. We cannot send our brave United Nations staff around the world — 25 of whom died this year — without doing all we can to assure their security. We cannot reform this vital Organization without providing the required resources.

It takes leadership to honour our pledges and our promises in the face of fiscal constraints and political opposition. It takes leadership to commit our soldiers to a cause of peace in faraway places. It takes leadership to speak out for justice; to act on climate change despite powerful voices against one's leadership; to stand against protectionism and make trade concessions, even in our enlightened self-interest.

Yet that is why we are here. We have before us a great opportunity. We have ample reason to be optimistic. Today's uncertainties will pass. The challenges before us are our creation. Therefore we can solve them together. By acting wisely and responsibly, we will set the stage for a new era of global prosperity that is more widely and equitably shared.

I count on your leadership.

The President (*spoke in Spanish*): I thank the Secretary-General for his presentation.

Agenda item 8

General debate

The President (*spoke in Spanish*): It is a great honour for me to address this gathering at the opening of the general debate of this sixty-third session of the General Assembly.

The international situation at this time is far from satisfactory. In fact, the world is in even more serious trouble than it was 63 years ago when the United Nations was founded. Right now we are witnessing a confluence of large-scale, interrelated crises.

But crises do not necessarily turn into tragedies. We are living in a time of tremendous opportunities to introduce corrective measures in order to improve our way of doing things, of interacting with one another and with Mother Earth and the natural world in general.

If we are to seize the opportunities that these crises now offer, we must move beyond laments, speech-making and statements of good intentions and take concrete action based on a firm resolve to replace the individualism and selfishness of the dominant culture and replace it with human solidarity as the golden rule that guides our behaviour.

Our Organization has done many laudable things which, had the United Nations not existed, would surely not have been achieved. However, if we look at the Organization's progress in fulfilling the primary purposes for which it was founded, we must admit that in terms of eliminating war, achieving disarmament and ensuring international security, we have failed.

In signing the Charter of the United Nations, all of us undertook to uphold certain principles which, if they had truly been upheld by all Member States, would have placed the world in a much better position today to meet the challenges of the twenty-first century.

The world — our world — is ailing, and its illness is the one that Tolstoy described more than 100 years ago as the "mania of selfishness". Some say that this is irreversible — that it is too late to do anything about it. I think this attitude is one of dangerous defeatism that will only paralyse us and guarantee that we keep sinking, until we drown in the morass of maniacal, suicidal selfishness in which we find ourselves.

More than half the world's people languish in hunger and poverty while at the same time more and more money is spent on weapons, wars, luxuries and totally superfluous and unnecessary things. We must resist the temptation to bury our heads in the sand in an attempt to deny reality. Let us be brave enough to acknowledge the vast inequities that exist in the world and within most of our countries, even in many of the most developed countries. These inequities are time bombs that will not simply go away if we ignore them.

In addition to the problem of hunger, poverty and high food prices, there are many other problems whose human origin can no longer be doubted. These include climate change, efforts to privatize water and the squandering of water as though it were an inexhaustible resource, the arms build-up, terrorism, human trafficking, the Palestine situation, problems related to humanitarian aid, gender inequality and

children in especially difficult circumstances such as armed conflict or humanitarian disaster.

These are the most pressing problems that our world faces today. All of them are man-made, and all can be traced in large part to the lack of democracy at the United Nations. A small group of States takes decisions based on selfish motives, and the world's poor are the ones who suffer the consequences.

The decisions with the most serious consequences for the membership do not go through the General Assembly. In any event, the resolutions of the General Assembly — that is, of the representatives of "we the peoples", in whose name our Organization was founded — are regarded as mere recommendations that are casually ignored even though they represent the wishes of 95 per cent of the Organization's Members.

The current financial crisis, on top of the high cost of food and the humanitarian devastation caused by recurrent natural phenomena, will have very serious consequences that will impede significant progress — if indeed any progress is made — towards the targets established in the Millennium Development Goals, which are themselves insufficient. It is always the poor who pay the price for the unbridled greed and irresponsibility of the powerful.

The world has reached a point at which we have no alternative: either we love one another or we all perish; either we treat each other as brothers and sisters or we witness the beginning of the end of our human species. But if we choose the path of solidarity, recognizing each other as brothers and sisters, we will open up new horizons of life and hope for everyone.

This is what the peoples of the entire world, particularly the dispossessed of the Earth, hope to hear from this distinguished gathering of some 100 heads of State or Government. They want to hear a universal commitment to defending the United Nations, on the understanding that this entails respecting and defending the principles on which our Organization is based.

First among them is the principle of the sovereign equality of all Member States; second is the obligation of all Members to meet their Charter commitments. Failure to do so would be not only a serious breach of international commitments; it would amount to an attack on the United Nations and its ability to work effectively for peace.

The United Nations has officially proclaimed 2009 the International Year of Reconciliation. Starting today, we must begin to adopt that mindset. We should emerge from this general debate in a state of reconciliation, determined to stop treating each other arrogantly and to stop attacking each other. We must forgive those who might have caused us great pain and suffering but who are now pledged to refrain from attacking us again.

Forgiveness is never a sign of weakness. On the contrary, great spiritual strength is needed to forgive and to refuse to let memories of past abuses become obstacles to achieving the levels of unity and solidarity we need in order to build a new world — in the conviction that a different world is possible.

In a moment I will have the great honour and privilege of inviting all delegations, one by one, to present, as representatives of the States Members of our Organization, their vision of how we should address the great challenges of the day and how we can achieve the unity we need in order to do so effectively.

The first representative on whom, with great pride and pleasure, I shall be calling to take the floor is a very dear friend of many years, President Lula of Brazil, the largest country in my extended homeland of Latin America and the Caribbean. Immediately afterwards, I shall have the great honour to call on our dear brother President Bush and to shake his hand. What he has to say to us will be of great importance for the world. After that, I shall call on our very dear brother President Sarkozy of France, who also currently holds the presidency of the European Union. Next will come the Presidents of the Philippines, Gabon, Bahrain, Liberia, Turkey, Argentina, Madagascar and Serbia, as well as the President of the United Republic of Tanzania, who is currently also Chairperson of the African Union.

I am sure that the spirit of our great brother and friend, the servant of God Julius Nyerere, will be with us, helping us to attain the noble objectives of this general debate.

These introductory remarks are from the heart and are meant as a kind of fraternal embrace of all members, without any exclusion — to use a phrase of the Apostle Paul that has always been a favourite of mine, *in caritate non ficta,* "with unfeigned love".

Before giving the floor to the first speaker for this morning, I should like to remind members that the list of speakers for the general debate has been established on the agreed basis that statements will have a time limit of 15 minutes to enable all speakers to be heard at each meeting. Within that time frame, I would like to appeal to speakers to deliver their statements at a normal speed so that interpretation in the six official languages of the United Nations can be properly provided.

I should also like to draw the attention of members to the decision taken by the General Assembly at previous sessions, namely, that the practice of expressing congratulations within the General Assembly Hall after a speech has been delivered is strongly discouraged. In that connection, after delivering their statements, speakers are invited to exit the General Assembly Hall through room GA-200, located behind the podium, before returning to their seats.

May I take it that the General Assembly agrees to proceed in the same manner during the general debate at its sixty-third session?

It was so decided.

The President (*spoke in Spanish*): Finally, I should like to draw the attention of members to the fact that, during the general debate, official photographs of all speakers are taken by the Department of Public Information. Members interested in obtaining those photographs are requested to contact the Photo Library of the United Nations.

Address by Mr. Luiz Inácio Lula da Silva, President of the Federative Republic of Brazil

The President (*spoke in Spanish*): The Assembly will now hear an address by the President of the Federative Republic of Brazil.

Mr. Luiz Inácio Lula da Silva, President of the Federative Republic of Brazil, was escorted into the General Assembly Hall.

The President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I have the honour to welcome to the United Nations His Excellency Mr. Luiz Inácio Lula da Silva, President of the Federative Republic of Brazil, and to invite him to address the Assembly.

President Da Silva (*spoke in Portuguese; English text provided by the delegation*): It is my great pleasure to greet my dear friend Mr. Miguel d'Escoto Brockmann, President of the General Assembly. I wish you much success in your mission.

The present session of the General Assembly is being held at a particularly serious time. An often predicted economic and financial crisis is now today's harsh reality. Because of the responsibility of speculators, entire peoples are suffering anguish in the wake of successive financial disasters that threaten the world's economy. Indispensable interventions by State authorities have defied market fundamentalists and shown that this is a time for political decisions. Only decisive action by Governments — particularly those of countries at the epicentre of the crisis — will be able to rein in the disorder that has spread through the world's financial sector, with perverse effects on the daily lives of millions of people. The lack of rules favours adventurers and opportunists, to the detriment of real companies and workers.

The great Brazilian economist Celso Furtado said that we must not always allow speculators' profits to be privatized while their losses are invariably socialized. We must not allow the burden of the boundless greed of a few to be shouldered by all. The economy is too serious a matter to be left in the hands of speculators. Ethics must also apply to the economy.

A crisis of such magnitude will not be overcome through palliative measures. Mechanisms for both prevention and control are needed to ensure full transparency for international finance. Today's supranational economic institutions have neither the authority nor the workable instruments that they need to control the anarchy of speculation. We must rebuild them on entirely new foundations.

The global nature of this crisis means that the solutions we adopt must also be global and must be decided upon in legitimate and trusted multilateral forums, without coercion. The United Nations, as the world's largest multilateral arena, must call for a vigorous response to the weighty threats that we all face.

Yet there are other, equally serious matters facing the world today. One of them is the food crisis, which afflicts more than a billion human beings. The energy crisis is also growing worse every day, as will the risks to world trade if we fail to achieve an agreement at the

Doha Round; another is the unrestrained degradation of the environment, which lies behind so many natural calamities whose victims are overwhelmingly the poor.

The fall of the Berlin Wall was expected to open up possibilities for building a world of peace, free from the stigmas of the cold war. However, it is sad to see other walls going up so quickly.

Many of those who preach the free circulation of commodities and capital continue to fight the free movement of men and women, using nationalistic and even racist arguments that evoke unpleasant memories and fears of times that we thought were behind us.

A supposedly "populist nationalism", which some forces seek to identify and criticize in the South, is being unabashedly promoted in the developed countries. The financial, food, energy, environmental and migration crises, to say nothing of threats to peace in several regions of the world, reveal that the multilateral system must be overhauled to meet the challenges of the twenty-first century.

Gradually, countries are moving beyond old conformist alignments with traditional centres. That new attitude, however, does not imply a confrontational stance. Simply by using direct dialogue without intermediation by major powers, developing countries have stepped into new roles in designing a multipolar world, with examples such as India, Brazil and South Africa (IBSA), the G-20, the summits between South America and Africa and between South America and the Arab countries and the BRIC countries — Brazil, Russian Federation, India and China.

A new political, economic and trade geography is being built in today's world. While navigators in the past would look to the North Star, today we are trying to find our way by looking at multiple dimensions of our planet. Now we often find our North Star in the South. On my continent, the Union of South American Nations (UNASUR) was created last May, as the first treaty — after 200 years of independence — that brings together all South American countries. This new political union will coordinate the region's countries in terms of infrastructure, energy, social policies, complementary production mechanisms, finance and defence.

Meeting in Santiago, Chile, just over a week ago, the Presidents of South America demonstrated UNASUR's ability to respond quickly and effectively to complex situations, such as the one in our sister nation, Bolivia. We supported its legitimately-elected Government, its democratic institutions and its territorial integrity and we issued a call for dialogue as a path to peace and prosperity for the people of Bolivia.

Next December, in the state of Bahia, Brazil will host the first summit of all of the countries of Latin America and the Caribbean on integration and development. This will be a high-level meeting under no umbrella, based on Latin America's and the Caribbean's own perspectives. All these efforts in the multilateral sphere are complemented by my country's solidarity initiatives with poorer nations, particularly in Africa.

I also wish to emphasize our commitment to Haiti, where we command troops of the United Nations Stabilization Mission in Haiti and are helping to restore peace. I reiterate my appeal for the solidarity of developed countries with Haiti, since implementation has fallen far short of the many promises.

The strength of values must prevail over the value of strength. Only legitimate and effective instruments can assure collective security. The United Nations has spent 15 years discussing the reform of its Security Council. Today's structure has been frozen for six decades and does not match the challenges of today's world. Its distorted form of representation stands between us and the multilateral world to which we aspire. Therefore, I am much encouraged by the General Assembly's decision to launch negotiations in the near future on the reform of the Security Council.

It is multilateralism that must also guide us toward solutions to the complex problems of global warming, based on the principle of common but differentiated responsibilities. Brazil has not shirked its responsibilities. Our energy matrix is increasingly clean. Today's food and energy crises are deeply intertwined. The inflation of food prices is affected not only by climatic factors and speculation in agricultural commodities; it is also driven by rising oil prices which affect the prices of fertilizers and transportation. Attempts to tie high food prices to the distribution of biofuels do not stand up to an objective analysis of reality.

Brazil's experience demonstrates — and this could be the case for countries similar to ours — that

sugar-cane ethanol and biodiesel production reduce our dependency on fossil fuels, create jobs, regenerate degraded land and are fully compatible with expanding food production. We wish to intensify all aspects of that discussion at the world conference on energy and biofuels which we will be holding in November 2008, in the city of Sao Paulo.

My obsession with the hunger problem explains my ongoing efforts, along with other world leaders, to reach a positive conclusion to the Doha Round. We are still pushing for an agreement to reduce scandalous farm subsidies in rich countries. A successful Doha Round will have a very positive impact on food production, particularly in developing and poor countries.

Four years ago, along with several world leaders, I launched the Action Against Hunger and Poverty here in New York. Our proposal, then and now, is to adopt innovative funding mechanisms. The International Drug Purchase Facility is one early result of that initiative, helping to fight AIDS, tuberculosis and malaria in several African countries. But it is not enough. We still have a long way to go if we want humanity to actually achieve the Millennium Development Goals.

In December 2008, we will commemorate the sixtieth anniversary of the Universal Declaration of Human Rights, paying a tribute that will go far beyond mere formalities. That document expresses inalienable commitments that challenge us all. As Governments, we must do more than support the Declaration with rhetoric. We are called upon to fight for the values proclaimed six decades ago and to make them a reality in each country and around the world.

Today's Brazil is very different from what it was in 2003, when I became President of my country and stood for the first time before the General Assembly. Our Government and society have taken decisive steps to transform the lives of Brazilians, creating nearly 10 million formal jobs, distributing income and wealth, improving public services, lifting 9 million people out of extreme poverty, and bringing another 20 million into the middle class. All this has occurred in an environment of strong growth, economic stability, lower external vulnerability and, above all, a stronger democracy with the intense participation of our people.

In the year when we commemorate the one-hundredth birthday of the great Brazilian Josué de Castro — the first Director-General of the Food and Agriculture Organization of the United Nations and a pioneer in the studies concerning the problem of hunger in the world — it is worthwhile to reread his warning: "It is no longer possible to sit back and let a region go hungry without the entire world suffering the consequences."

I am proud to state that Brazil is overcoming hunger and poverty. I reiterate the optimism that I expressed here five years ago. We are much greater than the crises that threaten us. We have the heart, the right-mindedness and the will to overcome any adversity. More than ever, that is the spirit of Brazilians.

The President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I wish to thank the President of the Federative Republic of Brazil for the statement he has just made.

Mr. Luiz Inácio Lula da Silva, President of the Federative Republic of Brazil, was escorted from the General Assembly Hall.

Address by Mr. George W. Bush, President of the United States of America

The President (*spoke in Spanish*): The Assembly with now hear an address by the President of the United States of America.

Mr. George W. Bush, President of the United States of America, was escorted into the General Assembly Hall.

The President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I have the honour to welcome to the United Nations His Excellency Mr. George W. Bush, President of the United States of America, and to invite him to address the Assembly.

President Bush: I am pleased to be here to address the General Assembly. Sixty-three years ago, representatives from around the world gathered in San Francisco to complete the founding of the Charter of the United Nations. They met in the shadow of a devastating war, with grave new dangers on the horizon. They agreed on a historic pledge to reaffirm faith in fundamental human rights and unite their strength to maintain international peace and security. That noble pledge has endured trying hours in United Nations history, and it still guides our work today. GWB.1 GWB.2

GWB.3 Yet the ideals of the Charter are now facing a challenge as serious as any since the United Nations founding: a global movement of violent extremists. By deliberately murdering the innocent to advance their aims, those extremists defy the fundamental principles of international order. They show contempt for all who GWB.4 respect life and value human dignity. They reject the words of the Bible, the Koran, the Torah or any standard of conscience of morality. They imperil the values of justice and human rights that gave birth to the United Nations — values that have fuelled an unprecedented expansion of freedom across the world.

GWB.5 To uphold the words of the Charter in the face of this challenge, every nation in this Hall has responsibilities. As sovereign States, we have an obligation to govern responsibly and solve problems before they spill across borders. We have an obligation to prevent our territory from being used as a sanctuary for terrorism, proliferation, human trafficking and organized crime. We have an obligation to respect the rights and respond to the needs of our people.

GWB.6 Multilateral organizations have responsibilities. For eight years, the nations in this Assembly have worked together to confront the extremist threat. We have witnessed successes and setbacks, and through it all a clear lesson has emerged. The United Nations and other multilateral organizations are needed more urgently than ever. To be successful, we must be focused, resolute and effective.

GWB.7 Instead of only adopting resolutions decrying terrorist acts after they occur, we must cooperate more closely to keep terrorist attacks from happening in the first place. Instead of treating all forms of Government GWB.8 as equally tolerable, we must actively challenge the conditions of tyranny and despair that allow terror and extremists to thrive. By acting together to meet the GWB.9 fundamental challenge of our time, we can lead towards a world that is more secure, more prosperous and more hopeful.

GWB.10 In the decades ahead, the United Nations and other multilateral organizations must continually confront terror. That mission requires clarity of vision. We must see the terrorists for what they are: ruthless extremists who exploit the desperate, subvert the tenets of a great religion and seek to impose their will on as many people as possible. Some suggest that those men GWB.11 would pose less of a threat if we would only leave them alone, yet their leaders make clear that no concession could ever satisfy their ambitions. Bringing the terrorists to justice does not create terrorism. It is the best way to protect our people.

GWB.12 Multilateral organizations must respond by taking an unequivocal moral stand against terrorism. No cause can justify the deliberate taking of innocent life, and the international community is nearing universal agreement on this truth. The vast majority of nations in this Assembly now agree that tactics like suicide bombing, hostage-taking and hijacking are never legitimate. The Security Council has adopted GWB.13 resolutions declaring terror unlawful and requiring all nations to crack down on terrorist financing. Earlier this month, the Secretary-General held a conference to highlight victims of terror, where he stated that terrorism can never be justified.

GWB.14 Other multilateral organizations have spoken clearly as well. The Group of 8 has declared that all terrorist acts are criminal and must be universally condemned. The Secretary-General of the Organization of the Islamic Conference recently spoke out against suicide bombing, which he said runs counter to the teachings of Islam.

GWB.15 The message behind those statements is resolutely clear. Like slavery and piracy, terrorism has no place in the modern world. Around the globe, nations are turning those words into action. Members of the United Nations are sharing intelligence with one another, conducting joint operations and freezing terrorists' finances. While terrorists continue to carry out attacks like the terrible bombing in Islamabad last week, our joint actions have spared our citizens from many devastating blows.

GWB.16 The brutal nature of the extremists is increasingly clear and the coalition of nations confronting terrorists GWB.17 is growing stronger. Over the past seven years, Afghanistan and Iraq have been transformed from regimes that actively sponsor terror to democracies that fight terror. Libya has renounced its support for terror and its pursuit of nuclear weapons. Nations like Saudi Arabia and Pakistan are actively pursuing the terrorists. A few nations, regimes like Syria and Iran, continue to sponsor terror, yet their numbers are growing fewer and they are growing more isolated from the world.

GWB.18 As the twenty-first century unfolds, some may be tempted to assume that the threat has receded. That would be comforting. It would be wrong. The terrorists believe time is on their side, so they have made waiting

out civilized nations part of their strategy. We must not
GWB.19 allow them to succeed. The nations of this body must stand united in the fight against terror. We must continue working to deny the terrorists refuge anywhere in the world, including ungoverned spaces. We must remain vigilant against proliferation by fully implementing the terms of resolution 1540 (2004) and enforcing sanctions against North Korea and Iran. We must not relent until our people are safe from this threat to civilization.

GWB.20 To uphold the Charter's promise of peace and security in the twenty-first century, we must also confront the ideology of the terrorists. At its core, the struggle against extremists is a battle of ideas. Terrorists envision a world in which religious freedom is denied, women are oppressed and all dissent is crushed. The nations represented in this Hall must
GWB.21 present a more hopeful alternative — a vision where people can speak freely, worship as they choose and pursue their dreams in liberty.

GWB.22 Advancing this vision of freedom serves our highest ideals, as expressed in the United Nations Charter's commitment to the dignity and worth of the human person. Advancing this vision also serves our
GWB.23 security interests. History shows that when citizens have a voice in choosing their own leaders, they are less likely to search for meaning in radical ideologies, and when Governments respect the rights of their people, they are more likely to respect the rights of their neighbours.

GWB.24 For all these reasons, the nations of this body must challenge tyranny as vigorously as we challenge terror. Some question whether people in certain parts of
GWB.25 the world actually desire freedom. This self-serving condescension has been disproved before our eyes. From the voting booths of Afghanistan, Iraq and Liberia to the Orange Revolution in Ukraine, the Rose Revolution in Georgia, the Cedar Revolution in Lebanon and the Tulip Revolution in Kyrgyzstan, we have seen people consistently make the courageous decision to demand their liberty.

GWB.26 For all the suggestions to the contrary, the truth is that, whenever and wherever people are given the choice, they choose freedom. Nations represented in
GWB.27 this Hall have supported the efforts of dissidents, reformers and civil society advocates in newly free societies through the new United Nations Democracy Fund, and we appreciate those efforts. As young democracies around the world continue to make brave stands for liberty, multilateral organizations like the United Nations must continue to stand with them.

GWB.28 In Afghanistan, a determined people are working to overcome decades of tyranny and protect their newly free society. They have strong support from all 26 nations of the NATO alliance. I appreciate the United GWB.29 Nations decision this week to renew the mandate of the International Security Assistance Force in Afghanistan. The United Nations also has an active civilian presence in Afghanistan, where experts are doing important work helping to improve education, facilitate humanitarian aid and protect human rights. We must continue to help the Afghan people defend their young democracy so that the Taliban does not return to power and Afghanistan is never again a safe haven for terror.

In Iraq, the fight has been difficult, yet daily life GWB.30 has improved dramatically over the past 20 months thanks to the courage of the Iraqi people, a determined coalition of nations and a surge of American troops. The United Nations has provided the mandate for GWB.31 multinational forces in Iraq through this December, and the United Nations is carrying out an ambitious strategy to strengthen Iraq's democracy, including helping Iraqis prepare for their next round of free elections. Whatever disagreements our nations have GWB.32 had on Iraq, we should all welcome this progress towards stability and peace and we should stand united in helping Iraq's democracy succeed.

GWB.33 We must stand united in our support of other young democracies, from the people of Lebanon struggling to maintain their hard-won independence to the people of the Palestinian territories, who deserve a free and peaceful State of their own. We must stand GWB.34 united in our support of the people of Georgia. The United Nations Charter sets forth the equal rights of nations large and small; Russia's invasion of Georgia was a violation of those rights. Young democracies around the world are watching to see how we respond to this test. The United States has worked with allies in such multilateral institutions as the European Union and NATO to uphold Georgia's territorial integrity and provide humanitarian relief. Our nations will continue to support Georgia's democracy.

In this Hall are representatives of Georgia, GWB.35 Ukraine, Lebanon, Afghanistan, Liberia, Iraq and other brave young democracies. We admire their courage, we honour their sacrifices, and we thank them for their

inspiring example. We will continue to stand with all who stand for freedom. This noble goal is worthy of the United Nations and it should have the support of every member of this Assembly.

GWB.36 Extending the reach of political freedom is essential to prevailing in the great struggle of our time, but it is not enough. Many in this Hall have answered GWB.37 the call to help their brothers and sisters in need by working to alleviate hopelessness. Those efforts to improve the human condition honour the highest ideals of this institution. They also advance our security interests. The extremists find their most fertile recruiting grounds in societies trapped in chaos and despair — places where people see no prospect of a better life. In the shadows of hopelessness, radicalism thrives. Eventually, that radicalism can boil over into violence, cross borders and take innocent lives across the world.

GWB.38 Overcoming hopelessness requires addressing its causes: poverty, disease and ignorance. Challenging these conditions is in the interest of every nation in this Hall, and democracies are particularly well positioned to carry out that work because we have experience responding to the needs of our own people. We are natural partners in helping other nations respond to the needs of theirs. Together, we must commit our resources and efforts to advancing education, health and prosperity.

GWB.39 Over the years, many nations have made well-intentioned efforts to promote these goals, but the success of these efforts must be measured by more than intentions. It must be measured by results. My nation is placing insistence on results at the heart of our foreign assistance programmes. We launched a new initiative, GWB.40 called the Millennium Challenge Account, which directs our help to countries that demonstrate their ability to produce results by governing justly, fighting corruption and pursuing market-based economic policies, as well as investing in their people. Every GWB.41 country and institution that provides foreign assistance, including the United Nations, will be more effective by showing faith in the people of the developing world and insisting on performance in return for aid.

GWB.42 Experience also shows that, to be effective, we must adopt a model of partnership, not paternalism. This approach is based on our conviction that people in the developing world have the capacity to improve their own lives and will rise to meet high expectations if we set them. America sought to apply this model in GWB.43 our Emergency Plan for AIDS Relief. Every nation that receives American support through this initiative develops its own plan for fighting HIV/AIDS and measures the results.

So far, these results are inspiring. Five years ago, GWB.44 50,000 people in sub-Saharan Africa were receiving treatment for HIV/AIDS; today, that number is nearly 1.7 million. We are taking a similar approach to fighting malaria, and so far we have supported local efforts to protect more than 25 million Africans. Multilateral organizations have made bold GWB.45 commitments of their own to fight disease. The G-8 has pledged to match America's efforts on malaria and HIV/AIDS. Through the Global Fund, many countries are working to fight HIV/AIDS, malaria and tuberculosis. Lives in the developing world depend on these programmes, and all who have made pledges to fight disease have an obligation to follow through on their commitments.

One of the most powerful engines of development GWB.46 and prosperity are trade and investment, which create new opportunities for entrepreneurs, help people rise out of poverty and reinforce such fundamental values as transparency and the rule of law. For all these reasons, many represented in this Hall have conducted free-trade agreements at the bilateral and regional levels.

The most effective step of all would be an GWB.47 agreement that tears down trade barriers at the global level. The recent impasse in the Doha round is disappointing, but that does not have to be the final word. I urge every nation to seize this opportunity to lift up economies around the world and reach a successful Doha agreement as soon as possible. Beyond Doha, our nations must renew our commitment GWB.48 to open economies and stand firm against economic isolationism. These objectives are being tested by turbulence in the global financial markets.

GWB.49 Our economies are more closely connected than ever before, and I know that many of you here are watching how the United States Government will address the problems in our financial system. In recent weeks we have taken bold steps to prevent a severe disruption of the American economy, which would have a devastating effect on other economies around the world. We promote stability in the markets by preventing the disorderly failure of major companies.

GWB.50 The Federal Reserve has injected urgently needed liquidity into the system. Last week, I announced decisive action by the federal Government to address the root cause of much of the instability in our financial markets by purchasing illiquid assets that are weighing down balance sheets and restricting the flow of credit. I can assure the Assembly that my
GWB.51 Administration and our Congress are working together to quickly pass legislation approving this strategy. And I am confident that we will act in the urgent time frame required.

GWB.52 The objectives I have laid out for multilateral institutions confronting terror, opposing tyranny and promoting effective development are difficult, but they are necessary tasks. To have maximum impact,
GWB.53 multilateral institutions must take on challenging missions, and like all of us in this Hall they must work towards measurable goals, be accountable for their actions and hold true to their word.

GWB.54 In the twenty-first century, the world needs a competent and effective United Nations. This unique institution should build on its successes and improve its performance. Where there is inefficiency and corruption, that must be corrected. Where there are bloated bureaucracies, they must be streamlined. Where Members fail to uphold their obligations, there must be strong action — for example, there should be
GWB.55 an immediate review of the Human Rights Council, which has routinely protected violators of human rights. There should be a stronger effort to help the people of Burma live free of the repression they have suffered for too long. All nations, especially members of the Security Council, must act decisively to ensure that the Government of the Sudan upholds its commitment to address the violence in Darfur.

GWB.56 The United Nations is an Organization of extraordinary potential. As it rebuilds its Headquarters, it must also open the door to a new age of transparency, accountability and seriousness of purpose. With determination and clear purpose, the United Nations can be a powerful force for good as we head into the twenty-first century. It can affirm the great promise of its founding.

GWB.57 In the final days of the San Francisco Conference, the delegates negotiating the United Nations Charter received a visit from President Harry Truman. He acknowledged the enormous challenges they faced and said that success was possible only because of what he called an unshakable unity of determination. Today, the GWB.58 world is engaged in another period of great challenge, and by continuing to work together, that unshakable unity of determination will be ours. Together we can confront and defeat the evil of terrorism. Together we can secure the Almighty's gift of liberty and justice to millions who have not known it. Together we can build a world that is freer, safer and better for the generations who follow.

The President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I wish to thank the President of the United States of America for the statement he has just made.

Mr. George W. Bush, President of the United States of America, was escorted from the General Assembly Hall.

Address by Mr. Nicolas Sarkozy, President of the French Republic

The President (*spoke in Spanish*): The Assembly will now hear an address by the President of the French Republic.

Mr. Nicolas Sarkozy, President of the French Republic, was escorted into the General Assembly Hall.

The President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I have the honour to welcome to the United Nations His Excellency Mr. Nicolas Sarkozy, President of the French Republic, and to invite him to address the Assembly.

President Sarkozy (*spoke in French*): I bring you fraternal greetings from Europe — Europe that is conscious of its responsibilities and wishes to act; Europe that is true to its values — democracy and freedom; Europe that is loyal to its friends, but also Europe that wishes to speak to the whole world in service of dialogue and of peace.

At a time when the world is deeply troubled, I have come to tell you, on behalf of Europe, that in the midst of so many difficulties the international community has a political and moral responsibility that we must shoulder. Let us not forget that if we are gathered here today, it is because following one of the most terrible tragedies that humankind has ever known, there were men and women of good will who were determined that in the future no one could ever say, when faced with misfortune: "There is nothing we can

do.” That is why we are here, because those who went before us did not renounce their responsibility. Europe believes that today, our duty is to act and to refuse to submit.

We can wait no longer. We are beginning to gauge the tragic consequences of having already waited too long. We cannot wait to achieve peace, to end the tragedy in Darfur. We cannot wait to fight terrorism, to avert the food crisis that condemns so many human beings to die of hunger. We cannot wait to prepare for the post-petroleum world, to fight global warming, to save the oceans, to put an end to monetary, social and ecological dumping. We cannot wait to bring ethics to financial capitalism.

For too long we have all been resigned to being powerless. For too long we have retreated before the need to give to the globalized world institutions that will enable it to be regulated.

The world of the twenty-first century cannot be governed with the institutions of the twentieth century. We are a century behind. Let today’s major Powers and the Powers of tomorrow unite to shoulder together the responsibilities their influence gives them in world affairs.

To all those who are hesitant, I wish to say that enlarging the Security Council and the G-8 is not just a matter of fairness, it is also a question of effectiveness. We can no longer wait to turn the G-8 into the G14 and to bring in China, India, South Africa, Mexico and Brazil. Italy is proposing a major step in that direction at the next summit, which it will host, and Italy is right.

Let us act to make our international institutions more representative, because if they are more representative they will be stronger, more effective and more respected. A new world is emerging not only through all our successes, but also through all the crises besetting the planet. However, we cannot receive that new world passively, we must build it.

Let us learn to manage together the most acute crises that no one, not even the most powerful among us, can resolve alone. I am convinced that it is the duty of the heads of State and Government of the countries most directly concerned to meet before the end of the year to examine together the lessons of the most serious financial crisis the world has experienced since that of the 1930s. Who would understand it if the world’s major economies should fail to take the time to meet to discuss what we must do together and the lessons we must draw from what has happened?

Let us rebuild together a regulated capitalism, in which entire swathes of financial activity are not left to the sole judgement of market operators; in which banks do their job; which is to finance economic development rather than to fuel speculation; in which rules of prudence apply to all and serve to avert and soften shocks instead of exacerbating them; in which the credit agencies are controlled and punished when necessary; in which transparency of transactions replaces such opacity that today it is difficult to understand what is happening; and in which modes of remuneration do not drive people to take unreasonable risks. It is my duty to say that those who jeopardize people’s savings should be punished and at last face up to their responsibilities. We will succeed in that on the condition that we work together.

In our globalized world, the fate of each is linked to that of all others. The negotiations on climate change, begun in Bali, will conclude in Copenhagen next year. Whatever our particular interests, we do not have the right to fail.

Europe will adopt an unprecedented raft of measures on energy and climate in December. Europe does not wish to teach lessons; it wishes to set an example. Europe also wishes to set the example by acting to bring about peace. It did so in Georgia. It did so with the Union for the Mediterranean. Because for over half a century Europe has undertaken to stop the endless cycle of war, vengeance and hate that has periodically taken it to the edge of the precipice, it does not want war. It does not want a war of civilizations. It does not want a war of religion. It does not want a cold war.

Europe wants peace, and because it wants peace it says to Russia that it wants links of solidarity with that country, that it wants to build a shared future, and that it wants to be Russia’s partner. Why not build a continent-wide common economic space that would unite Russia and Europe? However, Europe also says to Russia with the same sincerity that it cannot compromise on the principle of the sovereignty and independence of States, their territorial integrity or respect for international law. Europe’s message to all States is that it cannot accept the use of force to settle a dispute.

Europe says to Iran that it respects that country, that Iran has the right to civil nuclear energy and that it will explore all avenues of dialogue. However, it says to Iran with the same sincerity that it cannot accept a nuclear-armed Iran that would endanger the peace and stability of the whole region. Nor can Europe tolerate — and I say this solemnly — Iran calling for the destruction of the State of Israel.

Europe says to Israel that it is its friend and that it will let no one threaten its existence. Europe says to Israel that it will always be at its side in the fight against terrorism, but with the same sincerity says to telling Israel that there will be no peace until there is a viable Palestinian State with recognized borders.

Europe says to Afghanistan that it will continue to stand by it and that it will not permit barbarians allied with Al-Qaida again to take an entire people hostage and to turn an entire country into a terrorist base.

Europe says to Somalia that it will help it, with the support of the United Nations, to combat the scourge of piracy off its coasts. Until all States join together to establish a maritime police force, we cannot allow some hundreds of pirates to threaten the free passage of ships throughout the world.

Europe says to Africa that it is committed to co-development, that it wishes to be Africa's privileged partner, and that it has a common destiny with Africa and a profound sense of solidarity. Europe says to Africa that it has its place among the permanent members of the Security Council and in the enlarged G-8. How can one ever hope to settle the great issues of the world while ignoring Africa, South America or a large part of Asia? Europe believes in the African renaissance, which is under way and, first and foremost, is in the hands of the Africans, particularly those of African youth, which is the youth of the world.

Essentially, what brings us here together in this forum, where everyone must listen to the others and thereby show them a form of respect, is something more basic even than democracy. What brings us together is respect for the dignity of all just as they are, and for diversity of their opinions, cultures and beliefs. Human dignity is a universal value. What we must promote everywhere is respect for that diversity, which is the surest guarantor of peace and human fraternity and the surest antidote to intolerance, hatred, violence, obscurantism and fanaticism.

That is what Europe wants: peoples united in respect, understanding and solidarity; peoples united throughout the world working together for the great common cause of safeguarding of humanity. Time is at a premium; the world cannot wait.

The President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I wish to thank the President of the French Republic for the statement he has just made.

Mr. Nicolas Sarkozy, President of the French Republic, was escorted from the General Assembly Hall.

Address by Mrs. Gloria Macapagal-Arroyo, President of the Republic of the Philippines

The President (*spoke in Spanish*): The Assembly will now hear an address by the President of the Republic of the Philippines.

Mrs. Gloria Macapagal-Arroyo, President of the Republic of the Philippines, was escorted into the General Assembly Hall.

The President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I have the honour to welcome to the United Nations Her Excellency Mrs. Gloria Macapagal-Arroyo, President of the Republic of the Philippines, and to invite her to address the Assembly.

President Macapagal-Arroyo: The developing world is at a tipping point. In the Philippines, we feel the pain of high prices of food, fuel and rice. Our people pursue the universal dream of a better life for themselves and their children: better education, better health care, higher wages, a dignified retirement. We are proving the value of a new paradigm for self-reliance through the use of, first, a targeted strategy with a set of precise prescriptions to ease our price challenges; secondly, food self-sufficiency and more energy independence; and thirdly, long-term reforms. This is a positive example that we wish to share with the rest of the world.

Our gains over the past seven years were hard-earned. We made tough and sometimes painful decisions to reset our economy: tax increases, banking reforms, a crackdown on smugglers and tough fiscal discipline, to name a few. Thankfully, these reforms have given us some running room to weather the first wave of global price shocks that reverberated across the world earlier this year.

It has not been easy, but Filipinos are tough and resilient. We have pulled together. We have been able to draw on additional revenues to provide targeted investments in food and fuel to keep our poor afloat until a better day. But we are also realistic and know that we cannot do it alone. We need a strong United Nations as never before. We need rigorous international cooperation as never before.

Economic uncertainty has moved like a tsunami around the globe, wiping away gains, erasing progress, not just here on Manhattan island, but also in the many islands of the Philippines. Just when we thought the worst had passed, the light at the end of the tunnel became an oncoming train hurtling forward with new shocks to the global financial system. The setbacks from these global shocks of the past year — and of the past weeks — are real and profound. It will take time and perseverance to put the pieces back together.

To address these global challenges, we must go on building bridges among allies around the globe in order to bring the rice to where it is needed to feed the people, to make investments to create jobs, and to keep the peace and maintain stability in the world.

It is therefore timely that the Secretary-General, Ban Ki-moon, has organized this year's agenda around the impact of the global economy on the poor. He deserves our highest praise for his quick and decisive action on the global food crisis. His Comprehensive Framework for Action, involving the United Nations, donor countries, civil society and the private sector, seeks to achieve food security through the right combination of policies, technologies and investments. This is a model of the United Nations in action.

Since the volatile global economic situation became apparent many months ago, in the Philippines we have increased and stabilized the supply of rice and delivered targeted subsidies to the poor. We have reached out to neighbours such as Viet Nam and others in the Association of Southeast Asian Nations and elsewhere to ensure a stable supply and affordable prices. We have clamped down on price gouging and invested additional billions in planting and agricultural modernization.

We have increased our energy independence by 17 per cent through greater use of geothermal energy, biofuels and other renewable sources, and we expect to attain 60 per cent energy independence in two years. Biofuels have been cited as being a positive factor for clean energy. At the same time, they have also been cited as a negative factor that contributes to high food prices. We are pursuing a policy of using non-food biofuel sources planted on land unusable for food production purposes. We see this approach as a way for countries to seek a sustainable balance between food and energy needs.

For food self-sufficiency, our food baskets are North Luzon in our largest island and the southern island of Mindanao. Mindanao has fields of the highest productivity, yet also the majority of our poorest provinces. It is a sad irony that our food basket has some of the highest incidences of hunger in our nation.

The prime reason is the endless Mindanao conflict. Our archipelago of 7,000 islands has had its share of religious strife, ethnic tension and violence. For years, we have worked to achieve peace in Mindanao. Much progress was made until violent elements within the Moro Islamic Liberation Front (MILF) decided to take the law into their own hands. We will restart the dialogue when the area is secure, when our people are safe and when responsible elements in the MILF regain control.

There is no alternative to peace. I stand before the Assembly today to declare loud and clear that we are committed to the process of peace in Mindanao. We gratefully acknowledge here today the central role of so many friends and allies, including the United Nations; Brunei Darussalam, Indonesia, Libya, Malaysia, Saudi Arabia and others in the Organization of the Islamic Conference; Australia, New Zealand, the United States and other bilateral partners supplying official development assistance; and the European Union and Sweden. All have played a big role in advancing peace and development in Mindanao.

We will refocus the peace talks from an approach that is centred on dialogue with rebels to one of authentic dialogue with the communities. The context of our engagement with all armed groups will subscribe to the United Nations-recognized principle of disarmament, demobilization and reintegration. We maintain high hopes in interfaith dialogue as a means of building bridges rather than barriers between communities of different cultures and ethnicity. In furtherance of this effort, the Philippines will host the first-ever Special Ministerial Meeting of the Non-Aligned Movement on Interfaith Dialogue and Cooperation for Peace and Development in May next

year. We will also cooperate with the Alliance of Civilizations.

We are also pleased that the Secretary-General will join us in Manila during the second Global Forum on Migration and Development. Our overseas Filipino workers are true global pioneers. There is no ship abroad that does not have a Filipino crew or a nation that does not have highly skilled Filipino workers. The movement of people from one country to another will surely increase as globalization continues to erase borders. This fact should be recognized as having implications for the growth and development of both sending and receiving countries.

In many troubled places of our world, the United Nations is the last great hope for peace and security. For this reason, the Philippines contributes one of the largest police contingents to United Nations peacekeeping operations.

Mr. President, your leadership is more vital than ever. The Philippines will fully support you as you lead our General Assembly for the coming year.

In conclusion, there are hundreds of millions of good people across this globe who are struggling as never before. We must hear their cry for help. It is within the collective power of the leaders at this United Nations General Assembly to fulfil the universal dream of better education, better health, food on the table and a dignified life.

The President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I wish to thank the President of the Republic of the Philippines for the statement she has just made.

Mrs. Gloria Macapagal-Arroyo, President of the Republic of the Philippines, was escorted from the General Assembly Hall.

Address by His Highness Sheikh Hamad bin Khalifa Al-Thani, Amir of the State of Qatar

The President (*spoke in Spanish*): The Assembly will now hear an address by the Amir of the State of Qatar.

His Highness Sheikh Hamad bin Khalifa Al-Thani, Amir of the State of Qatar, was escorted into the General Assembly Hall.

The President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I have the honour to welcome to the United Nations His Highness Sheikh Hamad bin Khalifa Al-Thani, Amir of the State of Qatar, and to invite him to address the Assembly.

Sheikh Al-Thani (*spoke in Arabic*): I should like at the outset to congratulate you, Su, on your election as President of the General Assembly at its sixty-third session. I wish you every success in your mission.

I should like also to thank your predecessor, Mr. Srgjan Kerim, for all of his efforts in the previous session. I should further like to thank the Secretary-General, Mr. Ban Ki-moon, for his efforts to promote and revitalize the role of the United Nations.

I need not remind anyone in this Hall, which holds such a high-level assembly, that the primary goal of this Organization and the fundamental purpose of its Charter is to achieve and maintain world peace.

The human experience replete with hopes and horrors reminds us all that world peace can only be achieved by a conscious, positive act and not through mere wishful thinking. We have sought to achieve peace through war in which the powerful tried to impose their will, as in the two notorious world wars of the twentieth century.

We have sought to find peace through entente between empires, as between Britain and France in 1904. We sought peace through coexistence between the United States and the Soviet Union in 1971. In all those attempts, either by war or by entente between Powers, by agreement between empires or by coexistence between blocs and doctrines, peace has remained elusive.

We have all come to realize through those long and exhausting experiences that achieving peace is a positive act that means more than just eliminating the threat of weapons. While it is true that humanity has not suffered a global war in the past 60 years, it is also true that peace in those last six decades has remained elusive. It has been a peace beset by conflicts on all continents and in all territories. We have also come to the conclusion that in a world where barriers of distance and time have come to evaporate, achieving peace means establishing and promoting economic and social justice among peoples. That is what constitutes positive peace.

If the purposes and principles of the Charter have established the political rights of nations on the basis of international law, the right of peoples to social

justice must be based on the idea of development. In the past, the first generation of advocates and supporters of national liberation movements demanded what they called "positive neutrality", believing that they could thus distance themselves from the wars of the major powers. However, the realities of today's world require a different approach, for peace cannot be achieved through conflict between powers, agreement between empires, or coexistence among blocs, and not even through positive neutrality.

The alternative to those three options is our new choice, namely positive peace, an era of international law that ensures political rights and an era of development offering parallel and equal opportunities in one world, which cannot go into the future burdened by the injustices of politics or blinded by the darkness of underdevelopment.

Qatar is getting ready to host the follow-up International Conference on Financing for Development. My country looks forward to an international cooperation that offers the broadest base possible for political as well as social peace. We hope that participation the conference will be at the highest possible level. The goal is ambitious and the purpose is vital for the safety and peace of the one human global village.

The President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I wish to thank the Amir of the State of Qatar for the statement he has just made.

His Highness Sheikh Hamad bin Khalifa Al-Thani, Amir of the State of Qatar, was escorted from the General Assembly Hall.

Address by Ms. Ellen Johnson-Sirleaf, President of the Republic of Liberia

The President (*spoke in Spanish*): The Assembly will now hear an address by the President of the Republic of Liberia.

Ms. Ellen Johnson-Sirleaf, President of the Republic of Liberia, was escorted into the General Assembly Hall.

The President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I have the honour to welcome to the United Nations Her Excellency Ms. Ellen Johnson-Sirleaf, President of the Republic of Liberia, and to invite her to address the Assembly.

President Johnson-Sirleaf: I am honoured to address the General Assembly on behalf of the Government and the people of Liberia, the second time I am doing so since I assumed office in 2006.

I congratulate you, Mr. Miguel d'Escoto Brockmann, and your country, Nicaragua, on your election as President of this historic sixty-third session. There is no doubt that you will bring your vast experience to bear in guiding this session to a successful conclusion. You can rest assured of the full cooperation and support of the Liberian delegation.

Let me also seize this opportunity to pay tribute to your predecessor, Mr. Srgjan Kerim of the Republic of Macedonia, for the exemplary leadership he provided this body over the past year.

By the same token, I would like to commend the Secretary-General, Mr. Ban Ki-moon, for his farsightedness and wisdom in carrying out his mandate. The Liberian people still recall with fondness his visit to Monrovia earlier this year, when they shared with him their respect and appreciation for the United Nations, which has provided exceptional support as a guarantor of the peace we now enjoy in our country after 14 years of war.

In our 161 years as the first independent republic in Africa, we navigated for nearly a century among the sharks of racism, colonialism, prejudice, human degradation and underdevelopment. We have experienced a war that killed nearly 8 per cent and displaced 40 per cent of our population, a war that destroyed our underdeveloped economy and inadequate infrastructure. Through it all, Liberia has come to appreciate the United Nations as a truly fundamental, relevant and important forum and instrument for world peace.

In its 63 years of existence, the United Nations has expanded in scope, form and content. It is, correctly, still primarily concerned with the promotion of international peace and security. On the basis of our experience as a founding Member, Liberia is committed to contributing to the redefinition of that international peace and security that it is very strongly linked to and demands the promotion of economic growth and sustained development, particularly food security, relief from the debt burden, globalization and fair trade.

We believe in a peace and security environment that combats HIV/AIDS, malaria and other diseases and that promotes poverty eradication and human rights, especially the rights of women and children. We believe in the fight against international terrorism, drugs and other international crime, and we believe in disarmament, especially the elimination of nuclear weapons and the control of small arms and light weapons.

The history and experience of Liberia have taught us to have faith in the United Nations, which today maintains nearly 11,000 men and women from all over the world helping our country consolidate its newly won peace. We wish to thank the Security Council, which has correctly seen the necessity to renew the mandate of the United Nations Mission in Liberia (UNMIL). We particularly thank the resource-contributing countries, for, without them, we would never be able to save the lives we are saving and promote the development we are promoting.

Our history and experience have taught us to believe in regional peace and security and cooperation. Liberians still say, with passion: "Thank God for ECOMOG" — the Monitoring Group of the Economic Community of West African States (ECOWAS) — referring to the period of our war when young men and women from ECOWAS countries, led by Nigeria and including Senegal, Ghana, Guinea, Sierra Leone, Mali and Benin, laid down their lives to save our country. Subsequently, a Nigerian-led military mission, the ECOWAS Mission in Liberia. provided the beachhead for the establishment of UNMIL. We shall always be grateful to ECOWAS, which is now dedicating itself to its prime objective of economic integration and development.

We also believe in our subregional entity, the Mano River Union, which comprises the countries of Liberia, Guinea and Sierra Leone and now, Côte d'Ivoire, which joined us earlier this year. The Mano River basin, as is well known, had been the epicentre of the conflict system in West Africa since 1990. As the current Chair of the Union, I can say on behalf of my colleagues that the countries of that basin have declared never again to war and all forms of armed violence. The Mano River Union will henceforth be a net exporter of peace and all the dividends that come with peace in West Africa.

I am proud to say that Liberian history and experience have taught us never to shirk in our opposition to wars and the causes thereof, to man's inhumanity to man, to oppression, racism, human rights abuses, especially those against women and children, and abuses inflicted on the basis of race, creed and religion.

In doing so, we know that we may at times not be seen as following the party line, be it in Africa or on African issues, or the positions of some close allies. We continue to ask our friends to realize that we will be guided by our principles, history and experience to act in the best interest of our people and of the greater world community.

It is in this connection that we took a stand on the situation in Zimbabwe, because we had faith that the leaders of that wonderful and great country needed to know that fairness in elections and justice in political participation were the best ways to ensure durable peace. My Government wishes to thank the Zimbabwean leaders and their people for choosing the path of negotiation for the comprehensive agreement that has now been reached. We thank the leaders of the Southern African Development Community — especially South African President Thabo Mbeki, for his role in facilitating the peace deal. May all Zimbabweans work to ensure full implementation of the agreement.

Over the past year, Africa has registered unprecedented economic growth and has experienced relative peace in many hitherto-turbulent regions and countries. Unfortunately, people in Somalia, in parts of the Sudan — especially the Darfur region — Chad, Niger, the Democratic Republic of the Congo and other countries have yet to breathe the air of relief and peace. They need the concerted efforts and support of the United Nations for the African Union and subregional bodies to take the actions necessary for peace. Where there is evidence of non-cooperation and even aggression against peace forces, the world must move into gear under Chapter VII of the United Nations Charter.

As we have seen in Liberia and throughout the world, armed conflicts are exacerbated by easy access to small arms and light weapons. Thus, as part of the efforts for durable peace in conflict zones, we must put in place rigid measures to ensure effective control of such weapons. In that connection, my Government

supports an arms trade treaty. We continue to champion the call for total and complete nuclear disarmament in order to prevent the world from annihilating itself.

Those fears are not unfounded if we imagine such weapons in the hands of a terrorist. But the threat of terrorism — the senseless destruction of innocent lives and property — oftentimes even defies the imagination. The world must unite to fight that scourge. No nation or person is protected against it. Those who feel angry enough to carry out such dastardly acts defeat their own purposes because they end up killing those who may be ready to let the world hear about their causes. They actually end up losing everything. We grieve with those who lost their loved ones during the terror attacks in Pakistan even while the world was meeting here.

While some plot evil deeds, there are those who are committed to working with Liberia and Africa and the rest of Africa to fight poverty and to promote positive, all-around international cooperation. We are grateful for the many avenues for cooperation that have been provided. We thank the United States for its African Growth and Opportunity Act, which aims to promote trade rather than aid; we thank the European Union for its Everything but Arms facility; we are grateful for the Forum on China-Africa Cooperation; we thank the Japanese Government and its partners for leading the Tokyo International Conference on African Development; and we thank others to whom the continent is looking for new avenues for sustained development. We are pleased to note that our cooperation efforts have included intra-Africa and South-South endeavours, with great successes having been achieved so far.

Beyond Africa, my Government believes, with great interest, that a durable solution can be found to the Israeli-Palestinian and Arab-Israeli conflict. Late last year, I had the opportunity to visit and hold talks with Israeli and Palestinian leaders alike in Tel Aviv and Ramallah. I gathered from conversations and reports regarding other sustained efforts in search of peace that the solution of two States, with secure and recognizable borders and mutual recognition of each other, is the way forward. We must never give up working for a formal end to the conflict and for a durable peace for all in the region.

I should now like to report briefly on Liberia, the country for which, we dare say, the United Nations is most likely to receive its best-ever performance record. On 19 September 2006, approximately eight months after I had assumed the presidency of Liberia as the first woman to have been so elected in Africa, I addressed this body, laying out my vision for a country that had suffered near-total devastation — a country that was the best example of a State that had nearly collapsed. At that time, I said that Liberia was back, moving forward on an irreversible path of peace and development.

Today, I have come to renew that pledge. I have come to report how much progress has been made in the light of what we inherited. It should be remembered that we inherited a situation in which nearly two thirds of Liberians lived below the poverty line, with an even higher poverty rate in rural areas. The economy collapsed, with gross domestic product falling 90 per cent from 1987 to 1995 — one of the largest economic free-falls ever recorded in the world. Indicators in the areas of health, education, water, sanitation, food security and infrastructure were very poor and sometimes beyond measure.

My Government, with the support of international partners, began to take steps to move the whole country into gear. There was a need, first, for clear direction in the form of a national vision or agenda, formulated and contributed to by the people as their own; secondly, to restore the international reputation and creditworthiness of the country; and thirdly, to demonstrate the necessary leadership — strong, committed and focused — for the people.

The Government, in collaboration with civil society, undertook broad consultations with people in all parts of the country. That resulted in a framework for reducing poverty and making progress towards the Millennium Development Goals. Our poverty reduction strategy for the period 2008-2011 is now in place, anchored on the pillars of consolidating peace and security, revitalizing the economy, strengthening governance and the rule of law, and rebuilding infrastructure and delivering basic services.

Clearly, those three years are not enough time to accomplish the daunting tasks laid out in our poverty reduction strategy; they are part of a process aimed at long-term development that will continue far beyond 2011. They are part of a process that must identify effective responses to the food and energy crises and to the as-yet-undetermined effects of climate change.

However, the Liberian people are gaining confidence in the strategy, for they are seeing that our national security policy, supported by the United Nations, is now producing the desired results.

They also know that, starting at a low base, we saw growth of more than 9 per cent in 2007. Roads and buildings are sprouting up in many places; health clinics are reopening or being established where they did not exist before; agricultural production is increasing; and a huge external debt is well on the way to being cancelled, with exceptional support from our partners.

We believe that that is truly a success story for a country emerging from so much destruction in so short a period of time. But we owe it first to our people — the Liberian people — and, very strategically and importantly, to the international community, led by the United Nations. The presence of the United Nations Mission in Liberia has given hope to the people that they need not surrender to the threat to peace and development represented by the large percentage of unemployed youth who cannot be absorbed by an economy that is still too weak, despite its high level of growth.

I come from a continent where female leadership — particularly a female head of State or Government — is still unthinkable in some quarters. I have only a handful of female colleagues at the global level. To help sensitize and energize the world with regard to the reality of female leadership, my friend and colleague Ms. Tarja Halonen, President of Finland, and I are organizing an international colloquium on women's empowerment, leadership and development that will be held on International Women's Day in March 2009 in Monrovia. I believe that this will provide us with the opportunity to make special efforts in support of women who are desirous to seek elective public office and to encourage other women to seek such office.

Mr. Golding (Jamaica), Vice-President, took the Chair.

As I conclude, let me thank the President for the great work he and his colleagues are doing for a world meant for succeeding generations. Let me also say unequivocally that not only is Liberia back, but we are lifted and we are blessed. We thank all who have contributed to this progress.

The Acting President: On behalf of the General Assembly, I wish to thank the President of the Republic of Liberia for the statement she has just made.

Mrs. Ellen Johnson-Sirleaf, President of the Republic of Liberia, was escorted from the General Assembly Hall.

Address by Mr. Abdullah Gül, President of the Republic of Turkey

The Acting President: The Assembly will now hear an address by the President of the Republic of Turkey.

Mr. Abdullah Gül, President of the Republic of Turkey, was escorted into the General Assembly Hall.

The Acting President: On behalf of the General Assembly, I have the honour to welcome to the United Nations His Excellency Mr. Abdullah Gül, President of the Republic of Turkey, and to invite him to address the Assembly.

President Gül: At the outset, I wish to extend our sincere congratulations to Mr. Miguel d'Escoto Brockmann on his election as President of the General Assembly at its sixty-third session. I would also like to take the opportunity to pay tribute to the President of the General Assembly at its sixty-second session, Mr. Srgjan Kerim, for his able leadership during his past term.

For Turkey, the United Nations Charter reflects the common aspirations and conscience of humanity. The United Nations provides a political and moral compass for our endeavours towards a just international order — a better order that will prevent new conflicts, ensure that human rights are upheld and lead to more equitable and sustainable distribution of prosperity.

In this framework, we believe that the most pressing task before the international community is to bridge, as quickly as possible, the enormous gap between the wealthiest and the least fortunate. We have certainly made considerable progress in that direction, including towards meeting the Millennium Development Goals; however, our common fight against poverty, illiteracy, epidemic diseases, child mortality and climate change is still far from over. On the contrary, volatile fuel prices, the food crisis and the global economic slowdown have brought about an even

more challenging development and security environment. Under such circumstances, the fight against terrorism, racism, xenophobia and all forms of religious discrimination and extremism takes on particular importance.

We must indeed remain extremely vigilant against the risk of further alienation between different cultures and religions. In that respect, we regard the Alliance of Civilizations initiative, which we cosponsored with Spain under the auspices of the United Nations Secretary-General, as an important instrument that can help us avoid such a dangerous track.

Turkey will continue to be a leading country in further advancing the goals of this initiative which enjoys worldwide backing, including from the European Union and the Organization of the Islamic Conference. We hope that the Group of Friends of the Alliance of Civilizations, which now consists of 14 international organizations and 76 countries representing different regions ranging from Latin America to Africa and Asia, will keep growing. In this vein, we look forward to hosting the second Forum meeting of the Alliance of Civilizations in Istanbul next April.

As I said, a top priority issue on our agenda is the need to address the problems of the developing world. There is no question that developing countries should get all the assistance they need to achieve sustainable development. They must be supported under a renewed global development agenda and through increased foreign investments and enhanced trade facilities. For its part, Turkey is trying to contribute to this endeavour, first and foremost through increased development assistance. Turkey also provides special facilities for development, health, education and agricultural projects in various parts of the world. As a result of such fast-growing aid programmes, Turkey is now recognized as an emerging donor country by the international community.

The United Nations Ministerial Conference of the Least Developed Countries which Turkey hosted in Istanbul last year has clearly demonstrated our commitment to humanitarian and development assistance. We have now offered to host the Fourth Ministerial Conference. Similarly, the first-ever Turkey-Africa Cooperation Summit held in Istanbul last month provided an important opportunity to explore new avenues of cooperation with the African continent.

Turkey is also committed to combating global warming, which has serious implications for the entire world, but more so for the developing countries. Driven by that conviction, we are taking active part in negotiations to shape our new global climate change agreement, which will replace the Kyoto Protocol.

Turkey also pays special attention to the global water crisis. In that regard, we hope that the Fifth World Water Forum which we will host in Istanbul next March will inspire new thinking and concrete action on this important question.

If I may now turn to the political issues besetting our region, I am pleased to note that Turkey has been actively contributing to the advancement of peace by facilitating dialogue. We have also been working hard to build a sense of co-ownership of regional issues among our neighbours through a series of regional cooperation initiatives. Encouraged by its strong regional ties, Turkey has launched another initiative designed to prevent further conflict in the recently traumatized South Caucasus. In that regard, I believe that the Caucasus Stability and Cooperation Platform proposed by Turkey could be an instrumental framework for building a climate of confidence in the region that will allow discussion of our common problems in a democratic setting.

In the light of impressions from my visits to our neighbours Armenia and Azerbaijan and those of Prime Minister Erdoğan to the Russian Federation and Georgia, all parties concerned seem receptive to the idea; we hope they will give it a chance to work. I sincerely believe that a positive perspective thus created will help to solve frozen conflicts, including occupied Nagorno-Karabakh, on the basis of respect for the principle of territorial integrity. No doubt, such a perspective will also help improve the bilateral ties between the countries of the region.

The President returned to the Chair.

It is also well past time to settle the conflicts of the Middle East, at the core of which lies the Palestinian question. Turkey actively supports all endeavours to bring about a lasting solution to that central problem and alleviate the plight of the Palestinian people. Turkey is also making every effort to help advance the Syrian and Lebanese tracks. One

recent example is the indirect peace talks that Syria and Israel started under Turkey's auspices this past May in Istanbul.

In Iraq, too, Turkey stands firmly with the Iraqi people and Government. Besides our bilateral efforts, I am particularly pleased to see that the Neighbouring Countries process, which I initiated five years ago, is functioning well. If the international community's efforts are to succeed, the Iraqi people need to settle their differences through dialogue and compromise on controversial issues, among them the final status of Kirkuk.

Afghanistan is another country where Turkey is investing heavily in the future of a nation with which we have special historical ties. Turkey will continue to contribute to the security of the Afghan people and to their reconstruction efforts. We will also continue our initiatives to create an atmosphere conducive to regional ownership and cooperation, in particular between Pakistan and Afghanistan. That is equally vital for the common struggle against terrorism and for the stability of the region.

Finally, an urgent and peaceful settlement of the question of Iran's nuclear programme, in conformity with International Atomic Energy Agency norms and Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons obligations and respecting the right to the peaceful use of nuclear energy, remains high on Turkey's active diplomatic agenda.

I am convinced that would-be solutions to individual conflicts in the Middle East will be sustainable only if we adopt a comprehensive approach based on a positive vision for the future. That is why I invite all the parties to give serious consideration to the longstanding idea of collective arrangements for conflict prevention and resolution that would promote regional security and stability by building confidence, facilitating political dialogue and encouraging economic and cultural cooperation in the Middle East.

Turkey gives full backing to diplomatic efforts towards a political settlement in Cyprus. The solution lies in the establishment of a new partnership State composed of two constituent States of equal status. The process towards that goal should be based on the United Nations parameters of bi-zonality and the political equality of the two sides. We welcome and firmly support the comprehensive settlement negotiations recently started between the two leaders under the good offices of the Secretary-General.

At the same time, I believe that efforts to end the unfair isolation of the Turkish Cypriots who voted courageously in favour of the Comprehensive Settlement of the Cyprus Problem in 2004 — a plan that was unfortunately rejected by the other side — are long overdue.

Before concluding, I would like to stress the indispensable nature of the United Nations in resolving all those matters. Indeed, without an effective and functional world body, it is impossible to realize the hopes and expectations of our nations. That is why we attach the utmost importance to reforming and further strengthening the United Nations system as a whole. It is also why Turkey is constantly stepping up its engagement in and contributions to all aspects of the United Nations agenda, ranging from development and peacekeeping to human rights.

It is also with that sense of responsibility that Turkey has decided to put forth its candidature for a non-permanent seat on the Security Council for 2009 and 2010. Turkey has not been represented in the Council for nearly half a century, and we believe that the main tenets of our foreign policy, together with our economic, social and cultural attributes, will allow us to bring added value to the work of the Council. I hope that the General Assembly, with its valuable support, will do us the honour of granting Turkey the opportunity to do so.

The President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I wish to thank the President of the Republic of Turkey for the statement he has just made.

Mr. Abdullah Gül, President of the Republic of Turkey, was escorted from the General Assembly Hall.

Address by Ms. Cristina Fernández de Kirchner, President of the Argentine Republic

The President (*spoke in Spanish*): The Assembly will now hear an address by the President of the Argentine Republic.

Ms. Cristina Fernández de Kirchner, President of the Argentine Republic, was escorted into the General Assembly Hall.

The President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I have the honour to welcome to the United Nations Her Excellency Ms. Cristina Fernández de Kirchner, President of the Argentine Republic, and to invite her to address the Assembly.

President Fernández de Kirchner (*spoke in Spanish*): As the first female head of State in the history of my country, I would like to address this Assembly by speaking first on the issue of human rights. Members know that, for my country, the policy of unrestricted respect for and promotion of human rights is one of our State policies.

In that context, I would like to urge that the International Convention for the Protection of All Persons from Enforced Disappearance — which was so energetically promoted by our country and which I co-signed, as First Lady of the Argentine Republic, in Paris last year together with 73 other delegations — be ratified by all countries that have signed it. Thus far, only four countries — Argentina, Albania, Mexico and Honduras — have ratified it. I know that the Republic of France will soon be ratifying it, but it is indispensable that we all strongly commit to ensuring that the inviolability of persons be one of the guiding principles for all States.

In this context, I would also like to put forward the Latin American Initiative for the Identification of Disappeared Persons. I would like to say that, together with the Guatemalan Foundation for Forensic Anthropology, the Argentine Forensic Anthropology Team and the Peruvian Forensic Anthropology Team, we are promoting this initiative to establish genetic identity banks to enable us to report precisely on violations of human rights and properly identify victims.

We deem invaluable the testimony of the women who are with us here at the Assembly today, members of Las Abuelas de Plaza de Mayo — the Grandmothers of the Plaza de Mayo — who envisioned the creation of this genetic information bank. They have been able to recover, from oblivion and disappearance, 95 of the 500 grandchildren who disappeared, children of those political prisoners who disappeared under the former dictatorship in Argentina.

The work of these women is living witness to how, even amidst adversity and against all that State terrorism — not just in my country but in other republics — has meant, it is possible to overcome death and fight for life. The recovery of these children shows how important — how crucial — it is to support this type of initiative and underlines the importance of the work that has been done to identify the victims of the Balkan wars and those of the 11 September attack on the World Trade Center.

In the fight against impunity, which is a State policy in the Republic of Argentina, we cannot fail to mention an issue that, for us, is undoubtedly another cornerstone of this inexhaustible struggle. My country, the Republic of Argentina, suffered two attacks, in 1992 and 1994: the 1992 bombing of the Israeli Embassy and the 1994 bombing of the Argentine Israelite Mutual Association (AMIA) building.

Last year, before this very Assembly, former President Kirchner asked INTERPOL to ratify the arrest warrants issued by my country's Ministry of Justice against Iranian citizens accused of participating in the AMIA building bombing. Days later, INTERPOL ratified them, and international arrest warrants were issued accordingly. I call upon the Islamic Republic of Iran, in compliance with international law, please to agree that the Argentine justice system can bring to trial in public, transparent courts, and with the full guarantees given by a democratic system, those citizens who stand accused.

Before all the countries of the world brought together in this Assembly, and with the conviction I have always held that innocence must be respected until an individual has been convicted and sentenced by a competent judge, I would like to affirm that, in my country, those citizens will have a fair and public trial with their full participation, with all the guarantees afforded by Argentine law and by the oversight of the international community. Given the gravity of these events, this would guarantee to the Islamic Republic of Iran that there would be fairness, truth and justice in that trial.

I would thus urge once again that, in compliance with international law and because ensuring access to justice is what truly shows how we respect truth, justice and freedom, this request from the Argentine justice system, accepted by INTERPOL, be respected. That would undoubtedly contribute to providing truth for all — not just for Argentines, but for the entire international community — at a time when truth and justice are elusive values internationally.

In this Hall, as we have been doing since 2003, I would also like to call for the reform of our multilateral bodies — not only of the United Nations, which includes us all, but also of the multilateral financial institutions as well. That involves us all, and it is necessary to recreate a multilateralism which has been lost, leading to a far more insecure world. The Organization needs to be reformed, not just from the point of view of dogmatic approaches to the world, but to meet the real need of all States to ensure the functional, operational and results-oriented character of the activities and interventions of the Organization.

In this context, I would modestly like to put forward an example from our region, South America, of how we were recently able to demonstrate that multilateralism can be achieved, despite differences of approach and vision that different Governments in our region may have.

Here I am looking at the President Evo Morales — the legitimate President of our sister Republic of Bolivia. I would like to say that, a few days ago, the Union of South American Nations (UNASUR) met in support of the democratic legitimacy of that country. In a concrete multilateral exercise, heads of State, who do not always share the same viewpoints or interests when we take decisions, were able to work unanimously to forge a resolution and plan of action to help our sister Republic of Bolivia, affected by those who do not respect the democratic will of the people freely expressed through elections.

That is not our only experience of multilateralism. Previously, at the meeting of the Rio Group in the Dominican Republic, at the time of the incident between the sister Republics of Ecuador and Colombia, heads of State intervened and were able to navigate a conflict which, on the basis of history, in other situations would surely have degenerated into an armed conflict between two sister countries.

What I want to say with this is that, for us, the exercise of multilateralism is not simply a hackneyed speech. It is a deeply-held conviction and a concrete and objective policy, showing results in what are normally called emerging regions, where we are capable of giving examples of multilateral collaboration in overcoming conflicts.

The other reform that we have always promoted is that of the multilateral credit institutions, but fundamentally the reform of an economic model that placed the generation of wealth at the centre of the fictional economy and of the world of finances. Recent days show that those matters, those positions, were not the result of an ideological bias or closed dogmas but of objective and timely observation of what was going on.

Today, we cannot speak of the “caipirinha effect” or the “tequila effect” or the “rice effect”, or the effect that always showed that the crisis moved from the emerging countries towards the centre. Today, if we were to give it a name, we would have to say, perhaps, the “jazz effect”, which moves from the centre of the first economy of the world and spreads to the rest of the world. That situation does not make us content or happy.

Quite the contrary, we consider this an historic opportunity to review behaviour and policies, because during the period of the Washington Consensus, we — the countries of South America — were told that the market would solve everything, that the State was not necessary, that State intervention was something for which groups that had not understood how the economy had developed were nostalgic. However, now we are seeing the most formidable State intervention in memory from exactly the place where we had been told that the State was not necessary, in the framework, moreover, of an incredible fiscal and trade deficit.

My country, the Argentine Republic — which, if it continues to grow at the rates at which it has been growing since 2003, will this year be completing the largest economic growth cycle of its almost 200-year history — has always upheld the need for a State presence, fundamentally because the market does not assign resources to the most vulnerable sectors and because we see the State as connecting the interests of society and market interests.

Since 2003, an Argentina that had been in debt up to as much as 160 per cent of its GDP has today reduced its debt to almost 50 per cent of GDP. We have fully paid our debt to the International Monetary Fund (IMF), and about 15 days ago we announced that we will settle our debt with the Paris Club, which had a cut-off date of 10 December 1983 — the very year when the first democratic President took office, after the dictatorship. Here in New York yesterday, in the Council on Foreign Relations, I announced that Argentina has received a proposal from three very important banks that represent bond-holders who did

not participate in the 2005 bond exchange and who are proposing to do so in conditions more favourable for my country, Argentina, than those of the 2005 exchange.

Thus we believe not only that our strategy has been correct but that it is absolutely necessary for all of us to review, with a great deal of intellectual humility, what is happening today in the markets and see what are the possible solutions for overcoming the situation. We emerging countries have a great advantage in what we do not have: no credit risk agency will come, nobody from the IMF will come tell us what to do, a great country that has grown on the basis of its real economy and today really has problems on the basis of a casino economy or a fictional economy, where it was thought that only capitalism can produce money. I always say that capitalism was invented in order to earn money, but on the basis of the production of goods, services and knowledge. Money alone does not produce more money. It has to go through the circuit of production, work, knowledge, services and goods so that there can be a virtuous cycle that can generate well-being for the whole of society.

Finally, I want to mention a matter that affects not only my country, beyond its geographical location, but also concerns this Assembly and also the need to face the twenty-first century without colonial enclaves. Here I refer to the issue of our Malvinas Islands, where, despite the resolutions of this body, despite all the measures taken here for the United Kingdom to agree, in virtue of what is set out in Article 33 of the Charter of the United Nations, to negotiate in peace between the parties, that country resolutely refuses to discuss with the Argentine Republic the issue of the Malvinas Islands.

I believe that a member of the Security Council — one that is among the principal nations of the world in the defence of freedom, human rights and democracy — should give concrete proof that it is not just talk but that it is truly convinced that it is necessary to end this shame, that of a colonial enclave in the twenty-first century. I want to request again, as have the different Presidents who preceded me — because Malvinas is for Argentineans a State policy as well — the cooperation that this body has always provided to once again urge the United Kingdom to agree to comply with international law and to demonstrate that it is serious in wishing to build a different world and a different citizenry.

Lastly, I wish to speak to all those men and women who have institutional governmental responsibilities in any of the branches of the State in their respective countries to once again advocate for the transformation of an international policy that has its fullest expression in this House. The reform of the instruments that we are requesting is not simply a question of cosmetics and formulas and changes that barely conceal that everything is continuing as it stands. The present situation, the complexity of the world that is coming, in terms of food and energy, requires all of us to re-examine our behaviour and our paradigms. We must accept with humility that it is necessary to build a world that is different from the one we have had to date — one in which respect for human rights, for the will of peoples and for those who are different, do not think as we do or who pray to a different god is not merely a catalogue of good intentions set out in the United Nations Charter, but a reality that is experienced a little more concretely every day.

The President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I wish to thank the President of the Argentine Republic for the statement she has just made.

Ms. Cristina Fernández de Kirchner, President of the Argentine Republic, was escorted from the General Assembly Hall.

Address by Mr. Marc Ravalomanana, President of the Republic of Madagascar

The President (*spoke in Spanish*): The Assembly will now hear an address by the President of the Republic of Madagascar.

Mr. Marc Ravalomanana, President of the Republic of Madagascar, was escorted into the General Assembly Hall.

The President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I have the honour to welcome to the United Nations His Excellency Mr. Marc Ravalomanana, President of the Republic of Madagascar, and to invite him to address the Assembly.

President Ravalomanana (*spoke in French*): Eight years ago in this very Hall, we, the leaders of the world, solemnly adopted the Millennium Development Goals (MDGs). Three years ago, we reviewed the Goals to assess the progress made thus far. We realized

that the Goals were in danger of not being attained by the year 2015, and we all acknowledged that we would be able to achieve them only through a considerable increase in our efforts.

Have we been able to deliver on those promises and commitments? I am afraid that we have not. In fact, the situation is more complex now than it was three years ago. We are facing a global food crisis, a global economic crisis and a global security crisis, with war and political hostilities spreading throughout the globe. In spite of efforts to reduce the divisions between the rich and the poor, the progress we have made so far on the MDGs has fallen far short of the targets we established.

Those global crises are of such importance that they are threatening to delay the achievement of the MDGs beyond 2015. It would be a major mistake if we were to do nothing to prevent that from happening. We must remain focused on the achievement of the MDGs. I highly appreciate the aid and assistance provided by donors and international organizations. Those institutions and their programmes are making a difference in the daily lives of people throughout Africa, including in Madagascar.

In Madagascar, for example, under-five mortality rates have dropped from 159 to 94 per 1,000. Primary school enrolment has increased from 67 per cent to more than 92 per cent. A million Malagasy have risen out of poverty in the past five years. None of that would have been possible without the support of the international community.

Unfortunately, official development assistance continues to shrink, while the aid provided by the international community remains insufficient. The target of 0.7 per cent of gross national income allocated to official development assistance was set with a view to achieving the MDGs in the developing countries. In his report on Africa's development needs (A/63/130), the Secretary-General rightly stresses that most of the wealthy donor nations have failed to deliver on their promises to help the world's poorest countries. The same report estimates that donor countries must increase aid by $18 billion a year in order to honour their pledge to provide $50 billion dollars by 2010.

In Africa, we continue to bear the consequences of those broken promises. Africa cannot break the vicious cycle of poverty: families have difficulties feeding themselves and the number of families with access to safe drinking water and adequate sanitation infrastructure is very small. I call upon all donor countries to honour their promises and to demonstrate leadership by explaining to their people why supporting the MDGs and the fight against poverty is a moral obligation and essential to creating a more stable and peaceful world.

We are all aware of the current world food crisis. For us and other countries, it is a heavy burden that poses many new challenges. The global food crisis is partly the result of the domestic agricultural subsidies and tariff protection practices of developed countries, which for many years have discouraged agricultural production in developing countries. In Africa, we find ourselves in very difficult circumstances. Because we have such low agricultural output, we are dependent on the global marketplace to feed our people. With commodity prices soaring, however, we cannot afford the basic food items needed to survive. We are in an unprecedented crisis. Rising food prices are pushing more people into absolute poverty.

The international community needs to take urgent and coordinated action to counter the negative impacts of increasing food prices on poor and vulnerable countries. Global trade policies must foster food security for all. Developed countries must reform their agricultural subsidy policies and amend the strategies and practices that increase the volatility of international prices. The international community must also help African countries to expand agriculture and to strengthen agricultural investment and the infrastructure needed for rural development.

The new agricultural development strategies must address the need for environmental management, sustainable development and the resistance of crops to disease and climate change. Given the impact of global climate change, maintaining healthy biodiversity is critical to sustaining future production performance.

Small subsistence farmers, representing 80 per cent of Africa's population, are key to its development. We must support them through a variety of programmes focused on training, access to finance and equipment, and marketing and distribution processes. Those small subsistence farmers must be an integral part of, and benefit from, a new model of agricultural production, economic development and environmental management. In that regard, I appreciate the true value

of the new dynamic of the Food and Agricultural Organization's pragmatic approach.

I would like to speak about what we are doing in Madagascar to address the challenge of food security. Our chief intention is to make Madagascar's agriculture more productive, more sustainable and more open to innovation and entrepreneurship, as the initiative Future Farmers of Madagascar shows.

For example, we are promoting the widespread use of the System of Rice Intensification, developed in Madagascar in the 1980s, an eco-friendly method of production that is an important part of the natural revolution, recently launched in Madagascar. That revolution is based on sustaining our natural resources and maintaining an ecological balance. It respects the soil, the environment and the people. At the moment, as rice is the staple food of the people of Madagascar, we are trying to keep the domestic rice price at an affordable level to protect the most vulnerable layers of the population.

In addition to that food crisis, we are confronted with other important challenges: climate change, increasing energy prices, unpredictable financial markets and other threats to our peace and security. What are the consequences of those threats and challenges?

First, those threats have a severe impact on the education, health and well-being of the population. In short, they have a very negative impact on our development. Secondly, those challenges are now competing with the Millennium Development Goals (MDGs). Many of the resources dedicated to achieving the MDGs are now being directed elsewhere. They are being used to reconstruct countries destroyed by war or that have collapsed as a result of social conflicts. They are also being used to stabilize the food markets, meet energy demands and tackle climate change issues.

I understand that countries devastated by wars and other armed conflicts, by environmental disasters or by famine need assistance. I understand, and I support reforestation efforts and the need for new hydro-energy plants. What I do not understand, however, is that all those challenges and threats offer reasons for countries to abdicate on their promises of doubled aid for education, health and infrastructure, in order to achieve the MDGs in developing countries, especially in Africa.

For that reason, I have repeatedly stressed the importance of international assistance, especially the need to increase, improve and better coordinate that assistance, if donors are to meet their previously agreed pledges. There are links between the MDGs and the political, economic, environmental and other challenges I have mentioned. Therefore, more investment towards achieving the MDGs will contribute to addressing those challenges. In fact, improving the situation of the most dominated is one of the best means to solve them.

However, we must realize that those challenges will not be solved by simply shifting resources from one problem to another. It is clear that those other challenges require additional resources and a better coordination of efforts. Africa has been hit harder than any other continent by the food crisis, by higher energy prices, by environmental degradation, by disease and by social and political destabilization. That is why I would like once again to reiterate the need for a new Marshall Plan for Africa.

It seems that many world leaders, and public opinion, have forgotten or neglected the MDGs. We cannot fill one group's basket with the advantages of globalization while we empty the basket of another through the cost of globalization. It is increasingly clear that domestic interests are serviced at the cost of international needs. The outcome of the latest round of the World Trade Organization proved that. The lack of shared decision-making power in international institutions and global forums is a significant obstacle to making progress in developing countries and to achieving the MDGs. I would like to see a United Nations that can mobilize the resources and political will to tackle the toughest of problems — and succeed.

I am optimistic. I believe that we can turn the situation around. I appeal to you as leaders of the world. Everyone needs to contribute more goodwill, more motivation, more technical assistance, more coordinated efforts and, above all, more financial resources to the international basket. If you want to do so, if we are all committed to doing so, we shall be able to confront those crises together and achieve the Millennium Development Goals, and I am sure that we are going to win.

The recent fourth Tokyo International Conference on African Development provides an encouraging and promising example of our partners' commitment and

willingness to advance the development agenda of Africa and to achieve the MDGs. More and more foundations, such as the Gates, Rockefeller, MacArthur, Better U and Clinton Foundations, and others, are playing a vital role in Africa. All those initiatives are much appreciated.

Madagascar has embarked on the path of transformation. To accelerate and better coordinate our development process and to make a quantum leap forward, we have created the Madagascar Action Plan, or MAP. It is a bold and ambitious, five-year plan that aims to promote rapid growth, lead to the reduction of poverty and ensure that the country develops in response to the challenges of globalization and in accordance with the national vision, Madagascar Naturally, and with the Millennium Development Goals. To implement the plan we have mobilized the whole population, whose active participation strengthens its sense of national pride and country ownership.

To help it move further on that path and to achieve the MDGs, the international community must double its efforts in Madagascar. For our part, we are resolved to assume our responsibilities, build trust with our partners, strengthen our capacities, promote democracy and good governance and take control of the future of our country.

It is crucial to share the responsibility and to prove our ability for leadership in achieving the Millennium Development Goals. I am calling on the leaders of the world to confront the challenge of transforming our thinking and our actions towards development to build a new Africa that becomes a continent of hope and opportunity.

The President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I wish to thank the President of the Republic of Madagascar for the statement he has just made.

Mr. Marc Ravalomanana, President of the Republic of Madagascar, was escorted from the General Assembly Hall.

Address by Mr. Boris Tadić, President of the Republic of Serbia

The President (*spoke in Spanish*): The Assembly will now hear an address by the President of the Republic of Serbia.

Mr. Boris Tadić, President of the Republic of Serbia, was escorted into the General Assembly Hall.

The President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I have the honour to welcome to the United Nations His Excellency Mr. Boris Tadić, President of the Republic of Serbia, and to invite him to address the Assembly.

President Tadić: In 1945, on the heels of the most destructive conflict the world had ever seen, facing an uncertain future characterized by the threat of nuclear annihilation, the United Nations was established by men and women of strategic vision. In San Francisco, my country proudly sat among the Organization's founders.

Our courageous political ancestors created this Organization in the belief that international law, based on the doctrine of sovereign equality of States, must supplant the use of force to settle differences between nations. This core abiding conviction of the founders must be repeatedly reconfirmed. The founders' sense of purpose must also be reaffirmed. And the obligation they handed down to us must continue to be exercised by all with a solemn sense of responsibility.

However much the world has changed since 1945, the United Nations remains the only universal intergovernmental institution that unites us as a global community of sovereign States. And standing at the very heart of this indispensable Organization is the General Assembly, the ultimate source of the international system's legitimacy. The unique world forum that is the General Assembly brings us together as sovereign equals, each acting on behalf of a country, with one vote, as guaranteed by the Charter of the United Nations.

The sacrosanct character of the foundational doctrine of sovereign equality and its accompanying binding obligation to respect each other's sovereignty and territorial integrity constitutes the very nature of the enduring legitimacy of the United Nations.

This arrangement has not changed, and I believe it must not change — unless we seek to overthrow the Charter and overturn the global legal order upon which it is built.

I come before the General Assembly as the President of a country that has become caught up at the heart of one of the most dangerous challenges to the

nature of the international system since the founding of the United Nations. I speak of the unilateral, illegal and illegitimate declaration of independence by the ethnic Albanian authorities of our southern province of Kosovo and Metohija, a territory that stands at the crucible of the identity of the Serbian people. It is the essential link between our proud national past and our proud European future. It is what ties the living tradition of Serbia to itself today.

The attempt at secession took place on 17 February 2008, in direct violation of the Charter of the United Nations, the Helsinki Final Act and Security Council resolution 1244 (1999). Kosovo's ethnic Albanian leaders chose to take that unilateral step after walking away from the negotiating table. They believed that if they walked away, the path to securing independence would open up before them. They believed it because that is what they were told. And they believed it because an artificial deadline on the talks was affirmed from the outside, after which, if no compromise solution was reached, Kosovo's independence would be imposed.

Under such circumstances, a negotiated solution was never a realistic option. With a fixed deadline and a default position that fulfilled the maximalist demands of Kosovo's ethnic Albanians, what incentive did they have to negotiate with Serbia in good faith? All they had to do was to pretend to engage in a process predetermined to fail and wait out the clock.

The incentives for compromise were far outweighed by the incentives for maximalism. The result was the rejection of Serbia's reasonable offer of almost unrestricted self-government, the broadest possible autonomy one can imagine.

Kosovo's unilateral declaration of independence (UDI) amounts to an attempt to partition a State Member of the United Nations against its will, and with disregard for the firm opposition of the Security Council, in order to appease a volatile and threatening ethnic minority. As a result, the very nature of the international system has been called into question.

We all know that there are dozens of Kosovos throughout the world, just waiting for secession to be legitimized, to be turned into an acceptable norm. Many existing conflicts could escalate, frozen conflicts could reignite, and new ones could be instigated.

We have heard the argument that Kosovo is sui generis, that it is a unique case. But the truth is, that is tantamount to saying that Kosovo is an exception to international law, that Kosovo should stand beyond the rules that govern the behaviour of the international community.

The Republic of Serbia rejects that claim, believing that no people is authorized to declare itself an exception, especially when doing so is in defiance of the position taken by the Security Council.

We face a defining moment. We must stand together in steadfastness and determination against a fundamental violation of international law.

Serbia responded to Kosovo's UDI with utmost responsibility and restraint. Despite political turmoil, our country continued to work hard to contribute to maintaining regional stability. From the very onset of this grave crisis, Serbia has ruled out the use of force. And we have not exercised other unilateral options, such as the imposition of economic sanctions against our breakaway province. Instead, we have opted for a peaceful and diplomatic approach, the result of which is that a vast majority of States Members of the United Nations have refrained from recognizing Kosovo's UDI. They have continued to abide by their obligations under the Charter of the United Nations to respect the sovereignty and territorial integrity of my country. On behalf of the Republic of Serbia, allow me once again to sincerely thank these countries for their adherence to the principles of international law.

Serbia proposes a non-confrontational way to respond to the threat posed to its territorial integrity. We have chosen to use the law. While rejecting violence and unilateralism categorically, we are equally emphatic in demanding that justice be delivered through the proper legal means at the disposal of any State Member of the United Nations. To that end, the Republic of Serbia has submitted a draft resolution to be considered at this session of the General Assembly. Let me make it clear that the text of the draft resolution refrains from taking political positions on Kosovo's UDI. Instead, in simple and direct language, it asks the principal judicial organ of the United Nations — the International Court of Justice — to render an advisory opinion on the following question: "Is the unilateral declaration of independence by the Provisional Institutions of Self-Government of Kosovo in accordance with international law?"

We believe that sending the Kosovo question to the International Court of Justice would prevent the crisis from serving as a deeply problematic precedent in any part of the globe where secessionist ambitions are harboured. We also believe that an advisory opinion from the Court would provide politically neutral yet judicially authoritative guidance to many countries still deliberating on how to approach Kosovo's UDI in line with international law.

Members' votes in support of the draft resolution would serve to reaffirm another key international principle at stake: the right of any State Member of the United Nations to pose a simple, elementary question on a matter it considers vitally important to the competent court. To vote against is in effect to vote to deny the right of any country, now or in the future, to seek judicial recourse through the United Nations system. To vote against means to accept that nothing can be done when secessionists in any part of the world proclaim the uniqueness of their cause and claim exception to the universal scope of international law. Such an attitude could lead to the end of the United Nations system as we know it. Allow me therefore to formally ask for the support of each and every Member State for Serbia's proposal before the General Assembly.

While the International Court of Justice deliberates on the legality of UDI, Serbia will remain a good-faith partner in the interim administration of our southern province. The functionality of a reconfigured international civilian presence under the overall authority of the United Nations, as defined by resolution 1244 (1999), is of great importance to my country. It must remain status-neutral and cannot therefore be based on the so-called Ahtisaari proposal, which was rejected by Serbia and not approved by the Security Council.

It is well known that the European Union (EU) has committed itself to building the much-needed institutional and societal fabric of our southern province. Let there be no doubt: My country supports the deepening of Europe's engagement in any part of Serbia, including Kosovo. In order for Europe's presence in Kosovo to be fully anchored within an acceptable, legitimate framework, it is vital that its mandate be approved by the Security Council. We will work with the Member States and the Secretariat to ensure that we achieve consensus in the near future on the international civil presence in our southern province.

In conclusion, I want to emphasize that the central strategic priority of the Republic of Serbia is rapid accession to the European Union. Serbia will join the EU not only for reasons of geography, heritage, and economic prosperity, but also because of the values we hold in common. They constitute the intangible greatness of twenty-first-century Europe and they form the foundation of our democracy, our society and our beliefs in what we can accomplish.

Our common values also point to the significance of reconciliation — an important reason why Serbia is fully cooperating with the International Criminal Tribunal for the Former Yugoslavia. We have demonstrated our unequivocal commitment time and again. We will continue to do so because it is our duty — our legal, political and moral duty — to the victims, to ourselves and, most of all, to the generations to come.

Europe has become the unifying force of the region. My country's absolute dedication to joining the EU is shared by all the countries of the western Balkans. If we choose, as democracies, to belong to something that is greater than the sum of its parts, the balkanization of the Balkans can be reversed.

Serbia's European vision is complemented by our strong desire to continue restoring and deepening the many close friendships that Yugoslavia made across the globe during the post-Second World War period. It will be one of the key priorities in the years to come for my country and my Government. As a country that is the largest successor to a co-founder of the Non-Aligned Movement, Serbia will work hard to contribute to a more equitable global community, devoted to advancing the democratization of international relations, economic and social development, and human rights.

I close by saying that my country remains ready to further promote a nobler form of intergovernmental cooperation that truly addresses challenges, alleviates divisions, and reduces tensions. Such a vision can be built only on the firm foundation of the universal principles of sovereign equality, solidarity and international law within the framework of the United Nations.

The President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I wish to thank the President of the Republic of Serbia for the statement just made.

Mr. Boris Tadić, President of the Republic of Serbia, was escorted from the General Assembly Hall.

Address by Mr. Jakaya Mrisho Kikwete, President of the United Republic of Tanzania.

The President (*spoke in Spanish*): The Assembly will now hear an address by the President of the United Republic of Tanzania.

Mr. Jakaya Mrisho Kikwete, President of the United Republic of Tanzania, was escorted into the General Assembly Hall.

The President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I have the honour to welcome to the United Nations His Excellency Mr. Jakaya Mrisho Kikwete, President of the United Republic of Tanzania, and to invite him to address the Assembly.

President Kikwete: Allow me at the outset to convey my very warm regards and congratulations to you, Sir, on your well-deserved election to preside over the sixty-third session of this Assembly.

On behalf of the African Union, the United Republic of Tanzania and in my own name, I would like to assure you of our unqualified support and cooperation throughout your term of office. Allow me also to use this opportunity to thank and congratulate your predecessor, Ambassador Srgjan Kerim, President of the General Assembly at its sixty-second session, for his leadership and for a job very well done.

Our illustrious Secretary-General, His Excellency Ban Ki-moon, deserves special tribute from us for the excellent manner in which he is discharging the responsibilities of his high office. We appreciate the way in which he has answered the call of duty. My delegation and I reaffirm our support for his great work. His devotion to achieving the Millennium Development Goals (MDGs) reversing the impact of climate change and his concern for Africa's development have won the hearts of many of us in the continent.

As I stand before this Assembly in my dual capacity as Chairman of the African Union and as President of my country, I bring with me a message of hope and optimism from Africa. Africa is no longer the hopeless case as perceived by some. There are so many good things happening in the continent. There is increasing political stability, peace reigns in almost all nations but a few and the economies of many nations are blossoming.

Africa is now a continent in full embrace of democracy, good governance, rule of law and respect for human rights. There is stronger commitment to deal with vices in society, including the problems of corruption.

Most African countries have embraced democratic governance and regular, periodic elections are the norm. In the past two years, a good number of African countries have successfully held democratic elections. It is a matter of principle enshrined in the Constitutive Act of the African Union that leaders who come into office through undemocratic means are not allowed to participate in the activities of the African Union. It is this principle that guided the African Union in suspending Mauritania from the organs of the African Union until democratic dispensations are restored.

It is heart-warming, indeed, that Africans, through the African Union and their regional economic organizations, have been proactive and have taken the lead in monitoring elections and resolving conflicts where they have arisen. This was the case with Kenya and very recently with Zimbabwe. Indeed, Africa has come of age. The old principle of non-interference in internal affairs is surely being replaced by non-indifference to violations of democracy and abuse of human rights in Member States.

There are fewer conflicts in the continent today than was the case a few years ago. This is testimony to the fact that democracy and good governance are taking root and the African peace and security architecture is working. However, much more needs to be done to strengthen the African Union's capacity for early warning, conflict prevention and conflict resolution. There is also a need to do the same with the regional economic groupings to buttress their peacebuilding efforts.

I would like to recognize the United Nations, the European Union and States and other institutions in the world that have generously supported the strengthening of the infant African Union peace and security mechanism. I would like to call on all of them to

continue supporting the African Union mechanism as well as the regional mechanisms and peacekeeping operations in Africa.

There are only three conflict situations worth mentioning and discussing in this Assembly today. These concern the conflicts in Darfur and Somalia and the volatile security situation in the eastern part of Democratic Republic of the Congo.

In Darfur, the humanitarian crisis still persists although there may be some encouraging signs of improvement. I believe the situation would be much better if the entire contingent of the United Nations Hybrid Operation in Darfur (UNAMID) forces was deployed, and the peace talks between the rebels and the Government of Sudan were resumed and concluded. Also, improvement would be seen if humanitarian aid work was allowed to be carried out unencumbered and matters related to justice were dealt with judiciously.

There is a need therefore for the United Nations, the African Union and the Government of the Sudan to continue to work together expeditiously to remove the obstacles impeding the deployment of UNAMID, to remove the obstacles impeding the dialogue between the Government of the Sudan and the rebels, impeding humanitarian operations and impeding the process of dispensation of justice in Darfur.

I was in Sudan two weeks ago and held very fruitful discussions with His Excellency President Omar Al-Bashir. I also met officials of the Joint UN-AU peacekeeping mission in Darfur. We discussed the situation in Darfur, the obstacles involved and came to some understanding on the way forward. I am hopeful that progress can be made. We need to seize the moment and the opportunities that are now unfolding.

It is the considered view of the African Union that the indictment of President Omar Al-Bashir at this particular point in time will complicate the deployment of UNAMID and the management of the humanitarian crisis in Darfur. It is for this reason that the African Union sees deferment as the most expedient measure now.

Let me make one thing clear: when we talk about deferment, we should not in any way be perceived as condoning injustice. Justice is a matter of essence. It must be done, it must be seen to be done. We are simply concerned with the best possible sequencing of measures so that the most immediate matters of saving lives and easing the suffering of the people of Darfur are taken care of first. Getting the support and cooperation of the Government of the Sudan is a matter of essence in the fulfilment of all that we want to seen done in Darfur.

The conflict in Somalia remains difficult to manage and resolve. The inter-party dialogue has not yet borne the desired results. The African Union peacekeeping efforts seem to be overstretched. We call upon the United Nations to step in and take over the peacekeeping responsibilities at the earliest possible time before the African Union mission is overwhelmed. Time is of the essence. Let me use this opportunity to commend the Governments of Ethiopia, Uganda and Burundi for their invaluable contribution to peacekeeping efforts in Somalia.

The volatile security situation in the eastern Democratic Republic of the Congo is a matter of great concern. We are deeply saddened by the ongoing fighting between the government forces and rebel forces of General Laurent Nkunda. The continued presence of negative forces threatening the security of countries neighbouring the Democratic Republic of the Congo is another complicating factor.

The African Union is committed to be more proactive in the search for lasting peace in that troubled region. We will work with regional leaders and the United Nations in that regard.

On September 15 this year, a landmark breakthrough was achieved in the Zimbabwe political crisis when the three political parties to the conflict: The African National Union-Patriotic Front, the Movement for Democratic Change-Tsvangirai and the Movement for Democratic Change-Mutambara, signed the historic agreement for ending the conflict and forming an inclusive Government. The leaders of those three parties are now engaged in the process of implementing that agreement. Getting to this point in a conflict situation that seemed almost impossible to resolve is a major achievement indeed.

We need to congratulate President Robert Mugabe, Prime Minister Morgan Tsvangirai and Deputy Prime Minister Arthur Mutambara on their wisdom and statesmanship. We also need to acknowledge, recognize and commend, in a special manner, President Thabo Mbeki of the Republic of

South Africa for his sterling leadership. It was his patience, perseverance and understanding that made it all happen. His imminent departure from office, which comes suddenly, raises some concerns about what may happen if difficulties are experienced with the implementation of the agreement. I see no cause for alarm. The South African Government remains, and I am sure the new leadership will continue to be, seized of the matter.

Moreover, since the agreement is the product of the decision taken in July by the African Union at its summit in Sharm el-Sheikh, Egypt, the African Union and the Southern Africa Development Community stand ready to assist if need should arise.

We in Africa thank you, Mr. President, for including the food and oil crises among the themes for this session of the General Assembly. The current global escalation of food and fuel prices has reached crisis proportions. Sub-Saharan Africa is the region affected the most. It is home to the majority of the least developed countries on this planet. Their food and oil bills have increased exponentially. Food import bills have increased by over 40 per cent over the past year, while oil prices have increased by over 100 per cent since 2005. Even the recent drop in oil prices has not helped much, because prices are still more than twice what they were in 2005.

The high food and oil prices threaten to erode the humble gains made in implementing the Millennium Development Goals and sustaining macroeconomic stability in Africa. The food and oil crisis, coupled with the worsening financial crisis throughout the world, gives us every reason to be very worried. The need for comprehensive action to reverse the situation cannot be overemphasized. We call upon the international community and key players in the global economy to act quickly. The United Nations should take the lead.

Yesterday, this Assembly held a high-level event on Africa's development needs. The meeting received a comprehensive report from the Secretary-General on "Africa's development needs: state of implementation of various commitments, challenges and the way forward" (A/63//130). We are glad to note that the report incorporated some of the recommendations of the Millennium Development Goals Africa Steering Group.

The report's findings underscore the fact that Africa cannot meet its development needs without the support of the international community. Indeed, the international community has been responding favourably. A number of commitments to assisting Africa have been made over the years in different international forums. Unfortunately, the commitments made have not been met fully.

We appeal to the General Assembly to echo the call and impress upon Africa's development partners the need to honour their promise and deliver on their commitments. I also urge this family of United Nations Member States to fully support the political declaration adopted at the high-level meeting yesterday, as we re-dedicate ourselves to meeting the development needs of Africa.

We in Africa have been following with keen interest the ongoing process of the reform of the United Nations. We remain convinced of the ideal that a reform of the United Nations would be incomplete without a reform of the Security Council. On our part, we have authorized our permanent representatives in New York to embark on negotiations with all parties on the reforms of the Security Council. At this juncture, I should reiterate the position of the African Union of asking for two permanent seats with veto power and two non-permanent seats. Our demand should be seen against the backdrop of the reality that Africa is the only continent without a permanent seat in the Security Council, despite our large membership in the United Nations. That is an anomaly. It has to be corrected. The reform of the Security Council, therefore, should take that into account.

The reforms of the United Nations have, on the other hand, to enable the Organization to work better and be more efficient, effective and responsive to the challenges of our times. We are happy with the work of the General Assembly at its previous sessions on advancing the United Nations system-wide coherence agenda. The work has thus far advanced intergovernmental consultations on the United Nations delivering as one: one programme, one budget, one office and one leader.

Tanzania is one of the eight pilot countries on the United Nations "delivering as one" project. Our experience so far has shown that delivering as one is possible. It improves national ownership and strengthens national leadership in the development process. It permits the realignment of United Nations assistance with national priorities and streamlines

business transactions, thus enhancing the efficiency and effectiveness of United Nations activities. I urge this Assembly to follow up on the implementation of this important reform, and I appeal to our development partners to provide the requisite resources.

At the sixtieth session of this Assembly, I reported on the work of the Helsinki Process on Globalisation and Democracy, a joint initiative launched in 2003 and co-chaired by Finland and Tanzania. The Helsinki Process, a forum to facilitate multi-stakeholder dialogue on the possibilities offered and challenges posed by the process of globalization, has come to an end. The main objective of that initiative was to mobilize political will in support of the Millennium Development Goals. The President of Finland, Ms. Tarja Halonen, and I would be glad, as co-chairs of the Process, to present the final report to the Secretary-General this week. We trust that the report will add impetus to global efforts to see political will prevail in the implementation of the Millennium Development Goals. A democracy deficit in international institutions is attendant.

Before I conclude, allow me to mention three things. First, I would remind this world body that the Western Sahara problem remains unresolved. Allow me to make a humble appeal to the Security Council to expedite the process so that the matter is concluded soon. It has been going on for too long. The people of the Western Sahara will then be given the opportunity to determine which way to go. They deserve to be afforded the opportunity to live a normal life in a nation that has been designated as theirs.

Secondly, we should remain seized of the Palestinian question until the two-State solution — the State of Israel and a State of Palestine living together side by side and in harmony — is attained.

Thirdly, there is a matter that we discussed at the most recent African Union summit. It is with regard to the issue of universal jurisdiction being practiced by some European nations. It has now become a matter of harassment for African leaders. We discussed the matter at length at the summit, and we intend to raise this issue with the United Nations for appropriate attention.

Once again, I would like to reiterate the support of the African Union and Tanzania of your efforts, Sir, in fulfilling our collective objectives during this sixty-third session of the General Assembly. Count on our support; rely on our support.

The President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I wish to thank the President of the United Republic of Tanzania for the statement he has just made.

Mr. Jakaya Mrisho Kikwete, President of the United Republic of Tanzania, was escorted from the General Assembly Hall.

Agenda item 8 (*continued*)

General debate

Address by Mr. Didjob Divungi Di Ndinge, Vice-President of the Gabonese Republic

The President (*spoke in Spanish*): The Assembly will now hear an address by the Vice-President of the Gabonese Republic.

Mr. Didjob Divungi Di Ndinge, Vice-President of the Gabonese Republic, was escorted to the rostrum.

The President (*spoke in Spanish*): I have great pleasure in welcoming His Excellency Mr. Didjob Divungi Di Ndinge, Vice-President of the Gabonese Republic, and inviting him to address the General Assembly.

Mr. Divungi Di Ndinge (Gabon) (*spoke in French*): At the outset, on behalf of His Excellency El Hadj Omar Bongo Ondimba, President of the Gabonese Republic and head of State, whom I have the honour to represent here, I should like to sincerely congratulate you, Sir, on your election as President of the General Assembly at its sixty-third session. You can be assured of our full and entire readiness to cooperate to ensure the success of your weighty mission. It is also my pleasure to pay a well-deserved tribute to your predecessor, His Excellency Mr. Srgjan Kerim, for the talent and dedication that he showed in guiding our work throughout the sixty-second session. Finally, to His Excellency Mr. Ban Ki-moon, Secretary-General of the United Nations, I express my encouragement as he carries out his lofty duties at the head of our Organization.

The food crisis that is currently raging is characterized by rising prices for foodstuffs. Its causes are both structural and immediate. Indeed, the predominance of biofuel crops over subsistence crops and the implementation of trade policies based on subsidies and export restrictions have a disastrous

impact on food security. The food riots of the second half of 2008, which have taken place throughout the world — particularly in Africa — in response to soaring food prices, reflect a major crisis and express the increased difficulties faced by hundreds of millions of people in feeding themselves.

One hardly need repeat the words said by Mr. Boutros Boutros-Ghali when, in November 1999, he addressed the thirtieth session of the Conference of the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO): "Hunger is as unacceptable as war." It is therefore urgent that we make a lasting response to the food crisis by taking collective action at the global level to halt it and ensure food security for our most vulnerable populations.

Here, I should like to commend the adoption, on 5 June 2008, of the Declaration of the High-level Conference on World Food Security by heads of State or Government meeting in Rome. Likewise, at the regional level, we welcome the conclusions of the regional meeting on the food crisis held on 29 July 2008 in Kinshasa under the auspices of the Economic Community of Central African States. At the continental level, we call for the effective implementation of the July 2003 Maputo Declaration, which sets out a framework for accelerating agricultural development and food security; the 2006 Abuja Declaration, which advocates a green revolution in Africa; and, more recently, the Sharm el-Sheikh Declaration on the challenges of the increase in food prices and agricultural development.

It is in that contact that Gabon, like other countries of the South hit by this crisis, has taken urgent fiscal and budgetary measures supported by a six-month suspension of import duties and taxes on consumer products and a suspension of the value-added tax on such products, causing a substantial loss in terms of the State budget.

In addition, from a medium- and long-term perspective, Gabon is working together with international partners, in particular FAO and the United Nations Development Programme (UNDP), to implement its national poverty reduction strategy and its special food security programme. The latter incorporates aspects related to water management, intensifying vegetable production and diversifying and increasing agricultural production. We are prepared to go even further, because we must banish the spectre of hunger and malnutrition once and for all. The achievement of Millennium Development Goal 1 depends on that.

Furthermore, the food crisis poses the problem of the role and place of agriculture in our economies. Rather than making us overly concerned, it should lead us to rethink that sector in order to increase its contribution to the development of our countries.

The challenge of feeding a planet with a growing population is closely linked to the environmental issue and to climate change. Environmental degradation is characterized by the degradation of natural resources, including the growing water shortage, the increase in arid lands, deforestation and the effects of global warming. All these elements prevent an increase in agricultural production that could contribute to a lasting solution to the food crisis. Thus, we must do our utmost to significantly reduce greenhouse gas emissions.

That is why my country welcomes the road map adopted during the negotiations held in Bali, as the outcome of the thirteenth session of the Conference of the Parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change. The road map is an important step towards the formulation of a follow-up to the Kyoto Protocol, which is set to expire in 2012. Here I should like to commend the recent efforts made by the industrialized countries at the Group of Eight (G-8) summit held in Hokkaido, Japan, in July 2008, at which they once again reaffirmed their will to halve their greenhouse gas emissions by 2050.

For its part, my country, Gabon, whose forests are one of the components of the important Congo Basin — the planet's second ecological lung, after the Amazon — has acceded without reservation to the conventions related to the fight against climate change and the preservation of biodiversity. Indeed, we have decided to shoulder our share of the responsibility by devoting 11 per cent of our territory to humankind through, inter alia, the establishment of 13 national parks. Naturally, those efforts require others, in particular the admission of our forests into the carbon-trading mechanisms and the granting of compensatory measures to African countries by industrialized countries, which are the primary emitters of carbon dioxide.

Developing countries need the international community's ongoing and substantial support to meet the new challenges that they face. It is thus urgent that

all development partners keep their promises, in particular by doubling official development assistance, introducing innovative development financing methods and cancelling debt, whose burden undermines our development efforts.

This appeal also has to do with the varying constraints that weigh on developing countries, particularly HIV/AIDS pandemic, malaria and other infectious diseases that impact their populations and their economies. In fact, with regard to HIV/AIDS, the efforts of African countries to provide universal access to prevention, care and treatment by 2010 do not appear to be sufficient to eradicate that modern-day scourge.

The interdependence of the threats confronting the international community highlights more than ever the need to provide a new impetus to the efforts to promote solidarity and international peace and security. In a number of regions around the world, tensions and deep crises maintain instability and insecurity, thereby inhibiting any chance for development.

Specifically with regard to the Israeli-Palestinian conflict, we can never emphasize enough that only concerted and thorough efforts based on the principle of two States — Israel and Palestine — living in peace and security within secure and internationally recognized borders will make it possible to bring about a lasting, just and equitable solution to that conflict.

In Africa as well there are many hotspots of tension that continue to be concern. That is the case with respect to Somalia, where the instability that has prevailed for more than 15 years undermines any fledgling development. Still, we should commend the recent efforts to promote a political process that would be open to all in that country, in particular reaching the agreement signed on 9 June 2008 in Djibouti between the Federal Transition Government and the Alliance for the Reliberation of Somalia under the auspices of the United Nations, with the support of the African Union. One hopes that that event, which is a true opportunity towards a lasting settlement of that conflict, will lead to the deployment of a United Nations peacekeeping operation that could help end the chaos that has prevailed in that country since 1990.

The overall security situation in Darfur also continues to be a source of great concern for the international community. One should, however, commend and encourage the tenacious efforts undertaken in the joint mediation of the African Union and the United Nations in carrying out an inclusive process that would lead to a settlement to the conflict in Darfur, which has lasted for a number of years.

The situation between Chad and the Sudan has sparked genuine hope, due to the resumption of dialogue between those two States within the framework of the various agreements that they have signed, particularly the Dakar Agreement of 13 March 2008.

With respect to Central African Republic, we can only commend the meaningful progress made within the framework of the preparations for an inclusive political dialogue since the first meeting of the follow-up committee on peace talks. We encourage the United Nations and international partners to commit further in rebuilding that fraternal country.

Lastly, with respect to Côte d'Ivoire, Gabon welcomes the progress made in the implementation of the Ouagadougou Agreement and its additional agreements. We appeal to the various partners of that fraternal country to support those efforts.

The myriad challenges we have just addressed can be dealt with only through collective actions at the global level. That is why the heads of State and Government recognized in the Millennium Declaration and reaffirmed in the Outcome Document of the 2005 World Summit the need to strengthen the United Nations in order to make it a tool that would allow them to better achieve their priority goals. That is why my country welcomes the fact that since the 2005 World Summit, most of the major recommendations in the Outcome Document have been implemented in the framework of the process of reform of the United Nations. The establishment of two major bodies — the Peacebuilding Commission and the Human Rights Council, which have been operational since June 2006 — is a perfect demonstration of this.

Bolstered by the major progress made, we need to continue our efforts over the coming sessions to complete the reform process. For example, we need to complete the revitalization of the General Assembly, the Organization's most representative deliberative body. Similarly, consistency in the actions of the United Nations bodies should be reinforced. From that standpoint, I wish to commend the Delivering as One initiative, which has had encouraging results in the pilot countries.

Regarding reform in the Security Council, we need to commend the tireless efforts of the different Presidents of the General Assembly, which have made it possible to complete the process of consultations that should lead to the beginning of intergovernmental negotiations by 31 January 2009, at the latest. The building of a more just and secure world that would meet the deep aspirations of our peoples depends on that.

The President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I wish to thank the Vice-President of the Gabonese Republic for the statement he has just made.

Mr. Didjob Divungi Di Ndinge, Vice-President of the Gabonese Republic, was escorted from the rostrum.

The meeting rose at 1.25 p.m.

United Nations A/63/PV.6

General Assembly
Sixty-third session

Official Records

6th plenary meeting
Tuesday, 23 September 2008, 3 p.m.
New York

President: Mr. D'Escoto Brockmann . . . . . (Nicaragua)

The meeting was called to order at 3.10 p.m.

Address by Ms. Tarja Halonen, President of the Republic of Finland

The President (*spoke in Spanish*): The Assembly will now hear an address by the President of the Republic of Finland.

Ms. Tarja Halonen, President of the Republic of Finland, was escorted into the General Assembly Hall.

The President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I have the honour to welcome to the United Nations Her Excellency Ms. Tarja Halonen, President of the Republic of Finland, and to invite her to address the Assembly.

President Halonen: Let me first congratulate you, Sir, on your election to preside over the sixty-third session of the General Assembly. We express our full support for your presidency. I also thank the Secretary-General for his resolute efforts to promote the United Nations and its values.

Finland aligns itself with the statement of the European Union.

Our world is facing unforeseen challenges, such as climate change and the food crisis. The current economic turmoil also requires decisive action. At the same time, we have not been able to rid ourselves of conventional crisis. Unfortunately, armed conflicts are still a reality all over the world. Too often, we — the international community — are unable to agree on a common response. Too often, people affected by poverty and conflicts are let down.

The need to adapt the international architecture to these challenges is deeper than ever. We need an efficient United Nations to find common solutions for our future. The United Nations represents collective security in its most global form. Finland is committed to building a more secure, fair and just world through a reformed and credible United Nations.

I had the pleasure earlier this week of presenting to the Secretary-General the final report of the Helsinki Process on Globalization and Democracy. The main political message of this joint initiative of Finland and the United Republic of Tanzania is that some of the challenges posed by globalization can be solved only through multi-stakeholder dialogue, and that the United Nations could play an important role in facilitating and developing new practices for such cooperation.

Climate change must be addressed with vigour. Otherwise, it can wipe out our achievements in the field of sustainable development and even bring into question the whole future of mankind. Recent extreme weather phenomena can be a serious indication of the challenges we are about to face. Multilateral engagement and shared responsibility are the only effective means to tackle this global menace. Others' indifference is no excuse for inaction. Climate change is a matter of our responsibility to future generations. There is no place for petty politics or recrimination.

The United Nations has to play a leading role in the global response to climate change. We must reach a

This record contains the text of speeches delivered in English and of the interpretation of speeches delivered in the other languages. Corrections should be submitted to the original languages only. They should be incorporated in a copy of the record and sent under the signature of a member of the delegation concerned to the Chief of the Verbatim Reporting Service, room C-154A. Corrections will be issued after the end of the session in a consolidated corrigendum.

08-51606 (E)

comprehensive global agreement on a new international climate regime. The Copenhagen Climate Change Conference will take place in December next year. It is evident that global commitments need to be implemented and also supplemented by national and regional action. It is important to include all stakeholders, from non-governmental organizations to private enterprises, and from individual citizens to Governments. We need everybody; it is necessary that women too can participate fully in this work.

Industrialized countries have to bear their share in mitigating climate change. However, international negotiations on the new climate regime cannot succeed without extensive participation by the developing countries. We must actively support the most vulnerable developing countries in adapting to and combating climate change.

There is mounting evidence that poverty, especially in rural areas, can be reduced by sustainable management of natural resources. Forests are crucial in reducing greenhouse gases. Finland has a long history of sustainable forest management, and we understand its impact on rural development and employment. We would like the United Nations to intensify its efforts to assist Governments and communities to improve their capacities for rural development and sustainable forest management. We are of course ready to work with others in this respect.

I am pleased to be a co-host, together with the President of Liberia, Ms. Ellen Johnson-Sirleaf, my friend, of the International Colloquium on Women's Empowerment, to be held in Liberia next March. The conference will address women's role in climate change, security, governance and leadership.

Rising food prices are a challenge with worldwide consequences. Once again the poorest and the most vulnerable — women and children — suffer the most. Food shortages lead to deterioration of diets, and can provoke social unrest. Effective Government action and improved donor coordination are crucial in tackling the food crisis. The United Nations Comprehensive Framework for Action is an excellent initiative in addressing this global challenge.

Parallel to the short-term response, attention must be paid to medium- and long-term policies in enhancing food security. Support for the rural sector is crucial for sustainable and equitable development, growth and well-being. Moreover, the promotion of good agricultural practices is among the best approaches to adaptation to climate change.

This food issue can also provide opportunities. If developing countries are supported in the spirit of the Aid for Trade agenda, they can better take advantage of their agricultural potential, including exporting. And we need to ensure, again, that both women and men benefit from support, keeping in mind that women produce most of the food in many developing countries.

The United Nations currently deploys well over 100,000 military and civilian personnel in peacekeeping operations. This is a remarkable figure, and we, the Member States, must continue to support the United Nations efforts in this field. The United Nations and regional organizations should work closer together in carrying the burden in preventing and resolving conflicts.

Increased cooperation should be extended to the African Union. We already have good cooperation and experience in our own region, because improving efficiency and improving cooperation between the European Union and the United Nations remain a top priority. In Kosovo, and most recently also in Georgia, we continue close cooperation between the United Nations, the European Union and the Organization for Security and Cooperation in Europe.

That is why I also dare to say that increased cooperation should be extended to the African Union. A continued United Nations peacekeeping presence in Chad and in the Central African Republic would contribute to wider stabilization efforts, both locally and regionally.

Tackling today's multifold conflicts requires a comprehensive approach to security. Trade, development policy and humanitarian aid need to be utilized alongside traditional crisis management tools. We must — even better than today — take women and children into account in conflicts and post-conflict peacebuilding.

We have made good decisions. We have to make them become reality. I am pleased to inform the Assembly that last Friday Finland published a national action plan on implementing Security Council resolution 1325 (2000). We hope that more and more member countries will do the same.

Furthermore, there can be no sustainable peace without justice. Finland strongly supports the International Criminal Court in rejecting impunity for the most serious international crimes.

Finally, I want to share my memories and experience. I had the privilege to co-preside over the Millennium Summit with President Sam Nujoma of Namibia eight years ago. We witnessed leaders having the spirit and the courage to adopt the Millennium Declaration and to make a commitment on the Millennium Development Goals. It is our duty to fulfil these commitments. Africa requires our devoted attention and support, as was agreed yesterday. Let us work for it, because today, in this Hall, it is once again time to pledge our joint commitment to the ideas and values of the United Nations.

Everyone present may remember what the Charter calls us to do: "to unite our strength to maintain international peace and security". While the concept of security has changed and become broader, the onus is on us to follow this call of the Charter and translate it into action.

The President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I wish to thank the President of the Republic of Finland for the statement she has just made.

Ms. Tarja Halonen, President of the Republic of Finland, was escorted from the General Assembly Hall.

Address by Mr. Haris Silajdžić, Chairman of the Presidency of Bosnia and Herzegovina

The President (*spoke in Spanish*): The Assembly will now hear an address by the Chairman of the Presidency of Bosnia and Herzegovina.

Mr. Haris Silajdžić, Chairman of the Presidency of Bosnia and Herzegovina, was escorted into the General Assembly Hall.

The President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I have the honour to welcome to the United Nations His Excellency Mr. Haris Silajdžić, Chairman of the Presidency of Bosnia and Herzegovina, and to invite him to address the Assembly.

President Silajdžić: It is an honour to address the General Assembly at its sixty-third session.

Allow me to express my gratitude to Mr. Srgjan Kerim, who ably presided over the Assembly during the preceding year, and to congratulate you, Father Miguel d'Escoto Brockmann, the new President of the General Assembly. I also thank you, Sir, for an inspiring appeal for respect for basic, universal ethical values.

The first time I stood at this rostrum was in May 1992, as the Foreign Minister of a newly independent Bosnia and Herzegovina. At that time, I recounted the unspeakable atrocities that were unfolding in my country. I also warned that, if not stopped, such atrocities would only get worse. In fact, I merely asked that Bosnia and Herzegovina be accorded the right to defend itself, the right guaranteed by the Charter.

We know what has happened since. Some in the international community insisted on maintaining the arms embargo imposed by the Security Council in 1991, thus adding to the obviously overwhelming military advantage of Milosevic's regime, which was bent on destroying Bosnia and Herzegovina and its people. They justified this course by claiming that lifting the arms embargo meant adding oil to the fire. The result was that the fire was quelled with the blood of the innocent.

According to International Committee of the Red Cross data, 200,000 people — 12,000 of them children — were killed, up to 50,000 women were raped, and 2.2 million people were forced to flee their homes. This was a veritable genocide and sociocide. The intent of the perpetrators of this genocide was to forever destroy the unique multi-ethnic fabric of Bosnia and Herzegovina through mass slaughter, rape, torture, abuse, expulsion and plunder. In spite of this, defenders of our country conducted themselves honourably, as demonstrated by the acquittal by the International Criminal Tribunal for the former Yugoslavia of most of Bosnia and Herzegovina's military leadership.

All this culminated in Srebrenica in July 1995. The International Court of Justice — the court of this Organization — ruled in its Judgment of 26 February 2007 that "the Bosnian Serbs devised and implemented a plan to execute as many as possible of the military aged Bosnian Muslim men present in the enclave" (*para. 292*) and that

> "the acts committed at Srebrenica ... were committed with the specific intent to destroy in

> part the group of the Muslims of Bosnia and Herzegovina as such; and accordingly … these were acts of genocide, committed by members of the [Army of Republika Srpska] in and around Srebrenica from about 13 July 1995." (*para. 297*)

Through its acts and omissions, the United Nations, by its own admission, bears part of the responsibility for the crimes committed at Srebrenica. In fact, the Secretary-General's 1999 report on Srebrenica unequivocally states:

> "Through error, misjudgement and an inability to recognize the scope of the evil confronting us, we failed to do our part to help save the people of Srebrenica from the Serb campaign of mass murder ... Srebrenica crystallized a truth understood only too late by the United Nations and the world at large: that Bosnia was as much a moral cause as a military conflict. The tragedy of Srebrenica will haunt our history forever." (*A/54/549, para. 503*)

We do not want the United Nations to be haunted. This Organization's credibility is too important to the world to carry the burden of this failure. Errors can be committed, but errors must not be repeated. We want the United Nations to right the wrongs. In fact, international law mandates that this must be done. The International Law Commission's articles on State responsibility for internationally wrongful acts, adopted in resolution 56/83 of 12 December 2001, mandate that "No State shall recognize as lawful a situation created by a serious breach [of a peremptory norm of general international law]", which clearly includes the crime of genocide and crimes against humanity, "nor render aid or assistance in maintaining that situation" (*article 41*).

If those principles had been applied, would the institutions identified by the International Court of Justice as perpetrators of genocide still exist? Would vast portions of a country remain ethnically clean? Would over a million refugees and displaced persons remain outside their homes? In short, do these principles allow for the arrest of Karadzic and the simultaneous preservation of the results of his project? In fact, just today The Hague Tribunal announced a revised indictment against Karadzic that charges him with genocide and crimes against humanity, against both Bosnians and Croats in 27 municipalities in Bosnia and Herzegovina. This process will further implicate the Milosevic regime in the planning and commission of those crimes.

We cannot bring back the dead, but we can give dignity and justice to the survivors. What we say today is aimed not at the past, but at the future, and not only for Bosnia and Herzegovina. We owe it to not only the victims and survivors, but humanity as a whole. The message to the would-be perpetrators of crimes in the name of a twisted ideology should be crystal-clear: do not even think about it; your terror will not pay off. That should be the message.

In Bosnia and Herzegovina, we had the opportunity to make that true by a consistent implementation of the 1995 Dayton Peace Agreement, which ended the aggression, stopped the genocide, and brought peace. These were its major accomplishments, and their value cannot be overemphasized.

The Dayton Peace Agreement, however, was also intended to reverse the effects of genocide and ethnic cleansing. It had all the necessary elements to do so. Instead, in the words of the Constitutional Court of Bosnia and Herzegovina, its main provisions have been a victim of:

> "a systemic, continuing and deliberate practice of the public authorities of Republika Srpska with the goal of preventing the so-called minority returns, either through direct participation in violent incidents or through the abdication of responsibility to protect the people from ... violent attacks due solely to their ethnic background".

Dayton never intended such ethnic apartheid to take root in Bosnia and Herzegovina. It is not the implementation of the Dayton Peace Agreement, but the violation of its core principles, that led to this result. It would be a grave mistake to recognize this result as lawful and legitimate. It is the responsibility of this Organization to make it right. Just as we should not have been forced to smuggle arms into our own country to defend ourselves, we should not be forced now to smuggle basic human rights, justice and democracy into Bosnia and Herzegovina.

Without righting this wrong can we genuinely celebrate the sixtieth anniversary of the adoption of the Universal Declaration of Human Rights this December? Moreover, can we celebrate the sixtieth anniversary of the adoption of the Convention on the

Prevention and Punishment of the Crime of Genocide if the first and only Judgment of the International Court of Justice on the crime of genocide remains in the Court's archives?

Now is the time to right these wrongs. We are about to start work on the new Constitution of Bosnia and Herzegovina, and the outcome of that process will answer many of these questions.

To those who now seek to legitimize the systemic violations of the Dayton Peace Agreement, we all must say: make no mistake, genocide will not be rewarded. That is the responsibility of this Organization. Rewarding genocide would send a dangerous message throughout the world, and would surely undermine the chances of peace and stability in Bosnia and Herzegovina and the region.

Seekers of justice are not the enemies of peace. They are the guardians of peace. As the Secretary-General said today, justice is the pillar of peace and stability. That is what this statement is all about. Certainly, there are those in Bosnia and Herzegovina who would not agree, but they are surely not the victims of genocide.

We have not forgotten the help we received from many of the countries represented here today, a number of whose soldiers, diplomats, aid workers and journalists died in Bosnia and Herzegovina while working to end the aggression, bring peace and ease the suffering, or to make sure that the rest of the world knew about it. For that we thank them once again, and renew our sympathy to their families.

An even greater number of countries have assisted us in rebuilding our society after the aggression, and we extend our heartfelt gratitude for that as well. Bosnia and Herzegovina still needs help in this regard, and we hope that we can work together in order to ensure permanent peace and stability in my country, the region and the world.

The President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I wish to thank the Chairman of the Presidency of Bosnia and Herzegovina for the statement he has just made.

Mr. Haris Silajdžić, Chairman of the Presidency of Bosnia and Herzegovina, was escorted from the General Assembly Hall.

Address by Mr. Paul Kagame, President of the Republic of Rwanda

The President (*spoke in Spanish*): The Assembly will now hear an address by the President of the Republic of Rwanda.

Mr. Paul Kagame, President of the Republic of Rwanda, was escorted into the General Assembly Hall.

The President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I have the honour to welcome to the United Nations His Excellency Mr. Paul Kagame, President of the Republic of Rwanda, and to invite him to address the Assembly.

President Kagame: We are gathered here once again to reflect on major national, regional and global challenges — and on how together, as the United Nations, we can renew our commitment to finding solutions. It gives me great pleasure to share with the General Assembly some insights on how some of those global developments affect Rwanda, as well as our region, as we continue to strengthen our social, economic and democratic institutions for improving the lives of our citizens.

In the context of fighting poverty and achieving the Millennium Development Goals, our second-generation poverty-reduction strategy is gathering momentum in Africa, East Africa and Rwanda, and is being implemented in the context of greater stability and peace. In Rwanda we are registering a healthy economic growth rate, which is currently averaging 7 per cent annually, in an increasingly open and conducive environment that encourages domestic and foreign investors. We also continue to deepen our regional integration in the East African community. That is essential for a bigger and more dynamic market, which should become a far more effective and efficient gateway to global business.

With regard to empowering women and promoting their socio-economic and political participation, we continue to make significant progress. In the just-concluded Rwandan parliamentary elections for the lower chamber, women candidates performed exceptionally well, increasing their presence in the new Parliament from 49 to 55 seats. We believe that, besides improving gender status in our country, that marks healthy progress towards realizing a vision of a united, democratic and prosperous Rwanda.

Allow me to raise another issue that may have wider implications, namely, that of justice and, more specifically, of universal jurisdiction and its abuse. It is important that those who consider themselves powerful nations do not misuse that tool of international justice to extend their laws and jurisdiction over those they perceive to be weaker countries. If unchecked, one can only imagine the legal chaos that would ensue should any judge in any country decide to apply local laws to other sovereign States. The United Nations has a duty to ensure that universal jurisdiction serves its original goals of delivering international justice and fairness, as opposed to abuse.

There is no doubt that climate change is among the critical challenges of our time. Africa is being gravely affected. Deserts and dry zones continue to claim more territory. Over-reliance on wood for energy by our populations is leading to severe deforestation. Furthermore, unpredictable weather and rainfall patterns, combined with limited scientific and technological capacities, are already undermining our continent's ability to effectively manage water resources.

We take those challenges very seriously in Rwanda. Earlier this month, in Kigali, the Africa Climate Change Forum brought together policymakers, business leaders and academic and scientific communities from different parts of the world. They reaffirmed that the world community urgently needs to think globally, but also to act locally, in translating resolutions into actions. Towards that end, we are determined to intensify efforts in the areas of reforestation, terracing and irrigation for more effective use of water and land resources, as well as to prevent soil erosion. It is indispensable that we partner together as a global community to urgently act to protect our planet in the context of the Convention on Climate Change and the Kyoto Protocol.

Rwanda is committed to regional and global peace and stability. Let us not forget that the process of comprehensively resolving the issue of those who committed genocide in Rwanda has yet to be completed. We stand ready to play our part in addressing that matter in the context of broader objectives to consolidate stability and peace on our continent. Once again, I assure the Assembly of our determination and commitment to creating a safer and better world.

The President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I wish to thank the President of the Republic of Rwanda for the statement he has just made.

Mr. Paul Kagame, President of the Republic of Rwanda, was escorted from the General Assembly Hall.

Address by Mr. Valdas Adamkus, President of the Republic of Lithuania

The President (*spoke in Spanish*): The Assembly will now hear an address by the President of the Republic of Lithuania.

Mr. Valdas Adamkus, President of the Republic of Lithuania, was escorted into the General Assembly Hall.

The President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I have the honour to welcome to the United Nations His Excellency Mr. Valdas Adamkus, President of the Republic of Lithuania, and to invite him to address the Assembly.

President Adamkus: First, I would like to express my great respect to the leadership of the General Assembly as it guides the Organization through global issues and challenges.

When I stood at this podium 10 years ago, the list of issues to be urgently addressed was about the same, yet the mood was different. The Kyoto Protocol had just been signed and preparations for the Millennium Summit, including the drafting of the Millennium Development Goals, were under way. The international community, guided by the principles and the leadership of the United Nations, showed the will and the ambition to resolve global issues.

But did we manage to turn that collective will into principled and decisive actions? I have to admit that many nations, big and small, have many more concerns today than they did a decade ago. Today we feel less secure. The very structure of the international system seems to be fracturing, depriving us of the protection provided by international law and international institutions. In my region, in Eastern Europe and in the eastern neighbourhood of the European Union (EU), that is more obvious than anywhere else.

Take energy security: oil supplies to Lithuania have been cut off without warning, and we do not stand a chance of conducting a normal civilized dialogue on how to fix the problem. Gas supplies were interrupted to our neighbours Ukraine and Belarus. In that light, and on the eve of closing down our only independent power generator, we have very serious reason to worry about the possible risks for the future of our economy. I would also say that other countries of our region also have concerns about unreliable energy supplies. Such a situation threatens the stability of the entire region. The United Nations cannot be a mere passive observer if, and when, universal values and international law are under threat. Too often, we remain observers in the face of mounting security crises.

What happened to Georgia a few months ago is a case in point. The United Nations largely failed to react to an act of aggression against a small nation that has been a Member of the United Nations since 1992. Perhaps we failed to react because one of the interested sides to the conflict is a permanent member of the Security Council, which has the responsibility to protect both the letter and the spirit of the Charter of the United Nations and various United Nations resolutions.

But maybe we also failed to react because our faith in the United Nations has weakened. It is the very essence of the Organization's mission to protect human life and human rights, but too often voting on human rights receives less and less support from Member States. Today, there are still about 26 million internally displaced persons in the world, including in the Sudan, Somalia, the South Caucasus nations of Georgia and Azerbaijan, and other places. Last year alone, we faced serious crises in different corners of the planet, including in Myanmar, the Sudan and Zimbabwe. The world needed United Nations leadership, but the Organization has not acted accordingly. That is because some States hide behind technicalities or the shield of national sovereignty, thereby paralysing the United Nations.

It is quite evident that the United Nations cannot continue with business as usual. It needs reform and a greater role in areas that will determine the future of the twenty-first century, such as energy, information security, anti-terrorism, the fight against fundamentalism and the like. How long will we continue with cold-war-era security definitions, closing our eyes to the less visible, but no less dangerous dangers of the twenty-first century? When 17 years ago, following the Soviet occupation, my country regained independence and joined the United Nations, we were told that never again would Molotovs and Ribbentrops dare to decide the future of other nations. Next year we will mark the seventieth anniversary of the shameful Molotov-Ribbentrop secret protocols.

But Lithuania and other nations of the former Soviet Union still have to fight against the revisionism seeping down from the Kremlin's towers and the blatant claims that there was no occupation of the Baltic States and that there was no Holodomor in Ukraine, where millions of people were starved to death by a ruthless dictator. Should not an alarm bell ring across the entire international community when we see such bold attempts to cover up crimes against humanity?

Today, my nation is commemorating the Day of Genocide of Lithuanian Jews. That tragedy is a powerful reminder to us all of the vulnerability of freedom, but it also teaches us that sincere efforts to admit one's crimes help nations to reconcile and create a truly peaceful, secure and stable area. Therefore, on this solemn day we not only remember but we also learn.

If we are to reform the United Nations in a meaningful way, perhaps we should have a better look at the experience of European nations after the end of the Second World War and the end of the cold war. Based on that experience, it is obvious that we need to strengthen democracy at home in order to have good governance and responsible leadership. Perhaps responsible leaders will not protect us from all global challenges, but they will at least seek cooperation with their people and other nations to resolve their persisting problems.

It is only through integration that truly indivisible security can be achieved. Indivisible security has special meaning and importance for smaller nations, which have all too often fallen victim to the redrawing of maps. It is my conviction that the interaction of, and cooperation among, different organizations — like the Organization for Security and Cooperation in Europe, EU, NATO and the Council of Europe — have been, and should remain, the foundation for security and stability in Europe. There are difficulties and deficiencies; but there is no alternative, and new alternatives are not needed. I am therefore deeply

worried by new calls to revise the institutional structure of European security, rather than to abide by commitments undertaken before the whole international community.

Security based on cooperation should remain the basic principle of different European organizations and of international relations as a whole. The philosophy of the balance of power, which is again growing popular in some capitals, has no place in contemporary Europe. And because security is indivisible, it is in the interest of the international community that the United Nations should play a greater role in strengthening preventive diplomacy and making the principle of the responsibility to protect work.

The United Nations also has to be more responsive to emerging threats, such as unreliable energy supplies, fundamentalism and cyber attacks. It does not matter if the world is unipolar, bipolar or multipolar. Human life and human rights remain at the heart of our world. Only such a world can create a truly viable architecture among States — an architecture based on trust, openness and respect for human rights. But did we see efforts to create such an architecture in the Georgia-Russia conflict? What we saw instead were renewed attempts to divide the world into zones of influence or privileged interests. That should be unacceptable to the international community in the twenty-first century. Division and exclusion are bad remedies for conflict resolution. Conflict resolution in South Ossetia, Abkhazia and elsewhere should therefore be the responsibility of the international community and international institutions, not of one participating side, which hardly remains impartial.

We also have to maintain commitments to value-based policies. It is through our commitment to change and reform that Lithuania has become what it is today: a consolidated democracy, a strong reformed economy and an active contributor to international peacekeeping missions from the Balkans to Afghanistan.

I believe that we, the peoples of the United Nations, have to renew our commitment to universal values and principles, so that we march together and in the same direction and our steps become stronger. I believe that we must learn those lessons well, so that in another 10-years' time we can celebrate not only the fulfilled promise of the Millennium Development Goals but also the fulfilled promise of creating lasting peace and an era of progress, prosperity and human integrity. It is because the United Nations consists primarily not of the sum total of votes but of universal principles that those principles shall be a guiding light for us in the years to come. I still believe that that is the core mission of the Organization. I care deeply about it.

The President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I wish to thank the President of the Republic of Lithuania for the statement he has just made.

Mr. Valdas Adamkus, President of the Republic of Lithuania, was escorted from the General Assembly Hall.

Address by Mr. Mahmoud Ahmadinejad, President of the Islamic Republic of Iran

The President (*spoke in Spanish*): The Assembly will now hear an address by the President of the Islamic Republic of Iran.

Mr. Mahmoud Ahmadinejad, President of the Islamic Republic of Iran, was escorted into the General Assembly Hall.

The President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I have the honour to welcome to the United Nations His Excellency Mr. Mahmoud Ahmadinejad, President of the Islamic Republic of Iran, and to invite him to address the Assembly.

President Ahmadinejad (*spoke in Farsi; English text provided by the delegation*): I am grateful to the Almighty for granting me another opportunity to be present at this world Assembly. In the past three years, I have talked to the Assembly about great hopes in the bright future of human society and about some solutions for achieving sustainable peace and expanding love, compassion and cooperation. I have also talked about unjust systems governing the world; pressures exerted by some Powers seeking to trample the rights of other nations; oppression imposed on the majority of the global community, especially on the peoples of Iraq, Palestine, Lebanon, Africa, Latin America and Asia; about challenges we are faced with, such as efforts to shatter the sanctity of families, destroy cultures, humiliate lofty values, neglect commitments and expand the shadow of threats; as well as about the arms race and the unfairness and inability of the systems governing world affairs to reform the status quo.

Ahm.1

Ahm.2

Ahm.3

Ahm.4 With the emergence of various new developments, the debility of existing mechanisms has been revealed even more starkly. However, at the same time an encouraging trend, originating in the thoughts and beliefs of peoples, has blossomed and become stronger. Against the backdrop of the despair caused by the new developments, that trend has ignited a glimmer of hope in the hearts of men for a brilliant, desirable and beautiful future.

Ahm.5 Today, I would like to talk to the Assembly about the main reasons behind the conditions ruling the world and the means to address them. Of course, the Assembly is already aware of what I am talking about, but I think it is necessary to remind ourselves. It seems

Ahm.6 that the roots of problems lie in the way one views and perceives the world and humankind, as well as in the important issues of freedom, obeisance to God, and justice. The world, humankind, freedom, obeisance to God, and justice have been of the utmost importance to humans throughout history.

Ahm.7 God Almighty purposefully created the world. The world is the bedrock for the evolution and growth of a creature called man, and the laws governing the world and all other creatures are at the service of humankind's quest for loftiness. The world should provide the needed opportunities for the fulfilment of the purpose behind humankind's creation. No

Ahm.8 phenomenon, creature or, indeed, anything has been created in vain. Together they all pave the way for the flourishing of humankind in a complex and purposeful system, and they are each one of the signs of God Almighty. All are His creations and He is the sole creator and ruler of the world. All existence, including power, knowledge and wealth, comes from Him.

Ahm.9 With regard to humankind, God created the world for humans, and humans for Himself. He created humans from mud and in the soil, but He did not want them to remain in the soil or with animal instincts. He kindled the light of guidance in their souls and asked them to rise from the soil to the heavens and to Him with the help of wisdom, prophets and perfect men.

Ahm.10 The world will ultimately disappear, but God has created humankind for eternity and has made it a manifestation of Himself. Creativity, mercifulness, kindness, knowledge, wisdom, zeal, compassion, splendor, justice, bounteousness, generosity, greatness, love, glory, dignity, forgiveness, insight, kingship and all other goodness and beauty are attributes of God. God did not create humans for aggression, bloodshed, rancour, selfishness and destruction. He made humans His vicegerents on Earth and has asked them, on the one hand, to make Earth prosper by using their God-given potentials, to prepare the ground for the growth of divine attributes in all humans and to provide all with a life full of beauty, amity, freedom, justice and goodness; and, on the other hand, in pursuance of that path, to prepare for a prosperous, everlasting life endowed by God's mercy. God has obligated humans to Ahm.11 Ahm.12 live divinely and socially, for it is only through social life and interactions with others that divine attributes can emerge.

With regard to obeisance to God, God Almighty Ahm.13 has tied the perfection and true freedom of humans to the devotion and obedience to Himself. True freedom and obedience to God are in balance, and in fact are two sides of the same coin. Obeisance to God means Ahm.14 confessing to monotheism, obeying His commands, and being free from ungodly worship. Obeisance to God means the acceptance of the absolute truth, the absolute light and the absolute beauty. Obeisance to God means abandoning selfishness, animal instincts, power-seeking and aggression and surrendering to righteousness, justice, love and perfection.

In that way, humans can achieve their true Ahm.15 freedom and flourish. They can grow and manifest divine attributes, have affection for others, stand up for justice, fear no power or threat and defend the oppressed. In such an environment, one's freedom will Ahm.16 not impinge on any others'. Contention and conflict are characteristic of materialistic freedom and animal instinct. The essence of all divine religions and Ahm.17 obeisance to God and true freedom is disassociating from oppressors and instead obeying and worshiping God.

God is omniscient and knows all that is revealed or kept secret, and He is kind and merciful. All creatures are humble before Him and resign themselves to His will. God is alive and is the Creator of the universe and all life. God loves His creatures and desires nothing but goodness, blessings and perfection for them, and is against bullying, injustice, selfishness and domination.

With regard to justice, it is the foundation of the Ahm.18 creation of humankind and the whole universe. Justice is tantamount to placing every phenomenon in its own place and providing humans with opportunities to

actualize all their divine capabilities. Without it, the order of the universe will collapse and the opportunity for perfection will fade away. Without justice, it would be impossible for human society to taste real peace, beauty, joy and happiness. Justice is the main pillar of social life, and without it social life cannot continue or grow. Ahm.19

Humans need to know God in order to realize a prosperous society in this world as well as to strive for a beautiful eternal life. To that end, they first have to know themselves and strive for loftiness in themselves and their societies. However, as long as the world is construed as closed, limited and aimless; as long as eternal life is considered imaginary and illusory, while the afterlife and the judgment day, as well as reward and punishment, are thought of as fictional and unreal; as long as morals and commitment to them are called backwardness, while immorality, lies, deceit and selfishness are considered desirable and humans are limited to a materialistic life in this world; as long as attempts are made to replace obedience to God and following His prophets and true freedom with servitude to materialistic tendencies, animal instincts and the oppression of others, while contention reaches its pinnacle; as long as the aggressors, because of their financial, political and propaganda powers, not only escape punishment but even claim righteousness; and as long as wars are started and nations enslaved in order to win votes in elections, not only will the problems of the global community remain unsolved, but they will be increasingly exacerbated. Ahm.20 Ahm.21 Ahm.22

Let us look at the situation in the world today. Ahm.23

Iraq was attacked under the false pretext of uncovering weapons of mass destruction and overthrowing a dictator. The dictator was toppled and weapons of mass destruction were not uncovered. A democratic government is established by the votes of the people, but after six years the occupiers are still there. They insist on imposing colonial agreements on the people of Iraq by keeping them under Chapter VII of the United Nations Charter. Millions of people have been killed or displaced, and the occupiers, with no sense of shame, are still seeking to solidify their position in the political geography of the region and to dominate oil resources. They have no respect for the people of Iraq and they disregard any dignity, rights or status for them. The United Nations is not capable enough to solve the problems and to stop aggression, occupation and imposition. Ahm.24

In Palestine, 60 years of carnage and invasion is still continuing at the hands of some criminal and occupying Zionists. They have forged a regime by collecting people from various parts of the world and bringing them to another people's land by displacing, detaining and killing the true owners of that land. With advance notice, they invade, assassinate and maintain food and medicine blockades, while some hegemonic and bullying Powers support them. The Security Council cannot do anything and sometimes, under pressure from a few bullying Powers, even paves the way for supporting those Zionist murderers. It is natural that some United Nations resolutions that have addressed the plight of the Palestinian people have been relegated to the archives unnoticed. Ahm.25 Ahm.26

In Afghanistan, the production of narcotics has multiplied since the presence of NATO forces began. Domestic conflicts continue, terrorism is spreading and innocent people are bombarded on a daily basis in streets, markets, and schools and at wedding ceremonies. The people of Afghanistan are the victims of the willingness of NATO member States to dominate the regions surrounding India, China and South Asia. The Security Council cannot do anything about it because some of those NATO members also happen to be the major decision-makers in the Council. Ahm.27

In Africa, there are efforts to re-establish the relationships of the colonial era. By starting civil wars in large countries, including the Sudan, the disintegration of those countries is planned in order to serve the interests of some corrupt Powers. When there is national resistance, the leaders of the resistance are put under pressure by legal mechanisms created by the very same Powers. Ahm.28

In Latin America, people find their security, national interests and cultures seriously endangered by the menacing shadow of alien domineering Governments, and even by the embassies of some empires. Ahm.29

The lives, property and rights of the people of Georgia, Ossetia and Abkhazia are victims of the tendencies and provocation of NATO and certain Western Powers and the underhanded actions of the Zionists. Ahm.30

The never-ending arms race, the proliferation and stockpiling of nuclear and other weapons of mass destruction, and the threats to use them and the Ahm.31

establishment of missile defence systems have made the situation unstable.

Ahm.32 With regard to Iran's peaceful nuclear programme, despite the inalienable right of all nations, including the Iranian nation, to produce nuclear fuel for peaceful purposes, and despite such facts as the

Ahm.33 transparency of all Iranian activities and our country's full cooperation with the inspectors of the International Atomic Energy Agency (IAEA) and the Agency's repeated confirmation of the fact that Iran's activities are peaceful, a few bullying Powers have sought to put hurdles in the way of the peaceful nuclear activities of the Iranian nation by exerting political and economic pressure on Iran and threatening and pressuring IAEA. Those are the same Powers that produce new generations of lethal nuclear arms and possess stockpiles of nuclear weapons that no international organization is monitoring. Moreover, the tragedies of Hiroshima and Nagasaki were perpetrated by one of them.

Ahm.34 Indeed, they are not against weapons, but they oppose the progress of other nations, and tend to monopolize technologies and to use those monopolies to impose their will on other nations. However, it is

Ahm.35 very natural that the great Iranian people, with their trust in God, with determination and steadfastness and with the support of their friends, will resist the bullying and have defended and will continue to defend their rights. The Iranian nation is for dialogue, but it has not accepted and will not accept illegal demands. The time

Ahm.36 has come for IAEA to present a clear report to the international community on its monitoring of the disarmament of those nuclear Powers and their nuclear activities, and for a disarmament committee to be established by independent States to monitor the disarmament of those nuclear Powers.

Ahm.37 Theories of development that are in line with the hegemonic system and not in accordance with the true needs of humankind and human societies have become repetitive and bland tools for assimilating economies, expanding hegemonic domination and destroying the environment and the social solidarity of nations. There

Ahm.38 is no end in sight to this. Poverty, hunger and deprivation are hurting more than one billion of the world's population and have dashed their hopes for a decent life.

Ahm.39 The dignity, integrity and rights of the American and European people are being played with by a small but deceitful number of people called Zionists. Although they are a miniscule minority, they have been dominating an important portion of the financial and monetary centres, as well as the political decision-making centres of some European countries and the United States, in a deceitful, complex and furtive manner. It is deeply disastrous to witness that some presidential or premier nominees in some big countries have to visit those people, take part in their gatherings and swear their allegiances and commitment to their interests in order to attain financial or media support.

That means that the great people of America and various nations of Europe need to obey the demands and wishes of a small number of acquisitive and invasive people. Those nations are spending their dignity and resources on the crimes, occupation and threats of the Zionist network against their will.

Ahm.40 All that is due to the manner in which the immoral and the powerful view the world, humankind, freedom, obeisance to God and justice. The thoughts Ahm.41 and deeds of those who think they are superior to others and consider others to be second class and inferior, who intend to remain out of the divine circle and to be the absolute slaves of their materialistic and selfish desires, who intend to expand their aggressive and domineering natures, constitute the roots of the problems in societies today. They are the hindrances to the realization of material and spiritual prosperity and to security, peace and brotherhood among nations.

Ahm.42 I explicitly state that the Iranian people and the overwhelming majority of peoples and Governments are against those deeds and perspectives of the world-domineering Powers. The establishment of justice Ahm.43 requires people who have achieved moderation and justice inside themselves, restrained their domineering attitudes and actualized their attributes of self-sacrifice and are at the service of humankind. The complete and full-scale manifestation of such characteristics can happen only under the rule of the righteous and perfect human being who is obedient to God and who is promised by the divine prophets.

Ahm.44 Of course, with the grace of God Almighty, a hopeful trend is flourishing in the heart and soul of human societies. The universal eagerness for justice, purity, love for others, monotheism and the quest for perfection is clearly and increasingly on the rise. A Ahm.45 universal resistance to the acquisitiveness, aggression and selfishness of the bullying Powers is being formed.

Today, the bullying Powers' thoughts, practices and strategies are rejected by nations and Governments, and all are seeking to establish new human relations based on justice, with a view to attaining prosperity, perfection, security and sustainable welfare. That is the very auspicious phenomenon that all the traditions of creation and the ruling laws of the universe emphasize and support.

Ahm.46 Today, the Zionist regime is on a definite slope to collapse, and there is no way for it to get out of the cesspool it and its supporters have created. The Islamic Ahm.47 Republic of Iran, while fully respecting the resistance of the oppressed people of Palestine and expressing its all-out support for it, submits to the Secretary-General of the United Nations its humane solution, based on a free referendum in Palestine to determine and establish the type of State in the entire Palestinian lands.

Ahm.48 The American empire in the world is reaching the end of its road, and its next rulers must limit their interference to their own borders. Today, the thought of hegemony quickly becomes a demerit.

Ahm.49 I should now like to say a few words to expansionist Governments ruling global relations. Be aware that living with obedience to God and carrying out His orders, having compassion for people and striving for the fulfilment of justice is to your advantage too. I invite you to return to the path of God, the prophets and the people of the world, as well as to truth and justice. The only route to salvation is a divine Ahm.50 straight path. Otherwise, God's hand of power will emerge from the sleeve of oppressed nations and will make your life difficult, and will put an end to your hegemony. Let us love the peoples of the world and Ahm.51 respect their rights. Rectify past behaviour. That will benefit you and the human community. The Iranian people are prepared, along with other nations, to help you be rescued from your current situation and to establish peace and prosperity.

Ahm.52 Fortuitously, opportunities are accessible. With the grace of God Almighty, the existing pillars of the oppressive system are crumbling. Great developments in favour of humankind, as well as its true and real rights, are on the way. A golden and brilliant future is awaiting humankind. A global community filled with Ahm.53 justice, friendship, brotherhood and welfare is at hand, as I have elaborated — a community that will tread the path of beauty and love under the rule of the righteous and perfect human being, the one promised by all divine prophets and the one who is the true lover of humankind; a community that will be devoid of all fear, despair and privation. Such a community will soon be ours. The community promised by the great divine prophets Noah, Abraham, Moses, Jesus Christ and Muhammad is about to materialize.

Let us, hand in hand, expand the thought of Ahm.54 resistance to evil and the minority of those who are ill-wishers. Let us support goodness and the majority of people who are good and the embodiment of absolute good that is the Imam of Time, the Promised One who will come accompanied by Jesus Christ, and accordingly design and implement just and humanistic mechanisms for regulating the constructive relationships between nations and Governments.

May the great Almighty deliver the saviour of Ahm.55 nations and put an end to the sufferings of humankind and bring forth justice, beauty and love. Let us have a proper share in the establishment of that illuminated and promised divine age.

The President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I wish to thank the President of the Islamic Republic of Iran for the statement he has just made.

Mr. Mahmoud Ahmadinejad, President of the Islamic Republic of Iran, was escorted from the General Assembly Hall.

Address by Mr. Michel Sleiman, President of the Lebanese Republic

The President (*spoke in Spanish*): The Assembly will now hear an address by the President of the Lebanese Republic.

Mr. Michel Sleiman, President of the Lebanese Republic, was escorted into the General Assembly Hall.

The President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I have the honour to welcome to the United Nations His Excellency Mr. Michel Sleiman, President of the Lebanese Republic, and to invite him to address the Assembly.

President Sleiman (*spoke in Arabic*): I should like to begin by congratulating you, Sir, on your election as President of the General Assembly at its sixty-third session.

I should also like in particular to thank Secretary-General Ban Ki-moon for the excellent report he has prepared on the activities of the Organization in the past year (A/63/1), as well as for his concern in ensuring that the issues of Lebanon are at the centre of debate. In its close pursuit of the situation in Lebanon, the United Nations has established the foundations and principles necessary to face the crises and challenges that have undermined the stability and prosperity of our country. I would like to note in particular the role of the United Nations Interim Force in Lebanon (UNIFIL) and pay tribute to the sacrifices of its personnel. I note also that in his report the Secretary-General notes that there is strong cooperation between UNIFIL and the Lebanese army. I would like to confirm that Lebanon cares a great deal about the security and safety of those troops, especially vis-à-vis the terrorist attacks of which they have been the target.

Lebanon is the cradle of an ancient civilization. Its peace-loving people set sail from their shores towards the European continent, carrying with them elements of an advanced alphabet and spreading in the Mediterranean realm and whatever horizons they were able to open the spirit of communication, dialogue, and free exchange.

Lebanon, which believes in human and cultural values, is one of the oldest parliamentary democracies in the Middle East. Its constitution of 1926 embraces freedom of opinion, freedom of belief and justice and rejects confessionalism and fanaticism. In its endeavour to put this democracy into practice, our nation experienced a distinctive alternation of power despite all the crises, aggression and wars it has known. Today, our country is preparing for new parliamentary elections.

The young Lebanese nation that emerged in 1943, however, suffered from the aftermath of the catastrophe that befell Palestine in 1948. It has received on its narrow territory hundreds of thousands of Palestinian refugees. Since the late sixties, it has been subject to two large-scale Israeli invasions and to a series of Israeli devastating attacks that wreaked havoc in terms of lives, property and infrastructure. The records kept by this Organization bear witness to that brutality.

I recall the two massacres of Qana that were perpetrated against innocent children, women and the elderly, as well as the aggression of July 2006 in which tens of thousands were killed and wounded and displaced which led to the destruction of bridges and civilian facilities in various parts of the country. The Israeli bombardment of the Jiyeh power plant and its fuel storage tanks caused an environmental catastrophe resulting from an oil slick along the Lebanese coastline. That prompted the General Assembly of the United Nations to request Israel to provide immediate and adequate compensation to Lebanon for the damage and pollution it caused. Israel must pay due compensation for the full damage it caused through its repeated aggression against Lebanon.

The United Nations has not hesitated to shoulder its responsibilities towards Lebanon. The Organization issued a series of resolutions in support of Lebanon's independence, sovereignty, unity and territorial integrity, notably Security Council resolutions 425 (1978), which called for an immediate and unconditional Israeli withdrawal from all Lebanese territory, and 1701 (2006), which "calls upon the Government of Israel ... to withdraw all of its forces from southern Lebanon". Lebanon reiterates its commitment to the full content of that resolution.

Mr. Yañez-Barnuevo (Spain), Vice-President, took the Chair.

However, the intransigence of Israel and its failure to comply with the will of the United Nations Security Council pushed Lebanon to adopt, in conjunction with diplomacy, other legitimate options. In 2000, thanks to its people, army and resistance, Lebanon was able to force Israel to withdraw from most of the Lebanese territory that it occupied. This year, successful efforts were made, with the help of the United Nations, to complete the liberation of the Lebanese prisoners and detainees from Israeli prisons.

Despite these achievements and its continued commitment to the resolutions of international legitimacy, Lebanon still faces a host of urgent risks and challenges that require the following.

First, the international community should compel Israel to fully implement resolution 1701 (2006) and stop its serious threats to launch a new war against Lebanon. Such threats are acts of aggression that adversely affect the Lebanese State, the national economy and civil society.

The second challenge is the recovery or liberation of the remaining occupied Lebanese territory in Shabaa Farms, the hills of Kfarshuba and the northern part of

the village of Al-Ghajar, and the upholding of our rights to our water.

Thirdly, Israel must be forced to stop its extensive air breaches of Lebanon's sovereignty. In its most recent briefing to the Security Council, the Department of Peacekeeping Operations confirmed the provocative nature of those actions.

Fourthly, we must obtain all the maps of landmines and cluster-bomb sites left behind by Israel on Lebanese soil. Their presence constitutes a direct threat to the civilian population, especially children. It deprives farmers and families of their livelihood and prevents them from cultivating their land. The States concerned are therefore called upon to meet their pledges to provide the necessary resources for demining declustering programmes.

Fifthly, we need to confront terrorism in all its forms and to maintain internal civic peace. The Lebanese army and the internal security forces have been subjected to brutal attacks by terrorist groups in recent years. They were forced to confront such terrorist groups and make costly and huge sacrifices to defend the dignity of the Lebanese people and their security and stability. In their efforts to combat Israeli terrorist operations, the Lebanese security services managed to arrest the head of an Israeli network that carried out espionage and assassination operations on Lebanese soil.

The sixth challenge is to develop a comprehensive national strategy to protect and defend Lebanon, which would be adopted and coordinated through genuine national dialogue, which we held on 16 September. That is in accord with the Doha Agreement, which is based on the sincere will for national reconciliation and on extending the authority of the Lebanese State over all of its territory.

On this occasion, Lebanon reiterates its commitment to the international tribunal established under Security Council resolution 1757 (2007) to investigate the crime of the assassination of martyr Prime Minister Rafik Hariri and his companions. Lebanon is cooperating with the relevant organs of the United Nations to bring the truth to light and to achieve the process of justice away from any politicization.

Lebanon closely follows the developments of the situation in the Middle East. In view of its commitment to just Arab causes, especially the cause of Palestine, Lebanon reiterates its commitment to the process of achieving a just and comprehensive peace in the region and to the Arab peace initiative that was unanimously adopted by Arab leaders at the 2002 Beirut Summit. Having said that, Lebanon stresses the need for Israel to withdraw from all Arab territories that are still under occupation and stresses the inalienable right of the Palestinian people to return to their land and to establish their independent State on their national soil.

We call on the international community to assume its full responsibilities to provide the necessary financial resources to the United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East (UNRWA) and to support the work carried out by the Lebanese State in this area, until a just solution to the Palestinian problem is found.

From this rostrum, Lebanon cannot but draw the attention of the international community once again to its absolute rejection of any form of resettlement of the Palestinian refugees on its territory, for the following main reasons.

First, the resettlement of the Palestinian refugees in Lebanon runs counter to their right to return to their homeland and homes, which is reaffirmed by the Universal Declaration of Human Rights and the relevant United Nations resolutions.

Secondly, it is difficult for a small country like Lebanon, with limited resources and a population below 4 million people, to provide a decent livelihood for more than 400,000 Palestinian refugees on its territory at a time when large segments of the Lebanese people are emigrating in search of their own livelihoods.

Thirdly, the resettlement of Palestinian refugees is explicitly rejected in the preamble to the Lebanese Constitution, and by the Taif Agreement, which has been recognized and enshrined by resolutions of the United Nations and constitutes a key element of consensus in Lebanon.

While the issue of Lebanon is at the centre of attention of the United Nations, the agenda of our General Assembly is full of items and of political, economic, social and environmental topics that are still waiting for a comprehensive solution. In that context, Lebanon interacts in a special way with the needs and aspirations of the African continent, where hundreds of thousands of Lebanese citizens have been living on its

generous soil for over a century, contributing to Africa's prosperity and development under difficult circumstances. Accordingly, we support the political declaration issued yesterday at the high-level meeting on Africa's development needs. We therefore believe that a major international effort should be undertaken to finance programmes to combat poverty, disease and illiteracy as a means to preserve human dignity and to prevent further armed conflicts on that continent.

Similarly, we hope that a more effective project to build solidarity in the face of natural disasters will be quickly and efficiently finalized in view of the increasing risks arising from climate change, global warming, environmental degradation and the spread of wildfires in forests and green spaces.

Deeply rooted in history and, with the rise of nationalist movements, a contributor to the shaping of the Arab renaissance at the political, cultural, intellectual and social levels, as well as a founding member of the League of Arab States, Lebanon is devoted to preserving Arab solidarity. In that context, we need to revisit the concept of cooperation and good-neighbourliness between countries to consolidate peace and solidarity in the world. That approach will contribute to preserving human rights, and humanity will thus be able to prevent other world wars, regional conflicts and the transnational phenomenon of terrorism, as well as upheavals in our globalized economies, global crises and food crises. All of those matters represent major threats that could spark new wars that might spill over onto the regional level and from one continent to the next.

We need to push for United Nations reform in order to meet that new international challenge. Lebanon is extremely pleased to announce that we have been nominated once again to a non-permanent seat on the Security Council for the biennium 2010-2011. We are of course committed to making a positive and constructive contribution to the Council and hope that we will have the support of all friendly and brotherly States.

Lebanon's philosophy has been based on dialogue and coexistence from the day its citizens approved the National Covenant in 1943, and subsequently when they approved the 1989 National Reconciliation Agreement in Taif. Those themes were also repeatedly stressed in the 2008 Doha agreement. In the face of worsening international conflicts that herald a potential clash of civilizations, Lebanon might well represent a needed international example as a living laboratory of dialogue of cultures and religions.

In his Apostolic Letter of 1989, His Holiness the late Pope John Paul II described Lebanon as "more than a country; it is a message of freedom and a model of pluralism for both the East and the West". Moreover, in his homily delivered during his apostolic journey to Lebanon in 1997, John Paul II characterized Lebanon as "a country of many religious faiths, [which] has shown that these different faiths can live together in peace, brotherhood and cooperation". With 18 different sects coexisting on its soil, and having successfully preserved its democratic system and fundamental freedoms in spite of all sorts of challenges, Lebanon aspires today to become an international centre for the management of dialogue of civilizations and cultures, hoping that the forces of good in the world will prevail and that we can be constructive in our efforts to reach a just and comprehensive solution to all aspects of the conflict in the Middle East as soon as possible.

The Acting President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I wish to thank the President of the Republic of Lebanon for the statement he has just made.

Mr. Michel Sleiman, President of the Republic of Lebanon, was escorted from the General Assembly Hall.

Address by Mr. Mwai Kibaki, President of the Republic of Kenya

The Acting President (*spoke in Spanish*): The Assembly will now hear an address by the President of the Republic of Kenya.

Mr. Mwai Kibaki, President of the Republic of Kenya, was escorted into the General Assembly Hall.

The Acting President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I have the honour to welcome to the United Nations His Excellency Mr. Mwai Kibaki, President of the Republic of Kenya, and to invite him to address the Assembly.

President Kibaki: I wish first to congratulate Mr. D'Escoto Brockmann on his election to the presidency of the General Assembly.

This session of the General Assembly is taking place at a time of great global challenges, such as the

energy crisis, high food prices and instability in the financial markets. Those are serious problems that could erode the gains the world economy has made in the past 10 years. Let me add that our gathering here also provides a window of opportunity for us to review the progress we have made, individually and collectively, in fulfilling the Millennium Development Goals (MDGs).

Nevertheless, before proceeding with my remarks, I wish first of all to update the Assembly on the progress Kenya has made following the challenges we faced soon after the general elections held in December 2007.

Kenyans, fellow Africans and the international community held on to the hope that our country would obtain a peacefully negotiated outcome to the political crisis. That hope was realized on 28 February with the signing of the National Accord and Reconciliation Act. The Accord paved the way for the establishment of a grand coalition Government representing all major political parties and interests in our country.

The Government is making use of that historic window of opportunity to build a consensus that will enable us to address the major challenges facing our nation. We are, for instance, making good progress towards the implementation of far-reaching legal, constitutional and policy reforms that will entrench national cohesion and meet the political, economic and social aspirations of our people.

I am confident that, over the past few months, Kenya has regained its glory and redeemed its image as a peaceful nation, a safe tourist and investment destination and the regional hub for peace and humanitarian efforts. I wish to express, on behalf of all Kenyans, our profound gratitude for the engagement and support of all our friends. In that connection, I wish to pay special tribute to the members of the Panel of Eminent African Personalities, led by former Secretary-General Kofi Annan, the African Union and the United Nations. I would also like to thank the Secretary-General, Mr. Ban Ki-moon, for his personal and constant support.

As Africa grapples with the challenges of competitive elections in fragile democracies divided by regional, racial, religious and ethnic differences, the time has come for us to reflect on the role of competitive electoral processes in the building of our national democratic institutions.

Indeed, the challenge of attaining democratic and inclusive elected Governments is at the core of the conflicts and insecurity prevailing in many parts of Africa. In the Sudan, for example, the Comprehensive Peace Agreement (CPA) continues to hold three years after its signing, despite challenges. I welcome the efforts made by the parties to the CPA in overcoming some recent difficulties. I urge them to intensify their efforts to address all outstanding issues in the implementation of the Accord.

On the other hand, the situation in Somalia remains fragile. That is mainly because the Transitional Federal Government of Somalia has still not received full support from the international community.

While I pay tribute to the Governments of Uganda and Burundi for providing troops as part of the African Union Mission in Somalia, I urge the deployment of the remaining troops to strengthen the Mission. I also urge the United Nations and the international community to assume greater responsibility in Somalia so as to nurture the emergence of a stable and democratic country.

With regard to the Great Lakes, tremendous progress has been made in promoting peace while reducing conflict in the region. The conclusion of the Pact on Security, Stability and Development in the Great Lakes Region has given impetus to our efforts. However, the implementation of the Pact faces challenges owing to renewed tension and hostilities. I call upon all those involved to embrace the Pact and to seek the peaceful resolution of current problems. We must not derail our goal of achieving economic development and regional integration in the Great Lakes. The Special Fund for Reconstruction and Development, on which we all agreed, is now operational. I appeal to the international community to contribute to the Fund. It is a crucial pillar for the promotion of peace and development in the Great Lakes region.

I now return to the food crisis, which I mentioned at the beginning of my speech. Our meeting is taking place at a time when Africa and many other parts of the world are facing a severe food shortage. I am therefore happy to note that the theme of this general debate, “The impact of the global food crisis on poverty and hunger in the world as well as the need to democratize the United Nations”, pays particular attention to that important subject. Indeed, while food prices have risen

globally, their impact has been most severe and adverse for the poorest people living in developing countries. The continued rise in food prices has national security implications for most developing nations.

Therefore, in the immediate future, we must, as Members of the United Nations, find mechanisms to deliver sufficient quantities of affordable food to poor people in Africa and other parts of the developing world. In the medium term, we must also address the issues of agricultural productivity, particularly in terms of making available to smaller farmers in Africa better-yielding seed varieties, modern farming techniques and cheaper fertilizer. That will require more effective global partnerships among developed nations, international institutions and developing nations. In particular, such partnerships should place food security, agricultural technology development and transfer, trade and agricultural credit at the centre of the development agenda.

Indeed, the most equitable way to lift Africa's people out of poverty and underdevelopment is through the widespread commercialization of agriculture. We must focus on the manufacture of and trade in value-added agricultural products, supported by efficient financial services and markets. In that regard, the global community should hasten consensus on agriculture and other contentious issues, so as to enable the successful conclusion of the Doha Development Round of the World Trade Organization.

On the issue of escalating global oil prices, I wish to make a passionate appeal to oil-producing nations to consider the plight of non-oil-producing nations, especially those in the developing world. There is need to address the problem of speculative trading in the oil futures market, where prices have doubled in the past year. Indeed, the rapid increase in oil prices is hurting developing countries the most and does not augur well for international peace and stability. We should all be aware that we are one global community and that none of us is completely isolated from the instability caused by inflationary pressures resulting from the high oil prices.

We have, over the years, discussed the need for a more effective and accountable United Nations that will enable us to address the emerging and persistent global challenges such as climate change, international security, poverty, conflicts and economic disparities. Towards that end, reform at the Security Council is imperative. We need to ensure that its composition reflects equitable geographical representation of the entire United Nations membership. Africa therefore deserves permanent representation on the Security Council.

Reforms are also needed in other areas. We are convinced that strengthening the Economic and Social Council will enable that organ to reassert its authority and its capacity to promote greater coherence and coordination with the multinational financial institutions, the World Trade Organization and other United Nations bodies.

I would like to congratulate the Secretary-General for his continued focus on the Millennium Development Goals and, in particular, the establishment of the MDGs Africa Steering Group, which has, among other interventions, proposed the launching of an African green revolution. I also look forward to the insights and recommendations that will come out of the High-level Event on MDGs later this week.

Finally, I wish to note that the challenges facing us today, such as the global food crisis, attaining the MDGs and climate change, more than ever before require coordinated global and multilateral cooperation. A more effective and accountable United Nations is therefore needed to meet and overcome these challenges.

The Acting President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I wish to thank the President of the Republic of Kenya for the statement he has just made.

Mr. Mwai Kibaki, President of the Republic of Kenya, was escorted from the General Assembly Hall.

The President returned to the Chair.

Address by Mr. Martín Torrijos, President of the Republic of Panama

The President (*spoke in Spanish*): The Assembly will now hear an address by the President of the Republic of Panama.

Mr. Martín Torrijos, President of the Republic of Panama, was escorted into the General Assembly Hall.

The President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I have the honour to welcome to

the United Nations His Excellency Mr. Martín Torrijos, President of the Republic of Panama, and to invite him to address the Assembly.

President Torrijos (*spoke in Spanish*): My first words are addressed to the President of the General Assembly, at its sixty-third session, my friend Miguel d'Escoto. I am pleased that the responsibility of presiding over our deliberations has fallen to a distinguished Latin American of such political and diplomatic eminence in his country and in the region.

The President has invited us — and because of its great importance we are obliged to comply with his suggestion — to focus our debate on the impact of the world food crisis on poverty and hunger in the world.

This Organization was founded at the end of a world conflagration in order to banish war forever and to prevent armed confrontations between nations or groups of nations. Although it has not been possible to avoid all such events, certainly it has acted as a deterrent force that has prevented wars that might have proved even more devastating. The nations of the world decided that it would be here that conflicts among its Members would be resolved.

Now we have to act on a conflict that is not between Member States, but is rather one of all States against hunger and poverty. It is difficult to explain why, if the world is producing sufficient food for all, 854 million people find themselves in a state of food insecurity and more than 1.7 billion people are suffering from iron deficiency. In the last few days we have noted how hundreds of millions of dollars have been directed to rescue commercial enterprises, while we still view with indifference the fact that every year 5.6 million children younger than 5 years are dying directly or indirectly because of malnutrition — that is 640 each hour. In other words, since the moment when we began our deliberations this morning, 5,000 children younger than 5 years have died. They did not die because of terrorist acts, which all condemn, nor because of natural disasters, which we all regret. They died for a reason as simple as it is tragic — they were poor. This situation is simply indefensible.

As part of the Millennium Development Goals (MDGs), we undertook to reduce the number of people suffering from hunger by one half and the number of people who live with an income of less than $1 per day by one half between 1990 and 2015. How can we meet this objective if the price of rice has risen by 74 per cent and that of wheat by 130 per cent? How can we meet this objective if more than one billion people who have escaped extreme poverty run the risk of suffering from hunger unless we do something to stop this upward spiral of food prices?

What is the point of ensuring that more people earn more than a dollar a day if the rise in food prices has in fact altered that measurement of extreme poverty? I do not want to suggest that nothing is being done. The World Food Programme is doing formidable work and donor countries have made extraordinary contributions to alleviate the crisis and bring food to the countries that need it most.

The deliberations of the Human Rights Council, the High-level Conference on World Food Security held at the headquarters of the Food and Agriculture Organization and the meeting of the High-level Task Force on the Global Food Security Crisis constitute additional expressions of the concern of international bodies.

But the fact is that we face a reality that has already caused social disruption and to which no immediate solution is in sight. The major mission of the United Nations is the preservation of peace, and peace is not just the absence of armed conflict between countries, but also lies in the tranquillity of nations and entails the elimination of adverse factors that may disturb that tranquillity.

As if skyrocketing food prices were not enough, they have now been compounded by unjustified speculation, which has raised the price of fuel to absurd levels. It is no longer just the exorbitant earnings of oil companies that are at stake; what is at stake now is the hunger of millions of people who have seen their efforts and hopes go up in smoke without even knowing what has hit them.

This means that we must see to it that from the United Nations reforms that have been so often postponed there emerges a strengthened General Assembly so that, as an expression of all its membership, it may act with authority in response to such situations as those before us today. The Constitution of almost all States of the world provides for the declaration of a state of emergency as a mechanism for dealing with imminent threats to national security or to social harmony.

I am convinced, and I want to say so today, that because of the price of food, we are facing a threat to social peace and that the General Assembly could so declare it so that all governmental forces, private initiatives and international bodies may coordinate their efforts in a crusade to rescue hundreds of millions of people from the clutches of poverty.

The world food price crisis cannot be dissociated from climate change, as if these two problems were not interrelated. Climate change has led to irregular crops through droughts and floods that have had such a severe effect on food stocks.

If the problem of the scarcity and the lack of food is something that we have to deal with comprehensively, we should take measures to mitigate the polluting effects of carbon, at least by market mechanisms or a limiting of carbon production. It is indispensable to develop more efficient technologies, such as wind and solar energy, to take the place of fossil fuels, if our response is not to remain a temporary palliative but may offer a lasting, sustainable solution; we must see to it, without further delay, that we tackle both problems, the food crisis and climate change, in an integral, comprehensive and consistent manner.

It is only thus that we will be able, without further delay, to arrive at responses that are not just stopgaps, but lasting, sustainable solutions. Indeed, ever-greater importance is to be attached to the way we relate to the ecosystems that sustain life throughout the world, and how that affects the survival of our species and civilization.

We must understand that the environmental agenda of the twenty-first century cannot be built on the basis of the idea of a conflict between the environment and the market, nor between the environment and trade barriers, but on the basis of opportunities which the market and trade offer to stimulate new ways of addressing the environmental issues that affect us all.

We know today that there is no intractable contradiction between conservation and development, as perhaps there might have appeared to be when the United Nations convened the first meeting to discuss the subject in 1972. Let us make no mistake. The opposite of conservation is not development, but waste. It is clear from the intimate relationship that exists between environmental problems and those that have to do with social and economic development that the best way to promote natural capital is to promote social capital.

The only way to create a different environment is to build a society free of the problems of poverty, underdevelopment and ignorance which today limit our capacity to establish harmonious relations among all social sectors, and between them and their natural environment.

We have the resources to do it: technology, scientific knowledge and, above all, political leadership and innovative capacity. But we can only succeed through a common approach to environmental management, shared by all the members of the global community who are already moving in this same direction.

The international community has been happy to see that on the other side of the Pacific, tensions have abated, but we note with concern that threats to international peace and security have emerged in other parts of the world.

Panama has set forth its positions in the Security Council. I shall therefore only refer to what was also suggested by the President, that is, the need to democratize this Organization.

Over the last four years, I have heard from countless speakers a widespread demand for the United Nations to finally adapt its structures, which the 50 signatories of the original Charter designed 60 years ago, to the reality of an Organization with 192 Member States and a geopolitical situation very different from that which then existed.

It has become a ritual repeated year after year for every Head of State, foreign minister or ambassador to call, without much success, for a recrafting of the Organization. For myself, as is shown by the commitment of my country to the United Nations, for the fifth time in five years, I come to this podium to ask with the same vigour and energy for the political will to implement reforms.

Panama made a proposal, which, like all the others, could not be the subject of consensus. We still stand by it. We stand by the idea that this Organization must modernize itself, and soon. We cannot allow a situation where, in the absence of agreement, we end up by abandoning the spirit of reform that has inspired us up till now.

I propose therefore that we agree, before the end of the decade, upon initial fundamental reforms which will begin to turn the wheels of modernization. There are numerous examples in different parts of the world, as well as in my own experience as a member of the Government, that allow me to assure members that small reforms, which may appear insignificant to begin with, eventually lead to other, more profound reforms. We must start somewhere.

I would like to express my gratitude to the General Assembly for granting my country, Panama, the honour of non-permanent membership of the Security Council over the past two years. Panamanian diplomats and jurists contributed to the drafting of the Charter of the United Nations and, since that time, Panama's representatives have contributed the wealth of their experience so that the principles which inspired the Charter can continue to prevail. You may rest assured that we will not rest until this Organization, so vital for peace in the world and the sole hope for millions of the poor, is finally endowed with a legal structure appropriate for the twenty-first century.

The President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I wish to thank the President of the Republic of Panama for the statement he has just made.

Mr. Martín Torrijos, President of the Republic of Panama, was escorted from the General Assembly Hall.

Address by Mr. Yoweri Kaguta Museveni, President of the Republic of Uganda

The President (*spoke in Spanish*): The Assembly will now hear an address by the President of the Republic of Uganda.

Mr. Yoweri Kaguta Museveni, President of the Republic of Uganda, was escorted into the General Assembly Hall.

The President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I have the honour to welcome to the United Nations His Excellency Mr. Yoweri Kaguta Museveni, President of the Republic of Uganda, and to invite him to address the Assembly.

President Museveni: Allow me at the outset, Sir, to congratulate you on your election to the presidency of the General Assembly. Uganda is convinced that, with your experience and well-known diplomatic skills, we shall have a successful session. I wish today to pay tribute to your predecessor, His Excellency Srgjan Kerim, for the excellent manner in which he presided over the sixty-second session. I would also like to pay tribute to the Secretary-General for his leadership and efforts to reform our Organization.

The founding fathers of the United Nations had a dream of creating an organization whose purpose, among others, was "to achieve international cooperation in solving international problems of an economic, social, cultural or humanitarian character". Today the world is facing a multitude of problems, many of which the United Nations was meant to address.

It is encouraging that the theme chosen for this session is the impact of the global food crisis on poverty and hunger in the world as well as the need to democratize the United Nations. The view of some of us in Uganda is that the so-called food crisis is actually good for equatorial Africa. It is certainly good for Uganda's farmers. Over the years, we have been growing a lot of food: maize, bananas, Irish potatoes, sweet potatoes, cassava, rice and wheat; and producing animal products such as milk and beef. The problem has always been the market for this food.

That was an account of two problems: first, protectionism in the United States, the European Union, Japan, China, et cetera; and secondly, the lack of factories to process that food so that it could reach distant markets. Apart from these two, there are other factors in some African countries, including poor traffic infrastructure, lack of electricity, lack of seeds, et cetera. These, however, do not apply to Uganda. In the case of Uganda, the problem has been the lack of markets and low processing capacity, in other words, low value addition. The rest we have, or we can have easily.

The high food and commodity prices have arisen on account of the hundreds of millions of Chinese and Indians that have entered the opulent middle class in the last 20 years. That means they need better food, better houses that require cement and steel bars, and better means of locomotion such as cars. That is why food and commodity prices have gone up. It is for the same reason that petroleum prices have gone up: if only 200 people were driving cars previously, the number has now risen to 400. That means more demand for petroleum. Following the continuously

rising petroleum prices, some Western countries have started talking of biofuels — using plants to produce diesel.

Uganda, however, welcomes all of this. It is an opportunity, as far as we are concerned. It is not a bottleneck. In fact, farmers in Uganda are already reaping high. That is why our economy grew by 9 per cent last year. Once we solve the problem of energy, our economy will grow in double digits.

It is good that the United States of America, the European Union, India, Japan and China have opened their markets to African products, tariff-free, quota-free. However, there is still the issue of subsidies. They should be removed. In Uganda, we farm without subsidies. Why should not the farmers in those countries with better infrastructure, lower interest rates, abundant electricity, et cetera, do the same? Why do they need protection? Protectionism interferes with those countries that can produce food easily, such as Uganda. That is not correct.

We have been producing too much milk without having the capacity to process it. Recently, an Indian-owned company installed a high-tech integrated milk-processing plant and began to process powdered milk, producing a whole range of finished milk products: pasteurized milk, ultra-heat-treated (long-life) milk, yoghurt, butter, ghee, et cetera. Those milk products are now being exported to all parts of the world.

Another example has been bananas. Uganda produces 10 million metric tons of bananas per annum. These are high-quality bananas — called *enyam wonyo* in one of our local dialects — which contain rare ingredients. They are quite different from the bananas known in other parts of the world. Forty per cent of those bananas have been rotting in gardens and marketplaces. Our scientists, funded by our Government, are now converting them into processed foods such as flour, bread, snacks, et cetera.

High fuel prices are a real problem for countries that do not have petroleum. Maximizing the use of other forms of energy — including hydropower; geothermal power, which is used effectively in countries such as Iceland; solar power; wind power; and biofuels — is part of the answer for such countries. All that, however, depends on the development of human resources through education. An educated population has more capacity to look for answers than an uneducated population.

As far as Uganda is concerned, in addition to lazy individuals, the only groups that are adversely affected by high food prices are salary earners in towns. Unlike farmers, they cannot benefit from higher food prices; yet they must buy food. Fortunately, however, all such families in Uganda have a dual capacity: in addition to being salary earners, they or their relatives own land in rural areas. They can therefore subsidize themselves by growing food using that land. Africa and other regions with agriculture-based economies should rise up, utilize their full potential and take advantage of high food prices.

Regarding the statement that I have heard repeated so many times since the opening of the present session of the General Assembly — that no African country can achieve the Millennium Development Goals (MDGs) by 2015 — I would like to make two positions clear. First, the statement confirms what I said yesterday at the high-level meeting on Africa's development needs. Discussing sustainable development without discussing socio-economic transformation is not correct. We have repeatedly pointed that out. I have often used the example of pregnancy: one cannot talk endlessly about "sustainable pregnancy". Yes, pregnancy should be sustainable until it transitions into a baby. Therefore, as Europe did, and as other societies in Asia have recently done, Africa must metamorphose socially, economically and technologically from a pre-industrial, sometimes feudal, society into a middle-class and skilled-working-class society, period. Achievement of all the MDGs would be the consequence of such a metamorphosis.

One cannot maintain a pre-industrial society and somehow achieve the MDGs. An industrial society is what Uganda has been working towards over the past 20 years. Africa must industrialize, develop a modern services sector and commercialize agriculture. That means that emphasis must be placed on market access. It means that we should not only gain access to the major markets of the world, but also rationalize our own African markets through regional and continental integration. It also means that, in order to lower the costs of doing business in Africa, we should deal with energy; transport, especially by rail; and primary and higher-level education. Achievement of the MDGs would be a consequence of these developments, rather than a precursor or a phenomenon extraneous to them.

Mr. Yáñez-Barnuevo (Spain), Vice-President, took the Chair.

The second position that I would like to point out regarding the MDGs is that Uganda is on course to meet all of them except those related to maternal health and child mortality. I see no reason why those Goals should not be achieved. With the exception of combating HIV/AIDS — which is behaviour-related — I am sure that all the others are achievable if we in Uganda do enough political-led sensitization and investment.

I do not associate myself with those who are pessimistic about Africa or with those who put the cart before the horse. Why, for instance, were industrialization and value addition not made one of the MDGs? The export of raw materials is one of the cardinal sins that cause Africa to contribute only a 2 per cent share of world trade. If value were added to those raw materials, Africa's share of world trade would rise, even today. Africa is exporting many things, but they are in the form of raw materials; that is why their value is 2 per cent. If value were added to those raw materials, their value would rise.

Moreover, that would create jobs for Africans and therefore contribute structurally to poverty eradication. How are we supposed to eradicate poverty without creating jobs, other than by using witchcraft? We have repeatedly pointed out these issues in several forums, to no avail. It is Africans themselves who can and should resolve them.

The Acting President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I wish to thank the President of the Republic of Uganda for the statement he has just made.

Mr. Yoweri Kaguta Museveni, President of the Republic of Uganda, was escorted from the General Assembly Hall.

Address by Mr. Bharrat Jagdeo, President of the Republic of Guyana

The Acting President (*spoke in Spanish*): The Assembly will now hear an address by the President of the Republic of Guyana.

Mr. Bharrat Jagdeo, President of the Republic of Guyana, was escorted into the General Assembly Hall.

The Acting President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I have the honour to welcome to the United Nations His Excellency Mr. Bharrat Jagdeo, President of the Republic of Guyana, and to invite him to address the Assembly.

President Jagdeo: I join with those who have spoken before me in congratulating General Assembly President d'Escoto-Brockmann on his election to guide the work of the Assembly at its sixty-third session.

As we meet this week, the global financial system is confronting its sternest test in recent memory. The current crisis is systemic in nature, historic in scale and global in reach. It comes at a time when the world economy is still wrestling with the most rapid escalation, and the highest real levels ever recorded, in the prices for fuel and food commodities. Together with the world's belated attention to the devastating economic and social implications of climate change, those developments define the agenda before global institutions and national leaders today. They make the theme for this year's debate both timely and necessary.

Given the gravity and urgency of the issues before us, we must be careful not to conduct this year's debate in the customary rhetorical manner. Instead, we must resolve to translate the detailed analysis, lofty statements and good intentions for which the Assembly has become well known into concrete actions that the current circumstances demand of us, and on which history will judge us.

We must each, as countries approaching the podium to speak, be prepared to account for the pledges we have previously made. We must also be bold enough to embark on a project to achieve real change in the multilateral system. That change must be based on mandates that are relevant, institutions that are accountable and a context that is increasingly reflective of integration and interconnectedness.

Indeed, I would urge that the theme of the next General Assembly should emphasize accountability and coherence of action on the part of the developed world in matters related to aid, trade and development. Often, when taken together, the policies of those countries result in a significant net loss of welfare in the developing world and run counter to their declared intentions — for example, the achievement of the Millennium Development Goals (MDGs) by 2015.

An episode that manifested itself merely two years ago as a moderate decline in the housing market in some parts of the United States, and that evolved into difficulties for that country's sub-prime mortgage market, has now grown into a rapidly deepening systemic financial crisis of global proportions. Even if they are not fully integrated into the global financial system, small vulnerable economies such as Guyana will bear the full effect of those developments as demand for exports tightens, the cost of capital rises, foreign direct investment becomes scarce and tourist arrivals and migrant remittances decline. In short, economic growth and poverty reduction efforts will suffer a severe setback and the Millennium Development Goals will become even more elusive.

At the same time, crude oil prices rose by 148 per cent during the 18 months preceding July of this year. In turn, that has contributed to increasing prices for food commodities — in particular for such staples as cereals — rising in some cases by more than 200 per cent during the same period. While there have been some signs in recent weeks of those increases tapering off, and in some cases reversing marginally, the outlook clearly suggests that high prices for energy and food are here to stay.

Without a doubt, increased food prices provide an important opportunity and incentive to farmers and agricultural economies to increase production. However, they also present grave implications for access to food, in particular by the poor and, by extension, for key nutrition and health indicators among our populations.

The 2007 *World Development Report* shows that growth generated by agriculture can be up to four times more effective in reducing poverty than growth in other sectors. Yet the share of agriculture in official development assistance fell from 17 per cent in 1980 to just 2.9 per cent in 2006. Agriculture must therefore be given high priority in the international agenda as well as in national budgets.

It is also urgently necessary for large developed countries to re-examine ways in which current inefficient and distortionary trade policies, in particular subsidies that support inefficient domestic production and tariffs that protect against more competitive imports, can be restructured to reduce distortions in the global marketplace.

Given the impact that persistently high food prices into the future will have on the poor, the global community must commit itself to designing and funding appropriate safety nets to ensure improved access to food and the maintenance of basic nutrition.

In recent times, the Assembly has been deeply concerned about the consequences of climate change, and rightly so. But future generations demand that that concern be translated into rapid action. The climate change challenge will not slow down to meet the pace set by the United Nations. Our response must speed up to meet the pace of climate change.

The facts are straightforward. If we are to avoid catastrophic climate breakdown, we need to stabilize annual greenhouse gas emissions at about the equivalent of 2 tonnes of carbon dioxide per capita by 2050. Therefore, let the debate move on to how we make that happen, and not stagnate on a paralysing fear born from the magnitude of the problem.

There are some promising signs. The Kyoto Protocol has resulted in the emergence of a $60 billion carbon market, which is a welcome start. But although common sense dictates that those financial flows should be proportional to the problem being addressed, the bulk of that money stays within the developed world.

As a rainforest country, Guyana is particularly aware that there is virtually no capital flowing to address tropical deforestation — despite the fact that it causes 20 per cent of greenhouse gas emissions and, as analyses done by the Intergovernmental Panel on Climate Change, Nicholas Stern and others have highlighted, doing so is the most cost-effective abatement solution. That is because the Kyoto Protocol contains no significant incentives to slow the rate of tropical deforestation.

As leaders, we must set a clear direction for our negotiators as we send them to agree a post-Kyoto climate agreement, one that asserts a sense of proportionality in addressing the causes of climate change and ensures that all major mitigation options are pursued. We must also break the false debate that suggests that countries must choose between combating climate change and supporting national development. Instead, we need to forge new high-growth, low-carbon economies and make national development supportive of progress towards global emissions targets.

Specifically, those of us who are leaders of rainforest countries need to understand that we provide services that are vital to the health of our planet and that, when we seek capital flows to compensate for that, we are not merely acting as passive poor countries looking for aid: we are providing a critical component of the climate solution and we should be leading the design of mechanisms as we forge a post-Kyoto climate agreement.

In Guyana, despite the fact that 85 per cent of our people live below sea level and are already suffering from changing weather patterns and rising water levels, we do not want to just complain about climate change. Instead, we want to partner with others to create a solution. As part of that, we are ready to discuss placing almost our entire rainforest in the service of the world if the right economic incentives are created and if that can be done in a way that neither trades sovereignty over our forest nor restricts the legitimate development aspirations of our people.

The African, Caribbean and Pacific (ACP) countries are currently negotiating an economic partnership agreement with the European Union (EU). That agreement may fundamentally affect development in our societies and jeopardize our future negotiating positions at the World Trade Organization (WTO). The European Commission has threatened to impose tariffs on our exports under the Generalized System of Preferences if we do not sign agreements that reflect the EU's model of WTO compatibility, even though the model includes issues that have been removed from the WTO agenda — the so-called Singapore issues. Those agreements will also seriously prejudice our negotiations with other countries and may jeopardize the future of our integration movement.

The exploitation of the EU's superior negotiating strength and the use of threats to get countries to sign are, ironically, how the EU hopes to start this partnership under the economic partnership agreement. What is particularly irksome is that we are incessantly lectured by the same group of countries to the effect that national consultations and working with civil society are essential hallmarks of good governance. Yet when the same civil society opposes the economic partnership agreement on the grounds that it is not sufficiently developmental in nature, we are told to ignore them — they are complainers. I wonder if the leaders of those countries know, or care, what is being done in their names. Even at this late hour, I wish to plead with the EU leaders to review those agreements before they irretrievably harm the good historic relations that have existed between the ACP and the EU.

That brings me to the matter of the much-needed reform of our multilateral institutions, which has been on the agenda for some time. However, it would be fair to say that it has progressed slowly and its results have been few and difficult to observe. I believe that the reforms must be pursued along certain predefined principles. First, the institutions must have new mandates that are relevant to the current circumstances, and they must have at their disposal tools to discharge those mandates effectively. Secondly, the institutions must have legitimacy and reflect an equitable representation of their membership. Thirdly, in the discharge of their functions, they must demonstrate flexibility and responsiveness. Fourthly, they must display the highest standards of accountability and transparency.

As I mentioned earlier, I believe that limitations in the mandate and functioning of the international financial institutions were a contributory factor in the current financial crisis. The mandate of the International Monetary Fund should explicitly be the preservation of systemic financial stability as a global public good. In addition, the use of passive surveillance as a general instrument and conditionality-based lending among the more vulnerable members have clearly proved to be ineffective. That is so not least because the incentives associated with conditionality-based lending are almost invariably never applicable to countries of systemic importance, and no mechanisms exist to encourage larger countries to respond to policy advice.

Likewise, the World Bank should have a revised mandate that focuses on certain key development challenges, such as protection of the environment, clean energy and certain aspects of poverty reduction, instead of trying to address every development challenge and undermining its own effectiveness. In addition, more needs to be done to democratize the institutions, to align the interests of the management and staff with those of the countries they serve and to make them more accountable to the membership.

Similarly, a more democratic and reformed United Nations Organization will be better placed to play a central role in the multilateral system in serving

the interests of the international community as a whole, whether in relation to its peace and security mandates, the protection of fundamental rights or the promotion of development.

Within the Commonwealth, heads of Government have developed a set of principles and guidelines that should underpin reform of the international institutions. Among their recommendations is a call for a conference along the lines of Bretton Woods to lead the way in determining the future of the international financial institutions. I trust that those principles and guidelines will be fully embraced.

I wish this sixty-third session of the Assembly every success.

The Acting President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I wish to thank the President of the Republic of Guyana for the statement he has just made.

Mr. Bharrat Jagdeo, President of the Republic of Guyana, was escorted from the General Assembly Hall.

Address by Mr. Mikheil Saakashvili, President of the Republic of Georgia

The Acting President (*spoke in Spanish*): The Assembly will now hear an address by the President of the Republic of Georgia.

Mr. Mikheil Saakashvili, President of the Republic of Georgia, was escorted into the General Assembly Hall.

The Acting President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I have the honour to welcome to the United Nations His Excellency Mr. Mikheil Saakashvili, President of the Republic of Georgia, and to invite him to address the Assembly.

President Saakashvili: I welcome the opportunity today to address this sixty-third annual gathering of the Assembly at such a critical moment in the history of my own country and of the United Nations.

Sometimes, the most extreme tests of this institution's towering ideals arise in small, faraway places, of which we know very little. I come to you as the representative of one of those places — the country of Georgia, a land of fewer than 5 million that last month was invaded by our neighbour. Despite our small size, the legal, moral, political and security implications raised by that invasion could not have greater consequences.

Indeed, those issues cut through to the heart of the founding Charter of the United Nations. The principles enshrined in that Charter include the inviolability of sovereign borders, the sanctity of human rights, the supremacy of international law and the global rejection of armed aggression.

All of those principles were put to the test by the invasion and now hang in the balance. The invasion violated Georgia's internationally recognized borders. At the very beginning of the aggression, we clearly told our own people and the world that the spirit of the people of Georgia would not be broken and that we would never give up freedom and never surrender. We never did and never will. The subsequent recognition of the so-called independence of our two regions — South Ossetia, with a population of less than 20,000 in the areas that Russia controlled, and Abkhazia, with a population of less than 50,000 ethnic Abkhaz — in order to punish our country and send a signal to the rest of the world, not only challenged our territorial integrity but also defied common sense and the elementary principles of international interaction. The ethnic cleansing of hundreds of thousands of our people violated the very idea of human rights.

This General Assembly, therefore, faces a general challenge. We are called upon not just to respond to the particular question of one instance of armed aggression in a single place but to define our attitude towards armed aggression in all places. We are called upon to answer the momentous question: will this body stand up for its founding principles, or will it allow them to be crushed under the treads of invading tanks, under the boots of ethnic cleansers, under the immobilizing impact of cyberattacks and under the pernicious tactics of violent separatism?

What would it mean for every member of this Assembly to defend the underlying principles of the United Nations?

First, each of us must refuse to stand silent in the face of this armed aggression and assault on human rights.

Secondly, we must stand united and immediately adopt a policy of non-recognition towards Georgia's two breakaway provinces, currently occupied and

annexed by the aggressor. Together, we have both a moral and a legal obligation to protect international law and the world order.

Thirdly, we must ensure that all parties comply with the full terms of the existing ceasefire agreement.

Fourthly, and lastly, we must resolve to create a meaningful United Nations conflict resolution process that will peacefully reunify Georgia and solve the problem.

The bottom line is this: we must be ready to use the full power of international law and of our collective international institutions to uphold the historic balance of justice and thereby set in motion a series of actions to right these historic wrongs.

While the crisis poses grave challenges for the entire international community, it creates specific obligations for my own country. I would argue that the answer to that new assault on our shared values is not a closing up or a circling of the wagons, but rather greater openness on many fronts. As a democracy, we have nothing to fear. As a democracy, we have an obligation to our people and to the international community to be even more open and transparent. For me and my Government, that commitment translates into a series of specific actions at both the international and the domestic levels. Allow me to explain.

First, I know that there are many people in the world who seek a clearer understanding of how this war started and who started it. Rather than recite our case, let me repeat the simple invitation that I first made on 17 August while standing next to German Chancellor Angela Merkel, who visited Georgia immediately after the unleashing of hostilities, when I proposed that there should be an exhaustive independent investigation of the origins and causes of this war.

Investigators must have unimpeded access to all officials, documents and intelligence. Georgia welcomes such an investigation. My Government is ready to share every piece of evidence and to provide access to every witness sought by investigators. We call on the other party to this conflict to fully cooperate and not to obstruct the investigation. That is how democracies behave. The truth must come out, not only to clarify how events unfolded last month but also to help us to answer the fundamental questions that this invasion has raised.

My Government's second initiative of openness involves developments within our borders. Whereas others waged this war with arms, we will wage it with values. Georgia was attacked because it is a successful democracy in our part of the world. Our response today is to make our democracy even more robust. That is why I am announcing to the Assembly four categories of expanded democratic initiatives.

First, we will strengthen the checks and balances of our democratic institutions, including granting greater independence to parliament and to the judiciary. Secondly, we will provide additional resources and protections to foster greater political pluralism, including by increasing funding for opposition parties and ensuring they have greater access to the airwaves. Thirdly, we will strengthen the rule of law by introducing enhanced due process, trials by jury and lifetime judicial appointments. Fourthly, we will expand and deepen protections for private property. In everything we do, we will be transparent.

This morning, I was honoured to learn that, in Transparency International's latest index, Georgia was among the few countries to have risen significantly in the rankings over the past year. Indeed, the European Bank for Reconstruction and Development ranks Georgia among the least corrupt economies in Europe.

Despite all the turmoil, my country has endured. That proves the resiliency and irreversibility of our democratic commitment. In short, we will fight the spectre of aggression and authoritarianism with the most potent weapon in our arsenal, namely, our commitment to ever-expanding freedoms within our own borders. That amounts to nothing less than a second Rose Revolution. If our first revolution was about meeting a threat from within by reinventing a failed State riddled by corruption, our second revolution must be even more focused, as we now face an even greater challenge — one that comes from the outside. The success of the first Rose Revolution helped save my country. The health of the international order could well depend on the outcome of the second Rose Revolution.

Countless people throughout the world were deeply moved and profoundly troubled by the invasion of Georgia, which began, with tragic irony, on the eve of that great celebration of peace, the Olympic Games. On the most basic level, the world responded with passionate humanity to the plight of ordinary

Georgians under siege; to the sight of 80-year-old men and women driven from their villages; to the hundreds of thousands of innocent souls taking shelter from bombings; to a small country of less than 5 million people being trampled by a neighbour 300 times its size. The world responded immediately by sending generous aid, by coming to Georgia and by showing its solidarity. Meanwhile, leaders from around the world have been working tirelessly to negotiate and enforce a ceasefire.

I am especially grateful to President Sarkozy of France for his dedication to ensuring that the ceasefire is fully implemented in letter and in spirit. As all parties have agreed, that means the full withdrawal of all military forces from my country to their pre-conflict positions.

The world's actions proved that the most potent response to this brutal invasion is to rebuild Georgia's democracy and economy, making them even stronger than before. I want to make a special commitment to all those who, during these especially difficult economic times, are helping to fund Georgia's reconstruction: we will spend their resources wisely, well and with full transparency.

Georgia will rebuild. It will contribute to the prosperity and security of all its citizens and of the entire international community by providing stability in our part of the world and serving as a model for democratic development. Reconstruction will also ensure that Europe continues to benefit from the true energy security that comes from diversification. And everything we do will be done peacefully.

But today we must ask a series of questions, the answers to which have grave consequences. We have all wondered in recent weeks: was this invasion an aberration or a misguided attempt to resort to the nineteenth-century logic of brute force, or was it a sign of an ominous new trend, one that could continue and deepen to undermine the international order of the twenty-first century, eroding State sovereignty and the power of our common and hard-fought principles? I believe that that question and others have not yet been answered. Others still need to be asked.

Will we encourage violent and hateful separatism around the world, standing aside when State sovereignty is subverted, or will we draw a clear line and defend the principles that uphold the international order and declare, enough? In the twenty-first century, we have better ways to protect the rights of ethnic minorities than with T-72 tanks and Sukhoi fighter jets.

We have developed a body of legal and political examples to accommodate minority demands within the context of national sovereignty. After all, that is one of the great achievements of the United Nations, of the European Union and of other multilateral and regional organizations. Its foundation is the belief that democracy and prosperity provide room for all. Are we ready to throw all that away?

And what of the use of brute force? Will we look the other way or reward the dispatch of tens of thousands of troops and hundreds of planes across internationally recognized borders to bomb another country? Will we cover our eyes when ethnic cleansing occurs, as it has over and over again for the past 16 years in Abkhazia and South Ossetia? In a world that struggles to reign in traditional forms of State violence, will we sanction new ones?

During the invasion of Georgia, we witnessed several terrifying new twists in the waging of war. We saw proxy forces and militias cynically unleashed to ethnically cleanse the population of my country, operating without any restraint and outside any order. We demand a thorough United Nations investigation of the crimes against humanity, war crimes and human rights violations that have been committed.

We have experienced the first full-scale cyber warfare campaign, which was aimed at crippling my country's economy and our ability to communicate with the outside world. It is profoundly distressing to see the technology that has woven our world together and helped to bridge cultures being used to divide ethnic groups and to tear our world apart.

Today, when most of the world understands the existential threat posed by climate change and ecological destruction, we in Georgia have witnessed a sickening campaign of ecocide as part of the invasion. That occurred when combat helicopter gunships continuously dropped firebombs on old-growth forests in the Borjomi National Park, which comprises our national centre for tourism, recreation, culture and water resources. I believe that, together, we have the solemn responsibility to deliver answers to those questions. We will succeed. Let us resolve to bring the right conclusions to the world.

The invasion of our country provided an impressive demonstration of the power of global public opinion, which can find expression only when societies are open and free. Ultimately, what stopped the tanks and troops from taking our capital was the international disapproval voiced by so many here, by the free media, by courageous human rights groups and by leading voices of the world's conscience, from Natan Sharansky to Václav Havel.

Rhetoric, however, is no longer enough; today, we must act. If words were sufficient, then something might have come from the many calls for peace and the countless warnings that I myself have made from this rostrum over the years. No one has fought harder than my country and myself to heal the ethnic rifts in Georgia and to bring about a peaceful resolution of the conflict, and we will continue to fight forcefully.

Indeed, in this very place, I have warned so many times that this situation was in the making — that there was a threat. Four years ago, we were discussing the dangers posed by the illegal Russian build-up in our country aimed at our territories. We spoke about the distribution of passports and about the illegal bases built on our territories. We knew that those subversive tactics, combined with the ethnic cleansing that had driven most Georgians from those territories, would one day be used as a pretext for invasion. And that is precisely what happened last month. It is also happening in other countries in our neighbourhood.

In 2006, I urgently drew attention to the attempts being made to annex Abkhazia and South Ossetia, and I asked whether any members in this great Hall would tolerate such interference by another Power on their own soil. I warned of the risk that "a Pandora's box will be opened, unleashing violent separatism and conflict not only in the Caucasus but across many parts of our globe" (*A/61/PV.16, p. 4*). Today, unfortunately, we stand at that very precipice, where peace could yield to a pernicious new world order.

One year ago, I came to this Hall with even more distressing news: that an illegal new military base was being built in South Ossetia by those who hoped that arms and violence could triumph over the will of the people. I noted that that dangerous escalation was taking place under the very noses of the international monitors whose job it was to demilitarize the territory, and I asked that those reckless acts be countered. Our warnings continued in the months and weeks before the invasion. We told anyone who would listen about the campaign that had been unleashed to slander Georgia and my Government while blocking any meaningful negotiations with the separatists. That was part of a calculated effort to weaken international support for Georgia and to lay the groundwork for the invasion.

We gave the international community the details of a sharp military build-up by the purported peacekeepers — a build-up that began this spring in both conflict zones, leading to armed attacks this summer by separatist militias. Just before the land invasion began in the early hours of 7 August, after days of heavy shelling that had killed civilians and peacekeepers, we urgently sought to refute claims that 2,100 South Ossetian civilians had been killed by Georgians. That was the excuse used by the invader for what it called a "humanitarian intervention" — a profound perversion of the responsibility to protect. That lie, which was subsequently debunked by Human Rights Watch — which estimated that 44 had been killed — and others, was an attempt to conceal the true motives for the invasion.

Over the years, I have also spoken many times to you about the plans that Georgia has developed, together with the international community, to peacefully reunify my country. I have spoken about the urgent need to replace and transform the failed frameworks for negotiation and peacekeeping in our region. Repeatedly and with sincere intent, I have extended my hand to our large neighbour.

Just a few days before the invasion of Georgia, we continued to work furiously for peace. The Secretary-General had sent his Special Representative to Georgia to determine how to fix the broken process of conflict resolution, and we cooperated closely with him. The German Government had proposed peace talks for mid-August — talks that my Government eagerly supported. The Finnish Chair of the Organization for Security and Cooperation in Europe also proposed talks in Helsinki in late July, to which we subscribed. Unfortunately, the opposing parties to the conflict repeatedly turned their backs; they had other plans in mind.

Finally, on the eve of the invasion, my Special Envoy travelled twice in desperation to South Ossetia to plead for peace. His counterpart from our neighbouring country failed to come to those meetings. He cited a flat tire as the reason for not showing up.

Within 24 hours, thousands of very full tires were rolling across the border of my country.

So words alone are not nearly enough. Nor can words accurately convey the horrors of war. It is difficult, if not impossible, to say that anything good can ever come of war. The value of human life is incalculable, and we in Georgia grieve not only for our own lost sons and daughters, but also for our fallen neighbours who were sent in to carry out an unjust aggression of war.

Yet, the international community has emerged from the invasion of my country with something truly valuable: finally, clarity. We understand what has happened. We can no longer deny the motivations and intentions of those actors who instigated the war. With clarity comes responsibility. We no longer have any reason for inaction. Now each of us has a responsibility to act.

Despite the destruction wreaked by the invasion — hundreds dead; nearly 200,000 displaced, according to the United Nations; our economy disabled — my Government is putting our convictions into practice. I promise to you that my Government will implement with all due speed the new democratic initiatives that constitute the second "Rose Revolution". I promise to you that Georgia will soon be stronger and more democratic than ever before, and thus that it will be in a better position to contribute to our collective security and prosperity.

However, if that is to have any meaning, we must together defend the principles on which this institution was built. We need actions, not words. Allow me to repeat once again the four commitments that, I believe, we must make. First, each of us must refuse to stand silently by in the face of this armed aggression, occupation, ethnic cleansing and assault directed against a United Nations Member State. Secondly, we must stand united in rejecting the forced and illegal recognition of Georgia's two separatist provinces and what is essentially their annexation by its neighbour. Thirdly, we must ensure that all parties comply fully with the existing ceasefire agreement. Fourthly, we must resolve to create a meaningful conflict resolution process that will peacefully reunify Georgia and resolve the conflict, in the interest of all ethnic groups and minorities, our society as a whole and the region.

If we can accomplish those goals, then this institution will emerge from this crisis stronger than it was before. If, however, we fail to stop the violent tactics that have subverted State sovereignty in Georgia, they will spread to other parts of the world. It is our collective responsibility to respond with conviction and resolve.

Georgia has made its choice, and our democracy will emerge stronger as a result. Together, we will find ways, as we have over the millennia, to ensure peaceful coexistence among all members of our multiethnic society, be they ethnically Georgian, Abkhaz or Ossetian. We have been a Christian country since the fifteenth century, but we are also a country in which many different religious groups and communities coexist. Diversity is our strength, not a source of our weakness. We are willing to strengthen our diversity even further in order to make my country successful and whole once again, rejuvenated and rebuilt.

The Acting President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I wish to thank the President of the Republic of Georgia for the statement he has just made.

Mr. Mikheil Saakashvili, President of the Republic of Georgia, was escorted from the General Assembly Hall.

The President returned to the Chair.

Address by Mr. Evo Morales Ayma, President of the Republic of Bolivia

The President (*spoke in Spanish*): The Assembly will now hear an address by the President of the Republic of Bolivia.

Mr. Evo Morales Ayma, President of the Republic of Bolivia, was escorted into the General Assembly Hall.

The President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I have the honour to welcome to the United Nations His Excellency Mr. Evo Morales Ayma, President of the Republic of Bolivia, and to invite him to address the Assembly.

President Morales Ayma (*spoke in Spanish*): This meeting of the United Nations is being held at a time when there is a rebellion of peoples throughout the world, a rebellion against poverty and destitution and against the effects of climate change, against the privatization policies that have caused the financial crisis.

I wish to tell the Assembly that in Bolivia in recent years we have experienced great uprisings by our people, social movements from the countryside to the cities, of indigenous workers and farmers questioning economic models and systems that simply privatized natural resources and steadily sacked the country. The privatization of basic services and the policies imposed by the World Bank and the International Monetary Fund (IMF) did not solve anything for the majority of Bolivians. I came to the presidency in 2005 and 2006 as a result of that struggle by the social movements, which was accompanied by an ongoing labour and social struggle by our Bolivian comrades and brothers who were seeking equality and social justice.

With a little experience I can say that in the two and a half years of my Government we have nationalized the natural resources, such as oil and gas, and the economy is beginning to change profoundly. In 2005, before I was elected President, the Bolivian State received only $300 million for its oil and gas resources. Last year, 2007, after nationalization and after we changed the hydrocarbons law, the Bolivian State received $1.93 billion. Being a small country with about 10 million inhabitants, that enabled us to improve the national economy. The recovery of our natural resources is so important that that has been the goal of a historic fight by our peoples.

I wish to speak about some results with regard to social issues and about some profound changes in democracy that took place with the participation of the workers in various social sectors. However — and I am certain that in the last few days the world has been able to grasp this — there is an ongoing conspiracy of small groups against this process of change. I want it known that since the first day of my Government some conservative parties that favour imperialism have consistently tried to weaken us and to wear us down. Last year they requested a referendum to recall the President. I accepted that calmly, and instead of my being recalled, some prefects and some opposition authorities were recalled by the Bolivian people. I received the support of 67 per cent of the people in the recall referendum of 10 August 2008.

I should like to recall something important that our forefathers used to say — our leaders who fought for control of our land, people such as Tupac Catari. In 1741 we were cut into pieces by the Spanish invasion. Before Bolivia was founded and before dying, our leader said, “I die, but I will return transformed into millions of people”. For the first time a President of the Bolivians has received more than 2 million votes. So the statement of Tupac Catari, the leader of our ancestors, has come true. But that was part of a process of change in the democracy, with the awareness of the Bolivian people.

After 13, 14 and 15 August, that small group of conservatives began to organize a coup d’état of municipal authorities and prefects against the Government and the State. I will quickly list some of those events. On 14 and 15 August there was a meeting of a so-called national coordinating committee of the right, which attempted to prevent the national authorities from reaching four regions of the country. They attacked the departmental command of the national police, and there was an attack on the police subcommander. A roadblock was set up in four regions to cut off food supplies for the population. Oil installations were surrounded. There was a general attack on institutions, and in four departments 75 government offices were taken over. The State radio and television were silenced, especially the community radios. The airports were taken by those groups.

I remember that, when I was a boy, in the military dictatorships the coups d’état began with takeovers of the State television stations. History is repeating itself, but thanks to the conscience of the Bolivian people this civil coup in Bolivia has been defeated. Thanks to the participation of the nations that have now come together in the Union of South American Nations, this attempted civil coup d’état has been defeated.

Here, I would like to say something. Surely, some participants are waiting for me to tell them why we expelled the United States ambassador. Europe and Latin America repudiated the attempted civilian coup, but the Government of the United States did not, nor has it denounced those acts of terrorism. This morning I heard the statement of the President of the United States condemning terrorism. In Bolivia, right wing groups are setting fire to gas pipelines and cutting off the valves for the export of gas to Brazil and Argentina, but the embassy of the Government of the United States does not condemn such acts of terrorism.

It is not hard to imagine that, if some social movement were to steal his country’s national wealth, the United States ambassador would condemn, denounce and repudiate such an act. I would like to

hear the representatives of the United States Government denounce these acts of terrorism. Of course, the terrorists know that the United States is their ally. It is never going to condemn them. The ambassador of the United States was clearly the primary human element conspiring against the United States Government. I remember perfectly the year 2002, when I was a parliamentarian. On the instructions of the United States embassy, I was expelled from Parliament. I was accused of drug trafficking and of being an assassin. In 2002, the United States created a governance programme through the United States Agency for International Development (USAID) to finance the strengthening of the conservative political parties and put the brakes on a growing political liberation movement, a political movement for the sovereignty of our peoples, a political movement that was designed to bring an end to injustice and to seek equality for Bolivians.

I also remember — some participants may not recall it clearly — that in 2002, when I was called for the first time to be a candidate for the presidency, the United States ambassador said: "Do not vote for Evo Morales. If you vote for Evo Morales, there will be no international aid or international cooperation", thereby instilling fear in the Bolivian people. And they did not stop there. They also said: "Evo Morales is the Andean Bin Laden, and these farmers are the Taliban". Hence, standing before this Assembly is an Andean Bin Laden who represents the Taliban, which is the indigenous farmers' movement that historically fought for its claims.

There are so many accusations of that kind. When we came to power, we found a CIA office in the Government palace. After we discovered it, we had no problem getting rid of it because we had no need for a CIA office in the palace. Obviously, they were operating from there. For example, in 2004, they wanted to force the National Congress to give diplomatic immunity to civilians or members of the Bolivian military. We rejected that, of course, thanks to our social cohesion. In 2005, they began dismantling the military's missiles, together with some commands and, of course, the administration in place at that time.

Dismantling the military is treason; it is not possible that the Southern Command of the United States armed forces would practice such a policy. However, they continuously tried to control some members of the military. For example, in previous Governments, they created a special counter-terrorism force, the F-10, and at one point in time their representatives informed me that, in 2005 or 2004, they were prepared to kill labour or political leaders who opposed capitalism and imperialism.

When I appointed a commander, he was vetoed by the United States embassy. Of course, we are not going to allow any more vetoes. Last year, special firearms munitions were illegally brought into the country at the instigation of the commander of the United States military group, Colonel Campbell. We were told that these were missiles for training purposes. Moreover, they illegally employ young students belonging to United States peace groups to carry out spying activities on officials of the Governments of Cuba and Venezuela. They are working in secret against the Government of Bolivia, thus violating the constitutional rights of their own United States citizens who come to Bolivia on scholarships.

I would point out that when one works for equality and for social justice, one is persecuted and conspired against by certain groups. These groups are not concerned about human equality. It is clear that this is a historic fight for our peoples and that it is nothing new. We can speak about the economy, or about the cost of silver as an industrial commodity, but what we are talking about is the fight between rich and poor. It is the fight between socialism and capitalism. That historic struggle is being resumed now, but I feel that these battles are uprisings and rebellions of peoples against an economic model — against the capitalist system. If we do not understand that capitalism is destroying humanity, then I am sure — and I hope that no one will be offended — that we will not solve the problems of life, the problems of the planet or the problems of humanity.

I am not accusing anyone of being an accomplice of capitalism. From a communal and labour struggle to an electoral one, from organizer to President, I have become perfectly aware that capitalism is the worst enemy of humanity. As I said a few days ago, with great sincerity, while touring my country, I was brought up in social movements among workers, farmers and indigenous peoples. More than 500 years ago, our forefathers fought colonialism and imperialism, and that is why I am anti-imperialist today. No one is going to move me from that position. If people like me, they like me a lot, but if they do not

like me, so be it. What the world is going through is unjust.

So much has been said about climate change, flooding, droughts, how our mountains are losing their snow. If we continue in this way, we will all be responsible for destroying the planet, and thus humankind.

I have heard good statements from other presidents participating in this debate, from which I have learned a great deal; but I am sorry to say that I do not believe that it is enough to simply raise the problems unless we also provide the solutions. I would like to say that some blacklists have been drawn up to punish Governments.

It is difficult to imagine that those terrorists groups are not condemned, while the national Government is decertified for supposedly being involved in drug trafficking. According to United Nations reports, some countries are increasing their coca plantations, but they are not on decertified lists because they are pro-capitalist. To those countries that support the counter-narcotics struggle by reducing their coca cultivation, we did not say that there would be no coca, but that there would be no free cultivation of coca, since the coca leaf does have medicinal and nutritional benefits. Once we clearly defined our anti-imperialist position, we were decertified. However, I am quite sure that this is not about certification or decertification, terrorist or non-terrorist countries.

Mr. Bush, President of the United States, sent me a message recently in which he wrote: "If I am not a friend, I am an enemy". I do not care whether I am a friend of the President of the United States, but I am a friend of the people of the United States. I have had many meetings with representatives from social movements in the United States and we agree on our approach to life and humankind. That is why we have to put an end to blacklists. We are living in times where there are no empires, no dominance or imposition of economic models that can greatly harm countries or continents or the whole world.

I wish to say that we have begun to work on a proposal. It is called "Ten commandments to save the planet, humankind and all life". I hope that my colleagues will distribute this document, and with the participation of all it will help us save the planet, humankind and life. One of the first subjects we raise here is how we can put an end to capitalism. Wherever there is capitalism, there is exploitation. Wherever there is capitalism, our natural resources are plundered. That is what we have seen and experienced.

Our second point is that we must denounce war. As everyone knows, we are working arduously to put Bolivia back on track by drafting a new constitution. In that new political constitution for the Bolivian state, for the first time the State and the people of Bolivia will constitutionally pledge never to initiate war. That does not mean that we renounce defending ourselves. I do not believe in wars.

Speaking of war, I am sure that peoples do not want wars. They do not want the military intervention of any country in any part of the world. In our new political constitution for the Bolivian State, we propose that Bolivia should not accept the military base of any country of the world on its territory. In that way, we shall assert our dignity and defend the sovereignty of Bolivia and of other peoples. I have very respectfully suggested to the people and the Government of the United States that it would be best to withdraw their military from Iraq and Afghanistan and other parts of the world as soon as possible. If they do not, the peoples themselves will expel them because interventionism and war are no solution for life and humanity.

Our third point is a proposal for a world without imperialism and colonialism. Last year, I heard a critical issue discussed here by several heads of State. That issue was water — water as a right of all living beings. We also heard discussions on energy and how important it is to have clean, environmentally friendly energy.

Speaking of nature, the indigenous peoples have experience living in harmony with Mother Earth and nature. Mother Earth is neither a shopping centre nor a commodity. Thus, the historic struggle of our peoples is for land and territory, and that struggle is being repeated in our country.

Our next point, as I said earlier, is to Mother Nature within the United Nations. I hope that can be taken into account. I would also note that the new Bolivian political constitution incorporates the ten commandments to save humanity and the world.

Basic services should be human rights. Water, light and telecommunications cannot be in private

hands. If they are human rights, they should be a public service and not left to the private sector. To be sure, we have many differences with multinationals. Investment is certainly important, but we need investors in Bolivia who are not the owners of our energy and our oil, but who are our partners.

My next point is that we should consume only what we need and prioritize local consumption in the context of food sovereignty. We also need to respect the diversity of cultures and economies.

Our final point concerns how to live well. What does it mean to live well? Living well is living in equality, solidarity and complementarity, eliminating inequalities between families and the deep-rooted disparities that exist among countries and continents. When we try to live better, sometimes all we do is to become selfish and ambitious. We never think about the larger family, which, for us in Bolivia, is the whole of Bolivia.

The struggles of peoples for democracy and for the re-establishment of the rule of law is being repeated in Bolivia. In the past, great social movements led by indigenous farmers brought down dictatorships. In recent days, they defeated an attempted coup in Bolivia, and we hail them. We have just been informed that social movements are wisely mobilizing themselves in a search of peace and asking that new standards be adopted to ensure equality be for all Bolivians.

In conclusion, I wish to say that I am convinced that only the conscience of the people can defeat the interests of certain groups and United States imperialism. I heard some leaders this morning sue for peace with a regulated, moderate form of capitalism. I do not believe in that. There will be peace only when there is equality among all human beings; there will be peace only when our identity and the dignity of every people are respected.

I do not think there can be peace with capitalism, no matter how moderate or regulated. We need to work together, we need to participate in the struggles of our peoples for equality. Only Governments and leaders working together with their peoples can find equality. When we have equality, there will be social peace throughout the world.

The President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I wish to thank the President of the Republic of Bolivia for the statement he has just made.

Mr. Evo Morales Ayma, President of the Republic of Bolivia, was escorted from the General Assembly Hall.

Address by Mr. Hifikepunye Pohamba, President of the Republic of Namibia

The President (*spoke in Spanish*): The Assembly will now hear an address by the President of the Republic of Namibia.

Mr. Hifikepunye Pohamba, President of the Republic of Namibia, was escorted into the General Assembly Hall.

The President (*spoke in Spanish*): On behalf of the General Assembly, I have the honour to welcome to the United Nations His Excellency Mr. Hifikepunye Pohamba, President of the Republic of Namibia, and to invite him to address the Assembly.

President Pohamba: I congratulate you, Sir, on your election as President of the General Assembly at its sixty-third session. We support the priorities that you have identified for this session. I wish to express Namibia's appreciation for your predecessor, Srgjan Kerim, for focusing the agenda of the sixty-second session on matters of crucial importance to Member States. We commend the Secretary-General, Mr. Ban Ki-moon, for tirelessly taking up the challenging issues of peace, security and economic development.

The sixty-third session of the General Assembly is taking place at a time when the global economy is dominated by four interrelated crises. I have in mind the financial crisis in the industrialized countries, the global energy crisis, the devastating impact of climate change as well as the food crisis which has adversely affected poor people around the world. Other, no less daunting, challenges are the HIV/AIDS pandemic, underdevelopment and abject poverty, as well as the need to foster peace and security around the world. We must act decisively and collectively at national, regional and global levels to overcome these challenges.

The devastating effects of climate change have become present-day realities in all parts of the world. Namibia has experienced the negative impact of climate change. The floods and droughts during 2007 and 2008 were some of the most devastating in recent

times. In their wake, they left poor harvests, livestock losses, environmental degradation, damaged infrastructure and destroyed livelihoods, thus putting a severe strain on our plans to invest in new development projects.

Namibia is committed to the Bali road map in order to conclude the negotiations on the post-Kyoto regime by 2009. We call on all parties to honour their commitments under the Kyoto Protocol, including the immediate and full capitalization of the Adaptation Fund. Namibia will play its part in the lead-up to Copenhagen.

We want to contribute to making Copenhagen a success in terms of commitments and substantial mitigations, financial instruments for adaptation efforts in developing countries and mechanisms for sharing and harnessing appropriate technologies.

As a net importer of food and fuel, Namibia has been hit hard by the soaring prices of commodities. There will be catastrophic increases in the incidence of hunger, malnutrition and infant mortality in developing countries unless the trend is reversed. That calls for a decisive national, regional and international response. In our case, the Government of Namibia has exempted some basic foodstuffs from value-added tax in order to mitigate the effects of higher prices on food. Such interventions can provide some relief to households. However, there remain long-term challenges, which demand appropriate policies and substantial new investment to raise agricultural productivity and increase food production around the world.

There is a real risk that the gains made by developing countries in poverty reduction and the attainment of the other Millennium Development Goals (MDGs) over the years will be reversed if we do not act rapidly.

Global efforts to address the food crisis, the impact of climate change and the drive to achieve the MDGs must go hand in hand. In that regard, we support the proposal for the General Assembly to hold thematic debates until 2015 to take stock of success achieved and setbacks encountered in the achievement of the MDGs.

That will give development cooperating partners an opportunity to account for the fulfilment of their commitments. On the other hand, developing countries should also account for their commitments to strengthen democratic institutions, enhance good governance and fight corruption.

There is a need for genuine political will, especially among donor countries, if the MDGs are to be attained. In this context, open, predictable and non-discriminatory trading and financial systems must be developed. We call for the intensification of the implementation of the Global Partnership for Development as agreed upon at Monterrey in 2002.

We also appeal to the Bretton Woods system and other international financial institutions to create special mechanisms to enable middle-income countries to access financial resources for development on concessional terms. That was called for by the Windhoek Declaration on Development Cooperation with Middle-Income Countries.

The scourge of poverty is one of the most serious challenges facing humanity today. I believe that, with the requisite political will, poverty can be overcome. Let us act in unity of purpose to address not only the manifestations of poverty, but also its underlying causes, which make communities vulnerable. Let us harness the technological, financial and other resources necessary to eliminate the dehumanizing effects of poverty on all members of the human family.

Peace and security as well as social justice are paramount to the achievement of the MDGs and to the resolution of conflicts. In that regard, all countries must commit themselves to implement the policies that promote economic growth, social justice, the rule of law, democracy, respect for human rights and the protection of the environment, in order to guarantee durable peace and security.

Mr. Beck (Solomon Islands), Vice-President, took the Chair.

On 15 September 2008, the political leaders of Zimbabwe signed a power-sharing agreement designed to restore political and economic stability to their country. We wish to congratulate the leaders of Zimbabwe on that important milestone and to express the hope that it will put that sister country on the path towards economic recovery. We commend the mediation efforts of the Southern African Development Community, led by President Thabo Mbeki of South Africa, who invested extraordinary skill, time and energy in the process. We urge the international community to support the implementation of the

agreement by providing economic, financial and humanitarian assistance. We call for the immediate lifting of all sanctions that have been imposed on that country.

My delegation is concerned that the question of Western Sahara remains unresolved. We support the ongoing direct talks between the parties under the auspices of the Secretary-General. We also call for the implementation of the United Nations settlement plan for Western Sahara and of all relevant United Nations resolutions providing for a free and fair referendum in that territory. Namibia is also concerned about the conflict situations in the Darfur region of the Sudan and in Somalia. We urge the respective parties to those conflicts to work to find lasting peace.

The people of Palestine have an inalienable right to self-determination. Namibia is concerned about the lack of progress in the negotiations on the question of Palestine. We call for the immediate implementation of all United Nations resolutions on Palestine and for the establishment of an independent State of Palestine living side by side with Israel.

My delegation reiterates the call that we have made on several occasions in this House for the unconditional lifting of the economic, commercial and financial blockade against Cuba. Not only is the blockade against international law; its extraterritorial nature impedes free trade and economic development. Namibia calls for the implementation of all resolutions of the General Assembly calling for the lifting of the blockade.

If we are to be able to respond effectively to the manifold challenges of our time, we must accelerate the reform of the United Nations. Member States should work with resolve to strengthen our Organization and to ensure that it delivers in terms of its mandate. However, the process will not be complete without reform of the Security Council. We have an obligation to make the Council more representative, democratic and accountable. It is an anomaly, and it is unjust, that Africa does not have permanent representation on the Security Council. Namibia reiterates the African common position on Council reform as articulated in the Ezulwini Consensus and the Sirte Declaration. Intergovernmental negotiations on reform should commence without any further delay.

It is our duty to ensure that the United Nations remains true to its unique universal character and that it becomes a source of hope for a more secure and peaceful world for current and future generations.

The Acting President: On behalf of the General Assembly, I wish to thank the President of the Republic of Namibia for the statement he has just made.

Mr. Hifikepunye Pohamba, President of the Republic of Namibia, was escorted from the General Assembly Hall.

Address by Mr. Boni Yayi, President of the Republic of Benin

The Acting President: The Assembly will now hear an address by the President of the Republic of Benin.

Mr. Boni Yayi, President of the Republic of Benin, was escorted into the General Assembly Hall.

The Acting President: On behalf of the General Assembly, I have the honour to welcome to the United Nations His Excellency Mr. Boni Yayi, President of the Republic of Benin, and to invite him to address the Assembly.

President Yayi (*spoke in French*): I warmly congratulate the President on his election to the presidency of the General Assembly at its sixty-third session. Benin, my country, will make its modest contribution to the work of this session and will strive to promote the ideals of the Charter, to which my country here reaffirms its full commitment. His predecessor strove to find ideal solutions to the great challenges facing humankind during his mandate. We pay tribute to him for his good and faithful service to the international community.

I also wish to commend the diligent and resolute efforts of the Secretary-General, who has understood the scope of the grave crises that have shaken the world over the past year. Thanks to his bold initiatives to promote international cooperation, he has been able to revive the virtue of multilateralism as the best way to manage world affairs in an inclusive and participatory framework highlighting the uniqueness of our world and the shared responsibility of the human species to maintain the fundamental equilibriums on which its survival on the Earth and the permanence of the biosphere depend.

In 2007, responding to the alarm raised by the scientific community, we focused our attention on

climate change as a global problem affecting the environment on our planet, with far-from-rosy prospects for the future of humankind and obvious consequences in our daily lives. The two major crises that we have been attempting to contain for several months are unfolding against that backdrop. The energy and food crises, both of which are on our agenda, are two of the world's most serious crises in recent history. They mark a departure from our previous certainty as regards uninterrupted and lasting supplies of energy and food for our peoples.

The Secretary-General has demonstrated outstanding leadership by sounding the alarm and warning us of the risks of hasty and non-viable responses that could lead to panic and serve to exacerbate the situation. The Rome Conference organized under the aegis of the Food and Agriculture Organization of the United Nations made it possible to undertake a comprehensive assessment of the complexity of the crisis and to develop an outline for a comprehensive strategy. That strategy includes immediate steps to address the emergency, as well as several cohesive measures in the short, medium and long term to preserve peace and stability in vulnerable developing States. Those are the countries most affected by the food crisis, which undermines their efforts to combat poverty and hunger.

The response to the food crisis emergency should not lead us to lose sight of the timetable for the achievement of the Millennium Development Goals. The international community has a duty to mobilize the necessary resources to correct the serious distortions that are at the heart of the food crisis. Our performance in that regard could be improved if vulnerable countries were able to make the investments necessary to relaunch agricultural production throughout the world in a sustainable manner.

In addition, there is a need to maintain sustained growth rates that can produce prosperity and sustainable human development in the long term. We must continue to work to achieve the Millennium Development Goals and make them a lasting reality.

In this emergency, the United Nations should bring to bear all its influence in order to help countries experiencing difficulties ensure the survival of threatened and vulnerable segments of the population, who risk being decimated by hunger and famine if no one comes to their aid.

The time has therefore come to give concrete expression to the right to food. It is intolerable that hunger continues to be a scourge afflicting humankind in the twenty-first century. In the short term, priority should be given to strengthening social protection systems in least developed countries. Our efforts should make it possible to activate the dormant potential of local productive capacity in order to stimulate small and medium-sized businesses. Problems must be addressed through an integrated approach that makes it possible to maximize agricultural production, as well as of preserving, bringing to market and distributing food crops in order to improve the living conditions of the most vulnerable groups of the population, whose welfare we must effectively ensure. In the medium and long terms, we must rethink agricultural investment policies in order to re-establish the balance between cash crops and food production, so as to ensure food security for States while taking cultural specificities into consideration.

Overall, this crisis illustrates that humankind is not well equipped to manage the consequences of the unfolding emergency. This proves that we are not doing enough for the future and that we run the risk of being subject to all sorts of ills. It is for that reason that the proposal made by the High-Level Task Force on the Global Food Security Crisis for an increase in the proportion of official development assistance allocated to agriculture from 3 to 10 per cent constitutes a strategic approach that should be implemented with common political will commensurate with the stakes involved. I would like to pay tribute to the countries that have already made firm commitments to provide additional resources in that regard.

Benin is being seriously affected by the food crisis, but we are resolutely committed to undertaking the necessary reforms. To that end, in 2006, my Government launched a national agricultural modernization programme in order to address heightened distortions. To date, agriculture in Benin has been characterized by small-scale family farms and based on the use of outdated equipment. In order to change that situation, which has confined food production to subsistence farming, a year ago my Government initiated a mechanization programme to improve the competitiveness of the agricultural sector.

Given that that mechanization alone cannot bring about the expected results without the marshalling of water resources, we are considering a programme for

rational water management to better utilize that resource while preserving it for the future. The goal is to promote irrigation agriculture, primarily by building irrigation dams in valleys in the north of our country as part of an overall development plan.

Soil degradation, coastal erosion and the combined effects of frequent flooding due to climate change that seriously affect all of West Africa are among the underlying factors contributing to the drop in local food production. In that connection, I should like to express our great appreciation for the awareness-raising efforts of the secretariat for the Convention to Combat Desertification.

Financing mechanisms, including the World Bank's Adaptation Fund, must function with a heightened sense of the urgent need for aid to affected regions. They should promote the implementation of soil regeneration projects, irrigation agriculture and reforestation with species that will increase the availability of basic foodstuffs.

As part of efforts to promote diversification in the agriculture sector, my Government also intends to encourage the cultivation of crops suitable for biofuels on marginally arable lands. The goal is to reduce dependence on hydrocarbons, which has become more acute following the dramatic drop in the generating capacity of hydropower plants as a result of climate change, whose impact has seriously affected economic activity in my country over the past two years. These difficulties have been exacerbated by the dizzying rise in oil prices.

The tax cuts and import subsidies to which my country has resorted in order to protect the buying power of taxpayers have had a negative impact on public finances. Those stop-gap measures are simply not sustainable in the long-run.

This year we are commemorating the sixtieth anniversary of the Universal Declaration of Human Rights. Benin initiated resolution 62/171, which the General Assembly adopted to proclaim the International Year of Human Rights Learning, which will begin on 10 December 2008. My country proposed that new approach in order to once again place the human person at the very centre of sustainable human development efforts. Human rights learning leads to increased demands for human rights, which society is supposed to provide. It is the duty of the international community to guarantee them. We call upon all Member States to give real effect to the International Year, in line with their national specificities, as well as to take all the steps they believe necessary to promote ownership and the effective enjoyment of human rights by all individuals on their territory.

The activities that will take place during the International Year of Human Rights Learning will provide additional impetus to the efforts we have undertaken to ensure that all citizens subscribe to the Millennium Development Goals, especially in Africa, where the risk of not meeting the Goals by the established deadline is the greatest.

We welcome the recommendations of the Steering Group for achieving the MDGs in Africa. Benin is honoured to be one of the 10 pilot countries chosen. Benin has begun to integrate the concept of "united in action" within the framework of its cooperation with the United Nations system and eagerly awaits its inclusion in the second group of test countries for the implementation of the recommendations of the High-level Panel on System-wide Coherence. This will enable us to develop synergies to accelerate the achievement of the Millennium Development Goals.

At the national level, we have integrated the achievement of the MDGs into our national development strategies, which are based on attaining those Goals as part of a sustainable development process focused on and sustained by our nation and aimed at supporting economic growth, which will enable us to achieve lasting success.

We welcome the ongoing consideration of ways to enhance the effectiveness of development assistance, and we hope that this will enable us to develop a consensus vision on the best possible way to revitalize the global partnership for development, with the ultimate objective, in our view, of reducing the scandalous inequalities which still afflict humankind.

It is clear that democratization of the United Nations and the promotion of the rule of law at an international level are endeavours which will contribute to the effective and efficient participation of all peoples in managing world affairs, for the benefit of present and succeeding generations. The promotion of the rule of law at the international level requires the increased representation of developing States in the decision-making bodies of the international financial institutions, as well as a redefinition of their

institutional mandates to ensure that better use is made of them to mobilize resources for the development of the least developed countries, while preserving the stability of the international financial system.

The democratization of the United Nations also includes the long-awaited reform of the Security Council. As a hostage of the inherent contradictions of today's international relations, it has remained hopelessly stuck, even though it is recognized as being of cardinal importance to the effectiveness of the Organization. The negotiations to that end should be carried out with a heightened sense of responsibility. We must ensure equitable representation of Member States within the Security Council. I reiterate here the legitimate demands of Africa, as expressed in the Ezulwini Consensus, within the framework of reform aimed at ensuring transparency, legitimacy and increased effectiveness of the Council's decisions as it discharges its primary role in maintaining international peace and security. The democratization of the United Nations also means a firmer commitment by Member States to respect international and national legality.

In conclusion, I wish to make an urgent appeal to all parties to the armed conflicts that continue in various hotspots throughout the world, whether they be in the Middle East, Asia, Latin America or Africa, to choose the path of peace and dialogue and to respect democratic values.

The Acting President: On behalf of the General Assembly, I wish to thank the President of the Republic of Benin for the statement he has just made.

Mr. Boni Yayi, President of the Republic of Benin, was escorted from the General Assembly Hall.

The meeting rose at 7.35 p.m.

United Nations A/70/PV.13

General Assembly

Seventieth session

Official Records

13th plenary meeting
Monday, 28 September 2015, 9 a.m.
New York

President: Mr. Lykketoft . . . . . (Denmark)

The meeting was called to order at 9.05 a.m.

Agenda item 109

Report of the Secretary-General on the work of the Organization (A/70/1)

The President: In accordance with the decision taken at its 2nd plenary meeting, on 18 September 2015, the General Assembly will hear a presentation by the Secretary-General of his annual report on the work of the Organization (A/70/1), under agenda item 109.

I give the floor to the Secretary-General.

The Secretary-General: The seventieth session of the General Assembly has opened with a towering achievement: the adoption of the 2030 Agenda for Sustainable Development (resolution 70/1), including 17 inspiring Sustainable Development Goals. Our aim is clear. Our mission is possible. And our destination is in our sights — an end to extreme poverty by 2030, a life of peace and dignity for all.

What counts now is translating the promises on paper into change on the ground. We owe this and much more to the vulnerable, the oppressed, the displaced and the forgotten people in our world. We owe this to a world where inequality is growing, trust is fading and impatience with leadership can be seen and felt far and wide. We owe this to, in the memorable words of the Charter of the United Nations, "succeeding generations". In this year in which we mark the seventieth anniversary of the United Nations, we must heed the call of the Charter and hear the voices of "We the peoples". That is how we can overcome the grim realities of the present and seize the remarkable opportunities of our era.

(*spoke in French*)

The Millennium Development Goals enabled hundreds of millions of people to leave poverty behind. Now we are poised to continue the job while reaching higher, broader and deeper. The new framework does not just add goals. It weaves the Goals together, with human rights, the rule of law and women's empowerment as crucial parts of an integrated whole. The global Goals are universal. Here in the Assembly, the world's leaders have committed to leave no one behind and to first reach those farthest behind. The momentum can help us conclude a robust agreement on climate change in December in Paris. Remarkable changes are under way to reduce harmful greenhouse gas emissions. I have seen vast solar-power installations bringing a new energy future into being. There is wind in the sails of climate action.

Yet it is clear that the national goals submitted by the Member States will not be enough. We face a choice: either raise our ambitions or risk raising temperatures above the 2°C threshold, which science tells us we must not cross. Reaching the Sustainable Development Goals means organizing ourselves better. Let there be no more walls or boxes; no more ministries or agencies working at cross-purposes. Let us move from silos to synergy, supported by data, long-term planning and a will to do things differently.

This record contains the text of speeches delivered in English and of the translation of speeches delivered in other languages. Corrections should be submitted to the original languages only. They should be incorporated in a copy of the record and sent under the signature of a member of the delegation concerned to the Chief of the Verbatim Reporting Service, room U-0506 (verbatimrecords@un.org). Corrected records will be reissued electronically on the Official Document System of the United Nations (http://documents.un.org).

15-29265 (E)

Accessible document Please recycle

(*spoke in English*)

Financing will be a key test. I welcome the Addis Ababa Action Agenda and the renewed pledge by developed countries to invest 0.7 per cent of gross national income in official development assistance. Aid works, but few countries have met that target. I salute those that have and urge others to follow their example. Climate finance will be crucial. I urge developed countries to meet the agreed goal of $100 billion per year by 2020. We must also get the Green Climate Fund up and running. The world continues to squander trillions in wasteful military spending. Why is it easier to find the money to destroy people and the planet than it is to protect them? Succeeding generations depend on us to finally get our priorities right.

Suffering today is at heights not seen in a generation; 100 million people require immediate humanitarian assistance. At least 60 million people have been forced to flee their homes or their countries. The United Nations has asked for nearly $20 billion to meet this year's needs — six times the level of a decade ago. United Nations humanitarian agencies and our partners are braving difficult conditions to reach people. Member States have been generous, but demands continue to dwarf funding. The World Humanitarian Summit, to be held in May 2016 in Istanbul, will be a critical moment to reaffirm solidarity and explore how to better build resilience and address emergencies.

But the global humanitarian system is not broken; it is broke. We are not receiving enough money to save enough lives. We have about half of what we need to help the people of Iraq, South Sudan and Yemen, and just a third for Syria. Our response plan for Ukraine is just 39 per cent funded. And the appeal for Gambia, where one in four children suffers from stunting, has been met with silence. Numbers this low raise suffering to new highs. People need emergency assistance, but what they want even more is lasting solutions. They may appreciate a tent, but they deserve to go home.

Our aim is not just to keep people alive, but to give them a life, a decent life. Lebanon, Jordan and Turkey are generously hosting several million Syrian and Iraqi refugees. Countries across the developing world continue to host and receive large numbers of refugees despite their own limited means. People are on the move as never before — in the Americas and the Sahel, in the Mediterranean and the Andaman Sea. These flows raise complex issues and rouse strong passions. Certain touchstones must guide our response: international law, human rights, basic compassion.

All countries need to do more to shoulder their responsibilities. I commend those in Europe that are upholding the European Union's values and providing asylum. At the same time, I urge Europe to do more. After the Second World War, it was Europeans seeking the world's assistance.

On 30 September, I will convene a high-level meeting, aimed at promoting a comprehensive approach to the refugee and migration crisis. We must crack down on traffickers and address the pressures being faced by countries of destination. We must combat discrimination. In the twenty-first century, we should not be building fences or walls. But above all, we must look at root causes in countries of origin.

Syrians are leaving their country and their homes because of oppression, extremism, destruction and fear. Four years of diplomatic paralysis by the Security Council and others have allowed the crisis to spin out of control. The responsibility for ending the conflict lies first and foremost with the Syrian warring parties. They are the ones turning their country into ruins. But it is not enough to look only within Syria for a solution, The battle is also being driven by regional powers and rivalries. Weapons and money flowing into the country are fuelling the fire.

My Special Envoy is doing everything he can to forge the basis for a peaceful settlement. It is time now for others, primarily the Security Council and key regional actors, to step forward. Five countries in particular hold the key: the Russian Federation, the United States, Saudi Arabia, Iran and Turkey. But as long as one side will not compromise with the other, it is futile to expect change on the ground. Innocent Syrians pay the price of more barrel bombs and terrorism. There must be no impunity for atrocious crimes. Our commitment to justice should lead us to refer the situation to the International Criminal Court.

In Yemen, 21 million people — 80 per cent of the population — need humanitarian assistance. All sides are showing disregard for human life, but most of the casualties are being caused by air strikes. I call for an end to the bombings, which are also destroying Yemeni cities, infrastructure and heritage. Here, too, the proxy battles of others are driving the fighting. I once again urge the parties to return to the table, negotiate in good faith and resolve the crisis through dialogue facilitated

by my Special Envoy. Let me be clear: there is no military solution to this conflict.

We must also guard against the dangerous drift in the Middle East peace process. With settlements expanding and incitement and provocations on the rise, it is essential for Israelis and Palestinians to re-engage and for the international community to pressure the parties to do so. The world can no longer wait for leaders to finally choose a path to peace.

Daesh, Boko Haram and Al-Shabaab remain major threats, especially to the women and girls who have been systematically targeted. The world must unite against the blatant brutality of these groups. We must also counter the exclusion and hopelessness on which extremists feed. Moreover, States must never violate human rights in the fight against terror; such abuses only perpetuate the cycle. Early next year, I will present to the General Assembly a plan of action on how to counter violent extremism and terrorism.

I commend the landmark nuclear agreement between the Islamic Republic of Iran and the P5+1 countries. Dialogue and patient diplomacy have paid dividends. I hope this spirit of solidarity among the permanent members of the Security Council can be demonstrated in other conflict areas, such as Syria, Yemen and Ukraine. Let us build on the recent agreements in South Sudan and finalize the agreement in Libya, and spare those countries further suffering.

Now is the time for renewed dialogue to address continuing tension on the Korean peninsula. I call on the parties to refrain from taking any action that may increase mistrust, and I urge them to instead promote reconciliation and efforts towards a peaceful, denuclearized peninsula. I am ready to support inter-Korean cooperation. We also need to step up our work for the well-being of the people of the Democratic People's Republic of Korea.

I am deeply troubled by growing restrictions on media freedoms and civil society across the world. It is not a crime for journalists, human rights defenders and others to exercise their basic rights. We must preserve the space for civil society and the press to do their vital work, without fear of attack and imprisonment.

Democratic backsliding is a threat in too many places, as leaders seek to stay in office beyond their mandated limits. We see rallies and petitions being engineered to look like the spontaneous will of the people. Those manufactured groundswells of support only lay the groundwork for instability. I urge leaders to abide by the constitutional limits on their terms.

(*spoke in French*)

Collectively, these crises have stretched to the limits the vital tools available to us for conflict resolution and for humanitarian response. Earlier this month, I put forward my vision for strengthening United Nations peace operations (A/70/357), building on the recommendations of an independent panel. Our peacekeeping operations and political missions need enhanced capabilities and clear political objectives. We need a renewed commitment to prevention, stronger regional partnerships and sustained engagement on peacebuilding. And we must unlock the potential of women to advance peace, as envisaged in Security Council resolution 1325 (2000). I hope the General Assembly will act promptly, as a signal of its strong commitment to this effort. People today, and succeeding generations, need us to make the most of this opportunity for comprehensive progress.

(*spoke in English*)

Founded in a fractured world, the United Nations brought hope that collective action could avoid another global catastrophe. Over the past 70 years, we have helped to liberate millions of people from colonialism and supported the successful struggle against apartheid. We have defeated deadly diseases, defended human rights and deepened the rule of law.

This and more we have done, but that is far from enough. We are living through a time of severe testing, but also one of great opportunity. Today, we are more connected than ever, better informed than ever and have better tools than ever. The recipes for positive change are on the table; the ingredients for success are in our hands. We continue to reform the United Nations, although we know we must do much more, both managerially and politically. We can draw strength from the empowerment of women, but we still need to step it up for gender equality on the way to Planet 50-50.

I am inspired by the world's young people, who make up half the world's population and whose voices we must integrate more fully in decision-making everywhere. I am impressed with the way all of us can unite behind vital causes, like the 2030 Agenda.

One year ago, when we gathered for the general debate, the Ebola crisis in West Africa was claiming

lives daily. Families were being devastated. Fear was rife. Forecasts suggested frightening losses in the months ahead. Today, thanks to collective action by communities and their Governments and others all around the world, cases of Ebola have declined dramatically. The outbreak is not over, and we must remain vigilant. But the response is working, with lessons pointing to a safer future for all.

When we stand together, there is no limit to what we can achieve. Three days ago, young people from many nations stood together in the balcony of this Hall. They asked for one thing above all: change. There is nothing we can say to the world's children that can convince them the world needs to be the way it is. That means we must do everything we can to close the gap between the world as it is and the world as it should be. That is the mission of the United Nations.

Let us work together to make this world better for all, where everybody can live with human dignity and prosperity. I thank those present for their leadership.

The President: I thank the Secretary-General for his statement.

Agenda item 8

General debate

The President: I shall now deliver a statement in my capacity as President of the General Assembly at its seventieth session.

On Friday, the Heads of States and Governments approved the 2030 Agenda for Sustainable Development (resolution 70/1), a genuinely transformative decision epic in its analysis and revolutionary in its ambition, a decision that once again proved the universal relevance and value of the United Nations. Now, we face the even more daunting task of transforming our vision into action.

Our ambition will be realized only in a world of peace and security and respect for human rights, not in a world where investment in armament and wars increasingly absorbs and destroys a huge share of the resources we have committed to invest in sustainable development. It will not be realized in a world where war, poverty, hunger, deep inequalities and poor governance are drivers of ever-growing waves of refugees and uncontrolled human migration, and where all these elements count heavily among the causes of conflicts, which in turn affect and uproot many more people.

Governments will also succeed in implementing this great agenda only with the continued and expanding participation of all stakeholders — parliamentarians, leaders of regions, cities and local communities, civil society, youth, religious communities and trade unions, business and academia worldwide. And the great goals of the United Nations will be fulfilled only when we realize that global interdependency is more pronounced than ever before. So, too, is the urgency for joint global action.

With the Millennium Development Goals, we have over the past 15 years cut the number of extremely poor people by half. With the Sustainable Development Goals (SDGs), however, we acknowledge that eradicating poverty in all its forms is possible only with a much more complex transformation of the entire global economy, the environment and social structures.

We realize that we cannot rely only on the traditional growth model of the past 15 — or the past 70 — years. Incredible and unsustainable inequality in income, wealth and access to resources and to quality education and health services must be overcome. We underline more vigorously than ever that equal rights and opportunities for girls and women are crucial preconditions for a sustainable future everywhere. We recognize that each and every person has a legitimate demand for a decent life. But as the number of people on our planet has tripled since I was born nearly 70 years ago, we must meet this demand without further depleting the natural resources that we pass on to new generations. We acknowledge also that people in developed countries cannot continue to consume and produce in the manner they are used to and that billions of hardworking people elsewhere on their road to prosperity should not simply adopt the same behaviour as that of today's rich countries.

To build a sustainable global infrastructure over the next 15 years, trillions of dollars need to be to invested. The least developed countries can do this only when rich countries live up to their long-standing commitments of a minimum of 0.7 per cent of their national income in development assistance. National Governments can fund their share of the investment required only by fighting corruption and building efficient State tax systems. A much stronger international cooperation must ensure that rich companies and rich individuals

pay taxes where they earn their money and are no longer able to evade payment in tax havens.

Finally, we must realize that a huge share of the investment in a better future must come from private sources, such as companies, capital investors and pension funds. Therefore, it is crucial that Governments create a framework for markets that makes green investment the obvious, safer and better investment, not only for humankind and the longer perspective, but for business now.

It is due time for far-reaching decisions to bring an end to devastating conflicts and to start investing big in sustainable development. Action is needed now. If we fail, we run the overwhelming risk of unmanageable and inescapable damage to the political, social, ecological and climate balance of our planet. If we fail, the SDGs will never be reached, because the resources needed will be swallowed up in addressing crises and conflicts.

If we fail to stop climate change, the consequences will be catastrophic. Further hundreds of millions of people will be forced away from their habitats. Historically, migration has brought huge benefits to the global community. But large-scale, uncontrolled migrations have the potential to destabilize societies, leading to conflicts far more damaging than those we are not able to deal with in an orderly and humanitarian fashion today.

We live in paradoxical and transformational times. Never before has such a large share of humankind enjoyed so good a life, yet never before have we been at greater risk of fundamentally disrupting the basic living conditions on our small globe. And while a larger part of humankind lives in peace and has done so for longer periods than earlier in human history, the follies of war and self-destruction have increased in the Middle East, in parts of Africa and once again in Europe, creating unfathomable humanitarian catastrophes and more refugees than at any time since the end of the Second World War. Tensions between major powers are increasing, as are investments in all kinds of armaments. Vast arsenals of nuclear, chemical and biological weapons still exist, and disarmament negotiations in Geneva have been stalled for years.

Four weeks ago, I visited Hiroshima and was once again confronted with the horrors of nuclear war. We must remember that at this very moment all too many nuclear warheads are still on high alert, and we have not eliminated the risks of nuclear conflicts by mistake. First of all, therefore, we need to rebuild confidence and scale back these risks.

We must — here in the United Nations, here in this very Hall — make an extraordinary effort to break all the vicious cycles. We must act in accordance with the agreed understanding behind the 2030 Agenda by recognizing the strong linkages between development, peace and security, and respect for human rights, and we must take specific actions to make progress in each of these areas. This will be the central focus of the seventieth session of the General Assembly and my presidency. I will offer my strong support to new ideas on how to strengthen global peace and security, from the role of women to conflict prevention, mediation and settlement; from United Nations peace operations to the overall peacebuilding architecture and Security Council reform.

It is my sincere hope that the United Nations will develop a more direct role in reconciliation and peacebuilding, including in conflicts where we have failed until now, and that we will move forward in our common efforts to prevent vicious radicalization and fight the evil of terrorism.

With parties living up to their promises, the nuclear agreement between Iran and the five permanent members of the Security Council, Germany and the European Union can be a very important contribution to avoiding nuclear proliferation.

Impatiently we await the day when major and regional Powers also join forces to stop the senseless and horrifying bloodshed in and around Syria and, in doing so, address the root causes of the refugee crisis. I am sure we all wish that this day would come very soon and want to contribute the most we can to such an outcome.

I am sure that Member States, building on our great 2030 Agenda, will increase their efforts to make human rights a reality for all people without discrimination, from fundamental rights, such as safe access to food, clean water, quality health and education services and decent work, to civil and political rights, such as freedom of expression and association; from the rights of migrants and indigenous peoples to those of women, children and persons with disabilities. We must also advance efforts to strengthen good governance and the rule of law.

As President of the General Assembly, I will support Member States in their ambitions for revitalization and

reform, including a new, more transparent process for the selection of the next Secretary-General.

This seventieth anniversary of the United Nations must be a defining year to confirm and invigorate the universal values that we the peoples agreed upon in the Charter. No one shall be left behind, because, as the Norwegian author Nordahl Grieg wrote: "Noble is mankind, the earth is rich. If there is need and hunger, it is by deceit."

Before giving the floor to the first speaker for this morning, I would like to remind members that the list of speakers for the general debate has been established on the agreed basis that statements should be no longer than 15 minutes to enable all the speakers to be heard at a given meeting. Within this time frame, I would like to appeal to speakers to deliver their statements at a reasonable pace so that interpretation in the six official United Nations languages may be provided properly.

I would like also to draw attention to the decision taken by the General Assembly at previous sessions, namely that the practice of expressing congratulations inside the General Assembly Hall after a speech has been delivered is strongly discouraged. In that connection, after delivering their statements, speakers are invited to exit the Hall through room GA-200, located behind the rostrum, before returning to their seats.

May I take it that the General Assembly agrees to proceed in the manner outlined during the general debate of the seventieth session?

It was so decided.

The President: Finally, I should like to draw the attention of members to the fact that, during the general debate, official photos of all the speakers are taken by the Department of Public Information. Members interested in obtaining those photos are requested to contact the Photo Library of the United Nations.

Address by Ms. Dilma Rousseff, President of the Federative Republic of Brazil

The President: The Assembly will now hear an address by the President of the Federative Republic of Brazil.

Ms. Dilma Rousseff, President of the Federative Republic of Brazil, was escorted into the General Assembly Hall.

The President: On behalf of the General Assembly, I have the honour to welcome to the United Nations Her Excellency Ms. Dilma Rousseff, President of the Federative Republic of Brazil, and to invite her to address the Assembly.

President Rousseff (*spoke in Portuguese; interpretation provided by the delegation*): It is a privilege to address the General Assembly this year as the United Nations celebrates its seventieth birthday.

My first remarks are to congratulate you, Mr. President, on having been chosen to preside over the Assembly. I reiterate, in particular, Brazil's support for your willingness to put in place measures that will ultimately strengthen the Organization's development agenda.

Seventy years have passed since the San Francisco Conference. On that occasion, the international community sought to build a world founded on international law and on the pursuit of the peaceful resolution of conflicts. Since then, we have seen progress and setbacks. The decolonization process has evolved remarkably, as can be seen from the composition of the Assembly.

The United Nations has since expanded its initiatives and incorporated into the development agenda the 2030 Agenda for Sustainable Development (resolution 70/1) and the Sustainable Development Goals (SDGs). In other words, it is addressing issues related to the environment, poverty eradication, social and economic development and access to quality services, while issues related to urban life, gender, women and children, and race have all gained priority on the agenda.

However, the Organization has not achieved the same success in addressing collective security challenges, even though they were at the origin of the Organization and at the centre of its concerns. The proliferation of regional conflicts, some of which have the potential to be highly destructive, and the spread of terrorism, which kills men, women and children, destroys our common heritage and displaces millions of people from their long-established communities, demonstrate all too well that the United Nations is currently being severely tested. One cannot be complacent in the face of barbaric acts such as those perpetrated by the so-called Islamic State and other associated groups. The situation today explains, to a large extent, the refugee crisis currently facing humankind.

A substantial proportion of the men, women and children who desperately brave the waters of the Mediterranean and wearily make their way along the roads of Europe come from the Middle East and North Africa, from countries whose State institutions have been dismantled by military actions undertaken in contravention of international law, thereby opening space for the proliferation of terrorism. The deep sense of indignation caused by the picture of a dead Syrian boy on the beaches of Turkey and by the news of the 71 persons asphyxiated inside a truck in Austria should be translated into unmistakable acts of practical solidarity.

In a world where goods, capital, information and ideas flow freely, it is absurd to prevent the free flow of people. Brazil is a host country, a welcoming country, one that is made up of people from around the world. We have received Syrians, Haitians, men and women, just as we have provided shelter for more than a century to millions of Europeans, Arabs and Asians. We are an open society. We welcome refugees. We are a multi-ethnic country, where differences coexist. We know all too well the importance of differences, which ultimately make us stronger, richer and more diverse culturally, socially and economically.

The disquieting backdrop I have just described demands that we reflect on the future of the United Nations and requires that we act resolutely and quickly. We need a United Nations that is capable of promoting lasting international peace and of acting swiftly and effectively during crises, regional and localized conflicts and in response to any crimes against humanity. We can no longer delay, for example, the creation of a Palestinian State that coexists peacefully and harmoniously with Israel. Similarly, the expansion of settlements in the occupied territories cannot be tolerated.

In order to give the United Nations the central role it is rightfully entitled to, a comprehensive reform of its structures must be carried out. The Security Council must be expanded in its permanent and non-permanent member categories in order to become more representative, legitimate and effective. Most Member States do not want a decision on this matter to be postponed forever. We hope that the current session will enter into history as a turning point in the trajectory of the United Nations and that it will yield concrete results in the long, and so far inconclusive, reform process of the Organization.

In our region of the world — where peace and democracy reign — we welcome the re-establishment of diplomatic relations between Cuba and the United States of America, which puts an end to a dispute stemming back to the Cold War. We hope that this process will be completed with the end of the embargo currently imposed on Cuba. We also celebrate the recent agreement reached with Iran, which will enable that country to develop nuclear energy for peaceful purposes and to restore the hope of peace to an entire region. Together, the countries of Brazil, Russia, India, China and South Africa have launched a new development bank, which will assist in expanding trade and investment and will also possibly help to achieve the Sustainable Development Goals.

The 2030 Agenda for Sustainable Development (resolution 70/1) outlines the future we want. The 17 Sustainable Development Goals reaffirm the basic tenet of the United Nations Conference on Sustainable Development, that is, it is possible to grow, include, preserve and protect. They establish universal targets and stress the need for cooperation among people and a shared path for humankind. The 2030 Agenda requires global solidarity, determination from each one of us and a commitment to tackling climate change, overcoming extreme poverty and creating opportunities for all.

In Paris, next December, we must strengthen the United Nations Framework Convention on Climate Change by ensuring that its provisions are fulfilled and its principles respected. The obligations we take on in Paris should be ambitious in scope and nature and should include financial and technological support to developing countries and small island States, in line with the principle of common but differentiated responsibilities.

Brazil is making a substantial effort to reduce greenhouse gas emissions without jeopardizing its development. We continue to diversify the renewable sources in our energy mix, which is among the cleanest in the world. We are also currently investing in low-carbon agriculture. We have reduced deforestation in the Amazonian region by 82 per cent. A sense of ambition will continue to guide our actions. In this spirit, I announced yesterday at the United Nations Brazil's intended nationally determined contribution, which is to reduce its greenhouse gas emissions by 43 per cent by 2030, with 2005 as the baseline year. During this period, Brazil intends to put an end to illegal deforestation and to reforest 12 million hectares,

to recover 15 million hectares of degraded pasture lands and to integrate 5 million hectares of crop, livestock and forest.

In a world where the share of renewable energy accounts for only 13 per cent on average of the overall energy mix worldwide, we intend to derive 45 per cent of our domestic energy mix from renewable sources. To that end, we will pursue a share of 66 per cent for hydropower in our electricity generation output and a share of 23 per cent for renewable energy, including from wind, solar and biomass sources, in electrical energy generation. We will also seek an increase of about 10 per cent in energy efficiency and will add a share of 16 per cent of ethanol fuel and other sugarcane-derived biomass sources to our energy mix. Brazil is thus contributing decisively to the global efforts to implement the recommendations of the Intergovernmental Panel on Climate Change, which has established a limit of no more than 2°C on temperature increases for this century.

We are one of the few developing countries to set an absolute emissions reduction target. Our intended nationally determined contributions include actions to increase environmental resilience and reduce the risks associated with the negative effects of climate change for the poorest and most vulnerable populations, with an emphasis on gender issues, workers' rights and the rights of indigenous, former black slave and traditional communities.

We recognize the importance of South-South cooperation in the global efforts to counter climate change. Allow me to stress that, since 2003, social and income transfer policies have helped lift over 36 million people out of extreme poverty. Last year, Brazil was officially removed from the World Hunger Map. This is a testament to the effectiveness of our so-called zero-hunger policy, which has now evolved to become Sustainable Development Goal 2.

In the transition to a low-carbon economy, it is important to ensure dignified and fair conditions for workers. Sustainable development requires us to commit to the promotion of decent work, the generation of quality jobs and guaranteed opportunities for all.

Our efforts to eradicate poverty and promote development must be collective and global in scope. In my country, however, we know that the end of extreme poverty is only the beginning of a long journey marked by new gains. For six years, we have been working to prevent the impact of the world crisis that began in 2008 in the developed world from overwhelming our economy and our society. During those six years, we have adopted a comprehensive set of measures, including reducing taxes, expanding credit, strengthening investment and stimulating household consumption. We have increased employment opportunities and income levels in that period. This effort has now come to an end owing to both domestic fiscal constraints and external conditions. The slow recovery of the world economy and the end of the "commodity super cycle" have negatively affected our economic growth. Currency devaluation and recession pressures have triggered inflation and a substantial reduction in tax revenue, leading to restrictions in public finance.

Brazil does not have any serious structural problems, however. Our problems are limited to the current circumstances. In order to address this situation, we are rebalancing our budget and have substantially reduced public expenditures and even investments. We have realigned prices. We are adopting measures to permanently reduce spending. We have proposed drastic spending cuts and we are redefining our sources of revenue. All of these initiatives are aimed at reorganizing the fiscal framework, reducing inflation, consolidating macroeconomic stability, boosting confidence in the economy and ensuring the resumption of economic growth with income distribution.

The Brazilian economy is today stronger, more solid and more resilient than it was a few years ago. We are in a position to overcome the current difficulties as we advance on our path towards development. We find ourselves at a moment of transition to another cycle of economic expansion, one that has greater depth and is more solid and long-lasting. In addition to the fiscal and financial rebalancing actions and providing incentives for exports, we have also adopted measures to encourage investments in infrastructure and energy.

In Brazil, the process of social inclusion has not been interrupted. We hope that inflation control and the resumption of economic growth and credit availability will help to further expand household consumption. This is the basis for a new development cycle, led by an increase in productivity and the generation of more investment opportunities for businesses and more job opportunities for citizens.

The gains we have achieved over the past few years have been reached in the environment of our strengthened and deepened democracy. Thanks to an

effective legal framework and vigorous democratic institutions, the functioning of the State is being firmly and impartially examined by the judiciary and the governmental agencies in charge of investigating, assessing and punishing any misconduct.

The Brazilian Government and society do not and will not tolerate corruption. Brazil's democracy grows stronger when its authorities recognize the limits imposed by the law as their own limits. We Brazilians desire a country where the law represents the limit. Many of us fought for that, precisely when laws and rights were being violated during the military dictatorship. We desire a country where governmental authorities conduct themselves strictly according to their duties, without ever succumbing to excess; where judges try and judge cases freely and impartially, without any pressure whatsoever, independent of political passion and without ever compromising on the presumption of the innocence of any citizen.

We desire a country where the clash of ideas takes place in a civilized and respectful environment. We want a country where the freedom of the press is one of the cornerstones of the freedom of speech and of the expression of different positions, namely, the rights of all Brazilians. Legal sanctions must be applied against all those who have committed illicit acts, bearing in mind the need to uphold the principle of due process. Those are the very foundations of our democracy. In that regard, I wish to avail myself of a recent quote by my friend José Mujica, former President of Uruguay. He said: "Democracy is not perfect, for we are not perfect. However, we must defend it in order to improve it and not deny it". Allow me to state for the record that Brazil will continue on the path of democracy and will never relinquish the achievements for which we have so greatly struggled.

I would like to take this opportunity to reiterate that Brazil welcomes citizens from around the world, with open arms, for the 2016 Summer Olympic and Paralympic Games to be held in Rio de Janeiro. We look forward to welcoming each and every one. It will be a unique opportunity to promote sport as a key instrument for peace, social inclusion and tolerance in the fight against racial, ethnic and gender discrimination. It will also be an opportunity to promote the rights and inclusion of persons with disabilities, one of the top priorities of my Government.

One last point is that a few days ago, here at United Nations Headquarters, the murals entitled *War* and *Peace* by the Brazilian artist Candido Portinari, which were donated to this Organization by the Government of my country in 1957, were re-inaugurated. Those works of art denounce violence and poverty and further urge the people of the world to seek mutual understanding and tolerance. They stand as a symbol of the ultimate responsibility of the United Nations, namely, to prevent armed conflict and promote peace, social justice and the eradication of hunger and poverty. Portinari often stated that "there is no great work of art that is not identified by the people surrounding it". The message of the murals remains timely and topical. It speaks not only to the victims of wars, but also to the refugees who risk their lives on fragile boats in the Mediterranean and to all of the anonymous people who turn to the United Nations seeking protection, peace and well-being.

We hope that, as we walk into the premises of the United Nations and gaze upon those very murals at the entrance, we may be capable of hearing the voices of the people we represent and of working persistently to ensure that their calls for peace and progress are met. After all, those were the very ideals that were present 70 years ago at the foundation of the United Nations Organization, this major accomplishment of humankind.

The President: On behalf of the General Assembly, I wish to thank the President of the Federative Republic of Brazil for the statement she has just made.

Ms. Dilma Rousseff, President of the Federative Republic of Brazil, was escorted from the General Assembly Hall.

Address by Mr. Barack Obama, President of the United States of America

The President: The Assembly will now hear an address by the President of the United States of America.

Mr. Barack Obama, President of the United States of America, was escorted into the General Assembly Hall.

The President: On behalf of the General Assembly, I have the honour to welcome to the United Nations His Excellency Mr. Barack Obama, President of the United States of America, and to invite him to address the Assembly.

President Obama: Seventy years after the founding of the United Nations it is worth reflecting on what the Ob.1

members of this body, working together, have helped to achieve. Out of the ashes of the Second World War, having witnessed the unthinkable power of the atomic age, the United States has worked with many nations in the Assembly to prevent a third world war — by forging alliances with old adversaries; by supporting the steady emergence of strong democracies accountable to their people and not to any foreign Power; and by building an international system that imposes a cost on those who choose conflict over cooperation, an order that recognizes the dignity and equal worth of all people.

That has been the work of seven decades. That is the ideal that this body has, at its best, pursued. Of course, there have been too many times when, collectively, we have fallen short of those ideals. Over the seven decades, terrible conflicts have claimed untold victims. But we have pressed forward, slowly, steadily, to make a system of international rules and norms that are better and stronger and more consistent.

It is that international order that has underwritten unparalleled advances in human liberty and prosperity. It is that collective endeavour that has brought about diplomatic cooperation among the world's major Powers and buttressed a global economy that has lifted more than a billion people from poverty. It is those international principles that have helped constrain bigger countries from imposing their will on smaller ones and have advanced the emergence of democracy and development and individual liberty on every continent.

That progress is real. It can be documented in lives saved, agreements forged, diseases conquered and mouths fed. And yet we come together today knowing that the march of human progress never travels in a straight line, that our work is far from complete and that dangerous currents risk pulling us back into a darker, more disordered world.

Today we are seeing the collapse of strongmen and fragile States breeding conflict and driving innocent men, women and children across borders on an epic scale. Brutal networks of terror have stepped into the vacuum. Technologies that empower individuals are now also exploited by those who spread disinformation, suppress dissent or radicalize our youth. Global capital flows have powered growth and investment, but they have also increased the risk of contagion, weakened the bargaining power of workers and accelerated inequality.

How should we respond to those trends? There are those who argue that the ideals enshrined in the Charter of the United Nations are unachievable or out of date, a legacy of a postwar era not suited to our own. In effect, they are arguing for a return to the rules that applied for most of human history and that predate this institution — the belief that power is a zero-sum game, that might makes right, that strong States must impose their will on weaker ones, that the rights of individuals do not matter and that in a time of rapid change, order must be imposed by force.

On that basis, we see some major Powers assert themselves in ways that contravene international law. We see an erosion of the democratic principles and human rights that are fundamental to this institution's mission. Information is strictly controlled and the space for civil society restricted. We are told that such retrenchment is required to beat back disorder; that it is the only way to stamp out terrorism and prevent foreign meddling. In accordance with that logic, we should support tyrants like Bashar Al-Assad, who drops barrel bombs to massacre innocent children, because the alternative is surely worse.

This increasing scepticism of our international order can also be found in the most advanced democracies. We see greater polarization and more frequent gridlock, with movements on the far right, and sometimes the left, that insist on stopping the trade that binds our fates to other nations or calling for the building of walls to keep out immigrants. Most ominously, we see the fears of ordinary people being exploited through appeals to sectarianism, tribalism, racism or anti-Semitism; appeals to a glorious past before the body politic was infected by those who look different or worship God differently — a politics of us versus them.

The United States is not immune to this. Even as our economy is growing and our troops have largely returned from Iraq and Afghanistan, we see in our debates about America's role in the world a notion of strength that is defined by opposition to old enemies, perceived adversaries — a rising China or resurgent Russia, a revolutionary Iran or an Islam that is incompatible with peace. We see arguments that the only strength that matters for the United States is bellicose words and shows of military force, and that cooperation and diplomacy will not work.

As President of the United States, I am mindful of the dangers that we face. They cross my desk every

morning. I lead the strongest military that the world has ever known, and I will never hesitate to protect my country or our allies, unilaterally and by force where necessary. But I stand before the Assembly today believing in my core that we, the nations of the world, cannot return to the old ways of conflict and coercion. We cannot look backwards. We live in an integrated world, one in which we all have a stake in one another's success.

Ob.15 We cannot turn back those forces of integration. No nation here in the Assembly can insulate itself from the threat of terrorism, the risk of financial contagion, the flow of migrants or the danger of a warming planet. The disorder we see is not driven solely by competition between nations or by any single ideology. If we cannot work together more effectively, we will all suffer the consequences.

Ob.16 That is true for the United States as well. No matter how powerful our military, how strong our economy, we understand the United States cannot solve the world's problems alone. In Iraq, the United States learned the Ob.17 hard lesson that even with hundreds of thousands of brave, effective troops and trillions of dollars from our Treasury, it cannot by itself impose stability on a foreign land. Unless we work with other nations under the mantle of international norms, principles and law that offers legitimacy to our efforts, we will not succeed. And unless we work together to defeat the ideas that drive the various communities in a country like Iraq into conflict, any order that our militaries can impose will be temporary.

Ob.18 Just as force alone cannot impose order internationally, I believe in my core that repression cannot forge the social cohesion that nations need to succeed. The history of the last two decades proves that in today's world, dictatorships are unstable. The strongmen of today become the spark of revolution tomorrow. You can jail your opponents, but you Ob.19 cannot imprison ideas. You can try to control access to information, but you cannot turn a lie into truth. It is not Ob.20 a conspiracy of United States-backed non-governmental organizations that exposes corruption and raises the expectations of people around the globe — it is technology, social media and the irreducible desire of people everywhere to make their own choices about how they are governed.

Ob.21 Indeed, I believe that in today's world, the measure of strength is no longer defined by the control of territory. Lasting prosperity does not come solely from the ability to access and extract raw materials. The Ob.22 strength of nations depends on the success of their people — their knowledge, innovation, imagination, creativity, drive and opportunity — and that, in turn, depends on individual rights, good governance and personal security. Both internal repression and foreign aggression are symptoms of a failure to provide that foundation.

Ob.23 Politics and solidarity that depend on demonizing others, that draw on religious sectarianism, narrow tribalism or jingoism, may at times look like strength in the moment, but over time their weakness will be exposed. And history tells us that the dark forces unleashed by this type of politics surely make all of us less secure. Our world has been there before. We gain nothing from going back.

Ob.24 Instead, I believe that we must go forward in pursuit of our ideals, not abandon them at this critical time. We must give expression to our best hopes, not our deepest Ob.25 fears. This institution was founded because men and women who came before us had the foresight to know that our nations are more secure when we uphold basic laws and norms and pursue a path of cooperation rather than conflict. And strong nations, above all, have a responsibility to uphold that international order.

Ob.26 Let me give a concrete example. After I took office, I made it clear that one of the principal achievements of the United Nations — the nuclear non-proliferation regime — was endangered by Iran's violation of the Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons. On that basis, the Security Council tightened sanctions Ob.27 on the Iranian Government, and many nations joined us to enforce them. Together, we showed that laws and agreements mean something. But we also understood that the goal of sanctions was not simply to punish Iran. Our objective was to test whether Iran could change course, accept constraints and allow the world to verify that its nuclear programme would be peaceful. For two years, the United States and our partners, Ob.28 including Russia and China, stuck together in complex negotiations. The result is a lasting, comprehensive deal that prevents Iran from obtaining a nuclear weapon Ob.29 while allowing it to access peaceful energy. If the deal is fully implemented, the prohibition on nuclear weapons is strengthened, a potential war is averted and our world is safer. That is the strength of the international system when it works the way it should.

Ob.30 That same fidelity to international order guides our responses to other challenges around the world.

Consider Russia's annexation of Crimea and further aggression in eastern Ukraine. America has few Ob.31 economic interests in Ukraine, and we recognize the deep and complex history between Russia and Ukraine. But we cannot stand by when the sovereignty and territorial integrity of a nation is flagrantly violated. If that happens without consequence in Ukraine, it could happen to any of the nations gathered here today. That is the basis of the sanctions that the United States and our partners impose on Russia. It is not a desire to return to a cold war.

Ob.32 Now, within Russia, State-controlled media may describe those events as an example of a resurgent Russia — a view shared, by the way, by a number of United States politicians and commentators who have always been deeply sceptical about Russia and seem to be convinced that a new cold war is in fact upon us. And yet look at the results. The Ukrainian people are more interested than ever in aligning with Europe instead of Russia. Sanctions have led to capital flight, a contracting economy, a fallen rouble and the emigration of more educated Russians.

Ob.33 Imagine if, instead, Russia had engaged in true diplomacy and worked with Ukraine and the international community to ensure that its interests were protected. That would be better for Ukraine, but also better for Russia and better for the world, which is why we continue to press for this crisis to be resolved in a way that allows a sovereign and democratic Ukraine to determine its future and control its territory. This is not because we want to isolate Russia — we do not — but because we want a strong Russia that is invested in working with us to strengthen the international system as a whole.

Ob.34 Similarly, in the South China Sea, the United States makes no claim on territory there. We do not adjudicate claims. But like every nation gathered here, we have an interest in upholding the basic principles of freedom of navigation and the free flow of commerce, and in resolving disputes through international law, not the law of force. So we will defend those principles, while encouraging China and other claimants to resolve their differences peacefully. I say this while recognizing Ob.35 that diplomacy is hard, the outcomes are sometimes unsatisfying and it is rarely politically popular. But I believe that leaders of large nations in particular have an obligation to take those risks, precisely because we are strong enough to protect our interests if and when diplomacy fails.

Ob.36 I also believe that to move forward in this new era, we have to be strong enough to acknowledge when what we are doing is not working. For 50 years, the United States pursued a Cuba policy that failed to improve the lives of the Cuban people. We changed that. We continue to have differences with the Cuban Ob.37 Government. We will continue to stand up for human rights. But we address those issues through diplomatic relations, increased commerce and people-to-people ties. As those contacts yield progress, I am confident that our Congress will inevitably lift an embargo that should not be in place any more. Change will not come overnight to Cuba, but I am confident that openness, not coercion, will support the reforms and the better life that the Cuban people deserve, just as I believe that Cuba will find its success if it pursues cooperation with other nations.

Ob.38 Now, if it is in the interest of major Powers to uphold international standards, that is even more true for the rest of the community of nations. Look around the world. From Singapore to Colombia to Senegal, the facts show that nations succeed when they pursue an inclusive peace and prosperity within their borders and work cooperatively with countries beyond those borders.

Ob.39 That path is now available to a nation such as Iran, which, as of this moment, continues to deploy violent proxies to advance its interests. Those efforts may appear to give it leverage in disputes with its neighbours, but they fuel sectarian conflict that endangers the entire region and isolates Iran from the promise of trade and commerce. The Iranian people have a proud Ob.40 history and are filled with extraordinary potential. But chanting "Death to America" does not create jobs or make Iran more secure. If Iran chooses a different path, that will be good for the security of the region, good for the Iranian people and good for the world.

Ob.41 Of course, around the globe, we will continue to be confronted with nations that reject these lessons of history — places where civil strife, border disputes and sectarian wars give rise to terrorist enclaves and humanitarian disasters. Where order has completely broken down, we must act, but we will be stronger when we act together.

Ob.42 In such efforts, the United States will always do its part. We will do so mindful of the lessons of the past — not just the lessons of Iraq, but also the example of Libya, where we joined an international coalition

under a United Nations mandate to prevent a slaughter. Even as we helped the Libyan people bring an end to the reign of a tyrant, our coalition could have and should have done more to fill a vacuum left behind. We are grateful to the United Nations for its efforts to forge a unity Government. We will help any legitimate Libyan Government as it works to bring the country together.

Ob.43 We also have to recognize that we must work more effectively in the future, as an international community, to build capacity for States that are in distress before they collapse. That is why we should celebrate the fact that, later today, the United States will join with more than 50 countries to enlist new capabilities — infantry, intelligence, helicopters, hospitals, and tens of thousands of troops — to strengthen United Nations peacekeeping. These new capabilities can prevent mass killing and ensure that peace agreements are more than words on paper. But we have to do it together. Together, we must strengthen our collective capacity to establish security where order has broken down and to support those who seek a just and lasting peace.

Ob.44 Nowhere is our commitment to international order more tested than in Syria. When a dictator slaughters tens of thousands of his own people, that is not just a matter of one nation's internal affairs. It breeds human suffering on an order of magnitude that affects us all. Likewise, when a terrorist group beheads captives, slaughters the innocent and enslaves women, that is not a single nation's national security problem. It is an assault on humankind as a whole.

Ob.45 I have said before and I will repeat: there is no room to accommodate an apocalyptic cult like the Islamic State in Iraq and the Levant (ISIL), and the United States makes no apologies for using our military, as part of a broad coalition, to go after them. We do so with a determination to ensure that there will never be a safe haven for terrorists who carry out these crimes. We have demonstrated over more than a decade of relentless pursuit of Al-Qaida that we will not be outlasted by extremists.

Ob.46 While military power is necessary, it is not sufficient to resolve the situation in Syria. Lasting stability can take hold only when the people of Syria forge an agreement to live together peacefully. The United States is prepared to work with any nation, including Russia and Iran, to resolve the conflict. But we must recognize that after so much bloodshed, so much carnage, there cannot be a return to the pre-war status quo.

Ob.47 Let us remember how this started. Al-Assad reacted to peaceful protests by escalating repression and killing that, in turn, created the environment for the current strife. And so Al-Assad and his allies cannot simply pacify the broad majority of a population that has been brutalized by chemical weapons and indiscriminate bombing. Yes, realism dictates that compromise will be Ob.48 required to end the fighting and, ultimately, stamp out ISIL. But realism also requires a managed transition away from Al-Assad and to a new leader, and an inclusive Government that recognizes there must be an end to this chaos so that the Syrian people can begin to rebuild.

Ob.49 We know that ISIL — which emerged out of the chaos of Iraq and Syria — depends on perpetual war to survive, but we also know that they gain adherents because of a poisonous ideology. Part of our job, together, is to work to reject such extremism that infects too many of our young people. Part of that effort must be a continued rejection by Muslims of those who distort Islam to preach intolerance and promote violence. It must also involve a rejection by non-Muslims of the ignorance that equates Islam with terrorism.

Ob.50 This work will take time. There are no easy answers to Syria, and there are no simple answers to the changes that are taking place in much of the Middle East and North Africa. But so many families need help right now; they do not have time. That is why the United States is increasing the number of refugees whom we welcome within our borders. That is why we will continue to be the largest donor of assistance to support those refugees. Today we are launching new efforts to ensure that our people and our businesses, our universities and our non-governmental organizations can help as well, because in the faces of suffering families, our nation of immigrants sees itself.

Ob.51 Of course, in the old ways of thinking, the plight of the powerless, the plight of refugees, the plight of the marginalized did not matter. They were on the periphery of the world's concerns. Today, our concern for them is driven not just by conscience, but should also be driven by self-interest. Helping people who have been pushed to the margins of our world is not mere charity; it is a matter of collective security. The purpose of this institution is not merely to avoid conflict; it is to galvanize the collective action that makes life better on this planet.

Ob.52 The commitments we have made to the Sustainable Development Goals speak to this truth. I believe that

capitalism has been the greatest creator of wealth and opportunity that the world has ever known. But from big cities to rural villages around the world, we also know that prosperity is still cruelly out of reach for too many. As His Holiness Pope Francis reminds us, we are stronger when we value the least among these and see them as equal in dignity to ourselves and our sons and our daughters.

Ob.53

Ob.54

We can roll back preventable disease and end the scourge of HIV/AIDS. We can stamp out pandemics that recognize no borders. That work may not be on television right now, but as we demonstrated in reversing the spread of Ebola, it can save more lives than anything else we can do. Together, we can eradicate extreme poverty and erase barriers to opportunity. But this requires a sustained commitment to our people so farmers can feed more people, so entrepreneurs can start a business without paying a bribe, so young people have the skills they need to succeed in this modern, knowledge-based economy.

Ob.55

Ob.56

We can promote growth through trade that meets a higher standard, and that is what we are doing through the Trans-Pacific Partnership — a trade agreement that encompasses nearly 40 per cent of the global economy, an agreement that will open markets while protecting the rights of workers and protecting the environment that enables development to be sustained.

Ob.57

We can roll back the pollution that we put in our skies and help economies lift people out of poverty without condemning our children to the ravages of an ever-warming climate. The same ingenuity that produced the Industrial Age and the Computer Age allows us to harness the potential of clean energy. No country can escape the ravages of climate change. And there is no stronger sign of leadership than putting future generations first. The United States will work with every nation that is willing to do its part so that we can come together in Paris to decisively confront this challenge.

Ob.58

Finally, regarding our vision for the future of the Assembly, my belief in moving forward rather than backwards requires us to defend the democratic principles that allow societies to succeed. Let me start from a simple premise. Catastrophes like what we are seeing in Syria do not take place in countries where there is genuine democracy and respect for the universal values this institution is supposed to defend.

Ob.59

I recognize that democracy is going to take different forms in different parts of the world. The very idea of a people governing themselves depends upon government giving expression to their unique culture, their unique history, their unique experiences. But some universal truths are self-evident. No person wants to be imprisoned for peaceful worship. No woman should ever be abused with impunity, no girl should be barred from attending school. There should be freedom to peacefully petition those in power without fear of arbitrary laws. These are not ideas of one country or one culture. They are fundamental to human progress. They are a cornerstone of this institution.

Ob.60

Ob.61

I realize that in many parts of the world there is a different view — a belief that strong leadership must tolerate no dissent. I hear it not only from America's adversaries, but — privately, at least — I also hear it from some of our friends. I disagree. I believe a Government that suppresses peaceful dissent is not showing strength. It is showing weakness and it is showing fear.

Ob.62

History shows that regimes that fear their own people will eventually crumble, but strong institutions built on the consent of the governed endure long after any one individual is gone. That is why our strongest leaders, from George Washington to Nelson Mandela, have elevated the importance of building strong, democratic institutions over a thirst for perpetual power. Leaders who amend constitutions to stay in office only acknowledge that they failed to build a successful country for their people, because none of us lasts forever. It tells us that power is something they cling to for its own sake rather than for the betterment of those whom they purport to serve.

Ob.63

Ob.64

I understand that democracy is frustrating. Democracy in the United States is certainly imperfect. At times it can be dysfunctional. But democracy — the constant struggle to extend rights to more of our people, to give more people a voice — is what allowed us to become the most powerful nation in the world. It is not simply a matter of principle; it is not an abstraction. Democracy, inclusive democracy, makes countries stronger. When opposition parties can seek power peacefully through the ballot, a country draws upon new ideas. When a free media can inform the public, corruption and abuse are exposed and can be rooted out. When civil society thrives, communities can solve problems that Governments cannot necessarily solve alone. When immigrants are welcomed, countries are

Ob.65

more productive and more vibrant. When girls can go to school, get a job and pursue unlimited opportunities, that is when a country realizes its full potential.

Ob.66 That is what I believe is America's greatest strength. Not everybody in America agrees with me. That is part of democracy. I believe that the fact that one can walk the streets of this city right now and pass churches and synagogues and temples and mosques where people worship freely; the fact that our nation of immigrants mirrors the diversity of the world — one can find people from everywhere here in New York City — the fact that in this country everybody can contribute, everybody can participate no matter who they are or what they look like or whom they love — that is what makes us strong.

Ob.67 I believe that what is true for America is true for virtually all mature democracies. That is no accident. We can be proud of our nations without defining ourselves in opposition to some other group. We can be patriotic without demonizing someone else. We can cherish our own identities — our religion, our ethnicity, our traditions — without putting others down. Our systems are premised on the notion that

Ob.68 absolute power will corrupt, but that people, ordinary people, are fundamentally good and value family and friendship, faith and the dignity of hard work. And with appropriate checks and balances, Governments can reflect that goodness. I believe that is the future we

Ob.69 must seek together — to believe in the dignity of every individual, to believe we can bridge our differences and choose cooperation over conflict. That is not weakness; that is strength. It is a practical necessity in our interconnected world.

Ob.70 Our people understand this. Think of the Liberian doctor who went door to door to search for Ebola cases and to tell families what to do if they show symptoms. Think of the Iranian shopkeeper who said after the nuclear deal, "God willing, now we will be able to offer many more goods at better prices". Think of the Americans who lowered the flag over our embassy in Havana in 1961, the year I was born, and who returned this summer to raise that flag back up. One of those men said of the Cuban people, "We could do things for them, and they could do things for us. We loved them". For 50 years we ignored that fact. Think of the families leaving everything they have known behind, risking barren deserts and stormy waters just to find shelter, just to save their children. One Syrian refugee who was met in Hamburg with warm greetings and shelter said, "We feel there are still some people who love other people".

Ob.71 The people of our United Nations are not as different as they have been told. They can be made to fear; they can be taught to hate, but they can also respond to hope. History is littered with the failure of false prophets and fallen empires who believed that might always makes right. That will continue to be the case. We can count

Ob.72 on it. But we are called upon to offer a different type of leadership, a leadership strong enough to recognize that nations share common interests and people share a common humanity. And, yes, there are certain ideas and principles that are universal. That is what those who shaped the United Nations 70 years ago understood. Let

Ob.73 us carry that faith forward into the future, for it is the only way we can ensure that the future will be brighter, for my children and for everyone's children.

The President: On behalf of the General Assembly, I wish to thank the President of the United States of America for the statement he has just made.

Mr. Barack Obama, President of the United States of America, was escorted from the General Assembly Hall.

Address by Mr. Andrzej Duda, President of the Republic of Poland

The President: The Assembly will now hear an address by the President of the Republic of Poland.

Mr. Andrzej Duda, President of the Republic of Poland, was escorted into the General Assembly Hall.

The President: On behalf of the General Assembly, I have the honour to welcome to the United Nations His Excellency Mr. Andrzej Duda, President of the Republic of Poland, and to invite him to address the Assembly

President Duda (*spoke in Polish; interpretation provided by the delegation*): I congratulate the President of the General Assembly at its seventieth session, Mr. Mogens Lykketoft, on his election to that honourable office. I wish to assure you, Mr. President, of Poland's full support for your actions.

Peace and law: those are the two key words that enable us to understand and appreciate the importance of the United Nations over past 70 years in the world's history. Peace and law, two words without which it is impossible to imagine the coexistence of nations,

different ethnic groups and the followers of the various religions. Peace and law: they are beautiful and important concepts, but extremely fragile ones that we need to take care of and to cultivate unceasingly.

We Poles know full well that peace is not to be taken for granted. Less than one month ago, it was incumbent on me, as President of the Republic of Poland, to deliver a speech at the commemoration of the seventy-sixth anniversary of the outbreak of the Second World War. At dawn on 1 September 1939, the invasion of Nazi Germany against my home country was unleashed. Seventeen days later, on 17 September 1939, we received a blow from the other side, when the Union of Soviet Socialist Republics attacked Poland, and Poland vanished from the map. However, the Poles are a proud nation, and they did not give up, because what they love, above all, is freedom. That is why they fought, to the end, on the side of the free world.

The Second World War, the greatest and bloodiest in the history of humankind, caused the whole of Europe, East and South-East Asia, North Africa, the Middle East and all the oceans to plunge into the dark reign of crime, barbarity and suffering. International law fell, as one of the first victims of the war back then. The next victim was human rights, starting from the fundamental right to live and ending with the rights of soldiers in combat, the rights of civilians crushed under bombing raids and the rights of refugees. The scale of terror, destruction and lawlessness committed during those days put the international community to a serious test. The need appeared to step up efforts to protect peace and safeguard it for the future.

The year 1945 marked more than the end of the Second World War; it was also the birth year of the United Nations, the most fundamental mechanism for cooperation within the international community, advocating for global peace and security. In 1945, international criminal courts were established in Nuremberg and Tokyo. Lastly, the 1940s also marked the adoption of two particularly crucial documents: the Universal Declaration of Human Rights and the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide, the concept of which was largely formulated by Raphael Lemkin, a great Pole of Jewish descent, an eminent lawyer and university lecturer and a nominee for the Nobel Peace Prize. Lemkin was fluent in nine languages, but he was most fluent in the language of law. He noted the absence of an important word. It was Lemkin who invented and applied the term of genocide in legal language for the first time. The Polish lawyer had direct experience of genocide: almost all of his family perished — murdered in the German camps of annihilation.

The emphasis on the respect for international law, as well as the unconditional punishment of those responsible for war crimes, was meant to be one of the ways and means to prevent bloody conflicts in the future. As Pope John Paul II observed, "Peace and international law are closely linked to each other; law favours peace". Unfortunately, international treaties are still being violated, solemn pledges are being neglected, and human rights are commonly being trampled. We should constantly recall that fact. We can never be reminded too often that international law is a fundamental value and a fundamental tool for building peace in the world and that no declarations made by the leaders of States, no promises, no entreaties, can replace treaties, conventions and resolutions. No negotiations behind closed doors may ever lead to the violation and trampling of international law and resolutions. All States should be afforded the equal enjoyment of the rights vested in them, and any actions undermining those rules should be firmly rejected by the international community.

Poland, so gravely affected by the Second World War and by over 40 years of oppression from the communist regime, is particularly sensitive to the use of force in the relations between States, the use of armed aggression and the violation of human rights. Poland feels an obligation to remind everyone that such methods are not only immoral and incompatible with the broadly understood concept of humanism, but above all, they violate international law. That is why I would like to forcefully reiterate that, when a State perpetrates an act of aggression, basing its foreign policy on faits accomplis through the use of tanks, missiles and bombs, the international community has an obligation to reject the facts created through such means.

In that regard, it is crucially important to continue to work on streamlining the effectiveness of the Security Council, the body responsible for protecting international peace. It must be constantly recalled that the privilege of permanent membership is connected with the duty to take active measures to implement the fundamental goals of the United Nations as set forth in Article 1 of the Charter. In recent years, the right to the veto has led, on many occasions, to a total stalemate

in the Council's work, precisely on the most important security issues. That is why Poland supports the French proposal to adopt a code of conduct for refraining from the use of the veto when members are confronted by the gravest crimes under international law, including the crime of genocide.

Let us look at the world today, which is so assailed by trouble. With millions of people suffering from war, destitution, famine and religious persecutions, can we afford to circumvent the principles enshrined in the Charter? Should we be turning a blind eye to breaches of existing commitments or to actions taken from a position of power or based on faits accomplis? Should we wave aside manipulations of the law and propaganda activities that seek to justify base and illegal actions? The answer is no, and that must be the answer of every decent and honest human being and politician.

The former President of the Republic of Poland, Professor Lech Kaczyński, addressing the Assembly in this Hall back in 2009, pointed out that the violation of the territorial integrity of States always gives rise to conflicts on a global scale (see A/64/PV.4). In my capacity as President of Poland, I would also like to express, on behalf of my country, my opposition to a world built on a division into zones of influence, and my rejection of acts of aggression perpetrated by those who, driven by their interests and ambitions, ignore the provisions of international law, thereby thwarting the collective work of the United Nations over the past 70 years. In our part of Europe, we know all too well the costs to be incurred as the result of such policies, especially in the absence of a decisive reaction and the solidarity of other States in the early stages of an aggression.

Contempt for international law may turn out, in fact, to be one of the seeds of war. And once war has broken out, there is generally no rule of law in the territories overwhelmed by warfare. We see that in the Middle East, where State institutions have been either excessively strained or replaced by private armies, terrorist militias and self-proclaimed courts. That constitutes yet another challenge to both the world and the United Nations. With increasing frequency, conflicts arise in which it is almost impossible to define the opposing sides and in which combat is carried out not by States, but rather by indeterminate armed groups in which it is difficult to distinguish a soldier from a civilian. How are we to adjust existing regulations to deal with such new circumstances, which, in the eyes of many politicians and specialists in international law, have still not been fully researched and understood?

Unfortunately, one thing has remained unchanged for centuries: in various parts of the world, in numerous conflict situations, the freedom of conscience and religion are systematically restrained. Members of religious minorities, nowadays especially Christians, are exposed to persecution. In the Middle East, the incidence of acts of violence targeting members of Christian churches is growing at an alarming pace. Nor should we forget the plight of the Yazidi community, which has been murdered and evicted from its native soil. Poland appeals to the international community to take decisive steps to protect the rights of religious minorities.

Military conflicts in the Middle East are taking a toll of thousands of innocent lives and violating the social and economic stability of the region. The militants of the so-called Islamic State in Iraq and the Levant continue to pillage museums, defile Christian and Shia shrines, and blow up the remains of ancient metropolises. At the end of August, we were informed about the destruction of temple Baal Shamin in Palmyra, a monument with 2,000 years of tradition. UNESCO Director General Irina Bokova has stated that the devastation of that temple constitutes nothing less than a war crime. In the face of those beastly acts, the international community should take more decisive steps in order to stem the practice of destroying and looting the world heritage of humanity.

Never since the start of the United Nations has the international community had to address a humanitarian crisis on a scale such as the one it faces today. Poland is working to reinforce the global system of humanitarian aid by fostering cooperation among international institutions, Governments, law enforcement and nongovernmental organizations. At the same time, there needs to be greater emphasis on the relationship between humanitarian aid and aid for development. Here, I would like to mention with great satisfaction the contribution of Polish humanitarian organizations, which actively support those in need. They have built schools and welfare centres, drilled wells, provided clothing and blankets, assisted the victims of conflicts and responded in the wake of natural disasters. I would like to take this opportunity to express my sincerest gratitude to all good-hearted people and to the people of conscience who are providing assistance to others, often at the risk of their own lives.

Respect for human rights is a key premise for the maintenance of peace and justice in the lives of States and nations.

For Poland, the defence of the freedom of conscience, worship and speech is of particular importance. And the freedom of speech entails the duty to tell the truth. Nothing is more poisonous to the relations among peoples and States than manipulating the truth or spreading lies and degrading stereotypes. That is why the truth, including the truth about history, is such a crucial component of relations among States and nations.

Here, I would like to highlight the fate of those for whom standing up for truth and for freedom of speech has often been punished with imprisonment or even death at the hands of their oppressors — the courageous and uncompromising dissidents, journalists and bloggers who expose the crimes of totalitarian regimes, the atrocities perpetrated by terrorists in various corners of the world and the brutality of law enforcement authorities. We must not forget their dedication. The international community should offer them appropriate protection, including legal protection.

And there is another social group that cannot be left out when we speak about human rights, or about the effects of war and mass migration. I am thinking here of women: the mothers, wives and daughters of Asia, Africa, the Middle East and Ukraine. They require our particular attention, because they suffer doubly: first, when they lose their sense of security, with war raging around them, and then when they lose their husbands, fathers, brothers or sons, sometimes without even being able to bury them. The tears of bereft women, victims of war, pose the greatest charge against humanity in the twenty-first century.

The defence of democracy, sustainable economic growth, the elimination of social inequalities, broader access to education and the long-term mitigation of the impacts of climate change — all those measures contribute to the preservation of world peace. In that context, I wish to assure the Assembly of my country's readiness to participate in the attainment of the Sustainable Development Goals (resolution 70/1). Poland has, among other things, actively participated in the current international effort to achieve a new climate agreement. We see the need to reach a permanent understanding in that field, one that will be joined by all States and will engage the efforts of all States in proportion to their actual capabilities. In other ways, Poland has had an impressive track record with regard to environmental protection. Suffice it to say that our economic transformation has contributed to the lowering of carbon dioxide emissions in Poland by 30 per cent since 1990.

We also stand ready to increase our direct contribution to peacekeeping and the preservation of security. In that spirit, we have submitted our candidacy to be a non-permanent member of the Security Council. Poland, still mindful of the tragedy of the Second World War and the communist era, pledges to actively cooperate in building an international order based on the rule of law. Law contributes to the effective functioning of the societies of which our States are composed. But it also serves to help establish effective and peaceful arrangements among States themselves. Let us therefore create a world founded on the strength of the rule of law and not on the law of force.

The President: On behalf of the General Assembly, I wish to thank the President of the Republic of Poland for the statement he has just made.

Mr. Andrzej Duda, President of the Republic of Poland, was escorted from the General Assembly Hall.

Address by Mr. Xi Jinping, President of the People's Republic of China

The President: The Assembly will now hear an address by the President of the People's Republic of China.

Mr. Xi Jinping, President of the People's Republic of China, was escorted into the General Assembly Hall.

The President: On behalf of the General Assembly, I have the honour to welcome to the United Nations His Excellency Mr. Xi Jinping, President of the People's Republic of China, and to invite him to address the Assembly.

President Xi Jinping (*spoke in Chinese*): Just 70 years ago, an earlier generation fought heroically and secured victory in an anti-fascist war, thereby ending a dark chapter in the annals of human history. That victory was hard won. Seventy years ago, humankind, acting with vision and foresight, established the United Nations. That universal and most representative and authoritative international Organization has carried humankind's hope for a new future and ushered in a new

era of cooperation. It was a pioneering initiative never undertaken before. Seventy years ago, that generation pooled their wisdom to adopt the Charter of the United Nations, laying the cornerstone for the contemporary international order and establishing the fundamental principles of contemporary international relations. It was an achievement of profound impact.

On 3 September, the Chinese people, together with other peoples of the world, solemnly commemorated the seventieth anniversary of the Chinese people's war of resistance against Japanese aggression and fascism in the Second World War. In the main theatre in the East, China made a national sacrifice, suffering over 35 million casualties in its fight against the main troops of Japanese militarism. China not only saved itself and its people from subjugation, but also gave strong support to the forces fighting aggression in the European and Pacific theatres, thereby making a historic contribution to the victory in that anti-fascist world war.

History is like a mirror. Only by drawing on the lessons of history can the world avoid repeating past calamities. We should review history with respect and in full conscience. The past cannot be changed, but the future can be shaped. Bearing history in mind is not to perpetuate hatred. Rather, it is necessary so that humankind does not forget history's lessons. Remembering history does not mean being obsessed with the past; rather, in doing so, we aim to create a better future and pass the torch of peace from generation to generation.

The United Nations has survived the test of time. Over the past seven decades, it has witnessed the efforts of all countries to uphold peace, build homelands and pursue cooperation. Having reached a historic new starting point, the United Nations needs to address the central issue of how to better promote world peace and development in the twenty-first century. The world is experiencing a historic process of accelerated evolution. The sunshine of peace, development and progress will be powerful enough to penetrate the clouds of war, poverty and backwardness. The movement towards a multipolar world and the rise of emerging markets and developing countries have become an irreversible historical trend. Economic globalization with the advent of the information age has unleashed and greatly boosted social productive forces that have both created unprecedented development opportunities and given rise to new threats and challenges that we must squarely face.

As an ancient Chinese goes, "Our greatest ideal is to create a world truly shared by all". Peace, development, equity, justice, democracy and freedom are the common values of humankind and the lofty goals of the United Nations. Yet those goals are far from having been achieved, and we must continue our endeavours to meet them. In today's world, all countries are interdependent and share a common future. We should renew our commitment to the purposes and principles of the Charter of the United Nations, so as to fashion a new kind of international relations with win-win cooperation at its core and to create an international community that realizes a shared positive future for all of humankind. To achieve that goal, we need to make the following efforts.

We should build partnerships in which countries treat each other as equals, engage in mutual consultation and show mutual understanding. The principle of sovereign equality underpins the Charter of the United Nations. The future of the world must be shaped by all countries. All countries are equals. Those who are big, strong and rich should not bully the small, weak and poor. The principle of sovereignty not only means that the sovereignty and territorial integrity of all countries are inviolable and that their internal affairs are not subject to interference. It also means that the right of all countries to independently choose social systems and development paths should be upheld and that the endeavours of all countries to promote economic and social development and to improve their people's lives should be respected.

We should be committed to multilateralism and reject unilateralism. We should adopt a new vision of seeking win-win outcomes for all and reject the outdated mindset that one's gain means the other's loss or that the winner takes all. Consultation is an important form of democracy, and it should also become an important means of exercising contemporary international governance. We should resolve disputes and differences through dialogue and consultation. We should forge a global partnership at both the international and regional levels, and embrace a new approach to State-to-State relations, one that features dialogue rather than confrontation and seeks partnership rather than alliance.

Major countries should follow the principles of no conflict, no confrontation, mutual respect and win-win cooperation in handling their relations. Big countries should treat small countries as equals and take the right

approach to justice and interests by putting justice before interests.

We should create a security architecture featuring fairness, justice, joint contributions and shared benefits. In an age of economic globalization, the security of all countries is interlinked and has a mutual impact. No country can maintain absolute security by its own efforts alone, and no country can achieve stability on the basis of other countries' instability. The law of the jungle leaves the weak at the mercy of the strong; that is not the way for countries to conduct their relations. Those who adopt the high-handed approach of using force will find that they are only lifting a rock to drop it on their own feet.

We should abandon the Cold War mentality in all its manifestations and foster a new vision of common, comprehensive, cooperative and sustainable security. We should give full play to the central role of the United Nations and its Security Council in ending conflict and keeping peace, and adopt the dual approach of seeking peaceful solutions to disputes and taking the actions required to turn hostility into amity.

We should advance international cooperation in both the economic and social fields and take a holistic approach to addressing traditional and non-traditional security threats, so as to prevent conflicts from breaking out in the first place.

We should promote open, innovative and inclusive development that benefits all. The 2008 international financial crisis taught us that allowing capital to blindly pursue profit can only create a crisis and that global prosperity cannot be built on the shaky foundation of a market without moral constraints. The growing gap between rich and poor is both unsustainable and unfair. It is important for us to use both the invisible hand and the visible hand to create synergy between market forces and Government function and strive to achieve both efficiency and fairness.

Development is meaningful only when it is inclusive and sustainable. Achieve this goal requires openness, mutual assistance and win-win cooperation. In today's world, close to 800 million people still live in extreme poverty; nearly 6 million children die before the age of 5 each year; and nearly 60 million children are unable to go to school. The just-concluded United Nations sustainable development Summit adopted the post-2015 development Agenda (resolution 70/1). We must translate our commitments into action and work together to ensure a bright future in which everyone is free from want, has access to development and lives with dignity.

We should increase inter-civilization exchanges so as to promote harmony, inclusiveness and respect for differences. The world is simply more colourful as a result of its cultural diversity. Diversity breeds exchanges, exchanges create integration, and integration makes progress possible. In their interactions, civilizations must accept their differences. Only through mutual respect, mutual learning and harmonious coexistence can the world maintain its diversity and thrive. Each civilization reflects the unique vision and contribution of its people, and no civilization is superior to any other. Different civilizations should have dialogue and exchanges instead of trying to exclude or replace one another. The history of humankind is a process of active exchanges, interactions and integration among different civilizations. We should respect all civilizations and treat one another as equals. We should draw inspiration from one another to boost the creative development of human civilization.

We should build an ecosystem that puts Mother Nature and green development first. Humankind may utilize nature and even try to transform it, but we are, after all, a part of it. We should care for nature and not place ourselves above it. We should reconcile industrial development with nature and pursue harmony between man and nature to achieve the sustainable development of the world and the all-round development of humankind.

To build a sound ecology is vital for humankind's future. All members of the international community should work together to build a sound global eco-environment. We should respect nature, follow nature's ways and protect nature. We should firmly pursue green, low-carbon, circular and sustainable development. China will shoulder its share of responsibility and continue to play its part in this common endeavour. We also urge developed countries to fulfil their historical responsibilities, honour their emission-reduction commitments and help developing countries mitigate and adapt to climate change.

The more than 1.3 billion Chinese people are endeavouring to realize the Chinese dream of great national renewal. The dream of the Chinese people is closely connected with the dreams of the other peoples of the world. We cannot realize the Chinese dream without a peaceful international environment, a stable

international order and the understanding, support and help of the rest of the world. The realization of the Chinese dream will bring more opportunities to other countries and contribute to global peace and development.

China will continue to participate in building world peace. We are committed to peaceful development. No matter how the international landscape may evolve and how strong China may become, China will never seek hegemony or expansion or to establish a sphere of influence. We will continue to contribute to global development and to pursue common development and the win-win strategy of opening up. We are ready to share our development experience and opportunities with other countries, and we invite other countries to board China's express train of development, so that all of us will achieve common development.

China will continue to uphold the international order. We will stay committed to the path of peaceful development through cooperation. China was the first country to put its signature on the Charter of the United Nations. We will continue to uphold the international order and system, underpinned by the purposes and principles of the Charter. China will continue to stand together with other developing countries. We firmly support the greater representation and voice of developing countries, especially African countries, in the international governance system. In voting at the United Nations, China will always side with the developing countries.

I take this opportunity to announce China's decision to establish a 10-year, $1 billion peace and development fund to support the work of the United Nations, advance multilateral cooperation and promote world peace and development. I also wish to announce that China will join the new United Nations peacekeeping capabilities readiness system and has therefore decided to take the lead in setting up a permanent formed peacekeeping police force and a standby peacekeeping force of 8,000 troops. I also wish to announce that China will provide a total of $100 million of free military assistance to the African Union over the next five years to support the establishment of the African Standby Force and the development of the African Capacity for Immediate Response to Crisis.

As the United Nations enters a new decade, let us unite even more closely to forge a new partnership of win-win cooperation and a community of shared future for humankind. Let the vision of beating our swords into ploughshares and building a war-free world with lasting peace take root in our hearts. Let the aspirations for development, prosperity, fairness and justice spread throughout the world.

The President: On behalf of the General Assembly, I wish to thank the President of the People's Republic of China for the statement he has just made.

Mr. Xi Jinping, President of the People's Republic of China, was escorted from the General Assembly Hall.

Address by His Majesty King Abdullah II ibn Al Hussein, King of the Hashemite Kingdom of Jordan

The President: The Assembly will now hear an address by the King of the Hashemite Kingdom of Jordan.

His Majesty King Abdullah II ibn Al Hussein, King of the Hashemite Kingdom of Jordan, was escorted into the General Assembly Hall.

The President: On behalf of the General Assembly, I have the honour to welcome to the United Nations His Majesty King Abdullah II ibn Al Hussein, King of the Hashemite Kingdom of Jordan, and to invite him to address the Assembly.

King Abdullah: It is an honour to stand before the General Assembly. I am here representing Jordan as a God-fearing and God-loving human being. I am here as a father who wants his children, like all others, to live in a compassionate and more peaceful world.

Such a future is under serious threat from the *khawarij*, the outlaws of Islam, who operate globally today. They target religious differences, hoping to kill cooperation and compassion among the billions of people of all faiths and communities, who live side by side in our many countries. Those outlaw gangs use suspicion and ignorance to expand their own power. And worse still is the free hand they grant themselves to distort the word of God in order to justify the most atrocious of crimes.

All of us here are united by our conviction that those forces must be defeated. But before we ask how to achieve that objective, let us ask the following. What if they were not defeated? What would our world look like? Can we tolerate a future where mass murder, public beheadings, kidnapping and slavery are common practices? Where the persecution of communities is the law? Where humankind's cultural treasures that have

been preserved for thousands of years are systematically destroyed?

I have called this crisis a third world war, and I believe we must respond with equal intensity. That means global collective action on all fronts. But let us make no mistake; the more important war is the one we wage on the battlegrounds of the heart, the soul and the mind. And, in this fight, all countries and all people must come together.

Jordan has been proud to work with Member States and their countries to spearhead global initiatives for tolerance and dialogue. That has been reflected in the Amman Message and A Common Word, and, four years ago, we helped to initiate the World Interfaith Harmony Week, an annual United Nations event to focus all people, especially young people, on the essentials of tolerance and coexistence. Those efforts must continue, and the United Nations has a central role. But all of us, as individuals and as leaders, must help build the road ahead. Let me suggest seven essential steps.

First, let us get back to basics and to the essence and shared spirit of our respective faiths and creeds. It seems to me that we can sometimes lose sight of the larger picture. What separates human beings is minuscule, compared to what we hold in common: deep values of love, peace, justice and compassion.

(*spoke in Arabic*)

> "And My mercy embraces all things." (*The Holy Koran, VII:156*)

(*spoke in English*)

Secondly, let us change our tone. On my travels not long ago, I saw a roadside sign that said, "Fear God". A few miles down the road, was another, saying the same thing, then another and then a final one, saying, "... Or you will go to Hell", and I asked myself when and how did fear and intimidation creep so insidiously into our conversations, when there is so much more to be said about the love of God. Most people may think they have nothing to do with the hate expressed by extremists. But our world is also threatened when violence, fear and anger dominate our discourse, whether in school lessons, weekly sermons or international affairs.

Thirdly, let us act upon our beliefs. And here, I mean more than praying, fasting or *zakat* — giving alms. I mean integrating our values into every part of our daily lives and every hour of every day. By loving our neighbour, showing respect to those different from us and being kind to our own children, each one of us can do something to reflect the spirit of our Creator.

Fourthly, let us amplify the voice of moderation. It is one of the greatest ironies of our time that extremist voices use advanced media to propagate ignorant ideas. We must not let our screens, airwaves, broadband and social media be monopolized by those who pose the greatest danger to our world. We too must populate our media and, more important, the minds of our young people, with the purity and power of moderation.

Fifthly, let us recognize deceit. When we examine the motives of those outlaws, the *khawarij,* and, indeed, the motives of extremists on all sides, we find hunger for power, control of people, of money and of land. They use religion as a mask. Is there a worse crime than twisting God's word to promote one's own interests? Is there a more despicable act than feeding on the vulnerable and innocent, to recruit them to one's ranks? In the global Muslim community — 1.7 billion good men and women, one quarter of humankind — today's outlaw gangs are nothing but a drop in the ocean. But a drop of venom can poison a well. We must protect the purity of our faith from worldly contamination. As Muslims, this is our fight, as it is our duty.

Sixthly, by all means, let us be intolerant of intolerance. Extremists rely on the apathy of moderates. But moderation does not mean accepting those who trample on others and rejecting all those who differ. Today's global fight is not between peoples, communities or religions. It is between all moderates of all faiths against all extremists, in all religions. Leaders of every country, every belief and every neighbourhood need to take a clear and public stand against intolerance of any kind. That includes respecting all places where God is worshipped, whether mosque, church, synagogue or temple.

And nothing can be more important and can have more impact in framing this respect and coexistence than Jerusalem. The Hashemite custodianship of Jerusalem's Islamic and Christian holy sites is a sacred duty, and we join Muslims and Christians everywhere in rejecting threats to the holy places and the Arab character of that Holy City.

Lastly, there is hyperconnectivity. In our era, connectivity defines how we live and interact in our work, our communities, our schools and our lives. Only a few years ago, we were introduced to the Internet of computers; now, we talk about the Internet

of things. But over them all must be the Internet of humankind — a hyperconnection, bringing us together in collective consciousness and common cause. By gathering here today, we acknowledge that the power of working together far exceeds any individual effort. Our great General Assembly must address urgent world issues: sustainable and inclusive development that can deliver more opportunities, especially to young people, and peaceful, political solutions to regional crises.

It is the world's obligation to find solutions and provide relief for the millions of refugees in my region. Today, we are still facing huge shortfalls, cuts and threats to vital United Nations programmes and agencies, including the United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East, the Office of the United Nations High Commissioner for Refugees and the World Food Programme.

Today, we are haunted by the images of thousands of refugees on the shores and borders of Europe, seeking hope, far away from their homeland. In Jordan, we have been faced with that challenge since the beginning of the Syrian crisis. Today, Syrian refugees alone constitute 20 per cent of my country's population.

We have been relieving the international community of a significant part of the burden of that humanitarian disaster since the beginning. Support to our country has been a small fraction of the cost we have endured. It is high time for the international community to act collectively in facing this unprecedented humanitarian crisis and to provide support to countries such as Jordan and Lebanon, which have been carrying the brunt of that burden over the past four years.

In all these areas, we must act, and act collectively, for the future of our world. And connectivity is key. The values we share — equality, compassion and hope — need to be connected to everything we do. And we must keep ourselves connected to each other, for the good of all. These bonds are the power and promise of our United Nations. Here, together, we can and must create the future our people need — a safer, stronger world of coexistence, inclusion, shared prosperity and peace. Seven steps can bring us closer to our destination. God willing, our countries and peoples will achieve those seven steps and many more.

The President: On behalf of the General Assembly, I wish to thank His Majesty the King of the Hashemite Kingdom of Jordan for the statement he has just made.

His Majesty Abdullah II ibn Al Hussein, King of the Hashemite Kingdom of Jordan, was escorted from the General Assembly Hall.

Address by Mr. Vladimir Putin, President of the Russian Federation

The President: The Assembly will now hear an address by the President of the Russian Federation.

Mr. Vladimir Putin, President of the Russian Federation, was escorted into the General Assembly Hall.

The President: On behalf of the General Assembly, I have the honour to welcome to the United Nations His Excellency Mr. Vladimir Putin, President of the Russian Federation, and to invite him to address the Assembly.

President Putin (*spoke in Russian*): The Put.1
seventieth anniversary of the United Nations is a good opportunity both to consider our history and to talk about our collective future. In 1945, the countries that Put.2
had defeated Nazism united their efforts to lay firm foundations for the post-war world order. I should point out here that the key decisions about the principles for guiding cooperation among States and the creation of the United Nations were made in our country, at the meeting in Yalta of the leaders of the coalition against Hitler. The Yalta system emerged out of genuine travail, Put.3
paid for with tens of millions of lives and the two world wars that engulfed the world in the twentieth century. And in all fairness to it, it has helped humankind traverse the turbulent and sometimes dramatic events of the past seven decades and has spared the world major cataclysms.

The United Nations is an Organization unique in its Put.4
legitimacy, representativeness and universality. True, it has recently been much criticized for its perceived insufficient effectiveness and for decision-making on fundamental issues that can be stymied by insuperable differences, particularly among members of the Security Council. I would like to point out, however, that over the 70 years of the existence of the United Nations there have always been disagreements, and the right to the veto has always been exercised — by the United States, Great Britain, France, China, the Soviet Union and later Russia, alike. That is entirely natural for such a diverse and representative Organization. When the United Nations was established, there was Put.5

no suggestion that unanimity would reign. Indeed, the essence of the Organization consists in seeking and reaching compromise. Its strength lies in taking account of different opinions and points of view. The decisions that are discussed in the United Nations are either adopted as resolutions or they are not. As the diplomats say, they either go through or do not go through. Any action on the part of any State that bypasses that procedure is illegitimate and runs counter to the Charter of the United Nations and in defiance of international law.

We all know that a single dominating power centre emerged in the world after the end of the Cold War. Those who found themselves at the top of that pyramid were tempted to think that if they were so strong and exceptional, they knew better than anyone else what should be done. As a consequence, they thought, why should they bother with the United Nations, which instead of automatically sanctioning and legitimizing necessary decisions frequently just stands in the way or, as we say, gets underfoot? It has become commonplace to say that the Organization, as originally conceived, has become obsolete and that its historical mission has been accomplished.

The world is changing, of course, and the United Nations must keep up with that natural transformation. Russia is ready to work on that, based on a broad consensus with all its partners, but we consider efforts to undermine the authority and legitimacy of the United Nations to be extremely dangerous. They could lead to the collapse of the entire architecture of international relations. Then we would indeed be left with no rules beyond might is right. That would be a world ruled by selfishness rather than collective effort; a world ever more dictatorial and less about equality, genuine democracy and freedom; a world where an ever-growing number of de facto protectorates and externally controlled territories would replace truly independent States.

What, after all, is State sovereignty, about which some of our colleagues have already spoken? More than anything it is about freedom — the freedom of every person, people or State to choose their own destiny. And by the way, the issue of the so-called legitimacy of State power also falls into this category. We should never play with words or manipulate them. Every term of international law and international affairs should be clear and transparent and possess uniformly understood criteria.

We are all different, and we should respect that. Nobody is obliged to conform once and for all to a single model of development that someone has deemed to be the only right one. We should all remember what we have learned from past experience. For example, we remember instances from the history of the Soviet Union. Attempts to export social experiments and to push for change in one country or another based on our own ideological positions often led to tragic consequences and to deterioration rather than progress.

It seems, however, that no one learns from others' mistakes. They just repeat them, and the export of revolutions, this time so-called democratic revolutions, continues. We have only to look at the situation in the Middle East and North Africa, which the speaker before me discussed. Certainly, the political and social problems of the region have been brewing for a long time, and people there naturally wanted change.

But how has it actually turned out? Instead of reforming Government institutions, aggressive foreign interference has resulted in the abrupt destruction of the very fabric of life. Instead of the triumph of democracy and progress we got violence, poverty and social catastrophe. And human rights, including the right to life, are simply ignored. One cannot help wanting to ask those who created this situation if they at least realize now what they have done. But I am afraid the question would go unanswered, because policies based on complacency and a belief in one's exceptionality and impunity are never abandoned.

It is now obvious that the power vacuum that has appeared in a number of the countries of the Middle East and North Africa has led to the emergence of areas of anarchy that immediately began to fill with extremists and terrorists. Tens of thousands of militants are now fighting under the banners of the so-called Islamic State. They include former Iraqi servicemen who were thrown out into the street in the wake of the invasion of Iraq in 2003. Another supplier of recruits is Libya, whose statehood was destroyed as a result of a gross violation of Security Council resolution 1973 (2011). And now members of the so-called moderate Syrian opposition, supported by the West, are joining the radical ranks. First they arm and train them, and now they are defecting to the so-called Islamic State. Indeed, the Islamic State itself did not come from nowhere. It, too, was initially forged as a tool against undesirable secular regimes. Having established a foothold in Syria and Iraq, the Islamic State is actively expanding into

other regions, with the aim of dominating the Islamic world, and not just there. It is clearly not limiting itself to those plans alone.

Put.18 The situation is more than dangerous. In such circumstances, it is hypocritical and irresponsible to make loud declarations about the threat of international terrorism while turning a blind eye to the channels that are financing and supporting terrorists, including through the proceeds of drug trafficking and illicit trading in oil and arms, or to attempt to manipulate extremist groups and make them do one's bidding in order to achieve one's own political goals, in the hope of dealing with them — or, to put it more simply, liquidating them — later. What I have to say to those Put.19 people is this: Sirs, while you are certainly dealing with cruel people, they are in no way stupid or primitive. They are just as smart as you, and you cannot yet tell who is using whom for his own ends. The recent information on the transfer of arms to the terrorists by that moderate opposition itself is the best proof of that.

Put.20 We believe that any attempt to flirt with terrorists, let alone arm them, is not just short-sighted; it is incendiary. It could result in a dramatic increase in the global terrorist threat and its critical spread to new regions, especially considering the fact that militants from many countries, including Europe, are passing through Islamic State training camps. Nor, unfortunately, I must admit frankly to my colleagues, is Russia an exception. We cannot allow such criminals, Put.21 who have already smelled blood, to return home and continue their evil deeds there. We do not want that. And after all, would anyone want that?

Put.22 Russia has always been firm and consistent in opposing terrorism in all its forms. Today we are providing military and technical assistance to Iraq, Syria and other countries of the region that are fighting terrorist groups. We think it is an enormous mistake to refuse to cooperate with the Syrian authorities and the State armed forces, who are valiantly combating terrorism face to face. Finally, we should acknowledge that no one except President Al-Assad's Government armed forces and the Kurdish militia is truly fighting the Islamic State and other terrorist organizations in Syria. We are aware of all the problems and contradictions in the region, but we must nonetheless be realistic.

Put.23 I feel obliged to point out that Russia's honest and straightforward approach has recently been used as a pretext for accusing us of harbouring increasing ambitions — as if the people saying that have no ambitions at all themselves. But the real issue is not Put.24 Russia's ambitions but the fact that we can no longer tolerate the current state of affairs in the world. In reality, we are proposing that we should be guided by our shared values and interests rather than ambitions. We should unite our efforts to address, on the basis of international law, these new problems we face and create a genuinely broad international coalition against terrorism. Like the coalition against Hitler, it could unite all the diverse forces willing to resolutely resist those who, like the Nazis, sow evil and hatred of humankind.

Put.25 And, naturally, Muslim countries should play a key role in that coalition. Not only is the Islamic State a direct threat to them, it also desecrates one of the world's greatest religions with its bloody crimes. Put.26 The militants' ideologists make a mockery of Islam and pervert its true humanistic values. In that regard, I would also like to address Muslim spiritual leaders. Their authority and tutelage are vital at this moment. It is essential to prevent those whom militants try to recruit from making hasty decisions. And those who have been deceived and who by force of circumstance have ended up in the terrorists' ranks must be helped to find a path back to normal life, lay down their arms and cease their fratricide.

Put.27 In the next few days Russia, as the current President of the Security Council, will convene a ministerial-level meeting aimed at conducting a comprehensive analysis of threats in the Middle East. First, we propose to discuss the possibility of agreeing on a draft resolution designed to coordinate the actions of all the forces confronting the Islamic State and other terrorist groups. Once again, that coordination should be based on the principles of the Charter of the United Nations.

Put.28 We believe that the international community can develop a comprehensive strategy for the political stabilization and social and economic recovery of the Middle East. Then there would be no need to build camps for refugees. The flood of people forced to leave their homelands has literally engulfed first the country's neighbours and now Europe. Now they number in the hundreds of thousands, but they could soon be millions. This is a great and tragic new migration of peoples, and a harsh lesson for all of us, including Europe.

Put.29 I would like to stress that the refugees unquestionably need our compassion and support. However, any fundamental solution to the problem must involve restoring statehood where it has been

destroyed, strengthening Government institutions where they still exist or are being re-established, and providing comprehensive military, economic and material assistance to countries in difficulties — and, of course, to those who have not abandoned their homes despite all their ordeals. Naturally, any assistance to sovereign States can and must be offered rather than imposed, and only in accordance with the United Nations Charter. In other words, everything being done or to be done in this area in accordance with the norms of international law must be backed by our universal Organization, and anything contravening the Charter must be rejected. More than anything, I believe it is vital to help restore Government institutions in Libya, support the new Government of Iraq and provide comprehensive assistance to the legitimate Government of Syria.

Put.30

Put.31

Ensuring peace and regional and global stability remains the key task of the international community, with the United Nations at its helm. In our view, that means creating a space of equal and indivisible security that is not for the select few, but for everyone. Yes, it is a complex, difficult and time-consuming task, but there are no alternatives to it. However, for some of our colleagues the Cold War bloc mindset and desire to assimilate new geopolitical areas are still paramount. They began by continuing to expand NATO — and one wonders why, with the Warsaw Pact bloc no longer in existence and the Soviet Union broken up. And yet NATO is not only still there; like its military infrastructure, it is still expanding. Then they offered post-Soviet countries a false choice — to be either with the West or the East. Sooner or later, that logic of confrontation was bound to turn into a serious geopolitical crisis, and that is what happened in Ukraine, where the people's dissatisfaction with the authorities was exploited and a military coup provoked from outside. A civil war erupted as a result.

Put.32

Put.33

Put.34

We firmly believe that we can end the bloodshed and find a way out of this deadlock only through full implementation, in good faith, of the Minsk agreements of 12 February. Ukraine's territorial integrity cannot be ensured by threats and force of arms, but it must be done. What is needed is respect for the choice of the people of the Donbas region, genuine consideration of their interests and rights and their engagement in devising the key elements of the country's political structure, in line with the Minsk agreements that will guarantee that Ukraine can develop as a civilized State and an essential link in the construction of a common area of security and economic cooperation in both Europe and Eurasia.

Put.35

I have a reason for speaking of a common area for economic cooperation. Only recently, it seemed that in the economic sphere, where the objective laws of the market apply, we would learn to live without dividing lines and to act on the basis of transparent rules, jointly devised, including the principles of the World Trade Organization (WTO), which stand for freedom of trade and investment and open competition. Today, however, unilateral sanctions that circumvent the United Nations Charter have almost become the norm. They not only serve political aims, they act as a way of pushing competitors out of the market.

Put.36

I would like to note another sign of growing economic selfishness. A number of countries have chosen to create closed, exclusive economic associations, with negotiations conducted behind closed doors and in secret, undisclosed to their own citizens and business communities. Nor do they inform other countries and Governments whose interests may be affected. Perhaps they want all of us to be left with the fait accompli that the rules of the game have been changed in favour of a small group, and without the participation of the WTO. That could completely unbalance the trade system and lead to the disintegration of the global economic environment. These issues affect the interests of all States and influence the future of the entire world economy. That is why we propose discussing them within the United Nations, the WTO and the Group of 20.

Put.37

Put.38

In opposition to a policy of exclusiveness, Russia proposes harmonizing regional economic projects through what is known as the integration of integrations, based on the universal and transparent rules of international trade. One example is our plan to link the Eurasian Economic Union with China's initiative in creating a Silk Road economic belt. And we continue to believe the possibility of harmonizing integration processes within the Eurasian Economic Union and the European Union to be very promising.

Put.39

Among the issues affecting the future of all humankind is the challenge of global climate change. It is in our interests to ensure that we get results at the Conference of the Parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change to be held in Paris in December. As part of our national contribution, by 2030 we plan to reduce our greenhouse gas emissions to between 70 and 75 per cent of their 1990 levels. I

Put.40

Put.41 suggest, however, that we should take a broader view of this issue. By establishing quotas on harmful emissions or taking other steps that by their very nature are still only tactical, we may mitigate the problem for a certain amount of time, but fundamentally we will not solve it.

Put.42 We need a completely different approach. We should be focusing on introducing fundamentally new technologies, inspired by nature, that rather than damaging the environment will be in harmony with it and will enable us to restore the balance between the biosphere and the technosphere that human activities have destroyed. It is indeed a challenge on a planetary scale, but I am confident that humankind has the intellectual wherewithal to respond to it. We must

Put.43 unite our efforts, most of all those States possessing solid research capacities and fundamental scientific achievements. We propose convening a special forum under United Nations auspices for a comprehensive consideration of the issues related to the depletion of natural resources, the destruction of habitats and climate change. Russia is ready to be one of the organizers of such a forum.

Mr. Balói (Mozambique), Vice-President, took the Chair.

Put.44 On 10 January 1946, the General Assembly of the United Nations gathered in London to begin work on its first session. Eduardo Zuleta Ángel, a Colombian diplomat and the Chairman of the Preparatory Commission, opened the session by giving what I believe was a concise definition of the basic principles by which the United Nations should be guided in its activities. They are free will, disdain for scheming and trickery, and a spirit of cooperation. Today his

Put.45 words can be a guide for us all. Russia believes in the huge potential of the United Nations to help us avoid a new global confrontation and engage in strategic cooperation. We will work consistently with other

Put.46 countries to strengthen the central coordinating role of the United Nations. I am confident that together we can make the world a stable and safe place and ensure conditions conducive to the development of every State and nation.

The Acting President: On behalf of the General Assembly, I wish to thank the President of the Russian Federation for the statement he has just made.

Mr. Vladimir Putin, President of the Russian Federation, was escorted from the General Assembly Hall.

Address by Ms. Park Geun-hye, President of the Republic of Korea

The President: The Assembly will now hear an address by the President of the Republic of Korea.

Ms. Park Geun-hye, President of the Republic of Korea, was escorted into the General Assembly Hall.

The Acting President: On behalf of the General Assembly, I have the honour to welcome to the United Nations Her Excellency Ms. Park Geun-hye, President of the Republic of Korea, and to invite her to address the Assembly.

President Park Geun-hye (*spoke in Korean; English interpretation provided by the delegation*): I would first like to congratulate the United Nations on the seventieth anniversary of its founding, and Mr. Mogens Lykketoft, former Speaker of the Danish Parliament, on his election to preside over the General Assembly at its seventieth session.

The United Nations, established 70 years ago after the calamities of war, has been a beacon of hope for people all over the world, thanks to the trust and hope engendered by the spirit of the United Nations that made people its focus, despite the constraints of realpolitik. And despite the many challenges and criticisms directed at it, the United Nations has made tremendous contributions to promoting the common good of humankind. As we speak, the Blue Helmets of its peacekeeping operations, themselves a symbol of peace, are working to maintain international peace and security.

The adoption in 1948 of the Universal Declaration of Human Rights was a milestone in the history of human rights, while the establishment of the Human Rights Council and the International Criminal Court marked conspicuous progress towards institutionalizing the protection of human rights. The Millennium Development Goals, launched in 2000, have been the basis for the most successful poverty eradication campaign in the history of the United Nations, lifting hundreds of millions out of extreme poverty.

And few places in the world have seen the efforts of the United Nations make as much difference as the Republic of Korea. This year also has special meaning for my country, for it is one that brings both the joy of marking the seventieth anniversary of our liberation and the anguish attendant on the arrival

of the seventieth year of our division. In the past 70 years, the Republic of Korea has risen above the ordeals of partition and war and gone on to achieve industrialization and democratization simultaneously. The United Nations has stood with the Republic of Korea from the founding of our Government to this very day. The values and ideals upheld by the United Nations — global peace, the promotion of human rights and shared prosperity — have embodied the vision of the Republic of Korea itself. And the future that Korea envisions is aligned with the aspirations of the United Nations. The challenges we have overcome and the successes we have achieved over the years are a testament to the possibilities for success of the goal of the United Nations for a better world.

Notwithstanding these efforts of the United Nations and the international community, humankind today is confronted with multiple simultaneous challenges in all corners of the world. Today, there is no shortage of conflicts, large and small, or of extremely violent civil wars. The surge in extremist groups that the Islamic State in Iraq and the Levant represents is now a global concern that needs to be urgently addressed. A single photo of Aylan Kurdi captures how such instability is unleashing the greatest humanitarian refugee crisis since the Second World War. Global climate change is threatening the lives of even our future generations; Ebola and other infectious diseases are causing countless victims and awakening us to the importance of health security.

Today, no one in our global village is free from these global and transnational threats and challenges. As the international order experiences these tectonic shifts, now, more than ever, is the time for the United Nations to once again light up the beacon of hope and to illuminate the path to promoting international peace and security, human rights and collective prosperity throughout the world. Above all, the international community should rally around the United Nations and return to the founding spirit of the Charter of the Organization, which, in its Preamble calls for faith "in the dignity and worth of the human person". We must build a United Nations that is strong, we must carry the banner of renewed multilateralism, and we must bear in mind that the value of human dignity is based on freedom, human rights, justice and the rule of law.

As a nation that puts the peace and happiness of our global village at the centre of its diplomatic endeavours, we will spare no effort in supporting the United Nations as it addresses the challenges faced by the international community, and we will highlight the ideals of humanism and the need to live up to those ideals. The drive by the United Nations to produce a new post-2015 development agenda is also anchored in this people-centred spirit. The 2030 Agenda for Sustainable Development (resolution 70/1), adopted at the Summit for the adoption of the post-2015 development agenda three days ago (see A/70/PV.4), has set a historic milestone on the road to a better world that leaves no one behind.

Just half a century ago, the Republic of Korea was among the poorest countries in the world. Today, it is one of the world's top 10 economies. In the course of achieving this "miracle on the Han River", we drew immense strength from the assistance and development cooperation of the international community. In this regard, I believe the 2030 Agenda for Sustainable Development will be a potential stepping stone to a second and third miracle around the world.

The Republic of Korea, in its capacity as the current President of the Economic and Social Council, which will be playing a key role in the implementation of the development agenda, will actively contribute to achieving the development goals. Along the way, the Republic of Korea will proactively share its development experiences and know-how with the international community. In the meantime, we have been sharing with the developing countries the experiences of the Saemaul Undong, which served as a springboard for my country's leap forward. I believe that the Saemaul Undong can maximize the utility of development cooperation with developing countries, given that it ignites a sense of confidence and ownership through competition and incentives and lays the groundwork for self-help in communities with the engagement of the local people.

Two days ago, we and the United Nations Development Programme and the Organization for Economic Cooperation and Development hosted a special high-level side event on the Saemaul Undong and agreed to work together to help eradicate poverty and build transformative local communities in developing countries. We will further expand our efforts so that the Saemaul Undong can progress as a new paradigm for rural development in developing countries.

Another important driving force behind our economic development is the human talent that has been nurtured through unsparing investment. Education

is the key element of the sustainable development agenda that helps to empower the individual and assist countries in attaining national development. We have been actively engaging in the Global Education First Initiative as a champion country. We hosted the World Education Forum 2015 with UNESCO last May, which culminated in the adoption of the Incheon Declaration and set the global education goals to be achieved by 2030. Going forward, the Republic of Korea is determined to continue its efforts in the area of education. In particular, we will continue to work with UNESCO to spread global citizenship education.

Next, Korea will also play a strong role in reinforcing global health security. In addition to dispatching a disaster response team to Sierra Leone to help fight Ebola late last year, at the second high-level meeting of the Global Health Security Agenda held in Seoul three weeks ago, the Republic of Korea announced that it would contribute $100 million over the next five years to support capacity-building in developing countries. Moreover, in support of developing countries over the next five years, it plans to pursue projects worth $200 million under the Better Life, Better Future Initiative.

Even as we were achieving rapid industrialization, we were expending a great deal of energy on ensuring the harmonious coexistence of humankind and nature. Our designation of 5 April as Arbor Day and the promotion of forestation has led to a twentyfold increase in the number of trees per hectare over the past 50 years. Since 1972, we have designated green belt zones to curb development in the suburbs, thereby achieving harmony between the environment and development. Today, we are channelling our environmental advocacy into joining the international community's response to climate change.

Dealing with climate change is an urgent task that we can no longer afford to put off. It is critical that the international community produce a concrete and meaningful outcome at the 2015 session of the Conference of the Parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change this December. We believe that addressing climate change is not a burden, but a fresh opportunity to create future drivers of growth through technological innovation.

Guided by that belief, the Republic of Korea submitted a forward-looking intended nationally determined contribution last June. It is considering how to make the transition to a low-carbon economy and actively participating in the climate negotiations. In addition, as the host country of the Green Climate Fund Secretariat and the Global Green Growth Institute, Korea will continue to support climate action by developing business models for new energy industries and sharing them with developing countries.

The recent United Nations review of peace operations, peacebuilding and women and peace and security in line with a changing security environment could not have come at a better time. As a country that experienced a devastating war and remains scarred to this day by partition, the Republic of Korea is acutely aware of the importance of peace and is strongly supporting the efforts of the United Nations to protect peace.

The President returned to the Chair.

To date, my country has dispatched some 13,500 peacekeepers to 18 missions. Korean peacekeepers are held in high regard for their exemplary and community-friendly peacekeeping and reconstruction activities. Following consultations with the United Nations, the Republic of Korea plans in the near future to make additional deployments to peacekeeping missions, and we will strengthen our substantive partnership with the African Union.

To assist Syrian refugees fleeing the instability in the Middle East, the Republic of Korea will step up its humanitarian assistance to the relevant countries. It is also focusing its attention on laying the groundwork for peace in North-East Asia, a region that continues to experience persistent tensions and discord among countries. In North-East Asia, we see a deepening of the Asia paradox phenomenon, where political and security cooperation lags behind the high degree of economic interdependence among the countries in the region.

Recently, moves that could potentially have profound consequences for North-East Asia's security order have led to misgivings among countries in the region. Japan's new defence and security legislation should be implemented transparently and in a way that is conducive to friendly relations among the countries of the region and to regional peace and stability. Referring to North-East Asia with its continuing tensions and discord, Secretary-General Ban Ki-moon once described the lack of a regional cooperation mechanism as a "crucial missing link". The reason that I proposed the Northeast Asia Peace and Cooperation Initiative was to remedy that omission and thereby

create a virtuous cycle of trust-building and increased cooperation.

Consultations among the countries of the region are currently under way on a range of potential areas of collaboration, including nuclear security, disaster management and health. The region's cumulative experience in those areas will help to promote global peace and cooperation. Such efforts on our part will also help to resolve the North Korean nuclear issue, which poses a serious threat to peace in North-East Asia and beyond. Resolving the North Korean nuclear issue should be accorded the highest priority if we are to safeguard the integrity of the international nuclear non-proliferation regime and live up to the aspirations of humankind for a world without nuclear weapons.

A nuclear deal with Iran was reached in July. The international community should now focus its efforts on resolving the North Korean nuclear issue, which is the last remaining non-proliferation challenge.

In recent weeks, the Democratic People's Republic of Korea once again publicly hinted at further acts of provocation that would violate the terms of Security Council resolutions. That would not only spoil the mood for the inter-Korean dialogue—which took so long to create—but would also undermine the efforts of the countries participating in the Six-Party Talks to reopen denuclearization talks. The Government of the Democratic People's Republic of Korea would do well to choose reform and openness, over additional provocations, and to endeavour to free the people from hardship. Pushing ahead with provocations, including its nuclear development programme, will undermine the values of world peace espoused by the international community and the United Nations. If the Democratic People's Republic of Korea resolutely gives up its nuclear ambitions and chooses the path of openness and cooperation, the Republic of Korea will work with the international community to actively support North Korea in developing its economy and improving the quality of life of its people.

Over the course of the past 10 years, the United Nations has made significant progress, not least in terms of protecting human rights and advancing freedom. Member States formally accepted the concept of the responsibility to protect at the 2005 United Nations World Summit, and legal accountability for those involved in genocide was defined with the establishment of the International Criminal Tribunal for Rwanda, the International Tribunal for the Former Yugoslavia and the International Criminal Court. I believe that we should further strengthen the responsibility to protect in order to prevent the humanitarian crises our world currently faces from deteriorating further.

Last year, at this very rostrum, I stressed that sexual violence against women during armed conflict, whenever or wherever it may take place, is unquestionably a violation of human rights and humanism. This year marks the fifteenth anniversary of the adoption of Security Council resolution 1325 (2000) on women and peace and security. The international community should do justice to the occasion by paying greater attention to sexual violence against women in conflict situations. The most compelling reason is the fact that only a few of the victims of brutal sexual violence during the Second World War are alive today. Solutions that can bring healing to the hearts of those still living need to be devised promptly. The efforts made by the United Nations High Commissioners of Human Rights and Special Rapporteurs on this issue must not be allowed to come to nothing. There will be no unlocking the future if the past is not acknowledged.

We now hope that the spirit of enduring partnership with humankind that the United Nations embodies will resonate far and wide so that past wounds can be healed and a new future can unfold. One issue that has attracted great international attention in the realm of human rights over the past year is the human rights situation of the Democratic People's Republic of Korea. The report of the commission of inquiry on human rights in the Democratic People's Republic of Korea, issued in February 2014, called for the active response of the international community to address the human rights issue in that country. In the wake of the report's release, not only did the Human Rights Council and the General Assembly adopt relevant resolutions, but no less an organ than the Security Council took up the issue for discussion. We once again call on the Democratic People's Republic of Korea to heed the concerns of the international community and to take steps to improve its human rights situation.

Last year in the General Assembly (see A/69/PV.6), I proposed that a world ecopeace park be built as a space in which to dream dreams of peace within the demilitarized zone, the symbol of a divided Korean peninsula. However, the recent landmine incident in the demilitarized zone brought home the inescapable reality that peace on the Korean peninsula can be jeopardized in a single moment. Fortunately, the two

Koreas managed to reach an agreement on 25 August, following high-level talks, and are now at a juncture that may lead to a virtuous cycle of trust and cooperation. The impetus for moving this new virtuous cycle forward will come from the faithful implementation of the 25 August accord and from the fulfilment by both Koreas of their commitment to take concrete steps for reconciliation and cooperation. We must no longer use political and military reasons as excuses for turning a blind eye to humanitarian issues, such as the reunion of separated families. I hope we can again embark on the path to regaining our common identity as one nation, through the official dialogue and the various exchanges provided for in the 25 August agreement.

Very shortly, on 3 October, the German people will be celebrating the twenty-fifth anniversary of their reunification. In 1948, the United Nations blessed the birth of the Republic of Korea. Soon, I hope, the day will come when the entire world celebrates the reunification of Korea. Ending the seven-decade-long history of a divided Korean Peninsula, the last remaining vestige of the Cold War, will amount to nothing less than a contribution to world peace.

Not long ago, the Republic of Korea organized a journey by rail called the Eurasia Friendship Express, which passed through Russia and went all the way to Europe. Those who made the journey were deeply touched and moved by it. However, the train was unable to go through the Democratic People's Republic of Korea because the way was barred. I ask all those at the United Nations to lend us their strength in removing the barriers to unification and to make it possible for the spirit of peace to suffuse the Korean Peninsula.

A peacefully unified Korea will be a thriving democratic nation, free of nuclear weapons and steadfast in upholding human rights. What is more, a unified Korean Peninsula, both as a symbol of peace in our global village and a new engine of growth, will contribute greatly to peace and prosperity in North-East Asia and beyond. I hope that the United Nations and all peace-loving countries will work together so that the ideals of peace and human dignity dreamt of by the founders of the United Nations 70 years ago can also be fulfilled through the unification of the Korean Peninsula.

On this grand journey towards a better world, members can rest assured that the Republic of Korea will be a companion that the United Nations and the international community can count on.

The President: On behalf of the General Assembly, I wish to thank the President of the Republic of Korea for the statement she has just made.

Ms. Park Geun-Hye, President of the Republic of Korea, was escorted from the General Assembly Hall.

Address by Mr. Hassan Rouhani, President of the Islamic Republic of Iran

The President: The Assembly will now hear an address by the President of the Islamic Republic of Iran.

Mr. Hassan Rouhani, President of the Islamic Republic of Iran, was escorted into the General Assembly Hall.

The President: On behalf of the General Assembly, I have the honour to welcome to the United Nations His Excellency Mr. Hassan Rouhani, President of the Islamic Republic of Iran, and to invite him to address the Assembly.

President Rouhani (*spoke in Farsi; English interpretation provided by the delegation*): I am speaking on behalf of a great nation, which is mourning the loss of thousands of Muslim pilgrims and hundreds of its own citizens. Old, young, men and women, who had come together in the grand and global spiritual gathering of the hajj, unfortunately fell victim to the incompetence and mismanagement of those in charge. Owing to that incompetence on the part of the latter, even the missing cannot be identified, and the expeditious return of the bodies of the deceased to their mourning families has been prevented.

The magnitude of a calamity in which thousands of innocent people from the four corners of the world were killed or injured is such that it cannot be dealt with as though it were a natural disaster or a local issue. The pain and emotional distress inflicted on millions of Muslims is too great to be repaired by material means alone. Public opinion demands that Saudi Arabian officials promptly fulfil their international obligations and grant immediate consular access, with a view to the expeditious identification and return of the cherished bodies and remains. Moreover, arrangements must be made for there to be an independent and exhaustive inquiry into the causes of that disaster, which should include proposals for ways of preventing future recurrences.

I am speaking on behalf of a nation that, two years ago, voted for constructive engagement with the world, and I can now proudly announce that a new chapter has started in Iran's relations with the world today. Two years ago, the people of Iran, voting in a competitive election, gave me a mandate to consolidate peace and constructive engagement with the world, while pursuing national rights, interests and security. That national will manifested itself through a careful and clear diplomatic effort, which resulted in the Joint Comprehensive Plan of Action, concluded between the Islamic Republic of Iran and six world Powers and the European Union. That Plan of Action became an international instrument when the Security Council adopted resolution 2231 (2015). From the standpoint of international law, the instrument sets a valuable precedent, as the two sides, rather than warring and then negotiating peace, engaged in a process of dialogue and mutual understanding before a conflict could break out.

I would like to take the opportunity to recognize the role of all the negotiators in achieving that agreement. We had opted for creating a new environment, while maintaining our principles, and we succeeded in that undertaking. Where necessary, we moved forward, and, where necessary, we showed the courage for flexibility. For each point, we relied extensively on international law and showcased the potential of an approach based on constructive dialogue.

The key to a successful dialogue is remembering that any actor in the international system who pursues maximum demands and fails to allow space for the other side cannot hope to speak of peace, stability and development. As in commerce and economic activity, so also in politics and international relations: the interests of both parties have to be taken into account, and multilateralism and win-win solutions should provide the basis of engagement.

The United Nations was established to sustain global peace and security after two World Wars. Unfortunately, it has to be acknowledged that, in most cases, this important international institution has not been successful or effective. This time, however, the United Nations made the right decision, notwithstanding the fact that it earlier had adopted unfair resolutions against the Islamic Republic of Iran and imposed sanctions against the Iranian nation and Government, as a result of misunderstandings and, sometimes, the overt hostility of some countries. But we believe that, as an old Iranian saying goes, the sooner the harm stops, the more benefit you will reap. Today is when that harm stopped.

Resolution 2231 (2015), despite several significant shortcomings, is an important development. It is the basis for terminating sanctions and no longer adopting resolutions hostile to Iran. We consider the past conduct of the Security Council to be unfair and stress that Iran, owing to the important *fatwa* of its leader and its defence doctrine, has never harboured the intention of producing a nuclear weapon. Therefore, resolutions imposing sanctions against Iran were unjust and illegal. The sanctions imposed by the Security Council and the unilateral sanctions imposed by some countries were based on deluded and baseless allegations and created difficult conditions for our people. But those sanctions never in any way affected the policy that we adopted and the approach that we took towards negotiations.

We proved in those negotiations that there is nothing on Iran's agenda other than logic, reason, ethics, and — where necessary — legitimate and resolute self-defence against any kind of aggression. Consequently, the United States of America ultimately had no option but to choose negotiations and discussion over pressure and sanctions. Our seven countries and the European Union expended considerable time and diplomatic capital in those negotiations and should therefore exert their utmost efforts to protect and implement the agreement. We deem the compliance of all parties with their commitments to be the fundamental factor in the success of the implementation process of the negotiated agreement.

Parallel to the implementation of the Joint Comprehensive Plan of Action, we also expect the nuclear-weapon States to take the necessary steps to fulfil their commitment to full nuclear disarmament, based on article VI of the Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons. Furthermore, we expect them to play a positive role in the creation of a nuclear-weapon-free Middle East and not to allow the Zionist regime to remain an impediment to achieving that important objective.

The recently concluded nuclear deal, which is a brilliant example of "victory over war", has managed to disperse the clouds of hostility and far-reaching tensions in the Middle East — and even perhaps the spectre of another war. The deal can and should herald a new era and lead to positive outcomes with regard to the establishment of sustainable peace and stability in the region. From our point of view, the agreed deal

is not the final objective but a development that can and should be the basis for further arrangements to come. Considering the fact that the deal has created an objective basis for implementation and has set an appropriate model, it can serve as the grounds for foundational change in the region.

Our policy is to continue to make peace-seeking efforts in the region, based on the same win-win principle, and to act in ways that would enable the region — and the world — to benefit from the new conditions. We will take this opportunity to look to the future and stop focusing on the past and rebuild our relationships with the countries in the region, particularly our neighbours, on the basis of mutual respect and our common and collective interests.

Unfortunately, the Middle East and North Africa have turned into one of the world's most turbulent regions. With the continuation and intensification of current conditions, the turmoil could spread to other parts of the world. In today's interconnected and borderless world, countries and regions are encountering great difficulty in protecting their borders and preventing the spread of insecurity and instability.

The gravest and most important threat to the world today is the possibility of terrorist organizations becoming terrorist States. We would consider it unfortunate for national uprisings in our region to be hijacked by terrorists and for the destiny of nations to be determined by arms and terror rather than by the ballot box. We propose that the fight against terrorism be incorporated into a binding international instrument and that no country be allowed to use terrorism for the purposes of interfering in the affairs of other countries. We are prepared to assist in the eradication of terrorism, in paving the way for democracy and in ensuring that arms do not dictate the course of events in the region.

As we assisted in the establishment of democracy in Iraq and Afghanistan, we are prepared to help bring about democracy in Syria and Yemen. We support the consolidation of power through elections, rather than through arms. We defend the rule of the majority that respects the rights of minorities.

Today, while safeguarding its historic and cultural heritage, Iran is looking to the future — not only the distant future but also the near future, with a bright outlook for cooperation and coexistence. I say to all nations and Governments that we will not forget the past, but we do not wish to live in the past. We will not forget war and sanctions but we look to peace and development. Through the Joint Comprehensive Plan of Action, we were not just seeking a nuclear deal. We wanted to suggest a new and constructive way of recreating the international order, an order based on mutual respect, non-interference in the internal affairs of others and sustained cooperation and coexistence among the States Members of the United Nations.

To build a peaceful future, we must learn our lessons from the bitter past. We know that the only way to bring about lasting peace is through development. Peace without development can only be a time out during which resentment and suspicion build. However, peace with development makes it possible for anger and resentment to dissipate and be replaced by hope and respect for others. We have repeatedly said that the only way to uproot terrorism in the Middle East is by targeting its underlying social, economic and cultural causes. Economic interactions can bring about lasting security and transform the region into a haven of peace and development.

After the Joint Comprehensive Plan of Action, Iran stands ready to show that the practical path to security and stability is through the development that comes with economic engagement. With all of its economic and cultural potential, Iran is well-positioned to become a hub for export-oriented investment. Iran is also eager to show that we can all choose a lasting peace based on development and shared interests, which will lead to sustainable security rather than a volatile peace based on threats.

We hope to engage with our neighbours in a wide range of social and economic initiatives aimed at cooperation, which will enable the achievement of political understanding and even foster structural cooperation on security. In the international system today, mutual economic ties are considered to be the foremost factors in facilitating political cooperation and reducing security-related challenges.

In 2013, from this very stage, I called for combating violence and extremism (A/68/PV.6, p. 13). Subsequently, the representatives of the international community unanimously gave my appeal their seal of endorsement and, as a result, the General Assembly adopted resolution 68/127, on a world against violent extremism. The implementation of that resolution requires well-intentioned solutions and the application of experience gained in the realm of diplomacy. I am pleased that, by adding the support for the Joint

Comprehensive Plan of Action to the invaluable support for the world against violent extremism resolution, we may now devise a plan to resolve the problems of a shattered Middle East caught in the claws of brutality and savagery.

With a view to fighting ignorance, dictatorship, poverty, corruption, terrorism, violence and their social, political, cultural, economic and security impacts, I would like to invite the entire world, in particular the countries of my region, to form a Joint Comprehensive Plan of Action campaign aimed at creating a united front against extremism and violence. Such a front must create a collective and global movement to tackle regional problems in a serious manner through dialogue, prevent the slaughter of innocent people and the bombardment of civilians, counter the promotion of violence and the killing of other human beings, provide for stability in cooperation with established central Governments to maintain stability, and once stability is established, build diplomacy and democratic governance in the Middle East region.

Iraq, Syria and Yemen are all examples of crises that are being stoked through terror, extremism, violence, bloodshed, invasion and the indifference of the international community. They are also examples of how the flight from the horrors of war and bombardment triggers displacement and homelessness. The problems of those countries have persisted because the international community has failed them and because of the wrong-minded actions of newcomers to the region and naive transregional actors. As a result, the wave of destruction has gone beyond the Arab world and reached the doorstep of Europe and the United States, resulting in the loss of priceless elements of the world heritage, including precious relics of ancient civilizations. It has also resulted, more broadly, in the death of humanity itself.

We must not forget that the roots of today's wars, destruction and terror can be found in yesterday's occupations, invasions and military interventions. If the United States military invasion of Afghanistan and Iraq had not taken place and if the United States had not provided unwarranted support for the inhumane actions of the Zionist regime against the oppressed nation of Palestine, the terrorists today would not have any justification for their crimes. It is high time that the Government of the United States stop claiming to know the truth about our region and cease throwing baseless accusations about against its adversaries while pursuing dangerous policies on behalf of its regional allies. Its behaviour, which only cultivates the seeds of division and extremism, must be brought to an end, and its actions must be made compatible with the realities of the region.

Despite the many problems in our region today, we believe in a promising future. We do not doubt that the obstacles can be overcome by wisdom, prudence and the use of new and powerful capacities, as well as by relying on our civilizational roots and our serious resolve. Thanks to the light of divine revelation, we have faith in the bright future of humankind, in which people will live in peace, tranquillity and spirituality. We believe in the will of nations to choose the path of goodness and purity. We believe that ultimate victory will be won by those with good-natured piety.

The President: On behalf of the General Assembly, I wish to thank the President of the Islamic Republic of Iran for the statement he has just made.

Mr. Hassan Rouhani, President of the Islamic Republic of Iran, was escorted from the General Assembly Hall.

Address by His Highness Sheikh Tamim bin Hamad Al-Thani, Amir of the State of Qatar

The President: The Assembly will now hear an address by the Amir of the State of Qatar.

Sheikh Tamim bin Hamad Al-Thani, Amir of the State of Qatar, was escorted into the General Assembly Hall.

The President: On behalf of the General Assembly, I have the honour to welcome to the United Nations His Highness Sheikh Tamim bin Hamad Al-Thani, Amir of the State of Qatar, and to invite him to address the Assembly.

Sheikh Al-Thani (*spoke in Arabic*): At the outset, I would like to extend my congratulations to His Excellency Mr. Mogens Lykketoft on his election as President of the General Assembly at its seventieth session and to wish him every success. I also wish to express our appreciation to His Excellency Mr. Sam Kutesa, President of the General Assembly at its sixty-ninth session, for his efforts in conducting the Assembly's business at that session. I wish also to avail myself of this occasion to commend the efforts made by His Excellency the Secretary-General, Mr. Ban Ki-moon, to achieve the goals of the United Nations.

It is gratifying that the United Nations has adopted the 2030 Agenda for Sustainable Development (resolution 70/1), which we have supported, based on our belief that the good distribution of the fruits of development is a prerequisite for realizing social justice, preserving human dignity and enhancing the cohesion of communities, thereby enhancing security and stability in the world. Since there is no lasting stability without development and social justice, development is also clearly impossible where there is war and unrest. It was our hope that this session would be convened after some progress had been made with regard to the various bloody conflicts in our world, yet we find ourselves encountering increasing numbers of challenges and crises that threaten international peace and security.

The absence of international consensus has proved once again to be an obstacle to efforts to resolve important issues. Selectivity in choosing what efforts to make in enforcing justice and international law remains prevalent in dealing with regional issues. That compromises the concept of international legitimacy and the values, norms and principles that are rooted in the human conscience and have been adopted by the international community after millions of people paid an exorbitant price throughout history as a result of major humanitarian challenges that have taken an unforgettable toll on people, such as enslavement, genocide, colonialism, racism and world war. It is impermissible to tamper with the values that have grown out of the suffering of people. In a way, that is the raison d'être of the Organization, without which our annual meetings would be meaningless.

The conflict in the Middle East will continue to pose a permanent threat to international peace and security, given its direct impact on the numerous crises facing the region and the world. A just and lasting solution to the question of Palestine, which remains an issue involving a people perennially displaced from their land and still under the yoke of occupation, cannot be postponed to another generation. The achievement of a just and lasting settlement that brings an end to the Israeli occupation of Palestinian territories and which establishes a Palestinian State requires an Israeli partner for peace. For the time being, there is no Israeli partner for a just peace or even for a settlement. In such circumstances, the international obligation to address the last de facto colonial issue in modern history cannot be shirked.

Until an end is put to occupation and procrastination and other delaying tactics, futile contacts and statements will continue. The feverish pace of settlement activity, despite its having been condemned, will continue, in addition to persistent violations of the sanctity of the Al-Aqsa Mosque. This is a clear indication not only of the absence of Israel's will to achieve peace, but also of the domination of ultra-Orthodox fundamentalist nationalist elements over Israeli policy. Look at what is happening in Jerusalem. Extremist religious political forces rely on literal interpretations of texts dating back thousands of years in order to desecrate other people's holy sites and occupy and settle their land. Is this not tantamount to religious fundamentalism? Is this violence not an act of terrorism carried out by radical religious forces?

Permit me to address a message to all major actors of the international community: the continued failure to find a just and lasting solution to the Palestinian question is a blot on the conscience of humankind. The international community is failing to find even a less than fair settlement; it has not even succeeded in achieving the reconstruction of the Gaza Strip in the aftermath of the aggression, even though an international conference based on a Norwegian initiative was convened specifically for this purpose. Qatar has pledged to pay $1 billion for the reconstruction process, and we are continuing to provide aid to the Gaza Strip in implementation of our commitment. But we wonder what happened to the conference and the decisions it took.

The international community, represented in the Security Council, is duty-bound to assume its responsibilities by taking a firm stance that would force Israel to comply with the deliverables of peace, namely, to halt all forms of settlement activity in the occupied Palestinian territories; to lift the unjust siege of the Gaza Strip; and to implement the resolutions of international legitimacy that recognize the Palestinian people's right to regain their legitimate national rights and establish an independent Palestinian State on the basis of the 1967 borders, in conformity with the principle of the two-State solution.

We caution against missed opportunities, because if people were to reach the conclusion that there is no peaceful solution to this issue, this would lead to unpredictable and dire consequences for the region and for the whole world.

The Syrian crisis, with all of its dimensions and repercussions, is having catastrophic consequences for the Middle East region and the world as a whole. The continued atrocities and horrendous crimes perpetrated by the regime against the Syrian people threaten the status of the State and its people and create a breeding ground for extremism and terrorism, under false religious, sectarian and ethnic pretexts, endangering humankind and the cultural heritage in Syria and the region.

In that context, the Syrian regime has manipulated the concept of terrorism by depicting peaceful demonstrations as terrorism, even as it has been committing actual acts of terrorism. When the shelling and killing of civilians drove people to take armed action, and when certain entities that are not committed to the demands and principles of the Syrian revolution entered into the sphere of political action without permission, Syria became a war zone. At that point, the regime attempted to instil fear into the international community as to the alternative.

It was incumbent on the international community to put an end to the massacres in a timely manner and create the conditions necessary for the Syrian people to devise a rational, civil and fair alternative to despotic rule. But is there a tyranny in the world that could acknowledge an alternative? Is it possible that a tyranny could allow an alternative to grow and develop under its shadow?

When a people suffer from war, genocide and displacement, the worst decision is not to take a decision at all, and the worst danger lies in ignoring danger. The failure of the international community to take the decisions and measures necessary to end this disaster is a major crime. It reveals the failure and the incapacity of the international system and has led to a loss of confidence in legality and the international community.

In this context, the role of the General Assembly must be promoted and strengthened as a broader framework for dealing with the issues facing peoples, given the inability or failure of the Security Council to find fair solutions thereto.

From this rostrum, I call for cooperation aimed at imposing a political solution in Syria that would end the reign of tyranny and replace it with a pluralistic regime based on equal citizenship for all Syrians; defeat radicalism and terrorism and insulate Syria therefrom; repatriate the displaced to their homes; and allow for the reconstruction of Syria. The question is not whether this is possible; it will be possible if certain States have the necessary will.

The question is: is the continuation of the current situation in Syria possible? The conflict has morphed into genocide and caused the mass displacement of the population. This is having grave consequences for the region and the entire world, even for countries that are not working to expedite a solution because they are neither directly affected by the conflict nor reached by the influx of displaced people.

The handling at the international level of nuclear-disarmament issues, which is characterized by shortcomings and double standards, alarms us. Clear evidence of this is the recent failure of the Review Conference of the Parties to the Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons to render the Middle East a nuclear-free zone; this was disappointing and has undermined the credibility of the Treaty.

The agreement between Iran and the P5+1 is a positive and important step. We hope that this nuclear agreement will contribute to the maintenance of security and stability in our region. We further wish to see the entire region rendered free of nuclear arms and weapons of mass destruction.

In this context, given the strategic importance of the Gulf region, the achievement of stability in the Gulf is essential to the countries of the region and the international community as a whole. In this regard, we emphasize our firm position that the Gulf region must be spared any dangers or threats related to nuclear weapons, and that there must be a recognition of the right of the countries of the region to use nuclear energy for peaceful purposes, in accordance with the relevant international norms.

On this occasion, I wish to reiterate that Iran is an important neighbouring country and that cooperation between it and other countries is in the interest of the region.

Bilateral relations between Qatar and Iran are developing and evolving steadily on the basis of common interests and good-neighbourliness. There is no dispute concerning bilateral relations between our two countries. There are various creeds and religions in our region, but, in my opinion, there is no Shiite-Sunni conflict, only differences that are triggered by the political interests of countries or the interests of

political and social forces that foment internal sectarian prejudices.

I believe that existing disputes are political, regional Arab-Iranian differences rather than Sunni-Shiite disputes. These could be resolved through dialogue and by initially agreeing on the rules governing the relationship between Iran and the Gulf States on the basis of the principle of non-interference in internal affairs. It is high time that a meaningful dialogue of this kind be conducted between countries that will always remain neighbours and are not in need of mediation from anyone. We are ready to host such a dialogue in Qatar.

We affirm our commitment to Yemen's unity, territorial integrity and sovereignty, and we support the legitimacy of the political process and urge its completion in accordance with the Gulf initiative and its executive mechanism, the outcome of the Yemen National Dialogue Conference in January 2014, the Riyadh Declaration of May 2015 and the relevant Security Council resolutions, particularly resolution 2216 (2015). It is unreasonable to set the precedent whereby a major political party accepts the outcome of a national dialogue yet ignores it, seeking instead to impose its own vision and to dominate the entire country by force.

With respect to Iraqi, the stability of Iraq requires a general national consensus free from outside interferences and from sectarian and ethnic discrimination. We hope that the Iraqi Government will be able to fulfil the need for concord and reconciliation among the various Iraqi people's factions. Experience in Iraq and Yemen has proved that the existence of militias operating outside the framework of legitimacy is not only a threat to the State by virtue of its inherent nature and its exclusive right to establish armed forces, but is also tantamount to a dormant civil war that could turn into full-blown domestic strife sooner or later. Any political solution in Iraq, Yemen, Syria or Libya must preclude the existence of militias outside the framework of legitimate State institutions. That is a key component of any genuine settlement, without which there can be neither a permanent settlement nor real solutions.

The political forces in our region must pay heed to the thousands of young people who recently took to the streets in more than one Arab country demanding that citizenship be the basis for partnership, and refusing to be represented on a sectarian basis and to accept that sectarian representation may be used to cover up corruption. Nations and peoples face grave political, security and economic challenges from terrorism and its dire consequences. Tensions and conflicts have undoubtedly contributed to the emergence of terrorist organizations. The international community's failure to address hotbeds of tension and conflict has also contributed to creating an environment that is friendly to terrorist operations.

Terrorism is rooted in radical ideas that brook no compromise with the actuality of people and their potential; it thrives in an atmosphere of despair and blocked prospects. Terrorism does not emerge in a society where policies guarantee its citizens a life of dignity and freedom. It arises in the shadow of tyranny and feeds on oppression and humiliation, feeds on grudges and hatred born of torture in prison, and exploits the loss of hope of peaceful political action.

Moreover, the behaviour of influential Powers in the international community distorts people's perceptions rather than helping to provide clarifications. Some armed militias that commit crimes against civilians and public institutions are branded as terrorist, while others perpetrating violence and intimidation against civilians are not deemed terrorists due to considerations related not to the local communities themselves, but to international and regional Powers or to transitional alliances.

The rising toll of victims of terrorist operations has necessitated the use of military force to counter this phenomenon. We affirm our commitment to fighting terrorism, but even if the harshest conditions we should not ignore its underlying causes; if we do, the phenomenon will be exacerbated and spread even further. We highlight the fact that there is no faith that preaches terrorism. All religious texts contain ample teachings calling for peace, tolerance and coexistence, but the promoters and hucksters of literal readings of scripture ignore the fundamental religious teachings of noble values, tolerance, cooperation and constructive dialogue for the benefit of humankind. Simple people with their quintessential religiosity deem religion first and foremost to be a set of values and morals. That is what we must build on.

The State of Qatar has sought to pursue a progressive policy in the protection and promotion of human rights and pursues cooperation with international organizations through our membership in the Human Rights Council in order to consolidate the concepts and culture of human rights through an approach based on

the rule of law, transparency, justice and human dignity. We must work together to strengthen the collective security system in order to effectively deal with international and regional problems and to preserve the rights of peoples. We must resolutely counter any attempt to impose temporary solutions to address the side-effects of problems rather than targeting their roots.

Mr. Balói (Mozambique), Vice-President, took the Chair.

Finally, the State of Qatar will spare no effort to support the international community's efforts to achieve the goals that we all aspire to, commensurate with the interest of our peoples and the good of humanity.

The President: On behalf of the General Assembly, I wish to thank the Amir of the State of Qatar for the statement he has just made.

Sheikh Tamim bin Hamad Al-Thani, Amir of the State of Qatar, was escorted from the General Assembly Hall.

Address by Mr. François Hollande, President of the French Republic

The Acting President: The Assembly will now hear an address by the President of the French Republic.

Mr. François Hollande, President of the French Republic, was escorted into the General Assembly Hall.

The Acting President: On behalf of the General Assembly, I have the honour to welcome to the United Nations His Excellency Mr. François Hollande, President of the French Republic, and to invite him to address the Assembly.

President Hollande (*spoke in French*): Our Organization, the United Nations, is celebrating its seventieth anniversary. Immense progress has been made since it was established as an institution entrusted with the task of maintaining peace, which it has managed to do so on many an occasion. Yet, 70 years later dramas and tragedies, conflicts and wars continue to unfold, and the world must yet once again rise up to significant challenges. Among those of today is the flight of hundreds of thousands — even millions — of refugees from the Middle East and Africa, seeking protection or simply to save their lives. Terrorism strikes at civilian populations and no country is immune from this scourge. There are also conflicts, such as that in the Middle East, that have remain unresolved for years and years, and that we all know could intensify at any moment.

In the meantime, there are disasters: tsunamis, earthquakes, islands on the verge of disappearing, coastlines washed away, and glaciers melting. That is the reality of climate change.

Faced with such challenges, we must all must shoulder our responsibilities at our respective levels. France, in many domains, has never refused its cooperation. France wished to host the Climate Change Conference, no doubt because we were aware of that terrible failure at Copenhagen and felt that this time we needed to make a good decision, one that can be taken only by the entire international community.

So in Paris, we must ask ourselves one question: is humankind capable of taking the decision to preserve life on the planet? Yes, that single question places us at a level that no one could ever imagine in our generation. Some will say, "But that can happen later, maybe at another conference". I assure the Assembly here and I will say it quite plainly: if it does not happen in Paris, it will be too late for the world.

Matters have progressed well in recent months, and very strong declarations have been made by precisely those most responsible for global warming — the United States and China, which have made commitments that contribute to changing the current situation. Many calls have come from all continents, stressing the gravity and urgency of the situation and providing detailed testimony on what global warming is now, today. There are some countries that so far have been reluctant — here I am thinking of developing countries — and have asked themselves whether it is really useful to impose restrictions on themselves when the most developed countries have been free of such rules and obligations.

If asked today for a prognosis, and I often am, I will say that nothing has been settled in regard to winning an accord in Paris — nothing. But at the same time, everything remains possible. I see three conditions that must be met for us to be able to say that the Paris Conference was truly successful, worthy of us and of what was entrusted to us when we were asked to host the Conference.

The first condition is to be able to conclude a universal agreement applicable to all, one that is binding and differentiated so that everyone can do their own part, and not more. To date, 90 countries — half

of those sitting in the United Nations — have submitted their national contribution, which represents 80 per cent of greenhouse gas emissions — already a considerable figure. That means that half of the world has not yet responded. I therefore invite them to do so and to do so quickly so that we can determine as of now what, given the contributions from every State, we can assure the world will be the limit on global warming.

The second condition that will signify our success or failure is to be able to ensure that our resolution, our action, is long-lasting. The Paris accord must not be an end or a conclusion, but rather a starting point, the beginning of a process. Through incorporating a review mechanism into the agreement, we will be able to regularly review, periodically measure and even revise every five years our national contributions. That is what will allow us to be sure that at the end of the century, well beyond our time, the planet will not havewarmed by more than 2°C.

The third condition that will determine failure or success is developed countries making financial commitments. I am aware that already in Copenhagen the figure of $100 billion was announced to ensure the financing of energy transition, adaptation and technology transfer. We must collect $100 billion by 2020, but it must be said today so as to ensure that emerging countries, developing countries, can feel confident that they will be aided and supported so that this technological leap, the sharing of technology, will come about.

Yes, one hundred billion dollars. The Organization for Economic Cooperation and Development (OECD) is responsible for providing an initial estimate, to be presented at the Lima meeting. I wish here to thank the President of Peru for continuing the work he undertook at the twentieth session of the Conference of the Parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change. The OECD will provide the initial estimate, as we have not reached $100 billion yet. So we have two months before the Paris Conference to continue to mobilize the World Bank, major development banks, financial institutions, States and private stakeholders so that we can reach $100 billion. Everyone should set an example. France abides by the rule that when serving as the host country; we must perform better than our guests, or at least as well as them.

I am announcing here today that France's annual climate funding, which is €3 billion today, will be more than €5 billion in 2020. That increase in aid will not be merely through loans, but also in the form of grants, because it is with grants — funds transferred directly and that will not be reimbursed — that we can powerfully promote the adaptation of developing countries to the effects of climate change.

In brief, if we are in a position to meet those three requirements — that is, a universal agreement, one that can be revised and will be revised every 5 years, and funding sufficient to cover everything that we will have to cover in emerging needs and future technology — then in Paris in two months we will be able to say we have risen to the challenge; not just a rendez-vous with history, but with the future.

It is good that the international community is able to look to the future and to say what sort of world we want. We did it with respect to the Sustainable Development Goals, and we must do it for climate issues. But what is expected of the United Nations is not simply to ensure — though this is already considerable — that the world will be liveable at the end of the century, but that it is liveable today, when conflicts and wars confront us with tragedies that in 1945, when the United Nations system was founded, nobody imagined we would ever see again.

Today, it is Syria that once again calls on us to mobilize and to intervene, as many speakers have already stated. Everyone considers that this is a tragedy striking the Syrian population. Everyone has said that we must find a solution. Let us look for it together. But first, we should assess what has not been done.

Three years ago, when I stood at this rostrum to address the General Assembly (see A/67/PV.6), there had already been 30,000 victims of the Syrian tragedy. There are now 250,000, and 12,000 children have died, victims of the Bashar Al-Assad regime. The Syrian tragedy began with a revolution led by those who wanted to challenge the dictatorship of Bashar Al-Assad. At that time, there were no terrorists, there were no fundamentalist groups — there was a dictator who was massacring a people. And the refugees whom we are discussing today, the refugees in the camps, the displaced, 8 million of them — this mass of women, men and children — have not just fled a war. For more than three years they have been fleeing from the regime of Bashar Al-Assad. And still today that same regime is raining bombs on innocent civilians.

But it is not because there is a terrorist group that itself massacres, kills, rapes, destroys — including

destruction of the common heritage of humankind — that some form of pardon, of amnesty, should necessarily be accorded to the regime that created this situation, as if the existence of a terrorist group that commits the worst kinds of evil acts could furnish the regime with a way to share in what is good. No, all those women, men and children are victims of this tragedy, which is generated by the alliance between terrorism and dictatorship. No solution can be found outside of a political process.

France, which, due to its history and also its links that bind it to that part of the world, intends to shoulder its responsibilities. It has already done so recently, including through armed action, through force. France wants to work with everyone; it does not exclude any country — neighbouring countries, which are most affected, the Gulf countries, but also Iran, the permanent members of the Security Council, as well as Europeans. We want to work with everyone, with everyone who wants to work with us.

There is talk of a coalition. This broad coalition is possible; it is even desirable and necessary in order to put an end to what is happening in Syria. But this coalition must have a clear basis or it will never see the light of day. The basis was provided in Geneva more than three years ago. And what did the Geneva agreement say? It specified a transitional Government with full powers, including members of the present Government and the opposition, formed on the basis of mutual consent. That is the basis; let us use it to move forward.

But I can see, in the context of this ongoing adversity, that some are making every diplomatic effort to incorporate Bashar Al-Assad in that process. But one cannot make the victims and the executioner work together. Al-Assad is at the origin of the problem; he cannot be part of the solution. We have to put an end to the suffering of the Syrian people, but we must also look beyond the political transition that has to be sought, the broad coalition that has to be formed, this condition that has to be laid down, to a new Government capable of uniting all those who have fought, but without the dictator.

We also have to be thinking about all the refugees. Until now, those refugees have been in neighbouring countries, but there too, the international community turned a blind eye because it was far away. Today those refugees, who can endure no more, are starting a long march. Yesterday, I recalled in the Assembly (see A/70/PV.11) that 80 per cent of the world's refugees — refugees because of wars, conflicts, climate, poverty — are in the South. Solidarity with the South is coming from the South. Frequently, it is the most deprived who welcome the poorest. There comes a time when the refugees start to walk, and they can no longer be stopped. If we want to avoid what we have seen — tragedies, crossings that endanger the lives of passengers — if we want to prevent smugglers and criminalsfrom using despair to further enrich the coffers of terrorism, then we must act.

Europe has hosted refugees coming not only from Syria, but also from Iraq, Eritrea and the Sudan. That was our duty, because Europe is based on values and principles, and the right to asylum is part of this common foundation that unites all the European countries, and which must continue uniting them. Otherwise, it is not the kind of Europe that we wanted.

But while Europe should discharge its duty, the world must help refugees. What have we learned those past days and weeks? That the United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR), due to lack of funds, no longer has the resources to ensure the necessary support and assistance to the populations in question. What have we learned? That the World Food Programme no longer has the means to provide all the refugees basic necessities and sufficient food. What have we learned? That in some neighbouring countries, refugees could not work.

This is the start of the cycle one would have imagined. If we want to reverse the flows, if we want to keep refugees as close as possible to their home countries, then we must fund UNHCR more, we must help neighbouring countries — Lebanon, Jordan, Turkey — but also countries in Africa, transit countries, countries where there is no migration. We need a major plan now, because tragedy is calling to act and to avert other tragedies. In that context, too, France is doing what it can, and must do what it should. And concerning the World Food Programme, France has decided to immediately increase by €100 million its support for United Nations agencies that are helping countries neighbouring Syria.

I want to end my speech by saying that the legitimacy of an Organization such as the United Nations rests on its credibility. If the United Nations does not have the capacity to resolve conflicts that have been going on for far too long, if the United Nations cannot resolve tragedies or ease the situation of civilian populations, then our helplessness will condemn us. If we want our

Organization — which is celebrating its seventieth anniversary — to have a future worthy of that which the founders imagined, we cannot avoid reform of the United Nations.

France calls for the enlargement of the Security Council. France calls for a different representation in the Security Council. France calls for continents to clearly bear responsibility for the world in the framework of the Security Council. France wants the permanent members of the Security Council to no longer resort to the right of veto in cases of mass atrocities. How can we tolerate that the United Nations, even today, remains paralysed when the worst is unfolding? There again, let us lead by example. I pledge here today that France will never use its right of veto in matters involving mass atrocities. The right of veto as it was introduced when the United Nations was founded was not the right to block; it was the right to act. We have to act. We can act. We have been showing that we can for 70 years. Here, today, we can act to settle the tragedies of today and to save the planet tomorrow. Let us act.

The Acting President: On behalf of the General Assembly, I wish to thank the President of the French Republic for the statement he has just made.

Mr. François Hollande, President of the French Republic, was escorted from the General Assembly Hall.

Address by Mr. Filipe Jacinto Nyusi, President of the Republic of Mozambique

The Acting President: The Assembly will now hear an address by the President of the Republic of Mozambique.

Mr. Filipe Jacinto Nyusi, President of the Republic of Mozambique, was escorted into the General Assembly Hall.

The Acting President: On behalf of the General Assembly, I have the honour to welcome to the United Nations His Excellency Mr. Filipe Jacinto Nyusi, President of the Republic of Mozambique, and to invite him to address the Assembly.

President Nyusi (*spoke in Portuguese; English interpretation provided by the delegation*): It is with great honour that, once again, on behalf of the people of Mozambique and, indeed, on my own behalf, I address the General Assembly at its seventieth session. As we celebrate 70 years of our Organization, we are cognizant of the fact that we are not here just to commemorate a mere event. We are also celebrating the realization of the desire to build a universal Organization that carries out activities with a global perspective and with a structured and institutionalized scope and a capacity to evolve and adapt.

We are celebrating one of the wisest decisions that humankind has ever made, namely, to establish an international body responsible for peace, security and the development of member countries. It is an Organization created to prevent humankind from experiencing a world war or violent conflicts whose effects are felt at the global level. We are celebrating a mutual commitment to strengthen international law as an instrument for regulating and standardizing relations between and among States. Those relations are based on the principle of sovereign equality among States, the peaceful settlement of disputes and non-interference in domestic affairs. Those positive and inspiring ideals contrast, however, with the prevailing conflict situations, which still affect humankind. We would not be fair to ourselves, to our peoples or to future generations, if we ignored the challenges and failures that are to be overcome.

The United Nations has failed to guarantee international peace and security in its full sense. Old and new challenges have emerged, and inter- and intra-State conflicts have proliferated, particularly in Africa and the Middle East. The phenomenon of terrorism is growing and becoming the most serious threat of our time. Decolonization is yet to be completed. Underdevelopment, exacerbated by the problem of refugees and illegal migration, is far from becoming a thing of the past. However, those failures should not be regarded fatalistically. They should be taken up as challenges, which require more than mere words as a response. Most importantly, they require concerted action by the international community. Without the United Nations, the political, economic and social context in which we find ourselves would surely be worse.

In celebration of the seventieth anniversary of the United Nations, the theme for this session, “A new commitment to action”, represents a reaffirmation of our commitment to keep alive our objective of protecting future generations from the violence of war and to ensure inclusive social and economic development in full freedom. There is, therefore, one response to those phenomena and trends, and that is

to translate the theme, “A new commitment to action”, into concrete, structured and tangible actions. For Mozambique, the commitment to action in the area of international peace and security includes, inter alia, the adoption and implementation of effective structures for the prevention and management of conflicts, as well as the need to conclude a convention against terrorism. The emphasis should be on preventive diplomacy. The commitment to action that we are celebrating here should establish platforms for dialogue among cultures and civilizations as an essential tool for promoting tolerance, the culture of peace and a dignified and peaceful world.

With respect to development, we are delighted at the adoption of the post-2015 development agenda in the form of the 2030 Agenda for Sustainable Development (resolution 70/1), which is our new global development framework for the next 15 years. It is an agenda that follows and builds on the Millennium Development Goals, which have guided us over the past 15 years. Therefore, any action we take in future should not ignore the successes achieved and lessons learned. Like other countries, Mozambique has achieved remarkable progress in the implementation of the Millennium Development Goals. We have expanded access to education, improved gender balance in access to primary education and met the target set for infant-mortality reduction.

The new post-2015 development agenda embodies our collective ambition to transform the world by 2030. The new Agenda brings back human dignity by fighting poverty and protecting people and the planet. At the core of the new Agenda is the culmination of a series of negotiation processes, at the global level, on climate change. The new post-2015 development agenda is perfectly in line with our Government’s five-year programme. It is not an end in itself, but it has the added value of focusing on people. It is founded on the so-called sustainable development pillars, namely, the economic, social and environmental dimensions.

It is our desire that we should meet in 2030, at another historic event just like this one, to celebrate the implementation of the goals and common vision, as reflected in the new Agenda, whose full title is “Transforming our world: The 2030 Agenda for Sustainable Development”. If that is to be possible, Mozambique maintains that, among other things, it is of paramount importance that the commitment to action include the need to mobilize the requisite resources in a timely manner. Significant resources will be required for the implementation of the new Agenda if it is to maintain continuous relevance. In that regard, we must follow the principle of common but differentiated responsibilities and keep in mind how important it is that all partners respect the commitments made and the agreed international development goals. It is also important that the appropriate technology transfers to developing countries take place and that aid be granted without political conditionalities. We must also strengthen North-South, South-South, and bilateral and multilateral cooperation mechanisms in accordance with internationally agreed principles and respect for national realities and local content.

As all may be aware, Mozambique was one of the 50 countries selected by the United Nations to host national consultations. That sample contributed to the development of the new guiding instrument that is the 2030 Agenda for Sustainable Development (resolution 70/1). The process included the broadest spectrum of social and professional elements, and, to our satisfaction, its results were taken into consideration in the report of the Secretary-General (A/70/1).

If the post-2015 development Agenda is to be truly transformative and successful, it must be integrated into and owned by policymaking instruments at the national level. Indicators and targets should be defined clearly to facilitate the monitoring and evaluation of progress. Mozambique has already taken an important step by incorporating the three-dimensional approach of the post-2015 development Agenda into the Government’s five-year programme 2015-2019, which defines five priorities, namely: consolidating national unity, peace and sovereignty; developing human and social capital; promoting employment, productivity and competitiveness; developing economic and social infrastructures; and ensuring the sustainable and transparent management of natural resources and the environment. We reiterate here our commitment to continued capacity-building in the area of domestic resources mobilization, which increased from 13 per cent of our gross domestic product in 2006 to 25 per cent in 2014.

The inability of the United Nations to fully achieve the purpose for which it was established is one of the issues that concern us. It is hard to understand why the United Nations is hampering the implementation of its own mandate. We should be here today to celebrate the completion of the reform of the Security Council and

the opening up of new opportunities to create a world in which people enjoy the most basic rights, including peace and development. The role of that reform in providing underlying support for the successful implementation of the post-2015 development Agenda should not be underestimated. We should therefore translate our renewed mutual will to reform the Security Council into practical results, and we should take advantage of the environment created for this session to provide greater dynamism to the reform process.

The celebration of the seventieth anniversary of the United Nations and the adoption of the post-2015 development Agenda are being overshadowed by an unprecedented crisis at the international level. I am referring to the humanitarian crisis caused by a flow of refugees and migrants that is unparalleled in recent history. That shocking situation is due to a succession of unresolved crises and to poorly handled situations with outcomes that are far from meeting the expectations of the international community.

Today we are committed to adopting measures to minimize the plight of those people. However, little will be achieved if we continue to focus on short-term cosmetic measures, rather than respond to the need to curtail the flow of refugees and migrants at the source. We need to address the underlying problems of this phenomenon, which explain the tragic human proportions of the crisis. We will be in no position to identify effective actions unless we, the international community, recognize our own failure. We are talking about the proliferation of conflicts and political, social and economic exclusion. We are talking about poverty, injustice and hunger.

We have noted how dialogue has been replaced by threats and aggression. We have noted how fear has replaced a willingness to achieve mutual agreement. Some of the ways to address the situation have been known for a long time. In that regard, we call upon all leaders to redouble their efforts to find lasting solutions to the humanitarian crisis. We have followed with keen interest and much satisfaction the latest positive developments aimed at normalizing bilateral relations between the United States of America and Cuba. We continue to encourage actions aimed at ending the economic, trade and financial embargo against Cuba, without prejudice to the legitimate interests of any of those concerned. Although we may meet all of the targets of the post-2015 development Agenda, our mission as an international community will not be complete until we use wisdom and implement the political processes.

As is well known, Mozambique was one of the countries most affected by the presence of landmines. In acknowledgement of the importance of mine clearance for promoting an atmosphere of peace, security and development, Mozambique became a party to the Convention on the Prohibition of the Use, Stockpiling, Production and Transfer of Anti-Personnel Mines and on Their Destruction, also known as the Ottawa Convention. From the outset, we have made every effort to comply with the obligations arising from the Ottawa Convention. In that regard, I am pleased to announce that Mozambique has successfully completed its demining programme. We have cleared all known risk areas, which totalled 500 million square metres of land.

Mr. Waqa (Nauru), Vice-President, took the Chair.

It would not have been worthwhile for us to liberate our country if then we had been forbidden to travel across our country, or if we had been forbidden to farm the land or develop tourism or mine our coal or graphite. We celebrate that victory with intense emotion. We would like to express our profound gratitude to our international partners, humanitarian demining organizations, United Nations agencies and civil society for their cooperation and invaluable support.

The year 2015 is of special importance to Mozambique. On 25 June, we celebrated 40 years of independence. We are no longer an adolescent State. On 16 September we celebrated 40 years of cooperation with the United Nations. I am jubilant because I am speaking here today, at the United Nations, and I believe that the United Nations should feel proud on account of my country's stability and growth — growth that needs to be supported.

I would like to conclude my remarks by reiterating that the search for sustainable solutions to global problems, alongside the Organization and its Member States, will continue to be the focus of my Government's unconditional commitment. Long live humankind and sustainable development!

The Acting President: On behalf of the General Assembly, I wish to thank the President of the Republic of Mozambique for the statement he has just made.

Mr. Filipe Jacinto Nyusi, President of the Republic of Mozambique, was escorted from the General Assembly Hall.

Address by His Majesty King Willem-Alexander, King of the Kingdom of the Netherlands

The Acting President: The Assembly will now hear an address by the King of the Kingdom of the Netherlands.

His Majesty King Willem-Alexander, King of the Kingdom of the Netherlands, was escorted into the General Assembly Hall.

The Acting President: On behalf of the General Assembly, I have the honour to welcome to the United Nations His Excellency King Willem-Alexander, King of the Kingdom of the Netherlands, and to invite him to address the Assembly.

King Willem-Alexander: It is a privilege to address the General Assembly on behalf of the Kingdom of the Netherlands, a Kingdom made up of four autonomous countries — the Netherlands, Aruba, Curaçao and Saint Maarten — rooted in both Europe and the Caribbean.

In 1945, the Charter of the United Nations was signed by representatives of 51 countries. Today, 70 years later, there are three times as many people on the Earth and four times as many Member States, with all the complexities that that entails. And yet, as an international Organization, the United Nations stands proud. In those 70 years, the world has seen great upheavals and shifts in the balance of power. Technological advances have changed our daily lives faster and more dramatically than ever before, and yet, the United Nations endures. We have seen clashes of interests, bitter conflicts and human tragedies, which, indeed, persist today. As we speak, the lives of millions are still dominated by fear, oppression and want. And yet, the United Nations lives on as a legitimate platform for international dialogue where countries can always come together, no matter how great their differences.

The United Nations is more than simply a platform. It is an Organization whose activities help to shape and improve our world. Thanks in part to the United Nations, extreme poverty has been halved, child mortality has been halved, 2.3 billion people have gained access to drinking water, diseases such as malaria and tuberculosis have been beaten back, and peace operations in many areas have brought violent conflicts under control. That is all because of the work of millions of courageous people in the Member States and the untiring efforts of the staff of the United Nations and its organs, both here in New York and all over the world. So I would like to say to the United Nations: congratulations! I thank it for 70 years of battling against cynicism and fatalism.

For the Kingdom of the Netherlands, the United Nations is and will remain the primary global Organization for peace, justice and development. That is why the Kingdom is a candidate for a non-permanent seat on the Security Council for the 2017-2018 term.

Of course, the world is far from perfect. It is still filled with terrible injustice and human suffering. But we have also made great progress. What would today's world look like without the United Nations? There can be no doubt that we would be worse off. The Kingdom of the Netherlands feels a close bond with the fundamentals of the United Nations, as laid down in the Charter of the United Nations. We understand the value of diversity and dialogue. This goes hand in hand with the conviction that multilateral cooperation can help us move forward and make the world stronger.

We owe our freedom to other countries. Seventy years ago our allies made enormous sacrifices in liberating the Netherlands. They enabled us to rise again and become a prosperous Kingdom. We will never forget the importance of international solidarity. The world will always be able to count on the Netherlands as a partner for peace, justice and development.

Yet, just as we remain deeply committed, we also believe in being critical when necessary. It is good, on this seventieth anniversary, for the United Nations to look openly and honestly at the results of its efforts, to look at the goals that have not been achieved and at the long and winding path that lies ahead. Our Kingdom is gravely concerned about the lawlessness, terror and contempt for basic human rights that are gaining ground in some areas. Millions of desperate people have been displaced and forced to flee the violence. They are the innocent victims of intolerance and of despicable conduct on the part of tyrants they cannot constrain. Many refugees have been in a desperate situation for too long. The positive effects of years of work on sustainable development are at risk, and this affects us all. We cannot look the other way.

We are all deeply touched by the tragic images of families who have had to leave everything behind in their search for a safe haven. All the world's nations

must show solidarity in the face of the refugee crisis. The Kingdom of the Netherlands has again increased its contribution to humanitarian assistance, making it one of the largest donors in the world. We call on other nations to follow suit and give additional support to the United Nations, so that it can provide food and shelter to all those who have been forced to flee and give them a chance to rebuild their lives.

It is crucial that we make our joint efforts on peace and security more efficient and effective. The review by the High-level Independent Panel on United Nations Peace Operations is a helpful tool in that regard.

Since the United Nations was founded, the Kingdom of the Netherlands has participated in 63 United Nations or United Nations-mandated missions in more than 30 countries. Those missions have involved more than 125,000 Dutch military and civilian personnel. Earlier this year, I visited the Dutch men and women who are part of the United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali. The situation there clearly illustrates how complex the problems in conflict areas often are. You cannot build lasting peace by military means alone. A political solution has to be found. It is equally important to strengthen the institutions that safeguard respect for the rule of law and to remove the underlying causes of conflict.

The lack of decent prospects or equal opportunities drives many young people into the arms of ruthless terrorist organizations. Discrimination and exclusion are the root of much evil in the world. That is why we need a three-dimensional approach: a combination of defence, development and diplomacy, of which the Netherlands has many years of experience. For example, we have made it a top priority to stimulate job creation in Africa and to assist young African entrepreneurs, and we are increasing our support for programmes to promote stability in fragile States.

The Kingdom of the Netherlands is proud to be home to the International Court of Justice, the only principal organ of the United Nations located outside New York. The Hague is the place where global peace, justice and security are defended by a range of international organizations, including the International Criminal Court and the Organization for the Prohibition of Chemical Weapons.

A key feature of a legal order is the absence of impunity. Violence must never be allowed to prevail. Lawlessness must never become the norm. Anyone who strives for justice will find our Kingdom on their side. Injustice hurts like an open wound. Hundreds of families from 10 countries, including Malaysia, Australia and the Netherlands, still grieve every day for the loved ones they lost in the Malaysia Airlines Flight MH-17 air disaster. They await the results of Security Council resolution 2166 (2014). That resolution is very clear: it demands that those responsible for this incident be held to account and that all States cooperate fully with efforts to establish accountability. The Dutch Government will work tirelessly, together with all the countries and organizations concerned, until justice is done with regard to this tragedy.

Peace, justice and development are closely linked. They are a trinity, as tied to each other as the blades on a windmill. To achieve lasting progress, all three are essential. So our Kingdom welcomes the Sustainable Development Goals, which will focus the efforts of the international community over the next 15 years. And we will put our hearts and souls into helping ensure their success.

There is still not enough focus on the positive role that women can play. Even in the harshest and most hopeless circumstances, women often have the strength to go on and to find practical ways to improve the lives of their families and communities. Promoting equal rights and opportunities for women is actually sustainable development in action. Any organization that wants to remain relevant must adapt to new times and circumstances. It is especially important for institutions that stand for shared values and continuity to critically examine their own performance and to ask themselves: “Are our working methods still appropriate?” Without such self-reflection they risk the gradual erosion of their relevance and effectiveness.

For the United Nations and the Security Council this has, after 70 years, become an urgent issue. The Security Council needs to be able to act more boldly in the face of large-scale atrocities. Greater restraint in the use of vetoes would help. We warmly welcome France’s initiative in that regard. The Council’s legitimacy is also under pressure. If part of the global population feels insufficiently represented by it, the Security Council cannot properly fulfil its primary role as a global body for safeguarding peace and security and for resolving conflicts. Africa, in particular, is underrepresented, but the voices of other regions and countries are not being heard enough either. This needs to change.

The Kingdom of the Netherlands believes in the power of empathy and dialogue. It is not always the loudest voices that speak the deepest truths. In fact, it is often the small Member States that show us the way forward. One example is the longtime plea by small island States for a far more active global approach to climate change and marine pollution. They feel the urgency like no other. Fortunately — finally — more and more large countries are developing concrete action plans.

The Kingdom of the Netherlands knows how crucial this is. Three of our countries — Aruba, Curaçao and Saint Maarten — are small island States, and three other Caribbean islands are special municipalities of the Netherlands. With its centuries of water-management experience, the Netherlands is one of the best-protected deltas in the world, investing billions to help mitigate the effects of climate change. That is why we intend to make sure our voice is heard at the twenty-first session of the Conference of the Parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change in Paris later this year, and we will continue pressing for cleaner oceans.

Our guiding principle is simple — consider the interests of all countries, large and small. Forget might is right. We believe right is might. This also forms the basis of our candidacy for a seat on the Security Council for the 2017-2018 term. We are passionate about serving the entire international community at the United Nations level as a partner for peace, justice and development.

For my wife and me, this has a very personal significance. For seven years I had the honour of being the Chair of the Secretary-General's Advisory Board on Water and Sanitation. My wife remains his Special Advocate for Inclusive Finance for Development. Two years ago, Secretary-General Ban Ki-moon spoke at the centennial celebrations of the Peace Palace in The Hague. He said, "Here in The Hague, you help sustain and expand the rule of law. You bring the rule of law to life." We took those warm words not merely as a great compliment, but also as an inspirational challenge, a solemn task, which we aim to continue fulfilling, together with all Member States in The Hague, in New York and all over the world.

The Acting President: On behalf of the General Assembly, I wish to thank the King of the Kingdom of the Netherlands for the statement he has just made.

His Majesty King Willem-Alexander, King of the Kingdom of the Netherlands, was escorted from the General Assembly Hall.

Address by Mr. Nursultan Nazarbayev, President of the Republic of Kazakhstan

The Acting President: The Assembly will now hear an address by the President of the Republic of Kazakhstan.

Mr. Nursultan Nazarbayev, President of the Republic of Kazakhstan, was escorted into the General Assembly Hall.

The Acting President: On behalf of the General Assembly, I have the honour to welcome to the United Nations His Excellency Mr. Nursultan Nazarbayev, President of the Republic of Kazakhstan, and to invite him to address the Assembly.

President Nazarbayev (*spoke in Kazakh; English text provided by the delegation*): In this seventieth anniversary year, it is fitting that we reflect on the profound hopes of the founders of the United Nations.

This universal Organization has already achieved historic goals of universal significance. First, for seven decades our planet has lived without world wars. Secondly, we have witnessed large-scale decolonization. Seventy years ago, the United Nations was established by 51 States at a time when the majority of the world still consisted of colonies and dependent territories. Today, the world community includes 193 independent countries. Thirdly, the United Nations has become a universal platform for dialogue, which is essential for the sake of security and development. In the United Nations, humankind recognizes its unity in diversity and the need for shared participation in shaping the fate of our planet. The generation that founded the United Nations was wise enough to look far into the future. The world today is reaping the benefits of their dreams and hard work.

Kazakhstan supports all initiatives aimed at restoring trust in international relations and strengthening peace and security on the basis of international law. For seven decades, the world community has tried to find an effective formula for resolving military conflicts. However, the number of conflicts has not decreased. Rather, conflicts are often transforming into more sophisticated and complex forms of international terrorism, as may occur in a climate of State collapse.

Humankind needs to shift its focus from routine conflict prevention and post-conflict rehabilitation to a new development strategy that would make such conflicts meaningless. To that end, we should find the courage to look beyond the present to the time when the United Nations will celebrate its centenary. I believe that, in the next thirty years, the civilized world will find the necessary wisdom and will to cut through the Gordian knot of wars and conflicts. Our central task in the twenty-first century should be to implement a strategy that will, once and for all, eliminate the threat of war and its causes. To that end, I propose that, for the centenary of the United Nations, agreement should be reached on a 2045 global strategic initiative plan, whose core idea will be to launch a new trend in global development based on equitable conditions in which all nations have equal access to global infrastructure, resources and markets and accountability for human development is comprehensively maintained.

First, I propose that the Economic and Social Council be transformed into a global development council. Membership of the new body would consist of Member States elected by the General Assembly and the heads of all the United Nations specialized agencies, including the International Monetary Fund. The new Council should be tasked with becoming a global economic regulator. Global projects carried out by such a Council would aim to promote worldwide economic growth. That would go a long way towards decreasing the risks of global crises and to ensuring responsible behaviour by States, while enabling them to maintain their national economic and social policies.

We consider the idea of a world anti-crisis plan, the draft of which is being actively discussed on the margins of the Astana Economic Forum, to be very timely. The most pressing and serious global challenges — terrorism, the implosion of States, migration and other negative issues — are the result of the economic crisis, poverty, illiteracy and unemployment.

To tackle the global crisis, we need to start with clear rules for the issuance of and trade in the world's reserve currencies, because they do not now meet the criteria of justice, democracy, competitiveness, effectiveness and international control. In the twenty-first century, our world needs new, high-quality financial instruments. States Members of the United Nations need to join forces to create a new supranational currency that should be relevant to the targets and tasks of global sustainable development and prosperity.

Secondly, in the year of the seventieth anniversary of the atomic bombings of Hiroshima and Nagasaki, I urge that a world without nuclear weapons should become the main goal of humankind for the twenty-first century. I propose that we adopt, under the auspices of the United Nations, a universal declaration aimed at achieving a world free of nuclear weapons. Kazakhstan was the first country in history to close down a nuclear test site, renouncing the world's fourth-largest nuclear arsenal, and has contributed to the creation of a nuclear-weapon-free zone in Central Asia. It is essential to establish nuclear-weapon-free zones in other regions of the world, particularly in the Middle East. The nuclear Powers must provide guarantees of the non-use of force to all countries that renounce possession of nuclear weapons.

In 2013, we initiated two rounds of talks on the Iranian nuclear programme in Almaty. We welcome the signing of the Joint Comprehensive Plan of Action regarding Iran's nuclear programme. It is essential today to guarantee the right of States to peaceful nuclear energy and access to nuclear fuel. That is why we supported and signed an agreement with the International Atomic Energy Agency on the establishment of a low-enriched uranium fuel bank in Kazakhstan. That was an event of global significance. The world should acknowledge it as an important measure for the safe and peaceful use of the atom, as it means that countries wishing to develop nuclear energy no longer need to enrich uranium themselves. Moreover, we consider the creation of a global anti-nuclear-weapons movement an important task. Every person on the planet can and must contribute to a nuclear test ban.

Thirdly, a further danger for us is the erosion of international law and the weakening of the role of global institutions. It is important to remember that the Charter of the United Nations was written with the blood of millions of victims of world wars and armed conflicts. Any violation of its articles, especially with respect to ensuring the sovereignty and territorial integrity of States, may cause humankind to repeat the tragic mistakes of the past.

It is crucial to prevent the arbitrary imposition of sanctions, which contradicts both the Charter and international law. I am convinced that the right to impose international sanctions, which can adversely affect the well-being of millions of people, should remain the exclusive prerogative of the Security Council. Failure to comply with that principle undermines the

foundation of the modern world order and is a relic of the Cold War. I would like to stress that there is no alternative to the United Nations as a universal Organization. Moreover, countries' compliance with their international obligations remains the cornerstone of the modern world order.

Kazakhstan has consistently advocated a peaceful settlement of the Ukrainian crisis and the full implementation of the Minsk agreements by the parties to the conflict. Today it is vital to make every effort to restore dialogue, mutual understanding and trust in international relations. I therefore propose the convening in 2016 of a United Nations conference at the highest level with the aim of reaffirming the basic principles of international law.

Fourthly, the threat of terrorism and religious extremism has become global in scale. I propose the establishment, under the auspices of the United Nations, of a unified global network to counter international terrorism and extremism. To achieve that objective, it is necessary to develop and adopt a comprehensive United Nations instrument on combating terrorism.

Fifthly, in support of the United Nations initiative on sustainable energy for all, we will hold, in 2017 in Astana, an international exhibition on the theme of the energy of the future. We invite all States to participate fully in the exhibition. Looking to the future and using the infrastructure to be put in place for Expo 2017, I suggest opening in Astana an international centre for the development of green technologies and investment projects under the auspices of the United Nations.

A major step in realizing the 2045 global strategic initiative plan could be the development, under the auspices of the United Nations, of the concept on which a new future is to be based. Seventy years after the founding of the United Nations, we need to clearly define the goals of the next stage in the evolution of humankind. I believe that that new future will be about ways to deliver nuclear energy and water, address food security, build trust and mutual understanding and carry out reforms.

Kazakhstan has been and will continue to be a mediator in efforts to help conflicting parties in Eurasia to find a peaceful solution. The directions and principles I have outlined constitute the core of our campaign to become a non-permanent member of the Security Council for the biennium 2017-2018. I call on all those participating in the seventieth session to support our country's candidacy.

Seventy years ago, when the United Nations was established as a replacement for the defunct League of Nations, which had been located in Geneva, the decision was made to establish its headquarters in New York. That was connected to the fact that, at the time, the role of the Western hemisphere in international affairs was still in the ascendant. The centre of economic development had also moved from the Old World of Europe to the New World of the United States, in New York.

Our world has changed a great deal since then. In the twenty-first century, the pole of global growth is shifting to Asia, the world's largest continent, where two thirds of the planet's population lives and where enormous resources are concentrated. The powerful rise of Asia's developing economies has introduced a new reality into global processes. We need to use that historic change and opportunity to give a new boost to relations between States. With that in mind, I propose that Member States consider the possibility of transferring United Nations Headquarters to Asia. I am hopeful that this and Kazakhstan's other proposals will be acceptable to the community of nations.

The Acting President: On behalf of the General Assembly, I wish to thank the President of the Republic of Kazakhstan for the statement he has just made.

Mr. Nursultan Nazarbayev, President of the Republic of Kazakhstan, was escorted from the General Assembly Hall.

Address by Mr. Enrique Peña Nieto, President of the United Mexican States

The Acting President: The Assembly will now hear an address by the President of the United Mexican States.

Mr. Enrique Peña Nieto, President of the United Mexican States, was escorted into the General Assembly Hall.

The Acting President: On behalf of the General Assembly, I have the honour to welcome to the United Nations His Excellency Mr. Enrique Peña Nieto, President of the United Mexican States, and to invite him to address the Assembly.

President Peña Nieto (*spoke in Spanish*): Seventy years ago, the United Nations was founded as a collective

response to the horror of war. For seven decades, the peoples of the United Nations have been determined to implement the highest ideals of international peace and security, human rights and social progress.

The ongoing efforts of the United Nations in favour of these lofty goals are reflected in the peacekeeping operations and the actions of such prestigious agencies as the Food and Agriculture Organization of the United Nations, the United Nations Children's Fund, the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, the World Health Organization and the United Nations Development Programme. It must be said clearly — the world would not be the same without the United Nations, symbol of solidarity and hope for a better future.

Since 1945, Mexicans have maintained the greatest commitment to this forum, which is the greatest multilateral mechanism there is, championing peace, nuclear disarmament and humankind's loftiest goals. For example, following the Cuban missile crisis, Mexico promoted the Treaty for the Prohibition of Nuclear Weapons in Latin America and the Caribbean. Thanks to this agreement, the Latin American and Caribbean nations became the first nuclear-weapon-free zone in a densely populated region.

Mexicans also have a long tradition as a mediator in conflicts in our region, always promoting the peaceful settlement of disputes. In the light of this history, we welcome the substantial progress in the peace process in Colombia, as well as the recent restoration of diplomatic relations between Cuba and the United States. Consistent with this new geopolitical reality, we reiterate the call for ending the economic, commercial and financial embargo imposed on Cuba since 1962.

To continue contributing to peace among societies of the world, Mexico recently pushed for the Arms Trade Treaty, which is now a reality. The Treaty is the basis of an international regime of conventional arms control, which prevents illegal traffic and makes the legal trade in arms more transparent.

Mexico is a nation fully committed to upholding the law, human rights and peace. We have fully assumed the great responsibility of being a member of the Human Rights Council of the United Nations for the 2014-2016 triennium. Today, my country has some of the most advanced legislation in favour of human rights and works to ensure that it is enforced throughout the national territory. Moreover, I am convinced — and the facts bear this out — that the experience and contributions of the international community have helped to further our domestic efforts in the field. The imminent visit to Mexico of the United Nations High Commissioner for Human Rights is a clear demonstration of our commitment and will to continue to join efforts with the international system.

Another clear example of our responsibility at the global level was the decision to participate in peacekeeping operations. Our historic resolve has meant that my country has put its experience in the field of humanitarian assistance at the service of the United Nations. The foregoing are just some examples of the close and positive relationship that Mexico has had with the United Nations for 70 years.

As a result of growing inequalities, an unrelenting global economic crisis and the social frustration resulting therefrom, the world today is exposed to the threat of new populist movements, some on the left and others on the right, but all equally risky. The twentieth century has already lived through and suffered the consequences of the actions of individuals who, devoid of understanding and a sense of responsibility and without a moral compass, chose to divide their populations. Societies must be vigilant against those who prey on fears and worries and those who sow hatred and rancour with the sole purpose of satisfying political agendas and personal ambitions.

In this second decade of the twenty-first century, we must not repeat the mistakes that caused the world so much pain in the past. On the contrary, it is time to rescue and support the principles that define us as people: the lofty values that gave birth to the United Nations, namely, peace, solidarity and respect for human rights — respect for migrants, respect for women, respect for all races and religions, respect for diversity and political pluralism, but, above all, respect for human dignity. That is what our societies deserve.

True, today's world is complex, uncertain, almost beyond our reach. But division is not a solution. We must again appreciate the true worth of trust— trust in constructive work, trust in others, trust in institutions and, above all, trust in ourselves and our nations.

To build, one must add; to achieve, one must persevere. Indeed, 2015 is proving to us that nations can achieve transcendent, bold and innovative agreements that benefit the world's population. The 2030 Agenda for Sustainable Development (resolution 70/1), the

Addis Ababa Action Agenda of the Third International Conference on Financing for Development, the Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015-2030 and the work leading up to the twenty-first session of the Conference of the Parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change on Climate Change are of historic importance and promote a new paradigm — a change in the way nations think and act.

The way in which the 2030 Agenda was constructed should be welcomed. It was compiled collectively and unanimously, from the dialogues and proposals submitted by Member States. The Addis Ababa Action Agenda, adopted at the third International Conference on Financing for Development, held in Ethiopia, will enable States to finance sustainable development, which is the foundation of a revitalized global partnership, as the Secretary-General himself has stated. For its part, the Sendai Framework provides guidelines for the next 15 years that will give the people of the world an opportunity to enjoy a more secure home.

As for the upcoming twenty-first Conference of Parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change, there are high expectations that we will be able to adopt binding commitments in Paris. Undoubtedly, climate change is one of the greatest challenges of the day, and its solution requires the clear and firm political will of every country. In that regard, on 27 March Mexico introduced its nationally determined contribution, and was the first developing country to do so. From this rostrum, I reiterate our call on all nations of the world to act with determination and vision in response to the challenge of climate change.

Encouraged by the major agreements of 2015, we are now moving forward on the reform and modernization of the Security Council. The design of that important mechanism, created in 1945, has already demonstrated significant limitations. It is unacceptable that the power of the veto has been used for exclusively national purposes, thereby holding back potential international action. The permanent members of the Security Council have a special responsibility for international peace and security, which they must assume at all times, especially when the most basic human rights are violated. With that objective in mind, we have supported the initiative of France to restrict the use of the veto in cases of serious breach of international law and human rights violations, such as war crimes, crimes against humanity and genocide. The aim is to ensure that United Nations resolutions are more effective, responsible and, above all, more representative of the ideals of humankind.

In the global era, no country is immune to what happens elsewhere in the world. We cannot remain indifferent to the suffering of entire populations. It is a fact that our time is characterized by the migration of millions of people seeking better living conditions. Unfortunately, on all continents and in all areas, the migrant experience is one of risk, rejection, discrimination and abuse. Those conditions are aggravated when, because of ignorance, bad faith, racism or pure political opportunism, migrants and their children are stigmatized and blamed for the destination country's own difficulties. We must not allow that injustice to continue. We must not allow the democracies of the world to be robbed of their pluralistic and inclusive spirit. In the light of those visions of exclusion and discrimination, we must unite our efforts to create a global scheme to protect migrants' rights commensurate with the challenges we are experiencing. Around the world, millions of migrants require a collective and effective response — a global response that should come from the United Nations.

Similarly, given the scarce results achieved during the past decades, humankind must reassess its vision of the global drug problem. In Mexico, we consider it indispensable to have a more effective, just and humane international response. In 2016, during the upcoming special session of the General Assembly on drugs, the international community must demonstrate collective willingness to break its inertia and develop policies that put the well-being and dignity of individuals at the heart of our attention.

Ensuring the purposes and principles that gave birth to the United Nations is a responsibility that unites and commits us all. Mexico publicly expresses its appreciation to Secretary-General Ban Ki-moon for his work at the head of the United Nations. The 2030 Agenda for Sustainable Development is an overwhelming example of the inclusive leadership that the world requires.

On this, the seventieth anniversary of the United Nations, Mexico reaffirms its unwavering commitment to the Organization that unites nations and calls upon them to work together. We do so in the conviction that multilateralism is the ideal way to overcome global problems. We do so in the conviction that through support for the United Nations we can help build a better future for all humankind.

The Acting President: On behalf of the General Assembly, I wish to thank the President of the United Mexican States for the statement he has just made.

Mr. Enrique Peña Nieto, President of the United Mexican States, was escorted from the General Assembly Hall.

Address by Mr. Aníbal António Cavaco Silva, President of the Republic of Portugal

The Acting President: The Assembly will now hear an address by the President of the Republic of Portugal.

Mr. Aníbal António Cavaco Silva, President of the Republic of Portugal, was escorted into the General Assembly Hall.

The Acting President: On behalf of the General Assembly, I have the honour to welcome to the United Nations His Excellency Mr. Aníbal António Cavaco Silva, President of the Republic of Portugal, and to invite him to address the Assembly.

President Cavaco Silva (*spoke in Portuguese, English text provided by the delegation*): At the outset, I would like to congratulate the President of the General Assembly at its seventieth session on his election and to express my good wishes for the success of the General Assembly's work in the seventieth-anniversary year of the United Nations. I would also like to express my deep appreciation for the work of the Secretary-General. As ever, he can continue to count on Portugal's support.

The establishment of the United Nations marked a unique time in the collective history of humankind. The pursuit of lasting peace, development and the respect for human rights, the founding purposes and principles of the Organization that we still look to today, after 70 years, are major achievements of the contemporary world. The Charter of the United Nations and the principles and values that it encapsulates remain a reference and a sign of hope for our collective future. I welcome the adoption of the 2030 Agenda for Sustainable Development (resolution 70/1), which is an unparalleled opportunity to usher in an era in which poverty is eradicated, leading to a world of justice and dignity for all.

The year 2015 is also key for negotiations on climate change. Seventeen years after Kyoto, the international community must be ambitious in fighting that particular threat to its sustainable development. It is imperative that at the Conference of the Parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change in Paris in December, we reach a lasting agreement that is global, fair and binding for all.

Closely related to climate change, the issue of the oceans holds a crucial importance for Portugal in the light of its history, its geography and its identity. In June, my country organized an international event on the use of the oceans, Blue Week, which brought together more than 70 countries and international institutions. It offered an occasion for open debate and strategic reflection on the challenges of global management of the oceans and the responsible use of their potential.

We continue to take a strong interest in deepening the multilateral dialogue on the sustainability of the oceans and enhancing the overall efforts of the United Nations. Portugal had the honour to co-chair the Ad Hoc Working Group of the Whole on the Regular Process for Global Reporting and Assessment of the State of the Marine Environment, including Socioeconomic Aspects in setting up a reliable and detailed system of information on the marine environment. The issuance of the first global integrated marine assessment (see A/70/112) is a step in the right direction. Members can rely on the engagement of Portugal in the preparation of a legally binding instrument on the conservation and sustainable use of marine biodiversity in areas that go beyond national jurisdiction.

Portugal's course of action has been geared towards the defence of the universal and individual nature of all human rights — not only civil and political rights but also economic, social and cultural rights. Combating violence against women is a clear priority in that context. I draw attention to the alarming number of cases of domestic violence that span the most diverse societies and social strata, which cannot continue to go unpunished. I invite all States to step up their efforts to put an end to that scourge, and I hope that the relative indicator will be taken into account in the overall assessment of compliance with the Sustainable Development Goals. I also stress the importance that we attach to children's rights, including the right to education and to youth policies.

At a time when we are witnessing the proliferation of violent clashes in a number of regions, it must be emphasized that no conflict, no matter how complex it may be, can possibly justify barbarism, whether by States or by non-State parties. Human rights are the common heritage of humankind that we all have

an obligation to defend, regardless of geography. The Security Council plays a key role in that context. In order to fulfil its mandate in the most effective manner, it should mirror the realities of our world. That will require extending membership in both categories and reviewing its working methods.

The tragic humanitarian situation in Syria, Iraq, Libya and many other conflict settings should prompt us to act in a supportive and responsible manner. Some of those crises, particularly in Syria, have already claimed many thousands of human lives and given rise to one of the largest flows of refugees since the Second World War. The resolution of those crises can no longer remain hostage to blockages that prolong and aggravate the misery and suffering of vast populations. In line with its consistently humanitarian tradition, Portugal has demonstrated dedicated solidarity from the very beginning, as demonstrated by its willingness to welcome several thousand people in need of international protection.

I take this opportunity to commend the Office of the United Nations High Commissioner for Refugees, which has epitomized the humanitarian values enshrined in the Charter. The dignity of human life is an absolute value that we have an obligation to respect and protect. On the other hand, for some years we have found ourselves facing the threat of terrorism, which continues to assume increasingly barbaric and worrying forms. That threat and its protagonists require strong, concerted responses and a determined fight on the part of the international community. Such responses should also address the underlying forces that lead to radicalization and violent extremism, which require the involvement of States, international organizations, religious communities and civil society organizations.

I must also express our concern about the deadlock affecting the peace process in the Middle East. There will be no lasting peace without a fair resolution of the Palestinian issue that also ensures Israel's security. We urge the parties to resume the peace talks, as we are convinced that the only solution to the conflict will be the creation, based on United Nations resolutions, of two States, living side by side in democracy, peace and security.

I welcome the agreement reached on Iran's nuclear programme. It is now up to all parties involved to ensure its full implementation.

Africa holds a special place in Portuguese foreign policy. My country has key partners in Africa, with which it maintains close relations in the most varied fields, ranging from political dialogue to economic links, from the approach to security issues to the establishment of mutually beneficial partnerships. A number of African countries where Portuguese is the official language — Mozambique, Cabo Verde, Sao Tome and Principe and Angola — are celebrating the fortieth anniversary of their independence this year, and Portugal and the Portuguese people are involved in that important historical event.

The situation in Guinea-Bissau deserves special mention. I trust its political leaders to recognize the essential value of political stability and the ability to work together in order to pursue the necessary reforms, including in the security sector, in the fight against impunity and in socioeconomic development projects. That would be the required framework for the international community to be able to fulfil its commitments to cooperation, made in March at the Brussels Conference. The democratic maturity that the people of Guinea-Bissau have demonstrated is sufficient reason for the international community to remain united and coordinated in supporting that country. We also remain engaged on matters concerning maritime safety, especially in the Gulf of Guinea. We have participated in the development of international support strategies and have strengthened our bilateral cooperation with the African States and the regional organizations.

Portugal is strengthening its relations with Latin American States. We have added a mutual willingness to know each other better and to deepen our political and economic relations to our historical and cultural ties. I very much welcome the positive developments surrounding the ongoing peace negotiations in Colombia and the normalization of diplomatic relations between Cuba and the United States of America.

The Portuguese language is a global, economically relevant communication vehicle. Some 250 million people from Asia to Europe and from Africa to Latin America express themselves in Portuguese in their everyday lives, in commerce and business and in cultural and social networks. It is also an official or a working language in several international organizations, including in some of the United Nations specialized agencies. The legitimate ambition of the Community of Portuguese-speaking Countries is to

see the Portuguese language recognized as an official language of the United Nations.

As we celebrate the seventieth anniversary of the United Nations, I reiterate the commitment expressed here in 2008. Portugal, 60 years now into its membership in the United Nations, remains firmly committed to effective multilateralism. It participates in many peacekeeping operations, has been in the Security Council three times, is currently a member of the Human Rights Council and fiercely stands by the guiding principles of the Charter in its international actions. In a globalized, interdependent world such as the one in which we live, only strong multilateral institutions can ensure the fundamental values of peace, human rights, sustainable development, democracy and respect for international law.

The Acting President: On behalf of the General Assembly, I wish to thank the President of the Republic of Portugal for the statement he has just made.

President Aníbal António Cavaco Silva, President of the Republic of Portugal, was escorted from the General Assembly Hall.

Agenda item 8 (*continued*)

General debate

Address by Mr. Lars Løkke Rasmussen, Prime Minister of Denmark

The Acting President: The Assembly will now hear an address by the Prime Minister of Denmark.

Mr. Lars Løkke Rasmussen, Prime Minister of Denmark, was escorted to the rostrum.

The Acting President: I have great pleasure in welcoming His Excellency Mr. Lars Løkke Rasmussen, Prime Minister of Denmark, and inviting him to address the Assembly.

Mr. Rasmussen (Denmark): Seventy years ago, this Organization was born out of the chaos and ruins of the Second World War. It was born with the hope and a vision that the future would be better and more peaceful than the past. Small and large countries signed the Charter of the United Nations; my own country was signatory number 50. It was a commitment to solving common problems through cooperation and dialogue. How is today's world compared to that of our grandparents? The answer is simple. Much progress has been made.

We live in a world that is wealthier. Millions have been lifted out of poverty. There is a dramatic increase in the number of children — and in particular girls — attending schools. We continue to witness horrible conflicts in many parts of the world, but the number and magnitude of armed conflicts between States have decreased. Our fight against deadly diseases has saved millions. This is one side of the coin. We also live in a changing world. Conflicts remain the greatest threat to human development. The number of refugees and displaced persons is growing at an alarming speed. Violent extremism is spreading. Human rights are being violated. Our planet is under stress due to scarce resources and climate change. That is the other side of the coin.

The world is complex, as it has always been. There are no simple solutions and there never were. We need to engage actively and cooperate closely to address the challenges today, as we did 70 years ago. From my perspective, there are three main priorities for the United Nations in the coming years. First, peace and security. Like many others in my generation, my political view of the world was shaped by 1989. The wall came down. The Iron Curtain disappeared. Today, once again, the world faces a situation where cooperation and dialogue are all too often replaced by force and violence. We must ensure that the United Nations can effectively provide security in the face of ever more complex crises and threats.

In Ukraine, we have seen completely unacceptable violations of international law and principles of sovereignty and territorial integrity. In Syria, civilians suffer from horrific abuses committed by the terrorist organization, the Islamic State in Iraq and the Levant (ISIL) and by the Al-Assad regime. The Danish Government continues to support efforts for a political solution to the conflict, and we are proud to be a member of the international coalition against ISIL. We need a strong and unified response to violent extremism and terrorism, not just in Syria and Iraq, but also in parts of Africa, where violent extremism and armed conflicts are growing. Denmark will do its part. We plan to increase our contribution to the United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali.

Massive refugee and migration flows are a visible consequence of these conflicts. Almost 60 million people are fleeing their homes. We have an international responsibility to provide the necessary protection

for refugees. Many of them have no food, medicine, schools for their children or hope for the future. They need our support. Denmark takes this responsibility very seriously. Last year, we were the second-largest recipient of Syrian refugees, per capita, in the European Union.

I also welcome the initiative of the Secretary-General to strengthen United Nations peace operations, but we need more than Blue Helmets to ensure lasting peace. We need a Security Council that is ready to take the necessary decisions to maintain international peace and security, and effectively address conflicts in a timely manner and that reflects the world as it is today. The international community must have the right instruments to adequately tackle the situation, and we must keep an open mind when we evaluate the instruments we have at hand.

Many people migrate for economic reasons, in search of a better life, and their hopes are indeed understandable. But mass migration is obviously an immense challenge for our societies, our international cooperation and our solidarity. First and foremost, mass migration is a global challenge, and we must address its root causes. People migrate because they have lost hope at home. Inclusive economic growth in developing countries should be our common goal. There are no easy solutions.

The United Nations is an important part of the answer. Member States have the primary responsibility for development and progress in their own countries. But we must all do our part and provide the necessary financial contributions to ensure that they succeed. Denmark is ready to do its part, as we have done since 1978. We remain committed to the United Nations target of providing development assistance amounting to 0.7 per cent of our gross domestic product. Denmark is widely recognized as a leading humanitarian donor, and we will continue to give the area high priority. Last week, my Government decided to allocate an additional €100 million to humanitarian assistance and to measures that support European efforts to address the mass migration from Syria and its neighbourhood. I am deeply concerned about the probability that the humanitarian needs associated with this will far outgrow the available financing, and I call on all States to increase their humanitarian efforts. The international community must find solutions to this extraordinary situation.

That leads me to our next priority, human rights and gender equality. The Charter of the United Nations says very clearly that the equal and indispensable rights of all people are the foundation of freedom, justice and peace in the world. The best way to build a better world is to unleash the power of the individual for the sake of the common good. Today, more people live in democracies than ever before, but the lives of many are still threatened because of who they are or what they believe. Denmark has always pursued an active human rights policy, based on dialogue as the key tool to progress.

My Government is a strong advocate of women's rights. Women are key drivers in our efforts to ensure sustainable development and end poverty. Denmark will have the honour of hosting the Women Deliver Conference in May of next year, and I hope that many of those here will join us in Copenhagen. Denmark is also engaged in the global fight against torture, and we are proud to be part of the Convention against Torture Initiative, whose goal is universal ratification and better implementation of the Convention by 2024. We call on all States to join with us in working for that goal.

To put it clearly, Denmark is entirely committed to upholding the core values of the United Nations. That is why we have decided to run for a seat on the Human Rights Council for the period from 2019 to 2021. Our candidacy enjoys the support of all the Nordic countries, and I hope all here today will find us worthy of their vote. I can assure them that we will aspire to be a strong partner for all in advancing human rights and fundamental freedoms.

The third and final major challenge for the United Nations is implementing the development agenda and effectively addressing climate change. This weekend, I had the privilege and honour of co-chairing the Sustainable Development Summit. We have adopted the new 2030 Agenda for Sustainable Development (resolution 70/1), and now we need to act, through national policies and by supporting the countries that need the most help. The Sustainable Development Goals carry a multi-trillion-dollar price tag, and that cannot be met by Governments or aid alone. We need the support of all actors — private enterprises, civil society, non-governmental and international organizations and many others. We must find new and innovative ways of engaging these actors if we are serious about delivering on the development agenda.

That is particularly true when it comes to addressing climate change. To give a small example, Denmark has established a climate investment fund to promote private investments in developing countries and emerging markets. Danish pension savings now contribute to financing Africa's largest wind farm, in Lake Turkana in Kenya. We need more such solutions if we are to deliver on the development agenda and reach an ambitious, binding climate agreement in Paris later this year.

The President returned to the Chair.

The need for an effective United Nations has never been greater. If we fail to deal with the enormous tasks facing us, there is a risk that we will undermine the key values and principles of the Charter. Throughout the history of the United Nations, Denmark has been one of the strongest supporters of our world Organization, and that will not change. I am honoured that a Dane has assumed the presidency of the General Assembly, and my Government is fully committed to supporting Mr. Lykketoft in his important work.

Seventy years ago our grandparents had a bold vision. They believed it was possible to create a better future for the peoples of the world. The achievements during those 70 years have been remarkable. This anniversary is a historic opportunity to set ambitious goals for the future. We have agreed on a new development agenda. Now we must act to show our grandchildren that we are able to deliver on our promises today, tomorrow and 70 years from now.

The President: On behalf of the General Assembly, I wish to thank the Prime Minister of Denmark for the statement he has just made.

Mr. Lars Løkke Rasmussen, Prime Minister of Denmark, was escorted from the rostrum.

Address by Mr. Hailemariam Desalegn, Prime Minister of the Federal Democratic Republic of Ethiopia

The President: The Assembly will now hear an address by the Prime Minister of the Federal Democratic Republic of Ethiopia.

Mr. Hailemariam Desalegn, Prime Minister of the Federal Democratic Republic of Ethiopia, was escorted to the rostrum.

The President: I have great pleasure in welcoming His Excellency Mr. Hailemariam Desalegn, Prime Minister of the Federal Democratic Republic of Ethiopia, and inviting him to address the Assembly.

Mr. Desalegn (Ethiopia): I would like to begin by congratulating you, Mr. President, on your assumption of the presidency of the General Assembly at this important juncture in the history of the United Nations. This has indeed been a seminal year. Not only is it one in which we are commemorating the seventieth anniversary of our only universal Organization, it has also been a year when bold actions have been taken for the sake of our people and planet.

I would also like to express my profound appreciation to your predecessor, our brother from Africa, who successfully steered the work of this body for the past year, a period that witnessed some difficult intergovernmental negotiation processes. His contribution to facilitating those processes and advancing the agenda of the United Nations was indeed significant, and we owe him a debt of gratitude for his tireless efforts. I would also like to pay special tribute to the Secretary-General for his dedication and tireless efforts to realize the aims and purposes of the United Nations.

What we have achieved so far this year through difficult negotiations and compromise, by adopting a compact for global partnership within the framework of the Addis Ababa Action Agenda in July, as well as the 2030 Agenda for Sustainable Development (resolution 70/1) at the historic Summit we have just concluded, has made it evident that we are indeed potentially at a watershed moment in the history of the United Nations. We are confident that the same collective resolve will be demonstrated by Member States as we take up the challenge of an equally transformative change in United Nations peace operations.

The political will and commitment that we have demonstrated in adopting the Addis Ababa Action Agenda and the 2030 Agenda give us hope and optimism that we can secure a new globally binding climate agreement in Paris in December under the auspices of the United Nations Framework Convention on Climate Change. In that regard, Mr. President, I would like to assure you of my delegation's full support in helping you to discharge your heavy responsibilities during this momentous and historic year.

Ethiopia is indeed proud to be one of the founding Members of the United Nations. Although in our hour of need we could not count much on the support of the League of Nations, of which we were also a member, Ethiopia has nonetheless never lost confidence in multilateralism and has remained a staunch supporter of the principle of collective security enshrined in the Charter of the United Nations. It is on the basis of that conviction that Ethiopia has been an active contributor to advancing the principles and purposes of the United Nations, including by deploying its forces as part of the Blue Helmets since the Organization's early days. It gives us great satisfaction to note that Ethiopia is now the second-largest contributor of troops to United Nations peacekeeping, and I would like to take this opportunity to reaffirm our unwavering commitment to playing an active role in helping to ensure that the United Nations becomes more effective and secures greater legitimacy.

As we mark the seventieth anniversary of our Organization, it is only fitting that we take stock of the achievements and challenges of the past seven decades and draw appropriate lessons from history as we move forward. That the world has made tremendous progress in a wide range of areas by advancing the noble objectives enshrined in the Charter is not in doubt. The Organization has done commendable work to foster international cooperation for development, promote respect for human rights and address humanitarian problems. Nonetheless, what has been achieved so far is a far cry from the Herculean challenges we face today. Nor can we overlook our many failures as an Organization, something that, as has been so ably established by the High-level Independent Panel on Peace Operations, is very apparent in the area of peace and security, as well as with regard to the creation of a level playing field in international economic and trade relations.

Despite all this, however, one thing is self-evident. The United Nations is an Organization that none of us can afford to live without. In spite of its shortcomings, it remains the only universal Organization we have, whether we are big or small, rich or poor, providing us with a unique platform for advancing our common objectives and addressing the myriad problems we collectively face. The challenge that we have to address at this juncture in the history of the Organization is more or less obvious. It has to do with how we can make it relevant and effective as we collectively strive to meet the needs and aspirations of our people in the twenty-first century. That, I believe, is the main essence of the anniversary celebration aptly captured in the slogan "Strong UN. Better World". But the United Nations is, after all, an intergovernmental Organization whose strengths and weaknesses cannot be understood independently of the role of its members. It is therefore up to us to empower the Organization to fulfil its promises in a new era.

The United Nations is indeed a creation of the post-1945 world order and the devastating experiences of the Second World War and the Great Depression that preceded it, and that unquestionably inspired the letter and spirit of the Charter. The world has changed tremendously since then, however, and the complex and multifaceted challenges we face today — in particular, obviously, the threat of terrorism and violent extremism, the devastating consequences of climate change and other emerging challenges of our time — are quite different from those that the founders had to deal with in the immediate aftermath of the war. At the same time, not only has the membership of the United Nations changed dramatically over the years, but so have the geopolitical and economic realities of our planet. Today, with rapid globalization and a dramatic revolution in information technology, we are living in a much more interconnected and interdependent world. That is why the United Nations needs the tools necessary to deal with those challenges and realities so that it can better serve the needs of our peoples and nations in a new and completely different era.

The need for reform of the United Nations system has long been recognized, but forging the necessary compromise among the wider membership has not been easy. However, it can be delayed no longer. It is clear that if we do not undertake the necessary reforms, we will not be able to deliver the transformative agenda we have set for ourselves. That is the reason why it is not enough to adopt the next generation of Sustainable Development Goals, whose ambition and transformative aspirations make them truly historic.

It is also vital that the United Nations be made fit for the post-2015 era. A comprehensive reform of the United Nations system, particularly the Security Council, is indeed imperative if we are to reflect current geopolitical realities and make the United Nations more broadly representative, legitimate and effective. In that context, it is only proper that we seize this opportunity to once again echo Africa's call to be fully represented in all the decision-making organs of the United Nations,

particularly the Security Council, as expressed in the Ezulwini Consensus and the Sirte Declaration.

We in Ethiopia remain fully committed to the purposes and principles of the United Nations. We are very grateful for the support and partnership of the United Nations in our development endeavours. The reason for the remarkable progress that we have made over the past 15 years, including achieving all of the Millennium Development Goals, is to be found in the fact that we have taken charge of our own destiny, devised our own development strategy and mobilized domestic resources for their implementation. But we have also made the best use of the development cooperation we have had with the United Nations and our other partners.

Ethiopia has embarked on an ambitious transformative agenda, with a view to achieving middle-income status by the year 2025. We intend to do so based on carbon-neutral growth through a climate-resilient "green economy" strategy that is fully integrated into our national development plan. The results achieved over the past five years are quite encouraging, and have inspired us to do even more by implementing a second growth and transformation agenda that we will embark on soon. We therefore look at the possibilities that lie ahead with great optimism, the more so because we also trust that we are all determined to adhere to the commitment we entered into at the Summit concluded yesterday.

It is with that deep sense of optimism that I want to conclude by once again reiterating my country's commitment to the purposes and principles of the United Nations, as well as to continuing to play an active and constructive role in realizing its noble objectives.

The President: On behalf of the General Assembly, I wish to thank the Prime Minister of the Federal Democratic Republic of Ethiopia for the statement he has just made.

Mr. Hailemariam Desalegn, Prime Minister of the Federal Democratic Republic of Ethiopia, was escorted from the rostrum.

The meeting rose at 4 p.m.

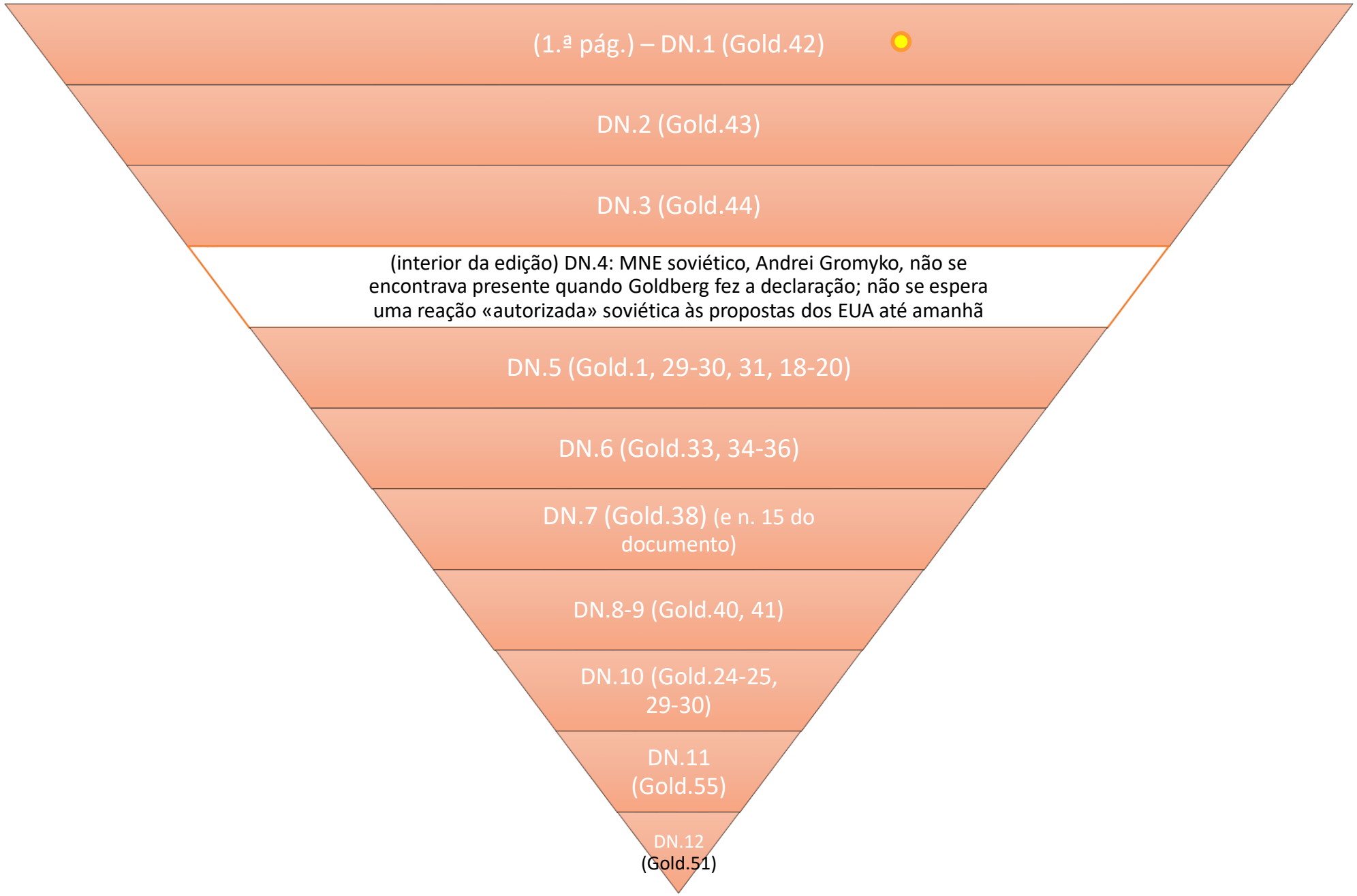
4. Materiais afetos à análise sistémica

4.2. Reorganização dos conteúdos selecionados nas versões de chegada

1965

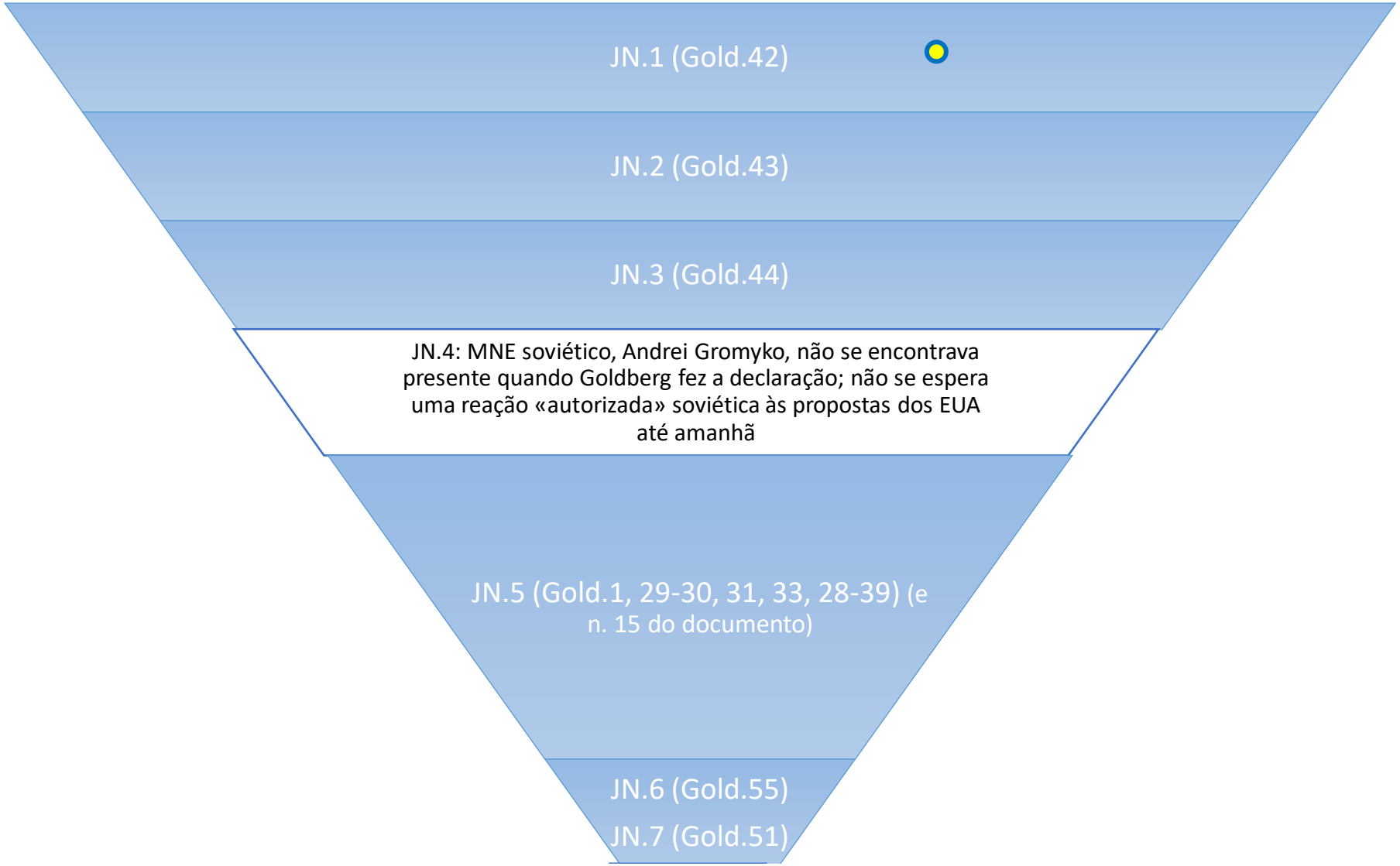
DN – Arthur Goldberg (1965)

Tít. 1.ª página (Gold.42)
Pós-tít. 1.ª página (Gold.42)



JN – Arthur Goldberg (1965)

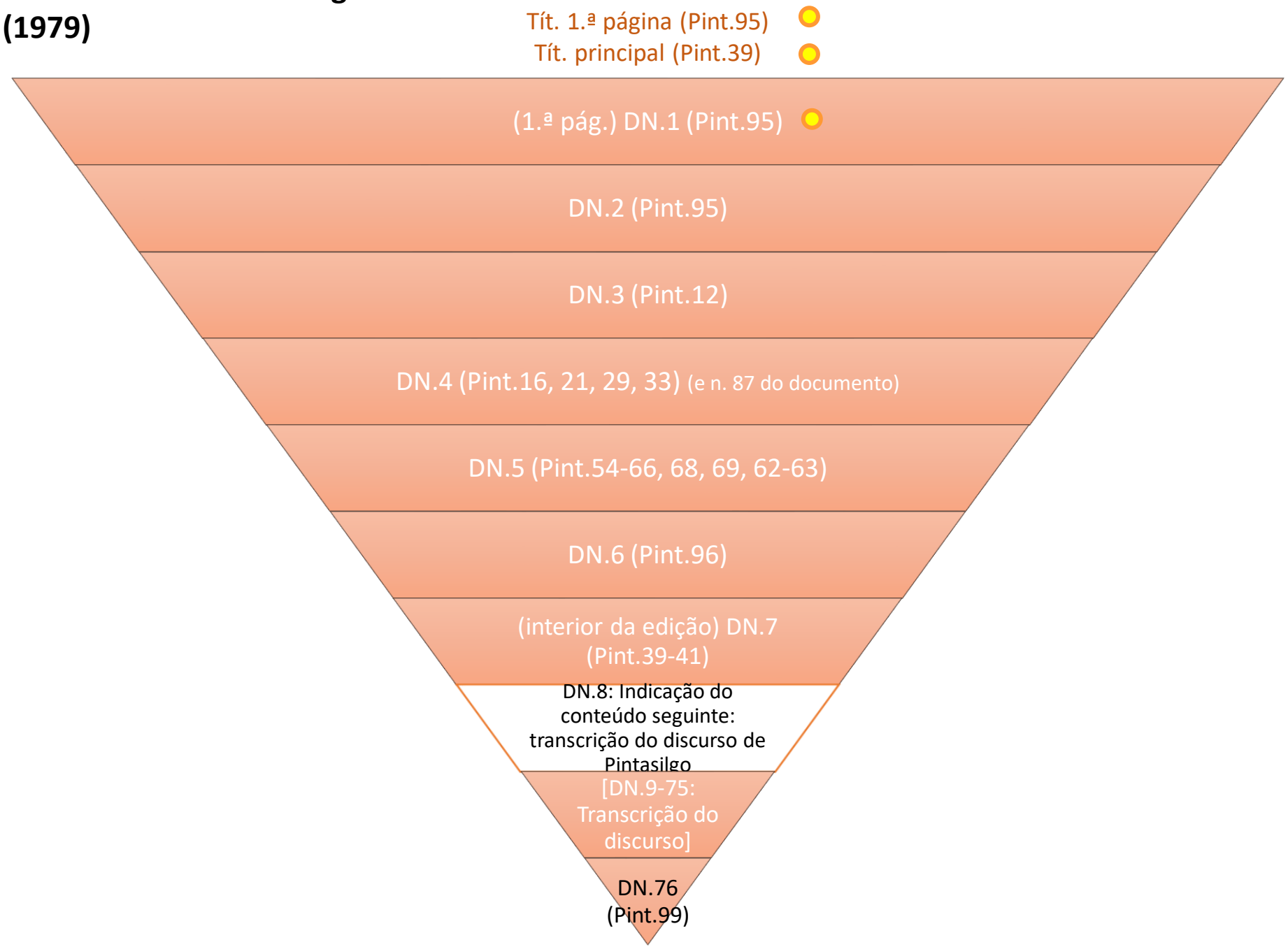
Tít. 1.ª página (Gold.42)
Pós-tít. 1.ª página (Gold.42)
Tít. principal (Gold.32-33)



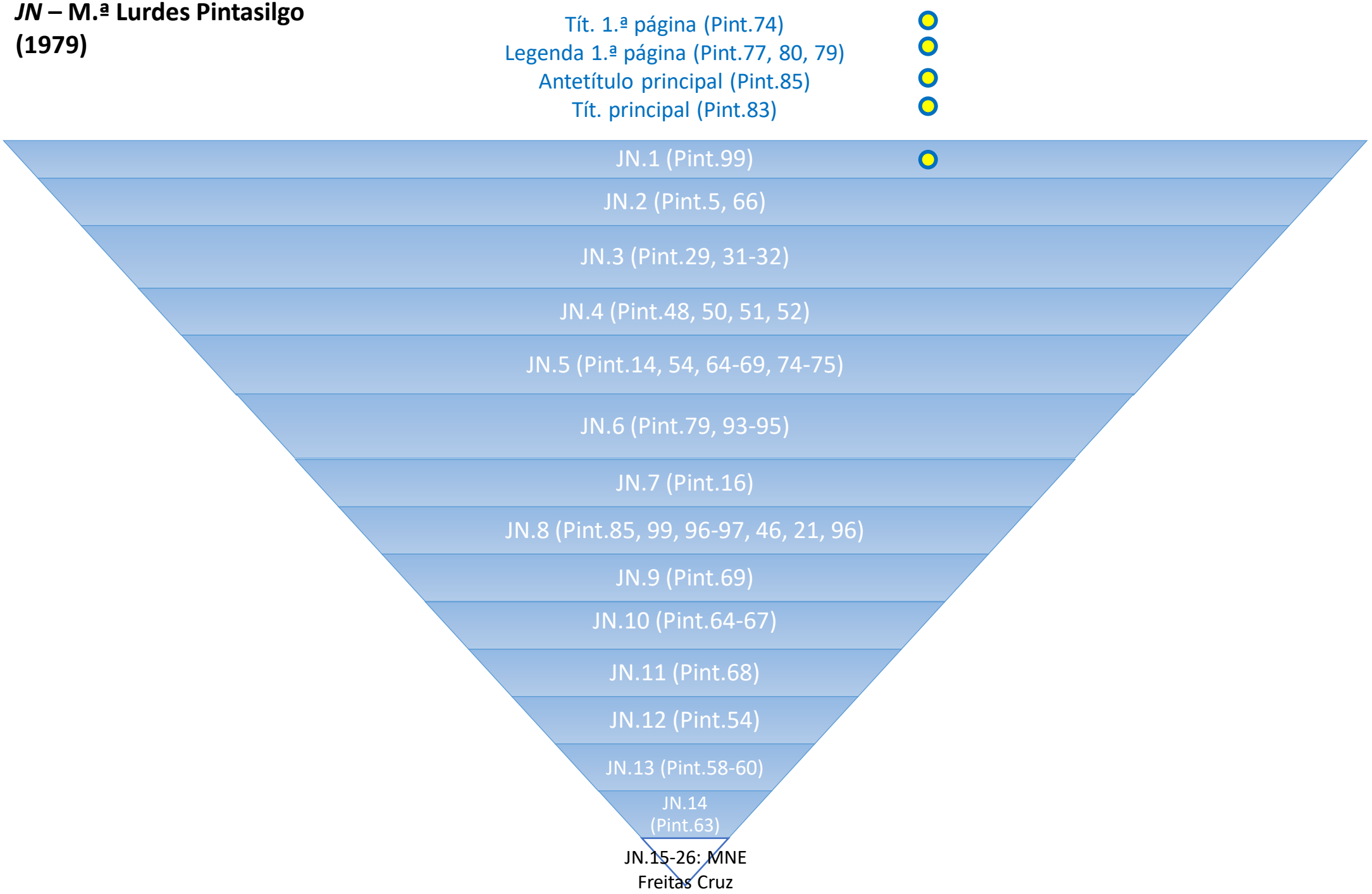
JN.8-9: Encerramento da sessão; recomendação: abordar a representação chinesa

1979

_DN_ - M.ª Lurdes Pintasilgo (1979)

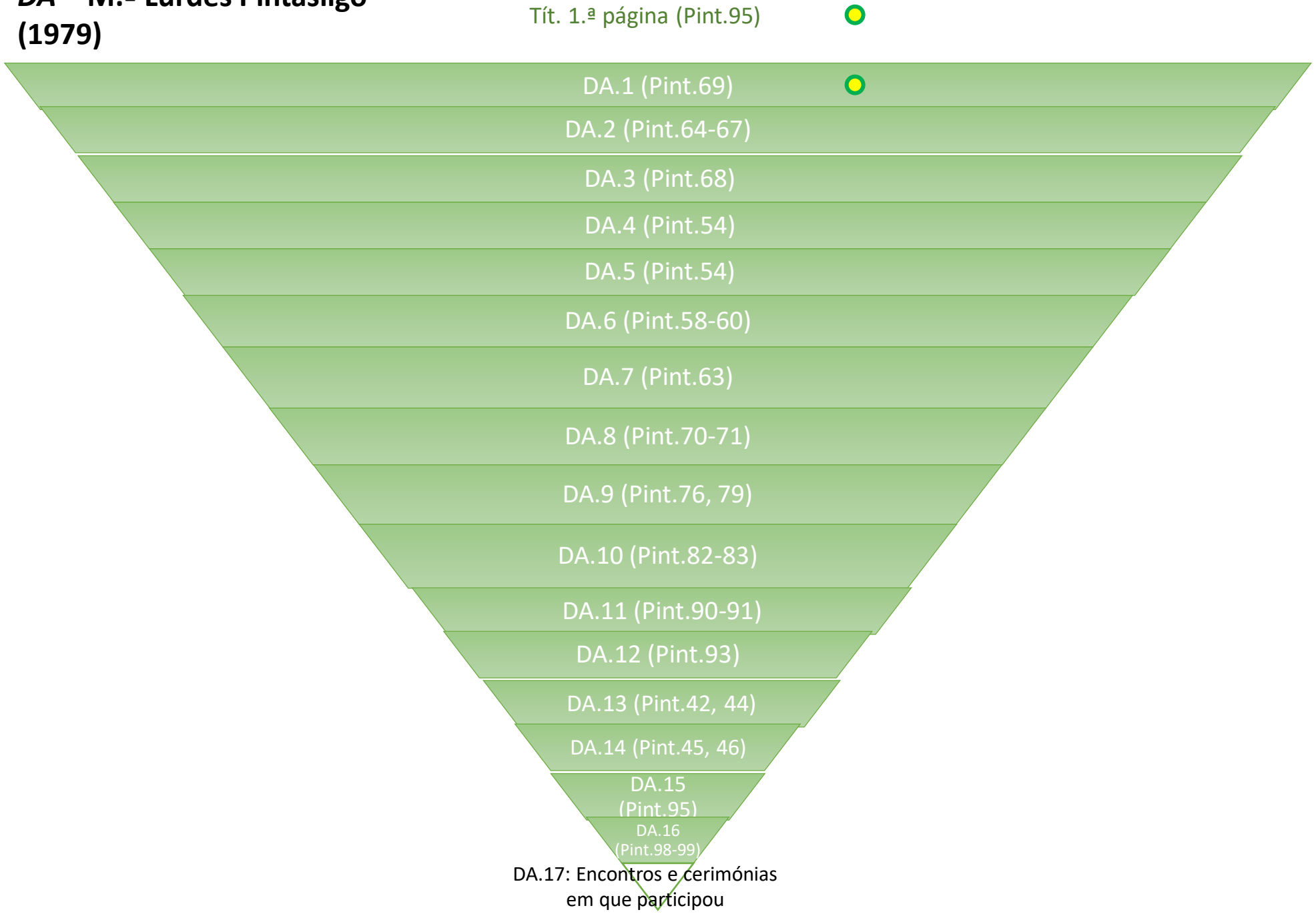


_JN_ – M.ª Lurdes Pintasilgo (1979)



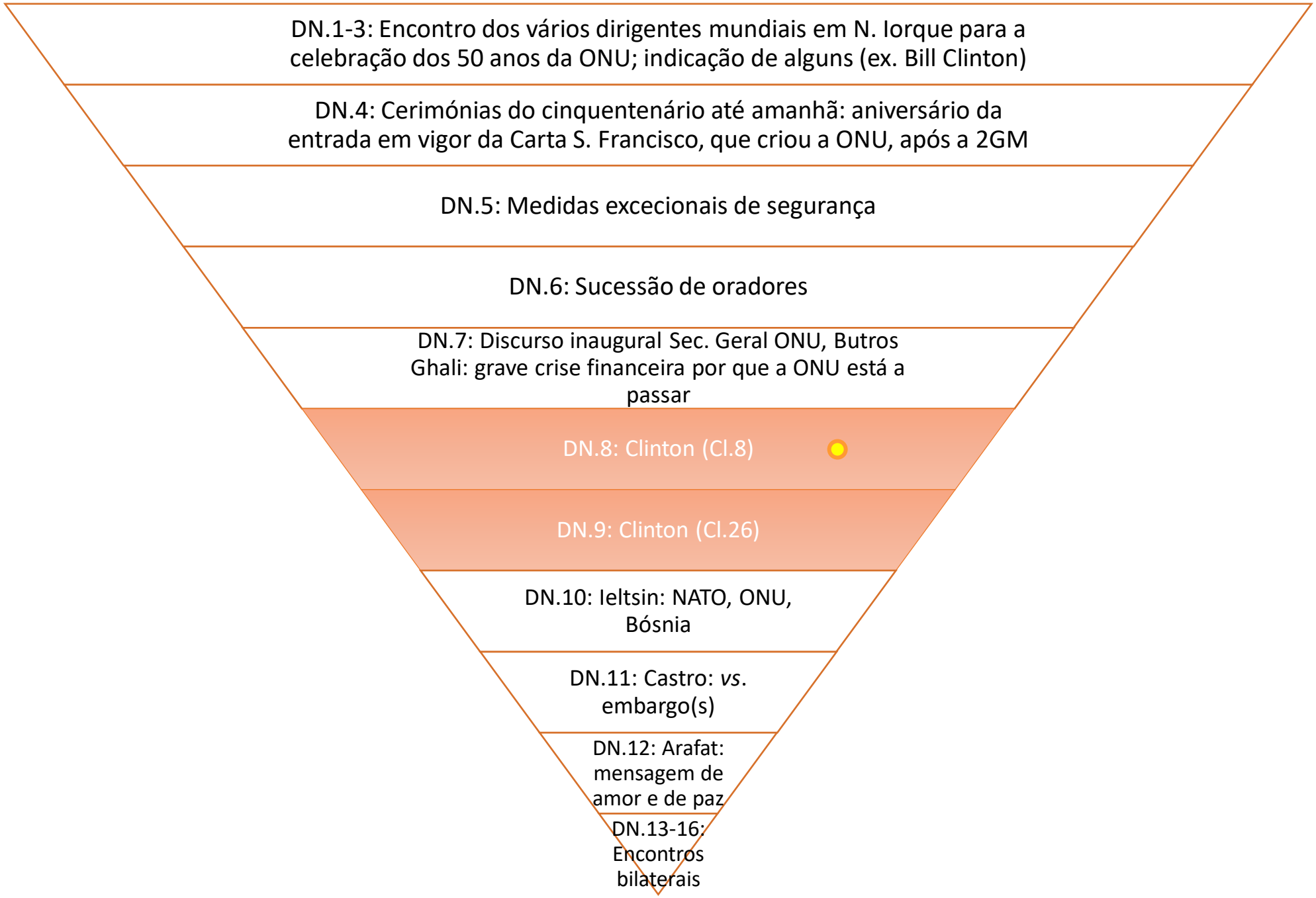
Freitas Cruz

DA – M.ª Lurdes Pintasilgo (1979)

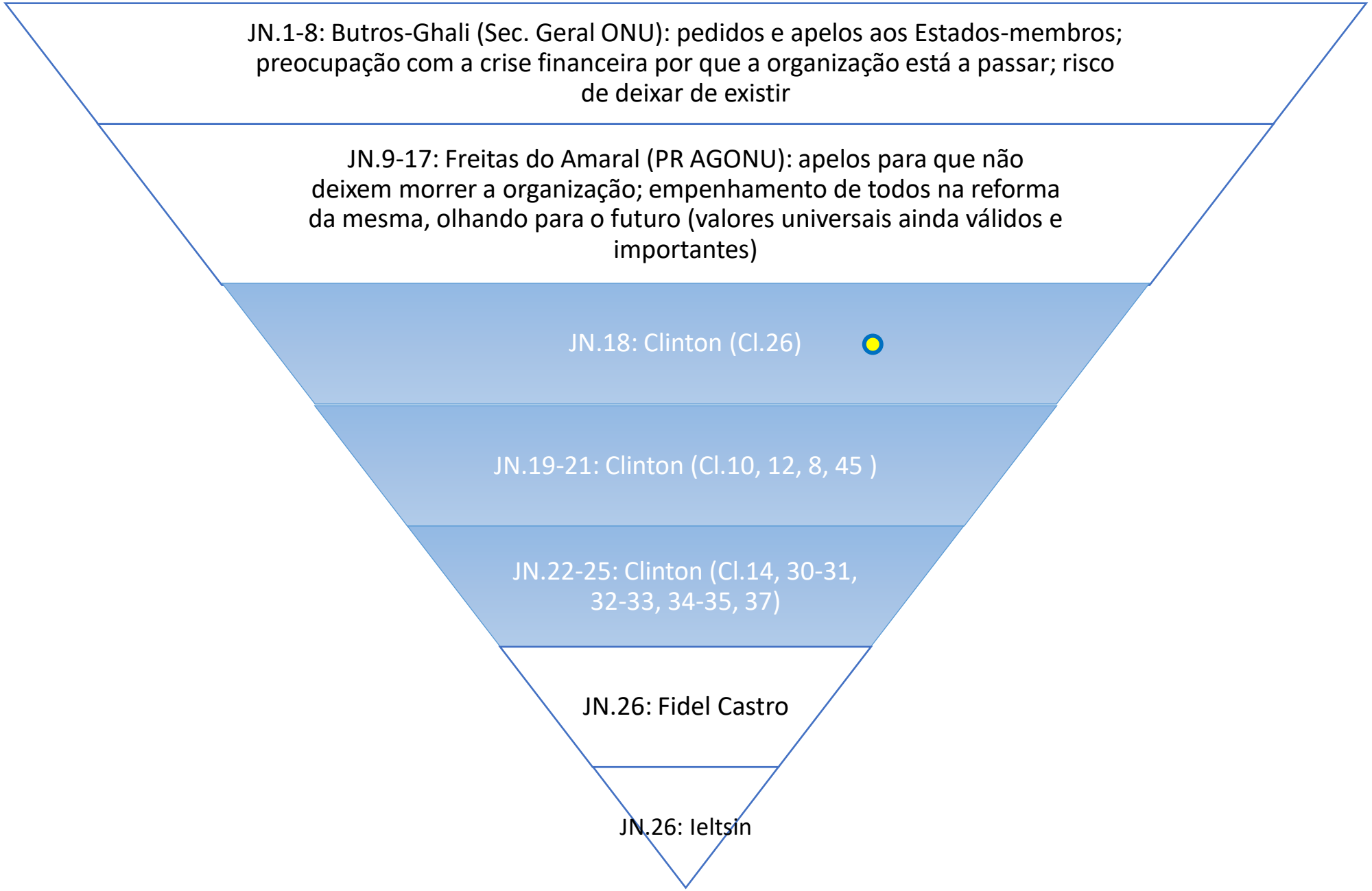


1995

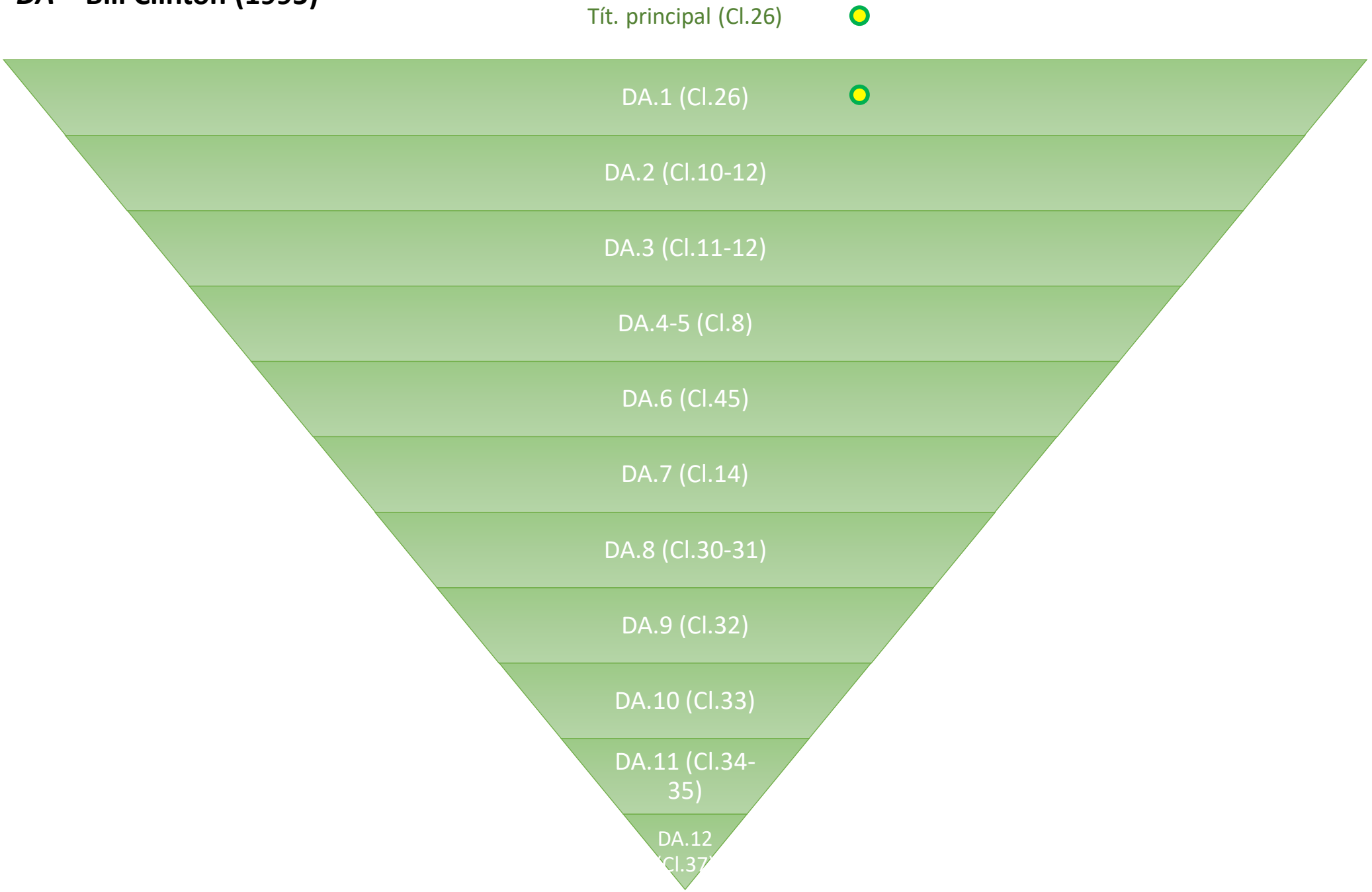
DN – Bill Clinton (1995)



JN – Bill Clinton (1995)

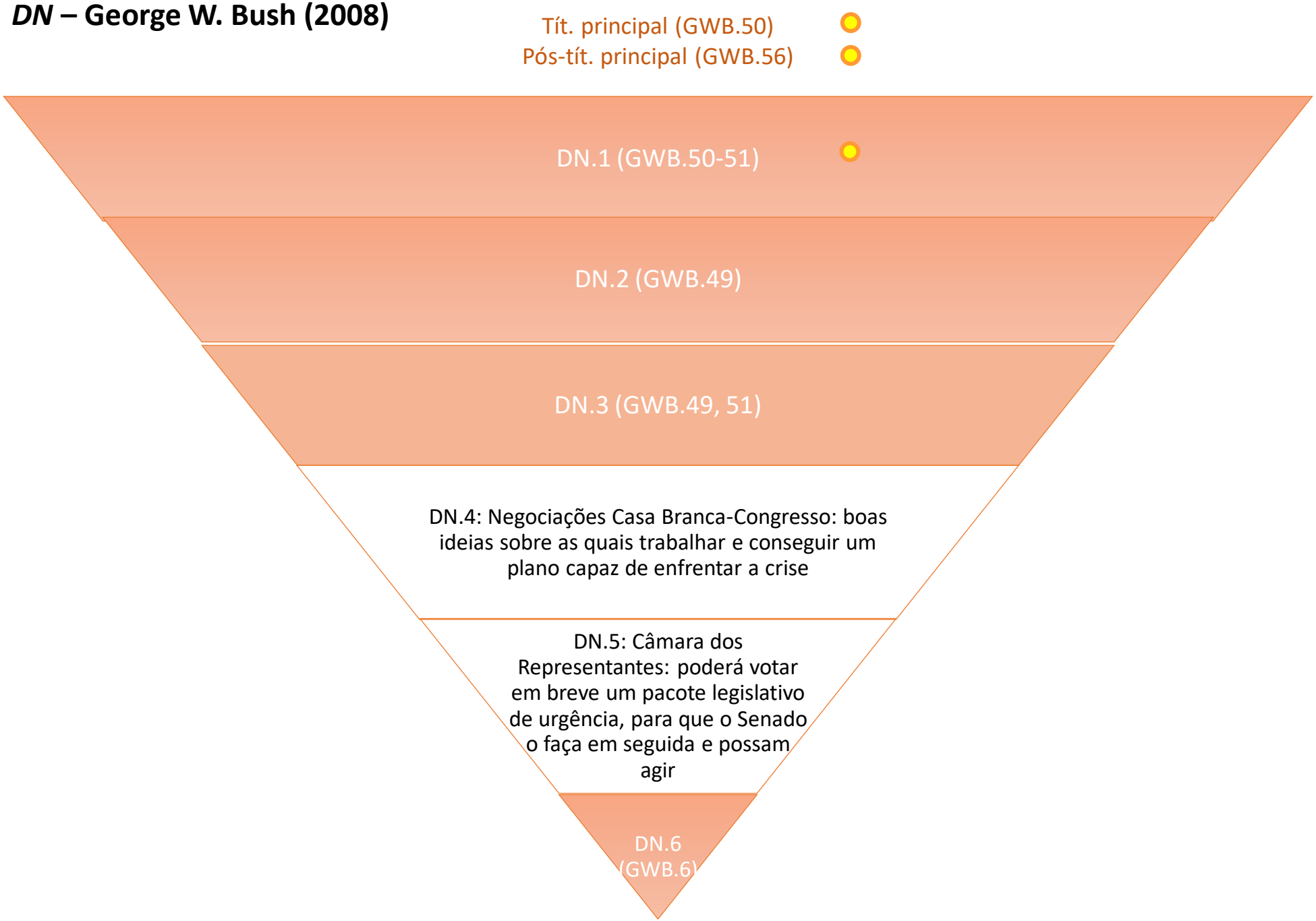


DA – Bill Clinton (1995)

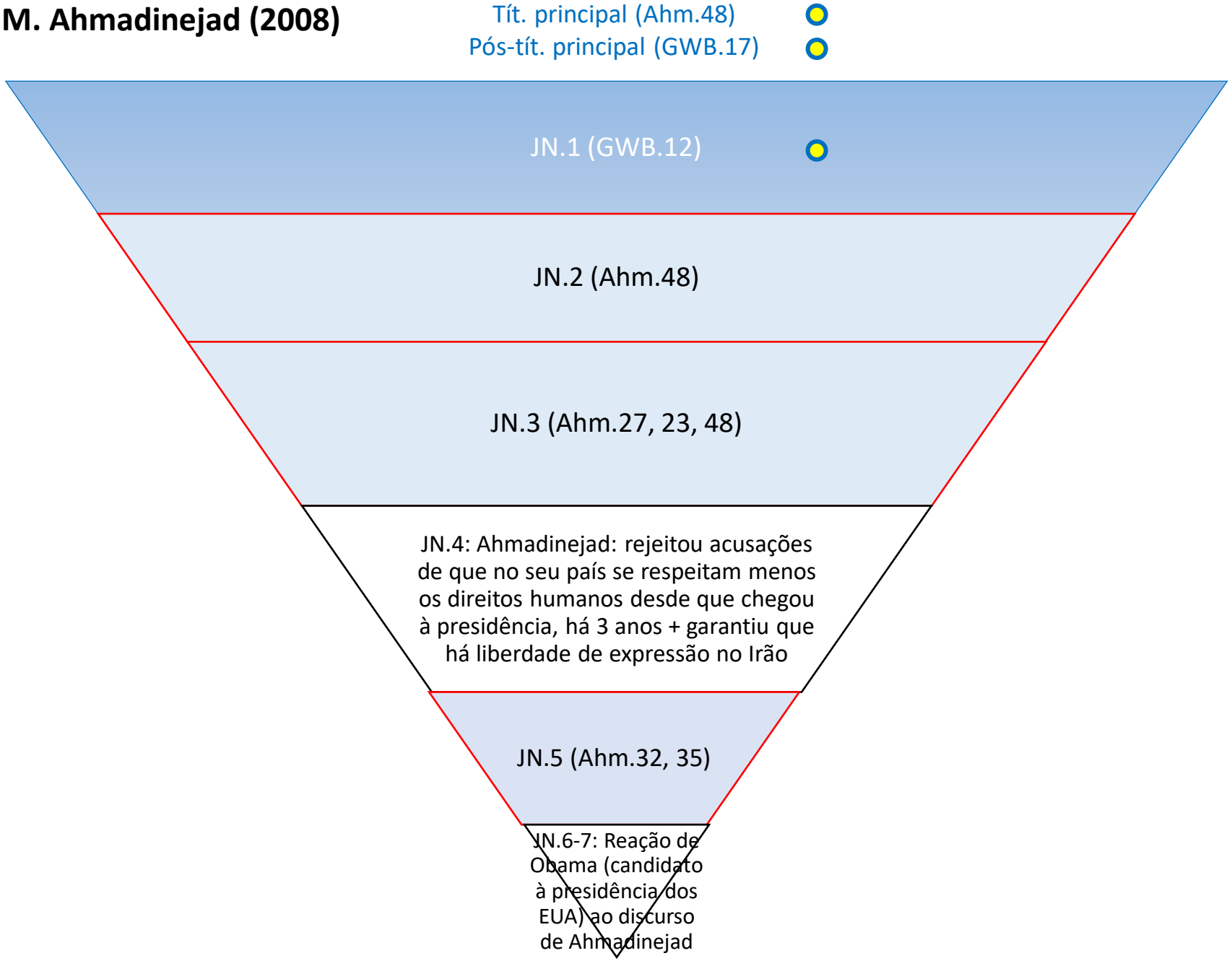


2008

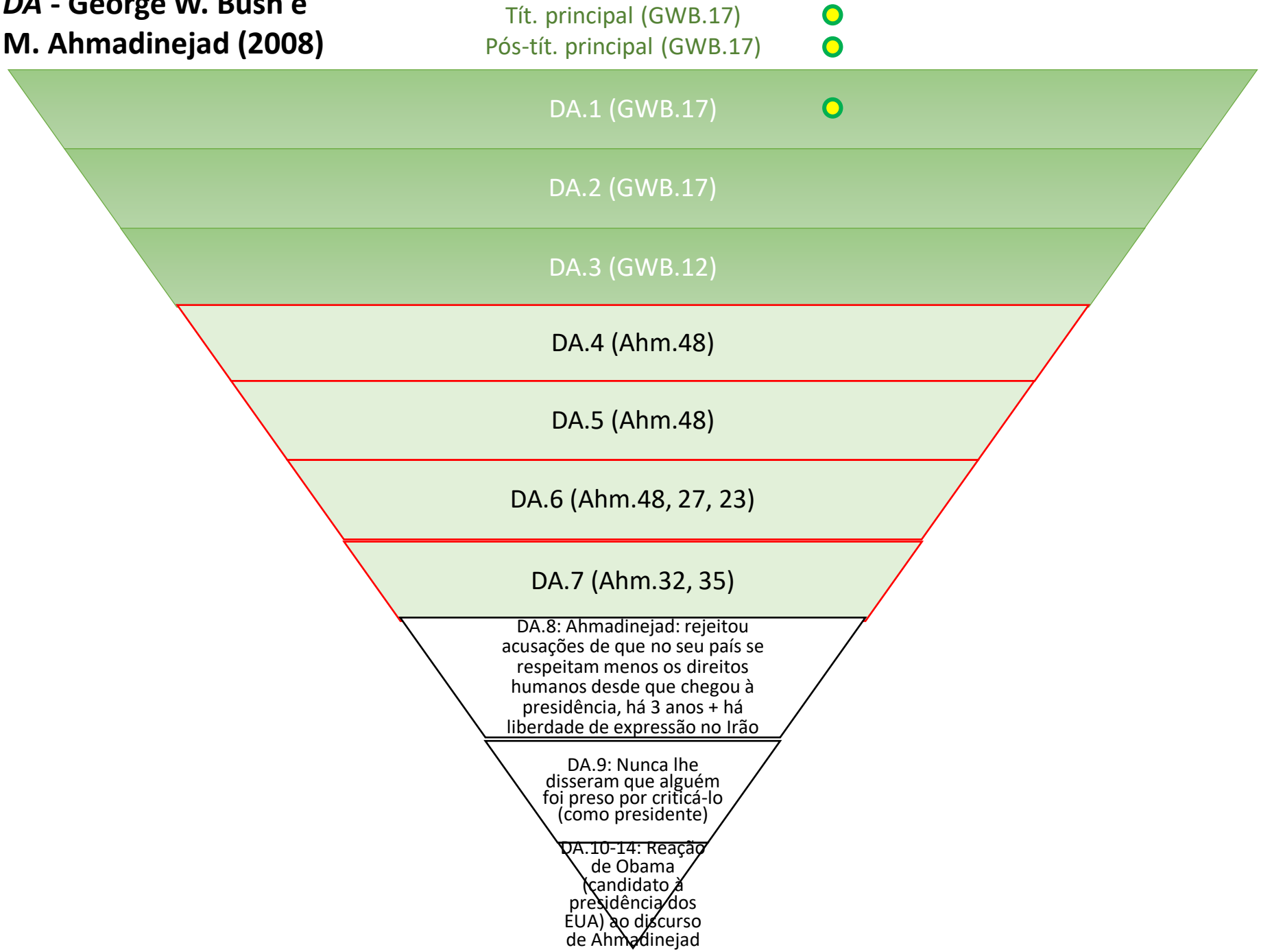
DN – George W. Bush (2008)



_JN_ - George W. Bush e M. Ahmadinejad (2008)

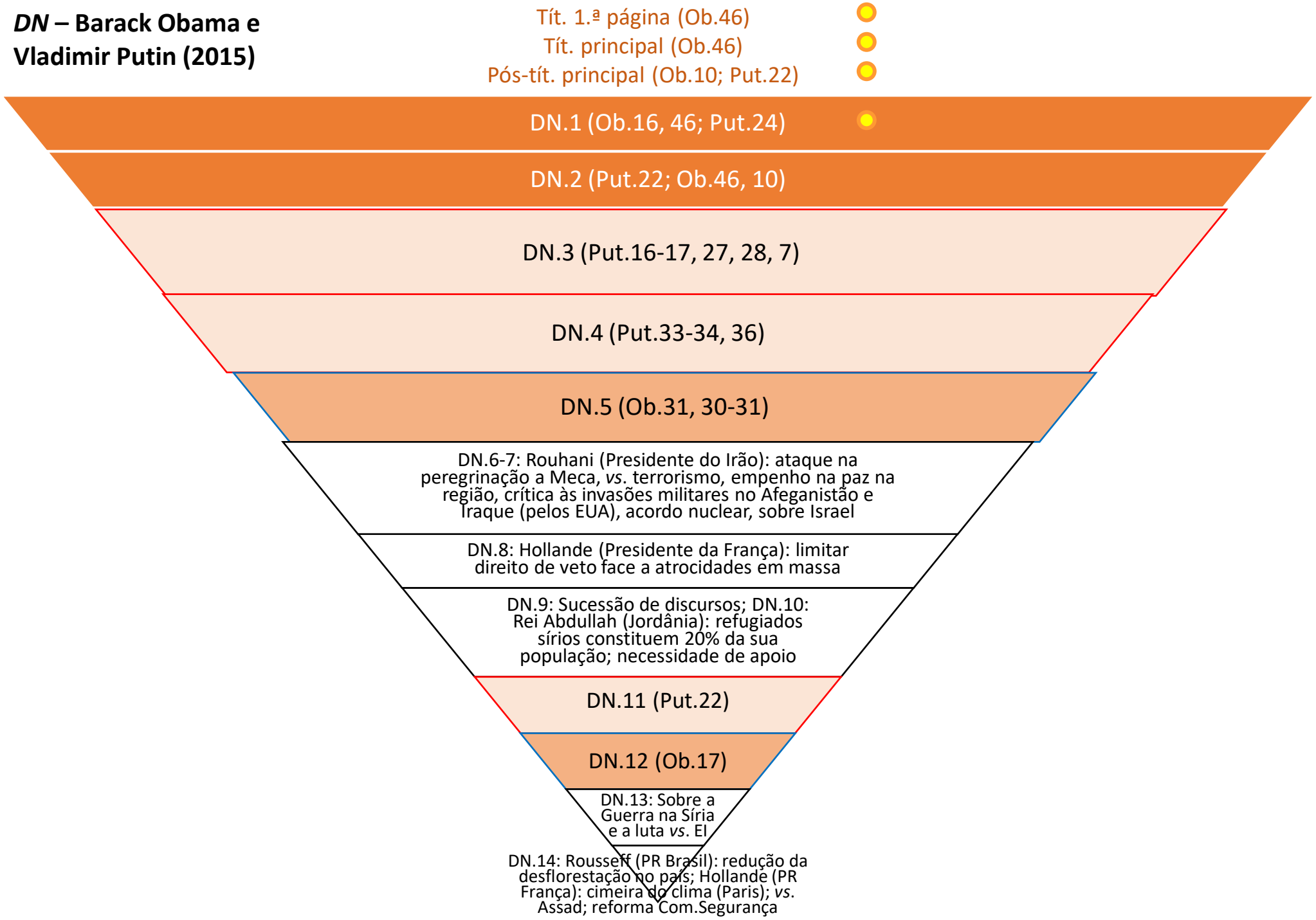


_DA_ - George W. Bush e M. Ahmadinejad (2008)

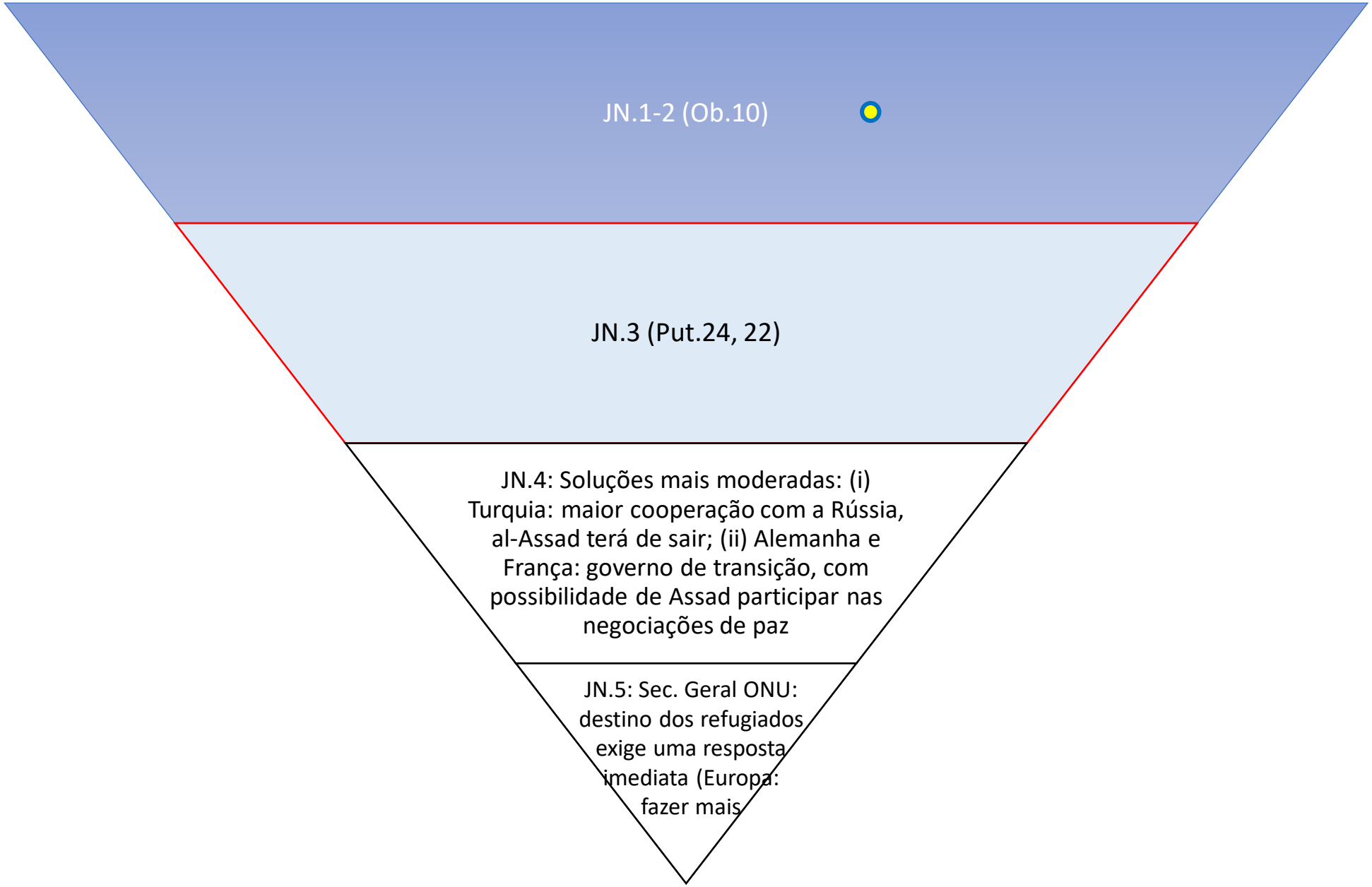


2015

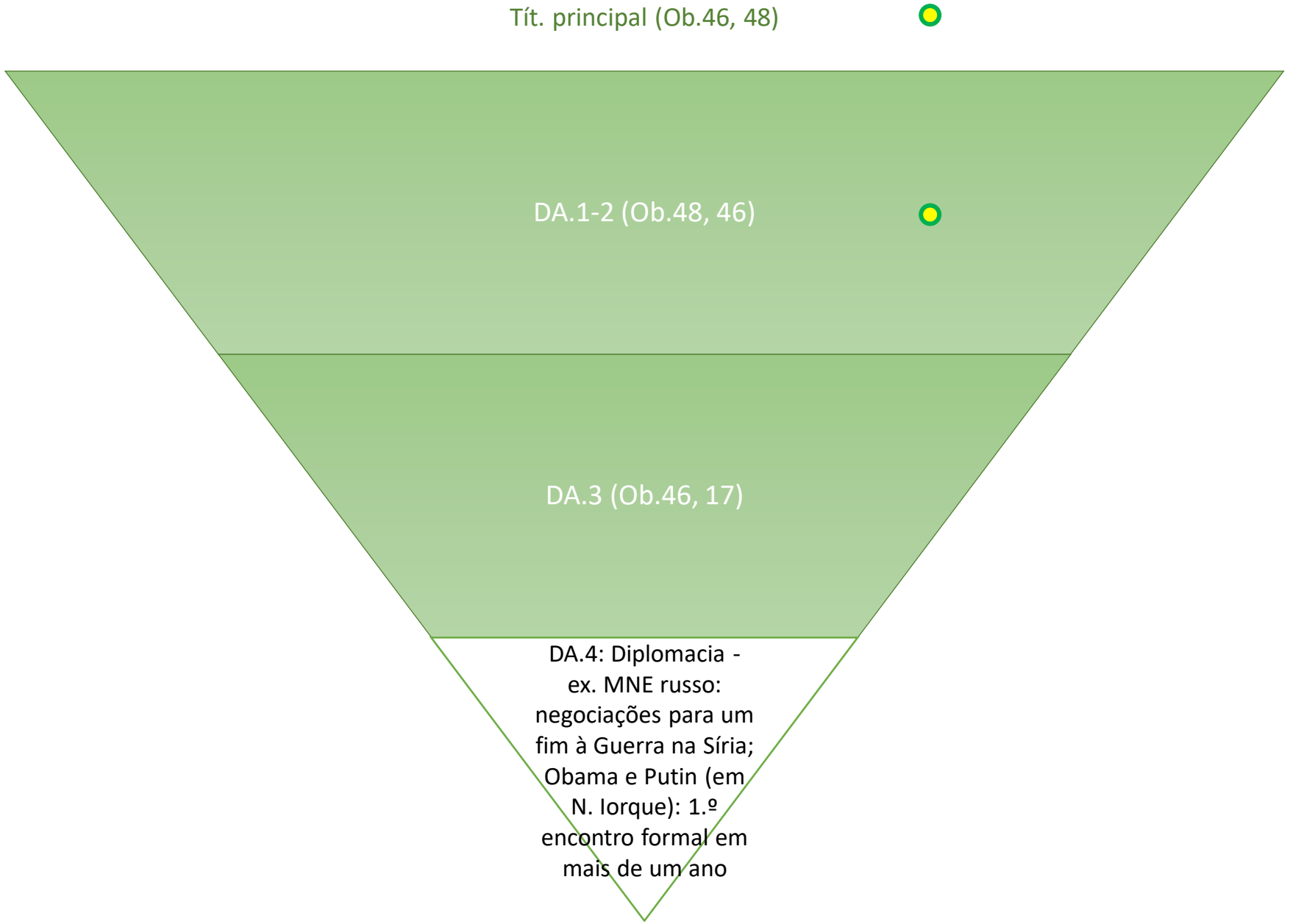
_DN_ – Barack Obama e Vladimir Putin (2015)



_JN_ – Barack Obama e Vladimir Putin (2015)



_DA_ – Barack Obama e Vladimir Putin (2015)



4. Materiais afetos à análise sistémica

4.3. Titulação geral dos jornais

1965		DN		JN		DA	
		Papa Paulo VI (4.10 - 5.10)	Arthur Goldberg (23.9 - 24.9)	Papa Paulo VI (4.10 - 5.10)	Arthur Goldberg (23.9 - 24.9)	Papa Paulo VI (4.10 - 6.10)	Arthur Goldberg (23.9 - 23.9)
Redatores/ fontes indicadas		*ANI*, *AFP* e *Reuters*	*Reuters*	*ANI*, *AFP* e *Reuters*	*Reuters* e *AFP*	*Emissora Nacional (E.N.)* e *Rádio Clube de Angra (R.C.A.)*	(n.i.)
Primeira página	Antetítulo	Paulo VI resumiu assim a sua missão à O.N.U.	Proposta sensacional na O.N.U.	Cinco milhões de pessoas aclamaram o Papa em Nova Iorque			
	Título	**Cumpre-se um voto de 20 séculos/ «Ide, levai a boa nova a todas as nações!»**	**E.U. contra U.R.S.S./ Destruição pública de material atómico**	**Paz: histórico apelo de Paulo VI na Assembleia Geral da O.N.U.**	**Desafio americano aos russos na Assembleia Geral da O.N.U.**	**A viagem histórica de Paulo VI em prol da paz mundial**	Figuras da actualidade
	Pós-título	**«Transformai as espadas em charruas/ Se quereis ser irmãos deixai cair as armas das mãos»**	**Desafio lançado pelo delegado norte-americano**	Encontro de 50 minutos com o presidente Johnson	**Proposta destruição pública de grande número de bombas 'A'**	O discurso do Papa na O.N.U.	
	Pós-título (2)	Cinco milhões de pessoas saudaram o Papa nas ruas de Nova Iorque					
	Lead / texto inicial	*(sem casos de reescrita)*	**Os Estados Unidos desafiaram hoje a Rússia a juntar-se á destruição pública de um «número substancial» das suas bombas atómicas.** (DN.1)	*(apenas no interior da edição -* vide infra)	*(apenas no interior da edição -* vide infra)	**Ao falar hoje na Assembleia Geral das Nações Unidas, Paulo VI disse que o mundo deverá habituar-se a pensar maduramente sempre que esteja em causa a condição humana./ Referindo-se à incerteza e aos perigos de uma nova guerra total, Sua Santidade afirmou:** (DA.1) **«Chegou a hora para uma paragem, para um momento de recolhimento, de reflexão, quase de prece, em que todos temos de pensar de novo acerca da nossa origem comum, da nossa história e do nosso destino.»** (DA.2)	ARTHUR J. GOLDBERG, membro do supremo tribunal dos Estados Unidos, que foi nomeado pelo Presidente Johnson para embaixador junto da O.N.U.
	Legenda da fotografia	Paulo VI na tribuna da assembleia geral da O.N.U.	*(sem fotografias)*	*(fotografia individual do Papa, sem legenda: função desempenhada pela titulação)*	*(sem fotografias)*	*(sem fotografias)*	*(fotografia individual do embaixador, sem legenda: função desempenhada pelo texto*
Interior da edição: notícia principal	Antetítulo			Paulo VI falou na Assembleia Geral da O.N.U.	Na Assembleia Geral da O.N.U.		
	Título principal	O Sumo Pontífice nas Nações Unidas	Proposta sensacional dos Estados Unidos na O.N.U.	**A verdadeira ameaça contra a paz não vem do progresso mas do próprio homem**	**Desafio americano aos russos para uma «corrida para a paz»**	*(NOTA: o artigo foi integralmente publicado na primeira página)*	
	Lead	*(sem casos de reescrita)*	*(na primeira página -* vide supra)	**A verdadeira ameaça contra a paz não vem do progresso ou da ciência, mas do próprio homem que maneja instrumentos cada vez mais potentes, e que podem servir tanto para a destruição, como para as mais elevadas conquistas, declarou Paulo VI no seu discurso perante a Assembleia Geral da O.N.U.**(JN.1)	**Os Estados Unidos desafiaram hoje a Rússia a juntar-se à destruição pública de «um número substancial» das suas bombas atómicas.** (JN.1)		
	Titulação secundária	Intertítulo 1: **Aquele que vos fala é um homem como vós – é vosso irmão**	Intertítulo 1: **Um apelo para novos esforços no sentido de se inverter a «espiral» da corrida aos armamentos**	Caixa de texto 1: Ausente só a Albânia			
		Intertítulo 2: **O epílogo de uma laboriosa peregrinação em busca de um colóquio com o Mundo inteiro**	Intertítulo 2: **Proposto um tratado sobre a exploração dos corpos celestes**				
		Intertítulo 3: **O edifício que construístes deve ser aperfeiçoado e adaptado às exigências que a história do Mundo apresentará**					
		Intertítulo 4: **As relações entre os povos devem ser reguladas pela razão, pela justiça, pelo direito e pela negociação, e não pela violência, pela guerra, ou pelo medo e pelo logro**					
		Intertítulo 5: **É o orgulho que provoca as tensões, é ele que quebra a fraternidade**					
		Intertítulo 6: **Jamais uns contra os outros – nunca, nunca mais!**					
		Intertítulo 7: **A paz não se constrói apenas por meio da política e do equilíbrio de forças e de interesses**					
		Intertítulo 8: **Consagrai ao benefício dos países em desenvolvimento ao menos uma parte das economias que podem realizar-se com a redução dos armamentos**					
		Intertítulo 9: **Quando a mensagem evangélica, de celeste, se torna terrestre**					
		Intertítulo 10: **Não basta alimentar os esfomeados**					
		Intertítulo 11: **É assim, e não de outro modo, que se constrói a Paz…**					
		Intertítulo 12: **O edifício da civilização moderna deve construir-se sobre princípios espirituais – únicos capazes de o sustentar, iluminar e animar**					
		Intertítulo 13: De pé, todos os delegados aplaudiram o Santo Padre no final do seu discurso					
		Intertítulo 14: Jaqueline Kennedy – a primeira pessoa a beijar a mão de Paulo VI na O.N.U.					
	Legenda da fotografia	Enquanto velam os que respondem pela sua segurança, o Santo Padre saúda os fiéis americanos	*(sem fotografias)*	O pavilhão da Santa Sé na Feira de Nova Iorque	*(sem fotografias)*	*(sem fotografias)*	*(vide supra)*

Antetítulo	Pela Primeira vez na História					
Título	O Papa pisou terra americana		Descerrada uma placa na residência do cardeal Spellman		Paulo VI e a paz mundial	
Pós-títulos	* 13 horas e meia em Nova Iorque					
	* 25 mil crianças no Aeroporto Kennedy					
Titulação secundária	Intertítulo 1: A justiça e a paz beijam-se uma à outra – declarou Sua Santidade no aeroporto de Nova Iorque					
	Intertítulo 2: Milhares de pessoas esperaram o Papa durante toda a noite, invadindo as ruas do percurso					
	Intertítulo 3: O cortejo pontifício: uma parada «fantástica» de trinta automóveis com o Papa num grande carro preto, descapotável					
	Intertítulo 4: Saudações à maneira romana e à maneira do Far-West					
	Intertítulo 5: Os dois irmãos do presidente Kennedy na Catedral de São Patrício					
	Intertítulo 6: Um agradecimento especial para o cardeal Spellman pelo entusiasmo da recepção					
	Intertítulo 7: Uma placa descerrada na residência do cardeal-arcebispo de Nova Iorque					
	Intertítulo 8: No Yankee Stadium, «três coisas» a dizer aos Americanos: deveis amar a paz, deveis servir a paz, deveis fundamentar a paz nos princípios morais e religiosos					
Legenda da fotografia	Da escadaria da Catedral de S. Patrício, na famosa 5.ª Avenida de Nova Iorque, Paulo VI, entre um friso de agentes de segurança, corresponde às aclamações da multidão de fiéis (telefoto exclusiva para o «Diário de Notícias»)		O Hotel Waldorf Astória de Nova Iorque, onde se celebrou a entrevista do Papa com o presidente Johnson		*(sem fotografias)*	
Antetítulo						
Título			Milhões de pessoas encheram as ruas de Nova Iorque		A viagem de regresso	
Pós-título			Duas horas de marcha triunfal			
Titulação secundária			Intertítulo 1: Primeiras fotos			
			Intertítulo 2: Mensagem em inglês			
			Intertítulo 3: Estava frio			
			Intertítulo 4: Lágrimas de comoção			
			Intertítulo 5: Chegada a S. Patrício			
			Caixa de texto 2: Se isso for útil, irei a Pequim			
			Caixa de texto 3: Alocução na catedral de S. Patrício			
			Caixa de texto 4: Bagagem - dez malas pesando 150 quilos			
			Caixa de texto 5: Toda a gente queria comprar selos			
Legenda da fotografia			*(sem fotografias)*		*(sem fotografias)*	
Termo-chave			U Thant			
Título			Foi a causa da paz que trouxe o Papa até nós		Paulo VI em Roma	
Pós-título			Gromyko conversou (e sorriu) com Paulo VI			
Legenda da fotografia			O palácio da O.N.U. onde Paulo VI falou ao Mundo		*(sem fotografias)*	

1979		DN		JN		DA	
		Papa João Paulo II (2.10 - 3.10)	M.ª Lurdes Pintasilgo (1.10 - 2.10)	Papa João Paulo II (2.10 - 3.10)	M.ª Lurdes Pintasilgo (1.10 - 2.10)	Papa João Paulo II (2.10 - 4.10)	M.ª Lurdes Pintasilgo (1.10 - 2.10)
Redatores/ fontes indicadas		Helena Marques (enviada especial)	Helena Marques (enviada especial)	Claude Moisy (jornalista da *AFP*)	José Saraiva (enviado especial)	(n.i.)	(n.i.)
Primeira página	Antetítulo		Lurdes Pintasilgo nas Nações Unidas	João Paulo II na Assembleia da ONU - Mensagem de elevado nível moral	Lurdes Pintasilgo deu na ONU a nova dimensão de Portugal		
	Título	Bênção especial do Papa para o povo português	**Liberdade de cada homem é um problema mundial**		**Política e economia não podem ser as únicas metas da «década de 80»**	Papa nas Nações Unidas	Lurdes Pintassilgo na ONU:
	Pós-título	A primeira-ministro, que também foi recebida por Vance, regressa esta manhã a Lisboa		**Defesa de uma solução justa do problema palestiniano**		**Dramático apelo para que se acabe com as ameaças de guerra por meio de desarmamento nuclear**	**«Não é possível falar em termos mundiais quando se não afirma, explicitamente, o homem singular»**
	Lead / texto inicial	A audiência de João Paulo II à primeiro-ministro portuguesa ocorreu momentos depois de o Santo Padre ter usado da palavra perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, facto a que nos referimos desenvolvidamente na página 8.**O discurso do Sumo Pontífice, conforme sublinha a nossa enviada especial Helena Marques, caracterizou-se por duas linhas de força: a salvaguarda da paz e a defesa da dignidade e dos direitos do homem.**(DN.2)	**«A garantia das liberdades de cada homem deixa de ser o problema restrito para ser um problema mundial», afirmou Maria de Lurdes Pintasilgo, ontem, perante a Assembleia Geral das Nações Unidas.**(DN.1)	(apenas no interior da edição *vide infra*)	**A primeira-ministro de Portugal (na gravura com o secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim), sublinhou, na sua intervenção, que «a contribuição específica dos países ricos e altamente industrializados é indispensável para a evolução da humanidade», mas que, para lá das descobertas da ciência e da técnica, precisavam de pôr em relevo «as da natureza humana e social e procurar deliberadamente objectivos sociais e culturais»** Na página dois, a reportagem do enviado JN, José Saraiva. (JN.1)	**Já na sede da ONU, João Paulo II pediu a todas as nações para terminarem com as ameaças da guerra por meio do desarmamento nuclear e apelou para que seja dada «uma solução justa» à questão palestiniana.**(DA.5)	**Centrando a sua intervenção nos grandes problemas que afectam a humanidade, a primeiro-ministro português apelou ontem, na Assembleia Geral da ONU, para a consciência internacional, com vista a que se encontrem «condições para uma progressiva normalidade de vida das populações de Timor Leste».**(DA.1)
	Legenda da fotografia	João Paulo II ao ser cumprimentado pelo secretário de Estado americano, Cyrus Vance, depois de se ter dirigido à Assembleia Geral das Nações Unidas	Maria de Lurdes Pintasilgo foi recebida em audiência por Kurt Waldheim, horas antes de usar da palavra perante a Assembleia Geral da ONU	Grandes multidões aplaudiram o Papa, tanto em Boston como em Nova Iorque, numa demonstração clara de que João Paulo II «entrou no coração dos americanos». O Sumo Pontífice, pelo seu lado, tem correspondido ao entusiasmo que rodeia a sua visita. Ler em «Internacional»	*(o texto inicial teve a função de legenda da fotografia)*	*(sem fotografias)*	*(sem fotografias)*
Interior da edição: notícia principal	Antetítulo	A viagem do Papa aos EUA	O discurso de Lurdes Pintasilgo nas Nações Unidas	João Paulo II perante a Assembleia Geral das Nações Unidas	**Lurdes Pintasilgo: solidariedade foi a palavra de Portugal na ONU**		
	Título principal	**«Nunca mais uns contra os outros mas sempre uns com os outros»**	**Ciência e tecnologia são muitas vezes o «cavalo de Tróia» da dominação**	**Justa solução do problema palestiniano é caminho para a paz no Médio Oriente**	**Temos que depender menos dos «ricos» do que das nossas próprias conquistas**	Papa	Lurdes Pintassilgo
	Pós-título	exortação dirigida ao mundo por João Paulo II quando ontem discursou na ONU			Eanes nos Estados Unidos a convite de James Carter?		
	Lead	(na primeira página *vide supra*)	(na primeira página *vide supra*)	**O Papa João Paulo II declarou na Assembleia Geral das Nações Unidas que uma paz geral e global no Médio Oriente deve assentar «no justo reconhecimento dos direitos de todos» e «não pode deixar de incluir a consideração e a justa solução do problema palestiniano».**(JN.1)	(na primeira página *vide supra*)	(na primeira página *vide supra*)	(na primeira página *vide supra*)
	Titulação secundária	Intertítulo: Recebido em Boston por Rosalynn Carter	Intertítulo 1: **Mudança qualitativa da Assembleia Geral**	Intertítulo 1: Kurt Waldheim: «Para chegar à paz há que ensinar a paz»	Intertítulo 1: **«Direitos de todos a não serem meros subalternos»**	Intertítulo: Papa - ameaça de morte	
		Caixa de texto 1: Sinal de ecumenismo	Intertítulo 2: **O sedimento da década de 70 na ONU**	Intertítulo 2: Polícia fala de ameaças	Intertítulo 2: **Garantia das liberdades de cada homem**		
		Caixa de texto 2: A filosofia de João Paulo II	Intertítulo 3: **A carta da ONU, código de conduta**	Caixa de texto 1: IRA diz «não» ao Papa	Intertítulo 3: **Solidariedade - a palavra-chave**		
		Caixa de texto 3: 14 mil jornalistas	Intertítulo 4: **A ONU e as questões políticas**	Caixa de texto 2: Cobertura jornalística invulgar	Intertítulo 4: **Apelo à normalidade de vida das populações de Timor Leste**		
		Caixa de texto 4: Confronto Carter-Kennedy	Intertítulo 5: **Direitos dos homens, direitos dos povos**		Intertítulo 5: Freitas Cruz convidado a visitar a Líbia e o Bahrein		
		Caixa de texto 5: Católicos americanos	Intertítulo 6: **Direito à paz**		Intertítulo 6: Encontros diplomáticos em série		
			Intertítulo 7: **Direito à pátria**				
			Intertítulo 8: **Direito à autodeterminação**				
			Intertítulo 9: **Direito ao Património Comum da Humanidade**				
			Intertítulo 10: **No limiar da década de 80**				
			Intertítulo 11: **Nova solidariedade mundial**				
			Intertítulo 12: **O rosto moral do relacionamento entre as nações**				
			Intertítulo 13: **Novos modelos para as sociedades industrializadas**				
			Intertítulo 14: **Maior pragmatismo para os países pobres**				
	Legenda da fotografia	O histórico momento em que João Paulo II dirigia a palavra à Assembleia Geral da ONU, vendo-se na presidência (da esquerda para a direita), Kurt Waldheim, secretário-geral, Salim A. Salim, presidente e William Buffing, vice-secretário.	*(sem fotografias)*	*(sem fotografias)*	*(sem fotografias)*	*(sem fotografias)*	*(sem fotografias)*
Artigo complementar	Antetítulo						
	Título	**Salvaguardar a paz e os direitos dos homens**	**Primeiro-ministro defendeu a nova ordem internacional**	Entre Carter e Kennedy			
	Pós-título						
	Outros elementos textuais	Intertítulo: «Viva il Papa[,] long [live] the Pope»	Intertítulo: Agenda social				
	Legenda da fotografia	*(sem fotografias)*	*(sem fotografias)*	*(sem fotografias)*			

1995		DN		JN		DA	
		Papa João Paulo II (5.10 - 6.10)	Bill Clinton (22.10 - 23.10)	Papa João Paulo II (5.10 - 6.10)	Bill Clinton (22.10 - 23.10)	Papa João Paulo II (5.10 - 6.10)	Bill Clinton (22.10 - 24.10)
Redatores/ fontes indicadas		António Alfaiate (enviado especial)	(n.i. neste artigo, mas indicação na véspera, num artigo introdutório ao tema das comemorações dos 50 anos da ONU, de «António Alfaiate-especial DN»)	(n.i.)	(n.i.)	(n.i.)	(n.i.)
Primeira página	Antetítulo						
	Título		**Nova Iorque capital do mundo**				
	Pós-título						
	Lead / texto		Os chefes de Estado do mundo inteiro estão em Nova Iorque para celebrar os 50 anos das Nações Unidas. Mário Soares lembrou ontem aos representantes dos 185 países presentes a «situação escandalosa que se vive em Timor-Leste[»]. Freitas do Amaral, presidente da Assembleia Geral da ONU, apelou para que não se deixe morrer a organização.				
	Legenda da fotografia	**João Paulo II apelou ontem na Assembleia Geral da ONU (onde foi recebido pelo presidente, Freitas do Amaral), à elaboração de uma carta dos direitos das nações que responda aos desafios dos tempos modernos**	Os «SENHORES DO MUNDO» reúnem-se na ONU, vendo-se, a partir da esquerda, Clinton, Butros Ghali, Freitas do Amaral, Ieltsin e Chirac				
Interior da edição: notícia principal	Antetítulo	João Paulo II perante a Assembleia Geral da ONU	Cerimónias do 50.º aniversário da ONU fazem esquecer conflitos		Os 50 anos da ONU	Na ONU	Criminalidade
	Título	**Defesa dos direitos das nações**	Todos os «grandes» em Nova Iorque	**João Paulo II apelou em Nova Iorque à transformação da ONU na «família das nações»**	Nações Unidas festejam bodas de ouro/ … a um passo da falência	**Papa apela aos «Direitos das Nações»**	**Clinton propõe medidas de combate**
	Pós-título	**O Papa João Paulo II apelou ontem em Nova Iorque para as Nações Unidas, no sentido de ser elaborado sem demora um documento sobre «os direitos das nações» com a finalidade de responder aos desafios do nacionalismo, nascidos dos escombros do Muro de Berlim**		**Discursando na sede das Nações Unidas no segundo dia da sua visita aos EUA, João Paulo II apelou a uma reflexão moral internacional e à transformação da organização numa «família das nações». Na véspera, elogiara os EUA pela sua abertura ao mundo e dirigira palavras particularmente gratas a Bill Clinton ao pedir-lhe protecção aos mais desfavorecidos.**			
	Lead / texto inicial	**«A Declaração Universal dos Direitos do Homem, adoptada em 1948, tratou de uma forma eloquente os direitos das pessoas, mas ainda não existe direito internacional análogo que trate dos direitos das nações no seu conjunto», declarou o Papa na tribuna da Assembleia Geral da ONU.**(DN.1)	**Um dos principais visados, o Presidente americano Bill Clinton, cujo país, só pela sua parte, deve mil milhões de dólares à organização internacional, declarou simplesmente, numa breve alusão a esse problema, que as Nações Unidas devem reformar-se e «fazer mais com menos» dinheiro.**(DN.8)	**Dirigindo-se da tribuna à Assembleia-Geral das Nações Unidas, que este ano assinalam os 50 anos de existência, o Papa começou por salientar a importância da ONU para deixar um apelo aos países membros: «A Organização das Nações Unidas precisa cada vez mais de ultrapassar o seu estatuto de instituição administrativa para se transformar num centro moral onde todas as nações do Mundo se sintam em casa, como se ela fosse 'uma família das nações'».**(JN.1)	**Entretanto, o primeiro chefe de Estado a discursar, o presidente norte-americano, Bill Clinton, propôs cinco iniciativas para combater a delinquência internacional, designadamente o tráfico de droga e o terrorismo.**(JN.18)	**João Paulo II apelou em Nova Iorque para que as Nações Unidas elaborem sem demora um documento sobre os «direitos das nações», de modo a responder aos desafios do nacionalismo nascidos sobre os escombros do Muro de Berlim./ «A declaração universal dos Direitos do Homem, adoptada em 1948, tratou de modo eloquente os direitos das pessoas, mas não existe até agora um acordo internacional análogo que trate os direitos humanos no seu conjunto», declarou o Papa, perante a Assembleia Geral da ONU.** (DA.1-2)	**O presidente norte-americano, Bill Clinton, propôs cinco iniciativas para combater a delinquência internacional, designadamente o tráfico de droga e o terrorismo.**(DA.1)
	Titulação secundária			Intertítulo 1: O elogio da família Intertítulo 2: Palavras de apoio a Clinton			
	Legenda da fotografia	**O PAPA PERANTE os representantes da ONU: responder aos desafios do nacionalismo**	NA FOTO DE FAMÍLIA dos líderes políticos de todo o mundo, Jiang Zemin eBill Clintonem primeiro plano	João Paulo II foi recebido à sua chegada ao aeroporto de Newark pelo presidente Bill Clinton. A bandeira norte-americana sobressaía no cenário montado para a recepção e para a breve alocução do Papa aos fiéis que o esperavam.	Ainda antes de iniciarem os trabalhos da Assembleia Geral comemorativa dos 50 anos da ONU, os líderes presentes em Nova Iorque posaram para aquela que será a maior fotografia de grupo de dirigentes mundiais. Pouco depois, iniciavam-se os trabalhos**com Bill Clinton a dedicar grande parte do seu discurso de 15 minutos (o triplo do tempo que lhe fora concedido) aos novos perigos que se deparam à comunidade internacional na era do pós-Guerra Fria**, enquanto Boris Ieltsine, pouco depois, dizia que só mandava tropas para Bósnia sob as ordens do Conselho de Segurança.	*(sem fotografias)*	*(fotografia de rosto de Bill Clinton, sem legenda: função desempenhada pelo título)*
Artigo complementar	Antetítulo		Discurso de Freitas do Amaral apela aos líderes mundiais				
	Título	Freitas do Amaral deu conta de problemas	«Não deixem morrer esta organização»		Situação em Timor persiste à revelia das resoluções aprovadas		
	Pós-título				A denúncia do Presidente Mário Soares		
	Titulação secundária						
	Legenda da fotografia	*(sem fotografias)*	*(sem fotografias)*		*(grande plano de Mário Soares, sem legenda: função assumida pela titulação)*		

2008		DN		JN		DA	
		Papa Bento XVI (18.4 - 19.4)	G. W. Bush e M. Ahmadinejad (23.9-24.9)	Papa Bento XVI (18.4 - 19.4)	G. W. Bush e M. Ahmadinejad (23.9-25.9)	Papa Bento XVI (18.4)	G. W. Bush e M. Ahmadinejad (23.9-25.9)
Redatores/ fontes indicadas		Abel Coelho de Morais (redator do*DN*), «com agências» (*AFP*), e, indiretamente, *CNN*	*LUSA*	Carlos Gomes (redator do*JN*), Virginie Montet (jornalista da *AFP*), *CNN* (fonte indireta)	(n.i.)	(sem uma notícia principal)	(n.i.)
Primeira página	Antetítulo			Visita aos EUA			
	Título			**Papa pediu na ONU defesa dos direitos humanos**			
	Pós-título						
	Lead						
	Legenda da fotografia			(sem fotografias)			
Interior da edição	Antetítulo	Estados Unidos. Bento XVI mantém encontro inesperado com vítimas de pedofilia		Estados Unidos	Washington		
	Título	**Papa defende direitos humanos e multilateralismo na ONU**	**Bush anuncia megaplano na ONU**	**Papa recorda à ONU o dever de defender os direitos humanos**	**«O império americano está a chegar ao fim»**		**Ahmadinejad rejeita acusações de Bush na Assembleia Geral da ONU**
	Pós-títulos	Ainda em Washington, recebeu uma delegação da comunidade judaica	**Crise. No último discurso naquele fórum, o Presidente dos EUA elogiou a organização**	*** Bento XVI adverte os países que actuam unilateralmente na cena mundial, o que foi entendido como uma crítica aos EUA**	**O presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, reagiu com os polegares para baixo à denúncia feita por George W. Bush, na Assembleia Geral das Nações Unidas, de que o Irão é o principal patrocinador do terrorismo.**		**George W. Bush acusou o Irão de ser, a par da Síria, um dos patrocinadores do terrorismo internacional. À denúncia do líder norte-americano na Assembleia Geral da ONU, o Presidente iraniano, Mahmud Ahmadinejad, mostrou o desagrado voltando os polegares para baixo.**
				* Chefe da hierarquia da Igreja Católica fala hoje ao clero, aos religiosos e às religiosas na catedral nova-iorquina de Saint-Patrick			
	Lead	**O Papa Bento XVI defendeu ontem nas Nações Unidas, em Nova Iorque, a importância do «consenso multilateral» nas relações internacionais e o valor dos direitos humanos como «expressão intrínseca de justiça e não apenas como produto da vontade do legislador».** (DN.1)	**Um mega plano para salvar o sector financeiro norte-americano vai receber «luz verde« do governo e do Congresso com carácter de urgência, garantiu ontem o Presidente George W. Bush na 63ª Assembleia-Geral das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque. «Posso assegurar que a administração e o Congresso estão a cooperar plenamente», insistiu, frisando: «Estou convencido de que actuaremos com a celeridade necessária».** (DN.1)	**Bento XVI declarou ontem, perante os representantes dos 192 estados membros da ONU, que é «dever elementar» de todo Estado «proteger a sua população» de qualquer tipo de violação de direitos humanos ou crises humanitárias.**(JN.1)	**O líder iraniano ainda concedeu 10 segundos de aplauso de cortesia ao discurso de despedida internacional do presidente norte-americano, onde este pediu aos líderes mundiais «uma inequívoca posição moral» contra os atentados suicidas, a tomada de reféns e outras tácticas de terror.** Diferentemente de Ahmadinejad, os representantes norte-americanos e israelitas abandonaram a sala quando o líder iraniano usou da palavra. (JN.1)		**George W. Bush acusou o Irão de ser, a par da Síria, um dos patrocinadores do terrorismo internacional. À denúncia do líder norte-americano na Assembleia Geral das Nações Unidas, o Presidente iraniano, Mahmud Ahmadinejad, mostrou o desagrado voltando os polegares para baixo.** (DA.1)
	Titulação secundária	Intertítulo: Vítimas de pedofilia		Caixa de texto: Vítimas de pedófilos	Intertítulo 1: **O fim do império**		Intertítulo: Obama reage
					Intertítulo 2: «Escandaloso»		
					Texto destacado: Ao contrário [de] Ahmadinejad líderes norte-americanos [e] israelitas não ouviram homólogo iraniano		
	Legenda da fotografia	Bento XVI pouco antes de proferir o seu discurso na Assembleia Geral da ONU	**George W. Bush insiste em medidas audazes no combate à crise**	Bento XVI agradecendo ontem os aplausos da Assembleia Geral da ONU, depois de discursar	**Mahmoud Ahmadinejad afirmou que os EUA deveriam pôr termo ao seu envolvimento militar noutros países**		**MAHMUD[:] «Império americano está a chegar ao fim»**

2015		DN		JN		DA	
		Papa Francisco (25.9 - 26.9)	B. Obama e V. Putin (28.9 - 29.9)	Papa Francisco (25.9 - 26.9)	B. Obama e V. Putin (28.9 - 29.9)	Papa Francisco (25.9)	B. Obama e V. Putin (28.9 - 30.9)
Redatores/ fontes indicadas		Ana Meireles (redatora), revista Rolling Stone	Helena Tecedeiro	Leonor Paiva Watson (redatora)	(n.i.)	(n.i.)	(n.i.)
Primeira página	Antetítulo		Nações Unidas			(sem uma notícia principal)	
	Título		**Obama aceita diálogo com Putin e Tecrão para acabar com guerra na Síria**				
	Pós-título						
	Legenda da fotografia		O Presidente, Cavaco Silva, cumprimentou Obama antes de fazer o seu discurso, ontem, na ONU				
Interior da edição	Antetítulo			**Nações Unidas. Francisco lembrou que países pobres são sujeito a um sistema de empréstimos opressivos**			
	Título	**Papa na ONU: contra a sede de poder e a favor do ambiente**	**EUA aceitam trabalhar com Rússia e Irão para resolver guerra na Síria**	Papa faz duras críticas ao capitalismo	EUA e Rússia em colisão		**Obama preparado para ser realista na Síria e negociar com Rússia e Irão**
	Pós-título	**Discurso. Líder dos católicos elogiou o acordo nuclear com o Irão, que classificou como a «prova do potencial da boa vontade». E criticou os «modelos de vida anormais e irresponsáveis»**	**ONU. Obama recusou manter no poder o «tirano» Assad. Putin garantiu que presidente sírio é única solução para derrotar o Estado Islâmico**				
	Lead	*(sem casos de reescrita)*	Falaram ao mundo com duas horas de intervalo e antes do primeiro frente-a-frente entre ambos em quase um ano, e se Barack Obama e Vladimir Putin mandaram recados um ao outro, a verdade é que evitaram a retórica de confronto. **O presidente americano, que discursou na Assembleia Geral da ONU pouco depois das 10.00 (mais cinco em Lisboa), admitiu que os EUA «não conseguem resolver os problemas sozinhos» e disse-se disposto a trabalhar com qualquer nação «incluindo Rússia e Irão para resolver o conflito» na Síria. Já Putin defendeu a criação de uma coligação contra o terrorismo semelhante à formada para derrotar Hitler na Segunda Guerra Mundial.**(DN.1)	**O sistema financeiro mundial tem contornos «opressivos», designadamente nos empréstimos das instituições financeiras internacionais aos países mais pobres, gerando, por isso mesmo, «mais pobreza, exclusão e dependência», disse o Papa Francisco ontem, nas Nações Unidas.**(JN.1)	A guerra na Síria e a crise humanitária que desencadeou estiveram ontem no centro da 70.ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, com os Estados Unidos e a Rússia a assumirem posições fortes e diametralmente opostas e com a ONU a pedir à Europa que faça mais pelos refugiados./ **Para Barack Obama, o presidente sírio é «um tirano» que «massacra crianças inocentes», pelo que recusa a ideia de que o Mundo o deve apoiar, só porque os radicais do Estado Islâmico são alguns dos combatentes contra Bashar al-Assad.**(JN.1-2)		Pouco do que foi dito por Barack Obama e Vladimir Putin na abertura da Assembleia-Geral das Nações Unidas deu a entender que os dois países estão hoje mais próximos de cooperarem para o fim da guerra na Síria do que nos últimos quatro anos e meio de conflito. Os dois presidentes atacaram com intensidade a estratégia de um e de outro para a Síria, sinalizando não só as suas visões opostas sobre as prioridades e razões de ser da guerra, como o facto de nenhum dos dois ter uma ideia clara de como resolvê-la. Acabaram por ser as palavras de Obama as mais decisivas da manhã desta segunda-feira, em Nova Iorque./ **«O realismo exige uma transição planeada de Assad para um novo líder», disse, deixando em aberto a possibilidade de o Presidente sírio ter lugar numa eventual administração provisória – algo não completamente inesperado, visto que Washington tem gradualmente deixado de exigir a partida imediata de Assad. Mas Obama foi mais longe: «Os Estados Unidos estão preparados para cooperarem com qualquer país, incluindo a Rússia e Irão, para resolver o conflito.»**(DA.1-2)
	Titulação secundária	Caixa de texto - antetítulo: Novembro; título: Francisco vai lançar um álbum de *rock*	Texto destacado: Hollande defendeu limitar direito de veto em casos de «atrocidades em massa»	Intertítulo: **Felicitação pelo acordo nuclear**			
			Caixa de texto 1: «O Brasil está a fazer um esforço para reduzir as emissões de gases poluentes sem pôr em causa o desenvolvimento» DILMA ROUSSEFF/ PRESIDENTE DO BRASIL				
			Caixa de texto 2: **«Nós, os Estados Unidos, não conseguimos resolver todos os problemas do mundo sozinhos»**BARACK OBAMA/ PRESIDENTE DOS EUA				
			Caixa de texto 3: «O mundo é simplesmente mais colorido graças à diversidade cultural» XI JINPING/ PRESIDENTE CHINÊS				
			Caixa de texto 4: **«Temos de reconhecer que ninguém, a não ser Assad e as suas forças, é capaz de lutar contra o Estado Islâmico na Síria»** VLADIMIR PUTIN/ PRESIDENTE RUSSO				
			Caixa de texto 5: «Não vamos esquecer a guerra e as sanções que nos foram impostas mas queremos paz e desenvolvimento» HASSAN ROUHANI/ PRESIDENTE DO IRÃO				
			Caixa de texto 6: «Assad é a origem do problema, por isso não pode ser a solução» FRANÇOIS HOLLANDE/ PRESIDENTE FRANCÊS				
	Legenda da fotografia	Francisco visitou ontem o Memorial do 11 de Setembro e rezou junto ao monumento Tentando recordar a cor do céu naquela manhã de setembro. Atrás dos blocos azuis estão os restos mortais de muitos dos que morreram nas Torres Gémeas em 2001.	Depois dos discursos e antes do encontro bilateral, Obama e Putin trocaram um brinde tenso durante um almoço oferecido por Ban Ki-moon aos líderes mundiais presentes em Nova Iorque para a Assembleia Geral das Nações Unidas. Ao longo do dia sucederam-se os discursos, entre os quais os do presidente português, Cavaco Silva, e o da presidente brasileira, Dilma Rousseff	**Francisco diz que sistema está a promover mais exclusão**	**Vladimir Putin quer apoiar al-Assad, a que Barack Obama chama de «tirano»**		*(grande plano de Barack Obama, sem legenda: função desempenhada pelo título)*
Artigo complementar 1	Antetítulo		Cavaco Silva				
	Título		**Luta ao terrorismo e elogio a Guterres**				
	Pós-título						
Artigo complementar 2	Antetítulo						
	Título		**Raúl exige fim do embargo. Hoje reúne-se com Obama**				
	Pós-título		Cuba. No seu primeiro discurso na Assembleia Geral da ONU em Nova Iorque, o líder cubano falou de ambiente e da guerra na Síria				

4. Materiais afetos à análise sistémica

4.4. Comparação entre as versões de chegada e as versões de partida

1965

Reescrita do *DN*: notícia principal - Arthur Goldberg (1965)

	DN (T2)	Arthur Goldberg (T1'.1)	Ref.ª versão de partida	
Título (1.ª página)	**E.U. contra U.R.S.S./ Destruição pública de material atómico**	Secondly, the United States proposes a verified halt in production of fissionable material for weapons use and the transfer of fissionable materials to peaceful purposes. In connexion with such a halt in fissionable material production, we now propose **the demonstrated destruction** by **the United States** and **the Soviet Union** of a substantial number of **nuclear weapons** from their respective stocks.	Gold.42	o
Pós-título (1.ª página)	**Desafio lançado pelo delegado norte-americano**	Secondly, the United States proposes a verified halt in production of fissionable material for weapons use and the transfer of fissionable materials to peaceful purposes. In connexion with such a halt in fissionable material production, **we now propose** the demonstrated destruction by the United States and the Soviet Union of a substantial number of nuclear weapons from their respective stocks.	Gold.42 (rep.)	o
DN.1 (1.ª página)	Os Estados Unidos desafiaram hoje a Rússia a juntar-se á destruição pública de um «número substancial» das suas bombas atómicas.	Secondly, the United States proposes a verified halt in production of fissionable material for weapons use and the transfer of fissionable materials to peaceful purposes. In connexion with such a halt in fissionable material production, **we now propose the demonstrated destruction by the United States and the Soviet Union of a substantial number of nuclear weapons from their respective stocks.**	Gold.42 (rep.2)	o
DN.2 (1.ª página)	O delegado norte-americano, Arthur J. Goldberg, propôs também que, se a Rússia quisesse transferir 40 000 quilos de urânio destinado a armas para utilização pacífica, os Estados Unidos transfeririam 60 000 quilos.	**The United States is ready to transfer 60,000 kilogrammes of weapons grade U-235 to non-weapon uses if the Soviet Union would be willing to transfer 40,000 kilogrammes**. If the USSR accepts this proposal, each of us would destroy nuclear weapons of our own choice so as to make available for peaceful purposes such amount of fissionable material.	Gold.43	
DN.3 (1.ª página)	Num importante discurso sobre política americana, pronunciada na Assembleia Geral, Goldberg indicou que a mesma percentagem de 60-40 poderia ser aplicada ás reservas norte-americanas e soviéticas de plutónio, o elemento da bomba de hidrogénio. Este poderia ser mergulhado no mar ou colocado sob outra salvaguarda, afirmou.	Moreover, the United States Government stands ready, if the Soviet Union will do likewise, **to add to this transfer associated plutonium obtained from the destroyed weapons, in an agreed quantity or ratio, and to place the material thus transferred under the International Atomic Energy Agency or equivalent safeguards**.	Gold.44	
Intertítulo 1 (interior do jornal)	**Um apelo para novos esforços no sentido de se inverter a «espiral» da corrida aos armamentos**	Unfortunately, the goal of general and complete disarmament to which we are all committed remains elusive. **But it is a necessary and indispensable goal, and we must work towards it** vigorously, thoughtfully, and with goodwill, and not be deterred by what must be momentary setbacks. Most of all, **we should concentrate on immediate practical steps to reverse the arms spiral.**	Gold.33	
		(1) We meet this morning in a mood of accomplishment and gratification. Just twenty-four hours ago a great milestone in the life of the United Nations was passed. **The cease-fire between India and Pakistan, first requested and then demanded by the Security Council, has happily taken effect in both countries.**	Gold.1	

DN.5	No seu discurso, que teve a duração de uma hora, Goldberg referiu-se a todos os principais pontos de tensão no Mundo, tendo enaltecido o acordo de cessar-fogo indo-paquistanês como um triunfo para as Nações Unidas. Goldberg renovou ainda o apelo americano para que as Nações Unidas auxiliem o encontrar uma solução para o conflito vietnamês, insistiu em que a China comunista tinha de ser mantida fora do organismo mundial e instou para que o plano da «grande sociedade», da autoria do presidente Johnson, seja traduzido em termos económicos e sociais para todas as terras.	(2) We are helping to meet this threat because we believe it must be met. Our goals in **South Viet-Nam** are plain and simple. We seek only to ensure the independence of South Viet-Nam, its freedom from attack, and the opportunity for its people to determine their own future. We seek no territory for ourselves, no preferential position, no permanent military presence. We stand ready to withdraw our forces when Communist aggression has ended and South Viet-Nam is left alone to determine its own destiny in its own way through the principle of self-determination./ **Above all, we seek a peaceful solution.** We have repeatedly stated our willingness to enter into unconditional discussions. **I reaffirm that willingness here today. We have asked the Members of the United Nations, individually and collectively, to use their influence to help bring about such discussions.** We have asked the members of the Security Council and the Secretary-General to help get negotiations started. We have had no reply. We have offered to join in a massive programme of cooperation for the economic development of South-East Asia.	Gold.29-30
		(3) The Members of the United Nations, under the Charter, share a common responsibility to demonstrate to those who use violence that violence does not pay. We can meet that responsibility by using every means to persuade the regimes of Hanoi and **Peking** to leave their neighbours alone and to begin serious discussions for a resolution of this conflict. We must also meet that obligation **by denying United Nations representation to a regime that denies in word and in deed the fundamental restraint on the use of force laid down in our Charter, and hurls insults upon the peaceful efforts of Members of the United Nations to compose this and other disputes.**	Gold.31
		(4) In my own country, we are embarked, **under the leadership of President Johnson, in a search for a Great Society**. This vision of a just domestic order is based on consent of the governed, on due process of law, on individual dignity, on diversity and on the just satisfaction of political, **economic** and **social** aspirations. (...) We are determined not merely to increase material production but to ensure such equality, to guarantee **genuine social and economic** justice, to eliminate poverty and to realize qualitative improvements in the life of our citizens in more attractive and functional cities, in a more beautiful countryside and through learning and the arts. This is not the programme of anyone group or one class or one political party in our country. Nor is the vision it proclaims exclusively American. It is a vision common **to all mankind**.	Gold.18-20
DN.6	Apelando para que sejam feitos novos esforços no sentido de inverter a espiral da corrida aos armamentos, Goldberg disse que a primeira prioridade tem de ser dada á conclusão de um tratado para impedir a proliferação das armas nucleares, com cláusulas protegendo aqueles Estados que se empenharam no fabrico das suas próprias bombas atómicas contra a «chantagem» nuclear.	(1) Unfortunately, the goal of general and complete disarmament to which we are all committed remains elusive. **But it is a necessary and indispensable goal, and we must work towards it** vigorously, thoughtfully, and with goodwill, and not be deterred by what must be momentary setbacks. Most of all, **we should concentrate on immediate practical steps to reverse the arms spiral.**	Gold.33 (rep.)
		(2) **The first priority**-and I repeat, the first priority-in this effort **must be given to halting the spread of nuclear weapons**. If we do not face this problem squarely, now, the opportunity may disappear forever. That is why the United States has submitted to the Eighteen-Nation Committee on Disarmament **the full draft of a treaty** binding its signers from taking any action to increase the number of States and other organizations having the power to unleash nuclear weapons./ My Government has fully committed itself to that underlying policy and **urges that this draft become an actual treaty as soon as possible**. We hope that other nuclear Powers will accept the same commitment as an international agreement. Nuclear proliferation cau be stopped, but we must act now. Agreement on this issue clearly is of overriding importance to world peace and security./ We recognize, moreover, that as more and more nations face frankly up to this issue, they must take momentous decisions about their own security. And we understand their concern. As President Johnson has indicated, we believe **assurances of support against threats of nuclear blackmail should be available to nations which have forsworn a nuclear capability of their own.** Action by the General Assembly may be a useful part of such assurances. The United States is prepared to work towards this end: action by this Assembly. Also of great aid in deterring the continuous proliferation of nuclear weapons will be agreement on a comprehensive test-ban treaty. *Nota de rodapé associada a «treaty»: indicação de corresponder ao Tratado de Moscovo, que será referido* infra.	Gold.34-36

DN.7	Goldberg apelou igualmente para que o Tratado de Proibição das Experiências Nucleares assinado em Moscovo no ano de 1963 seja alargado de modo a abranger também as experiências nucleares subterrâneas. O delegado norte-americano convidou «um grande número de membros das Nações Unidas» a visitar, nos dias 12 e 13 de Outubro, o perímetro americano de detecção, no Estado de Montana.	(1) *Referência explícita numa passagem do discurso de Vasco Leitão da Cunha, representante do Brasil, que foi orador na AGONU imediatamente antes de Arthur Goldberg:* «No headway was made toward **extending the Moscow Treaty to underground nuclear weapon experiments**, as the mediating countries-of which Brazil is one-proposed time and again in Geneva and in the Disarmament Commission. Nor has anything yet been done to solve the problem of the proliferation of nuclear weapons.» *Nota de rodapé associada a «Moscow Treaty»:* Treaty banning nuclear weapon tests in the atmosphere, in outer space and under water, signed on 5 August **1963**.	*(*vide *ponto n.º 15 do mesmo documento)* *(*vide *pág. 3 do mesmo documento)*
		(2) We stand ready to make the results of our experimental study available to scientists everywhere and to assist in the construction of similar facilities in other countries. **The United States will shortly issue invitations to a large number of Members of the United Nations to send qualified observers to visit our Montana detection site on 12 and 13 October 1965**. We want to let each of them see this installation for himself, and we hope that this invitation will be accepted.	Gold.38
DN.8	Embora fazendo pressão para que se ande para a frente com o esforço no sentido de se concluir o tratado contra a proliferação nuclear - continuou - os Estados Unidos estão preparados para suspender «agora mesmo» a acumulação dos meios de lançamento estratégico.	**While pressing ahead, then, on non-proliferation as our very first priority, we must also take steps to reduce the dangers stemming from the high level of nuclear capabilities.** There is no reason to wait. We are prepared to take practical steps **here and now**.	Gold.40
DN.9	Uma «redução significativa» no número total de tais veículos transportadores nucleares poderia constituir um progresso neste campo - acrescentou.	First, **we should take steps to halt the accumulation of strategic nuclear delivery vehicles**. We should continue to explore a freeze on the number and characteristics of strategic nuclear offensive and defensive vehicles. **If progress is made in this field, the United States would also be willing to explore the possibility of significant reductions in the number of these carriers of mass destruction.**	Gold.41
Intertítulo 2	**Proposto um tratado sobre a exploração dos corpos celestes**	Since then the General Assembly has laid down valuable ground rules for activities in space and on celestial bodies. In accordance with these rules, our space activities have been, and will continue to be, non-aggressive, and peaceful and beneficial in character./ But these rules are not enough. Instruments from earth have already reached the moon and photographed Mars. And man will soon follow. Accordingly, **we suggest that the United Nations begin work on a comprehensive treaty on the exploration of celestial bodies.**	Gold.55
DN.10	Goldberg atacou depois a recente declaração do ministro da Defesa da China comunista, marechal Lim Pao, favorecendo as guerras revolucionárias, e reafirmou a determinação da América de salvar o Vietname do Sul do ataque comunista. Mas disse que Washington continuava preparado para entrar em discussões incondicionais e que as Nações Unidas deviam auxiliar a conseguir que se atinja tal objetivo.	(1) However, there is, regretfully, **a contrasting doctrine of world order which was put before us earlier this month by the Defence Minister of Communist China in a manifesto** published in all Communist China's newspapers and republished broadly throughout the world. **The doctrine laid bare by Marshal Lin Piao starts from the premise that «political power grows out of the barrel of a gun». It rests, he said, on a foundation of war and violent revolution./** I quote him again: **«The seizure of power by armed force, the settlement of the issues by war is», according to the Marshal and his party and the leaders of his country, «the central task and the highest form of revolution»**. Again I quote: «War can temper the people and push history forward... war is a great school»./ The principle of **revolutionary wars**, the Marshal says, is not just for China. It, according to him, and I quote him again, «holds good... for all... countries». The nations of the world are not free, according to this theory, to develop their own choice in accordance with their own needs and experience. The nations of the world aren't free, according to this theory, to fly their own flags in thei own way. Whether they like it or not, the Marshal and the leaders of Communist China say, they must accept the Chinese model.	Gold.24-25

DN.10 (continuação)		(2) We are helping to meet this threat because we believe it must be met. Our goals in **South Viet-Nam** are plain and simple. **We seek only to ensure the independence of South Viet-Nam, its freedom from attack**, and the opportunity for its people to determine their own future. We seek no territory for ourselves, no preferential position, no permanent military presence. **We stand ready to withdraw our forces when Communist aggression has ended** and South Viet-Nam is left alone to determine its own destiny in its own way through the principle of self-determination./ **Above all, we seek a peaceful solution. We have repeatedly stated our willingness to enter into unconditional discussions. I reaffirm that willingness here today. We have asked the Members of the United Nations, individually and collectively, to use their influence to help bring about such discussions.** We have asked the members of the Security Council and the Secretary-General to help get negotiations started. We have had no reply. We have offered to join in a massive programme of cooperation for the economic development of South-East Asia.	Gold.29-30 (rep.)
DN.11	Goldberg também propôs que as Nações Unidas começassem a trabalhar num tratado sobre a exploração dos corpos celestes.	Since then the General Assembly has laid down valuable ground rules for activities in space and on celestial bodies. In accordance with these rules, our space activities have been, and will continue to be, non-aggressive, and peaceful and beneficial in character./ But these rules are not enough. Instruments from earth have already reached the moon and photographed Mars. And man will soon follow. Accordingly, **we suggest that the United Nations begin work on a comprehensive treaty on the exploration of celestial bodies.**	Gold.55 (rep.)
DN.12	O delegado americano elogiou, por fim, a iniciativa britânica, ao propôr á Assembleia que se realize um debate sobre novos métodos mais aperfeiçoados para a solução das disputas internacionais.	For this reason, **we welcome the initiative of the United Kingdom in introducing an agenda item on the peaceful settlement of disputes** [A/5964]. The United States will eagerly participate in exploring the many paths it may open. It is, if I may say so, an item in which I take a keen personal interest, for the greater part of my adult life has been spent in intimate association with the process of third-party settlement of the differences and disputes which arise between a free labour movement and free employers. I have often seen disagreements become aggravated or prolonged not because they were irreconcilable, but simply because the parties involved could not agree upon the go-between. And we in our own country have now developed machinery, such as the Federal Mediation and Conciliation Service, which has filled this gap and in so doing has greatly advanced to the pacific settlement of labour disputes in our own country.	Gold.51

** Casos de análise: topo da pirâmide invertida*

Rep. - repetição

Reescrita do *JN*: notícia principal - Arthur Goldberg (1965)

	JN (T2')	Arthur Goldberg (T1'.1)	Ref.ª versão de partida	
Título (1.ª página)	**Desafio americano aos russos na Assembleia Geral da O.N.U.**	Secondly, the United States proposes a verified halt in production of fissionable material for weapons use and the transfer of fissionable materials to peaceful purposes. In connexion with such a halt in fissionable material production, **we now propose** the demonstrated destruction by **the United States** and **the Soviet Union** of a substantial number of nuclear weapons from their respective stocks.	Gold.42	o
Pós-título (1.ª página)	**Proposta destruição pública de grande número de bombas 'A'**	Secondly, the United States proposes a verified halt in production of fissionable material for weapons use and the transfer of fissionable materials to peaceful purposes. In connexion with such a halt in fissionable material production, **we now propose the demonstrated destruction** by the United States and the Soviet Union **of a substantial number of nuclear weapons** from their respective stocks.	Gold.42 (rep.)	o
Título (interior do jornal)	**Desafio americano aos russos para uma «corrida para a paz»**	Most of us, fortunately, have already made our choice between a philosophy of violence and the philosophy of world order which underlies our Charter. Yet our search for world order is gravely threatened by a continuing arms **race**, a **race** which adds nothing to the world except insecurity and a drain of valuable resources. Progress has, of courde, been made.We have already agreed to cease nuclear testing in the atmosphere, under water and in outer space. We have established a direct communications link to help prevent war by accident or miscalculation. We have resolved not to place weapons of mass destruction in outer space, and today I reaffirm the commitment of the United States to that agreement./ Unfortunately, the goal of general and complete disarmament to which we are all committed remains elusive. **But it is a necessary and indispensable goal, and we must work towards it** vigorously, thoughtfully, and with goodwill, and not be deterred by what must be momentary setbacks. Most of all, **we should concentrate on immediate practical steps to reverse the arms spiral.**	Gold.32-33	o
JN.1	Os Estados Unidos desafiaram hoje a Rússia a juntar-se à destruição pública de «um número substancial» das suas bombas atómicas.	Secondly, the United States proposes a verified halt in production of fissionable material for weapons use and the transfer of fissionable materials to peaceful purposes. In connexion with such a halt in fissionable material production, **we now propose the demonstrated destruction by the United States and the Soviet Union of a substantial number of nuclear weapons from their respective stocks.**	Gold.42 (rep.2)	o
JN.2	O delegado norte-americano, Arthur Goldberg, propôs também que se a Rússia quisesse transferir 40 mil quilos de urânio destinado a armas para utilização pacífica, os Estados Unidos transfeririam 60 quilos.	**The United States is ready to transfer 60,000 kilogrammes of weapons grade U-235 to non-weapon uses if the Soviet Union would be willing to transfer 40,000 kilogrammes**. If the USSR accepts this proposal, each of us would destroy nuclear weapons of our own choice so as to make available for peaceful purposes such amount of fissionable material.	Gold.43	
JN.3	Num importante discurso sobre política americana, pronunciado na Assembleia Geral da O.N.U., Goldberg indicou que a mesma percentagem de 60-40 poderia ser aplicada às reservas norte americanas e soviéticas de plutónio, o elemento da bomba de hidrogénio. Este poderia ser mergulhado no mar ou colocado sob outra salvaguarda - afirmou.	Moreover, the United States Government stands ready, if the Soviet Union will do likewise, **to add to this transfer associated plutonium obtained from the destroyed weapons, in an agreed quantity or ratio, and to place the material thus transferred under the International Atomic Energy Agency or equivalent safeguards**.	Gold.44	
		(1) We meet this morning in a mood of accomplishment and gratification. Just twenty-four hours ago a great milestone in the life of the United Nations was passed. **The cease-fire between India and Pakistan**, first requested and then demanded by the Security Council, **has happily taken effect in both countries.**	Gold.1	

JN.5	No seu discurso, que teve a duração de uma hora e foi pronunciado depois de o delegado do Brasil, Vasco Leitão da Cunha, ter tomado a palavra, Goldberg referiu-se a todos os principais pontos de tensão no Mundo tendo enaltecido o acordo de cessar-fogo indo-paquistanês como um triunfo para as Nações Unidas. Goldberg renovou ainda o apelo americano para que as Nações Unidas auxiliem a encontrar uma solução para o conflito vietenamita. e insistiu em que a China comunista tinha de ser mantida fora da O.N.U. Apelando para que sejam feitos novos esforços no sentido de inverter a espiral da corrida aos armamentos, Goldberg apelou igualmente para que o tratado de proibição das experiências nucleares assinado em Moscovo em 1963 seja alargado de modo a abranger também as experiências nucleares subterrâneas. O delegado norte-americano convidou «um grande número de membros das Nações Unidas» a visitar nos dias 12 e 13 de Outubro o perímetro americano de detecção no Estado de Montana, a fim de verificarem aquilo que se está a fazer para precaver a América contra as experiências militares ilícitas.	(2) We are helping to meet this threat because we believe it must be met. Our goals in **South Viet-Nam** are plain and simple. We seek only to ensure the independence of South Viet-Nam, its freedom from attack, and the opportunity for its people to determine their own future. We seek no territory for ourselves, no preferential position, no permanent military presence. We stand ready to withdraw our forces when Communist aggression has ended and South Viet-Nam is left alone to determine its own destiny in its own way through the principle of self-determination./ **Above all, we seek a peaceful solution.** We have repeatedly stated our willingness to enter into unconditional discussions. **I reaffirm that willingness here today. We have asked the Members of the United Nations, individually and collectively, to use their influence to help bring about such discussions.** We have asked the members of the Security Council and the Secretary-General to help get negotiations started. We have had no reply. We have offered to join in a massive programme of cooperation for the economic development of South-East Asia.	Gold.29-30
		(3) The Members of the United Nations, under the Charter, share a common responsibility to demonstrate to those who use violence that violence does not pay. We can meet that responsibility by using every means to persuade the regimes of Hanoi and **Peking** to leave their neighbours alone and to begin serious discussions for a resolution of this conflict. We must also meet that obligation **by denying United Nations representation to a regime that denies in word and in deed the fundamental restraint on the use of force laid down in our Charter, and hurls insults upon the peaceful efforts of Members of the United Nations to compose this and other disputes.**	Gold.31
		(4) Unfortunately, the goal of general and complete disarmament to which we are all committed remains elusive. **But it is a necessary and indispensable goal, and we must work towards it** vigorously, thoughtfully, and with goodwill, and not be deterred by what must be momentary setbacks. Most of all, **we should concentrate on immediate practical steps to reverse the arms spiral.**	Gold.33 (rep.)
		(5) Referência explícita numa passagem do discurso de Vasco Leitão da Cunha, representante do Brasil, que foi orador na AGONU imediatamente antes de Arthur Goldberg: «No headway was made toward **extending the Moscow Treaty to underground nuclear weapon experiments**, as the mediating countries-of which Brazil is one-proposed time and again in Geneva and in the Disarmament Commission. Nor has anything yet been done to solve the problem of the proliferation of nuclear weapons.»	*(* vide *ponto n.º 15 do mesmo documento)*
		Nota de rodapé associada a «Moscow Treaty»: Treaty banning nuclear weapon tests in the atmosphere, in outer space and under water, signed on 5 August **1963**.	*(* vide *pág. 3 do mesmo documento)*
		(6) We stand ready to make the results of our experimental study available to scientists everywhere and to assist in the construction of similar facilities in other countries. **The United States will shortly issue invitations to a large number of Members of the United Nations to send qualified observers to visit our Montana detection site on 12 and 13 October 1965**. **We want to let each of them see this installation for himself**, and we hope that this invitation will be accepted./ Let me say clearly that we do not want inspection for the sake of inspection or for any ulterior motive. Let me also say that we are not inflexible. **We do insist on the minimum amount of inspection necessary in the present ctate of science to give confidence to all that a comprehensive test-ban treaty is actually being observed**. But we will insist only on a number and type of inspection which are essential to the attainment of this objective.	Gold.38-39
JN.6	Goldberg também propôs que as Nações Unidas passem a trabalhar num tratado para a exploração dos corpos celestes.	Since then the General Assembly has laid down valuable ground rules for activities in space and on celestial bodies. In accordance with these rules, our space activities have been, and will continue to be, non-aggressive, and peaceful and beneficial in character./ But these rules are not enough. Instruments from earth have already reached the moon and photographed Mars. And man will soon follow. Accordingly, **we suggest that the United Nations begin work on a comprehensive treaty on the exploration of celestial bodies.**	Gold.55

JN.7	O delegado americano elogiou por fim a iniciativa britânica ao propôr à Assembleia que se realize um debate sobre novos métodos mais aperfeiçoados para a solução das disputas internacionais.	For this reason, **we welcome the initiative of the United Kingdom in introducing an agenda item on the peaceful settlement of disputes** [A/5964]. The United States will eagerly participate in exploring the many paths it may open. It is, if I may say so, an item in which I take a keen personal interest, for the greater part of my adult life has been spent in intimate association with the process of third-party settlement of the differences and disputes which arise between a free labour movement and free employers. I have often seen disagreements become aggravated or prolonged not because they were irreconcilable, but simply because the parties involved could not agree upon the go-between. And we in our own country have now developed machinery, such as the Federal Mediation and Conciliation Service, which has filled this gap and in so doing has greatly advanced to the pacific settlement of labour disputes in our own country.	Gold.51

** Casos de análise: topo da pirâmide invertida*

Rep. - repetição

1979

Reescrita do *DN*: notícia principal - Maria de Lurdes Pintasilgo (1979)

	DN (T2)	Maria de Lurdes Pintasilgo (T1'.2)	Ref.ª versão de partida	
Título (1.ª página)	**Liberdade de cada homem é um problema mundial**	Não é, por isso, possível falar em termos mundiais, quando se não afirma, explicitamente, o homem singular. É ele que é o princípio e o fim de todo o desenvolvimento, de todo o acto cultural, de toda a concepção política. A garantia das **liberdades de cada homem** deixa de ser o problema restrito para ser **um problema mundial**.	Pint.95	o
DN.1 (1.ª página)	«A garantia das liberdades de cada homem deixa de ser o problema restrito para ser um problema mundial», afirmou Maria de Lurdes Pintasilgo, ontem, perante a Assembleia Geral das Nações Unidas.	Não é, por isso, possível falar em termos mundiais, quando se não afirma, explicitamente, o homem singular. É ele que é o princípio e o fim de todo o desenvolvimento, de todo o acto cultural, de toda a concepção política. **A garantia das liberdades de cada homem deixa de ser o problema restrito para ser um problema mundial.**	Pint.95 (rep.)	o
DN.2 (1.ª página)	Num discurso com a duração aproximada de 45 minutos, a primeiro-ministro sublinhou que «não é possível falar em termos mundiais quando se não afirma explicitamente o homem singular». E acrescentou: «É ele que é o princípio e o fim de todo o desenvolvimento, de todo o acto cultural, de toda a concepção política».	**Não é, por isso, possível falar em termos mundiais, quando se não afirma, explicitamente, o homem singular. É ele que é o princípio e o fim de todo o desenvolvimento, de todo o acto cultural, de toda a concepção política.** A garantia das liberdades de cada homem deixa de ser o problema restrito para ser um problema mundial.	Pint.95	
DN.3 (1.ª página)	Lurdes Pintasilgo, cujo discurso publicamos, na íntegra, na página 3, disse, igualmente, que a Assembleia Geral da ONU está em condições de funcionar como manifestação de uma nova expressão de solidariedade mundial.	**A Assembleia Geral está, julgamos, em condições de funcionar** como lugar de cristalização do já adquirido e, simultaneamente, **como manifestação**, ainda balbuciante, mas já audível, **de uma nova expressão da solidariedade mundial.**	Pint.12	
DN.4 (1.ª página)	Analisando o papel importante daquela Organização «para a construção de uma nova sociedade e um efectivo conceito de respeito mútuo entre os povos», a primeiro-ministro referiu os anos 70, prestes a findar, e afirmou que «esta década confirmou que a independência económica e a independência política estão intimamente ligadas». E, prosseguindo, lembrou que «os povos terão de emergir dessa complexa teia, afirmando cada vez mais firmemente a sua própria identidade socio-cultural».	(1) Que me seja permitido afirmar, em relação a este último ponto, que o inegável progresso verificado no mundo, quanto à participação de algumas mulheres em postos-chave de tomada de decisão política, não nos deve fazer esquecer que a imensa maioria das mulheres está, ainda, longe de poder contribuir, em plena igualdade de direitos e de oportunidades, para a criação dos **novos modelos de vida e sociedade** de que toda a humanidade tanto carece.	Pint.16	
		(2) A preocupação crescente em todo o sistema e a experiência dos últimos anos, tendente a transformar as posições antagónicas em plataformas de concertação, capazes de negociarem pelo diálogo e pelo **esclarecimento mútuo**, veio substituir, à tirania do voto, a prática cheia de sabedoria do consenso. O que está em causa, numa tal evolução, é a passagem gradual do juridismo à prática da convivência e da solidariedade.	Pint.21	
		*Referência à segunda parte da primeira citação, assente nas ideias de «papel importante» das Nações Unidas, de «efetividade» e de «respeito mútuo» (por meio do conceito «coexistência pacífica»), não encontrada no discurso de Pintasilgo, mas na coluna imediatamente ao lado do texto oficial da ONU em inglês, afeta à intervenção do representante da República Democrática Alemã, Fischer: «The preservation of peace remains **the principal task of the United Nations**. In this respect, it can firmly count on the socialist States. The declaration of the States Parties to the Warsaw Treaty issued in Moscow last November, as well as the meeting their Foreign Ministers held in Budapest on 14 and 15 May 1979, testify to their persevering efforts **to achieve effective measures for the advancement of peaceful coexistence**.» (ponto n. 87)*	*(dados a partir de outro texto)*	
		(3) É que **esta década confirmou, de forma inequívoca, que a independência económica e a independência política estão íntima e profundamente ligadas**.	Pint.29	
		(4) Enredados em mercados cada vez mais amplos, somos invadidos por modelos que nos são alheios, por aspirações que se situam a outras latitudes. A grande empresa é a de **emergirmos, em plena afirmação de autonomia de cada povo, da teia de relações**, cada vez mais **complexa** e contraditória, que o «mercado mundial» implica, ligando politicamente os estados uns aos outros.	Pint.33	

DN.5 (1.ª página)	Outros pontos particularmente incisivos e concretos do discurso de Lurdes Pintasilgo foram os constituídos pelo seu apelo à autodeterminação e independência dos povos da Namíbia e do Zimbawe; a condenação do «apartheid» na África Austral; a resolução da situação no Timor-Leste; e o direito do povo palestiniano «a uma pátria», apontando para a retirada de Israel dos territórios ocupados, com o consequente desmantelamento dos colonatos nesses territórios ilegalmente construídos.	(1) Das diversas tarefas que as Nações Unidas têm cumprido, para assegurar um efectivo exercício dos direitos fundamentais dos povos, a descolonização e a defesa do direito de auto-determinação têm ocupado lugar significativo e revelado as potencialidades da efectiva capacidade de intervenção moral. Permanecem, porém, algumas situações coloniais que afectam a estabilidade internacional e desafiam a consciência das nações. Assim ocorre na **África Austral**, onde, **na Namíbia e no Zimbabwe**, persistem ordenamentos políticos ilegais que, não só têm impedido a **livre auto-determinação** das respectivas populações, como ainda estão na raiz de condenáveis ataques a países vizinhos a que nos ligam laços de especial solidariedade./ Espera o Governo Português que os esforços diplomáticos empreendidos, no quadro das Nações Unidas, para pôr termo à ocupação ilegal da Namíbia, possam, em tempo breve, conduzir à **independência** deste país, no inteiro respeito da respectiva unidade e integridade territorial, e da vontade livremente expressa de todas as suas forças políticas./ Paralelamente, porque conhecemos, por anterior e dolorosa experiência própria, o dramático e negativo ciclo da intransigência política em similares circunstâncias, temos a esperança de que, na presente Conferência de Londres, se obtenha uma fórmula que restaure a legalidade, defenda com equidade os diversos interesses legítimos envolvidos e restitua ao povo do Zimbabwe a liberdade efectiva da sua voz e vontade, sem injustas tutelas de minorias internas	Pint.64-66
		(2) Outro aspecto da mesma realidade negativa prevalecente nesta área, revela-se na continuação do sistema do «**apartheid**», que o recente estabelecimento de mais um «bantustão» - significativamente apenas reconhecido pelos seus próprios criadores - constitui infeliz prova de persistência. Portugal, a cujo povo sempre repugnou qualquer discriminação assente em factores rácicos, reitera, com firmeza, a sua **condenação** desta prática política e social que ofende gravemente a consciência moral das Nações e constitui negra barreira para um integral processo humano.	Pint.68
		(3) Também a um outro povo - o de **Timor Leste** - este directamente ligado pela história, ao meu país, continua a ser negado o seu legítimo direito à auto-determinação. Apesar de repetidas condenações das Nações Unidas, e não obstante as resoluções aprovadas por esta Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança, nem o povo timorense pôde, até agora, exercer efectivamente aquele direito, nem Portugal, como potência administrante, tem possibilidade de, por si só, inverter a situação injusta ali criada. Apelamos, portanto, para a consciência internacional de modo a que, rapidamente, **se encontrem condições para uma progressiva normalidade da vida das populações de Timor Leste.**	Pint.69
		(4) [Ligado, pela história e pela cultura, aos povos afectados, o meu país tem, por repetidas vezes, insistido na necessidade de ser encontrada uma solução global, justa e duradoura, que garanta a todos os Estados da área [*] o direito à existência e à paz, dentro de fronteiras reconhecidas e respeitadas,] conduza à **retirada de Israel dos territórios ocupados desde 1967, bem como ao desmantelamento dos colonatos que ali ergueu**, e assegure a concretização efectiva dos legítimos direitos nacionais do povo palestino, injustamente fracturado numa diáspora tantas vezes marcada pelo sangue, perseguição e desespero./ Portugal, que presidiu recentemente à Comissão do Conselho de Segurança sobre os aldeamentos israelitas nos territórios Árabes Ocupados desejaria deixar aqui o seu claro testemunho acerca das crescentes expectativas e ansiedade da **gente palestina para que lhe seja reconhecido o inalienável direito humano de possuir uma Pátria** a que livremente se acolha e seja posto termo a uma situação que afecta a consciência moral das nações.	Pint.62-63
DN.6 (1.ª página)	A terminar, lembrou que «o povo português é um povo desde o 25 de Abril ligado, pela sua liberdade, à liberdade de todos os povos.»	Venho de um país pobre e pequeno, de **um país** que, **desde 25 Abril de 1974, liga indissoluvelmente as liberdades de cada português à solidariedade activa com todos os povos do mundo**.	Pint.96
Título (interior do jornal)	**Ciência e tecnologia são muitas vezes o «cavalo de Tróia» da dominação**	Por isso se pode dizer que, hoje, **a ciência e a tecnologia são, muitas vezes, o cavalo de Tróia da dominação**.	Pint.39

o

DN.7	«A ciência e a tecnologia são muitas vezes o «cavalo de Tróia» da dominação. Se podem veicular uma certa racionalidade que permite uma linguagem comum, podem também provocar a desintegração do tecido social. Para que se tornem instrumentos do desenvolvimento é necessário desalienar o trabalho científico e técnico que, por uma concepção irrealista de 'pureza' científica se subtrai muitas vezes aos movimentos sociais do mundo em que se insere», afirmou a primeiro-ministro, durante o discurso que, ontem, proferiu perante a Assembleia Geral das Nações Unidas.	Por isso se pode dizer que, hoje, **a ciência e a tecnologia são, muitas vezes, o cavalo de Tróia da dominação**./ **Se podem veicular uma certa racionalidade que permite uma linguagem comum, podem também provocar a desintegração do tecido social**./ **Para que se tornem instrumentos do desenvolvimento, é necessário desalienar o trabalho científico e técnico que, por uma concepção irrealista de «pureza» científica se subtrai muitas vezes aos movimentos sociais do mundo em que se insere**.	Pint.39 (rep.)-41
Intertítulo 1	**Mudança qualitativa da Assembleia Geral**	*(intertítulo 1 da versão de partida)*	Int.1
Intertítulo 2	**O sedimento da década de 70 na ONU**	*(intertítulo 2 da versão de partida)*	Int.2
Intertítulo 3	**A Carta da ONU, código de conduta**	*(intertítulo 3 da versão de partida)*	Int.3
Intertítulo 4	**A ONU e as questões políticas**	*(intertítulo 4 da versão de partida)*	Int.4
Intertítulo 5	**Direitos dos homens, direitos dos povos**	*Em falta: intertítulo 5 da versão de partida («A ONU e os caminhos do desenvolvimento»). Este apresentado pelo* DN *corresponde ao intertítulo 6 daquela versão.*	Int.6
Intertítulo 6	**Direito à paz**	*Este intertítulo apresentado pelo* DN *corresponde ao número 7 da versão de partida.*	Int.7
Intertítulo 7	**Direito à pátria**	*Este intertítulo apresentado pelo* DN *corresponde ao número 8 da versão de partida.*	Int.8
Intertítulo 8	**Direito à autodeterminação**	*Este intertítulo apresentado pelo* DN *corresponde ao número 9 da versão de partida.*	Int.9
Intertítulo 9	**Direito ao Património Comum da Humanidade**	*Este intertítulo apresentado pelo* DN *corresponde ao número 10 da versão de partida.*	Int.10
Intertítulo 10	**No limiar da década de 80**	*Este intertítulo apresentado pelo* DN *corresponde ao número 11 da versão de partida.*	Int.11
Intertítulo 11	**Nova solidariedade mundial**	*Este intertítulo apresentado pelo* DN *corresponde ao número 14 da versão de partida.*	Int.14
Intertítulo 12	**O rosto moral do relacionamento entre as nações**	*Este intertítulo apresentado pelo* DN *corresponde ao número 15 da versão de partida.*	Int.15
Intertítulo 13	**Novos modelos para as sociedades industrializadas**	*Este intertítulo apresentado pelo* DN *corresponde ao número 12 da versão de partida.*	Int.12
Intertítulo 14	**Maior pragmatismo para os países pobres**	*Este intertítulo apresentado pelo* DN *corresponde ao número 13 da versão de partida.*	Int.13

DN.76	**A minha aldeia:** Minha aldeia é todo o Mundo/ Todo o Mundo me pertence/ Aqui me encontro e confundo/ Com gente de todo o Mundo/ Que a todo o Mundo pertenço/ Bate o Sol na minha aldeia/ Com várias inclinações/ ângulo novo, nova ideia/ Outros graus, outra razões/ que os homens da minha aldeia/ São centenas de milhões	**A minha aldeia: Minha aldeia é todo o Mundo./ Todo o Mundo me pertence/ Aqui me encontro e confundo/ Com gente de todo o Mundo/ Que a todo o Mundo pertenço./ Bate o Sol na minha aldeia/ Com várias inclinações./ ângulo novo, nova ideia:/ Outros graus, outras razões./ Que os homens da minha aldeia/ São centenas de milhões.**	Pint.99

** Casos de análise: topo da pirâmide invertida*

Rep. - repetição

Reescrita do *JN*: notícia principal - Maria de Lurdes Pintasilgo (1979)

	JN (T2')	Maria de Lurdes Pintasilgo (T1'.2)	Ref.ª versão de partida	
Título (1.ª página)	**Política e economia não podem ser as únicas metas da «década de 80»**	A reflexão sobre o sedimento que os anos 70 nos deixaram, leva-nos a olhar com esperança **a década de 80** que se avizinha. A grande tarefa dessa década é, em nosso entender, a criação de uma nova ordem internacional que **transcenda os planos exclusivamente económico e político** para se situar também no plano social, cultural e da informação.	Pint.74	o
Legenda (1.ª página)	A primeira-ministro de Portugal (na gravura com o secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim), sublinhou, na sua intervenção, que «a contribuição específica dos países ricos e altamente industrializados é indispensável para a evolução da humanidade», mas que, para lá das descobertas da ciência e da técnica, precisavam de pôr em relevo «as da natureza humana e social e procurar deliberadamente objectivos sociais e culturais». Na página dois, a reportagem do enviado *JN*, José Saraiva.	(1) Contrariamente a certas ideias, generosas no curto prazo, mas maltusianas no médio prazo, pensamos que **é, hoje, indispensável à evolução da humanidade o contributo específico dos países ricos e altamente industrializados**.	Pint.77	o
		(2) É nossa profunda convicção que aí se situa o contributo vital que os países ricos podem dar ao mundo, nesta fase da civilização em que nos encontramos. Certos movimentos, ainda que relativamente marginais, quer no domínio da técnica (em particular da energia) quer no domínio das relações humanas (especialmente os movimentos feministas) apontam nessa direcção. **Há que pôr a ênfase nas descobertas de natureza humana e social, para além das descobertas da ciência e da técnica**.	Pint.80	o
		(3) Tal matriz incorpora o abandono do egoísmo institucionalizado e a **procura deliberada de métodos sociais e culturais**, que se situam num registo diferente do mero crescimento económico.	Pint.79	o
Antetítulo (interior do jornal)	**Lurdes Pintasilgo: solidariedade foi a palavra de Portugal na ONU**	Podemos, desde já, afirmar que a expressão tão frequentemente usada de «**solidariedade** mundial» traduz uma nova sensibilidade de «cooperação internacional» e implica um novo tipo de relacionamento entre os povos e as nações.	Pint.85	o
Título (interior do jornal)	**Temos que depender menos dos «ricos» do que das nossas próprias conquistas**	Havemos, sobretudo, de redescobrir que **uma ordem mais justa não depende somente da tolerância, da compreensão e das «concessões» dos ricos que cada país pobre pretende, à sua maneira, ganhar para si, mas da clareza dos nossos propósitos, das irrefutáveis conquistas que tivermos feito na ordem interna.**	Pint.83	o
JN.1	«A minha aldeia é todo o mundo (…) que a todo o mundo pertenço». Era praticamente inevitável nesta mulher corajosa e decidida. Lurdes Pintasilgo teria que citar um poeta, e agora o escolhido foi o dr. Rómulo de Carvalho, autor da «Pedra Filosofal». Não terá sido por acaso. É que as palavras da primeiro-ministro de Portugal revelam a tecitura de uma filosofia política cujos contornos são facilmente detectáveis e claramente inequívocos.	A minha aldeia: **Minha aldeia é todo o Mundo./** Todo o Mundo me pertence/ Aqui me encontro e confundo/ Com gente de todo o Mundo/ **Que a todo o Mundo pertenço./** Bate o Sol na minha aldeia/ Com várias inclinações./ ângulo novo, nova ideia:/ Outros graus, outras razões./ Que os homens da minha aldeia/ São centenas de milhões.	Pint.99	
	«São um convite a conceder alternativas viáveis e optar corajosamente por aqueles que servem todos os homens e o homem em todas as suas dimensões», dirigiu-se assim Maria de Lurdes Pintasilgo à grande para	(1) **São um convite a conceber alternativas viáveis e optar corajosamente por aquelas que servem todos os homens e o homem em todas as suas dimensões.**	Pint.5	

JN.2	homens e o homem de todas as dimensões» - dirigiu-se assim Maria de Lurdes Pintasilgo aqueles para quem «o sonho é uma constante da vida» e que «o Mundo pula e avança». Foi, enfim, um discurso de uma mulher de Estado. De um Estado moderno, que conhece «por anterior e dolorosa experiência própria, o dramático e negativo ciclo da intransigência política».	(2) Paralelamente, porque conhecemos, **por anterior e dolorosa experiência própria, o dramático e negativo ciclo da intransigência política** em similares circunstâncias, [temos a esperança de que, na presente Conferência de Londres, se obtenha uma fórmula que restaure a legalidade, defenda com equidade os diversos interesses legítimos envolvidos e restitua ao povo do Zimbabwe a liberdade efectiva da sua voz e vontade, sem injustas tutelas de minorias internas.]	Pint.66
JN.3	Lurdes Pintasilgo não fez - não era o local próprio - afirmações retumbantes, catalizadoras do acto entusiástico ou de incompreensão tantas vezes mesquinha dos políticos «de trazer por casa». Mas sendo a personalizada afirmação de uma política externa de um pequeno país, não deixa este discurso nas Nações Unidas de delinear as arestas de uma atitude moral perante as sociedades em crise, à procura já de um tempo perdido. «É que esta década de 70 confirmou - disse-o Lurdes Pintasilgo - de forma inequívoca que a independência económica e a independência política estão íntima e profundamente ligadas». A tal ponto se ligam os dois vectores que nós podemos perguntar que critérios fundamentam hoje a verdadeira independência. Estaremos já numa fase de troca económica que transcende o Estado-Nação, diminuindo porventura a sua força política? E se assim é, que salvaguarda pode encontrar-se no Estado-Nação para garantia da sua própria autonomia, das liberdades, das suas escolhas e opções?	(1) **É que esta década confirmou, de forma inequívoca, que a independência económica e a independência política estão íntima e profundamente ligadas**.	Pint.29
		(2) **A tal ponto se ligam os dois vectores que nos podemos perguntar que critérios fundamentam, hoje, a verdadeira independência. Estaremos já numa fase de troca económica, que transcende o Estado-Nação, diminuindo porventura a sua forma política? E se assim é, que salvaguardas pode encontrar o Estado-Nação para garantir a sua própria autonomia, a liberdade das suas escolhas e opções?**	Pint.31-32
Intertítulo 1	**«Direitos de todos a não serem meros subalternos»**	**Direitos de todos a não serem meros subalternos**, que as circunstâncias vinculam a potências mais fortes, mas a serem considerados como parceiros de pleno direito no plano internacional.	Pint.51
JN.4	Logicamente, não caberia a Lurdes Pintasilgo dar respostas definitivas, mas tão-somente equacionar nalgumas hipóteses de saída. Foi isso que deixou com charme e simpatia no edifício das Nações Unidas. E um desses vectores é fundamentalmente o Homem, o Homem unidimensional de que fala Marcuse. Porque - frisou a primeiro-ministro português - «Os direitos individuais alicerçam toda a ordem interna dos Estados». Há a liberdade e as garantias fundamentais da pessoa humana; há a informação objectiva e a capacidade de usufruir dos bens culturais e de participar no seu aprofundamento e feitura. Diz respeito sobretudo à possibilidade de cada homem escolher o seu destino, criar a sua história, dizer a sua palavra, acrescentar ao Mundo natural e organizado que não fez o gesto pessoal que é a própria cultura em movimento - direito de ser diferente e de exprimir essa diferença. Direito à vida como bem fundamental e direito à satisfação das necessidades básicas que a preservam. E como quem fala do homem fala dos povos, Lurdes Pintasilgo aludiu não apenas ao direito de soberania, mas igualmente e sobretudo ao direito sobre os recursos naturais e sobre o património cultural que dá às populações a fisionomia natural. De resto «direito de todos a não serem meros subalternos que as circunstâncias vinculam a potências mais fortes, mas a serem considerados como parceiros de pleno direito no plano internacional». Isto advertiu em gestos largos, expressivos, tal como a conhecemos aí em Portugal, a primeiro-ministro português. Isto porque, repito, «parece inútil o esforço dos que no interior de cada sociedade trabalham e lutam por um futuro melhor, por eles desenhado e querido, e que se vêem objecto de um jogo de xadrez, cujas regras desconhecem e não podem influenciar».	(1) **Os direitos individuais alicerçam toda a ordem interna dos Estados. Dizem respeito à liberdade e às garantias fundamentais da pessoa humana, à informação objectiva e à capacidade de usufruir dos bens culturais e de participar no seu aprofundamento e feitura. Dizem respeito, sobretudo, à possibilidade de cada homem escolher o seu destino, criar a sua história, dizer a sua palavra, acrescentar ao mundo natural e organizado, que não fez, o gesto pessoal que é a própria cultura-em-movimento - direito a ser diferente e a exprimir essa diferença. Direito à vida como bem fundamental e direito à satisfação das necessidades básicas que a preservam.**	Pint.48
		(2) **Direito inalienável de soberania sobre o território** - como sempre se considerou - **mas direito também (e não menos importante) sobre os recursos naturais e sobre o património cultural que lhes dão a fisionomia própria.** Direitos a estabelecerem a sua própria estratégia de desenvolvimento, os contornos das suas escolhas políticas, e os limites da sua própria actuação.	Pint.50
		(3) **Direitos de todos a não serem meros subalternos, que as circunstâncias vinculam a potências mais fortes, mas a serem considerados como parceiros de pleno direito no plano internacional.**	Pint.51 (rep.)
		(4) Quanto **parece inútil o esforço dos que, no interior de cada sociedade, trabalham e lutam por um futuro melhor, por eles desenhado e querido, e que se vêem objecto de um jogo de xadrez cujas regras desconhecem e não podem influenciar!**	Pint.52
Intertítulo 2	**Garantia das liberdades de cada homem**	Não é, por isso, possível falar em termos mundiais, quando se não afirma, explicitamente, o homem singular. É ele que é o princípio e o fim de todo o desenvolvimento, de todo o acto cultural, de toda a concepção política. A **garantia das liberdades de cada homem** deixa de ser o problema restrito para ser um problema mundial.	Pint.95

JN.5	Por tudo isto, Lurdes Pintasilgo vincou as opções de Portugal: o apoio ao desenvolvimento, à luta contra o armamentismo, à autodeterminação dos povos, à nova ordem económica mundial e de informação. E é nessa perspectiva que se anteolham os anos 80. «A grande tarefa dessa década é, em nosso entender, a criação de uma nova ordem internacional que transcende os planos exclusivamente económico e político para se situar também no plano social, cultural e da informação. Não se trata de uma reorganização mais ou menos tecnocrática, do sistema de trocas económicas e comerciais entre as nações. A este nível urge descobrir atitudes mentais, arriscadas e imaginativas e transformações estruturais capazes de integrarem factores que a época do domínio da ideologia industrialista deixou do acto».	(1) Ao tentar enunciar, em termos muito sumários, o que me aparece como **sedimento da década de 70**, no quadro do sistema das Nações Unidas, deixo deliberadamente de lado os numerosos pontos da agenda que mereceriam, só por si, uma intervenção no plenário. A delegação do meu país não deixará de, nas comissões respectivas, sobre eles especificamente intervir./ Noto, entre outras, as situações em Chipre e no Sudeste Asiático, as iniciativas para a **desnuclearização** da África, Médio Oriente e Ásia do Sul, os passos necessários para o estabelecimento de uma **nova ordem internacional da informação**, a realização da Conferência Mundial para o **Desarmamento**	Pint.14
		(2) Digamo-lo com clareza: não há estratégia de **desenvolvimento** para **a década de 80** que seja compatível com a continuação da actual política de corrida aos **armamentos**. Assim, ou a maior parte dos recursos financeiros, científicos e tecnológicos são «desviados» para a solução dos **problemas de desenvolvimento**, ou o equilíbrio e a **nova ordem mundial** não passarão de mitos.	Pint.54
		(3) Bloco iniciado pelo intertítulo 9: «Direito à **autodeterminação**»	Pint.64-69
JN.5 (continuação)		(4) A reflexão sobre o sedimento que os anos 70 nos deixaram, leva-nos a olhar com esperança a década de 80 que se avizinha./ **A grande tarefa dessa década é, em nosso entender, a criação de uma nova ordem internacional que transcenda os planos exclusivamente económico e político para se situar também no plano social, cultural e da informação. Não se trata de uma reorganização, mais ou menos tecnocrática, dos sistemas de trocas económicas e comerciais entre as nações. A esse nível, urge descobrir atitudes mentais arriscadas e imaginativas e transformações estruturais capazes de integrarem factores que a época de domínio da ideologia industrialista deixou de lado.**	Pint.74-75
JN.6	Enfim, «tal matriz incorpora o abandono do egoísmo institucionalizado e procura deliberada de métodos sociais e culturais que se situam num registo diferente do mero crescimento económico». Tudo isto é muito claro. Encerra-se aqui, enfim, aquilo que é para Maria de Lurdes Pintasilgo, o «rosto moral do relacionamento entre as nações». Está em jogo - sublinhou a primeiro-ministro de Portugal - «não somente a mudança de forma de vida de todos nós, nem apenas um novo pragmatismo nas relações entre os povos e os países. Trata-se sobretudo da necessidade imperativa de juntos - pacientemente - sonharmos com fraternidade e à luz da nossa medida, o gosto moral que vem faltando ao relacionamento entre as nações. Deus definirá o perfil do Homem nos tempos novos capazes de justificar a esperança na construção de um novo assento na civilização humana. Não é por isso possível falar em termos mundiais quando só afirma explicitamente o homem singular. É ele que é o princípio e o fim de todo o desenvolvimento, de todo o acto cultural, de toda a concepção política. A garantia das liberdades de cada homem deixa de ser problema restrito para ser um problema mundial».	(1) **Tal matriz incorpora o abandono do egoísmo institucionalizado e a procura deliberada de métodos sociais e culturais, que se situam num registo diferente do mero crescimento económico.**	Pint.79 (rep.)
		(2) Intertítulo 15: **O rosto moral do relacionamento entre as nações**	Int.15
		(3) **O que está em jogo não é somente uma mudança da forma de vida de todos nós, nem apenas um novo pragmatismo nas relações entre povos e países, nem sequer uma mera estratégia respeitável de sobrevivência internacional. Trata-se sobretudo da necessidade imperativa de juntos - pacientemente - desenharmos com fraternidade e à luz da nossa humana medida, o rosto moral que vem faltando ao relacionamento entre as nações./ Nele se definirá o perfil do homem dos tempos novos, capaz de justificar a esperança na construção de um novo momento na civilização humana./ Não é, por isso, possível falar em termos mundiais, quando se não afirma, explicitamente, o homem singular. É ele que é o princípio e o fim de todo o desenvolvimento, de todo o acto cultural, de toda a concepção política. A garantia das liberdades de cada homem deixa de ser o problema restrito para ser um problema mundial.**	Pint.93-95 (rep.)
JN.7	O discurso histórico que Maria de Lurdes Pintasilgo proferiu na ONU foi ainda o discurso de uma mulher combativa, que não se queda e luta perante os problemas: «Que me seja permitido afirmar, em relação às mulheres, que o inegável progresso verificado no mundo quanto à participação de algumas delas em postos-chaves de tomada de decisão política não nos deve fazer esquecer que a imensa maioria das mulheres está ainda longe de poder contribuir, em plena igualdade de direitos e de oportunidades, para a criação de novos modelos de vida e sociedade de que toda a humanidade tanto carece». Tudo isto é claro, e é reconfortante saber que a primeiro-ministo de Portugal foi aplaudida demoradamente por grande parte da Assembleia Geral das Nações Unidas. Lurdes Pintasilgo que, hoje, é recebida pelo chefe político da Santa Sé - o Papa João Paulo II.	**Que me seja permitido afirmar, em relação a este último ponto, que o inegável progresso verificado no mundo, quanto à participação de algumas mulheres em postos-chave de tomada de decisão política, não nos deve fazer esquecer que a imensa maioria das mulheres está, ainda, longe de poder contribuir, em plena igualdade de direitos e de oportunidades, para a criação dos novos modelos de vida e sociedade de que toda a humanidade tanto carece.**	Pint.16

Intertítulo 3	**Solidariedade - a palavra-chave**	Podemos, desde já, afirmar que a expressão tão frequentemente usada de «**solidariedade** mundial» traduz uma nova sensibilidade de «cooperação internacional» e implica um novo tipo de relacionamento entre os povos e as nações.	Pint.85 (rep.)
JN.8	Resta-nos, em suma, vincar que Portugal trouxe ao umbigo do Mundo, que é o Palácio de Vidro de Nova Iorque, a palavra-chave do nosso quotidiano: a solidariedade. Não será portanto de admirar que Lurdes Pintasilgo tenha utilizado António Gedeão para dizer que «os homens da minha aldeia são centenas de milhões». Nós não estamos sós. Maria de Lurdes Pintasilgo provou que Portugal, esse pequeno rectângulo europeu, tem um papel no Mundo de hoje, já que aceita a «via original de cada caminho» mas fundamentalmente porque exerce uma atitude sem dúvida moral perante o consenso das nações. Consenso esse que Maria de Lurdes Pintasilgo chamou como a nova saída perante a ditadura do voto. Tudo se conjuga em si para que a jornada de Nova Iorque de Maria de Lurdes Pintasilgo se transforme num momento alto da vida política portuguesa, já que hoje, Maria de Lurdes Pintasilgo será recebida por João Paulo II, mas mais tarde terá a oportunidade de trocar impressões com o secretário de Estado norte-americano, Cyrus Vance, então aí tudo poderá ser diferente. Tanto mais que pelos corredores da Embaixada de Portugal em Washington sabe-se que há, da parte da Casa Branca, a probabilidade de Jimmy Carter convidar o general Eanes a visitar os Estados Unidos. Isso nunca aconteceu a um chefe de Estado de Portugal. Seria sem dúvida ouro sobre azul para Ramalho Eanes poder deslocar-se ao país que domina praticamente o Ocidente. Quer uma quer outra faceta desta viagem de Maria de Lurdes Pintasilgo constituem afinal todo um leque de um comportamento vasto que é resultado inequívoco do «25 de Abril».	(1) Podemos, desde já, afirmar que a expressão tão frequentemente usada de «**solidariedade** mundial» traduz uma nova sensibilidade de «cooperação internacional» e implica um novo tipo de relacionamento entre os povos e as nações.	Pint.85 (rep.2)
		(2) A minha aldeia: Minha aldeia é todo o Mundo./ Todo o Mundo me pertence/ Aqui me encontro e confundo/ Com gente de todo o Mundo/ Que a todo o Mundo pertenço./ Bate o Sol na minha aldeia/ Com várias inclinações./ ângulo novo, nova ideia:/ Outros graus, outras razões./ **Que os homens da minha aldeia/ São centenas de milhões.**	Pint.99
		(3) Venho de **um país pobre e pequeno**, de um país que, desde 25 Abril de 1974, liga indissoluvelmente as liberdades de cada português à solidariedade activa com todos os povos do mundo./ Hoje, levantadas as ambiguidades da história já passada, é na sua vida quotidiana, no espaço e lugar que são os seus, que **o meu país vive, experimenta e constrói, a sua parte da nova solidariedade mundial, ainda em gestação**.	Pint.96-97
		(4) Trata-se da capacidade de uma dada sociedade fazer face, de forma dinâmica, à sua própria evolução histórica com a cultura que é a sua, com as técnicas e os materiais que são os seus. Trata-se da **via original de cada caminho histórico**.	Pint.46
		(5) A preocupação crescente em todo o sistema e a experiência dos últimos anos, tendente a transformar as posições antagónicas em plataformas de concertação, capazes de negociarem pelo diálogo e pelo esclarecimento mútuo, veio substituir, à **tirania do voto**, a prática cheia de sabedoria do **consenso**. O que está em causa, numa tal evolução, é a passagem gradual do juridismo à prática da convivência e da **solidariedade**.	Pint.21
		(6) Venho de um país pobre e pequeno, de um país que, **desde 25 Abril de 1974**, liga indissoluvelmente as liberdades de cada português à solidariedade activa com todos os povos do mundo.	Pint.96
Intertítulo 4	**Apelo à normalidade de vida das populações de Timor Leste**	Também a um outro povo - o de **Timor Leste** - este directamente ligado pela história, ao meu país, continua a ser negado o seu legítimo direito à auto-determinação. Apesar de repetidas condenações das Nações Unidas, e não obstante as resoluções aprovadas por esta Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança, nem o povo timorense pôde, até agora, exercer efectivamente aquele direito, nem Portugal, como potência administrante, tem possibilidade de, por si só, inverter a situação injusta ali criada. Apelamos, portanto, para a consciência internacional de modo a que, rapidamente, **se encontrem condições para uma progressiva normalidade da vida das populações de Timor Leste.**	Pint.69
JN.9	Lurdes Pintasilgo apelou, ainda, no seu discurso para «a consciência internacional» com vista a que se encontrem condições para uma progressiva normalidade da vida das populações de Timor Leste».	Também a um outro povo - o de **Timor Leste** - este directamente ligado pela história, ao meu país, continua a ser negado o seu legítimo direito à auto-determinação. Apesar de repetidas condenações das Nações Unidas, e não obstante as resoluções aprovadas por esta Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança, nem o povo timorense pôde, até agora, exercer efectivamente aquele direito, nem Portugal, como potência administrante, tem possibilidade de, por si só, inverter a situação injusta ali criada. Apelamos, portanto, para a **consciência internacional de modo a que,** rapidamente, **se encontrem condições para uma progressiva normalidade da vida das populações de Timor Leste.**	Pint.69 (rep.)

JN.10	No ponto em que se ocupava do direito à autodeterminação, Lurdes Pintasilgo referiu ainda os casos da Namíbia e do Zimbabwe formulando votos para que se encontre uma fórmula, na conferência de Londres, «que restaure a legalidade, defenda com equidade os diversos interesses legítimos envolvidos e restitua ao povo do Zimbabwe a liberdade efectiva da sua voz e vontade, sem tutelas da minoria interna.»	Das diversas tarefas que as Nações Unidas têm cumprido, para assegurar um efectivo exercício dos direitos fundamentais dos povos, a descolonização e a defesa do **direito de auto-determinação** têm ocupado lugar significativo e revelado as potencialidades da efectiva capacidade de intervenção moral. Permanecem, porém, algumas situações coloniais que afectam a estabilidade internacional e desafiam a consciência das nações. Assim ocorre na África Austral, onde, **na Namíbia e no Zimbabwe**, persistem ordenamentos políticos ilegais que, não só têm impedido a livre auto-determinação das respectivas populações, como ainda estão na raiz de condenáveis ataques a países vizinhos a que nos ligam laços de especial solidariedade./ Espera o Governo Português que os esforços diplomáticos empreendidos, no quadro das Nações Unidas, para pôr termo à ocupação ilegal da Namíbia, possam, em tempo breve, conduzir à independência deste país, no inteiro respeito da respectiva unidade e integridade territorial, e da vontade livremente expressa de todas as suas forças políticas./ Paralelamente, porque conhecemos, por anterior e dolorosa experiência própria, o dramático e negativo ciclo da intransigência política em similares circunstâncias, **temos a esperança de que, na presente Conferência de Londres, se obtenha uma fórmula que restaure a legalidade, defenda com equidade os diversos interesses legítimos envolvidos e restitua ao povo do Zimbabwe a liberdade efectiva da sua voz e vontade, sem injustas tutelas de minorias internas.**	Pint.64-67
JN.11	A chefe do Executivo português reiterou, em nome de Portugal, a «condenação da prática política e social do «apartheid», que ofende gravemente a consciência moral das nações e constitui negra barreira para um integral progresso humano».	Outro aspecto da mesma realidade negativa prevalecente nesta área, revela-se na continuação do sistema do «**apartheid**», que o recente estabelecimento de mais um «bantustão» - significativamente apenas reconhecido pelos seus próprios criadores - constitui infeliz prova de persistência. Portugal, a cujo povo sempre repugnou qualquer discriminação assente em factores rácicos, reitera, com firmeza, a sua **condenação desta prática política e social que ofende gravemente a consciência moral das Nações e constitui negra barreira para um integral processo humano.**	Pint.68
JN.12	Referindo-se ao direito à paz, a estadista portuguesa afirmou que «não há estratégia de desenvolvimento, para a década de 80 que seja compatível com a continuação da actual política de corrida aos armamentos».	Digamo-lo com clareza: **não há estratégia de desenvolvimento para a década de 80 que seja compatível com a continuação da actual política de corrida aos armamentos**. Assim, ou a maior parte dos recursos financeiros, científicos e tecnológicos são «desviados» para a solução dos problemas de desenvolvimento, ou o equilíbrio e a nova ordem mundial não passarão de mitos.	Pint.54 (rep.)
JN.13	Reconhecendo a complexidade e «o melindre» das negociações de desarmamento, congratulou-se, em nome de Portugal, com as negociações SALT e atribuiu «significativa importância» às inicatvas no sentido de serem estabelecidos «esquemas regionais de segurança», conforme ocorre com a conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa. *[sic.]*	**Reconhecemos**, é certo, **a complexidade e melindre das negociações de desarmamento** e não esquecemos o legítimo direito dos Estados de garantir a sua segurança. Afirmamos, no entanto, o imperativo moral - e também pragmático - de se criar o espírito e os mecanismos adequados em ordem a substituir a latente hostilidade que, hoje, separa vastas áreas do globo, por um ambiente de confiança e mútuo respeito./ Só assim se conseguirá transferir, para objectivos de progresso humano, larga parte dos recursos técnicos e financeiros que a indústria de armas agora mobiliza./ Nesta perspetiva, **o meu país congratula-se com negociações SALT** entre as duas grandes potências, cuja continuação e respectivo alargamento poderão constituir significativo passo para um efectivo desanuviamento internacional. De igual modo, **Portugal atribui significativa importância às iniciativas** encorajadas pela Organização, **no sentido de serem estabelecidos esquemas regionais de segurança, conforme ocorre com a Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa**.	Pint.58-60
JN.14	Referindo-se ao direito à pátria, deixou «o claro testemunho de Portugal» acerca das expectativas da gente palestiniana «para que lhe seja reconhecido o inalienável direito humano de possuir uma pátria, a que livremente se acolha, e seja posto termo a uma situação que afecta a consciência moral das nações».	**Portugal**, que presidiu recentemente à Comissão do Conselho de Segurança sobre os aldeamentos israelitas nos territórios Árabes Ocupados **desejaria deixar aqui o seu claro testemunho acerca das crescentes expectativas e ansiedade da gente palestina para que lhe seja reconhecido o inalienável direito humano de possuir uma Pátria a que livremente se acolha e seja posto termo a uma situação que afecta a consciência moral das nações.**	Pint.63

** Casos de análise: topo da pirâmide invertida*

Rep. - repetição

Reescrita do *DA* : notícia principal - Maria de Lurdes Pintasilgo (1979)

	DA (T2'')	Maria de Lurdes Pintasilgo (T1'.2)	Ref.ª versão de partida	
Título (1.ª página)	**«Não é possível falar em termos mundiais quando se não afirma, explicitamente, o homem singular»**	**Não é, por isso, possível falar em termos mundiais, quando se não afirma, explicitamente, o homem singular.** É ele que é o princípio e o fim de todo o desenvolvimento, de todo o acto cultural, de toda a concepção política. A garantia das liberdades de cada homem deixa de ser o problema restrito para ser um problema mundial.	Pint.95	o
DA.1 (1.ª página)	Centrando a sua intervenção nos grandes problemas que afectam a humanidade, a primeiro-ministro português apelou ontem, na Assembleia Geral da ONU, para a consciência internacional, com vista a que se encontrem «condições para uma progressiva normalidade de vida das populações de Timor Leste».	Também a um outro povo - o de **Timor Leste** - este directamente ligado pela história, ao meu país, continua a ser negado o seu legítimo direito à auto-determinação. Apesar de repetidas condenações das Nações Unidas, e não obstante as resoluções aprovadas por esta Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança, nem o povo timorense pôde, até agora, exercer efectivamente aquele direito, nem Portugal, como potência administrante, tem possibilidade de, por si só, inverter a situação injusta ali criada. Apelamos, portanto, para a **consciência internacional de modo a que,** rapidamente, **se encontrem condições para uma progressiva normalidade da vida das populações de Timor Leste.**	Pint.69	o
DA.2	No ponto em que se ocupava do direito à auto-determinação, Lurdes Pintasilgo referiu ainda os casos da Namíbia e do Zimbabwe formulando votos para que se encontre uma fórmula, na conferência de Londres, «que restaure a legalidade, defenda com equidade os diversos interesses legítimos envolvidos e restitua ao povo do Zimbabwe a liberdade efectiva da sua voz e vontade, sem tutelas de minoria interna».	Das diversas tarefas que as Nações Unidas têm cumprido, para assegurar um efectivo exercício dos direitos fundamentais dos povos, a descolonização e a defesa do **direito de auto-determinação** têm ocupado lugar significativo e revelado as potencialidades da efectiva capacidade de intervenção moral. Permanecem, porém, algumas situações coloniais que afectam a estabilidade internacional e desafiam a consciência das nações. Assim ocorre na África Austral, onde, **na Namíbia e no Zimbabwe**, persistem ordenamentos políticos ilegais que, não só têm impedido a livre auto-determinação das respectivas populações, como ainda estão na raiz de condenáveis ataques a países vizinhos a que nos ligam laços de especial solidariedade./ Espera o Governo Português que os esforços diplomáticos empreendidos, no quadro das Nações Unidas, para pôr termo à ocupação ilegal da Namíbia, possam, em tempo breve, conduzir à independência deste país, no inteiro respeito da respectiva unidade e integridade territorial, e da vontade livremente expressa de todas as suas forças políticas./ Paralelamente, porque conhecemos, por anterior e dolorosa experiência própria, o dramático e negativo ciclo da intransigência política em similares circunstâncias, **temos a esperança de que, na presente Conferência de Londres, se obtenha uma fórmula que restaure a legalidade, defenda com equidade os diversos interesses legítimos envolvidos e restitua ao povo do Zimbabwe a liberdade efectiva da sua voz e vontade, sem injustas tutelas de minorias internas.**	Pint.64-67	
DA.3	O chefe do executivo português reiterou, em nome de Portugal, a «condenação da prática política e social do apartheid, que ofende gravemente a consciência moral das nações e constitui negra barreira para um integral progresso humano».	Outro aspecto da mesma realidade negativa prevalecente nesta área, revela-se na continuação do sistema do «**apartheid**», que o recente estabelecimento de mais um «bantustão» - significativamente apenas reconhecido pelos seus próprios criadores - constitui infeliz prova de persistência. Portugal, a cujo povo sempre repugnou qualquer discriminação assente em factores rácicos, reitera, com firmeza, a sua **condenação desta prática política e social que ofende gravemente a consciência moral das Nações e constitui negra barreira para um integral processo humano.**	Pint.68	
DA.4	Referindo-se ao direito à paz, a estadista portuguesa afirmou que «não há estratégia de desenvolvimento para a década de 80 que não seja compatível com a continuação da actual política de corrida aos armamentos».	Digamo-lo com clareza: **não há estratégia de desenvolvimento para a década de 80 que seja compatível com a continuação da actual política de corrida aos armamentos**. Assim, ou a maior parte dos recursos financeiros, científicos e tecnológicos são «desviados» para a solução dos problemas de desenvolvimento, ou o equilíbrio e a nova ordem mundial não passarão de mitos.	Pint.54	
DA.5	Assim, acrescentou, «ou a maior parte dos recursos financeiros científicos e tecnológicos são desviados para a solução dos problemas de desenvolvimento, ou o equilíbrio e a nova Ordem Mundial não passarão de mitos».	Digamo-lo com clareza: não há estratégia de desenvolvimento para a década de 80 que seja compatível com a continuação da actual política de corrida aos armamentos. **Assim, ou a maior parte dos recursos financeiros, científicos e tecnológicos são «desviados» para a solução dos problemas de desenvolvimento, ou o equilíbrio e a nova ordem mundial não passarão de mitos.**	Pint.54	

DA.6	Reconhecendo a complexidade e «o melindre» das negociações de desarmamento, congratulou-se, em nome de Portugal, com as negociações Salt e atribuíu «significativa importância» às iniciativas no sentido de serem estabelecidos «esquemas regionais de segurança», conforme ocorre com a conferência sobre a segurança e cooperação na Europa.	**Reconhecemos**, é certo, **a complexidade e melindre das negociações de desarmamento** e não esquecemos o legítimo direito dos Estados de garantir a sua segurança. Afirmamos, no entanto, o imperativo moral - e também pragmático - de se criar o espírito e os mecanismos adequados em ordem a substituir a latente hostilidade que, hoje, separa vastas áreas do globo, por um ambiente de confiança e mútuo respeito./ Só assim se conseguirá transferir, para objectivos de progresso humano, larga parte dos recursos técnicos e financeiros que a indústria de armas agora mobiliza./ Nesta perspetiva, **o meu país congratula-se com negociações SALT** entre as duas grandes potências, cuja continuação e respectivo alargamento poderão constituir significativo passo para um efectivo desanuviamento internacional. De igual modo, **Portugal atribui significativa importância às iniciativas** encorajadas pela Organização, **no sentido de serem estabelecidos esquemas regionais de segurança, conforme ocorre com a Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa**.	Pint.58-60
DA.7	Referindo-se ao direito à pátria, deixou «o claro testemunho de Portugal» acerca das expectativas da gente palestiniana «para que lhe seja reconhecido o inalienável direito humano de possuir uma pátria, a que livremente se acolha, e seja posto termo a uma situação que afecta a consciência moral das nações».	**Portugal**, que presidiu recentemente à Comissão do Conselho de Segurança sobre os aldeamentos israelitas nos territórios Árabes Ocupados **desejaria deixar aqui o seu claro testemunho acerca das crescentes expectativas e ansiedade da gente palestina para que lhe seja reconhecido o inalienável direito humano de possuir uma Pátria a que livremente se acolha e seja posto termo a uma situação que afecta a consciência moral das nações.**	Pint.63
DA.8	Lurdes Pintasilgo considerou imperativo, paralelamente ao reconhecimento dos direitos fundamentais dos povos nas suas diversas manifestações, «criar e consolidar» um direito ao património comum da humanidade.	**Paralelamente ao reconhecimento dos direitos fundamentais dos povos nas suas diversas manifestações**, vem emergindo, com maior clareza, **o imperativo de se criar e consolidar um direito** que procure dar expressão legal e equitativa à presente interdependência das Nações, no plano do aproveitamento e defesa dos factores ecológicos e dos recursos físicos da Humanidade./ A incorporação, numa futura convenção relativa ao direito do mar, de princípios **como o do «património comum da humanidade»** e de um sistema de exploração de uma importante área marítima baseada em tal princípio, a procura de soluções jurídicas visando uma mais justa redistribuição dos recursos naturais vivos e não vivos à escala mundial ou regional fornecem, de facto, precedentes de grande alcance para o futuro das regras que deverão reger as relações internacionais, e são um passo positivo na construção de uma nova ordem mundial.	Pint.70-71
DA.9	Para encontrar «novos modelos» de sociedade, a primeiro-ministro português propôs «o abandono do egoísmo institucionalizado e a procura deliberada de metas sociais e culturais, que se situem num registo diferente do mero crescimento económico», para os países industrializados.	(1) Em duas frentes são necessárias tais atitudes e transformações. Trata-se, em primeiro lugar, da descoberta de **novos modelos para as sociedades post-industrializadas**.	Pint.76
		(2) Tal matriz incorpora **o abandono do egoísmo institucionalizado e a procura deliberada de métodos sociais e culturais, que se situam num registo diferente do mero crescimento económico.**	Pint.79
DA.10	Quanto aos países pobres, apontou o cultivo do diálogo e a redescoberta de que «uma Ordem mais justa não depende somente da tolerância, da compreensão e das concessões dos ricos, que cada país pobre pretende, à sua maneira, ganhar para si, mas da clareza dos nossos propósitos, das irrefutáveis conquistas que tivemos na ordem interna».	Havemos de **cultivar uma maior capacidade de diálogo**, sem quebra da firmeza, na defesa de posições justas; havemos de enveredar por um são pragmatismo que não fique cerceado, à partida, pelo radicalismo verbal em que se escoa muitas vezes a nossa impotência./ Havemos, sobretudo, de redescobrir que **uma ordem mais justa não depende somente da tolerância, da compreensão e das «concessões» dos ricos que cada país pobre pretende, à sua maneira, ganhar para si, mas da clareza dos nossos propósitos, das irrefutáveis conquistas que tivermos feito na ordem interna.**	Pint.82-83
DA.11	Para uma nova sociedade mundial, Lurdes Pintasilgo atribuíu às Nações Unidas a responsabilidade de «assumir o desafio», pois que «a linha de consenso, apesar de difícil, não é irrealizável»	**Cabe, assim, à Organização das Nações Unidas assumir o desafio** deste novo período, sob pena de ficar marginalizada e impotente perante a tarefa histórica que hoje se abre à lucidez e sabedoria das nações./ **A linha de consenso, apesar de difícil, não é irrealizável**, já que - conhecem-no com clareza uns e outros - a alternativa nem é moralmente límpida, nem tão pouco tranquilizadora. Por isso, a consciência da necessidade de um novo ordenamento internacional - do político ao económico, do social ao cultural - embora ainda no começo, vai ganhando amplitude.	Pint.90-91

DA.12	Para Lurdes Pintasilgo, «o que está em jogo não é somente uma mudança de forma de vida, nem apenas um novo pragmatismo nas relações entre povos e países, nem sequer uma mera estratégia respeitável de sobrevivência internacional.	**O que está em jogo não é somente uma mudança da forma de vida de todos nós, nem apenas um novo pragmatismo nas relações entre povos e países, nem sequer uma mera estratégia respeitável de sobrevivência internacional.** Trata-se sobretudo da necessidade imperativa de juntos - pacientemente - desenharmos com fraternidade e à luz da nossa humana medida, o rosto moral que vem faltando ao relacionamento entre as nações.	Pint.93
DA.13	A primeiro-ministro português não se esqueceu de sublinhar perante a Assembleia Geral da ONU, como indispensável, o reforço dos valores culturais na defesa de «uma comunidade mundial mais rica na sua diversidade», dentro da linha que propôs de «desenvolvimento endógeno» dos povos.	(1) **O reforço dos valores culturais** é, hoje, a linha por onde passa necessariamente toda e qualquer estratégia de verdadeira independência nacional. E isto não é apenas na salvaguarda legítima da soberania de cada povo, mas **na defesa de uma comunidade mundial mais rica na sua diversidade**, mais capaz de enfrentar os problemas com a contribuição própria de cada cultura e de cada povo.	Pint.42
		(2) **O desenvolvimento que procuramos para todos os povos é, assim, um desenvolvimento endógeno**. Não se trata de um desenvolvimento em vaso fechado, na busca de uma qualquer raiz mítica que, subitamente, desse origem a uma nova ciência e uma nova técnica. Não.	Pint.44
DA.14	Especificando, nele engloba-se «o respeito pelo ritmo de crescimento de cada região», o «melhor aproveitamento das suas matérias-primas» e a «capacidade de uma dada sociedade fazer face de forma dinâmica à sua própria evolução histórica com a cultura que é a sua e os materiais que são os seus.»	Trata-se de **respeito pelo ritmo de crescimento de cada região**, do **melhor aproveitamento das suas matérias-primas**, da perceção das correlações entre o homem e a natureza, entre o presente e a história feita ou por fazer./ Trata-se da **capacidade de uma dada sociedade fazer face, de forma dinâmica, à sua própria evolução histórica com a cultura que é a sua, com as técnicas e os materiais que são os seus**. Trata-se da via original de cada caminho histórico.	Pint.45-46
DA.15	Para Pintasilgo, por tudo quanto disse, «não é possível falar em termos mundiais quando se não afirma, explicitamente o homem singular».	**Não é, por isso, possível falar em termos mundiais, quando se não afirma, explicitamente, o homem singular.** É ele que é o princípio e o fim de todo o desenvolvimento, de todo o acto cultural, de toda a concepção política. A garantia das liberdades de cada homem deixa de ser o problema restrito para ser um problema mundial.	Pint.95 (rep.)
DA.16	Por isso, rematou o seu discurso lendo uns versos dum poeta português contemporâneo que metaforicamente liga o povo português à humanidade inteira.	Não admira, por isso, que **um dos seus poetas contemporâneos assim exprima, metaforicamente, a ligação do povo português à humanidade inteira**. Permita-me, Senhor Presidente, **que termine lendo**, como um testemunho e um voto para a comunidade mundial, **esse poema**: A minha aldeia - Minha aldeia é todo o Mundo./ Todo o Mundo me pertence/ Aqui me encontro e confundo/ Com gente de todo o Mundo/ Que a todo o Mundo pertenço./ Bate o Sol na minha aldeia/ Com várias inclinações./ ângulo novo, nova ideia:/ Outros graus, outras razões./ Que os homens da minha aldeia/ São centenas de milhões.	Pint.98-99

** Casos de análise: topo da pirâmide invertida*

Rep. - repetição

1995

Reescrita do *DN*: notícia principal - Bill Clinton (1995)

	DN (T2)	Bill Clinton (T1'.3)	Ref.ª versão de partida	
DN.8	Um dos principais visados, o Presidente americano Bill Clinton, cujo país, só pela sua parte, deve mil milhões de dólares à organização internacional, declarou simplesmente, numa breve alusão a esse problema, que as Nações Unidas devem reformar-se e «fazer mais com menos» dinheiro.	Reform requires breaking up bureaucratic fiefdoms; eliminating obsolete agencies; **and doing more with less. The United Nations must reform** to remain relevant, and to play a still stronger role in the march of freedom, peace and prosperity. [*Referência explícita no discurso de Clinton aos problemas relacionados com o financiamento dos EUA à ONU:* Last year I pledged that the United States would continue to contribute substantially to the finances of the United Nations. Historically the United States has been — and today it remains — the largest contributor to the United Nations. But I am determined that we must fully meet our obligations and I am working with our Congress on a plan to do so.]	Cl.8 *[* vide *Cl.6]*	o
DN.9	No seu discurso, Clinton propôs à comunidade internacional cinco iniciativas a fim de lutar contra a delinquência internacional, nomeadamente o tráfico de droga e o terrorismo.	Nothing we do will make us invulnerable. But we can all become less vulnerable if we work together. That is why **today I am announcing new initiatives to fight international organized crime, drug trafficking, terrorism and the spread of weapons of mass destruction** — initiatives we can take on our own and others we hope we will take together — in the form of an international declaration to promote the safety of the world's citizens.	Cl.26	

** Casos de análise: topo da pirâmide invertida*

Rep. - repetição

Reescrita do *JN*: notícia principal - Bill Clinton (1995)

	JN (T2')	Bill Clinton (T1'.3)	Ref.ª versão de partida	
JN.18	Entretanto, o primeiro chefe de Estado a discursar, o presidente norte-americano, Bill Clinton, propôs cinco iniciativas para combater a delinquência internacional, designadamente o tráfico de droga e o terrorismo.	Nothing we do will make us invulnerable. But we can all become less vulnerable if we work together. That is why **today I am announcing new initiatives to fight international organized crime, drug trafficking, terrorism and the spread of weapons of mass destruction** — initiatives we can take on our own and others we hope we will take together — in the form of an international declaration to promote the safety of the world's citizens.	Cl.26	o
JN.19	O chefe da Casa Branca reiterou, por outro lado, o propósito de integrar tropas norte-americanas numa força de paz na Bósnia, no âmbito da aplicação no terreno de um eventual acordo de paz.	In the Balkans, the international community's determination and the resolve of the North Atlantic Treaty Organization (NATO) have made prospects for peace brighter than they have been for four long years. Let me salute the efforts of the United Nations on behalf of the people of **Bosnia**. The nations that took part in **the United Nations Protection Force (UNPROFOR)** kept the toll of this terrible war — in lives lost; wounds left unhealed; children left unfed — from being far graver still./ Next week, the parties to the war in Bosnia will meet in Dayton, Ohio, under the auspices of the United States and our Contact Group partners — Russia, the United Kingdom, France and Germany — to intensify the search for peace./ Many fundamental differences remain. But I urge the parties to seize this chance for a settlement. **If they achieve peace the United States will be there with our friends and allies to help secure it.**	Cl.10 e 12	
JN.20	Bill Clinton apelou ainda a uma reformulação da ONU no sentido de a organização internacional «fazer mais com menos meios. A reforma da ONU é condição para não perder actualidade», disse, reiterando, assim, o apoio de Washington à organização.	Reform requires breaking up bureaucratic fiefdoms; eliminating obsolete agencies; **and doing more with less. The United Nations must reform** to remain relevant, and to play a still stronger role in the march of freedom, peace and prosperity.	Cl.8	
JN.21	«Continuamos a precisar da ONU», disse, sem se alargar, porém, sobre a questão da dívida do seu país às Nações Unidas, superior a 150 milhões de contos, a que fez apenas uma breve alusão.	So at the dawn of a new century so full of promise yet plagued by peril, **we still need the United Nations**. And so, for another 50 years and beyond, you can count the United States in. [*Referência explícita no discurso de Clinton aos problemas relacionados com o financiamento dos EUA à ONU:* Last year I pledged that the United States would continue to contribute substantially to the finances of the United Nations. Historically the United States has been — and today it remains — the largest contributor to the United Nations. But I am determined that we must fully meet our obligations and I am working with our Congress on a plan to do so.]	Cl.45 *[* vide *Cl.6]*	
JN.22	Clinton dedicou sobretudo o seu discurso de 15 minutos (o triplo do tempo que lhe fora concedido) aos novos perigos que se deparam à comunidade internacional na era do pós-Guerra Fria.	**But our time is not free of peril**. **As the cold war gives way to the global village**, too many people remain vulnerable to poverty, disease and underdevelopment. All of us are exposed to ethnic and religious hatred, the reckless aggression of rogue States, terrorism, organized crime, drug trafficking, and the proliferation of weapons of mass destruction.	Cl.14	
JN.23	Começou por exortar a comunidade internacional a negociar e a aceitar uma declaração conjunta sobre o crime internacional e a segurança do cidadão, comportando uma cláusula a proibir qualquer país de dar abrigo a um delinquente.	But because we must win this battle together, **I now invite every country to join in negotiating and endorsing a declaration on international crime and citizen safety**./ **That declaration should include, first, a no-sanctuary pledge** so that we could say together to **organized criminals, terrorists, drug traffickers and smugglers**, «You have nowhere to run and nowhere to hide».	Cl.30-31	
	A segunda iniciativa diz respeito a um pacto terrorista levando todos os estados a ratificar os tratados antiterroristas existentes. Clinton propõe igualmente uma ofensiva anti-droga. «Devemos intensificar a luta	(1) It should include, secondly, **a counter-terrorism pact so that together we would urge more States to ratify existing anti-terrorism treaties** and work with us to shut down the grey markets that outfit terrorists and criminals with firearms and false documents.	Cl.32	

JN.24	antiterroristas existentes. Clinton propôs igualmente uma ofensiva anti-droga. «Devemos intensificar a luta contra os cartéis, promovendo ao mesmo tempo a destruição das colheitas, e quanto aos países consumidores, como os Estados Unidos, há que reduzir a procura», acrescentou.	(2) Thirdly, **there should be an anti-narcotics offensive.** The international drug trade poisons people, breeds violence and tears at the moral fabric of our societies. **We must intensify action against the drug cartels and the destruction of drug crops, and we in consumer nations such as the United States must decrease demand for drugs.**	Cl.33
JN.25	A quarta iniciativa do presidente norte-americano tem a ver com a criação de uma rede de centros operacionais no Mundo inteiro para reforçar a cooperação entre as forças de polícia. A completar a série, Clinton apelou uma vez mais a um reforço da convenção sobre as armas bacteriológicas e à eliminação do flagelo mortal das minas, na sequência da conclusão, no próximo ano, do tratado global de proibição das experiências nucleares.	(1) Fourthly, **we should have an effective police-force partnership**. International criminal organizations target nations whose law-enforcement agencies lack the experience and capacity to stop them. To help police in the new democracies of Central Europe, Hungary and the United States established an International Law Enforcement Academy in Budapest. Now **we should consider a network of centres around the world** to share the latest crime-fighting techniques and technology.	Cl.34-35
		(2) **We should strengthen the Biological Weapons Convention, adopt a comprehensive test-ban treaty next year and ultimately eliminate the deadly scourge of land-mines**. We must press other countries, and our own Congress, to ratify the Chemical Weapons Convention and to intensify our efforts to combat the global illegal arms network that fuels terrorism, equips drug cartels and prolongs deadly conflicts.	Cl.37

** Casos de análise: topo da pirâmide invertida*

Rep. - repetição

Reescrita do *DA* : notícia principal - Bill Clinton (1995)

	DA (T2'')	Bill Clinton (T1'.3)	Ref.ª versão de partida	
Título (interior do jornal)	**Clinton propõe medidas de combate**	Nothing we do will make us invulnerable. But we can all become less vulnerable if we work together. That is why **today I am announcing new initiatives to fight** international organized crime, drug trafficking, terrorism and the spread of weapons of mass destruction — initiatives we can take on our own and others we hope we will take together — in the form of an international declaration to promote the safety of the world's citizens.	Cl.26	o
DA.1	O presidente norte-americano, Bill Clinton, propôs cinco iniciativas para combater a delinquência internacional, designadamente o tráfico de droga e o terrorismo.	Nothing we do will make us invulnerable. But we can all become less vulnerable if we work together. That is why **today I am announcing new initiatives to fight international organized crime, drug trafficking, terrorism and the spread of weapons of mass destruction** — initiatives we can take on our own and others we hope we will take together — in the form of an international declaration to promote the safety of the world's citizens.	Cl.26 (rep.)	o
DA.2	Discursando na sessão especial comemorativa do 50.º aniversário da ONU, o chefe da Casa Branca reiterou, por outro lado, o propósito de integrar tropas norte-americanas numa força de paz na Bósnia, no âmbito da aplicação no terreno de um eventual acordo de paz.	In the Balkans, the international community's determination and the resolve of the North Atlantic Treaty Organization (NATO) have made prospects for peace brighter than they have been for four long years. Let me salute the efforts of the United Nations on behalf of the people of **Bosnia**. The nations that took part in **the United Nations Protection Force (UNPROFOR)** kept the toll of this terrible war — in lives lost; wounds left unhealed; children left unfed — from being far graver still./ Next week, the parties to the war in Bosnia will meet in Dayton, Ohio, under the auspices of the United States and our Contact Group partners — Russia, the United Kingdom, France and Germany — to intensify the search for peace./ Many fundamental differences remain. But I urge the parties to seize this chance for a settlement. **If they achieve peace the United States will be there with our friends and allies to help secure it.**	Cl.10 e 12	
DA.3	«Os Estados Unidos estarão lá (…) com os países amigos e os nossos aliados, contribuindo com a sua quota-parte para garantir a paz, disse, lembrando que as negociações de paz tripartidárias terão início em 31 de Outubro numa base militar do Ohio (EUA).	In the Balkans, the international community's determination and the resolve of the North Atlantic Treaty Organization (NATO) have made prospects for peace brighter than they have been for four long years. Let me salute the efforts of the United Nations on behalf of the people of Bosnia. The nations that took part in the United Nations Protection Force (UNPROFOR) kept the toll of this terrible war — in lives lost; wounds left unhealed; children left unfed — from being far graver still./ **Next week, the parties to the war in Bosnia will meet in Dayton, Ohio, under the auspices of the United States and our Contact Group partners — Russia, the United Kingdom, France and Germany — to intensify the search for peace.**/ Many fundamental differences remain. But I urge the parties to seize this chance for a settlement. If they achieve peace **the United States will be there with our friends and allies to help secure it.**	Cl.11-12 (rep.)	
DA.4	Bill Clinton apelou ainda a uma reformulação da ONU no sentido de a organização internacional «fazer mais com menos» meios.	Reform requires breaking up bureaucratic fiefdoms; eliminating obsolete agencies; **and doing more with less. The United Nations must reform** to remain relevant, and to play a still stronger role in the march of freedom, peace and prosperity.	Cl.8	
DA.5	«A reforma da ONU é condição para não perder actualidade», disse, reiterando, assim, o apoio de Washington à organização.	Reform requires breaking up bureaucratic fiefdoms; eliminating obsolete agencies; and doing more with less. **The United Nations must reform to remain relevant**, and to play a still stronger role in the march of freedom, peace and prosperity.	Cl.8 (rep.)	
DA.6	«Continuamos a precisar da ONU», disse, sem se alargar, porém, sobre a questão da dívida do seu país às Nações Unidas, superior a mil milhões de dólares, a que fez apenas uma breve alusão.	So at the dawn of a new century so full of promise yet plagued by peril, **we still need the United Nations**. And so, for another 50 years and beyond, you can count the United States in. [*Referência explícita no discurso de Clinton aos problemas relacionados com o financiamento dos EUA à ONU:* Last year I pledged that the United States would continue to contribute substantially to the finances of the United Nations. Historically the United States has been — and today it remains — the largest contributor to the United Nations. But I am determined that we must fully meet our obligations and I am working with our Congress on a plan to do so.]	Cl.45 *[* vide *Cl.6]*	

DA.7	Clinton dedicou sobretudo o seu discurso de menos de 15 minutos aos novos perigos que se deparam à comunidade internacional na era do pós-guerra fria.	**But our time is not free of peril**. **As the cold war gives way to the global village**, too many people remain vulnerable to poverty, disease and underdevelopment. All of us are exposed to ethnic and religious hatred, the reckless aggression of rogue States, terrorism, organized crime, drug trafficking, and the proliferation of weapons of mass destruction.	Cl.14
DA.8	Começou por exortar a comunidade a negociar e a aceitar «uma declaração conjunta sobre o crime internacional e a segurança do cidadão», comportando uma cláusula a proibir qualquer país de dar abrigo a um delinquente.	But because we must win this battle together, **I now invite every country to join in negotiating and endorsing a declaration on international crime and citizen safety**./ **That declaration should include, first, a no-sanctuary pledge** so that we could say together to **organized criminals, terrorists, drug traffickers and smugglers**, «You have nowhere to run and nowhere to hide».	Cl.30-31
DA.9	A segunda iniciativa diz respeito a um «pacto terrorista», levando todos os Estados a «ratificar os tratados anti-terroristas existentes.»	It should include, secondly, **a counter-terrorism pact so that together we would urge more States to ratify existing anti-terrorism treaties** and work with us to shut down the grey markets that outfit terrorists and criminals with firearms and false documents.	Cl.32
DA.10	Clinton propôs igualmente «uma ofensiva antidroga». «Devemos intensificar a luta contra os cartéis, promovendo ao mesmo tempo a destruição das colheitas, e quanto aos países consumidores, como os Estados Unidos, há que reduzir a procura», acrescentou.	Thirdly, **there should be an anti-narcotics offensive.** The international drug trade poisons people, breeds violence and tears at the moral fabric of our societies. **We must intensify action against the drug cartels and the destruction of drug crops, and we in consumer nations such as the United States must decrease demand for drugs.**	Cl.33
DA.11	A quarta iniciativa do presidente norte-americano tem a ver com a criação de uma «rede de centros operacionais no mundo inteiro» para reforçar a cooperação entre as forças de polícia.	Fourthly, **we should have an effective police-force partnership**. International criminal organizations target nations whose law-enforcement agencies lack the experience and capacity to stop them. To help police in the new democracies of Central Europe, Hungary and the United States established an International Law Enforcement Academy in Budapest. Now **we should consider a network of centres around the world** to share the latest crime-fighting techniques and technology.	Cl.34-35
DA.12	A completar a série, Clinton apelou uma vez mais a um «reforço» da convenção sobre as armas bacteriológicas e à «eliminação do flagelo mortal das minas», na sequência da conclusão, no próximo ano, do tratado global de proibição das experiências nucleares.	**We should strengthen the Biological Weapons Convention, adopt a comprehensive test-ban treaty next year and ultimately eliminate the deadly scourge of land-mines**. We must press other countries, and our own Congress, to ratify the Chemical Weapons Convention and to intensify our efforts to combat the global illegal arms network that fuels terrorism, equips drug cartels and prolongs deadly conflicts.	Cl.37

** Casos de análise: topo da pirâmide invertida*

Rep. - repetição

2008

Reescrita do *DN*: notícia principal - George W. Bush e Mahmoud Ahmadinejad (2008)

	DN (T2)	George W. Bush (T1'.4)	Ref.ª versão de partida	
Título	**Bush anuncia megaplano na ONU**	The Federal Reserve has injected urgently needed liquidity into the system. Last week, **I announced decisive action** by the federal Government to address the root cause of much of the instability in our financial markets by purchasing illiquid assets that are weighing down balance sheets and restricting the flow of credit.	GWB.50	o
Pós-título	**Crise. No último discurso naquele fórum, o Presidente dos EUA elogiou a organização**	**The United Nations is an Organization of extraordinary potential**. As it rebuilds its Headquarters, it must also open the door to a new age of transparency, accountability and seriousness of purpose. With determination and clear purpose, **the United Nations can be a powerful force for good** as we head into the twenty-first century. **It can affirm the great promise of its founding.**	GWB.56	o
DN.1	Um mega plano para salvar o sector financeiro norte-americano vai receber «luz verde« do governo e do Congresso com carácter de urgência, garantiu ontem o Presidente George W. Bush na 63ª Assembleia-Geral das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque. «Posso assegurar que a administração e o Congresso estão a cooperar plenamente», insistiu, frisando: «Estou convencido de que actuaremos com a celeridade necessária».	**The Federal Reserve has injected urgently needed liquidity into the system. Last week, I announced decisive action by the federal Government to address the root cause of much of the instability in our financial markets** by purchasing illiquid assets that are weighing down balance sheets and restricting the flow of credit. **I can assure the Assembly that my Administration and our Congress are working together** to quickly pass legislation approving this strategy. And **I am confident that we will act in the urgent time frame required**.	GWB.50 (rep.)-51	o
DN.2	O mega plano em causa proposto pelo Tesouro dos Estados Unidos deverá avançar esta semana, sob o risco de, havendo dilações, ser depois demasiado tarde. «As economias estão mais entrelaçadas do que nunca», admitiu, justificando as apreensões dos líderes mundiais face à gravidade da crise financeira nos Estados Unidos.	**Our economies are more closely connected than ever before**, and **I know that many of you here are watching how the United States Government will address the problems in our financial system**. In recent weeks we have taken bold steps to prevent a severe disruption of the American economy, which would have a devastating effect on other economies around the world. We promote stability in the markets by preventing the disorderly failure of major companies.	GWB.49	
DN.3	Neste sentido, Bush quis deixar na sua última mensagem na ONU, de serenidade, insistindo na «adopção de medidas audazes» para enfrentar a situação. O planos, o maior de sempre, ascendendo a 700.000 milhões de dólares (acima de 475.000 milhões de euros), receberá «luz verde» do Congresso o mais brevemente possível, reafirmou Bush, ciente de que o Capitólio suspenderá as suas funções na proximidade das eleições presidenciais de 4 de Novembro. «Tanto republicanos, como democratas, estão unidos no propósito de dar seguimento a esta legislação», explicou Bush, invocando anteriores contactos políticos com dirigentes dos dois partidos norte-americanos. *[sic.]*	(1) Our economies are more closely connected than ever before, and I know that many of you here are watching how the United States Government will address the problems in our financial system. In recent weeks **we have taken bold steps** to prevent a severe disruption of the American economy, which would have a devastating effect on other economies around the world. We promote stability in the markets by preventing the disorderly failure of major companies.	GWB.49	
		(2) **I can assure the Assembly that my Administration and our Congress are working together to quickly pass legislation approving this strategy**. And I am confident that we will act in the urgent time frame required. *Referência patente noutro texto que não o discurso de Bush na AGONU: Discurso à nação, «On Financial Crisis and Economic Recovery Plan», 24.9.2008: «* ***the plan is big enough*** *to solve a serious problem. Under our proposal, the federal government would put* ***up to $700 billion taxpayer dollars*** *on the line to purchase troubled assets that are clogging the financial system.» (https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbushspeechontheeconomy.htm)*	GWB.51 (rep.) *(dados de outras fontes)*	

DN.4	Relativamente às negociações em curso entre a Casa Branca e o Congresso, Bush reconheceu haver «boas ideias sobre as quais é preciso trabalhar para conseguir um plano à altura de enfrentar a crise».	*Referência patente noutro texto que não o discurso de Bush na AGONU:The White House, «Statement by the President on Legislation to Address Crisis in Financial Markets», 22 set. 2008: «Over the weekend,* ***members of my Administration and congressional leaders worked on legislation to address the crisis in our Nation's financial markets.*** *They made* ***good headway*** *toward a bill that can pass the House and Senate in a timely manner, and the American people appreciate their efforts./ Obviously, there will be differences over some details, and* ***we will have to work through them*** *. That is an understandable part of the policy making process. But it would not be understandable if Members of Congress sought to use this emergency legislation to pass unrelated provisions, or to insist on provisions that would undermine the effectiveness of the plan. I appreciate Members of Congress in both parties resisting the urge to do so, and keeping the rescue bill focused on solving the crisis in our financial markets./ Americans are watching to see if Democrats and Republicans, the Congress and the White House, can come together to solve this problem with the urgency it warrants. (...)* ***Working together, I am confident we can enact the legislation necessary to prevent lasting damage to our economy and meet the unique challenge facing us today*** *.» (https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2008/09/20080922.html)*	*(dados de outras fontes)*
DN.6	Relativamente à ONU, Bush frisou que esta organização e outras, multilaterais, «são presentemente mais necessárias do que nunca».	Multilateral organizations have responsibilities. For eight years, the nations in this Assembly have worked together to confront the extremist threat. We have witnessed successes and setbacks, and through it all a clear lesson has emerged. **The United Nations and other multilateral organizations are needed more urgently than ever.** To be successful, we must be focused, resolute and effective.	GWB.6

** Casos de análise: topo da pirâmide invertida*

Rep. - repetição

Reescrita do *JN*: notícia principal - George W. Bush e Mahmoud Ahmadinejad (2008)

	JN (T2')	George W. Bush (T1'.4)/ Mahmoud Ahmadinejad (T1''.4)	Ref.ª versão de partida	
Título	**«O império americano está a chegar ao fim»**	**The American empire in the world is reaching the end of its road**, and its next rulers must limit their interference to their own borders. Today, the thought of hegemony quickly becomes a demerit.	Ahm.48	o
Pós-título	**O presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, reagiu com os polegares para baixo à denúncia feita por George W. Bush, na Assembleia Geral das Nações Unidas, de que o Irão é o principal patrocinador do terrorismo.**	Over the past seven years, Afghanistan and Iraq have been transformed from regimes that actively sponsor terror to democracies that fight terror. Libya has renounced its support for terror and its pursuit of nuclear weapons. Nations like Saudi Arabia and Pakistan are actively pursuing the terrorists. A few nations, **regimes like** Syria and **Iran, continue to sponsor terror**, yet their numbers are growing fewer and they are growing more isolated from the world.	GWB.17	o
JN.1	O líder iraniano ainda concedeu 10 segundos de aplauso de cortesia ao discurso de despedida internacional do presidente norte-americano, onde este pediu aos líderes mundiais «uma inequívoca posição moral» contra os atentados suicidas, a tomada de reféns e outras tácticas de terror. Diferentemente de Ahmadinejad, os representantes norte-americanos e israelitas abandonaram a sala quando o líder iraniano usou da palavra.	**Multilateral organizations must respond by taking an unequivocal moral stand against terrorism**. No cause can justify the deliberate taking of innocent human life — and the international community is nearing universal agreement on this truth. The vast majority of nations in this assembly now agree that tactics like **suicide bombing, hostage-taking and hijacking** are never legitimate.	GWB.12	o
JN.2	Tirando partido das circunstâncias difíceis em que George W. Bush se viu obrigado a enfrentar aquele fórum mundial, onde produziu um discurso defensivo e autojustificativo, segundo os observadores, Ahmadinejad disse à Assembleia Geral da ONU que «o império americano» está à beira do colapso, pelo que deve pôr termo ao seu envolvimento militar noutros países.	**The American empire in the world is reaching the end of its road**, and its next rulers **must limit their interference to their own borders**. Today, the thought of hegemony quickly becomes a demerit.	Ahm.48 (rep.)	
Intertítulo 1	**O fim do império**	**The American empire in the world is reaching the end of its road**, and its next rulers must limit their interference to their own borders. Today, the thought of hegemony quickly becomes a demerit.	Ahm.48 (rep.2)	
JN.3	O presidente iraniano declarou que o terrorismo está a alastrar-se rapidamente no Afeganistão enquanto «os ocupantes» ainda se mantêm no Iraque, seis anos depois de Saddam Hussein ter sido derrubado. «O império americano no mundo está a chegar ao fim da estrada e os seus próximos líderes devem confinar a sua intervenção às suas fronteiras», disse.	(1) **In Afghanistan**, the production of narcotics has multiplied since the presence of NATO forces began. Domestic conflicts continue, **terrorism is spreading** and innocent people are bombarded on a daily basis in streets, markets, and schools and at wedding ceremonies. The people of Afghanistan are the victims of the willingness of NATO member States to dominate the regions surrounding India, China and South Asia. The Security Council cannot do anything about it because some of those NATO members also happen to be the major decision-makers in the Council.	Ahm.27	
		(2) Let us look at the situation in the world today. **Iraq** was attacked under the false pretext of uncovering weapons of mass destruction and overthrowing a dictator. **The dictator was toppled** and weapons of mass destruction were not uncovered. A democratic government is established by the votes of the people, **but after six years the occupiers are still there**. They insist on imposing colonial agreements on the people of Iraq by keeping them under Chapter VII of the United Nations Charter. Millions of people have been killed or displaced, and the occupiers, with no sense of shame, are still seeking to solidify their position in the political geography of the region and to dominate oil resources.	Ahm.23	
		(3) **The American empire in the world is reaching the end of its road**, **and its next rulers must limit their interference to their own borders.** Today, the thought of hegemony quickly becomes a demerit.	Ahm.48 (rep.3)	

JN.4	Por outro lado, Ahmadinejad rejeitou as acusações de organizações internacionais de que no seu país se respeitam menos os direitos desde que há três anos chegou à presidência, garantindo que, no Irão, «as pessoas podem dizer o que quiserem», porque se respeita a liberdade e é o povo quem tem o poder. «Nunca me disseram que alguém foi preso por criticar o presidente», disse.	*(sem referências no discurso de Ahmadinejad na AGONU, não tendo sido encontradas outras referências noutros textos)*	*(sem referências)*
JN.5	No que diz respeito à energia nuclear, Ahmadinejad reafirmou que o Irão «resistirá à intimidação e continuará a defender os seus direitos» de acesso ao nuclear civil.	**With regard to Iran's peaceful nuclear programme, despite the inalienable right of all nations, including the Iranian nation, to produce nuclear fuel for peaceful purposes**/ (...) However, it is very natural that **the great Iranian people**, with their trust in God, with determination and steadfastness and with the support of their friends, **will resist the bullying and have defended and will continue to defend their rights.** The Iranian nation is for dialogue, but it has not accepted and will not accept illegal demands.	Ahm.32 e 35

** Casos de análise: topo da pirâmide invertida*

Rep. - repetição

Reescrita do *DA* : notícia principal - George W. Bush e Mahmoud Ahmadinejad (2008)

	DA (T2'')	George W. Bush (T1'.4)/ Mahmoud Ahmadinejad (T1''.4)	Ref.ª versão de partida	
Título	**Ahmadinejad rejeita acusações de Bush na Assembleia Geral da ONU**	Over the past seven years, Afghanistan and Iraq have been transformed from regimes that actively sponsor terror to democracies that fight terror. Libya has renounced its support for terror and its pursuit of nuclear weapons. Nations like Saudi Arabia and Pakistan are actively pursuing the terrorists. A few nations, **regimes like Syria and Iran, continue to sponsor terror**, yet their numbers are growing fewer and they are growing more isolated from the world.	GWB.17	0
Pós-título	**George W. Bush acusou o Irão de ser, a par da Síria, um dos patrocinadores do terrorismo internacional. À denúncia do líder norte-americano na Assembleia Geral da ONU, o Presidente iraniano mostrou o desagrado voltando os polegares para baixo.**	Over the past seven years, Afghanistan and Iraq have been transformed from regimes that actively sponsor terror to democracies that fight terror. Libya has renounced its support for terror and its pursuit of nuclear weapons. Nations like Saudi Arabia and Pakistan are actively pursuing the terrorists. A few nations, **regimes like Syria and Iran, continue to sponsor terror**, yet their numbers are growing fewer and they are growing more isolated from the world.	GWB.17	0
DA.1	George W. Bush acusou o Irão de ser, a par da Síria, um dos patrocinadores do terrorismo internacional. À denúncia do líder norte-americano na Assembleia Geral das Nações Unidas, o Presidente iraniano, Mahmud Ahmadinejad, mostrou o desagrado voltando os polegares para baixo.	Over the past seven years, Afghanistan and Iraq have been transformed from regimes that actively sponsor terror to democracies that fight terror. Libya has renounced its support for terror and its pursuit of nuclear weapons. Nations like Saudi Arabia and Pakistan are actively pursuing the terrorists. A few nations, **regimes like Syria and Iran, continue to sponsor terror**, yet their numbers are growing fewer and they are growing more isolated from the world.	GWB.17 (rep.)	0
DA.2	Naquele que terá sido o seu último discurso perante os representantes da comunidade internacional, George W. Bush falou num regime de Teerão que fomenta o terrorismo à escala mundial.	Over the past seven years, Afghanistan and Iraq have been transformed from regimes that actively sponsor terror to democracies that fight terror. Libya has renounced its support for terror and its pursuit of nuclear weapons. Nations like Saudi Arabia and Pakistan are actively pursuing the terrorists. A few nations, **regimes like** Syria and **Iran, continue to sponsor terror**, yet their numbers are growing fewer and they are growing more isolated from the world.	GWB.17 (rep.2)	
DA.3	O Presidente norte-americano instou por isso a comunidade internacional a envidar por uma «posição moral» contra os atentados suicidas, a tomada de reféns e outras tácticas de terror.	**Multilateral organizations must respond by taking an unequivocal moral stand against terrorism**. No cause can justify the deliberate taking of innocent human life — and the international community is nearing universal agreement on this truth. The vast majority of nations in this assembly now agree that tactics like **suicide bombing, hostage-taking and hijacking** are never legitimate.	GWB.12	
DA.4	Ao tomar a palavra, Mahmud Ahmadinejad preferiu lembrar à 63ª Assembleia das Nações Unidas que o império americano está a chegar ao fim.	**The American empire in the world is reaching the end of its road**, and its next rulers must limit their interference to their own borders. Today, the thought of hegemony quickly becomes a demerit.	Ahm.48	
DA.5	O recado já não foi ouvido pelos representantes norte-americanos e israelitas, que abandonaram a sala quando Ahmadinejad iniciou o seu discurso, o que não coibiu o líder iraniano de instar os Estados Unidos a colocarem um ponto final ao envolvimento militar noutros países.	The American empire in the world is reaching the end of its road, and its next rulers **must limit their interference to their own borders**. Today, the thought of hegemony quickly becomes a demerit.	Ahm.48	
DA.6	«O império americano no Mundo está a chegar ao fim da estrada e os seus próximos líderes devem confinar a sua intervenção às suas fronteiras», afirmou Ahmadinejad, lembrando as recentes participações da Casa Branca no campo militar, com o terrorismo a espalhar-se no Afeganistão e a situação no Iraque a não mostrar sinais de evolução seis anos depois da deposição de Saddam Hussein.	(1) **The American empire in the world is reaching the end of its road, and its next rulers must limit their interference to their own borders**. Today, the thought of hegemony quickly becomes a demerit.	Ahm.48 (rep.)	

DA.6 (continuação)		(2) **In Afghanistan**, the production of narcotics has multiplied since the presence of NATO forces began. Domestic conflicts continue, **terrorism is spreading** and innocent people are bombarded on a daily basis in streets, markets, and schools and at wedding ceremonies. The people of Afghanistan are the victims of the willingness of NATO member States to dominate the regions surrounding India, China and South Asia. The Security Council cannot do anything about it because some of those NATO members also happen to be the major decision-makers in the Council.	Ahm.27
		(3) Let us look at the situation in the world today. **Iraq** was attacked under the false pretext of uncovering weapons of mass destruction and overthrowing a dictator. **The dictator was toppled** and weapons of mass destruction were not uncovered. A democratic government is established by the votes of the people, **but after six years the occupiers are still there**. They insist on imposing colonial agreements on the people of Iraq by keeping them under Chapter VII of the United Nations Charter. Millions of people have been killed or displaced, and the occupiers, with no sense of shame, are still seeking to solidify their position in the political geography of the region and to dominate oil resources.	Ahm.23
DA.7	Dessa forma, o líder iraniano mostrou-se firme face às pressões que Teerão tem sofrido a propósito do programa nuclear do país e voltou a afirmar que «vai resistir à intimidação e continuará a defender o direito» de acesso ao nuclear com fins não-militares.	**With regard to Iran's peaceful nuclear programme, despite the inalienable right of all nations, including the Iranian nation, to produce nuclear fuel for peaceful purposes**/ (...) However, it is very natural that **the great Iranian people**, with their trust in God, with determination and steadfastness and with the support of their friends, **will resist the bullying and have defended and will continue to defend their rights.** The Iranian nation is for dialogue, but it has not accepted and will not accept illegal demands.	Ahm.32 e 35
DA.8	Por outro lado, Ahmadinejad rejeitou as acusações de organizações internacionais de que no seu país se respeitam menos os direitos desde que há três anos chegou à presidência, garantindo que, no Irão, «as pessoas podem dizer o que quiserem», porque se respeita a liberdade e é o povo quem tem o poder.	*(sem referências no discurso de Ahmadinejad na AGONU, não tendo sido encontradas outras referências noutros textos)*	*(sem referências)*
DA.9	«Nunca me disseram que alguém foi preso por criticar o Presidente», disse.	*(sem referências no discurso de Ahmadinejad na AGONU, não tendo sido encontradas outras referências noutros textos)*	*(sem referências)*

** Casos de análise: topo da pirâmide invertida*

Rep. - repetição

2015

Reescrita do *DN*: notícia principal - Barack Obama e Vladimir Putin (2015)

	DN (T2)	Barack Obama (T1'.5)/ Vladimir Putin (T1''.5)	Ref.ª versão de partida	
Título (1.ª página)	**Obama aceita diálogo com Putin e Teerão para acabar com guerra na Síria**	While military power is necessary, it is not sufficient to resolve the situation in **Syria**. Lasting stability can take hold only when the people of Syria forge an agreement to live together peacefully. **The United States is prepared to work with any nation, including Russia and Iran, to resolve the conflict.** But we must recognize that after so much bloodshed, so much carnage, there cannot be a return to the pre-war status quo.	Ob.46	o
Título (interior do jornal)	**EUA aceitam trabalhar com Rússia e Irão para resolver guerra na Síria**	While military power is necessary, it is not sufficient to resolve the situation in **Syria**. Lasting stability can take hold only when the people of Syria forge an agreement to live together peacefully. **The United States is prepared to work with any nation, including Russia and Iran, to resolve the conflict.** But we must recognize that after so much bloodshed, so much carnage, there cannot be a return to the pre-war status quo.	Ob.46 (rep.)	o
Pós-título (interior do jornal)	**ONU. Obama recusou manter no poder o «tirano» Assad. Putin garantiu que presidente sírio é única solução para derrotar o Estado Islâmico**	(1) **In accordance with that logic, we should support tyrants like Bashar Al-Assad**, who drops barrel bombs to massacre innocent children, because the alternative is surely worse.	Ob.10	o
		(2) Russia has always been firm and consistent in opposing terrorism in all its forms. Today we are providing military and technical assistance to Iraq, Syria and other countries of the region that are fighting terrorist groups. We think it is an enormous mistake to refuse to cooperate with the Syrian authorities and the State armed forces, who are valiantly combating terrorism face to face. Finally, **we should acknowledge that no one except President Al-Assad's Government armed forces and the Kurdish militia is truly fighting the Islamic State** and other terrorist organizations in Syria. We are aware of all the problems and contradictions in the region, but we must nonetheless be realistic.	Put.22	o
DN.1	Falaram ao mundo com duas horas de intervalo e antes do primeiro frente-a-frente entre ambos em quase um ano, e se Barack Obama e Vladimir Putin mandaram recados um ao outro, a verdade é que evitaram a retórica de confronto. O presidente americano, que discursou na Assembleia Geral da ONU pouco depois das 10.00 (mais cinco em Lisboa), admitiu que os EUA «não conseguem resolver os problemas sozinhos» e disse-se disposto a trabalhar com qualquer nação «incluindo Rússia e Irão para resolver o conflito» na Síria. Já Putin defendeu a criação de uma coligação contra o terrorismo semelhante à formada para derrotar Hitler na Segunda Guerra Mundial.	(1) That is true for the United States as well. No matter how powerful our military, how strong our economy, we understand **the United States cannot solve the world's problems alone**.	Ob.16	o
		(2) While military power is necessary, it is not sufficient to resolve the situation in **Syria**. Lasting stability can take hold only when the people of Syria forge an agreement to live together peacefully. **The United States is prepared to work with any nation, including Russia and Iran, to resolve the conflict.** But we must recognize that after so much bloodshed, so much carnage, there cannot be a return to the pre-war status quo.	Ob.46 (rep.2)	o
		(3) But the real issue is not Russia's ambitions but the fact that we can no longer tolerate the current state of affairs in the world. In reality, we are proposing that we should be guided by our shared values and interests rather than ambitions. **We should** unite our efforts to address, on the basis of international law, these new problems we face and **create a genuinely broad international coalition against terrorism. Like the coalition against Hitler**, it could unite all the diverse forces willing to resolutely resist those who, like the Nazis, sow evil and hatred of humankind.	Put.24	o
[illegible]	Já sobre o destino do presidente Bashar al-Assad, Putin sublinhou que «temos de reconhecer que ninguém, a não ser Assad e as suas forças, é capaz de lutar contra o Estado Islâmico na Síria». Enquanto Obama, se	(1) Russia has always been firm and consistent in opposing terrorism in all its forms. Today we are providing military and technical assistance to Iraq, Syria and other countries of the region that are fighting terrorist groups. We think it is an enormous mistake to refuse to cooperate with the Syrian authorities and the State armed forces, who are valiantly combating terrorism face to face. Finally, **we should acknowledge that no one except President Al-Assad's Government armed forces and the Kurdish militia is truly fighting the Islamic State** and other terrorist organizations in Syria. We are aware of all the problems and contradictions in the region, but we must nonetheless be realistic.	Put.22 (rep.)	

DN.2	[illegible] não exigiu a saída imediata de Assad, garantiu que um «regresso ao '*statu quo* pré-guerra' é impensável, recusando manter no poder um «tirano que lançou bombas para cima de crianças inocentes».	(2) While military power is necessary, it is not sufficient to resolve the situation in Syria. Lasting stability can take hold only when the people of Syria forge an agreement to live together peacefully. The United States is prepared to work with any nation, including Russia and Iran, to resolve the conflict. But we must recognize that after so much bloodshed, so much carnage, **there cannot be a return to the pre-war status quo**.	Ob.46
		(3) **In accordance with that logic, we should support tyrants like Bashar Al-Assad, who drops barrel bombs to massacre innocent children, because the alternative is surely worse.**	Ob.10 (rep.)
DN.3	Sem se referir diretamente à América, Putin - que discursava na ONU pela primeira vez em dez anos - lembrou que o Estado Islâmico ganhou força após a invasão do Iraque, em 2003, e continua a expandir-se. O líder russo defendeu maior coordenação na luta contra os jihadistas. E garantiu que se esta existisse, não eram necessários campos de refugiados, denunciando a «grande e trágica migração de povos» com que a Europa está a lidar. Num discurso visto como mais moderado do que aquilo a que já nos habituou, Putin criticou que desde a Guerra Fria «apenas um centro de domínio tenha emergido no mundo».	(1) **Tens of thousands of militants are now fighting under the banners of the so-called Islamic State. They include former Iraqi servicemen who were thrown out into the street in the wake of the invasion of Iraq in 2003**. Another supplier of recruits is Libya, whose statehood was destroyed as a result of a gross violation of Security Council resolution 1973 (2011). And now members of the so-called moderate Syrian opposition, supported by the West, are joining the radical ranks. First they arm and train them, and now they are defecting to the so-called Islamic State./ Indeed, the Islamic State itself did not come from nowhere. It, too, was initially forged as a tool against undesirable secular regimes. Having established a foothold in Syria and Iraq, **the Islamic State is actively expanding into other regions**, with the aim of dominating the Islamic world, and not just there. It is clearly not limiting itself to those plans alone.	Put.16-17
		(2) In the next few days Russia, as the current President of the Security Council, will convene a ministerial-level meeting aimed at conducting a comprehensive analysis of threats in the Middle East. First, **we propose to discuss the possibility of agreeing on a draft resolution designed to coordinate the actions of all the forces confronting the Islamic State and other terrorist groups**. Once again, that coordination should be based on the principles of the Charter of the United Nations.	Put.27
		(3) **We believe that the international community can develop a comprehensive strategy for the political stabilization and social and economic recovery of the Middle East. Then there would be no need to build camps for refugees.** The flood of people forced to leave their homelands has literally engulfed first the country's neighbours **and now Europe**. Now they number in the hundreds of thousands, but they could soon be millions. **This is a great and tragic new migration of peoples**, and a harsh lesson for all of us, including Europe.	Put.28
		(4) **We all know that a single dominating power centre emerged in the world after the end of the Cold War**. Those who found themselves at the top of that pyramid were tempted to think that if they were so strong and exceptional, they knew better than anyone else what should be done.	Put.7
DN.4	O presidente russo não deixou o palanque sem falar da Ucrânia. Queixando-se da expansão da NATO para Leste, Putin criticou a «lógica de confronto» que, segundo ele, levou à crise na Ucrânia e ao que definiu como o «golpe militar» coordenado a partir do estrangeiro que resultou numa guerra civil. Já sem a presença da delegação ucraniana - que saiu da sala em protesto contra a anexação da Crimeia pela Rússia e contra o que diz ser o apoio russo aos rebeldes separatistas do Leste -, o presidente russo sublinhou: «Sanções unilaterais vão contra os princípios das Nações Unidas.»	(1) However, for some of our colleagues the Cold War bloc mindset and desire to assimilate new geopolitical areas are still paramount. **They began by continuing to expand NATO — and one wonders why, with the Warsaw Pact bloc no longer in existence and the Soviet Union broken up. And yet NATO is not only still there; like its military infrastructure, it is still expanding.** Then they offered post-Soviet countries a false choice — to be either with the West or the East. Sooner or later, **that logic of confrontation was bound to turn into a serious geopolitical crisis, and that is what happened in Ukraine**, where the people's dissatisfaction with the authorities was exploited and **a military coup provoked from outside. A civil war erupted as a result**.	Put.33-34
		(2) I have a reason for speaking of a common area for economic cooperation. Only recently, it seemed that in the economic sphere, where the objective laws of the market apply, we would learn to live without dividing lines and to act on the basis of transparent rules, jointly devised, including the principles of the World Trade Organization (WTO), which stand for freedom of trade and investment and open competition. Today, however, **unilateral sanctions that circumvent the United Nations Charter have almost become the norm**. They not only serve political aims, they act as a way of pushing competitors out of the market.	Put.36

		[argumento semelhante de Putin no seu discurso na AGONU, referindo-se às decisões (não especificamente às sanções) tomadas na/pela organização: «Its strength lies in taking account of different opinions and points of view. The ***decisions*** *that are discussed in the United Nations are either adopted as resolutions or they are not. As the diplomats say, they either go through or do not go through.* ***Any action on the part of any State that bypasses that procedure is illegitimate and runs counter to the Charter of the United Nations and in defiance of international law****.»]*	*(*vide *Put.6)*
DN.5	Pouco antes, Obama garantira que os EUA não podiam ficar quietos quando «a soberania e integridade territorial de uma nação é violada de forma flagrante». E explicou que se não houver consequências para a Rússia depois da anexação da Crimeia, então pode acontecer o mesmo a qualquer outro país da ONU. Palavras duras que Putin não ouviu na sala, uma vez que o presidente russo não estava presente durante o discurso de Obama. Tal como estava ausente o presidente iraniano Hassan Rouhani.	(1) America has few economic interests in Ukraine, and we recognize the deep and complex history between Russia and Ukraine. **But we cannot stand by when the sovereignty and territorial integrity of a nation is flagrantly violated**. If that happens without consequence in Ukraine, it could happen to any of the nations gathered here today. That is the basis of the sanctions that the United States and our partners impose on Russia. It is not a desire to return to a cold war.	Ob.31
		(2) That same fidelity to international order guides our responses to other challenges around the world. Consider **Russia's annexation of Crimea** and further aggression in eastern Ukraine./ America has few economic interests in Ukraine, and we recognize the deep and complex history between Russia and Ukraine. But we cannot stand by when the sovereignty and territorial integrity of a nation is flagrantly violated. **If that happens without consequence in Ukraine, it could happen to any of the nations gathered here today.** That is the basis of the sanctions that the United States and our partners impose on Russia. It is not a desire to return to a cold war.	Ob.30-31
DN.11	A sessão inaugural da Assembleia Geral da ONU surge num momento em que a guerra na Síria se encontra num ponto de viragem, com a Rússia a aumentar o apoio militar a Assad e o Irão a insistir, tal como Moscovo, que a luta contra o Estado Islâmico é a prioridade agora - e não o derrube do regime.	Russia has always been firm and consistent in opposing terrorism in all its forms. **Today we are providing military and technical assistance to** Iraq, **Syria** and other countries of the region that are fighting terrorist groups. **We think it is an enormous mistake to refuse to cooperate with the Syrian authorities and the State armed forces, who are valiantly combating terrorism face to face**. Finally, we should acknowledge that no one except President Al-Assad's Government armed forces and the Kurdish militia is truly fighting the Islamic State and other terrorist organizations in Syria. We are aware of all the problems and contradictions in the region, but we must nonetheless be realistic.	Put.22
DN.12	Apanhados de surpresa no domingo pelo acordo entre Rússia, Iraque, Irão e Síria para a partilha de informações dos respetivos serviços secretos sobre os jihadistas que controlam grande parte do território sírio e algumas zonas do Iraque, os americanos admitiram ser essencial coordenar os esforços militares com o Kremlin para derrotar o EI.	In Iraq, the United States learned the hard lesson that even with hundreds of thousands of brave, effective troops and trillions of dollars from our Treasury, it cannot by itself impose stability on a foreign land. **Unless we work with other nations under the mantle of international norms, principles and law that offers legitimacy to our efforts, we will not succeed**. And unless we work together to defeat the ideas that drive the various communities in a country like Iraq into conflict, any order that our militaries can impose will be temporary.	Ob.17

** Casos de análise: topo da pirâmide invertida*

Rep. - repetição

Reescrita do *JN*: notícia principal - Barack Obama e Vladimir Putin (2015)

	JN (T2')	Barack Obama (T1'.5)/ Vladimir Putin (T1''.5)	Ref.ª versão de partida	
JN.1-2	A guerra na Síria e a crise humanitária que desencadeou estiveram ontem no centro da 70.ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, com os Estados Unidos e a Rússia a assumirem posições fortes e diametralmente opostas e com a ONU a pedir à Europa que faça mais pelos refugiados./ Para Barack Obama, o presidente sírio é «um tirano» que «massacra crianças inocentes», pelo que recusa a ideia de que o Mundo o deve apoiar, só porque os radicais do Estado Islâmico são alguns dos combatentes contra Bashar al-Assad.	**In accordance with that logic, we should support tyrants like Bashar Al-Assad**, **who drops barrel bombs to massacre innocent children, because the alternative is surely worse.**	Ob.10	o
JN.3	É por esta razão que, em choque frontal com o presidente norte-americano, Vladimir Putin sugeriu a criação de «uma ampla coligação antiterrorista». Seria «semelhante à aliança contra Hitler» na Segunda Grande Guerra e incluiria al-Assad, o único «realmente a combater o Estado Islâmico e outras organizações terroristas na Síria» e a quem prometeu mais apoio militar, disse.	(1) But the real issue is not Russia's ambitions but the fact that we can no longer tolerate the current state of affairs in the world. In reality, we are proposing that we should be guided by our shared values and interests rather than ambitions. **We should** unite our efforts to address, on the basis of international law, these new problems we face and **create a genuinely broad international coalition against terrorism. Like the coalition against Hitler**, **it could unite all the diverse forces willing to resolutely resist those who, like the Nazis, sow evil and hatred of humankind.**	Put.24	
		(2) Russia has always been firm and consistent in opposing terrorism in all its forms. **Today we are providing military and technical assistance to** Iraq, **Syria** and other countries of the region that are fighting terrorist groups. We think it is an enormous mistake to refuse to cooperate with the Syrian authorities and the State armed forces, who are valiantly combating terrorism face to face. Finally, **we should acknowledge that no one except President Al-Assad's Government armed forces and the Kurdish militia is truly fighting the Islamic State and other terrorist organizations in Syria**. We are aware of all the problems and contradictions in the region, but we must nonetheless be realistic.	Put.22	

** Casos de análise: topo da pirâmide invertida*

Rep. - repetição

Reescrita do *DA* : notícia principal - Barack Obama e Vladimir Putin (2015)

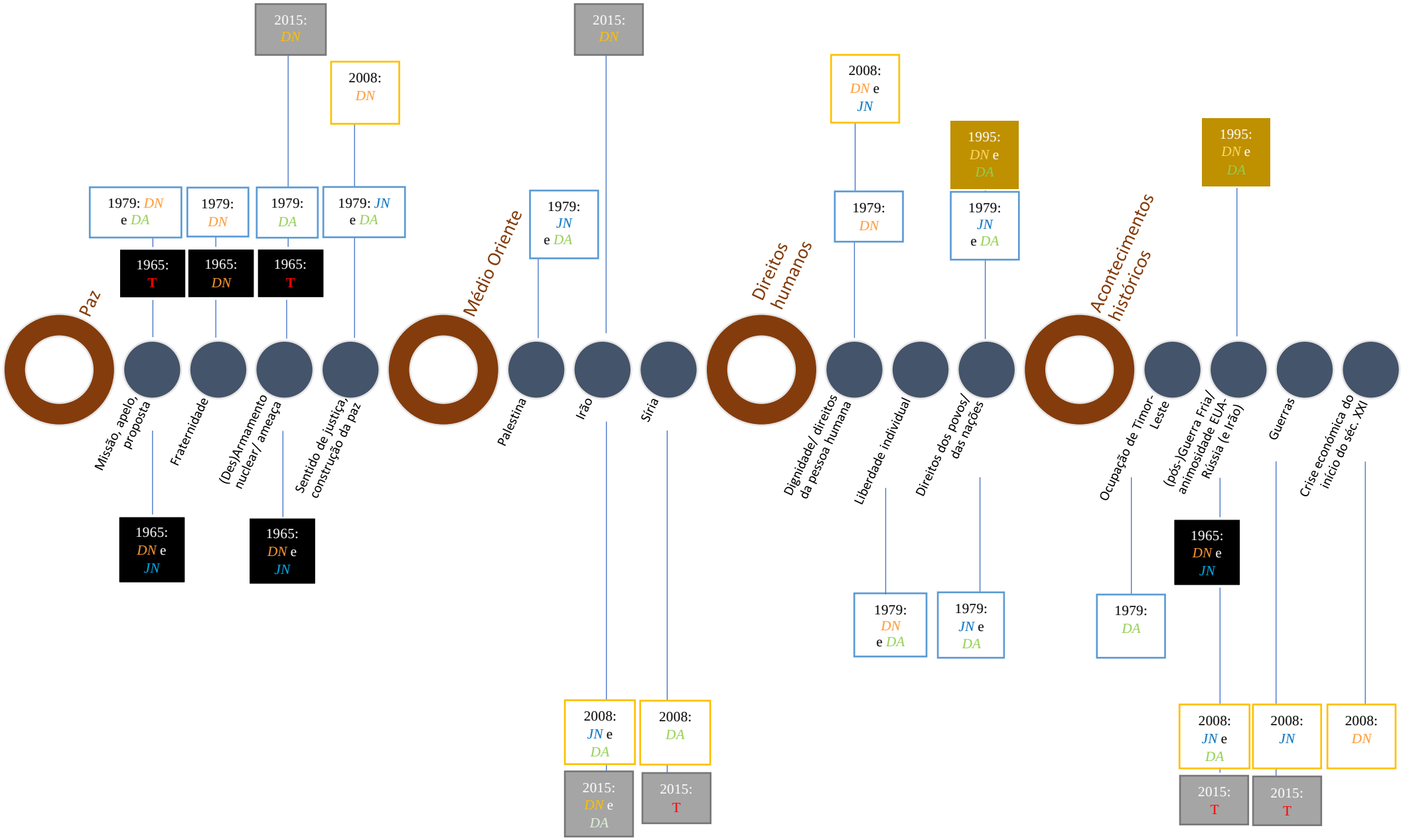
	DA (T2'')	Barack Obama (T1'.5)/ Vladimir Putin (T1''.5)	Ref.ª versão de partida	
Título	**Obama preparado para ser realista na Síria e negociar com Rússia e Irão**	While military power is necessary, it is not sufficient to resolve the situation in **Syria**. Lasting stability can take hold only when the people of Syria forge an agreement to live together peacefully. **The United States is prepared to work with any nation, including Russia and Iran, to resolve the conflict.** But we must recognize that after so much bloodshed, so much carnage, there cannot be a return to the pre-war status quo.	Ob.46	o
		Yes, **realism** dictates that compromise will be required to end the fighting and, ultimately, stamp out ISIL. But **realism** also requires a managed transition away from **Al-Assad** and to a new leader, and an inclusive Government that recognizes there must be an end to this chaos so that **the Syrian people** can begin to rebuild.	Ob.48	o
DA.1-2	Pouco do que foi dito por Barack Obama e Vladimir Putin na abertura da Assembleia-Geral das Nações Unidas deu a entender que os dois países estão hoje mais próximos de cooperarem para o fim da guerra na Síria do que nos últimos quatro anos e meio de conflito. Os dois presidentes atacaram com intensidade a estratégia de um e de outro para a Síria, sinalizando não só as suas visões opostas sobre as prioridades e razões de ser da guerra, como o facto de nenhum dos dois ter uma ideia clara de como resolvê-la. Acabaram por ser as palavras de Obama as mais decisivas da manhã desta segunda-feira, em Nova Iorque./ «O realismo exige uma transição planeada de Assad para um novo líder», disse, deixando em aberto a possibilidade de o Presidente sírio ter lugar numa eventual administração provisória – algo não completamente inesperado, visto que Washington tem gradualmente deixado de exigir a partida imediata de Assad. Mas Obama foi mais longe: «Os Estados Unidos estão preparados para cooperarem com qualquer país, incluindo a Rússia e Irão, para resolver o conflito.»	(1) Yes, realism dictates that compromise will be required to end the fighting and, ultimately, stamp out ISIL. But **realism also requires a managed transition away from Al-Assad and to a new leader**, and an inclusive Government that recognizes there must be an end to this chaos so that the Syrian people can begin to rebuild.	Ob.48 (rep.)	o
		(2) While military power is necessary, it is not sufficient to resolve the situation in **Syria**. Lasting stability can take hold only when the people of Syria forge an agreement to live together peacefully. **The United States is prepared to work with any nation, including Russia and Iran, to resolve the conflict.** But we must recognize that after so much bloodshed, so much carnage, there cannot be a return to the pre-war status quo.	Ob.46 (rep.)	o
DA.3	Obama reconhecia que uma solução negociada para a Síria tem de passar pelos dois maiores aliados de Bashar al Assad – o Irão, como sustentáculo militar, e a Rússia, que entrou de surpresa no país com centenas de soldados, dezenas de caças, tanques e outro armamento na sua base síria junto ao Mediterrâneo. O envolvimento reforçado dos aliados de Assad obrigou o Ocidente a olhar para o ditador sírio no mínimo como uma inevitabilidade temporária.	(1) While military power is necessary, it is not sufficient to resolve the situation in **Syria**. Lasting stability can take hold only when the people of Syria forge an agreement to live together peacefully. **The United States is prepared to work with any nation, including Russia and Iran, to resolve the conflict.** But we must recognize that after so much bloodshed, so much carnage, there cannot be a return to the pre-war status quo.	Ob.46 (rep.2)	
		(2) In Iraq, the United States learned the hard lesson that even with hundreds of thousands of brave, effective troops and trillions of dollars from our Treasury, it cannot by itself impose stability on a foreign land. **Unless we work with other nations under the mantle of international norms, principles and law that offers legitimacy to our efforts, we will not succeed.** And unless we work together to defeat the ideas that drive the various communities in a country like Iraq into conflict, any order that our militaries can impose will be **temporary**.	Ob.17	

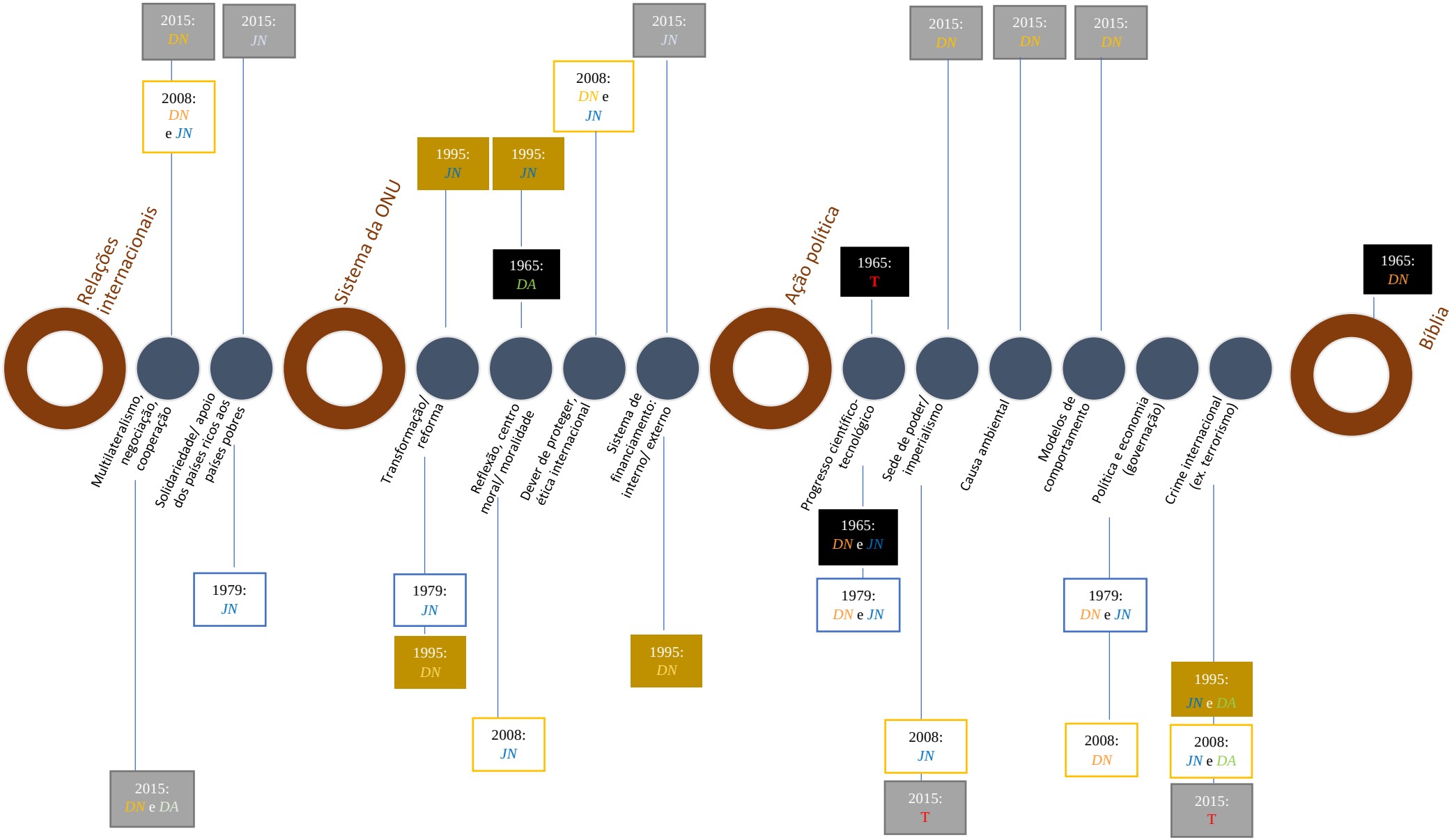
** Casos de análise: topo da pirâmide invertida*

Rep. - repetição

Síntese dos assuntos destacados por jornal, para cada agente de partida

	DN		*JN*		*DA*	
	A1	**A1'/A1''**	**A1**	**A1'/A1''**	**A1**	**A1'/A1''**
1965	Missão histórica, fraternidade entre as nações, desarmamento, excertos bíblicos	Proposta de paz, desarmamento, progresso científico e tecnológico, disputa ideológica EUA-Rússia	Missão histórica, o Homem como a verdadeira ameaça à paz: uso indevido do progresso científico-destruição	Proposta de paz, desarmamento, progresso científico e tecnológico, disputa ideológica EUA-Rússia	Missão histórica, apelo à paz, incerteza/ perigo de uma nova guerra total, renovação do modo de pensar a condição humana (comunhão)	(não aplicável)
1979	Fraternidade, apelo à paz no mundo, defesa da dignidade e dos direitos do Homem	Garantia da liberdade de cada pessoa: um problema mundial; progresso científico e tecnológico como potencial ilusão na dominação (política)	Paz geral e global no Médio Oriente, justiça: resolução do problema da Palestina (direitos dos povos: à pátria); alto nível moral do Discurso pontifício	Metas década de 80: não só políticas e económicas (ciência e técnica), mas também humanas (objetivos sociais e culturais); evolução: contributo dos países ricos e industrializados, mas mantendo a autodeterminação; Portugal: nova dimensão na ONU	Apelo ao fim das ameaças de guerra pelo desarmamento nuclear, justiça: causa palestiniana (direitos dos povos: à pátria)	Garantia da liberdade de cada pessoa: um problema mundial; necessária antes das questões globais; apelo à normalidade em Timor-Leste (autodetermina-ção)
1995	Elaboração urgente de documento para defesa dos direitos das nações (análogo à DUDH, face aos desafios do nacionalismo após queda Muro de Berlim)	Reforma da ONU: fazer mais com menos dinheiro	Transformação da ONU: de instituição administrativa a centro moral («família das nações»)	Proposta: medidas de combate à delinquência internacional (ex. tráfico de droga e terrorismo); perigos do pós-Guerra Fria	Elaboração urgente de um documento para defesa dos direitos das nações (análogo à DUDH, face aos desafios do nacionalismo após queda Muro de Berlim)	Proposta: medidas de combate à criminalidade internacional (ex. tráfico de droga e terrorismo)
2008	Multilateralismo, valor dos direitos humanos na aplicação da lei (não pela vontade do legislador)	*Bush*: anúncio de «megaplano» para salvar o sistema financeiro dos EUA e combater a crise financeira (urgência, audácia)	Defesa dos direitos humanos, *vs*. unilateralismo, responsabilidade de proteger	*Ahmadinejad*: império dos EUA a chegar ao fim, *vs*. acusação de Bush: Irão como principal patrocinador do terrorismo;/ *Bush*: apelo a uma posição moral internacional *vs*. atos terroristas	(não aplicável)	*Ahmadinejad*: *vs*. acusações de Bush;/ *Bush*: a par da Síria, Irão é um dos patrocinadores do terrorismo internacional
2015	Sede de poder, causa ambiental, acordo nuclear com o Irão-potencial da boa-vontade política (negociação/ cooperação internacional), modelos de comportamento anormais e irresponsáveis	*Obama*: aceita dialogar/ trabalhar com Rússia e Irão para a Guerra na Síria, recusa manter o «tirano» Assad no poder, EUA não conseguem resolver todos os problemas do mundo sozinhos;/ *Putin*: Assad é a única solução *vs*. Estado Islâmico, proposta: coligação internacional vs. terrorismo (ex. Hitler-2GM)	Sistema de empréstimos financeiros internacional: contornos opressivos (mais pobreza, exclusão e dependência dos países mais pobres)	Colisão entre EUA e Rússia (Guerra na Síria e crise humanitária) – *Obama*: presidente sírio como um «tirano» (massacra crianças inocentes), logo, recusa que a comunidade internacional lhe preste apoio face aos seus opositores (membros do Estado Islâmico)	(não aplicável)	*Obama*: perspetiva realista sobre a Guerra na Síria: transição planeada de Assad para outro líder; EUA preparados para cooperar com qualquer nação, incluindo Rússia e Irão, para resolverem aquele conflito


Paz
Missão, apelo, proposta
1979: DN e DA
1965: T
1965: DN e JN
Fraternidade
1979: DN
1965: DN
(Des)Armamento nuclear/ ameaça
1979: DA
1965: T
1965: DN e JN
Sentido de justiça, construção da paz
2015: DN
2008: DN
1979: JN e DA
Médio Oriente
Palestina
1979: JN e DA
Irão
2015: DN
2008: JN e DA
2015: DN e DA
Síria
2008: DA
2015: T
Direitos humanos
Dignidade/ direitos da pessoa humana
2008: DN e JN
1979: DN
Liberdade individual
1979: DN e DA
Direitos dos povos/ das nações
1995: DN e DA
1979: JN e DA
Acontecimentos históricos
Ocupação de Timor-Leste
1979: DA
(pós-)Guerra Fria/ animosidade EUA-Rússia (e Irão)
1995: DN e DA
1965: DN e JN
2008: JN e DA
2015: T
Guerras
2008: JN
2015: T
Crise económica do início do séc. XXI
2008: DN


Relações internacionais
Multilateralismo, negociação, cooperação
2015: DN
2015: DN e DA
Solidariedade/ apoio dos países ricos aos países pobres
2015: JN
1979: JN
Sistema da ONU
Transformação/ reforma
1995: JN
1979: JN
1995: DN
Reflexão, centro moral/ moralidade
1995: JN
1965: DA
2008: JN
Dever de proteger, ética internacional
2008: DN e JN
Sistema de financiamento: interno/ externo
2015: JN
1995: DN
Ação política
Progresso científico-tecnológico
1965: T
1965: DN e JN
1979: DN e JN
Sede de poder/ imperialismo
2015: DN
2008: JN
2015: T
Causa ambiental
2015: DN
Modelos de comportamento
2015: DN
Política e economia (governação)
1979: DN e JN
2008: DN
Crime internacional (ex. terrorismo)
1995: JN e DA
2008: JN e DA
2015: T
Bíblia
1965: DN

5. Materiais afetos ao balanço final

5.2. Balanço da seleção, destaque e ausência de seleção a partir das versões de partida

5.2. Balanço da seleção, destaque e ausência de seleção

5.2.1. Discursos dos Papas na AGONU

Balanço da seleção/ ausência de seleção para reescrita e destaque de argumentos em particular: Papa Paulo VI (1965)

PVI.1: Gratidão, saudações, agradecimentos à instituição mundial para a paz e colaboração entre os povos de toda a terra

PVI.2: Amizade recíproca, é como amigo que se dirige aos membros da AGONU

PVI.3: Para além da sua homenagem pessoal, também a do Concílio Vaticano II (reunido em Roma)

PVI.4-5: Duplo caráter da visita: 1.º simplicidade - o Papa como igual, um irmão (e dos mais novos: simbólica soberania temporal, desinteresse, humildade e amor)

PVI.6: 2.º Grandeza: em primeiro lugar, para a Santa Sé: portadora de uma mensagem para toda a humanidade

PVI.7: Instante privilegiado: voto que transportam no coração há cerca de vinte séculos

PVI.8: Epílogo de uma laboriosa peregrinação em busca de um colóquio com o mundo: Boa Nova a todas as nações (*Mc* 16, 15)

PVI.9: Ratificação moral e solene dos princípios da ONU: resulta da experiência da Santa Sé sobre a humanidade; ONU: caminho obrigatório da civilização moderna e da paz mundial

PVI.10: Fala em nome dos mortos (guerras do passado) e dos vivos (jovens e mais vulneráveis que esperam um futuro melhor)

PVI.11: Povos voltam-se para a ONU como última esperança para a paz e a harmonia

PVI.12: A presença do Papa na AGONU: levar o tributo de todos os homens (honra e esperança) = porque o momento é também grande para a ONU

PVI.13: Mensagem voltada para o futuro: o edifício construído não poderá cair novamente em ruínas; antes, ser aperfeiçoado perante a História (impossível recuar - avançar)

PVI.14: ONU: promoção de uma forma de coexistência simples e frutífera entre os Estados, atribuição de cidadania internacional = sistema organizado e estável

PVI.15: Relações entre as nações: reguladas pela razão, justiça, direito e negociação (não pela força, violência, guerra, medo, engano)

PVI.16: Congratulação: acesso às nações recém-formadas = universalidade e magnanimidade dos princípios (repetição: «é assim que deve ser»)

PVI.17: Relação entre mensagem do Papa-Carta da ONU: promoção de união entre as nações

PVI.18: ONU: ponte entre as nações, representação terrestre da missão espiritual da Igreja (única e universal = a posição mais nobre na construção ideológica da humanidade)

PVI.19: Missão da ONU: fraternizar todos os povos - tarefa difícil?

PVI.20: Sem dúvida, mas é a mais nobre tarefa da organização - necessidade óbvia de uma autoridade global político-jurídica

PVI.21: Repete: que sigam em frente – recuperar os que se afastaram e ganhar a confiança dos que ainda não pertencem (e generosidade em concedê-la)

PVI.22: Mensagem direta aos Estados-membros: que a confiança mútua jamais seja manchada ou traída

PVI.23: Fórmula da igualdade, à semelhança da Santa Sé (representação do Divino Fundador na Terra com humildade)

PVI.24: Impossível ser-se irmão se não se é humilde - orgulho: o que provoca tensões e coloca em causa a fraternidade

PVI.25: Auge da mensagem - 1.º negativamente: «jamais plus les uns contre les autres, jamais, plus jamais!» (uma 3.ª «fórmula»)

PVI.26: ONU: criada contra a guerra e a favor da paz

PVI.27: J. F. Kennedy: «Mankind must put an end to war, or war will put an end to mankind» (T1: em FR)

PVI.28: Todos os conflitos que a humanidade tem vivido: em causa o acordo que une todos os Estados na ONU

PVI.29: Apelo que irá mudar a História: «jamais plus la guerre, jamais plus la guerre! C'est la paix, la paix qui doit guider le destin des peuples et de toute l'humanité»

PVI.30: Gratidão e honra pelo trabalho dos últimos 20 anos em favor da paz (até aos últimos dias)

PVI.31: A grandiosidade da ONU: ensinar aos homens a paz (simultaneamente alunos e professores: arquitetos/ construtores da paz)

PVI.32: Como se pode construir a paz: não só pela política/ balanço poder-interesses, mas por ideias, obras de paz (ONU: nesse caminho, mas ainda no início)

PVI.33: Questão: irá alguma vez o mundo mudar o seu egoísmo e tendência de resolver os conflitos pelas armas?

PVI.34: Necessário: nova História, pacífica, verdadeira e inteiramente humana (como Deus prometeu aos homens de boa vontade)

PVI.35: Vias traçadas diante de todos: a primeira - o desarmamento

PVI.36: Para serem irmãos: somente sem armas nas mãos

PVI.37: Não se pode amar com armas ofensivas nas mãos - sobretudo as da Ciência moderna (pervertem a mentalidade dos povos antes ainda do seu uso)

PVI.38: Paradoxo: as armas continuarão a ser necessárias enquanto o Homem existir, mas ONU responsável por assegurar a segurança internacional sem recurso a armas

PVI.39: ONU deve reunir a confiança dos povos: fidelidade, autoridade, reconhecimento, sem despesas elevadas com armamentos, nem pesadelo da guerra sempre iminente

PVI.40: Congratulação: aceitação do desafio de Bombaim (dezembro 1964): poupar com a redução armamentos-atribuir a países em desenvolvimento

PVI.41: Humanidade e generosidade: ONU não existe somente para mediar conflitos entre Estados, mas para torná-los capazes de trabalhar em conjunto

PVI.42: O que a ONU tem de melhor: rosto humano mais autêntico = ideal da humanidade e a mensagem evangélica de celeste em terrestre (Papa João XXIII, *Pacem in Terris*)

PVI.43: O que a ONU proclama: os direitos e deveres do Homem (dignidade, liberdade - especialmente religiosa)

PVI.44: A Santa Sé vê a ONU como um intérprete do que é mais elevado na sabedoria do Homem: o caráter sagrado da vida humana (logo, proteção da vida)

PVI.45: Respeito da vida/ problema da natalidade-a discutir na AGONU; para o Papa: pão suficientemente abundante na mesa da humanidade *vs.* controlo artificial do n.º de bocas

PVI.46: Mas não é suficiente alimentar os que têm fome: é preciso dar a cada Homem uma vida com dignidade

PVI.47: Em prática o anúncio profético: usar as prodigiosas forças da terra/ magníficas invenções da Ciência não como instrumentos de morte, mas de vida (*Is* 2,4)

PVI.48: Reconhecimento dos esforços ONU para o progresso económico e social dos Estados que dele necessitam

PVI.49: Reconhecimento dos esforços ONU: cultura, analfabetismo, condições de saúde, usufruto por todos dos benefícios da Ciência, da tecnologia e da organização

PVI.50: Que a Igreja Católica sirva de exemplo (ex. instituições caritativas: nova perspetiva na luta *vs.* fome e atenção às necessidades do mundo = único modo de se construir a paz)

PVI.51: Última palavra: que o edifício que construíram não assente em objetivos puramente terrestres/ materiais, mas na consciência humana

PVI.52: Momento da «conversão»: renovação do Homem (nova forma de pensar: sobre o Homem, a vida comunitária, a História e o destino do mundo - *Ef* 4, 24)

PVI.53: Pausa para refletir: Homem- origem e destino comum (jamais como hoje, com o progresso em vários setores, necessário apelar à consciência moral)

PVI.54: Verdadeiro perigo: não no progresso, nem na Ciência, mas no Homem - resolver graves problemas do mundo ou causar ruína

PVI.55: Edifício da civilização moderna: com base em princípios espirituais - únicos capazes de o sustentar, iluminar e animar

PVI.56: Tais princípios: somente assentes na fé em Deus (*At* 17, 22-23, 32)

Balanço da seleção/ ausência de seleção para reescrita e destaque de argumentos em particular: Papa João Paulo II (1979)

JPII79.1: Saudação e gratidão pelo convite

JPII79.2: Laço especial Santa Sé-ON: motivo formal da visita

JPII79.corte 1: Pela soberania atribuída à Santa Sé (livre, sem dependências)

JPII79.3: Desde a criação da ONU: Santa Sé mostra estima, concordância, apoia o seu papel e iniciativas

JPII79.corte 2: A atenção da Igreja Católica = a ONU como sinal promissor para o mundo

JPII79.4: Confiança e crença também resultam da missão da Igreja (moral e religiosa)

JPII79.corte 3: Igreja profundamente interessada: ONU *une e associa Estados/ nações*

JPII79.5-6: Razão essencial da sua visita: congratula o respeito pela dimensão moral dos problemas (= Papa pode ser útil)

JPII79.corte 4: Significativa a presença da Santa Sé na ONU (*Jn* 18, 36-77; 37)

JPII79.7: Essencial: reunir em nome do Homem na sua totalidade (encíclica *Redemptor Hominis*)

JPII79.14: Tais experiências penosas e sofrimento = DUDH (preço que não pode ter sido em vão!)

JPII79.12-13: Aviso *vs.* qualquer campo de concentração (tortura, opressão), sob pretexto de «segurança» interna/ paz aparente

JPII79.11: Recordação das experiências de um dos lugares mais perturbadores: Auschwitz (Oświęcim)

JPII79.corte 8: ONU surgiu quando a tecnologia foi direcionada para hegemonia (2GM); DUDH: pedra angular no progresso moral

JPII79.corte 7: Verdade - triunfo tranquilo da consciência humana (= «Genus humanum arte et ratione vivit»)

JPII79.10: A DUDH: marco no caminho da raça humana (primazia dos valores espirituais e do progresso moral)

JPII79.9: Que a ONU nunca deixe de ser a elevada tribuna que aprecia em verdade e justiça (Carta da ONU e DUDH)

JPII79.corte 6: Falha mais frequente: perder de vista as verdades/ princípios morais mais elementares

JPII79.corte 5: Se a atividade política estiver desligada desta relação = o seu próprio fim, contradiz a humanidade

JPII79.8: Cada qual representa seres humanos individuais; a razão da atividade política: do/ pelo/ para o Homem

JPII79.corte 9: DUDH deve permanecer como o valor elementar da ONU

JPII79.15: Se as verdades da DUDH forem esquecidas: ameaça de nova destruição, por «interesse político»

JPII79.16: PP. Paulo VI na AGONU: «No more war, war never again! Never one against the other»/ «above the other»/ but always «with each other»

JPII79.17: Paulo VI: promotor incansável da causa da paz - seguir o seu serviço e a causa da Igreja

JPII79.18: Contínuos conflitos armados: gratidão sempre que ONU é bem-sucedida (ex. 1978: Argentina e Chile)

JPII79.19: Esperança fervorosa: solução para crises do Médio Oriente («primeira pedra» de paz geral na região)

JPII79.20: Líbano: ex. coexistência pacífica e mutuamente frutífera

JPII79. 21: Estatuto especial para Jerusalém: sob garantias internacionais (natureza particular)

JPII79. 22: Perturbado com relatórios sobre o desenvolvimento de armas (excessos)

JPII79.23: Aplauso: acordos para reduzir a corrida aos armamentos - porém, sérias ameaças

JPII79.30: A analisar: tensões capazes de enfraquecer a construção da paz (pela violação dos direitos humanos)

JPII79.corte 13: *Pacem in Terris*, de João XXIII: visão muito próxima à ideologia de base da ONU

JPII79.29: Nova visão da causa da paz: a génese da guerra emana da injustiça (que ataca 1.º os direitos humanos)

JPII79.28: DUDH: forte arma *vs.* raízes profundas da guerra, onde direitos inalienáveis são violados

JPII79.corte 12: ONU fundamental no esforço de um futuro pacífico = função-chave com base na DUDH

JPII79. 27: Reflexão e ações sobre as raízes do ódio/ da guerra

JPII79. 26: «If the new name for peace is development, who would not wish to labour for it with all his powers?» (PVI, *Pop. Progressio)*:

JPII79. 25-corte 11: Necessário um esforço contínuo e mais enérgico *vs.* possibilidade de se provocar a guerra

JPII79. 24: Contínuas preparações para a guerra = risco de destruição geral

JPII79.corte 10: Resistência ao desarmamento = vontade de paz, mas também o contrário (latente, mas real)

JPII79.corte 14: Não é fácil, mas deve ser feito, com renúncia a interesses particulares

JPII79.corte 15: Premissa: cada Homem dotado de dignidade, que nunca pode ser restringida ou destruída

JPII79.corte 16: DUDH/instrumentos jurídicos: reconhecer a dignidade e definir direitos inalienáveis (exemplos)

JPII79.31: Qualquer ameaça aos direitos humanos = prejudicial à paz (o Homem como um todo)

JPII79. 32: Regra: na relação entre valores espirituais e materiais, primam os 1.ºs

JPII79.corte 17: Tal proeminência define o sentido devido aos bens materiais - base: paz, desenvolv/ moral do Homem

JPII79.33-corte 18: Bens materiais dif. espirituais: satisfação, distribuição, n.º pessoas

JPII79.34: Ultimos 100 anos, grande desenvolvimento dos bens materiais/ menor sensibilidade para com a dimensão espiritual

JPII79.35: Poderá o Homem ficar subordinado a uma única esfera?

JPII79.36: Luta para obtenção de bens materiais: inevitável - solução: ênfase na dimensão espiritual (diálogo, união)

JPII79.44: Disparidades assustadoras: pessoas/ grupos excessivamente ricos *vs.* maioria de pobres

JPII79.corte 20-21: Homem não pode ser escravo dos bens materiais; antes, o seu mestre (*Gen* 1, 28)

JPII79.43: Comparar sistemas: não hegemonia/ imperialismo, mas humanismo

JPII79.42: Tensões económicas: restringem/ violam direitos humanos (ex. exploração/ abusos *vs.* dignidade)

JPII79.41: Desigualdade na possessão e no usufruto de tais bens: injustiça e dano social

JPII79.40: Tais bens: não apenas como prémio da Natureza, mas como fruto das atividades humanas

JPII79.39: Duas principais ameaças: 1. distribuição injusta dos bens materiais

JPII79.38: Dever: revelar a amplitude dos bens espirituais - violação dos direitos humanos = contra a humanidade

JPII79.corte 19: Luta *vs.* guerras incipientes: não os sintomas, mas as causas; função particular da Igreja: promover a dimensão espiritual

JPII79.37: Carta da ONU: reforça a dimensão espiritual

JPII79.45: Separação radical trabalho-propriedade = indiferença para com o sistema de produção

JPII79.46: Abismo ricos-pobres = sintoma muito grave numa sociedade/ planeta

JPII79.47: Disparidade entre áreas de saciedade e de fome/ depressão: necessária uma cooperação coordenada

JPII79.48: Meios efetivos para reduzir a possessão, eliminar os problemas, evitar a exploração e a dependência (neocolonialismo)

JPII79.49-50: 2.ª ameaça: injustiça a nível espiritual (ex. crença, visão do mundo, liberdades civis)

JPII79.corte 22: Igualdade de direitos = exclusão das formas de privilégio de uns *vs.* discriminação de outros

JPII79.51: Salvaguarda: direitos do espírito, consciência e criatividade, incluindo relação Homem-Deus

JPII79.52: Há estruturas na vida social que condenam o Homem a uma posição de 2.ª/ 3.ª enquanto cidadão

JPII79.corte 23: E comprometem as hipóteses de desenvolvimento pessoal/ profissional

JPII79.53: Máxima importância: que todos possam usufruir dos seus direitos sob qualquer sistema político

JPII79.61: A dimensão humana da paz: desvanece perante o imperialismo

JPII79.60: «Si vis pacem, para bellum» - espiral dos armamentos ao serviço da paz ou da hegemonia?

JPII79.59: Questões: irão as crianças receber a corrida ao armamento necessariamente como herança?

JPII79.corte 25: Desejo: um futuro melhor (respeito pelos direitos humanos como uma realidade)

JPII79.corte 24: A alegria das crianças: pensar o futuro, herança de valores, sentido de cuidado

JPII79.58: A proclamação, pela ONU, de 1979 como o Ano da Criança

JPII79.57: Quando o exercício da liberdade religiosa está a ser discutido: instituições religiosas devem ser chamadas

JPII79.56: É possível preservar dimensões humanas honestas e respeitáveis sem se violar os direitos da consciência

JPII79.55: Liberdade religiosa (à qual o Papa assume maior ligação): Conc. Vat. II, *Dignitatis Humanae* (n. 2, 3)

JPII79.54: Somente esta salvaguarda poderá assegurar a paz desde a raiz

JPII79.62: Deve ser o desejo solene para as crianças de todas as nações da Terra: que nunca se chegue a tal ponto

JPII79.63: Que todos possam viver e progredir na liberdade e na verdade da sua própria história e cultura

JPII79.64: Que autoridades respeitem os direitos de cada cidadão e desfrutem da confiança de todos para o bem comum

JPII79.65: Que todas as nações encontrem uma total igualdade na ONU

JPII79.66: Que a ONU continue a ser o fórum supremo da paz e da justiça, assento autêntico da liberdade dos povos e dos indivíduos na sua esperança por um futuro melhor

Balanço da seleção/ ausência de seleção para reescrita e destaque de argumentos em particular: Papa João Paulo II (1995)

Balanço da seleção/ ausência de seleção para reescrita e destaque de argumentos em particular: Papa Bento XVI (2008)

BXVI.1(FR): Honrado pelas palavras do PR AGONU, grato ao Sec. Geral pelo convite, saudações a todos os membros e aos povos que representam

BXVI.2: O que os povos esperam da ONU: que seja um centro de coordenação de ações de paz e de desenvolvimento global, atenda a objetivos comuns

BXVI.3: Relembra João Paulo II na ONU, em 1995: centro moral, consciência comum, «família das nações»

BXVI.4: O estabelecimento de metas universais = desejo de paz, sentido de justiça, respeito pela dignidade humana, cooperação e assistência humanitária (base das relações internacionais)

BXVI.5: Igreja e Santa Sé têm um cuidado especial com tais princípios e propósitos e veem na ONU uma instituição favorável à concretização/ respeito dos mesmos

BXVI.6: Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis* (JPII): organização internacional guiada pelo princípio da subsidiariedade, para responder às necessidades da «família humana»

BXVI.7: Tal é feito por regras internacionais eficientes e implementação de estruturas capazes de assegurar uma vida quotidiana harmoniosa por parte de todos os povos

BXVI.8: É particularmente importante nas sociedades atuais - paradoxo: decisões tomadas normalmente por alguns, quando os problemas mundiais exigem uma ação coletiva

BXVI.9: Segurança, desenvolvimento, desigualdades, ambiente: ação em conjunto, com boa fé e respeito pela lei, em solidariedade para com as regiões mais frágeis (ex. África)

BXVI.10: Regulamentações internacionais: não limitam a liberdade; antes, promovem-na, pela proibição de todas as ações *vs.* bem comum e a dignidade

BXVI.11: Necessária uma correlação entre direitos e deveres - ex. descobertas científicas/ avanços tecnológicos: por vezes, violação da ordem da Criação (=*vs.* caráter sagrado da vida + retirada à pessoa/ família a sua identidade natural)

BXVI.12: Preservar o ambiente e proteger as várias formas de vida na Terra: pelo uso racional da Ciência e da tecnologia + em concordância com imperativos éticos

BXVI.13: O reconhecimento da unidade da família humana + a atenção à dignidade inata do Homem - hoje, uma ênfase renovada no princípio da responsabilidade de proteger

BXVI.14: Dever primário de cada Estado: proteger os cidadãos de violações graves dos direitos humanos e das consequências de crises humanitárias - caso não consigam: comunidade internacional deve intervir

BXVI.15: Não deve ser entendido como uma imposição indesejada/ limitação da soberania- é uma gestão de conflitos por exploração de todas as vias diplomáticas possíveis

BXVI.16: O princípio da responsabilidade de proteger: considerado pelos antigos como a base de qualquer ação de um Governo para com o seu povo

BXVI.17: Frade dominicano Francisco de Vitoria: viu tal responsabilidade como uma vertente da razão natural (logo, comum a todas as nações) e como regulação das relações internacionais

BXVI.18: Hoje: este princípio tem de invocar a ideia da pessoa como imagem do Criador, o desejo pelo absoluto, a essência da liberdade

BXVI.19: A fundação da ONU: assim que se abandonou o sentido da transcendência e da razão natural, a liberdade e a dignidade humana foram grosseiramente violadas

BXVI.20: Hoje, perante novos e insistentes desafios, é um erro apenas determinar pontos de concordância; a comunidade internacional deve aplicar medidas concretas e efetivas

BXVI.21: Dignidade humana = o fundamento e a meta da responsabilidade de proteger (e o tema escolhido como enfoque do seu discurso, no 60.º aniversário da DUDH)

BXVI.22: DUDH: convergência de diferentes tradições religiosas e culturais + a pessoa no coração da sociedade e essencial às esferas da cultura, ciência e religião

BXVI.23: DUDH: os direitos humanos como língua comum e substrato ético das relações internacionais + garantia de salvaguarda da dignidade humana

BXVI.24: A origem comum da pessoa = todos os direitos expressos na DUDH aplicam-se a todos os indivíduos, pois cada ser humano é fruto da Criação de Deus

BXVI.25: Direitos humanos: baseiam-se na lei natural inscrita nos corações humanos + estão presentes em diferentes culturas e civilizações

BXVI.26: Direitos e pessoas- são universais (não se restringem a contextos/ visões do mundo/ configurações culturais, políticas, sociais ou religiosas)

BXVI.27 (EN): O respeito pelos direitos humanos = medida do bem comum; serve para avaliar a relação justiça-injustiça, desenvolvimento-pobreza, segurança-conflito

BXVI.28: A promoção dos direitos humanos: a estratégia mais eficaz de eliminar as desigualdades existentes entre países/ grupos humanos e aumentar a segurança

BXVI.29: Porém, o bem comum não pode ser alcançado apenas pela correta aplicação de procedimentos, nem pelo equilíbrio entre direitos concorrentes

BXVI.30 O mérito da DUDH: permitiu que diferentes culturas, com diferentes expressões jurídicas e modelos institucionais pudessem convergir num conjunto de valores

BXVI.31: Mas, hoje, os esforços têm de ser redobrados: tendência para se reinterpretar os fundamentos da DUDH em favor de interesses particulares

BXVI.32: Legalidade *vs.* justiça: quando os direitos são apresentados só como resultado de ações legislativas/ normativas-risco de se tornarem proposições fracas, separadas da ética e razão

BXVI.33: Pelo contrário, a DUDH reforçou que o respeito pelos direitos humanos está essencialmente baseado numa justiça imutável

BXVI.34: Os direitos e os deveres: fruto de um sentido de justiça defendido pela generalidade das pessoas, em solidariedade = válido para todos os tempos e povos

BXVI.35: Sto Agostinho de Hipona (séc. V): «não faças aos outros o que não gostas que te façam a ti» = direitos humanos como expressão de justiça aplicada igualmente a todos, não pela vontade do legislador

BXVI.36: Tendência para aclamar novos direitos em face de novas circunstâncias) - necessário discernimento (distinguir o bem do mal)

BXVI.37: Discernimento: confiança exclusiva nos Estados individuais (leis e instituições) pode impossibilitar uma ordem social que respeite a dignidade e os direitos

BXVI.38: Pelo contrário, uma visão ancorada na dimensão religiosa da vida pode ajudar a atingir tal objetivo

BXVI.39: Se a religião estiver separada da política: grandes benefícios para indivíduos e comunidades

BXVI.40: A ONU também poderá beneficiar do diálogo entre religiões: a partir da vontade dos crentes para colocarem as suas experiências ao serviço do bem comum

BXVI.41: Os direitos humanos devem incluir o direito à liberdade religiosa = uma dimensão simultaneamente individual e comunitária, mas que distingue a dimensão do cidadão e a do crente

BXVI.42: A ONU, nos últimos anos, tem assegurado que há espaço para visões do mundo inspiradas por uma perspetiva religiosa em todas as suas dimensões

BXVI.43: É, portanto, inconcebível que os crentes sejam obrigados a suprimir a sua fé de modo a poderem ser cidadãos ativos de uma sociedade

BXVI.44: Os direitos associados à religião: precisam especialmente de proteção nos casos em que colidem com a ideologia secular/as posições religiosas dominantes

BXVI.45: O reconhecimento integral dos direitos religiosos: não apenas o livre exercício da veneração, mas também a possibilidade de participação na vida social

BXVI.46: O Papa na AGONU: sinal de estima + expressão de esperança + demonstração da vontade da Igreja de contribuir para um sistema de relações internacionais inclusivo-participativo

BXVI.47: O lugar da Santa Sé na ONU = caráter específico enquanto sujeito na esfera internacional

BXVI.48: ONU: continua a ser o lugar privilegiado para a Igreja se comprometer a contribuir com a sua experiência de humanidade, ao serviço de todos

BXVI.49: A ação da ONU na promoção da liberdade de cada crente = aumento da proteção dos direitos humanos, moldados pela transcendência + permite que o Homem persista na sua busca por Deus neste mundo

BXVI.50: O reconhecimento da dimensão religiosa deve ser fortalecido: sustento da esperança por um mundo melhor + criação das condições para a paz, desenvolvimento e cooperação + garantia dos direitos às gerações seguintes

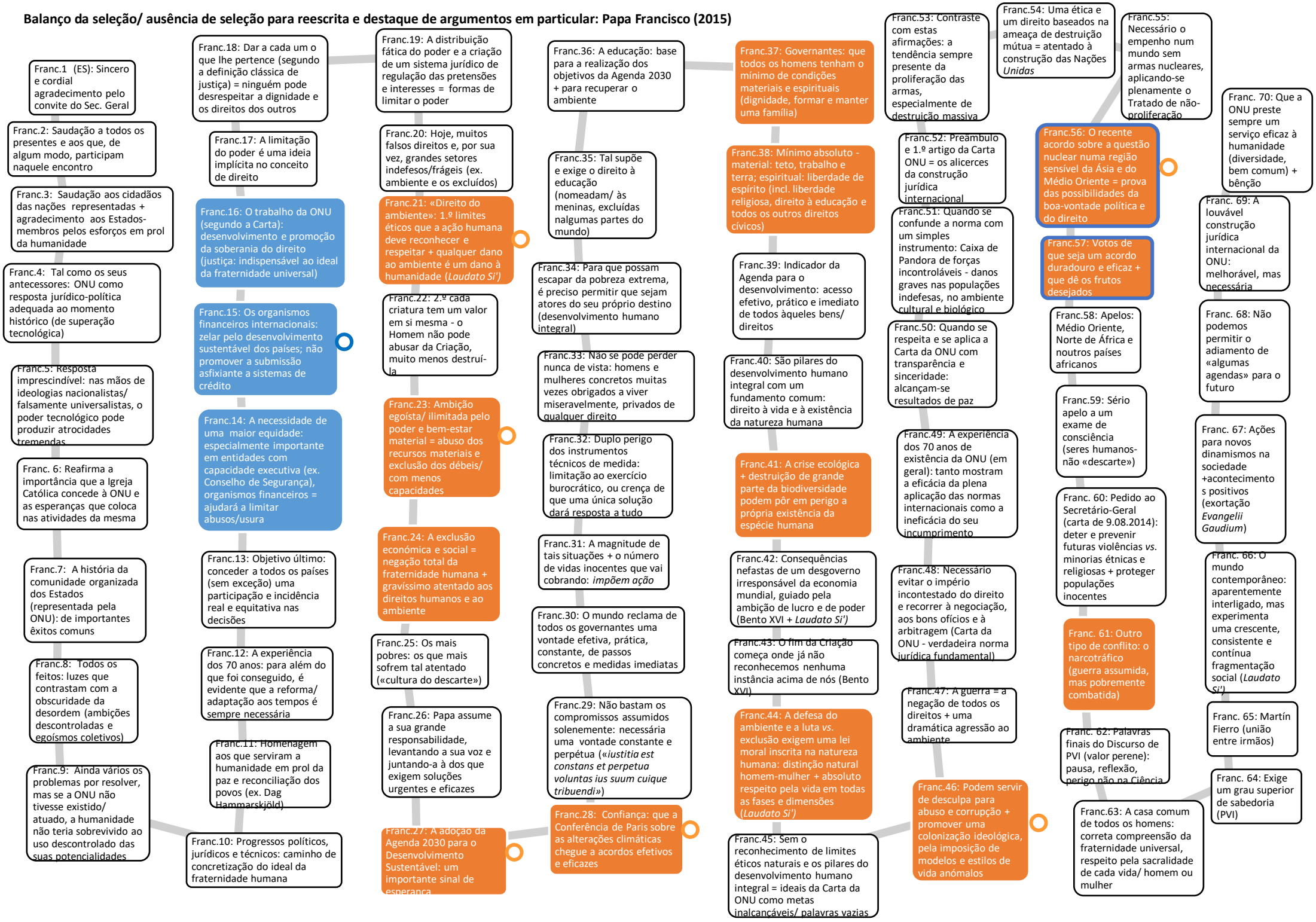
BXVI.51: A sua recente encíclica *Spe Salvi*: todas as novas gerações têm a tarefa de se envolverem na árdua procura do modo mais apropriado de lidar com as questões humanas - para os cristãos, tal é feito pela fé no trabalho de salvação de Jesus Cristo

BXVI.52: Relação Igreja-ONU: têm em comum os ideais de promoção da paz + de boa vontade em toda a Terra

BXVI.5:3 Agradece à assembleia pela oportunidade de se ter dirigido aos Estados-membros + promete o apoio das suas orações na prossecução da sua nobre tarefa

BXVI.54: Saúda todas as nações representadas na ONU nas línguas oficiais da organização

Balanço da seleção/ ausência de seleção para reescrita e destaque de argumentos em particular: Papa Francisco (2015)



5.2. Balanço da seleção, destaque e ausência de seleção

5.2.2. Discursos dos líderes governamentais contemporâneos na AGONU

Balanço da seleção/ ausência de seleção para reescrita e destaque de argumentos em particular: Arthur Goldberg (1965)

Gold.1-8: Conflito indo-paquistanês: gratificação, homenagem aos membros do Conselho de Segurança, dedicação comum, trabalho árduo, prova que a ONU é indispensável ao término do conflito; importante papel do Secretário-Geral; objetivo: paz permanente

Gold.9: Compromisso dos EUA: cooperação total na assistência para assegurar o cessar-fogo naquela região

Gold.10-12: Felicitações e homenagens a representantes da ONU (atuais/ passados)

Gold.13-17: Trabalho e missão da ONU: regulação das relações entre Estados pela lei, liberdade (no coração dos cidadãos), paz (*vs.* medo, indignidade, guerra, catástrofe) - questão perante um mundo que muda rapidamente sob o impacto da Ciência e da tecnologia: estarão a caminhar para a ordem mundial ou para o caos mundial? (AGONU: ajudar a esclarecer)

Gold.18-22: Política interna dos EUA: Plano da Grande Sociedade (Presidente Johnson) – ordem justa, igualitária, progressista, movimento dos operários, diversidade, progresso, liberdade

Gold.23: Relação com a ONU: também uma instituição marcada pela diversidade, mas unida (Carta da ONU; princípios: justiça, progresso social, resolução pacífica de conflitos)

Gold.24-31: Contra a representação da China comunista na ONU e influência desta ideologia sobre o Vietname do Sul (implicações nos objetivos dos EUA: somente a independência e a autodeterminação do país)

Gold.32-35: Contínua corrida ao armamento nuclear: deve continuar o esforço em prol do desarmamento - EUA: compromisso e esboço de um tratado enviado ao Comité para o Desarmamento; esperança de que se torne um acordo internacional

Gold.36: Questões de segurança interna: contra a chantagem a nações sem capacidade nuclear própria – na AGONU: devem chegar a um acordo quanto a um tratado sobre a realização de testes nucleares

Gold.37-39: Melhorias na deteção de atividade sísmica/ certificação da (não-)realização de testes nucleares – convite dos EUA: visitarem o centro de deteção no Montana

Gold.40-46: Necessidade de se tomar medidas para reduzir os perigos associados a uma capacidade nuclear elevada – propostas para a URSS e evidência da disposição dos EUA de reduzir a sua reserva (logo, a ameaça) nuclear

Gold.47-50: Necessário melhorar constantemente os mecanismos internacionais de controlo de disputas e fortalecer a capacidade da ONU de manter a paz (ex. Chipre, Sudeste asiático, Caxemira); evitar que os Estados ajam por si próprios

Gold.51: Louvor da/ empenho na iniciativa dos britânicos em prol da paz - de particular interesse para Goldberg: as disputas empregadores-operários - EUA já com mecanismos de reconciliação (Federal Mediation e Conciliation Service)

Gold.52-53: Meios que funcionam no plano nacional nem sempre podem ser transpostos para o internacional, mas acredita que a ONU encontrará mecanismos próprios a este respeito - responsabilidade inscrita na Carta: ação conjunta para assegurar a paz e a segurança (a continuar, renunciando a futilidades)

Gold.54-55: Promoção de uma utilização pacífica do espaço – proposta de tratado sobre a exploração de corpos celestes

Gold.56-63: Exploração dos recursos terrestres em prol de uma ordem mundial justa: bem-estar económico e social (ex. programa alimentar mundial, limitação do crescimento populacional excessivo, acelerar a produção industrial/ aumentar as exportações dos países em desenvolvimento, esforços educativos nos mesmos) - EUA prontos para se associarem a um incremento de esforços multilaterais para atribuição de capital financeiro

Gold.64-65: Progresso mais rápido na Década do Desenvolvimento: central na política dos EUA - determinação de enriquecer a vida humana: internamente, pelo plano da Grande Sociedade; internacionalmente, pelo apoio às liberdades fundamentais e aos direitos humanos de todos os povos - principal objeto de ação da ONU: o Homem (sobre o qual recairá a ação da ONU: sucessos/ fracassos)

Gold.66-68: Autodeterminação-dignidade: EUA aplaude este desenvolvimento histórico - Civil Rights Act (1964-65) mostra um compromisso em favor dos direitos de todos os cidadãos (embora o historial dos EUA esteja longe de ser perfeito)

Gold.69-70: ONU: não obstante o seu papel fundamental na defesa destes direitos, tem de fazer mais – louva a criação do Alto Comissário para os Direitos Humanos (pelo Governo da Costa Rica) e a relação com a implementação da DUDH

Gold.71-76: Do debate em curso: possível chegar a um consenso para fortalecer a comunidade das Nações Unidas + otimista quanto ao destino da ONU + se não tivesse sido criada há 20 anos, teria de o ser naquele momento, apesar de o caminho para a ordem mundial não ser fácil (reza para que consigam e espera que, no futuro, vejam sucessos) + apesar da diversidade, são um só em prol da melhor qualidade de vida de todos (= grande sociedade mundial)

Balanço da seleção/ ausência de seleção para reescrita e destaque de argumentos em particular: Maria de Lurdes Pintasilgo (1979)

Pint.1-7: Felicitações, reconhecimento e recordação (ex. Presidente angolano, Agostinho Neto) + limiar dos anos 80 = novas situações, metas, metodologias, alternativas (desafio ao inconformismo e à imaginação) + oportunidade de se construir um projeto comum para a humanidade

Pint.8-13: Assuntos repetidamente debatidos ao longo dos anos, mas a seriedade dos mesmos implica pudor e contenção - convicção: AGONU capaz de funcionar como lugar de manifestação de uma nova solidariedade mundial - necessário: convergência das aspirações das massas populares e reflexão mais exigente quanto à solidariedade - serviço para os povos e a paz entre as nações

Pint.14-16: Trabalho da ONU na década de 70: Chipre e Sudeste asiático, África, M. Oriente e Ásia do Sul; desnuclearização; nova ordem da informação; conf.ª mundial para o desenvolvimento; questões relacionadas com a mulher (ainda distante a plena igualdade de direitos, com vista a novos modelos de vida e de sociedade)

Pint.17-20: Carta da ONU: afirmação de um princípio rígido e imutável; renovado vigor a cada novo estádio das relações internacionais na História; vincula todos os países, independent/ da dimensão ou força; enriquecimento do código de conduta (ex. cooperação, relações amigáveis, direitos e deveres económicos)

Pint.21: Experiência dos últimos anos: substituição da tirania do voto pela sabedoria do consenso = passagem gradual do juridismo à convivência/ solidariedade

Pint.22-30: Maior nitidez na década de 70 das questões políticas – Cons. Segurança e Cons. Económico e Social: o 1.º para a resolução pacífica dos conflitos; o 2.º sobre questões relativas à dimensão social (que é também política) = política e economia: intimamente ligadas (independência económica = garante da independência política de um povo)

Pint.47-51: Final da década de 70: relação mais estreita entre direitos dos homens e dos povos (os primeiros alicerçam a ordem interna dos segundos – exemplos dos dois conjuntos)

Pint.44-46: O que procuram: o desenvolvimento endógeno de todos os povos = respeito pelo ritmo de crescimento de cada região; capacidade de cada sociedade de atender à sua evolução histórica, com base na sua cultura, técnicas e materiais

Pint.42-43: Reforço dos valores culturais: necessário a qualquer estratégia de independência nacional + a diversidade expressa a riqueza da comunidade internacional (ex. ação de agências especializadas da ONU, como a UNESCO)

Pint.34-41: Vacuidade política da ciência e tecnologia (inutilidade quando não colocadas ao serviço do desenvolvimento) – pelo contrário, ambiente natural e cultural: potencial de transformação, *vs.* um modelo único e limitações económicas - ciência e tecnologia: muitas vezes, o cavalo de Tróia da dominação - necessário afastamento de uma conceção irrealista da «pureza» científica, distante dos modelos sociais em que se insere

Pint.33: Mercados cada vez mais amplos, novos modelos (estranhos) e outras aspirações = emergir da teia de relações cada vez mais complexa e contraditória, em prol da plena afirmação de um povo

Pint.31-32: Questão: que critérios fundamentam a verdadeira independência? – se for uma troca económica que transcende o Estado-nação, diminuindo a sua força política, que salvaguardas pode o Estado encontrar para garantir a sua autonomia e liberdade?

Pint.52-56: Parece inútil o esforço de todos os que visam um futuro melhor - corrida aos armamentos: assente em questões de sobrevivência, mais do que em considerações morais - incompatível com as estratégias de desenvolvimento da década de 80 (guerra = perpetuação de um sistema no qual a violência é a norma)

Pint.57: Posição de Portugal: respeitar as suas alianças, mas caminhar para um desarmamento global e controlado

Pint.58-59: Complexidade e melindre das negociações para o desarmamento: legítimo direito dos Estados em garantir a sua segurança; não obstante, imperativo moral de substituir a hostilidade latente pela confiança/ mútuo respeito e transferir recursos para fins de progresso humano

Pint.60: Louvor de Portugal: negociações SALT e esquemas de segurança regional (ex. na Europa)

Pint.61-63: M. Oriente: de particular inquietação na luta pelos direitos dos povos – necessário: solução global, justa e duradoura, para garantir a todos os Estados o direito à existência e à paz, dentro de fronteiras reconhecidas e respeitadas - Israel: retirada dos territórios ocupados, desmantelamento dos colonatos; Palestina: assegurar direitos nacionais legítimos (testemunho de Portugal: comissão do Cons. Segurança sobre aldeamentos israelitas em territórios árabes ocupados)

Pint.64-67: Namíbia e Zimbabwe: descolonização e direito à autodeterminação – Portugal: conhece «por anterior e dolorosa experiência própria, o dramático e negativo ciclo da intransigência política» + esperança na Conf.ª Londres: restituição da liberdade ao povo do Zimbabwe (*vs.* minorias internas)

Pint.85-86: «Solidariedade mundial» = nova sensibilidade para a cooperação internacional, *vs.* desaproveitamento das imensas capacidades criadoras dos povos

Pint.80-84: Profunda convicção: contributo vital dos países mais ricos na transformação das metas; países pobres: maior capacidade de diálogo na defesa de posições justas (*vs.* impotência) e conquistas realizadas na ordem interna (*vs.* enfoque nas concessões dos ricos) - ter-se-á perdido a força do diálogo quando se estiver a construir uma ordem mundial injusta

Pint.74-79: Reflexão sobre o sedimento dos anos 70: nova ordem internacional que vá para além dos planos político e económico, situando-se também no social, cultural e da informação + novos modelos para as sociedades pós-industrializadas: relações socioculturais *vs.* egoísmo institucionalizado e mero crescimento económico

Pint.70-:73 Necessidade de ser criado um direito que dê expressão à interdependência das nações – aproveitamento e defesa de fatores ecológicos/ recursos naturais da humanidade - futura convenção sobre o direito do mar: noção de «património comum da humanidade» + sistema de exploração de uma importante área marítima com base no mesmo + procura de soluções jurídicas para uma redistribuição mais justa dos recursos naturais - Portugal: proposta de Lisboa para sede de uma das instituições a ser criada em prol de uma ordem marítima mais justa

Pint.69: Timor-Leste: ainda negado o direito à autodeterminação; Portugal incapaz de inverter a situação por si só – apelo à consciência internacional: normalidade da vida desta população

Pint.68: *Apartheid*: condenação pelo povo português, que sempre se opôs a discriminações com base na raça (em causa: progresso humano integral)

Pint.87-89: Não ter ilusões: ONU ainda longe de um quadro de boa-vontade política e idealismos excessivos em pouco contribuirão para os objetivos traçados – pelo contrário, convergência de interesses e de vantagens possibilitará uma vida internacional mais justa e estruturada (tarefa da ONU)

Pint.90-92: ONU: tem de aceitar o desafio deste novo período – linha de consenso: difícil, mas não irrealizável

Pint.93-94: Em causa: desenho, em conjunto («em fraternidade e à luz da nossa humana medida») do «rosto moral» das relações entre os Estados-nação (que falta) = definição do perfil do homem dos novos tempos, capaz de justificar a esperança na construção de um novo momento da civilização humana

Pint.95: Não é possível falar em termos mundiais quando não se afirma, explicitamente, o homem singular (=a base e o fim da conceção política) - garantia das liberdades individuais: um problema mundial

Pint.96-97: Portugal e o 25 de abril de 1974: desde a Revolução que o pequeno país está ligado à causa da liberdade e «à solidariedade activa com todos os povos do mundo» - outrora expressa nas navegações; hoje, pelo cumprimento da sua parte na ordem internacional

Pint.98-99: Poema de António Gedeão «A minha aldeia» exprime metaforicamente a ligação de Portugal a todos os povos

Balanço da seleção/ ausência de seleção para reescrita e destaque de argumentos em particular: Bill Clinton (1995)

Cl.1-2: 50 anos da ONU: ideais dos fundadores não inteiramente realizados, mas mantém-se o compromisso; valor notório por todos o mundo (ex. fome, doenças, educação, refugiados, paz, direitos humanos + Conferência de Pequim: oportunidades para mulheres e seus filhos)

Cl.3: ONU fruto da fé e do conhecimento: tolerância, decência e paz *vs.* intolerância, perversidade e agressão

Cl.4-5: Valores e interesses dos EUA também são servidos pelo trabalho com a/ na ONU (dispersar o risco, partilhar o fardo, aumentar o impacto dos esforços comuns)

Cl.6: Em 1994, empenhou-se para que os EUA continuassem a contribuir substancialmente para o financiamento da ONU e, historicamente, os EUA têm sido (e são) o maior financiador - está determinado a garantir que cumprem inteiramente tal papel, estando a trabalhar com o Congresso nesse sentido

Cl.7-8: Reforma da ONU: fim das burocracias ineficazes e das prioridades desatualizadas + dinheiro usado para salvar/ enriquecer a vida das populações e não para despesas desnecessárias + fazer mais com menos - a reforma: para se manter relevante, com um papel ainda mais forte no caminho da liberdade, paz e prosperidade

Cl.9-10: Casos onde a ação da ONU foi relevante: Médio Oriente, Irlanda, África Sul e Haiti + na implementação da democracia em todos os países do hemisfério Norte (exceto num) e de uma Europa integrada, pacífica e democrática + nos Balcãs, na facilitação das perspetivas de paz

Cl.11-12: Guerra na Bósnia: encontro das partes envolvidas na próxima semana (em Dayton, Ohio), sob a égide dos EUA e dos parceiros do Grupo de Contacto (Rússia, França, Alemanha, R. Unido) - intuito: intensificar a procura de paz; apela aos parceiros para se tentar chegar a um acordo, apesar das divergências + EUA estarão no terreno, depois, para ajudar a manter a paz

Cl.13-16: Porém, a paz continua ameaçada: na passagem da Guerra Fria à aldeia global, ainda muitos vulneráveis à pobreza, doença e subdesenvolvimento, expostos a ódio étnico e religioso, Estados fora da lei, terrorismo, crime organizado, tráfico de droga, proliferação de armas destruição maciça = para além do progresso, rápida expansão e impacto dos problemas

Cl.17-19: Necessidade de cooperação internacional - ex. tráfico de droga, preservação ambiental, armamento nuclear, sobretudo vital na luta *vs.* os «incrivelmente interconetados» grupos terroristas, de crime organizado e contrabando de droga e *vs.* propagação de armas de destruição maciça (ex. problemas: Japão, Am.Latina, Sudeste Asiático, Israel, França, antiga URSS, Europa Central, atentados ao WTCenter e à sede da ONU)

Cl.20-21: Estas forças colocam em causa a tendência global em favor da paz e da liberdade, prejudicam as novas e frágeis democracias, minam a força dos países em desenvolvimento, ameaçam os esforços dos membros ONU na construção de um mundo mais seguro e próspero - pedido: que se associem aos EUA na luta *vs.* estas forças (esforços comuns = resultados)

Cl.22: No que respeita às armas de destruição maciça: EUA a trabalhar com Rússia, Ucrânia, Cazaquistão, Bielorrúsia, Coreia Norte + referência ao Tratado de Não-proliferação (assinado por muitos dos presentes na AGONU)

Cl.23-24: A nível dos estupefacientes e do crime organizado: cooperação dos EUA com várias nações (partilha de informação, apoio militar, a iniciar esforços anti-corrupção) - resultados começam a surgir (ex. Colômbia)

Cl.25: A nível do terrorismo: fortes sanções dos EUA *vs.* Estados que o patrocinam e contornam a lei (ex. Irão, Iraque, Líbia e Sudão) + estão a reforçar esforços para o cumprimento da lei + cooperação com outros países

Cl.26: Nada do que fizerem vai tornar os EUA invulneráveis, mas todos poderão ficar menos vulneráveis se agirem em conjunto - proposta de novas iniciativas para combater: crime internacional organizado, tráfico de droga, terrorismo e propagação de armas destruição maciça (em prol da segurança dos cidadãos à escala mundial)

Cl.27: 1.ª incumbiu o Governo dos EUA de identificar as nações que toleram lavagem de dinheiro (ex. venda drogas, atos de terror, crime organizado) + os Estados devem garantir que os seus bancos/ sistemas financeiros agem em conformidade com os parâmetros internacionais *vs.* lavagem de dinheiro (e EUA irão ajudá-los a fazê-lo)

Cl.28: 2.ª: incumbiu-o de identificar as empresas-fantasma e congelar os ativos da maior rede de droga do mundo (o cartel Cali) + cortar as suas fontes de financiamento e impedir que cidadãos americanos façam negócio com as suas empresas

Cl.29: Deu também instruções ao Departamento de Justiça para criar legislação que dê as ferramentas necessárias para se fazer cobro à atividade criminosa organizada

Cl.30-32: Por ser necessário vencer esta batalha em conjunto, convite a todos os países para se associarem à elaboração de uma declaração sobre o crime na esfera internacional e a segurança dos cidadãos - assegurar nenhum porto de abrigo para os criminosos + pacto anti-terrorismo (mais Estados, ratificação de tratados já existentes, fecho de mercados de sustento dos criminosos)

Cl.33: 3.ª Criação de uma ofensiva anti-droga - necessário agir *vs.* cartéis, destruir plantações de droga e diminuir a procura nos países consumidores (ex. EUA)

Cl.34-35: 4.ª Criação de uma força policial internacional efetiva - as organizações de crime internacional têm como alvo nações sem experiência/ capacidade para detê-las - EUA e Hungria estabeleceram a International Law Enforcement Academy para ajudar as polícias da Europa Central; agora: proposta de rede à escala global (partilha dos últimos avanços da técnica/ tecnologia *vs.* crime)

Cl.36-38: 5.ª Necessário um esforço conjunto no controlo de armas ilegais e materiais letais (ex. trabalho com antiga URSS e e parceiros do G-7): ter mais em conta materiais com poder de destruição maciça (armazenamento e segurança) + fortalecer a Convenção de Armas Biológicas + adotar um tratado global para banir testes nucleares + extinguir o flagelo mortífero das minas + pressionar outros países (e o Congresso EUA) para ratificar a Convenção de Armas Químicas + intensificar esforços no combate à rede ilegal de armas que sustenta o terrorismo internacional, equipa os cartéis de droga prolonga conflitos mortíferos

Cl.39: Agenda cheia e desafiante, mas deve ser completada e em conjunto

Cl.40: Há 50 anos, na Conferência de S. Francisco, um jovem americano herói de guerra transmitiu as suas impressões quanto ao evento num jornal - J.F.Kennedy (citação - ideia: o importante era terminar a guerra, não ter de lutar mais)

Cl.41-44: A ONU não extinguiu a guerra, o sofrimento, a repressão e a pobreza, nem tem sido tudo o que os membros gostariam, mas tornou a guerra menos provável, ajudou muitas nações a passar da guerra à paz, prolongou a vida de milhões de seres humanos, possibilitou a progressão na causa da liberdade e da prosperidade, tem sido uma força em prol do bem e *vs.* o mal

Cl.45: Com o aproximar de um novo século cheio de promessas, mas assolado por perigos, a ONU ainda é precisa - e podem contar com os EUA para outros 50 anos (ou mais)

Balanço da seleção/ ausência de seleção para reescrita e destaque de argumentos em particular: George W. Bush (2008)

GWB.1-2: Há 63 anos: representantes de todo o mundo concluíram em S. Francisco a Carta ONU -compromisso histórico: reafirmação da fé nos direitos humanos fundamentais, união para manter a paz e a segurança internacionais (persistiu a problemas e continua a guiar os trabalhos)

GWB.3-4: Todavia, os ideais da Carta estão a ser desafiados como nunca antes - ex. movimento global de extremistas violentos: *vs.* ordem internacional, vida/ dignidade humana, modelos de consciência/ moralidade = em risco a justiça e os direitos humanos (pilares da ONU)

GWB.5: Responsabilidade de todas as nações na AGONU: defender a Carta, governar responsavelmente, resolver problemas antes que se propaguem, prevenir que o território seja usado como santuário de crimes, respeitar os direitos e responder às necessidades dos cidadãos

GWB.6-11: Ao longo de oito anos, os membros da AGONU trabalharam em conjunto *vs.* ameaça terrorista - sucessos e contrapontos; lição: ONU e outras organizações multilaterais são mais necessárias do que nunca = devem cooperar de modo mais próximo (clarividência: ver os terroristas por aquilo que são e proteger a população)

GWB.12-13: Necessário: uma posição moral inequívoca *vs.* terrorismo (bombardeamentos suicidas, a tomada de reféns e raptos nunca são legítimos; Cons. Segurança: o terrorismo como ilegal e todas as nações devem controlar o financiamento terrorista + Sec.Geral (no início mês): o terrorismo nunca tem justificação

GWB.14: Outras organizações multilaterais: G-8 declarou que todos os atos terroristas são criminosos e devem ser universalmente condenados + Sec. Geral da Organização da Conf.ª Islâmica: bombardeamentos suicidas vão contra os ensinamentos do Islão

GWB.15-16: A mensagem: o terrorismo não tem lugar no mundo moderno - a natureza brutal dos extremistas é cada vez mais evidente e a coligação de nações que confronta os terroristas está a tornar-se mais forte

GWB.17: Nos últimos 7 anos: Afeganistão e Iraque transformados de regimes que patrocinam ativamente o terror para democracias que combatem o terror + Líbia renunciou apoio que recebia e intuito de ter armas nucleares + Arábia Saudita e Paquistão ativamente no encalço de terroristas + algumas (poucas) nações (ex. Síria e Irão) continuam a apoiar o terror, (mas cada vez mais isoladas)

GWB.18-19: À medida que o séc. XXI progride, alguns poderão ser tentados a pensar que esta ameaça diminuiu - erro: o tempo faz parte da estratégia terrorista + não se pode permitir que sejam bem-sucedidos: devem manter-se unidos na luta *vs.* terror, negando que encontrem abrigo nalguma parte do mundo + vigilantes (resolução 1540, de 2004) + forçar sanções *vs.* Coreia Norte e Irão = EUA não vão descansar enquanto a população não estiver livre desta ameaça

GWB.20-24: Para fazer jus à promessa de paz/ segurança da Carta no séc. XXI: necessário confrontar a ideologia dos terroristas + permitir que pessoas falem, venerem como pretenderem, persigam os seus sonhos em liberdade = serve os ideais mais altos da ONU (ex. dignidade e valor da pessoa) e os objetivos de segurança

GWB.25: Alguns questionam se as populações de certas partes do mundo desejam, de facto, a liberdade = egoísmo/ interesses próprios - desaprovação EUA; povos têm exigido a sua liberdade (ex. urnas votação no Afeganistão, Iraque e Libéria; Revolução Cor-de-Laranja na Ucrânia, Cor-de-Rosa na Geórgia, dos Cedros no Líbano, das Tulipas no Quirguistão)

GWB.26-27: Sempre que é dado a escolher, as pessoas optam pela liberdade + ONU: apoio dos esforços de dissidentes, reformadores e ativistas civis em sociedades com uma liberdade recente pelo novo fundo para a democracia - EUA agradecem tais esforços + organizações multilaterais devem continuar ao lado das jovens democracias na causa pela liberdade

GWB.28-29: No Afeganistão: população determinada a superar décadas de tirania e proteger a sua sociedade recém-liberta (forte apoio das 26 nações da NATO) + louva a decisão da ONU nesta semana de renovar o mandato da International Security Assistance Force no país + também uma presença significativa da ONU a nível civil - necessário continuar ajudar o povo afegão, para que os Talibãs não regressem ao poder e o país não torne a ser um refúgio sagrado para o terror

GWB.30-32: No Iraque: a luta tem sido dura, mas a vida quotidiana melhorou significativamente nos últimos 20 meses (coligação determinada de nações e um contingente de tropas americanas) + ONU: mandato para forças multinacionais no terreno até dezembro + quaisquer que tenham sido as discórdias, o progresso em prol da estabilidade e da paz deve ser reconhecido + devem manter-se unidos para ajudar a democracia iraquiana a ser bem-sucedida

GWB.33-35: Devem manter-se unidos no apoio de outras democracias jovens/ países (ex. Líbano, Palestina, Geórgia): EUA admiram a coragem, honram os sacrifícios, agradecem o exemplo inspirador destas populações + irão continuar ao lado de todos os que defendem a liberdade (merece o apoio de todos)

GWB.36-39: Estender a abrangência da liberdade política é essencial, mas não suficiente: necessário ultrapassar o desânimo (onde o radicalismo prospera), olhando para as causas (pobreza, doença, ignorância) - juntos: direcionar recursos e esforços para fomentar a educação, a saúde e a prosperidade (ex. EUA: insistência nos resultados dos seus programas de assistência externa)

GWB.40-42: Nova iniciativa dos EUA: o Millennium Challenge Account - direciona ajuda para países que apresentam uma governação justa, luta *vs.* corrupção, implementação de políticas económicas de mercado, investimento na sua população - maior eficácia se tiverem fé nas populações do mundo em desenvolvimento + insistirem em resultados práticos em troca de ajuda (modelo de parceria, não de paternalismo)

GWB.43-44: Ex. com resultados inspiradores: Emergency Plan for AIDS Relief - cada nação que recebe apoio dos EUA desenvolve os seus próprios planos de combate, por exemplo, do HIV/SIDA (na África Subsariana) ou da malária (também em África)

GWB.45: Organizações multilaterais têm feito compromissos arrojados (ex. G-8, que tentou equiparar-se aos EUA face àquelas duas doenças e à tuberculose): a vida no mundo em desenvolvimento depende de tais programas, mas necessário cumprir os compromissos

GWB.46-47: Um dos mais poderosos motores do desenvolvimento e prosperidade: comércio livre e investimento - o passo mais eficaz de todos: acordo que remova barreiras comerciais à escala global (porém, impasse recente no acordo de Doha: desilusão - apela a que se consiga um consenso o mais depressa possível)

GWB.48: Para além de Doha, devem renovar o compromisso de abertura das economias e permanecer firmes *vs.* isolacionismo económico - objetivos que estão a ser colocados à prova nos mercados financeiros mundiais

GWB.49: As economias dos Estados-membros estão mais próximas do que alguma vez + sabe que estão a ver como o Governo dos EUA irá lidar com os problemas do seu sistema financeiro - recentemente: passos decisivos para prevenir uma disrupção grave da economia americana, que teria um efeito devastador noutras economias do mundo

GWB.50-51: Reserva Federal: injetou liquidez no sistema (era urgente) - na semana passada: anunciou uma ação decisiva pelo Governo sobre a raiz da instabilidade dos mercados financeiros dos EUA + assegura que a sua administração e o Congresso estão a trabalhar em conjunto para aprovar o mais rapidamente possível legislação que aprove esta estratégia + confiante de que vão conseguir agir com celeridade

GWB.52-53: Objetivos que traçou para que as organizações multilaterais possam confrontar o terror e promover um desenvolvimento efetivo: difíceis, mas necessárias (manter compromissos e responsabilidade)

GWB.54: No séc. XXI, o mundo precisa de uma ONU competente e eficaz - esta instituição única deve trabalhar com base nos seus sucessos e melhorar a sua performance (ineficiência e corrupção: corrigir; excessivas burocracias: simplificar; incumprimentos: mão forte)

GWB.55: Ex. necessária uma revisão imediata do Cons. para os Direitos Humanos, que tem protegido violadores dos mesmos + esforço maior para ajudar a população da Birmânia a viver livre de repressão + especialm/ membros do Conselho Segurança devem assegurar que Governo do Sudão mantém o compromisso quanto à violência no Darfur

GWB.56: ONU é uma organização com um potencial extraordinário - deve abrir-se a uma nova era de transparência, responsabilização e seriedade + com determinação e propósitos claros, poderá ser uma poderosa força para o bem e afirmar a grande promessa estabelecida na sua fundação

GWB.57: Nos últimos dias da Conf.ª S. Francisco, os delegados que estavam a negociar a Carta da ONU receberam a visita do Pres. Harry Truman: reconheceu os enormes desafios que tinham pela frente e disse que o sucesso só era possível graças ao que designou de «unshakable unity of determination»

GWB.58: Hoje, o mundo está num outro período de desafio e, continuando a trabalhar em conjunto, a «unidade inabalável da determinação» será também uma realidade - juntos, podem confrontar e derrotar o mal do terrorismo, assegurar o dom da liberdade e da justiça concedido pelo Senhor aos milhões que ainda não o conhecem, construir um mundo mais livre, seguro e melhor para as gerações vindouras

Balanço da seleção/ ausência de seleção para reescrita e destaque de argumentos em particular: Mahmoud Ahmadinejad (2008)

Ahm.1-3 : Grato ao Senhor: nova oportunidade para estar na AGONU (recordação dos assuntos abordados por si nas anteriores intervenções)

Ahm.4-5 : Dada a ocorrência de vários novos desenvolvimentos, a debilidade dos mecanismos existentes tornou-se ainda mais evidente - necessidade de se fazer face aos desesperos causados pelos mesmos + esperança num futuro brilhante, desejável e bonito nos corações dos homens (= o assunto desta intervenção)

Ahm.6: Parece que as raízes dos problemas residem no modo como se vê e se perceciona o mundo e a humanidade - questões como liberdade, obediência a Deus, justiça: têm sido da máxima importância para os seres humanos ao longo da História

Ahm.7-8: (i) O mundo: Deus Todo Poderoso criou propositadamente o mundo, como pedra basilar para evolução e crescimento do Homem; todas as leis que governam o mundo e todas as criaturas estão ao serviço do Homem na sua procura de bem-estar (= tudo, incluindo o poder, é um sinal de Deus Todo Poderoso, único Criador e regulador do mundo)

Ahm.9-12: (ii) Humanidade: Deus acendeu nas almas a luz que guia os homens e pediu-lhes para se erguerem até Ele + criou o Homem para a eternidade, dotando-o de atributos (todas as manifestações de bondade e de beleza = Terra próspera) + obrigou os homens a viver divina e socialmente (só através da interação com outros é que os atributos divinos podem emergir)

Ahm.13-17: (iii) Obediência a Deus: confessar o monoteísmo, obedecer às Suas ordens, estar livre de uma devoção descrente, aceitar a verdade absoluta, abandonar o egoísmo e os instintos animalescos, a procura do poder e a agressão, render-se à correção, justiça, amor e perfeição; dif. discórdia e conflito: de uma liberdade materialista e de instintos animais; Deus ama todas as criaturas e deseja-lhes o bem

Ahm.18-19: (iv) Justiça: é o alicerce da Criação; fundamental para colocar todos os fenómenos no lugar devido e providenciar aos homens a oportunidade de atualizarem as suas capacidades divinas - sem justiça: a ordem do universo colapsar-se-ia e a oportunidade para a perfeição extinguir-se-ia = impossível uma paz real; justiça: o pilar principal da vida social

Ahm.20-22: Os homens precisam de conhecer Deus para poderem criar uma sociedade próspera e caminharem para uma vida eterna maravilhosa - porém, enquanto o mundo for construído de modo limitado; a vida eterna for tida como imaginária e ilusória; os princípios morais forem considerados retrógrados e imoralidade, desonestidade e egoísmo desejáveis; os homens se resumirem a uma vida materialista; se tentar substituir a obediência a Deus por instintos animalescos/ opressão; a discórdia estiver no auge e os agressores, graças ao seu poder, não serem punidos e reclamarem razão; as nações forem feitas reféns em prol de votos nas eleições = problemas da comunidade global serão exacerbados

Ahm.23-24: Iraque atacado sob o falso pretexto de haverem armas de destruição maciça e derrubar um ditador - foi substituído, mas as armas não foram encontradas; foi estabelecido um sistema democrático, mas, após 6 anos, os ocupantes ainda estão no terreno, insistindo na imposição de acordos coloniais; sem escrúpulos, ainda procuram solidificar a sua posição geopolítica na região e dominar os recursos petrolíferos = desrespeito pela população iraquiana (direitos/ dignidade) + ONU: incapaz

Ahm.25-26: Palestina: 60 anos de carnificina e invasão ainda em curso - zionistas criminosos que ocupam o país (acusações: deslocaram detiveram e mataram os verdadeiros donos da terra, suportados por potências hegemónicas, intrusivas, ameaçadoras, vingadoras); Cons. Segurança, sob a pressão de algumas daquelas potências, até cria condições de apoio aos assassinos zionistas = «natural» que algumas resoluções da ONU relacionadas com o problema da Palestina tenham sido arquivadas/ caído no esquecimento

Ahm.27: Afeganistão: produção de estupefacientes multiplicou desde a presença forças NATO, conflitos internos continuam, terrorismo a aumentar, pessoas inocentes bombardeadas diariamente, vítimas da vontade dos membros da NATO de domínio sobre as regiões em redor da Índia, China e Ásia do Sul - Cons. Segurança não faz nada, porque alguns dos membros da NATO são também os maiores decisores políticos

Ahm.28 : África: estão-se a restabelecer as relações da era colonial - início de guerras civis em grandes países (ex. Sudão) = desintegração dos mesmos em prol de interesses de certas potências corruptas (pressões e legislação conveniente)

Ahm.29: América Latina: a segurança, os interesses nacionais e as culturas estão consideravelmente em perigo devido à sombra ameaçadora de governos dominadores («estranhos») e das embaixadas de tais impérios

Ahm.30: Geórgia, Ossétia e Abecásia: as vidas, propriedades e direitos dos povos são vítimas das tendências e provocações da NATO e de certos poderes ocidentais + de acordos militares e das ações fraudulentas dos zionistas

Ahm.31: A corrida interminável aos armamentos + proliferação e armazenamento de armas nucleares/ de destruição maciça + ameaça de que sejam usadas + estabelecimento de sistemas anti-mísseis = situação mundial instável

Ahm.32-34: Programa nuclear pacífico do Irão: sob o direito inalienável de todas as nações de produzir combustível nuclear para fins pacíficos + transparência das suas ações e inteira colaboração com inspetores da IAEA + repetida declaração desta agência de que os seus fins são pacíficos - todavia, algumas potências dominadoras colocaram obstáculos neste caminho do Irão, exercendo pressão política e económica + ameaças e pressões sobre a IAEA - as mesmas potências que provocaram as tragédias de Hiroshima e Nagasaki, produzem novas gerações de armas nucleares letais e têm stocks das mesmas, mas que nenhuma org. internacional está a supervisionar (=monopólio/ superioridade)

Ahm.35: Perfeitamente natural: que o grandioso povo iraniano (com a sua confiança em Deus, determinação, prontidão e apoio dos seus amigos) resista ao bullying e continue a defender os seus direitos - nação iraniana: a favor do diálogo, mas não aceitará exigências ilegais

Ahm.36: Chegou o momento de a IAEA apresentar um relatório claro à comunidade internacional sobre a supervisão do desarmamento daquelas potências nucleares e das suas atividades + de ser criado um comité para o desarmamento por Estados independentes

Ahm.37-38: As teorias de desenvolvimento alinhadas com o sistema hegemónico ao invés de às reais necessidades da humanidade/ sociedades humanas: repetitivas e ineficazes, causam a expansão da dominação hegemónica e a destruição do ambiente e da solidariedade entre as nações - sem um fim à vista: pobreza, fome e privação

Ahm.39: Dignidade, integridade e direitos das populações dos EUA e da Europa: estão a ser objeto de brincadeira de um pequeno número de pessoas sem escrúpulos - os zionistas: embora uma minúscula minoria, têm dominado uma importante porção dos centros financeiros e monetários/ de decisão política de alguns países europeus e dos EUA, de modo desonrado, complexo e furtivo (comentários à relação entre candidatos ao poder de grandes potências e Israel)

Ahm.40-41: Tudo isto se deve ao modo como os imorais e os poderosos veem o mundo, a humanidade, a liberdade, a obediência a Deus e a justiça - os pensamentos e ações dos que se consideram superiores + que tencionam manter-se fora do círculo divino para serem escravos absolutos de desejos materialistas e egoístas, e expandirem a sua natureza agressiva e dominadora

Ahm.42-43: O povo iraniano e a grande maioria dos povos vs. tais objetivos e perspetivas + estabelecimento da justiça: exige que os povos tenham alcançado moderação no seio deles próprios, restringido as suas atitudes dominadoras, atualizado os seus atributos de autossacrifício/ serviço à humanidade - apenas sob a regra do ser humano correto e perfeito, obediente a Deus e prometido pelos profetas divinos

Ahm.44-45: Com a graça de Deus Todo Poderoso, está a florescer uma tendência de esperança no coração e alma das sociedades humanas + resistência universal vs. espírito de aquisição, agressão e egoísmo por parte das potências que fazem bullying

Ahm.46: Hoje, o regime zionista está em queda galopante para o colapso e não há forma de tirá-lo do fosso criado por ele próprio e pelos seus apoiantes

Ahm.47: Ao mesmo tempo que respeita na íntegra a resistência do povo oprimido da Palestina, propõe ao Sec. Geral uma solução humana: um referendo livre, para determinar e estabelecer um Estado palestiniano

Ahm.48 : O império americano no mundo está a chegar ao fim + os seus próximos governantes devem limitar a sua interferência às fronteiras do país (hoje, a ideia de hegemonia rapidamente se torna desmérito)

Ahm.49-50: Aos governos expansionistas que governam as relações mundiais: tenham em conta que viver em obediência a Deus e acatar as Suas ordens + compaixão para com as populações e esforço para que a justiça seja inteiramente aplicada também é vantajoso para si próprios - convite: regressar ao caminho de Deus, dos profetas, das populações do mundo, da justiça e da verdade (caso contrário, a mão poderosa de Deus irá emergir da manga das nações oprimidas e colocar um fim à hegemonia das potências)

Ahm.51: Apelo: amem as populações do mundo e respeitem os seus direitos + corrijam comportamentos passados - o povo iraniano está preparado a ajudá-los a serem salvos, em prol da paz e prosperidade

Ahm.52-53: Com a graça de Deus Todo Poderoso, os pilares do sistema opressor estão a ceder + estão a ser feitos grandes desenvolvimentos em favor da humanidade e dos seus direitos verdadeiros e reais = futuro longo e promissor + ao alcance: uma comunidade global repleta de justiça, amizade, fraternidade e bem-estar, caminho de beleza e amor, ser humano correto e perfeito (prometida pelos grandes profetas divinos)

Ahm.54-55: Que, de mãos dadas, propaguem a ideia de resistência vs. mal (minoria) + apoiem o bem (maioria) + desenhem e implementem os mecanismos justos e humanísticos para regular as relações internacionais + que Deus Todo Poderoso coloque um fim aos sofrimentos humanidade e em 1.ª linha a justiça, a beleza e o amor

Balanço da seleção/ ausência de seleção para reescrita e destaque de argumentos em particular: Barack Obama (2015)

Ob.1-2: 70 anos : reflexão sobre o que conseguiram alcançar, em conjunto + EUA trabalharam com muitas nações para prevenir uma 3GM, na construção de um sistema internacional que sanciona os que optam pelo conflito em vez da cooperação e uma ordem que reconhece a mesma dignidade/ valor a todos os povos

Ob.3-4: É o melhor ideal que a ONU tem perseguido: foram demasiadas as ocasiões em que falharam coletivamente, mas continuaram a seguir em frente, em prol de um sistema com normas internacionais mais eficazes

Ob.5: O progresso é real - porém, reúnem-se sabendo que a marcha para o progresso humano nunca se traça numa linha reta, o trabalho está longe de estar completo, existem correntes perigosas que podem puxá-los para um mundo mais sombrio e desordenado

Ob.6-7: Hoje: colapso de ditadores, conflitos em Estados frágeis, fuga épica das populações; vácuos criados por redes brutais de terror; tecnologias (que dão poder) exploradas por quem propaga desinformação e radicaliza a juventude; aumento do risco de contágio, enfraquecimento da capacidade de negociação dos trabalhadores e maior desigualdade devido às flutuações do capital global

Ob.8: Como responder a estas tendências? - alguns argumentam que os ideais inscritos na Carta são inatingíveis/ estão desatualizados, que o poder é um jogo onde ninguém ganha («zero-sum game»), que poder significa razão (ao agir, tem a razão do seu lado), que os Estados fortes devem impor sua vontade sobre os mais fracos, que os direitos dos indivíduos não contam e que a ordem deve ser imposta à força

Ob.9-10: Algumas das principais potências estão a contrapor a lei internacional (= erosão dos princípios democráticos e direitos humanos) - defendem-se, dizendo que tais medidas visam impedir a desordem, manter o terrorismo fora de portas e prevenir uma interferência/ intromissão externa; de acordo com esta lógica, deveriam apoiar tiranos como Bashar al-Assad, que atira bombas para cima de crianças inocentes, pois a alternativa é certamente pior

Ob.11: Ceticismo crescente quanto à ordem internacional: também nas democracias mais avançadas - maior polarização e discórdias mais frequentes, com movimentos da extrema direita (ou esquerda) a insistir que se pare com as negociações que nos ligam a outras nações/ que se construam muros para impedir a entrada migrantes

Ob.12: Ainda mais preocupante: medo por parte de pessoas comuns de serem exploradas, devido aos apelos ao sectarismo/ partidarismo, tribalismo, racismo ou anti-semitismo - apelos a um passado glorioso, antes de o corpo político ter sido «infetado» por quem tinha uma aparência diferente ou que venerava Deus de modo diferente («Nós» vs. «Eles»)

Ob.13: EUA não são imunes: verifica-se nos debates sobre o papel dos EUA no mundo uma medida de força que é definida por oposição a antigos inimigos e potenciais adversários (ex. China em ascensão, Rússia ressurgente, Irão revolucionário, Islão incompatível com a paz) - ou seja: a única força dos EUA está nas palavras belicosas e nos espetáculos de força militar; cooperação e diplomacia não vão funcionar

Ob.14: Enquanto Presidente: consciente dos perigos que enfrentam - lidera o maior exército que mundo alguma vez conheceu e nunca hesitará em proteger o seu país/ aliados unilateralmente e por meio força quando necessário; contudo, acredita que não podem regressar às formas antigas de conflito/coerção: vivemos num mundo integrado, onde todos participam nos sucessos de uns e de outros

Ob.15: Nenhuma nação pode escapar à ameaça do terrorismo, risco de contágio financeiro, vagas de migrantes, perigo de um planeta que está a aquecer - se não conseguirem trabalhar em conjunto, todos irão sofrer as consequências

Ob.16: É também verdade para os EUA: não importa quão poderoso é o seu exército/ quão forte a sua economia, os EUA não podem resolver os problemas do mundo sozinhos

Ob.17: No Iraque: EUA aprenderam a dura lição de que, mesmo com centenas de milhar de militares corajosos e efetivos e triliões de dólares do Tesouro dos EUA, não podem, por si só, impor estabilidade num território estrangeiro - não serão bem sucedidos se não trabalharem com outras nações sob proteção do direito internacional (será temporário)

Ob.18-19: Não se pode forçar a coesão social pela repressão - História das duas últimas décadas prova que os ditadores de hoje serão a faúlha da revolução de amanhã; pode-se prender os opositores, mas não se pode emprisionar ideias; pode-se tentar controlar o acesso à informação, mas não se pode transformar uma mentira numa verdade

Ob.20: Não se trata de uma conspiração por parte de org. não-governamentais apoiadas pelos EUA, que expõem a corrupção: é o desejo crescente das pessoas em toda a parte para fazerem as suas escolhas sobre o modo como são governadas

Ob.21-22: No mundo atual, a medida de força já não se define pelo controlo do território e da habilidade de aceder a matérias-primas, mas do sucesso da sua população - depende: respeito pelos direitos individuais, boa governação, segurança (repressão interna ou agressão externa = fracasso na providência de tais bases)

Ob.23-24: As políticas resultantes da demonização dos outros, assentes numa sectorização religiosa e num estreitar do tribalismo/ nacionalismo: a História mostra que nos tornam menos seguros - devem seguir em frente na busca dos ideais da ONU, não abandoná-los nesta altura crítica

Ob.25-27: A fundação da ONU: as nações ficam mais seguras quando fazem jus às normas de base e seguem um caminho de cooperação ao invés de conflito - são sobretudo as nações fortes que têm a responsabilidade de sustentar tal ordem internacional

Ob.28-29: Durante dois anos, os EUA e seus parceiros (incluindo Rússia e China) mantiveram-se unidos em negociações complexas - resultado: acordo que impede que o Irão obtenha armas nucleares, mas permitindo-lhe aceder a energia pacífica; se implementado integralmente, fortalecer-se-á a proibição de armas nucleares, evitar-se-á uma potencial guerra, o mundo tornar-se-á mais seguro (= a força do sistema internacional quando funciona como deve)

Ob.30-31: Anexação da Crimeia e intervenção russa na Ucrânia - EUA: poucos interesses económicos na Ucrânia, mas não podiam ficar a ver a violação da soberania e integridade territorial + se não existirem sanções, poderá acontecer com qualquer uma das nações da AGONU (sanções aplicadas: não um desejo de regresso à Guerra Fria)

Ob.32-33: A população ucraniana está mais interessada do que nunca em alinhar com a Europa e não com a Rússia (impacto das sanções na economia russa) + desejam uma Rússia forte, dedicada a trabalhar com os EUA/ ONU para fortalecer sistema internacional)

Ob.34: Mar da China (do Sul): EUA não pretendem reclamar nenhum território para si, mas, tal como qualquer nação da AGONU, pretende defender os princípios básicos de liberdade de navegação e de comércio + resolver disputas pela lei internacional (não pela lei da força)

Ob.35-36: Reconhece que a diplomacia é difícil, os resultados são, por vezes, insatisfatórios e a ação diplomática raramente é popular (em termos políticos), mas acredita que os líderes das grandes nações têm a obrigação de correr tais riscos (fortes o suficiente para proteger os seus interesses se e quando a diplomacia falha - ref.ª ao embargo a Cuba)

Ob.37: Continuam a ter divergências com o Governo cubano, mas irão tratar os assuntos por meio de relações diplomáticas + confia que Congresso irá levantar o embargo e que a abertura (em vez da coerção) irá providenciar a merecida melhoria de vida à população cubana + que Cuba terá sucesso caso pretenda cooperar com outras nações

Ob.38: Se é do interesse das maiores potências seguir padrões internacionais, é ainda mais verdade para o resto da comunidade das nações: as nações têm bons resultados quando promovem políticas de paz e de prosperidade dentro das suas fronteiras + quando trabalham coletivamente com outros países

Ob.39: Este caminho está disponível para o Irão, que continua a movimentar agentes violentos para prosseguir os seus interesses: esforços que podem fazer parecer que tem vantagem nas disputas com países vizinhos, mas que fomentam conflitos entre sectores, colocando toda a região em perigo e isolando-o das trocas comerciais

Ob.41-42: Onde a ordem tiver sido totalmente quebrada, devem agir, mas serão mais fortes se o fizerem em conjunto - EUA irão sempre cumprir a sua parte, conscientes das lições do passado (no Iraque e na Líbia)

Ob.43: Necessário trabalhar mais eficazmente no futuro enquanto comunidade internacional, para providenciarem aos Estados em dificuldade a capacidade de a superarem antes de colapsarem (louvor ao evento a ter lugar mais tarde, naquele dia: novas competências/ meios para fortalecer as ações em prol da paz)

Ob.44: Em nenhum outro lugar o compromisso relativamente à ordem internacional é mais testado do que na Síria: sofrimento humano numa magnitude que afeta todos + um assalto à humanidade no seu todo

Ob.45: Não se pode acomodar um culto apocalíptico como o do Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIIL - «ISIL») + EUA não pedirão desculpas sempre que usarem o seu exército (como parte de uma coligação mais vasta) para irem no seu encalço

Ob.46-47: Na Síria, a estabilidade duradoura apenas pode acontecer quando a população local estabelecer um acordo para viver em conjunto pacificamente - EUA preparados para trabalhar com qualquer nação (incluindo Rússia e Irão) para resolver o conflito, mas, depois de tanto derramamento de sangue e carnificina, não se pode regressar ao status quo pré-guerra (recorda como a mesma começou)

Ob.48: Perspetiva realista: é necessário um compromisso para terminar o conflito e, em última instância, desmantelar o EIIL + uma transição organizada do regime de Assad para o de um novo líder (governo inclusivo)

Ob.49: ISIL depende da guerra contínua/perpétua para sobreviver e ganha adeptos com base numa ideologia venenosa - rejeitar este extremismo que infecta demasiados jovens dos Estados-membros + contínua rejeição pelos muçulmanos dos que distorcem o Islão, pregando a intolerância e promovendo a violência

Ob.50: Trabalho que vai demorar tempo: contudo, muitas famílias precisam de ajuda neste momento - os EUA a aumentar o n.º refugiados que podem acolher e vão continuar a ser o maior prestador de assistência

Ob.51: Nas formas de pensar de outrora, o flagelo dos desfavorecidos, refugiados, marginalizados não importava - hoje, é uma questão de segurança coletiva + propósito da ONU: fomentar ações coletivas capazes de tornar a vida melhor neste planeta

Ob.52-53: Metas de Desenvolvimento Sustentável - capitalismo foi o maior criador de bem-estar e de oportunidade que o mundo alguma vez conheceu, mas a prosperidade ainda está fora do alcance de demasiadas pessoas (cita o Papa Francisco)

Ob.54-57: São capazes de reverter doenças (ex. HIV/SIDA), erradicar pandemias (ex. Ébola), eliminar barreiras para a oportunidade, reduzir a poluição e ajudar a retirar a população da pobreza - clima: reunião de Paris + EUA irão trabalhar com qualquer nação disposta a cumprir a sua parte

Ob.58: Futuro da AGONU: seguir em frente = defender os princípios democráticos (Síria como exemplo do que não ocorre onde existe uma democracia genuína e o respeito pelos valores universais)

Ob.59-60: A democracia assume diferentes formas em diferentes partes do mundo, mas certas verdades são evidentes para todos (ex. liberdade religiosa, de manifestação, de educação, especialmente pelas meninas, vs. violação de mulheres) = são fundamentais ao progresso humano e uma pedra basilar da ONU

Ob.61-62: Perspetiva de que uma liderança forte não deve tolerar nenhum dissidente - discorda: mostra fraqueza e medo

Ob.63: Os líderes que fazem correções à sua Constituição para se manterem em funções: falharam na construção de um país bem-sucedido para o seu povo, pois nenhum líder dura para sempre

Ob.64: A democracia é frustrante e, por vezes, disfuncional - mas foi o que permitiu aos EUA tornar-se a maior nação do mundo - a democracia (inclusiva) torna os países mais fortes

Ob.65: Justa transição de poder, comunicação social livre, prosperidade da sociedade civil, acolhimento dos migrantes, oportunidades para as raparigas = quando um país atinge todo o seu potencial

Ob.66-67: A maior grandeza dos EUA: liberdade e espelho da diversidade do mundo (aceitação do «Nós» sem demonização do «Outro»)

Ob.68-70: As pessoas comuns são um bem fundamental - os Governos devem refletir/espelhar esta asserção

Ob.69: A procurar em conjunto: acreditar na dignidade de cada indivíduo, que podem passar por cima das diferenças e optar pela cooperação em vez do conflito - não é fraqueza, é força e uma necessidade prática no mundo interconectado

Ob.70: As populações (dos Estado-membros) percebem isso (exemplos)

Ob.71-72: As pessoas que fazem parte da ONU podem ter uma propensão para recear/ ter sido ensinadas a odiar, mas também podem responder à esperança

Ob.73: Apelo: que prossigam com confiança, pois é a única forma que têm de assegurar que o futuro será melhor

Balanço da seleção/ ausência de seleção para reescrita e destaque de argumentos em particular: Vladimir Putin (2015)

Put.1: O 70.º aniversário da ONU: boa oportunidade tanto para analisar a sua história como para falar acerca do futuro coletivo

Put.2-3: 1945: países que derrotaram nazismo uniram esforços para criar sólidas bases para a ordem mundial do pós-guerra - de salientar: decisões-chave tomadas na Rússia (encontro de Ialta, pelos líderes da coligação *vs.* Hitler) = trabalho genuíno, que ajudou a ultrapassar eventos turbulentos e dramáticos e poupou o mundo a cataclismos consideráveis

Put.4: ONU: uma organização única em legitimidade, representatividade e universalidade - recentemente criticada por insuficiente eficácia e possibilidade de os processos de decisão sobre questões fundamentais poderem ser frustrados devido a diferenças insuperáveis (especialm/ entre membros do Cons. Segurança) - porém, sempre existiram desentendimentos e o direito de veto sempre foi exercido por todos os membros; a essência: procurar consensos sob diferentes opiniões/ pontos vista (= força da ONU)

Put.6: O que é discutido: ou é adotado na forma de resoluções ou não (ou «passa» ou «não passa») - logo, qualquer ação por parte de um Estado que não respeite estes procedimentos é ilegítima (vai contra a Carta e desafia a norma internacional)

Put.7-8: Após a Guerra Fria, apenas emergiu no mundo um centro de poder - os que ficaram no «topo da pirâmide» acharam-se tão fortes e excecionais que sabiam melhor do os outros o que devia ser feito - pensaram: porque haveriam de se preocupar com a ONU, que frequentemente empata/ atrapalha?

Put.9-10: Tornou-se comum afirmar que a organização se tornou obsoleta e que a sua missão histórica foi concretizada: ONU tem de acompanhar a mudança do mundo - Rússia pronta a trabalhar nesse sentido, sob o consenso entre todos os parceiros; mas os esforços ativos para prejudicar a autoridade/ legitimidade da ONU são extremamente perigosos: podem levar ao colapso da estrutura das relações internacionais = mundo regulado pelo egoísmo (mais ditatorial, menos democrático) + maior n.º de protetorados/ territórios controlados externamente

Put.11-12: O que é, afinal, a soberania do Estado (sobre a qual alguns dos colegas já falaram)? - tem a ver, sobretudo, com liberdade: de cada pessoa, população ou Estado escolher o seu próprio destino - a chamada «legitimidade do poder do Estado»: nunca se deve brincar com/ manipular as palavras; todos os termos da lei/ assuntos internacionais devem ser claros, transparentes e os critérios entendidos por todos

Put.13: Todos são diferentes e devem respeitá-lo - ninguém é obrigado a conformar-se para sempre com um único modelo de desenvolvimento que alguém determinou como sendo o único correto - devem lembrar-se do que aprenderam com a experiência do passado (ex. URSS: tentativa de exportar experiências sociais e pressionar a mudança num país com base nas suas ideologias leva à deterioração, não ao progresso)

Put.14: Porém, parece que ninguém aprende com os erros dos outros - repetem-nos, daí que persista a exportação de revoluções (hoje, «revoluções democráticas») - ex. Médio Oriente e Norte África: os problemas políticos e sociais duravam há muito tempo e as populações queriam uma mudança, mas, em vez de se reformar as instituições governamentais, houve uma interferência externa agressiva = destruição abrupta da própria máquina de vida; em vez da democracia e do progresso, obteve-se violência, pobreza e catástrofe social - pergunta a quem provocou tal situação: percebem agora o que fizeram? (receia ausência de resposta: políticas baseadas em complacência e crença na excecionalidade e impunidade tendem a persistir)

Put.15-17: O vácuo de poder que surgiu no Médio Oriente e Norte África = áreas de anarquia, rapidamente ser preenchidas por extremistas e terroristas + dezenas de milhar de militantes a lutar agora sob a bandeira do Estado Islâmico (EI) (ex. antigos militares iraquianos que perderam os seus cargos com a invasão Iraque, 2003) - EI não surgiu do nada; propósito inicial: *vs.* regimes seculares indesejados que dominam o mundo islâmico (e além do mesmo)

Put.18: Situação mais do que perigosa + hipócrita e irresponsável fazer declarações pomposas sobre a ameaça do terrorismo internacional enquanto se faz vista grossa aos canais que estão a financiar e suportar os terroristas e se tenta manipular grupos extremistas, de modo a que ajam em favor de interesses próprios, lidando com/ liquidando os extremistas mais tarde

Put.19-21: Estão a lidar com gente cruel e tão esperta como eles = não se saberá dizer quem está a usar quem para os seus próprios fins + qualquer tentativa de «cortejo» dos terroristas (ex. fornecimento de armas) não é apenas ineficaz, mas incendiária (aumento dramático da ameaça terrorista à escala global e expansão para novas regiões)

Put.22: Rússia tem sido firme e consistente na oposição ao terrorismo em todas as formas: hoje, estão a dar assistência militar e técnica ao Iraque, Síria e outros países da região que estão a lutar *vs.* grupos terroristas - considera um enorme erro recusar cooperar com as autoridades sírias e Forças Armadas do Estado da Síria, que combatem o terrorismo cara a cara; necessário reconhecer que ninguém exceto as forças do governo do Presidente al-Assad e as milícias curdas está a combater verdadeiramente o EI e outras organizações terroristas na Síria (têm de ser realistas)

Put.23-24: Esta perspetiva honesta e frontal da Rússia tem sido recentemente usada como pretexto de acusação: de estar a engendrar outros fins mais ambiciosos (como se os que acusam não tivessem, eles próprios, ambições) - o que está em causa: não as ambições da Rússia, mas a união de esforços pelos Estados-membros, à luz dos valores/ interesses que partilham, para fazer face aos novos problemas = criação de uma coligação internacional genuína *vs.* terrorismo (à semelhança daquela *vs.* Hitler e o nazismo na 2GM)

Put.25-26: Países muçulmanos devem ter um papel-chave nesta coligação: EI é-lhes uma ameaça direta + são o cerne de uma das religiões do mundo com mais crimes sangrentos, mas as ideologias dos militantes ridicularizam o Islão e pervertem os seus valores humanistas (palavras aos líderes espirituais muçulmanos)

Put.27-28: Nos próximos dias, a Rússia (na presidência do Cons. Segurança) organizará um encontro para analisar as ameaças no Médio Oriente - proposta: esboço de uma resolução para coordenar as ações de todas as forças que lutam *vs.* EI e outros grupos terroristas (com base na Carta) - convicção: conseguirão uma estratégia adequada à estabilização política e à recuperação socioeconómica do Médio Oriente; caso existisse, não seriam necessários campos de refugiados = uma dura lição para todos, incluindo para a Europa

Put.29-30: Os refugiados precisam da compaixão e do apoio da ONU, mas qualquer solução tem de passar pelo restabelecimento da autoridade estatal onde tiver sido destruída + fortalecimento das instituições governamentais + providenciar assistência militar, económica e material adequadas aos países em dificuldades - assistência não pode ser imposta e apenas em concordância com a Carta e o direito internacional

Put.31-32: Principais ações a desenvolver: ajudar a restabelecer instituições governamentais na Líbia + apoiar o novo governo do Iraque + providenciar adequada assistência ao governo legítimo da Síria + assegurar a paz e a estabilidade regional e global = criar espaço para a segurança em termos igualitários e indivisíveis (não só para alguns escolhidos, mas para todos)

Put.33-34: Todavia, para alguns dos Estados-membros, a ideia de bloco da Guerra Fria e o desejo de assimilar novas áreas geopolíticas ainda é primordial - 1.º pela expansão da NATO (questiona-se quanto a isso) + 2.º oferecendo aos países da ex-URSS uma falsa escolha: ou estarem com o Ocidente ou com o Leste (= lógica de confrontação que resultou numa grave crise geopolítica, ex. Ucrânia)

Put.35 : Podem colocar termo ao derramamento de sangue e encontrar uma saída para o impasse, mas apenas mediante uma implementação integral (e em boa fé) dos acordos de Minsk (de 12 fevereiro) - integridade territorial da Ucrânia não pode ser assegurada por ameaças/ força das armas + necessário respeitar a escolha da população da região de Donbass (interesses e direitos) = garantia de que Ucrânia poderá ser um Estado civilizado e elo na construção de uma área comum de segurança e cooperação económica (na Europa e na Eurásia)

Put.36-37: Motivo de uma área comum de cooperação económica: as sanções unilaterais que se tornaram norma contornam os princípios da Carta, servindo intuitos políticos + um número reduzido de países escolheu criar associações económicas exclusivas, com negociações à porta fechada, (regras do jogo alteradas em proveito próprio)

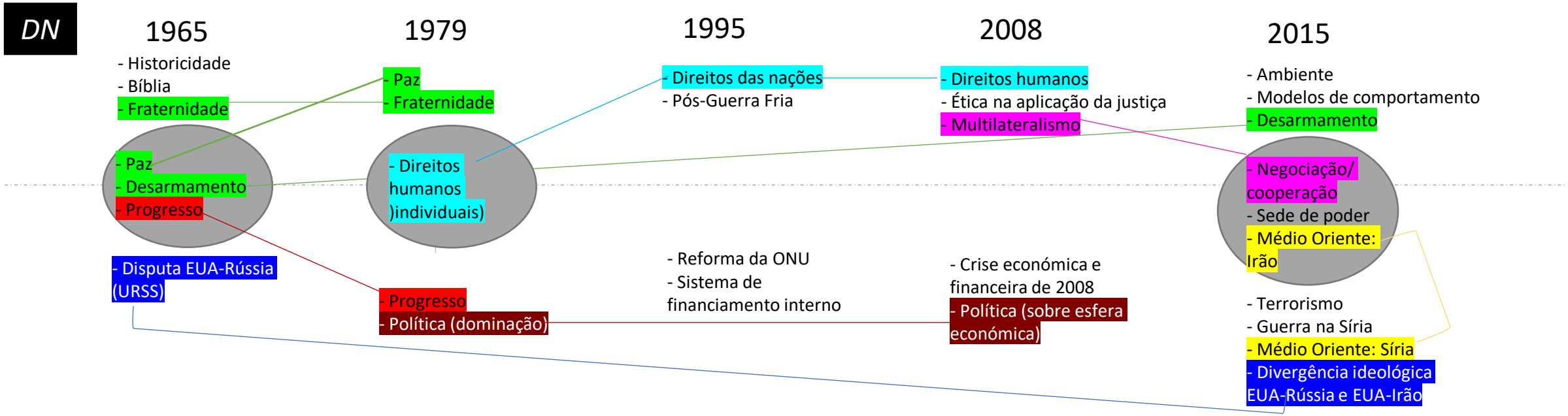
Put.38-39: Resultados: desequilíbrio do sistema de comércio, desintegração do ambiente económico global, influência no da economia mundial - proposta: que sejam discutidos na ONU, com a WTO e o G-20, projetos económicos regionais pela chamada «integração das integrações» (ex. União Económica da Eurásia-Rota da Seda)

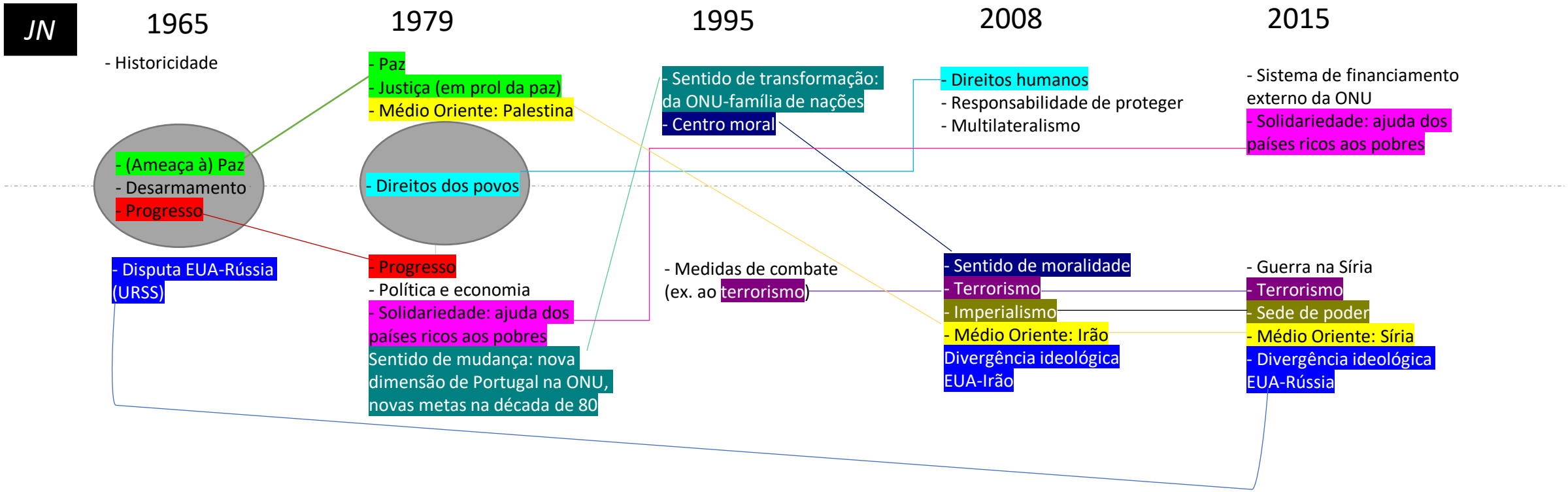
Put.40-43: Desafio das alterações climáticas: do interesse da ONU assegurar obtenção de resultados na Conf.ª Paris (indicação dos contributos nacionais da Rússia até 2030) - estabelecimento de quotas nas emissões prejudiciais/ outros procedimentos apenas táticos poderão mitigar o problema durante algum tempo, mas não irão resolvê-lo - proposta: introdução de novas tecnologias que, em vez de prejudicarem o ambiente, estarão em harmonia com o mesmo (reequilíbrio) + sobretudo os Estados com capacidades sólidas de investigação: criação de fórum especial para análise das questões ambientais (Rússia disponível para ser um dos organizadores)

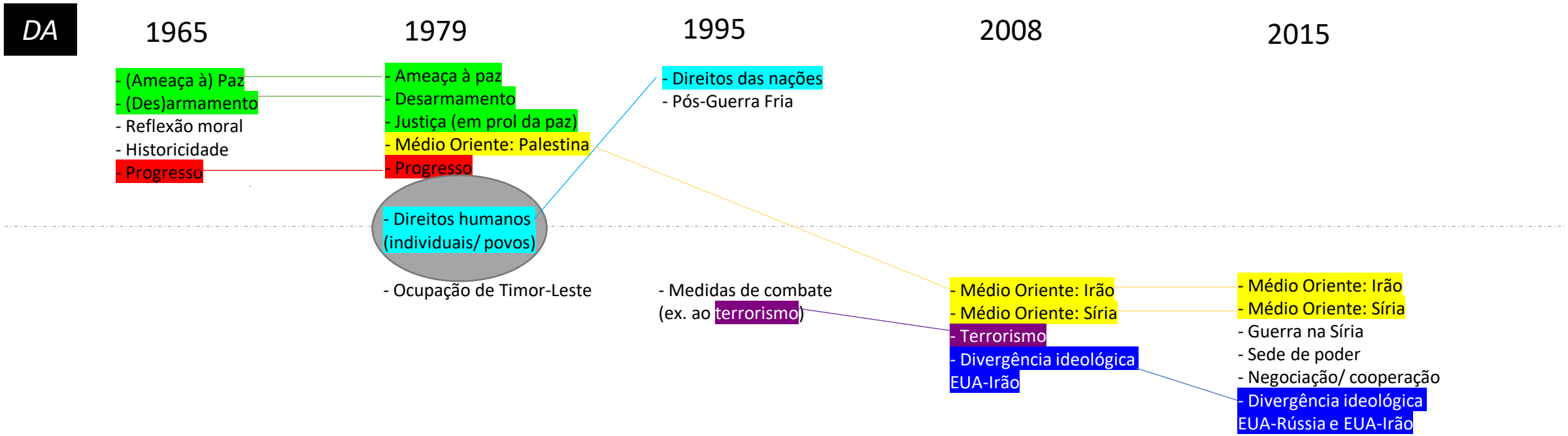
Put.44-46: 10.01.1946: AGONU reuniu-se em Londres para a 1.ª sessão - Eduardo Zuleta Ángel abriu-a com uma definição concisa dos princípios pelos quais ONU deveria orientar as suas ações: livre arbítrio, desdém por esquemas e ações enganosas, esprírito de cooperação - palavras que, hoje, podem ser um guia para todos; Rússia acredita no enorme potencial da ONU e irá trabalhar consistentem/ com outros países para fortalecer o papel central de coordenação da ONU + confiante de que, juntos, poderão tornar o mundo estável, seguro e proporcionar o desenvolvimento de cada Estado e nação

5. Materiais afetos ao balanço final

5.3. Tendências dos jornais na reinterpretação dos textos de partida


DN
1965
- Historicidade
- Bíblia
- Fraternidade
- Paz
- Desarmamento
- Progresso
- Disputa EUA-Rússia (URSS)
1979
- Paz
- Fraternidade
- Direitos humanos)individuais)
- Progresso
- Política (dominação)
1995
- Direitos das nações
- Pós-Guerra Fria
- Reforma da ONU
- Sistema de financiamento interno
2008
- Direitos humanos
- Ética na aplicação da justiça
- Multilateralismo
- Crise económica e financeira de 2008
- Política (sobre esfera económica)
2015
- Ambiente
- Modelos de comportamento
- Desarmamento
- Negociação/ cooperação
- Sede de poder
- Médio Oriente: Irão
- Terrorismo
- Guerra na Síria
- Médio Oriente: Síria
- Divergência ideológica EUA-Rússia e EUA-Irão


JN
1965
- Historicidade
- (Ameaça à) Paz
- Desarmamento
- Progresso
- Disputa EUA-Rússia (URSS)
1979
- Paz
- Justiça (em prol da paz)
- Médio Oriente: Palestina
- Direitos dos povos
- Progresso
- Política e economia
- Solidariedade: ajuda dos países ricos aos pobres
Sentido de mudança: nova dimensão de Portugal na ONU, novas metas na década de 80
1995
- Sentido de transformação: da ONU-família de nações
- Centro moral
- Medidas de combate (ex. ao terrorismo)
2008
- Direitos humanos
- Responsabilidade de proteger
- Multilateralismo
- Sentido de moralidade
- Terrorismo
- Imperialismo
- Médio Oriente: Irão
Divergência ideológica EUA-Irão
2015
- Sistema de financiamento externo da ONU
- Solidariedade: ajuda dos países ricos aos pobres
- Guerra na Síria
- Terrorismo
- Sede de poder
- Médio Oriente: Síria
- Divergência ideológica EUA-Rússia


DA
1965
1979
1995
2008
2015
- (Ameaça à) Paz
- (Des)armamento
- Reflexão moral
- Historicidade
- Progresso
- Ameaça à paz
- Desarmamento
- Justiça (em prol da paz)
- Médio Oriente: Palestina
- Progresso
- Direitos humanos (individuais/ povos)
- Ocupação de Timor-Leste
- Direitos das nações
- Pós-Guerra Fria
- Medidas de combate (ex. ao terrorismo)
- Médio Oriente: Irão
- Médio Oriente: Síria
- Terrorismo
- Divergência ideológica EUA-Irão
- Médio Oriente: Irão
- Médio Oriente: Síria
- Guerra na Síria
- Sede de poder
- Negociação/ cooperação
- Divergência ideológica EUA-Rússia e EUA-Irão